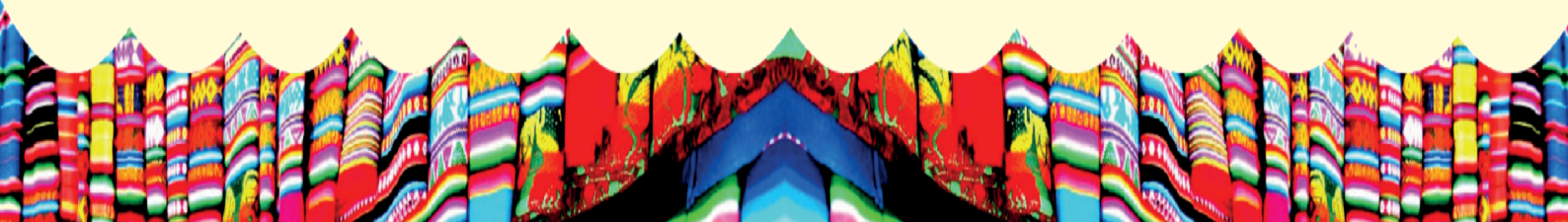


Anais do Seminário Internacional
América Latina: *políticas e*
conflitos contemporâneos

SIALAT 2015

9 a 11 de novembro de 2015
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA
Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém - Pará - Brasil

Realização GETTAM/NAEA/UFPA
Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Mercados Globalizados



Anais do Seminário Internacional
América Latina
Política e conflitos contemporâneos

SIALAT 2015

09 a 11 de novembro de 2015
Local: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém – Pará – Brasil

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
Simy de Almeida Correa
Eunapio Dutra do Carmo
(Organizadores)

Realização GETTAM

Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Globalização na Amazônia

Universidade Federal do Pará

Reitor: Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor: Horácio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Armin Mathis

Conselho Editorial do NAEA

Ana Paula Bastos; Armin Mathis; Edna Maria Ramos de Castro; Fábio Carlos da Silva; Silvio Lima Figueiredo; Luis Eduardo Aragon; Francisco de Assis Costa; Durbens Martins Nascimento

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Durbens Martins Nascimento

Coordenadora do GETTAM e do SIALAT 2015

Edna Ramos de Castro

Realização



Apoio



Anais do Seminário Internacional
América Latina
Política e conflitos contemporâneos

SIALAT 2015

Belém, 2015, NAEA/UFPA

Copyright dos autores

Diagramação: Suely Rodrigues Alves, Simy Corrêa e Ione Sena

Coordenação jornalística do Sialat 2015: Ana Lucia Prado

Revisão: a cargo dos autores dos artigos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos -
SIALAT/2015

Anais do Seminário Internacional América Latina / Organização de Edna Maria
Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves, Simy de Almeida Correa, Carmo, Eunápio
Dutra do Carmo – Belém: GETTAM - NAEA - UFPA, 2015.

1688 p. p.: il.; 23 cm

Inclui referências bibliográficas

978-85-7143-144-7:

1. América Latina. 2. Políticas. 3. Conflitos. 4. Lutas sociais. 5. Desenvolvimento I.
Castro, Edna Maria Ramos de. II. Alves, Suely Rodrigues. III. Correa, Simy de Almeida.
IV. Carmo, Eunápio do. V. Título.

CDD 22. ed. 363.7

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Maria Araujo – Universidad de la República – Uruguay
Andrea Zoury – GESTA/PPGA/UFMG
Carmem Izabel Rodrigues - IFCH/UFPA
Edna Ramos de Castro – GETTAM/NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura - IFCH/UFPA
Eduardo Gudynas – Centro Latino Americano de Ecologia Social/CLAES – Uruguaiy
Christian Azais – Université d’ Amiens, França
Dalva Motta – CPATU/EMBRAPA
Durbens Nascimento – NAEA/UFPA
Eunápio do Carmo – CESUPA e GETTAM/NAEA
Elaide Martins – PPGCOM/UFPA
German Palacios - Univ. Nac. Colômbia - Leticia, Colômbia
Gilberto Rocha – NUMA/UFPA
Hisakana Corbin – NAEA/UFPA
Igor Fuser - UFABC
Lucy Ruiz – Equador
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR
Marcel Hazeu – ICSA/UFPA
Marcela Vecchione-Gonçalves – NAEA/UFPA
Maria Elvira Sa – ICSA/UFPA
Manuel Dutra – PPGCOM/UFPA
Oriana Almeida – NAEA/UFPA
Paola Bolados Garcia – Instituto de Hist. y Ci. Sociales de la Univ. de Valparaíso, Chile
Maria José Aquino – IFCH/UFPA
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA
Rosane Alvino Steinbrenner – PPGCOM/UFPA
Sara Alonso – Universidade Ramon Ilul-Barcelona, Espanha
Sandra Helena Ribeiro Cruz - ICSA/UFPA
Sônia Magalhães – NCADR/UFPA
Sílvio Figueiredo – NAEA/UFPA
Sirlei Silveira – PPGCS/UFMT
Voyner Canete – IFCH/UFPA

COMISSÃO ORGANIZADORA

Edna Castro – GETTAM/NAEA – Coordenadora
Eunápio do Carmo – CESUPA – GETTAM/NAEA
Simy Correa – GETTAM/NAEA
Suely Rodrigues Alves - GETTAM/NAEA
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA
Larissa Carreira - GETTAM/NAEA
Iraneide Silva – MPEG – GETTAM/NAEA
Jader Gama – GETTAM/NAEA

Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA
William Rocha - UNAMA - GETTAM/NAEA
Sabrina Nascimento -GETTAM/NAEA
Pedro Loureiro de Bragança – UNAMA – GETTAM/NAEA
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA
Maria Stella Pessoa Guimarães – GETTAM//NAEA
Rafael do Carmo – GETTAM/NAEA
Samilys de Oliveira – GETTAM/NAEA

COMISSÃO DE APOIO-MONITORIA (alunos de graduação)

Giovanna da Silva Piani Godinho
Bianca Pinheiro Freitas
Gabriela Simões de Figueiredo
Ana Paula Costa Siqueira de Brito
Tienay Picanço da Costa Silva
Demethrius Pessoa Lucena de Oliveira
Rafael do Carmo
Rafaela de Cássia S. da Silva Alves
Nathália dos Santos Rodrigues
Victoria de Fátima Vilhena Araújo
Aline Tarcila de Oliveira Lima
Eucicleia Dias da Costa
Samilys de Oliveira Saraiva
Maira Mingrithy Martins Nery
Matheus dos Santos da Silveira
Valéria Rosa Braga
Cassio Leandro Pereira
Alessandra Cristina Gaia Bastos
Ruthheide de Matos Guichard
Juliana Ferreira Cardoso
Wagner Breno Campos Rates
Sergio Luiz Cortinhas Ferreira Filho
Raylson Max da Silva Castro
Ariane Vasconcelos Gadelha Barbosa
Carla Tayane Pinto Barros
Guilherme de Moraes Protázio Neto
Neila Taís Teixeira de Sousa

Sumário

Introdução	8
Programação.....	9
Lançamento de livros.....	10
Videos-debate.....	10
Trabalhos completos	10
GT 01	15
GT 02	243
GT 03	417
GT 04	591
GT 05	821
GT 06	941
GT 07	1343
GT 08	1515

Introdução

O *Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos* – SIALAT 2015 – teve como objetivo criar um espaço de reflexão sobre as transformações que vem ocorrendo na cena política em diferentes países da América Latina, e também analisar as mudanças observadas na sociedade em função do avanço dos interesses de mercado sobre os territórios já ocupados e sobre recursos naturais, tornando evidente a ampliação de conflitos e a emergência de novas formas de expressão através de lutas sociais. A expansão que especializa regiões como a Pan-Amazônia em empreendimentos desenvolvimentistas e neoextrativista, de larga escala, da mineração a energia e as monoculturas diversas, tem mostrado que tornou-se urgente produzir novas leituras sobre os discursos e práticas das esferas políticas, incluindo os fundamentos apresentados nas políticas macro-nacionais, sobre as ações e estratégias de grupos econômicos e os conflitos sócios-territoriais e étnicos que emergem nesse contexto.

Tal perspectiva de análise contempla a abordagens do lugar, das territorialidades e dos conflitos visando entender os novos processos de dominação e a invenção de estratégias de resistência que, contemporaneamente, têm marcado o espaço público e a luta por direitos em diferentes países da América Latina. Portanto, um debate que concerne ao campo da ação política.

A programação contou com contribuições de várias áreas de conhecimento, e interdisciplinar, da academia e dos movimentos sociais. Nela se propôs um debate aberto sobre conhecimento e poder, rupturas e continuidades, linha orientadora das duas conferências, de quatro mesas redondas, dos oito grupos de trabalho, da sessão conjunta de lançamento de livros e da sessão de vídeos-debate.

O SIALAT2015 foi organizado pelo GETTAM – *Grupo de Pesquisa Estado, Territórios, Trabalho e Mercados Globalizados* - NAEA/UFPA/CNPq. e contou com o apoio do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU/NAEA/UFPA. A expectativa é conseguir, com este seminário, ampliar os espaços de interlocução entre academia e movimentos sociais, sobre questões da sociedade e da política e influenciar a definição de uma agenda de pesquisa sobre temas abordados no seminário, e referidos as experiências em curso na Pan-Amazônia, América Latina.

Edna Ramos de Castro
Coordenadora do SIALAT 2015

Programação

Conferências

Dia 09 - *A Política em questão na contemporaneidade Latinoamericana*

Conferencista: Ana Maria Araujo – Universidad de la República – Uruguay

Dia 10 - *América Latina: financeirização da natureza e resistência política*

Conferencista: Camila Moreno - CLACSO

Mesas Redondas

Dia 9 - MR 01 – Grandes projetos hidrelétricos e de mineração: resistência a violação de direitos, no Brasil e Bolívia

Coordenadora: Nirvia Ravena – NAEA/UFPA

Expositores:

Sônia Magalhaes – IFCH/UFPA

Luís Fernando Novoa Garzon – UNIR/IPPUR

Antônia Melo – Xingu Vivo para Sempre

Edilberto Sena – Movimento Tapajós Vivo

Dia 10 - MR 02 - Discursos e contra discursos da Mídia sobre a política na América Latina

Coordenador: Silvio Figueiredo – NAEA/UFPA

Expositores:

Igor Fuser – UFABC

Manuel Dutra – UFPA

Jader Ribeiro Gama – NAEA/UFPA

Dia 10 - MR 03 - Os movimentos sociais na América Latina: trajetórias e contemporaneidade

Coordenador: Luís Fernando Novoa Garzon - UNIR

Expositores:

Ana Maria Araujo – Uruguay

Claudia López Garcés – MPEG

Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA

Guilherme Carvalho - FASE

Dia 10 - MR 04 - Estudos pós-coloniais na América Latina

Coordenação: Eunápio do Carmo

Expositores

Sirlei Silveira – UFMT

Edna Castro – NAEA/UFPA

Dion Monteiro – UFPA

Lançamento de livros

Dia 11 - Debate-lançamento de livros

1 - O Brasil *made in Chine* – para repensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo (São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015).

Camila Moreno

2 - Sociedade, Campo Social e Espaço Público (Belém: NAEA/UFPA, 2014).

Edna Maria Ramos de Castro & Silvio Lima Figueiredo (Orgs.).

3 - Estado, sistemas produtivos e populações tradicionais (Belém: NAEA/UFPA, 2014).

Mirleide Chaar Bahia & Durbens Nascimento (Orgs.).

4 - Desastres socioambientais das hidrelétricas no rio Madeira e a grande cheia de 2014 (Porto Velho: UNIR/Universidade Federal de Rondônia, 2014).

Luis Fernando Novoa Garzon (Coordenação do projeto).

5 - Legislação ambiental para o pequeno produtor (Belém, NAEA/UFPA, 2014)

Elysangela Sousa Pinheiro; Shaji Thomas; Oriana Almeida; Sergio Rivero; Daniel Sá.

6 - Interfaces Midiáticas na Amazônia: pesquisas, saberes e vivências.

Antonio SARDINHA & Elaide MARTINS (Orgs). Macapá/Rio de Janeiro: EdUnifap /Autograifa, 2015.

Dia 11 - Videos-debate

Tema: Sociedade e movimentos sociais na América Latina

1 - *O chamado do Madeira - a luta dos povos da Amazônia contra os megaprojetos.*

Realização Rede Brasil

Tempo de duração: 50 minutos.

2 - *Entre a cheia e o vazio - a cheia histórica do rio Madeira em 2014 e seus nexos com as Usinas de Santo Antônio e Jirau*

Realização: Projeto Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação.

Núcleo Rondônia e Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Tempo: 25'38"

Dias 09, 10 e 11 - Grupos de Trabalho

GT 01 – Estado e suas políticas na América Latina e na Amazônia

Coordenadoras: Profas. Dras. Nirvia Ravena, Maria José Aquino e Marcela Vecchione-Gonçalves.

Ementa - O Grupo de Trabalho Estado e suas políticas tem como objetivo reunir trabalhos de caráter teórico ou empírico que estejam relacionados a perspectiva de desenvolvimento e da ação do Estado através de suas políticas e como estas impactam a vida social e atendem ou não a questões da desigualdade social. O GT contempla várias abordagens, de estudos de caso de políticas específicas às análises comparativas entre políticas e períodos históricos, nas diferentes esferas do governo. Contempla ainda as análises sobre as tensões

e os conflitos na relação estado e sociedade, atores, dinâmicas, participação e poder local, controle social e limites da democracia no Brasil e em outros países da América Latina.

GT 02 – Atores locais, redes e lutas sócio-territoriais (rurais, étnicas e urbanas) na Pan-Amazônia
Coordenadores: Prof. Drs. Voyner Cañete, Dalva Motta e Gilberto Rocha.

Ementa - Este GT propõe-se a debater trabalhos sobre realidades e categorias analíticas que discorram sobre instrumentais teórico-metodológicos nos estudos sobre atores locais e como organizam suas redes de atuação políticas, reatualizando as lutas sociais. Nesse contexto o GT contempla estudos sobre diferentes formas de organização social em contextos em que os atores locais desenvolvem lutas sócio-territoriais, urbanas, rurais e étnicas na defesa de direitos - povos indígenas, grupos quilombolas, comunidades tradicionais sob os impactos de projetos de desenvolvimento. Interessa ao GT analisar as novas formas de mobilização e de produção de processos coletivos de enfrentamento visando garantir seus projetos de vida coerentes com suas próprias demandas.

GT 03 – Grandes projetos hidrelétricos e minerais na América Latina

Coordenadores: Prof. Drs. Sonia Magalhães, Eunapio Dutra do Carmo, Luís Fernando Novoa Garzon e Doutoranda Sabrina Nascimento.

Ementa - Este GT se propõe discutir concepções predominantes na Pan-Amazônia, com extensão para demais países da América Latina, no que tange ao planejamento, implantação e operacionalização de grandes projetos hidrelétricos e de mineração. Interessa reunir trabalhos que revelem problemas e conflitos sociais, políticos, ambientais e mesmo econômicos relacionados às grandes obras, mobilidade do trabalho, do capital, conflitos entre esferas de poder, violência institucional e social, precarização de direitos e da cidadania.

GT 04 – Meio ambiente e discursos de sustentabilidade em disputa sobre a América Latina e a Pan-Amazônia

Coordenadores: Prof. Drs. Silvio Figueiredo, Oriana Almeida, e Doutorandos Simy Correa e Jondison Rodrigues.

Ementa - O GT procura atrair trabalhos que tenham sido feito com a intenção de entender a profusão de discursos sobre meio ambiente e sobre sustentabilidade, entre outros conceitos que tem sido produzidos e incorporados ao debate sobre meio ambiente, e relação entre sociedade, economia e natureza. Os temas ambientais têm marcado muitas disciplinas e as análises numa perspectiva interdisciplinar, nas duas últimas décadas. A ideia e discutir esses discursos, a produção e reatualização da dominação, as ideias evolucionistas presentes e como as relações coloniais perpassam esses discursos de sustentabilidade intra e inter nações, intra e inter regiões e localidades. Nesse contexto são bem-vindos estudos sobre conflitos socioambientais globais e trabalhos sobre políticas ambientais, estratégias de controle social e gestão de territórios.

GT 05 – A Mídia e a natureza da produção de imagens, informações e confrontos.

Coordenadores: Prof. Drs. Manuel Dutra, Rosane Steinbrenner e Elaide Martins

Ementa - O GT 05 tem o propósito de debater trabalhos que tragam uma contribuição de pesquisa sobre a mídia e a construção de imagens, informações e confrontos no sentido de desvelar processos e discursos sobre as relações entre comunicação e política. Campo de conhecimento marcado pelos jogos e disputas de poder. O GT acolhe trabalhos com base em pesquisas empíricas, teóricas e reflexões que tenham como objetivos entender a

dimensão discursiva e simbólica da mídia na relação com a política, de que forma esses discursos transitam e sua relação com a construção da democracia na Pan-Amazônia e na América Latina. Entre outros, arrolamos alguns temas: política e discursos; mídia e representação; processos eleitorais; jornalismo político; discursos de mídia empresarial e de grandes projetos; agenda pública e opinião pública; redes sociais, ação coletiva, cidadania e mídia; ética e mídia; teorizações contemporâneas sobre comunicação política.

GT 06 – Cidades e transformações da vida urbana na América Latina.

Coordenadores: Profas. Dras. Sandra Helena Ribeiro Cruz, Maria Elvira Rocha de Sa, Carmem Izabel Rodrigues e Doutoranda Iraneide Silva

Ementa - O campo da vida urbana tem sido um dos temas centrais nas análises das ciências sociais abrigando várias abordagens pela sociologia, antropologia, ciência política, geografia e pelo campo do urbanismo, permitindo conhecer a diversidade da cultura urbana como mostram os estudos realizados nos diferentes países da América Latina, com abordagens quantitativas e/ou qualitativas. Enfim, entender a transformação da vida urbana na Pan-Amazônia e na América Latina; discutir trabalhos resultantes de pesquisa teórica ou empíricas sobre a vida urbana considerando categorias-chave como tempo, espaço, identidade, singularidade, diferença, cotidiano, cultura, economia urbana e global, política e planejamento urbano e regional; contempla trabalhos sobre as manifestações políticas nas cidades visando fomentar o debate crítico sobre o urbano, limites e potencialidades da ação política e da democracia.

GT 07 – Migração na América Latina: deslocamentos forçados, integração incompleta e conflitos de fronteira

Coordenadores: Profs. Drs. Edila Moura, Hisakana Corbin e Marcel Hazeu

Ementa - Este GT procura criar um espaço de discussão sobre os processos recentes de mobilidade de população - desde as migrações regionais e nacionais até as migrações internacionais que têm sido retomadas recentemente como tema relevante no entendimento da relação entre política e deslocamentos. A América Latina, e a Pan-Amazônia, vivem processos de mobilidade bastante complexos entre suas fronteiras e nos territórios mais amplos. Este Grupo de Trabalho objetiva agregar estudos sobre diversas abordagens, com caráter interrogativo e crítico, refletindo sobre temas: migrações, contexto migratório, mobilidade e grandes projetos de infra-estrutura, lutas territoriais, organizações e associações de migrantes, movimentos sociais, inserção de migrantes em outras realidade e redes de apoio; migração e diferenças sociais e étnicas.

GT 08 – Pensamento social na Pan-Amazônia e imaginário latino-americano

Coordenadores: Profas. Dras. Sirlei Silveira, Ana Maria Araujo e Edna Castro

Ementa - Este GT pretende reunir trabalhos que busquem entender dimensões do pensamento brasileiro e latino-americano voltado a grandes temas contemporâneos. Busca colocar em debate categorias, teorizações e interpretações sobre a sociedade e como esses elementos interferem no entendimento da realidade social. Entre eles são bem-vindos os estudos críticos sobre narrativas históricas, produção de sentido sobre desenvolvimento na América Latina; interpretações sobre novos processos de ocupação dos territórios, conflitos, tensões geopolíticas, processos de integração; jogos de discursos e contra-discursos sobre integração no Brasil; colonialismo, imperialismo e processos de desestabilização na América Latina e do Caribe; democracia, diferenças e desigualdades.



GRUPO DE TRABALHO I

Estado e suas políticas na América Latina e na Amazônia

Coordenadores

Profa. Dra. Nirvia Ravena

Profa. Dra. Maria José Aquino

Profa. Dra. Marcela Vecchione-Gonçalves

Ementa – O Grupo de Trabalho Estado e suas políticas tem como objetivo reunir trabalhos de caráter teórico ou empírico que estejam relacionados a perspectiva de desenvolvimento e da ação do Estado através de suas políticas e como estas geram impactos sobre a vida social. O GT contempla várias abordagens, de estudos de caso de políticas específicas às análises comparativas entre políticas e períodos históricos, nas diferentes esferas de governo. Contempla ainda as análises sobre as tensões e os conflitos na relação estado e sociedade, atores, dinâmicas, participação e poder local, controle social e limites da democracia no Brasil e em outros países da América Latina.

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA: A EXPANSÃO DA DENDEICULTURA

Claudiane de Fátima Melo de Sousa¹

(...) o programa que estamos lançando hoje abre um novo horizonte de possibilidades para o Brasil e para a região amazônica, em particular. E representa o casamento entre a proteção ambiental e a geração de renda e de emprego digno para milhares de pessoas que moram na Amazônia. Hoje, o brasileiro pode dizer com orgulho que consegue proteger aquele que é um dos maiores patrimônios naturais do Planeta, a sua floresta tropical.

Com essas palavras o então presidente da República do Brasil, Luis Inácio da Silva, o Lula, iniciou seu discurso no lançamento do Programa Sustentável de Produção de Palma de Óleo no Brasil, ou, Programa Palma de Óleo (PSPPOB), na cidade de Tomé-açu, Estado do Pará.

O Programa supramencionado é conhecido como, Programa Palma de Óleo e é um desdobramento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) lançando em 2004 com o objetivo de implantar a cadeia produtiva do biodiesel no Brasil, diversificar a matriz energética e substituir o uso do diesel pelo biodiesel. Este programa tinha as seguintes diretrizes:

a) implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social através da geração de renda e emprego; b) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; c) produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas, fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima.

(MDA, 2010a)

O Programa Palma de Óleo é de 2010 e, embora traga em seu título que se trata de um programa de abrangência nacional, tem se focado muito mais na região Norte. Este programa foi lançado com o objetivo de “Disciplinar a expansão da produção de óleo de palma no Brasil e ofertar instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis” (MDA, 2010b).

É baseado em três diretrizes, preservação da Floresta e da Vegetação nativa; Expansão da produção integrada com agricultura familiar e estabelecimento de Territórios prioritários, incluindo, as áreas degradadas na Amazônia Legal e áreas utilizadas no plantio da cana de açúcar.

O Programa Palma de Óleo é composto por sete linhas: Zoneamento 1) Agroecológico da Palma de Óleo; 2) Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; 3) Ampliação da oferta de assistência técnica; 4) Aprimoramento dos instrumentos de crédito; 5) Regularização Ambiental; 6) Regularização Fundiária e 7) Câmara Setorial.

Essa contextualização do Programa Palma de Óleo introduz a discussão que trazemos nesse trabalho e que pretende fazer uma análise dos discursos que deram base para a expansão da dendeicultura na região Norte, confrontando com dados coletados por nós e também extraídos de publicações sejam no âmbito científico, seja no âmbito jurídico, ou mesmo na imprensa.

A expansão da dendeicultura está amplamente ancorada no discurso do desenvolvimento sustentável e da inclusão social e este por sua vez é retroalimentado por noções preconcebidas e

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Mestre em Antropologia, graduada em ciências sociais. Nanni.sousa@gmail.com.

arraigadas no imaginário social em que a Amazônia é concebida por um vazio demográfico, uma floresta exuberante que hoje precisa de ações salvadoras.

Além disso, o discurso do conservacionismo vem acompanhado do discurso do desenvolvimento sustentável, alinhando proteção ambiental e desenvolvimento social para a região, vejamos mais este trecho do discurso do presidente Lula.

(...) a produção ordenada do óleo de palma, realizada dentro de rígidos parâmetros ambientais e sociais, como os que estão previstos neste programa, será mais um importante vetor de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e será, sobretudo, um grande aliado no combate ao desmatamento. (Secretaria de imprensa, 2010, p. 5)

Nesta fala o então presidente está se referindo ao *Zoneamento Agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal*, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), consistindo na primeira linha do Programa Palma de Óleo.

O zoneamento agroecológico é uma ferramenta fundamental para a criação de mecanismos de orientação à implementação da cadeia de produção de óleo de dendê. Para a Amazônia Legal, em particular, constitui a base técnico-científica para se buscar a sustentabilidade em bases social, econômica e ambiental, pela indicação das terras mais adequadas à produção agrícola da cultura do dendezeiro.

(EMBRAPA, 2010, p. 6)

Além do Zoneamento Agroecológico, a expansão da dendeicultura contou com a linha instrumentos de créditos em que o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu normas para a concessão de crédito para implantação de dendê por agricultores familiares por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e também linhas de crédito para as empresas, oferecendo vantagens e menores juros para as empresas detentoras do Selo Combustível Social (SCS).

O SCS é um mecanismo de identificação criado a partir do Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao produtor de biodiesel que cumpre os critérios estabelecidos pela Portaria MDA nº 337, de 18 de setembro de 2015.

O SCS seria a garantia da dimensão social do PNPB e é uma das bandeiras mais tremuladas pelo governo e pelos entusiastas tanto do PNPB quanto da expansão da dendeicultura e de seu atrelamento à agricultura familiar, pois entendem o mecanismo do selo como um diferencial do PNPB e uma experiência inédita que aliará produção sustentável com inclusão social (ANDRADE, 2010; MONTEIRO et al, 2013; SIMAS&PENTEADO, 2012).

Alfredo Homma (2010; 2012), defende que a dendeicultura inaugura um novo ciclo econômico, e abre de respostas a uma questão global (que o aquecimento) e diminuir o passivo ambiental na Amazônia. Além do que pode ser uma oportunidade de geração de renda e inclusão social para a agricultura familiar na Amazônia. (ANDRADE, 2010; HOMMA, et al, 2014; MONTEIRO, 2013).

A dendeicultura com vetor de desenvolvimento, um desenvolvimento adjetivado com o sustentável, é defendido não apenas por governantes, mas também pela academia, e obviamente pelas empresas, constituem realmente uma saída viável para a agricultura familiar? O

desenvolvimento propalado é realmente significativo e interessante para a região? Ou seja, é realmente desenvolvimento? Para os defensores da dendeicultura o que é desenvolvimento sustentável? O que é inclusão social? O que é Amazônia?

Estas questões serão tratadas pontualmente, confrontando dados etnográficos e outras pesquisas, pois se há muitos discursos em defesa da expansão da dendeicultura, há também muitas vozes dissonantes, e não apenas que ecoam da sociedade, mas também da academia e dos próprios agricultores integrados e também de agentes públicos que como tal representam o governo, mas não necessariamente convergem suas ações aos interesses do Estado.

Desenvolvimento e expansão da dendeicultura

Começaremos a delinear nossas respostas pela indagação final: O que é Amazônia? Fica claro que para estes atores que a Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, uma reserva de biodiversidade ameaçada pela ação predatória da extração de madeira e que como um estoque fenomenal de biodiversidade carece, necessita, precisa de ações que visem sua conservação.

Para estes, paradoxalmente, o dendê, cultura industrial e que tem seu sistema de produção amplamente ancorado no alto uso de insumos e baseado no sistema de monocultivo é desvelado e posto como a salvação da floresta, tendo em vista que seu cultivo seria apenas em áreas degradadas.

As características mais peculiares, mais comentadas, mais defendidas e mais propaladas da floresta amazônica, a sua rica biodiversidade, não é considerada nesse projeto de “recuperação ambiental” que não tem sequer sustentabilidade e coerência discursiva, vem se impondo e sendo exaustivamente repetido até por figuras instruídas e respeitáveis, tanto no mundo acadêmico, como na sociedade mais ampla.

Aqui o discurso da *terra incógnita* que precisa ser conquistada, a natureza rica, exuberante e inesgotável ávida por ser explorada e transformada em riqueza capital (ARAGÓN, 2013) é substituída pelo utilitarismo do desenvolvimento com bases ambientais, em que a Amazônia assume papel geopolítico na mitigação dos problemas derivados das mudanças climáticas (IBDEM, 2013), desta vez o protagonismo não deve à floresta, mas às terras disponíveis, desflorestadas e degradadas.

Terra disponível, este é um dos maiores mitos sobre a Amazônia, pois está diretamente ligada a noção de vazio demográfico que subjaz mais uma das noções preconcebidas sobre a Amazônia. Do mesmo modo que na visão do colonizador este vazio deveria ser recoberto por ações que levasse ao progresso, o discurso das terras degradadas anuncia a ação salvadora e progressistas da recuperação ambiental.

Luis Aragón (2013) afirma que a noção de vazio demográfico não se restringe à suposta falta de gente, mas envolve a negação do homem local e de sua cultura. Vejamos que o ZAE foi elaborado basicamente pelo cruzamento da aptidão climática com a aptidão das terras para o dendezeiro, recomendando seu plantio nas áreas já desmatadas.

As práticas da agricultura familiar não foram sequer consideradas, quem vivia e como viviam as comunidades tradicionais não constam desse zoneamento que é puramente ligados a fatores climáticos e pedológicos e que portanto nem poderiam ser chamados de agroecológico.

Termos que remetem à agroecologia, assim como desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado sem critérios e sem reflexões. Agroecológica, agroecológico tem sido esvaziados de sentido e utilizados como jargão e moda se detido à mera reprodução de termos chave.

Levando em consideração os princípios agroecológicos, não se pode considerar o zoneamento agroecológico e sim edafoclimático, pois este zoneamento realizado pela Embrapa não leva em consideração nem princípios, nem diretrizes, e é um atentado aos elementos mínimos constitutivos da agroecologia, que além de ecológicos, são também sociais e econômicos. (ALTIERE, 2004).

Conforme afirma Miguel Altieri, — “Para os agroecologistas, vários aspectos dos sistemas tradicionais de conhecimento são particularmente relevantes, incluindo aí o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos” (p. 27).

Com isso entramos na questão: O que é desenvolvimento sustentável? A questão é demasiadamente complexa para ser respondida de pronto. Para academia pode ser muitas coisas, ou pode ser nada. Mas, para os defensores da expansão da dendeicultura é basicamente o dendê.

O desenvolvimento sustentável para estes se resume ao plantio do dendê em áreas degradadas. Todavia, observemos que para servir ao discurso da expansão da dendeicultura o termo degradado é manipulado de acordo com a conveniência. Por exemplo, atualmente as empresas exigem que cada agricultor familiar plante dez hectares.

Para isso, em cumprimento à legislação ambiental cada agricultor precisa dispor de entre vinte e cinco e vinte e dois hectares, dos quais, pelo menos dez sejam desflorestados. Caso o agricultor não disponha de toda essa área, ele pode abrir um roçado e completar a área tranquilamente “Repescagem é o que tá acontecendo (...), por exemplo, deu seis, oito hectares, aí ele plantou uma mandioca ano passado, aí agora esse ano ele arranca a mandioca, dá os dez, aí ele já entra”. (pesquisa de campo, janeiro de 2014)

O ZAE leva em consideração a retirada da vegetação nativa, se por um acaso houver um pomar, este pode tranquilamente ser substituído por dendê, pois essa área pode ser caracterizada como degradada. A Embrapa não adota isso, afirma que áreas de pastagem devem ser reconvertidas em plantios de dendê, mas na prática o fato da floresta nativa ter sido tirada abre possibilidades para que muitas áreas sejam utilizadas sob o pretexto de que estavam degradadas.

E mais, há forte ênfase de que com o dendê novas áreas deixarão de ser abertas, mas isso se aplica para diversas culturas, inclusive as culturas alimentares. Em campo percebemos que o discurso sobre o dendê como mecanismo de preservação ambiental já está sendo reproduzido por agricultores, como ressalta um de nossos interlocutores “os agricultores, que no Taperuçu que investiram em dendê, nesse período não queimaram roça, e ai o meio ambiente pede pra num queimar/evitar queimadas”. (Pesquisa de campo, maio de 2014).

Os agricultores também vão se apropriando do discurso da sustentabilidade e dando novas conotações e alinhando ao seu projeto de futuro, à sua vivência e à suas práticas, mas já com uma certa contaminação dos discursos pró expansão da dendeicultura.

Sustentabilidade é aquilo que não precisa se arrancar o pé. (...) eu penso nos meus filhos porque eu sou um agricultor e meus filhos tão se desenvolvendo nos estudos e mais lá na frente o dendê tem condições de pagar uma faculdade pra

eles, e roça de mandioca não paga, não é nada contra entendeu? (Agricultor familiar, entrevista concedida em julho de 2014).

Por fim, colocamos a discussão sobre o desenvolvimento, sem adjetivos, pois, ao fim e ao cabo o projeto de expansão da dendeicultura é alinhado à ideia de desenvolvimento para a região Amazônica e se assenta em métodos e ações que remetem às origens do desenvolvimento ainda no iluminismo, perpassam pela ideia de progresso e chegam ao desenvolvimento como crescimento econômico, mas revestido pelo manto protetor do desenvolvimento sustentável.

Tal conceito representou certamente um enorme avanço normativo, pois institucionalizou no âmbito dos Estados a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, definindo propostas bem precisas. Mas, assim mesmo, o conceito de desenvolvimento sustentável na formulação da ONU está ligado, em última análise, ao de crescimento econômico e de progresso, que fundaram a utopia do industrialismo dos séculos XIX e XX e que ainda estão bastante presentes nas sociedades modernas. E, por isso, esse conceito está sujeito à discussão e à crítica, mas permanece como uma utopia de nosso tempo, orientando o futuro.
(CASTRO, 2012, p. 32).

Sobre expansão da dendeicultura e desenvolvimento João Nahum e Cleison Bastos (2014) asseveram que a expansão da dendeicultura na Amazônia é a reinvenção de um projeto de desenvolvimento, já experienciado na Amazônia na década de 1970. Esse projeto, aliado à falta de perspectiva dos camponeses, e de políticas de desenvolvimento local, os levarão à descampenização.

Sendo esta: “a formação de um campo sem camponeses que, paulatinamente, metamorfoseiam-se em trabalhadores para o capital na forma de trabalhadores assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar”. (Ibdem, p. 471).

Não concordamos com esse posicionamento, pois entendemos o campesinato para além da dimensão da produção e da reprodução da força de trabalho. Compreendemos o campesinato em sua dimensão moral e subjetiva, onde a produção é orientada por princípios e valores que são moldados por uma racionalidade específica e um modo peculiar de se relacionar com a terra e de criar, recriar e reproduzir valor. (COSTA, 2012; WOORTMANN, 1988; WOORTMANN&WOORTMANN, 1997).

No entanto, não podemos deixar de considerar as preocupações dos autores no que concerne às políticas orientadas para o desenvolvimento rural, tendo como foco as especificidades locais. Cultura local, não seria uma dimensão do desenvolvimento sustentável? Formalmente sim, mas como já explicitou Edna Castro em citação anterior, o desenvolvimento sustentável, em nossa sociedade, permanece como uma utopia.

A expansão da dendeicultura se impõe como um sistema agrário, tendo em vista que os arranjos institucionais forjados para sua implementação conjugam regras formais para o uso dos recursos naturais, do conhecimento tecnológico e laboral, levando em consideração as relações fundiária e mecanismo de acesso ao crédito e assistência técnica (COSTA, 2009).

Esse sistema agrário seria conformado com vista ao desenvolvimento da região Amazônica, com geração de trabalho e renda, logo, com inclusão social? A expansão da dendeicultura se constitui uma saída viável para a agricultura familiar? É um projeto interessante para o desenvolvimento da região?

Alfredo Homma e João Nahum, aqui citado anteriormente, já abrem controvérsias quanto ao conteúdo dessas indagações. Mas, para além dessas considerações, exporemos resultados de pesquisa por nós realizadas com agricultores que plantam dendê para fornecer à empresa Biopalma, bem como traremos informações coletadas de outras pesquisas com povos e comunidades tradicionais.

Agricultura familiar e a expansão da dendeicultura

Começaremos por responder à indagação: A expansão da dendeicultura se constitui uma saída viável para a agricultura familiar? Sendo que esta envolve as famílias que estão diretamente ligadas a empreendimentos de grande envergadura, como é o projeto da empresa Biopalma.

O nosso programa é o seguinte é..... a VALE, Biopalma ela precisa plantar sessenta mil próprio e vinte mil hectares pra Agricultura familiar, ou seja, são duas mil famílias (...) Esses vinte mil hectares no negócio da Biopalma corresponde a vinte e cinco por cento, então não é um negocinho, tá! Tu tá atuando em 10 municípios, então é considerável o que tu tá levando de melhoria pra esse público. Vai alavancar porquê tu/ele não vai mais precisar correr atrás de pra quem vender. Um dos problemas da agricultura é, eu vou produzir pra quem eu vou vender, né? (pesquisa de campo, janeiro de 2014)

Em virtude da aquisição do Selo Combustível Social, as empresas tem empreendidos estratégias para cooptar famílias para produzirem o dendê e fornecer-lhes. A esta relação a empresa chama de parceria.

Parceria porque? Desde o princípio foi pregado que a relação entre as empresas e as famílias seria de reciprocidade. As empresas forneceriam as mudas, os insumos e a assistência técnica. As famílias produziriam de acordo com as recomendações técnicas e venderiam para a empresa “parceira”.

Uma conjugação que parecia perfeita, tendo em vista que para além de uma relação de mercado, encerrada na compra e na venda, essa relação seria em que a empresa ajudaria as famílias, doando as mudas e entrando com assistência técnica, como pregou Lula em seu discurso “Você vai receber a muda sem pagar nada por ela, você vai receber assistência técnica, você vai plantar. Depois, você tem já o comprador garantido, já o comprador garantido” (Secretaria de imprensa, p. 11).

Mas, o que vem ocorrendo é bem diferente do que foi disseminado nesta audiência que de certa maneira foi um espaço, também, de recrutamento com o dirigente máximo da nação dando garantias de que o programa era bom, interessante e viável. Hoje, tudo, exatamente tudo é pago, ainda assim, os agricultores enxergam alguma parceria.

(...) a empresa ela nos fornece o adubo do preço que ela compra, que ela compra de lote. É então o adubo mais caro que chegou agora pra gente foi R\$ 1,26 [cada quilo]. (...) Esse adubo ele vem tudo ai, divido nas parcelas, é pago incluído no projeto. (...)o banco deposita na conta da Biopalma, assina uma documentação que tem lá/que eles preparam, ai o banco libera pra conta da Biopalma. Na realidade o adubo deles tá bom, porque se a gente fosse comprar individual, tá de dois e pouco esse adubo ai. Tá, até tá sendo parceria isso, mas nas outras coisas meu irmão é fatal! (pesquisa de campo, maio de 2014).

Aspectos gerais da “parceria”

Rui Gomes Júnior e Rafael Barra (2010) asseveram que ao se integrar ao agronegócio do dendê a agricultura familiar deverá trabalhar sob mecanismos empresariais. Os autores são contundentes ao descrever quais os procedimentos que a agricultura familiar deverá adotar para lograrem êxito na produção do dendê:

- Planejamento em nível operacional das atividades da propriedade – os produtores deverão saber quais atividades deverão ser executadas em cada período do ano e a demanda de equipamentos e mão de obra para cada atividade e em cada período.
- Adotar procedimentos como cumprir prazos e atingir metas – o atraso na execução de atividades acarretará em prejuízos ao agricultor, a outros agricultores vizinhos e a agroindústria. O atraso da execução das atividades de manejo da cultura como coroamento, rebaixo e adubação resultarão em plantações com baixo desempenho. O atraso na colheita afetará a qualidade do produto e a logística de transporte da safra, prejudicando outros produtores envolvidos no fechamento da carga e a agroindústria pela queda na qualidade de óleo.
- Adotar tecnologias adequadas – o agricultor deverá estar acessível e executar tecnologias conforme treinamento disponibilizado pela agroindústria agregada, agências de ATER ou empresas de pesquisa. A adoção de tecnologias não validadas é um grande risco para o produtor. (Ibidem, p. 9).

O primeiro choque é de racionalidades, pois essa “parceria” está envolta no encontro de duas racionalidades distintas. A do grande capital, e a da reprodução camponesa, todavia, a empresa com o contrato de “parceria” se reveste de legitimidade para impor suas regras sobre o trabalho, a terra e as decisões da família “parceira”.

Desde o contrato, até o financiamento e como esse financiamento será utilizado, é a empresa que decide. Sob o pretexto de que dispõe dos conhecimentos técnicos a empresa elabora um projeto super favorável a ela e completamente desfavorável às famílias.

Inicialmente o valor financiado para o dendê chegava a R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) hectare, podendo chegar até a sessenta e cinco mil. Atualmente estes valores são na ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil) e R\$ 80.000,00 (oitenta mil), respectivamente).

Os valores que vamos trabalhar aqui se referem ao primeiro limite, e apresentaremos dados coletados de uma cédula de crédito de uma agricultura que contratou em 2011 o financiamento. Financiamento este que contempla a aquisição de mudas, fertilizantes para dois anos da cultura, mão-de-obra, também para dois anos da cultura e outros materiais.

O financiamento para a cultura do dendê é alto, e mesmo assim não supre todas as despesas exigidas. Muitos itens deixam de ser financiados e tem que ser adquiridos pelos agricultores, além do que o financiamento só vem ocorrendo até o segundo ano da cultura, período em que ela mal começou a produzir.

Dos itens financiados as mudas somam um total de R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais), a semente de puerária (*Pueraria phaseoloides*) R\$ 300,00 (trezentos reais) e fertilizantes NPK, Arad e fosfato reativo, para os dois anos da cultura, R\$ 25.520,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e vinte reais), somam-se a estes valores os custos da semente de puerária e das luvas, e chega-se à cifra de R\$ 43.371,00 (quarenta e três mil, trezentos e setenta e um reais) ocupando 67,10% do valor total do financiamento. Este valor fica diretamente com a empresa.

Os 32,9% são distribuídos em parcelas que são liberadas pelo agente financeiro mediante laudo apresentado pela empresa. Esses valores são referente à mão de obra, mas muitas vezes é utilizado na aquisição de insumos e materiais que não foram contemplados no financiamento e que são muito necessários.

Cabe ressaltar, que das regras impostas pela empresa consta a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), pois as mesmas regras aplicadas à empresa, são aplicadas aos agricultores “parceiros”, pois suas áreas findam sendo vistos como continuação da empresa.

Os EPI's exigidos são capacete, óculos de proteção, luva de couro cano longo, perneiras e chapéu árabe. Embora sejam exigidos, além da luva, nenhum outro item é financiado, e tem que ser adquiridos pelas famílias.

Os instrumentos de trabalho com o dendê, com o sacho e rede de pesagem também são necessários, mas não são financiados, obrigando os agricultores a adquirirem esses materiais com seus escassos recursos.

Vimos que os termos do financiamento da cultura do dendê, pouco é interessante para os agricultores e ainda abre margem para aumentar os lucros da empresa, que passa a fornecer seus materiais e tem onde despejar seu excesso de mudas, ampliando ainda mais a reprodução de seu capital.

Além do financiamento ser desvantajoso para os agricultores e as decisões sobre ele serem exclusivas da empresa “parceira”, as famílias ainda tem que responder com produtividade, que é cobrada ao nível da produtividade da empresa, mesmo que os agricultores não disponham da mesma tecnologia e dos mesmos recursos.

“Pra todo lado é sofrimento”²

A cultura do dendê demanda trabalho constante e árduo. Os quatro primeiros anos, diz a pesquisa e agricultores que já passaram por essa fase, são de trabalho muito intenso. A partir do quarto ano, com mais ênfase a partir do quinto ano de plantio os tratos culturais passam a ser menos frequente, em contrapartida o trabalho com a colheita aumenta, pois a produtividade é maior.

Certa vez ouvi o depoimento de um agricultor da comunidade Arauaí no município de Moju-PA, que relatou que ao chegar ao plantio, diante de um trabalho tão exaustivo, jogou a água da garrafa fora e foi embora. Relatou que depois refletiu, ele já havia feito um financiamento, agora teria que honrar com seu compromisso, caso contrário, não estaria ensinado uma boa lição aos filhos.

Desistir e voltar a palavra não era uma opção a ser considerada. Semelhante ao caso do agricultor do Arauaí, citado anteriormente, as famílias do Assentamento Taperuçu têm trabalhado arduamente nesses primeiros anos. Um dos interlocutores chegou a citar que às vezes o corpo tá que não aguenta, mas pensam no compromisso, e que cada hora perdida, são toneladas a menos na produção.

² Frase de agricultor ao comparar o dendê e a mandioca. Ao justificar a opção em plantar dendê, afirmava que buscava melhorar sua renda, mas para —todo lado é sofrimento (...) a roça já dava trabalho o dendê dá o dobroll

Pois, se tem trabalhado além da exaustão é porque estão confiantes nos resultados da produção. Afirmou um dos agricultores que para trabalhar com o dendê “o cabra tem que ter sangue nos olhos”. Agricultores que já estão com o dendezal adulto costumam relatar que a partir do quinto ano o manejo com a cultura é mais fácil, menos pesado, a demanda de trabalho diminui.

Além do que, com boa produtividade é possível pagar mão-de-obra adicional e reduzir a penosidade e as horas de trabalho. Em todas as famílias pesquisadas, os filhos que trabalham no dendê ainda estão em idade escolar, portanto, trabalham no dendê até dez, no máximo, onze horas da manhã.

As esposas se dividem entre o trabalho no dendê e os afazeres da casa. Antes de começar o trabalho no dendê, elas fazem o almoço e cuidam das crianças que vão para a escola. Depois do trabalho no dendê continuam o trabalho na casa. Dados do diagnóstico informam que no Assentamento Taperuçu, a jornada de trabalho das mulheres é, geralmente, duas horas maior que a jornada de trabalho dos homens. (ISAF, 2014).

No corte toda a família é envolvida. Nos tratos culturais, os membros das famílias trabalham de acordo com suas disponibilidades, principalmente no segundo turno de trabalho. Para as famílias que tem o dendê bem próximo às residências, a condução do dendê pareceu mais tranquila. Isso porque eles podem estender as horas de trabalho, e em dias que escurece mais tarde, “varam a noite roçando”.

Para os técnicos, embora, o dendê demande muito trabalho, no Assentamento Taperuçu as famílias vêm tendo dificuldades em manter os dendezais e trabalhando muito mais horas e dias por semana do que seria necessário, por falta de organização do trabalho (se referindo a distribuição de dias dedicados a determinadas atividades) e a falta de união das famílias, que não se ajudam na condução do dendê.

No mínimo, desrespeitosa essa consideração, pois as famílias que plantaram dendê estão aprendendo a trabalhar com a cultura, estão tendo que docilizar seus corpos para os tratos culturais e corte. Ao contrário do que diz a empresa Biopalma, os agricultores organizam sim seu trabalho, mas ainda ao seu modo.

Como disse um dos agricultores: “Só com a nossa força, não dá pra fazer do jeito que os técnicos querem. Eles chegam aqui e exigem que se trabalhe de um jeito e de outro, mas, eu não tenho como, sou praticamente sozinho”.

Ainda que os resultados ainda não sejam favoráveis, muitos afirmaram estar confiantes, pois muita gente vem conseguindo. Sempre que os agricultores reclamam das condições de trabalho a empresa é enfática em cobrar e exemplificar outras pessoas que conseguiram.

Se fulano consegue, porque vocês não conseguem?! Os agricultores convidam a empresa a refletir sobre as diferenças nas condições financeiras das famílias modelo e ainda nas condições do solo.

A empresa não aceita tais argumentos nem relativizações. Um dos agricultores tidos como modelo na produtividade é o senhor Raimundo Lopes dos Reis, agricultor de Concórdia do Pará, que segundo relatório apresentado por Verena Glass da ONG Repórter Brasil (2013) estava muito satisfeito com a produção do dendê.

Na mesma publicação a autora faz uma conta rápida dos custos do agricultor com a cultura, e mostra que mesmo ele chegando a uma renda de R\$ 1.800,00/mês, o agricultor contabilizava prejuízos de mais de R\$ 700,00 ao mês.

Um dos interlocutores afirmou que hoje não plantaria o dendê, mas agora já não tem mais como voltar atrás. Esse agricultor em questão tem os maiores índices de produtividade no Assentamento Taperuçu, mas a renda gerada com o dendê não tem sido suficiente para suprir as necessidades de sua família, composta por nove pessoas, três adultos, três adolescentes e três crianças.

A empresa ignora as peculiaridade de cada família e faz muita pressão por produtividade. Contudo, o rendimento do trabalho na agricultura familiar não pode ser mensurado em níveis empresariais.

Adicione a isto o fato de que embora venham dedicando-se quase integralmente ao trabalho no dendê, as famílias não vivem com exclusividade para o dendê, nem trabalham para cumprir meta de rendimento Homem/Dia.

Embora, já se preocupem com o tempo e por isso trabalhem muitas horas pro dia, como acompanhamos, o trabalho por eles realizado tem um grau de envolvimento e de cuidado que demanda muito mais tempo de realização, até porque eles não realizam uma única atividade, a sua atuação é muito mais sistêmica.

Contabilizando o rendimento das empresas *versus* o rendimento do trabalho realizado pela agricultura familiar, vemos que não há grandezas que consigam extrair uma razão, pois a organização do trabalho difere muito, de uma pra outra.

Quadro 1. Rendimento do trabalho empresarial *versus* agricultura familiar

Atividade	Empreiteiras/empresa	Estudos para a AF	Agricultores Taperuçu
Coroamento manual	0,83 ha H/D	0,4 ha H/D71	0,12 ha H/D
Rebaixo manual	0,72 ha H/D	0,72 ha	Não conseguem contabilizar
Adubação	3,12 ha H/D	5,59 ha H/D72	Não conseguem contabilizar

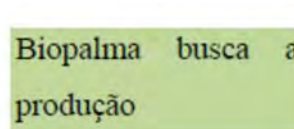
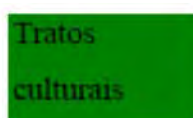
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Devido à demanda do trabalho no dendê muitas famílias têm ou deixado de plantar a roça de mandioca, ou reduzido as áreas de plantio. Pois, as atividades no dendê ocupam a semana inteira das famílias, chegando algumas famílias a trabalharem até o domingo, no caso das semanas em que está ocorrendo o corte dos cachos.

Quando estivemos no assentamento Taperuçu construímos junto com os assentados um cronograma de trabalho, que representa uma média de como vem sendo a distribuição das atividades num dado mês. Com algumas variações, para um dia a mais ou a menos, em geral esse cronograma é fiel à distribuição do trabalho das famílias (referência Junho-Novembro de 2014).

Quadro 2. Distribuição do trabalho no dendê/ocupação da mão de obra

	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.
	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.
	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.
	29.	30.	31.				



O modelo pensado pelos agricultores na “parceria” foi aquele que o agricultor mantinha seus cultivos. O dendê passaria a ser um componente no sistema de integração, mas com as condições dadas e com os dez hectares impostos, essa diversificação fica como um tipo ideal para muitas famílias.

Até os agricultores mais entusiasmados com o dendê, veem com preocupação a não continuidades dos cultivos anuais:

(...) eu sonhava, com os agricultores, essa forma de dendê: Dendê com as culturas que nós já conhece (...) hoje nos sente uma visão diferente. Nós quer plantar a mandioca?! Dá de plantar! Mas, se você for plantar a mandioca, você arranca o dendê. (pesquisa de campo, maio de 2014)

De acordo com o interlocutor citado anteriormente o trabalho que o dendê demanda é incompatível com a continuidade do plantio da mandioca, no caso da família dele, a mão de obra disponível é a sua, de sua esposa e de um filho adolescente, mesmo tendo cultivado a roça, a diversidade de cultivos na roça diminuiu.

No ano de 2014 plantaram na roça apenas feijão, as demais culturas alimentares não foram mais possíveis continuar cultivando. Embora permaneçam com a criação de pequenos animais. O que mesmo vem ocorrendo com agricultores de outra região:

(...) era acostumado a mexer com dez tarefas... agora eu não posso fazer muito, tenho muito trabalho no dendê (...) naquela época [se referindo antes do plantio do dendê] a gente fazia 10 tarefas, 08 tarefas de roça, metia o arroz, metia o milho, dava uma ajuda. A gente tinha o feijão e hoje a gente não mexe. Por quê? Porque tem uma mão de obra muita. [se referindo ao trabalho no dendezal]. (Pesquisa de campo, janeiro de 2014).

Já em visita a um agricultor em Tomé-açu ele mostrou diversas áreas com sistemas agroflorestais. Ao todo tem cultivados doze hectares e meio entre frutíferas e essências florestais. Inclusive no meio do dendê ele implantou diversas culturas, entre elas pimenta-do-reino e banana. Mas nesse caso, ele já vinha cultivando as áreas bem antes do dendê.

Mas, os impactos do dendê não são apenas para famílias que estão cultivando. Famílias que não cultivam o dendê também tem sofrido consequências em decorrência da expansão da dendeicultura.

Os efeitos negativos da expansão da dendeicultura começaram antes mesmo das empresas se instalarem no Pará. O PNPB e mais acentuadamente o Programa Palma de Óleo causou a especulação imobiliária, levando muitas famílias camponesas a perderem suas terras, outros foram se integrando, e ainda outros se empregando nestes empreendimentos, principalmente os mais jovens. (ALMEIDA&MARIN, 2014; COUTO, et al, 2012; NAHUM&BASTOS, 2014).

Ademais as questões ligadas à sustentabilidade da agricultura familiar há um intenso debate que envolve a questão ambiental e os direitos das comunidades e povos tradicionais. O despejo de produtos químicos nos rios e igarapés também tem sido denunciado por povos e comunidades tradicionais e alvo de ações do Ministério Público Federal (MPF). (COUTO et al, 2012; GLASS, 2013; MPF, 2014).

Em 2014 o Instituto Evandro Chagas detectou, em quatorze dos dezoito pontos analisados entre São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Bujaru e Acará, contaminação por agrotóxicos oriunda de plantios de dendê (MPF, 2014).

Além das questões ambientais, em 2013 o dendê foi incluído no rol das atividades que utilizaram trabalho escravo. Além desta denúncia que envolve não uma empresa produtora de dendê, mas um fazendeiro e político que produz dendê para comercializar a uma das empresas, também são alvos de denúncias e ações trabalhistas por utilizar de trabalho precário, geralmente efetuado por empresas terceirizadas.

As empresas foram sucessivas vezes corresponsáveis pelas indenizações e reparo de danos a trabalhadores e trabalhadoras (VILMAR, 2014). Alvo de denúncias, a empresa Biopalma teve que paulatinamente substituir a mão de obra terceirizada por trabalhadores próprios.

Um estudo do Projeto Mapeamento Social mostra a euforia, incerteza e preocupação que assola comunidades quilombolas dos municípios de Concórdia do Pará e Bujaru que estão na área de influência dos polos de produção da empresa Biopalma.

Além da pressão e avanço sobre as terras tradicionais, o despejo de insumos químicos e agrotóxicos nos afluentes e no solo vem causando contaminação e prejudicando as atividades tradicionais de pesca, caça e a própria agricultura.

Recentem-se da expansão da dendeicultura não ter contemplado um estudo de impacto ambiental e social. Ora, não houve este estudo porque a expansão da dendeicultura se afirma sobre o tripé economicamente viável, promotor da inclusão social e importante promotor da recuperação ambiental.

Um grande projeto de expansão implantado sob estes argumentos se reveste e se protege nestes discursos e segue na busca de continuamente desqualificar as denúncias que lhes são infligidas. No estudo acima citado, as famílias quilombolas atingidas mostram que o poder público tem sido extremamente complacente com as empresas e as tem defendido, além de não considerarem que a expansão da dendeicultura venha afetando negativamente a região.

Considerações finais

Vimos ao longo deste trabalho que os discursos de conservação da Amazônia não se sustentam na prática da expansão da dendeicultura. Prevalece ainda a visão de utilização dos recursos da região para a reprodução ampliada do capital.

Além disso, o projeto de inclusão social ligado à expansão da dendeicultura vem ocorrendo de modo que nos remete à níveis de expropriação assistidos na acumulação primitiva.

Pois, a empresa vem se apropriando do trabalho, da terra e dos conhecimentos das famílias “parceiras”, sem lhes retribuir financeiramente. Ou seja, ela subordina o trabalho, apropria-se deste, mas não há uma relação de assalariamento, sob o pretexto de um contrato de compra e venda, ou como eles chamam, de “parceria”.

A esse processo David Harley (2003) chama de acumulação por espólio. Uma variável aperfeiçoada da acumulação primitiva que atua liberando ativos (inclusive força de trabalho) a custos muito baixos, estes ativos são apropriados pelo capital sobreacumulados, dando uso lucrativo.

O autor utiliza o termo acumulação por espoliação em substituição ao termo acumulação primitiva por entender que este não se aplica a um sistema em processo. No entanto ao descrever quais elementos constituem a acumulação primitiva, sou obrigada a sem muitas ressalvas, perceber um processo de apropriação e espoliação dos agricultores integrados.

O termo “parceria” e seu reforço, não é utilizado ao acaso, mas serve a um projeto de fidelização por meio das estruturas e racionalidades próprias do campesinato, que tem sua lógica de ação muito ligada a práticas de reciprocidade positiva. Deste modo, a empresa tentar utilizar essa racionalidade a seu favor, tentando reforçar discursivamente, que aquela relação é entre parceiros e não meramente comercial.

As famílias, reiteradamente reivindicavam a parceria e afirmavam que aquela relação não era de parceria e rejeitavam uma relação meramente econômica. Embora saiba-se que a integração é meramente econômica, camponeses e camponesas foram levados a esperar mais dessa relação.

Continuamente ouvimos os agricultores refutarem a parceria, “isso não é parceria”, “na parceria a gente conversa”, afirmavam que as imposições feitas pela empresa não se configuravam como parceria porque a parceria conhecida, entendida e praticada por eles tem o objetivo de buscar o melhor e do melhor modo para todos, e não se assenta em máximas como “os fins justificam os meios”, nem “amigos, amigos, negócios a parte”.

Sobre a expansão da dendeicultura servir ao desenvolvimento sustentável, vimos que não tem sustentação prática. Não podemos considerar extensas áreas de monocultivo como recuperação ambiental, tendo em vista, que esses plantios utilizam muitos agrotóxicos de contaminam os solos, os mananciais, e vem afetado a saúde das pessoas, direta ou indiretamente, ligadas aos empreendimentos.

Não podemos considerar que houve inclusão social quando o capital cultural das pessoas é usurpado em favor da expansão de um capital que lhes é estranho, o capital industrial. Não podemos considerar que houve inclusão social quando as famílias vêm perdendo autonomia e soberania alimentar, pois tem abandonado seus roçados tradicionais devido ao trabalho com dendê e também devido ao percentual de área que sobra para o plantio de outras culturas.

O que vemos é que a expansão da dendeicultura, assim como outros projetos desenvolvimentistas que chegaram para a região, assenta-se em princípios que primam pela expansão do capital, abuso do poder econômico, desconsideram os direitos dos povos e comunidades tradicionais e se impõe na paisagem e na vida das pessoas, sem considerar a dimensão dos impactos sociais e ambientais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. MARIN, R. A. (Coordenação). **Quilombolas atingidos pela expansão do dendê no Pará: Guerra ao Dendê**. In Boletim informativo Mapeamento social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – nº 9. (set. 2014) Manaus: UEA Edições, 2014.

ALTIERE, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 1ª edição. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS, 2004.

ANDRADE, L. G. Andrade, Lucia Gama de. **Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel: possibilidade e limites do desenvolvimento**. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 105 páginas. Belém- PA, 2010.

ARAGÓN, L. E. **Amazônia: conhecer para desenvolver** – cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

BRASIL. **Decreto Nº 5.297**, de 6 de dezembro de 2004. Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2004/dec5297.htm>, acesso em 14 de agosto de 2013.

CASTRO, E. M. Desenvolvimento e Meio Ambiente. In João Ricardo Gama e Andréa Simone Rente Leão. **Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – SND**. São Paulo: Acquerello, 2012. 208 p. (Coleção Diálogos Interdisciplinares; 1).

COSTA, F. A. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. In: BECKER, B.; COSTA, F. A.; COSTA, W. M. **Desafios ao Projeto Amazônia**. Brasília: CGEE, 2009. p. 215-363.

COSTA, F. A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém-PA. NAEA, 2012.

COUTO, A. C. O; SOUSA, R.; MACEDO, C. O. A fronteira do dendê na Amazônia: o caso do Nordeste paraense. **Anais do XXII Encontro de Geografia Agrária**, Uberlândia Minas Gerais, 2012.

EMBRAPA. **Zoneamento agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal**. Embrapa Solos. Rio de Janeiro-RJ, 2010.

GLASS, V. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. ONG Repórter Brasil. São Paulo- SP, 2013.

GOMES JÚNIOR, R. A. BARRA, V. R. Seleção de áreas aptas para o cultivo sustentável da palma de óleo. In Rui Alberto Gomes Júnior (org) **Bases técnicas para a cultura da palma de óleo integrado na unidade produtiva da agricultura familiar**. Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2010. Parte II, p. 03-12.

HARVEY, D. Acumulação por via espoliação. In David Harley. **O novo Imperialismo**. Edições Loyola. São Paulo-SP, 2003. p. 115-148.

HOMA, A. K. O. Agroenergia: a entrada de um novo ciclo na Amazônia? In Rui Alberto Gomes Júnior (org) Bases técnicas para a cultura da palma de óleo integrado na unidade produtiva da agricultura familiar. Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2010. parte I, p. 03-12.

154

HOMA, A. K. O; VIEIRA. I. C. G. **Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia.** Banco da Amazônia. Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, v. 8, nº 15, julho-dezembro, 2012. p. 79-90.

HOMMA, A. K. O [et al]. **Integração grande empresa e pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade de Arauaí,** município de Moju, Pará. Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2014.

ISAF. **Diagnóstico do Projeto de Assentamento Taperussu.** 2014.

MDA. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: inclusão social e desenvolvimento territorial.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010a.

_____. **Programa Palma de Óleo.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010b.

_____. **Portaria Nº 337, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.** Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. Diário Oficial da União. Nº 181, terça-feira, 22 de setembro de 2015. Seção 1. Página 65.

MONTEIRO, K. F. G. **Análise de indicadores de sustentabilidade sociambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no estado do Pará.** Tese de doutorado. Universidade Rural da Amazônia/Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2013.

MPF. **Ação cautelar de antecipação de prova com pedido liminar.** Ministério Público Federal, Belém-PA, 2014. Disponível em <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/Acao-cautelar-pedido-inspecao-TI-Ture-Mariquita-analise-contaminacao-agrotoxicos.pdf>> acesso em 18 de Dezembro de 2014

NAHUM, J. S; BASTOS. **Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense.** Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 9, n. 17, abr. 2014. p. 469-485. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628/14394>> acesso em 13 de Setembro de 2014.

SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de estímulo à produção de óleo de palma e entrega de títulos provisórios de terras e licenciamento ambiental para 3,7 mil agricultores familiares da região. Tomé-Açu - PA, 06 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/06-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-estimulo-a-producao-de-oleo-de-palma>> acesso em 03 de setembro de 2015.

VILMAR, M. L. [et al]. **O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma de dendê no estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobrás combustíveis.** Relatório final. Instituto Observatório Social. São Paulo-SP, 2014.

WOORTMANN, K. (1988). "Com parente não se negueia":o campesinato como ordem moral. In Anuário Antropológico. Editora UNB. Brasília-DF. p. 11-73.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília-DF. Editora UnB, 1997.



O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO FRENTE AOS ACORDOS COM OS PAÍSES DO PLATÔ DAS GUIANAS

Thaís Medeiros Fritz Loesch¹
Celina Andriely Machado da Costa²
Hugo Santos de Castro³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo verificar de modo sucinto a cooperação militar entre Brasil e os países que compõem o Platô das Guianas (Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa), a partir do conceito abrangente de Segurança Internacional (Escola de Copenhague). Nosso propósito é entrever o papel do Brasil, se atua, ou não, como incentivador das propostas de cooperação, através da análise dos acordos bilaterais existentes entre os mesmos. O levantamento destes acordos foi realizado nas fontes disponíveis do Ministério das Relações Exteriores brasileiro (Sistema de Atos Internacionais) e na Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a começar do período Pós Guerra Fria com o advento do conceito de “Novas Ameças”, que traz para o debate de segurança os setores ambiental, econômico, social, além dos setores clássicos político e militar.

Palavras-Chave: Defesa. Segurança. Cooperação Militar. Amazônia. Platô das Guianas.

INTRODUÇÃO

O território é uma das categorias de análise da ciência geográfica, porém o que o difere das demais, é num dado espaço, onde há relações de poder, há território, seja ele abstrato (áreas de influência política e econômica) ou delimitado por fronteiras. O território se forma a partir do espaço como um resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um dado espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator está “territorializando” o espaço (RAFFESTIN, 1993). Sendo assim, o território é tido como um espaço de exercício da soberania do Estado, e o presente trabalho busca retratar o papel da soberania de estados nacionais na defesa de seus territórios.

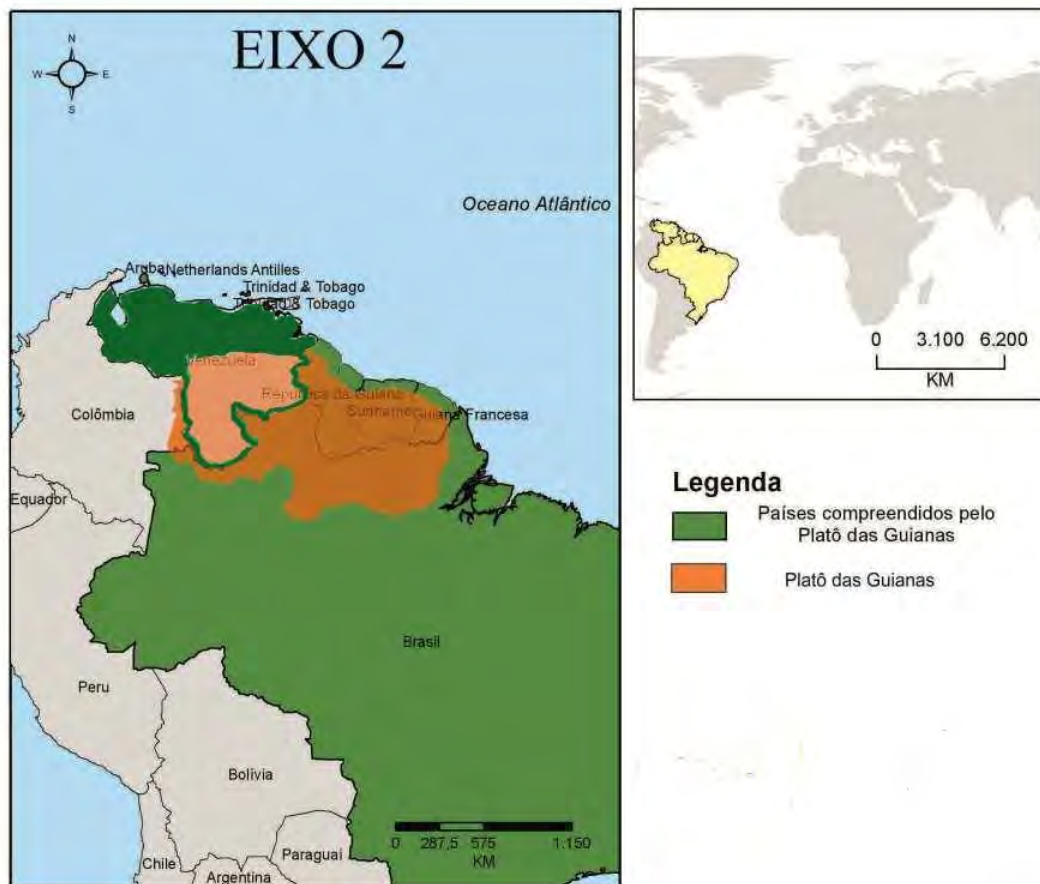
Podemos observar que há pouco da narrativa de Defesa que se debruça a nível de análise sobre a região de fronteira norte de nosso país. Possivelmente por ser uma região fora dos grandes centros de pesquisa sobre o assunto e até mesmo fora do grande centro econômico brasileiro e dos projetos militares. Entretanto, pretendemos chamar a atenção para um limitado interesse por uma região de substancial importância para o conteúdo de Segurança, localizada ao norte da Planície Amazônica (Figura 1) que compreende os quatro territórios: Brasil, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Venezuela

¹ Graduanda em Relações Internacionais. Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e integrante do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas – OBFRON. Email: thaiss.loesch@hotmail.com.

² Graduanda em Relações Internacionais pela UNIFAP e integrante do OBFRON. Email: adriellycosta@hotmail.fr.

³ Geógrafo. Mestre em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: hcastro_geo@yahoo.com.br.

Figura 1 – Localização da região do Platô das Guianas.



Fonte: <http://www2.unifap.br/obfron/>

Os elementos da Política Externa Brasileira (PEB) para essa região acontecem anteferido dentro de organismos internacionais, como a Organização do Tratado de Cooperação (OTCA), a Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Conselho Sul-Americano de Defesa (CSD). Esses projetos, segundo Corrêa (2012, p. 31), “junto a outros fatores, ganhou força nos últimos anos [...] com uma forte atenção da Política Externa Brasileira”. Visto que, a mudança de um mundo bipolar para multipolar produziu a noção de que a América do Sul desempenha um papel importante no novo arranjo internacional, principalmente em razão de deter enormes recursos naturais (florestas, água potável, minérios, petróleo e alimentos).

Destarte, faz-se importante a defesa articulada entre esses países para proteção de suas fronteiras de atores externos, bem como de atores internos, como visto nas situações entre Brasil - Venezuela e Brasil - Guiana Francesa, com a crescente migração ilegal de brasileiros para o carimbo nesses dois países⁴.

Uma vez que se pensa em uma Amazônia Transnacional com problemas análogos, que atravessa esses cinco países, faz-se mister alinhar as políticas externa e de defesa, como aborda o Livro Branco de Defesa:

⁴ Disponível em <http://www.wwf.org.br/informacoes/?37562/brasil-e-frana-devem-agir-contragarimpo-ilegal-de-ouro;> <http://www.wwf.org.br/informacoes/?37562/brasil-e-frana-devem-agir-contragarimpo-ilegal-de-ouro> acessado em 29/06/2015.

As políticas externas e de defesa são complementares e indissociáveis. A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidas pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE) (BRASIL, 2012, p. 51).

Dessa maneira, algumas questões surgem para se conjecturar ações, levantas por Rocha (2009, p. 2):

Que visão de longo prazo tem o Ministério da Defesa (MD) sobre a projeção de influência do Brasil no cenário internacional? Que papel se reserva aos militares neste esforço de projeção de influência? [...] Qual é o grau de articulação entre o MD e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) [...]?

Hoje o país já tem uma clara conceituação dos temas e problemas ligados à defesa e à segurança nacional. Assim, também, como uma diplomacia reconhecida internacionalmente. Para tanto, oportunidades de cooperação militar são mais possíveis, dentro de um contexto onde o Brasil é um ator internacional de extrema relevância na agenda ambiental, reconhecendo às pretensões internacionais sobre os recursos naturais da região⁵ (SILVA, 2008). De acordo com seus documentos de Defesa⁶, o país está disposto a cooperar para ações em que o Estado promova medidas com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preeminentemente externas, potências ou manifestas.

Sendo assim, a prática de cooperação militar entre esses países se mostra exequível e de fácil aproximação, pois o país já estabelece relações deste muito cedo. Com a Venezuela desde o período de sua independência (1822). Com a Guiana Francesa, procede, sobretudo, de sua relação com a França, aproveitando o uso da fronteira entre Oiapoque (AP) São Jorge (GF) para estreitar mais este vínculo. Tão somente Guiana e Suriname que estabeleceram relações com o Brasil mais tardiamente devido aos respectivos anos de suas independências: 1966 e 1975.

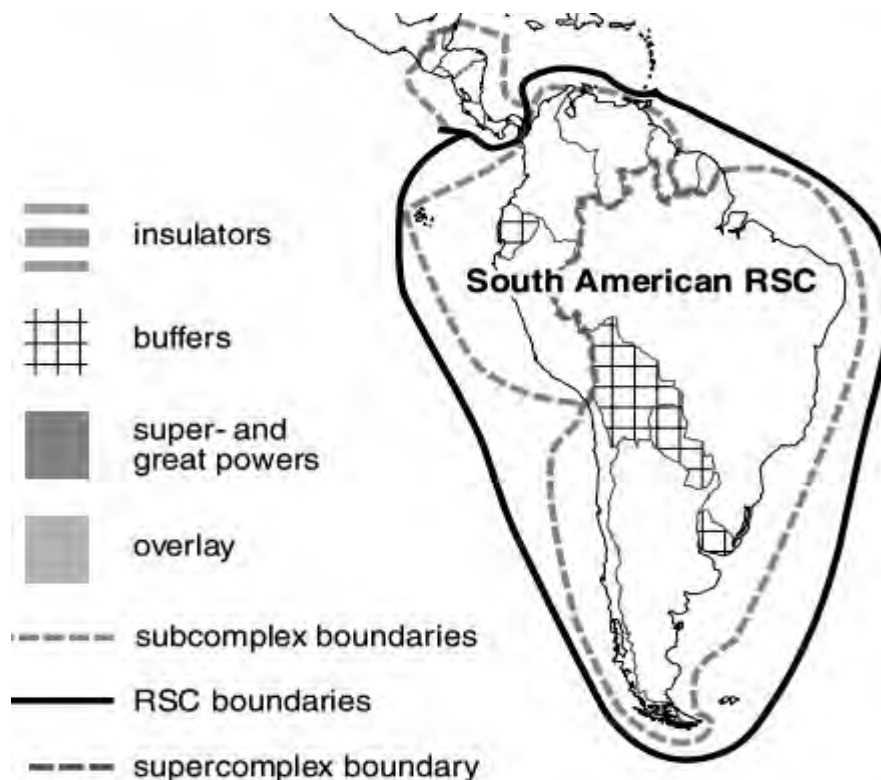
A proximidade com o mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região (BRASIL, 2012). Inclusive, os Complexos Regionais de Segurança (CRS), que tem como expoentes Buzan e Wæver (2003), os quais analisam os problemas de segurança majoritariamente a nível regional, integra essa região no CRS da América do Sul e, também, no subcomplexo do Caribe

⁵ Em situações diferentes, ao longo dos anos '80 e '90 do século passado várias autoridades internacionais, com responsabilidade de mando em países desenvolvidos, cometeram impropriedades contra a soberania brasileira na Amazônia. Assim, o Conselho Mundial das Igrejas, em 1981, afirmou em documento público que a soberania brasileira na região é “meramente circunstancial”; Margaret Thatcher, ex-Primeira Ministra do Reino Unido em 1983, em discurso no G-7 sugeriu a troca da dívida de países subdesenvolvidos como o Brasil por territórios amazônicos; Al Gore, ex-vice-presidente de Clinton e candidato a presidente dos EUA, em 1989, afirmou “...ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”; François Mitterrand referiu-se a Amazônia, em 1989, como um território de soberania relativa; Mikhail Gorbachev, ex-presidente russo, sugeriu, em 1992, por sua vez, que o Brasil parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais; no mesmo ano, John Major, ex-premier britânico chegou a afirmar que seria possível pensar em operações militares para garantir a preservação da região, enquanto Henry Kissinger avançou em direção a montagem de um sistema de pressões e constrangimentos, através de instrumentos estatais exteriores, de ONGs, de empresas e bancos, visando a fragilidade econômica do país, para conseguir objetivos relativos a Amazônia. Devemos ter claro, aqui, que as seguidas referências sobre uma “geopolítica da ditadura militar”, como aparecem em várias obras de ambientalistas visando desqualificar as forças armadas como ator regional, são produto do desconhecimento histórico. A matriz de segurança e defesa precede o regime militar, e em muitos séculos, além de manter-se com extrema atualidade, como vimos. Da mesma forma, países com grandes espaços pouco povoados, como a Federação Russa e a China Popular, elegeram, pós 11 de setembro de 2001, as ameaças transfronteiriças, o narcotráfico e o contrabando, como parte central das chamadas “novas ameaças”. Mais recentemente, as declarações de Pascal Lamy, da OMC, e de Peter Mandelson, da U.E., além da constante ação de observação norte-americana só reforçam a tese da intervenção estrangeira (SILVA, 2008).

⁶ São eles: Livro Branco de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa.

(Figura 2). Portanto, há dois modos de pensar a Segurança desta zona, uma integrada ao óbice do Caribe e outra integrada mais à América do Sul.

Figura 2 – Complexos Regionais de Segurança na América do Sul e Caribe.



Fonte: BUZAN; HANSEM (2012).

A dinâmica do cenário internacional, tendo o terrorismo como inimigo difuso, instabilidade em nações exportadoras, medo de lutas por suprimento energético, rivalidades geopolíticas, necessidades de energia para alimentar o crescimento econômico nacional, aumento de atividades ilícitas como narcotráfico, a biopirataria e a importância da proteção da biodiversidade devido a crescente escassez de recursos, faz com o pensamento de segurança articulado esteja mais presente entre as nações. Segundo a Estratégia Nacional de Defesa.

A Amazônia é o foco de maior interesse para a área de defesa, pois tais projetos afastarão a possibilidade de conflitos na região, avançando, juntamente com todos os países, na construção de uma unidade sul-americana, ressaltando que, a criação do Conselho de Segurança Sul-Americano criará mecanismos que permitirão a prevenção de conflitos, além de fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que haja a participação de países de fora da região. A ideia era que a região, através desses projetos, pudesse reafirmar sua soberania sobre os recursos existentes em seu território diante do interesse de outras potências em tais recursos (BRASIL, 2008, p. 17).

A Amazônia Transnacional tem uma nova escala de desafios e oportunidades para se pensar e agir nessa região. Com realidades imbricadas:

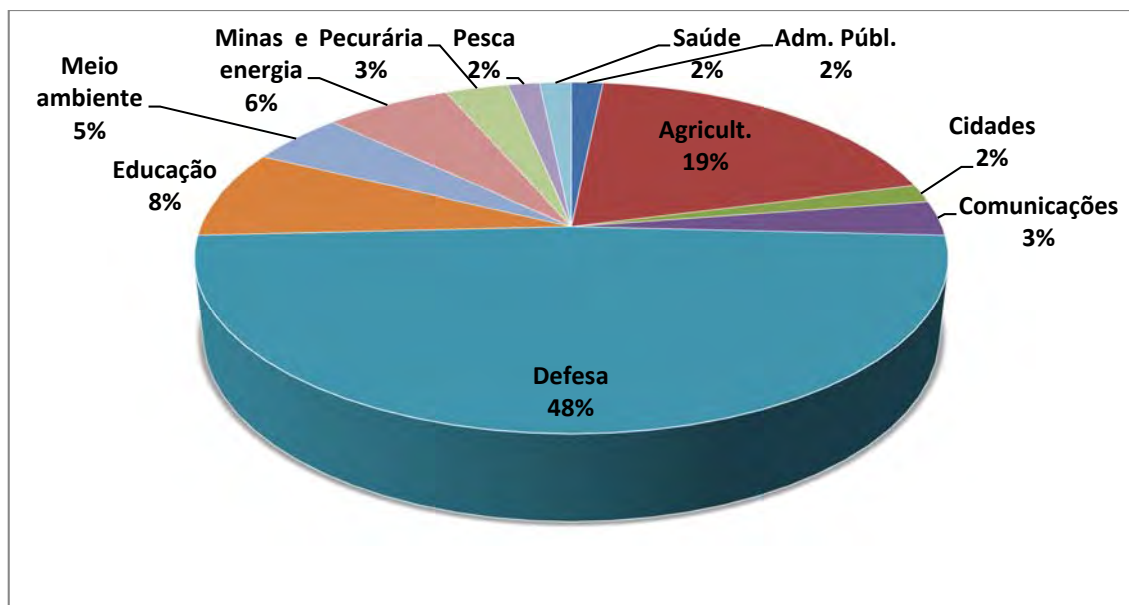
(...) o poder discursivo da securitização une atores e objetos: *atores securitizantes* são definidos como 'atores que securitizam questões ao declarar algo – um objeto de referência – existencialmente ameaçado', sendo os *objetos de referência* 'aquilo que está ameaçado existencialmente e possui uma reivindicação legítima por sobrevivência (BUZAN et al., 1998, p.1).

Por conseguinte, diante do cenário ilustrado, com a importância da Amazônia no processo de integração, seguiremos apresentando os acordos em Defesa entre Brasil e os países do Platô das Guianas para situar os avanços que conseguiram entre si para estabilizar problemas em suas fronteiras, igualmente na região como um todo.

Os Acordos em Matéria de Defesa entre Brasil e a República da Guiana

As relações Brasil e Guiana tiveram momentos de aproximação durante os primeiros anos da Guiana republicana, que se tornou independente do Reino Unido em 1966. Contudo, devido à conjuntura interna destes países e as mudanças em suas políticas externas, ambos tiveram momentos de distanciamentos no fim do século passado. No entanto, com o novo esforço de integração sul-americana, liderada política e economicamente pelo Brasil, a cooperação entre os dois países foi reavivada. Em seu papel de coordenador, com mais recursos para o processo de integração, o Brasil retomou a cooperação com o viés de inclusão da Guiana na política externa brasileira. Isto trouxe um crescimento do número de projetos de cooperação entre os mesmos, com especial atenção para área de Defesa como mostra o gráfico abaixo (Figura 3).

Figura 3 – Gráfico: Tratados de Cooperação entre Brasil e Guiana entre 2002-2015.



Fonte: Adaptado de Agência Brasileira de Cooperação (ABC)⁷.

O Brasil durante o regime militar procurou se apresentar como um potencial parceiro, sem abandonar o pragmatismo da política externa brasileira naquele momento. O plano era trazer a

⁷ Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa> acessado em 29/06/2015.

Guiana para sua zona de influência, bem como tanger uma possível ameaça comunista para longe de suas fronteiras.

Estes objetivos foram endossados pelo famoso temor militar da perda da soberania da Amazônia, devido às mudanças em torno da agenda ambiental que se fazia no momento no cenário internacional. Esta ideia levou a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978 que incluiu a Guiana e Suriname a fim de assegurar a Amazônia sob qualquer intervenção internacional nas fronteiras brasileiras. Este pensamento da criação do TCA não foi totalmente abandonado com o fim da ditadura militar, ela pode ser vista na adoção da Amazônia como uma das prioridades de proteção na Estratégia Nacional de Defesa: “(...) O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira (...)” (MD, 2008).

O período militar mostrou o “ajuste estratégico” na região norte em especial nas Guianas, pois como visto durante o governo militar, o Brasil procurou afastar das suas fronteiras ao norte qualquer ameaça tanto comunista ou de desrespeito à soberania brasileira com uma postura cooperativista.

A Cooperação na área de Defesa atualmente com a Guiana tem sido tratada de forma especial ocupando um lugar considerável nas relações bilaterais entre Brasil e Guiana, ocupando 48% dos tratados de cooperação bilaterais, e este número está relacionado à treinamentos conjuntos, bem como capacitação de oficiais e a profissionalização do exército guianense, conforme mostrou a gráfico anterior. Da perspectiva brasileira, a cooperação militar com a Guiana faz parte do projeto de integração regional. A construção desta integração se passa pelo fomento e construção de instituições comuns e de doutrinas e pensamentos comuns como podemos ver na construção do Mercosul e da UNASUL. Ainda fazendo parte deste projeto de integração regional, temos o Conselho de Defesa Sul-americano procurando fomentar ideias e intercâmbios de doutrinas de Defesa entre os países da América do Sul, não obstante a cooperação de Defesa do Brasil com a Guiana encontra-se no mesmo intuito de promover a integração e o intercâmbio de doutrinas militares e de Defesa entre as Forças Armadas dos dois países. Acrescentando aos dados anteriores da Agência Brasileira de Cooperação, temos o Acordo registrado no Sistema de Atos Internacionais (Quadro 1).

Quadro 1 – Acordos bilaterais entre o Brasil e a República da Guiana.

Título do Acordo	Ano de celebração	Situação	Descrição
Acordo entre o Brasil e a República da Guiana sobre Cooperação em matéria de Defesa.	14/09/2009	Em tramitação	O acordo tem como objetivo o intercâmbio de informações entre os dois países visando o aprofundamento de cooperações na área de defesa.

Fonte: Sistema de Atos Internacionais⁸.

Os Acordos em Matéria de Defesa entre Brasil e a Guiana Francesa

Como Departamento Ultramarino francês desde o ano de 1946, a Guiana Francesa é subordinada à França, como qualquer outro território francês, em diversos âmbitos administrativos,

⁸ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil acessado em 29/06/2015.

financeiros e políticos. Assim sendo, todos os acordos celebrados são feitos entre os seus devidos Chefes de Estados, não podendo este departamento infringir a hierarquia governamental da França⁹.

A Guiana Francesa faz fronteira ao norte do Brasil com o estado do Amapá. É a única faixa territorial do Brasil que possui contato direto com a França, e assim sendo, com a União Europeia¹⁰. Logo, visualiza-se o posicionamento estratégico *sui generis* existente entre ambos países.

O vislumbre das diversas possibilidades de cooperação incitou a aproximação dos dois países em várias áreas específicas. Atualmente, existem 99 acordos bilaterais estabelecidos pelo Brasil e a França, e 14 deles tocam diretamente o departamento ultramarino guianês. Segundo o portal do Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, a maior parte dos acordos firmados envolve a área de cooperação técnica, no que tange um plano de desenvolvimento para a Guiana Francesa criado pelo então presidente Jacques Chirac.

Sendo uma região de fronteira muito visada por imigrantes vindos não apenas dos estados brasileiros vizinhos, como de outros países subdesenvolvidos, há uma forte inclinação à segurança e limitação na entrada de pessoas no território francês. Por conseguinte, firmam-se maiores entendimentos sobre transporte, na infraestrutura como no caso da ponte que liga as duas cidades fronteiriças, alguns no que tange o comércio e outros acordos que são pautados em memorandos e comunicados.

Apesar da Guiana Francesa não ter um acordo que a insira diretamente à área de defesa, a França dispõe de importantes resoluções que firmam compromisso no que se refere à cooperação no domínio da defesa e ao estatuto de suas forças. Um dos mais expressivos foi o feito em Paris, em 29 de janeiro de 2008 e assinado pelos seus respectivos ministros da Defesa, Nelson Jobim e Hervé Morin¹¹. Conforme o Artigo III deste acordo, a intenção da cooperação entre as partes é de promover as atividades militares, tanto as que se baseiam na troca de equipamentos, assim como naquelas que influenciam no intercâmbio entre o pessoal, e de tudo o que possa referir-se ao domínio da defesa e que seja de interesse mútuo.

Há, então, uma eminente possibilidade baseada na necessidade mútua de proteção e defesa da Amazônia, da própria fronteira, e de troca de conhecimento entre suas respectivas forças armadas. Principalmente quando existe uma perspectiva envolvendo a Guiana Francesa e a conexão direta que a França possui sendo membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e tendo um de seus municípios como área de base espacial, contendo atividades científicas de extremo avanço na área¹². Tal oportunidade poderia ser proporcionada através da Declaração de Intenções entre os ministros da defesa brasileiro e francês, realizada em 30 de junho de 2008¹³, que prevê a viabilização de transferência tecnológica e de capacidade industrial entre ambos os países (Quadro 2).

⁹ Disponível em: http://www.insee.fr/fr/insee_regions/guyane/themes/antiane/ae54/ae54_art04.pdf.

¹⁰ Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5176:republica-francesa&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478 acessado em 01/07/2015.

¹¹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/acordo-relativo-a-cooperacao-no-dominio-da-defesa-e-ao-estatuto-de-suas-forcas/at_download/arquivo.

¹² Disponível em http://www.ecofog.gf/greybase/files/davyd/2011/192_DavyD._etal2011.pdf.

¹³ Disponível em http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_140/at_download/arquivo.

Quadro 2 – Acordos bilaterais entre o Brasil e a França.

Título do Acordo	Ano de celebração	Situação	Descrição
Acordo para Cooperação na Área da Aeronáutica Militar	17/07/2005	Vigente	Fortalecimento da cooperação na área de defesa e, em especial, na área da aeronáutica militar, tendo em vista interesses operacionais, industriais e políticos; promover a participação em treinamentos e exercícios militares conjuntos; identificar possibilidades de fornecimento de aeronaves, equipamentos, armamentos e serviços.
Acordo Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças	29/01/2008	Vigente	A cooperação entre as Partes tem por objetivo promover as atividades militares, a atividades relacionadas aos equipamentos e sistemas militares, bem como o intercâmbio nas questões de defesa e segurança e toda atividade no domínio da defesa que as partes julguem de interesse mútuo.
Declaração de Intenções entre o Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministro da Defesa da República Francesa	30/06/2008	Vigente	Viabilizar futuras aquisições de helicópteros de transporte e demais produtos/serviços contemplados na presente Declaração, sujeitas à efetiva transferência de tecnologia e ampliação da capacidade industrial no território brasileiro neste campo.
Acordo entre o Brasil e a França na Área dos Submarinos	23/12/2008	Em tramitação	O presente Acordo tem por objeto definir a forma de apoio e da cooperação estabelecida pelas Partes para facilitar a realização do programa brasileiro de desenvolvimento de suas forças submarinas

Fonte: Sistema de Atos Internacionais¹⁴

Os Acordos em Matéria de Defesa entre Brasil e Suriname

O Suriname é um país que está localizado ao norte da América do Sul, entre a Guiana Francesa (oeste) Guiana (leste), Brasil (sul) e Oceano Atlântico (norte); o país é ex-colônia holandesa e tornou-se independente no ano de 1975 com o consentimento do governo holandês. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial organizaram-se movimentos nacionalistas na colônia, representados pelo Partido Nacional do Suriname (NPS), que defendiam a ideia da independência. Assim, com a vitória do partido em 1973, no dia 25 de novembro de 1975 foi proclamada a independência do Suriname (VISENTINI, 2008). O Suriname é um país de 163.820 Km², atualmente com 547 mil

¹⁴ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil

habitantes e um PIB de 5,04 bilhões de dólares. Esse PIB está dividido em 8,9% proveniente de atividades agrícolas, 36,6% de atividades industriais e 54,5% é proveniente de serviços. Os principais produtos exportados pelo país são produtos químicos orgânicos, ouro e pedras preciosas, correspondendo 35,1 % e 27,4%, respectivamente, do total de exportações do país segundo dados de 2014 da Divisão de Inteligência Comercial do Itamaraty.

Os primeiros contatos entre Brasil e Suriname no ano de 1976, ano seguinte da independência do país, se deram por meio da visita oficial ao Brasil de Henck Arron, na ocasião ministro das relações exteriores do Suriname, e juntamente com o chanceler brasileiro Azevedo da Silveira conversaram sobre cooperação bilateral, e no mesmo ano foi assinado um acordo básico de cooperação técnica e científica entre os dois países. Desde então outros inúmeros acordos foram assinado. Destaca-se na área de Defesa e assunto militares os acordos assinados em 1983 e em 2008.

Entre os anos de 1980 e 1990, período no qual aconteceram golpes militares no Suriname, foi proclamado à República Socialista do Suriname. Esse fato chamou a atenção da comunidade internacional. Então, em resposta ao temor que se instaurou com relação a uma possível “cubanização” do Suriname, o Brasil enviou entre 15 e 17 de abril de 1983 o general Danilo Venturini ao Suriname em missão diplomática, na ocasião programas de assistência civil e militar, cooperação técnica na área agroindustrial, estudos para a construção de usinas hidroelétricas, estreitamento nos transportes aéreos e marítimos, programas de treinamento militar, bolsas de estudo nas universidades amazônicas e o incremento do comércio bilateral (URT, 2010). Essa missão ficou conhecida como “Missão Venturini” e, por conseguinte, teve forte impacto na configuração da relação entre Brasil e Suriname.

A partir da criação da UNASUL no ano de 2008 e posteriormente o Conselho de Defesa Sul-Americano, criado no mesmo ano, o debate sobre defesa tornou-se relevante na agenda Sul-Americana, com a criação dessas instituições de coordenação regional em matéria de defesa possibilitou a celebração de uma gama de acordos e alianças militares entre os países do bloco. Essas mudanças no cenário de defesa nacional possibilitaram que alguns países materializassem suas orientações na política exterior, no caso brasileiro, essas mudanças foram percebidas a partir de 2003, com o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o mesmo, buscou de forma explícita uma posição de liderança na região, posição fundamental para uma projeção internacional do país (BATTAGLINO, 2009). Assim, foi assinado um Acordo entre Brasil e Suriname no dia 22 de abril de 2008 visando a Cooperação em Matéria de Defesa (Quadro 3).

Quadro 3 – Acordos bilaterais entre o Brasil e o Suriname.

Título do Acordo	Ano de celebração	Situação	Descrição
Acordo entre Brasil e Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa	22/04/2008	Em tramitação	Promover a cooperação entre as partes em assuntos relativos à defesa, com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa.

Fonte: Sistema de Atos Internacionais¹⁵.

¹⁵ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil.

O Acordo de 2008 entre Brasil e Suriname é o principal Acordo na área de Defesa entre os dois países. Ele promove principalmente programas de treinamento entre os oficiais das forças armadas das duas partes. Entre os anos de 2008 e 2013 foram realizados 43 projetos de treinamento, segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação estão entre eles programas de treinamento como: cursos de segurança em voo, aperfeiçoamento de hidrografia e navegação, salvamento e resgate, preparação para missão de paz, operações de selva, aperfeiçoamento de sargentos, entre outros.

Os programas de treinamento que são realizados entre Brasil e Suriname são essenciais para exercer maior transparência nas relações militares entre os países; consolidar um processo de construção de confiança entre as partes, possibilitando interação em outras áreas através de acordos de cooperação. Essas medidas aumentariam o poder de barganha e a coesão política brasileira na América do Sul e na região do Platô. Contudo, existe apenas um acordo em trâmite entre os países na área de defesa que está pautado basicamente em treinamentos e cursos entre as partes, isso minimiza as áreas que podem ser exploradas através de processos de cooperação.

Os Acordos em Matéria de Defesa entre Brasil e Venezuela

A relação com a Venezuela é prioritária e tem se aprofundando desde a última década. Durante as administrações Lula-Chávez essa relação se estreitou ainda mais. Como corolário disto, podemos apontar o lançamento da Parceria Estratégica (2005), o estabelecimento de reuniões presidenciais periódicas (2007) e a incorporação da Venezuela ao MERCOSUL (2012)¹⁶. Avante, também, podemos indicar como sinal de uma relação bilateral expressiva suas economias complementares que continuamente fecharam em superávit¹⁷. Salvo os acordos que há entre os dois países em matéria de cooperação alimentar, energética, industrial, segurança, integração regional e outras coisas mais.

Não obstante, as vias de cooperação em matéria de defesa ainda são mínguas, tendo em vista a natureza transnacional das novas ameaças. Subsequentemente, encontra-se no Quadro 4 os atos internacionais desta matéria firmados Brasil e Venezuela:

¹⁶ Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5411:republica-bolivariana-da-venezuela&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478 acessado em 01/07/2015.

¹⁷ Em 2010, o comércio bilateral totalizou US\$ 4,6 bilhões (aumento de 11,8% em relação a 2009). As exportações brasileiras alcançaram US\$ 3,8 bilhões (aumento de 6,7%), ao passo que as importações provenientes da Venezuela somaram US\$ 832 milhões (incremento de 43,2%), com superávit de US\$3 bilhões em favor do Brasil. Nos quatro primeiros meses de 2011, a corrente de comércio já superou US\$ 1,5 bilhão, dos quais mais de US\$ 1 bilhão correspondem a exportações do Brasil. <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/notas-oficiais/mre-divulga-nota-informativa-sobre-a-visita-do-presidente-da-venezuela-ao-brasil>

Quadro 4 – Acordos bilaterais entre o Brasil e a Venezuela.

Título do Acordo	Ano de celebração	Situação	Descrição
Declaração Presidencial de Caracas	06/04/2000	Vigente	Estimular reuniões periódicas dos respectivos Ministros da Defesa, destinadas a avaliar os processos de cooperação militar entre os dois países e dar-lhes seguimento; trocar informações sobre o propósito e o alcance dos Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia.
Comunicado Conjunto- Aliança Estratégica Brasil-Venezuela	14/02/2005	Vigente	Venezuela reconhece apoio a aspiração do Brasil para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança.
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	30/12/2005	Em tramitação	Empenham-se em esforços conjuntos para coibir o tráfego de aeronaves supostamente envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, adentrando ou evoluindo nos respectivos espaços aéreos nacionais.
Acordo entre Brasil e Venezuela Relativo aos Procedimentos para Autorização de Sobrevoos em Área de Fronteira.	27/06/2008	Não vigente	Estabelecem mecanismos de cooperação com vistas a assegurar a eficiente implementação dos procedimentos para a solicitação, a autorização e o controle de sobrevoos de aeronaves militares entre os dois países, na região de fronteira de interesse comum.

Fonte: Sistema de Atos Internacionais¹⁸

Ademais destes acordos, desde o ano 2000, vem sendo realizado exercícios militares com as forças aéreas de ambos os países, a VENBRA, que são missões de vigilância com foco em transferências de tráfegos aéreos de interesse, ou seja, que combatem o tráfego de aeronaves supostamente envolvidas em atividades ilícitas (drogas, armas e munições). O exercício contribui para estabelecer procedimentos que possibilitam maior eficácia no combate ao tráfico de ilícito transnacional, por meio da cooperação entre os órgãos de Defesa Aérea do Brasil e da Venezuela¹⁹.

Assim, vimos que o projeto de construção de Defesa entre os dois países está concentrado na área de fronteira, principalmente, no que condiz à proteção da Amazônia e sua soberania. O estímulo de reuniões periódicas formenta o debate acerca de novas ameaças que eventualmente irão surgindo, contruindo um cenário de antecipação aos riscos.

¹⁸ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil.

¹⁹ Disponível em: <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/11211/VENBRA-VI-%E2%80%93-Brasil-e-Venezuela-treinam-em-conjunto-no-combate-a-il%C3%ADcitos> acessado em 01/07/2015.

Considerações Finais

As relações da América do Sul passaram por grandes transformações nos últimos 15 anos. O Brasil buscou protagonizar iniciativas regionais que fortalecesse a subregião como uma unidade geopolítica madura. Esse processo deve passar necessariamente pelos temas de Defesa e Segurança regional, principalmente na região da Amazônia Transnacional.

O interesse do Brasil na criação de uma Política de Defesa Nacional, e mais tarde os esforços do mesmo para a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, nos mostra que as tentativas de cooperação na área da Defesa ganharam importância na política externa do Brasil e ele atua como principal ator que busca fazer com que projetos regionais na área de defesa possam fazer parte do cenário sul-americano. Nos últimos tempos, como pode se notar, houve uma intensificação por parte do país nos projetos de cooperação regional, a fim de fazer com a América do Sul se torne uma região com defesa compartilhada e integrada.

A estratégia brasileira ao adotar tal forma de cooperação está justamente garantir a segurança do país, e também regional, através de medidas práticas de defesa, sendo a cooperação importante para formulação de estratégias militares, o que Teixeira (2012) vai chamar de estratégia Westphaliana. Nessa ocasião, o autor afirma ainda que ao assumir a postura de focar nas relações com os países vizinhos, o Brasil tem um momento que ele chama de volta ao realismo, onde cooperar com os países da América do Sul, em se tratando de defesa, representa um aspecto funcional de uma estratégia maior, que no caso seria a de garantir sua soberania como potência regional.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>> Acesso em: 24 de jun. 2015.

BATTAGLINO, Jorge. O Brasil e a criação do Conselho de Segurança Sul Americano: Uma convergência de vantagens. *Nueva Sociedad*, 2009.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Atos Bilaterais França/Brasil, 2008. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_140/at_download/arquivo> Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. Acordo Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de Suas Forças, 2008. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/acordo-relativo-a-cooperacao-no-dominio-da-defesa-e-ao-estatuto-de-suas-forcas/at_download/arquivo> Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. República Francesa, 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5176:republica-francesa&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478> Acesso em: 12 ago. 2015.

BUZAN, Barry; HANSEM, Lene. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. *Regions and Power: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CAVLAK, Iuri. A história do norte da América do sul: Brasil, Guianas e Suriname. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. *Anais...* Natal-RN: ANPUH, 2013.

CORREA, P. G. P.. As iniciativas de integração e segurança dos países amazônicos e o papel do Brasil nesse contexto. In: SVARTMAN, Eduardo; MEI, Eduardo; RODRIGUES, Thiago (OrgS.). **Defesa, Segurança e Estratégia**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012, v. 1, p. 29-42.

GEHRE, Thiago. Ajuste estratégico na política sul americana do Brasil: alcançando a fronteira norte (1969-1983). **Carta Internacional**, vol. 7, n. 2, jul.-dez. 2012, p. 66- 80.

GEHRE, Thiago; LINHARES, Erick. Brazil and Guyana: from distant neighbors to potential partners. **Mural Internacional**. v. 3, n. 2, jul-dez. 2012.

INSEE. Guyane, des peuples et des histoires, 2002. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/inseeregions/guyane/themes/antiane/ae54/ae54_art04.pdf> Acesso em: 29 jun. 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa 2008.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2015.

NASCIMENTO, Lucas Ursini. A importância da Estratégia Nacional de Defesa Brasileira na formação da agenda de segurança da América do Sul, 2010. Disponível em: <<https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/lucas-nascimento-a-importancia-da-estrategia-nacional-de-defesa-brasileira-na-formacao-da-agenda-de-seguranca-da-americado-sul.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2015.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. Reformatações fronteiriças no Platô das Guianas: (re) territorialidades de cooperações em construção, 2011. Disponível em: <http://www.ecofog.gf/greybase/files/davyd/2011/192_DavyD._etal2011.pdf> Acesso em: 3 out. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. Política externa e política de defesa no Brasil: Cíveis e militares, prioridades e a participação em missões de paz (2009). Disponível em: <<https://eces.revues.org/359>> Acesso em: 13 ago. 2015.

SANTOS, Luís Cláudio. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: FUNAG, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A Amazônia e as novas ameaças mundiais. In: NASCIMENTO, Durbens Matins (Org). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. Belém-PA: NAEA; UFPA, 2008. p. 47-63.

TEIXEIRA, Augusto Wagner Menezes. Da Segurança Coletiva à Dissuasão Regional: Polaridade e as transformações na cooperação brasileira em defesa, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbed/article/download/48751/30432>> Acesso em: 16 ago. 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. In: II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2, FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **Anais...** Brasília: FUNAG, 2008.

RESERVAS EXTRATIVISTAS: ECONOMIA, TERRITÓRIO TRADICIONAL EM CONTRADIÇÃO COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO¹

Maria do Socorro da Conceição Cardoso²

RESUMO

Este artigo é resultado da pesquisa de campo, realizada nos meses de maio, junho, julho e outubro de 2013, em três comunidades rurais de pescadores artesanais: Céu, Cajuúna e Pesqueiro, localizadas nos limites da Reserva Extrativista Marinha de Soure, Marajó, Pará, Brasil. A pesquisa socioeconômica objetivou refletir a realidade das unidades sociais por meio de abordagem qualitativa e quantitativa. O resultado da pesquisa indicou que os recursos hídricos, especialmente a pesca do peixe e do caranguejo, vêm paulatinamente diminuindo nos últimos anos. Os relatos dos agentes sociais confirmam essa escassez, mas também reconhecem que, apesar da redução em termos quantitativos, ainda há uma abundância das espécies de peixes. No território desses pescadores, foram citadas 51 (cinquenta e uma) espécies com importância comercial e não comercial. Nessa área de trabalho, conferem-se problemas de ordem legal, que interferem na reprodução econômica e social das famílias que dependem da natureza. Na entressafra, quando os recursos pesqueiros são raros, estes trabalhadores buscam outras fontes de renda, como as proporcionadas pela carpintaria, pelo pequeno comércio, pela construção civil. As famílias onde há filhos menores de idade, ainda podem contar com valores oriundos dos programas governamentais. O estudo evidenciou que as organizações sociais desses povoados estão enfraquecidas e os trabalhadores, na sua maioria, dependem exclusivamente da pesca e de políticas públicas; a busca da autonomia desses pescadores requer o fortalecimento associativo, para que, de forma organizada, possam acessar os programas de geração de renda como alternativa no período da entressafra da pesca — quando há inexistência da moeda —, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida, reafirmando a importância desses recursos e a garantia do território desses povos que vivem na Amazônia paraense.

Palavras-Chave: Economia pesqueira. RESEX Marinha de Soure-Marajó-Pará-Brasil. Território. Questão ambiental. Sustentabilidade.

1 - Introdução

As últimas décadas do século XX coincidiram com profundas transformações econômicas, políticas e ambientais em nível mundial, surgem novas categorias de cunho ideológico e emerge a problemática ambiental. (LEFF, 2011). O Brasil insere-se nesse contexto e cria condições para a estruturação dessa política, criando as reservas extrativistas, que nesse período histórico, combina com lutas sociais como estratégia dos seringueiros para permanecer no seu território e garantir sua existência econômica e social.

Além disso, o governo promulga o Código Nacional da Pesca – Lei 221 de 28 de fevereiro de 1967, considerado o marco da política pesqueira, que, através de incentivos fiscais e financiamento,

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “Pescadores da RESEX Soure: Práticas Sociais no Território”, sob Orientação da Profa. Heliana Baía Evelin Soria e Co-orientação da Profa. Rosa Acevedo Marin.

² É graduada em Economia e Contabilidade pela Universidade da Amazônia, Egressa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, mscardoso8@gmail.com.

deu abertura a um novo tipo de pesca – a industrial, de grande impacto ao ecossistema aquático. Historicamente, esse período coincide com políticas de cunho desenvolvimentista iniciada na década de 60, cujos sucessivos governos militares deram continuidade e sustentação para abertura econômica do país. Segundo Benaion (2006, p. 259-260), “[...] o aspecto central da ideologia do desenvolvimento não foi, conforme o discurso, a valorização do homem, mas a prosperidade e a ordem social”.

Entre a diversidade de povos e comunidades que habitam na Amazônia paraense, este estudo privilegiou a categoria de pescadores artesanais inseridos em Unidades de Conservação, como forma de garantir a permanência dos agentes sociais no território cultural e usos dos recursos hídricos e florestais.

A pesquisa empírica foi realizada nos meses de maio, junho, julho e outubro/2013 em três comunidades: Cajuúna, Céu e Pesqueiro, localizadas nos limites da RESEX Marinha de Soure, na Ilha de Marajó

Quanto aos procedimentos da pesquisa para coleta de informações, utilizamos diversas técnicas para o estudo da realidade social local, as quais serviram de mediação para a prática da pesquisa: questionários, caderno de campo, entrevistas, observação direta, pesquisa-ação e conversas informais. O trabalho de campo, que privilegiou o método etnográfico, possibilitou uma melhor compreensão das práticas sociais e econômicas dos pescadores.

Em se tratando da pesquisa sociológica referente à coleta dessas informações, ela compreendeu uma abordagem qualitativa e quantitativa, através de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Em Cajuúna, foram aplicados 54 (cinquenta e quatro) questionários com perguntas abertas e fechadas em 53 (cinquenta e três) domicílios e procedidas 13 (treze) entrevistas. Na Vila de Pesqueiro, foram aplicados 7 (sete) questionários e realizadas 7 (sete) entrevistas. Quanto ao Povoado do Céu, foram procedidas somente entrevistas, no total de 22 (vinte e duas) e duas visitas a ex-moradores do Povoado do Areião, antigo Povoado do Céu, que atualmente residem em Icoaraci. Também foram entrevistados extrativistas das localidades no entorno da RESEX: em Tucumanduba, 02 (dois) caranguejeiros; uma família de catadores de lixo de Soure, composta por 6 (seis) trabalhadores, sendo que conversamos com 3 (três); 02 (duas) representantes da comunidade do Pedral – a primeira, durante visita a parentes em Cajuúna e, a segunda, na própria comunidade, tendo esta pessoa se autodeclarada como “liderança espiritual”.

A pesquisa, também envolveu visitas, seguidas de entrevistas abertas, às instituições vinculadas aos Pescadores, no Centro de Soure.

Diante da trajetória da pesquisa, este estudo privilegia um procedimento comparativo intercomunidades e tem como objetivo: primeiro, refletir o momento histórico de criação das RESEX's no Brasil e seu impacto nas formas de existência dos pescadores; segundo, examinar, a partir das potencialidades econômicas e usos dos recursos hídricos e florestais, alternativas de geração de renda, que contribuem para reprodução econômica e preservação ambiental.

2 - Reservas Extrativistas e o modelo de desenvolvimento do Brasil

Historicamente, o desenvolvimento pensado para Amazônia brasileira, beneficiou os grandes grupos econômicos, especialmente na segunda metade do século XX, com a implantação dos chamados grandes projetos de desenvolvimento, onde o capital foi privilegiado e trouxe sérios problemas sociais e ambientais.

Não se trata de examinar os tipos de desenvolvimento pensado para a Amazônia no final do século passado e que se perpetuou aos dias atuais, mas refletir as várias formas de domínio atual sobre a natureza, em especial nos territórios de vida e trabalho de povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido o conceito de desenvolvimento para esses grupos perpassa a concepção de desenvolvimento hegemônico - global e centra-se no local, fundamentado em modos de vida singular e cuja alteração no espaço social, impacta no modo de viver desses grupos.

Para Costa (1987, p. 13-14), a revisão do processo de desenvolvimento regional, instalado na Amazônia na segunda metade do século XX, não deve ser motivo de “listagem de caminhos, estratégias ou medidas” e afirma, também, “que não é motivo de insuficiência de instrumentos de intervenção”. Estes já existem em abundância. O debate que se trava sobre o processo de desenvolvimento regional, deve estar em sintonia com a política de desenvolvimento nacional, cujos “programas de médio e longo prazos devem resultar de um projeto político regional moldado a partir da sociedade local”. Em especial na Amazônia, não cabe à política global determinar os caminhos que as comunidades locais desejam seguir. E Marin (2015, p. 20) assevera que o avanço ocorrerá quando “[...] Tiver mais, muito mais povos tradicionais na linha de frente da informação, da análise, da intervenção [...]”.

Os povos da Amazônia necessitam garantir a sua existência física e social. O modelo desenvolvimentista desconsiderou a importância da natureza para a manutenção da vida desses grupos, cujo foco conservacionista está vinculado à problemática ambiental universal, e não apreciou as particularidades do homem que vive na e da Amazônia, cuja sustentabilidade natural ou econômica é a garantia da manutenção da vida no seu habitat natural.

As reservas extrativistas foram criadas após a morte do líder seringueiro Chico Mendes. Foi através do Decreto nº 98.897 de 30 janeiro de 1980, momento este de efervescência das lutas sociais no Brasil. Depois de 10 (dez) anos de criação das primeiras RESEX's no Brasil, nasce o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

O SNUC em seu Capítulo III, Art. 7º divide em dois grupos as Ucs: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. O primeiro tem como objetivo básico preservar a natureza, não sendo permitido o uso dos recursos e a presença humana no seu interior e, este grupo é composto por cinco categorias de Ucs: estação ecológica (ESEC); reserva biológica (REBIO); parque nacional (PARNA); monumento natural (MONAT) e refúgio da vida silvestre (RVS). O segundo grupo tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com uso sustentável de parcela dos recursos naturais. É composto por sete categorias de Ucs: floresta nacional (FLONA); reserva extrativista (RESEX); reserva de desenvolvimento sustentável (RDS); reserva de fauna (REF); área de

proteção ambiental (APA); área de relevante interesse ecológico (ARIE) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

Segundo Vianna (2008), somente as populações tradicionais podem morar no interior das Ucs de uso sustentável, com exceção das APA's. O órgão gestor afirma que as RESEX's Marinhas são mais difíceis de administrar em virtude dos extrativistas morarem "dentro e fora da RESEX".

As Tabelas 1 e 2 demonstram o quantitativo de unidades de conservação por esfera administrativa, criadas no Brasil e no Estado do Pará. Ao compararmos este quantitativo de Ucs, verifica-se que na esfera federal o estado do Pará possui 5,86% em relação ao universo de Ucs federais de todo o país, enquanto as Ucs estaduais (2,76%) e as Ucs municipais (1,11%). Em relação à categoria Reserva Extrativista, o Pará possui (32,20%) ao compararmos ao total de RESEX's do país.

Ao analisarmos a evolução das categorias de manejo do Estado do Pará (Tabela 2), as RESEX's na esfera federal foram as que mais cresceram no estado – 19 (36,54%), seguido da FLONA – 14 (26,92%). Na esfera estadual, as APA's que assim como as RESEX's e FLONA são de uso sustentável, equipararam-se ao Monumento Natural – 8 (38,10%), que é de proteção integral. Na esfera municipal, tem-se somente duas Ucs de uso sustentável na mesma categoria – Arie.

Das 19 (dezenove) Reservas Extrativistas criadas no Pará, até fevereiro de 2014, 09 (nove) são RESEX's Marinhas: Soure foi a primeira, criada em 2001; 04 (quatro) criadas em 2002: Maracanã; Mãe Grande de Curuçá; São João da Ponta; Chocoaré Mato-Grosso e 04 (quatro) criadas no ano de 2005: Arai-Peroba; Caeté-Taperaçu; Gurupi-Piriá e Tracuateua (CNUC/MMA, fev./2014).

Tabela 1 – Número absoluto e relativo dos tipos e categorias de unidade de conservação no Brasil (fevereiro/2014).

TIPO/CATEGORIA	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%
Proteção Integral	140	15,78	324	42,58	104	57,78
Estação Ecológica	31	3,49	58	7,62	1	0,56
Monumento Natural	3	0,34	26	3,42	9	5
Parque Nacional/Estadual/Municipal	69	7,78	194	25,49	87	48,33
Refúgio de Vida Silvestre	7	0,79	22	2,89	1	0,56
Reserva Biológica	30	3,38	24	3,16	6	3,33
Uso Sustentável	747	84,22	437	57,42	76	42,22
Floresta Nacional/Estadual/Municipal	65	7,33	39	5,12	0	0
Reserva Extrativista	59	6,65	28	3,68	0	0
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	0,11	28	3,68	5	2,78
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Integral	32	3,61	183	24,05	63	35
Área de Relevante Interesse Ecológico	16	1,81	25	3,28	7	3,88
RPPN	574	64,71	134	17,61	1	0,56
TOTAL	887	100	761	100	180	100

Fonte: CNUC/MMA; Atualizada em 11 de fevereiro de 2014. Elaboração Própria (número relativo).

Tabela 2 – Número absoluto e relativo dos tipos e categorias de unidade de conservação no Pará (fevereiro/2014).

TIPO/CATEGORIA	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%
Proteção Integral	10	19,23	11	52,38	0	0
Estação Ecológica	2	3,85	1	4,76	0	0
Monumento Natural	0	0	8	38,10	0	0
Parque Nacional/Estadual/Municipal	5	9,61	0	0	0	0
Refúgio de Vida Silvestre	0	0	1	4,76	0	0
Reserva Biológica	3	5,77	1	4,76	0	0
Uso Sustentável	42	80,77	10	47,62	2	100
Floresta Nacional/Estadual/Municipal	14	26,92	0	0	0	0
Reserva Extrativista	19	36,54	0	0	0	0
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	1,92	2	9,52	0	0
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	2	3,85	8	38,10	0	0
Área de Relevante Interesse Ecológico	0	0	0	0	2	100
RPPN	6	11,54	0	0	0	0
TOTAL	52	100	21	100	2	100

Fonte: CNUC/MMA; Atualizada em 11 de fevereiro de 2014; Elaboração Própria.

O histórico sociopolítico da organização dos seringueiros para criação das RESEX's no Brasil, que no campo das lutas para visibilidade jurídica foi uma conquista do protagonismo do movimento, mostra que os ditos dominados fruto da sua organização e aliança puderam conquistar seus direitos, intervindo no campo das políticas públicas. Ramos externaliza como era Mendes, mesmo sem conhecimento erudito: “Ele era uma pessoa diferente de qualquer pessoa que você poderia ter conhecimento...” (P.R.S, entrevista realizada em 24/04/2012-PNCSA³).

Alfredo Bosi, em sua obra *Dialética da Colonização*, ao refletir sobre o contraditório processo colonizador, reitera que a expansão comercial do capitalismo, impulsionada pela extensão territorial e pelas riquezas naturais do Brasil, trouxe sérias consequências e “[...] as migrações e o povoamento reforçam o princípio básico do domínio sobre a natureza [...]” e, dessa forma, compreende que: “[...] a barbarização ecológica e populacional acompanhou as marchas colonizadoras entre nós, tanto na zona canavieira quanto no sertão bandeirante; daí as queimadas, a morte ou preação dos nativos [...]” (BOSI, 1992, p. 19-22). De tal modo, observa-se a atualidade do pensamento do mesmo autor, quando analisa a formação colonial do Brasil, que, historicamente, permanece a mesma desde esse período.

O Brasil vivenciou vários “ciclos econômicos” e as transformações nas relações sociais do trabalho escravo para o trabalho “livre”, ainda atualizam-se no presente. Em 2011, no município de Nova Ipixuna, no Pará, foram assassinados José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo da Silva. O casal era integrante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas,

³ PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

antigo CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros. José Cláudio era castanheiro, líder extrativista, estava sendo ameaçado de morte desde 2008, por denunciar ação ilegal de madeireiros na região. Do mesmo modo, no dia 19 de agosto de 2013, é assassinado em Belém, o líder quilombola Teodoro Lalor de Lima, conhecido como senhor Lalor, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá, no município de Cachoeira do Arari, no Marajó.

Esta violência física também ocorreu com o seringueiro e líder sindical na década de 80 no Acre. Segundo o prólogo de tese em Allegretti (2002, p. 3), que descreve as razões sobre o assassinato de Mendes, este estava sendo ameaçado por uma família que alegava ser proprietária do seringal Cachoeira, área esta que acabava de ser desapropriada para se transformar em Reserva Extrativista. Bosi reflete o paradoxal povoamento do Brasil associado à riqueza natural e territorial da Amazônia, e lembra que “[...] a luta é material e cultural ao mesmo tempo: logo, é política.” (BOSI, 1992, p. 33).

Nesse contexto, Almeida (2004, p. 38) considera “[...] que a Amazônia foi sempre uma região “dominada”, pensada de fora e objeto permanente de projetos de inspiração colonialista”.

Acserald (2004, p. 23) fundamenta-se na teoria social de Bourdieu para ratificar a complexa caracterização do ambiental, como um campo de construção e manifestação de conflitos, nos quais os atores sociais podem atuar através das lutas simbólicas e, nesse sentido, analisa que o meio ambiente pode ser um terreno para contestação material e simbólica e conclui: “[...] As lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais [...]” (2004, p. 18-19).

3 - RESEX Soure e entraves às alternativas de geração de renda

A Reserva Extrativista Marinha de Soure, localizada a leste do município de Soure, no Estado do Pará, é uma unidade de conservação federal, de uso sustentável, criada através do Decreto s/n de 22 de novembro de 2001, de conformidade ao estabelecido no SNUC e cujos órgãos gestores são o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade – ICMBio e a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure – ASSUREMAS. Segundo o ICMBio, a RESEX compreende todas as comunidades e bairros de Soure classificados como usuários da mesma: Araruna; Barra Velha; Bom Futuro; Cajuúna, Centro de Soure, Céu, Macaxeira, Matinha, Bairro Novo, Pacoval, Pedral, Pesqueiro, Pua, São Pedro, Tucumanduba e Umirizal.

Na RESEX Soure há inúmeras formas de geração de renda às famílias que residem no interior da unidade. A pesca é uma atividade sazonal; na entressafra e na época em que a pesca é proibida, os pescadores dependem, exclusivamente, do seguro defeso e de políticas públicas. Existem alternativas de trabalho no interior da unidade e ainda aquelas relativas às opções de lazer através do turismo, visto que a reserva conta com uma exuberante beleza natural.

Além da pesca como principal atividade econômica, os recursos florestais como coco, castanha de andiroba, óleo de bicho e o muruci são fontes de renda

para alguns comunitários. Conforme relatos, poucos agentes sociais extraem o óleo da andiroba, porque atualmente não há incentivo à pequena produção.

Atrelada à falta de apoio para transporte e beneficiamento dos recursos florestais, existem problemas de ordem legal de difícil solução, como os que envolvem o uso e acesso ao território, visto que a reserva abarca áreas particulares e os proprietários de determinadas áreas não permitem o uso do território na sua totalidade. Isto significa que a origem do problema para impulsionar a

geração de renda e a conseqüente melhoria da condição de vida dos agentes sociais está no âmbito legal, pois o Governo criou a reserva sem desapropriar áreas particulares. Com isto, as comunidades Cajuúna e Céu não podem investir no turismo, dentre outras atividades, e o artesanato e o pequeno comércio somente atendem os moradores do lugar.

3.1 - Economia Pesqueira e Ictiofauna dos territórios de trabalho dos Pescadores das Comunidades Céu, Cajuúna e Pesqueiro

A pesca é reconhecidamente uma atividade milenar dos primeiros agrupamentos humanos. Na Amazônia paraense, o extrativismo da pesca é praticado em todo o território do arquipélago do Marajó, cujo ambiente aquático é favorecido pelos “rios, lagos, canais e em águas de influência, como as da baía do Marajó e oceano Atlântico”. Os municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, destacam-se nessa atividade desde o período colonial; especialmente no Marajó, o saber tradicional foi transmitido “pelos Aruã, que eram exímios pescadores, e pelos portugueses” (LISBOA, 2012, p. 196-197 apud CARDOSO, 2014, 2015).

Com a globalização “[...] *está* surgindo uma política do lugar, do espaço e do tempo” (LEFF, 2003). O território é interpretado pelo autor como espaço não só físico, o qual cognominou como território cultural:

O território [...] é o espaço social onde os atores sociais exercem seu poder para controlar a degradação ambiental e mobilizar potenciais ambientais em projetos autogerenciais, criados a fim de satisfazer necessidades, aspirações e desejos dos povos, os quais a globalização econômica não consegue cumprir [...] É o *locus* das demandas para reconstruir seus modos de vida. Em nível local é onde se formam as identidades culturais, onde se expressam como valorização social dos recursos econômicos e como estratégias para a reapropriação da natureza [...] (LEFF, 2003, p. 14-15).

Os territórios de trabalho dos pescadores das comunidades Céu, Cajuúna e Pesqueiro, correspondem ao ambiente aquático onde são praticas as modalidades de pesca de perto e de longe (CARDOSO, 2014). As embarcações são de pequeno porte, os instrumentos de trabalho como redes, são confeccionados pelos pescadores no período da folga de trabalho. Como essas embarcações e os instrumentos de pesca não emprega alta tecnologia e associado às técnicas tradicionais de uso dos recursos pensa-se que esses trabalhadores não causam a escassez ou extinção da fauna aquática.

Tabela 3 – Espécies de Pescados capturados e preço recebido pelos pescadores de Cajuúna

Espécies de Peixes	Nome Científico	Preço (R\$/Kg)	Média (R\$/Kg)
Acari	<i>Hypostomus emarginatus</i>	0,00	0,00
Apaiari (Acarauaçu)	<i>Astronotus ocelatus</i>	2,00	1,00
Aracu	<i>Leporinus offinis</i>	2,00 - 3,00	2,50
Arraia	<i>Potomotrygon sp</i>	0,00	0,00
Bacu	<i>Lythodoras dorsalis</i>	0,00 – 2,00	1,00
Bagre	<i>Arius couma</i>	1,00 – 4,00	2,50
Bandeirado	<i>Bagre Bagre</i>	1,50	0,75
Cação	<i>Pristigaster Cayamus Cuv.</i>	7,00	3,50
Camorim	<i>Centropomus parallelus</i>	3,00 – 12,00	7,50
Cangatá	<i>Arius quadricustis</i>	0,00 – 1,00	0,50
Carataí	<i>Pseudauchenipterus nodosus</i>	0,00	0,00
Corvina	❖	2,50 – 7,00	4,75
Dourada	<i>Brachyplatystoma flavicans</i>	4,00 – 7,00	5,50
Enchova	<i>Pomatomus saltator</i>	5,00 – 8,00	6,50
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	5,00 – 9,00	7,00
Gurijuba	<i>Arius parkeri</i>	4,00	2,00
Jeju	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	1,50	0,75
Jurupiranga	<i>Arius rugispinis</i>	0,00 – 1,00	0,50
Mandií-Casaca	❖	2,50	1,25
Mandubé	<i>Ageneiosus cf. ucayalensis</i>	0,00	0,00
Mapará	❖	2,00 – 3,00	2,50
Pacamão	<i>Betrachoides surinamensis</i>	3,00 – 4,00	3,50
Peixe Agulha	❖	0,00	0,00
Peixe Galo	<i>Selene setapinnis</i>	0,00	0,00
Peixe Pedra (Coró)	<i>Scorpaena plumieri</i>	2,00 – 5,00	3,50
Pescada Amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>	3,00 – 8,00	5,50
Pescada Branca	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	2,00 – 5,00	3,50
Pescadinha Branca(Cururuca)	❖	0,00 – 1,50	0,75
Pescada Gó	<i>Macrodon ancylodon Schn.</i>	2,00	1,00
Piaba (Piote)	❖	2,00 – 3,00	2,50
Piau	❖	2,00	1,00
Piramatuba	<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>	2,00 – 5,00	3,50
Piranha	❖	0,00 – 1,00	0,50
Pirapema (Pomboca)	<i>Tarpon atlanticus</i>	0,00	0,00
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	10,00	5,00
Pratiqueira/Pratiqueirão(macho)	<i>Mugil curema</i>	2,00 – 4,00	3,00
Sarda	<i>Pellona Haroweri</i>	2,00	1,00
Sardinha (Gato)	❖	2,00 – 4,00	3,00
Sardinha (Papa)	❖	1,00 – 3,00	4,00
Serra	<i>Scomberomorus brasiliensis</i>	1,50 – 4,00	2,75
Tacariuna	❖	1,50 – 2,50	4,00
Tainha	<i>Mugil brasiliensis</i>	3,00 – 6,00	4,50
Tamatarana	❖	3,00	1,50
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	3,00	1,50
Tamuatá	<i>Hoplosternum thoracatum</i>	2,00 – 5,00	3,50
Timbira	<i>Oligoplitis palometa</i>	0,00 – 2,00	1,00
Taíra	<i>Hoplias malabaricus</i>	1,50 – 5,00	3,25
Tucunaré	<i>Cichia sp</i>	2,00	1,00
Uricica	<i>Cathirops spixii</i>	0,00	0,00
Uritinga	<i>Arius Proops</i>	2,00	1,00
Xaréu	<i>Caranx hippo</i>	1,50 – 2,50	2,00
Média Geral			2,30

Fonte: Pesquisa de Campo (maio a julho/2013).

❖ Nome científico não encontrado.

Além da diversidade das espécies de peixes, como mostra a Tabela 3, no território de trabalho dos pescadores de Cajuúna, habitam crustáceos e moluscos, respectivamente, turu (*Teredo sp.*), mexilhão (*Limnoperna fortunei*); camarão (*Macrobrachon sp.*), Pitu (*Macrobrachium carcinus*), siri (*Callinectes sp.*) e caranguejo (*Ucides cordatus*).

As espécies mais capturadas no território de pesca do Povoado do Céu são semelhantes às da Vila do Pesqueiro. No Céu: praticueira/pratiqueirão (*Mugil curema*), dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), sarda (*Pellona Haroweri*), bagre (*Arius couma*), piaba/piote, tainha (*Mugil brasiliensis*), pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*), serra (*Scomberomorus brasiliensis*), xaréu (*Caranx hippo*), bandeirado (*Bagre bagre*), enchova (*Pomatomus saltator*), Peixe Pedra/coró (*Scorpaena plumieri*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), sardinha, uritinga (*Arius Proops*) e tamatarana. Na Vila do Pesqueiro: praticueira (*Mugil curema*), pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), bacu (*Lythodoras dorsalis*), acari (*Hypostomus emarginatus*), pacamão (*Betrachoides surinamensis*), piaba/piote, bagre (*Arius couma*), carataí (*Pseudauchenipterus nodosus*), tainha (*Mugil brasiliensis*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), bacu (*Lythodoras dorsalis*) e dourada (*Brachyplatystoma flavicans*).

Com relação às práticas de pesca foi possível observar nos três povoados que apesar das similitudes no contexto geral, existem diferenças quanto às modalidades de pesca “de perto” e a distância para a execução das atividades no ambiente aquático. No Céu, pratica-se com mais frequência o *Arrasto*; em Cajuúna a Pesca com Tarrafa e no Pesqueiro a *Rabiola*. Em relação à distância para a execução das práticas de pesca com rede, o que difere é o balizamento de Cajuúna, cuja demarcação compreende uma distância maior da praia para a realização da pesca com rede, enquanto no Povoado do Céu e Vila do Pesqueiro as práticas de pesca com rede são realizadas mais próximas da praia (CARDOSO, 2014, 2015).

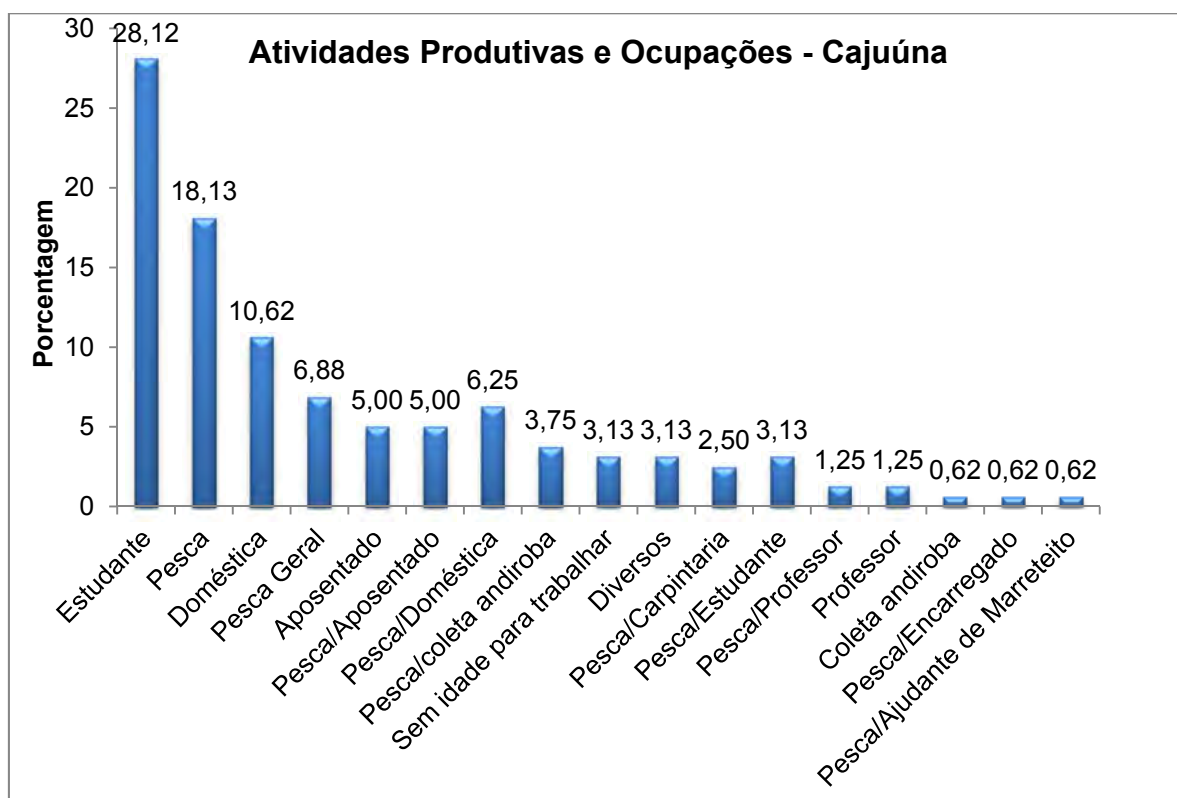
Quanto à comercialização, a maioria dos extrativistas do Céu e Pesqueiro vende o pescado dentro da comunidade para os atravessadores de Soure, enquanto em Cajuúna, os pescadores comercializam o produto para o marreteiro que reside no lugar (CARDOSO, 2014).

Observa-se a ausência de uma política para comercialização e controle do preço do pescado. No verão de 2013, no Povoado do Céu e Vila do Pesqueiro houve uma grande safra de pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*) e como não tinha comprador, foi vendida ao Preço/kg de R\$ 1,00 (um) real. Sem estrutura e alternativa para comercialização do produto, o pescador submete-se as determinações de preço do atravessador. Além dos atravessadores de Soure e do Marreteiro (comunitário), no verão navegam no Rio/Igarapé Cajuúna e Rio/Igarapé Pesqueiro, barcos geleiros à espera do produto. O Pescador mesmo não tendo o retorno esperado de seu trabalho, ainda logra êxito com a presença desses intermediários, devido ao desequilíbrio entre a oferta e a demanda no lugar e pela necessidade de conservação do produto; a maioria dos entrevistados vende o peixe fresco. Mas na safra, quando não tem comprador, as famílias adotam técnicas tradicionais de salga do pescado.

Além da pesca como principal atividade produtiva desenvolvida pelos moradores da Comunidade Cajuúna, o Gráfico 1 evidencia que do total geral da população – 160 habitantes, 45 (28,12%) são de estudantes e a pesca como atividade econômica para autoconsumo e comercialização 77 (48,13%), sendo que desse universo também estão inclusas as atividades de coleta da andiroba, carpintaria, encarregado, professor e ajudante de marreteiro, estes além de praticarem a pesca praticam outras atividades. Esse redirecionamento, como dito anteriormente,

pode ser explicado pela oscilação da pesca, falta de estrutura para a prática da atividade e comercialização da fauna aquática e/ou redução dos recursos pesqueiros, apesar da diversidade de espécies aquáticas que existem no território pesqueiro, conforme entrevistas realizadas com os pescadores (Tabela 3 – espécies de peixes). Os pescadores mais antigos associam a redução do pescado à evolução dos instrumentos de pesca e por fatores subjetivos inerentes ao homem da atualidade, diferente dos “tempos antigos”. Com relação aos moradores que não praticam a pesca corresponde às domésticas – 17 (10,62%), aos aposentados – 8 (5%), sem idade para trabalhar – 5 (3,13%), professor – 2 (1,25%) e coleta de andiroba – 1 (0,62%). Além das atividades associadas ao uso dos recursos hídricos e florestais, no item diversos – 05 (3,13%) dos habitantes de Cajuúna, praticam atividades de natureza diferente ao extrativismo da pesca: transporte (mototáxi), saúde (enfermagem), estética (manicure) e pecuária (vaqueiro).

Gráfico 1 – Atividades Produtivas e Ocupações dos Moradores de Cajuúna



Fonte: Pesquisa de Campo, maio a julho/2013.

No Povoado do Céu e Vila do Pesqueiro, como dito anteriormente, a empiria reúne mais dados qualitativos e, comparativamente à Comunidade Cajuúna, priorizamos que o entrevistado fosse pescador e/ou representante de associações, que em sua maioria tem como atividade principal a pesca do peixe, seguida à do camarão na Vila do Pesqueiro. Enquanto no Povoado do Céu a atividade principal dos entrevistados é pesca do peixe, havia dois pescadores considerados também camaroeiros no Povoado, mas um faleceu em março de 2014⁴. Nos três povoados a principal atividade econômica é a pesca do peixe para subsistência e comercialização, seguida à do camarão

⁴ Sr. Carlos da Silva Gomes (72 anos de idade), conhecido como *Cabrela*.

em menor proporção, e a do caranguejo. Enquanto os “usuários/extrativistas” da RESEX que residem nos Bairros de Soure, a principal atividade é a pesca do caranguejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo ambiental revela em si uma multiplicidade de análises e ações, ao estabelecermos relações com a realidade da Amazônia brasileira, pois envolve elementos étnico-identitários, territoriais e, ao mesmo tempo, esses espaços tem papel relevante no cenário mundial. Isto quer dizer, o micros social refletido por uma política global que prega o desenvolvimento no contexto mundial, definindo regras preservacionistas que impactam no modo de viver dos povos e comunidades tradicionais. Há consenso em termos legais que nos últimos anos houve reconhecimento jurídico que favoreceu estes povos, materializada na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais, Decreto Lei n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.

Neste pensar, a criação das reservas extrativistas no Brasil foi resultado de lutas sociais e cada momento histórico e político contribuiu para produzir essa visibilidade jurídica. Contudo, observa-se que várias medidas não significaram efetivamente a melhoria da qualidade de vida dos extrativistas que dependem dos mangues, dos rios, dos igarapés e de lagos. Refletimos neste trabalho sobre os pescadores artesanais, trabalhadores tradicionais que vivem no ambiente aquático e também sobrevivem das espécies das águas, usam apetrechos de trabalho rudimentares e suas práticas de trabalho para captura das espécies são transmitidas, na maioria das vezes, através de relações sociais e laços de solidariedade. O pescador desenvolve e utiliza conhecimentos tradicionais dos fenômenos naturais, como o tempo, as marés, a cor das águas, os sentidos envolvidos para captura das espécies e a conseqüente localização dos cardumes.

A empiria revelou que o modo de viver do extrativista que habita na Amazônia, em especial na RESEX Soure, ainda guarda estreita relação com passado que se perpetuou no presente, cujas práticas ou saber tradicional se expressam no modo de capturar o alimento para subsistência ou comercialização. O *outro desenvolvimento* a ser pensado nos espaços culturais onde habitam povos e comunidades tradicionais difere-se do desenvolvimento global, parte do modo de viver tradicional local com liberdade de voz e de ação nos espaços que podem ser controlados por eles mesmos, preservando o lugar de acordo com o saber tradicional. O corpo técnico do órgão gestor é insuficiente para fiscalizar uma imensa área e a criação da reserva não atingiu efetivamente o objetivo esperado – a preservação dos manguezais.

As dificuldades em relação ao uso dos recursos se expressam quanto à propriedade da terra e à falta de compatibilidade ou integração dos saberes tradicional e científico. Os pescadores tradicionais questionam algumas práticas institucionalizadas, que não é permitida, incompatível com a cultura local.

A falta de emprego no lugar faz que famílias pensem em migrar para os centros urbanos, mesmo sabendo que as dificuldades serão maiores, diferente do modo de viver do homem que depende da natureza. Observa-se que os jovens são os que mais sentem necessidade de sair do lugar e os adultos orientam os filhos para estudarem, porque acabou o tempo de poder sobreviver da natureza.

A ausência de alternativa para sobrevivência no local associado à preservação institucional dos recursos hídricos e florestais obriga que as famílias busquem formas de viver com a diversidade dos produtos naturais existentes nas limitações da RESEX. Mas apesar disso, existem famílias que além da pesca para autoconsumo e comercialização, buscam alternativas no local para complementar a renda familiar nos períodos de desaparecimento dos recursos hídricos, principalmente no inverno, no período das chuvas e também do defeso em que a pesca é proibida. Quanto a isso, os grupos que coletavam a castanha desmotivaram-se pela falta de apoio dos gestores da RESEX. As famílias tinham apoio da ASSUREMAS, associação mãe da reserva, que facilitava a comercialização dos produtos, hoje poucos coletam e extraem óleo da castanha de andiroba.

Além da castanha de andiroba vinda através da maré, nos limites da RESEX tem coco e muruci, que também são recursos florestais que complementam a renda familiar, o retorno é pouco como dito, mas em virtude da sazonalidade da pesca é uma fonte de renda para as famílias. Além dos recursos pesqueiros, as reservas marinhas propiciam possibilidades de geração de renda, através do turismo e artesanato. Mas estas atividades são praticadas somente pelos comunitários do Pesqueiro, em virtude do acesso à Vila.

Observamos que os agentes que lutaram para criar uma associação e, através desta fortaleceram a luta para preservação dos mangues, do alimento, porque dependem da natureza, hoje percebem que as práticas predatórias ainda permanecem por falta de fiscalização; e a criação da reserva não atingiu o objetivo esperado – a preservação das espécies.

A criação da RESEX Soure tem custos e benefícios, visto que foi um processo de luta dos agentes sociais para afastar os agentes externos que utilizavam a pesca predatória do caranguejo e forçavam o esgotamento dos recursos naturais e, assim, era uma ameaça aos pescadores artesanais quanto a escassez desses recursos. No início da criação da reserva os pescadores foram beneficiados com a construção de casas e também com fomento para pesca.

Apesar disso, a inexistência de instrumento de gestão, propriedade particular em área coletiva como consequência da não efetividade legal, ameaçam o território dos pescadores, tendo em vista que os dispositivos legais não são efetivos e de alguma forma interferem no modo de viver das comunidades tradicionais.

As ações coletivas têm visibilidade e consolidam acordos nestas comunidades, que contribuem para a conservação do ecossistema. Deste modo, refletindo sobre a problemática da RESEX Soure e a necessidade dos agentes sociais conquistarem a sua independência em relação a unidade de conservação, este estudo propõe o fortalecimento das organizações sociais dos pescadores.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll / Relume & Dumará, 2004.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável Gestão e Política Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), UnB. Brasília, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2002.

- . A Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSERALD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2004.
- BENAION, Noval. **A Subordinação Reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**, Manaus, ed. EDUA, 2006.
- BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A força do direito**. Elementos para uma Sociologia do Campo Jurídico. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 221 da Presidência da República**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca. Brasília, DF, 1967.
- . **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- . **Decreto nº 98.897 da Presidência da República**. Dispõe sobre a criação das Reservas Extrativistas e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.
- . **Lei nº 9.985 da Presidência da República**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Brasília, DF, 2000.
- . **Decreto nº 6.040 da Presidência da República**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007.
- CARDOSO, Maria do Socorro C. **Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: Práticas Sociais no Território**. Belém. 160 f. Dissertação (mestrado). PPGSS/UFPA, 2014.
- . **Pescadores da RESEX Marinha de Soure: Práticas Sociais e Ordenamento do Território**. In: Rosa Acevedo Marin; Eliana Teles; Maria do Socorro C Cardoso; Daiana Brito Santos. (Org.) **Povos Tradicionais no Arquipélago do Marajó e Políticas de Ordenamento Ambiental e Territorial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015, v.1, p. 130-161.
- COSTA, José Marcelino M. (Coord.). **Os Grandes Projetos da Amazônia: impactos e perspectivas**. Belém/NAEA/UFPA, 1987.
- FIRTH, Raymond. **Elementos de organização social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- GUEDES, Eneias Barbosa. **Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuúna Soure-PA**. Belém. 160 f. 2009. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: ———. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- . **A Geopolítica da biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável: Economização do Mundo, Racionalidade Ambiental e Reapropriação Social da Natureza**. In: MARTINS, Rodrigo Constante; VALENCIO, Norma Felicidade L. da Silva(Org.), São Carlos: RIMA, 2003.
- LISBOA, Pedro. L. B.. **A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.
- LOUREIRO, Violeta. **A Amazônia do século XXI, novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Povos Tradicionais no Arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental... [et al.]**. Rio de Janeiro, Casa 8, 2015.
- MARTINS, Rodrigo Constante; VALENCIO, Norma Felicidade L. da Silva. **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: desafios teóricos e políticos institucionais(Org.)**, São Carlos: RIMA, 2003.

MONTAG, L.F.A.; ALBUQUERQUE, A.A.; FREITAS, T.M.S.; BARTHEM, R.B. Ictiofauna de campos alagados da Ilha do Marajó, Estado do Pará, Brasil. **Biota Neotropical**, v.9, n.3. p. 241-253, 2009. Disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v9n3/en/abstract?inventory+bn01609032009>. Acesso em: 26/10/2015.

NOGUEIRA, Cristiane Silva. Território de pesca no estuário marajoara: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflitos no município de Salvaterra. In: **Seminário Internacional Águas da Pan-Amazônia: Institucionalização de marcos regulatórios, visões de atores sociais e estratégias**. Belém, 2005.

SANTOS, Marcos Antonio dos; GUERREIRO FILHO, M.C.S.; NEVES, P.R.S.; AGUIAR, C.G.G. **Análise socioeconômica da pesca artesanal no Nordeste Paraense**. In: CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”, 43., Ribeirão Preto, 24-27 jul. 2005.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil**. Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional. Manaus: UEA. PPGSA-UFAM / Fundação Ford/PPGDA-UEA, 2007.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Anna Blume, FAPESP, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2009.

Anexo 1 – Mapa do campo de pesquisa

Mapa 1 – Localização do Povoado do Céu, Cajuúna e Vila do Pesqueiro



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2010), SEMA/PA (2014). Pesquisa de Campo (2013).

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO CONTRADITÓRIOS NA AMAZÔNIA: ANÁLISE SOBRE O PLANO BR-163 SUSTENTÁVEL, DEZ ANOS DEPOIS¹

Rosane Brito²

RESUMO

Após dez anos da definição de políticas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia, pelo governo federal brasileiro, consolidadas no “Plano para a Área de Influência da BR-163 – Rodovia Santarém-Cuiabá”, antigas e atuais questões têm lugar na realidade da região, cujos limites, conexões e fronteiras de análise são muito mais amplos do que aquele imenso território regional. As prioridades de investimentos do Estado, que se associam à iniciativa privada, o avanço da fronteira agropecuária, os interesses econômicos, nacionais e internacionais, promoveram profundas alterações no entorno da rodovia, um dos principais corredores de tráfego do país, hoje, destinado em especial à exportação da crescente produção brasileira de grãos. O intenso dinamismo desse processo vem exacerbando conflitos sociais entre o Estado, agentes econômicos e demais agentes sociais envolvidos. O trabalho situa o Plano no contexto dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, analisando as contradições entre o modelo de desenvolvimento proposto nesse instrumento e o dos planos atuais, como o Programa de Aceleração do Crescimento. Nesta etapa da pesquisa, foram escolhidos os municípios de Santarém, Itaituba, Novo Progresso e Sinop, no Pará e Mato Grosso, por suas posições estratégicas nesse mapa que combina poder, concentração de investimentos e acirradas disputas. São analisados dados demográficos, do desmatamento, a produção econômica e outros indicadores, buscando entender as repercussões das dinâmicas sociais no território. Há alterações positivas quanto ao cenário econômico dos municípios, na última década, embora não indiquem desenvolvimento mais abrangente dos estados e das regiões, no contexto do país, mantendo-se o padrão de concentração do capital, de investimento nos setores primários da economia e de avanço da fronteira agropecuária sobre os estoques naturais.

Palavras-chave: Amazônia. Território. Desenvolvimento. Rodovia BR-163

ABSTRACT

CONTRADICTIONY DEVELOPMENT MODELS IN THE AMAZON: ANALYSIS OF THE PLAN BR-163 SUSTAINABLE, TEN YEARS AFTER

After ten years of setting strategic policies for social, economic and environmental development in Amazon, by the Brazilian federal government, placed in the "Plan for the Area of Influence of BR-163 - Santarém-Cuiabá Road", old and current issues remain in the reality of the region, whose boundaries, connections and analysis boundaries are much broader than that huge regional territory. The priorities of State investments, which are associated with private sector, the advance of the agricultural frontier, national and international economic interests, promoted profound changes around the road, one of the main traffic lane in Brazil, nowadays, used primarily for export

¹ Artigo apresentado ao Seminário Internacional América Latina – política e conflitos contemporâneos (SIALAT), realizado em Belém (PA), no período de 09 a 11 de novembro de 2015, organizado pelo Grupo de Pesquisa Estado, Territórios, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM), vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará.

² Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, pelo NAEA-UFP; membro do GETTAM; rosanebaraujo@globo.com.

in particular the growing Brazilian grain production. The intense dynamism of this process has results in social conflicts among the State, economic agents and other social actors involved. It shows the Plan in the context of large infrastructure projects in the Amazon, analyzing the contradictions among the proposed development model that instrument and the current plans, such as the Growth Acceleration Program. At this stage, the research focus in the municipalities of Santarém, Itaituba, Novo Progresso, Sinop, in Pará and Mato Grosso, for its strategic position on this map that combines power, concentration of investments and fierce competitions. Are analyzed, demographic data, deforestation, economic output and other indicators, seeking to understand the impact of social dynamics in the territory. There are positive changes on the economic situation of the municipalities in the last decade, although not specify to broader development of states and regions in the context of the country, maintaining the pattern of capital concentration, investment in primary sectors of the economy and advance of the agricultural frontier on stocks.

Keywords: Amazon. Territory. Development. BR-163 Road

1 O PLANO BR-163 SUSTENTÁVEL: ANÁLISES E CENÁRIOS APÓS UMA DÉCADA

Após dez anos da definição de novas ações estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia pelo governo federal, consolidadas no “Plano para a Área de Influência da BR-163 - Rodovia Santarém-Cuiabá”, antigas e atuais questões se apresentam na realidade da região, cujos limites, conexões e fronteiras de análise são muito mais amplos do que o imenso território regional a que corresponde.

Em pesquisa³ realizada no período 2005-2007, tendo por objeto o Plano BR-163 Sustentável, então em fase final de elaboração e de produção de seus primeiros efeitos, foram analisados vários aspectos, com vistas a traçar, a partir das contribuições teóricas, proposições e informações, possíveis cenários. Elaborado pelo governo federal com a participação de 21 ministérios, entre 2004 e 2006, o instrumento envolve uma área de 1.232 milhão de km², que é constituída por 73 municípios - 28 no estado do Pará, 39 no Mato Grosso e 06 no Amazonas - e abrange em torno de dois milhões de pessoas, correspondendo a área total a 14,47% do território nacional e a 66,41% do Pará.

A partir do asfaltamento de parte da rodovia, o processo de ocupação da região passou a ter novo e intenso dinamismo, exacerbando embates entre setores ligados à expansão da fronteira agrícola, em face de interesses econômicos articulados nacional e internacionalmente, e pequenos produtores; tráfico de metais preciosos; avanço ilegal sobre os estoques naturais da região, com desmatamento acelerado e invasão de áreas de preservação ambiental; desintegração e conflitos entre ações governamentais; grilagem de terras; precaríssimas políticas de ordenamento territorial, objeto de muitas disputas pela posse da terra e políticas de crédito governamental; conflitos com etnias indígenas, em defesa de suas terras e culturas; atuação de movimentos sociais ambientalistas, contrários à exploração predatória, entre tantos outros problemas. A esse quadro, somavam-se a pobreza e a desigualdade social na região, também objeto das preocupações centrais do grande plano governamental.

A efetividade das políticas de Estado já vinha, à época, sendo muito exigida na região por parte de alguns agentes sociais organizados, enquanto que, para outros, a ineficácia das ações e

³ A pesquisa foi realizada no período 2005-2007, no NAEA-UFGA e resultou na dissertação de mestrado “Vozes dissonantes – Estado, discurso e conflito no oeste do Pará”, sob a orientação da Prof^a Dra. Edna Maria Ramos de Castro.

instituições governamentais era conveniente, por facilitar a prática de ações ilegais, bem como a impunidade e os privilégios históricos da classe dominante na região.

Os resultados da pesquisa, naquela etapa, por vários fatores, estruturais e conjunturais, apontavam uma série de dificuldades para ser obtido o sucesso formalmente pretendido com a implementação do Plano, em especial se consideradas as necessidades das parcelas mais pobres e vulneráveis da população e as atividades econômicas fora da lógica da grande produção, como o agronegócio. No epicentro das questões, havia a disputa quanto ao modelo de gestão da Amazônia, não obstante os novos instrumentos jurídico-políticos, então elaborados, estabelecerem de forma categórica novas diretrizes, amparadas em eixos temáticos definidos no Plano Amazônia Sustentável (PAS), ao qual vincula-se o Plano BR-163 Sustentável. A determinação em “conciliar o crescimento econômico e a integração nacional com a justiça social e a conservação e uso sustentável dos recursos naturais”, estabelecida por decreto a partir de proposição do Grupo de Trabalho Interministerial, vinculado à Casa Civil da Presidência da República (2004, p. 4), entretanto, envolvia sérias questões quanto ao uso social do território, o que agudizava conflitos.

Tais conflitos, embora emergissem de inúmeros grupos sociais e econômicos organizados, em direções antagônicas, e em meio às pressões externas à região, faziam-se sentir também entre as instituições das três esferas de governo e no interior de cada uma delas, inclusive do próprio governo federal. O cenário agravava-se com a constatação de que havia precária institucionalização dos conflitos, com poucos e ainda ineficazes canais de escuta das reivindicações e formulação de possíveis acordos com a sociedade.

A pesquisa⁴ ora em curso tem por objetivo atualizar e ampliar a análise feita naquele período, a partir das novas injunções políticas, sociais e econômicas, que permitem inferir o crescimento econômico ocorrido na última década em municípios estratégicos da área de influência da rodovia Santarém-Cuiabá, bem como a dimensão e a complexidade das questões que subjazem a esse crescimento. Para tal, foram definidos como representativos da realidade atual os municípios de Santarém, Itaituba, Novo Progresso e Sinop, sendo os três primeiros localizados no estado Pará e o último no estado do Mato Grosso, em função de suas posições estratégicas nesse mapa que combina poder, concentração de investimentos e acirradas disputas na Amazônia brasileira.

A delimitação do foco da pesquisa nesses municípios implica também analisar as relações, interesses e conflitos mundiais que neles se estabelecem e exercem pressão, conforme o que postula Milton Santos quando reflete que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (2010, p. 585), embora seja necessário também apreendê-lo naquilo pelo que se torna singular, em relação a todos os demais lugares, pelas condicionantes que lhe são próprias em dado momento. Se o mundo está em toda parte, como afirma o autor, é imprescindível, de outro lado, evitar a generalização cega dessa constatação, como se todos os fenômenos fossem determinados por forças sociais globais. Assim, tomando a perspectiva do autor, faz-se necessário investigar quanto há de “mundo” e de “exponencialmente diferente” naqueles locais, que possibilite entender a complexidade das relações daquela grande área da Amazônia em meio a interesses que são também regionais, nacionais e internacionais.

Neste trabalho, situa-se o Plano BR-163 Sustentável no contexto dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, para avaliar pertinências e contrastes nas lógicas de construção desses

⁴ A pesquisa atual visa analisar os conflitos na área de influência da BR-163 e impactos socioeconômicos após dez anos da implementação do Plano BR-163 Sustentável e vincula-se ao GETTAM, do NAEA-UFPA.

instrumentos e das políticas públicas que deles decorrem. Em um segundo momento, são analisados dados e indicadores dos quatro municípios da área de influência da rodovia Santarém-Cuiabá porque, além de ocuparem posições estratégicas no nesse grande corredor de exportação, são bastante representativos quanto aos investimentos públicos e privados que vêm ocorrendo e transformando as condições socioeconômicas e ambientais da região. Os elementos de análise definidos foram os dados e indicadores demográficos, do desmatamento e da economia dos municípios, relacionando-os com as unidades da federação a que pertencem.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho baseia-se em dados, referências teóricas e análises da pesquisa que coincidem com o início da implementação do Plano BR-163 Sustentável, estabelecendo um paralelo com os dados obtidos atualmente, por meio de fontes bibliográficas e instituições do Estado, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Ministério da Ciência e Tecnologia, entre outros. Para a análise dos dados, políticas e dinâmicas socioterritoriais naquela região, bem como sobre o Estado, foram buscadas referências teóricas em Bertha Becker (2001), Edna Castro (2004; 2007), Milton Santos (2006; 2010), Philip Fearnside (2005; 2012) e Pierre Bourdieu (1989; 2014).

2 O PLANO BR-163 NO CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA

Os grandes projetos de integração no Brasil foram produzidos sempre a partir do discurso que associa a ideia de desenvolvimento com a de fortalecimento da nação. Como analisa Edna Castro (2007), nos governos militares, décadas de 60 e 70 do século passado, foram definidos grandes projetos de integração para a Amazônia, representados especialmente pelas rodovias Transamazônica (BR-230), Manaus-Porto Velho (BR-364), Santarém-Cuiabá (BR-163) e Perimetral Norte (BR-210), embora desde o Estado Novo, nos anos 30 desse século, conforme lembra a autora, Getúlio Vargas já tivesse definido o “Programa Marcha para o Oeste”. Identificado por muitos analistas como uma estratégia de dominação política e ideológica na região, esse programa foi seguido de outros, na década de 1970, como o Programa de Integração Nacional e o Polamazônia, sendo que em todos eles, de acordo com Castro, foi sempre reforçada a imagem da Amazônia como celeiro de recursos naturais inesgotáveis, em meio a um grande vazio, propícia à expansão do capital e ao acesso a esses estoques.

Elaborado já no século XXI, o Plano BR-163 Sustentável segue a mesma lógica de implementação de planos a partir de grandes “eixos nacionais de integração e desenvolvimento” que, na visão de Philip Fearnside (2012), fazem parte da estratégia de governos brasileiros, como ocorreu com o Consórcio Brasiliana, nos anos 2000, entre outros. Esses grandes planos visam, via de regra, fomentar a atividade econômica em geral e, em função da amplitude das ações propostas e investimentos necessários, contam não apenas com recursos públicos, mas também privados, que se refletem na formulação dos Planos Plurianuais do país, um instrumento próprio do Estado. Os grandes eixos, como bem chama a atenção o autor, não correspondem às unidades geográficas existentes, como os municípios, estados ou regiões. Esse sistema de planejamento prioriza, portanto, uma maior integração por meio dos corredores de transportes, sejam estes pelos rios, rodovias ou ferrovias.

Por um lado, os grandes projetos de integração, que propiciam a “quebra” de fronteiras geográficas rígidas, correspondem, em tese, à quebra de limites tradicionais de autoridade sobre os projetos governamentais, rompendo barreiras de grupos e interesses historicamente localizados. Por outro lado, esses eixos criam imagens de novos arranjos territoriais que nem sempre obtêm adesão no imaginário social e político da sociedade, ao mesmo tempo em que não estão preservados de novas e poderosas articulações e interesses, nem sempre voltados ao bem comum da sociedade.

Os grandes projetos de infraestrutura para o país, que passam a constituir os Planos Plurianuais do governo federal, em especial no caso BR-163 e da BR-319 (Manaus-Porto Velho), na Amazônia Legal, alerta Fearnside (2012), são encaminhados para execução e os efeitos deletérios são sempre considerados sob controle, por meio de políticas de governança. Analisa o autor, tomando o desmatamento como referência, que têm sido projetados na formulação desses projetos níveis de controle de governança muito maiores do que se observa e constata na prática. A seu ver, essa realidade se tornou recorrente desde o Programa Brasil em Ação, que foi sucedido pelo Programa Avança Brasil, depois pelo Plano Plurianual e, atualmente, pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

De acordo com o balanço do PAC-2, apresentado em dezembro de 2014, o governo federal executou, entre 2011 e 2014, mais de R\$1 trilhão de investimentos nas áreas de infraestrutura social, urbana, logística e energética, sendo que desse valor 66,9 bilhões foram aplicados em transportes (rodovias, portos, ferrovias e aeroportos). No caso da BR-163, a projeção é que o asfaltamento total da rodovia seja concluído até dezembro de 2016. Tal investimento, além de criar novas rotas que permitem a exportação da produção do país, gera empregos e fortalece diversas atividades econômicas, o que constitui também, como vem sendo amplamente noticiado, grande esforço para vencer o cenário de crise econômica, interna e mundial.

Como parte dessa estratégia, o Ministério do Planejamento lançou, em junho de 2015, o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que visa à modernização da infraestrutura de transportes no país, contando com a participação do setor privado, em que foram previstos R\$ 198,4 bilhões em investimentos, sendo R\$ 69,2 bilhões entre 2015-2018 e R\$ 129,2 bilhões a partir de 2019. Desse total, R\$ 66,1 bilhões destinam-se a rodovias, para atender a necessidade de escoamento da produção agrícola e ampliar a trafegabilidade no país.

Tomando o oeste do Pará como exemplo das novas dinâmicas e vultosos investimentos que associam interesses do Estado a interesses econômicos de grande porte, tanto nacionais quanto internacionais, tem-se a dimensão da importância da BR-163, hoje, como corredor multimodal para o escoamento da safra de grãos, em especial da soja. O Ministério dos Transportes, por meio de seus programas e investimentos, afirma que a rodovia se tornou um canal estratégico e uma das principais rotas nacionais para acessar os portos, permitindo a exportação da produção agrícola pela região Norte.

Na distribuição espacial da produção brasileira, safra 2014-2015, dos 202,2 milhões de toneladas de grãos, novo recorde do país, mais de 85 milhões (42%) estão localizados na região Centro-Oeste, que poderão percorrer uma rota mais curta e lucrativa para a exportação por meio dos portos e estações de transbordo de cargas do estado do Pará. A produção da soja deverá crescer em torno de 11% e a de trigo, 7%, nessa safra.

Assim, grandes *tradings* e operadoras logísticas que visam reduzir os custos das indústrias estão se instalando em Miritituba, distrito de Itaituba, às margens do rio Tapajós. Dado o volume da produção do Centro-Oeste, em especial do Mato Grosso, e o acesso possível pela BR-163, essas empresas e indústrias associarão a ampliação da distribuição aos mercados interno e externo à crescente lucratividade.

Seguindo o modelo de concessões de rodovias ao setor privado, por meio de licitação, o governo federal programa realizar o leilão para o asfaltamento de parte da rodovia BR-163, nos estados do Mato Grosso e do Pará, ainda em 2015. Entre as prioridades, deverá ocorrer ainda neste ano o leilão para 976 km do trecho da BR-163 que liga o município de Sinop (MT) a Itaituba (PA), com investimentos da ordem de R\$6,6 bilhões. Quanto aos portos, o PAC-2 prevê, na etapa de concessões portuárias, dois blocos de arrendamento também em 2015, com 29 concessões no primeiro bloco, sendo 20 no Pará. Somente na região de Miritituba, distrito de Itaituba, há previsão de serem implantadas 26 Estações de Transbordo de Carga (ETCs) e em apenas oito dessas estações já deverá ser gerado um fluxo de 100 mil carretas/mês na BR-163, no período de alta da safra do Mato Grosso.

Cabe ressaltar que o Plano BR-163 Sustentável, também como instrumento do governo federal, preconiza expressamente entre seus objetivos que os gargalos de transporte, energia, armazenamento e outros serviços de infraestrutura devem visar diretamente os setores mais pobres, como os produtores familiares e as comunidades rurais. Necessário se faz, então, investigar com maior apuro as condições de produção e de vida desses pequenos produtores em um cenário que combina vultosos investimentos públicos e privados, a partir de uma lógica hegemônica de favorecimento à grande produção e, portanto, ao grande capital.

3 PRINCIPAIS INDICADORES DOS MUNICÍPIOS

Compreendendo que os dados estatísticos constituem apenas um entre os muitos elementos de análise, consideramos importante buscar na base de informações e análises do próprio Estado, por meio de seus órgãos oficiais de pesquisa, referências para dimensionar as alterações que vêm ocorrendo na área de influência da rodovia Santarém-Cuiabá, nos últimos dez anos. Nesse sentido, foram tomados como referência aqui alguns indicadores dos municípios focalizados na pesquisa - Santarém, Itaituba, Novo Progresso e Sinop -, relativos à população, ao desmatamento e à economia, tomando-os, neste último caso, também em relação aos respectivos estados e regiões.

A análise dos dados, entretanto, funda-se também em diferenciações de outra ordem, que envolvem o poder, quer por parte do Estado, quer pela força dos agentes que representam os campos político e econômico. Nesse sentido, a pesquisa segue fundamentando-se no conceito de campo formulado por Pierre Bourdieu (1989), que define um modelo de interpretação da sociedade a partir de redes de laços materiais e simbólicos, que são também relações de força e de poder entre diferentes agentes que objetivam entrar na luta para obter o monopólio do poder, ou para garantir as posições relativas já conquistadas no campo. Esses agentes podem ser pessoas, grupos, associações, empresas, instituições, o Estado e outros, o que depende da estrutura que possuem, que é definida socialmente.

Entender o lugar é, portanto, apreender o sentido da luta social entre interesses divergentes, como também alerta Milton Santos, ao afirmar que há necessidade de percebermos que o espaço é

constituído por virtualidades de diferentes valores, cujo uso está condicionado à força que os grupos sociais detêm sobre ele, que é sempre desigual, mesmo porque, afora as questões relativas ao poder, há também a escassez de recursos. Nesse sentido, a divisão do trabalho, conforme formula o autor, supõe sempre a existência de conflitos, sendo que alguns são mais relevantes, como os que opõem o Estado e o Mercado, que não são dois grandes blocos homogêneos em si mesmos, havendo distinções importantes a serem feitas conforme os interesses que os mobilizam e a força de que dispõem. As empresas têm, assim, maior ou menor poder de impor uma divisão do trabalho adequada aos seus interesses e competem com as diversas escalas do poder público pela organização e uso do território.

Por outro lado, compreender o que vem ocorrendo nos municípios em questão, mesmo que não sejam estes os responsáveis pelas decisões centrais em relação aos investimentos e políticas que norteiam as prioridades e a execução do Plano BR-163 Sustentável e do PAC-2, significa buscar nos lugares que têm localização estratégica e que são diretamente afetados as transformações socioterritoriais e econômicas que vêm sendo provocadas pelas determinações de âmbito estatal e dos demais agentes que são dominantes nos campos político e econômico. O local é, nesse sentido, a dimensão em que as políticas de fato se materializam e interferem diretamente sobre o uso social do território e a qualidade de vida das pessoas.

3.1 Intensas mudanças nos fluxos populacionais

Observa-se em relação à concentração populacional nesses municípios, no período 2000-2010 e de acordo com a projeção para 2015, segundo dados do IBGE, que não houve grande alteração na população dos municípios paraenses de Itaituba e Novo Progresso no período, enquanto que Santarém apresentou aumento populacional em torno de 11% até 2010, ficando em 10% a projeção do aumento para 2015, se tomado por base o ano 2000. O município de Sinop, por sua vez, apresentou uma dinâmica distinta, com elevação populacional da ordem dos 34%, no período 2000-2010, que se amplia para cerca de 42% na projeção para 2015.

Observa-se também que tem havido grandes alterações na composição da população rural e urbana no período 2000-2010, nos quatro municípios em análise, com base no censo demográfico do IBGE, constatando-se um intenso fluxo de pessoas do campo para a cidade, bem como de outros lugares para esses, o que certamente demanda a investigação minuciosa das migrações, a partir das novas dinâmicas econômicas. No caso de Itaituba, houve redução de cerca de 15% da população rural, enquanto que a população urbana cresceu cerca de 10%, entre os anos 2000 e 2010. Novo Progresso registra uma movimentação muito mais radical, considerando que a redução da população da área rural chegou a mais de 48%, enquanto que a população urbana cresceu em torno de 84%, nesse mesmo período. Em Santarém, a população rural aumentou em torno de 3,25%, enquanto que a população urbana cresceu 15%, entre 2000 e 2010. Diferentemente dos demais municípios aqui analisados, Sinop apresentou considerável elevação de sua população rural (130%) e de sua população urbana (38%), nessa década.

3.2 Índices de desmatamento (ainda) preocupantes

Analisando os dados sobre desmatamento nos quatro municípios da área de influência da BR-163, é possível identificar que, muito embora tenha havido uma queda considerável nas taxas relativas à Amazônia Legal, no período 2004-2014, há dados ainda muito preocupantes no momento atual envolvendo os dois estados da região em que se localizam os municípios, tanto mais se considerado que o Pará e o Mato Grosso constituem a maior parte da área de influência da rodovia Santarém-Cuiabá.

De acordo com o Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que detecta exclusivamente desmatamentos tipo corte raso, houve redução de cerca de 80% dos desmatamentos desse tipo na região, entre 2004 e 2014, que foi acompanhada por reduções também nos estados do Mato Grosso (91%) e Pará (78%) nesse mesmo período. Certamente, esses dados revelam que o governo federal empreendeu políticas e ações que se mostraram eficazes para a redução do desmatamento na Amazônia.

Ao analisar os dados recentes apresentados pelo PRODES, entretanto, percebe-se que, no caso dos estados do Pará e do Mato Grosso, a realidade ainda demonstra o quanto o desmatamento é preocupante, tanto mais se considerado que as atividades altamente lucrativas, em torno das quais os vultosos investimentos governamentais e privados vêm sendo feitos, produzem grandes danos ambientais, inclusive em relação à perda da cobertura florestal. De acordo com as informações divulgadas em 14 de agosto de 2015, pelo PRODES-INPE-MCTI, os desmatamentos do tipo corte raso na Amazônia Legal, entre ago-2013 e jul-2014, correspondem a 5.012 km², dos quais quase 60% estão localizados justamente nesses estados, alcançando 1.887 km² e 1.075 km², no Pará e Mato Grosso, respectivamente.

Chama a atenção, também, nos dados apresentados pela Coordenação Geral de Observação da Terra (OBT), do Projeto PRODES, que monitora a floresta amazônica brasileira por satélite e calcula as taxas anuais de desmatamento, desde 2004, que, embora as taxas dos estados do Pará e do Mato Grosso estejam, em geral, decrescendo desde esse ano até 2014, apresentam um recrudescimento nesse último estado, na comparação entre 2010 e 2014 (871 e 1.075, respectivamente).

Segundo os dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER), outro sistema de monitoramento do INPE, foram identificados, somente no mês de janeiro de 2015, 129,36 km² de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia Legal - o que inclui corte raso (112,3 km²), degradação florestal (14,1 km²) e casos não confirmados (3,0 km²) -, sendo que desse total 108,19 km² localizam-se no estado do Mato Grosso.

No período de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, o DETER identificou que os alertas na Amazônia Legal se estendem por 4088.78 km², sendo 1519.07 no Mato Grosso e 1240.89 no Pará, o que significa que grande parte dos alertas (67,5%) da região continua concentrada nesses dois estados.

Para exemplificar a realidade nos dias atuais, em setembro de 2015, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conforme informações disponíveis no site desse órgão, apreendeu no oeste do Pará, somente em uma ação da "Operação Manilkara", mais de 8.500m³ de madeira retirada irregularmente, equivalentes a cerca de 300 caminhões

carregados. Além da Madeireira Iller Ltda, outras sete empresas e proprietários foram autuados nessa operação, por armazenamento, comercialização e transporte de madeira sem licença, entre outros crimes.

Entre as prioridades expressas formalmente no Plano BR-163 Sustentável, o desmatamento na região deveria ser reduzido ao mínimo, rompendo com o padrão extensivo de uso do solo que caracterizou a Amazônia ao longo de sua história, devendo haver equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação da floresta.

O Macrozoneamento da Amazônia Legal, aprovado por meio do decreto nº 7378, de dezembro de 2010, com o objetivo de orientar as políticas públicas de desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente, é um instrumento do governo federal que tem por objetivo “assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento regional, indicando estratégias produtivas e de gestão ambiental e territorial em conformidade com a diversidade ecológica, econômica, cultural e social da Amazônia”.

A partir da análise das prioridades para a região, foi definido nesse instrumento, entre as principais estratégias de produção e de gestão ambiental, que as frentes de expansão devem ser contidas com a implementação de áreas protegidas e de usos alternativos, além de que a área denominada de o “coração da floresta” deve ser também defendido com atividades produtivas sustentáveis. Tais prioridades, como expresso no artigo 10º do MacroZEE, devem ser asseguradas também por meio da restrição de crédito rural e para a agroindústria, de modo a conter a expansão da pecuária e da monocultura nessa área.

No MacroZEE admite-se que a fronteira agropecuária e madeireira localiza-se principalmente hoje no sudoeste do Pará e no norte do Mato Grosso, avançando pela rodovia Santarém-Cuiabá, pela Terra do Meio e pelo sul do estado do Amazonas, a partir de Rondônia e do Acre.

3.3 Dados sobre a economia e indicadores dos municípios e regiões

No período 2000-2010, de acordo com os censos realizados pelo IBGE, observa-se que houve melhoria nos quatro municípios (Itaituba, Novo Progresso, Santarém e Sinop) em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é composto por três dimensões do desenvolvimento humano (longevidade, educação e renda). São as seguintes as variações entre os anos 2000 e 2010, em cada um deles: Itaituba = 0,489 e 0,640; Novo Progresso = 0,466 e 0,673; Santarém = 0,555 e 0,691; e Sinop = 0,626 e 0,754, respectivamente.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), comparando os valores do ano de 2006, início do Plano BR-163, com os do ano de 2012, bem como a posição dos estados do Pará e do Mato Grosso e das regiões a que pertencem no PIB brasileiro, em 2011 e 2012, é possível chegar a algumas conclusões. Cabe esclarecer que o valor adicionado bruto a preços correntes é igual à produção menos o consumo intermediário, ou seja, os custos referentes aos insumos:

- a) Comparando o valor adicionado bruto a preços correntes da **agropecuária**, no período 2006-2012, observa-se que nos casos de Itaituba e Santarém o aumento ficou na faixa de 80 a 90%, enquanto que em Novo Progresso cresceu em torno de 105% e em Sinop o crescimento ultrapassou 200%.
- b) No caso da **indústria**, comparando o valor adicionado bruto a preços correntes, no período 2006-2012, a média de crescimento foi bem inferior em três dos municípios, em relação ao

item anterior e ao de serviços, ficando na faixa de 14% em Novo Progresso, 33% em Santarém, 58% em Sinop e 71% em Itaituba.

- c) Quanto aos **serviços**, comparando o valor adicionado bruto a preços correntes, no período 2006-2012, constata-se que houve crescimento da ordem de 68% em Itaituba, de 80% em Santarém e em Novo Progresso, e de 160% em Sinop.

Na comparação do PIB a preços correntes dos anos de 2006 e 2012, o aumento se deu na faixa dos 70% em Santarém e Itaituba, foi de 83% em Novo Progresso e de 140% em Sinop. É fato, portanto, que esses índices revelam que houve um crescimento expressivo da economia desses municípios, no período. Porém, é necessário observar alguns outros aspectos também revelados por esses dados e por outros sobre os estados e regiões a que pertencem os municípios:

- a) O valor adicionado bruto referente à indústria, em dois dos municípios (Novo Progresso e Santarém), teve crescimento bem inferior, em relação aos outros dois setores (agropecuária e serviços); em Itaituba, o crescimento dos três setores apresenta uma equivalência percentual; enquanto que em Sinop o crescimento do valor adicionado relativo à indústria (58%), embora considerável, está bem aquém dos percentuais relativos à pecuária (207%) e aos serviços (160%). Depreende-se, então, que a economia desses municípios segue a tendência do crescimento da região, que se concentra nos setores primário e terciário, havendo menor investimento na indústria de transformação, responsável pela agregação de valor aos produtos dos setores agroextrativistas e mineral.
- b) A produção desses municípios, embora apresentando crescimento considerável, não tem produzido alterações positivas relevantes que cheguem a alterar o PIB do Pará e do Mato Grosso, bem como a posição destes estados na região Norte e Centro Oeste, e destas na participação do PIB do país, até 2012.
- c) A participação do Pará no PIB brasileiro foi de 2,1%, nos anos de 2011 e 2012, mantendo-se no 12º lugar no ranking do país. O estado do Mato Grosso, por sua vez, apresentou um discreto decréscimo no PIB de 2012 (1,8%), em relação ao PIB de 2011 (1,7%), permanecendo, entretanto, no 14º lugar no ranking do país.
- d) As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram pequenas variações na comparação do PIB dos anos de 2011 e 2012, entre as regiões brasileiras. A região Norte apresentou redução de 0,1% entre os dois anos, passando de 5,4% para 5,3%, no cenário nacional; enquanto que a região Centro-Oeste apresentou um acréscimo de 0,2% no PIB de 2011 (9,6%), em relação ao de 2012 (9,8%).
- e) Mantém-se na produção econômica geral dos dois estados – Pará e Mato Grosso -, de acordo com a composição do PIB de 2012, a alta concentração da produção nos setores de serviço e extrativos, com baixíssimos índices de participação dos setores industrial de transformação e de serviços industriais. No Pará, a indústria de transformação e os serviços industriais somam 8,7% do valor adicionado do PIB 2012, enquanto que o setor de serviços juntamente com a administração pública totalizam 44,8% e a atividade extrativa mineral somada à agropecuária perfazem 29,3% nessa composição.

A pecuária, extensiva por excelência, que também se destaca entre as atividades econômicas daqueles municípios, segundo dados da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa do Pará (Fapespa), registra crescimento considerável no período 2000-2012, o que pode ser constatado pela evolução do rebanho bovino, o de maior peso naquela região. Entre os municípios paraenses, o menor crescimento registrado ocorreu no município de Santarém, que apresenta crescimento de 32% do número de cabeças no rebanho bovino. Em Itaituba, o aumento desse rebanho foi de 131%, enquanto que em Novo Progresso foi registrado um aumento de 340%, no mesmo período. A concentração maior ou menor da atividade pecuária ou de lavoura interfere diretamente na configuração da utilização das terras.

Outros tantos projetos econômicos de peso estão sendo cogitados para a área de influência da rodovia Santarém-Cuiabá, como é o caso da construção de uma ferrovia ao longo de toda a BR-163, de interesse de grupos empresariais chineses, que vêm negociando com o governo federal, conforme informações do Ministério dos Transportes. Há também arranjos institucionais como os propostos pela Rede Internacional de Florestas Modelo, que conta com o apoio do Serviço Florestal Brasileiro, para a criação de uma Floresta Modelo na área de influência da BR-163, com a participação de associações voluntárias e de setores econômicos, políticos e sociais.

Na região do Tapajós, município de Itaituba, há também a atividade de mineração e exploração de ouro, com reservas de grande potencial, como as minas Palito e São Chico, em que se implantaram recentemente novos projetos de interesse de empresas internacionais do ramo, que vêm negociando intensamente nesse mercado e estão em plena produção, como a Serabi Gold Mineradora, que tem sede em Londres.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o estado do Pará ocupa o 2º lugar em arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), ficando atrás apenas de Minas Gerais, conforme dados do período 2011-2013, com crescimento do índice de 29,95% para 33,38% da arrecadação dos royalties da mineração no Brasil. O município de Itaituba está no 9º lugar no ranking dos maiores arrecadadores da CFEM no Pará.

4 CONCLUSÕES

Bertha Becker (2001), ao analisar os modelos e cenários para a Amazônia no início da década passada, já apontava a dificuldade de dirimir conflitos políticos e econômicos que estão na base de dois modelos distintos, como o que prioriza a construção de corredores multimodais para a exportação da produção agrícola, em especial da soja, e o que visa à produção da região com defesa da floresta em pé. Além disso, de acordo com a pesquisadora, muitos outros planos e programas elaborados em governos anteriores para a Amazônia, embora tenham criado recortes espaciais que tiveram forte impacto no imaginário social, não lograram êxito em sua materialização.

Afora a necessária legitimidade que o Estado precisa ter para concretizar os planos e políticas determinados em nível federal, que se encontram permanentemente na arena das disputas sociais, é fundamental não perder de vista que no interior das estruturas do próprio Estado, permeando a condução das relações e definições políticas centrais, há a força dos interesses e pressões externos. Nesse sentido, pode haver maior ou menor nível de dependência do Estado em relação a esses agentes externos, em função de compromissos e parcerias assumidos, que são também reveladores

de interesses de parcelas da elite política brasileira, em muitas situações, presentes e atuantes nas instituições do próprio Estado.

As pressões externas também vêm da sociedade e a força para alterar as regras estabelecidas no jogo político depende da capacidade de organização e mobilização dos agentes sociais no campo político, que possibilite ou indique que parte das regras e das regularidades do jogo poderá vir a ser alterada no sentido de transformá-lo na direção de decisões que conciliem as pressões do mercado com a melhoria das condições de vida da população e garantia da sustentabilidade da região.

A área de abrangência da BR-163 é um mosaico integrado por terras indígenas e unidades de conservação e por várias atividades econômicas, inclusive de um grande número de pequenos produtores. É preciso, então, que as políticas de desenvolvimento, que não podem ser reduzidas ao crescimento econômico, nem a parcelas de um território, incluam atividades que respeitem a diversidade social, ambiental, cultural e econômica, muitas destas fora do âmbito da produção agropecuária em grande escala e dos interesses articulados internacionalmente. É preciso refletir, como ensina Bourdieu (2014), que os processos de concentração e de integração podem também significar desapossamento, quando os saberes e as competências locais passam a ser desqualificados, submetidos à lógica e ao poder dominantes.

Santos (2006), ao tratar sobre o global e o local, interpreta as questões territoriais a partir das redes produtivas, de comércio, de transporte e de informação, que são inseparáveis da questão do poder e cada vez mais globais. As situações de conflito que se estabelecem a partir de então, nas lutas pelo uso do espaço, inclusive por meio das redes, definem as posições dos dominantes e dos dominados, mas devem ser sempre reguladas, o que pode atenuar ou agravar os conflitos, dependendo das normas e instrumentos dos poderes nacional e locais, porque o “mundo” não pode determiná-los. Ou seja, cabe ao Estado, mesmo em uma economia globalizada e submetido às fortes pressões externas, a regulação e a busca da solução para os conflitos.

É possível, também, como refere o autor, que os próprios conflitos e disputas levem ao fortalecimento de vínculos horizontais e promovam a coesão de outros interesses, que não os dominantes, e que possam recolocar as questões sociais dos dominados em outras bases, forçando o reconhecimento de suas reivindicações dentro do campo político.

Se os dominados no campo político, submetidos à lógica e ao poder dominantes, não reagem nem se organizam para disputar e buscar fazer valer seus interesses na arena política, isso não significa que não estejam participando do jogo, ou deixando de se submeter às suas regras e condições. Como nos faz refletir Bourdieu, “a submissão e o desapossamento não são antagônicos à integração, mas têm a integração como condição” (2014, p. 304). Por isso, é importante entender o discurso e as estratégias de integração na região, que induzem a concluir que não aceitar o jogo proposto, em toda a sua amplitude e com todas as consequências, é aceitar ser excluído, pois, como afirma o sociólogo, “temos o hábito de pensar a integração como o contrário da exclusão, que nos custa entender que, tanto para ser excluído como para ser dominado, é preciso estar integrado” (2014, p. 304).

Incluem-se entre as prioridades expressamente definidas no Plano BR-163 Sustentável, assim como no MacroZEE da Amazônia Legal, que formalmente está articulado com outros instrumentos legais no nível dos estados, o rompimento com o padrão extensivo de uso do solo, característico da economia da história da Amazônia, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e do

necessário equilíbrio entre desenvolvimento econômico, com conservação da floresta, de acordo com a diversidade ecológica, econômica, cultural e social da região.

Ao analisar os eixos daquele Plano e do MacroZEE em relação ao PAC, escapa à compreensão, até então, como será possível conciliar e articular, na Amazônia, instrumentos políticos e de gestão do Estado que apresentam contradições inerentes a lógicas distintas de investimento, produção e desenvolvimento.

Para evitar a reprodução de uma sociedade desigual e que atente contra a sustentabilidade, objetivos centrais do Plano BR-163 Sustentável apregoados oficialmente, ainda há muito a ser feito e os caminhos e dados, por ora, não demonstram a inversão das prioridades historicamente identificadas, que têm fortalecido o grande capital, o avanço predatório sobre os recursos naturais e levado à participação pífia da Amazônia no cenário econômico do país, não obstante ser essa região um enorme celeiro de riquezas e um dos mais ricos biomas do planeta.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Revista Parcerias Estratégicas*, n. 12, set. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)* – Pierre Bourdieu. Edição estabelecida por Patrick Champagne et al. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.290, de 06.12.2007. *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163, no trecho Cuiabá/MT-Santarém/PA-Plano BR-163 Sustentável*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6290.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Plano agrícola e pecuário 2014-2015*. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. *Programa de Aceleração do Crescimento*. Disponível em: <www.planejamento.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2015.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Medidas para escoamento da safra de grãos 2014-2015*. Disponível em: <www.transportes.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7378.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.

CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. *Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na rodovia Cuiabá-Santarém*. Paper do Naea nº 179. set. 2004.

CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. *Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio*. Paper do Naea nº 180. Out. 2004.

CASTRO, Edna. *Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira*. Novos Cadernos NAEA v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. *Transportes & desenvolvimento* – Entraves logísticos ao escoamento de soja e milho. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Paginas/Pesquisas_Detalhes.aspx?p=15>. Acesso em: 16 set. 2015.

Soja e Milho

FEARNSIDE, P. M. Carga pesada: o custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia. pp. 397-423. In: TORRES, M. (Ed.) *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília, DF, Brasil: 2005.

_____. A tomada de decisão sobre grandes estradas amazônicas. p. 59-75. In: BAGER, A. (Ed.). *Ecologia de Estradas: tendências e pesquisas*. Editora da Universidade Federal de Lavras (MG). Lavras: 2012.

GOVERNO DO PARÁ. FAPESPA. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/i3geo/PAINEL/relatorio-economia-pecuaria1.php>>. Acesso em: 17 set.2015.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. *Plano de desenvolvimento regional sustentável para a área de influência da rodovia BR-163 - Cuiabá-Santarém*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>>. Acesso em: 15 set.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>>. Acesso em: 16 set.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). *Informações sobre a Economia Mineral do Estado do Pará*. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004356.pdf>>. Acesso em: 16 set.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Monitoramento da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 15 set.2015.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/pib_municipal_2005_2012.pdf>. Acesso em: set. 2015.

MCTI.INPE. PRODES. Coordenação Geral de Observação da Terra (OBT). Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2014.htm. Acesso em: 17 set. 2015.

PARÁ. IDESP. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/index.php/series/pib-estadual>>. Acesso em: set. 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez: 2010. p. 584-602.



ESTADO, EMPRESAS E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: INVESTIMENTOS, CONFLITOS, TERRITORIALIDADE E CAMPOS DE DISPUTA DO OESTE MARANHENSE.¹

Erilene Silva Oliveira de Castro²
Raifran Abidimar de Castro³

RESUMO:

A Amazônia maranhense tem sido destaque nos debates nacionais, quando se conjugam as ações de incentivo ao desenvolvimento econômico, utilizando-se principalmente a exploração, e as repercussões ambientais e sociais. Atualmente têm destaque os investimentos na Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC) e na instalação da fábrica da Suzano Papel e Celulose S/A. Como já faz parte destes investimentos, os resultados positivos na economia acabam ofuscando a problemática social, seja ele urbano ou rural; além disso, a ação do Estado e a relação deste com os movimentos sociais do campo não recebem o mesmo impulso que os processos de investimentos em empresas privadas. Tem-se assim um processo de fortalecimento das empresas diante dos movimentos sociais do campo. Com isso, o objetivo deste trabalho é analisar como ocorre o processo de busca de ampliação do poder das empresas nos territórios de comunidades rurais na Amazônia maranhense, em destaque no assentamento Francisco Romão, situado em Açailândia, onde há atuação da mineradora Vale S/A, e a Reserva Extrativista do Ciriáco, em Cidelândia, onde atua a empresa Suzano. Foram realizadas análises em campo nas empresas e nas comunidades; além de entrevistas com representantes e lideranças dos dois grupos; complementando-se com análise de fontes bibliográficas e de documentos como atas, informativos e manuais. Como principal resultado tem-se que os recursos disponibilizados pelo Estado brasileiro para as empresas, têm possibilitado o fortalecimento destas nas comunidades, considerando que tanto o assentamento quanto a RESEX não têm acesso à políticas de investimento social no desenvolvimento econômico e independência financeira dos seus componentes.

Palavras-chave: Açailândia. Cidelândia. Bourdieu. Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

A Amazônia maranhense tem sido destaque nos debates nacionais, quando se conjugam as ações de incentivo ao desenvolvimento econômico, utilizando-se principalmente a exploração, e as repercussões ambientais e sociais. Atualmente têm destaque os investimentos na Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC) e na instalação da fábrica da Suzano Papel e Celulose S/A. Como já faz parte destes investimentos, os resultados positivos na economia acabam ofuscando a problemática social, seja ele urbano ou rural; além disso, a ação do Estado e a relação deste com os movimentos sociais do campo não recebem o mesmo impulso que os processos de investimentos em empresas privadas. Tem-se assim um processo de fortalecimento das empresas diante dos movimentos sociais do campo.

O objetivo deste trabalho é analisar como ocorre o processo de busca de ampliação do poder das empresas nos territórios de comunidades rurais na Amazônia maranhense, em destaque no assentamento Francisco Romão, situado em Açailândia, onde há atuação da mineradora Vale S/A, e a Reserva Extrativista do Ciriáco, em Cidelândia, onde atua a empresa Suzano. Foram realizadas análises em campo nas empresas e nas comunidades; além de entrevistas com representantes e

¹ Texto referente a dois capítulos da tese do segundo autor.

² Graduanda em licenciatura em letras, pela Universidade Estadual do Maranhão, campus Açailândia. (erilene_22@hotmail.com).

³ Doutorando do PPGDSTU, no NAEA. Professor de Geografia do IFMA, campus Açailândia. (raifrancastro@ifma.edu.br).

lideranças dos dois grupos; complementando-se com análise de fontes bibliográficas e de documentos como atas, informativos e manuais.

A QUESTÃO AGRÁRIA, O ESTADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A problemática urbana em áreas abrangidas por grandes projetos de desenvolvimento relacionam-se com os problemas rurais. Neste sentido, Zhouri (2005) nos apresenta análises importantes, considerando que todo o processo de investimentos na primarização das economias tem resultado na concentração de terras e no baixo nível de empregabilidade e de investimentos nas pequenas propriedades, relacionados com “[...] projetos envolvendo mineração, hidrelétricas, monoculturas de eucalipto, de soja, entre outros concentradores de grandes extensões territoriais.” (*op. cit.*, p. 06). Cita-se o exemplo mencionado por Sousa (2012, p. 240), que destaca que, prevendo a exaustão das minas de ferro de Carajás no Pará, o Estado e a mineradora Vale, se empenham em resolver questões econômicas, mas não se esforçam na mesma intensidade na resolução dos problemas socioeconômicos que têm surgido na região, principalmente no meio rural.

Como cita Maricato (2013), não se trata apenas de uma contextualização econômica. Para ele as empresas têm realizado ações que visam subordinar comunidades rurais aos seus interesses. Considerando esta realidade, cita Shanin (1983) que as populações não devem ser analisadas apenas do ponto de vista econômico, mas se devem considerar também suas relações políticas, sociais e culturais. Tem-se ainda que, em termos de ação das empresas, “[...] a relação com o mercado, longe de poder ser apenas vista pelo aspecto da subordinação e da estratégia de minimização dos efeitos perversos, deve ser lida como fator importante na constituição econômica e política dos assentados.” (NEVES, 1999, p. 21). Além da questão ambiental, como destaca Maimon (1994), que deve ser cuidadosamente acompanhada.

Seja em termos de políticas públicas, de ocupação e uso do solo, ou de regulação das práticas agrárias, a ação do Estado é presente na história do Brasil. Para Palmeira (1989) o Estado brasileiro tem se tornado um dos principais agentes de mudanças na agricultura brasileira. Martins (1999) também apresenta uma breve análise da ação do Estado na reforma agrária no Brasil. Ao tratar da questão da ação de partidos políticos, e do próprio Estado junto aos movimentos sociais no campo, Martins (1989) destaca ainda que ao lutarem pela democracia, além da simples distribuição de terras, passou-se a disseminar a ideia de que “[...] quem faz não pensa e, por isso, somente tutelado pode agir politicamente.” (*op. cit.* p. 148). Processo que tem fortalecido a ação estatal diante dos movimentos sociais do campo.

Para Abramovay (2007, p. 96) cabe ao Estado possibilitar que os pequenos agricultores tenham acesso às modernas tecnologias. O mesmo autor cita ainda que este agente também é responsável pelas mudanças estruturais de mercado e pelo controle destas. Neste sentido, Kautsky (1980) enfatiza que esta ampliação de poder estatal traria maiores benefícios do que a dependência às empresas. Cita-se também que este deve garantir a participação dos movimentos sociais do campo, a efetiva atuação na elaboração e na realização dos projetos de desenvolvimento da agricultura (FERNANDES, B., 2008).

Neste sentido, Marin e Castro (1998) destacam que novas configurações políticas, como a ampliação das mobilizações políticas, a elaboração de coordenações estruturadas junto às organizações de nível nacional, e a busca pelo estreitamento do diálogo com o Estado, as empresas

e as ONG, têm fortalecido os movimentos de permanência e de territorialização no campo. A articulação entre movimentos também é uma desafio a ser seguido por trabalhadores rurais e urbanos, como citam Gomes e Castro (2004).

Como se percebe, a ação do Estado e a relação deste com os movimentos sociais do campo pautam a análise da questão agrária no Brasil. Principalmente quando se trata de áreas de uso comum, como assentamentos de reforma agrária e reservas extrativistas. A partir dos anos de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁴, o sindicalismo rural brasileiro passou a cobrar do Estado políticas públicas voltadas especificamente para sua categoria, como por exemplo, juros menores, maior apoio institucional, dentre outros (SCHNEIDER, 2003, p. 100). Mas como cita Martins (2000), há um histórico movimento de deslegitimação do Estado no seio do Movimento dos Sem Terra (MST).

Os problemas da ação do Estado e das empresas junto aos trabalhadores familiares são objeto de estudo em todo o mundo. Como já mencionava Marx (1996), a ação de controle do Estado foi de grande importância para a transformação dos pequenos agricultores em proletariado, nos tempos de constituição do trabalho no nascimento da sociedade capitalista. Atualizando este entendimento, Ferrante e Silva (1988, p. 35) citam que, em termos de antagonismos e interesses conflitantes, “[...] a política estatal frente aos trabalhadores não pode ser analisada somente da ótica das suas reivindicações, das suas necessidades, mas deve, necessariamente, ser articulada às necessidades de reprodução do capital.”

Para Morsello (2002) a relação entre as empresas e as comunidades rurais tem sido estabelecida segundo duas principais realidades: o crescimento da comercialização de produtos com “selos verdes”; e a ampliação da tendência de que as empresas multinacionais invistam mais em ações de responsabilidade socioambiental. A maioria das parcerias entre empresas e comunidades de RESEX são voltadas para a comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros - PFM (FIGUEIREDO, 2005). Dentre os resultados desta parceria o autor (op. cit.) destaca: a redução da disponibilidade do produto comercializado; alteração das relações comunitárias de convivência e de produção; potencialização da exploração dos recursos, independente do auxílio financeiro do Estado. Alguns exemplos desta parceria são analisados por Anderson e Clay (2002).

ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA, ESTADO E GRANDES EMPRESAS

É complexa a análise da reforma agrária brasileira, pois fatores como os investimentos públicos, a regularização fundiária, as manifestações dos movimentos sociais, dentre outros, devem ser considerados. Uma grande porcentagem dos assentamentos rurais brasileiros está relacionada com processos de conflito com fazendeiros, empresas, e com agentes públicos, sem contar com o baixo investimento estatal na manutenção destes (SPAROVEK, 2003). Como citam Guanzirolí *et al.* (2001), em muitos casos a questão da reforma agrária brasileira é tratada quase que exclusivamente como uma política social de combate à pobreza.

Para Stédile (2005, p. 215) “[...] a reforma agrária é também fundamental para dinamizar as economias locais e regionais.” Ao tratar da questão agrária e da economia em tempos de globalização, Oliveira (2007, p. 148) destaca que “[...] as elites nacionais vão se tornando

⁴ Programa governamental lançado em 1995, com o objetivo de reduzir os custos de produção, e ampliar os financiamentos para os pequenos agricultores, principalmente familiares (GUANZIROLI, 2007).

proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial.”

Sobre a inoperância do Estado, Guimarães (1998, p. 1534) menciona que este: “[...] usando de suas prerrogativas, sentindo-se mal colocado, perdido nos emaranhados burocráticos, pela disposição de acompanhar as exigências solicitadas pelos Sem Terra, declara que não deve ser apenas de sua responsabilidade as soluções da questão.” Para Silva (2006, p. 129), no caso do Maranhão a formação de assentamentos está relacionada mais à “[...] ação direta do movimento social organizado, e não de uma estratégia de desenvolvimento (políticas públicas) do poder público [...]”.

Não se tem falado em subordinação, pois esta realidade tem sido reduzida com o fortalecimento político-cultural dos movimentos rurais do campo, em relação às ações das grandes empresas e do Estado. Assim como destaca Ruschel (2010, p. 188), a ineficiência do processo de “[...] educação política no processo de luta [...]” pode trazer instabilidades à organização em comunidades assentadas. Como citam Ferrante e Silva (1988, p. 40):

As lutas dos trabalhadores rurais impõem o reconhecimento da potencialidade de construção de um projeto social e político, capaz de desvendar as contradições profundas no regime de propriedade que sustenta a exploração capitalista na sociedade brasileira, acenando-lhes com uma vivência significativa em termos de conquista de autonomia (*op. cit.*).

A inclusão das empresas agroindustriais nos debates sobre a dinamização econômica em assentamentos rurais, juntamente com todos os segmentos sociais em que este se encontra, é importante (NAVARRO, 1997). Para Neves (1999, p. 22) a principal forma dos assentados atuarem diretamente no meio em que vivem, principalmente nos momentos de relação com empresas ou com representantes públicos, é através da “[...] qualificação do assentado como ator político [...]”. Como no conflito entre comunidades rurais e empresas analisado por Esterci (1987), os agentes do Estado que atuam nestas situações de conflito podem se dividir em dois grupos: os que arbitram em favor da empresa; e os que podem vir a fortalecer a capacidade de resistência da comunidade.

Citando o caso do assentamento Califórnia, localizado no município de Açailândia – MA, Azar (2013) destaca que a articulação do agronegócio junto aos setores conservadores da sociedade, e a disseminação descaracterizada e distorcida do que seriam práticas e contextos dos movimentos dos trabalhadores rurais e da luta pelo direito à terra, patrocinada por estes que transmitem o discurso do que seria a “incompetência da agricultura familiar camponesa” (*op. cit.*), acabam enfraquecendo o movimento. E estas grandes empresas passam para o processo de “[...] cooptação das famílias, seja inserindo-as na produção, com o trabalho direto, ou com o arrendamento dos lotes seja com projetos sociais ou com a relação direta com lideranças.” (*op. cit.*), e enfatiza que:

O intento é a ‘conquista’ do assentamento como aliado do modelo de desenvolvimento adotado hegemonicamente na região. Na dinâmica de Açailândia fica bem demarcada a estreita relação entre o agronegócio, o latifúndio e o capital internacional e, se por um lado, o agronegócio assume uma faceta moderna, por outro reconcentra a terra, expulsando as famílias do campo, tanto por conta do não acesso destas à terra quanto por conta do tipo de produção que não absorve a força de trabalho disponibilizada (*op. cit.* p. 325).

RESERVAS EXTRATIVISTAS, ESTADO E GRANDES EMPRESAS

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225 destaca como direito e dever de todos a implantação de sistemas que visem um ambiente equilibrado. Como destaca Ricardo e Macedo (2004, p. 08) esta “[...] atribui ao Estado a responsabilidade de definir espaços territoriais especialmente protegidos, entre os quais as Unidades de Conservação.” Especificamente sobre a RESEX tem se que:

Uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada através da concessão de uso, transferida pelo Estado para associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações através de projetos de saúde e educação (DIEGUES, 2000, p. 147).

Para Allegretti (2002) o estreitamento da relação das comunidades de seringueiros com os movimentos sociais e ambientais internacionais foram de extrema importância para o surgimento das Reservas Extrativistas (RESEX). Neste sentido, Little (2002) salienta que a luta política dos seringueiros, que resultou nos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE), em 1987, e nas Reservas Extrativistas, em 1989, é uma demonstração de que através das disputas, os trabalhadores conseguiram seu “[...] reconhecimento formal por parte do Estado da territorialidade dos extrativistas [...]” (*op. cit.*, p. 18).

A Instrução Normativa (IN) nº 03, de 18 de setembro de 2007 (BRASIL, 2007), é o instrumento mais importante a ser considerado para a criação de unidades de conservação, nas categorias de Reserva Extrativista (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Além da IN nº 16, de 04 de agosto de 2011 (BRASIL, 2011), que trata das diretrizes e da aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). Mas, o principal embasamento jurídico para as RESEX é a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Nesta (*op. cit.*), a RESEX é definida como Unidade de Uso Sustentável (UUS). Dentre as questões polêmicas deste modelo de UC são mais enfatizadas as definições de “população tradicional”⁵ e de “uso sustentável”, que como destaca Barreto Filho (2006), precisam passar por análises detalhadas para uma melhor correlação desta lei com a realidade.

Uma das principais entradas de empresas em reservas extrativistas tem se caracterizado pelos acordos entre empresas e comunidades para a execução de projetos de manejo florestal. Como exemplo se tem o apresentado por Martins, D. (2008), onde o autor cita que há diversos problemas nesta parceria, dentre elas a quase inexistente presença do Estado, necessitando assim de pesquisas mais aprofundadas que tratem destas relações.

Ao tratar dos problemas de comercialização do babaçu no Maranhão, Gonçalo *et al.* (2000) salientam que em relação à manutenção econômica das ações das quebradeiras, “[...] a organização da produção é dificultada porque nos meses de março a agosto a produção cai devido as chuvas na região. A alternativa para os agricultores é a produção de sabonetes, a venda direta no mercado ou então a venda direta para a indústria de cosmético”.(*op. cit.*, p. 21). Dentre as possibilidades de parceria entre empresas e comunidades extrativistas, Allegretti (2002) cita a possibilidade das

⁵ Nesta tese utiliza-se a base teórica sobre populações tradicionais apresentada por Simonian (2000), Marin e Castro (1998), Diegues (1996; 1993) e Allegretti (1994).

empresas comprarem os produtos provenientes de reservas extrativistas, e pagarem *royalties* pelo uso da referência de origem do produto.

A falta de políticas públicas adequadas tem reduzido a importância das unidades de conservação, como destaca Vallejo (2009). Citando a RESEX Ciriáco, Alexandre (2002, p. 16) menciona que estas áreas “[...] são somente explicadas levando-se em consideração o agravamento dos conflitos socioambientais relacionados com a expansão do domínio de propriedade privada típico dos modelos agrícolas e de pecuária brasileiros.”

Conflitos, territorialidades e campos de disputa entre empresas e comunidades rurais

A contextualização das constantes disputas entre diferentes setores da sociedade tem resultados em diversos ramos de análise, e um dos que tem obtido maior destaque é o que as trata como relações territorializadas, que para Raffestin (1993, p. 39) a territorialidade está relacionada à “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.” Esta se relaciona a “[...] tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.” (SACK, 1986, p. 57).

Há de se entender que a territorialidade é mais complexa do que apenas relações de poder em um dado espaço. É importante compreender como atuam os atores que exercem este poder e como eles utilizam seus mecanismos de atuação, ou seja, suas estratégias, pois “[...] a territorialidade não traduz, portanto, apenas uma relação com o meio: ela é uma relação triangular entre os atores sociais, mediada pelo espaço.” (ALBAGLI, 2004, p. 62).

Sobre a questão da territorialidade da Vale, Pantoja (2012, p. 42) destaca que “[...] a questão territorial emerge e se torna central, principalmente quando a discussão abarca os efeitos regionais dos impactos do complexo [...]”. Complementando, o autor cita ainda que esta empresa consegue “[...] configurar novas territorialidades no espaço político-social, uma vez que age articulando indivíduos, movimentos sociais, instituições e recursos de maneira a lhe permitir que, logo depois, possa agir sozinha em busca de seus objetivos.” (*op. cit.*, p. 45).

Neste sentido, Ramalho e Carneiro (2013) trazem o exemplo dos movimentos de resistência no município de Açailândia – MA, onde diversas organizações sociais se uniram para “[...] contestar as desigualdades da sociedade local, as estratégias de desenvolvimento implementadas autoritariamente e o predomínio da lógica dos principais agentes econômicos.” (*op. cit.* p. 24).

Para Little (2001, p. 108) os conflitos socioambientais podem ser classificados em: “[...] o conflito em torno do controle dos recursos naturais; os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana, e naturais; e os em torno do uso dos conhecimentos naturais”. Leff (2001, p. 111) cita que para além das questões ambientais, “[...] são movimentos pela reapropriação social da natureza, vinculados a processos de democratização, à defesa de seus territórios, de suas identidades étnicas, de sua autonomia política e sua capacidade de autogerir suas formas de vida [...]”.

Tratando dos problemas relacionados ao que se considera como “resolução de conflitos”, Bredariol (2001, p. 224) destaca que, na maioria dos casos, resultados socioambientais negativos são obtidos, devido principalmente “[...] à estrutura autoritária do Estado, à falta de tradição de

negociação entre mercado e sociedade, à falta de tradição democrática, à representação ainda incipiente dos diferentes interesses, em especial aqueles dos grupos sociais mais pobres.”

No Maranhão os conflitos socioambientais combinados com deslocamentos compulsórios de aparatos logísticos, de plantas industriais e a respectiva migração populacional, se configuram desde o início dos anos 1980 e continuam a surgir novos, na medida em que as características impactantes do modelo de desenvolvimento dominante permanecem, mesmo que discursivamente amenizadas, por exemplo, através da incorporação de noções como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental (MENDONÇA, 2013; SANT’ANA JUNIOR, 2009). Como exemplo Pantoja (2012), Santos (2010) e Tavares, J. (2008) citam o caso das quebradeiras de coco.

A SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A: HISTÓRICO E ATUAÇÃO

Fundada em 1924 no interior de São Paulo, a Suzano Papel e Celulose S/A passou a se interessar pela região oeste do Maranhão depois de confirmar que poderia obter resultados positivos com a exportação da celulose proveniente das centenas de milhares de hectares de eucalipto que já existiam na área. Além da existência de uma logística que potencializaria a possibilidade de exportação, e uma redução de 75% do imposto de renda (IR) por dez anos.

A construção da fábrica foi anunciada em 2008, ano em que também se iniciaram os plantios de eucalipto para abastecimento da demanda da empresa. Foram investidos cerca 2,3 bilhões de reais na obra, e em torno de 600 milhões de reais na base florestal, grande parte deste montante financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, banco estatal brasileiro (BNDES, 2011). Além disso, a Suzano adquiriu uma área equivalente a 84,7 mil hectares de terras, por 235 milhões de reais para plantio de eucalipto (MADEIRA FILHO *et al*, 2013).

Inicialmente a matriz energética seria garantida por uma parceria com a companhia mineradora Vale, pois a Suzano utilizaria o excedente de produção da Vale Florestar, fundada e até então mantida pela Vale e empresas sócias. Mas esta base foi comprada pela própria Suzano em 2014. Além da possibilidade de não ter problemas com o abastecimento de eucalipto, a proximidade com a Ferrovia Norte Sul (FNS) e a ligação desta com a EFC no município de Açailândia, foram fundamentais para escolha do município de Imperatriz. Cita-se também que as rodovias BR 010 e BR 222 contaram como ponto positivo para que a matéria prima chegue até a fábrica. Além da proximidade com o rio Tocantins que garante o abastecimento de água para a produção.

A fábrica entrou em funcionamento em dezembro de 2013. Sua capacidade é estimada em 1,5 milhão de toneladas de celulose eucalipto por ano, e os mercados consumidores são Estados Unidos e Europa. Atualmente a principal fonte de matéria prima é vinda do estado do Pará, principalmente de Dom Eliseu e municípios próximos, fruto da compra da Vale Florestar. Há cerca de 3,5 mil trabalhadores na fábrica, sendo que em torno de 2,1 mil são maranhenses, segundo informações colhidas com representantes da empresa.

A SUZANO Papel e Celulose S/A e as relações com comunidades

Ao avaliar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), a partir dos relatórios de sustentabilidade de algumas empresas do ramo de papel e celulose, com destaque para a empresa

Suzano Papel e Celulose S/A, especificamente a unidade de produção da Bahia, Lins e Silva (2009, p. 103) destacam que a Suzano tem um baixo índice de “[...] evidenciação e transparência das informações relacionadas ao meio ambiente.” Os autores (op. cit., p. 102) citam ainda que “[...] os pontos onde não obteve pontuação foram relacionados à evidenciação de multas e processos judiciais, patrocínios e a prestação de contas das metas ambientais.” Em contrapartida, Oro, Renner e Braun (2013) destacam a empresa como uma das que mais investiram em ações e projetos voltados para o desenvolvimento interno na organização.

Como exemplo de empresa com práticas operacionais e administrativas social e ambientalmente sustentáveis, Barbieri e Cajazeira (2010) citam a empresa Suzano, principalmente pela forma responsável com que seus executivos vêm tratando a instalação da empresa no Maranhão e no Piauí. Ao citar a ação de empresas que utilizam o plantio do eucalipto, dentre elas a Suzano no Alto Jequitinhonha (estado de Minas Gerais), Calixto e Ribeiro (2007, p. 447) citam que “[...] a forma autoritária como as firmas se instalaram na década de 1970 – amparadas pelo Estado – tem dado lugar a uma busca por canais de diálogo, numa procura constante de evitar conflitos com a comunidade de entorno.” Estes autores (op. cit.) destacam que esta mudança é o resultado do embate entre as empresas e as comunidades rurais, e pela busca das empresas pela certificação florestal. No caso da empresa Suzano, esta recebeu a certificação Forest Stewardship Council (FSC)⁶, em 2005.

Na área da responsabilidade social, Reynaud (2007, p. 49) destaca que: “A unidade de distribuição da empresa Suzano na Bahia, obteve em 2003 a Certificação SA 8000⁷ relativa à Responsabilidade Social. Em 2004, a empresa foi citada dentre as dez empresas-modelo do Ranking Exame de Cidadania Corporativa.” A empresa também se destaca pela execução de “[...] projetos que auxiliam a conscientização para preservação do meio ambiente.” (ROVER et al., 2008, p. 17). Ometto, Bulgacov e May (2015), ao avaliarem o processo estratégico de responsabilidade social da Suzano, e sua interligação com a certificação do FSC, citam as seguintes características: busca-se a coletivização das ações por todos os agentes da organização; dá-se importância à sensibilização individual; “[...] os agentes de nível hierárquico mais elevado utilizam preferencialmente a agência projetiva, enquanto os demais níveis hierárquicos utilizam mais a agência prática avaliativa.” (op. cit. p. 437).

Sobre a atuação da empresa Suzano no Maranhão, Taveira (2014) cita que esta tem potencializado um processo chamado pela autora de “reconcentração de terras” (op. cit., p. 84). Ao avaliar a ação da empresa em duas comunidades rurais de Açailândia, os assentamentos Califórnia e Sudelândia, a autora destaca que:

A empresa Suzano insere-se no contexto de expansão dos grandes projetos, tendo como eixo articulador do seu discurso a preservação ambiental pelo uso do reflorestamento com a plantação de eucaliptos. No entanto, a realidade vem

⁶ “O certificado FSC é emitido a empresas que seguem dez princípios relacionados à gestão florestal: obediência às leis e aos princípios do FSC, responsabilidades e direitos de posse e uso da terra, direitos dos povos indígenas, relações comunitárias e direitos dos trabalhadores, benefícios da floresta, impacto ambiental, plano de manejo, monitoramento e avaliação, manutenção de florestas de alto valor de conservação e plantações.” (OMETTO; BULGACOV; MAY, 2015, p. 429).

⁷ “Coordenada pela Social Accountability International, uma organização não-governamental sediada nos Estados Unidos, a SA 8000 é uma resposta à pressão do mercado consumidor sobre empresas que ignoram o descaso de seus fornecedores em relação às condições de trabalho oferecidas em suas fábricas. Conceitualmente, a SA 8000 funciona como um princípio ético balizador das ações e relações da empresa com os públicos com os quais ela interage - funcionários, consumidores, fornecedores, e a comunidade. Seu objetivo final é a busca de valor para todos os elos dessa cadeia.” (PACHECO, 2001).

demonstrando que sua principal consequência é a concentração de terras e a apropriação dos recursos naturais (TAVEIRA, 2014, p. 147).

Ao citar a atuação da empresa na região analisada nesta tese, Ribeiro Junior, Oliveira e Costa (2014, p. 30) citam que “[...] a Suzano ao se territorializar no Maranhão tem entrado em conflito com camponeses que possuem uma lógica distinta da empresa na forma de se apropriar do conteúdo do território.” Sobre a problemática da relação entre a Suzano e as comunidades rurais, Veiga, Porro e Mota (2011, p. 09) destacam que:

[...] na regional do MIQCB, no entorno da cidade de Imperatriz/MA, nos últimos anos, grupos de quebradeiras que já viviam em situação de expropriação começam a se organizar contra a empresa Suzano Papel e Celulose, que vem se apropriando das terras nos territórios tradicionalmente ocupados e usados pelas quebradeiras de coco (*op. cit.*).

A VALE S/A: histórico e atuação.

A mineradora Vale S/A fundada em 1942 através do Decreto-Lei 4.352, passou a se interessar pela região norte do país a partir dos anos de 1970, quando pesquisas geológicas indicavam que haveria cerca de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro na serra dos Carajás, no sul do Pará. Em 1978 se inicia a construção da EFC que liga a mina de ferro N4E, situada no município de Parauapebas – PA ao Porto da Madeira em São Luís – MA. Neste percurso passa pelo território do município de Açailândia - MA.

Pelo fato de ser o entroncamento entre as rodovias BR 010 e BR 222, e do destaque dado ao historicamente propalado entroncamento entre as ferrovias EFC e Norte-Sul, o município de Açailândia sempre foi destaque nos investimento da empresa. Inclusive foi construído um complexo educacional para atender às demandas de educação dos funcionários e filhos destes (hoje de propriedade da UEMA). A parceria entre a empresa e as siderúrgicas também foram importantes para a implantação da Vale no município.

Em Açailândia a mineradora Vale mantém uma “Unidade Operacional”, ou entreposto ferroviário, no bairro Piquiá (distante cerca de 15 Km da sede do município). Nesta são realizadas atividades administrativas, trabalhos de manutenção nas máquinas e de controle logístico. Há a estação para embarque e desembarque de passageiros. Mas o destaque fica por conta do pátio de descarga de minério vindo de Carajás, e de carga de ferro gusa vindo das siderúrgicas do município, que têm como destinos principais alguns países da Europa e a China.

A partir da descoberta da mina de minério de ferro chamada de S11D, localizada na região do município de Canaã dos Carajás – PA, a empresa passou investir em toda a logística necessária para a extração e comercialização das 90 milhões de toneladas de minério que serão retiradas desta mina, segundo dados da própria Vale (VALE, 2012). Com isso em meados 2008 começaram os estudos sobre a duplicação da EFC, o que impulsionou diversas especulações sobre esta obra, que foi iniciada em 2011.

A VALE S/A e suas relações com comunidades

A partir da avaliação do processo histórico de atuação da Vale, tem-se dentre os principais objetivos da ação desta junto às comunidades onde atua: aumentar o conhecimento do cotidiano

das comunidades; acompanhar processos que podem trazer riscos operacionais; ampliar a visibilidade positiva da empresa; ampliar o atendimento das demandas, reduzindo possibilidades de conflito. Todos esses pautados numa ação estratégica. É importante citar que os representantes da empresa informaram que existem, além do “Guia de Relacionamento com Comunidades – GRC”⁸, diversas diretrizes a serem seguidas, que vão desde os processos de mobilização e encontro com as comunidades, até os processos de entrega de investimentos.

Os problemas com pescadores artesanais e quilombolas na baía de Sepetiba, que passam por problemas relacionados com a Vale e a parceira Thyssen Krupp, também são destacados por Bossi et al. (2009). Também são conhecidos problemas sociais, ambientais e trabalhistas em países como o Peru, a Indonésia, o Canadá, dentre outros onde a empresa Vale atua (GARCIA, et al., 2009). Há também o caso do município paraense, Barcarena, onde segundo Ribeiro Junior e Sant’Ana Junior (2011, p. p. 09) “[...] a ação das subsidiárias da Vale tem gerado impactos relevantes no que tange a emissão de poluentes (gases cáusticos e poeiras corrosivas, bem como a liberação de dióxido e trióxido de enxofre) e aos acidentes ocorridos.”

A Vale criou no ano de 2011 a “Ferramenta de Gestão de Demandas da Comunidade”⁹. Com isso o processo de atendimento de demandas passou a ser realizado em meio on line, com integração de dados de todo o Brasil. Desde então se tem adotado a metodologia dos planos plurianuais das ações sociais da empresa. Mas ao avaliar o relatório de sustentabilidade da Vale do ano de 2012, Gonçalves et al. (2014, p. 91) citam que a empresa “[...] não evidencia contas de caráter ambiental na Demonstração do Resultado, como receitas/despesas ambientais, custos ambientais, investimentos ambientais, entre outros”.

No caso da Amazônia, especificamente a região entre os estados do Pará e Maranhão, que tem grande influência da atividade mineradora, Wanderley (2012) cita que a empresa assumiu o poder hegemônico regional, e menciona ainda que, com a atuação dela “[...] os processos potencializadores e deflagradores dos movimentos populares foram desencadeados por impactos e ameaças provenientes da mineração industrial, que reconfiguraram as relações de poder e os arranjos territoriais em detrimento das populações locais.” (op. cit., p. 82). “Em volta da mina de Carajás, muitas comunidades rurais são expulsas pela duplicação que a Vale faz do sistema ferroviário.” (BITTENCOURT; BOSSI; SANTOS, 2012, p. 15). E ao tratar da atuação empresarial na área estudada nesta tese, Monteiro (2012, p. 46) menciona que:

A atuação social da empresa, assim, tem a capacidade de configurar novas territorialidades no espaço político-social, uma vez que age articulando indivíduos, movimentos sociais, instituições e recursos de maneira a lhe permitir que, logo depois, possa agir sozinha em busca de seus objetivos (op. cit.).

Analisando a atuação da empresa Vale nos conflitos socioambientais no Maranhão, Ribeiro Junior e San’Ana Junior (2011, p. 121) apresentam que esta “[...] lança mão de estratégias de Responsabilidade Social [...]” para que estes conflitos sejam amenizados e que não tragam grandes problemas econômicos. Estes citam ainda que, em termos de relações conflituosas: “No Maranhão, assim como no Brasil, muitos conflitos ambientais pululam e, apesar da existência de leis que

⁸ Informação obtida durante as entrevistas com o Representante Vale 04 (R. V. 04), que será citado no Capítulo 06, item 6.1.

⁹ Informação obtida durante as entrevistas com o Representante Vale 04 (R. V. 04), que será citado no Capítulo 06, item 6.1.

buscam impor limites e normatizar a sociedade, são pouco eficientes quando se trata de gigantes econômicas, como é o caso da Vale.” (*op. cit.* p. 122).

Para Bossi *et al.* (2009), a interligação entre o Estado brasileiro e a empresa Vale têm se acentuado, principalmente em relação aos crescentes financiamentos disponibilizados através do BNDES. Estas ações têm impulsionado diversos problemas socioambientais, “[...] como exploração de madeira, produção de carvão vegetal e ferro gusa. Esses impactos podem ser observados claramente ao longo da Estrada de Ferro de Carajás, no Pará e Maranhão.” (BOSSI, 2010, p. 164).

Além dos problemas entre a empresa e a comunidade do assentamento Palmares II, no município de Parauapebas, Pará, onde a relação é marcada por “[...] uma longa história de tensões e enfrentamentos com a mineradora” (MICHELOTTI; SOUZA; ALMEIDA, 2010, p. 04). No mesmo município há também o conflito histórico com a comunidade do assentamento Carajás II (FAUSTINO; FURTADO, 2013). Sobre a DEFC no Maranhão, Ribeiro Junior e Marinho (2014, p. 48), destacam que:

A falta de diálogo da empreendedora com as comunidades locais torna os conflitos mais constantes. São recorrentes os casos em que as comunidades têm de ameaçar fechar a Estrada de Ferro para que a empreendedora envie algum técnico para dialogar com os moradores sobre algum problema relacionado à EFC (*op. cit.*).

Para Silva, Ribeiro Júnior e Sant’Ana Junior (2011) a DEFC tem simbolizado para as classes política e empresarial, desenvolvimento econômico; para as comunidades rurais, “[...] ela representa a destruição, a violação, a incerteza quanto ao futuro, a vida posta em risco.” (*op. cit.* p. 18). Neste sentido, AIAV (2015, p. 30) citam ainda que “[...] o aumento do volume das exportações eleva também de forma dramática os conflitos ao longo da Estrada de Ferro de Carajás”. Citando que há conflitos entre a empresa e algumas comunidades, pois a população tende a confundir a responsabilidade do Estado como responsabilidade da empresa, Bismarchi e Soares (2009, p. 35) destacam que a Vale, para evitar conflitos com comunidades, adota os seguintes procedimentos:

[...] a empresa mantém um relacionamento permanente com todas as comunidades do entorno das unidades operacionais e um acompanhamento rigoroso dos aspectos socioambientais deste entorno de acordo com os mais exigentes padrões internacionais, a fim de evitar conflitos e ao mesmo tempo atender às necessidades das comunidades locais, da comunidade internacional (seja mídia, governos ou clientes) e assegurar a segurança ambiental e a sustentabilidade das operações (*op. cit.*).

Autores como Penha e Nogueira (2015) destacam que as obras da DEFC ampliaram os conflitos entre a Vale e as comunidades. Estes citam que, para fazer frente à crescente influência desta obra “[...] os sujeitos que compõem as áreas atingidas pela EFC se organizam e lutam contra essa política de desenvolvimento. Essas lutas vêm, principalmente, com a ação de cobrança de reparos e indenizações por parte da Vale S.A.” (*op. cit.*, p. 178). No caso do assentamento Francisco Romão, Faustino e Furtado (2013) destacam a existência diversas denúncias de danos causados pela obra. Sobre a atuação da Vale junto às comunidades próximas à EFC, Pantoja (2013) destaca que a “Fundação Vale” e o “Departamento de Relações c Comunitárias - DRC” são os principais meios de interlocução com as comunidades. No caso deste último “[...] conta com analistas de campo, que são funcionários da própria Vale e que fazem o relacionamento com representantes da sociedade civil e do poder público nos municípios da Estrada de Ferro Carajás [...]” (*op. cit.*, p. 08).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o processo de articulação entre os movimentos sociais do campo têm sido de grande importância para o fortalecimento das comunidades rurais, fortalecendo sua pressão sobre os órgãos estatais, e possibilitando que parte dos investimentos do Estado sejam destinados às políticas públicas em seus territórios.

Os dois de relações entre empresas e comunidades rurais na Amazônia maranhense demonstram que caso estas se articulem, as comunidades podem obter resultados positivos nesta relação frente às empresas. Mas é importante destacar que caso se distancie dos tradicionais movimentos sociais, como o que ocorreu com as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, ocorre um grande fortalecimento da empresa. Fato que reduz a capacidade de negociação da comunidade com a empresa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3ª Ed., EdUSP, 2007.

AIAV. Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. Relatório de Insustentabilidade 2015. Disponível em: https://atingidospelavale.files.wordpress.com/2015/04/relatirio_pdf.pdf. Acessado em: 30 de jul. 2015.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. (Org.). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, p. 23 – 70. 2004.

ALEXANDRE, Agripa Faria. A política que se apreende: avaliando o processo de implementação das reservas extrativistas no Brasil à luz do ideário da etnoconservação. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, v. 3, n. 25, p. 2-19, 2002.

ALLEGRETTI, Mary Helena. A construção social de políticas ambientais Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. 826 p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB. 2002.

_____. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. (*et al.*). O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 17-47.

ANDERSON, Anthony Bennett; CLAY, Jason W. Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis. Editora Peirópolis, 2002.

AZAR, Zaira Sabry. Relações de trabalho e resistência camponesa do desenvolvimento dependente no Maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão. 2013. 326 f. Tese de Doutorado. PGPP – UFMA. 2013.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge. Responsabilidade e sensibilidade social. Researchgate, jan. 2010. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/238760633>. Acessado em: jul. 2015.

BARRETO FILHO, Henio Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter A. (Org.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, p. 109-143, 2006.

BISMARCHI, Luis Felipe; SOARES, Marina Carrilho. A Vale, a Amazônia e a Mudança do Clima. In: MARCOVITCH, Jacques. (Org.). Pioneirismo e Sustentabilidade na Amazônia. São Paulo: FEA-USP, 2009. p. 11-35.

BITTENCOURT, Carlos; BOSSI, Dario; SANTOS, Rodrigo. Crescimento cruel. Revista Democracia Viva, n. 48, p. 14, 2012.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Relatório Anual 2011. 2011. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anuar_2011/Capitulos/desempenho_operacional/insumos_basicos/celulose_papel_e_produtos_florestais.html. Acessado em: dez. 2014.

torio_Anuar_2011/Capitulos/desempenho_operacional/insumos_basicos/celulose_papel_e_produtos_florestais.html. Acessado em: dez. 2014.

BOSSI, Dário. Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão. In: Fórum Carajás. Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais. São Luís (MA), 2010.

_____. *et al.* A face agressiva da Vale. In: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. *et al.* (Org.). São Paulo Expressão Popular, 2009. p. 159-174.

BRASIL. Instrução Normativa nº 16, de 04 de agosto de 2011. Diário Oficial da União. nº 151, Seção I, página 128, de 08/08/2011.

_____. Instrução Normativa nº 03, de 18 de setembro de 2007. Diário Oficial da União. nº. 182, Seção I, página 104, de 20/09/2007.

_____. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Diário Oficial da União. nº. 138, Seção I, página 01, de 19/07/2000.

BREDARIOL, Celso Simões. Conflito ambiental e negociação para uma política local de Meio ambiente. 2001. 276 p. Tese de Doutorado, COPPE – UFRJ. 2001.

CALIXTO, Juliana Sena; RIBEIRO, Áureo E. Magalhães. Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção de atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no alto Jequitinhonha, MG. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 9, n. 3, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos. Mito moderno da natureza intocada. São Paulo: UCITEC/NUPAUB-SEC/USP, 1996. 103

_____. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Org.) As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. Belém: APED/NAEA/UFPA, 1993, p. 219-249.

ESTERCI, Neide. Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. Mineração. Violações de Direitos: o Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale AS. Relatório da Missão de Investigação e incidência.

Açailândia: Plataforma DHESCA, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224, 2008.

FERRANTE, Vera L. S. Botta.; SILVA, Maria A. Moraes. A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 11, n. 1, p. 33-51, 1988.

FIGUEIREDO, Lucia C. Salles. Comércio e sustentabilidade na Amazônia: efeitos da parceria entre empresa e comunidades no uso tradicional de recursos naturais. 67 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro. 2005.

GARCIA, Ana Saggioro. *et al.* Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. *et al.* (Org.). São Paulo Expressão Popular, 2009. p.10-26.

GOMES, Vera Lúcia Batista; CASTRO, Edna Maria Ramos. Trabalhadores da Albras e sua organização política. Novos Cadernos NAEA, v. 7, n. 1, 2004. p. 123 – 154.

GONÇALO, José Evaldo. *et al.* Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Partido dos Trabalhadores. Bancada da Câmara dos Deputados. Assessoria Técnica. 2000.

GONÇALVES, Marguit Neumann. *et al.* Evidenciação das informações socioambientais nas demonstrações contábeis: o caso da Vale S/A .Revista ADMpg Gestão Estratégica, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p.83-92, 2014.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Revista de economia e sociologia rural. Vol. 45, nº. 2, 2007. p. 301 – 328.

_____. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

GUIMARÃES, Maria Leda Lins. Assentamentos rurais sob políticas públicas com a empresa privada: assentamento Hipólito no município de Mossoró/RN. Anais do XI Encontro Nacional da Abep, 1998.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 3ª edição, 1980.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

LINS, Luiz dos Santos; SILVA, Raimundo N. Sousa. Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 4, n. 1, p. 91-105, 2010.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropológica, v. 322. Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais Universidade de Brasília, 2002.

_____. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Geramond, 2001.

MADEIRA FILHO, W.; Silva, E. C. B.; Costa, R. B. M. L.; Pinaud, D. Z (2013). Trilhos e trilhas: estratégias de resistência dos coletivos rurais em Açailândia (MA) no entorno da duplicação da estrada de ferro Carajás-São Luiz. InterScience Place, 1(10), 187-206, 2013.

MAIMON, Dália. Eco-estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou discurso. Revista de Administração de Empresas, Vol. 34, Nº 04, 119 – 130. jul-ago. 1994.

MARICATO, Erminia. É a questão urbana, estúpido! In: Harvey, David. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Editora BoiTempo. 2013. p. 18 – 28.

MICHELOTTI, F.; SOUZA, H.; ALMEIDA, A. P. O. Estratégias de comercialização e reprodução camponesa no sudeste Paraense: a participação do Assentamento Palmares II na Feira do Produtor Rural de Parauapebas/ PA. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 4. Anais... Curitiba, julho de 2010.

MORSELLO, C. Market Integration and Sustainability in Amazonian Indigenous Livelihoods: the Case of the Kaiapó. Tese (PhD). School of Environmental Sciences, University of East Anglia, Grã-Bretanha. 2002.

MARIN, Rosa E. Acevedo; CASTRO, Edna M. Ramos. Negros do trombetas: guardiões de matas e rios. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

MARTINS, Deryck Pantoja. Novos caminhos e antigas práticas: acordos de Comunidades com empresas para o manejo Florestal, o caso da reserva extrativista rio Preto-Jacundá em Machadinho D'Oeste – RO. 163p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. UFPA. 2008.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. Cotidiano e história na modernidade 73 anômala. São Paulo: Hucitec, 2000b.

_____. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999.

_____. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. *Tempo social*, v. 1, n. 1, p. 131-148, 1989.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 02. (Capítulos XIII – XXV). Tradução Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Peregrinos do desenvolvimento: conflitos socioambientais, deslocamentos compulsórios e resistências nos casos de instalação de projetos industriais em São Luís e Bacabeira – MA. 2013. In: *Anais... Congresso Latinoamericano de sociologia*, XXIX. 2013.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. *São Paulo em perspectiva*, v. 11, n. 2, p. 86-93, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, n. 01, p. 05 – 28, out. 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFCHL, 2007.

OMETTO, Maria Paola; BULGACOV, Sergio; MAY, Márcia Ramos. A efetividade dos estrategistas da responsabilidade social empresarial. *Organizações & Sociedade*, v. 22, n. 74, 2015.

ORO, Ieda Margarete; RENNERT, Sirlei; BRAUN, Marli. Informações de natureza socioambiental: análise dos balanços sociais das empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM & FBOVESPA. *Revista de Administração da UFSM*, v. 6, p. 247-262, 2013.

PACHECO, Odete. O selo da cidadania. *Revista Exame*. Guia da Boa Cidadania Corporativa. São Paulo: ed. 754, nov. 2001, p. 34 - 38.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos avançados*, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

PANTOJA, Igor. *Planejamento Privado Social: Práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão*. Dissertação de Mestrado. 2012. PGPUR – UFRJ. 128 p.

PENHA, Luciano Rocha; NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. Os impactos do desenvolvimento na área de influência da Estrada de Ferro Carajás. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 1, p. 170-180, 2015.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, José Ricardo; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Ação sindical, contestação política e siderurgia na Amazônia brasileira-DOI: 10.5801/ncn.v16i1.1017. *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 1, 2013. p. 07 – 28.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos; MARINHO, Samarone Carvalho. O Estado brasileiro, a economia da Vale na Amazônia maranhense e a Rede Justiça nos Trilhos. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 3, p. 34-53, 2014.

_____; OLIVEIRA, Danniell Madson Vieira; COSTA, Saulo Barros. Desenvolvimento, conflitos e impactos ambientais: a territorialização da Suzano e a resistência camponesa na mesorregião Leste Maranhense. *Geographia Opportuno Tempore*, v. 1, n. 2, p. 11-33, 2014.

_____; SANT^ªANA JÚNIOR, Horácio Antunes. A política de desenvolvimento sustentável da Vale. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 15, n. 3, p. 7-26, 2011.

RICARDO, Fany.; MACEDO, Valéria. Introdução. In: RICARDO, Fany. *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 7-11.

ROVER, Suliani. *et al.* Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 3, p. 53-72, 2008.

RUSCHEL, Vanderci Benjamin. *Pátria livre, meu roçado: sociabilidade e configuração social em assentamentos rurais*. 212 p. Tese de Doutorado. UNICAMP – IFCH, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2010.

SACK, R.D. *Human Territoriality: Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANT^ªANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Conflitos socioambientais no Maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento. In: *Jornada Internacional de Políticas Públicas, IV. Anais...* São Luís - MA: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA, Vol. 01, p. 01 - 09. 2009.

SHANIN, Teodor. *La Classe Incomoda: Sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1925)*. Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial 1983.

SILVA, José de R. Sá. *Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão*. 2006. 218 f. Tese de Doutorado. PGPP – UFMA. 2006.

SILVA, Sislene Costa.; RIBEIRO JUNIOR, José A. dos Santos.; SANT^ªANA JÚNIOR, Horácio Antunes. *Projetos de desenvolvimento e conflitos territoriais no espaço amazônico maranhense: a duplicação dos trilhos da Estrada de Ferro [...]*. Disponível em: <http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/02/77-projetos-de-desenvolvimento-e-conflitos-territoriais-no-espaco.pdf>. Acessado em: 19 de setembro de 2015.

SIMONIAN, Ligia T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.

SOUSA, R. V. de. A influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010. 2012. 253 f. Tese de Doutorado. NAEA – UFPA. 2012.

SPAROVEK, Gerd. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

STÉDILE, João Pedro. (Org.). A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária, 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVEIRA, Marizangela Ribeiro. O cerco da empresa Suzano no assentamento Califórnia e na Vila Sudelândia: resistência frente ao agronegócio. 164 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, ICSA – UFPA. 2014.

VALE. Estudo Ambiental e Plano Básico Ambiental referente à Duplicação da Estrada de Ferro Carajás. Atlas Articulado. Folha 165/327. 2012. Disponível em: [http://licenciamento.ibama.gov.br/Ferrovias/VALE%20-%20Estrada%20de%20Ferro%20Carajas%20\(MA%20PA\)%20-%20Duplicacao/](http://licenciamento.ibama.gov.br/Ferrovias/VALE%20-%20Estrada%20de%20Ferro%20Carajas%20(MA%20PA)%20-%20Duplicacao/). Acessado em: jan. de 2015.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. *Geographia*, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2009.

VEIGA, Iran.; PORRO, Noemi Miyasaka; MOTA, Dalva Maria. Movimento Social Contemporâneo e Processos e Territorialização por Comunidades Tradicionais: a construção da identidade política do movimento das quebradeiras de coco babaçu. *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 17, 2011.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira. e-cadernos ces, n. 17, p. 55-84, 2012.

ZHOURI, Andrea. Conflitos sociais e meio ambiente urbano. *Comunidades, Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Nº 17. 2005.

GOVERNANÇA EM PROJETOS DE REDUÇÃO DA POBREZA RURAL NO PARÁ

Brenda Cordovil¹
Mário Miguel Amin²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a estrutura de governança nos projetos co-financiados pelo Programa Pará Rural e ao final dos trabalhos se propõe a responder se essa estrutura é favorável ao desenvolvimento dos projetos co-financiados pelo Banco Mundial para a redução da pobreza rural no Estado do Pará, objeto do referido Programa. A teoria base utilizada é a da governança, pois entende-se que os os padrões de articulação e cooperação que coordenam e regulam as transações dentro do projeto são determinantes para a sua execução e resultado.

Também utilizará a teoria institucional e da ação coletiva, visando analisar como as diferentes condições sistêmicas se refletem na implantação dos projetos e como se expressam os elementos da ação coletiva, possibilitando assim o entendimento não só dos resultados dos projetos, mas também de como as relações de governança são construídas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa fruto da análise de documentos produzidos pelo Banco Mundial e pelo Governo do Estado do Pará visando compreender a estrutura do Programa e se ela é favorável a governança e de resultado de levantamentos realizados na Comunidade Menino Jesus no município de Acará, onde foram aplicados questionários semi-estruturados e entrevistas.

Como resultado verificou-se que o desenho institucional do Programa Pará Rural aborda aspectos de governança de forma superficial, sem indicar possíveis ações e responsáveis, deixando a critério do gestor a implementação ou não de uma estratégia eficaz para a consolidação de possíveis arranjos que favoreçam os projetos.

Palavras-chave: Governança; agricultura familiar; desenvolvimento rural

1 - INTRODUÇÃO

A estratégia de incentivo a atividades produtivas no meio rural a partir da agricultura familiar traz à tona um debate sobre opções capazes de promover a melhoria na qualidade de vida no campo. A ocupação rural favorece o estabelecimento de relações sociais no campo, evitando o êxodo e consequentes mazelas oriundas do inchaço das cidades, como o desemprego.

Por outro lado, no momento em que o agricultor se vê como atuante no processo de transformação da sociedade ocorre o fortalecimento do capital social. Neste contexto o apoio à agricultura familiar vai além das atividades produtivas, envolve fortalecer a gestão, o crescimento conjunto através de empreendimentos coletivos e a visão de que através da soma de esforços e da ajuda mútua é possível adquirir maiores resultados para todos (ARAUJO, 2003).

¹ Mestranda em Administração – Unama, MBA em Gerenciamento de Projetos – FGV e Bacharel em Administração – UFPA brendacordovil@yahoo.com.br;

² Doutorado em Agricultural Economics pela University of Florida(1976). Atualmente é professor da Universidade da Amazônia - UNAMA e Professor visitante do NAEA/ Universidade Federal do Pará - marioamin@gmail.com

É através da compreensão dos objetivos dos programas de fortalecimento da agricultura familiar voltados para a inserção produtiva das comunidades que é possível entender a importância da análise das relações entre as instituições. A interação da comunidade com o ambiente e os com os atores, determina a forma com as relações são constituídas. (OLIVEIRA e SANTANA 2012).

O estudo de governança visa identificar os principais aspectos das relações estabelecidas entre o ambiente institucional e os atores sociais, a fim de determinar sua eficiência, no que tange à redução dos seus custos de transação OLIVEIRA e SANTANA (2012 apud WILLIAMSON, 1999). Estudar as relações de governança constituídas entre as comunidades beneficiadas pelos programas de apoio a agricultura familiar co-financiados pelo Banco Mundial e as instituições com as quais interagem é de grande importância para a compreensão da dinâmica de organização dos arranjos de transações.

Envolve também a aceitação dos pressupostos comportamentais de racionalidade limitada e oportunismo e devem considerar a complexidade das relações inter-firmas e das especificações dos ativos. Com o intuito de compreender a dinâmica das transações, este trabalho pretende analisar criticamente o desenho institucional do Programa Pará Rural, indicando implicações e sobre a implementação e efetividade do projeto, verificando se o desenho institucional pré-concebido era favorável ou não a boa governança dos projetos.

2 - METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas (GIL, 2008).

Será utilizado o método qualitativo, pois considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números onde o processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA E MENEZES, 2002).

O foco inicial deste trabalho é a análise de documentos produzidos pelo Banco Mundial e pelo Governo do Estado do Pará objetivando compreender a estrutura do Programa de modo a verificar se ela é favorável a governança. Será feita uma reflexão sobre o desenho institucional concebido para o Pará Rural a luz do referencial teórico adotado.

Será apresentado o resultado de levantamentos realizados na Comunidade Menino Jesus no município de Acará no estado do Pará, onde serão aplicados questionários semi-estruturados e entrevistas com o presidente da cooperativa e a equipe de cooperados responsável pela administração do empreendimento, a partir dos quais serão analisados aspectos de governança e de ação coletiva. A pesquisa de campo será realizada após a conclusão das unidades de beneficiamento previstas no projeto.

3- REFERENCIAL TEÓRICO

3.1- Governança

A diversidade de conceitos e o uso amplo e geral da expressão governança torna ainda mais necessária a construção de um referencial teórico consistente sobre o tema. O conceito de governança não se restringe aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco ao funcionamento eficaz do aparelho Estatal, refere-se sim a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo-se aí não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais, hierarquias e associações de diversos tipos. GONÇALVES (2005 apud Santos 1997).

Um fator fundamental para a governança é a atuação do Estado já que afeta os custos de produção e de transação em uma economia. As regras institucionais em uma democracia são definidas pelo poder legislativo, as disputas são resolvidas no poder judiciário e o poder executivo tem o papel de garantir a sua implementação, assim falhas do Estado como por exemplo a insegurança jurídica, geram desincentivos para a produção, geram valor não explorado, dificultam a realização dos contratos. Em suma aumentam os custos de transação da sociedade. (ZYLBERSZTAJN 2014)

Compreender os padrões de articulação e cooperação entre atores sociais no âmbito dos projetos de desenvolvimento rural, bem como os arranjos institucionais que o cercam, torna-se fundamental para avaliar os seus resultados e desenvolvimento. A visão sistêmica nos mostra que os projetos de apoio a agricultura familiar co-financiados pelo Banco Mundial no Estado do Pará estão inseridos em um sistema econômico do qual fazem parte agentes com transações específicas e instituições diferenciadas conforme cada realidade local, desta forma não é possível analisar os projetos do Pará Rural sem compreender o meio que os cercam, suas instituições e as relações entre os atores.

Entende-se que no processo de construção do Pará Rural e suas inter-relações com os demais atores o governo assume um papel de articulador do desenvolvimento local, incentivando a promoção de ações conjuntas em prol de benefícios coletivos. No entanto, a análise do resultado final obtido, qual seja, a verificação se houve melhoria da renda através de atividades produtivas, deve ser realizada sob a ótica da governança de APLs, elemento fundamental no desenvolvimento das atividades produtivas.

3.2. Ação Coletiva

O Programa Pará Rural tem como característica peculiar o financiamento coletivo e para tal se propõe a apoiar associações ou cooperativas formalmente constituídas. Considerando a importância da gestão dos bens oriundos dos projetos pela comunidade como um todo, o investimento em infraestrutura produtiva para os cooperados beneficiados necessita também ser analisado sob a ótica da ação coletiva, visando compreender como se dá o uso desses recursos comuns.

Na década de 1960, Garret Hardin publicou seu trabalho denominado a tragédia dos Comuns onde realiza um exame crítico da relação homem e natureza, afirmando que os recursos comuns

estariam condenados a um uso excessivo e a um esgotamento se não fosse realizada a sua privatização ou gestão pelo mercado de trocas (SABOURIN, 2010).

Ainda de acordo com Hardin, quando um recurso natural renovável é utilizado por um coletivo, sem restrições na entrada, sem restrições no uso, e sem custos para os usuários, este recurso será sobreexplorado, levando a Tragédia dos Comuns. Esta colocação fundamenta-se em dois pontos: i) o crescimento da população mundial aumenta a pressão sobre os aludidos recursos ii) o regime de propriedade comum, favorece a sobreexploração dos recursos naturais (BALLESTEROS, 2009).

Em contraponto as ideias de Hardin e baseada em uma análise crítica da Tragédia dos Comuns e da Teoria dos Jogos, Elinor Ostrom na década de 90 afirma que para atender as situações de interdependência entre atores heterogêneos, a ação coletiva é implementada com o uso das instituições.

Assim a ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja existência dentro de um grupo constitui um estímulo à cooperação e compartilhamento (SABOURIN, 2010). As motivações para o estudo dos comuns por parte de Ostrom envolvem o contraste entre os seres humanos como guiados quase que exclusivamente por interesses próprios em contrapartida a preocupação com os outros e com a sociedade (OSTROM 1990).

Ostrom apoia-se analiticamente na categoria instituições, verificando o efeito da introdução de regras, associadas a mecanismos de controle e sanções. Os resultados positivos demonstram que ao contrário do cenário apresentado por Hardin cujas opções baseiam-se no Estado ou no mercado, existe uma terceira via para evitar a tragédia: a gestão comunitária (LAURIOLA, 2009).

De acordo com as análises de Ostrom, não há cooperação sem reciprocidade, ou seja, sem retorno ou sem compartilhamento por parte dos usuários e é a confiança mútua que explica esta reciprocidade, considerada como uma norma moral internalizada ou como um princípio de troca social caracterizado pela vontade de cooperar. Assim os indivíduos obtêm resultados melhores construindo condições onde a reciprocidade, confiança e reputação contribuam para superar ou reduzir os interesses egoísta (SABOURIN, 2010).

Outro elemento fundamental identificado por Ostrom foi a comunicação. Em seus estudos foram utilizadas técnicas de economia experimental aplicada a gestão de recursos comuns para testar as previsões do modelo “tragédia”, envolvendo também o dilema do prisioneiro. Os resultados demonstraram ser a comunicação elemento chave para evitar a tragédia, possibilitando procedimentos de aprendizagem, inerentemente coletivos, que permitem alcançar melhores resultados (LAURIOLA, 2009).

Assim compreender como os elementos da ação coletiva tais como confiança, cooperação, reciprocidade e comunicação ocorrem nos projetos estudados nesta pesquisa é de fundamental importância para os entendimentos não só dos seus resultados, mas também de como as relações de governança são construídas.

3.3. Instituições

Com relação aos aspectos institucionais, Douglass North inicia sua análise econômica buscando entender os mecanismos que estruturam as relações sociais. O fundamental passa a ser a compreensão de que sem instituições não há intercâmbio político, social e econômico. As

instituições reduzem as incertezas inerentes à interação humana fornecendo, por conseguinte, os incentivos para a cooperação. Dependendo do tipo de cooperação social que é estabelecido, é possível ter incentivos maiores ao crescimento ou à estagnação econômica no longo prazo (AGUILAR FILHO 2009).

Ao analisar a experiência da Itália Moderna Putnam (1996) afirma que as instituições são mecanismos para alcançar propósitos e não apenas para alcançar acordo. No estudo em questão este autor baseia-se num modelo de governança: demandas sociais → Interação política → governo → opção de política → implementação, onde as instituições governamentais recebem subsídios do meio social e geram reações a esse meio.

A vertente do chamado novo institucionalismo econômico tem sua perspectiva compreendida em três partes principais: o ambiente institucional, a governança representada pelas organizações e o indivíduo como ator racional. O conjunto de regras do ambiente institucional estabelece as bases para a produção, o intercâmbio e a distribuição, moldando formas contratuais. A governança se apoia na definição de arranjos institucionais entre unidades econômicas e se refere a forma como essas unidades cooperam ou competem. As dimensões críticas do indivíduo são comportamentais e se referem a racionalidade limitada e ao oportunismo (CARVALHO, VIEIRA e GOULART 2005)

Instituições são “regras do jogo”, normas e valores que orientam a conduta do dia a dia e de orientações que reduzem a certeza dos indivíduos. De acordo com a visão de Douglass North, o papel do mercado deve ser visto não apenas através da ideia abstrata de mecanismo de formação dos preços, mas como processo histórico que reflete poder, estruturas, convicções, normas e controles sociais. E em se tratando da relação organizações e ambiente institucional, por um lado as organizações são moldadas pelo ambiente e por outro elas que respondem pela transformação deste ambiente (ABRAMOVAY 2001).

Uma instituição é o resultado de um processo de institucionalização que envolve uma tipificação de ações tomadas como habituais por tipos específicos de atores. Estas ações referem-se a comportamentos que se desenvolveram empiricamente e foram adotados por um ator ou grupo de atores a fim de resolver problemas recorrentes (TOLBERT, ZUCKER 1996).

A formação da institucionalização envolve a habituação, que é o desenvolvimento de comportamentos padronizados para a solução de problemas e associação de tais comportamentos a estímulos particulares, e a objetivação que é o desenvolvimento de significados socialmente compartilhados ligados a esses comportamentos. Neste contexto a teoria institucional oferece um repertório de perspectivas e abordagens para explicar a estrutura organização (TOLBERT, ZUCKER 1996).

Projetos que envolvem a participação de múltiplos atores e a governança com arranjos densos, baseados na concertação entre eles, pressupõem a adoção de um desenho institucional que favoreça estas relações. Os interesses e ações coletivas, portanto, também condicionam as regras e desenhos institucionais de projetos, programas e políticas públicas, dando um caráter particular segundo o grupo social que o implementa (FREITAS, CKAGNAZAROFF, FREITAS 2014).

Neste sentido o desenvolvimento de projetos rurais deve se alinhar a base institucional pré-existent na comunidade, no município e na região, já que a cooperativa também molda e é moldada pelas instituições que a cercam.

4- O PROGRAMA PARÁ RURAL

O Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará (Pará Rural) foi desenhado pelo Governo do Estado do Pará focado em duas áreas críticas, consideradas prioridades para o Estado: a redução da pobreza rural e o melhoramento da gestão dos recursos naturais (PARÁ RURAL 2014).

O Programa é uma proposta político-estratégica do Estado do Pará co-financiada pelo Governo do Estado do Pará (GEP) e Banco Mundial (BIRD), no valor total previsto de US\$ 100.000.000,00, tendo como área de abrangência geográfica o ambiente rural do Estado.

Propôs-se a atuar em duas frentes convergentes de ação: a primeira relacionada ao aumento da renda e melhoria das condições de vida de comunidades rurais pobres, mediante a implementação de projetos produtivos e provisão de infraestrutura complementar à produção. A segunda direcionada ao fortalecimento e aprimoramento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, mediante investimentos na melhoria da estrutura institucional responsável pelo ordenamento territorial (PARA RURAL, 2014)

No que se refere ao componente A – investimento produtivo, objeto de análise deste trabalho, o Pará Rural visava financiamento coletivo (para associações e cooperativas) para famílias produtores rurais de bens e de serviços, dos quais, pelo menos, 70% com renda média familiar igual ou inferior a linha da pobreza (R\$ 5.580,00/ano na época). Tem como meta o financiamento de aproximadamente 40 Projetos de Investimento Produtivo – (PIPs) em atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas, atividades de processamento e de comercialização e em infraestrutura complementar, além do custeio das atividades de capacitação; recuperação de áreas alteradas, manejo e conservação dos recursos naturais. O PIP abrange os investimentos necessários ao fortalecimento das cadeias e/ou arranjos produtivos locais, por meio de ações que promovam o planejamento, a organização e a comercialização da produção, incluindo a prestação de serviços de assistência e capacitação técnica aos produtores, além de pequenas obras de infraestrutura complementar, necessárias para apoiar a geração de renda. O Pará Rural iniciou suas atividades em 2007 e tem prevista a finalização da primeira etapa em 2015 (PARA RURAL, 2014).

5- ESTRUTURA PARA A GOVERNANÇA

Um Programa voltado para financiamentos coletivos de atividades produtivas e redução da pobreza rural na Amazônia tem em seu próprio tema uma alta complexidade e um grande desafio para a sua execução. O Manual Operacional do Programa (MOP) destaca como premissas da estratégia de atuação a participação popular na construção do processo (PARÁ RURAL, 2014).

Vale destacar que após o processo de democratização do Estado no Brasil que ocorreu em meados da década de 1980, os incentivos a participação políticas determinam uma nova dinâmica de relacionamento entre o Estado e a Sociedade Civil, onde as políticas públicas passaram a incluir em seu desenho institucional a participação da sociedade civil nas decisões sobre as formas e possibilidades de investir em recursos públicos. (CKAGNAZAROFF, 2014)

Desse modo, a indução a participação começou a integrar as exigências de diversos projetos de desenvolvimento aplicados ao meio rural, estimulando o surgimento de organizações coletivas. No entanto, em várias iniciativas algumas organizações surgem apenas para viabilizar o acesso a

recursos e benefícios. A partir desta evidência uma preocupação latente é a capacidade transformadora dessa organização no local que emerge. (CKAGNAZAROFF, 2014).

Ao analisar a governança é importante destacar que não se trata de uma ação isolada da sociedade civil buscando maiores espaços de participação e influência. Ao contrário, o conceito compreende a ação conjunta de Estado e Sociedade civil na busca de soluções e resultados para problemas comuns (GONÇALVES 2005). A participação da sociedade civil em ações governamentais como o Programa Pará Rural deve ser planejada e detalhada de tal forma que garanta benefícios para os atores.

Um dos eixos de atuação do Programa é a criação de capital social, por meio de fortalecimento das organizações comunitárias, influenciando na capacidade de construção e participação dos parceiros nas tomadas de decisão e responsabilidades, além de gerenciar os recursos públicos (PARA RURAL, 2014)

Embora o Programa assuma como estratégia a participação da sociedade civil o desenho institucional não deixa claro quais os mecanismos que serão adotados para que isso aconteça. Em vista dessa lacuna do Manual, a implementação dessa estratégia passa a depender do gestor, tornando-se personalizada e individualizada e não garantindo que será alcançada.

Por outro lado, há diferentes correntes teóricas que abordam o planejamento estratégico formal versus a estratégia como prática. Junior (2014) lança uma possibilidade para o planejamento estratégico formal, diante de abordagens atuais, já que através de suas pesquisas percebeu que o planejamento formal pode fazer parte do cotidiano do praticante da estratégia nos diversos níveis hierárquicos, desde que se pense no mesmo enquanto um discurso que detém uma relação com um processo cognitivo (interpretações) e com a ação (execuções objetivadas, funcionais) (JUNIOR, 2014).

Assim, embora o desenho institucional não deixe claro de que forma se dará a estratégia de participação da comunidade é possível que a estratégia ocorra na prática. O importante é que independentemente da discussão entre a interpretação de uma estrutura (como o planejamento formal) ou de uma agência (a prática), temas determinantes, como a participação em Programas de Redução da Pobreza rural, devem fazer parte do cotidiano de pensar e agir estrategicamente.

Ao tratar do arranjo institucional do Programa, o Manual Operacional descreve que este arranjo baseia-se em uma estrutura matricial, envolvendo o concurso dos diferentes agentes públicos, estaduais e municipais, entidades não-governamentais e associações de produtores (PARA RURAL, 2014). No entanto, ao detalhar a estrutura básica e descrever as atribuições dos participantes, limita-se a detalhar os papéis de apenas quatro agentes, que são aqueles ligados diretamente ao Governo do Estado, como a Direção Geral do Programa, o Núcleo de Gerenciamento, a Secretaria de Meio Ambiente e o Instituto de Terras.

Merece destaque nesta discussão o papel do Estado quando se fala em governança. Para melhor compreensão, é válido relembrar que Governança é à capacidade governativa no sentido amplo, envolvendo a capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas. Refere-se ao conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração do jogo de interesses (DINIZ 1998)

O desafio envolve superar a dicotomia Estado-mercado, implica um novo estilo de gestão pública e um novo padrão de articulação Estado-sociedade, reformulando as práticas mais

convencionais de administração pública. Através da criação de oportunidades e incentivos introduzidos por novos arranjos institucionais, é possível conduzir a formação e o modo de atuação dos grupos na direção almejada. Esse resultado, vale insistir, não pode ser alcançado aleatoriamente, envolvendo, ao contrário, o acionamento de instrumentos que viabilizem a inserção do Estado na sociedade. Aqui também se revela obsolescência dos antigos desenhos institucionais e a atualidade dos mecanismos que reduzam a defasagem governantes-governados (DINIZ 1998).

Para assegurar a participação da sociedade civil nas decisões do Programa existe o Comitê Gestor criado pelo Governo do Estado, através do Decreto 1.646, de 11 de maio de 2009, e que tem por responsabilidade a aprovação final de Projetos de Investimentos Produtivos a serem financiados pelo Pará Rural. Trata-se de um órgão colegiado, de deliberação coletiva, integrado por representantes do Estado, nomeados pelo Governo do Estado, e membros da sociedade civil, indicados pelas organizações/entidades que representam, e ratificados pelo Governo do Estado (PARÁ RURAL, 2014).

Além de órgãos ligados ao governo do Estado, a sociedade civil participa do Comitê através de representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Pará e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Pará. O Comitê deveria se reunir ordinariamente a cada dois meses. (PARÁ RURAL, 2014).

As instituições como mecanismos que estruturam as relações sociais, devem ser compreendidas visando entender a realidade local onde o projeto é implantado e suas peculiaridades. É de grande valia a instância de validação em um Comitê Gestor, porém é fundamental também validações locais com base nos atributos institucionais e a realidade de cada projeto

Em um Estado com as dimensões geográficas do Pará e diferentes realidades regionais a diversidade de particularidades locais devem ser consideradas sempre que se tratar de projetos de desenvolvimento. Em se tratando de políticas públicas que envolvem um conjunto de atores envolvidos em um processo participativo, alguns elementos determinantes devem ser considerados, tais como a vontade e o comprometimento político do governo, a tradição associativa local e a dinâmica institucional resultante das articulações entre o Estado e a sociedade. (FREITAS, CKAGNAZAROFF, FREITAS 2014).

6 - A COMUNIDADE MENINO JESUS NO MUNICÍPIO DE ACARÁ

A Comunidade Menino Jesus recebeu financiamento do Programa Pará Rural para a construção de uma casa de farinha mecanizada e uma unidade de beneficiamento de frutas para a venda de polpas congeladas. O projeto englobava inicialmente 204 famílias quilombolas.

A pesquisa de campo ocorreu três meses após a conclusão das unidades de beneficiamento previstas no projeto. Foi aplicado o questionário semi-estruturado para o presidente da cooperativa, a equipe de cooperados responsável pela administração do empreendimento e a funcionária administrativa contratada para apoiar a gestão. Também foi possível adotar o método de observação participante estando presente inclusive em uma reunião da cooperativa com técnicos do Pará Rural para tratar do projeto.

No que se refere a governança, durante os levantamentos foram mapeadas as organizações com as quais a comunidade transaciona, distribuídas em três categorias: Órgãos governamentais,

Produção e ONGs, Universidades e atores coletivos. A categoria dos Órgãos governamentais foi aquela que teve o maior número de organizações com oito instituições listadas, sendo destas sete ligadas ao governo estadual (Pará Rural, Núcleo Quilombola da Casa Civil, Secretaria de Meio Ambiente, Instituto de Terras do Pará, Agência de Defesa Agropecuária do Pará, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará e Secretaria de Estado de Saúde do Pará) e do Poder público municipal foi listada a Secretaria de Agricultura do Município. Nenhum órgão federal foi listado pela comunidade.

Nota-se que o papel do Estado como articulador da governança do projeto se deu em sua maioria no esfera do poder público estadual, apoiando a obtenção de parcerias especialmente com órgãos afins. A comunidade avaliou com nível de confiança alto 71% dos órgãos estaduais e apenas um teve sua avaliação considerada ruim.

Vale destacar que a governança local, envolve um ambiente institucional onde o governo cria tipos de relacionamentos com os atores que incentivem o lançamento e sustentação de iniciativas de desenvolvimento. No entanto para a criação do sistema de governança local é necessária a contribuição de todos os outros componentes do sistema (ATKINSON 2002).

Foi citada a necessidade de apoio maior da prefeitura municipal através da secretaria de agricultura e ao descrever o relacionamento esperado e ocorrido com o Programa Pará Rural os membros da comunidade disseram que esperavam uma maior participação, já que o Núcleo Gestor do Programa foi responsável por todas as contratações e execução do projeto.

É fundamental envolver a comunidade nos desenhos dos projetos, em vez de importar ou imitar modelos existentes, as estratégias devem ser personalizadas e o conteúdo devidamente localizado para oferecer os benefícios destinados aos beneficiários rurais (MALHORTA, CHARRU, CHARIAR 2006).

O desafio encontra-se em elaborar um modelo de negócios para o desenvolvimento rural mesclando parcerias coletivas e incorporadas ao conhecimento tradicional, garantindo o envolvimento e a apropriação dos próprios beneficiários rurais (MALHORTA, CHARRU, CHARIAR 2006).

Ao se tratar da ação coletiva merece destaque o relatado feito pelos membros da comunidade quanto a ausência de regras de uso dos bens comuns, apesar de durante a aplicação do questionário ter sido informado que parte das regras já haviam sido definidas. A ausência de regras e sanções faz com que haja conflitos e muitas dúvidas quanto a utilização dos recursos produtivos. Foi mencionado como fator de grande dificuldade a esse processo o baixo nível de escolaridade dos membros da comunidade.

CONCLUSÕES

Para que a boa governança ocorra constituindo uma rede a favor do desenvolvimento em Projetos de apoio a agricultura familiar é necessário que haja um desenho institucional favorável. A forma como o arranjo de governança se estrutura é decisiva. O posicionamento dos atores nas redes de governança, o alinhamento dos interesses e as intenções colaborativas redirecionam o desenho institucional e a concepção de esfera pública (FREITAS, CKAGNAZAROFF, FREITAS 2014).

O desenho institucional do Programa Pará Rural aborda aspectos de governança de forma superficial, sem indicar possíveis ações e responsáveis, deixando a critério do gestor a

implementação ou não de uma estratégia eficaz para a consolidação de possíveis arranjos que favoreçam os projetos.

Por outro lado garantir a participação de pessoas, muitas vezes excluídas de um processo de cidadania, exige planejamento e um conjunto de ações estruturadas a médio e longo prazo. Induzir a criação de instâncias democráticas de tomada de decisão envolve em alguns caso a indução de uma nova cultura participativa (FREITAS, CKAGNAZAROFF, FREITAS 2014). O desenho institucional do Programa, apesar de abordar o tema participação, também não detalha a forma como será realizada

Desta forma há diversos elementos intrínsecos e extrínsecos a comunidade que devem ser observados anteriormente e durante a implantação de projetos de desenvolvimento rural. Os arranjos que podem ser constituídos para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento depende de onde aquela comunidade quer chegar, necessitando antes de mais nada, que ela saiba que caminho deseja seguir.

O uso adequado do bem coletivo resultado do projeto depende sim da cooperação e reciprocidade, mas também das regras e sanções e especialmente da capacidade que está comunidade terá de construir e validar essas regras.

Por fim recomenda-se que projetos de apoio a agricultura familiar analisem anteriormente a ação coletiva da comunidade, os possíveis arranjos que podem se constituir alinhados a estratégia local e as diferentes condições sistêmicas (sociais, econômica, culturais, institucionais e participativas). Tais análises não devem ser feitas com o objetivo de ser excludente, mas sim de potencializar a ação do projetos e trazer ainda mais benefícios a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. (2001), “Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica”. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro & ABRAMOVAY, Ricardo (orgs.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo, Edunesp/Edusp, pp. 165-177

AGUILAR FILHO, H. A. O Institucionalismo de Douglas North e as Interpretações Weberianas do Atraso Brasileiro. PhD thesis, PPGE/UFRGS. 2009

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. Capital Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

ATKINSON, D. Local Government, Local Governance and Sustainable Development: Getting the Parameters Right (HSRC Cape Town 2002)

BALLESTEROS, VHM; ALCOFORADO, I. Tragédia dos Commons e os direitos de propriedade: Com Hardin, além de Hardin. VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Cuiabá – MT

CARVALHO, C.; VIEIRA, M.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. RAP, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005

CKAGNAZAROFF, I. B. *et al.* GOVERNANÇA EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE TEÓRICA. Revista de Ciências Humanas, Vol. 8, Nº 2, p. 171-191, Jul./Dez. 2008

Diniz Eli. 1998. Governabilidade, “Governance” e Reforma do Estado: Considerações Sobre o Novo Paradigma. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais

- FREITAS, Alair Ferreira de; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; FREITAS, Alan Ferreira de. Uma análise do desenho institucional do projeto de combate da pobreza rural em Minas Gerais, Brasil Agroalimentaria, vol. 20, núm. 38, enero-junio, 2014, pp. 151-166 Universidad de los Andes. Mérida, Venezuela
- GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy* 12:1 February 2005: 78–104.
- Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.
- GONÇALVES, A.F. O conceito de governança. In: CONGRESSO NACIONAL CONPEDI, 14. 2005, Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manuel/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>.
- LAURIOLA, Vincenzo. Elinor Ostrom: um nobel heterodoxo e rosa-verde. Sinal de esperança? *Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*, Brasília, n. 21, p. 3-8, 2009.
- MALHORTA, CHARRU, CHARIAR ,V.M., DAS, L.K., (2006). “ICT for Rural Development: An Inclusive Framework for e-Governance.”
- MARANTE, L. A Reconstrução do Sentido de Comunidade: Implicações Teóricas Metodológicas no Trabalho sobre a Experiência do Sentido de Comunidade. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa. 2010
- OLIVEIRA, C. M.; SANTANA, A. C. A Governança no Arranjo Produtivo de Grãos de Santarém e Belterra, Estado do Pará: uma análise a partir do grão soja. *RESR*, Piracicaba - SP, Vol. 50, Nº 4, p. 683-704, Out/Dez 2012.
- OLIVEIRA, Djalma P. R. Manual de Gestão das Cooperativas: Uma abordagem prática. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2001
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PARÁ RURAL- Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará. Volume I - Concepção e Implementação do Programa. Janeiro de 2014. Disponível em <http://www.pararural.pa.gov.br/documentos.php>. Acesso 03/09/2015.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*.— Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SABOURIN, E. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 143-158, 2010
- SANTOS, F. S. *Capital social: vários conceitos, um só problema*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 3ª ed. rev., 2002.
- SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção. *Gestão da Produção*, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 425-439, maio/ago. 2007.

TOLBERT, P.; ZUCKER, L. G. The institutionalization of institutional theory. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Eds.). Handbook of organization studies. London: Sage Publications, 1996. p. 175-190.

VILPOUX, O. Desempenho dos arranjos institucionais e minimização dos custos de transação: transações entre produtores e fecculárias de mandioca. Rev. Econ. Sociol. Rural; Brasília, vol.49, nº.2, p. 271-294, 2011.

ZYLBERSTAJN, Decio . Coordenação e Governança de Sistemas Agroindustriais. In: Antônio Márcio Buainain; Eliseu Alves; José Maria da Silveira; Zander Navarro. (Org.). O mundo rural no Brasil do século 21. 1 ed. Brasília: , 2014, v. 1, p. 267-294.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: LIMITES ENTRE A AUTONOMIA X TUTELA

Jéssica Pacheco¹
Claudia Azevedo-Ramos²

RESUMO

O presente artigo avalia os limites entre a tutela do Estado e a autonomia das populações tradicionais na gestão de unidades de conservação, a fim de verificar em que medida as formas de criar, fazer e viver de tais grupos sociais estão sendo incorporadas em âmbito legal no manejo de recursos naturais daquelas áreas protegidas. O trabalho se desenvolve através da análise da legislação nacional e internacional correlata, e pelo levantamento bibliográfico. Conclui-se que as práticas tradicionais desses grupos sociais são restringidas no uso e manejo de recursos naturais em razão da imposição pelos órgãos estatais de normas não coerentes com seus contextos socioculturais, em contrassenso às razões históricas do manejo em áreas protegidas. Estas razões residem no reconhecimento do papel fundamental das populações indígenas e de outras comunidades locais na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento em decorrência de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais, às garantias constitucionais constantes nos artigos 215 e 216, bem como aos próprios objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O SNUC confere, entre outros, a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais a partir do respeito e valorização de seu conhecimento e cultura. Dessa forma, a tutela administrativa na gestão de unidades de conservação tem alcançado uma dimensão prejudicial ao exercício da autonomia atrelada aos direitos culturais já reconhecidos das populações tradicionais.

Palavras-chave: Autonomia; Direitos Culturais; Populações Tradicionais; Tutela; Unidade de Conservação.

INTRODUÇÃO

Até a eclosão de grandes discussões envolvendo sociodiversidade e biodiversidade na década de 1980, a criação e a gestão de unidades de conservação visavam a proteção das áreas sob a ameaça de processo de desenvolvimento especulativo vigente ou de ecossistemas de grande valor estético. O valor cultural de populações residentes destas áreas era pouco considerado.

Com a promulgação da Lei nº 9.985/2000, instituindo o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), reconheceu-se no âmbito dessas áreas protegidas a importância das chamadas populações tradicionais como detentoras de direitos sobre seus territórios, ligados ao reconhecimento constitucional de suas práticas culturais atreladas à conservação dos recursos naturais.

No entanto, o SNUC se trata de uma política ambiental do Estado, e as áreas protegidas a serem criadas e usufruídas pelas populações tradicionais são de titularidade estatal, logo, submetidas às suas normas administrativas.

¹Bacharel em Direito pela UFPA e Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA - UFPA. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA-UFPA, 66075-110, Belém, Pará, Brasil; jessicapacheco02@hotmail.com.

²Doutora em Ecologia. Professora Associada do NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará - UFPA. NAEA-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará-UFPA, 66075-110, Belém, Pará, Brasil; claudia.azevedoramos@gmail.com.

É nesse contexto que se encontra inserido o presente trabalho. Busca-se avaliar os limites entre a tutela do Estado e a autonomia das populações tradicionais na gestão de unidades de conservação, a fim de verificar em que medida as formas de criar, fazer e viver de tais grupos sociais estão sendo incorporadas em âmbito legal no manejo de recursos naturais daquelas áreas protegidas. O trabalho se desenvolveu através da análise da legislação nacional e internacional correlata, de levantamento bibliográfico sobre usos e costumes de populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas duas últimas décadas.

1. POPULAÇÕES TRADICIONAIS: IDENTIDADE E DIREITOS

A sociedade civil organizada envolvida na questão ambiental a partir de meados da década de 1980 passou a reconhecer determinados grupos de pessoas que habitavam no interior de unidades de conservação, identificados como “populações tradicionais”.

A existência de um conceito que defina populações tradicionais ainda é marcada por controvérsias. Diferentes nomenclaturas têm sido atribuídas aos grupos sócio e culturalmente distintos que compõem as sociedades nacionais. No Brasil, são termos como povos e comunidades tradicionais, comunidades autóctones, sociedades tradicionais, e etc, que são utilizados para se referir a ribeirinhos, comunidades remanescentes de quilombos, caiçaras, quebradeiras de coco-babaçu, seringueiros, ciganos, dentre outros.

Nesse sentido, Diegues e Arruda (2001, p. 27) apresentam o seguinte conceito de “populações tradicionais”:

Grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Tal noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolvem modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

Na conceituação apresentada, Diegues e Arruda mesclam aspectos culturais e correlaciona-os de forma harmônica com a natureza, em sentido oposto à sua relação com o homem urbano, fruto da sociedade complexa (VIANNA, 2008). Tem-se, assim, um conceito que pode ser compreendido com base na relação entre biodiversidade e sociodiversidade (SANTILLI, 2005).

É importante destacar que o uso do termo “tradicional”, isto é, o aspecto da tradicionalidade desses grupos não se refere ao arcaico e ao atrasado. O “ser tradicional” engloba diferentes dimensões como as demográficas, territoriais, étnicas, relações com o mercado, organização social, cultura, religião, dentre outros (FORLINE e FURTADO, 2002).

O sentimento de “pertencimento”, “identidade” e “autorreconhecimento” é outro aspecto que merece destaque. A definição dessas populações como grupos diferenciados é o sentimento de fazer parte e se identificar como membro de um determinado grupo social, a partir das interações e experiências socioculturais coletivas próprias (PINTO, 2012, p. 68).

Três elementos são propostos por Paul Little (2002, p. 22) para a construção do conceito de “povos tradicionais”, quais sejam: o regime de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar específico e a profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva.

Os aspectos destacados pelos autores acima formam o cerne das discussões envolvendo a autonomia das populações tradicionais na gestão de seus territórios. Nesse sentido, o critério de

autodefinição é fundamental para que seus direitos lhes sejam assegurados, em concordância com suas próprias determinações e entendimento coletivo no que tange à singularidade étnica e cultural do grupo.

Em âmbito legal, a Constituição Brasileira de 1988 trouxe um novo significado para povos indígenas e comunidades quilombolas, e aos grupos que tenham formas próprias de expressão, viver, criar e fazer, como as populações tradicionais tornando-se o Brasil reconhecedor da etno-diversidade e multiculturalidade.

O respeito às minorias étnicas e o direito à igualdade de todos também estão atrelados à proteção da cultura brasileira, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição, cuja interpretação deve estar calcada nos objetivos fundamentais da República e sob a garantia do Estado Democrático de Direito.

Essa diversidade foi adotada no sentido de garantir a organização social, os costumes, a língua, as crenças e tradições de populações tradicionais, e também dos povos indígenas. Além disso, o reconhecimento da pluralidade étnica se deu, principalmente, no que tange à elaboração de normas estatais, ao controle social das instituições e aos direitos e garantias fundamentais.

A Carta Maior prevê que os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira constituem patrimônio cultural brasileiro (art. 216), garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais, incluindo as formas de expressão e seus modos de criar, fazer e viver como elementos diferenciadores da identidade dos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira (art. 216, I e II).

Trata-se de um reconhecimento para grupos com identidades próprias e peculiares, aos quais cabem a garantia jurídica do controle de suas próprias instituições, formas de vida e de seu desenvolvimento econômico, permanecendo e fortalecendo suas entidades e no âmbito do Estado onde habitam.

Quanto à questão territorial, a proteção constitucional aos povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos demonstra claramente a relação que esses povos possuem com seus territórios, sendo estes os espaços necessários para a reprodução cultural e utilização dos recursos naturais.

Conquanto, a Constituição especifique a proteção aos povos indígenas e quilombolas, conjugando-se os seus demais dispositivos, há de se reconhecer o direito de acesso à terra às demais populações tradicionais, como garantia de direitos culturais e ambientais. Existe, em verdade, uma clara inter-relação entre os direitos territoriais e os direitos culturais das demais populações tradicionais que tenham suas formas próprias de expressão e de viver, criar e fazer, com base constitucional (DUPRAT DE BRITTO PEREIRA, 2011, p. 5).

Assim, o território constitui um espaço de reprodução histórica e cultural, que não pode ser confundido com um quadrilátero, sob um olhar meramente “geográfico”. As populações tradicionais, os povos indígenas e os povos quilombolas emergiram como protagonistas, ressignificando a natureza e reinventando o significado de território.

O decreto presidencial nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, por sua vez, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define as comunidades tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Art. 3º, I).

Trata-se de um instrumento legal que não apenas reconhece o modo de vida das populações tradicionais como também a dispõe da obrigação de proteção pelo Estado.

No âmbito internacional, verifica-se um reconhecimento jurídico. O Brasil incorporou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, mediante o Decreto nº. 5051 de 19 de abril de 2004. Não se define o conceito de “populações tradicionais”, mas estabelece a referida Convenção em seu art. 1º o conceito dos chamados “povos tribais”, a saber:

a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial

No Brasil não há expressamente os citados “povos tribais” *stricto sensu*, porém existem diferentes grupos sociais vivendo na sociedade brasileira, e é exatamente esse elemento distintivo que se chega ao entendimento de “povos tribais”. Considera-se na Convenção o sentido lato de “tribal”, requerendo interpretação conforme a sociodiversidade interna de cada país (MOREIRA, 2014, p. 203).

No presente trabalho, utilizar-se-á a expressão “populações tradicionais”, em razão de sua abrangência, seguindo-se o posicionamento de Barreto Filho (2006, p. 8), ao ressaltar que reside na generalidade e na fluidez do termo a sua força. Embora as definições aqui apresentadas possuam claras semelhanças entre si, no contexto deste estudo, adotaremos a definição legal do decreto presidencial nº 6.040/2007 como referência.

Compreendidas as discussões envolvendo o conceito de populações tradicionais, passa-se à análise das razões históricas de criação de unidades de conservação ao modo de implantação e gestão atualmente adotadas no âmbito federal, especificamente as reservas extrativistas (Resex), reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) e as florestas nacionais (Flona), onde habitam aquelas populações.

2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: GÊNESE E TRANSFORMAÇÕES

A proteção de áreas sob um regime especial tem seu marco histórico na criação do Parque Nacional de Yellowstone, em Wyoming nos Estados Unidos, em 1872, cujo objetivo consistia na valorização da natureza através da noção de pertencimento e também mediante o prazer da contemplação estética.

No caso brasileiro, sob a influência norte-americana, as primeiras unidades de conservação foram instituídas na década de 1930, com o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, e os de Iguaçu e Serra dos órgãos em 1939, que visava proteger ecossistemas de grande valor estético e/ou cultural.

O contexto histórico e social que vigorava na implantação dessas políticas era marcado pela transição do liberalismo para uma maior participação do Estado na condução da modernização capitalista no Brasil, caracterizada por uma articulação centralizada e autoritária (RAMOS, 2012).

Quase quarenta anos após a criação da primeira unidade de conservação do Brasil, uma avaliação geral pode ser realizada na década de 1980 quanto às áreas instituídas como de conservação. Segundo Vianna (2008, p. 211), “havia uma ineficiência crônica em sua implantação e em seu gerenciamento, uma resistência a elas muito grande entre as populações locais e regionais e conflitos potenciais ou em andamento entre seus responsáveis e as populações locais”.

Observa-se que a realidade era de conflito entre as áreas protegidas criadas e os grupos que residiam em seu interior. Desde a década de 1970, posseiros e seringueiros da Amazônia já começavam um processo de resistência mediante a organização de sindicatos de trabalhadores rurais, lutando por direitos de acesso à terra e aos recursos naturais.

A Conferência de Estocolmo de 1972 foi um marco no início das mudanças da posição mundial quanto à exploração dos recursos naturais. Essas transformações foram expressas com mais clareza na década de 1990, a partir de documentos importantes como a “Convenção da Biodiversidade” (1992), manifestando preocupações quanto à definição de desenvolvimento e aos direitos das populações locais como atores relevantes para a conservação dos recursos.

Com a Eco 92 realizada no Brasil, fortaleceu-se a relevância das populações ditas “tradicionais” na conservação da biodiversidade, por meio da Declaração do Rio de Janeiro, ou Carta da Terra, um dos seus documentos finais, ao reconhecer no princípio 22 que: “As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais”.

Até a introdução de discussões entre sociodiversidade e biodiversidade na década de 1980, as unidades de conservação eram criadas para proteger áreas ameaçadas e sem a participação da população ou das instituições locais em seu processo de criação e implantação (VIANNA, 2008, p. 216).

O primeiro projeto de lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 1992, reconhecia a presença humana como uma ameaça à conservação da biodiversidade, em contrassenso às discussões internacionais de valorização do conhecimento e das formas de manejo das populações tradicionais. Além disso, o projeto desconsiderava mecanismos de participação social, perpetuando a exclusividade dos órgãos governamentais na tomada de decisões referentes às unidades de conservação (SANTILLI, 2005).

As propostas de substitutivo ao projeto de lei ao longo da década de 1990 manifestavam os embates envolvendo a preocupação com as populações tradicionais, quanto a seus direitos diferenciados e benefícios para a conservação da natureza, e o reconhecimento da necessidade de democratizar o processo de criação, implantação e gestão das unidades de conservação, propondo-se também novas categorias de manejo.

A Lei nº 9.985 aprovada em 2000, além de incorporar os substitutivos propostos, reconheceu as populações tradicionais como detentoras de direitos sobre seu território, garantidos mediante dispositivos voltados para sua proteção. Foram estabelecidas, dessa forma, dois grupos de unidades de conservação: as de uso sustentável, que compatibiliza a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais; e as de proteção integral, que visa preservar a

natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos recursos naturais. No primeiro grupo, assegura-se a presença de populações tradicionais em Flona, Resex e RDS (arts. 17, 18 e 20).

Para entender em que nível foram consideradas as práticas tradicionais no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como forma de compatibilizar a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, bem como a democratização de sua gestão, passa-se à análise da Lei nº 9.985/2000, no que diz respeito às Resex, RDS e Flona.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA GESTÃO DE RESEX, RDS E FLONA

Para tratar da participação das populações tradicionais na gestão de Resex, RDS e Flona, deve-se atentar para os objetivos e as diretrizes que regem o SNUC, nos termos da Lei nº 9.985/00. Quanto ao desenvolvimento sustentável e às práticas e conhecimentos das populações tradicionais, estabelece o art. 4º da referida lei que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - no que se inclui seu processo de criação, implantação e gestão - deve promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais (inciso IV), bem como proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (inciso XIII).

As diretrizes do SNUC que dizem respeito aos processos de criação, implantação e gestão das unidades de conservação reconhecem sua necessidade de democratização, conforme observado nos seguintes incisos do art. 5º:

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

Os dispositivos apresentados acima demonstram que os processos administrativos referentes às unidades de conservação devem seguir não apenas preceitos voltados para a preservação ambiental, mas assegurar que as práticas e os conhecimentos das populações tradicionais sejam considerados naqueles processos, como pressupostos para uma legítima criação, implantação e gestão daquelas áreas protegidas, o que demanda a devida participação de tais grupos sociais.

No âmbito das unidades de conservação em discussão, as Reservas Extrativistas (Resex) são unidades criadas para proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais, e garantir o uso sustentável dos recursos naturais (art. 18, caput). As populações destinatárias são as extrativistas, em que o extrativismo é a base de sua subsistência, e complementarmente a

agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte. Vale ressaltar que essa categoria de unidade é resultante da resistência iniciadas no estado do Acre por populações extrativistas à usurpação de suas terras por fazendeiros.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) constituem, por sua vez, uma área natural de abrigo de populações tradicionais, cuja existência é baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental para proteger a natureza e manter a diversidade biológica (art. 20, caput).

A RDS objetiva a preservação da natureza simultaneamente à garantia das condições e dos meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, assim como a valorização, conservação e aperfeiçoamento do conhecimento e das técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por esses grupos (art. 20, § 1º).

Ainda a respeito das Resex e RDS, a Lei nº 9.985/00, além de obrigar a participação das populações tradicionais na preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade, impõe-lhes obediência a determinadas normas no âmbito do uso dos recursos naturais, nos seguintes termos:

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

[...]

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Segundo Santilli (2005), uma das diferenças entre Resex e RDS reside no componente que pesou mais sobre as propostas que orientaram essas unidades de conservação. No caso da Resex, o componente social, e no caso da RDS, o componente ambiental, que “foi a mola propulsora das iniciativas para a proteção da área, que incorpora também a sustentabilidade social” (p. 149).

A Floresta Nacional é identificada a partir de sua cobertura florestal, com predomínio de espécies nativas. Sua finalidade se volta para o manejo sustentável de seus recursos, a partir do uso múltiplo, bem como para as pesquisas científicas que enfatizam métodos de exploração sustentável de florestas nativas (art. 17, caput).

Diferentemente da Resex e RDS, na Flona, a presença de populações tradicionais é admitida no caso em que estiverem habitando a unidade quando da sua criação. Assim, tem-se uma área protegida que tem como alvo principal o aproveitamento dos recursos florestais.

O Plano de Manejo é o documento que todas as unidades de conservação devem dispor, no qual se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, bem como a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. No caso das Resex, RDS e Flona, a Lei do SNUC assegura a ampla participação das populações tradicionais na elaboração, atualização e implementação do referido documento técnico (art. 27, § 2º).

Tanto as Reservas Extrativistas como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais são de domínio público. Nos dois primeiros casos, o usufruto da terra e dos recursos naturais renováveis é concedido às populações tradicionais, através de contrato de concessão do direito real de uso, que deve estar de acordo com o plano de manejo da unidade de conservação, nos termos do art. 13 do Decreto nº 4.340/2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985/2000.

O contrato de concessão do direito real de uso trata-se de um contrato solene, através do qual se transfere, a título de direito real, o usufruto temporário, por prazo fixado ou indeterminado, de terreno público ou particular, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social, nos termos do art. 7º do Decreto-Lei nº 271/1967. No caso das unidades de conservação, o Poder Público atribui um bem de seu domínio, a área da unidade, às populações, para que explorem conforme sua destinação específica.

A gestão de Resex e RDS se dá por um Conselho Deliberativo, sob a presidência do órgão responsável por sua administração, constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes nas áreas. Na Flona, por sua vez, a gestão é realizada por um Conselho Consultivo, admitindo a participação daqueles grupos tradicionais.

No âmbito dos Conselhos Consultivo e Deliberativo, os conselheiros indicados pelos setores a serem representados serão designados pelo chefe da unidade de conservação. Quanto à representação nos conselhos, o decreto nº 4.430/2002 prevê que deve ser paritária, sempre que possível, entre os representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil, considerando as peculiaridades regionais (art. 17, §3º).

A diferença entre os conselhos é a de que, enquanto o Conselho Deliberativo aprova o Plano de Manejo das unidades de conservação, o Conselho Consultivo apenas acompanha a elaboração, a implementação e a revisão do Plano de Manejo, cabendo a decisão ao órgão gestor (Lei 9985/00 art. 18. § 5º e decreto 4340/02 art. 20 inciso II).

Como observado, na legislação que institui o SNUC, prevê-se um desenvolvimento sustentável, garantindo ao mesmo tempo a subsistência das populações tradicionais, o respeito e a valorização de seus conhecimentos e cultura, os quais devem ser promovidos social e economicamente.

Por tratar-se de grupos culturalmente diferenciados, que são identificados por critérios de auto-atribuição, para se assegurar o respeito e valorização de seus conhecimentos e cultura não se poderia deixar de garantir a participação desses grupos tradicionais nos procedimentos que envolvem as unidades de conservação, seja na sua criação e implantação, seja na sua gestão, uso e manejo dos recursos naturais do seu interior.

De fato, a participação das populações tradicionais nos processos de criação, implantação e gestão é garantida como uma das diretrizes do SNUC. No entanto, faz-se necessário analisar os limites entre as atuações estatais e a autonomia desses grupos, ao se considerar que as unidades de conservação são bens públicos, logo, sob a tutela estatal. Nesse sentido, o próximo tópico se desenvolverá na análise desses limites, atentando-se também para as demais legislações que compõem o ordenamento jurídico brasileiro.

4. A TUTELA DO ESTADO E A AUTONOMIA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

O art. 225 da Constituição Federal de 1988, além de criar para toda a coletividade, estabelece para o Poder Público um dever constitucional, manifestado em obrigações de fazer voltadas para a defesa e preservação do meio ambiente, constituído como patrimônio público, nos seguintes termos:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Analisando-se o conteúdo total do referido dispositivo, verifica-se que esse dever estatal é detalhado no §1º através de outros deveres específicos, dentre os quais o que dispõe o inciso III a respeito da criação de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, que estabelece e consolida o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, assim dispondo:

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...]

III – definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Como observado, a tutela administrativa do ambiente, e, em especial, das unidades de conservação, é posta e ordenada constitucionalmente. Segundo Milaré (2009), essa tutela estatal: “apresenta-se como uma forma especial e elevada de gestão ambiental com todas as peculiaridades que o caso requer, alicerçada em sólidos preceitos legais” (p. 302).

Nesse sentido, tratar de gestão ambiental pelo Estado é ocupar-se em definir os objetivos e políticas, bem como a governança, e a implementação de medidas concretas em casos particulares, utilizando-se dos métodos e meios propiciados pelo planejamento realizado tanto no setor público, como na iniciativa privada (MILARÉ, 2009, p. 304).

No caso do SNUC, especificamente em Resex, RDS e Flona, onde residem populações tradicionais, a realização da gestão não demanda apenas a observância das normas que regem a Administração Pública que se voltam para a tutela do ambiente, mas se deve ter em vista o conjunto de leis e normas que reconhecem os direitos desses grupos sociais.

Isso significa que na criação, implantação e gestão de Resex, RDS e Flona, manifestadas também na elaboração do plano de manejo da unidade, devem ser observadas as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver das populações tradicionais (art. 216, I e II, CF), respeitando-se também a importância que para as suas culturas e valores espirituais possui a sua relação com as terras e territórios (art. 13, Convenção 169 da OIT).

Contudo, não há como aplicar tais direitos sem a garantia de uma participação efetiva das populações tradicionais nos processos de criação, implantação e gestão daquelas unidades, assegurando-lhes consulta através de procedimentos apropriados e de suas instituições representativas, bem como que garantam sua participação livre, ao menos na mesma medida que

outros setores da população e em todos os níveis, ao se adotarem decisões ou medidas administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente (Convenção 169 da OIT, art. 6º, 1, “a” e “b”).

Além disso, em conjunto com sua execução, esses processos, que envolvem as referidas unidades de conservação, devem ocorrer em harmonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040, de 07.02.2007, que estabelece, entre outros princípios, “a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses” (art. 1º, X).

Dessa forma, ao se tratar sobre a gestão de Resex e RDS, observa-se que a Lei nº 9.985/2000, ao instituir o Conselho Deliberativo nos termos apresentados, limita a atuação das populações tradicionais, que são minoria, diante da disparidade entre os demais participantes, como o chefe da unidade de conservação, os representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, o que pode gerar desdobramentos no acatamento dos posicionamentos do grupo tradicional.

No contrato de concessão do direito real de uso firmado entre o Poder Público e as populações tradicionais em Resex e RDS, o direito de posse coletiva desses grupos em territórios tradicionais é reconhecido, cujo objetivo é sua preservação e os meios para que seja alcançado seu desenvolvimento físico, econômico e cultural. É importante frisar a esse respeito que o grupo tradicional deve realizar o uso adequado da área nos termos contratuais, logo, a mudança de finalidade da área pela comunidade torna suscetível à rescisão do contrato, limitando a atuação das populações aos seus termos.

No caso da gestão realizada pelo Conselho Consultivo em Flona, a limitação das considerações das populações tradicionais nas eventuais medidas administrativas é ainda maior, uma vez que tal conselho não exerce poder de decisão.

Nesse sentido, ao se avaliar os limites entre a tutela administrativa e a autonomia das populações tradicionais, verifica-se que esses grupos são submetidos a um modelo normativo instituído pelo Estado, que condiciona as práticas do grupo a determinados padrões próprios de uma linguagem jurídica estatal, que podem significar uma distância com o contexto social e cultural daquelas populações.

Assim, verifica-se na gestão de Resex, RDS e Flona uma liberdade relativa das populações tradicionais no uso da terra e de seus recursos naturais, ao exercerem pouca representatividade nas tomadas de decisão. Segundo Benatti (2011), essa realidade representa um grau de autonomia limitado exercido por esses grupos tradicionais, que são obrigadas a exercer suas práticas no âmbito das normas jurídicas estatais.

Uma das normas que expressam com clareza essa imposição do poder estatal é o art. 23, § 2º da Lei nº 9.985/2000, que trata da posse e uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais em Resex e RDS, estabelecendo algumas imposições em suas práticas, e sujeitando o uso dos recursos naturais aos arranjos formais do plano de manejo da unidade e ao contrato de concessão do direito real de uso.

A esse respeito vale destacar o que afirma Menezes (2011) ao analisar a criação de Resex na região sul do Amazonas, bem como a expansão de RDS na Amazônia:

A princípio, a criação de unidades como RDS é fortemente apoiada pelos residentes como uma solução contra a exploração predatória de recursos naturais, especialmente em áreas onde há forte pressão sobre esses recursos, com invasão de lagos por grandes barcos de pesca, por exemplo. Em pouco tempo, percebe-se a

faceta restritiva a práticas fundamentais à sobrevivência de povos tradicionais que acompanham os novos estatutos territoriais, como, por exemplo, a proibição da exploração de madeira ou a pesca de quelônios e peixes de maior valor comercial como pirarucu e tambaqui, supostamente em situação de ameaça (p. 358).

Diante disso, observa-se que o reconhecimento dos contextos socioculturais das populações tradicionais na gestão de unidades de conservação será maior ou menor a depender do nível de articulações e mobilizações dos grupos no âmbito de seus conselhos, bem como do envolvimento de organizações da sociedade civil que sejam voltadas para a questão, considerando ser a abertura para a expressão de posicionamentos, práticas e interesses desses grupos tradicionais.

4.1. O manejo de recursos naturais e os direitos culturais das populações tradicionais

Ao ser estabelecida a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040 de 2007), conquanto vise a promoção do desenvolvimento sustentável das populações tradicionais, enfatizando o reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, ambientais e culturais, bem como de outros direitos a esses vinculados, apresenta-se como principal instrumento a criação de unidades de conservação de uso sustentável para consolidar a garantia territorial daqueles grupos.

No entanto, observou-se que a previsão da criação de unidades de conservação de uso sustentável não significa necessariamente que as populações serão ouvidas na medida necessária para que seus interesses e seus modos de criar, fazer e viver, que se relacionam diretamente com a forma de manejo dos recursos naturais, sejam incorporados no plano de manejo da unidade, bem como posteriormente no âmbito da sua gestão. A esse respeito, pontua Benatti (2011):

Em qualquer das formas previstas para assegurar às populações tradicionais o direito à terra, sempre será um reconhecimento de uma ocupação pré-existente. As consequências desse fato é que o grupo social construiu historicamente uma relação social e cultural com o espaço apossado, criando normas de convivência e exploração dos recursos naturais (p. 11).

Nesse sentido, ao não se considerar essas normas de convivência e exploração dos recursos naturais, oriundas da relação social e cultural com o espaço apossado, construída historicamente, na gestão de Resex, RDS e Flona, ter-se-á por comprometidos os objetivos da sua própria criação, bem como os direitos culturais garantidos às populações tradicionais.

Nota-se que uma das referências que inspiraram a criação de unidades de conservação com a presença de populações tradicionais decorreu das discussões em nível global sobre a conservação da biodiversidade, em que se reconheceu o papel fundamental das populações indígenas e comunidades locais na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em decorrência de seus conhecimentos e de suas práticas.

Logo, a instituição de normas que condicionam a efetividade dessas práticas na realização do manejo dos recursos naturais no âmbito dessas unidades inviabiliza uma gestão que garanta a própria conservação e a realização de um desenvolvimento sustentável por parte das populações tradicionais.

Nesse contexto é importante fazer algumas considerações sobre manejo florestal. A Lei nº 11.284/2006, que estabelece a gestão de florestas públicas, compreende como uma das formas de gestão a destinação de florestas públicas para as comunidades. O Programa de Manejo Florestal

Comunitário e Familiar (Decreto nº 6.874 de 05 de junho de 2009) foi criado em seguida por demanda de populações tradicionais da Amazônia, que queriam ver suas atividades econômicas contempladas por políticas públicas. Cabe notar o quão recente é esse instrumento.

O manejo florestal é uma possibilidade de geração de renda para as populações tradicionais, buscando compatibilizar o uso eficiente e racional das florestas ao desenvolvimento sustentável local, regional e nacional (SFB, 2015). No entanto, em florestas públicas, sua execução por aqueles grupos sociais está submetida à gestão realizada nas unidades de conservação, logo, às normas administrativas estatais que são impostas aos grupos.

Dessa forma, para tornar possível a instituição de Resex, RDS e Flona em observância à política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais e de seus direitos culturais garantidos constitucionalmente, faz-se necessário voltar às razões que originaram aquelas áreas protegidas. Deve-se buscar a viabilização do exercício da autonomia pelas populações tradicionais para gerir os recursos naturais de suas áreas tradicionalmente ocupadas, recursos esses que compõem um território dotado de um valor tanto físico como simbólico-religioso (HAESBAERT, 2001), e que, logo, demanda a efetivação devida das práticas que constroem a sua identidade.

CONCLUSÃO

No presente trabalho, buscou-se avaliar os termos legais que vinculam a atuação do Estado na gestão de Resex, RDS e Flona, e que preveem a amplitude de atuação das populações tradicionais. Isso possibilitou identificar as limitações no exercício da autonomia desses grupos sociais, e, conseqüentemente, na consideração de seus modos de criar, fazer e viver na gestão do território e no uso de seus recursos naturais.

Por mais que a garantia do respeito e da valorização dos conhecimentos e práticas das populações tradicionais seja uma conquista histórica, alcançando o nível de direito constitucional, a não efetividade da participação livre e paritária desses grupos, coerente com seus contextos socioculturais, inviabilizará que a realidade da gestão do território e o manejo de recursos naturais nas unidades de conservação sejam marcados por tais direitos.

Analisando a tutela administrativa e a autonomia das populações tradicionais em Resex, RDS e Flona, constata-se que continua repercutindo atualmente a confusão entre um direito de soberania com a dominialidade estatal. A única diferença com o passado é que hoje se institucionaliza uma política democrática, mas em que se oficializa uma participação com limitada efetividade.

Diante disso, observa-se as mobilizações pelas populações tradicionais e organizações da sociedade de civil que lutam em prol de seus interesses devem permanecer fortalecida, especialmente ao se considerar o contexto atual do constante avanço de fronteiras agrícolas, da pecuária extensiva e projetos desenvolvimentistas que ameaçam a invasão dos territórios tradicionais. O diálogo com as agências governamentais deve ser intensificado em prol de amplificar as vozes e interesses das populações tradicionais quanto a sua autonomia em seu modo de vida. O momento é propício, uma vez que nota-se uma maior abertura de parte do poder público em incorporar esse entendimento nos seus instrumentos legais.

REFERÊNCIAS

- RAMOS, Adriana. **As Unidades de Conservação no Contexto das Políticas Públicas**. In: Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 2012.
- BARRETO FILHO, Henyo T. **Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção**. In: Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Anna Blume, 2006.
- BENATTI, José Heder. **Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais**. In SAUER, Sergio e ALMEIDA, Wellington (Org.). *Terras e Territórios na Amazônia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2011. pp. 93-113.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- _____. ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- DUPRAT DE BRITTO PEREIRA, Deborah Macedo **O Estado Pluriétnico**. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza e HOFFMAN, Maria Barroso. Além da Tutela: bases para uma política indigenista III. São Paulo. Editora Contra Capa; 2002. Disponível em: <<http://laced.etc.br/site/arquivos/04-Alem-da-tutela.pdf>>. Acesso em: 27 out 2015.
- FORLINE, L.; FURTADO, L. G. **Novas reflexões para o estudo das populações tradicionais na Amazônia: por uma revisão de conceitos e agendas estratégicas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, 2002, 18(2), p. 209-227.
- HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. SANTOS, Milton. et al. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-68.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Nº 322. Brasília: DAN/UnB, 2002.
- MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 6. ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- MOREIRA, Eliane. **O direito dos povos tradicionais à consulta prévia, livre e informada**. In: Jean Carlos Dias - Marcus Alan de Melo Gomes. (Org.). *O direito dos povos tradicionais à consulta prévia, livre e informada*. 1ed.Sao Paulo: Metodo e CESUPA, 2014, v. 1, p. 200-230.
- PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **“Grupos étnicos e etnicidade”**. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos (Coord.). *Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Brasília: Rio de Janeiro, Contra Capa: LACED/ABA, 2012, p. 68-77.
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Disponível em:< www.florestal.gov.br> Acesso em 30 Out. 2015.
- VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

PRODUÇÃO DE CULTURAS ALIMENTARES E DENDÊ NOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES NO NORDESTE PARAENSE

Dalva Maria da Mota¹

Edfranklin Moreira da Silva²

Heribert Schmitz³

Lívia Navegantes Alves⁴

Maria do Socorro Gonçalves Ferreira⁵

RESUMO

O nosso objetivo neste ensaio é analisar a relação entre produção de culturas alimentares e *commodities* nos estabelecimentos cujos agricultores familiares têm contrato de integração com as agroindústrias do dendê no Nordeste paraense. O contexto de análise caracteriza-se por uma forte intervenção do Estado para a produção e o processamento do dendê para biodiesel no âmbito da política nacional de geração de energia, com a possibilidade de participação de famílias agricultoras por meio de contratos. Partimos da compreensão de que a iniciativa repercute na organização interna dos estabelecimentos agrícolas compondo um quadro, no qual a especialização influencia na maior ou menor importância dos cultivos alimentares tradicionais. A metodologia de pesquisa constou de métodos quantitativos e qualitativos. Foram visitados 162 estabelecimentos e entrevistados os autodesignados chefes de família por meio de um roteiro semi-estruturado. Em 10 estabelecimentos foram realizadas entrevistas não diretivas e observações mais duradouras dos seus sistemas de produção e da vida social local. Além disso, houve a participação dos autores em eventos relativos à integração de agricultores familiares na produção de dendê. As principais conclusões mostram que a relação entre o cultivo de dendê e de alimentos nos estabelecimentos de agricultores familiares que têm contrato de integração depende da disponibilidade de terra no estabelecimento ou nos seus arredores; da permissão ou interdição do consorciamento pela empresa contratante, dos incentivos públicos e privados ao cultivo do dendê e as demais culturas; da disponibilidade da força de trabalho do grupo doméstico para trabalhar no estabelecimento.

Palavras-chave: agricultura familiar, dendeicultura, agricultura integrada, reprodução social.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio tratamos da produção de culturas alimentares e *commodities* nos estabelecimentos cujos agricultores familiares têm contrato de integração com as agroindústrias do dendê no Nordeste paraense. A pesquisa foi realizada como parte das ações do Projeto AFInS – Agricultura Familiar e Inclusão Social⁶.

¹ Doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém (PA), bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: dalva.mota@embrapa.br

² Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém (PA). E-mail: edfranklin@agronomo.eng.br

³ Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da UFPA, Belém (PA), bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de

⁴ Doutora em Sistemas Integrados em Biologia, Agronomia e Meio Ambiente, professora do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém (PA). E-mail: lnavegantes@ufpa.br

⁵ Doutora em Desenvolvimento Sustentável, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém (PA). E-mail: socorro.ferreira@embrapa.br

⁶ **Projeto AFInS – Agricultura Familiar e Inclusão Social** é o nome do Projeto financiado pela Embrapa sob o título "Integração da Agricultura Familiar na Produção do Dendê no Pará: Possibilidade de Inclusão Social?" A execução do

O contexto de análise caracteriza-se por uma forte intervenção do Estado para a produção e o processamento do dendê para biodiesel no Estado do Pará no escopo do Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB).

Segundo documentos oficiais, o PNPB foi criado pelo governo federal em 2004 e prevê a produção de oleaginosas com a possibilidade de aliar o desenvolvimento da agricultura familiar e a conservação da floresta. Ao mesmo tempo, foi criado o Selo Combustível Social que oferece vantagens financeiras e operacionais às empresas certificadas desde que atendam aos critérios legais concernentes, dentre os quais a aquisição de pelo menos 15% da produção proveniente da agricultura familiar. “O Selo confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf” (BRASIL, 2006).

Dentre os critérios para a obtenção do Selo Combustível Social pelas empresas produtores de agrocombustíveis, há um que especifica que a capacitação dos agricultores familiares para a produção de oleaginosas deverá ser compatível com a segurança alimentar e geração de renda (BRASIL, 2012). Considerando que a segurança⁷ alimentar guarda relação com a cultura local, nos interessa analisar se (e em caso afirmativo, como) os agricultores articulam a produção tradicional de alimentos com o dendê, novo cultivo nos seus sistemas de produção.

Estudos apontam que a integração tende a provocar a especialização da produção familiar com a secundarização dos cultivos tradicionais e a diminuição das atividades na esfera doméstica (NEVES, 1981, p. 20). Mais recentemente, nos estudos específicos sobre a produção de dendê, Homma e Vieira (2012), Rapiou (2013), Timone-Martinez (2013), Sampaio (2014), Nahum (2014) e Vieira (2015), dentre outros autores, indicam o impacto direto da produção de dendê na produção de alimentos. As explicações dos autores incidem sobre o volume de atividades no cultivo do dendê, a migração dos jovens para o trabalho assalariado, as restrições trabalhistas (que têm dificultado as ajudas mútuas, a contratação informal e o trabalho infantil), a maior compra de alimentos industrializados (em decorrência do aumento de renda com a venda do dendê e a redução da produção para o provisão⁸) e a substituição de áreas de mandioca por dendê, dentre outras interpretações. A mandioca é a cultura emblemática nessas análises, especialmente porque houve um aumento de mais de 100% do preço da farinha (dela derivada) no período 2012/2013 por causa da escassez do produto na região.

Constatamos também que os agricultores e as lideranças temem e interrogam quanto segurança alimentar na região, quer seja pela via do desabastecimento local de produtos fundamentais à dieta dos paraenses (farinha e produtos advindos do extrativismo), quer seja, pelo maior consumo de produtos industrializados.

Tendo em conta os estudos acadêmicos e a preocupação dos sujeitos diretamente envolvidos com a produção de dendê, o nosso objetivo neste ensaio é analisar a relação entre a produção de

projeto inclui parcerias com a UFPA e Sindicatos Rurais do Nordeste paraense no período 2014/2017. A pesquisa privilegia: i) Agricultores e agricultoras familiares que têm contrato de integração à agroindústria de dendê; ii) Jovens que trabalham nos estabelecimentos familiares e como assalariados; e iii) Moradores das vilas situadas no entorno dos monocultivos. Os estabelecimentos (grupos domésticos e sistemas de produção) e as vilas são as principais referências empíricas.

⁷ Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar (MALUF; MENEZES, [2000?], p. 4)

⁸ Utilizada aqui no sentido de que a produção é organizada principalmente pelas e para as famílias (Sahlins, 1983, p. 119).

culturas alimentares e *commodities* em estabelecimentos cujos agricultores familiares têm contrato de integração com as agroindústrias do dendê no Nordeste paraense.

Esperamos assim, contribuir para a compreensão de processos recentes de reprodução social de agricultores familiares que vivenciam reordenamentos nas suas relações de produção e nos seus modos de vida.

1 METODOLOGIA

A pesquisa ocorreu entre agosto de 2014 e outubro de 2015 tendo sido realizada por pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental e da Universidade Federal do Pará (UFPA), estudantes do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS/UFPA) e colaboradores⁹.

A metodologia de pesquisa constou de métodos quantitativos e qualitativos objetivando levantar números quanto à relação entre as áreas destinadas à produção de culturas alimentares e dendê, assim como, as impressões dos envolvidos sobre o tema. Em 11 municípios¹⁰ foram visitados 162 estabelecimentos agrícolas e entrevistados os autodesignados chefes de família por meio de um roteiro semi-estruturado contendo questões sobre o grupo doméstico¹¹ – aqui entendido como o grupo que partilha o mesmo teto, a mesma panela, o mesmo açaí e a mesma farinha – os estabelecimentos, os sistemas de produção e as atividades desenvolvidas pelos membros da família. Em 10 estabelecimentos foram realizadas entrevistas não diretas (MICHELAT, 1987) com os agricultores e observações mais duradouras dos seus sistemas de produção, das evidências da organização do trabalho e das suas inserções na vida social local.

Além disso, houve a participação dos autores em eventos com envolvimento de agricultores familiares que possuem contratos de integração para a produção de dendê, quais sejam: II Workshop do Programa de Produção de Palma de Óleo no Brasil: Agricultura Familiar e P, D & I (EMBRAPA, 2015) e I Oficina para a Construção Participativa de Indicadores de Inclusão Social. Esta última, promovida em cooperação entre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de São Domingos do Capim e o AFInS.

Os dados foram sistematizados em planilhas do Excel e analisados por meio de estatísticas descritivas e interpretações segundo os temas centrais da pesquisa.

2 PRODUÇÃO DE CULTURAS ALIMENTARES E DENDÊ

Estimava-se que, em 2014, aproximadamente 1124 estabelecimentos familiares estavam diretamente integrados às agroindústrias para a produção de dendê no Estado do Pará, alcançando uma área total de 30.461ha (ABRAPALMA, 2014).

Os 162 grupos domésticos visitados têm, em média, 5 membros, nem sempre pertencentes ao grupo nuclear. Destes, 35% têm de 3 a 4 membros, 32% têm de 5 a 6 e 14% têm de 7 a 8. Grupos

⁹ Agradecemos a Antônio Wemerson Viana, Laiane Ribeiro, Suellen Suzy de Souza Costa, Jorge Lucas Neves, Lucinaldo Gomes e Ketiane Alves pela participação no levantamento de dados em campo.

¹⁰ Acará, Aurora do Pará, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Ipixuna do Pará, Irituia, São Domingos do Capim, Tailândia, Mãe do Rio, Moju e Tomé-Açu.

¹¹ O grupo doméstico é um "[...] grupo constituído pelas pessoas que vivem, segundo a expressão dos antigos, da mesma panela e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho" (MENDRAS, 1978, p.65).

domésticos com um pequeno número de membros (1 e 2) conformam 10% do universo considerado e os com o maior número (de 9 a 15 membros) totalizam 7%.

Os estabelecimentos dos grupos domésticos visitados têm tamanhos variados (35% têm até 25ha, 39% têm de 26 a 50ha, 15% têm de 51 a 75ha, 8% tem de 76 a 100ha e 3% tem de 101 a 185ha). O tamanho médio dos estabelecimentos é 44ha.

Em se tratando das áreas com dendê dos agricultores entrevistados, 23% são menores do que 10ha, 59% estabelecimentos têm 10ha de dendê, 15% de 10 a 20ha e 2% tem 30ha. Nestes mesmos estabelecimentos, a dimensão das áreas ocupadas com culturas anuais (alimentares) é de 0,2 a 1ha para 55% dos entrevistados, 1,1 a 2ha para 25%, 2,1 a 3ha para 15% e de 3,1 a 8ha para 5%. São frequentes as hortas e os pomares com frutíferas. Como descrito, há uma grande variação no tamanho dos estabelecimentos e nas áreas dedicadas a culturas anuais e dendê. A relação entre as duas últimas, implica em diferentes arranjos para a organização do trabalho.

Dentre os entrevistados, em se tratando do trabalho, há uma grande diversidade de ocupações com a predominância da agricultura (87%). Os demais, desenvolvem simultaneamente, a agricultura e outra atividade (professor, motorista, doméstica e mecânico). 64% dos membros dos grupos domésticos trabalham exclusivamente no estabelecimento familiar e apenas 0,6% são assalariados nos monocultivos de dendê. Mesmo assim, o volume de atividades supera a capacidade disponível de trabalho no grupo doméstico sendo frequente a reclamação da falta de mão de obra e de mecanização adequada nos estabelecimentos.

No universo investigado, 24% já não têm culturas anuais nos seus estabelecimentos sob o argumento de que necessitam se dedicar exclusivamente ao dendê, especialmente pela carência de mão de obra e por causa dos compromissos contratuais. O resultado corrobora com o estudo de caso de Sampaio (2014) que indica que 22% dos agricultores por ele entrevistados não cultivam mais culturas alimentares.

Vemos assim que há diminuição da produção de culturas alimentares em detrimento da produção do dendê. Algumas razões contribuem para explicar a evidência, dentre outras.

2.1 Disponibilidade de terra

Constatamos que os estabelecimentos que têm culturas anuais são aqueles que dispõem de áreas em torno de 40 a 50ha e, assim, comportam a maior diversificação com dendê, pimenta do reino, pomares (açai, cacau e cupuaçu) e horta (coentro, cebolinha, jambu, pimentão, tomate, etc.), além de manter a reserva legal. A exigência da manutenção ou recuperação da reserva legal (ZAKIA; PINTO, 2013), uma área com as funções de assegurar o uso econômico sustentável dos recursos naturais do imóvel rural e de promover a conservação da biodiversidade, limita bastante o cultivo especialmente de culturas anuais com a prática do sistema “corte-queima”. Os estabelecimentos com menores áreas têm mais dificuldade para diversificar, porque boa parte da área está ocupado com dendê e ainda precisam manter a reserva legal.

Uma estratégia utilizada por 4% dos agricultores entrevistados é cultivar culturas alimentares em terras de terceiros no sistema de meia. Mantêm, assim, uma certa autonomia quanto a produzir parte do seu próprio alimento.

Dos 24% dos agricultores que não mais cultivam culturas alimentares, os 80% dos estabelecimentos têm até 25ha.

2.2 Permissão ou interdição ao consorciamento

Nos eventos com agricultores que têm contrato de integração, há uma persistente reivindicação pela prática do consórcio. Entretanto, coexistem diferentes orientações e práticas quanto ao mesmo, tanto por parte das empresas, quanto dos agricultores.

No universo investigado, 70% dos agricultores afirmaram que o consórcio não é permitido pela empresa, sob diferentes argumentos, dentre os quais, a concorrência com o dendê.

Dentre os 30% dos agricultores que praticam o consorciamento com o dendê, existem diferentes arranjos: 34% consorciam o dendê com o gado; 22% dendê com mandioca; 11% com mandioca e milho e 33% com diversas culturas (cacau e pimenta do reino).

2.3 Incentivos públicos e privados ao cultivo do dendê

Dos agricultores entrevistados, 100% recebem assistência técnica por parte das empresas com as quais têm contrato de integração e financiamento (Prorural, PRONAF D e A e PRONAF Eco) para o cultivo do dendê. Em se tratando dos trâmites para o financiamento, alguns agricultores informaram que esteve sob a responsabilidade dos técnicos das empresas e que eles não enfrentaram as dificuldades habituais para os demais cultivos.

Em contraste, apenas 4% conseguiu financiamento para o cultivo de mandioca e os 5% restantes recebeu recursos divididos entre cupuaçu, pimenta, açaí e coco. Para nenhuma dessas culturas, entretanto, existe assistência técnica.

A desproporcionalidade dos incentivos para a produção de dendê e culturas alimentares influencia sobremaneira nas escolhas dos agricultores que, a parte, ainda enfrentam problemas de disseminação da podridão radicular da mandioca que os desestimula a plantá-la. Como afirmou um agricultor de São Domingos do Capim “Da maior parte da mandioca que a gente plantava, a metade morria. Ai ficava na agonia, ai decidi que tinha que parar porque morria...Já que estava com a roça bem diminuída, decidi plantar dendê”.

2.4 Força de trabalho do grupo doméstico

Para fazer frente às necessidades de força de trabalho para a produção do dendê, diferentes arranjos são instituídos e, de modo geral, 6% dos grupos domésticos trocam dias de trabalho com outros grupos, 51% pagam diaristas, 26% realizam empreitas e 4% fazem mutirão¹². Comparando com os arranjos para as culturas anuais (principalmente a mandioca), 2% trocam dias de trabalho, 17% pagam diaristas, 7% empreitam (pago por atividade e não por tempo de trabalho) e 3% fazem mutirão.

As justificativas para o grande volume de trabalho dedicado à cultura do dendê e o menor volume às culturas anuais, são dadas pela desproporcionalidade entre as áreas cultivadas. As consequências mais frequentes são a priorização do dendê, sob supervisão da assistência técnica das empresas com as quais os agricultores têm o contrato de integração, em detrimento do

¹² Abramovay (1981, p. 41) define o mutirão como “uma relação de troca que aparece como relação de ajuda mútua, uma manifestação de solidariedade, de unidade e de comunhão do grupo que repousa sobre a troca simples de trabalho, sobre o princípio da reciprocidade”. Em geral, várias dessas iniciativas de trabalho são praticadas no mesmo grupo doméstico.

aprovisionamento. Estas condições implicam na redefinição da relação entre o que é produzido para o mercado e para o consumo, quer seja pelo compromisso contratual, quer seja pela impossibilidade de alternatividade do dendê que não permite retardar a colheita, nem o armazenamento para aguardar preço.

3 PARA FINALIZAR

Partimos da compreensão de que a iniciativa de especialização na produção de dendê com forte suporte do Estado repercute na organização interna dos estabelecimentos compondo um quadro, no qual a especialização influencia na priorização do dendê e na menor importância dos cultivos alimentares tradicionais.

Concluimos que a relação entre o cultivo de dendê e de alimentos nos estabelecimentos de agricultores familiares com contrato de integração varia segundo a disponibilidade de terra no estabelecimento ou nos seus arredores. Assim, há uma relação direta entre quem tem uma área maior disponível e a persistência do cultivo de culturas anuais, especialmente a mandioca.

A curto prazo, o uso das entrelinhas dos cultivos do dendê para consorciamento com culturas alimentares depende da autorização da empresa contratante, o que significa uma ruptura com o exercício da autonomia quanto às decisões no estabelecimento vivenciada após a especialização.

Os estímulos públicos e privados ao cultivo do dendê representam um incentivo à adesão dos agricultores familiares à integração. Diferentemente, poucos incentivos são acessíveis para o incremento das culturas alimentares, especialmente da mandioca que enfrenta graves problemas fitossanitários.

A disponibilidade de força de trabalho do grupo doméstico no estabelecimento é uma questão problemática mediante o volume de trabalho para aliar as tarefas na produção de dendê e de culturas alimentares. Mesmo que tenhamos constatado a dedicação dos membros do grupo doméstico ao trabalho no estabelecimento, arranjos de reciprocidade são postos em prática sustentados em relações de parentesco e amizade.

Contrastando as formas de trabalho postas em prática no cultivo do dendê e nas culturas alimentares concluimos que são as mesmas, variando apenas em intensidade. Há predominância do pagamento de diaristas e maior concentração da força de trabalho do grupo doméstico para o dendê em decorrência da preocupação com o atendimento do contrato e pagar os custos de produção no tempo previsto. Ademais, o dendê não possibilita a condição de alternatividade que a mandioca permite ao ser colhida em tempo mais flexível e, após transformada em farinha, puder ser armazenada para esperar um melhor preço para ser vendida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. 1981. 306 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ABRAPALMA. **Planilha de mapeamento da palma de óleo no Brasil**. Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 11.326 de Julho de 2006**. Agricultura Familiar. Brasília: Presidência da República, 2006.

- BRASIL. Portaria Nº 60, de 06 de Setembro de 2012. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/portal.mda.gov.br__1.pdf. Acesso em: 01 nov. 2015.
- EMBRAPA. **Relatório II Workshop do Programa de Produção de Palma de Óleo no Brasil: Agricultura Familiar e P, D & I**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2015. 65p.
- HOMMA, A. O. K.; VIEIRA, I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: Prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 8, n. 15, p.79-90. 2012.
- MALUF, R.; MENEZES, F. **Caderno 'Segurança Alimentar'**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, IBASE, [2000?], 52p. Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Contribuicao_ao_Tema_da_Seguranca_Alimentar_no_Brasil.pdf. Acesso em: 04 nov. 2015.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1978. 265p.
- MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. Ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.
- NAHUM, J. S. (Org.). **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**. In: Belém: GAPTA/UFPA, 2014. 158 p.
- NEVES, D. P. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1981. 212 p.
- RAPIAU J. **La culture du palmier à huile, facteur de transformation des systèmes agricoles familiaux en Amazonie orientale**. Mémoire de Fin d'Etude. ISARA-Lyon. 2013. 98p.
- SAMPAIO, I. C. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê em Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar**. 2014. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- SAHLINS, M.D. **Sociedades tribais**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores. 1983
- TIMONE-MARTINEZ, E. **La culture du palmier à huile en région amazonienne : entre acceptation, résignation et résistance. Analyses des dynamiques et conflits dans la microrégion de Tomé-Açu, Pará, Brésil**. AgroParisTech: INRA UMR SAD. 2013. 143p.
- VIEIRA, A. C. **A “integração” camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico**. 2015. 139 f. Dissertação. (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. 139 p.
- ZAKIA, M. J.; PINTO, L. F. G. **Guia para a aplicação da Nova Lei Florestal em propriedades rurais**. Piracicaba: IMAFLORA, 2013. 32p.

OCUPAÇÃO RACIONAL DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO COM O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CULTURA DO DENDE

Tanizy Elianhy Barata Pereira¹

RESUMO

A falta de uma política de planejamento voltada para a ocupação racional do território amazônico, a insuficiência de recursos para a promoção do desenvolvimento regional, especificamente voltado para o Estado do Pará, aliadas, não somente a sua pulverização, mas também à inexistência de critérios adequados de apropriação dos recursos naturais, geraram um processo de crescimento econômico, com reduzida articulação endógena, pouca internalização da renda e do emprego e exclusão de parcela substancial da população dos frutos desse crescimento, além de impactos negativos sobre o meio ambiente. O Zoneamento Agroecológico do Estado do Para possibilitará a formulação de programas, projetos e ações do governo e de particulares, assentados na base do desenvolvimento sustentável, evitando com isto os desastres ecológicos a cada implantação de um grande projeto, como o cultivo do dendê na Amazônia.

PALAVA-CHAVE: Cultura do Dendê, Zoneamento Agroecológico, Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

Atualmente como observa Becker, hoje na virada do milênio, a grande fronteira Amazônica, expressa o dilema de definir um novo padrão de inserção do país na ordem internacional frente à instabilidade decorrente das rápidas transformações do planeta e do projeto geopolítico que promoveu a sua ocupação.

A institucionalização do dendê na Amazônia como matéria-prima para biodiesel, no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), ganhou mais consistência a partir de três iniciativas do governo federal levadas a cabo ainda em 2010: a publicação do Zoneamento Agroecológico da Palma, a proposição de um projeto de lei para regulamentar aspectos ambientais da dendeicultura, e um programa de incentivos para a produção de palma – o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo -, com itens dedicados à inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva.

Este conjunto de medidas transformou o dendê em uma das estrelas do programa agroenergético do MDA. No Pará, Estado com a maior produção do país, foi criado um dos chamados “Pólos de Produção de Biodiesel” – principal estratégia da pasta para promover a inclusão de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel –, abrangendo diversos municípios prioritários para investimentos na dendeicultura. Paralelamente, o governo criou uma linha especial de financiamento para o dendê (Pronaf Eco), direcionou a regularização fundiária, por meio do programa Terra Legal, para os potenciais produtores de dendê (dada a importância da titulação das terras para o acesso ao crédito), e tem participado ativamente das negociações, junto ao setor empresarial, das condições para a expansão de iniciativas na área

¹ Graduado em Geografia- Universidade Federal do Pará – UFPA Email- tanizy@hotmail.com

Nesse contexto que em 2004 é criado pelo governo federal o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), com o objetivo de impulsionar a produção de biocombustíveis, principalmente com a inserção da agricultura familiar. No ano de 2010 é lançado o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP), que tem como objetivo Disciplinar a expansão da produção de óleo de palma no Brasil e ofertar instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis. (BRASIL 2010).

O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma está estruturado em sete diretrizes centrais: Biodiversidade, Sustentabilidade, Inclusão Social, Renda e Emprego, Zoneamento Agroecológico, Produtividade e Competividade e Investimento e Desenvolvimento. Ressaltamos que o Zoneamento Agroecológico da cultura do Dendê, foi efetivado de acordo com a aptidão agrícola e das condições edafoclimáticas do país.

O acontecer da dendeicultura no estado do Pará, esta embasado no contexto de globalização dos espaços e da economia. Citando Santos, na atualidade, o próprio Estado torna-se internacionalizado, tanto nas suas funções externas como por suas funções internas, pois o mesmo deve garantir o modelo geral e, assim, assegurar as condições de crescimento econômico ao nível mundial. Para atender a demanda nacional e mundial de óleo de palma, o Estado brasileiro faz investimentos em tecnologia e pesquisa de melhoramento genético desta cultura.

No período atual o espaço agrário na microrregião de Tome-Açú é marcado pela dendeicultura. A velocidade, intensidade e amplitude do movimento de expansão desse cultivo no Pará são ritmadas pelas políticas de estado para a agricultura de energia, tais como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, bem como pelas demandas do mercado consumidor. (NAHUM & MALCHER, 2014)

Para Castro (2010), Nahum (2012), esses autores tem pensamentos análogos com relação de como o Estado Brasileiro, tenta legitimar suas políticas de desenvolvimento para Amazônia. Nahum diz que os planos concebidos para a região amazônica, nos PDA, trata o espaço como vazio, sem a ação humana, o espaço vazio é entendido como aquele sem dinâmica social, mas o autor alerta que o espaço é uma construção social. Já a autora Castro, com o discurso do espaço vazio demográfico, o Estado usa essa estratégia para avançar rumo a fronteira, com novas frentes empresariais que se sucedem a exploração da madeira, de produtos da biodiversidade, do agronegócio e da indústria farmacêutica.

De acordo com Castro (2010), a crise recente de 2008-2009, provocou uma retração do mercado mundial e a redução das dinâmicas de trocas, mostrou que os produtos primários continuam a ter importante papel na economia e na balança comercial brasileira. Se o Brasil diversificou ao longo das ultimas décadas sua base econômica, no entanto, por excelência, o país não deixa de ser um grande produtor e exportador de *commodities*. A Amazônia é hoje uma fronteira das *commodities*.

A expansão do dendê na Amazônia faz parte das políticas de agroenergia promovidas pelo Estado para a região. De acordo com fontes do MPOC (2012) e USDA (2012) os principais países produtores do óleo de palma de dendê, são: Indonésia com 25.400 milhões de toneladas, Malásia com 18.300 milhões de toneladas; e Tailândia com 1.54

milhões de toneladas. No Brasil, mais de 165 mil hectares são destinados a cultura da palma de óleo, distribuídos principalmente na Região norte e uma pequena parcela na região nordeste. Sendo que mais de 95% da produção nacional e das áreas cultivadas no país está concentrada no Estado do Pará. (HOMMA apud MONTEIRO, 2013)

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), este foi criado, conforme ressalta Becker, embasado nas diretrizes do Vetor tecno-ecológico ou do desenvolvimento sustentável, este criou uma situação, que suscitou a necessidade da adoção de novos modelos de desenvolvimento que, baseados no Zoneamento Agroecológico do Dendê, pode viabilizar um novo modelo de planejamento regional, que formulassem estratégias capazes de promover rebatimentos não só a nível setorial, como também a nível espacial e institucional.

Conforme enfatizam Nahum e Malcher, antes do Programa do Biodiesel, o Grupo Agropalma praticamente monopolizava o agronegócio do dendê na microrregião de Tomé-Açu e seus produtos destinavam-se à indústria de alimentos. A partir deste programa, lançado em dezembro de 2004, outros grupos apostam na cultura do dendê para o agrocombustível. Desse modo, assumindo estilo de discurso consensual, capaz de formar redes de solidariedade orgânica e organizacional entre agronegócio de energia e trabalhadores rurais, a cultura do dendê é também promovida por empresas como BIOVALE, Petrobrás biocombustível, a portuguesa GALP Energia, a multinacional ADM (Archer Daniels Midland Company) dentre outras se estabelecem na região. (NAHUM & MALCHER 2012).

HOMMA et VIEIRA (2012) afirmam que o processo de rápida expansão da cultura da palma ora observada na Amazônia deflagra “uma era desafiadora para a agricultura brasileira e, a partir dele, configuram-se novas territorialidades e tecnologias de produção e processamento do produto, assim como novas dinâmicas econômicas e ecológicas na Amazônia, em especial no estado do Pará, maior produtor do país”.

METODOLOGIA

Em virtude da problemática trabalhada, será utilizado para a efetivação deste artigo, foi utilizada no primeiro momento a pesquisa bibliográfica e como fonte complementar consulta a fontes bibliográficas, mediante pesquisa na internet, relatórios, revistas, jornais, papers, teses, dissertações, monografias especializadas sobre o assunto. O método utilizado para a análise dos dados consiste no método indutivo, ou seja, partindo de princípios particulares e chegando à generalização como um produto posterior do trabalho de coleta dos dados particulares. Dessa forma, se torna possível a observação dos fatos e/ou fenômenos cujas causas se deseje conhecer.

Este artigo, para a sua efetivação, contou no primeiro momento com a da leitura de livros que abordem na perspectiva da Geografia Agrária. Efetuamos pesquisas junto aos órgãos públicos, com intuito de coletar dados que abordem a questão do Zoneamento Agroecológico no Estado do Pará

MARCO REGULATORIO DO ZONEAMENTO AGROECOLOGICO DA CULTURA DO DENDÊ.

O significativo avanço da produção de óleo de palma no mundo foi acompanhado durante anos por um esforço governamental, apoiado principalmente na pesquisa de melhoramento genético e em estudos de desempenho no uso de fertilizantes. Para HOMMA, apesar de considerável liderança mundial do óleo de palma, no Brasil o tamanho das áreas cultivadas com esta oleaginosa ainda é reduzido, quando comparado com a disponibilidade de áreas aptas que o país possui, que é 31, 8 milhões de hectares segundo o zoneamento agroecológico.(BRASIL, 2010)

Ao que tudo indica, diante da crise do Estado, o vetor tecno-ecológico, se manifesta a partir de meados da década de 1980, configurando a transição para o desenvolvimento sustentável. Conforme ressalta Becker (1996),” a variável ambiental-entendida como recursos naturais, patrimônio natural e cultural, conhecimentos e práticas sociais- foi definitivamente incluída no discurso e na definição de políticas públicas sustentáveis, em resposta às pressões externas e internas, o Estado toma uma série de medidas que se sucedem rapidamente, culminando na criação de vários órgãos na área ambiental. O Zoneamento surgiu nesse contexto.

O vetor tecno-ecológico consiste num padrão de desenvolvimento sustentado, baseado na eficiência máxima e desperdício mínimo no uso dos recursos na valorização da diversidade e na descentralização. O desenvolvimento sustentável é assim, expressão e instrumento de um novo modo de produzir e um novo modo de regulação(Becker,1996)

Neste contexto o vetor tecno-ecológico, envolve projetos preservacionistas e projetos conservacionistas. Os primeiros são fruto de interesses distintos: a legítima consciência ecológica que visa preservar a natureza como estoque da vida, e a geopolítica ecológica que visa preservá-la como reserva de valor. Seus principais atores são governos do grupo dos sete e do Brasil, o Banco Mundial, Igrejas e ONGs. Suas metas, contudo, coincidem com as metas de projetos conservacionistas, alternativas comunitárias de “baixa para cima” que, para sua sobrevivência se aliam às redes sociais transnacionais.

Como resposta a esses resultados insatisfatórios, começaram a ser desenvolvidas alternativas no campo das políticas regionais, concebidas com a finalidade de promover a competitividade por meio da mobilização do potencial endógeno das áreas menos desenvolvidas. Essas novas abordagens diferem nitidamente do enfoque anterior, tendendo a favorecer ações concebidas “de baixo para cima”, que envolvem múltiplos atores, que são específicas para cada região e que adotam uma perspectiva de longo prazo. As políticas associadas a esse “novo paradigma” baseiam-se no reconhecimento do fato de que o comportamento econômico assenta-se sobre bases sociais. Cada economia regional passou a ser encarada como um conjunto de atividades afetadas pela cultura e pelo contexto locais, sujeita a mudanças condicionadas. .(BRASIL, 2010)

O Zoneamento Agroecológico do dendê, para o estado do Pará, tem como meta estabelecer um conjunto de critérios e normas para programar o desenvolvimento regional levando em consideração as reservas naturais da região, sem o comprometimento dos recursos naturais e do sistema ecológico. O objetivo é assegurar a criação de mecanismos

de orientação a implementação da cadeia produção de óleo de palma de dendê, e ampliar o plantio em áreas desmatadas e manter a conservação da biodiversidade.

O Zoneamento Agroecológico da Cultura do Dendê foi criado através do decreto nº 7.172 de 7 de maio de 2010, que o Brasil regulamentou a atividade, exclusivamente, para ampliar a produção do cultivo da palma, para o Brasil conquistar o mercado internacional. O ZAE é uma resposta aos críticos da produção brasileira e uma estratégia para consolidar a prática do Desenvolvimento Sustentável nessa Cultura. .(BRASIL, 2010)

Este decreto aprova o Zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo, tem como objetivo orientar a expansão da produção brasileira, em base tecno-científica, de forma a garantir a implementação sustentável da cadeia de produção de óleo de palma. O ZAE é uma ferramenta fundamental para a criação de mecanismos de orientação á implementação da cadeia de produção de óleo de dendê.

O Zoneamento Agroecológico do Dendê para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal- ZAE-Dendê, foi elaborado sob encomenda do Governo Federal, com o apoio da Finep. A Amazônia Legal, estabelecida pelo artigo 2 da lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás, compreendendo cerca de 59 % do território brasileiro (IBGE)

O ZAE - Dendê tem como objetivos específicos:

- Oferecer subsídios para a reestruturação da matriz energética brasileira através da produção de bicompostíveis;
- Oferecer alternativas econômicas sustentáveis aos produtores rurais da região, operando em agricultura empresarial ou familiar;
- Oferecer uma base para o planejamento do uso sustentável das terras em consonância com a legislação vigente;
- Propiciar o ordenamento territorial nas áreas desmatadas consolidadas e a consolidar da região amazônica, em conformidade com o Zoneamento Ecológico Econômico dos estados da região (ZEE);
- Fornecer bases para o planejamento de polos de desenvolvimento no espaço rural em alinhamento com as políticas governamentais sobre segurança alimentar e energia;
- O zoneamento agroecológico foi realizado para o cultivo do dendezeiro sob dois níveis tecnológicos (níveis de manejo) sendo um com alto aporte de capital e tecnologia e outro com baixos insumos e modesto uso de tecnologia.

Figura 1 - Zoneamento Agroecológico Fonte: Embrapa 2010.



O ZAE-Dendê foi preparado de modo a alinhar-se aos preceitos do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), da Amazônia Legal, cujo escopo é mais geral quanto a destinação das terras da região, complementando esse documento ao apresentar o potencial de terras das zonas denominadas “consolidadas” e a “consolidar” indicadas para o desenvolvimento pelo ZEE, para a cultura do dendeeiro, vindo respaldar, portando, uma política disciplinar ao desmatamento de novas áreas. De acordo com informações da Embrapa, o Zoneamento Agroecológico, (ZAE) da cultura da palma de óleo, pode também ser utilizado em conjunto com as bases de dados do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), na indicação de áreas consolidadas e a consolidar. .(BRASIL, 2010)

Estabelecer as bases do ZAE para a Amazônia significa realizar estudos para conhecer o perfil real dos subespaços geográficos que compõem a região. Uma dos estudos mais significativos e difundidos deu-se com a elaboração de uma metodologia para execução do ZEE, com a pretensão de ser um marco referencial para todos os Estados da Amazônia que venham a realizá-lo. Tal metodologia foi exposta no documento intitulado Detalhamento da Metodologia para a Execução do ZEE. Na medida em que, para preservar o equilíbrio dos ecossistemas, se impõe na Amazônia a busca de formas de produção sustentável, esse procedimento de análise econômica e de planejamento da produção extrativa e de propostas alternativas poderá subsidiar a concepção de políticas governamentais de desenvolvimento sustentável para a região.

Tabela 1- Área Plantada com dendê no Mundo.

Área Florestal Adequada para o Dendê (km ²)	Produção de Dendê (ton. métricas)
1. Brasil 2,283,000	1. Indonésia 19,700,00
2. Rep. Dem. Congo 778,000	2. Malásia 17,400,000
3. Indonésia 617,000	3. Tailândia 1,400,000
4. Peru 458,000	4. Colômbia 830,000
5. Colômbia 417,000	5. Nigéria 820,000
6. Venezuela 150,000	6. Papua Nova Guiné 425,000
7. Malásia 146,000	7. Equador 340,000
8. Papua Nova Guiné 144,000	8. Costa do Marfim 320,000
9. Suriname 101,000	9. Costa Rica 285,000
10. Bolívia 90,000	10. Rep. Dem. Congo 175,000
11. Camarões 83,000	11. Camarões 165,000
12. Gabão 81,000	12. Honduras 165,000
13. Guiana 81,000	13. Guatemala 155,000
14. Guiana Francesa 70,000	14. Gana 120,000
15. Rep. Congo 66,000	15. Brasil 110,000

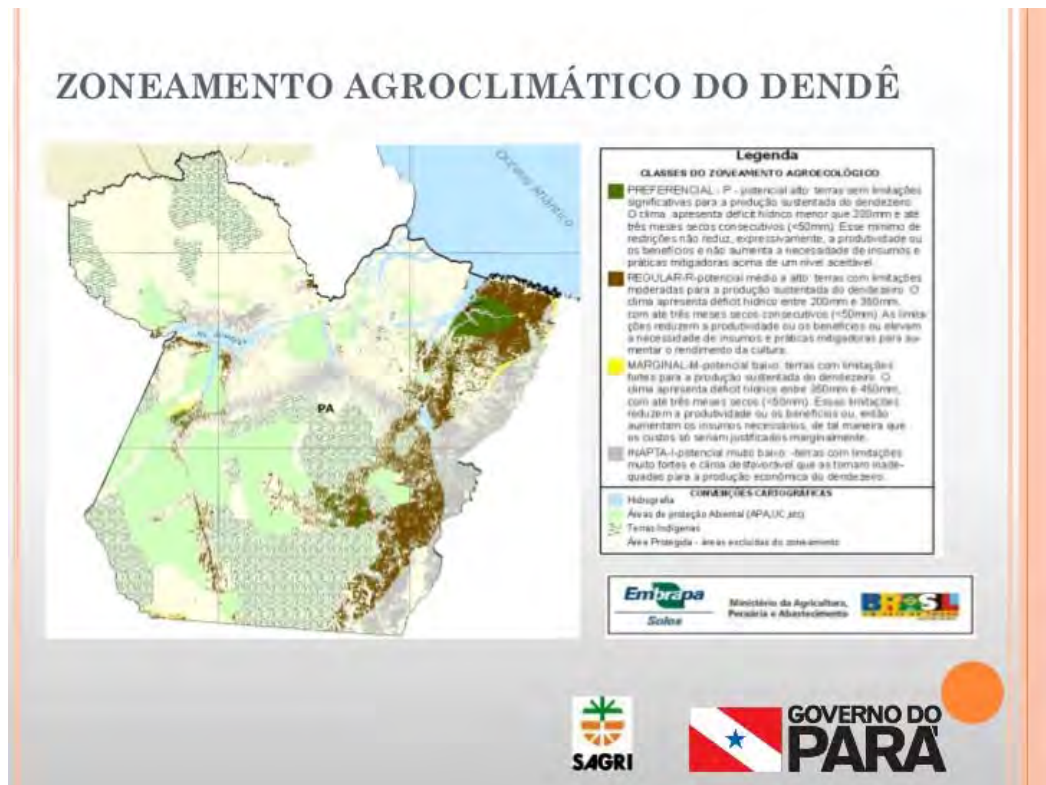
Fonte: Bertha Becker, 2010.

A regulação do meio ambiente depende de basicamente de dois projetos, o ZAE e o modelo de gestão ambiental na Amazônia. O ZAE visa caracterizar os ecossistemas amazônicos e delimitar as prioridades adequadas de aproveitamento dos recursos naturais em condições sustentáveis. A implantação do modelo de gestão ambiental na Amazônia visa a constituição de uma rede institucional, que competente e articuladora, com a definição de papéis e do fluxo de decisões que possa monitorar o meio ambiente e controlar a relação do homem e da economia com os recursos naturais.

O zoneamento considerou uma variedade de critérios do ponto de vista ambiental que se constituem em salvaguardas, desde a definição da área líquida do projeto a ser avaliada. A área do projeto foi definida com base em alguns recortes, que constituem na subtração de áreas de natureza diversa: (BRASIL 2010)

- Unidades de conservação e terras indígenas (MMA, IBAMA, FUNAI)
- Áreas sem aptidão climática ou com alto risco de degradação (vulnerabilidade)
- Áreas desmatadas a partir de 2007 (PRODES-INPE)
- Áreas não indicadas como consolidadas ou a consolidar (ZEE)

Mapa - 2. Zoneamento Agroclimático do Dendê Fonte: Embrapa 2010



A metodologia utilizada para a elaboração do ZAE DENDÊ, baseou-se no “Sistema de Avaliação de Aptidão Agrícola das Terras”, metodologia utilizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA. Essa metodologia permitiu a EMBRAPA, a avaliar a aptidão das terras para o cultivo da palma de óleo, no qual os fatores que foram levados em consideração foram: deficiência de fertilidade natural, deficiência de água, excesso de água e riscos de inundação, susceptibilidade a erosão, impedimento ao desenvolvimento radicular e impedimento a mecanização. (BRASIL 2010)

De acordo com essa metodologia as condições das terras agrícolas foram classificadas de acordo com os respectivos graus de limitações, como: Nulo (N), Ligeiro(L), Moderado(M), Forte(F) e Muito Forte (MF). De acordo com a EMBRAPA, um critério importante para a avaliação de aptidão das terras foi o estabelecimento de um conjunto de regras específicas para a palma que levaram em consideração os fatores edarfofisiografico.

RESULTADOS PRELIMINARES

O Estado do Pará iniciou a primeira etapa do ZAE com base nos estudos dos mapas já existentes do RADAM e do levantamento dos Macro-cenários ou Cenários socioeconômico do Estado do Pará e também da SUDAM. Definiu-se um padrão metodológico e, antes mesmo de ter recursos da União e do PPG7 para isso, começou a fazer trabalhos. As duas fontes de informações e algumas visitas em determinadas áreas foram o suficiente para que

em 1992 o IDESP apresentasse uma nova publicação apresentado a conclusão da primeira fase do ZAE

O Estado do Pará como um dos integrantes do Subprograma de Gestão Ambiental Integrada, tem ligação direta com o PPG7 através da presença de um consultor que está diretamente vinculada a Secretaria de Meio Ambiente– SEMA. De acordo com informações prestadas no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, o Zoneamento Agroecológico, foi feito mas ainda não teve pesquisas que verifiquem a sua efetividade. Esta pesquisa visa verificar se de fato está ocorrendo, as praticas pautadas no desenvolvimento sustentável, para a cultura do dendê no Estado do Pará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do programa nacional de produção e uso do biodiesel – PNPB, este trouxe contribuições importantes para regular o mercado do biodiesel. Diferentemente do que ocorreu com o Proálcool, cuja política pública foi formulada em reação a crise do petróleo de 1973, o biodiesel despontou com a perspectiva da inclusão social, com a introdução da agricultura familiar, com o discurso do governo federal de que esse programa iria trazer desenvolvimento para a região norte do país.

A produção de óleo de palma compõe a agenda de prioridades do governo federal para a Amazônia Legal, num contexto macroeconômico de diversificação da matriz energética nacional, de ampliação do volume de exportações dessa commodity no mercado internacional e de redução da dependência de importações dos principais países produtores.

O acontecer da dendeicultura no estado do Pará, esta embasado no contexto de globalização dos espaços e da economia. Citando Santos, na atualidade, o próprio Estado torna-se internacionalizado, tanto nas suas funções externas como por suas funções internas, pois o mesmo deve garantir o modelo geral e, assim, assegurar as condições de crescimento econômico ao nível mundial. Para atender a demanda nacional e mundial de óleo de palma, o Estado brasileiro faz altos investimentos em tecnologia e pesquisa de melhoramento genético desta cultura.

A ampliação das áreas para produção de dendê na Amazônia, em especial no Pará, têm um potencial extraordinário de aproveitamento de áreas desflorestadas e com baixa eficiência econômica, entretanto, a conciliação adequada com as dimensões sociais, ambientais e culturais do desenvolvimento territorial é uma condicionalidade que vai determinar o sucesso ou insucesso de tal modelo.

O Estado com a criação do Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), que tem entre os seus eixos de base o Zoneamento Agroecológico do dendê, para o estado do Pará, tem como meta estabelecer um conjunto de critérios e normas para programar o desenvolvimento regional levando em consideração as reservas naturais da região, sem o comprometimento dos recursos naturais e do sistema ecológico.

Podemos concluir, que o objetivo do zoneamento agroecológico de assegurar a criação de mecanismos de orientação a implementação da cadeia produção de óleo de

palma de dendê, e ampliar o plantio em áreas desmatadas e manter a conservação da biodiversidade, tem demonstrado uma ferramenta eficaz.

Por fim, conforme ressalta os autores NAHUM & MALCHER 2012, é preciso promover a crítica destes discursos que propõe uma vocação regional, pois seus resultados são demasiadamente conhecidos. O desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia é apresentado como um forte aliado para o fim dos problemas no campo, pois o discurso do agronegócio dá ênfase a produção e a produtividade; e não aos que vivem no campo, trabalhadores e camponeses, sujeitados a demandas do agronegócio.

É um discurso do desenvolvimento do campo e da técnica como forma de tirar as populações rurais do atraso e elevar a sociedade a um patamar superior. No entanto, cria um processo de expropriação dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração de terra e de renda e degradação do trabalho para aqueles que conseguem se manter no processo produtivo.

Tem-se início a uma nova fase para a região amazônica voltada para a preocupação com a utilização dos recursos e a proteção da floresta, e início-se um processo de reflexão sobre a forma como o governo brasileiro atuou na questão do planejamento, organização e regulação econômica na região, bem como de busca de soluções técnicas e políticas para problemas de preservação e recuperação de áreas destruídas pela atividade econômica.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA BRASIL. Lula destaca produção de alimentos e de plantas usadas pela indústria. 14/10/2010. *Pronunciamento às 20h39min.*

BARCELOS, E.; DOS SANTOS, J.; RODRIGUES, M. R.L. Dendê, alternativa de desenvolvimento sustentável para agricultura familiar na Amazônia brasileira, Manaus: *Embrapa Amazônia Ocidental*, 2002.

BECKER, B.K. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, B.K. e MIRANDA, M. A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 421-443.

BECKER, D. F (Org) 1996. Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

BURSZTYN, Marcel (org). A Dificil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais. 1ª edição. Rio de Janeiro. Garamond. 2001

LIMA, Suzana M. Valle. Desempenho da Cadeia Produtiva do Dendê na Amazônia Legal. Belém, ADA, 2002. 158 p. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/index.php?option=com...>>. Acesso em: 03 jun. 2015

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento Dendeicultura da Bahia. Ago. 2006.

A ESTRATÉGIA BRASILEIRA NO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DE REGIMES INTERNACIONAIS

Tienay Picanço da Costa Silva¹

RESUMO

Os cálculos que direcionam a decisão dos Estados em cooperar ou não diante dos assuntos de defesa incluem, dentre outras variáveis, o auto-interesse e as possibilidades de projeção do poder político nacional. Tais cálculos ainda são afetados pelo dilema da segurança e pela ambiguidade do uso da força (direcionado tanto ao ataque quanto à defesa dos Estados), fato que contribui para que o processo de cooperação regional em matéria de Defesa seja mais sensível do que os demais, sobretudo em regiões assimétricas, como a América do Sul; assim sendo, os assuntos de defesa integram os conflitos regionais contemporâneos, nos quais a divergência de interesses dificulta, cada vez mais, o alinhamento de políticas entre o Brasil e seus vizinhos. Diante desse quadro, o presente trabalho se volta à cooperação em Defesa no âmbito da UNASUL, com o objetivo de analisar - à luz da Teoria de Regimes Internacionais - o posicionamento estratégico do Brasil frente ao Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). A partir da análise de conteúdo da “Política Nacional de Defesa” (2005), da “Estratégia Nacional de Defesa” (2008), do “Livro Branco de Defesa Nacional” (2012), e dos Planos de Ação do CDS (de 2009 a 2015), será identificado até que ponto, e de que maneira, as ações brasileiras no âmbito da Defesa contribuíram para a execução dos planos de ação do CDS desde a sua formação. Embora o processo sul-americano de cooperação em Defesa defendido pelo CDS faça parte de um plano regional de inserção internacional, é preciso discutir até onde a estratégia brasileira favorece os interesses individuais em detrimento aos interesses coletivos da região; nessa perspectiva, o intuito maior deste trabalho é refletir o CDS enquanto objetivo político para o Brasil, compreendendo como a liderança regional se posiciona diante dos desafios sul-americanos de defesa.

Palavras-chave: Conselho de Defesa Sul-americano. União de Nações Sul-americanas. Cooperação em Defesa. Posicionamento estratégico do Brasil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“In the study of politics, perhaps nothing seems so dismal as writing about international cooperation” (KEOHANE, 1984, p.5)

O fenômeno da Cooperação Internacional canaliza grande parte dos esforços reflexivos voltados ao estudo das Relações Internacionais. Frente ao dinamismo da conjuntura global e às múltiplas variáveis que direcionam o comportamento dos Estados e organizações, o tema se faz inesgotável, sendo então compreendido a partir de múltiplas visões, as quais diferem acerca das condições de existência, potencialidades e limites da cooperação

Por melhores que sejam as condições ou a vontade política em cooperar, e por mais profunda que possa ser a interdependência entre os Estados “nenhum grau de cooperação pode eliminar a

¹ Graduada em Relações Internacionais (UNAMA) e Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFPA) Tienay.costa@gmail.com

lógica dominante da cooperação por segurança” MEARSHEIMER (2001, p.53); nesse sentido, infere-se que países cooperam para aumentar suas potencialidades e se sentem seguros, todavia, cooperar nas questões de defesa tende a gerar resultado inverso, aumentando os níveis de desconfiança e insegurança.

Ao se tratar da América do Sul, e da cooperação e integração na área de defesa, as viabilidades de sucesso são bastante questionáveis, mesmo que a diplomacia de defesa e a construção de confiança mútua no subcontinente estejam em constante construção. Além disso, quanto mais institucionalmente engajadas na cooperação, maior a dependência das unidades nacionais; isso explica bastante a característica rasa da cooperação em muitas regiões e o porquê do processo de cooperação, sobretudo nos assuntos relacionados à defesa, ser visto com especial desconfiança, se comparado aos assuntos de cunho econômico ou social.

É inserido na lógica da cooperação em Defesa, onde o Estado se torna dependente até as últimas conseqüências do processo (processo este que uma vez fracassado, virá a significar o fracasso coletivo) que o presente artigo está proposto a analisar, à luz da teoria de Regimes Internacionais, o posicionamento estratégico do Brasil no Conselho de Defesa Sul-americano: primeira iniciativa institucional voltada à cooperação e à integração nos assuntos de defesa na América do Sul.

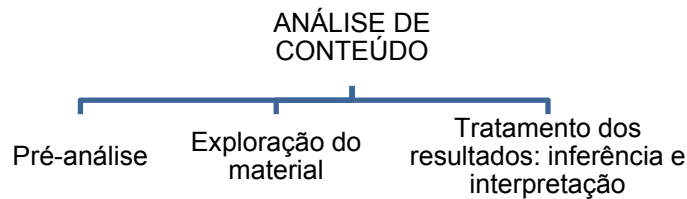
Diante do objeto de estudo deste artigo, foi preciso analisar documentos que permitissem compreender os objetivos políticos do Brasil frente ao cenário de defesa regional e ao Conselho de Defesa da UNASUL, bem como documentos que compreendessem os objetivos políticos do CDS em si, favorecendo o julgamento da atuação brasileira no cumprimento da Agenda do Conselho em questão. Nesse sentido, foram analisados: a *Política Nacional de Defesa* (PND); a *Estratégia Nacional de Defesa* (END); e o *Livro Branco de Defesa Nacional* (LBDN); o *Estatuto do Conselho de Defesa Sul-americano* e os *Planos de Ação do CDS (2009-2015)*.

A análise dos documentos acima obedeceu aos princípios metodológicos da “análise de conteúdo” (AC) da professora da Universidade de Paris V, Laurence Bardin(1977), a qual, gradativamente, passou a integrar os interesses dos cientistas, se expandindo para diversos setores das ciências humanas, incluindo, naturalmente, a ciência política. Para a autora:

“A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977, p.38)

O método de Bardin se divide em três etapas (conforme o esquema da figura 1): a *pré-análise*; a *exploração do material*; e o *tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação*.

Figura I - As três etapas da Análise de conteúdo de Laurence Bardin



Fonte: Adaptado de Bardin (1977)

Este artigo não pretendeu seguir, com invariável rigor, todas as etapas do método em questão; portanto, para que se alcancem os resultados propostos nesta pesquisa, focar-se-ão, especialmente, em dois procedimentos: a *inferência*² e a *interpretação* (pertencentes à terceira etapa da AC). Não obstante, a análise do material documental também estará pautada na identificação e tabulação de “unidades de registro”³ presentes nos textos selecionados.

Com vista no alcance do seu objetivo, este artigo se encontra dividido em três partes: a primeira versa sobre a teoria de Regimes Internacionais e sua relação analítica com o objeto de estudo; a segunda parte se ocupa da breve descrição dos documentos relacionados às práticas de Defesa Brasileira (PND, END e LBDN) e do Conselho de Defesa Sul-americano (Estatuto e Planos de Ação do CDS); e por fim, a terceira parte se direciona à análise documental, e à avaliação do conteúdo da prática brasileira, bem como a atuação do Brasil no CDS. Após estas etapas, o artigo apresentará suas considerações finais, atendendo-se à identificação do posicionamento estratégico do Brasil no CDS.

A TEORIA DE REGIMES INTERNACIONAIS

A decisão de abordar a cooperação em Defesa a partir da visão de Regimes significa se deslocar das interpretações positivistas mais óbvias sobre o tema, sobretudo a realista, a qual é “bastante limitada para explicar um mundo crescentemente complexo, interdependente e perigoso” (PUCHALA & HOPKINS, 1982, p. 245).

Os Regimes existem em todas as áreas temáticas⁴ das Relações Internacionais “em que alguém poderia esperar certa comunhão de interesse (distribuição de alimentos), mas também em áreas geralmente tidas como muito mais conflitantes e ambíguas (colonialismo). (PUCHALA & HOPKINS, op.cit, p. 99). Assim sendo, os Regimes têm ampla projeção e se propõem a gerenciar os mais diversos interesses no Sistema Internacional, incluindo os mais complexos e difusos, fato que

² A *inferência*, “operação lógica através da qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (OLIVEIRA, 2008, p.571) pode ser compreendida como o raciocínio lógico desenvolvido a partir de informações previamente acessadas.No método de Bardin, estas informações prévias são as “variáveis de inferência”: referencias/indicadores (quantitativos ou não) que o pesquisador destacou na descrição do texto em análise

³ As “unidades de registro”, por sua vez, representam “variáveis de inferência”, podendo variar em palavras, frases ou temas, desde que sejam recortes de significação possíveis de serem codificados e claro, pertinentes à pesquisa.

⁴ Os Regimes existem mesmo naquelas áreas em que “há grande rivalidade de poder, vistas tradicionalmente como exemplos nítidos de anarquia. Os estadistas quase sempre se sentem restringidos por princípios, normas e regras que prescrevem e proscrevem diferentes comportamentos” (PUCHALA & HOPKINS, 1982, p. 270).

reforça a coerência deste artigo, ao tratar a cooperação em Defesa na América do Sul enquanto um Regime em fortalecimento⁵.

Como ponto de partida, esse artigo assume um dos conceitos de Regimes internacionais mais influentes no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais, desenvolvido por Stephen Krasner⁶. Sendo assim, com base na obra “Causas estruturais e conseqüências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes”.⁷ (KRASNER,2012):

“Os Regimes podem ser definidos como princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores” (KRASNER, 2012, p.94)

É importante definir o que seriam os “princípios”, “normas”, “regras” e “procedimentos” que caracterizam os Regimes. Se utilizando das acepções de Krasner:

“Os princípios são crenças em fatos, causas e questões morais. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscricões específicas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva” (KRASNER, op.cit, p.94)

As crenças e as questões morais (princípios), bem como os direitos e as obrigações dos atores (normas) definem o cerne, a essência dos Regimes. Nesse sentido, se as normas e os princípios são alterados ou abandonados, o Regime é descaracterizado ao ponto de desaparecer, ou de ser substituído – fato que reflete o dinamismo das Agendas e das áreas de interesse das relações internacionais -. Por outro lado, se as regras e os procedimentos são alterados (mas os princípios e normas permanecem intactos), o Regime não entra em colapso, sofrendo apenas alterações de ordem interna.

Além de se transformarem, desaparecerem ou serem substituídos, os Regimes podem simplesmente enfraquecer, e isso ocorre em duas situações: quando princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão se tornam incoerentes, ou quando os atores assumem práticas que não os contemplam, instalando inconsistência entre o que se assume fazer e o que de fato é feito. Em suma, se pode dizer que:

“As mudanças no interior de um regime envolvem alterações de regras e procedimentos de tomada de decisões, mas não de normas ou princípios; as mudanças de regimes envolvem alteração de normas e princípios; o enfraquecimento de um regime envolve ou uma incoerência entre os componentes do regime ou uma inconsistência entre o regime e o comportamento correspondente dos membros” (KRASNER, op.cit, p.96)

⁵ “Jarvis (1982) mostra a escassez de regimes na área de segurança, a qual se aproxima mais de jogos de soma zero do que as áreas econômicas” (KRASNER, 2012, p.98). Todavia, as condições ampliadas de interdependência, e a compreensão da “diplomacia de Defesa” enquanto estratégia, não transforma, necessariamente, a cooperação em Defesa (nos termos do Conselho de Defesa Sul-americano) em um jogo de soma zero, podendo gerar benefícios coletivos e reciprocidade, mesmo que em níveis menores.

⁶ Nascido em 1942, Stephen Krasner prestou uma das maiores contribuições para o campo da Ciência Política, no referente à definição e ao estudo da teoria de Regimes Internacionais. No período de 2005 a 2007, Krasner foi diretor de “Planejamento de Políticas” do Departamento de Estado dos Estados Unidos; atualmente, é professor de Relações Internacionais da Universidade de Standford, Califórnia.

⁷ Artigo publicado originalmente sob o título “*Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables*”, na revista *International Organization* (Cambridge (MA), v. 36, n. 2, p. 185-205, Spring.1982). Tradução de Dalton Guimarães, Feliciano Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda.

Uma vez compreendido o que provoca as mudanças internas e as alterações de Regime, bem como o seu enfraquecimento, é momento de focar nos fatores causais básicos que levam os Estados, em meio ao Sistema anárquico, optarem por este tipo de arranjo. Há uma variedade de motivações que podem explicar o desenvolvimento dos Regimes, todavia, Krasner elenca cinco variáveis causais como as mais importantes: 1) o auto-interesse egoísta; 2) o poder político; 3) as normas e os princípios; 4) os usos e costumes; e 5) o conhecimento; sendo as últimas duas suplementares às demais.

O “auto-interesse egoísta” se encontra na base de todas as Teorias contratualistas, e é entendido enquanto “o desejo de um ator maximizar sua função de utilidade sem incluir a utilidade de outro”; nestas circunstâncias, os atores só se preocupam com o comportamento alheio, “quando o comportamento dos demais afeta a sua própria utilidade” (KRASNER, op.cit. p.101). Nesse sentido, no sistema internacional anárquico (também guiado pelo auto-interesse), os Regimes e a coordenação entre os atores só passam a ser atrativos se puderem gerar bem coletivos, caso contrário, não se torna interessante.

Sobre o “poder político” (segunda variável causal mais importante para explicar o surgimento dos Regimes), destacar-se-á duas visões: a “cosmopolita e instrumental” e a “particularista”. A primeira visão envolve a decisão de utilizar o poder para a promoção e maximização dos ganhos coletivos, ou seja, para gerar “resultados ótimos para o Sistema como um todo” (KRASNER, op.cit.102). Em contradição ao poder político a serviço do bem comum, tem-se a visão “particularista”, relacionada à promoção e maximização de ganhos individuais; neste segundo caso, a aplicação do poder fortalece os valores de atores específicos do Sistema, e não o Sistema como um todo.

Ao focar na utilização do poder político a serviço de interesses particulares, é válido ressaltar as estratégias que os atores hegemônicos podem desenvolver dentro dos Regimes. De acordo com (KEOHANE, 1980, p.10), o ator de maior poder tem um papel fundamental para a provisão dos bens coletivos e para a sustentação e funcionamento dos Regimes, todavia, os atores hegemônicos fornecem bens não porque estão interessados no bem coletivo, mas sim, porque os Regimes podem fortalecer os próprios valores nacionais; trata-se, portanto, da manipulação da estratégia de coordenação ao seu próprio favor.

Na obra “*Regime Dynamics: The Rise and Fall of International Regimes*”, Oran Young (1982) ratifica a capacidade que os atores mais poderosos têm em adquirir vantagens particulares dentro do Regime (ideia fortemente relacionada à Teoria da Estabilidade Hegemônica)⁸; segundo o autor, os atores dominantes podem manipular oportunidades, “forçando outros atores a agir de acordo com um conjunto particular de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões” (KRASNER, 2012, p. 104), ou, direcionar os Estados mais fracos, de modo que estes sejam levados a agir de acordo com os interesses hegemônicos.

Em relação às “normas e princípios” (terceira variável causal aqui destacada), Krasner chama a atenção para a possibilidade de Regimes surgirem ou se dissiparem a partir da influência de normas

⁸ A Teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin defende a ideia de que a manutenção da ordem depende da existência de um poder dominante sobre os demais estados, capaz de constranger o comportamento dos demais atores, até ser estabelecida uma espécie de “padrão de comportamento”, que facilitaria o ajuste mútuo de políticas, e então, a cooperação. A lógica desta teoria, parte dos mesmos pressupostos apresentados por Mancur Olson Jr, na obra “A lógica da Ação Coletiva.”, no qual é assumido que atores com mais poder em um determinado grupo, têm maiores possibilidades e mais incentivos do que os demais, para prover o bem público, ou seja, o bem coletivo.

e princípios exógenos à sua área⁹. Isso comprova o quanto as áreas de interesse dos Estados estão, direta ou indiretamente, interligadas, e é evidente que este fato tende a se intensificar cada vez mais, diante da interdependência complexa¹⁰ e do avanço das relações multilaterais.

Ao fim da exposição das variáveis causais dos Regimes, destacam-se os “usos e costumes” e o “conhecimento”, lembrando que estas variáveis são suplementares. Destarte, estas variáveis, por si próprias, não podem gerar Regimes, todavia, cedem sustentação e reforçam as pressões relacionadas ao “auto-interesse egoísta” e ao “poder político”, além de contribuir para a disseminação de valores.

Na acepção de Weber, “o uso refere-se aos padrões regulares de comportamento baseados na prática efetiva; e o costume, às práticas existentes há longo tempo” (WEBER, 1977, p. 29); assim sendo, os autores de orientação grociana - Puchala e Hopkins (1982) e Young (1982) - defendem que é exatamente essa padronização de comportamento (gerada a partir de considerações de interesse ou poder dos atores) que dará origem às expectativas compartilhadas, fundamentais à formação dos Regimes. O “conhecimento”, por sua vez, também tem significativa participação no processo de desenvolvimento dos Regimes. Nesse caso, irá se considerar o “conhecimento” enquanto:

“a soma da informação técnica e das teorias a respeito dessa informação que gera um consenso pleno em um determinado momento entre os atores interessado e cujo objetivo é servir como guia para que políticas públicas alcancem alguma meta social” (HAAS, 1980, p. 367-368)

Deste modo, a difusão de um determinado conhecimento entre as partes integrantes do Regime aumenta a possibilidade de convergência de comportamento, bem como a colaboração entre os envolvidos, podendo também “transcender as linhas predominantes de clivagem ideológica” (KRASNER, op.cit, p.107); todavia, é válido destacar que os novos conhecimentos só terão impacto no Sistema Internacional e no comportamento dos atores, se tais conhecimentos forem amplamente aceitos pelos *policy-makers*. São perceptíveis as similaridades entre as teorias de cooperação e Regimes internacionais. Decerto, há uma grande proximidade empírica entre ambas, porém, se tratam de conceitos diferentes; se deve compreender a teoria de Regimes Internacionais como exemplo de comportamento cooperativo, ou seja, uma via de cooperação entre atores, na qual a estrutura favorece, e ao mesmo tempo é favorecida, pela coordenação de interesses. “Regimes são exemplos de comportamento cooperativo, e de fato facilitam a cooperação, mas esta pode existir mesmo na ausência de regimes estabelecidos” (HAGGARD e SIMMONS, 1987, p. 495). Assim sendo, é possível dizer que todo Regime detém de comportamento cooperativo, no entanto, nem todo arranjo cooperativo pode ser caracterizado enquanto um Regime.

⁹ O exemplo mais famoso dessa formulação é A ética protestante e o espírito do capitalismo de Max Weber. Weber argumenta que o surgimento do capitalismo está intimamente associado ao desenvolvimento da doutrina religiosa calvinista que favorece o trabalho árduo em vez do desperdício e que tem como indício de predestinação o sucesso mundano (...) sem os valores pré-capitalistas, tais como o trabalho árduo, o auto-sacrifício, a lealdade e a honra, o sistema capitalista desmoronaria. (KRASNER, 2012, p.104)

¹⁰ Significa mútua dependência. Na política mundial, interdependência diz respeito a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre nações ou entre atores em diferentes nações. Estes efeitos com frequência resultam de transações internacionais: fluxos de dinheiro, mercadorias, pessoas e mensagens através das fronteiras. Essas transações intensificaram-se dramaticamente desde a segunda guerra mundial. [...] As relações de interdependência sempre envolvem custos, já que a interdependência restringe a autonomia; mas é impossível especificar de antemão se os benefícios de uma relação irão exceder os custos. Isto dependerá da categoria dos atores, tanto quanto da natureza das relações. Nada garante que a relação que designamos de ‘interdependência’ será caracterizada como de mútuo benefício (KEOHANE; NYE, 1989, p. 81).

DESCRIÇÃO DOCUMENTAL

A **Política Nacional de Defesa** se trata do “documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa” (PND, 2005, p.1) tendo por finalidade estabelecer, minuciosamente, quais os objetivos e diretrizes que devem coordenar tanto o preparo, quanto o emprego das ações estratégicas nacionais voltadas às ameaças externas.

A PND, editada pela primeira vez em 1996 e reeditada em 2005, apresenta 11 objetivos, são eles: I.Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II.Defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; III. Contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais; IV. Contribuir para a estabilidade regional;V.Contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; VI. Intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais; VII. Manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta, e adequadamente desdobrada no território nacional; VIII. Conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; IX. Desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; X. Estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e por fim, enquanto objetivo XI: Desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.

Enquanto a PND se responsabiliza pela delimitação dos objetivos e orientações da Defesa nacional, a **Estratégia Nacional de Defesa (END)**, aprovada pelo decreto 6703 de 18 de dezembro de 2008, está direcionada à aplicabilidade e à execução prática desses objetivos. O documento pretende orientar a modernização do Sistema de Defesa brasileiro, e reflete, fortemente, a valorização da soberania e do sentimento nacionalista, bem como a necessidade de proteger as riquezas nacionais de ameaças externas. A END se encontra dividida em duas partes (“formulação sistêmica” e “medidas de implementação”), e representa a primeira tentativa de orientar, de forma sistemática, a reorganização das forças armadas e da indústria de material de Defesa, expondo os atuais problemas enfrentados e as medidas de transição que poderão levar o Brasil “de onde está, para onde deve ir, na organização de sua Defesa” (END, 2008,p.1). Nesse sentido, a END enfatiza o investimento no setor militar e o desenvolvimento científico e tecnológico da indústria brasileira de Defesa em função das pretensões do Brasil, em se tornar cada vez mais ativo no sistema internacional.

Quatro anos após a edição da END, o arcabouço documental voltado aos assuntos de Defesa foi complementado pela divulgação do **Livro Branco de Defesa Nacional (2012)**.O LBDN se caracteriza como principal documento vinculador de informações sobre os assuntos de Defesa, oferecendo transparência entre os setores da sociedade, para que todos os cidadãos possam conhecer as ações, bem como os desafios do Brasil nessa área. As seções do LBDN deixam claro que, em linhas gerais, o documento tem como propósito:

“1.Ampliar a participação civil nos assuntos de Defesa;2. Ampliar o conhecimento dos militares sobre si mesmos ; 3. Catalisar a discussão sobre os temas de Defesa no âmbito da Academia, da burocracia federal e do parlamento;4. Servir de mecanismo de prestação de contas sobre a adequação da estrutura de defesa aos objetivos traçados pelo poder público para o setor no país;5. Oferecer

transparência da política de defesa;6. Servir de instrumento para o fortalecimento da confiança e segurança mutua entre as nações amigas;8.Dar publicidade de dados essenciais ao esclarecimento dos cidadãos sobre a realidade das nossas forças armadas, e por fim: 9. Dar garantia de que não tornará publicas as informações de caráter sigiloso que poderiam comprometer a segurança nacional” (CASTANHEIRO, 2011p. 33)

Sobre o **Estatuto do Conselho de Defesa Sul-americano**, este foi aprovado durante a Cúpula Extraordinária da UNASUL, realizada na Costa do Sauípe (Bahia) em Dezembro de 2008. Os objetivos gerais do Estatuto consistem em: “Consolidar a América do Sul como uma zona de Paz”, “Construir uma identidade sul-americana de Defesa” e “Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de Defesa”. Objetivos gerais esses, que refletem em suma, o tratado constitutivo da UNASUL e se apresentam enquanto um direcionamento a ser seguido pelos Estados-membros para a mitigação das assimetrias regionais, principalmente, no campo da Defesa.

Os objetivos específicos do estatuto, claramente, direcionam e materializam a cooperação para a defesa: a) Avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa; b) Promover a troca de informação e análise sobre a situação regional e internacional, com o objetivo de identificar os fatores de riscos e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial; c) Contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa, no marco do artigo 14 do Tratado Constitutivo da UNASUL; d) Avançar na construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas da defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e o Caribe; e) Fortalecer a adoção de medidas de fomento da confiança e divulgar as lições aprendidas; f) Promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria de defesa; g) Incentivar o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar, facilitar processos de treinamento entre as Forças Armadas e promover a cooperação acadêmica dos centros de estudos de defesa; h) Compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias tais como a desminagem, prevenção, mitigação e assistência às vítimas dos desastres naturais; i) Compartilhar experiências em operações de manutenção da paz da Nações Unidas; j) Trocar experiências a respeito dos processos de modernização dos Ministérios da Defesa e das Forças Armadas; k) Promover a incorporação da perspectiva de gênero no âmbito da defesa.

Finalizando esta etapa descritiva, o **Plano de Ação do CDS** se trata de um documento anual a ser discutido, deliberado e aprovado no ano anterior a sua implementação. Dessa forma, desde 2009, o Plano de Ação é a tradução documental que conjuga os princípios e objetivos propostos no estatuto do CDS, tal como, as ações, responsabilidades e delineamentos dos Estados-membros em relação a 4 eixos temáticos prioritários: **i)** Políticas de Defesa; **ii)** Cooperação Militar; Ações Humanitárias e Operações de Paz; **iii)** Indústria e Tecnologia de Defesa; e **iv)** Formação e Capacitação.Os Planos de Ação do CDS, entretanto, representam uma iniciativa conjunta de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa, algo inovador até então, para a região. Tais planos contam com uma evolutiva participação e atuação do Brasil, participação esta que será analisada posteriormente neste artigo.

ANÁLISE DOCUMENTAL

A PND, a END, e o LBDN permitem visualizar a prática de Defesa que o Brasil direciona à sociedade, bem como, às esferas regional e internacional. Os conteúdos desses documentos foram analisados, de modo que fossem identificadas e extraídas “unidades de registros”: indicadores que circundam a composição política destes textos e que facilitarão futuras críticas. No caso, foram assumidos enquanto “unidades de registro”, os seguintes termos: 1. Multilateralismo; 2. Fortalecimento da cooperação em Defesa; 3. Integração regional; 4. Estabilidade regional; 5. Projeção do Brasil; 6. CDS/UNASUL; 7. Integração das indústrias de Defesa; 8. Investimento na Indústria de Defesa Nacional; e 9. Engajamento civil. A tabela abaixo ilustra o grau de enfoque que cada documento direciona à cada uma destas “unidades de registro” em sua composição textual:

DOCUMENTO	UNIDADE DE REGISTRO								
	Multilateralismo	Fortalecimento da cooperação em Defesa	Integração Regional	Estabilidade Regional	Projeção do Brasil	CDS UNASUL	Integração das Ind. de Defesa	Investimento na Ind.D. Nacional	Engajamento civil
Política Nacional de Defesa	AE	ME	AE	AE	ME	BE	BE	ME	BE
Estratégia Nacional de Defesa	AE	AE	ME	ME	AE	ME	AE	AE	BE
Livro Branco De Defesa Nacional	AE	ME	AE	AE	ME	ME	BE	AE	AE

Legenda: **AE** – Alto Enfoque; **ME** – Médio Enfoque; **BE** – Baixo Enfoque;

A identificação de diferentes graus de enfoque direcionados às “unidades de registro” dos textos permite compreender similaridades e especificidades entre os documentos analisados; em outras palavras, o enfoque político direcionado aos principais temas que constituem a Agenda nacional de Defesa, permite compreender os objetivos prioritários, os acordos e os desacordos que compõem a prática (bem como, o posicionamento) do Brasil nos assuntos de Defesa. Iniciando as reflexões sobre as “unidades de registro”:

- **Multilateralismo:** os três documentos destinam alto enfoque (AE). A visão de Defesa, as ações estratégicas e os planos de desenvolvimento nacional, de modo geral, não poderiam se deslocar do

cenário de interdependência e cooperação entre os Estados e Organizações, logo, a narrativa de Defesa do Brasil (bem como, seus objetivos políticos) seguem adequados à lógica multilateral das relações internacionais. Além disso, fica claro que o multilateralismo se apresenta intrínseco em outras “unidades de registros” aqui presentes, de modo que seu enfoque se torna ainda mais forte.

- **fortalecimento da cooperação em Defesa**, a PND e o LBDN foram identificados com médio enfoque (ME). Ambos os documentos apresentam trechos¹¹ que compreendem a cooperação enquanto estratégia necessária e objetivo recorrente, para além da região sul-americana. Porém, traçando um comparativo, a PND e o LBDN são bem menos enfáticos ao tratar da “unidade de registro” em questão, do que a END: único documento a direcionar alto enfoque (AE) a este tipo de cooperação. A priori, o alto enfoque constatado na END é bastante positivo, todavia, é válido ressaltar que os maiores fomentos à cooperação em matéria de Defesa neste documento, giram em torno do reaparelhamento militar e de assuntos econômicos (fato que consta em dois trechos¹², presentes em “A reorganização da indústria de material de defesa: desenvolvimento tecnológico independente”).

O que podemos inferir a partir disso? Primeiro que, dentre os documentos analisados nesta seção, a END é o único que tende a ser uma “política pública”, por isso dispõe de pragmatismo mais evidente, e de ações práticas voltadas ao desenvolvimento dos setores militares e industrial, bem como, da economia. Segundo, que este pragmatismo econômico sugere uma cooperação na área de Defesa que se reflete bem mais na aproximação de investidores e de parceiros financeiros, do que na construção de uma “comunidade de segurança” na América do Sul.

- **Integração Regional**: a END apresentou “médio enfoque” (ME), enquanto que a PND e o LBDN receberam “alto enfoque” (AF) A seguir, o destaque para um trecho presente na seção “sistemas regionais” do LBDN:

“A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico da política externa brasileira, pois o País reconhece no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região” (LBDN,2012, p.34)

- **Estabilidade Regional**: mantiveram-se os *graus de enfoque* relacionados à Integração Regional (expostos acima) (PND: AE; END:ME;LBDN;AE); talvez porque estas “unidades de registros” sejam extremamente interdependentes, de modo que a estabilidade de uma região favorece, e ao mesmo

¹¹ “O Brasil deverá buscar parcerias estratégicas, visando a ampliar o leque de opções de cooperação na área de defesa e as oportunidades de intercâmbio”.(PND. 2005,p.8).“O Brasil considera desejável que prevaleçam o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países sul-americanos. Isso tornará a região mais coesa e mais forte. esse conjunto de fatores impulsiona o País a estreitar a cooperação com os estados vizinhos também na área militar, com vistas a constituir um bloco que se apresente íntegro em nível global no trato dos temas de defesa, com capacidade de dissuadir ingerências externas e com reforçado poder de negociação nos fóruns internacionais” (LBDN, 2012,P.34)

¹² “A defesa do Brasil requer a reorganização da indústria nacional de material de defesa, de acordo com as seguintes diretrizes: prezam pelo desenvolvimento de capacitações tecnológicas independentes, em prol do desenvolvimento progressivo de pesquisa e produção no país, e de parcerias com países e empresas estrangeiras”(END,2008, p.26). “(...) O objetivo será implementar, no mais breve período, uma política centralizada de compras produtos de defesa capaz de: a. otimizar o dispêndio de recursos; b. assegurar que as compras obedeçam às diretrizes da Estratégia Nacional de defesa e de sua elaboração, ao longo do tempo; e c. garantir, nas decisões de compra, a primazia do compromisso com o desenvolvimento das capacitações tecnológicas nacionais em produtos de defesa. (END,2008, p.27)

tempo é favorecida, pelos processos de integração e *vice-versa* (a integração de uma região também favorece e é favorecida pela estabilidade regional). Observar em nota, os trechos ¹³ que correlacionam a importância da estabilidade para o alcance da segurança.

- **Projeção do Brasil:** a END apresentou alto enfoque (AE) direcionado ao tema, enquanto que a PND e o LBDN apresentaram médio enfoque (ME); focar na “projeção”, significa, aqui, direcionar maior ênfase àquilo que possa gerar destaque/visibilidade regional e/ou internacional, bem como, às estratégias que resultem no aumento do poder e na inserção política positiva do Brasil. Observar em nota¹⁴, excertos pertencentes à PND. É sabido que participações recorrentes em operações de paz tendem a projetar positivamente o Brasil (a exemplo, a recente missão brasileira no Haiti); todavia, as aspirações presentes na END¹⁵, aparentam estar além do atendimento a este tipo de compromisso internacional, e bem mais voltadas ao destaque regional, por meio de investimento na indústria de Defesa e da tentativa de inserção neste mercado.

- **CDS/UNASUL:** a PND apresentou “Baixo Enfoque” (BA), enquanto que a END e o LBDN, “Médio Enfoque”(ME). Nenhum dos documentos dispôs de máxima ênfase às iniciativas políticas em questão. Compreende-se que a as edições da PND aconteceram antes da criação do CDS, daí, a ausência de enfoque ao Conselho, todavia, o documento foi revisto no ano de 2012, lhe tendo sido acrescentado a UNASUL (citada uma única vez, no item 4.3). No LBDN, o enfoque dado à UNASUL e ao CDS consta no trecho em nota¹⁶; mais adiante, fica claro o destaque da UNASUL e de seu Conselho de Defesa enquanto reforço para a cooperação em defesa, e as semelhanças apontadas entre os países do bloco, mesmo o Brasil se distanciando fortemente dos seus vizinhos sul-americanos enquanto país emergente (ver nota¹⁷). Na END, o CDS e a UNASUL constam em um

¹³ “A segurança de um país é afetada pelo grau de estabilidade da região onde ele está inserido. Assim, é desejável que ocorram o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países vizinhos para reduzir os delitos transnacionais e alcançar melhores condições de desenvolvimento econômico e social, tornando a região mais coesa e mais forte”. (PND, 2005, p.4)

“A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região em que se situa. A estabilidade regional é, pois, objetivo nacional. O Brasil considera desejável que prevaleçam o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países sul-americanos”. (LBDN, 2012, p.34)

¹⁴ “Para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais”(PND, 2005, p.9). “O Brasil deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU” (PND, 2015, p.9)

¹⁵ “Preparar as Forças armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz” (Diretriz.19). “Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento” (Diretriz.20). (END, 2008, p.9)

¹⁶ “Ganha relevância, nessa perspectiva, a consolidação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que se tem revelado um instrumento para a solução pacífica de controvérsias regionais, para a proteção da democracia na América do Sul, para o fortalecimento do diálogo entre os estados-membros e para a progressiva formação de uma base industrial de defesa sul-americana. Nos marcos institucionais da UNASUL, tem elevado valor estratégico o fortalecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), formalmente estabelecido em 16 de dezembro de 2008, por decisão dos chefes de estado dos Países-membros” (LBDN, 2012, p.34)

¹⁷ “Na América do Sul, delinea-se uma clara tendência de cooperação em matéria de defesa. essa tendência tem sido constantemente reforçada desde a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e, especialmente, de seu Conselho de Defesa (CDS). vê-se surgir na América do Sul uma “comunidade de segurança”, motivada pelo fato de os

trecho¹⁸ que sinaliza a visão de integração voltada às indústrias de defesas, demonstrando um importante aspecto funcional que o Brasil vincula à UNASUL“

- **Integração das Indústrias de Defesa:** a END apresenta, claramente, “alto enfoque” (AE), enquanto que a PND e o LBDN apresentam “baixo enfoque” (BE). Isso porque a END destina o tópico “A reorganização da indústria nacional de defesa: desenvolvimento tecnológico independente” especialmente aos assuntos de investimento industrial na área de defesa e à busca de parcerias com outros países (ver nota¹⁹).

- **Investimento na Indústria de Defesa nacional:** a PND apresenta “médio enfoque” (ME) declarando como objetivo IX, “desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis”, enquanto que a END e o LBDN, alto enfoque (AE).

- **Engajamento civil** na área de Defesa: Foi identificado na PND e na END um “Baixo Enfoque” (BE) à construção de uma sociedade que detenha de amplo interesse e conhecimento a respeito dos assuntos de Defesa, enquanto que no LBDN constatou-se alto enfoque (AE). Nesse sentido, a END e a PND não direcionam ênfase esperada à políticas e estratégias que aproximem os civis da área de Defesa, com o LBDN. (ver nota²⁰).

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO BRASIL NOS PLANOS DE AÇÃO (2009-2015) DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO

A tabela abaixo demonstra a evolução da atuação e responsabilidades do Brasil no CDS desde 2009, e pontua, de acordo com o ano e o Eixo temático, cada uma das funções atribuídas ao país no órgão.

países vizinhos compartilhem experiências históricas comuns, desafios de desenvolvimento semelhantes e regimes democráticos, que facilitam a compreensão recíproca e propiciam uma acomodação pacífica dos diversos interesses nacionais”. (LBDN,2012 p.29)

¹⁸ Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de defesa sul-americano, em debate na região, criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região”. (END, 2008,p.9)

¹⁹ No esforço de reorganizar a indústria nacional de material de defesa, buscar-se-á parcerias com outros países, com o objetivo de desenvolver a capacitação tecnológica nacional, de modo a reduzir progressivamente a compra de serviços e de produtos acabados no exterior. À esses interlocutores estrangeiros, o Brasil deixará sempre claro que pretende ser parceiro, não cliente ou comprador. O país está mais interessado em parcerias que fortaleçam suas capacitações independentes do que na compra de produtos e serviços acabados. Tais parcerias devem contemplar, em princípio, que parte substancial da pesquisa e da fabricação seja desenvolvida no Brasil e ganharão relevo maior quando forem expressão de associações estratégicas abrangentes.” (END,2008,p.27)

²⁰ “O livro Branco de Defesa nacional é um convite à reflexão e ao diálogo. Sua leitura indicará, sobretudo, que Defesa e Democracia formam um círculo virtuoso no novo Brasil que estamos construindo. ao possibilitar um acompanhamento amplo e minucioso da Política de Defesa pela população, esta iniciativa contribui para o amadurecimento da reflexão pública sobre o papel indispensável da Defesa no Brasil do presente e do futuro.” (LBDN, 2012, p.6).

Atuação e Responsabilidades do Brasil nos Planos de Ação do CDS/UNASUL (2009/2015)

PA 2009-2010	PA 2010-2011	PA 2012	PA 2013	PA 2014	PA 2015
ET2: Elaboração de um inventário de capacidades de Defesa no apoio de ações humanitárias	ET2: Consolidar o inventário de Capacidades de Defesa;	ET2: Aperfeiçoamento do Inventário de Capacidades de Defesa com o emprego de ações humanitárias em caso de Desastres naturais	ET1: Criação de um grupo de trabalho para gestão e monitoramento de áreas especiais com suporte nos recursos do CENSIPAM (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia)	ET1: Continuar a criação de um grupo de Trabalho para gestão e monitoramento de áreas especiais com suporte do CENSIPAM	ET1: Realização de um seminário de Política Nacional de Defesa no intuito de desenvolver uma metodologia de Defesa
ET4: Realização do 1º Encontro Sul-americano de Estudos Estratégicos em Novembro de 2009	ET2: Propor dentro do inventário de Capacidades de Defesa o emprego ações humanitárias em caso de desastres naturais	ET3: Realização de um Seminário Internacional sobre “Tecnologia industrial básica em Segurança e Defesa”	ET2: Criação de um grupo de trabalho no intuito de projetar um de um mecanismo de resposta a desastres naturais, com acesso via-internet, através do Protocolo de Cooperação, tal como, disponibilizar o inventário de Capacidades de Defesa dos estados membros do CDS	ET1: Organizar um Seminário sul-americano de Mobilização Nacional	ET1: Continuação da atividades do grupo de trabalho para avaliar formas de estabelecer uma comissão de assessoramento do Conselho de Defesa de forma contínua
ET4: Criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) em conjunto a Argentina	ET3: Realização de um Painel sobre ‘Meteorologia, Normas e avaliação de conformidade’ com ênfase em Defesa na LAAD 2011 (Feira Latino-americana de Defesa Aeroespacial)	ET4: Realização de um curso avançado de Defesa na ESG (Escola Superior de Guerra), destinado a altos funcionários da defesa dos países sul-americanos, militares e civis	ET3: Realização de um Seminário Sul-americano de Tecnologia Industrial Básica, voltado para Segurança e Defesa no intuito de incentivar a Cooperação e o Intercâmbio no âmbito da UNASUL, tal como, o incentivo de mecanismos que incentivem a produção das indústrias regionais.	ET1: Criar um grupo de trabalho para avaliar formas de estabelecer uma comissão de assessoramento do Conselho de Defesa de forma contínua	ET2: Realizar um seminário internacional para desenvolver capacidades na área de Treinamento em Medicina Operacional
	ET4: Realização de um curso de Defesa dirigido a civis e militares na ESG (Escola Superior de Guerra, Março de 2011)		ET3: Criação de um Grupo de Trabalho constituído por especialistas no intuito de apresentar o desenho, desenvolvimento e produção regional de um sistema de aeronaves não-tripuladas (VANT-REGIONAL)	ET2: Continuação da atividade do PA2013 em relação ao estabelecimento de um mecanismo de resposta a desastres naturais, com acesso via-internet, através do Protocolo de Cooperação, tal como, disponibilizar o inventário de Capacidades de Defesa dos estados membros do CDS	ET3: Realizar um seminário de fomento à base industrial de defesa sul-americana
			ET4: Realização do II Curso Avançado de	ET2: Realizar uma oficina sobre o tema:	ET3: Continuação da atividade do PA2013,

			Defesa Sul-Americana (II CAD-SUL)	“Operações de Manutenção da Paz e ações humanitárias: lições aprendidas e perspectivas	acerca do Grupo de Trabalho constituído por especialistas no intuito de apresentar o desenho, desenvolvimento e produção regional de um sistema de aeronaves não-tripuladas (VANT-REGIONAL)
				ET3: Continuação das	ET4: Realização do IV
				ET4: Realização do III Curso Avançado de Defesa Sul-Americana (III CAD-SUL)	

- Legenda:

PA: Plano de Ação

ET1: Eixo Temático 1 – “Políticas de Defesa”

ET2: Eixo Temático 2 – “Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz”

ET3: Eixo Temático 3 – “Indústria e Tecnologia de Defesa”

ET4: Eixo Temático 4 – “Formação e Capacitação”

Evidencia-se, claramente, uma evolução na participação do Brasil no âmbito do CDS da UNASUL, sobretudo em questões de transferência de *know-how* e capacidades, tal como em indústria e tecnologia de Defesa. Das ações e responsabilidades direcionadas ao Brasil, a grande maioria foi realizada e com desdobramentos importantes, como por exemplo, o CAD-SUL que entrou para a agenda de capacitação do CDS e do próprio país em caráter anual.

CONCLUSÃO

Este artigo abordou o cenário regional de cooperação em Defesa enquanto um Regime recém construído, o qual necessita superar uma série de desafios para o seu fortalecimento. É perceptível, a partir da análise documental, que a cooperação na qual o Brasil se empenha, não está propriamente voltada à construção de uma “Agenda única”, ou de uma “visão compartilhada” em matéria de defesa, muito embora estes sejam objetivos do CDS. Sendo assim, o interesse estratégico do Brasil em se aproximar dos países vizinhos no âmbito da UNASUL e do CDS está mais fortemente ligado a questões econômicas, e ao desenvolvimento do seu mercado de material de Defesa; esse fato é comprovado a partir do conteúdo da END, e seu alto (e subvertido) enfoque direcionado à cooperação em defesa, uma vez, pois, que não faltam trechos nos quais o desenvolvimento e a independência da indústria brasileira de defesa é exaltada, e os países sul-americanos apresentados como “parceiros comerciais”, no caso, clientes em potencial.

Assim sendo os objetivos políticos do Brasil estão fortemente ligados às questões econômicas, e ao desenvolvimento e autonomia do seu mercado de material de Defesa; refletindo um posicionamento auto-interessado, através da utilização particularista do seu poder político enquanto líder regional; Se os padrões comportamentais do Brasil no CDS não se alterarem positivamente, é possível que haja ainda mais retrocessos no Regime de cooperação em Defesa Sul-americano. A liderança brasileira pode representar, ao mesmo tempo, oportunidade e desafio para o campo da defesa regional; nesse sentido, por mais que os documentos brasileiros invistam no

apontamento de semelhanças e de obstáculos comuns aos países sul-americanos (e no quanto a América do Sul é importante para o Brasil), há de se refletir que o Brasil, enquanto BRICS, não compartilha, propriamente, das mesmas ambições internacionais, nem dos mesmos desafios de desenvolvimento que seus vizinhos, logo, as estratégias brasileiras são maiores que o seu entorno estratégico subcontinental.

Há visíveis desacordos entre a prática de defesa brasileira e a prática do Conselho de Defesa Sul-americano, e que o ideal de integração e cooperação na área de defesa (defendido na retórica da UNASUL) está muito além do exequível e dos interesses desenvolvimentistas nacionais. O posicionamento estratégico do Brasil no CDS, nesse sentido, não se compatibiliza com as expectativas teóricas da UNASUL, e se concretiza por meio de uma Agenda auto centrada nas capacidades e no potencial político-econômico.

Em suma, seria exagero analítico afirmar que a postura do Brasil voltada à região sul-americana tem caráter imperialista; o favorecimento dos interesses individuais em detrimento aos coletivos não é o bastante para consubstanciar tal afirmação. É importante ressaltar que nas análises dos Planos de Ação do CDS, desde 2009, até o atual momento, o Brasil vem evoluindo bastante no quesito de participação e articulação nos fóruns de discussão de Defesa, no adensamento da capacitação e na transferência de *know-how* relacionado à área, embora estes esforços ainda estejam a quem da capacidade brasileira, pois dependem da vontade política e dos interesses nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. **O Conselho de Defesa Sul-Americano : objetivos e interesses do Brasil (CDS)**. – Brasília : FUNAG, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977. CASTANHEIRO, Paulo Volpini. Livro Branco de Defesa Nacional: uma necessidade? Rio de Janeiro, 2011

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2ª edição. Brasília: 2008. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf Acesso: 22 mai 2015

_____. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: 2005. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf Acesso: 20 mai 2015

_____. **Livro Branco de defesa**. Brasília: 2012. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf Acesso: 05 Jun 2015

HAGGARD, Stephan; e SIMMONS, Beth. *Theories of international regimes*. Cambridge: International Organizations, v.41,n.3,p.491-517,1987.

KEOHANE, R. 1984. *After hegemony: cooperation and discord in the world political Economy*. New Jersey. Princeton University Press)

KEOHANE, R. O. 1980. *The Theory of Hegemonic Stability and Changes in International Economics Regimes, 1967-77*. In: HOLSTI, O. R. (ed.). *Changes in the International System*. Boulder: Westview.

_____. 1989. *The Demand for International Regimes*. *International Organization*, Cambridge (MA), v. 36, n. 2, p. 325-355, Spring.

- KRASNER, Stephen D. Rev. **Causas estruturais e conseqüências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes**. Sociol.Polít., Curitiba, v. 20, n. 42 p. 93-110, jun. 2012
- MEARSHEIMER, John J. *The tradedy of great Power politics* (New York: Norton, 2001)
- OLIVEIRA, D.C. **Análise de Conteúdo Temático-categorial:uma proposta de sistematização**. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008.
- PUCHALA, D. J. & HOPKINS, R. F. 1982. **International Regimes: Lessons from Inductive Analysis**. International Organization, Cambridge (MA), v. 36, n. 2, p. 245-275, Spring.
- UNASUL, **Estatuto do Conselho de Defesa Sul-americano**, Santiago: 2008. Disponível em:http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-ESTATUTO_CDS.pdf Acesso: 10 Jun 2015
- WEBER, M. 1977. **Economy and Society**. Berkley: University of California
- YOUNG, O. 1982. **Regime Dynamics: The Rise and Fall of International Regimes**. International Organization, Cambridge (MA), v. 36, n. 2, p. 277-297, Spring.



POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO PARÁ, BRASIL, E EM UCAYALI, PERU

Jorge Arturo MORI Vasquez¹

Oriana Trindade de ALMEIDA²

Sergio RIVERO³; Shaji THOMAS⁴

RESUMO

A monocultura do dendê vem crescendo no mundo e na Pan-Amazônia. Junto a isso é necessário um olhar científico atento e cuidadoso sobre as políticas públicas para esse setor, como forma de aperfeiçoamento ou mudança de incentivos a tais políticas públicas. O objetivo do presente trabalho é identificar e analisar a influência das políticas públicas no desenvolvimento do agronegócio do dendê no Pará (Brasil) e em Ucayali (Peru). Ancorando-se em uma abordagem evolucionária, foi realizado um estudo histórico das políticas públicas de isenções fiscais, crédito e mudanças nas instituições do Estado, que favoreceram o desenvolvimento do agronegócio. Também foram aplicados formulários com produtores familiares e empresas esmagadoras de frutos da palma, como forma de coletar informações sobre as dinâmicas e políticas imersas nesse setor. Verificou-se que no Pará e em Ucayali os pontos de semelhanças são: i) os Estados com fundos públicos criaram este cultivo; ii) criaram “organizações”/instituições e dispositivos jurídicos; iii) estabeleceram-se isenções fiscais para favorecer as grandes empresas, logo se desenvolveram políticas que permitiram o acesso a crédito para grandes e micro agricultores, tudo isso a fim de desenvolver essa cultura. Em virtude disso construiu-se uma “predisposição” das autoridades para a promoção deste cultivo; como também da aceitação dos produtores familiares a essa cultura, tudo como forma de obtenção regular de “receitas”. Conclui-se que o Estado jogador-mediador, cujo papel é central foi e é o dispersador do desenvolvimento desta cultura.

Palavras-chave: Palma de óleo. Políticas Públicas. Pan-Amazônia.

INTRODUÇÃO

O dendê no Brasil, conhecido como “palma aceitera” no Peru, é originário do trópico africano. Sua grande produtividade de óleo por hectare, sua produção durante o ano todo que permite receitas mensais para os produtores, o que evita largos tempos de paralisações das esmagadoras, são algumas de suas vantagens. Mas também há que fatores que dificultam seu desenvolvimento, como por exemplo, os grandes capitais necessários para seu estabelecimento e o tempo necessário para entrar em produção, entre outros.

Em 1848 esta palmeira foi introduzida na Indonésia, onde com o decorrer do tempo foi se tornando a principal cultura. As primeiras plantações comerciais ocorreram em Sumatra, em 1911.

¹ Doutorando de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDGSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil, bolsista da CAPES e professor da Universidade Nacional de Ucayali, Amazônia do Peru. E-mail: jmorivasquez@yahoo.es

² Professora e pesquisadora do NAEA/ Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: oriana@ufpa.br.

³ Professor e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: sergiolmrivero@gmail.com

⁴ Pesquisador e bolsista CAPES pós-doutorado, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. E-mail – shaji@outlook.com.

Antes desta data toda a produção vinha de campos naturais existentes na floresta africana (OCHSE et al., 1984).

O aumento da produção de óleo de palma foi muito rápido no mundo todo já que as pessoas procuram óleos vegetais que são saudáveis em comparação com os óleos animais, e porque a renda da população mundial está em constante crescimento, o que permite que uma maior proporção da população consuma óleos e gorduras vegetais. Segundo (CORLEY, 2009), a procura por o óleo comestível poderia ser de 240 milhões de toneladas no ano 2050, quase o dobro de hoje. A maior parte do óleo adicional pode ser o óleo de palma, que tem os menores custos de produção dentro dos principais óleos.

No caso do Brasil, cálculos feitos pela EMBRAPA mostram que seriam necessários 3,9 milhões de hectares de dendê para substituir apenas 10% do consumo de diesel do país (INSTITUTO FNP, 2007). Para a satisfação da demanda interna do Peru com óleos de dendê, é preciso 150.000 ha em produção (MANCHE, 2012).

O Brasil e o Peru na década de 1960 foram deficitários na produção de óleos para o consumo humano, é por isso que procuraram incentivar o cultivo de vegetais que permitam a produção em seus territórios de óleos que substituam as importações deste produto e permitam a exportação dos excedentes. É assim que se criaram leis, isenções fiscais, e créditos especiais para o desenvolvimento das atividades econômicas a ser feitas em suas respectivas Amazônia, e o cultivo de dendê foi uma das atividades beneficiárias por ser oriunda de espaços geográficos com características climáticas e de solo similares ao da Amazônia.

A intervenção do Estado no desenvolvimento dos países é um tema de discussão permanente, existindo alguns que promovem a intervenção direta do Estado na promoção do desenvolvimento e outros que rejeitam esta intervenção, deixando todo o desenvolvimento à mercê das forças do mercado, mas também há os que defendem um meio termo.

Perante o dito o presente artigo tem como objetivo testar, a partir da abordagem da Teoria Econômica Evolucionária, a influência das políticas públicas de isenções fiscais, créditos especiais (que facilitaram a formação de capital inicial necessário para o aparecimento e o desenvolvimento desta atividade), criação ou adaptação de organismos de apoio que incentivam o desenvolvimento do agronegócio do dendê (que dirige os escassos recursos públicos para uma atividade agroindustrial específica) no estado do Pará, Brasil, e na região de Ucayali, no Peru.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia para realização da pesquisa foi concretizada em dois níveis: compilação e análise de dados secundários e a pesquisa de campo. A pesquisa de campo ocorreu nos municípios de Moju e Tailândia, no Pará, Brasil; e nos municípios de Campo Verde, Irazola e Padre Abad, região de Ucayali, Peru. Os dados da pesquisa de campo foram obtidos por meio da técnica da observação direta e entrevistas, mediante formulário.

O método utilizado para a seleção da amostra foi o de amostragem por tipicidade (MARCONI; LAKATOS, 2011). A pesquisa de campo no Pará e em Ucayali recaiu sobre os produtores classificados como da agricultura familiar do óleo de palma no Brasil. No total, foram aplicados 29 formulários nas propriedades dos produtores de cachos de frutos frescos (CFF) no Pará e 26 em Ucayali. Estes formulários tinham um total de 50 itens, distribuídos em 24 perguntas abertas e 26

fechadas. Os produtores de Pará pertenciam aos projetos Calmaria II e Arahui projeto I, II e III; e no Peru, nos municípios de Campo Verde, Irazola e Padre Abad. Os formulários foram aplicados durante os meses de junho e julho de 2013 e 2014 no Pará, e nos meses de janeiro e fevereiro de 2014 em Ucayalli.

RESULTADOS

Instituições do Estado

O papel das instituições do Estado no desenvolvimento do agronegócio do dendê foi determinante no início. Na década de 1940, as instituições do Estado ligadas ao desenvolvimento de diferentes culturas fizeram a introdução de sementes de dendê no Pará e na Amazônia peruana para ensaios iniciais destinados a estabelecer plantações em escala industrial.

Em 1949 o antigo Instituto Agrônomo do Norte (IAN) introduzia na Amazônia sementes selecionadas de regiões mais desenvolvidas da África, do Oriente e da Bahia. Com esse material genético se fizeram muitos experimentos de melhora genética durante a década de 1950. O IAN cujo nome mudou para Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN), já em 1957, fazia as primeiras notas sumárias sobre a cultura do dendê na Amazônia, e algumas adaptações às tecnologias da produção de suas mudas (CONDURÚ et al., 1983). No Peru, Burgos (1952), representante de uma instituição do Estado, falava que em 1943 foram plantadas 30 palmeiras em sua estação e com elas foram feitas pesquisas de rendimento e tratamentos culturais.

O Estado, por meio de suas organizações de diferentes níveis, desenvolveu projetos que procuravam estabelecer plantações de dendê e sua industrialização. Assim, em 1964, no estado do Pará, por encargo do IDESP, foi projetada uma plantação inicial de 1.000 hectares e uma usina, sob a direção de um setor da então Secretaria de Produção do Estado (CONDURÚ et al., 1983).

Uma ação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), organização do governo brasileiro, cujo nome depois mudou para Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o projeto “Colonização Tingo María – Tocache - Campanilla” do Governo peruano permitiu a apropriação da tecnologia mais avançada relacionada à cultura do dendê existente no mundo na década de 1960, ambos os governos assinaram convênios em separado com o Institut de Recherches pour Les Huiles et Oleagineux (IRHO) da França. No Brasil e no Peru o convênio foi firmado em 1966 e visava desenvolver um projeto com um núcleo-piloto plantado diretamente pelo Estado, e outra área a cargo de agricultores locais, por meio de plantações satélites (PANDOLFO, 1979 apud MULLER et al., 1990; RAYGADA Z, 2005).

Para o início da implantação da cultura de palma de óleo no Pará o Estado fez um investimento da ordem de US\$ 4.742.700 e os primeiros hectares foram implantados no ano de 1968 (MULLER; FURLAN; CELESTINO, 2006). No Peru em 1968 estabeleceram-se os primeiros 200 ha em Tocache, zona de Tananta, o que originou a criação em 1972 da empresa estadual chamada Empresa para o Desenvolvimento da Palma de Óleo S.A. (EMDEPALMA) a qual iniciou seu funcionamento em 1973 (RAYGADA Z, 2005), (UNOPS/PNUFID; PROYECTO AD/PER/98/D05, 1999)

No caso do Brasil esta primeira experiência estadual com palma concluiu quando em 1972 a SUDAM alinhou o projeto à iniciativa privada, surgindo a empresa Dendê do Pará S.A., empresa da qual a SUDAM e outras organizações participaram como acionistas (MULLER; FURLAN; CELESTINO,

2006). A SUDAM assegurou a continuidade de seu trabalho na exigência que fez de ser mantida a assistência técnica permanente, da I.R.H.O., por meio de especialistas residentes no próprio local (CONDURÚ et al., 1983).

No Peru, a EMDEPALMA representa em seu momento, o maior esforço de desenvolvimento e produção de óleo e gorduras vegetais visando uma integração vertical articulando a área agrícola e o complexo agroindustrial (UNOPS/PNUFID; PROYECTO AD/PER/98/D05, 1999). A EMDEPALMA desenvolveu suas operações produtivas efetivas de 1973 a 1990 (RAYGADA Z, 2005). Segundo (MANCHE, 2011) chegou a produzir 5.000 t/óleo/ano. Foi liquidada no ano de 1993, quando o Governo central promulga a Resolução Suprema N° 404-93-PCM (Presidência do Conselho de Ministros) que a incorporada aos processos de privatização que nesse tempo foram muito comuns no Peru. Parte do patrimônio da empresa foi para a Associação Central de Palmicultores de Tocache (ACEPAT) como pagamento de benefícios sociais dos ex-trabalhadores (GOBIERNO REGIONAL DE UCAYALI, 2013).

As ações do Estado brasileiro também incluíram o domínio da pesquisa e a EMBRAPA em fins de 1980 executou o Programa Nacional de Pesquisa de Dendê (PNP Dendê) por meio do Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê (CNPDS). O programa buscava suprir a necessidade de material botânico para plantio, para isto desenvolveu atividades para a criação de um pacote tecnológico e capacitação de pessoal. Esta instituição também recorreu a consultores de centros internacionais de pesquisa e investido em cursos e estágios nesses mesmos centros. Os recursos financeiros do Programa vinham do Fundo de Mobilização Energética (FME) e do Ministério de Agricultura (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 1983).

Os arranjos institucionais criados nesta década permitiram que na década de 1981 a 1990 o Brasil, diferentemente do Peru, tivesse a capacidade de produção de sementes em dois lugares, um na unidade da EMBRAPA chamada Centro de pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental que fica no estado do Amazonas (VEIGA; FURLAN JÚNIOR; KALTNER, 2001); e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) no estado da Bahia. Nesta década ainda encontravam-se em fase de avaliação os plantios provenientes de cultura de tecidos de clones com alta produtividade e os híbridos interespecíficos que tinham resistência às principais doenças (MULLER; ALVES, 1997).

Em 1973 foram dados os primeiros passos para incluir um maior número de atores no cultivo da palma. O governo de Fernando Guillon desenvolveu por meio da Secretaria de Agricultura de Pará, o projeto denominado “Projeto Dendê” (MULLER et al., 1990) que consistiu na implantação, em torno da usina da DENPASA, de 1.500 ha de “plantações satélites”, que no ano de 1983 chegou a 3.000 ha (CONDURÚ et al., 1983).

Os estados mudam a suas organizações, é assim que na década de 1970 a SUDAM via Decreto-Lei n° 1.106, de 16 de **junho de 1970**, criou o Programa de Integração Nacional (PIN) (LOPES, 1973). Logo se tem outra mudança, o Programa de Redistribuição da Terra e do Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), que foi instituído pelo Decreto-Lei n° 1.179, de 6 de **julho de 1971**.

As atividades do Estado peruano em seus diferentes níveis foram mudando e permitindo a incorporação de mais atores. Em 1985 a Corporação Departamental de Desenvolvimento de Ucayali (CORDEUCAYALI) iniciou um projeto visando a incorporação das denominadas Sociedades Agrícolas de Interesse Social (SAIS), para a instalação de 5.000 ha de dendê mais só foram implantação 300 ha (GOBIERNO REGIONAL DE UCAYALI, 2013). Por outra parte, o Governo central no ano de 1981

iniciou um projeto de dendê na zona do rio Manítí, região de Loreto, ficando a instalação de 702 há. No ano de 1988 foi constituída a empresa CORDEPALMA S. A. que em 1990 transformou-se em Empresa Regional da Palma de Óleo (EMREPALMA S.A.), propriedade do Governo Regional de Loreto (MINISTERIO DE AGRICULTURA, 2001). Na década de 1990 a 2000, a EMREPALMA tinha as plantações de dendê em completo abandono, o que depois de várias tentativas de privatização, acabou sendo extinta em 1994 (MINISTERIO DE AGRICULTURA, 2001).

Na década de 1990 a 2000 o Governo Regional de Ucayali reorientou a sua estratégia para os chamados micros produtores agrários e como resultado de conversas iniciadas nos anos 1990 entre o Conselho Transitório de Administração Regional de Ucayali (CTAR Ucayali) e os representantes das Nações Unidas, foi executado um projeto visando a promoção do cultivo do dendê com a participação de micro agricultores que tinham cultivos de coca ou tinham a predisposição para a realização deste cultivo ilícito. Nesta década foi importante a participação da cooperação internacional no desenvolvimento do dendê na região de Ucayali (GOBIERNO REGIONAL DE UCAYALI, 2013)

Como fruto desse projeto se tem os palmicultores organizados no Comitê Central de Palmicultores de Pucallpa (COCEPU), que no ano 1998 tinha 1.350 ha de plantações, 270 famílias participantes cada uma delas com cinco ha de plantio de palma de óleo, e proprietários da Empresa Oleaginosas Amazônicas S.A. (OLAMSA) extratora de óleo cru (SEIJAS, 2003). A instalação da OLANSA fez parte do Projeto de Desenvolvimento Alternativo da UNOPS/PNUFIP e nos diferentes componentes do projeto também foram aportados recursos dos próprios beneficiários e do estado (PERALTA; HUAMANCHUMO, 2001).

A experiência exitosa de COCEPU e OLANSA fez com que o Governo, em seus diferentes níveis, e a cooperação internacional repetissem o modelo em outros sítios e assim no ano de 2001, com o apoio do Ministério de Agricultura e das Nações Unidas, foram plantados 1.500 ha em Ucayali e 500 ha em San Martín (PERALTA; HUAMANCHUMO, 2001)

Entre os anos de 2002 a 2004 com apoio financeiro das Nações Unidas iniciou-se um programa de dendê com micro produtores agrários da localidade de Aguaytia, região Ucayali, constituindo-se a Associação de Palmicultores de Shambillo (ASPASH) (MARÍN, 2015). No ano de 2006 na zona da Cachoeira de Caynarachi, região San Martín, iniciou-se outro projeto de dendê dando origem à Associação Jardim de Palma (JARAPAL) e durante os anos de 2006 e 2007 foi constituída a empresa Indústrias de Palma de Óleo de Loreto y San Martín S.A. (INDUPALSA), com participação maior de JARAPAL. Em 2009 a Associação Central de Produtores de Palma de Tocache (ACEPAT), região San Martín, constituiu a empresa Oleaginosas do Peru S.A. (OLPESA) com um crédito do AGROBANCO. Em todas estas empresas extratoras de óleo cru os próprios produtores são os donos da fábrica.

Outras vezes os governos fizeram de promotores, como é o caso do Governo Regional de Loreto que na década 2001-2010, por meio da Gerência Regional de Desenvolvimento Econômico, em articulação com o Ministério de Agricultura, promoveu a plantação de dendê com assistência técnica e créditos do Programa de Créditos Agrários (PROCREA) nos seguintes lugares: Yurimaguas, na rodovia Iquitos-Nauta, em Contamana, Inahuaya, Pampa Hermosa-Contamana e Vargas Guerra, todos eles com assessoramento técnico das Nações Unidas (IIAP; SNV, 2008).

Dammert; Cárdenas e Canziani (2012) relatam um novo arranjo em Loreto, província de Ucayali na “Associação de Agricultores, Palmicultores e Gaderos Virgem Puríssima de Pampa

Hermosa”, aliado com o organismo não governamental (ONG) CODESU e a Municipalidade Distrital de Pampa Hermosa, onde haviam plantado até o ano de 2011, 300 ha de dendê e estavam em processo de expansão para 1.000 ha. Com a produção dos 300 ha, produzem 120 t/mês. O grosso de sua produção de óleo é usado para a produção de alimentos balanceados e vai para Pucallpa.

Outro modelo de desenvolvimento da cultura da palma é a desenvolvida pelos agricultores invasores das terras da empresa Palmas de Espino em San Martín, agrupados na Associação José Carlos Mariátegui, que no ano de 2001 a empresa decidiu ceder 500 ha de terra titulada em troca de que eles plantassem palma cuja produção seria comprada pela empresa Palmas del Espino (DAMMERT; CÁRDENAS; CANZIANI, 2012).

No ano de 2000 o Estado peruano vivia um processo de transição de empresas estaduais para empresas privadas, como ocorria em todo o mundo. Assim, foram colocados a leilão público internacional aproximadamente 15.000 ha para o desenvolvimento desta espécie na zona de Manítí em Loreto (PERALTA; HUAMANCHUMO, 2001). Os burocratas também pensavam que o Estado devesse formular projetos para que áreas abandonadas de pequenos produtores individuais entrassem em recuperação e produção.

Houve ações do Estado que impediram o desenvolvimento do dendê como a Medida Provisória 2.166/2001 que mudou o percentual de área a ser mantida com cobertura florestal para 80%. Isso tornou necessário disponibilizar mais áreas para as plantações de dendê já que só se podia plantar 20% da chácara, sacrificando-se áreas próximas às extratoras de óleo com boas estradas.

Em maio de 2010, no Brasil, foi aprovado o zoneamento agroecológico da cultura do dendê e anunciado o Programa de Produção Sustentável do dendê no Brasil, que tem como objetivos principais apoiar as iniciativas de investimento em plantios, recuperar áreas desmatadas da Amazônia e desenvolver a economia regional. Com o lançamento deste Programa várias empresas sinalizam a entrada na região, especialmente nos estados do Pará e de Roraima (MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO, 2011).

No Peru no ano de 2001, como parte do planejamento do desenvolvimento da cultura do dendê, e coordenado com as instituições, foi aprovado o Plano Nacional de Promoção do dendê mediante Resolução Ministerial N° 155-2001-AG que contemplou não desmatar, não atentar contra a segurança alimentar, não ocasionar impactos ambientais negativos, promover a inclusão dos micro e pequenos produtores, procurar financiamentos em AGROBANCO (Banco estadual), fundos concorrenciais e Governos Regionais (MANCHE, 2012). Sua meta de plantação foi de 50.000 ha de dendê até 2010 e dar igualdade de tratamento entre o investimento nacional e estrangeiro; estimula a pesquisa que contribui para reduzir as divergências tecnológicas.

Um estímulo dado pelo Governo para o desenvolvimento da cultura do dendê é a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira que ocorreu em janeiro de 2005, por intermédio da Lei 11.097 que estabeleceu percentuais de adição de biodiesel ao diesel mineral, é assim que com o rápido aumento da capacidade instalada e da produção, o governo decidiu adiantar as metas e no ano 2010 foi regulamentado o B5 (INSTITUTO FNP, 2007).

No Brasil um dos trabalhos do MDA foram os Projetos Polos de Biodiesel implantados desde o ano de 2006. Para dar andamento aos projetos polos, o MDA e as instituições parceiras se encarregavam de mobilizar os principais atores de cada polo para constituir os GT que possibilitassem fortalecer o capital social destes territórios e organizar os interesses dos atores regionais envolvidos com o biodiesel (MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO, 2011). No ano

de 2010, dos 63 polos em todo o Brasil, a região Norte apresentava apenas um polo organizado, localizado no Pará e caracterizado como polo do dendê.

O Governo de Peru também implementou leis e outros dispositivos legais que favorecessem a cultura do dendê direta ou indiretamente, podendo-se destacar a Lei N° 27308 do ano 2000, Lei Florestal e de Fauna Silvestre e seu regulamento o Decreto Supremo (D.S.) 014-2001-AG (Ministério de Agricultura), vigente até o ano de 2014 ordena que os programas de desenvolvimento nacional, regional y local devem considerar o florestamento e reflorestamento com dendê e outros; Decreto Supremo N° 015-2000- AG (Ministério de Agricultura) declara de interesse nacional as plantações de dendê; Resolução Ministerial N° 0488-2005-AG, em seu artigo um constitui o Comitê Técnico de Coordenação para a Promoção da Cadeia de Produção do dendê; Decreto Supremo N° 017-2002-AG, cria o Programa para o Desenvolvimento da Amazônia, que promove e coordena as atividades integrantes com o setor público, com as comunidades e os grupos de interesse, com os empresários e os investidores privados, com as agências de cooperação internacional, para resolver problemas específicos da Amazônia.

No ano de 2003, no Peru, foi aprovada a Lei N° 28054, Lei de Promoção do Mercado dos Biocombustíveis, e logo o Decreto Supremo N° 013-2005-EM, que regulamenta a Lei de promoção do Mercado de Biocombustíveis (Regulamento 2005) que estabelece para o “diesel ecológico uma mistura obrigatória de biodiesel (5%) com diesel N° 1 o N° 2 (95%), a norma concentra-se em regular exclusivamente a comercialização do “diesel ecológico”, sim incidir em a etapa de produção; Decreto Supremo N° 021-2007-EM. (Regulamento 2007), que modificou várias disposições do Regulamento do 2005, inclusive as relativas a os porcentagens obrigatórias das misturas, para o caso do diesel e do biodiesel, e as datas de obrigatoriedade na distribuição das mesclas, tanto para o caso do diesel e biodiesel, como para o álcool e a gasolina.

No Peru, por Resolução Diretorial Regional Setorial N° 120-2011-GRU-P-DRSAU, de 16 de junho dos 2011, foi aprovada a conformação da Mesa de Diálogo da Cadeia Produtiva do Dendê (MDCPPA). Depois foi oficializada a Junta Diretiva da mesa de Diálogo da Cadeia Produtiva do Dendê (MDCPPA), que tem como membros os principais atores do agronegócio do dendê. Posteriormente, a Resolução Ministerial N° 075-2011-AG muda a conformação do Comitê Técnico de Coordenação para a promoção da cadeia produtiva do dendê. Também em 2012, em nível regional, foi promulgada a Ordenança Regional (OR) N° 006-2012-GRU/CR que declara a palma de óleo como produto bandeira da região Ucayali.

Incentivos fiscais

A política de incentivos fiscais constitui um dos instrumentos utilizados pelos governos do Brasil e do Peru para a promoção do desenvolvimento na Amazônia. No caso do Brasil, associava assim a iniciativa privada ao esforço governamental na promoção do desenvolvimento econômico, social e tecnológico da Amazônia, integrando-a no contexto brasileiro de desenvolvimento. A política de Incentivos Fiscais cria um fundo com base em recursos oriundos do Imposto de Renda (dedução de 50% do imposto de renda das pessoas jurídicas optantes pela Amazônia) (LOPES, 1973). Contemplava determinadas prioridades notadamente, a do benefício social da inversão, em decorrência do que a SUDAM também estabeleceu prioridades, permitindo que varie a proporção de recursos das isenções fiscais nos projetos, orientando, desta forma, a composição das fontes de

financiamento (SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 1982). É assim que no caso de Brasil os beneficiários com a primeira prioridade, isto é, relação um para três, aplicaram por cada unidade monetária própria, 3 (três) de recursos de incentivos (LOPES, 1973).

Na década de 1970, somente 50% das isenções fiscais foram aplicadas para o empresariado já que a outra metade foi para constituir recursos do Plano de Integração Nacional e do PROTERRA, os quais foram diretamente aplicados pelo Poder Público.

No Brasil, estabeleceu-se que o empresário tinha ainda a alternativa de apresentar projeto próprio à SUDAM. Nessa hipótese, foram muitas as vantagens de que poderia usufruir. O capital de sua empresa podia constituir-se de um mínimo de 25% de recursos dos incentivos fiscais. Seu empreendimento fosse industrial, agropecuário ou de serviços básicos, podia ainda importar, sem pagamento de taxas alfandegárias, máquinas e equipamento sem similares nacionais e por 10 anos estava isento do pagamento do imposto de renda para reinvestimento no próprio projeto (SUDAM, 1998). Condições similares ocorreram dadas no Peru.

Graças aos incentivos fiscais, importantes grupos do Sul do País, inteiramente nacionais ou associados ao capital estrangeiro, se estabeleceram na Amazônia. O empresário contava com a assistência creditícia do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil, do PROTERRA e de instituições privadas, podendo recorrer também a investimentos externos. Recebia ainda constante apoio da SUDAM e de outras entidades públicas, federais e estaduais, de desenvolvimento e de pesquisas (SUDAM, 1981). Uma destas empresas foi o Banco Real (então controlado pelo banqueiro Aloysio de Andrade Faria, logo dono do Grupo Alfa) que fundou, em 1982, a Companhia Real Agroindustrial S.A. (CRAI) no município de Tailândia, no estado do Pará (MULLER; FURLAN; CELESTINO, 2006).

Durante os anos foram mudando os nomes e a estruturação das organizações que ministravam os fundos provenientes dos incentivos fiscais. Uma destas instituições foi a SUDAM que trouxe, no bojo de sua estruturação, a de administrar os recursos oriundos dos incentivos fiscais, os quais foram reformulados, passando a ser regida pela Lei nº 5.174, de 27.10.66, e regulamentado pelo Decreto 60.079, de 16.01.67. A SUDAM tinha um Conselho Deliberativo onde participavam os Governadores das Unidades Federadas da Amazônia Legal e outras autoridades (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 1982).

No ano de 1969 a legislação dos incentivos fiscais foi totalmente englobada no Decreto Lei nº 756 e regulamentado pelo Decreto nº 67.527, de 11.11.1970. Nesta nova regulamentação, não só foi reunida a legislação pertinente a os incentivos, como aprimorou-se o que havia falto. Basicamente foi acelerado o processo de aprovação de projetos e surgiu o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), com recursos para aplicação na região pelo Banco da Amazônia (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 1982).

Com a criação do PROTERRA no ano de 1971 foi substituído o sistema de incentivos fiscais vigente no momento, nos projetos agropecuários das áreas da SUDENE e da SUDAM, pelo crédito em longo prazo, com juros módicos e prazos de carência. Podia aplicar seus recursos em empréstimos fundiários, a pequenos e médios ruralistas, para aquisição de terra própria cultivável, ou ampliação de propriedades consideradas de dimensões insuficientes, para exploração econômica e ocupação da família do agricultor; financiamento de projetos destinados à expansão da agroindústria e da produção de insumos destinados à agricultura; subsídios ao uso de insumos modernos(LOPES, 1973).

Na década de 1970 a 1980 a atuação da SUDAM foi orientada por os três Planos de Desenvolvimento da Amazônia (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 1982).

Nos incentivos fiscais da década de 1991 a 2000, foi de destaque para o setor os gerados pelos mecanismos do FINAM. Os recursos financeiros provinham das pessoas jurídicas que optavam por aplicar 24% do seu imposto devido em investimentos na Região Amazônica, via FINAM. Estes recursos podiam ser aplicados em projetos previamente aprovados pela Superintendia do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ou aprovar projetos próprios com esta finalidade. O empreendedor submetia carta-consulta para aprovação junto à SUDAM, a qual determinava se o projeto enquadrava dentro das faixas de prioridade estabelecida para a região, depois do qual tinha que elaborar o estudo de viabilidade técnico-econômica para o projeto em questão. Os fundos do FINAM podiam participar em até 50% do montante de inversões totais necessárias para a implantação do empreendimento, havia, portanto a necessidade de uma contrapartida de recursos próprios. As empresas beneficiadas também podiam requerer a isenção do imposto de renda por um período de dez anos (VEIGA; FURLAN; KALTNER, 2001).

O problema foi que as empresas de médio ou grande porte foram as mais adequadas a receberem estes recursos porque havia muitos trâmites burocráticos que possuíam certo grau de complicação. Somente Sociedades Anônimas (S.A.) podiam ser beneficiadas pelos recursos do FINAM, já que a empresa precisava formalizar jurídica e contabilmente, a participação dos optantes, com o aumento de capital, emissão de ações e ou debêntures (VEIGA; FURLAN; KALTNER, 2001).

No Peru, no ano de 1999, foi criada a Lei N° 27037, Lei de Promoção dos Investimentos na Amazônia, que libera do imposto de renda os empreendimentos principalmente agrários e/ou de transformação ou processamento dos produtos qualificados como culturas nativas e/ou alternativos. As empresas de transformação de dendê só pagariam o 5% ou 10% do imposto da renda. Assim mesmo, foram dadas outras isenções fiscais.

No ano de 2004, no Brasil, o Governo Federal cria o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), orientado para a inserção de famílias de agricultoras e de assentados da reforma agrária na cadeia de produção do biodiesel no país (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011). Este programa concedia o chamado Selo Combustível Social para o qual o produtor de biodiesel deveria demonstrar uma relação contratual e de assistência técnica clara com os agricultores familiares e suas organizações, adquirir um percentual mínimo de matéria prima da agricultura familiar (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011).

Em troca disto, o produtor de biodiesel tinha algumas condições especiais dentre elas se podem mencionar a diferenciação/isenção nos tributos PIS/PASEP e COFINS; participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); acesso às melhores condições de financiamento junto aos bancos que operam o Programa (ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos); possibilidade de uso do Selo Combustível Social para promover sua imagem no mercado (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011)

No Pará, a Agropalma tinha o selo social, mas perdeu, porque a produção de biodiesel é ainda complicada a partir do óleo de palma, é ainda mais rentável alocar este produto para outros usos. Segundo entrevista feita com um diretor da empresa, o suprimento de álcool necessário para a produção de biodiesel a partir de óleo de dendê é um problema. O óleo de dendê no ano de 2010

ainda tinha pouca expressão na produção pela agricultura familiar no PNPB, sendo apenas de 16,5 mil litros (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011)

No Peru, a proteção do Estado aos cultivadores de dendê também foi dado por meio de proteções de alfândega, por pressão dos movimentos sociais ligados ao cultivo do dendê. Assim, em agosto do ano de 2005, o Governo do Peru promulga a Resolução Ministerial N° 226-2005-MINCETRUR/DM em que foi aprovada uma salvaguarda de 29% para as importações de óleos e gorduras provenientes da Comunidade Andina de Nações, principalmente da Colômbia. No ano de 2009 conseguiu-se que o Instituto Nacional de Defesa da Competência e da Proteção da Propriedade Intelectual (INDECOPI) incrementasse os direitos antidumpings para os óleos importados refinados de quatro empresas argentinas e a suspensão da importação de biodiesel procedentes dos Estados Unidos (MANCHE, 2012).

Quanto aos impostos, a Lei N° 28575, que elimina as isenções e incentivos tributários, exonera do imposto geral as vendas (IGV) e o Imposto a Renda, as empresas instaladas na Amazônia.

A Lei N° 28054, Lei de Promoção do Mercado dos Biocombustíveis, dispõe que no ano de 2010 o uso de biodiesel B2% (2% biocombustíveis e 98% petróleo), mas a partir de 2011 é obrigatório usar o 5% na mescla B5. Para cumprir com a lei no ano de 2012 foram importadas 180.000 t de biodiesel.

Crédito

No Brasil, os programas criados pelo Governo Federal nas décadas de 1970 e 1980, como PROTERRA, POLOAMAZÔNIA etc. não lograram participação das categorias de menor porte justamente por causa da exigência de garantias reais. A supressão da cobrança dessas garantias para a agricultura familiar foi o que fez do FNO um programa diferenciado e especial (ALMEIDA, 2004).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela **Constituição Federal de 1988**, como uma linha de crédito destinada ao desenvolvimento sustentável da região Norte. Apresentava recursos oriundos de 0,6% da arrecadação do imposto sobre renda (IR) e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) (SUDAM/PNUD, 1998)(ALMEIDA, 1998)

O FNO foi operacionalizado por meio de três programas de financiamento, sendo importante para o desenvolvimento da cultura do dendê o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF) que tinha como principal agente financeiro o Banco da Amazônia (ALMEIDA, 1998). Com o tempo, o FNO dirigiu a sua política de crédito para setores atípicos, para uma grande parcela de produtores que não tinham condições legais (titularização de terras) e financeiras (custo do crédito) para adquirir financiamento antes do FNO. Almeida (2004) agrega que os fundos constitucionais, dentre eles o FNO, enquanto um instrumento de política pública representou um avanço em direção à inserção social, ao permitir o acesso ao crédito aos segmentos de menor porte, como os mini e os pequenos agricultores rurais.

No ano de 1986 o Banco da Amazônia apresenta o relatório do Programa Dendê ou palma de óleo onde manifestam que por meio de seu Programa Dendê, os beneficiários foram pequenos, médios ou grandes empresas rurais, pessoas físicas ou jurídicas e cooperativas. Permitia até cinco anos de carência, com juros variáveis entre 3% e 8% anuais e trabalhava com vários bancos. Pedia garantias hipotecárias obrigatórias de imóvel objeto de plano, admitindo-se como complementação, a vinculação de outros imóveis rurais e/ou urbanos; penhor de máquinas e equipamentos; outras

formas de garantia passíveis de aceitação. As fontes de recursos foram do Banco Central do Brasil, Banco da Amazônia S.A., Programas Especiais (BANCO DA AMAZÔNIA S.A., 1986)

Por exigência dos movimentos rurais na década de 1990, o BASA lançou o Programa chamado FNO-Urgente que em 1993 passou-se denominar FNO-Especial, cujos beneficiários foram os miniprodutores, que ficaram isentos da apresentação de garantias reais. Desta forma, os miniprodutores tiveram facilidades de acesso ao crédito (ALMEIDA, 1998).

Na década de 1990 ao ano 2000, no Brasil, existiam linhas de financiamento e incentivos fiscais, por exemplo, o BNDES e o BASA, que ofereciam linhas de crédito para o investimento em agroindústrias. Existiam ainda recursos provenientes do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) e os incentivos fiscais oferecidos pelos governos estaduais para atrair empresas investidoras.

O Banco da Amazônia oferecia recursos provenientes do Fundo Constitucional do Norte (FNO) e podia atender atividades produtivas de toda a região Norte, dentre elas, se podia mencionar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria (PROAGRIN) como o mais adequado para atender à agroindústria do dendê. Este programa financiava a aquisição de ativos fixos, capital de giro ou investimento misto, com juros anuais de 9% a 16%, de acordo ao tamanho da empresa. Podia ter um prazo máximo de até dez anos, com carência de até dois anos. Sua vantagem foi a de não incluir a incidência de correção monetária sobre o financiamento (VEIGA; FURLAN JÚNIOR; KALTNER, 2001).

A instituição BNDES tinha linhas de financiamento com prazos de duração e carência mais flexíveis, mas com um nível de encargos financeiros variáveis. Os encargos incluíam custo financeiro, *spread* básico, *spread* do agente; o custo financeiro podia ser de taxa de juros de longos prazos (TJLP) ou variação da unidade monetária do BNDES. O *spread* básico oscilava entre 1% e 2,5% ao ano e o *spread* do agente podia chegar a até 4% ao ano. Os créditos podiam assumir até 100% do custo do projeto (VEIGA; FURLAN JÚNIOR; KALTNER, 2001). Na década de 2001 a 2010, o Governo do Brasil, por meio de seus bancos, disponibilizou linhas de crédito para a agricultura familiar, por intermédio da Caixa Econômica Federal chamada Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia de Biodiesel (GOVERNO DO ESTADO DE ACRE, 2011).

No caso do Peru, uma nova etapa no desenvolvimento do agronegócio do óleo de palma iniciou-se em 1979 com a constituição da primeira empresa privada no Peru dedicada ao estabelecimento de plantações de óleo e a sua transformação, a denominada “Palmas del Espino S.A.”, ligada a um dos maiores grupos empresariais do Peru. Esta empresa recebeu incentivos fiscais e empréstimos bancários com juros promocionais.

Também no Peru, a partir do ano 2010 até 2012, como propostas de ampliação da base dos beneficiários de crédito, foram constituídos Fundos Garantidores pelos governos regionais, para servir de garantia dos empréstimos dirigidos ao cultivo do dendê que outorguem os bancos privados que têm atividades no país. Para isso, o Fundo AGROPERU tinha 30 milhões de soles no AGROBANCO. Isto foi possível pelo Decreto Legislativo N° 1020, que autoriza aos governos regionais a constituição de fundos de garantia em entidade do sistema financeiro nacional de até cinco milhões de soles (MANCHE, 2012). Leis que ampliaram este benefício é o Decreto legislativo N° 1077 que cria o Programa de Compensação para a Competitividade (PCC), a Lei N° 29337, que estabelece disposições para apoiar a competitividade produtiva, a “PROCOMPITE”, que autoriza os

governos regionais a destinar até 10% de seus orçamentos, podendo receber ajuda do Estado de até 80% do investimento programado, com um teto de US\$ 300.000.

Na década de 2001-2010 o Governo Regional de Loreto por meio da Gerência Regional de Desenvolvimento Econômico, em articulação com o Ministério de Agricultura, promoveu a plantação de palma de óleo com assistência técnica e créditos do Programa de Créditos Agrários (PROCREA) nos seguintes lugares: Yurimaguas, na rodovia Iquitos-Nauta, em Contamana, Inahuaya, Pampa Hermosa-Contamana e Vargas Guerra, todos eles com assessoramento técnico das Nações Unidas (IIAP; SNV, 2008).

No Pará, muitos foram os projetos de desenvolvimento do agronegócio do dendê que tiveram o benefício dos incentivos fiscais, utilizaram os fundos ministrados pela SUDAM para a sua concretização. Assim, no ano de 1983 a DENPASA já tinha plantado 4.582 ha de palma com financiamento da SUDAM. Em 1980 a SUDAM aprovou o projeto Dendê da Amazônia S.A. (DENAM); em novembro de 1981 aprovou o projeto da Mendes Júnior Agrícola do Pará S.A. (AGROMENDES). Um pouco depois, em dezembro de 1982, foi aprovado o projeto da Companhia Real Agroindustrial (CRAI). Em 1984 também foi aprovado pela SUDAM o projeto da Companhia Universal Agro-Industrial S.A. Posteriormente a AGROMENDES e a CRAI foram absorvidas pela AGROPALMA (MULLER; FURLAN; CELESTINO, 2006). Todos estes projetos significavam mais de 20.500 ha, valor significativo para época, assim como mais três extratoras de óleo.

O aporte dos incentivos fiscais foi fortalecido pelo financiamento do Banco Mundial, sendo que em 1983 a DENPASA efetivou uma nova plantação de cerca de 10.000 ha e usina, no município de Acará, com apoio desta instituição internacional (CONDURÚ et al., 1983). Assim também, as plantações satélites de palma implantadas pelos associados à COOPARAENSE que em 1984 já forneciam suas produções de CFF para a Companhia Dendê Norte Paraense (CODENPA) e a empresa Dendê do Tauá Ltda. (DENTAUÁ), que receberam financiamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) (MULLER; FURLAN; CELESTINO, 2006). Também no ano de 1980 o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) aprovaram o projeto da Reflorestadora Amazônica S. A. (REASA) para o plantio de 3.000 ha com palma e a instalação de uma extratora de óleo. Mais uma vez o papel promotor do Estado via financiamento foi relevante.

O fato de que os produtores de palma tenham uma renda regular permite que sejam inseridos no mercado de crédito. Como eles se tornaram aptos ao crédito, muitas instituições financeiras identificaram os produtores de palma como grupo-alvo de suas operações de créditos, sendo este um dos ganhos indiretos das políticas públicas que visavam o desenvolvimento desta cultura e por outra parte se tem um arranjo institucional que integra melhor ao micro produtor da agricultura familiar ao sistema capitalista.

PARECERES DOS BENEFICIÁRIOS

Os entrevistados estão cientes da importância do papel do governo. Assim, 88,9% no Pará e 95,8% em Ucayalli consideram que a atuação do Estado é importante.

Destaca-se a importância do financiamento de instituições ligadas ao Estado no desenvolvimento das áreas plantadas. No Brasil, 67% dos produtores de cachos de frutos frescos (CFF) receberam financiamento de um banco ligado ao Estado; e, no Peru 54% do Estado ou uma

instituição ligada ao Estado. No Peru também se tem uma porcentagem significativa de autofinanciamento (35,9%).

Outros apoios governamentais significativos no Peru foram as doações de mudas (65%), modalidade que foi feita nos primórdios da implantação deste cultivo e continuada ao longo do desenvolvimento dos projetos que promoviam este cultivo. Ao contrário, no Pará o maior apoio do governo foi a facilitação do crédito (82,8%), mas este sistema também tem sido realizado desde 2010 no Peru por meio dos chamados fundos de garantia, que foram fundos depositados em entidades financeiras privadas por organizações estatais financeiras como a Corporação Financeira de Desenvolvimento (COFIDE) e governos regionais que permitiu que os pequenos agricultores sem apoio econômico real pudessem ter acesso ao crédito via sistema financeiro privado.

Quanto à produção em t/ha da agricultura familiar que produz CFF e variado tanto no Pará como no Peru, a frequência de maior produção nos entrevistados de Pará é maior do que 11 t/ha (37%), no Peru é de 1 a 2 t/ha (65%); seguem em frequência no Pará de 3 a 4 t/ha (22%), de 1 a 2 t/ha (19%). No Peru, a segunda maior frequência de maior produção é menor de 1 t/ha. A menor produção mais frequente no Pará é de menos de 1 t/ha (64%), igual que no Peru (90%).

Um aspecto que deve ser destacado é que a produção média de CFF está abaixo da produção que, segundo os fornecedores de sementes de dendê, pode chegar a produzir o dendê, motivo pelo qual alguns esforços devem ser orientados para o melhoramento desta produtividade, para o qual um papel muito importante vem a ter os tratamentos culturais, um bom zoneamento ecológico econômico, a seleção de variedades de alta produtividade, entre outros.

A produção está ligada à receita e estas também são variadas no Pará e no Peru. As receitas mais frequentes no Pará são de 3 a 4 salários mínimos, de 9 a 10 salários, de mais de 10 salários (todos com 21%). No Peru a renda maior mais frequente é a de 1 a 2 salários mínimos (44%), seguida das menores de um salário mínimo e de 5 a 6 salários mínimos (22% as duas). A menor receita mais frequente no Pará é a de 3 a 4 salários mínimos (40%) e no Peru é a menor a um salário mínimo (56%).

As instituições do governo como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), no Brasil; e o Banco Industrial e o Banco Agropecuário, no Peru, desempenharam um papel muito importante, principalmente por meio do acesso a linhas de crédito.

CONCLUSÕES

O Estado estimula o surgimento de uma alternativa de plantação agrícola na Pan-Amazônia, o dendê, usando suas organizações ou criando novas; dando isenções fiscais e créditos especiais.

Este fato demonstra a capacidade do Estado de agir para influenciar os processos de seleção natural que existem no mercado e na sua capacidade de gerar variedade tecnológica por meio da procura de inovação e a sua escolha pelo mercado. Isso é porque orientou seus recursos escassos em organizações, impostos e crédito para lograr a implantação de uma nova cultura na Amazônia, o óleo de palma. Também porque existindo outras culturas oleaginosas no mundo se optou pelo óleo de dendê.

Na participação dos estados do Brasil e do Peru no desenvolvimento do cultivo do dendê pode ser observada variação no tempo na intervenção estatal, em uma primeira etapa é a intervenção direta criando empresas públicas, depois privilegiando uma parceria com a grande

empresa, sendo que ultimamente o Estado procura uma aliança estratégica entre o Estado, as grandes empresas e os pequenos agricultores. Esta aliança, além de benefícios econômicos e sociais aos grandes e pequenos agricultores, permite que as grandes empresas tenham uma base social maior para se defender contra grupos sociais contrários ao desenvolvimento deste cultivo.

A participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), por meio do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental, e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), organizações ligadas ao Estado, confirma o papel fundamental desempenhado pelo governo federal no desenvolvimento do agronegócio do dendê. E o mesmo ocorre no Peru, onde instituições estatais desempenham um papel importante no desenvolvimento desta cultura.

Pode-se dizer que na medida em que muitos produtores de dendê foram bem sucedidos, sua participação no mercado se eleva e outros agentes procurarão imitá-los, determinando uma progressiva seleção pelo mercado das tecnologias superiores, alternativamente, o processo seletivo delimita a cada momento o leque de possibilidades de progresso técnico, condicionando a dinâmica de geração de variedade ao longo do tempo.

O Estado, ao fomentar o desenvolvendo do dendê, orienta a seleção de tecnologias que a seu entender tem maior potencial dinâmico futuro.

Os beneficiários dos projetos de desenvolvimento do dendê no Brasil e no Peru reconhecem a importância da atuação do Estado em sua integração a este agronegócio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. DA S. **Crédito rural no Brasil de 1985 a 1995 aspectos da concentração regional**. Belém do Pará, Brasil: Universidade Federal do Pará, 1998.

_____. **Os impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte na agricultura do Município de Castanhal**. [s.l.] Universidade Federal do Pará, 2004.

BANCO DA AMAZÔNIA S/A. **Programa de dendê**. Belém do Pará, Brasil.: 1986, 11p

BURGOS, J. **La palmera de aceite. Programa cooperativo de experimentación agropecuaria Perú**, v. 1, n. 1-3, p. 2-3, 1952.

CONDURÚ, J. M.; OSAQUI, Henrique; PEREIRA, Oswaldo G.; RETTELBUSCH, Adolf. **A eleicultura paraense: Informativo técnico**. Belén do Pará.1983. 82 p.

CORLEY, R. H. V. How much palm oil do we need? **Environmental Science and Policy**, v. 12, p. 134-139, 2009.

DAMMERT, J. L.; CÁRDENAS, C.; CANZIANI, E. **Potenciales impactos ambientales y sociales del establecimientos de cultivos de palma aceitera en el departamento de Loreto: Cuadernos de Investigación**. Lima, Perú:2012, 130 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, C. N. DE P. DE S. E D. (CNPDS). **Dendê: uma nova opção agrícola**: Série Documentos No 4. Manaus, Amazonas Brasil:1983.21 p.

GOBIERNO REGIONAL DE UCAYALI, G. **Diagnostico situacional de la cadena productiva de palma aceitera en la región Ucayali -2013**. Pucallpa, Perú.: Gobierno Regional de Ucayali, Dirección Regional Sectorial de Agricultura, Dirección de Promoción y Competitividad Agrária., 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE ACRE, D. **Alternativas de utilização de áreas alteradas no estado do Acre**. Edson Alve ed.Río Branco: Governo do Estado do Acre, 2011.

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES DE LA AMAZONIA PERUANA (IIAP); SERVICIO HOLANDES DE COOPERACIÓN AL DESARROLLO (SNV). **Linea de base sobre biocombustibles en la Amazônia peruana**. IIAP, SNV Iquitos, Perú: 2008, 78 p.

INSTITUTO FNP. **Agrianual 2008**. São Paulo, 2007.

LOPES, J. A **Amazônia**. Brasilia: Ministerio do Interior, Superintendencia de Desenvolvimento da Amazônia, 1973

MANCHE, D. **Informe situacional del cultivo de la palma aceitera en el Perú**. Lima, Perú: Ministerio de Agricultura Perú, 2011.

_____. **Avances Plan Nacional Palma - 2011**II congreso Internacional de la Palma aceitera. **Anais...**Pucallpa: Ministerio de Agricultura, Perú, 2012

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ma ed.São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MARÍN, L. **Diagnóstico situacional de la cadena productiva de palma aceitera en la región Ucayali**. Pucallpa, Perú.: 2015.

MINISTERIO DE AGRICULTURA, M. **Plan Nacional de Promoción de la Palma Aceitera 2000 - 2010**. Lima, Perú: MINAG, 2001.

MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. 2011, 48 p.

MULLER, Antonio Agostinho. et al. **Diagnóstico tecnológico dos pequenos produtores de dendê no estado do Pará**: Circular Técnica No 06. Belém do Pará, Brasil.1990. 21 p.

MULLER, A. A; ALVES, R. M. **A Dendeicultura na Amazônia Brasileira**. Documentos No 91. Embrapa, Amazônia Oriental. Belém do Pará, Brasil.: 1997, 44 p.

MULLER, A. A.; FURLAN, J. J.; CELESTINO, P. F. **A Embrapa Amazonia Oriental e o Agronegócio do dendê no Pará**. Documentos No 257. EMBRAPA, Amazônia Oriental.. Belém do Pará, Brasil, 2006. 68 p.

OCHSE, J. J. et al. **Cultivo y mejoramiento de plantas tropicales y sub tropicales**. Mexico, D.F.: Limusa, 1984.

PERALTA, J.; HUAMANCHUMO, C. **Situación actual y perspectivas futura del cultivo de la palma aceitera en el Perú** (A. A. Muller, J. Furlan Júnior, Eds.). Agronegocio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Anais...** Belém do Pará, Brasil.: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

RAYGADA Z, R. **Manual técnico para el cultivo de la palma aceitera**. 1ra. ed. Lima, Perú: Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida sin Drogas (DEVIDA), Proyecto de Desarrollo Alternativo Tocache - Uchiza (PRODATU), 2005.

SEIJAS, P. **Diagnostico situacional del cultivo de palma aceitera en la provincia de Puerto Inca**. Puerto Inca, Huánuco, Perú: 2003, 40 p

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). Incentivos fiscais de financeiros. SUDAM, Belém do Pará. 1981, 191 p

SUDAM/PNUD. **Avaliação do desenvolvimento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte FNO (1990/95)**. Belém do Pará, Brasil: SUDAM/PNUD, 1998.

SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **A SUDAM 15 anos 1966-81**. Ministerio do Interior, Belém do Pará, Brasil.: 1982, 53 p.

UNOPS/PNUFID, P.; **PROYECTO AD/PER/98/D05. Estudio de factibilidad para la instalación del cultivo y planta de transformación de la palma aceitera en la localidad del pongo de Caynarachi, región San Martín**. Lima, Perú: 1999

VEIGA, A.; FURLAN JÚNIOR, J.; KALTNER, F. J. **Situação atual e perspectivas futuras da dendeicultura nas principais regiões produtoras; a experiência do Brasil** (A. A. Muller, J. J. Furlan, Eds.) Agronegocio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Anais...** Belém do Pará, Brasil.: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

Apoio: CAPES; Universidade Nacional de Ucayali, Peru; Projeto Biomassa, EMBRAPA, Amazônia Oriental, Pará, Brasil.

LA ILUSIÓN CIUDADANA: PRESUPUESTO PARTICIPATIVO Y CIUDADANÍA INDÍGENA EN LA SELVA CENTRAL DEL PERÚ

Luis Andrés Calcina Romero¹

William Santos de Assis²

RESUMO

El presupuesto participativo, como política pública, y desde una visión hegemónica se constituye como un espacio aséptico y de empoderamiento ciudadano, sin observar que es además un escenario de lucha simbólica y de pugna de poder donde los pueblos indígenas se encuentran en situación de desventaja. La presente investigación busca explicitar de qué manera el presupuesto participativo configura una ilusión de ciudadanía en la población indígena y desalienta su participación. El centro del análisis se ubica en la Selva Central del Perú, en los distritos de Perené y Rio Tambo de las provincias de Chanchamayo y Satipo respectivamente. A través de un estudio explicativo de causalidad y usando el método etnográfico los primeros resultados revelan que en contextos diferenciados la implementación del presupuesto participativo en Selva central se ha constituido como espacio donde el peso de las decisiones recae en los grupos locales migrantes que reproducen y recrean las estructuras de hegemónicas del poder oficial. En este contexto la participación de los pueblos indígenas no es relevante porque 1) deben lidiar con grupos de migrantes no indígenas que cuentan con todas las herramientas para hacerse escuchar y 2) deben insertarse y disputar imaginarios en un escenario que no conocen y no entienden. Se concluye entonces que con serios problemas en el ejercicio pleno de su ciudadanía, con factores implícitos de discriminación por su participación en los espacios de decisión y con capacidades disminuidas, los pueblos indígenas de selva central construyen una “ilusión de ciudadanía” que recrea una falsa percepción de inclusión y los deja al margen de los beneficios del presupuesto.

Palabras chave: Presupuesto participativo. Ciudadanía. Pueblos indígenas.

INTRODUCCIÓN

El concepto de ciudadanía motiva diversas reflexiones sobre el rol de los individuos como actores de un proceso social. El ejercicio de la ciudadanía es posible solo si se confronta con estructuras sociales que buscan limitarla, como el Estado, que en muchos casos implementa políticas públicas sin tomar en cuentas las diferencias sociales y culturales existentes. En esta relación ciudadanía–Estado se establecen una serie de confrontaciones y negociaciones que solo son visibles a partir de un análisis más exhaustivo.

Si a esta compleja relación le agregamos la variable indígena entonces podemos darnos cuenta que la construcción del Estado nacional liberal no se efectuó sobre principios de libertad o

¹ Pesquisador em Instituto de Investigações de la Amazonía Peruana (IIAP) / Discente em PDTSA da UNIFESSPA. E-mail: luisguet@hotmail.com

² Docente-Pesquisador do PDTSA/UNIFESSPA e Docente-Pesquisador do PPGAA/UFPA. E-mail: williamassis@ufpa.br

igualdad, sino sobre concepciones hegemónicas de poder y dominio. Esto se hace evidente cuando se implementan políticas públicas en contextos multiculturales, como es el caso del presupuesto participativo. Esta política pública en su creación se concibe como un espacio aséptico y de empoderamiento ciudadano, sin observar que es además un escenario de lucha simbólica y de pugna por el poder entre grupos locales, donde los pueblos indígenas se encuentran en situación de desventaja.

El interés de considerar la relación existente entre una política pública y el ejercicio de la ciudadanía indígena como objeto de estudio nace a partir de las primeras observaciones realizadas en los presupuestos participativos implementados en la Selva Central peruana. Por esa razón el objetivo del presente trabajo es estudiar de qué manera el presupuesto participativo configura esa ilusión de ciudadanía en la población indígena, desalienta su participación y reproduce las formas tradicionales de exclusión y marginación. El escenario de análisis son los presupuestos participativos implementados en la Selva Central del Perú, específicamente en los distritos de Perené y Río Tambo de las provincias de Chanchamayo y Satipo respectivamente.

Desde esta perspectiva analizaremos las formas de ejercicio ciudadano a partir de las demandas políticas por mayores derechos (MUFFE, 1987) así como pueden analizarse desde la perspectiva de las ciudadanías diferenciadas (JUNG, 2006; KYMLICKA, 1996), es decir aquella que se construye a partir de las particularidades propias de un contexto multicultural. También se consideran aspectos antropológicos como las formas de práctica democrática en la población indígena (GASCHÉ, 2011), texto que ayuda a entender cómo se entiende y construye la ciudadanía en las sociedades comunitarias. Finalmente tomaremos elementos teóricos sobre participación a partir de los análisis realizados por Franco (1984), sobre los entornos favorables en la construcción de una ciudadanía participativa.

Producto de una primera exploración etnográfica se encontró que este espacio destinado a construir ciudadanía, por la forma como es implementado, promueve una falsa percepción de inclusión, pues por un lado, con mayor peso político, se ubican los grupos migrantes o sus descendientes, conocidos también como “los chori” o colonos, provenientes de la sierra; por el otro, en una posición de subordinación ciudadana, se ubican los grupos indígenas. Se observó también, que los grupos locales no indígenas, al contar con mayores herramientas y capacidades, se apropian de este instrumento para ejercer dominio y hegemonía sobre los grupos subalternos.

1 CONTEXTO GENERAL DE LA SELVA CENTRAL

1.1 Aspectos socioeconómicos

La Selva Central está considerada dentro de los trópicos húmedos americanos con suelos ácidos y estériles³. Geográficamente se ubica en la parte central del Perú entre los paralelos 8' y 13' de latitud sur y los meridianos 71' y 76' longitud oeste. El ámbito geográfico de Selva Central es amplio y diverso, no solo por la demarcación política sino también por la diversidad social existente.

³ Compuesto por oxisoles y ulisoles que caracterizan por su “alta acidez, niveles tóxicos de aluminio, deficiencias en fósforo, calcio, magnesio, azufre, zinc y otros micronutrientes, baja capacidad de intercambio catiónico, y alta capacidad de fijación de fósforo”. En “Estudio de Casos de Manejo Ambiental: desarrollo integrado de un Área en los Trópicos Húmedos – Selva Central.

En esta región amazónica predominan los pueblos indígenas pertenecientes al grupo lingüístico Arawak, conocida también como Arahuaque, que son además parte del sub grupo preandino o Arawak preandino (RIVET; TIVESTIN, 1940, apud GOW, 2002, p. 150) y en menor medida es posible ubicar etnias de las familias lingüísticas Pano.

Diversos estudios, fundamentalmente de tipo antropológico (VARESSE, 1969; SMITH, 1974) o económico (BARCLAY; SANTOS-GRANERO, 1980), identifican a la Selva Central con un continuo histórico, político, económico y cultural, bajo dominio del grupo Arawak. De esta manera, la geografía de esta región queda definida por los pueblos ashaninka, yanasha y nomatsiguenga, seguido por los matsiguengas y amahuacas y, en menor medida por los Piro y Culina.

Tabla 1 – Comunidades censadas por grupo étnico y por departamento en Selva Central

Departamento	Toblación total	Nº comun.	Ashaninka	Asheninka	Caquinte	Matsiguenga	Nomatsiguenga	Piro	Yanasha	TOTAL
Ayacucho	231	4	4							4
Cusco	15230	65	31			32		2		65
Huánuco	2594	13	6						7	13
Junín	73637	238	209		2		22		5	238
Pasco	16414	113	83						30	113
Ucayali*	40407	136	77	49		3		7		136
Loreto		3	1					2		3
Madre de Dios		11				5		6		11
TOTAL	148513	583	411	49	2	40	22	17	42	583

Fuente: elaboración propia con datos de Instituto Nacional de Estadística (2008)

Para el presente trabajo la extensión geográfica está delimitada al departamento de Junín porque ahí se ubican el mayor número de población indígena (238 comunidades), principalmente ashaninka. Dentro del departamento se han seleccionado los distritos de Perené y Río Tambo de las provincias de Chanchamayo y Satipo respectivamente para el trabajo de campo.

En el escenario delimitado observamos que la población colona migrante -proveniente de la sierra andina de Tarma, Jauja y Huancayo principalmente⁴-, también conocidos como “los chori” coexisten con población indígena. En el departamento de Junín la población predominante al nivel provincial es no indígena (68% en Satipo y 91% en Chanchamayo), mientras que la relación poblacional al nivel distrital es diferente, en Perené, los indígenas solo representan el 9%, en Río Tambo, provincia de Satipo, este porcentaje se incrementa a 62%.

En el aspecto económico la actividad predominante son las actividades agrícolas y pesca con 47%, seguido de actividades no calificadas con 35,4%. Algunas comunidades complementan sus actividades con artesanía y turismo. Esta economía practicada por las comunidades es

⁴ A pesar de la presencia andina, en Selva Central, también tiene un peso relevante la población descendiente de migrantes franceses, italianos y austro alemanes que se asentaron en la zona.

fundamentalmente de subsistencia, no generan producción a escala y el acceso a los mercados es muy restringido, en la mayoría de los casos dependen de intermediarios.

La situación social de la zona de estudio es compleja y difícil, la pobreza llega a 30,8% en Perené y 37,4% en Río Tambo, de los cuales en promedio el 7,8% se encuentra en situación de pobre extremo y 26,35% es pobre no extremo (Mapa de Pobreza INEI, 2009). En salud, Junín presenta una desnutrición crónica infantil de 22,1% y desnutrición aguda de 1,0%, además de altos índices de anemia (51,6%) infantil

En el aspecto educativo, en la última prueba realizada a los estudiantes (ECE 2013-2014), los resultados muestran que en comprensión lectora el 13,7% de alumnos no logró los aprendizajes esperados y un 51,9% se encuentra en proceso. En Matemática el 46,63% no logró los aprendizajes esperados y 34,2% se encuentra en proceso. Con relación a las prácticas de lectura y escritura (analfabetismo) tenemos que en promedio el 21,65% de la población no sabe leer ni escribir, encontrándose el índice más alto en el pueblo ashéninka con 41,6%.

En este contexto de carencia y necesidades por atender se implementa el año 2003 el presupuesto participativo⁵ que tiene como objetivo generar un mecanismo para planificar, programar y ejecutar la gestión local a partir de las necesidades y con la participación de la población.

1.2 El presupuesto participativo

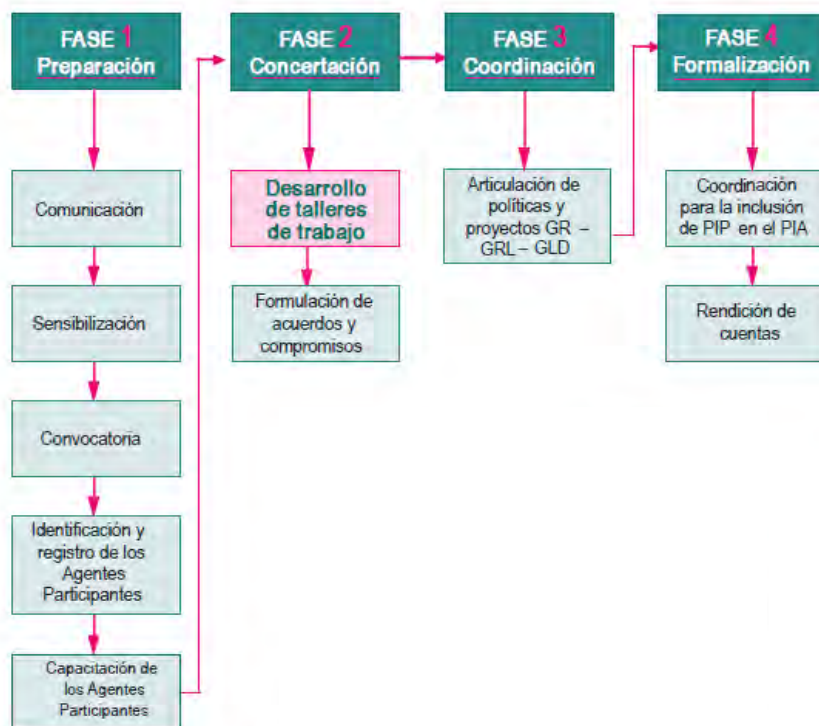
Las construcciones teóricas sobre el presupuesto participativo abonan en favor de una imagen positiva del mismo como herramienta de gestión de ahí que se entienda como un instrumento de política y de gestión donde concertadamente autoridades y población deciden sobre en qué y cómo se invertirán los recursos del Estado. La Ley Marco del Presupuesto Participativo sostiene que es la “asignación equitativa, racional, eficiente, eficaz y transparente de los recursos públicos, que fortalece las relaciones Estado - Sociedad Civil”. Por su parte Lieberher (2003) tomando el concepto de De Souza, considera que el presupuesto participativo es ante todo un proceso democrático “voluntario y universal” que permite a la población discutir sobre el presupuesto y sobre las políticas públicas, se orienta por lo tanto por cuatro principios:

- a. Reorientar los recursos públicos en dirección de los más pobres
- b. Crear nuevas relaciones entre gobernantes locales y ciudadanos
- c. Inventar una nueva cultura democrática y
- d. Movilizar el sentido de ciudadanía.

El mecanismo de funcionamiento establecido en la Ley establece un proceso de cuatro fases:

⁵ Aunque la Ley de Bases de la Descentralización, Ley N° 27783 del año 2002 y la Ley Orgánica de Municipalidades, Ley N° 27279 del año 2003, señalan mecanismos de participación ciudadana en la gestión local, no es sino con la Ley Marco del Presupuesto Participativo, Ley N° 28956 que este mecanismo de participación se institucionaliza.

Figura 2 – Fases del proceso del presupuesto participativo basado en resultados



Fuente: Guía del Presupuesto Participativo Basado en Resultados, Prodes 2010, p. 22

La primera fase requiere la constitución de agentes participantes, que son los grupos de ciudadanos organizados que participan del proceso. Se basa en el mecanismo de representación, por lo tanto no se permite la participación individual. La convocatoria se realiza a través de medios de comunicación, generalmente de poco alcance, y de oficios de invitaciones a diversas organizaciones sociales. La segunda fase es la etapa de la confrontación simbólica y de poder. En esta etapa se proponen, discuten y deciden los proyectos a aprobarse.

La tercera y cuarta fase es la etapa de consumación del proceso. Aquí se firman las actas que aprueban las obras priorizadas. Concluido el proceso, un comité técnico designado para tal fin opera como filtro y es en última instancia el que decide, en función de los criterios de evaluación, qué obras serán ejecutadas.

2 PISTAS TEÓRICAS

2.1 Hegemonía y democracia radical

Todas las relaciones comunitarias están basada en relaciones de dominación. Al respecto Weber (2002) señala que la finalidad última de la dominación es una determinada “voluntad manifiesta” del dominador influye sobre las acciones de otros (dominados) logrando la obediencia. El rasgo distintivo de esta obediencia es que se realiza “como si los dominados hubieran adoptado por sí mismos y como máxima de su obrar el contenido del mandato” (WEBER, 2002, p. 699). Si hablamos de un régimen de gobierno y por lo tanto de la función del Estado, ésta forma de dominación se ejerce por un lado a través de las estructuras burocráticas que naturalizan las

relaciones de dominación revestidas de “un servicio” otorgado del dominador al dominado y por otro a través del monopolio de la violencia legítima.

Weber sin embargo tiene dificultades para explicar procesos de dominación donde se producen las estructuras de poder y se reproducen desde los niveles Estado central a niveles locales o municipales. Si bien en estos espacios las relaciones de dominación, sobre todo la dominación burocrática se naturaliza y se asume como parte del proceso regular de la democracia pluralista, se produce una obediencia no a la persona, sino a la regla y esto solo es posible por la ausencia de reflexión del espíritu de la norma.

Para explicar esta domesticación en el proceso de dominación será necesario recurrir al concepto de hegemonía trabajado por Gramsci (2006). Para este autor la hegemonía es una forma de aceptación del poder y de la dominación de manera voluntaria donde se invisibiliza la coerción y la violencia. Esta forma de aceptación de la dominación es voluntaria, o por lo menos es así como se representa y se asume. De esta manera, los espacios de lucha local por el poder expresados en las políticas públicas (como el presupuesto participativo) no se ven como ejercicio de dominación sino como prácticas políticas regulares y naturales.

Las relaciones hegemónicas así expresadas por el poder institucionalizado se reproducen a niveles micro y los grupos hegemónicos locales ejercen dominio sobre los grupos subalternos –entiéndase indígenas- relegándolos a un papel marginal. Esta dominación se realiza a través de la entronización de valores y visión del mundo donde la educación, la religión y la cultura juegan un rol determinante.

Gramsci por supuesto limitó su análisis a estructuras macro políticas de ahí que formulara la necesidad de construir proyectos hegemónicos alternativos (contrahegemónicos) que llevaría al poder a los grupos subalternos donde la dimensión cultural tenía un rol fundamental. En un contexto de democracia pluralista liberal, es probable que esta forma de resistencia tenga ciertas limitaciones dado que las condiciones propias de los grupos subalternos, en este caso de los pueblos indígenas, no permiten pensar en lo inmediato en soluciones contrahegemónicas.

La salida a este entrapamiento nos la proporciona Mouffe (1987). Para esta autora pensar en hegemonía es pensar en las nuevas formas de estructuración social propios del capitalismo tardío. La salida que se debe esgrimir es la radicalización de la democracia, entendida como “articulación de las luchas contra los diferentes formas de subordinación” (MOUFFE, 1987, p.6). Desde esta perspectiva el concepto hegemonía no se expresa solo en relaciones políticas de dominación sino que está presente también una lógica social.

Así la tarea pendiente no consiste en “renegar de la ideología liberal-democrática sino al contrario, en profundizarla y expandirla en la dirección de una democracia radicalizada y plural” (MOUFFE, 1987, p.199). Esta radicalización de la democracia implica extender las luchas sociales (articulación de antagonismos), entendida como proporcionar a los sujetos una serie de herramientas que les permitan participar en la toma de decisiones. Es a partir de esta lógica democrática que es posible romper con cualquier proyecto hegemónico, que como veremos fue utilizado por los movimientos indígenas en sus demandas y adquisición de nuevos derechos.

Los presupuestos teóricos analizados acá nos permiten comprender que en toda relación social existe una relación de dominación y obediencia que es estructurada desde el poder central del Estado. El ejercicio de este poder genera una hegemonía de es invisibilizada, por lo que termina siendo aceptada de manera voluntaria y transmitida a través de canales formales como a escuela, los

medios de comunicación, la religión o la cultura. Pero la hegemonía no implica una relación paritaria que enfrenta la sociedad al Estado, puesto que la complejidad social permite visibilizar diversos intereses en lucha. La salida de este estado domesticación social a partir de la diversidad social existente solo es posible si se logra articular los diferentes intereses proporcionándoles las herramientas para radicalizar la democracia y hacerla más participativa, lo que implica desarrollar con mayor intensidad la dimensión ciudadana.

2.2 La idea de ciudadanía

El primer teórico que entendió la ciudadanía más allá de las clases sociales fue Marshall (1949), para él la ciudadanía se asumía como una pertenencia plena a una comunidad que estaba compuesta de tres partes: civil, política y social. El postulado de Marshall recoge los principios de pertenencia sobre los que se erige una nación que Anderson (2006) entendió como comunidades imaginadas. Esta conceptualización no asumía la diferencia como parte constitutiva de una sociedad, problema que fue resultado inicialmente por Kimlicka (1996) que reconoce la existencia de derechos diferenciados y establece que “los miembros de determinados grupos se incorporan a la comunidad política no solo en calidad de individuos, sino también a través del grupo” (KYMICKA, 1996, p. 240).

Kymlicka sostiene que en estados multiétnicos existen tres formas de derechos que son aplicables a los grupos diferenciados, el primero es el derecho al autogobierno y autodeterminación, el segundo se refiere a los derechos poliétnicos, como derechos que ayudan a que expresen sus particularidades culturales, y el tercero se entiende como derechos especiales de representación basados en la discriminación positiva. La obtención de estos derechos no configura una sociedad más equitativa e igualitaria, principalmente porque el discurso de ciudadanía no rompe con las estructuras hegemónicas y de dominación del Estado y de los grupos que lo controlan. De hecho ayuda a visibilizar las particularidades culturales, pero los grupos diferenciados deben disputar espacios de poder en condiciones de desventaja.

Young (2000) basado en el concepto de ciudadanía diferenciada, intenta superar estas dificultades sosteniendo que la incorporación de los grupos minoritarios pasa también por la implementación de cuotas de representación que garantice la defensa de sus intereses. De alguna manera Jung apuesta por modificaciones más sustanciales en la sociedad liberal para hacerla más justa, a través de la incorporación de la diferencia. A pesar del esfuerzo de las teorías liberales para lograr una sociedad más equitativa en contextos multiculturales, las demandas de ciudadanía de los grupos indígenas, por ejemplo, son cada vez más fuertes y apuntan a una reestructuración del Estado y de todos sus componentes.

A este nuevo proceso se le conoce como ciudadanía étnica o ciudadanía indígena y su propuesta está sustentada en mayor autonomía y una construcción del Estado con carácter plurinacional. Recogiendo los postulados anteriores, esta ciudadanía étnica reclama el derecho de decidir sobre su territorio, recursos naturales, sistemas educativos, lengua, muchas veces al margen del Estado oficial. El doble juego de esta nueva concepción de ciudadanía radica en que se desplaza indistintamente entre a ciudadanía liberal individual y la ciudadanía colectiva y recrea formas de organización ancestral para el ejercicio de sus derechos.

En el imaginario de las sociedades indígenas peruanas, la ciudadanía comunitaria basada en la democracia activa (GASCHÉ, 2010) se sustenta en los principios de:

libertad y autonomía personales y domésticas, la reciprocidad — positiva y negativa — y la solidaridad, la aspiración a la igualdad social y material, la generosidad y el consumo suntuario, así como en el respeto de una autoridad basada en el saber y saber-hacer. (GASCHÉ, 2010, Tomo II, p. 170).

El principio de autoridad se sustenta en la experiencia, el dominio de los recursos de la naturaleza y de la capacidad del líder de desplazarse entre la comunidad y la sociedad formal. Los niveles de decisiones son altamente deliberativos y generalmente consensuados pero que las emplean en formas de organización impuestas por la sociedad oficial⁶. Cuando necesitan ser atendidos en sus demandas la ciudadanía adquiere una forma militar, basada en un comando central y en un líder con cuya autoridad se puede disentir pero no se cuestiona.

Las pistas teóricas analizadas hasta acá nos han permitido entender que la ciudadanía vista como sentido de pertenencia e inclusión en una sociedad de iguales invisibiliza a los grupos minoritarios y no les proporciona las herramientas para su incorporación como ciudadanos. Esta deficiencia ha sido superada en parte por las concepciones de ciudadanía multicultural y ciudadanía diferenciada, que abogan por dotar de mayores derechos a los pueblos indígenas tomando en cuenta sus particularidades culturales.

Desde la perspectiva de ciudadanía indígena, sin embargo estos derechos adquiridos no son suficientes ya que los pueblos indígenas demandan cada vez mayores niveles de autonomía y decisión inclusive al margen del Estado. Estas demandas apuestan por una reconfiguración del Estado y la sociedad liberal individual nacional por un estado plurinacional colectivista que incorpore prácticas ciudadanas tradicionales basada en el respeto por las libertad, autonomía, reciprocidad y solidaridad, pero sobre todo que tenga una alta dimensión participativa.

2.3 Participación política

La democracia liberal tiene serios problemas de representación, los ciudadanos demandan mayores controles y capacidad de decisión sobre los gobernantes, ellos abogan por eliminación de las estructuras de intermediación (PRUD'HOMME, 2001) entre pueblo y gobernante y por lo tanto de una mayor participación. Por participación política entiende Vieira (2014) cómo influir e intervenir en las políticas estatales, esto es el involucramiento en los asuntos públicos (TANAKA, 2000), pero también es una forma de ejercer la democracia mediante mecanismos e instrumentos establecidos por ley. Es, por lo tanto, un derecho y un deber, porque busca mejorar el bienestar de los miembros de la comunidad (ALONSO, 2007).

La duda que deja esta fascinante mirada de la participación es ¿qué hace que un individuo, en tanto miembro de un colectivo participe políticamente? Franco (1981) considera que detrás de una acción participativa existe una percepción de problemas por resolver y por lo tanto imágenes de una sociedad deseable. La consecución de esta sociedad deseable va depender de los valores humanos implícitos en ella. Ahora bien, estos valores son parte de un sistema personal de creencias “de valores terminales referidos a estados finales de existencia, interconectados cognitiva y

⁶ La asamblea comunal es la forma más común en la toma de decisiones. Este modelo organizativo se impuso a través de la legislación peruana.

funcionalmente con valores instrumentales, referidos a modos y medios de conducta actuales o posibles” (FRANCO, 1981, P. 173).

Dicho de otra manera, la conducta política va a estar determinada por las ideas sociopolíticas vinculadas a la intención de cambio. Ahora estas valoraciones y creencias en torno a la sociedad deseable influyen en la valoración de la participación del individuo, de esta manera el comportamiento político participativo estaría determinado por 1) imagen de la sociedad deseable, 2) las metas u objetivos sociopolíticos, 3) percepciones y creencias sobre la situación política actual y 4) valoración que el sujeto realiza de su compromiso personal y de sus consecuencias.

La construcción de la sociedad deseable, que tampoco es un proceso acabado, no es como se supone un proceso individual, sino que se confronta con lo social y de hecho se visualiza más como acción social, que como afirma Weber (2002) es orientada, tiene motivaciones, objetivos y fines. Ahora bien esta participación se expresa según Vieira (2014) de dos maneras: 1) A través de una participación convencional que se da mediante instituciones formales, con mecanismos establecidos y “promovida por las élites políticas” y 2) A través de una participación no convencional, que generalmente se confronta con las estructuras dominantes y expresa demandas sociales que no son atendidas con el uso de los mecanismos formales.

Podemos concluir entonces afirmando que el rasgo distintivo de la participación es la búsqueda de una sociedad deseable, y que ésta solo puede lograrse a través del involucramiento en lo social, que implica previamente una serie de valoraciones individuales y sociales. La participación es un acto individual enmarcado en una acción social, no es por lo tanto espontánea sino orientada, expresados a través de canales convencionales y no convencionales.

3 CIUDADANÍA INDÍGENA Y PRESUPUESTO PARTICIPATIVO: PRIMERAS APROXIMACIONES

Cuando se revisan las bases teóricas que sustentan el presupuesto participativo en el Perú se encuentra que existen una serie de supuestos que no toma en cuenta la multiculturalidad social presente. Su configuración asume la existencia de una sociedad de iguales (MARSHALL, 1949) y por lo mismo invisibiliza las diferencias, asumiendo también que al ser un espacio de diálogo democrático y “horizontal”, todos están en las mismas condiciones de ser parte de él.

En contextos diferenciados, sin embargo, esta sociedad de iguales no existe. La ocupación de la selva alta en La Merced, Satipo y Oxapampa, por ejemplo, despojó a las poblaciones indígenas de sus territorios, reduciéndolas a espacios comunales de supervivencia alterando sustancialmente sus formas de vida. La “incurción de la modernidad” con la agricultura, minería, petróleo, carreteras entre otros, se materializa en ellos como atraso y pobreza. Producto de la deforestación, desaparecieron sus recursos y por lo tanto su formas de subsistencia. Poblaciones antes libres y dueñas de territorios y recursos, son ahora pequeños grupos marginales que engrosan los niveles de pobreza, empujados hacia una racionalidad del mercado, que no conocen ni entienden, salvo en sus formas más primarias.

Es natural por eso, ver en este escenario la existencia de diversas representaciones en pugna –cuando se trata del presupuesto participativo– que nos habla de una pluralidad de intereses en juego: clubes de madres, asociación de padres de familia, productores, jóvenes; frentes de defensa, comunidades indígenas, colegios profesionales, instituciones educativas, entre otros son una muestra de ello. Sin embargo la confrontación menos perceptible y por lo tanto más persistente es

la que se da entre los grupos de migrantes o descendientes de migrantes, también llamados colonos y la población indígena.

De ahí que el presupuesto participativo se constituya en una zona de contacto (PRATT 1992) configurándose una relación de dominación (WEBER, 2002) y hegemonía (GRAMSCI, 2006). En esta zona de contacto, sostiene Pratt se da una lucha permanente por “el poder interpretativo y la producción de significados”⁷. Cabe destacar sin embargo, que en esta lucha los grupos de migrantes y colonos tienen la ventaja de estar más y mejor insertados en la lógica civilizadora de la sociedad y por lo tanto ejercen su hegemonía a partir de la posición que ocupan socialmente, esto configura además la ilusión de ciudadanía en los pueblos indígenas porque se sienten incluidos al insertarse en este proceso. Sin embargo existen suficientes razones para suponer que esta inclusión es aparente. Algunos criterios que configuran esta ilusión ciudadana se expresan en:

- a. Conflicto intercultural: el proceso se realiza bajo el criterio de homogeneidad, se invisibilizan las diferencias y se asume que está compuesto por una comunidad de ciudadanos iguales, es por eso que todo el proceso está basado en textos escritos (la oralidad comunitaria no se toma en cuenta), en español (no hay traducción) y con una programación que no se ajusta a los tiempos y características de la población indígena.
- b. Dominio de la abstracción: El presupuesto participativo tiene una serie de etapas y sub etapas que necesitan ser analizadas en detalle, requieren de mucha capacidad de abstracción y de un conocimiento previo del funcionamiento de las estructuras del Estado. Muchos de los líderes indígenas tienen poca claridad sobre la función y fines del presupuesto participativo. Por otro lado, la organización del presupuesto público su distribución, formas de ejecución entre otros, son conocimientos previos poco accesibles e incompresibles para la población indígena.
- c. Disfunción económica: Para la priorización de proyectos el comité técnico del presupuesto participativo diseña una serie de criterios de evaluación, entre ellos si la idea propuesta cuenta con expediente técnico. El expediente técnico es un documento que solo puede ser realizado por un equipo de especialistas, habilitados y colegiados, por cuyo trabajo cobran una cantidad de dinero (un porcentaje del presupuesto total de la obra). La población indígena carece de recursos para financiar un documento de esta naturaleza, por lo que se limitan a proponer ideas de proyectos.
- d. Confrontación simbólica: La configuración de la ciudadanía desde la perspectiva indígena está basada fundamentalmente en la deliberación (intercambio de ideas), reciprocidad y en criterios de igualdad. Desde la concepción del colono migrante en cambio la ciudadanía se basa principalmente en la confrontación (poder y dominio), en el dominio del número y en la argumentación.

Como podemos observar, la forma como se desarrolla el presupuesto participativo en la Selva no son culturalmente adecuadas, no se basan en criterios de equidad, interculturalidad y ciudadanías diferenciadas. Su implementación obedece a razones administrativo burocráticas que

⁷ Pratt, Mary Louise, Apocalipsis en los Andes; zonas de contacto y lucha por el poder interpretativo. Consulta 20 de junio de 2015. <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Pratt.pdf>

terminan reproduciendo las estructuras de dominio, hegemonía y poder, que son adecuadamente aprovechadas por los grupos no indígenas.

CONSIDERACIONES FINALES

Ser parte de todo el proceso de presupuesto participativo implica para la ciudadanía un nivel de organización y de empoderamiento así como el desarrollo de la capacidad argumentativa y la construcción de redes de poder. En contextos diferenciados el ejercicio de la ciudadanía se torna más complejo por la serie de imaginarios y sensibilidades en juego, por esa razón, desde su implementación en Selva central se ha constituido como espacio donde el peso de las decisiones recae en los grupos locales (migrantes o descendientes de migrantes) que reproducen y recrean las estructuras de hegemónicas del poder oficial y en la autoridad municipal, generalmente aliados a éstos. Los pueblos indígenas cuyo peso específico en el escenario político no es relevante, difícilmente son escuchados.

Sin embargo la población indígena participa. Para que esto sea posible adopta y recrea diversas formas de participación. A través de sus federaciones como la Central de Comunidades Nativas de Selva Central (CECONSEC) o la Central Ashaninka de Río Tambo (CART), así como mediante sus comunidades de origen se organiza en grupos de productores, jóvenes, madres, padres de familia, entre otros, para disputar el escaso presupuesto que se les asigna a los gobiernos locales.

Los resultados que su participación logra no es relevante, en primer lugar porque debe lidiar con grupos de migrantes no indígenas que cuentan con todas las herramientas para hacerse escuchar y en segundo lugar, deben insertarse y disputar imaginarios en un contexto de no conocen y no entienden. Se observa que con serios problemas en el ejercicio pleno de su ciudadanía, con factores implícitos de discriminación por su participación en los espacios de decisión y con capacidades disminuidas para el ejercicio ciudadano, los pueblos indígenas ashaninkas de selva central construyen una “ilusión de ciudadanía” que recrea una falsa percepción de inclusión y los deja al margen de los beneficios del presupuesto.

REFERENCIAS

- ALONSO, C. *Participación Comunitaria e Incidencia Política*. Guatemala: UVG, Fundación Soros de Guatemala, 2007 (Colección Manuales de Buenas Prácticas)
- BARCLAY, Federica; SANTOS-GRANERO, Fernando. *Órdenes y desórdenes en la Selva Central: Historia y economía de un espacio regional*. Lima: IFEA, IEP, FLACSO Ecuador, 1980.
- BARCLAY, Federica; SANTOS-GRANERO, Fernando. *Amazonía 1940-1990. El extravío de una ilusión*, 1^o ed. Lima: CIAP, CISEPA, 1993.
- CANCLINI, Nestor García. *Consumidores y ciudadanos: conflictos culturales de la globalización*. México: Grijalbo, 1995.
- FRANCO, Carlos. La preferencia por una sociedad participativa (una exploración em personalidad, ocupación e ideología). En: LANGTON, Kenneth; SCURRAH, Martin; FRANCO, Carlos. *Personalidad, poder y participación*. Lima: CEDEP, 1981. p. 161-275
- GASCHÉ, Jorge; VELA, Napoleón. *Sociedad Bosquesina*. 1^o ed. Tomo II, Iquitos: IIAP, 2012.

- GRAMSCI, Antonio. *Prison Notebooks: Rethinking Marxism*, Letter 18, 1, 2006, pp. 1-7.
- GOW, Peter. Piro, Apuriña, and Campa: Social Dissimilation and Assimilation as Historical Processes in Southwestern Amazonia. En: D. HILL, Jonathan; SANTOS-GRANERO, Fernando (Ed.). *Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Cultura Area in Amazonia*. United States of America: University Illinois, 2002. p.147 – 170.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. *Resultados definitivos de comunidades indígenas. Censos Nacionales 2007: XI de Población y VI de Vivienda*. Tomo 3. Lima, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. *Mapa de Pobreza Provincial y Distrital 2009: El enfoque de la pobreza monetaria*. Lima, 2009
- KYMLICKA, Will. *Ciudadanía Multicultural*. España: PAIDOS, 1996.
- LIEBERHERR, Françoise. El presupuesto participativo: herramienta de una democracia participativa. *Urbanews*, n. 7, DDC, 2003. p. 1-3.
- MARSHALL, T. H. Ciudadanía y Clase social. En MARSHALL, T. H.; BOTTORMORE, Tom. *Ciudadanía y Clase Social*. Alianza Editorial, 1998.
- MATT, Finer; ORTA-MARTÍNEZ, Martí. A second hydrocarbon boom threatens the Peruvian Amazon: trends, projections, and policy Implications. *Environmental Research Letters*. IOP Science. V. 5, 2010. Disponible en <<http://iopscience.iop.org/1748-9326/5/1/014012>>. Acceso: 8 feb. 2015.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN. *Resultados de la Evaluación Censal de Estudiantes 2014: Presentación de resultados*. Lima, 2014.
- MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Traducción de Marco Aurelio Galmarini, España: PAIDOS, 1999.
- PRATT, Mary Louise. Apocalipsis en los Andes; zonas de contacto y lucha por el poder interpretativo. Disponible en: <<http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Pratt.pdf>> Acceso: 20 de jun. 2015.
- PRODESCENTRALIZACION. *Guía del Presupuesto Participativo Basado en Resultados*, Lima, Prodes 2010.
- PRUD'HOMME, J. *Consulta popular y democracia directa*. México: Instituto Federal Electoral, 2001.
- RENARD-CASEVITZ, France-Marie. Bibliografía Regional: Los Campa de la Selva Central y Sur del Perú. *Redial*, París, n. 6-7, p. 148-213, 1995-1996.
- SMITH CHASE, Richard. *The Anuesha People of Central Peru: Their Struggle to Survive*. Copenhagen: IWGIA, 1974. Mecanografiado.
- TANAKA, Martín. *Los tres principios de la participación: involucramiento colectivo, intermediación y pluralismo*. Participación popular en las políticas sociales y los grados de complejidad social. Informe final. Lima: IEP, CIES, 2000.
- VARESSE, Stefano. *La sal de los Cerros*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2006.
- VIERIA, M. *La ciudadanía incompleta: Derechos económicos y sociales en la periferia urbana de Brasil*. España, Ediciones Universidad de Salamanca, 2014 (Colección Vitor).
- WEBER, Max. *Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*. Traducción de José Medina Echevarría et al. 2º ed. en español. España: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorías. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.



O DESENVOLVIMENTISMO E AS TENTATIVAS DE ANIQUILAMENTO DAS FORMAS DE EXISTÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE BARCARENA.

Rosane Oliveira Martins Maia¹

Rosa Elizabeth Acevedo Marin²

RESUMO

Inaugurado o desenvolvimento e o progresso nos últimos quarenta anos em Barcarena, as comunidades tradicionais buscam organizar resistências e estratégias políticas e jurídicas para garantir as suas formas de existências diferenciadas e suas territorialidades específicas. Mesmo em um cenário de disputas por recursos naturais e em volta de constantes crimes ambientais provocados pelas empresas do complexo de mineração, essas comunidades resistem à política desenvolvimentista implantada no município. Por meio das vozes e memórias das comunidades tradicionais que persistem em torno do rio Murucupi, na Vila dos Cabanos-Barcarena, busca-se estudar a construção da percepção enquanto sujeitos de direitos, mesmo diante das imposições autoritárias e excludentes do desenvolvimentismo.

Palavras Chaves: Desenvolvimentismo, Desenvolvimento, Progresso, Resistência, Comunidades Tradicionais.

INTRODUÇÃO

No decorrer da ditadura militar foi elaborado um conjunto de planos e programas, como a Operação Amazônia, I e II Plano de Desenvolvimento da Amazônia e o Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) que possuíam a intenção de inserir à Amazônia ao capitalismo internacional, disponibilizando os seus recursos naturais ao grande capital. As intervenções encadeadas contribuíram para a instalação um novo estilo de desenvolvimento regional, fundamentadas em teorias de modernização entre elas a dos “polos de crescimento econômico”, que se legitima na implantação de uma “indústria motriz”³ capaz de impulsionar o crescimento econômico.

Os polos minerais na Amazônia oriental abrangiam o Amapá, onde passou a operar em 1977 a empresa CADAM (Caulim Amazônia) integrada ao projeto Jari⁴; na região do rio Trombetas foi instalada a Mineração Rio do Norte⁵(criada em 1979), que realiza exploração de bauxita no município de Oriximiná no noroeste do Pará; e o polo Carajás, centrado nos empreendimentos da Companhia Vale do Rio Doce que implantou o projeto de minas de ferro da Serra dos Carajás, e em

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação do Planejamento do Desenvolvimento do Trópico Úmido, do NAEA/UFPA. Email: historiarosane@hotmail.com

² Doutora em História e Civilização - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, France. Docente e Pesquisadora da NAEA/UFPA. Email: ream30@hotmail.com

³ Segundo Brito (2001, p. 154-155) a teoria de modernização fundamentou as estratégias e ações dos planos de desenvolvimento a partir da teoria de Polo de Crescimento Econômico de Francois Perroux (1977).

⁴ O Projeto Jari, havia sido iniciado em 1967 por Daniel Ludwig, e hoje se encontra sob o controle de uma *holding* nacional - Saga Investimentos e Participações (Grupo ORSA).

⁵ A Mineração Rio do Norte tinha como sua maior acionista a Companhia Vale do Rio Doce. Mas atualmente tem como acionistas as companhias: Vale do Rio Doce, Alcoa, Alcan, Billiton, Grupo Votorantim, Norsk Hydro e Abalco.

1980 culminou com a criação do Programa Grande Carajás⁶. O governo brasileiro por meio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tornou-se sócio majoritário da Mineração do Rio do Norte (MRN) para iniciar a exploração de bauxita em Trombetas, tendo a empresa Aluminium Limited of Canada (ALCAN) como grande aliada. Além da sua presença acionária nos empreendimentos, o governo tornou-se responsável pela obras de infraestrutura necessárias aos empreendimentos de mineração, proporcionado às empresas internacionais energia elétrica, portos, estradas e rodovias.

A exploração de bauxita pela MRN e sua transformação em alumina e alumínio, requeria a participação do governo na instalação de plantas químicas para a produção da alumina e a edificação de plantas metalúrgicas para a produção do alumínio, a fim de tornar esta potencialidade mineral atrativa às empresas japonesas interessadas na industrialização do Alumínio por preços mais competitivos (MONTEIRO, 2005). A estratégia de governo foi de estimular ao capital japonês e decidiu a criação em 1973 das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (ELETRONORTE) para a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com objetivo de proporcionar energia aos empreendimentos japoneses de transformação de alumina e alumínio.

No final da década de 1970, o município de Barcarena, correspondendo a atual Mesorregião do Baixo Tocantins e fazendo parte da Microrregião Metropolitana de Belém foi inserido nos Plano e Programa de Desenvolvimento do período militar com a instalação do complexo de mineração ALBRÁS-ALUNORTE, classificado como um dos “Grandes Projetos” para o qual foram disponibilizadas as riquezas naturais e minerais ao capitalismo internacional, tendo como argumento a integração, progresso e modernização da região.

No contexto do regime militar foram retiradas a autonomia e jurisprudência dos Estados e dos Municípios sobre territórios considerados estratégicos à segurança nacional e integração nacional. De forma autoritária e violenta, por meio de decretos-leis o Estado transforma o uso sócio espacial da Amazônia e essa decisão transforma as comunidades tradicionais de Barcarena que tiveram suas formas de reprodução econômica e social destruída em nome do desenvolvimento⁷.

O “desenvolvimento” seria implantando com o Complexo Albrás/Alunorte. A hegemonia dos padrões e valores de um progresso infalível objetivavam o aniquilamento das culturas tradicionais, todavia, até o presente, as comunidades locais resistem e lutam pelo acesso, uso e posse de suas territorialidades específicas⁸, colocando em discussão este modelo perverso de desenvolvimento imposto em Barcarena, o qual insiste em aniquilar essas formas de existência e modo de viver.

Este modelo de desenvolvimento baseado nos grandes projetos para Amazônia foi ineficiente na sua ação modernizadora. Produziu processo perverso de deslocamento, retirando do habitante natural o intercâmbio com a natureza que lhe garantia a sua autossuficiência (LOUREIRO, 1990). Foram feitas políticas de deslocamentos às comunidades tradicionais e indígenas na Amazônia.

⁶ O PGC é criado pelo Decreto de Lei nº 1813, de 24 de novembro de 1980, instituiu o Programa Grande Carajás, abrangendo uma área de 900.000 km, entre os estados do Pará, Tocantins, e Maranhão, para a extração de minério por empresas nacionais e multinacionais. O eixo girava sobre as minas, ferrovia e portos A iniciativa prometia desenvolver econômica e socialmente os estados Norte e Nordeste. Constitui uma estratégia do governo em coordenar os projetos já existentes na área, numa ação que passou a receber um aporte de cerca de 1/4 dos fundos destinados a todo o Programa POLAMAZÔNIA, a contar com um sistema especial de financiamento estatal, de isenções fiscais (geridos pela SUDAM e pelo BASA) e envolver negociações de crédito com o sistema financeiro internacional (COELHO et al 2003).

⁷ Desenvolvimento e Progresso são metáforas, “portanto podem ser enganadoras, e ainda que chamem nossa atenção para algumas propriedades importantes da existência social, podem bloquear nossa percepção de outras”. (TURNER, 2008. P. 21).

⁸ ALMEIDA (2008, p.29) o conceito de “territorialidades específicas”, pode ser usado “para nomear as delimitações físicas” de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados, resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território.

Almeida (1996, p. 474) afirma que os camponeses e índios “são representados como ‘desvalidos’ em oposição a um deslocamento que é apresentado como uma oportunidade ímpar de se modernizarem”.

O desenvolvimentismo revela-se um debate conceitual para além do uso midiático aponta Fonseca (2004) que apresenta o conceito como polêmico e destaca elementos epistemológicos e históricos de sua construção. O autor cita Woo-Cumings (1999: 282) para quem o desenvolvimentismo pode ser considerado como uma ideologia, ou “visão de mundo para a qual a industrialização é o objetivo maior e cabe ao estado a tarefa de promovê-la”. Enquadrando ainda mais o debate Woo-Cumings identifica o “estado desenvolvimentista” que se caracteriza por: “(a) capitalismo político, já que investimentos e lucros dependem de decisões estatais; (b) discurso na defesa do desenvolvimento e da necessidade do estado para promovê-lo; (c) exclusão política da maioria da população adulta; e (d) burocracia fluida e fracamente institucionalizada”. (Woo-Cumings apud Fonseca, 2004:10). A política desenvolvimentista é incumbência do Estado que se “guia” e desenvolve pensamento e ações para reforçar mudanças em uma direção.

O presente artigo buscar analisar a política desenvolvimentista adotada pela Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR, e seus reflexos nas formas de existência das comunidades tradicionais. Constatando que apesar das tentativas aniquiladoras que foram utilizadas desde a década de 1980, essas comunidades foram capazes de construir histórias de resistências e impor ao Estado reivindicações pelo reconhecimento das territorialidades específicas e para isto se analisam e se apropriam de condições de possibilidade existentes nos dispositivos legais (Convenção 169 da OIT, Artigo 68 das ADCT Constituição de 1988, Decreto 4887/2003, Decreto 6040 de 2/2007). As reflexões se sustentam no trabalho de campo realizado desde maio de 2013 até o presente nas comunidades de Boa Vista, Burajuba, Sítio Conceição, Sítio São João, Ramal Cupuaçu e Comunidade de São Lourenço. Entrevistas, oficinas com os agentes sociais permitiram estabelecer relações entre corpo teórico e metodológico. Ainda foi realizada a análise de vários documentos de autoria dos agentes de desenvolvimento que atuaram no Município. Em especial o Relatório de Administração e o Relatório de Liquidação da CODEBAR.

AGÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO E AS IMPOSIÇÕES DO PROGRESSO INDUSTRIAL EM BARCARENA.

O desenvolvimento da Amazônia atrelado ao progresso industrial fundamenta a política de Estado, com maior ênfase após 1970 e essa decisão sujeita os demais agentes sociais locais. As comunidades tradicionais foram envolvidas na onda ilusória de um *destino certo e glorioso*⁹. Desenvolvimento e Progresso são metáforas, “portanto podem ser enganadoras, e ainda que chamem nossa atenção para algumas propriedades importantes da existência social, podem bloquear nossa percepção de outras” (TURNER, 2008, p. 21).

Por meio desta argumentação ideológica do desenvolvimento, modernidade e progresso, o Estado e suas agências de desenvolvimento instalam em Barcarena processos sucessivos de exclusão e aniquilamento das formas de viver das comunidades tradicionais. Fato instalado a partir da década de 1980, quando as políticas de expropriação e deslocamento se tornaram um dos principais instrumentos de rupturas nas organizações sociais e econômicas locais.

⁹ Sobre o tema examinar o trabalho escrito por Gilberto Dupas (2006), intitulado *O mito do progresso*.

Em 1971, através do Decreto-Lei 1. 164 a União retira dos estados amazônicos o poder de Jurisdição dos estados membros sobre terras devolutas contidas nas faixas de 100 km marginais às rodovias federais existentes, ou simplesmente projetadas. Incorporando essas terras ao patrimônio da União. Grande parte das terras amazônicas ficou, pelo efeito do decreto, sob jurisdição federal, e para serem administradas foi alterada a estrutura organizacional dos órgãos fundiários e a legislação (LOUREIRO, 1992).

Ocorre assim o processo chamado “federalização das terras amazônicas¹⁰”, principalmente nas terras do Estado do Pará que passaram para órgãos da administração federal em nome da Segurança Nacional. Fato presente nas alterações dominiais das terras de Barcarena sob a posse das comunidades tradicionais no final da década de 1970, quando em processos jurídicos e decretos transferiram a sua condição fundiária entre CDI¹¹ (Companhia do Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará) e CODEBAR (Companhia do Desenvolvimento de Barcarena)

Por meio da ação do Estado, foi “arrumado” o território a ser explorado pelo mercado internacional deslocando os antigos ocupantes de seus sítios. A CDI e a CODEBAR Impuseram uma nova ordem, com uma nova lógica e racionalidade, com a intenção de construir uma nova sociedade. Esse clima é de desconstrução de mundos e reelaboração de novos valores e conceitos por meio da legitimidade do poder do Estado.

Com dispositivos legais no caso o *decreto de desapropriação* os sítiantes são retirados de seu território, e deslocados para outros espaços, para que fossem feitas as construções da fábrica, o porto e o bairro industrial. Significa o desencadeamento de processos de apropriação de recursos violentamente praticados por uma via política e jurídica. As comunidades tradicionais pescadores, extrativistas, agricultores, artesãos de Barcarena foram atropeladas pelo “progresso¹²”.

O “progresso” buscou desestruturar as formas de resistência social dos agentes sociais “ribeirinhos”, que nesta dimensão do conflito social e ambiental possuem modos diferenciados de responder às ameaças e impactos indesejados no solo, água, ar ou sistemas vivos. Neste campo paradigmático as comunidades tradicionais não se veem excluídas, mesmo com suas redes sociais fragilizadas diante da necessidade de reprodução do poder do capital simbólico hegemônico do Estado e da empresa capitalista.

A CDI foi responsável pelas primeiras desapropriações, indenizou as famílias que moravam na área destinada para projeto Albrás, da Alunorte, do Porto, da Reserva Ecológica, da Eletronorte e de uma pequena parte do núcleo urbano. A CODEBAR teve como atividade prioritária a desapropriação da área destinada a este núcleo urbano. Em um documento da CODEBAR com título *Relatório da Administração*, expõe as finalidades essenciais da empresa:

Criada em 03 de julho de 1979 pela Lei nº. 6.665 e implantada em 15 de janeiro de 1982, a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR tem por finalidade essencial executar e administrar as obras e serviços de urbanização na área destinada ao assentamento humano de apoio à instalação e funcionamento do Complexo Industrial de Barcarena, no Estado do Pará, decorrente de obrigações assumidas pelo Governo Brasileiro no acordo internacional de cooperação econômica, firmado com o Governo do Japão em 1976, visando a

¹⁰ Loureiro (1992, p. 124) afirma que este processo teve seu marco com o Decreto- Lei n 1. 164/71, em que o Estado do Pará foi o mais penalizado. De um lado, devido possuir o maior numero de terras federais que cortam o seu território e por outro lado, pelos grandes rios, em porções territoriais descontínuas.

¹¹ Criada em 1976 para atender as demanda de áreas aos projetos industriais instalados no Pará.

¹² ARENDT considera o progresso uma superstição e uma mercadoria, e sua crença irracional encontrou uma aceitação universal por causa das ciências naturais, que na idade moderna se tornou ciência universal. (1985: 21).

exploração industrial das reservas de bauxita na Amazônia para a produção de alumina e alumínio, através do Complexo ALBRAS/ALUNORTE.

Os procedimentos da desapropriação retiraram centenas de famílias de suas terras tradicionalmente ocupadas, recebendo indenizações mínimas, calculadas com a sub valorização das propriedades e benfeitorias, sem indicação de reassentamento. No período de 1979 a 1984, a CDI realizou 404 ações de expropriação em uma área de 40.000 hectares; por seu lado, a CODEBAR efetuou 155 desapropriações em uma área de 60.104 hectares¹³.

A violência do processo de expropriação e a destruição das organizações social dos moradores dos sítios que viviam as margens dos igarapés e rios são reconhecidas pelo agente do desenvolvimento da CDI:

[...] Bem e que eu acho assim, o que a gente tenta passar depois de todo esse processo que é um negócio extremamente violento, que é o processo de desapropriação, um negócio muito complicado, extremamente duro e antidemocrático [...] na desapropriação você não discute com o instrumento legal se você quer ou não sair, você pode só discordar do preço que está sendo oferecido, mas de você ficar ou de você não ficar isso não se discute. [...] Quando você tem um decreto de desapropriação, o ato de emissão de posse sai em 24 a 48 horas para um juiz aprovar, isso ai ele te dar o direito de usar força policial pra você se retirar. Se você se recusar você pode ser até preso, ser detido à força e pronto acabou-se [...].¹⁴

A realidade socioeconômica e demográfica do município foi alterada de forma significativa; em 1970, a população rural de Barcarena contava por volta de 15.110 habitantes, e a população urbana era de apenas 2.388. Os dados confirmam que a população rural representava aproximadamente 86% da população total do município, o que demonstra que a maioria dos habitantes era os sitiantes, que viviam nas margens dos rios e igarapés.

As indenizações eram feitas em cheque e os deslocamentos foram realizados por locais diferenciados. Essas estratégias evitariam o conflito declarado, representou uma forma de “harmonia coerciva”¹⁵ como mecanismo de acomodações internas à conquista e a dominação, por meio de ações do Estado e processos jurídicos. As práticas de indenizações individuais são constantes no município e usadas como mecanismo de desmobilizar as ações coletivas das comunidades. Essas comunidades foram indenizadas e deslocadas para lotes de terras titulados¹⁶, no bairro de Laranjal¹⁷, Colônia Agrícola do Bacuri, na Vila do Conde, Vila Nova, São Francisco e em Bairro Novo na Sede de Barcarena.

Na teoria de Arendt (1985), o Estado exerce um poder legítimo até o momento em que sua legitimidade é reconhecida. Naquele momento, as comunidades locais eram consideradas posseiras, pois as terras que ocupavam pertenciam ao Estado e como legítimo dono poderia dispor de acordo

¹³ Segundo os dados de Moura e Maia (1989).

¹⁴ Entrevista, em 26.03.1987, feita pelas pesquisadoras Edila Moura e Maria Lucia Maia, no trabalho de campo para a elaboração do Projeto “A reorganização do Espaço de trabalho e do espaço doméstico das Famílias de Barcarena: os efeitos do projeto Albrás-Alunorte”. UFPA-NAEA-CNPQ. 1989.

¹⁵ Ver Nader (1994)

¹⁶ Não eram titulados por escritura pública, mas por documento de compra e venda assinado pela CODEBAR.

¹⁷ O bairro Laranjal foi criado no início de 1981 para absorver as populações locais que foram expropriadas e aqueles que foram atraídos pela promessa de progresso do município.

com seus interesses. “O poder não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; mas precisa isto sim, de legitimidade” (ARENDR, 1985, p. 32).

As análises sobre a legitimidade do poder do Estado e a relação entre poder e violência nos remetem a um conflito simbólico/ideológico/jurídico, que fere a “alma”, que é o *sentido* de pertencimento, de identidade coletiva, que é descartado e considerado irrelevante. Nas vozes dos quilombolas indígenas das margens do rio Murucupi, as ações de desapropriação representaram o fim de história de vida nos seus sítios, nos quais estava o seu passado e as suas origens.

A CODEBAR no *Relatório de Liquidação-2007/2010*(ABRIL 2010, p. 2) faz uma síntese histórica da Empresa Pública:

Inicialmente vinculada ao Ministério do Interior, a CODEBAR foi constituída e teve o seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto Nº 84.021, de 24 de setembro de 1979, e iniciou o exercício de sua atividade social a partir da Assembleia Geral de Constituição, de 15 de janeiro de 1982, com base no Plano Urbanístico de Barcarena - PUB, elaborado em 1979 e aprovado pela Lei Municipal nº 1.474, de 13 de dezembro de 1982, tendo como núcleo principal a Vila dos Cabanos.

A partir de 1991, as limitações de recursos para investimentos e para a manutenção da infraestrutura já implantada não permitiu a total consecução do projeto. Agregado a esse fato houve um incremento acentuado do processo de migração para a área, aumentando demandas conflitantes com as possibilidades de realização da Companhia.

A permanência dessa situação culminou com a inclusão da Empresa no Programa Nacional de Desestatização, por disposição do Decreto de 13 de janeiro de 1997, e dez anos depois com a dissolução e a liquidação da sociedade, conforme disposto no Decreto Nº 6.182, de 03 de agosto de 2007.

De acordo com o *Relatório de Liquidação 2007/2010* (Abril 2010), realizado na fase final da liquidação e da transferência do Patrimônio Imobiliário para a SPU (Superintendência do Patrimônio da União), a CODEBAR possuía aproximadamente 3.023,792 hectares de imóveis na Vila dos Cabanos. Visualizados na TABELA 1 abaixo:

Tabela 01- Imóveis da Codebar

LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO INICIAL (1) (ha)	ALIENADO (ha)	SITUAÇÃO ATUAL (ha)
Bairro Pioneiro	1.075,533793	61,29636	1.014237433
Bairro Operações	532,040916	209,133464	322,907452
Sítio Caripy	1.934,687011	369,58887	1.565,098141
Gleba CDI	121,5484211	-	121,5484211
TOTAL	3.663,8101411	640,018694	3.023,7914471

FONTE – CODEBAR (2010). RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO 2007/2010, P.34.

Nesta fase de liquidação CODEBAR teria entre seus objetivos estratégicos¹⁸: realização do ativo e a preparação dos bens imóveis remanescentes para incorporação ao Patrimônio da União. Para a realização do ativo a empresa fez vendas de bens imóveis por meio de leilões dos Lotes e Quadras da Vila dos Cabanos, o que provocou a mais uma vez um embate entre as comunidades tradicionais e a CODEBAR.

No mesmo *Relatório de Liquidação 2007/2010*(ABRIL 2010) foram assim demonstradas as alienações de bens imóveis da CODEBAR feitas por leilões, ver TABELA 2.

¹⁸ Segundo Relatório de Gestão 2009 (Dez. 2009), p. 3-4.

Tabela 2- Bens leiloados pela Codebar

EDITAL	DATA	LOTES	ÁREAS (m ²)	VALOR (R\$)	
				Avaliação	Venda
Leilão 001/2008	23.04.2008	35	12.870,00	537.187,50	672.725,00
Leilão 002/2008	27.05.2008	42	14.364,00	622.080,00	791.292,50
Leilão 003/2008	05.08.2008	34	10.746,00	476.800,00	524.947,00
Leilão 004/2008	12.09.2008	29	8.334,00	376.042,50	385.282,50
Leilão 005/2008	24.10.2008	26	7.740,00	353.925,00	353.925,00
Leilão 006/2008	04.03.2009	--	--	--	--
Leilão 007/2008	06.03.2009	--	--	--	--

FONTE: CODEBAR(2010). RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO 2007/2010. P. 26.

O ano de 2009 é recorrentemente referenciado nos documentos da Agência pela dificuldade para a realização dos leilões, de acordo com o informativo N° 01 /2010/LIQ em 19 de Janeiro de 2010, no qual o liquidante assim expõe:

Durante o ano de 2008 foram realizados 5 (cinco) certames licitatórios na modalidade leilão. Em 2009, tendo em vista o insucesso dos leilões realizados nos dias 4 e 6 de março, pela falta de compradores, e as manifestações populares (invasores) contra a liquidação e venda de imóveis, que demandaram esquema de segurança com a participação da Polícia Federal e da Polícia Militar [...]

Em um outro documento denominado de PARECER N° 18/2009/CIC é feita referência as resistências das comunidades tradicionais aos leilões.

Os invasores, organizados em comunidades, pleiteiam a regularização fundiária das áreas invadidas e, ao mesmo tempo, tentam impedir a venda de imóveis, sob a alegação da falta de conhecimento da situação ocupacional e da propriedade dos mesmos pela CODEBAR. Por outro lado, ameaçam impedir quaisquer providências que visem identificar e delimitar as áreas pleiteadas, dificultando sobremaneira o processo de liquidação.

A ação dessas comunidades conta com o apoio das “comunidades tradicionais”, cujos pleitos estão considerados em Ação Civil Pública de autoria do Ministério Público Federal.

Durante esses anos, a maioria dos sítiantes ribeirinhos expropriados pela CODEBAR e seus descendentes realizou constante processo de deslocamento, vivendo de aluguéis e sujeitos aos empregos temporários oferecidos pelas fábricas. Assim os moradores dos Sítio São João, Comunidade do Burajuba, Sítio Ramal Cupuaçu e Sítio Conceição retornaram aos seus territórios por definitivo em 2007, o que sucedeu no desenrolar do processo de liquidação da CODEBAR. Eles foram impulsionados a retornar as terras que ainda restavam do sítio, pois a CODEBAR em 2008 na fase dos leilões de lotes da Vila dos Cabanos os expulsou, deslocou das terras. As comunidades tradicionais reagiram à eminência de novos deslocamentos e conseguiram junto ao Ministério Público Federal a anulação dos leilões¹⁹.

¹⁹ Em destaque o Processo n° 2008.3900.011949-4, em que O MPF, em 2008, ingressou com Ação Civil Pública, tendo por objeto a obtenção de ordem judicial no sentido de anular todos os atos de alienação realizados pela CODEBAR, e o reconhecimento de toda a área habitada pela comunidade como pertencente à comunidade tradicional do Burajuba.

Em 2010 os imóveis remanescentes da CODEBAR foram transferidos à Superintendência do Patrimônio da União. Em portaria nº 015, de 08 de julho de 2010, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão regulamenta a Comissão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, oriundo da Extinta CODEBAR. A partir de então a SPU tornou-se o agencia governamental responsável pela organização dominial das terras da Vila dos Cabanos e sua regularização fundiária. As expectativas sobre a regularização fundiária eram positivas. Foi organizado um Grupo de Trabalho formado por lideranças das comunidades, em um processo em que o superintendente Lélío Costa da Silva chamava de Gestão Compartilhada²⁰.

Mas o processo de regularização fundiária em Barcarena ainda vem se estendendo até a atualidade, sem resolver questões preementes nas áreas que a agencia considera urbana e nem em aquelas terras ocupadas por comunidades tradicionais. Segundo os autoidentificados como quilombolas indígenas do Ramal Cupuaçu, Sítio Conceição e Sítio São João as suas territorialidades específicas são chamadas de invasões por essa Superintendência.

A atuação da SPU entre as comunidades tradicionais é caracterizada pela morosidade e burocracia. Nos processos de Ação Civil Pública acionados pelo Ministério Publico Federal esse entidade foi autuada a proceder ao reconhecimento das titularidades específicas das comunidades de Boa Vista²¹; embora com processos sentenciados favoráveis aos agentes sociais, a Superintendência ainda não providenciou as determinações. Nos outros processos de Ação Civil Pública que ainda estão por ser julgadas, a SPU não respondeu ao MPF a situação do patrimônio imobiliário das comunidades de São João²², Sitio Conceição e Sitio Ramal Cupuaçu.

Nas vozes dos quilombolas indígenas das comunidades tradicionais expressam-se os sentimentos de desilusão e o descrédito da SPU para solucionar o reconhecimento das suas territorialidades específicas. Em entrevista o Senhor José Roberto da Silva Cravo²³ fez a reflexão seguinte:.

[...] quando a gente retornou pra cá, fomos perseguidos mais de que pela Codebar, porque a SPU entrou aqui no dia 1 de junho de 2010, que foi a entrega das terras da extinta Codebar que foi repassada para a União, que foi no Hotel Equinócio [...] no início, o pessoal da SPU e eu também, a maioria das comunidades, tinha aquela ilusão, porque o marketing dele em Barcarena era regularização fundiária. [...] então todos tavam iludidos dizendo, ah, vamos nos livrar finalmente dos problemas de terras porque a SPU [...] como se diz, era como família tradicional era mais fácil, não somos família tradicional vão dar o nosso título vai ser bem mais rápido. SPU perseguiu tanto que hoje a gente mantém a comunidade aqui com uma ação cautelar, através do ministério público, [...] várias comunidades ele dá apoio, o suporte mesmo, com o Ministério Público, foi através do apoio do Ministério Público que a gente conseguiu viver com um pouco mais de paz porque quando pessoal tão fazendo as casas eles vinham, eu tenho fotos e vídeos da SPU vindo, não deixava ninguém levantar as suas casinhas, vinham com a polícia federal. Quando a Codebar vinha, ela vinha menos armada que a SPU.

A CODEBAR e a SPU são requerentes de vários processos de reintegração de posse contra os chamados “invasores”, ocorridos entre o período de liquidação e continuam na fase da atuação da

²⁰ Ver. <http://www.portalocabano.com.br/index.php/secoes/comunidade/706-comeca-na-pratica-o-processo-de-regularizacao-fundiaria-em-barcarena>. Acessado em 01 de Novembro de 2015.

²¹ Processo nº 2007.39.00.000159-9 e Processo nº 2008.39.00.004422-8

²² Processo nº 0005977-20.2015.4.01.3900, Processo nº 7102-23.2015.4.013900 e 3445-73.2015.4.01.3900

²³ Presidente da Associação da Comunidade Quilombola Indígena do Sítio Conceição, em entrevista no dia 14 de Julho de 2014.

Comissão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário Oriundo da Extinta CODEBAR. Nos vídeos da reunião da SPU com o GT²⁴ são sempre ressaltadas as pressões que o órgão dirige aos chamados invasores. Essa mobilização foi também orientada para registrar ocorrências policiais, para acionar a polícia federal e encaminhar os processos de reintegração de posse em vários lotes e quadras da Vila dos Cabanos.

COMUNIDADES TRADICIONAIS: RESISTÊNCIAS COTIDIANAS ÀS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS-JURÍDICAS.

As comunidades tradicionais de Barcarena organizam estratégias de permanência ou retorno às territorialidades específicas. Apesar da consolidação dos projetos e da referência industrial do município essas comunidades representam a resistência ao modelo de desenvolvimento imposto, questionando; são as reações contra aqueles que pensam o progresso como algo dado e certo. Esses grupos constroem a percepção que são sujeitos de direitos, contrariando os interesses econômicos e políticos daqueles que têm o desenvolvimento em suas mãos.

Os “sitiantes” foram retirados de seus sítios, sem alternativa de subsistência. Muitos sofreram constantes processos de deslocamento e expropriações, tendo suas relações familiares desestruturadas. Sob o lema do desenvolvimento e do progresso a organização social destas comunidades foi ignorada, pois elas deveriam se submeter às normas da Empresa e do Estado desenvolvimentista.

A CODEBAR Invadiu as terras da comunidade de São Lourenço, que possui o título legítimo de suas terras registrada em Cartório e reconhecido pelo ITERPA. Em parte das terras de São Lourenço foi construído o bairro do Laranjal, que só não estendeu mais o seu domínio devido as reações de crianças, jovens, adultos da comunidade, que fizeram barricadas impedindo o avanço da urbanização em suas terras. A comunidade vive em uma resistência cotidiana para manter as formas de existir em suas terras tradicionalmente ocupadas.

Dona Maria Luzia dos Santos²⁵ ainda tem em sua memória, o momento que as CODEBAR foi abrindo ruas por dentro das roças de São Lourenço as ruas do Laranjal.

[...]quase a máquina me leva junto com a mandioca, eu tava até grávida de gêmeos, que na época eu nem sabia, só tava com a barriga muito grande, ele tava trabalhando uma empresa e eu tava em casa, eles começaram a abrir as ruas, e tava marcada que a rua ia passar por dentro da roça, aí nesse povoado, o Laranjal, eu soube e comecei a tirar a mandioca, o que eu der conta. Comecei, por dois dias, a tirar a mandioca, enchia na saca, botava da cabeça, passava duas ruas que eles já tinham aberto uma, e eles iam abrir a outra que ia pelo meio da roça, era só eu, as criança estava pequenininha, e ele trabalhando, eu carreguei no primeiro dia e no segundo fui pra lá tirar um monte de mandioca e a máquina zuando pra lá, quando eu voltei não tinham mais nem caminho, só aquele monte de terra [...]

O complexo de mineração instalado, a partir da Albrás-Alunorte fez o município de Barcarena ser um dos maiores produtores de alumina do Estado e grande fornecedor para o mercado internacional. Segundo a tecnoburocracia pública e privada que executava o projeto esperava-se que as comunidades tradicionais desaparecessem, transformadas na massa de operários das empresas de mineração. Foram e são colocadas em prática diversas tentativas de

²⁴ Essas reuniões ocorreram em outubro de 2010, estão gravadas em vídeos cedidos por José Roberto da Silva Cravo.

²⁵ Entrevista feita em 01 de Maio de 2015.

aniquilamento das formas diferenciadas de vida dos sitiante e se define a exclusão dessas comunidades ao desenvolvimento. Nas falas dos entrevistados são sempre expostos os sentimentos de violência, desrespeito e revolta.

Entre o período de atuação da CODEBAR, iniciada em 1982 até o seu processo de liquidação a partir de 2009 realizou uma reorganização do espaço na Vila dos Cabanos, e os sitiante que em viviam em torno do rio Murucupi. A proposta era o deslocamento de todos eles para o Bairro do Laranjal e deviam receber lotes urbanizados, com “toda a infraestrutura”. Nos estudos feitos por Moura e Maia (1989) e Vasconcellos (1996) sobre os deslocados para o Laranjal, provenientes dos sítios, são bem referenciadas as situações de descaso e abandono que viviam no bairro. Nos primeiros anos do “desenvolvimento” do município, eles estavam sentido a onda ilusória do progresso e as ações de exclusão adotadas pelo Estado.

A vida do sítio representa os laços de identidades dos agora “moradores do bairro do Laranjal, eles internalizaram a sua história social como sendo os *filhos dos tradicionais da terra*²⁶, portanto, diferenciados daqueles que vieram de outros lugares. A importância de pertencer ao sítio é ressaltada por Vasconcellos (1996): “as relações familiares unem as pessoas e dão força para suportar a brusca mudança do modo de vida. Essas relações são representadas pela identidade das famílias e dos sítios onde nasceram”. Esta identidade e memória de sitiante não são usadas somente para suportar a uma realidade impostas a eles, mas servem também de base para as suas resistências processadas em lutas por mudanças.

Já na década de 1980 vinham processando-se resistências individuais e coletivas, com práticas sociais locais de enfrentamento da nova ordem e na construção de discursos ocultos ao longo do tempo (SCOTT, 2004; 2011). As comunidades tradicionais construíram resistências contínuas, visualizadas na organização da Associação dos Deslocados de Barcarena (ADEBAR), que conseguiu reunir todos os deslocados pela CODEBAR e moveram ações para revisão das indenizações e melhorias nas condições de vida dos deslocados (MOURA, MAIA, 1989).

Na situação de expropriados e expulsos de suas terras tradicionalmente ocupadas, voltaram para os lotes e quadras que ainda não haviam sido ocupados pela CODEBAR, e de forma clandestina continuavam a abrir roças, praticavam a pescas, fabricavam farinha e carvão. Durante este quarenta anos de “progresso e desenvolvimento” em diversos momentos que as empresas dispensavam os seus serviços, eles refizeram a vida cotidiana entre o Laranjal e o sítio. E mesmo aqueles que haviam se deslocados para outros bairros, usavam os seus territórios tradicionais para seu sustento. Como narrou a senhora Edith Lemos²⁷ da comunidade de Burajuba.

[...] a gente nunca arredou o pé daqui, a gente foi expulso, mas nas horas vagas a gente voltava aqui pra limpar o sítio, pra fazer uma rocinha. Uma vez, tinha uma comadre minha, que fez uma barraca bem ali do lado de lá pra criar galinha, só que no meio das galinhas tem o galo, quando o galo antava lá vinha o homem da bota preta pra cá. [...]a gente fazia roça bem aqui só pra plantar umas macaxeira, umas verduras. A minha irmã, tacaram fogo na casa dela [...] o sítio dela, a roça que ela tinha era longe, ela ia trabalhar e voltava, um dia ela foi pra roça, quando ela voltou tinham tacado fogo.

Na comunidade tradicional Boa Vista, os irmãos João Costa Pinheiro (conhecido como Jango) e Manuel Costa Pinheiro (da comunidade de Boa Vista) trabalhavam (a expressão é ficar fichados)

²⁶ Expressão usada por Valter Freitas, da Comunidade de São Lourenço.

²⁷ Entrevista em 21 de Maio de 2015.

por pouco tempo nas firmas. Sem emprego continuaram indo diariamente trabalhar na roça nos seus sítios e pescar no rio Murucupi, e todas as noites retornavam ao bairro do Laranjal, até que na década de 1990 retornam definitivamente para o seus sítios. A Família Costa Pinheiro não saiu dos sítios do Boa Vista, em uma resistência cotidiana nas suas terras tradicionais, herdadas por seus avós e bisavós. A senhora Elza da Costa Pinheiro²⁸, em suas narrativas orais descreve este processo de resistência.

[...] Meu pai disse que daqui ele não saía, só se o trator passasse por cima dele, e ele não saiu. Ai de vez em quando a gente vinha, ajudava ele na roça e passava a semana aqui com ele, quando era dia de sábado a gente ia embora pra Barcarena. Ai foi e foi até que nós voltamos.

Ele saiu mas foi quando ele morreu. Meu irmão também o Oziel que é o primeiro, o mais velho ele também só saiu quando morreu. Tinha a casinha dele de madeira aqui do lado, [...] mas ai depois a gente não quis mais que o papai ficasse ai porque a pernamanca já tava toda estragada [...] ai nós fizemos outra casa, grande de madeira. (...) que quando eles vieram e quiseram tirar nós de novo, ai foi que a gente foi procurar o poder público.

A senhora Pinheiro sabe definir por que sua terras são tradicionalmente ocupadas, e da importância disso para assegurar sua territorialidade específica.

Ah foi, porque se não a gente não ficava. Eles que deram esse nome pra nós. O meu pai nasceu aqui em 1901, antes dele nascer a minha mãe já vivia aqui, minha avó já morava aqui, como é que a gente não tem direito de nada. Você pode procurar essas beiras ai é tudo cheia de caco de telha de que eles moravam, o arame farpado, encontra aqueles ferros compridos assim de canoa, corrente que eles trabalhavam na canoa. Agora tamo aqui esperando por esse dito título.

As comunidades tradicionais de Barcarena possuem práticas diferenciadas de apropriação do território e recursos, e manifestaram revoltas a dominação que lhe foi imposta pelo estado desenvolvimentista. O reconhecimento de identidade coletiva se dar por meio dos movimentos sociais, por meio de suas lutas pelo território. ALMEIDA (2013) expõe uma configuração de ruptura, por meio de intensas mobilizações políticas destes agentes sociais, articuladas tanto com o advento das categorias de auto-definição, quanto com a emergência de formas politico-organizativas específicas. Ambas convergem para uma identidade coletiva objetivada em movimento social.

O argumento crítico de Shalins (2007) a propósito das teorias da universalização do ocidente e da inevitável imposição do pensamento liberal e modo de vida burguês à todas as sociedades frisa que não todas as sociedades se renderam a esta uniformidade. O antropólogo lembra a tentativa frustrante de converter os corações e mentes asiáticos. Desta maneira, a elaboração de teorias da integração global são revisadas diante da recusa de sociedades que marcham com bandeiras da autonomia cultural, pois, a *“tradição” aparece muitas vezes na história moderna como uma modalidade culturalmente específica de mudança*²⁹.

As tradições, neste contexto estudado, são *reminiscências da soberania perdida*³⁰ dos povos tradicionais de Barcarena na imposição do desenvolvimentismo no município e, representam contrapostos, expressão de contra hegemonia a uma classe dominante, que ora também é obrigada ceder. As comunidades estudadas eram os sítiantes em volta do rio Murucupi e foram levados a

²⁸ A Senhora Elza Pinheiro tem 80 anos. Entrevista em dia 29 de maio de 2015.

²⁹ SHALINS (2007, p. 514)

³⁰ Termo usado por Shalins(2007, p. 514)

entender que as terras não eram suas e deveriam sair por bem ou por mal. Mas no decorrer de quarenta anos, os seus descendentes agora sabem criar estratégias de reconhecimento de direitos e, por meio delas, buscam garantir a sua reprodução social nas terras tradicionalmente ocupadas.

A liderança do Boa Vista descreve como a CODEBAR tentou impedir a permanência da comunidade em seu território e a garantia de suas formas de existência. A senhora Maria da Rosa Silva³¹ (48 anos) descreve umas das tentativas aniquiladoras da Agência.

Foi na época que a Codebar ela tinha que prestar conta dos serviços que ela nunca fez. Aqui tinha todo o bairro de operações que era pra eles terem implantado aqui, aí a gente aqui dentro eles nunca se preocuparam, quando foi no final de 2005 eles chegaram aqui com toda uma tropa derrubando as casas, procurando pela gente, a gente se identificou tudo. [...] Ai eles foram dar uma volta na comunidade, quando eles voltaram não quiseram mais saber, ai já mandaram derrubar, com um monte de presidiário em cima do caminhão, exercito, polícia militar, polícia civil, e mais o pessoal da Codebar, já foram derrubando nossas casas. [...] Ai pra eles abrirem essas ruas, eles viraram as roças do pessoal tudinho, queria que você visse o tanto de macaxeira revirada abacaxi e essas coisas, nessa época eles saíram metendo a máquina, revirando sem dó e nem piedade.

A partir de 2007 as comunidades tradicionais em torno do rio Murucupi passaram a reagir politicamente e juridicamente aos desmandos da CODEBAR, solicitando ao Ministério Público Federal a elaboração de Ações Cíveis Públicas com caráter de liminar exigindo da União o reconhecimento de seus direitos territoriais. Em formas eloquentes inauguraram o momento em que afirmam “não queremos desaparecer, queremos ser considerados sujeitos de direitos”, respeitadas as formas de vida diferenciadas e as territorialidades específicas.

Entre 2007 e 2008 a Comunidade de Boa Vista, Burajuba e Bom Futuro³² produziram uma articulação, unidas se mobilizaram e buscaram aliados, conforme descreve o Senhor Manuel da Costa Pinheiro³³

A CODEBAR foi, tentaram leiloar, mas foi na época que nós tava aliado com o senador Nery e mais o pessoal do Ministério Público, quando quiseram leiloar aqui a gente ligava pro Ministério Público e ele fazia cobertura lá, até um dia leiloaram uma quadra aqui dentro, ai no outro dia ligaram: “olha foi embargado o leilão, não tem mais leilão”. Ai a festança começou [...]. Era só um caminho que tinha. E depois que começou o movimento da Associação foi que começou, a Codebar deixou já a rua aberta. Depois que o Ministério Público entrou pronto, a gente tomou conta tudo, liberaram pra nós trabalhar, só ficou faltando o título de posse que ficaram de dá e ainda não deram..

Década atrás eles foram considerados invasores pela justiça, que por meio de ações da polícia federal impunha a ordem do direito à comunidade. Esses “invasores” por meio do resgate de sua *tradição, identidade quilombola e quilombola indígena* impôs ao campo jurídico o reconhecimento do direito ao território e o respeito da pluralidade étnica e cultural. O campo jurídico reconheceu que em Barcarena os dispositivos jurídicos deveriam estar baseados pelo princípio da pluralidade do direito. SHIRAIISHI(2010) elabora uma reflexão sobre a “visibilidade” dos direitos das comunidades tradicionais e sinaliza que uma “nova sensibilidade jurídica” vem desenhando-se nas últimas

³¹ Em 26 de Agosto de 2015.

³² Comunidade com ocupação recente habitada pessoas que migraram para Barcarena.

³³ O Senhor Manuel da Costa Pinheiro possui 75 anos. Entrevista cedida em 19 de Maio de 2015.

décadas no Brasil, é isso que constitui o reconhecimento jurídico dos grupos sociais portadores de identidades étnicas.

As comunidades tradicionais de Barcarena constituíram *unidades de mobilizações* (ALMEIDA, 2008, p.32) com base em suas identidades coletivas; enfrentaram a ordem do progresso industrial em pauta e as imposições usurpadoras das agências governamentais que atuam no controle dominial dos terras no município. Por meio de lutas por suas territorialidades, reclamam o cumprimento de direitos amparados na Convenção da 69 da OIT e na Constituição de 1988.

A partir de 2007 as comunidades tradicionais inauguraram o campo de embate, em comissões e audiências públicas exigindo da CODEBAR reconhecimento do seus territórios, em discordância a sua subordinação jurídica na época dos decretos de desapropriação. Em entrevista no dia 27 de junho de 2015, Petronilo Progenio Alves³⁴ (68 anos) refletiu sobre este momento de amadurecimento político dos *tradicionais da terra*.

Começou a luta pelos tradicionais. O Boa Vista e o Bom Futuro foi que iniciaram a luta. Ai o senador José Nery foi chamado pra dá apoio. Ai ele pediu pro Ministério entrar com uma ação impedindo o leilão. Ai foi impedido o leilão do Boa Vista e Bom Futuro. Ai nós chamamos uma audiência pública, e nessa audiência o Ministério Público Federal veio, o doutor Felício Pontes, ai o senador, foi chamado a Prefeitura, Iterpa...

A Socorro não morava ai, a Socorro casou com um tradicional do Burajuba. Ela é uma mulher de luta, ela veio pra ai e incentivou o pessoal, com o nosso apoio.

Daí a gente foi pressionando e fomos mobilizando o pessoal pra impedir o leilão, e conseguimos impedir o leilão. Impedimos o primeiro que foi aqui no Cabana Clube, o segundo de novo impedimos, e depois eles passaram pra Belém, ai fomos pra lá e interditamos a Almirante Barroso e impedimos também. Eles chamaram a guarda nacional, polícia federal, mas não conseguiram. A população foi em peso mesmo.

Ai nós fomos formando as Associações. E era assim, quando eles vinham e entravam com uma ação, pronto pra despejar, quando chegava a notificação, a gente mobilizava todo mundo. Ai quando chegava, bastava aquela comunidade soltar um foguete, ai vem parece um formigueiro.

O Ministério Público Federal elaborou Ação Cívica Públicas com pedido de Liminar para a comunidade tradicional de Boa Vista, que tiveram seu pleito reconhecido em 2015 ficando a SPU regularizar as terras da referida comunidade. Em seguida foi realizada a Ação Coletiva da comunidade do Burajuba, que ao final teve a sentença favorável como reconhecimento de suas territorialidades, delegando ao INCRA a sua titularidade coletiva desde 2012. Diante do impasse do reconhecimento pelo INCRA, a comunidade entendeu que suas territorialidades seriam respeitadas com a auto-definição quilombola.

A comunidade do Burajuba mobilizou sua identificação como quilombola, recebendo a Certidão de Auto-definição de Remanescente Quilombola da Comunidade Quilombola São Sebastião de Burajuba por meio de Portaria em 20 de Dezembro de 2013, e publicado em Diário Oficial da União Nº 248, em 23 de dezembro de 2013. A certidão representa uma grande vitória, diante desses processos de conflitos que foi inserida. Maria do Socorro de Burajuba em seu discurso na cerimônia de entrega da Certidão de Auto-definição da Fundação Palmares, referindo o documento como sua Carta de Alforria.

³⁴ Nasceu em Cameté, veio a Barcarena por conta das promessas de emprego e progresso, no inicio do anos 80. Foi fundador e presidente do Sindicato da Construção Civil. Atua em várias organizações sindicais e políticas locais.

“[...] é a minha carta de euforia, eu tô voltando a trezentos, duzentos anos atrás, mais ou menos isso que meus antecessores que não tiveram esse momento, eu sou a oitava geração de quilombola, oitava, mas olha comunidade do Burajuba, essa briga que nós tivemos há uns trinta anos e essa sentença de dois mil e oito pra cá, batem palma gente”³⁵.

O fortalecimento político da comunidade tradicional de Boa Vista e da comunidade quilombola São Sebastião do Burajuba, encorajou as outras comunidade de *peças tradicionais da terra*, sofridas por sucessivos processos de invasões, exclusões e deslocamentos, para se dirigir junto ao Ministério Público Federal e requerer um estudo antropológico com a intenção de auto-definição como Quilombolas. Por meio de ofício datado em 22 de Maio de 2014 o MPF, do Procurador da República Felício Pontes Junior, solicitou o relatório antropológico para a pesquisadora Rosa Acevedo dos Sítio Conceição, Sítio São João, São Lourenço e Cupuaçu.

A comunidade de São Lourenço passou por sucessivas invasões devido o processo de urbanização promovido pela CODEBAR. Travam uma luta pelo reconhecimento de suas territorialidades desde a construção do bairro Laranjal em suas terras. A associação moveu processo contra a empresa. Atualmente, enfrentam a invasão de trabalhadores migrantes para o município, a decisão da Prefeitura de construir a Agência Distrital em suas terras e da Companhia das Águas de Barcarena. Seu território está ficando reduzido, e temem não resolver a situação de suas terras pelo ITERPA, visto que possuem um título legítimo de propriedade. Em reunião em 31 de Maio de 2015 eles realizam a auto-definição como *quilombolas indígenas* e interpretam a sua política identitária.³⁶.

[...]Então eu queria esse reconhecimento porque eu faço parte de uma linhagem indígena, dos meus avô, meus bisavô, todos eles eram índios então eu gostaria de ser reconhecido como indígena também. José Augusto Santos Amorim, Comunidade de São João.

E hoje em dia a gente sendo expulsos, como se a gente tivesse de enxerido na terra que é nossa. esse é o momento que nós conseguimos lá com o Dr. Felício Pontes[...]pra fazer esse estudo com a gente, pra gente poder ter esse reconhecimento e poder brigar pelo que restou da gente. E reconhecer também a nossa origem, porque é muito bom à gente ser reconhecido, é orgulho você puxar sua identidade e dizer “sou o Nivaldo da Silva Pinheiro, descendente de quilombola indígena”. Nivaldo da Silva Pinheiro, Comunidade Cupuaçu
Autoreconhecimento quilombola e indígena, porque meu bisavô era remanescente de escravos e minha bisavó era índia. Resposta questionário dos participantes da Comunidade de São Lourenço

Esta categoria *quilombola indígena* corresponde uma auto-definição na medida que possuem o direito de afirmar o que são. Esta categoria foi construída pela percepção de sua etnicidade e cultura, quando afirmam que são ao mesmo tempo quilombola e indígena, interlocuções culturais formam esses sujeitos com diversidades e especificidades que os tornam diferenciados diante das novos paradigmas imposto pela modernidade e o progresso industrial.

Marcio Goldman estuda a categoria afroindígena sem o hífen, e explica que o “termo “afroindígena” tem justamente uma origem afroindígena, elaborado por pessoas que gostam de pensar a si mesmas como afroindígenas” (2014, p. 214). Afirma que estudar a categoria requer não reduzir as suas análises à questão da identidade, mas buscar novas formas de recomposição de

³⁵ Maria do Socorro, presidente da Associação da Comunidade Quilombola São Sebastião de Burajuba, em dia 01 de Fevereiro de 2014.

³⁶ Almeida (2008) afirma que a etnicidade também como modo de ação e de representação, que os remete às diferenciações e especificidades, que reforçam a sua identidade coletiva e os mobiliza face o aparato do Estado.

novas bases territoriais que eram supostamente perdidas; estudar a categoria com a riqueza e diversidade de detalhes, como a comunidade afroindígena é percebida. As comunidades quilombolas indígenas de Barcarena obrigam a pesquisar as diversidades teóricas para avançar no entendimento das interlocuções culturais desta etnicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado, delega à modernidade a superação de formas tradicionais de relações de produção, das relações de parentescos, dos imaginários da cultura “sitiante”. Com um projeto de cercamento dos campos, as áreas de uso comum (os rios, as roças, as florestas e os fornos de farinha) foram disponibilizadas ao mercado, impondo a “lógica cruel do lucro e do poder político como um estado natural das coisas” (SAID, 2003, p. 35)

Esta relação dicotomizada e binária imposta pelo complexo de Mineração, não compreende as experiências desperdiçadas (SANTOS, 2002), que pretensiosamente ficaram opacas e invisíveis pela força dominante do capital e dos seus instrumentos midiáticos. As comunidades tradicionais ainda persistiram, resistiram a sua condição de inexistência, nas fronteiras entre o tradicional e o moderno. Os mecanismos de imposição do progresso industrial em Barcarena e as disponibilidades e fluxo de ideias, culturas, identidade e diferenças, reforçaram aos moradores das comunidades tradicionais o sentimento de pertencimento ao lugar. E construíram vozes ressonantes que buscam trazer à tona as suas origens por meio da terra, do lugar, do território e do rio.

Neste sentido, as comunidades que tendem a reagir a uma padronização e unidade da cultura imposta por um sistema hegemônico, fazem releituras de seus processos políticos de dominação e estão em condição de subverter essa ordem.. Não representam a ruptura e o isolamento, mas as suas reconfigurações na sua interioridade, apropriando-se de processos sociais do outro, para prevalecer a sua especificidade.

A arte de resistências (SCOTT, 2004) construída pelos denominados *filhos da terra* são construções libertadoras e autônomas de grupos subalternos e estigmatizados. A imposição da tradição ao seu discurso e a ação política instrumentalizada na resistência conseguem controlar a dominação do capital e do Estado, que por meio de suas agências usa as mesmas práticas desenvolvimentistas, excludentes e autoritárias.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, A. W.B. Os deslocados compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. In MAGALHÃES, S.B.; BRITTO, R.C; CASTRO, E. R. Energia na Amazônia. Volume II. Museu Paraense Emílio Goeldi. Universidade Federal do Pará. Associação de Universidades Amazônicas. Belém. 1996.

_____. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas”. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2ª edição 2008

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. FARIAS, Emmanuel de Almeida Farias. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Povos e Comunidades Tradicionais. Nova Cartografia Social. Manaus: UEA Edições. 2013.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Tem um título penso.. veja. Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Burajuba. Elaborado por indicação do Ministério Público Federal, e apresentado a Fundação Cultural Palmares. Belém, outubro de 2013.

ARENDT, Hannah. Da Violência. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade Ed. Universidade de Brasília, 1985.

- BRITO D. C. Modernização da superfície. Estado e Desenvolvimento na Amazônia. UFPA/NAEA, 2001.
- COELHO, Maria Célia Nunes et al. Estratégias de modernização na Amazônia e a (re)estruturação de municípios: o caso da implantação de empresas minero-metalúrgicas e de energia elétrica. In: GONÇALVES, F., BRANDÃO, C., GALVÃO, C. (orgs.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo, Editora UNESP/ANPUR, 2003, p.657-694.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA. Informação Nº 01 /2010/ LIQ. 19 de Janeiro de 2009.
- _____.PARECER Nº 18/2009/CIC. Junho de 2009.
- _____.Relatório de Gestão 2009. Dezembro 2009.
- _____.Relatório de Liquidação – 2007/2010. Abril 2010
- DUPAS, Gilberto. O mito do progresso; ou progresso como ideologia. São Paulo: UNESP, 2006.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: Dathein, Ricardo. (Org.). Desenvolvimentismo: o Conceito, as Bases teóricas, as Políticas. 1ed.Porto Alegre: UFRGS, 2015, v. , p. 13-71.
- GOLDMAN, Marcio. A relação afroindígena. Cadernos de campo, São Paulo, n. 23,p.1-3281, 2014.LEAL, Aluizio Lins. O Aspecto Político da Questão Mineral. Pará Desenvolvimento: Planejamento e Ocupação Recente. IDESP. N 18. 27 de Janeiro de 1986. Belém-Pará.
- LOUREIRO, V.R. Amazônia: história e perspectivas. Reflexões sobre a questão. Pará Desenvolvimento. Perspectiva da Industrialização. Belém IDESP. n. 26, jan.-jun, 1990.
- _____. Amazônia: estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992.
- MOURA, Edila Arnaud Ferreira.; MAIA, Maria Lúcia Sá.; ABELÉM, Auriléa (Colaboração). A reorganização do espaço de trabalho e do Espaço Doméstico das Famílias de Barcarena: Os efeitos do Projeto ALBRÁS-ALUNORTE. Belém. Relatório de pesquisa. UFPA. NAEA. CNPq. Belém-Pa, 1989.
- MONTEIRO, Maurílio. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. In: Estudos Avançados, 19 (53). São Paulo: IEA USP, 2005, p. 187-208.
- NISBET, Robert. História da Ideia de Progresso. Trad. Leopoldo José Collor Jobim. UNB. Brasília. 1985.
- SAID, Edward W. Cultura e Política. Trad. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Bontempo, 2003. p. 29-41; 65-68.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais n. 63, out., 2002
- SCOTT, James Campbell. Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 5, jan./jul. 2011.
- _____. Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos. Trad.: Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2004.
- SAHLINS, Marshall David. Cultura na Prática. Tradução Vera Ribeiro. 2 ed. Editora UFRJ. Coleção Etnologia. Rio de Janeiro. 2007. Pg. 501 a 531.
- SHIRAIISHI NETO, Joaquim “Novas” “Sensibilidades” Velhas Decisões: notas sobre as transformações jurídicas recentes. VI Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade - 16 a 18 de setembro de 2010, UnB, Brasília (DF).
- TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Repercussão Sócio-econômicas do Complexo Industrial ALBRÁS/ALUNORTE em sua área de influência. Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. Belém, 1991.
- TURNER, Victor. Dramas, Campos e Metáforas. Ação simbólica na sociedade humana. Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói. Editora Universidade Federal Fluminense, 2008.
- VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Transformações Sociais e Lutas Cotidianas no Laranjal em Barcarena. Universidade da Amazônia. Belém-Pará, 1996.

A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: EFEITOS PRÁTICOS EM VILAS URBANAS DISPERSAS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ

Myrian Silvana da Silva Cardoso¹

Durbens Martins Nascimento²

André Montenegro Duarte³

José Júlio Lima⁴

Roberta Menezes Rodrigues⁵

Joélcio Ataíde dos Santos⁶

RESUMO

O artigo trata da política nacional de regularização fundiária urbana, na qual dentre os ditames, crescentemente popularizou-se a noção de que “regularizar” assume o caráter de “legalizar a posse”, tendo inclusive assumido um contorno internacional e passando a ocupar lugar de destaque nas agendas governamentais e das diferentes instituições sociais, políticas e de ensino e pesquisa, como importante ferramenta de planejamento e gestão urbana. Diante da histórica ineficácia das políticas públicas de provisão habitacional para as classes menos favorecidas, a posse legalizada contribui decisivamente para a reversão do quadro da informalidade no acesso a terra e a moradia urbana. Segundo Fernandes (2011) e Emiliano (s/d) na América Latina, as ações para regularização fundiária seguem dois paradigmas principais: no México, Peru e El Salvador sob a influência das ideias propagadas por De Soto (2001), a “legalização da posse” ou “legalização artificial” restringe-se a ser um “gatilho” para o desenvolvimento, enquanto que no caso do Brasil a visão é mais ampla, adotando-se o conceito de regularização fundiária que combina regularização da posse (aspecto jurídico formal), modernização de serviços de infraestrutura urbana e apoio a estrutura de organização comunitária. O artigo contribui para a discussão ao apresentar os resultados do projeto de regularização fundiária de interesse social em quatro vilas urbanas do município de Concórdia do Pará. O projeto, desenvolvido em etapas, consiste de um estudo urbano e ambiental elaborados com a participação e aprovação das comunidades envolvidas, e contendo indicação de medidas sociais, urbanísticas e ambientais importantes para o reconhecimento do direito à moradia de forma mais ampla.

Palavras chaves: Regularização Fundiária, Sustentabilidade, Política Pública, Amazônia.

¹ Doutoranda em Ciências do Desenvolvimento Socioterritorial/NAEA, professora da Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA - Brasil, e-mail: myriansilvana@yahoo.com.br

² Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, professor do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA - Brasil, e-mail: durbens.naea@gmail.com.

³ Doutor em Geociências, professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA - Brasil, e-mail: amonte@ufpa.br

⁴ Doutor em Arquitetura, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFPA) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA - Brasil, e-mail: jllimaufpa@gmail.com

⁵ Doutora em Planejamento Urbano, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA - Brasil, e-mail: robertamr@ufpa.br

⁶ Graduado em ciências sociais, atuou no Instituto de Desenvolvimento e Planejamento Socioterritorial da Amazônia, Belém, Brasil, e-mail: joelciotf@yahoo.com.br

ASPECTOS PRELIMINARES SOBRE A REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E SEUS EFEITOS

Desde o ano 2003, o Governo Federal, por meio do então criado Ministério das Cidades (MCidades) voltou-se ao desenvolvimento e implementação da Política Nacional de Regularização Fundiária (PNRF) em áreas urbanas. Esta política reuniu um conjunto de programas com ênfase nas dimensões jurídicas, urbanística, social e ambiental da regularização da terra, incluindo a previsão de urbanização envolvendo a implantação de redes de saneamento, melhores condições de habitação e mobilidade urbana (ALMEIDA, 2009). Neste contexto, o Programa Papel Passado constitui o primeiro PNRF conduzido pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) que assumiu a missão de garantir a todos os cidadãos o título registrado do seu local de moradia, fazendo valer na prática o que diz a Constituição Federal (JUCÁ, 2009).

Segundo Fernandes (2011) e Emiliano (s/d) na América Latina, as ações de regularização fundiária seguem dois paradigmas principais: a “legalização da posse” ou “legalização artificial” pode ser compreendida como um “gatilho” para o desenvolvimento, pois estimula o acesso a financiamento, atividades econômicas e melhoria habitacional. Outra análise refere-se a uma visão mais ampla, adotando-se o conceito de regularização fundiária que combina regularização da posse (aspecto jurídico formal), modernização de serviços de infraestrutura urbana e apoio a estrutura de organização comunitária. Fernandes (2011) ressalta ainda que a segurança da posse teve pouco impacto no acesso ao crédito e representou poucos investimentos em melhoria habitacional, mas, por outro lado, a segurança da posse implicou num aumento de 25% no valor do imóvel.

Fernandes (2006) se contrapõe às ideias de Hermano de Soto (2001), a qual defende que a ausência de regularidade na posse não deve ser visto como um problema, mas como capital morto, de valor inestimável, que se reanimado transforma-se em capital líquido, como mecanismo para reativar a economia urbana e combater a pobreza social. Ao questionar esta teoria, Fernandes destaca que a ausência de títulos não representa um impedimento ao acesso a crédito informal, e mesmo formal. Estes créditos têm assegurado melhorias habitacionais e negócios informais, sem que necessariamente disponham de títulos que lhes confira segurança na posse. Na visão deste autor, a dimensão econômica não deve ser preponderante, muito embora venha influenciando a implementação de programas de regularização, com outorga de títulos de propriedade individual plena em diversos países latino americanos, inclusive por exigência do Banco Mundial, como forma de acesso a crédito. O estudo de Duarte et al (2013), corrobora, sob uma abordagem quantitativa, com a contraposição de Fernandes, uma vez que constataram que a valorização decorrente do processo de regularização sobre os imóveis em cidade amazônica e a condição de irregularidade na posse e a percepção da violência depreciam o valor do imóvel em 33%, demonstrando os benefícios econômicos e financeiros da regularização fundiária, sendo que deste total apenas 11% são especificamente do aspecto fundiário.

Por outro lado, no Brasil, a legalização da posse vinculada à urbanização dos assentamentos tem se mostrado uma ação complexa, com custos altos e resultando em ações de regularização que apontam discreta melhoria dos serviços públicos, sem que necessariamente tenha ocorrido alteração no estado legal da posse, embora seja observado um aumento do número de escriturações (FERNANDES, 2011).

Estas duas abordagens de regularização fundiária, que tem a legalização individual da posse como fim maior do processo, exigem análises profundas sobre os seus impactos, uma vez que,

como afirma Souza (2004), baseado nos estudos de Doebele (1994) e Unchs (1987), mesmo com a legalização, as forças do mercado ainda podem ameaçar os moradores de expulsões. Ainda assim, Souza (2004) destaca que a coexistência dos mercados legal e ilegal da terra garante a sobrevivência do mercado de terras para população de baixa renda.

A questão que se coloca para discussão neste *paper* é sobre que outras dimensões da regularização fundiária podem ser consideradas relevantes para viabilizar impactos efetivos e imediatos, tanto no viver comunitário, quanto no cotidiano da gestão municipal, para além dos efeitos econômicos de acesso ao crédito e ao funcionamento do mercado? Acredita-se que tudo isto constitua um desafio à promoção do acesso formal e sustentável do direito a moradia, numa lógica que garanta a inversão de prioridade da regularização, focada na legalização do assentamento como um todo, e não do imóvel de forma individualizada. O objeto do estudo de caso aqui apresentado está focado no âmbito do projeto de regularização fundiária, denominado Moradia Cidadã, desenvolvido no Estado do Pará em parceria com o Ministério das Cidades e a Universidade Federal do Pará, dando continuidade ao processo de doação de terras da União aos Municípios por intermédio do Programa Terra Legal. Reflete-se sobre os efeitos práticos desse projeto no Município de Concórdia do Pará, onde estão em processo de regularização cinco glebas localizadas em quatro vilas dispersas, a partir do processo de cadastro, registro e definição projetual urbanística e dos trâmites jurídicos indispensáveis para que o ato de entrega de títulos seja efetivamente significativo para a consecução dos efeitos práticos sugeridos pela literatura.

O PROJETO MORADIA CIDADÃ: OBJETIVOS E AÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL

O Projeto de Regularização Fundiária cumpre um importante papel no processo de regularização, seja na modalidade interesse social ou específico. Segundo a lei federal 11.977/2007 a modalidade interesse social ocorre pelo reconhecimento do assentamento ocupado, predominantemente, por população de baixa renda, ou nos casos em que a área foi ocupada de forma mansa e pacífica, há pelo menos cinco anos, ou ainda se a área é reconhecida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), reconhecida em lei municipal, ou em áreas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social. Por outro lado, o interesse específico é caracterizado quando a área não se enquadra nos critérios de interesse social.

Esta legislação exige que nas duas modalidades do Projeto de Regularização Fundiária, sejam estabelecidas medidas para promoção da sustentabilidade urbanística, social e ambiental, incluindo compensações urbanísticas e ambientais, prevenção de riscos e adequação da infraestrutura básica. Como conteúdo mínimo deste Projeto, a lei determina que a definição de pelo menos áreas ou lotes a serem regularizados, com as respectivas edificações a serem remanejadas, quando for o caso, vias de circulação, existentes ou projetadas, e se possível, outras áreas destinadas a uso público.

A lei federal estabelece dois objetos de regularização fundiária urbana: assentamento e do lote, a serem regularizados através de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com o objetivo de garantir o direito social à moradia, a função social da propriedade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Estes são os objetivos da regularização fundiária urbana, que no contexto atual, de maneira alguma se restringe a titulação do imóvel, com possibilidade de acesso a

crédito e valorização imobiliária. A partir de Ganem (2013) verifica-se que a política de regularização fundiária assume um caráter mais amplo como forma de reduzir os impactos social, ambiental e urbanístico decorrente da produção informal de moradia e acesso a cidade, por meio de medidas compensatórias, ante a histórica ineficácia das políticas públicas de provisão habitacional para as classes menos favorecidas e intensificação da insustentabilidade urbana.

O Projeto Moradia Cidadã desenvolve ações de regularização fundiária, buscando fomentar a mitigação dos impactos urbanístico, ambiental e social decorrentes do processo informal de acesso à cidade, como medida que antecede a titulação dos imóveis, de assessoria técnica e financeira aos municípios, mediante a integração das várias dimensões que esta ação multidisciplinar requer. O quadro 1 demonstra as ações desenvolvidas neste Projeto.

Quadro 1: Etapas e projetos do processo de regularização fundiária no âmbito do Projeto Moradia Cidadã

Ações	Descrição
Mobilização de parceiros	Articulação, reuniões e divulgação do projeto.
Sensibilização de moradores	Divulgação, reuniões comunitárias e oficinas de capacitação.
Levantamento topográfico	Serviço técnico de reconhecimento da poligonal das áreas doadas e levantamento planialtimétrico cadastral.
Cadastramento imobiliário, social e de atividades	Seleção e treinamento de cadastradores, e visitas domiciliares para realização dos cadastros imobiliário, social e de atividades.
Estudo urbanístico	Realização de estudos, reuniões e oficinas técnicas e comunitárias para elaboração e validação do Projeto urbanístico.
Proposta de regularização fundiária	Estudo e concepção da proposta de regularização, indicando as áreas passíveis de regularização ou com restrições.
Proposta de adequação do Parcelamento	Projeto decorrente do Projeto de Regularização e indica os lotes que serão regularizados em nome de terceiros, áreas públicas e áreas remanescentes de domínio municipal.
Análise técnica e indicação de beneficiários	Análise dos cadastros realizados considerando a aplicação dos requisitos técnicos, documentais e legais com vistas ao deferimento ou indeferimento da titulação, considerando os projetos de Urbanização, Regularização e Parcelamento.
Instrução processual, titulação e registro	Montagem de dossiê documental, indicação do instrumento de regularização, emissão, publicação e registro em cartório.

Elaboração dos autores.

A consecução destas ações possibilitou a elaboração e pactuação do Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (PROFIS), composto por Memorial Justificativo e Plantas do Projeto Urbanístico, Projeto Fundiário e Parcelamento do Solo das áreas localizadas nos municípios Capitão Poço, Concórdia do Pará, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá e Tomé Açu, em processo de regularização no Projeto Moradia Cidadã,

Na elaboração do Projeto Urbanístico se levou em consideração as seguintes diretrizes:

- Garantia da mobilidade urbana, com a manutenção das vias existentes e projeção de prolongamentos e conexões viárias de modo a promover maior fluidez na malha urbana;

- Delimitação de novas quadras para abertura de novas vias, evitando-se lotes soltos ou encravados (sem acesso à via);
- Definição de projeção ou realinhamento de meio-fio, como garantia da largura mínima do leito carroçável, conforme a hierarquia viária existente;
- Definição de áreas de calçadas resguardado o tamanho mínimo de 1,20m conforme NBR 9050 (norma de acessibilidade), quando indefinidas;
- Ajuste do desenho de alinhamento dos lotes, para resguardar a mobilidade das calçadas;
- Projeção do limite de áreas não edificáveis (linhas de transmissão de energia, faixas de rodovias e mata ciliar e encostas de morros) sob o assentamento consolidado;
- Projeção de faixas de Áreas de Proteção Permanente (APP) de morro e de curso d'água;
- Indicação de vazios urbanos para criação de banco de terras para implantação de programas habitacionais, instalação de equipamentos urbanos e outros.

No Projeto Fundiário indicam-se a situação de implantação dos lotes, mediante o alinhamento de quadra pactuado no Projeto Urbanístico, visando à indicação das áreas passíveis ou com restrições a regularização, as áreas destinadas a espaços públicos e logradouros, incluindo o leito carroçável e as calçadas, destacando-se das áreas restantes, para fins de fechamento dos polígonos de áreas vazias, a serem mantidas sob o domínio municipal. Na Planta de Parcelamento do Solo verificam-se os lotes passíveis de regularização imediata, as vias públicas e as áreas remanescentes que ficarão sob o domínio público para fins de estudos técnicos e destinação específica posterior.

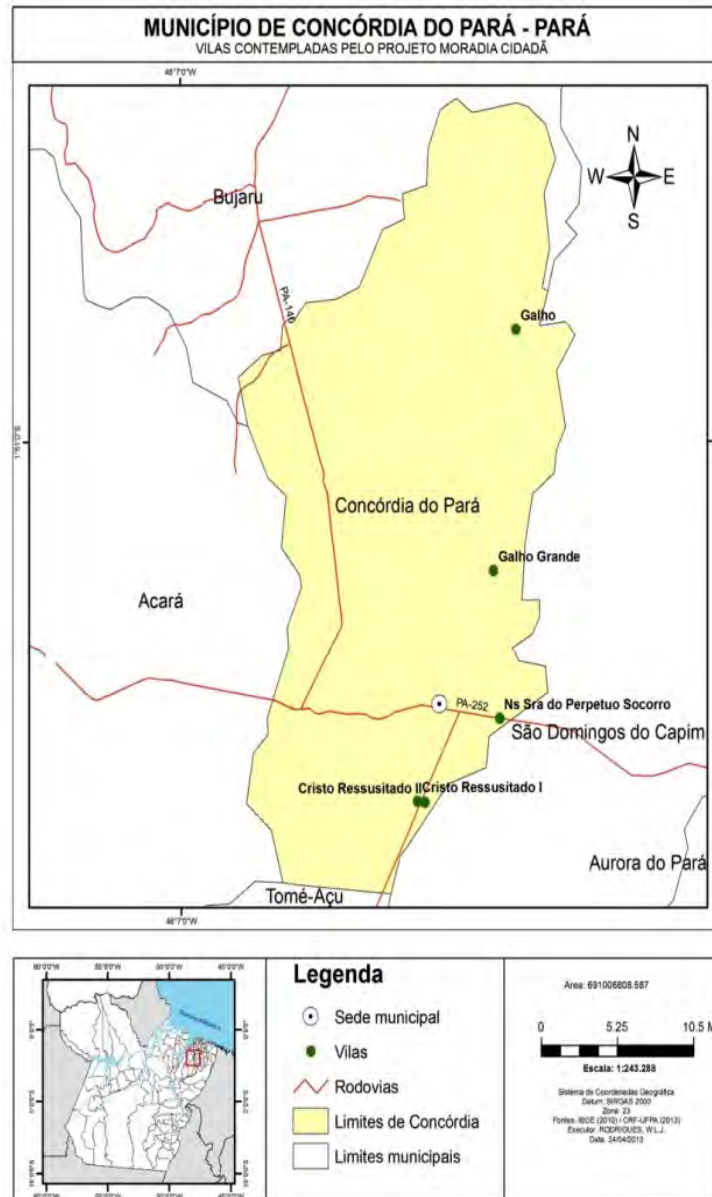
O processo de elaboração do “PROFIS” se constituiu como espaço de diálogo, entre poder público e sociedade, promovendo um exercício prático de planejamento e gestão ambiental urbana democrática, reunindo esforços do União e dos municípios, considerando distintas realidades de espaço urbano, mas que no Projeto Moradia Cidadã foram agrupadas duas categorias, sede urbana e vila dispersa. Neste *paper* estuda-se o “PROFIS” das vilas dispersas no Município de Concórdia do Pará, uma vez que neste município o projeto já foi aprovado e encaminhado ao município para fins de registro cartorário.

Estudo de Caso: O Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social (“PROFIS”) das vilas urbanas dispersas no Município de Concórdia do Pará

Aspectos territoriais, demográficos, urbanísticos e ambientais da área de estudo

No Município de Concórdia do Pará, o Projeto Moradia Cidadã volta-se a regularização fundiária de cinco glebas doadas pela União, estando duas delas localizadas na vila Cristo Ressuscitado, e as demais localizadas nas vilas Perpétuo Socorro, Galho e Galho Grande. A figura 01 indica a localização geográfica destas vilas no contexto territorial municipal.

Figura 1 - Localização das Vilas estudadas no Município de Concórdia do Pará.



Fonte: Plano de Ação Municipal / UFPA, 2013. Desenho: Walter Jardim, 2013.

Estas quatro vilas se constituem em áreas urbanas dispersas em estágio inicial de consolidação, com processo de ocupação iniciado a pelo menos dez anos cada uma delas, e hoje abrigam 360 moradores. No Quadro 1 constam informações sobre aspectos territoriais e demográficos

Quadro 1: Localização e forma de ocupação das glebas

LOCALIDADE	PRINCIPAL ACESSO	INÍCIO DA OCUPAÇÃO	POPULAÇÃO	ÁREA (ha)	DENSIDADE	TOTAL DE QUADRA/LOTE
Vila Cristo Ressuscitado	PA 140 a 6 km da sede municipal	Ocupação espontânea iniciada em 2005	76	1,652	46 hab/ha	02 Quadras 25 lotes
Vila Perpétuo Socorro	PA 252 a 4 km da sede municipal	Ocupação espontânea iniciada em 1975	74	1,3903	53 hab/ha	02 Quadras 26 lotes
Vila Galho	Rodovia Transjuntaí, a 28 km da sede municipal	Ocupação espontânea iniciada em 1978	137	4,9985	27 hab/ha	06 Quadras 53 lotes
Vila Galho Grande	Transjuntaí, a 10 km da sede municipal	Loteamento irregular comercializado em 2000	73	4,8512	15 hab/ha	04 Quadras 22 lotes

Fonte: Plano de Ação Municipal, UFPA, 2013.

Estas vilas contam com rede de energia e iluminação pública, mas somente as Vilas Perpétuo Socorro e Galho dispõem de rede de abastecimento de água e Cristo Ressuscitado de serviço de coleta de resíduos. Por outro lado, as Vilas Galho e Galho Grande possuem escola municipal, enquanto que apenas a Vila Galho conta com posto de saúde. Do ponto de vista socioeconômico verifica-se que a população residente nas quatro vilas pode ser considerada predominantemente de baixa renda, uma vez que o cadastro socioeconômico familiar das 4 vilas apontou que 100% das famílias vivem com renda inferior a 5 salários mínimos, dos quais mais de 50% recebem até 2 salários e complementam sua renda com os benefícios do Programa Federal Bolsa Família. Do ponto de vista socioambiental e urbanístico verifica-se que as cinco glebas se caracterizam pelo estágio inicial de ocupação. As figuras 5, 6, 7 e 8 ilustram as condições de ocupação das vilas objetos de regularização neste Projeto, onde se verificam aspectos urbanísticos e ambientais.

Figura 1: Vilas Cristo Ressuscitado



Foto: Acervo CRF

Figura 2: Vila Perpétuo Socorro



Foto: Acervo CRF

Figura 3: Vila Galho Grande



Foto: Acervo CRF

Figura 4: Vila Galho



Foto: Acervo CRF

Nestas quatro localidades, observa-se a predominância do uso residencial, com edificações esparsas, a presença marcante da vegetação no entorno das ocupações e arborização nos quintais. São aspectos que favorecem, grandemente, a manutenção do conforto térmico local, com equilíbrio da transpiração e fluxo de chuvas. Por outro lado, a ausência de rede de drenagem e a retirada da cobertura natural do solo, na vila Cristo Ressuscitado, Perpétuo Socorro e Galho Grande, se constituem num aspecto negativo da urbanização não planejada e contribui para aumento do volume superficial do escoamento d'água e, conseqüentemente, para a redução da recarga das águas subterrâneas e aumento do processo erosivo do solo.

As imagens demonstram, ainda, que o relevo se mantém seco e plano, com exceção da vila Galho Grande que apresenta trechos com cotas mais baixas e influência de curso d'água na área, o que exigirá o desenvolvimento de estudo técnico específico para determinar a viabilidade de regularização ou não nesses trechos. Ressalta-se ainda, que a ausência de serviço público de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana, em especial, resultam na adoção de práticas inadequadas, por parte da população, para suprir a ausência desses serviços.

Dentre as principais práticas adotadas podem ser citadas a abertura de poços rasos, que em grande escala podem provocar o rebaixamento do lençol freático. A utilização de fossas rudimentares (negra, seca e a céu aberto), que resultam no lançamento do esgoto in natura ocasionando a contaminação do solo, rios e do lençol freático, por conseguinte, dos poços rasos, fonte de abastecimento de água de 100% da população dessas localidades. Nas vilas Galho Grande e Vila do Galho foi verificada a presença de cursos d'água. No primeiro caso, identificou-se a restrição do uso público da margem do igarapé e vestígios de degradação, com derrubada da mata ciliar, erosão e práticas de represamento para criação de peixe. No segundo caso, o igarapé localizado na Vila do Galho contorna a gleba a ser regularizada e resulta na projeção de uma faixa de Área de Preservação Permanente (APP) incidente sobre a gleba. Nesta faixa não se verifica a presença de moradias, a vegetação nativa se mantém preservada e o curso d'água é acessível aos moradores e visitantes como balneário. A presença desses recursos exige o desenvolvimento de estudo técnico para determinar a viabilidade de regularização ou não das moradias localizadas nas faixas de proteção destes cursos d'água e as medidas de recuperação e manutenção dos mesmos.

Ressaltando-se que na Vila Galho Grande foram observados indícios de desmatamento na margem do igarapé e pequenas práticas de represamento para criação de peixes.

O processo de regularização nas Vilas de Concórdia do Pará inicialmente viabilizou a confecção da Planta topográfica planialtimétrica cadastral da área, como subsídio ao desenvolvimento de projetos específicos, como por exemplo, captação de recursos para a implantação de redes de infraestrutura, saneamento e urbanização. A elaboração do cadastro técnico municipal multifinalitário das vilas, etapa seguinte do processo, tem repercussões no planejamento e gestão de políticas públicas, auxiliando inclusive na gestão tributária municipal. Num primeiro momento teve como subsídio a nomeação dos logradouros, mediante a pactuação com a comunidade e codificação dos lotes, através do registro da planta do parcelamento, contribuindo para oficialização do endereçamento dos moradores junto a programas sociais, recebimento de correspondências em geral, dentre outros benefícios.

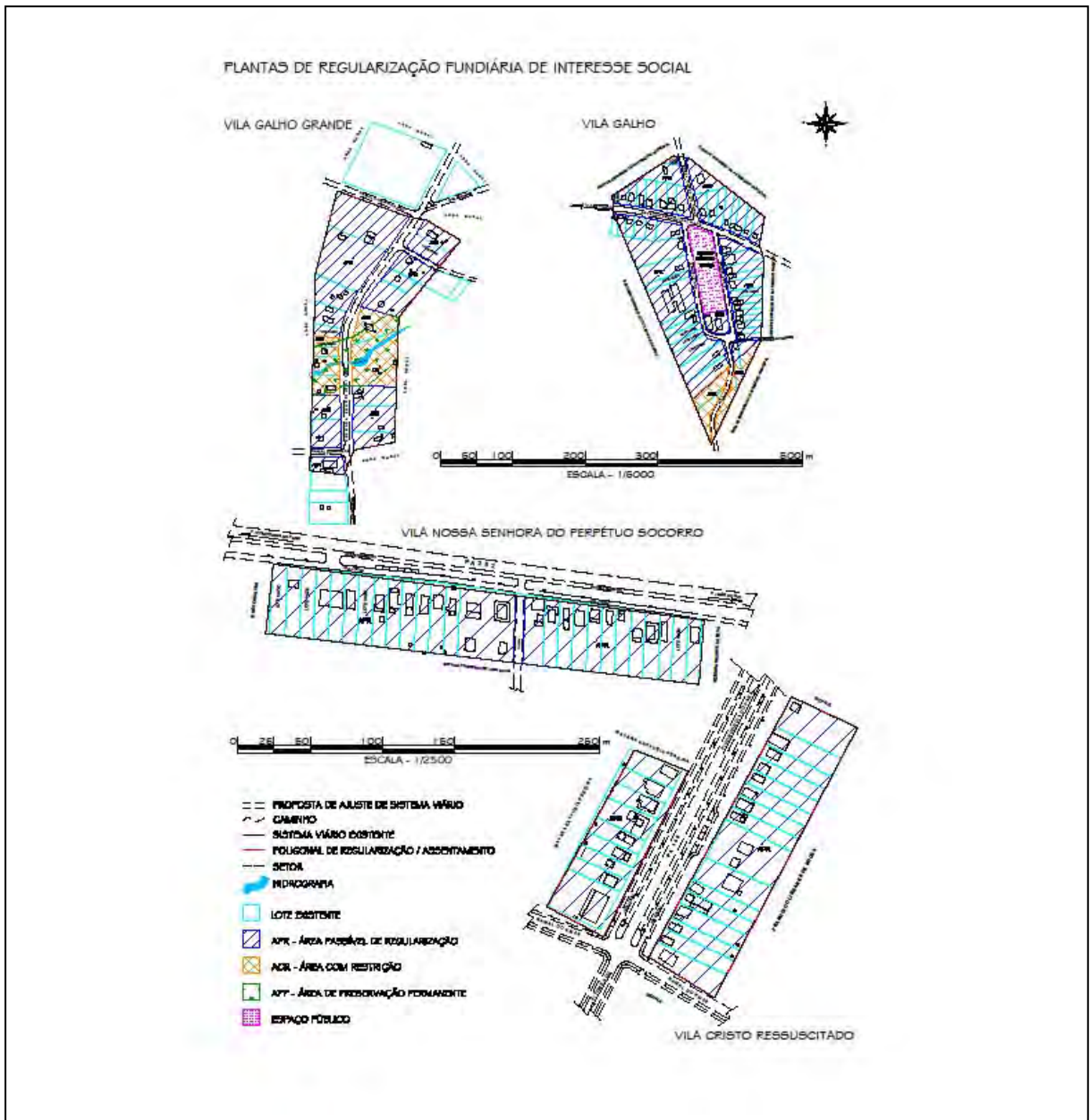
A confecção deste material técnico pode ser considerada um marco para gestão municipal, uma vez que até o momento a prefeitura não dispunha de informações topográficas, cadastro familiar e de infraestrutura, dentre outras. Este conjunto de dados e informações produzidas no âmbito Projeto Moradia Cidadã possibilitou a elaboração do estudo urbanístico, subsidiando a elaboração do Projeto Fundiário.

Na planta do Projeto Fundiário observa-se a definição dos seguintes elementos:

- Área de regularização sob intervenção do Projeto Moradia Cidadã (poligonal);
- Sistema viário, contendo vias e calçadas existentes e projetadas;
- Espaços Públicos (EPs) – áreas uso coletivo, como praças e campos de futebol;
- Áreas Passíveis de Regularização (APRs) – áreas onde os lotes são regularizáveis, mediante negociação de medidas necessárias a sustentabilidade ambiental, urbanística e social, por instrumento gratuito ou oneroso;
- Áreas com Restrições (ACR) – áreas onde se admite regularização mediante validação por estudo técnico específico e definição de encargos ambientais e urbanísticos ao ocupante, por instrumento gratuito ou oneroso;
- Áreas não edificáveis (ANEs) – áreas ou frações de lote incidente sobre as ACRs, onde não se admite a construção de benfeitorias;

A identificação destes elementos atende aos requisitos mínimos estabelecidos na Lei nº 11.977/2009 e as determinações do Código Florestal brasileiro vigente no que trata da regularização fundiária urbana em Áreas de Preservação Permanente (APPs), fato que resultou na demarcação de áreas com restrição a regularização nas vilas Galho e Galho Grande, onde foi verificada a incidência de faixas de APPs, decorrente da presença de igarapés que cortam ou contornam as áreas em questão. A regularização nestas áreas depende da declaração de viabilidade, por meio de estudo técnico nos termos da legislação supracitada. A figura 5 a seguir apresenta o Projeto Fundiário das quatro vilas de estudo, demonstrando a delimitação dos lotes e projeção das construções inseridas nas poligonais doadas, delimitação do sistema viário e as demais áreas por categoria estabelecida no Projeto. Nestes projetos verifica-se que nas vilas Cristo Ressuscitado e Perpétuo Socorro as glebas doadas foram consideradas como passíveis de regularização em sua totalidade. E somente na vila Galho foi registrada a existência de espaço público consolidado como praça.

Figura 05: Imagens das Plantas do Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social das vilas dispersas do Município de Concórdia do Pará.



Fonte: Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social do Município de Concórdia do Pará, UFPA, 2015. Adaptação dos autores. Desenho: Fernanda Amorim e Ary Silva, 2015.

Ressalte-se que através das plantas há o reconhecimento do interesse social da área, permitindo a flexibilização de parâmetros urbanísticos voltados ao combate à especulação imobiliária e manutenção dos moradores nas áreas regularizadas, sujeitando estas áreas à aplicação do direito de preempção, parcelamento e utilização compulsórias dos lotes subutilizados, e negociação na forma de encargos ao morador na etapa de titulação.

Neste sentido, a planta do Parcelamento do Solo incorpora o padrão de ocupação dos lotes e quadras existentes, contendo pequenos ajustes na delimitação dos lotes ocupados, adequando-os aos limites da poligonal doada. Em alguns casos isto implicou no fracionamento das dimensões dos

lotes, incidindo na projeção da área construída de apenas uma moradia na vila Galho. No quadro 2 pode ser observado o quantitativo de áreas de lotes sob domínio de terceiros, construídos ou não, áreas de vazios urbanos a serem mantidas sob propriedade municipal, a área de vias públicas, bem como a área total.

Quadro 2: Síntese da composição da área da Poligonal de Regularização

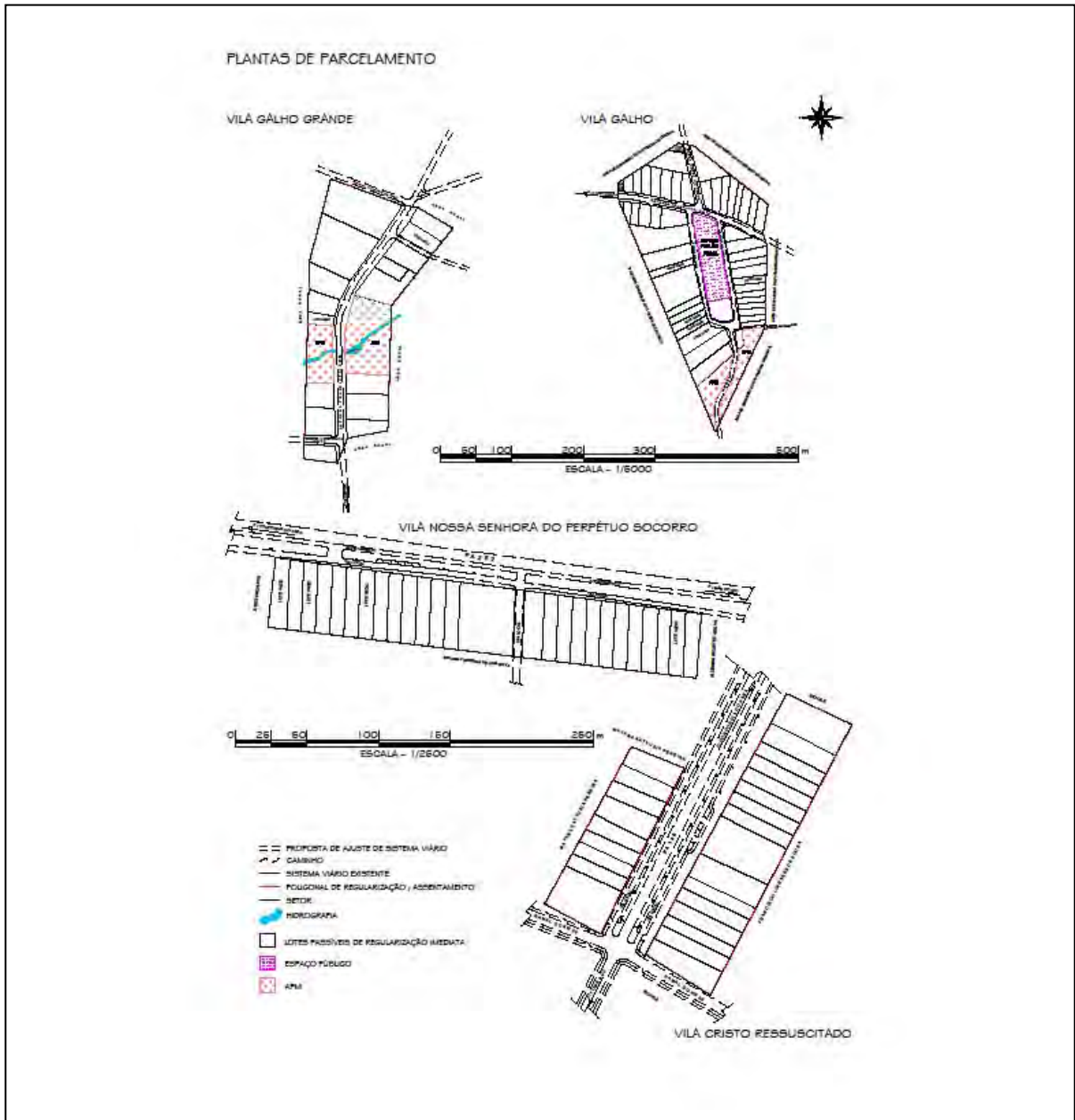
LOCALIDADE	ÁREA DE LOTES (m ²)	ÁREAS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL (m ²)	VIAS PÚBLICAS (m ²)	TOTAL DE ÁREA POR GLEBA (m ²)
Gleba Cristo Ressuscitado	16.509,40	0	0	16.519,70
Gleba Perpétuo Socorro	14.034,89	0	322,03	13.903,00
Vila Galho	34.304,3	7.373,17	8.307,53	49.985,00
Vila Galho Grande	30.380,26	9.536,79	8.594,95	48.512,00

Fonte: Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social do Município de Concórdia do Pará, UFPA, 2015.

Este quadro demonstra que somente a área doada na vila Cristo Ressuscitado não compõe vias públicas e área patrimonial. A ocorrência destes tipos de áreas na poligonal doada indica a necessidade do destaque e destinação, para fins de incorporação ao patrimônio municipal e elaboração de projetos de captação de recursos para investimento em infraestrutura e implantação de equipamentos públicos e comunitários. Nas áreas correspondentes aos lotes ocorrerá o destaque lote a lote para fins de titulação e registro específico em nome dos ocupantes, mediante instrumento de regularização definido com base nos requisitos técnicos, documentais e legais estabelecidos nos termos do Contrato de Doação do Programa Terra Legal e legislação pertinente.

A temática sustentabilidade socioambiental urbana é abordada no PROFIS por meio da definição de recomendações voltadas a incorporação de instrumentos técnicos e jurídicos de gestão urbana nas práticas administrativas municipais, mitigação dos riscos eminentes de degradação ambiental e poluição dos recursos naturais e incentivo a organização comunitária. A figura 6 ilustra a imagem das Plantas de Parcelamento das quatro vilas em estudo, onde pode ser visualizada a distribuição destas áreas por lotes a serem regularizados em nome de terceiros e do poder público municipal.

Figura 6: Imagens das Plantas de Parcelamento do Solo das vilas dispersas do Município de Concórdia do Pará.



Fonte: Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social do Município de Concórdia do Pará, UFPA, 2015. Adaptação dos autores. Desenho: Fernanda Amorim e Ary Silva, 2015.

O quadro 3 apresenta as medidas voltadas ao alcance da sustentabilidade socioambiental urbana. A indicação dessas medidas não elimina a possibilidade do estabelecimento de outras estabelecidas nos estudos técnicos específicos, que venham contribuir para plenitude do processo de regularização em curso.

Quadro 3: Medidas para alcance da sustentabilidade socioambiental urbana.

	PROBLEMA	MEDIDAS RECOMENDADAS
URBANÍSTICO	Indefinição legal do perímetro urbano das vilas, com suas respectivas áreas de expansão.	- Normatizar o perímetro urbano das vilas, com delimitação das áreas de expansão urbana
	Não reconhecimento da vila como ZEIS	- Delimitação de Zonas de Interesse Social nas vilas e fomentar a criação do conselho da ZEIS
	Imóveis não inseridos no sistema de gestão cadastral do município	- Inserir os imóveis existentes na vila no cadastro municipal
	Ausência de espaços públicos e comunitários na vila	- Identificar a existência de áreas vazias para instalação de praças, escolas e posto de saúde etc.
AMBIENTAL	Ocorrência de desmatamento para expansão da ocupação urbana	Exploração dos recursos vegetais de florestas e matas da redondeza de forma controlada, garantindo o replantio sempre que necessário.
	Supressão da vegetação da frente dos lotes	Preservação de áreas verdes nos quintais.
	Supressão da cobertura natural da frente dos lotes	- Evitar a capinação da frente dos lotes; - Orientar para manutenção da cobertura natural do solo, evitando a erosão.
	Poluição do solo por meio de soluções inadequadas de esgotamento sanitário	Adoção de medidas que visem a não poluição do solo e soluções sanitárias adequadas, como substituição das fossas rudimentares por tanques sépticos.
	Abandono dos poços rasos de abastecimento de água individual	Desativação dos poços rasos, por meio de selagem, evitando a contaminação do solo e depósito de resíduos.
	Adoção de práticas inadequadas de descarte de resíduos sólidos (queima ou lançamento a céu aberto) e ingestão de água não tratada.	Educação Ambiental, através da formação de multiplicadores (professores, técnicos das oficinas pedagógicas, coordenadores pedagógicos, agentes comunitários de saúde, dentre outros), com isso transmitir o conhecimento para comunidade em geral.
	Erosão em torno dos canais de drenagem abertos pelos moradores	Recuperar a cobertura natural em torno dos canais de drenagem existente.
SOCIAL	Ausência de espaços que possibilitem o convívio social	- Viabilizar recursos para implantação de espaços públicos comunitários como praça, centro comunitário etc.
	Ausência de práticas de associativismo e cooperativos	- Fomentar práticas de economia solidária na localidade
	Alta incidência de famílias com renda inferior ao salário mínimo	Desenvolver ações voltadas à melhoria das condições de trabalho, emprego e renda.
	Baixo incentivo a práticas de agricultura familiar	Ações que visem o incentivo a produção e consumo de alimentos orgânicos

Fonte: Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social do Município de Concórdia do Pará, UFPA, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A operacionalização do processo de regularização fundiária no Município de Concórdia do Pará vem ocorrendo em um contexto caracterizado pela mobilização de diferentes atores envolvidos na PNR. Apesar de ainda estar em curso, há elementos que propiciam reflexões

pertinentes para a identificação de efeitos práticos da regularização fundiária de assentamentos localizados no Pará. Um primeiro aspecto observado é a forma como a municipalidade vem participando. É bastante comum a identificação de limitações institucionais nas prefeituras, seja no trato da gestão urbanística, seja na condução de ações integradas de políticas públicas de cunho territorial, o que se agudiza em eventuais ações de regularização fundiária. Contrariando o senso comum, o Projeto Moradia Cidadã ao trazer o município para o processo cria capacidade na gestão municipal, pela provisão de formação e informação e, neste caso, pelas deliberações sobre a destinação de áreas sujeitas a restrições ambientais e urbanísticas.

A possibilidade de valorização dos lotes existentes, discutida neste *paper* a partir da contraposição entre as visões teóricas De Soto, questionadas por Fernandes, é relacionada pela composição das destinações que os lotes urbanos têm na planta de regularização fundiária. A identificação de Áreas Passíveis de Regularização tem sido objeto de negociação entre os moradores e a prefeitura visando à titulação mediante o registro da planta urbanística, e principalmente pela possibilidade de atender princípios de sustentabilidade ambiental e urbanística, considerados de fundamental importância em longo prazo para o desenvolvimento do assentamento. O processo em curso também traz à luz a necessidade de estudos técnicos específicos para a definição de encargos ambientais e urbanísticos que anteriormente não eram incluídos nas agendas de políticas públicas analisadas pela prefeitura. Por fim, a prefeitura passa a ter a sua disposição um verdadeiro mosaico de espaços públicos para uso coletivo definido de maneira articulada com o cumprimento das medidas de proteção ambiental e do reconhecimento de direitos dos ocupantes dos lotes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcio Fontes. In: BRASIL, Ministério das Cidades. *Regularização Fundiária no Brasil /* Coordenação: Carvalho, Celso Santos, Gouvea, Denise de Campos - Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2009.

Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm > Acesso em 5 de setembro de 2014.

DE SOTO, Hernando. *The Mystery of Capital. Why capitalism triumphs in the west and fails everywhere else*. London: Black Swan Books, 2001.

DOEBELE, W. “Urban land and macroeconomic development: Moving from “Access for the poor” to urban productivity”. (44-54). In: JONES, G. E WARD, P. (Eds.). *Methodology for land and housing market analysis*. Londres: UCL Press, 1994.

DUARTE, André Montenegro; ANGELIM, Elaine Cristina de Souza; NEVES, Renato Martins, DUARTE; Ana Rosa C.L.M.; MANESCHY, Carlos E.A.; NASCIMENTO, Durbens Martins, HADDAD, Emílio. *The influence of urban violence and land title irregularity on the market*

value of properties: A case study in Belém, an Amazon metropolis. Cities 35, 2013.

EMILIANO, Elisamara de Oliveira. Os desafios do Planejamento Urbano frente à informalidade, s/d. Disponível: WWW.vivendaconsultoria.com.br/wp-content/uploads/2011/07/Elisandra-os-desafios-do-planejamento-urbano-frente-a-informalidade.pdf. Acesso 5/11/2015 às 14:43.

FERNANDES, Edésio. “Direito e Gestão na construção da cidade democrática no Brasil”. In: Brandão, Carlos Antônio Leite (org. *As Cidades das Cidades*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. *Regularização de Assentamentos Informais na América Latina*. Lincoln Institute of Land policy, 2011.

_____. “Regularização de Assentamentos Informais: O grande desafio dos municípios, da sociedade e dos juristas brasileiros”. In: Raquel Rolnik... (et al.). *Regularização Fundiária Sustentável – conceitos e diretrizes* /– Brasília: Ministério das Cidades. 2007.

GANEM, Roseli Senna. “Ambiente Urbano”. In: *Legislação Brasileira sobre meio ambiente: Caderno 7 – Desenvolvimento Urbano e Regional*. Câmara dos Deputados. Edição Câmara. Brasília, 2013.

JUCÁ, Maria Teresa Saenz. In: BRASIL, Ministério das Cidades. *Regularização Fundiária no Brasil* / Coordenação: Carvalho, Celso Santos, Gouvea, Denise de Campos - Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

SOUZA, Flávio A. M. de Souza. “O futuro dos assentamentos informais: Lições a partir da legalização de terras urbanas disputadas em Recife”. In: *Brasil urbano* / Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença, organizadores. – Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

UNCHS. *Land for housing*. Nairobi: United Centro for Human Settlements, 1987.

A RELAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E DO CIBERATIVISMO COM A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO PARÁ SOB A LUZ DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E DA DEMOCRACIA DIGITAL

Jader Ribeiro Gama¹

Fábio Carlos da Silva²

Larissa Carreira da Cunha³

Leonardo Feltrin Foletto⁴

RESUMO

O artigo analisa a relação entre os conceitos de comunicação pública e ciberativismo com a transparência pública e a democracia digital nos municípios do Pará através da verificação dos baixos índices da aplicação da lei de acesso à informação no Estado, e as práticas de comunicação pública, por parte das instituições municipais, bem como o ciberativismo, por parte da população. Foram relacionados os dados de transparência dos municípios do Pará com a ineficácia das ações de comunicação governamentais e do baixo poder de articulação dos movimentos sociais, demonstrando que a falta de acesso à informações pública e o acesso aos dados de forma inadequada comprometem de forma direta a mobilização da sociedade civil em ações de ativismo na rede, sendo um fator fundamental para a desmobilização ou incapacidade de mobilização. O Estado do Pará possui um contexto diferenciado em relação aos demais estados da região amazônica, pois a partir de 2007 grande parte dos municípios foi conectado à internet de alta velocidade através do programa de inclusão digital "NAVEGAPARÁ" do governo do Estado, possibilitando uma infraestrutura tecnológica favorável às ações de democracia digital. No entanto, a pesquisa demonstrou que a política de transparência e comunicação pública não acompanhou a política de infraestrutura tecnológica, desfavorecendo o ciberativismo e a mobilização da sociedade civil em torno de questões dos municípios. Como embasamento teórico, utilizamos os conceitos de comunicação pública de Brandão, Duarte e López, o conceito de sociedade da informação de Castells, democracia digital e participação de Cocco, Aggio e Sampaio, ciberativismo de Silveira, bem como as leis de transparência e acesso à informação.

Paravras-chave: Transparência pública; Democracia digital; Ciberativismo; Comunicação Pública; Lei de acesso à informação.

¹ Universidade Federal do Pará - jadergama@ufpa.br

² Universidade Federal do Pará - fcsilva.ufpa@gmail.com

³ Universidade Federal do Pará - larissacarreira@ufpa.br

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul - leofoletto@gmail.com

INTRODUÇÃO

A recente implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no país, obrigou Estado e municípios a se adequarem ao requisitos de transparência pública, o que gerou grande dificuldade para alguns municípios em todo o Brasil.

O Pará possui um contexto diferenciado em relação aos demais municípios da Amazônia, quanto ao investimento em infraestrutura tecnológica, já que foi implementado o programa 'Navega Pará', pelo governo estadual a partir de 2007, possibilitando o acesso à internet banda larga para vários municípios do interior do Estado. No entanto esse contexto não influenciou diretamente os municípios quanto a implementação de ações e normatizações de transparência pública, contrariando uma hipótese de que uma infraestrutura tecnológica adequada possui um relação direta aos investimento de transparência.

A questão da transparência no Pará está relacionada a muitos outros fatores que não dizem respeito ao âmbito tecnológico, e sim cultural, tanto do gestor que não se interessa em implementar as ações necessárias previstas em lei, bem como a população que não tem costume e nem informação sobre a questão. Esse cenário é condizente com o cenário da baixa transparência no Pará.

TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A origem da palavra transparência vem do latim medieval: *TRANSPARENTIA*, relacionada ao verbo *TRANSPARERE*, mostrar a luz através, deixar a luz atravessar, formado por *TRANS-*, "através", mais *PARERE*, "aparecer, chegar à vista". Segundo o professor Gilberto Mendonça Teles, estudioso da Academia Brasileira de Filologia, a palavra transparência sugere uma variada série de relações, com os mais diversos temas - como a linguística, a mitologia, a religião, a filosofia, a retórica, a arte e a literatura (TELES, 2010). Além desses aspectos mencionados, vale destacar a importância deste termo interdisciplinar na física, na economia, no direito, na ciência política, na moral gerando consequências que influenciam em vários aspectos da vida social. Mas antes que o enfoque político seja priorizado, um olhar mais profundo sobre a origem deste vocábulo será importante para se compreender seu significado. E é através de estudos etimológicos mais acurados que foi tecida uma linha do tempo para a palavra, vale a pena conhecer esse caminho até sua chegada documentada para o início do século XIX a língua portuguesa:

transparência, que designa o fenômeno pelo qual os raios luminosos se deixam perceber através de certas substâncias, qualidade que em grego se designava por *διαφάνεια* - diáfano, claro, evidente, visível, brilhante e ilustre, num fio semântico que vai do natural ao humano. O termo ou radical *φαίνω* (proveniente do indo-europeu, com o sentido de "esclarecer", "brilhar", "falar" e "manifestar") empregava-se para indicar o "ato de se tornar visível, de dar a conhecer", ou seja, a "transparência", palavra que, no entanto, só será conhecida no latim medieval (*transparentia*). Na época romana se conheceu o termo *transpectus*, *us*, ou seja, "aquilo que se vê através de", que aparece por meio de outra coisa. A partir daí se formaram *transparentis* e *transparentia* que motivou o francês *transparence* (1372). O curioso é que o vocábulo francês, formado a partir de *transparaître*, tem a ver com um antigo *percer* (da época da *Chanson de Roland*), que indicava o ato de "abrir um buraco, uma clareira para mostrar alguma coisa", concreta ou não. Liga-se intelectualmente a *percepção*. O paralelismo dos dois significantes se relaciona com duas raízes indo-européias que acabaram se juntando: a primeira com o sentido

de "torcer", "esfregar"; a segunda com a ideia de "atravessar para atingir um objetivo". A aproximação dos dois significados enriquece a palavra *transparence*, tanto no francês como na sua correspondente em português, onde se documenta no início do século XIX, com a invasão napoleônica a Portugal. Assim, na língua portuguesa, transparência é a palavra para designar o fenômeno pelo qual os raios luminosos [visíveis] são percebidos "através" de algumas substâncias, ou seja, é a denominação para o que permite a passagem da luz, daquilo que se deixa atravessar pela luminosidade, que permite a visibilidade de objetos e de imagens (TELES, *op. Cit.* p. 42).

A Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece normativamente quais os procedimentos que devem ser desenvolvidos, para que os entes públicos brasileiros cumpram as exigências relacionadas a Transparência Passiva "quando algum órgão ou ente é demandado pela sociedade a prestar informações que sejam de interesse geral ou coletivo, desde que não sejam resguardadas por sigilo." (CGU, 2013. p. 17) No seu artigo 10, a Lei de Acesso a Informação trata da obrigatoriedade que os órgãos governamentais tem, de prestar informações solicitadas pela sociedade:

Art. 10. "Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida". (LAI, 2011)

A LAI prevê ainda o estabelecimento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico, descrito no inciso I do artigo 9º da Lei:

Art. 9º. " O acesso a informações públicas será assegurado mediante:
I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:
a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações".
(LAI, 2011)

Portanto, a LAI obriga todos os entes federados a organizarem uma estrutura física para atender as demandas das pessoas físicas e jurídicas presencialmente. Em seu Art. 9º, a Lei de Acesso a Informação determina que o SIC funcione em local com condições apropriadas para que seja prestado o serviço de atendimento, orientação e informação sobre o trâmite de documentos. A este espaço físico de atendimento soma-se o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que se constitui em um espaço digital acessível, via internet, onde é possível cadastrar, monitorar e acompanhar o pedido de informação. São atribuições do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- Normatizar o protocolo de documentos e requerimentos de acesso a informações. (CGU, 2012)

A Lei também estabelece, em seu artigo 40, que o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal designará autoridade para, no âmbito da sua unidade administrativa, exercer as seguintes atribuições:

- Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei;
- Monitorar a implementação do disposto na LAI e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
- Recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei; e
- Orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento da LAI e de seus regulamentos. (CGU, 2012)

A questões operacionais que dizem respeito a implementação e funcionamento dos SICs, como por exemplo, horários de atendimento e regras de atendimento, devem ser regulamentadas pelos estados e municípios, através de lei ou decreto. Segundo a própria CGU (órgão responsável pela implementação e monitoramento da lei a nível federal) a regulamentação por parte dos entes subnacionais pode gerar uma série de vantagens para os governos e a sociedade civil:

Uma regulamentação tempestiva e que contemple com eficácia os ditames da LAI traz vantagens aos gestores e aos cidadãos dos municípios, amplia direitos e evita uma série de problemas políticos e jurídicos...A norma aprovada localmente tem uma função muito importante: ajusta os mandamentos gerais da Lei à realidade do ente específico. Ou seja, a regulamentação municipal da LAI traduz as regras genéricas e abstratas da Lei de Acesso à Informação às especificidades da prefeitura ou câmara legislativa interessada em conferir maior efetividade ao exercício do direito de acesso às informações públicas. (CGU, 2013. p. 6)

A não regulamentação da LAI na esfera municipal, pode, segundo o Guia técnico de regulamentação da Lei de Acesso à Informação em Municípios e Check List, gerar vários riscos, conforme demonstra o quadro 7 (CGU, 2013).

Quadro 1 - Lista de riscos na falta de regulamentação local da LAI

- Os procedimentos de acesso à informação não ficam claros para os cidadãos e tampouco para os servidores públicos;
- Não se prevê quem é o responsável pelo fornecimento das informações;
- Há incerteza e desinformação quanto à possibilidade de interposição de recursos diante de negativa de informação;
- O órgão corre o risco de fornecer informações sigilosas indevidamente;
- Informações sigilosas podem ser classificadas sem o devido respaldo legal;
- Caso haja ações judiciais a respeito de acesso à informação no município, a decisão judicial se fundamentará apenas na Lei Nacional, já que o órgão municipal e os servidores não poderão recorrer a outros normativos locais que os orientem;
- Os Tribunais de Contas, órgãos que têm por competência o acompanhamento das contas e da transparência nos municípios, tem entre suas atribuições aplicar sanções se identificarem.

Adaptado CGU, 2013.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E CIBERATIVISMO

Na discussão busca-se constituir uma proposta geral de comunicação pública que considere a área pela sua pluralidade de campos que são diferenciados, mas articulados entre si, através das suas metodologias e estratégias, que diversas vezes são colocadas como ações divergentes e

excludentes (Ibid, 2007). “Nos casos da empresa privada e do setor estatal, a área de comunicação costuma ser um corpo desmembrado cujas partes andam pelos cantos pedindo para serem articuladas e integradas em um só sistema que lhes dê sentido [...]”. (LÓPEZ, 2007, p. 250).

Isso posto, destacam-se três etapas para a discussão e busca por essa concepção geral da comunicação pública, segundo López (2007). A primeira se refere à criação de noções iniciais sobre o conceito de comunicação pública. Temos o conceito de comunicação macrointencional, onde a comunicação possui um papel importante na articulação entre as ações com objetivos na área de benefício social, nos campos da produção, transmissão e democratização dos conteúdos de comunicação:

De acordo com esse modelo, o “produtor social” inicia o processo através de uma ação comunicativa, que procura “editar” um discurso mobilizador (horizonte de futuro desejável) promovido e difundido através dos meios massivos e orientado a construir uma rede com os mediadores. Esses são capazes de reescrevê-lo com autonomia, na medida em que não aderem nem a ele nem a mensagens específicas, mas ao propósito (reeditores), e assumem a responsabilidade de dar sentido ao mesmo, para os públicos que conhecem e com os quais possuem credibilidade. (LÓPEZ, 2007, p. 249)

As contribuições que esse modelo trouxe para a discussão da comunicação nesse cenário de atuação para propósitos comuns, foi a designação da mobilização social como condutor e objetivo desse tipo de comunicação, dita “comunicação social”, e a forma como esse modelo conformou uma tensão entre a coletivização de conteúdos e mensagens e a construção de redes de reedição para a mobilização social (LÓPEZ, 2007).

Outra noção é a constituição dos campos de comunicação pública, onde é necessária a crítica ao enfoque simplificador que separa os ambientes da comunicação dentro de uma instituição a exemplo do distanciamento dos setores que trabalham com a publicidade dos produtos, o contato com os clientes e aqueles que realizam ações de comunicação interna, muitas vezes coordenadas pelos setores de recursos humanos, completamente separado das demais área da comunicação. López (2007) avalia que a comunicação é uma só, independente das diferenças de metodologias, ferramentas e dinâmicas, e ressalta que quando há essa diferenciação e distanciamento das áreas da comunicação interna e comunicação externa da instituição (seja pública ou privada), inevitavelmente, a segunda será mais privilegiada e valorizada do que a primeira.

Trata-se aqui do sentido que é dado à comunicação, geralmente como instrumento de transmissão de mensagens e não através de uma compreensão estratégica da comunicação com um enfoque de articulação de sentido. Essa compreensão está relacionada com os tipos de perguntas que são feitos sobre os objetivos da intervenção comunicativa. Para López (2007), para a discussão de uma concepção geral da comunicação, é necessário a criação de quatro perguntas que vão estruturar quatro grandes eixos de intervenção da comunicação sendo estratégicos para a articulação entre os significados e os sentidos compartilhados nas instituições e na esfera pública.

DEMOCRACIA DIGITAL

A participação social tem um papel fundamental na teoria democrática no contexto da política contemporânea, principalmente com a chamada crise da democracia representativa liberal moderna, na qual há uma crítica sobre a falta de representação efetiva dos representantes para com

os seus eleitores e também pela grande autonomia e opacidade na execução das ações dos governantes que não prestam contas com a sociedade (AGGIO; SAMPAIO, 2013). Outros autores (BOBBIO, 1997; GOMES, 2010) discordam dessa visão de “crise” da democracia e consideram que a falta de participação política dos cidadãos, está associada a questões educacionais e culturais, conforme destaca Aggio e Sampaio(2013).

Para Silva (2005), “nas variações do debate sobre democracia digital, o que está em jogo é a busca de maior participação da esfera civil nos processos de produção de decisão política.” (AGGIO; SAMPAIO, 2013, p. 454). A efetivação de uma democracia direta, dependeria do nível/grau de participação popular através da utilização de tecnologias da informação e comunicação (TIC’s). Nesse sentido, Silva (2005, *apud* GOMES, 2004) destaca cinco níveis de participação popular que utilizam as TIC’s no contexto das diversas visões sobre democracia.

O primeiro grau de democracia digital é caracterizado pela disponibilidade e informação e na prestação de serviços públicos, então as TIC’s possuem o papel de otimizar a circulação de informações e melhorar a prestação de serviços públicos, em um processo de transmissão de informação “alicerçado em um fluxo de interação predominantemente de mão única: o governo disponibiliza informações ou torna a prestação de serviços mais eficiente, através do emprego dessas tecnologias da informação” (Ibid, 2005, p. 454). Existe um papel ativo do governante em transmitir a informação e um papel passivo do cidadão de esperar a informação que será partilhada sobre saúde, segurança, educação, entre outros.

Já o segundo grau de democracia digital, apesar de se assemelhar ao primeiro com o viés de transmissão de informação somente por um lado, neste caso a utilização das TIC’s são utilizadas para a obtenção de informações dos cidadãos que vão contribuir para a visualização da opinião pública, que vai ajudar o governante durante a tomada de decisões. Então apesar de haver um canal de comunicação no qual existe um retorno de informação do cidadão para o governante, o primeiro ainda se mantém passivo e não há diálogo entre ambos.

O terceiro grau é regido pelos princípios de transparência e prestação contas em um sentido de publicidade mais efetiva e comprometida com a transparência das informações da gestão pública e com menos ênfase na formação de opinião pública. Nesse caso, a decisão sobre a gestão ainda continua sob a esfera política.

Em sequência, o quarto grau da democracia digital se refere a uma democracia deliberativa, que “consiste na criação de processos e mecanismos de discussão, visando o convencimento mútuo para se chegar a uma decisão políticoma da pelo próprio público, definindo práticas mais sofisticadas de participação democrática” (SILVA, 2005, *apud* GOMES, 2004, p. 456), sendo considerado como o enfoque em que a participação social mais e efetiva no processo de decisão política, através da inserção da esfera civil na esfera política. Por fim, o quinto grau de democracia digital é considerado como o ideal na esfera da participação civil nas decisões políticas, sendo necessária uma mudança no modelo democrático para a sua viabilização. Segundo Gomes:

Neste último grau, as TICs teriam uma função fundamental: retomar o antigo ideal da democracia direta ⁷. Embora o quarto grau também defenda um fim mais ou menos similar – o aumento da participação direta da esfera civil na produção da decisão política – ele se preocupará com os processos de deliberação ⁸, mantendo a esfera política em seu papel de representatividade. No caso específico deste quinto grau, embora também possa haver processos de deliberação (no sentido de discussão racional), a tomada de decisão não passa por uma esfera política

representativa: a esfera civil ocupa o lugar da esfera política na produção da decisão. A ênfase aqui está no fato de que só argumentar não seria suficiente: é preciso deixar que o povo decida. Isto significaria “um estado governado por plebiscito” (GOMES, 2004b, p. 6). Numa democracia digital de quinto grau, prevalece a idéia de que, com as possibilidades interativas em massa das novas tecnologias da comunicação, a decisão deveria estar assim transferida diretamente para a esfera civil. (SILVA, 2005, *apud* GOMES, 2004, p. 457)

ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

Para facilitar o entendimento dos conteúdos observados a partir dos dados coletados diretamente nos sites das prefeituras do estado do Pará, as informações serão apresentadas a partir dos municípios que compõem as mesorregiões paraenses.

Os estados brasileiros, em 1987, foram subdivididos pelo IBGE, para fins de estudos geoestatísticos, em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. As Mesorregiões são áreas individualizadas dentro de uma Unidade da Federação, onde o espaço geográfico é definido a partir de seus elementos sociais, de um quadro natural, redes e comunicação e de lugares que retratam a articulação espacial. Essas “dimensões” permitem que o espaço, delimitado como mesorregião, tenha uma identidade regional. (IBGE, 2013. p. 35)

O PIB da região Nordeste Paraense é da ordem de R\$ 8.852.245,00, com destaque para o setor de serviços que contribui com 72,8% para a formação do PIB, seguido da agropecuária com 16,45 e da indústria com 11,26%. O que representa 9,7% do PIB do Estado do Pará. Seu município mais populoso é Abaetetuba, que conta com 148.873 habitantes, uma área de 1610,603km², e uma densidade demográfica de 92,33 hab/km² (IBGE, 2015). É a sexta maior cidade do Estado e atualmente passa por um crescimento econômico acelerado, principalmente nos ramos do comércio e serviços. A cidade proporciona fácil acesso aos portos de Belém, Vila do Conde e ao sul do Pará, além da proximidade do Pólo Industrial na Vila dos Cabanos, que fica a 30km. Diversas empresas estão se instalando no município aproveitando também a grande rede de serviços da cidade, fato refletido no aumento do PIB municipal que em 2012 foi de R\$ 750.728,00 (IDESP, 2012)

É uma das mais antigas áreas de colonização agrícola da Amazônia (TAFNER JR e LEANDRO, 2011), e recebeu no passado investimentos na área de logística e infraestrutura como por exemplo a extinta Estrada de Ferro Bragança (EFB), rodovia Belém-Brasília (BR-010), rodovia Pedro Teixeira (BR-316), Alça Viária, estradas estaduais e municipais. Nessa mesorregião ocorreu a migração de estrangeiros e nordestinos, a implantação de uma fábrica de cimento, seringais da Goodyear e Pirelli, cultivos do fumo, malva, algodão, pimenta-do-reino, laranja, dendezeiro, feijão-caupi, goiabeira, melancia, maracujá, grãos, açaizeiro, pecuária, madeira, apicultura, hortaliças, granjas. Dentre os cultivos temporários há que se ressaltar o cultivo da mandioca da qual Pará é o primeiro produtor nacional, gerando cerca de 4.596.083 ton. em 2010, tendo o município de Acará como seu maior produtor (IBGE, 2013).

Na Mesorregião Nordeste Paraense, também são encontrados depósitos de minerais metálicos e não metálicos, com destaque para bauxita, as importantes reservas caulínicas e areia utilizada principalmente na construção civil. Notadamente o caulim é o mais importante minério da classe de uso dos não metálico. Tendo como no Nordeste do Pará, entre a rodovia federal Belém-Brasília, no

trecho entre o Município de Ipixuna do Pará e Mãe do Rio, uma importante reserva deste minério, cuja lavra é realizada pela multinacional francesa IMERYS RIO CAPIM CAULIM. (IBGE, 2013)

Esses ciclos produtivos, no entanto, não foram capazes de gerar benefícios socio-econômicos ao conjunto dos habitantes e promover o progresso da região (REBELLO; HOMMA e SANTANA, 2011). Outros pesquisadores que estudaram o nordeste paraense corroboram a análise: "Mesmo com o expressivo crescimento econômico que ocorreu no Pará após a integração do estado ao mercado nacional, na década de 1960, as regiões permaneceram socialmente em péssimas condições".(TAFNER JR.; SILVA, 2010, p. 150)

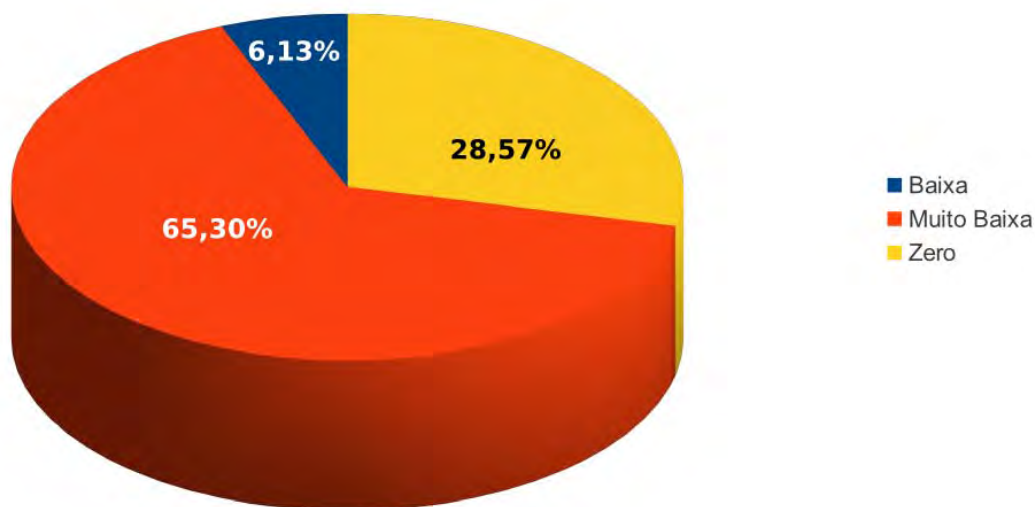
E segundo Silva (2012) o quadro de desequilíbrio entre os avanços econômicos e sociais é mais grave na região nordeste:

Em resumo, pode-se inferir que a situação atual da socioeconomia paraense é paradoxal, isto é, crescimento econômico acompanhado de crescimento da pobreza e não superação dos problemas sociais como acesso à saúde, educação, habitação e saneamento básico adequado para boa parcela da população. Esse quadro é pior no Nordeste do Estado. (SILVA, 2012. p 15)

Por conta da ligação terrestre existente entre a Mesorregião Nordeste do Pará e a Mesorregião Metropolitana de Belém e dos investimentos em tecnologias da informação e comunicação realizados pelo governo do estado a partir de 2007, apenas 8,16% dos municípios do Nordeste Paraense não possuem disponibilidade de acesso a internet banda larga, são eles: Baião, Mocajuba, Nova Esperança do Piriá e Oeiras do Pará. Isso significa que 91,04% destas cidades tem disponibilidade de banda larga em sua zona urbana municipal. A atuação do NavegaPará é marcante nesse território uma vez que encontra-se em 73,46% dos municípios desta mesorregião, num total de 36 cidades sendo atendidas, com serviços de conexão a órgãos públicos, prefeituras, hospitais, infocentros, telecentros e hotzones (PRODEPA, 2014 e Ministério das Comunicações, 2015).

No entanto toda a infraestrutura de TIC's alocada nesta região, ainda não surtiu os efeitos tão divulgados e esperados. Dos sites das prefeituras analisados 6,13% apresentaram nível de transparência baixa, 65,30% muito baixa e 28,57% tiveram nível de transparência zero.

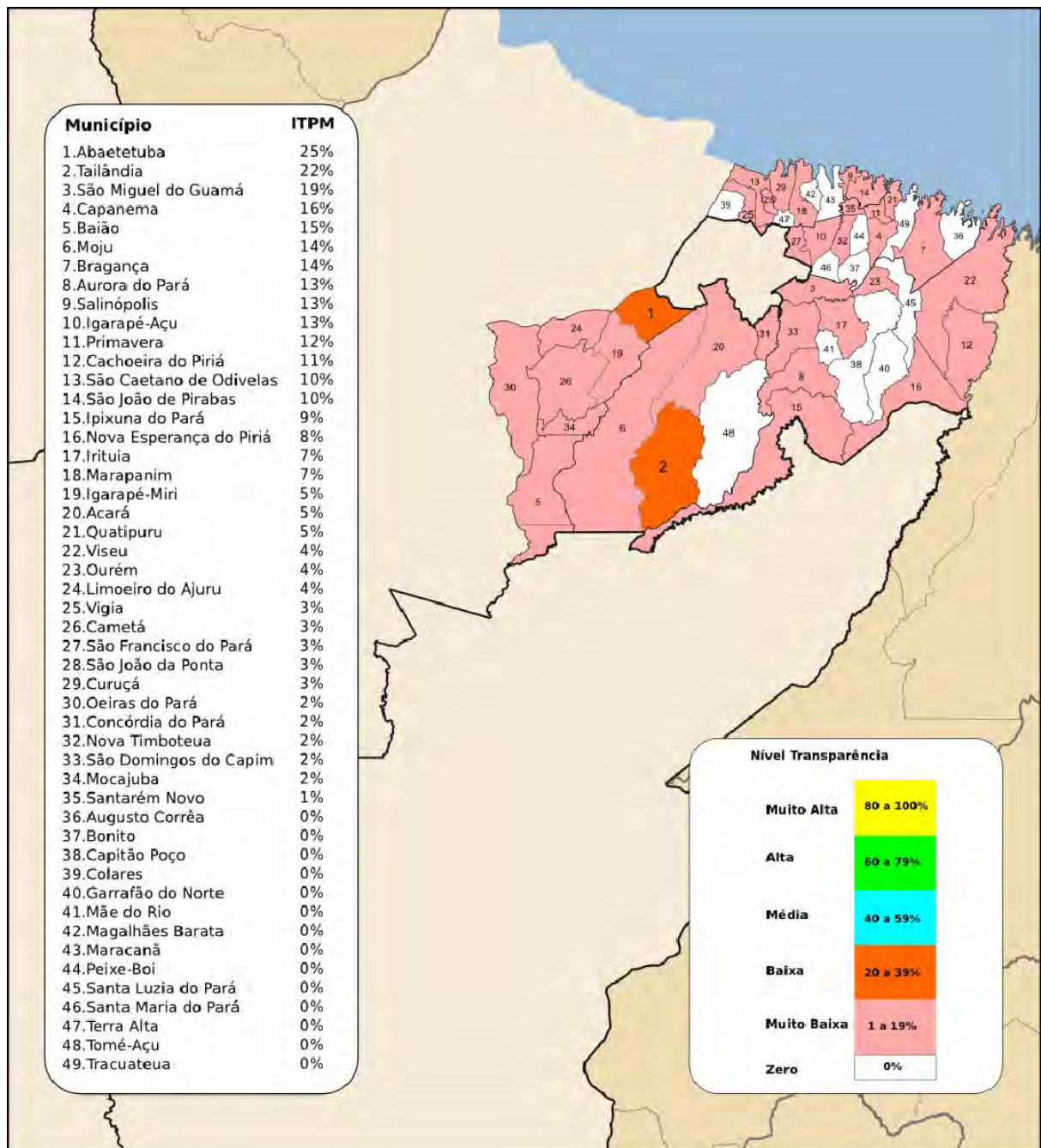
Gráfico 1 – Nível de transparência dos municípios da Mesorregião do Nordeste Paraense



Fonte: Elaboração própria

Os sítios eletrônicos dos municípios que compõem a mesorregião do Nordeste Paraense, foram pesquisados e analisados no período de 01 a 15 de dezembro de 2014. As informações colhidas, apontam um quadro parecido com as demais regiões apresentadas até o momento. A cidade que alcançou o melhor nível de transparência em seu portal eletrônico foi Abaetetuba com 25%, seguida por Tailândia 22%, as duas encontram-se no patamar de transparência baixa. Os dois municípios são beneficiados pelo NavegaPará. Abaixo os dados de cada município dispostos no mapa ilustrativo aproximado da mesorregião do Nordeste Paraense.

Figura 1 – Mapa ilustrativo da transparência dos portais eletrônicos da Mesorregião do Nordeste Paraense



MESORREGIÃO DO SUDESTE PARAENSE

A mesorregião do Sudeste Paraense tem uma área de 297.366,70km² e é composta por 39 municípios: Breu Branco, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Tucuruí, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Paragominas, Rondon do Pará, Ulianópolis, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Felix do Xingú, Tucumã, Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Brejo Grande do Araguaia, Marabá, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Pau D'arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Xinguara, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia. (IBGE, 2015) Com uma população de 1.813.810 habitantes, foi responsável em 2012 por 41,24% do PIB paraense, apresentando um dinamismo econômico muito acima do restante do estado. (IDESP, 2012)

O sudeste paraense tem sido uma região de extraordinária dinâmica na Amazônia brasileira. Lá se alocaram os grandes projetos pecuários financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), os quais confrontaram frentes de expansão camponesas e surtos garimpeiros. Principal área de atuação da Vale do Rio Doce (CVRD) no Pará, onde a companhia tem seu sistema-norte de exploração de metais ferrosos e não ferrosos, a mesorregião assistiu à transformação de agentes mercantis e extrativistas da economia da madeira e da castanha-do-pará em pecuaristas de médio e grande porte. (COSTA, 2012, p.5).

Os principais centros urbanos da região sudeste paraense estão representados pelas cidades de: Parauapebas, Marabá, Canaã dos Carajás, Tucuruí, Paragominas, Xinguara, Redenção, Santana do Araguaia e Conceição do Araguaia. Sendo que as 5 primeiras mencionadas encontram-se entre os dez municípios do estado com maior PIB. Parauapebas só fica atrás da capital do estado, Belém (IDESP, 2012).

No entanto, Marabá é o principal centro urbano do sudeste paraense, localiza-se entre os rios Tocantins e Itacaiúnas. A cidade é formada por três núcleos (Marabá Pioneira, Nova Marabá e São Félix), ligados pela BR-230 (Rodovia Transamazônica) e dista 485 km da capital Belém. Com área de 15.092,368km², um contingente populacional de 257.062 habitantes. (IBGE, 2015) É um centro urbano em franco desenvolvimento, Marabá limita-se ao Norte com os Municípios de Itupiranga, Jacundá e Rondon do Pará; ao Sul com os Municípios de São Geraldo do Araguaia, Curionópolis, Parauapebas e São Félix do Xingu; a Leste com os Municípios de Bom Jesus do Tocantins e São Geraldo do Araguaia e a Oeste com o Município de Senador José Porfírio.

Data de 1895 o seu primeiro período econômico, decorrente do Ciclo da Borracha no Pará. A pequena colônia teve sua população aumentada com o forte fluxo migratório causado pela extração da seringa, muito abundante na região, gerando um avanço econômico. Mais tarde, por volta da década de 1940, com a crise da borracha, surgiu o período do extrativismo da castanha-do-Pará, levando mais pessoas para esta área, para extração e comercialização desse produto, que foi a principal fonte de renda de Marabá até meados de 1980:

A cidade passou, então, a ser cognominada de “Terra da Castanha” e a área conhecida como o “polígono dos castanhais”. Arelado ao período da extração de castanha-do-Pará houve ainda a corrida para a extração de diamantes. Em 1969, após a abertura da rodovia PA-70 (atualmente um trecho da BR-222), Marabá ficou ligada à Rodovia Belém-Brasília (BR-010). A implantação da infraestrutura rodoviária fez parte da estratégia do governo federal de integrar a região ao resto do país. Além disso, o plano de colonização agrícola oficial, a instalação de

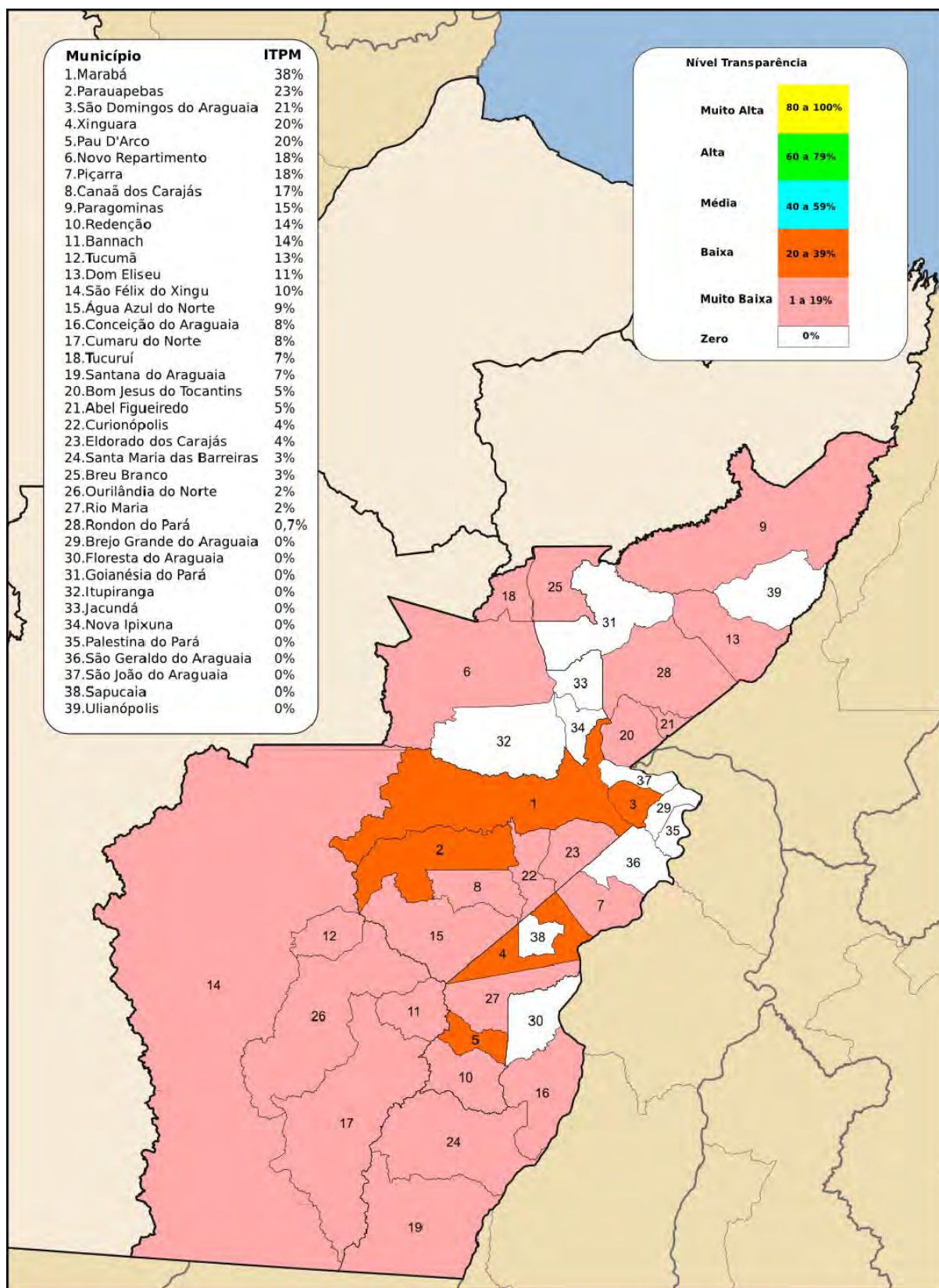
canteiros de obras, especialmente a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a implantação do projeto Grande Carajás e a descoberta da mina de ouro da Serra Pelada, aceleraram e dinamizaram as migrações para Marabá nas décadas de 1970 e 1980 (IBGE, 2013, p. 43).

Com o início da exploração da Província Mineral da Serra dos Carajás, Marabá teve um desenvolvimento econômico ainda mais acelerado, demonstrando com isso seu potencial industrial e comercial. Entre os anos de 1998 e 2010, o município recebeu grandes investimentos, o que levou a cidade a ser considerada um pólo industrial e comercial, com predomínio das atividades agropecuárias. É o grande centro logístico, da Mesorregião Sudeste Paraense e funciona como importante elo de ligação com o resto do Brasil, favorecido pelas suas principais interligações rodoviárias, como por exemplo, as BR-230, BR-422 e BR- 010; e as PA-150 e PA-153. (IBGE, 2013) Além da linha ferroviária da CIA VALE DO RIO DOCE, que liga o Pará ao Maranhão, transportando minérios e pessoas.

Em relação a conectividade da Mesorregião do Sudeste Paraense, 25,64% dos municípios não possuem nenhum tipo de disponibilidade de acesso a internet banda larga. Segundo a PRODEPA e MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (2015) 74,36% das cidades que formam esta mesorregião dispõem de acesso a banda larga nas suas sedes municipais. O NavegaPará, programa de inclusão digital e tecnologia da informação e comunicação do estado, chega a 25,64% destas localidades, nos municípios de Goianésia do Pará e Novo Repartimento o programa estadual é o único provedor de banda larga.

Os portais eletrônicos dos municípios que compõem a mesorregião do Sudeste Paraense, foram pesquisados e analisados no período de 16 a 31 de dezembro de 2014. Marabá foi a prefeitura que obteve o melhor índice de transparência com 38%, mas ainda assim ficou no patamar de transparência baixa. Os sites municipais analisados que obtiveram índices de transparência abaixo de vinte por cento, representam 87,17% do número de municípios da região sudeste. O quadro torna-se mais alarmante quando se considera que 11 dos 39 municípios que formam essa mesorregião obtiveram índice de 0% de transparência, pois muitos deles sequer possuem um blog na internet. Abaixo os índices de cada município dispostos no mapa ilustrativo aproximado da mesorregião do Sudeste Paraense.

Figura 2 – Mapa ilustrativo da transparência dos portais eletrônicos da Mesorregião do Sudeste Paraense



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande maioria dos municípios paraense (com exceção apenas de Belém) possuem um nível de transparência pública baixa, muito baixa ou insistente, bem como os níveis e características de e-gov. Neste quesito os municípios também estão em fase inicial.

O entendimento dos gestores públicos municipais percebe a utilização de TIC's, a implantação de sites e portais de transparência como uma obrigatoriedade do governo federal e não como uma oportunidade de melhoramento da gestão e da eficiência governamental. O uso de ferramentas de web 2.0 são insignificantes no Estado do Pará, resultando na inexistência de um movimento de e-democracia.

No Pará os municípios com o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e PIB (Produto Interno Bruto) altos e aqueles que apresentam níveis mais baixos relacionados a estes indicadores, demonstram resultados muito baixos em transparência pública. Portanto, existe uma necessidade urgente na mudança cultural e administrativa dos municípios do Pará para que haja um entendimento de investimento em transparência pública como uma ação benéfica aos gestores e à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, C.; SAMPAIO, R. C. **Democracia Digital e Participação: Os modelos de consulta e os desafios do Gabinete Digital**. In: Gabinete digital : análise de uma experiência. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráfica, 2013.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia – Uma defesa das regras do jogo**. Tradução Marco Aurélio Nogueira ; 6a Edição. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1997.

CGU. **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios**. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. 1a edição, Brasília/2013.

COSTA, F.A. **Decodificando economias locais: análise da estrutura e dinâmica do Sudeste Paraense utilizando Csa**. IPEA, n. 1723. (Textos para Discussão). Brasília: 2012.

IBGE. **Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra - Uso da Terra no Estado do Pará : Relatório Técnico**. Rio de Janeiro, 2013.

IDESP. PIB municipal PA. **Governo do Estado do Pará**. Belém, 2012.

LOPEZ, J. C. J. **Proposta geral de comunicação pública**. In: DUARTE, Jorge. Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007

REBELLO, F; HOMMA, A. SANTANA, A. **Análise socioeconômica do desenvolvimento rural no nordeste paraense: uma interpretação a partir das fontes de crescimento da produção agrícola entre 1990 e 2009**. In: 1º Simpósio de Cadeias Produtivas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia e do 9o Seminário Anual de Iniciação Científica e 3º Seminário de Pesquisa da UFRA. Belém, 2011.

SILVA, F. C. **Instituições e desenvolvimento regional: o papel da universidade na construção de políticas públicas na Amazônia**. SEDRES – Abordagens e experiências. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **A contribuição de Armando Mendes para a construção de uma universidade cidadã na Amazônia.** Cadernos do NAEA nº 314. Belém, 2013.

TAFNER, JR. SILVA, F. **Colonização japonesa, história econômica e desenvolvimento regional do Estado do Pará.** Novos Cadernos NAEA. v. 13, n.2, p. 121-152. UFPA.

_____. TAFNER JR, A.; LEANDRO. L. **Colonização e desenvolvimento regional no nordeste paraense: estudo comparativo das regiões Bragantina e de Tomé-Açu.** In: Seminário Internacional – Amazônia e fronteiras do conhecimento. NAEA. UFPA. Belém, 2008

TELES, G. **O claro-escuro da transparência literária.** REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA, n. VII, Nova Fase, pág. 41-55, 2010. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/7/041.pdf/>>. Acesso em 16/11/2014.

A PRESENÇA DO ESTADO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, COLÔMBIA E PERU: AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE SAÚDE COMO PARÂMETROS DE EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Antonio Jorge Ataíde Souza¹
Ligia Terezinha Lopes Simonian²*

RESUMO

No início do século XXI, a Organização Mundial da Saúde editou um manifesto revelando sua preocupação com saúde pública no mundo. Nesse manifesto, foram propostas diretrizes entre as quais uma recaía no combate da pobreza e redução das desigualdades sociais existentes, sobre tudo nos países em desenvolvimento presentes na África, América Latina, Ásia etc., provocado por um modelo de desenvolvimento eminentemente econômico. O documento referia que somente por uma política pública de Estado solidária direcionada à atenção primária seria possível alcançar os objetivos para mitigar os problemas sociais.

Neste artigo, objetivou-se avaliar o padrão de eficiência da política pública de saúde na cidade trifronteiriça de Tabatinga no estado do Amazonas por meio da evolução da prevalência da tuberculose, AIDS e sífilis, doenças relacionadas a problemas socioeconômicos. A partir de uma análise retrospectiva (2013 a junho de 2015), observou-se que tais agravos apresentam um comportamento ascendente em termos quantitativos notificados pelo SINAN. O quadro se torna mais dramático pelas entrevistas dos profissionais de saúde, principalmente devido à relação intensa e livre entre as populações na fronteira internacional em questão, mas tais dados nem sempre refletem a realidade.

Ante os resultados preliminares da pesquisa, conclui-se que existe uma subnotificação desses agravos. Nesses termos, o quadro é mais grave devido à ausência de políticas públicas e de um vazio no discurso dos Estados brasileiro, colombiano e peruano. E isso apesar da importância da área fronteiriça para o desenvolvimento dos respectivos países.

Palavras-chave: Fronteira. Brasil. Colômbia. Peru. Agravos de notificação compulsória de doenças.

1 INTRODUÇÃO

Pensar nas problemáticas advindas dos temas desenvolvimento, políticas públicas, fronteiras internacionais, políticas de saúde e Amazônia, é uma tarefa difícil e desafiante para a pesquisa. Certamente, não se pretende esgotar todas as discussões referentes aos temas, mas fornecer uma discussão por um ângulo pouco explorado pela ciência. Portanto, este artigo envolve uma visão e discussão interdisciplinar, sem a qual não se acredita num sucesso da proposta.

Discutir separadamente desenvolvimento e políticas públicas tem sido uma tarefa bastante comum entre os pesquisadores. Neste artigo, propõe-se uma discussão sobre desenvolvimento e

¹ Doutorando pertencente ao PDSTU/UFPA/NAEA; Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia/NUMA/UFPA; Especialista em Assistência Farmacêutica/CESUPA; Especialista em Gestão e Auditoria em Sistemas de Saúde/IPOG. Bolsa-salário da SESP. E-mail: jorgeataide@yahoo.com.br

² Ph. D. com pós-doutorado pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (USA). Professora Associada IV e pesquisadora do NAEA-UFPA. Atua no PPGDSTU e no PPGGPD, que são programas do NAEA-UFPA. E-mail: - simonianl@gmail.com

políticas públicas, a partir da avaliação dessas temáticas pelo campo da saúde numa área de fronteira da Pan-Amazônia. Note-se que é um trabalho complexo, pois se tentará chegar a uma conclusão desde o geral ao particular.

Assim, objetiva-se avaliar indicadores de saúde sob o quantitativo de casos de tuberculose, AIDS e acesso a exames para identificação de sífilis em gestantes como parâmetro de eficiência da política pública de saúde na atenção primária no município de Tabatinga. A metodologia empregada tem por base o estudo comparativo dos indicadores, a partir do levantamento de dados retrospectivos aos anos de 2013, 2014 e primeiro semestre de 2015.

Também, observações *in loco* e entrevistas foram realizadas (SIMONIAN, 2005). Dentre as secções que seguem, tem-se ainda uma abordagem teórica sobre os tópicos. Depois, seguem-se os resultados, as discussões, a conclusão e as referências. Do que se revela e discute, depreende-se uma relação estreita entre as limitações quanto à de qualidade de vida das populações locais, a ausência dos Estados fronteiriços quanto às políticas e ações de saúde pública e o aumento das enfermidades em consideração.

2 PAN-AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE E FRONTEIRA

A Pan-Amazônia ainda se mantém misteriosa e desafiante, mesmo depois do quantitativo expressivo de estudos a respeito. Espaço geográfico do estudo, a cidade de Tabatinga se localiza na região norte do país, entre as coordenadas S 4° 12' 35" e 4°15' e W 69° 53' 24" e 69°57'. Considerada cidade gêmea à cidade de Letícia na Colômbia, faz fronteira ao leste com a Isla de Santa Rosa do Peru, tendo rio Solimões como meio físico de separação entre estas cidades, conforme se vê na Figura 1.

Figura 1 Cidade de Tabatinga na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia



Fonte: Google Earth, 2015.

Atualmente, segundo o IBGE (2015), estima-se uma população para 2015 de aproximada de 61.000 habitantes distribuídos numa área de 3.224.875 km², sendo a densidade demográfica de 16,21 hab./km². A cidade possui uma infraestrutura composta por escolas, unidades de saúde, polícia militar, forças armadas etc. Sua economia envolve um valor nominal do PIB anual *per capita* de R\$ 4.888,38.

A cidade de Tabatinga tem importância estratégica para o país, por vários aspectos. O aspecto de segurança nacional se sobressai em âmbito local, por fazer parte de uma tríplice fronteira internacional marcada pela movimentação da guerrilha Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), pelo narcotráfico e pelo contrabando e outras ilegalidades. Também, desperta interesses econômicos pela exuberância dos seus recursos naturais e potencial turístico enorme.

No ano de 2003, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou um manifesto no qual manifesta sua preocupação com a evolução das doenças no mundo (SALUD, 2003). Este manifesto tornou-se um instrumento norteador importante para as políticas públicas no âmbito da saúde para os governos mundiais. Seu foco principal era a condição de vida precária das populações no mundo, sobretudo, as residentes em países em desenvolvimento na África, Ásia, América Latina e Caribe.

Nos termos de Salud (2003), o material foi inspirado na comparação da expectativa de vida de duas crianças, sendo uma vivendo no Japão, e outra em Serra Leoa, na África. Para a criança nascida no Japão, a expectativa de vida ficava em torno dos 85 anos. Isso porque a criança japonesa recebia os primeiros cuidados de modo adequado e em tempo hábil para sua saúde. Tudo desde o ventre da mãe, que se prologava até a sua idade sênior. Porém, o mesmo tratamento não era possível para a criança africana dada as condições precárias de vida e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde disponível.

Com o objetivo de mitigar tal disparidade social, a publicação da OMS (SALUD, 2003) definiu sete campos temáticos que em se combateria a pobreza e a miséria e, ainda, referendaria o acesso aos serviços de saúde com qualidade e em tempo hábil. No documento, também está destacado o acesso à educação, água potável, moradia, lazer, emprego e renda. O sucesso do alcance das metas se daria a partir de uma política pública solidária coadunada entre setores diversos da sociedade mundial.

Observe-se que essa premissa é discutida por Teixeira (2003), na qual acredita que somente por uma força tarefa conjunta de políticas públicas, que dialogam entre si, pode-se superar os problemas das desigualdades sociais. Portanto, não basta pensar isoladamente em saúde, conforme seu próprio conceito atual. Nesses termos, a saúde humana engloba outros fatores, pois a mesma é dependente, como educação, saneamento básico, emprego, renda, lazer, moradia.

Nessa perspectiva, a política pública solidária pensada é ampla. Observe-se que a mesma se apresenta no sentido de integrar as dimensões ambiental, socioeconômica, cultural, educacional e institucional. Portanto, exige um comprometimento de todos os setores da sociedade, sejam eles públicos, privados, filantrópicos, comunitários. E isso em prol do objetivo final que é a melhoria das condições de vida das pessoas sem qualquer distinção e em âmbito mundial.

O objetivo da OMS em vincular os conceitos de redução da pobreza e da miséria como sinônimo de vida saudável foi o de propor um modelo de desenvolvimento sustentável. Observe-se que por essa perspectiva, volta à tona a abordagem conceitual, cujo óbice está no modelo de desenvolvimento adotado nos países signatários da OMS. Portanto, o primeiro desafio da OMS seria em ajustar a consciência política dos governos.

A se pensar saúde como indicador de desenvolvimento, é importante então conceituar o espaço. Para tal discussão, a proposta de Silva (1997) visa entender a emergência, reemergência e manutenção de agravos determinados e que envolvem a saúde humana. Todavia, observe-se que é no espaço em que circulam os agentes infecciosos, muitas vezes surgidos a partir da modificação física do espaço, como o desmatamento, seja para exploração dos recursos naturais, abertura de estradas ou construção de usinas hidrelétricas, tudo em nome do progresso e do desenvolvimento (sic).

Ainda de acordo com Silva (1997), o espaço deixa sua conotação passiva e passa a galgar um *status* ativo. Não obstante, essa era importante somente pelo seu aspecto físico como clima, umidade, temperatura. Porém, sua natureza ativa é acrescida de outras variáveis determinantes na manutenção da saúde e da vida dos seres humanos. Nessa direção, são exemplares o solo, a flora, a fauna, os recursos hídricos e a consciência de utilização do espaço pelas populações locais com base no seu modo de produção.

Ressalte-se que é no espaço em que circulam o agente infeccioso, que a modificação do mesmo resulta no aparecimento de doenças diversas. Portanto, foi justamente na era moderna, ou seja, iniciado no século XVIII, quando a ciência passa a ser a base do desenvolvimento, que as paisagens começam a sofrer modificações significativas. Porém, para Santos (2010), elas trouxeram consigo problemas graves para a saúde humana.

A utilização do conceito de espaço para estudo das doenças surge antes do aparecimento da epidemiologia. Segundo Silva (1997), o espaço não se torna apenas num substrato onde circula o agente infeccioso, pois esse exerce uma ação bem mais contundente. Portanto, devido a sua constante modificação passa a ser um fator importante de estudo epidemiológico, sobre tudo pelo fenômeno da urbanização e o aparecimento de doenças ditas emergentes.

Também, note-se que o espaço urbano cuja característica é um aglomerado mais denso de pessoas, vem sendo cada vez mais alvo de pesquisas científicas (AKERMAN, 2014). Nessa perspectiva, o espaço urbano é uma área importante para avaliação dos resultados das políticas públicas aplicadas pelos governos. Inclusive, pode-se vincular saúde e desenvolvimento nesse espaço social, e isso, via análises dos indicadores de saúde.

Ademais, os resultados das pesquisas indicam que as populações mais pobres têm propensão maior de adoecer. Historicamente, a questão da saúde foi vista, na maioria das vezes, pelo viés econômico e desprezando a análise das condições socioeconômicas dessas populações vulneráveis (AKERMAN, 2014). Ainda, esse o autor observa que os estudos científicos se dão também na linha da avaliação do impacto advindo do modelo hegemônico de desenvolvimento refletido.

Isso pelo no consumo desregrado de produtos industrializados. O resultado é que as pessoas desenvolvem, precocemente, a obesidade, o câncer, a úlcera etc. Por sua vez, as campanhas de prevenção são mínimas e geralmente ineficientes, isso quando não inexistentes ou não chegam ao público alvo.

O desenvolvimento não ocorre abstratamente, mas em um espaço geográfico bem definido (AKERMAN, 2014). Logo é possível distinguir tal processo em escalas geográficas diferentes, seja continental, nacional estadual, municipal ou local. Portanto, é no local, ou seja, em microareas onde os agentes agem socialmente é que se há de avaliar os impactos da política pública.

Como se percebe, segundo o documento da OMS, o seu conceito de saúde dá ao local a importância por onde deve ser pensada uma área ou região, pois é nesses espaços que se manifestam as enfermidades. Logo, a gestão do local há de apresentar autonomia para planejar e executar as ações de saúde. Nesses termos, é do local que se há de combater de modo solidário as desigualdades quanto à assistência à saúde.

No que respeita à modalidade de organização das políticas públicas de saúde, importa que se comece a estruturar a atenção primária (AKERMAN (2014)). De fato, é justamente nesse âmbito que se consegue combater de maneira mais efetiva doenças como tuberculose e AIDS. Porém, é fundamental que o Estado apresente, minimamente, uma organização no sentido de oferecer serviços de qualidade e em tempo hábil.

Observe-se que, segundo o documento da OMS, os dados coletados em 2002 revelam que das 57 milhões de mortes ocorridas no mundo, aproximadamente 10 milhões foram de crianças menores de cinco anos e 98% desses óbitos aconteceram em países em desenvolvimento. Ainda, dentre os segmentos populacionais mais vulneráveis estão as crianças que evoluem – segundo as evidências de 2002 – a óbito até o sétimo dia de vida. Não obstante, apesar de ser uma preocupação da OMS, a AIDS, essa situação tem demonstrado que a atuação dessas instituições também têm se destacado negativamente nesses países.

Uma questão que teria que ser observada com relação aos óbitos no período perinatal é a do acesso aos cuidados da mãe ainda gestante. Entre as doenças que causam mortes neste período está a sífilis não diagnosticada. Saraceni e Miranda (2012) observam que a identificação da sífilis em gestante é um meio de eliminação da sífilis congênita.

Conforme discutido acima, o procedimento de diagnóstico da sífilis se dá na gravidez como prevenção da doença. Portanto, trata-se de um procedimento preventivo objetivando evitar que a criança já nasça com a sífilis congênita. Conforme Saraceni e Miranda (2012), esse tipo de diagnóstico na gestação é um procedimento preventivo acontecido no pré-natal no nível de atenção primária.

Ao considerar-se o ponto de vista da saúde pública, a sífilis se apresenta como problema sério. Segundo Rodrigues e Guimarães (2004), suas consequências quando presentes na gestação podem levar ao aborto, morte fetal, neonatal, prematuridade com dano à vida do recém-nascido, tudo com repercussão social e psicológica para os familiares. Os autores acrescentam que é comum a patologia em questão estar associada à AIDS.

Para Rodrigues e Guimarães (2004), se trata de um ponto estratégico para gestão em saúde o diagnóstico e o tratamento da gestante quando identificado o problema. Para a redução da prevalência da doença, são necessários no pré-natal, pelo menos dois exames para detectar o aparecimento do agravo, sendo um no início do acompanhamento e outro no 3º. trimestre da gestação. E se trata de um exame de custo baixo para o Estado, mas que uma vez implantado e executado com eficiência pode ser traduzido em resultado de impacto positivo ao se avaliar a política pública.

A questão da pesquisa de sífilis em gestantes é um indicador importante de acesso aos serviços de saúde em tempo hábil. Porém, Rodrigues e Guimarães (2004) destacam que continuamente é importante comparar os resultados dos exames realizados durante a gestação com a pesquisa feita no momento do parto. Esta comparação é um indicador importante para se avaliar a

qualidade dos exames realizados anteriormente, daí, por exemplo, a importância da consulta puerperal.

O capítulo 3 do documento da OMS trata exclusivamente sobre o avanço da AIDS no mundo. Essa discussão segue no sentido dos avanços e derrotas das lutas contra o agravo extremamente invasivo relacionado às desigualdades sociais. O acesso aos tratamentos e prevenção dessa doença pode servir como indicador para avaliação das políticas públicas e relacionar a um padrão de desenvolvimento.

Pelo que se depreende de Salud (2003), uma das possibilidades de combate é a política de acesso aos medicamentos antirretrovirais, nesses termos o texto destaca o Brasil com um programa eficiente. Uma vez que foi estipulada uma meta pela OMS a ser perseguida de acesso aos tratamentos adequados para três milhões de pessoas até o final de 2005, principalmente com acesso aos antirretrovirais. Porém, a questão não passa somente pelo acesso aos medicamentos, mais a uma política pública que abranja a assistência em seu conceito amplo no sentido não só o tratamento, mas também da prevenção.

Segundo Xavier et al. (1997), a emergência da AIDS data do início da década iniciada em 1980, primeiramente identificada como problema de saúde pública nos Estados Unidos da América (USA). Porém, em meados da mesma década, alguns avanços científicos foram alcançados em termos de identificação do agente etiológico. A doença se caracteriza pelo aparecimento dos primeiros sintomas passados cerca de 10 anos da contaminação.

Nesse sentido, os mesmos autores ainda apontam que a doença pode ser transmitida através do sangue, seus derivados, espermatozoides, secreções vaginais e leite materno da mãe contaminada. Em termos de tratamento da AIDS, essa repousa somente no prolongamento da vida do doente, uma vez que a doença ainda não tem cura. A saber, a prevenção torna-se um aliado importante do Estado para combater o avanço da doença.

No entanto, Xavier et al. (1997) observam que a vulnerabilidade da doença reporta-se aos aspectos individuais, sociais, institucionais, entre outros. Neste contexto, a AIDS perde seu caráter eminentemente clínico e se apresenta como um potencial danoso ao coletivo, derivado de uma construção cultural, social, política e econômica. Portanto, o acesso ao tratamento da doença, pode ser avaliado como referência de uma gestão de qualidade em saúde realizada pelo Estado, uma vez que o tratamento da patologia ganha uma conotação de política pública solidária sem distinção alguma e de caráter de justiça social.

No entendimento de Parker e Camargo (2000), a epidemia AIDS é dependente de fatores diversos. Esses autores vinculam o crescimento da doença, sobretudo em países em desenvolvimento, à disparidade entre as populações segundo os aspectos social, econômico e demográfico. Portanto, são aspectos de vulnerabilidade adstrita à população considerando o território.

A questão de avaliar o desenvolvimento de uma nação pelos resultados positivos ou negativos das políticas públicas implantadas é uma linha interessante de raciocínio para se pensar as questões da saúde, para além da sua importância na clínica e o desenvolvimento para além dos fatores econômicos. Nesse sentido, faz-se uma alusão a um problema milenar, porém ainda muito presente e crescente nos dias de hoje, a tuberculose. Este tipo de agravo é sempre vinculado ao descaso da população por parte do Estado.

Para Rufino Neto (2002), são fatores desencadeadores da doença:

- a) Desigualdade social;
- b) Advento da AIDS;
- c) Envelhecimento da população;
- d) Movimentos migratórios de porte grande;
- e) Negligência de profissionais de saúde e de suas instituições formadoras e
- f) Negligência do poder público.

Portanto, se observada com mais cuidado, a tuberculose confirma a impressão de que é uma patologia da sociedade relacionada à ausência de políticas públicas mais eficientes.

A questão em si da tuberculose envolve uma doença antiga, sendo seu diagnóstico preciso e ela uma doença curável. Então, porque é crescente sobre tudo em regiões pobres? Porque a doença extrapolou o campo da clínica e desvela problemas sociais graves, inclusive de acesso? Segundo Rufino Neto (2002), a questão reside em que a doença extrapolou o campo da saúde e alcançou o campo econômico, social, político e institucional.

Para esse autor, a tuberculose não é uma doença emergente, muito menos reemergente, mas sim uma doença que sempre existiu e pelos fatores acima citados, ainda permanecerá por um período longo. Na concepção de Rufino Neto (2002), esse problema de saúde é agravado pela descontinuidade dos programas de saúde e inadequação das propostas das políticas públicas. Logo, está vinculado à decisão política da gestão em priorizar tal enfermidade.

Contudo, não se trata somente do acesso em si aos tratamentos, mas a algo mais abrangente. Note-se que as políticas públicas na área da saúde precisam vir no sentido de ultrapassar seus limites do campo social e perceber que está integrado em outros campos sociais como o econômico, o educativo, o social, o cultural etc. (RUFINO NETO, 2002). Nesse sentido, é reforçada a ideia de política pública solidária que traga consigo os aspectos inter-relacionados às questões de saúde que circunscreva uma condição melhor de vida da população.

Não obstante, o autor também se refere à questão da posição dos centros de ensino e pesquisa de nível superior para auxiliar o poder público com o problema. Nessa direção, surge a universidade, que pode dar suporte aos programas e municípios, por exemplo, com relação à orientação metodológica, não se detendo apenas na formação dos futuros técnicos. Observe-se que a tuberculose é um problema, a exemplo de hanseníase, que começa com os problemas de desigualdade social.

Na concepção de Teixeira (2003), a tuberculose e miséria são indicadores solidários das políticas públicas. Observe-se que, segundo este autor, quando não há uma organização social especializada, os problemas de saúde são aumentados pela condição condizente das pessoas conviventes nas cidades de porte grande. Nesse sentido, não há diferença entre os países tidos como ricos ou desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

Porém em se tratando de fronteira internacional, o problema é mais complexo. A complexidade se exacerba na medida em que é considerada a soberania dos Estados nacionais. Portanto, em tal contexto, a política pública há de ser pensada em conjunto do pondo de vista do espaço que é contíguo, mesmo tendo sua continuidade estabelecida por rios.

Embora a fronteira seja uma linha imaginária juridicamente estabelecida, não é separadora dos problemas. Para Londoño Mota (2003), a fronteira se movimenta, é viva, isso devido às relações sociais estabelecidas entre as sociedades locais, são laços comerciais entre os países em questão, são migrações de povos em busca de enriquecimento rápido através de garimpagem (CORBIN,

2012). Portanto, para se pensar uma política pública para fronteira é necessário pactuar e mitigar as desigualdades nas dimensões econômicas, com respeito às dimensões institucionais, culturais e ambientais.

O documento emitido pela OMS objetiva buscar consenso entre os governos, isso no sentido de:

- a) Reduzir a pobreza;
- b) Preocupar com problemas de doenças;
- c) Reduzir as disparidades entre os gêneros;
- d) Combater a dificuldade de acesso à educação;
- e) Promover acesso à água limpa e
- f) Combater a degradação ambiental.

Observe-se que tais proposições serão possíveis a partir de uma política pública solidária, na qual as nações terão que abrir mãos de suas propostas de desenvolvimento a partir da exploração dos países pobres. Pois para Baptista (2012), a saúde como indicador de qualidade de vida é determinada pelas condições que lhes são oferecidas. Portanto, isso requer um constante exercício de solidariedade e humanidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após análise dos dados da tabela 1 observamos a tendência de crescimento dos casos de tuberculose, na cidade de Tabatinga. Os dados revelam que a faixa etária onde houve maior registro casos de tuberculose se centra a partir dos 21 anos, não há registro de dados nas faixas etárias de 0 a 10 anos em 2014 e primeiro semestre de 2015. Portanto, uma faixa etária mais acometida da população é uma faixa etária importante do ponto de vista de produtividade social.

Tabela 1: Quantitativo de casos novos de tuberculose em Tabatinga por faixa etária nos anos de 2013, 2014 e primeiro semestre de 2015

Faixa etária	Quantitativo		
	Ano		
	2013	2014	1º. Semes. 2015
0 – 10	06	00	00
11 – 20	02	02	05
21 -	29	10	20
Total	37	12	25

Fonte: Tabwin DATASUS/MS (2015).

Na Tabela 2, mostra-se o registro dos casos de AIDS ocorridos nos anos de 2013, 2014 e primeiro semestre de 2015, isso na faixa etária a partir de 21 anos. Observe-se que não há registro

de dados nos anos de 2015. Portanto, se observa uma tendência de crescimento do número da doença, que se concentra numa importante faixa etária de produção da sociedade.

Tabela 2: Casos de AIDS em Tabatinga por faixa etária 2013

Idade	Quantitativo		
	Ano		
	2013	2014	1º Semes 2015
0 – 10	00	00	00
11 – 20	00	00	00
21 -	10	41	00
Total	10	41	00

Fonte: Tabwin DATASUS/MS (2015).

A Tabela 3 demonstra um desenvolvimento inverso aos problemas de saúde analisados na Tabela 1 e 2. Observe-se que houve um decréscimo entre os dados coletados, sendo que não houve registro de realização da pesquisa para identificação da sífilis em gestante no primeiro semestre de 2015. Portanto, tal realidade revela uma situação dramática, uma vez que na Tabela 4 é observado um quantitativo significativo de partos no mesmo período analisado.

Tabela 3: Pesquisa de sífilis em gestantes

Idade	Quantitativo		
	Ano		
	2013	2014	2015
0 – 10	00	00	00
11 – 20	00	00	00
21 -	00	00	00
Idade não identificada	169	03	00
Total	169	03	00

Fonte: Tabwin DATASUS/MS (2015).

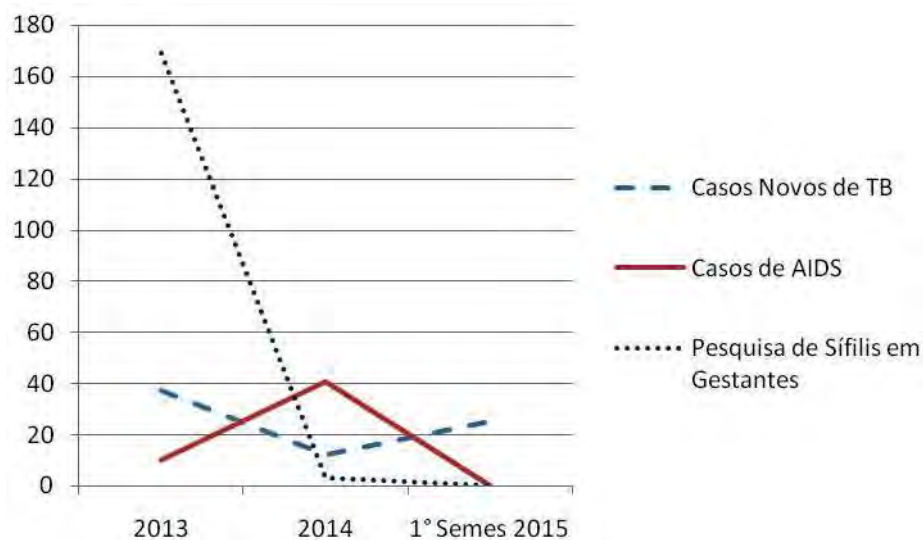
Tabela 4: Partos totais em Tabatinga

Procedimento	Quantitativo		
	Ano		
	2013	2014	2015
Parto	421	738	561
Total	421	738	561

Fonte: Tabwin DATASUS/MS (2015).

No Gráfico 1, demonstra-se uma curva sempre ascendente quando se refere à evolução das patologias. Note-se, no entanto, que isso ocorre com uma ressalva para o entendimento do primeiro semestre de 2015, pois não há registro de dados retirados do DATASUS/MS. Observe-se que a curva da evolução das pesquisas de sífilis em gestante, ao contrário é descendente.

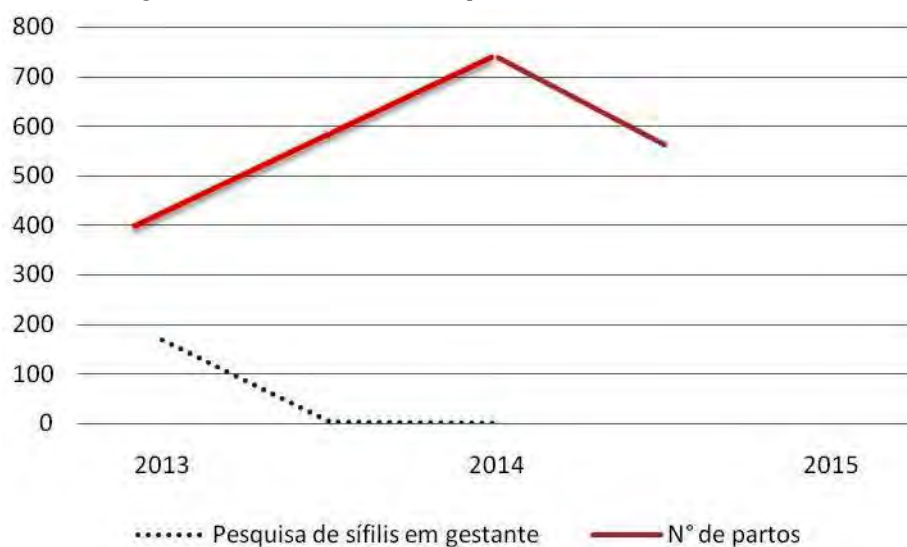
Gráfico 1: Variação de casos novos de tuberculose, AIDS e sífilis em gestantes no município de Tabatinga/AM



Fonte: Tabwin DATASUS/MS (2015).

Ao observar-se mais atentamente essa curva comparando com quantitativo de partos, observa-se a incompatibilidade. E ao considerar-se um índice alto de parto, logo se infere uma subnotificação, pois o de sífilis deveria dar um quantitativo próximo ao do parto (Gráfico 2). E isso por se entender que as pacientes precisam ter um acompanhamento adequado durante sua gestação.

Gráfico 2: Variação de pesquisa de sífilis em gestantes e número de partos ocorridos no município de Tabatinga/AM, em 2013, 2014 e primeiro semestre de 2015



Fonte: Tabwin DATASUS/MS (2015).

Conforme relatado anteriormente, optou-se por analisar a evolução da tuberculose e AIDS, além do acesso ao exame de pesquisa de sífilis em gestante, por serem agravos e relacionados a um padrão de desenvolvimento de um país. Ao relacionar o quadro de evolução das doenças, bem como o acesso a exames básicos, se está analisando os impactos das políticas públicas na área da saúde. Portanto, se está considerando as premissas segundo Salud (2003), na qual por meio de uma política pública solidária seria possível oferecer um serviço de saúde pública com qualidade e tempo hábil.

Os dados analisados têm mostrado um cenário preocupante da saúde pública no município de Tabatinga. Observe-se que essa cidade faz uma tríplice fronteira internacional com o Peru, através da cidade Isla de Santa Rosa e com a Colômbia através da cidade de Letícia. Certamente, que por situar na fronteira torna o contexto das populações locais mais complexos, uma vez que segundo Londoño Mota (2003), as relações entre as populações da fronteira são intensas.

Embora o SUS tenha um sistema de informação bem desenvolvido, o mesmo não dá conta de toda a produção dos serviços realizados no Brasil. Um dos óbices é a questão dos serviços de *Internet* pouco eficiente nas regiões remotas do Brasil e em especial na Amazônia, onde fica localizada a cidade de Tabatinga. Acrescido a esse problema, há uma questão humana, pois nem sempre a produção é registrada devido às questões que variam de incompetência técnica, considerando a complexidade dos sistemas, e a insuficiência de mão de obra.

Esse preâmbulo discursivo é necessário não para justificar a evolução dos dados analisados neste artigo. Porém, o pesquisador há de estar atento, pois as condicionantes relacionadas à *Internet* e à condição humana podem influenciar a coleta de dados dos sistemas de informação em saúde. E nessa direção, podem levar a um erro de interpretação da realidade.

Ressaltados os devidos acautelamentos, a curvatura observada no Gráfico 1 mostra que as doenças infectocontagiosas graves como tuberculose, AIDS e sífilis em gestantes são presentes na tríplice fronteira. Esse fato é motivo de preocupação das autoridades da área, inclusive por se tratar de área de trânsito livre e intenso de pessoas das nacionalidades diversas a compõem. Contudo, há um esforço multiprofissional dos vários países em identificar e controlar os casos de pacientes doentes, mesmo sem apoio dos Estados nacionais que negligenciam ao não garantirem uma política pública de saúde mais eficaz.

Observe-se que tais dados revelam, segundo o trabalho empírico e entrevistas com profissionais de saúde do município de Tabatinga, uma fragilidade dos sistemas de informação do SUS, que não consegue distinguir entre os doentes por local de residência. Logo, este fato influencia diretamente no tratamento dos doentes, que segundo a Coordenadora da Atenção Básica à época da pesquisa:

Nós temos um problema grande com pacientes estrangeiros que chegam doentes e iniciam o tratamento, mas voltam para sua cidade depois voltam para Brasil e infectam todos, isto não é só com a tuberculose, mas também com as DST de forma geral.

Portanto, existem duas questões relevantes abstraídas dessa fala, uma sendo relacionada às subnotificações dos casos, ou seja, não permitindo dimensionar a condição real de saúde da população, e outra levando ao agravamento da doença, tornando os agentes etiológicos mais resistentes aos tratamentos disponíveis.

Os dados sempre ascendentes demonstrados nas tabelas e gráficos deste trabalho colocam em xeque o alcance dos objetivos da OMS (SALUD, 2003). Pois as informações revelam que dada à disparidade social entre as populações residentes e não residentes em Tabatinga, só têm agravado o quadro da tuberculose e AIDS conforme descrito pela Coordenadora de Atenção Básica de Tabatinga. Portanto, é necessária uma política pública solidária internacional para essa tríplice fronteira que dialoguem entre os setores diversos da sociedade dos respectivos países.

Portanto, a questão não é só da saúde em si, mas de vincular os conceitos de redução da pobreza e da miséria como sinônimo de vida saudável, de condições dignas de vida. Logo, seria um salto para além do modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Nessa perspectiva, se alcançaria o que Couto, Castro e Marin (2002) conceituaram como saúde sustentável, ou seja, um modelo de saúde que considere aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais dos respectivos países em questão.

Conforme apresentado, a política pública de saúde solidária há de ser concebida pelos três países que compõem a tríplice fronteira. Há uma problemática em termos de parceria que requer uma ação mais incisiva dos governos centrais na tríplice fronteira, referida pelo Diretor da Unidade de Saúde de São Francisco à época da pesquisa:

Acho que pela política do SUS que existe a universalidade, acredito nisto tudo bem, mas para brasileiros. A questão é a falta de parceria dos países vizinhos. Com relação ao Peru até passa, porque eles são mais pobres, mas a questão toda é a Colômbia. Temos casos em que brasileiros se acidentaram nas estradas da Colômbia e eles acionaram a sua ambulância e deixaram o cara aqui na fronteira, aí acionamos o SAMU para ir buscá-lo para levar ao hospital. Lá (Colômbia) tudo é pago, a saúde é privatizada. Aqui eles têm tudo de graça, então eles chegam aqui tiram o cartão do SUS e são atendidos igualmente há um brasileiro, ou seja, recebe todos os benefícios que o país oferece ao brasileiro. A questão é falta uma parceria entre o Brasil e os países vizinhos os países tem que buscar um entendimento, porque aqui é uma área de fronteira. As mulheres chegam aqui somente para parir, e se tem o cartão d SUS, ninguém vai recusar e procedemos como manda o protocolo. A criança recebe nacionalidade brasileira e recebe bolsa família, enfim, adquire todos os direitos.

Conforme se pode observar, tal questão extrapola o campo social da saúde e se estende a outros benefícios. Porém, a partir da dinâmica de uma força tarefa conjunta de políticas públicas proposta por Teixeira (2003) pode-se corrigir essa distorção no âmbito internacional.

Na argumentação do Diretor da Unidade de Saúde de São Francisco a pouco referido, o mesmo relata as condições sociais da população peruana, tendo-a como pobres. Observe-se que o dirigente se reporta a esse fato como a causa da população peruana procurar a cidade de Tabatinga para resolver seus problemas de saúde. Porém, segundo Loreto (2014), as cidades peruanas situadas nesta área de fronteira são estratégicas para o desenvolvimento do país, mas é notória a ausência do poder público central na fronteira peruana, que aparentemente se concentra apenas no resguardo dos recursos naturais, preterindo os recursos humanos.

A mesma análise social não se aplica aos colombianos que procuram a cidade de Tabatinga para tratar de seus problemas. Porém, é creditada à privatização da saúde naquele país, sendo que muitos procuram o lado brasileiro por não terem condições de pagar por uma assistência à saúde. Portanto, novamente a questão gira em termos de desigualdades sociais e ausência de uma política pública colombiana que dialogue com as políticas públicas dos outros países da fronteira.

4 CONCLUSÃO

A complexidade das relações fronteiriças é um desafio para muitos segmentos, seja para estudo, seja para desenvolvimento de políticas públicas, seja para quem convive na área em questão. A problemática da política pública implantada no município de Tabatinga mostra que essa tem de ser pensada diferente das políticas para o resto do país. Em primeiro lugar, destaca-se do distanciamento do restante do país, muito embora essa seja importante para o desenvolvimento da nação devido à grandiosidade da Amazônia e em termos de potência de seus recursos naturais.

Em segundo, a questão do município de Tabatinga se encontrar numa área de fronteira internacional com Colômbia e Peru. Nesse sentido, mesmo essas populações fazendo parte de uma área aparentemente homogênea, tais povos possuem suas histórias, suas culturas, organizações de suas sociedades, economias, suas línguas, ou seja, uma gama de variáveis que as tornam heterogêneas. Portanto, tornando a área muito complexa, para se pensar em políticas públicas.

Nessa perspectiva, a OMS quando lançou a ideia de política pública solidária o fez no sentido de mitigar as diferenças sociais para combater a pobreza. Observe-se que os dados analisados evidenciam uma tendência de crescimento em números absolutos de casos de tuberculose, AIDS, além da dificuldade de acesso ao diagnóstico de sífilis em mulheres gestantes na cidade de Tabatinga. Também, esses problemas desvelam a ineficiência das políticas públicas de saúde na região amazônica como um todo.

A evidência da ineficácia da política pública em saúde da área também é refletida na fala dos profissionais de saúde entrevistados, que apontam para uma subnotificação dos agravos em análises. Não há dúvida que se torna necessária uma frente internacional pactuada entre as três nações, isso no sentido de se pensar uma política pública solidária para resolver o problema de saúde em áreas de fronteira. Portanto, a partir de um diagnóstico preciso do local quanto às políticas de saúde que dialoguem com outras políticas é a condição *sine qua non* para o sucesso de qualquer ideia pensada pela gestão dos respectivos países.

Sabe-se, no entanto, que essa não é uma tarefa fácil. Ora, se consideram os interesses os países em garantir sua soberania sobre o território sob sua circunscrição, além da questão financeira, essas variáveis importantes podem ser óbices num tratado trífrente entre Brasil, Colômbia e Peru. Porém, para tal entendimento internacional é necessário se pensar conjuntamente. E se não for assim, as políticas públicas se tornarão ineficazes denotando um vazio no discurso dos Estados brasileiro, colombiano e peruano em relação à importância da área para o desenvolvimento dos respectivos países.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, M. **Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. 151 p.

BAPTISTA, E. R. **Conhecimentos e práticas de cura em comunidades rurais amazônicas: recursos terapêuticos vegetais**. Manaus: EDUA/NAEA, 2012.

- COUTO, R. C. S.; CASTRO, E. R.; MARIN, R. A. (Org.). Saúde, trabalho e meio ambiente: políticas públicas na Amazônia. In: CASTRO, E.; MARIN, R. A.; COUTO, R. C. S. **A pesquisa em ciências humanas e as relações entre trabalho, saúde e meio ambiente**. Belém: NAEA, 2002. p. 21-36.
- CORBIN, H. P. **Migração de brasileiros para Guiana como estratégia de sobrevivência**. Belém: Editora do NAEA, 2012. 129 p.
- LONDOÑO MOTA, J. E. La frontera: un concepto en construcción. C. I. (Comp.) **Fronteras, territorialidad y metáforas**. Medellín: Hombre Nuevo, 2003. p. 61-83.
- ORGANIZACIÓN Mundial de Salud. **Informe sobre la salud en el Mundo, 2003: forjemos el futuro**. Ginebra: Organización Mundial de la Salud, 2003. 206 p.
- PARKER, R.; CAMARGO, K. R. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 16, v. 1, p. 89-102, 2000.
- RODRIGUES, C. S.; GUIMARÃES, M. D. C. *Positividade para sífilis em puérperas: ainda um desafio para o Brasil*. **Revista Panamericana de Salud Publica**. N. 16, v. 3, p. 168-175, 2004.
- RUFINO NETO, A. Tuberculose: a calamidade negligenciada. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. Uberaba-MG. N. 35, v. 1, p. 51-58, jan.-fev. 2002.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010. 348 p.
- SARACENI, V.; MIRANDA, A. E. Relação entre a cobertura da Estratégia Saúde da Família e o diagnóstico de sífilis na gestação e sífilis congênita. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 28, v. 3, p. 490-496, 2012.
- SILVA, L. J. S. O conceito de espaço na epidemiologia das doenças infecciosas. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. N. 13, v. 4, p. 585-593, out.-dez. 1997.
- SIMONIAN, L. T. L.; Pesquisas em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, p. 119-134, 2005.
- TEIXEIRA, G. M. Tuberculose e desenvolvimento. **Boletim de Pneumologia Sanitária**. Rio de Janeiro. v. 11, n. 2, p. 3-4, dez. 2003. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/bps/v11n2/v11n2a01.pdf>. Acesso em: 15/09/2015.
- XAVIER, I. M.; LEITE, J. L.; BRAGA, G. M.; NUNES, P. H. S. Enfermagem e AIDS: saber e paradigma. **Revista Latino-americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto. V. 5, n. 1, p. 65-73, jan. 1997.



GRUPO DE TRABALHO II

A Mídia e a natureza da produção de imagens, informações e confrontos

Coordenadores:

Profa. Dra. Voyner Canete,

Profa. Dra. Dalva Motta

Prof. Dr. Gilberto Rocha.

Ementa – Este GT propõe-se a debater trabalhos sobre atores locais e como estes organizam suas redes de atuação política e reatualizam as lutas sociais. Nesse contexto o GT contempla estudos sobre diferentes formas de organização social e em que contextos os atores locais desenvolvem lutas sócio-territoriais, urbanas, rurais e étnicas na defesa de direitos – povos indígenas, grupos quilombolas, comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores e outros agentes sob impactos de projetos de desenvolvimento. Nas últimas décadas governos nacionais, juntamente com grandes empresas, ampliaram seu campo de atuação na Pan-Amazônia com a instalação de projetos desenvolvimentistas observando-se a produção de novos conflitos.



“EU ME CRIEI NA BEIRA DESSE LAGO”: ALIANÇAS E CONFLITOS PELO CONTROLE DO ACESSO A RECURSOS PESQUEIROS NA REGIÃO DO BAIXO JAPURÁ, AMAZONAS.

José Eliada Cunha Barbosa¹

Edna Ferreira Alencar²

RESUMO

O artigo descreve algumas estratégias de apropriação de recursos pesqueiros em ambientes de várzea, na região do baixo Japurá, situada às proximidades da cidade de Maraã, Amazonas, que abrange parte do território da RDS Mamirauá, tomando como objeto de análise uma situação de conflito social envolvendo o Sindicato de Pescadores de Maraã (SINDPESCA) e descendentes de um comerciante. Ambos reivindicam direitos de uso de recursos pesqueiros, de acesso livre, de um lago situado na várzea da RDS Mamirauá, de patrimônio da União. Utilizamos um recorte teórico tendo como base conceitos de território (HAESBAERT E LIMONAD, 2007) e conflitos sociais (SIMMEL, 1983), e trabalhamos com dois recortes temporais, definidos a partir de estudos realizados nessa região (ALENCAR E SOUSA, 2012): a) a constituição de um sistema social e econômico baseado no patronato e no aviamento, para entender como os agentes se relacionavam com os recursos naturais, no que diz respeito ao seu uso e controle; b) no contexto atual, a construção de projetos de gestão de recursos pesqueiros pelo Sindicato de Pescadores de Maraã. Os dados analisados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com sócios do Sindipesca, da Associação de Comunitários da Boca do Ivo, técnicos do Instituto Mamirauá, moradores do núcleo urbano de Maraã e de comunidades deste município. As conclusões indicam que: 1) a reivindicação de direitos sobre a posse de espaços aquáticos, públicos, situados em área de várzea de jurisdição federal, e o controle do acesso a recursos naturais de acesso livre, e de uso comum está baseada no vínculo com o lugar, no trabalho continuado sobre o espaço, e na noção de propriedade – que legitimam as reivindicações de direitos nas situações de conflitos pelo controle de recursos naturais; 2) o conjunto de estratégias – discursos e ações que visam legitimar a posse de lagos de várzea – é parte de um jogo de interesses políticos e econômicos, envolvendo diferentes atores, onde o parentesco, enquanto uma instituição social, tem um papel decisivo.

Palavras-chave: Amazônia, conflitos, territórios, gestão de recursos naturais.

INTRODUÇÃO

O processo de ordenamento territorial da região amazônica que ocorreu durante o governo militar teve como alvo as áreas de terra firme, com a abertura de rodovias para favorecer a expansão da fronteira econômica, e políticas de incentivos fiscais a grupos econômicos. As regiões de várzea (LIMA, 2005a; ALENCAR, 2011) não foram o alvo desse processo de ordenamento e ocupação do

1 Doutorando em Ciências Sociais vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Insituição: Universidade Federal do Pará; e-mail: eliasjcb@gmail.com

2 Professora Dra. do curso de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Insituição: Universidade Federal do Pará; e-mail:ealencar@ufpa.br

espaço amazônico, muito embora os rios tenham permanecido como as principais vias de comunicação e de escoamento da produção das regiões mais distantes das áreas de fronteira econômica.

Contudo, o fato de a várzea não ter sido eleita como território de implementação de uma economia moderna não significou que sua história social e econômica tenha sido isenta de conflitos sociais e de exploração predatória. Como mostra Lima (2005b) enquanto a modernização alterava ambientes ecológicos e padrões sociais “principalmente nas áreas centrais da Amazônia [na terra-firme], o modelo tradicional de sociedade patriarcal e economia extrativa [na várzea] atingia, principalmente, espécies de ambientes específicos nas regiões ribeirinhas” (LIMA, 2005b, p.13).

Na região do médio Solimões, a pressão sobre determinadas espécies animais como o pirarucu (*Arapaima gigas*), a tartaruga (*Podocnemis expansa*), e vegetais como o cedro (*Cedrela fissilis*) a samaúma (*Ceiba petandra*) ou, ainda, o investimento feito na cultura da juta (*Corchorus capsularis*) que demandou o uso de pastos naturais e a retirada de vegetação nativa como as restingas, são exemplos de explorações predatórias em ambientes de várzea. Chamamos a atenção para o caso das restingas que são ambientes da várzea responsáveis por alimentar várias espécies aquáticas, e cuja exploração causou a diminuição na quantidade de espécies piscosas como o tambaqui (*Colossoma macropomum*), por exemplo, o que reduziu, assim, sua oferta. Contudo, há que se acrescentar como fator relevante a expansão da indústria da pesca, tendo na ponta os barcos peixeiros, que realizaram intensamente a pesca nos lagos dessa região, tornando-se um dos principais agentes a protagonizarem os conflitos sociais nessa região pela disputa por recursos pesqueiros.

Assim, como aponta Lima, no final do século XX “a sociedade ribeirinha desenvolveu “seus próprios conflitos”, relacionados ao acesso e controle de recursos naturais, diante da escassez de recursos prioritários para a economia ribeirinha. Os conflitos “encontram ressonância na proposta de conciliação entre desenvolvimento e conservação, introduzida pelo ideário da sustentabilidade” (LIMA, 2005b, p.14) a partir da década de 1980, com as ações da Igreja católica, e início da década de 1990, com a criação de unidades de conservação de uso sustentável.

A história social da várzea do médio Solimões mostra que os conflitos por recursos são constitutivos da organização social (LIMA, 2005a; LIMA, 2005b) e também ajudam a entender como foram formados e delineados os territórios (ALENCAR e SOUSA, 2012; ALENCAR et al, 2014), inclusive aqueles destinados ao uso comum ou coletivo, e isto também se aplica aos lagos de várzea enquanto territórios pesqueiros. Conhecer as formas de apossamento e regras de uso e controle dos recursos pesqueiros utilizados pela população ribeirinha pode ajudar a construir mecanismos de regularização fundiária ou mesmo de projetos de gestão desses recursos. Salientamos que a compreensão do conflito enquanto uma relação social que é inerente aos processos de interação, de sociabilidade humana (SIMMEL, 1983) e que a própria dinâmica conflitiva abre possibilidades heurísticas (interpretativas) acerca de formas de apropriação e domínio (HAESBAERT E LIMONAD, 2007) de recursos naturais.

O STATUS JURÍDICO ATUAL DAS VÁRZEAS AMAZÔNICAS

Benatti (2005) aponta que o ordenamento territorial e o estabelecimento do imóvel rural, individual ou comunitário, na várzea poderiam ser a garantia de sustentabilidade econômica, social e ambiental dessas áreas. No que se refere à dominialidade da várzea (se pública ou privada), trata-se

de terras de domínio da União, um bem público de uso comum, o que significa que os solos ou a calha que abriga os rios, assim como os terrenos que são inundados por suas águas durante as cheias, são de responsabilidade do SPU (Secretaria do Patrimônio da União).

Isso significa, a rigor, que não existem proprietários de terras em ambientes de várzea, nem mesmo o governo federal, pois ele é apenas o gestor dessas áreas, tendo como órgãos responsáveis pela gestão a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o INCRA³. Com relação aos recursos naturais da várzea, a exploração deve ocorrer mediante “contratos ... direcionando a cessão de uso de recursos e não a cessão da área onde estão inseridos. Esse procedimento otimiza a utilização dos recursos e evita litígios, a cada ano, com as novas diferenças do solo causadas pelas inundações” (SURGIK, 2005, p. 29). Como os solos de várzea mudam todo ano, devido a cheia, não é apropriado utilizar instrumentos jurídicos de uso de bens dominicais, por exemplo, pois o direito de uso não deve ser estabelecido a partir da área, mas do uso dos recursos.

Dessa forma se evitaria que formalismos jurídicos tornem-se ineficazes em uma área dinâmica como a várzea. Utilizar instrumentos de bens comuns significa que durante o período de seca, essas áreas poderiam ter usos particulares (e não privadas), realizadas por uma associação de pescadores, desde que os interesses públicos de proteção ambiental fossem atendidos. Isso já acontece nas RDS Mamirauá e Amanã, no Amazonas, onde é realizado o manejo de recursos pesqueiros (AMARAL et al. 2011; QUEIROZ e SARDINHA 1999). Com relação à situação social que estamos aqui analisando, caracterizada pelo conflito envolvendo o Sindicato de Pesca de Maraã (SINDPESCA) que administra uma parcela do território da RDS Mamirauá onde desenvolve projeto de gestão de recursos pesqueiros, o Acordo de Pesca (AP) do Acapú, e uma família de um antigo comerciante que se apropriou de um lago público, passando a controlar o acesso a recursos livres, deixa evidente as diferentes concepções sobre direitos a recursos naturais de acesso livre, e a questão da propriedade em terrenos de várzea.

FORMAS ATUAIS DE OCUPAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA VÁRZEA

A partir da Constituição Federal de 1988 as águas de rios e lagos que eram consideradas bens privados ou particulares, passaram a ser bens públicos. A dominialidade pública da água teve grande repercussão para as áreas de várzea que são cortadas por rios federais – que banham mais de um estado, ou atravessam fronteiras internacionais - quando a gestão desses espaços passou a ser de competência exclusiva da União. Porém as águas dos rios que não banham mais de um estado são de competência de cada estado (CF/88, artigo 20, inciso II).

A respeito de criação de mecanismos legais e normas voltadas para a regularização fundiária na várzea, como afirma, Mcgrath e Gama (2005, p.36) “é necessário primeiro conhecer as formas atuais de ocupação da terra e de uso dos recursos naturais da várzea e, a partir desse conhecimento, desenvolver um sistema de regularização consistente com as características ecológicas da várzea e com o modo pelo qual esta região esta sendo ocupada”.

3 Até o ano de 2001 quem possuía competência para atuar em áreas inundáveis era somente o SPU, e ao INCRA competia apenas à regularização fundiária em terra-firme, porém com o a Instrução Ato Interministerial MDA/MPOG de 19/12/02 o INCRA passou a ter competência jurídica sobre áreas inundáveis (SURGIK, 2005).

O levantamento de padrões de ocupação humana de ambientes de várzea deveria ser uma iniciativa do poder público que atendessem as necessidades de desenvolvimento social das populações locais, assim como da sustentabilidade do uso dos recursos ali existentes. No caso da organização dos territórios e dos regimes de propriedade (FENNY, 2001) envolvidos e praticados pelas populações da várzea é de extrema importância que sejam mapeadas os arranjos locais, os direitos costumeiros, voltados para regular o uso de recursos, no contexto de regimes de propriedade coletivas, e perceber suas variações.

Para Benatti (2005) a busca de “soluções” que “superem” a dicotomia entre proteção ambiental e direitos de propriedade seria engendrada a partir tanto do ordenamento territorial – que organiza o território através do estabelecimento de medidas e padrões de proteção ambiental assegurando a qualidade do ambiente, dos recursos hídricos e do solo, ao garantir o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das populações – quanto do estabelecimento do imóvel rural que buscaria conciliar os interesses individuais ou coletivos com interesses socioambientais. Essas ações, portanto, do ponto de vista técnico-jurídico, ajudariam a “superar”, segundo Benatti (2005), conflitos sociais e jurídicos.

QUESTÃO FUNDIÁRIA E ACESSO AOS RECURSOS PESQUEIROS NO MUNICÍPIO DE MARAÃ

O município de Maraã, no Amazonas, abriga amplas faixas de terra firme e de várzea. Nestas últimas podem ser encontrados dezenas de lagos que historicamente vem sendo explorados por diferentes grupos sociais, com estratégias próprias de controle e acesso aos recursos pesqueiros. A criação deste município nos anos 1960 está associado a expansão de uma economia centrada na pesca, na caça de animais para a comercialização da pele, na coleta da castanha do Brasil, extração do látex de seringa e sorva, e na exploração de madeira.

Um importante evento da história social de Maraã (antes de se tornar município) é a chegada de famílias vinda de outras regiões do país. A vinda desses migrantes para Amazônia na virada do século XX, durante a produção de borracha, composto de nordestinos, nos ajuda a compreender como foram delineados territórios e territorialidades (com foco na apropriação e uso de recursos naturais). Esses territórios chamados de “territórios de produção” (ALENCAR e SOUSA, 2013) eram caracterizados por se basearem em relações de produção, mas também em outras relações sociais como amizades, casamentos ou festas.

Nos territórios de produção, o sistema de patronato ou aviamento regia relações sociais. Os principais agentes eram chamados patrões e fregueses, este últimos tidos como “subordinados” aos primeiros. Ser patrão, portanto, significava, neste contexto, possuir mercadorias para vender, possuir extensões territoriais e administrá-las, mas não somente: essa administração dependia de relações sociais ou de produção que gerassem riquezas, mas também laços de solidariedade ou mesmo de dependência.

Os patrões – também chamados de comerciantes ou proprietários – estenderam extensas redes comerciais através do sistema econômico e político denominado aviamento; e havia homens, mulheres e crianças dispostos a serem “aviados” e se tornarem fregueses, pois ter um patrão significava ter acesso a mercadorias e, sobretudo, a favores (FRANCO, 1994).

O território municipal de Maraã foi constituído através de alianças entre o primeiro prefeito nomeado em 1956, Atlântico Mota, e a elite local da época representada na figura dos patrões. E

isso não significa que este processo tenha sido isento de conflitos e disputas em torno dos recursos naturais ou mesmo político-partidários; porém, um dos grandes feitos desse projeto geopolítico, o da criação da sede (núcleo urbano) de Marã, foi o de controlar possíveis conflitos através da incorporação de autoridades locais (patrões) e alguns fregueses na formação do corpo do funcionalismo público do município.

Esta aliança foi responsável, no contexto da formação da cidade de Marã, por um fenômeno social que transformou esses patrões em vereadores e prefeitos ao longo dos anos, ou seja, em uma emergente elite política-partidária. Alguns dos fregueses vinculados socialmente a esses patrões também conseguiram cargos públicos e alguns se tornaram vereadores, outros comerciantes (olarias, padarias, oficinas foram criadas) e isso ocasionou novas dinâmicas econômicas.

O que os fatos produzidos (BOURDIEU, 2004) mostram é que a apropriação e controle (ou domínio) de territórios (HAESBAERT E LIMONAD, 2007), a partir do recorte estatal e geopolítico, foi possível por que patrões e fregueses, que antes formaram, ocuparam propriedades e controlaram lagos, foram envolvidos em um arranjo urbano – vinculado a um projeto de sociedade – que tinha como uma de suas características a ideia de que a terra-firme era o espaço por excelência do desenvolvimento, em oposição a várzea.

Essa aliança envolveu as hierarquias locais e isso teve influência direta na mitigação de possíveis disputas e conflitos sociais pelo controle desses espaços ricos em recursos naturais. Logo, patrões e fregueses criaram interesses ligados à estratégia moderna e estatal de definição de territórios e uso de recursos naturais o que deu sentido e continuidade a “abertura” (expansão) da sede municipal. É necessário lembrar que práticas expansionistas estavam inseridas nas relações sociais entre patrões e fregueses antes de ambos serem englobados pelo projeto geopolítico de território. Estas práticas foram úteis a expansão do território municipal.

Assim, a estrutura social e econômica dessa região foi marcada pela presença de um patronato e sistema de aviamento que vinculava o pequeno produtor/extrator ao patrão cujo comércio estava baseado nas sedes municipais e, por sua vez, vinculado a grandes casas comerciais de Manaus. O sistema econômico era alimentado por uma rede de trocas mercantis com a presença de vários agentes: o extrator, o regatão que comerciava mercadorias e não tinha um comércio fixo, e os pequenos patrões estabelecidos em localidades próximas as terras ricas em recursos naturais, que mantinham controle sobre amplos territórios (ALENCAR, 2012; ALENCAR E SOUSA, 2012 e 2013).

A partir dos anos 1980 começa a escassez de recursos pesqueiros, das espécies mais exploradas comercialmente, como resultado da pesca intensiva e predatória que ocorreu a partir dos anos 1970, impulsionada pelas mudanças nas tecnologias de pesca - barcos movidos a diesel com capacidade de armazenar dezenas de toneladas de peixe, conservados com gelo, capturados com grandes redes de nylon, e com grande capacidade de impactar os ambientes de lagos e rios.

Nos anos 1990 pesquisas apontaram para a necessidade de fazer o ordenamento da pesca em toda a bacia do rio Amazonas. Isso resultou na elaboração de políticas públicas na forma de legislação, que restringiu e proibiu a pesca das espécies mais vulneráveis, e também no ordenamento territorial a partir da criação de áreas de proteção ambiental, dentre elas a RDS Mamirauá, que afeta grande parte do território do município de Marã, especialmente as terras onde predominam o ambiente de várzea.

A implementação do Programa de Manejo de Recursos Naturais (PRMN) nas Reservas Mamirauá e Amanã começou, respectivamente, em 1998 e 2001. “Tais programas objetivaram

promover a conservação de recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha residente nas Reservas, por meio do manejo participativo” (AMARAL et al., 2011, p. 9).

Nos últimos 21 anos, devido a criação de várias Terras Indígenas e Unidades de Conservação, os pescadores urbanos tiveram suas áreas de pesca reduzidas. Os municípios de Tefé, Alvarães, Uarini e Maraã (região do Médio Solimões) teve grande parte de seus territórios afetados pela Reserva Extrativista do Catuá-Ipixuna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Floresta Nacional (FLONA) de Tefé, além de terras indígenas e outras em pedido de reconhecimento (AMARAL et al, 2013).

Com a criação da Reserva Mamirauá, em 1990, uma grande extensão territorial do município de Maraã onde ocorre ambiente de várzea passou a fazer parte desta unidade de conservação. Vários sistemas de lagos, como o Preto e Itauba, utilizados há décadas por pescadores ficaram no interior desta unidade de conservação. Desse modo, apenas se deveria utilizar os recursos daquele espaço de forma ordenada e de acordo com a legislação.

Dados históricos (ALENCAR E SOUSA, 2013) evidenciaram que esses pescadores urbanos, residentes na cidade de Maraã, fizeram uso contínuo de recursos pesqueiros desses em lagos ao longo de décadas. Assim como os pescadores de Maraã, da Colônia Z-32, outros pescadores urbanos vinculados a Colônias de Tefé, a Z-4, ou de Alvarães, a Z-23, tiveram acesso a áreas de pesca no interior de unidades de conservação. Atualmente, a Colônia Z-32 e o Sindicato de Pesca de Maraã administram territórios no interior da RDS Mamirauá.

SITUANDO O CASO: SINDICATO VS. MARIA

A área do Acapu caracterizada por abrigar ambientes de várzea e terra-firme, possui um conjunto de lagos, ressacas e paranãs – sistemas aquíferos onde pirarucus e outras espécies de animais se reproduzem –, que estão inseridas no interior da RDS Mamirauá. Os lagos e seus recursos pesqueiros (o principal motivo do conflito entre Sindicato de Pesca e Maria, antiga sócia do Sindicato) seriam, segundo estes afirmam, parte do território que lhes pertence.

A ideia de pertencimento varia segundo os protagonistas desse conflito: para Maria o domínio do território, incluindo esses lagos, é concedido a ela porque o patriarca de sua família, Alfonso Marques, exercia trabalhos nesses lagos através da pesca, e ele tinha cuidado (ou guardado), ao longo de sua vida, esses ambientes. Localmente, essa função de cuidador de lagos tem um nome: eles chamam, em Maraã, de donos. Como mostramos anteriormente no regime de patronato e aviamento, que vigorava em territórios produção (relação patrão e fregueses), os patrões ou comerciantes eram considerados esses donos⁴.

O Sindicato, por sua vez, se considera dono da área do Acapu, não pelos vínculos patriarcais ou familiares, mas por que lhe foi concedido pelo Instituto Mamirauá e IBAMA. Há uma autoridade

4 Na história social de apropriação de recursos (neste caso específico, tratamos dos pesqueiros) os lagos foram utilizados pelos donos como mecanismos de exercício do patronato. Por exemplo, apenas os donos de lagos poderiam permitir a entrada de seus fregueses para pescar. Os lagos, tidos como propriedades privadas, possuíam regras próprias relacionadas ao uso e captura de peixes, e também para o trânsito de pescadores. Carlos Gama, muito lembrado pelos pescadores de Maraã, como dono de lago, na época em que Benedito Ramos, prefeito de Maraã, construía o núcleo urabano de Maraã, poderia permitir ou não a entrada de pescadores no complexo do lago Preto. Parte do que os fregueses pescavam era deixado com ele como forma de troca. Hoje o complexo do lago Preto, está sob a administração da Colônia de Pescadores Z-32.

legal do Sindicato sobre aquele território e ela se baseia em um discurso que promove o cuidado com esta área; e esse cuidar, estrategicamente, se reveste de um discurso – proferido tanto pelo Sindicato quanto por Maria – de responsabilidade ambiental.

Os lagos não são propriedade de ninguém. São de uso comum. As pessoas podem fazer uso de forma ordenada e todos que fazem uso dessa área para a pesca estão sendo convidados a participar dos acordos (**Diretora de Manejo de Desenvolvimento do Instituto Mamirauá – Trecho da “4ª reunião do Acordo de Pesca do complexo de lagos do Acapu/RDS Mamirauá”**).

O área do Acapu é regida por um Acordo de Pesca, um pacto territorial estabelecido em agosto de 2011 e intermediado pelo Instituto Mamirauá, que visa estabelecer critérios de uso compartilhado entre pescadores que porventura estejam em divergência no que diz respeito aos direitos de propriedade desses recursos. No caso de recursos naturais em ambientes de várzea, considerados bens comuns, deverá haver uma divisão na utilização dos mesmos entre os protagonistas do conflito. Isso ocorre depois de ser avaliado e constatado que as diferentes versões dos agentes tenham algum tipo de fundamento.

O processo de construção do Acordo de Pesca do Acapu, administrado pelo SINDPESCA, e que envolve pescadores que moram em comunidades rurais e pesadores da área urbana, foi assessorado por técnicos do Programa de Manejo de Pesca (PMP) do Instituto Mamirauá. O termo do acordo remete ao processo de construção de pactos territoriais e elaboração de regras para o uso dos recursos pesqueiros disponíveis em lagos situados no território onde está sendo realizado o trabalho de gestão de recursos pesqueiros pelo SINDPESCA.

Dessa forma, coletivos de pescadores, como a Colônia Z-32, o Sindicato e outras Associações comunitária, que estão envolvidos com a pesca manejada, conquistaram capacidade de controle territorial realizado através de um sistema vigilância e fiscalização. Um exemplo disto, é que o Sindicato, além de ter poder administrativo sobre o território do Acapu, também se tornou responsável por gerir e proteger recursos madeiros. Assim, qualquer atividade de extração madeira realizada no Acapu, território do município de Maraã, tem de ser comunicada ao Sindicato, que decide se permite ou não a extração. Por meio desses coletivos de pescadores foi possível transformar bens de acesso livre (parte-se da ideia que qualquer um poderia pescar, extrair madeira ou caçar) em bens comuns de uso particular, destinados a um determinado grupo de sócios. Contudo – apesar do Acordo do Acapu –, isso não significou ausência de conflitos sociais.

O acirramento do conflito

Encaminhamos a Excelentíssima senhora este referido documento que trata de assuntos relacionados a preservação e manutenção de lagos e recursos pesqueiros – especificamente no que se refere à atividade de contagem de pirarucus – que estão atualmente sob responsabilidade do Sindicato dos Pescadores de Maraã (SINDEPESCA), Amazonas.

Documentos oficiais, que também constam nos arquivos do próprio Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), informam que no ano de 2012 houve a ocupação de uma família que se intitula “herdeira” e detentora da área do Ivo. Os lagos referentes à área do Ivo – que contém três lagos denominados Tucuxi, Peixe-boi e Ivo – foram enquadrados na categoria de lagos de procriação como consta no próprio Regimento Interno, desta organização de pescadores, aprovado em assembléia no ano 2013 (“**Solicitação de acompanhamento de contagem e de fiscalização na área do Ivo**” - Sindicato de Pesca, 2014).

O trecho do documento acima, feito pelo Sindicato de Pescadores, destinado a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – SDS, relatava a situação em que se encontrava o conflito entre Maria e o Sindicato, iniciado no ano de 2012, quando Maria começou a afirmar que os lagos do Ivo eram propriedade de sua família. Toninho, presidente do Sindicato, resolveu enviar este documento ao Instituto Mamirauá, Centro de Unidades de Conservação (CEUC) e ao SDS, e requerer que o Estado, através desses órgãos, cumprisse “seu papel”.

Os próprios sócios do Sindicato, que estavam a realizar a atividade de vigilância (próximo ao dia 06 de novembro de 2014), informaram que a família, a qual se intitulou proprietária da área do Ivo, colocou uma placa no local com a seguinte frase: “Área Estadual da Reserva dos Comunitários da Boca do Ivo. Proibida a entrada de estranhos”. Os vigias informaram que nesta área foi feito roçado, o que é proibido por ser um local protegido, a não ser que haja uma autorização prévia do Sindicato ou se a família for moradora antiga da área.

Diante disso, o Sindicato solicitou que o CEUC e IDSM o acompanhassem na atividade de contagem de pirarucus, a ser feita no lago do Ivo, além de que se realizasse uma fiscalização com objetivo de averiguar possíveis desmatamentos e pescas ilegais. Assim, o Sindicato exigiu a imediata retirada da placa que foi colocada no local sem a devida autorização do CEUC e, também, enviou um comunicado a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Maraã onde relatou os mesmos acontecimentos. Em resposta, esta mesma secretaria, informou que estaria a disposição para fazer um acompanhamento, durante a contagem de pirarucus, o que incluiria força policial, desde que ela, a secretaria, recebesse autorização do próprio CEUC.

Apesar de o conflito ter tomado essas proporções as partes conflitantes chegaram a dividir uma cota (quantidade) de peixes do lago do Ivo, resultado de um contrato. Na época Maria e seus familiares ainda eram sócios do Sindicato. A negociação estabeleceu que haveria uma divisão de valores a partir da venda dos peixes. Ao entrevistar Maria pela primeira vez, próximo a boca do lago do Ivo, onde ela possui uma casa, me relatou:

Isso aqui começou assim: meu pai morou 48 anos aqui e ele era perseguido. Toninho chamou a polícia e papai foi espancado. Bateram muito nele, chutaram. Ele ficou engasgado. A garganta ficou inflada, isso aqui tudo ferido. Ele adoeceu. Não passou nenhum um ano depois disso e ele pegou derrame. Toninho trouxe a polícia aqui em em 24 de janeiro de 2012 e quando foi em 18 de janeiro de 2013 meu pai morreu. Nós ficamos tudo assim [abalados], porque era o que Toninho queria. Aí, ele começou a dizer que a área era dele. Nós tínhamos aquele negócio conosco, dentro de nós: de que não deveríamos fazer negócio com ele. Ele correu atrás de nós e prometeu um monte de coisa. Aí, famalos pra ele: 'Toninho, depois de tudo que tu fizestes pra nós, tu ainda queres pescar junto conosco?'. 'Vamos fazer assim: se der certo, agora em 2013, nós vamos no cartório em 2014 e assinamos tudo e fazemos o contrato, a parceria contigo'. Ele foi e assinou, mas nós não assinamos nada. Nosso negócio só foi mesmo a pesca, bocalmente (Maria, 45 anos).

Este acordo foi proposto pelo próprio presidente do Sindicato para que a pesca ocorresse de forma tranquila naquele lago. Após essa pesca, a família começou a revindicar a área como se fosse dela. O acordo só teria validade se Maria e seus parentes deixassem de pescar no lago, pois ele está enquadrado na categoria de lago de procriação, onde ocorre a reprodução de pirarucus.

Como consta no Regimento Interno – a “Bíblia do manejo”, como disse Lucas, um técnico de pesca do Instituto Mamirauá –, do Sindicato de Pescadores, aprovado em assembléia no ano de 2013, os lagos ou ambientes de procriação são “aqueles que em hipótese alguma poderão ser

utilizados, visto que, em função de suas características, representam a garantia dos estoques em toda a área” (Capítulo VI).

Maria, baseada nisto, lembra do fato de que o próprio Sindicato pescou nesses lagos e o Instituto Mamirauá teve de puni-lo por isso.

Maria e sua irmã, Regina, fizeram um acordo com o Sindicato e nesse acordo [ficou acertado que] 4 toneladas de pescado, por ano, ficariam para Maria e Regina, desde que a conservassem. [Quando houve a pesca do Tambaqui] ela foi uma das primeiras a serem pagas [pelo Sindicato], enquanto outros sócios não foram pagos (João, secretário do Sindicato de pesca – Notas do caderno “amarelo”, 2014).

João, secretário do Sindicato, ao se referir a este acontecimento, o da punição, me disse: “Toninho pescou no lago do Ivo para mostrar que o Sindicato era quem detinha a concessão da área. Como isso foi feito, nós fomos punidos e o Instituto Mamirauá suspendeu a cota”. Ou seja, por ocasião da pesca feita antecipadamente e sem autorização prévia do Program de Manejo de Pesca (do Insituto Mamirauá), o Sindicato teve sua cota (quantidade de peixes a serem capturados) suspensa.

A versão do Sindicato para este conflito é de que Alfonso Marques, pai de Maria e já falecido, era um comerciante e arrendador lagos, e que por isso não teria direitos de propriedade sobre aquele lago, já que ele nunca residiu naquele local e ficava ali apenas durante o verão. Assim, seus parentes também não teriam direito sobre o lago. Os sócios do Sindicato tentam invalidar o discurso que legitima a ideia de propriedade enquanto uma posse familiar, passada de geração em geração, ao afirmar que Alfonso se apropriava daqueles recursos pesqueiros apenas para fins comerciais.

João ressalta que, apesar da morte de Alfonso, “eles [ainda] comercializam, e esse é o problema”. A provável venda de peixes feita atualmente por essa família é, para o Sindicato, uma prática ilegal, pois no interior da Reserva Mamirauá não se pode transportar qualquer animal ou espécie biológica até núcleo urbano de Maraã com fins de comercialização. Aliás, a comercialização de qualquer tipo de recurso natural em reserva ambiental tem de ser aprovada por órgãos como o IBAMA. Além de que, o pirarucu é uma espécie proibida de comercialização no estado do Amazonas, através da Instrução Normativa nº1, de 1º de junho de 2005. Apesar disso, existe duas exceções para a comercialização do pirarucu: mediante o manejo ou a piscicultura. Nessa caso, pela lei, apenas o Sindicato teria a premissão para comercializar espécies pesqueiras, através do manejo, na área do Acapu.

CONCLUSÃO

A situação social aqui analisada mostra um conflito social envolvendo o controle de recursos naturais, no território da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, tendo como principais agentes pescadores que residem no espaço urbano de Maraã e pescadores de comunidades rurais desse município representados pelo SINDIPESCA, e descendentes de um comerciante que controlava a exploração de recursos pesqueiros em lagos da União, representados por Maria.

Os interesses do Sindicato de Pesca e de Maria, sem dúvida, variam se os compararmos aos interesses dos antigos donos de lagos e seus fregueses da virada do século XX. Porém, constatamos que existe uma base social construída através do regime de patronato que influencia práticas sociais

atuais no contexto da RDS Mamirauá: a ideia, por exemplo, de propriedade está vinculada, se tomarmos o caso de Maria, aos trabalhos que o pai dela realizou na área. Compreendemos que existe uma associação significativa entre apropriação, domínio (propriedade) e vínculo familiar (parentesco).

O discurso dos dois grupos reforça um mesmo aspecto: o interesse de “preservar a natureza. Então, o interesse, segundo eles, seria o de manter o equilíbrio natural desta área, através do manejo de recursos pesqueiros. E isso pode ser compreendido quando voltamos nossa atenção para a história de apropriação de recursos naturais que se desenhou nessa região da Amazônia, através do regime de patronato e aviamento, baseado na exploração de recursos naturais. E este passado tem relação com a forma como os recursos pesqueiros são percebidos pelos agentes sociais atualmente, os quais estão baseados na ideia de desenvolvimento sustentável. Identificamos, portanto, que existe uma relação entre práticas sociais do passado e do presente, quando tomamos como foco, a apropriação e o controle de recursos pesqueiros, que fundamenta discursos e ações dos agentes envolvidos em conflitos sociais do presente na RDS Mamirauá.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. F. ; SOUSA, I. S. ; GONCALVES, A. C. . Os diferentes sentidos do território: controle de recursos naturais, parentesco e relações de poder na região do Japurá-Maraã, Amazonas. In: **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2014, Natal. Anais 29ª RBA. Brasília: Kiron, 2014. v. 1. p. 1-19.

ALENCAR, E. F. . Socioeconomic Dynamics, Public Policies, and Migration in the Várzea of the Upper Solimões. In: Pinedo-Vasquez, M.; Ruffino, M.L.; Padoch, C.; Brondízio, E.S. (Eds.). (Org.). **The Amazon Várzea: The Decade Past and the Decade Ahead**. 1sted. New York: Springer, 2011, v. 1, p. 53-65. ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. **Mapeamento territorial e diagnóstico socioambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mamirauá**, Am, 2012.

ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, Isabel. **Relatório Técnico de projeto de pesquisa: Mapeamento territorial e diagnóstico ambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mamirauá**, Am. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2013.

AMARAL, E. ; GONCALVES, A. C. ; PERALTA, N. . A avaliação participativa como ferramenta para tomadas de decisão em processos de manejo de pirarucu (*Arapaima gigas*). In: Ellen Amaral Figueiredo. (Org.). **Biologia, conservação e manejo participativo de pirarucus na Pan-Amazônia**. 1ed. Tefé: IDSM, 2013, v. 1, p. 213-236.

AMARAL; Ellen; SOUSA, Isabel Soares de; GONÇALVES, Ana Cláudia Torres; CARVALHO, Gabriela; BRAGA, Ruiter; RONAN, Paulo; VILENA, Josué. **Manejo de Pirarucus (*Arapaima gigas*) em Lagos de Várzea de Uso Compartilhado entre Pescadores Urbanos e Ribeirinhos**. Tefé, AM: IDSM, 2013. 50 p. (Série Protocolos de Manejo dos Recursos Naturais)

BENATTI, J.H. Aspectos jurídicos e fundiários da várzea: uma proposta de regularização e gestão de recursos naturais. In: **Aspectos Jurídicos e Fundiários da várzea: análise para elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: IBAMA, 2005.

BOURDIEU, Pierre et al. **Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FEENY, David; BERKES, Fikret; MCCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Trad. André de Castro C. Moreira. In: Diegues, A.C.; Moreira, A.C.C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p.17-42. Original: 1990.

FRANCO, Mariana Pantoja. “Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das mercadorias nos seringais do Alto Juruá”. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de Globalização. Etc..., **espaço, tempo e crítica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

LIMA, D.M. Apresentação do estudo. In: LIMA, D.M. (Org.). **Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Brasília/Manaus: Edições Ibama, 2005a. v. 1. 11-32p.

LIMA, D.M. Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. In: LIMA, D.M. (Org.). **Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Brasília/Manaus: Edições Ibama, 2005b. v. 1, p.337-386.

MCGRATH, D. G. ; GAMA, Socorro Pena da . Estudo de Áreas Comunitárias na Várzea Amazônica nos Municípios de Santarém-PA, Silves-AM e Tefé-AM. In: Benatti, J.H.. (Org.). **A Questão Fundiária e o Manejo dos Recursos Naturais da Várzea: Análise para Elaboração de Novos Modelos Jurídicos**. Manaus: Provárzea-Ibama: Ministério do Meio Ambiente, 2005 , p. 32-56.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. pp. 122-134 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SURGIK, A. C. S. A Questão Fundiária e o Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. In: **Aspectos Jurídicos e Fundiários da várzea: análise para elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: IBAMA, 2005.

MUDAR PARA PERSISTIR: UMA EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA E A EXPANSÃO DO DENDÊ NA AMAZÔNIA

Marcílio de Abreu Monteiro¹

RESUMO

O avanço do plantio de dendê (*Elaeis guineensis*) e a produção do óleo de palma na Amazônia oriental brasileira causam impactos na agricultura tradicional. O plantio do dendê introduz um novo processo agrícola por meio de cultivo permanente, que necessita de um gerenciamento intensivo, o que altera os hábitos laborais dos agricultores, afastando-os da prática da lavoura de subsistência. O avanço do plantio do dendê tem levado não só a um processo de concentração fundiária, mas também a uma grande redistribuição da mão de obra local, principalmente na faixa etária entre 18 e 39 anos. As grandes empresas contrataram mais de 5.500 empregados para suas áreas agrícolas, transformando em assalariados os filhos dos agricultores, que deixaram de trabalhar com suas famílias, o que representa uma perda em sua trajetória de agricultores tradicionais.

Neste contexto de disputa pela captura da mão de obra, surgem experiências inovadoras de preservação da atividade camponesa. Trabalhadores assalariados de uma empresa de dendê firmaram acordo coletivo reduzindo horas assalariadas de trabalho. A redução da carga horária de 44 para 27,5 horas semanais teve como motivação central a garantia de tempo para a manutenção das atividades agrícolas nos seus lotes.

A diversidade econômica, social e cultural apresenta-se como elemento chave para compreensão da Amazônia. Com base em estudo de caso realizado no Vale do Acará, Pará, Brasil, o presente texto busca indicar que por meio do plantio do dendê está em curso um processo de alteração da dinâmica de reprodução social dos camponeses em virtude da implantação de grandes projetos capitalistas agrícolas, e também busca demonstrar que existem formas inovadoras de resistências, que pela capacidade de mudança, na busca de manutenção de sua forma produtiva, a agricultura familiar preservar-se, social e culturalmente. De onde se conclui que o avanço do capitalismo na Amazônia não é algo linear e nem é inexorável a perda da referência camponesa.

Palavras-Chave: Amazônia, dendê, mão de obra, camponeses, resistência.

DENDÊ NO PARÁ: CINCO DÉCADAS DE HISTÓRIA

A história da expansão do dendê no Pará, de modo geral, pode ser sistematizada em três fases. Uma primeira etapa da expansão do dendê, no Pará, ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, tendo como principal referência as iniciativas de investimento em dendezeiro ocorridos em 1965, através do plantio da própria Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), na estrada do distrito de Mosqueiro, hoje pertencente ao atual Município de Santa Bárbara, com a colaboração do Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux (IRHO). Esse plantio, em 1974, saiu da alçada da Sudam para a empresa Dendê do Pará S.A (DENPASA).

A partir do empreendimento pioneiro da DENPASA, pode-se destacar uma segunda fase de expansão, ocorrida na década de 1980 até anos 2000. Os plantios foram alavancados pelo uso de incentivos fiscais, via a SUDAM, destacando-se o grupo AGROPALMA, construído por um processo de aquisição e fusão de empresas, capitaneado inicialmente pelo então Banco Real S/A, que em 1982,

¹ Sociólogo, doutorando PDTU/NAEA-UFPA, marcelio.amonteiro@gmail.com

constitui a primeira empresa denominada Companhia Real Agroindustrial S.A (CRAI), localizada no município de Tailândia (PA). Nos anos seguintes foram incorporadas outras empresas como a antiga AGROPALMA; AGROPAR; AMAPALMA e a COACARÁ.

No início dos anos 2000, com a disseminação da doença do amarelecimento fatal (AF)², houve um arrefecimento na expansão das grandes empresas, e uma significativa redução de médios e pequenos empreendimentos agrícolas. Esta segunda fase termina com fechamento de pequenas indústrias e abandonos de várias áreas de plantios.

Ao final desta segunda fase, a produção do dendê no Pará consolidou-se em torno de uma grande empresa, a AGROPALMA, além da participação de alguns médios empreendedores que permaneceram ligados a grupos familiares, dentre os quais alguns de origem ou descendência nipônica, como os instalados no município de Santo Antônio do Tauá, Dendê do Tauá S.A. (DENTUÁ), no município de Igarapé-açu, Agroindustrial Palmasa S.A., além de outros grupos familiares, como em Moju, Marborges Agroindústria S.A. e no município de Bonito, Mejer Agroflorestal Ltda.

Um terceiro e atual momento, surge no final dos anos 2000, impulsionado pelo incentivo do Programa de Biodiesel, o que faz ressurgir um novo ciclo de ampliação do dendê. Esta nova etapa é caracterizada pela forte expansão de áreas de plantio, em um curto espaço, que teve como principal característica a participação de grandes empresas multinacionais, como a Archer Daniels Midland do Brasil (ADM), Belém Bioenergia Brasil (Petrobras/Galp Energia) e Biopalma da Amazônia S.A (Companhia Vale). Nesta terceira fase também correu uma reorganização da indústria e área agrícola, favorecendo a expansão de grupos industriais regionais, a exemplo da empresa DENTAUÁ que buscou a incorporação da área agrícola da empresa Roso Teixeira, através da formação de condomínio de um conjunto médios produtores, nos municípios de Acará e Concordia do Pará.

Ao traçar uma linha temporal ampla, tendo como referência estes três momentos da expansão do dendê no Pará, não se pode deixar de analisar as diferentes minúcias que se efetivaram dentro destes processos, que vão para além do enfoque da dinâmica empresarial. As transformações impactadas pelo avanço do dendê ocorrem em vários aspectos dentro dos espaços em que se implantam. São alterações ambientais, econômicas, sociais e culturais que se afetam mutuamente.

A expansão das áreas de plantio apresenta-se como um fenômeno complexo de múltiplas facetas, tendo rebatimentos nos aspectos ecológicos, com a homogeneização da paisagem; no territorial, com a concentração da malha fundiária; na organização da produção, com alterações nas trajetórias das estruturas produtivas; nas configurações sociais, com reordenamento das relações entre os atores; e também no cultural, com transformações dos valores e costumes, em especial nas populações tradicionais.

² O AF é uma doença relativamente recente, ocorreu nos últimos 30 anos, e que dizimou milhares de plantas, levando a grandes perdas econômicas nas empresas vinculadas ao agronegócio do dendê e a centenas de demissões no Pará. Apesar de todos os esforços de pesquisa já efetuados, o AF ainda tem sua etiologia desconhecida, o que impossibilita a elaboração de medidas de controle mais precisas. O que tem buscado como alternativa são plantas híbridas de dendê resistente à doença. (BOARI, 2008).

O ESTÁGIO ATUAL DE EXPANSÃO E A AMAZÔNIA COMO NOVA FRONTEIRA

Pode-se observar que a partir de 2008, um conjunto de fatores³ agrônômicos, econômicos e institucionais favoreceram à expansão da plantação dos dendezais na Amazônia, houve uma aceleração nas taxas de crescimento das áreas plantadas. O Pará passou a ser o foco da expansão do dendê na Amazônia oriental.

Esta terceira fase não se diferencia das demais em relação aos impactos gerados na dinâmica espacial onde se implantou. A característica desta atual fase está na amplitude e na rapidez em que se está se efetivando. Só em um intervalo de quatro anos, houve um incremento de 235% na área plantada, em 2008 eram 65 mil hectares, em 2012, já existiam 153 mil hectares plantados para a produção de óleo de palma no Pará. Estima-se que, em 2016, haverá quase 170 mil hectares de monocultura de dendê no Pará.

É bem verdade que, quando do lançamento do programa no início de 2010 (LULA, 2010)⁴, previam-se aproximadamente 750 mil de hectares no final da década, previsão que não se efetivará (Figura 1). A principal justificativa para que a estimativa de crescimento exponencial do plantio não se concretizasse está associada à recente crise financeira mundial, iniciada no final da década de 2000 que se estende nos anos de 2010. Com efeito, empresas, como a espanhola Repsol, as americanas Bunge e Cargill, tiveram os seus projetos de implantação do plantio na região reavaliados e suspensos.

Até mesmo a empresa Petrobras Biocombustível (PBIO), subsidiária da Petrobras Petróleo Brasileiro S/A, que tinha como meta produzir 370 mil toneladas anuais de óleo de palma – 120 mil toneladas pela própria Empresa Petrobras Biocombustível, alegando problemas operacionais, desistiu de levar em frente um projeto específico que previa o plantio de 24 mil hectares na micro região de Cametá, nos municípios de Baião, Mocajuba e Igarapé-Miri, exclusivamente com a parceria da agricultura familiar e pequenos agricultores. A PBIO teve suas metas alteradas, e a sua atuação na expansão do dendê limitou-se à participação na Belém Brasil Bioenergia (BBB), uma *joint venture* com a portuguesa GALP. Já a empresa mineradora Vale do Rio Doce S/A, através da Biopalma da Amazônia esta revendo suas metas de produzir 450 mil toneladas anuais de óleo de palma em 2020, permanecendo ainda incerto o prazo para que a fábrica de biodiesel atenda a seu projeto de abastecer suas máquinas e locomotivas⁵.

³ Além da alta produtividade por hectare – 9 vezes mais que a soja –, o Estado do Pará reúne condições altamente favoráveis à produção do dendê: a) solos ácidos (ph 4.0), como são os da Amazônia; b) altas temperaturas, características do clima na região; c) bom nível de chuvas, que tornam quase 230 milhões de hectares apropriados para o cultivo do dendê; d) topografia plana, o que facilita a implantação da infraestrutura para a produção; e) avanço tecnológico, com o desenvolvimento de mudas híbridas resistentes a doenças patogênicas como a mangra (doença do amarelão); f) alta rentabilidade do investimento; g) adoção da política de incentivo do governo brasileiro. (BUTLER; LAURANCE, 2009).

⁴ o projeto de óleo de palma brasileiro queria fazer do Pará um dos maiores polos de biodiesel do mundo.

⁵ Grande parte da produção será utilizada sob a forma de B20 – mistura de 20% de biodiesel e de 80% de diesel fóssil – em locomotivas, máquinas e equipamentos de grande porte da mineradora Vale (VALE, 2012).

Figura 1 – Área para a produção de dendê no Estado do Pará.



Fonte: Elaboração própria, com base dados das empresas e no Brasil (2012) MDA.

Mesmo com uma redução nas projeções de plantio, o dendê já se destaca como sendo a cultura que detém o maior plantio de monocultura no estado do Pará. Outra particularidade, desta redefinição na quantidade de área para produção de óleo de palma, é que o plantio ficou ainda mais centralizado em uma micro região, a grande maioria da produção desta nova fase concentrou-se no Vale do Rio Acará, delimitado pelo IBGE como a micro região de Tomé-Açu.

Estes aspectos, rapidez da ampliação do plantio e a sua concentração espacial, fizeram com que a expansão do dendê apresenta-se como fenômeno de grande relevância para entender o atual processo capitalista, em especial no agrário, tanto pelos impactos, como pelas resistências, que estão correndo no Vale do Acará.

A CARACTERIZAÇÃO DO VALE DO ACARÁ ATRAVÉS DAS TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS

Pela grande dimensão dos plantios de dendê ganha relevância a análise, sob o aspecto das alterações sócio produtivas das áreas agrárias. O recorte espacial aqui utilizado é composto por cinco municípios (Acará, Concordia, Moju, Tailândia e Tome-Açu) localizados no nordeste paraense, inseridos no vale do rio Acará, uma região localizada entre a margem esquerda do rio Capim e o rio Moju.

A realidade agrária do Vale do Acará é caracterizada pela sua heterogeneidade, refletida nas diferentes relações a partir de diversas combinações entre a configuração do trabalho, o uso do capital físico e do capital natural. Essas diversas conexões e exclusões de todos esses fatores são mediadas por relações institucionais desiguais. Toda essa realidade extremamente diversa ganha capacidade interpretativa pela possibilidade de ser representada em distintas trajetórias tecnológicas. Desta forma, o presente texto optou pela noção de paradigma e trajetórias tecnológicas como categorias explicativas para a decodificação da dinâmica agrária da própria Amazônia, no caso específico da micro região do Vale do Acará. (COSTA 2009a, 2009b, 2012)⁶

⁶ O prof. Francisco Costa tem dedicado as últimas duas décadas pesquisas sobre as dinâmicas da Amazônia, através do conceito de trajetórias tecnológicas busca analisar as diversidades das suas relações sócio produtivas. Indicações de obras com seu arcabouço teórico podem ser encontras na Coleção Economia Política da Amazônia (<<http://www.dadesalivros.com.br/>>).

Seguindo a mesma orientação teórica da trajetória tecnológica de Dosi (1982), Costa busca interpretar a diversidade estrutural, uma vez que, dentro de uma trajetória tecnológica, existe um padrão usual de atividades, segundo o qual os agentes resolvem seus problemas produtivos e reprodutivos. Para aplicar a noção de paradigma tecnológico à produção rural da Amazônia, Costa vai analisar as diferentes combinações entre o uso do capital físico e o uso do capital natural nas formas de produção camponesas e patronais.

No campo epistemológico, o conceito das trajetórias tecnológicas diferencia-se da teoria neoclássica - de que os indivíduos buscam maximizar as oportunidades e que a economia tenderia ao equilíbrio dos agentes e dos mercados - em que a produção agrícola teria como base de desenvolvimento exclusivamente a tecnologia, fruto da indução pelo próprio mercado.

Mesmo sendo um conceito abstrato, as trajetórias tecnológicas desenvolvem-se em espaços concretos, assumindo configurações próprias. Por meio da delimitação territorial dos sistemas agrários, verificam-se interações cooperativas, ou competitivas, tendo em vista recursos naturais ou recursos institucionais. Costa (2009a, 2012) ressalta que esse processo de negação ocorre também dentro de cada paradigma, confrontam-se trajetórias que se embatem nas estruturas dos processos produtivos e em suas instituições de suporte, pela disputa de recursos intangíveis (conhecimento e inovação) ou de recursos tangíveis (terra e trabalho).

O uso das trajetórias tecnológicas possibilita evidenciar a relação na cadeia de produtos, na medida em que a trajetória tem um fundamento organizador que demonstra como se produz, identificando a estrutura interna do processo produtivo e as diferenças fundamentais de produtividade entre agentes da mesma região ou entre regiões, que seguem distintas trajetórias.

Dessa forma, é possível obter um detalhamento do resultado final do produto comercializado, indo além de uma análise vertical da produção: é possível especificar mais do que o produto, mas a origem da sua trajetória e qualificá-la dentro dos diferentes processos produtivos.

Tabela 1 – Trajetórias tecnológicas e as dimensões do rural na Amazônia.

Trajetória	Descrição
T1 – Trajetória camponesa	Resultou da formação de estruturas camponesas baseadas predominantemente na atividade intensiva agrícola e na pecuária leiteira.
T2 – Trajetória camponesa	Trata-se da mais antiga formação camponesa da Amazônia, baseada em sistemas que convergem para a agloflorestania por dois caminhos: a passagem da (quase) exclusiva valorização de bens e serviços do bioma para uma economia mista, com a incorporação crescente do manejo florestal, da agricultura e da aquicultura; uma atividade agrícola que incorpora elementos florestais e reconstitutivos de funções do bioma.
T3 – Trajetória camponesa	Reúne o conjunto de estabelecimentos camponeses que convergem para sistemas com dominância da pecuária de corte.
T4 – Trajetória patronal	Reúne um conjunto de sistemas de produção em operação em estabelecimentos patronais, que convergem para a pecuária de corte; esses sistemas são marcados pelo uso extensivo do solo, com homogeneização da paisagem.
T5 – Trajetória patronal	Reúne o conjunto de sistemas patronais que convergem para plantações de culturas permanentes em forma de <i>plantation</i> ; esses sistemas são marcados pelo uso intensivo do solo, com homogeneização da paisagem.
T6 – Trajetória patronal	Agrupa o conjunto de sistemas patronais de silvicultura, que são marcados pelo uso extensivo do solo, com homogeneização da paisagem.
T7 – Trajetória patronal	Reúne o conjunto de sistemas patronais que convergem para plantações de culturas de ciclo curto em forma de <i>plantation</i> , em especial soja e milho; esses sistemas são marcados pelo uso extensivo do solo, com homogeneização da paisagem.

Fonte: Elaboração própria com base em Costa (2012).

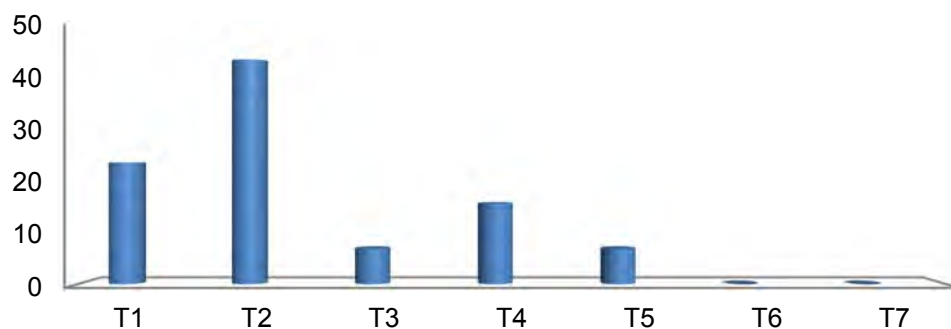
As trajetórias tecnológicas partem do entendimento de que toda produção faz parte de alguma trajetória, portanto, os produtos são considerados como fenômenos de trajetórias. Daí a necessidade de qualificar as trajetórias, que são mediadas pelas formas de produção (patronal ou camponesa), que passam a ser o caminho para chegar à compreensão das tecnologias que lhes são subjacentes.

Para Costa (2009a, 2009b), a realidade agrária da Amazônia pode ser explicada à luz da dinâmica de sete trajetórias baseadas nos paradigmas agropecuário e extrativista, com diferentes relações si, que organizam a economia rural como um todo. Assim, o campesinato, identificado pela produção agrária de origem familiar, assume várias formas tecnológicas de produção na Amazônia. Costa (2012) aponta três trajetórias camponesas – T1, T2 e T3 – e quatro de base empresarial – as trajetórias patronais T4, T5, T6 e T7 (Tabela 1).

Para uma análise da região pesquisada, adotou-se a descrição, realizada por Costa (2012), da composição do valor bruto da produção rural (VBPR) da mesorregião Nordeste Paraense, na qual a referida área do Vale do Acará está inserida. Dessa forma, é possível verificar que, antes da expansão do dendê, o Vale do Acará tinha qualidades bem específicas, na forma de uma ampla base produtiva local.

Segundo levantamento feito Costa (2012) abrangendo o período de 2004 a 2006, o sistema agrário da mesorregião Nordeste Paraense era o quinto mais importante sistema agrário da Região Norte, produzindo 6,6% do seu VBPR, e as trajetórias camponesas dominavam a produção rural. A liderança era dos camponeses vinculados à trajetória camponesa T2, com 44% do VBPR, que atuavam em especial nas áreas de várzea – uma formação de camponeses de origem bastante antiga – e em terra firme – uma formação mais recente. Os agricultores da trajetória camponesa T1 representavam 24% do VBPR, e os da T3 eram responsáveis por 9%. No que se refere às trajetórias patronais, a T4 respondia por 16% e a T5, por 7% da produção rural. O vale do Acará esta dentro de uma mesorregião com características de produção familiar; as três trajetórias camponesas familiares juntas eram responsáveis por 77% do valor bruto da produção rural (Figura 2).

Figura 2 – Composição média do valor bruto da produção rural no Nordeste Paraense (de 2004 a 2006).



Fonte: Costa (2012, p. 277).

As trajetórias camponesas têm uma ampla participação no valor bruto da produção rural, que é condizente com o grande número de propriedades do Vale do Acará: aproximadamente 92% são de agricultura familiar, mas ocupam apenas 42% da área agrícola daquela região, na qual o tamanho

médio da unidade de produção é inferior a 23 hectares por família. Por outro lado, ocorre uma distribuição concentrada na estrutura agrária – os 9% restantes das propriedades totalizam 58% das áreas agrícolas (Censo Agropecuário, IBGE 2006).

O AVANÇO DO ÓLEO DE PALMA E A PRODUÇÃO CAMPONESA

A expansão do processo de produção do óleo de palma exige uma grande quantidade de áreas para o plantio do dendê. O crescimento de áreas plantadas ocorre, com mais intensidade, no Vale do Acará, região Nordeste do Pará, como exposto acima, com a matéria-prima para a produção estando concentrada em plantio próprio. No Vale do Acará, para a produção de óleo de palma destaca-se um polo já consolidado que foi ampliado na metade dos anos 2000⁷. Quanto à proporção de área plantada do plantio empresarial e da agricultura familiar, é mínima a participação das propriedades dos camponeses na expansão do dendê. Em 2014, no Vale do Acará, o plantio em áreas de agricultura familiar representava aproximadamente 7.000 hectares, o que equivale a menos de 5,7% do total da área plantada; em contrapartida, mais de 94%, ou seja, 115 mil hectares estão localizados em áreas empresariais (Tabela 2).

Tabela 2– Área estimada plantada de dendê no Vale do Acará, 2014, em hectares.

Empresa	Agricultura familiar	Agricultura empresarial	Total
AGROPALMA	1300	46700	48000
BIOPALMA (VALE RIO DOCE)	4000	43500	47500
BBB (GALP/PETROBRAS)	1300	14700	16000
MARBORGES	450	5550	6000
DENTAUÁ	0	5000	5000
TOTAL	7050	115450	122500

Fonte: Pesquisa realizada junto às empresas

Nas trajetórias camponesas, a base da atividade produtiva é a agricultura, destacando-se, no Pará, o plantio da mandioca. A mandioca dá origem à farinha, um dos principais alimentos da dieta na Amazônia, que contribui para minimizar a fome e constitui um forte hábito cultural alimentar da população.

No Pará, está a maior produção brasileira de farinha e o maior consumo *per capita* desse produto, chegando a 33 kg/ano (GROXKO, 2011). No Brasil, o município de Acará chegou a ter a maior produção de mandioca, mas, nos últimos cinco anos, houve uma redução na área de plantio em toda a região (Tabela 3).

⁷ A partir de 2006, implantaram-se na região as empresas Belém Bioenergia Brasil S/A e a Biopalma S/A.

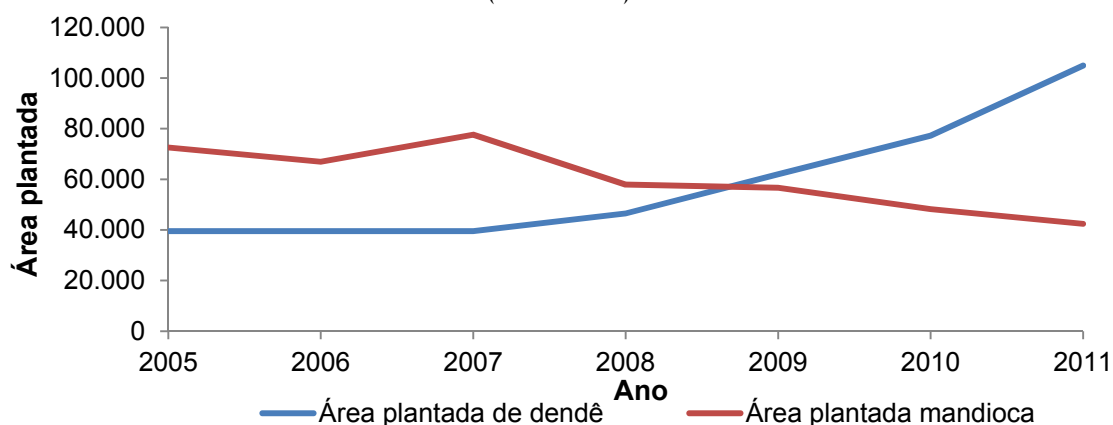
Tabela 3 – Área plantada na agricultura familiar no Vale do Acaraú.

Ano	Área plantada com mandioca, em hectares
2005	72.567,89
2006	66.961,44
2007	77.648,89
2008	57.900,00
2009	56.661,11
2010	48.255,56
2011	42.388,89

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2012). Produtividade média de 18 t/ha, de acordo com dados da Emater (PA).

O declínio da produção da mandioca tem sido atribuído principalmente à substituição da cultura nas áreas agrícolas – o que antes era destinado à mandioca passou a ser plantio de dendê. À primeira vista, pode-se pensar que esse seja o fator determinante para explicar o fenômeno da diminuição do plantio da mandioca, sobretudo quando se observa a inflexão na quantidade de hectares destinados à produção agrícola a partir de 2008, com a curva de crescimento do plantio do dendê sobrepondo-se à de redução da mandioca (Figura 3).

Figura 3 – Evolução da área plantada com mandioca e dendê, no Vale do Acaraú (2005-2011).



Fonte: Elaboração própria, com base no IBGE (2012) e em dados das empresas.

Essa hipótese de substituição da área de plantio leva em conta a existência de um processo de adensamento fundiário: o dendê é cultivado em megapropriedades, obtidas por meio de arrendamentos ou da compra de médias e grandes propriedades rurais, que, por sua vez, já tinham incorporado as pequenas propriedades existentes em seu entorno.

O processo de concentração fundiária, para atender ao avanço do dendê, foi bastante expressivo. Mas, embora muitas propriedades de agricultores familiares tenham sido apropriadas por empresas, é preciso considerar outros fatores, que podem ter contribuído para a substituição de áreas de mandioca pelo plantio do dendê e, conseqüentemente, podem ter influído na redução da produção de mandioca no Vale do Acaraú. Recorrer somente à ótica da concentração fundiária

para elucidar a drástica alteração na área plantada, em especial o declínio da produção de mandioca, é, em nosso entendimento, insuficiente.

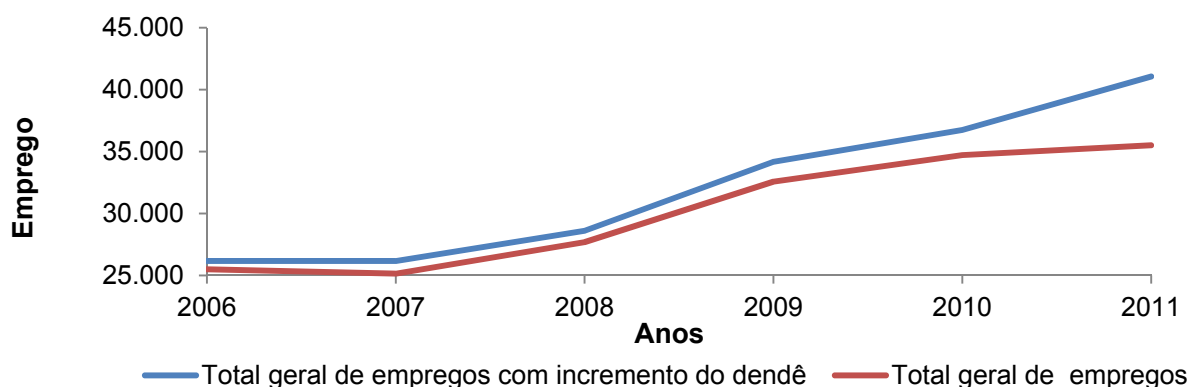
Na verdade, a área da agricultura familiar destinada ao plantio do dendê é mínima, não ultrapassando 6% do total ocupado pela plantação do dendê. Além disso, não houve, de fato, uma substituição da produção agrícola tradicional, que é a mandioca, pelo dendê. A principal explicação para a curva ascendente relativa à área de plantio com dendê estaria na apropriação da mão de obra dos estabelecimentos camponeses pelas empresas, que foram responsáveis pela expansão da plantação de palma de óleo.

Além da incorporação de áreas camponesas pelo setor empresarial, a expansão do plantio do dendê pode ser atribuída também à captura da mão de obra agrícola. Esse fator talvez seja indireto, mas de grande relevância para entender a redução da produção da mandioca na região do Vale do Acará.

O presente estudo passa a demonstrar que existem evidências de que o plantio do dendê causou um forte impacto na produção familiar na região, e um dos fatores está ligado a uma grande redistribuição da mão de obra local. Uma ampla parte dos empregados nas áreas agrícolas das empresas do dendê teria origem na agricultura familiar da região; os filhos dos agricultores foram transformados em assalariados, deixaram de trabalhar com suas famílias, abandonando a sua trajetória de agricultores tradicionais e reduzindo a mão de obra na unidade camponesa, o que teve impacto na sua capacidade produtiva.

A primeira evidência está na curva do crescimento do emprego formal na região, que foi elevada com a absorção, nas áreas de plantio do dendê, da mão de obra agrícola destinada à zona rural, oriunda das famílias camponesas da região (Figura 4). Tal situação é ainda reforçada pelo fato de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não ter registrado nenhum grande fluxo migratório na região.

Figura 4 – Curva de crescimento do total geral de empregos e curva de crescimento dos empregos resultantes do incremento do dendê no Vale do Acará (PA) (2006-2011).

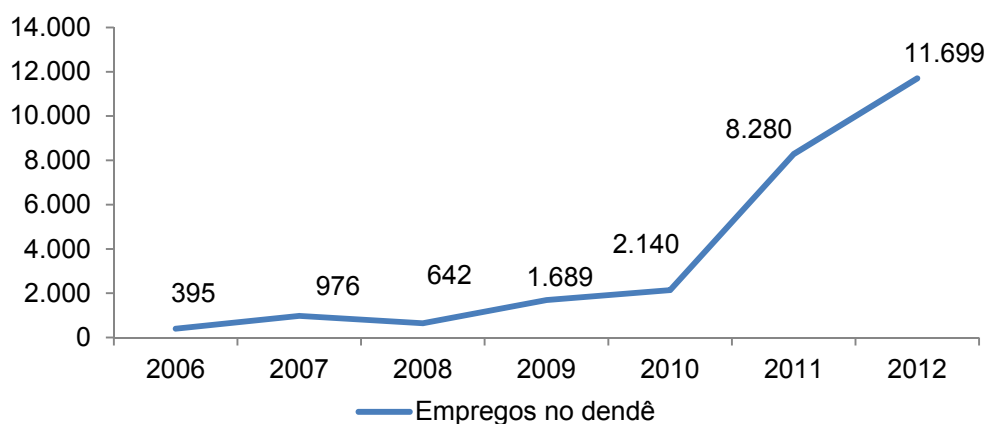


Fonte: BRASIL (2012b) MTE/RAIS; IBGE (2013) SIDRA.

Convém ressaltar que, a partir de 2009, houve um crescimento dos empregos agrícolas acima da média dos demais setores da economia. Com efeito, em 2011, dos 41.053 empregados dos setores do comércio, da indústria e da agricultura com registro no Ministério do trabalho, 8.280 trabalhavam na agricultura do dendê.

A curva representativa da tendência do crescimento do trabalho formal teve uma significativa participação dos empregos agrícolas do dendê. A dinâmica de empregos relacionados ao dendê na área agrícola no Vale do Acará apresenta um crescimento a partir de 2008, com um forte incremento em 2010 (Figura 5).

Figura 5 – Empregos criados pelo cultivo do dendê no Vale do Acará (PA) (2006-2012).

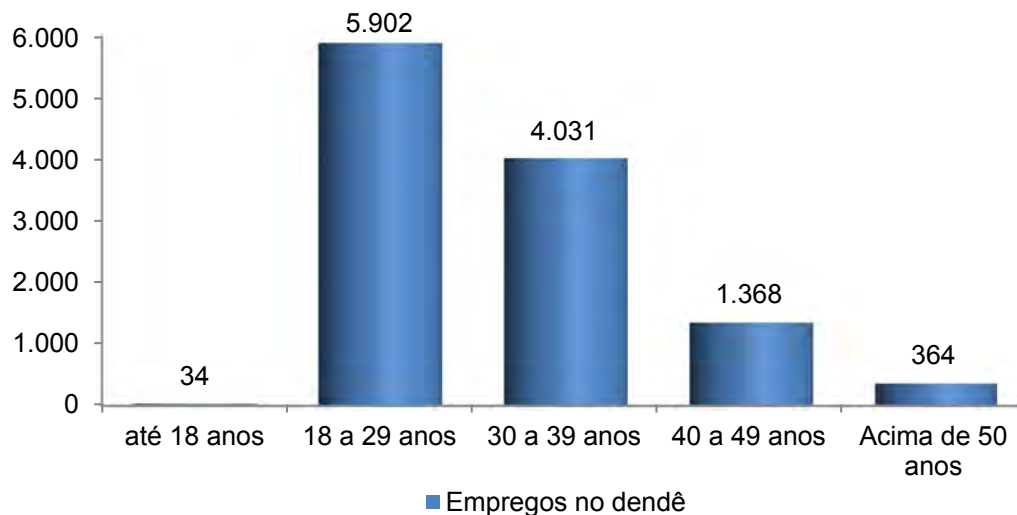


Fonte: Brasil (2012b) – MTE/RAIS.

Os empregos formais, que eram praticamente residuais antes de 2005, tiveram um crescimento significativo entre 2006 e 2010. Além disso, houve um incremento exponencial de postos de trabalho em 2011.

Outro dado relevante diz respeito à distribuição de gêneros na atividade formal no cultivo de dendê no Vale do Acará. Em 2012, o perfil da mão de obra contratada foi predominantemente masculino: homens ocupavam 4.914 postos de trabalho, o que representa 88% dos 11.699 empregos formais apurados, com base nos dados ponderados a partir da referência da RAIS, logo, apenas 12% dos postos de trabalho eram ocupados por mulheres. A essa predominância do gênero masculino na mão de obra contratada, soma-se a faixa etária: a quase totalidade dos trabalhadores tem entre 18 e 39 anos de idade. Isso significa que 85% dos empregos criados são preenchidos por trabalhadores que estão na faixa etária com maior potencial físico, fato de extrema relevância, dado o caráter intensivo da atividade agrícola (Figura 6).

Figura 6 – Empregos por faixa etária no cultivo do dendê no Vale do Acará -PA (2012).

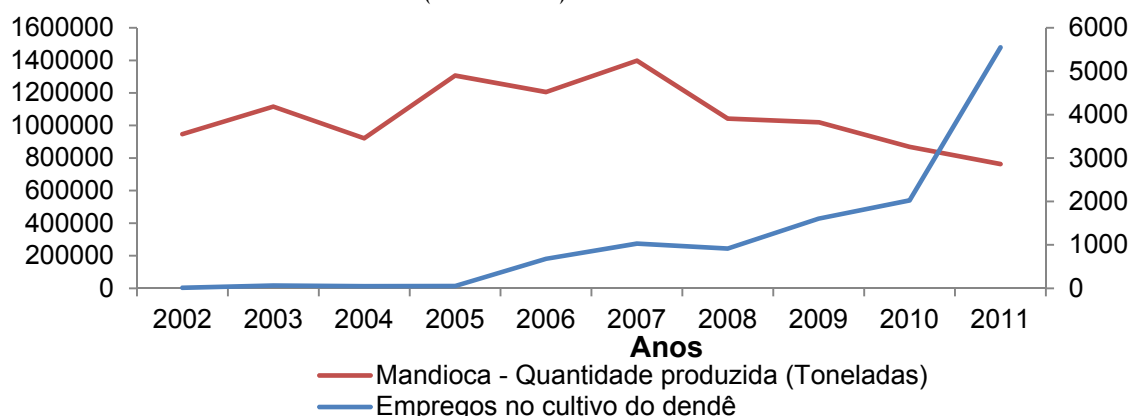


Fonte: Brasil (2012b) MTE/RAIS.

O estabelecimento de uma relação entre os empregos formais do dendê e a produção da mandioca sugere que é possível confirmar que a absorção da mão de obra pelas empresas de dendê na região afetou a produção da mandioca. A indicação da parábola ascendente (emprego) e da parábola descendente (produção de mandioca) pode ser uma referência a partir de 2006 (Figura 7).

Nessa correlação entre emprego e produção de mandioca, deve ser levada em conta a diferença temporal existente entre a contratação da mão de obra e o plantio. Tal fato está relacionado com o processo agrícola da cultura. O dendê passa cerca de 10 a 15 meses em viveiros antes de ser levado para o campo; no cultivo da mandioca, entre a limpeza da área e a colheita, também decorre um período mínimo de um ano.

Figura 7 – Produção de mandioca e emprego do dendê no Vale do Acará (PA) (2002-2011).



Fonte: Elaboração própria, dados de pesquisa. e base em Brasil MTE (2012)

Em 2011, houve um grande incremento no emprego. Esse número maior, segundo dados das empresas, deve-se ao crescimento do próprio segmento, que incorporou a produção de viveiros

para novos plantios, e ao início da produção no campo – que ocorre a partir do terceiro ano, demandando maior contratação de mão de obra.

IMPACTOS NAS TRAJETÓRIAS CAMPONESAS

Dadas as tensões entre as trajetórias que atuam na região, em especial entre as trajetórias camponesas e a trajetória empresarial do dendê, em expansão, há evidências de que o boom do dendê na Amazônia afeta as estruturas produtivas camponesas. Além de provocar o embate pela terra e pelo crédito, estimula a disputa pela mão de obra.

Em relação à agricultura tradicional, os dados iniciais indicam que houve um declínio da produção da mandioca; em contrapartida, registrou-se um grande aumento do número de pequenos produtores que passaram a trabalhar nas empresas do dendê. O plantio do dendê introduz um novo processo agrícola na região, por meio de cultivo permanente, que necessita de um gerenciamento intensivo. Isso altera consideravelmente os hábitos de muitas comunidades, retirando das famílias a mão de obra jovem que servia de apoio à prática tradicional da lavoura de subsistência.

As relações sociais de produção e seus respectivos processos agrícolas são ameaçados pela dinâmica da economia da implantação dos biocombustíveis. No caso da monocultura do dendê, além de ser danosa à biodiversidade, pode estar provocando a perda da identidade cultural dos agricultores. A identidade das populações tradicionais está diretamente ligada a uma referência espacial organizada em função de um modo de produção específico. Em virtude da pobreza dos solos das florestas tropicais, a agricultura tradicional é praticada por meio do sistema de rotação de áreas, plantando-se culturas de ciclo curto, o que exige um uso intensivo da mão de obra familiar.

Outro fator que também contribui para essa mudança é a dependência das trajetórias camponesas de sua produtividade, que está sendo afetada pela diminuição da área para o cultivo da agricultura de subsistência e para a produção do excedente, que garantia a sua sobrevivência.

Pelos dados preliminares, há indícios de que a produção da monocultura do dendê em larga escala tende a retirar os filhos dos pequenos proprietários das atividades camponesas, transformando-os em assalariados agrícolas, reduzindo a produção da agricultura familiar, que é a base da segurança alimentar das comunidades locais.

Portanto, a monocultura do dendê acarreta, além da perda cultural, uma insegurança alimentar, provocada pela mudança nos hábitos da população. Essa transformação tira a soberania da comunidade, que deixa de plantar a sua própria produção alimentar e passa a depender totalmente da venda da sua mão de obra, para obter recursos financeiros para garantir sua subsistência. Dessa forma, a comercialização do dendê regula e aumenta o custo de vida nas comunidades. Os demais produtos são indexados pelos preços do óleo cru de palma (CPO) e pela renda salarial.

Permanecendo essa tendência, a médio e a longo prazos, as áreas ligadas às trajetórias camponesas deverão diminuir, não só em decorrência da ocupação fundiária provocada pela expansão do dendê, mas também pela retirada da sua mão de obra, o que tornará inviável a sua manutenção. Em consequência de tudo isso e em razão da sua baixa capacidade de reprodução social, as trajetórias camponesas tenderão a ser incorporadas por outras trajetórias empresariais da região. Embora seja uma tendência, não se pode trata-la como uma profecia.

MUDAR PARA PERSISTIR

O avanço do dendê tende a ser explicado pela abordagem clássica da consolidação capitalista diante das relações camponesas. Desta feita, as mudanças no agrário no Vale do Acaraú teriam facilmente uma aderência à interpretação dominante de que pela predominância da universalização da racionalidade capitalista na sociedade moderna, os modos de produção não capitalista, seriam gradativamente desagregados, seja pelas mudanças estruturais (teoria marxista), seja pela mudança dos agentes (teoria neoclássica), como consequência evolutiva do capitalismo no campo.

Independente da corrente interpretativa, seja pela ação racional do agente (neoclássica), seja pela estrutura econômica (marxista), as principais vertentes teóricas indicam o fim histórico do campesinato como uma força representativa na sociedade moderna.

Esta polarização entre posições do determinismo econômico, como um processo externo e estrutural e do determinismo biológico, interno ao agente através do ciclo de desenvolvimento das famílias, tem em comum o foco analítico centrado no antagonismo da dominância capitalista na fronteira agrícola, levando com que as duas correntes tenham as mesmas conclusões: o avanço do capitalismo levará de forma inexorável o fim das produções não capitalistas.

Mas se avanço do capitalismo levaria o fim das relações não capitalistas, mas como explicar que os camponeses permanecem quase um século e meio após a segunda revolução industrial? Como esclarecer essa aparente contradição?

O problema é que estas abordagens excludentes levam a construção de uma análise reduzida da realidade. Perdendo assim a capacidade interpretativa das diferenças e das mudanças sociais e econômicas existentes nas relações capitalistas e não capitalistas que se entremeiam dentro das dinâmicas agrárias.

“A capacidade de mudança é a capacidade de permanência” (Costa 2012:47); é uma marca ao longo da história da estrutura camponesa, que por dezenas de décadas tem demonstrado uma grande capacidade de adaptação e manutenção enquanto unidade de produção e reprodução, mesmo enfrentando dinâmicas contrárias e contextos adversos, ao contrário das previsões de sua incapacidade de existência no longo prazo dentro do sistema capitalista, seja por incompatibilidade estrutural, apregoada pela corrente marxista, seja pela incapacidade cognitiva de agir a partir de decisões que não estejam em conformidade com a lógica racional de maximização financeira.

Ao distinguir que a essência da economia camponesa tem racionalidade e características distintas⁸ de outros segmentos sociais, e que esse entendimento não é suficiente para compreender a totalidade da estrutura camponesa indica que tornar-se-á necessário identificar como se relacionam com as permanentes tensões emanadas por fatores externos da dinâmica capitalista, e da própria composição interna, pois todos estes eventos afetam a produção camponesa e ameaçam a sua reprodução; e principalmente, entender como esse conjunto de fatores internos e externos levam a unidade produtiva familiar a se modificar para manter-se como estrutura camponesa.

⁸ Costa vai citar que a capacidade de decisão e ação do camponês estaria relacionada a uma outra lógica que não a da acumulação capitalista, a racionalidade camponesa estaria na razão de buscar maximizar a sua eficiência reprodutiva. A eficiência reprodutiva entendida como racionalidade camponesa se expressaria no melhor aproveitamento da transformação do trabalho em meios, para atender as necessidades reprodutivas da família, englobando todas as variáveis representadas na interação das condições reprodutivas e produtivas com as dimensões interna e externa. (COSTA 2012a: pp 116-138)

UMA EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

No começo dos anos 2000 o grupo empresarial Roso Teixeira começou em suas áreas o plantio de dendê, em áreas no município do Acará, com destaque na fazenda Colatina. Dentre os aspectos para implantação do projeto estava a contratação de mão de obra, que inicialmente era composto de agricultores familiares do redor da propriedade, um dos pontos absolvidos pela empresa foi a contratação de trabalhadores pelo período da manhã, de segunda a sexta. A redução da carga horária de 44 para 27,5 horas semanais teve como motivação central a garantia de tempo para a manutenção das atividades agrícolas nos seus lotes.

Capitaneados pela empresa Dentauá, que buscou a sua incorporação como área agrícola para a sua produção industrial, atualmente a empresa Roso Teixeira detém seis unidades de produção de dendê através da formação de condomínio de um conjunto médios produtores, no município de Acará e Concordia.

Estes polos agrícolas da empresa hoje, na sua maioria estão em espaços periurbanos, os plantios se localizam de dois a quatro quilômetros da cidade de Concorórdia do Pará, os trabalhadores agrícolas, diferente da fazenda Colatina, nestas áreas são moradores urbanos.

O interessante deste fato, que pelo avanço da utilização dos recursos da mão de obra nas áreas agrícolas tem refletido diretamente no aumento do numero de assalariados rurais, o que fez surgir mudanças significativas na formação das organizações das representações sindicais. Consolida-se um desmembramento nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR, que permanecem com a representação do agricultor familiar, e surgem os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Assalariados SINDTER, bem como, a Federação dos Empregados Rurais – FETERPA, para representar os trabalhadores rurais assalariados, sendo que os camponeses ficando pela tradicional Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI. No ano de 2014, a empresa Roso Teixeira firmou o seu primeiro acordo coletivo de trabalho, onde consta na

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO - A Empresa deverá manter controle de ponto para seus empregados, do tipo móvel, através de coletor de dados, ou relógio eletrônico ou qualquer outra forma legalmente admitida.

Parágrafo 1º - As Partes ajustam que o horário de trabalho dos Trabalhadores Rurais será cumprido em princípio da seguinte forma:

Entrada: 6:00 h as 9:00 h e das 9:30 h as 12:00 h, de segunda-feira à sexta. (ACT 2014 - trabalhadores agrícolas e empresa Roso Teixeira)

Mesmo tendo atualmente mais de 70% de seus funcionários de origem urbana, devido a localização dos seus novos plantios, por força de processos originados anteriormente, os polos de produção agrícola que atuam com trabalhadores urbanos, mantiveram-se com a mesma a carga horária de 27,5 horas semanais.

Aqui cabe outra reflexão sobre a diversidade de como se efetivam as relações do processo capitalista na área agrícola, outras empresas que atuam no Vale do Acará mantem a jornada máxima estipulada na Consolidação das Leis trabalhistas - CLT, de 44 horas semanais para os seus assalariados agrícolas. Mas existe uma posição diferenciada por parte da empresa Roso Teixeira,

a particularidade atividade agrícola que é marcada pela exaustão laboral, agravado pelo nosso clima tropical, pela característica do ganho de produtividade em jornadas com períodos mais curtos, além da desobrigação com gastos de ajuda alimentação e por ser uma pratica adotada pela empresa anteriormente, fizeram

com que a experiência surgida pela resistência camponesa fosse estendida para os demais funcionários sem grandes oposições por parte da patronal (MARCELO FERREIRA – dirigente do Sindicato dos assalariados rurais -SINDTER de Concordia do Pará⁹)

A jornada de trabalho de cinco horas e meia por dia, cinco dias por semana é para todos, aproximadamente 400 trabalhadores agrícolas, conforme ACT de 2014, que teve a cláusula de horário de trabalho reeditada no acordo de 2015.

CONCLUSÃO

Dentre tantos aspectos gerados pela expansão do dendê, a sua consolidação enquanto uma nova trajetória tecnológica que ocorre em uma clara disputa pelos recursos financeiros, fundiários, tecnológicos, institucionais e também da mão de obra. O presente trabalho buscou destacar as profundas mudanças advindas da utilização da mão de obra, e como esta pode afetar as demais dinâmicas produtivas regionais.

Por meio do plantio do dendê está em curso um processo de alteração da dinâmica de reprodução social dos camponeses em virtude da implantação de grandes projetos capitalistas agrícolas, e que também existem formas inovadoras de resistências, que pela capacidade de mudança, na busca de manutenção de sua forma produtiva, a agricultura familiar consegue preservar-se, social e culturalmente.

A história tem demonstrado a existência de exemplos da persistência da produção camponesa em face ao desenvolvimento capitalista, o que possibilita que sejam feitas duas reflexões: a primeira refere à característica peculiar dos agentes e sua capacidade decisória e adaptativa; e a segunda, que é consequência da primeira, as expressões concretas de sua forma de existência e a sua racionalidade econômica, acabam por influenciar o contexto dos agricultores, mas também as relações sociais de demais assalariados, como ocorridos no ACT de uma empresa de dendê. De onde se conclui que o avanço do capitalismo na Amazônia não é algo linear e nem é inexorável a perca da referência camponesa.

Referências

BIODIESELBR. **Vale, Petrobras e ADM fortalecem aportes na palma.** *Valor Econômico*(online).(Disponível <<http://www.biodieselbr.com/noticias/usinas/info/vale-petrobras-adm-fortalecem-aportes-setor.htm>> acessado em: 15-04-2013). (2012)

BOARI Alessandra de Jesus - **Estudos Realizados Sobre o Amarelecimento Fatal do Dendzeiro (Elaeis guineensis Jacq.)** - Documento 348 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa - Amazônia Oriental - Belém, PA -, 2008. Acesso outubro/2015 <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/27984/1/Doc348.pdf>

BRASIL MDA. **Biodiesel: selo combustível social.** Brasília: MDA, 2012. (online document <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286313>, acessado em 15-04-2013). (2012)

BRASIL MTE. **Relação Anual de Informações Sociais/RAIS.** Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). (Disponível <http://portal.mte.gov.br/rais/>, acessado em 23-06-2013). (2012).

⁹ Informação verbal relatada ao autor.

_____. Sistema Mediador - Acordo Coletivo de Trabalho ACT 2014 – Federação de Trabalhadores na Agricultura e Empresa Roso Teixeira. 2014 acesso outubro/2015 disponível em <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>

BUTLER, R. A. e LAURANCE, W. F. Is oil palm the next threat to the Amazon? *Tropical Conservation Science*, 2 (1), 1-10. (2009).

CASTRO JUNIOR, A. **Biodiesel do dendê: um estudo de viabilidade econômico-financeira no estado do Pará**. Dissertação de Mestrado em Agroenergia, São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. (2012).

COSTA, F. de A. **Trajatórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento**. *Revista Brasileira de Inovação*, 8, 35-86, jan./jun. (2009a).

_____. “Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade”, In Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. CGEE, Brasília, DF, 215-299. (2009b).

_____. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira**,: NAEA Belém (2012 a)

_____. **Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade**. NAEA, Belém. (2012b).

DOSI, G. . **Technological paradigms and technological trajectories**. *Research Policy*, 11(3), 147-162. (1982)

EMBRAPA. **O biodiesel e sua contribuição para o desenvolvimento brasileiro**. FGV, Rio de Janeiro. (disponível <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/872451>, acessado em 15-04-2013). (2010a).

_____. **Zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo (dendzeiro)**. Embrapa Solos, Rio de Janeiro. (disponível http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento_dende/, acessado em 20-03-2013). (2010b)

FAO. **Sustainable bioenergy and food security – towards an international framework**. FAO, Roma. (2008).

GROXKO, M. **Análise da conjuntura agropecuária: safra 2011/12-Mandiocultura**. Departamento de Economia Rural-Secretária da Agricultura. Estado do Paraná. (disponível http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/mandiocultura_2011_12.pdf, acessado em 20-06-2013). (2011).

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. (disponível http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm, acessado em 20-06-2013). (2006)

_____. **Quantidade produzida por produtos das lavouras temporárias**. (disponível www.sidra.ibge.gov.br. acessado em 20-06-2013). (2012).

LULA **lança polo de biodiesel em Tomé-Açu**. *Diário do Pará.com.br*. Belém, 6 maio 2010. Disponível em: <<http://www.diariodopara.com.br/impresao.php?idnot=89057>>. Acesso em 15 de julho de 2014. (2010).

MARZULLO, R. C. M. **Análise da ecoeficiência dos óleos vegetais oriundos da soja e da palma, visando a produção de biodiesel**. Dissertação de Mestrado em Engenharia, São Paulo, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. (2007).

PETROBRAS. **Petrobras investe em produção de biodiesel no Pará e em Portugal**. (disponível <http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/petrobras-investe-em-producao-de-biodiesel-no-para-e-em-portugal/>, acessado em 20-06-2012). (2010).

USDA. **Oil seeds: world markets and trade**. (disponível www.fas.usda.gov/oilseeds/Current/, acessado em 20-03-2013). (2008).

TERRITÓRIOS EMPRESARIAIS E CONFLITOS AMBIENTAIS NA BACIA DO RIO MADEIRA

Luis Fernando Novoa Garzon¹

Weder Rodrigues da Silva²

Taís de Souza Leite³

Betânia Maria Zarzuela Alves de Avelar⁴

Ana Caroline Do Nascimento Pimenta⁵

RESUMO

A partir da experiência institucionalizada e vivida da implantação das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira (RO), a partir de 2008, propusemo-nos a investigar os dispositivos práticos e simbólicos que se revelaram eficazes no rebaixamento dos padrões de proteção ambiental e de direitos sociais e culturais vigentes no país. Os agentes estruturadores dos “territórios empresariais” resultantes desses empreendimentos procuram produzir espaços funcionais e para isso dependem de limpezas sociais profundas, próprias de um privatismo autoritário ou um “fascismo territorial”. Esse processo, contudo, não se dá sem contendas e antagonismos, seja entre os segmentos condutores da reestruturação espacial-social, seja entre estes e a população deslocada compulsoriamente, e que insiste em resgatar margens de autonomia do viver coletivo, a partir de repertórios comunitaristas de um passado que não se encerra. Nesses termos, o conflito ambiental é posto e repostado, não como “obstáculo” ou “entrave”, mas como sinalização para outras formas de (des)envolvimento. Nossa proposição é fornecer elementos analíticos e espaços de reconhecimento para o (re)mapeamento de tradições e resistências nas novas condições colocadas pelo contínuo reescalonamento do espaço produzido pelos grandes projetos de infraestrutura já implementados e em implementação.

Palavras-chave: *Grandes Projetos de Infraestrutura. Territorialização empresarial. Territórios de exceção. Bacia do rio Madeira.*

INTRODUÇÃO

A forma rebaixada como se produziram os estudos de viabilidade e os estudos ambientais das UHEs de Jirau e Santo Antônio, e depois a entronização deles ao custo do achincalhe da legislação ambiental - gerando licenças prévias e de instalação *à la carte*, com formato e temporalidade pré-definidos em função do máximo retorno financeiro - representaram uma senha para o acesso irrestrito dos grandes investidores ao enorme potencial hidrelétrico da Bacia Amazônica. A

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia, Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e pesquisador do ETTERN/IPPUR. E-mail: l.novoa@uol.com.br

² Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Rondônia e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: weder.rodrigues@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Rondônia e Voluntária de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: taisleitejornalismo@gmail.com

⁴ Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Rondônia e Voluntária de iniciação Científica (PIBIC). E-mail: betavelar.amazonia@gmail.com

⁵ Graduanda em História na Universidade Federal de Rondônia e Bolsista da FUJB/ETTERN/IPPUR. E-mail: anacarolinenp@hotmail.com

instalação subseqüentemente incondicionada dessas usinas desautorizou regulamentações que admitiam, ao menos em hipótese, a rejeição ou readequação de grandes projetos com base em critérios socioambientais previamente estabelecidos. A partir da aprovação do projeto de aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira não se admitiram mais vetos técnicos ou sociais a projetos “prioritários”, assunto exclusivo das empresas concessionárias e dos entes públicos feitos seus reféns. Com a grande cheia de 2014, potencializada pela imprevidente operação dos “peculiares” reservatórios das usinas, agora querem apagar o rastro dos desastres acumulados. O “desastre foi natural”, repetiram em coro dirigentes dos consórcios, técnicos dos órgãos licenciadores e fiscalizadores, senadores, Governador do Estado e até a Presidente, na ocasião. Tratamento padrão para “calamidade natural” para ocultar a calamidade construída e que continua em curso. O que deixa claro que o que está em questão no mais caudaloso afluente do rio Amazonas é a manutenção do piso regulamentar das feiras livres de concessões e privatizações dos setores de infraestrutura, sempre em formatos mais “atraentes”.

O caso das usinas no rio Madeira demonstra que o setor elétrico foi encaixado ferreamente nos marcos dos investimentos privados. Inventários e estudos de encomenda, licenças licenciosas, operação antecipada, incluindo um limite mínimo/máximo de direitos e compensações nos entornos das UHes. A *dam industry* (SEVÁ, 2012; BERMANN e HERNANDES, 2010) é reconhecidamente perita em transformar bens de uso potencialmente comum em direitos monopolistas de apropriação territorial. Conta para isso com uma Institucionalidade elástica o suficiente para que possa vigorar, em qualquer tempo, a “democracia direta do capital” (VAINER, 2013), em especial por ocasião de megaprojetos. São suspensões do tempo e do espaço, ou ajustes espaço-temporais que permitem uma intensificação do ritmo da acumulação com base na queima e na criação de novos campos de valorização e mercadorização. O estupro do território vivido explicita os caminhos da normalização do “poder territorial do capitalismo” (HARVEY, 2004).

Esta pesquisa se propõe a demonstrar os caminhos institucionais e discursivos específicos em que vai se forjando uma temerária prática jurisprudencial, que precifica e nivela por baixo os padrões de proteção ambiental e de direitos sociais e culturais vigentes no país.

1 INTENSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO EMPRESARIAL NA AMAZÔNIA

Os Grandes Projetos de Investimento se tornaram instrumento-padrão de intervenção territorial e de atualização da divisão interregional do trabalho em benefício do bloco de poder hegemônico no país a partir dos anos 1970. A despeito de variações de seus efeitos de acordo com a atividade desenvolvida pelo Grande Projeto e quanto ao grau de consolidação da região em que se localize, existiriam traços comuns nos GPIs: distorção da pirâmide etária, desestruturação familiar e dos laços de vizinhança, incremento da violência, da prostituição, do comércio e uso de drogas, mudança do perfil ocupacional de forma temporária sem planejamento para recomposição ou manutenção de atividades econômicas anteriores ou para criação de novas atividades perenes após as obras, remodelagem do território com a conversão da área/ cidade em suporte passivo da logística do empreendimento e mudanças na representação política dos interesses nos termos de uma sobreposição assimétrica de escalas.

No final dos anos 80 e começo dos anos 90, já era possível dimensionar, de forma mais alongada e consubstanciada, o significado dos Grandes Projetos. Ribeiro (1988) considerava que

projetos de larga escala ofereciam uma unidade de análise muito apropriada para a exploração etnográfica das intersecções espaciais, das dinâmicas populacionais e especificamente da mão-de-obra requerida e dos desequilíbrios de poder instaurados. Um grande projeto, pela sua larga escala de interpenetrações, é sempre um início e um fim de um arranjo territorial dado, como tradução espacial de um complexo acúmulo de forças sociais em luta, sendo que o nível de “consórcio” é que define o centro de gravidade política. Consorciação seria, então, a forma piramidal de costura e articulação dos grupos de poder nos marcos dos Grandes Projetos. Dependendo da “consorciação”, fica sob sua jurisdição a política ambiental, a fundiária - e de quebra, a indígena, a social, a ambiental, a territorial.

Grandes Projetos de Investimentos (GPIs), como conceituam Vainer e Araújo (1992), ao gerarem espaços em função da máxima eficácia dos investimentos aportados neles, não poderiam deixar de planejar e gerir esses mesmos espaços. Instrumentalidade realçada após as reformas privatistas no setor e pelo processo objetivo de concentração e conglomeração do setor elétrico.

Contudo, à diferença das décadas de 70 e 80, quando o regime militar procurava incorporar a Amazônia à estrutura produtiva do centro-sul do país por meio de obras viárias e de incentivos fiscais (PACHECO, 1990), a partir dos anos 90, o avanço da fronteira econômica na região passa a ser crescentemente dirigido por cadeias globais de valor. As mediações políticas derivadas de uma rígida divisão inter-regional do trabalho foram sendo substituídas por fórmulas territoriais flexíveis condizentes com as novas estratégias de deslocalização dos investimentos e ajustes espaciais consecutivos. O que não significa ausência de política ou do Estado, e sim seu pleno disciplinamento em coalizões privado-públicas, necessariamente nesta ordem.

As disputas inter-oligopolistas ou geopolíticas - que se expressam na escolha e implementação dos novos grandes projetos ou corredores territoriais especializados - se dão em torno do controle sobre recursos territorializados. O planejamento dos setores de infraestrutura, incluindo a (re)regulamentação ambiental adstrita, ganha maior centralidade política, e seu processo decisório é blindado em razão direta disso (NOVOA GARZON, 2009).

No âmbito da região/área incorporada à nova jurisdição público-privada, qual seria o sujeito da política da regulação do território imediato, como são definidos efetivamente os limites de aceitabilidade de riscos para a população local e o meio ambiente?

A “soberania empresarial” (BERNARDO, 2004), ou o “território empresarial” – como denomino - instaura seus próprios espaços de conscrição e de jurisdição. Nossa hipótese é que no entorno do Complexo Madeira o processos de desterritorialização e de reterritorialização consumaram-se diligentemente, pelo grau de interpenetração dos Consórcios titulares dos aproveitamentos hidrelétricos com os aparelhos governamentais regulamentadores e fiscalizadores. A coalizão inter-escalar vigente na região se articula a estratégias transescalares (BRENNER, 2004). Tais territórios, resultantes de políticas empresariais de controle territorial tendem, a obter abrangência regional e continental acompanhando a redefinições estratégicas e locais dos capitais envolvidos.

O projeto “Complexo Madeira” foi concebido nos marcos de uma lógica territorial privatista e transnacional (IIRSA), articulando-se com outros projetos de interconexão de infraestrutura na Amazônia. A meta empresarial-governamental é potencializar plataformas e corredores de exportação, com a disponibilização não só de energia hidrelétrica e recursos naturais conexos (terras, jazidas minerais, madeira e biodiversidade), mas da plasticidade territorial que se fizer

necessária, ou for convidativa, aos conglomerados privados. Os arranjos empresariais resultantes são concomitantemente eleitos pelo Estado e eletivos das políticas setoriais deste.

2 TERRITÓRIOS DE EXCEÇÃO

Territórios de exceção, tal como na “cidade de exceção” categorizada por Carlos Vainer (VAINER, 2011), implicam em um regime de renúncia ou de rearranjo permanente à última linha de força estabelecida pelos seus controladores privados majoritários. A política de exceção permanente tornou-se cotidiana e os acordos sobre o que deve ser o rio e sua bacia, a cidade e seus distritos e nucleamentos ribeirinhos, são feitos por cima, em posição política concentrada que seja considerada suficiente para expressar o perfil atualizado dos processos de concentração econômica. Os grandes negócios (megaeventos e megaprojetos em particular) esgarçam as já corroídas regulações públicas, como as normativas do licenciamento ambiental ou do Estatuto das Cidades. O ambiental e o urbano enquanto porção dos “territórios empresariais” cedem o território como plataforma física para grandes negócios no presente e no futuro. Os megaprojetos e os megaeventos dependem de territórios suspensos do tempo e do espaço, ou seja, suspensos da história vivida em espaços significativos.

Os Consórcios liderados pela Odebrecht e pela Suez procuram ocultar qualquer responsabilidade por efeitos adicionais da cheia, alegando que “casos fortuitos ou de força maior” não podem ser evitados. Mas se as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau foram concebidas elas próprias como casos de força maior permanente - do formato do leilão e do financiamento até às licenças e outorgas - não se pode falar de aleatoriedade, e sim de riscos planejadamente maquiados.

Acerca da cheia histórica do rio Madeira em 2014 e seus nexos causais com a operação das UHEs, é preciso perguntar como se deu a distribuição, o espraiamento e tempo de residência dessas “águas excedentes” ao longo da calha do rio Madeira. E saber que segmentos sociais, grupos étnicos, áreas urbanas e quais atividades propiciadoras de renda foram as mais afetadas. Amazônia brasileira e boliviana, comunidades camponesas e ribeirinhas e bairros “beiradeiros” têm sido os destinatários preferenciais dos danos socioambientais, tidos como danos colaterais de um padrão de acumulação focado em *commodities* e em plantas industriais eletro-intensivas, das quais as hidrelétricas são parte central. A enchente não afetou os segmentos de média e alta renda que reside em Porto Velho.

A grande cheia alagou as casas, plantações e equipamentos comunitários de populações que viveram centenariamente às margens do Madeira. Esse cenário agora é chamado de “área de risco”, da qual devem manter-se afastados. Passada a cheia, muitas das casas estão interditadas e demolidas. Assim a cidade se vale do desastre para “limpar” as áreas em que a ocupação do solo se deu de maneira irregular. Mas o que foi regular na “ocupação da Amazônia” ou na última expansão da fronteira agrícola, mineral e elétrica dos capitais monopolistas? Como foi que se regularizaram essas apropriações territoriais de larga escala?

O desastre e seus efeitos diferenciados proporciona novas apropriações “regulares”, seja para cumprir funções logísticas para grandes empresas, seja para servir a áreas de lazer e/ou “paisagismo”. O mercado imobiliário - que expressa a riqueza patrimonial das frações economicamente dominantes na cidade e região - é primeiro beneficiário e articulador das operações materiais e simbólicas do higienismo social.

Em fevereiro de 2012, 120 famílias do Bairro Triângulo foram retiradas às pressas de suas casas e terrenos, engolidos logo após a abertura das comportas da UHE Santo Antônio. Esta foi a comprovação de que a vazão efluente definitivamente não corresponde à vazão defluente, após a passagem pelas comportas, em especial no que toca à direcionalidade e geometria do fluxo de água.

Ao conceder a Licença de Operação (LO) da UHE, em setembro de 2011, o IBAMA, em sua condicionante 2.11, solicitou estudos adicionais detalhados que proporcionassem prognósticos erosivos e medidas mitigadoras e compensatórias decorrentes. O “acidente” ocorreu pouco antes de findar o prazo de entrega desses estudos e programas. Assim como a instalação do empreendimento se sobrepôs às condicionantes da Licença de Instalação, a operação se antecipou aos requisitos da Licença de Operação. Já que as condicionantes foram se tornando letra-morta de comum acordo entre Consórcios e Poder Público em nome do “fornecimento de energia para o Brasil”.

Em relatório técnico⁶ e respectiva nota à imprensa, o Consórcio Santo Antônio Energia (SAE) alega “ser difícil concluir que a operação da usina tenha provocado o desbarrancamento em questão no bairro Triângulo.” Realmente tem sido muito mais fácil para os Consórcios se eximirem dos custos externalizados invariavelmente sobre o meio ambiente e sobre as comunidades que vivem imediatamente nele.

Ao longo de cinco quilômetros abaixo do reservatório, 570 mil m³ de rochas foram utilizados para conter e estabilizar momentaneamente a margem direita do rio Madeira na zona urbana de Porto Velho. Essas firmes e generosas barrancas por décadas abrigaram centenas de famílias “beiradeiras”, marginalizadas socialmente, mas plenamente integradas a um meio socioambiental único, conformado por usos e saberes compartilhados, baseado na pesca e no agroextrativismo. Já o relatório referido, no afã de desresponsabilizar a SAE pelo dano ambiental e social irreversivelmente consumado, culpabiliza as próprias vítimas, declarando que foi sua “irregularidade ocupacional”, em “área de risco”, é que trouxe insegurança a seus ocupantes. Ressalta ainda que é notória a “total precariedade das construções ribeirinhas” por não respeitar “normas específicas de edificação exigidas pela legislação.” Quanto às normas para edificação da própria hidrelétrica, a ordem unida nas três esferas governamentais é: flexibilizar e relaxar. O que deveria ser fato suficiente, entre outros, para suspensão da LO e objeto de infração ambiental proporcional à magnitude do desastre promovido, converteu-se em acordo extrajudicial, um Termo de Ajustamento de Conduta em que a SAE se compromete em remanejar provisoriamente a população atingida, enquanto o IBAMA é instado a ser adimplente com seu papel fiscalizador e vistoriador.

A Prefeitura de Porto Velho, por sua vez, conta com aportes financeiros e logísticos adicionais do Consórcio para acelerar seu programa de incorporação imobiliária da área, através de dois projetos contíguos: “Igarapé Grande” e “Parque das Águas”. Sob o pretexto de promover a urbanização, saneamento e criação de uma zona turística na cidade, a Prefeitura e SAE conjugam esforços para regularizar um extenso processo de limpeza étnica e higiene social da cidade, consagrando assim a vocação de Porto Velho enquanto cidade-apêndice dos fluxos econômicos predominantes em cada momento histórico.

⁶ Relatório de Acompanhamento Ambiental de Acompanhamento de Processos erosivos a Jusante do Barramento e Operação dos Vertedouros. UHE Santo Antônio. PCE/SAE: Fevereiro de 2012.

3 GRANDES PROJETOS NA BACIA DO RIO MADEIRA: HORIZONTES DE ANÁLISE E INTERVENÇÃO

É necessário rerepresentar processos dissimulados de construção social e política do que seja ou não seja tolerável quando processos normativos convertem-se automaticamente em processos disciplinares, ou seja, quando “licenças sociais” vêm acopladas a licenças ambientais ou concessões elétricas. Reconhecendo a caracterização da ocorrência, nos anos 1980, de uma “desprivatização moderada e pragmática dos espaços de uso comum” (ACSELRAD, 2004), fundada em uma concepção de uma legislação ambiental protetora e centralizada, como não reconhecer que, a partir dos 90 até o presente momento, prevalece o movimento reverso, o da privatização em distintas possibilidades desses mesmos espaços comuns? O deslocamento permanente do capitalismo, (setorial, organizativo, territorial) vai tornando ilegíveis as concatenações, as costuras e as referências identitárias. Resgatar as condições de legibilidade dos campos de força em torno dos grandes projetos de infraestrutura na região e apreender os deslocamentos em antecipação deve ser nossa tarefa precípua.

A definição do bloco de poder inter-escalar se dá a partir do recorte dos grupos econômicos e segmentos políticos com influência verificável nas decisões referentes ao território gerido (sudoeste amazônico brasileiro e norte amazônico boliviano). É necessário, portanto, reconstruir, analítica e sinteticamente, cadeias decisórias obscuras e blindadas ao olhar público. É necessário inquirir de que modo o setor elétrico, especialmente após sua privatização e desarticulação, contribuiu para a consolidação de um perfil específico de conglomeração e de especialização da economia brasileira. Ou, de outro modo, como se manifestam, no marco regulatório e nos principais projetos do setor elétrico, evidências e indícios dessa conglomeração/especialização particulares.

O desafio permanente é construir uma agenda de desenvolvimento, em outras bases e com outros critérios de modo que se explicita o modelo de planejamento territorial em vigor, as opções em jogo e como se endereçam socialmente os custos e benefícios de sua implementação. O objetivo de fundo é constranger a lógica particularística do “quinhão” e avançar para aquilo que seja qualitativo, equalizador e democratizador e assim retirar a escora de consentimento a uma legalidade *ad hoc*, leis e regulamentos de balcão, marcos regulatórios e agências que regulam, ponta-cabeça, Governo e a população.

O deslocamento massivo da população urbana periférica, de camponeses e de comunidades tradicionais tem sido a tônica do modelo de acumulação por despossessão potencializado no Brasil a partir de 2002. Enquanto os megaprojetos de infraestrutura norteiam os processos de avanço das fronteiras agrícola, mineral e elétrica, especialmente na Amazônia, os mega-eventos fazem a pirotecnia do país que emerge alienando seus recursos naturais e as territorialidades tradicionais a ele vinculadas. No caso das UHEs no rio Madeira, na direção contrária da justiça e do reconhecimento, tanto mais instrumentalizadas as comunidades ribeirinhas em função dos requisitos e do cronograma das duas obras, tanto mais foram consideradas invisibilizadas e descartáveis.

Modos de vida amazônicos singulares não deveriam ser levemente contabilizados, e sim protegidos e sustentados por políticas públicas que reconhecessem e valorizassem as múltiplas abordagens coletivas no trato do espaço e do tempo. A indenização exclusivamente monetária é uma amortização sumária das obrigações dos Consórcios junto à população atingida, agora entregue à própria sorte em novas frentes irregulares de ocupação urbana e rural.

Essa é a “oportunidade” oferecida pelas barragens: a despossessão brutal e legal a serviço do avanço da fronteira extensiva de acumulação. O negócio barrageiro, que transforma bens de uso comum em direitos monopolistas de apropriação e desfiguramento, só poderia ser especialista nisso. Os Projetos Básicos Ambientais das duas UHEs são tributos simbólicos dos saqueadores às suas vítimas, uma simulação de pactação entre o empreendimento, o meio ambiente e as população locais. Um conjunto de averbações com fito anestésico e legitimador para que se processe a sintetização do rio Madeira e tudo o que lhe rodeia. Não há nenhum programa em execução que garanta o monitoramento da “reinserção social” do deslocado.

O rio Madeira, antes originalizador de espaços, é refeito aceleradamente pelas UHEs, alterando seus espaços sociais de adscrição, vinculação e interligação. Nesse ajuste espacial, as comunidades camponesas e ribeirinhas e bairros “beiradeiros” têm sido os destinatários preferenciais dos danos socioambientais, tidos como danos colaterais de um padrão de acumulação focado em commodities e em plantas industriais eletrointensivas.

Pode-se afirmar, com base na experiência histórica da descolonização na África e Ásia, que depois do período de “resistência primária”, que buscar sobreviver à territorialização corporativa, vem o período de “resistência secundária”, isto é, fincada na memória e na sociabilidade do compartilhamento e que tenta reconstruir uma comunidade estilhada, salvando ou reinstaurando seu sentido (SAID, 1995). A obtenção do reconhecimento coletivo depende do (re) mapeamento das tradições nas novas condições colocadas pelo contínuo deslocamento e da capacidade de neutralizar formas de controle biopolítico dos consórcios empresariais e de construir espaços de auto-organização. Trata-se de identificar processos de reinscrição consciente no lugar e de reapropriação social do território por comunidades e famílias.

Acerca dos territórios empresariais em formação na bacia do rio Madeira cumpre implementar os seguintes objetivos de pesquisa:

a) cruzamento das normativas empresariais e públicas, relativas ao licenciamento ambiental, concessão elétrica e outorga de uso da água; b) empreendimentos como “quase-sujeitos” das políticas ambiental, urbanística e social vigentes na sua área de influência; c) proposição de indicadores para mensurar interferência dos empreendimentos hidrelétricos no meio ambiente da região e nas reconfigurações sociais e espaciais respectivas, a partir de novembro de 2006; d) caracterização da relação entre o poder local (grupos econômicos e políticos locais, Prefeituras e Governo do Estado) e os empreendimentos; e) avaliação da intermediação e coordenação do processo de implantação das obras por parte do Governo Federal (MMA-IBAMA-ICMBIO, MDS, MDA-INCRA,MS, MIN, BNDES); f) visualização de cenários futuros para a região com a conclusão das obras no rio Madeira e as novas perspectivas logísticas (hidrovia/ferrovia).

Com relação aos conflitos ambientais na mesma região cabe prioritariamente a) identificar segmentos sociais, grupos étnicos, áreas urbanas mais afetadas pelos grandes empreendimentos; b) caracterização de práticas espaciais subalternas que confrontam as práticas espaciais dominantes (apropriação, expropriação, devastação); c) analisar pedagogias do progresso técnico e da resolução de conflitos que procuram silenciar os conflitos socioambientais; d) analisar processos de afirmação social e espacial de comunidades, populações e categorias afetadas através de movimentos sociais, organizações locais e coalizões.

5 NOTA METODOLÓGICA: APROPRIAÇÃO MATERIAL E DOS SENTIDOS

Valemo-nos da dupla categorização de Acelrad (2004) para deduzir que o momento objetivista da apropriação do rio Madeira e da definição da forma predominante de seu uso se associa ao momento subjetivista, em que se recorre a estratégias simbólicas de universalização da forma tida como a mais “adequada” para utilização daquela territorialidade. A implementação célere e brutal das UHEs de Santo Antônio e Jirau se valeu do alicerce objetivo de apropriações particularistas, e desapossamentos respectivos, promovidas no bojo da formação territorial do Estado de Rondônia e também do alicerce da narrativa dessa expropriação em larga escala como um feito heroico.

Os agentes estruturadores dos territórios empresariais, ou de “estatalidades” e “paraestatalidades” afins, como denomina Brandão (2010, 2014) procuram produzir espaços funcionais e para isso dependem de limpezas profundas, próprias de um privatismo autoritário ou um “fascismo territorial”. Processo esse que se não se dá sem contendas e antagonismos, seja entre os segmentos condutores da reestruturação espacial-social, seja entre estes e a população arrancada e deslocada a sua revelia, e que procura recuperar sua autonomia do viver a partir de repertórios comunitaristas de um passado presente. Esse é o conflito ambiental posto e visto não como “obstáculo”, “entrave”, mas como sinalização para um outro futuro e para outras formas de (des)envolvimento.

Esses efeitos são desproporcionais e diferenciados segundo a posição e o lugar relativo dos grupos sociais em relação à intervenção referida. Quanto mais vinculados ao ciclo do rio e de suas margens, maior a perda e dissipação de poder material e simbólico. Quanto mais instrumentalizados forem em função dos requisitos e do cronograma das duas obras, maior a invisibilidade e descartabilidade dos mesmos, incluindo a força de trabalho direta e indiretamente mobilizada pelas obras, bem como a população que vai engrossando as áreas peri-urbanizadas da cidade anfitriã dos dois megaprojetos. Procuramos evidenciar que a dimensão ambiental não pode ser avaliada de modo separado da dimensão social, uma vez que esta dicotomia pode retirar inteligibilidade de efeitos/impactos que são recíprocos e inextricáveis. O que está em jogo não é o meio ambiente em si, mas um meio ambiente de trabalho (coletivo) e um meio ambiente de acumulação (ACSELRAD e DA SILVA, 2011). O meio ambiente, na Amazônia em particular, é o campo nodal da luta de classes.

Faz-se preciso situar os usos dominantes dos indicadores de “sustentabilidade” manejados pelos Consórcios Santo Antônio Energia e Energia Sustentável do Brasil. As soluções a que chegaram não podem ser apresentadas simplesmente como um “avanço progressivo e previsível” da ciência e tecnologia. Outro conceito que merece visita é o de modernização ecológica: a internalização de ponderações ambientais para legitimar previamente processos de crescimento econômico, “com ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso.” (BLOWERS *apud* ACSELRAD, 2010).

Conceitos antes desveladores são constantemente usurpados por aqueles que precisam densificar suas máscaras: “sustentabilidade”, “impacto ambiental”, “responsabilidade ambiental”. O processo de ambientalização, ao expropriar o sentido das perdas, acelera as expropriações de territorialidades e modos de vida. Esse agendamento vertical de um meio ambiente com “efeitos comuns a todos”, demonstra a conversão da questão ambiental em um campo de legitimação

estratégico para reciclar o discurso dominante e ao mesmo tempo desenraizar a crítica. É uma antecipação que procura mapear potenciais fatores de travancamento na implementação dos grandes projetos e proporcionar os devidos canais para o “tratamento de conflitos”. Por isso, apesar dos avanços institucionais propagandeados, predomina uma agenda de cooptação de lideranças locais e de repressão e silenciamento dos conflitos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. *Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental*. Estudos avançados nº 24, CEBRAP, 2010, p. 103-119

ACSELRAD, Henri; DA SILVA, M^a das Graças. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de Grandes Projetos Hidrelétricos na Amazônia. In: ZHOURI, Andrea. *As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011, p. 61-125.

BERMANN, C., HERNANDES, F. A usina de Belo Monte: energia e democracia em questão. *Revista Política Democrática*, n. 27, 2010, p. 43 - 57.

BERNARDO, João. *Democracia totalitária*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ACSELRAD, H. et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*, Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 39 – 69.

_____. Desafios teóricos e analíticos: Notas para retomar as articulações entre espaço, capital, trabalho classes sociais e Estado hoje. In: LIMONAD, E., CASTRO, E. R. *Um novo planejamento para um novo Brasil*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p. 58 – 79.

BRENNER, N. *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*, São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

NOVOA GARZON, L. F. O significado da privatização do rio Madeira: monoculturas hídricas e o cercamento das bacias hidrográficas da Amazônia. In: ALMEIDA, A. W. B. *Conflitos Sociais no Complexo Madeira*. Manaus: UEA Edições, 2009, p. 149-182

PACHECO, João. Segurança nas fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagens do Projeto Calha Norte. In: PACHECO, J. (Org.) *Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras*, Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ PETI/ Museu Nacional 1990, p. 14 – 33.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Transnational capitalism and hydropolitics in Argentina: the Yacyretá high dam*. Gainesville: University Press of Florida, 1988.

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.

SEVÁ, A. O. Capitalismo hidrelétrico em Minas Gerais: o Rio Grande e seus afluentes silenciados. In: NOGUEIRA et al. *Universidade Tecnologia e Sociedade*. Viçosa: UFVJM, 2012, p. 1 – 39.

VAINER, C. B. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Apresentação Mesa Redonda “Política Urbana / Planejamento territorial”. Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR – Rio de Janeiro, maio de 2011.

_____ Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia *et. al.* *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 35-40.

VAINER, C. B., ARAÚJO, F. G. B. *Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.



A COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE DO ESTADO DO PARÁ NA BUSCA DO DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA NO CAMPO

Girolamo Domenico Treccani¹

Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos²

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a atuação da Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará como ator importante na luta em prol dos direitos à verdade, à memória e à justiça no Brasil e na América Latina. Tal atuação centra-se sobre a violência cometida contra trabalhadores rurais no campo paraense, sendo este um problema histórico decorrente da grilagem de terras e outras questões fundiárias na região. Neste contexto, a referida Comissão atua junto com a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia através do Projeto “Assassinatos por Conflitos Fundiários no Estado do Pará (1964-1988): resgate histórico e análise jurídica” que age na verificação teórica e processual dos crimes por conflitos fundiários no contexto paraense e na constatação de violações de direitos humanos, apresentando proposições no âmbito jurídico e de políticas públicas, conseguindo resultados significativos no âmbito acadêmico e na articulação com os mais diversos movimentos sociais e órgãos públicos. Metodologicamente, recorreu-se a fontes bibliográficas primárias, secundárias, documentais e outras que se fizeram necessárias. Ao final da pesquisa, brevemente pôde-se concluir que a atuação da Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará é fundamental dentro do contexto de violência vivenciada pelos trabalhadores rurais paraenses, sendo um instrumento importante em busca da efetivação dos direitos humanos e da justiça.

Palavras-Chave: Verdade; Memória; Justiça; Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the performance of the The Peasant Commission of Truth in the State of Pará, Brazil as an important actor in the struggle for the rights to truth, memory and justice in Brazil and in Latin America. Such action focuses on violence committed against rural workers in Pará field, and this one is a historical problem due to land grabbing and other land issues in região. Neste context, this Commission works closely with the Clinic for Human Rights Amazon through the project “Murders for Fundiaries Conflicts in the State of Pará, Brazil (1964-1988): historic rescue and juridic analyse” that acts in the theoretical and procedural verification of crimes by land conflicts in the State of Pará context and realization of human rights violations, with propositions in the legal framework and policy, achieving significant results in the academic environment and in conjunction with the most diverse social movements and public agencies. Methodologically, appealed to primary literature sources, secondary, documentary and others that were necessary. At the end of the study, soon it could be concluded that the performance of The Peasant Commission of Truth in the State of Pará, Brazil is fundamental in the context of violence experienced by Pará rural workers, with an important tool in search of the realization of human rights and justice.

KEYWORDS: Truth; memory; justice; The Peasant Commission of Truth in the State of Pará.

¹ Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA (PPGD-UFPA); jeronimotreccani@gmail.com.

² PPGD-UFPA; isa-vasconcelos@live.com.

INTRODUÇÃO

O Estado do Pará é conhecido por possuir um dos índices mais assustadores de violência contra trabalhadores(as) rurais. Diante desse problema, é possível levantar o seguinte questionamento: Por que o Estado do Pará possui índices tão altos de violência no campo?

Observa-se que a violência no campo é um problema histórico decorrente da grilagem de terras e outras questões fundiárias nunca solucionadas no interior paraense.

Assim, em contramão à legislação nacional e aos tratados internacionais de direitos humanos, foram cometidos diversos crimes, em especial, no período da ditadura militar.

Além disso, as ações ou omissões do Estado também devem ser analisadas, uma vez que estes crimes não foram devidamente apurados pelo Poder Público, sendo esta uma materialização da injustiça e da impunidade em total contrariedade com os direitos à justiça, à memória e à verdade.

Neste sentido, a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará, em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA-UFPA), desenvolvem o Projeto “Assassinatos por Conflitos Fundiários no Estado do Pará (1964-1988): resgate histórico e análise jurídica” que atua na verificação teórica e processual dos crimes por conflitos fundiários no contexto paraense e na constatação de violações de direitos humanos, apresentando proposições no âmbito jurídico e de políticas públicas, subsidiando tanto os trabalhos da Comissão Estadual Camponesa quanto da Comissão Nacional da Verdade.

1 AS COMISSÕES DA VERDADE

Para se compreender a atuação das Comissões da Verdade, é preciso entender o tripé que as embasa: a verdade, a memória e a justiça, três conceitos abordados pelos mais diversos campos do conhecimento. Neste sentido, o Brasil, na tentativa de resgatar as atrocidades do período da ditadura militar, criou a sua Comissão Nacional da Verdade com diversos grupos de trabalho, dentre os quais se destaca o que apura as violações dos direitos humanos dos camponeses.

A ditadura militar no Brasil durou entre 1964 e 1985. Há estimativas de que 150 pessoas desapareceram forçadamente, o assassinato de 100 pessoas, ao que se soma às denúncias que chegam a mais de 30.000 casos de tortura⁵.

Em 21 de dezembro de 2009, foi lançado o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, através do Decreto nº 7.037/2009 que no seu Eixo Orientador VI trata do Direito à Memória e à Verdade e traz as seguintes diretrizes:

- a) Diretriz 23: Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado;
- b) Diretriz 24: Preservação da memória histórica e construção pública da verdade;
- e
- c) Diretriz 25: Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia (BRASIL, 2009).

Para efetivar as supracitadas diretrizes, o Objetivo Estratégico I do supracitado Decreto tem a Ação Programática de criar uma Comissão Nacional da Verdade, objetivando o resgate de informações relativas ao período de repressão na ditadura militar, para “(...) registrar e divulgar seus procedimentos oficiais, a fim de garantir o esclarecimento circunstanciado de torturas, mortes e

desaparecimentos, devendo-se discriminá-los e encaminhá-los aos órgãos competentes” (BRASIL, 2009).

Importante citar neste íterim a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, em 29 de abril de 2010, que manteve a interpretação de que a Lei nº 6.683/79 teria garantido anistia ampla tanto às vítimas quanto aos seus algozes. Afirmou ainda o STF que não cabia ao Poder Judiciário “reescrever a lei de anistia”, burlando a competência do Poder Legislativo e violando a Separação dos Poderes.

Feitas as considerações iniciais sobre a Comissão Nacional da Verdade, nela foram instituídas três grandes subcomissões: pesquisa, relações com a sociedade e comunicação. Dentro do grupo de pesquisa existem diversos grupos de trabalho, dentre os quais destacamos o grupo de Violações no Campo, instituído pela Resolução nº 05/2012.

Já que a repressão social e política no campo no período de ditadura foi nefasta, “[...] desarticulando os sindicatos, ligas camponesas e outras formas associativas e infligiu graves violações aos direitos humanos dos camponeses sob as formas de torturas, mortes e desaparecimentos forçados em escala até hoje não dimensionada” (BRASIL, 2013, p.6), a intenção foi dar atenção especial ao registro dessas situações de violência cometidas pelo Estado contra os camponeses e a necessidade da reparação estatal e efetivação de Justiça.

O Brasil possui um vasto retrato complexo e profundo de repressão que acometeu camponeses, seus líderes e quem mais os apoiassem no regime militar:

No dia 31 de março de 1964 os militares apoiados pelos senhores de terra derrubaram o Presidente João Goulart, eleito pelo povo, e lançaram uma repressão sobre todos os movimentos populares que defendiam as Reformas de Base, principalmente as lideranças e organizações camponesas engajados na luta pela Reforma Agrária. Policiais e pistoleiros dos senhores de terra assassinaram mais de 2.000 camponeses durante a ditadura (1964-85) e o período da transição civil, porque a resistência camponesa continuou lutando pela reforma agrária, pelos direitos trabalhistas e pelo direito de organização em sindicatos, associações e movimentos.

No enfrentamento à ditadura militar, na área rural, destaca-se a Guerrilha do Araguaia (1972-1974), que se desenvolveu com apoio local dos camponeses. Para além dela, foram perseguidas e assassinadas diversas lideranças de trabalhadores rurais, além de advogados, religiosos e jornalistas que apoiaram a luta camponesa (BRASIL, 2014).

De um lado os trabalhadores do campo e seus apoiadores (advogados, religiosos e demais movimentos sociais), lutando por reforma agrária e pelos direitos no labor rural e de outro, na ânsia de eliminar os comunistas e subversivos, estava o Estado arbitrário, repressor e covarde, que se utilizava do seu poder para humilhar, torturar e matar.

Aliado a este contexto, estavam os latifundiários e seus pistoleiros como braço privatizado da ação estatal (na medida em que foram fortemente beneficiados em vários sentidos pelo Estado), “defendendo as suas terras” dos modos mais torpes e cruéis possíveis. Contudo, importante salientar este verdadeiro cenário de caos transcendeu o período histórico estudado pela Comissão Nacional da Verdade e perdura até hoje. Ademais, o referido cenário alcançou seu ápice no Estado do Pará.

2 O CASO DO CAMPO PARAENSE

O Estado do Pará é conhecido por possuir um dos maiores índices de violência contra trabalhadores rurais, chegando à liderança nacional na distribuição espacial das mortes e desaparecimentos dos camponeses com 28,60%, de acordo com levantamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República³.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra⁴, mais de 700 camponeses e defensores dos Direitos Humanos foram mortos nos últimos 30 anos no Pará, sendo que a maior parte das mortes ocorreu nas Regiões Sul e Sudeste paraenses. Diante desta realidade, é importante entender os porquês de tanta crueldade.

Conforme Girolamo Domenico Treccani, este fato que possui origem “(...) na elevadíssima concentração de propriedade da terra”⁵ nas mãos de latifundiários. Isso remete à própria forma de aquisição de terras no país, com destaque especial à região Centro-Oeste e Norte do país

Explica-se: a ocupação dos territórios pouco habitados do Centro-Oeste e do Norte do país fazia parte da estratégia de segurança nacional e da política de desenvolvimento e integração nacional da ditadura militar. Esta política de Estado incluiu: incentivo fiscal a grandes empresas do Sul-Sudeste que para lá se transferiram; a política de colonização que transferiu milhares de famílias de colonos do Sul e estimulou a migração de milhares de famílias de forma não oficial; a abertura de estradas de rodagem devassando os biomas Cerrado e Amazônia e a instalação de quartéis militares em pontos estratégicos (BRASIL, 2013, p. 26).

Até meados dos anos de 1960, as terras amazônicas pertenciam basicamente à União e aos Estados. Segundo Violeta Loureiro, do total das terras registradas pelo IBGE, 87% constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas por milhares de caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal. Já 11% constituíam-se de pastos naturais onde antigos fazendeiros haviam assentado fazendas de gado, sendo muitas delas seculares, como as do Marajó, de Roraima e do Baixo Amazonas, cujos títulos de terras eram igualmente antigos. A mata e os rios estavam reservados e eram aproveitados pelos habitantes como fonte de alimento, trabalho e vida⁶.

Os moradores da região consideravam a terra como parte intrínseca de suas vidas, tendo habitado nelas por várias gerações, sem jamais terem se questionado sobre a existência de donos mais legítimos que eles próprios⁷. Nas décadas de 60 e 70, considerava-se a Amazônia como uma

³ BRASIL. *Camponeses Mortos e Desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

⁴ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA apud SAUER, Sérgio. *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Tradução de Phillippa Bennett, Julia Figueira-McDonough, Marsha Michel e Kristen Schlemmer. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005, p. 13.

⁵ TRECCANI, Girolamo Domenico. *Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: ITERPA/UFPA, 2001, p. 12.

⁶ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A Questão Fundiária na Amazônia. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 54, Ago. 2005 p. 77. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2014.

⁷ Idem.

região atrasada com base nos critérios de insuficiência de capitais produtivos e de infraestruturas capazes de pôr em marcha novos investimentos⁸.

Nas supracitadas décadas, o Governo Federal começou a desenvolver fortemente projetos ocupacionistas da Amazônia a fim de trazer capital nacional e internacional para a região, oferecendo diversos benefícios fiscais a empresários e grupos econômicos que estivessem dispostos a investir em empreendimentos na região, cujas principais atividades que vieram a se desenvolver foram a pecuária, extração de madeira e mineração⁹.

Vale ressaltar que os incentivos acima referidos chegaram a tal ponto que o governo disponibilizou recursos financeiros a juros tão baixos (e até negativos), além de diversas outras facilidades, que acabou abrindo mão de dinheiro que poderia ter sido utilizado para a área social na região, mas que infelizmente “(...) privilegiou os grandes investimentos, beneficiando apenas grupos econômicos”¹⁰.

Neste sentido, o processo de estrutura fundiária e ocupação no Pará sofreram modificações de efeitos catastróficos. O Programa de Integração Nacional¹¹, a construção da Transamazônica nos anos 70 e a implantação dos grandes projetos minerários da década de 80¹² também foram fatores que colaboraram para que um grande contingente populacional viesse ao Pará, em escala superior ao previsto.

Os projetos governamentais atraíram empresas com interesses em grandes extensões de terra, conferindo uma nova dinâmica de ocupação na região, onde “(...) vê-se então todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados tornarem-se pecuaristas: Volkswagen, Bradesco, Bamerindus, Alô Brasil, Tecelagem Parahyba e tantas outras”¹³.

As atividades desenvolvidas pelos latifundiários e pelas empresas necessitavam de grandes quantidades de terra e geraram poucos empregos. Portanto, o empresariado não investiu na criação de novas empresas na região, apenas preocupando-se em incorporar terras ao patrimônio, culminando em intensa especulação imobiliária, pouco desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Todo este contexto o que só fez aumentar as tensões no campo, haja vista que nem toda a mão de obra da região foi absorvida, o que a tornou ociosa e com ânsia em buscar terras para ocuparem e retirarem delas o seu sustento.

Assim, os conflitos entre posseiros (pequenos agricultores e trabalhadores, populações tradicionais e indígenas), antigos ocupantes das áreas que acabaram sendo comercializadas pelo Estado, de ocupantes recém-chegados ao Pará, principalmente dos Estados do Ceará, Piauí e

⁸ Idem.

⁹ QUINTANS, Mariana Trotta. *Políticas Públicas e Conflitos no Campo do Pará: o papel das varas agrárias*. Apresentação Oral no XXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 20-23 jul. 2008, p. 2.

¹⁰ DURÃES, Francisco Batista; WHITAKER, Dulce Consuelo A. A “Pata do Boi” e a Destruição dos Ecossistemas Locais: história social e memória ambiental de moradores de uma região do sul do Pará. In: *Revista Retratos de Assentamentos*. Araraquara, v. 17, n. 1, 2014, p. 33.

¹¹ O Programa de Integração Nacional (PIN) foi um programa de cunho geográfico-político criado pelo Governo Militar Brasileiro através do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de julho de 1970, assinado à época pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici. Consistiu tal programa em incentivos à migração, principalmente nordestina, aos grandes “vazios demográficos” amazônicos, com base no *slogan* de “terra sem homens para homens sem terra”.

¹² Os Grandes Projetos Minerários, segundo Marlon Aurélio Tapajós Araújo e Patrícia de Sales Belo, fora espécies de “(...) grande projeto que se inserem na lógica de posicionar a Amazônia como um grande almoxarifado de recursos naturais aos quais se recorre sempre que dele necessite; lógica que a história nos mostra ter sido sempre repetida e reeditada, sob novos matizes, mas com iguais, prejudiciais e infalíveis efeitos” (ARAÚJO; BELO, 2009, p. 275).

¹³ HÉBETTE, J. A questão da terra. In: *Estudos e Problemas Amazônicos: história social e política e temas especiais*. Belém: CEJUP, 1992, p. 121-122.

Maranhão, engrossando a frente nordestina, que desde meados do século passado já vinha ocupando a região, *versus* os fazendeiros do Centro-Sul, empresas nacionais e estrangeiras, mineradoras, madeireiras e grileiros foi inevitável¹⁴.

Deste modo, as disputas pela terra, que envolvem diversos agentes sociais e o Estado, foram provenientes da política estatal polêmica, controversa, elitista e excludente durante décadas sucessivas. Sobre tais disputas, Alfredo Wagner Almeida¹⁵ destaca que

[...] os conflitos constituem não apenas uma manifestação de autodefesa, mas também uma forma de índios e camponeses lidarem com as pressões que se adensaram sobre suas terras num determinado período de tempo. Mais do que isso, passaram a significar uma maneira de se relacionarem com os aparelhos do poder, cuja característica maior de intervenção refere-se à 'administração por crise'.

A atração que as terras públicas paraenses passaram a exercer em grandes grupos empresariais, a errada compreensão por parte do Governo Federal de que a Amazônia era um enorme espaço vazio, bem como apresentada como a última fronteira de recursos a ser explorada (dentro de uma ótica capitalista), aliada a uma arcaica estrutura fundiária já consolidada, colaboraram para transformar a região em um verdadeiro caos.

A posição do governo era extremamente polêmica e conflitante. Do mesmo modo que apresentava a Amazônia como "terra sem homens para homens sem terra", também criou a imagem de última fronteira do capital, ou seja, através dos incentivos fiscais propiciou que muitas terras fossem comercializadas para grupos empresariais e latifundiários.

Contudo, não era uma preocupação analisar a situação dominial das áreas comercializadas, ensejando a ocorrência dos primeiros conflitos entre os posseiros das supracitadas áreas e os compradores.

No Pará, o Governo Estadual contaminado pela possibilidade de altos lucros com as terras, desrespeitou a Lei nº 762¹⁶, alienando milhares de hectares de terras devolutas localizadas principalmente na PA-70 e BR-316. De acordo com Paulo Lamarão, atraídos pela quantidade de hectares de terras, os empresários solicitaram a compra dos mesmos ao Departamento de Terras do Pará, levando a uma espécie de uma anarquia quase total¹⁷. Essas irregularidades permitidas pelo Estado provocaram um caos fundiário, principalmente na área de abrangência do sudeste paraense¹⁸.

Vale citar ainda que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁹, Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM)²⁰, Instituto de Terras do Pará (ITERPA)²¹ e o

¹⁴ PARÁ. Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa. *Violência: Omissão e impunidade*. Belém. 12 Ago. 1991, p. 5.

¹⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Política de Conflitos – o movimento de trabalhadores rurais e os conflitos na Amazônia (1968-1990). In: *Sindicalismo no Campo – Reflexões*. Rio de Janeiro: Caderno de CEDI 21, 1991, p. 93.

¹⁶ A Lei nº 762 proibia a venda de terras devoluta acima de 100 hectares para fins agrícolas.

¹⁷ LAMARÃO, Paulo. *Comentários à Legislação de Terras do Estado: outros ensaios*. Belém: Grafisa, 1980, p. 239.

¹⁸ PARÁ, op, cit., p. 5.

¹⁹ O INCRA é uma autarquia federal da Administração Pública, criada pelo Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970, com a função primordial de promover a realização da reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais, bem como fazer a administração das terras públicas da União.

²⁰ O GEBAM foi criado pelo Decreto nº 84.516, de 28 de fevereiro de 1980, com a finalidade de coordenação das ações de fortalecimento da presença da União na margem esquerda do Baixo Amazonas, bem como de acompanhar os projetos de desenvolvimento e colonização, além da proposição de medidas para mediação e solução de conflitos fundiários na região. Foi extinto.

Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT)²², órgãos responsáveis pelas questões fundiárias no Pará não tinham ações coesas, ou seja, enquanto um órgão proporcionava o assentamento de colonos em terras, o Estado ao mesmo tempo já havia negociado comercialmente as mesmas terras. Esse tipo de situação aumentou ainda mais a violência e os conflitos.

Ainda sobre a política na região, encontra-se a atividade conhecida como grilagem que “[...] consiste na fraude e na falsificação de títulos de propriedade de terras”²³, através de diversas práticas como venda de uma mesma terra a compradores diversos, feitura e adulteração de títulos de propriedade e certidões diversas, venda de terras públicas, etc.

Neste contexto, o confronto entre os antigos ocupantes das áreas comercializadas pelo Estado, dos recém-chegados nordestinos, latifundiários e empresários transformou o campo paraense em um palco de tensões sociais que tomaram proporções terríveis, com altos índices de violência, despontando o Pará como o Estado brasileiro campeão em violência e assassinatos no meio rural²⁴.

A barbárie no campo paraense se mostra em milhares de camponeses e suas famílias, indígenas, dentre outros agentes sociais foram ameaçados, torturados e assassinados.

Para se ter uma noção real da situação no meio rural do Pará, a violência se revela de muitas formas. A título de exemplo, existem listas de pessoas ameaçadas de morte. Expedito Ribeiro de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria no início da década de 1990, mencionou que “uma vez que você está numa lista para morrer, cedo ou tarde eles acertam você”²⁵. Pouco tempo depois, em 02 de fevereiro de 1991, foi barbaramente assassinado. Este trágico relato é apenas um exemplo de tantos outros que ocorreram com diversas pessoas pertencentes aos movimentos campesinos e seus apoiadores. E, infelizmente, essas práticas nefastas perduram no Pará até hoje.

Deste modo, “a violência é seletiva, não é acidental”²⁶, pois as mortes estão intimamente ligadas às funções exercidas por pessoas em organizações de trabalhadores, de defesa dos direitos humanos, dentre outras funções consideradas de destaque dentro da luta campesina. Assim, os violadores objetivam enfraquecer as organizações campesinas e, obviamente, desarticular a luta dos trabalhadores em prol dos seus direitos.

Portanto, historicamente a ação do Estado na Amazônia, especialmente no Pará, foi extremamente contraditória, porque de um lado houve atuação ostensiva para se implantar um modelo desenvolvimentista na região (de terra e renda), bem como financiando os projetos de colonização com grandes infraestruturas, incluindo muitos benefícios aos latifundiários e grileiros.

Já por outro lado, não se garantiu “[...] os direitos das populações tradicionais pobres. Aliás, esta população foi incluída da maneira mais perversa, tendo servido de mão de obra barata ou escrava”²⁷. Deste modo, tudo isso estimula um ambiente de intensa pressão dos posseiros contra a

²¹ O ITERPA foi criado através da Lei Estadual nº 4.582, de 08 de outubro de 1975, sendo um órgão estadual responsável pela execução da política agrária no Pará.

²² O Decreto-Lei nº 1.767, de 01 de fevereiro de 1980 criou o GETAT, com os objetivos de coordenação, promoção e execução de medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Oeste do Maranhão e Norte de Goiás. Foi extinto.

²³ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Um Saber Necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 64.

²⁴ PARÁ, op. cit., p. 5.

²⁵ TRECCANI, op. cit., p. 255.

²⁶ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A Justiça do Lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, p. 105.

²⁷ *Ibidem*, p. 14.

concentração fundiária exercida pelos grandes grupos econômicos, através de reivindicações ao Estado a respeito da destinação das “terras livres” a projetos de assentamentos rurais, questionando fortemente o modelo dos grandes latifúndios que foi desde o início favorecido pelos benefícios estatais.

Então, observa-se que essa condenável concepção ambígua desenvolveu-se nos conflitos agrários no campo paraense. Ao mesmo tempo em que o Estado quis levar o desenvolvimento à região, por outro “fechou os olhos” para os problemas da miséria, da grilagem, da violência e dos assassinatos no campo.

Aliada a isso, observa-se também a danosa morosidade do Poder Judiciário em cumprir a sua missão institucional, que é o “[...] respeito integral aos direitos fundamentais da pessoa humana”²⁸, como bem assinala Fábio Konder Comparato.

Tal morosidade é reflexo da sujeição à pressão do poder político e econômico, retardando ou influenciando o andamento dos processos e julgamentos. Ainda é possível afirmar que a conivência estatal não atinge somente as esferas do Judiciário, como também o Legislativo e o Executivo²⁹.

Isso não deveria acontecer porque, pautados pelos ideais democráticos, os Poderes devem ser independentes e responsáveis³⁰. Independentes porque não se submetem, em regra, uns aos outros e, por conseguinte, responsáveis, já que não se trata do interesse do governante, mas sim do povo³¹.

Em suma, o caos fundiário que assola o Estado do Pará possui uma teia muito complexa que perpassa desde concentração da propriedade da terra, a grilagem, a negação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado no que tange à extração criminosa de recursos naturais, as práticas de trabalho escravo, a intimidação pelo “agrobandidismo”³², a expulsão violenta e prisões de posseiros, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, populações tradicionais, os assassinatos em números assustadores de trabalhadores e suas lideranças e a conivência das três esferas (legislativo, executivo e judiciário) do Estado.

4 A COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE DO ESTADO DO PARÁ COMO ATOR LOCAL IMPORTANTE NA BUSCA DA VERDADE, DA MEMÓRIA E DA JUSTIÇA

Considerando o contexto de violência vivenciada pelos trabalhadores rurais do Pará, a ausência de informações consolidadas sobre crimes cometidos contra camponeses e a busca em âmbito nacional pela Justiça de Transição, por iniciativa da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA-UFFPA), sob coordenação do prof. Dr. Girolamo Treccani, em 14 de agosto de 2013, foi criada a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará, sendo um local importante na busca pela verdade, a memória e a justiça.

²⁸ COMPARATO, Fábio Konder. O Poder Judiciário no Regime Democrático. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n.51, Ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Ago. 2014.

²⁹ Idem.

³⁰ Fábio Konder Comparato trata da responsabilidade como correspondente ao dever de prestar contas, que na língua inglesa denomina-se como *accountability*. Este termo também é utilizado por Guillermo O'Donnell, que segue a linha de Robert Dahl, que trata da *accountability* horizontal e vertical.

³¹ Isso significa que quanto maior o poder, maior a responsabilidade.

³² SAUER, op. cit., p. 14.

A referida Comissão conta com a participação dos autores deste pôster sob orientação do Prof. Dr. Girolamo Treccani e representantes de entidades públicas e privadas.

A pesquisa da referida Comissão se desenvolve dentro do Projeto “Assassinatos por Conflitos Fundiários no Estado do Pará (1964-1988): resgate histórico e análise jurídica”, em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. A CIDHA-UFPA é um espaço onde se debatem questões concernentes aos Direitos Humanos, congregando agentes da Sociedade, do Governo e não governamentais, procurando analisar as dimensões estatísticas do fenômeno das lutas pela terra no Estado do Pará, bem como a apuração de crimes decorrentes de tais lutas, sugerindo-se dentro do ordenamento jurídico a adoção de medidas cabíveis e a proposição de políticas públicas.

Tal Comissão objetiva fazer um resgate histórico dos assassinatos, com claras violações de direitos humanos, resultantes de conflitos fundiários no Pará a fim de verificar o papel e a responsabilidade do Estado na promoção da (in)justiça. Assim, em geral, busca-se promover, proteger e coordenar esforços para que sejam implementadas ações que efetivem a prática e o respeito aos direitos humanos, reunindo agentes sociais, governamentais e não governamentais.

De modo mais específico, para se alcançar o objetivo acima elencado, procura-se: a) fazer uma listagem de assassinatos, incluindo a situação dos eventuais inquiridos e processos de camponeses e seus apoiadores; b) sistematizar as informações sobre conflitos; c) constatada a violação aos direitos humanos, apresentar sugestões para sua superação, inclusive o reconhecimento pela Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Verdade do Pará.

A pesquisa da Comissão Camponesa se realiza com as seguintes bases metodológicas integradas entre si: a) COLETA DE DADOS: levantar informações das mortes, de trabalhadores rurais e seus apoiadores, ocorridas no Estado do Pará entre os anos de 1964 e 1988. Num segundo momento a pesquisa será estendida até 2013; b) CASOS PARADIGMÁTICOS: selecionar e analisar informações históricas dos casos paradigmáticos; c) VERIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ESTADO: verificar em quais casos há inquiridos ou processos instaurados; d) CRUZAMENTOS DE INFORMAÇÕES: esta fase será marcada pela integração das informações do Governo Federal e dos Movimentos Sociais que integram a Comissão da Verdade no Campo oficial e não oficial; e) DIALÓGO INTERINSTITUCIONAL: desde o início da pesquisa tem sido promovidas articulações com diferentes instituições relacionadas à Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará; f) PRODUÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS: os estudos e as análises realizadas servirão de fundamento para o desenvolvimento de publicações acerca da violência no campo; g) SEMINÁRIOS, PALESTRAS E CURSOS DE CAPACITAÇÃO: também serão realizados eventos com objetivo de promover o debate sobre a violência no campo no período da ditadura militar a fim o facilitar o acesso à informação por parte da sociedade.

Diante do que foi exposto, a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará alcançou resultados interessantes. A apuração não se limitou ao período do regime militar, mas englobou os anos de 1964 até 2013, conforme deliberado em primeira reunião da Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará, optando-se por priorizar os levantamentos dos casos ocorridos até 1988, sem excluir os assassinatos ocorridos posteriormente, considerando que no Pará, bem como do resto nos demais estados brasileiros, a violência e os assassinatos de trabalhadores (as) rurais perduram até a presente data.

A Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará solicitou a órgãos da Administração Pública, os quais dispõem de documentos oficiais, informações sobre os inquéritos e processos instaurados para apurar crimes envolvendo assassinatos de trabalhadores (as) rurais, lideranças sindicais, políticas e religiosas e o teor desses documentos.

Dentre os órgãos aos quais foram enviadas solicitações (Ministério Público Estadual - MPE, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Ouvidoria Agrária Nacional e Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará).

Ressalte-se que, em 03.04.1990, já haviam sido solicitadas tais informações ao Ministério Público do Estado, as quais só foram enviadas quase um ano depois, em 08.03.1991, por meio do ofício 138/91/MP/PGJ, relatando a situação de 225 casos denunciados. Destes, foram localizados apenas 206 processos e 157 inquéritos. Na resposta do MPE foi arguida a dificuldade de encontrar os documentos dos casos listados no requerimento ordenados pelos nomes das vítimas, pois até 1983, os inquéritos eram registrados somente com os nomes dos indiciados sem constar o nome da vítima. Também relataram que por muitas vezes o MPE solicitava diligências à Polícia, imprescindíveis para o oferecimento da denúncia, mas não eram cumpridas ou demoravam muito.

A FETAGRI remeteu um documento para os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) juntamente com a lista dos assassinatos por municípios, solicitando informações e contatos com parentes e testemunhas. A Comissão Pastoral da Terra está fazendo o mesmo com suas equipes locais.

A Ouvidoria Agrária Nacional apresentou a situação dos processos em janeiro do ano de 2014. Já o TJE e a Segup argumentaram que estão analisando as listagens e até o momento não deram uma resposta definitiva com as informações solicitadas.

Destes, muitos dos casos não possuíam nenhuma movimentação de inquérito, muito menos judicial. Foram localizados apenas 206 processos e 157 inquéritos. Ao final da apuração do número de assassinatos, chegou-se ao expressivo número de 930 camponeses assassinados no interior do estado do Pará desde 1988 até 2013.

Ressalte-se que desses casos, apenas foram encontrados 745 inquéritos policiais pelo levantamento realizado pela CIDHA-UFPA. No lapso entre 1964 a 1988, totalizaram 556 os casos de morte no campo em todo o estado. Destes, apenas 66 há processos, sendo que em muitos destes a punibilidade encontra-se extinta em razão da prescrição ou da morte do acusado. Entre 1989 a 2013, somaram-se 380 casos de mortes, entre os quais, 168 há registro de processos.

Com base nos levantamentos realizados, a Comissão Camponesa da Verdade identificou determinados casos de camponeses torturados, mortos e desaparecidos, no período de 1946 e 1988, como emblemáticos. Estes casos deram origem a formulários enviados à Rede Nacional de Pesquisadores Universitários, em julho de 2014, e versavam sobre as chacinas de Goianésia, da Fazenda Ubá e Fazenda Princesa; bem como sobre os assassinatos de Armando Oliveira da Silva, Avelino Ribeiro da Silva, Belchior Martins Costa, Benedito Alves Bandeira, José Manoel de Souza, Paulo César Fonteles de Lima, Pedro Gomes da Silva, Raimundo Ferreira Lima e Sebastião Souza Oliveira.

Nos relatórios acima colocados há informações detalhadas acerca da identificação da vítima, data do fato, localização espacial do crime, tipologia ou natureza da violência, exposição de conflitos na região quanto à violação de direitos humanos, delimitação de grupos econômicos e

agentes do Estado envolvidos, descrição da ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências dentre outras questões relevantes para a efetivação do direito à memória quanto a estas graves violações de direitos humanos contra líderes camponeses no Estado do Pará.

Os crimes ficaram marcados pela crueldade e impunidade. O Estado foi omissivo em todos os casos, deixando de adotar as diligências cabíveis, muitas vezes sob o argumento de falta de estrutura.

Constatou-se a participação direta do Estado no inventário realizado pela Secretaria Especial de Estado de Defesa Social (Pará b, 2002, p. 41-75). Dos 595 casos registrados, 31 tiveram policiais militares como suspeitos; em dois os suspeitos eram policiais civis; dois policiais militares e civis constavam como suspeitos; em quatro suspeitava-se que policiais militares agiram em conjuntos com pistoleiros. Estes foram supõe-se responsáveis por 115 assassinatos, dentre os listados por aquele inventário.

A partir dos levantamentos realizados, a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará também contribuiu com acréscimos de informações no texto da apresentação resumida da pesquisa do Grupo de Trabalho sobre as graves violações de direitos humanos contra camponeses, documento este de autoria de Maria Rita Kehl, integrante da Comissão Nacional da Verdade.

Em razão do exposto, é urgente a necessidade de implementação de instrumentos no Brasil de uma política de proteção aos defensores de direitos humanos em áreas com altos índices de violência camponesa como se verifica em grande parte no interior do Estado do Pará.

CONCLUSÃO

No sangrento contexto paraense dos conflitos agrários, surgiu a necessidade pela criação da Comissão Camponesa Estadual da Verdade, tendo como parceira a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, ambas comprometidas com o debate e a efetivação dos Direitos Humanos.

Isto posto, percebe-se que é fundamental a atuação das Comissões da Verdade, porque elas garantem o direito à verdade, à memória e à justiça. Em especial no Brasil, busca-se restaurar a dignidade das vítimas e colaborar para a recuperação da credibilidade do Estado, por meio da reconstrução da história através da memória dos envolvidos e de documentos pertinentes.

Assim, com as informações dos casos, procura-se a maior riqueza de detalhes verídicos possíveis para que se possa efetivar a Justiça através dos instrumentais que o Direito oferece. Logo, ainda mais se tratando do cruel contexto do campo paraense, desponta a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará como ator local, fundamental na busca pelo direito à memória, à verdade e à justiça. Em que pese o exercício de resgatar a memória seja algo doloroso e chocante, é a melhor forma de se buscar o que verdadeiramente ocorreu, essencial para a consolidação do Estado de Direito, da democracia, da justiça e a valorização dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Política de Conflitos – o movimento de trabalhadores rurais e os conflitos na Amazônia (1968-1990). In: *Sindicalismo no Campo – Reflexões*. Rio de Janeiro: Caderno de CEDI 21, 1991.
- ARAÚJO, Marlon Aurélio Tapajós; BELO, Patrícia de Sales. Grandes Projetos Minerários e Comunidades Tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. In: *Revista de Políticas Públicas*. São Luís, v. 13, n. 2, Jul./Dez. 2009. Disponível em: < <http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/> >. Acesso em: 12 set. 2014.
- BARONE, Luís Antonio; BOMBARDI, Larissa Mies. *Síntese para o Debate do Grupo de Trabalho 02 – Luta Social e Repressão Política no Campo – da ditadura à abertura democrática: a experiência das comissões da verdade no Brasil*. VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, Campinas, 2014. Disponível em: < <http://www.redesrurais.org.br/6encontro/index.php> >. Acesso em 26 Ago. 2014.
- BENATTI, José Heder. *Direito de Propriedade e Proteção Ambiental no Brasil: apropriação e uso dos recursos naturais no imóvel rural*. Tese de Doutorado. Belém: NAEA/UFPA, 2003.
- BRASIL. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- _____. Cartilha “A Luta pela Terra e as Guerrilhas Camponesas (1946-1957)” in: *Exposição Memória Camponesa 1946-1988*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.
- _____. *Camponeses Mortos e Desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. In: *Vade Mecum Legislação*. Coordenação: João Ricardo Brandão Aguirre, Nestor Távora. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.
- _____. *Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm >. Acesso em 06 jun. 2014.
- CANUTO, Antônio (org). *Conflitos no Campo Brasil 2004*. Goiânia: CPT Nacional, 2004.
- CASSETARI, Christiano. *Direito Agrário*. São Paulo: Atlas, 2012.
- COMPARATO, Fabio Konder. O Poder Judiciário no Regime Democrático. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 51, Ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Ago. 2014.
- DURÃES, Francisco Batista; WHITAKER, Dulce Consuelo A. A “Pata do Boi” e a Destruição dos Ecossistemas Locais: história social e memória ambiental de moradores de uma região do sul do Pará. In: *Revista Retratos de Assentamentos*. Araraquara, v. 17, n. 1, 2014, p. 15-65.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A Justiça do Lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

- HÉBETTE, J. A questão da terra. In: *Estudos e Problemas Amazônicos: história social e política e temas especiais*. Belém: CEJUP, 1992, p. 115-127.
- LAMARÃO, Paulo. *Comentários à Legislação de Terras do Estado: outros ensaios*. Belém: Grafisa, 1980.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 54, Ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2014.
- MELO, Tarso de. *Direito e Ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural*. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, Dobra Editorial, 2012.
- O'DONNELL, Guillermo. Accountability Horizontal e Novas Poliarquias. Tradução de Clarice Cohn, Alvaro Augusto Cornin. In: *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 44, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Ago. 2014.
- PARÁ. Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa. *Violência: Omissão e impunidade*. Belém. 12 Ago. 1991.
- QUINTANS, Mariana Trotta. *Políticas Públicas e Conflitos no Campo do Pará: o papel das varas agrárias*. Apresentação Oral no XXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 20 a 23 de julho de 2008.
- SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. *Direito Constitucional Ambiental: Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos, exclusão e luta – Do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SAUER, Sérgio. *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Tradução de Phillippa Bennett, Julia Figueira-McDonough, Marsha Michel e Kristen Schlemmer. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. *Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: ITERPA/UFPA, 2001.
- WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. *Um Saber Necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CONFLITOS SÓCIO-TERRITORIAIS: CASOS TI MARÓ E COMUNIDADES DE ESCRIVÃO E PINHEL NO OESTE PARAENSE

Ana Caroline dos Santos Ferreira¹

Mylena dos Santos Santana²

Nádia Socorro Fialho Nascimento³

Solange Maria Gayoso da Costa⁴.

RESUMO

O presente trabalho pretende abordar os conflitos sócio-territoriais no Oeste paraense (microrregiões do Baixo Tapajós e Baixo Amazonas), frente às investidas do capital. Nesse contexto específico, identifica-se o embate entre os atores locais (indígenas), grupos econômicos e instituições públicas responsáveis pela regulamentação e demarcação de terras, como a FUNAI, Ministério Público e ITERPA. Este estudo tem como *lócus* de análise os conflitos na Terra Indígena (TI) Maró e nas comunidades de Escrivão e Pinhel, localizadas nos municípios de Santarém e Aveiro, respectivamente. O trabalho tem por objetivo compreender como as “agroestratégias”, identificadas pela ampliação das fronteiras agrícolas voltadas para a expansão de atividades econômicas, entre elas, a produção de soja; a valorização do mercado de terras; a fragilidade no processo de demarcação territorial, reconfiguram o cenário local das áreas em estudo. Este trabalho é fruto do diálogo entre duas experiências acadêmicas do Laboratório de Pesquisa. Com base em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, identificou-se a influência das “agroestratégias” na geração de conflitos que se expressam de múltiplas maneiras, tais como: ação de atores externos ligados a setores econômicos como o agronegócio; conflito institucional referente à efetivação de políticas públicas específicas; e os níveis de participação do Estado no processo de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas.

Palavras-Chave: Território, Povos indígenas, Agroestratégias e Demarcação de terras.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é resultado do diálogo entre duas experiências acadêmicas⁵ vinculados ao Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia/LABPSAM da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. O objetivo central é compreender como as “agroestratégias” reconfiguram o cenário local das áreas em estudo. Para isso, faremos uma

¹ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Pará /1904carolineferreira@gmail.com;

² Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Pará /mylenasantana88@gmail.com;

³ Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará/nadiazfialho@gmail.com;

⁴ Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará/gayososol@yahoo.com.br

⁵ Vinculadas ao Projeto de Pesquisa “Sojicultura e Mercado de Terra na Região do Baixo Amazonas no estado do Pará” e ao Projeto de Extensão “Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação” sob orientação da Prof.^a e Dr.^a Nádia Fialho Nascimento e Prof.^a e Dr.^a Solange Gayoso da Costa.

breve reflexão sobre território e suas características para além do aspecto geográfico, mas também no seu aspecto social e político. A partir disso, identificamos como as agroestratégias influenciam nesse processo, quais os rebatimentos nas comunidades locais e como as mesmas se organizam a fim de fazer o enfrentamento e garantir seus direitos territoriais e, conseqüentemente, a garantia do seu modo de vida e reprodução social.

Nesse sentido, pretende-se destacar as particularidades do processo de mobilização e resistência dos movimentos indígenas locais tendo como recorte geográfico os municípios de Santarém e Aveiro, localizados na região do Baixo Tapajós. Inicialmente, será feita uma reflexão sobre os conflitos fundiários das comunidades da Terra Indígena Maró, pertencente ao município de Santarém, que nos últimos anos tem se caracterizado por um forte impasse das relações entre três agentes sociais, entre os quais estão: membros das comunidades (Novo Lugar, São José III e Cachoeira Maró), grupos econômicos ligados à exploração madeireira e atuação de instituições públicas. A principal motivação desse conflito está relacionada com a incorporação irregular de terras por madeireiros e, mais recentemente, por sojicultores, nas áreas ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais.

Posteriormente, será abordada a fragilidade da regulação do Estado e do desenvolvimento de políticas públicas nas comunidades de Escrivão e Pinhel, sendo o Estado, mais especificamente a Prefeitura de Aveiro, o maior antagonista do Movimento Indígena nesse processo. Além da demora no reconhecimento territorial e até mesmo por isso, as maiores dificuldades se caracterizam pela não efetivação de políticas públicas específicas como a implementação da escola indígena, um sistema de saúde que atenda às necessidades da comunidade, além da exploração de recursos naturais que ocorre por agentes externos sem que haja muitas formas de controle, fazendo com que as comunidades percam sua autonomia e que sofram as conseqüências sociais e ambientais da exploração de recursos.

Portanto, a ampliação das agroestratégias nessa região, assim como o processo de reivindicação territorial a partir da autodeclaração da identidade indígena desencadeiam conflitos entre atores com interesses divergentes, fazendo com que se fortaleça o processo de mobilização das comunidades. Os conflitos não se caracterizam necessariamente como algo negativo, pois dão possibilidades de avanço das lutas e conquistas de reivindicações, tendo em vista que o conflito é “um atributo social que impõe um passo além do atualmente construído. É um ato desencadeador de transformações sociais e um componente regular no dia-a-dia e nos diversos movimentos realizados pelas mudanças nas relações humanas” (SIMMEL, 1995).

Sobre os materiais e métodos utilizados na elaboração do trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. Além da realização da pesquisa de campo com o registro depoimentos e entrevistas nas comunidades de Escrivão e Pinhel.

TERRITÓRIO NO CONTEXTO DAS AGROESTRATÉGIAS

Para compreender como as agroestratégias reconfiguram o cenário local das comunidades, é importante nos deter sobre a definição de território, como ele se caracteriza e como se dão as relações sociais no mesmo. O território pode ser compreendido como um espaço onde se projeta o trabalho de determinados atores (RAFFESTIN, 1980). Com isso, percebemos que o território nada

mais é do que uma construção a partir de um determinado espaço. Para que haja a produção desse território, os atores se apropriam do espaço e nele praticam suas atividades sociais, culturais, políticas e econômicas.

Portanto, o território se caracteriza como um local de relações que se estabelecem a partir de certos interesses, por vezes divergentes, e que revelam assim as relações de poder existentes. A própria representação do espaço já evidencia tais relações de poder, visto que na cartografia a delimitação do território, a localização de pontos e outros elementos, são representações a partir de um determinado ator, na grande maioria das vezes, detentor de privilégios e poder. Essa representação possibilita posteriormente delimitações e repartições, ou seja, a organização territorial de maneira hierárquica que permite assegurar o controle, “impor e manter uma ou várias ordens” (RAFFESTIN, 1980, p. 135)

A produção territorial se dá tanto por parte do Estado, que majoritariamente possui meios de demarcação e controle, assim como por empresas e organizações que articulam entre si e também com o Estado para viabilizar seus interesses num determinado território, mas também por indivíduos que constroem cotidianamente o território de acordo com suas vivências e práticas. Ainda que em níveis diferenciados, todos nós produzimos territórios

Souza (2000) também nos traz essa ideia ao analisar alguns aspectos do território, como por exemplo, características geológicas, recursos naturais, aspectos culturais da relação dos indivíduos com o espaço, entre outras coisas. Para ele, apesar desses aspectos possibilitarem a compreensão do interesse pela manutenção ou apropriação de um território, ainda sim eles são secundários, pois se deve atentar para o fato de que o território se constitui enquanto “um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?”. Portanto, as relações de poder são primordiais para compreender a questão territorial e conseqüentemente, os conflitos existentes, que podem ser motivados por uma série de fatores, entre eles a existência de recursos naturais de interesse do grande capital.

Isso pode ser percebido no estabelecimento de novas fronteiras que possibilitem a expansão de determinadas atividades econômicas. No caso da Amazônia isso se apresenta de diversas formas e faz com que direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais sejam flexibilizados e até mesmo violados para a consolidação de interesses econômicos. O rebatimento disso nas comunidades se dá de forma em que os aspectos culturais e identitários, os modos tradicionais de vida e uso do território sejam fragilizados, seus territórios desrespeitados e até mesmo expropriados, colocando em risco sua reprodução social. Ocorre o processo de reorganização territorial em função dos interesses de setores econômicos e concomitantemente o aumento das tensões e conflitos nos territórios tradicionalmente ocupados.

Nesse sentido, as agroestratégias possuem um papel fundamental para o estabelecimento das atividades econômicas. As agroestratégias, além de se estabelecerem no campo ideológico, caracterizam-se por um conjunto de planos e ações voltadas para a remoção de obstáculos jurídico-formais e político-administrativos para aquisição das novas áreas destinadas à circulação mercantil. Segundo Almeida (2009), tais obstáculos reservam essas áreas para o atendimento das reivindicações de povos e comunidades tradicionais e para a preservação ambiental.

No cenário brasileiro, as agroestratégias fazem parte das entidades como Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e dos empreendimentos agropecuários. E a partir da chamada “crise do setor de alimentos” (em 2008) configuram-se como por uma visão/discurso triunfalista de

“progresso” e “modernidade” do agronegócio no país e de valorização do seu potencial agrícola, tendo por objetivo a incorporação de novas extensões de terras pelos grandes grupos econômicos aliados ao um conjunto de medidas que contribui para a desterritorialização dos grupos tradicionais. Mas esses mecanismos de aquisição de territórios, por agentes externos, têm sido combatidos fortemente com a reação dos movimentos sociais e entidades ambientais na Amazônia Legal brasileira. (ALMEIDA, 2009)

CONFLITOS E MOBILIZAÇÃO INDÍGENA PELA DEFESA DE SEUS TERRITÓRIOS

Nesse contexto de investida do grande capital nos territórios das comunidades indígenas do Oeste paraense, se fortalece o processo de emergência étnica desses povos, onde ocorre a autoafirmação de suas identidades indígenas e a partir disso, a defesa e reivindicação de seus direitos territoriais e modos de vida. Esse processo está em curso não só na Amazônia, mas em toda América Latina, porém, com suas particularidades em cada região. Nesse contexto, povos considerados em alguns lugares extintos, “surgem” e se organizam em torno de suas demandas, alterando a dinâmica local, as relações na própria comunidade e também entre elas e o Estado. Há um processo de resgate de crenças e costumes, reorganização de modos de vida a fim de resistir aos agentes externos que desde o período da colonização os impacta e continuam impactando, porém de outras formas.

A organização do movimento indígena ocorre porque inevitavelmente os interesses desses povos e comunidades entram em conflito com a lógica econômica existente e que se expande para seus territórios. A lógica de acúmulo do capital, de aumento da produção de alimentos, bem como o aumento da exploração de recursos naturais como a madeira, é divergente do modo de vida das comunidades que não vivem do monocultivo de grãos, nem da exportação de matéria prima e recursos. Essa lógica coloca em risco o modo de vida das comunidades e até mesmo sua própria existência. Nas situações a seguir, evidencia-se esse fato de acordo com as particularidades de cada comunidade estudada.

GLEBA NOVA OLINDA

O município de Santarém que, atualmente, possui uma população de 290.521 habitantes e área de unidade territorial de 17.898,389 km² segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014) passou por intensas transformações a partir da década de 1990 com o crescimento da atividade da soja na região do Baixo amazonas paraense. Dentro dessa perspectiva, Mesquita (2011) chama atenção como a presença do grande capital na Amazônia legal, foi responsável pelo processo de apropriação ilegítima do território:

A partir de meados de 1990, a agricultura de grãos cresceu rapidamente, inclusive em áreas tradicionalmente dominadas pela produção de alimentos básicos e extrativismo. Tal movimento leva a uma reorganização e reorientação no uso e posse desses territórios. O processo de expropriação de pequenos produtores (proprietários e não proprietários), antes engendrados pela pecuária, é retomado com força pelo grande capital, com apoio integral do governo. (MESQUITA, 2011, p. 63)

Em visita ao *site* da Gazeta de Santarém e da Organização não governamental Terras de Direitos foram coletadas algumas informações sobre os conflitos socioambientais na Gleba Nova

Olinda, localizada no município de Santarém. A Gleba corresponde a uma área aproximada de 87.000 hectares (localizada na área e influência de BR-163), sendo ocupada por 14 comunidades: São Raimundo do Alto Aruã, São Francisco, Novo Paraíso, Cachoeira do Aruã, Gapó Açú, São Luís, Sociedade dos Parentes, Fé em Deus, Vista Alegre, Repartimento, Mariazinha e três comunidades indígenas (São José III, Novo Lugar e Cachoeira do Maró).

No Relatório de Análise Territorial, elaborado pelo GEPTDA em 2012, destaca-se a importância da atuação dos movimentos sociais rurais na região Baixo Amazonas. Os segmentos sociais, no município de Santarém, que realizam ações de apoio às áreas rurais são representados pela Associação dos Agricultores Familiares, Cooperativa de Produtores, Comunidades Indígenas, Grupo de Mulheres, Comunidades Quilombolas, Movimentos Sociais pela Reforma Agrária, Grupos Religiosos e Sindicatos. O que está em evidência na atuação desses movimentos é a disputa pela ocupação de espaço que se constitui numa das principais demandas das lutas sociais.

De um lado, estão as forças políticas vinculadas ao Estado, representados pelos grupos políticos e econômicos que comandam o destino de território. E, de outro lado, estão os seguimentos sociais no âmbito da organização do território, como espaço de decisão, no qual muitas vezes, as organizações populares não tem o mesmo peso para disputar propostas em nível de igualdade com os grupos políticos que comandam os destinos do território. (GEPTDA, 2012, p. 53)

Nos últimos anos, povos indígenas comunidades que englobam as etnias Borari e Arapium, representadas pela Terra Indígena Maró tem apresentado demandas territoriais. A rápida formação do mercado de terras produziu uma nova dinâmica sobre território, surgiram casos de violências e ameaças de expropriações das áreas habitadas por essas comunidades. Grileiros, madeireiros e, mais recentemente, sojicultores usam mecanismos violentos de apropriação de terras. Um Dossiê, contendo 150 documentos, dos estudos realizados, desde 2005, na região do Baixo Amazonas pela Comissão Pastoral da Terra/CPT foi entregue ao Ministério Público Federal e a Secretaria de Meio Ambiente do Pará, apontando os impactos da instalação do porto graneleiro da Cargill. Dados da CPT (2010) informam que têm crescido o número de conflitos nos municípios da Diocese de Santarém (Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Santarém, Belterra e Aveiro), além de outros municípios do Baixo Amazonas. Segundo a CPT, esse aumento de conflitos se intensificou com a chegada da empresa Cargill disputando terras com as populações tradicionais.

Desde meados da década de 1990, as comunidades São José III, Novo Lugar e Cachoeira do Maró, hoje reconhecida como Terra Indígena (TI) Maró, têm vivenciado conflitos socioambientais. A TI Maró distribui-se em uma área aproximada de 42.373 ha, localizada na Gleba Nova Olinda considerada terra pública devoluta, habitada pelas etnias Borari-Arapium. A partir de 1990, tem apresentado constantes conflitos de terras a partir da presença de atividades econômicas como a extração madeireira, Plano de Manejo Florestais e plantações de soja.

O que tem chamado atenção desses estudos elaborados pela CPT, Terra de Direitos, Ministério da Justiça é a questão da reivindicação do direito ao território dos Povos indígenas Borari-Arapium fomentando a luta pelo reconhecimento de sua identidade cultural. Tal reivindicação baseia-se no direito à terra garantida tanto na Constituição Federal de 1988 como na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que asseguram o direito à terra ocupada tradicionalmente pelos povos indígenas.

Em 2013, o Ministério da Justiça publicou uma pesquisa⁶ formulada para analisar as soluções executadas pelas instituições envolvidas nos casos de conflitos fundiários agrários em comunidades tradicionais nos estados do Pernambuco, Paraná e Pará. No Oeste do estado do Pará, identificou-se como caso emblemático a Terra Indígena Maró. A pesquisa apresenta os três agentes sociais que têm participação direta nesse conflito, nos quais destacam-se as comunidades tradicionais, os grupos econômicos e as instituições públicas. São observados os níveis de atuação da sociedade civil - como os membros das Comunidades Indígenas - que, nesse caso, encontram-se nas áreas de abrangência da Gleba Nova Olinda, as organizações/entidades representadas pelo Movimento em Defesa da Vida e Cultura do Rio Arapiuns e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR-STM) que denunciam os casos de violação de direitos, a exploração ilegal da madeira, grilagem, dentre outros. Ainda segundo o Ministério da Justiça, essas ações assumem um caráter contraditório aos interesses das atividades de extração madeireira que atuam da seguinte forma:

“Pela via judicial, as empresas madeireiras moveram ações civis para a desobstrução do rio, pela restituição da madeira apreendida, a proibição de integrantes do movimento de entrarem nas áreas de manejo (inclusive os que se sobrepunham a TI Maró) e representação criminal pela prática de sequestro, cárcere privado, formação de quadrilha, ameaça, falsidade ideológica, incitação ao crime, entre outros”. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 62)

De acordo com a ONG Terra de Direitos, entre os anos de 2003 à 2006, madeireiros e sojicultores incorporaram, de forma mais intensa, novas áreas da Gleba nova Olinda. O Governo do Estado deu a concessão de oito Autorizações de Imóvel Rural (ADIP), localizadas na região do Rio Arapiuns, entre as quais três concessões estão na Gleba.

Em 2009, o Estado adotou uma nova política voltada para a mediação dos conflitos fundiários na região. No entanto, essa política esteve preocupada com a definição das áreas (dentro de gleba) destinadas à concessão florestal. A primeira reunião organizada pela Comissão Estadual de Floresta (Comef) para discutir a questão fundiária, foi realizada em Juruti, com a participação do Ministério Público Estadual (MPE/PA) e representantes da Gleba Nova Olinda I e II. A desconsideração por parte do Estado das necessidades das comunidades prejudicadas nesse processo levou o Conselho Indígena do Tapajós (CITA) e a liderança comunitária Odair José Borari a se posicionarem contra o avanço do desmatamento, pressionando o Governo Federal para a demarcação de seu território.

O Grupo Técnico da Funai, em 2004, iniciou os estudos antropológicos ao elaborar o “Relatório de Levantamento Preliminar das Comunidades do Rio-Arapiuns e Baixo Tapajós”, dando continuidade com a criação do GT Terra Indígena Maró. No relatório final desse trabalho, publicado em 2011, identifica um área de 42 mil hectares ocupadas pela etnias Borari e Arapium (TERRA DE DIREITOS,).

ESCRIVÃO E PINHEL

As comunidades de Escrivão e Pinhel ficam localizadas no município de Aveiro, no Baixo Tapajós. De acordo com os dados do IBGE (2010) possui uma população autodeclarada indígena de

⁶ Pesquisa intitulada: “**Casos Emblemáticos e Experiências de Mediação**: Análise para uma cultura institucional de soluções alternativas de Conflitos Fundiários”. Brasília: Centro de Estudos sobre o Sistema, 2013.

1.773 indivíduos, tanto na área urbana como na área rural. Diferente do caso da Gleba Nova Olinda, essas comunidades não se encontram num processo tão avançado de expropriação territorial para a expansão de atividades econômica como caso da soja. Apesar disso, não estão isentas dos conflitos territoriais que aqui se apresentam em outra configuração.

Assim como as demais comunidades da região, Escrivão e Pinhel encontram-se num processo de mobilização e reivindicação territorial, que ocorre a partir da autodeclaração de suas identidades. Mesmo que a ameaça da soja ou de exploração madeireira não esteja em curso de maneira tão avançada, essas comunidades lutam, desde a década de 1990 para que tenham sua identidade reconhecida perante aos órgãos e instituições públicas e que a partir disso, possam acessar direitos e políticas públicas específicas referentes às suas demandas. Além disso, a demarcação territorial também se configura como uma estratégia de proteção de seus territórios, diminuindo a possibilidade de expropriação de terras e exploração de recursos.

Porém, isto não ocorre de forma simples e se caracteriza por ser um longo processo de demarcação territorial, que precisa cumprir diversas etapas para ser efetivado, são elas: Identificação e delimitação; aprovação do relatório pela FUNAI; contestações; declaração dos limites da Terra Indígena; demarcação física; homologação (Fonte: PNCSA). No Baixo Tapajós, como dito anteriormente, esse processo teve início, inclusive por meios legais, no fim dos anos de 1990 e se estendem até hoje. As comunidades de Escrivão e Pinhel, onde se encontram os povos Munduruku Cara Preta e Maytapu respectivamente, ainda aguardam a publicação e aprovação do estudo antropológico do território reivindicado, Maytapu-Cara Preta.

Ao longo de todo esse tempo, desde a autodeclaração, até os procedimentos legais para a efetivação da demarcação territorial, alguns atores externos aparecem com grande importância na articulação e apoio ao Movimento Indígena como, por exemplo, a Igreja Católica. Ela teve um importante papel tanto nas discussões que desencadearam o processo de etnogênese, como nas atividades que fomentavam o resgate e valorização das chamadas culturas oprimidas. Além da Igreja, outra contribuição importante segundo Vaz (2010), em âmbito estatal foi a articulação com Ministério Público Federal que também deu suporte ao movimento, apoiando as mobilizações e cobrando junto à FUNAI a aprovação da documentação.

Enquanto isso, o Movimento Indígena das comunidades se encontra num constante processo de mobilização em torno de outras pautas necessárias para minimizar os impactos constantes da sociedade capitalista. Um exemplo disso foi o conflito entre a Comunidade de Pinhel e a Prefeitura de Aveiro para a viabilização de um projeto que tinha por objetivo a valorização das formas tradicionais de cura. O projeto proposto pela comunidade não teve o aval da Secretaria de Cultura do Município, que alegava o desconhecimento de tais práticas.

“(…) Como é que uma pessoa vai ter conhecimento se não anda nas comunidades? Como é que eu vou saber tratar duma pessoa se eu não sei qual é o tipo da doença dela? Então pra gente assim foi um choque, né? Que uma pessoa que tá ali, ocupando um cargo que diz conhecer a cultura e como numa hora dessa diz que não conhece? (…)” (Trabalho de campo: Relato de Margareth Pedroso – Comunidade de Pinhel, em 19 de Junho de 2015).

Nesse caso, notamos que o não reconhecimento das práticas tradicionais das comunidades e a falta de suporte por parte das instituições legais pode levar a um enfraquecimento dessas práticas

e a desarticulação da comunidade em torno de um fator primordial para sua reprodução, que é a cultura.

A implementação da escola indígena também era uma demanda que vinha sendo reivindicada há tempos pela comunidade, pois é uma forma de possibilitar um ensino diferenciado, de acordo com a realidade da comunidade, suas especificidades, práticas, conhecimentos e linguagem, uma vez que o ensino regular não consegue dar conta de todos os aspectos relevantes para a realidade indígena. Somente agora, após um processo de intensa mobilização, conseguiu-se o acordo com a prefeitura para o atendimento dessa demanda.

“(…) o prefeito já publicou, assinou agora com que a gente vai ter escola mesmo escola indígena lá em Escrivão e também os nossos alunos agora vão tá no senso que já colocaram também no senso, então a gente espera com que as coisas melhorem, né. A gente vai ter servente, porque isso foi um acordo que nós fizemos, também de uma grande manifestação que a gente fez (…)” (Trabalho de campo: Relato do Seu Antônio Pereira – Comunidade de Escrivão, em 18 de Junho de 2015).

Outra situação de conflito ocorreu em agosto desse ano, onde indígenas de 13 povos do Baixo Tapajós, incluindo os indígenas das comunidades de Escrivão e Pinhel, ocuparam a sede do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) em Santarém, motivados pela implementação arbitrária e sem consulta prévia de um projeto de comercialização de créditos de carbono florestal na Resex Tapajós-Arapiuns. A consulta prévia é obrigatória em casos de implementação de projetos em territórios de povos e comunidades tradicionais, de acordo com a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. A violação desse acordo fere a autonomia desses povos além de fragilizar seus modos de vida e impactar na dinâmica social das comunidades.

“A gente tá esperando que parem [...] Porque a gente precisa saber qual é o modelo que este programa quer adentrar nas terras indígenas. Nós não temos conversa, nós não temos diálogo, chamamos para conversar, criar a metodologia, a oficina, mas nós fomos recusados por várias vezes.” Iannuzy Tapajós Mota, coordenadora do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns. (TERRA DE DIREITOS, 2015)

Portanto, a existência de conflitos nas comunidades evidencia cada vez mais a investida do grande capital nessas localidades, ainda que ocorram de formas diferenciadas. Isso faz com que as lutas e resistências se tornem cada vez mais complexas e necessárias para a garantia dos direitos constitucionais dos povos originários e para que existência desses povos, em toda sua complexidade, tanto em termos sociais, culturais, políticos e econômicos, sejam respeitados.

CONCLUSÃO

A partir desse recorte dos conflitos sócio-territoriais desencadeados nos municípios de Santarém e Aveiro, conclui-se que as agroestratégias e os conflitos que surgem a partir de sua implementação vem ampliando a discussão sobre território, que se expressa no plano teórico (das conceituações) e também no plano prático, quando se materializa enquanto um instrumento de mobilização política no que compreende a defesa de produção e reprodução da vida social dos

grupos étnico. Nesse sentido, entende-se que: “Uma etnia existe, primeiro, pela consciência que tem de si mesma e pela cultura que produz. É em seu seio que se elaboram e perpetua a soma de crenças, rituais e práticas que fundam e permitem que os grupos se reproduzam” (BONNEMAISON, 2012, p.284),

Dentro desse contexto, a atuação do movimento indígena do Baixo Tapajós busca fortalecer sua identidade de maneira mais ampla e isso inevitavelmente perpassa por aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e também territoriais que inclusive são garantidos constitucionalmente. Para a defesa de seus interesses, lideranças e entidades locais se organizam com o intuito de pressionar o Estado, tentando mobilizar as instituições competentes tanto a nível local como a nível nacional. O Estado, que deveria ser o verdadeiro interventor nas situações dos conflitos, não atua de forma coerente com seu papel, dificultando cada vez mais a demarcação das terras indígenas.

Tal processo assume um caráter de relação que se estabelece entre o Estado, empresários e latifundiários, ou seja, aos interesses do grande capital, em oposição aos povos e comunidades tradicionais que vivem nas localidades e buscam manter seus modos de vida mesmo com a investida tão violenta desses setores. Para materializar seus interesses, os grupos hegemônicos se utilizam das “agroestratégias” como mecanismo de atuação. Aos povos indígenas cabe a resistência através de um intenso e árduo processo de mobilização, tanto por meios legais, no sentido de recorrer a instituições públicas que legitimem sua identidade e suas ações, como por meio de articulações com outros segmentos da sociedade civil, para que tenham não só visibilidade na sua luta, mas também apoio no enfrentamento aos grupos hegemônicos da sociedade capitalista que continuam a invadir e expropriar seus territórios.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Alfredo. W. B. de. **Agroestratégias e desterritorialização: Os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida e Guilherme Carvalho. (ORG.) – Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE. O plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica. Belém: 2009.

BONNEMAISON, Joel. **A Viagem em Torno do Território**. In: CORRÊA, Roberto L; ROSENDANHL, Zeny. Geografia Cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012.

Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 1 (jun. 2014)– Manaus: UEA Edições, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT Santarém apresenta dossiê contra Cargill em audiência pública na região**. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>> Acesso em: 06 julho 2015.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia; SÁ, Maria Elvira. **Acumulação de Capital e Cidades na Amazônia: Produção de Riquezas e Negação de Direitos Sociais**. In: **O Averso dos Direitos: Amazônia e Nordeste Em Questão**. GOMES, Vera L; VIEIRA, Ana Cristina; NASCIMENTO, Maria Antônia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

FUNDAÇÃO OWSVALDO CRUZ; FEDERAÇÃO DE ÒRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Mapas de Conflitos envolvendo injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.** Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br>> Acesso em: 7 junho 2015.

FUNDAÇÃO OWSVALDO CRUZ; FEDERAÇÃO DE ÒRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Caso Terra Indígena Maró.** Disponível em: <<http://www.terradedireitos.org.br>> Acesso em: 7 junho 2015.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas.** Belém, 2012.

MESQUITA, Benjamin A. A dinâmica Recente do Crescimento do Agronegócio na Amazônia e a Disputa por Territórios. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (org). **Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas.** Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Conflito fundiário Indígena – Caso da Terra Indígena Maró – Gleba Nova Olinda I, Santarém – Estado do Pará. In: **Casos Emblemáticos e Experiências de Mediação: Análise para uma cultura institucional de soluções alternativas de Conflitos Fundiários.** Brasília: Centro de Estudos sobre o Sistema Judiciário, 2013.

RAFFESTIN, Claude. Capítulo I. In: ____ **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 2011.

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito.** In Moraes Filho, Evaristo (org.) São Paulo, Ática, 1983.

TERRA DE DIREITOS. **Indígenas ocupam sede do ICMBIO de Santarém contra projeto de venda de carbono e pelo cumprimento da convenção 169.** Disponível em: <http://terradedireitos.org.br> Acesso em: 29/10/2015

VAZ FILHO. F. A. **A emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia.** 2010. 478f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – área de concentração Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.



DISPUTA SOCIOTERRITORIAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: A QUESTÃO DA RUA CAMAMBÁ EM ALGODOAL (MARACANÃ-PARÁ)

Tharyn Machado Teixeira¹

Maria José da Silva Aquino Teisserenc²

Neste estudo discute-se os reflexos de políticas públicas ambientais no litoral paraense, destacando-se como cenário de disputas socioterritoriais, a rua Camambá pertencente à Vila de Algodoal, situada na APA Algodoal-Maiandeuá. Esta rua é emblemática como campo de disputas entre o Estado e seus instrumentos de proteção ambiental e os habitantes locais movidos pela necessidade de moradia. Tal questão apresenta os desafios da aplicação de instrumentos de políticas públicas ambientais em áreas protegidas onde incide visitação turística atraída pelas belezas naturais das praias e onde se eleva a especulação imobiliária. Tais fatores contribuíram para a alteração dos ecossistemas de manguezais típicos nessa APA à medida que os moradores passaram a habitar essas áreas. Em 2013, o órgão gestor responsável elaborou um projeto de recuperação das áreas desmatadas dos manguezais, provocando a insatisfação dos moradores. Nota-se, um ambiente de conflito impulsionado por interesses ambientais defendidos pelo Estado e os interesses de permanência de moradia dos atores sociais que vivem há gerações na Rua Camambá. A metodologia baseia-se no levantamento bibliográfico, dados secundários informados em documentos oficiais, entrevistas com moradores e agentes públicos, e observação direta. A base teórica situa-se na sociologia das ações conservacionistas e seus respectivos instrumentos de política pública, como as Unidades de Conservação, para compreender, no contexto Amazônico, a constituição de divergentes interesses e disputas, onde se expressam, sobretudo, os conflitos que têm se agravado, dada a incipiente participação de representantes dos interesses dos moradores locais nesse Conselho. Os resultados apontam a vila de Algodoal, e nela a Rua Camambá, marcadas pelo conflito alimentado pela omissão de informações aos moradores por parte do poder público, pela ausência de diálogo e pela mobilização frágil em defesa dos interesses sociais por parte dos atores locais.

PALAVRAS-CHAVE: atores locais, território, unidade de conservação, Camambá, vila de Algodoal

1 INTRODUÇÃO

O contexto de ocupação da Amazônia é marcado pelos interesses estatais e internacionais na diversidade biológica e cultural que compõem essa região. Nesse sentido, ao longo das décadas do avanço de sua formação sociopolítica foram instituídos alguns instrumentos de políticas públicas como estratégia do controle do território e, principalmente, dos recursos naturais existentes no bioma amazônico. As Unidades de Conservação (UC) são atualmente um dos principais instrumentos de organização dos territórios que apresentam recursos naturais com alta relevância para o desenvolvimento de pesquisas científicas das áreas das ciências naturais, além de serem delimitadas

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA). tharynbatalha@gmail.com

² Professora Doutora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA). mjaq@uol.com.br

para fins de resguardo e proteção dos recursos naturais. O estudo de caso da Rua Camambá situada na APA Algodual-Maiandeuá se propõe analisar os efeitos dos esforços das políticas públicas ambientais para atenderem os objetivos de preservação ambiental contrapondo a questão do dilema de moradia vivenciado pelos atores sociais locais que residem nessa rua formada em cima do ecossistema de mangue.

Para embasar essa análise buscou-se refletir sobre a linha teórica de discussão dos “territórios em recomposição” consequentes da atuação direta de instrumentos de políticas pública em disputa socioambiental pelo controle político da área e os desafios desse mesmo território para torna-se um “território de ação local” a partir da organização coletiva dos próprios atores envolvidos, defendendo seus interesses (TEISSERENC, P. e TEISSERENC, M. J., 2014).

Os recursos metodológicos se basearam na pesquisa bibliográfica, na análise de alguns documentos oficiais, além da pesquisa de campo que possibilitou avaliar as condições atuais desse cenário de disputa. Foram realizadas entrevistas com os moradores locais da Rua Camambá e com a gestora da APA a fim de coletar e analisar os diferentes posicionamentos defendidos por cada um desses atores.

Esse trabalho visa contribuir com as análises já desenvolvidas acerca da questão problemática que envolve esse processo de formação territorial em áreas protegidas instituídas na Amazônia e no Brasil.

2 TERRITÓRIO E AÇÃO LOCAL

O território é o lugar que desemborcam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS, M., 2007, p. 13).

A vasta produção de estratégias seja de caráter institucional governamental, seja da mobilidade de ações locais entre os atores interessados no controle de específicos recursos da natureza predominantes em um dado território é explicitada ao longo do contexto histórico de formação do conjunto de habilidades adotadas por essas distintas iniciativas de controle.

Então há de se notar a particular relação entre o domínio de um território – que para essa primeira reflexão entende-se como um espaço físico geográfico – apoiado num maciço discurso consolidado aos longos dos anos acerca da questão ambiental.

Diante disso, estudiosos como Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014) consideram o território como objeto de reivindicação socioambiental no contexto da “globalização e ambientalização dos conflitos”, onde tal perspectiva, nesse momento, passa a não se limitar especificamente à estrutura econômica, social e cultural, mas também incorpora a análise de como as populações residentes nesses territórios se organizam politicamente para resistir e legitimar seu direito tanto de moradia, quanto de acesso e uso dos recursos naturais provenientes desses espaços.

Nesse contexto, o território apresenta-se como ambiente oportuno para a produção de ações públicas que, por sua vez, incide na contínua reconfiguração das relações sociais estabelecidas nesses mesmos territórios. De acordo com Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014) esses são resultados da pressão da globalização e das exigências ambientais.

A ocupação na Amazônia baseada no incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas na região, como a exploração de matérias-primas e a implementação de áreas protegidas, são exemplos de como o território regional se recompõe através da produção de ações públicas em resposta aos interesses tanto da expansão da globalização quanto à pressão do movimento ambientalista.

A essa dinâmica de produção de novos territórios correspondentes ao contexto da economia global e da questão ambiental, Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014) qualificam esse processo como “territórios em recomposição”, ou seja, territórios onde instrumentos de ação pública são aplicados em função dos objetivos da globalização e dos desafios ambientais.

Para esse estudo, baseia-se na concepção de Lascoumes e Le Galès (2012, p. 22) que definem instrumento como, “[...] um dispositivo técnico com vocação genérica portador de uma concepção concreta da relação política/sociedade e sustentado por uma concepção de regulação.” E consideram que “um instrumento não é jamais redutível a uma racionalidade pura. Ele é indissociável dos agentes que programam seus usos, fazem-no evoluir e compõem, a partir dele, comunidades de especialistas” (LASCOURMES LE GALÈS, 2012, p. 22).

Desse modo, a aplicação de instrumentos de ação pública, por sua vez, pode atender os interesses de regulação do reordenamento territorial tanto do Estado quanto das mobilizações de atores sociais que vivenciam essas alterações nas relações sociais, econômicas e culturais. A inserção dos autores, Lascoumes e Le Galès (2012), corrobora com a reflexão de Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014) quando alertam para a emergência não somente de ações públicas voltadas para satisfazer interesses de transformações, mas para a capacidade de atores sociais se organizarem para enfrentar os problemas consequentes da globalização e das pressões ambientalistas. Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014, p. 98) enfatizam, portanto, que tais meios consistem “[...] geralmente em mobilizações de atores locais para o entendimento e para a organização de ações e projetos de caráter coletivo”.

Nesse sentido, pode-se considerar que em locais onde há evidências de produção de ação pública, como por exemplo, a instituição de áreas protegidas no território amazônico, que atende, geralmente, aos interesses e metas de iniciativas governamentais, sejam elas nacionais, regionais, estaduais ou municipais, tornam-se ambientes propícios a questionamentos por parte dos moradores locais, devido à imposição de um novo modelo de relações com o meio natural em função dos objetivos principais de conservação desses recursos naturais. Tal imposição gera um ambiente de insatisfação entre os atores impactados pelos instrumentos de regulação territorial e, esse cenário impulsiona a mobilização de atores locais.

Na medida em que a dinâmica local resultante desta mobilização se manifesta em uma capacidade dos atores em se engajarem em ações coletivas, e essas ações são fruto de trabalho comum, iniciadas, decididas e pilotadas localmente, consideramos que esse território em recomposição pode ser igualmente compreendido como “território de ação local” (TEISSERENC, P. e TEISSERENC, M. J., 2014, p. 98).

Com a resposta por meio do engajamento político dos atores sociais, se delineia um cenário de conflitos no território em recomposição resultante da dinâmica da produção de ações públicas, que passa a se configurar, portanto, num território de ação local.

De acordo com Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014) a mobilização de populares locais oportuniza um espaço para debates e confrontações entre os atores sociais envolvidos, para tratar

dos interesses conflitantes. No entanto, o bom resultado dessas ações locais depende da maneira como outros níveis de gestão se reproduzem nessas ações.

É nesse contexto que a transferência de competências evidencia seu protagonismo, como implicação de inovações institucionais, onde o Estado passa por um processo de descentralização do seu poder político, cedendo “espaço” para as iniciativas locais de gestão. Embora essas inovações institucionais sejam observadas em constante crescimento mediante a produção de novos territórios, a sua legitimidade é fragilizada, o que reflete diretamente na mobilização dos atores locais em se organizarem para dar respostas mais eficazes para o desafio imposto pela globalização e as diretrizes do desenvolvimento sustentável (TEISSERENC, P. e TEISSERENC, M. J. (2014).

Uma tal capacidade se manifesta habitualmente em dinâmicas locais de desenvolvimento – o desenvolvimento local – assentadas em espaços de interdependência entre atores heterogêneos preocupados em obter autonomia suficiente para engajamentos coletivos em ações que possam atingir a todos os aspectos da vida local; a diversidade dessas ações e seu caráter geralmente inovador testemunham o interesse dos atores locais por seu território de pertencimento e a vontade de buscar novos modos de gestão, até mesmo de modelos de desenvolvimento de acordo com os princípios da sustentabilidade. Nessas condições, o território da ação local se impõe ao mesmo tempo como território de desenvolvimento sustentável (TEISSERENC, P. e TEISSERENC, M.J., 2014, p. 99)

Apesar dessas relações se apresentarem num espaço de interdependência entre diferentes atores sociais, com seus respectivos interesses particulares, todavia é notável a necessidade do posicionamento político entre esses atores por meio do engajamento em ações coletivas frente às determinações consequentes do avanço dos interesses globais capitalistas e, mais especificamente, dos interesses fundamentados nos princípios do desenvolvimento sustentável em áreas delimitadas como áreas protegidas, sejam elas as Unidades de Conservação e até mesmo Terras Indígenas (TEISSERENC, P. e TEISSERENC, M.J., 2014).

Diante dessa perspectiva, esse artigo apresenta um estudo acerca da disputa socioterritorial na APA Algodual-Maiandeuá a partir das implicações consequentes do conjunto de instrumentos políticos, instituídos em resposta à pressão da economia global e os interesses de proteção ambiental, para assim auxiliar no controle do ordenamento territorial dessa área litorânea, que hoje revela um conflituoso dilema de moradia entre os atores sociais que residem na Rua Camambá, na vila de Algodual, e os órgãos governamentais responsáveis pela localidade.

Como se trata de uma UC os instrumentos adotados para a regulação e fiscalização dessa área refletem em normas e regras apoiadas, geralmente, em um plano de manejo, alterando o modo de acesso e uso dos recursos naturais que são predominantes nas Ilhas de Algodual e Maiandeuá. Tal situação contribui para a emergência de um cenário de contestação dos moradores locais que se vêem obrigados a cumprir regras de conservação ambiental instituídas pelo Estado, sem entender o que justifica a aplicação de um novo modelo de manejo desses recursos.

Essa dinâmica que envolve a insatisfação dos residentes das áreas protegidas reflete a aplicação de normas coercitivas, assim como, a negação das informações acerca de todo o processo que envolve a justificativa técnica de delimitação da área como protegida, e suas possíveis alterações nas relações socioambientais desenvolvidas ao longo de gerações naquele território.

Com isso, para reafirmar a sua capacidade de gestão e, principalmente, expor suas insatisfações diante da alteração das relações com o meio, os atores sociais apreciam um cenário

oportuno para mobilizações que possam consolidar suas reivindicações locais sobre aspectos que refletem as limitações de um desenvolvimento local sobrepostas por um complexo interesse técnico-utilitarista das ações estatais.

Para Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014, p. 104)

A reivindicação coletiva das comunidades acompanha-se de uma vontade de criar condições de uma capacidade de ação coletiva autônoma, um tipo de autodeterminação que permite a escolha e controle efetivo da execução de um futuro comum.

No entanto, contribuindo com a reflexão da “lógica da ação coletiva”, Marcun Olson (1998) aponta para a iniciativa não voluntária da mobilização dos indivíduos em função da obtenção de um interesse comum por meios de ações coletivas. Esse autor questiona a defesa do caráter “voluntário” de participação do indivíduo nessas iniciativas coletivas, atribuído à racionalidade e ao egoísmo por estudiosos das teorias de sindicatos e teorias marxistas de ação de classe.

Ainda que todos os indivíduos num grupo sejam racionais e egoístas, não é o facto de todos beneficiarem da concretização do objectivo do grupo que os leva a agir de forma a atingir esse objectivo. Na verdade, os indivíduos não agem com vista aos seus objetivos comuns ou com vistas ao interesse do grupo, a não ser que o número de indivíduos num grupo seja muito pequeno, ou que haja coerção ou qualquer outro estratagema especial que os leve a agir com vista a esse interesse comum (OLSON, 1998, p. 2).

Ou seja, esse autor não encontra relações mecânicas entre os objetivos comuns refutando a afirmação unívoca de que um indivíduo com seus interesses particulares se engaje coletivamente com todo empenho para conquistar os interesses comuns entre um grupo de indivíduos. Olson (1998) afirma isso considerando a possibilidade de existência de “indivíduos altruístas” e “indivíduos irracionais” em ação para as causas de benefícios coletivos e, apesar de não atribuir a essa possibilidade uma importância prática, ele introduz o debate acerca do “*free rider*” (proveitador), ou seja, aquele indivíduo que não participa dos esforços coletivos para obter um benefício, mas ainda assim se beneficia da conquista coletiva. Tal situação é considerada pelo autor como um dos principais desafios da cooperação entre os atores e seus interesses comuns.

É possível ilustrar, portanto, com base nas observações diretas durante a pesquisa de campo, e nas perspectivas teóricas de Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014), acerca do processo de formação de um território em recomposição que corresponde, ao mesmo tempo, como território de ação local, que há de fato um desafio posto ao desenvolvimento de uma ação coletiva local no âmbito do enfrentamento das imposições sociopolíticas conseqüentes da demanda dos interesses instituídos pela produção de ação pública.

Além dessa questão, nota-se que apesar do sentimento coletivo de insatisfação por parte dos moradores locais da APA com relação aos instrumentos de regulação instituídos na localidade que limitam o acesso e uso dos recursos naturais e até mesmo a apropriação do território em si, se apresentar como ambiente propício a motivação para mobilizações de caráter coletivo em contestação as ações estatais de gestão. As demandas de interesses individuais partindo dos integrantes de diferentes grupos de atores sociais apresentam geralmente, seus respectivos interesses concernentes a uma atividade econômica realizada por determinadas associações (grupos de atores sociais) como, grupo de carroceiros, grupo de atravessadores de canoas, grupo de barqueiros, grupos ambientais locais.

Estes grupos, ao exporem suas insatisfações, mostram que seus interesses individuais pertencem a cada uma dessas categorias de grupos de atores sociais e avaliam suas possibilidades de vantagens e desvantagens, por vezes, apenas sob o aspecto econômico, ao inserir-se num movimento de contestação coletiva.

Portanto, ao invés dessa racionalidade individual favorecer a consolidação de ações coletivas em prol dos interesses comuns, ela acaba por se configurar em um dos principais desafios da ação coletiva, devido a fragmentação dos interesses individuais sobrepostos aos coletivos. Como afirma Olson (1998), o indivíduo em um determinado grupo de interesse tende a avaliar as suas vantagens pessoais como fator condicionante da sua inserção na cooperação em busca da obtenção dos interesses coletivos.

Retomando as perspectivas anteriores acerca da recomposição territorial, mediante as demandas das premissas do desenvolvimento sustentável e dos avanços do capital, que vislumbram a articulação entre a contextualização de um território de ação local e o território de desenvolvimento sustentável, os autores Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014) concordam com a importância atribuída por Lopes (2006) ao fenômeno da *ambientalização*. De acordo com esses autores, tanto o movimento social quanto os conflitos sociais foram tocados por esse fenômeno, “o que afetou sobretudo a natureza dos conflitos, suas finalidades, sua justificação e, ao mesmo tempo, a composição do movimento social” (TEISSERENC, P., e TEISSERENC, M. J. , 2014, p. 100).

Ainda de acordo com os autores acima citados, a ambientalização foi acompanhada pelo processo de territorialização, à medida que se acentua a tendência das iniciativas estatais em ceder competências e recursos a poderes de níveis locais. Nesse sentido Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014, p. 101) afirmam que,

No contexto da Amazônia brasileira, esta territorialização da ação pública [criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável] favoreceu à reivindicação do território pelas chamadas populações tradicionais, nas quais se inserem grupos sociais como quilombolas e indígenas. Reivindicação esta constituindo um ponto de convergência para problemas enfrentados por esses grupos em suas experiências de vida. Seja a questão do direito à terra e ao uso dos recursos naturais, do estatuto como sujeito de direitos específicos, da cidadania, da cultura e da identidade.

Desse modo, o território passa a ser objeto de reivindicações socioambientais. No entanto, ressalta-se que esses atuais conflitos socioambientais territoriais são, na verdade, a continuidade de longos conflitos históricos enraizados nas inúmeras estratégias desenvolvimentistas aplicadas desde o processo de colonização da região. E que, como infere Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014, p. 100) esses mesmos conflitos são “reatualizados e por vezes intensificados”.

Em concordância com esses autores, admite-se que um território em reivindicação é fundamentado em diversas lutas pela apropriação ou até mesmo reapropriação por parte dos residentes afetados por uma nova dinâmica de territorialidade. A importância da reivindicação não está somente na luta pelo espaço físico onde se encontram disponíveis os recursos naturais, um dos elementos estruturadores das relações em que tais sociedades se reproduzem, mas, principalmente, no valor de pertencimento atribuído a esses territórios.

O território reivindicado, portanto, é material e imaterial ao mesmo tempo. Não se limitando a aspectos materiais e físicos, no território se encontra a dimensão e o valor simbólicos das instituições, dos eventos, das práticas que compõem a vida das comunidades que vivem do e para o território (TEISSERENC, P. ; TEISSERENC, M. J., 2014, p. x).

E, nessa mesma linha de reflexão,

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, M., 2007, p. 14).

Diante disso, Zhouri e Oliveira (2010, p. 457 *apud* TEISSERENC, P. e TEISSERENC, M.J., 2014, p. 104) chamam atenção para a não “descontinuidade cultural” do território que passa por um processo de reivindicação e, afirmam que a recusa dessa descontinuidade consolida ainda mais a mobilização dos atores sociais interessados em legitimar a luta pelo território.

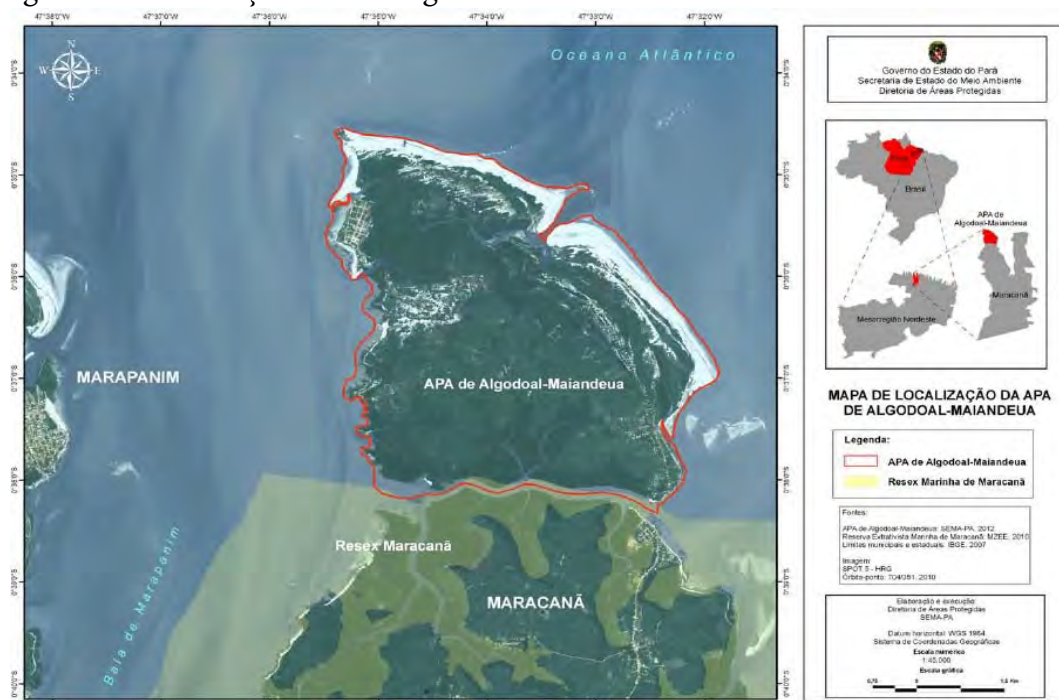
Em concomitância com a luta pelo território, o interesse em reafirmar a necessidade do reconhecimento dos saberes tradicionais mostra-se como um interesse impulsionado e integrado, mais uma vez, pela ambientalização. Haja vista, que nesse contexto de ambientalização dos conflitos, exige-se das conjunturas políticas globais uma relação mais estreita com as populações tradicionais, a fim de se incorporar esses conhecimentos locais num “processo de civilização na sua globalidade”.

3 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALGODOAL-MAIANDEUA

3.1 LOCALIZAÇÃO DA APA

Situada no litoral nordeste do estado do Pará na microrregião do Salgado, a APA Algodoal-Maiandeuá (Figura 1) limita-se ao oeste da baía de Marapanim, a leste com o rio de Maracanã e Reserva Extrativista (RESEX) de Maracanã, ao norte com o oceano Atlântico e ao sul com o furo³ do Mocooca, que a separa do continente (PARÁ, 2012).

Figura 1 – Localização da APA Algodoal-Maiandeuá



Fonte: SEMA-PA, 2012.

³ Furo, na região amazônica, é o nome dado a um pequeno rio que corre entre as árvores e serve de comunicação entre dois rios maiores.

Essa UC é composta por duas ilhas, a Ilha de Algodoal e a Ilha de Maiandeuá, que são separadas por um furo conhecido como “Furo Velho”. Subordinada administrativamente ao município de Maracanã, no estado do Pará, e foi de competência administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) até o final do ano de 2014, através de uma gerência de UC. Desde o dia 1º de janeiro de 2015, a UC está sob responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).

A APA apresenta as seguintes porções territoriais:

A APA abrange uma área de aproximadamente 3.100,34 ha, onde a Ilha de Algodoal ocupa 605,52 ha, contendo a Vila de Algodoal, a Praia da Princesa, Praia do Farol e áreas de mangues, restingas e dunas. A Ilha de Maiandeuá ocupa 2.494.82 ha, onde se localizam as vilas de Fortalezinha, Mocooca e Camboinha, as localidades de Camaleão, Passagem e Pedra Chorona, assim como praias, mangues e áreas de terra firme com vegetação (PARÁ, 2012, p. 22).

Essa APA dispõe de três pontos de acesso partindo da capital do Pará, Belém: o distrito de Marudá, saindo pela BR 316 até o município de Castanhal, depois seguindo pelas PA 136 e PA 318; Quarenta do Mocooca, partindo pela BR 316, seguindo pela PA 127, PA 395 entrando na Estrada do Quarenta; o município de Maracanã, partindo também pela BR 316, seguindo pela PA 127. Ambos necessitam do transporte fluvial para efetivar a chegada na APA, por meios de pequenas embarcações ou rabetas.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM DA APA

A APA Algodoal-Maiandeuá está inserida no Bioma Amazônia, apresenta uma paisagem marcada pelo ambiente bucólico e de beleza cênica predominante no litoral brasileiro. Essa APA é formada por quatro comunidades pesqueiras: Algodoal, Camboinha, Mocooca e Fortalezinha. A Vila de Algodoal e a Vila de Fortalezinha se destacam por receber em maior número, turistas de todos os lugares do mundo, por apresentarem extensas praias paradisíacas cercadas de dunas que possuem uma vegetação característica de restinga e oferece frutas em abundância, principalmente na época de colheita do caju e do ajuru (QUARESMA, 2003).

Por ser uma área protegida composta por ilhas – Ilha de Algodoal e Ilha de Maiandeuá – a água é um recurso natural que influencia diretamente no cotidiano dos moradores da UC.

Andrade (1984) aponta algumas características da água na Zona do Salgado:

(...) o Baixo Salgado, onde predomina a água doce; o Médio Salgado, onde ocorre a mistura das águas do oceano com as águas dos rios; o Alto Salgado, onde se concentra a água oceânica e conseqüentemente a maior salinidade. Os pescadores referem-se a essas áreas de outro modo: a *beira* é a denominação dada por eles às áreas próximas ao continente (Baixo Salgado), onde realizam a *pescada dentro ou da beira*; *lá fora* é a expressão que eles usam para se referir ao Médio Salgado (quando lá estão, eles dizem que estão pescando *lá fora*); *no mar* é o *locus* das águas oceânicas (o Alto Salgado), a *pescada é então do mar*.

O ecossistema predominante nessa região do Salgado faz da APA, uma localidade de rica diversidade natural, composta por uma variação de vegetação. Nesse sentido, observa-se a presença de manguezais, apicuns, as restingas, as dunas, os igapós, as praias e as barras arenosas (BASTOS, 1996, *apud*, QUARESMA, 2003).

A APA é constituída de cinco tipos de vegetação: o mangue na porção sul, centro e norte da ilha; apicuins nas zonas hipersalinas; mata permanente inundada em pequenas machas; vegetação secundária no centro-sul da ilha; e vegetação de restinga que ocupa uma grande faixa da planície arenosa na porção norte, nordeste e oeste da ilha (MARGALHO; ROCHA; SECCO, 2009, p. 304).

De acordo com Pará (2012) nessa UC com 3.100,34 ha “(...) estima-se que os manguezais são mais representativos com 46,78% da área da Unidade, seguido de 31,19% de vegetação secundária; 15,12% de restinga, de 6,59% de campo alagável; e 0,33% de apicum”.

3.3 HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA APA

Na tentativa de resguardar as paisagens de belezas cênicas da região nordeste do estado do Pará, destacado pela costa litorânea que se funde com a paisagem amazônica, foi instituída a APA de Algodoal-Maiandeuá, em 27 de novembro de 1990, pela Lei nº 5.621. O processo de criação desta APA é representado por iniciativas de grupos ambientais preocupados com a devastação do meio ambiente natural advindo do crescente aumento de visitas de pessoas em busca do lazer, e melhor contato com a natureza no interior das Ilhas de Algodoal e Maiandeuá, ilhas que compõem a APA Algodoal-Maiandeuá.

Nesse sentido, em 1989, o Grupo Ecológico da Ilha de Maiandeuá (GEIMA), destaca-se por ter sido o responsável pela iniciativa de conservação ambiental na localidade, tal iniciativa levou ao amadurecimento da proposta de criação de uma área protegida através do levantamento de dados secundários de visitas técnicas para avaliação do ecossistema predominante na área que foram transformados em documentos técnicos que afirmavam a necessidade de criação de uma UC. Após esse período de estudos e levantamento acerca do ecossistema característico da área, esses documentos foram encaminhados para o Deputado Bira Barbosa na Assembléia Legislativa do Pará, assinados pela Sociedade de Preservação da Amazônia (SOPREM) e o GEIMA, intitulado como Projeto de Lei nº 110/89, em 30 de novembro de 1989 (PARÁ, 2012).

Em 1990, foi elaborado um diagnóstico ambiental preliminar apontando as áreas necessitadas de proteção pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA), da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), no qual atendia também à solicitação do Conselho da Saúde, Saneamento e Meio Ambiente (CONSAMA) e a denúncia de degradação ambiental do GEIMA.

De acordo com Quaresma (2003), o GEIMA com o apoio do então técnico da antiga SECTAM, Crisomar Lobato, foram fundamentais para o incentivo a criação desta APA. No entanto, a autora ressalta que esse grupo era composto por admiradores das exuberantes paisagens naturais locais, e eram motivados pela proteção dos recursos naturais existentes na ilha, atuavam mais nas questões de fiscalização. “A ONG denunciava a retirada de produtos naturais e a destruição de importantes ecossistemas locais” (QUARESMA, 2003, p. 223). Como consequência dessa estratégia, foi promulgada a Lei Estadual nº 5.621 de 27 de novembro de 1990, na qual dispõe sobre a criação da APA Algodoal-Maiandeuá, no município de Maracanã. Ressalta-se que foi a primeira UC estadual a ser instituída através de uma lei específica.

O Conselho Gestor dessa APA foi criado pela Portaria nº 291/2006 com 22 membros, através da Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM). Em 2009, foi publicada a Portaria nº 1.357/2009 GAB/SEMA que solicitava a renovação do conselho gestor com 18 membros de instituições governamentais e não governamentais.

Com a extinção da antiga SECTAM por meio da Portaria nº 7.026/2007 que de acordo com Pará (2012), instituiu a SEMA e criou as Gerências de Unidades de Conservação, sendo que são setores lotados na Coordenadoria de Unidades de Conservação (CUC) que está subordinada a Diretoria de Áreas Protegidas (DIAP). A partir do ano de 2008 iniciaram as nomeações de gestores da APA, sendo que até 2012 essa unidade já passou por três gestores, contando com um corpo variado de técnicos para as especificações da ilha.

4 TERRITÓRIO DE ESTUDO: BREVE HISTÓRICO DA VILA DE ALGODOAL

O histórico de formação socioterritorial mostra que a Vila de Algodual situada às margens da baía de Marapanim, entre o igarapé do Furo Velho e o do Muniz, passou paulatinamente a ser conhecida no âmbito nacional e internacional pelo ambiente bucólico de interação direta com a natureza devido às suas longas extensões de praias, com dunas de areias, áreas de mangues, além da diversidade da flora e fauna características das áreas litorâneas (QUARESMA, 2003). Ainda hoje o local é um dos principais pólos turísticos do litoral do estado do Pará, os fluxos mais intensos de visitação são nos períodos de férias escolares, no mês de julho e no mês de dezembro, os longos feriados também são oportunos para o aumento do fluxo de turistas que variam de destinos, partem de municípios do próprio estado até das regiões como o eixo sudeste e sul.

De acordo com Cardoso (1997), o surgimento da Vila data o ano de 1920 com o impulso da prática da pesca artesanal de pescadores que moravam em vilarejos próximos aquele ponto conhecido como de boa pescaria, a Vista Alegre e Camará (Marudá/Marapanim). Na descrição do autor, os pescadores iniciaram uma tímida ocupação, tanto que no ano de 1930 eram contadas apenas 30 casas. Essas casas localizadas inicialmente enfrente a praia eram construídas com barro, madeiras retiradas do mangue, chão batido e cobertas com palhas. No entanto, o que marca o processo inicial de formação territorial dessa vila é a disputa pela posse travada entre dois municípios localizados próximos à ilha, o município de Maracanã e o município de Marapanim.

Iniciou-se assim um lento processo de “ordenamento social”, passando Algodual a ser planejada, a fim de abrigar de forma mais organizada os futuros súditos do principado local. O principal elemento desencadeador desse processo é a disputa político administrativa da ilha. Surge um principado, cujas figuras de princesas e reis e cujas imagens míticas relacionadas à natureza são elaboradas paralelamente ao povoamento da ilha (QUARESMA, 2003, p. 198).

Conforme a afirmação da autora se estabeleceu um ambiente de disputa político-administrativo que desenharia o percurso de ocupação social de acordo com os interesses políticos do município que ficasse responsável pela vila. É interessante a atenção dada pela autora diante do imaginário criado nas especulações pelos moradores acerca do surgimento da vila, onde de acordo com eles, haveria um principado na ilha onde reinava uma princesa naquelas dunas. Outro elemento fundamental que influenciou na dinâmica socioterritorial foi o crescimento da atividade turística, por conta da potencialidade de visitação marcante da ilha. Quaresma (1997, p. 202) considera que o processo de Turistificação⁴, ocorrido principalmente a partir do ano de 1970 foi um dos principais responsáveis pela diversificação de atividades econômicas.

⁴ É o processo pelo qual um território passa a ser organizado de acordo com as demandas emergentes da atividade turística enquanto uma atividade econômica em ascensão (RUSCHMANN, 1997).

A vila que até então era baseada numa atividade econômica de subsistência comum nas áreas litorâneas, a pesca e o roçado, passou a ser ampliada pelo setor de serviços como opção de trabalho – os serviços turísticos – à medida que o fluxo de visitantes, sejam eles turistas ou veranistas crescia, aumentava o número de pousadas na ilha, aumentava também a necessidade de uma organização do transporte, nos comércios, ou seja, naquele momento a atenção era voltada para a organização de uma cadeia produtiva voltada para a consolidação de uma atividade econômica que carregava uma séria responsabilidade com as expectativas dos moradores locais interessados, principalmente, no retorno econômico a curto prazo do turismo como alternativa de renda à tradicional pesca artesanal.

Embora o turismo seja, geralmente, oportuno em áreas de características semelhantes ao ambiente natural, social e cultural como na vila de Algodual, Quaresma (2003) alerta para as vantagens e desvantagens refletidas na estrutura sociocultural,

Na esfera cultural, o turismo tem múltiplos poderes. De fato, ao mesmo tempo em que pode possibilitar o resgate e a valorização da cultura local e de seu cotidiano, pode também ser capaz de substituí-los por padrões totalmente diferentes dos originais, ou padronizá-los de forma artificial, a fim de atender às expectativas dos visitantes (QUARESMA, 2003, p. 210).

Além das mudanças no comportamento dos atores locais, outra questão passou a preocupar os admiradores da ilha, a acelerada degradação ambiental consequente, principalmente, da comercialização de porções de terreno agravada e incentivada pelos interesses na atividade turística, moradores locais vendiam a um preço inócuo seus casebres localizados a beira mar, aos investidores do turismo, aos comerciantes e aos veranistas. Esses atores locais passaram a ocupar ambientes cada vez mais próximos ao mangue, a retirar madeiras para venda, a retirar pedras para construção de casas de alvenaria.

Com isso, em 1970 foi criado pelo um grupo de admiradores que moravam em Belém, mas eram frequentadores da ilha há muitos anos, o Grupo Ecológico da Ilha de Maiandeuá/Algodual (GEIMA). O objetivo principal desse grupo era o de preservação dos recursos naturais existentes na ilha, atualmente esse grupo não está mais em atividade. No entanto, reconhece-se que ele foi o principal articulador para que a ilha se tornasse e fosse fiscalizada como uma Área de Proteção Ambiental, como já foi explanado no capítulo anterior, instituída em 1990 pela SECTAM.

A alteração do ecossistema de áreas litorâneas com alto grau de atratividade turística vem sendo estudada por autores como Ruschmann (1997), Quaresma (2003) que aponta as possíveis e irreversíveis modificações causadas pelo desordenamento dessa atividade econômica, como “[...] a destruição de áreas de manguezal, a alteração do microclima local, a poluição de mananciais de água, a redução da fauna e flora, a erosão, o assoreamento de rios e praias etc.” (QUARESMA, 2003, p. 210). Nesse sentido, a mobilização por parte do grupo ambiental atento para o aumento do fluxo de visitantes na localidade, foi outro fator essencial e marcante para a recomposição territorial na vila de Algodual. Em 1990, foi instituída a APA Algodual-Maiandeuá, com isso surgiu um conjunto de regras e metas a serem seguidos de acordo com as premissas da conservação ambiental. Essas medidas, por vezes baseadas em restrições e coerções, contribuem com um cenário de repulsa às ações do órgão responsável pela APA por parte dos moradores locais. Desde então, a localidade se tornou um objeto de reivindicação socioambiental, de interesse do Estado, representado pelo órgão ambiental responsável e de interesse da sociedade civil.

5 REFLEXOS DO TERRITÓRIO EM RECOMPOSIÇÃO: O CASO DA RUA CAMAMBÁ

A APA Algodual-Maiandeuá sofreu influências nos diversos aspectos de ordem política, social, econômica, ambiental e cultural durante o seu processo inicial de ordenamento territorial. A ilha conhecida por ser um ponto de boa pescaria pelos pescadores que viviam nas mediações dessa localidade passaram, gradativamente, a fixarem suas casas na localidade, que mais tarde se tornaria e seria conhecida como a atual vila de Algodual. As relações sociais iam se estabelecendo de acordo com o acúmulo de aprendizagem absorvidas através de vivências ao longo de gerações por essas comunidades haliêuticas. A pescaria, nesse sentido, tornou-se a principal atividade de subsistência, até o ano de 1970, os moradores da vila se apoiavam exclusivamente na pesca e na produção de farinha, foi a partir desse ano que se evidenciou o intenso processo de turistificação que a vila começara a sofrer, alterando a economia de subsistência para a abertura do setor de serviços turísticos.

Dentre os efeitos desse processo inicial de organização de todo um complexo de serviços voltado para o atendimento turístico na localidade, está o impulso dos moradores locais em venderem seus casebres de pescadores situados na beira da praia para os primeiros investidores e veranistas que começavam a despertar para a potencialidade de um lugar turístico. Essa dinâmica de venda e compra de casebres, ou porções de terreno a beira mar foi um dos fatores que levaram os atores locais a se aproximarem cada vez mais do ambiente de manguezal, além disso, de acordo com Cardoso (1997) a vila no ano de 1938 já passara por uma enchente que acabou invadindo as casas de pescadores localizadas na beira do mar, esse acontecimento ocasionou o deslocamento inicial dos moradores da vila, pode-se considerar como outro fator de diferente causa, o de ordem natural, consequente de um fenômeno natural.

A descrição do movimento dos moradores locais para as áreas de mangues tem por finalidade ilustrar o ponto de partida da questão de conflito socioterritorial que atualmente se observa na inquietação por parte dos moradores da Rua Camambá com relação ao objetivo de recuperação do ecossistema de mangue em que se apóiam o órgão gestor responsável pela elaboração do projeto ambiental.

A Rua Camambá (Figura 2) está situada na parte interior da vila de Algodual, foi se ordenando próximo ao manguezal, hoje é possível observar casas, ainda no modelo típico da arquitetura de casas de pescadores, construídas em cima mesmo do mangue (Figura 3). Sem condições adequadas de saneamento básico, os moradores jogam seus dejetos no próprio mangue, intensificando dessa forma a degradação desse ecossistema. Em alguns trechos da rua ainda se pode ver os sararas, uma espécie de caranguejo pequeno que habitam o mangue. Essas casas são de famílias de moradores nativos da ilha, ou seja, pessoas que nasceram e se criaram nesse local, atores sociais envolvidos nesse percurso contínuo de recomposição territorial.

Com base nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo alguns moradores da rua informaram que em 2013 foram notificados por um documento da Superintendência do Patrimônio da União do estado do Pará (SPU) sobre o remanejamento previsto das famílias moradoras das áreas de manguezal para outro local para fins de recuperação do ecossistema em situação de intensa degradação.

Figura 2 – Trecho da Rua Camambá, condições atuais da ausência do saneamento básico.



Fonte: Tharyn Machado, 2015.

Figura 3 – Modelo de casa típica na Rua Camambá.



Fonte: Tharyn Machado, 2015.

Esses informantes salientam que tal notificação não explica claramente as reais condições da nova moradia, alegam também que o local delimitado para o remanejamento de suas famílias fica alguns quilômetros de distância do centro da vila, consideram que esse deslocamento para o interior da ilha não seria vantajoso. Isso prejudicaria, principalmente, os que prestam serviços turísticos, como carroceiros, canoieiros, diaristas que trabalham em pousadas e hotéis locais, garçons e garçonetes que prestam serviços nos bares e restaurantes locais.

Em entrevista realizada com um representante do poder público, a representante da SEMA e gestora da APA considera essa questão que envolve o processo de ordenamento territorial da localidade como um dos principais desafios da gestão ambiental atual da localidade. A gestora esclarece que nesse território incide o poder de três esferas governamentais, a Prefeitura de Maracanã, o estado e o governo federal. Com isso, os três poderes necessitam de uma articulação consistente, além de terem competências bem definidas para trabalharem em prol do andamento da regularização fundiária para que possa beneficiar os moradores da APA, lhes dando melhores condições de moradia, além de cumprir os objetivos da proteção ao ambiente natural.

De acordo com a gestora esses benefícios são oportunos, principalmente, para os moradores que investem no turismo local. Com a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)⁵ conquistada, eles

⁵ "Art. 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social,

ficam respaldados diante das instituições financeiras. Entre os benefícios estão: empréstimo em bancos, recebimento de recursos de projetos sociais e o financiamento a baixos juros através de programas de incentivo as pequenas empresas.

Diante disso, é possível inferir que a aplicação de um instrumento público ambiental direcionou e continua a direcionar o processo de recomposição territorial, como defendem Teisserenc P. e Teisserenc, M. J., (2014) a partir dos interesses de salvaguardar os recursos ambientais que compõe o cenário da APA e os interesses do avanço do turismo como principal atividade econômica local. Nesse sentido, revela-se outro aspecto intrínseco da dinâmica que envolve o interesse de remanejar as famílias da Rua Camambá, esse efeito reflete o avanço do surgimento de pousadas e hotéis construídos para atender a demanda de turistas que procuram a vila e períodos de alta temporada, como nos feriados prolongados, férias de julho e dezembro.

Desde o início da formação territorial, a ilha de Algodoal-Maiandeuá configurou-se como área permanente de disputa. Ao longo dos anos, com a instituição da área como unidade de conversação de uso sustentável a diferenciação entre os interesses nesse território ficaram mais evidentes. De um lado os órgãos governamentais seguindo as diretrizes do debate mundial acerca da preocupação com o avanço da degradação ambiental, e de outro, os moradores locais aspirando o progresso para a ilha através da consolidação da atividade turística que começara a ser considerada uma fonte de renda alternativa para a comunidade.

Como se trata de um território de disputas contínuas, o caso específico da Rua Camabá retrata os efeitos da organização de múltiplos atores em prol de interesses divergentes. Com base nas reflexões teóricas desenvolvidas por Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J. (2014) o território em que a APA está delimitada questão revela-se com um território em recomposição à medida que o ambiente de relações sociais passa a se organizar a partir das diretrizes institucionais de interesse global e ambiental.

Apesar dessas diretrizes materializadas em um conjunto de normas e regras de acesso e uso dos recursos naturais e do próprio território em si incomodarem os moradores, esse atores locais apresentam um abstenção em termos de organização coletiva em prol de seus interesses. Na Rua Camambá, os argumentos variam de acordo com a diversidade de interesses de cada família residente da área. Alguns moradores, argumentam que desconhecem detalhadamente as vias da real situação do remanejamento, reforçam que não houve uma reunião para tratar do esclarecimento dessa questão, apenas “passam aqui na rua fazendo fotos, e anotando tudo” como refere-se um informante morador dessa rua emblemática.

Outra questão que chama atenção é alternativa encontrada pelos moradores para tentar solucionar esse dilema do deslocamento para outra área, é o aumento de casas e loteamento de terrenos situados no mangue devastado postos à venda. Essa movimentação reflete o desconhecimento dos próprios atores locais acerca da ilegalidade da venda, e sobre a inexpressiva ou até mesmo ausente comunicação entre os órgãos governamentais com a comunidade.

Em junho de 2013 foi realizada uma das primeiras ações do projeto de recuperação das áreas devastadas do manguezal, essa ação consistiu na derrubada de um dos bares mais conhecidos da vila de Algodoal, o “Raízes do mangue”, como o próprio nome já se apresenta, esse bar localizava-

urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas. (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)" (BRASIL, 1967).

se em cima do mangue e era conhecido por promover eventos durante os períodos de maior fluxo de visitação na ilha. De acordo com as informa es cedidas pelo até então órgão responsável, a SEMA, essa a o foi necessária por que esse estabelecimento já tinha avançado e comprometido uma extensão considerável com o desmatamento. A SEMA justificou que essa derrubada do estabelecimento seria necessária para a prepara o do local para o plantio de novas mudas, no entanto, em pesquisa de campo em agosto de 2015, pôde-se verificar apenas o espaço inutilizado, ou seja, essa a o não foi realizada conforme o planejamento citado pelo órgão gestor.

Em entrevista com o proprietário do bar, ele critica a aço da SEMA, a considera abusiva, pois defende-se como morador local nascido e criado na vila, o qual seu único sustento era do seu ponto comercial, que hoje não existe mais, além disso questiona a motiva o da diferencia o de tratamento entre os pontos comerciais localizados na mesma área, que assim como o “Raízes do mangue” também invadiram uma área do mangue para construir seu ponto. Esse morador quando questiona essa diferencia o no tratamento refere-se a um hotel construído com três andares na vila por investidores estrangeiros. Diante dessa indaga o do morador, levanta-se uma questão interessante para ser analisada e lançada ao debate acerca dos planos de aço organizados para defender os ecossistemas de manguezais: o órgão trabalhar  notificando igualmente esses estabelecimentos? Quais são os critérios para permanência ou não de um estabelecimento comercial na  rea?

O caso da Rua Camambá está bem longe de ser resolvido, no entanto, nota-se a necessidade da emergência de uma organiza o coletiva entre os moradores para que possam reivindicar por mais informa es acerca de todo o processo que envolve o projeto de remanejamento das famílias moradoras, além de organizarem comissões que possam favorecer ambientes de debates acerca das vantagens e desvantagens desse projeto que pretende reflorestar o manguezal.

6 CONCLUSÃO

Esse estudo teve como objetivo lançar o caso emblemático da Rua Camambá situada na Vila de Algodoal, uma das vilas que compõe a APA Algodoal-Maiandeu, devido   urgência de se debater o desafio da organiza o coletiva dos moradores que residem num território onde incidem as a es de instrumentos públicos para regula o da área delimitada em fun o das demandas da discussão mundial acerca da questão da prote o ambiental, além de ser um local turístico no litoral paraense que desperta interesses diversos relacionados ao retorno econômico.

Diante do percurso analisado até o momento,   possível considerar a sobreposi o de interesses um fator que dificulta a rela o entre o Estado e a sociedade civil, onde os objetivos do órgão público ambiental prevalecem continuamente nos ambientes de debates do conselho gestor, enquanto que a comunidade em geral reivindica melhores condi es de moradia, saneamento, e flexibilidade a abertura da circula o de transportes automotores como motocicletas e pequenos tratores para auxiliar na coleta do lixo e são confrontados com um arcabouço de argumentos em defesa do ambiente. Com isso, salta-se a seguinte questão: quais são os limites da defesa ambiental? A gestão coletiva acontece, quais são as suas limita es?. A situa o atual do canal de troca de informa es entre os moradores e os representantes do Estado apresenta-se como um dos principais fatores que prejudicam essa articula o, e conseqentemente interfere na gestão construída coletivamente. Proposital ou não, o desafio do “território em recomposi o” se tornar momentaneamente um “território de aço local” como defendem Teisserenc, P. e Teisserenc, M. J.

(2014), se agrava com o desencontro de informações, refletindo a frágil ou inexistente mobilização entre os atores locais para reivindicação, como é analisado no caso da Rua Camambá.

Os moradores da rua em questão desenvolvida em contato direto com o mangue, apesar de insatisfeitos com o projeto que pretende remanejá-los da área, pouco se mobilizam para exporem suas dúvidas, suas condições, e se recusam a participar das reuniões quando ocorre. Enquanto isso, as decisões continuam sendo tomadas, debatidas pelos órgãos governamentais e gradativamente as ações começam a ser desenvolvidas na localidade.

Esse cenário de disputa socioterritorial não é restrito a realidade atual da vila de Algodual, a tensão conflitual ocorre em outras áreas delimitadas como áreas protegidas. Essa ocorrência demonstra a necessidade de investigação, análise e problematização dos fatores históricos de formação territorial que originam esses casos emergentes da disputa socioterritorial, atentando para uma dinâmica global que reflete nas relações mais específicas e locais. A intenção desse estudo, por sua vez, não é a de estagnar todas as possibilidades de análises, mas a de contribuir com os estudos já realizados acerca dessa temática, sugerindo uma reflexão que possa destacar os atores locais como os principais agentes desses territórios em recomposição.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. de. **Folclore na região do Salgado, Pará: teredos na alimentação**. São Paulo: Escola de Folclore, 1984.
- BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 271, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0271.htm>. Acesso em 20 de out de 2015.
- CARDOSO, L. F. C. E. . Criança na pesca: brincadeira ou trabalho. In: **V Seminário de Iniciação Científica do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém. Livro de Resumos/PIBIC. Belém: MPEG/CNPq, 1997. p. 45-45.
- LASCOURMES, P.; LE GALÉS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. In: **Revista Pós Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**, v.9, n.18, 2012. 233p. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 19 – 39.
- LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano 12. n. 25. jan./jun. 2006 p. 31-64.
- MARGALHO, L. F.; ROCHA, A. E. S. da; SECCO, R. de S. Rubiaceae Juss. da restinga da APA de Algodual/Maiandeuá, Maracanã, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Naturais**, v. 4, n. 3, p. 303-339, 2009.
- OLSON, Mancur. **A lógica da ação colectiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Trad. M.D.C. Guerreiro; M.L. Faria. Rev.Téc. P.T. Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1998. 168p. <Original: 1965>
- PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Algodol-Maiandeuá**. Belém: SEMA, 2012.
- QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da princesa**. Belém: UFPA, NAEA, 2003.
- RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. – 8.ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- SANTOS, M.. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. e BECKER, B. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição. Coleção Espaço, território e paisagem. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2007.
- TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M.J. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. In: **Revista Sociologia & Antropologia**. - PPGSA, Rio de Janeiro, v.04.01: junho, 2014, p. 97- 125.

O TERRITÓRIO QUILOMBOLA AMAZÔNICO: UM ESTUDO DE CASO NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Carla Joelma de Oliveira Lopes¹

João Santos Nahum²

RESUMO

Analisamos o território quilombola amazônico enfocando a comunidade quilombola de Araquembaua no município de Baião – PA. Objetivamos de forma geral identificar elementos que nos ajudem a compreender como vem se configurando o modo de vida em Araquembaua nos últimos quinze anos, período posterior ao processo de titulação do território ocorrido a partir das mudanças legais propostas pela Constituição Federal de 1988. Procuramos levantar dados que nos subsidiem na compreensão das dinâmicas culturais, simbólicas e materiais que despontam no lugar. E, finalmente buscamos analisar, a partir das territorialidades que se expressam nas antigas/novas relações de poder que ali se apresentam, como os territórios quilombolas contemporâneos da Amazônia vem se comportando e se expressando do ponto de vista da configuração sócio-espacial e política. Concluímos, a partir do exemplo do território quilombola de Araquembaua, que a conquista da posse da terra não alterou os traços do modo de vida das comunidades quilombolas amazônicas mantendo, por exemplo, a dependência e a subordinação ao mercado; que a ameaça sobre a posse da terra continua uma vez que os limites oficiais dos territórios demarcados nem sempre são respeitados e que ocorrem sobreposições de territorialidades e territorializações de outros atores. O artigo está dividido em três partes, além da introdução e conclusão. Na primeira parte discutimos o modo de vida da comunidade, na segunda refletimos sobre a titulação e as novas dinâmicas territoriais que despontam no lugar e finalmente, analisamos as dinâmicas socioespaciais dos territórios quilombolas da Amazônia atualmente.

Palavras-Chave: Território Quilombola Amazônico. Modo de vida. Titulação. Territorialidades.

INTRODUÇÃO

Analisamos o território quilombola de Araquembaua, localizada na região nordeste do Baixo Tocantins no município de Baião-PA, pertencendo a Mesorregião Nordeste Paraense e a Microrregião de Cametá. Enfocamos esse território a partir de sua titulação, procurando compreender as rupturas e continuidades, isto é, elementos que nos ajudem a compreender como vem se configurando o modo de vida em Araquembaua nos últimos quinze anos, período posterior ao processo de titulação do território, ocorrido a partir das mudanças legais propostas pela Constituição Federal de 1988. Sustentamo-nos em dados que nos subsidiem na compreensão das dinâmicas culturais, simbólicas e materiais que despontam no lugar. E, buscamos, também, analisar, a partir das territorialidades que se

¹Licenciada em Geografia. Acadêmica do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Email de contato: carlajoelma@gmail.com

²Geógrafo; Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP, Rio Claro); Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Email de contato: prof.joaonahum@gmail.com

expressam nas antigas/novas relações de poder que ali se apresentam, como os territórios quilombolas contemporâneos da Amazônia vem se comportando e se expressando do ponto de vista da configuração sócio-espacial e política.

Partimos do pressuposto que a titulação representou um evento para o lugar. Por evento compreendemos aquilo que é capaz de promover alterações significativas na configuração espacial, na dinâmica social e no território usado (NAHUM; SANTOS, 2013), que é capaz de ressignificar o lugar provocando o estranhamento, produzindo uma esquizofrenia espacial e, ao mesmo tempo, revelando rupturas e permanências.

Trabalhamos com as hipóteses de que os usos do território na comunidade de Araquembaua não são homogêneos e sinalizam relações de conflito, resistência e antagonismo com relação a assunção da identidade étnica quilombola; que a comunidade desenvolveu estratégias de permanência assentadas em práticas tradicionais como a pesca, a caça e a agricultura de subsistência; que a demarcação territorial foi feita a partir destes usos o que enquadra a comunidade de Araquembaua nas características das populações camponesas que tem o uso tradicional da terra como traço comum e não reflete particularmente a territorialidade étnica quilombola.

Pensamos o trabalho a partir da ideia de *evento* (NAHUM, 2013). Analisamos um período de tempo (T1) que diz respeito ao tempo anterior ao processo de titulação, considerando nessa análise o modo de vida desenvolvido pela comunidade e os aspectos que sinalizam a imanência da chegada do evento. Em seguida, estudamos o evento que em nosso entendimento é a titulação do território quilombola. Analisamos ainda um período de tempo (T2) que é posterior ao evento com a finalidade de compreendermos as mudanças e permanências que se expressaram no lugar a partir do evento.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e conclusão. Na primeira parte discutimos o modo de vida da comunidade, na segunda refletimos sobre a titulação e as novas dinâmicas territoriais que despontam no lugar e finalmente, analisamos as dinâmicas socioespaciais do território quilombola de Araquembaua atualmente.

1. O MODO DE VIDA - O LUGAR EM EVIDÊNCIA

No ano 2000 um processo coletivo de titulação de terras quilombolas foi enviado ao ITERPA representando um total de 26 requerimentos de Titulação Coletiva de remanescentes de quilombos. Entre eles encontrava-se o de Araquembaua e de comunidades próximas como as comunidades de Bailique Centro, Bailique Beira, Poção, São Bernardo, Igarapé Preto, Baixinha, Campelo, Pampelônia, Varzinha, Itaperuçú, Baixinha França, Cupu, Igarapezinho, Teófilo, Carará, Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro, todos no município de Baião. Dois anos depois a titulação veio como resposta a essa demanda.

A titulação do território quilombola representou um evento na vida de Araquembaua capaz de alterar algumas dinâmicas culturais e espaciais importantes para a comunidade. Mas, entender o processo de titulação é um esforço que se volta primeiro para a compreensão das dinâmicas do lugar, que é pensado aqui como um conjunto de possibilidades e como principal fonte explicativa do evento. São nas condições territoriais,

técnicas e políticas que se desenhavam em Araquembaua no T1 que podemos ver a gênese da titulação quilombola.

O tempo de viagem de Belém até Araquembaua é de aproximadamente seis horas de viagem de ônibus e mais ou menos quatro horas de carro particular. Há pouco tempo atrás, no entanto, a única forma de acesso à localidade era a possibilidade de sangrar o rio Tocantins, ancorar em Baião e, em seguida, embarcar nas pequenas embarcações, popularmente chamadas de *pô pô pô* em decorrência do barulho do motor. Viagem que demandava muito mais tempo, em média 14 horas. A diferença das horas gastas na viagem sinaliza uma mudança bastante significativa. Agora existem estradas onde antes era vegetação primária, floresta fechada. A pequena localidade, que antes só podia dispor como transporte de barquinhos e bicicletas, já partilha o problema da poluição sonora e ambiental por conta da invasão pela PA 151 das motos e carros. De fato, alguma coisa se alterou.

A mata verde e a terra alta acompanhadas do trapiche e de uma enorme escada vivem nas memórias. Às quais se soma a pequena igreja, vista ao longe de quem chega de barco e a mangueira centenária que abriga em seus domínios um banquinho de madeira, testemunha de muitos causos e namoros. Em cada casa da primeira rua, um pequeno porto, uma escada de acesso particular que delimita, ainda que minimamente, algo de privado nessa comunidade. Tem o porto do Cabral. O porto do Nei. O porto do Loda. E outros tantos que simbolizam a presença das famílias mais antigas. E tem também o trapiche que serve coletivamente ao grupo.

É ainda pela madrugada que começa a rotina dos moradores. Alguns homens se reúnem para dar uma talagada de cachaça antes de enfrentar o rio para pescaria, dizem que espanta o frio. Outros se deslocam para o centro da mata, a chamada roça, junto com suas mulheres para garantir algum alimento para mais tarde. Os filhos mais velhos são responsáveis pela organização da casa, por enviar os mais novos à escola, por adiantar o almoço com o que já se tem na cozinha.

Na configuração espacial de Araquembaua identificamos dois espaços. O centro, lugar de trabalho, afastado da comunidade, onde se desenvolvem as atividades ligadas a agricultura familiar e a colheita de flores; e o povoado, lugar do viver, conhecido como vila, onde residem as famílias e permanecem na hora do descanso e estudo. Aqui temos pequena infraestrutura como comércios (botecos, mercearias, bares), escola, igrejas, cemitério, praças, etc. Estamos diante do espaço de solidariedades orgânicas, onde a comunidade se reúne para contar histórias, fazer festejos, rodas, fogueiras.

Um fato importante e que resultou em transformações culturais dentro da comunidade foi a migração (impulsionada pelos mais diversos fatores) de jovens da comunidade para os municípios de Baião, Mocajuba, Cametá e, principalmente, Belém. No primeiro momento, essa migração campo-cidade, provocou um enorme esvaziamento na região e enfraquecimento das atividades produtivas de subsistência, mas alguns desses jovens retornaram para a comunidade trazendo inovações nas formas de pensar o espaço e de se relacionar com ele, o que pode explicar o surgimento da pequena área de comércio e serviços.

As casas originais eram feitas de madeira ou de barro geralmente em mutirão. Um casal novo se formava e a comunidade se juntava para presentear os jovens com a casa nova e a ajuda na colheita da roça. Hoje as casas são, em sua maioria, de alvenaria e já possuem um banheiro interno, fossa, água encanada. No final do século XX eram apenas duas ruas habitadas, uma igreja e um cemitério. Agora as ruas surgem em uma velocidade surpreendente, já são seis oficiais, sem contar com as pequenas que ainda estão se formando. Esta nova configuração espacial reflete o crescimento da comunidade,

A união de um casal sempre foi festejada com bastante intensidade pelo grupo. Como a maioria da comunidade é formada por parentes, estes laços matrimoniais aproximam mais ainda as redes de parentesco. Mas, os casamentos ocorriam muito precocemente. Poucas décadas atrás uma jovem com 13 ou 14 anos já estava apta a se casar, aos 16 já era considerada *moça velha*. Isso mudou um pouco. A perspectiva de estudar fora retardou o ritmo das uniões, mas quem permanece na comunidade acaba se casando cedo. Um dado significativo é que em Araquembaua, em função da migração das mulheres para as cidades em busca de oportunidades de estudo e trabalho, a população masculina é superior a feminina.

Outro acontecimento importante foi o acesso à energia elétrica. A comunidade foi beneficiada com o Programa Luz Para Todos em 2007, fato que alterou, de forma significativa, o cotidiano do lugar, uma vez que, os encontros noturnos para contar histórias e brincadeiras foram substituídos, em grande medida, pela sinergia da televisão. O antigo motor, comprado e mantido coletivamente pelo grupo e que era ligado apenas em horas estratégicas do dia, entrou em desuso.

Araquembaua é uma comunidade pequena que desenvolveu ao longo de sua história práticas comuns que demarcam um modo de vida tradicional. Esse modo de vida é simbolizado pela intensa relação do grupo com seu meio, pelo uso de técnicas de baixo impacto ambiental e pelo respeito aos ciclos naturais (FLEURY E ALMEIDA, 2007). O trabalho vem sendo desenvolvido ao longo do tempo prioritariamente pela unidade familiar e, muito embora, tenham ocorrido alterações significativas no cotidiano do grupo resistem comportamentos que são ancestrais. É o caso da pesca.

A pesca é realizada tradicionalmente pelos homens. São várias as técnicas. O uso da rede já foi mais intenso, mas a quantidade de peixes no Tocantins reduziu muito após a construção da UHE de Tucuruí. Uma das opções tem sido a de procurar o peixe em pequenos igarapés ou em braços de rio que concentram menos água. Os homens isolam a área com uma parede de barro colhida no próprio lugar e improvisam o surgimento de uma espécie de lago onde o peixe fica cercado por homens e barro. A quantidade recolhida de peixes é muito menor e se destina exclusivamente ao consumo do grupo. No passado, o pescado servia como moeda de troca na cidade.

A mudança na produtividade do pescado estimulou a migração de muitos pescadores para as cidades com o objetivo de buscar trabalho assalariado. Essa migração sinaliza o impacto produzido pela contenção da água na barragem. De acordo com Hernandez (2012) a construção de uma hidrelétrica altera o ecossistema dos rios e afeta diretamente as comunidades tradicionais, àquelas que dependem prioritariamente dos recursos naturais e

do acesso aos meios tradicionais de vida que incluem a produção agrícola, a pesca, a pecuária e o extrativismo vegetal.

A agricultura também passou por alterações. O trabalho na roça é árduo e penoso, mas nele homens, mulheres e jovens trabalham intensamente quando há necessidade. Como os incentivos são poucos e não há apoio técnico, a agricultura desenvolvida em Araquembaua manteve as suas características ancestrais, voltando-se apenas para a subsistência do grupo.

No passado o grupo sobrevivia principalmente do extrativismo e escambo. Colhia a castanha do Pará, o látex da borracha, a bacaba, o bacuri, a manga, faziam a farinha e iam trocar o excedente na cidade ou com o regatão da ilha localizada bem em frente. Havia, também, muitas espécies de peixe e caça, mas as pressões sobre a terra e os impactos no pescado a partir da UHE e da pesca predatória feita por empresas pesqueiras exógenas provocaram um declínio significativo na produtividade. Soma-se a isso o crescimento da população, hoje Araquembaua conta com 200 famílias. Os desafios, portanto, não são poucos. Porém, as mudanças ocorridas ao longo do tempo não foram capazes de alterar a identidade da comunidade, ao contrário, demonstraram o caráter dinâmico do grupo e ajudaram a ressignificar os comportamentos tradicionais colaborando para a reprodução social (FLEURY E ALMEIDA, 2007).

No lugar o acesso à educação também é problemático. Nas memórias do grupo estão vivas as imagens que remontam um tempo em que estudar era tão difícil que a opção pelo estudo definia o destino do sujeito – a desistência e, ao mesmo tempo, a permanência no grupo ou a assunção, que implicava necessariamente na migração. Estudar representava um desafio que colocava a maioria dos jovens em situação de vulnerabilidade, pois se viam obrigados a migrar para as cidades próximas na condição de trabalhadores domésticos sem nenhuma garantia reservada, nem trabalhista, nem humana. Apenas a promessa de que poderiam estudar.

Ainda assim alguns foram. Nem todos obtiveram sucesso, mas um pequeno grupo garantiu projeção intelectual e profissional que se reverteu mais tarde em benefícios para a comunidade, é o caso do Dr. Basílio de Paula Rodrigues, morador de Araquembaua que na adolescência migrou para Baião e depois para Belém onde cursou o bacharelado em direito tornando-se em seguida pretor de Baião, hoje aposentado. A igreja católica, o mercado de peixe, o Basilhão (campo de futebol) foram construídos com a colaboração deste morador que mantém sua residência na primeira rua onde antes era a casa de seus pais.

Araquembaua hoje tem três escolas, mas a dificuldade de aliar a permanência na comunidade e os estudos ainda é uma realidade. Muitos desistem de prosseguir os estudos por que constituem precocemente uma família e tem dificuldade de frequentar regularmente uma instituição de nível superior em outro local. No entanto, esse cenário aos poucos vem se alterando, quadro que pode ser compreendido à luz das mais recentes mudanças ocorridas no território.

A partir da titulação, por exemplo, os moradores, principalmente os mais jovens, passaram a ingressar nas universidades para cursar o nível superior amparados pelo sistema de cotas que reserva vagas aos remanescentes de quilombo em universidades públicas e em regime intervalar, isso estimulou o retorno dos moradores ao lugar. Essa possibilidade que

é positiva e que representa uma conquista veio associada a garantia da posse da terra e ao surgimento de novas territorialidades.

O lugar, portanto, foi marcado pela baixa presença de sistemas técnicos, de transportes e de comunicação, pela baixa integração com a cidade, pela quase inexistência de outras rendas que não advindas da atividade agrícola, pelo êxodo rural imane, pelo primado do uso sobre a posse e pelo distanciamento geográfico. A terra por muito tempo foi o principal meio de produção e força produtiva. O trabalho, desenvolvido principalmente pela unidade familiar que é também a unidade produtiva.

Os usos e a área nos ajudam a pensar a dinâmica do lugar e a compreender que o modo de vida camponês-ribeirinho foi predominante na produção do lugar e que em algum momento este modo de vida passou a ser ameaçado. A titulação é então uma resposta que materializa o poder de organização e resistência dessa comunidade. E é também uma conquista (NAHUM, 2011).

2. A TITULAÇÃO

O processo de titulação do território quilombola em Araquembaua está relacionada com a regularização fundiária. Enquanto que nas localidades próximas uma demanda identitária se colocava também como parte do processo de reconhecimento das terras de remanescentes de quilombos³, em Araquembaua foi a pressão pela terra, a ameaça da perda e o medo que motivaram a assunção da identidade étnica.

Neste sentido, precisamos destacar os esforços do Movimento Negro do Pará, representado pelo CEDEMPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), órgão que teve uma atuação relevante no processo de titulação de todas as 26 comunidades de Baião. O mapeamento das regiões onde provavelmente houve ocorrência de mocambos e quilombos foi um passo decisivo para a consolidação da conquista efetiva da terra dando visibilidade a presença negra historicamente demarcada no território.

Na verdade, a ação do movimento negro no país ajudou a intensificar a luta política pelo reconhecimento legal dos quilombos brasileiros e resultou na materialização de uma conquista efetiva a partir da Constituição Federal de 1988. Nesse documento oficial três artigos – 68⁴, 215⁵ e 216⁶ - asseguram os direitos de reminiscência aos afrodescendentes e imputam ao Estado a responsabilidade pela regularização fundiária.

O direito social garantido aos afrodescendentes através da regularização da posse da terra é importante destacar, não contempla somente as terras de quilombo originadas durante o processo de escravidão ou após a abolição. Esse direito se estende a todas as comunidades rurais ocupadas tradicionalmente por afrodescendentes.

³Categoria social relativamente recente que é usada como uma nova tradução para o que já era conhecido como comunidades negras rurais, mais ao centro, sul e sudeste do país e terras de preto, mais ao norte e ao nordeste (ARRUTI, 2006).

⁴ Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos

⁵ O Estado garantirá a todos os afrodescendentes o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

⁶ Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira

No entanto, regularizar as terras somente não resolve as inquietações dos remanescentes. Cem anos se passaram da abolição da escravidão até a inclusão de um dispositivo na lei brasileira que devolvesse o direito agrário aos afrodescendentes do país. Desde então, mais 27 anos de história em que predominou a morosidade e o descaso no cumprimento da lei.

A reparação devida aos afrodescendentes ainda não ocorreu, pois a sociedade brasileira não conseguiu resgatar integralmente sua dívida com essas pessoas. Os quilombolas no passado reivindicavam a liberdade para reconstruir a identidade social. Os quilombolas contemporâneos lutam pelo direito agrário movidos por intenções semelhantes. A terra é mais que chão para o quilombola. A terra é identidade social, é vida do grupo. (TRECCANI, 2008)

Em Araquembaua a titulação representou a efetivação do direito agrário, mas não somente; também sinalizou a demarcação de novas territorialidades. A incorporação de alguns moradores a ARQUIB – Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto e Baixinha – suscitou o surgimento de outras lideranças e demandas políticas. A partir de então a participação da comunidade em eventos que discutem a realidade dos quilombos na Amazônia foi se tornando mais comum e demandando outros interesses.

Em 2001 ocorreu em Baião o II Encontro de Comunidades Negras Rurais do Estado do Pará. Esse encontro agregou lideranças das comunidades tituladas e fortaleceu o movimento em prol da conquista de benefícios para as áreas de quilombo. Serviu também para a elaboração de novas estratégias de articulação política e territorial, representando um episódio muito marcante para a comunidade do ponto de vista cultural, social e político.

A igreja católica foi a primeira a impulsionar as lutas e as conquistas sociais dos moradores de Araquembaua. Em seguida a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião e a efetiva militância política do Partido dos Trabalhadores (PT) na localidade, resultaram no surgimento de um forte engajamento da comunidade nas lutas sociais. A entrada do movimento negro, porém, representou, sem dúvida nenhuma, um marco nessa nova configuração política.

No entanto, a titulação não foi percebida por todos da mesma maneira. Dentro do território despontam relações que sinalizam conflitos no que diz respeito à assunção da identidade étnica africana. Além disso, o fato da posse da terra ter se tornado coletiva contrariou as expectativas de alguns membros do grupo fazendo surgir focos de tensão e de conflito. O surgimento de lideranças diferentes provocou um reordenamento nas relações de poder desenhadas no grupo ao longo do tempo, enfraquecendo lideranças tradicionais e lançando novas.

É importante destacar que, muito embora as narrativas dos moradores apontem para o não reconhecimento da ancestralidade africana no lugar, Salles (2005) reúne em seus achados uma vasta documentação, que inclui notas de jornais, relatórios de polícia e títulos de terra, que aponta para a existência na região do Baixo Tocantins de uma grande quantidade de engenhos entre os séculos XVII e XVIII. A documentação policial da época também exhibe os esforços empreendidos pelos senhores de escravos e pelas lideranças políticas para conter o crescimento dos mocambos.

A presença negra comprovada na região e a existência de uma grande quantidade de mocambos é um dado significativo, pois sugere que por algum motivo essa memória foi apagada do grupo. Entender o esquecimento, o desaparecimento da memória é um dos desafios dos quilombos contemporâneos e, em particular, do quilombo de Araquembaua.

Por outro lado, a gestão coletiva da terra não é uma tarefa simples. A comunidade conta com aproximadamente 200 famílias e muitas delas com demandas diferentes. O desenvolvimento de atividades agrícolas não contempla a todos da mesma maneira, principalmente os mais jovens. Mesmo acreditando que a posse da terra é um direito, alguns vêm na gestão coletiva a impossibilidade de decidir sobre o destino de suas atividades produtivas e, até mesmo de vender a terra, se necessário for, como garantia de algum recurso financeiro.

Soma-se a esse cenário, a presença de pessoas de fora do lugar, mas que tem a confiança do grupo e, provavelmente outros interesses, agindo no sentido de fragilizar as novas lideranças. Os ressentimentos das lideranças tradicionais associados a interesses exógenos ao lugar criam um clima de tensão e denota o quanto a titulação, tão somente, não dá conta de responder aos anseios da comunidade. É preciso mais que isso. É necessário compreender como vem se configurando as novas territorialidades que surgiram no lugar e que rebatimentos têm provocado no modo de vida dessas pessoas.

Mas, para além dos desafios que se colocam em Araquembaua e em outras localidades próximas, cabe ressaltar que a experiência da titulação no Pará, em geral, foi extremamente exitosa servindo de exemplo para a Amazônia e para o restante do país. Ela não derivou, como vimos, dos esforços dos próprios quilombolas. Foi muito mais resultado da agência externa, no entanto, sua eficácia resultou em uma série de alterações nas normas jurídicas que regulam o acesso a terra (TRECCANI, 2008).

É bem verdade que ainda é necessário avançar muito para superar os entraves que se colocam no cotidiano da gestão da terra na Amazônia. Também em Araquembaua, o aprendizado do novo tem ocorrido gradualmente, mas já se percebe alguns avanços. Ainda que as territorialidades não sejam homogêneas e sinalizem conflitos, a comunidade tem dado passos importantes no sentido de definir melhor suas demandas e de organizar de forma mais democrática e participativa as suas lutas.

3. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA – DO LUGAR PARA O MUNDO

O território usado em Araquembaua é portador de uma identidade que indica que a comunidade desenvolveu estratégias de permanência assentadas em práticas tradicionais como a pesca, a caça e a agricultura de subsistência. Também revela que a demarcação territorial foi feita a partir destes usos o que enquadra a comunidade de Araquembaua em características das populações rurais ribeirinhas que tem o uso tradicional da terra e a relação com o rio como traço comum e predominante. A titulação do território como remanescente de quilombo não alterou essa identidade.

Os conflitos com relação a assunção da identidade étnica ainda são sensíveis, mas passados quinze anos da titulação, outras questões se colocam com muito mais densidade. A titulação agregou algumas expectativas do grupo, a maioria relacionada aos benefícios

prometidos em lei principalmente no que diz respeito ao apoio às atividades produtivas do local. Porém, a semelhança do ocorrido em outras localidades que também foram tituladas (NAHUM, 2011) a efetivação da titulação não veio acompanhada de ações capazes de impulsionar as atividades rurais do lugar.

O surgimento do pequeno comércio na vila de Araquembaua evidencia uma mudança importante nas práticas culturais da comunidade. O escambo, prática tradicional do grupo, foi cedendo lugar aos poucos a um novo modelo de organização econômica. Revela ainda o quanto essas pessoas têm dialogado com outros modelos onde a inclusão de uma rede de serviços e comércio facilita o acesso a produtos e bens e serve como fonte de renda para aqueles que não estão incorporados ao trabalho com a terra.

No campo político também se percebe transformações importantes. A militância do grupo, o surgimento de novas lideranças, a incorporação a causa negra, o processo formativo de alguns membros da comunidade, a intensificação de ações partidárias e dos sindicatos rurais, etc. sinalizam um processo de empoderamento gradativo da comunidade. O aumento do número de jovens que ascenderem a formação superior também comprova esse dado.

As tradições religiosas são as que mais resistem a força do tempo. Novembro é o mês em que a comunidade celebra a Santíssima Trindade dos Inocentes. Tempo de festa, de aproximação, de solidariedade e de muitos convidados no lugar. Os pequenos barcos se amontoam no trapiche e as casas ficam cheias de parentes e amigos. É um natal antecipado, onde os presentes são entregues em forma de votos e de pedidos de bênçãos. Mas a festa no barracão foi proibida pela igreja. O padre da localidade não a considera apropriada a um evento sagrado. Os pastores protestantes e os que se converteram ao protestantismo, também apoiaram o fim da festa. Ainda assim a procissão permanece.

A implantação de duas escolas e de um posto de saúde foi comemorada intensamente pela comunidade. Os professores são enviados pelo município ou pelo estado em regime especial, mas já representa um grande avanço para os moradores que agora podem concluir o ensino fundamental e médio no próprio local de moradia.

O acesso a novas tecnologias informacionais, a possibilidade de deslocamento por terra, a chegada da luz elétrica, representaram importantes mudanças na feição do lugar e impactaram o cotidiano das pessoas. No entanto, apesar dos avanços em alguns aspectos da organização social, política e econômica da localidade, muito há que se conquistar. Ainda ocorre, por exemplo, uma intensa migração da população jovem em direção às cidades mais próximas em função da falta de estrutura adequada para a permanência das famílias na comunidade com a qualidade de vida que se almeja.

A titulação somente, porém, não conseguiu imprimir as transformações sonhadas pela comunidade, visto que precisa ser acompanhada de outras ações capazes de dar forma e substância a condição reconhecida de Araquembaua como comunidade rural negra, como quilombo. A identificação de um quilombo está associada principalmente a questão identitária, mas não apenas. Um quilombo rememora a resistência e, por conseguinte, a existência (SOUZA, 2008). Para que uma comunidade de remanescentes perpetue sua resistência é necessário que garanta sua existência.

A existência vem acompanhada dos usos da terra e das diversas territorialidades que nela despontam. Esses usos refletem o grau de autonomia do grupo, indicam a capacidade de organização, sinalizam as relações de poder, revelam o tecido estratégico que dá substrato às atividades cotidianas, refletem aspectos do trabalho, lazer, moradia, cultura, credo, vida e morte. Revelam suas ações políticas. São usos que extrapolam o domínio do concreto simbolizando aspectos, os mais variados, da identidade grupal.

Esse território materializa a recriação dos modos de vida originais dos povos africanos, simbolizando primeiro a ruptura com o sistema escravista, a resistência a lógica de dominação e, ainda, a recriação dos laços identitários relacionados com as práticas espaciais e culturais que compreendem o uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água como símbolo estruturante (Castro, 2006). Mas representa principalmente a luta pela autonomia de um povo, autonomia demarcada no território.

O território é, portanto, o elemento que consolida a identidade étnica e que perpetua a memória política e cultural dessas pessoas. No caso particular das áreas de quilombo, o território materializa a relação entre os sujeitos e a terra; define os modos de vida, estabelece as relações sociais e é, em si mesmo, um estruturante social.

Araquembaua demarcou seu território a partir de práticas ancestrais. Consolidou sua identidade desenvolvendo laços de solidariedade e fortalecendo suas lutas de forma coletiva e dialógica. A relação com o grupo é orgânica. Cada morador representa uma parte da história do lugar. Cada família, cada lote de terra, cada árvore plantada, cada caminho construído, tudo sinaliza a existência de um território marcado pelos seus usos, pelos seus costumes, tradições e identidades.

A titulação também não impediu a ameaça sob a terra, uma vez que os limites territoriais definidos pelos órgãos oficiais do Estado, nem sempre são respeitados. Prova disso é a penetração cada vez mais intensa de madeireiras no lugar. Essa penetração se dá de variadas formas que incluem a contratação temporária de mão de obra local, a cooptação das lideranças através da sedução empreendida por planos de manejo da área que nunca foram efetivados, pelo discurso de sustentabilidade e desenvolvimento que é apresentado à comunidade como uma espécie de redenção.

O exemplo de Araquembaua é significativo para o entendimento das dinâmicas sociais e territoriais da Amazônia, pois a presença de novos atores na região, novos objetos, novas intencionalidades e territorialidades é cada vez mais intensa. Porém, para além de todas essas mudanças, persevera o modo de vida amazônico e dentro dele, o modo de vida que é ao mesmo tempo camponês, ribeirinho e quilombola.

Nos quilombos contemporâneos amazônicos, modo de vida e territorialidades se cruzam na direção da luta pelos direitos territoriais e identitários, se unem na resistência a chegada de um novo tempo, que atende a outra lógica que não a deles, se fortalecem no enfrentamento à exploração de seus recursos, É bem verdade que muitos têm tombado e sangrado a terra com seus sonhos e esperanças, mas um quilombo, é preciso recordar, remete a luta, a solidariedade na escassez, a resistência e ao enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos compreender de que forma vem se configurando o modo de vida e as territorialidades ao longo do tempo em Araquembaua destacando o processo de titulação que reconheceu o direito de posse do território aos moradores auto-identificados como comunidade rural negra remanescente de quilombo. Também buscamos identificar durante o trabalho as novas territorialidades que despontaram após o evento da titulação analisando seus rebatimentos na configuração socioespacial do território.

Vislumbramos através das narrativas dos moradores as mudanças e permanências que se manifestaram ao longo do tempo. No território usado se configurou o crescimento populacional, o surgimento de novos objetos geográficos, o desenvolvimento de novas territorialidades, outros traçados espaciais. Ao mesmo tempo, percebemos a preservação de práticas tradicionais de trabalho convivendo com os novos ritmos e modelos associados ao assalariamento, vimos, entretanto, que a mata, o rio e a família como unidade produtiva ainda são os condutores do grupo.

Percebemos que as diversas territorialidades que se expressam no lugar não são homogêneas sinalizando conflitos em relação a assunção da identidade étnica africana, que o modo de vida e as territorialidades em Araquembaua sinalizam aspectos da identidade e tradição ribeirinha e que as mudanças que ocorreram nos marcos legais brasileiros que incidiram diretamente no território não foram capazes de alterar essa identidade. Porém, também identificamos elementos que sinalizam que a titulação, muito embora não tenha sido desejada por todos, representou uma conquista para a comunidade por que, muito embora não tenha impedido definitivamente o avanço e a pressão sobre a terra, garantiu a posse do território, a preservação da identidade e da vida.

Por outro lado, as inquietações relativas a inoperância das políticas públicas que deveriam ter colaborado para o estabelecimento de uma melhor qualidade de vida para os moradores após a titulação, são muito intensas. A comunidade demonstra ter consciência de que a titulação somente não foi capaz de melhorar a qualidade de vida do grupo e que, portanto, a necessidade de fortalecer as lutas é cada vez maior. O engajamento na militância da causa negra sinaliza essa compreensão.

Araquembaua retrata na sua simplicidade a trajetória de comunidades rurais negras assentadas tradicionalmente nas terras amazônicas. Exemplifica o árduo e intenso processo de constituição e ressemantização do que é ser um quilombo. Denuncia o lapso da memória, o esquecimento. Evidencia a exclusão, o preconceito, o medo e a vulnerabilidade dos remanescentes de quilombo no Brasil.

Araquembaua, ao mesmo tempo, demarca a força daqueles que historicamente foram pressionados ao isolamento, foram abandonados pelas políticas públicas, foram invisibilizados no tecido histórico do país. Exibe o quanto o povo amazônico insiste em sua luta pela vida. Mesmo diante da ameaça. Mesmo diante do medo. Mesmo diante da possibilidade da perda.

Concluimos a partir do exemplo do território quilombola de Araquembaua, que a conquista da posse da terra não alterou os traços do modo de vida das comunidades quilombolas amazônicas mantendo, por exemplo, a dependência e a subordinação ao

mercado; que a ameaça sobre a posse da terra continua uma vez que os limites oficiais dos territórios demarcados nem sempre são respeitados e que ocorrem sobreposições de territorialidades e territorializações de outros atores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.

ARRUTI, José Mauricio. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, São Paulo. Edusc, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988

CASTRO, Edna. **Terras de preto entre rios e igarapés**. In: Belém de Águas e Ilhas. Castro, Edna (Org.), Belém: CEJUP, p. 137-160. 2006.

FLEURY, Lore na; Almeida, Jalcione. **Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social**. PGDR/UFRGS, Porto Alegre. 2007.

HERNANDEZ. Francisco Del Moral. **Hidrelétricas na Amazônia: renovabilidade e não renovabilidade da política energética**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia – IFCH/UFPA. 2012.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade quilombola e território**. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 21 a 25 de jan. pp. 399-421. 2009.

NAHUM, J. S. **De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense**. Campo Território: revista de geografia agrária, v. 6, n.12, p. 79-103. 2011.

NAHUM, J. S; MALCHER, A. T. C. **Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA)**. *Confins*, n. 16, 2012.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. **Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia Paraense**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. IAP, Belém. 2005.

SORRE, M. **A noção de gênero de vida e sua evolução**. In: Megale, J. F. (org). Max. Sorre: Geografia. São Paulo: Ática. 1984.

SOUZA, Barbara Oliveira. **Aquilombar-se**. Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa. Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**. Uma interpretação da Amazônia. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1961.

TRECCANI, Giralomo Domênico. **Terras de quilombo: entraves do processo de titulação**. Belém: Programa Raízes. 2006.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ESTADO DO PARÁ

Nayara Viana Ribeiro¹

Everson Euller Lima²

Gessiane da Silva Paulino³

Armando Lírio de Souza⁴.

RESUMO

Este trabalho baseia-se no referencial teórico do **Diretório de Pesquisa Desenvolvimento, Dinâmica do Trabalho e Gestão Territorial na Amazônia Oriental**, e nas ações de pesquisa de campo do **Programa Integrado Mercado Institucional de Alimentos**, no ano de 2014 no Território do Salgado Paraense e do Baixo Tocantins (especificamente no município de Barcarena). O objetivo deste trabalho é ressaltar a importância de se estudar os espaços de governança territoriais para que este instrumento de democracia seja aprimorado, já que são espaços recentes, principalmente no âmbito da participação da agricultura familiar, ator local dos territórios, na instância de governança territorial, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural (CODETER). Onde a partir do referencial teórico, dos dados secundários, do método histórico indutivo e da pesquisa de campo, se busca expor a contribuição do grupo de pesquisa, no fortalecimento dos atores envolvidos nestes territórios nesses espaços de governança. Como resultado, percebe-se que para consolidação da dinâmica territorial é necessária uma mobilização constante dos agentes locais. Já que, apesar destas políticas orientar à ampliação da participação da sociedade civil, elas ainda possuem fragilidades para influenciar consistentemente as dinâmicas territoriais, o que mostra a necessidade de se trabalhar na base da formação das instâncias governamentais. Além disso, no acompanhamento das ações territoriais, especificamente no território do Salgado, poucos segmentos tiveram visibilidade na articulação territorial, caso específico dos indígenas e quilombolas. Ressalva-se ainda, a ausência de organizações de jovens agricultores, sendo fundamental a inserção destes segmentos, já que isso restringe brutalmente tanto a leitura dos anseios da população local como a capacidade das ações em curso perante as gerações mais novas.

Palavras-chave: Governança Territorial; CODETER; Mobilização territorial.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE-UFPA). Integrante do Diretório de Pesquisa de Desenvolvimento, Dinâmica do Trabalho e Gestão Territorial na Amazônia Oriental.

E-mail: nayyribeiro@hotmail.com

² Discente da Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON-UFPA). Integrante do Diretório de Pesquisa de Desenvolvimento, Dinâmica do Trabalho e Gestão Territorial na Amazônia Oriental. E-mail: everson.e.f.lima@gmail.com

³ Discente da Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON-UFPA). Bolsista de Iniciação Científica. Integrante do Diretório de Pesquisa de Desenvolvimento, Dinâmica do Trabalho e Gestão Territorial na Amazônia Oriental. E-mail: gessianepaulino18@gmail.com

⁴ Docente da Faculdade de Ciências Econômicas e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA e Coordenador do Diretório de Pesquisa de Desenvolvimento, Dinâmica do Trabalho e Gestão Territorial na Amazônia Oriental. E-mail: armandolirio@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho baseia-se, no âmbito do referencial teórico e da temática, no **Diretório de Pesquisa de Desenvolvimento, Dinâmica do Trabalho e Gestão Territorial na Amazônia Oriental** e nas ações extensionistas, no ano de 2014 no Território da Cidadania do Salgado e do Baixo Tocantins (BT) (especificamente no município de Barcarena), ambos localizados no Estado do Pará, do **Programa Integrado Mercado Institucional de Alimentos**. Além disso, o mesmo, baseia-se no debate da Governança Territorial, com ênfase nas políticas voltadas para o desenvolvimento do território e o papel da Agricultura Familiar nesta dinâmica.

Inicialmente, ressalta-se que a visão territorial do Desenvolvimento tem como ponto central a importância do tema da governança social e seus mecanismos de funcionamento, já que, as relações entre os municípios e as organizações existentes num território reforçam a ideia de cooperação entre as diferentes forças sociais. Assim, o termo governança refere-se a “padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico” (SANTOS, 1997, p. 142). Onde o governo é um agente essencial, mas não suficiente, já que a mesma não se restringe aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, mas envolve também as relações entre governo e sociedade (SANTOS, 1997).

Sob esta perspectiva, a concepção de governança utilizada neste estudo, é a de governança territorial, cuja a qual envolve ações ou iniciativas que determinam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente dispor sobre assuntos públicos a partir da relação cooperativa de atores sociais, econômicos e institucionais, incluindo-se o Estado como ator institucional e suas unidades federativas: União, estados e municípios (DALLABRIDA, 2011). Assim, a Governança Territorial envolve a atuação dos diferentes atores nas instituições e nas organizações da sociedade civil em “redes de poder socioterritorial”, ou seja, em segmentos sociais organizados territorialmente, conforme posição hegemônica em um momento histórico, onde o desenvolvimento regional interliga-se aos processos de concertação entre público, privado e Estado de forma democrática e participativa, com vistas a alcançar consensos mínimos mediante o pacto socioterritorial.

Sob este contexto, destaca-se as políticas formuladas dentro da abordagem da descentralização de políticas públicas – abordagem territorial - que permeiam a noção de governança territorial, onde destaca-se o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), criado em 2003 e o Programa Território da Cidadania (PTC), criado em 2008. Ambos estão vinculados a Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com Gregolin *et. al.* (2015), que traz questões relevantes de cada Território. Já os projetos devem ser colocados em prática sempre que forem disponibilizados recursos. No âmbito específico do PRONAT, a formação de órgãos colegiados é o elemento central na operacionalização desta política, já que é nestes espaços que devem ocorrer os debates em prol das propostas de desenvolvimento. Neste sentido, destaca-se a importância da participação, das diversas categorias sociais presentes no território, nestes espaços de concertação social, no qual enquadra-se os colegiados territoriais.

Assim, a criação do território, através de políticas territoriais, exige um diálogo constante entre os atores sociais locais, com vistas a implementação de ações conjuntas. Já que, tais

territórios não podem ser implantados apenas por decreto, e sim, deve ser construído histórico e socialmente (Bourdieu (1989), Pacqueur (2005), Tonneau e Cunha (2005)). Além disso, as políticas territoriais ultrapassam a escala de ações do âmbito municipal para o intermunicipal, mesmo que a lógica dos projetos esteja assentada nos municípios; e buscam um envolvimento das organizações da sociedade civil.

No entanto, esta unificação dos municípios em território, não nega a diversidade dos atores sociais locais, mas sim mostra a relação social e histórica estabelecidas entre os mesmos. Assim, estes aspectos que consolidam a democracia, constroem uma nova cultura política no meio rural e aumentam a autonomia de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e populações tradicionais e tem como um dos critérios de seleção de financiamento da infraestrutura e dos serviços a predominância de agricultores familiares, o que ressalta a importância desta política territorial para esta organização.

Quanto ao papel da Agricultura Familiar na dinâmica territorial, destacar-se primeiramente o seu conceito, que segundo Wanderley (1999), é o tipo de organização onde a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo, o que não significa dizer que ela produza apenas a sua subsistência. Sob esta contextualização, ressalta-se a importância da interação das famílias rurais e do território na dinâmica da reprodução social o que nos remete ao conceito da “multifuncionalidade da agricultura familiar” para esclarecer não somente aspectos econômicos da agricultura familiar, mas também dinâmicas sociais, culturais e ambientais (CAZELLA ET AL, 2009).

A discussão atual da agricultura familiar visa romper o mito dela ser vista como um atraso em alguns locais, em contraponto à valorização de suas potencialidades, já que no território, os agricultores familiares podem participar e decidir seu próprio futuro, bem como apresentar demandas e projetos (DELGADO et al, 2015). Assim, sob o papel da agricultura familiar, nesta política territorial, busca-se destacar neste trabalho, duas dinâmicas territoriais: o acompanhamento da formação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural – CODETER no Território do Salgado Paraense, e a identificação de uma mobilização territorial com vista ao desenvolvimento local no Município de Barcarena, inserido no BT, bem como apontamentos para a reflexão destes cenários.

METODOLOGIA

Entre os autores que subsidiaram os instrumentos teórico-metodológicos, utilizou-se Souza (2014), Favareto (2015), Delgado (2015), Dallabrida (2011), que proporcionaram informações relevantes sobre as políticas territoriais, o desenvolvimento local, a formação do espaço territorial e Governança Territorial. Para levantamento de dados secundários utilizou-se o Censo Agropecuário de 2006 e o portal do MDA.

A presente pesquisa utiliza como método, o Histórico-Indutivo. Segundo Bresser-Pereira (2009), o método Histórico-Indutivo difere-se dos demais métodos de pesquisa da ciência econômica por considerar a historicidade do objeto de pesquisa, ou seja, analisou-se o processo de formação histórica da localidade estudada. Compreendendo que todo o fato social deve ser analisado como fato histórico. De acordo como os preceitos do método Histórico-Indutivo, para se

compreender e melhor analisar o objeto de estudo é necessário que haja interação com os sujeitos da pesquisa, sendo assim, complementado neste caso, pela pesquisa de campo.

Quanto a pesquisa de campo a metodologia utilizada foi a pesquisa ação, na busca de esclarecer fatos que permitem “a leitura do mundo, o aprofundamento teórico e a elaboração de estratégias de ação” (FREIRE, 1983). No território do Salgado Paraense, como a função era de acompanhamento e apoio, realizou-se a sistematização de informações, através das reuniões territoriais para a formação do CODETER do Salgado e a visita in loco em alguns municípios, com a possibilidade de uma interpretação de dados embasada nos relatos dos atores deste Território, onde através desta mediação se buscou conhecer a realidade e incentivar os atores a se posicionarem na tomada de decisão neste novo espaço formado, e assim, aumentar o desejo de mudança, a busca de um desenvolvimento territorial e um aumento da renda, resultada da sua própria autonomia (Thiollent, 2014).

Enquanto que, as ações extensionistas desenvolvidas no município de Barcarena tiveram como objetivo contribuir para o fortalecimento da uma estrutura de formação continuada envolvendo organizações da Agricultura Familiar, Gestores Públicos e entidades de apoio e fomento. Como principal metodologia teve-se a constituição de um ambiente formal de debates para a construção de propostas político-econômicas e sociais voltadas para o trabalho coletivo no território.

A CONCEPÇÃO DE GOVERNANÇA TERRITORIAL

A visão territorial do Desenvolvimento coloca como ponto central a importância do tema da gestão social e seus mecanismos de funcionamento. As relações entre os municípios e as organizações existentes num território podem reforçar a ideia de cooperação entre as diferentes forças sociais.

De acordo com Tenório (1998), define-se Gestão Social como uma ação dialógica desenvolve-se segundo os pressupostos do agir comunicativo, quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas. Portanto, a gestão social é orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações.

O que se vê na literatura é que há inúmeros conceitos que definem governança. Assim como território, governança também parece ser um termo polissêmico que serve para muitas coisas e muitos contextos. Assim, a primeira questão de interesse para esse trabalho é tentar exprimir esses diversos conceitos e construir um que seja pertinente ao tema em estudo.

O que parece ser comum a todos que utilizam esse termo é que governança tem a ver com formas de governar. No entanto, há muitas imprecisões no uso desse conceito. Muito se confunde governabilidade com governança. Assim, para analisar a relação entre abordagem territorial do desenvolvimento e governança é fundamental definir esse conceito e suas variáveis

O primeiro ponto é diferenciar governabilidade de governança. Governabilidade refere-se às condições e comportamentos de um governo (DINIZ, 1995, AGUILAR, 2010). De acordo com DINIZ (1995), três dimensões estão envolvidas no conceito de governabilidade: capacidade do governo de

identificar problemas críticos e formular políticas; capacidade governamental de mobilizar os meios e recursos necessários à execução dessas políticas e capacidade de liderança do Estado. Ou seja, governabilidade está no plano do Estado e representa um conjunto de atributos essenciais ao exercício de governo. O foco está centrado nas capacidades do governo. Nessa perspectiva, a sociedade civil e econômica é objeto e não sujeito da política (AGUILAR, 2010).

Governança tem um caráter mais amplo, engloba governabilidade, mas vai além. O governo é um agente necessário, mas não suficiente, assim, é necessário estabelecer novas relações entre governo e sociedade (AGUILAR, 2010). O conceito de governança não se restringe aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado e nem à eficácia do Estado. A governança refere-se a “padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico” (SANTOS, 1997, p. 142). O que se percebe é que governança está fortemente associada à relação Estado-sociedade. De forma, a concepção de governança utilizada neste estudo, consiste em uma governança, onde o processo inicia no território, é configura-se na relação Território – Estado.

Já Kooiman (1993) faz distinção entre o processo de governar (dirigido a objetivos de intervenção governamental) e de governança, que é o resultado (ou os efeitos totais) da interação e intervenções sócio-político-administrativas. Segundo o autor, o Estado Nacional não é unicamente um jogador chave nos mecanismos de governança, senão que também tem um papel principal de organizar a auto-organização das relações Inter organizacionais, regular a autorregulação, promover a coerência de regimes em diferentes áreas e tratar com as repercussões do fracasso da governança.

De acordo com Milani e Solínis (2002), a governança engloba a constituição de uma legitimidade do espaço público; a repartição do poder entre os que governam e os que são governados; os processos de negociação entre os atores sociais e a descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar. Poder-se-ia afirmar, portanto, que a governança seria a prática pela qual se dá a gestão territorial do desenvolvimento, prática esta, que passa por processos de concertação entre atores, pelo estabelecimento e solução de conflitos e assimetrias, bem como pela formação mínima de consensos.

A governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que prioriza uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais. No entanto, esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações, entre agentes estatais, representantes dos setores sociais e empresariais, de centros universitários ou de investigação. Processos desta natureza fundamentam-se num papel insubstituível do Estado, numa concepção qualificada de democracia e no protagonismo da sociedade civil, objetivando harmonizar uma visão para o futuro e um determinado padrão de desenvolvimento territorial. O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida da sua população (DALLABRIDA, 2015).

De maneira resumida, a governança territorial é sob o aspecto das ações ou iniciativas que determinam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para dispor sobre assuntos públicos a partir da relação cooperativa de atores sociais, econômicos e institucionais, incluindo-se o Estado como ator institucional e suas unidades federativas: União, estados e municípios. Nesta

perspectiva os espaços de governança territorial são caracterizados por espaços onde ocorrem processos participativos crescentes que conduzem a uma autogestão dos atores locais e a efetivação da gestão social do Território.

Assim, para Dallabrida (2015) a Governança Territorial envolve a compreensão da atuação dos diferentes atores nas instituições e nas organizações da sociedade civil em “redes de poder socioterritorial”, ou seja, em segmentos sociais organizados territorialmente, conforme posição hegemônica em um momento histórico. Dessa forma, os novos caminhos para o desenvolvimento regional dependeriam dos processos de concertação entre público, privado e Estado de forma democrática e participativa, alcançando consensos mínimos mediante um pacto socioterritorial entre os variados atores sociais.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Abramovay e Morello, o fortalecimento da democracia está na raiz das mais importantes mudanças pelas quais passa o meio rural brasileiro, já que, a mesma impactou nestas três últimas décadas, no surgimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil, criou de espaços de participação social e emergiu novos atores políticos - como o reconhecimento pelo Estado brasileiro, em meados de 1990, da categoria social e política, agricultura familiar, enquanto conceito. Atualmente a agricultura familiar está presente nas arenas públicas, já que, tem uma relação mais institucionalizada com o Estado (cogestão das políticas públicas) (Grisa e SCHENEIDER, 2014).

O reconhecimento conferido à agricultura familiar não foi uma mudança trivial, já que, historicamente a mesma sempre esteve às margens das ações do Estado brasileiro. Em 1996, surgiu o primeiro programa governamental, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com vistas a beneficiar de fato este segmento (SILVA, 2015). Este programa foi o marco para o surgimento de outras ações governamentais importantes para esse setor, como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), ambas em 2003, além da Lei 11.947/2009, que torna a ligação entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e à agricultura familiar legalmente viável.

No âmbito do marco legal para esse segmento foi homologado a Lei da Agricultura Familiar, por meio da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Que definiu o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, com renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento; e dirija seu empreendimento com sua família e utilize mão de obra, predominantemente da mesma (Brasil, 2006). Além disso, no âmbito legal, destaca-se o reconhecimento da Assembleia Geral das Nações Unidas, que definiu o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, devido à importância deste segmento na garantia de segurança alimentar e na erradicação da pobreza no mundo, bem como a necessidade de o governo apoiar este segmento, com a promoção de políticas e programas (SILVA, 2015).

No âmbito territorial, desde 2003, o governo brasileiro implementa e articula políticas públicas destinadas ao meio rural, que promovem o protagonismo dos atores sociais e potencializar os resultados e os impactos das políticas públicas, o que representa uma inovação institucional importante. Em 2003, surgiu o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

(Pronat), que criou os territórios rurais, com vistas a gerir socialmente a política territorial, articular atores sociais e políticas públicas e promover a governança territorial (DELGADO et al, 2015).

Posteriormente, em 2008, esta perspectiva de atuação via territórios ganhou um novo impulso com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) que visava articular e potencializar as ações de um conjunto de políticas públicas em alguns territórios economicamente vulneráveis e que necessitavam de uma atenção emergencial com ações mais articuladas, com vistas a reduzir as desigualdades e promover a inclusão socioproductiva das populações pobres dos territórios e integrá-las as políticas públicas. A partir disso, criou-se os Territórios da Cidadania, constituído a partir da seleção de Territórios Rurais. No entanto, apesar destas políticas territoriais não serem exclusivas à agricultura familiar, o PRONAT e o PTC beneficiaram sobremaneira esta categoria sócio-política, pois estas políticas criaram territórios, espaço intermediário entre os municípios e os estados, que possibilitam a participação da sociedade civil, vinculada à agricultura familiar nas decisões de desenvolvimento (DELGADO et al, 2015).

A partir das políticas de desenvolvimento territorial, destaca-se as distintas inter-relações sociais, que expressam a complexidade e a heterogeneidades deste ambiente, composto por espaços rurais e urbanos que mantêm uma constante relação de troca e dependência (Silva, 2012; Souza, Silva e Silva, 2012). Esses espaços são representados num território e a agricultura familiar quando inserida na dinâmica socioeconômica territorial, passa a ser vista, mesmo quando integrada ao mercado, com a capacidade de impactar o desenvolvimento, a sustentabilidade e a distribuição de renda e emprego. Tal fato, destaca a importância da construção dos espaços de governança de cada território, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural (CODETER). Os Colegiados Territoriais são compostos por representantes das três esferas de governo e da sociedade em cada território. Onde o grande mérito destes colegiados está em ter aprofundado as possibilidades de controle social das políticas de desenvolvimento rural e em ter disseminado a retórica correspondente à abordagem territorial do desenvolvimento rural (FAVARETO, 2015).

Resumidamente, a abordagem Territorial, segundo a Secretária de Desenvolvimento Territorial, se justifica pelo fato do rural não se resumir só ao agrícola; a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla; necessidade de descentralização das políticas públicas; o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento. No entanto, para a consolidação dos programas de desenvolvimento territorial, é necessário o enraizamento desta lógica nos atores sociais territoriais, onde está incluso à agricultura familiar. A agricultura familiar tem um papel relevante dentro destes espaços de governança, dentro da heterogeneidade de atores que geralmente, por interesses difusos vivem em constantes conflitos, que devem ser superados para o aperfeiçoamento da política brasileira ao desenvolvimento rural (DELGADO et al, 2015).

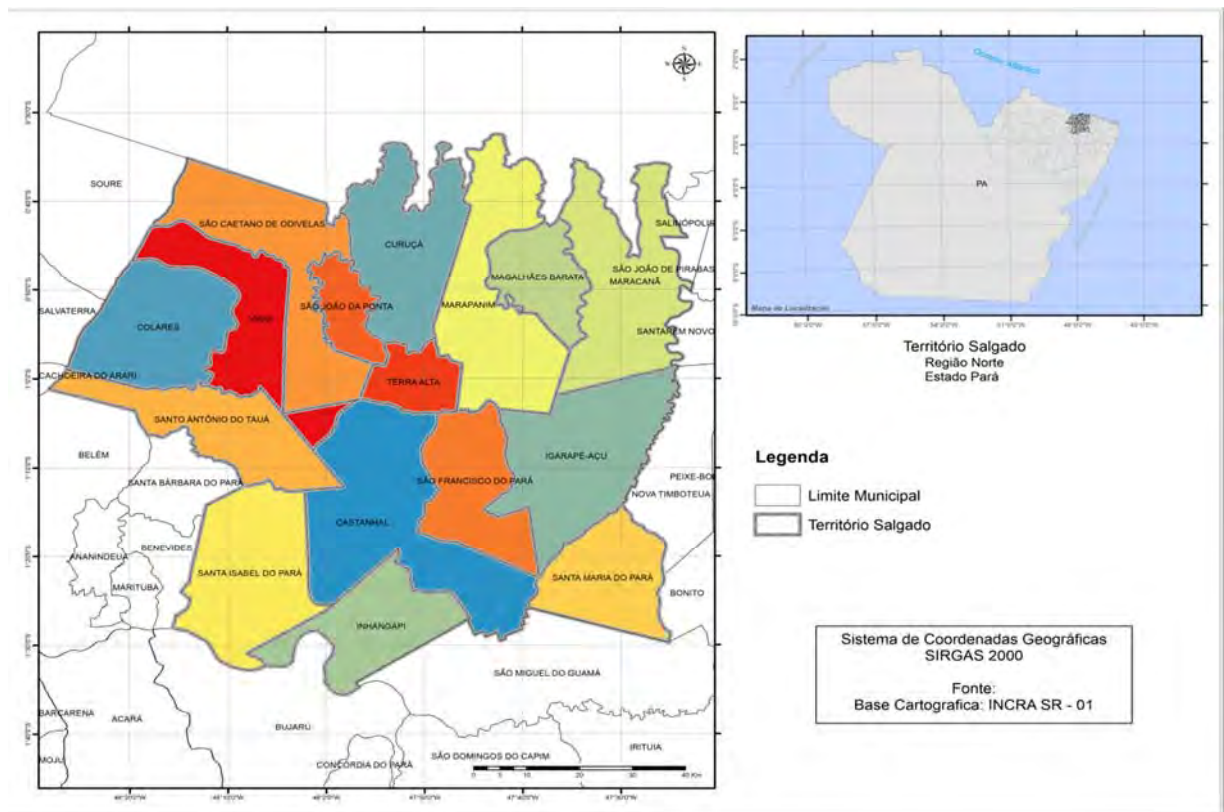
AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO SALGADO PARAENSE E DO BAIXO TOCANTINS: FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS DE GOVERNANÇA

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, no Estado do Pará existe 196.150 estabelecimentos de agricultura familiar, numa área de 6.909.156 ha, com 18,37 ha/est., onde a agricultura familiar, representa 69% do valor total da produção agropecuária - valor bruto de R\$ 2.315 milhões. Enfim,

tais dados, mostram a importância da agricultura familiar economicamente por sua participação no setor agropecuário e a sua alta produtividade por hectare numa área menor do que a agricultura não-familiar (309,18 ha/est). Posteriormente, ressalta-se a caracterização dos Território da Cidadania do Salgado e do Baixo Tocantins, com ressalva ao número de estabelecimentos e a área, como necessária para dar destaque as duas dinâmicas territoriais estudadas neste trabalho.

O Território da Cidadania do Salgado Paraense está localizado na mesorregião do Nordeste Paraense e na Região Metropolitana de Belém: inclui municípios da microrregião do Salgado e da microrregião de Castanhal. Homologado em 2013 é formado por 16 municípios: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhamangá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, São João das Pontas, São Francisco do Pará, São Caetano de Odivelas, Santo Antônio do Tauá, Santa Maria do Pará, Santa Isabel do Pará, Terra Alta, Vigia (Figura 1). Segundo o Censo agropecuário de 2006, existe neste território, cerca de 13.290 estabelecimentos da agricultura familiar, numa área de 211.227 ha. Neste território, esses estabelecimentos estão concentrados em Igarapé-Açu, Marapanim e Santa Maria do Pará.

Figura 1 – Localização e composição do Território do Salgado Paraense.



Fonte: MDA, 2014.

O Território da Cidadania do Baixo Tocantins, está localizado no estado do Pará e abrange uma área de 36.024,20 Km² sendo composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Limoeiro do Ajuru, Moju, Tailândia, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba e Oeiras do Pará (Figura 02). Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, observa-se a forte presença dos estabelecimentos familiares em todos os 11 municípios que compõem o Baixo Tocantins, onde a menor expressão aparece no município de Barcarena com 6,08% dos estabelecimentos, devido ao

seu histórico de implementações dos grandes projetos de mineração, que refletiu expressivamente no modo de vida da população nativa. Em contrapartida, o município de Cametá é o que mais se destaca tanto em número de estabelecimentos familiares 9.063 (28%) quanto em área 195.515 ha (30%). Os municípios de Abaetetuba e Acará são os segundo e terceiro mais representativo em número de estabelecimento, 14% e 13%, respectivamente. Porém, no que diz respeito ao volume de área ocupada, os dois municípios ficam atrás de Moju que concentra 11% dos estabelecimentos familiares da Região e 17% da área total.

Figura 2 -Território do Baixo – Tocantins (PA).



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2006).

No ano de 2014 no âmbito das dinâmicas territoriais, teve-se o acompanhamento da formação do Colegiado do Território do Salgado, como maneira de entender a operacionalização da abordagem territorial nesta experiência e no território do BT a identificação da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Barcarena. Estas mobilizações sociais apresentam alguns pontos idênticos em suas dinâmicas, pois são compostas por atores que buscam cotidianamente a minimização de dificuldades no acesso a direitos sociais, como saúde, educação, subsistência e conseqüentemente viabilidade econômica às organizações produtivas. Observa-se estas interseções tanto na formação histórica do território do BT e na recente mobilização em Barcarena, quanto no acompanhamento a formação e composição do Colegiado do Salgado, que se viu a acentuada presença das organizações de representação da agricultura familiar, através de seus sindicatos, de organizações socioprodutivas da agricultura familiar, cooperativas, associações e agricultores individuais (SOUZA, 2014).

Especificamente no território do Salgado, poucos segmentos tiveram visibilidade na articulação territorial, caso específico dos indígenas e quilombolas. Ressalva-se ainda, a ausência de organizações de jovens agricultores, sendo fundamental a inserção destes segmentos, já que isso restringe brutalmente tanto a leitura dos anseios da população local como a capacidade das ações em curso perante as gerações mais novas (FAVARETO, 2015). Além disso, outra análise é sobre o fluxo de participação nas discussões. Onde apenas 50% do público total efetivamente participou de todas as reuniões. E percebe-se nas reuniões o anseio dos presentes por resultados imediatos e os agricultores familiares ansiosos por destaque aos mesmos. Assim, a consolidação do território perpassa por um longo processo, será que os atores sociais locais persistiram até o fim?

Outro fator observado neste acompanhamento, foi a presença de gestores públicos, no âmbito da secretária de agricultura, além dos agricultores individuais que participaram estarem interligados a alguma órgão governamental municipal. Além disso, ressalta-se que dos 13 mil empreendimentos da agricultura familiar (IBGE, 2015), apenas 30 participaram constantemente da formação do colegiado, sendo predominante os empreendimentos de agricultura familiar mais capitalizados. Assim, é necessária uma inovação na mobilização destes atores para que a diversidade de cada município participe deste debate territorial. E por fim, ressalta-se a importância da participação das organizações de agricultura familiar por ser através desta iniciativa que estes atores sociais se “empoderam”, com vistas a alcançar suas verdadeiras prioridades (FAVARETO, 2015).

Ao observar o contexto do município de Barcarena percebe-se a movimentação desses atores através de uma experiência concreta, principalmente a da movimentação e articulação dos movimentos sociais do município, através do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), junto a entidades de Apoio e Fomento, dá Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) e da Universidade Federal do Pará, especificamente com o Programa de Extensão Universitária Mercado Institucional de Alimentos, através dessa articulação foi-se possível a criação de um espaço de diálogo e debate e fortalecimento da formação políticas dos atores sociais, com o objetivo de discutir e refletir, e traçar a construção de projetos sociais, para fortalecimento da agricultura familiar e dos Empreendimento Econômicos Solidários do município. Em síntese como por exemplo de resultados teve-se a movimentação e participação do movimento social na construção da agenda que consolidou as ações no município, a movimentação e o estímulo para a criação do conselho de Segurança Alimentar Nutricional do município, o planejamento para a conferência, a construção do cenário da Economia Solidária no município, e além da construção a reflexão de quem eles poderiam estar articulando para fortalecer essa rede de associações, cooperativas, gestores públicos, entidades de apoio e fomento, aumentando dessa forma o trabalho coletivo.

Assim, o acompanhamento e contribuição nos debates relacionados a realidade, principalmente produtiva, destes territórios são importantes para construção de um banco de informações que devem ser debatidos na tentativa de compreensão e elaboração de instrumentos metodológicos e ferramentas de gestão coletiva que garanta a representatividade da identidade desses atores no território. Pois como afirma, Cazella et al (2009) *“os territórios são, usualmente, considerados unidades privilegiadas de expressão da multifuncionalidade da agricultura a serem tomadas em conta na definição de políticas públicas”* (p.51). Nessa perspectiva, segundo Favareto (2015), estes espaços públicos de participação social no meio rural têm várias fragilidades e limitações. A partir disso, este trabalho busca ressaltar a importância de se estudar estes espaços para que este instrumento de democracia seja aprimorado, já que são espaços recentes, principalmente no âmbito da participação da agricultura familiar nesta instância de governança territorial, o CODETER.

CONCLUSÃO

A partir disso, os CODETER'S constituem uma importante instância e ou espaço de Governança Territorial, que reúne distintos representantes da sociedade civil, que participam junto do processo de planejamento governamental, com debates acerca do desenvolvimento territorial. Além disso, no acompanhamento das ações territoriais, especificamente no território do Salgado, poucos segmentos tiveram visibilidade na articulação territorial, caso específico dos indígenas e quilombolas. Ressalva-se ainda, a ausência de organizações de jovens agricultores, sendo fundamental a inserção destes segmentos, já que isso restringe brutalmente tanto a leitura dos anseios da população local como a capacidade das ações em curso perante as gerações mais novas.

O que ressalta a necessidade para a consolidação da dinâmica territorial de uma mobilização constante dos agentes locais. Assim, percebe-se que apesar destas políticas estarem orientadas para ampliar a participação da sociedade civil, com também à diversidade de atores presentes na mesma, elas ainda possuem fragilidades para influenciar de maneira consistente e decisiva as dinâmicas territoriais, o que mostra a necessidade de se trabalhar na base da formação das instâncias governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T.F. **A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras.** *International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies*, April 14-16, 2010, New Delhi, India.
- AGUILAR, L. F. **Gobernanza: El nuevo proceso de gobernar.** Ciudad de México: Fundacion Friedrich Naumann: Projeto México, 2010.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política.** vol. 29, nº 2 (114), p. 163-190, abril-junho/2009.
- CAZELLA, A. A. et al. **Agricultura familiar multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2009.
- DALLABRIDA, V. R. (Org.) **Governança territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- _____. Geograficamente falando, a governança territorial como processo de governo dos territórios. In: **II Congresso Internacional SETED – ANTE.** Santiago de Compostela, Espanha, 2015.
- DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. **O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural.** In: GRISA, Catia e SCHENEIDER, Sergio. *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- DINIZ, E. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. p. 385-415.
- FAVARETO, Arilson. **Uma década de experimentações e o futuro das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil.** In: GRISA, Catia e SCHENEIDER, Sergio. *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GREGOLIN, Marcos Roberto Pires et al. **O "Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais" e sua operacionalização no Centro Sul do Paraná.** Nucleus, v.12, 2015.
- GRISA, Catia e SCHENEIDER, Sergio. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.** In: GRISA, Catia e SCHENEIDER, Sergio. *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário.** Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br Acesso em 2015.
- Kooiman, J. (ed.). **Modern Governance: Government-Society Interactions.** London, 1993.
- Milani, A.; Solinis, G. Repensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. A. Milani et al. (Orgs.). **Democracia e Governança Mundial: que regulações para o Século XXI?** Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS/ UNESCO, p. 266-291, 2002.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA/SDT. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do território do Baixo Tocantins - PA (PTDRS).** Brasília: MDA. 2006.
- PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul.** Campina Grande, Raízes, 2005, p. 10-22.
- SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte.** In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994. p. 135-159.
- SILVA, Sandro Pereira. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de duas características multifuncionais e pluriativas.** Texto para discussão – IPEA, Rio de Janeiro, 2015.
- _____. **Território e estruturas de mercado para produtos tradicionais: o caso da produção familiar de cachaça no território Alto Rio Pardo (MG).** Revista Isegoria, 2012.
- SOUZA, Emanuel F. M.; SILVA, Marcio G.; SILVA, Sandro Pereira. **A cadeia produtiva da mandiocultura no Vale do Jequitinhonha (MG): aspectos sócio-produtivos e geração de renda para a agricultura familiar.** Revista Isegoria, 2012.
- SOUZA, Armando Lírio de. **Atividade de extensão: acompanhamento da formação do Colegiado.** Programa Assessoria Técnica para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais Voltados para o Mercado Institucional de Alimentos do Território da Cidadania do Baixo Tocantins e na Região do Salgado – atividades de extensão. Belém, 2014.
- TENÓRIO, F. G. A. (Coord). **Gestão social: metodologia e casos.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- THIOLLENT, Michel. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão.** Disponível em: <http://www.sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo?idArquivo=689391&key=c134fc26a973d27dd65f00b19bbf6edb> . Acessado em 13 de setembro de 2015.
- WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: Tedesco, João Carlos. *Agricultura Familiar, realidades e perspectivas.* 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES, AMIGOS E PRODUTORES DA GLEBA PERNAMBUCO NO CONTEXTO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DO GUAMÁ

*Diogo Luan Uchôa¹
Tiese Teixeira Júnior²
Eliana Bogéa³*

RESUMO:

O artigo busca identificar, através da Associação dos Moradores da Gleba Pernambuco, comunidade pertencente ao Município de Inhangapi, Estado do Pará, impactos da Plataforma Logística do Guamá (PLG), projeto que inclui o Porto de Pernambuco como parte das obras do governo estadual para infraestrutura de transporte do estado. Desta feita, apresenta pistas do processo de constituição socioterritorial desse espaço capazes de contribuir ao diálogo e compreensão da dinâmica regional em questão.

Palavras-chave: Porto de Pernambuco. Comunidade. Planejamento.

1 A GLEBA PERNAMBUCO

Inhangapi é um município paraense localizado na Mesorregião Metropolitana de Belém e na Microrregião de Castanhal, segundo texto oficial da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF, 2012). Criado em 30 de dezembro de 1943 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 4.505 (SEPOF, 2012), a sua ocupação data do século XIX dentre os vários municípios que surgiram ao longo da Ferrovia Belém-Bragança (EFBB), por isso seus primeiros ocupantes eram os próprios trabalhadores e colonos do empreendimento, então sob a responsabilidade de empresas (TAVARES, 2008):

Em 1874, a Assembleia Legislativa Provincial do Pará [...] deu autorização ao Governo Estadual para conceder, pelo prazo de 40 anos, à empresa ou companhia interessada, a construção da referida estrada [EFBB]; ficando os concessionários com o dever de estabelecer na área 10.000 colonos e suas famílias. Para o assentamento dos colonos, os concessionários recebiam do governo 10 léguas quadradas de terras marginais à estrada. Vieram, então, imigrantes estrangeiros e nacionais, o que fez surgir povoados, vilas que logo viriam a se transformar em municípios, como: Igarapé Açu, no km 112, em 1905; Castanhal, no km 69, em 1930; João Coelho (atualmente Santa Izabel do Pará) no km 42, em 1933; Ananindeua no km 14; Capanema, no km 175; Bujarú em sua área de influência; Nova Timboteua, no km 147; Anhangá, (atualmente São Francisco do Pará) no km 83; Inhangapi, no km 71, todos estes em 1943 (TAVARES, 2008, p.70).

Outros estudos científicos, como os realizados por Gomes Pereira (2011), afirmam que o município de Inhangapi, em suas vilas e glebas, abriga algumas comunidades remanescentes de povos quilombolas. Esse fator histórico e cultural, assim como a necessidade de regularização fundiária, despertou por parte destas comunidades o interesse pelo reconhecimento de suas terras e de sua cultura junto ao Estado:

¹ Mestrando NAEA-UFPA. CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6224300732108402>>.

² Doutorando NAEA-UFPA. CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0300911597496565>>.

³ Doutorando NAEA-UFPA. CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8097692271904174>>.

Os processos de reconhecimento partiram da noção de que essas comunidades viviam na ilegalidade e por isso precisariam adquirir títulos definitivos de pertencimento para que pudessem viver e produzir de acordo com seus valores e cultura. Assim, a Comunidade Quilombola de Itaboca recebeu seu título de domínio coletivo expedido pelo ITERPA, em 17 de Dezembro de 2010 [...] (GOMES PEREIRA, 2011, p. 51)

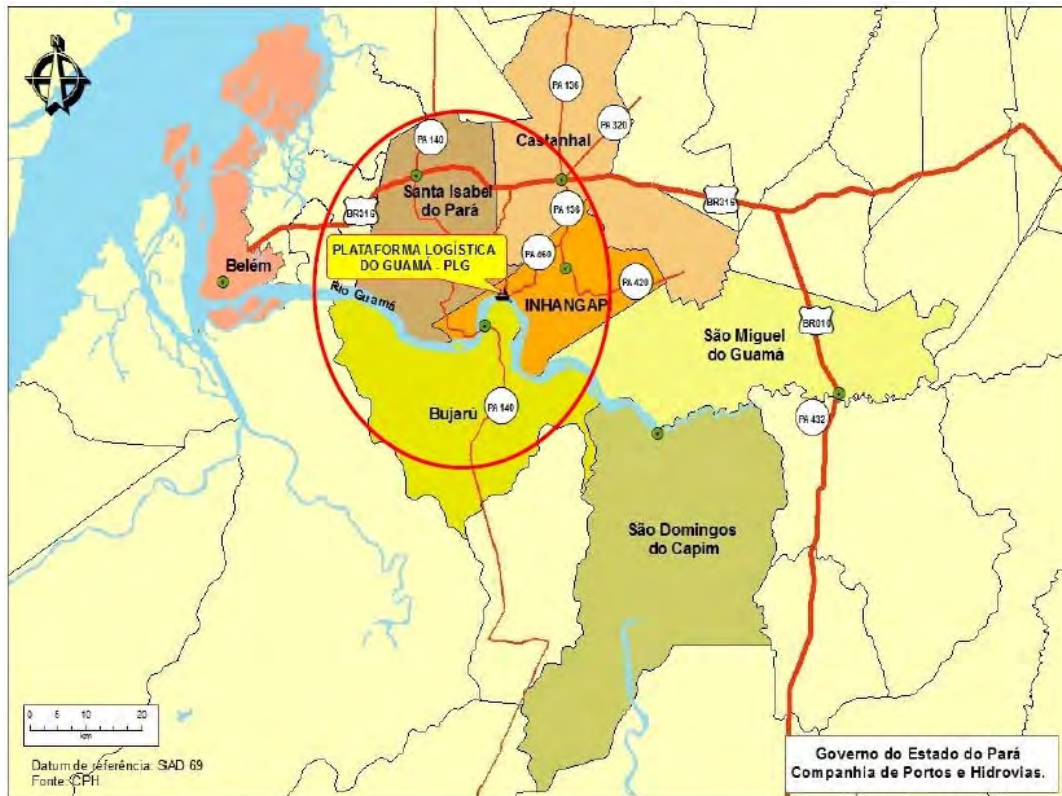
Assim como ocorreu com a Comunidade Quilombola de Itaboca, outras comunidades de Inhangapi também receberam o reconhecimento legal de suas terras. Entretanto, ao se tomar o caso de Itaboca como exemplo cujo reconhecimento legal data do ano de 2010, o estudo denominado como “Estatística Municipal”, produzido pela SEPOF (2012), em nenhum momento faz menção a essas comunidades – ou mesmo aos termos “quilombo” ou “quilombola” –, detendo-se apenas às datas e decretos oficiais e às manifestações culturais contemporâneas no tópico denominado “Aspectos Históricos e Culturais”.

A economia do município está assentada principalmente no extrativismo, agricultura e pecuária. Existem lavouras temporárias e permanentes que produzem, ambas, grãos e frutas, embora as lavouras permanentes sejam as mais produtivas (SEPOF, 2012). A pecuária é desenvolvida nas fazendas da região, sendo que a maior produção é de aves, seguida pelo gado bovino (SEPOF, 2012). As atividades extrativistas se concentram na exploração madeireira, tanto para produção de toras e lenhas como também para a produção de carvão vegetal, assim como para coleta de frutos da região, no caso, o açaí e castanha-do-Pará (SEPOF, 2012). Embora não possua a mesma importância que antes, o rio divide espaço com as rodovias como via de transporte.

Entre as vilas pertencentes a Inhangapi, a Gleba Pernambuco é uma das localidades que sofrerá o impacto da Plataforma Logística do Guamá (PLG), projeto que inclui o Porto de Pernambuco como parte das obras do Governo do Estado do Pará para infraestrutura de transporte. Com a publicação do Decreto nº 718 de 29 de Abril de 2013 que, entre outros fatores, concede terras públicas do município de Inhangapi ao projeto, tem início o processo de implementação da PLG. O artigo primeiro do referido decreto reserva esta responsabilidade, assim como das terras públicas concernentes para a Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará cuja obra tem todo interesse de empresários da região e será construída por meio de parcerias público-privadas.

Com efeito, uma de suas principais justificativas é a ampliação da capacidade de estocagem de produtos e o barateamento do transporte de mercadorias por meio da melhoria da interconexão dessa região com as demais regiões do estado e também com o país. O mapa a seguir localiza a Plataforma Logística do Guamá (PLG) no contexto dos municípios impactados diretamente pela obra e aqueles que sob área de influência:

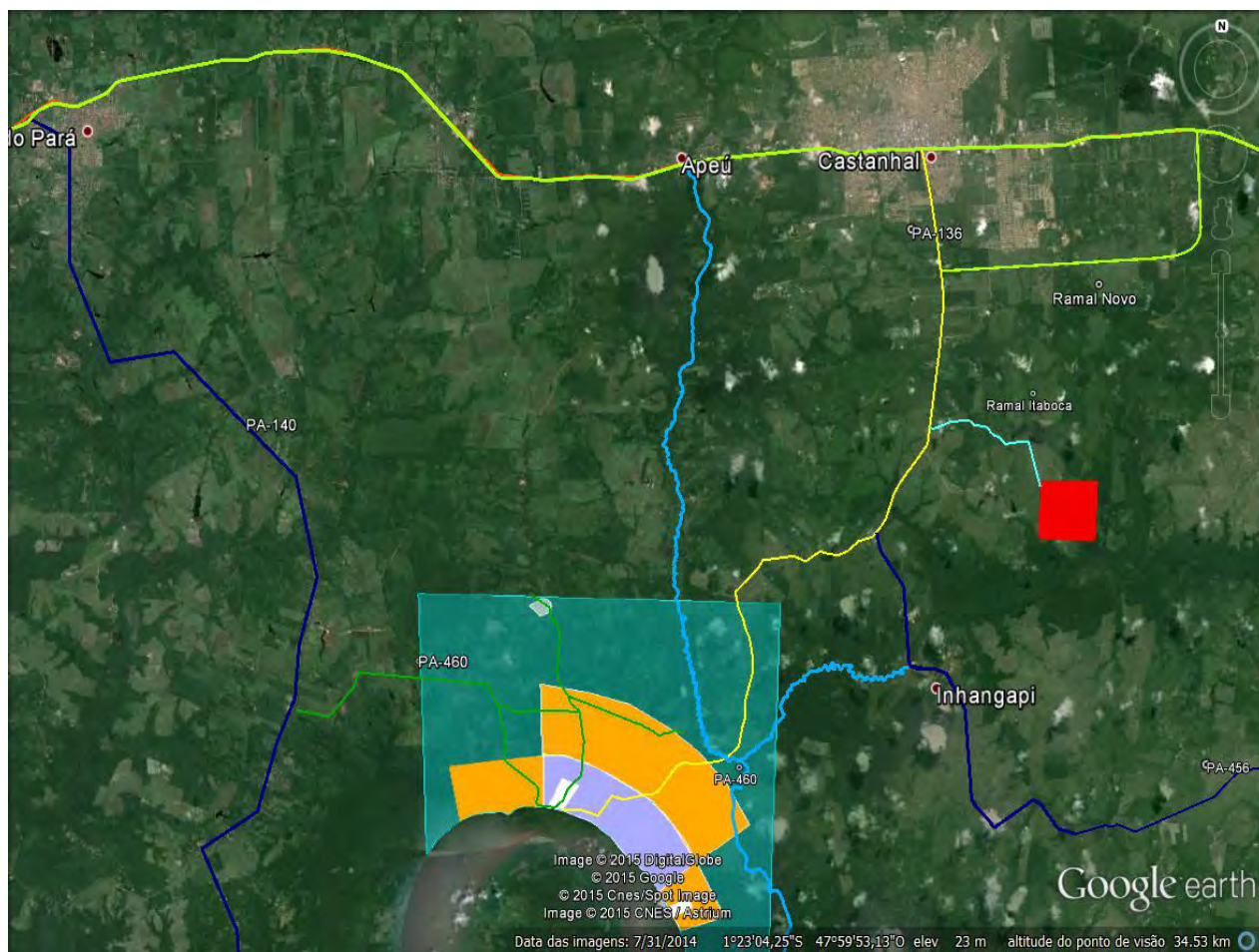
Localização da Plataforma Logística do Guamá.



Fonte: Governo do Estado do Pará, 2015

O projeto também conta com a construção de outras instalações para fornecer serviços específicos e estrutura urbana, como reduzir o fluxo de caminhões que se dirigem aos portos de Belém e, assim, aliviar as condições de tráfego na capital paraense e Região Metropolitana de Belém (RMB) como um todo. A PLG propõe uma forma de integração, em nível local, em que o rio voltaria a ter, junto às rodovias, um papel importante para o transporte destinado apenas à mercadorias. A estimativa apresentada até o momento é de que aproximadamente 1.300 caminhões deixarão de circular na RMB em função da PLG. Vale destacar que os documentos divulgados pelas agências governamentais silenciam sobre os impactos desse tráfego de veículos que se concentrará na região do projeto mas também de questões/temas relevantes às comunidades atingidas pelo projeto. Com efeito, a imagem a seguir mostra as rodovias que dão acesso a PLG.

Acesso rodoviário à Plataforma Logística do Guamá.



Fonte: Governo do Estado do Pará, 2015.

Os idealizadores da Plataforma Logística do Guamá (PLG) acreditam que a obra trará desenvolvimento através da geração de empregos e, por isso, reduzirá a pobreza, além de incrementar os empregos já existentes. Contudo transparecem a sua motivação econômica e ideológica ao alegarem que o projeto acarretaria a “harmonia entre o homem e a natureza” na região impactada, entre outros fatores, mas sem considerar em nenhum momento possíveis instabilidades sociais e ambientais. Segundo a Associação dos Moradores, Amigos e Produtores da Gleba Pernambuco, estas questões já resultaram em embates políticos que acabaram por retardar o início das obras.

A construção de uma grande estrada de ferro, a Ferrovia Norte-Sul, integra o projeto em questão. Assim, com as demais obras do sistema, esta ferrovia também será destinada apenas ao transporte de mercadorias, o que evidencia que a prioridade do projeto é atender às necessidades do comércio e da reprodução capitalista e não aquelas mais urgentes da população afetada cujo interesse na PLG se justifica pela promessa de novas oportunidades de emprego. Atualmente, o andamento do projeto se encontra conforme o quadro abaixo:

Etapa do projeto	Situação
1. Estudo funcional do projeto	Elaborado
2. Projeto Básico de Instalação Portuária Pública – IP4	Contratado
3. Projeto Básico do Sistema Viário de Acesso a PLG	Contratado
4. Projeto Básico e Executivo da Subestação e Rede de Distribuição de Energia PLG	Contratado
5. Projeto Básico de Urbanização, Drenagem e Sistema Viário Interno	A Contratar
6. Projeto Básico de Rede de Água e Esgoto	A Contratar
7. Estudo de Impacto Ambiental	A Contratar

Situação da Plataforma Logística do Guamá em junho 2015. Fonte: Governo do Estado do Pará

Nesse cenário, o presente trabalho busca identificar as ações da Associação dos Moradores, Amigos e Produtores da Zona do Porto Pernambuco (AMAZONPP), e até onde estas ações se materializam no contexto de implantação da Plataforma Logística do Guamá (PLG), na Gleba Pernambuco, em Inhangapi (PA), num esforço de identificar o capital social existente nesta representação da sociedade civil e sua configuração de luta como movimento social no âmbito do desenvolvimento local. Com efeito, a metodologia adotada neste trabalho mescla elementos da pesquisa exploratória ao buscar uma aproximação com a realidade estudada para melhor perceber o objeto, mas também levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o fenômeno estudado. Utilizamos também pesquisa explicativa que busca identificar fatores que contribuem ou determinam a ocorrência do fenômeno pesquisado com vistas a responder o porquê do acontecimento (MARCONI, 2001).

Ainda sobre a abordagem qualitativa é válido mencionar nesta proposta que se faz necessário um corte temporal e espacial com uma clara definição do território em que o objeto foi pesquisado. O trabalho de descrição, também, é importante uma vez que é por meio dele que os dados são coletados (MARCONI, 2001). Na caminhada desta pesquisa, até o momento, foram realizadas as seguintes etapas: (1) um pré-campo; (2) entrevistas semi estruturadas com diferentes representantes de setores sociais locais, residentes na Gleba Pernambuco, e posteriormente, (3) foram analisados discursos produzidos em documentos escritos, orais e iconográficos sobre a referida associação; (4) transcrição de entrevistas; (5) levantamento e leitura de textos referentes ao local pesquisado.

2 ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES, AMIGOS E PRODUTORES DA ZONA DO PORTO DE PERNAMBUCO

A Associação dos Moradores, Amigos e Produtores da Zona do Porto de Pernambuco (AMAZONPP), fundada em 12 de janeiro de 2013, traz em sua origem uma relação histórica com a implantação da Plataforma Logística do Guamá (PLG) naquela região. Desde o mês de dezembro de 2012, começaram a ser realizadas reuniões de sensibilização da comunidade local e de outras localidades atingidas pelo projeto em questão, entre as quais: Apeteua, Trindade, São João, comunidades que pertencem ao município de Santa Izabel do Pará; Itaqui pertencente a Castanhal; Boa Vista, Bacuri, Serraria e Pernambuco de Inhangapi.

Nessas reuniões, iniciais, as lideranças locais passaram a chamar a atenção para os possíveis impactos negativos que a abertura de um porto desta natureza poderá trazer para a população das localidades envolvidas, ao mesmo tempo em que convidavam os participantes para que se unissem na construção de uma entidade que pudesse garantir os seus direitos. A partir de janeiro de 2013, com a fundação da AMAZONPP, começaram a ser definidas as principais atividades a serem desenvolvidas por seus integrantes na condição de organização da sociedade civil sem fins lucrativos que busca, através do trabalho social e socioeducativo, a garantia de direitos e proteção social de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, estendendo suas ações para além das fronteiras da comunidade local.

De acordo com o documento de fundação da associação (Amazonpp, 2015), entre suas principais ações o foco é a participação ativa das comunidades direta e/ou indiretamente atingidas pelo projeto da Plataforma Logística do Guamá (PLG) na luta por melhor qualidade de vida de seus moradores. Neste sentido, o documento aponta a preocupação com o meio ambiente e a preservação da natureza, assim como com a gestão dos possíveis problemas socioespaciais advindos da implantação da plataforma em questão.

3 A PLATAFORMA LOGÍSTICA DO GUAMÁ (PLG)

A Plataforma Logística do Guamá (PLG) tem como uma de suas missões desafogar o trânsito da Região Metropolitana de Belém (RMB) conforme governo do estado e empresários locais responsáveis pela obra, prevista para sair do papel no segundo semestre de 2015, o que motivou a constituição da Associação Logística do Pará, (APL) que congrega o empresariado local. De acordo com o governo do estado, a plataforma trará ganhos para a RMB e para o nordeste paraense, uma vez que grande parte da carga que entra em Belém, vinda, por exemplo, da Zona Franca de Manaus, irá por outra rota, o que aliviaria o trânsito da capital. Questões como a mobilidade urbana e a redução dos custos com o transporte para o empresariado e a criação de um pólo de desenvolvimento regional, são levantadas como bases importantes para justificar a construção da plataforma.

A PLG será instalada em uma área de 12 mil hectares, garantida através de decreto estadual, planejada para comportar mais de 50 Estações de Transbordo e Carga (ETC), em uma infraestrutura que inclui pavimentação, energia elétrica e esgotamento sanitário. A primeira fase do projeto será desenvolvida às margens do Rio Guamá, numa área de aproximadamente mil hectares para atender o armador de pequeno, médio e grande porte. De acordo com a Agência Pará de Notícias (2015), na primeira etapa do projeto haverá um investimento da ordem de R\$ 103 milhões (cento e três milhões de reais), orçamento já aprovado pelo legislativo estadual e financiado pelo Banco do Brasil. A construção de um pólo naval, a pavimentação e abertura de estradas ligando as rodovias BR 316 e PA 136, estão entre as próximas ações do projeto, sob a responsabilidade direta do governo do estado.

O empresariado local responde diretamente pela construção da estrutura física para a instalação de estações de transbordo de carga, e para tanto as empresas devem adquirir um lote no chamado condomínio logístico. Desde o início a constituição de uma estrutura física na região de implantação do projeto, seja por parte do governo estadual ou da iniciativa privada, chama a atenção para a geração de empregos como uma bandeira positiva da referida empreitada,

constituída ao que parece, mais uma vez, sob a égide do desenvolvimento regional (Agência Pará de Notícias, 2015).

Se o objeto deste artigo está atravessado, também, pela noção de desenvolvimento regional acreditamos pertinente utilizar o conceito de capital social, entendido aqui, como uma conexão entre indivíduos (Soares, 2010). Isso como ferramenta explicativa, ou de constituição de elos, uma vez que, tanto a formação de uma associação de empresários, em âmbito estadual, quanto à de uma associação de amigos e produtores, em um terreno local, aponta para uma base de mobilização/organização da sociedade com vistas a um projeto comum, no entanto com olhares/ações diferentes e diversos a respeito.

No pano de fundo há a relação da sociedade com a natureza, no espaço amazônico, historicamente marcado por um processo predatório de exploração dos recursos naturais (Oliveira, 2007). Neste sentido, Begossi (1993), no debate sobre a ecologia humana contribui pela vertente da ecologia cultural, uma vez que a organização social aparece como vetor importante para o desenvolvimento da subsistência, da economia, e da divisão dos recursos no interior dos grupos sociais. Nas imagens abaixo é possível ler o registro visual das reuniões de constituição da Amazonpp:

Assembléia de Fundação da AMAZONPP – 12/01/2013.



Fonte: Amazonpp.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse trabalho resulta de nossa experiência num trabalho de campo na Gleba Pernambuco com a Associação dos Moradores, Amigos e Produtores da Zona do Porto de Pernambuco (AMAZONPP). Mais do que conhecer um dos locais diretamente impactados pelo projeto em questão, o objetivo era ir à escuta de seus moradores, organizados através da AMAZONPP, para saber como é, para eles, dali do lugar que ocupam e que lhes é próprio, a relação com esse grande projeto.

Em apenas um dia, o que conseguimos apurar é que a Plataforma Logística do Guamá (PLG) não foge à regra dos grandes projetos na Amazônia cujo contexto geral demonstra total falta de diálogo com as comunidades direta e indiretamente atingidas, atraídas com promessas vãs e completamente isoladas do processo de construção/implementação do projeto. Às famílias impactadas é reservado o *dever* de consentir a liberação das obras no que se tornou um *jogo de cena* para *fazer de conta* que o projeto tem o conhecimento/consentimento das populações envolvidas.

A Plataforma Logística do Guamá (PLG) é apenas e tão somente mais um exemplo de um desenvolvimento para quem? Afinal, o desenvolvimento é para quem? Que grupo tem o direito de

definir, em lugar dos outros, aquilo que deve ser significativo para eles? (BOGÉA, 2014). Com efeito, essa experimentação insiste buscar um modelo de desenvolvimento capaz de atender aos interesses e reivindicações das categorias sociais dominadas porque apoiado na sua capacidade de gerir diferentemente os recursos do seu território (TEISSERENC, 2009), com vistas a privilegiar um novo modo de administração e de gestão do seu espaço, da sua terra e de suas raízes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Eliane Aparecida Pereira de. A relação entre o capital social e o desenvolvimento local: O caso das comunidades rurais de baixo rendimento em Pernambuco. Campo Grande, 2010.

AMAZONPP: Histórico. Inhangapi: 2015

BEGOSSI, Alpina. Ecologia Humana: Um enfoque das relações homem ambiente. INTERCIENCIA 18(1): 121132. URL: <http://www.interciencia.org.ve>

BOGÉA. Eliana. A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar local. Joinville: Ed. Do Autor, 2014.

MARCONI, M. A. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: 2001.

Plataforma Logística do Guamá. In: Agência Pará de Notícias. Disponível em <http://www.apn.pa.br>. Acesso em: 02/06/2015.

TAVARES, M. G. C. Formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. Revista ACTA Geográfica, 2008, p. 59-83

TEISSERENC. P, (Org) et al. **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008. 329p.

_____. Le Territoire de L'action Publique. In: ROCHA, G. (Org.); MAGALHÃES, S. (Org.); TEISSERENC, P. (Org.). **Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas**. Belém: EDUFPA, 2009. p. 23-63.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. Estatística Municipal.

CONHECIMENTO PRÁTICO E USOS SOCIAIS DOS RECURSOS NATURAIS EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO NORDESTE PARAENSE.

Raimundo Erundino Santos Diniz¹

Silvana da Silva Barbosa Diniz²

RESUMO

Neste estudo sobre as estratégias de permanência e autonomia dos quilombolas de Santa Rita da Barreira procede-se investigar a etnohistória e os processos de territorializações construídos situacionalmente ao longo do processo histórico de ocupação da região do vale do rio Guamá. As intervenções econômicas de grande monta demonstram ser colidentes as maneiras de convivências quilombolas à preservação dos recursos naturais cada vez mais escassos. As recuperações de práticas agroecológicas tradicionais ocorrem através de narrativas dos mais idosos ao atualizarem fatos singulares, a saber, territorialidades, conhecimentos tradicionais, regras sociais, experiências individuais e coletivas, e cosmologias que interpretam as propriedades da natureza para além das compreensões utilitaristas. As “territorialidades” construídas pelos quilombolas na região constituíram domínios específicos associados a estratégias de usos dos recursos naturais reinventadas e atualizadas no tempo presente. Ao mesmo tempo, este conjunto de saberes e conhecimentos práticos congregam fatores fundamentais a manutenção e afirmação étnica quilombola em disputa com empreendimentos públicos e privados pelos mesmos recursos naturais. A metodologia ficou abalizada pelo registro e análise de narrativas e fotografias, concomitante ao exercício de um diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento para pensar a relação seres humanos/natureza no tempo.

Palavra-chave: Quilombo, conhecimento prático, recursos naturais.

INTRODUÇÃO

Atualmente há o reconhecimento de oito comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá (Boa vista, Acari; Menino Jesus; Canta Galo; Santa Rita da Barreira; São Luis; São Pedro de Crauateua; N^a. Sr^a. de Fátima) os *territórios étnicos* consubstanciam estratégias de permanências e resistências contra as ameaças de ocupações empreendidas historicamente por iniciativas públicas e privadas. Entre estas comunidades quilombolas do município de São Miguel do Guamá apenas Santa Rita da Barreira e Menino Jesus concretizaram o direito à titulação. As demais comunidades continuam a lutar pela visibilidade social, jurídica e política para legitimação do direito de propriedade coletiva definitiva.

Em 2002 foi titulada a Comunidade Quilombola Santa Rita da Barreira com uma área total de 371 ha, perímetro de 18.379,51m, distribuídos atualmente por 35 famílias hoje reconhecidas como quilombolas. Os registros oficiais consultados no “Setor de Titulação de Terras” do ITERPA, indicam

¹ Doutorando em Desenvolvimento Sócioambiental. Mestrado (PLADES/NAEA/UFPA), especialista em Gestão ambiental (NUMA/UFPA), Graduação em História (UFPA). E-mail: derundinosantos@yahoo.com.

² Mestranda em Ciências e Meio Ambiente (UFPA). Especialista em Micro biologia. Bióloga. Email: silbarbdin@gmail.com.br

a topografia definida em coordenada geográfica de latitude 1° 35' 21, 03" Sul e longitude 47° 23' 40, 00", ao norte e a oeste está a fazenda do Sr. Venâncio Cardoso, ao leste o igarapé Mururé e ao sul o rio Guamá.

A conotação política do termo quilombola no tempo presente entre os que conquistaram e ainda lutam por autonomia e direitos étnicos específicos remonta uma história de luta e sobrevivência que hoje se coloca a partir de novas demandas representadas pelo direito à posse da terra, auto definição e inserção política e social através de políticas públicas específicas. O termo quilombola ou quilombo, remanescentes de quilombos³ e comunidades negras, na atualidade passaram a reproduzir elementos de representação social e política e/ou identificação étnica. Neste trabalho a referência à categoria "quilombola" está diretamente vinculada a uma concepção política como define Almeida (apud ACEVEDO MARIN, 2004, p.12):

Quilombola é mais precisamente aquele que tem consciência de sua posição reivindicativa de direito étnicos e a capacidade de auto definir-se como tal, mediante os aparatos do poder, organizando-se em movimentos e a partir de lutas concretas.

Nestes termos ao referir demandas sociais destes grupos étnicos não se pode ocultar o respeito à autonomia política e direito de definirem suas prioridades. Nas situações sociais vigentes, as prioridades são o reconhecimento ao direito de propriedade e à titulação coletiva. Desta feita, o reconhecimento do "fator étnico", deve se repetir a outras demandas, tais como, assistência à saúde, educação, cultura e respeito às práticas religiosas. Estas demandas são pertinentes à história do tempo presente e não podem ser confundidas como sendo exigências anacrônicas relativas a condições de submissões similares ao tempo da escravaria, tão pouco a formação de comunidades isoladas oriundas de movimentos de fugas.

A ressemantização do conceito de quilombo pressupõe a busca por reconhecimento étnico e garantias de direitos sob novas estratégias de domínios e representações políticas em que os agentes sociais mobilizados incorporam uma identidade social coletiva.

O reconhecimento das modalidades específicas de acessos aos recursos naturais por meio de sistemas de usos comuns, coletivos e individuais desenvolvidas pelos quilombolas de Santa Rita da Barreira revelam aspectos importantes para compreender a historicidade do grupo e a construção da identidade no tempo presente. Estas modalidades de organizações coletivas estabelecem obediências as regras de compartilhadas, regulações e preservações os bens comuns. Várias práticas de usos sociais dos recursos naturais se encontram em transformações devido o processo de escassez dos mesmos, o que deixa em alerta a comunidade inclusive levando à reelaboração de estratégias de controle, preservação e recuperação de práticas de sobrevivências. As perdas são provocadas pelo acúmulo do uso indiscriminado dos recursos naturais mais recentemente realizados por fazendeiros, ceramistas e madeireiros no entorno do território.

A investigação contou com atividades de campo e estratégias metodológicas peculiares ao trabalho de história com fontes orais o que permitiu desenhar uma metodologia avizinhada à história antropológica. Procurou-se entender como as concepções teóricas entrelaçadas as narrativas dos entrevistados permitiram revelar aspectos simbólicos da cultura, a etnohistória, o

³ Leite (2000, p. 333) completa esse entendimento ao ponderar que: "falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão política em processo de construção". A questão refere-se ao reconhecimento de direitos e não ao retorno a estereótipos do passado (colonização e escravidão). Essas distinções são importantes para entender as reivindicações desta categoria étnica.

conhecimento prático sobre o território e as “territorialidades” construídas situacionalmente pelos quilombolas de Santa Rita da Barreira. O conceito de etnohistória também foi pensado a partir das análises teórico-metodológicas vinculadas ao diálogo entre história e a antropologia, com ênfase na etnologia histórica e a etnografia⁴ como técnicas de investigação voltadas à recuperação do processo de territorialização desenvolvido pelos quilombolas de Santa Rita da Barreira.

Carmack (1979, p. 17) define etnohistória como: *“un conjunto de técnicas y métodos para estudiar la cultura através del uso de las tradiciones escritas y orales”*. Em seus escritos o autor apresenta a etnohistória não como uma teoria, mas como técnicas e métodos para operacionalizar investigações no campo da cultura, a partir de fontes documentais escritas e através da oralidade determinando uma aproximação entre a antropologia e a história.

Esta perspectiva coaduna com as ideias de Rodríguez (1994, p.193) ao propor: *“[...] características comunes de una práctica historiográfica que intenta unir dos disciplinas científicas, la antropología y la historia, y que en su fusión se há adoptado, muchas veces, el nombre de etnohistoria”*. Esta aproximação referenda mudanças na produção do conhecimento ao tentar conciliar disciplinas que se inter cruzam por questões teórico-metodológicas, como no caso da história e antropologia, sem deixarem de resguardarem suas particularidades e concepções científicas.

Vovelle (1990) aponta a etnologia histórica como artifício importante para desvendar as “entrelinhas” das relações sociais e processos históricos não revelados pelos registros escritos encontrados nas evidências arqueológicas, etnográficas, iconografias e mesmo nas narrativas a partir das memórias sobre o lugar (ruínas, paisagem, disposição das casas, relações sociais, festejos e angústias). Acrescenta se aqui os registros fotográficos ao proporcionar o congelamento de aspectos cotidianos manobrados intencionalmente e de forma seletiva pelo registrador da cena.

A etnologia histórica é entendida como uma forma de revelar o silêncio das fontes obscurecidas e diluídas em diversos domínios das culturas, construções simbólicas e da história social. A apropriação da etnologia histórica como método neste trabalho permitiu estabelecer conexões, análises e contraposições aos dados oficiais, assim como, entender as evidências históricas que explicam algumas mudanças estabelecidas no território quilombola de Santa Rita da Barreira no que se refere à relação entre diversidade, disponibilidade e escassez dos recursos e seus desdobramentos nas modalidades e regras de usos e apropriações (trocas, preservação, comercialização, regulação e compartilhamento) entre os agentes sociais.

⁴ Pretende-se ter como referencia neste trabalho as elaborações de Malinowski (1976) quando em estudo sobre grupos “nativos” nos arquipélagos da Nova Guiné em trabalho antropológico de cunho “etnográfico” procurou construir uma trajetória de análise baseada na observação e descrição a partir de práticas sociais concretas, tipos de comportamentos e busca da compreensão dos “nativos”. Neste trabalho de pesquisa etnográfica o autor tentou descrever os pesquisados a partir de seus modos de pensar e sentir procurou construir análises que buscassem entender as expressões sócio-culturais e psicológicas desenvolvidas no cotidiano destas comunidades. O autor demonstrou ainda preocupações em perceber os aspectos atrelados as crenças, sentimentos e valores, presentes no campo do comportamento, para poder vislumbrar seus sentidos e significados que não se expressavam de modo imediato e precisavam ser gradualmente desvelados como aponta em seus escritos.

MODOS DE SER, FAZER, ELABORAR E VIVER: USOS SOCIAIS DOS RECURSOS DOS RECURSOS NATURAIS.

Existe um mosaico de situações sociais presentes no cotidiano das famílias quilombolas situadas no território de Santa Rita da Barreira em suas modalidades de sobrevivências resignificadas no tempo por várias gerações ao praticarem manejos e interpretações específicas sobre as propriedades da natureza. Os “quintais” ou “terreiros” constituem um universo singular.

Durante a pesquisa de campo foram feitas duas perguntas aos entrevistados com o objetivo de conceituar o que é esse espaço. A primeira pergunta: Existem diferenças entre “quintais” e “terreiros”? A maioria dos entrevistados respondeu que sim. A segunda: Quais as modalidades de usos sociais?

Sobre a definição de “Terreiro” para o Sr. Damião Castro (37 a.) o “*Terreiro é área limpa. Quintal é onde ficam as frutas, plantas, criação*”. Já o Sr. Valdir Reis (36 a.) considerou que “*Terreiro é aberto, quintal é cercado*”. Nas palavras da Sra. Antônia Silva (58 a.) o “*Terreiro fica em frente da casa o quintal atrás*”; por sua vez o Sr. Oswaldino Gama (75 a.) ponderou que “*Quintal é aberto. Terreiro é limpo e fechado*”. Nas definições não se observa um consenso entre os entrevistados, “aberto”/“fechado”, “frente”/“atrás”, “limpo”/“com folhas” enfim, norteiam formas de apropriações do território e traduzem visões que os próprios quilombolas possuem deste ambiente. No universo de trinta e três entrevistados, 33% responderam que utilizam a terminologia “Quintal” para referir-se a esta parte. Outros 21,2% a denominam de “terreiro” e 48,5% não veem diferença entre ambos.

As diferentes percepções nos ensinam que não existem entre as comunidades quilombolas comportamentos ou visões homogêneas e que suas estratégias de manejos e domínios sobre esses ambientes construíram interações sociais distintas e ações coletivas permeadas pelo respeito à diversidade e ao uso comum.

Em entrevista a Sra. Sebastiana Santos (31 a.) fez uma longa explanação sobre o caráter multifacetado dos usos em terreiros ou quintais ao considerar que representam também um ambiente “*calmo, mais tranquilo, tem aonde a gente conversar com mais clareza. A gente sentava à noite no quintal, saía aqui do nosso e sentava no quintal do vizinho pra li, e lá já tinha um banquinho, saía aquele café na boca da noite, como até hoje*”. Em sua narrativa o quintal é compreendido como área localizada por trás das casas e ao que parece englobam processos sociais específicos marcados por usos comuns, um ambiente de livre circulação e permite sociabilidades, conversas e reuniões informais que ocorrem no final do dia ou durante as folgas.

F.01 - Adultos e crianças no quintal



Fonte: Pesquisa de campo.

F.02: Crianças brincam com talhos e espata⁵ de inajá.



Fonte: Pesquisa de campo.

Pela narrativa apreende-se que nos quintais as rodas de conversas apresentam um caráter pedagógico por proporcionarem momentos de ensinamentos e aprendizagens que recuperam experiências passadas e atualizam compreensões do presente: *“Nas histórias eles vão se lembrar, os mais adultos, aqui em casa é centro das atenções. A gente passa a tarde conversando, aí anoitece conversando, se lembrando do passado, como era a atitude das crianças naquele tempo e vê como é hoje, dos jovens daquele tempo.*

Por meio da memória, conferem as mudanças do espaço habitado como acrescentou a mesma entrevistada: *“Tinha aquela roda de conversa na boca da noite e aí saía a história, como era de primeiro aquele local, a distância de uma casa uma pra outra, era difícil aquele acesso, essas coisas. Então, a gente tem uma facilidade muito grande no quintal da gente, o nosso aí é livre”*. O quintal expressa segurança, facilidade e liberdade. De outro lado, não se pode perder de vista que também existem regras de usos nos quintais ou terreiros, alguns recursos como frutas, crias, ambientes específicos e pomares de usos restritos ou individuais, exclusivos dos membros das unidades domésticas próximas.

O sentido de território, apontado por Almeida e Sousa (2009) em Terras Tradicionalmente ocupadas ultrapassa a materialidade da terra/território no que se refere à disposição e usos sociais dos recursos naturais (hídricos, florestal, solo e subsolo), incorpora representações simbólicas que abarcam a identidade sociocultural e a etnicidade à medida que reforçam os sentimentos de pertença, laços de solidariedade referidos ao grupo. Portanto, a terra/propriedade enquanto categoria para definir os limites geográficos a serem usufruídos pelos grupos étnicos apresenta limitações conceituais à medida que o território incorpora tanto o plano físico quanto simbólico, o território étnico.

Thompson (1998) destaca os costumes e tradições como elementos importantes e definidores das relações sociais ao considerar que o costume se revela como a interface das práticas sociais e é concebido como “lei”. Nessa interpretação ainda, os costumes podem se configurar através de

⁵ A espata é a base de sustentação dos cachos de inajá e é utilizada como assento, para transportar água, como cesto.

crenças, normas sociológicas, práticas usuais e usos coincidentes desprovidos de registros escritos ou regulamentos formais e se atualizam principalmente pela tradição oral.

Destaca o autor que por meio desse valor social estabelecem consensos, normas comunitárias, obrigações de vizinhanças, trocas, serviços, regras de usos e sanções que são aplicadas de forma endógena aos grupos ou unidades sociais. Tais estratégias organizativas podem representar símbolos, signos e significados que sustentam também disputas de poder nas inter-relações sociais, econômicas e políticas à medida que o direito e regulamentos formais e constitucionais não contemplarem o *lex loci* (costume local):

O *lex loci* só adquire significado quando inserido num estudo disciplinado do contexto local que procure conhecer o equilíbrio das terras incultas e aráveis, difusão e concentração de propriedades, colheitas e rebanhos, fertilidade do solo, acesso aos mercados e demografia populacional pertinentes as características geográficas apropriadas pelo direito comum e tradições orais (THOMPSON, 1998, p. 120).

O território expressa o bem maior usufruído pelas famílias, extrapola a ideia de propriedade, ganha ainda conotações simbólicas reconhecidas nos costumes e tradições que postulam o bem comum e o direito ao uso coletivo da terra como dimensões específicas dos territórios étnicos.

Os quintais ou terreiros⁶, enquanto áreas de uso comum reproduzem espaços diferenciados dos usos familiares. Segundo Acevedo Marin e Castro (2004) em estudos sobre a comunidade quilombola do Abacatal (Ananindeua-PA), eles correspondem a 39% do uso do território pelas famílias devido às diversas formas de utilidades, como acessibilidade e manejo da biodiversidade disponível estrategicamente selecionadas.

Entre os atrativos que os quintais ou terreiros oferecem estão as disponibilidades de vegetais frutíferos cujas disposições no território são definidas segundo a leitura que fazem do ambiente, da facilidade de acesso, das preferências⁷. No inverno os frutos aparecem com maior incidência oferecendo bastante fartura. Como destaca Bruno de Menezes (2005, p.85), em seu livro “Batuque” no poema “fartura”: *“Tanta fruta madura tanta fruta pelo chão./ Tanta terra plantada/Pejada de fruto que ainda está para nascer [...] / Tanta fartura de fruta cheirosa que o preto plantou boa de comer.../ E é por isso que a gente até nem estende a mão”*.

A livre circulação no território permite-lhes acionar a qualquer momento um fruto, semente, ouriço ou casca que pode estar nas árvores ou no chão, no terreiro do vizinho ou próximo ao ramal, na várzea ou no igapó, a distribuição de algumas espécies no território ocorre quase de forma indistinta. Algumas espécies frutíferas consumidas estão no quadro abaixo:

⁶ Os quintais ou terreiros são ambientes de domínio das famílias quilombolas que exercem o controle sobre suas posses por meio de um etnomapeamento que lhes permitem localizar cada espécie de árvore plantada, cada utensílio, construções e suas funcionalidades respectivas. O domínio ocorre com a organização de espaços específicos para as árvores maiores, os jardins encontrados ao lado ou em frente das casas, as pequenas construções como viveiros, barracas e latrinas ao fundo ou nas laterais, banheiros e girais em áreas centrais e mais limpas. As cobertas e construções voltadas a depósitos ou fogões de barros próximos ou anexados às unidades familiares, assim como os bancos e “cordas” para estender as roupas. Entre as áreas especificadas são encontrados os pequenos viveiros, alguns suspensos com mudas de ervas medicinais ou verduras protegidas das “crias”.

⁷ A regulação de sementes nos quintais ou terreiros foram apontadas pelo Sr. Antônio Pereira (53 a.) ao relatar que há controle sobre a reprodução das espécies vegetais frutíferas nos quintais através da queima das sementes e caroços para evitar o acúmulo e superposição das vegetações que impeçam a insolação e comprometam a qualidade e quantidade de frutos

Quadro 01 – coleta de frutas nos Terreiros ou quintais da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira

Coleta: Verão/Inverno	Manga, cidra, abacate, bacabi e tucumã
Coleta: Verão	Laranja, coco, goiaba, ingá, caju, cupuaçu, banana, graviola e carambola.
Coleta: Inverno	Açaí e acerola.
Disponibilidade Maior	Abacaxi, açaí, goiaba, limãozinho, caju, manga, cupuaçu, jaca, banana, bacaba e abacate.
Disponibilidade Razoável	Limão enxertado, limão galego, ingá, acerola, tangerina, lima, graviola, pupunha, biribá e cacau.
Disponibilidade Menor	Muruci, ajurú da praia, ciriguela, ameixa, abil, taperebá, fruta pão, cidra, ajirú, ata, pião, carambola e bacabi.

Fonte: pesquisa de campo.

Os critérios de ‘maior’, ‘razoável’ e ‘menor’ disponibilidade se referem ao número de “pés” existentes no território e ao consumo em cada unidade familiar conforme informações sistematizadas pelas entrevistas.

Além das frutas nos quintais ou terreiros existem também espaços reservados à domesticação de espécies trazidas de outros ecossistemas e colocadas em canteiros ou proteções específicas. A adubação natural é colocada como experimento para saber o grau de adaptação da espécie da mesma forma quanto a seletividade ao repertório informam Acevedo Marin e Castro (2004).

Foi no seu terreiro também que a Sra. Maria de Lurdes Castro (55 a.) mandou construir uma barracinha coberta de folha de “inajazeiro” para receber as pessoas em comemoração ao aniversário de seu marido, mas depois passou a usá-la para cozinhar feijão, assar, esconder-se do sol e pendurar peneiros com galinhas para “chocar”, como se

observa abaixo:

Fotografia 03 - Construções provisórias e usos diversos.



Fonte: Trabalho de campo.

Nas pequenas barracas dos quintais armazenam-se peneiros, vidros, caixas de madeira, rodas e outros utensílios necessários muitos reaproveitados ou adaptados para outras funções, guardam

também as ferramentas como carro de mão, porretes, bonés e botas de trabalho. Estas construções provisórias demarcam aspectos da vida social e informam as prioridades voltadas às crias, sociabilidades, armazenamentos, cultivos e reaproveitamentos de materiais.

Sobre as criações de “bicos” os entrevistados 60,4 % informaram que são as mulheres as principais responsáveis. Os quintais ou terreiros são espaços efetivamente do fazer das mulheres que organizam, controlam e manuseiam para o consumo coletivo, preparam os “ninhos” com a tala do japuti ou Guarujá, para que os “bicos” possam “chocar”, elas ainda realizam a contagem e acomodação das aves nas árvores no final da tarde e os alimentam no início do dia. As crias são alimentadas com milho comprado em São Miguel do Guamá ou com a casca ou o bico da batata da mandioca.

Segundo Pinto, as mulheres sempre ocuparam posições importantes na organização social dos quilombos na Amazônia:

Neste processo de resistência, a mulher desempenhava um papel de vital importância. Podia ajudar tanto na produção econômica como ‘administrar’ em termos logísticos, materiais e culturais os próprios quilombos. Pois estes eram ao mesmo tempo comunidades camponesas e unidades militares. Na manutenção material, no abastecimento de provisões, na confecção de roupas, de utensílios, no mundo espiritual e no mundo do trabalho, de forma geral, as mulheres foram muito importantes na comunidade quilombola. (PINTO, 2004, p. 20)

O relato de Raimunda Rufina (70 a.) reforça a compreensão: *“lá no terreno do meu pai a gente tinha muita fruta, criava muito porco, agora não cria mais. Agora não tem como trabalhar pra longe, a cria acaba com tudo. Eu vendia muito porco aqui, de oito capado”*. Em ambas as narrativas se reiteram as explicações de que a perda de território influenciou sobre a criação de porcos. Hoje poucos circulam pelos quintais onde predominam as aves. Raimundo Gomes (60 a.) recupera o período em que se criavam porcos ao afirmar que, *“antes se criava o porco solto, a roça ficava à quilômetros da residência, hoje a roça fica próxima e os animais presos não vão pra frente”*, o depoimento demonstra a descontinuidade de uma tradição e a perda de território já que a distância entre as crias de porco e as roças eram significativas.

As estratégias de reproduções sociais e culturais praticadas pelos quilombolas de Santa Rita da Barreira demonstram observações sistemáticas, trocas de informações e experimentações contínuas que consubstanciaram técnicas de manejo presenciadas em várias atividades no território. Estes conhecimentos e domínios de técnicas agroecológicas conservam um conjunto de saberes, alimentados por suas práticas culturais num jogo de interfaces entre memórias, linguagens e diversidade biológica, Almeida e Sousa (2009) destaca a relação entre biodiversidade, uso comum e conhecimentos tradicionais:

No interior da área de uso comum é que conserva uma significativa agrobiodiversidade, além de ocorrer o manejo de erva-mate nativa, a criação comum de animais, espécies florestais forrageiras, frutíferas nativas, ervas medicinais e variedade de cultivos agrícolas. É neste espaço social que se encontram as moradias, normalmente cercadas em pequenas áreas de terras denominadas de quintais, lugar de produção de hortaliças e pequenas culturas de subsistência. Além do espaço de uso comum, há também aquele de uso privado, as lavouras, que são encontradas do lado externo ao criadouro e que apresentam em sua maioria lavouras compostas, como milho, arroz, feijão e fumo. (ALMEIDA; SOUSA 2009, p.151).

Para compreender a cultura tradicional faz-se necessário compreender os saberes tradicionais como fruto de aprendizagens e domínios reproduzidos secularmente no território. Para contribuir com o debate sobre o “saber nativo” ou “saber tradicional” Lévi-Strauss (1976) problematiza em “O pensamento Selvagem” questões fundamentais relativas às estruturas elementares do que hoje se denomina pensamento tradicional e afirma que o pensamento dos povos tribais é construído a partir de relações complexas com o mundo “concreto” ao construírem conceitos, signos, significados e significantes baseados em características sensíveis do mundo natural.

O autor informa que a organização, prospecção e especulação do mundo sensível nativo não é menos científico que a chamada ciência moderna seus resultados são reais firmados por milhares de anos. Para compreender o significado das coisas, os nativos constroem relações dialógicas entre o “saber concreto” e o pensamento simbólico, elaborando uma espécie de diálogo para enumerar as respostas possíveis, baseado no repertório secular das propriedades da natureza.

Os povos nativos constroem secularmente relação com a natureza por modos de classificações e sistemas racionais de manejo e taxinomias construindo compreensões lógicas e sincronias entre os organismos da natureza. O saber é sistemático e extrapola a necessidade prática do uso, confere ordenação intelectual com base nos sentidos das estruturas elementares, correspondentes à natureza das espécies e das formas de organizações humanas como um processo integrado.

Bruno Latour (2001) convencionou a modalidade de manejo realizada em populações tradicionais ao que chama de “mediação” como uma série de etapas sucessivas desenvolvidas com técnicas e condições ambientais específicas, ignoradas pelos cientistas da ciência moderna. Para o autor a mediação confere processo lento que permite apreender a realidade de um objeto através de transformações que adequam a realidade concreta a uma conversão de características sensíveis decompostas em signos e essências matérias utilizadas novamente em etapas secundárias.

O estudo laboratorial interfere na precisão das classificações e conceituações que segundo Levi-Strauss (1976) os saberes nativos fundamentam através de seus repertórios e no conhecimento das variações das espécies como integrantes de um sistema formado por naturezas e propriedades comuns e ao mesmo tempo diferentes. Os domínios seguem a lógica de que as coisas são consideradas úteis e interessantes conforme aprimoramento produzido por manejos concretos desprovidos de sentidos obrigatórios devido a movimentação dos organismos e do ambiente. O método conhecer, manejar e classificar produzem conhecimentos sobre as constantes mutações da natureza reproduzidas e aprendidas coletivamente através da linguagem e do pensamento como produtos sociais.

Para Toledo; Barrera-Bassols (2009) não existe patamar superior entre a sabedoria tradicional e o conhecimento científico o que move cada um são seus interesses. Os autores ponderam que para as modalidades de organizações tradicionais os parâmetros fundamentais da sabedoria esteiam-se em entender a natureza e a gênese dos serviços ecológicos, as complexidades das estruturas do ambiente em interrelações com seus sistemas de crenças, conhecimentos e práticas projetadas sobre recursos naturais e organismos visíveis e invisíveis. Para os autores:

Las sabidurías tradicionales se basan en las experiencias que se tienen del mundo, los hechos, los significados y los valores de acuerdo al contexto cultural y social en donde se despliegan. Los saberes son pues, parte o fracción esencial de la sabiduría local, (TOLEDO ; BARRERA-BASSOLS,2009, P.108).

O conhecimento prático salientado pelos autores como componentes essenciais da construção da territorialidade e o saber tradicional como formador deste conhecimento encontram-se de forma contextualizada e atrelada a sabedoria de mundo e valores socioculturais que permitem interligar as condições locais às conexões externas. O saber tradicional assenta-se em uma cosmovisão marcada por uma relação direta entre seres humanos/natureza e natureza/cultura em respeito a um esquema valores multidimensionais e polivalentes articulam vários níveis de organizações mentais sobre o mundo, conforme as circunstâncias e as necessidades afloradas por relações construídas a partir de redes sociais entendidas como aqui cultivadoras do processo de territorialidade.

Para Almeida (2008) os saberes nativos ou conhecimentos tradicionais “não se restringem a um mero repertório de ervas medicinais. Tampouco consistem numa listagem de espécies vegetais” (ALMEIDA, 2008, p14) são materializados num conjunto de práticas e manejos aprendidos secularmente que se apresentam através de fórmulas sofisticadas⁸, receitas e demais procedimentos que demonstram constantes transformações. Para o autor repertoriar e entender as estruturas das espécies não sintetiza o sentido dos saberes tradicionais ao se entender a existência de processos lentos de observações, estudos, experimentações, procedimentos e aprendizagens que produzem indagações e respostas.

Procede-se aqui conferir e analisar a importância dos saberes tradicionais nos processos de territorialidades quilombolas construídos situacionalmente em terras tradicionalmente ocupadas na Amazônia com foco a entender as estratégias de reprodução da memória biocultural para a compreensão das relações entre biodiversidade, linguagem e memória como fator de permanência e sustentação das identidades étnicas e culturais no uso sustentável dos recursos naturais.

Entende-se que não há como pensar desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade sem entender a elaboração de sistemas culturais específicos que deram condições para a reprodução social e simbólica, afirmação étnica e acúmulo de saberes sobre diferentes modalidades de manejo na várzea, terra firme e demais ambientes amazônicos.

Esta assertiva encontra-se entre as práticas de domínio do território de Santa Rita da Barreira a partir de um conhecimento peculiar que se verifica também na preparação de adubos a serem utilizados em pequenas plantações, hortas e roças, a preparação do adubo orgânico pode ser feito com a coleta do material acumulado no sobressolo “biomassa” (folha seca, galhos, etc.). No processo de limpeza⁹ do terreno queima-se o material orgânico e retiram-se as cinzas para a adubação. Outras modalidades de adubação são feitas com o esterco de animais recolhidos nas fazendas próximas ou com a casca da mandioca triturada ou ainda com as fezes das aves como relatou o Sr. Benedito Braga (34 a.).

⁸ Estes saberes obedecem a um extenso movimento de circulações, trocas e cruzamentos entre diversos grupos étnicos com destaque ao conhecimento indígena que tem contribuído, direta ou indiretamente, para garantir grande parte dos avanços na área da saúde, na produção de alimentos, cosméticos, dentre outros. Calcula-se que 75% das drogas usadas em tratamentos médicos têm origens nestas formas de saber que são atuais, fazendo parte da vida cotidiana dos povos indígenas, sendo continuamente repensadas e renovadas a partir de novas experiências (ALMEIDA, 2008, p.46/47).

⁹ Sobre a limpeza dos quintais ou terreiros, considerou que ocorrem somente aos finais de semana, de sete em sete dias aos sábados, durante a semana o material orgânico que se acumula sobre o solo ajuda a equilibrar a temperatura do ambiente e serve de alimento para as crias, utilizam ainda, vassouras artesanais feitas com palha de inajá para varrer o terreno.

No combate às pragas, o entrevistado informou que para acabar com os ninhos de “saúva” nas roças basta colocar um “sará” (espécie de crustáceo – tamanho menor) na boca do ninho e cobrir com terra. Para espantar mosquitos, a Sra. Raimunda Souza asseverou que se utiliza o fogo feito com o caroço de tucumã ou o galho da maniva ao final da tarde. O tucupí apurado também serve para combater as formigas, assim como, a queima do maço do *urucuri* para espantar carapanã no ambiente doméstico. A Sra. Maria Castro enfatizou que as saúvas atacam com maior frequência as plantas cítricas ou de pequeno porte (limão laranja, tangerina, maniva e lima), principalmente durante o verão e que por isso plantam-nas nos quintais ou terreiros longe das moradias.

Sobre o uso das plantas medicinais na Amazônia, Berg (2010) em pesquisa sobre a taxonomia das ervas medicinais destaca que este conhecimento remonta tempos antigos e sempre se constituiu, enquanto objeto de investigação, desde os primeiros projetos de colonização. A catalogação, feita por viajantes, reunia um conhecimento de várias áreas da ciência e pretendia estabelecer uma padronização no que se refere à classificação das espécies, ainda que tenha sido um exercício melindroso, não há consenso entre os pesquisadores que se dedicam a continuar as pesquisas de taxonomia e a indicação das espécies, tanto que existem pesquisas exemplares na área.

Na Amazônia brasileira existe grande número de vegetais corriqueiramente usados com finalidades terapêuticas, tornando às vezes no Interior, a única fonte de remédios, principalmente nos locais mais isolados e distantes. Toda essa cultura “cabocla” herdada dos indígenas e misturada com a contribuição africana e a tradição européia, introduzida e adaptada com a contribuição do colonizador, constitui a rica farmacopéia Amazônia, que tem despertado não só interesse nacional como internacional, pela sua grande potencialidade. (BERG, 2010, p.19).

O conhecimento produzido no manejo das ervas pelos grupos étnicos na Amazônia, sinaliza um contínuo exercício de observação, aprendizagem e experimentação desenvolvidas por séculos em função da necessidade em sobreviver em um ambiente predominantemente natural. Das ervas se utilizam os talos, raízes, seivas, óleos e sucos ou folhas, em especial, com destinações variadas dentre os quais lesões e inflamações, regulação do sistema digestivo, dores e febre, em algumas situações, usa-se diretamente sobre a área afetada como no caso da alfavaca em que se coloca a semente sobre a pálpebra dos olhos em caso de inflamação.

As ervas medicinais “sulfato ferroso” e “pariri” são usadas em forma de chá no combate a anemia; a “quina” contra a malária; o vindicá e coramina também em forma de chá, são uteis para problemas cardíacos; a canarana tem grande eficácia contra as infecções urinárias, como confirma a Sra. Raimunda Rufina, considerada uma das curandeiras do povoado. Essas ervas e raízes são importantes para preparações de banhos, defumações e benzimentos contra os malefícios do “corpo e da alma”.

Quadro 02 – Usos de Ervas medicinais na comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.

Indicação	<p><u>Lesões e inflamações:</u> mastruz, urucum, unha de gato, verônica, babatimão, meracilina, pião roxo, trevo roxo e panamá.</p> <p><u>Sistema digestivo:</u> Chá preto, japana branca, chicória, mamão macho, favaca, abacateiro, cordão de São Francisco, amor crescido, alho, hortelãzinho, brasileira, súcuba, mambututano, trevo menino, carrapato, cabi, canela, xiparigori e camarana.</p> <p><u>Dores e febre:</u> japana branca, catinga de mulata, anador, camilita, eucalipto, pião branco, pião mirim, guia de preto velho e cabelo de jurema.</p> <p><u>Sistema respiratório:</u> mastruz, esturaque, ipecacumba, afavacão, babosa, hortelã, gengibre, pirarucu, panamá e manjeriço.</p>
-----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Forma de uso	<p>Chá: Cidreira, Chá preto, Chicória, Matruz, Mamão Macho, Urucum, Favaca, Esturac, Abacateiro, Cordão de São Francisco, Amor crescido, Alho, Lima, Brasileira, Sucuba, Unha de gato, Verônica, Babatimão, Meracilina, Arruda, Pião Pajé, Vindicá, Correntinha da Branca, Nambututano, Gengibre, Trevo menino, Pirarucu, Trevo roxo, Panamá, Sulfato ferroso, Pariri, Quina, Anador, Xiparigori, Eucalípto, Camilita, Canela, Cuminho e Camarana.</p> <p>Xarope: Babosa, Ipecacunha, Hortelanzinho, Japana Branca, Hortelã e Carrapato.</p> <p>Banho: Cuia de Preto, Pião Mirim, Catinga de Mulata, Afavacão, Capim Santo Cuminho Velho, Cabelo de Jurema e Manjericão.</p> <p>Mastigação: Gengibre e Panama.</p>
Parte da planta utilizada	<p>Folha: Panama, Trevo roxo, Pirarucu, Trevo menino, Correntinha da Branca, Coramina, Vindicá, Pião Pajé, Hortelã, Babosa, Catinga de Mulata, Arruda, Meracilina, Afavacão, Capim Santo, Brasileira, Hortelanzinho, Lima, Amor crescido, Cordão de São Francisco, Abacateiro, Esturac, Favaca, Matruz, Japana Branca, Chá preto, Cidreira, Canarana, Manjericão, Cabelo de Jurema, Cuia de Preto Velho, Pião Mirim, Cuminho, Xiparigori, Eucalípto, Camilita, Canela, Cabi, Anador, Carrapato, Quina, Pariri e Sulfato ferroso.</p> <p>Talo: Cidreira, chá preto e meracilina</p> <p>Raiz: Cidreira, chá preto, meracilina, chicória, mamão macho, urucum, ipecacunha, brasileira, nambututano, trevo menino e gengibre.</p> <p>Seiva: urucum, babosa, pião pajé, pirarucu, carrapato, pião branco e limão.</p>

Fonte: Pesquisa de campo.

O conhecimento sobre as ervas medicinais constitui outra modalidade de domínio na qual as mulheres se destacam tanto na identificação como no manejo e remediação. Algumas espécies são utilizadas em banhos, mastigações e xaropes ou chás com maior frequência. O domínio sobre as ervas medicinais apresenta conhecimento e manejo específico, que não pode ser homogeneizado quanto à classificação, posologia e preparo dos medicamentos. Em caso de dosagem ou coleta errônea o remédio pode se tornar veneno, por isso constitui como um conhecimento de caráter peculiar.

As referidas plantas, geralmente apresentando muitos nomes vulgares, ou compartilhando nomes comuns, podem corresponder a espécies totalmente diferentes, causando confusão e dificultando pesquisas correlatas. Os aspectos morfológicos e taxonômicos em geral ficam desatualizados, quase sempre não documentados. Muitos vegetais corriqueiramente usados e bem conhecidos na Amazônia não são citados ou corretamente identificados em literatura botânica e fitoquímica, e isso possibilita erros graves por troca, com risco de intoxicação e ineficácia. (BERG, 2010, p.27).

A reprodução deste conhecimento entre os grupos étnicos ocorre a partir de uma aprendizagem pautada no conhecimento prático e intergeracional fundamentado na oralidade, que se coloca como um dos aspectos importantes da etnicidade, como já foi ressaltado, fator importante no processo de territorialização e continuidade do grupo.

RECURSOS NATURAIS ESCASSOS EM SITUAÇÕES DE AMEAÇAS

O território quilombola de Santa Rita da Barreira tem suas origens as margens do rio Guamá em área de colonização antiga. Desde o século XVII os rios Guamá e Capim são cenários de empreendimentos de grandes montas voltados à colonização. Estes circuitos de rios interligavam os principais centros da Província Grão Pará Maranhão as margens dos rios surgiram empreendimentos religiosos, atividades agrícolas, minerais, extrativistas, com o uso de escravarias afroindígenas. No

século XIX os empreendimentos ferroviários alteraram novamente a paisagem deslocando a lógica de ocupação das margens dos rios para as margens das trilhas de ferros e estradas.

As agrovilas sustentaram projetos agropecuários e absorveram grandes levas de migrantes e imigrantes originando vários municípios da região nordeste do Pará. Nestes processos de ocupações povoados e grupos afroindígenas fora invisibilizados a terra foi sempre apropriada com o discurso do “vazio demográfico” e necessidade do progresso. As práticas agroecológicas foram desconsideradas tensionadas contra um conjunto de insumos, equipamentos e maquinários voltados a reprodução em larga escala.

Em décadas recentes as indústrias ceramistas e as concentrações latifundiárias tem consumido grande parte dos recursos comuns e promovido o traslado de carretas abarrotadas de insumos para a produção ceramista, afloramento de lençóis freáticos e abertura de crateras, contaminação de circuitos d´aguas, além do processo de desflorestamento na região. Grande parte dos igarapés próximos a comunidade ou distribuídos ao longo do antigo “Ramal Barreira”, hoje PA 251, estão em contínuo processo de assoreamento. Na própria comunidade restam apenas 37,5% de áreas verdes, devido aos processos anteriores de desflorestamentos causados por outros processos de invasões e ocupações desordenadas, contidos após a titulação do território quilombola em 2002.

Alguns igarapés foram canalizados não existem mais, são recuperados apenas na memória dos mais idosos como o igarapé do Patateua que antes ficava próximo a área central do município e hoje se confunde com o esgoto. A retirada das matas xiliares que margeiam o rio Guamá ocasionaram o processo de assoreamento e afetam diretamente os ecossistemas e biodiversidade existentes de rios, igarapés, matas e várzeas. Estas fontes de recursos fundamentais para os grupos das terras tradicionalmente ocupadas, como no caso dos quilombolas de Santa Rita da Barreira estão cada vez mais escassos, exigindo novas estratégias de reproduções sociais.

Extração de insumos para a indústria ceramista

Estratégia de beneficiamento da mandioca.



Fonte: Pesquisa de campo.



Fonte: Pesquisa de campo.

Nota: Na foto à direita a demonstração da adaptação de materiais não produzidos na comunidade como os barris de plásticos para o armazenamento da mandioca como forma de substituir a falta de igarapés que antes eram utilizados para deixar a mandioca de “molho”. Na fotografia à esquerda um cenário que se repete ao longo da configuração territorial do município de São Miguel do Guamá.

O igarapé Açú, pertencente ao território quilombola de Santa Rita da Barreira antes podia ser atravessado a nado ou em canoas e ocupava uma área de aproximadamente trezentos metros relatam os mais idosos. Hoje está reduzido a um córrego de dois metros de diâmetros e escorre sob uma ponte de madeira. A área conhecida como “Barreira Antiga” a qual iniciou o povoado negro da barreira às margens do rio Guamá hoje em posse do Sr. Venâncio Cardoso também está sendo preparada para a retirada de insumos para a indústria ceramista em um perímetro muito próximo à comunidade.

As expectativas e áreas de extração de areia, barro, pedra, seixo e argila, demonstram ser maiores que os recursos e estão muito próximos ou sobrepostos aos recursos naturais que incidem diretamente sobre as práticas de usos sociais das famílias quilombolas. Outros incômodos desdobram em ameaças e comprometimento da saúde dos agentes sociais da comunidade quilombola. A contaminação ou escassez da água dos igarapés, redução da biodiversidade devido à descontinuidade das florestas e trânsito constante de veículos pesados e demais circundantes causando ruídos durante o dia todo e comprometem a deslocamento e autonomia para decidir sobre escolha de áreas para cultivar, trilhas, áreas de banho, pesca, cultivo agrícola, coleta de sementes, ouriço, bambu e caças ameaçadas ou afetadas diretamente, construir poços, fazer criações, além de outras atividades que possam ser projetadas para as próximas gerações.

As margens de igarapés, rios e várzeas são usufruídas de modo comum na coleta de sementes, caroços de tucumã, inajá e urucuri. Do caroço de inajá retira-se a “larva” do vagalume conhecida como “broca” ou taruá para usar como isca na pesca. Corta-se o “cipó de jacitara” pra servir de amarras em construções temporárias como viveiros ou para o uso na confecção do artesanato. A pesca não constitui como atividade principal entre as famílias e geralmente está relacionada à complementação alimentar, regulação para manejo de espécies e lazer em alguns dias do mês quando se utiliza deste recurso a média de três a cinco peixes por família.

A pesca ocorre em diferentes períodos do ano, com mais frequência no inverno. A Sra. Antônia (50 a.) informou que com o aumento das águas o peixe “Cara preto” apareceu no rio ha três anos com maior incidência, devido o transbordamento dos tanques utilizados em projetos de piscicultura em áreas de escavação antiga efeitos desta extração mineral próximas do rio Guamá e igarapés.

As medidas adotadas no sentido de fomentar a piscicultura em áreas vizinhas e na própria comunidade necessitam ser planejadas de forma cuidadosa para que a diversidade de ictiofauna, ainda encontrada, não fique comprometida.

O Sr. Alcindo Santos salientou que a utilização da rede por pescadores “visitantes” no rio Guamá tem causado grandes problemas, “pois comprometem as espécies”. Ele denuncia também a diminuição de igarapés com a abertura de ramais para extração de areia e outros insumos para a indústria ceramista entopem e destroem as cabeceiras. Nas fazendas vizinhas, as cabeceiras dos igarapés são desmatadas para plantar e criar nos pastos. A retirada das florestas tem gerado grande perda de biodiversidade e a escassez de alimentos para os animais e peixes que migram para outros lugares ou não conseguem se reproduzir ou sobreviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências etnohistóricas e etnográficas situaram as práticas de manejos e saberes inerentes as modalidades de usos sociais dos recursos naturais no território da comunidade quilombola de Santa Rita da Barreira e demonstraram serem salientes para entender os valores simbólicos, os sistemas morais, as formas de racionalidade presentes nas estratégias de reproduções sociais e história cultural. Desta feita, entende-se que as o percurso das famílias no território obedece a uma racionalidade pensada a partir do uso coletivo e comum dos recursos que lhes levam a construir modalidade de convívios e reproduções sociais muitas vezes dissonantes as expectativas da sociedade abrangente que prima pelo viés utilitarista e materialista, portanto convergem para relações dialógicas que possam respeitar os valores que delinearam o processo de territorialidade e etnicidade das famílias no território étnico.

A análise feita nesse trabalho reforça que entender os processos etnohistóricos de ocupação, permanência, reprodução e autonomia de cada um dos grupos étnicos na Amazônia legal e Pan Amazônia constituem fatores de grande importância para pensar as políticas de desenvolvimento. Cada grupo étnico desenvolve, a partir do uso comum e apropriação coletiva dos recursos especificidades e modalidades de uso construindo maneiras singulares de saber, fazer, criar e reproduzir. Estas estratégias de uso comum, devidamente consensuadas no grupo, precisam ser compreendidas como ações autônomas representadas pelo domínio e apropriação alternativas sustentadas por princípios de organizações coletivas. Portanto ao se tratar de grupos étnicos no tempo presente não se pode ignorar as especificidades presentes nas estratégias de organizações internas das comunidades, a etnohistória, os processos sociais de territorialização, as relações coletivas e a etnicidade.

De outro lado, se evidencia a ocupação e transformação adotada pela sociedade dominante com maior pressão e intensidade sobre os recursos naturais e uso desordenado, priorizando o acúmulo de bens privados e despreocupação com a coletividade. Entre os dois modelos colidentes de apropriação dos recursos o poder público parece ser ausente no que se refere à garantia dos direitos coletivos e tendencioso no que tange à prioridade e defesa de práticas privadas, inclusive atuando no fomento de incentivos diretos a tais empreendimentos.

O problema é que os bens comuns são concêntricos a ambos os modelos, ao que parece se tornam mais escassos aos grupos étnicos à medida que a premissa, indicadores e índices de crescimento e desenvolvimento da Amazônia são pensados a partir da produção em larga escala, propriedade privada e latifúndios compatíveis aos parâmetros da sociedade dominante. Ao longo de décadas, projeta-se respostas às demandas da *sustentabilidade* às políticas de desenvolvimento e modelos gestão do espaço através de políticas públicas ainda inoperantes.

Hoje, defrontamo-nos com a urgência em redefinir os cânones pelas quais a sociedade ocidental concebeu sua relação com a natureza, como afirma Castro (1997). Ao que parece povos e populações tradicionais como os quilombolas de Santa Rita da Barreira apontam alternativas de convívio, interpretação e manejo interessantes ao discurso e projeto da conservação e preservação dos bens comuns, da biodiversidade da existência humana.

REFERENCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E. ; CASTRO, E. R. **Negros do Trombetas: guardiões de Matas e Rios**. 2 ed. Belém: Cejup; UFPA; NAEA, 1998.

_____. Mobilidade política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. UFPA. Belém: (Novos Cadernos NAEA) n.2 dez 1999.

_____, Oriana Trindade de; FIGUEIREDO, Sílvio Lima, TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. **Desenvolvimento & Sustentabilidade** (Introdução) - Belém: NAEA, 2012.

ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. **Terras de faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas. UEA, 2009.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. Juiz de Fora: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, mai 2004.

_____. **Terra de quilombos, terras de indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais de fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2 Ed, Manaus: PSGCA / UFMA, 2008.

_____. SANTOS, G. **Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Manaus: Editora UFAM. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2008.

BERG, M.E. **Plantas medicinais na Amazônia: contribuição ao seu conhecimento sistemático e meio-norte do Brasil**. 3 ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

BURKE, P. **A revolução francesa da historiografia: A escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

BOURDIEU, P. A. **O Senso prático**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

_____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: (Coleção Memória e sociedade. DIFEL. 1989.

BRITO, L. C. **Inventário de São Miguel do Guamá**. Pará/Castanhal. UFPA, 1989. (Monografia de Graduação).

CADERNOS ITERPA. **Regularização territorial: A regularização Fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra**. v. 1, 2009.

CARMACK, R. M. Etnohistoria y teoria antropológica. **Cuadernos del seminário de integracion social guatemalteca**. n. 26. Guatemala, 1979.

CASTRO, E. M. R. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. n: CASTRO, E. M. R; PITON F. **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup; NAEA/UFPA, 1997.

CASTRO, E. M. R. **Escravos e senhores de Bragança**. Belém; NAEA-UFPA, 2006.

COSTA, M. G. P. da. **Novos rumos, novos sangues e finalmente o progresso**. São Miguel do Guamá, Pará: Moderna, 1988.

DIEGUES, A.C. Introdução. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB, 2000.

- ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-modernismo?** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgar Lander (Org.). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.
- FERREIRA NETO, E. História e etnia. In: CARDOSO, C. F. **Os domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- HOBBSAWM, E. J. **A Outra História - Algumas Reflexões.** In: KRANTZ, F. (Org.) **A Outra História.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo. Editora Unesp. 2000.
- LATOUR, B. **A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos.** Bauru, SP. EDUSC, 2001.
- LEITE, I. B.. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas etnográficas.** Lisboa, v. 4, n. 2, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, A ciência do concreto. In: _____ **O pensamento Selvagem.** São Paulo: Nacional, 1962.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MENEZES, A. J. E. **A Importância da produção invisível para a agricultura familiar na Amazônia: o caso dos projetos de assentamento agroextrativistas Praialta e Piranha, município de Nova Ipixuna, Pará.** **Novos Cadernos NAEA.** Belém, v.4, n. 2 NAEA;UFPA, 2001.
- MENEZES, B. **Batuque.** Belém, 2005.
- O'DWYER, E. C. (Org.). **Identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: FVG, 2002.
- PINTO, B. C. M. **Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolo de poder feminino em povoados amazônicos.** Belém. Paka-Tatu, 2004.
- RODRÍGUEZ, P. M. **Rasgos de etnohistoria contemporânea en las imágenes turísticas y culturales: el ejemplo español visto por los franceses.** Casa de Velázquez. Tome, 1994.
- THOMPSON, E. P. **A voz do passado, história oral.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____ **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales.** Icaria & Editorial, 2009
- VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária.** Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato no Brasil.** Rio de Janeiro. Difel, 1976.
- VOLVELE M.; LE GOFF, J. (Org.) **A nova história.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CONFLITO TERRITORIAL E A CRIAÇÃO DOS PROJETOS ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS EM VÁRZEAS AMAZÔNICAS

Shaji Thomas¹

Oriana Almeida²

Elysângela Sousa Pinheiro³

Jorge Arturo Mori Vasquez⁴

RESUMO

A várzea, apesar de ocupar 2% da Bacia Amazônica, é um ambiente mais rico, com solos férteis e abundância de recursos animais e vegetais. Ao longo da história da ocupação humana, a várzea desempenhou um papel central na economia da região Amazônica. Apesar da importância da região, a situação fundiária da várzea amazônica sempre foi ambígua. De um lado a várzea é considerada propriedade da União, de outro, essa área tem sido dividida em posses individuais. Desde 2006, o governo criou os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) na região de várzea do Baixo Amazonas para regular a posse da terra e para incentivar o processo de desenvolvimento sustentável. O objetivo principal deste trabalho é analisar os desafios trazidos pela criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista no ordenamento territorial de várzea do Baixo Amazonas. Os dados deste trabalho foram obtidos por meio de observação participante no campo, grupos focais e entrevistas com 72 representantes das comunidades. A área de estudo situa-se em dois Projetos de Assentamento Agroextrativistas da várzea do Baixo Amazonas nos Municípios de Santarém e Alenquer. Das entrevistas com os líderes comunitários na região, 82% demonstrou insatisfação com o processo da implementação do PAE na região. Os maiores entraves à implementação do PAE apontados pelo estudo incluem a falta de diálogo entre a comunidade e as entidades governamentais como o INCRA - responsável pela implantação do PAE, a não entrega dos títulos de terra e a falta de definição em relação à ocupação da terra pelos criadores de gado na região. O processo de implementação dos PAEs não incentivou o desenvolvimento rural da várzea e nem resolveu os problemas relacionados a regularização territorial.

Palavras-chave: Assentamento Agroextrativista. Várzea Amazônica. Ordenamento Territorial.

1 INTRODUÇÃO

A várzea é um ambiente rico, com solos férteis, que mantém abundantes recursos naturais. A dinâmica e estrutura heterogênea do ecossistema de várzea fornece uma multiplicidade de serviços ecológicos e de bens tangíveis que incluem solos férteis para a agricultura, com renovação anual ou sazonal, mitigação de inundações e limpeza de água; recursos naturais abundantes, como a pesca, madeira, frutas, medicamentos e animais selvagens (PINEDO-VASQUEZ; SEARS, 2011). As florestas

¹Pesquisador e bolsista CAPES pós-doutorado, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – shaji@outlook.com.

² Professora e pesquisadora, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – oriana@ufpa.br.

³ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – elysangelapinheiro@gmail.com.

⁴ Professor e pesquisador Universidade Nacional de Ucayali, Perú - jmorivasquez@yahoo.es

da várzea desempenham um papel significativo tanto na manutenção da função ecológica como econômica.

Ao longo da história da ocupação humana, a várzea desempenhou um papel central na economia da região Amazônica. Essa região foi ocupada por gerações pela população que desenvolveu variáveis arranjos institucionais para garantir o acesso à terra e aos recursos naturais locais. Em algumas regiões de várzea, como na região do sudeste do Pará, as propriedades privadas são delimitadas e reconhecidas pela população local que negocia venda e compra de terrenos de várzea no mercado informal de terras, apesar da falta de títulos legais (MCGRATH; GAMA, 2005).

Apesar da importância da região, a posse de terras de várzea sempre foi ambígua (BENATTI, 2005). De um lado a várzea é considerada propriedade da União, de outro, essa área tem sido dividida em posses individuais. Apesar de não ter título de propriedade reconhecido, as terras de várzea são negociadas no mercado imobiliário formal e informal. A grande parte da terra de várzea é ocupada por indivíduos de forma não regulamentada, a partir da apropriação privada da riqueza natural pública. Essa especulação com a terra, a “grilagem”, tem sido uma das grandes forças motivadoras da ocupação de terras de várzea, o que gera conflitos entre os grileiros e as populações tradicionais da várzea.

Para regulamentar a posse da terra e fomentar a participação comunitária no manejo dos recursos naturais da várzea, foi criado pelo governo o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), incorporando o sistema de cogestão nessa região (Portaria de INCRA nº 268 de 23 de outubro de 1996). O PAE é uma modalidade especial de assentamento, onde as atividades a serem desenvolvidas estão baseadas na extração de recursos naturais, sustentabilidade e participação dos atores sociais (INCRA, 1996).

O objetivo geral do trabalho é analisar os conflitos territoriais e a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista em comunidades de várzea do Baixo Amazonas. A metodologia para realização da pesquisa foi concretizada em dois níveis: análise de dados secundários e a pesquisa de campo. Para a realização da pesquisa foram escolhidos dois PAEs, um no município de Santarém: PAE Aritapera e outro no município de Alenquer: PAE Salvação, ambas as áreas localizadas no Baixo Amazonas, no Estado do Pará. Os dados da pesquisa foram obtidos, além da técnica da observação participante, por meio dos Grupos Focais (*Focal Groups*) e entrevistas. Durante o processo de observação participante, foram aplicadas entrevista semiestruturadas e as conversas informais com as lideranças. No total, foram entrevistadas 76 lideranças, que fazem parte das 17 comunidades dos dois PAEs. Também foram feitas entrevistas abertas com representantes dos órgãos do governo e da sociedade civil organizados que trabalham na região.

2 QUESTÃO FUNDIÁRIA DA VÁRZEA

Posse de terra é um dos principais fatores que define os padrões de uso da terra no Brasil (FUTEMMA; BRONDÍZIO, 2003). A Constituição Brasileira⁵ de 1988 garante os direitos originários sobre territórios para dois grupos sociais: povos indígenas e quilombolas. Outros grupos sociais; como as comunidades tradicionais, ribeirinhos, e os povos que vivem do extrativismo nas florestas,

⁵ Art. 231 da Constituição Brasileira assegura direitos originários sobre territórios para povos indígenas e o Art. 68 das Disposições Transitórias reconhece as comunidades quilombolas como grupo étnico com direito à propriedade definitiva de suas terras.

tiveram que conquistar o direito de posse em modalidades apropriadas às características econômicas, ambientais e culturais que apresentam (ALEGRETTI, 2008, p. 40). Esses grupos por meio da articulação de suas demandas conseguiram criar instrumentos jurídicos necessários para assegurar conquistas e direitos à posse da terra. Na década de 1990, os seringueiros liderados por Chico Mendes reivindicavam novos modelos de reforma agrária baseados no modo de vida das populações tradicionais amazônicas tais como extrativismo e agricultura familiar. Nesse sentido, segundo Becker (2001, p. 146) as Reservas Extrativistas (RESEX) resultaram das ações coletivas de seringueiros visando a garantia da sobrevivência na floresta contra a expansão dos fazendeiros de gado e os projetos de colonização do INCRA.

A partir da década de 1990, as populações tradicionais que vivem na várzea do Baixo Amazonas começaram-se a organizar para conquistar esses direitos da terra. A questão fundiária da várzea é complexa (BENATTI., 2005). Grande parte das terras da várzea da calha do rio Solimões/Amazonas está sob o domínio do Governo Federal, na forma de “bem da União”. Portanto, a maioria dos moradores não possui título de posse válido perante a lei, apesar de habitarem a região há anos, o que impossibilita acesso a crédito, assistência técnica e demais benefícios previstos no Plano Nacional de Reforma Agrária.

A regularização fundiária das áreas de várzea sempre foi um grande desafio para o governo e as populações tradicionais que vivem nessas áreas. A sobreposição das normas legais vigentes e da excessiva burocratização dos processos administrativos complicam essa situação fundiária (TRECCANI, 2005; BENATTI, 2005). Nesse sentido, na perspectiva jurídica, a utilização social e econômica das áreas de várzea é uma questão complexa.

Existem várias regras na legislação brasileira sobre o uso e apropriação dos recursos naturais dessas áreas. Na análise de Benatti (2005) são suscitadas três questões que se sobrepõem: (a) a titularidade pública ou privada dos terrenos de várzea; (b) os conflitos de interesse entre os particulares, devido ao apossamento dessas áreas tanto para o uso do solo quanto para o uso dos seus recursos hídricos, principalmente para a pesca; e (c) a ação governamental/administrativa no que concerne aos diversos aspectos de regulação da atividade econômica do Estado, que vem apresentando políticas públicas voltadas para a conservação e o manejo sustentável dos recursos. Segundo o mesmo autor, há uma interligação entre as questões de domínio da terra, da exploração pesqueira e do extrativismo florestal ao uso dos terrenos marginais, das águas dos rios, dos lagos, das ilhas e da fauna aquática.

Segundo McGrath e Gama (2005, p. 49-50), a orientação para elaboração de uma proposta de regularização fundiária de várzea para fortalecer um equilíbrio entre a conservação e o uso dos recursos naturais deve seguir quatro princípios socioambientais básicos. O primeiro princípio é o conceito de pulso, que determina a interação entre componentes terrestres e aquáticos ao longo do ano. A subida e descida do nível do rio fortalece a interação entre espécies e habitats de várzea e é essencial a manutenção integral desse habitat.

O segundo princípio é baseado no manejo integrado dos recursos naturais de várzea. A interdependência entre ambientes, recursos e atividades econômicas significa que a intensificação de uma atividade poderá ter consequência negativa para outras. Isto significa que as atividades como a pesca, a agricultura, a criação do animal e a exploração florestal são compatíveis somente com a manutenção da integridade do ecossistema de várzea.

O sistema de lagos de um determinado local é uma unidade que integra as principais interações do ecossistema e a economia de várzea. Esse princípio determina que a regularização fundiária de várzea deve viabilizar a unidade de manejo em todos os níveis de ocupações de várzea (a propriedade individual, o território comunitário e o sistema de lagos locais).

O quarto princípio socioambiental está relacionado com os serviços ambientais da várzea. As planícies de inundação além de reciclar a água, funcionam como filtros ecológicos, retirando elementos nocivos como metais pesados, substâncias químicas e micróbios patogênicos. Assim, a várzea aumenta a qualidade e a quantidade da água disponível à população.

Apesar da utilização de várzea por milhares de anos, não há um conceito jurídico claro sobre a várzea no Brasil (SURGIK, 2005) e sempre a situação fundiária da várzea apresentou contradições. É imprescindível juridicamente ter uma definição clara de várzea para que esta região seja adequadamente protegida.

3 MANEJO DOS RECURSOS DE VÁRZEA

A várzea do rio fornece inúmeros benefícios desde os primeiros assentamentos humanos (JUNK, 2000; JUNK; WANTZEN, 2004). Inundações previsíveis favoreceram a gestão dos recursos da várzea e o desenvolvimento de culturas antigas nas margens dos rios. Do ponto de vista socioeconômico, são necessárias adaptações de estratégias produtivas que usem os recursos naturais de acordo com a sazonalidade da enchente, tendo em vista o alto grau de variabilidade da paisagem de várzea causada pelas enchentes prolongadas (JUNK, 2000). As atividades como pesca nos lagos e rios; agricultura, criação de pequenos animais e a extração de produtos florestais nas restingas; e a pecuária nos campos naturais dependem dessa variabilidade da paisagem da várzea (MITRAUD; MCGRATH, 2013).

Além da variedade dos recursos, existem também diferentes atores sociais envolvidos na gestão dos recursos naturais da várzea. Esses atores usam diferentes estratégias para alcançar seus objetivos. Entretanto, há conflitos de interesses entre os atores que influenciam diretamente o uso e manejo dos recursos. Os principais conflitos são entre os pescadores locais, que moram na várzea, com os pescadores de fora, que vêm das outras comunidades para pescar nos rios e lagos das comunidades tradicionais. E, há conflitos também entre essas comunidades e os grandes criadores de gado que têm fazendas na várzea. O interesse das comunidades ribeirinhas não necessariamente está em conformidade com os interesses dos grandes pecuaristas que atuam na região.

Há dois tipos principais de ocupação de terras de várzea, as grandes propriedades e pequenas comunidades que habitam as restingas (MCGRATH et al., 2011) onde as grandes propriedades se especializam na criação de gados e as pequenas comunidades adotam estratégias diversificadas de ocupações que envolvem uma combinação de pesca, agricultura, extrativismo e criação de animais. Os moradores de várzea não dependem apenas do uso de um recurso para sua subsistência. Eles combinam o gerenciamento de madeira e produção de frutas e no mesmo espaço promovem a criação de peixe durante os períodos de cheias. Caça e coleta de material vegetal, como sementes ou mudas, são também importantes atividades econômicas e de subsistência que podem ser realizadas no mesmo espaço (PINEDO-VASQUEZ; SEARS, 2011). Assim a várzea tem a multifuncionalidade de uso dos recursos. Segundo Pinedo-Vasquez e Sears (2011, p. 189), essa

prática predominante da mudança no padrão de cultivo dos moradores de várzea resulta em mosaicos de manchas pequenas de vegetação, interligados e altamente diversificados que dominam a paisagem da várzea.

O uso do solo da várzea para atividade econômica está associado à topografia e vegetação. Essas ocupações e as atividades econômicas estão relacionadas com as quatro zonas ambientais na várzea. Casas, jardins e as atividades agrícolas estão localizados principalmente nas restingas altas onde a frequência de enchente é menor e os campos naturais são usados para atividade pecuária. (JUNK; WANTZEN, 2004; MCGRATH et al., 2011).

A criação de gados concentra-se nas pastagens formadas durante a vazante. A pecuária bovina e bubalina encontra nas terras de várzea um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, constituindo-se em uma das principais fontes econômicas dos municípios de várzeas amazônicas (FALESI, 1999). A pesca concentra-se principalmente nos lagos durante todo o ano. Também existe a pesca nos rios no tempo de vazante quando os cardumes migram para os cursos superiores (MCGRATH; ALMEIDA; MERRY, 2010). Atualmente as atividades relacionadas a floresta estão limitadas ao extrativismo de alguns produtos florestais e lenha que se concentram na várzea alta. Toda atividade econômica está relacionada ao ciclo anual de cheias e de precipitação na região.

Além da pesca, outras atividades produtivas, como a exploração madeireira, agricultura, pecuária, produção de artesanato, criação de pequenos animais, extrativismo florestal não madeireiro (borracha, palmito, frutos, plantas e óleos medicinais, etc.) e turismo são atividades complementares na economia da várzea (RASEIRA, 2008, p. 8). Ao longo do tempo, os habitantes da várzea desenvolveram sistemas de manejo vinculados com as peculiaridades ambientais locais.

Com a nova democratização do país, a partir da Constituição Federal de 1988, houve surgimento de novos movimentos sociais e organizações na várzea (PADOCH; STEWARD, 2011). Os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTRs nas várzeas facilitaram a conscientização da população rural sobre os direitos sociais como aposentadoria rural e outros benefícios governamentais. Com a atuação de Organizações Não-governamentais (ONGs), nacionais e internacionais, como IPAM e WWF, as comunidades de várzea ganharam visibilidade no cenário nacional em relação ao sistema compartilhado de gestão dos recursos da várzea.

O processo da construção do sistema compartilhado de gestão dos recursos da várzea pode ser resumido em três etapas: acordo de pesca; Termo de Ajuste de Conduta -TAC e a Criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE (MCGRATH et al., 2011; MITRAUD; MCGRATH, 2013).

Até o início dos anos 2000, o foco principal era a legalização de acordos comunitários de pesca criados desde a década de 1990. Com o apoio de ONGs, da sociedade civil e dos pesquisadores, o governo começou a se interessar por essa forma de ordenamento pesqueiro. Nessa etapa, o trabalho conjunto da Colônia de Pescadores Z-20 (categoria dos pescadores do município de Santarém), do Projeto IARA (IBAMA) e Projeto Várzea (ONG - IPAM) foi fundamental no reconhecimento e regularização dos acordos de pesca comunitários na região dos lagos. Nesse período, foi elaborado uma proposta de uma política institucional para gestão compartilhada da pesca nos lagos de várzea e o acordo de pesca começou a ser mais integrado ao projeto do governo. Para concretizar o monitoramento e fiscalização dos acordos, foram formados os Agentes Ambientais Voluntários, habilitados pelo IBAMA para atuar nas comunidades. Assim, os acordos de

pesca tornaram-se os embriões da regularização do acesso aos recursos naturais da várzea e abriram caminhos para novas discussões sobre o ordenamento fundiário na região (SANTOS, 2005).

A segunda etapa na construção da gestão compartilhada foi em relação ao ordenamento da criação do gado nos campos naturais da várzea. Como na área de pesca, existia também conflitos entre os criadores de gado e os ribeirinhos. Com a ajuda de IPAM e com apoio do Ministério Público Federal, os criadores de gado e os moradores de várzea negociaram acordos que foram conhecidos como Termos de Ajuste de Conduta (TACs). Esses acordos definiram as regras para a criação do gado e compensações aos pescadores e moradores que eventualmente sofreram prejuízo em função da criação de gado. Assim, a regularização dos lagos estendeu-se também para as restingas e campos.

A partir dos anos 2000, com a regulamentação dos acordos comunitários de pesca, o governo começou a verificar as possibilidades de regulamentação de terras de várzea por meio do uso exclusivo de recursos (pesca, pasto e floresta) para as comunidades (CASTRO, 2013). O projeto Pro-várzea, vinculado ao IBAMA, que atuava na várzea durante esse período, encaminhou uma série de propostas de regularização das terras de várzea ao governo na tentativa de atender melhor às necessidades da população da região. Uma das propostas era a transferência da competência legal para a regularização fundiária de várzea ao INCRA (SANTOS, 2005). Esse processo tinha apoio tanto da comunidade como dos fazendeiros que ocupavam várzea, mas, devido aos interesses de questões políticas partidárias o processo ficou paralisado.

A partir de 2005, novamente as discussões sobre a regulamentação de terras de várzea foram retomadas pelas organizações comunitárias, ONGs e governo. Essas discussões resultaram na retomada do processo de regulamentação da várzea pela SPU. A Portaria nº 284, de 14 de outubro de 2005 (D.O.U., 17/10/2005) da SPU permitiu a Autorização de Uso coletivo dessas áreas e levou em consideração a imensa potencialidade dos recursos naturais existentes nas áreas de várzeas amazônicas, como fator econômico capaz de contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas tradicionais. Essa portaria considerou também o aproveitamento racional dos recursos e a integridade do meio ambiente, bem como o progresso socioeconômico da região e a regularização das ocupações, tudo para garantir entre outros, o direito à moradia, a autorização de uso dos recursos naturais e a posterior concessão de direito real de uso da várzea.

A partir dessa Portaria, a SPU iniciou um processo de regularização das ocupações em áreas de várzea por meio da celebração de um Termo de Cooperação Técnica (TCT)⁶ com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O objetivo dessa cooperação era para identificar as situações possessórias existentes sobre as áreas arrecadadas, assim como naquelas caracterizadas como terreno de marinha, seus acréscimos ou de várzea, com vistas à implementação de ações de regularização fundiária como a criação de Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs) ou outras modalidades adequadas ao ecossistema amazônico, destinados às comunidades tradicionais locais. Em 2006, após estudos preliminares do INCRA, junto com as reivindicações das lideranças das comunidades, Colônia de Pescadores, ProVárzea, IPAM, Sindicato Rural e Secretaria do Patrimônio da União, foi decidida a criação de Projeto de Assentamento Agroextrativista⁷ (PAE) na região da várzea do Baixo Amazonas.

⁶ Portaria no: 232/2005, SPU.

⁷ Portaria nº 268/1996 de INCRA.

Assim, segundo McGrath et al. (2011) a construção do sistema de gestão compartilhada no Baixo Amazonas abrangeu três dimensões de posse e uso de recursos de várzea: o acordo comunitário de pesca foi a base para o manejo do sistema aquático; o acordo sobre o pasto e criação de gado deu suporte para o manejo territorial; e regulação de posse de terra de várzea abriu caminho para que os direitos individuais e comunitários de propriedade para os usuários das terras de várzea e de seus recursos fossem exercidos por seus usuários.

4 PAE E OS CONFLITOS TERRITORIAIS

Com base em entrevistas com os líderes comunitários na região, 82% demonstrou insatisfação com o processo da implementação do PAE na região. Os maiores entraves à implementação do PAE apontados pelo estudo incluem a falta de diálogo entre a comunidade e as entidades governamentais como o INCRA - responsável pela implantação do PAE, a não entrega dos títulos de terra e a falta de definição em relação à ocupação da terra pelos criadores de gado na região.

Nos grupos focais com as lideranças das comunidades, a ausência do INCRA é atribuída às interferências políticas que acontecem nesse instituto. Durante esse período (2010-2013) foram substituídos quatro Superintendentes do INCRA em Santarém. Em 2015, foi preso o Superintendente do INCRA em Santarém junto com outros servidores dos órgãos da fiscalização dos assentamentos. Os conselhos dos PAEs não conseguiram criar um diálogo contínuo com o INCRA, órgão responsável pela implementação dos Assentamentos. As questões burocráticas como a entrega do título de Concessão de Uso Coletivo de terra, a permanência de grandes fazendas dentro da área do assentamento, ainda não foram resolvidas. Segundo o Superintendente do INCRA Regional de Santarém, os referidos problemas eram decorrentes das questões burocráticas. Mas na entrevista realizada em 2013, o Superintendente não sabia os andamentos dos processos dos PAEs da várzea. Percebe-se que existe grande falta de interesse as transições e processo de mudanças dentro da instituição por parte de órgão responsável como INCRA e uma ausência da implementação da Política Pública destinada à várzea levou a insatisfação da população.

Entre os problemas apontados pelas lideranças nos grupos focais e as entrevistas nos PAEs inclui a falha nos estudos de viabilidade socioeconômicas de implementação dos assentamentos. Apesar do discurso do INCRA enfatizando que os estudos de viabilidade socioeconômica foram feitos nas comunidades, com a parceria estabelecida em convênio com o IPAM, esses estudos foram contestados pelas lideranças que participaram do grupo focal, as quais responderam que nem todas as comunidades foram consultadas para dar respaldo a esses estudos. Ao projeto de criação dos PAEs deveria preceder um estudo mais amplo da situação das comunidades.

O título da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) é um documento essencial para que os assentados tenham a garantia de segurança para uso da terra. Esse título também é necessário para garantir o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para aos assentados. Mas até ao final de 2013, nenhum PAE pesquisado recebeu esse título (CDRU) definitivo que asseguraria seus direitos. Segundo o ex-presidente do Conselho do PAE Aritapera, “o maior problema é a titulação. Até hoje a gente não conseguiu nenhuma titulação. Temos apenas uma declaração provisória. O título mesmo nós não recebemos” (Ex-presidente e atual tesoureiro do Conselho do PAE Aritapera, 2013)

Apesar da destinação das áreas dos PAEs de várzea para os ribeirinhos e agricultores familiares, ainda existem pequenas, médias e grandes fazendas de criação do gado dentro dos PAEs. Alguns desses fazendeiros são criadores de gados tradicionais que ocupam áreas de várzea e outros são criadores que compraram ou se apropriaram de áreas de várzea. As entrevistas com as lideranças das comunidades e as lideranças do Sindicato dos Produtores Rurais apontaram que durante o período de discussão da criação dos PAEs, os fazendeiros não foram incluídos.

A falta de diálogo com esses criadores de gado e sua influência política foram apontados, por moradores dos PAEs, como possível causa de demora na emissão do título de Concessão de Uso Real da área de várzea. Até 2014, a questão de existência das fazendas não foi solucionada nas áreas de assentamento. Ainda existem conflitos em relação ao uso territorial da várzea entre os criadores de gado e as comunidades tradicionais. Os maiores conflitos estão relacionados com a divisão da área de campo e a invasão do gado nas áreas da comunidade. Os mesmos tipos de conflitos também se repetem em relação do uso dos recursos pesqueiro na região. Para a grande maioria, houve um avanço em relação da retirada do gado durante o inverno. Para 80% dos entrevistados dos dois PAEs, os criadores de gado respeitam os acordos firmados com a comunidade em relação à retirada do gado nos períodos de cheia.

5 CONCLUSÃO

O processo de criação dos PAEs na várzea do Baixo Amazonas decorreu de demandas apresentadas por moradores que já viviam há anos na região e pleitearam ao INCRA a regularização de suas terras. As comunidades acreditavam que, ao ter suas terras regularizadas, poderiam gerenciar seus recursos naturais, protegê-los dos invasores e teriam a possibilidade de acesso a benefícios governamentais. Essa articulação tinha apoio dos movimentos sociais e ONGs que atuavam na área.

Até 2008 foram demarcados 41 PAEs em oito municípios do Baixo Amazonas com aproximadamente 740 mil hectares (INCRA, 2013). Apesar da implementação dos PAEs ser uma demanda local com a participação efetiva da população, o processo transformou-se em processo articulado de cima para baixo e altamente tecnocrático (CASTRO, 2013). Segundo o mesmo autor, a informação incompleta, a falta de transparência e a desconfiança dos órgãos pela população da várzea aumentaram a oposição tanto da comunidade como dos pecuaristas.

O PAE foi criado pelo governo como parte de uma estratégia de envolver a participação dos atores sociais na regulamentação de terra e na sustentabilidade dos recursos naturais. Esse processo facilitaria a descentralização dos poderes (CASTRO, 2013) e a economicidade no custo de administração. Inicialmente o projeto agroextrativista para as comunidades tradicionais que vivem na terra firme e não era pensado para várzea onde há um ecossistema totalmente diferente. Mas, o projeto foi estendido para várzeas a partir de 2000 para ordenar as questões de terra e para resolver os conflitos existentes em relação à governança dos recursos naturais.

Analisando a política de reforma agrária brasileira, podemos encontrar um grande número de projetos de assentamento na região Amazônica. O estudo feito por Le Tourneau e Bursztyn (2010) nos assentamentos rurais de Amazônia em 2009 apontou que a política de reforma agrária na Amazônia tem sido uma prática essencialmente de regularização fundiária, longe de envolver estratégias territoriais, sociais e econômicas para uma justa distribuição de terras e superação das

desigualdades sociais que se manifestam no campo. No caso da várzea amazônica, podemos afirmar que os PAEs não trouxeram os benefícios esperados de melhorar a situação socioeconômica dos assentados.

Com o processo de criação dos PAEs os pecuaristas sentiram-se ameaçados quanto ao direito de permanecer na várzea. Esses pecuaristas compreendem a criação do PAE enquanto uma estratégia do INCRA para retirá-los da várzea. Tal compreensão não considera o processo de regularização de terra da várzea, desqualificando-o (MCGRATH et al., 2011). As entrevistas feitas com as lideranças das comunidades do PAE Aritapera no município de Santarém e PAE Salvação no município de Alenquer apontam o descontentamento da população pela maneira que está sendo implementado o PAE na várzea.

Após mais oito anos da criação dos assentamentos, ainda existem muitas dúvidas em relação à demarcação de áreas nas comunidades dos PAEs e isso gera desconfiança dos moradores que vivem na região. Apesar da legislação não permitir compra e venda das terras de várzea, existem fazendas que foram adquiridas pelos pecuaristas na região de várzea. Enquanto não forem resolvidas essas questões fundiárias, será difícil alcançar os objetivos da criação do PAE. Muitos desses problemas da região foram causados pela falta de compreensão da realidade de várzea pelo INCRA.

A reforma agrária não é apenas redistribuir terras, mas significa uma reorganização da estrutura agrária de um país para que o acesso à terra seja democratizado e, conseqüentemente, “contribua para melhorar o nível de distribuição da riqueza gerada pela população rural” (MATTEI, 2012, p. 308). A criação dos PAEs, como uma política pública visando apenas promover um simples reordenamento da estrutura fundiária na região de várzea do Baixo Amazonas, restringe o caráter democrático da reforma agrária e não contribui para elevar o padrão socioeconômico dos moradores da região Amazônica. O estudo indica que a implementação dos PAEs na várzea foi um simples instrumento de reorganização da base territorial da região para acomodar possíveis tensões sociais oriundas dos setores que se encontram em conflito pela gestão dos recursos e a posse de terra.

O desafio maior é pensar o uso da várzea de forma que possa garantir a sua sustentabilidade por meio da participação efetiva das populações tradicionais e de outras instituições tanto governamentais e não governamentais. Qualquer regulamentação da utilização dessas áreas deve propiciar a melhoria da qualidade de vida dos moradores e a manutenção da diversidade ecológica por meio de diálogo e participação dos diferentes atores sociais envolvidos.

6 REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

BENATTI, José Heder (Org.). **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Ibama / ProVárzea, 2005.

_____. Proposal, Experience, and advances in the legalization of land tenure in the Várzea. In: PINEDO-VASQUEZ, Miguel; RUFFINO, Mauro L; PADOCH, Christine; BRONDÍZIO, Eduardo S. (Ed.). **The Amazon Várzea: the decade past and the decade ahead**. London/New York: Springer, 2011.

CASTRO. Fábio de. Between cooperation and conflict: the implementation of Agro-extractive settlement in the Lower Amazon floodplain. In: BRONDÍZIO, Eduardo S.; MORAN, Emilio F.(Ed.)

Human-Environmental Interactions: current and future directions. Vol.1. New York/London: Springer, 2013. p. 213-234.

FALESI, Italo Claudio; SILVA, Benedito Nelson Rodrigues da. **Ecosistemas de Várzeas da Região do Baixo Amazonas.** Belém: Embrapa Amazonia Oriental, 1999.

FUTEMMA, Célia; BRONDÍZIO, Eduardo S. Land Reform and Land Use Changes in the Lower Amazon: Implications for Agricultural Intensification. **Human Ecology**, v.31, set. 2003.

FUTEMMA, Célia; BRONDÍZIO, Eduardo S. Land Reform and Land Use Changes in the Lower Amazon: Implications for Agricultural Intensification. **Human Ecology**, v.31, set. 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRINCRÁ - INCRA. **Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAE** 'S. Brasília, DF: INCRA, 1996.

_____. **Números de Reforma Agrária.** Brasília, DF: Incra, 2013. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

JUNK, Wolfgang. J. The central Amazon River floodplain: concepts for the sustainable use of its resources. In: JUNK, W.J.; OHLY, J.J.; PIEDADE, M.T.F.; SOARES, M.G.M. (Ed.). **The Central Amazon floodplain: Actual use and options for sustainable management.** Leiden: Backhuys Publishers, 2000. p. 75-94.

_____; WANTZEN, K.M.,. The Flood Pulse Concept: new aspects, approaches and applications-an update. **Symposium on the management of large rivers for fisheries.** v. 2, 2004.

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambient. soc.** [online]. 2010, vol.13, n.1, pp. 111-130. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2010000100008>. Acesso em: 12 jun. 2015.

MATTEI, Lauro Francisco A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-325, 2012.

MCGRATH, David; CASTRO, de Fábio, CÂMARA, Evandro; FUTEMMA, Célia. Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Paper do NAEA**, n. 58, p. 1-33, jun. 1996.

_____; GAMA, Antônia Socorro Pena da. A situação fundiária da várzea do rio Amazonas e experimentos de regularização fundiária nos estados do Pará e do Amazonas. In: José Heder (Org.). **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos.** Manaus: Ibama / ProVárzea, 2005. p. 35-52.

_____; ALMEIDA, Oriana; MERRY, Frank. Acordos para criação de gado e manejo de pesca na várzea do Baixo Amazonas. **Paper do NAEA**, n. 263, mar. 2010. Belém: NAEA, 2010.

_____; GAMA, Socorro Pena da; CARDOSO, Alcilene; ALMEIDA, Oriana; BENATTI, Jose Heder. In: PINEDO-VASQUEZ, Miguel; RUFFINO, Mauro L; PADOCH, Christine; BRONDÍZIO, Eduardo S. (Ed.). **The Amazon Várzea: the decade past and the decade ahead.** London/New York: Springer, 2011. p. 119-135.

MITRAUD, Sylvia Favarini; MCGRATH, David. **Projeto Várzea: 20 anos construindo um Sistema de cogestão dos recursos naturais no Baixo Amazonas.** Brasília, DF: WWF-Brasil, 2013.

PADOCH, Christine; STEWARD, Angela. The várzea: The decade past. In: PINEDO-VASQUEZ, Miguel; RUFFINO, Mauro L; PADOCH, Christine; BRONDÍZIO, Eduardo S. (Ed.). **The Amazon Várzea: the decade past and the decade ahead**. London/New York: Springer, 2011. p. 5-15.

PINHEDO-VASQUEZ, Miguel; SEARS, Robin S. Várzea forest: multifunctionality as a resource for conservation and sustainable use of Biodiversity. In: PINEDO-VASQUEZ, Miguel; RUFFINO, Mauro L; PADOCH, Christine; BRONDÍZIO, Eduardo S. (Ed.). **The Amazon Várzea: the decade past and the decade ahead**. London/New York: Springer, 2011

RASEIRA, Marcelo Bassols (Org.). **Projeto Manejo dos Recursos Naturais**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2008.

SANTOS, Marli Teresinha dos. **Aprendizados do Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea**. Brasília, DF: ProVárzea e Ministério do Meio Ambiente, 2005.

SURGIK, Ana Carolina Santos. Estudo jurídico para a várzea Amazônica. In: BENATTI, José Heder (Org.). **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Ibama / ProVárzea, 2005. p. 15-32.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Identificação e análise dos diferentes tipos de apropriação da terra e suas implicações para o uso dos recursos naturais renováveis da várzea amazônica, no imóvel rural, na área de gurupá. In: BENATTI José Heder (Org.) **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Ibama / ProVárzea, 2005. p. 55-74.

Apoio: IDRC, CAPES, FAPESPA e CNPq

A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA PARA AUTONOMIA DOS EXTRATIVISTAS DA CASTANHA-DO-BRASIL: UM ESTUDO SOBRE ATORES E REDES NO MUNICÍPIO DE LÁBREA/AM.

Lindomar de Jesus de Sousa Silva¹

Gilmar Antonio Meneghetti²

Tania Nazarena de Oliveira Miranda³

RESUMO

O município de Lábrea/AM, localizado às margens do rio Purus, apresenta forte vocação para a produção de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*). O processo de autonomia dos extrativistas tem bons resultados criando possibilidades de superação da dependência dos coletores aos patrões, marreteiros e comerciantes. A pesquisa resulta do trabalho que vem sendo desenvolvido na região, atribui-se as mudanças ocorrida nas comunidades extrativistas, à existência de organizações coletivas como Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha (ASPACS), criado em 1997 e a Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (COOPMAS), criada em 2008. Esse processo de autonomia formado por organizações civis e religiosas está relacionado à abertura de novos mercados, a densidade organizativa e a articulação na diversificação da produção e articulação da instituição. Hoje a cooperativa e associação possui mais de 500 filiados, compra-se direto dos extrativistas; contribui para regular o preço da castanha no município e atualmente comercializa para São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Velho. Nossa análise é exploratória-descritiva, com uso da metodologia de redes, com as ferramentas de investigação: Análise de Redes Sociais (ARS), e adoção do *software* UCINET, entrevistas com atores envolvidos na rede de comercialização da castanha. A pesquisa está em desenvolvimento e busca resultados capazes de relacionar a organização com a perspectiva do bem estar comunitário.

Palavras-chave: Extrativista. Organização coletiva. Redes sociais.

¹ **Sociólogo**, D.Sc., Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Rodovia AM 010 – Km 29 – Estrada Manaus/Itacoatiara, Caixa Postal 319 – CEP 69010-970 – Manaus – AM. lindomar.j.silva@embrapa.br

² **Agrônomo**, M.Sc., Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Rodovia AM 010 – Km 29 – Estrada Manaus/Itacoatiara, Caixa Postal 319 – CEP 69010-970 – Manaus – AM. gilmar.meneghetti@embrapa.br

³ Bacharel e Licenciada Plena em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Especialista em Estudos Culturais da Amazônia - UFPA. Mestra em Ciências da Religião pela Universidade Estadual do Pará UEPA. Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA – UFPA) taniamiranda18@yahoo.com.br ou taniamiranda18@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Pimentel et al (2007) a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), é o principal produto não madeireiro exportado da região norte do Brasil (PIMENTEL *et al.*, 2007). Segundo o IBGE (2007), os Estados do Norte são responsáveis por 98,4% da produção nacional, sendo os principais produtores o Acre, concentrando 34,1%, do Amazonas (29,2%), do Pará (25,1%) e de Rondônia (6,9%).

Para os povos e comunidades correspondente a coleta do fruto da castanheira (*Bertholletia excelsa*) estar entre as ações e práticas de uso dos “territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”⁴. A castanha-do-brasil possui um grande potencial para a conservação florestal e geração de renda para comunidades pobres dos países como o Brasil (SANTOS et al, 2003).

Nas dimensões socioeconômica, política e cultural a castanha-do-brasil constitui um importante objeto para a compreensão das relações estabelecidas na comunidade e fora dela, principalmente devido ao grande interesse do comércio nacional e internacional pela sua amêndoas (MONTARROYOS, 2014). Em muitas comunidades no interior do Amazonas, ainda há um ciclo permanente de endividamento das comunidades a alguns comerciantes e intermediadores. Uma das formas de superação dessa condição de submissão é a organização em cooperativas, associações e cantinas. É com objetivo de evidenciar a importância da organização das comunidades extrativistas que apresentamos o texto, fruto de pesquisa de campo no município de Lábrea – AM e, tem como base teórica - metodológica a abordagem de redes sociais. Para tal comparação foram entrevistados atores envolvidos na rede de comercialização e organização e o uso do *software* UCINET®. A pesquisa tem sido desenvolvida pelo grupo de pesquisa Agricultura Familiar, inovação, sustentabilidade e ruralidade, sob a liderança dos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, no Estado do Amazonas, Brasil e, como resultado, busca apresentar elementos capazes de relacionar a organização com a perspectiva do bem-estar comunitário e territorial.

A castanha está dentro de uma cadeia de relações, no qual atravessadores, responsáveis por aviamentos e comerciantes exploram e desarticulam comunidades em regiões da Amazônia. Daí surge à importância da criação de uma cooperativa que beneficie os coletores e produtores de castanha no estado, pois assim a renda dos produtores e as condições de trabalho seriam mais eficazes e, conseqüentemente, seus ganhos aumentariam. A eficiência social das cooperativas analisa a capacidade de a cooperativa assegurar ao associado à obtenção de seus objetivos econômicos (BATALHA, 2007, p. 724).

⁴ Decreto n.6.040, de 07/02/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

2 ENFOQUE DE REDES

Para Barnes (1987, p.163) a noção de redes sociais é uma “análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias”. Na perspectiva de Barnes (1972) a concepção de rede está relacionada à existência de vínculos interpessoais e conexões entre pessoas e instituições.

Na perspectiva analítica as redes permitem compreender as interações e papéis de cada ator em contexto socioeconômico, político e cultural. Powell e Smith-Doer (2003) conceituam a rede como uma conexão específica de atores (indivíduos ou organizações). Os mesmos autores ainda analisam que através da rede é possível identificar o lugar e a posição de cada ator. Nesta mesma perspectiva Paulillo (2001) salienta que posicionados em é possível elaborar políticas e processos de concorrência para assim potencializar processos de desenvolvimento⁵.

Na compreensão de Powell e Smith-Doer (2003) o enfoque das redes como forma de governança está tendenciado a buscar e consolidar mecanismos capazes de reduzir custos, coordenar diferentes atores e maior retorno para agentes econômicos. As redes seriam instrumentos capazes de garantir maior produtividade e lucratividade fortalecendo os laços entre diferentes agentes e evitando o isolamento. Para Elias (1994, p. 35) a rede é um entrelaçado onde;

[...] muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca [...].

A importância das redes está em poder compreender, segundo Santos (1996, p.215) os níveis de articulação global, regional e local, “o ‘lugar’ - "onde fragmentos de rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta". Para Scherer-Warren (1996, p.10), as análises de redes e de movimentos

[...] implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros.

Sendo que para isso, diz o Scherer-Warren (1996) é preciso percorrer um caminho investigativo e os estudos relacionados às redes e as ações coletivas direcionam a perspectiva que muitas ações coletivas têm origem nas redes, numa relação de interação e influência mútua. Para Castells (1999, p.497) “a presença na rede ou a ausência dela e a

⁵ O neoinstitucionalismo foca nos estudos das redes, no papel do Estado, como agente particular e com interesses específicos. Nesta perspectiva, como diz Paulillo (2001, p.252-253) o “Estado não é neutro e as agências estatais (secretarias, comissões, agências regulatórias, etc.) participam do processo de interação representando interesses e disputando ou distribuindo recursos de poder com os demais atores. É neste quadro que se pode trabalhar com as ações dos atores coletivos e individuais, o mecanismo de governança e o ambiente institucional.”.

dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade”.

Portanto, a relação estabelecida em redes permite uma compreensão das dinâmicas presente em territórios e organizações, além de possibilidades do surgimento de práticas democráticas, menos hierárquica e ampliação de espaços de ação e negociação.

3 METODOLOGIA

Para Weber (1987, p.9) “a ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e dos seus efeitos”. Procurando alcançar os propósitos formulados pelo sociólogo alemão, a presente pesquisa é de caráter exploratória-descritiva e comparativa. A dimensão descritiva está presente na busca da compreensão da dinâmica do objeto. O objeto da pesquisa é a Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (COOPMAS) a sua rede, formada por mais de 500 filiados e um gama de instituições governamentais e sociais, com compradores em diversas regiões do país. Os municípios possuem um número elevado de coletores e atores que comercializam a castanha. O ambiente de estudo apresenta especificidades organizativas e comerciais, pois lá encontramos diversos atores (coletores, comerciantes, organizações sociais, poder público). Foram realizadas entrevistas com os atores vinculados às redes. O objetivo da entrevista foi o de identificar as relações que se estabelecem entre coletores e comerciantes, bem como, as conexões resultantes da interação entre atores no mercado da castanha. Segundo Costa (2015, p.3),

A cooperativa realiza a compra da castanha direto do produtor, faz o acompanhamento logístico até a sede da mesma, onde a castanha é processada, beneficiada e vendida para fora do município: São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Velho, e algumas outras capitais de estados que têm recebido os produtos beneficiados por esta entidade, em menor quantidade.

Nas atividades desenvolvidas buscou-se identificar a centralidade da rede. A centralidade está relacionada com a atividade do ator na rede e pode ser expressa pelo número de vínculos que este ator possui. Trata-se da centralidade por proximidade: quanto menor o número de “passos” para que um ator chegue a outro, maior sua proximidade (MELLO, 2004). Por meio das entrevistas foi possível identificar os indivíduos capazes de modificar a estrutura de comunicação existente na rede, a centralidade, a densidade e a porcentagem de centralização da rede. A centralidade indica a frequência com que um ator está no canal de comunicação que conecta dois outros atores (FAVA, 2009).

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A castanha-do-brasil é um dos principais produtos do Estado do Amazonas, com um amplo mercado nacional e internacional. Somente no primeiro semestre de 2014 o Estado exportou US\$ 2,7 milhões da castanha com casca, o que representa um aumento de 6,62% em comparação ao mesmo período do ano anterior. As vendas do produto processado totalizaram US\$ 845 mil, houve uma queda de 54,15%. Segundo o Grupo Ciex (Comercio

industrial e exportação) o produto destina-se aos cinco continentes, e mais as unidades da federação Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal⁶.

Um dos limites presentes no trajeto, que vai do coletor ao consumidor se traduz no fato em que a atividade de coleta não “escapar da exploração comercial” e muitos coletores ainda estão subordinados ao aviamento, que é uma forma de crédito em que o comerciante ou regatão, muitas vezes conhecido como “patrão”, repassa para as comunidades bens de consumo (como alimentos, produtos de higiene pessoal e munição) e de produção (como instrumentos de trabalho e de transporte, como a rabetá) para o coletor ou extrativista, conhecido como “cliente”⁷. Essa estrutura descrita muito bem por Le Cointe, em obra que data de 1921, permanece atual principalmente devido à fragilidade organizativa, as carências socioeconômicas e a ausência de instituições de acompanhamento e formação tornam as comunidades extrativistas presas fáceis da grande rede de patrões e usurpadores da produção comunitária, dificultando o rompimento do ciclo de pobreza e submissão das comunidades extrativistas. Em 2014 duas operações pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), coordenadas por auditores-fiscais do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e Polícia Rodoviária Federal, encontrou, entre outras, a seguinte situação,

As famílias habitavam e trabalhavam nestas terras desde a época em que era explorada a produção de borracha pelo pai de Oscar, laborando seguidamente ao longo dos anos na quebra de castanha no período de safra. Parte deles reconhecia no patrão uma figura que cuidava e, de certa forma, apadrinhava a comunidade, tomando atitudes como providenciar a obtenção de remédios para enfermos ou o transporte de ribeirinhos até a cidade de Lábrea. (ROSTON E KALIL, 2015, p.12)

Este relato evidencia a permanência do aviamento, com alguns traços de contemporaneidade, porém, sempre explorador e subjugador das comunidades extrativistas, principalmente as mais distantes e sem acesso a comunidade e instituições públicas e privadas.

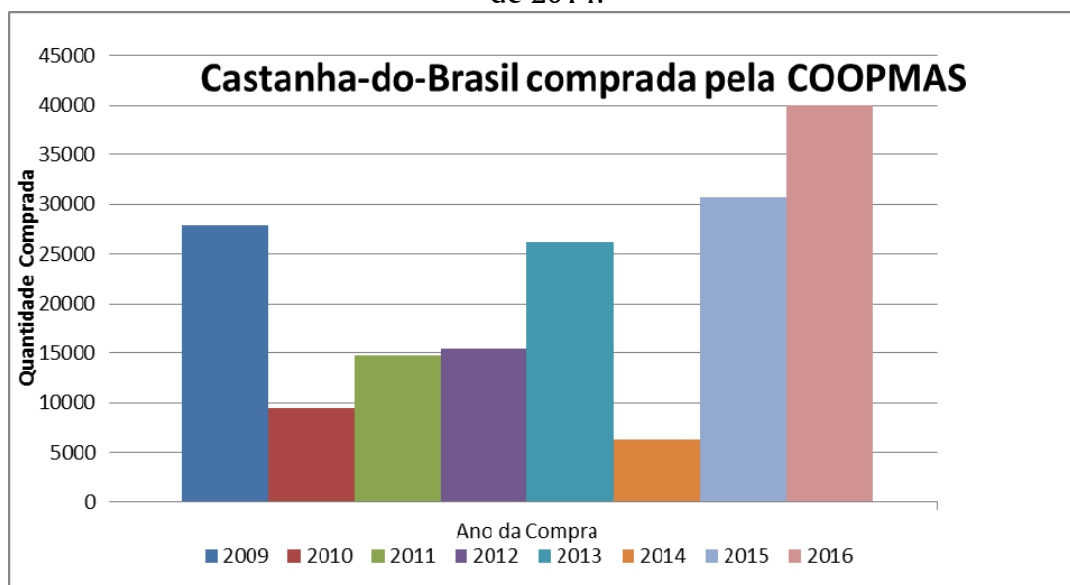
O município de Lábrea está localizado à margem direita do rio Purus, foi fundado nos tempos áureos da exploração da borracha nativa⁸. Em 2013, segundo o IBGE, era o 7º produtor de castanha do Amazonas em 2013, produziu 785 toneladas. Em Lábrea há uma usina de beneficiamento de castanha, que já estabeleceu uma dinâmica de comercialização com outros estados brasileiros. Tem uma evolução organizativa considerável quando comparada a outras regiões do Estado. Está implementando um processo de valorização do extrativismo e das comunidades que vivem desta prática.

⁶ Jornal do Comercial, em 05/09/2014 sob o título de “Brasileiro paga preços melhores à castanha”. Disponível: http://www.jcam.com.br/noticias_detalle.asp?n=42294&ldCad=1&ldSubCad=36&tit=Brasileiro%20paga%20pre%20melhores%20%E0%20castanha. Acesso 05 jun 2015.

⁷ No passado também chamado de freguês” ou “aviado. Devo ressaltar que não encontrei essa expressão nas comunidades visitadas.

⁸ Segundo o relatório do MPF (2013, p.7) A fundação de Lábrea foi resultado direto da expansão da produção de borracha. A industrialização na Europa e Estados Unidos, a invenção do processo de vulcanização – aproveitamento industrial do látex – e o crescimento da demanda, na segunda metade do século XIX, causaram uma verdadeira corrida pela borracha extraída das seringueiras da Amazônia, abrindo novas vias de extração e comercialização no vale do rio Purus.

Gráfico 1 - Resultados obtidos pela COOPMAS, desde o ano de sua inauguração até o ano de 2014.



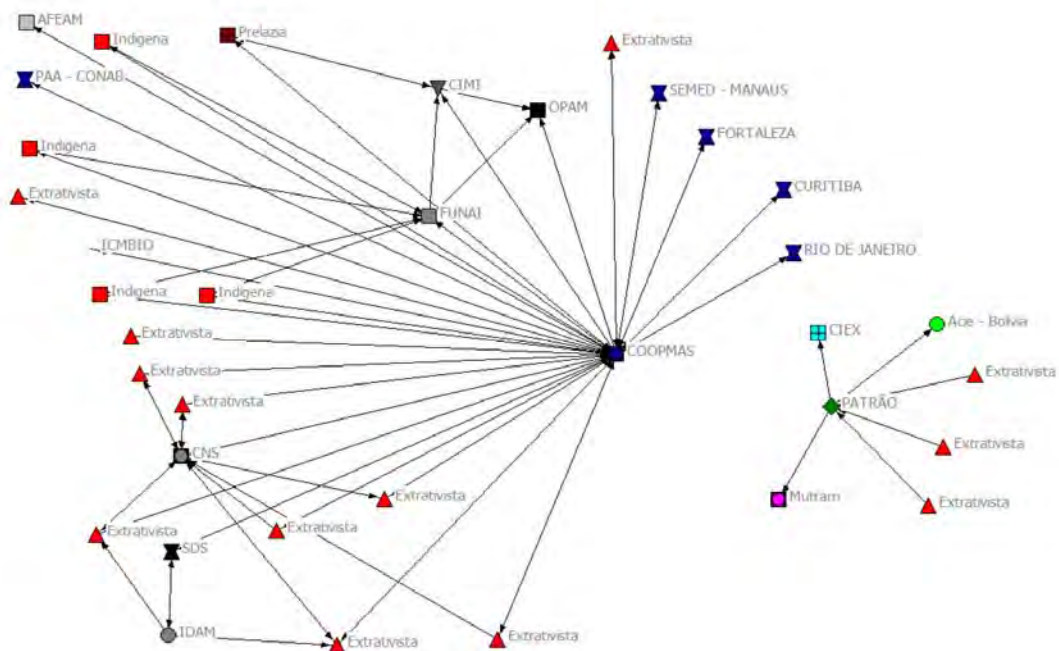
Dados organizados por Costa (2015, p.4)

Avaliando o gráfico 1 ele nos mostra, que mesmo com a oscilação, a consolidação da cooperativa no município é uma realidade cada vez mais evidente, como afirmou um extrativista “a cooperativa consegue melhorar o preço da castanha” evitando a oscilação decorrente do humor do mercado e dos atravessadores.

5 A DINÂMICA DAS REDES EM LÁBREA.

A abordagem de redes permite um visão do processo desencadeado em um determinado território. Segundo Hall (1999) é possível visualizar fatores fundamentais de análises, com a visualização do mesmo. Esses fatores são aprendizagem, cooperação, reciprocidade, controle e reputação. O fluxograma abaixo evidencia a capacidade de articulação e interação que possui a COOPMAS. Esse processo possibilita a agregação de parceiros com instituições governamentais e não governamentais e acesso a políticas públicas, como Programa de Aquisição de Alimento e Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME), desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), do Governo do Estado e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de permitir o acesso a outros mercados fora do Estado como Rio de Janeiro, Fortaleza e Curitiba.

Fluxograma 1- Rede da COOPMAS.



Fonte: Uso do Instrumento Software UCINET®.Elaborados pelos autores.

A dinâmica organizacional de Lábrea tem possibilitado uma melhor apropriação da renda pelos extrativistas, através da organização cooperativa, ampliando a rede de acessos aos mercados. Mesmo diante da organização e ação pública, com a presença da Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (COOPMAS), a usina consegue beneficiar somente 20% da produção do município. Este aspecto pode estar relacionado ao processo de ação coletiva necessária para que as comunidades rurais se tornassem autônomas da dominação dos coronéis de barrancos (POTYGUARA, 2007), proprietários (EMMI, 1988) patrões (MEIRE, 1996) e do clientelismo (LEAL,1976) que controlavam as comunidades através de um sistema de submissão simbólica, política e de dívidas crônica.

Foto 1 - Usina de Beneficiamento de Castanha, COOPMAS (Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha).



Fonte: Costa (2015, p.5)

No aspecto organizativo, a existência da cooperativa permite o rompimento de dependência socioeconômica de muitas comunidades com o “patrão”. Esse ator (patrão) ainda controla 80% da produção do município. A existência da cooperativa, que está acessando novos mercados, é alternativa também para as comunidades distantes e povos indígenas. Isso mostra a necessidade de fortalecimento da organização, principalmente com apoio das políticas públicas voltadas a potencializar tais processos.

Para Wasserman e Faust (1994), o grau de centralidade considera o número de laços que cada ator possui com a rede. Como observamos na tabela 1, em Lábrea os atores COOPMAS, CNS, FUNAI e o Patrão, têm força e poder inclusive na comercialização.

Tabela 1 – Grau de centralidade no município de Lábrea

ATORES	DEGREE	NRMDEGREE
COOPMAS	27.000	77.143
CNS	8.000	22.857
FUNAI	7.000	20.000
PATRÃO	6.000	17.143
CIMI	4.000	11.429

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelos autores.

Em Lábrea a rede tem 36 atores, onde se estabelecem 48 relações das 1.260 possíveis. A densidade da rede, que é o percentual de laços de contato em relação ao máximo de ligações possíveis, é baixa 3,8%. Isso evidencia o ritmo e os desafios que as organizações possuem. Porém, observamos que a densidade da COOPMAS é de 35%. A mesma é estratégica para o desenvolvimento territorial. Com a cooperativa a rede alcança uma centralidade de 73,11%, conforme a tabela 2.

Tabela 2 – Atores, relações e densidade da rede no município de Lábrea

Município de Lábrea	
Números de atores	36
Relações possíveis	1260
Relações existentes	48
Densidade	3,8
Densidade da COOPMAS	35%
Network centralization	73,11%

Fonte: Pesquisa de Campo, elaborado pelos autores.

É importante ressaltar que os extrativistas e coletores que se filiaram na cooperativa tiveram o reconhecimento das “suas próprias forças, como forças sociais, de maneira a nunca mais separar esta força social como força política” (MARX, 2006, p. 37) e, possibilitar a emancipação⁹ e “autoreflexão crítica” (ADORNO, 1995, p.121).

6 REFLEXÕES FINAIS

A superação da condição de subordinação, a conquista da emancipação para muitas comunidades amazônicas, principalmente as extrativistas, somente é possível com a participação das pessoas na vida da comunidade e na construção de tipos de organização oriundos das próprias necessidades. As organizações que nascem de necessidades da comunidade, mediadas por instituições, com compromisso das pessoas em resolver seus problemas tem papel decisivo nos processos de melhoria de vida e busca da autonomia da comunidade. Instituições geradas e gestadas a partir de demandas exógenas, para cumprir exigências legais, são espécies de outorgas à comunidade. Tendem a ter mais dificuldades em se inserir em processos e consolidar ações de fortalecimento, agregar atores individuais e coletivos, como também, influenciar dinâmicas territoriais.

Em Lábrea a cooperativa e as associações surgiram da necessidade de se resolver os problemas de comercialização da borracha, da castanha, da necessidade de se melhorar a renda e as condições de vida das famílias rurais. Com a participação de entidades mediadoras e parceiras como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras pastorais vinculadas a Igreja Católica, as Igrejas Evangélicas, o Sindicato de Trabalhadores Rurais entre outras, os agricultores buscaram formas de melhorar suas vidas criando organizações

⁹ A perspectiva da emancipação humana, ou seja, a educação capaz de fazer com que os seres humanos desenvolvam sua potencialidade, o convívio com a ética, em comunhão com seus semelhantes, tem raízes na filosofia do esclarecimento de Immanuel Kant, que fundamentada na racionalidade ética do sujeito autônomo. A modernidade efetivou a autonomia individual do sujeito e sua vida privada. Tal afirmativa é comprovada com a constituição do conceito de sociedade civil, onde se expressa a vida particular do sujeito, o que envolve religião, profissão, prosperidade e, principalmente, se garante a independência em sua vida particular. Kant (2007,2009) observou que não se considerou os aspectos coletivos da emancipação, ou seja, que não basta criar os direitos individuais e necessários que os mesmos sejam garantidos através do exercício público e racional dos cidadãos. Kant produz uma filosofia a partir do sujeito racional e do autônomo, como também uma ideia de uma sociedade livre e emancipada, mas não formula uma teoria da ação de forma coletiva aos ideais apresentados. Já em Marx encontramos os elementos sociais e políticos que não foram apresentados por Kant. Marx compreende que há fatores práticos e empíricos para se efetivar a emancipação, como o Estado burguês e a Sociedade Civil, que evitam o seu surgimento ou a sua efetivação. Sendo assim, enquanto Kant volta-se para criar as bases do sujeito racional e autônomo capaz de decidir seus próprios destinos a partir de princípios racionais, Marx busca desvendar como as estruturas sociopolíticas, criadas a partir da Revolução Francesa (Revolução Burguesa) não levam a concretização plena do projeto de emancipação humana.

como a cooperativa e associações. As organizações passaram a interferir nas redes de comercialização de produtos do extrativismo, equilibrando preços, ampliando épocas de aquisição, inserindo atores que eram alijados do processo como as comunidades indígenas. A cooperativa passa a ter um papel importante na rede de agentes de comercialização dos produtos e nos processos de desenvolvimento das comunidades.

O processo mostra que um autêntico processo de desenvolvimento precisa articular dinâmicas organizativas, com a construção de instituições capazes de pensar a realidade e não somente atender a fatores exógenos. As definições exógenas não contribuem para o desenvolvimento do território e, com frequência, produzem desagregação.

REFERÊNCIAS

- BARNES, John A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p.159-193.
- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, R. A. de (Org). **Organização social na Amazônia: Uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (Novo Aripuanã e Manicoré/AM)**. Brasília: IEB, 2011
- BARNES, J.A. Social Networks. Cambridge: Module 26, p.1-29, 1972.
- BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**, 3ª Ed.: Editora Atlas, 2007. Pág. 724.
- CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da informação: Economia, Sociedade e cultura, v.1).
- COSTA, J. Associativismo e Cooperativismo em uso de recursos naturais da Amazônia: Castanha do Brasil. In: **Workshop Pesquisa e Agricultura Familiar: Fortalecendo a Interação da Pesquisa para Inovação e Sustentabilidade na Amazônia**, 1, 2015, Manaus, Am. **Anais** (prelo). Manaus: Embrapa.
- COSTA, Jemima In: **Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas** - Abrapcorp, 4, 2010, Porto Alegre, RS. Anais (on-line). São Paulo: Abrapcorp, 2010. Disponível: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2010> Acesso em 25/10/2015
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201p
- EMMI, Marília F. 1988. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA.
- FAVA, F. E. Estudo do Arranjo Produtivo Local do álcool de Piracicaba através da análise de redes. In: Congresso de Iniciação Científica, 17. Mostra acadêmica, 7, 2009, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: UNIMEP, 2009.
- HALL, P. A. **Social Capital** in Britain. Harvard, 1999, B. J. Pol., 29 p. 417 – 461. Acessado em 09.07.2015, disponível em <http://sociology.sunimc.net/htmledit/uploadfile/system/20100506/20100506145743306.pdf>.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Anuários Estatísticos do Brasil: pesquisa da produção da extração vegetal e silvicultura. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2011.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2015.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. (Trad.) Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70 LTDA, 2007.
- KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: que é o Iluminismo? In: _____ **A paz perpétua e outros opúsculos**. (Trad.) Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2009.
- LE COINTE, Paul. Plantas Industriais paraenses: frutas oleaginosas da Amazônia. Revista Commercial, Industrial e Agrícola do Pará, Belém, v.10, n.6, 1921

- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- MARX, Karl. A Questão Judaica. In: _____ **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MEIRE, M. **O tempo dos patrões: extrativistas, comerciantes e história indígena no noroeste da Amazônia**. *Lusotopie 1996*, p. 173-187. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/meira96.pdf>. Acessado em 20 agosto 2015
- MELLO, F. O. **Metamorfoses da Rede de Poder Sucroalcooleira do Estado de São Paulo: da regulação estatal para a desregulamentação**. 2004. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- MONTARROYOS, Heraldo Elias. 2014. **Ecologia humana de uma cidade amazônica: antes e depois do censo de 1950**. Marabá/PA. Disponível em: <http://www.academia.edu/>. Acesso em: 13 out 2014.
- MPF. Relatório da 3ª edição do Projeto MPF nas Comunidades amazônicas (“MPF NA COMUNIDADE”). [Relatório] Lábrea-AM. Manaus, agosto de 2013.
- PAULILLO, L. F. O. **Rede de relações e poder de negociação: uma análise do caso citrícola brasileiro**. *Gestão & Produção*, v. 8, n. 3, p. 250-270, dez. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2001000300004>.
- PIMENTEL, L. D.; WAGNER JÚNIOR, A.; SANTOS, C. E. M.; BRUCKNER, C. H. Estimativa de viabilidade econômica no cultivo da castanha-do-brasil. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.37, n.6, jun. 2007.
- Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma. Manaus: FAZ, 2010.
- POTYGUARA, José. **Terra Caída**. São Paulo: Globo, 2007.
- POWELL, W.; SMITH-DOER, L. Networks and Economic Life. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. *The Handbook of Economic Sociology*. 2nd ed. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- ROSTON, A.E.; KALIL, R.B. Servidão por dívida de trabalhadores extrativistas na Amazônia: características, possibilidades e alternativas. XIV Encontro Nacional da ABET, 2015. São Paulo: Campinas. Disponível: <http://abet2015.com.br/anais-xiv-encontro-abet/>
- SANTOS, A. J.; HILDEBRAND, E.; PACHECO, C.H.P.; PIRES, P.T.L.; ROCHADELLI, R. **Produtos não madeireiros: conceituação, classificação, valoração e mercados**. Curitiba: *Revista Floresta*, v. 33, n.2, p. 215-224, 2003.
- SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 308.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola-Centro,
- WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Moraes, 1987.

AS LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE DIANTE DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA: A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES SOCIAIS E DE REDES DE RESISTÊNCIA NA PAN-AMAZÔNIA

Sérgio Roberto Moraes Corrêa¹
Roberto Veras de Oliveira²

RESUMO

Este trabalho resulta de pesquisa de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG). Ele analisa as lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) frente ao padrão de desenvolvimento dominante para a Amazônia, focando nos conflitos socioambientais em torno do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (AHEBM), localizado no sudoeste do Estado do Pará. As noções de hegemonia e contra-hegemonia, baseadas em Boaventura de Sousa Santos, lastreiam a perspectiva crítica de análise. Como resultado, foi possível identificar que o AHEBM é a expressão, por meio do PAC, da expansão da *fronteira hidrelétrica* no movimento de territorialização da dinâmica de acumulação do capital sobre a Amazônia sob forte influência do Estado, em parceria com grandes grupos econômicos, para levar a cabo o modelo neodesenvolvimentista. Essa expansão da fronteira, todavia, vem se dando sob fortes contradições e conflitos, que marcam esse modelo. A partir das resistências e das lutas do MXVPS, foi possível, também, capturar processos e dinâmicas socioterritoriais, que ajudam a revelar outras representações e experiências da Amazônia, do Brasil e da América Latina, a partir do Sul e dos grupos subalternos, que conformam novas cartografias de conflitos sociais e sinais de contra-hegemonia na sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Resistência. Contra-hegemonia. Hidrelétrica de Belo Monte. (Pan)Amazônia.

INTRODUÇÃO

No presente cenário da sociedade brasileira, é possível identificar contudentes sinais de um avanço da agenda neoconservadora, que vem interpelando o debate sobre o neodesenvolvimentismo, inscrevendo e assinalando, por conseguinte, mudanças sob uma orientação hegemonicamente do livre mercado, momento que precisa ser melhor estudado.

Contudo, esse texto não toma como objeto esse “novo” contexto emergente e em metamorfose do país, e sim se concentra em apresentar alguns resultados de uma pesquisa de doutorado de um contexto presente anterior do Brasil, em particular da Amazônia, em que o governo federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), retomou uma série de Grandes Projetos na Amazônia, que visam ampliar e alargar a infraestrutura do país para levar a

¹ Universidade do Estado do Pará (UEPA) - sergiorcm2001@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - rbveras@uol.com.br

cabo seu processo de integração e desenvolvimento com crescimento econômico interno, assim como fortalecer sua inserção internacional, em especial a integração Sul-Americana, como parte desse processo de globalização de mercados e expansão do capitalismo. Essa iniciativa tem sido identificada e denominada por certos pesquisadores como *neodesenvolvimentista*. No entanto, isso não é consenso e tem gerado bastante debate no Brasil e na América Latina³.

Dentre os diversos projetos em curso para região, sobressai-se o megaempreendimento de “Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte”, no sudoeste do Estado do Pará. Esse empreendimento, contudo, têm sido alvo de diversas polêmicas (contra e a favor) e gerado bastante tensões e conflitos socioambientais. Belo Monte é um dos empreendimentos de grande porte do PAC que tem enfrentado muita resistência. E um dos atores sociais que têm assumido essa posição na região é o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), foco do presente texto.

Esse quadro sugere levantar as seguintes questões: as matrizes prático-discursivas oficiais inscrevem que concepção de desenvolvimento na Amazônia, via os grandes empreendimentos hidrelétricos do PAC, como Belo Monte? O que os povos e movimentos sociais, como o MXVPS, que lutam contra esse empreendimento, têm a revelar sobre esse modelo de desenvolvimento para região? Se ajustarmos a lente para realçar as dimensões dos conflitos socioambientais, a partir das lutas e resistências do MXVPS, o que isso pode suscitar de elementos para interpretar e debater o tema do desenvolvimento na região, no país e na pan-amazônia? O presente texto está estruturado em dois tópicos, além dessa introdução e da conclusão.

1- BELO MONTE: A AMAZÔNIA COMO EXPRESSÃO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA

O *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC I 2007 a 2010) - lançado pelo governo federal em janeiro de 2007 - prioriza investimentos em infraestrutura e medidas institucionais, objetivando alavancar o crescimento econômico do país, por meio de investimento público e do estímulo ao investimento privado (BRASIL, 2007). Nesse documento oficial, concebe-se e defende-se o PAC como um *Programa de Desenvolvimento* (BRASIL, 2007, p. 2). De um total de mais de 500,3 bilhões de Reais, só o investimento em energia foi de 274,8 bilhões de Reais (BRASIL, 2007, p. 7-18).

Com o slogan O Brasil vai continuar crescendo, o PAC II (2011-2014) inicia fazendo alusão ao “legado do PAC I”, enfatizando que “o país cresceu em 2007, 2008 e crescerá em 2010 mais do que a meta de 5% prevista no PAC I”. Ao informar sobre o aumento do emprego em infraestrutura no período de dezembro de 2006 a dezembro de 2009, esse documento enfatiza: em rodovias e ferrovias, o crescimento foi de 76%, seis vezes mais do que a média; em saneamento foi de 64%, cinco vezes mais do que a média; em construção de edifícios foi de 41%, três vezes mais do que a média. Ademais, enfatiza a “maior parceria com Estados e municípios” e a “ampliação das parcerias entre o setor público e o investidor privado” (BRASIL, 2012a). Acrescenta, ainda: “Assim como na primeira etapa do Programa, o principal objetivo é aumentar o ritmo da economia, combinando esse aumento com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social” (BRASIL, 2012b, p. 1-2)⁴.

³ Dada a limitação de página do artigo, não vamos tratar aqui dessa temática. Sugerimos a leitura dos capítulos I e II da tese de Sérgio Corrêa (2014) intitulada: “As Lutas e Resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre diante do Projeto Hidrelétrico Belo Monte: o padrão de desenvolvimento da Amazônia em disputa”.

⁴ No governo Dilma Rousseff (2011), nessa gestão do PAC II, foi implementado o “Plano Brasil Maior”, de apoio, recuperação e proteção à industrialização nacional e fortalecimento e ampliação do mercado interno frente à crise econômico-financeira mundial, à redução do crescimento e ao processo de desindustrialização do país. Essa posição

Do montante de investimento do PAC II, dois terços se dirigem ao *PAC Energia*, ampliando bastante o investimento em relação ao PAC I.

Quadro 1 - PAC II- Investimento em Energia (em R\$ bilhões)

EIXOS	2011-2014	PÓS 2014	TOTAL
Geração de Energia Elétrica	113,7	22,9	136,6
Transmissão de Energia Elétrica	26,6	10,8	37,4
Petróleo e Gás Natural	285,8	593,4	879,2
Marinha Mercante	36,7	-	36,7
Combustíveis Renováveis	1,0	-	1,0
Eficiência Energética	1,1	-	1,1
Pesquisa Mineral	0,6	-	0,6
TOTAL	465,5	627,1	1.092,6

Fonte: MPI

Segundo o governo, o montante supera o aplicado durante a primeira fase do programa entre 2007 e 2010 PAC I (BRASIL, 2013) e sustenta “a retomada do planejamento no Brasil”, assumindo o PAC a expressão de “programa estruturante do desenvolvimento do País” (BRASIL, 2013, p. 1). Nesse resumido quadro panorâmico e esquemático do PAC I e II, é possível identificar um reposicionamento do Estado brasileiro na agenda e na dinâmica de desenvolvimento do país, por meio da orquestração desses grandes projetos, com foco prioritário em infraestrutura, em especial em energia. Nesse cenário e programa, a região amazônica é posta como dimensão territorial estratégica de ocupação, ordenamento e controle.

Dentre os vários megaprojetos e empreendimentos de infraestrutura do PAC destinados para a região amazônica, o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte ganha destaque e é apresentado pelo Governo Federal como um dos principais símbolos da nova era de “aceleração do crescimento” e de “desenvolvimento” do Brasil na atualidade, em particular da Amazônia⁵. Esse megaempreendimento está situado no sudoeste do Estado do Pará, na Bacia do rio Xingu, em Vitória do Xingu, previsto para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo (e a primeira totalmente nacional) com mais de 11.000 MW de potência e com o maior investimento público do PAC. A previsão de iniciar o funcionamento e geração parcial de energia é em 2015, com sua motorização total prevista para janeiro de 2019 (EPE/MME, 2011). Tal empreendimento (como outros), contudo, tem sido alvo de diversas polêmicas (contra e a favor), gerando bastante tensões e conflitos. Essa polêmica tem tomado dimensão, além de local, regional e nacional, também, internacional.

Ao fazer alusão ao Plano Decenal de Expansão de Energia-2021 da política energética do Estado Brasileiro, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) afirma:

política do governo foi questionada por parte de movimentos sociais e do sindicalismo da classe trabalhadora, pautando um tratamento desigual entre capital e trabalho dado pelo governo federal.

⁵ Para uma análise detalhada e histórica dos primeiros estudos do *Inventário hidrelétrico do rio Xingu* e proposições sobre o complexo hidrelétrico do Xingu, em particular Kararaô, que foi reformulada para ser hoje Belo Monte, consultar Switkes e Sevá Filho (2005) e Hurwitz *et al.* (2011, p. 22).

O país contará com um acréscimo de 31,7 mil MW de geração hidrelétrica. A região Norte é onde ocorrerá a maior expansão hidrelétrica, devido à entrada em operação de grandes empreendimentos, com destaque para a usina hidrelétrica de Belo Monte, cuja motorização se dará em três anos com a entrada em operação de seis máquinas de 611,1 MW por ano (EPE/MME, 2012, p. 3).

A Empresa de Pesquisa Energética aponta, dentre os grandes problemas do projeto anterior (do Complexo Hidrelétrico do Xingu da época do regime militar), a criação de um imenso reservatório e suas implicações sociais e ambientais para os povos e comunidades amazônicas do rio Xingu, como as indígenas da área da Volta Grande do Xingu e Paquiçamba. Além disso, assinala as fragilidades de viabilidade econômica e técnica (EPE/MME, 2011). Ao se referir à “evolução do atual projeto”, a EPE destaca sua maior “eficiência e a proteção social e ambiental”, através de medidas que “incluem uma redução da área alagada do reservatório de 1.225 km² para 516 km²” (EPE/MME, 2011, p. 2). Nesse sentido, a EPE concebe a reformulação do AHE Belo Monte como uma “abordagem inovadora” (EPE/MME, 2011, p. 3).

Salienta, ainda, que para assegurar as “condições de segurança, um vertedouro complementar será construído no sítio Bela Vista. Esse arranjo é complementado por um conjunto de diques para fechamento lateral de pontos baixos no reservatório dos canais” (EPE/MME, 2011, p. 3). No documento oficial, essa empresa, ao se reportar ao Projeto de AHE Belo Monte, enuncia os “Principais Fatos” que o marcam: “Projeto Nacional”, “Parceira Público-Privada”, “Desenvolvimento Sustentável”; e “Energia Limpa” (EPE/MME, 2011, p. 1). Em relação à compreensão de Belo Monte como “projeto nacional”, a Amazônia, em particular a Bacia do Xingu, é recolocada na política do Estado brasileiro como “projeto do planejamento energético”, isto é, visando repor e reforçar o lugar da região enquanto potencial hidrelétrico a ser explorado para prover a dinâmica de crescimento econômico e de desenvolvimento do país. No tocante à “parceira público-privada”, o governo destaca a parceria com o Consórcio Norte Energia. No que se refere ao entendimento de Belo Monte, ele é sustentado como um projeto de “desenvolvimento sustentável” (EPE/MME, 2011, p. 1).

Ao se referir ao projeto de Belo Monte como exemplo de “energia limpa e renovável”, o documento argumenta que “a hidrelétrica de Belo Monte ajudará a manter a posição atual do Brasil como uma das matrizes energéticas mais limpas de todos os países industrializados, com 46% da energia proveniente de fontes renováveis (EPE/MME, 2011, p. 1). O Presidente da EPE, Maurício Tolmasquim (2010), destaca a diferença do atual projeto em relação ao anterior, argumentando que a nova versão não vai afetar “diretamente terras indígenas” e “reduz a área alagada”. Sustenta, ainda, a viabilidade e garantia de geração de energia elétrica com “preservação ambiental” sem que seja necessário construir as outras cinco hidrelétricas no rio Xingun (TOLMASQUIM, 2010, p. 1).

Num contraponto a essa matriz discursiva oficial e hegemônica, pesquisadores (as) de diversas instituições acadêmicas e científicas, membros do Ministério Público Federal, movimentos e organizações da sociedade civil, instituições não-governamentais nacionais e internacionais passaram a contestar fortemente tal concepção, demarcando um campo de posição crítica sobre o referido projeto e ao modelo de desenvolvimento que ele encarna, inscrevendo, assim, uma *arena* de tensões e conflitos, que têm muito a revelar sobre os padrões de desenvolvimento em disputa na sociedade, em particular na Amazônia.

Conforme o *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*, organizado pelos pesquisadores Sônia Magalhães e

Francisco del Moral Hernández (2009), o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) sobre Belo Monte apresentam problemas de diversas ordens. Sobre *os estudos*, esse Painel identifica:

Conforme o *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*⁶, organizado pelos pesquisadores Sônia Magalhães e Francisco del Moral Hernández (2009), o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) sobre Belo Monte apresentam problemas de diversas ordens, como “inconsistência metodológica”; “Subdimensionamento da área diretamente afetada”, “Superdimensionamento da geração de energia; Subdimensionamento do custo social, ambiental e econômico da obra” etc. (Idem, p. 11).

E enfatiza:

O *Painel de Especialistas*, sobretudo, chama atenção para a retórica sobre os impactos na Volta Grande, chamado —Trecho de Vazão Reduzida, que oculta, dentre outros, o fato de que Terras Indígenas – Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande – são “diretamente afetadas” pela obra. E, ademais, grupos Juruna, Arara, Xipaya, Kuruaya e Kayapó, que, imemorial e/ou tradicionalmente, habitam as margens deste trecho do Rio (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 11).

O Painel de Especialistas, ao tratar da “Área Diretamente Afetada”, identifica que um conjunto de agricultores sofrerá com os impactos, tendo “suas terras parcialmente engolidas pela obra”. No entanto, esse grupo social não foi considerado e reconhecido pelo EIA como inserido na área diretamente afetada, desconsiderando, assim, sua condição de “atingido” diretamente. “Conforme o EIA, foi deixado para avaliação posterior” (Idem, 2009, p. 32). Nesse estudo, identifica-se, também, a “Ausência do detalhamento de programas e projetos de mitigação” (Idem, 2009, p. 33).

Sevá Filho (2009, p. 3), que integra o Painel de Especialistas, identifica “uma manobra geográfica e jurídica”. Ao colocar nesses termos, Sevá Filho se contrapõe ao argumento oficial de que somente Belo Monte será construída nessa Bacia do Xingu, assim como questiona a viabilidade do empreendimento, além dos problemas socioambientais que implica. Ao contrapor-se, também, ao discurso da “necessidade de se produzir energia a partir de hidrelétricas, consideradas – erroneamente, aliás - como fontes limpas e renováveis”, ele (2009, p. 4) verifica que “permanece em pleno vigor a ideia única de ‘aproveitamento integral do potencial hidráulico’ do rio Xingu” como “dogma central” do “fundamentalismo barrageiro”. Ele, ainda, defende que a “área alagada não é de 400 e poucos km quadrados, pode ser 516 ou 605 km quadrados” (SEVÁ FILHO, 2009, p. 4).

Uma das principais polêmicas, que cercam Belo Monte, diz respeito à sua *ineficiência energética*, pois sua energia firme (média anual da energia a ser produzida) será inferior a 40% de sua potência, o que torna Belo Monte como um dos empreendimentos hidrelétricos de menor eficiência energética do Brasil. No tocante a isso, Pinto (2011, p. 7), ao analisar o projeto anterior e comparar com as mudanças no projeto atual, adverte para o risco do funcionamento e da sua viabilidade econômica e energética.

⁶ No tocante a esse Painel de Especialistas, segundo esse próprio documento, “Trata-se de estudo crítico realizado por um *Painel de Especialistas* (pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa), com o objetivo de evidenciar para a sociedade as falhas, omissões e lacunas destes estudos e subsidiar um processo de decisão, que se espera seja pautado pelo debate público - sério e democrático” (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 10). Esse estudo partiu de uma demanda de movimentos e organizações da sociedade civil, que protagonizam e lutam contra esses grandes empreendimentos, como Belo Monte e o modelo de desenvolvimento que ele representa.

Diante desse quadro, a decisão normativa do governo federal, através do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de não construir outras hidrelétricas rio acima, revela-se ainda mais frágil e tende à construção de outras hidrelétricas como aponta Sevá Filho (2009) no “novo” inventário do desenho do Complexo Hidrelétrico do Xingu com quatro “eixos” hidrelétricos. Considerando, portanto, essa baixa vazão do rio Xingu durante quatro ou mais meses do ano, que tende a deixar ociosas as turbinas da casa de força principal, é grande a probabilidade em favor da construção dessas “novas” hidrelétricas, depois que Belo Monte se tornar um fato consumado. A construção de “novas hidrelétricas” rio acima, conforme alertam esses estudiosos, vai provocar elevados impactos e riscos sociais e ambientais, destacando-se conflitos com povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas e um aumento acentuado nas emissões de gases de efeito estufa.

Tratando desse processo do ponto de vista jurídico, o Procurador da República no Estado do Pará, Felício Pontes Junior, identifica violações de direitos, em particular dos povos indígenas, posto desconsiderar-se a Constituição Federal e os Tratados Internacionais.

Tão grave quanto a falta da oitiva dos indígenas pelo Congresso é o argumento do governo exposto ao contestar uma das ações promovidas pelo Ministério Público Federal. Diz que não é necessária a oitiva porque nenhuma terra indígena será inundada. É verdade. Na Volta Grande do Xingu não haverá inundação. Haverá quase seca, já que a maior parte do rio vai ser desviado, levando ao desaparecimento de 273 espécies de peixes nos 100 quilômetros que passam em frente às Terras Indígenas Paquiçamba e Arara do Maia (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 1).

Ao analisarem as mudanças recentes no Projeto de AHE Belo Monte, Hurwitz *et al.* (2011, p. 22) argumentam que “após a realização do leilão em abril de 2010, o Consórcio Norte Energia, com a finalidade de baratear custos de construção, alterou o projeto de engenharia de Belo Monte, o que resultou na manutenção de apenas um canal de derivação com 300 a 700m de largura e a retirada do vertedouro complementar”. Hurwitz *et al.* (2011, p. 23) destacam que “não foram realizados estudos complementares sobre as conseqüências e os riscos sociais e ambientais associados a essa alteração do projeto de engenharia”.

Esse modo de conceber o projeto Belo Monte evidencia e reforça o lugar reservado à região amazônica, em particular à Bacia do Xingu, como *fronteira hidrelétrica* (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2011) e como periferia da semiperiferia, haja vista sua inserção como potencial hidrelétrico a ser explorado e como exportadora de energia elétrica para prover “segurança energética”, crescimento econômico e desenvolvimento capitalista ao país e ampliar as condições para as frentes econômicas de *commodity* no mercado mundial.

Ao traçar um estudo sobre a região amazônica nesse “novo” contexto de reposição e intervenção do Estado, em especial na área de energia, Coelho *et al.* (2010, p. 95-100) concebem esses megaempreendimentos como *projetos infra-estruturais potencialmente estruturantes*. Para as referidas pesquisadoras, o crescimento econômico buscado pelo vigente padrão de desenvolvimento do país, com base na produção e alargamento de *commodities* (atividades eletrointensivas, como a produção de alumínio, de aço e de cimento etc.), depende da dinâmica das conjunturas nacionais e internacionais. Contudo, argumentam que “a dinâmica da industrialização”, de acordo com esse padrão de desenvolvimento, “diz mais respeito à atual inserção brasileira no mercado internacional ou a globalização – a qual a produção ampliada de energia encontra-se ajustada – do que por algum ditame de alguma restrição energética”. Nesse sentido, elas

identificam um *hiato* entre o “novo padrão de desenvolvimento”, que vai se estabelecendo, e os “ganhos sociais”.

Na perspectiva assumida pelo *Dossiê Amazônia*, “a Amazônia precisa ser lida a contrapelo dos discursos opacos que querem ver a região como verde ou ligada a potencialidades econômicas que precisam, a todo custo, chegar aos mercados” (CASTRO, 2012a, p. 9). Ao referenciar a economia brasileira, em particular a Amazônia, nesse cenário da crise mundial e do processo de globalização em curso, Castro (2012a, p. 10) chama atenção para o lugar que a produção e incentivo às *commodities* vêm ganhando em relação ao processo de industrialização, apontando como uma de suas implicações a pressão e a busca do controle sobre os territórios e os recursos naturais como “reserva de nichos de mercado”. Castro (2012a, p.12), ao apresenta um “panorama geral de modelos de desenvolvimento”, salienta:

O Estado brasileiro, hoje, adota um planejamento que se fundamenta em uma “visão estratégica” na qual a Amazônia é considerada região central na produção de *commodities* e na integração ao mercado mundial, conforme mostram os projetos e ações governamentais, de médio e curto prazo, para a infraestrutura de transporte, energia e comunicação. O planejamento segue as linhas de demarcação de maneira semelhante ao que ocorreu com a cessão de terras e a liberação da instalação para o Programa Grande Carajás, nos anos 70, no período do Governo Militar (Idem, 2012a, p.12).

Isso revela um processo contraditório de territorialização da dinâmica hegemônica capitalista e colonialista, que reforça, nos termos de Santos (2006), um padrão extrativista neocolonial como marca de uma *lógica de produção monocultural*, colocando em cheque e invisibilizando outros saberes e experiências sociais de sociabilidade, que possam emergir desses povos e grupos sociais subalternos.

Nesse processo de redefinição da fronteira amazônica em face do fenômeno da globalização, a Amazônia brasileira, como se percebe, não pode ser apreendida desconexa dos espaços global e amazônico Sul-Americano ou Pan-Amazônia. Compreender esse recente processo de ocupação e expansão da fronteira amazônica brasileira pela dinâmica hegemônica do capitalismo, com reposição e redefinição do papel do Estado, implica situá-la e relacioná-la *nesse e com esse* espaço geopolítico mais amplo e complexo sul-americano e global, demarcando a particularidade de sua dinâmica capitalista periférica e a permanência colonialista de forma redefinida.

A *Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana* (IIRSA) é um exemplo dessa experiência e política de “integração” da região, que não está dissociada do PAC, posto que ambas iniciativas têm como prioridade a *integração* via investimento massivo em infraestrutura, com foco em transporte, energia e telecomunicação, assentado no forte vínculo entre Estados e Iniciativas Privadas nacionais e transnacionais. Assim, elas se combinam e se articulam em torno do crescimento econômico, da expansão dos corredores de produção de *commodities* e dos mercados nesse contexto de globalização e crise mundial (CASTRO, 2012b).

Em face desse contexto, Castro (2012a, p. 12) adverte que é preciso evidenciar “os conflitos e os processos de dominação existentes, que permanecem sob velhas e novas formas”. Essa é uma relevante chave interpretativa dessa dinâmica hegemônica da região. Acrescentamos, contudo, que é importante, também, identificar as experiências e perspectivas de resistências a esse cenário dominante, a fim de sinalizar processos e caminhos contra-hegemônicos a partir do *Sul e das epistemologias do Sul*, nos termos de Boaventura Santos (2006; 2012a).

2- O MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE: SINAIS DE UMA REDE DE LUTA E RESISTÊNCIA PAN-AMAZÔNICA EM CONSTRUÇÃO

Boaventura de Sousa Santos, ao buscar compreender a sociedade contemporânea, identificando seus processos de globalização hegemônicos e contra-hegemônicos, de dominação e resistência, de conformação da ordem e de construção de alternativas frente a tal ordem, parte do pressuposto de que é preciso renovar a teoria crítica das ciências sociais – construindo um novo paradigma epistemológico – e reinventar a emancipação social – construindo novos projetos sociopolíticos: um Paradigma Prudente Para Uma Vida Descendente a partir do Sul global (SANTOS, 2004a, 2007a).

Ao colocar nesses termos, Santos critica a ciência moderna, sobretudo o paradigma dominante positivista, mas, também, faz profundas críticas a outras tradições do pensamento social, inclusive à marxista. Ao fazê-las, esforça-se em demonstrar, com rigor teórico-metodológico, a emergência de experiências e perspectivas sociais, que historicamente foram excluídas e ocultadas pela Razão Indolente (2001), isto é, invisibilizadas, anulando-se e sufocando-se as possibilidades de construção de resistências e alternativas aos processos de dominação coloniais nas periferias e semiperiferias – Região Sul (SANTOS et al., 2005b; SANTOS, 2006).

É insustentável a situação de, por exemplo, as ciências sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo em função de teorias, de categorias e de metodologias desenvolvidas para lidar com as sociedades modernas do Norte, quando a maioria das sociedades não só apresenta características e dinâmicas históricas diferentes, como tem gerado as suas próprias formas de conhecimento das suas experiências sociais e históricas e produzido contribuições significativas para as ciências sociais, ainda que remetidas para as margens destas (SANTOS et al., 2005b, p. 23).

Como contraponto crítico a esse paradigma hegemônico, ele defende o uso combinado e articulado da *Sociologia das ausências*, da *Sociologia das emergências* e da *Teoria da Tradução*. No tocante à primeira, Santos (2006, p. 120-121) explica que ela busca trazer à tona as *experiências sociais disponíveis* que, historicamente, foram invisibilizadas ou riscadas da história pela razão indolente, alargando, assim, o presente e contraindo o futuro; aumentando e diversificando as experiências sociais no mundo.

Em relação à segunda, ele explica que essa sociologia, ao reconhecer essas experiências sociais, trabalha com a *ordem do possível*, buscando identificar as *expectativas* múltiplas e diversas gestadas por essas experiências sociais, que, também, alarguem o presente e contraiam o futuro – ampliem os horizontes das utopias ou possibilidades outras de contra-hegemonia ao projeto hegemônico capitalista e colonialista vigentes. Essas sociologias se inscrevem como *transgressoras* ou *subversivas* em relação às ciências sociais convencionais hegemônicas.

Para Santos, o enfrentamento, no entanto, às *constelações de opressão* e de *exclusão* não se podem fazer de forma particularista e fragmentada, correndo-se o risco de incorrer ao oposto: particularizar e superficializar a luta. Por isso, ele (2003c, p. 14) defende a *Teoria da Tradução*, que articule intelectual e politicamente, através das *redes de inteligibilidade*, os diversos sujeitos de forma plural, transversal, combinando as várias lutas, as particularidades - *a política das diferenças* - com as questões e desafios estruturais da modernidade: as desigualdades socioeconômicas e políticas, por meio de uma *política da igualdade*. Nesse sentido, o combate, para ele, não se restringe ao

capitalismo, mas também ao colonialismo e ao patriarcalismo. Essa Teoria da Tradução, assim como as Sociologias da Ausência e da Emergência, estão diretamente vinculadas à *Ecologia de Saberes*, para fortalecer os movimentos sociais na construção e condução da globalização contra-hegemônica.

Ao ajudar a trazer à cena “novas” e plurais experiências e perspectivas sociais, por meio da Sociologia das ausências e da Sociologia das emergências, Santos possibilita tanto identificar e visibilizar a emergência de novos atores/atrizes sociais, com suas novas demandas e jeitos de ser, existir e fazer política, quanto ampliar, diversificar e complexificar o campo de visualização e análise da opressão e dominação e das lutas e resistências sociais para além de uma polarização entre classes, centrada, em grande medida, na relação estrutural *capital* versus *trabalho*. O citado autor não desconsidera a luta da classe trabalhadora contra a lógica de opressão e de dominação imposta pelo sistema capitalista, mas chama atenção para a necessidade de se compreender e reconhecer outras dinâmicas, dimensões e “constelações de opressão” e, por conseguinte, outros sujeitos e experiências sociais, para ampliar essa luta em busca de processos contra-hegemônicos e projetos de emancipação plurais (SANTOS *et al.*, 2003b) que reinventem a esfera pública e a democracia no sentido de *alta-intensidade* como contraponto a de *baixa-intensidade* marcada pela democracia liberal (SANTOS, 2003a).

Sob essa perspectiva e ângulo, é possível identificar que essa expansão da *fronteira hidrelétrica* no Brasil, em particular na região amazônica, através desses empreendimentos hidrelétricos, não vem se dando sem contradições e conflitos, sem lutas e resistências a esse modelo. Seguindo esses sinais e as pistas dessas lutas é possível, também, capturar dinâmicas subterrâneas, não hegemônicas, a partir das resistências e lutas de movimentos e organizações sociais, que se dão nesse *brasil profundo* e que ajudam a exprimir outras racionalidades e experiências sociais da Amazônia e do Brasil, que passam ao largo da interpretação hegemônica, posto que por esta são invisibilizadas e deslegitimadas numa correlação de poder estruturalmente assimétrica (SANTOS, 2006; ZHOURI, 2011).

Em decorrência de um conjunto de impactos socioambientais, provocado por esses empreendimentos hidrelétricos, produzem-se perdas materiais e simbólico-culturais. Essas são marcas e sinais da desterritorialização sofrida por povos e comunidades tradicionais e camponesas e por diversos grupos sociais nas cidades, que expressam a violação aos direitos humanos e aos ecossistemas. Como consequência, emergem lutas e resistências sociais plurais, em contextos históricos diferentes no país e na região, protagonizadas por ações coletivas e grupos sociais subalternos, que contestam esses empreendimentos e seu modelo de desenvolvimento e denunciam os graves problemas por eles vividos e enfrentados, inscrevendo, assim, dinâmicas múltiplas nesse campo de conflito socioambiental.

Em face desse quadro de risco de “desperdício de experiências e perspectivas” de representar o mundo e de construí-lo sob outros referenciais não hegemônicos (SANTOS, 2001; 2006), o que as lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) têm a revelar? Que pistas e sinais apontam para uma rede de resistência pan-amazônica? Na *terceira fase* dessa “batalha”⁷ contra

⁷ No tocante às lutas e resistências sociais contra o referido empreendimento, é importante considerá-lo em perspectiva histórica. Um primeiro grande momento dessa “batalha” pode ser expresso em 1989 com o *1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu*, em Altamira, Estado do Pará, que resultou na suspensão e paralisação do Projeto Hidrelétrico Kararaô. Um outro grande momento foi em 2001, quando o projeto já reformulado, novamente, teve sua suspensão e paralisação, por meio de uma Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Federal, que foi acionado por movimentos e organizações sociais da região do Xingu e da Transamazônica. Cabe destacar o papel protagonista aqui do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), que veio a se transformar em Movimento pelo Desenvolvimento da

o Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte um componente novo se impõe, o que vai provocar um forte “racha” e abalo no *campo de resistência*, que vinha se constituindo nessa região do Xingu e da Transamazônica e favorece, decididamente, a aprovação e implementação de Belo Monte⁸.

Anteriormente, o projeto Kararaô e sua nova versão reformulada não estavam na agenda programática nem do PT nem do governo Lula, no início de seu mandato. No tocante à posição tomada pelo PT antes de assumir a presidência da República em 2003, uma liderança religiosa da região do Xingu e da Transamazônica, entrevistada por nós, destaca, em seu relato, que o referido partido e sua liderança nacional, Lula, se colocavam contra o projeto, compondo com os movimentos e organizações sociais da região um forte campo de resistência. Mas, com a chegada de Lula ao poder, o referido entrevistado realça a mudança de posição, gerando, para ele, “a primeira frustração sem tamanho!” (informação verbal)⁹.

Antônia Melo, liderança do Movimento de Mulheres e do MXVPS na região, relata o sentimento de “esperança de mudança” com a ascensão do PT e de Lula à presidência, mas, também, de decepção com a posição assumida em desengavetar o projeto de Belo Monte. Ela denuncia a retomada de grandes projetos para a região amazônica, em especial para o Xingu, associada e balizada por outras frentes econômicas de expansão da fronteira, expressas nos interesses de grandes empreendimentos minero-matelúrgicos do capital internacional. Ademais, salienta a aliança com políticos e grupos de empreiteiras (grupo do PMDB, comandado por Sarney, no controle do Ministério de Minas e Energia), que passam a compor um forte, heterogêneo e conflitante bloco hegemônico em defesa de uma política energética e de um modelo de desenvolvimento, com a retomada do papel do Estado em parceria com o capital privado nacional e transnacional, para a reprodução de acumulação capitalista e de elites políticas, com forte papel de setores e partidos do espectro da esquerda (MELO, 2005, p. 57).

Em Janeiro de 2007, o Governo Federal lança o PAC I, que passa a se constituir como um “divisor de águas” na agenda política estruturante do desenvolvimento do país, em particular para Amazônia, assumindo o AHE Belo Monte seu trunfo estratégico para aumento de sua capacidade de geração de energia e busca da continuidade de seu crescimento econômico. O “fogo” veio da “frente amiga” e a batalha ganha novos contornos e sentidos. Isso revela o “transformismo”, nos termos de Gramsci (2011), pelo qual o PT tem passado. Isso ajuda a compreender, tanto o “racha”, que veio a ocorrer no seio desse campo de lutas coletivas, como o enfraquecimento da resistência a

Transamazônica e do Xingu (MDTX). Um terceiro momento se dá em julho de 2005 com a aprovação do Decreto Legislativo, autorizando os estudos para a implantação do projeto de AHE Belo Monte, sem ouvir os povos indígenas, o que foi visto como um “duro golpe” à Constituição e à Convenção 169 da OIT, e conseqüentemente, aos direitos desses povos pelos movimentos sociais.

⁸ Vale ressaltar que, desde a década de 70 até meados da década de 80, a igreja católica, através das CEBs, se apresentava como a principal agência de mediação na mobilização e organização dos movimentos sociais e sindicais nessa região do Xingu e Transamazônica, a fim de lutar contra a ditadura, as classes e grupos dominantes e de levantar uma bandeira por direitos e justiça social. As CEBs, por meio da *Teologia da Libertação*, contribuíram para construção de um forte campo de resistência nessa região. No final da década de 80 e início de 90, essa dinâmica, mobilização e articulação da sociedade civil passa a ser reconfigurada, sofrendo mudanças, ganhando maior amplitude, complexidade e diversidade com a emergência de novos setores e atores ou agentes sociais e temas, como: as universidades públicas, por meio de seus cientistas/intelectuais públicos ou “orgânicos”; ONGs (nacionais e internacionais) em defesa dos direitos indígenas e socioambientais, partidos políticos de esquerda, refazendo e estabelecendo, no processo democrático, uma nova relação de poder com o Estado, conformando novas configurações de forças sociais e políticas em apoio à luta e resistência de povos e comunidades tradicionais e de movimentos sociais do campo e da cidade. O PT assume papel importante como “intelectual coletivo” para levar a cabo tais demandas sociais e políticas.

⁹ JCXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Belo Monte e, por consequência, do esboço de projeto contra-hegemônico em construção, expondo uma *fragmentação* e forte fratura nesse campo de resistência.

No tocante à posição tomada pelo PT antes de assumir a presidência da República em 2003, uma liderança religiosa da região do Xingu e da Transamazônica, entrevistada por nós, destaca, em seu relato, que o referido partido e sua liderança nacional, Lula, se colocavam contra o projeto, compondo com os movimentos e organizações sociais da região um forte campo e arco de resistência. Mas, com a chegada de Lula ao poder, o referido entrevistado realça a mudança de posição, gerando, para ele, “a primeira frustração sem tamanho!”¹⁰.

Antônia Melo (2005), liderança do Movimento de Mulheres e do MXVPS na região, relata o sentimento de “esperança de mudança” com a ascensão do PT e de Lula à presidência, mas, também, de decepção e frustração com a posição assumida em desengavetar o projeto de Belo Monte. Ela denuncia a retomada de grandes projetos para a região amazônica, em especial para o Xingu, associada e balizada por outras frentes econômicas de expansão da fronteira, expressas nos interesses de grandes empreendimentos minero-matelurgicos do capital internacional. Ademais, salienta a aliança com políticos e grupos de empreiteiras (grupo do PMDB, comandado por Sarney, no controle do Ministério de Minas e Energia), que passam a compor um forte, heterogêneo e conflitante bloco hegemônico em defesa de uma política energética e de um modelo de desenvolvimento, com a retomada do papel do Estado em parceria com o capital privado nacional e transnacional, para a reprodução de acumulação capitalista e de elites políticas, com forte papel de setores e partidos ditos de esquerda.

Acerca desse deslocamento do PT e do governo federal, um ativista do MXVPS, entrevistado por nós, reconhece que isso provocou um “racha” e enfraquecimento desse campo de resistência.

Com a chegada do PT ao poder, houve essa mudança... Cara, eu tenho um vídeo aqui do Airtton Faletto e Zé Geraldo falando absurdos contra Belo Monte. Isso em 1989, lá. Com a chegada do PT ao poder, o discurso mudou completamente e aí toda uma resistência que tinha sido construída na Transamazônica, não toda, mas boa parte, foi por água abaixo (informação verbal)¹¹.

Diante desse quadro de avanço do projeto, um novo ato de resistência e luta contra Belo Monte foi marcado pelo *II Encontro dos Povos Indígenas e dos Movimentos Sociais*, em 2008, denominado *Xingu Vivo*¹². Sobre esse encontro, uma liderança do MXVPS diz em que situação concreta e que condições levaram a sua realização:

Os indígenas, vendo que o governo avançava, que o governo Lula avançava, para implantar Belo Monte no Xingu, os indígenas convidaram, no início de 2008, os movimentos sociais da região, convidaram os agricultores, ribeirinhos, pescadores e os indígenas daqui do médio Xingu, para um grande encontro no modelo do encontro de 89. Eles queriam discutir o que era esse projeto Belo Monte, eles queriam saber porque o governo já estava implantando, e eles não tinham sido ouvidos, não tenham sido consultados, conforme diz a lei, e quanto mais os movimentos sociais! E aí nós trabalhamos articuladamente pra acontecer esse encontro em 2008 (informação verbal)¹³.

¹⁰ JCXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

¹¹ MCV. *Entrevista*. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

¹² Ver o site do MXVPS: <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>.

¹³ DCMXV. *Entrevista*. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Um ativista do Comitê Metropolitano Xingu Vivo (CMXV), ao falar sobre a realização do II encontro e o surgimento desse Movimento Xingu Vivo Para Sempre, destaca seu objetivo e os *adversários*, que dermacam as correlações de poder.

O objetivo final seria: a partir da somatória de forças, ter resultados melhores, visto que a luta contra a construção de Belo Monte é uma luta contra interesses que vêm de governo federal, governo estadual e governos municipais, empresas mineradoras e empreiteiras, políticos poderosos. Então, é uma luta contra poderes muito grandes! Um amigo diz assim: “essa luta contra belo monte é uma luta simplesmente contra o capital”. Então, essa luta contra o capital é uma luta que requer muita luta e unidade, inclusive. Essa é uma concepção que faz com que essas organizações se juntem naquele momento (informação verbal)¹⁴.

Em relação ao MXVPS, ele é concebido como um “fórum de discussão e ação”, que congrega mais de 250 organizações, segundo Monteiro (2012), uma de suas lideranças. Diferente do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, em que o próprio título evidencia o protagonismo eminentemente indígena, contando com o apoio dos movimentos e organizações da região, o II Encontro alarga e combina uma articulação entre *Povos Indígenas e Movimentos Sociais*, sendo possível verificar um *protagonismo plural*, que reflete uma *aliança socioambiental e intercultural* em construção e, também, uma rede de solidariedade nacional e internacional de apoio. Isso sugere perceber, nos termos de Boaventura Santos (2006; 2007b), um movimento socioambiental e intercultural de resistência ativa emergindo do *Sul* e protagonizado pelos *sujeitos do Sul* com a sua própria gramática amazônica expressa na defesa do “Xingu Vivo”, como contraponto à sua morte, simbolizada por Belo Monte (ou “Belo Monstro”, palavra de ordem cunhada pelo MXVPS)¹⁵, e ao modelo de desenvolvimento que ele expressa.

Ao falar sobre “as formas de atuação” do MXVPS, uma liderança do MXVPS, entrevistado por nós, destaca as suas “frentes de ação”: a *Frente jurídica* atua identificando as ilegalidades da obra, assumindo importante papel a Sociedade em Defesa dos Direitos Humanos no Pará. Além dessa entidade, essa frente conta com a parceria do Ministério Público Federal e outras entidades internacionais em defesa dos direitos humanos; a *Frente científica*, atua analisando tecnicamente o projeto (EIA-Rima) de Belo Monte e tem como principal parceiro o “Painel de Especialistas”; a *Frente de comunicação* atua divulgando o que ocorre em relação a Belo Monte, por meio do *site* do MXVPS, do *blog* do CMXV, das redes sociais e de seus jornalistas; e a *Frente política* faz o trabalho de base, ajudando na mobilização e organização da luta contra Belo Monte. Esse mesmo ativista argumenta que tais frentes se articulam em uma agenda comum (informação verbal)¹⁶. Conforme essas informações, é apresentado um quadro da composição, estrutura e organização do MXVPS.

Nesses termos, com a apresentação das *frentes* do MXVPS, é possível se identificar uma ação de *resistência ativa*, que combina e articula tanto diferentes agentes e agências sociais, quanto diferentes dimensões e escalas da sociedade, revelando uma *práxis* política contra-hegemônica, que desenrola sua trama em diversas arenas ou campos de disputa em torno de Belo Monte, para problematizar o presente modelo de desenvolvimento e de sociedade. Nesse processo, o diálogo entre o MXVPS e a rede de agentes tem dado sinais de uma maior visibilização e reconfiguração do conflito, abarcando novos atores e territórios, reescrevendo a relação entre poder e saber, a luta

¹⁴ Idem.

¹⁵ Dentre as várias palavras de ordem cunhadas pelo MXVPS a esse empreendimento, está “Belo Monte de Violência”.

¹⁶ DCMXV. *Entrevista*. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

política e a luta epistemológica, com vistas a manifestar e potencializar o debate público e a participação coletiva nos rumos da agenda da região, do Brasil e da Pan-Amazônia.

Essa dinâmica, todavia, tem se deparado e se confrontado com um forte contramovimento de esvaziamento do espaço público e diluição do dissenso, dificultando, assim, um debate aberto e participativo desses diversos atores nas questões centrais do país. Ao falar sobre o momento de “virada” no processo de luta e resistência contra Belo Monte, em que a “unidade” do MXVPS é, profundamente, abalada, um ativista do movimento, entrevistado por nós, relata:

Em 22 de junho de 2010, o presidente Lula esteve em Altamira e chamou os militantes do Partido dos Trabalhadores, dizendo que “Quem é do PT não fala contra Belo Monte”. Então, todo mundo que era do PT ou que tinha vínculo com o PT e que estava na luta contra Belo Monte, teve que fazer uma opção: ou continuava falando contra Belo Monte, e saía do PT, ou ficava no PT, e parava de falar contra a hidrelétrica de Belo Monte. E muita gente optou por ficar com o PT e calar a voz contra Belo Monte e muita gente da FVPP [Fundação Viver Produzir e Preservar] fez essa opção. Inclusive, o Movimento Xingu Vivo foi convidado a se retirar de dentro da Fundação e foi acolhido pela Prelazia do Xingu, onde está hoje. (...) Esse foi um duro impacto para o Movimento Xingu Vivo! Até hoje, o movimento não conseguiu se recuperar totalmente dessa situação, porque naquele momento, ele [o MXVPS] tinha uma estrutura definida, uma quantidade de ativistas maior ainda do que tem, não que não tenha agora, mas houve uma quebra no número de ativistas, teve que procurar um novo espaço pra poder desenvolver suas atividades (informação verbal)¹⁷.

Um dos outros “golpes” considerados centrais para promover o “racha” e o conseqüente enfraquecimento da resistência contra Belo Monte foi a “cooptação” de lideranças indígenas da região da Volta Grande do Xingu, segundo vários depoimentos, através de repasse de dinheiro e outras coisas mais, como: cestas básicas, carros, voadeiras etc¹⁸. No tocante a isso, uma liderança religiosa da região, em entrevista a nós, diz que esse processo vem se dando em razão de, historicamente, esses povos estarem à margem do Estado, vivendo em condições precárias sociais e econômicas. Além disso, ele argumenta que dadas etnias já perderam, em grande medida, suas tradições e costumes, favorecendo ainda mais o convencimento e a cooptação para a aceitação de dinheiro e outras benesses, com o fim de passarem a defender o empreendimento de Belo Monte. Ele identifica a reintrodução do processo de “auricídio” com Belo Monte (informação verbal)¹⁹. Essa liderança religiosa cita algumas etnias dessa região que cederam ao empreendimento e um protesto dos Juruna que foi, rapidamente, acabado e desmontado com o repasse de dinheiro, “compra”, pela Norte Energia (informação verbal)²⁰.

Ele identifica uma “diferença” grande entre esses povos indígenas da Volta Grande do Xingu e os Kayapó (do Alto Xingu) e os Munduruku (da bacia do rio Tapajós). Em relação aos primeiros, ele argumenta que a sua tradição já se perdeu bastante e sua pauta prioritária é econômica (relação de

¹⁷ DCMXV. Entrevista. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

¹⁸ Conforme a Norte Energia (2011, p. 2), o *Plano Emergencial* se origina do *Componente Indígena* do processo de licenciamento ambiental do AHE de Belo Monte. Em razão da não prontificação e execução do *Plano Básico Ambiental* (PBA), a FUNAI propôs esse Plano Emergencial até o PBA ficar pronto. A FUNAI ficou responsável por orientar e acompanhar todo seu processo de implementação, para minimizar os impactos sobre as comunidades indígenas com a aprovação da Licença Prévia (LP). Contudo, esse tem sido um grande ponto de crítica a Belo Monte e uma das razões de ajuizamento de ACP pelo MPF, haja vista o não cumprimento de tais condicionantes e compensações para amenizar os devidos impactos socioambientais. Os recentes protestos de diversos grupos indígenas, recentemente (no primeiro semestre de 2014 e 2015), revela bem isso.

¹⁹ JCXT. Entrevista. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

²⁰ Idem.

troca), para os outros dois povos (Kayapó e Munduruku) a pauta é política, é a defesa de seus direitos, territórios, tradições e costumes, da conservação do meio ambiente (informação verbal)²¹.

Com esse processo de “cooptação” desses povos indígenas e de outras lideranças, o campo de disputas pelas *condicionantes* passa a tomar mais força e mobilizar um conjunto diverso de agentes e imprimir sentidos, por conseguinte, diversos em torno dessa disputa pelos recursos. Esse foi um instrumento de cooptação e enfraquecimento do campo de resistência contra Belo Monte fundamental, pois deslocou o conflito, em grande medida, para o terreno das *compensações* e do imediatismo, sedimentando ainda mais a tensão entre os diversos grupos indígenas e não-indígenas que disputam esses recursos, arrefecendo a luta contra Belo Monte e, conseqüentemente, enfraquecendo o MXVPS que insiste na defesa contra o empreendimento e seu modelo de desenvolvimento.

Henchen e Magalhães (2012) identificam que, a partir de 2010, a intervenção governamental para a construção do empreendimento de AHE Belo Monte redefine a lógica do *processo de ambientalização*, fragilizando esse campo. Mesmo sendo esse um processo recente, eles defendem que “é possível já observar a construção de outras alianças, a proposição de outras demandas, todos, porém, aparentemente contrários ou ameaçadores à ambientalização recentemente construída” (HENCHEN; MAGALHÃES, 2012, p. 2)²².

Nesse caso, com a retirada de cena de grande parte desses povos indígenas da Volta Grande, a ocupação dos canteiros de Belo Monte passa a ser protagonizada, em grande medida, pelos Munduruku, do território do Tapajós. Esse é outro sinal importante da fratura e fragilização dessa resistência contra Belo Monte, mas, também, indica uma possibilidade de recomposição de forças com os povos do rio Tapajós, que estão defendendo o “Tapajós Vivo”, como exemplo de aprendizado com o Xingu Vivo e o “Madeira Vivo”. Nessa tentativa de reconstrução da “unidade” e fortalecimento da resistência, foi realizado o Encontro *Xingu + 23*, que, na sua Declaração Final, fez-se uma conclamação mundial:

Nós, os participantes e apoiadores do Xingu +23, conclamamos o país e todos os representantes dos países que estarão na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio + 20 – a olhar para a Amazônia e evitar o crime cometido no coração da região pelo governo brasileiro com a hidrelétrica de Belo Monte. E afirma que, após 23 anos de resistência contra o barramento do Xingu, não haverá esmorecimento nem trégua na luta pela vida do rio e pelos direitos de seus povos (Declaração Final – Xingu + 23, 2012).

Outra ocupação ocorreu, no início de maio de 2013, no canteiro principal, Sítio Belo Monte, o maior canteiro dos quatro abertos para as obras do AHE Belo Monte, no município de Vitória do Xingu, a 50 km de Altamira. Aproximadamente, 200 indígenas dos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires, ameaçados pela construção de usinas hidrelétricas, ocuparam esse canteiro. Dentre esses povos indígenas estavam: Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã e Arara, além de pescadores e ribeirinhos da Volta Grande do Xingu. Essa ocupação levou a paralisação dos trabalhos

²¹ Idem. Aqui, é importante ressaltar que cada etnia indígena da Volta Grande do Xingu não apresenta um posicionamento homogêneo em relação a Belo Monte, ainda que grandes grupos e caciques desses povos defendam o empreendimento. Por exemplo, a Jilma Xipaya, liderança de um pequeno grupo indígena Xipaya não é a favor de Belo Monte, mas a índia Maria Augusta, que representa grande parte dessa etnia defende o empreendimento. Outro exemplo é a liderança Sheila Juruna, que não defende o empreendimento, mas grande parte de seu povo defende. Portanto, é importante, também, considerar que há posicionamentos contrários e conflitantes entre esses grupos da Volta Grande.

²² Consultar também Henchen (2012).

no canteiro. É importante destacar que os Munduruku passaram a liderar e protagonizar essa luta, ajudando a contar um novo capítulo da história de resistência desses povos da Amazônia contra esses grandes empreendimentos hidrelétricos, agora, além de Belo Monte, passavam a ganhar visibilidade as lutas contra os demais grandes projetos presentes no PAC para os rios Tapajós e Teles Pires. Na *Carta da ocupação de Belo Monte*, dizem:

Nós somos a gente que vive nos rios em que vocês querem construir barragens. Nós somos Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, pescadores e ribeirinhos. Nós somos da Amazônia e queremos ela em pé. Nós somos brasileiros. O rio é nosso supermercado. Nossos antepassados são mais antigos que Jesus Cristo. Vocês estão apontando armas na nossa cabeça. Vocês sitiaram nossos territórios com soldados e caminhões de guerra. Vocês fazem o peixe desaparecer. Vocês roubam os ossos dos antigos que estão enterrados na nossa terra. Vocês fazem isso porque tem medo de nos ouvir. De ouvir que não queremos barragem. De entender porque não queremos barragem (CARTA..., 2013).

É relevante, assim, destacar as tensões e conflitos que vêm se intensificando por movimentos sociais e populações tradicionais e camponesas que não aceitam negociar as condicionantes e lutam pela reafirmação de seus direitos e reconhecimento de seus territórios e modos de vida, inscrevendo disputas por padrões e processos de desenvolvimento e de sociabilidade. Isso tem se estendido e se intensificado para além de Belo Monte, haja vista o processo em curso de licenciamento para exploração mineral (ouro) no “sequeiro” da Volta Grande do Xingu pela empresa cadense *Belo Sun*. Isso demonstra e evidencia a íntima relação entre essas frentes de “espoliação” e exploração para expansão da fronteira amazônica sob a dinâmica hegemônica de territorialização moderno-colonial.

Como outro aspecto importante dessa luta e resistência, o MXVPS exprime uma práxis ecológica e socioespacial diferente, que está em construção, apontando que, para enfrentar a hegemonia do capitalismo e colonialismo hoje, essa luta e resistência devem se construir de forma articulada e em rede, em várias dimensões e várias escalas. Isso implica construir um novo jeito de pensar a contra-hegemonia e reinventar a política. Um exemplo disso, relatado por uma liderança do MXVPS, em entrevista a nós, é a “*Aliança dos quatro rios*”: Xingu, Tapajós, Teles Pires e Madeira, em nível de região amazônica brasileira.

Saindo um pouco daqui, é exatamente isso [aliança entre diversos povos e movimentos sociais]. O Movimento Xingu Vivo é um Fórum, uma rede de organizações, de pessoas, de entidades, de grupos. Um movimento que é sim essa rede articulada e que se articula e tudo. Juntamente pra expressar esse fortalecimento dessas lutas, tanto nosso, daqui do Xingu e da região da Transamazônica, quanto de outras regiões, nós estamos nos articulando na “Aliança dos Rios”. Primeiramente, é a “Aliança dos quatro rios”, que era: Xingu, Tapajós, Teles Pires e Madeira (informação verbal)²³.

Além desse campo mais local e regional, é importante não perder de vista isso em escala mais ampla e relacional, como a Pan-Amazônia, que expressa suas particularidades, mas, também, sinais de *unidade na diversidade* de resistência contra-hegemônica. Esses sinais e pistas evidenciam, portanto, que a *história está em aberto*, marcada sob forte contradição, tensão e conflito. Nesse caso, o MXVPS se coloca num campo de resistência, defendendo uma posição de *alternativa de desenvolvimento*, mas não *ao* desenvolvimento em si, embora já se encontrem pistas iniciais em seu

²³ MGXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

repertório em defesa de uma agenda do “*Bem Viver*”, de forma articulada com outros movimentos e organizações de países da Pan-Amazônia. Sobre isso, um ativista do MXVPS relata e destaca:

(...) Dei exemplo nessa questão do “*Bem Viver*”. É uma forma totalmente diferente de proposta, de relação entre seres humanos e recursos naturais, a natureza, o meio onde eles estão inseridos. Hoje, eles seriam projetos alternativos, mas que eles podem avançar pra projetos que não sejam só alternativa a esse modelo de desenvolvimento, mas que ele possa suplantar esse modelo. Isso pra algum tempo ainda longo, longe, distante. Esse projeto [do *Bem Viver*] ainda não tem força pra disputar com o modelo liberal, ainda que ele apresente caminhos de contra-hegemonia inicial. Então, que ainda está se construindo, que ainda está se fortalecendo e que tem experiência tanto na Amazônia Peruana quanto Equatoriana, mas, também, na Amazônia brasileira, a partir de focos de pequenas experiências, de pequenos frutos que vão sendo desenvolvidos nessas relações, nesses encontros entre atores tão diversificados, tão diferentes com propostas e peculiaridades, mas que dialogam e tem construído alguma coisa. (...) Então, assim, eu vejo que existem luzes, porque existem as lutas. E se existem as luzes, existe o caminho iluminado pelas lutas” (informação verbal)²⁴.

Nesse campo de resistência, o que se identifica é que estão demarcadas posições e concepções diferentes e conflitantes quanto à organização e atuação diante do problema em pauta e da construção de alternativas, pondo como desafio a construção de um diálogo e unidade na diferença e no conflito, através de uma “rede de inteligibilidade”, para reconstruir uma agenda coletiva e reposicionar esse campo de resistência contra-hegemônico para além do local, regional e nacional. Nesse sentido, o MXVPS tem o desafio de expandir sua luta e resistência e fortalecer e ampliar essas redes de resistência que vem construindo, por meio do que Santos sugere como uma “rede de inteligibilidade”, a fim de visibilizar e ampliar experiências sociais contra-hegemônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse processo de *desfiguração* do campo de resistência, é perceptível, portanto, uma fratura da sociedade civil e de sua relação com a sociedade política, fragilizando a aliança que historicamente deu sustentação ao campo democrático e popular, levando a um fortalecimento do campo da “sociedade civil incivil”, que implica o domínio hegemônico do Estado pelo e para os interesses privados, esmaecendo a esfera pública, o espaço público do debate e da crítica e da busca de alternativas. Se esse contexto não significa o momento derradeiro da instituição político-partidária tradicional, posto a sua importância para o processo de democratização da sociedade, contudo, a política, em particular o partido, é interpelada a se “reinventar”, assim como a sociedade civil, para se “democratizar a democracia” e se construir novos processos de hegemonia e emancipação social (SANTOS, 2003a; 2012e).

Nesse processo de destruição e reconstrução de identidade coletiva e de resistência, o MXVPS busca inscrever um novo momento de sua resistência e construção identitária, a fim de reinventar o seu caminho, que não exclui os partidos políticos, mas parece que estes não assumem mais o lugar da “vanguarda”, passando apenas a compor um lugar no “grande chapéu” do MXVPS como um ator social em um conjunto mais amplo e plural. Os movimentos e organizações sociais populares emitem sinais para uma recomposição da luta e da sociedade civil, protagonizada por

²⁴ DCMXV. *Entrevista*. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

uma pluralidade de atores sociais, com o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais e camponesas em parceria com uma rede nacional e internacional. Isso implica dizer que o partido vem perdendo o lugar de centralidade, com a emergência desses novos sujeitos e temas e, com isso, recoloca-se o debate da hegemonia.

Hegemonia é um consenso. É um consenso a volta do qual se podem juntar grupos sociais distintos, mas que acreditam que é para a bem deles que se partilhem determinadas idéias. Nas condições em que a gente vive, a hegemonia só pode ser por agora uma contra-hegemonia. Nós estamos ainda na contracorrente. O neoliberalismo não está derrotado, ao contrário do que prevêem outros por aqui e, portanto, a nossa hegemonia é por enquanto uma contra-hegemonia, é um novo consenso mais difícil de estabelecer do que os consensos de que falava Gramsci, porque, obviamente, para ele, o consenso era estabelecido pelo movimento operário e nada mais. Hoje o movimento operário, tão preciso, tão fundamental e tão presente nesse Fórum nas suas múltiplas representações, sabe que, hoje, partilha essa agenda, partilha esse consenso com outras organizações, com outros movimentos (SANTOS, 2010)²⁵.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Balanço do PAC II (Maio/Agosto 2013). Brasília: Ministério do Planejamento, 2014. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/c10686f8e8b91f0143eb5e80afea7985.pdf>http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/PAC2/131017_PAC_8_web.pdf. Acesso em: 15 mai. 2014.
- _____. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II: 2011-2014). Brasília: Ministério do Planejamento, 2012a. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em: 27 jun. 2011.
- _____. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II: 2011-2014). Brasília: Ministério do Planejamento, 2012b. Disponível em: file:///C:/Users/Sergio/Downloads/PAC_2_-_Relat%C3%B3rio_do_lan%C3%A7amento_-_mar%C3%A7o_2010_-__.pdf. Acesso em: 15 mai. 2014.
- _____. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): balanço 4 anos (2007-2010). Brasília: Ministério do Planejamento, 2010a. Disponível: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/Pac_1_4.pdf. Acesso em: 15 mai. 2014.
- _____. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I: 2007-2010). Brasília: Ministério do Planejamento, 2007. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos/parte-1/view>. Acesso em: 27 jun. 2011.
- CASTRO, Edna. (Introdução). Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. **Dossiê Amazônia**. Caderno CRH, v. 25, n. 64, Salvador: Ed. UFBA, jan./abr. 2012a.
- _____. Expansão da fronteira, megaprojetos de Infraestrutura e integração sul-americana. **Dossiê Amazônia**. Caderno CRH, v. 25, n. 64, Salvador: Ed. UFBA, jan./abr. 2012b.
- COELHO, Maria C. N. *et al.* Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. Belém-PA. **Novos Cadernos NAEA**. v. 13, n. 2, p. 83-102, dez. 2010.

²⁵ Palestra proferida no FSM, em 2010 em Porto Alegre-RS, durante a mesa de debates: "Para uma nova hegemonia". Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=dSICBfnQ9C8>. Acesso a 13 fev. 2013.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do Outro (a origem do “mito da modernidade”)**. Trad. Jaime A. Claesen. Petrópolis: Vozes, 1993.

EMPRESA DE PESQUISA Energética (EPE). PDE 2021. Informe à Imprensa, 2012. Disponível em: http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20120926_1.pdf. Acesso em: 16 mai. 2014.

_____. Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2011. Disponível em: http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/noticias/2011/RELATxRIO_PDE_2020.pdf. Acesso em: 16 mai. 2014.

_____. Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Fatos e dados. Ministério de Minas e Energia/Empresa de Pesquisa Energética. Fevereiro – 2011. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/leiloes/Documents/Leil%C3%A3o%20Belo%20Monte/Belo%20Monte%20-%20Fatos%20e%20Dados%20-%20POR.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, v.3: **Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HENCHEN, Mário José. **Processo de ambientalização da ação pública no território Xingu: as estratégias dos mediadores camponeses**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2012.

HENCHEN, Mário José; MAGALHÃES, Sônia. Ambientalização da ação pública no território Xingu: a estratégia dos mediadores camponeses. Comunicação apresentada no XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e pré-alias Brasil. 04 a 07 de setembro de 2012, UFPI - Teresina – PI. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT28-31.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2014.

HURWITZ, Zachary *et al.* **Mega-Projeto, Mega-Riscos**. São Paulo: Amigos da Terra/ Amazônia Brasileira/ International Rivers, 2011.

MAGALHÃES, Sônia; HERNÁNDEZ, Francisco. Ciência, Cientistas, Democracia Desfigurada e Licenciamento Ambiental sob Constrangimento. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

_____. **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**, 2009.

MELO, Antonia. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. (Org.). **Tenotã-Mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

MONTEIRO, Dion. (Entrevista). Opinião Socialista. Disponível em: <http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011/04/opinio-dion-monteiro-belo-monte-e.html>. Acesso em: 9 jun. 2012.

PINTO, Lúcio F. Belo Monte confirma a energia da colônia. **Jornal Pessoal: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto**. Ano XXIV. Nº491. 2ª quinzena de Junho, 2011.

PONTES JUNIOR, Belo monte: até quando será preciso alertar que o Rei está nu?” (15/04/11). Disponível em: <http://belomontedeviolencias.blogspot.com/search/label/outros%20artigos>. Consulta em 01/02/2012.

SANTOS, Boaventura. (Aula): “Desenvolvimento ou Autodeterminação?” (05/2012a). Seminários Avançados: Globalizações Alternativas e a Reinvenção da Emancipação Social. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5bWzG-c8bNQ>. Acesso em: 13 mai. 2014.

_____. (Aula): “Direitos humanos ou democratizar a democracia?” (06/2012b). Seminários Avançados: Globalizações Alternativas e a Reinvenção da Emancipação Social. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=11G8gdbOY34>. Acesso em: 13 mai. 2014.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007a.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Caderno Novos Estudos**, n. 79, 2007b.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *et al.* (Introdução): Para ampliar o cânone da produção. In: Santos, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalistas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. *et al.* (Introdução): Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. (Introdução). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para Uma Vida Descente. Um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. (Introdução): Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. *et al.* Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

_____. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.2, Jul/Dez, 2003c. p.5-23.

_____. **A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. **BELO MONTE de mentiras: Trinta anos de manobras estranhas, omissão de informações cruciais e algumas mentiras grossas**. Disponível no site do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, 2009.

_____. (Org.). **Tenotã-Mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

SICSÚ, João *et al.* Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de economia política**. v. 4, n. 27, 2007.

TOLMASQUIM, Mauricio. Belo Monte não sairia do papel sem governo. 27 de julho de 2010. Reuters/Brasil Online. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/07/27/tolmasquim-belo-monte-nao-sairia-do-papel-sem-governo-917252267.asp>. Acesso em: 13 mai. 2014.

ZHOURI, Andréa. Introdução. **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. In: ZHOURI, Andréa (Org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.



GRUPO DE TRABALHO III

Grandes projetos hidrelétricos e minerais na América Latina

Coordenadores:

Profa. Dra. Sonia Magalhaes

Prof. Dr. Eunapio Dutra do Carmo

Prof. Dr. Luis Fernando Novoa Garzon

Doutoranda Sabrina Nascimento.

Ementa – Este GT se propõe discutir concepções predominantes na Pan-Amazônia, com extensão para demais países da América Latina, no que tange ao planejamento, implantação e operacionalização de grandes projetos hidrelétricos e de mineração. Interessa reunir trabalhos que revelem problemas e conflitos sociais, políticos, ambientais e econômicos relacionados às grandes obras, mobilidade do trabalho, do capital, conflitos entre esferas de poder, violência institucional e social, flexibilização de dispositivos legais e de direitos do cidadão.

RECOMPOSIÇÃO TERRITORIAL EM JURUTI VELHO: ESTUDO SOBRE CONFRONTOS, RESISTÊNCIAS ENTRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O EMPREENDIMENTO MINERADOR/ALCOA

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda¹

RESUMO

Trata-se do processo de articulação e mobilização no município de Juruti Velho no Baixo Amazonas, para o reconhecimento e intitulação de comunidades tradicionais. Como resultante deste processo formou-se a Associação de Comunidades de Juruti Velho (ACORJUVE), responsável pela administração e gestão de 1,5 dos *royalties* negociados junto a *Aluminum Company of America* (ALCOA), firmou-se um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de *caráter perpétuo*. Observou-se que o Projeto de mina de bauxita em Juruti, provocou um novo processo de recomposição territorial que de início movimentou o modo de vida das comunidades da região que antes se legitimava no *pixirum*. A compreensão deste processo de recomposição territorial sinaliza como uma experiência singular refletidas e debatidas por duas teses defendidas consecutivamente em 2012 e 2014. A 1ª com base na exploração da bauxita no local causando conflitos sociais e ambientais e a segunda com o mesmo pressuposto, no entanto, considerando as ações coletivas em torno das negociações de 1,5 dos *royalties* junto à mineradora ALCOA. Para compreender este processo de recomposição territorial utilizou-se as categorias de análise desenvolvidas pela sociologia da ação pública, tais como: atores sociais, ação coletiva, ação pública; e outras vindouras de disciplinas como a geografia; território e suas derivações territorialidade, desterritorialização.

Palavras chave: Território da ação local. Recomposição territorial. Ação pública.

1 INTRODUÇÃO

Sente-se cada dia mais ativo o debate acerca da posição em que se colocam profissionais que tem como interesse o estudo sobre o território ou, de um modo mais genérico, sobre a organização do espaço em que vivemos. Diversas disciplinas acadêmicas, como a História, a Sociologia, a Antropologia se ocupam da noção de território com questões equivalentes às guerras, conflitos, latifúndios, e tensões religiosas, ou seja, questões fundamentais para análises complementares e interdisciplinares sobre o território. No entanto, herdamos da geografia as noções mais pertinentes, porém não exclusivas sobre o lugar, o espaço, o território, que percorreu um caminho muito longo que “nos interliga do individual ao universal” Milton Santos (1994) ou da particularidade reforçada

¹Graduada em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia (UFPA), Especialista em Estudos Culturais na Amazônia (UFPA), Mestrado em Ciências da Religião (UEPA). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Linha de Pesquisa: Ações coletiva e pública, território e ambiente. Área Sociologia. Membro do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais Cidadania e Educação na Amazônia (GMSECA/UEPA). Membro do Corpo Editorial da Revista Terceira Margem Amazônia (RTMA). E-mail taniamiranda18@yahoo.com.br

pela globalização como sinaliza Theotônio dos Santos e Teisserenc (1994; 2011) se configurando em novas realidades do território. Enfatiza-se, portanto, o marco político jurídico do território o Estado - Nação, derivado do conhecimento e da conquista do mundo, desde o estado moderno e o Século das Luzes até a era da valorização dos recursos naturais que na atualidade é a situação chave para o chamado “desenvolvimento” (SANTOS, 1994) do território quando se fala de Brasil e América Latina”.

As novas construções sobre o território e suas derivações debatidas a partir de outras disciplinas criou horizontalidades e verticalidades nos quais são colocados como objeto de interesse deste trabalho em particular a composição de ações humanas em lugares específicos que se faz necessário utilizar categorias de análises vindouras da geografia tal como o “território usado” definido por Santos (1994, p.16); a vivência e conflitos no lugar assim como o caráter organizacional da ação pública no território analisado pela sociologia da ação pública como o “território da ação local” (TEISSERENC, 2014) e ainda a questão do reconhecimento dos saberes nativos ou do saber local (GEERTZ, 1998) entre outras apresentadas nas discussões em textos diversos.

Assenta-se que o ‘território da ação local’ representa um aspecto forte e interessante em Juruti Velho no Baixo-Amazonas, local reservado para a pesquisa de campo em cumprimento a proposta apresentada ao doutorado. Juruti Velho apresenta no contexto atual conflitos ambientais, sociais, políticos e econômicos em razão da regularização fundiária dos Projetos Agroextrativistas (PAE) na Vila Muirapinima (Juruti Velho) antiga aldeia dos índios Munduruku, com origem na Redução Jesuítica iniciada em 1818 pelo Pe. Antonio Manoel Sanches beneficiando 45 comunidades.

A presença histórica da Igreja Católica por meio das Irmãs de Maristela em Juruti Velho, organizando e trabalhando a educação popular, pastorais sociais, comunidades eclesiais de base por mais de 40 anos na Vila Muirapinima, resultou em singular experiência das associações comunitárias de todas as comunidades da região criando a Associação Comunitária Juruti Velho (ACORJUVE) responsável pela gestão e administração de 1,5 dos *royalties* negociados junto a *Aluminum Company of America* (ALCOA).

Os “processos de ação local” foram concebidos por meio dos quais os determinantes políticos e econômicos, de um lado, e os atores individuais ou coletivos, definidos cultural e socialmente, por outro, foram capazes de desenvolver estratégias de ação que, efetivamente, tiveram repercussões palpáveis sobre o desenrolar de determinada “ação pública” (LASCOURMES & LE GALÈS, 2012) para o desenvolvimento do território em Juruti Velho.

Desenvolvimento com ideologias e concepções no discurso prevalecente de sustentável, pois se considerou a tradicionalidade dos povos, a convivência entre esses povos e a grande mineradora com diálogos permanentes, trouxe emprego, trabalho e renda a população local; a promessa contratual de reflorestamento da área explorada em 17 ou 20 anos; a concessão do uso da terra de caráter perpetuo, e a administração dos 1,5 dos *royalties*. da lavra produzida pela mineradora. Disposto dessa maneira e relacionando com outras experiências dos grandes projetos na Amazônia, pode-se dizer que é uma grande conquista para as comunidades praticamente invisíveis para a grande mídia.

Portanto, em nosso entendimento é que o PAE Juruti Velho é a expressão do território da ação local, em que se configura em novas dinâmicas de governança, poder, novos atores em função de produção conjunta, pois a PAE Juruti Velho se compõe de inúmeras ações públicas realizada pela ACORJUVE, Prefeitura, ALCOA, INCRA, ITERPA. Partindo deste contexto político religioso com

aspectos sociais e econômicos nos interessa saber na atualidade em como as populações tradicionais em assentamentos extrativistas em Juruti Velho integram um processo de recomposição territorial, como se confrontam, negociam, flexibilizam direitos, resistem frente aos interesses de grupos existentes no local.

2 JURUTI² VELHO: UMA LEITURA INTERDISCIPLINAR SOBRE O TERRITÓRIO.

A principal literatura sobre território são pertinentes da geografia e, encontramos praticamente em todos os autores citados neste artigo a menção direta ou indiretamente a ideia relevante da “relação de poder” (RASFFESTIN,1980; SANTOS, 1994; ANDRADE, 1994; SILVEIRA 1994 SOUZA LOPES 2001; RODRIGUES 2010, SILVEIRA,2011), são como a caracterização do território. A ideia de poder é também um ‘mecanismos de controle e dominação’ fundamental para caracterizar o território. Além de o mesmo assentar o ‘caráter político administrativo do território’ tratando-o como ‘espaço físico de uma nação’ que projeta o trabalho humano como meta essencial para o seu desenvolvimento.

No campo acadêmico se faz necessário chamar atenção para o papel das ciências sociais e de seu valor epistemológico em analisar o ser e as dinâmicas das sociedades, e no compartilhamento com outras ciências, particularmente para compor o quadro interdisciplinar e de suas respectivas ações sobre a ‘relação homem e natureza’, ‘o domínio da natureza em direção à cultura’, ‘a linguagem, o simbolismo, a arte, a religião a tecnologia’ como analisa Ingold (2006) e as revoluções humanas e conseqüentemente da sociedade. Neste aspecto, de transformações assenta-se nas análises de Shallins (1974; 1983; 2004) em dizer da diluição do lazer e do trabalho no sistema capitalista, além das causas da miséria; por outro lado Santos (1994; 2000;) e Lascolmes e Lé Galles (2010); Touraine (2007); Teisserenc (2011) e Shallins (2004) sinalizam sobre os efeitos do capitalismo e sucessivamente o da globalização pela transformação no modo de produção da ação pública e pelas exigências ambientais.

Na Serie Antropologia – Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade, Paul E. Little (2002) analisa o território, e suas derivações territorialidade e desterritorialização destacando as diferenças quanto ao espaço e lugar. O espaço pode ser definido como “abstrato e genérico e o lugar concreto e abstrato”. (LITTLE, 2002, p.10). A identificação dos lugares sagrados por um grupo determinado representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado. (LITTLE, 2002, p.10 apud DELÓRIA, 1994). A noção de lugar também se expressa em valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos do seu ambiente.

Nas interpretações sobre o território, a Sociologia da ação pública o concebe enquanto categoria de análise e seus produtos emergem de “ações públicas locais, cuja vivência leva “à produção de novos territórios; de territórios que se definem em função de sua capacidade de responder aos efeitos da globalização e dos desafios ambientais”. (TEISSERENC & TEISSERENC, 2014, p. 98). Esse olhar permite entender “a ação local como conceito que qualifica a noção de território, justificando uma nova categoria sociológica: ‘o território de ação local’”. Depreende-se este último não apenas como uma evolução da análise sobre o fazer dos sujeitos ou a emergência

² Juruti é o topônimo de origem tupi, por corrupção Yuru-ty, significa: “o colo firme, o pescoço teso”, em alusão ao aspecto da pomba deste nome no ato de cantar. Os habitantes do lugar recebem a denominação de “jurutienses”.

da ação pública, mas a própria síntese do desenvolvimento como um fenômeno que se inicia a partir de práticas localizadas. Desse modo, a ação local argumentam os autores,

[...] se evidencia no seu *interior* que se concentram os fatores críticos para o efeito das estratégias do desenvolvimento esperado e almejado pelos grandes empreendimentos, assim como para o alcance de movimentos e organizações adentrarem suas configurações em defesa do seu território, sua cultura, seu modo de vida que geralmente são impactados com a nova ordem colocada.

Na medida em que a dinâmica local resultante da mobilização se manifesta em uma capacidade dos atores em se engajarem em ações coletivas, e essas ações são fruto de trabalho comum, iniciadas, decididas e pilotadas localmente, consideramos que esse território em recomposição pode ser igualmente compreendido como “território de ação local” (TEISSERENC & TEISSERENC, 2014, p. 98).

Partindo das ideias de relação de poder e de ações em âmbito local o artigo vai tratar do território no Oeste do Pará da comunidade de moradores tradicionais na Amazônia em Juruti Velho, município que faz fronteiras com o Estado do Amazonas e com os municípios de Santarém, Aveiro, Terra Santa, Óbidos e Oriximiná. Abrange uma área de 8.305,1 km² (IBGE, 2010) e, para efeitos administrativos e de organização de serviço público, foi dividido pela Lei 996/2010 de 15 de novembro de 2010, em quatro distritos administrativos: Tabatinga, Castanhal, Muirapinima (principal referência política e econômica do PAE Juruti Velho), e Distrito Sede. Localiza-se aproximadamente à 850 km da capital do Estado do Pará. Desde 1889 o município passou por várias criações e extinções, no entanto, somente com a Lei estadual n.8, de 31 de 10 de 1935, que seu status municipal foi definitivamente restabelecido.

A existência de bauxita de alta qualidade em Juruti Velho levou a ALCOA líder mundial de produção de alumínio a explorar a região remexendo alguns aspectos da vida comunitária. A ALCOA está presente por intermédio de sua subsidiária a OMNIA Minério Ltda., e instalou-se no município a partir da aquisição da *Reynold Metals*, em meados da década de 2000³. O advento da mineradora em Juruti significou a entrada em operação de um empreendimento com alta capacidade de executar atividades capazes de alterar as características físicas, sociais, econômicas e ambientais do município, e com mais ênfase no PAE Juruti Velho, local onde está situada a mineradora. O tratamento dos grandes empreendimentos aos territórios na Amazônia independe do local percebese a abordagem profundamente política e econômica de ocupação do espaço, referindo-se tanto ao poder político estatal como ao poder econômico das grandes empresas na constituição de seus objetivos em relação ao território.

Observou-se as mudanças em Juruti Velho ocorridas a partir da demografia, pois em 1940 Juruti apresenta, uma população muito modesta apenas 9.387 habitantes. Em 2000, a população atingiu 31.200 habitantes com o crescimento de 69,91% em seis décadas, ao passo que, em apenas uma década 2000–2010 período de instalação e início de funcionamento do projeto de mineração da ALCOA, o crescimento atingiu 23,24%⁴. Este rápido crescimento se manifesta e tensiona vários aspectos do espaço. Não se imaginava que um lugar encravado no meio da floresta tivesse sua

³ O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) (2013) expõe que o início da década de 2000 foi marcado pela conclusão de três novas aquisições estratégicas da Alcoa: a *Alumax*, *Reynolds* e *Howmet*. Em 2002, foi criada a *Alcoa Women Network* e, em 2003, a *Alcoa African Heritage Network*”.

⁴ Cf. Silva (2014) Lopes (2012) e Borba (2012)

vivência harmônica, sua tradicionalidade, a natureza exuberante, a paisagem incrível, sem escassez em seus territórios de caça, de pesca, de roças e roçados, de extrativismo florestal terra do Festitribal passasse da idade neolítica para a modernidade, para a era da informação.

O acelerado “progresso e crescimento” no território além dos aspectos fisiográficos aconteceram vários conflitos em Juruti, como em todos os territórios visionados para grandes empreendimentos, no entanto, as pesquisas de (LOPES, BORBA, 2012; SILVA, 2014) apontam a diferença neste lugar representada pela ‘consciência de sua tradicionalidade’ o que os fez negociar e, portanto garantir a permanência no lugar Juruti ao longo do tempo, ainda segundo estes pesquisadores ‘conquistou força histórica’ os mesmos atestam a relação da Igreja Católica, por meio das Irmãs Franciscanas de Maristella para o ambiente organizativo, constituído nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) envolvendo as principais instituições no território, como o sindicato e a colônia dos pescadores, entidades comunitárias com objetivo de representar os interesses relacionados à luta pelos direitos em princípio pelo direito à terra apelando para a “memória coletiva” a fim de garantir a tradicionalidade da comunidade, como originária dos povos Mudurucu. O aspecto humano da identidade social foi essencial para a consolidação de organizações que realizasse o processo de resistência, luta e conquistas em nome das comunidades.

As Irmãs de Maristelas⁵ estão em Juruti um pouco mais de 40 anos contribuíram com “as narrativas das comunidades com base na memória, construindo mapas, roteiros traçando um mosaico, articulando o passado e o presente’ (SILVA, 2014, p.243). As lembranças recolhidas e traçadas entre a memória e o lugar relatam as histórias contadas, ouvidas e vividas e acabam por revelar um item comum entre contador e ouvinte com relação à imagem e ao sentimento que se tem do lugar. Assumiram questões baseadas em documentos construídos pela experiência na CPT, onde estiveram ativamente envolvidas e constroem uma mística a partir da denúncia ao modelo de modernização excludente implantado pelos grandes projetos na Amazônia. As expressões como “Terra para quem nela trabalha” e “A terra é uma dádiva de Deus”, (VANDERLINDE, 2012, p.83) passaram a ser incorporadas não só pela CPT, mas por setores da Igreja Católica e outras igrejas cristãs em seus devidos espaços de atuação e em alguns momentos conjuntamente manifestados e transmitidos em: cantos, imagens, rituais, orações, cadernos de formação, material de apoio para reuniões nas CEBs e de preparação para as Romarias da Terra. O trabalho que elas chamam de formiguinha, de corpo a corpo compôs a identificação dos lugares, alguns considerados sagrados o que representa segundo Little, 2002, p.10 (apud DELÓRIA, 1994). “uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado. A noção de lugar também se expressa em valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos do seu ambiente”. (LITTLE, 2002, p.11).

Irmã Fátima Paiva (2009) relata que foram “décadas, num sistema de transmissão oral de experiências nas muitas idas e voltas das roças e roçados, da pesca e da caça até criarem o sentimento não só de pertencimento, mas de reivindicação do território, ‘como seu’, ‘como nosso’;

⁵ As missionárias das Irmãs Franciscanas de Maristella são fruto de conjuntura da Igreja Católica que iniciou na América Latina na década de 1950, fortemente influenciada pelas teorias desenvolvimentistas, principalmente a ação católica, com a concepção de que os problemas socioeconômicos como passíveis de serem resolvidos mediante o “desenvolvimento” e o progresso econômico dos países. Tem-se a I Conferência Geral Episcopal Latino-Americana no Rio de Janeiro em 1955; a criação da CNBB (1952); a criação da Confederação de Religiosos da América Latina em 1958 e a convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965). Tudo isso haveria criado uma infraestrutura que auxiliaria no desenvolvimento da futura renovação da Igreja no continente, por meio de uma nova abordagem dos problemas sociais e da própria teologia.

lugar bonito, lugar de orgulho da origem indígena da tribo Muduruku” Tal ideia reforça a definição de lugar pela relação com o espaço físico em que “tanto povos indígenas quanto grupos que historicamente se assentaram numa área independente do processo, contam com esse lugar como o seu lugar verdadeiro, seu lar, sua casa, seu território” (LITTLE, 2002, p.9.)

A mobilização coletiva, segundo Silva (2014) com a participação ativa da Igreja Católica na medida em que permitiram construir o caminho do lugar, das vivências e das experiências foram a princípio desconsideradas pelos objetivos da ALCOA. Inúmeros elementos possibilitaram a articulação das comunidades sendo fundamental destacar a organização em torno da categoria de autodefinição, principalmente como ‘comunidades tradicionais’; os direitos territoriais e a garantia do “jeito de viver” dessas comunidades representou em nosso entendimento uma transformação no âmbito da organização na Amazônia.

A afirmação da tradicionalidade foi revelada pelas informações coletadas pelas Irmãs de Maristela, também apontaram que a grande maioria das comunidades que pertencem ao atual Projeto Agroextrativista (PAE) de Juruti Velho tem sua origem no século XIX. Confirmou-se a história de Juruti ligado à ocupação indígena antes da colonização da região no século XIX. Os mundurucu pertenciam à tribo indígena que ocupava a região. Em 1818, no período colonial, o povoado, hoje chamado de Juruti Velho – Vila Muirapinima – foi elevado à categoria de vila com o objetivo de catequizar os índios e explorar as drogas do sertão, principalmente a castanha e o guaraná. A composição do quadro abaixo revela a formação histórica de algumas comunidades.

Quadro 1 – Formação histórica (algumas) Comunidades em Juruti Velho

COMUNIDADE	DATA DA CHEGADA DA 1ª FAMILIA	ORIGEM DO FUNDADOR	Primeira Família a ocupar a terra	Fundador	Data de Fundação
VILA Vicente Cabeceira do Mocando	Sec.XIX	Juruti Velho	Família do Sr. Pedro Sá	Pedro Sá	Sec. XIX
Vila Muirapinima	Sec. XVII	Juruti Velho	Muduruku	Pe. Antonio Manoel Sanches	1818
Sirval	Sec.XIX (início do sec)	Juruti Velho	Família Rodrigues	Manoel Rodrigues	1920
Pompom	Sec. Sec. XI	Juruti Velho	Família Guerreiro	Clementino Guerreiro	1920
Juruti Miri	A partir de 1850	Juruti Velho	Família Santarém	Santarme	1850
Nova união	1859	Juruti Velho	Família Pereira Matos	Domingos Pereira de Matos	1959
Capiranga	Sec. XIX	Juruti Velho	Família Fernandes	Manoel Henrique Fernandes	1964
Pau D'arco	Sec.XIX	Juruti Velho	Família Xavier e outras	Antonio Ferreira Xavier	—
Maravilha	Sec. XIX	Juruti Velho	Família Maciel Pinheiro	Sr. Batista	—
Alemanha	Sec. XIX	Juruti Velho	Fausto Piranha	Fausto Piranha	—
Germano	Sec. XIX	Juruti Velho	Família Batista e outras	Batista	—
Prudente	Sec. XX	Juruti Velho	Batista e outras	Batista	—

Fonte: Irmãs Franciscanas de Maristela. 2010. Adaptada e organizada por Silva (2014).

Também na perspectiva de firmar a identidade de comunidade tradicional foi realizado um levantamento dos hábitos alimentares, fortemente baseado no peixe, que além de alimento, também serve como componente de renda. Outro aspecto presente no levantamento realizado

pelas comunidades foi o de utilização da floresta, os chamados produtos florestais não-madeireiros e classificação de uso pelos moradores.

Ainda bem recente (LOPES⁶; SILVA⁷; BORBA⁸, 2012, 2012, 2014) em suas pesquisas, identificaram outra experiência muito interessante, foi o uso comum dos instrumentos tais como: machado, facão, enxada, foice, ferro de cova, pás para as atividades de roças e roçados. Ainda de acordo com as pesquisas os ambientes de uso comum (lagos, florestas, rios, várzeas, capoeiras) são de livre acesso e uso respeitando o regime acordado nas comunidades. Também é de uso irrestrito caminhos, ramais e estradas. É oportuno lembrar as sociedades das aflúências pesquisadas por Shallins (2004, p. 13 - 16),

[...] em que vivem numa espécie de abundância material porque adaptam seus utensílios aos materiais que existem em abundância à sua volta e que qualquer pessoa pode obter livremente (madeira, bambus, ossos para armas e implementos, fibras para cordas, mato para abrigos) ou materiais que são pelo menos suficientes para as necessidades da população [...].

Corroborando com esta ideia pesquisas afirmam que a Amazônia tem uma história de colonização antiga assim como sua ocupação que remonta à existência dos primeiros povos do tempo do dito pré-histórico como os “pescadores coletores e agricultores incipientes” (FURTADO, 2008, p.57). Ainda dados arqueológicos confirmam uma história construída por diversos grupos étnicos, cujo desaparecimento de muitos está imbricado nos processos de avanço da sociedade por meio dos diversos segmentos que conhecemos tais como os: (missionários, sertanistas católicos, evangélicos, garimpeiros madeireiros ribeirinhos e outros...) que vão alterar as formas tradicionais de vida imemorialmente construída. (SCHAAN, 2010, p. 9-25)

Os processos chamados de civilizatório tem como resultante um fluxo migratório intenso desde os mais resquícios estudos da era pré-colombiana⁹, seja por terra ou por água, populações, grupos familiares, indígenas, camponeses são atraídos por várias condicionantes: trabalho, terras para cultivar, estas, “podem ser temporárias ou por motivos específicos tais como os de ciclo produtivo de plantas e de animais, ou vão em busca de coleta alimentares” (SCHAAN, 2010) ou são processos com os objetivos e intenções humanas segundo Ingold (2006 p.18 apud GODELIER, 1984, p.84) “relacionadas sobre o meio ambiente pela procura dos meios de subsistência”.

Subsistência organizada espontaneamente ou por ações conjuntas. Nas comunidades do baixo Amazonas o *puxirum* é expresso como uma ação coletiva, a ligação com as comunidades, a diferenciação e a busca de superação da necessidade e do individualismo. Os comunitários constantemente destacam o *puxirum* como uma estratégia coletiva de superação das limitações.

⁶ LOPES, L.O. Canto. **Conflitos socioambiental e (re) organização territorial**: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti. 269f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Programa de Pós- Graduação em Ciências Econômicas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2012.

⁷ SILVA, Lindomar. **Natureza capitalista versus natureza orgânica**: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo-Amazonas /279 f. Tese (Doutorado em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental), Programa de Pós Graduação em desenvolvimento Sustentável do Tropicó Umido Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém Pará, 2014.

⁸ BORBA, Maria Rita Manzano. **Dissertação. A exploração de bauxita em Juruti ((PA) e o modelo “Jaruti Sustentável”**- Contribuições aos estudos de desenvolvimento e conflitos ambientais. 270f --Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana Universidades de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. 2012

⁹A autora se manifesta contrária ao termo ‘pré-história’ que pode ter um sentido pejorativo se aplicado às Américas, por ser excessivamente vinculado à história europeia – com perspectiva eurocentrista. A história das Américas que antecede a conquista europeia fica mais bem caracterizada se a chamarmos de história ou período pré-colombiano.

Para Lopes (2012, p. 112) o *puxirum* constitui “uma das mais importantes formas de organização para o trabalho nas comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho é o *puxirum* ou puxirão” segundo as expressões de moradores do local juntando a palavra à mutirão, o *puxirum* é quando “a gente se ajunta pra fazer algum serviço aqui na vila, a gente forma grupos de trabalho, *puxirum* é como os índios faziam, é como a gente chama, quando vai todo mundo trabalhar em um local na comunidade”. (RAIMUNDO OLIVEIRA, 2011).

A Amazônia se atualiza no presente por razões que podem ser culturais, ou predominantemente econômicas em particular pelos processos de investimento governamentais realizado em território amazônico, partindo do pensamento de progresso e desenvolvimento dos territórios considerados atrasados, pois, as comunidades não tinham por preocupação os limites individuais ou a regularização fundiária, o uso foi comunal, tanto para a produção de roças e roçados, quanto para a coleta de “recursos naturais”. (SILVA, 2014).

Como já foi citado o processo de organização resultou em ‘conquista’ de participação das comunidades na lavra feitos pela ALCOA e o atual processo em Juruti Velho após 5 anos de repasse de 1,5 dos *royalties* para as comunidades se traduz em conflitos nas ações públicas e gestão dos recursos tem como principais atores a ACORJUVE e o Projeto Mina de Bauxita e as comunidades ribeirinhas do PAE de Juruti Velho que será abordado a seguir. .

2.1.1 Ações coletivas, conquistase e negociações entre mineradora e comunidades.

A mina de bauxita de Juruti tem uma área estimada em 700 milhões de toneladas e representa um empreendimento estratégico para ALCOA que anunciou um investimento de R\$ 2,9 bilhões. Para exploração da mina a ALCOA construiu uma estrutura composta da área de lavra, ferrovia e um porto com capacidade inicial de 2,6 milhões de toneladas anuais. (ALCOA, 2009). A concessão de lavra de uma área de 34.164 ha, com 54% (18.550) destes situados na área que hoje se denomina PAE Juruti Velho. A área atualmente lavrada no PAE Juruti Velho tem 5.653,11 ha e está justaposta ao “território de uso”¹⁰ de recursos extrativos, medicinais e culturais das comunidades autóctones de Juruti. O planejamento da ALCOA visa lavrar a área por um período de 28 anos, com taxa de exploração de 199,77 ha/ano.

A partir de 2009 a ALCOA iniciou a exploração de bauxita a céu aberto que de acordo com os trabalhos consultados, documentos da própria ACORJUVE e as reclamações da comunidade local o território sofreu modificações de primeira instancia tais como: a caça, a pesca, a extração vegetal, roças e roçados, que segundo as informações foram construídos de forma coletiva, ou como se autodenomina na região o *PIXIRUM*; em segunda instancia as comunidades atingidas pelo projeto foram desmatadas e áreas de lazer como os igarapés foram inutilizados devido ao processo de exploração da bauxita.

A partir da coletividade, dos trabalhos em grupo e das emergências diante das negociações junto ao INCRA, Ministério Público Estadual e Federal surge em 2004 a Associação Comunitária Juruti Velho (ACORJUVE) que é concessionária e administradora das terras ocupadas pelas comunidades que integram os Projetos Agroextrativistas Juruti Velho (PAE – Juruti-Velho), projeto implementado em pleno lago de Juruti Velho, e atualmente congrega mais de 1.500 associados, é

¹⁰ Território de uso categoria de análise utilizada por Santos (1994); Rodrigues (2010) e Silveira (2011) têm como premissa as noções de utilização do lugar, do espaço em competitividade, no qual os atores são reordenados de acordo com o tempo e objetivos do uso do território.

constituída por 51 comunidades, todas situadas na área de influência direta do projeto. O PAE Juruti Velho é um assentamento coletivo criado a partir do chamado Imóvel Vila Amazônia, em novembro de 2005 pelo INCRA, portanto no mesmo ano em que a SECTAM, hoje, SEMA, concedeu a ALCOA a Licença Prévia e Licença de Instalação (LOPES, 2014). O processo de licenciamento em 2005 do Projeto Mina de Bauxita em Juruti Velho exigiu várias audiências públicas, expressando a disposição de vários atores identificados no contexto local por meio dos principais grupos: mineradora, representação do poder público, municipal, sociedade civil organizada em suas múltiplas formas. Nesta audiência considerada a maior em nível e número de participação de aproximadamente 6.000 pessoas ficou acordado a gestão de 1,5 dos *royalties* pela ACORJUVE, com o objetivo de atender demandas sociais crescentes devido a implantação da mineradora entre elas: a construção do hospital de alta complexidade, reforma e ampliação do Hospital Municipal Francisco Barros, unidade mista da Vila de Tabatinga, construção de 6 salas de aula, construção do Conselho Tutelar, construção do Alojamento da Polícia Militar, construção do Complexo Judiciário de Juruti, construção do Centro de Formação Técnica no bairro do Maracanã.

A participação nos *royalties* consiste em uma das conquistas mais expressivas das comunidades de Juruti. Essa participação consiste em os recursos serem administrado e gestado pelas próprias comunidades, por meio da ACORJUVE, ou seja, as comunidades têm total autonomia em definir o método e a forma de utilizar tais recursos. O PAE Juruti Velho é a expressão da ação local e progressivamente o território onde se pretende o desenvolvimento sustentável, ou seja, as demandas alocadas para a Acorjuve, e se configura em novas dinâmicas de governança, poder, novos atores em função de produção conjunta, pois a PAE Juruti Velho se compõe de inúmeras ações públicas realizada pela ACORJUVE, Prefeitura, ALCOA, INCRA, ITERPA.

Para esse tipo de experiência Milton Santos (1994, p.15), chama a atenção para o aspecto da globalização que analisa “não o território em si”, mas o “uso do território” quanto análise social que “deve ser considerado a partir de seu uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”. Este mesmo autor considera que “o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. (SANTOS, 2011, p. 19).

O território usado tende em funcionar como processo de regularização institucional e corporativa. Neste contexto o território acompanha as inovações resultantes dos efeitos da globalização quando se trata de questões ambientais e de direitos sociais seja pela colonização na Amazônia, pelos projetos de exploração de matérias primas, ou de produção de energia por usinas hidrelétricas, ou unidades de conservação em que há um reordenamento territorial. (TEISSERENC, 2011)

O aspecto de cooperação mesmo que conflitante da Acorjuve com os demais setores de interesse ao território é refletido pela sociologia da ação pública; que tem qualificado de “territórios em recomposição” que respondem aos desafios das transformações criando condições para enfrentar problemas gerados pela globalização. As ciências sociais tem se colocado no ‘movimento de pensamento’ sobre as evoluções conhecidas pela questão territorial nos últimos anos, que considera a influencia da globalização por meio das novas tecnologias da informação e da comunicação na passagem de uma “sociedade moderna de caráter territorial” para uma “sociedade pós-moderna de caráter reticular” justificando assim o fim dos territórios, pois na medida em que um território se sobrepõe a outro põe em cheque a referencia a um território físico e concreto substituindo sob a influencia do capitalismo por um território virtual e abstrato se justifica então a

desterritorialização., a territorialização, a territorialidade, tal aspecto é uma tendência frequente e crescente da produção da ação pública tomando como referencia o território.

3 JURUTI VELHO: TERRITÓRIO DA AÇÃO LOCAL

Não há em Juruti títulos individual de terra a titulação foi concedido a ACORJUVE, que detém o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), - de caráter perpetuo - é a associação que concede o uso individual. Significa também que a terra não poderá ser negociada fora do PAE. Em caso de negociações, será entre os contemplados da PAE, no entanto, somente com a intermediação da ACORJUVE. De toda maneira a comunidade sempre reflete como “uma grande conquista”.

No comunicado, a ALCOA diz que “a participação no resultado da lavra (1,5%) é uma determinação legal e cabe à União determinar a quem deve ser feito o pagamento. A empresa cumprirá sua obrigação imediatamente após a determinação do beneficiário”. Atualmente, como aprovado em assembleia, 50% dos recursos são repassados aos associados da Acorjuve, por meio do Cartão Acorjuve, e 50% são destinados a concretizar projetos coletivos, como o sistema de abastecimento das comunidades, criação de animais, investimento em formação e na organização.

A respeito das realizações da Acorjuve o Informativo de 16 de janeiro de 2013 reflete sobre os últimos quatro anos de investimento na região de Juruti Velho tem recebido dando qualidade de vida e garantindo dignidade as mais de 05 mil famílias que vivem nesta área. Fala do orgulho de viver na região que por diversos problemas e pelo esquecimento do poder publico enfrentou anos sem abastecimento de água, de energia, com ramais e estradas em estado precário, quase intrafegáveis etc. A administração e participação do resultado da lavra repassados pela empresa exploradora de bauxita - ALCOA, a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho tem proporcionado investimentos significativos, que garantem a permanência dos moradores nas comunidades do PAE. Em conjunto com os associados foi possível em tempo significativo de curto prazo:

*Comunidades do PAE ganharam microssistemas, garantindo água nas torneiras das casas de muita gente, acabando com o sofrimento que centenas de famílias enfrentavam: carregar água em baldes e latas dos igarapés e rios até às suas casas. Além do sacrifício, as famílias ainda eram obrigadas a conviver com as doenças provenientes da má qualidade da água, prejudicando principalmente as crianças. Hoje a água é de qualidade e chega regularmente a muitas residências da região de Juruti Velho;

*A energia elétrica ainda não é 24 horas, mas graças aos geradores doados pela ACORJUVE muitas famílias podem desfrutar da energia em boa parte do dia. Geladeiras, ventiladores, televisão, máquinas de lavar e muitos outros eletrodomésticos podem agora ser adquiridos e utilizados pelos moradores. A água gelada para matar aquela sede, principalmente nos dias de calor, agora é uma realidade;

* A casa própria deixou de ser um sonho e se tornou realidade para muitas famílias que hoje vivem em um local digno e confortável. A ACORJUVE doou o material de construção e forneceu trabalhadores para construir 13 casas populares.

*A ACORJUVE também tem atuado na abertura e na manutenção de estradas e ramais nas comunidades de Juruti Velho. A medida beneficia principalmente os pequenos produtores que precisam escoar seus produtos para ser comercializados na cidade.

Os aspectos acima citados nos faz lembrar as discussões de Lascoumes e Le Gallès (2012) em refletir que o engajamento dos atores na apropriação do seu espaço, ou ainda como reivindicação dele enquanto lugar que lhes pertence, produz capacidades que se manifestam em dinâmicas locais de desenvolvimento, o que dá vazão a uma lógica de desenvolvimento local. São, por isso, dinâmicas “assentadas em espaços de interdependência de atores heterogêneos preocupados em obter autonomia suficiente para engajamentos coletivos em ações que possam atingir a todos os aspectos da vida local” (TEISSERENC, 2011).

Evidenciam-se práticas incorporadas que indicam o interesse dos atores por seu ambiente (território de pertencimento) não raro sugerindo a vontade de inovar a gestão territorial de modo a instituir um padrão de desenvolvimento pautado nos princípios da sustentabilidade socioambiental. Daí porque esses autores concluem que, “nessas condições, o território da ação local se impõe ao mesmo tempo como território de desenvolvimento sustentável” (TEISSERENC & TEISSERENC, 2014, p. 99).

De tal modo, o território assume a característica de um ambiente que favorece a construção de debates, ou mesmo o confronto entre sujeitos, mas, sempre como espaço que permite tratar dos interesses demandados pela comunidade, ainda que conflitantes. E, quando esses atores constroem capacidades de mobilizar esforços – convergentes ou contraditórios – produzem, por efeito de tal mobilização, ações públicas locais. Como lugar culturalmente incorporado, esse território de ação e de desenvolvimento possibilita aos agentes “experimentar novas práticas” sociais, que lhes garantem “o desenvolvimento de aprendizagens”.

4 EM VISTA DA PESQUISA DE CAMPO

Será muito interessante complementar as várias pesquisas, tal como afirmam (CASTRO, ACEZEDO, 2011) que nos últimos anos têm registrado o ressurgimento da inscrição espacial das coletividades, de modo que noções de território têm suscitado discussões políticas e motivado pesquisas e indagações teóricas. Assim como tem suscitado processos em diferentes iniciativas de povos e movimentos sociais. Pensar o campo analisando o território que aciona seus atores e permite as decisões sem intermediário do poder público local, sem esperar uma política pública para agilizar as ações de interesse a comunidade.

Para pesquisar Juruti Velho, considerando a sua distância vai requerer um ‘trabalho paciente e detalhado’ presente no cotidiano em vista de descrever e analisar o processo atual no território, este em ebulição o qual chamamos de ‘território da ação local’, pois “as ações são pilotadas localmente, envolvendo vários atores e setores da sociedade” (TEISSERENC, 2011). O fato de ser local, não significa que não estejam interligadas aos contextos estadual e internacional, o contrário é por essas relações que se introduziu os debates sobre – não só levar a bauxita, mas as tradições, levar a memória, as florestas, costumes, rituais, modo de ser reconhecidas em todo lugar em que esteja em discussão aspectos relacionadas ao território. Requer também disposição para compreender o processo de integração das comunidades tradicionais de Juruti Velho ao novo processo de reorganização deste território. Essa solução contemporânea de ouvir todas as vozes, perceber a polifonia no debate entre os interesses.

Para os representantes da ALCOA foi um passo civilizatório Juruti será melhor com a presença da mineradora, com muita esperança e exemplo de diálogo.

Em Juruti o processo é muito recente para avaliar as mudanças ou não do modo de vida dessas comunidades. As 37 externalidades, ou seja, os efeitos sociais e ambientais não identificados na análise feitos na época. Se natureza e homem são faces da mesma moeda como silaniza Shallins (1979), não só Juruti perderá sentimentos, paisagens, biodiversidade, funções climática, funções espirituais, mas a humanidade que perderá tais valores.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ANDRADE, Manuel Correa. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.) **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora HUCITEC-ANPUR, 1994.

CASTRO, Edna Maria Ramos de et.al. Ações do estado e estratégias empresariais: o setor mineral e a construção de novas usinas hidrelétricas na Amazônia. **III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens**. 30 nov./03 dez. Disponível em: <<http://www.ecsbarragens.ufpa.br.files.wordpress.com/2010/12/iii-encontro-latino-americano.pdf>>. Acesso em: nov./ 2012.

FURTADO, L.G. Sobre os argonautas da Amazônia. O estado da arte dos conhecimentos sobre os pescadores:uma contribuição aos estudos de Antropologia. In: LEITAO, Wilma Marques; MAUES, Raimundo Heraldo. (Org.).**Nortes Antropológicos. Trajeto, trajetórias** Belém 2008. Ed. Universitária UFPA. p. 41-79.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **O saber local**. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Vozes. 5ª edição. Petrópolis. 2002.

Juruti sustentável: uma proposta de modelo para o desenvolvimento local. São Paulo: FGV, ALCOA, FUNBIO, 2008. Disponível em: <<http://indicadoresjuruti.com.br/site/index.php?page=Conteudo&id=19&Jurutiss6a4fe23891f15cfcbebd8fa846245da9&Jurutiss=6a4fe23891f15cfcbebd8fa846245da9>>. Acesso em: 11 nov. 2011

INGOLD, TIM. Sobre a distinção entre evolução e historia, *Antropolítica*, vol. 20, 1º semestre de 2006, p.17-36. Disponível em: http://www.uff.br/revistasantropoliticas/_antropolitca20.pdf

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas, Papyrus, 1989.

LASCOURMES, P. & LE GALÈS, P. (2012). *Sociologia da ação pública*. Maceión (AL): UFAL.Edufal.

LITTLE, PAUL E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: [s.n], 2002, p. .2 – 23. (Série Antropologia).

LOPES, L.O. Canto. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial**: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti. 269f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MATA, Raimundo Posidônio Carreira da. **Caminhada da Igreja na Amazônia Regional Norte 2**: a história. Belém: CNBB Norte 2, 2004.

MIRANDA, T.N.O. **Igreja, território e poder**: discursos e praticas em resistência à Belo Monte. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) --Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião. Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica do estudo da religião. **Anais do X Encontro de Geógrafos da America Latina** São Paulo: Universidade de São Paulo. 2005, 12928 – 12940.

- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.
- _____. As primeiras sociedades da afluência. In CARVALHO, Edgar Assis. (Org.): **Antropologia Econômica**. São Paulo, Ed. Ciências Humanas. 1978.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b.
- SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. [Fevereiro 2000]. Entrevistadores: Odete Seabra, Monica de Carvalho e José Correa Leite. Entrevista concedida a Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCHAAN, Denise. et al. Deixando a terra natal: as migrações pré-colombianas. In: CANCELA, Cristina; CHAMBOULEYRON, Rafael. (Orgs.). **Migrações na Amazônia**. Belém: Açai, 2010.
- SILVA, Lindomar de Jesus Sousa; MIRANDA, Tânia Nazarena de Oliveira. Resistência e Articulação de Atores Sociais contra a Hidrelétrica de Belo Monte: a contribuição da Igreja Católica. Belém. III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens, 30 nov./03 dez, 2010, Belém (PA). **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://caritasnorte2.files.wordpress.com/2010/12/iii-encontro-latino-americano.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.
- SILVA, Lindomar. **Natureza capitalista versus natureza orgânica: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo-Amazonas /279 f.** Tese (Doutorado em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental), Programa de Pós Graduação em desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém Pará, 2014.
- SOUZA, Marcelo José. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- VANDERLINDE, Tarcisio. A peregrinação por um novo território. UNIOESTE III **Colóquio Cultura e Memória Social**. Marechal Cândido Rondon: Paraná, 2007 p. 84-102.
- TEISSERENC P. E MARIA JOSÉ DA S. A. **Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: da reivindicação socioambiental ao debate acadêmico**. 2013. **Debates** em sala de aula.
- TEISSERENC, P. Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 13, n. 2, p. 5-26, 2010



GRANDES REPRESAS Y LOS INTERESES EN TORNO AL AGUA: LA PANAMAZONIA EN LAS ESTRATEGIAS EMPRESARIALES

Edna Ramos de Castro¹

Sara Alonso²

María Ernestina Garreta Chindoy³

INTRODUCCIÓN

A partir de una percepción sobre los acontecimientos relacionados en los últimos años con el Amazonia sobre el uso de los recursos naturales, especialmente el agua, se observa, desde una perspectiva geopolítica y/o de poder político, un conjunto de estrategias que ponen de manifiesto, un creciente interés en el agua como recurso estratégico, de explotación por diversos mercados y para usos múltiples, es decir, como “bien económico” en disputa para ampliar su lugar y posición en el mercado y/o en los criterios que definen una jerarquía de producción de mercancías.

Este texto discute los procesos de cambio en el área de la frontera entre Brasil, Bolivia y Colombia, referidos en los planos gubernamentales como “corredores de desarrollo”. Con interés especial en comprender los conflictos provocados por la tensión entre el uso colectivo y el uso privado del agua, identificando los agentes sociales y económicos en disputa.

Una vez instaurado el “nuevo modelo” de economía de mercado que las élites políticas consideraron más estable, más liberalizado y abierto para los países en desarrollo de América Latina, se emitieron medidas de política que fueron orientadas por los organismos internacionales (Banco Mundial-BU, Banco Interamericano de Desarrollo-BID y Fondo Monetario Internacional- FMI) y los gobiernos de estos países, en la revisión de los avances económicos.

En este contexto, se ha ido implementando la “política de privatización”, con el objeto, de ayudar a la reducción de la presión en el presupuesto del gobierno, tanto a corto plazo, debido a los ingresos derivados de la venta de la empresa, como a largo plazo, puesto que el gobierno ya no tiene que financiar la inversión necesaria. La idea de que la industria privada es agenciada más eficientemente que las empresas estatales, es uno de los presupuestos que se desprenden de esa política. Este fue el caso de la privatización de los servicios de agua en Manaus, Brasil.

Los indígenas, campesinos y otras poblaciones tradicionales, así como determinadas organizaciones sociales, vienen siendo limitados en la construcción de las políticas públicas nacionales y programas para la gestión de los recursos hídricos. También son marginados en la toma de decisiones, aún sabiendo que estas poblaciones (o actores) pueden aportar conocimiento relativo al uso común que hacen de sus recursos, con base en un legado histórico expreso en sus acciones y sus formas administrativas locales. Dicho desconocimiento por parte de los gobiernos

¹ Doctora en Sociología. Profesora del Núcleo de Altos Estudios Amazónicos de la Universidad Federal de Pará y Directora de la Sociedad brasileña para el Progreso de la Ciencia (SBPC).

² Magistra y Doctora en Antropología del Museo Nacional en la Universidad Federal de Rio de Janeiro. Profesora del Master oficial de Estudios Avanzados sobre Exclusión social de la Universidad de Barcelona y del Master en Producción y comunicación cultural de la Universidad Ramón Llul (España).

³ Magistra en Gestión Ambiental y Desarrollo Sostenible. Doctoranda del Núcleo de Altos Estudios Amazónicos en la Universidad Federal de Pará, Brasil.

restringe una gestión más apropiada de los bienes comunes, provocando una creciente degradación y contaminación de los cuerpos de agua y el incremento de los conflictos sociales. Un considerable número de autores con diferentes perspectivas han realizado estudios que abordan los conflictos, “los desplazamientos forzados”⁴ y la violación de derechos de poblaciones tradicionales, que acompañan la implantación de grandes obras, especialmente las que envuelven la cuestión del agua, entre estos destacamos, Andrade, 1988; Almeida, 1996; Viveiros de Castro e Andrade, 1988; Castro, 2004, 2010, 2012; Oliveira, 2015; Fearnside, 2011; Bermann, 2013; Santana e Parente, 2013).

¿A quién interesa el cuidado del agua como recurso natural? ¿Qué hay del agua como bien común? Estas son algunas de las cuestiones que se desprenden de los estudios de estos autores. En este sentido, considerando que el agua es un recurso natural indispensable para la vida y el desarrollo de la nación, conforme los discurso de las autoridades gubernamentales de los países de Colombia y Bolivia, sería deber de estas autoridades, a través de la implementación de políticas, generar prácticas de manejo sostenible, adecuado, determinante y en equilibrio con los ecosistemas acuáticos. No obstante, viene siendo expresión de una resistencia histórica que en el contexto de la globalización despierta interés en el campo de la economía, como un instrumento principal para el mercantilismo del agua, en especial los servicios públicos de “abastecimiento de agua”, “derechos de agua”, “venta de agua”, “comercio global de agua”. De estos servicios se benefician las ciudades de la triple frontera, Tabatinga, en Brasil, Santa Rosa, en Perú, y Leticia, en Colombia.

Adoptamos como estrategia teórico-metodológica el análisis de dos situaciones relacionadas con el uso del agua que han sido muy expresivas en la producción de conflictos de distinto orden. La primera está relacionada con el uso del agua para la producción de energía hidroeléctrica en áreas de frontera entre Brasil y Bolivia. Ya sean construidas o en fase de instalación, nos referimos a a las represas de Santo Antonio y de Jirau, en el Estado de Rondônia, Brasil y a la de Esperanza, en el Departamento de Pando, Bolivia.

Se trata, por lo tanto, de poner en debate el proceso de toma de decisiones en proyectos de esta magnitud, actualmente caracterizados por la sumisión a la voluntad política de los gobiernos y al monopolio de élites burocráticas y económicas y, al mismo tiempo, colocar en pauta posibilidades de confrontación, entre otras, saberes de las élites científicas, entre estos y otros saberes, o entre prácticas políticas de la administración y de las entidades sociales. En último término, poner en escena, mecanismos para la construcción de un espacio público de confrontación entre especialistas y legos, políticos y ciudadanos.

La segunda situación, examinada en el apartado 2, ha de entenderse como una primera aproximación para entender las formas de manejo del agua entre poblaciones tradicionales en la frontera de Colombia, Brasil y Bolivia, con base en datos de campo relativos a un estudio etnográfico en curso. Ambas estrategias se enmarcan en la

⁴ Las comillas tienen la intención de enfatizar el sentido atribuido por autores brasileños a esta noción. El antropólogo Almeida relativiza la idea de éxodo o migración, a veces atribuida a estos desplazamientos, y pone el foco en la dimensión integral que implica el proceso de desplazamiento, obligando a personas, grupos domésticos, segmentos sociales y/o etnias a dejar sus moradas habituales, sus lugares históricos de ocupación inmemorial (pueblos indígenas) o datada (campesinos), mediante la coacción, incluso física (Almeida, 1996: 467).

construcción de una perspectiva que busca ampliar la perspectiva sobre la comprensión de las políticas del agua, a partir de interconexiones con las prácticas realizada por agentes sociales /o grupos tradicionales (o étnicos) que viven en la frontera.

Desde esta perspectiva, se intenta enfocar la idea de estado (o de administración pública) a partir de las prácticas y relaciones de agentes en los lugares sociales, entendiendo estos no desde el punto de vista geográfico, y sí como espacio social, conforme aborda Bourdieu (1982, 1989), donde las formas jerárquicas se construyen y se mueven. Ampliando esta línea de argumentación, son pertinentes las indicaciones de Veena Das y Deborah Poole (2004) cuando mencionan que los procesos reales de la sociedad son percibidos en la perspectiva invertida, sugiriendo etnografías como recurso teórico de entendimiento de la vida social “en los márgenes del Estado”.

En última instancia, la perspectiva adoptada forma parte de la estrategia que busca comprender y acompañar los procesos que forman parte constitutiva de la construcción de grandes obras de infraestructura, en particular del sector eléctrico, en un contexto mayor de políticas del agua. En otros términos, se trata de comprender las bases de la producción de intereses gubernamentales y privados y de la consecución de esos grandes emprendimientos, así como la emergencia (o producción) de nuevas situaciones de fuerza y/o conflictos que envuelven actores locales. En este sentido, es ejemplar el caso de las hidroeléctricas proyectadas en Brasil y Bolivia y las diferentes expresiones de protestas e indignación por parte de movimientos sociales, indígenas, organizaciones e investigadores que emergen en el proceso de viabilización de los emprendimientos hidroeléctricos. Los procesos de decisión relativos a estas obras ponen en evidencia diferentes condicionantes (o condiciones) que facilitan la puesta en escena de un debate sobre los diferentes desafíos entrelazados que las sociedades democráticas enfrentan.

Apoyada sobre todo en Elías (1994) y Bourdieu (1982), la perspectiva propuesta busca también contribuir al estudio de estos procesos relativizando, o mejor cuestionando, las denominadas dimensiones “objetivas” y subjetivas (o subjetividades) de las prácticas. En la misma línea, utilizamos la noción de campo, comparando situaciones e interpretaciones de actores sobre la composición y la dinámica de los agentes sociales en el campo.

1 – POLÍTICAS E INTERVENCIÓN EN EL TERRITORIO: LA IIRSA Y LOS PLANOS NACIONALES

La Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) emerge de intereses pautados por un modelo desarrollista, articulados desde los años⁵ 1990 para proyectar acuerdos de colaboración con vistas a abrir nuevas fronteras económicas para explotación minera, el agro negocio y viabilizar el tránsito de mercancías en dirección a mercados internacionales. La intervención del proyecto IIRSA está siendo desarrollada en Brasil, Bolivia y Colombia en varios ejes, como analiza Castro (2010, 2012). Nos referimos al caso de la carretera San Francisco – Mocoa, que afecta la biodiversidad y los ecosistemas, y que busca comunicar Colombia a Brasil, uniendo de forma múltiple los océanos Pacífico y Atlántico. En Colombia, sociedades indígenas del Alto y Bajo

⁵ A partir de aquí el término será usado en *itálica* y tiene la intención de enfatizar la lógica discursiva modernizadora que estructura esa práctica de desarrollo.

Putumayo entraron en disputa con el Instituto Nacional de Vías (INVIAS), la Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonia (Corpoamazonia) y el Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (MADS), reclamando sus derechos al autogobierno y a la libre determinación, por desconocer sus formas de vida, cosmovisión, pérdida de biodiversidad y el derecho a la consulta previa (Convenio OIT 169, ratificado por la Ley 21 de 1991). Sin duda, los movimientos sociales juegan un papel esencial por posicionarse contra la explotación privada de los recursos naturales, como en el caso del agua, y la negación de derechos sociales de los pueblos y del medio ambiente, como se intenta mostrar en este trabajo.

El mencionado proyecto de infraestructura permitirá la conexión terrestre entre Tumaco, Pasto, Mocoa y Puerto Asís. En seguida la conexión fluvial por los ríos Putumayo y Amazonas hasta llegar a Belém de Pará. En las proximidades a dicha carretera viven comunidades indígenas y campesinas y, además, existe la Reserva Forestal Protectora de la Cuenca Alta del Río Mocoa. Como medida para mitigar el impacto del proyecto fueron elaborados el Plan Básico de Manejo Ambiental y Social y otros programas. No obstante, como indica Castro (2010), sigue siendo una amenaza para los recursos naturales de la región.

Bolivia participa en cuatro de los 10 ejes y en nueve de los 40 Proyectos Ancla identificados y avanza en cinco proyectos: la “Carretera Guayaramerín-Riberalta-Yucumo-La Paz/Puente binacional Guayaramerín”; “Carretera Cañada Oruro-Villamontes-Tarija-Estación Abaroa”; “Carretera Pailón-San José-Puerto Suárez”; “Carretera Toledo-Pisiga” y “Rehabilitación tramo El Sillar”⁶. En este contexto, crece la preocupación de algunos grupos sociales, no sólo porque los impactos ambientales serán desmedidos, sino también por las implicaciones del proyecto en el incremento de la deuda del país, una vez que su puesta en práctica pasa por la obtención de dinero a través de préstamos. En la misma línea de argumentación, la preocupación continua para las organizaciones sociales e indígenas, las cuales no cesan de cuestionar estas y otras arremetidas decisiones del gobierno boliviano.

El primer Eje del Río Amazonas forma un territorio que se extiende a lo largo del sistema “multimodal” de transporte que conecta determinados puertos del Pacífico, como Tumaco, en Colombia, Esmeraldas, en Ecuador, y Paita, en Perú, a los puertos brasileros de las ciudades de Manaus, Belém y Macapá/Santana. En esas ciudades brasileñas, la reestructuración portuaria está en fase avanzada — los ajustes tecnológicos y la gestión del trabajo fueron acompañados de reclamos por parte de los trabajadores, en razón del desempleo y de la precariedad de sus condiciones laborales. Con ese eje se proyectó la “unión bioceánica” a través de los ríos Huallaga, Marañón, Ucayali y Amazonas, en Perú; Putumayo y Napo, en Ecuador; Putumayo, en Colombia e Içá, Solimões y Amazonas, en Brasil. Son más de 6 mil kilómetros de vías navegables, además de los puertos fluviales de El Carmen, en la frontera entre Ecuador y Colombia, Güepí, en la frontera de Perú, Ecuador y Colombia, y Sarameriza y Yurimaguas, en Perú.

El segundo es el Eje Escudo de las Guyanas que en el discurso oficial de la IIRSA es visto por sus riquezas naturales (madera, biodiversidad, potencial para energía hidráulica, bauxita, oro, hierro, hidrocarburos), además de las cualidades del suelo y relevo que

⁶ Ver a este respecto, La IIRSA que comienza a marchar en Bolivia. Disponible en: <http://www.rodolfowalsh.org/spip.php?breve3349>. Consultado en 29 de septiembre de 2014.

podrían ser aprovechables para la *soja* y una enorme oportunidad exportadora para los países asiáticos, según se indica en el discurso de IIRSA. Conforme con el punto de vista de la “región objeto”, se trata de una gran área de intervención.

Finalmente, el Eje Perú-Brasil-Bolivia, enlaza vías existentes y potencia la comunicación a través de otras. La IIRSA se propone establecer la articulación en redes técnicas de comunicación, incluyendo vías principales, secundarias, puertos, aeropuertos y transporte terrestre-fluvial. Este eje se integra en red a los demás nodos y polos de dinamización de las relaciones entre los países. De esta forma, se favorece la articulación de los diferentes puntos (o nodos) de la red, formada por carreteras aeropuertos y puertos. Cabe destacar que las ciudades representan puntos de apoyo avanzado en las redes de ciudades de frontera que unen los países del eje y constituyen puntos especializados de intercambio de bienes y servicios.

1.1. - Usos privados *versus* usos públicos de los recursos naturales: agua, energía y hidroelectricidad

Los usos privados de los recursos naturales en la Amazonia brasileña extrapolan los intereses que en las tres últimas décadas se concentraron en la explotación mineral, en el control de tierras para actividades pecuarias y monocultivos de soja y palma aceitera, pasando ahora para la explotación de sus recursos hídricos. Un desarrollo que se contrapone a los usos sociales y culturales que históricamente vienen atribuyendo las poblaciones tradicionales y/u a otras formas de dar sentido a las aguas amazónicas y a la ocupación de la selva. La comprensión de estos procesos pasa por vincular la vivencia y existencia sociocultural de esas poblaciones a una identidad y territorialidad histórica.

Además de decenas de hidroeléctricas planeadas para la cuenca del río Solimões y sus afluentes, recientemente los planes gubernamentales de esos países sobre logística de transporte pretenden maximizar las actividades de transporte de mercancías por la vía fluvial, adecuando una pesada infraestructura portuaria que se instala con mucha velocidad en los principales ríos de la región, sobre todo en los de la Amazonia brasileña. Aunque la navegación sea una actividad muy antigua o histórica, y parte esencial de la existencia sociocultural de las sociedades amazónicas, se trata ahora de un proceso nuevo de control del territorio con enfoque en sus aguas por parte de grandes corporaciones envueltas en actividades de producción y exportación de *commodities*. Es el caso del transporte para la producción de grande porte agro-industrial de granos, como lo es la soja producida en Mato Grosso, Rondônia, Goiás y en estados del noreste brasileño. Los fines son de logística de circulación en dirección a los mercados internacionales – asiáticos, europeos y americanos.

En la misma línea, para atender la demanda de energía cabe destacar la construcción grandes líneas de transmisión de energía que atraviesan los territorios selváticos y los ríos, ocupados históricamente, como indicamos, por poblaciones tradicionales, como las *indígenas*, *afrodescendientes*, *campesinas*, *pescadores*, sea en agrupaciones en espacios urbanos o en poblados y aldeas en áreas rurales.

Las grandes obras hidroeléctricas aparecen en los discursos gubernamentales difundidos a través de sus prácticas y/o “programas de desarrollo” y por las grandes

empresas de comunicación como fundamentales para el progreso y el desarrollo del país, a partir del aumento de la eficacia de la matriz energética. Así se fundamentan las justificativas de las obras del Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC). Son accionadas dimensiones simbólicas que estructuran una idea modernizadora del proceso de construcción del estado-nación. En este sentido, las prácticas de planificación, racionalidad y gestión hacen parte del proyecto modernizador de construcción de la nación, con sus discursos de auto-validación que postulan legitimidad. No obstante, tales discursos han sido puestos en cuestión en la construcción de las hidroeléctricas de Jirau y Santo Antônio (río Madeira) y Belo Monte (río Xingu), visibilizando, entre otros aspectos, problemáticas críticas de insatisfacción e indignación social, en un momento de inflexión de la planificación estatal y de instalación de grandes proyectos de inversión como estrategia gubernamental *desarrollista* en el país.

Bermann (2013) señala algunos procedimientos que muestran el interés en modificar el licenciamiento ambiental de emprendimientos hidroeléctricos, dentro de la *Visión de Futuro* que orienta la planificación nacional en la actualidad, para viabilizar los intereses de grandes corporaciones del sector eléctrico. En enero de 2007 el entonces Director General de la Agencia Nacional de Energía Eléctrica (ANNEL) anuncia, en una reunión exclusiva con empresarios del sector eléctrico, el proyecto de ley para la creación de Reservas para la Exploración de Potenciales Hidroeléctricos, cuya elección se basa en el potencial de los ríos, descartando las cuestiones ambientales y sociales. Otra iniciativa, en el mismo año, fue pasar al Consejo Nacional de Seguridad las cuestiones relacionadas a centrales hidroeléctricas estratégicas sin pasar por el Instituto Brasileiro de Medio Ambiente y Recursos Naturales Renovables (IBAMA). No obstante, ambas propuestas no fueron implantadas.

La Evaluación de Impacto Ambiental (EIA) fue regulada por el Art. 90 de la Ley n° 6.938 de agosto 31 de 1981, como parte de la Política Nacional de Medio Ambiente. En la resolución n.º 001, de 23 de enero de 1986, del Consejo Nacional de Medio Ambiente (CONAMA), varios dispositivos legales fueron definidos e implantados en el país, en un contexto de transición y de apertura del régimen democrático, ejemplificando un “proceso de modernización”, con cierto control social, también reconocido en alianzas internacionales como expresión de legislación ambiental avanzada. Sin embargo, desde el inicio del siglo XXI, no solamente esos dispositivos perdieron eficacia sino que también han sido introducidos mecanismos administrativos de alteración de aquel ordenamiento jurídico.⁷

⁷ La política brasileña de Medio Ambiente (Ley n° 6.938, de 31 de agosto de 1981) refuerza la presencia de la cuestión ambiental en el campo institucional. Se crea Sistema Nacional del Medio Ambiente (SISNAMA) formado por el conjunto de “órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental” (BRASIL, 1981, ART 6º, Ley n° 6.938/81), teniendo un Consejo Nacional del Medio Ambiente – CONAMA, como órgano superior. En este contexto, es competencia de las autoridades del gobierno de la Unión asumir la decisión de incorporar en el proceso político directrices y dispositivos legales capaces de regular los conflictos generados en la relación sociedad- economía - naturaleza.

2. - PLANES DE EXPANSIÓN ELÉCTRICA EN BRASIL: ENTRE RECURSOS NATURALES COLECTIVOS Y PRIVADOS

En el Plan Decenal de Expansión de la Electrobrás (1999/2008) está prevista la construcción de 156 nuevas hidroeléctricas en el territorio nacional, lo que significa que ocurrirán procesos muy significativos de transformación en el territorio, en la vida de las personas y en las formas de acción del Estado y de regulación de esos espacios. Hay lagunas importantes que acompañan ese Plan como los datos sobre la estimativa de áreas a ser inundadas y el “desplazamiento forzado de población”.⁸

Las obras del Plano de Aceleración del Crecimiento (PAC) del gobierno brasileiro representa la mayor inversión masiva en tierras de la Amazonia brasileña y por eso su acompañamiento se torna esencial para la sociedad, PAC 1 y PAC 2. Solamente el PAC 2 prevé inversiones del orden de un trillón de 59 billones de reales. La situación actual es de falta de informaciones sobre esos proyectos y, cuando se disponen, tienen lagunas y contradicciones, no siendo confiables. Por eso es importante el acompañamiento y la fiscalización de esos contratos que envuelven al Estado y la iniciativa privada.

La construcción de grandes emprendimientos hidroeléctricos en el país está asociada a la expansión de la oferta de energía para atender el mercado exportador de *commodities* agrícolas y minerales para los cuales el país se especializa, el sector industrial, producción de intensivos energéticos (siderurgia) y centros urbanos. Esa oferta de energía está inserida en la política nacional de desarrollo económico, cuya principal acción es el PAC lanzado en 2007 y cuya estructura se compone de tres ejes: logística, energética y social y urbana. Según el 9º balance (PAC2, 2013), hubo un aumento de la capacidad de generación de energía eléctrica con el PAC 2, en 10.200 MW (3.434 MW en 2013), y entre las represas que entraron en operación están la de Jirau (3.750 MW) y la de Santo Antônio (3.150 MW), ambas en Rondônia.

La producción y la transmisión de energía eléctrica del país (98,3%) son realizadas a través del Sistema Interconectado Nacional (SIN)⁹. La producción energética brasileña está pautada principalmente en la generación hidráulica, con cerca de 78,4% de la capacidad instalada total (121.100 MW), con 204 planes hidroeléctricos, en un contexto en que el país posee la posibilidad de exploración para casi todas las fuentes de energía, sean ellas renovables (eólica, biogás, solar, biomasa) o no renovables (derivados del petróleo, carbón mineral, etc.). Esa preferencia se debe, en gran parte, a la cantidad de ríos — con elevado potencial de agua dulce superficial — que el territorio brasileño posee, con significativo alcance en la región Amazónica.

Cabe señalar, también, las diversas represas inventariadas y planeadas, como la de Jatobá y la de Tapajós, integrantes del Complejo Hidroeléctrico del Tapajós.

⁸ Para la cuenca de los ríos Araguaia-Tocantins están previstas 14 hidroeléctricas, para las cuales se estima el “desplazamiento forzado” de 75 mil personas.

⁹ Se encuentran en fase de obras en Brasil nueve hidroeléctricas correspondiendo a 20.359 MW y otras cinco pequeñas centrales hidroeléctricas, con un total de 100 MW (PAC2, 2013). Dentro de ellas está a UHE Belo Monte, en el municipio de Altamira, que se encuentra con 43% de las obras concluidas. Además de las represas, están siendo ampliadas las líneas de transmisión para el transporte da energía. En ese sentido fueron finalizadas 31 líneas de transmisión, correspondiendo a 9.828 km de extensión, y otras 37 líneas están en obras con un total de 9.920 km y 30 subestaciones más de energía.

La figura 1, a través de una ilustración cartográfica, ilustra la localización de las hidroeléctricas de Esperanza y Guayará Mirim en la cuenca del río Madeira, en Bolivia, las de Jirau y Santo Antonio, en el territorio de Brasil.

Figura 1: Mapa de las represas de Esperanza y Guayará Mirim en Bolivia



A pesar de la retórica de energía renovable y limpia en referencia a las grandes centrales hidroeléctricas, se trata de emprendimientos que generan una gran transformación en el territorio. Lo que antes era el curso natural del río provoca la inundación de áreas, sedimentación, producción de gas metano, como muestra Fearnside (2013), que implica el “desplazamiento forzado” de familias, pueblos indígenas y afroamericanos, de animales, además de promover la deforestación y la extinción de la flora.

3 - RECLAMACIÓN POPULAR Y OBRAS HIDROELÉCTRICAS EN LA PANAMAZONIA: DEMOCRACIA Y DERECHOS SOCIALES Y TERRITORIALES

Pese a las luchas de reclamación y reivindicación popular en pro de la participación social en los proyectos *desarrollistas* llevados a cabo en la Amazonia, como en el caso de los proyectos hidroeléctricos, pocas normas y directrices fueron establecidas para tal objetivo. Las audiencias y consultas públicas son un ejemplo de demandas y presiones populares. Sin embargo, esa participación se inicia apenas después del proceso de tomar la decisión de implantación de las represas, cuando se discute con la población local apenas los términos compensatorios y no la

decisión en sí sobre la ejecución o no del proyecto. Así, la decisión de la implantación o no de los proyectos queda a cargo del gobierno.¹⁰

En la cuenca del río Uruguay fue instalada la represa Foz do Chapecó (855 MW), inaugurada en 2010, que alcanza territorios de los municipios de Águas de Chapecó, en Santa Catarina y Alpestre, en Rio Grande do Sul, correspondiendo respectivamente a 25% del consumo de energía de todo el territorio del referido estado de la Unión y 18% del territorio de Rio Grande do Sul. La hidroeléctrica Luis Eduardo Magalhães, ubicada en el territorio administrativo de Estado de Tocantins, afectó e inundó los municipios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras (Santana y Parente, 2013). Belo Monte, en el río Xingu, obtuvo licenciamiento en el año 2012. Durante el proceso de estudios de impacto ambiental y viabilidad, para la obtención del licenciamiento previo, hubo diversas denuncias de irregularidades y demandas de las comunidades locales que deberían ser atendidas o por lo menos pautadas en los informes que, no obstante, fueron desconsideradas. Incluso hasta el mismo momento de concesión de la referida licencia de Belo Monte, hubo presión por parte de los órganos responsables por la emisión para que el proceso fuese acelerado.

Las represas de Santo Antônio y Jirau, en el río Madeira, en el Estado de Rondônia, la de Belo Monte, en el río Xingu, las de Tabajara y Complejo Teles Pires y Tapajós, en el río Tapajós, en el Estado de Pará, han sido referidas como el segundo ciclo de grandes hidroeléctricas en la región. Para viabilizar el transporte de energía a grandes distancias, allí donde se encuentre un mercado energético, nacional o internacional, están previstos en los planes gubernamentales más de 3 mil kilómetros de extensión de línea continua de transmisión de alto voltaje. Producción energética destinada principalmente a las plantas de explotación mineral y la agro-industria intensiva de granos. Todas ellas son actividades económicas electro intensivas. Se trata, en última instancia, de potenciar el agua como “nuevo recurso”, especialmente a través de la producción de energía generada cono estos mega proyectos. No obstante, a pesar de que las poblaciones afectadas son 'objeto' de procesos de “desterritorialización” o “desplazamientos forzados”, en ningún momento se ha llevado en consideración los valores que atribuyen esas poblaciones a los saberes que forman parte de su modo de vida y existencia histórica. Sin olvidar otras implicaciones o dramas ligados a la idea del agua como “nuevo recurso”.

Aquí, cabe subrayar la gran inundación del río Madeira y sus afluentes en 2013, cuando rebosó los márgenes naturales, avanzaron las aguas con mucha velocidad y de forma inesperada sobre tierras agrícolas, carreteras, poblados y aldeas; hubo consternación general en el Estado de Rondônia y miedo de que este acontecimiento de control humano imposible se fuera a repetir en años venideros. ¿Tenía relación directa con la construcción de las hidroeléctricas de Santo Antônio y Jirau? ¿Sería resultado de las transformaciones en el canal del río? Estas son algunas de las preguntas apuntadas como posibilidad por algunos estudios. Pero, conforme sugiere Kleppa y Novoa (2014), el sector empresarial y las élites brasileñas no admitieron que hubiese un desastre ambiental. En este sentido, diferentes agentes, ligados al consorcio empresarial responsable de la represa y sectores del gobierno, se posicionaron sobre la inundación como siendo una situación amena, sin establecer ninguna conexión derivada de la construcción de grandes represas, una de

¹⁰ Ver a este respecto el libro organizado por Oliveira, J. P. de y Cohn, C. (2015) dónde diferentes autores examinan desde ángulos distintos el caso de la Hidroeléctrica de Belo Monte (Xingú - Amazonia Brasileña) y la sociedades indígenas afectadas por ese emprendimiento.

ellas prácticamente ubicada dentro de la ciudad de Porto Velho, capital del Estado de Rondônia. Los consorcios de ambas hidroeléctricas lo niegan, movilizándolo su equipo de investigadores que aducen no tratarse de un desastre provocado por las represas y sí un evento natural de carácter extremo.

4 – A MODO DE CONSIDERACIÓN FINAL: NEO-DESARROLLISMO, CONFLICTOS EN TORNO AL AGUA Y ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE EL USO COMÚN DE LOS RECURSOS

Como intentamos poner en evidencia, los procesos de implantación de hidroeléctricas en Brasil y, particularmente, en la Amazonia envuelven instituciones públicas, privadas, la sociedad local y organizada. Se ha observado que a pesar de la retórica del desarrollo sostenible a través de la hidroelectricidad, que permea también los discursos de los informes de proyecciones de los estados, el resultado obtenido en términos de desarrollo económico y social de la población local no ha sido el previsto en esas proyecciones. En este sentido, cabe destacar, que la mayor parte de la energía producida a través de esas grandes obras (cerca de 60%) es consumida por las principales industrias de minería, además el aumento del consumo por la industria y por el comercio no corresponde al aumento de la oferta de empleo y apertura de nuevos establecimientos.

En los últimos años, como ha sido indicado, ha habido un predominio en la proyección y construcción de grandes proyectos hidroeléctricos. Uno de ellos está en construcción (Belo Monte), dos en fase de licenciamiento (Marabá y São Luis do Tapajós) y cinco planeadas (Jatobá, Jardim do Ouro, Jamanxin, Cachoeira do Cai y Cachoeira dos Patos).

Creemos que los problemas que forman parte y resultado constitutivo de esos grandes emprendimientos, como la experiencia transformadora que presupone para el territorio, pérdida de recursos naturales, “desplazamientos forzados” (o “desterritorialidad”), cambios políticos y económicos, además de los conflictos sociales que genera, se expresa de forma singular en las diferentes situaciones de los municipios alcanzados por la hidroeléctrica de Tucuruí. Son expresiones que ponen en evidencia la necesidad urgente de generar conocimiento y/o prácticas políticas democráticas y participativas. Eso requiere, sin duda, inversiones en producción de conocimiento, en investigaciones y formación de competencias en varios ámbitos, que lleven en consideración los cambios, los desafíos, los límites y las insatisfacciones producidas por el desenraizamiento de situaciones y procesos instalados en las áreas demandadas por las actividades de ingeniería.

Hay propuestas de participación de la población en el proceso decisorio y también de control de los diversos contratos públicos de Brasil. El objetivo es hacer que el gobierno brasileño se comprometa con la transparencia relativa a la construcción de hidroeléctricas y otros grandes proyectos, siguiendo principios de contratación abierta sobre los procesos de licitación y de mecanismos de fiscalización eficiente de esos contratos públicos por parte de la sociedad.

Actualmente existen normas internacionales que contribuyen a los países en desarrollo, en especial al estado colombiano y al estado boliviano, para controlar los recursos naturales pero no contribuyen al manejo del uso común de esos recursos desde una perspectiva que lleve en consideración las prácticas de los sujetos y/o sus experiencias y saberes tradicionales.

Esos dispositivos normativos de control (o saberes afines a los agentes internacionales o nacionales) generan conflictos ya que las autoridades gubernamentales son quienes controlan el recurso y orientan un estricto esquema de vigilancia, monitoreo, evaluación e inspección orientado

para detectar a infractores de acciones e imponer sanciones. Desde ese punto de vista, imponer fuerte sanciones o penalizaciones con base a una orden jurídica presupone, valga la redundancia, la 'imposición' a través de la ley (o instrumento legal) como “el instrumento eficaz de resolución de conflictos”. Así, neutralizando las prácticas y saberes relativos al uso de un “bien común” y equilibrado de los recurso naturales que, históricamente, las poblaciones tradicionales vienen realizando en sus territorios.

En ese sentido, aunque las autoridades gubernamentales no dimensionan el significado de la práctica del “bien común” en la elaboración de políticas u ordenanzas y dispositivos ya que no es suficiente con la idea de ser escuchados, es ineludible su vinculación directa en términos de diseño, elaboración y viabilización de esas políticas. Dicha vinculación debe contar con información y conocimiento fundamentada sobre la puesta en práctica de los depositarios de ese saber, como se organizan, su manera de administrar y su capacidad volumétrica del recurso natural. Además, sería significativo conocer los beneficios que genera su forma de administrar, con el objeto de actualizar en “nuevos” contextos formas milenarias de organizarse colectivamente.

De acuerdo con esta perspectiva, la transformación de las reglas está relacionada con la conveniencia y los intereses de los participantes; bienes que deben ser comandados por individuos organizados colectivamente para que realicen una buena vigilancia, supervisión y control, a fin de salvaguardar los recursos de uso común de manera sustentable, desde sus propias organizaciones y formas de control y no impuestas por la ley (o política del Estado).

Cuando los bienes comunes, como el agua, están bajo el control de consorcios y/o dispositivos u ordenanzas (nacionales y/o internacionales), conlleva un riesgo elevado de destrucción y, por extensión, tiende a ser una de sus principales expresiones. En este sentido intentamos, entre otros aspectos, indicar de que manera las políticas del agua, favorecen los intereses del sector privado, a través de la puesta en práctica de mecanismos de acomodación que implican obstáculos y limitaciones percibidas como imposiciones por las sociedades tradicionales (indígenas, afrodescendientes, campesinas), además del desconocimiento y olvido de sus modos de manejo de los recursos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. “Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento”. En MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E (Org.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará; Associação das Universidades Amazônicas, Vol. 1,1996.

ALONSO, S.; CASTRO, E. “Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira”. En CARDOSO, A. C. D. (Org.). *O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006.

ANDRADE, L.; SANTOS, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

BAINES, S. G. “A usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari”. En MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E. (Org.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará; Associação das Universidades Amazônicas, 1996. v. 2.

BERMANN, C. “A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal”. *Novos Cadernos NAEA*. Vol. 16, n. 2 p. 97-120, 2013.

BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire : L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Éditions Fayard, 1982.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CASTRO, E.; RODRIGUES, G. - *As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental, Rio Xingu, Amazônia*. Rio de Janeiro: Aliança Social Continental, 2004.

CASTRO, E. M. R.; ALONSO, S.; MESQUITA, S.; CARREIRA, L.; CORREA, S. “Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos a sociedade no século XXI”. *PAPERS DO NAEA* n.º 343, 2014, pp. 26. Disponible:<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/418> Recibido el 10/10/2014. Aceptado para publicación el 11/12/2014.

CASTRO, E. M. R. “Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade”. En CASTRO, E.; HÉBETTE, J. (Org.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: UFPA; NAEA, 1989.

CASTRO, E. M. R., RODRIGUEZ, G. *As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental. Rio Xingu Amazônia*. Rio de Janeiro: Equit - Instituto Gênero, Economia e Cidadania Global, ASC Alianza Social Continental, 2004.

FEARNSIDE, P. M. “The evolving context of Brazil’s environmental policies in Amazonia”. Belém, *Novos Cadernos NAEA*. 2013, Vol. 16, n. 2 p. 9-25.

_____. “Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte”. *Novos Cadernos NAEA*, 2011. Vol. 14, n. 1, p. 5-19.

DAS, V.; POOLE, D. (Eds.). *Anthropology in the margin of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

MAGALHÃES, S.B.; ACEVEDO MARIN, R.; CASTRO, E. “Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais”. En SANTOS, S. M. S. B. M.; HERNANDEZ, F. M. (Org.). *Painel de especialistas: Análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte*. Painel de Especialistas, 2009. Disponible en http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20%283%29.pdf. Aceso el 10/06/ 2010.

OLIVEIRA, J. P. COHN, C. (orgs.) *BELO MONTE Y A QUESTÃO INDIGENA*. Brasília: ABA Publicações, 2015. Disponible en URL:www.abant.org.br/file?id=1381, Acceso el 30/09/2015

SANTANA, F. y PARENTE, T. “Usina Hidrelétrica no Tocantins e sujeitos na construção da consciência jurídica: o reassentamento Córrego Prata em Porto Nacional (TO)”. *Novos Cadernos NAEA*, Vol. 16, n. p. 121-148, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; ANDRADE, L. *Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas*. En ANDRADE, L.; SANTOS, L. (Org.) *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.



VOZES INSTITUCIONAIS E OS DISCURSOS DE DOMINAÇÃO: ANÁLISE DOS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA

Ivana Claudia Guimarães de Oliveira¹

Alda Cristina Costa²

RESUMO

O interesse pela Amazônia aumenta de acordo com o status que ela é referenciada no cenário econômico ou geopolítico. No cenário mundial tem o peso do seu tamanho, ou seja, no imaginário é patrimônio de todos, mesmo que as políticas públicas empregadas não atendam às necessidades da região ou dos homens que nela vivem. Todo e qualquer projeto direcionado ao seu território se constitui num compromisso e as discussões passam pela sua representação simbólica de região vocacionada para o desenvolvimento sustentável. Portanto, o presente artigo busca compreender em que medida a construção dos discursos institucionais sobre os grandes projetos hidrelétricos na Amazônia levam em consideração os impactos ecológicos e sociais no seu território. Toma-se como corpus de análise 19 mensagens enviadas pelos presidentes Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), José Sarney (1985-1990) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) ao Congresso Nacional, denominadas aqui como vozes institucionais na formulação de políticas para a Amazônia.

Palavras chave: Amazônia; Hidrelétricas; Discursos Institucionais; Análise Crítica do Discurso.

INTRODUÇÃO

Observa-se que os discursos institucionais conformam e materializam a relação de dominação sobre a região, independente de contexto histórico, econômico ou social. De acordo com Costa (2008), o discurso atual produzido sobre a Amazônia guarda semelhanças com os discursos do colonialismo.

Vista ainda hoje como exótica, subalterna, selvagem, pelo centro-sul do país, as narrativas sobre a Região reforçam imagens cristalizadas de uma terra que necessita ser ocupada, onde o 'outro' amazônico construído nacionalmente é extremamente redutor em relação à diversidade local. Entre as cartas dos primeiros viajantes, a literatura do passado e os textos de hoje produzidos pela Igreja Católica e pelos jornalistas pouca coisa mudou. A partir dos 'discursos fundadores' sobre a Região, observamos como enunciados distorcidos e estereotipados vêm sendo construídos historicamente (COSTA, 2008, p. 1).

Na elaboração do presente artigo, tomam-se como objeto de análise as 19 mensagens enviadas ao Congresso Nacional por três presidentes da República, em períodos históricos diferentes: a ditadura (Emílio Garrastazu – 1969 a 1974); a redemocratização (José Sarney - 1985 a

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), professora da Universidade da Amazônia (Unama). ivana.professora@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora da Faculdade de Comunicação e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA).aldacristinacosta@gmail.com

1990); e de um partido de esquerda, (Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2007), conforme Gráfico 01. A abordagem da pesquisa desenvolve-se na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, que busca não somente a descrição minuciosa de um "documento-objeto", mas a descrição da ordem do discurso de uma instituição, as formas impostas ideológico-discursivas e as relações de dominação que se determinam em relação a região Amazônica.

Gráfico 1 – Mensagens Presidenciais

PRESIDENTES	PERÍODO	MENSAGENS
Emílio Garrastazu Médici	1969-1974	05
José Sarney	1985-1990	05
Luiz Inácio Lula da Silva	2003-2006 2007-2010	09

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras

A análise do discurso é tomada como método e metodologia (PHILLIPS; HARDY, 2002), ou seja, a relação entre texto e contexto social. Para Maingueneau, a análise do discurso não tem por objeto “nem a organização textual em si mesma, nem a situação de comunicação”, mas deve “pensar o dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar social determinados” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 44). A análise do discurso procura assim, “entender ou interpretar a realidade social como ela existe, desmascarando a forma em que ela é produzida” (PHILLIPS; HARDY, 2002, p.6).

Em Foucault (1996), a ênfase do discurso não se encontra no sujeito, nem no enunciado, mas nas formulações discursivas construídas. Ou seja, essas formulações discursivas são ações interacionais entre os interlocutores e o contexto da enunciação.

Para o filósofo, a noção de discurso remete a “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1997, p. 43). Desse modo, as práticas discursivas se apresentam ligados entre discurso e prática.

O discurso é ancorado de ideologias, isto é, em determinadas situações os sujeitos se apropriam e os resignificam como mascaramento da realidade, suplantando verdades, inferindo posições e, em alguns casos, conformando dominações, conforme podem ser observados nos discursos construídos nas mensagens presidenciais sobre a Amazônia.

Se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que esta em jogo, senão o desejo do poder? O discurso verdadeiro, a que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdadeira que ela quer não pode deixar de mascarar-la. (FOUCAULT, 1996, p. 20)

Constata-se, nas mensagens institucionais, um silenciamento sobre a Amazônia. Ou seja, dependendo do contexto histórico vivido, o silêncio pode significar a proibição de ‘falas’ ou de temas polêmicos, conforme observado no regime militar. Mensagens sintéticas para não expor

problemas. Por outro lado, no governo de Lula, vastos relatórios com detalhamentos, mas sem a escuta dos atores da região.

O discurso acaba causando sentimentos contraditórios, considerando a vida transitória e construída a cada momento:

Inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante desta existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob esta atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imaginam; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. Supõe que em toda sociedade, a produção no discurso é ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominarem seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 08- 09)

De acordo com Orlandi, o silêncio tem um sentido que é próprio dele mesmo e tem sentidos que ele adquire na sua relação com o dizível. Podemos afirmar que o silêncio, para os objetivos de nossa pesquisa, se caracteriza de três modos: a) a política do silêncio: que se manifesta de duas formas, o silêncio constitutivo e o silêncio local. “O silêncio constitutivo pertence à ordem de produção do sentido, representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito, se diz x para não dizer y, apagam-se os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva. O sentido local se manifesta através da censura, trata-se da produção do sentido como uma estratégia política de produção do interdito, do proibido, a interdição do dizer” (ORLANDI, 1992, p.75-77); b) através do silêncio, “podemos passar das palavras para as imagens e as metáforas” (op.cit., p.15); c) “a materialidade do silêncio está especificada na relação do imaginário com o real” (idem, p.16).

Ao discutir o papel do sujeito no discurso, Orlandi infere que ele se constitui enquanto sujeito, assim como também é construtor de uma realidade, modificando-a e sendo modificada por ela, ou então:.

O sujeito, por sua vez, ao dizer, se significa e significa o próprio mundo. Nessa perspectiva é que consideramos que a linguagem é uma prática. Não no sentido de realizar atos, mas, porque pratica sentido, ação simbólica que intervém no real. Prática, enfim, a significação do mundo. O sentido é história e o sujeito se faz (se significa) na historicidade em que está inscrito.(ORLANDI,2001,p. 44)

Observa-se que os projetos de geração de energia são os que têm causado grandes conflitos, disputas políticas e econômicas, principalmente pelos impactos ambientais e sociais que deixam à região, excluindo o homem local de participar das decisões tomadas pelo poder público na gestão de políticas para a Amazônia. Isso determina para a região um papel único de fornecedora de insumos para suprir as necessidades de outras regiões brasileiras, como aponta o jornalista Lúcio Flávio Pinto (2012, p. 34-35), ao afirmar que “mais de 70% da energia que é gerada no Brasil sai dos rios” e, considerando que “os rios mais próximos aos principais centros de consumo do país, nas regiões sul e sudeste, estão com seu potencial quase esgotado”, resta, portanto, a bacia amazônica, a maior do mundo, suprir as necessidades do país.

O Pará tem a quarta maior hidrelétrica do mundo, mas a energia que fica no Estado, segundo o jornalista, é bem menor do que a que sai para fora dos seus limites. E, a quantidade que fica não

consegue atender toda a população, de mais de 7 milhões de habitantes. Uma parte da população ainda supre suas necessidades de velhas usinas de óleo, assim como ainda é possível encontrar em algumas localidades funcionamento de energia apenas por alguns períodos do dia (PINTO, 2012, p. 53).

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Nos últimos 60 anos, percebemos uma mudança na feição econômica e social do país, não cabe aqui valorar os aspectos positivos ou negativos dessa transformação, mas contextualizar as vozes institucionais e os discursos de desenvolvimento para a Amazônia.

No presente artigo, escolhemos três momentos distintos da história do país: ditadura, redemocratização e a ascensão de um candidato de esquerda ao comando máximo do país. A escolha teve a finalidade de confrontar e analisar os discursos institucionais construídos e a inserção de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia.

REGIME MILITAR

O Brasil em 30 de outubro de 1969, dava posse ao seu vigésimo oitavo presidente, general Emílio Garrastazu Médici, considerado o pior período do regime militar, os anos verdadeiramente de chumbo (PINTO, 2012, p.71). Médici foi indicado pelo Alto Comando do Exército e eleito através de eleição indireta, ficando na presidência até março de 1974. Seu governo ficou conhecido como o “milagre brasileiro”, em que a partir de uma conjuntura internacional favorável, haverá uma expansão da economia brasileira proporcionando melhorias na vida da população. Esse “milagre” refletirá no crescimento do PIB, na estabilização dos índices inflacionários, na indústria, no emprego e no mercado interno.

Com o governo Médici, a população brasileira vai observar o nascimento das grandes obras do regime militar, entre elas, o Plano de Integração Nacional, que previa a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho. Em 1973, o Brasil assinava dois importantes acordos: com o Paraguai, para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu e, no ano seguinte, foi inaugurada a maior usina hidrelétrica da América do Sul, na Ilha Solteira.

Especificamente com relação a Amazônia, os governos militares vão incentivar a entrada de capital nacional e internacional, conforme observa Fábio Silva:

As estratégias de ocupação da Amazônia durante os governos militares (1964-1985) consubstanciou-se na criação de mecanismos de incentivos à penetração do capital nacional e internacional na ocupação de terras, assegurando vantagens fiscais para a criação de grandes projetos agropecuários, atraindo trabalhadores rurais para programas de colonização dirigida, abrindo estradas e consolidando a infra-estrutura de transportes, comunicações e energia elétrica, prioritariamente para insumo energético de grandes indústrias do setor mineral (SILVA, 2009, p. 8).

O presidente Médici, ‘tocado’ pelo problema dos retirantes nordestinos, massacrados por uma intensa seca, oferece como solução ao problema, a construção da Transamazônica. Os nordestinos passam a ser “recrutados para construí-la como peões e também seriam assentados à suas margens como colonos” (PINTO, 2012, p. 72).

Segundo Pinto (2012), a interferência humana nos caudalosos rios amazônicos terá início no final dos anos 1960, durante o “milagre econômico”, com alvos bem definidos: o Curuá-Una, no Pará, e o Araguari, no Amapá, fazendo surgir duas diminutas usinas.

REDEMOCRATIZAÇÃO

A redemocratização brasileira começa com o chamado período de abertura política, ou seja, iniciado no governo Geisel (1974-1979) até a eleição indireta de Tancredo Neves, que morrerá antes de assumir o poder. José Sarney assume o Executivo federal.

O governo Sarney foi marcado pela implantação do Plano Cruzado, com vistas a combater a inflação, que se encontrava em patamares elevadíssimos, pelo congelamento de preços e da troca da moeda, assim como a constituição de uma assembleia nacional constituinte, resultando em uma nova constituição para o Brasil em 1988.

O sucesso do plano atingiu diretamente a opinião pública, que convocados pelo presidente da República, passou a fiscalizar os preços. A economia retomou seu crescimento.

Considerando o emergente movimento ambiental, tanto no cenário brasileiro como no exterior, no governo Sarney, de acordo com Carvalho (2001), surgirá uma aparente mudança na postura e nos discursos sobre as questões ambientais e o desenvolvimento da região amazônica. Nesse período vão ser criados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e o programa governamental Nossa Natureza, tentativas iniciais de incorporação das preocupações ambientais no modelo de desenvolvimento.

UM PRESIDENTE DE ESQUERDA

Em 2003, subia ao Palácio do Planalto, o trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Lula assumia o governo com um cenário econômico com altos índices de desemprego e declínio da renda, do consumo e da produção.

No seu discurso de posse, Lula vai afirmar “O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo” (SILVA, 01/01/2003a, p. 24).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi um defensor da construção da Usina de Belo Monte considerando a necessidade de evitar um apagão no país. Em visita realizada ao Estado, maio de 2010, convocou os paraenses a se engajarem em uma briga nacional em defesa da usina de Belo Monte. No seu discurso, condicionou o desenvolvimento local à implantação da hidrelétrica, ou seja, a possibilidade de trazer a indústria à região amazônica, historicamente fornecedora de matérias-primas como minério de ferro, madeira e bauxita.

Aos que criticavam a obra, entre ambientalistas, especialistas e pesquisadores, lembrou de sua preocupação com a questão ambiental, fazendo referência com o passado, que pouco se atentou para o problema. Afirmou no seu discurso: “aprendemos a não repetir as mazelas do que foi feito na década de 60, na década de 70, quando as pessoas eram simplesmente expropriadas de

suas terras e ficavam ao deus-dará” (LULA, 06/05/2010). O então presidente negou que Belo Monte tenha sido imposta à sociedade.

2. A AMAZÔNIA NAS VOZES INSTITUCIONAIS

A Amazônia vai assumir um papel geopolítico relevante para o país, a partir do Golpe de 1964, quando são estabelecidos os discursos da segurança e do desenvolvimento. Um dos efeitos dessa política foi a criação, em 1966, da Amazônia Legal, juntamente com a Sudam³. Assim, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com a divulgação e propaganda dos Projetos de Desenvolvimento Governamentais para a região.

Como escreve Silva (2009, p. 7), desde o período imperial e a República Velha, “a Amazônia esteve predominantemente à margem dos eixos principais da economia e da sociedade nacional. A presença do Estado nacional e das políticas públicas na região, com raras exceções, inexistiu, concretamente, em todos os sentidos”.

No século XXI, a região volta a ser foco de atenções na mídia com a execução da maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴ do governo federal, a ser realizada no estado do Pará, o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no rio Xingu.

É importante lembrar que obras de grande porte no setor elétrico foram implementadas na década de 1970 no país, ou seja, antes da legislação ecológica vigente, somente consolidada em 1981, quando os projetos já estavam definidos e iniciados. Com a criação da Eletronorte (1973), o governo federal desconsidera as características naturais da Amazônia – rios de planície com baixa declividade natural. E estabelece a região como fonte de energia abundante para a transmissão por longas distâncias até os centros mais desenvolvidos do país. “A Amazônia permaneceria como fronteira ou colônia” (PINTO, 2011).

Com essa visão, o regime militar construiu a maior (Itaipu, no rio Paraná, no extremo meridional do país) e a quarta maior (Tucuruí, no rio Tocantins, no Pará) hidrelétrica do mundo. (...) Os danos socioambientais das duas usinas não podem ser minimizados. Se Itaipu fosse concebida hoje, a sociedade brasileira aceitaria que ela causasse o sacrifício das cataratas de Sete Quedas que proporcionava aos visitantes um dos espetáculos mais deslumbrantes da terra? Tucuruí teria aprovação ambiental para submergir uma área de 3.100 quilômetros quadrados, na qual surgiu o segundo maior lago artificial do Brasil? Só para comparar: o Lago Paranoá em Brasília tem 48 km²(PINTO, 2011, p. 4).

Os primeiros ‘grandes projetos’⁵ implantados na década de 1970, geraram sérios problemas, seja pela agressividade à natureza ou pouco desenvolvimento econômico, político e social da

³Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia foi criada através da Lei 5.173 de 27.10.66, em substituição a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (Lei 1.806 de 06.01.1953). Autarquia federal, que tem como objetivo planejar o desenvolvimento da Amazônia Legal, área correspondente a 61% do território brasileiro, abrangendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Administra a política de incentivos fiscais para a Amazônia, priorizando setores estratégicos da economia Regional.

⁴ O PAC é um programa implementado pela União, através do Decreto 6.025, de 28 janeiro de 2007, no segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e engloba um conjunto de políticas econômicas prevendo investimentos em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros (www.brasil.gov.br).

⁵Na década de 1970 foram lançados os seguintes projetos: Jari, pelo norte americano Daniel Ludwig que incluía a Cadam, primeira fábrica de caulim da Amazônia e também a fábrica de celulose; o Projeto Grande Carajás, para exploração de minérios na região, considerada a mais rica do mundo, contendo minério de ferro de alto teor, ouro, estanho, bauxita, manganês, níquel e cobre. Em seguida, para gerar energia elétrica que atendesse aos projetos de extração mineral e à

região, levando em conta principalmente, o momento vivido pelo Brasil, quando a discussão de viabilidade dos mesmos ainda era intramuros, deixando a sociedade a parte dos debates e das decisões.

Os projetos de geração de energia são os que têm causado grandes conflitos, disputas políticas e econômicas, principalmente pelos impactos ambientais e sociais que deixam à região, excluindo o homem local de participar das decisões tomadas pelo poder público na gestão de políticas para a Amazônia. Isso determina para a região um papel único de fornecedora de insumos para suprir as necessidades de outras regiões brasileiras. Ou seja, mantendo um “modelo colonial” de imposição e sem escuta das vozes de especialistas ou das comunidades atingidas e envolvidas.

(...) ao longo do tempo, diversos especialistas têm se mobilizado para tornar públicas as graves consequências que o barramento do rio Xingu, em seu trecho denominado Volta Grande, poderá acarretar para a importante diversidade sociocultural e biológica da região: em 1989, foi publicada “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, coletânea organizada por Lucia Andrade e LeinadAyer Santos (Comissão Pró-Índio de São Paulo); e em 2005, o livro Tenotã-mô, organizado por Oswaldo Sevá e Glenn Switkes (disponível em <http://internationalrivers.org/files/Tenotã-Mô.pdf>). Ambos, objetivando alertar a sociedade para os graves riscos sociais e ambientais inerentes ao projeto Belo Monte – vale dizer, em suas diversas versões –, sinalizavam também para a importância da expertise na construção do debate público (HERNÁNDEZ e MAGALHÃES, 2011, p; 82).

O projeto do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), considerada obra prioritária do governo federal, com objetivo de desenvolvimento do setor energético brasileiro e tem no histórico mais de 30 anos de polêmica para implantação. O projeto tem recebido amplas críticas que apontam sérios problemas técnicos, econômicos e ambientais para a sociedade como um todo, que se intensificaram a partir de 2010, quando o Ministério do Meio Ambiente concedeu licença ambiental prévia para construção da hidrelétrica.

As discussões sobre Belo Monte têm início em 1975, quando a recém-criada empresa Centrais Elétricas do Brasil S/A-Eletronorte, inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, para mapear o rio e os afluentes mais favoráveis para barramentos. Na década de 1980, o relatório é finalizado com a previsão de sete barramentos e a Eletronorte inicia os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado complexo de Altamira.

A primeira visibilidade dos problemas ambientais da construção de Belo Monte foi na esfera internacional: em 1988, na Universidade da Flórida, em Miami – Estados Unidos, o líder Kaiapó Paulinho Paiakan, o Kube-Íkaiapó e o etnobiólogo Darrel Posey, do Museu Paraense Emílio Goeldi, relataram no simpósio sobre manejo adequado de Florestas Tropicais, a indignação quanto a decisão do Banco Mundial (BIRD) de “financiar um projeto de hidrelétricas no Xingu que inundaria 7 milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas. Apesar de serem diretamente atingidos, os índios não tinham sido consultados” (www.xinguvivo.org.br).

industrialização da região, principalmente ao distrito Industrial de alumínio em Barcarena e ao projeto Grande Carajás, o governo federal lança a usina Hidrelétrica de Tucuruí, quarta maior do mundo.

Depois de tornar público os problemas, os índios recebem apoio do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)⁶ e realizam o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro de 1989, no município de Altamira (PA), reunindo cerca de três mil pessoas, entre elas, 650 índios de diferentes etnias, 300 ambientalistas, 150 jornalistas de vários países e autoridades políticas. Esse encontro ficou mundialmente conhecido pela cena em que a índia Tuíra- prima de Paiakan encosta a lâmina de um facão no rosto do então diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes. O evento é considerado um marco do socioambientalismo no Brasil e lançou a campanha nacional em defesa dos Povos e da Floresta Amazônica para a revisão dos projetos de desenvolvimento da região.

As manifestações a partir dessa ação não pararam mais. Ao longo dos anos diversos pesquisadores têm realizado estudos apontando as lacunas e prejuízos advindos com a implantação da hidrelétrica de Belo Monte. Um desses relatórios denominado de Painel de Especialistas⁷ foi produzido em 2009, a partir da apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA)⁸ que a ELETROBRÁS entregou ao IBAMA, no processo de licenciamento para a implantação do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte, no rio Xingú.

Nesse relatório é feito um estudo crítico de diversas instituições de ensino e pesquisa, evidenciando para a sociedade as falhas, omissões e lacunas dos estudos com a finalidade de subsidiar um processo de decisão, “pautado pelo debate público - sério e democrático”. No documento, os pesquisadores com larga experiência de pesquisa na Amazônia, apresentam considerações extremamente graves que colocam em questão a qualidade e a confiabilidade dos dados apresentados pelo EIA, colocando em questão a dimensão dos impactos e seus potenciais programas para atenuar o problema que será gerado.

Na proposta de execução do projeto da usina (www.blogbelomonte.com.br), está previsto o acréscimo de mais 11.233 MW de capacidade instalada e 4.571 MW de energia assegurada, devendo abastecer cerca de 18 milhões de residências ou 60 milhões de pessoas. O Complexo Hidrelétrico atingirá 11 municípios paraenses pertencentes a área denominada de Volta Grande do Rio Xingu, porém menos de 10% da energia produzida será utilizada em território paraense. Um estudo da Universidade Federal do Pará realizado a pedido do Ministério Público Federal, e apresentado em outubro de 2011, confronta o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que totaliza 16,4 mil pessoas atingidas. A pesquisa aponta que esse quantitativo é aproximadamente 55% maior, somando cerca de 25,4 mil moradores impactados com a formação do lago da Usina.

Portanto, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é mais uma página de conflitos nos projetos elaborados para o território amazônico.

⁶Uma das organizações que originou o Instituto Socioambiental, que incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do programa Povos Indígenas no Brasil, do CEDI e o Núcleo de Direito Indígenas (NDI), de Brasília. Organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas do Brasil.

⁷Formados por antropólogos, sociólogos, biólogos, engenheiros elétricos e mecânicos, economistas, geógrafos, especialistas em energia, ecólogos, ictiólogos, hidrólogos, etnólogos, zoólogos, cientistas políticos e pesquisadores da área de saúde pública e da assistência social.

⁸ Estudos de Impacto Ambiental (EIA) tem mais de 20 mil páginas, distribuídos em trinta e seis volumes produzidos pela empresa Leme. Ele somente foi disponibilizado para a sociedade vinte dias antes de iniciar as audiências públicas. O documento pode ser acessado no site do Ibama (www.ibama.gov.br).

3. DISCURSO, PODER E DOMINAÇÃO

O discurso até pode ser diferente, pois o momento histórico vivido pelo Brasil é outro. A correlação de forças não é a mesma de 1975, quando se vivia uma ditadura, mas o Estado, como afirma Pinto (2012, p. 34), “personificado na União Federal, pode muito. Talvez ainda mais do que a sociedade”, pelos instrumentos legais e políticos que dispõem para ‘controlar’ o processo de realização das obras.

É por causa da parte mais desenvolvida do Brasil que ainda se projeta, como no passado (acréscimo nosso), grandes barragens para a Amazônia. Mas além dos problemas que acarretam à natureza e aos habitantes das margens dos cursos d’água, essas obras exigem a construção de extensas linhas de transmissão de energia em alta tensão, medidas em milhares de quilômetros. (PINTO, 2012, p.35).

De acordo com o contexto histórico e os instrumentos legais e políticos disponíveis, o discurso é resignificado, ganhando novas nuances, mas dispensando o mesmo tratamento de dominação e poder do passado para a Amazônia. A Amazônia de 1970 é a mesma do século XXI. Ou como escreve Pêcheux (1988, p. 160-161), “as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...] as formações discursivas representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

EMILIO GARRASTAZU MEDICI (1970 – 1974)

O presidente Garrastazu Médici enviou ao Congresso Nacional cinco mensagens na sua gestão, de 1970 a 1974. Os documentos são os mais resumidos entre os analisados, em média tem 100 páginas. Apresentação foi organizada seguindo uma divisão em três áreas: política econômica e financeira; política social; política externa; e política interna e segurança.

A Amazônia recebe de 5 a 12 citações nas primeiras Mensagens Oficiais, e somente no último, que faz um balanço final do governo, a região é mencionada 41 vezes.

Para diminuir desequilíbrios regionais, concentraram-se esforços na execução de múltiplos e amplos programas, que estão destinados a mudar a face do Brasil. A ocupação de imensos espaços vazios (grifo nosso) implica a abertura de ilimitadas fronteiras econômicas, essenciais à consolidação do desenvolvimento nacional, pelo que significam em termos de criação de riqueza, alargamento do mercado interno de produção e consumo, criação de novas frentes de trabalho e novas oportunidades de emprego, que minimizam os problemas da expansão demográfica e favorecem a geração de grandes excedentes de carne, de cereais, de frutas, de madeiras e de minerais, cuja colocação pode dizer-se assegurada no mercado externo, sequioso de alimentos e de matérias-primas essenciais. (MEDICI, 1974, p. 71)

Em todos os documentos do período, o Norte do País está associado às expressões: “desbravamento”, “ocupação de imensos espaços vazios” e “abertura de ilimitadas fronteiras econômicas” e o espaço destinado à região foi o relato do setor de Transporte e da política econômica. Invariavelmente, o Norte é citado em ações em que os textos mencionam simultaneamente o Nordeste do País, o que explica a simplificação do espaço geográfico, anulando diferenças existentes entre as regiões. Ou seja, a Amazônia é tratada como um espaço vazio que precisa ser ocupado, ocupação de cima para baixo, isto é, sendo fornecedora de insumos para o restante do Brasil. Em nenhum momento a voz institucional menciona as pessoas que no território vivem.

O primeiro busca crescer duas dimensões ao processo do desenvolvimento brasileiro: a ocupação econômica de cerca de 2 milhões de km² da Amazônia e a incorporação à economia de mercado de aproximadamente 13 milhões de habitantes da região semi-árida do Nordeste. (MEDICI, 1971, p 17)

A Amazônia é tratada apenas como território físico e geográfico. Ou como afirma o jornalista Lúcio Flávio Pinto, “das sentenças refratárias à elucidação, do triunfalismo salvífico dos profetas do vazio” (2012, p. 12).

Neste período, a maioria dos enunciados relativos à região está relacionada ao programa de integração nacional e aos incentivos fiscais distribuídos.

Comanda também intenso trabalho, que tem como finalidade a redução do desequilíbrio entre macrorregiões, objetivando, em especial, acelerar o esforço de soerguimento do Norte e do Nordeste e garantir o desenvolvimento harmônico, tanto setorial como geográfico, de cada uma das grandes regiões em que se divide o País. Redobrado empenho merece, nesse sentido, a aplicação adequada e eficiente, dentro do sistema em vigor, do mecanismo de incentivos fiscais nas Regiões Norte e Nordeste. Consolidar a ocupação da Amazônia, como foi assinalado anteriormente, representa outro objetivo fundamental do Governo, possibilitando, destarte, a crescente integração daquela vasta área às demais regiões do País. (MEDICI, 1970, p. 47)

Somente em 1973 o governo passa a mencionar os estudos para instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia, destacando a necessidade de maior conhecimento sobre a região para futuros projetos .

Concluíram-se os estudos que definem as possibilidades de aproveitamento hidrelétrico e equacionam o problema de suprimento de energia para os principais pólos de desenvolvimento da Amazônia; e providenciou-se a instalação de modernas e eficientes usinas térmicas nos pólos de Belém, Manaus, Porto Velho e Rio Branco, a fim de garantir o suprimento adequado de energia, até que se tornem economicamente aconselháveis alguns dos projetos hidrelétricos que são objeto de estudos mais aprofundados.” (MEDICI, 1973, p. 44)

Porém, em nenhum momento os documentos citam a Usina Hidrelétrica de Balbina⁹, que teve as obras iniciadas em 1973, no rui Uatumã, próximo ao município de Presidente Figueiredo (AM), mesmo com vários manifestos de ambientalistas conta o empreendimento e seus impactos ambientais.

O mesmo silêncio se percebe em relação à Tucuruí¹⁰, localizada no sudeste do Pará, a 310 quilômetros de Belém, obra que começou a ser planejada em 1973, no primeiro choque do petróleo¹¹.

⁹ A proposta era fornecer energia a custo baixo para a população e as empresas que se instalaram na década de 1970 na Zona Franca de Manaus. Os dados da Amazonas Energia são de que Balbina custou US\$ 750 milhões, sem incluir o custo de 170 km de linha de transmissão até Manaus, o que faria chegar a US\$ 1 bilhão o valor total da obra. Desde sua finalização, Balbina fornece, quando as cinco turbinas estão em condições de operação, cerca de 80 megawatts de potência firme, ou seja, o aproveitamento do potencial instalado (chamado fator de capacidade da usina) é de 32%. Este valor é muito pequeno quando comparado com o fator de capacidade, de 50- 65%, da maior parte das demais usinas no País. (RODRIGUES, OLIVEIRA, 2012)

¹⁰ A hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, a quarta maior do mundo, ultrapassou, em setembro de 2011, um quarto de século de funcionamento. Desde 1984, ela transforma em energia as águas do 25º rio mais extenso do planeta, o Tocantins, cuja área de drenagem ocupa 8% do território brasileiro, entre o Planalto Central e o litoral norte. (PINTO, 2012)

¹¹ O primeiro choque do petróleo ocorreu em 1973, quando os países do Oriente Médio descobriram que o petróleo é um bem não-renovável e que, por isso, iria acabar algum dia. Os produtores então diminuíram a produção, elevando o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses. As vendas para os EUA e a Europa também foram embargadas nessa época devido ao apoio dado Israel na Guerra do YomKippur (Dia do Perdão). Com isso, as cotações chegaram a um valor equivalente a US\$ 40 nos dias de hoje.

O documento faz um balanço do governo, concluindo com os interesses geográficos específicos para projetos de geração de energia hidrelétrica, É a única menção que demonstra o planejamento de aproveitamento dos rios para geração de energia hidrelétrica:

Na Amazônia, o Comitê de Estudos Energéticos da área concluiu os trabalhos a que se propôs em fins de 1971. Presentemente o esforço de avaliação se concentra em alguns rios da margem direita do Amazonas, especialmente nas bacias do Tocantins e Xingu, cujo potencial conjunto é estimado em 40 milhões de kw. (MEDICI, 1974, p. 75)

JOSÉ SARNEY (1985-1990)

As Mensagens do Presidente José Sarney se organizaram tematicamente em 5 eixos: o modelo de desenvolvimento, perspectivas e prioridades para o ano em curso; apêndices estatísticos com levantamento da área econômica ; e atividade setorial , que relatava as ações ministeriais.

Nos anos de 1987 e 1988, os textos estão repetidos no subitem Amazônia, incluído no texto sobre as ações do Ministério do Interior, sem acréscimos de informações. O que demonstra a pouca importância com os relatos sobre a região.

É neste período que a palavra “ecológica” é referenciada pela primeira vez em mensagens oficiais dos governos federais aos congressistas: “As ações de planejamento ambiental, especialmente os programas de zoneamento ecológico-econômico, permitirão o uso mais equilibrado dos recursos naturais, preservando o lastro mais importante para a vida futura” (SARNEY, 1987, p. 43)

Mas os documentos mantêm os discursos da década de 70 sobre a ocupação da Amazônia, mesmo narrando uma preocupação ambiental simultaneamente:

“A política de desenvolvimento da Amazônia visa promover a ocupação ordenada da região, preservando o equilíbrio ecológico e valorizando a população. Essas diretrizes pautaram, em 1986, as ações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e da Cia. Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA). A SUDAM expandiu suas atividades de planejamento regional, com a conclusão do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República (I PDA-NR), que contém as principais diretrizes para o desenvolvimento econômico e social da região.” (SARNEY, 1987, p. 150)

Mesmo assim não recebe nenhum aprofundamento informativo no texto, ainda que em todos os pronunciamentos estejam presentes enunciados narrando preocupação com a ameaça de internacionalização da região:

Outro tema que surge e que será sem dúvida o grande debate do futuro é o problema ecológico. O Brasil tem um imenso patrimônio natural a preservar, Temos a maior floresta úmida do globo. Temos grandes recursos naturais. Não podemos cometer os erros de muitos países desenvolvidos, que progrediram destruindo o meio ambiente, degradando o Planeta, de modo a ameaçar a própria vida. Por outro lado, o arsenal nuclear das grandes potências é a maior ameaça ecológica que existe, porque pode destruir a Terra.

Queremos a ajuda internacional nesse setor. Aceitaremos a cooperação científica, tecnológica, em recursos monetários e recursos humanos. Mas o dever principal é nosso. Uma coisa, contudo, jamais admitiremos: a internacionalização da Amazônia, a troca de nossa terra, da nossa soberania pela dívida ou por qualquer outra compensação. (SARNEY, 1989, p. XV)

A implantação, funcionamento ou planejamento de construção de Usinas Hidrelétricas não são evidenciados em textos mais explicativos. Estão em parágrafos curtos e quase codificados em siglas, sem detalhes, ou pelo menos de maneira mais clara sobre cada projeto, nas projeções para o ano de 1989:

(...) início da construção da UHE Tucuruí E (7 x 330 MW) e da UHE Manso (4 x 53 MW), além do início de operação da UHE Balbina (5 x 50 MW), da UHE Samuel (5 x 44 MW) e das unidades 11 e 12 da UHE Tucuruí I, a cargo da ELETRONORTE; (...) (SARNEY, 1989, p 91)

Percebe-se a referência constante à exploração econômica racionalizada pelo viés da preservação ambiental, mesmo que não haja nenhum aprofundamento no assunto:

No campo do planejamento regional, a Superintendência preparou estudos e elaborou diagnósticos, com a cooperação técnica da OEA, envolvendo os vales dos rios Trombetas (PA), Madeira (AM), Araguaia (AP) e Branco (RR). Foram desenvolvidos também outros estudos para a organização do espaço físico regional, incluindo a conclusão de mapeamentos de recursos geológicos, hídricos, agrícolas e florestais, a identificação das potencialidades amazônicas e a compatibilização da exploração econômica com a preservação ecológica.(SARNEY 1989, p 103)

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

Já nos dois mandatos, os documentos do Governo Lula, há uma divisão temática mais detalhada, as mensagens são maiores (média de 350 páginas por ano) e divididas em títulos que demarcam ideologicamente a proposta política de um governo para as minorias, destacando a preocupação com as questões ambientais. Os relatos estão expostos em capítulos nomeados de: Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social; Desenvolvimento Sustentável com Aceleração do Crescimento e Redução de Desigualdades; Cidadania e Inclusão Social; Infra-estrutura; Política Exterior e Soberania; Democracia e Diálogo; e Gestão do Estado e Combate à Corrupção. Uma abordagem regional diferenciada é proposta a partir de então, mas permanece o discurso desenvolvimentista para um “objeto” com potencial de exploração:

“(...) a implementação do Plano Amazônia Sustentável (PÁS), plano inovador de desenvolvimento regional construído de forma democrática com ampla participação dos Estados, dos Municípios e da sociedade civil, que interrompe uma longa história de planejamento autoritário para a Amazônia e propõe um tratamento diferenciado para uma região complexa e heterogênea com grande potencial econômico, diversidade social, biológica e riquezas naturais.” (LULA, 2005, p. 81)

É perceptível que a denominação de região Norte é substituída definitivamente por Amazônia, que passa a constar nas mensagens com um item único para descrição de projetos do governo para a região, dentro do capítulo da Integração Nacional. Mesmo relatando neste espaço os problemas peculiares que afetam a região, não há menção às consequências dos grandes projetos:

“Ao longo das três últimas décadas, a Amazônia experimentou profundas mudanças estruturais na economia (industrialização), no povoamento (urbanização), na sociedade, com a emergência de novos atores locais e internacionais, e na apropriação do território, mediante a demarcação de terras indígenas, a criação de unidades de conservação ambientais e de projetos de coletividade, fruto das políticas implementadas para a região.” (LULA, 2003, p. 173)

Nem quando cita a ocupação desordenada, menciona os grandes projetos que incentivaram muitos ciclos migratórios:

O crescimento urbano fez-se de forma acelerada, passando a população urbana de uma proporção de 35,7%, em 1970, para 68,2%, em 2000, constituindo a urbanização, ao lado da mobilidade populacional, um dos aspectos mais dolorosos do processo de ocupação regional, uma vez que as cidades não tiveram tempo nem recursos para absorver os migrantes. Resulta, assim, que a Amazônia é uma floresta urbanizada, representando, porém, os núcleos urbanos um de seus maiores problemas ambientais. (LULA, 2003, p. 173)

E a codificação quando o assunto são as hidrelétricas permanece:

“Foram outorgados 77 empreendimentos de geração de energia elétrica em 2010, referentes aos Leilões A-5/2008; A-3/2009 Energia de Reserva/2009; A-5/2010 e o Leilão da UHE Belo Monte, que acrescentarão 6.250 MW médios ao SIN, a partir de 2012. Merece destaque o Leilão da UHE Belo Monte, realizado em 20 de abril de 2010. Essa usina, localizada no Rio Xingu, terá 11.233 MW de potência instalada, com entrada em operação prevista para 2015 e investimentos da ordem de R\$ 19 bilhões”. (LULA, 2010, p 234/235)

A Amazônia, com assuntos peculiares a serem destacados, recebe maior espaço no discurso enviado aos parlamentares, mas o silêncio sobre os grandes projetos hidrelétricos na região é o mesmo. Dentro das avaliações é na área de transportes que acabam concentradas as menções à região. E mesmo com um número bem maior de citações da palavra “Amazônia”, de 22 a 37 menções, não há registro das discussões ambientais que cercam os projetos governamentais. Quando a região se relaciona na mensagem à palavra “hidrelétrica” é somente para elencar o licenciamento ambiental do ano em curso:

Foram concedidas 20 licenças para Usinas Hidrelétricas de grande porte, ressaltando duas licenças prévias, três de prorrogação ou concessão de licença de instalação, 10 de renovação ou autorização para supressão da vegetação, e cinco de renovação, regularização ou retificação de licenças de operação. (Lula, 2008 p. 85)

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte será mencionada 3 vezes na Mensagem enviada em 2010. As menções tratam de energia de reserva, leilão e obtenção da licença prévia do aproveitamento hidrelétrico da usina, listados entre várias usinas de outras regiões, sem nenhum tipo de detalhamento:

Ainda em termos de planejamento, devem ser ressaltados os grandes empreendimentos hidrelétricos no Rio Madeira (UHEs Santo Antônio, licitada em 2007; e Jirau, licitada em 2008) e o avanço em direção à licitação da UHE de Belo Monte/ PA, a qual agregará mais de 11 mil MW de capacidade instalada ao sistema. (LULA, 2010, pag 241)

As polêmicas e a forma como o governo se posiciona diante dos especialistas que divulgam os problemas relativos à obra, permanecem sem visibilidade nos documentos em todas as mensagens enviadas ao Congresso Nacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de quase 5 mil páginas materializa as vozes institucionais sobre a região, e comprova a afirmação que inicia este artigo. Costa (2008) ressalta que as narrativas sobre os grandes projetos de hidrelétricas na Amazônia remetem aos discursos do período colonial; e as mensagens presidenciais aos parlamentares nos períodos estudados são reducionistas quando situam a região como um vazio que precisa ser vencido em nome de um projeto integrador e desenvolvimentista. Ou, quando acompanhado de uma roupagem de sustentabilidade, o discurso silencia para não suscitar questionamentos.

Assim, a percepção das distorções – que poderiam estar restritas ao período ditatorial brasileiro – se estende pelos outros dois períodos políticos estudados. A região, fronteira desafiadora de um projeto militar, também tem anulada sua singularidade, sendo sempre sendo citada simultaneamente ao Nordeste, como se os desafios acima do plano piloto de Brasília fossem iguais para realidades tão peculiares. E as hidrelétricas locais são listadas, de forma misturada aos outros projetos hidrelétricos espalhados pelo país, Tudo é igual para o registro político histórico.

O recorte temático e ideológico que se faz a partir deste discurso oficial, também mostra que os governos que sucedem os militares permanecem sem dar visibilidade aos impactos socioambientais e todos os conflitos que as hidrelétricas proporcionaram e proporcionarão – mesmo utilizando a região como parte de um discurso que pretende remeter a uma preocupação socioambiental.

Nas avaliações ou projeções apresentadas ao Legislativo, o discurso presidencial, cheio de representações sobre o poder da soberania nacional, determinando o futuro da região, também silencia sobre o sujeito amazônico. E esse silêncio é o mesmo em três momentos políticos tão distintos. A região permanece em todos os períodos, objeto de um discurso tecnocrático, em que os governos constroem representações de eficiência e competência, produzidas para sua própria legitimação.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Emilio Garrastazu Medici, 1970.
_____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Emilio Garrastazu Medici, 1971.
_____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Emilio Garrastazu Medici, 1972.
_____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Emilio Garrastazu Medici, 1973.
_____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Emilio Garrastazu Medici, 1974.
_____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, José Sarney, 1986.
_____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, José Sarney, 1987.
_____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, José Sarney, 1988.
_____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, José Sarney, 1989.
_____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, José Sarney, 1990.
_____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, 2003.

- _____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, 2004.
- _____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, 2005.
- _____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, 2006.
- _____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, 2007.
- _____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, 2008.
- _____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, 2009.
- _____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, 2010.
- _____. Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, 2011.
- CARVALHO, G. Histórico e impacto das políticas públicas na Amazônia. In: BARROS, A. C. (Org.). Cadernos Temáticos: sustentabilidade e democracia para as políticas públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: Fase/Ipam, 2001. (Projeto Brasil Sustentável e Democrático).
- COSTA, Vânia Maria Torres. A Amazônia narrada: entre passado e presente quase nada mudou. 2008.
- COELHO, Maria et al. Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. Novos Cadernos NAEA, v. 13, n. 2, 2011.
- FEARNSIDE, Philip M. Desafios para midiaticização da ciência na Amazônia: O exemplo da hidrelétrica de Belo Monte como fonte de gases de efeito estufa. A Midiaticização da Ciência: Cenários, Desafios, Possibilidades, p. 107-123, 2012.
- FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996
- ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do silêncio: no movimento de sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- _____. Discurso e leitura. 6ª ed. Campinas: Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- _____. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. tradução E. P. Orlandi e outros. Campinas: Editora Unicamp, 1988
- PHILLIPS, N.; HARDY, C. Discourse analysis. London: Sage Publications, 2002. http://www.mensagenscomamor.com/biografias/briografia_de_lula.htm#ixzz3qT3vcDhG
- PINTO, Lucio F. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 3, p. 777-782, set.-dez. 2012.
- _____. A Amazônia em questão: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editores, 2012.
- RAVENA, Nirvea. Ausência de estudos no EIA ligados à manutenção da vida das populações atingidas pela Hidrelétrica de Belo Monte 48-52 pp. In: Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos & Francisco del Moral Hernandez (Eds.). Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Painel de Especialistas sobre a Hidrelétrica de Belo Monte, Belém, Pará. 2009. 230 pp.

RODRIGUES,RA; OLIVEIRA, JA .Impactos sociais da desterritorialização na Amazônia brasileira: o caso da hidrelétrica de Balbina. Emancipacao. v. 12i1. 0003. 2012. Disponível em: www.Revistas2.uepg.br

SILVA, Fábio Carlos da. Raízes Amazônicas, Universidade e Desenvolvimento Regional. Paper do NAEA, nº 250. ISSN: 15169111. Belém, 2009.

A ENERGIA QUE VEM DA ÁGUA: POR QUE RESISTIR AO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO TAPAJÓS?

Stefany Rafaela Ferreira e Silva¹
Solange Maria Gayoso da Costa²

RESUMO

A relação entre Energia elétrica e Desenvolvimento acontece desde o período da revolução industrial. No Brasil construiu-se um marco regulatório no setor de energia, materializado em uma Política Energética bem demarcada. O antes, durante e depois de um empreendimento hidrelétrico, são repletos de impactos, muitos destes irreversíveis, e o EIA/RIMA é uma etapa fundamental para identificá-los. No caso do Complexo Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, os impactos que são apontados pelo EIA/RIMA, em sua maioria já haviam sido preconizados pelos próprios indígenas. São muitos os conflitos territoriais relativos à construção deste empreendimento, e em resposta a esta ofensiva os indígenas da etnia Munduruku têm mostrado seu posicionamento contrário a esta construção através de várias ações que revelam sua resistência em defesa de seus territórios.

Palavra-chave: Conflito, Hidrelétricas, Resistência, Munduruku.

ABSTRACT

The relation between Electrical Energy and Development has been since the period of the Industrial Revolution. In Brazil was constructed a regulatory mark in the energy sector, materialized in a well defined Energy Policy. The before, during and after of a hydroelectric project, are loads of impacts, many of these irreversible, and the EIA/RIMA is a fundamental step to identify them. In the case of Hydroelectric Complex of São Luiz do Tapajós, the impacts are appointed by the EIA/RIMA, mostly already been recommended by the Indians themselves. There are many territorial conflicts relating to the construction of this project, and in response to this offensive, the Munduruku indigenous ethnic group have shown its opposite position to this construction through various actions that reveal their resistance in defending their territories.

Keywords: Conflict, Hydroelectric, Resistance, Munduruku.

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Pará e bolsista PIBIC 2014 – 2015. Email: Rafafesil@gmail.com

² Doutora em Ciências Socioambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: solgayoso@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Desde o início da história do setor energético encontram-se influências do mercado internacional, são acordos, alianças e regras que têm grandes rebatimentos sobre as estratégias utilizadas pelo Governo brasileiro. As construções de empreendimentos - como hidrelétricas – têm em sua raiz estas mesmas motivações, ou seja, é usado o discurso de produção de energia “limpa” e “progresso através da energia”, para poder convencer ideologicamente as massas e assim ter o controle e a exploração dos recursos naturais.

Na busca pela ocupação da Amazônia como fornecedor de matéria prima, várias estratégias de ocupação foram traçadas e também muitos impactos gerados a partir dos posicionamentos adotados dentro do setor de energia do país, fazendo com que formas de resistência fossem adotadas pelos agentes sociais e territórios atingidos ou envolvidos nos resultados dessas estratégias.

Procuraremos expor aqui como se dá a construção do processo de resistência dos povos indígenas Munduruku frente o processo de implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, destacando suas estratégias de mobilização, resistência e organização dos indígenas para defesa de seus territórios.

Trata-se de pesquisa exploratória com ênfase no levantamento bibliográfico, coleta de informações e dados em fontes secundárias como sites, blogs e Jornais.

A POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA

A relação entre Energia elétrica e Desenvolvimento acontece desde o período da revolução industrial, sendo a energia elétrica o componente essencial para dá suporte à produção das maquinarias. Ao longo da história e com as mudanças na econômica mundial, se fez necessário que o setor de energia fosse regulamentado, e durante a construção da Política Energética se manteve esta mesma relação e proximidade entre a produção de energia e a indústria.

Quando a Política Energética ainda estava tomando forma já se via grande relação entre as companhias de energia e os grupos privados, trazendo à tona os investimento e controle do capital estrangeiro sobre a produção de energia brasileira, que tem como reflexo no cenário nacional a criação, com a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), hoje denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo informações do Memorial da eletricidade³, em 1954 foi instituído tanto o Fundo Federal de Eletrificação (FFE) como o Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), concebendo assim a primeira iniciativa de captação de recursos de cunho fiscal com alcance nacional para investimentos no setor de energia elétrica.

Mesmo havendo alternância de investimentos no setor elétrico brasileiro entre as agências públicas e privadas, é preciso demarcar que o poder público assume o controle direto do setor energético na década de 1960 com a criação do Ministério de Minas e Energia

³ A Eletrobrás criou um sitio onde é possível consultar todas as informações históricas a respeito do Setor de Energia do País, denominado Memorial da Eletrificação, disponível em: <http://memoriadaeletricidade.com.br/>

(MME) e a constituição, através da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961 das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRAS), com o intuito de coordenar tecnicamente, financeiramente e administrativamente o setor de energia.

Também são criados outros decretos e projetos de lei relativos ao Plano Nacional de Eletrificação, tendo sempre como pano de fundo uma reestruturação do setor elétrico em que o Estado assumisse o papel de agente participativo da produção e transmissão de energia elétrica. Mesmo que alguns dos decretos e projetos de lei relativos ao Plano não terem sido aprovados, as proposições dele foram responsáveis em direcionar a posterior expansão da indústria de energia elétrica no país, entre as recomendações que continham nele o Memorial da Eletrificação destaca a interligação dos sistemas elétricos; a unificação de frequências; e a padronização de tensões de transmissão e distribuição.

Sobre os Planos de Eletrificação, destaca-se o chamado Plano 2000, elaborado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), o qual entra em vigor em 1982, mantendo a opção preferencial pela energia hidrelétrica.

“O plano foi dividido em três partes. A primeira contempla a programação das usinas que entrariam em operação até o ano de 1985. A segunda parte diz respeito ao planejamento das usinas e sistemas de transmissão, que estariam operando até 1995. E, na terceira parte, em função dos inventários hidrelétricos já realizados e em execução, estabelece previsão para o programa de obras até o ano 2000, abrangendo inclusive estimativa dos custos de transmissão e, também, das usinas termelétricas convencionais e nucleares a serem instaladas no período.” (Memorial da Eletricidade, 2014)

Para além dos planos nacionais de eletrificação houve também outras iniciativas governamentais que rebateram no setor de energia, que são os planos de desenvolvimento regionais, iniciativas essas que vieram a partir da constituição de 1946. Destas podemos destacar a criação, inspirada na experiência norte americana de planejamentos integrados, da superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA em 1953,

[...] Que seria o órgão planejador e executor do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. O plano estabelecia objetivos como desenvolvimento industrial, aproveitamento de recursos naturais, desenvolvimento agrícola e a criação de uma infraestrutura em termos de transportes, comunicações e energia. Fixava também objetivos econômicos, de natureza geopolítica, relacionados à ocupação nacional da região (afirmação da posse brasileira); e social, como melhorias nos setores de educação, cultura e saúde. (LEMOS, 2007, p. 193)

A lei que criou a superintendência determinou como uma de suas principais funções o estabelecimento de energia em bases econômicas, como suporte para o abastecimento dos centros de consumo e da indústria e para o aproveitamento racional dos recursos naturais (LEMOS, 2007, p. 199). Após sua decadência foi extinta

e substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e que trouxe junto com a sua instituição a criação de outros órgãos como o CODAM e o Banco da Amazônia S.A.

Somam-se a esses fatos as três missões técnicas econômicas americanas⁴, as quais contribuíram para que fosse construída uma mentalidade técnica planejadora no país, promovendo e legitimando o discurso técnico através do planejamento científico, para assim obter adesão dos setores sociais ao planejamento (LEMOS, 2007, p. 179). A privatização dos setores responsáveis pela infraestrutura rebateu diretamente na “privatização dos processos de planejamento e controle territorial que são intrínsecos aos grandes projetos” (VAINER 2007, p. 05).

Nos últimos anos o Brasil construiu um marco regulatório no setor de energia, materializado em uma Política energética bem demarcada com a criação de órgãos fiscalizadores e reguladores (Agência Nacional de Energia elétrica – ANEEL), (Operadores Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS) e de pesquisa (empresa de Planejamento Energético - EPE) que juntos com o estabelecimento da Câmara de comercialização de energia Elétrica – CCEE, reafirmam o já criado Ministério de Minas e Energia – MME, e assim o Estado passa de fornecedor/provedor de energia para o status de fiscalizador do serviço prestado por empresas privadas. Porém com a chegada da era de construções de megaempreendimentos hidrelétricos, o Estado passa a ser financiador destas obras.

IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA: O CASO DA UHE DO TAPAJÓS

Em todo o curso do setor energético encontram-se grandes influências do mercado internacional, e estas influências têm grandes rebatimentos sobre as estratégias utilizadas pelo governo brasileiro. No caso da exploração hídrica da Amazônia, é um comando internacional “comumente chamada de ajuste estrutural, caracterizada pela adesão às diretrizes do Consenso de Washington⁵” (VAINER, 2007, p. 02).

Sevá (2008, p. 21), reafirma isto quando traz a memória que após o acúmulo de experiências no século XX, com a Marcha para Oeste, com o plano piloto e as grandes rodovias inter-regionais, os recentes governos brasileiros lançam os chamados eixos de articulação que em si são “eixos” para que negócios externos venham a se instalar, ou para que através deles possam despachar suas mercadorias, mas que também funcionam como uma via de mão dupla, “trazendo novas estruturas de mando e novos modos de vida”.

Quando tratamos sobre as construções de hidrelétricas especificamente na Amazônia nos deparamos com vários discursos, um deles é mantido desde o início da história da política energética que é a relação entre energia e desenvolvimento. Junto com ele também é difundido o discurso de que a energia proveniente de usinas hidrelétricas é “energia barata”, ignorando e não “contabilizando” em geral os

⁴ Missão Cooke, em 1942; Missão Abbink, em 1948 e a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, em 1951.

⁵ <http://www.politicaeconomia.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html> >. Acesso em: 31/03/2014.

verdadeiros conflitos, custos e ônus resultantes ou relacionados às construções desses empreendimentos, e assim publicando custos menores em relação a outras formas de produção de energia.

Nesse “jogo contábil” não são computados os custos socioambientais relacionados às construções de hidrelétricas na Amazônia, se estes o fossem segundo Pontes (2011), com certeza o valor da energia provinda de hidrelétricas se equipararia ao valor da energia solar, tida hoje como de alto custo.

No processo de construções e implantações de Empreendimentos hidrelétricos existem vários “problemas específicos de Geologia e de Hidrologia, de Engenharia civil, Mecânica e Elétrica [...]” (SEVÁ, 2004, p. 3), e além destes são realizados outros tipos de pesquisa, que são relativos aos problemas ambientais e sociais nas áreas aonde as usinas hidrelétricas são construídas, dos quais muitas vezes os seus resultados vão de encontro ao discurso de barateamento desta energia. Destes exemplificamos aqui com os estudos ambientais e o que seus dados revelam sobre o assunto.

Fearnside⁶, em uma entrevista⁷, afirmou que os dados reais de emissão de gases de efeito estufa emitidos por usinas hidrelétricas, não são incluídos na contabilidade das estimativas de emissões totais do país, e completa a informação afirmando que os que têm realizado tais estimativas ou mesmo lançado mão destas, tem interesses sobre os lucros relacionados a estas construções.

Ainda segundo Fearnside, no primeiro inventario nacional de gases de efeito estufa os dados das “emissões de hidrelétricas foram calculadas para nove das 223 barragens do Brasil”, sendo estes dados “confinados” a parte e não incluídos na contagem de emissões totais do país, já no segundo inventário “as emissões hidrelétricas foram omitidas por completo” (FILHO, 2013, p. 63 – 62). Demonstrando que a respeito de informações sobre os impactos ambientais das construções de usinas hidrelétricas ainda muito se precisa saber e ser divulgado.

No início para as construções de Usinas Hidrelétricas eram realizados apenas estudos de aproveitamento dos rios, porém através da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, tornou-se obrigatória a realização dos Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)⁸, toda a vez que exista o interesse em construir uma Usina Hidrelétrica, ou quaisquer outras “atividades modificadoras do meio ambiente” (MMA, 1986).

⁶Pesquisador ambientalista: Possui graduação em Biologia - Colorado College (1969), mestrado em Zoologia - University of Michigan - Ann Arbor (1974) e doutorado em Ciências Biológicas - University of Michigan - Ann Arbor (1978). Atualmente é pesquisador titular iii do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Estuda problemas ambientais na Amazônia brasileira desde 1974. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780291H9>. Acesso em: 15/06/2015.

⁷ Entrevista concedida em 07/04/2014 ao Amazônia Real. Disponível: <<http://amazoniareal.com.br/barragens-na-amazonia-22-licenciamento-de-hidreletricas/>> Acesso:14/02/2015.

⁸ Estes dois documentos, que constituem um conjunto, objetivam avaliar os impactos ambientais decorrentes da instalação de um empreendimento e estabelecer programas para monitoramento e mitigação desses impactos. Disponível em: <<http://www.licenciamentoambiental.eng.br/sobre-o-eiarima-estudo-de-impacto-ambientalrelatorio-de-impacto-ao-meio-ambiente/#ixzz3V2Lln2N3>> .Acesso em: 23/02/15

Todavia, mesmo com a existência desse tipo de legislação, ainda assim é possível afirmar que pelo menos no caso de Usinas Hidrelétricas a produção dos EIA/RIMA's tem se dado de forma preocupante, onde segundo Fearnside no Brasil

[...] são sempre altamente favoráveis aos projetos propostos, minimizando seus impactos e exagerando seus benefícios. Isto deriva em parte de um sistema onde o proponente paga o estudo, faz comentários sobre o relatório e sugere alterações antes de ser apresentado às autoridades. A última parcela do pagamento normalmente é feita apenas se o relatório for recebido favoravelmente pelo órgão governamental. A indústria de produzir relatórios, tanto ao nível de empresas de consultoria e ao nível de consultores individuais, tem forte motivação para produzir documentos favoráveis aos projetos, para aumentar as chances de ser contratado para projetos futuros. (FEARNSIDE, 2014, p.)

Essa afirmativa de Fearnside chama a atenção para o cuidado que se deve ter na leitura de um EIA/RIMA, é preciso sempre se atentar para quais informações nele estão contidas, porém o cuidado maior se deve ter nas informações não contidas ou não explicitadas nele. Como um dos exemplos deste processo de produção de EIA/RIMAS podemos citar o caso da construção do complexo Hidrelétrico do Tapajós.

Os Estudos aconteceram em um período de mais ou menos dois anos, com uma equipe calculada em mais de 300 pessoas (RIMA, 2014, p.09), a CNEC WorleyParsons Engenharia S/A, foi quem elaborou o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e a Eletrobrás junto com o Grupo de estudos Tapajós⁹, são identificados como responsáveis pelos estudos.

O objetivo principal da UHE de São Luiz do Tapajós, apresentado no RIMA é “ampliar a oferta de energia elétrica no país”, sendo considerada uma obra “estratégica, prioritária e de interesse público”, integrando o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2021¹⁰” (RIMA, 2014, p. 20).

O Complexo São Luiz do Tapajós contará com 8.040 MW de potência total, com uma barragem de 7.608 metros de extensão total, contará também com um reservatório que ocupará uma área de 729 km², sendo que 376 KM² desse total correspondem à área inundada (RIMA, 2014), ou seja, mais da metade da área total.

Sobre a região onde está planejado para acontecer a construção deste empreendimento, existe uma classificação importante pela qual o RIMA apresenta as Áreas que sofrerão influência por conta do empreendimento, são elas: a Área de Influência Indireta (AII); a Área de Influência Direta (AID); e a Área Diretamente Afetada (ADA).

⁹ O Grupo de Estudos Tapajós é responsável pelos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do AHE São Luiz do Tapajós. Grupo formado pelas empresas: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.; Electricité de France S.A.; CEMIG Geração e Transmissão S.A.; NEOENERGIA Investimentos S.A.; COPEL Geração e Transmissão; GDF SUEZ Energy Latin Participações Ltda e ENDESA Brasil S.A. (RIMA, 2014, p. 12).

¹⁰ PDE 2021: Planos Decenais são documentos produzidos anualmente pela EPE/MME para planejar a expansão de energia no país[...] O PDE 2021 refere-se à versão aprovada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em 2013. (RIMA, 2014, p. 20)

A AII compreende o Parque Nacional da Amazônia (PARNA), as Florestas Nacionais de Itaituba I e II (FLONAs), e os municípios de Itaituba e Trairão. Na AID está contido o Parque Nacional da Amazônia e Florestas Nacionais Itaituba I e II, margem direita do rio Tapajós, a localidade de Aruri (município de Trairão), o distrito de Miritituba (município de Itaituba), o entorno da sede de Itaituba e o trecho da BR-230 entre os igarapés Montanha e Missão. Já a ADA corresponde¹¹

à área da futura barragem, da casa de força, do reservatório acrescido da faixa referente à Área de Preservação Permanente (APP) e do Trecho de Vazão Remanescente (TVR). Na ADA estão contidas também as áreas para alojamento, canteiros de obra, linhas de transmissão, áreas de empréstimo, jazidas de areia, de cascalho e bota-fora. (RIMA, 2014, p. 43)

Outra relevante questão que precisa ser apontada aqui, é que no mapa em que é apresentado o meio socioeconômico da ADA, **não é citada** (nominalmente) a **Terra Indígena Sawé Muybu**¹², que está localizada entre o Município de Trairão e à margem direita do Rio Tapajós, pertencendo ao município de Itaituba, portanto, exatamente dentro da ADA, e **em nenhum momento é citada** (nominalmente) no RIMA. Restringindo a citação de sua existência, apenas na resumida descrição no tópico “população indígena”, onde aparece como pertencente a uma área indígena, e não sendo apontada como Terra Indígena¹³.

O antes, durante e depois de um empreendimento, são repletos de impactos, muitos destes irreversíveis, e o EIA é uma etapa fundamental para identificar estes impactos. No caso do Complexo Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, os impactos que são apontados pelo EIA/RIMA, em sua maioria já haviam sido preconizados pelos próprios indígenas.

A RESISTÊNCIA DOS INDÍGENAS MUNDURUKU.

Desde que foi veiculada a intenção em construir o complexo hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, muitas análises e posicionamentos vieram à tona, é possível notar a existência da

¹¹É necessário expor que o RIMA não descreve claramente quais áreas e/ou municípios estão contidos/correspondem a ADA, deixando muito nebulosa a compreensão sobre quem de fato será diretamente afetado pelo empreendimento.

¹² Território tradicionalmente ocupado pelos Munduruku da Terra Indígena (TI) Sawré Muybu, possui uma área de 178.173 ha (cento e setenta e oito mil, cento e setenta e três hectares), e perímetro aproximado de 232 km (duzentos e trinta e dois quilômetros), e abrange parte dos municípios de Itaituba e Trairão, ambos no estado do Pará localizada na margem direita do rio Tapajós, próximo à cidade de Itaituba, no estado do Pará. Fonte: Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muybu (Pimental) / PA RCID.

¹³ **Terra Indígena (TI)** é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada. O direito dos povos indígenas às suas terras de ocupação tradicional configura-se como um direito originário e, conseqüentemente, o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas se reveste de natureza meramente declaratória. Portanto, a terra indígena não é criada por ato constitutivo, e sim reconhecida a partir de requisitos técnicos e legais, nos termos da Constituição Federal de 1988. Ademais, por se tratar de um bem da União, a terra indígena é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela são imprescritíveis. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 25/04/2015.

não homogeneidade entre estes, porém trataremos aqui apenas o posicionamento dos agentes sociais que estão diretamente envolvidos/atingidos pela eventual construção deste empreendimento em seus territórios.

Vainer, analisa a ação destes agentes sociais que estão inseridos neste contexto, dizendo que

[...] Com um pouquinho de otimismo e um certo esforço, é possível vislumbrar a emergência destas forças. São os movimentos sociais territorializados, que elaboram, embora muitas vezes de maneira ainda insuficiente, novos projetos para suas regiões. Assim, por exemplo, o Movimento de Defesa da Transamazônica e do Xingu, os movimentos de atingidos por barragens, os movimentos de luta contra o deserto verde implantado pelo complexo agroflorestal. Não seria exagero afirmar que, pela primeira vez em nossa história, movimentos populares se confrontam, de maneira direta e consciente, com a problemática da estruturação e desenvolvimento territoriais. (VAINER, 2007, p 17)

Análise esta que Lemos (2007, p. 296) também compartilha, afirmando que esta luta “parece apontar para a (re)construção política de uma nova identidade territorial”, sendo este um dos frutos das “conquistas nos confrontos entre grupos hegemônicos e contra hegemônicos no conflito social pela apropriação do território e seus recursos”.

No que tange a questão territorial antes de nos propormos a falar dela, apresentaremos aqui o *território* como categoria analítica, para isso usaremos a definição de Souza. O território antes de tudo é “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós [...] e os outros”. Sendo o território um “instrumento de exercício de poder” onde o seu espaço é definido “por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78; 86).

Para que não se confunda território com espaço Raffestin (1993, p.02) explica que território antecede *Espaço*, nos fazendo perceber aqui, que *espaço*, é uma categoria diferenciada de *território*, e só é após a ação de um determinado agente no *espaço* é que este *espaço* se torna *território*, ou seja, “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o agente "territorializa" o espaço”. Segundo Souza (1995, p. 81), “territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, acanhada [...] à internacional [...]; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro das escalas temporais as mais diferentes [...]”.

Oliveira (1997, p. 55), nos esclarece que a “noção de *territorialização* é definida como um processo de reorganização social”. Sendo o processo de *territorialização* “um movimento pelo qual um objeto político – administrativo vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais”.

No caso das construções de hidrelétricas os conflitos territoriais são expressivos, resultando em “fragmentação territorial ou integração de um espaço nacional profundamente desigual e marcado por descontinuidades socioeconômicas” (LEMOS, 2007, p. 297).

No que se refere aos rebatimentos da intenção de construção do Complexo Hidrelétrico de Tapajós, os conflitos territoriais não vão muito aquém disto e em resposta a esta ofensiva, os indígenas da etnia Munduruku têm mostrado seu posicionamento contrário a este empreendimento através de várias ações que revelam sua resistência.

Usaremos como amostra algumas ações realizadas entre o ano de 2013 à 2015, deixando claro que as ações de resistência desta etnia antecedem esta data. No ano de 2013 o Ministro de Minas e Energia através de um aviso ministerial nº 040/13, solicitou o apoio da Força Nacional¹⁴ para poder adentrar nos territórios e realizar os estudos de viabilidades do empreendimento (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2013).

Em resposta a isto os indígenas Munduruku capturaram no Rio Tapajós e deixaram amarrados na praça da cidade de Jacareacanga três pesquisadores, e como condição para liberação deles, foi solicitada a presença das autoridades para dialogo e anulação dos estudos realizados na área, alegando ser previsto nos dispositivos legais a realização de consulta previa (CIMI, 2013). Mesmo acontecendo em meio a inúmeros conflitos os estudos foram concluídos.

Sobre a judicialização da causa destacam-se as intervenções realizadas em parceria com o Ministério Público Federal- MPF, que se iniciaram com o pedido de suspensão do Licenciamento da Usina e se somou a outras Ações Civil Públicas - ACP provocadas pelos indígenas e pelo próprio MPF.

Os Munduruku também firmaram parcerias com várias entidades, movimentos sociais e organizações não governamentais – ONGs, e como materialização desta parceira podemos apontar aqui a realização do projeto de formação continuada sobre a Convenção 169 da OIT, que teve como eixo principal a formação de multiplicadores indígenas, ribeirinhos, e outros. A capacitação resultou na elaboração de um Protocolo de Consulta.

Outra ação de resistência territorial dos indígenas Munduruku é a realização – ainda em andamento – da Autodemarkação da T.I Sawé Maybu, em resposta ao não prosseguimento do processo administrativo de demarcação que em andamento há mais de treze anos. A autodemarkação é uma estratégia de luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e que não deixa de ser uma

Retomada de suas terras e, ao mesmo tempo, possui um caráter fortemente educativo, já que proporciona um reconhecimento da área de usufruto exclusivo, seus recursos e seus problemas, contribuindo para o processo de gestão da mesma.
(AUTODEMARCAÇÃO, 2015)

Quando questionados os Indígenas respondem de forma muito clara acerca de seu posicionamento contrário ao empreendimento:

¹⁴ O governo federal publicou, em 12 de março de 2013, o Decreto nº 7.957/13, que altera o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 e legaliza a intervenção e a repressão militarizada a todo e qualquer ato de resistência da sociedade civil organizada contra a invasão de seus territórios por obras de infraestrutura. Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6788&action=read&page=2. Acesso em: 25/04/2015.

É dever de o governo proteger os povos indígenas em todos os aspectos culturais circunstanciais. Garantida o direito à terra tradicionalmente ocupada, com usufruto exclusivamente do povo para a sobrevivência da sua espécie. O governo não deve nos proteger usando a força de opressão, intimidando-nos com uso da violência, sem ambição e sem interesse econômico da nossa terra. Nós não negociamos a terra, trata-se de preservar o que ela nos oferece. Sendo ela bem cuidada ela também nos cuidará.
(CARTA MUNDURUKU, 2015)

Ou seja, a construção de empreendimentos causa conflitos pelo motivo de intervir nos territórios indígenas.

As ações dos indígenas são construídas e interligadas sempre em resposta as ofensivas e a falta de diálogo por parte do Governo, que segundo os próprios indígenas tem insistido na Intenção de Construção do empreendimento mesmo ilegalmente. No atual momento como somatória de conquistas da luta territorial indígena Munduruku apontamos o cancelamento pela terceira vez do Leilão da Usina.

CONCLUSÃO

O processo de resistência dos indígenas MUndurukus frente a implantação do complexo Hidrelétrico do Tapajós é expressivo de manifestações sucessivas de construção de uma existência coletiva, que defende seu modo de vida e a manutenção de sua cultura e saber. Diante do potencial devastador de destruição da UHE do seu território, os indígenas se organizam em ações de enfrentamento direto dos seus antagonistas – o governo e a empresa; buscando impedir que o processo da implantação continue em andamento.

Em vista aos argumentos apresentados concluímos que o uso da relação entre Energia elétrica e Desenvolvimento é um discurso que se dá pela existência de interesses internacionais, que tem como questão central a exploração econômica visando prioritariamente o lucro e que passa por cima da garantia e manutenção dos direitos territoriais dos povos tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTO DEMARCAÇÃO. **Cartas**. Disponível em: <<https://autodemarcacaonotapajos.wordpress.com/category/cartas/>>. Acesso em: 15/06/2015.

CIMI. **Munduruku expulsam pesquisadores de terra indígena**. Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6990&action=read. Acesso em: 15/06/2015.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **PORTARIA N 1.035, DE 22 DE MARÇO DE 2013**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/52374081/dou-secao-1-25-03-2013-pg-44>. Acesso em: 25/04/2015.

FEARNSIDE, Philip M. **Licenciamento de barragens**. 2014. Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/barragens-na-amazonia-22-licenciamento-de-hidreletricas/>>. Acesso em: 23/02/2015.

FILHO, Jânio Felix. **Amazônia Belezas e Verdades dos Rios. Filho**. -- 1. ed. -- São Paulo: All Print Editora, 2013.

LEMOS, Chélen Ficher de. **O processo de eletrificação na Amazônia: articulações e contradições entre Estado, capital e Território**. Rio de Janeiro:UFRJ/IPPUR, 2007. 342f.

MEMORIAL DA ELETRICIDADE. **Linha do Tempo**. Disponível:<<http://memoriadaeletricidade.com.br/>>. Acesso em: 20/03/2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA**. 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 25/02/15.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (1997) “**Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais**”. Boletim do Museu Nacional, 47 – 77.

PONTES, Felício. **O custo de Belo Monte**. O globo. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/in/o-custo-de-belo-monte-2901172>> Acesso em: 06/03/2015

RAFFESTIN, Claude. “**O que é o território?**”. In: POR UMA GEOGRAFIA DO PODER. São Paulo: 1. Ed. Ática, 1993.

RIMA, de São Luiz do Tapajós. Disponível em: <http://www.grupodeestudostapajos.com.br/site/wpcontent/uploads/2014/08/RIMA_SLT.pdf>. Acesso em 14/04/2015.

SEVÁ FILHO, A. “**Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera, e hidrelétrica nas Amazônia**s”. In: “I Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais”, UFMG, 2008.

SEVÁ FILHO, A. **Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais**. In: 2º Encontro nacional da ANPPAS, São Paulo. 2004

SOUZA, Marcelo L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná E. ; GOMES, Paulo C. C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pg 77-116

VAINER, Carlos B. **FRAGMENTAÇÃO E PROJETO NACIONAL: DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL** Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). 2009.

MANIFESTAÇÕES DOS ATORES COMUNITÁRIOS EM RELAÇÃO AO CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DE FERREIRA GOMES E PORTO GRANDE

Euridece Ruella¹

Adelma Barros Mendes²

Carmentilla Martins³

RESUMO

A presente proposta tem o objetivo de analisar as manifestações discursivas dos atores em oito comunidades localizadas entre os municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande às margens do rio Araguari no estado do Amapá. As comunidades que compuseram a base empírica do trabalho encontram-se na área de influência das obras de construção das usinas hidrelétricas de Ferreira Gomes (município de Ferreira Gomes) e Cachoeira Caldeirão (município de Porto Grande). A partir de diversas leituras e proposições de diferentes autores, as reflexões nesta proposta recuperam as discussões sobre o Discurso e suas perspectivas de análise (polifonia, silenciamento, dialogia) no viés do Desenvolvimento Sustentável. A Análise de Discurso apresenta-se ferramenta analítica no processo de compreensão das mensagens perpassadas pelos atores comunitários e suas percepções histórico-sociais sobre aspectos relacionados a modos sustentáveis de vida; ao compromisso com o meio ambiente em que vivem; a solidariedade inter e intrageracional; a influência dos projetos hidroenergéticos na vivência cotidiana. O trabalho permitiu entender o grau de pertencimento que essas comunidades têm em relação ao ambiente natural em que estão inseridas; como também inferir sobre como o “saber vivido” permite aos atores em suas práticas sociais manifestarem de maneira objetiva saberes sobre desenvolvimento sustentável. Assim sendo, os discursos do Estado e das empresas destoam dos discursos das comunidades estudadas: o Estado desenvolve as políticas públicas de expansão do setor energético; as empresas promovem a construção das obras; e, por último, as comunidades onde essas obras estão localizadas, apesar de não ansiarem pelos empreendimentos, passam a ter seu meio ambiente natural e cultural alterados. A presente proposta observa, interpreta e analisa a pluralidade discursiva no contexto de construção das hidrelétricas no rio Araguari, com ênfase nos discursos dos atores comunitários.

Palavras-chave: análise do discurso; desenvolvimento sustentável; usinas hidrelétricas; ambiente natural; ambiente cultural.

As discussões que envolvem a questão ambiental surgiram de maneira explosiva há quatro décadas, momento em que se analisava o meio ambiente apenas sob os aspectos sanitários, principalmente com relação à poluição da água e do solo, poluição atmosférica e as doenças dela

¹ Professora da rede pública de ensino no Amapá. Mestranda em Direito Ambiental e Políticas Públicas/PPGDAPP-Unifap. Email ep.goes@bol.com.br.

² Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amapá-Unifap. Email adelma@unifap.br

³ Doutora em Ciências Sociais. Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amapá. Email carmentilla@unifap.br.

advindas. Logo, as preocupações que mediam o ambientalismo e as diversas leituras que o teorizavam passaram a primar, de início, pela diminuição da degradação do meio ambiente.

A partir de 1972, com a realização da reunião de Estocolmo, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) intensificaram-se as preocupações e os esforços da sociedade em relação à questão das mudanças climáticas, biodiversidade, ambientalismo, cidadania ambiental, bem como se observou uma rápida difusão, através dos meios de comunicação em massa, de conhecimentos e práticas na área da sustentabilidade, termo este que passou a ser tratado cotidianamente em todos os setores da sociedade.

Assim, o desenvolver com sustentabilidade transformou-se em “[...] uma proposta de mudança, que deve acontecer de forma geral e profunda” (CHELALA, 2002, p. 166), portanto, esse cenário exige “não só uma nova forma de ver o mundo, como também uma nova perspectiva na construção do processo civilizatório” (CHELALA, 2002, p. 166).

Deste modo, ao se ter em consideração a diversidade de leituras, aspectos e diagnósticos que podem ser observadas sobre Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade, entre as décadas de 1960 e 1970, intensificaram-se os discursos, estudos e práticas sociais em torno da questão ambiental no Brasil suscitadas pelo questionamento acerca da intervenção do homem no meio ambiente natural (SANTOS, 2011). No entanto, isso se desenvolveu concomitantemente ao desafio do governo brasileiro em empreender um programa de desenvolvimento econômico, o qual impôs como imperativo da ampliação matriz energética; e na esteira desse movimento encontra-se a construção de diversas usinas hidrelétricas.

Nesse sentido, o panorama que se delineou na sociedade brasileira se constituiu a partir de dois parâmetros: o desenvolvimento com sustentabilidade e ampliação da matriz energética em atenção à mundialização que, segundo Zhouri e Oliveira (2007) deve ser “[...] entendida como uma nova configuração dos mecanismos de acumulação do capital a partir de processos concomitantes de descentralização das operações produtivas e centralização do capital” (apud CHESNAIS, 1996). Logo, o setor energético transformou-se em ponto crucial para a garantia do desenvolvimento econômico do país.

Todavia, para a Amazônia esse cenário mostrou-se conflituoso. A ênfase dos problemas fica nos significados produzidos e proferidos por duas racionalidades em confronto: de um lado, as populações ribeirinhas que entendem o sentido de viver na terra como sendo um patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro lado, o setor elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Nesse campo de embates, enquanto as comunidades tradicionais lutam contra uma lógica que as transforma em objeto na paisagem, e, conseqüentemente, tornando-as invisíveis enquanto sujeitos sociais e atores políticos dotados de desejos e direitos, multiplicam-se os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e todas as vertentes que o delineiam, especialmente a ideia de limitação das possibilidades de crescimento, ou seja, o ensejo de agregar preocupações ecológicas às questões sociais e econômicas, sendo nesse ínterim discursivo que o presente trabalho faz suas análises e considerações.

Neste viés Zarpelon e Grisotti explicam que o planejamento espacial de usinas hidrelétricas no Brasil fora dividido em quatro grandes períodos delimitados entre as décadas de 1950-2020; o último período se inicia em 2011 e é nele que se observa a intensificação da exploração do potencial hidrelétrico na região Amazônica como a melhor possibilidade energética para a manutenção do desenvolvimento socioeconômico do país (2013, pg. 388 apud MORETTO, 2012).

E é exatamente no contexto da intensificação da exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia que as usinas de Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, em Porto Grande, estão inseridas. Contempladas pela segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, denominado PAC 2, as usinas tiveram o início do andamento de suas obras em 2011. Segundo o Ministério de Minas e Energia, O PAC 2, com o anseio de aprimorar a experiência da fase anterior (PAC 1), aplicou mais recursos e promoveu mais parcerias com estados e municípios para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Neste ínterim os moradores das comunidades nos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande passaram a conviver com novas realidades, portanto, novos cenários, novos fatos sociais, econômicos, ambientais. Desta forma, analisar como as comunidades percebem este panorama de mudanças advindas da implantação dos projetos hidroenergéticos (os benefícios, os riscos, a vulnerabilidade) é de grande valia para os estudos científicos sociais, linguísticos, ambientais, especialmente quando analisado sob o viés da sustentabilidade, isto é, da garantia de desenvolver com o mínimo de implicações ao meio ambiente natural e cultural.

Apesar de os municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande serem bastante jovens, cuja criação data do final da década de 1980 e início dos anos de 1990, o tempo de residência de 8% dos informantes pesquisados é de mais de 40 anos nas comunidades ferreirenses e de mais de 30 anos nas comunidades portograndenses. Neste sentido, a relação dessas comunidades com o meio ambiente em que estão inseridas ultrapassa limites geográficos e políticos, agregando-se à ideia de integração, de conexão, de coexistência harmônica com os recursos naturais.

O grau de relevância dado a essas informações é significativo para a presente análise, pois revela que quanto maior o tempo de residência na comunidade, maior é o sentimento de pertencimento à região e, o mais interessante, maior é a importância do local para o indivíduo. Neste sentido, o morador utiliza o meio ambiente natural de forma mais sustentável, utilizando apenas os recursos naturais necessários para subsistência individual ou familiar.

Destarte, em observância aos discursos imprimidos e/ou enunciados tanto pelo governo federal quanto pelas empresas Ferreira Gomes Energia e EDP Energias do Brasil, responsáveis pelas obras nos respectivos municípios, os mesmos expõem a ideia de que a presença das hidrelétricas no estado do Amapá apresenta-se como verdadeiro 'presente' para a região em decorrência dos diversos benefícios que os empreendimentos proporcionam (geração de empregos, renda, oportunidades, infraestrutura urbanística, qualidade de vida, etc). À luz do pensamento desenvolvimentista de expansão do Setor Energético, é possível inferir que a percepção institucional e empresarial sobre as cidades e pessoas abarcadas pelos empreendimentos hidrelétricos Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão é contributiva, ou seja, a presença das usinas processa-se como algo relevante e valioso para essas comunidades.

Deste modo, na instância governamental a consciência de desenvolver com o mínimo de impacto ambiental possível origina a padronização de procedimentos, normas e a fiscalização do processo de concessão, instalação e operação das usinas hidrelétricas (Plano Básico Ambiental, EIA,

RIMA, Licença Prévia, Plano Diretor das cidades, programas socioambientais, pagamento indenizatório de terras, de bens, entre outros).

No tocante à esfera empresarial, o resguardo está no cumprimento das diretrizes e normas que regulamentam a implantação de usinas hidrelétricas, neste sentido o discurso implementado pelas empresas acaba sendo parecido com o discurso governamental, na medida em que ambos percebem os prejuízos causados pelos empreendimentos, entretanto criam planos mitigatórios no sentido de compensar os danos, sem que nisso seja observado um compromisso com a sustentabilidade em relação aos recursos naturais.

A contar como exemplo dessa afirmação quanto ao aspecto mitigatório nas políticas compensatórias, no dia 07 de maio do corrente ano o rompimento de uma ensecadeira⁴ ocorrido na usina Cachoeira Caldeirão provocou a inundação da parte baixa do município de Ferreira Gomes. Diversas famílias tiveram que sair às pressas de suas residências em decorrência da força e do grande volume de água que chegou à cidade (figura 1). À época, as obras da hidrelétrica foram suspensas e, posteriormente, os moradores foram indenizados (PACHECO, 2015, não paginado).

Figura 1– Foto Referente à Inundação ocorrida no município de Ferreira Gomes



Fonte: Neuberto Dantas, maio de 2015⁵.

É sensato estabelecer alguns parâmetros quanto à questão relativa às mudanças ambientais ocorridas no rio onde estão sendo instaladas as hidrelétricas de Ferreira Gomes e Porto Grande. A primeira consideração resguardar-se no fato de que as observações originam-se de moradores que habitam a região (o rio Araguari) há um tempo bastante considerável e que, portanto, são profundos conhecedores da realidade local. Outro ponto crucial nesta discussão resguarda-se na ideia de que “o saber vivido” desses moradores lhes permite avaliar plenamente quaisquer mudanças ambientais ocorridas desde o início das obras das usinas hidrelétricas, pois mesmo não havendo o conhecimento técnico-científico dos mesmos, suas percepções e olhares sobre o meio ambiente não podem ser deixados de lado em razão do saber científico.

É necessário entender, quando se trata de usinas hidrelétricas, que consideráveis mudanças socioambientais ocorrem em decorrência da vultuosidade do empreendimento. O Estudo de

⁴ Estrutura provisória destinada a manter a seco o local de uma obra.

⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/rio-sobe-e-invade-ruas-em-ferreira-gomes-populacao-culpa-hidreletrica.html>> Acesso em: 07 maio 2015.

Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental funcionam como embasamentos socioeconômicos e ambientais do empreendimento, explicitando as mudanças e degradações e instituindo programas que promovam a “restituição” dos problemas ocasionados.

As barreiras criadas no rio Araguari não se configuram somente como físicas, mas principalmente barreiras sociais, pois a mensuração da compatibilidade entre o dano ambiental e os programas desenvolvidos para mitigar os danos provocados são incompatíveis. Cita-se como exemplo: a falta de equilíbrio entre ônus e bônus, que se pode observar no deslocamento dos indivíduos de suas propriedades; a insatisfação dos proprietários em relação às indenizações que receberam por suas propriedades; o ruído ocasionado pelas explosões; a mortandade de animais, principalmente de peixes, fonte de renda e subsistência da grande maioria dos moradores da região do vale do rio Araguari; a degradação das águas fluviais utilizadas para consumo humano e tarefas domésticas.

Em observância aos discursos extraídos no trabalho de campo a respeito das possíveis mudanças ocorridas no meio ambiente natural a partir do início do processo de instalação das usinas hidrelétricas Ferreira Gomes e na Cachoeira Caldeirão, os relatos dos moradores das oito comunidades estudadas revelam o entendimento sobre meio ambiente como sendo uma desarmonia entre os componentes bióticos e abióticos causada pelo ser humano, mais especificamente pela implementação dos empreendimentos hidroenergéticos.

Levando-se em consideração os apontamentos sobre o Desenvolvimento Sustentável presentes é interessante observar que os discursos dos atores comunitários do entorno das usinas hidrelétricas de Ferreira Gomes e Porto Grande ressaltam a complexidade de se garantir que os recursos naturais sejam minimamente devastados numa situação de grandes obras infraestruturais; o cuidado em minimizar a degradação ainda é uma realidade inexistente, e nos discursos das comunidades ribeirinhas se evidencia uma lacuna entre o campo discursivo do Desenvolvimento Sustentável presente nas manifestações das empresas responsáveis pelas obras e o campo da prática social vivenciado cotidianamente pelos atores comunitários.

Em síntese, levando-se em consideração o discurso dos ribeirinhos ferreirenses e portograndenses, é admissível afirmar que no entrave das divergências entre os interesses das organizações sociais, a necessidade constante de progressos tecnológicos e a utilização desenfreada dos recursos naturais, a tendência é a de que o meio ambiente natural prevaleça como o mais prejudicado.

A análise desenvolvida sobre a questão relativa ao meio ambiente cultural apresenta-se de forma mais complexa, pois envolve fatores históricos, culturais, patrimoniais de diferentes indivíduos, cuja percepção sobre o meio e todas as transformações que nele ocorrem divergem histórica, econômica e culturalmente. Deste modo, o cuidado dado a esta parte da análise dos discursos resguarda-se nas várias representações sociais presentes no contexto da implantação de barragens e, logicamente, nas diferentes formas de interpretá-las.

Em concordância com o discurso assumido pelos empreendimentos locais responsáveis pelas obras nas cidades de Ferreira Gomes e Porto Grande – Ferreira Gomes Energia e EDP Energias do Brasil acerca de sustentabilidade (inclusive com programas de rádio e *website*, com link direcionado especificamente para a questão do desenvolvimento com justiça social, harmonia e respeito ao

meio ambiente), as divergências e complexidades das representações sociais permeiam a teoria e prática, na medida em que revelam dois lados da mesma história.

Deste modo, a contraposição dos discursos ocorre de maneira explícita, e expõe diversos problemas, geralmente corriqueiros ao se tratar de construção de barragens: de um lado moradores afirmam que suas vidas foram alteradas devido à chegada da UHE, pois começaram a surgir problemas relacionados diretamente com utilização do rio Araguari. De outro lado, as empreiteiras afirmam que todo seu trabalho é subsidiado pela sustentabilidade ambiental, através de projetos voltados para o manejo correto do meio ambiente físico e para a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos moradores da região.

Entretanto, na prática as narrativas apontam para situações complexas, entre elas, o caso da morte de peixes, ocorrida, segundo os moradores, pelo menos três vezes ao longo do período de desenvolvimento deste trabalho. O episódio da morte de peixes ao longo do rio Araguari causou diversas preocupações nos ribeirinhos, mudando, inclusive, a rotina cotidiana dos moradores, uma vez que sobrevivem das riquezas naturais da floresta e principalmente do rio e alegam não poderem consumir a água do rio para o preparo de alimentos, higiene pessoal, afazeres domésticos em geral, em decorrência de seu cheiro desagradável.

Outro problema narrado se encontra na questão da própria quantidade de pescado que, segundo os moradores, diminuiu consideravelmente, além da navegabilidade do rio, ou seja, o aparecimento de bancos de areia que passaram a dificultar a navegação das embarcações ribeirinhas, e, por conseguinte, seu deslocamento o longo do Araguari, fato ilustrado pela Figura 02. O que se observa é a considerável mudança no meio ambiente natural e, por conseguinte, alterações no cotidiano (meio ambiente cultural) dos ribeirinhos, fato que confirma os impactos gerados pela presença das hidrelétricas na região.

Figura 2 - Foto referente ao banco de areia no rio Araguari, município de Ferreira Gomes.

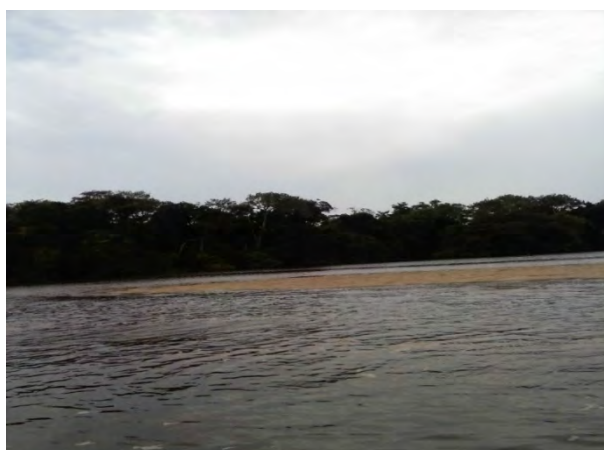


Foto: Euridece Pacheco Ruella, novembro de 2014.

Problemas como inundações de territórios pertencentes aos ribeirinhos e os pagamentos indenizatórios também foram citados, todavia, este trabalho procurou não se ater a tantas narrativas e discursos, pois se adentraria em questões concernentes ao patrimônio cultural da região, assunto que requer outras discussões teóricas.

O discurso apresentado pelas empresas empreiteiras possui outro viés, pois segundo as narrativas apresentadas do link presente no *website* da Empresa Ferreira Gomes Energia e no programa de rádio da Cachoeira Caldeirão, denominado “Uma Boa Energia” a presença das hidrelétricas na região, além de trazer inúmeros benefícios como emprego, renda, capacitação profissional, desenvolvimento econômico, entre outros, os empreendimentos também alegam ser subsidiados por programas ambientais determinados a partir do Estudo de Impacto Ambiental de Ferreira Gomes (FERREIRA GOMES ENERGIA, 2015) e de Porto Grande (EDP ENERGIAS DO BRASIL, 2015) e que garantem o mínimo de degradação ambiental possível para o rio Araguari.

Segundo Reigota (2010, p. 14), “Em transformando o espaço, os meios natural e social, o homem também é transformado por eles”, observa-se que as alterações no meio ambiente cultural que foram apontadas pelos moradores ferreirenses e portograndenses divergem do discurso estabelecido pelas empresas envolvidas nos empreendimentos. Entretanto, o enfoque das empresas é dado ao aumento de postos de trabalho, e, neste quesito, as vagas destinadas aos moradores daquela região foram preenchidas, de acordo com informações prestadas pelas próprias empresas.

Todavia, as observâncias presentes neste trabalho permitem inferir que as comunidades perceberam ao longo do processo que as vagas de emprego, apesar serem muitas, destinaram-se aos níveis fundamental e médio, portanto, os cargos com melhores salários não foram selecionados na região.

Todavia, a discordância acerca da construção das usinas e das mudanças socioeconômicas ocasionadas pelas mesmas aparece de forma mais discrepante nas narrativas dos atores comunitários, nas quais eles apontam para os diversos problemas acarretados pela presença das usinas hidrelétricas, especialmente os ambientais. Grande parte das famílias consultadas na pesquisa subsistia e subsiste dos produtos retirados do rio e da floresta. A partir do momento que esses recursos se tornam escassos, ou numa perspectiva mais pessimista, desaparecem; a sobrevivência desses grupos sociais fica comprometida. Um dos efeitos desse fenômeno que é frequentemente indicado é o êxodo rural, e, por conseguinte, o inchaço populacional dos centros urbanos.

O discurso produzido pelos moradores configura-se como argumento que se ajusta a formulação de Filho (2010) quando ressalta os transtornos causados pelos empreendimentos hidroenergéticos, entre os quais a perda da fauna e da flora, bem como os problemas sociais, tendo em conta que a interferência no processo de reprodução de pescado e as perdas de heranças históricas e culturais apresentam-se como traços marcantes e repetitivos nos discursos dos habitantes locais.

Desta forma, o que se observa nos discursos dos atores sociais é que a o deslocamento dessas pessoas do local onde viviam para outros, apesar de ter sido consultado, não deixa de ser uma ação intrusiva, na medida em que aparecem diversos relatos nos quais é marcante o sentimento de pertencimento desses atores comunitários com o local onde viviam. Esse, por sua vez, pode ser um indício que leve a explicar o motivo pelo qual os moradores afirmam que o valor indenizatório pago pelas terras não corresponde ao valor que eles, enquanto proprietários consideram real, justo. Neste sentido, avaliando quantitativamente os discursos das comunidades pesquisadas, é correto afirmar que a soma dos danos, ou seja, dos prejuízos ocasionados pela presença das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão não se mostram compensados pelos

benefícios por elas trazidos, comprovando que além da própria deformação do rio, as hidrelétricas causam uma deformação na realidade social da região, isto é das comunidades pertencentes à Ferreira Gomes e Porto Grande.

As análises dos discursos dos moradores das comunidades de Ferreira Gomes e de Porto Grande propiciaram proveitosas reflexões sobre os discursos que interpelam empreendimentos hidroenergéticos, pois as vozes desses discursos apontam para ideologias diferentes e divergentes entre si. Assim sendo, os interesses econômicos representados nos discursos do Estado e das empresas destoam dos discursos das comunidades estudadas: o Estado, visando suprir os anseios socioeconômicos nacionais, desenvolve as políticas públicas de expansão do setor energético; em sequência, as empresas, atendendo aos pré-requisitos do Estado, promovem a construção das obras; e, por último, as comunidades tradicionais onde essas obras estão localizadas, apesar de não ansiarem a presença dos empreendimentos na região, passam a ter seu meio ambiente natural e cultural alterados.

A partir dos discursos estatais e empresariais analisados neste trabalho foi possível concluir que a tentativa de convencimento e de silenciamento com vista à aprovação da implantação das obras das hidrelétricas nas comunidades de Ferreira Gomes e Porto Grande ocorreu através dos programas sociais, ambientais, econômicos cujos discursos asseguram a melhoria da qualidade de vida na região, através do cumprimento às diretrizes advindas dos Planos Diretores desses dois municípios. Assim, o Estado e as empresas, sob a ideologia do desenvolvimento econômico, do progresso (vagas de emprego, aumento da renda do trabalhador, acesso a melhores condições de atendimento nas áreas da saúde, da educação, da segurança pública, do saneamento básico, entre outros) receberam das comunidades Ferreira Gomes e Porto Grande o aval para a instalação dos empreendimentos hidroenergéticos.

Em síntese, as políticas públicas de infraestrutura desenvolvidas para garantir o crescimento do Setor Energético Nacional são embasadas por discursos desenvolvimentistas que correspondem diretamente aos anseios sociais. Desta forma, comunidades como as de Ferreira Gomes e Porto Grande, no âmbito das audiências públicas, não somente aceitam a presença desses empreendimentos na região como se percebem inseridos e abraçados pelos bônus advindos da instalação das obras.

Vale ressaltar que neste longo processo, para as comunidades ferreirense e portograndenses poucos benefícios foram registrados, em contrapartida, sobressaíram-se os prejuízos, cuja maioria não pode ser valorado, pois relacionam-se com bens culturais, com tradições, hábitos, costumes, percepções e representações de grupos sociais silenciados pela lógica do progresso e do desenvolvimento econômico.

Por fim, é bem verdade que a atual conjuntura de crescimento e desenvolvimento do Setor Energético Nacional advém da necessidade cada vez maior de atender aos milhões de consumidores e às tecnologias que lhes propiciam conforto, comodidade e bem estar ao longo do dia a dia. Entretanto, é preciso repensar as políticas públicas infraestruturais, de modo que crescimento e desenvolvimento econômico caminhem lado a lado com as questões sociais, especialmente quando se tratam das comunidades tradicionais presentes na realidade amazônica.

Destarte, é preciso que o discurso do Desenvolvimento Sustentável, no qual economia, sociedade e meio ambiente caminham juntos na mesma direção, seja

consolidado nas políticas públicas, de modo que os interesses econômicos não se sobressaíam às questões ambientais e sociais. Só se pode pensar em uma sociedade sustentável se o termo equidade estiver devidamente associado à natureza, homem e economia.

REFERÊNCIAS

CHELALA, Cláudia. A Crise, o Estado e o Desenvolvimento Sustentável. In: CHAGAS, Marco Antonio (Org.). **Sustentabilidade e Gestão Ambiental no Amapá: Saberes Tucujus**. Macapá: SEMA, 2002.

PACHECO, John. Famílias começam a ser indenizadas após enchente em Ferreira Gomes. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/familias-comecam-ser-indenizadas-apos-enchente-em-ferreira-gomes.html>>. Acesso: 27 maio 2015.

SANTOS, Mateus C. **Desenvolvimento Sustentável: interpretações crítico -científicas**. 2011. 63 fls. Trabalho de Conclusão de Curso, Especialização em Análise e Educação Ambiental em Ciências da Terra – Universidade Estadual de Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/ternopar/pages/arquivos/tcc%20Matheus%20Santos.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

ZAPERLON, Janiffer; GRISOTTI, Márcia. Entre discursos e práticas: análise do discurso do Governo Lula (2003-2010) no contexto da construção da usina Belo Monte. **Estud. Sociol.**, Araraquara, v.18, n.35, p.387-404, jul./dez. 2013. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/6460/4769>. Acesso em: 15 fev. 2014.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o Caso das Usinas Hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

DINÂMICA DO DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE DO PARÁ

*Benedito Evandro Barros da SILVA^{1,3}
Adilson Wagner GANDU^{2,4}.*

RESUMO

A região do oeste paraense ao longo dos últimos anos vem sofrendo profundas modificações de uso e ocupação do solo provocadas por um modelo econômico que levou a grandes áreas de desmatamento. Processo incentivado pelas políticas de ocupação da Amazônia na década de 70, que priorizaram a facilitação da ocupação pelo aumento e melhoria da infraestrutura e pelo assentamento de colonos em áreas florestais. Esta região nos anos 80 recebeu uma série de grandes projetos, tais como: o planejamento da construção da rodovia BR-163, a Cuiabá-Santarém, que ganham destaque como sendo os maiores incentivadores na abertura de áreas de floresta, para a entrada de agentes de desmatamento na região. Neste sentido este trabalho teve como objetivo analisar a dinâmica do desmatamento na região oeste do Pará no período de 2000 a 2014 a fim de se identificar se o modelo de desenvolvimento econômico do desmatamento ainda é predominante. Para esta análise utilizou-se de dados vetoriais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), disponíveis pelo Projeto PRODES e trabalhados no software Arc. Gis. 10. Os resultados mostram que o período de 2000 a 2003 foi o que contabilizou o maior desmatamento nos Municípios coincidindo com agricultura mecanizada. Os Municípios de Uruará, Curuá e Placas foram os que mais registraram desmatamento durante o período de 2000 a 2014. Este fato se deu devido à proximidade da BR-163 e dos Projetos de Assentamentos, que facilitam o transporte de madeira e a produção da agricultura mecanizada. Políticas públicas de ordenamento ambiental e territorial implementadas nos últimos na região contribuíram para a redução do desmatamento nos municípios durante o no período analisado.

Palavras-chave: Amazônia, Desmatamento, Municípios, Oeste do Pará.

1 INTRODUÇÃO

A região Amazônica é considerada a maior extensão de floresta tropical da Terra, caracteriza-se por abrigar grande biodiversidade, abundância em recursos hídricos e influência na manutenção do clima global, regional e local (MARENCO, 2007). Nos últimos anos, este bioma tem sofrido um acelerado processo de modificação, causado pelas mudanças no uso e ocupação do solo motivados por um modelo econômico de predominância do desmatamento (FEARNSIDE, 2012).

Neste contexto, a região do oeste do Estado do Pará recebeu incentivos de políticas de ocupação da Amazônia na década de 70, que priorizaram a facilitação da ocupação pelo aumento e melhoria da infraestrutura e pelo assentamento de colonos em áreas florestais (DA SILVA, et al.,

¹Graduado em Engenharia Ambiental, Doutorando em Desenvolvimento Sócio Ambiental (evandroourem@gmail.com).

²Bacharel em Física, Mestre em Meteorologia e Doutor em Meteorologia (adwgandu@gmail.com).

³Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) – NAEA/UFPA – Belém, PA.

⁴Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas – USP – São Paulo, SP.

2015). Para Fearnside (2013), o planejamento da construção da rodovia BR-163, a Cuiabá-Santarém, na década de 80, ganha destaque como um dos maiores incentivadores na abertura de áreas de floresta, para a entrada de agentes de desmatamento na região. Entre esses agentes os mais importantes estão: a intensificação da atividade pecuária e da agricultura; o cultivo de soja e a criação dos assentamentos rurais (CASTRO, 2008 e BRANDÃO JUNIOR, 2007).

A região do Oeste paraense foi escolhida para esse estudo por apresentar vários problemas: Tais como: Fundiários, índices elevados de grilagem de terras, violência, atividades econômicas ilegais, concentração da terra e conflitos socioambientais com populações tradicionais. Destaca-se como uma das regiões mais importantes no estado do Pará em função da grande diversidade biológica, das potencialidades naturais e culturais, que evidenciam uma heterogeneidade de situações sociais e étnicas interagindo com ecossistemas ricos em recursos naturais (CASTRO, 2007)

Entre as principais causas do desmatamento na região do Oeste do Pará estão à expansão de atividade agropecuária, incêndios florestais, comércio de madeiras, abertura de estradas, mineração, aumento da densidade populacional e de incentivos fiscais (RIVEIRO et al., 2009). O desmatamento e as queimadas causam efeitos severos na saúde pública, na agricultura, nos recursos florestais, nos recursos faunísticos e nos recursos hídricos e no clima (CANDIDO et al, 2007). Como contraponto, políticas de ordenamento territorial, implantadas na região do oeste do Pará tem contribuído para a redução do desmatamento na região e no Estado do Pará tais como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE BR 163 sustentável, O Macro Ecológico Econômico - ZEE do Pará, lei de florestas públicas, entre outras (CASTRO, 2012; FEARNSIDE, 2013).

A partir de 1988, as estimativas do INPE adquiriram o caráter de estatísticas oficiais sobre os desmatamentos da Amazônia brasileira em nível nacional e estadual e posteriormente municipal (INPE/PRODES, 2015). Diante disso, a utilização de dados vetoriais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), disponíveis pelo Projeto PRODES surgem como uma ferramenta indispensável para se analisar o desmatamento nos municípios da Amazônia. Este trabalho objetivou analisar a dinâmica do desmatamento em 12 Municípios da região oeste do Pará no período de 2000 a 2014 a fim de se identificar se o modelo de desenvolvimento econômico do desmatamento ainda é predominância.

1. 1EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA REGIÃO DO OESTE DO PARÁ

A partir dos anos 70, a ocupação da Amazônia tornou-se prioridade nacional e o governo federal passou a viabilizar e subsidiar a ocupação de terras para expansão pioneira. Neste período, o processo de ocupação acelerou-se e milhões de hectares de florestas foram derrubados para criação de pastos, projetos de mineração e projetos de colonização e reforma agrária (DA SILVA, et al., 2015).

Com a implantação, pelo Governo Federal, do Programa de Integração Nacional (PIN), que objetivava povoar a Amazônia com a vinda de grande contingente de trabalhadores rurais de diversos pontos do país, a agropecuária passa a ser o foco dos investimentos e são os eixos rodoviários da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da BR-230 (Transamazônica), os principais indutores de uma nova configuração territorial na região (FEARNSIDE, 2012). Para Soares-Filho et. al (2005), as estradas são os principais vetores do desmatamento na Amazônia ao longo de sua história de ocupação.

Especificamente sobre a região estudada, o uso da terra, até a década de 1980, baseava-se na agricultura familiar, com a utilização de técnicas tradicionais de preparo e cultivo do solo e o extrativismo vegetal (VENTURIERI et al., 2007). A partir das décadas de 1980 e 1990 houve uma intensificação da atividade pecuária e da agricultura mecanizada o que provocou o desmatamento de grandes áreas, tanto de vegetação primária quanto secundária para a implantação de pastagens e nas áreas de agropecuária familiar (VENTURIERI et al., 2007).

Além disso, nos anos 90 teve início o cultivo de soja na região, promovendo mudanças nos modelos de ocupação e na economia com a abertura de grandes empreendimentos, integrando hidrovias, ferrovias e rodovias, tornando-se um grande agravante ao desmatamento na região. Em abril de 2003, a multinacional CARGILL inaugura um porto graneleiro na cidade de Santarém, o que veio impulsionar a produção local e tornar o município corredor de exportação da produção de soja do Estado do Mato Grosso o planejamento da reconstrução da rodovia BR-163, ganha destaque como um dos maiores incentivadores na abertura de áreas de floresta, para a entrada de agentes de desmatamento na região de estudo (OLIVEIRA, 2015).

Os assentamentos rurais também surgem como um dos grandes incentivadores do desmatamento na região. Somente no ano de 2006 foram criados 97 novos projetos de assentamento, entre eles os projetos de desenvolvimento sustentável (PDS) e projetos de assentamentos florestais (PAFs). Estes cobrem uma área de cerca de 2,2 milhões de hectares e foram destinados à alocação de 33.700 famílias (CASTRO, 2008). Estima-se que o assentamento de contingentes populacionais em áreas de floresta já seja responsável por aproximadamente 98.086 Km², ou 15% de todo desmatamento registrado na Amazônia até hoje (BRANDÃO JUNIOR, 2007).

O avanço das plantações de soja na região apresenta-se como a maior ameaça, com seu estímulo para o investimento maciço do governo em infra-estrutura, como hidrovias, ferrovias e rodovias, estes investimentos podem levar a maiores desmatamento na região de Santarém (FEARNSIDE, 2012).

1.2 OS IMPACTOS DO DESMATAMENTO NO CLIMA E NA BIODIVERSIDADE

A Amazônia exerce significativa influência no clima local, regional e global, devido à dimensão continental da floresta, associado aos fortes fluxos de energia e disponibilidade hídrica na atmosfera e localização geográfica na faixa equatorial (COHEN et al., 2007). Modificações no balanço de energia, nos ciclos biogeoquímicos, como da água e do carbono, podem levar a mudanças climáticas e consequências ambientais mais severas e comprometer a sobrevivência de muitas espécies na região (CORREIA et al., 2007; LUIZÃO, 2007). Por isso, a Amazônia é considerada uma região de grande risco do ponto de vista das influências das mudanças climáticas (NOBRE; SAMPAIO; SALAZAR, 2007). As mudanças climáticas referem-se a qualquer alteração nas componentes do sistema climático ocorrido ao longo do tempo, devido à variabilidade natural ou decorrente da atividade humana (IPCC, 2007).

O “desmatamento” tem se tornado uma grande ameaça a manutenção do clima e a da biodiversidade na Amazônia por levar a severas consequências ambientais (FEARNSIDE, 2008). A região Amazônica é considerada a maior fonte brasileira de emissão de gás carbônico (CO₂) para a atmosfera, contribuindo para o aumento do efeito estufa (MACHADO, 2009). O Brasil é responsável

por eliminar para atmosfera mais de 70% das emissões de CO₂ provenientes de atividades de uso da terra no planeta (MARENGO, 2007).

A fragmentação das áreas florestais diminui o número de habitat disponíveis para as espécies biológicas, levando a alterações na biodiversidade (SALATI et al., 2006). É também cada vez mais evidente que a fragmentação da floresta, devido a mudanças do uso de solo, está fazendo a floresta ficar mais suscetível a incêndios, aumentando a inflamabilidade e a taxa de queimadas (ANDREAE et al., 2004).

As mudanças climáticas representam um risco para o ciclo hidrológico na Amazônia e na região do oeste paraense, uma vez que o aumento de temperatura provocará uma maior evaporação e maior transpiração das plantas, o que levará a uma aceleração do ciclo hidrológico, comprometendo o clima na região que é dependente da presença constante de água na atmosfera (NOBRE; SAMPAIO; SALAZAR, 2007). Alterações no ciclo hidrológico são inevitáveis, tais como modificações na evapotranspiração, na precipitação, no escoamento superficial e na disponibilidade de água para as plantas.

O corte seletivo aumenta a vulnerabilidade da floresta ao fogo, que quando entra na floresta, mata as árvores, aumenta a carga de combustível e seca a vegetação, aumentando o risco de futuras queimadas e da completa degradação da floresta (FEARNSIDE, 2005). As queimadas na Amazônia são responsáveis por 50% das emissões de CO₂ no Brasil (BARRETO; PEREIRA; ARIMA, 2008).

A maior redução da evapotranspiração da pastagem na estação seca está relacionado com a menor profundidade da zona de raízes das gramíneas em relação à floresta, que por isso armazena maior quantidade de água. Mesmo com um maior percentual de refletividade da radiação solar pela pastagem, a temperatura do ar sobre ela tende a aumentar em resposta à diminuição da evapotranspiração (CORREIA et al., 2007).

O desmatamento e as mudanças climáticas introduzem sérias ameaças à diversidade de espécies da flora e da fauna dos ecossistemas, em especial da Amazônia, com o provável resultado de sensível empobrecimento biológico (MARENGO, 2007). Para Vieira, Silva e Toledo (2005) a perda de biodiversidade é uma das principais consequências do desflorestamento na Amazônia e é totalmente irreversível. Segundo esses autores, é possível evitar a erosão dos solos, o desmatamento, recuperar recursos hídricos e a ciclagem de nutrientes utilizando sistemas ecológicos simplificados, porém é impossível trazer de volta espécies extintas. Entender os impactos do desmatamento na biodiversidade da Amazônia ainda é um grande desafio para os cientistas.

Para Marengo (2007), o aquecimento global está afetando os ecossistemas, causando a destruição ou a degradação do habitat e a perda permanente da produtividade, ameaçando tanto a biodiversidade como o bem-estar das populações. Até o ano de 2006, poucos estudos haviam sido realizados para se entender os impactos ecológicos do aquecimento global no país.

O desmatamento leva à perda de serviços ambientais, que têm um valor maior que os usos pouco sustentáveis que substituem a floresta. Estes serviços incluem a manutenção da biodiversidade, da ciclagem de água e dos estoques de carbono que evitam o agravamento do efeito estufa. Retroalimentações entre as mudanças climáticas e a floresta, por meio de processos tais como os incêndios florestais, a mortalidade de árvores por seca e calor e a liberação de estoques de carbono no solo, representam ameaças para o clima, a biodiversidade e as populações da Amazônia (FEARNSIDE, 2006).

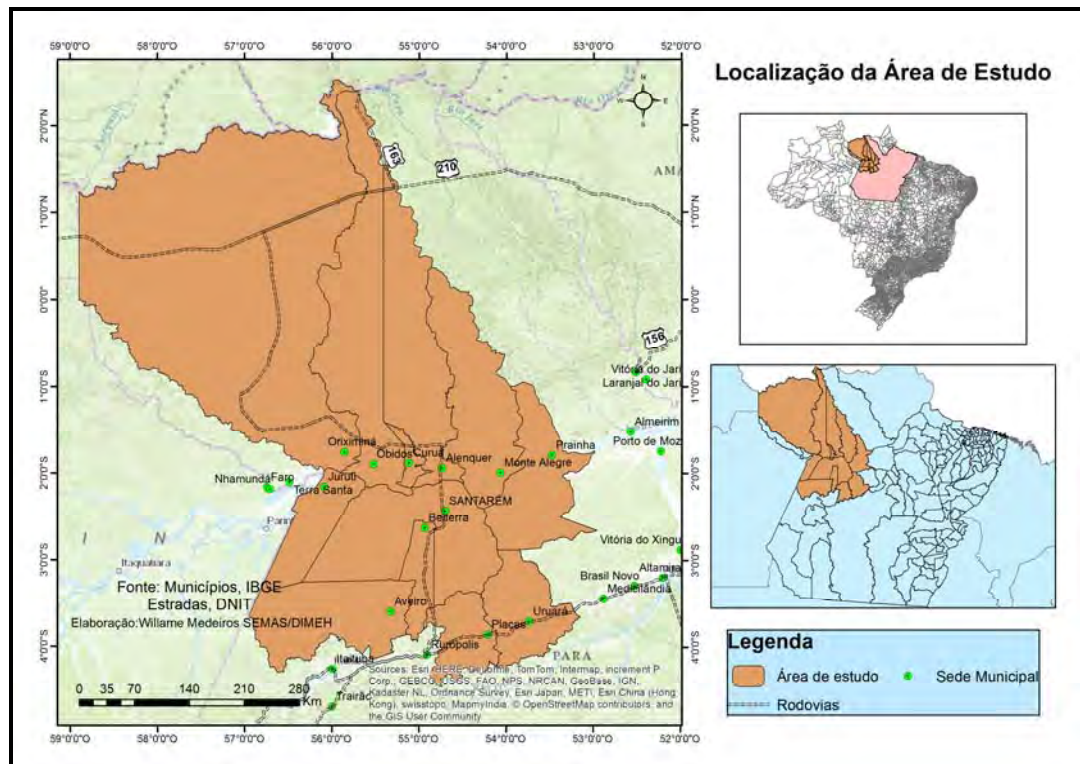
2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo localiza-se na meso-região do baixo Amazonas e oeste Paraense, envolvendo as micro-região de Altamira, Almerim, Itaituba, Óbidos e Santarém, com área total de 264.476 km², englobando 12 municípios, sendo eles: Alenquer, Aveiro, Belterra, Curuá, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém, Uruará (Figura 1).

A economia predominante na região é baseada na agricultura, pesca, pecuária, extrativismo e no comércio (SEPOF, 2006). Os solos são representados, sobretudo, pelas classes argissolos e latossolos, nas cores amareladas, amarelo-avermelhadas e avermelhadas, ambos com baixa fertilidade. Os argissolos ocorrem em relevo suave ondulado a ondulado e forte ondulado, enquanto que os latossolos ocorrem em plano e suave ondulado (RELATÓRIO SÓCIOECONOMIA, 2008).

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo: Limites e sedes Municipais.



Fonte: (SEMAS/DIMEH, 2015).

Os acidentes geográficos mais importantes são os rios Amazonas e Tapajós, com o encontro das águas amarelas e verde-azuladas, respectivamente, em frente à cidade de Santarém. O rio Curuá-Una e seus afluentes, juntamente com o rio Arapiuns e seus afluentes, exercem importantes funções no regime hídrico regional. Por situar-se, estruturalmente, na bacia sedimentar amazônica, apresenta terrenos terciários de formação barreiras e sedimentos do quaternário recente e antigo (SEPOF, 2006).

A região apresenta um clima quente e úmido, com temperatura média anual de 26°C e valores médios para as máximas de 31°C e para as mínimas de 21,5°C. A pluviosidade varia de 1.900 a 2.300 mm anuais, com número de dias com chuva em torno de 151 a 175 dias por ano. Apresenta os meses de fevereiro, março e abril como o trimestre mais chuvoso ao longo do ano e o menos chuvoso os meses de agosto, setembro e outubro (ROCHA et al., 2009).

O relevo é apresentado por áreas de várzeas, terraços e praias fluviais, correspondentes ao quaternário e por tabuleiros e baixas colinas nas áreas Terciárias. Nas áreas Paleozoicas, ao sul, o relevo torna-se mais expressivo, por apresentar um setor de planaltos tabulares, áreas cuetiformes e algumas pequenas serras. No relevo santareno há, portanto, quatro unidades morfoestruturais do Estado do Pará: Planalto da Bacia Sedimentar do Médio Amazonas, Planalto Residual do Tapajós, Planalto Tapajós-Xingu e Depressão Periférica do Sul do Pará (SEPOF, 2006).

A vegetação predominante na região é do tipo Floresta Ombrófila Densa, caracterizada por suas grandes árvores com altura entre 25 a 35 metros. Outras formações também podem ser encontradas, porém em menor proporção, como: Floresta ombrófila aberta, floresta estacional, savana, campinarana, formações pioneiras, áreas de tensão ecológica, refúgio ecológico, além de vegetação secundária, também conhecida como capoeira, localizadas em áreas que sofreram o desmatamento (RELATÓRIO SÓCIOECONOMIA, 2008).

2.2 DADOS DE DESMATAMENTO

Para a análise da evolução espacial e temporal do desmatamento na região de estudo foram utilizados dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), disponíveis pelo Projeto PRODES (INPE/PRODES, 2015), no formato chamado shape/ArcView (daqui em diante referido apenas como “shape”).

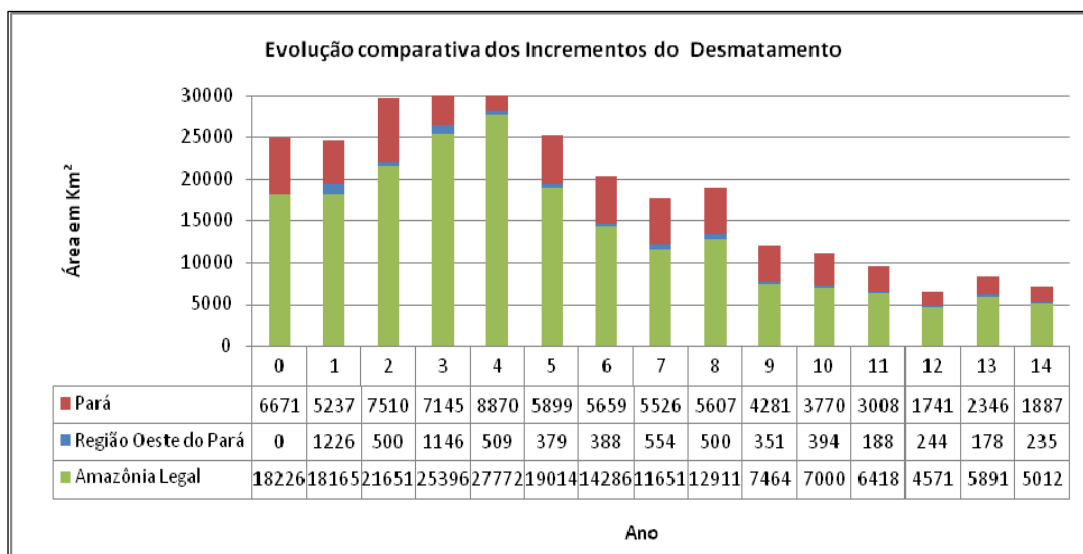
O desflorestamento (ou desmatamento) é definido como a substituição da floresta primária ou de vegetação de fisionomia florestal por atividades agrosilvopastoris, cuja detecção é realizada a partir de plataformas orbitais (INPE/PRODES, 2015). O desmatamento é considerado em áreas superiores a 6,25 hectares e não inclui áreas em processo de sucessão secundária (vegetação secundária). O índice do desmatamento de um determinado ano representa os valores acumulados desde o mês de agosto do ano anterior até o mês de julho daquele ano. Os dados do desmatamento são originados do satélite Landsat, de resolução espacial de 30 metros por 30 metros (CÂMARA; VALERIANO; SOARES, 2006). Neste trabalho, os dados do desmatamento utilizados foram os acumulados até o ano de 2014, referentes apenas a área de estudo proposta.

3 RESULTADOS

Os resultados representam a evolução do desmatamento nos municípios do oeste Pará no período de 2000 a 2014, a partir da utilização de dados vetoriais provenientes do Projeto PRODES/INPE.

A figura 2 faz uma comparação entre os incrementos do desmatamento na Amazônia, no Estado do Pará e nos 12 municípios da região oeste do Pará. Nota-se que os maiores incrementos na Amazônia legal ocorreram nos anos de 2001 a 2004, tendo o período de 2003 a 2004 em que foi registrado o segundo maior incremento de desmatamento na Amazônia com 27.772 Km². O território desmatado acumulou de 1988 até 2014 um total de 407.675 Km² (INPE, 2015).

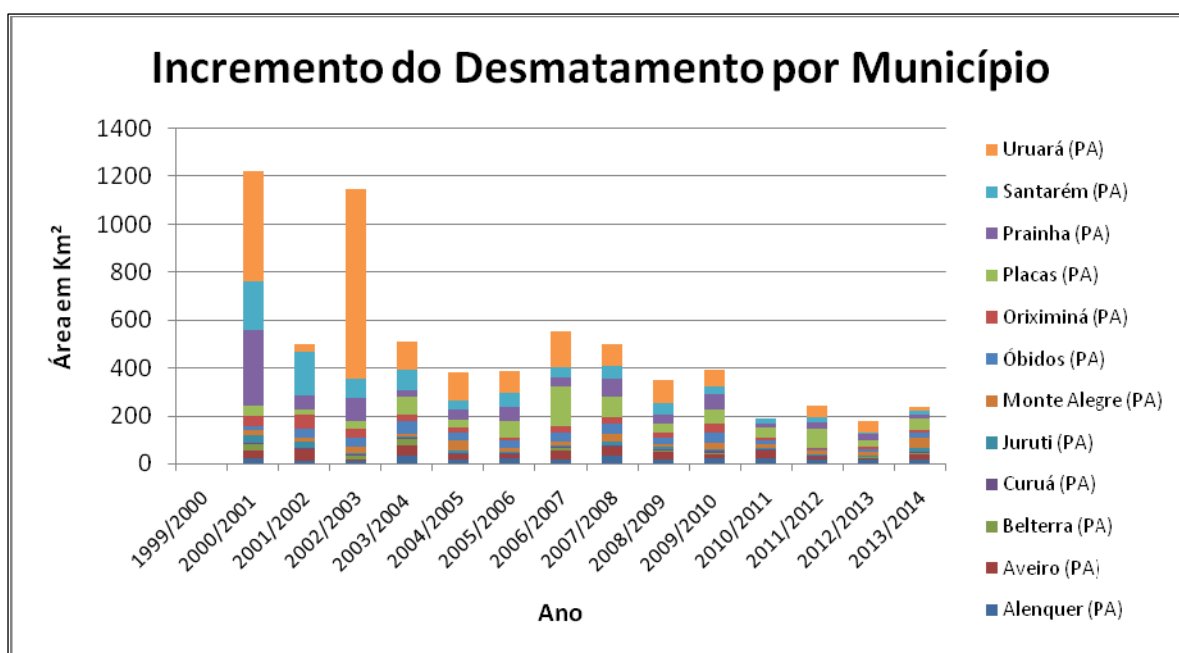
Figura 2 – Evolução comparativa dos incrementos do desmatamento entre Amazônia legal (Verde), o Estado do Pará (Marron) e os Municípios da região do Oeste do Pará (Azul).



Fonte: Adaptado de INPE/PRODES (2015).

A figura 03 representa o incremento do desmatamento por municípios no período de 2000 a 2014. Nota-se que o maior incremento foi de 1.226 Km² no período de 2000/2001 seguido do período de 2002 a 2003 com 1.146 Km² e do período 2006/2007 com 554 Km². Os menores incrementos foram de zero Km² e 178 Km² registrados nos períodos de 1999/2000 a 2012/2013 respectivamente (INPE/PRODES, 2015).

Figura 3 – Evolução comparativa dos incrementos do desmatamento entre os Municípios da região Oeste do Pará.



Fonte: Adaptado de (INPE/PRODES, 2015)

A tabela 1 representa o total de desmatamento acumulado até o ano de 2014, em percentual, por município na região oeste do Pará. Observa-se que os municípios que apresentaram uma maior área desmatada em relação a sua área total na região oeste paraense são Uruará, Placas e Curuá, com valores respectivos de 29,63%, 27,11% e 23,54%. Por outro lado, os municípios de Oriximiná, Alenquer e Aveiro registraram os menores valores, respectivamente 1,41%, 6,36% e 7,23% (INPE/PRODES, 2015).

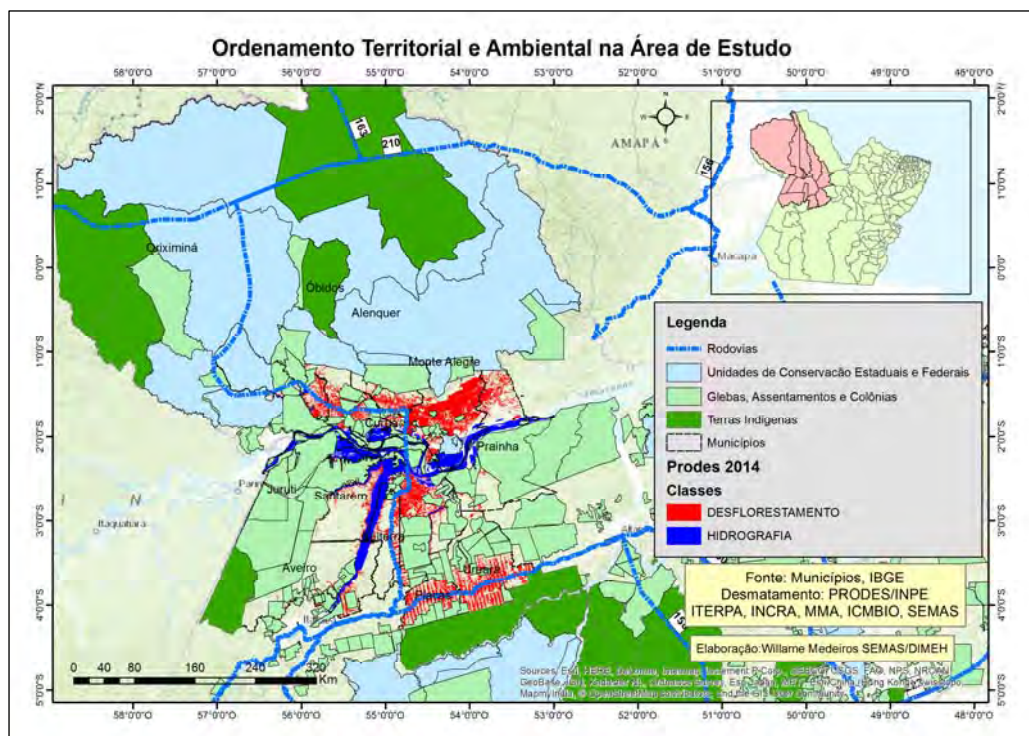
Tabela 1 - Área total e desmatada por município, em km² e em percentual, até o ano de 2014.

Municípios	Área total (km ²)	2014 (km ²)	%
Alenquer (PA)	22.275	1.416,2	6,36
Aveiro (PA)	17.094	1.236,7	7,23
Belterra (PA)	4.404	811,9	18,44
Curuá (PA)	1.430	336,6	23,54
Juruti (PA)	8.307	1.175,7	14,15
Monte Alegre (PA)	21.701	4.240,9	19,54
Óbidos (PA)	28.043	1.878,5	6,70
Oriximiná (PA)	107.778	1.514,8	1,41
Placas (PA)	7.174	1.945,2	27,11
Prainha (PA)	12.600	1.710,3	13,57
Santarém (PA)	22.876	4654	20,34
Uruará (PA)	10.794	3.198,2	29,63

Fonte: Adaptado de (INPE/PRODES, 2015).

A Figura 4 traz uma representação simplificada das políticas públicas de ordenamento territorial e ambiental nos Municípios analisados, destacando grandes quantidades de unidades de conservações, Terras Indígenas, Assentamentos, além do Desmatamento acumulado até o ano de 2014 nas proximidades da BR 163. Nota-se que a maioria do desmatamento concentra-se próximo aos assentamentos e a Br 163. O Norte da área de estudo observa-se uma mosaico de unidades de conservação.

Figura 4 – Ordenamento Territorial e Ambiental nos Municípios com desmatamento representando as Unidades de conservação, Terras Indígenas e o Desmatamento acumulado até o ano 2014.



Fonte: (SEMAS/DIMEH, 2015).

4 DISCUSSÕES

Segundo o PROJETO PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite), a Amazônia já perdeu um pouco mais de 20% de sua área florestada até o ano de 2014. Os maiores incrementos do Estado do Pará acompanham a mesma projeção do desmatamento da Amazônia legal, haja vista que o Pará apresenta-se, juntamente com o Mato Grosso, como os dois principais destruidores da floresta amazônica ao longo dos anos (INPE/PRODES, 2015).

Quando se analisa especificamente a área de estudo, os incrementos dos anos de 2000 a 2003 foram os que registraram os maiores incrementos, pois coincidem com o início da produção de soja na região, que culminou na ocupação de grandes áreas para o plantio de soja e posteriormente para a agropecuária (MARGULIS, 2003). Estudos (VENTURIERI et al., 2007; OLIVEIRA, 2015) indicaram que nesse período é quando se tem um rápido crescimento da produção baseado no plantio mecanizado de grãos (arroz, milho e soja) que começou a mudar a paisagem em parte da região do oeste do Pará.

Em relação aos Municípios que mais acumularam desmatamento até o ano de 2014 o caso de Belterra, Curuá, Placas, Uruará e Santarém e por se encontrarem próximo à BR-163 (rodovia Cuiabá-Santarém) e dos assentamentos, nos municípios de, nos anos de 2005 e 2006 (COELHO, 2009), o que supostamente vem justificar o crescente desmatamento nesses dois municípios. Por outro lado, o município de Placas encontra-se próximo aos municípios de Santarém e Belterra, dois municípios que sofreram grandes influências da mecanização agrícola no início dos anos 90 (figura 4).

Nota-se que o desmatamento identificado na área de estudo concentra-se mais ao sul, próximo a Rodovia BR-163, que é responsável por atrair grandes desmatamentos na região, juntamente com os assentamentos que também estão localizados mais ao sul (figura 04). Conforme

ressalta Venturieri et al. (2007), na Amazônia o desenvolvimento da agropecuária e da produção de grãos tem sido acompanhado pelo aumento do desmatamento e da grilagem de terras e que nessa região ocorre, em especial, na direção Norte dos municípios de Uruará e Curuá e na direção Sudoeste de Prainha, em áreas de reserva florestal interconectadas ao pólo graneleiro de Santarém, por estradas clandestinas, abertas, na sua maioria, por madeireiros.

Observa-se uma redução do desmatamento na área de estudo a partir do ano de 2007 (INPE/PRODES, 2015), isto se deu devido a maior presença de políticas públicas na região visando o ordenamento territorial e fundiário, tais como a criação de unidades de conservação, terras indígenas e diferentes modalidades de assentamentos da reforma agrária (CASTRO, 2012; FEARNSSIDE, 2013).

Os Municípios que registraram os menores percentuais de desmatamento acumulado ao longo do período analisado como Oriximiná, Alenquer e Aveiro registraram pouco desmatamento e incrementos ao longo dos anos, este foram privilegiados pelas condições geográficas, que inibiram a entrada dos agentes do desmatamento e também por apresentarem em seus territórios áreas protegidas (Unidade de conservação e terras indígenas). A redução do desmatamento nessa região é de extrema importância para se evitar a perda de biodiversidade haja vista que é uma área que abriga uma mega diversidade biológica, bem como para se evitar as mudanças do clima e para manter a sustentabilidade das populações e comunidades tradicionais muito presentes e dependentes da floresta nessa região.

CONCLUSÕES

Os estudos da evolução do desmatamento nos 12 municípios da região oeste paraense no período de 2000 a 2014, com base nas imagens de desmatamento disponibilizadas pelo Projeto PRODES apontaram uma queda considerável no desmatamento um forte indicativo de que o modelo predominante do desmatamento começa a perder forças impulsionado por uma maior presença do Estado através de políticas públicas que obrigam os agentes do desmatamento a buscarem outras alternativas econômica mais sustentáveis, visando a melhoria da qualidade de vida da população e dos ecossistemas. Os resultados dessa pesquisa apontaram o período de 2000 a 2003 como sendo o que contabilizou o maior desmatamento na região oeste do Pará, devido aos incentivos da agricultura mecanizada. Os Municípios de Uruará, Curuá e Placas foram os que mais desmataram no período de 2000 a 2014, quando se relaciona área desmatada em relação à área total do município. Este fato se deu devido à proximidade da BR-163 e dos Projetos de Assentamentos, que facilitam o transporte de madeira e a produção da agricultura mecanizada. A região mais a leste da área de estudo sofreu maior modificação da superfície do solo, enquanto que a região mais a oeste sofreu menor desmatamento ao longo dos anos. Políticas públicas de ordenamento ambiental e territorial implementados nos últimos anos na região do oeste do Pará contribuíram para a redução do desmatamento nos 12 municípios.

REFERÊNCIAS

- ANDREAE, M.O. et al. Smoking rain clouds over the Amazon. *Science*, v. 303, p.1342-1345. 2004.
- BARRETO, P.; PEREIRA, R.; ARIMA, E. **A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era de mudanças climáticas**. Belém: Imazon, 2008. 40p.

BRANDÃO JUNIOR, A. et al. Desmatamento e estradas não-oficiais da Amazônia. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: INPE, 2007. p. 2357-2364.

CÂMARA, G.; VALERIANO, D.M.; SOARES, J.V. **Metodologia para o cálculo da taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal**. São José dos Campos, INPE, set., 2006. Disponível em: <www.obt.inpe.br/prodes/metodologia.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

CANDIDO, L. A. et al. O clima atual e futuro da Amazônia nos cenários do IPCC: a questão da savanização, *Cienc. Cult.* [online], v. 59, n. 3, p. 44-47. 2007.

CASTRO, Edna. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. *Cad. CRH* [online]. 2012, vol.25, n.64, pp. 9-16. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100001>.

_____, Edna. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007, ISSN 1516-6481. Disponível em: (<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/100/155>).

CASTRO, W. M. **Análise espacial das mudanças na cobertura e uso da terra em Santarém e Belterra, Pará, Brasil**. 2008. 117f. Dissertação (mestrado em ciências ambientais) – Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém, 2008.

CARVALHO, R. A. Amazônia rumo ao “ciclo da soja”. *Amazônia Papers*, São Paulo, n. 2, p. 8, set. 1999. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

COELHO, A. S. **Modelagem de dinâmica do uso da terra e cobertura vegetal na Região Oeste Paraense, oeste do Pará**. 2009. 130f. Dissertação (mestrado em ciências ambientais) – Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém, 2008.

COHEN, J. C. P. et al. Influência do desmatamento sobre o ciclo hidrológico na Amazônia. *Cienc. Cult.* [online], v. 59, n. 3, p. 36-39. 2007. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n3/a15v59n3.pdf>>. Acesso em: 12 Ago. 2015.

COHENCA, D. **A expansão da fronteira agrícola e sua relação com o desmatamento detectado em imagens Landsat TM e ETM na região norte da BR-163, Pará entre os anos de 1999 a 2004**, 2005. 23f. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Lavras, Departamento de Ciências Florestais, Minas Gerais, 2005.

CORREIA, F. W. S. et. al. Balanço de umidade na Amazônia e sua sensibilidade às mudanças na cobertura vegetal, *Cienc. Cult.* [online], v. 59, n. 3, p. 39-43. 2007.

DA SILVA, Félix Lélis et al. A dinâmica da ocupação da Amazônia brasileira: do interesse político e econômico aos conflitos socioambientais. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, n. 2015_01, 2015.

FEARNSIDE, P. M. The evolving context of Brazil's environmental policies in Amazonia. *Novos Cadernos NAEA*, 16(2): 9-25. 2013.

_____, P. M., Laurance, W.F., Cochrane, M. A., Bergen, S., Sampaio, P.D. Barber, C., D'Angelo, S., Fernandes, T. 2012. O futuro da Amazônia: modelos para prever as conseqüências da infraestrutura futura nos planos plurianuais. *Novos Cadernos NAEA*, Vol. 15, No 1 (2012).

_____, Mudanças climáticas e conservação na Amazônia Brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 59., 2008, Natal, RN. [Mesas redondas] Natal, Rio Grande do Norte: [s.n], 2008. p.247-250. Disponível em: <www.philip.inpa.gov.br/publ_livres/2008/Botanica-Natal-2008.pdf>. Acesso em: 22 de Outubro de 2015.

_____, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. *Acta Amaz.* [online], v.36, n.3, p. 395-400. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Monitoramento da floresta Amazônica Brasileira por satélite - Projeto PRODES**. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2014.htm>. Acesso em: 01 jul. 2015.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC) **Climate Change 2007: Summary for policymakers**. Contribution of working group I to the fourth assessment report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. 2007.

LUIZÃO, F. J. Ciclos de nutrientes na Amazônia: respostas às mudanças ambientais e climáticas. *Cienc. Cult.* [online], v. 59, n. 3, p. 31-36. 2007.

MACHADO, L. de O. R. Desflorestamento na Amazônia Brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 115-147, jan./abr. 2009.

MARENGO, J. A. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade**: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI. 2. ed. Brasília: MMA, 2007. 212p.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento na Amazônia Brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003. 100 p. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/arquivos/79104.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

MEDEIROS, Willame. Localização da área de Estudo. Secretaria de estado de Meio Ambiente e sustentabilidade/Diretoria de Meteorologia e Hidrologia – SEMAS/DIMEH, 2015.

_____, Willame. Ordenamento ambiental e Territorial na área de Estudo. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e sustentabilidade/Diretoria de Meteorologia e Hidrologia – SEMAS/DIMEH, 2015.

NOBRE, C. A., SAMPAIO, G.; SALAZAR, L. Mudanças climáticas e Amazônia. *Cienc. Cult.* [online], v. 59, n. 3, p. 22-27. 2007.

RIVEIRO, S. et. al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.19, n.1, p. 41-66, jan./abr. 2009.

RELATÓRIO SÓCIOECONOMIA. Caracterização da área de estudos. ZEE BR-163. Belém: EMBRAPA, 2008. Disponível em: <<http://zeebr163.cpatu.embrapa.br/index.php>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

ROCHA, E. J. P.et. al., Zoneamento climático: relatório preliminar ZEE-PA. Belém: SIPAM, 2009. 31p.

SALATI, E., SANTOS, Â. A. Dos. KLABIN, I. Temas ambientais relevantes. *Estudos Avançados*, v. 20, n.56, 2006.

SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS (SEPOF). **Anuário estatístico do Estado do Pará 2006**. 2006. Disponível em: <www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em: 11 ago. 2010.

SOARES-FILHO, Britaldo et al. Cenários de desmatamento para a Amazônia. *Estudos Avançados*. v. 19, n.54. 2005.

VENTURIERI, A. et al. Análise da expansão da agricultura de grãos na Região Oeste Paraense e Belterra, Oeste do estado do Pará. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13, 2007, Florianópolis. [Anais...] Florianópolis: ABSR Disponível em: <<http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr%4080/2006/11.16.02.21/doc/7003-7010.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA - BELO MONTE E O SEU IMPACTO SOBRE MERCADO DE TERRAS NA REGIÃO CACAUEIRA DO PARÁ, AMAZÔNIA.

Elói Biquer Silva Rosa Gomes¹

RESUMO

Presente trabalho tem como objetivo estudar os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sobre mercados de terras rurais na região cacauzeira do Pará. A escolha desta região se deve a construção de uma grande obra de infraestrutura (Usina Hidrelétrica de Belo Monte). Utilizamos para estudo analítico o banco de dados da FNP/Agrianual - que é um banco de dados que fornece as informações sobre preço de venda de terras de lavouras, pastagens e preços de arrendamentos por Estados e regiões do Brasil. O município de Altamira tem recebido um contingente de emigrantes para trabalhar na construção da usina, essa migração em massa exerce grandes pressões sobre dinâmica de mercados de terras urbanas e rurais. O estudo nos permite concluir que a situação é bastante preocupante no que se refere ao mercado de terras rurais nessa região, principalmente após o início da construção da Usina Hidrelétrica do Belo Monte, onde ocorreu uma valorização considerável de terras agrícolas de cacau. As consequências disso sobre os agricultores familiares e camponeses mais pobres são terríveis, uma vez que aumenta a dificuldade para ampliar as suas atividades agrícolas. E muitos são forçados ou aliciados e acabam por vender as suas terras e emigrar para cidades (grandes centros urbanos) a procura de trabalho, onde dificilmente encontram um emprego, em virtude de possuírem baixo nível de escolaridade, e também porque as experiências do campo não são valorizadas no contexto urbano, além do mais, essas cidades não são dotadas de indústrias desenvolvidas capazes de absorver grandes números de trabalhos demandados.

Palavra Chave: Hidrelétrica de Belo Monte, Impactos Socioambientais.

ABSTRACT

This work has as objective to study the impacts of the construction of the Hydroelectric Plant of Belo Monte on markets of rural land in the cocoa producing region of Pará. The choice of this region is due to construction of a great work of infrastructure (Belo Monte hydroelectric plant). We use for analytical study the data bank of the author/Agrianual - which is a database that provides information on the selling price of land crops, pastures and prices of leases by States and regions of Brazil. The municipality of Altamira has received a quota of emigrants to work in the construction of the mill, this mass migration exerts great pressures on land markets dynamics of urban and rural areas. The study allows us to conclude that the situation is very worrying in relation to the rural land market in this region, mainly after the beginning of the construction of the Hydroelectric Plant of Belo Monte, where there was a considerable appreciation of agricultural land of cocoa. The

¹ *Engenheiro Agrônomo (UNESP), Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAC) e Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA, UFPA). Bolsista Pesquisador e extensionista na Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC/FAPESPA, Belém - PA. E-mail:eloibiquer@gmail.com

consequences on the family farmers and poorer peasants are terrible, once that increases the difficulty to enlarge their agricultural activities. And many are forced or poached and end up sell their land and emigrate to cities (large urban centers) in search of work, where are hardly An employment, because have a low level of schooling, and also because the experiences of the field are not valued in the urban context, in addition, these cities are not adequately developed industries capable of absorbing large numbers of jobs defendants.

Key word: Belo Monte hydroelectric, socio-environmental impacts.

MERCADO DE TERRAS CONCEITOS E TEORIAS:

A dinâmica de mercado de terras não é um assunto novo, já mereceu atenção e estudo de grandes clássicos como Marx, K. Polany, Samir Amim, B. Moore, etc. Este processo está estritamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e a industrialização da agricultura.

Esse fenômeno teve várias formas de manifestações e produziu diferentes resultados em diversos lugares no mundo. Na Inglaterra, por exemplo, o capitalismo no campo trouxe acirrada luta social entre a aristocracia agrária e os arrendatários industriais emergentes que se sentiam penalizados pelo aumento excessivo das rendas cobradas pelos proprietários das terras.

No Brasil esse processo teve o seu início desde a ocupação do seu território, e na sua histórica formação social e econômica. Segundo Reydon (2006), o processo de ocupação de Brasil produziu um quadro de ilegalidade, instabilidade jurídica e de fragilidade institucional, resultando na efetiva concentração fundiária, conflitos sociais e crescentes problemas ambientais decorrentes do descaso com o meio ambiente.

Para este autor, o problema da crise agrária brasileira prevalecente até hoje, deve-se ao fato de no Brasil não ter ocorrido à ruptura da “*sagrada aliança*” entre burguesia nascente (que colocou o seu projeto de sociedade como hegemônico) e os proprietários de terras. Esse processo não rompeu com as forças retrogradadas herdadas do Brasil colônia, permanecendo na manutenção do poder político concedido aos proprietários de terras.

Diferentemente o que aconteceu em diversos lugares no mundo, onde teve a grande ruptura - revolução burguesa e/ou camponesa - que passou a ser fator determinante na melhoria ou reestruturação institucional, social e econômica.

Para Reydon (2006) citando Moore, nos países onde ocorreu a ruptura (revolução burguesa), que foi o caso de Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, teve profundas mudanças institucionais, que culminou com a perda de poder e privilégios das aristocracias e proprietários de terras, resultando na realização e regulação fundiária como parte do novo pacto.

Por outro lado aconteceu o contrário (revolução camponesa), que é o caso da Rússia e da China, essa revolução levou o fim das classes dominantes no campo, conseqüentemente o término da propriedade privada, e o Estado passou a ser responsável pela regulação das terras. É de enaltecer que a industrialização da agricultura nos países capitalista e a luta de classes decorrentes desse processo proporcionou maior democratização ao acesso a terra e deu melhor dinamismo ao mercado de terras contribuindo para uma nova reestruturação institucional.

Do ponto de vista conceitual o Mercado de Terras é o espaço no qual se concretizam as transações (compra / venda ou arrendamento) de terras, sejam elas formais ou informais, isto é, o mercado de terras encontra-se intimamente ligado à questão do acesso democrático a terra, engloba não apenas os agentes diretamente envolvidos na transação – proprietários e compradores ou arrendatários – mas também uma série de outros agentes e instituições cujo papel é facilitar, regular à efetivação das transações fundiárias (RODRÍGUES & ROLLO 2000).

Portanto, um mercado de terra bem desenvolvido deve apresentar os menores custos de transação possíveis, de maneira a garantir que os processos de compra/venda e arrendamento de terras não se venham a ser posta em causa por outros fatores além da própria expectativa dos agentes em relação aos ganhos que poderão obter com a terra.

No Brasil, o mercado de terras rurais foi criado institucionalmente em 1850 (através da Lei 601 de Terras) e regulamentado em 1854, tinha por objetivo: (i) ordenar a apropriação territorial do país; (ii) acabar com a posse; (iii) fazer um cadastro de terras; (iv) financiar a imigração; (v) criar um setor agrícola de pequenos proprietários; (vi) tornar a terra uma garantia confiável para empréstimos e, (vii) funcionar como chamariz para a imigração (Reydon, Bueno & Tiozo, 2006).

Este momento histórico exigia a criação de muitas dificuldades ao acesso às terras, pois o país vivia a formação de seu mercado de trabalho, e o livre acesso à terra, era entendido como indutor à redução da oferta de mão-de-obra para agricultura. De acordo com Rodrigues e Rollo (2000), a lei foi feita e instaurada para impedir o acesso a terra por parte dos imigrantes e escravos alforriados, principais candidatos a produtores rurais da época.

Essa situação prevaleceu até meados dos anos 1930, a partir de 1934 as novas leis brasileiras impuseram limites ao direito de propriedade, que deixava de ser um direito absoluto. Segundo Osório Silva (1997), foi a partir deste momento histórico que começou a ser gestada uma corrente de pensadores preocupados com os desequilíbrios sociais provocados pela estrutura fundiária brasileira. Neste período, chegou-se a uma alteração constitucional, a qual condicionou o direito de propriedade ao conceito de função social, ou seja, a propriedade tem, antes de tudo, uma função social e não poderá ser exercida contra o interesse da sociedade.

Entre os anos 1950-60 houve grande mobilização social em torno das reformas de base e foram retomadas as discussões sobre reforma agrária, que passou a ser vista como um processo social amplo, essencial para as transformações estruturais que deveriam superar as dominações estruturais no campo, melhorar a distribuição de renda e dar novo impulso ao processo de industrialização (Osório Silva, 1997). Os movimentos sociais no campo estavam também mais fortalecidos com as Ligas Camponesas. Entretanto, o golpe militar deu-se no início dos anos 1960, e, com ele, veio à contrarreforma agrária com o Estatuto da Terra de 1964.

OS DETERMINANTES DA DINÂMICA DO MERCADO DE TERRAS:

A dinâmica de mercado de terras tem sido estudada sob diversos enfoques. De acordo com Ferro (2012), há correntes que analisam a terra como fator de produção, sob a ótica de que o preço da terra é determinado pela expectativa de ganhos oriundos da sua exploração. Segundo Gomes (2015), tratando-se de um ativo de capital, a terra tem sua demanda influenciada pela expectativa dos agentes (compradores) em relação aos ganhos produtivos (lucros) que poderão obter com o seu uso, analisando, fatores como a

produtividade esperada na produção de determinada cultura e os preços relativos desse bem, portanto, esses são determinantes da demanda pela terra e do seu nível de preços.

Por outro lado, predomina a tese de que os fatores macroeconômicos (créditos, câmbio, inflação, etc) são os principais determinantes do preço da terra, esse tipo de análise é mais comum para tratar dados de uma forma mais abrangente, em nível nacional, nesse caso tratam a terra como um ativo que pode ser utilizado como reserva de valor (FERRO, 2012). Enquanto ativo líquido, a terra tem sua demanda influenciada pela expectativa dos agentes em relação aos ganhos especulativos que poderão obter com a sua venda futura, tendo em vista as oscilações de preços de outros ativos líquidos.

Plata (2006) segue a mesma linha de pensamento, considerando que o preço da terra é determinado pela capitalização de suas rendas futuras, isto é, a expectativa de ganhos (lucros) esperados a sua utilização na produção de bens agropecuários e na atividade especulativa como ativo de reserva de valor.

De acordo com Rodrigues e Rollo (2000), essas duas funções (de ter a terra como ativo de capital e/ou ativo de valor) atuam concomitantemente e influenciam as expectativas dos agentes, determinando a taxa média esperada de retorno da terra, que leva em conta os ganhos produtivos e especulativos esperados. Portanto, a decisão dos agentes econômicos para compra de uma parcela de terra rural é tomada em função de análise feita entre a taxa média de retorno e a taxa média de retorno da economia, sendo esta última influenciada pela taxa de crescimento da economia como um todo.

Outro aspecto importante que pode influenciar positivamente ou negativamente a formação de preços de terra é o ambiente socioeconômico e político, entorno de um determinado espaço geográfico ou região. Para Plata (2006), as relações de compra e venda de terras se tornam mais eficazes e aceitáveis a partir do reconhecimento institucional e respeito ao direito da propriedade privada, quaisquer mudanças nas normas previamente estabelecidas aumenta a insegurança jurídica e o custo de transação, o que pode afetar consideravelmente a função da terra como ativo, elevando o risco da sua aquisição, comprometendo a sua liquidez e taxa da sua capitalização.

É de salientar a importância do aspecto acima mencionado, principalmente na região Amazônica onde existe um elevado passivo institucional no que se refere à propriedade de terras rurais, porque na maioria das vezes o direito da propriedade não está formalmente estabelecido, porém é socialmente aceite, daí pode se considerar que existe um mercado de terras, mas passivo de contestação e causando conflitos tão comuns na região (GOMES, 2015).

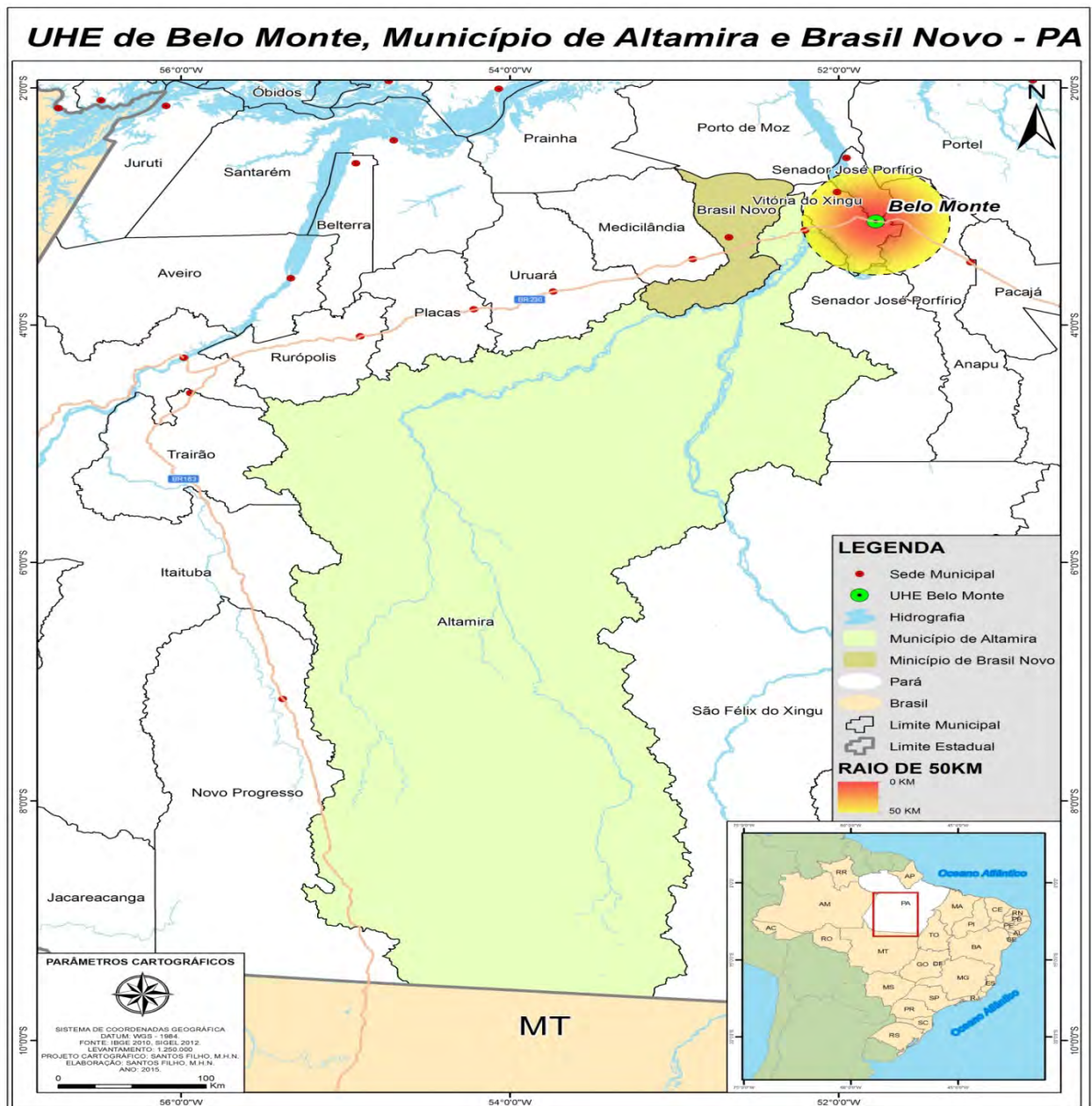
Portanto, a necessidade da institucionalização de mercado de terras produz resultados sociais importantes, podendo contribuir para redução dos conflitos, e reflete diretamente na economia de uma região ou país, porque os preços da terra rural são utilizados pelos investidores e operadores econômicos como parâmetro para as tomadas de decisões de compra e venda, portanto, o ambiente sociopolítico de uma região afeta as expectativas sobre que decisão tomar. Segundo Plata (2006), além de influenciar os agentes econômicos, esse ambiente pode afetar seriamente as decisões do governo que utiliza os preços da terra como referências para os programas de democratização, concessões de títulos e tributação da terra rural.

Os preços praticados no mercado da terra são condições indispensáveis e necessárias para compreender o uso que os agentes econômicos dão a terra e, por outro lado surge como um sinal a

ser levado em conta pelos formuladores de políticas públicas quando pretendem definir melhor políticas públicas ligadas a distribuição social da propriedade da terra.

A construção de grandes infraestruturas como abertura de estradas, as usinas hidrelétricas, etc, exercem grande impacto sobre os preços praticados no mercado de terras rurais e urbano. No Brasil, já a mais de duas décadas que vem sendo discutida a necessidade de aumentar a oferta da energia para suprir a demanda da sua produção industrial e também pelo aumento do consumo domestico da sua população. De acordo com Castro *et al* (2014), em 2012 foi concedida a licença prévia para viabilizar a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu (Mapa 1) a 40 km do município de Altamira, e 70 km do município de Brasil novo.

Mapa 1 - Localização da usina hidrelétrica de Belo Monte, municípios de Altamira e Novo – PA:



Fonte: Elaborado por Santos Filho (2015) baseado em IBGE.

A infraestrutura é considerada pelo governo brasileiro como principal obra do Programa de Aceleração de Crescimento e uma das maiores do mundo. A usina tem uma potência energética inicial (instalada) de gerar 11.181 MW, e com uma área de reservatório de aproximadamente 440 km², e pode ocupar as terras dos municípios próximos como Brasil Novo e Altamira CASTRO *et al*, 2014). A construção da infraestrutura dessa magnitude causa grandes impactos sociais e ambientais, além de criar um fluxo migratório intensivo capaz de desestruturar as organizações sociais das pequenas comunidades locais, e causa também a mudança do uso e ocupação do solo no meio rural e urbano.

Os dados do estudo do Impacto Ambiental determinam que a construção da usina deve atrair aproximadamente 100 mil trabalhadores (BRASIL, 2009). Porém, a perspectiva é que o número de pessoas seja bem superior do que essa. A consequência disso é que os municípios em torno da usina receberam um contingente de emigrantes, e no caso dos municípios de Altamira e de Brasil Novo pode dobrar o número das suas populações.

A questão que se coloca é: Em que medida a construção de uma usina hidrelétrica do Belo Monte (considerada a terceira maior do mundo) impacta sobre a dinâmica de mercado de terras rurais e urbanas numa região onde habita populações tradicionais e se praticam a agricultura familiar camponesa? Presente trabalho tem como objetivo estudar os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sobre dinâmica de e mercado de terras rurais na região cacauífera do Estado do Pará, Amazônia Brasileira.

IMPACTO DA CONSTRUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA - BELO MONTE SOBRE MERCADO DE TERRAS NA REGIÃO CACAUEIRA DO PARÁ:

O cacau uma planta originada da América Central, muito utilizada (como moeda de troca) pela população tradicional indígena de El Salvador antes mesmo da chegada dos colonizadores, com o qual pagavam tributos e compravam todo tipo de mercadoria (CUENCA e NAZÁRIO, 2004).

No Brasil, o cacau adaptou-se perfeitamente ao clima das regiões nordeste e norte, principalmente no Estado da Bahia e do Pará que atualmente são dois maiores produtores do país. Consequentemente a cultura trouxe muita prosperidade para os agricultores dessas regiões, constituindo-se num dos pilares fundamentais para o enriquecimento de muitos agricultores familiares e contribuindo em muito para o desenvolvimento regional.

Na década de 1990, a produção do cacau teve um decréscimo bastante significativo Brasil, principalmente na Bahia, influenciado pelo ataque da vassoura de bruxa. Por essa razão o país reduziu a sua participação no comércio internacional e teve um decréscimo no ranking mundial da produção, saindo de nono para o décimo sétimo lugar, passando de 256,3 mil toneladas em 1990 para apenas 170,7 mil toneladas em 2003 (CUENCA e NAZÁRIO, 2004).

Apesar dos esforços feitos nas pesquisas para o manejo adequado e controle de vassoura de bruxas, o Brasil ocupa hoje sexta posição na produção mundial de cacau com 195 mil toneladas /ano, produzidos em cerca de 660 mil hectares. Os principais países produtores do cacau são Costa do Marfim (1,475 milhões de toneladas) Gana (820 mil toneladas), Indonésia (450 mil toneladas), Nigéria (220 mil toneladas), República dos Camarões (225 mil toneladas) (CEPLAC, 2013).

Segundo Cuenca e Nazário (2004), a cultura do cacau no Brasil é considerada como concentradora de posse da terra na região nordeste no caso dos principais municípios produtores da Bahia onde as propriedades com área superior a 100 hectares são predominantes. No Estado do Pará a situação é inversa, a produção do cacau se concentra nas propriedades com menos de 100 hectares, produzido essencialmente pelos agricultores familiares.

Em todo Estado do Pará o cacau é produzido numa área total de aproximadamente 160 mil hectares de terra, produzindo 105 mil toneladas e gerando 64 mil empregos diretos e 255 mil empregos indiretos, isso corresponde em termos monetários uma circulação financeira de mais de R\$ 787,5 milhões e R\$ 94,5 milhões em impostos (ICMS)².

Os dados acima citados demonstram a importância social e econômica que o cacau tem para o agronegócio paraense, além de dinamizar a economia local, gera milhares de emprego melhorando assim a qualidade da vida no campo e no meio urbano. Por isso, o impacto da construção da usina hidrelétrica do Belo Monte sobre a dinâmica de terras nos municípios produtores do cacau como Altamira Brasil Novo e Medicilândia merecem uma atenção e análise científicas. Utilizamos para este estudo os dados (tabela 1) da FNP/Agrianual que é um Banco de dados que fornece as informações sobre preço de venda de terras de lavouras, pastagens e preços de arrendamentos por Estados Regiões do Brasil apresentados a variação dos preços de terras.

Tabela 1 - Preços de terras de matas e de pastagens na Região de Altamira (iFNP 119), Pará.

Preços de Terras no Pará (R\$/ha)				
Tipo de Terra / Região iFNP 119	2003	2011	2012	Δ12/03
Mata (Santarém/Belterra/Transamazônica) distante da BR	299	583	762	155%
Mata (Santarém/Belterra/Transamazônica) próximo à BR	702	1.000	1.083	54,4%
Pastagem Formada (Santarém/Belterra/Transamazônica)	944	1633	1800	90,6%
Mecanizável				
Pastagem Formada (Santarém/Belterra/Transamazônica)	347	650	700	101,9%
não Mecanizável				
Terra agrícola (Santarém/Belterra/Transamazônica)	1.979	1.834	2.576	30,1%
Terra agrícola com cacau / café (Santarém/Belterra/Transamazônica)	2.825	5.050	5.100	80,5%

Fonte: InformaEconomics FNP (2013)

Os dados apresentados na tabela 1 demonstram que houve forte valorização de preços de terras na região de estudo, destacando a elevação dos preços (mais de 80 %) da terra agrícola com cacau em 2012 (ano que se deu início as obras da usina) em comparação com os valores praticados na mesma região no ano de 2003. Essa valorização fundiária nos últimos anos se deve principalmente pelas atividades da usina na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O estudo nos permite concluir que a situação é bastante preocupante no que se refere ao mercado de terras rurais nessa região, principalmente após o início das da construção da Usina Hidrelétrica do Belo Monte, onde ocorreu uma valorização considerável de terras agrícolas de cacau. Outro aspecto importante é o aumento dos preços da Mata (Santarém/Belterra/Transamazônica) distante da BR do ano 2003 para 2012 de mais de 155%, em situações normais essas áreas são as que menos se valorizam dada a sua distância as vias (estrada) de escoamento de produtos. É importante enaltecer

²Dados Fornecidos pelo departamento de pesquisa socioeconômica do CEPLAC, 2015.

também a escassez da mão-de-obra na produção do cacau influenciada pela construção da Usina do Belo Monte que oferece um salário três vezes maior do que ganha um trabalhador colhendo cacau, e como a cultura é intensivo no uso do trabalho manual, principalmente na colheita, os produtores têm que pagar cada vez mais caro para manter o trabalhador no campo, o que encarece o seu custo de produção e conseqüentemente diminuindo a sua competitividade. As conseqüências disso sobre os agricultores familiares e camponeses mais pobres são terríveis, uma vez que aumenta a dificuldade para ampliar as suas atividades agrícolas. E muitos são forçados ou aliciados e acabam por vender as suas terras e emigrar para cidades (grandes centros urbanos) a procura de trabalho, onde dificilmente encontram um emprego, em virtude de possuírem baixo nível de escolaridade, e também porque as experiências do campo não são valorizadas no contexto urbano, além do mais, essas cidades não são dotadas de indústrias desenvolvidas capazes de absorver grandes números de trabalhos demandados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGRIANUAL. ANUALPEC. Relatório de Análise do Mercado de Terras. São Paulo, 2010.p.339.
- BRASIL, ELETROBRÁS. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental**. Rio de Janeiro: ELETROBRÁS, 2009.
- CASTRO, E. R.; ALONSO, S.; NASCIMENTO, S.; CARREIRA L.; CORREA, S. A.
- Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos à sociedade no século XXI**.
Papers do NAEA nº 343. 2014, p 14 – 15.
- CEPLAC - comissão executiva do plano da lavoura cacaueira superintendência no estado do Pará. **Manual Técnico de Cacaueiro para a Amazônia brasileira**, Belém, PA, 2013, p. 12 a 13.
- CUENCA, M. A. G.; NAZÁRIO, C. C. **Importância Econômica e Evolução da Cultura do Cacau no Brasil e na Região dos Tabuleiros Costeiros da Bahia entre 1990 e 2002**, p. 8, EMBRAPA, 2004.
- FERRO, A. B. **Comportamento dos Preços de Terras em Região de Fronteira Agrícola e em áreas tradicionais**. 2012. 125 f. Dissertação - (Mestrado em Economia) - Universidade de São Carlos, Sorocaba-SP, 2012.
- GOMES, E. B. S. R.; **Estrutura e impacto da expansão da agroindústria canavieira sobre mercado de terras no Estado do Acre, Amazônia Ocidental – Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém, 2015, p 63 a 70.
- SILVA, L. O. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, abr. 1997.
- PLATA, L. E. A. Dinâmica do Preço da Terra Rural no Brasil. In: _____. **Mercados de Terras no Brasil: estrutura e dinâmica**. Brasília, DF: NEAD, 2006. p. 125-135.
- REYDON, B. P.; BUENO, A. K. S.; TIOZO, C. Regulação da Propriedade Rural no Brasil: resultados dos primeiros passos. In: _____. **Mercados de Terras no Brasil: estrutura e dinâmica**. Brasília, 2006 NEAD.
- RODRÍGUES, S. M.; ROLLO, A. P. **Estudo de caso: o mercado de terras rurais na região da zona da mata de Pernambuco, Brasil**. Brasília, DF: [s. n.],]. 2000. v.1. p. 37-40.

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO EM BARCARENA NO ESTADO DO PARÁ (2009-2015).

Joandreson Barra Lima¹
João Márcio Palheta da Silva²
Christian Nunes da Silva³
Hugo Pinon de Sousa⁴
Thiago Maciel Vilhena⁵
Pedro Gabriel Barata Monteiro⁶

RESUMO:

O presente trabalho está o de analisar os impactos socioeconômicos das atividades minero-metalúrgicas e demonstrar as alterações nas finanças públicas municipais do município de Barcarena no estado do Pará, no período de 2009 a 2015, e seu papel na dinâmica econômica local e no ordenamento territorial através do PIB per capita, IPI, ICMS e FPM. Assim este trabalho se faz necessário devido à importância do incremento da produção bibliográfica sobre a temática em questão. É importante enfatizar que o ponto crucial desta pesquisa é apresentar novas alternativas teóricas, que contribuirão para a elaboração do trabalho final e conseqüentemente para o aumento da produção científica sobre o uso dos recursos naturais na Amazônia, refletindo no ordenamento do seu território e seu papel no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Mineração, Ordenamento Territorial, Dinâmica Econômica, Grandes Projetos.

INTRODUÇÃO

Os projetos mineradores e as atividades minero-metalúrgicas nos municípios mineradores do estado do Pará (Parauapebas, Canaã dos Carajás, Paragominas e Barcarena) provocam impactos de naturezas diferenciadas e com diferentes complexidades, dentre elas os impactos socioeconômicos, populacionais, os de reordenação do espaço urbano, os de finanças públicas e formação de novas dinâmicas econômicas e territoriais que diferem das formas de desenvolvimento regional em cada um dos municípios estudados, criando assim dinâmicas econômicas diferenciadas quando observamos a aplicabilidade dos recursos advindos da atividade de mineração no ordenamento territorial. Este ensaio analisa os impactos socioeconômicos no município de Barcarena. Barcarena,

¹ Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará, Bolsista PIBIC/CNPq e Membro do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq). e-mail: joandersonbarra@bol.com.br

² Professor Associado II da Universidade Federal do Pará (UFPA), PPPGEO/UFPA, Líder do GAPTA/CNPq e Pesquisador em Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). e-mail: jmpalheta@ufpa.br

³ Professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará (UFPA), Professor do PPGEO/UFPA e do PPGEDAM/UFPA, Pesquisador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). e-mail: cnunes@ufpa.br

⁴ Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará, Bolsista PIBIC/CNPq e Membro do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq). e-mail: hugosousa16@gmail.com

⁵ Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará, Bolsista PIBIC/CNPq e Membro do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq). e-mail: thiagovilhena93@yahoo.com.br

⁶ Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará, Assistente de Pesquisa do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq). e-mail: jimmy26@bol.com.br

município brasileiro do estado do Pará, pertencente à mesorregião Metropolitana de Belém e à microrregião de Belém. Os primeiros habitantes das terras de Barcarena foram os índios Aruans, que durante o período de colônia, antes de 1709 foram catequizados pelos padres jesuítas. Segundo dados do IBGE (2013) a população de Barcarena é de 109.975 habitantes. O município de Barcarena teve sua economia e sua vida social totalmente transformadas pela implantação de projetos mineradores em seu território. Segundo dados oficiais do IBGE (1970), 79,12% da população economicamente ativa do município estava ligada às atividades de agropecuária, extrativismo vegetal e pesca; 8,45% à atividade industrial, 12,43% aos serviços. Esses dados nos mostram que Barcarena era um município onde a economia estava concentrada no meio rural.

A partir do ano de 2005 o perfil municipal já havia mudado completamente segundo dados do SEPOF/IBGE Barcarena se transformou em um município industrial, sediando empresas importantes (Alunorte, Albrás, Pará Pigmentos, Imerys Rio Capim Caulim), isso fez com que a atividade industrial passasse a corresponder a 70,59% da atividade local, os serviços 29,01%, agropecuária 0,40%. Com essas transformações sociais e econômicas, a população que antes vivia de atividades primárias (1970) foi se deslocando para atividades secundárias e terciárias, provocando assim um grande êxodo rural, tendo em vista que a economia havia se deslocado para as novas empresas e suas subcontratadas que chegavam ao município. Tantas transformações socioeconômicas contribuíram para o aumento das receitas municipais e estaduais. Essa pesquisa quer verificar de que forma os projetos minerais e suas grandes empresas citadas acima têm impactado na vida social, econômica, comercial do município de Barcarena, e como a prefeitura local vem alocando esses recursos.

A IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO ALBRÁS-ALUNORTE

Qual o contexto de implantação do projeto Albrás/Alunorte em Barcarena-Pa? E quais as razões de sua implantação? Esses são as perguntas norteadoras que iremos tentar delinear neste tópico. Em 1966 tem início um conjunto de políticas voltadas para a exploração da riqueza mineral e energética do norte do Brasil. A operação Amazônia, como foi denominada o conjunto dessas políticas de desenvolvimento, apresentavam por objetivo modernizar a região concebendo o mercado como meio viabilizador do desenvolvimento econômico pretendido.

Dessa forma, combinado o perfil de centralização e autoridade política à interesses de cunho estratégico o governo militar elaborou esse conjunto de políticas de intervenção para a Amazônia(MONTEIRO, Maurilio A.;COELHO Maria C.N.,2004) expressas na chamada “operação Amazônia” e ao longo do regime civil-militar. O estado chefiado pelos militares passaria a assumir o papel de promovedor do crescimento econômico por meio da implantação da infraestrutura logística, técnica e gerencial necessária aos empreendimentos econômicos privados, assim como, a iniciativa de concessões fiscais e financeiras as empresas que decidissem investir na Amazônia, onde grande parte dessas políticas adotadas estava voltada para o estado do Pará.

Ao atrair o empresariado nacional e estrangeiro por meio dessas políticas, o governo federal objetivava viabilizar o território aos empreendimentos minero-metalúrgicos e energéticos, no qual os novos colonizadores, isto é, o capital privado nacional e transnacional transformasse a região segundo NAHUM (2011) “em produtora de commodities de origem mineral e energética, sem a perspectiva de verticalização da produção e de formação de arranjos e sistemas produtivos inovadores” (NAHUM, J. S,2011,p.58).

Por tanto, essa fato demonstra o não compromisso social com o povo amazonida, uma vez que, a gestão do território e dos recursos passa a ser tomados por interesses exógenos à realidade da região, inserindo-a na divisão internacional do trabalho como exportadora de commodities.

Assim, a concepção da Amazônia, em quanto fronteira para o povoamento e para o capital (BECKER, 2009, p.125) a incorporada a logica de mercado globalizado por meio da negação de suas particularidades regionais, em especial no que concerne aos seus elementos socioculturais.

Essa perspectiva de (des) envolvimento planejada para a Amazônia e o Pará, corroboram para tratar esses empreendimento em “enclaves” no território da Amazônia paraense, pois estão dissociados das formas tradicionais de ocupação e povoamento. Os projetos de exploração mineral configuram-se assim em “próteses” que vão sendo implantadas e que substitui o meio técnico que a precedeu criando no imaginário das populações locais um novo significado e igualmente uma nova espacialidade. (SANTOS, 2012, p.256).

Essas próteses que na Amazônia promovem “a desorganização territorial dos lugares, mudando a posição das coisas e a natureza das relações de poder que decidem a cerca da gestão do território” (SANTOS, 2006 apud NAHUM, J.S, 2011, p.58). É nesse contexto político, social e econômico que se assenta a implantação da Albrás/Alunorte no município de Barcarena-Pa.

Para a implantação da Albrás/Alunorte em Barcarena necessitava-se criar as condições de viabilização do empreendimento, no qual o custo não excedesse aos lucros pretendidos pelos empreendedores do alumínio. E é nesse sentido que em setembro de 1973 é criada a usina hidroelétrica de Tucuruí, a oferta de energia barata para abastecer o projeto foi um dos atrativos decisivos para sua implantação no município e em especial quando este integrou a produção do programa grande Carajás, o PGC.

A chegada do projeto Albrás/ Alunorte necessitou desses atrativos, e teve inicio segundo NAHUM (2008) “com o convite do governo Brasileiro fez ao grupo japonês da Aluminium Resouces Development Co (ARDECO), para colaborar com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), então empresa estatal, na realização de estudos para a produção de alumina na região Amazônica.” (NAHUM, J.S, 2008, p.67).

Por tanto, isso evidencia a transferência de produção mineral que demanda grande quantidade de energia elétrica e que agride o meio ambiente dos países centro do capitalismo, como o Japão, para os territórios na periferia do mundo capitalista e que oferecessem “vantagens” competitivas para sua produção, ou seja, leis mais flexíveis e concessões fiscais e financeiras maiores, e para o caso da produção de alumínio além da existência de bauxita no rio trombetas em Oriximiná-Pa e energia e mão de obra barata e abundante, o grupo japonês contou com “todos os sistemas de engenharia de transporte no setor hidroviário e rodoviário, um porto graneleiro e de carga geral para navios de grande calado, além do núcleo urbano de Vila dos Cabanos.”(NAHUM,J.S,2011,p.59).Esses fatores conjugados formam as razões estratégicas para a implantação desse empreendimento no município de Barcarena-PA.

BREVE PANORAMA DO PAPEL DA MINERAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ

A maior abertura da mineração ao capital estrangeiro proporcionada pela mudança da legislação, em 1967, juntamente com as reformas institucionais que foram implantadas, a partir da segunda metade dos anos de 1960, proporcionaram nova dinâmica ao setor mineral paraense, evidenciada pelo considerável aumento de descobertas feitas pelas empresas multinacionais nesta fase. De acordo com Silva (1993), nos anos de 1980, especulações quanto ao potencial mineral do estado do Pará provocaram uma espécie de corrida entre empresas de mineração.

Uma característica importante observada por Silva (1993) é a inconstância no investimento em pesquisa, e desde a década de 1970 não houve descobertas de novas áreas para a mineração, o que significa o caráter puramente exploratório das empresas, que buscam investir na extração até que o mineral esteja esgotado na localidade explorada. Exceção feita ao Grupo Vale que, através de suas subsidiárias, apresenta atividade em pesquisa de reservas de bauxita (a bauxita é encontrada no estado do Pará em ambientes geológicos denominados de sequências vulcanos-sedimentares arqueanas (SUDAM, 1990)), entre outros minerais.

A partir da década de 1980 a Amazônia é uma das principais fronteiras para a expansão do capitalismo mundial, é um espaço geopolítico privilegiado para a ação de corporações transnacionais. Os grandes projetos minerais, controlados por *joint venture*, capitais nacionais e estrangeiros, iniciaram, assim, a nova fase industrial da expansão da fronteira (CHAGAS, 2009).

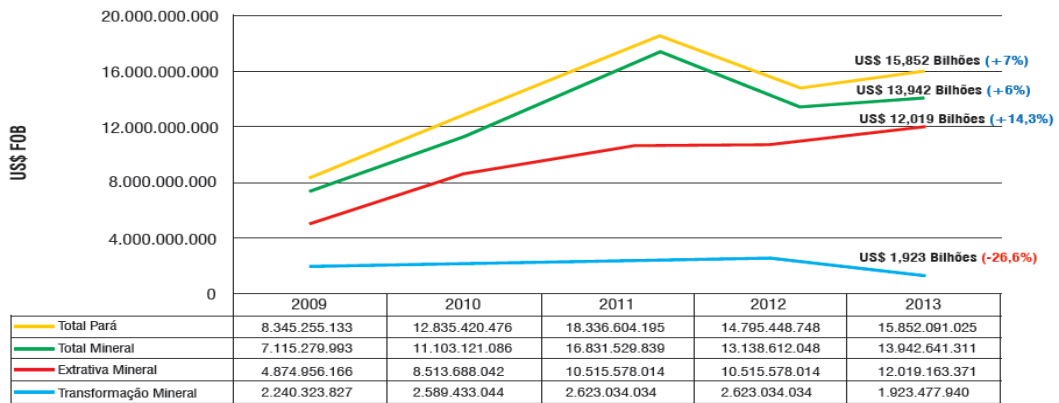
Os recursos advindos, sobretudo da mineração como por exemplo com a CFEM que tem como função primordial melhorar a infraestrutura, a saúde e a educação nos municípios sedes de Grandes Projetos, não têm se traduzido em melhorias para as populações atingidas pela mineração. Levantando a questão sobre o atual papel da indústria de mineração no desenvolvimento local e nacional no modelo capitalista de produção com pouca agregação de valor ao produto e ao trabalho, tornando a Amazônia, especialmente o Pará, mero fornecedor de matéria-prima aos grandes centros industriais internacionais.

Observando os mapas sobre solicitação e autorização de pesquisa, requerimento de lavra, portaria e disponibilidade, permissão garimpeira e requerimento e licenciamento para extração, o estado paraense está todo fatiado e com grandes possibilidades de uso do seu território acelerando a exploração mineral, já existente, no entanto, sem mudar a trajetória perversa de extrativismo com baixo valor agregado.

As diferentes regiões do estado do Pará nos próximos anos serão alvos de investimentos para aproveitamento dos recursos minerais, o que tornará o Pará ainda mais um estado minerador. O desafio será definir que tipo de exploração continuará existindo, a que tem tornado o estado dependente ou a que pensa no futuro e verticalizará a cadeia produtiva? Com exceção da cadeia produtiva da bauxita (tipo de minério explorado pela Hydro no município de Paragominas), que apesar de verticalizada ainda é incipiente, as demais, pouco ou quase nada transformam a matéria-prima. Tornando as regiões ricas em minérios no Pará, as que também apresentam mais conflitos sociais, acelerados em parte pela falta de políticas públicas para essas áreas.

Se observarmos as exportações do estado do Pará entre os anos de 2009 e 2013 (Gráfico 01), vamos perceber o quanto o estado tem sido estratégico para a nação, alcançando a casa dos bilhões de dólares em exportações sem, no entanto, criar condições efetivas do efeito multiplicador para tornar possível a cadeia produtiva da mineração. Segundo o SIMINERAL (2014), no ano de 2013 as exportações somaram US\$ 15,8 bilhões e “as Indústrias de Mineração e Transformação Mineral responderam por 88% deste valor”. Porém, a indústria de extrativa mineral sozinha alcançou mais de US\$ 12 bilhões. Que pesou quase sozinha no crescimento das exportações do estado paraense.

Gráfico 01 – Exportação Mineral do Pará

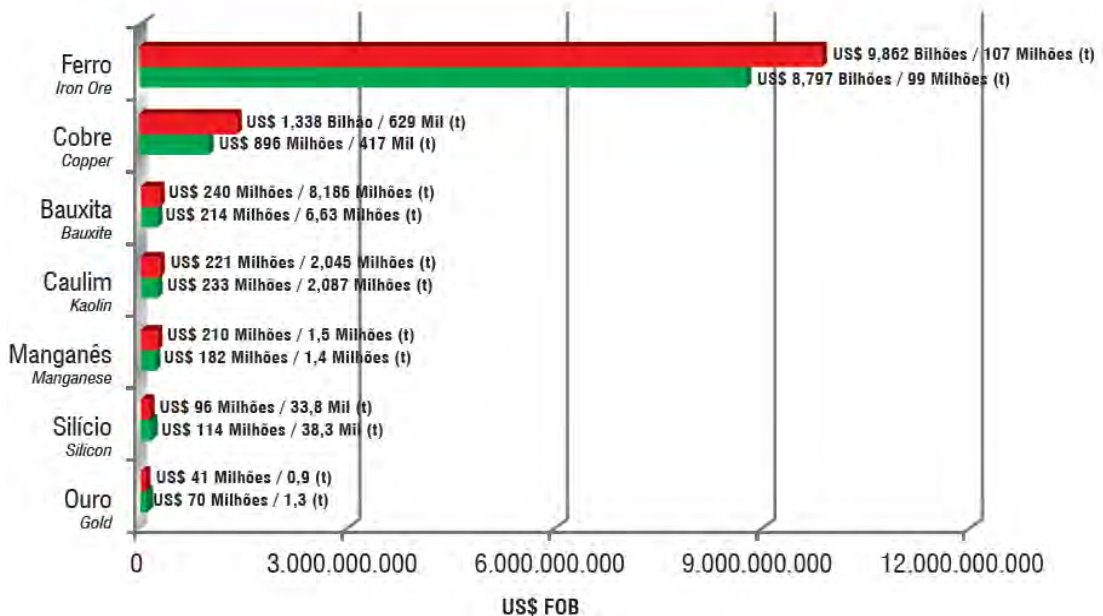


Fonte: SIMINERAL/MDIC/SECEX, 2014.

Quando observamos a indústria de transformação esta apresenta pouco peso quando comparada à indústria extrativa. Embora tenha tornado a balança comercial paraense e brasileira, numerosa, a pouca agregação de valor traz perdas irreparáveis à sociedade brasileira, se tratando de recursos estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país. As ilhas de sintropias se vão, e a pobreza, o crescimento desordenado e os impactos ambientais ficam para o povo brasileiro, como marca constante do modelo de produção industrial entrópico adotado na Amazônia.

No atual modelo exportador de recursos minerais (Gráfico 02), o ferro continua sendo o mais cobiçado, nas exportações atingiu 82% do total de recursos exportados pelo estado paraense. Um dos três minerais mais consumidos no mundo tem atendido as demandas, sobretudo da China, numa velocidade nunca antes vista no corredor da EFC. Seguido pelo cobre e bauxita tem criado muitas expectativas de novos investimentos no estado paraense.

Gráfico 02 – Principais produtos exportados pela indústria de mineração do Pará.



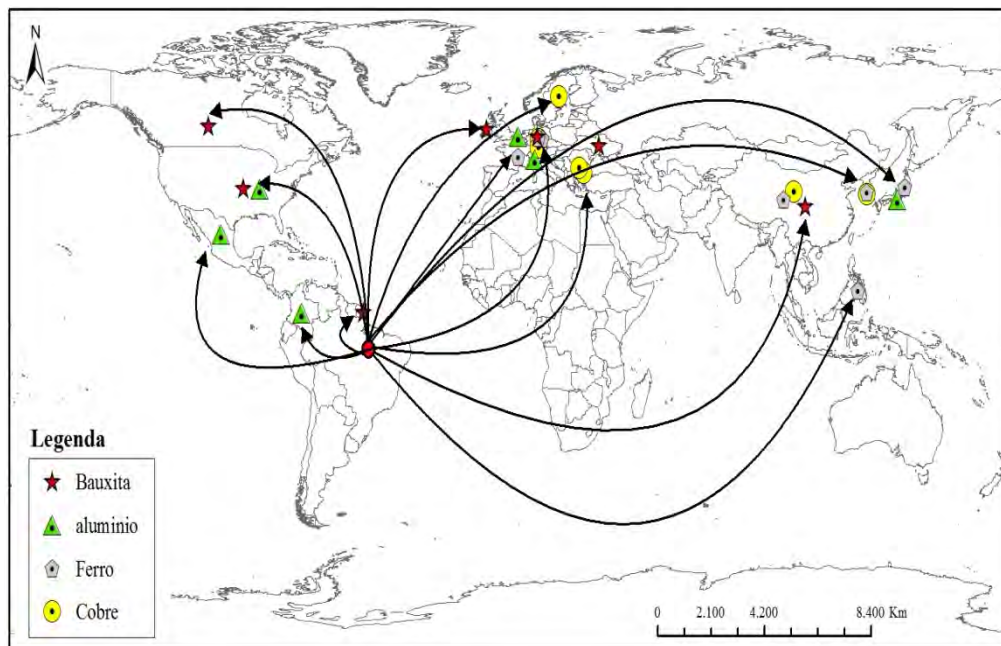
Fonte: SIMINERAL/MDIC/SECEX, 2014.

É tão lucrativo ficar investindo com baixa agregação de valor ao produto e sem, de fato, criar possibilidade de uma cadeia produtiva amazônica – que significa novos investimentos no estado do Pará, que para essas cifras, em 2018, o valor será de mais de US\$ 33 bilhões, enquanto a indústria de transformação, aquela que realmente seria significativa para a sociedade paraense e brasileira fica na casa dos US\$ 4 bilhões, um crime sem precedentes a falta de uma política industrial que crie possibilidades do estado brasileiro e sua sociedade usarem suas riquezas minerais a seu favor, possibilitando um desenvolvimento econômico e social verdadeiro com agregação de valor ao produto e ao trabalho.

Nesses trilhos de trens e navios segue o futuro da nação brasileira, sem paradeiro e sem vontade de voltar, os paraenses assistem atônico os trens da história passarem e o estado brasileiro contribui para acelerar as exportações. É necessário outro modelo exportador que não somente o de matéria-prima para de fato criar-se possibilidades de multiplicação da riqueza e associar à mineração as demais atividades econômicas, respeitando as culturas e as sociedades locais.

A tendência do mercado mundial da economia do ferro é o aumento da exploração desses recursos na Amazônia, tendo no estado do Pará sua maior expressão na economia mineral do ferro. O destino dos minérios como o alumínio e a bauxita (Mapa 03), pode ser verificado pela exportação paraense em escala internacional (PALHETA DA SILVA, 2013). A tendência no atual momento é de novos investimentos e ampliação da rede de exportação mineral na Amazônia. O local é movimentado pelo mercado externo e a cadeia produtiva da mineração completa noutra escala que não é a local, fazendo com que ocorram perdas significativas para sociedades locais.

Mapa 01 – Destino da exportação de minérios no estado do Pará – bauxita, alumínio, ferro e cobre (2011 e 2012).



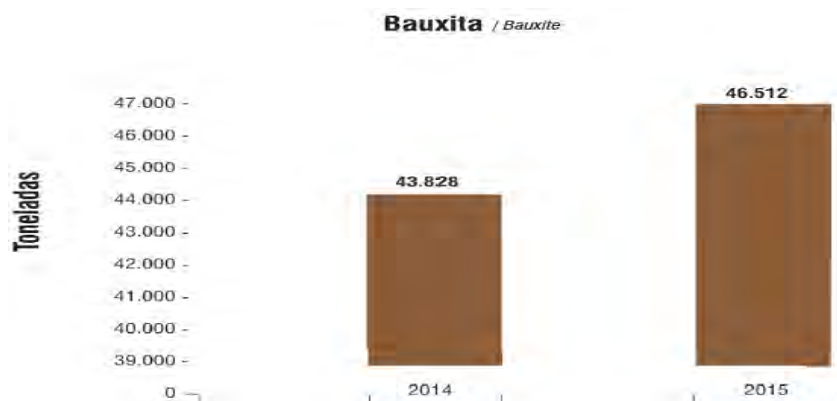
Fonte: PALHETA DA SILVA, 2013.

BARCARENA E O COMPLEXO ALBRÁS-ALUNORTE

Barcarena é um dos territórios com mineração que ajudam a conectar o Pará em escala internacional a partir da transformação da bauxita. A exploração desses recursos tem sido bem vista pelos gestores dos municípios mineradores, porém há necessidade de se pensar num outro modelo de exploração que viabilize a transformação com mais agregação de valor ao produto e qualifique ainda mais os trabalhos nas regiões mineradoras, como também os recursos advindos da mineração possam ser expressos no território através de benefícios à sociedade local.

Observa-se que há projeção para aumentar a exploração mineral no estado, no caso da bauxita (Gráfico 03), essa projeção expressa o interesse por um dos minerais mais cobiçados pelas indústrias internacionais, saltando e 43.828 para 46.512, em apenas um ano de projeção.

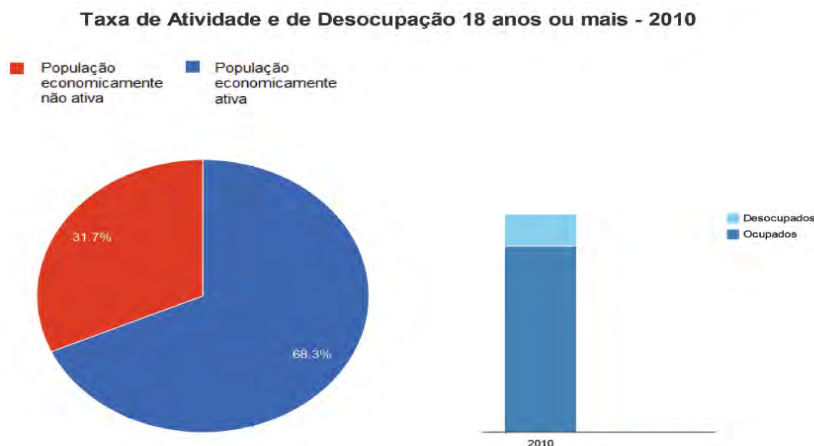
Gráfico 03 – Produção de bauxita no Estado do Pará 2014-2015.



Fonte: SIMINERAL, 2015.

Podemos observar na figura sobre postos de trabalhos na indústria da mineração no estado do Pará (Gráfico 04), que os empregos que são considerados próprios da indústria mineral saltaram de 18.272 para atingir o valor em 2013 de 19.392 postos (SIMINERAL, 2015). De certa forma, a hipótese é que de forma indireta ocorreu a diminuição da população economicamente não ativa em virtudes da mudança de posicionamento das novas atividades econômicas no território de Paragominas.

Gráfico 04 – Taxa de atividade e de desocupação 18 anos ou mais – 2010.



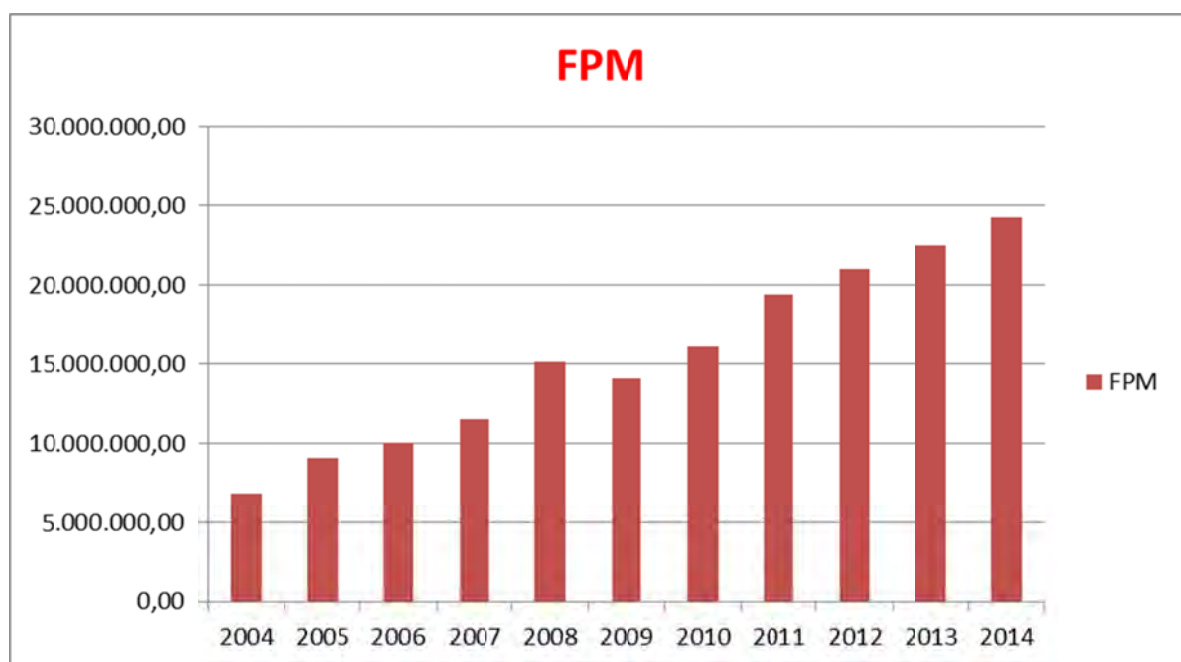
Fonte: SIMINERAL, 2015.

Os dados mostram de certa forma uma estabilidade no número de empresas e de pessoal ocupado no município. As cidades mineradoras na região amazônica possuem dinâmica econômica e ordenamento territorial diferenciados, cada uma tem apresentado graus distintos de complexidades, a partir principalmente dos efeitos provocados pelas empresas de mineração em seus territórios. O processo da riqueza de seus recursos naturais (jazidas minerais) impulsionou ações por parte de grandes grupos empresariais principalmente internacionais na economia da região. (PALHETA DA SILVA, 2013).

A riqueza advinda da mineração com a arrecadação de impostos e, principalmente dos royalties veio como a salvação para alguns municípios paraenses, para ampliar ou criar os equipamentos urbanos para serem capazes de atender as necessidades da sociedade que passava a colocar suas esperanças de emprego e renda na chegada dos projetos mineradores.

Os municípios já consolidados ampliaram sua rede econômica, os que não estavam consolidados mudaram a funcionalidade de suas sedes/cidades que já existiam antes mesmo da chegada do Grande Projeto, alterando o ordenamento territorial, passou a ser a tônica dos processos nos territórios de mineração. Nessa corrida por recursos econômicos, o Fundo de Participação Municipal – FPM (Gráfico 05), tem sido um dos caminhos encontrados pelos municípios que atraem população em razão de vários projetos, dentre eles os de maior expressão, os ligados direta ou indiretamente à atividade de mineração.

Gráfico 05 – FPM no município de Barcarena de 2004-2014.

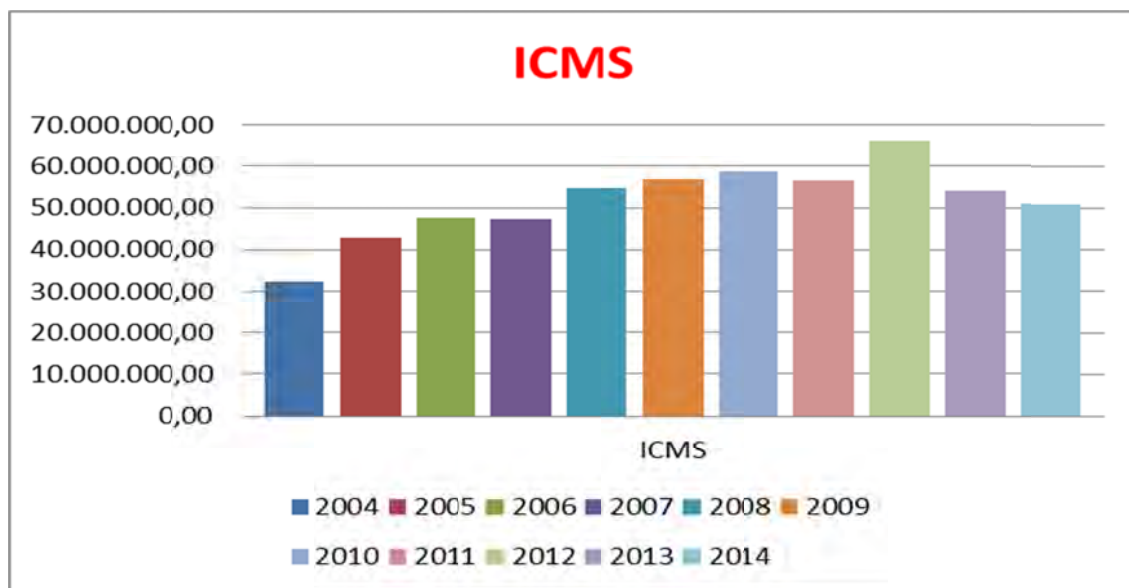


Fonte: STN/COINT, 2004-2014 – Elaborado por LIMA, 2015.

O crescimento do FPM em Barcarena saltou de pouco mais de 6 milhões para mais de 24 milhões de reais, demonstrando também a influência do município em atrair população para seu território. Esse recurso tem sido fundamental para muitos municípios que não possuem em seus territórios a diversificação dos três setores de atividades. A maioria deles concentram suas atividades ou no comércio ou na agricultura, não é o caso dos municípios mineradores, que além

desses recursos possuem a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), com um elemento significativo na arrecadação municipal.

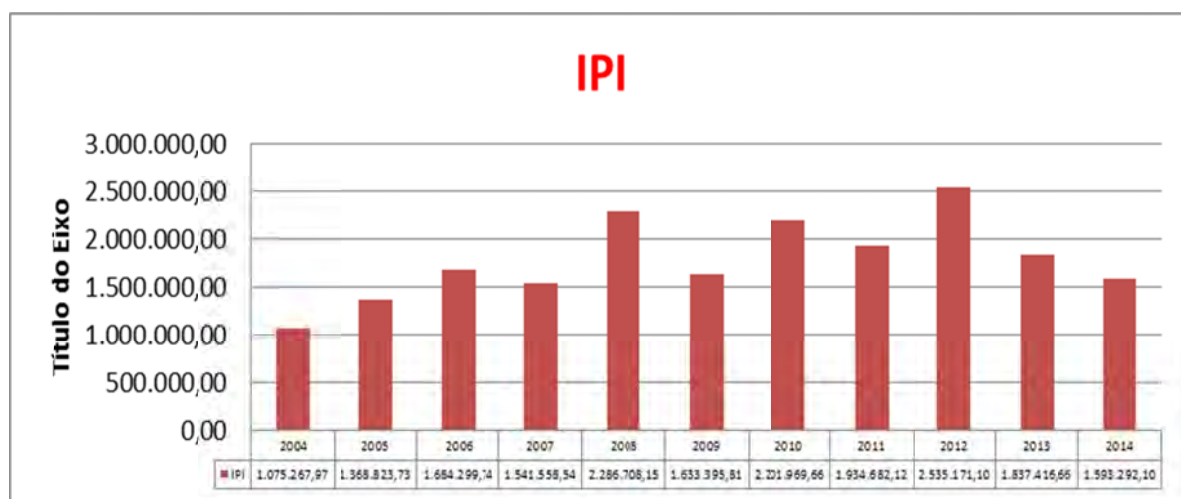
Gráfico 06 – ICMS no município de Barcarena de 2004-2014.



Fonte: SEFA/DITES, 2004-2014 – Elaborado por LIMA, 2015.

A diversificação dos três setores do PIBM pode ser evidenciada no município de Barcarena com avanço do ICMS (Gráfico 06), de pouco mais de 32 milhões de reais para 50 milhões de reais, que demonstra que este setor foi diversificado pelas atividades tanto de indústria, comércio e de forma modesta do setor agrícola.

Gráfico 07 – IPI no município de Barcarena de 2004-2014.



Fonte: SEFA/DITES, 2004-2014 – Elaborado por LIMA, 2015.

Por sua vez, a falta de uma cadeia produtiva que agregue mais valor ao produto e principalmente ao trabalho, tem sido um dos graves problemas da política de exportação de recursos minerais. Esse é um dos problemas do baixo valor arrecadado quando comparamos o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (Gráfico 07), o que de uma forma indica o grau de dependência do estado brasileiro, e na falta de visão geopolítica de nosso estado, tratando-se de

recursos naturais estratégicos e de fundamental importância ao desenvolvimento da sociedade. Barcarena embora tenha aumentado o valor da arrecadação, se iguala aos demais municípios no Pará que possuem atividades de mineração, porém baixo valor agregado e pouco efeito multiplicador.

Durante o tempo de execução da pesquisa foram realizadas leituras de livros clássicos da geografia, estas leituras foram apresentadas e discutidas para haver maior entendimento teórico dos conceitos norteadores básicos da geografia conhecidos, como: Território, Territorialidade, Ordenamento Territorial, Desenvolvimento Regional, etc. A partir desse conhecimento teórico, foi possível maior embasamento teórico para os trabalhos de campo, o que vem qualificando as observações mais aprofundadas e a percepção dos conceitos ali presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia brasileira está relacionada a uma das fronteiras de expansão do capital internacional na América Latina. Toda essa forma estava também associada à possibilidade de “desenvolvimento” da Amazônia. Assim, o governo conseguiu desenvolver sua estratégia de associação do capital privado nacional e internacional ao capital estatal. Associava, assim, a escala local à internacional visando, sobretudo ao mercado internacional de exportação dos recursos minerais.

Essa estratégia de associação levou a exploração dos territórios, principalmente os com mineração e a aceleração de sua exploração sem, contudo criar a possibilidade de formação da cadeia produtiva da mineração com base no domínio da ciência e tecnologia, conseqüentemente e na agregação de valor ao produto e ao trabalho, deixando a Amazônia refém e entregue a vontade do mercado internacional, que não tem nenhum compromisso com a sociedade amazônica e brasileira.

A grande empresa de mineração não pode ser a única forma encontrada pelo Estado como organizadora econômica do território. Os municípios não podem atrelar a sua condição de desenvolvimento à mineração. É necessária uma política nacional para mineração que crie condições para acelerar a cadeia produtiva, no estado paraense, agregando mais valor ao recurso e preparar a sua sociedade para usar o território a seu favor.

Municípios como Barcarena aqui estudados precisam criar suas próprias condições de desenvolvimento, para não ficar dependendo de recursos repassados pelo estado ou pela união e, assim prosperar socialmente e multiplicar a riqueza de suas sociedades, caso contrário, ocorrerá o crescimento econômico com baixa distribuição de renda e o aumento dos conflitos sociais, principalmente na periferia das cidades mineradoras, que não recebem os benefícios, quando comparados com as áreas centrais da cidade.

É necessária a modernização das administrações municipais e um maior compromisso do gestor público com seus municípios. Na maioria das vezes não se vê os gestores locais pensando no futuro de seus municípios. A solução para muitos governantes é mais imediatista, e a mineração quando está presente nos municípios acaba contribuindo para esse pensamento, que inibe um planejamento futuro. Senão vão se os minérios, e ficam os conflitos para serem administrados sem recursos pelos gestores locais (PALHETA DA SILVA, 2013).

REFERÊNCIAS

- Becker, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- DA SILVA, Laryssa de Cássia Tork. **Da Avaliação do projeto público “Paragominas: Município Verde” sob a ótica das mudanças climáticas**. Belém: NAEA. Dissertação de Mestrado, 2014.
- DEPARTAMENTO Nacional de Produção Mineral. **Tributação Mineral no Brasil**. Brasília: DNPM, 2000.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2012.
- IDESP, Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (**Estatística Municipal**). Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br>
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Município de Paragominas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- MONTEIRO; Maurílio de Abreu & COELHO; Maria Célia Nunes. **As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia**. Novos Cadernos do NAEA. 2004
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José Silva. (Org.). **Atlas socioambiental: municípios de Tomé-açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis**. Belém: NAEA, 2009.
- NAHUM, J.S. **Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA**. Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan./jun. 2008.
- NAHUM, J.S(orgn).**Dinâmicas territoriais e políticas no município de Barcarena no Estado do Pará**. Belém: Editora Açai,2011.
- PALHETA DA SILVA, J. M. **Território e Mineração em Carajás**. Belém: GAPTA/UFGPA, 2013.
- QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. RJ: Paz e Terra, 1979 (1974).
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SECRETÁRIA de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF). **Estatística Municipal/ Paragominas**. Belém: SEPOF, 2014.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2012.
- SINDICATO das Indústrias Mineraias do Estado do Pará - SIMINERAL. **Anuário Mineral do Pará - 3. ed**. Belém: Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará. 2014.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial**. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

UMA NOVA TENTATIVA DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA SOB A ÓTICA DE DISCUSSÃO DO “PREÇO DA RIQUEZA” DE ELMAR ALTVATER

Cleyton Alves Candeira Pimentel¹
Prof. Pós-Dr. André Cutrim Carvalho²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fundamental traçar uma análise teórico-histórica do setor elétrico-mineral, referente ao período de governo do Ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, procurando definir, de fato, qual a posição atual da Amazônia no desenvolvimento do capital brasileiro e, também, da América Latina. Cabe ressaltar a importância deste trabalho no sentido de dar condições para demonstrar a existência de aspectos em comum envolvendo o período democrático (2002-2010) com a época caracterizada pelo regime militar (1964-1985). A problemática que o referencial teórico nos propõe, portanto, é que os países de capitalismo tardio não apresentam características suficientes para alcançar o estágio de industrialização plena, por conta da dependência econômica do mercado de *commodities* intrínseco ao seu caráter fóssil. A principal conclusão desta pesquisa é que a Amazônia brasileira associada ao setor elétrico nacional e, conseqüentemente, ao fortalecimento do setor mineral, tem potencial a ser usada, novamente, como ferramenta importante para a modernização do capital e a chegada da industrialização plena em todas as regiões brasileiras, inclusive, as periféricas como a própria Amazônia.

Palavras-chave: setor elétrico-mineral; capital; Estado; industrialização.

A NEW INDUSTRIALIZATION ATTEMPT IN THE BRAZILIAN AMAZON UNDER DISCUSSION OF OPTICAL "PRICE OF WEALTH" OF ELMAR ALTVATER

ABSTRACT: This article has as main objective to draw a theoretical and historical analysis of the electrical-mineral sector for the period of government of the Former President of the Republic, Luiz Inácio Lula da Silva, seeking to define, in fact, which the Amazon current position in development of the Brazilian capital and also in Latin America. It is worth emphasizing the importance of this work to give conditions to demonstrate the existence of common aspects involving the democratic period (2002-2010) to the season characterized by the military regime (1964-1985). The issue that the theoretical framework proposes therefore, it is that the countries of late capitalism does not have enough features to achieve full industrialization stage, because of the economic dependence of the intrinsic commodities to its fossil character. The main conclusion of this research is that the Brazilian Amazon connected to the national electricity sector and consequently strengthening the mining sector has the potential to be used again as an important tool for the modernization of the capital and the arrival of full industrialization in all Brazilian regions, including peripheral like the Amazon itself.

Keywords: electricity and mineral sectors; State; industrialization.

¹ Graduando em Ciências Econômicas. Discente da FACECON/ICSA/UFPA. E-mail: cleyton_underline@hotmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Docente da FACECON/ICSA/UFPA. E-mail: andrecc83@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As bases da investigação de Altvater (1995) têm como centro de argumento a questão: quais são os efeitos socioeconômicos que a matriz energética do capitalismo agrega? Em um primeiro momento, a resposta mais imediata dada pelo autor é a de que o capitalismo compõe uma sistemática político-econômico-energética – de determinada ordem – que interfere (ou desordena) a sistemática natural do meio ambiente, e, para isso os fatores energéticos têm como objetivo intensificar o processo de trabalho.

Na análise de Altvater (1995) foi no período denominado *fordista-keynesiano* (1945-1979) que o capitalismo revelou o seu alicerce energético de reprodução e globalizou a sua dependência econômica de energia. Nesse contexto, historicamente a relação Estado-Capital internacionalmente vem tomando políticas econômicas especificamente de caráter *fossilista*. O centro dos objetivos dessa interação econômica com a política é de explorar o máximo de matérias-primas para o aumento da produção de mercadorias, de acordo com a categoria de Marx (2013), uma maior exploração de *capital constante*³.

Com isso, se tomarmos os estudos de Bunker (1985) pode ser identificado no Brasil, especialmente no regime militar (1964-1985), políticas econômicas *fossilistas* que visam à exploração em massa de matérias-primas. Para tal realização no respectivo período foram constituídos em ação diversos planos nacionais de desenvolvimento com o sentido de efetuar uma industrialização no país, e conseqüentemente uma trajetória de crescimento econômico que desenvolvesse de forma plena a economia nacional.

Nesse contexto, a tese defendida por Altvater (1995) baseada nas obras de Karl Marx é a de que a dimensão da divisão social do trabalho, a partir do modelo fordista de acumulação, ganha uma nova dinâmica por intermédio da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), com destaque e foco primordial na intensificação da exploração de matérias-primas, ou seja, há uma nova especialização das funções econômicas, o que gerou uma dicotomia no trabalho ramificado entre fornecedores de *commodities* e consumidores produtivos.

Logo, tendo a característica principal do capital industrial ser excludente, Altvater (1995) afirma que existe uma impossibilidade histórica dos países em desenvolvimento – fornecedores de *commodities* aos países industrializados – alcançarem uma industrialização plena através do fornecimento de matérias-primas, porém, tal ação acaba por gerar uma dependência maior em relação à oferta do que a demanda de *commodities*.

Na verdade, a imposição do modelo *fordista-fossilista* de produção – em escala internacional – provem dos países industrializados diante dos países em desenvolvimento estabelecendo assim um regime específico de mercado. Dentre estes países em desenvolvimento encontra-se o Brasil.

Desde o período de regime militar, o Brasil se designa como fornecedor “sênior” de *commodities* para os países industrializados como China e os Estados Unidos da América (EUA). De acordo com Altvater (1995), existe uma série de tentativas frustradas histórica de industrializar o país, desde o regime militar, que germinou conseqüências socioeconômicas graves à sociedade como a elevação da dívida pública, inflação alta e taxas de juros altas.

³ Para Sandroni (1999, p. 79), na teoria marxista do valor, a parte do capital total que apenas transfere seu valor para as mercadorias que estão sendo produzidas, não criando a mais-valia. Em termos materiais, é composto pelos meios de produção: máquinas, equipamentos, edifícios, matérias-primas, combustíveis etc.

O Brasil é uma fonte extraordinariamente rica de matérias-primas e isso pôde ser observado nos projetos de pesquisa como o projetor Radar na Amazônia (RADAM) e a Companhia de Pesquisa de recursos Minerais (CPRM), respectivamente efetuados em 1970 e 1969, que tinham objetivos localizar áreas que comportavam reservas de minério na Amazônia.

Nesse contexto, segundo Lobo (1996), a exploração das reservas de minério de ferro, bauxita e manganês na regional Amazônica, em âmbito internacional, vieram acompanhadas de um fator chave para impulsionar a exploração e exportação de matérias-primas, que foi a utilização das usinas hidrelétricas próximas a região. Com isso, é possível visibilizar que de forma quase exclusiva, ainda sim, as usinas hidrelétricas fornecem energia elétrica para sustentar a produção das empresas mineradoras na região.

Nessa linha de raciocínio, autores como Altvater (1995), Lobo (1996) e Silva (2011), observam que no regime militar tanto o setor mineral quanto o setor elétrico Amazônico foram afetados pelos planos nacionais de desenvolvimento como: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG no período de 1964-1967); o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED no período de 1968); e o Plano Nacional de Desenvolvimento I (PND I de 1972-1974). Este último visava pela Lei 5.727 um crescimento do PIB de aproximadamente 8% e 9% ao ano, e uma baixa da inflação em torno de 20%.

Além disso, o Plano Nacional de Desenvolvimento II (PND II no período de 1975-1979) possibilitou uma resposta direta ao primeiro choque do petróleo, que objetivava uma taxa de crescimento do PIB de 10% ou superior ao ano. O PND II, na visão de Silva (2011), causou um fortalecimento do capital financeiro do país, o que gerou um certo impacto em setores importantes da economia e, também, proporcionou que a dívida pública do país afundasse a economia nacional em uma crise.

Entre a o início de 1990 e a primeira década do século XXI as direções político-econômicas tomadas pelo governo brasileiro, em âmbito nacional e regional perante o setor elétrico e mineral, principalmente no início do governo do (Ex) Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que tiveram aspectos semelhantes aos registrados no regime militar, que, se sintetizam, em estabelecer megaprojetos de desenvolvimento nacional e regional direcionados a logística, mineração e energia.

Recentemente, em pesquisas desenvolvidas por autores como: Monteiro (2005) e Coelho (2012) foi possível constatar que os projetos e planos nacionais propostos no governo do (Ex) Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, como o Programa de Aceleração de Crescimento I e II (PAC I e II), tiveram o mesmo impacto no setor elétrico e mineral que o PND I e II, PAEG e PED. Nestas condições, os planos vinculados a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) chamam atenção e constituem, indiretamente, uma relação efetivamente peculiar entre o setor mineral e elétrico na região amazônica.

Os objetivos fundamentais do presente artigo são: 1º) Traçar uma caracterização histórica em 2003-2010 dos impulsos de expansão do setor elétrico brasileiro; 2º) Definir a situação do setor elétrico-mineral no período de 2003 a 2010 para possibilitar uma conexão de elementos históricos e uma investigação científica mais recente na Amazônia; 3º) Identificar a participação da Amazônia nos grandes projetos de expansão econômica no Brasil.

O presente artigo foi dividido em cinco seções, além desta seção introdutória e das considerações finais na última seção. Na segunda seção, de maneira sucinta, são apresentados os aspectos metodológicos do trabalho; na terceira são discutidas as modificações nacionais e

regionais na matriz do setor elétrico-mineral no Brasil e na Amazônia e, principalmente, o argumento histórico de interação entre o setor elétrico e mineral no período de 2002 a 2010; na quarta seção são apresentados os pressupostos teóricos advindos da Teoria de Elmar Altvater; e, por fim, as conclusões.

2. METODOLOGIA

De acordo com Carvalho (2005), A especificação metodológica constitui parte obrigatória da pesquisa acadêmica que adote o método científico, contudo, é preciso distinguir o método de abordagem dos ditos métodos de investigação. O método de abordagem diz respeito à filiação filosófica e ao grau de abstração do fenômeno estudado, já os métodos de investigação ou procedimentos de uma pesquisa consistem nas etapas concretas da investigação e do uso das técnicas de pesquisas adequadas.

A metodologia usada para o melhor desenvolvimento do presente artigo envolve uma análise histórico-teórica sobre os dados dos setores de energia elétrica, tendo como base os planos nacionais e decenais de desenvolvimento energético. Nestas condições, será de extrema necessidade uma revisão bibliográfica minuciosa sobre o assunto.

Para a análise do setor mineral, por exemplo, foram usados os dados de exportação de ferro do Ministério do desenvolvimento indústria e comércio exterior, que podem ser obtidos no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

3. UMA DISCUSSAO SOBRE O SETOR ELÉTRICO-MINERAL DO BRASIL E DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Durante a década de 1990, pode se afirmar que a característica central do modelo de desenvolvimento setorial elétrico nacional foi a de efetivar diversas privatizações de empresas estatais para a regulação de um livre-mercado. Autores como Silva (2011) e Gomes et al. (2002) afirmam que nesta década houve uma mudança significativa de planos e estratégias econômicas tomadas nas estruturas do setor elétrico nacional, em direcioná-lo, tanto para o crescimento da economia nacional e regional quanto para funcionalizá-lo como um ponto de fuga de crises setoriais, como os diversos *blackouts* provenientes de uma deficiência no setor elétrico que tiveram impacto drástico na indústria, logo, para isso, foi estabelecido uma meta de particularmente aumentar o PIB via setor elétrico.

No entanto, foram as modificações que envolveram o Plano de Recuperação Setorial (PRS, 1985), Revisão Institucional do Setor Elétrico (REVISE, 1988), e a transição do Imposto Único por Energia Elétrica pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, 1990), que ocorreu a reestruturação do setor elétrico nacional e o ponto de partida para a origem de um modelo de crescimento setorial consistente, mais tarde foi denominado de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (RE-SEB).

O RE-SEB tinha como objetivo principal repartir o setor em suas respectivas funcionalidades, dividir as respectivas tarifas de cada serviço em geração, transmissão e distribuição de energia, e proporcionar uma baixa competição no mercado. Este novo modelo deu condições a que surgisse

um novo agente econômico, o *comercializador* de energia que, teve por função deixar o mercado mais “líquido”, como acentua Silva (2011).

A interrupção do RE-SEB veio em 2003 com governo Lula, diante disso foi estabelecido um novo modelo de crescimento setorial com uma nova estruturação com aspectos diferentes, porém com um mesmo direcionamento deste. Em 2004 institucionalizou-se a Lei 10.848 que promovia o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no setor elétrico, e o objetivo final desses ambientes de contratação é definido no sentido de realizar leilões de energia elétrica que viabilizem uma maior dinâmica econômica setorial e veracidade do setor.

Desta forma, a mudança do RE-SEB para o ACR e ACL alterou a forma da comercialização de energia, fazendo com que na perspectiva de geração de energia pudesse haver uma competição plena possibilitando um maior estabelecimento dos preços leiloados no mercado setorial de energia. Importante esclarecer que o ACL, que tinha inserido a distribuição de energia para o ACR, comportava os consumidores livres e os comercializadores de energia, entretanto, o ACR mostrava a capacidade de manter uma segurança na estabilização de tarifas providas da competição, ressalta Silva (2011).

Na verdade, as concessões se estabeleceram de tal forma que o uso próprio ou a venda de energia no ACL era destinado para os serviços públicos e o ACR como uso dos bens públicos. Com isso, as mudanças nos órgãos administrativos do setor elétrico também foram essenciais para a constituição do novo modelo, como a criação da Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) que veio substituir o Mercado Atacadista de Energia (MAE). Desse modo se instaurava um campo de plena competição entre empresas no setor e a criação da Empresa de Pesquisa em Energia (EPE) responsável para realizar estudos para expansão de aproveitamento energético.

Durante o governo do (Ex) Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, o que ganha atenção, de fato, no setor elétrico brasileiro é o Plano Nacional de Energia 2030, lançado em 2006 pela Empresa de Energia Elétrica (EPE), que estipulava investimentos do Estado ao setor e retomava com a gama de projetos a longos prazos desde o período do regime militar, logo, o setor elétrico nacional se viu com a necessidade da consolidação de uma base financeira, o que foi então cristalizada com o BNDES, Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como pode ser visto em BRASIL (2007).

Além disso, com uma base de financiamento definida, potencializa-se e se têm condições mais significativas para o setor a entrar em um modelo capitalização de investimentos via leilões de energia por MW (Megawatts). Desde então, o setor elétrico brasileiro ganhou uma nova estruturação mais dinâmica que a dada pelo o RE-SEB, e com uma capacidade financeira mais ampla.

Tolmasquim (2011) aborda as contratações realizadas para o setor nos últimos anos depois da promulgação da Lei 10.848 (que legitimou a comercialização de energia como contratação regulada ou livre dentro do Sistema Integrado Nacional, SIN) e a Lei 10.847, que deu responsabilidades e competências mais amplas ao EPE, como confirma Brasil (2007).

No período de 2005 e 2010 foram realizados 37 eventos de contratação, dos quais foram negociados 6.237 TWh de energia fazendo com que a capacidade instalada no ano de 2010 chegasse a 113,3 GW de potencia, sendo que ainda há projetos em planejamento e outros em construção, como a Usina de Belo Monte, Jirau, e Santo Antônio.

Tolmasquim (2011) afirma que o novo modelo do setor elétrico brasileiro permitiu uma grande capacidade de expansão da produção energética, e com isso, atrair investimentos

permitindo certa segurança no fornecimento de energia. Cabe destacar que o PAC teve uma contribuição de grande magnitude para a estabilização da expansão do setor, com destaque em desenvolver as ramificações de geração, transmissão e distribuição de energia.

No início de 1990, o setor elétrico Amazônico foi marcado pelo enfraquecimento da exclusividade da ELETROBRÁS como ator principal nas decisões de controle e planejamento setorial, isto causou impacto também na sua subsidiária ELETRONORTE. Usando os termos de Gonçalves (2015), a ELETROBRÁS foi se “diluindo” com uma separação em setores, logo isto foi determinante para a seu enfraquecimento. As mudanças mais significativas no setor elétrico, em um caráter regional, ligaram-se ao setor mineral na década de 1980-1990, mas, em mais intensidade no último período de mandato governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O objetivo dessa alteração estrutural no sentido do desenvolvimento se deu em estabilizar grandes planos de desenvolvimento nacional, e também regional, com bases no controle de consumo de energia elétrica. Com isso poderia se ter então, um progressivo desenvolvimento na produção de energia e uma expansão ampla na integração de mercado relacionada ao setor mineral. Logo, se observados os Planos Plurianuais, que destaca Monteiro (2005), o alicerce da dinâmica do setor mineral provém do crescimento da produção energética elétrica.

Para Gonçalves (2015), a série de *blackouts* nos anos de 1999, 2001 e 2002 foi decisiva para a criação de grandes planos no setor elétrico brasileiro, isto acabou abrangendo a região amazônica como alvo de futuros investimentos. A região taxada como “subaproveitada” têm, a partir do Plano de Decenal de Expansão de Energia 2022 (PDE 2022, efetuado em 2013), uma gama de 23 projetos de hidrelétricas destinadas para a exploração hídrica da bacia Amazônica.

Na ótica discutida por Brasil (2013), o PDE 2022 têm os períodos de obras na Amazônia divididas em duas partes, a primeira em 2013-2018 com a previsão de um potencial futuro de 20.683 MW e a segunda em 2018-2022 com a previsão de um potencial de 19.917MW e que gerará um acréscimo de 41.000 no SIN⁴, nisto, somando a 12.283MW que já existem na região Norte (ai incluídos AM/AP e uma parte do SE/CO com o estado do Acre, Roraima e Mato Grosso que juntos são 4.110 MW juntos) até o período de 2022.

Gonçalves (2015) lembra que o potencial de geração de energia na Amazônia correspondera a uma média superior de 57.410MW para geração de energia elétrica, o que corresponde a 48,03% de toda capacidade de energia elétrica no País. O referido autor destaca, também, que o sistema de distribuição de energia amazônico contém dois subsistemas, o subsistema do Norte composto pelo estado do Pará, Tocantins e Maranhão, e o subsistema isolado composto por Amazonas, Amapá e Roraima.

De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia, no período de 2006-2015, as premissas básicas para entender a interligação dos subsistemas ocorrem, justamente, através da inclusão do sistema Acre/Rondônia ao subsistema SE/CO (Sudeste e Centro-Oeste) e ao sistema isolado Amazonas/Amapá/Roraima — denominado subsistema “N”.

A prévia dessa inclusão do subsistema isolado aos demais é dada até o ano de 2015 concluindo assim as interligações dos sistemas de energia elétrica no Brasil. Nas palavras de Gonçalves (2015 p. 90) *apud* Ministério de Minas e Energia (2006 p. 114):

⁴ O Sistema Interligado Nacional (SIN) é responsável por conectar a transmissão e produção de energia em que as usinas hidrelétricas e termelétricas funcionalizam, ambas são interligadas através de uma rede de transmissão de energia elétrica.

Até 1998 o SIN (incompleto) era dividido em sistema Norte/Nordeste e Sul/Sudeste - Centro Oeste com duas grandes hidrelétricas em cada eixo UHE de Tucuruí que alimentava o Sistema N/NE e as UHE de Itaipu e do sistema Furnas no S/SE-CO não havia, portanto ligação entre estes, sendo assim isso explica o porquê no apagão de 1999 essas áreas não foram atingidas, essa ligação a partir de 1998 passa a ser de suma importância para o Setor energético nacional e Tucuruí passa a assumir uma importância não mais somente como Mínero - Regional e passa a ser uma alternativa para outras regiões do Brasil, a citação abaixo confirma as palavras ditas sobre a 'Interligação Norte-Sul Até 1998, o Sistema Elétrico Brasileiro foi constituído pelos subsistemas Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste que operavam separadamente até a entrada em operação do primeiro circuito da denominada Interligação Norte-Sul, interligando aqueles subsistemas e formando o Sistema Interligado Nacional (SIN). Atualmente, esta interligação é formada por dois circuitos em 500 kV desde a SE Imperatriz até Serra da Mesa.

Nas pesquisas de Gonçalves (2015), definindo as condições em que se realizaram os grandes planos no setor elétrico, o fator consequente deste novo modelo de integração energética elétrica na economia foi à criação da Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE), em 2004, que se responsabilizava da organização e comercialização de energia elétrica e, também, do primeiro leilão de energia efetuado em 2005, sendo assim, já com o novo modelo instalado alcançou 51 novos empreendimentos junto a ANEEL.

Portanto, a expansão do SIN na Amazônia é o objetivo de prioridade maior, principalmente, no que diz respeito a necessidade de aumentar as redes de distribuição e a capacidade de geração de energia, ou seja, a importância do SIN na Amazônia é de extrema relevância porque integra a região a um macro fornecimento de energia elétrica, e a empresas de mineração no Estado do Pará.

3.1. Uma análise sobre o aspecto regional do setor mineral na Amazônia brasileira

No âmbito do Governo Federal a mudança no formato de realização do desenvolvimento regional também foi profunda, nas décadas anteriores a 1990 o modelo era objetivado em desenvolver “polos de desenvolvimento à modernização” da região, a partir de 1990 o desenvolvimento regional ficou estabelecido em uma nova direção, de estabelecimento de “eixos estruturadores de integração nacional e internacional”, como dito por Monteiro (2005).

Estes eixos proporcionam uma melhor articulação nas diferentes regiões por meio de um aumento no fluxo de transporte, este aumento abre rodovias e hidrovias tendo o objetivo de “melhorar a capacidade competitiva de mercado”, isso é denominado segundo Monteiro (2005), p. 195 *apud* BRASIL (1997^a, p. 106) como a “geração de cadeias de integração produtiva”.

Um fator essencial nas decisões políticas neste novo modelo foi à permissão de entrada de capital estrangeiro e a participação majoritária desses capitais nas empresas mineradoras a partir da emenda constitucional nº 6. Para Monteiro (2005, p. 195), “um exemplo da entrada fácil desse capital foi dado em relação a os direitos de reservas de minério de Cromo no município de Mazagão (AP), que foram adquiridos pela empresa norueguesa Elkem, e que passou a dirigir as atividades pela empresa Mineração da Vila Nova”.

O governo do (Ex) Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, tem a premissa enfática na política de “lógicas de valorização dos recursos minerais”, sendo assim a direção do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional tem o objetivo de “explorar, com afinco, “os potenciais endógenos da magnificante e diversificada base regional de desenvolvimento, em conformidade com os

fundamentos sociais atuais de uma produção mais diversificada”, sustenta Brasil (2003a, p.12). Segundo Monteiro (2005, p. 196) *apud* Brasil (2003b):

O Plano Plurianual Brasil tem como ponto de referência uma análise de que o desenvolvimento econômico do país está bloqueado pela existência de restrições que produzem vulnerabilidade externa e interna. A primeira delas vinculada à baixa capacidade de geração de divisas na balança comercial e de atração de capitais produtivos. Essa reduzida capacidade de geração de divisas tem tornado o Brasil altamente dependente de capitais para fechar suas contas com o resto do mundo. Nesses termos, a superação da vulnerabilidade externa requer que seja dada máxima prioridade para a elevação do saldo da balança comercial, o que implica dispensar tratamento privilegiado aos agentes econômicos, como as empresas minero-metalúrgicas, cujas mercadorias exportadas tem baixíssimo coeficiente de importação, do que deriva um resultado líquido maior nas contas correntes externas.

O incentivo do governo brasileiro em exportar e integrar o mercado culminou que as exportações da empresa Alunorte saltaram de 730 mil toneladas para 1,4 milhão de toneladas ao ano. Em 2004 o mesmo se repetiu com a empresa CVRD que, na região de Carajás, durante as duas décadas seguintes se tornou responsável pela mercantilização anual de 140 mil toneladas de minério e cobre reserva na mina do Sossego. Na visão de Monteiro (2005, p.197-198):

O objetivo do governo é a valorização do superávit e sua ampliação participativa na balança comercial. A lógica que impulsionou a minero-metalurgia na região é a de assegurar sua viabilidade econômica tendo por base a garantia da utilização de vantagens comparativas decorrentes da possibilidade de acessar recursos e serviços ambientais a baixo custo.

No Estado do Pará, o acesso a recursos naturais foi chave para o processo de dinamização na região em torno das lógicas de valorização de minério. A partir da base de dados de Monteiro (2005, p. 199) é possível averiguar que “o montante das exportações, no ano de 1976, totalizava US\$ 109,83 milhões e foi multiplicado por 34, incremento vinculado às exportações de produtos minero-metalúrgicas; estes alcançaram no ano de 2004, 77% do valor total das exportações paraenses que, naquele ano, somaram US\$ 3,8 bilhões”.

3.2. Uma análise da relação entre o setor mineral-elétrico na Amazônia Brasileira

Desde meados de 1990, como recorda Silva (2011), até o período 2002-2010 pode ser identificado que a participação do setor elétrico brasileiro é ativa na economia brasileira, ganhando assim um significado mais intenso no contexto do desenvolvimento econômico, proporcionando condições para um aumento do PIB em escala. Do ponto de vista histórico, as mudanças nos modelos de produção e distribuição de energia elétrica deram ênfase na produção de porte infraestrutural às hidrelétricas, para maior dinamismo da geração de energia elétrica, ao aparato do SIN e, também, ao vasto incentivo às empresas de distribuição de energia.

O RE-SEB repartindo o setor elétrico em suas respectivas funcionalidades e proporcionando que surgisse um novo agente econômico específico do setor, o comercializador de energia e deixando mercado mais “líquido” manifestou um tipo específico de política econômica no setor em 1990 baseando-o no livre mercado, esta foi uma “herança histórica” fundamental que interliga o

setor elétrico e o mineral regional, por meio, da conexão delineada pela flexibilidade dos financiamentos setoriais.

Com essas mudanças estruturais profundas no setor elétrico nacional, neste mesmo sentido, vêm ocorrendo um desenvolvimento do setor elétrico amazônico, com o atributo de industrializar a região a partir da impulsão do setor mineral. A pergunta situada aqui é, justamente, como? A hipótese básica é que o efeito que o comercializador de energia elétrica proporciona, justifica uma flexibilidade de investimentos e financiamento para o setor, que apontam para a possibilidade de haver maior fluxo de capital no setor.

Tendo como base os estudos de Castro (2012), bem como de Coelho e Monteiro (2013), as empresas mineradoras se afiliam as empresas de energia elétrica na Amazônia, e o envolvimento dos grandes planos nacionais de desenvolvimento conclui uma nova perspectiva de industrialização da região paraense parte desses dois setores.

Nesse contexto, a Amazônia brasileira não ganha somente uma característica de posição local autônoma em termos de crescimento econômico, mas sim uma posição local em termos de interesses da economia nacional e internacional e de entrada do capital internacional na região, com interesses vinculados a países como os EUA, Europa e China, como sustenta Bunker (2003), o que permite relações econômicas diferenciadas perante a região Amazônica até mesmo relações do tipo neoimperialistas, como ditas por Duménil e Lévy (2007).

Os planos nacionais de desenvolvimento regional e nacional se assemelham com os parâmetros dos planos desenvolvidos no período de 1964-1985. É relatado em Castro (2012) que as políticas nacionais, em destaque o PAC I e II, estão atreladas a intervenção da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA)⁵, que adotam modelos de modernização com base em megaprojetos em sentido de uma “integração competitiva”, logo, ambos são articulados pelos eixos de integração e desenvolvimento⁶.

As integrações da energia elétrica com as jazidas de minério na Amazônia brasileira estão diretamente conectadas à hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará, e futuramente estarão também interconectadas pelo sistema de transmissão de energia com a hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, também no território paraense. Assim, para Coelho e Monteiro (2013, p. 36-37) afirmam:

De Tucuruí partem linhões que se dirigem, praticamente em linha reta, àquele município — Barcarena localizada a bacia do Marajó que tem contato com o Oceano Atlântico — com a finalidade primeira de abastecer a Albrás de energia elétrica. Além do linhão Tucuruí-Barcarena, outro se dirige para o sul” — onde estão situadas as mineradoras, Mineração Buritirama em Marabá, MRN no Rio Trombetas e a CVRD em Parauapebas. Deste último linhão, na altura de Marabá, parte uma de ramificação que segue a direção leste, descrevendo uma trajetória que o conduz a Alunorte, em São Luiz [...].

O IIRSA é constituído pelos eixos de integração, em um total de 10, porém, Castro (2012, p. 49) procura focar suas discussões em apenas três que interligam a Amazônia. São eles:

O eixo Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru) onde são encontrados projetos de duas hidrelétricas no rio Madeira no Brasil (Jirau e Santo Antônio), e na mesma bacia mais duas hidrelétricas na Bolívia e quatro no Peru. O eixo Escudo

⁵ Criado em 1999 compostos por 12 países pan-americanos e que somente em 2004 foram aprovadas as estratégias de investimento.

⁶ O conceito de integração traz consigo um pressuposto de ações estatais em uma esfera supranacional, portanto, é sugerida a integração do mercado na região objetivada.

Guianês que esta denominada na região oriental da Venezuela, no extremo norte do Brasil (estados do Amapá e Roraima), e pelas Guianas e Suriname, elege cidades como referência na logística de transporte e serviços como Manaus, Georgetown, Paramaribo, Boa Vista, Caiena etc. e por último o eixo Brasil, Peru e Bolívia com saída para o pacífico.

O próprio Castro (2012, p. 51-52) chama a atenção para o fato de que “o objetivo principal nesses três eixos é a integração da infraestrutura de transporte para potencializar a integração do mercado na Amazônia”. No entanto, Boyer (2006, p. 51-52) procura destacar que “os investimentos baseados no BNDES e a interligação dessa instituição financeira ao capital internacional, é de suma importância para comprovar a posição local da Amazônia brasileira sob a ótica internacional e aos entes financeiros envolvidos nestes empreendimentos. Nas palavras de Chesnais (1996, p. 80-86):

O Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Europeia (CE), a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização Marítima Internacional (IMO). [Todos] apoiam a integração infraestrutural física territorial da Amazônia ao mercado mundial.

Castro (2012, p. 50 *apud* IIRSA (2011) aponta que “os investimentos da IIRSA nos eixos de integração são de: R\$ 91.323.220.000 no Eixo Amazonas, para acesso a hidrovias; R\$ 1.098.000.000 no Eixo do Escudo da Guiana ao acesso de interconexões e R\$ 835.592.293.930 no Eixo Peru-Brasil-Bolívia para construção de corredores”. As exportações de minério de ferro no Pará ultrapassaram a faixa de US\$ 6.901 bilhões em 2010 para US\$ 9.883 bilhões em 2013, no caso da bauxita esta passou de US\$ 175 bilhões para US\$ 240 bilhões, e o manganês de US\$ 326 bilhões para US\$ 211 bilhões; já o saldo comercial brasileiro de minério cresceu em 2010-2013 de US\$ 27.605 milhões para US\$ 31.967 milhões e no estado do Pará de US\$ 8.374 milhões para US\$ 11.911 milhões segundo dados obtidos no IBRAM (2014a).

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2014b) os investimentos nacionais no setor mineral vêm crescendo cada vez mais desde 2007 até 2014, passando de US\$ 28,3 bilhões para US\$ 55 bilhões, e passando a produtividade de US\$ 5 bilhões em 2001 para US\$ 44 bilhões em 2013, ou seja, a produtividade mineral tanto no campo regional amazônico, especialmente no estado Pará vêm crescendo em escala ampla desde os “megaprojetos” estabelecidos pela IIRSA.

No Estado do Pará, os investimentos financeiros segundo o Boletim Regional do Banco Central do Brasil do ano de 2014, giram em torno de R\$ 30 milhões para a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte; R\$ 24 milhões para o projeto da CVRD chamado S11D; e R\$ 5.200 milhões de reais à sua logística para a estrada de ferro Carajás. O que chama atenção são os investimentos da UHE de Belo Monte e o S11D, caracterizado por ser um projeto de mineração de ferro na mina dentro da região de Canaã dos Carajás que prevê, a partir de 2016, uma produção de 90 milhões de toneladas de ferro ao ano. Os dados obtidos da VALE (2014, p. 13) demonstram que:

O escoamento da produção, que contempla a construção de um ramal ferroviário, ligando a usina de processamento S11D à Estrada de Ferro Carajás (EFC) (...) Uma das principais inovações é a adoção do conceito *truckless* (mineração sem caminhões). Neste sistema, os cerca de 100 caminhões fora de estrada, que seriam responsáveis por transportar o minério estéril, serão substituídos por uma gigantesca estrutura de 37 km de correias transportadoras.

A problemática corre denotando uma maior dependência da economia regional diante do mercado de *commodities*, sendo que a participação de *commodities* na economia brasileira vem crescendo desde 2006, onde sua participação era de 41%, 48% em 2008, 54% em 2009. Em 2010, a dependência é acentuada principalmente na participação dos produtos metálicos e agrícolas dentro da exportação total nacional de *commodities* correspondendo a uma estatística maior de 60%, sustenta Costa (2014).

De certo modo, a economia de *commodities* acaba transformando a economia nacional a fazendo cada vez mais dependente das exportações desses produtos para a sobrevivência econômica. Nesta mesma linha de raciocínio, a região amazônica apresenta uma espécie de foco para escoamento de investimentos, principalmente no setor mineral e energético-elétrico. Com o desenvolvimento das hidrelétricas locais de acordo com o Plano Nacional de Energia 2030, prevendo mais de 30 hidrelétricas na Amazônia, é esperado um impulso ainda maior para a tentativa de industrialização região, e também um potencial ainda mais intenso para a exploração das reservas minerais.

4. UMA DISCUSSÃO SOBRE O “PREÇO DA RIQUEZA” NA VISÃO DE ELMAR ALTVATER

Para Altvater (1995) a fonte de energia que dá suporte as transformações físicas no globo terrestre é a energia solar que durante bilhões de anos vêm entrando em contato com as profundas camadas geológicas do solo, modificado e aglomerado, porções desiguais de energia vinculada e transformada naturalmente. “Tais aglomerações terrestres energéticas designadas na geografia são denominadas ilhas de *sintropia*, um sistema fechado de elevada ordem”, afirma Altvater (1995, p. 45) *apud* DÜRR, 1990.

O processo de trabalho que leva a conversão de um pacote de matéria energética sintrópica em *commodity* é denominada *entropia*. Altvater (p. 45) define entropia como sendo “a conversão de energia livre em energia vinculada, isto é, significa a aplicação da ordem de vinculação energética do capital diante da ordem natural, portanto, no capitalismo global, as *ilhas de sintropia* são os alvos centrais de exploração energética e intensificação do processo de trabalho. Altvater (1995, p. 54) vai além ao lembrar que:

O aumento da ordem de interferência do capital no meio natural (emissão de entropia) pode basicamente de maneira direta se dar de quatro formas: (1) como mistura de materiais e aumento na desordem do sistema, (2) com a radiação térmica e diminuição da qualidade de energia, (3) com o aumento do nível tóxico no ambiente e (4) na destruição das redes do sistema natural, extinção de espécies. Ou seja, o que ocorre na relação do capitalismo com o meio ambiente é justamente um choque entre duas ordens sistemáticas, e que se impõem o regime do capitalismo.

Desta forma, para manter uma produtividade em harmonia socioeconômica é necessário ter algumas condições necessárias perante as reservas energéticas, tais com: 1º) É necessário organizar o fluxo natural e energético; 2º) É importante a apresentação de mecanismos que transformam a matéria e a energia em *valores de uso*⁷; 3º) Ter técnicas e qualificação implantadas na cultura social; e 4º) Ter uma certa cautela sobre os pontos 1, 2 e 3 sobre como se relacionar com o meio natural sem

⁷ Categoria apresentada por Marx (2013) designada ao atributo de utilidade social necessária das mercadorias para a reprodução humana.

ocorrer catástrofes. Por fim, os objetivos que chamam atenção são o primeiro e o segundo, por adequar à realidade da Amazônia Brasileira, mas o próprio Altvater (1995) destaca a necessidade de ter uma infraestrutura estabelecida para a organização e distribuição das trocas de fluxos energéticos.

Além disso, a globalização do modo de acumulação fordista foi fundamental para definir referenciais mundiais de organização e distribuição adequados dos fluxos energéticos. A integração do mercado mundial dos países industrializados e os países em desenvolvimento emergem com o pilar fundamental da expansão capital monetário, bancos interligando o investimento na acumulação capitalista. De acordo com Altvater (p. 155):

A participação dos bancos foi essencial para integrar o mercado e globalizar macro e microeconomicamente um sistema de crédito bem fundamentado, e, conseqüentemente comprimir mais os tempos sociais necessários de produtividade do capital para uma produção em escala mais intensa que as anteriores.

Cabe ressaltar, entretanto, que se o foco da discussão for alterado para a análise do caso da Amazônia brasileira, tendo como objeto de estudo a análise das trocas de fluxos energéticos dada pelo autor, é possível encontrar categorias que sintetizam os elementos lançados por Monteiro (2005), Coelho e Monteiro (2013), Castro (2012), Silva (2011), Costa (2014), Gonçalves (2015) e Lobo (1996).

Considerando o pressuposto tomado de que o mercado, segundo a política keynesiana, não é auto-regulador por si, mas necessita da presença do Estado para regular seus mecanismos de fluxo, logo, podemos compreender como o sistema de alocação capitalista administra um gerenciamento de exploração de ilhas sintrópicas adequados a intensificação do trabalho. Outro pressuposto importante tomado por Altvater (1995) é de que o regime capitalista e o fator industrial como um todo é extremamente excludente, além de dividir internacionalmente o trabalho em seus ciclos/processos produtivos capitalistas.

Com base na discussão feita pelo economista argentino, Prebisch (1966), Altvater (1995) afirma que as trocas de energia são desproporcionais e relacionadas mediante efeitos de queda no preço das matérias-primas (*commodities*). Neste caso, para a análise das questões estruturais dos fluxos energéticos do sistema capitalista, Altvater (1995) utiliza como referencial Bunker (1985) e suas pesquisas sobre a Amazônia brasileira.

Nesse contexto, os fluxos transferidos da economia de extração para a economia de produção industrial têm seus tempos diferenciados nos processos sociais e econômicos, a intensidade de aceleração no tempo da produtividade da grande indústria abarca uma aceleração da extração mais rápida de recursos energéticos, a conclusão é que isto está equivalendo então, uma troca cada vez mais acelerada de, energia em forma de sintropia para a forma *entropia*.

Bunker (1985), conseqüentemente, destaca uma diferenciação nos processos de troca de entropia e de mudanças de tempo, em que as economias extrativistas – no caso da Amazônia brasileira – acabam tendo uma posição negativa nestas trocas, prejuízos energéticos, ou entrópicos que se manifestam na sociedade. O próprio Altvater (1995) posiciona-se no sentido de demonstrar que a entropia designada aos países em desenvolvimento é manifesta, também, nas variáveis macroeconômicas da região.

Contudo, a entropia baixa⁸ e a entropia são trocadas e entrelaçadas diretamente com a dependência às relações monetárias (compra e venda de matérias-primas, empréstimos e investimentos no processo de extração etc.), e aqui os preços de competição são decisivos. Conforme Altvater (1995, p. 227):

A sintropia é transferida de modo não compensado quando, a tendência de aumento de entropia recua devido à queda dos preços das matérias-primas extraídas, como resultado do aumento dos bens industrializados, e a importação de sintropia [...] é insuficiente.

A forte conclusão de Altvater (1995) envolve uma reafirmação da tese de Prebisch (1966), em que a exportação de *commodities* torna-se, claramente, uma dependência nas relações de trocas mercantis, sendo que os países exportadores, principalmente, os países em desenvolvimento permanecem com essa dependência econômica, pois, aparecem barreiras que os limitam a isso. São essas barreiras designadas por Altvater (1995) que merecem valores de pesquisa científica como a queda dos preços de matérias-primas, desvalorização cambial e a dívida pública dos países em desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Altvater (1995) nos dá condição teórica para entender o caso da Amazônia brasileira no período do regime militar e, também, durante o governo do (Ex) Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Percebe-se que o Estado e as empresas privadas, ainda, realizam grandes investimentos em megaprojetos com os mesmos objetivos do período do regime militar: industrializar o país.

Contudo, atualmente são encontrados aspectos diferentes de livre-concorrência do mercado e uma maior capacidade de financiamento dos “megaprojetos” de expansão econômica que merecem adequações teóricas mais abrangentes e detalhadas. A participação da exportação de *commodities* tem sua historicidade na economia do modo de produção capitalista brasileiro e, principalmente, Amazônica, e que acentua-se na atual Divisão Internacional do Trabalho.

Nesse contexto de discussão, as forças da produção nos países desenvolvidos acabam por acelerar a exploração das ilhas de sintropia e as relações comerciais. Assim, por meio da queda dos preços das matérias-primas, o país fornecedor de *commodities* torna-se extremamente dependente e “preso”, como visto no período de regime militar, em altas dívidas, juros altos e inflação, acabando por ter como única saída a diminuição de suas exportações e aceitar processos de entropia cada vez mais constantes na sua economia nacional.

Entretanto, a participação das Usinas Hidrelétricas e o fornecimento de energia elétrica são fatores fundamentais para a intensificação da produção de minério na Amazônia brasileira. Com isso, os megaprojetos em energia elétrica na região apresentam além de objetivos próprios visando à intensificação da sua produção mineral, uma nova ramificação de exportação de *mercadorias* de energia elétrica.

De certa modo, as Usinas Hidrelétricas servem historicamente de base para a passagem ao crescimento econômico e, paralelamente, como meta para industrialização plena de uma região, como sustenta Silva (2011), portanto, é possível que o significado histórico da Usina Hidrelétrica de

⁸ A entropia baixa é entendido pelos valores de uso já transformados em mercadorias finais na indústria.

Tucuruí se dá justamente ao servir como alicerce da exploração contraditória das ilhas de sintropia, principalmente, em regiões periféricas do ponto de vista do capital, como o caso do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. Trad. W. L. Maw. São Paulo: Edunesp, 1995.
- ARAÚJO, Lilian Alves de. Perícia Ambiental in: CUNHA, Sandra Baptista da, e GUERRA, Antonio José Teixeira. **A questão Ambiental: diferentes abordagens**. — 8ªed. — Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOYER, Robert. L'économie des conventions 15 ans après: un point de vue à partir de la théorie de la régulation. In: EYMARD-DUVERNAY, François (Dir.) *L'économie des conventions: méthodes et résultats*. Paris: La Découverte, 2006. Tome II. p.45-66, 2006.
- BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética.. **Plano Nacional de Energia 2030**. Rio de Janeiro: EPE, 2007.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2022**. Brasília: MME/EPE, 2013.
- BRASIL. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2006-2015**. Brasília: MME/EPE, 2006. ISSN: 1809-9971.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Proposta para discussão. Brasília, 2003a.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2004-2007**, Brasília, 2003b.
- BRASIL. **Projeto de desenvolvimento integrado da região norte**. Brasília, Universa, 1997a.
- Banco Central. Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPEXT>. Acesso em: 21/07/2015, 2014.
- BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State**. Urbana, IL, University of Illinois Press. 1985.
- BUNKER, Stephen G. **Matter, Space, Energy, And Political Economy: The Amazon in the World-System**. Journal of World-Systems Research, IX, 2, Summer 2003, p. 219-258. Special Issue: Globalization and the Environment, 2003.
- CARVALHO, André Cutrim. **Análise da Indústria Mineral Metálica e seus Impactos na Amazônia**. Belém-PA. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade da Amazônia (UNAMA), Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), 2005.
- CASTRO, Edna. **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. Caderno CRH, Salvador, v.25, n.64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi. São Paulo: Xamã, 1996.
- COELHO, Maria Célia Nunes e MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Verticalização da produção e variedade de situações sociais no espaço funcional do alumínio nos baixos vales do Amazonas e Tocantins**. Revista Território – Rio de Janeiro – Ano VII – nº11, 12 e 13 – set/out, 2013.
- COSTA, Fernando Nogueira da. **Pauta Brasileira de Exportação: Desempenho Após Explosão da Bolha de Commodities**. Cidadania & Cultura, Disponível em: <https://fernandonogueiracosta>.

wordpress.com/2014/10/30/pauta-brasileira-de-exportacao-desempenho-apos-explosao-da-bolha-de-commodities. Acesso em: 22/07/2015, 2014.

DUMÉNIL, Gerard e LÉVY, Dominique. **Neoliberalismo – Neo-imperialismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.

DÜRR, Hans-Peter. **Die okonomie überlebensfähiger Ordnungen, m: Politische ökologie**, set. caderno especial 1, p.10-14, 1990.

GOMES, A. C. S et al. **BNDES 50 anos – Histórias setoriais: O setor elétrico**. dez. 2002.

GONÇALVES, Emanuel. José. Augusto. R. **A Amazônia na configuração do setor elétrico brasileiro**. Trabalho de conclusão de curso (Monografia). Universidade Federal do Pará. Belém, Pará. 2015.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. **Balança comercial mineral do Brasil em milhões de dólares**. 2014a.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. **Investimentos do setor mineral em bilhões de dólares, apuração anual para períodos de cinco anos**. 2014b.

LOBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado e Capital Transnacional na Amazônia: O caso da Albrás-Alunorte**, UFPA/NAEA, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Estudos Avançados 19 (53), São Paulo, 2005.

PREBISCH, R. In Root, F. R., et al. **International trade and finance**.(2nd ed.) Chicago: South-Western Publishing Company, 1966.

SILVA, B. G. **Evolução do setor elétrico brasileiro no contexto econômico nacional: Uma análise histórica e econométrica de longo prazo**. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em energia– EP/FEA/IEE/IF da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiommo. **Novo modelo do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro/Brasília: Synergia/EPE, 2011.

VALE. Relatório **A vale em Canaã dos Carajás**. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/Paginas/Landing.aspx>. Acesso em: 22/07/2015, 2014.

LUTAS SÓCIO TERRITORIAIS, NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA E MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Priscila Tamara Menezes Dias¹

RESUMO

Nas últimas décadas evidencia-se a proliferação de conflitos socioambientais e a intensificação de lutas sócio territoriais, em relação à produção em grande escala da indústria mineira, nos territórios Latino Americanos, sobretudo na Pan-Amazônia. Inserida nesse contexto, a Empresa Transnacional Vale, uma das maiores mineradoras, que atua na Amazônia brasileira, principalmente no estado do Pará, em Carajás, aproveita as oportunidades da desregulamentação neoliberal do Estado brasileiro, para atuar dentro de condições sociopolíticas e jurídicas “aceitáveis”, no controle dos territórios. Nesse contexto, insurgem movimentos sociais, os quais se configuram como "grupos organizados", na construção de novos territórios em resistência. Dessa forma, este artigo objetiva contribuir com o fortalecimento da agenda investigativa sobre as novas formas de resistência na Pan-Amazônia. Nesse intuito, parte-se de uma análise discursiva e documental da atuação do movimento social “Atingidos pela Vale”. Nesse sentido, problematiza-se o significado das novas formas de resistência, que são entendidas como produção de um novo sentido da existência social, da vida e da sobrevivência, que impulsionam diferentes respostas dos “Atingidos” aos conflitos em torno da mineração. Com isto, demonstra-se que o movimento em referência, ao longo dos anos, amplia e reforça as alianças entre os diversos movimentos e organizações internacionais em rede, o que sinaliza a produção de novos significados culturais nas práticas políticas e ações coletivas, porquanto, constroem e configuram novos vínculos interpessoais, interorganizacionais, político culturais com outros movimentos sociais. Sendo assim, cria-se um novo espaço de aprendizado e de difusão de modalidades de ação. Infere-se que os resultados obtidos pelo movimento, demonstram a capacidade de produzir mudanças no campo de correlação de forças.

Palavras-chave: Atingidos pela Vale. Campo de correlação de forças. Novas formas de resistência.

1. LUTAS SÓCIO TERRITORIAIS: TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E TENSÃO DE TERRITORIALIDADES.

A globalização neoliberal, a qual se refere à extensão planetária do capitalismo contemporâneo e sua lógica de expansão imperialista do desenvolvimento econômico, impôs aos países Latino Americanos uma série de ajustes estruturais, que implicou na particularização dos direitos e benefícios sociais, o que levou à intensificação das contradições e desigualdades sociais e ao aumento das contestações política.

¹ Doutoranda no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA da Universidade Federal do Pará-UFPA, e-mail: Priscila.tamara@gmail.com.

Dentre as diversas manifestações das contradições geradas pela globalização de cariz neoliberal, destaca-se o processo de mercantilização e transnacionalização dos espaços geográficos, o que significa que o território, lugar de reprodução das práticas sociais, econômicas e culturais tornam-se desterritorializados e reterritorializado em função da acumulação capitalista. (DAZA et al, 2012).

Isto é, de um lado, espaços os quais são construídos historicamente sob relações sociais de identidade, práticas culturais e as relações entre as populações e a natureza, são integrados em redes de produção e negócio transnacional gerando maiores lucros para as atividades capitalistas. De outro lado, espaços são desintegrados de suas identidades e institucionalidades coletivas. (DAZA et al, 2012).

Esse processo de des/reterritorialização dos espaços globais torna-se ainda mais intenso com o aparecimento e fortalecimento das grandes corporações e empresas transnacionais que passam a ser detentoras do poder econômico de espaços e redes de produção no âmbito mundial, principalmente através de atividades como agroindústria e mineração.

No que tange à mineração, ressalta-se que a produção em grande escala da indústria mineira, pautada no modelo de desenvolvimento neoliberal e amplamente ancorada nas transformações ocorridas no sistema capitalista mundial, tem seus reflexos nos territórios brasileiro, principalmente na Amazônia oriental, através do aumento de impactos socioambientais e intensificações de conflitos e contestações.

Inserida nesse contexto, a Vale², uma das maiores mineradoras do mundo, que atua na Amazônia Brasileira, principalmente no Pará, na região de Carajás, aproveita as oportunidades da desregulamentação neoliberal do Estado Brasileiro, o qual promove o que alguns autores (ACSELRAD et al, 2010; SVAMPA; 2010) chamam de participação “seletiva” do Estado na resolução de conflitos, para exercer controle sobre os territórios.

Isto significa que enquanto o Estado delibera ações na promoção da aplicação das políticas de “ajustes”, no âmbito local, as empresas mineradoras passam, por exemplo, a assumir o papel de agentes políticos nos territórios. Essas empresas mantêm suas operações dentro de condições sociopolíticas e jurídicas “aceitáveis”, sendo assim, determinam e controlam suas atividades dentro dos territórios. (SOUZA, 2012; MUÑOZ-GAVIRIA; TEIXEIRA, 2013).

Nesse sentido, de acordo com Bebbigton et al (2013) há três principais estratégias que tornam possível a aquisição e o controle de espaços e recursos para expansão da mineração, a saber: 1) Estratégia da legislação, a qual se refere ao uso de legislações que favoreçam as aquisições privadas de investimentos e a utilização de poderes presidenciais para declarar projetos de mineração de interesse nacional em detrimento à observância dos direitos socioambientais; 2) Estratégia dos mecanismos de pagamento de mercado, o qual serve para aquisição de terra ou direito de uso, o que significa que a compensação financeira funciona como moeda de troca para obter terras, recursos e para tentar amenizar os danos socioambientais, e 3) Estratégia de uso de mecanismos de Responsabilidade Social Corporativa, os quais são, chamados pelos autores, de

² A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é criada em 1942, no governo de Getúlio Vargas, até 1996, a empresa é estatal, a partir de 1997, no contexto de intenso processo de ajustes neoliberais, a empresa é privatizada. Atualmente, desde 1985, é uma das maiores mineradoras do mundo, que também atua nas atividades extrativo-exportadoras, na região de Carajás, no sul do Pará, Amazônia brasileira, onde se localiza a maior reserva de minério de ferro do mundo. Local que também se desenvolve o projeto de ferro Carajás, um dos principais projetos de desenvolvimento Brasileiro (HÉBETTE, 1991; CASTRO; MOURA; MAIA, 1995), o qual envolve direta e indiretamente mais de 100 municípios dos estados do Pará e do Maranhão, numa área de cerca de 12 milhões de hectares.

mecanismos diretos da “desposseção”, porque constrói uma base de apoio para a companhia emoldurando a consciência da comunidade a favor da atuação da empresa.

Sob essa perspectiva, evidencia-se que o controle dos territórios na Amazônia brasileira ocorre principalmente, por meio das flexibilizações das leis (ACSELRAD, 2004), tais como concessão de florestas públicas, regularização fundiária na Amazônia, mudança (revisão) no código florestal (ACSELRAD et al., 2012) e no mineral (FEARNSIDE, 2010). Em síntese, é um planejamento territorial, que ocorre, por vezes, pelo zoneamento ecológico-econômico (ACSELRAD, 2000).

Essas flexibilizações atendem aos interesses dos setores econômicos, os quais exercem monopólio sobre a exploração dos recursos naturais, o que implica problemas socioambientais e trabalhistas sob a justificativa de compensações ou mitigações ambientais permitidas em lei (ACSELRAD et al., 2012).

E isto está explicitado na criação, pelo Governo Federal, do Plano Nacional de Mineração 2030, que, apresentado em 2010 por meio da Secretaria de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, previa maior crescimento do ritmo da produção mineral para os próximos 17 anos. E que mesmo no processo de consulta pública, verificou-se uma aposta no sentido de que o Estado vem enfatizar e instigar, por meio de financiamentos, a ampliação e intensificação da exploração mineral no país como forma de responder à demanda do mercado internacional.

Nesse sentido, o plano nacional de mineração busca fundamentalmente atender aos interesses “supostamente” nacionais, permitindo que as empresas explorem os recursos minerais em todo e qualquer território. Como descreve Harvey (2004), uma verdadeira “acumulación por desposesión”, ou, como pontuam Acsehrad et al. (2012), um marco regulatório que favorece os direitos de extração em detrimento dos direitos de propriedade e soberania dos povos e comunidades estabelecidas no território.

Também ilustra esse favorecimento de direitos de extração mineral, a ação do Governo Federal, em 2010, igualmente por meio da Secretaria de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, a apresentação e a reformulação do novo código mineral, em caráter de urgência, suprimindo o debate sobre a degradação, os impactos ambientais e sociais nas localidades onde se encontram os projetos de extração mineral.

Essa forma de exploração dos recursos naturais se reitera na região de Carajás, à medida que a transnacional Vale desenvolve e intensifica os seus projetos, cujas dimensões dos impactos socioambientais identificados pelos movimentos sociais (Movimento dos Atingidos pela Vale - extraído nas suas cartilhas, encontros e seminários) são: (1) desmatamento; (2) degradação das florestas pelo plantio de monocultura de eucalipto; (3) destruição e poluição das reservas ambientais; como assoreamento de rios e igarapés; (4) redução das bacias hidrográficas; formação de crateras; (5) invasão de terras onde se encontram os cemitérios das populações; (6) degradação de sítios arqueológicos; (7) fechamentos de poços artesianos; (8) aumento da mortandade dos peixes nos rios; (9) alagamentos de terras agricultáveis; (10) aumento do problema da segurança alimentar de comunidades e povos tradicionais; e (11) retirada dos pescadores e agricultores dos seus locais de produção e reprodução de vida.

De modo geral, os impactos socioambientais gerados pela atuação da Vale³ nas comunidades onde ela está presente excluem as comunidades do entorno, sob o discurso da atuação de forma dita como “desenvolvimento sustentável” (SOUSA, 2012). Além disso, externalizam outros tipos de problemas socioambientais relacionados, por exemplo, ao deslocamento do trem, que realiza o transporte do minério de ferro: barulho excessivo; rachaduras nas paredes das casas; excesso de poeira na área causando problemas à população, acidentes; atropelamentos e mortes de animais e de moradores do entorno; além do isolamento das comunidades e problemas para escoação da produção local.

De acordo com relatos de representantes de movimentos sociais na região, explicitados no “Dossiê de impactos das atividades da Vale” (JUSTIÇA NOS TRILHOS et al, 2010), as atividades de mineração da empresa também provocam aumento da população, pelo fluxo migratório, atraída pelo trabalho e aumento das demandas dos serviços públicos locais, o que reduz a qualidade dos serviços de educação, saúde e assistência social; e aumenta os índices de violência, prostituição infantil e tráfico de drogas (JUSTIÇA NOS TRILHOS et al, 2010). Os direitos sociais são cada vez mais desrespeitados e, ao mesmo tempo, a concentração de renda cresce, o que gera mais pobreza e miséria, já que há uma política viciante, o que não promove autonomização do cidadão (COSTA, 2008; MORAIS, 2008; SANTOS, 2009; FIALHO NASCIMENTO et al., 2012).

Percebe-se, o domínio da Vale sobre os territórios ao desterritorializar comunidades (ALMEIDA, 2005, 2006), via “indenização” ou compra de propriedades, e ao banalizar o profundo significado da tradição cultural e da memória das comunidades sobre o território (SANTOS, 2009). Além disso, a empresa, na maioria das vezes, não considera as formas de vivência das comunidades e suas formas de reprodução sociocultural.

A desterritorialização implementada pela Vale transparece mais “perversa” na fala do assentado da comunidade São João do Vale, no Maranhão⁴:

A grande dificuldade no canteiro de obra da Vale é dentro do assentamento, que ficou sendo privado da Vale, porque também aquele assentado fica contra a discussão, principalmente pelas promessas de melhorar, além de oferecer trabalho [...]. Esse projeto de duplicação vai tomar nossas terras [...].

Esse discurso do assentado sinaliza como está permeada nos discursos e práticas do Governo Federal e, sobretudo, no discurso da Vale, que “*La desestructuración de estos ambientes y culturas es más significativa*” (MUÑOZ-GAVIRIA; TEIXEIRA, 2013, p.119), para colher os frutos da riqueza extraída do subsolo. Assim, a Vale cria várias estratégias para desestruturar os territórios, como expressa na fala do Militante do MST de Parauapebas, Pará⁵:

[...] modificaram o mapa do Getat⁶, perto do Sossego, para tomar a terra, atravessa e chega no rio [...] Órgão Federal muda o mapa de uma colônia para fazer outras coisas para prejudicar nós, é fácil [...].

³ Este dossiê da atuação da Vale se refere à alguns estudos de casos, considerados paradigmáticos da atuação da Vale em todo o mundo e foi produzido a partir dos relatos dos casos que foram levados ao Rio de Janeiro no I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, em 2010.

⁴ Entrevista realizada no Município de Açailândia no Estado do Maranhão, no I encontro tripartite (África, Brasil, Canadá) dos Atingidos pela Vale, em 2011.

⁵ Entrevista realizada no Município de Parauapebas no Estado do Pará, no III encontro Regional dos Atingidos pela Vale, em 2013.

⁶ Aqui Getat se refere a um bairro situado no Município de Imperatriz, no Maranhão.

Essa fala é um indicativo da tensão de territorialidades instaurada na região e de que as transformações territoriais tem sido contestadas por meio de lutas sócio territoriais as quais impulsionam a construção de novos territórios em resistência.

2.TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA: NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA E O MOVIMENTO SOCIAL ATINGIDOS PELA VALE

Especificamente, na região de Carajás, ao longo da ferrovia Ferro Carajás⁷, um dos projetos mais importantes da mineradora Vale, surge o movimento social dos Atingidos pela Vale, que contesta os impactos ambientais da mineração, com os problemas sociais, o desrespeito aos direitos trabalhistas e a desterritorialização da população local. A constituição e a caracterização desse movimento é o que se abordará a seguir.

O movimento social Atingidos pela Vale é composto pela Rede Justiça nos Trilhos⁸ e pela articulação internacional dos Movimentos Atingidos pela Vale, que coordenam grupos e movimentos sociais nos seguintes países: Argentina, Canadá, Chile, Indonésia, Moçambique, Nova Caledônia e Peru.

A Rede Justiça nos Trilhos foi criada em 2007 a partir da articulação entre diversas representações e lideranças (comunidades quilombolas, indígenas e de agricultores familiares; movimentos sociais; sindicatos; pastorais da Igreja Católica; acadêmicos e entidades de defesa dos direitos humanos e ONGS), nos estados do Pará e Maranhão, com o objetivo de assessorar as comunidades afetadas pela expansão das atividades mineira na região de Carajás.

Esse movimento insere-se em mobilizações e protestos por mudanças alinhadas por formas de correlação de forças locais em vista à criação de um movimento nacional, o MAM (Movimento dos Atingidos pela Mineração), Em convergência com movimentos sociais globais de contestações ao capitalismo global, os quais produzem novas formas de resistências.

Importa compreender o significado das novas formas de resistência na América Latina as quais são apontadas por diversos autores como a construção de uma nova forma de fazer política, principalmente a partir do surgimento de movimentos políticos alternativos (a exemplo dos

⁷ O projeto de ferro Carajás, um dos principais projetos de desenvolvimento Brasileiro (HÉBETTE, 1991; CASTRO; MOURA; MAIA, 1995), está localizado entre os estados do Pará e Maranhão e envolve direta e indiretamente mais de 100 municípios numa área de cerca de 12 milhões de hectares.

⁸ A rede atualmente é composta pelas seguintes entidades e Movimentos Sociais: Associação de Juizes para Democracia, Cáritas Regional do Maranhão, Cáritas Regional do Pará, Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) de Marabá, Comitê Dorothy de Belém, Conselho indigenista missionário, Comissão Pastoral da Terra (CPT) Marabá, Central única dos Trabalhadores (CUT) Maranhão, Dioceses de Imperatriz e Viana, Fórum Amazônia Oriental (FAOR), Fórum Carajás, Fórum Reage São Luiz, Fórum Social Maranhense, Grupo de Estudo Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA-UFMA), Grupo de Trabalho Articulação Siderurgia, Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo Ambiental, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto de Políticas Alternativas do Cone Sul, Justiça Global, Missionários Combonianos, Movimento Atingidos por Barragens (MAB)-Marabá, Movimento do Sem Terra (MST), Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Movimento Xingu Vivo para Sempre, Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de São Luiz, ONG Ecologia e Ação (ECO), Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Sindicato dos Ferroviários de Maranhão, Tocantins e Pará, Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, Sociedade Paraense de Direitos Humanos. A rede é coordenada pelas representações das seguintes instituições: Fórum Carajás, Fórum Reage São Luiz, Grupo de Estudo e modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA-UFMA), Missionários Combonianos, Movimento dos Sem Terra (MST) e, Sindicato dos Ferroviários de Maranhão, Tocantins e Pará.

movimentos indígenas e cocalheiros da região Andina) que apesar de sua escassa participação na vida política tradicional delineiam uma nova política. (Stahler-sholk ; Vanden, 2011).

Para a compreensão dessas novas formas de resistência parte-se dos seguintes questionamentos: o que há de novo nas formas de resistências hoje e qual a implicação dessas novidades nas lutas sócio territoriais? Em seguida, tenta-se problematizar o significado de novas formas de resistência para compreender a atuação de um movimento que emerge na Amazônia brasileira.

Nesse intuito, Harvey (2004) reconhece a diferença entre as lutas de hoje e as lutas proletárias clássicas, pois compreende que as novas formas de resistências emergem diante das sucessivas ondas de acumulação capitalista, gerando um movimento antiglobalização mundial, e que, a novidade está nas formas de lutas, que hoje são de natureza distintas das clássicas ou das lutas proletárias associadas a reprodução ampliada, porque há uma variedade de forças em funcionamento na transição do sistema global, alianças formadas entre diversos vetores de lutas em direção a uma forma de globalização inteiramente diferente, não imperialista, que enfatiza o bem estar social e os objetivos humanitários relacionados com formas criativas de desenvolvimento geográfico.

Essa novidade nas formas de lutas também é visualizada por Dagnino (2000) ao declarar que todos os movimentos sociais põe em movimento forças culturais, ou uma política cultural em suas lutas contínuas, contra projetos dominantes de construção da nação, nesse sentido, o novo se refere ao fato dos movimentos sociais hoje em vez de tomar o poder, requerem outro tipo de política, uma política da cultura, na qual as lutas passam a ser travadas em torno de novas formas de sociabilidade.

Já para autores como Svampa (2013), Leff (1996), Toledo (2000) e Bebbigton (2011) as resistências hoje, na condição de um novo extrativismo, sinalizam o horizonte de uma modernidade alternativa, implicando maior participação na tomada de decisões, controle local sobre os recursos naturais sob uma análise racional que enfatiza a importância da matriz de fatores ambientais, sociais e culturais.

Diferentemente, Sankey (2014) e Lust (2014) apresentam que as novas formas de resistências tem sido acompanhadas pela entrada de novos atores no cenário de conflitos, com a composição de um novo proletariado: de trabalhadores e assalariados mineiros e trabalhadores camponeses sem terra, os quais são semiproletarizados excedentes para as exigências do capital extrativo. Além disto, os autores identificam que o maior ator que tem emergido no contexto de novas resistências tem sido a comunidade, que é formada por indígenas, trabalhadores rurais não proletarizados ou proletarizado ou pequenos agricultores familiar, proprietários de terras e camponeses, cuja preocupação centra-se nos meios de subsistência baseados no acesso a terra, a proteção dos seus direitos de territórios, de suas liberdades de exploração e degradação do meio ambiente e a manutenção de suas relações com a natureza.

Dessa forma é inegável que se está diante de um novo ciclo de expansão do mercado capitalista, no qual as reformas impostas pela globalização neoliberal, agora facilitadas por governos de esquerda, geram novos eixos de conflitos, os quais revelam contradições mais complexas. Nesse sentido, Daza et al (2012) afirma que diante de cenários mais complexos, se originam novos caminhos de organização social, articulação, resistência e alternativas ao *status quo*, no delineamento do que Hardt e Negri (2006) denominam de novo ciclo internacional de lutas.

Diante das afirmações expostas, e aliada a elas apreende-se as novas formas de resistência a partir da visão de Quijano (2012) como a produção de um novo sentido da existência social, da vida e da sobrevivência, ou seja, novos sentidos que impulsionam diferentes respostas dos “Atingidos” aos conflitos que se apresentam nessa nova configuração política mundial.

Desta forma, para compreender o significado de novas formas de resistência hoje na Amazônia brasileira, importa identificar os elementos que marcam essas novidades.

Ao analisar as narrativas da atuação do movimento social “Atingidos pela Vale”, chama à atenção a declaração da liderança do Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP)⁹, sobre o entendimento dos conflitos na região de Carajás, durante o encontro do movimento, ao apresentar o panorama da consolidação do capital destrutivo na Amazônia e a relação com a atividade de mineração: “A mineração completa esse processo de destruição da região Amazônica...**Somos atingidos** pela mineração e pelos grandes projetos de desenvolvimento que priorizam o crescimento econômico” [...] Grifo nosso.

Esse fragmento é a marca do processo de produção de novos significados de práticas e ações coletivas locais. a auto declaração: “atingidos” a qual designa o movimento, através de uma nova existência coletiva, constrói uma identidade específica, marca em termos de reconhecimento a noção do que seja atingidos e conseqüentemente a luta contra violações dos direitos que lhes são negados. (UMBELINO DE OLIVEIRA ET AL, 2004).

Portanto, o conceito de “Atingidos” passa a politizar não apenas o que se é percebido de forma imediata na vida cotidiana e práticas rotineiras, como também a um conjunto de práticas organizativas que se traduzem em transformações políticas mais profundas na capacidade de interpretação do problema e mobilização desse grupo em face do poder da transnacional Vale e em defesa dos seus territórios.

3.CRONOLOGIA DAS PRÁTICAS E AÇÕES DO MOVIMENTO ATINGIDOS PELA VALE E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA

O sentido da defesa dos territórios pelo Movimento Atingidos pela Vale tem sido o fortalecimento da luta internacional para a construção de alternativas ao modelo imposto na região, como pode ser indicado na carta Internacional dos Atingidos pela Vale ¹⁰ que denuncia as ações predatórias da mineradora no mundo inteiro: “a proposta é fortalecer a luta internacional de enfrentamento à Vale, dando continuidade às denúncias, à resistência e à construção de alternativas ao modelo explorador e depredador da companhia”.

Sob essa perspectiva, destaca-se três elementos principais no entendimento dessas novas formas de resistência, os quais tem implicações profundas na configuração de novos vínculos interpessoais, com outros movimentos sociais, na criação de um novo espaço de aprendizado e na difusão de novas modalidades de ação.

O primeiro elemento no entendimento das novas formas de resistência diz respeito à formação do movimento em rede transnacionalizada, que leva à atuação e práticas de

⁹ Entrevista realizada em outubro de 2013, no município de Parauapebas, Estado do Pará, Brasil, outubro de 2013.

¹⁰ A carta internacional dos atingidos pela vale foi produzida a partir das inúmeras denúncias de violações aos direitos humanos, exploração de trabalhadores, precarização das condições de trabalho, destruição da natureza e desrespeito às comunidades tradicionais e urbanas em todo o mundo, a mesma foi assinada por mais de 160 representantes de diversos países reunidos no I encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, em 2010.

forma global e local (multi/trans-escalar) (VAINER, 2001), e, que isso, de acordo com Dagnino (2000) produz novos significados culturais nas práticas políticas e ações coletivas, porque constroem e configuram novos vínculos interpessoais, inter-organizacionais, político-culturais com outros movimentos sociais. Cria-se um novo espaço de aprendizado e de difusão de modalidades de ação.

É possível afirmar, que o movimento social Atingidos pela Vale, ao longo dos anos, amplia e reforça as alianças entre os diversos movimentos e organizações internacionais em rede, principalmente a partir da realização do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale¹¹, em 2010, realizado no Rio de Janeiro.

A partir dessa formação em rede, os conflitos ganham maior visibilidade e as lutas tornam-se mais ampla no seu alcance e produz uma consciência generalizada do conceito de “Atingidos”, conforme a descrição no site¹² do movimento sobre “o que somos”:

Somos famílias inteiras desrespeitadas, sem acesso a alguns dos direitos mais fundamentais; somos trabalhadores explorados em minas de ferro, carvão, níquel, cobre; somos sindicalistas, ambientalistas, feministas, políticos; somos estudantes, somos professores; somos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, camponeses; somos migrantes, refugiados, homens, mulheres e crianças arrancados do chão que pariu e alimentou suas famílias; somos cidadãos enganados, desempregados, favelados, marginalizados, doentes; somos sem terra, sem teto, sem trabalho. Somos brasileiros, chilenos, peruanos, argentinos, moçambicanos, canadenses, Indonésios... Indignados com o saque cotidiano de riquezas que pertencem a nossos povos. Somos todos lutadores sociais em busca de um desenvolvimento que alcance de forma igualitária a todos os cidadãos e respeite verdadeiramente o meio ambiente, os direitos humanos e a vontade própria das comunidades tradicionais.
E juntos trabalhamos instrumentos e estratégias comuns para expor a verdadeira Vale, constestar seu poder absoluto e fortalecer os trabalhadores e todas as populações atingidas por suas ações.

Essa consciência generalizada impulsiona a elaboração de diagnósticos comuns e ações continuadas o que leva a diversificação nas estratégias de luta (SVAMPA, 2011), o que finda por estabelecer mudanças no campo da correlação de forças.

Ao analisar as narrativas e documentos produzidos pelo movimento percebe-se que há, tanto mudanças nas reivindicações, quanto na produção da diversidade de ações propostas pelo movimento. Entre os anos de 2009 e 2010, a principal reivindicação do movimento se referia ao processo de privatização da mineradora Vale do Rio Doce, bem como às questões relacionadas à manutenção dos investimentos sociais da Vale, e à reabertura de minas e readmissão de trabalhadores.

A partir de 2010, as questões foram ampliadas para questões mais aprofundadas no sentido de justiça ambiental¹³, reconhecimento dos direitos e soberania dos povos e democratização das decisões e controle local através das demandas por consultas públicas, audiências e plebiscitos,

¹¹ O I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale contou com a participação de mais de 160 participantes de 80 organizações, movimentos sociais, sindicais e representantes de comunidades tradicionais e urbanas dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Equador, França, Itália, Moçambique, Nova Caledônia, Peru, Taiwan

¹² Esta informação foi coletada no site da rede Justiça nos trilhos www.justicanostrilhos.or.br sob o título “o que somos”.

¹³ Justiça ambiental é, no sentido apreendido por Svampa (2011), o qual está relacionado a uma noção de direito a um ambiente seguro, saudável e produtivo para todos, onde o meio ambiente é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas.

porquanto as lutas de resistências para o movimento são entendidas como a redefinição do modelo de desenvolvimento e a democratização das decisões, conforme explicitado na declaração produzida pelo movimento sobre a conjuntura da mineração¹⁴:

“[...] todas as formas de resistência à mineração exigem a redefinição do modelo de desenvolvimento, que se promova uma democratização das decisões sobre a implantação ou não dos projetos [...]”

No que tange a diversidades de ações, tais como: a realização de passeatas; mobilizações; audiências públicas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e ações simbólicas no âmbito local e global como a realização da campanha “Não Vale”, estas resultaram na produção dos seguintes documentos: (1) na elaboração da Carta Internacional de Denúncia das Violações Sociais, Ambientais e dos Direitos Humanos, assinada por todos os representantes do movimento e entregue à diretoria da empresa; (2) na elaboração do “Dossiê dos Impactos e Violações da Vale no Mundo”, em oito países no mundo e em seis estados brasileiros, o qual relaciona as estratégias de exploração da Vale sobre os territórios e seus impactos socioambientais ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro.

E o maior resultado disso, em termos de produção de novos sentidos e novas formas de resistência, além de novas modalidades de ações que foram difundidas em rede, se refere à unificação das pautas, ambientais, trabalhistas, sociais e econômicas. Difunde-se entre a rede uma nova consciência dos direitos humanos, que ultrapassa a definição estritamente jurídica, que se refere à dignidade da pessoa humana, e se expandem para os direitos sociais, econômicos e ambientais. (NETTO, 2009), recentemente denominados por autores e intelectuais da área jurídica como DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais)

O segundo elemento no entendimento das novas formas de resistência concerne a importância atribuída aos encontros, estudos, e a produção de material didático para estudos e divulgação, os quais são considerados instrumentos na produção das novas formas de resistência, pois estabelecem a formação, a conscientização política e a organização da população local, a partir de uma interligação internacional dos movimentos, como expressa o advogado da Rede Justiça nos Trilhos:

Estamos avançando, muda-se o nível da negociação, da conversa, é uma Oportunidade [...] Em 2011 o encontro internacional aconteceu em Minas Gerais, não fomos lá só escutar problemas, **mas escutar como enfrentar o problema** [...] Aprende-se novas coisas na caminhada, estamos chegando na mídia, estamos trilhando lutas [...]. Grifo nosso.

Assim, “escutar como enfrentar o problema”, é a expressão desse processo de produção de novos significados e práticas de ações coletivas produzido pelo movimento, o qual impulsiona novas soluções no enfrentamento dos conflitos.

Ressalta-se que nesse mesmo período, ocorre a greve dos trabalhadores de minas no Canadá, com duração de um ano, a qual envolveu três mil trabalhadores da produção e manutenção da atividade de mineração da empresa INCO (mineradora adquirida pela Vale), no Canadá. Por conta disso, atualmente, a Vale é considerada réu numas das maiores ações civis públicas do Canadá por

¹⁴ Documento elaborado pelo movimento atingidos pela Vale, impresso com o título: A conjuntura da mineração entregue aos participantes no III encontro regional dos Atingidos por mineração, realizado em Parauapebas, Pará, em 2013.

problemas ambientais e foi condenada a pagar trinta e seis milhões de dólares canadenses em indenização aos sete mil moradores de Port Colborne e Província de Ontário. Embora a decisão tenha sido revertida, ainda será apreciada pela suprema Corte do Canadá.

Sinaliza-se que essa decisão no Canadá se expande para o movimento dos Atingidos pela Vale na Amazônia brasileira, e funciona como instrumento para empoderar as resistências locais e consolidar suas lutas, como indicado na declaração da liderança do observatório de conflitos de mineração da América Latina¹⁵:

“As empresas tem perdido as licenças de obras e a permissão das comunidades. Este rechaço está acontecendo devido a uma consciência nas comunidades de que a mineração é uma atividade nociva com consequências desastrosas para a população [...] Estamos vivendo no mundo das comunicações, sabemos que as comunidades que desenvolveram as atividades de mineração, as consequências foram desastrosas que as pessoas não querem ter mais essas experiências...”

Destarte, em 2012, explicita-se que, o empoderamento das resistências locais e a consolidação das lutas resultam em “recuo” da empresa no campo de correlações de forças, como os descritos a seguir:

a) Indicação da Vale como pior corporação do mundo via “*the public eye awards*”, prêmio conhecido como Oscar da Vergonha das multinacionais no mundo. Essa premiação foi entregue pelos movimentos sociais, como ato simbólico, na reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Após esse fato, a Vale é acusada pelo tribunal Federal da Suíça de repatriar irregularmente os lucros de suas atividades pelo mundo, passando a ser investigada após ter deixado de pagar 3 bilhões de dólares em impostos, desde o ano de 2006.

b) O movimento dos Atingidos pela Vale elabora o relatório de insustentabilidade em resposta aos resultados ocultados pela empresa nos seus relatórios de sustentabilidade, produzidos desde o ano de 2010, o que resulta no aumento das denúncias junto ao Ministério Público sobre as irregularidades da ampliação de projetos já existentes pela empresa.

c) No mesmo período, os projetos com problemas ambientais da Vale são suspensos, como o Projeto Apolo, em Minas Gerais, por sua localização em área de reserva ambiental, e o Projeto Salobo, no Pará, adiado em um ano por ter sido alvo de denúncias dos movimentos sociais.

d) Realização da campanha nacional “Queremos debater o novo código de mineração”, a partir de moção e abaixo-assinado enviados à presidência do Estado brasileiro, reivindicando a abertura de audiências e consultas públicas e a participação da sociedade civil no processo e discussão, resultaram na anulação do caráter de urgência para aprovação do novo código no Governo Federal.

O terceiro elemento para o entendimento das novas formas de resistência refere-se ao seguinte fato: no ano de 2013, registra-se que o aumento das ações tradicionais de mobilizações e protestos (bloqueios de estradas, bloqueio das portarias de acesso à empresa em Parauapebas) ocorre em paralelo ao aumento das representações dos movimentos sociais junto ao Ministério

¹⁵ Esta declaração, é parte de uma entrevista realizada no Encontro Latinoamericano Igrejas e mineração, com a liderança do observatório de conflitos de Mineração da América Latina, esta entrevista foi publicada no site da rede justiça nos trilhos <www.justicanostrilhos.org.br> sob o título: Confira a entrevista com Cesar Padilha, direto do Encontro Latinoamericano Igrejas e Mineração, em Brasília, no dia 5 de dezembro de 2014.

Público Federal. Como pode ser percebida, a busca por esse tipo de resolução de conflitos, na fala do representante da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos¹⁶:

[...] se está desrespeitando totalmente os direitos ambientais e dignidade da pessoa humana, a conta não fecha [...].tem o IBAMA, MPF, DPUJF esses órgão públicos para nos ouvir[...] MPF,DPUJF não existem no interior, estão em São Luiz e podem ser acessados em Imperatriz e Marabá[...]. Devem ser acessados e devemos transformar isso numa demanda jurídica, é o que queremos [...]

Aliado a isto, as reivindicações por direito à consulta prévia, livre e informada tem significado umas das ferramentas fundamentais para os movimentos sociais garantir o controle e a recuperação dos territórios ameaçado pela atuação da mineradora Vale na região.

Esse novo caminho na prática política do movimento produziu os seguintes resultados financeiros e territoriais, no ano de 2013: 120 famílias do projeto de assentamento Campos Altos, São Félix do Xingu, no Sul do Pará; 22 famílias do projeto de Assentamento Cosme e Damião, em Canaã dos Carajás; e 48 famílias da Vila Racha Placa, no Sudeste do Pará, conseguiram que a Vale indenizasse as benfeitorias perdidas com o projeto de implantação e expansão da mineradora, adquirisse outra área e implantasse infraestrutura para reassentamentos de outras famílias.

Além disto, em 2014, 312 famílias do município de Piquiá de baixo, no Maranhão, localizada entre siderúrgicas, estrada de ferro Carajás e entreposto de minério da Vale, após sete anos encaminhando denúncias aos órgãos públicos, com a ajuda do movimento dos Atingidos pela Vale, ganham o direito ao reassentamento em outro local, exigido pelas comunidades.

Em 2014, sinaliza-se que os vínculos estabelecidos em rede se expandem para além de espaços tradicionais do movimento. Em referência aos 30 anos de existência do projeto grande Carajás, tem-se a realização do “seminário 30 anos Carajás: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento da Amazônia Oriental”, nas cidades de Imperatriz e Santa Inês, no Estado do Maranhão; e nas cidades de Marabá e Belém, no Estado do Pará, com o apoio dos acadêmicos das universidades federais do Estado do Pará e do Maranhão, com promoção dos seguintes debates:

(1) A Amazônia no contexto da acumulação do capital; (2) Ação do Estado na gestão do território; (3) Trabalho, migração e movimentos sociais; (4) Violação dos Direitos Humanos: impactos sociais e resistências; (5) Disputa pelo território: movimentos sociais e resistências.

A realização desse evento significa tanto a avaliação de forma crítica os processos desencadeados pelos projetos minerais e o modelo de desenvolvimentista brasileiro, ancorado nos grandes projetos para a região, quanto a reavaliação dos resultados produzidos no Seminário “Consulta Carajás” realizado por pesquisadores e movimentos sociais, da região, no período entre 1992 e 1995, o que sinaliza um processo de articulação entre movimento social e academia na busca por transformações políticas, as quais vem tomando corpo e força no movimento dos Atingidos pela Vale ao se colocar em pauta o debate das contradições do modo de produção capitalista e do modelo de desenvolvimento ancorado nessas contradições.

De acordo com a declaração de um dos organizadores do evento, em um vídeo publicado no site da Rede Justiça nos Trilhos¹⁷, sobre a realização do seminário Carajás 30 anos, o intercâmbio

¹⁶ Entrevista realizada em outubro de 2013, em Parauapebas, Pará, Brasil.

¹⁷ Site da rede justiça nos trilhos: www.justicanostrilhos.org.br, seção de vídeos, publicado em 21 de fevereiro de 2014.

entre novos atores, como é o caso da participação dos pesquisadores das universidades Federal do Maranhão e Universidade Federal do Pará que também representa um instrumento para a produção de novas formas de resistências, como está explícito na declaração: “a chamada do seminário convida a todos para ajudar, para colaborar, para refletir e acima de tudo para estabelecer, organizar e estabelecer novas resistências”...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que no presente século, está sendo gestada, no cenário político contemporâneo, a construção hegemônica de alternativas a “outro mundo possível” (SADER, 2001, 2005), por meios dos movimentos sociais que legitimam novas formas de resistência. E que se está diante de um movimento social Amazônico inserido na realidade globalizada, que ganha força no contexto desse “novo cenário internacional de lutas”, e, legitimam novas formas de resistência local/ global sendo capaz de se constituir como movimento potencialmente transformador da ordem.

Ao compreender que as novas formas de resistências se referem à produção de um novo sentido da existência social, da vida e da sobrevivência, ou seja, novos sentidos que impulsionam diferentes respostas dos “Atingidos” aos conflitos que se apresentam nessa nova configuração política mundial, identifica-se três elementos principais no entendimento dessas novas formas de resistência, os quais tem implicações profundas na configuração de novos vínculos interpessoais, com outros movimentos sociais, na criação de um novo espaço de aprendizado e na difusão de novas modalidades de ação: 1) a formação do movimento em rede transnacionalizada, a qual produz novos significados culturais nas práticas políticas e ações coletivas, porque constroem e configuram novos vínculos entre diversos atores e outros movimentos sociais, o que representa a criação de um novo espaço de aprendizado e difusão de lutas bem como a produção de uma consciência generalizada do ser “Atingido”, e isto promove tanto a elaboração de diagnósticos comuns quanto a diversificação das estratégias de ação do movimento; 2) a importância atribuída aos encontros, aos estudos, e à produção de material didático para estudos e divulgação como instrumentos na produção das novas formas de resistência, estabelecem a formação, a conscientização política e a organização da população local no enfrentamento dos conflitos locais e 3) o aumento da representação junto ao Ministério Público Federal, aliado às reivindicações por direito à consulta prévia, livre e informada tem significado uma das ferramentas fundamentais para os movimentos sociais garantir o controle e a recuperação dos territórios ameaçado pela atuação da mineradora Vale na região.

Destarte, todos esses elementos acima supracitados significam acima de tudo acúmulo de forças culturais políticas do Movimento, o que os torna capaz de pautar mudanças no campo de correlação de forças no âmbito local e global.

Portanto, a construção de novas formas de resistências produz resultados que não são apenas em termos de recuo do poder da empresa no local ou ganhos financeiros e territoriais para os “Atingidos”, mas, sobretudo, significam “distribución del poder” (MUÑOZ-GAVIRIA; TEIXEIRA, 2013, p.119).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. [et al]. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental. *ecadernos ces*, n.17, p.163-183, 2012.

ACSELRAD, H. BEZERRA, G. das N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A.W. B. de (org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Lamparina Editora: Rio de Janeiro, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. de. O direito étnico à terra. **Orçamento Política Socioambiental**, n.13, p. 1-12, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, ciganos, faxinaleses e ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. **Revista Proposta**, v. 29, n.107/108, p. 25-38, 2006.

BEBBIGTON, A. **Mineria, movimeientos sociales y respuestas campesinas: uma ecologia política de transformaciones territoriales**. Lima: Instituto de estúdios peruanos, centro peruano de estudios sociales, 2011.

BEBBIGTON, Antony; BEBBIGTON, Humphereys Denise; HINOJOSA, Leonith; BURNEO, Maria Luisa; BURY, Jeffrey. Anatomies of conflict: Social Mobilization and new political ecologies of the Andes In. BEBBIGTON, Antony; BURY, Jeffrey. **Subterranean struggles: New dynamics of mining, oil and gas in Latin America**. University of texas press, 2013.

CASTRO, E. M. R.; MOURA, E. A.; MAIA, M. L. S. **Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço**. Belém: UFPA, 1995.

COSTA, J. M. da. **Redes técnicas e uso privado do território na Amazônia: o caso da Estrada de Ferro Carajás da Companhia Vale do Rio Doce (1997 a 2006)**. 116f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DAGNINO Sonia Alvarez, Evelina and ARTURO Escobar, "The Cultural and the Political in Latin American Social Movements", in: **Cultures of Politics; Politics of Culture**. Re-visioning Latin American Social Movements, Boulder: Westview Press, 2000.

DAZA Mar, HOETMER Raphael, VARGAS Virginia, "Crisis y movimientos sociales en Nuestra América: a modo de introducción" in: id. (eds.) **Crisis y movimientos sociales en nuestra América: Cuerpos, territorios e imaginarios en disputa**, Lima, 2012.

FERNANDES, L. Globalização e agenda neoliberal. **Centro de Estudos Sindicais**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1997.

FIALHO NASCIMENTO, N. S. **Desenvolvimento Capitalista e Amazônia: elementos para uma abordagem da "questão social" na região**. 195f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, D. El "nuevo" imperialismo: **acumulación por desposesión**. *Socialist register*, 2004, tradução Ruth Felder.

HÉBETTE, J. **O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia.** Belém: NAEA/FASE, 1991.

Integrantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale de impactos das atividades da Vale produzido pelos Movimentos Sociais (2010).JUSTIÇA NOS TRILHOS et al.**Dossiê de impactos das atividades da Vale":Organizações los marcos de ladiscusiónenla Argentina.** Ecuador: Debate, n.79, p. 106-126, 2010.

LUST, Jan. Peru: mining capital and social resistance In. VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. **The new extractivism: a post –neoliberal development modelo or imperialismo f the twenty-first century?** Zed books, New York, 2014.

MORAIS, M. A. F. **O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce.** 232. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2008.movimentos de resistência: la miséria em laAmazonía brasileira. **Revista Letras Verdes**, n.14 de setembro, 2013.p.117-138.

MUÑOZ-GAVIRIA, E.; TEIXEIRA, W. F.Desregulación, conflictos territoriales y

NETTO, J.P. Democracia e Direitos Humanos na America Latina:aportes necessários para o debate. In: FREIRE, S.D.M.(ORG). **Direitos humanos e questão social na America Latina.** Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

NEGRI, Antonio & HARTD, Michael. **Império.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

QUINJANO, Aníbal, ¿Bien vivir? Entre el desarrollo y la descolonialidad del poder In: **Crisis y movimientos sociales en nuestra América: Cuerpos, territorios e imaginarios en disputa,** (Lima, 2012).

SADER, E. Hegemonia e contra-hegemonia. **Buenos Aires: CLACSO, 2005.**

SADER, E. **Hegemonía y contra hegemonia para outro mundo posible.**Buenos Aires:CLACSO, 2001.

SANKEY, kyla. Colombia: the mining boom: a catalyst of development or resistance? In. VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. **The new extractivism: a post –neoliberal development modelo or imperialismo f the twenty-first century?** Zed books, New York, 2014.

SANTOS, R. L. dos. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz - MA.** 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2009.

SOUSA, R. V. de. **A Influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010.** 253f. Tese (Doutorado Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

STAHLER-SHOLK, Richard; VANDEN, Harry E. A second look at Latin America Social Movements: Globalizing resistance to the Neoliberal paradigma. **Latin American perspectives**, issue 176, v. 38, n.1, january 2011.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración em América Latina. *Nueva sociedade*, 244, 2013.

SVAMPA, M. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales.? Um giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? In. Más allá del desarrollo: **grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo**, 1era edición: Quito, Eequador, 2011.

SVAMPA, M.; ÁLVAREZ, M. S. Modelo minero, resistencias sociais y estilos de desarrollo: los marcos de ladiscusiónenla Argentina. Ecuador: *Debate*, n.79, p. 106-126, 2010.

TOLEDO, V. El outro Zapatismo: lutas indígenas de inspiración ecológica em México; in. TOELDO, V. **La paz em chiapas: ecologia, luchas indígenas y modernidade alternative**. Mexico city, edições quinto Sol, 2000.

UMBELINO DE OLIVEIRA, Ariovaldo e Marta Inez Medeiros Marques (orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e editora Paz e terra, 2004.

VAINER, C. Escalas de poder e o poder das escalas, o que pode o poder local In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro, 2001. v. p.140-151.

TRABALHADORES DA UHE BELO MONTE: MEGA-RISCOS À SEGURANÇA E A SAÚDE NOS CANTEIROS DE OBRA

*Tânia Sena Conceição**

RESUMO

A construção da Usina Hidroelétrica (UHE) de Belo Monte no rio Xingu na região de Altamira no Estado do Pará, na Amazônia, tem sido alvo de grandes polêmicas e debates em diversos espaços sociais, institucionais e na mídia, devido a complexidade dos impactos que a obra traz à sociedade, ao ambiente, aos povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, agricultores, resultando em diversas ações judiciais, e várias greves dos trabalhadores dos canteiros de obras, com reivindicações de melhorias salariais, condições dignas de trabalho e saúde. Observam-se intensas manifestações, protestos, paralisações e denúncias de irregularidades e infrações trabalhistas por parte das empresas construtoras nos canteiros da obra da usina, desde seu início em 2011 até 2013, como: insegurança, risco no ambiente de trabalho, problemas com a alimentação e água causando prejuízos à saúde dos trabalhadores nos canteiros de obra e ainda dificuldades de acesso a serviços de saúde. O estudo busca, por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva: analisar os riscos de adoecimento entre os operários dos canteiros, as denúncias dos trabalhadores e as autuações do MTE. O levantamento de fontes privilegiou pesquisa nos jornais e Instituições públicas e privadas acerca da problemática relacionada às condições de trabalho e saúde dos trabalhadores dos canteiros de obras da UHE Belo Monte, a fim de possibilitar um esquema interpretativo que indique proposições no sentido da prevenção de agravos no campo da saúde dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Trabalhadores, Canteiros de obras, Saúde, Segurança, UHE Belo Monte.

INTRODUÇÃO

O complexo UHE¹ Belo Monte, na região de Altamira caracteriza-se como um megaempreendimento que oferece megarriscos de todas as ordens e sua implantação está associada a pressões políticas que se sobrepuseram a critérios técnicos e preceitos legais. A sua natureza polêmica se apresenta pelos fatores de risco identificados nos diversos estudos de viabilidade da obra. Problemas sociais como saúde, moradia, segurança não equacionados antecipadamente, além dos prejuízos ao meio ambiente, apontados como “Mega-projeto e Megarriscos” pelo Relatório International Rivers, (HURWITZ, et al, 2010). O início da obra foi marcado por diversos protestos e greves dos trabalhadores dos canteiros de obra (ACEVEDO MARIN; OLIVEIRA, 2012).

A UHE Belo Monte é contestada por diversos setores da sociedade: instituições da sociedade civil, pesquisadores, jornalistas, ministério público, entre outros; em níveis locais, nacional e internacional; em razão da complexidade dos impactos que a obra traz aos povos indígenas,

¹ A Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia, região do Xingu (UHE), Estado do Pará é a terceira maior do mundo, perdendo apenas para as Hidrelétricas Três Gargantas na China e Itaipu na divisa do Brasil/Paraguai.

ribeirinhos, pescadores, agricultores e populações do entorno. Significa situações socioeconômicas, transformações ambientais e uma intensa dinâmica migratória de trabalhadores em busca de oportunidades e empregos. Esta intervenção expõe os trabalhadores e os moradores das cidades, em especial Altamira, a inúmeros problemas de atendimento médico-sanitário e o colapso nos serviços públicos. O Estudo de Impacto Ambiental subestimou o número de trabalhadores dos canteiros em 19 mil sendo que em 2013 já havia 27 mil trabalhadores na construção da hidrelétrica na volta grande rio Xingu (COUTO e SILVA, 2009; NASCIMENTO, 2011; ACEVEDO MARIN e OLIVEIRA, 2012; BERMANN, 2012).

É motivo de grandes debates em diversos espaços sociais, institucionais, na mídia em geral e diversas ações judiciais por decisões controversas quanto aos prejuízos socioambientais, dúvidas quanto à viabilidade energética e alto custo de produção. Além das precárias condições de trabalho e saúde imposta aos operários e migrantes, resultando em greves e reivindicação dos trabalhadores por melhorias salariais e condições laborais dignas (MAGALHÃES, 2009; ACEVEDO MARIN; OLIVEIRA, 2012).

De acordo com as fiscalizações do Ministério do Trabalho emprego (MTE) realizadas pelo Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura (GMAI) em 2012 e 2013, os canteiros de obra de Belo Monte apresentam graves problemas relacionados à segurança e saúde dos operários no ambiente de trabalho o vem confirmar as denúncias de violação dos direitos trabalhistas e situações de precariedade, feitas pelos trabalhadores durante várias greves e protestos com reivindicações de melhoria das condições laborais, de assistência à saúde, aumento salarial, entre outros. Conforme apresenta o quadro 1 durante as três fiscalizações do MTE nos três² canteiros de obras da Usina de Belo Monte, a CCBM³ e outras 35 terceirizadas foram autuadas em 640 infrações trabalhistas.

Quadro 1 - Fiscalização Autuação do MTE à CCBM e outras 35 Terceirizadas

Ordem	Ano	Período/fiscalização	Nº Autuações	Cobertura*
1 ^a	2012	30/07 a 10/08	201	11.497
2	2012	26/11 a 07/12	180	15.853
3 ^a	2013	11 a 22/03	259	20.660
Total de Autuações			640	

* Número total de trabalhadores no período do período de cada fiscalização.

Fonte: Relatórios de fiscalizações do MTE.

As fiscalizações do MTE constataram diversas situações de irregularidades por parte das construtoras, no que diz respeito ao descumprimento das Normas Regulamentadoras (NR) estabelecidas pela Portaria nº 3.214/78/MTE, que definem os requisitos técnicos e legais sobre os aspectos mínimos de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO).

² Sítio Belo Monte, Sítio Pimental e Sítio Canais e Diques são os três canteiros de obras da UHE Belo Monte.

³ O Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) é a empresa responsável pelas obras da UHE Belo Monte.

O presente estudo objetiva apresentar uma análise dos riscos e perigos à segurança e a saúde dos trabalhadores dos canteiros de obras da usina de Belo Monte, com base nas informações referentes às autuações do MTE às empresas construtoras e nas denúncias dos trabalhadores durante as greves e protestos, que foram notícias divulgadas nos meios de comunicação, especialmente na internet, nos primeiros anos de construção da obra.

GREVES E PROTESTOS: OS TRABALHADORES DENUNCIAM

Diversos problemas em consequência da construção da UHE de Belo Monte, especialmente sobre as greves dos trabalhadores, aparecem nos jornais com notícias das situações críticas envolvendo violação de direitos, descumprimento das condicionantes. Durante os três primeiros anos da obra, os trabalhadores realizaram um total de 9 greves e vários protestos. Segundo Bermann (2012), estes sujeitos assumem papel importante nesse contexto da construção das obras de infraestrutura do país denunciando as precárias condições laborais e de vida que estão expostos.

Muitos desses trabalhadores têm, ou tiveram uma identidade de vida anterior, são trabalhadores rurais, quilombolas, ribeirinhos ou trabalhadores braçais urbanos. Muitos deles não tiveram experiência de organização sindical no modelo tradicional. No entanto diante das situações de crise no ambiente de trabalho, em função da precariedade das condições e dos riscos que ameaçam a saúde e a vida cotidianamente, são desafiados a buscar formas de articulação, organização e de luta pela sobrevivência nos canteiros de obras. Em todas as paralisações os trabalhadores apresentaram uma pauta de reivindicações de melhoria das condições de trabalho, reajuste salarial, plano de saúde, redução do período das baixadas⁴ de seis para três meses, transporte adequado, melhorias das condições da alimentação e da água, aumento do vale alimentação, entre outros. Ao mesmo tempo manifestam revoltas e denunciam as precariedades nos ambientes de trabalho, os acidentes, os riscos e perigos que enfrentam no dia a dia.

Patriota (2011) relata a entrevista com o jornalista Ruy Sposati, o qual afirma que a primeira greve dos trabalhadores da obra de Belo Monte ocorreu dia 12 de novembro de 2011 e foi motivada após demissões de quatro operários que se recusaram a fazer o serviço que não era de suas obrigações quando o encarregado chefe do canteiro havia orientado que eles (os quatro pedreiros), carregassem umas pranchas de madeira muito grandes, que só poderia ser retiradas dos caminhões com máquina ou trator, o que gerou revolta nos trabalhadores que ameaçaram atear fogo nos alojamentos, quando resolveram, primeiro buscar uma negociação com a empresa.

Segundo Toledo (2011), os trabalhadores em greve buscavam a negociação de aumento salarial e melhores condições de trabalho com o consórcio e denunciaram a precariedade das condições de trabalho, da alimentação, da água e demissão de grevista. “Cerca de 200 trabalhadores tiveram intoxicação alimentar por conta de comida estragada distribuída na obra. Após a paralisação 170 operários foram demitidos,” afirma. Um dos motivos da greve de duas semanas foi para protestar contra as precárias condições de trabalho, dos alojamentos e da alimentação. Os operários chegaram a bloquear um trecho da Rodovia Transamazônica em protesto às péssimas condições de trabalho e as ilegalidades trabalhistas, experimentadas por eles nos canteiros de obras de Belo Monte. Em entrevista o jornalista Ruy Sposati do Xingu Vivo Para Sempre, afirma: “Num primeiro momento houve um levante grevista, em que os trabalhadores

⁴ “Baixada” se refere ao período que o trabalho recebe folga para visitar suas famílias na sua cidade de origem.

tentaram começar um processo de negociação. A resposta da empresa foi extremamente autoritária, para não dizer absurda e o caso foi abafado” (PATRIOTA 2011).

O Informativo do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, de 29/03/2012, mostra o relato em que o trabalhador afirma: “Nós não temos segurança nenhuma lá. Falta EPI [equipamento de proteção individual], sinalização e principalmente gente para fiscalizar”. Os trabalhadores denunciaram a inexistência de precaução e proteção e orientação, como a ausência de sinalização de risco e perigo e de inspeção sanitária, além da redução no salário⁵. Uma situação de total insegurança no ambiente de trabalho, causando vítimas fatais e revoltas nos operários, pelo descumprimento do acordo coletivo de trabalho (MOVIMENTO XINGUVIVO, 2012a).

O Movimento Xingu Vivo (2012b), informa que os trabalhadores de Belo Monte, depois sete dias em greve por melhores condições de trabalho, sem nenhuma resposta da empresa, realizaram um bloqueio da Rodovia Transamazônica e denunciaram a violação dos seus direitos como situações de coerção, truculência da polícia, durante as manifestações de protesto e reivindicação, como tentativa de interromper as paralisações (fotografias 1 e 2). Eles criticam a atuação da força policial em fazer papel de mediador nas negociações com a construtora.

Fotografias 1 e 2 - Trabalhadores em greve no dia 04 de abril de 2012, bloqueando a rodovia. Transamazônica e policiais da ROTAM tentando impedir o protesto e a greve.



Fonte: Movimento Xingu Vivo (2012b)

Segundo Cunha (2012a) durante as manifestações da greve, os trabalhadores denunciaram ainda a prisão de trabalhadores, o uso de gás de pimenta para dispersar os grevistas e a presença de um helicóptero sobrevoando a área com policiais apontando fuzil para os operários. Afirma que 12 trabalhadores estavam ameaçados de demissão.

Segundo informa Instituto Humanistas Unisinos (2012), durante as greves de 2012, “um membro da comissão da greve conta que foi pedir explicações no escritório do RH da empresa, e lá foi agredido e demitido”. Os operários buscam negociar o aumento do valor da cesta básica que na época era de R\$95,00; melhores condições de transporte; melhoria do sistema de pagamento (que chegou a gerar violência e prisão de trabalhador); instalação do sindicato da construção pesada nos canteiros de obras, disponibilidade de sinal de celular aos operários e redução do período de baixada de 6 meses para 3 meses. Sem conseguir resultado satisfatório foram obrigados a voltar ao

⁵ O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (2012a) registra a queixa dos trabalhadores afirmando que: “Por conta da redução do salário, ao menos 40 trabalhadores que passaram a residir nos alojamentos provisórios dentro dos canteiros já teriam se demitido. - Pra quem vem de fora o salário já não estava bom. Com esses 600 a menos, nem vale a pena ficar”.

trabalho por determinação judicial, (que considerou a greve ilegal aplicando multa diária de 200 mil ao Sindicato) sem se quer fazer uma assembleia para encerrar a greve. O representante do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada do Pará (SINTRAPAV), Roginel Gobbo afirmou que: “esta situação gerou, nos trabalhadores, uma frustração que já está virando revolta e sentimento de impotência e daqui pra frente a situação ficará imprevisível” (PEDUZZI, 2012).

Sem haver nenhuma solução para os problemas trabalhistas, as insatisfações dos trabalhadores só aumentaram e outra greve eclodiu em novembro/2012, dessa vez com uma maior mobilização (8 mil) paralisando os dois principais canteiros: Pimentel e Belo Monte. O desacordo referente aos percentuais de aumento salarial causou revolta e a destruição e incêndio de quatro alojamentos dos operários (dias 9 e 10/11/2012). Após esses protestos foi anunciado um reajuste de 11%, sendo que a proposta da CCBM era de 7% (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2012c).

Em 2013, novas greves aconteceram por reivindicações de cumprimento das cláusulas trabalhistas, fim do sistema⁶ 5 por 1, adicional de confinamento de 40%; equiparação salarial entre os trabalhadores com funções iguais em todos os canteiros. Denunciaram o não pagamento de insalubridade e periculosidade, a péssima qualidade da alimentação e da constante presença de homens da força nacional dentro dos canteiros (LESSA, 2013). A greve acaba depois de situações de repressão truculenta da Força Nacional e demissões de 450 grevistas. Os trabalhadores marcharam 22 quilômetros, pacificamente e foram “encurralados por policiais da força nacional que os forçou a recuar e ajudou a demitir os participantes da marcha” (CUNHA, 2013).

Sem haver atendimento da CCBM às reivindicações, em novembro de 2013, os operários bloqueiam os portões do canteiro de obras e um operário afirma, em uma entrevista ao Jornal Liberal exibida em 15/11/2013 (CASTRO, 2013) que “tem trabalhador que trabalha exposto ao sol de 40 °C (graus) e ganha R\$ 800 reais por mês”. Os trabalhadores voltaram à greve dessa vez chegou a mobilizar 27 mil operários no segundo momento (G1 Pará, 2013). Após firmar o acordo coletivo com reajuste de 11% dos salários; redução do período de baixada de 180 para 90 dias; aumento de 30% da cesta básica, que passou de R\$ 200,00 para R\$ 260,00; 12% na participação nos lucros e resultados; aumento de 25 para 28 horas/mês; recesso de 15 dias no fim do ano. A greve acabou em 29 de novembro de 2013, entretanto, os pontos relacionados à segurança e saúde no trabalho se quer foram tocados, permanecendo as situações de risco e perigo para os operários nos canteiros de obras da UHE Belo Monte, conforme foi constatado nas fiscalizações do MTE. Nessa última greve, havia rumores de que a paralisação era patrocinada para justificar e prorrogar os atrasos na construção do empreendimento.

PRECARIEDADE, RISCO E PERIGOS: CONFIRMA AS FISCALIZAÇÕES DO MTE

As inúmeras situações que revelam a precariedade das condições de trabalho, risco à saúde/segurança, perigos de acidente e o adoecimento no ambiente dos canteiros de obras de Belo Monte, denunciadas pelos trabalhadores durante as greves e protestos, são confirmadas de forma técnica nos relatórios de fiscalizações do MTE. Aqui apresentadas a seguir uma análise dessas informações que constam nos relatórios das três fiscalizações realizadas pelo GMAI/MTE nos três⁷

⁶ O sistema 5 por 1 é uma organização da escala de serviço em que a folga do trabalhador ocorre em dias aleatórios, dessa forma, não há pagamento de adicional de horas extras nos fins de semana trabalhado por exemplo.

⁷ No Sítio Belo Monte será a casa força principal, próximo à vila de mesmo nome. Sítio Pimental, localizado a 40 km abaixo de Altamira, ficará a barragem principal com o Reservatório do Xingu numa área de 516 km². Este reservatório

canteiros de obras da usina de Belo Monte, nos seguintes períodos e cobertura demonstrado no quadro 1.

Na 1ª fiscalização, em agosto de 2012 foram 20 empresas inspecionadas com alcance de 11.497 trabalhadores; na 2ª fiscalização, em novembro e dezembro de 2012, foram inspecionadas 19 empresas com alcance de 15.853 trabalhadores; e na 3ª fiscalização, em março de 2013, foram 25 empresas inspecionadas num total de 20.660 operários. Ressalta-se que a maioria das empresas foi inspecionada repetidamente, observado reincidência de infrações.

Consta nos referidos documentos, que em cada fiscalização a equipe do MTE, inspecionou os três canteiros de obras da usina: Sítio Belo Monte, Sítio Pimental e Sítio Canais e Diques. Nos períodos das três inspeções, os trabalhos nos canteiros compreendiam: supressão vegetal, escavações, rompimento e britagem de rochas, montagem dos britadores primários; e oficinas de marcenaria, solda, corte, dobra e de armação de aço; entre outros⁸.

O quadro 2 mostra que as empresas CCBM e outras 35 terceirizadas foram autuadas por cometer uma série de infrações trabalhistas, descumprindo das Normas Regulamentadoras (NRs) que estabelece os requisitos técnicos e legais acerca dos aspectos mínimos de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO). Verifica-se a ocorrência de reincidências crescente do número de infrações às NRs 9⁹; 12; 18 e mantendo, relativamente, o mesmo número de infrações nas NRs 5, 7 e 1. O que significa que as empresas, mesmo sendo autuadas, não corrigiram as irregularidades, mantendo os ambientes de trabalho em condições de precariedade e insegurança para os trabalhadores.

Observa-se que os maiores números de autuações (quadro 2) foram referentes às irregularidades das empresas no descumprimento das normas do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA - NR 9) e das Condições Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (NR 18) num total de 70 e 131 respectivamente. Em seguida, aparecem os números elevados, com 134 autuações, de infrações acumuladas também no descumprimento às normatizações e leis trabalhistas:

será criado fechando os escoadouros da região por 27 diques menores. Neste Sítio também ficará o vertedouro principal que terá 20 comportas de 20 m × 22,3 m, com vazão máxima total de 62.000 m³/s.

⁸ Os relatórios destacam que as irregularidades constatadas concentram-se mais na parte documental das empresas, ficando para os canteiros as situações que envolvem segurança na operação de máquinas, áreas de vivência em desacordo e trabalho em altura.

⁹ A NR 9, portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 e Atualizada pela Portaria SSST n.º 25, de 29 de dezembro de 1994, estabelece em seu item 9.1.1: a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>> Acesso em 23 de set. de 2015.

Quadro 2 - Número de infrações relacionados às Normas Regulamentadas - NRs e CLT nas três fiscalizações do TEM à CCBM e Terceirizadas

NRs e CLT	1ª	a	a	Total
NR 5 – CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	13	7	0	40
NR 6 – EPI Equipamento de Proteção Individual	4			10
NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	32	9	7	88

NR 9 – PPRA Programa de Prevenção de Riscos Ambientais	14	1	5	70
NR 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.	14	8	3	45
NR 18 -Condições Meio Ambiente de Trab. na Ind. Construção	42	4	5	131
NR 21 - Trabalhos a Céu Aberto	2			5
NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho	24		5	40
NR 26 - Sinalização de Segurança	1			3
NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho e Serviços de Saúde	2	1		20
CLT Art. nº: 67, 66, 59 – Descanso, folga e horas extras	45	6	3	134

Fonte: Relatórios de fiscalizações do MTE 2012, 2013.

- Equipamento de Proteção Individual¹⁰ (EPI, NR 6) com 10 autuações, mostrando que as empresas cometem infrações permitindo que nem todos os trabalhadores tivessem, a sua disposição EPI para o trabalho, expondo-os aos riscos e perigos inerentes a sua função nos canteiros de obras de belo Monte.
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA - NRs 5), com 40 autuações. O que demonstra a inexistência de comissões organizadas adequadamente para desenvolver atividade de prevenção e controle de acidente de trabalho.
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO - NR 7) com 88 autuações, significando problemas não equacionados no período, quanto aos disponibilidade mínima de serviço de assistência à saúde para atendimento aos trabalhadores em suas necessidades e obrigatórios.
- Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (NR 12, 45 autuações. Evidenciando o não implementação de referências técnicas, de medidas proteção e de requisitos mínimos para prevenção de acidentes e doenças relacionadas as atividades com as máquinas e equipamentos, tornando o trabalho inseguro e ainda mais grave por se tratar de um trabalho com máquinas pesadas nos canteiros de Belo Monte¹¹).

¹⁰ A NR 5 é assegurada, nos artigos 163 a 165 do Capítulo V do Título II da CLT. A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias: a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho; b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e, c) para atender a situações de emergência.

¹¹ Esta Norma Regulamentadora (NR12) e seus anexos definem referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos,

- Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho (NR 24), foram 40 autuações por irregularidades e descumprimento dos requisitos mínimos, obrigatórios, para garantir qualidade sanitária e conforto aos trabalhadores nas instalações dos alojamentos, vestuários, refeitórios e cozinha dos canteiros de obras da usina.
- Descanso, folgas e horas extras (Art. nº: 67, 66, 59 da CLT). Nesse quesito, pode-se observar que durante as 3 fiscalizações, o MTE constatou 134 infrações trabalhistas, significando a ocorrência de violação dos direitos dos trabalhadores quanto a garantia, por parte das empresas, de períodos mínimos para o descanso, folgas e máximo de horas extras diárias. Revelando uma situação de gravidade dos riscos à segurança e saúde dos operários nos canteiros de obras da usina¹².

De acordo com os relatórios de fiscalizações do MTE todas as empresas cometeram infrações trabalhistas, com destaque para a empresa responsável pela obra, a CCBM, que recebeu o maior número de autuações (um total de 194). Para uma melhor compreensão da dimensão do problema vivido pelos trabalhadores dos canteiros de obras de Belo Monte, pinçamos a CCBM para mostrar as irregularidades cometidas pela construtora, conforme o quadro 3, que apresenta algumas das principais infrações cometidas, exemplificando as situações por NRs. A CCBM, além de ser a empresa responsável pelo canteiro de obras, é a que apresenta o maior número de trabalhadores, chegando a 16.368 na 3ª inspeção em março de 2013, realizada pelo MTE.

Por ser a empresa responsável pelas obras nos canteiros, pressupunha-se que a CCBM fosse um exemplo para as suas subcontratadas no cumprimento da legalidade e garantia dos direitos dos trabalhadores, mas isso não acontece, conforme constataram os auditores do MTE.

Os relatórios mostram como as empresas descumprem as normas operacionais de segurança e saúde no trabalho e as leis trabalhistas: quando: “deixa de manter abrigo para proteger os trabalhadores contra intempéries, nos locais de trabalho”; quando deixa de adotar medidas de controle de risco proveniente da liberação de agente químico e/ou físico e/ou biológico por máquina e/ou equipamento de acordo com a hierarquia estabelecida; quando deixa de “assegurar o acesso aos trabalhadores às fichas com dados de segurança dos produtos químicos que se utilizam no local de trabalho”. Tal situação mostra que a construtora não adota as medidas de proteção que venha garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Quadro 3 - Principais Infrações da CCBM (194 autuações) e terceirizadas nos Canteiros de obras de Belo Monte, constatada nas 3 fiscalizações do MTE

[...] sem prejuízo da observância do disposto nas demais Normas Regulamentadoras - NR aprovadas pela Portaria n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, nas normas técnicas oficiais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais aplicáveis.

¹² A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 estabelece entre outros direitos: Art. 59 - A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho. Art. 66 - Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso. Art. 67 - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

- NR 12 - Deixar de proteger todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores. Deixa de adotar medida de controle de risco adicional proveniente da liberação de agente químico e/ou físico e/ou biológico por máquina e/ou equipamento em desacordo com a hierarquia estabelecida.
- NR 18 - Deixar de disponibilizar escadas ou rampas colocadas próximas aos postos de trabalho, em escavação com mais de 1,25 m de profundidade. Deixar de instalar proteção coletiva nos locais com risco de queda dos trabalhadores.
- NR 21 - Deixar de manter abrigo para proteger os trabalhadores contra intempéries, nos trabalhos abertos.
- NR 24- Deixar de disponibilizar material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos no lavatório ou permitir o uso de toalhas coletivas no lavatório.
- NR 26 - Deixar de assegurar o acesso dos trabalhadores às fichas com dados de segurança dos produtos químicos que se utilizam no local de trabalho.
- CLT - Deixar de conceder descanso semanal de 24 horas consecutivas.
- CLT - Deixar de conceder período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho.
- CLT - Prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 horas diárias, sem qualquer justificativa legal.

Fonte: Relatórios de fiscalizações do MTE, 2012 e 2013 (grifo da autora).

Ao descumprirem as NRs, as empresas expõem os operários a todos os tipos de risco, deixando-os desprotegidos e vulneráveis no trabalho. A falta de informação sobre os produtos químicos pode contribuir para a contaminação dos operários sobre os riscos eminentes de produtos tóxicos utilizados nos canteiros. Além disso, a sobrecarga de trabalho imposta aos operários é outro agravante; a CCBM foi autuada por “deixar de conceder o período mínimo de onze horas consecutivas para descanso”, e por “prorrogar a jornada de trabalho, além do limite legal de 2 horas diárias, sem justificativa legal” e por não garantir o descanso de 24 horas consecutivas, descumprindo a legislação trabalhista que observa a importância do cumprimento desses direitos, como o momento de descanso e recuperação das energias do corpo para a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores.

Todas as infrações e situações permitem observar as condições indignas em que esses trabalhadores se submetem no ambiente de trabalho e nos locais onde ficam alojados e confinados às diversas situações inadequadas, sujeitos a riscos de acidentes e adoecimentos de toda ordem de injustiça.

Nas três fiscalizações apresentadas nos relatórios do MTE, observa-se a recorrência e o aumento dos casos de infrações cometidos pela CCBM e pelas subcontratadas, reafirmando as precariedades nos canteiros de obras da usina de Belo Monte.

Entre os autos de infração reincidentes cometidos pela CCBM nas três inspeções foi destacado o descumprimento ao que estabelece a NR 18 por: “deixar de manter as instalações sanitárias em perfeito estado de conservação e higiene¹³”, o que deixa os trabalhadores em situação indigna no ambiente de trabalho; por “deixar de instalar proteção coletiva nos locais com risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais”¹⁴. E ainda por “deixar de dotar a escavação de sinalização de advertência e/ou de

¹³ Relatórios de inspeção do MTE: primeira inspeção, infração na p.13; segunda inspeção, infração p. 13, terceira inspeção, infração p.15.

¹⁴ Relatórios de inspeção do MTE: primeira inspeção, infração na p. 13; segunda inspeção, infração p. 13, terceira inspeção, infração p. 16.

sinalização de advertência noturna e/ou de barreira de isolamento em todo o seu perímetro”. Situações que expõem os operários ao risco eminente de acidente de trabalho e morte.

O quadro 4 mostra algumas das infrações apontadas no relatório, das empresas autuadas por descumprimento da NR 24 e por deixar de manter as condições legais dos alojamentos, impondo as situações precariedades aos trabalhadores alojados nos canteiros de obras da usina, confirmando as denúncias de precariedades nos ambientes denunciados pelos operários durante as greves.

Quadro 4 - Principais infrações à NR 24, cometidas pelas empresas construtoras da Usina de Belo Monte autuadas na primeira inspeção fiscal.

Deixar de disponibilizar material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos no lavatório ou permitir o uso de toalhas coletivas no lavatório (p.10).

Deixar de manter mictórios, ou manter mictórios em desacordo com norma (p.10, 20, 21).

Manter sanitários com paredes construídas e/ou revestidas de material inadequado ou manter sanitários com paredes sem revestimento (p.10).

Manter gabinetes sanitários sem ventilação para o exterior (p.10).

Manter instalações sanitárias sem água canalizada e/ou esgotos ligados à rede geral ou à fossa séptica, com interposição de sifões hidráulicos (p.10).

Deixar de manter as instalações sanitárias em bom estado de asseio e higiene (p. 11,12).

Deixar de dotar o alojamento de camas ou dotar o alojamento de camas inadequadas (p. 10,17).

Deixar de fornecer água potável, filtrada e fresca para os trabalhadores, por meio de bebedouros de jato inclinado ou equipamento similar que garanta as mesmas condições ou fornecer água potável em proporção inferior a um bebedouro ou equipamento similar (p. 12, 17, 19).

Manter instalações sanitárias sem portas de acesso ou com portas que não mantenham o resguardo conveniente (p. 13).

Deixar de disponibilizar material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos no lavatório ou permitir o uso de toalhas coletivas no lavatório (p. 13, 21).

Manter banheiros que não ofereça privacidade aos usuários (p 18).

Manter banheiros cujo piso e paredes não sejam revestidos de material resistentes, liso, impermeável e lavável (p, 20).

Deixar de manter instalações sanitárias ou manter instalações sanitárias que não sejam separadas por sexo (p 21).

Fonte: Relatório de fiscalização do MTE, 2012 (grifo da autora).

De maneira recorrente, as empresas não oferecem instalações sanitárias nos locais de trabalho, o que está em desacordo ao que estabelece a NR 24. Dessa forma, permitem que os ambientes de trabalho dos canteiros de obras da usina sejam anti-higiênico, não dispoendo das condições mínimas adequadas para os trabalhadores como prevê a NR 24 que diz no subitem 24.1.1: “Todo estabelecimento deve ser dotado de instalações sanitárias, constituídas por vasos sanitários, mictórios, lavatórios e chuveiros, na proporção mínima de um conjunto para cada grupo de 20 trabalhadores ou fração”.

Da mesma forma, descumpre o rege o subitem 24.1.5 da dessa norma onde diz que: quando houver homens e mulheres nos locais de trabalho, as instalações sanitárias devem ser separadas por

gênero; com portas, de modo a manter a privacidade; e ainda manter água canalizada e esgoto ligado à rede geral ou sistema que garanta a prevenção de problemas de saúde pública.

Consta no relatório da terceira inspeção, que a CCBM e subcontratadas foram autuadas por “manter instalações sanitárias sem água canalizada e/ou esgotos ligados à rede geral ou fossa séptica, com interposição de sifões hidráulicos” (p. 15), demonstrando a inadequação dos equipamentos sanitários para uso dos trabalhadores nos canteiros de obras com riscos de contaminação e conseqüentemente de adoecimento, como os casos de diarreias e verminoses já citados. Além disso, observam-se situações que geram constrangimento de gênero, por “deixar de disponibilizar local apropriado para vestuário ou deixar de dotar o vestuário de armários individuais ou de observar a separação por sexos” (p.11). E ainda comete infrações reincidentes por “deixar de fornecer água potável, filtrada e fresca para os trabalhadores, por meio de bebedouros de jato inclinado ou equipamento similar que garanta as mesmas condições ou fornecer água potável em proporção inferior a um bebedouro ou equipamento similar (p. 12, 17, 19).

Todas as infrações e situações permitem observar as condições indignas em que esses trabalhadores se submetem no ambiente de trabalho e nos locais onde ficam alojados e confinados às diversas situações inadequadas, sujeitos a riscos de acidentes e adoecimentos de toda ordem de injustiça como mostra o quadro 4.

As informações constantes nos três relatórios levam à constatação de que em apenas três fiscalizações do MTE no intervalo de menos de um ano, já foram lavrados um total de 640 autos de infrações, sendo que as principais delas se referem diretamente àquelas relacionadas às precariedades das condições de saúde e segurança no trabalho, além daquelas referentes ao descumprimento da CLT. Tais situações poderiam ser motivo suficiente para a entidade sindical realizar denúncia junto à OIT, podendo gerar com isso, interdição dos canteiros de obras da usina de Belo Monte.

Segundo Cardoso e Lage (2005), as empresas autuadas devem pagar pelo descumprimento das normas e leis trabalhista em conformidade com o que estabelece a CLT e regulamentação definida pela NR 28. A autuação significa fazer as empresas infratoras pagar multa pelas irregularidades, cumprir a legislação e corrigir o que está incorreto no ambiente de trabalho.

Os autores esclarecem que a Constituição Federal de 1988 estabelece a competência da União de organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, e que o Regulamento da Inspeção do Trabalho (RIT) criado por meio do Decreto 4.552, de dezembro de 2002, que é regulamentar da Lei no 10.593, do mesmo mês e ano, “são normas que reiteram o compromisso formal do país com a fiscalização do trabalho, em conformidade à Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)” (CARDOSO; LAGE, 2005, p.462).

A função fiscalizadora tem por finalidade promover o cumprimento da legislação. O poder de polícia autoriza o auditor-fiscal a expedir notificações, embargar obras, interditar estabelecimentos, setores de serviços, máquinas ou equipamentos e, se necessário lavrar autos de infração, que são instrumento prévio para imposição de multa administrativa. Tais providências são propostas pelo auditor-fiscal ao delegado regional, que decidirá, assinalando o prazo para cumprimento (CARDOSO; LAGE, 2005, p.463).

Conforme mostra o Portal JusBrasil, rege a CLT e o Decreto Lei de nº 5.452/43: Art. 161 que “o Delegado Regional do Trabalho, à vista de laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço,

máquina ou equipamento ou embargar obra, indicando na decisão tomada com a brevidade que a ocorrência exigir, providências que deverão ser adotadas para prevenção de infortúnios de trabalho”. Independente de recurso, o Delegado Regional do Trabalho¹⁵ deve pedir a interdição do estabelecimento após laudo técnico do serviço competente.

Os trabalhadores narram suas experiências e os riscos de acidentes de trabalho nos canteiros de obras da usina de Belo Monte. Eles relatam que o ambiente é alterado para realizar a escavação, rompimento e britagem de rochas. Para isso, são utilizados explosivos e máquinas, situação que é considerada de alto risco, como aponta o motorista de caminhão fora de estrada, Abraão Dias¹⁶:

Riscos com explosivos que é lançado nas rochas e com o pó que é eliminado pelas rochas quebradas. É muita poeira no ar, tem risco de inspirar, causa tosse e problemas respiratórios. A gente trabalha em área de ribanceira, tem perigo do caminhão tombar, principalmente na hora de fazer a carga e descarga das rochas. A rede elétrica é baixa, já aconteceu acidente grave com outros trabalhadores (Entrevista concedida em 24 de julho de 2013).

Nos serviços de terraplanagem e escavação para a construção do canal de 516 km², há também risco para os trabalhadores devido às situações de trabalho noturno, como relata o extratorista Valdeli, quando diz: “o trabalho à noite é perigoso, tem risco de escapular do aterro (barranco) apesar da sinalização”.

O operador de trator de esteira afirma que há risco de acidentes com animais peçonhentos. Relata: “O ambiente é bom, mas às vezes está no meio do mato tem o risco de picada de cobra, mas tem a proteção nas pernas, eu nunca precisei usar. Eu soube de uma pessoa que sofreu acidente, que foi atacado por uma onça, o caso foi abafado”.

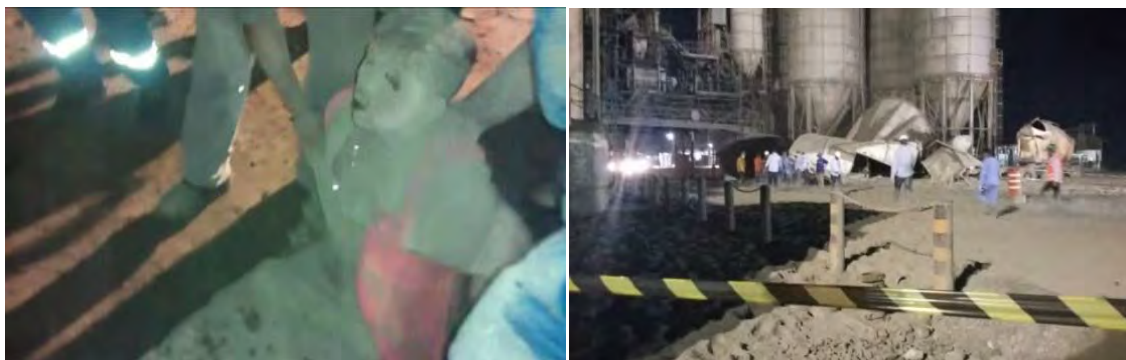
CONCLUSÕES

Conforme constatado nas denúncias dos trabalhadores e confirmado nas fiscalizações do MTE, os canteiros de obras de Belo Monte apresentam sérios riscos à saúde e segurança dos trabalhadores, tanto da natureza de acidente, quanto de natureza química (poeira, pólvora, explosivos), ou física (barulho das explosões, e impacto das máquinas) e etc. Essa situação caracteriza a violação dos direitos dos operários. Os acidentes de trabalho são considerados, por diversos autores, como uma violência ao trabalhador que vem se repetindo ao longo tempo (MACHADO, MINAYO GOMES, 1994, p. 78). Ficando evidente que o foco das empresas está nas metas de produção e não nas vidas humanas.

Fotografias 3 e 4 – Acidente com operários no Canteiro de obras de Belo Monte 30/05/2015.

¹⁵ O Portal JusBrasil diz que o Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943 aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Art. 161 – (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977). § 5º - “O Delegado Regional do Trabalho, independente de recurso, e após laudo técnico do serviço competente, poderá levantar a interdição (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)”. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10748074/paragrafo-5-artigo-161-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>>. Acesso em 07 de fev. de 2014.

¹⁶ Entrevista concedida à autora em 24 de julho de 2013.



Fonte: Imagem da Internet, captada em 24 de set. de 2015.

<https://www.google.com.br/search?q=imagens+acidente+em+Belo+monte>

A exemplo do acontece no canteiro de obras de Belo Monte foi o trágico acidente que aconteceu no dia 30 de maio de 2015 levando a morte de três trabalhadores. Segundo informou o Jornal O Globo (30/05/2015) o acidente aconteceu na madrugada desse dia, quando um caminhão fazia a descarga de concreto, o reservatório desabou atingindo os operários (Fotos 3 e 4). Depois de horas 15 horas de buscas, os bombeiros encontraram os três trabalhadores mortos: Denivaldo Soares Aguiar, José da Conceição Ferreira da Silva e Pedro Henrique dos Santos Silva. Outros três feridos foram socorridos e receberam assistência no hospital de Altamira. Segundo o jornal, o “silo”, como é chamado o depósito, tinha capacidade de armazenar 500 toneladas de concreto e que a obra dispõe de doze silos iguais a este, ficando em torno deles uns 100 trabalhadores diariamente.

É preocupante também, o trabalho por tempo prolongado nos canteiros de Belo Monte, exposto à poeira de britagem de rocha, pois pode provocar sérios agravos à saúde dos trabalhadores, como alerta Castro (2000): “as poeiras inorgânicas têm um potencial de fibrogenicidade e determinam uma reação inflamatória que pode evoluir para a fibrose do parênquima pulmonar.” A inalação de poeiras minerais ou inorgânicas pode causar alteração no tecido pulmonar, resultando em doença chamada pneumoconiose. “A sílica e o asbesto são os mais importantes exemplos desta categoria”(CASTRO, 2000, p. 18).

Esta situação não deixa nenhuma dúvida, sobre os mega-riscos e perigos que vivem os milhares de trabalhadores das grandes obras de Hidrelétricas, confirmando e reafirmando, repetidamente, as condições desumanas de trabalho que as construtoras expõem os trabalhadores, que por necessidade de emprego, se submetem a tais condições de trabalho.

As situações de risco de acidente, adoecimento e morte relacionada às condições de trabalho degradantes, baixos salários e jornadas extensas de trabalho, vivenciadas pelos operários nas grandes obras de infraestrutura expressam as contradições da relação capital e trabalho. Muitas vezes camuflada pela concepção do “ato inseguro” que se torna uma armadilha para o trabalhador, na medida em que tende a reduzir às causas do acidente de trabalho ao comportamento racional, partindo de um discurso culpabilizador que desconsidera as situações reais, e as relações sociais e históricas que permeia o ambiente de trabalho (MACHADO, MINAYO GOMES, 1994; RIBEIRO, 1999).

Durante as greves, as principais reivindicações dos trabalhadores são focadas nas condições de trabalho, no piso salarial, nos benefícios, plano de saúde, nas condições dos alojamentos e nos intervalos para visita às famílias, que não são atendidas de maneira satisfatória, pelas empresas. Os serventes, pedreiros, carpinteiros e motoristas são os mais atingidos por acidentes e doenças do trabalho, o que os tem mobilizado para realização de greves e protestos, nas quais as reivindicações

vinculadas à saúde aparecem entre os temas centrais. Os serviços públicos de saúde disponíveis são insuficientes para atender o aumento da demanda em Altamira, em função do fluxo migratório e das dificuldades de estruturação do SUS na região, faltando leitos, equipamentos, recursos humanos especializados, entre outras necessidades (REIS, 2015).

Os trabalhadores dos canteiros de obras da usina de Belo Monte enfrentam a precariedade das condições de trabalho, o controle do comportamento individual e coletivo por meio da ação disciplinar, coercitiva e punitiva às lideranças com uso de força policial. Sistemáticamente, procede-se à disciplina dos corpos para a produtividade máxima do trabalhador e controle de suas ações e, teoricamente, temos os argumentos para compreender a lógica desse sistema disciplinar, como foi escrito por Foucault (2006), que é organizado pelo Estado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACEVEDO MARIN, Rosa. E.; OLIVEIRA, Assis. C. *Violencia y deterioración de la salud colectiva em la región de Altamira: entre los actos de la construcción de la hidroeléctrica de Belo Monte, Pará Brasil*. RISC. Ciudad México. 2012.

BRASIL. Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978. *NR 1 - Disposições Gerais das Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho*. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>>. Acesso em 23 de set. de 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em 23 de set. de 2015.

BERMANN, Célio. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. *Novos Cadernos NAEA*, Belém v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012. ISSN 1516-6481. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufjf.br/publicacoes>>. Acesso em 05 de jan. de 2014.

CASTRO, Hermano. A. *Busca de Marcadores Inflamatórios IL-1 β , IL-6 e TNF α em Trabalhadores Expostos a Poeiras Minerais*. 2000. 145p. Tese (Doutorado em saúde pública). Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. FIOCRUZ. RJ. 2000. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4434>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2014.

CARDOSO, Adalberto.; LAGE, Telma. A inspeção do trabalho no Brasil. *Dados* [online]. *Revista de Ciências Sociais*. vol. 48, n.3, pp. 451-489. ISSN 0011-5258, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n3/a01v48n3.pdf>>. Acesso em 18 de Nov. de 2013.

CASTRO, Pricila. *Justiça proíbe que operários bloqueiem portões em Belo Monte*. *Jornal Liberal* 1ª edição. Belém, 15 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/rede-liberal-pa/jornal-liberal-1a-edicao/v/justica-proibe-que-operarios-bloqueiem-portoes-em-belo-monte/2958009/>>. Acesso em 23 de jan. de 2014.

COUTO, Rosa. C. S.; SILVA, José. M. As questões de saúde no estudo de impacto ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte. in *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. 2009.

CUNHA, Cândido. Língua Ferina. Consórcio Construtor, Força Sindical e Agência Brasil unidos contra grevistas em Belo Monte. 03 de abril de 2012. Disponível em: <http://candidoneto.blogspot.com.br/2012/04/consocio-construtor-forca-sindical-e.html>. Acesso em 23 de jan de 2014.

CUNHA, Cândido. Língua Ferina. Greve em Belo Monte: Consórcio Construtor e governo exploram e oprimem os operários. 07 de abril de 2013. Disponível em: <http://candidoneto.blogspot.com.br/2013/04/greve-em-belo-monte-onsoarcio.html>. Acesso em 25 de jan. de 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 31^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

G1 PARÁ. Obras de usina de Belo Monte não serão afetadas por greve, diz CCBM. 27 de novembro de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/11/obras-de-usina-de-belo-monte-nao-serao-afetadas-por-greve-diz-ccbm.html>. Acesso em 25 de jan. de 2014.

HURWITZ, Z; et al. "Mega-projeto, Mega-riscos". *Análise de Riscos para Investidores no Complexo Hidrelétrico Belo Monte*. Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. International Rivers, Dezembro, 2010. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes>. Acesso em 05 de jan. de 2014.

Instituto Humanistas Unisinos. Belo Monte demite 60, agride e manda prender trabalhadores. 18 de abril 2012, Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508586-belo-monte-demite-60-agride-e-manda-prender-trabalhadores>. Acesso em 23 de jan de 2014.

LESSA, Fátima. Estação E&N. *Operários fazem Greve parcial em obra de Belo Monte*. 5 de abril de 2013.. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,operarios-fazem-greve-parcial-em-obra-de-belo-monte,149717,0.htm>. Acesso em 20/01/2014.

MAGALHÃES, Sônia; ACEVEDO MARIN, Rosa. E. A; CASTRO, Édina. Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais. In: PAINEL DE ESPECIALISTAS: *Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. 2009. Disponível em: <http://dc376.4shared.com/doc/bZDpFe79/preview.html>. Acesso em 10 de março de 2012.

MACHADO, Jorge. M. H; MINAYO-GOMEZ, Carlos. Acidentes de trabalho: uma expressão da violência social. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 10, p. 74-87, 1994. Suplemento1. Disponível em: http://scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl_1a06.pdf. Acesso em: 28 mai. 2013.

MACHADO, Jorge. M. H. *Violência no Trabalho e na Cidade: Epidemiologia da Mortalidade por Acidente de Trabalho Registrada no Município do Rio de Janeiro em 1987 e 1988*. 1991. Tese (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro.1991.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. *Após morte de trabalhador, greve geral paralisa obras de Belo Monte*. Altamira, março de 2012a. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/03/29/apos-morte-de-trabalhador-greve-geral-paralisa-obras-de-belo-monte/29/03/2012>. Acesso em 20 de jan. de 2014.

_____. *Tropa de Choque tenta obrigar operários a voltar ao trabalho*. Altamira, abril, 2012b. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/04/04/belo-monte-tropa-de-choque-tenta-obrigar-trabalhadores-a-voltarem-ao-trabalho/>. Acesso em 23 de jan. de 2014.

_____. *Canteiros de obra de Belo Monte são incendiados e destruídos*. Altamira, novembro de 2012c. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/>

2012/11/11/canteiros-de-obra-de-belo-monte-sao-incendiados-e-destruidos/>. Acesso em 23 de jan. de 2014.

NASCIMENTO, Sabrina. M. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos**. 2011. 278 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, PA. 2011.

PATRIOTA, Patrícia. *Belo Monte: coerção nos canteiros de obra*. Ambiental Sustentável. Dezembro de 2011. Disponível em: <<http://ambientalsustentavel.org/2011/belo-monte-coercao-nos-canteiros-de-obra/>>. Acesso em 24 de jan de 2014.

PEDUZZI, Pedro. *Termina greve em Belo Monte, mas sindicato tentará rever decisão judicial*. Agência Brasil. Brasília, maio de 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-05-04/termina-greve-em-belo-monte-mas-sindicato-tentara-rever-decisao-judicial>>. Acesso em 24 de jan. de 2014.

REIS, Carolina. Saúde: Impactos e Desafios no Contexto de Belo Monte. In: (Org) VILLAS-BÔAS, André. Dossiê Belo Monte: Não há condições para licença de operação. *Instituto Socioambiental (ISA)*. Altamira, 2015.p 84-89.

RIBEIRO, Herval. P. *A violência oculta do trabalho: as lesões por esforços repetitivos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 240 p. ISBN 85-85676-67-1. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 21 de fev. de 2014.

TOLEDO, Virginia. *Em greve, trabalhadores de Belo Monte negociam com consórcio*. RBA Rede Brasil Atual. Belém, novembro, 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2011/11/em-greve-trabalhadores-da-usina-de-belo-monte-reunem-se-com-consorcio-responsavel-para-definir-rumos-da-paralisacao>>. Acesso em 18 de jan de 2014.

Três operários morrem em acidente em Belo Monte. O GLOBO. 30/5/2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/tres-operarios-morrem-em-acidente-em-belo-monte-16311237>> Acesso em 23 de set. de 2015.

DISPUTA E CONFLITO NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO PLANEJAMENTO DAS HIDRELÉTRICAS NO RIO TAPAJÓS: O CONTRADISCURSO PRODUZIDO PELOS MOVIMENTO SOCIAIS E INDÍGENAS

Larissa Carreira da Cunha¹
Carlos Eduardo Falcão Luna²

RESUMO:

O presente artigo analisa o campo comunicacional do planejamento de hidrelétricas no Rio Tapajós, evidenciando os discursos em disputa produzidos pelos agentes integrantes do conflito, enfatizando a produção de sentidos e o contradiscurso criado pelos movimentos sociais e indígenas como tática de disputa contra os agentes dominantes como as empresas e o governo. Foram analisados os discursos produzidos pelos agentes hegemônicos e não hegemônicos do campo do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, no oeste do Pará, que possibilitou a visualização de um discurso dominante e um contradiscurso criado através das retóricas de "energia limpa", "sustentabilidade", "qualidade de vida", "Amazônia", inseridas em uma disputa permanente durante a fase de estudos de impacto ambiental e viabilidade econômica das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá. A metodologia utilizada se baseou na análise do processo comunicacional do conflito estabelecido pelo planejamento de hidrelétricas no Tapajós, envolvendo os diversos agentes do campo em disputa como os movimentos sociais, indígenas, empresas e governo, buscando enfatizar quais e como são criados os contradiscursos dos agentes dominados como táticas para a disputa. Para o embasamento do trabalho, foram utilizados os conceitos estratégia e tática de Michel de Certeau, estratégia de comunicação de Sandra Massoni, esfera pública de Jürgen Habermas, campo e habitus de Pierre Bourdieu e mídia radical de John Downing. Os resultados da pesquisa mostrou que grande parte dos conflitos envolvendo grandes projetos na Amazônia, neste caso especificamente os projetos hidrelétricos, estabelecem-se no campo comunicacional em uma disputa de sentidos e resultando na produção de um contradiscurso àquele discurso criado pelos agentes dominantes, através de estratégias e táticas para a conquista da opinião pública na esfera da comunicação.

Palavras-chave: Tapajós; Hidrelétricas; Conflito; Poder; Contradiscurso;

1. INTRODUÇÃO

Para analisar as disputas sobre o discurso da construção das hidrelétricas no Tapajós, fazemos mão dos conceitos de estratégias, táticas, comunicação estratégica, esfera pública, e mídia radical. Fizemos esta opção com o intuito de abarcar a complexidade desta disputa no campo comunicacional, além de contextualizar as relações de poder em torno do projeto das usinas dessa região, no oeste do Pará, fundantes dos discursos positivos (provenientes das empresas e do

¹ Universidade Federal do Pará. E-mail: larissacarreira@ufpa.br

² Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: carlosluna947@gmail.com

Estado) e contrários (proveniente das comunidades atingidas, movimentos sociais e mídias alternativas).

No que concerne às estratégias, elas são úteis para termos em conta quais os métodos utilizados para produzir e propagar discursos. Neste ponto serão problematizadas a relação entre enunciado e enunciação, ou seja, o conteúdo e a maneira de proferi-lo, evidenciando o contrato discursivo (ou contrato de leitura conforme o termo utilizado pelo autor) em que o binômio enunciado/enunciação está contextualizado. Aí estão inseridas as principais táticas utilizadas pelos sujeitos sociais.

Do ponto de vista da esfera pública compreendemos este ser o âmbito de debate entre as esferas institucionais e a sociedade civil, que constrói o seu discurso a partir das demandas mais imediatas, que podem ser materializadas em atos de fala, sobretudo em tempos de propagação tecnológica em que as pessoas se apropriam das novas tecnologias da informação para construir suas próprias narrativas.

Ao recorrermos ao conceito de mídia radical, trazemos a problemática das relações de poder em que os discursos são produzidos, ao considerarmos que há um discurso hegemônico (produzido na grande mídia, que detém os grandes conglomerados de comunicação, e que, em geral, são acessados pelas elites econômicas e políticas de um país), que tem largo alcance junto a opinião pública, justamente pela sua capacidade econômica de propagar-se. Neste contexto, contradiscursos são produzidos na tentativa de minimizar o poder de dar efeito de verdade, dos produtores de discursos hegemônicos.

Este escopo teórico e conceitual nos parece adequado para inferir sobre as representações em torno dos projetos das hidrelétricas de Tapajós, em que a disputa de discurso está enredada em uma disputa de poder maior, em que um projeto de governo deseja ser implementado com máxima adesão da opinião pública. Por este motivo, o campo comunicacional ganha relevância e se apresenta como campo privilegiado na análise das disputas de poder.

2. ESTRATÉGIAS, TÁTICAS E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Dentro do campo midiático é necessário buscarmos o entendimento de como se constitui a enunciação do discurso que resulta na produção de sentidos considerando a dimensão ideológica (VERÓN, 1980). Ao falar de enunciação, Verón (2004) busca não separar o par enunciado/enunciação, mas os distingue conceitualmente, sendo o primeiro referente ao conteúdo, ou seja, está na ordem do que é dito, já a enunciação se refere às modalidades de dizer, sendo essas conceituações aplicadas tanto para o discurso falado quanto para o discurso escrito, a exemplo da imprensa escrita.

Essas modalidades do dizer que constroem e dão forma ao discurso são chamadas de dispositivo de enunciação (VERÓN, 2004). Esse dispositivo abrange três componentes: a imagem de quem fala, ou enunciador, referente ao lugar ou lugares que o falante atribui a si mesmo; a imagem daquele a quem o discurso é endereçado, ou destinatário, definido pelo próprio produtor do discurso; e também a relação entre o enunciador e o destinatário (Ibid, 2004). Nessa formulação, o “enunciador e o destinatário são entidades discursivas [...] um mesmo emissor poderá em discursos diferentes, construir enunciadores diferentes” (VERÓN, 2004, p. 218). Dessa forma, o teórico

relaciona a questão discursiva com o dispositivo de enunciação que é denominado como contrato de leitura, referindo-se à imprensa escrita.

O enfoque do contrato de leitura se volta ao dispositivo da enunciação, no entanto o enunciado ainda ocupa uma dimensão importante dentro desse processo, porém a forma como ele é visto difere da análise clássica de conteúdo, que abarca apenas uma das categorias do contrato de leitura referente “as variações temáticas no conteúdo do veículo” (VERÓN, 2004, p. 220). No contrato de leitura se estabelecem vinculações entre os enunciadores dos discursos midiáticos com os receptores através das práticas de conteúdo e modos de fazer. Para Verón (2004), pode-se esclarecer da seguinte forma:

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; uma paisagem de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com maior ou menor liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas. (...) Um discurso é um espaço habitado, cheio de atores, de cenários e de objetos, e ler “é movimentar” esse universo, aceitando ou rejeitando, indo de preferência para a direita ou para a esquerda, investindo maior ou menor esforço, escutando com um ouvido ou com os dois (VERÓN, 2004, p. 236).

O teórico caracteriza dessa forma o dispositivo de enunciação, ou seja, o contrato de leitura como o vínculo operacional que o suporte busca estabelecer com o seu leitor, assim “apresenta-se um enunciador que propõe um lugar ao destinatário” (VERÓN, 2004, p. 233). Nesse sentido, corroborando com as concepções de Verón, Fausto Neto (2007) estudioso brasileiro da área de comunicação, explicita o conceito de contrato de leitura como “operações construídas que visam estabelecer o 'modo de dizer' e que se explicita nas mensagens endereçadas ao leitor [...] trata-se da organização dos procedimentos pelos quais o jornal, enquanto sujeito, explicita seus vínculos com os seus enunciados” (FAUSTO NETO, 2007, p. 4).

Fausto Neto (2007) analisa as transformações do conceito de contrato de leitura a partir da mudança da sociedade de midiática para a midiaticizada³, com ênfase na enunciação jornalística. Considera que a natureza da interação entre o jornal e seu leitor possui o pressuposto de que o jornal/emissor é o dispositivo que tem a competência para disponibilizar as informações requeridas pelo seu leitor/audiência, o qual não conseguiria obtê-la de outra forma, criando assim uma relação assimétrica. O que muda segundo o autor, na relação entre produtores e receptores nessa fase da midiaticização, é a mudança no *status* do receptor por conta da convergência tecnológica:

Não se trata mais de buscar o vínculo com o leitorado, mas identificar novas formas, na medida em que tanto os representantes do mundo da instituição como aqueles dos atores sociais são convertidos em personagens ativos do processo de informação da atualidade. (...) Cada usuário de informação se torna um produtor, algo que repercute sobre a natureza dos serviços informativos, para não dizer sobre as próprias mídias e de modo pontual, sobre a noção de acontecimento (ALLI; BOZZETTO; ISAIA; VALLEJOS; FAUSTO NETO; ROCHA; 2009, p. 24).

3 Segundo o autor, trata-se das transformações da sociedade em um ambiente midiaticizado, que engendra novos tipos de relações entre os campos sociais e o campo midiático, o qual “parece se constituir num dispositivo organizador das atuais estratégias de organização social” (FAUSTO NETO, 2007, p. 02).

Nesse novo contexto de transformações na forma de sociabilidade por conta da apropriação de tecnologias da informação e comunicação que se transformam em meio de produção e enunciação de discursos, mesmo que de forma amadora, Fausto Neto (2009) fala de um possível enfraquecimento da enunciação jornalística profissional “enquanto atividade mediadora central no processo de veiculação do conhecimento, em favorecimento da emergência do amador, enquanto um novo personagem (Ibid; 2009, p. 24).

É bom ressaltarmos que o nosso *corpus* de análise trata de mídias de comunicação desenvolvidas pelo grupo de empresas públicas e privadas, envolvidas com o processo comunicacional do planejamento dos projetos hidrelétricos, materializado através do projeto “Diálogo Tapajós”, que ora utiliza conteúdos de viés jornalístico, ora de viés publicitário, mas não se constitui em um meio de comunicação de massa como um jornal ou uma emissora de televisão, e sim um meio institucional que utiliza estratégias do campo da comunicação. Por isso, os conceitos revisitados nos deram embasamentos para a nossa análise.

Consideramos que é imprescindível a utilização do conceito de estratégia e em especial, o conceito aplicado à comunicação, para o entendimento do que se quer dizer e do que se entende durante o processo comunicacional, recorremos então à conceituação de estratégia e tática de Michel de Certeau (1990), que considera a linguagem ordinária como lugar comum para ambos movimentos. O autor fala do primeiro conceito como:

O cálculo (ou a manipulação) das relações de força que torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, um cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes, os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetos e objetivos da pesquisa, etc.)(CERTEAU, 1990, p. 99).

Devemos considerar os lugares e os espaços como integrantes de uma mesma dinâmica social, bem como as táticas, como movimentos estruturados e estruturantes, “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio” (Ibid., p. 100). Para Certeau:

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meio para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é o movimento dentro do 'campo de visão do inimigo', como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado. [...] Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas (CERTEAU, 1990, p. 100).

É necessário termos o olhar atento às estratégias e táticas utilizadas pelos agentes do campo do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós e atentarmos para características específicas do campo da mídia, como ressalta Lima (2010), “a visibilidade, como princípio legitimador da mídia, é, assim, uma arma simbólica indireta de construção e produção de controle dos meios de comunicação sobre os demais campos sociais. Indireta, porque é uma arma dissimulada.” (LIMA, 2010, p. 89).

O conceito de estratégia é aplicado e analisado diversas vezes pelo campo da comunicação. Para Massoni (2000), as categorias conceituais da comunicação estratégica englobam os seguintes conceitos: a comunicação, momento relacionante da heterogeneidade sociocultural; a mediação,

como dispositivo articulador de matrizes socioculturais; o consumo, processo de apropriação diferencial social e o *hábitus*, como predisposições. Sendo que todas esses conceitos se assemelham no sentido de abordarem “a comunicação como fenômeno completo, contingente e situacional; estratégico, assim como um lugar de transformação. (MASSONI, 2000, p. 102). A autora conceitua a comunicação estratégica como:

Un dispositivo de inteligibilidad de las racionalidades dominantes en la situación y, a la vez, puesta en juego – a partir del diagnóstico de las mediaciones presentes en cada caso – de una operación de especificación de las intencionalidades de la intervención del comunicador em esse espacio sociocultural (MASSONI, 2000, p. 103).

3. ESFERA PÚBLICA, CAMPO E *HABITUS*

Sobre a sociedade civil, o teórico debate que a sociedade é composta fundamentalmente pelo Estado e pelo mercado, sendo dois sistemas que derivam outros subsistemas mais específicos como o subsistema da mídia, da cultura, da economia e da política. A sociedade civil surge através das relações cotidianas dos indivíduos no que o autor chama de mundo da vida. Para Habermas (1997):

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral, no quadro de esferas públicas (HABERMAS, 1997, p. 99).

Segundo o autor, a origem da esfera pública estaria relacionada com o desenvolvimento do capitalismo mercantil do século XVII nos países da Europa, constituindo-se em um novo espaço que não estaria nem na esfera do Estado e nem na esfera privada, sendo um espaço público, ou seja, acessível a qualquer indivíduo, onde as pessoas poderiam discutir de forma racional e livre e chegar à um consenso através da argumentação, sendo a “esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (HABERMAS, 1984, p. 42), que resultaria na opinião pública.

Esse modelo de esfera pública burguesa, pretendia tornar pública as reivindicações dos indivíduos junto ao poder estatal. Para isso, algumas características são fundamentais para a efetivar o processo de discussão racional, como a comunicação, que permite aos indivíduos manifestarem as suas demandas e pedidos individuais e coletivos, para que através da argumentação cheguem à um consenso sobre determinado assunto, tornando possível assim a legitimidade da opinião pública. É importante ressaltar que a burguesia, apesar de exercer o domínio da economia na Europa desde o século XVI, não possuía o poder político que até então era exercido apenas pelo Estado e pela igreja. Segundo Habermas:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos. (...) A esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as *funções* nem com os *conteúdos* da comunicação cotidiana (HABERMAS, 1997, p. 92).

Para entendermos como se dá a busca pelo acúmulo de capital simbólico, comunicacional, cultural, entre outros, é necessário entender qual a motivação dos agentes nesse processo. Segundo Bourdieu (1989) os agentes não agem de forma aleatória dentro do campo, e sim, através de um sistema de disposições, de modos de pensar, sentir e fazer, que ele chama de *habitus*, o qual faz com que determinado agente aja de determinado jeito em certa circunstância. Esse *habitus* é estruturado e estruturante, ou seja, são adquiridos pela interiorização das estruturas sociais, mas ao mesmo tempo, também contribui para estruturá-las, que “completa o movimento de interiorização das estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes, exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas.” (MICELLI, 1997), como podemos observar na citação de Bourdieu:

O agente social, na medida em que é dotado de um *habitus*, é um individual coletivo ou um coletivo individualizado, pelo fato da incorporação. O individual, o subjetivo, é social, coletivo. O *habitus* é subjetividade socializada, transcendental histórico, cujas categorias de percepção e de apreciação (os sistemas de preferência) são o produto da história coletiva e individual. A razão (ou a racionalidade) é *bounded*, limitada, não somente, como o crê Herbert Simon, porque o espírito humano é genericamente limitado (o que não é uma descoberta), mas porque é socialmente estruturado, e, por consequência, confinado. [...] Se existe uma propriedade universal, é a de que os agentes não são universais, porque suas propriedades e, particularmente, suas preferências e seus gostos são o produto de sua localização e seus deslocamentos no espaço social, portanto, da história coletiva e individual (MICELLI apud BOURDIEU, 1997, p. 47-48).

Com o conceito de *habitus*, o teórico refletiu sobre as estruturas sociais imbricadas com as práticas sociais e não como algo externo e independente à elas, sendo um conjunto de disposições apreendidas ao mesmo tempo em que são estruturadoras da ação, ou seja, a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 1983). Em suma, para o autor *habitus* significa:

Um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que pode ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produtor de obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Os modos de fazer, de ser, de pensar e agir dentro do campo compõe esse sistema de disposições duráveis que ao mesmo tempo vão estruturando esse mesmo campo, ou seja, para Bourdieu (1983) o *habitus* opera como uma matriz de ações e percepções constituída através de experiências passadas, sendo uma mediação universalizante que possibilita com que as práticas sem razão explícita e sem a intenção de um agente singular, sejam razoáveis e orquestradas. “É sua posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles, em todo o tempo e lugar, sob a forma de *habitus*” (BOURDIEU, 1983, p. 75).

Utilizando os conceitos elaborados por Bourdieu, como campo e *habitus*, temos a objetivo de conseguir vislumbrar a essência dos fatos sociais, nos locais onde eles são constituídos pelos agentes sociais em determinadas circunstâncias. Compreender a constituição do campo da produção de energia hidrelétrica na Amazônica, com enfoque no processo de planejamento de duas das cinco hidrelétricas planejadas no projeto do Complexo do Tapajós, a saber, a UHE São Luiz do

Tapajós e UHE Jatobá, bem como os agentes sociais que se localizam dentro e também aqueles que se localizam fora do campo, nos ajudará a entender como se dão as relações de poder entre eles, a partir de determinada lógica, ou regras que regem o referido campo, bem como a sua dinâmica.

4. MÍDIA RADICAL

Downing (2012) elabora sua noção de mídia radical ancorado nas noções de cultura popular (essencialmente remetendo a construção de Martín-Barbero sobre o tema) e de audiências. Faz o alerta, de que cultura popular, não emerge da sociedade de maneira espontânea, mas que é um processo social de construção, enredado em uma trama de relações de poder, que hora dialoga com a mídia de massa, ora com projetos mais locais de interação social.

A noção de audiência, também está inserida neste contexto, portanto o autor alerta para o perigo de utilizar este termo da perspectiva que as empresas de comunicação utilizam, ou seja, na ideia de que as audiências são pessoas estéticas que estivessem passivas em processos mais dinâmicos.

Conforme o exposto, podemos inferir que os discursos proferidos pelos que se utilizam da mídia radical, sobretudo movimentos sociais, devem ser analisados por um prisma da continuidade e das negociações sociais, do que como advindos de processos estéticos em posições fixas de sujeito. Os sujeitos assumem posições, de acordo com as relações de poder estabelecidas e pela expectativas dos efeitos de seus atos de fala.

5. CONFLITOS E DISPUTAS NA PRODUÇÃO DE DISCURSO SOBRE HIDRELÉTRICAS NO TAPAJÓS

Os discursos sobre o planejamento das hidrelétricas do Tapajós estão enredados em uma relação de poder entre o Estado e empresas, de um lado e movimentos sociais e comunidades ribeirinhas de outro. O agir comunicacional das instituições Estado e empresas, se dá no sentido de evidenciar as supostas benesses do projeto no âmbito da opinião pública. No que diz respeito aos movimentos sociais e comunidades direta (e negativamente) afetadas pelo projeto que vão tentar agir como contraponto a este discurso, no intuito de defender o seu território e o meio ambiente, tendo em vista e esta é uma questão cara a toda a sociedade.

Está posta aqui uma disputa de produção de sentido, em que, a partir de suas posições, instituições e sujeitos sociais protagonizam um embate que se reflete nas concepções de desenvolvimento para o território, que se evidenciam na representação que estes atores fazem do fenômeno.

Caracterizado este contexto empírico, passemos então as propriedades comunicacionais que compõem a produção de cada tipo de discurso. Chamaremos o discurso das instituições (Estado e empresas) como hegemônicos, pela sua capacidade econômica de penetração na mídia, e de contra-hegemonicos, aqueles produzidos pelos movimentos sociais e comunidades ribeirinhas, que possuem menos condições de alastrar seu discurso para além do local.

Do ponto de vista do discurso do Estado e das empresas interessadas em executar o projeto das hidrelétricas do Tapajós, parte-se da prerrogativa que é preciso levar a opinião pública a ideia de que o projeto irá beneficiar a maioria da população e que é legítima a construção das hidrelétrica.

Neste sentido opera com as noções de valor de verdade e efeito de verdade, em que quando se fala em valor de verdade, esta se referindo a propriedades comunicacionais empíricas, que dizem respeito às evidências de um tal fato, que dão suporte à construção discursiva. Já a ideia de efeito de verdade está ligada ao âmbito da convicção, que implica em um “saber de opinião”, sem maiores evidências empíricas. Efetivamente, o autor caracteriza o efeito de verdade da seguinte maneira:

O efeito de verdade não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade. O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de “credibilidade”, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida (CHARAUDEAU, 2012, p.49).

Essa propriedade comunicacional da produção de discurso, baseada no efeito de verdade, parece próxima ao efeito que se quer obter, quando as empresas e o Estado proferem seus atos de fala em relação às hidrelétricas do Tapajós. Uma vez que o projeto prevê impactos ambientais, e no modo de vida das comunidades ribeirinhas, a produção de um discurso hegemônico em que as benesses do projeto se sobreponham às possíveis reações dos prejudicados, é conveniente para as entidades que desejam a execução do mesmo.

5.1 DISCURSOS DA IMPRENSA ALTERNATIVA E CORPORATIVA

Semelhante ao modo como o grupo de agentes representado pelas comunidades locais se caracterizam pela heterogeneidade de posicionamentos, a imprensa corporativa e alternativa possuem diversas formas de produção de sentidos sobre as hidrelétricas no Tapajós que realizam relações de forte parceria ou tensão e conflitos com outros agentes do campo, exercendo um papel estratégico na legitimação dos conceitos propostos na esfera pública sobre as usinas.

A função desse grupo de agentes é visibilizar e legitimar ou tornar ausente a posição dos outros grupos. Neste caso, o capital comunicacional está relacionado também com a credibilidade do veículo de comunicação e com o seu alcance na esfera pública midiática.

Podemos perceber a tensão e disparidade de significados de um mesmo conceito relacionado aos projetos, em veículos de imprensa distintos. Enquanto as empresas buscam ratificar o conceito de dialógico e inclusivo sobre o projeto de comunicação 'Diálogo Tapajós', outras mídias que são alternativas como blogs, produzem um contra-discurso para deslegitimar a ação empresarial na região, como vemos em alguns trechos da matéria “*Diálogo Tapajós: tentativa de lavagem cerebral das comunidades, por Telma Monteiro*”⁴.

A reunião foi para fazer uma lavagem cerebral nas pessoas da comunidade”. Com essa frase começou minha conversa por telefone com um integrante da comunidade Montanha e Mangabal que se localiza na beira do rio Tapajós. Na segunda-feira, 05/11, cerca de 20 pessoas foram chamadas de última hora para uma reunião com um representante da empresa Diálogo Tapajós, contratada pela Eletronorte.[...] As pessoas presentes tiveram a grata surpresa de saber que suas vidas vão desaparecer para sempre, submersas nas águas de um reservatório para gerar energia elétrica que só interessa às grandes empresas. Também foram

⁴Matéria publicada no Blog da Telma Monteiro em novembro de 2012. Disponível em <<http://telmadmonteiro.blogspot.com.br/2012/11/dialogo-tapajos-tentativa-de-lavagem.html>>

informadas que não deveriam se preocupar, pois tudo seria pensado para o bem delas. [...] As famílias teriam três opções: remoção, indenização ou carta de crédito. Distribuiu um panfletinho com o seguinte texto " Se você vive ou trabalha na área onde poderá ser construída a usina, é seu direito ser cadastrado". As pessoas também ficaram cientes que nos dias 16 e 17 de novembro poderão exercer seu "direito" de ser cadastradas. [...] Assim como nas demais tentativas de "diálogo" em outros projetos de hidrelétricas como as do Madeira, Belo Monte, Teles Pires, esse interlocutor das empresas ponderou que tudo vai depender das licenças do Ibama. Que o projeto prevê que a madeira toda será retirada e que o modelo de usinas tipo "plataforma" vai impedir os impactos ambientais. Os pesquisadores da CNEC devem continuar o trabalho para elaboração do EIA/RIMA (MONTEIRO, 2012).

Esse conteúdo publicado em uma mídia alternativa evidencia o mesmo fato que foi publicado em outros meios de comunicação institucionais das empresas e também em outras mídias televisivas e digitais, mas com um outro enfoque, retratado com recursos de metáfora e ironia (com a utilização das aspás), buscando negatizar a ação realizada pelo representante das empresas.

Já a mídia corporativa, que é administrada por grupos econômicos, tende mais a ratificar os conceitos e proposições propostos pelas empresas e pelo Estado, criando estratégias que corroboram para o discursos desses, mas também costumam dar destaque aos acontecimentos conflituosos do processo, principalmente envolvendo indígenas, a exemplo da matéria da revista época, "*O conflito do governo com indígenas na construção de 40 hidrelétricas na Amazônia*"⁵.

Essa posição é percebida pela quantidade de matérias publicada nos meios de comunicação do 'Diálogo Tapajós', que são replicadas de outras mídias corporativas. Porém vale ressaltar que ambas (corporativa e alternativa) constituem espaços heterogêneos e diversificado de produção de conteúdos, mesmo que haja uma tendência do modo de fazer de cada tipo.

Desse modo, a imprensa ocupa papel central no campo do planejamento das hidrelétricas, construindo laços de parceria, fortalecimento e enfraquecimento do grupo, e até mesmo relações contratuais com os diversos agentes, dinamizando a disputa pela produção de sentidos sobre as usinas.

5.2 Positivização do discurso sobre hidrelétricas

Com a análise dos materiais de divulgação produzidos pelas empresas integrantes do Grupo de Estudos Tapajós (GET), podemos identificar que há sempre a positividade do discurso sobre hidrelétricas na Amazônia, no qual são criadas retóricas sobre o potencial inexplorado da região e a necessidade de solução para uma demanda nacional por energia, como vimos no vídeo produzidos sobre as hidrelétricas no Tapajós.

⁵Publicada em meio digital em abril de 2014. Disponível em <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/04/o-conflito-do-governo-com-indigenas-na-construcao-de-40-hidreletricas-na-amazoniab.html>>

Tabela 1 – Vídeo “Por que construir usinas hidrelétricas no rio Tapajós”.

Dimensão visual	Dimensão Verbal
<p>Imagem do mapa do Brasil mostrando pontos que remetem ao IDHM – Índice de desenvolvimento humano municipal (1990-2010).</p> <p>Imagem de uma rua/avenida bem movimentada com carros e pessoas caminhando nas calçadas. Diversos prédios bem iluminados.</p>	<p>“O Brasil é uma sociedade em desenvolvimento econômico e social, por isso a cada ano, aumenta a necessidade de produzir mais energia elétrica.” (Narrador)</p>
<p>Mapa do Brasil de fundo e destaque para balões representando vários tipos de usinas: hidrelétrica, eólica, solar e biomassa.</p> <p>Mapa indicando áreas urbanizadas onde o sistema interligado nacional é presente.</p> <p>Representa os impactos positivos representado uma figura de uma casa sendo abastecida por energia de um poste, com uma árvore ao lado.</p> <p>Balão com os impactos negativos representado por árvores dentro de um rio que se desfazem.</p>	<p>Para atender essa demanda são feitos investimentos em várias fontes de energia, mas principalmente nas fontes renováveis como é o caso da hidrelétrica e eólica. No país, as hidrelétricas têm sido a fonte mais importante de eletricidade.</p> <p>A construção de qualquer tipo de usina trás benefícios, mas causa também impactos negativos. (Narrador)</p>
<p>Lupa em cima do mapa do Brasil, deslizando de cima para baixo.</p>	<p>A lei brasileira exige estudos e propostas de ações de diminuam os impactos negativos e ampliem os positivos. (Narrador)</p>
<p>Imagem aérea do rio Tapajós, mostrando as águas e as árvores.</p> <p>Comunidade na beira, mostrando duas casas.</p> <p>Imagem plana do rio Tapajós. Imensidão de águas compondo a cena com o céu.</p>	<p>O rio Tapajós tem um enorme potencial para produção de energia hidrelétrica. Por essas razões está se estudando a construção de usinas no Tapajós. (Narrador)</p>

Fonte: Elaboração própria (2014).

O título do vídeo em formato interrogativo, sugere uma discussão sobre a decisão da construção das usinas no rio Tapajós, porém a composição da narração junto com as imagens ressaltam argumentos e evidências que criam uma conotação positiva sobre a decisão da construção dos projetos na região.

Com um discurso retórico deliberativo, neste caso, para decidir se é melhor ou não a construção das usinas, o vídeo utiliza argumentos lógicos sobre a necessidade do aumento da produção de energia no país com apelo à imagens que buscam evidenciar o cotidiano em uma grande cidade com muito movimento e com consumo alto de energia em prédios e carros, ou seja, a ênfase é para a necessidade de consumo residencial e comercial, representando que “*O Brasil é uma sociedade em desenvolvimento econômico e social*”. Sabe-se que grande parte da energia produzida

no país é consumida pela indústria de eletrointensivos, no entanto, a busca pelo convencimento é feita pela demanda residencial.

A disposição das imagens também possibilita a análise de elementos retóricos, como a utilização de figuras do mapa do Brasil entremeado com imagens do Rio Tapajós, reiterando que o local (região do Tapajós) é (ou pode ser) o responsável pela resolução de problemas a nível nacional (do Brasil). Percebe-se ainda que as imagens da região exibem uma exuberância da natureza em detrimento das populações locais, mostrando um vasto rio quase sem embarcações e um “vazio humano” representado pelas duas casas isoladas na beira do rio, ratificando a imagem de Amazônia como portadora de natureza abundante, inesgotável, intocada e que pode e deve ser solução para demandas nacionais.

O estilo também identifica algumas estratégias retóricas. O texto pauta os assuntos, mas não aprofunda na explicação como na passagem seguinte: “*A construção de qualquer tipo de usina trás benefícios, mas causa também impactos negativos”, e também em “*A lei brasileira exige estudos e propostas de ações de diminuem os impactos negativos e ampliam os positivos”.* Neste ponto, com um discurso retórico epidêutico existe uma preocupação em legitimar os estudos que estão sendo realizados, ressaltando a sua importância, os possíveis benefícios trazidos com ele e o cumprimento da lei.*

Ainda nessa perspectiva epidêutica, utiliza-se a metáfora como recurso persuasivo durante a utilização de imagens que simbolizam os impactos negativos e positivos das usinas. As figuras são passagens do vídeo que representam o antes e depois da implantação das hidrelétricas, respectivamente. Nota-se na evolução do balão dos impactos negativos, que é destacado apenas o impacto em algumas árvores, sendo mantido o desenho do rio, revelando uma conotação de que os impactos são mínimos e o rio não é afetado. Já na evolução do segundo balão, temos uma residência antes sem energia elétrica, e depois com abastecimento da energia, positivando os resultados vindos pela construção das usinas, evidenciando um objetivo de ratificar os benefícios trazidos pelas barragens para o setor residencial a nível nacional, representado pelo mapa do Brasil no centro da imagem, continuando sem destacar o setor industrial.

Figura 1 - Vídeo “Por que construir usinas hidrelétricas no rio Tapajós?: evolução dos impactos1.



Fonte: Diálogo Tapajós (2013).

Figura 2 - Vídeo “Por que construir usinas hidrelétricas no rio Tapajós?: evolução dos impactos2.



Fonte: Diálogo Tapajós (2013)

A figura da árvore em harmonia com a casa, o poste e a linha de alta tensão, nos chama a atenção pela estratégia vista também em outros materiais, de aliar os conceitos de energia hidrelétrica e preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desconstrução dos produtos midiáticos realizados no âmbito institucional, denotou uma abordagem positivista do projeto de construção das hidrelétricas no Tapajós. Esta abordagem traz implícita um conceito de desenvolvimento em que as grandes obras construídas pelo Estado e pelas empresas são o modelo mais adequado para o toda a sociedade. Além de trabalhar com dualismos de bom ou ruim, impactos positivos e negativos, o uso de recursos textuais e visuais, estão dispostos nitidamente com o intuito de construir um discurso positivo dos projetos.

A pesquisa mostra a evidência de que a adesão de um projeto desta magnitude na esfera pública, não tem a devida “concessão” da sociedade civil, simplesmente por imposição e coerção jurídica ou militar, mas que a representação em torno do projeto, é construída a partir de um discurso que tenta criar o efeito de que o projeto tem relevância e apelo social, minimizando ou omitindo os reais impactos ambientais e sociais.

O alcance midiático que as empresas e o Estado têm na mídia corporativa, permite a construção de um discurso hegemônico que tende a diminuir as discussões sobre os projetos de governo. Entretanto, as comunidades do entorno e os movimentos sociais e indígenas, também lançam mão de suas estratégias comunicacionais, tensionando a disputa de discursos em torno do projeto das hidrelétricas. São muitos os interesses, e tendem a prevalecer os que detém poder

econômico, contudo novas configurações podem surgir a partir das apropriações tecnológicas e do uso do ato de fala o qual os sujeitos sociais exercem.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARADEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

DOWNING, John D.H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações em movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2012.

FAUSTO NETO, Antônio. **Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos**. Diálogos possíveis (FSBA), v.6, 2007.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio Köthe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LIMA, R. L. A. de. **Vozes em cena: análise das estratégias discursivas da mídia sobre os escândalos políticos**. Belém: FADESP, 2010.

MASSONI, S. **Estratégias de comunicación: tiempo de investigarnos vivos**. Revista Comunicación y Sociedad, n. 37. Univ. de Guadalajara: México, 2000.

VERÓN, Eliseo. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

_____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

GRANDES BARRAGES EN LA AMAZONIA Y LOS INTERESES EN TORNO DE L'AGUA : LA PAN-AMAZONIA EN LAS ESTRATEGIAS EMPRESARIALES

*Edna Maria Ramos de Castro*¹

*Sara Alonso*²

*Maria Ernestina Chinoy*³

INTRODUCCIÓN

Desde una percepción sobre los acontecimientos en la Amazonia sobre el uso de los recursos naturales, especialmente referido a l' agua, bajo una perspectiva de geopolítica e poder, observa-se el crecimiento de los intereses en transformar l' agua en recurso estratégico, de explotación por diversos mercados y para usos múltiples. Este texto discute los procesos de cambio en la región de la frontera entre Brasil, Bolivia y Colombia, referidos en los planos gubernamentales como "corredores de desarrollo". Un interés especial para comprender los conflictos provocados pela tensión entre uso coletivo y el uso privado de l' agua, identificando agentes sociales y económicos en disputa.

Una vez instaurado ese nuevo modelo de economía de mercado que las elite políticas consideraron más estable, mas liberalizado y abierto para los países en desarrollo de América Latina, emitieron medidas de política que fueran orientadas por los organismos internacionales (Banco Mundial, BM, Banco Interamericano de Desarrollo, BID, y el Fondo Monetario Internacional, FMI) y a los gobiernos de estos países, en la revisión de los avances económicos.

De esta manera se fue implementando la "política de privatización", con el objeto que "la privatización puede ayudar a la reducción de la presión en el presupuesto del gobierno, tanto a corto plazo, gracias a los ingresos derivados de la venta de la empresa, como a largo plazo, puesto que el gobierno ya no tiene que financiar la inversión necesaria". Con la idea de que la industria privada es agenciada más eficientemente que las empresas estatales. Este foi o caso de privatización de los servicios de l' agua en Manaus, Brasil.

Los indígenas, campesinos, y otras poblaciones tradicionales, y ciertas organizaciones sociales han sido limitados en la participación de la construcción de las políticas públicas nacionales, planes y programas para la gestión de los recursos hídricos. También marginados en la toma de decisiones, bien sabiendo que ellos pueden aportar con los conocimientos del uso común de sus recursos, según sus formas administrativas locales. Dicho desconocimiento por parte de los gobiernos restringe una apropiada gestión de los bienes comunes, provocando una creciente degradación y contaminación de los cuerpos de agua y el incremento de los conflictos sociales. Considerable numero de estudios fueran

¹ Doutora em Sociologia, Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Para, e Diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no Brasil.

² Mestre e Doutora em Antropologia pela Museu Nacional da Universidade Federal do Para, professora da Universidade de Barcelona, Espanha.

³ Maestra en Derecho, doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Para, Brasil.

hechos sobre los conflictos, los desplazamientos forzados e violación de derechos de poblaciones tradicionales, que acompañan la implantación de grandes obras (Almeida, 1996; Viveiros de Castro e Andrade, 1988; Castro, 2003, 2007; 2012; Fearnside, 2009, 2011; Bermann, 2013; 2014; Magalhaes, 2012) notadamente en esas que envolver la cuestión de l' agua,

De ahí, surge preguntarse ¿a quién interesa el cuidado del agua como recurso natural? ¿Qué hay del agua como bien común? Considerando que el agua es un recurso natural, indispensable para la vida y el desarrollo de la nación, en Colombia y Bolivia tienen como función la de dar un manejo de manera sostenible, adecuado, determinante y equilibrado de los ecosistemas. Esta situación ha sido una resistencia histórica que en el contexto de la globalización despierta interés al mundo de la economía, como un instrumento principal para el mercantilismo del agua, en especial los servicios públicos como abastecimiento del agua, derechos de agua, venta de agua, comercio global del agua. De este servicio se benefician las ciudades de la triple frontera, Tabatinga, Brasil, Santa Rosa, Perú, y Leticia, Colombia.

1 - POLÍTICAS E INTERVENCIÓN EN EL TERRITORIO: A IIRSA E LOS PLANOS NACIONALES.

La Iniciativa para la Integración de la Infra-Estructura Regional Sul-Americana (IIRSA) emerge de claros intereses desarrollistas articulados desde los años 1990 para proyectar acuerdos de colaboración con vistas a abrir nuevas fronteras económicas para explotación menericia y el agro negocio y viabilizar el tránsito de mercancías en dirección a mercados internacionales. La intervención del proyecto IIRSA está siendo desarrollado en Brasil, Bolivia y Colombia en varios ejes, como analiza Castro (2012). Voy a referirme al caso de conexión de carretera Nariño-Putumayo que afecta la biodiversidad y los ecosistemas, busca comunicarse desde Colombia con Brasil. Los indígenas del alto y bajo Putumayo entraron en controversia con Invías, Corpoamazonia, Ministerio del Ambiente, reclamando sus derechos al autogobierno y a la libre determinación, por desconocer sus formas de vida, cosmovisión, pérdida de biodiversidad y el derecho a la consulta previa (convenio OIT 169 - Ley 21 de 1991). Sin duda, los movimientos sociales juegan un papel esencial justamente por se posicionar contra la explotación de una lógica privada de los recursos naturales, como en la esfera de l' agua, y portante la negación de derechos sociales de los pueblos y de medio ambiente, demostrado en este trabajo.

También preocupa la intervención del proyecto IIRSA, conforme identifica Castro (2010, 2012) está siendo desarrollado en Colombia en varios ejes. Voy a referirme al caso de conexión de carretera Nariño-Putumayo que afecta la biodiversidad y los ecosistemas, busca comunicarse desde Colombia con Brasil. Habrá conexiones entre Tumaco, Pasto y Mocoa a Puerto Asís. En seguida el río Putumayo y el Amazonas hasta llegar a Belém de Pará. Conexión con Ecuador, carretera que pasa por alta sensibilidad social y ambiental, viven comunidades indígenas, campesinas y pasa por la Reserva Forestal Protectora de la Cuenca Alta del Rio Mocoa. Los indígenas del alto y bajo Putumayo entraron en controversia con Invías, Corpoamazonia, Ministerio del Ambiente, reclamando sus derechos al autogobierno y a la libre determinación, por desconocer sus formas de vida,

cosmovisión, pérdida de biodiversidad y el derecho a la consulta previa (convenio OIT 169 - Ley 21 de 1991). Como medida para mitigar los impactos elaboran el Plan Básico de Manejo Ambiental y Social y otros programas. A pesar de eso no deja de ser una amenaza para los recursos naturales (Castro, 2006, 2009).

Bolivia participa en cuatro de los 10 ejes, y en nueve de los 40 Proyectos Ancla identificados y avanzan cinco proyectos como la “Carretera Guayaramerín-Riberalta-Yucumo-La Paz/Puente binacional Guayaramerín; Carretera Cañada Oruro-Villamontes-Tarija-Estación Abaroa; Carretera Pailón-San José-Puerto Suárez; Carretera Toledo-Pisiga y Rehabilitación tramo El Sillar”⁴. Pues la preocupación de algunos grupos sociales crece porque implica más deudas para el país ya que los dineros son prestados y los impactos socioambientales serán desmedidos. Al respecto la preocupación sigue para las organizaciones sociales e indígenas viven reclamando por esta y otras arremetidas decisiones del gobierno boliviano.

El primeiro Eje del rio Amazonas, forma um território que se espalha ao longo do sistema multimodal de transporte que liga determinados portos do Pacífico, como Tumaco, na Colômbia, Esmeraldas, no Equador, e Paita, no Peru, aos portos brasileiros das cidades de Manaus, Belém e Macapá/Santana. Nessas cidades brasileiras, a reestruturação portuária está em fase avançada – os ajustes tecnológicos e a gestão do trabalho foram acompanhados de contestação por parte dos trabalhadores, em razão do desemprego e da precarização dos postos de trabalho. Com esse eixo, o planejamento projetou a união bi-oceânica através dos rios Huallaga, Marañón, Ucayali e Amazonas, no Peru; Putumayo e Napo, no Equador; Putumayo, na Colômbia; e Iça, Solimões e Amazonas, no Brasil. São mais de 6.000 km de vias navegáveis, além dos portos fluviais de El Carmen, na fronteira entre Equador e Colômbia, Gueppi, na Colômbia, e Sarameriza e Yurimaguas, no Peru. O segundo é o Eixo Escudo das Guianas que no discurso oficial da IIRSA é visto pelas suas riquezas naturais (madeira, biodiversidade, potencial para energia hidráulica, bauxita, ouro, ferro, hidrocarbonetos), além das qualidades de solo e relevo que poderiam ser, conforme indicam, aproveitáveis para *soja* e enorme oportunidade *exportadora para os países asiáticos* (IIRSA: 2004). Do ponto de vista da “região-objeto”, na concepção adotada por Santos (1994), trata-se de uma grande área de intervenção. Finalmente, o Eixo Peru-Brasil-Bolívia interliga vias existentes e potencializa a comunicação através de outras. A IIRSA propõe-se a estabelecer a articulação em redes técnicas de comunicação, incluindo vias principais, secundárias, portos, aeroportos e transporte rodofluvial. Esse eixo integra-se em rede aos demais nodos e pólos de dinamização das relações entre os países. Os nodos são pontos na articulação da rede formada pelas estradas, pelos aeroportos, pelos portos. As cidades representam pontos de apoio avançado nas redes de cidades na fronteira que ligam os países do eixo e constituem pontos especializados de troca de bens e serviços.

Este artículo se dedica a examinar dos situaciones relacionados con el uso de agua y que tiene sido muy expresivas en la producción de conflictos de varias ordenes. La primera esta relacionada à uso de l’ agua para producción de energía hidroeléctrica en áreas de

⁴ La IIRSA comienza a marchar en Bolivia. Disponible en: <http://www.rodolfowalsh.org/spip.php?breve3349>. Acceso en: 29 de septiembre de 2014.

frontera entre o Brasil e a Bolivia, sea ya construidas, sea en fase de instalación. Son ellas: en el Brasil, las Usinas de Santo Antonio e de Jirau, no Estado de Rondonia. E en Bolivia las usinas de Esperanza y de en el Departamento de Pando. A segunda parte deste artigo se dedica a entender las formas de manejo de l' agua entre poblaciones tradicionales en la frontera de Colombia, Brasil e Bolivia, con base en uno estudio etnográfico en vías de realización. La abordaje intenta conocer mejor como se ubican las políticas gubernamentales sobre l' agua y su desarrollo, de un lado, y de otro, conocer las prácticas sociales de los agentes sociales y étnicos que viven en la frontera, como ellos desarrollan sus acciones e estrategias relacionadas à l' agua, y les conflictos que emergen de esta relación con el Estado.

2 - USOS PRIVADOS X USOS PÚBLICOS DOS RECURSOS NATURALES: L' AGUA, ENERGÍA E HIDRELETRICIDADE

Los usos privados de los recursos naturais en la Amazônia brasilena extrapolam los intereses que nas três ultimas décadas se concentraram na exploração mineral, no controle de terras para atividades pecuária e monocultura de soja e de dendê, passando agora para a exploração de seus recursos hídricos. Um Desarrollo que se contrapõe a los usos sociales que preexistem em la tradicion de lós povos tradicionais y de otras formas de ocupacion de la selva e de las águas amazônicas. (CASTRO

Alem de dezenas de hidroelctricas planeyadas para la bacía del rio Solimões, y sus afluentes, mais recentemente os planos governamentais desses países sobre logística de transporte pretendem maximizar las actividades de transporte de mercadorias pela via fluvial, adequando uma pesada infraestrutura portuária que se instala com muita velocidade nos principais rios da la region. Amazoniense, sobretudo em lós rios de Amazônia brasileira. Embora la navegação sea una actividade mui antigua, portanto histórica, y básica en la vida de mas sociedades amazônicas, trata-se ahora de un proceso nuevo de controle del território com enfoque en sus águas por parte de grandes corporaciones envolvidas em las actividades de produccion y exportacion de commodities. Es el caso del transporte para la produccion de grande porte, para productos como los agroindustriais, de granos como la soja produzida em Mato Grosso, Rondonia, Goiás e em estados do nordeste brasileiro, soja. Los fines son de logísticas de circulacion en direccion a los mercados internacionales – asiáticos, europeus y americanos.

Para atender a demanda nacional são construídos grandes linhas de transmissão de energia que atravessam lós territórios de floresta e os rios tradicionalmente ocupados por populações tradicionais, como indígenas, quilombolas, campesinos, pescadores em sus estructuras urbanas, de povoados, aldeiais y areas rurais.

As grandes obras hidrelétricas aparecem nos discursos governamentais y difundidos por sus elites y por la580 grande mídia, como fundamentais para o progresso e o desenvolvimento do país a partir do aumento da eficácia da matriz energética, Ai se elicerçam as justificativas das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). São acionadas dimensões simbólicas do Estado Nação. As práticas do planejamento e a racionalidade e gestão no qual se pauta fazem parte do projeto modernizador de

construção da nação, com seus discursos de autovalidação; Tais discursos têm sido postos em questão na construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (rio Madeira) e Belo Monte (rio Xingu), visibilizando questões candentes de insatisfação e indignação social, justamente num momento de inflexão do planejamento estatal e de instalação de grandes projetos de investimentos como estratégia governamental desenvolvimentista no país.

Bermann (2013) assinala alguns procedimentos que apontam os interesses de modificar o licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos, dentro da *Visão de Futuro* que orienta o Planejamento Nacional na atualidade, para viabilizar os interesses de grandes corporações do setor elétrico: em janeiro de 2007 o então Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANNEE) anuncia em reunião exclusiva com empresários do setor elétrico, um projeto de lei para criação de Reservas para Exploração de Potenciais Hidroelétricos. As escolhas sendo baseadas no potencial dos rios, as questões ambiental e social seriam descartadas. Outra iniciativa, no mesmo ano, foi repassar para o Conselho Nacional de Segurança as questões relacionadas a centrais hidroelétricas estratégicas sem passar pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Nacionais Renováveis (IBAMA), ambos não foram porém implantados.

A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) foi regulada pelo Art. 90 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 como parte da Política Nacional de Meio Ambiente. Na resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e a partir daí, vários dispositivos legais foram definidos e implantados no país, visto como processo de modernização do Estado brasileiro reconhecido por parceiros internacionais pela legislação ambiental avançada e com certo controle social. No entanto, desde o início do século XXI não só esses dispositivos perderam eficácia, mas tem sido introduzidos pelo Estado mecanismos de alteração daquele ordenamento jurídico⁵.

A reflexão é de tentar ver o Estado a partir das relações de agentes nos lugares sociais, entendendo esta não do ponto de vista geográfico, e sim do espaço social, conforme conceitua Bourdieu (1982; 1989), no qual as formas de hierarquias se constroem e se movimentam. Veena Das e Deborah Poole (2004) sustentam que os processos reais da sociedade são percebidos na perspectiva invertida, sugerindo etnografias como recurso teórico de entendimento da vida social nas margens do Estado. Nesta pesquisa a metodologia adotada irá na direção desta perspectiva.

O projeto de pesquisa aqui proposto constitui uma tentativa de compreender e acompanhar os processos decorrentes da construção de grandes obras de infraestrutura, em particular do setor elétrico, a partir de categorias como campo, território, poder, conflitos, globalização, território, territorialidade, Estado e dispositivos legais e explicar as bases da produção de interesses governamentais e privados e de exequibilidade dos

⁵ A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) reforça a presença da questão ambiental no campo institucional. Ao criar o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) formado pelo conjunto de “órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental” (BRASIL, 1981, ART 6º, Lei nº 6.938/81), tendo um Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA como órgão superior, o Estado assume a decisão de incorporar no processo político, diretrizes e dispositivos legais capazes de regular os conflitos gerados na relação sociedade x economia x natureza.

empreendimentos de um lado e, de outro, a produção de novas situações de diferentes constrangimentos e conflitos envolvendo atores locais.

Essas mesmas questões reaparecem, e são objeto, no caso das hidrelétricas projetadas no Brasil e na Bolívia. Há nos dois países protestos e indignação por parte de movimentos sociais, indígenas, organizações e por pesquisadores. Os processos de decisão relativos a estas obras colocam em evidência e provocam a discussão sobre as condições nas quais as sociedades democráticas enfrentam desafios interligados:

Trata-se, portanto, de por em debate o processo de tomada de decisão de projetos desta magnitude, atualmente caracterizado pela submissão à vontade do governante e ao monopólio de elites burocráticas e econômicas, colocando em pauta possibilidades de confrontação, seja entre saberes das elites científicas, seja entre estes e outros saberes, seja entre poder dos governantes e poderes da sociedade, seja entre risco e incerteza e história e futuro. Enfim, colocando em pauta os mecanismos para construção de um espaço público de confrontação entre especialistas e leigos, políticos e cidadãos.

Essas interpretações adotam a abordagem de situações objetivas e subjetivas presentes na vida social (ELIAS, 1994; BOURDIEU, 2005), na perspectiva de uma teoria do campo, seguindo Bourdieu (1980), comparando situações e interpretações de autores sobre a composição e dinâmica de agentes sociais no campo.

3 - PLANOS DE EXPANSÃO ELÉTRICA NO BRASIL: ENTRE RECURSOS NATURAIS COLETIVOS E PRIVADOS

No Plano Decenal de Expansão da Eletrobrás (1999/2008) está prevista a construção de 156 novas usinas hidrelétricas no território nacional, o que significa que irá ocorrer processos muito significativos de mudanças no território, na vida das pessoas e nas formas de ação do Estado e de regulação desses espaços. Há lacunas que acompanha o Plano, importantes como os dados sobre estimativa de áreas a serem inundadas e população deslocada.

Para a Bacia dos rios Araguaia-Tocantins estão previstas 14 hidroelétricas, para as quais se estima o deslocamento compulsório de 75 mil pessoas (há produção de conhecimentos sobre os desdobramentos estudados em outras obras, mas não em cadeia e sobre a mesma bacia).

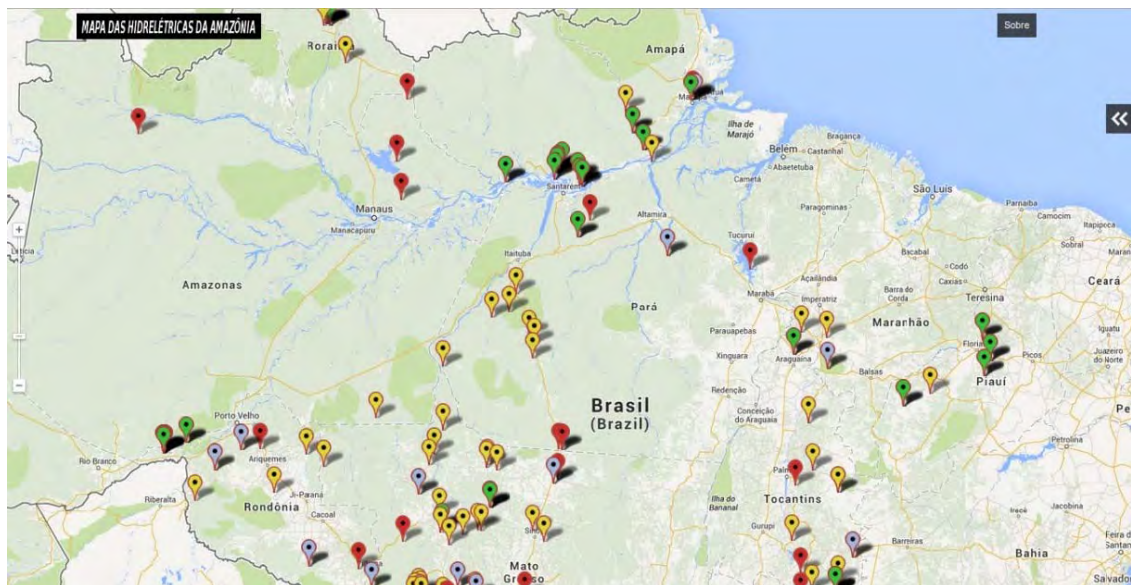
Las obras del Plano de Aceleracion del Crecimiento, del Gobierno Brasileno, representa la majorinvestimento massivo em terras da Amazônia brasileira e por isso; o seu acompanhamento se torna essencial para a sociedade, PAC 1 e PAC 2. Somente o PAC 2 prevê investimentos na ordem de 1 trilhão e cinquenta e nove bilhões (1 59 trilhão, de reais. A situação atual é de falta de informações sobre eses proyectos, e quando são disponibilizadas, tem lacunas e contradições, não sendo confiáveis. Por isso é importante o acompanhamento e a fiscalizacion desses contratos que envolve estado e iniciativa privada.

A construção de grandes empreendimentos hidroelétricos no país está associado à expansão da oferta de energia para atender o mercado exportador de *commodities* agrícolas e minerais para os quais o país se especializa, o setor industrial, produção de intensivos energéticos (siderurgia) e centros urbanos. Essa oferta de energia está inserida na política

nacional de desenvolvimento econômico, cuja principal ação é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007 e cuja estrutura se compõe de três eixos: Logística, energética e social e urbana. Segundo o 9º balanço (PAC2, 2013), houve um aumento da capacidade geração de energia elétrica com o PAC 2, em 10.200 MW (3.434 MW em 2013), e dentre as usinas que entraram em operação estão a UHE Jirau (3.750 MW) e a Santo Antônio (3.150 MW), ambas em Rondônia.

A produção e a transmissão de energia elétrica do país (98,3%) são realizadas através do Sistema Interligado Nacional (SIN)⁶. A produção no Brasil está pautada principalmente na geração hidráulica, com cerca de 78,4% da capacidade instalada total (121.100 MW), com 204 empreendimentos de usinas hidrelétricas, mesmo em um contexto em que o país possui a possibilidade de exploração para quase todas as fontes de energia, sejam elas renováveis (eólica, biogás, solar, biomassa) ou não renováveis (derivados de petróleo, carvão mineral, etc.). Essa preferência se dá em grande parte, por conta da quantidade de rios (água doce superficial) que o território brasileiro possui, com significativa abrangência na região Amazônica.

Mapa de Usinas Hidroelétricas planejadas para la Pan Amazonia



⁶ Encontram-se em fase de obras no país, nove usinas hidrelétricas correspondendo a 20.359 MW e mais cinco pequenas centrais hidrelétricas, com um total de 100 MW (PAC2, 2013). Dentre essas, está a UHE Belo Monte, no município de Altamira, que se encontra com 43% das obras concluídas. Além das usinas, estão sendo ampliadas as linhas de transmissão para o transporte da energia. Nesse sentido foram finalizadas 31 linhas de transmissão, correspondendo a 9.828 km de extensão, e outras 37 linhas estão em obras com um total de 9.920 km e mais de 30 subestações de energia.

O mapa acima contém dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL⁷), e mostra a distribuição dos empreendimentos. Há diversas UHE inventariadas e planejadas, como UHE Jatobá e UHE Tapajós, integrantes do Complexo Hidrelétrico do Tapajós:

A seguir mostramos a localização de plantas de las barragens de Esperanza y Guayara Mirin em la bacia del rio Madeira, en Bolivia. E mas adelante las usinas de Jirau e Santo Antonio, en el territorio de Brasil.



Apesar da retórica de energia renovável e limpa em referência as grandes centrais hidrelétricas, se trata de empreendimentos que geram grande transformação no território. O que antes era o curso natural do rio, provocando a inundação de áreas, assoreamento, produção de gases metano como mostra Fearnside (2013) resultando no deslocamento compulsório de famílias, povos indígenas e quilombolas, de animais, além da promover desmatamento e a submersão da flora. É importante destacar conceitos como deslocamento compulsório, que não significa simplesmente êxodo ou migração (ALMEIDA, 1996), e sim, pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação, imemorial (povos

⁷Tem a designação de promover as licitações destinadas à contratação de concessionários de serviço público para transmissão e distribuição de energia elétrica e licitações para a outorga de concessão e autorização para empreendimentos de geração de energia elétrica.

índigenas) ou datada (camponeses), mediante constrangimentos, inclusive físicos (ALMEIDA, 1996, p. 467).

3 - CONTESTAÇÃO POPULAR E OBRAS HIDROELÉTRICAS NA PAN-AMAZÔNIA: DEMOCRACIA E DIREITOS SOCIAIS E TERRITORIAIS

Apesar das lutas e contestação, e reivindicações da população pela participação social nos projetos de desenvolvimento na Amazônia, neste caso, nos projetos hidrelétricos, poucas normatizações e diretrizes foram estabelecidas para tal objetivo. As audiências e consultas públicas são um exemplo de demandas e pressões populares. No entanto, essa participação se inicia apenas após o processo decisório da implantação das usinas, quando se discute com a população local apenas os termos compensatórios e não a decisão em si sobre a execução ou não do projeto. Assim, a decisão da implantação ou não dos projetos fica a cargo do governo.

Na bacia do rio Uruguai, onde foi instalada a usina Foz do Chapecó (855 MW), inaugurada em 2010, permeando os municípios Águas de Chapecó, em Santa Catarina e o município Alpestre, no Rio Grande do Sul, correspondendo a 25% do consumo de energia de todo o Estado catarinense e 18% do Rio Grande do Sul (FURNAS, 2014). A UHE Luis Eduardo Magalhães, nos municípios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras foram afetados com o alagamento, no Estado do Tocantins (SANTANA; PARENTE; 2013). A usina de Belo Monte no rio Xingu obteve licenciamento no ano de 2012. Durante o processo de estudos de impacto ambiental e viabilidade, para a obtenção do licenciamento prévio, houve diversas denúncias de irregularidades, e mesmo de demandas das comunidades locais que deveriam ser atendidas ou pelo menos pautadas nos relatórios que, no entanto, foram desconsideradas. E até mesmo no momento de liberação da referida licença, autores destacam que houve pressão por parte dos órgãos responsáveis pela emissão, para que o processo fosse acelerado, como destacam Magalhães e Hernández (2011, p. 92).

Conforme evidenciado, os processos de implantação de hidrelétricas no Brasil, e particularmente na Amazônia, envolvem instituições públicas, privadas, a sociedade local e organizada. Observou-se que apesar da retórica do desenvolvimento sustentável através da hidroeletricidade, o resultado obtido em termos de desenvolvimento econômico e social da população local não foi aquele previsto nos relatórios de projeções dos governos, visto que a maior parte da energia produzida por esses grandes empreendimentos (cerca de 60%), é consumida pelas principais indústrias de mineração e o aumento do consumo pela indústria e pelo comércio não corresponde ao aumento da oferta de emprego e abertura de novos estabelecimentos.

Há um predomínio na projeção e construção de grandes projetos hidrelétricos. Um deles está em construção (Belo Monte), dois em fase de Licenciamento (Marabá e São Luis do Tapajós), e cinco planejadas (Jatobá, jardim do Ouro, Jamanxin, cachoeira do cai e Cachoeira dos Patos). A experiência de mudanças no território, perda de recursos naturais, desterritorialização, mudanças políticas e econômicas, além dos conflitos, em outras áreas como os municípios atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí, mostram a urgência de

conhecimento e de capacidade para entender, interpretar e propor caminhos ou modelos, considerando os problemas que acompanham esses grandes empreendimentos. Isso requer, certamente, investimentos em produção de conhecimento, em pesquisas e formação de competências em várias áreas, como mestrado e doutorado, considerando as mudanças, os desafios, os limites e as insatisfações produzidas pelo desenraizamento de situações e processos instalados nas áreas demandadas pelos processos de engenharia.

As usinas de Santo Antônio e Jirau, em el rio Madeira, no estado de Rondônia, as de Belo Monte, no rio Xingu, as de Tabajara e Complexo Teles Pires e Tapajós, no rio Tapajos, no estado do Para, tem sido referidas como o segundo ciclo de grandes hidrelétricas na região. Para viabilizar el transporte de energia a grandes distancias, ali onde se encuentre um mercado energético, nacional ou internacional, estan previsto em los planes gubernamentales mas de 3 mil quilômetros de extensão de linha contínua de transmission de alta voltagem. Unas de lãs desinacion son lãs plantas de explotacion minerala e la agroindústria intensiva de grãos. Todas elas são actividades econômicas. eletro-intensivas.

Trata-se portanto de potencializar esse novo recurso que es la água, seja através de produção de energia pois ela ao assegurar mega projetos também provoca desterritorializacao. O sofrimento com a desestruturação dos modos de vida são impostos sem serem considerados os valores a eles atribuídos pelas populações que ali vivem.

Sobre os a grande inundação do rio Madeira de 2013, quando ultrapassou margens naturais, com muita e velocidade avançaram as águas de forma inesperada e sobre terras agrícolas, estradas, povoados e vilas, houve consternação geral no estado de Rondônia e receio que este acontecimento de controle humano impossível não fosse se repetir nos anos vindouros. Teria tido relação direta coma construção das hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau? Seriam resultado das transformações na calha do rio, do assoreamento do rio, conforme alguns estudos tinham apontado como possibilidade. Cabe ressaltar que os segmentos empresariais e as elites brasileiras não se admitia que houvesse um desastre ambiental, pois, dizem Kleppa e Novoa (2014),”tendo em vista os efeitos minimizados prospectiva e retroativamente pela tecnologia das “usinas a fio d’ água”, com argumentos do tipo: “fossem usinas com reservatórios convencionais, os impactos seriam maiores”.

A grande cheia do rio Madeira que ocorrido em 2013, e de sus afluentes, fouin considerada um desastre ambiental. Levou segmentos da sociedade, até empresas e setores governamentais a admitirem que se tratava de uma situação amena sem qualquer expectativa das consequências de construção de grandes barragens, uma dela praticamente dentro da cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. Os consórcios das duas hidroelétricas negam, e para isso mobilizam sua equipe de pesquisadores para justificar que não se trata de um desastre provocado pelas usinas, e sim um evento natural de caráter extremo. E não a social, tampouco, com mudanças climáticas.

Hay propuestas de participation de la poblacion no proceso decisório e também de controle dos diversos contratos públicos do Brasil. O objetivo es fazer El governo brasileiro se comprometer com a transparência relativa à construção de hidreletrics e outros grandes projetos, seguindo pirncípios de contratação aberta de contratos e sobre os processos locitatorios, e também mecanismos de fiscalizao eficiente desses contratos públicos por parte da sociedade.

4 - DESARROLLO Y CONFLICTOS EN TORNO DE L' AGUA Y CONSIDERACIONES FINALES

Otro aspecto, la intervención de los gobiernos militares que sería necesario para obtener el control de los problemas ecológicos. Y si no era posible esperarse que los intereses privados salvaguarden la propiedad común, entonces sería importante establecer una reglamentación externa a través de los gobiernos, entidades públicas o autoridades internacionales (Ostrom, 2011). Como actualmente existen normas internacionales que contribuyen a los países en desarrollo en especial al estado colombiano y al estado boliviano en controlar los recursos naturales, y no contribuyen en el manejo del uso del bien común.

Ese modo de ver de los gobiernos centrales y de los organismos internacionales genera conflictos por que es el gobierno quien controla el recurso y quien orienta un estricto esquema de vigilancia, monitoreo, evaluación e inspección para ver quiénes cometen infracciones en las acciones que realizan para imponer sanciones. Porque consideran que imponiendo sanciones fuertes resuelven el conflicto. Además suponen que los usuarios de los recursos naturales desconocen la importancia de mantener el equilibrio de un bien común.

En esa medida, el gobierno central no dimensiona que contar con el gobierno del bien común es más provechoso, a la hora de establecer políticas públicas y normas, porque no basta con la participación local que, en últimas, llegan a ser solo escuchados, es ineludible su vinculación directa en término de gobierno. Dicha vinculación debe contar con información real, verdadera, sobre como los usuarios del bien común se organizan, su manera de administrar y sobre su capacidad volumétrica del recurso natural. Además conocer los parámetros de utilidades que genera su forma de administrar. Con el objeto de retomar nuevamente esas formas de organizarse colectivamente que milenariamente fueron auto-organizadas.

Las perspectivas de los bienes comunes si algo tiene es un transformador de reglas según conveniencia a los intereses de los participantes y que deben ser comandados por individuos organizados, para que realicen una buena vigilancia, supervisión y control a fin de salvaguardar los recursos del uso común de manera sustentable, desde sus propios sistemas y no por el Estado.

Cuando es controlado los bienes comunes por el Estado o por el sistema capitalista, se tiene experiencia destruyen implacablemente. Los que se benefician son unos pocos porque, el estado y el sector privado siempre están ligados y acomodan políticas públicas con limitaciones, de tal manera puedan aprovecharlo unos pocos. Mientras que para los obreros o campesinos e indígenas para ellos es como algo que les imponen, la verdad es otra perspectiva.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E (Org.). Energia na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará; Associação das Universidades Amazônicas, 1996. v. 1.

ALONSO, S.; CASTRO, E. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). *O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006.

ANDRADE, L.; SANTOS, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

BAINES, S. G. A usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E. (Org.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará; Associação das Universidades Amazônicas, 1996. v. 2.

BERMANN, C. A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal. Belém, *Novos Cadernos NAEA*. Vol. 16, n. 2 p. 97-120, jul-dez 2013 (ISSN 1516-6481)

BOUDIEU, P. *Ce que parler veut dire : L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Éditions Fayard, 1982.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CASTRO, E. M. R. Fronteiras e territorialidades: atores locais e conexões transacionais. In: FELDMAN, S. e FERNANDES, A. *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Salvador, EDUFBA/ANPUR, 2007 - p. 251-268.

_____. RODRIGUES, G. - *As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental, Rio Xingu, Amazônia*. Rio de Janeiro: Aliança Social Continental, 2004.

CASTRO, E. M. R.; ALONSO, S.; MESQUITA, S.; CARREIRA, L.; CORREA, S. Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos a sociedade no século XXI. Belém, *NAEA/UFPA, Papers do NAEA*, no. 343, 2014.

CASTRO, E.M.R.. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. In: CASTRO, E.; HÉBETTE, J. (Org.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: UFPA; NAEA, 1989. 252 p. (Cadernos NAEA).

CASTRO, E. M. R., RODRIGUEZ, G. *As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental*. Rio Xingu Amazônia. Rio de Janeiro: Equit - Instituto Gênero, Economia e Cidadania Global, ASC Alianza Social Continental, 2004.

FEARNSIDE, P. M. The evolving context of Brazil's environmental policies in Amazonia. Belém, *Novos Cadernos NAEA*. Vol. 16, n. 2 p. 9-25, jul-dez 2013 (ISSN 1516-6481)

FEARNSIDE, P. M. Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte. Belém: UFPA/NAEA, 2011. v. 14, n. 1, p. 5-19 (Cadernos NAEA).

MAGALHÃES, S.B.; ACEVEDO MARIN, R.; CASTRO, E. Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais. In: SANTOS, S. M. S. B. M.; HERNANDEZ, F. M. (Org.). *Painel de especialistas: Análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte*. Painel de Especialistas, 2009. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20%283%29.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; ANDRADE, L. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: ANDRADE, L.; SANTOS, L. (Org.) *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.



GRUPO DE TRABALHO IV

Meio ambiente e discursos de sustentabilidade em disputa sobre a America Latina e a Pan-Amazônia

Coordenadores:

Prof. Dr. Silvio Figueiredo

Profa. Dra Oriana Almeida

Doutoranda Simy Correa

Doutorando Jondison Rodrigues.

Ementa – O GT procura atrair trabalhos que tenham sido feitos com a intenção de entender a profusão de discursos sobre meio ambiente e sobre sustentabilidade, entre outros conceitos incorporados ao debate sobre questões ambientais, mas também reflexões sobre a relação sociedade, natureza e economia. A ideia é analisar esses discursos e seus sentidos e procurar entendê-los na relação com os agentes do campo ambiental; revelar os sentidos que tem orientado a produção e reatualização da dominação e das relações coloniais que perpassam esses discursos de sustentabilidade. O GT abriga trabalhos sobre conflitos socioambientais (água, mineração, energia, mudanças climáticas, mercado de carbono etc..) e trabalhos sobre políticas ambientais e gestão de territórios (florestas, comunidades tradicionais, UCs, regulações e dispositivos legais).

GESTÃO AMBIENTAL NO PARÁ: O “PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES” NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

Rebecca do Nascimento Castello¹

Ligia Henriques Begot²

Tamara Lima Martins Faria³

Silvia Ferreira Nunes⁴

RESUMO

O Pará é o estado mais desflorestado entre os estados que compõem a Amazônia Legal, Até 2014, uma área de 257.035 km² foi desmatada, com uma taxa de desmatamento anual de 1.887 km²/ano no território paraense. Com o objetivo de alterar a situação de exploração e degradação ambiental pelo desmatamento, o governo do estado do Pará criou em 2011, através do Decreto nº 54, de 29 de março de 2011, o Programa Municípios Verdes (PMV). Este programa, de uma forma macro, busca trazer desenvolvimento sustentável para todos os municípios paraenses. Um exemplo de sucesso desse programa é o município de Paragominas que atingiu algumas das principais metas do programa, dentre elas: desmatamento menor que 40km², 80% dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) realizados e um plantio de cerca de 10.000 árvores por ano se encaixando desta forma, na categoria de "município verde". Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de gestão que incide diretamente sobre o município de Abaetetuba, para que o mesmo alcance a categoria de "Município Verde". A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com um gestor do programa da Secretaria do Meio Ambiente municipal e outras organizações envolvidas na execução do programa. A análise dos dados foi feita por meio de análise de conteúdo. Como resultados foram observados uma redução sensível do desmatamento no município, bem como o aumento considerável no CAR. O processo de gestão em Abaetetuba ainda encontra alguns entraves a serem superados como comunicação entre os atores envolvidos nas questões ambientais e melhor estruturação da equipe de recursos humanos da secretaria de Meio Ambiente para atuar no PMV. Por fim, é possível observar que ainda há muitas etapas a serem ultrapassadas no município em questão para que sua gestão ambiental alcance patamares de excelência, como por exemplo, o fortalecimento de políticas públicas e apoio político aos gestores, mas é inegável que a adesão ao PMV trouxe avanços ambientais consideráveis para o município.

Palavras-chave: desmatamento, política pública, meio ambiente.

¹ Esp. Gestão Empresarial (UFPA) e Pública (IESAM), Administradora (UNAMA) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: rebeccacastello@gmail.com.

² M.Sc. em Ecologia (UFRJ), Eng. de Pesca (UFRA) e Doutoranda do PPGDSTU, NAEA/UFPA. E-mail: ligiabegot@hotmail.com.

³ Administradora (UFPA) e Mestranda do PPGSTU, NAEA/UFPA. E-mail: tam_lima@hotmail.com.

⁴ M.Sc. em Economia (UFSC), Economista (UFPA) e Doutoranda do PPGSTU, NAEA/UFPA. E-mail: silvnunes@yahoo.com.br.

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN PARÁ: The "Program Green Cities" in the town of Abaetetuba

Pará is the state of Brazil the most deforested state between the states comprising the Legal Amazon, 2014, an area of 257,035 km² was deforested, with an annual deforestation rate of 1,887 km²/year in Pará territory. In order to change the situation of exploitation and environmental degradation through deforestation, the government of Pará state created in 2011, through Decree n°. 54 of March 29, 2011, the Green Municipalities Program (PMV). This program, in a macro way, seeks to bring sustainable development for all municipalities in Pará. A successful example of this program is the municipality of Paragominas that hit some of the main goals of the program, among them: less deforestation than 40km², 80% Rural Environmental Registry (CAR) conducted and planting about 10,000 trees per year coming together this way, the category of "green city". Given this context, this study is meant to examine the management process that focuses directly on the town of Abaetetuba, so that it reaches the category of "Green Village". Data collection was conducted through semi-structured interviews with a Secretariat Programme Manager of the Middle municipal Environment and other organizations involved in implementing the program. Data analysis was performed by content analysis. As results were observed a significant reduction of deforestation in the municipality as well as the considerable increase in the CAR. The management process in Abaetetuba still finds some obstacles to overcome as communication between the actors involved in environmental issues and better structuring of the human resources staff of the secretariat of the Environment to operate in the PMV. Finally, you can see that there are still many steps to be overcome in the municipality in question, so that their environmental management reach levels of excellence such as the strengthening of public policies and political support to managers, but it is undeniable that membership the PMV has brought considerable environmental improvements for the city.

Keywords: deforestation, public policy, environment.

INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal engloba os estados brasileiros do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de parte do Maranhão. Essa região que ocupa cerca de 5 milhões de km², representa quase 60% da área total brasileira e envolve os biomas: Cerrado, parte do Pantanal matogrossense, assim como pelo o Amazônia, constituindo-se em uma rica biodiversidade, fonte de recursos florestais, e muitos outros recursos naturais (IPEA, 2008; O ECO, 2014).

Os recursos madeireiros tornaram-na alvo de exploração ilegal, sendo uma das áreas com as maiores taxas de desmatamento do Brasil. O desmatamento na Amazônia de acordo com os dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON, 2015) revelam que em maio de 2015, o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) detectou 389km² de desmatamento, representando um aumento de 110% em relação a maio de 2014, quando o desmatamento somou 185km². Pelo meio do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite

(PRODES), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou que Amazônia Legal até o ano de 2014 acumulou um total desmatado de 760.305 km² (INPE/PRODES, 2015a).

Destaca-se que o desmatamento na Amazônia Legal não é homogêneo. Conforme Ferreira *et al.* (2005), ele é concentrado ao longo do “arco do desmatamento” cujos limites se estendem do sudeste do estado do Maranhão, ao norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e sudeste do estado do Acre.

O Pará não apenas faz parte do eixo de desmatamento, como também é aquele com as maiores taxas de desmatamento na Amazônia Legal. Até 2014, uma área de 257.035 km² foi desmatada, com uma taxa de desmatamento anual de 1.887km²/ano no território paraense, enquanto que a segunda maior taxa de desmatamento anual registrada em 2014 foi a do estado do Mato Grosso com 1.075km²/ano (INPE/PRODES, 2015b).

Desde a década de 1960, com as crescentes denúncias de desastres ambientais, as políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentável na Amazônia, assim como a consciência ecológica das populações, começaram a ganhar força. Decorrentes desse processo, diversas ações têm sido realizadas para se construir mecanismos de preservação e conservação da natureza (SOARES; FERREIRA, 2004). Na tentativa de contenção do desmatamento foram realizadas várias ações, sendo o Programa "Municípios Verdes" (PMV) responsável por resultados satisfatórios na amenização do desmatamento paraense.

O PMV criado pelo governo do estado do Pará através do Decreto nº 54, de 29 de março de 2011 (PARÁ, 2011), é um dos mais recentes programas lançados pelo governo com o objetivo de mudar o quadro de devastação da Amazônia e servir de modelo por meio de uma economia mais forte e sustentável. No Pará, o município de Paragominas já ganhou destaque dentre os municípios que aderiram ao programa, saindo da lista dos municípios que possuíam a maior área desmatada, plantando atualmente cerca de 10 mil árvores por ano, se enquadrando desta forma na categoria de “Município Verde”.

Essa política pública ainda foi pouco pesquisada, justamente por ainda ser recente e as análises estão surgindo. Temos como exemplo de pesquisa, o trabalho de Silva (2014), no qual a autora aborda a influência do projeto “Paragominas: Município Verde” enquanto prática de adaptação às mudanças climáticas, e que será usado nesse artigo mais adiante.

A problemática: A obtenção do título de “município verde” depende de uma gestão ambiental específica do atual governo municipal? Direcionou esse artigo. Para a observação da gestão municipal do referido programa nessas prefeituras foi desenvolvido uma metodologia específica de observação baseada na lógica da Teoria de Sistemas (TS) (BERTALANFFY, 1976; PARSONS, 1951; KLIR; SPRINGER, 1994; MEADOWS, 2008), o qual será o marco teórico- conceitual e metodológico desta pesquisa. Este modelo combina a observação dos sistemas abertos com entradas e saídas de informações (*inputs* e *outputs*).

A teoria base para o presente artigo será a Teoria Geral dos Sistemas de Ludwing Von Bertalanffy (2010) que busca explicar fenômenos e/ou áreas da sociedade a partir de uma delimitação de um sistema abstrato ou físico, utilizando-se de um conjunto de conceitos articulados entre si, como o de sistemas abertos/ fechados; sistemas difusos etc.. Porém, como esta teoria possui algumas limitações quanto às características de um sistema, também será utilizado o conceito de sistema autorreferencial trazido da Teoria Geral dos Sistemas Sociais (TGSS) de Niklas Luhmann.

No entanto, consideramos que para a análise do PMV a lógica dos sistemas abertos não é suficiente, pois se admitiria que a administração e gestão municipais possuem exclusivamente a função de "caixa preta" (*black box*), em que as saídas configurariam certas políticas ambientais. Na lógica observacional propõe-se o "sistema", que chamamos de administração pública municipal, como algo muito mais complexo do que uma simples "caixa preta"⁵. Neste sistema existe um lugar para os processos de tomada de decisão, filtragem e seleção de informações, e as operações internas (criando estruturas) usadas para fornecer comunicações na forma de políticas públicas, normas e programa. O Programa "Municípios Verdes" é uma dessas comunicações com o entorno.

Para auxiliar na lacuna trazida pela Teoria Geral de Sistemas (TGS), recorreu-se à Teoria Geral de Sistemas Sociais (TGSS) ou Teoria dos Sistemas Autorreferencial desenvolvido por Niklas Luhmann. Nesta teoria o sistema é denominado *autopoietico*, pois se produz e reproduz independentemente do entorno, conferindo um grau de complexidade mais elevado para o sistema social que será analisado. Contudo, sabe-se que nenhum sistema pode evoluir a partir de si mesmo, e é por isso que apesar de tratarmos de um sistema operacionalmente fechado ele irá se comunicar com o entorno por meio dos *inputs* e *outputs* para conseguir manter-se como sistema.

Para subsidiar a TGS e buscando alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa foi necessária a utilização de outros conceitos como: tomada de decisão, que serve no contexto da teoria de sistemas, para compreender como funcionam as transformações internas do mesmo, partindo do princípio que se analisará um sistema autorreferencial; e de Políticas Públicas que neste trabalho foi utilizada de forma a compreender como se realizam os *outputs* dos sistemas, que na maioria dos casos são em forma de políticas públicas.

A partir daquela teoria, será analisada a gestão ambiental de uma das prefeituras que aderiram ao Programa "Municípios Verdes"- PMV como sistema aberto, onde se tem os *inputs* (demandas) relacionados ao meio ambiente este programa aparece como um *output* (oferta) do sistema global da Administração, obtendo-se desta forma a comunicação do sistema como entorno.

Atualmente, a Secretaria de Meio Ambiente do estado do Pará (SEMA) registra 89 municípios paraenses que assinaram o Termo de Compromisso diante do Ministério Público Federal, de se tornarem Municípios Verdes (SEMA, 2015). O município de Abaetetuba que até o ano de 2014 teve uma área total desmatada de 693,8 km², representando mais de 40% de seu território (INPE, 2015a), foi o município escolhido para essa pesquisa por ser categorizado como "Consolidado" no PMV, isso quer dizer que ele possui uma prefeitura mais estruturada em termos ambientais, caracterizado também por um desmatamento menor que 40Km², a presença da habilitação para a Gestão Ambiental, de Conselho e Fundo Municipal de meio ambiente e o portal eletrônico de transparência. Abaetetuba também se enquadra como assinante do Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e como o Termo de Adesão com o PMV.

Por meio de uma visão sistêmica da sociedade, onde se compreende o todo a partir de uma análise das partes componentes, e partindo da ideia de que a Administração Pública é um sistema aberto⁶, o ponto central desta pesquisa será a análise da gestão ambiental do município paraense de Abaetetuba que participa do Programa "Municípios Verdes" de forma a identificar possíveis entraves e caminhos para a consolidação dessa política.

⁵ Segundo Luhmann (2009) caixa preta ou *black box* está relacionado ao fato de não ser possível conhecer, em virtude da sua complexidade, a parte interna de um sistema, e que só podem ser analisadas as regularidades de suas relações externas. A partir disto, é possível deduzir um mecanismo que mostre como o sistema reage a determinados *inputs* que se desenvolvem em condições específicas.

⁶ Aquele sistema que se relaciona com outros sistemas, efetua trocas, portanto se comunica e as modificações e adequações que ocorrem neste afetam os demais.

METODOLOGIA

Área de estudo

Abaetetuba pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá, possui sede localizada em 01° 43' 24" S e 48° 52' 54" O, segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP, 2014). O município foi instalado em 1 de janeiro de 1939, possui uma área de 1.610,408km², limítrofe aos municípios de Barcarena, Mojú, Igarapé-Miri, Muaná e Ponta de Pedras, com uma população estimada para o ano de 2015 de 150,431 habitantes, dos quais 59% estão na área urbana e 41%, na área rural (IBGE, 2010).

A cobertura vegetal nativa de Abaetetuba é de Floresta Densa de Terra Firme, nas áreas de várzea presença de espécies ombrófilas latifoliadas (de folhas largas), intercaladas com palmeiras, e, destaque o açaí, que é um importante recurso para as populações locais (IDESP, 2014).

Coleta e análise de informações

Para a resolução da problemática e dos objetivos propostos foi, para essa pesquisa, delimitado um modelo ideal de prefeitura, através do conceito de modelo ideal, a partir da doutrina epistemológica de Weber e da construção parcial da realidade, onde o pesquisador seleciona certo número de características, destaca um ou vários elementos observados e constrói um todo compreensível, entre vários outros possíveis. O tipo ideal de gestão das prefeituras está evidenciada no Quadro 1, buscando demonstrar os entraves na prefeitura de Abaetetuba no PMV e também identificar as características necessárias para se alcançar o êxito.

Quadro 1. Modelo ideal de Prefeitura para o Programa Município Verde.

1. Possuir Modelo gerencialista de administração pública predominante
2. Possuir modelo <i>carnegie</i> de tomada de decisão predominante
3. Possuir ações ambientais bem definidas
4. Possuir Projeto de gestão ambiental integrada (Estado/ União/ Sociedade)
5. Possuir ações contra o desmatamento
6. Incentivar os produtores rurais a ingressarem no CAR
7. Possuir ações de reflorestamento
8. Incentivar a pecuária verde
9. Incentivar a agricultura de baixo carbono
10. Ter os programas ambientais inseridos no PPA

Fonte: Elaborado por Rebecca Castello (no prelo).

A coleta de dados foi realizada nos meses de janeiro a setembro de 2015. Quanto ao procedimento de coleta de dados, o instrumento de pesquisa utilizado será o de entrevistas semiestruturadas gravadas, direcionadas aos gestores do programa em cada município selecionado para a pesquisa, buscando obter informações que serão categorizados em três eixos temáticos: tomada de decisão, comunicação na gestão ambiental e Gestão pública municipal. Essa categorização será efetuada somente durante a realização da pesquisa, quando se busca as informações necessárias à complementação do processo de pesquisa.

As entrevistas serão direcionadas aos gestores municipais, incluindo nas amostras: representante dos Sindicatos Rurais, um representante de uma Organização Não governamental (ONG) ambiental que atua em todo o estado, um representante do PMV em outras instituições que participaram da implantação do programa no estado e/ou município, para que se possa observar a comunicação dessas prefeituras com o governo estadual e outras organizações envolvidas nesse programa, buscando obter uma visão macro do sistema que foi delimitado nesta pesquisa (Quadro 2).

Quadro 2. Entrevistados na pesquisa.

Cargo/função	Origem do cargo	Ano que entrou em exercício	Qnt ¹	Duração ²
Gestor do PMV em Abaetetuba	Técnico	2014	01	30 min
Representante do STR de Abaetetuba	Presidente	2000	01	26 min
Representante do IMAZON	Pesquisadora e Diretora executiva	2012	01	42min
Representante do MPF	Procurador da República	2007	01	18 min
Total de entrevistados			04	

Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

Nota: ¹Qnt: quantidade; ²Duração da entrevista.

Nesta pesquisa, a variável independente da pesquisa é a gestão pública ambiental que deve ser eficiente para garantir a diminuição do desmatamento em cada localidade. E como variável dependente tem-se a política pública “Municípios Verdes” que possui resultados de acordo com a sua gestão, ou seja, alcança os objetivos e se torna eficaz se houver uma gestão adequada.

A análise dos dados coletados na entrevista será realizada por meio de alguns instrumentos da análise do conteúdo, que segundo Campos (2004) define como um conjunto de técnicas de pesquisa que possui como objetivo a busca do sentido de um documento, onde serão analisados os conteúdos “manifestos” (explícitos) e os “latentes” (implícitos), ou seja, aqueles que se encontram nas entrelinhas do que o interlocutor disse na entrevista.

Deste modo as entrevistas foram divididas nas seguintes categorias: a) "Atual gestão ambiental nas secretarias", correspondendo às perguntas que possibilitaram a identificação do modelo de gestão praticado na secretaria de meio ambiente de Abaetetuba, essa categoria foi subdividida nos temas: *prestação de contas, aprendizagem, participação da sociedade civil, influência externa na gestão e centralização/ descentralização da gestão*. A categoria: b) "Tomada de Decisão das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (SEMMA)" nessa será investigado qual o modelo de tomada de decisão predominante no município pesquisado; c) "A comunicação do sistema municipal", nesta categoria busca-se analisar como o sistema delineado a partir da gestão ambiental municipal se comunica com seu entorno, partindo do princípio que nenhum sistema evolui sendo totalmente fechado, procurando identificar como este sistema se comunica e quais transformações são geradas, a partir dos *inputs* recebidos da sociedade em geral para que o PMV se torne o *output*. E, d) "Principais entraves para a gestão do Programa", nesta última categoria teremos uma visão bem holística sobre os principais entres para a gestão do PMV a partir da visão de diferentes atores

envolvidos no processo de execução deste. Desta forma, se terá um cenário mais claro e fidedigno dos problemas enfrentados pelos municípios para se alcançar a excelência na gestão ambiental.

ABAETETUBA E O PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES: categorias de análise

A) ATUAL GESTÃO NAS SECRETARIAS

A *prestação de contas* no município de Abaetetuba, segundo a entrevistada é realizada da seguinte forma: “A prestação de contas é realizada, apresentando ao conselho de Meio Ambiente e à Prefeita, os comprovantes das taxas ambientais recebidas e os relatórios dos gastos do período” (Sra. S.T). Quanto à *aprendizagem* foi possível observar a questão da capacitação para os servidores em Abaetetuba, de forma bem sintetizada, a Sra. S.T. relata a carência de capacitação para os servidores da secretaria, onde existe uma ausência total por parte do município nesta questão. Os servidores ficam condicionados a ações do Estado e da União, como é observado na fala da entrevistada:

não possuímos um planejamento de formação para os servidores, geralmente quando os governos estadual e federal oferecem cursos de capacitação direcionamos os servidores de acordo com o perfil do cargo.

Porém, nesta questão da aprendizagem o Ministério Público Federal (MPF) e o Núcleo Executor do PMV (NEPMV) também se manifestam, relatando que a capacitação tanto dos servidores quanto dos agricultores é realizada de forma sistemática. O Sr. D.A. do MPF relata a importância das parcerias realizadas no programa, assim como a preocupação do MPF com a qualidade da capacitação oferecida aos municípios:

A gente trabalha com parcerias, então vários parceiros desenvolvem cursos e treinamentos para os servidores dos municípios e nós acompanhamos: o que é o curso, Formatação, conteúdo, o que será ensinado. A gente faz isso através de parcerias, mas eu tenho reuniões com eles periódicas e nessas reuniões sempre trazem dúvidas e a gente conversa para melhorar o trabalho.

A entrevistada do Núcleo Executor também corrobora esta ideia de capacitação disponível para qualquer município vinculado ao programa, citando os tipos que são realizados por eles: “capacitações para a elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR), georreferenciamento, legislação ambiental, Licença Ambiental Rural (LAR), fluxo de processos entre outros. Ano passado a gente capacitou 36 municípios”.

Quanto à *participação da sociedade civil* em Abaetetuba, a entrevistada foi muito breve na sua resposta afirmando apenas que a participação da sociedade civil se dá por meio dos conselhos municipais e audiências públicas, não citando nenhum exemplo de qualquer outra atividade em que a população participe ativamente.

Já quando se entrevistou um representante do Sindicato dos trabalhadores rurais percebeu-se que esta categoria não participa ativamente das ações da secretaria desde 2009, conforme relata o Sr. E.K.:

Nós tivemos uma participação bastante ativa até o ano de 2009, desse ano para cá, por conta de algumas denúncias que a gente fez em relação à atuação da

secretaria de meio ambiente na implantação das culturas de dendê aqui na região, a gente foi praticamente excluído dessa relação com a secretaria. Atualmente a única atividade que nós somos chamados para discutir é sobre o Plano municipal de Resíduos Sólidos. É a única a atividade que nós participamos.

Desta forma, é possível perceber por meio da fala tanto da representante da secretaria quanto do sindicato, que a participação da sociedade civil nesta localidade não está ocorrendo de forma satisfatória, principalmente para o setor prioritário da secretaria do meio ambiente que deveria ser os produtores rurais.

Em relação à *influência externa na gestão* em Abaetetuba, a entrevistada fala categoricamente que não consegue lembrar-se de nada nesse sentido, o que nos mostra a total falta de interação desta prefeitura com o meio em que está inserida, se revelando isolada em suas ações ambientais e possivelmente nas demais ações da prefeitura como um todo.

Concluindo, o quesito *centralização e/ou descentralização da gestão*, que fica evidente na pergunta sobre as pessoas envolvidas na execução do PMV no município de Abaetetuba. Nesta localidade, a entrevistada relata apenas que a Secretaria realiza ações de controle e educação ambiental e os técnicos participam da elaboração e execução de acordo com suas formações curriculares. Desta forma não fica evidente o poder de decisão e funções de cada membro da equipe que compõe a secretaria. Porém, quando a mesma foi indagada sobre o alcance das metas especificamente do PMV, obteve-se como resposta que:

Bem, a prefeitura dividiu as responsabilidades de alcance das metas entre a Secretaria de Meio Ambiente (SEMEIA) e a Secretaria de Agricultura (SEMAGRI). Já o levantamento das coordenadas e a realização do CAR são responsabilidades da EMAGRI, a fiscalização do desmatamento é realizada pela SEMEIA.

O que se pode concluir é que a descentralização para este programa ocorre de forma predominantemente macro (entre órgãos), mas as atividades internas entre funcionários ainda é desconhecida.

Diante deste cenário apresentado pelo município de Abaetetuba quanto às principais características de gestão é possível identificar que o modelo predominante nesta localidade é o burocrático, já que conforme salienta Araújo (2013) a administração volta-se principalmente aos seus procedimentos internos, a máquina pública apresenta-se lenta e ineficiente, as demandas e anseios sociais não são concretizados. Estas características podem ser observadas por meio das seguintes questões evidenciadas neste município: i) Processo de aprendizagem dos servidores deficiente, a pesar da disponibilidade por parte do estado em habilitá-los quanto aos processos do PMV; ii) Participação da sociedade civil insatisfatória, devido à falta de relatos concretos por parte da representante municipal da secretaria e a fala do sindicato, quanto à falta de diálogo entre esses dois segmentos, o que seria fundamental para o sucesso de qualquer ação realizada por um órgão público; iii) Falta de clareza quanto à descentralização da gestão tanto do PMV como das demais ações desenvolvidas na prefeitura por parte dos servidores da secretaria; e, por fim, iv) a secretaria não possui nenhuma interação com o meio em que atua, pois não recebe influência em nenhum aspecto conforme relata a entrevistada.

B) TOMADA DE DECISÃO NAS SEMMA'S

Decidir para Vidal (2013), está relacionado ao processo de buscar informações, conferir importância a elas, buscando possíveis alternativas de solução e posteriormente, fazer a escolha entre as alternativas. Para o município foi apresentado sete questões sobre este tema de forma a abranger todas as características necessárias para esta categorização.

Na secretaria de Abaetetuba as respostas sobre o processo de tomada de decisão foram bastante simplórias, sem detalhamento, apesar da indagação por parte do entrevistador para obter maiores informações sobre cada pergunta.

Quanto à coleta de informações para tomada de decisão apenas respondeu que dependendo da situação podem ser informações internas como de relatórios da própria secretaria como de outros órgãos estaduais como Secretaria de Agricultura ou Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Porém, ressalta que nem sempre as informações estão disponíveis, sendo necessária a coleta em campo. Em relação à escolha de assuntos prioritários para se tomar uma determinada decisão a Sra. S.T. destaca que: “na maioria das vezes, as decisões são tomadas levando em consideração as urgências ambientais e as prioridades da coletividade”, porém a entrevistada afirma sempre possuir todas as alternativas possíveis para solucionar um problema:

A secretaria de meio ambiente é um órgão subordinado à Prefeitura, em algumas situações é necessário consultar a procuradoria, a prefeita ou mesmo consultar os demais secretários para tomar a decisão mais acertada. As alternativas de resolução de um problema estão na participação dos entes municipais.

Contudo, aspectos relacionados à troca de informação com o entorno, assim como a influência de decisões passadas para se tomar uma decisão não são praticados, conforme a fala da Sra. S.T.: “As decisões se baseiam na legislação atual e nas competências da Secretaria. Ainda não houve uma situação em que claramente utilizamos experiência de outras prefeituras” e “as decisões levam em consideração o que é legal e que está de acordo com o interesse público e a favor da proteção ambiental. Não necessariamente decisões anteriores”.

E por fim, quando se trata de tomar decisões coletiva ou individualmente, a resposta da entrevistada é a seguinte: “as decisões de caráter coletivo são discutidas pelos grupos organizados que participam dos conselhos. As decisões mais internas são tomadas pelos profissionais da área levando em consideração o interesse público”. Esta resposta corrobora a expressa anteriormente sobre a baixa participação da sociedade civil nas ações ambientais.

Com as informações obtidas acima sobre tomada de decisão no município de Abaetetuba é possível identificar o modelo *carnegie* de tomada de decisão predominante. Jones (2010) explana que este modelo possui algumas características como a informação está sempre disponível e não possui custo, a tomada de decisão ser desprovida de valores e a solução escolhida ser a melhor para a organização.

Apesar de a entrevistada relatar que acredita possuir todas as alternativas possíveis para tomar uma decisão, o que é uma característica do modelo racional, as características do modelo *carnegie* ainda são predominantes quando a mesma aborda a vinculação das decisões à legislação, o que elimina a interferência de valores pessoais nas mesmas. O fato das informações estarem sempre disponíveis, mesmo quando há a necessidade de uma coleta em campo, assim estas informações são isentas de custos para secretaria. E por fim, como as decisões são sempre de acordo com o

interesse público, assim como àquelas decididas por meio de conselhos e grupos organizados, o que nos leva a conclusão que a solução escolhida sempre é a melhor para o órgão.

C) A COMUNICAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL

Em relação à comunicação da secretaria com as esferas estaduais e federais quanto ao PMV a entrevistada relata que:

O PMV realiza a cada dois meses reuniões ordinárias para discutir o planejamento, informar ações e apresentar o andamento do programa. O Município de Abaetetuba sempre está presente nessas reuniões. Quando necessário a Secretaria do PMV envia e-mail's informativos para as secretarias de meio ambiente.

Onde se pode observar que sua comunicação está restrita ao estado, conforme o NEPMV, porém existe uma participação do MPF neste programa, e este órgão se manifesta relatando seu diálogo com os municípios da seguinte forma:

A gente faz as duas coisas, tanto na repressão daquele que quer jogar errado, quanto no fomento e incentivo de quem quer trabalhar corretamente. E a gente acaba intermediando muito diálogo entre as três esferas de governo, às vezes entre órgãos da mesma esfera. A gente faz isso muito. E também cobramos celeridade nas ações, que tem que ser feita também pelas três esferas de governo.

Logo, pode-se perceber que este diálogo do MPF com o município de Abaetetuba não esteja ocorrendo da forma como deveria, o que pode levar a muitas inferências sobre os motivos os quais não são interessantes analisar neste momento.

Já o NEPMV, informa que há uma comunicação com os municípios através de relatórios, reuniões, e-mails, telefone e até mensagens de celular.

Quando questionada sobre o tipo de informação externa necessária para a execução do PMV a Sra. S. T. apenas informa que qualquer informação que possa contribuir para as ações de comando e controle da secretaria de meio ambiente, não exemplificando algo mais concreto, assim como não identificou nenhuma informação nova sobre questões ambientais a partir da execução do PMV.

Partindo da ideia de que para analisarmos a comunicação da secretaria municipal de Abaetetuba a delimitamos como um sistema aberto (BERTALANFFY, 2010), e seguindo as definições de Katz e Khan (1975) são sistemas que importam do meio externo os recursos que, depois de transformados em bens e serviços são exportados para o ambiente, pode-se perceber que apesar desta ser um sistema aberto, ainda possui algumas falhas de comunicação com o seu entorno, por exemplo, com o MPF e o próprio sindicato dos trabalhadores rurais do município.

Sua configuração como sistema aberto, ainda pode ser corroborada no Quadro 3 abaixo, onde se destaca as características de qualquer sistema aberto:

Quadro 3. Características do Sistema Aberto no município de Abaetetuba.

Importação de energia	Transformação	Produto	Diferenciação
Degradação ambiental Carência de Educação ambiental	Elaboração de novas ações ambientais	- Adesão ao Programa "Municípios Verdes" - Inclusão de palestras e minicursos nas escolas	Habilitação para elaborar o CAR

Fonte: elaborado pelos autores.

D) PRINCIPAIS ENTRAVES PARA A GESTÃO DO PROGRAMA

Em relação às dificuldades enfrentadas para a gestão do programa a entrevistada da secretaria responde que: “As dificuldades estão na falta de recursos humanos e de equipamentos. Precisamos de técnicos em todos os setores desta Secretaria e principalmente técnicos para realizar o CAR”. Esta observação corrobora com a centralização das ações ambientais por falta de recursos humanos, assim como possui, obviamente, um foco estritamente local dos problemas enfrentados.

O relato do NEPMV já possui uma visão mais macro dos problemas enfrentados no estado, mas muitas vezes enfatiza questões que poderiam estar ocultas nas respostas do servidor municipal, como questões políticas:

Bem, questões políticas não influenciam muito por que nossas diretrizes são bem amarradas, o que não impacta em partido político, mas tem do outro lado. Existem alguns prefeitos que assinam o pacto, mas acham que se fizerem alguma coisa vão estar levantando bandeira para o governo do estado. Mas a maior dificuldade hoje é a equipe que é muito pequena, pela abrangência que a gente trabalha e atua. Verba a gente não pode mais dizer, por que o fundo Amazônia traz oitenta e dois milhões de reais para essa agenda específica que a gente não tinha um ano atrás. A logística do estado nos atrapalha um pouco, por que não dá para a gente estar em cinco municípios ao mesmo tempo. Outra dificuldade eu acho que é essa coisa do *feedback* político mesmo, a gente investir e não ter essa cultura do investimento que seja só do “pires na mão”.

A questão de carência de recursos humanos é percebida tanto no NEPMV como no município de Abaetetuba, porém enfrentam outros problemas como logística no Estado que possui dimensão muito grande e falta de iniciativa dos municípios que sempre esperam que o Estado promovam todas as transformações necessárias nos municípios.

Em outra fala a entrevistada também aponta problemas com a internet no Estado, o que dificulta um pouco a comunicação entre eles e alguns municípios. E quando questionada sobre a dificuldade para os municípios consolidados em se tornarem “municípios Verdes”, ela traz algumas questões importantes como vontade política e estruturação das secretarias:

Eles não têm a dinâmica do desmatamento no dia- a –dia, então eles não têm um comércio embargado, por exemplo, que os outros têm. Ai, eles não se veem tanto na obrigação. E a questão do “pires na mão” que no Pará ainda tem. E não enxergam que é uma bandeira para a cidade que poderia mudar o município completamente. O município consolidado que foi “Paragobala” no passado e foi o auge no programa. E como é que a gente mede toda essa captação de investimento? É óbvio que é com o município estruturado, que se conhece, que sabe a dinâmica. Tu vê em cada cidadão falando isso, é impressionante a autoestima deles lá. Por que a sociedade lá não deixa retroceder, tenho certeza.

Na visão do MPF, a dificuldade está mais centrada na transparência das informações dos municípios, assim como na estruturação mais qualificada das secretarias de meio ambiente municipais:

(...) uma ausência de maior apoio do governo federal, dificuldade de gestão dos municípios quanto à desorganização, como eu falei no começo nem secretaria municipal tinha, hoje quase todos já tem, agora já trabalhamos na qualidade da informação, a questão da transparência de dados também, então a gente conversa com os municípios para eles divulgarem dados por que isso você dá controle, controle social, de entidades da sociedade civil que fica mais fácil, eles olham para

você e te trazem informações, isso ajuda muito o processo. Mas se eu pudesse resumir é a questão da gestão a maior dificuldade.

Por fim a visão do sindicato, que apesar de não estar envolvido na implementação e execução do PMV, possui uma opinião baseada em experiências passadas com a secretaria de meio ambiente de Abaetetuba:

Eu acho que uma das dificuldades é a falta de estrutura da própria secretaria e a falta de pessoal capacitado para fazer esse processo de fiscalização por exemplo. E outra questão é a intervenção política, por que às vezes o secretaria tem até vontade de fazer, mas ai chega uma pessoa com cargo mais alto no município e manda parar. Isso acontece muito.

Em relação a mudanças na gestão ambiental do município a partir da adesão do PMV a entrevistada da secretaria municipal não identificou nenhuma mudança significativa que pudesse ser relatada, resposta ratificada pelo sindicato dos trabalhadores rurais.

Por fim, a visão sobre o que é o PMV, também pode levar a uma noção mais clara sobre possíveis entraves na sua gestão. Para a Sra. S. T. o PMV é:

A possibilidade de fortalecimento da gestão ambiental no município, a união dos profissionais que estão envolvidos em ações de cunho ambiental no Pará e sistematização da partilha de informações e conhecimentos.

Já para o sindicato dos trabalhadores rurais:

Eu entendo que o programa que foi lançado a partir de uma determinada constatação em alguns municípios que tiveram uma ação muito danosa ao meio ambiente e que hoje a implantação do programa tem a finalidade de recuperar todos aqueles danos que foram causados ao meio ambiente. Esse município tinha um passivo ambiental muito grande e que o programa tenta justamente adotar políticas de incentivo tanto para os agricultores como para os órgãos de governo que tentam recuperar esse passivo ambiental tentando recuperar áreas degradadas. Eu entendo que o programa tem esse objetivo, embora as concepções sejam diferentes. Por que as próprias empresas de dendê que incentivam a monocultura elas acham que a prática delas é sustentável e a gente entende que não.

É possível observar que mesmo o sindicato não possuindo um diálogo com a Secretaria municipal de Meio Ambiente, sua visão sobre o programa é bem definida e clara o que lhes dá suporte para cobranças sobre resultados deste programa para a localidade.

Diante dessas falas, é possível perceber alguns entraves bem evidentes para a gestão do PMV como, por exemplo, a falta de recursos humanos tanto na secretaria como no NEPMV o que pode ocasionar a falta de celeridades nas ações a serem implantadas e executadas; falta de equipamentos para a execução do PMV que deveria ser viabilizado tanto pelo município, como pela gestão estadual do programa; a questão do “pires na mão” que ainda perpetua no estado do Pará, pois os municípios consolidados por não possuírem embargos econômicos não se mobilizam mais eficazmente para o alcance de um resultado melhor no desmatamento e nas metas do PMV como um todo; mais apoio do governo federal, visões diferenciadas sobre o que é o PMV por parte de empresas privadas e governo; intervenções políticas desfavoráveis à execução do programa; e melhor estruturação das secretarias municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o Programa estadual “Municípios Verdes”, trouxe significativa importância e evolução ambiental para muitos municípios paraenses, principalmente a partir do grande exemplo de Paragominas, que teve uma ampla visibilidade nacional e internacional. Partindo do princípio de que cada localidade possui uma realidade específica, o próprio programa fez uma categorização dos municípios tomando como base sua situação florestal atual. Porém, este trabalho trouxe uma nova perspectiva para esta categorização, trazendo para o centro da discussão a questão da gestão ambiental nos municípios, que se entende ser uma variável de grande peso para mostrar o “por quê” de cada município estar no patamar de execução do programa em que se encontra.

As principais categorias criadas para se chegar a uma resposta sobre o processo de gestão deste município trouxeram contribuições bastante interessantes sobre o a atual classificação dos municípios feita pelo PMV.

Com uma visão holística, foi possível observar que a secretaria de meio ambiente de Abaetetuba ainda possui um modelo de gestão administrativa predominantemente burocrática, o que pode gerar um formalismo desnecessário no trâmite dos processos, assim como impactar diretamente no processo de tomada de decisão dos gestores.

Esta segunda categoria (tomada de decisão) evidenciou como modelo predominante de tomada de decisão o *carnegie* que possui grandes benefícios, entre eles a tomada de decisão isenta de valores pessoais, informações sem custos e escolha de soluções sempre buscando o melhor para a organização, mesmo quando as decisões não são coletivas.

Quanto a comunicação do sistema, observou-se ainda falhas nessa comunicação com órgãos como o MPF e o próprio sindicato dos trabalhadores rurais do município, o que pode gerar um processo incompleto de *feedback* da secretaria, sobre suas ações.

E por fim, os entraves na gestão do PMV, que por meio dos relatos que diversos atores envolvidos na execução do PMV evidenciaram foram: a falta de recursos humanos tanto na secretaria como no NEPMV; falta de equipamentos para a execução do PMV; a política do “pires na mão” que ainda perpetua no estado do Pará, já que os municípios consolidados por não possuírem embargos econômicos não se mobilizam mais eficazmente para o alcance de um resultado melhor no desmatamento e nas metas do PMV como um todo; mais apoio do governo federal, visões diferenciadas sobre o que é o PMV por parte de empresas privadas e governo; intervenções políticas desfavoráveis à execução do programa; e melhor estruturação das secretarias municipais.

Com os resultados obtidos nesta pesquisa, foi possível observar que esta categorização, unicamente feita com base florestal, não atende a real situação do município sobre suas possibilidades de alcançar um patamar superior na sua situação ambiental ou mesmo conseguir o título de “município verde”, já que como relatado pela entrevistada do NEPMV, Óbidos foi um município que saiu da categoria “base florestal” para “município verde” em um curto espaço de tempo. As questões para o avanço dos municípios estão amplamente, porém não unicamente, voltada para a gestão ambiental praticada pelos mesmos.

O município de Abaetetuba ainda possui um processo de gestão que precisa urgentemente ser mais bem estruturada, principalmente no que diz respeito a sua comunicação com o entorno, ou seja, com o sindicato, pois eles são os atores que poderão promover a mudança ambiental de forma direta. Sem essa comunicação é praticamente impossível qualquer avanço por parte do município com relação às metas do PMV. Assim como, uma melhor ação política dos gestores, de maneira a

entender o quanto o município pode avançar em termos de visibilidade, qualidade de vida e benefícios econômicos com o alcance da certificação “município verde”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joaquim Filipe. Da nova gestão pública à nova governação pública: pressões emergentes da fragmentação da estrutura da administração pública. In: SILVESTRE, H.C.; ARAÚJO, J. F. **Coletânea em Administração Pública**. Lisboa: Escolar, 2013. P. 25-61.

BERTALANFFY, Von Ludwig. **Teoría General de los Sistemas**. Editorial Fondo de Cultura Económica. México. 1976.

BERTALANFFY, Von Ludwig. **Teoria General dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

CAMPOS, Claudinei José. Método de análise do Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 57, n.5, pp. 611-614, set/out. 2004.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, v.19, n.53, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150010&search=para|abaetetuba>> . Acesso em: 12 set.2015.

IDESP. **Estatística Municipal: Abaetetuba**. Belém: Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. 50p. 2014. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/estatisticaMunicipal/pdf/Abaetetuba.pdf>> . Acesso em: 29 out.2015.

IMAZON. **Dados SAD 2015**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2015. Disponível em: <http://amazon.org.br/PDFamazon/Portugues/transparencia_florestal/amazonia_legal/SAD-Maio2015.pdf> Acesso em: 01 jul. 2015.

INPE/PRODES. **Deflorestamento anual por município**. Projeto de Monitoramento do Desflorestamento nos Municípios da Amazônia Legal. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação INPE/MCTI. 2015a. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>> . Acesso em: 29 set.2015.

INPE/PRODES. **Taxa anual de desmatamento por estado de 1988 a 2014**. Projeto de Monitoramento do Desflorestamento nos Municípios da Amazônia Legal. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação INPE/MCTI. 2015b. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2014.htm> . Acesso em: 29 set.2015.

IPEA. O que é? Amazônia Legal. **Desafios do desenvolvimento**. 2008. Ano 5 . 44. ed., Brasília: 08 jun. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid=23> . Acesso em: 21 out.2015.

JONES, Gareth. **Teoria das organizações**. Cap.12. Tomada de decisão, aprendizagem, gestão do conhecimento e tecnologia da informação. São Paulo: Pearson, 2010.

- KATZ, D.; KAHN, R. L. **Psicologia social das organizações**. São Paulo: Atlas, 1975.
- KLIR, G. J.; SPRINGER, V. **Facets of systems science**. [S.l.: s.n.], 1994.
- LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MEADOWS, D. H. **Thinking in Systems: a primer**. White River Junction, VT: Chelsea Green Publishing Company, 2008.
- O ECO. **O que é a Amazônia Legal**. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>. Acesso em: 12 set.2015.
- PARÁ. **Decreto nº 54, de 29 de março de 2011**. Institui o Programa de Municípios Verdes - PMV no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. Publicado no DIÁRIO Oficial do estado do Pará em 30.03.11, alterado pelos Decretos 308/11, 1.053/14. Disponível: <http://www.sefa.pa.gov.br/legislacao/interna/decreto/dc2011_00054.pdf>. Acesso em: 20 set.2015.
- PARSONS, T. **The social system**. Nova York: Free Press, 1951.
- SEMA. **Lista de Municípios Verdes**. Belém: Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade, 2015. Disponível em: <<http://www.sema.pa.gov.br/documentos/municipios-verdes/lista-de-municipios-verdes/>>. Acesso em: 10 out.2015.
- SILVA, Laryssa de Cássia Tork. **Avaliação do projeto público “Paragominas: município verde” sob a ótica das mudanças climáticas**. 87f. 2014. Dissertação de mestrado, Belém: Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.
- SOARES, B.E.C.; FERREIRA, A.P. Desenvolvimento sustentável e biodiversidade. **Biociência e Desenvolvimento**. n. 33, pp.72-75, 2004.
- VIDAL, Josep. P. Teoria da decisão: racionalidade autorreferencial (Luhmann), processual (Sfez), e autopoietica comunicativa. Belém: **Paper do NAEA**, 2013.

CONHECIMENTO TRADICIONAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA PESCA DE CURRAL NA RESE'X MARINHA MOCAPAJUBA - SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA)

Quéren Hapuque Pantoja Lobo¹

Flávia Domitila de Lima Souza²

Voyner Ravena-Cañete³

RESUMO

A pesquisa foi realizada na comunidade do Aê em São Caetano de Odivelas, litoral do estado do Pará - Brasil. Em 2014 foi instituída no município a RESE'X Marinha Mocapajuba, a qual resultou de uma longa demanda local para a proteção dos recursos naturais e para garantir as condições de vida das populações pesqueiras que lá habitam, uma vez, que os valores socioculturais e econômicos das comunidades estão intimamente conectados ao ambiente estuarino. O trabalho buscou descrever e discutir os fatores que influenciam a valorização ou desvalorização dos conhecimentos tradicionais da população que vive na comunidade, evidenciando conhecer em que consistem seus modos de vida, considerando suas práticas e acesso aos recursos naturais. Alcançar tal objetivo permite à pesquisa contribuir para o planejamento de políticas públicas e a valorização das formas de uso do ambiente, especialmente colaborando para um plano de ação que possa culminar com o plano de manejo a ser elaborado para a RESEX.

Palavras-chave: Estuário amazônico, salgado paraense, pesca artesanal, RESE'x Marinha.

Este artigo busca descrever e discutir o conhecimento tradicional presente na comunidade do Aê, no contexto de implementação da RESE'x Marinha Mocapajuba no município de São Caetano de Odivelas, estuário paraense. Se debruça especialmente nos principais fatores que influenciam tanto a valorização quanto a desvalorização do modo de vida da comunidade pesqueira. A partir do objetivo proposto, identificou-se o modo como a população da comunidade se relaciona com o ambiente estuarino a partir do uso e acesso aos recursos naturais. Verificou-se também que os fatores que influenciam a saída da população local, em sua maioria jovem, possuem relação com a busca pela educação formal e ausência de políticas públicas de incentivo à pesca artesanal. Por outro lado, os fatores que levam à valorização do modo de vida e fixação da população residente estão relacionados à reprodução do saber tradicional, à coletividade da vida no campo e aos laços com a terra de origem, somadas, ainda, às relações de parentesco que desenham a vida no lugar.

Alcançar tal objetivo permite à pesquisa contribuir para o planejamento de políticas públicas e valorização das formas de uso do ambiente, especialmente colaborando para um plano de ação que pode culminar com o plano de manejo a ser elaborado para a RESEX.

¹ Graduanda em Oceanografia. Universidade Federal do Pará. E-mail: querenh.lope@gmail.com.

² Graduanda em Turismo. Universidade Federal do Pará. E-mail: flavia_domitila@hotmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará - PPGSA/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca - PPGEAP/UFPA, Brasil. Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA, Brasil. E-mail: ravenacanete@gmail.com.br.

Como instrumentos metodológicos de coleta de dados foram aplicados formulários socioeconômicos e realizadas entrevistas semiestruturadas. Os formulários socioeconômicos continham perguntas sobre as atividades econômica e de subsistência e dados sociais da família dos informantes. As entrevistas buscaram levantar informações sobre as técnicas e instrumentos de exploração dos recursos naturais e transmissão do conhecimento tradicional no núcleo familiar. Para avaliar as possíveis mudanças no modo de vida da população estudada, utilizou-se o critério de faixa etária para selecionar as pessoas que seriam entrevistadas. Desse modo, quatro faixas etárias foram estabelecidas: 20 a 35 anos; 36 a 50 anos; 51 a 65 anos e mais de 65 anos. Essa escolha repousou na percepção de que o conhecimento apresentava mudanças nas diferentes gerações, dado que a própria disponibilidade de recursos naturais vem se alterando nas últimas décadas. Para obter resultados capazes de aproximar e revelar a realidade estudada, a abordagem quantiquantitativa foi utilizada, uma vez que a mesma permite a análise estatística dos dados e considera informações relevantes que emergem durante as conversas entre pesquisador e sujeitos de pesquisa. A observação direta durante as visitas à comunidade foi fonte de informações importantes para a realização da pesquisa. Vale ressaltar, que o estudo não se configurou como uma etnografia, já que para esta seria importante uma observação participante, marcada por longa estada em campo (MALINOWSKI, 1976). No entanto, o estudo se preocupou com a importância da observação direta, e, especialmente, a tentativa de relativização do olhar, diante do cotidiano estudado.

O primeiro momento em campo consistiu em definir e conhecer a área de estudo, a partir disto, a comunidade do Aê foi escolhida para a realização da pesquisa por apresentar um conhecimento socioambiental peculiar. Especificamente, a comunidade do Aê se caracteriza pela prática da pesca de curral como principal atividade de subsistência e de relação com o mercado, o que faz da mesma uma comunidade diferente das demais que apresentam uma pluriatividade mais marcante em seu cotidiano.

A coleta de dados ocorreu de 16 a 17 de maio e de 10 a 12 de julho de 2015. Foram aplicados 23 formulários socioeconômicos, o que equivale a 37,1% das 62 famílias residentes (ICMBIO, 2014). Foram entrevistados em profundidade nove atores sociais ligados à pesca de curral e em diferentes faixas etárias.

Descrevendo os dados coletados, este artigo divide-se em duas seções, seguidas das conclusões finais. A primeira descreve o município de São Caetano de Odivelas em uma perspectiva socioeconômica e suas características ambientais em uma área estuarina. A segunda seção apresenta a comunidade em sua interface com as atividades de subsistência e econômica a partir das disponibilidades dos recursos naturais, enfocando especialmente as escolhas que definem as diferentes atividades no decorrer do ano.

A foto a seguir apresenta a perspectiva de quem chega à comunidade.

Figura 1 - Rua Principal da Comunidade do Aê



Foto: Marcelo Tavares e Halden Monteiro, 2015.

A foto evidencia um cotidiano rural, marcado por um habitar de forte relação com a natureza.

SÃO CAETANO DE ODIVELAS: UMA DESCRIÇÃO DO AMBIENTE, UMA DESCRIÇÃO SOCIOECONÔMICA

O encontro do rio com o mar é chamado genericamente de Estuário. Trata-se de um ambiente de transição - entre os meios marinho e continental - de alta complexidade e vulnerabilidade à influência do homem (MIRANDA, 2002). A dinâmica entre a água doce de origem fluvial e a água do oceano adjacente, os transportes associados de sedimentos e nutrientes são processos que tornam os ecossistemas estuarinos biologicamente mais produtivos que outros ambientes aquáticos (MIRANDA, 2002). Nessa interface oceano-continente está o ecossistema de manguezal altamente produtivo, de tal forma, que sustenta uma extensa cadeia alimentar, que abrange desde seres microscópicos da fauna e flora, até comunidades humanas (BARROS, 2001).

Furtado et al (2006, p. 117) ao realizar estudo sobre pequenas populações da Zona do Salgado paraense verificou “uma interação marcante entre homem e natureza, não apenas marcada pela relação objetiva de trabalho-subsistência, mas, também, no imaginário. O mar e os outros ecossistemas têm uma representação sociocultural, altamente, valorizada na percepção dos indivíduos”.

Geograficamente, a Zona do Salgado paraense abrange os municípios de Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Primavera, Salinópolis, Santarém Novo, São Caetano de Odivelas e Vigia, possui cerca de 500 km de extensão e está situada entre a Baía do Marajó e a Baía do Gurupi (ADRIÃO, 2006).

Especificamente, o município de São Caetano de Odivelas abrange uma área territorial de 743,466 km², com uma população estimada em 17.344 habitantes e faz parte da microrregião do salgado paraense (IBGE, 2014). A população das comunidades que compõem o município apresentam suas atividades voltadas para a pesca e coleta de mariscos, sendo possível encontrar a agricultura como atividade complementar voltada para subsistência, ou mesmo como atividade principal. Em 2014, foi instituída no município a RESEx Marinha Mocapajuba que resultou de uma longa demanda local para a proteção dos recursos naturais do município, assim como a garantia de reprodução das populações pesqueiras que lá vivem (ICMBIO, 2014).

Segundo Arruda (2000), o modelo de unidade de conservação adotado no Brasil e nos países de terceiro mundo é proveniente da concepção de “áreas protegidas” que se baseia na manutenção de partes do mundo natural em seu estado originário. Esse modelo construído e aplicado nos Estados Unidos teve relativo êxito em sua execução, pois, dispunha de amplos espaços desabitados. No entanto, a implementação dessa proposta nos países de terceiro mundo seria inviável. O autor considera que tal modelo de unidades de conservação supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais, desconsiderando e desvalorizando assim os seus saberes tradicionais.

Diegues (2001) afirma que, num primeiro momento, os atores sociais são invisíveis, e os chamados “planos de manejo dos parques” não mencionam a existência de indivíduos que vivem no local, e que o reconhecimento da existência e até de importância desses atores sociais para a manutenção da diversidade biológica é fenômeno recente, causado pelo surgimento, em países do terceiro mundo, de um ecologismo diferente dos países industrializados. O Autor defende o estabelecimento de políticas onde seja considerado o conhecimento da população tradicional integrado com o conhecimento de biólogos, engenheiros florestais, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, entre outros.

No estudo socioambiental realizado no local pelo ICMBIO (2014), para a instituição da respectiva RESEX, observou-se que as técnicas de pesca são repassadas por gerações e o aprendizado se inicia com os filhos acompanhando seus pais, muitas vezes, a partir dos oito anos de idade. Desse modo, durante as atividades pesqueiras é possível considerar a troca de aprendizados através da prática ou da convivência.

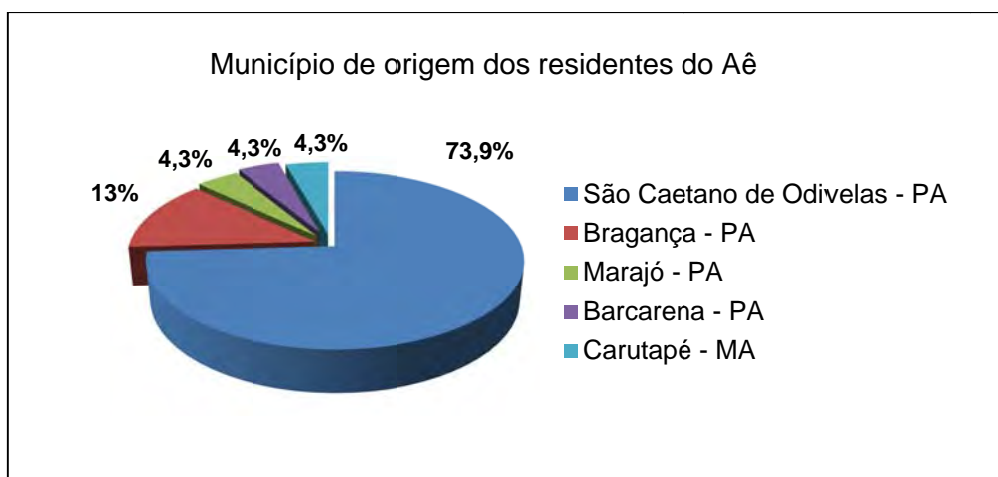
Para Silva (2010), a sabedoria dos pescadores apresenta um profundo conhecimento sobre o espaço onde os mesmos desenvolvem a atividade pesqueira, estando aptos a identificar todo tipo de obstáculo que possa vir atrapalhar ou dificultar o bom andamento da atividade e a identificação dos cardumes, tais como: rochas, barcos afundados, barrancos de areia ou outras obstruções perigosas. Observa-se, então, a relação entre o modo de vida do pescador ligado ao seu meio de subsistência, onde a sua experiência influencia de forma positiva no reconhecimento de locais onde os recursos pesqueiros estão dispostos.

COMUNIDADE DO AÊ: CONHECIMENTO TRADICIONAL, PESCA ARTESANAL

Em estudo realizado por JÚNIOR (2001) a urbanização das áreas de pesca; a ausência de políticas públicas voltadas aos pescadores e a instabilidade econômica no local de origem foram citados como alguns dos fatores que originaram os movimentos migratórios de pescadores no nordeste paraense. Neste cenário, a migração mostra-se como alternativa a dar continuidade ao seu

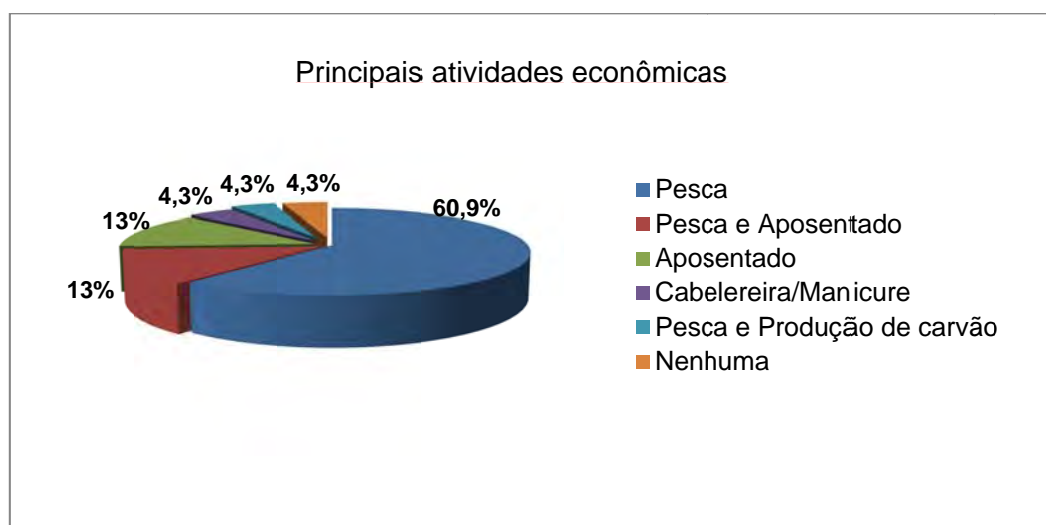
modo de vida enquanto trabalhadores da área pesqueira. No entanto, ainda que a mobilidade apareça como uma tendência, na busca por políticas públicas e serviços, no presente estudo, dos nascidos em outros municípios dos estados do Pará (21,6%) e Maranhão (4,3%), a maioria declarou viver na comunidade há mais de uma década e desenvolver atividades econômicas e de subsistência relacionadas à pesca e à agricultura. Portanto, pode-se inferir que a comunidade do Aê revela-se como alternativa aos pescadores estabelecidos em seu território. Outro fator que pode ter contribuído para a permanência das famílias na comunidade é a maneira como foram recebidas pelos moradores locais, pois as mesmas não pagaram pelo terreno onde vivem. Observou-se que os grupos familiares estabelecidos nos últimos 15 anos, formados tanto por pessoas vindas de outras comunidades de São Caetano quanto por pessoas de outros municípios, residem próximos uns aos outros, na rua chamada de “Nova”. O representante da Colônia de Pescadores no Aê relatou estar mobilizando os homens da comunidade para “abrir” outra rua para acomodar as novas famílias que continuam a se estabelecer. O gráfico a seguir é ilustrativo.

Gráfico 1 - Residentes da comunidade segundo o município de nascimento.



Quando perguntados sobre sua principal atividade econômica, 78,2% declararam trabalhar em atividades relacionadas à pesca. Desse percentual, 60,9% declararam trabalhar exclusivamente na pesca, 13% afirmaram que além de atuarem na pesca recebem aposentadoria, 13% são pescadores aposentados, 4,3% declararam que alternam as atividades de pesca com a produção artesanal de carvão vegetal, 4,3% não atuam na pesca (Cabelereira/Manicure), porém, há pessoas da família ativas no ramo e 4,3% declararam não desenvolver atividade econômica (Gráfico 2). Os dados evidenciam que o uso dos recursos aquáticos desempenha um papel essencial na economia da comunidade, e a mesma, passa por ciclos conduzidos pela sazonalidade desses recursos. Dessa forma, se salienta o fato de que os trabalhadores da área da pesca migram para distintas pescarias de acordo com a disponibilidade e a facilidade em acessar os recursos no mar ou manguezal, como revela o gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade do Aê



Tal situação é corroborada por Furtado et al (2006) e Maneschy (1993). A pesca de curral e o extrativismo do caranguejo são as formas de exploração dos ecossistemas costeiros, no que diz respeito à fonte de renda, dominantes na comunidade. Outras pescarias estão presentes no cotidiano dos habitantes, todavia, em menor número de praticantes. As principais atividades desenvolvidas pela população estão listadas no quadro a seguir, em ordem de importância econômica e de subsistência:

Quadro 1. Principais formas de uso dos recursos naturais desenvolvidas na comunidade, em ordem de importância econômica e de subsistência.

		Ator social	Característica da atividade
Pesca	Pesca de curral	Dono de curral	Econômica e subsistência
		Marcador de curral	Econômica
		Marreteiro de peixe	Econômica
	Pesca de rede	Pescador autônomo	Econômica e subsistência
		Pescador empregado	Econômica
		Pesca de camarão	Pescador (a) autônomo (a)
	Pescador (a) empregado (a)		Econômica
	Marreteiro de camarão		Econômica
	Pesca de siri	Pescador (a) autônomo (a)	Econômica e subsistência
	Extrativismo de caranguejo		Extrativista de caranguejo
		Marreteiro (a) de caranguejo	Econômica
Agricultura familiar	Cultivos	Roça de mandioca	Subsistência
		Roça de macaxeira	Subsistência

	Beneficiamento	Produção de farinha	Subsistência
--	----------------	---------------------	--------------

O quadro evidencia uma população que tem na pesca sua principal atividade de subsistência e de relação com o mercado.

O município de São Caetano de Odivelas dispõe de características geográficas favoráveis a pesca de curral: grandes amplitudes de marés, terrenos de fraca declividade e existência de baixios próximos às margens (MANESCHY *apud* EL-ROBRINI et al., 1992), visto que currais são armadilhas fixas para capturar peixes e mostram-se mais eficientes em ambientes aquáticos que sofrem forte influência das oscilações de marés. A comunidade do Aê é reconhecida na região pela tradição nessa arte de pesca e a continuidade da mesma indica relação com a transmissão do saber tradicional no núcleo familiar, pois, nota-se, que o conhecimento tradicional de comunidades pesqueiras artesanais é transmitido oralmente com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida (BEGOSSI, s/d). Apesar de 85,7% dos pescadores curralistas afirmarem que não gostariam que seus filhos trabalhassem na pesca de curral, pois desejam que os mesmos estudem e consideram tal modalidade muito “sacrificante”, de fato, os jovens atuam na pesca, em sua maioria, como parceiro de um pescador experiente da família. Ainda que tenham declarado gostar de trabalhar no ramo, afirmaram atuar temporariamente enquanto não dispunham de ocupação “melhor” e em virtude da rentabilidade do curral durante a safra. Outros relataram ter assentado curral porque o período adequado para o processo de construção dos currais coincidiu com a greve dos professores⁴. A foto a seguir permite visualizar um momento de despesca no curral.

Figura 2: Despesca de um curral de beira localizado próximo a desembocadura do igarapé do Itaipú.



Foto: Marcelo Tavares e Halden Monteiro, 2015.

Notadamente, os jovens que não interromperam os estudos enfrentam dificuldades a partir do 6º ano, como ter de ir para outras comunidades ou municípios para continuar a educação básica,

⁴As escolas estaduais do Estado do Pará deflagraram e permaneceram em uma greve aproximadamente por dois meses no decorrer do ano de 2015.

isso porque há apenas uma escola na vila e esta alcança somente o 1º grau menor do ensino fundamental. Nesse cenário, as jovens mulheres que não dispõem de recursos para prosseguir a formação básica ou profissionalizante, quando não se dedicam exclusivamente aos serviços domésticos, passam a trabalhar como caixas e vendedoras em mercados e lojas da sede de São Caetano e dos arredores. No caso dos rapazes, os que se aventuram fora da comunidade em busca de empregos encontram espaço na construção civil, ou atuam como mototáxi e carregador de cargas. Já os que permanecem na comunidade se especializam na pesca, geralmente na mesma modalidade desenvolvida tradicionalmente pela família.

Os pescadores mais antigos relataram ter abandonado sua localidade de origem, quando mais jovens, para se aventurarem em outros trabalhos nos núcleos urbanos, entretanto, retornaram para seus locais de origem por não se adaptar a vida na cidade. O mercado de trabalho nos centros urbanos impõem normas e exige a educação formal que não correspondem, respectivamente, à lógica da vida no campo e ao conhecimento tradicional ecológico dos pescadores. Desse modo, essa mão de obra é direcionada ao mercado informal ou empregos de baixa remuneração aliada a jornadas de trabalho exaustivas. Tais fatores somados à memória da tranquilidade e da coletividade da vida que se tinha no campo despertam o desejo de regressar ao habitat natural.

No município de São Caetano de Odivelas, o ecossistema de manguezal está ameaçado pela excessiva ação antrópica para a “tiração” e comercialização de caranguejos, além do uso da madeira nativa para produção de lenha (ICMbio, 2004) e, em algumas comunidades, para a construção dos currais. O extrativismo do caranguejo é fonte de renda importante para os habitantes do Aê, sobretudo, no declínio da safra do curral (setembro), ao passo que o período menos chuvoso na região, chamado pelos nativos de “verão”, se aproxima e torna o mangue mais acessível à exploração do recurso por estar menos alagado. É notável a participação das mulheres enquanto trabalhadoras do mangue. Nenhum tipo de beneficiamento do crustáceo é realizado, a produção é vendida ao marreteiro local ou de outros municípios (“de fora”, usando a definição local).

A pesca de rede figura entre as pescarias secundárias e alternativas ao curral durante as entressafas e, em dias de baixa produção, a quantidade de pescado capturado é pequena e destinada à alimentação das famílias. Ademais acontece prioritariamente próxima à costa e nos igarapés. Poucos pescadores figuram na pesca marítima, e nesse caso, sempre como pescador empregado em barcos de São Caetano e de municípios da região, como Vigia e Colares. A pesca de arrasto de praia para a captura do camarão exerce função semelhante a da pesca de rede, nesta, assim como no extrativismo do caranguejo, as mulheres merecem destaque pelo número de praticantes. Pescadores de siri são raros e atuam nessa modalidade por um curto período de tempo. O escoamento da produção de todas as atividades pesqueiras de relevância econômica é realizado pelos marreteiros locais ou de fora. Há apenas dois marreteiros de peixe e camarão e um marreteiro de caranguejo na comunidade. Os marreteiros locais de peixe e camarão são importantes principalmente durante os períodos de menor produção, quando os marreteiros de fora se ausentam restando apenas o marreteiro fixo para comprar o pescado. No que tange à cadeia de intermediários, notadamente os pescadores dependem daqueles que controlam, em terra, a distribuição do pescado. O padrão de distribuição desigual dos lucros que se observa nas relações entre população produtora e comerciantes de pescado nas várias localidades do salgado paraense (MANESCHY, 1993), se repete na comunidade do Aê.

A agricultura é do tipo familiar e desenvolvida no âmbito da subsistência, reduzida a cultivos de mandioca e macaxeira. A mandioca é destinada à produção artesanal da farinha para o consumo dos grupos familiares.

A pesca artesanal na comunidade do Aê, apesar de sua representatividade como produtora de pescado junto às demais comunidades, o que confere o status de importante polo pesqueiro a São Caetano de Odivelas no cenário paraense, não coloca os responsáveis pela sua reprodução em condição social e econômica justas. Entre as prováveis causas, a cadeia de intermediação do pescado (CARDOSO, 2001) e a ausência de políticas públicas de incentivo a categoria são determinantes para a estagnação de quem a exerce. A comunidade é amparada apenas por políticas públicas que chegam à região oriundas do governo federal, como os programas Bolsa Família e Fome Zero. A atuação do IBAMA é citada principalmente no sentido de fiscalizar a comercialização do caranguejo no período do defeso (ICMBIO, 2014). O conjunto de violações de direitos básicos ao qual a comunidade está sujeitada reflete as situações precárias de moradia, saneamento, nutrição, escolaridade e acesso à saúde. Tais condições são determinantes para a saída, principalmente, da população jovem para os centros urbanos em busca de políticas públicas e serviços, além de influenciar a desvalorização do seu modo de vida.

Na contramão desse processo, a qualidade de vida no campo, os sistemas de parcerias e trocas que resistem à influência da lógica capitalista dos centros urbanos e o vasto saber tradicional acerca do ambiente do qual fazem parte destacam-se como motivos de orgulho e fator de fixação da população local.

CONCLUSÃO:

Os valores culturais, sociais e econômicos da comunidade do Aê estão intimamente conectados ao ambiente marinho costeiro. As mudanças atuais resultantes da penetração intensa das relações capitalistas no universo da pequena pesca diluem e reinventam esses valores. No entanto, a conexão com o habitat natural parece resistir à pressão da sociedade urbano/industrializada.

O conhecimento acerca dos modos de exploração dos recursos estuarinos da população tradicional em questão deve ser devidamente considerado nas tomadas de decisões nos programas de manejo pesqueiro direcionados à região. Basta ver que seu vasto saber tradicional, resguardado geração a geração, resiste há anos frente às influências e pressão de fatores externos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem; a necessidade de uma abordagem interdisciplinar. Ver. Antropol., São Paulo, v. 43, n. 1, 2000.

ADRIÃO, D. **Pescadores de Sonhos**: um olhar sobre as mudanças nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do veraneio e do turismo balnear em Salinópolis, Pará. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. vol.1 no.2 Belém May/Aug. 2006.

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. Revista Ambiente e Sociedade, ano II, no. 5, NEPAN/UNICAMP, v. Ano II, no. 5, p. 79-93, 2000.

- BARROS, H. M. **Ecossistemas Costeiros: Impactos e Gestão Ambiental**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.
- BEGOSSI. **Conhecimento tradicional e apropriação social do ambiente marinho**. <<http://nupaub.fflch.usp.br/biblioteca>>, acesso em 05/06/2015.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação de Reserva Extrativista Marinha no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará**. Pará: ICMBIO, 2014. 102 p.
- CARDOSO, E. S. Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2001.
- DIEGUES, A. C. S. **Conhecimento e manejo tradicionais: ciência e biodiversidade**. NUPAUB, 2000.
- DIEGUES, A. C. S. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB – USP, 1996. P. 69-112.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC e NUPAUB, 2001. V. 1.
- EL-ROBRINI, M. et. al. Deposição e assoreamento das rias do nordeste do Estado do Pará/Brasil. In: Congr. Bras. Geol., 37. São Paulo. **Boletim de resumos expandidos**. São Paulo, SBG, p. 79-80, 1992.
- FURTADO, L.; MANESCHY, M. C.; NASCIMENTO, I.; SANTANA, G. Formas de utilização de manguezais no litoral do estado do Pará: casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. In: **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.
- IBGE. Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. 2014. Possível de ser acessado em <<http://cod.ibge.gov.br/3F2>>. Acesso em 14 de agosto de 2015.
- MACIEL, I. L. S. **O mangue como unidade geográfica de análise: o espaço de vivência e produção comunitária nos manguezais da comunidade de Jutaí no município de São Caetano de Odivelas-PA**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará. Belém, Pará. 2009.
- MALINOWSKI, Bronislaw. “Introdução. Tema, método e objetivo desta pesquisa”. In **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril S.A. Industrial e Cultural, 1976. P. 21-38.
- MANESCHY, M. C. PESCADORES CURRALISTA NO LITORAL DO ESTADO DO PARÁ: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. **Revista da SBHC**, n. 10, p. 53-74, 1993.
- MANESCHY, M. C. Pescadores nos Manguezais; Estratégias Técnicas e Relações Sociais de Produção na Captura do Caranguejo. **Povos das Águas, realidade e perspectiva na Amazônia** (Orgs: L. G. Furtado, W. Leitão, A. F. Melo), Belém-Pa, 1993.
- MIRANDA, L. B de. Princípios de Oceanografia Física de Estuários. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002 – (Acadêmica; 42).
- JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira Potiguar. Uma etnografia da migração interna de pescadores no nordeste paraense. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1354-1364
- SILVA, A. L. da. Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 141-163, jan.-abr. 2011. Universidade de São Paulo. Conservação Internacional do Brasil.

ZONEAMENTO AMBIENTAL APLICADO A GESTÃO DE UNIDADES DE PAISAGENS ATRAVÉS DE MAPEAMENTO DE FORMAÇÕES VEGETAIS COM ALTO PODER DE ESTABILIDADE ECOLÓGICA E HIDROGEOMORFOLÓGICA

Paulo Alves de Melo¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral o mapeamento e zoneamento das formações de *Mauritia flexuosa* (buriti), *Euterpe oleracea* (açai), *Astrocaryum vulgare* (tucumã) e *Bactris concinna* (marajá, marajá-de-igapó) na Micro Região do Salgado Paraense. O mapeamento e caracterização destas unidades de paisagem visa comprovar o seu potencial para a estabilidade ecológica (refúgio e reprodução de fauna) e para a proteção de nascentes e conservação dos lençóis freáticos na micro região. Os objetivos consistem ainda em aplicar a clássica teoria da paisagem de orientação russa e francesa (BERTRAND; BERUTCHACHVILI, 2007, SOCHAVA, 1977, TRICART; KILIAN, 1979), com ajustes, no zoneamento ambiental de zonas costeiras na escala micro regional e municipal, tomando-se como base as unidades inferiores (BERTRAND, 2004), mais especificamente às unidades enquadradas como geossistemas de tabuleiros costeiros com formações secundárias fortemente antropizadas e geossistemas de formações pioneiras em planícies aluviais de várzeas e igapós onde ocorrem os buritizais e demais palmeiras associadas. As unidades de paisagem serão enquadradas em tabelas para se descrever suas principais características físicas e formas de apropriação, com posterior individualização em mapas temáticos com uso de sensoriamento remoto, geoposicionamento e trabalhos de campo para comprovação nos *loci*. Os resultados deverão mostrar a pertinência do zoneamento ambiental na escala microrregional e municipal, bem como a atualidade do conceito de paisagem e sua relevância para a compreensão da espacialidade numa perspectiva sistêmica; além de servirem como documentos para auxiliar na gestão e na preservação das últimas amostras de floresta umbrófila densa deste sub espaço amazônico.

Palavras-chave: paisagem, taxonomia da paisagem, gestão ambiental municipal/micro regional

1 – INTRODUÇÃO

A geografia sempre se apoiou na integração dos processos que atuam no quadro físico e na relação de interdependência entre esses processos e a dinâmica da sociedade. À luz desse campo de conhecimento, é indiscutível a relevância do grave e multifacetado problema da degradação ambiental, no qual afloram como temas significativos a crescente destruição das paisagens com grande pontencial físico e ambiental (MELO, 2007; UNESCO, 2007).

A degradação via de regra, dá-se pela não consideração da capacidade de suporte e do grau de vulnerabilidade das paisagens. Os processos de apropriação de áreas de alto significado geocológico acarretam problemas de ordem ambiental e social que são de imediato percebidos e

¹ Professor assistente e Diretor da faculdade de Geoprocessamento do campus de Ananindeua da Universidade Federal do Pará, Mestre pelo Programa de pós graduação em Geografia da UFPA, Doutorando do programa de pós graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Paulomelo@ufpa.br

vivenciados primeiro na escala do município, sendo a municipalidade a principal responsável por sanar os problemas desdobrados.

Deve-se ressaltar que por mais que os municípios sejam os responsáveis diretos pela resolução dos problemas, estes pouco participam ou desenvolvem políticas de gestão ambiental deixando essas ações para as escalas “superiores”, o que é lamentável, pois desde 1988, em função da nova Carta Magna, a escala municipal tornou-se privilegiada para o planejamento e gestão local, tendo assumido responsabilidades sobre ordenamento territorial, planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo (CF. 1988).

Desde aquela data, os temas referentes ao desenvolvimento local têm sido alvo de rica literatura, com enfoques que vão do planejamento estratégico aos instrumentos de gestão participativa (SOUZA, 2004); embora estes, apesar de também privilegiarem os temas ambientais, pouco trataram da questão da vulnerabilidade de determinadas paisagem que compõem áreas municipais que por suas características geoecológicas requerem atenção especial.

Isto pode ser facilmente percebido na ausência de zoneamentos ambientais na escala do município e/ou micro regional, ou seja, que inclua um consórcio de municípios com as mesmas características ambientais, apesar de previstos em lei, constituindo-se mesmo numa vitória do novo pacto federativo², que reconheceu o município como ente federado, categoria antes reservada aos Estados (COSTA, 2005). Em outras palavras, as obrigações devem ser divididas entre as três esferas de governo, o que nem sempre ocorre, seja por despreparo dos municípios acostumados à cultura paternalista, seja pelas ingerências das outras escalas de poder³.

Na Amazônia, a cultura dos zoneamentos é recente e incipiente, são generalizantes (ZEEs estaduais) executados em escalas que não evidenciam a realidade dos municípios (AB’ SÁBER, 2004). Mesmo sendo o ordenamento territorial uma premissa maior do Estado Nacional, este deve, conforme o que estabelece a lei, privilegiar o novo papel do município ou dos grupos de municípios associados.

Nesse sentido, em função do novo significado político do município, os instrumentos de planejamento e gestão ambiental devem ter uma visão cada vez mais abrangente, incorporando a preocupação social, típica desse período, que ressalta a importância da participação popular (SOUZA, 2004) e ambiental, posto que é justamente, como já ressaltamos, no local que são mais perceptíveis os efeitos das reconfigurações das paisagens, que vão desde alagamentos, escorregamentos, depósitos irregulares de resíduos sólidos, lançamentos de efluentes em córregos, variações no microclima urbano e segregação sócio-espacial imposta às parcelas mais carentes da sociedade.

No bojo dessas transformações destaca-se na micro região sob investigação, a supressão com corte raso de praticamente toda a vegetação de grande porte. A região outrora recoberta pela exuberante floresta ombrófila densa e demais associações, hoje tem o seu território recoberto por gramíneas para a criação de gado ou cultivos comerciais quase sempre de espécies exógenas. Excetuando-se a franja costeira, que ainda se apresenta relativamente bem preservada. As

² Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissociável dos Estados, e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. (CF. 1988, Título I: DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS).

³ Art. 225. Inciso III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (CF. 1988). Ou seja, os municípios estão amparados por lei para criarem e gerirem reservas ambientais; que devem ocorrer em função de seus atributos paisagísticos.

únicas amostras daquela vegetação original são as formações de buritizais e poucos açazais confinados em fundos de vale onde não se conseguiu estabelecer os pastos e demais plantações comerciais.

O processo de apropriação ora destacado é histórico, tendo em vista que se trata de uma área de colonização antiga do Estado do Pará e alvo de vários projetos de colonização que tratou as paisagens como se fossem homogêneas. As diferenciações ficaram por conta das mazelas sociais desdobradas, como a intensificação da favelização da população carente que vem sendo segregada, sobretudo nas áreas de topografia mais rebaixadas, onde ocorrem as várzeas, os igapós e manguezais, ou seja, nos lugares que ainda possuem formações vegetais de grande porte.

O presente trabalho tem por finalidade mapear as unidades de paisagens com formações de *Mauritia flexuosa* (buriti), *Euterpe oleracea* (açai), *Astrocaryum vulgare* (tucumã) *Bactris concinna* (marajá, marajá-de-igapó) e demais palmeiras associadas na Micro Região do Salgado paraense e sugerir formas de gestão ambiental micro regional e municipal integrada dessas paisagens que possuem elevado potencial ecológico e de preservação dos lençóis freáticos e nascentes na região costeira do Pará.

O trabalho visa aplicar a clássica teoria da paisagem de orientação russa e francesa (BERTRAND; BERUTCHACHVILI, 2007, SOCHAVA, 1977, TRICART; KILIAN, 1979) tomando-se como base as unidades inferiores (BERTRAND, 2004), mais especificamente os geossistemas de tabuleiros costeiros e geossistemas de formações pioneiras em planícies aluviais de várzeas e igapós onde ocorre os buritizais e demais palmeiras.

Sua identificação dar-se-á a partir de técnicas de sensoriamento remoto como o processamento digital de imagens de satélites e fotografias aéreas para posterior espacialização das informações em cartas temáticas em ambientes de SIGs, além de trabalhos de campo nos *loci* para definir os respectivos graus de vulnerabilidade/fragilidade ambiental, bem como a importância dessas paisagens para a preservação e conservação dos lençóis freáticos. Os resultados deverão mostrar a pertinência do zoneamento ambiental na escala micro regional municipal, bem como a atualidade do conceito de paisagem e sua relevância para a compreensão da espacialidade numa perspectiva sistêmica.

A área privilegiada é composta pelos municípios de Colares, Vigia, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, Marapanim, Maracanã, Salinópolis e São João de Pirabas. A pesquisa será desenvolvida partir de questionamentos que levam em consideração o processo de formação histórica da micro região, as formas de apropriação da natureza e as características fisiográficas, sobretudo, fitogeográficas.

De acordo com nossa tese, os cursos d'água, sobretudo os de primeira e segunda ordem, na Micro Região estão com suas dinâmicas comprometidas dada a intensidade do desmatamento que se abateu sobre a região. Como o corte da vegetação não esteve baseado em critérios técnicos, nem respeitou as premissas do Código Florestal, as nascentes estão submetidas a intenso processo de assoreamento. As únicas formações vegetais que acompanham os caminhos d'água são os buritizais, ou pelo menos os únicos com potencial para a proteção.

Assim, diante desses elementos e admitindo-se que os mesmos resultam dessas formas históricas de uso do solo, elegeu-se para o presente estudo os seguintes questionamentos:

- Qual a extensão das áreas ocupadas por buritizais e demais palmeiras associadas na Micro Região do Salgado Paraense?

- Qual a importância dessas formações para preservação dos cursos d'água e manutenção dos lençóis freáticos?
- Qual o significado ecológico dessas formações para a ave/fauna regional?
- Quais os processos climáticos, geomorfológicos, pedológicos e fitogeográficos envolvidos na evolução dessas paisagens?
- Qual a importância do mapeamento dessas formações para a gestão ambiental?

Nestes termos, o desenvolvimento deste trabalho propõe:

a) discussão de propostas de gestão ambiental com vistas à preservação dessas áreas, contribuindo para o incremento e execução de planos municipais e micro regional para a preservação dos buritizais;

b) o desenvolvimento de uma abordagem integrada, sistêmica, pautada na geografia física, que concebe o espaço na sua multiplicidade, resultado da relação sociedade e natureza.

1.1 – Localização e caracterização da área de estudo

A Micro Região do Salgado localiza-se na Mesoregião do Nordeste Paraense, (IBGE, 1989), sob as coordenadas 0°31'16"/1°09'35"S e 47°2'32"/48°19'50"W, com área de 537.679 ha (Figura 01).

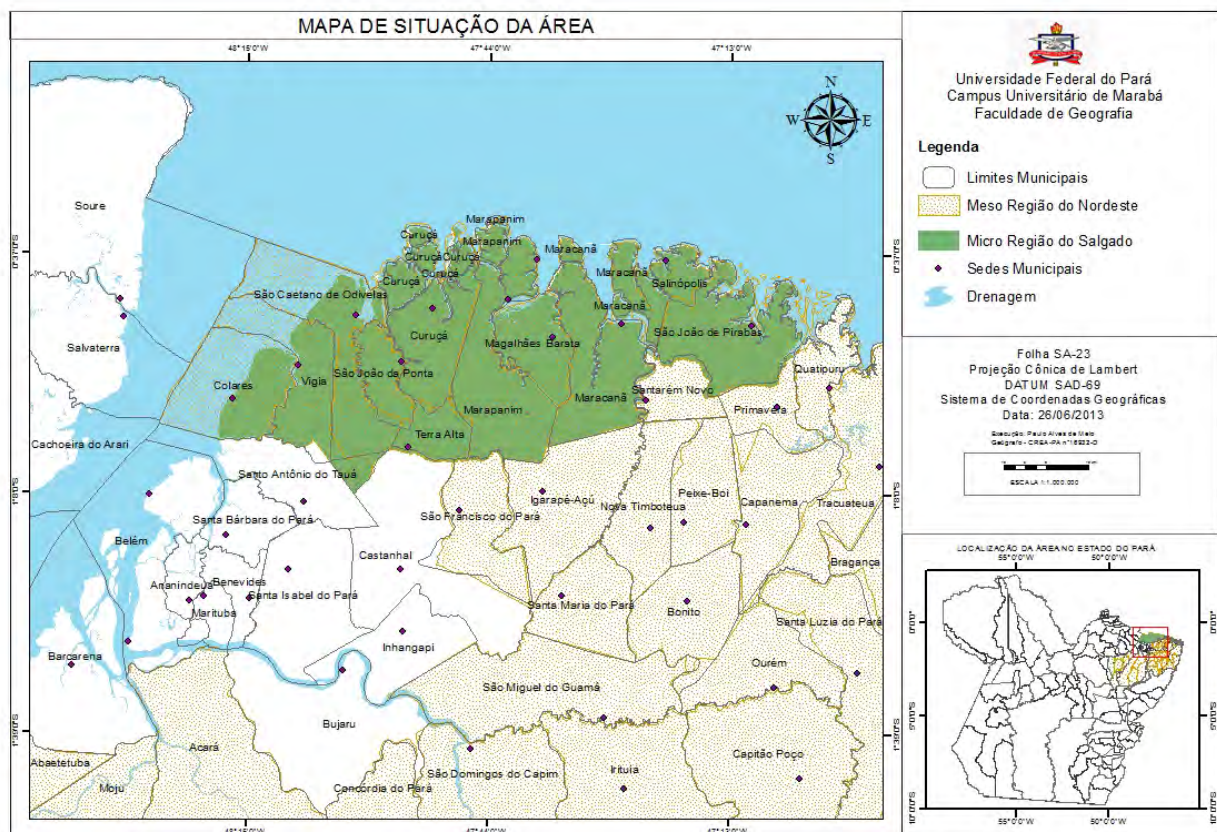


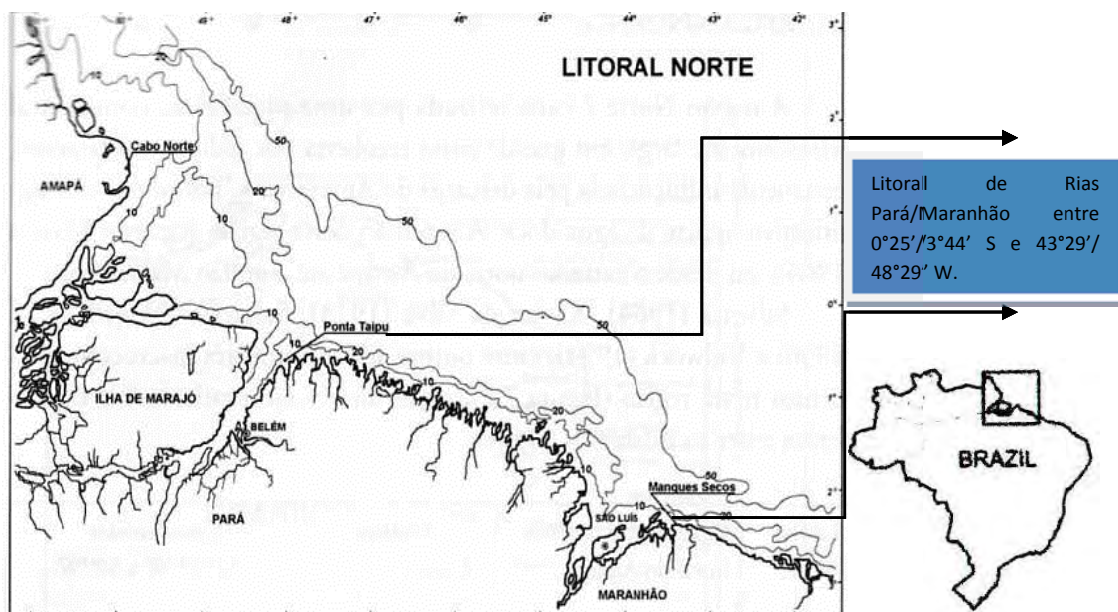
Figura 01 Mapa de localização da Micro Região do Salgado no Estado do Pará

Com exceção do município de Terra Alta, a área faz parte da zona costeira do Estado do Pará, no Litoral Norte do Brasil. Insere-se nas regiões tropicais úmidas (15° N e S), característica física que lhe confere altas temperaturas (média superior a 25° C) e elevada pluviosidade (média superior a

1500 mm anuais). Em termos geomorfológicos, a área integra o macrocompartmento do Litoral de Reentrâncias Pará/Maranhão, que se estende da Baía de Marajó – Ponta Taipu no Pará – até a Baía de São Marcos no Maranhão (Fig. 02), onde começa outra unidade geográfica com características geocológicas distintas, que são os Lençóis Maranhenses localizados no delta do rio Parnaíba (MUEHE, 2003).

De acordo com o Projeto Radam Brasil (1973), o litoral de reentrâncias, apresenta uma costa recortada de tabuleiros costeiros, com manguezais penetrando pelos vales afogados pela última transgressão marinha.

Figura 2. Configuração do litoral da região norte com destaque para macrocompartmento do litoral de reentrâncias Pará-Maranhão. Adaptado de Muehe e DHN (2003) – Miniaturas de cartas náuticas.



A área apresenta a seguinte compartimentação geomorfológica: Planalto Rebaixado da Zona Bragantina (tabuleiros costeiros), Planície Costeira e Planície Aluvial (RADAMBRASIL, 1972; PEREIRA, 1995; IBGE, 1995).

Os tabuleiros costeiros, apresentam altimetrias entre 4,86 e 29,50 m, topos suavemente aplainados e vertentes convexizadas. São constituídos por seqüências estratigráficas de rochas carbonáticas de origem marinha, chamada de Formação Pirabas, sobreposta a seqüências de rochas clásticas da Formação Barreiras e Sedimentos Pós-Barreiras de acordo com o que segue, (ROSSETTI, 2001; IGREJA et al., 1990; RADAMBRASIL, 1973):

- a) Formação Pirabas (Oligoceno Superior ao Mioceno Inferior), definida como rochas calcárias fossilíferas, calcárias maciças cinza a amareladas, intercaladas com argilitos negros, cinza e esverdeados laminados e, em menor parte, arenitos calcários. Os fósseis são abundantes representado grupos de invertebrados, peixes, crocodilos, peixe-boi e remanescentes de plantas. São depósitos de plataforma interna, laguna/estuário e manguezais.
- b) Formação Barreiras (Mioceno Inferior ao Mioceno Médio e Superior) composta de depósitos siliciclásticos variados e não fossilíferos (conglomerados, arenitos e argilitos), sobrepostos à Formação Pirabas.

c) Sedimentos Pós-Barreiras (Plio-Pleistoceno e Holoceno) os depósitos sedimentares sobrepostos à Formação Barreiras. São areias inconsolidadas a semiconsolidadas

Essa evolução sedimentar ao longo do Cenozóico Superior é decorrente da reativação de falhas normais do tipo *strike-slip*, combinadas com flutuações do nível relativo dos mares, decorrentes de mudanças climáticas cíclicas ligadas aos eventos glaciais e interglaciais, que promoveram à alternância entre climas secos (interpluviais) e úmidos (pluviais) na zona tropical.(ROSSETTI, 2001)

No Holoceno, desenvolveram-se as planícies costeira e aluvial, com altimetrias de 0,50 a 1,14 m para as praias; 1,15 a 3,21 m para mangues e pequenos terraços lamosos e várzeas mais interiorizadas; acima desta altura (com pequenas variações) até 7,51 m para dunas com casos excepcionais de 36 metros, como ocorre na Ilha do Atalaia. A primeira pode ser definida como a faixa litorânea de baixos gradientes topográficos, sujeita à inundação por maré, constituída de sedimentos flúvio-marinhos e marinhos, depositados pela ação de correntes de maré, ondas e ventos. (RADAMBRASIL, 1972; BARBOSA e PINTO, 1973; MENDES *et. al.*, 1997; ROSSETTI, 2001). A segunda onde ocorrem as formações vegetais sob investigação, também decorre da acumulação quaternária, distribui-se pelo interior dos vales fluviais além da zona de influência das marés e apresenta baixas cotas altimétricas, porém está sob a influência do regime pluvial e fluvial.

A cobertura vegetal é diversificada e acompanha as variações topográficas e hidrológicas. Os baixos platôs eram recobertos pela floresta de terra-firme, porém, hoje, apresenta-se substituída, quase na sua totalidade. Nos substratos planiciários holocênicos sob influência marinha e flúvio-marinha, onde os “solos estão em processos recentes de formação” desenvolvem-se as vegetações pioneiras de restingas sobre dunas; e os manguezais sob os solos lamosos e salinos, inundados periodicamente pelas marés (BOHRER e GONÇALVES, 1989. p. 151-152).

Nas planícies aluviais, desenvolve-se a vegetação de várzea, representada sobretudo por buritizeiros e açazeiros, vegetação mais antiga que os mangues e as restingas. O ambiente de água doce dos fundos de vale é área de nascente de inúmeros igarapés, devido ao afloramento de lençol freático e por se constituírem em bacias de captação. Esse fato deveria merecer atenção das autoridades para efetivar sua proteção permanente conforme o que estabelece o Código Florestal, diante da crescente falta d'água doce em alguns sítios urbanos como Salinópolis, pelo menos nos meses de alta temporada de veraneio e turismo.

2 – JUSTIFICATIVA

Não há novidade, e talvez não haja importância, em se afirmar que a natureza possui diferenças expressa pela variedade de formas e processos. Porém, compreender e representar as diferenciações e/ou variedades de formas e/ou fenômenos, em termos espaciais, continua a ser um dos principais desafios para a ciência geográfica.

A literatura geográfica clássica mostra que uma das principais maneiras de representá-los é através das diferenciações paisagísticas, resultantes de variações climáticas, geomorfológicas, fitogeográficas e antropogênicas, expressas em diferentes escalas. Podemos citar como exemplos andar, série, estádio; ou clima zonal, clima local, microclima; ou ainda domínio estrutural, região

estrutural, bacia/vertente; e também por critério de uso da terra como parcelas, territórios, comunidades, etc. (BERTRAND, 2004).

Segundo Bertrand (*op. cit.*), a paisagem é o resultado da combinação dinâmica, instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que se manifestam dialeticamente uns sobre os outros e fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. Não se trata apenas da paisagem “natural”, mas da paisagem total, integrando todas as implicações da ação social. A paisagem é uma entidade global, portanto, todos os seus componentes participam de dinâmica comum, definida pelo sistema geral de evolução.

A paisagem é sempre uma herança: (a) herança de processos fisiográficos, biológicos e bioclimáticos de atuação antiga, remodelados e modificados pelos processos de atuação recente; e (b) herança das sociedades que, historicamente, as herdaram enquanto território de atuação (AB'SABER 2003).

Estudar a paisagem implica delimitá-la e dividi-la em unidades com feições mais ou menos homogêneas e hierarquizadas, conforme a escala espacial. Isso resulta numa classificação taxonômica, pois cada unidade está inserida dentro de um nível hierárquico superior, relacionado a determinada ordem de grandeza espacial. As paisagens podem ser classificadas em seis níveis espaço-temporais: zona, domínio e região natural (unidades superiores); e geossistema, geofácies e geótopo (unidades inferiores) (BERTRAND, 2004).

O primeiro relaciona-se a zonalidade climática planetária, é uma unidade de primeira grandeza (zona temperada, tropical, etc.). Os domínios são de segunda grandeza, definidos pela combinação de relevo e clima (AB' SÁBER, 2003). As regiões naturais inserem-se no interior dos domínios, sendo definidas pela combinação relevo/clima/vegetação/solo.

Para as unidades inferiores, o diferencial pauta-se no fato de que estes são constituídos de modelos assemelhados, exemplo: pântano (manguezais e várzeas) situam-se na escala dos geossistemas; abaixo destes tem-se os geofácies (duna e praia) e os geótopos (depressões interdunares e lagunares).

A partir do geossistema se tem “uma boa base para os estudos de organização do espaço” (BERTRAND, 2004. p. 146). A escala do geossistema é a ideal para o trabalho do geógrafo porque: (a) é nesta escala que interagem a maior parte dos componentes da paisagem; (b) é nesta escala que evoluem as combinações dinâmicas de interesse do geógrafo; (c) facilita os estudos de organização do espaço porque é compatível com a escala humana; e (d) nos níveis superiores, os estudos concentram-se no clima, no relevo e, acessoriamente, na vegetação (BERTRAND 2004).

É necessário portanto, compreender os conceitos fundamentais da geografia e, ao mesmo tempo, propor um referencial que dê conta da multiplicidade e da unicidade do objeto geográfico, que é o espaço, inserindo-se nesta análise a questão ambiental a partir do estudo da paisagem. Isso é de grande importância para se tratar e gerir os problemas ambientais decorrentes do atual modelo civilizatório (SUERTEGARAY, 2000) que insiste na separação homem/natureza.

Contudo, qual a dificuldade para a real compreensão dos problemas ambientais da modernidade? Os geógrafos elegeram como objeto de análise a relação sociedade/natureza e ao procederem desta forma acabaram por construir um paradoxo no seio da modernidade (SUERTEGARAY, 2000), pois o pensamento moderno prega(va) a separação, a compartimentação do conhecimento, sobretudo, entre ciências naturais e sociais.

Hoje, conforme esta autora, por mais que esse paradoxo se constitua num privilégio, a geografia carrega as dificuldades de construção unitária do conhecimento, justamente por também ser filha da modernidade. A geografia⁴, por sua trajetória de tentativas de construção de um método de análise unitária da relação sociedade/natureza tem muito a contribuir, daí a necessidade de negarmos a dualidade (físico-humano) e integrarmos o ambiental como mais um elemento do espaço que também é cultura, técnica, política, etc. (SUERTEGARY, 2000) ou dito de outra forma, deve-se buscar superar as idéias de Reneé Descartes de separação entre homem e natureza que desacralizo-a e asseverou o homem como o seu senhor, nas palavras de Boff (2004, p. 22-23):

“Como se alcança o progresso? Mediante a exploração e potenciação de todas as forças e riquezas da natureza e das pessoas [...] O objetivo básico foi bem formulado pelos pais de nosso paradigma moderno, Galileu Galilei, René Descartes, Francis Bacon, Isaac Newton e outros. Descartes ensinava que nossa intervenção na natureza é para fazer-nos ‘maîtreetpossesseur de lanature’. Bacon dizia: devemos ‘subjugar a natureza, pressioná-la para nos entregar seus segredos, amarrá-la a nosso serviço e fazê-la nossa escrava. [...] Numa palavra: o ser humano está sobre todas as coisas para fazer delas condições e instrumentos do progresso humano” (BOFF, 2004 p. 22-23).

Felizmente, toma-se consciência, cada vez mais, de que o aumento da produção não deve ser um fim em si, mas uma possibilidade de avanço eco-social. Trata-se, portanto, de um problema de civilização que requer “novas” posturas, na verdade, uma velha postura de admitirmo-nos como natureza. O que requer, contudo, a superação do viés cartesiano (TRICART e KILIAN, 1979).

É necessário um novo humanismo que inclua agora, diferentemente do Iluminismo, a natureza em sua constituição. É necessário requalificarmos a natureza e o seu significado para a humanidade.

Não se trata, porém, de buscar uma natureza (virgem, intocada) fantástica, como fizeram os neoclássicos e parnasianos ao buscarem o paraíso terrestre em que, no máximo, o que conseguiram foi um maniqueísmo rousseauiano, que afirmava ser a natureza boa e o homem mal, aguçando a separação. Tal postura, para Tricart e Kilian (op. cit.), fundamentou as ideias dos primeiros ecologistas, que queriam cobrir a Terra de reservas intocadas pelo homem, verdadeiras ilhas, tal como os primeiros parques e reservas.

Não há como separar o homem da natureza. Precisamos de um reencantamento, pois o ser humano é parte da natureza (Universo), não somente “parte-pedaco”, mas parte responsável. Pode-se dizer que qualquer ordenamento/planejamento ou gestão dos recursos naturais, assentados sobre as bases da separação homem-natureza, estará fadado ao fracasso, a história tem demonstrado isso. O planejamento e a gestão devem estar apoiados na interdependência homem/natureza, logo, na diagnose da relação e na prognose de novas posturas. No nosso entendimento, a análise sistêmica da paisagem e a identificação dos graus de vulnerabilidade podem contribuir para tal.

A superação da fragmentação entre o físico e o social tornou-se possível, na geografia, com o processo de renovação iniciado na década de 1960, pela introdução do método sistêmico e, conseqüentemente, do conceito de geossistema. Este, criado pelo geógrafo russo Sochava (1977) e

⁴[...] el estudio de la interacción entre los humanos y su ambiente, está ganando reconocimiento en la actualidad, muchas personas piensan en ella como una nueva disciplina. En realidad, los geógrafos han estado estudiando la interacción del medio ambiente durante muchas décadas. La geografía física ha estado siempre en el centro de los estudios medio-ambientales, debido a que se halla orientada hacia la interacción entre el hombre y el medio ambiente (STRAHLER, 1987. p. 02).

posteriormente trabalhado por vários autores, como Bertrand (1968), Tricart (1981), Troppmair (1989), Troppmair e Veado (2001), Beroutchachvili e Bertrand (2006) dentre outros, com maior ênfase nas pesquisas realizadas na ex-URSS e na França.

A abordagem sistêmica estabelece o conceito de mundo como um todo unificado e inseparável. O Universo consiste em uma complexa rede de relações em todas as direções e de todas as formas. Por isso, as leis da física não possuem caráter meramente estatístico, e a causalidade não é linear, tudo é dinâmico, tudo está em processo, tudo implica tudo, nada existe fora da relação, que constitui todas as realidades. O que existe é o movimento articulado em todas as direções e que interconecta todas as partes do sistema (BOFF, 2004).

A partir do sitemismo, entende-se porque alguns cientistas tentam recuperar o conceito de Gaia para a Terra e superar os mestres do *ethos* moderno de relação pessoa-natureza, principalmente René Descartes em seu *Discurso do Método*.

Portanto, para relacionarmos os elementos naturais ao espaço, devemos, necessariamente, considerar o conceito de paisagem de forma sistêmica. Os nexos entre os conceitos de paisagem e espaço são estabelecidos pelos seguintes critérios: 1º) pela escala taxonômica: hierarquia ou articulação em níveis escalares das unidades de paisagem; 2º) pela concepção de que a paisagem é a expressão espacial ou resultado espacial das relações entre processos e formas ao longo do tempo/espaço).

Troll (1950) *apud* Suertegaray (2000) ao referir-se a paisagem, concebia-a como o conjunto das interações homem/meio, com dupla possibilidade de análise: a da forma (configuração) e da funcionalidade (interação de geofatores). Para aquele autor a paisagem é algo além do visível, resultante da interação entre processos e não mera forma que esconde a dinâmica, como pensara Santos (1997), mas expressão da própria dinâmica e ela mesma (BERTRAND, 2004).

Na análise geral da paisagem, é plenamente possível identificar unidades homogêneas e, desse modo, caracterizá-las e individualizá-las em escalas. Para a individualização e caracterização “o melhor esquema é fornecido pela vegetação que se comporta sempre como verdadeira síntese do meio” (BERTRAND, 2004, p. 142).

Como o atual processo de ocupação da Amazônia tem gerado significativa reestruturação das paisagens, sobretudo das mais complexas e de grande importância ecológica, sugere-se uma gestão integrada, partindo-se do espaço na sua multiplicidade, integrando-se aos movimentos da natureza o processo de apropriação.

Os elementos para auxiliar nesta perspectiva são: compreender como estão distribuídas as unidades de paisagem, discutir a capacidade de suporte, representá-las e classificá-las conforme a vulnerabilidade. Isso pode ser conseguido, com a caracterização pedológica, geomorfológica, fitogeográfica e de apropriação, espacializando estas informações em planta e em perfil topográfico.

Assim, de acordo com a bibliografia consultada, procederemos: a) divisão da paisagem em unidades hierárquicas, utilizando-se como critérios de delimitação as formas de relevo, os tipos de cobertura vegetal e o uso do solo; b) caracterização de cada unidade de paisagem e análise do suporte físico e da dinâmica espaço-temporal; c) definição de indicadores de sensibilidade, risco e vulnerabilidade para classificação, zoneamento e recomendações de uso e ocupação.

Por fim, pretende-se, superar a visão ricardiana clássica de rentabilidade que se expressa na obtenção do lucro que compense o investimento; para se sugerir a visão de sustentabilidade, em que as restrições ao uso indiscriminado dos recursos naturais devem ser definidas pela capacidade

de suporte e renovação do ambiente, sendo que essas informações devem ser geradas e trabalhadas no nível municipal e micro regional.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo analisar e compreender a capacidade de suporte e o grau de vulnerabilidade e importância dessas paisagens, com base em indicadores físicos e sócio-econômicos para compreendermos a vulnerabilidade a partir do risco ambiental; gerando ao final uma carta com zonas de maior risco a processos de supressão vegetal, assoreamento e comprometimento de nascentes e pequenos cursos.

Como objetivos específicos temos:

- Quantificar as áreas ocupadas por buritizais e demais palmeiras associadas na Micro Região do Salgado.
- Determinar a importância dessas formações para a preservação das nascentes e lençóis freáticos na região.
- Identificar a importância ecológica das formações para a preservação da ave/fauna regional.
- Identificar os processos climáticos, geomorfológicos, pedológicos e fitogeográficos envolvidos na evolução dessas paisagens.
- Mapear essas formações e contribuir para formas de gestão ambiental ajustadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia para a realização deste trabalho consistirá de levantamentos e revisão bibliográfica nos acervos do MPEG, do NAEA/UFPA, do IG/UFPA, do IFCH/UFPA, nos relatórios da folha SA 23 do projeto RADAMBRASIL, além de materiais disponíveis em *sites* e periódicos. Esta etapa é necessária para a elaboração do referencial teórico-metodológico, para a caracterização das paisagens sob análise e para o estabelecimento do conceito de vulnerabilidade, risco e capacidade de suporte, bem como os princípios metodológicos para a elaboração das cartas temáticas.

O conteúdo dessa tipologia de cartas visa representar as reações da paisagem as atividades sociais. Essas reações se exprimem em função da sensibilidade da paisagem receptora e dos fatores de risco intrínsecos à base.

A concepção do conceito e sua aplicação na interpretação da dinâmica se apoiará no *Guide méthodologique pour l'élaboration de cartes de vulnérabilité des zones côtières*, da *Commission Océanographique Intergouvernementale* da UNESCO (2000), em Almeida e Tertuliano (1999) e em Tricart e Kilian (1979).

Para a UNESCO (2000) a sensibilidade e a vulnerabilidade da paisagem se dão em função das características físicas e da capacidade de resistência ao *stress*, de acordo com o que segue:

La sensibilité est fonction des caractéristiques intrinsèques du milieu et varie ses spécificités. Elle est définie par la capacité du milieu à subir des alterations compte tenu de sa richesse (ou biodiversité) et de sa capacité à résister à un stress (résilience);

Le risque est fonction des activités que l'homme mène en zone côtière et varie selon les types d'actions développés. Les facteurs engendrant des risques de dégradation proviennent notamment de diverses nuisances ou apports polluants, des aménagements du littoral, de la surexploitation des ressources, etc., mais ils peuvent également être liés à des facteurs naturels, éventuellement aggravés par l'action de l'homme (apports terrigènes);

La prise en compte de la sensibilité des milieux et des risques qu'ils encourent conduit à mettre en évidence des zones à problèmes, dites "vulnérables" (UNESCO, 2000 p. 7).

Como ficou claro, da soma dos tensores físicos, sociais e do risco tem-se a vulnerabilidade e conseqüentemente a delimitação em cartas de zonas problemas (UNESCO, 2000). Uma zona vulnerável é em princípio sensível e de risco. Para se identificar as zonas problemas de maior sensibilidade, deve-se partir dos seguintes princípios metodológicos, conforme a UNESCO (2000):

1. Identificar e delimitar as principais unidades de paisagens (segundo uma taxonomia apropriada, para este estudo utilizaremos a taxonomia sugerida por Bertrand (2004)) a partir de uma carta descritiva do meio ou dos componentes físicos;
2. Caracterizar a dinâmica prevacente em cada unidade de paisagem, para elaborar a carta de sensibilidade e de risco a partir de parâmetros precedentes e;
3. Identificar e caracterizar os usos múltiplos e os seus níveis de interferências na dinâmica das paisagens.

Faremos ainda a análise de imagens de satélites com resolução espacial de 5m, 6m e 26m dos anos de 2012, 2008, 2002, 1996, 1990, 1992 e 1982, além de fotografias aérea dadécadas de 1970 (cedidas gentilmente pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará - SEMA), no *software* Arcgis 10.1 para elaboração dos mapas de unidades de paisagens e série multitemporal da supressão vegetal utilizando-se as bandas 5.4.3 (RGB), além de plotagem dos pontos de GPS coletados em áreas com ocorrência de buritizais e demais palmeiras associadas em todos os municípios da micro região. Será ainda elaborado mapa hipsométrico com imagens SRTM.

Os trabalhos de campo serão para reconhecimento, com registro fotográfico e observações sistemáticas. Em áreas especiais, posteriormente definidas, serão realizados estudos em trincheiras para análise estratigráfica e pedológica; além de furos de sondagem para a obtenção de material para análise palinológica. Esta última etapa é fundamental para compreendermos a evolução da cobertura vegetal das paisagens sob investigação. Serão coletados durante os trabalhos de campo, amostras de frutos e ramos com folhas das espécies ainda não conhecidas por nós para posterior identificação no herbário do Museu Paraense Emilio Goeldi.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos ao logo da pesquisa serão agrupados em tabelas e especializados em mapas temáticos, além de servirem de base para a redação da tese. Os dados ainda servirão de base para a elaboração e publicação de artigos em revistas especializadas e comunicação em eventos acadêmicos, bem como serão disponibilizados para o poder público para auxiliar na gestão ambiental da micro região em questão.

PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

A pesquisa já sendo desenvolvida tendo em vista que atuamos na área desde a graduação, fizemos trabalho de conclusão de curso e mestrado sobre a zona costeira paraense, além de integrarmos grupo de pesquisa sobre o tema. O cronograma de execução da tese dar-se-á conforme o que segue:

ATIVIDADES	Prazos do 1º ao 48º mês (08/2013 a 08/2017)						
	1º - 12º	13º-15º	16º -23º	24º	25º - 29º	30º - 47º	48º
Levantamento bibliográfico, documental, trabalho de laboratório							
Pesquisa de campo, entrevistas							
Tabulação, sistematização de dados, elaboração de mapas, redação.							
Qualificação do projeto							
Produção de mapas temáticos e trabalho de campo							
Trabalho de campo, laboratório, redação final do trabalho, finalização dos mapas.							
Defesa							

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB' SÁBER, A. N. **Amazônia do discurso à práxis**. São Paulo: Edusp, 2004.

ALMEIDA, J. R.; TERTULIANO, M. F. **Diagnose dos sistemas ambientais: métodos e indicadores**. In: CUNHA, S. B. ; GUERRA, A. J. T. Avaliação e perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 115-171.

BERTRAND, J.; BERUTCHACHVILI, N. **O geossistema ou “sistema territorial natural”**. In: BERTRAND, J. BERTRAND, C. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007. p. 47-61.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global: esboço metodológico**. Curitiba: R. RA'E GA/UFPR. n. 8, p. 141-152, 2004.

Bertrand, C. (Org.); Bertrand, G. (Org.); PASSOS, M. M. (Org.). **Uma geografia transversal - e de travessias. (O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades)**. Maringá: Massoni, 2009.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

- BOHRER, C. B. A. & GONÇALVES, C. **Vegetação**. In: Geografia do Brasil: Região Norte, vol. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2007. (Atualizada “até a Emenda Constitucional nº 53, de 19-12-2006, acompanhada de notas remissivas e textos integrais”).
- COSTA, W. M. **Subsídios para uma política nacional de ordenamento territorial**. In: BRASIL. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 55-58.
- DANIEL, C. **Poder local no Brasil urbano**. In: Espaço e debates: São Paulo, 1988.
- KOYRÉ, A. *Études d'histoire de la pensée scientifique*. Paris: Gallimard, 1987.
- LIMA, R. R. *et. al.* **Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira: características e possibilidades agropecuárias**. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 2001.
- MENDES, A. C. *et al.* **A expansão urbana e seus efeitos danosos ao meio ambiente da ilha do Atalaia – Salinópolis/PA**. In: COSTA, M. L.; ANGÉLICA, V. S. (orgs.). Contribuição à geologia da Amazônia. Belém: FINEP/SBG, 1997, p.359-396.
- MELO, P. A. **Análise das transformações sócio-espaciais da planície costeira de Salinópolis NE/PA entre 1988 e 2005**. Belém: DEGEO/UFPA, 2006. (Monografia de conclusão de curso).
- MUEHE, D. **Critérios morfodinâmicos para o estabelecimento de limites da orla para fins de gerenciamento**. RBG v. 2, nº 1 (2001).
- ONU. *Guide methodologique pour l'elaboration de cartes de vulnerabilite des zones de l'Ocean Indien. Commission Océanographique Intergouvernementale*. UNESCO, 2000.
- PRIGOGINE, I. *La nouvelle alliance: la métamorphose de la science*. Paris. Gallimaard, 1986.
- ROSSETTI, D. *Late Cenozoic sedimentary evolution in northeastern Pará, Brazil, within the context of sea level changes*. *Journal of South American Earth Sciences*, 2001. 77-89.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SOCHAVA, V. B. **O estudo de geossistemas**. São Paulo: IG/USP (16) Método em Questão, 1977. p. 03-51.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia física (?) Geografia ambiental (?) ou Geografia e ambiente (?)**. In: MENDONÇA, F.& KOZEL, S. Elementos de epistemologia contemporânea. Curitiba: Editora/UFPR 2002. p. 111-120.
- STRAHLER, A. N.; STRAHLER, A. H. **Geografia física**. Barcelona: Omega, 1987.
- TRICART, J.; KILIAN, J. *L'éco-géographie et l'aménagement du milieu naturel*. Paris: Français Maspero, 1979. 327 p. (Tradução parcial da obra por Carmena Fereira de França).
- TROPPIAIR, H.; VEADO, R. W. V. **Geossistemas do estado de Santa Catarina**. In: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de geografia contemporânea. Rio Claro: PPGG/UNESP/AGETEO, 2001. p. 379-399.
- TROPPIAIR, H. **Biogeografia e meio ambiente**. Rio Claro: CNPA, 1989.
- UNESCO, **O Correio da Unesco na escola: manual do professor**. Nº 1, 2007.

SITUAÇÃO DO EXTRATIVISMO FAMILIAR DO CAMARÃO NAS ILHAS DAS ARARAS, AMAZÔNIA, BRASIL

João Paulo Leão De Carvalho¹

Sandro José Lopes Pinheiro²

Gustavo Lima³.

RESUMO

A pressão humana sobre os ecossistemas é tema que desperta interesse na sociedade. Porém, quais são os reflexos em meio rural amazônico? Atualmente há forte pressão exercida aos estoques de camarão (*Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1962)), e a superexploração tem prejudicado o desenvolvimento dessa espécie. Famílias envolvidas no extrativismo do camarão denunciam gradativa diminuição no tamanho físico individual de camarões pescados. Através de parâmetros biométricos de camarão e aplicação de questionário socioeconômico junto a 49 famílias na localidade Ilha das Araras, Município de Currealinho, Marajó (PA), identificou-se a situação do extrativismo do camarão no local. A pesca do camarão é parte da alimentação básica e a principal atividade socioeconômica dessas famílias. As famílias admitem que porventura não ocorra intervenção na atual prática de captura, haverá séria escassez desse elemento. A prática cotidiana envolve milhares de matapís conjunta e ininterruptamente, sendo que algumas dessas armadilhas não deveriam ser utilizadas, pois pouco acrescenta aos rendimentos físicos. Fator também preocupante é a falta de seletividade dos matapís utilizados na pesca. Foi considerável o percentual dos indivíduos capturados (mais de 78%) com tamanho abaixo do ideal (a partir de 6,0 cm) indicado por alguns pescadores. Qualquer intervenção política deverá considerar implicações econômicas às famílias. Considera-se que a prática das famílias pescadoras na Ilha das Araras pode estar contribuindo para o contexto desfavorável do extrativismo do camarão e, portanto, devem receber auxílio de técnicas sustentáveis para a recuperação nos estoques pesqueiros. Porém, as decisões deverão ser tomadas junto às famílias, que são as principais responsáveis pelo futuro da atividade. É essencial compreender como o crescimento populacional humano e a demanda de mercado tem implicado na sustentabilidade das famílias locais que praticam o extrativismo do camarão.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Ecologia; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Espécie nativa da Amazônia, o camarão *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1962) apresenta maior ocorrência nos interiores da região, podendo também ser encontradas em outras regiões do País (rios Paraná e São Francisco, por exemplo), e em bacias da América do Sul. Sua reprodução

¹Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Assessor Territorial de Inclusão Produtiva no Marajó pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET/UFPA, jpmara@gmail.com

²Agrônomo; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PA; sandrojlpinheiro@hotmail.com

³Engº de Pesca; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PA, eng.pescagustavo@gmail.com

acontece durante o ano todo, com picos que coincidem com períodos mais chuvosos (BENTES, 2011; FREIRE; MARQUES; SILVA, 2012; LIMA et al 2014).

Estudos sobre a dinâmica populacional dessa espécie alertam para a situação da pesca da espécie na região amazônica. Os autores acima reforçam que há forte pressão exercida sobre os estoques do camarão amazônico, indicando uma superexploração que tem prejudicado o desenvolvimento da espécie. Dessa forma, tem-se buscado encontrar medidas de manejo menos predatório para essa pesca.

No Município de Gurupá, Marajó, Pará, passou-se a desenvolver projetos que viessem a estimular práticas de manejo mais sustentáveis, apostando-se especialmente na seletividade das armadilhas e em pequenos sistemas de criação de camarão em cativeiro (IEB, 2011). Essas inovações aconteceram após o envolvimento de famílias locais junto a organizações não governamentais que caracterizavam um cenário de crise socioambiental nesse Município. Por conta do aumento na demanda comercial pelo camarão amazônico, houve intensificação na pesca dessa espécie, trazendo consigo uma série de problemas ocasionados pelo aumento no número de armadilhas utilizado por famílias, sendo que essas armadilhas eram pouco seletivas, o que implicava na captura de indivíduos de diferentes tamanhos (grandes e pequenos). Alterar esse quadro foi o objetivo daquelas famílias e seus parceiros.

No contexto de maior demanda comercial pelo camarão regional, o Município de Currálinho, Marajó (PA) também apresenta diversas famílias envolvidas nesse extrativismo, sendo essa uma importante atividade formadora de renda familiar. Todavia, há uma crise sendo denunciada pelas famílias pescadoras, que consiste na gradativa diminuição dos estoques e no tamanho físico individual do camarão capturado. Isso tem chamado atenção de gestores e do sindicalismo local. Dessa maneira, a partir de demanda do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Currálinho, surge a proposta de construir um prévio diagnóstico sobre a dinâmica do extrativismo familiar do camarão, permitindo aos técnicos, poder público e população local observar o atual estado dessa atividade. Apresentar a situação do extrativismo familiar do camarão amazônico nas Ilhas das Araras, local de intensa atividade pesqueira, é o especial objetivo deste trabalho.

DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES TEÓRICAS.

Antes de direcionar-se ao caso empírico dessa experiência, procurou-se refletir teoricamente sobre o movimento global que a sociedade, de modo geral, tem admitido como modelo de desenvolvimento possível ao seu próprio bem viver. Ao que se vê, porém, tal modelo não é, e nem será, capaz de sustentar o futuro humano tendo como pressuposto uma separação entre sociedade e meio ambiente.

Essencialmente urbana e consumista, a sociedade mundial tem admitido como estratégia de desenvolvimento uma matriz agroindustrial, de princípios meramente econômicos. Dessa forma, tem se tornando omissa ao seu próprio bem-viver e aos impactos ambientais decorrentes desse modelo. Mesmo diante de grande problemática socioambiental, a sociedade global, de maneira geral, demonstra confiança nessa matriz de desenvolvimento (SILVA, 2013). Todavia, pelo menos em algumas discussões no meio acadêmico, tem-se questionado sobre desafios que se apresentam a sociedade. Essa deve optar quais caminhos seguir, rumo a desenvolvimentos mais viáveis.

Com o advento do modelo de desenvolvimento agroindustrial, desencadeado a partir da Revolução Industrial (sec. XVIII – XIX), o meio ambiente passa a ser compreendido separadamente da sociedade. Dessa forma, as relações entre sociedade e natureza foram homogeneizadas através das tecnologias científicas. Diante de importantes descobertas, o modelo de desenvolvimento urbano-industrial foi se impondo como único capaz de promover conforto e segurança a humanidade. Entretanto, tendo como horizonte o crescimento econômico, não possibilitou o desenvolvimento. Ao contrário, aprofundou as mazelas e as diferenças sociais (SILVA, 2011).

Gonçalves (2011) diz que a matriz filosófica do desenvolvimento industrial se remete a um período histórico anterior (Grécia e Roma clássicas). Mas, o modelo de desenvolvimento industrial no mundo ocidental tem sido elementar para reflexão da noção de afastamento entre sociedade e meio ambiente. Essa perspectiva tem formado a concepção hegemônica do conceito de natureza, que não se estruturou por ser mais racional que outras percepções. Pelo contrário, é hegemônica por combater demais formas de pensamento e práticas sociais mais complexas.

Na tentativa de analisar a relação entre a crescente formação dos conglomerados urbanos e a pressão ocasionada sobre o meio natural, diferentes modelos explicativos foram elaborados partindo-se, principalmente, da preocupação com as gerações posteriores e, com isso, pensar em políticas menos agressivas ao meio ambiente. Essa preocupação com o futuro da humanidade foi o potencial para colocar na ordem do dia a discussão sobre *Sustentabilidade* como única alternativa ao caos ambiental proporcionado pela civilização industrial. Os modelos explicativos contemporâneo são relevantes ao considerar que a pressão sobre o meio ambiente, originada do crescimento populacional, são elementos que proporcionam mudanças na base tecnológica e de organização da sociedade (RAVENA, 2010).

Diante disso, entre interessantes propostas de superação ao incômodo causado na sociedade e meio ambiente através do vigente processo de desenvolvimento industrial, se ressalta a *Economia Ecológica*. Essa corrente, diz Cavalcanti (2004), visa abordar a ciência econômica através de pressupostos ecológicos, sendo isso fundamental para alocação de recursos. E prevê também uma revisão na dinâmica de crescimento atrelado ao mercado.

Para o autor acima, essa perspectiva não deve ser considerada como nova ciência ou disciplina, mas uma prática entre a academia e atores envolvidos em ações de desenvolvimento, afim de um entendimento político sobre um futuro socioambiental. Em termos gerais, essa proposta considera que “os sistemas ecológicos e econômicos são sistemas vivos complexos e adaptativos, que necessitam ser estudados como sistemas integrados em coevolução” (CAVALCANTI, 2004, p.155), sujeitando-se as incertezas científicas e orientando-se pelo princípio da precaução.

Outro interessante debate que tenta fazer frente aos problemas socioambientais criados e aprofundados pelo modelo agroindustrial é a *Agroecologia*, tida como possível desenvolvimento harmonioso entre homem e natureza. Para Costa (2006), esse enfoque utiliza-se de instrumental teórico-prático que permite produzir alimentos, conservar o ambiente e manter a reprodução social. Através disso, são estabelecidos processos sócios produtivos que permitem identificar a Agroecologia como possíveis rumo a desenvolvimentos ditos sustentáveis.

O enfoque agroecológico parece fazer parte integrante da maneira como as formas camponesas se relacionam com a sociedade e a natureza. As *lógicas camponesas* estão essencialmente integradas ao capital ecológico e em circuitos curtos e descentralizados de

comercialização. Considera-se, então, que a Agroecologia é mais fortalecida nas lógicas camponesas, porque esta apresenta a característica particular, denominada por Ploeg (2008), de “coprodução”, na qual os meios sociais e naturais se (re)configuram continuamente, gerando melhores níveis de sustentabilidade e autonomia. Este processo é fundamental para um distanciamento entre agricultura e artificialização da natureza.

É importante notar que a sociedade cria de forma conjunta conceitos sobre relações sociais e natureza. Também a ciência, criada pela sociedade, carrega consigo um conceito de natureza não definitivo (GONÇALVES, 2011), sendo, portanto, contestável e, até mesmo, invalidado por interpretações não acadêmicas. Essas contestações tem, a partir da própria academia, provocado certo repensar sobre as ditas ciências normais.

Neste sentido, este repensar tem conquistado considerável espaço nos protocolos de pesquisa, pois, de acordo com Silva (2011), tem apresentado noções menos deterministas sobre a interação *sociedade e natureza*. Entretanto, a tradição reducionista e disciplinar acadêmica tem sido uma forte barreira ao desenvolvimento de abordagens que analisem a complexidade das realidades. Dessa maneira, considera-se que uma melhor reflexão sobre o desenvolvimento das sociedades e suas inflexões ao meio ambiente está no desafio do dia. A construção deste trabalho sobre a situação do extrativismo familiar em meio rural amazônico também se coloca este desafio.

METODOLOGIA

O levantamento das informações aconteceu na Localidade Ilha das Araras, situada no Município de Curralinho, Marajó, Pará. Identificaram-se parâmetros físicos realizando *biometria* do camarão (aferação de peso e tamanho) capturado no local. Foram selecionadas dez (10) matapís (armadilhas) ao acaso, de um mesmo pescador. Procedimento realizado logo após a despesca - manhã do dia 11/07/2014, período em que as condições de maré eram “lançante”⁴. As dimensões dos matapís foram de 60cm de comprimento, 20cm de diâmetro, e, no máximo, 0,5cm o espaçamento entre talas.

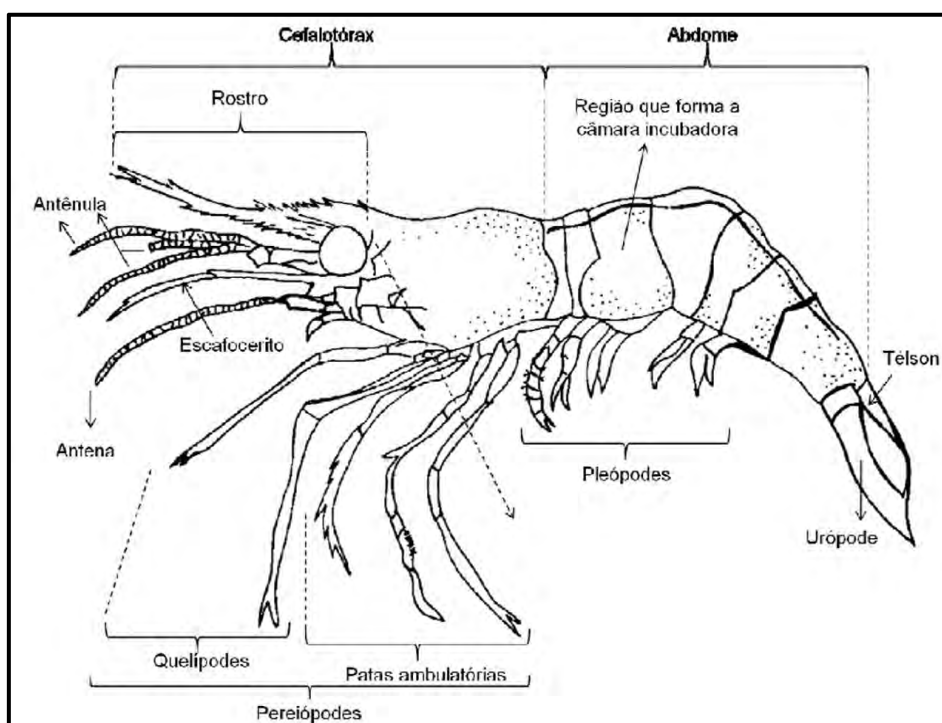
Identificou-se cada matapí como uma amostra. Nas amostras foram avaliados os números de indivíduos, tamanho total individual (cm) e peso (grama). Através desses dados, se realizou uma caracterização sobre as amostras. Entendeu-se que esses três aspectos são os mais perceptíveis pelas famílias pescadoras. Dessa forma, tomamos como comprimento total do camarão a extensão corporal que vai do rostro até ao télson (FIGURA 01).

Utilizando-se de questionários estruturados, realizou-se o *levantamento socioeconômico* de 49 famílias locais, que contribuiu para observar aspectos interessantes para este estudo, como: forma de aquisição dos matapís; quantidade capturada, consumida e comercializada pelas famílias; e, formas de comercialização do pescado. Questionou-se sobre o desenvolvimento da atividade ao longo de doze meses (julho/2013 a junho/2014) pretendendo também saber sobre: preços; canais de comercialização, e processamento do camarão pescado.

⁴ Esse fenômeno natural acontece mensalmente e devem-se as fases de lua nova e cheia, que provoca uma força capaz de elevar as águas a níveis maiores do que o comum. Isso traz implicação direta na quantidade de camarão capturado, pois as águas invadem as florestas nas margens dos rios, proporcionando abrigo e, assim, dificultando a captura do camarão.

O levantamento socioeconômico e a biometria aconteceram no mesmo período (julho de 2014).

Figura 01 – Esquema representativo do camarão *Macrobrachium amazonicum*.



Fonte: Bentes (2011).

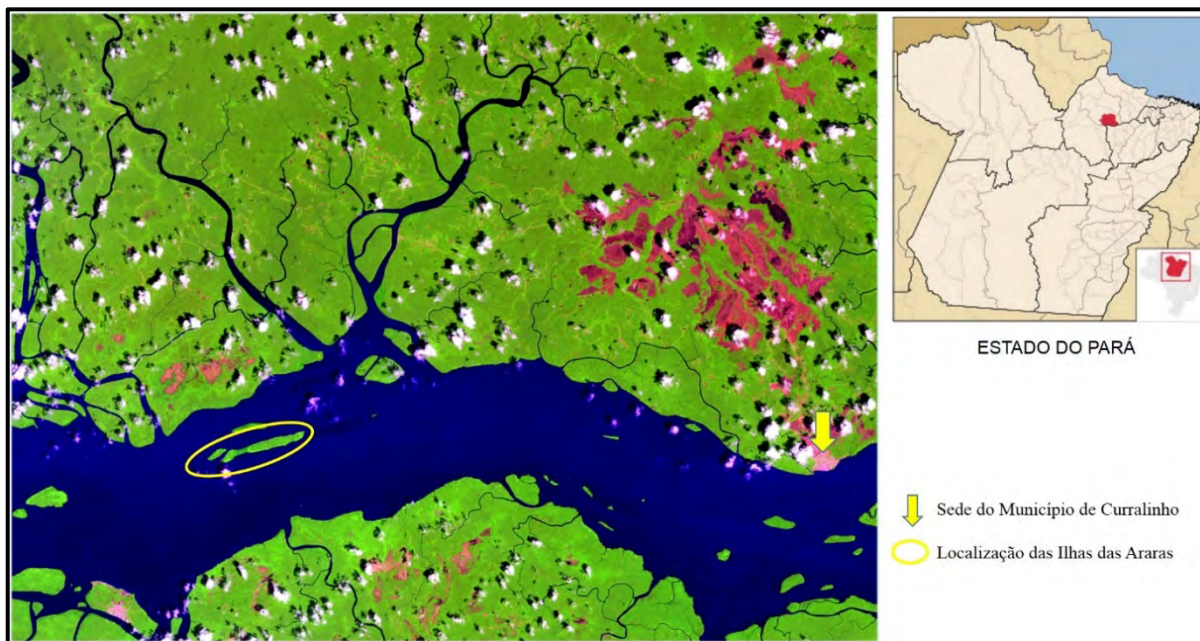
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Município de Curralinho está situado ao centro-sul da Ilha do Marajó, tendo como limites municipais São Sebastião da Boa Vista (leste e norte), Breves (a oeste), Anajás (ao norte) e Bagre e Oeiras (ao sul). No território de Curralinho estão localizadas as Ilhas das Araras (FIGURA 02), que são banhadas pelo rio Pará, de aspecto turvo e repleto de sedimentos. Partindo da sede municipal, percorre-se aproximadamente uma (01) hora em embarcação comum da região para se chegar até as Ilhas das Araras. O local é formado por duas ilhas naturais, que apresentam vegetação típica das margens dos rios da Amazônia (LIMA; TORINHO, 1996). A influência diária das marés torna o ambiente sempre alagadiço, impedindo a consolidação de uma agricultura, identificando-se então apenas a criação de pequenos animais (porco, pato e galinha, por exemplo) neste local. Dessa maneira, a atividade pesqueira é uma forma produtiva praticada predominantemente pelas famílias moradoras das Ilhas das Araras.

Estas Ilhas estão reconhecidas pelo processo de regularização fundiária do Governo Federal através de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE). Estão cadastradas como beneficiários 65 famílias, em uma área de 325, 73 hectares (INCRA, 2014), porém, segundo informações locais, são residentes mais de 80 famílias nessas Ilhas.

A pesca do camarão realizada por essas famílias é uma atividade artesanal, com uso de matapís - utensílios confeccionados com fibras vegetais de jupatí (*Raphia taedigera* (Mart.) Mart.), envolto por cipó-graxama (*Clytostoma binatum* (Thumb.) Sandw.), formando uma armação em cilindro. Utiliza-se iscas para atrair o camarão, preparadas com babaçu (*Orbignya sp.*), mas que não é produzida nas Ilhas das Araras, pois não há incidência desse vegetal no local, sendo então adquirido no comércio da região.

Figura 02 – Localização das Ilhas das Araras, Currealinho, Pará.



Fonte: Autores (Org.)

Apesar de ser comum para as famílias a confecção de suas próprias armadilhas, a abordagem realizada junto às mesmas indicou que o comércio de matapís é algo preponderante entre as famílias desse estudo. Do total de famílias, 55% adquiriram esse utensílio por meio de compra; 8% compraram e confeccionaram, e 37% confeccionou seu próprio matapí. O matapí pode ser comprado de famílias que confeccionam e vendem com fins de formação de renda, assim como de comerciantes locais ou não (atravessadores). Em média, o preço de um matapí vendido na região custa em torno de R\$8,00. Observa-se então que há um significativo comércio desse utensílio nas Ilhas das Araras.

Segundo as informações, foi contabilizado um total de 5.670 matapís em domínio das famílias entrevistadas. Através deste estudo não foi possível identificar quantas armadilhas são usadas na pesca concomitantemente. Entretanto, as famílias informaram que não acontece o uso na pesca de todos esses matapís, pois alguns são poupados para formação de estoques, prevendo futura reposição daqueles que serão perdidos ou danificados.

Todavia, de acordo com a percepção das famílias, é relevante a quantidade de matapís utilizados concomitantemente. Isso induz refletir, inicialmente, que os estoques do camarão regional nas Ilhas das Araras estão passando por período de superexploração. Em especial, ao observar que as 49 famílias extraíram aproximadamente 95 toneladas (95.861 kg) de camarão vivo (*in natura*) do meio natural ao longo de doze meses (julho de 2013 a junho de 2014) (FIGURA 03). Interessante ressaltar que a busca por essa espécie se deve mais para ofertar ao mercado, já que

apenas pouco mais de uma (01) tonelada (1.266 kg) foi destinado ao consumo familiar. Afirma-se que a pesca do camarão é a principal atividade formadora de renda para as famílias que residem nas Ilhas das Araras, representando também, de acordo com IEB (2011) e Freire, Marques e Silva (2012), uma significativa comercialização para outras famílias da Amazônia, apontando que a pressão sobre esse recurso acontece em diversos locais na Amazônia.

Figura 03 – Extração e processamento de camarão (kg). Ilha das Araras (PA).



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

A forma mais comercializada pelas famílias nas Ilhas das Araras é o camarão “vermelhinho”, que obtém esse nome ao passar pelo processo artesanal de cozimento, descascamento, acréscimo de sal e secagem ao sol. Esse processo permite o acondicionamento do produto por maior tempo, em relação ao camarão *in natura*. O camarão “vermelhinho” foi predominantemente destinado para o mercado externo ao Município, contabilizando 63% do total processado⁵.

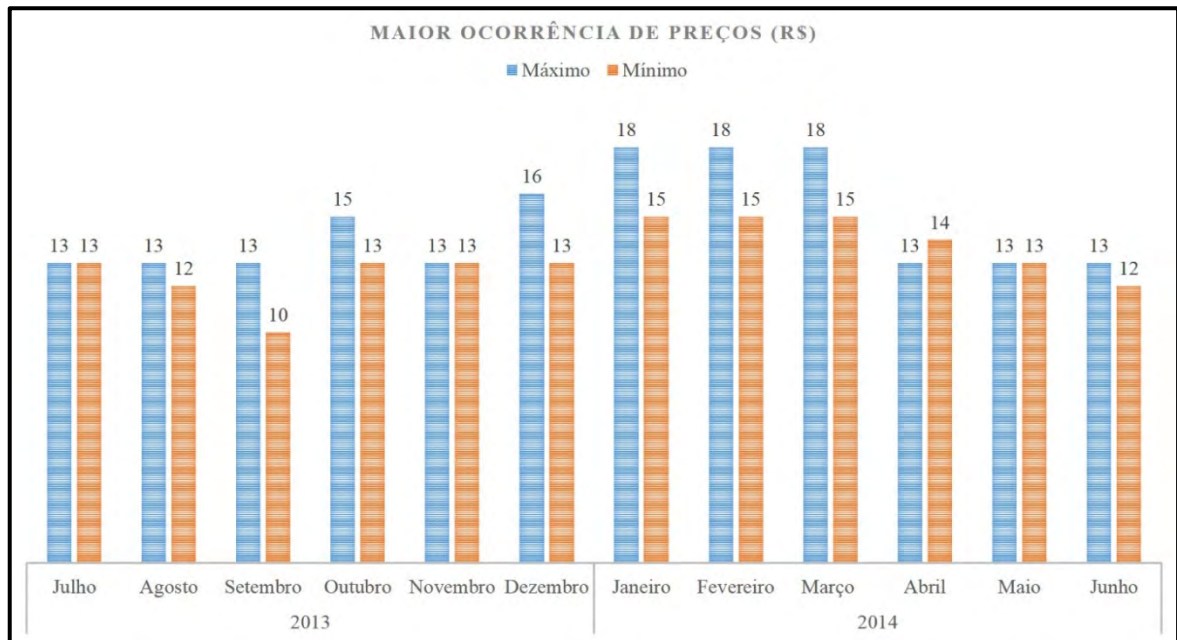
Geralmente, o destino comercial é a cidade de Belém, estando sujeito às imposições de atravessadores que dominam o canal de comercialização, havendo então forte oscilação nos preços – principalmente nos meses de pico de safra de camarão (maio e junho). De acordo com o levantamento, o preço recebeu variação mensal de, no máximo, R\$20,00/kg e mínimo de R\$4,00/kg, no período de junho/2013 – junho/2014, sendo o preço que mais se comercializou foi R\$13,00/kg. Os meses de janeiro a março de 2014 foi o período que se alcançou melhor série de preços (FIGURA 04). A melhora nos preços deve-se por esse momento ser caracterizado pela baixa incidência de camarão nos rios da região (entressafra), o que interfere diretamente em menor quantidade ofertada e forte procura.

O contexto da pesca do camarão na Ilha das Araras tem sido motivo de preocupação para famílias que desenvolvem a atividade. Os rendimentos físicos dessa pesca têm, progressivamente,

⁵ De acordo com as informações levantadas, o total de camarão vermelhinho processado foi de 28.996 kg.

diminuídos nos últimos anos. Com isso, admitem que, porventura, não ocorra intervenção na atual prática de captura, haverá séria escassez desse pescado.

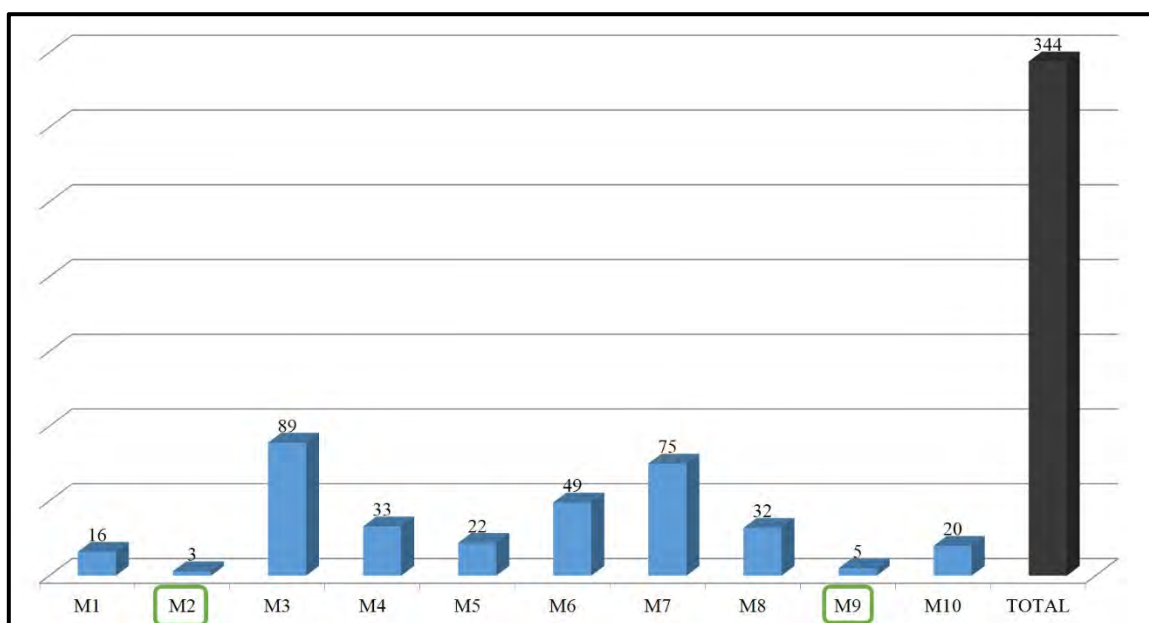
Figura 04 – Valores (R\$/kg) mais comercializados nas Ilhas das Araras, Curralinho (PA).



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

A prática cotidiana envolve milhares de matapís ao mesmo momento e de forma ininterrupta, isto é, as armadilhas permanecem vinte e quatro horas por dia, manejadas apenas no momento de despesa e troca de isca. O comum, anteriormente, era permanecer apenas durante as marés noturnas. Isso reforça a ideia da superexploração que o camarão recebe ultimamente. Algumas dessas armadilhas não deveriam ser utilizadas, pois, pouco acrescenta aos rendimentos físicos, como é o caso extremo das amostras M2 e M9 (FIGURA 05).

Figura 05 – Número de indivíduos capturados em dez matapís. Ilha das Araras (PA).



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

O desempenho total dos 344 indivíduos capturados em 10 matapís foi de apenas 390 gramas. É possível que o período de coleta (maré lançante) tenha interferido diretamente na quantidade capturada. Todavia, o número total de indivíduos capturados e o peso das amostras não agradam as famílias, pois, segundo relatos de algumas famílias, já não é possível capturar mais de 3 kg de camarão *in natura* por turno de trabalho (24h).

Outro fator preocupante é a falta de seletividade dos matapís utilizados na pesca, pois, foi considerável o percentual dos indivíduos capturados (mais de 78%) com tamanho abaixo do ideal (a partir de 6,0 cm) indicado por alguns pescadores⁶.

Freire, Marques e Silva (2012) ressaltam sobre a importância de identificar o tamanho da primeira maturação sexual em fêmeas, pois contribui para estabelecer o tamanho mínimo de captura. Esses autores indicam que nas regiões de maior pressão pesqueira há maior tensão para a ocorrência de maturação sexual precoce em fêmeas. Neste estudo não se realizou a identificação do sexo (masculino/feminino) dos indivíduos. Porém, através da estratificação feita de acordo com o tamanho dos indivíduos capturados, podem-se realizar algumas reflexões iniciais. Como por exemplo, o espaçamento entre talas nos matapís utilizados por essas famílias está bastante pequeno (estreito), capturando assim um estoque reprodutor considerável. Segundo o estudo de Lima et al (2014), na captura, o número de fêmeas tem a tendência de ser mais abundante em relação aos machos. Ainda nesse estudo, se verificou que o tamanho mínimo para primeira maturação sexual das fêmeas ficou entre 4,5 - 6 cm. Isso indica que a prática das famílias nas Ilhas das Araras poderá está levando essa espécie a exaustão no local.

Estudos têm orientado tamanhos mínimos de captura para os pescadores em diferentes regiões do Estado do Pará. Por exemplo, para a região Nordeste do Pará se aponta tamanho de aproximadamente 5,9 cm (FREIRE; MARQUES, SILVA, 2012). Para os pescadores da Baía do Guajará, Bentes (2011) assinala para aproximadamente 5,5 cm. Esses referenciais mostram que os tamanhos capturados nas Ilhas das Araras são bastante preocupantes, pois, provavelmente, está se retirando, desse ambiente, diversos indivíduos em intenso processo de reprodução, como já dito anteriormente.

Esses parâmetros podem contribuir na reflexão sobre uma armadilha (matapí) mais coerente com a realidade socioeconômica das Ilhas das Araras. Pois, uma armadilha mais seletiva poderia amenizar a pressão sobre a população de camarão, dando margem para a recomposição natural de estoques. Entretanto, deve-se levar em consideração que isso poderá implicar em efeito econômico negativo para as famílias, já que o peso (grama) dos indivíduos com tamanho abaixo do ideal indicado por famílias locais foi considerável nas amostras (245 gramas - equivalentes a 62,82% do peso total).

CONSIDERAÇÕES

A prática das famílias pescadoras nas Ilhas das Araras pode estar contribuindo para o contexto desfavorável do extrativismo do camarão amazônico. Na tentativa de amenizar a situação, sugere-se, preliminarmente, a diminuição no número de matapís utilizado por família, pelo menos

⁶ Outras informações também foram processadas. O maior indivíduo encontrado apresentou tamanho total de 11 cm, e os menores com tamanho de 3 cm de comprimento. Os indivíduos que apresentaram tamanhos menores que 5 cm formaram pouco mais de 29%, e os indivíduos entre 4,9 - 6 cm formaram a maior proporção na amostra (mais de 49%). Houve maior ocorrência de indivíduos que apresentaram tamanho igual a 5 cm de comprimento - 87 indivíduos (25,3% do total).

nos meses de menor incidência da espécie (fevereiro e março), que também coincide com o período de maior reprodução – período chuvoso.

Propõe-se também um repensar sobre a confecção dos matapís, pois, estão pouco seletivos, e assim, capturam indivíduos de variados tamanhos. Experiências identificadas em IEB (2011) podem indicar rumos favoráveis, como por exemplo, melhorar a seletividade dessas armadilhas através do aumento dos espaços entre talas, o que proporcionaria a fuga de indivíduos menores. Com isso, espera-se uma superficial recuperação nos estoques do camarão nas Ilhas das Araras.

Porém, as decisões deverão ser tomadas junto às famílias, que são as principais responsáveis pelo futuro desta atividade no local. Assim, é essencial o aprofundamento de estudos sobre a atividade na Ilha das Araras para, então, construir junto às famílias um sistema de manejo menos agressivo para a manutenção do extrativismo local do camarão.

Na expectativa de superar esta crise pela qual perpassa os familiares nas Ilhas das Araras, as lideranças locais estão se articulando com as representações sindicais de sua categoria produtiva na intenção de, no mínimo, manter as conquistas sociais do seguro defeso, tão importantes para as famílias que vivem da pesca.

Todavia, enfrentam a instabilidade política e econômica da atualidade brasileira, correndo-se o risco de perda de importantes conquistas, como por exemplo, a suspensão do defeso de algumas espécies (PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 192, 05/10/2015). Também, como mais uma estratégia, busca-se o envolvimento com organizações não governamentais de desenvolvimento para execução de projetos socioambientais. Experiências promissoras sobre acordo de pesca comunitário já estão sendo discutidas em nível municipal (POTIGUAR; MELO, 2015).

A sociedade industrial, urbana e consumista provoca sérias pressões ao ambiente, em especial aos sistemas produtivos familiares amazônicos, que são necessariamente vinculados ao meio natural. Dessa maneira, é essencial ainda compreender melhor como o crescimento populacional humano e a demanda de mercado têm implicado na sustentabilidade das famílias locais que praticam o extrativismo do camarão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Colônia de Pescadores Z-37 de Currálinho, Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca de Currálinho, EMATER-Local; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e aos alunos do PROEJA Agroextrativista (IFPA/Castanhal). Em especial, agradecemos as famílias do “Caíto” e do “Cavalo”, residentes da Localidade, pelo empenho e ponderamentos durante a coleta de informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTES, Bianca Silva. **Ecologia, pesca e dinâmica populacional do camarão-da-amazônia - *M. amazonicus* Heller, 1862 (Decapoda:Palaemonida) - capturados na região das ilhas de Belém – Pará - Brasil**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Pará, 2011. 260 p.
- CAVALCANTI, Clóvis. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. **Ambiente & Sociedade**. Vol. VII, nº 01, 2004. p. 149 – 156.
- COSTA, Gilson Silva. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém. UFPA/NAEA, 2006. 381 p.

FREIRE, J. L.; MARQUES, C. B.; SILVA, B. B. Estrutura populacional e biologia reprodutiva do camarão-da-amazônia *M. amazonicum* (HELLER, 1862) (DECAPODA:PALAEMONIDAE) em estuário da região nordeste do Pará, Brasil. **Braz. J. Aquat. Sci. Technol.**, 2012, 16 (2) : p. 65-76.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente** / Carlos Walter Porto Gonçalves, 15 ed. – São Paulo : Contexto, 2011.148p.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamentos. **Sistema de Informação de Projetos de Reforma agrária (SIPRA)**. 2014. <http://www.incra.gov.br> Acesso: 14/05/2015.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB). **Manejo comunitário de camarão e sua relação com a conservação da floresta no Estuário do Rio Amazonas**: sistematização de uma experiência em Gurupá-PA. Belém: 2011. (Org). Romier da Paixão Sousa, Katiúscia Fernandes Miranda, Jacqueline Serra Freire. 78 p.

LIMA, Jô de Farias; et al. Reproductive aspects of *Macrobrachium amazonicus* (Decapoda:Palaemonidae) in the State of Amapá, Amazon Rive Mouth. **ACTA AMAZONICA**. Vol. 44 (2) 2014: 245 – 254.

LIMA, Rubens Rodrigues; TOURINHO, Manoel Malheiros. **VÁRZEAS DO RIO PARÁ**. Principais características e possibilidades agropecuárias. Belém Pa: FCAP. 1996. 124p.

PLOEG, Jan Douwe Van. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. 372p.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 192, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). DOU de 09/10/2015 (nº 194, seção 1, pág. 6).

POTIGUAR, Manoel; COSTA, Pâmela. **Guia de construção de acordos de pesca no Rio Canaticú**: uma experiência de conservação / Projeto Viva Pesca. Belém: Instituto Peabirú, 2015. 62p.

RAVENA, Nírvia. Ecologia política e estratégias de sustentabilidade: uma reflexão teórica. **Novos Cadernos NAEA**. v. 13, n. 2, p. 103 -120. Dez, 2010.

SILVA, Luís Mauro. O papel didático da crise da agricultura moderna para a compreensão da ascensão de um enfoque agroecológico. **Desenvolvimento rural sustentável no Norte e Sul do Brasil** / Gutemberg Armando Diniz Guerra; Paulo Dabdab Waquil; organizadores. _Belém: Paka-Tatu, 2013. P. 227 – 247.

SILVA, Luís Mauro. **A abordagem sistêmica na formação do agrônomo do século XXI**. Curitiba – PR. Editora Appris. 400p. 2011.

CONCESSOES FLORESTAIS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA FLORESTA NACIONAL DE JAMARI-RO

Liliane Ferreira do Rosário¹

RESUMO

Com objetivo de fomentar a utilização sustentável dos recursos florestais naturais, o Governo Federal implementou em 2006, a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006), esta lei instituiu o Serviço Florestal Brasileiro-SFB, e criou a possibilidade da concessão de áreas de florestas públicas. A concessão florestal é um novo modelo de uso sustentável dos recursos florestais, pois garante a manutenção da cobertura vegetal das florestas, conciliando sua conservação com o desenvolvimento socioeconômico. Os objetivos da política de concessão florestal e coibir a grilagem de terras (aumentando a presença do estado através dos concessionários), evadir a exploração predatória dos recursos existentes, evitando assim a conversão do uso do solo para outros fins (pecuária, agricultura, etc...), promovendo o desenvolvimento regional através de uma economia florestal em bases sustentáveis e de longo prazo. Os principais resultados deste trabalho foram obtidos através do método de estudo de caso. O objetivo deste artigo foi identificar os resultados alcançados pelas concessões em execução e sua contribuição para a conservação das florestas brasileiras e para o desenvolvimento socioeconômico da região, a partir do estudo de caso da Floresta Nacional (Flona) do Jamari, no estado de Rondônia. As concessões florestais objeto deste estudo apresentam resultados socioeconômicos e ambientais favoráveis, os quais podem ser ampliados à medida que a política de concessão for sendo consolidada.

PALAVRAS CHAVE: Gestão florestal; Políticas públicas; Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Os recursos florestais do Brasil tem sido reconhecido não apenas pelos benefícios econômicos que são capazes de gerar, mas também pelos serviços que disponibilizam ao ser humano, bem como pelo valor cultural para os povos tradicionais que nela habitam. A variedade de biomas existente no Brasil reflete a enorme riqueza da flora e da fauna que coloca o país como possuidor de uma das maiores biodiversidades do planeta (COPOBIANCO et al.,2001).

Além de sua beleza, as florestas, tanto nativas quanto os plantios florestais, são extremamente importantes para a economia brasileira. Estima-se que o setor de base florestal seja responsável pela geração de seis milhões de empregos (FAO, 2011). De acordo com Cesar (2010) a economia brasileira sempre esteve ligada às florestas e ao seu aproveitamento. Ainda segundo o mesmo autor o primeiro ciclo econômico do país, ainda no início do século XVI, explorava a espécie *Caesalpinia echinata Lam* (pau brasil), que foi explorado até o termino de seu estoque natural. Posteriormente, outros ciclos econômicos onde se explorava a floresta também foram acompanhados de desmatamento e degradação, processo este que se estende até atualidade.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental – PDTU/NAEA/UFPA:lilianefr@ufpa.br

A biodiversidade e o patrimônio genético do País estão associados intimamente às florestas, razão pela qual estas devem ser priorizadas assumindo o papel principal que a própria natureza lhes concedeu. Neste sentido as discussões sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade ganham mais relevo, criando novos conceitos e paradigmas para o manejo florestal em florestas nativas.

Postali e Nishijima (2008) citam que o ritmo de desmatamento das florestas brasileiras atingiu níveis tão elevados entre os anos 2004/2005 que produziu pressões, tanto da sociedade brasileira como da comunidade internacional, para uma ação eficaz do governo no sentido de conter a destruição. Ainda segundo os mesmos autores este processo se intensifica conforme o avanço da fronteira agrícola na Amazônia.

Ao estudar o desenvolvimento histórico e social da região da Amazônia Legal, entende-se o atual cenário de desmatamento da área, o que possibilita também compreender o intrincado de interesses conflituosos existentes pela propriedade da terra e pelo seu direito de exploração e assim entender a importância da busca por soluções eficientes desses conflitos (FERREIRA; SALATI,2005).

Diante desta realidade, a Lei nº 11.284 – denominada Lei de Gestão de Florestas Públicas– aprovada em Fevereiro de 2006 pelo Congresso Nacional, com objetivo de disciplinar o regime de concessões das florestas nacionais de uso sustentável (flonas) através da outorga onerosa para iniciativa privada, representando um passo importante para aperfeiçoar a política ambiental brasileira.

O regime de concessões florestais ofertará unidades para manejo florestal por meio de outorga onerosa através de licitação com objetivo de estabelecer oferta de madeira extraída através de manejo florestal sustentável, aumentar a governança, coibindo a entrada de madeireiros ilegais e dessa forma prover um cenário que leve ao desenvolvimento sustentável das regiões onde houver concessões. Para esse empreendimento, foi criado o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) como órgão de gestão dos processos de concessão.

A exploração de recursos florestais através das concessões propostas pela Lei de Gestão de Florestas Públicas visam a gestão eficiente dos recursos naturais, os contratos firmados somente permitem a obtenção do recurso florestal por meio das técnicas do manejo florestal e exploração de impacto reduzido. Desta forma, a área é utilizada em um sistema de rodízio. Apenas de quatro a seis árvores são retiradas por hectare e o retorno a mesma área só poderá ocorrer a cada 30 anos, permitindo desta forma crescimento das árvores remanescentes(SFB,2015).

A lei prevê três formas de gestão de florestas públicas para a produção sustentável (artigo 4º). Uma delas é a criação e gestão direta pelo poder público (federal, estadual ou municipal). Outra forma é a destinação da floresta para uso comunitário, como assentamentos florestais, reservas extrativistas e áreas quilombolas, a qual tem seus limites estabelecidos pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. A terceira forma é a concessão de florestas públicas, por meio de licitação.

Considerando os embaraços fundiários existentes atualmente na Amazônia, a utilização de concessões florestais para gerir os recursos naturais surge como estratégia governamental de propiciar alternativas de uso direto destes, propiciar a geração de renda direta e indireta e ao mesmo tempo manter o controle sobre Floresta nativa, ou seja, e uma forma de cobrar pelo usufruto da floresta e de promover seu manejo sustentável.

A escassez de estudos que permitam reflexões sobre a utilização sustentável da floresta através de outorga onerosa no caso Brasileiro tem contribuído para distorções quanto à viabilidade de concessões florestais por parte da sociedade e de instituições privadas e não governamentais, justificando a realização deste trabalho.

O objetivo deste artigo foi identificar e analisar de forma teórica e qualitativa os principais fatores relacionados à sustentabilidade socioeconômica e ambiental de concessões florestais gerenciadas pelo SFB, a partir do estudo de caso da Floresta Nacional (Flona) do Jamari, no estado de Rondônia e obter um maior conhecimento sobre o tema em questão.

2 O DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL E A LEI Nº 11.284/06

A evolução das teorias socioeconômicas e, posteriormente, das teorias desenvolvimentistas, estão diretamente correlacionadas ao processo de transformação e de sustentação da sociedade, neste entendimento Mendes (2009) cita que a percepção dos abusos cometidos em nome do crescimento econômico ampliou noção de desenvolvimento, indo segundo o mesmo além da acumulação de recursos materiais.

Neste cenário o desenvolvimento sustentável surgiu nas últimas décadas do século XX, para traduzir várias ideias e preocupações devido à gravidade dos problemas que causam riscos às condições de vida no planeta. Uma das primeiras organizações a apontar os riscos do crescimento econômico contínuo foi o Clube de Roma em 1972. No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência de Estocolmo, que abordou problemas ambientais decorrentes da poluição atmosférica, crescimento populacional e crescimento versus desenvolvimento. Em 1974, surge a proposta do eco desenvolvimento, formulada por intelectuais como Sachs (1993) que incorpora, além das questões econômicas e sociais; as questões culturais, políticas e ambientais, à noção de desenvolvimento (LEFF, 2005).

Independentemente da abordagem escolhida, a questão do desenvolvimento sustentável tem despertado intenso debate nos anos recentes, sobretudo no Brasil, detentor de uma das mais ricas reservas biológicas do planeta e figura-chave nas medidas destinadas a controlar as mudanças climáticas. Neste contexto, o poder público no Brasil vem buscando empreender medidas que garantam o desenvolvimento econômico sem a destruição predatória dos recursos naturais que estão intrinsecamente ligados as florestas nativas.

A criação de florestas públicas no Brasil foi instituída através do Código florestal de 1965. São formadas por florestas naturais ou plantadas localizadas nos diversos biomas brasileiros, sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta. Até alguns anos atrás, as Florestas Públicas eram administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente (Decreto 1.298, de 27 de outubro de 1994).

Porém, em razão da deficiência dos sistemas de monitoramento e fiscalização somados a expansão das atividades agropecuárias, o governo criou (Decreto 2.473, de janeiro de 1998) o Programa Florestas Nacionais (Flonas), com o objetivo de implementar o manejo sustentável e promover a criação de novas áreas de maneira a desenvolver de forma sustentável a exploração de madeira para atender à demanda renunciada. Consequentemente, frente ao quadro de falta de recursos do setor público e falhas no monitoramento e fiscalização, surgem como solução à

implantação de uma política de concessões de áreas florestais públicas para a exploração de madeiras comerciais pelo setor privado e comunidades locais (GODOY, 2006).

Segundo Godoy (2006) esta lei trouxe duas consequências imediatas: A primeira é a inclusão das florestas nacionais na lei. De acordo com a referida lei, Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal nativa, que tem como finalidade pesquisas científica e, até então, era de posse e domínio públicos e podia abrigar as populações tradicionais. Essa situação muda com a presença de empresas que podem ter atividades econômicas sustentáveis; A segunda é que qualquer empresa ou consórcio de empresas poderá participar, inclusive a lei prevê tratamento diferenciado para pequenas empresas e os investidores terão o direito de explorar o recurso florestais não madeireiros (desde que estes não sejam explorados por comunidades dentro ou no entorno da Flona), bem como serviços de turismo ecológico na área cedida (MMA e SFB,2011).

Os responsáveis pela concessão florestal no Brasil são: Órgão gestor: quem conduz o processo de concessão da floresta. No âmbito federal, o SFB exerce a função de órgão gestor. Alguns estados já possuem seu próprio órgão gestor, Poder concedente: titular da área de floresta, que podem ser a União, os estados, os municípios ou o Distrito Federal; Órgão consultivo: colegiado com representantes do poder público e da sociedade civil e que assessora a gestão florestal (BALIEIRO et al.,2010).

A lei 11.284 prevê, ainda, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF – “destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor” (art. 41º), com recursos provenientes majoritariamente de preços de concessão florestal.

A seção X da lei 11.284 trata do Preço Florestal, isto é, das compensações financeiras ao poder concedente, resultantes da concessão das florestas à iniciativa privada. Cada edital de licitação deverá conter sua própria modalidade de preço florestal, mas o art. 37º estabelece que regime econômico e financeiro da concessão florestal, conforme estabelecido no respectivo contrato de concessão, deve compreender: I) o pagamento do preço calculado sobre os custos de realização do edital de licitação da concessão florestal da unidade de manejo; II) “o pagamento de preço, não inferior ao mínimo definido no edital de licitação, calculado em função da quantidade de produto ou serviço auferido do objeto da concessão ou do faturamento líquido ou bruto” (Art. 36, II).

A Lei florestal prevê que os recursos arrecadados com o preço florestal, na parcela que exceder o valor mínimo do edital, devem ser repartidos proporcionalmente entre o Ministério do Meio Ambiente, os Estados, os Municípios e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF. A lei é bastante lacônica quanto ao destino dos recursos do FNDF, limitando-se a afirmar, em seu art. 41º, que se trata de um fundo “de natureza contábil, gerido pelo órgão gestor federal, destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor”.

Ainda se tratando de gestão de florestas públicas, o Capítulo IV, do Título II da Lei 11.284, é específico ao tratar do tema concessões florestais. Como disposições gerais são tratados temas como autorização da concessão florestal por meio de ato do poder concedente e formalização da mesma mediante contrato, que deverá observar os termos da Lei de Florestas, das normas pertinentes de licitações e contratos, além da observância do edital de licitação. Os relatórios ambientais preliminares, licenças ambientais, relatórios de impacto ambiental, contratos, relatórios

de fiscalização e de auditorias e outros documentos relevantes do processo de concessão florestal serão disponibilizados na internet, assegurando a quaisquer pessoas o acesso aos contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Este estudo classifica-se como exploratório, descritivo e qualitativo. Salienta-se que as pesquisas exploratórias são aquelas que tem por objetivo proporcionar maior entendimento de um problema, a finalidade e obter um maior conhecimento sobre o tema em estudo (GIL, 2005). O método utilizado para análise dos resultados foi estudo de caso. A escolha deste método teve como base Yin (1994), segundo este autor o estudo de caso e a estratégia de investigação mais adequada quando queremos saber o “como” e o “porquê” de acontecimentos atuais (contemporâneo) sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controle.

Os dados foram coletados através de pesquisa bibliográfica; documental; no Sítio do Serviço Florestal Brasileiro; Atlas de desenvolvimento humano; Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES²); Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia 2014; Relatório do tribunal de contas da união nº TC 046.126/2012-0 ; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE; Data viva (programa do governo do estado de Minas Gerais que consiste em uma ferramenta de visualização de dados desenvolvida pelo escritório de prioridades estratégicas é o Massachusetts Institute of Technology Media Lab (MIT)..

Foram coletados dados sobre Produto Interno Bruto-PIB; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM e Percentual de desmatamento (considerando o cenário sócio econômico e ambiental da região e dos municípios onde Flona do Jamari objeto do estudo está localizada) antes da implementação da política pública em estudo e depois. Avaliação de política pública durante a execução (Ex Post) e possível comparando-se a realidade com o planejado (MENEGUIN; FREITAS, 2013). O uso de medidas Múltiplas e independentes (triangulação dos dados) justifica-se com base em Trivinos (1992). A triangulação significa o uso de pelo menos três pontos de referência (neste caso ambiental, social e econômico) para verificar a localização do objeto de estudo e seu estado atual.

O estudo de caso teve como referência a Floresta Nacional do Jamari (RO) justifica-se a escolha por tratar-se da primeira Flona brasileira a passar pelo processo de outorga onerosa (concessão florestal) segundo a Lei de Gestão de Floresta Pública.

4 DELINEAMENTO DO CASO

A Floresta Nacional (Flona) do Jamari, localizada no estado de Rondônia, entre os municípios de Cujubim, Porto Velho, Ariquemes e Itapuã do Oeste, foi criada em 25 de setembro de 1984. A Flona possui uma área aproximada de 220 mil hectares, dos quais 96 mil foram destinados para concessão florestal (SFB, 2015).

² O projeto PRODES realiza o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas.

A primeira concessão florestal do país ocorreu na Flona do Jamari. O edital ficou aberto por 45 dias e recebeu 19 propostas de 14 empresas dos estados de Rondônia, São Paulo, Bahia e Pará. Para se definir os vencedores do processo foram utilizados critérios de técnica e preço segundo a lei de licitações e contratos do governo federal (Lei Geral de Licitações (8666/93).

O nome FLONA do Jamari está relacionado com a localização da mesma (ao lado do Rio Jamari). Compreende os municípios de Porto velho, Ariquemes, Itapuã do Oeste e Cujubim(SFB,2015). Também foi considerada, para efeitos de estudos nesta pesquisa, uma área de influência em torno da FLONA (limite-tampão) com uma projeção de 10 km além dos seus limites, cuja área totaliza 244.587,37 ha.

A Flona do Jamari faz parte da categoria de Unidade de Uso Sustentável, esta Unidade de Conservação apresenta tipologia vegetal de Floresta Ombrófila Aberta com pequenas manchas de Floresta Ombrófila Densa. A unidade de relevo que domina a paisagem da FLONA do Jamari é o planalto rebaixado da Amazônia ocidental, com altimetria variando entre 100 e 200 metros (SOCIOAMBIENTAL, 2008).

Os contratos de concessão florestal especificam parâmetros e forma de verificação dos indicadores usados para definir os vencedores da licitação. Alguns indicadores estão relacionados a critérios técnicos que são eliminatórios, ou seja, em caso de não-cumprimento destes critérios, o Serviço Florestal Brasileiro pode desde aplicar sanções, determinar correção das irregularidades bem como a depender da gravidade suspender as atividades que estiverem em desacordo com o contrato (SFB, 2015). Para os critérios técnicos, foram indicadores e critérios sociais e ambientais.Quadro 1.

Quadro 1- indicadores e critérios sociais e ambientais

Indicador	Descrição	Prazo de verificação inicial
Monitoramento da dinâmica de crescimento e recuperação da floresta	Área de parcelas permanentes que compõe o Sistema de Inventário Florestal Contínuo para monitorar a dinâmica da floresta. Esta parcela tem localização e demarcação permanente no campo, onde são realizadas medições periódicas de diversas variáveis.	No 24º mês após a assinatura do contrato, quando pelo menos 5 parcelas devem ter sido instaladas.
Redução de danos à floresta remanescente durante a exploração florestal	Proporção de áreas de florestas abertas pela queda de árvores para a implementação de estradas secundárias, trilhas de arraste e pátio de estocagem. A área impactada por estas aberturas e pela derruba deve ser no máximo 18% da Unidade de Produção Anual (e 13% nos contratos da concessão da Flona de Saracá Taquera).	No 24º mês após a assinatura do contrato.
Investimento em infraestrutura e serviços para a comunidade local	Valor depositado anualmente para investimentos em bens e serviços na comunidade, definidos em audiências entre a comunidade, o poder público local e os	No 24º mês após a assinatura do contrato.

	concessionários.	
Geração de empregos locais	Proporção de empregos gerados localmente nos municípios de abrangência do lote de concessão, em relação ao total de empregos gerados.	No 24º mês após a assinatura do contrato. O indicador será verificado anualmente até o fim do contrato.
Geração de empregos da concessão florestal	Estoque de empregos diretos com carteira assinada na indústria e na UMF vinculada à concessão.	No 36º mês após a assinatura do contrato.
Diversidade de produtos explorados na Unidade de Manejo Florestal (UMF)	São três as categorias de produtos que podem ser exploradas: madeira em tora, material lenhoso residual (no mínimo 30% da madeira em toda), produtos não-madeireiros (representando no mínimo 5% do valor pago pela madeira em tora).	No 36º mês após a assinatura do contrato.
Grau de processamento dos produtos municípios abrangidos pela concessão	A proporção de agregação de valor é obtida pela divisão do faturamento com a venda dos produtos pelo volume de madeira em tora consumida no processamento. O resultado pela proporção de madeira em tora retirada da área.	No 36º mês após a assinatura do contrato. Na concessão na Flona de Saraca Taquera, ocorrerá no 48º mês.
Diversidade de espécies exploradas na UMF, para valorizar o maior número de espécies e evitar a sobrecarga de exploração das espécies mais visadas.	O número mínimo de espécies, nos contratos assinados atualmente, é 15. Será considerada espécie explorada a que atingir 2% do volume total de tora explorado no ano ou 4% do valor pago pela madeira no ano.	No 48º mês após a assinatura do contrato.
Diversidade de serviços explorados na UMF	São três as categorias de serviços previstas: hospedagem, esportes de aventura, visitação e observação da natureza. As categorias serão consideradas apenas quando o total pago por essa exploração atingir ao menos 5% do valor pago pelos produtos madeireiros. Para ser considerada, a categoria precisa representar ao 20% do faturamento dos serviços.	No 36º mês após a assinatura do contrato. O indicador será verificado anualmente até o fim do contrato.
Apoio e participação em projetos de pesquisa de interesse da ciência florestal, direcionados à ecologia, ao manejo, ao uso e conservação de florestas tropicais ou	Um projeto será considerado quando envolver acordo formal entre o concessionário e uma instituição de pesquisa e, ao menos cinco dias úteis, forem usados para coleta de dados na UMF.	No 12º mês após a assinatura do contrato. Na concessão na Flona de Saraca Taquera, ocorrerá no 24º mês.

aspectos sociais e culturais associados.		
Implementação de programas de conservação de fauna na UMF	Programas de monitoramento do impacto da atividade objeto da concessão florestal sobre vertebrados (peixe, anfíbios, répteis, aves e/ou mamíferos) implementadas pelo concessionário na UMF, resultando em medidas de conservação adotadas nas atividades de manejo.	No 12º mês após a assinatura do contrato.
Política afirmativa de gênero	Proporção de empregos gerados a pessoas do sexo feminino em relação a pessoas do sexo masculino.	No 12º mês após a assinatura do contrato.
Fornecimento de matéria-prima para a indústria local	Não será considerado o volume fornecido a empresas de propriedade do concessionário.	No 12º mês após a assinatura do contrato.
Participação da comunidade local na exploração de produtos e serviços, objetos de concessão florestal, na unidade de manejo florestal. (Válido somente para a concessão na Flona de Saracá Taquera)	Existência de acordo formal de participação da comunidade local na exploração, mediante assinatura de contrato formal e a participação de mais de 20 pessoas da comunidade. O indicador não se aplica a exploração de madeira em tora. Também não podem ser considerados empregados diretos ou terceirizados dos concessionários.	No 12º mês após a assinatura do contrato.

Fonte: SFB(2015)

Os textos legais a serem observados nas licitações para concessão florestal são a Lei 11.284 – Lei das Florestas Públicas e a Lei 8.666 – Lei das Licitações e Contratos. O caput do artigo 13 explica, porém, que a observância da legislação própria de licitações será supletiva, ou seja, nos pontos em que a Lei das Florestas não tratar do assunto, respeitados os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Embora o processo ter sido iniciado em 2007, o início da exploração na FLONA do Jamari deu-se apenas em 2010, após um longo percurso na descoberta em como proceder frente às novas regulamentações e muita polêmica e oposição de grande parte da opinião pública, que se opôs à possibilidade de manejo e concessão de forma geral (SOCIOAMBIENTAL,2008).

Parte da oposição da sociedade em relação a outorga onerosa em florestas públicas era por causa do resultado de experiências mal sucedidas em países da África (SHIMIZU, 2006), e na própria América Latina(ITTO,2010). O tema de concessões florestais na Amazônia Brasileira foi alvo de intensos debates durante vários anos que precederam a aprovação da Lei 11.284 /2006. Em especial temia-se a Privatização da Amazônia e a degradação da mesma.

O edital de licitação para concessões florestais da Flona do Jamari ficou aberto por 45 dias e recebeu 19 propostas de 14 empresas dos estados de Rondônia, São Paulo, Bahia e Pará. Os vencedores foram definidos através do processo de julgamento das propostas. Estes foram analisados e julgados

segundo critérios de técnica e preço. Para os critérios técnicos, foram avaliados indicadores socioambientais como maior benefício social, menor impacto ambiental, e maior agregação de valor local.

Três empresas venceram a licitação a saber: empresa Madeflona Industrial Madeireira maneja a Unidade de Manejo Florestal I (UMF I), com 17 mil hectares. A empresa Sakura Indústria e Comércio de Madeiras ganhou a licitação para a UMFII, com 32,9 mil hectares; a empresa Amata venceu para a UMF III, com 46 mil hectares(SFB,2015).

A operação teve início em setembro de 2010.De 2010 a 2013, foram manejados 114.516,59 m³. Por essa produção, as concessionárias pagaram R\$ 6.272.276,36 No Quadro 2 pode-se visualizar o balanço anual referente ao volume transportado e o valor pago pelas concessionárias responsáveis pelas três UMFs.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2010 começou a operar o regime de concessões florestais no Brasil as concessões florestais objetivam ampliar a governança dos recursos florestais e promover o desenvolvimento sustentável da região, a primeira Flona a passar pelo regime de concessão conforme já citado foi neste período o cenário sócio econômico da região pode ser representado através do O Índice de Desenvolvimento Humano³. A Floresta Nacional do Jamari /RO situa-se conforme já citado entre os municípios de Cujubim, Porto Velho, Ariquemes e Itapuã do Oeste (SFB,2015). O contexto socioeconômico desses municípios no período de implementação da política de concessões e descrito abaixo.

O IDHM de Cujubim foi 0,612, em 2010, o que situou esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,789 seguida de Renda, com índice de 0,663, e de Educação, com índice de 0,439.

Quadro 2-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Cujubim – RO

	2010
IDHM e componentes	
IDHM Educação	0,439
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	31,35
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	63,54
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	77,83
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	44,23
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	21,97
IDHM Longevidade	0,789
Esperança de vida ao nascer (em anos)	72,33
IDHM Renda	0,663
Renda per capita (em R\$)	495,31

³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Fonte: Atlas Brasil⁴ (2013) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Porto Velho foi de 0,736, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,819, seguida de Renda, com índice de 0,764, e de Educação, com índice de 0,638.

Quadro 3- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Porto Velho – RO

IDHM e componentes	2010
IDHM Educação	0,638
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	61,68
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	81,06
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	84,84
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	50,79
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	42,07
IDHM Longevidade	0,819
Esperança de vida ao nascer (em anos)	74,14
IDHM Renda	0,764
Renda per capita (em R\$)	929,19

Fonte: Atlas Brasil (2013) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Ariquemes é 0,702, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,806, seguida de Renda, com índice de 0,716, e de Educação, com índice de 0,600.

Quadro 4- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Ariquemes /RO

IDHM e componentes	2010
IDHM Educação	0,600
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	51,36
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	77,46
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	84,18
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	56,98
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	40,53
IDHM Longevidade	0,806
Esperança de vida ao nascer (em anos)	73,36
IDHM Renda	0,716
Renda per capita (em R\$)	689,95

Fonte: Atlas Brasil (2013) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

⁴ O Atlas Brasil 2013 é um site de consulta ao IDHM e a mais de 200 indicadores de desenvolvimento humano dos municípios e estados brasileiros.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Itapuã do Oeste em 2010 foi de 0,614, o que colocou esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,751, seguida de Renda, com índice de 0,633, e de Educação, com índice de 0,488.

Quadro 5-índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Itapuã do Oeste – RO

IDHM e componentes	2010
IDHM Educação	0,488
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	33,95
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	79,06
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	87,79
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	40,67
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	25,92
IDHM Longevidade	0,751
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,08
IDHM Renda	0,633
Renda per capita (em R\$)	411,36

Fonte: Atlas Brasil (2013) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Conforme pode-se observar nos Quadros 2,3,4 e 5 Longevidade e renda foram as dimensões que mais contribuíram para elevar o IDHM dos municípios que estão no entorno da Flona do Jamari, a educação foi a dimensão que ficou em último lugar na análise. A grande questão que se coloca quando se pretende avaliar o nível de prosperidade ou qualidade de vida de um país, região ou município é como fazê-lo e quais os critérios verdadeiramente significativos para o desenvolvimento humano.

A utilização exclusiva de dados econômicos esconde as verdadeiras diferenças entre pessoas e entre nações. Então o desempenho de uma economia para refletir a realidade de vida de seus cidadãos deverá analisar e considerar o padrão de vida da maioria, pois a renda pode estar concentrada em poucos representantes da sociedade em estudo(FARIA,2005).

Para entendermos os bons índices de IDHM dos municípios em estudo em 2010 e necessário conhecer um pouco do histórico do estado de Rondônia, este estado tal como em outros estados da Amazônia legal sofreram impacto de políticas de migração errôneas e intensificação de exploração de seus recursos naturais.

Nascimento; Santos e Silva(2012) citam que na década de 90 começaram a ser implementadas políticas ambientais que visavam principalmente a amenizar os estragos referentes ao uso irracional dos recursos naturais durante os projetos de colonização e nos períodos de exploração do ouro e da cassiterita, através do PLANAFLORO (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia).

Em 2010, começaram a ser implantadas políticas de correção com o intuito de reorganização do espaço rondoniano, em função das políticas aplicadas anteriormente, principalmente os projetos de colonização, o ciclo do ouro no rio Madeira e as novas políticas de incorporação da região, como o Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), que inclui a construção de duas usinas hidrelétricas (UHE Santo Antônio e UHE Jirau) no município de Porto Velho.

Neste entendimento compreende-se que os bons resultados alcançados pelo IDHM nos municípios em estudo no ano de 2010 devem ser analisados com cautela pois as políticas citadas acima podem ter contribuído para elevar os mesmos. Estas políticas causam sazonalidade de desenvolvimento? sim, por que são políticas descontinuadas e os municípios que compõem o estado terminam por absorver seus impactos e problemas sociais decorrentes.

Neste cenário o que difere a política de concessões florestais de outros instrumentos de comando e controle que o governo vem utilizando afim de gerenciar os recursos florestais?

A concessão florestal é uma política de gestão ambiental que pode ser compreendida como um instrumento econômico diferenciado das demais concessões de bens e serviços públicos regidos pela Lei 8.987/1995. Enquanto estas tratam da concessão de prestação de bens e serviços públicos por uma pessoa física de direito privado, para o atendimento pleno das necessidades dos usuários desses serviços, tais como: geração de energia elétrica para a população pelos empreendedores concessionados; aquela se refere à concessão de atividades de exploração de um recurso natural público (as florestas) por um ente privado, sem a existência de contrapartida de prestação de serviços para um potencial usuário beneficiado pela exploração do bem público (TCU,2013).

A maiores expectativas geradas à época da edição da Lei de gestão de florestas públicas era que de que o instrumento da concessão florestal alcançasse grande abrangência em curto prazo decorridos cinco anos desde que foi implantada a primeira concessão (nosso objeto de análise) apenas cinco flonas passaram pelo processo de concessão: Floresta Nacional do Jamari (RO); Floresta Nacional de Saracá-Taquera (PA); Floresta Nacional de Jacundá (RO); Floresta Nacional de Saracá-Taquera (PA) - Lote sul; Floresta Nacional do Crepori (PA); Floresta Nacional de Altamira (PA), este fato vem frustrando as expectativas em torno desta (TCU,2013).

Segundo Relatório do Tribunal de Contas da União-TCU (2013) o baixo grau de implantação de concessões reflete diretamente no alcance das metas estabelecidas no contrato de gestão firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal Brasileiro, no que se refere à quantidade de processos licitatórios de concessão florestal estabelecida para ser realizada anualmente.

De acordo com Azevedo-Ramos; Silva e Merry (2015) O baixo grau de implantação das concessões florestais no Brasil não significa que esta política é ineficaz. Para estes autores os problemas não estão correlacionados com a operação, mas sim com a sobreposições de funções entre órgãos federais que aumentam a burocracia e tornam o processo instável para potenciais investidores.

Neste mesmo entendimento Motta e Ferraz (2002) citam que as concessões florestais devem ser realizadas através de um processo lento, sempre acompanhado de estudos dos resultados obtidos. Dessa forma, segundo estes, minimizam-se as falhas que por ventura venham a ocorrer, e pode-se avaliar se estas políticas de gestão de recursos naturais estão alcançando o objetivo para os quais foram criadas.

Em auditoria realizada no ano de 2013 a respeito do processo de concessão florestal auditores do TCU citam que falhas no arcabouço institucional e legal relativo à concessão florestal federal, podem ser prejudiciais e influir negativamente no processo de implantação e a consolidação da política. Entre as falhas apontadas os mesmos citam: “a ausência de coordenação da atuação dos vários atores envolvidos no processo de concessão florestal federal e a falta de delimitação quanto à atuação de cada um deles” (TCU,2013, p.19).

O instrumento da concessão florestal precisa passar por ajuste (TCU,2013) no entanto esta política tem potencial para colaborar com a conservação das florestas, pois ao exigir que a exploração de concessões ocorra em consonância com as regras de manejo florestal sustentável a mesma contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região, ao vincular a manutenção dos contratos ao cumprimento dos indicadores sócio econômicos e ambientais. Um exemplo e da contribuição da política de concessões e a taxa de desmatamento na Flona do Jamari em queda desde a implantação das concessões florestais, não se pode afirmar que a taxa caiu por causa das concessões no entanto pode-se afirmar que a mesma contribui de forma efetiva, pois o concessionário amplia a presença do estado no local. Dados do Prodes podem ser visualizados no Quadro 6 e corroboram com esta afirmação. Estes dados indicam que houve um Incremento negativo na taxa de desflorestamento na Floresta do Jamari desde ano de 2010 (PRODES,2015).

Quadro 6- Percentual de queda no desmatamento em Rondônia em 10 anos.

Estados\ Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 2014-2013	Var. 2001-2004
	Rondônia	3858	3244	2049	1611	1136	482	435	865	773	932	684	-27%

Fonte: Prodes (2015)

O benefício propiciado pelo instrumento da concessão é a exploração em bases sustentáveis, favorece a conservação das florestas. Para garantir que a exploração florestal objeto das concessões ocorra obedecendo os preceitos do Manejo florestal sustentável SFB monitora periodicamente o manejo e toda a cadeia de custódia da madeira proveniente da concessão, tanto remotamente, como em campo, com vistas a assegurar a exploração em bases sustentáveis.

Sobre a representatividade da geração de emprego nessas regiões, identificou-se que, em 2010, segundo dados do censo demográfico do IBGE, o município de Itapuã do Oeste possuía 893 trabalhadores com carteira assinada, enquanto o município de Cujubim possuía 1.570 empregados nessa condição.

Em 2013 o município de Cujubim tinha um total 2,09 mil pessoas oficialmente empregadas em 257 estabelecimentos, a principal atividade desenvolvida e desdobramento de madeira que responde por 33%, fabricação de madeira laminadas e de chapas de madeira respondem por 5% do total de empregos, fabricação de artefatos de madeira tem uma participação de 3,1%, produção de floresta nativas 4,2 %. A renda média mensal na cadeia produtivas de madeira R\$ 1,25 mil. O crescimento nominal dos salários em um ano foi de 16%, crescimento nominal nos últimos cinco anos foi de 20%. O crescimento nominal de empregos em um ano foi de 10% e o crescimento nominal nos últimos cinco anos de 15%(DATAVIVA,2015).

Em Porto Velho no ano de 2013 o total de empregos foi de 190 mil, a renda média mensal foi de R\$ 2, 44 mil a principal ocupação foi administração pública 38% dos empregos gerados, a indústrias extrativas tem uma participação de 0,57 % do total de empregos gerados para período em análise, Fabricação de artigos de serralheria 0,13%, as atividades ligadas a cadeia produtiva de madeira teve um crescimento nominal em um ano de 23% e um crescimento nominal nos últimos cinco anos também de 23%, em relação crescimento nominal de empregos em um ano foi de 15% e crescimento nominal de empregos em cinco anos 9%.a renda mensal média do setor madeireiro R\$1,46 mil(DATAVIVA,2015) .

Em Itapuã do Oeste no ano de 2013 havia 1,31 mil pessoas com vínculo formal, destes 37%(a maior contribuição) e administração pública. Na Cadeia produtiva da Madeira temos a contribuição de 7,1% (desdobramento de madeira) e 0,68% da total fabricação de moveis de madeira, 0,46% de trabalhadores ocupando vaga na mecanização florestal, 1,7% Industria extrativa, 0,23% Carvão. Houve queda no crescimento nominal de salários nos últimos 12 meses e 0,1% de queda nos últimos 5 anos em relação a salários. No período de um ano houve um crescimento nominal de 59% em cinco anos houve retração no nível de emprego de 20%(DATAVIVA,2015).

Em Ariquemes a principal atividade e administração pública 2,59 mil empregos, na cadeia produtiva da madeira temos 0,016% (mecanização florestal), extrativista de Madeira contribui com 0,22% de emprego. As atividades ligadas ao setor florestal tiveram um crescimento nominal de salários em um ano igual a 6% e 14 % nos últimos cinco anos. Para cada emprego direto criado dentro do setor madeireiro e criado, em média, 2,06 postos de trabalho relacionados à área (PEREIRA et al.,2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não tenha sido possível mensurar a exata contribuição das concessões florestais para a conservação das florestas nacionais e para o desenvolvimento socioeconômico regional, há indícios de que a exploração da floresta em bases sustentáveis e o controle exercido pelos concessionários na região aumentam a presença do estado favorecendo a gestão dos recursos naturais, há indícios de que este fato ajuda na conservação da Floresta objeto do estudo de caso. Constatou-se que o setor madeireiro tem aumentado a oferta de emprego na região. Em 2013, os concessionários disponibilizaram o montante de R\$ 110.000,00 para investimento nos municípios de abrangência da flona, contribuindo para que haja melhorias econômicas e sociais em nível local. Esses benefícios, ainda são modestos, mais estão imbuídos de importância e à medida que a política de concessões se consolidar a tendência e estes benefícios aumentarem, tendo em vista o panorama econômico e social dos municípios alcançados.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO-RAMOS, Cláudia; SILVA, SILVA, Jose Natalino da. MERRY, Frank. The evolution of Brazilian forest concessions. In: **Elementa Science of the Anthropocene**. Disponível em: < <https://elementascience.org/articles/48>>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

ATLASDODESENVOLVIMENTO HUMANODOBRASILDisponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/porto-velho_rq>. Acesso em out. de 2015.

BALIEIRO, Mariana Ribeiro et al. Entendendo a Concessão Florestal. In: **As concessões de florestas públicas na Amazônia Brasileira: Um manual para pequenos e médios produtores florestais**. Piracicaba: IMAFLORA; Belém: IFT, 2010. cap. 1, p. 15-59

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 6 out. 2015.

_____. Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20/20t>. Acesso em: 9 out 2015.

_____. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CESAR, P. C. **Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal: um estudo evolutivo e das competências da instituição**. 33 f. Trabalhos de Graduação (Engenharia Florestal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

CAPOBIANCO, J. P. R.; et al. (orgs.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira - Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação da Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001. 540 p.

DATAVIVA. Perfil sócio econômico de Rondônia. Disponível em: <<http://pt.dataviva.info/profiles/bra/1ro010106/?app=2>>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

FAO. Situação dos bosques do mundo 2011. Disponível em: <<https://www.fao.org/publicacoes.asp>>. Acesso em 22 de out. de 2015.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

Ferraz, C. Seroa da Motta, R. Regulação, mercado ou pressão social? Os determinantes do investimento ambiental na indústria, *Texto para Discussão 863*, IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, A.M.M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados*, 19 (54), 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

GODOY, A. M. G. A gestão sustentável e a concessão das florestas públicas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 10(3): 631 - 654, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apresenta informações sobre dados estatísticos nacionais. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 21 de agos. de 2015.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL-IDHM. Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em 23 de ago, 2015.

INSTITUTOSOCIOAMBIENTAL.AlmanaqueBrasilSocioambiental2008.Disponível em <www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/almanaque-brasil-socioambiental-2008>. Acesso 04 de nov.2015.

ITTO- International Tropical Timber Organization, **Annual review and assessment of the world timber situation 2010**. Yokohama, Japan. 200p. 2010. Disponível em: <http://www.itto.int/annual_review/>. Acesso em: 12 de out.2015

LEFF, H. Saber ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. 4ª Edição. Rio de Janeiro, 2005.

MENEGUIN, F. B.; FREITAS, I. V. B. **Aplicações em avaliação de políticas públicas: metodologia e estudos de caso**. Brasília. 2013.

PINHEIRO, Nascimento Cláudia. Santos, Carlos. Silva, Maurício. PORTO VELHO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RONDÔNIA (1980/2010). In: **Revista eletrônica Brasileira de Geografia**. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/22447>. Acesso em 23 de out.2015.

PEREIRA et.al. **Fatos florestais da Amazônia Brasileira**. Belém, PA,2010.

PROJETO PRODES. MONITORAMENTO DA FLORESTA AMAZÔNICA BRASILEIRA POR SATÉLITE. Disponível em < <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>>. Acesso em 02 de nov.2015.

POSTALI, F. A. S.; NISHIJIMA, M. Encontro Nacional de Economia, XXXVI, Salvador, 2008. **O retorno social dos royalties do petróleo nos municípios brasileiros: anais**. Salvador: ANPEC, 2008.

RONDÔNIA. SEPLAN/PLANAFORO/PNUD BRA/00/004. Planaforo: realizações e projetos para Rondônia. Porto Velho, 2002.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO-SFB. **Plano de outorga florestal 2013**. Disponível em < [ww.florestal.gov.br/consulta-publica-paof/view-category](http://www.florestal.gov.br/consulta-publica-paof/view-category)>. Acessos em 28 de out. de 2015.

SHIMIZU, J. Y. **Pesquisa e Desenvolvimento Florestal em Moçambique**. Colombo, PR: Embrapa, 2006. (Embrapa Documentos 131).

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO-TCU. Auditoria de natureza operacional: concessões florestais C 046.126/2012-0. Disponível em < tcu.jusbrasil.com.br/noticias/137105756/tcu-realiza-auditoria-em-processo-de-concessoes-florestais-federais>. Acesso em 23 de out.de 2015.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

FERREIRA, A.M.M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados*, 19 (54), 2005

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

AS DIFERENTES POSSIBILIDADES DE DISCURSO SOBRE SUSTENTABILIDADE EM PROJETOS DA CDB

Marlinda M. Patrício¹

Ligia T. L. Simonian²

RESUMO

Objetiva-se com este artigo o estudo do Projeto Brasil GEF 58 - Projeto Nacional de Biodiversidade (PROBIO) e do Projeto Peru GEF 247 - Plano de Estratégia e Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru. Os projetos foram produzidos a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CNUMADH) de 1992. Dentre os seus objetivos, pretende-se apresentar e analisar alguns discursos de sustentabilidade presentes nestes documentos e, ainda, revelar os debates acerca deles e verificar a aproximação relacional entre o ambiente e a sustentabilidade. Os resultados alcançados revelam que a busca pela sustentabilidade é uma preocupação muito presente em tais projetos, porém difícil de ser alcançada.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Ambiente. Pan-Amazônia. Discurso.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de um estudo maior e tem por objetivos apresentar e analisar alguns dos discursos sobre sustentabilidade presentes desenvolvidos na Pan-Amazônia e que têm ligação com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). A respeito, priorizaram-se os projetos Brasil GEF 58 - Projeto Nacional de Biodiversidade (PROBIO) e Peru GEF 247 - Plano de Estratégia e Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru (GEF, 2012). Esses resultam da CDB, que é uma extensão da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CNUMADH), realizada em 1992.

Os debates e a aproximação relacional entre o ambiente e a sustentabilidade contido nestes documentos também serão tratados. Como se depreende de Patrício (2014), o procedimento metodológico está assentado na análise dos documentos dos arquivos de instituições diversas. Dentre essas, têm-se o Ministério do Meio Ambiente do Brasil e do Peru, as *homepages* desses ministérios e das instituições financeiras Global Environment Facility (GEF), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

A seguir tem-se uma especificação dos projetos selecionados para a análise aqui proposta – Brasil GEF 58 (PROBIO) e Peru GEF 247; depois, discutem-se os conceitos considerados essenciais, a saber: ambiente e sustentabilidade; a seguir, na secção sobre os discursos sobre sustentabilidade

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA-UFPA) - 2013. Atualmente, recebe bolsa de estudos em nível de doutorado da Coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). E-mail: marlindapatricio@gmail.com

² Ph. D. em Antropologia pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY), Estados Unidos da América (EUA); professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA-UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento (PPGGPD/NAEA-UFPA). E-mail: simonianl@gmail.com

apresentam-se e discutem-se aspectos dos mesmos, bem como as relações que se estabelecem entre ambiente e sustentabilidade; e então se conclui esse artigo destacando-se a necessidade de se viabilizar a conservação dos recursos naturais, mas de também se assegurar que isso seja feito a partir de contextos socioeconômicos e culturais diversos.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS PROJETOS PRIORIZADOS

Os projetos ora apresentados resultam da II CNUMADH, realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Essa conferência teve como questão principal a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e sobre como se poderia reverter o processo de degradação do meio ambiente. O evento contou com a presença de 117 governos de Estados nacionais e foi acompanhado pela sociedade civil organizada, que se mobilizou para que as discussões e o comprometimento dos países fossem levados adiante.

Durante a Conferência, geraram-se documentos diversos, como a Agenda 21,³ a Declaração de Princípios sobre Florestas, a CDB⁴ e Desenvolvimento Sustentável⁵. Destes documentos, a CDB foi assinada por 194 países, dos quais 168 ratificaram-na por meio de decretos. No caso brasileiro, a presidência da república a ratificou via Decreto n°. 2.519, de 16 de março de 1998.

Compromissos foram firmados entre as nações signatárias, as quais se comprometeram a adotar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Quanto às modalidades de financiamento dos projetos vinculados à Convenção, os países contaram ou contam com o apoio do GEF. Tal apoio deu-se por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Banco Mundial, os mesmos garantiram que os países cumprissem com suas metas de conservação.

Diante disso, cada país elaborou seu plano estratégico de ação para atender o que ficou acordado na Conferência. No caso do Brasil e do Peru, os projetos foram gerenciados pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e pelos Conselhos Nacionais do Ambiente (CONAM), respectivamente, onde tiveram suas estruturas e secretarias responsáveis pela elaboração e execução dos planos e estratégias de ação. Os empreendimentos seguiram o que preconizam as diretrizes da CDB.

O artigo 6°. da CDB determina que as parte contratantes desenvolvam estratégias, planos ou programas para conservação e utilização sustentável da diversidade biológica ou se adaptem a esse fim. Os mesmos têm que refletir, entre outros aspectos, as medidas estabelecidas na Convenção relativas à Parte interessada. Ou seja, cada país signatário e que tenha ratificado a CDB têm que providenciar e implementar seus próprios planejamentos.

Nesse artigo, também se decidiu integrar, na medida do possível e conforme for o caso, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica. E como posto no Relatório CDB (2000), essa integração ocorreu em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais

³ Roteiro de planejamento para conduzir o crescimento econômico sem abrir mão do desenvolvimento sustentável em um programa de ação global.

⁴ Esse documento é “[...] um tratado da Organização das Nações Unidas (ONU) e um dos instrumentos internacionais mais importantes relacionados ao meio ambiente” (BRASIL, s.d., n.p.).

⁵ Em defesa das necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas.

relacionadas. Veja-se que a sustentabilidade no uso do ambiente é a meta a ser alcançada em prazo médio.

Frente a tais determinações, o projeto brasileiro e o peruano foram desenvolvidos. Vários subprojetos foram realizados o que construiu *luggage knowledge* em ambos os países. Os projetos brasileiros aprovados voltados para o Bioma Amazônia tiveram como tema a avaliação dos biomas e áreas prioritárias para conservação, cobertura vegetal, importância econômica da flora, inventário biológico, polinizadores, unidades de conservação (UC) e valoração da biodiversidade (PROJECT, 2007). Também, a partir do projeto PROBIO, subprojetos foram implantados em todos os biomas do país.

Os projetos peruanos aprovados trataram da conservação da diversidade biológica, integração e o uso sustentável dessa diversidade nos setores produtivos, conservação e restauração da biodiversidade, participação e o compromisso da sociedade (PLANO, 1997). Ainda, trataram de melhorar os instrumentos para gestão da diversidade biológica e fortalecer a imagem do Peru no contexto internacional. O projeto foi elaborado dentro da perspectiva de processo contínuo, permanente e interativo⁶.

A partir da Eco 92, a cada dois anos são realizados encontros denominados COP (Conferência das Partes da CDB – instância máxima da CDB), que já está na sua 21^a. edição; e a Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP) (do inglês Meeting of the Parties), que está em sua 7^a. edição, para discutir questões relativas aos objetivos propostos pela CDB. Estas reuniões são importantes para tratar dos avanços e barreiras que ainda faltam ser transpostas, como por exemplo, o patrimônio genético dos países.

O Projeto Brasil GEF 58 - PROBIO foi aprovado e financiado pelo GEF, mas também pelo governo e setores privados em 1991. O projeto é o alcance que a implementação da CDB teve quando criou o PRONABIO, isso por meio do Decreto 1.354, de 29 de dezembro de 1994 (DIAS, 2000) e iniciou negociações com o GEF para receber recursos de doação para implementação de um projeto que apoiasse a implementação da PRONABIO. A primeira parte do PROBIO foi até 2005 e a segunda parte estendeu-se por mais cinco anos concluindo suas atividades em 2001.

O objetivo mais amplo do PROBIO foi promover a integração dos princípios da biodiversidade em setores públicos e privados e fortalecer a capacidade institucional para produzir e disseminar conceitos e informações sobre biodiversidade. Em 2008, o MMA e a Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF) lançaram o Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (PROBIO II). Esse projeto foi finalizado em dezembro de 2014.

O PROBIO II foi o marco por meio do qual se implementou políticas institucionais. E isso para impulsionar a transformação dos modelos de produção, consumo e de ocupação do território nacional. Conforme Project (2007), a implementação iniciou pelos setores de agricultura, ciência, pesca, florestas e saúde. O parceiro do PROBIO II não participou da primeira fase do projeto - Ministério da Agricultura pecuária e Abastecimento (MAPA).

Algumas parcerias foram asseguradas para o desenvolvimento do projeto PROBIO I, a saber: o Ministério da Saúde (MS); o Ministério de Ciência e Tecnologia (MC&T); a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO); o Jardim Botânico

⁶ Com o propósito de envolver todos os atores e instâncias públicas e privadas e reconhecidas organizações não governamentais (ONG) nacionais e internacionais, conforme posto no Decreto Supremo n°.102/2001-PCM (PERU, 2001).

do Rio de Janeiro (JBRJ) e algumas ONG. Posteriormente, outras instituições foram agregadas conforme subprojetos foram sendo aprovados e postos em práticas.

O PROBIO I elegeu linhas estratégicas para a constituição de seu conteúdo, como posto em PROJECT (2007): contexto estratégico brasileiro e justificativas; descrição do projeto; implementação; apreciação sumária. O projeto foi estruturado em quatro componentes cada um com seus objetivos e metas. Os componentes foram pensados de tal maneira que um desse apoio ao outro permitindo que a ideia se mantivesse equilibrada.

Ainda, o componente 1 se refere à Integração da Biodiversidade na seleção de setores públicos. O componente 2 trata da integração da biodiversidade nos setores privados incorporação, conservação e uso sustentável da biodiversidade nos princípios-chave fundamentais do setor privado, planejamento, estratégias e práticas. O componente 3 acena ao fortalecimento institucional e à geração de informação sobre biodiversidade para formulação de políticas e, por último, o componente 4 deve coordenar e gerenciar o projeto. Os quatro componentes possuem objetivos e ações com a proposta de se integrarem e permitirem o desenvolvimento equilibrado.

O Projeto Peru GEF 247 foi aprovado e financiado pelo *Global Environment Facility* (GEF) em 1997. A Presidência do Conselho de Ministros do Peru publicou em cinco de setembro de 2001, a aprovação da Estratégia Nacional da Diversidade Biológica do Peru por meio do Decreto Supremo nº. 102/2001-PCM (PERU, 2001). Como se depreende desse decreto, no Peru definiu-se a Diversidade Biológica peruana como patrimônio natural e nacional e que estava obrigado a promover sua conservação e das áreas naturais protegidas.

O documento elegeu linhas estratégicas, objetivos e ações: a conservação da diversidade biológica no Peru; a integração do uso sustentável da diversidade biológica; estabelecimento de medidas especiais para a conservação e restauração da diversidade biológica frente a processos externos; promoção e participação e o compromisso da sociedade peruana; melhorar o conhecimento sobre a diversidade biológica; melhorar os instrumentos para a gestão da diversidade biológica e fortalecer a imagem do Peru no contexto nacional.

O Documento Base peruano (CÂMARA, 1999) é um guia metodológico minucioso de como preparar a Estratégia Nacional⁷. As bases conceituais nele indicadas estabelecem as seguintes premissas: Realização de um estudo do país. Esta estratégia, explica, e não deve ser entendida como um documento, e sim como um processo permanente de busca de consenso entre os atores sociais sobre a biodiversidade, processo esse em que os documentos da Estratégia elaborada são produzidos.

O plano tem que retratar a situação presente e dar orientação para os trabalhos futuros, inclusive a indicação de questões prioritárias. Os documentos se completam com o Plano de Ação que indica as recomendações, propostas e projetos; isso tudo de acordo com as diretrizes da tática adotada.

No que concerne à variabilidade genética, o projeto se propôs limitar-se às variedades e raças das espécies usadas, uma vez que a diversidade no âmbito genético das espécies selvagens é desconhecida. Como processo participativo e cíclico a estratégia usada é também multissetorial e transetorial (PLANO, 1997). De fato, reconheceram-se que a conservação e o uso dos ecossistemas, espécies e variedades genéticas teriam que estar presentes em quase todos os aspectos da vida

⁷ Esse documento foi concluído e publicado em 1998.

nacional; e o processo haveria de ser democrático e transparente, desde que dependa da conscientização e dos desejos da sociedade.

REFLEXÕES SOBRE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

As ideias básicas sobre meio ambiente consideram-no sinônimo de natureza, que deve ser respeitado, apreciado e preservado. Outra ideia sobre meio ambiente o coloca na posição de recurso natural gerador de matéria-prima e energia. O uso desmedido destes recursos forjou a ideia de sustentabilidade como forma de utilização dos recursos sem exauri-los.

Em 1713, o termo sustentabilidade apareceu no livro intitulado “Sylvicultura econômica”, publicado em Leipzig, por Carl von Carlowitz, em que resumiu sua concepção em torno da palavra silvicultura,⁸ em *nachhaltend*, a palavra alemã da equivalente em inglês “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável”⁹. A partir da Convenção Internacional de 1992, tornou-se o modelo de política do futuro. Ernst Haeckel (HABER, 2010) cunhou o termo sustentabilidade, no campo da ciência cerca de 100 anos mais tarde, dentro da perspectiva iluminista.

Ainda quanto à produção acadêmica, dentre outros autores, contemporaneamente Redclift (2000) e Simonian (2007, 2000) têm refletido sobre os impasses acerca de uma sustentabilidade efetiva. Para Redclift (2000), esse conceito e realidade possível remetem às resistências frente ao capitalismo. Por sua vez, Simonian (2007, 2000) ressalta a problemática da destruição dos recursos naturais, o que decorre de processos de acumulação primitiva do capital (MARX, [1867] 1946), o que interfere sobremaneira no ambiente e nas relações econômicas e socioculturais dos seres humanos com a natureza.

O discurso atual sobre ambiente e desenvolvimento sustentável tem precedência no conceito de modernidade associado ao de progresso em meados do século XIX e século XX (GARE, 2000) e do imperialismo atrelado a industrialização. Os processos promoveram a fragmentação social, violência, empobrecimento e os problemas ambientais (MERCHANT, 2005; MEYER, 2001; SIMONIAN, 2010; WESSELS, 2006). Ainda de acordo com Dryzek (2005), Hannigan (2006), Lima (2003) e Simonian (2007, 2000), se vive a disputa de diferentes concepções conceituais de sociedade e da relação entre ser humano e natureza concreta ou imaginada, bem como, as práticas sociais e ambientais associadas e legitimadas pela sociedade.

A crise ambiental vem pondo em cheque o sistema econômico estabelecido e a tecnologia como caminhos para se alcançar a sustentabilidade sem pôr em risco a sobrevivência da vida na terra. No entanto, o assunto passa por mudanças políticas, econômicas, ambientais e socioculturais, onde o viver bem tem sido a meta. Contudo, os discursos contidos nos projetos implementados

⁸ Silvicultura é a ciência dedicada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais com vistas a satisfazer as necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, é a aplicação desse estudo para a manutenção, o aproveitamento e o uso racional das florestas. Silvicultura também está relacionada à cultura madeireira. O manejo de uma área de silvicultura exige a participação de técnicos de várias áreas. A explicação das atribuições dessa ciência, aqui apresentada, é para mostrar que a racionalidade do uso consta no cerne dessa disciplina, mas a falta de controle de seu uso também, o que está relacionado com os princípios da sustentabilidade.

⁹ O Decreto n°. 6040 se refere à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007) e define no item III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

para América Latina e Caribe revelam uma tendência em mencionar a sustentabilidade como a finalidade a ser prioritariamente alcançada.

No decorrer da década iniciada em 1970, constatou-se que a utilização dos combustíveis fósseis ou de materiais e tecnologias novas representavam uma ameaça para a sustentabilidade. Isso foi confrontado com a perspectiva de que os meios que se usa para superar a escassez e a substituição de recursos o e aumento dos níveis de metabolismo industrial (AYRES, 1994a)¹⁰ contribuem para a geração de problemas que estão associados ao ambiente. Desse modo, essa constatação revelou um desafio enorme para o pensamento das ciências sociais convencionais, o qual foi concentrado no conceito “desenvolvimento sustentável”.

O conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se conhecido pela Comissão Brundtland (UNITED NATIONS, 1987, p. 11) depois de se ter ressaltado que “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades [...]” passa a ideia de que todos pensam da mesma maneira. No entanto, a questão é mais complexa e requer uma abordagem que desvende as contradições e apresente perspectivas diferenciadas.

Ou seja, as necessidades se alteram, por isso não é possível assegurar que as necessidades das gerações futuras sejam as mesmas que da geração presente. O desenvolvimento contribui para que o imprescindível seja criado. E certamente, o próprio desenvolvimento auxilia na definição de modalidades diferentes para cada geração, e para culturas distintas. Além disso, as necessidades são decididas de maneiras diversas em culturas diversificadas. Concorda-se que não há como a igualdade de vontades serem idênticas em tantos lugares.

A maioria dos “consensos” em torno do desenvolvimento sustentável envolveu um silogismo: o desenvolvimento sustentável é necessário para todos nós, mas pode ser definido de modo diferente em cada cultura (VERHELST, 1990; VIERTLER, 1999). Portanto, caso em uma sociedade ficar acordado que o ar fresco e espaços abertos são necessários antes que o desenvolvimento seja sustentável, será difícil se unir essa definição de “necessidades” com as de outras sociedades. E isso especialmente das que procuram mais riqueza material, mesmo à custa do aumento da poluição e de outras situações degradantes.

Entendem-se como demandas opostas e conflitantes, as que geram questionamentos, por exemplo:

- a) Como se vai estabelecer qual curso da ação é mais sustentável?
- b) Quem vai decidir?
- c) Quais os interesses envolvidos?
- d) Quais as bases das decisões tomadas?
- d) Que instituições se herdou, juntamente com o ambiente para as gerações futuras?

Esses são desafios pertinentes, que aparecem na elaboração dos planos e projetos, nas mesas de reuniões das instituições e das comunidades tradicionais.

O termo sustentabilidade tem mostrado significados diferentes para as pessoas, culturas, ou momentos distintos. A sustentabilidade está ligada a duas dimensões:

¹⁰ Metabolismo industrial é um conceito que se refere à aplicação do princípio de balanço de massa ao sistema econômico e foi proposto primariamente por Robert Ayres (AYRES, 1994a). O conceito baseia-se no estudo dos ciclos de vida materiais, desde a extração, produção e consumo até a gestão de resíduos. É possível identificar pontos de intervenção de políticas públicas por meio deste estudo.

* uma temporal relativa ao contexto histórico em que as comunidades mantêm ou defendem a sua integridade cultural e econômica;

* outra relacionada aos meios de subsistência nos países em desenvolvimento.

A sustentabilidade mencionada por Redclift (2000, p. 6) assevera que não é uma receita para valores “[...] alternativos verdes [...]”, mas “[...] a defesa dos valores existentes, vinculados à maneira específica de reprodução e comportamento, sob a ameaça das forças econômicas externas, ou do colapso do equilíbrio de delicados recursos naturais”.

As análises sobre sustentabilidade não têm levado em consideração o tempo histórico, ou o contraste entre sociedades para estimular uma agenda de políticas públicas. A sustentabilidade, em países desenvolvidos está atrelada a duas correntes:

* uma que faz a interface entre as aspirações humanas econômicas e os fenômenos econômicos e sociais, onde as atividades são traduzidas em termos econômicos e descontextualizados de seu ambiente cultural;

* outra, em que a natureza, “socializada” se transformou em algo que pode ser gerenciado, controlado e avaliado por meio de índices quantitativos.

Ambas as correntes apresentam contradições entre as aspirações humanas de dominação sobre a natureza, e nossa dependência e sujeição aos sistemas naturais.

A modernidade, no que concerne à sustentabilidade, tem sido caracterizada por um discurso baseado na dualidade natureza e cultura, na negação do caráter essencialmente “social” da natureza (BRAUN; CASTREE 1998 apud REDCLIFT, 2000). Além disso, os processos de “economização” da sociedade e a socialização da natureza levantam questões éticas, distributiva e de “direitos” e a discussão de ambos os processos levam à redefinição da própria cidadania.

Cultura entendida como “[...] a soma total das soluções originais que um grupo de seres humanos inventa para se adaptar ao seu ambiente natural e social [...] know-how, conhecimento técnico, os costumes de alimentação e vestimenta [...]” (VERHELST, 1990, p. 17) isso é levado em consideração na tomada de decisão do que é sustentabilidade para um povo. Com base na cultura o que é sustentável para um possivelmente não será para outro. Por isso, o consenso sobre a “necessidade” ser relativa é iludir a percepção do que realmente é importante e de interesse em caso de aplicação de projetos “sustentáveis” em uma sociedade.

Entende-se que os elaboradores de projetos de desenvolvimento têm uma questão, suas escolhas são mais válidas do que as necessidades e aspirações da maioria das populações? É provável que não. Escutá-las há de ser o caminho antes das decisões ou alternativas.

OS DISCURSOS SOBRE SUSTENTABILIDADE NOS PROJETOS BRASIL GEF 58 (PROBIO) E PERU GEF 247

No Projeto Brasil GEF 58 – PROBIO e conforme Project (2007, p. 17), asseguram-se que a “[...] conservação e o uso sustentável da biodiversidade sejam incorporada em setores econômicos do governo [...]”. Ainda nesse Projeto Brasil (GEF 58 – PROBIO, 2007, p. 18), o entendimento é de que as “[...] áreas prioritárias para conservação, legalizadas por meio da Lei nº. 126 de 27 de maio de 2004 são os locais fundamentais, para a aplicação dos projetos”.

O Projeto Peru GEF 247 – PLANO (1997, p. 47) menciona que “[...] integrar e enraizar o uso sustentável da diversidade biológica nos setores produtivos; estimular a diversificação e a sustentabilidade do uso dos seus componentes [...]” proporciona caminhos para a sustentabilidade. Conforme o mesmo documento, outro caminho é a promoção, utilização sustentável da diversidade biológica para assegurar a produtividade, diversidade e integridade dos recursos naturais.

Alguns trechos dos discursos de sustentabilidade contidos nos projetos:

a) “incorporação de setores do governo” presentes em todos os componentes dos projetos. A conferência chamou à responsabilidade todos os governantes. Tratados foram assinados comprometendo os países signatários a cumprirem com as diretrizes da CDB e pôr em prática os projetos.

b) “inserir a conservação ao uso sustentável da biodiversidade aos principais setores econômicos do governo”. O “protecionismo da natureza” implica na subordinação dos recursos naturais à implantação de grandes obras de infraestrutura e à expansão dos produtos para o mercado de *commodities* tradicionais¹¹ (ALMEIDA 2012, p. 64). Os negócios nacionais estão vinculados a entidades multilaterais financiados por conglomerados transnacionais. Nesse sentido, a conservação e a utilização sustentável são opostas à direção que os setores econômicos dos países – onde o projeto 58 e 247 – foram aplicados.

c) “assegurar a produtividade, diversidade e integridade dos recursos naturais” os projetos atuaram nas diferentes áreas sociais, principalmente na agricultura. A economia e a natureza no cenário da globalização têm a questão do desenvolvimento sustentável interpretado, no que se refere ao Brasil e Peru, como um passo para o crescimento econômico e mudança social, mas de forma macro, sem considerar as especificidades. O mercado de *commodities* pode ser complementado, mas não o único caminho para o desenvolvimento. Portanto equidade, repartição justa e equitativa dos recursos financeiros defendidos pelos projetos encontram entraves para serem alcançados.

d) “integrar e enraizar o uso sustentável da diversidade biológica nos setores produtivos”. Os projetos trabalharam com a ideia da inserção das políticas públicas setoriais voltadas para o meio ambiente, por meio de programas de sustentabilidade. Deste modo vêem que as instituições possam se educar e introjetar na cultura institucional o paradigma sustentável.

e) “transformação das *commodities* tradicionais em *commodities* ambientais,¹² com práticas de produção sustentável”. Como fazer esta transformação quando se tem como base um sistema de acúmulo de capital e o uso desmedido dos recursos naturais e da frágil cultura da reserva, poupança dos recursos ambientais e do respeito ao planeta. Os projetos propõem, mas não desenvolvem a ideia.

Apesar dos discursos diferentes elaborados, projetos aplicados sobre a sustentabilidade dos recursos naturais, podem se distanciar das prioridades das comunidades alvo, principalmente quando relacionados às áreas protegidas e ou unidades de conservação (SIMONIAN, 2010). A cultura política, econômica e social não é considerada na área. Nesse sentido, os projetos de sustentabilidade aplicados junto às populações tradicionais nem sempre atendem aos seus interesses e necessidades.

¹¹ *Commodities* tradicionais (soja, petróleo, água mineral engarrafada, café açúcar, frango e outros).

¹² *Commodities* ambientais (água, energia, minério, madeira, biodiversidade, reciclagem, controle da emissão dos poluentes para a boa manutenção da água do solo e do ar), com práticas de produção sustentável.

Os projetos mencionados trabalham com a proposta oficial de viés pragmático, em que a “conservação e uso sustentável da biodiversidade” são a base do desenvolvimento, que tem seus desdobramentos a partir da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CMMADH, 1988). Os discursos enfatizam a dimensão tecnológica e econômica da sustentabilidade, defendem a possibilidade de articular o crescimento econômico e a preservação ambiental. A mudança para o desenvolvimento sustentável tem à frente a economia de mercado com o discurso do uso de tecnologias limpas, controle do crescimento populacional, processos produtivos e de consumo ecologicamente equilibrado.

Dryzek (2005) em análise aos discursos ambientais avaliou diferentes abordagens, as quais estão organizadas em quatro grupos: a) as que consideram a sobrevivência do ser humano e não humano dos ecossistemas e mesmo do planeta terra; b) as que procuram resolver os problemas ambientais; c) as que consideram a perspectiva da sustentabilidade e d) o racionalismo verde. Os discursos são diversos e cada discurso pode ser vinculado a distintas perspectivas para o termo sustentabilidade, diz o autor. Nesse sentido, o conceito de sustentabilidade extrapola o âmbito acadêmico. A organização e a condução da vida entram na pauta das discussões tanto sociais quanto políticas.

De outro lado se tem uma proposta multidimensional de sustentabilidade que defende a integração das dimensões sociais e individuais. A expressão sociedades sustentáveis muito utilizada por esta ideia salienta a autonomia política, diversidade cultural, valores éticos de respeito a vida e as desigualdades sociais e políticas (LIMA, 2003). Essas matrizes não se concebem fechadas, mas possíveis de dialogarem quando se analisa os projetos, assim pode ser pensado quanto às escolhas sociopolíticas.

Neste ponto, importa destacar a aproximação relacional existente entre o ambiente e a sustentabilidade, sendo o conceito de cultura essencial nessa direção. Assim, a cultura pode ser tratada como “[...] referências mentais que conferem sentido ao comportamento social dos indivíduos [...]”, mas “[...] também preside a organização da sociedade [...]” (VIERTLER, 1999, p. 18). A cultura integra as modalidades mais significativas do comportamento humano, educado em contextos sociais e culturais distintas.

E, apesar de poder ser estudada sob o ponto de vista sincrônico é sob a perspectiva diacrônica que se apreende a realidade cultural e os seus desdobramentos mais plenamente. De fato, é por esse meio que se consegue captar o sentido mais profundo, por meio das transformações ao longo do tempo. Esse acompanhamento temporal permite que se capturem os processos e momentos históricos do ser humano no meio em que vive.

O meio ambiente sustenta não somente a esfera da economia (CAVALCANTI, 1999), mas ajuda a construir e alimentar toda a cosmologia de uma sociedade. Isso quer dizer que os sistemas econômicos, sociais e políticos interagem com o meio ambiente e precisam ter uma base de apoio, tanto quanto possível, para que o processo de desenvolvimento com sustentabilidade imite os processos da natureza (CEPAL, 2015). Além disso, existe o sentimento de pertencimento ao meio ambiente, no qual se possui vínculos naturais para a sobrevivência e é por meio da natureza que reencontramos nossas origens, identidade cultural e biológica, uma espécie de diversidade “biocultural”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos de sustentabilidade nos projetos estão pautados na proposta oficial de viés pragmático, em que a conservação e o uso sustentável da biodiversidade são a base do desenvolvimento. O desenvolvimento dos projetos permitiu o acúmulo de conhecimentos sobre o meio ambiente e a biodiversidade. Os tópicos foram ampliados e aprofundados enriquecendo as perspectivas que se tinha sobre meio ambiente no Brasil e no Peru.

Com isso, internalizou-se a ideia de sustentabilidade; e principalmente nos setores institucionais os mais diferentes, para que os projetos de políticas públicas pudessem colocar em prática suas determinações. Os dois projetos proporcionaram condições para se avaliar quais os benefícios que o conhecimento das relações entre ambiente e sustentabilidade pode ocasionar.

A conclusão que se chega é que há urgência em assegurar a conservação dos recursos naturais, agregar conhecimento científico e tecnológico. Entretanto, vê-se que a questão não é somente essa. Há também de se trabalhar a afirmação de valores e concepções socioculturais que possibilitem manter os recursos naturais no futuro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, jan./abr., 2012.

AYRES, R. Industrial metabolism: theory and policy. In: AYRES, R.; SIMONIS, U. (Ed.) *Industrial metabolism - restructuring for sustainable development*. Tokyo: United Nations University Press, 1994. p. 3-20.

BRASIL. *Decreto nº. 6040* – que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em out. 2015.

_____. _____. *Convenção da Diversidade Biológica*. S.d., n.p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>. Acesso: out. 2015.

CÂMARA, I. de G. *Elaboração da estratégia nacional brasileira - análise comparativa entre as estratégias nacionais de diversos países*. Biodiversidade 3. Brasília: MMA/SBF/PNCB, 1999.

CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

CEPAL. *Pactos para la igualdad – Hacia un futuro sostenible*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe/Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2015.

DIAS, B, F, S. *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*. Decreto Legislativo nº. 2, de 5 de junho de 1992. Brasília-DF: MMA/SBF, 2000.

DRYZEK, J. *The politics of the earth*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GARE, A. The post modernism of deep ecology, the deep ecology of post modernism and grand narratives. In: KATZ, E. et al. (Ed.). *Beneath the surface*. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 195-214.

GEF - Data Mapping Portal, 2012. Disponível em: <https://www.thegef.org/gef/RBM>. Acesso em: 31 de nov. de 2015.

HABER, W. Sustainable development from the perspective of human ecology. In: _____. *Inconvenient ecological truths: a perspective on sustainability in the 21st century*. Munich: OEKOM, 2010. Series, 1.

HANNIGAN, J.A. *Environmental sociology*. London: Routledge, 2006.

JODELET, D. *Representações sociais: um domínio em expansão*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, G. O Discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & Sociedade*, v. 6, n. 2, 99-119.

MARX, K. *El capital: crítica de la economía política*. v. 1. México: Fondo de Cultura Económica, [1867] 1946.

MERCHANT, C. *Radical ecology*. London: Routledge, 2005.

MEYER, J. *Political nature*. Cambridge: The MIT Press, 2001.

OLIVEIRA, F. *Conservação e preservação – formas diferentes de interagir com o meio ambiente*. Disponível em: <http://rmai.com.br/v4/Read/418/conservacao-e-preservacao-formas-diferentes-de-interagir-com-o-meio-ambiente.aspx>. Acesso em: 31.11.2015.

PATRÍCIO, M. M. *Projetos da convenção sobre diversidade biológica (CDB): análises das políticas públicas do Brasil e Peru*. Projeto de doutorado. Belém: PPGDSTU-NAEA/UFPA, 2015.

PERU. NORMAS legales. Aprobación de la Estrategia Nacional sobre Diversidad Biológica Decreto Supremo S. N°. 102-2001-PCM. *Peru: Estrategia Nacional sobre Diversidade Biológica*. CONAM, Ed. 1, out. Peru, 2001.

PLANO *Estratégia e Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru*. CONABIO, Peru, 1997.

PROJECT appraisal document on a proposed grant from the Global Environment Facility trust funding the amount of USD \$22 millions to the Caixa Econômica Federal and the Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) for a national biodiversity mainstreaming and institutional consolidation project, Brazil, 2007.

RECURSOS naturais. Disponível em: <http://meioambiente.culturamix.com/recursos-naturais/entenda-como-sao-as-commodities-ambientais>. Acesso em: 31 de outubro de 2015.

REDCLIFT, M. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. *Raízes*. Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 124-136. jan./jul. 2002.

_____. Introduction. In: _____ (Ed.) *Sustainability: life chances and livelihoods*. London: Routledge, 2000. p. 1-13.

RELATÓRIO da Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília: MMA/SBF/PNCB, 2000. [Serie Biodiversidade n°. 1].

REVISTA EXAME. *Documento final da Cúpula dos povos ataca mercantilização da vida*. Da Agência Brasil, 2012.

SIMONIAN, L. T. L. *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN-VACA, I. E. (Org.). *Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UNESCO, 2007. p. 15-52.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP, UFPA; NAEA, 2000, p. 9-53.

UNITED NATIONS. General Assembly. From A/42/427. *Our common future: report of the World Commission on Environment and Development*. 1987.

VERHELST, T. G. Culture: the forgotten dimension. In: _____. *No life without roots: culture and development*. London: Zed Books, 1990. p. 17-23.

VIERTLER, R. B. A ideia de “sustentabilidade cultural”: algumas considerações críticas a partir da antropologia. In: BASTOS FILHO, J. B., AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. (Org.). *Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade cultural em questão*. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999. p. 17-36.

WESSELS, T. *The myth of progress*. Burlington: UVP, 2006.

O CINEMA NO DEBATE PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NA AMAZÔNIA

Josenildo Santos de Souza¹

Camilo Torres Sanchez²

German Castañeda Palácio³

Renan Albuquerque Rodrigues⁴

RESUMO

Procurou-se investigar em que medida o cinema é importante para a formação escolar na articulação dos temas transversais de desenvolvimento sustentável em relação à construção do Projeto Político-Pedagógico de três escolas municipais da cidade de Parintins/AM. A metodologia foi a dialética crítica e o uso de questionários ajudou como aporte descritivo dos resultados. Concluiu-se que o cinema é importante para a educação não apenas no sentido de sala de aula, mas para a formação dos educandos do ensino fundamental.

Palavras-chave: Educação. Projeto Político-Pedagógico. Temas Transversais. Desenvolvimento Sustentável. Cinema.

ABSTRACT

We investigate to what extent the film is important for academic and regarding the construction of political-pedagogical Projeto three municipal schools in Parintins / AM. The methodology was the critical dialectic and the use of questionnaires helped as descriptive approach of the results. It was concluded that the cinema is important for education not only in the sense of the classroom, but for the training of students at higher levels.

Keywords: Education, Political-Pedagogic Project, Transversal Tematics, Sustainable Development, Cine.

INTRODUÇÃO

No contexto da pesquisa, trata-se, pois, de um recorte dos temas transversais no projeto político-pedagógico para o desenvolvimento sustentável na educação por meio do cinema. Este recorte temático constitui o núcleo da pesquisa em questão, tão caro a LDB e aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, pois, visa propiciar compreensões ao Projeto Político-Pedagógico, aos temas transversais e sua articulação ao uso de filmes e documentários, se considerarmos o desenvolvimento sustentável um tema urgente a ser enfrentado pela sociedade.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), eixo norteador do papel filosófico, sociológico, antropológico e epistemológico da escola, indica horizontes, referenciais, guias e diagnósticos participativos que sejam geradores de ação concreta em busca de contribuir com a construção de

¹ Professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Email: josenildosantosdesouza@ufam.edu.br

² Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Email: camilosanchez69@hotmail.com

³ Docente da Universidad Nacional de Colombia. Professor Visitante da Wisconsin University (Unal/WIN).. Email: germanpalacio@hotmail.com

⁴ Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/Ufam). Email: renanalbuquerque@hotmail.com

uma nova sociedade (GANDIN; GANDIN, 1999). Os PPPs não se resumem à dimensão pedagógica: planejamento de ensino, seleção de conteúdo, projetos escolares e extraescolares de educadores por meio de atividades realizadas em sala de aula, mas se articulam ao plano de gestão, à proposta de ação pedagógica, ao regimento escolar, ao grêmio estudantil e à Associação de Pais Mestres e Comunitários.

Um PPP que deve focar e refletir a realidade da escola, do educando e da comunidade, definindo a direção das tarefas a serem dadas no planejamento das aulas, os conteúdos e os projetos a serem realizados na ação pedagógica. O Projeto Político-Pedagógico é o instrumento por meio do qual a instituição educativa realiza diagnóstico, identifica problemas, analisa e define prioridades. O PPP influencia e é influenciado pela comunidade, posto que busca dar sentido e clarificar o plano de gestão, a ação pedagógica e as demandas do ambiente escolar e da comunidade. Ele determina resultados que se procura no espaço da sala de aula e no conjunto de espaços do ambiente educacional (refeitório, área de convivência e recreativo, quadra esportiva, eventos comemorativos e participação nos conselhos de classe).

Partindo dessa conjuntura suposta, ficou evidente na Conferência Municipal de Educação de Parintins, município amazonense, que a maioria das escolas locais enfrenta problemas quanto ao projeto político-pedagógico, ou seja, não possui um projeto ou o projeto encontra-se em elaboração ou em fase de conclusão. Em Parintins, no Amazonas, no extremo leste, já na divisa com o Estado do Pará, foi diagnosticada a falta de apoio da Secretaria Municipal de Educação e essa falta de incentivo na elaboração de PPPs, o que gera consequências negativas tendo em vista a excessiva carga horária dos educadores, as exigências de cumprimento de conteúdos curriculares e a hora/aula por semestre, além dos salários defasados, da infraestrutura administrativa e dos recursos humanos insuficientes e precarizadas.

Partindo desse princípio, buscou-se investigar em que medida o uso do cinema em sala de aula, integrado aos PPPs, pode fomentar a construção coletiva de melhoria nos sistemas educacionais, respondendo às necessidades educativas do presente, onde se supõe a necessidade de i) “aprender a conhecer”, que pressupõe o saber selecionar conteúdos para se aprofundar pesquisa e propiciar visão crítica; ii) “aprender a fazer”, que pressupõe atividades em grupo e o desenvolvimento de competências práticas na solução de problemas da realidade; e iii) “aprender a ser”, desenvolvendo seu caráter, seus valores, e assumindo atitudes e posicionamento com responsabilidade, para agir com autonomia (BRASIL, 1998, p. 17).

Considerou-se, na busca por esses objetivos, que vem sendo exigidas mudanças no modelo educacional em comunidades da Amazônia, extenso território brasileiro de reserva de biodiversidade e sociodiversidade com suas especificidades locais, tendo em vista incorporar o modelo de desenvolvimento sustentável como proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) em diversas conferências. Entretanto, é um modelo de desenvolvimento adotado para a Amazônia que produziu a degradação ambiental, cultural e humana, sendo que as estratégias de desenvolvimento econômico propostas para a região entraram em choque com as concepções de desenvolvimento ambiental das populações tradicionais (ALIER *apud* GADOTTI, 2012).

Outrossim, a Organização das Nações Unidas (ONU), ao avaliar o alcance dos princípios e diretrizes da Conferência de Estocolmo, que ocorreu em Nairóbi (1982), no Quênia, descreveu recomendações no Relatório *Nosso Futuro Comum* sob auspícios da Comissão Mundial sobre o Meio

Ambiente (ONU, 2005). Porém, na Conferência de Johannesburgo (2002), constatou-se que as ações da *Agenda 21* ainda não haviam sido implantadas, e em decorrência disso se propôs a Década da Educação⁵ para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).

Dentro desse contexto, a região amazônica passou a ter papel político fundamental no debate do desenvolvimento sustentável, por ser a mais importante região tropical de biodiversidade e sociodiversidade do planeta. Disso decorre que o bioma constitui-se em um cenário prospectivo e privilegiado para se efetivar ações sinérgicas de educação que envolvam dimensões socioambiental, ecológica, cultural, econômica, política e institucional, necessárias a concepção de desenvolvimento sustentável e de educação para o desenvolvimento sustentável (CAVALCANTE, 2003; CECCON, 2012).

Por conseqüente, no debate de desenvolvimento sustentável com implicações sobre a Amazônia, Silva (2008) considera relevante envolver a realidade das comunidades e os aspectos socioeconômico e culturais que influenciam seu cotidiano, como fator fundamental a ser pensado no desenvolvimento de ações a se fazerem presentes no Projeto Político-Pedagógico. Daí que, pelo exposto, educação, cinema e desenvolvimento sustentável se articulam nesse processo. O cinema é considerado por muitos teóricos uma tecnologia educacional. Enquanto técnica da indústria cultural, difusor de conhecimento de massa, é considerado por filósofos, sociólogos, psicólogos, pedagogos, cineastas e antropólogos um possibilitador de reflexão crítica.

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa utilizou interpretação dialética com referência ao fenômeno estudado, partindo-se de base crítica, privilegiando investigações referentes a práticas pedagógicas e análises contextualizadas. O método funda-se em um modelo de explicação da realidade, enfatizando elementos conflitantes entre os fatos para explicar situações conflituosas, na relação dinâmica entre sujeito-objeto. Por método, entendemos o caminho que orientou os passos para alcançar os objetivos transformados em resultados. Fez-se uso de um conjunto de procedimentos sistemáticos, estratégias, análise, reflexões e experiências para superar as vicissitudes e encontrar solução aos problemas formulados.

Para Teixeira (2012), a compreensão e explicação das múltiplas práticas e ações humanas e sociais contemporâneas exigem a procura de abordagens ou enfoques que possibilitem a geração de novos conhecimentos. Gil (2009, p. 29) diz que abordagem de análise crítica dos fenômenos implicados é adequada porque “ao se estudar uma organização (escola, secretaria etc.), esta será entendida como um conjunto de partes indissociavelmente relacionadas entre si”. A análise buscou debruçar-se sobre contextos reais não-estáticos, ao contrário, mediados por uma complexidade de relações, conjunto de coisas, em permanente transformação (GHEDIN, 2003).

Caudwell (*apud* Foster, 2005) nos diz que as pessoas não podem mudar a natureza sem mudarem a si mesmas. Ou seja, a mudança provocada na relação pessoa-ambiente exige um processo educacional que possibilite compreender e interpretar esse movimento que provocou a

⁵ Para a UNESCO (2005, p. 9-10) a educação não é somente prioritária, mas indispensável – quando há desafios como pobreza, consumo desordenado, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento da população, desigualdades de gênero e raça, conflitos e violação de direitos humanos. A educação tem a função de prover os valores, atitudes, capacidades e comportamentos essenciais para confrontar esses desafios.

crise ambiental e fez surgir o paradigma da educação para o desenvolvimento sustentável. Na prática, essa complexidade é um processo que deve emergir na prática educativa em processos de ensino aprendizagem em sala de aula e extraclasse, pois se apresenta na vida concreta de educadores e educandos.

Silva (2008) diz que a pesquisa crítica permite uma análise continuada e retroalimentada. Ao se tratar de questões da Amazônia em contextos socioculturais. Entel (2012) aponta reflexões operadas por teóricos da Escola de Frankfurt – Marcuse, Horkheimer, Adorno, Benjamin – as quais permitem entender o presente a partir de relações de uso do cinema enquanto tecnologia social educativa, visando práticas que modelam percepções humanas.

Pfromm Netto (2001) destaca que o ensino aprendizagem por meio de imagens é um processo que data desde a pré-história. Tem seu início com pinturas rupestres em grutas pré-históricas, precedendo as imagens em movimento. Ele afirma não ser exagero dizer que o cinema já nasceu educativo e científico. Nossa pesquisa considerou, portanto, que filmes e documentários podem ser adequados ao processo metodológico educacional, propiciando oportunidades de experiências audiovisuais que provoquem mudanças de atitudes frente a realidade dos educandos e educadores, tendo em vista que pessoas aprendem por meio dos filmes quando efetivamente e apropriadamente “são usados de modo adequado, as pessoas aprendem mais em menos tempo e são capazes de reter o que aprendera. Os filmes facilitam o pensamento crítico e a solução de problemas” (PFROMM NETO, 2001, p. 83).

Entretanto, o mesmo autor (ID., *op. cit.*, 2001) aponta as dificuldades que escolas e educadores possuem em fazerem o uso de filmes e documentários, articulados ao processo de ensino aprendizagem em relação às condições reais da sala de aula da escola em sua infraestrutura educacional. Destacando que:

a) tempo mínimo de permanência dos alunos nas escolas e tempo menor ainda, efetivamente devotado à aprendizagem; b) salas de aula superlotadas; c) programas extensos que precisam ser cumpridos, compostos de conhecimentos e habilidades que os alunos deverão necessariamente dominar ao fim de cada semestre ou ano letivo; d) inadequação de instalações, mobiliário, equipamento e demais componentes do ambiente de aprendizagem escolar, não condizentes com os mais rudimentares princípios de arquitetura, engenharia, higiene e asseio aplicados às escolas; e) incultura e baixa qualificação de boa parte do pessoal docente; f) pobreza franciscana de recursos auxiliares de ensino, relativos desde à biblioteca de sala de aula, aparelhagem e materiais de projeção, geralmente inexistentes, até a itens mais refinados e custosos, em matéria de vídeo e áudio, computadores, etc; g) pouca ou nenhuma ajuda efetiva ao professor em relação ao seu dia-a-dia, por parte de profissional competente, experiente e dedicado; h) crianças e jovens com problemas especiais e estudantes que não aprendem, e ausência de serviços de psicologia escolar para fins de orientação, prevenção e intervenção efetiva em casos que requeiram assistência psicológica; i) ausência de programas e iniciativas eficazes de envolvimento dos pais e da comunidade na discussão e solução de problemas que afetam o rendimento escolar e o desenvolvimento sadio, sob todos os aspectos, dos estudantes; j) inexistência de programas breves, simples, práticos e envolventes de treinamento constante, atualização e aperfeiçoamento de docentes, centrados nas necessidades concretas e específicas destes, e não neste ou naquele figurino ou proposta teórica da moda (PFROMM NETO, 2001, p. 189-190).

Muito embora todas essas dificuldades e limitações exaustivamente elencadas desestimulem educadores a fazerem uso apropriado de filmes e documentários em sala de aula para ensinar, aprender e ensinar, os professores podem e devem estabelecer e criar condições que favoreçam o seu uso e articulação educativa. Essa é a proposta de Xavier (1998) que nos convida a refletir possibilidades abertas pelo cinema, as quais são potencializadoras no plano do conhecimento e da criticidade. Nesse contexto, foi proposto verificar se o cinema amplia o espaço da reflexão por meio de filmes e documentários que problematizam a realidade amazônica em contextos da educação para o desenvolvimento sustentável.

Duarte (2002) crê que o cinema tem proposta eminentemente pedagógica, pois contribui para desenvolver o que se denomina de “competência para ver” ou “pedagogia do cinema”, propiciando as pessoas desenvolver determinadas maneiras de lidar com os produtos culturais. A autora permite refletir o fato de que filmes e documentários ainda não foram apropriados ou valorizados nos espaços educativos amazônicos, enquanto instrumentos para avaliar, criticar e identificar aquilo que pode ser tomado como elemento de reflexão sobre a própria vida e a sociedade em que se vive.

Fusari (2009) acrescenta que o cinema na escola tem caráter curricular transdisciplinar, conseqüente, político-pedagógico e cultural. Propicia experiências ricas, criativas e críticas a alunos, sendo relevante que nesse processo educadores de diferentes disciplinas assistam coletivamente ao filme ou documentário para articular os componentes curriculares a um planejamento coletivo crítico libertador. Nesse processo de aquisição de conhecimento Platão (1997), Paulo Freire (1983) e Benjamin (1985) nos diz que o analfabeto do futuro não é aquele que ignora o alfabeto, mas aquele que ignora e não sabe ler as imagens. A sociedade educativa contemporânea deve considerar o cinema em conformidade com novos desafios para problematizar criticamente (Machado, 1977; Zuin, 1997; Pucci, 2008) imagens presentes nos filmes e documentários que tematizam e permitem compreender a realidade do desenvolvimento amazônico historicamente produzido.

Em resumo, objetivou-se investigar se o projeto político pedagógico das escolas municipais Irmã Cristine, Tsukasa Uyetsuka e Prof. Aderson de Menezes contemplam temas transversais do desenvolvimento sustentável no processo de ensino aprendizagem. Foram estudados documentos relativos aos PPPs dessas escolas e considerados planos de gestão, de ação pedagógica, diários de classe e s projetos desenvolvidos nas escolas que pretendiam atender a educandos nas séries finais do Ensino Fundamental.

Além da análise documental das escolas, foram elaborados questionários com perguntas fechadas e abertas para serem respondidos por gestor(a), equipe pedagógica, educadores, educandos e pais dos educandos. Os procedimentos metodológicos de aplicação de questionário foram adotados em todas as escolas. Foram distribuídos 9 (nove) questionários aos educadores para serem devolvidos em data previamente definida pela coordenação pedagógica, sendo que nas escolas Irmã Cristine e Prof. Aderson de Menezes nem todos responderam e muitos responderam ao questionário parcialmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Escola Irmã Cristine

Na Escola Municipal Irmã Cristine, foram entregues nove questionários aos educadores que ministram aulas na turma do 9º ano do ensino fundamental, à gestora e coordenação pedagógica. Questionou-se sobre a existência do PPP. As respostas encontram-se sistematizadas (Tabela 1).

Tabela 1: Presença Do Projeto Político Pedagógico Na Escolas Investigadas De Parintins/AM (Dados da Pesquisa de Campo. Parintins, 2013)

	Escola Irmã Cristine	Escola Aderson	Escola Tsukasa
1	(X) em processo	(X) Sim. Em processo de revisão	(X) em processo. O nosso projeto Político Pedagógico está em conclusão ainda
2	(X) em processo. Encontra-se em processo de construção, na qual está sendo analisado pela secretaria municipal de educação- SEMED	(X) Sim. Está em andamento, em processo de revisão	(X) em processo. Encontra-se em processo de construção, na qual está sendo analisado pela Secretaria Municipal de Educação- SEMED
3	(X) em processo. O nosso projeto político pedagógico está em processo de conclusão ainda	Não respondeu.	(X) em processo
4	(X) sim.	Não respondeu	(X) Sim
5		Não respondeu	Não respondeu
6		Não respondeu	Não respondeu
7		Não respondeu	Não respondeu
8		Não respondeu	Não respondeu

Três pessoas afirmaram que o projeto encontrava-se em processo de construção e em análise pela Secretaria de Educação Municipal, e um afirmou que existia PPP. Das respostas, depreende-se que o documento estaria em processo ou em fase final de elaboração e conclusão para ser aprovado pela Secretaria de Educação. Ressalta-se que durante as observações realizadas no ambiente escolar não foram constadas reuniões para finalizar o PPP. Para confrontar com as respostas aos questionários, buscou-se aprofundamento por meio de entrevistas com educadores quanto à existência ou não do PPP, mas não houve aceite para participar das entrevistas. Talvez em função do movimento paredista da comunidade, que fez com que as aulas fossem suspensas para melhoramento da infraestrutura e outras reivindicações da comunidade escolar e por isso houve acúmulo de atividades educativas. Posteriormente, analisou-se o documento do PPP e notou-se que ele está em fase de conclusão desde o ano de 2010, com anotações e observações manuscritas. E assim esse deve ser o motivo das respostas contraditórias. Não foi identificado nos diários de classe de 2012 e 2013 registro de reuniões para elaboração do PPP.

Escola Prof. Aderson de Menezes

Na Escola Estadual Prof. Aderson de Menezes, seis educadores não responderam aos questionamentos quanto a existência de PPP. Apenas dois destacam a afirmativa contraditoriamente, enfatizando ao mesmo tempo “sim” e “em processo”. Por meio dos questionários e análise documental, o PPP está em processo de revisão e elaboração final desde 2011. Não identificamos anotações nos diários de classe referentes à ocorrência de reuniões para a elaboração do PPP. Entretanto, no documento digital disponibilizado constam dados da escola, mostrando o diagnóstico dos atores educacionais: educadores, educandos, pais, funcionários. Identificou-se o histórico da comunidade da Francesa e a realidade das comunidades de origem dos

educandos, além do histórico da escola, de projetos desenvolvidos, da evolução do índice de aprovação que influenciou no IDEB e conseqüentemente nas melhorias na infraestrutura.

Escola Tsukasa Uyetsuka

Na escola municipal Tsukasa Uyetsuka, quatro educadores não responderam ao questionamento. Três afirmaram encontrar-se em processo de construção e um afirmou existir o PPP, o que demonstra um contraditório. A análise documental da escola (Tabela 3-2) permitiu identificar que o PPP encontra-se em processo de elaboração, sendo que apenas em 2010 realizaram reuniões para a sua elaboração, conforme registros extraídos do livro de ocorrência da secretaria da escola a seguir demonstrado.

Tabela 2: Ocorrências De Reuniões Para Elaboração Do Projeto Político-Pedagógico (Dados da Pesquisa de Campo. Parintins, 2013. (Extraídos do Livro de Ocorrência Secretaria da Escola)

Data	Escola Tsukasa	Reunião	Participantes
08/05/2010	Livro de Ocorrência da Secretaria	Criação do P. P.P.	Gestora e funcionários
15/05/2010	Livro de Ocorrência da Secretaria	Continuidade do P.P.P.	Não foram registrados os participantes
10/07/2010	Livro de Ocorrência da Secretaria	Discussão do P.P.P.	Não foram registrados os participantes

Os registros no livro de ocorrência mostram que das reuniões participaram a gestora e os funcionários. Fica claro que os educandos, pais ou responsáveis dos educandos e a comunidade não influenciaram na elaboração do PPP da escola. Na Tsukasa Uyetsuka, os questionários, as entrevistas e a análise documental do livro de ocorrência e o diário de classe confirmam que não existe projeto político-pedagógico pronto. O mesmo encontrava-se em elaboração. Há que se ressaltar que em todas as escolas, por delegação da gestão escolar, a coordenação pedagógica deveria ser o elo no desenvolvimento do processo, entretanto, para o acesso aos documentos da secretaria das escolas, o gestor(a) era quem autorizava o acesso ou não.

O acesso aos documentos, especialmente do PPP, foi dificultoso, provavelmente porque o mesmo não existia de modo acabado. Encontrava-se em processo de elaboração ou reelaboração há bastante tempo. As leis educacionais (LBD, PCNs e Estrutura e Funcionamento do Ensino no município de Parintins) sinalizam que a escola elabore seu o projeto político-pedagógico com a participação de todos os que dela fazem parte no contexto educativo, o que para os teóricos Veiga (1995); Medel (2008), é um trabalho que exige a participação de todos. Nesse processo, foi parcialmente realizado o diagnóstico da comunidade escolar e nas dimensões socioambiental, cultural, econômico e espacial, mas não foi concluído.

Nos PPPs das instituições Prof. Aderson de Menezes e Irmã Cristine, disponibilizados para verificação, estão registrados dados gerais da escola, servidores, educadores, educandos e comunidade. Buscou-se traçar diagnóstico socioambiental, cultural, econômico, espacial dos educandos e das comunidades de origem dos educandos. Já no PPP da escola Tsukasa, em processo de elaboração, não foi constatado esse diagnóstico.

IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS

O projeto político pedagógico é um compromisso ético-político e pedagógico que visa contribuir para a formação do educando e possibilitar futuros cidadãos reflexivos, críticos e criativos, “capazes de atuar e ajudar a transformar e melhorar a sociedade da qual fazem parte [...]”. O PPP refere-se à escola cidadã. Deve ser um processo dialógico, incluindo a participação de todos” (MEDEL, 2008, P. 1-2).

Como já citado acima, pela falta de um projeto político pedagógico nas escolas, o que norteia a ação educacional é o plano da gestão escolar e plano de ação pedagógica. Sobre isso, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/ 1996, em seus artigos 12, 13 e 14, é destacada a importância do PPP, definindo o papel da escola, a participação dos educadores em sua elaboração, da comunidade e a execução da proposta pedagógica.

Na falta deste, porém, a LDBEN determina às escolas a necessidade de elaboração de sistemáticas de ensino e gestão com a responsabilidade de se constituir um documento-base que orientará todo o trabalho escolar. Contudo, as escolas focos da pesquisa não se organizaram para colocar em prática a elaboração e execução deste projeto. Foi percebido o mesmo a despeito do discurso democrático e transparência nas instâncias institucionais: a hierarquização escolar prevalece no que diz respeito às questões documentais, tendo em vista a ausência de compromisso na construção do projeto político pedagógico.

Isso implica no desregulamento pedagógico, ou seja, no fazer pedagógico e nos rumos que a escola tomará na formação dos seus sujeitos. A não consolidação democrática participativa do PPP torna ausente a prática da teoria, o que negativamente é um ato capaz de mudar o percurso educativo que se almeja qualitativamente. E para compreender questões implicadas acerca da falta do PPP nas escolas buscou-se compreender a situação contratual dos docentes: se efetivos ou contratados.

Nesse sentido, notou-se que há uma situação instável de rotatividade institucional, que permeia o ambiente escolar e impacta na elaboração e/ou reelaboração do PPP nas escolas, tendo em vista o comprometimento às novas exigências postas pela LDB com as práticas pedagógicas. De acordo com Luzia Cavagnari (1998), nas instâncias educativas se fazem presentes entraves que impedem efetivações educacionais. Dentre eles, destaca-se:

Rotatividade do corpo docente – Professores que não pertencem ao quadro efetivo representam em muitos casos até mais de 50% do pessoal da escola. Tal fato justifica substancialmente o desenvolvimento do projeto político-pedagógico, uma vez que esses profissionais [...] não participam integralmente das atividades da escola e, portanto, muitas vezes deixam até mesmo de conhecer o projeto político-pedagógico, pois encontram-se ausentes da maioria das reuniões. São fatores que resultam em baixo desempenho e menor compromisso dos profissionais com a escola, considerando que não conseguem identificar-se com o projeto ali construído. Com isso, as ações de muitos desses educadores tornam-se fragmentadas, uma vez que não estabelecem a relação do seu projeto político-pedagógico com o projeto mais amplo (CAVAGNARI, 1998, p. 99).

Outra questão relevante a ser destacada quanto à falta do Projeto Político-Pedagógico nas escolas é que ele encontra-se há bastante tempo em processo de elaboração, o que evidentemente

torna lenta a sistematização de dados ante as áreas de formação dos educadores nas escolas de Parintins.

Outra questão não menos relevante, mas apropriada para o entendimento da falta do Projeto Político-Pedagógico, é o tempo de atuação dos educadores nas escolas. O resultado coletado permitiu identificar, compreender e analisar que, muito embora os educadores estejam nas escolas há bastante tempo não reverterem experiências pedagógicas a seus alunos, mesmo conhecedores das exigências contidas na LDB, nos PCNs e na legislação do município de Parintins.

Nas três escolas pesquisadas, em apenas uma a gestora encontrava-se há quatro anos no cargo e em outras a administração e coordenação pedagógica haviam assumido as funções em 2013. Destaca-se que em duas escolas houve a troca da coordenação pedagógica no segundo semestre de 2013, o que demonstra a rotatividade nos cargos de gestão escolar, coordenação pedagógica e de educadores. Isso pode ser um fator decisivo para que o PPP não seja concluído e esteja em elaboração desde 2010, 2011 e 2012.

Uma outra contribuição para auxiliar na análise e compreensão dos resultados, que se articulam ao projeto como um todo, é que muito embora seja dever e responsabilidade da Secretaria de Educação o incentivo e assessoramento técnico ao PPP das escolas, a secretaria não estimula a concretização do documento por meio de assessoramento técnico ou criando meios pedagógicos. A elaboração do PPP não tem participação da comunidade no planejamento escolar e os educadores não têm permanência laboral.

Depreende-se que os educadores locais conhecem fundamentos legais das exigências das escolas ao referenciar-se à LDBEN e aos PCNs, mas pouco aplicam à realidade. Outros reconhecem a necessidade e sua importância de abordagem para ampliarem os conhecimentos dos educandos, mas não os colocam em prática. Vázquez (2007), sobre o exposto, ressalta.

[...] a teoria em si – nesse, como em qualquer caso – não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem de sair de si mesma e, em primeiro lugar, tem de ser assimilada pelos que hão de suscitar, com seus atos reais, efetivos, essa transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passo indispensável para desenvolver ações reais efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática quando materializa, por meio de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (VÁZQUEZ, 2007, p. 235-236).

Acerca dos temas transversais que compõe as problemáticas sociais atuais e podem servir para a construção de PPPs, sendo consideradas de abrangência nacional e global, situam-se: i) ética, ii) saúde, iii) meio ambiente, iv) pluralidade cultural, v) orientação sexual, vi) trabalho e vii) consumo (BRASIL, 1998). Os temas apresentados podem ser adaptados para que correspondam às reais necessidades de cada região ou mesmo de cada escola. É importante que sejam desenvolvidos temas locais, dependendo da realidade de cada contexto socioambiental, cultural, ecológico, espacial, econômico, político e institucional.

Foi identificado nos documentos de diários de classe dos educadores, em 2011 e 2012, as dimensões dos temas transversais propostas pelos PCNs: Saúde, Educação Sexual, Ética. Nos diários dos educadores do ensino de geografia e ciências é onde se fizeram mais presentes os temas relacionados a meio ambiente, ecologia e educação sexual. A observação participante realizada em

sala de aula nas escolas municipais Irmã Cristine e Tsukasa permitiu identificar que professores e professoras trabalham textos que possibilitam articular os saberes formais aos temas transversais de desenvolvimento sustentável.

Na escola Irmã Cristine, durante a observação realizada em sala de aula, foi recolhido texto usado pelo educador de Língua Portuguesa com os educandos, onde é possível perceber no texto trabalhado a abordagem dos recursos naturais presentes nas dimensões do tema de desenvolvimento sustentável. Entretanto, desconectado dos temas transversais (PCNs), notou-se a explicação do educador durante a revisão do simulado. Viu-se que não houve articulação dos temas transversais à realidade amazônica.

Educadores de outras áreas do conhecimento não fizeram referência ao texto trabalhado pelo educador de Língua Portuguesa, o que demonstra a falta de diálogo no planejamento do ensino no fazer pedagógico, ou a falta de percepção de um planejamento coletivo, articulado aos eixos e dimensões dos temas presentes no simulado. A seguir transcrevemos os textos coletados em sala de aula na Escola Irmã Cristine (2013).

Texto I – A criação segundo os índios Macuxis

No início era assim: água e céu.

Um dia, um Menino caiu na água. O sol quente soltou a pele do Menino. A pele escorreu e formou a terra. Então, a água dividiu o lugar com a terra.

E o menino recebeu uma nova pele e cor de fogo.

No dia seguinte, o Menino subiu numa árvore. Provou de todos os frutos. E jogou todas as sementes ao vento. Muitas sementes caíram no chão. E viraram bichos. Muitas sementes caíram na água. E viraram peixes. Muitas sementes continuaram boiando no vento. E viraram pássaros.

No outro dia, o Menino foi nadar. Mergulhou fundo. E encontrou um peixe ferido. O peixe explodiu. E da explosão surgiu uma Menina.

O Menino deu a mão para a Menina. E foram andando. E o Menino e a Menina foram conhecer os quatro cantos da terra.

Texto II – A criação segundo os negros Nagôs

Olorum. Só existia Olorum. No início, só existia Olorum.

Todos os mais surgiram depois.

Olorum é o Senhor de todos os seres.

Certa vez, conversando com Oxalá, Olorum pediu:

-Vá preparar o mundo!

E ele foi. Mais Oxalá vivia sozinho e resolveu casar com Odudua. Deste casamento, nasceram Aganju, a Terra firme, e Iemanjá, Dona das Águas. De Iemanjá, muito tempo depois, nasceram os Orixás.

Os Orixás são os protetores do mundo. (BORGES, G. *et al*, 2013)

Os textos são ricos em retratar o dia a dia de crianças e adolescentes dos povos tradicionais (indígenas, caboclos, ribeiras e quilombolas) da Amazônia, na relação pessoa-ambiente: com a água, com a terra, com as árvores, coleta de frutos, sementes, peixes, trato com fauna silvestres e pássaros. Retrata as crenças e a solidariedade e harmoniosa convivência com os recursos naturais. Identificam-se as dimensões cultural, social, ambiental, ecológica, econômica, territorial do desenvolvimento sustentável.

Mas, provavelmente, pela falta de compreensão conceitual de temas transversais, os quais servem ou ao menos deveriam servir de base para PPPs, muitos dados não são oportunizados na formação acadêmica e por meio de cursos de formação continuada para temáticas em questão. Na

observação realizada em sala de aula na escola Tsukasa Uyetsuka, também foram coletados textos e questões dos Simulados I e II. Notemos.

As Amazônias

Esse tapete de florestas com rios azuis que os astronautas viram é a Amazônia. Ela cobre mais da metade do território brasileiro. Quem viaja pela região não cansa de admirar as belezas da maior floresta tropical do mundo. No início era assim: água e céu. É mata que não tem mais fim. Mata contínua, com árvores muito altas, cortadas pelo Amazonas, o maior rio do planeta. São mais de mil rios desaguando no Amazonas. É água que não acaba mais. (SALDANHA, P. As Amazônias. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995 - Pesquisa de Campo, Escola Tsukasa. Parintins, 2013).

A análise do texto permite identificar a importância e revela a dimensão da Panamazônia e da Amazônia no território brasileiro. Retrata sua diversidade natural, a bacia hidrográfica que recorta toda a Amazônia e os recursos naturais inesgotáveis. Reforça o discurso de vazio demográfico, florestal, sem a presença dos povos tradicionais da região. Para análise, interpretação e avaliação dos educandos sobre as questões propostas para o exercício, destacamos o uso da expressão “água que não acaba mais”. Muito embora em outra questão estejam presentes

Durante a observação, não foi identificada a correlação do texto às outras disciplinas, para debate e discussão “da importância econômica do rio Amazonas”, “das características da região” e “da relação com a realidade do desenvolvimento econômico, socioambiental, ecológico, cultural, territorial e político”. Também não foi registrada a compreensão dos educandos quanto ao município de Parintins, em decorrência do Festival Folclórico, e na sua transformação em roteiro turístico. Seria importante, nesse sentido, ponderar sobre as implicações econômicas, o aumento populacional, a pressão no uso dos recursos naturais, o desmatamento e a derrubada de castanheiras, além da degradação ambiental com o aumento dos resíduos sólidos (lixo).

Outro texto identificado e extraído do caderno de simulados das questões de Língua Portuguesa, aplicado aos educandos do 9º ano do ensino fundamental na escola Tsukasa Uyetsuka, mostra-se a dissociação em relação à realidade dos educandos, nos contextos do município de Parintins e amazônico como um todo. Para exemplificar, foi selecionado o que segue:

Pombos e rodovias

Já se desconfiava que pombos-correios seguissem grandes rodovias e ferrovias para voltar para casa. Isso chegou a ser observado em estudos feitos a partir de aviões e helicópteros.

Para testar essa hipótese, pesquisadores colocavam nas costas dessas aves um diminuto aparelho de posicionamento global por satélite – mais conhecido pela sigla, em inglês, GPS – para mapear com precisão o movimento dos animais. Por três anos foram observados 216 voos de pombos-correios já experientes, que cumpriram trajetórias de até 50 km nas redondezas de Roma.

A conclusão é que eles realmente seguem grandes estradas na volta ao lar, principalmente no início e no meio da jornada. E isso ocorre mesmo quando essa rota os afasta do percurso mais curto para casa. Segundo os autores, ao optar por essa estratégia, os pombos podem tornar a navegação mais simples, sem precisar ativar sua “bússola” interna, e, assim, dedicar, por exemplo, mais atenção a possíveis predadores. (POMBOS e rodovias. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, set. 2004 - Dados da Pesquisa de Campo, 2013. Escola Tsukasa).

Analisando as questões do simulado ao contexto da escola Tsukasa, situada em um Projeto de Assentamento da Reforma Agrária da Vila Amazônia, município de Parintins, ilha geográfica, onde

não existem rodovias e ferrovias para ligação territorial, o texto mostra a desconexão entre o conteúdo didático e a realidade dos educandos. Em Parintins e na Amazônia, os rios são denominados de hidrovias, as rodovias e ferrovias aquáticas, o meio de locomoção na maior parte da região é realizado por canoa, barcos, balsas, e navios na maior bacia hidrográfica do planeta.

Mas do ponto de vista da pesquisa científica educadores podem apropriar-se do texto para pensar a iniciação acadêmica com uso de GPS, considerando-se que na gleba da Vila Amazônia, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) desenvolve projeto de preservação do Gavião Real⁶, ave em extinção, e Pé-de-Pincha⁷, onde são apresentados trabalhos com a participação das escolas, tendo em vista que em muitos aparelhos de celulares a função de GPS encontra-se disponível para uso.

Outro texto identificado no simulado, aplicado na escola Tsukasa Uyetsuka, intitulado “Sem sinalização”, referia-se à Marginal Tietê da cidade de São Paulo e descontextualizado da realidade dos educandos, pois é possível que os educandos não conheçam a cidade de São Paulo e muito menos a Marginal Pinheiros.

Sem sinalização

Recentemente, precisei de um mapa para chegar a um lugar à beira da Marginal Tietê. É claro que o mapa de nada adiantou, pois os nomes das pontes estão afixados “nas” pontes e não “antes” delas. E não há placas anunciando a qual ponte se está chegando. Ao ver que chegara a uma ponte de onde deveria ter saído antes, precisei passar por debaixo dela, pegar a alça e cruzá-la. Pergunto à CET ou ao DSV: custa muito fazer placas com os nomes das pontes das Marginais do Pinheiros e do Tietê, para que o cidadão saiba de qual ponte esta se aproximando? Por que isso ainda não foi feito? (COSTA, Cláudia. Sem sinalização. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 31 out. 2004). (Pesquisa de Campo, 2013. Escola Tsukasa Uyetsuka. Parintins, 2013).

O texto não é articulado à realidade dos educandos, entretanto, o mesmo pode permitir que o educador leve-os a discutirem criticamente a realidade da falta de sinalização das ruas, logradouros públicos na comunidade e no município de Parintins, provocado pelo crescimento populacional desordenado. O documento possibilita ainda pensar a educação transversal para o trânsito não somente no âmbito do transporte terrestre, mas o transporte aquático realizado por meio de barcos, lanchas e canoas, sem os equipamentos de segurança apropriados, como sinalização, colete salva-vidas e superlotação.

Essa transversalidade pressupõe tratamento integrado e compromisso com relações interpessoais no ambiente escolar para o desenvolvimento de capacidades de intervenção na realidade. Sendo assim, propomos o cinema como aposta para melhorar junto aos acadêmicos a cultura criativa de maneira geral, fomentando Temas Transversais que auxiliem na consolidação de PPPs. A proposta do cinema é como base de dados e conhecimento que vise a articulação de dimensões entre ciências naturais, sociais e exatas em suas conexões na prática educativa.

⁶O Programa de Conservação do Gavião-real (PCGR) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) iniciou as atividades de pesquisa em 1997, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). É desenvolvido no Assentamento Vila Amazônia e realiza anualmente uma feira de ciências com a participação de escolas e comunitários.

⁷O projeto é vinculado a Universidade Federal do Amazonas, e teve seu início em 1999, por demanda dos moradores de Terra Santa (PA). Recebe apoio do IBAMA, CNPq, Petrobras e de várias prefeituras da região. O projeto “Pé-de-pincha”, tem como objetivo a conservação e a preservação da população de quelônios de forma sustentável.

SOBRE A INSERÇÃO DO CINEMA

Setton (2004) afirma que o cinema seria muito mais do que uma simples mediação pedagógica, um dispositivo de problematização da cultura. Para a autora, no processo de ensino aprendizagem, “tomar o cinema como instância educativa implica redirecionar tradicionais questões sobre as relações entre pensamento e sensibilidade, entre juízos de gosto e prazer da fantasia, entre experiência reflexiva e consumo de experiências” (ID., *op. cit.*, p. 13).

Com o cinema, mostra-se que a educação escolar não deve limitar-se ao modo tradicional educativo da linguagem escrita e falada. São necessários outros modos de expressão, aquisição e produção do conhecimento, como por exemplo, os conteúdos fílmicos, tendo em vista os objetivos do ensino fundamental, indicando que os educandos sejam capazes de utilizar diferentes linguagens e fontes de informação para construir conhecimentos e posicionarem-se de maneira crítica, responsável a diferentes problemas da vida coletiva.

Tomando o suposto como indicativo, buscou-se questionar os educadores das três escolas citadas em relação a contribuições do cinema a resultados educacionais obtidos com o uso de filmes e documentário no processo de ensino aprendizagem. Perguntou-se sobre como poderiam ser registrados os usos para fins de avaliação educacional nas escolas. Ensinar-aprender-ensinar deve envolver não somente quem ensina, mas quem aprende, criando novas expectativas para a vida e visando o convívio social. Abaixo, apresentamos os resultados.

Tabela 3: Registro de Avaliação Educacional com Uso de Filmes (Fonte: Dados da Pesquisa de Campo. Parintins, 2013)

	Escola Irmã Cristine	Escola Aderson	Escola Tsukasa
1	Através de textos, opinião do aluno, seminários	Em forma de relatórios, resumos, resenhas e etc.	Não respondeu
2	Sim.	Resumo, resenhas, pesquisas, gráficos.	Não respondeu
3	Relatórios produção textuais, dramatização, slides, confecção de cartazes e outros	Não respondeu	Não respondeu
4	Não respondeu	Como textos reflexivos e interpretação escrito e oral	Não respondeu
5	Sim, depende da professora	Não respondeu	Não respondeu
6	Não respondeu	Através de debates, produção de texto, pesquisas	Sim
7		Podem ser utilizados como resumo, resenhas, relatórios e pesquisas	Através de um breve comentário individual escrito
8		Como já escrevi que é um suporte pedagógico a ser aproveitado	A melhor forma de avaliar o aluno é ver a participação e interesse do aluno

A análise do conteúdo permite considerar diversas formas de avaliação da aprendizagem com filmes: resenha, resumo, relatório, pesquisas, produção de textos, debates, seminários, dramatização, produção de cartazes e demais processos metodológicos que permitem a educandos confrontarem criticamente filmes com a realidade vivida, para o aprofundamento da problemática suscitada em sala de aula, seja por questionamento dos educandos ou questionamentos relacionados a textos de apoio.

Os educandos das escolas Prof. Aderson de Menezes, Irma Cristine e Tsukasa Uyetsuka, quando questionados se consideravam importante o educador fazer uso de filmes e documentários em sala de aula, as respostas obtidas por meio de questionários aplicados em sala de aula com a participação de 77 educandos sugerem ampla aceitação do recurso. Analisando as respostas dos setenta e sete educandos, a grande maioria concorda que filmes permitem e possibilitam entender, dialogar, auxiliar o professor a repassar conhecimentos e saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao projeto político-pedagógico articulado aos temas transversais de desenvolvimento sustentável no ensino fundamental no município de Parintins, conclui-se que não há projeto político-pedagógico articulando temas transversais de desenvolvimento sustentável ao processo de ensino aprendizagem dos educandos em Parintins/AM. Registra-se que entre educadores não tem sido propiciada formação continuada para elaboração do PPP e da educação para o desenvolvimento sustentável.

Tanto a Secretaria de Educação – pela falta de um Plano Municipal de Educação – quanto as escolas pesquisadas – pela falta de um Projeto Político-Pedagógico – enfatizaram um Plano de Gestão e Plano de Ação Pedagógica que tem como objetivo central e fundamental melhorar índices do IDEB nas escolas, configurando-se como uma educação de resultados nos moldes capitalista de produção, que compensa os resultados com distribuição de prêmios em dinheiro, seja por meio do Governo Estadual, seja por meio do Governo Federal.

Por parte dos educadores e educandos, existe a compreensão predominante de que o tema de desenvolvimento sustentável é um tema transversal e deveria ser inserido no projeto político-pedagógico da escola, atuando na realidade cotidiana do ambiente escolar e na comunidade, mas isso não se faz presente no PPP e tão pouco nas atividades de ensino-aprendizagem em sala de aula e extraclasse.

Um aspecto relevante encontrado foi o fato de em todas as escolas onde não existia PPP este encontrava-se em processo de conclusão há bastante tempo. Esse fato pode possibilitar às mesmas a inserção dos temas transversais nas dimensões da educação para o desenvolvimento sustentável de temas relacionados à realidade dos educandos, da comunidade, do município de Parintins, do Estado do Amazonas, do Brasil e do Planeta.

Conclui-se ainda que não são usados ou tratados os temas transversais de desenvolvimento sustentável em sala de aula, porque problemas que deram origem à criação desses temas urgentes na legislação e em eventos internacionais organizados pela ONU seguem deslocados da realidade dos educadores e educandos. As comunidades escolares realizam alguns projetos como medida paliativa, que na maioria das vezes não tem uma sequência nos anos vindouros, ou porque foram propostos pela Secretaria ou porque o educador que o desenvolvia mudou de escola ou teve seu contrato rescindido.

A articulação de filmes e documentários é eficiente pedagogicamente para o ensino aprendizagem dos temas transversais e o desenvolvimento sustentável na educação amazônica nas séries finais do ensino básico. Por meio da análise de questionários, entrevistas e minicurso junto aos educadores, questionários, entrevistas aos educandos e pais dos educandos. Entretanto, para

que o uso do cinema se efetive no ambiente escolar, fazem-se necessárias melhorias na infraestrutura das escolas, salas de aulas dotadas de recursos multimídia (data show, caixa acústica). De igual modo, a formação continuada aos educadores para o uso de filmes e documentários, educação para o desenvolvimento sustentável, oficinas e assessoria técnica na elaboração do Projeto Político-Pedagógico na transição até um Projeto Ecológico-Pedagógico Democrático Participativo.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre filosofia da história**, in Flávio R. Kothe (org.), e coordenador Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1985 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVAGNARI, Luzia Borsato. **Projeto Político-Pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições**. IN: VEIGA, Ilma Passos; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Org.). Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

CAVALCANTE, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. – 4ª. ed. – São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CECCON, Sheila. **Educação ambiental crítica e a prática de projetos**. - - São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012. - - (Instituto Paulo Freire. Série cadernos de formação; 3)

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autentica, 2002. Entel (2012).

ENTEL, Alice. **Estética y política: nuevas sensibilidades, nuevos sentidos de la crítica**. In: PUCCI, Bruno; COSTA, Berlamino Cesar G. da; DURÃO, Fabio A. (orgs). Teoria Crítica e crises: reflexões sobre cultura, estética educação. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção educação contemporânea).

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou Extensão**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUSARI, José Cerchi. **A linguagem do cinema no currículo do Ensino Médio: um recurso para o professor**. In: São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Cadernos de cinema do professor: dois, organização, Devanil Tozzi... [e outros]. – São Paulo: FDE, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década para o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012. – (Série Unifreire; 2).

GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6 ed. - 2. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.
- GHEDIN, Evandro. **A Filosofia e o Filosofar**. São Paulo: Uniletras, 2003.
- MACHADO, A. **Pré-cinemas e Pós-cinemas**. São Paulo: Papyrus, 1997. Medel (2008)
- MEDEL, Cassia Revena Mulin de Assis. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea).
- PFROMM NETTO, Samuel. **Telas que ensinam: mídia e aprendizagem do cinema ao computador**. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. 2ª edição.
- PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvesieri. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.
- PUCCI, Bruno; OLIVEIR, Newton Ramos de; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. **Adorno: o poder educativo do pensamento crítico**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Setton (2004)
- SILVA, Christian Luiz da (organizador). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 9 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. – Campinas, SP: Papyrus, 1995. – (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).
- XAVIER, Ismail. **Cinema: revelação e engano**. In: NOVAES, Adalto. [et al.]. **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ZUIN, Antônio Álvaro Soares (Orgs). **A Educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1997.

A (IN) ESTABILIDADE DA PRODUÇÃO CAMPONESA NA AMAZÔNIA: O CASO DA REGIÃO DE MARABÁ/PA.

Tiese Rodrigues Teixeira Júnior¹

Maurílio de Abreu Monteiro²

RESUMO

O artigo propõe uma aproximação teórica e conceitual, acerca da dinâmica da produção camponesa, em debates internacionais, nacionais e regionais. Partindo das análises de Chayanov (1974), sobre a produção do campesinato Russo, dos estudos derivados de Tepicht (1973), e os desdobramentos dessas reflexões no Brasil presentes nos trabalhos de Veiga (2003), Martins (1975) e Abramovay (1992), e que, também, alimentaram as incursões teóricas no espaço Amazônico, nos trabalhos de autores como Hébette (1989) e Costa (1994), dentre outros. A intenção principal dessa incursão é criar uma substância teórica, suficientemente forte, para propor uma leitura da dinâmica da produção camponesa na Amazônia, e em especial, na região de Marabá, no estado do Pará. No que se refere à Amazônia brasileira, nos trabalhos acadêmicos, em termos gerais, há pelo menos três grandes vertentes de interpretação sobre a produção camponesa na região: uma marcada pela forte associação entre a produção camponesa e a precariedade técnica, a fragilidade econômica e a miséria social; outra caracterizada por sua inserção em um ciclo da fronteira agrícola; e uma terceira pela existência de processo de estabilização relativa da produção camponesa por meio da sua complexificação.

Palavras - Chave: Produção Camponesa. Trabalho Familiar. Amazônia

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está inserida no âmbito do programa da CAPES, Pró-Amazônia: biodiversidade e sustentabilidade, fazendo parte do projeto intitulado “Desenvolvimento de competências e formação de recursos humanos em áreas degradadas em projetos de assentamento em áreas amazônicas”, sob a coordenação geral do prof. Dr. Carlos Renato Lisboa Francês, tendo como instituições parceiras a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário/Delegacia Federal no Estado do Pará (DFDA/PARÁ).

¹ Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA/ UFPA. E-mail: tiесеjr@gmail.com

² Pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA/UFPA. Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, PD TSA/UNIFESSPA. E-mail: maurilio.naea@gmail.com

PROBLEMA DE PESQUISA

A área na qual se desenvolverá a pesquisa é empiricamente caracterizada pela grande presença de população e de produção camponesa, em 2006, nela havia 7,5 mil estabelecimentos camponeses que eram responsáveis pela apropriação de 431 mil hectares (Tabela 1) e por produção no valor de R\$ 83,7 milhões.

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários na AMC* por condição do produtor, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar - FAO, 2006.

Condição do produtor	Unidades	Área (ha)
Estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar	7.555	431.289
Estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar	1.236	972.911
Total dos estabelecimentos agropecuários	8.791	1.404.201

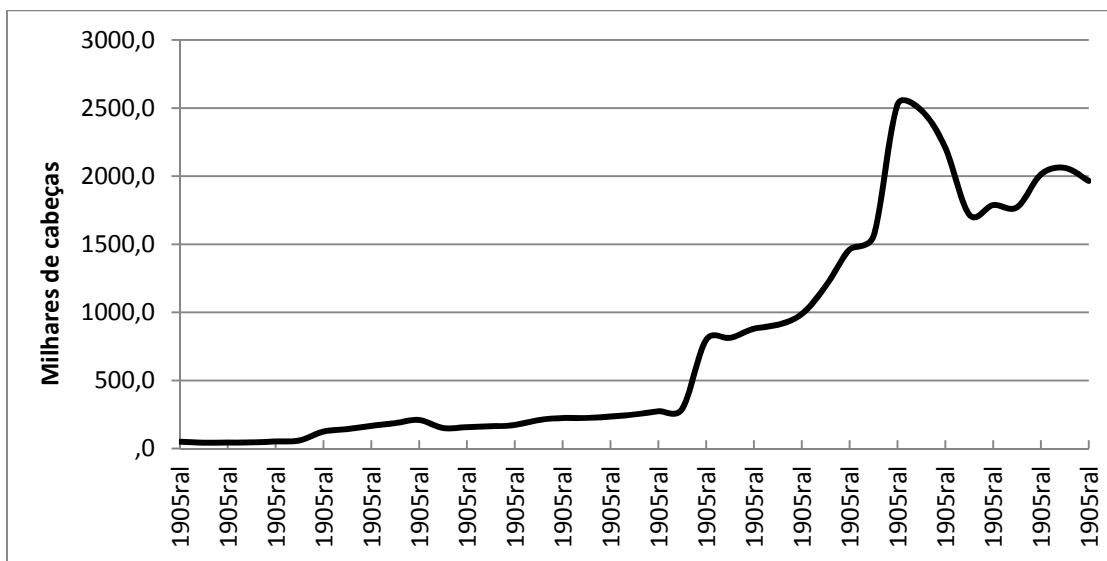
* Área Mínima de Comparável abrangendo os municípios paraenses de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas.
Fonte: IBGE 2009. Elaboração do autor.

Trata-se de produção e de população camponesa acerca das quais evidências empíricas (IBGE, 1998 e IBGE, 2009) e estudos acadêmicos (CAT, 1992; REYNAL *et al.*, 1996; MICHELOTTI, 2007; MONTEIRO, GEMAQUE, 2006) identificam a existência de dinâmicas que não seguem tendências relativamente uniformes como suposto pelos trabalhos que as igualam à economia de subsistência (SERRÃO, 1995; SERRÃO, NEPSTAD, WALKER, 1998; KITAMURA, 1982, dentre outros); nos baseados no modelo de ciclo de fronteira em seus diversos vieses (COY, 1988; AUBERTIN, 1988; LÉNA, OLIVEIRA, 1992; OZÓRIO DE ALMEIDA, 1992; CASTRO, 2006; HÉBETTE, 1989, dentre outros); ou na tese, de inspiração mais evolutiva, de estabilização relativa produção camponesa mediante sua complexificação (COSTA, 1994).

Diante deste contexto empírico e teórico o problema que se coloca é por que, na região de Marabá, não se firmaram enquanto tendência da produção camponesa nem a de polarização fundiária e de instabilidade da produção camponesa presentes nos trabalhos vinculados à noção de ciclo da fronteira, nem a de estabilização relativa vinculada à complexificação da produção camponesa?

A expectativa é de que como resultado da pesquisa se possa demonstrar que, na região de Marabá, uma intrincada interação de fatores, com destaque muito especial ao fator representado pelas políticas agrárias, resultou no estabelecimento de formas diferenciadas de ocupação territorial e de reprodução da produção camponesa, que implicam o fortalecimento da pecuarização, tanto no âmbito das unidades de produção camponesa quanto nas não camponesas (Figura 1).

Figura 1: Gráfico com representação da evolução do efetivo do rebanhos bovino na AMC* (1974 - 2012)



* Área Mínima de Comparação abrangendo os municípios paraenses de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas.

Fonte: IBGE Pesquisa Pecuária Municipal, diversos anos. Elaboração do autor.

Buscar-se-á se demonstrar que, diferentemente de outras áreas da Amazônia, especialmente àquelas de fronteiras mais antigas, a ocupação territorial e de reprodução da produção camponesa na região de Marabá no Pará tem um forte elemento de pecuarização decorrente da forma que unidades camponesas internalizaram condicionantes em nível meso e macro, especialmente, a criação de assentamentos da reforma agrária como forma de acesso à terra e à política de oferta de crédito rural.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em termos internacionais, a teorização sobre a produção camponesa tem nos trabalhos derivados das posições de Chayanov (1974) um marco seminal, e está entre as predominantes. Ele estudou a produção camponesa Russa, no início do século XX, e concluiu que as famílias camponesas trabalham para atender às necessidades básicas de seus membros. Neste sentido, sua teoria considera que não há acumulação de capital e nem de trabalho assalariado, o que torna a unidade de produção camponesa não-capitalista. No que se refere à expansão dos cultivos, Chayanov (1974) afirma que essa dinâmica está relacionada ao número de trabalhadores, consumidores e de suas necessidades dentro da unidade familiar. Portanto, a força de trabalho da família é reconhecidamente o elemento mais importante dentro da unidade de produção econômica camponesa.

Chayanov (1974) reconhece a produção camponesa, como um modo de produção singular, que tem como características principais: a produção para a subsistência, comercialização e atividades agrícolas não-eventuais, não visa a acumulação de capital, unidade familiar como base, uso da força do trabalho familiar, pequena propriedade e cooperação entre os camponeses. Neste

sentido ainda, a produção camponesa tem uma dinâmica específica, pois, na relação trabalho-consumo, a diferenciação demográfica é um fator importante dentro do volume da produção.

Desta forma, entende que são as necessidades do consumo familiar que levam ao aumento da produção camponesa. Na base da lógica de organização dessa produção busca-se racionalizar, a quantidade e a qualidade da terra, com a força de trabalho necessária ao desenvolvimento produtivo.

Os trabalhos derivados de Chayanov (1974) centram o esforço investigativo na dinâmica interna da agricultura familiar identificando-a como uma forma de produção peculiar, matizadas por dinâmicas internas do núcleo familiar. Neles tem grande importância a associação entre as decisões de produção e de consumo da unidade familiar; o do tamanho da família; sua composição etária etc. Neste contexto heurístico, a atividade camponesa, guarda relação direta com a utilização da força de trabalho familiar, que poderia inclusive assumir níveis mínimos quando a intenção fosse a necessidade mínima de aquisição de bens para a reprodução familiar.

Na produção acadêmica internacional, sobre a produção camponesa também é importante mencionar as contribuições de Tepicht (1973), que considera que ações internas e externas agem sobre a dinâmica da produção camponesa. Para este autor, o modo de produção dos camponeses articula-se com outros modos de produção, ocorrendo múltiplas influências, por exemplo, entre a produção familiar e a produção capitalista. Ele busca evidenciar que há traços específicos que definem a lógica desse modo de produção: o uso intensivo do trabalho familiar; a relação existente entre os fatores de produção terra, trabalho e capital; a relação entre economia camponesa e o mercado; a lógica não capitalista da produção camponesa; a natureza patriarcal presente nessas relações sociais.

Para Tepicht (1973), a produção camponesa se organiza considerando dois fatores estruturais principais: de um lado aquilo que ele chama de “forças produtivas não transferíveis”, que é a capacidade de trabalho de pessoas ligadas por laço familiar; de outro lado, o tempo de não trabalho, aquele referente ao tempo biológico e cultural, que se desenvolve para além do trabalho humano.

Neste sentido ainda, Tepicht (1973) defende que em qualquer momento da história, a família camponesa tem possibilidades de oferecer produtos agropecuários a preços menores que os da grande empresa capitalista, porém, para o autor, o camponês tende a desaparecer da vida social contemporânea, em boa medida, por causa da hegemonia do modo de produção capitalista.

Mesmo com repercussão limitada na produção acadêmica internacional sobre a produção camponesa, a obra de Turner (1921) na qual investiga o significado da fronteira norte americana na configuração das instituições dos Estados Unidos, está inserida entre as referências teóricas internacionais, com as quais é necessário se dialogar, na construção de uma avaliação sobre o significado da produção camponesa em uma área de fronteira recente como a pesquisa em tela pretende fazer.

Diferentemente da interpretação de Turner (1921) para os Estados Unidos, em termos nacionais, até muito recentemente, a produção acadêmica relativa à produção camponesa a identificou como um elemento de atraso *vis à vis*, a um processo de modernização do agrário vinculado às grandes empresas; ou mesmo como resquício de um passado escravocrata e latifundiário que impulsionou o surgimento "nas bordas" da grande propriedade fundiária de um

problema social. Tal visão acadêmica foi amplamente aderente às visões da esquerda tradicional, às tradições populistas e à noção de dinâmica contínua das fronteiras agrárias.

José Graziano da Silva (1982) ao refletir sobre o agrário nacional concluiu que a agricultura se industrializou como compradora de produto industrial e produtora de matéria prima para tais atividades. Chamou este processo de “modernização dolorosa”, posto que é lenta e restrita. Sobre a pequena produção brasileira, e as transformações vividas por ela, lembra que o grande capital impõe uma padronização na produção, e que, o que os pequenos produtores são obrigados, por vezes, a plantar e dependem de pacotes tecnológicos dos chamados insumos modernos, para que tenham “êxito”, na produção.

Por outro lado, Veiga (2003) entende que as estratégias de produção camponesa, centradas no que o autor chama de agricultura familiar, ainda não foram percebidas pela sociedade brasileira, e segundo ele não existe qualquer comprovação, na crença generalizada de que as “fazendas patronais” sejam mais produtivas do que “os sítios familiares” e alerta para o fato de que há um desprezo geral, pela agricultura familiar e que este é de fundo histórico, político e ideológico.

Martins (1975) em sua interpretação sobre a produção camponesa no Brasil chamou a atenção, também, para as contradições existentes nesse segmento. Para o teórico, o meio rural e o meio urbano são tratados como realidades opostas, em que o mundo rural é visto como o atrasado, sua produção anti-capitalista e feita de relações sociais frágeis e descontínuas, refletindo o que ele chama de colonialismo interno, em especial, em zonas de fronteira e expansão, esses elemento refletem tensões de classes. Essa ideologia urbana, segundo o autor, tem reforçado a ideia de dois mundos separados, e que a solução para o impasse seria a submissão do mundo rural às mercadorias e às concepções de vida da cidade.

No final dos anos 1980, o processo de redemocratização e os indícios empíricos que contradiziam frontalmente as interpretações sobre o inexorável declínio da produção camponesa serviram de substrato para uma grande guinada na interpretação sobre o significado da produção camponesa no Brasil, ganhando força a atribuição de papel relevante na modernização do agrário e da economia nacionais. No âmbito desta inflexão é referência o trabalho de Abramovay (1992) no qual argumenta que a produção camponesa teve papel decisivo no desenvolvimento e na distribuição da renda nacional e na própria modernização do campo nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e em diversos países da Europa. E, simultaneamente, rechaça a visão dominante na literatura especializada no Brasil de que a agricultura familiar é um sinônimo de precariedade e miséria.

No que se refere à Amazônia brasileira nos trabalhos acadêmicos, em termos gerais, há pelo menos três grandes vertentes de interpretação sobre a produção camponesa na região: uma marcada pela forte associação entre a produção camponesa e a precariedade técnica, a fragilidade econômica e a miséria social; outra caracterizada por sua inserção em um ciclo da fronteira agrícola; e uma terceira pela existência de processo de estabilização relativa da produção camponesa por meio da sua complexificação .

No caso da primeira das vertentes e dos trabalhos a ela vinculados apresentam visões simplificadoras e homogeneizadoras identificando a produção camponesa como sendo uma agricultura migratória de corte e queima de culturas temporárias voltadas tão somente a subsistência da família camponesa. Como se observa em Serrão (1995), Serrão, Nepstad e Walker (1998) e Kitamura (1982) dentre outros.

Outra vertente é a que associa às dinâmicas da produção camponesa na Amazônia brasileira é entre esta e o ciclo da fronteira, o mais expressivo deles é Velho (1976). Castro (1999; 2006), seguindo esta linha de abordagem, enfatiza os fluxos migratórios, os agentes que atuam nesses territórios, bem como, os modos de apropriação e as tensões presentes nesses espaços, lembra que o processo histórico de ocupação humana na região foi determinado por fatores políticos e econômicos.

Hébette (1989; 2002) afirma que a mobilização para a entrada de uma grande frente de trabalho na região sudeste do estado do Pará era uma das estratégias colocadas em curso pelos governos militares, sob a égide da segurança nacional. A acumulação de capital privado nacional e internacional possibilitou a implementação de infraestrutura, como por exemplo, abertura de rodovias federais e construção de hidrelétricas, essas atividades careciam de mão de obra barata em larga escala. Promessas de titulação de terras, para famílias “sem terra”, foi um elemento importante nessa composição da dinâmica populacional, que se formava naquele contexto, o que levou a um fluxo migratório de pessoas para a região amazônica, como nunca se tinha visto antes. Essa nova realidade social, composta por agentes sociais com interesses diversos incidiu de forma intensa, nos processos de produção camponesa colocados em curso nessa parte da Amazônia.

Em termos gerais, os autores que utilizam o ciclo de fronteira com fundamento explicativo das dinâmicas camponesas na Amazônia brasileira adotam a existência de uma sucessão de fases que se inicia com a ocupação da terra por camponeses expulsos de outras regiões que, por processos e etapas diversas, tem como tendência geral à polarização fundiária e a instabilidade da produção camponesa. Além de Castro (1999; 2006) e Hébette (1989; 2002) anteriormente citados o ciclo da fronteira é a alternativa interpretativa igualmente presente nos trabalhos de Coy (1988); Aubertin (1988); Léna, Oliveira (1992); Ozório de Almeida, (1992) dentre outros.

Uma terceira vertente pode ser encontrada em trabalhos derivados de Costa (1994), que recorrendo a uma metodologia teórica que procura articular a dinâmica interna da produção camponesa com condicionantes estruturais em nível externo à produção camponesa, de tal esforço resultou um modelo explicativo para as mudanças e a estagnação dos padrões reprodutivos da produção camponesa na Amazônia.

Tendo por base tal metodologia teórica, Costa (1994; 1997b, 2000) infere que as unidades camponesas são capazes de adotar inovações e adaptações sempre que crises no padrão de reprodução com o qual convivem elevam tornam "agudo e visível o risco da desestruturação" da unidade camponesa (COSTA, 1997b, p. 6). Contexto no qual, a estrutura camponesa em conjunturas distintas, por meio de mecanismos internos é capaz de adaptar-se e sobreviver em um sistema que difere de sua racionalidade. Com base nesta lógica defende a existência, na Amazônia brasileira, da estabilização relativa da produção camponesa por meio da sua complexificação.

Hurtienne (1999; 2004; 2005) considera que a grande variedade de formas de produção, os múltiplos espaços e os agentes sociais envolvidos na produção camponesa como um desafio para sua interpretação. Hurtienne afirma que a heterogeneidade da produção familiar é muito grande e pouco conhecida na Amazônia, tamanho da propriedade fundiária, forma de seu uso e a organização do trabalho familiar são elementos que, necessariamente, precisam ser considerados nas no tratamento do problema.

No caso específico da região de Marabá, no estado do Pará, suas pesquisas indicam que foram encontradas “frentes pioneiras diversificadas com agricultores familiares empreendedores,

preocupados não somente com sua sobrevivência, mas com um itinerário de acumulação patrimonial” (HURTTIENE, 2005, p.43).

Assim, em seus estudos, Hurtienne apontou a existência de uma relativa estabilização da produção familiar no estado do Pará, como uma tendência que deve ser considerada, tendo como base seus estudos na microrregião de Bragança e do Sul e Sudeste do Pará. Lembra, também, que a falta de atenção nas leituras de documentos oficiais sobre desmatamento na Amazônia tem ajudado na construção de uma imagem errônea da agricultura familiar, apontada por vezes, como a grande vilã do desmatamento na região.

A região de Marabá, considerada por Hurtienne (2005, p.62) como uma “ zona de colonização mais recente na Amazônia”, apresenta diferenças significativas e contraditórias no tocante à interpretação das tendências da produção camponesa na Amazônia (CAT, 1992; REYNAL *et al.*, 1996; MICHELOTTI, 2007; MONTEIRO, GEMAQUE 2006).

Frente ao exposto, e as controvérsias que atravessam esse debate essa proposta de tese pretenderá explicar o porquê, de na região de Marabá, não ter se firmado enquanto tendência da produção camponesa nem a de polarização fundiária e instabilidade da produção camponesa, nem a de estabilização relativa vinculada à complexificação da produção camponesa.

Para tanto, procurar-se-á recorrer a base uma metodologia teórica que buscará, dentro da intrincada interação de fatores que ensejam a reprodução camponesa, identificar alterações nos fatores condicionantes da produção camponesa em nível meso e macro - próximo à tradição de Tepicht (1973) - e as cotejar com seus impactos e rebatimentos das estratégias adotadas internamente pelas/ nas unidades camponesas - próximo à tradição de Chayanov (1974).

OBJETIVOS DA PESQUISA

OBJETIVO GERAL

O objetivo desta tese é o de explicar o porquê, na região de Marabá, não se firmaram enquanto tendência de trajetória da produção camponesa nem a tendência à polarização fundiária e à instabilidade da produção camponesa presentes nos trabalhos vinculados à noção de ciclo da fronteira, nem a de estabilização relativa vinculada à complexificação da produção camponesa. Demonstrado que em face de uma intrincada interação de fatores, ganhou destaque preponderante o fator representado pelas políticas agrárias, especialmente a de criação de assentamentos da reforma agrária e a oferta de créditos diferenciados do resultou no estabelecimento de formas diferenciadas de ocupação territorial e de reprodução da produção camponesa, dentre estas diferenciações incluiu-se a pecuarização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar alterações em fatores condicionantes da produção camponesa em nível meso e macro por meio de tratamento e análises estatísticas de dados secundários, relativos aproximadamente, a três dezenas de variáveis;
- Cotejar e identificar agentes sociais e suas relações entre alterações em fatores condicionantes da produção camponesa em nível meso e macro e mudanças nas estratégias reprodutivas adotadas pelas unidades camponesas;

- Construir uma tipologia de unidades camponesas com base em padrões estatísticos;
- Identificar relações entre alterações em fatores condicionantes em nível meso e macro e mudanças de estratégias reprodutivas adotadas pelas nas unidades camponesas; e
- Identificação dos principais vieses de tendências da produção camponesa na região no período intercensitário.

METODOLOGIA

Na pesquisa, o termo agricultura familiar, produção familiar, produção camponesa, mesmo sendo utilizados em parte da literatura para caracterizar diferentes níveis de interação da produção camponesa com o mercado, serão utilizados como sinônimos e sua operacionalização para identificação destas unidades recorrer-se-á ao preconizado para a caracterização da agricultura familiar por FAO/INCRA (2000).

Quanto à dimensão espacial, a escolha da região de Marabá no Estado do Pará, para a pesquisa deve-se, em grande medida, por esta ser considerada uma área de “fronteira recente” marcada pela grande presença da produção camponesa, já que, em 2006, das áreas apropriadas por estabelecimentos agropecuários 30,71% delas eram por estabelecimentos com agricultura familiar (Tabelas 1 e 2). Somando-se a isso a existência de estudos, dentre eles, os CAT (1992) que revelaram a capacidade dos camponeses desta área manter sistemas de produção com a incorporação exitosa da pecuária bovina de corte.

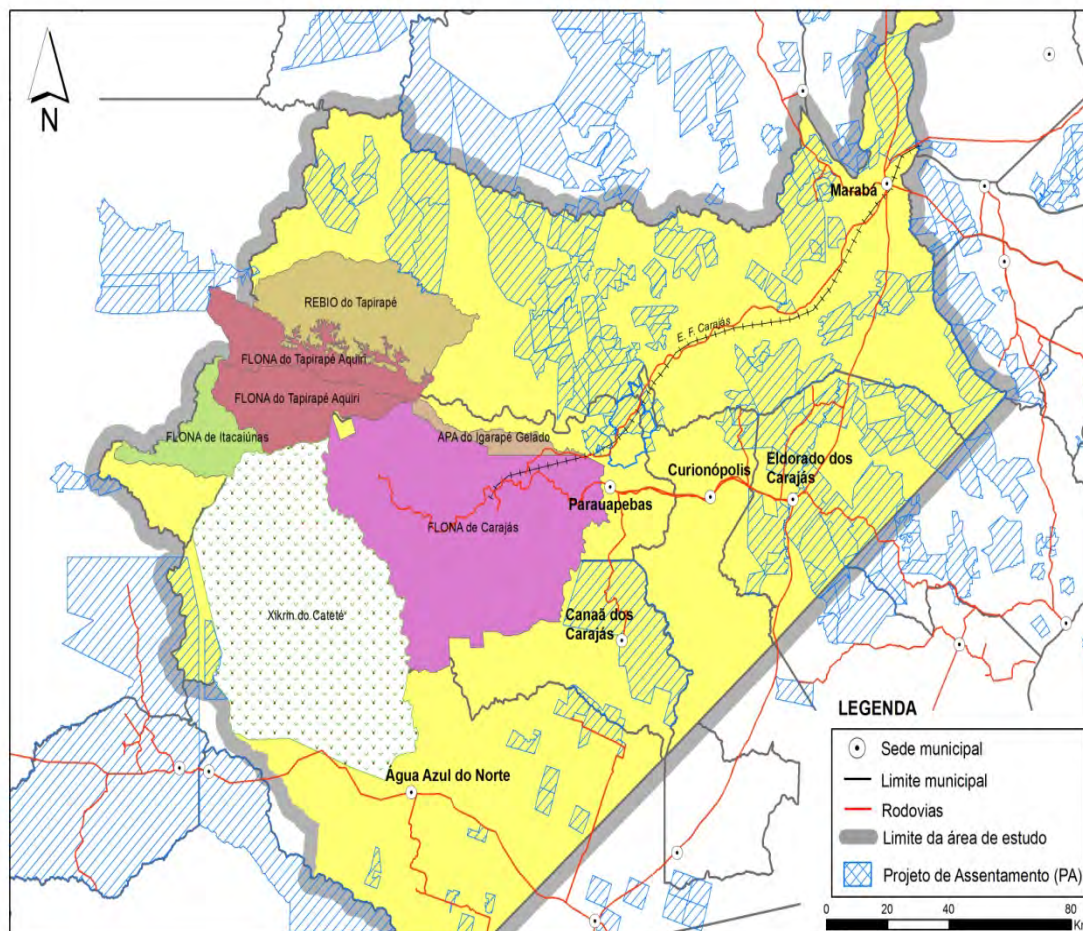
Tabela 2: Área da AMC* por grupos e condição de apropriação da terra, 2006.

Grupos de apropriação	Área (ha)
Estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar	431.289,92
Estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar	972.911,44
Terra indígena Xikrin do Rio Cateté	432.670,00
Unidades de conservação federais	807.390,00
Sub total	2.644.261,36
Total da AMC	3.760.046,90

* Área Mínima de Comparável abarcando os municípios paraenses de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas.
Fonte: BRASIL 1991; BRASIL 1998; IBGE 2009. Elaboração do autor.

Ainda no que se refere à circunscrição espacial da pesquisa, para viabilizar a construção de séries históricas, desde os anos 1970, que irão permitir identificar tendências e alterações no comportamento de indicadores relativos a fatores condicionantes da produção camponesa, em nível meso e macro, tomadas como relevantes, recorrer-se-á a adoção da técnica de áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários (AMC) desenvolvida por Reis, Pimentel e Alvarenga (2008). Tendo por base tal técnica, a pesquisa envolverá a área abarcada atualmente pelos municípios de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas (Figura 2) e que conta com 7.555 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Tabela 1)

Figura 2: Mapa com indicação da abrangência espacial da pesquisa



Fonte: elaboração do autor

A tentativa é a de construir uma estratégia metodológica que permita: 1) selecionar e inferir alterações em fatores chave em nível meso e macro relativos à produção camponesa; 2) identificar alterações destes fatores em termos históricos; 3) cotejar alterações em fatores chaves em nível meso e macro com a adoção de mudanças, por unidades de produção camponesa, para fazer face a tais alterações 4) produzir uma tipologia de unidades camponesas com bases nos padrões de reações as mudanças em nível meso e macro.

A identificação das alterações em fatores condicionantes da produção camponesa em nível meso e macro será realizado por meio de tratamento e análises estatísticas de dados presentes nos Censos Agropecuário, nos Censos Demográficos, dentre outros. Evidentemente, a seleção das variáveis estará condicionada a sua articulação com os fundamentos que envolvem a articulação entre a produção camponesa e o modo de produção capitalista.

Após a definição de variáveis capazes de realizar uma aproximação com fatores condicionantes da produção camponesa em nível meso e macro haverá necessidade de retabulação dos censos agropecuários de 1996 e 2006 de forma compatibilizá-los com a caracterização da agricultura familiar proposto pela FAO/INCR (2000). Após esta retabulação e com a seleção das variáveis de maior interesse será possível inferir os vieses de tendências que se estabeleceram nesta

área. Assim, o tratamento estatístico citado permitirá identificar alterações em fatores condicionantes da produção camponesa em nível meso e macro.

Uma vez identificadas as alterações nos fatores condicionantes da produção camponesa em nível meso e macro, em termos de intensidade de duração, elas serão convertidas em questionário semiestruturado. Assim, em uma segunda etapa, a pesquisa requererá a realização de pesquisa de campo com o fito de realizar, entrevistas que serão conduzidas por meio de questionários estruturados com perguntas abertas e fechadas.

Para a realização dessa segunda etapa de levantamento de informações serão usadas as seguintes técnicas de coleta:

➔ *Reuniões*: A confrontação inicial dos vieses de tendências da produção camponesa na região no período intercensitário identificado pelo tratamento estatístico dos dados será efetuada a partir de reuniões com informantes privilegiados, conhecedores da realidade empírica local (técnicos de assistência técnica, funcionários de órgãos públicos, líderes sindicais, líderes comunitários, assessores dos movimentos sociais, agentes de saúde, professores das localidades).

➔ *Entrevistas*: As entrevistas serão usadas tanto na coleta de informações junto aos informantes-chave, como também deverão ser utilizadas nos levantamentos aprofundados ao nível dos estabelecimentos agrícolas familiares.

Pela variedade dos tipos de informações que deverá ser coletada pretende-se adotar diferentes instrumentos para o levantamento dos dados e informações necessários:

➔ *Roteiro semi-estruturado*: No caso do levantamento junto aos informantes-chave será privilegiado o uso de roteiros semi-estruturados para a orientação do diálogo. No caso de alguns tipos de informações ao nível do estabelecimento, principalmente aquelas referentes aos projetos dos assentados e trajetória social, provavelmente esse tipo de instrumento também será privilegiado.

➔ *Questionários*: O uso de questionários deverá ser priorizado no levantamento aprofundado de informações ao nível dos estabelecimentos agrícolas familiares, procurando dar conta tanto da situação atual como de sua evolução.

➔ *Caderno de campo*: O caderno de campo é um instrumento que deverá ser usado em todo o levantamento de campo para registrar as observações, informações e impressões efetuadas por meio da observação participante.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas, Hucitec - ANPOCS, 1992.

ALMEIDA, Oriana Trindade de. (Org.). *A evolução da fronteira amazônica: oportunidades para um desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Edições Caravela; Belém: IMAZON, 1996.

CASTRO, Edna. Dinâmicas socioeconômicas e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 1, jul. 2006.

- CAT, Centro Agro-Ambiental do Tocantins. Elementos de análise do funcionamento dos estabelecimentos familiares da região de Marabá. Marabá: CAT, 1992.
- CHAYANOV, Alexander. La Organización de la Unidad económica Campesina. Buenos Aires, 1974.
- COSTA, Francisco de Assis "Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade". In: Becker, Bertha Koifmann. (Org.) ; COSTA, Francisco de Assis. (Org.) ; COSTA, Wanderley Messias da. (Org.) . Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. 1. ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. v. 1. 215 e 298).
- COSTA, Francisco de Assis. Formação agropecuária na Amazônia. Os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA; NAEA, 2000.
- HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In CASTRO e HÉBETTE (org.). **Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia.** Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina. (Org) *No mar, nos Rios e na Fronteira: Faces do campesinato no Pará.* Belém: EDUFPA, 2002.
- HURTIENNE, Thomas. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. In: Coelho, M. C. N., Mathis, Armin., Castro, Edna., Hurtienne, Thomas. (Orgs). Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 2001.
- LÉNA, Philippe ; OLIVEIRA, A. (Org.). Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Cejup/MPEG, 1992.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** São Paulo; Petrópolis, 1983.
- MICHELOTTI, Fernando. O agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no sudeste do Pará. 2º encontro da rede de estudos rurais, 11 a 14 de setembro de 2007, UFRJ, Rio de Janeiro (RJ).
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu; GEMAQUE, S. S. T. . Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no sudeste do estado do Pará, Brasil. *Raízes (UFPB)*, v. 25, p. 48-54, 2006.
- OZORIO DE ALMEIDA, Anna Luiza. Colonização dirigida na Amazônia. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.
- REIS, E.; PIMENTEL, M.; ALVARENGA, A. I. Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: Ipea/Dimac, 2008.
- REYNAL, Vincent de.; MUCHAGATA, A. G.; TOPALL, O.; HÉBETTE, Jean. *Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica.* Belém: LASAT/CAT, 1996.
- SERRÃO, E. A. S. Desenvolvimento agropecuário e florestal na Amazônia. In: COSTA, José M. M. da (Org.). *Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais.* Belém: Cejup, 1995. p. 57-104.
- SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et Agriculture: le paysan polonais.* Librairie Armand Colin, Paris, 1973.
- TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history,* New York, Henry Holt And Company, 1921.
- VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento rural: o que é rural? O que é urbano? **Rumos,** Novembro-Dezembro/ 2003, p.4-8.

A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES NOS JORNAIS

Wanderson dos Anjos Curcino¹

RESUMO

O artigo tem a finalidade de apresentar uma reflexão de como os jornais constroem o discurso sobre sustentabilidade nas cidades. Entende-se que o jornalismo desempenha um papel muito importante nas discussões sobre essa questão, que se apresenta desde a capacidade de agendá-lo como assunto relevante para a sociedade até reconstruindo seus significados e reorientando-os seguindo determinados interesses. Para iniciar o texto apresenta-se a trajetória das discussões sobre sustentabilidade nas cidades, destacando os principais marcos institucionais do tema. A seguir apresentam-se, por meio das teorias do agendamento e newsmaking, como o fazer jornalístico reconstrói e dá outras dimensões aos temas tratados. Ao final, apresenta-se a análise de notícias do jornal Diário do Pará como forma de subsidiar a discussão. O método a ser empregado é a análise do discurso jornalístico.

Palavras chaves: Sustentabilidade, jornalismo, sustentabilidade nas cidades, discurso

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade nas cidades tem se tornado um tema necessário diante da crescente deterioração das condições de vida nas grandes cidades, e a mesmo tempo, uma questão estratégica para o desenvolvimento sustentável, já que boa parte da população mundial vive hoje em cidades. A ideia tem bases históricas nas discussões acerca dos limites do crescimento nas Conferências de Estocolmo e do Clube de Roma 1972 mas começou a ganhar força apenas em 1987, quando Organização das Nações Unidas (ONU) lança o Relatório “Nosso Futuro comum” (Relatório Brundtland). O documento serviu de base para que em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), fossem estabelecidas, pela primeira vez, os parâmetros para a sustentabilidade urbana através do documento denominado Agenda 21, que mais tarde foi rediscutido e adequado localmente através de agendas locais.

Em Istambul, na Turquia, em 1996 a conferência Habitat II também se propôs a discutir o desenvolvimento das cidades a partir de uma perspectiva do interesse local lançando então o documento “Habitat”. Além disso, uma série de outras conferências em níveis globais ou não, envolvendo movimentos sociais, ocorreram de forma paralela, levantando questões ainda mais profundas a cerca da problemática ambiental urbana, como a falta de qualidade de vida e o acesso desigual aos recursos na cidade.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) Rio + 20, ocorrida no Rio de Janeiro, de 13 a 22 de junho de 2012, fechou um ciclo de 20 anos dos avanços nas discussões sobre as temáticas sustentáveis.

¹ Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). E-mail: wanc29@yahoo.com.br

Para Acselrad (1999) estas discussões criaram uma arena ampla na qual vários agentes posicionam suas concepções de sustentabilidade urbana numa estratégia, em última análise, de legitimar suas noções de o que seriam cidades sustentáveis. Desta forma, no contexto da discussão sobre a sustentabilidade nas cidades, Entende-se que o jornalismo desempenha um papel muito importante nas discussões sobre essa questão, que se apresenta desde a capacidade de agendá-lo como assunto relevante para a sociedade até reconstruindo seus significados e reorientando-os seguindo determinados interesses.

Diante dessa questão, este artigo pretende contribuir com um reflexão de como as notícias de jornais podem construir e reconstruir a ideia de sustentabilidade nas cidades. Ele faz parte de um contexto maior de pesquisa de mestrado intitulada “O sentido da sustentabilidade urbana nos discursos dos jornais de Belém” que ainda encontra-se em desenvolvimento. Para este artigo apresentaremos primeiramente alguns marcos institucionais do tema através de textos de algumas conferências assim como algumas considerações conceituais, a seguir apresentam-se, por meio das teorias do agendamento e newsmaking, como o fazer jornalístico reconstrói e dá outras dimensões à sustentabilidade nas cidades e por fim, como forma de exemplificar e aplicar os argumentos levantados no texto, esboça-se uma análise de três notícias, a partir da perspectiva da análise do discurso jornalístico.

2 SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES: UMA BREVE DISCUSSÃO

Apesar da sua definição ainda problemática, o discurso da sustentabilidade tem se colocado como um dos mais poderosos na contemporaneidade. Segundo Leff (2010) ele nasce de uma tentativa, no campo teórico, de se contrapor à racionalidade econômica, aquecida pelo capitalismo, do crescimento sem limites que nega a natureza e a cultura, e desloca a relação entre o real e o simbólico. Tratou-se de um embate entre o campo ecológico e econômico pelo reconhecimento da natureza como suporte, condição e potencial do processo de produção.

Este embate de natureza política e teórica cria a reflexão de uma lei limite da natureza diante de uma racionalidade do valor posta pela economia. Desta forma, a sustentabilidade veio questionar as bases que fundamentavam fortemente as teorias do desenvolvimento até então. Os problemas ambientais, então, passaram a ser vistos como consequências desta racionalidade. No entanto, para Leff (2010), a proposta da sustentabilidade não conseguiu até hoje se colocar como hegemônica. Muito pelo contrário, em alguns casos foi absorvida pela lógica contra a qual se opunha.

Fruto dessa tensão entre às lógicas o campo ecológico e a lógica do campo econômico, numa articulação à nível global, é tecido o discurso do desenvolvimento sustentável no final da década de 1980 com a divulgação do Relatório Brundtland. O documento além de apontar caminhos, até então, mais objetivos para as práticas sustentáveis, também teve a importância de sedimentar a ideia do desenvolvimento sustentável como um “slogan” dos tempos modernos sob a ideia “de atender as necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras”.

É justamente no âmbito destas discussões do desenvolvimento sustentável, contraditórias e imprecisas, e dos questionamentos das bases ideológicas de desenvolvimento assentado na lógica da sociedade urbana emergente da industrialização e da urbanização, é que a discussão da problemática ambiental vai ganhando mais densidade dentro das questões urbanas. Para Cardoso (2002), esta ideia pretensiosamente conciliadora entre as duas lógicas tem grande reflexo na relação

entre cidade e meio ambiente. Antes a questão urbana era tratada, tanto no campo técnico quanto no campo político, como uma questão de planejamento e os problemas urbanos ou eram considerados problemas de insuficiência do crescimento econômico ou desequilíbrios gerados pelo crescimento excessivo. Com o Relatório Brundtland muda-se a forma de pensar o desenvolvimento urbano ao incluir no debate a questão ambiental, em especial em países de “Terceiro Mundo”, lançando assim uma nova alternativa de urbanização.

O relatório, pode-se dizer, avança num sentido de conceptualização do que seria uma cidade sustentável, e, mais ainda, coloca este modelo de planejamento num patamar privilegiado e como uma forma alternativa para as cidades no futuro. Seus desdobramentos podem ser vistos na Agenda 21, relatório oficial do Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, a ECO 92. O argumento central do documento sobre a deterioração dos assentamentos humanos (sobretudo em países em desenvolvimento) é de que ele ocorre por conta dos baixos investimentos no setor, em áreas como habitação, lazer, seguridade social, e bem estar social, por governos locais. Desta forma, segundo o documento, o objetivo dos “assentamentos humanos” (incluindo cidades) seriam o de

“Melhorar a qualidade de vida social, ambiental e econômica dos assentamentos humanos e as condições de vida e de trabalho de todas as pessoas, em especial dos pobres de áreas urbanas e rurais. Essas melhorais deverão basear-se em atividades de cooperação entre os setores público, privado e comunitário, e na participação, no processo de tomadas de decisões, de grupos da comunidade, de grupos da comunidade e de grupos com interesse específicos, como mulheres, populações indígenas, idosos e deficientes” (AGENDA 21, p.13,2000)

A Agenda 21 lançou diretrizes para a construção de Agendas locais, mais específicas e adequadas para cada região. No caso da Agenda 21 brasileira o documento apresenta como alternativa diante dos problemas causados pela expansão da urbanização desordenada no país, uma reforma urbana baseada na organização do uso do solo, descentralização administrativa e num processo participativo que permita a sociedade influir e ter voz nos destinos dos recursos.

A segunda Conferência Mundial Sobre Assentamentos Humanos – Habitat II ocorrido em Istambul em 1996 também foi outro marco importante na consolidação da ideia de sustentabilidade nas cidades. Além de destacar a problemática da pressão ecológica e nos estilos de vidas originais que as cidades estão passando, a Agenda Habitat, ainda fala das desigualdades sociais como problema urbano ainda no sumário executivo, em especial através da formação de cidades “ilegais” e confronto com a cidade “legal”. A mensagem clara que se tentava discutir foi a construção de cidades mais humanizadas por meio do desenvolvimento social e extinção das desigualdade nesses espaços.

“No âmbito da estratégia de desenvolvimento sustentável adotada no Rio Cimeira da Terra (1 992), temos de reforçar as capacidades criativas e produtivas das cidades, permitindo-lhes superar os muitos males a que estão presas. É verdade que as cidades devem ter um lugar nas redes econômicas mundiais, mas a economia deve servir à realização humana: emprego e, mais geralmente, atividades produtivas devem promover a eliminação da pobreza e da integração social e consolidar a democracia nas cidades, de acordo com o desenvolvimento social, estratégia adotada no Copenhagen Cimeira Social (1 995).” (p. 9)

Desta forma o Habitat II aplica de maneira mais clara os conceitos do desenvolvimento sustentável nas noções de desenvolvimento urbano. A inserção das cidades numa sistema global de

competitividade, portanto, embora não desconsiderada ou questionada, deve ocorrer por meio do desenvolvimento social, que centra nas necessidades humanas básicas. Essas articulações mais os avanços trazidos pela Agenda 21 vão inspirar a criação de dispositivos ambientais legais em várias partes do mundo, voltados ao desenvolvimento da cidade. No Brasil o grande destaque é a lei 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, proposto ainda no início dos anos 90. Teve como ponto central a inclusão do planejamento participativo e do conceito do direito à cidade sustentável ao debate do desenvolvimento urbano. (BRASIL, Lei n. 10.257, art. 2º, 2001).

Porém, a construção da ideia de sustentabilidade urbana, seja ela no âmbito acadêmico ou em outras esferas da sociedade, deve ser entendida mais profundamente como fazendo parte das relações e dos jogos de disputa pelo poder de concepções do que deve ser a cidade. Henri Acselrad (1999) aponta para isso ao considerar que a ideia de sustentabilidade urbana nasce da inclusão do conceito de sustentabilidade ao debate do desenvolvimento da cidade com a tentativa de que os atores envolvidos na produção do espaço urbano pudessem dar legitimidade as suas perspectivas, visando a durabilidade do desenvolvimento. Desta maneira, segundo o autor, a cidade sustentável funciona como uma empresa para que ela possa garantir produtividade e competitividade global, onde se criam novas formas administrativas governamentais e instâncias regulatórias voltadas tanto para a sustentabilidade como para a sustentabilidade urbana.

Ainda segundo o autor geralmente se reporta à sustentabilidade como algo muito disperso, sem concretude, onde se prevalece a dúvida. Desta forma “o desenvolvimento sustentável seria um dado objetivo que, no entanto, não se conseguiu ainda apreender”. (ACSELRAD, 1999, p.78). Esta questão mostra que a sustentabilidade se definirá por uma construção social, reivindicada por várias formas de conteúdos e prática. Abre-se, assim, uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade. Acselrad (2009) aponta, dentro desta perspectiva, três representações discursivas distintas da cidade: a representação tecno-material da cidade, representação da cidade como espaço de qualidade de vida e representação da cidade pelas legitimações políticas do desenvolvimento.

Na representação tecno-material das cidades, como observa Acselrad (2009), uma reprodução adaptativa das estruturas urbanas relacionadas aos modelos de "racionalidade eco energética" e "metabolismo urbano". É uma concepção que sofre bastante influência das ideias neomalthusianas na hipótese de um "limite da capacidade urbana". Uma cidade sustentável dentro destes preceitos reduziria o consumo de energias fósseis e outros recursos materiais, exploraria os fluxos locais, aumentando estoques de energia e reduzindo o volume de rejeitos.

Quanto a representação da cidade como espaço de qualidade de vida, mostra-se uma tentativa de opor-se aos componentes mercantis e técnicas representadas pela representação anterior. Para legitimar esta visão, segundo Acselrad (2009) são evocadas novos modelos de ascetismo e de pureza, no sentido de colocar a natureza como oposto da materialidade produzida pelo homem, para questionar as bases técnicas do urbano. Está ainda ligada a implicações sanitárias, que se opõem fortemente às atividades industriais que, por meio da emissão de líquidos e gases poluentes impõem um consumo forçado de mercadorias “invendáveis” ou do modo de consumo destas mercadorias.

Por fim, a representação da cidade como espaço de legitimação das políticas urbanas refere-se as condições de construção política das bases materiais da cidade. Sendo assim, o fator de insustentabilidade se apresentaria quando as políticas públicas urbanas não

conseguem atender as demandas sociais, provocando assim um desequilíbrio entre as necessidades sociais cotidianas, as demandadas por serviços urbanos e os investimentos em redes de infraestrutura.

Partindo destes sucintos modelos de representações apresentados por Acselrad (2009) e da trajetória da discussão em âmbito internacional e nacional, podemos entender a sustentabilidade nas cidades como uma questão ainda muito longe do consenso pretendido pelo discurso do desenvolvimento sustentável. Há um campo de disputa intenso e nele se inserem agentes das mais contraditórias tendências, haja visto que o próprio espaço da cidade, por característica, suscita a convivência de contrários. Tal tensão faz surgir na realidade vários entendimentos do que seria uma cidade sustentável, dentre eles o da mídia, ou, no contexto deste artigo, os jornais. No entanto o sentido de sustentabilidade construído no jornal não é um sentido qualquer. Por poder ser posto em circulação de maneira sistemática, ele acaba ganhando maior relevância na influência da opinião pública.

3 O JORNALISMO COMO CONSTRUTOR DOS SENTIDOS DA SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES

Ao considerarmos este campo de disputa sobre o que (e em que sentidos) falar sobre a sustentabilidade das cidades, podemos colocar os meios de comunicação como um instrumento estratégico para isso por algumas características essenciais: a 1) capacidade de agendar os temas a serem discutidos na sociedade e 2) e de (re)construir discursos e colocá-los em circulação como consensos. Neste sentido Nelson Traquina (2005), aponta o poder do jornalismo “não apenas na projeção social dos tópicos, mas também no seu poder de enquadrar esses tópicos como um recurso de discussão pública” (TRAQUINA, Nelson p. 16). Sendo assim o autor aponta para a formação de uma “agenda” de discussão pública que colocaria em evidência os principais fatos de uma determinada realidade.

Essa função é descrita por MacCombs (2009) como a forma na qual jornalistas, editores e diretores de redação, ao selecionarem aspectos de alguns temas da realidade social, influenciam a opinião pública. Como consequência deste processo, há a formação de uma agenda para além do campo da comunicação, a agenda pública, que em último estágio, fornece os primeiros alicerces para a formação de uma opinião pública. Como resume MacCombs (2009), “Os públicos usam estas saliências da mídia para organizar suas próprias agendas e decidirem quais assuntos são mais importantes. Ao longo do tempo, os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos a mais importantes pelo público. A agenda da mídia, torna-se em boa mediada, a agenda do público” (MACCOMBS, P.18)

No entanto, se há em alguma medida este poder midiático em estabelecer agendas do público, há também problemática da fiabilidade dos critérios de seleção destes tópicos. MacCombs cita Walter Lippman, autor de *Opinião Pública* (1922) que falava que todos nós agimos em resposta à um “pseudoambiente” criando pela mente que é uma imagem imperfeita da realidade. Nesta lógica, os critérios de seleção midiática dos tópicos importantes de serem discutidos é, grosso modo, uma leitura a partir de um “pseudoambiente” individual. O autor ressalva que isto não evidencia que a notícia é uma mera fabricação, mas considera que ela constrói uma imagem do mundo que está longe de ser isomórfica.

“Uma vez que não há nem a capacidade de coletar informações sobre todos estes eventos nem a capacidade de contar à audiência sobre eles, os jornalistas apoiam-

se sobre um conjunto de normas profissionais que guiam sua seleção diária do ambiente.” (MACCOMBS, P. 45)

Segundo o autor o agendamento ocorre por que há nas pessoas uma natural a necessidade de orientação para que a partir desta ela possa tomar suas decisões. Este fenômeno é descrito pelo psicólogo americano Edward Tolman como mapas mentais, teoria que se combina com o pseudoambiente apontado por Lippmann. No entanto não é sempre que este recurso é demandado. Sua ocorrência, segundo MacCombs depende da relevância e incerteza.

A relevância, um conceito complexo e bastante diverso, é descrita por Corrêa (2009) como a um sentido pragmático que orienta a presença do agente no mundo cotidiano, ou seja, é com o que ele seleciona como importante para orientar suas ações na vida. No entanto há muitas formas de se fazer isso, sugerindo que a noção de relevância está muito mais ligada às questões de contexto culturais e sociais.

“Quando analisamos detalhadamente a noção de relevância vemos que esta é uma qualidade que não emana diretamente do acontecimento, como se o acontecimento se conseguisse isolar a si próprio como acontecimento. A relevância de um acontecimento é atribuída em função de contextos sociais e culturais” (CORÊA, p. 07, 2009)

A noção de atualidade, por outro lado, parece ser de mais fácil assimilação. Está ligada, em primeira instância, à temporalidade na qual o acontecimento relevante precisa estar temporalmente próximo ao público, para se tornar jornalístico. No entanto este fato precisa ser, para este mesmo público, relevante para ser atual, sugerindo uma dependência entre as duas noções. Além disso, como sugere Corrêa (2009), há ideia de atualidade temporal também está ligada à uma construção social específica. Neste contexto, o autor destaca que

“Não se trata de simplesmente afirmar que um evento e o correspondente enunciado que se lhe refere é atual e relevante – isto é que existe urgência no seu conhecimento – porque os media informativos os anunciaram como tal: o evento terá uma atualidade que resulta da novidade da ocorrência que descreve e do impacto que o enunciado tem nas condições contextuais que o rodeiam” (CORRÊA, p. 15, 2009)

Diante desta orientação dada pelo princípio da atualidade e da relevância, as narrativas jornalísticas acabam por configurar, deste modo, importantes formas de percepção da realidade. A incorporação da atualidade e da relevância pelo jornalista, ocorrida no âmbito das práticas e experiências profissionais, se transforma na consolidação de critérios indispensáveis para a prática de um dito “bom jornalismo”. As implicações mais profundas podem ser a dificuldade de abordar determinados assuntos que, *a priori*, acredita-se, não se enquadrem dentro destas duas perspectivas.

Este fenômeno acontece por que há uma relação interdependente do espaço público com o jornalismo que, especialmente hoje, se instaura e se consolida como uma dimensão constituinte e estruturante da sociabilidade, ou seja, passa a transformar e criar novas formas de ação, interação e exercícios do poder na organização da vida social. Assim há uma “roteirização da dinâmica social”, tipificando os acontecimentos e tentando cercar de todas as formas a realidade à fim de representá-la. É também desta forma que o espaço público contemporâneo passa a ser um espaço público mediatizado quando consegue ser “funcional e indissociável do papel dos media” (CORRÊA, p.2).

Ao falar de construção de notícias e reportagens Luhmann (2005), por outro lado, destaca algumas condições que mantêm o “prestígio” dos jornalistas e dos jornais. Uma delas é a pesquisa bem feita (apuração no jargão profissional jornalístico) ou ao menos o suficiente para satisfazer o leitor. A informações falsas, deste modo, deporia contra a respeitabilidade perante o leitor e por isso, não muito raro, informações falsas são plantadas no jornais de dentro para fora. Por esse modo o jornalismo serve à sociedade com verdades, de vários campos distintos.

Por essa razão o problema, segundo Luhmann, não está exatamente na verdade (já que é nela que o jornalismo se estrutura e se sustenta) mas da seletividade que é, ao mesmo tempo que inevitável, desejada e regulamentada. É inevitável por que não se pode conceber que um fato seja contemplado ponto a ponto dentro de uma informação o que também não quer dizer que esse seja uma processo apenas de “redução unilateral de complexidade”, uma vez que, por meio do afastamento das determinações externas, o sistema passa à sofrer influência a outras complexidade, desta vez interna. Deste modo Luhmann sugere que o processo de seleção cria um outro conteúdo que já não é mais a realidade externa, no entanto, sofre muita influência da composição interna.

Uma delas, apontadas por Moniz Sodré, é a influência do tempo de produção das notícias como forma de ditar o ritmo de trabalho. Na prática atual da produção da notícia, por exemplo, tem-se que lidar não só com “o que já aconteceu” mas também com “o que está acontecendo”, por conta das novas exigências trazidas pelo avanço tecnológico. Deste modo, uma forma de organizar a produção de uma notícia que terá desdobramentos em breve, o recurso manemotécnico (que modernamente se resume em: quem? o que? Onde? Como? Quando? e porquê?), é utilizado como um modo seguro de desenvolver essa narrativa. Para Moniz Sodré (2012), no entanto, este não é um recurso seguro “uma vez que a notícia não se estrutura simplesmente em função de conteúdos lógicos de um relato, mas principalmente em função de um de mecanismos receptivo cognitivos do público leitor, isto é, de sua atenção” (SODRÉ, P. 24, 2012)

Neste sentido, o jornalismo, como considera MEDITSCH (1997), deve ser encarado como uma forma de conhecimento produzida, com sérios limites dados tanto pelas condições históricas e culturais, como pelo contexto da rotina profissional dos produtores da notícia. O produto do jornalismo, a notícia, é portanto, uma construção da realidade mas que têm o sério problema de se vender como a própria realidade, uma vez que dificilmente o seu público terá acesso aos critérios que subsidiaram esta construção. Ao reaproximarmos este problema ao discurso da sustentabilidade nas cidades anteriormente desenvolvido, podemos considerar que há que as sucessivas matérias sobre lixo urbano, desenvolvimento sustentável, saneamento básico, combate à pobreza e que enquadram a sustentabilidade nas cidades, constroem ao longo do tempo um discurso específico de sustentabilidade nas cidades, com aspectos selecionados da realidade mas não corresponde à sua real complexidade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise que se segue tentará exemplificar algumas questões levantadas neste texto até aqui, e a partir dele, levantar outras. Para tanto analisaremos 4 notícias do jornal Diário do Pará e O Liberal, os dois principais jornais de Belém em termos de tiragem e abrangência, de dois grandes grupos de comunicação da Amazônia. O critério para a seleção do material foi o de matérias jornalísticas que trataram da discussão da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável na

cidade de Belém. Tal material corresponde às edições dos meses de junho, agosto, outubro de 2012.

A análise do discurso jornalística que aqui será empregada compreende a análise especialmente das suas macroestruturas responsáveis pela forma e sentido global do texto, presentes nas estruturas textuais da notícia relacionadas aos seus contextos de produção, nos termos de Van Dijk (1990). Uma macroestrutura, neste sentido, é identificada, entre outros elementos pela estrutura ou esquematização da notícia: manchete, manchetes secundárias, lead, e os demais tópicos temáticos (dados geralmente pelas ideias centrais dos sucessivos parágrafos). A macroestrutura, no entanto, é apenas um aspecto a ser considerado na análise de discurso de uma notícia, mas será o foco da análise aqui desenvolvida.

Entender, deste modo, a estrutura textual da notícia corresponde ao modelo da pirâmide invertida no qual as informações são estruturadas de tal forma que as mais relevantes são posicionadas nos primeiros parágrafos em enquanto as menos importantes ficam para os últimos. Além disso o lead (geralmente o primeiro parágrafo) e a manchete (título da matéria) são os principais espaços gráficos das notícias, onde, portanto, as informações julgadas de maior relevância são posicionadas.

5 A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES NOS JORNAIS O LIBERAL E DIÁRIO DO PARÁ: ALGUNS EXEMPLOS

O primeiro texto é do jornal Diário do Pará publicado em 15 de junho de 2012, de autoria do jornalista Carlos Mendes intitulada “Crea move ação para PMB não fechar canal da Doca”. Trata-se de uma ação movida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Pará contra a Prefeitura Municipal de Belém que tenta construir uma laje sob um importante canal no centro de Belém, sem licitação e conhecimento do conselho. O lead expõe o projeto dentro de um contexto de má qualidade da gestão pública. Segue-se a ele tópicos que tratam do contestamento do projeto pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), a explicação dos motivos da contestação por engenheiros do Crea e apresentando exemplos na cidade de que o projeto não é eficiente e suas consequências negativas. Tal estrutura está resumida no quadro a seguir.

Estrutura da Notícia 1	
Manchete	"Crea move ação para PMB não fechar canal da Doca"
Manchete Secundária	"Prefeito tenta licitar ainda hoje para fazer laje sobre canal da doca. Crea é contra e entrou com ação no MPE"
Lead	"O prefeito Duciomar Costa nutre um apetite insaciável por obras polêmicas. Essas obras, carimbadas por licitações suspeitas transformadas em denúncia do Ministério Público na justiça, tem marcado os oito anos de sua conturbada administração. Agora Duciomar mirou ao centro da cidade, com mais uma ideia miranólante: ele pretende cobrir o canal da Doca de Souza Franco, no telhado entre as ruas Boaventura da Silva e Tiradente, para construir no local uma praça e centro de lazer. A novidade é empurrada pela pressão na obra, já que o prefeito pretende inaugurá-la antes de deixar o Governo, tanto que o edital para a tomada de preços e contratação da empresa que fará o serviço será hoje na sede da Comissão Permanente de Licitação "
Tópicos	T1 - Crea contesta o projeto; T2 - Engenheiros do Crea explicam as vantagens do canal aberto; T3- Apresenta um caso na cidade em que a cobertura do canal trouxe consequências negativas; T4 Desenvolve as consequências negativas introduzidas no tópico anterior;

Fonte: produzido pelo autor

Apesar da questão central da matéria ser o projeto da prefeitura e sua contestação pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, o lead, espaço nobre da informação chama a atenção para o fato de lançar obras polêmicas é constante na então administração municipal, como pode se perceber nas primeiras linhas da notícia. "O prefeito Duciomar Costa nutre um apetite insaciável por obras polêmicas e inacabadas. Essas obras, carimbadas por licitações suspeitas transformadas em denúncias e Processos do Ministério Público na Justiça, tem marcada os oito anos de sua conturbada administração".

A posição de questionar o projeto da prefeitura, denota uma escolha de perspectiva que considera um possível problema ambiental a partir de ações equivocadas da então gestão pública, e esta é uma posição clara tomada nesta situação noticiosa. No entanto, seguindo a aos outros tópicos da estrutura, ou seja, as ideias emitidas pelos parágrafos seguintes, mostra uma presença de outros agentes. Os principais deles são os dois engenheiros do Conselho Regional Conselho de Engenharia e Arquitetura, que apresentam os principais argumentos para que o projeto não seja levado à diante. "Segundo os engenheiros, o projeto original com o canal aberto tem as seguintes vantagens: "regime hidráulicos de funcionamento definido e testado, risco de cheias mínimas – já comprovado; facilidade de manutenção e limpeza permanente". Tais pontos seguem-se à outra lista de pontos negativos que o projeto da prefeitura traria. Esta comparação, aliás, é destacada num infográfico.

Neste sentido, percebemos que a posição tomada de questionar o projeto nasce da seleção de alguns aspectos da realidade que nesta situação, eram favoráveis de serem evocadas, seja pela posição política que o próprio jornal ocupava diante da então gestão municipal como também sem

grandes desdobramentos. Neste caso, então podemos perceber que a questão ambiental defendida, ainda que implicitamente na notícia, se sustenta, em grande parte, num discurso produzido fora do campo jornalístico estrito. Esta construção possui fortes componentes da ideia de eficiência das políticas públicas como fator preponderante para a sustentabilidade de uma cidade. No questionamento do projeto encontra-se argumentos afinados também há uma ideia de eficiência material da cidade, ou seja, a sustentabilidade urbana como um problema apenas de questão técnica (ou tecnológica).

O segundo texto do Jornal Diário do Pará, foi publicado em 03 de junho de 2012. O texto é intitulado “Belém sofre com serviços precários” de autoria dos jornalistas Denilson D’Almeida e Elias Santos. A matéria foca um quadro amplo da insustentabilidade da cidade de Belém apontada pelo Censo do IBGE de 2010 no qual coloca a capital paraense como uma das piores nos índices de urbanização e saneamento.

O lead apresenta o cenário da narrativa da matéria, os bairros da Terra Firme e de Canudos na periferia de Belém: “Um cenário de extrema pobreza que denota falta a falta de investimentos em infraestrutura e saneamento básico. Centenas de casas – em estilo palafita- construídas nas margens dos canais da cidade, por onde passam lixo e dejetos despejados ali sem cuidados ali sem cuidados”. A matéria segue levantando aspectos como a má colocação de Belém nos índices de Urbanização e saneamento na pesquisa do IBGE, o processo de coleta de dados da pesquisa, relato de moradores sobre suas condições precária de vida, possíveis soluções do problema, e apresenta alguns números específicos que compõe o índice.

Neste caso a perspectiva aqui é mostrar a deficiência dos serviços públicos por meio do cenário de má qualidade de vida. Não por acaso o lead, onde supostamente se depositam as informações consideradas de maior valor na notícia, inicia-se com uma descrição dos locais visitados pelos repórteres para servir como exemplo dos dados da matéria. A ideia é também, de uma certa forma, evocar conteúdos já conhecidos do leitor, e morador da cidade, como as casas em palafitas, canais, ruas sem iluminação e relacioná-los com as informações que se está apresentando.

Estrutura da Notícia 2	
Manchete	"Belém sofre com serviços precários"
Manchete Secundária	"Pesquisa nacional do IBGE mostrou que o morador da capital parense convive com problemas urbanos de todo o tipo: de esgoto á céu aberto até a falta de arborização de calçadas "
Lead	"Um cenário de extrema pobreza que denota a falta de investimentos em infraestrutura e saneamento básico. Centenas de casa- em estilo palafita - contruidas nas margens dos canais da cidade, por onde passam lixo e dejetos ali sem cuidados. É dentro destes contextos de precariedade que vivem os moradores do entorno do canal do Tucunduba, entre a rua 2 de junho (Terra Firme), e a passagem Gracinha (Canudos), na periferia de Belém. O local é um exemplo prático de como está Belém de acordo com o estudo sobre as características urbanísticas no entorno dos municípios brasileiros feito pelo Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística (IBGE), um dos resultados do Censo 2010."
Tópicos	capitais brasileiras nos índices de urbanização e saneamento ;T2 - Analista de informação do IBGE conta como foi o processo de coleta de dados da pesquisa em Belém;T3- Morador relata situação de precária de coleta de lixo onde vive; T4 Contextualiza-se a situação do morador dentro da estatística apresentada pela pesquisa; T5 - Professor de Arquitetura e Urbanismo comenta apresenta caminhos pra resolver o problema; T6 - Destaca-se as estatísticas da pesquisa sobre a sujeira na cidade e a presença de bueiros por domicilio;

Fonte: produzido pelo autor

Vê-se que a estratégia utilizada pelos jornalistas para apresentar os dados da pesquisa ao público é exemplificando-os por meio de histórias de pessoas que vivem nesta localidade, marca comum da linguagem jornalística. O primeiro tema a ser exemplificado foi o do saneamento básico, mas especificamente explora o problema do esgoto a céu aberto visto por um morador do bairro da Terra Firme. São apontados ainda problemas em relação a coleta de lixo, identificação das ruas, e água tratada. Logo após a matéria aponta alguns caminhos que considera alternativas aos problemas, e as justificativas oficiais dos problemas relatados pela Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN)

Pode-se apontar que esta construção, mais complexa que a anterior, articula informações de diferentes campos: o morador com o relato de sua experiência de viver no local com péssimos serviços, os dados estatísticos que ora vem confirmar o que é relatado pelo morador, ora vem dar contexto a sua fala, reforçando-a. Neste caso aqui, um agente do campo acadêmico, um professor de arquitetura e urbanismo da UFPA, é selecionado e dentro da notícia ganha a função de apontar

algumas possíveis soluções para o problema enquanto que à Secretaria Municipal de Saneamento, cabe a função de responder às questões e dados levantados ao longo da matéria.

A próxima matéria a ser analisada é do jornal “O liberal” intitulada “Amanhã é dia de consumo consciente” de autoria não divulgada. A matéria foi publicada em 14 de outubro de 2012 e trata dos resumidamente da importância do consumo consciente “par um mundo mais sustentável”. O lead destaca os motivos do desenvolvimento que estão por de traz da criação do dia do consumo consciente, falando que o problema do endividamento, muito mais que uma questão de renda dos Brasileiros, é também uma questão é também uma questão de “sobrevivência do planeta”. Os tópicos seguem falando da dificuldade da nova classe média de adotar um padrão de consumo mais consciente, do agravamento dos problemas globais por um consumo não sustentável e da influência do modelo de produção nesta questão. Outros pontos tratados na matéria são a distinção entre consumo sustentável e consumo consciente e a importância das ações individuais para esse processo.

Estrutura da Notícia 3	
Manchete	"Amanhã é dia de consumo consciente"
Manchete Secundária	"Meio ambiente: A destinação correta dos bens de consumo é um dos focos da data"
Lead	"Crédito fácil, cheque especial, empréstimo e cartão de crédito são algumas das causas de endividamento - reflexo do crescimento econômico registrado no país nos últimos anos que impulsionou diretamente o consumo. O problema é que a questão é mais ampla, afetando não somente os bolsos dos brasileiros, mas a sobrevivência do planeta. Foi pensando nesse cenário que o Ministério do Meio Ambiente (mma) instituiu o dia 15 de outubro como o Dia do Consumo Consciente. A data, celebrada amanhã, tem como missão conscientizar a população sobre os problemas socioambientais que os padrões atuais de produção estão causando à Terra".
Tópicos	T1 - Diretora de projetos da Secretaria de Articulação Intitucional e Cidadania Ambiental do MMA fala da dificuldade da nova classe média de adotar um padrão de consumo sustentável ;T2 - A diretora fala que o estímulo ao consumo excessivo agrava problemas globais;T3- O modelo de produção também é apontado como parte da questão do consumo sustentável; T4 Diretor da faculdade de ciências contábeis da Ufpa expõe como a contradição a ideia de consumo sustentável para uma parcela da população recém chegada à classe média ; T5 - o professor da faculdade aponta que a solução deve vir do poder público; T6 - Diretora de projetos da Secretaria de Articulação Intitucional e Cidadania Ambiental do MMA faz distinção entre consumo consciente e consumo sustentável; T7 - Coordenadora da ONG NOOLHAR destaca a o fato das pessoas não questionarem o consumo dos bens que compram; T8 - A coordenadora da ONG fala ainda da importância da atitude individual para "um mundo sustentável";

Fonte: produzido pelo autor

Podemos considerar que a narrativa traça uma ideia da sustentabilidade na cidade a partir de alguns aspectos da representação tecno material da cidade, evocando as noções de limites e eficiência das condições físicas da cidade mas também usa como ponto de partida principal uma abordagem de uma cidade humanizada, afinada também com a ideia de qualidade de vida urbana, presente, sobretudo no principais documentos oficiais como a Agenda 21 e Agenda Habitat.

Embora traga ideia muitos simples, esta construção revela outra multiplicidade de vozes, no entanto todas elas convergem para o mesmo fim: os padrões de consumo atuais devem ser revistos no entanto é problematizado o contexto em que, no momento em que várias pessoas no Brasil começam a ascender socialmente, e adotarem o padrão de consumo da classe média, este padrão passa a ser questionado. De uma certa forma este é um relato que constrói a ideia de sustentabilidade a partir da ideia de eco eficiência energética, ou seja de estoque de energia, da ideia de limite para o consumo. Claramente que todo o relato não se resume apenas à isso, mas são sobre essas bases que ele constrói seu argumento de que se deve adotar um consumo sustentável, sem problematiza-lo sobre outros aspectos.

A última notícia a ser analisada de O Liberal, é intitulada “Fé Sustentabilidade em mantos na Unama”, publicada em 14 de outubro de 2012 sem autoria informada. A notícia é bem resumida e informa de uma exposição de mantos confeccionados por estudantes alunos de um curso de modo de uma Universidade de Belém. No lead são destacados os materiais utilizados para a confecção dos mantos. A estrutura da notícia segue descreve uma das produções expostas, a explicação da ideia e do desenvolvimento do projeto, e comentários sobre a disposição da exposição e os próximos locais onde ela vai ocorrer.

Estrutura da Notícia 3	
Manchete	"Fé e sustentabilidade em mantos na Unama"
Manchete Secundária	Não posue
Lead	"Estudantes do Curso de Moda da Universidade da Amazonia (Unama) encontraram um modo particular de espessar sua relação com o Círio de Nossa Senhora de Nazaré: confeccionaram 30 mantos que compoe um painel intitulado "Na Santa", e para isso aproveitaram retalhos de tecidos e acesórios (Pedaços de fitas, botoes e couro)para realçar os trabalhos , todos em contexto de fé e sustentabilidade. O painel traz surpresas ao público e pode ser conferido no hall de entada do Campus Alcindo Cacula em horário comercial".
Tópicos	T1 - Descreve uma das produções dos alunos ;T2 - Professora coordenadora do projeto explica a ideia e como ela é desenvolvida; T2 Aluno explica uma das suas confeções e suas escolhas;T3 Apresenta a disposição das coleções no espaço, o efeito que causa e o próximo local da exposição;

Fonte: produzido pelo autor

A notícia, como se pode perceber, não chega a discutir ou problematizar a “sustentabilidade”, embora sua presença esteja tanto no lead como na manchete, espaços das informações consideradas mais importantes. Talvez, além do fato de que a perspectiva da pauta é tratar o evento em si, seu caráter de relevância (de diferencial, notável, interessante) está justamente na sua relação com o tema da sustentabilidade. No entanto, ainda no lead, há uma breve associação que pode ser notada “e para isso aproveitaram retalhos de tecidos e acessórios, todos em contexto de fé e sustentabilidade”. Neste caso, então, a sustentabilidade estaria relacionada à ideia de economia dos recursos materiais, reutilização da matérias primas, ou seja, de uma cidade, que é sustentável, pela sua eficiência em gerir e seus recursos materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos entender, a partir destes exemplos a construção de sentidos em diferentes temáticas relacionadas a sustentabilidade das cidades. Mesmo quando as notícias tem o foco principal em outras temáticas, as noções de sustentabilidade atravessam o texto, e constroem, reconstroem esse discurso.

Um dos principais elementos para que esse processo ocorra é a seleção e hierarquização das informações, observados pela disposição destas no próprio texto. Esta é uma das formas de perceber-mos a noção de relevância dada pela situação da notícia que também ocorre no processo

no seu processo de produção, e que, portanto, fazem parte de um contexto menos aparente nas estruturas textuais e muito mais presente na relação destes com seus contextos de produção.

De certo modo, todas as construções que apresentadas ocorreram a partir primeiro da seleção de aspectos que se julgava importante da realidade, no caso o tema das notícias e, uma vez escolhido os temas, de tópicos que se julgavam mais importantes dentro do tema selecionado. Isso definiu por um lado as diferentes perspectivas.

No entanto, no caso do primeiro texto, podemos perceber que a simples noção de relevância de um determinado tema ou tópico do tema não é suficiente para compreender a hierarquização e a tomada de uma dada perspectiva. Neste caso o jornalista, do modo como iniciou a abordagem do tema, fez referência á uma contexto político que, naquele momento, identificou como tão importante como toda a discussão da viabilidade do projeto em questão.

A seleção dos aspectos de realidade mostra também que a polifonia do discurso jornalístico contribui para que por ele, atravessem outros discursos postos na sociedade. Aqui, tentamos reduzi-los à algumas representações propostas por Acserald (2009).

Neste sentido, uma aproximação com os sentidos ligados à representações de eficiência energética, capacidade limite do desenvolvimento urbano, qualidade de vida são observados claramente nas notícias aqui analisadas. Cabe, no entanto, entender que processos mais profundos estão por de traz dessas aproximações? Que fatores mais gerais determinam que a notícia resuma seus conteúdos á essas representações? São estes questionamentos que sugerem um aprofundamento para outros níveis de análise, que considerem seu macro contexto.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. **Discursos de Sustentabilidade Urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. n.1. 1999.

ACSERALD, H. (Org)- 2º ed. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Agenda 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, Ministério Público do Estado do Pará, Belém, 2000.

BRASIL, **Estatuto das Cidades**: Lei n. 10.257, art. 2º – 2.Ed, Câmara dos Deputados, Brasília, 2001

CARDOSO, Adalto Lucio. Trajetórias da questão ambiental urbana: da Rio 92 às Agendas 21 locais. **Revista Parâmetros do Desenvolvimento**. Curitiba, n. 102, p. 51-69, jan./jun. 2002

CORRÊA, João C. **O Poder do jornalismo e a midiaticização do espaço público**. Universidade da Beira do Interior,1995 Site <http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia-poder-jornalismo.pdf>, Acessado em 09/09/2012.

CORRÊA, João Carlos. **Teoria e Critica do Discurso Noticioso: notas sobre o jornalismo e representações sociais**. LABCOM BOOKS, 2009.

COSTA, H. S. M apud Moura, Heloisa S. **Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?** Belo Horizonte: R. B. Estudos Urbanos e Regionais, nº 2, novembro de 1999.

- FILHO, Clovis de Barros; MARTINO, Luiz Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. Editora Paulus, São Paulo, 2003.
- JACOBI, Pedro. Impactos ambientais urbanos - do risco à busca de sustentabilidade. In MENDONÇA, Francisco. **Impactos socioambientais urbanos**. Ed. UFPR, Curitiba, 2004.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Editora Vozes, Petrópolis, 2012.
- MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2009
- ONU, **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. Disponível em: {<http://www.un-documents.net/ocf-09.htm>}. Acesso em: setembro de 2015.
- ONU, UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS (HABITAT II). Disponível em: {http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/sites/odysee-developpement-durable/files/13/Rapport_Habitat_Istanbul_1996_anglais.pdf} Acesso em: setembro de 2015
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. 2.ed., Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2012.
- STEINBERGER, Marília. **A (re)construção de mitos sobre a sustentabilidade do (no) espaço urbano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, N° 4, Maio/2001.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transacional**; Insular, Florianópolis, 2005.
- VAN DJIK, Teun A. **La notícia como discurso: comprensión, estructuras e producción de la información**. Paidós Comunicación, Barcelona, 1990.



INSTITUIÇÕES, MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E MECANISMOS DE GOVERNANÇA AMBIENTAL EM PROL DA SUSTENTABILIDADE: UM ENFOQUE NEO-INSTITUCIONALISTA

Prof. Pós-Dr. André Cutrim Carvalho¹

Auristela Correa Castro²

Cleyton Alves Candeira Pimentel³

RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar uma discussão teórica sob o enfoque neo-institucionalista ressaltando os mecanismos de governança ambiental que estão sendo usados em prol da sustentabilidade na Amazônia brasileira. Por instituições, os institucionalistas entendem como qualquer tipo de padrão de comportamento coletivo, constitutivo do universo cultural de uma sociedade, logo uma instituição pode ser caracterizada pela capacidade de delimitar escolhas e possuir mecanismos de tomada de decisões. A expressão governança ou gestão são termos utilizados como sinônimo de administração ou gerência, e que englobam as ações pertinentes à obtenção e utilização dos recursos necessários ao estabelecimento de relações demandadas e dirigidas para um propósito comum de uma dada organização privada ou pública. A governança ambiental reúne assim todos os mecanismos institucionais das ações públicas e privadas voltadas para o monitoramento dos impactos das atividades econômicas sobre o meio ambiente e a utilização dos recursos naturais em um determinado território de uma região. A principal conclusão deste trabalho é que não se pode descartar a discussão que vem sendo realizada no Brasil sobre métodos institucionais alternativos de resolução de disputas, baseados em regras consuetudinárias, arbitragem, conciliação ou mediação por terceiros, que vêm sendo defendida como resposta alternativa e adequada para o regime formal de propriedade da terra, principalmente, quando os meios de resolução dos conflitos demonstram certa incapacidade para encontrar soluções eficazes, imediatas, válidas e de baixo custo para as disputas ambientais em regiões dominadas, ainda, por processos de acumulação primitiva de capital.

Palavras-chave: neo-institucionalista; governança ambiental; sustentabilidade; instituições.

1. INTRODUÇÃO

Na história contemporânea sobre o meio ambiente, principalmente, nas últimas décadas, houve uma crescente e contínua modificação da floresta amazônica brasileira provocada pelos altos índices de desmatamento, o que culminou com uma perda significativa de cobertura florestal, por conta da extensão das terras atingidas. Em linhas gerais, as queimadas decorrentes do processo de desmatamento são causadoras de diversos problemas, especialmente, pelos malefícios à saúde

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Docente da FACECON/ICSA/UFPA. E-mail: andrecc83@gmail.com

² Graduanda em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Discente do PCEDR/ICS/UFOPA. E-mail: aury.correa@hotmail.com

³ Graduando em Ciências Econômicas. Discente da FACECON/ICSA/UFPA. E-mail: cleyton_underline@hotmail.com

humana, ao bem estar econômico-social, além de transtornos de natureza ecológica e de biodiversidade local.

Contudo, dentre os desmatamentos de coberturas vegetais, o desaparecimento das florestas tropicais úmidas tem representando o motivo de maior preocupação, pois vem acontecendo em um ritmo muito acelerado, colocando em risco suas funções econômico-ecológicas. Os países desenvolvidos, por meio de várias instituições internacionais, têm pressionado os governos dos países em desenvolvimento que possuem grandes estoques de florestas nativas para evitar o desmatamento de suas florestas tropicais.

O desmatamento da floresta tropical úmida da Amazônia brasileira à formação de pastagens plantadas e o cultivo de produtos agrícolas tornou-se uma prática frequente a partir de meados dos anos sessenta. De fato, pode-se dizer que foi a Operação Amazônia que definiu a estratégia de ocupação da chamada Amazônia Legal e também antecipou as Instituições que seriam, posteriormente, criadas pelo Governo Federal, como: a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia S.A. (BASA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para ficarem responsáveis pela execução da nova política de ocupação e desenvolvimento, bem como os instrumentos necessários da política de desenvolvimento regional para viabilizar a penetração do capital sob a égide do governo militar brasileiro.

A preocupação mundial com o desmatamento na Amazônia brasileiro vem sendo, em parte, motivada pela imagem destrutiva dos recursos naturais na qual os benefícios econômicos são muito menores do que as perdas ambientais. A problemática ambiental em torno do desmatamento à formação de pastagem chegou ao ponto de chamar a atenção das instituições internacionais, em particular do Banco Mundial, pelo surgimento de externalidades do tipo negativas decorrentes da destruição da biodiversidade.

Em resposta a pressão internacional, o Governo Federal teve que instituir Leis, regulamentos e órgãos para tratar de forma adequada o problema do desmatamento na Amazônia Legal. Nesse contexto, a materialização das instituições ambientais, em obediência a Lei Maior – a Constituição de 1988 – teve início com a Lei nº 6.938, de 31/08/1981, que definiu os objetivos, os instrumentos da política ambiental e os mecanismos de governança da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) do Brasil, criando o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), caracterizado por ser uma rede de instituições com funções definidas para a execução da PNMA.

Foi também criado o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) – com representação de organizações governamentais e organizações não governamentais – como órgão de assessoria direta do Presidente da República do Brasil com a função de propor as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente e de combate ao desmatamento na Amazônia brasileira, além de deliberar sobre o estabelecimento das normas e padrões de qualidade ambiental.

O neo-institucionalismo, liderada por North (1990) e Williamson (1985), portanto, tem como objetivo desenvolver uma teoria econômica das instituições e prover um conjunto de evidências históricas sobre como as instituições afetam o desenvolvimento econômico dos países mundo a fora, sendo assim, uma instituição pode ser caracterizada pela capacidade de delimitar escolhas e possuir mecanismos de tomada de decisões.

Nestes termos, a compreensão do papel das instituições econômicas do capitalismo moderno coloca desafios profundos, pois ao contrário das abordagens anteriores – onde as instituições do capitalismo são explicadas pela referência a luta de classes, tecnologia ou poder de monopólio – a

abordagem do custo de transação do mercado sustenta que estas instituições têm a principal finalidade e efeito de economizar custos de transação em uma linguagem que combina ao mesmo tempo interpretações econômicas e jurídicas.

O presente artigo foi organizado em cinco seções, além desta seção introdutória e das considerações finais apresentadas na última seção. Na segunda seção são apresentados os aspectos metodológicos que serão utilizados para o desenvolvimento do presente trabalho; na terceira seção é apresentado o marco referencial teórico, tendo como base o debate proveniente da corrente de pensamento econômico neo-institucionalista; na quarta seção discute-se a importância institucional dos mecanismos de governança ambiental utilizado em prol da sustentabilidade na Amazônia brasileira.

2. METODOLOGIA: MÉTODO DE PESQUISA

A especificação metodológica constitui parte obrigatória da pesquisa acadêmica que adote o método científico, contudo, é preciso distinguir o método de abordagem dos ditos métodos de investigação. O método de abordagem diz respeito à filiação filosófica e ao grau de abstração do fenômeno estudado, já os métodos de investigação ou procedimentos de uma pesquisa consistem nas etapas concretas da investigação e do uso das técnicas de pesquisas adequadas.

Nas ciências sociais em geral, impõe-se uma restrição metodológica: que é a necessidade de confrontação da realidade pensada, abstraída do concreto, com a realidade empírica, isto é, aquela que é percebida pelos nossos sentidos. De acordo com Lakatos e Marconi (1991), por sua vez, os conhecimentos práticos estão submetidos à necessidade de conexão imediata com a realidade a que se referem, logo na investigação teórica, diferentemente da investigação empírica – enquanto o método de pesquisa baseado em levantamentos de campo de dados primários ou mesmo em levantamento de dados secundários – o método de pesquisa tem a ver mais com o método de exposição das ideias: se dedutivo ou indutivo.

O método utilizado neste artigo envolve o método dedutivo porque parte do geral, ou seja, a discussão envolvendo os fundamentos teóricos para compreensão da corrente neo-institucionalista e, também, o método indutivo porque considera o particular, quer dizer, a possibilidade de utilização dos mecanismos de governança ambiental em prol da sustentabilidade provenientes da forma de pensar da nova economia institucional.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ESCOLA NEO-INSTITUCIONALISTA

Por instituições, os neo-institucionalistas entendem como qualquer tipo de padrão de comportamento coletivo, constitutivo do universo cultural de uma sociedade. Essa noção de instituição inclui, portanto, não apenas as organizações criadas pelos governos (agências administrativas) ou pela iniciativa privada para fins específicos – escolas, bancos, famílias, porém o conjunto de usos e costumes, Leis e códigos de conduta - religião, modos de pensar, hábitos e convenções sacramentadas.

Os neo-institucionalistas criticam os economistas neoclássicos que defendem Leis imutáveis na economia e a ideia de equilíbrio do sistema econômico. Williamson (1985), por exemplo, é um institucionalista que rejeita a velha ideia de uma ordem social harmônica e reconhece a existência

dos conflitos de interesses entre grupos e desajustes inerentes à vida econômica. Nesse universo de conflitos, os economistas institucionalistas admitem a possibilidade de intervenção do Estado para reconciliar os competidores, por meio de políticas econômicas capazes de assegurar o bom funcionamento do sistema econômico.

Outro aspecto importante defendido por Carvalho (2012, p. 41), “é a rejeição da racionalidade econômica como elemento único da tomada de decisões quando se trata de um mundo de incerteza em relação ao futuro desconhecido”. Para Carvalho (2012, p. 38):

As instituições reduzem certos custos de transação, isto é, os de fazer e manter um contrato, mas ao mesmo tempo engendram outros custos, além do que, elas diminuem o grau de incerteza proveniente de comportamentos imprevisíveis e, conseqüentemente, facilitam a identificação de parceiros adequados para as transações e a elaboração de contratos, levando em conta o maior número possível de eventualidades.

Tendo como base os pressupostos teóricos de North (1990), as instituições podem ser formais (Leis, decretos-lei e regulamentos do Estado que balizam o comportamento dos membros de uma dada sociedade) e informais (convenções e códigos criados historicamente pela sociedade). Segundo North (1990) as instituições formais interagem com as informais e essa ação pode complementar ou melhorar a eficácia das últimas ou mesmo modificá-las ou substituí-las com o tempo, já que essas mudanças consistem de ajustamentos marginais ao complexo de regras, normas e imposições regulamentares que compõem a estrutura institucional de país.

Desta forma, as mudanças institucionais disruptivas e descontínuas, tais como as revoluções e invasões são casos singulares que, mesmo elas, não estão isentas dos efeitos das instituições informais. Para Carvalho (2012, p. 68):

Outra questão importante relacionada ao movimento teórico do novo institucionalismo, liderado por Douglass Cecil North, engloba as seguintes características: 1º) reconhece que o mundo real não se aproxima da concorrência perfeita, que é introduzida no cenário uma sociologia institucional; 2º) nesta é construído um modelo de instituição idealizada e funcional que no limite recria as condições favoráveis à livre concorrência; 3º) o modelo anglo-saxão de economia de mercado é descrito como o mais próximo desse modelo e a evidência da importância dessas instituições para o desenvolvimento; 4º) o subdesenvolvimento decorre da existência de instituições que inibem as relações econômicas; estas instituições persistem porque obedecem a uma racionalidade política de grupos não competitivos encastelados no Estado.

Além disso, o neo-institucionalismo de North (1990) não é propriamente um determinismo institucional, mas a suposição de que o caminho do desenvolvimento econômico é moldado por instituições impregnadas (*embedded*) na economia. Ao contrário das abordagens anteriores – onde as instituições do capitalismo são explicadas pela referência à luta de classes, tecnologia ou pelo poder de monopólio – a abordagem do custo de transação do mercado sustenta que estas instituições têm a principal finalidade e efeito de economizar custos de transação numa linguagem que combina ao mesmo tempo interpretações econômicas e jurídicas

Portanto, o aprofundamento teórico sobre as instituições sociais e os mecanismos de governança tem como objetivo principal completar o conhecimento necessário para a compreensão do papel mediador do governo e, também, de suas agências para mitigar os conflitos ambientais associados à questão do desmatamento na região amazônica.

3.1. TAXONOMIA DOS NÍVEIS DE ANÁLISE DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Atualmente, a pesquisa desenvolvida pelo neo-institucionalismo tem estudado as instituições em quatro níveis. O primeiro nível, difundido por Oliver Eaton Williamson, é relativamente estável e estuda as macro-instituições formais como o Estado e as religiões e as informais como as normas, os costumes e tradições, códigos de conduta, já o segundo nível está propenso a mais mudanças do que o anterior, pois estuda o ambiente institucional e as regras de regulamentação que fazem a mediação nas relações que os agentes estabelecem entre si na forma de contratos.

No âmbito meso-institucional, portanto, esse nível estuda as mudanças que ocorrem na legislação, no sistema judiciário, na burocracia dos governos e nas instituições governamentais jurídicas e policiais que implementam os direitos de propriedade estabelecidos legalmente, sendo que através desse plano intermediário é possível identificar determinados arranjos institucionais que introduzem as chamadas “regras do jogo”. É neste nível que encontra-se a economia dos direitos de propriedade e a teoria política positiva.

O terceiro nível, denominado de estrutura da governança, trata dos custos de transação associados às transações econômicas e envolvem os ativos efetivos e potenciais dos agentes que combinados de modo específico a cada caso respondem pela boa ou má governança. Para Williamson (2000), a governança é um esforço para estabelecer a ordem, reduzir conflitos e permitir a realização de ganhos mútuos.

O quarto nível trata das micro-instituições, cujo foco incide sobre os custos de produção e receitas das firmas que são produtoras de bens e serviços. Na perspectiva de discussão desenvolvida por Williamson (2000), essa etapa trata das relações microeconômicas realizadas no mercado de compra e venda, preços, quantidade e qualidade dos produtos. O próprio Williamson (1996) sugere um esquema como síntese dos três níveis da análise neo-institucionalista e das possíveis relações que ocorrem nas estruturas institucionais – macro-institucional, meso-institucional e micro-institucional – que se buscou adaptar aos interesses da presente pesquisa.

Nestes termos, as formas de coordenação ou governança que partem das grandes estruturas (macro-estruturas) definidoras das macro-políticas são explicadas pela interação entre o Estado e as grandes corporações (ou empresas privadas) que são mediadas pela estrutura de governança (ministérios dos governos e agências reguladoras) e explicadas pela interação entre o ambiente institucional (órgãos, Leis e normas) e os comportamentos das firmas e as preferências endógenas dos agentes.

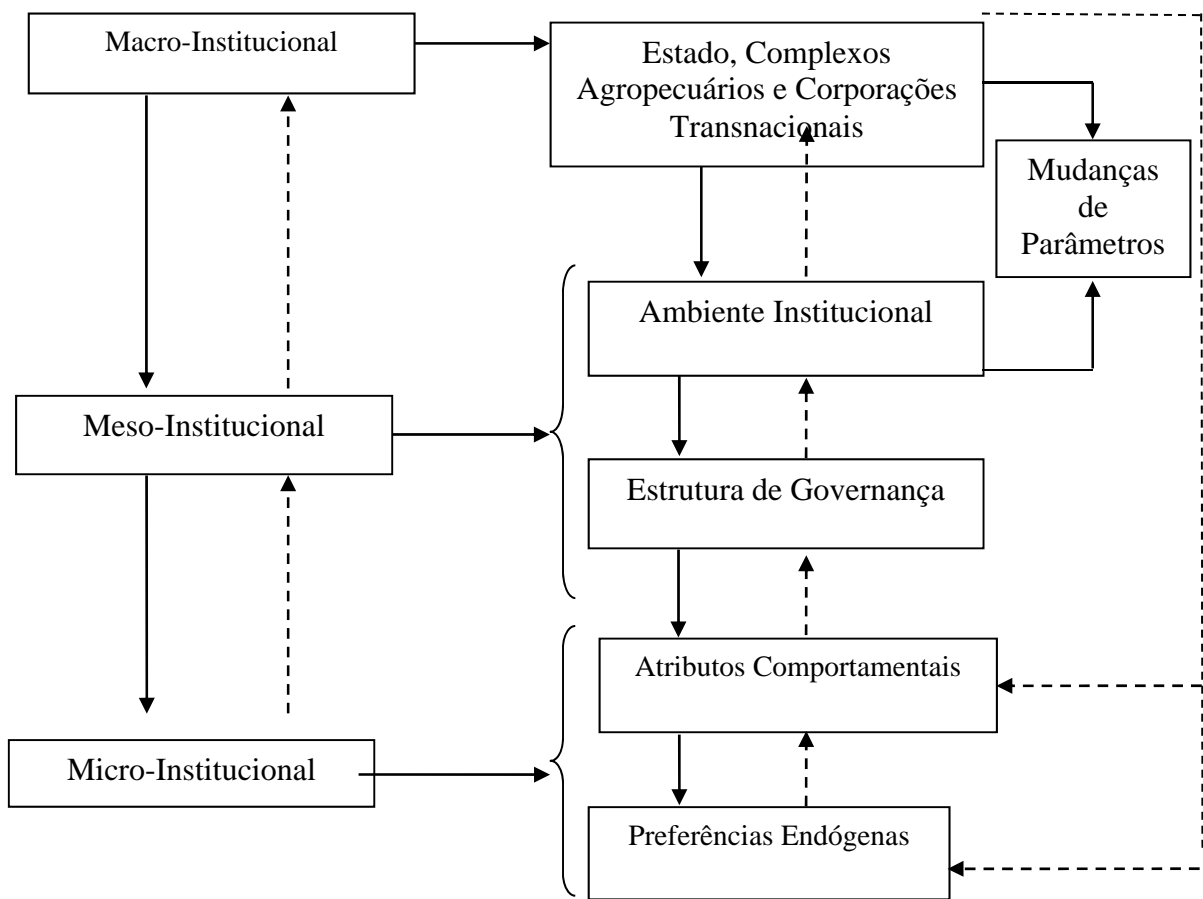
Além disso, uma mudança no ambiente institucional pode alterar os custos comparativos da governança que pode conduzir a uma reconfiguração das organizações ou nas instituições normativas. Nesta perspectiva, por exemplo, mudanças nos atributos comportamentais (racionalidade limitada e oportunismo) podem alterar os custos de transação observados nas relações intrafirmas, sendo assim, a seta pontilhada saindo das firmas para a estrutura de governança sugere a importância dos atributos comportamentais e das preferências dos agentes econômicos.

Para Carvalho (2005), como consequência da dificuldade de lidar com esses elementos subjetivos, as ações dos governos, através das políticas macroeconômicas, setoriais e regionais, são capturadas pela luta entre os grupos de interesses, o que sugere uma tentativa de buscar os ensinamentos da abordagem neo-corporativista. Os grupos de interesses privados influenciam e forçam acordos com a burocracia estatal por meio das associações e federações representativas dos

interesses das frações de classe da burguesia industrial, agropecuária e financeira, ou seja, eles constituem instituições formadas para defender os interesses individuais, mas que acabam moldando e disciplinando os interesses individuais comuns como interesse do grupo privado como um todo.

Deste modo, pode-se dizer que as organizações corporativas (representantes de grupos de interesses) são instrumentos de controle social dos indivíduos dos grupos, conforme Cawson (1985), e que o neocorporativismo do setor agropecuário, como nos demais setores econômicos, aparece como organizações que estabelecem relações políticas com a burocracia do Estado visando tirar vantagens na distribuição de recursos financeiros e na defesa dos seus interesses no campo político, como defendem Belik, Reydon e Guedes (2007).

Os grupos de interesses do corporativismo moderno não representam mais a velha oligarquia agrária dos latifundiários, embora isso ainda não tenha terminado, mas os novos agropecuaristas do agronegócio que se converteram em empresários rurais, cujos interesses estão ligados não somente as instituições governamentais, mas fundamentalmente ao mercado e os outros setores da cadeia produtiva dos complexos agroindustriais.



Fonte: Williamson (1996, p. 223, tradução nossa).

Não obstante, a diversidade setorial do setor agropecuário, a heterogeneidade das estruturas produtivas regionais, as diferentes formas de propriedades das terras, e a persistência do sistema de patronato e clientelismo político, são fatores que dificultam a exclusividade dos grupos de interesses do novo corporativismo.

O esquema abaixo busca sintetizar a teoria dos mecanismos de governança que foi discutida por Williamson (1996). As setas sólidas expressam as relações causais primárias entre as variáveis em níveis diferentes de cima para baixo; as setas pontilhadas expressam as relações causais entre as variáveis secundárias de baixo para cima.

3.2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL: MERCADO VERSUS ESTADO

O mercado é o lócus institucional, onde são processadas as relações mercantis via concorrência entre empresas e consumidores, entre empresas e, às vezes, entre empresas e governos. Desta forma, Williamson (1985, p. 01-02) propõe:

Uma teoria da organização das firmas e dos mercados que tem a transação econômica, enquanto unidade básica de análise, como o evento que ocorre quando um bem e/ou serviço é transferido através de uma interface tecnologicamente separável e passível de estudo como sendo uma relação contratual na medida em que envolve um processo interativo e compromissos intertemporais entre os agentes econômicos que atuam no mercado.

Verifica-se que o referido autor denomina de estrutura intermediária o conjunto de instituições que medeiam as relações econômicas situadas tanto no ambiente simples de compra e venda entre produtores e consumidores quanto no ambiente institucional complexo, em que as transações são realizadas por meio de contratos de compra e venda entre empresas e consumidores, entre empresas e destas com governos.

O ambiente institucional das transações é o de uma concorrência intercapitalista. Isto significa que a dinâmica institucional, sobretudo quanto as micro-instituições, está subordinada ao impulso das Leis do movimento do capital, ou seja, aos movimentos da acumulação, concentração e centralização do capital no âmbito da concorrência. De acordo com Possas (1985), a concorrência deve ser entendido como o processo de enfretamento dos vários capitais plurais, isto é, das unidades de poder de valorização e expansão econômica que a propriedade do capital em função confere e que o capital propriedade deseja na forma de lucros normais ou lucros extras.

A funcionalidade para fins das transações mercantis justifica a emergência de mercados organizados como instituições que são regidas por Leis e regulamentos que limitam o aparecimento de formas oportunistas fraudulentas e atenuam os efeitos da incerteza comportamental. Tais arcabouços institucionais caracterizam-se por assegurar a vigência de certos contextos institucionais, em que os agentes econômicos atuam dentro de relações de mútua confiança através das quais são desenvolvidas linhas de comunicação e códigos de conduta que mitigam possíveis conflitos e suavizam a adaptação as novas contingências dentro e fora da firma.

Nesse contexto, o sistema econômico não pode ser concebido somente como um conjunto de procedimentos pelos quais a firma transforma insumos em mercadorias de consumo, mas também como rede de arranjos contratuais que regulam as interações entre os agentes econômicos. Parece que este é o ponto de partida e de ordenamento mais interessante da Leitura da obra de

Williamson (1985), quando ele diz que a economia dos custos de transação apresenta o problema de organização econômica como um problema contratual.

É hoje reconhecido que o novo institucionalismo econômico tem se constituído na escola de pensamento que trouxe os aportes mais fecundos para a análise das instituições em geral e da burocracia em particular. O neo-institucionalismo econômico desenvolveu instrumentos analíticos para a análise das transações sociais dentro das estruturas de mercado e fora dessas estruturas como é o caso das relações entre as organizações públicas e privadas.

A forma institucional de tratar a relação mercado e Estado supera a velha dicotomia que opõe mercado ao Estado e vice-versa. Para Przeworski (1998, p. 39-40), a própria frase “o mercado está sujeito às intervenções do Estado é enganadora”. De fato, a intervenção do Estado na economia, mais conhecida por regulação, não é simples de analisar nem na teoria, tão pouco na prática.

A abordagem neo-institucionalista descola a análise para a estrutura institucional que produz resultados racionais coletivos. Para Przeworski (1998, p.40-41), por exemplo:

O problema de uma estrutura institucional não é mais simplesmente a oposição entre o Mercado versus o Estado, mas sim de novas instituições específicas (redes sociais, por exemplo) que podem induzir os atores individuais – atores econômicos, políticos ou burocratas – a se comportarem de maneira benéfica à coletividade. A teoria econômica neo-institucionalista mostra que “os mercados não são tão eficientes e que a intervenção do Estado pode melhorar as soluções do mercado. O Estado tem importante papel a desempenhar não só no que diz respeito a garantir a segurança material para todos e a buscar outros objetivos sociais, mas também como promotor do desenvolvimento econômico.

Quando se entende que os mercados são instituições sociais incompletas, e que os agentes econômicos para terem acesso a informações diferentes têm que pagar, isto implica em dizer que os mercados como eles são somente existem como sistemas econômicos organizados de formas distintas. Neste aspecto, a economia é formada por uma rede de relações sociais diferenciadas e multifacetadas que envolve gerentes e empregados, proprietários e administradores, investidores e empresários, mas também envolve relações políticas entre cidadãos e políticos, políticos e burocratas e grupos de interesse e governos, em que o desempenho das firmas, de governos e da economia em geral depende do tipo de modelo das instituições que regulam essas relações sociais existentes.

Destarte, para que a economia de um país funcione bem, todas essas relações institucionalizadas têm que ser estruturadas. Nas economias contemporâneas, a importância de governança, seja ela corporativa ou estatal, é fundamental para o ambiente democrático, afinal, a boa governança é importante para o estabelecimento de alianças políticas formais que assegurem a governabilidade de um partido político, que por ventura consegue chegar ao poder do Estado, logo se um governo democrático não obtém resultados positivos de interesse da sociedade, decorrente de uma má governança, suas chances de reeleição ficam reduzidas.

4. A IMPORTÂNCIA INSTITUCIONAL DOS MECANISMOS DE GOVERNANÇA AMBIENTAL EM PROL DA SUSTENTABILIDADE

Em linhas gerais, a governança deve ser entendida como sendo a capacidade governativa do Estado, tomada em sentido amplo, o que envolve sua capacidade de gestão governamental na formulação e inserção das suas políticas públicas e na consecução de metas coletivas. Do ponto de

vista institucional, o conceito de governança refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica a necessidade para se expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração do jogo político de interesses.

Quando Williamson (1996) investiga a questão da governança, ele classifica dois tipos de instituições de governança: a governança espontânea e a governança dirigida ou intencional. A governança espontânea, que é conduzida pelas organizações econômicas com base no princípio de que a maximização dos interesses individuais, resulta em um bem estar social por meio do sistema de preços do mercado, a chamada “mão invisível”. Entretanto, devido as falhas do mercado, o governo (a “mão visível”) por meio das instituições governamentais pode impor controles sobre as instituições econômicas vigentes.

Já a governança dirigida ou intencional representa um conjunto de Leis e regulamentações que normatizam a instituição, enquanto que a governança espontânea mostra as práticas de resolução de problemas, neutralizando as Leis e a organização para tornar a resolução de disputas rápidas e sem custo. O bom desempenho da economia depende do desenho estrutural de todas as relações sociais, principalmente, entre o Estado e o setor privado, entre políticos e burocratas do governo e, fundamentalmente, entre cidadãos e o Estado.

Em uma economia capitalista, há dois mecanismos de regulação: o mecanismo de preços e o mecanismo normativo regulador dos desvios do mercado. Nestes termos, Carvalho (2012, p. 64) afirma que “o Estado utiliza o seu aparato normativo – Leis, regulamentos e organizações públicas – para impor medidas de persuasão e de punição para salvaguardar dos direitos e obrigações dos cidadãos”.

Coase (1988) identifica que o próprio Estado pode direcionar medidas corretivas às empresas para que possam usar certos métodos de produção que impeçam, por exemplo, a poluição do ar com fumaça; ou, ainda, limitar certos tipos de negócios que possam provocar danos à natureza e a sociedade civil organizada por meio de regulamentos restritivos ao desmatamento.

No que diz respeito às restrições impostas para as atividades predatórias ou prejudiciais a natureza, e aos membros da sociedade, podem ser realizadas via mecanismo de preços ou via mecanismos institucionais de comando e controle, por exemplo: o governo pode usar a cobrança de impostos como um mecanismo de governança para punir os infratores das Leis e dos regulamentos; outro percurso institucional seria utilizar a isenção, redução e deferimento de impostos como um mecanismo de governança para premiar os cumpridores das Leis e regulamentos.

Em 2012, tão logo o (Ex) Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República do Brasil, ele nomeou para a pasta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) a senadora pelo Estado do Acre, Maria Osarina Marina Silva Vaz de Lima. Em abril de 2014, após meses de preparação e divesas consultas, foi lançado pelo Governo Federal o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAM), contendo os seguintes eixos: 1º) ordenamento fundiário e territorial; 2º) monitoramento e controle ambiental; 3º) fomento a atividades produtivas; e 4º) infraestrutura ambientalmente sustentável, porém este último eixo foi transferido para o Plano Amazônia Sustentável.

Em dezembro de 2004, foi editada e institucionalizada a portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e do Instituto Nacional de Colonização Agrária (INCRA), de número dez, que obrigava o cadastramento dos imóveis rurais nos municípios da Amazônia Legal. Com isso, as ações de fiscalização promovidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais (IBAMA), contando com as novas ferramentas de monitoramento, como o sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e com o apoio da Polícia Federal (PF), do Exército Brasileiro (EB) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), alcançaram resultados significativos, ainda que não na escala esperada pelo Governo Federal.

Mesmo assim, houve no primeiro ano de execução do Plano em 2005, uma queda da taxa de desmatamento na região amazônica. Carvalho (2012, p. 236) apresenta um panorama sucinto da Gestão Marina Silva:

A característica marcante da política de gestão ambiental Marina Silva foi fiscalização e autuação das empresas responsáveis pelo desmatamento florestal na Amazônia paraense. Neste modelo de governança preventiva, eram valorizados os fóruns e colegiados que permitiam o diálogo com a sociedade civil, Organizações não Governamentais (ONGs), os movimentos sociais, os segmentos empresariais e os órgãos da esfera municipal e estadual, especialmente as secretarias de meio ambiente.

Ainda na gestão da Ministra Marina Silva, o MMA lançou mão de instrumentos de política ambiental para descentralizar o poder da esfera do Governo Federal para governos subnacionais, atores e instituições mais próximas dos problemas envolvendo a problemática do meio ambiente. A articulação dos diferentes ministérios setoriais, dos governos estaduais e das prefeituras criou um ambiente institucional que a ministra chamava de “espaço de transversalidade do governo federal”. Segundo Carvalho (2012, p. 237):

A realidade socioeconômica e a as condições materiais para viabilizar a política ambiental dos municípios da Amazônia paraense tornou a concretização da gestão compartilhada bastante difícil. As barreiras para uma efetiva participação das prefeituras na gestão ambiental são inúmeras: a falta de recursos e de respaldo social, resistência política de grupos com interesse no uso sustentável dos recursos naturais, corrupção, entre outros.

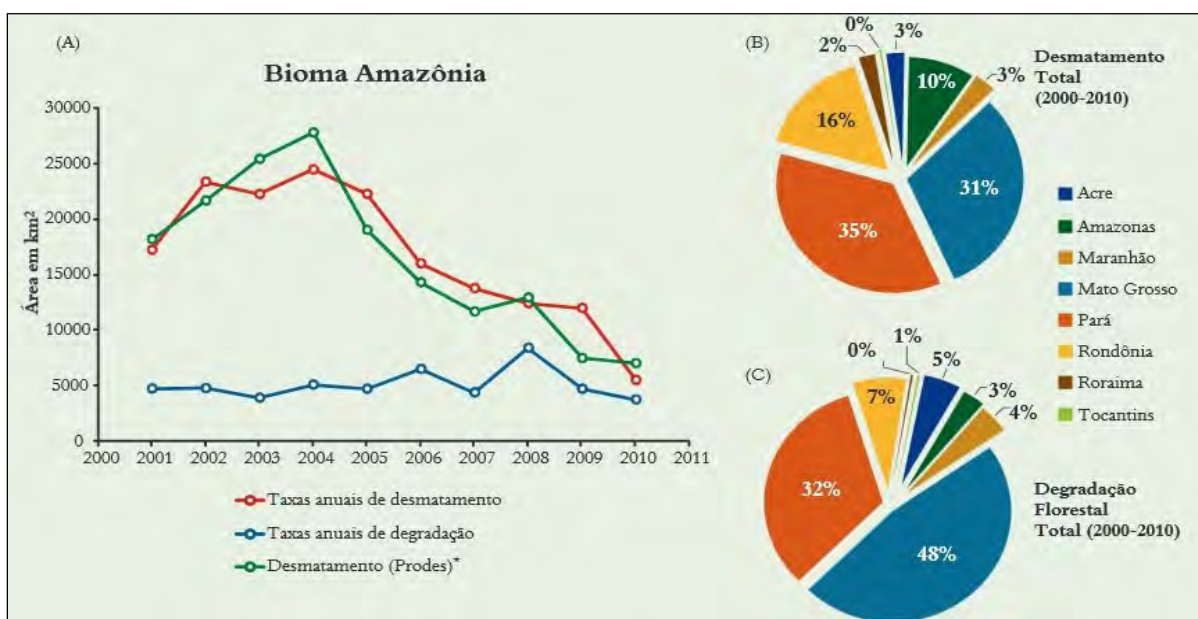
De acordo com Barros-Platiau (2011), entretanto, só com fortalecimento dos governos locais para que a governança compartilhada possa ter êxito. A referida autora afirma que a realidade socioeconômica brasileira deste período, e a as condições materiais para viabilizar a política ambiental dos municípios da Amazônia, tornou a concretização da gestão compartilhada algo muito difícil.

Com a saída da ministra Marina Silva, Carlos Minc Baumfed em abril de 2008 foi nomeada para assumir o MMA, que adotou novos mecanismos de governança centrados no combate ao desmatamento da Amazônia. Em tempos de agravamento do aquecimento global do planeta, o próprio MMA abriu uma frente de luta contra a extração ilegal de madeira na Amazônia intensificando a fiscalização.

Em novembro de 2009 foi lançado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). De acordo com a série histórica do período de 2000 a 2011, obtida por intermédio do banco de dados do INPE *apud* IMAZON, ano 2012, o quadro de desmatamento apresentou uma tendência de altas taxas anuais de derrubada das florestas neste período com média de 21.893 quilômetros quadrados por ano, enquanto que a degradação florestal se manteve estável com taxa anual média de 4.627 quilômetros quadrados por ano.

A partir de 2006, é possível identificar uma tendência de queda acentuada do desmatamento, mas com flutuações e um ligeiro aumento na taxa anual de degradação florestal, comparado ao período de 2001 a 2005, como pode ser visto no Gráfico 1(A). Os dados do IMAZON (2013) demonstram que os Estados que mais contribuíram com o total de desmatamento foram os Estados do Pará (35%) e Mato Grosso (31%), como indica o Gráfico 1(B), sendo que o Estado do Mato Grosso liderou em termos de degradação florestal, contribuindo com 48% do total nesse período; já o Estado do Pará segue como o segundo no ranking de degradação florestal com 32%, como pode ser visto no Gráfico 1(C).

Gráfico 1(A), 1(B), 1(C) – (A) Taxa de desmatamento e degradação florestal anual: 2000-2011 e (B e C) contribuições percentuais dos estados do bioma Amazônia para esses processos: 2000-2010



Fonte: IMAZON (2013).

Nesse contexto, equipando os fiscais treinados do IBAMA com helicópteros modernos, com informações privilegiadas dos locais do desmatamento e contando com o apoio da PF, o ministro Carlos Minc Baumfeld conseguiu reduzir, significativamente, as derrubadas e queimadas na Amazônia, porém a atividade de fiscalização inibidora do desmatamento na região praticada pelo IBAMA, apesar de importante, ainda não é suficiente para cobrir a vasta extensão de área da fronteira que vem sendo objeto de ocupação por pecuaristas, pequenos agricultores itinerantes, sojeiros, madeireiros e empresas mineradoras.

Além disso, o esforço do IBAMA para aplicar multas pesadas contra os desmatadores da Amazônia. Nesse contexto, desde o ano de 1989, o IBAMA vem emitindo multas com valores nominais que custam o equivalente financeiro de muitos milhões de dólares. De acordo com dados do próprio IBAMA, no ano de 2007, foram realizados na Amazônia 5.931 autos de inflação lavrados no valor de R\$ 1.487 milhões – só no Estado do Pará foram aplicados 1.478 autos de inflação lavrados no valor de R\$ 431 milhões.

Carvalho (2012, p. 240) lembra com pesar que “uma parte significativa desse valor não entra nos cofres públicos porque os infratores costumam protelar o pagamento por meio de ações no judiciário”. O Relatório do IBAMA revela que menos de 1% das multas aplicadas são pagas. O mesmo

documento revela que apenas 0,75% das autuações foram pagas entre 2005 e 2010, e que o número de multas caiu de 32.577 (2005) para 18.686 (2010), ou seja, o equivalente a uma queda de 42% nesse período.

Na concepção de Fearnside (1999, p. 32-33), “é necessário que o sistema judiciário seja fortalecido com mais juízes especializados em direito ambiental, e que a estrutura seja modernizada com o uso de técnicas de computação que possam agilizar a análise dos processos penais contra os infratores da Lei dos Crimes Ambientais – Decreto-Lei nº 9.605, de 12/02/1998 – de forma que o Governo Federal possa recuperar o valor das multas coletadas. Uma das ferramentas mais eficazes que estão sendo utilizadas no combate e controle do desmatamento na Amazônia diz respeito ao licenciamento ambiental que vem sendo usado pelo IBAMA.

Carvalho (2012, p. 241) define:

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia para a instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como principal característica o envolvimento dos membros da sociedade nas tomadas de decisões por meio da realização das audiências públicas e o acompanhamento do Ministério Público e a participação das secretarias de meio ambiente dos estados da Amazônia Legal.

As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei nº 6.938/81 e nas Resoluções de nº 001/86 e nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio-Ambiente (CONAMA). Além desses, o Ministério do Meio Ambiente emitiu recentemente parecer nº 312 que discorre sobre a competência estadual e federal para licenciamento ambiental, tendo como fundamento a abrangência do impacto sobre a floresta amazônica.

Em 2008, a então governadora do Estado do Pará, Ana Júlia de Vasconcelos Carepa, aprovou o Decreto Estadual nº 1.148, de 17/07/2008, que dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Pará que torna obrigatório o registro cadastral de todo imóvel rural localizado no Pará, inclusive aqueles que não exercem qualquer atividade rural economicamente produtiva. O Artigo 2º do referido decreto estadual é claro quando diz que “não será concedido licenciamento de qualquer natureza para o imóvel que não esteja cadastrado no CAR do Pará”.

As informações contidas na Agência Pará, ano 2014, revelam que o Pará foi pioneiro no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, com a emissão do CAR. Desde quando o instrumento passou a ser obrigatório, mais de 140 mil registros foram emitidos em todo o Estado. Segundo dados divulgados no fim de outubro de 2014 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a marca representa mais de 80% dos cadastros emitidos na região Norte, que lidera o número de cadastramentos no país, com 174.093 registros.

A combinação de ações eficientes de fiscalização, das autuações de multas pagas, e os esforços para regularizar as terras do setor produtivo, pode ser um dos caminhos para a redução dos crimes ambientais como o desmatamento. Para o Procurador da República no Pará, Daniel César Azeredo Avelino, um dos efeitos positivos da campanha foi o fato do Estado conseguir inscrever 45 mil propriedades no CAR, promovendo a identificação e a regularização ambiental das propriedades e posses rurais, e sua inserção na base de dados da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMA) de maneira ágil e eficiente.

Outro ponto positivo refere-se a uma queda progressiva no tamanho das áreas desmatadas. “Desde 2009, o desmatamento vem registrando uma queda histórica,” ressalta o Procurador da República no Estado do Pará em entrevista concedida ao Jornal “O Liberal” do ano de 2012. Para ele,

outra alternativa importante à redução dos crimes ambientais é a vigilância do mercado consumidor como aconteceu com a cadeia produtiva da pecuária no Pará em 2009. Depois da atividade pecuária ser apontada como sendo a principal atividade responsável pelo desmatamento, diversos supermercados, frigoríficos e pecuaristas firmaram um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), onde os frigoríficos passaram a comprar gado bovino de pecuaristas com a situação fundiária regularizada e inscritos no CAR.

Esse novo mecanismo de governança, com atuação no âmbito estadual, tem contribuído para a redução do desmatamento, o que de fato pode ser visto na Tabela 1, no período de 2004 a 2012, a partir dos dados obtidos pelo INPE para o ano de 2014. No Mato Grosso, por exemplo, o controle pelo cumprimento da legislação começa a partir da exigência de que os proprietários rurais têm de aderir ao programa de regularização ambiental intitulado: “Mato Grosso Legal”, e comprovem a inscrição no CAR para manterem os laços comerciais com os frigoríficos.

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) tem observado que esse tipo de mudança comportamental começou praticamente do zero, pois a primeira exigência foi à inscrição dos fazendeiros no CAR da SEMA. O CAR é o primeiro passo para a obtenção de qualquer licença ambiental para uso ou exploração dos recursos naturais de propriedade rural, e para realizá-lo os pecuaristas são obrigados a apresentar um mapa georreferenciado da propriedade rural.

Tabela 1 - Taxa de desmatamento anual em Km²/ano: 2004-2012

Estados/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Acre	728	592	398	184	254	167	259	280	305
Amazonas	1.232	775	788	610	604	405	595	502	523
Amapá	46	33	30	39	100	70	53	66	27
Maranhão	755	922	674	631	1.271	828	712	396	269
Mato Grosso	11.814	7.145	4.333	2.678	3.258	1.049	871	1.120	757
Pará	8.870	5.899	5.659	5.526	5.607	4.281	3.770	3.008	1.741
Rondônia	3.858	3.244	2.049	1.611	1.136	482	435	865	773
Roraima	311	133	231	309	574	121	256	141	124
Tocantins	158	271	124	63	107	61	49	40	52
Amazônia Legal	27.772	19.014	14.286	11.651	12.911	7.464	7.000	6.418	4.571

Fonte: INPE (2014).

Em 2012, outro fator que colaborou para a queda do desmatamento florestal na Amazônia paraense diz respeito a implementação do sistema de rastreamento da cadeia bovina (*track number*). Primeiramente, é preciso entender que o controle sobre a produção pecuária é feito hoje apenas por meio da Guia de Trânsito Animal (GTA) exigida pelos governos estaduais com o principal objetivo de evitar a propagação de doenças no rebanho.

A GTA contém o registro de quem vendeu e de quem comprou, e por onde o gado foi transportado. Um dos compromissos assumidos pelo Governo do Estado do Pará na assinatura do TAC foi o de buscar a inserção do mesmo sistema, o que facilita o trabalho dos órgãos de fiscalização, como relatado pelo MPPA. No entanto a GTA não identifica cada boi. Atualmente, este controle individual dos animais só é feito pelo Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (SISBOV) – um sistema de rastreamento mais detalhado – subordinado ao MAPA, que por enquanto só é obrigatório para quem exporta para países da União Europeia (EU).

Carvalho (2012, p. 243) analisa que “os proprietários de fazendas com até quatro módulos fiscais que não tenham condições técnicas e financeiras para fazer o cadastro podem pedir ajuda a SEMA ou para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Estado do Pará”, onde as informações cadastradas são cruzadas com imagens obtidas, via satélite do INPE, para averiguar a existência de desmatamento além do permitido.

Essa tecnologia já estava disponível, mas como eram muito poucos os fazendeiros paraenses cadastrados, as imagens por satélite das propriedades não foram produzidas adequadamente, e só agora elas estão sendo feitas. Embora a inscrição no CAR já fosse uma obrigação legal, muitos fazendeiros a ignoravam – seja por resistência cultural de longa data ou pelo receio em relação ao custo de implementação deste procedimento. Até junho de 2009, antes do acordo com o Ministério Público Federal (MPF) - Procuradoria da República no Pará (PRPA) haviam cerca de 400 produtores inscritos no CAR, todavia no ano de 2012 foram identificados mais de 21 mil produtores inscritos.

A GTA ajuda na identificação de qualquer tipo de fraude, e impede que alguém que não tenha feito o registro possa transportar o gado com a guia de outra pessoa, pois como forma de manter o controle cada fazendeiro torna-se responsável por uma conta bancária, na qual consta a localização da fazenda e a contabilidade do gado que vendeu, comprou e que ainda possui. Para Carvalho (2012, p. 244):

As fiscalizações que estão sendo feitas atualmente através de auditorias, estabelecendo um cruzamento dos dados das áreas cadastradas com as imagens de satélite serão de suma importância, já que esse tipo de auditoria tem a capacidade de evitar fraudes, como, por exemplo, um fazendeiro emitir a GTA em seu nome para transportar gado de um vizinho que não está inscrito no CAR. O empréstimo do registro pode ser detectado pela auditoria se a quantidade de gado transportada pela fazenda não for compatível com o rebanho declarado pelo produtor à Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ) como sendo de sua propriedade.

O MPPA tem destacado a importância do auxílio institucional da rastreabilidade, já que quando é conhecida a origem de um produto, torna-se mais acessível saber se ele foi feito de acordo com a legislação, isto é, se ele é um processo que nos permite “seguir o rastro” de um produto até conseguirmos chegar à origem dele. Além disso, se na embalagem da carne forem apresentadas informações relativas à sua localização, também será mais fácil saber se as Leis socioambientais foram obedecidas. Com isso o consumidor poderá optar por comprar produtos provenientes de fazendas que respeitem a legislação ambiental.

Carvalho (2012, p. 244) chama a atenção para “o fato do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) ter ampliado as exigências para o setor de pecuária, que passou a cobrar dos frigoríficos financiados a adesão do sistema de rastreabilidade da cadeia bovina e, fundamentalmente, começou a exigir a verificação de regularidade socioambiental”.

A partir das determinações do MPF-PRPA, o governo paraense passou a assumir alguns compromissos, também. São eles: auxiliar a recomposição das áreas de preservação permanente e reservas por meio do “Programa de plantio de um bilhão de árvores”; implantar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em território paraense; promover a regularização fundiária das áreas estaduais; e efetivar a GTA eletrônica de maneira ágil.

Em 2012 essas inúmeras cobranças do MPF-PRPA geraram um impacto muito forte em empresas multinacionais. Por exemplo: o grupo brasileiro MARFRIG ALIMENTOS S.A. – quarto maior

produtor de carne bovina e derivados do mundo – antecipou-se e, mesmo sem ter recebido qualquer tipo recomendação, comprometeu-se a não comprar mais gado de fazendas que desmatam na Amazônia. Outro resultado alcançado muito importante alcançado que as fabricantes de calçados NIKE e TIMBERLAND anunciaram que não usarão em seus produtos qualquer tipo de material de couro vindo da Amazônia sem garantia de origem legal.

A rastreabilidade da cadeia bovina teve suporte institucional do próprio Governo Federal, já que o (Ex) Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicou a Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, que tem como objetivo evitar o embargo da carne e outros produtos oriundos da pecuária brasileira no exterior. A Lei disciplina a chamada rastreabilidade na cadeia produtiva da carne bovina, um sistema de registro e acompanhamento das informações referentes às diversas fases dessa atividade, além de servir como instrumento importante na fiscalização e combate ao desmatamento.

5. CONCLUSÃO

É hoje reconhecido que a corrente neo institucionalista tem se constituído na escola de pensamento que trouxe os aportes mais fecundos para a análise das instituições em geral e da burocracia em particular. O novo institucionalismo desenvolveu instrumentos analíticos para a análise das transações sociais dentro das estruturas de mercado e fora dessas estruturas como é o caso das relações entre as organizações públicas e privadas.

A política governamental do regime militar de transformar a Amazônia em uma fronteira agropecuária só ganhou efetividade com a criação das instituições que deram respaldo legal a ação do Estado. As demais organizações –INCRA e IBDF – passaram a secundar as ações dos agentes principais como a SUDAM e o BASA. Mas, como o modelo de desenvolvimento capitalista do Brasil resultou no aumento da dívida externa, o Governo Federal foi forçado a intensificar a atuação da SUDAM e do BASA em prol das atividades agropecuárias, madeireiras e de mineração.

O fato do Governo Federal, através dessas duas organizações regionais, dirigir e concentrar seus gastos em infraestrutura econômica de suporte ao grande capital revela sua postura, frente ao grande capital nacional e transnacional, como principal agente desenvolvedor das forças produtivas sociais no processo de ocupação da fronteira agropecuária na Amazônia Legal. Contudo, os efeitos dessa estratégia, proporcionada pelas organizações do Estado, acabaram criando várias zonas de conflitos sociais na região.

A expressão governança ou gestão são termos utilizados como sinônimo de administração ou gerência, e que englobam as ações pertinentes à obtenção e utilização dos recursos necessários ao estabelecimento de relações demandadas e dirigidas para um propósito comum de uma dada organização privada ou pública. A governança ambiental, por conseguinte, tem o propósito organizar as atividades humanas por interposição das instituições definidoras das “regras do jogo” visando reduzir os impactos da ação humana sobre o meio ambiente.

De modo geral, os mecanismos de governança ambiental adotados nas políticas federais e estaduais de gestão ambiental, principalmente com os investimentos direcionados para a fiscalização, qualificação de mão de obra, custeio com equipamento de algo grau tecnológico, licenciamento ambiental e a rastreabilidade da cadeia bovina, tem atuado de maneira muito eficaz e positiva para a redução do desmatamento na região.

Assim sendo, não se pode descartar a discussão que vem sendo realizada no Brasil sobre métodos institucionais alternativos de resolução de disputas, baseados em regras consuetudinárias, arbitragem, conciliação ou mediação por terceiros, que vêm sendo defendida como resposta alternativa adequada para o regime formal de propriedade da terra, principalmente, quando os meios de resolução dos conflitos demonstram certa incapacidade para encontrar soluções eficazes, imediatas, válidas e de baixo custo para as disputas de terra nas regiões de fronteira.

Cabe destacar que os mecanismos de governança ambiental adotados nas políticas governamentais de gestão de combate ao desmatamento no Pará, principalmente, com a rastreabilidade da cadeia bovina, do uso do licenciamento ambiental e, também, da utilização do CAR, têm obtido resultados positivos no combate ao desmatamento da região, muito embora a dimensão do território paraense seja um obstáculo que precisa ser superado para os resultados serem mais significativos.

Por fim, um sistema institucional evoluído e complexo pode ajudar na promoção do desenvolvimento ao estruturar o entorno, estimulando a cooperação, inovação e aprendizagem em uma região.

REFERÊNCIAS

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. **O Brasil na governança nas grandes questões ambientais contemporâneas**. Brasília, IPEA, 59p., 2011.

BELIK, Walter, REYDON, Baastian P.; GUEDES, Sebastião Neto R. Instituições, Ambiente Institucional e Políticas Agrícolas. In: **Dimensões do Agronegócio Brasileiro: Políticas, Instituições e Perspectivas**. Pedro Ramos et.al.(Org.). Brasília, MDA., 2007.

CARVALHO, André Cutrim. **Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense**. Campinas, SP. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2012.

CARVALHO, David Ferreira. Globalização, Federalismo Regional e o Desempenho Macroeconômico da Amazônia nos Anos 90. In: **Ensaio Selecionados sobre a Economia da Amazônia nos Anos 90**, vol. I, Belém: UNAMA, p. 11-48, 2005.

CAWSON, A. **Organized interest and the State: studies in mesocorporation**. London. Sage Publications, 1985.

COASE, Ronald Harry. **The Firm, the Market, and the Law**. Chicago, The University of Chicago Press, Ltd., London, 1988.

FEARNSIDE, Philip M. Combate ao desmatamento na Amazônia brasileira. **Cadernos da Biodiversidade**. Curitiba. 2(2), dez./1999. Curitiba, Instituto Ambiental do Paraná, 1999.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA – IMAZON. **Desmatamento e Degradação Florestal no Bioma da Amazônia (2000-2010)**. Souza Júnior, C.; Siqueira, J.; Ribeiro, J.; Sales, M. – Belém, PA: IMAZON, 2013. Disponível em: http://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/outros/DesmatamentoDegracaoFlorestal_BiomaAmazonia_2010-2011.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2015.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA – IMAZON. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS AMAZÔNIA 2014**. Daniel Santos; Danielle Calentano; Jaime Garcia; Antônio Aranibar; Adalberto Veríssimo – Belém, PA: IMAZON; Social Progress Imperative, 2014. Disponível em: <http://amazon.org.br/indice-de-progresso-social-na-amazonia-brasileira-ips-amazonia-2014>. Acesso em: 28 de outubro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal – PPM**. Brasil: IBGE–PPM, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm>. Acesso em: 29 de outubro de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES). Brasil: INPE, 2014. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2014.htm. Acesso em: 01 de Julho de 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL MPF-PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ - PRPA. Programa Carne Legal. Belém, MPF-PRPA, 2012: Disponível em: <http://www.carnelegal.mpf.gov.br>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

NORTH, Douglass Cecil. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1990.

POSSAS, Mario. **Estruturas de Mercado em Oligopólio**. São Paulo, Hucitec, 1985.

PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agent x principal. In: **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Kevin Spink (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 1998.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York, The Free Press, 1985.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. **The Mechanisms of Governance**. Oxford University Press, 1996.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, vol. 38: 595-613, 2000.

ANÁLISE SÓCIO TERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS: UM ESTUDO DE CASO

Gracilene de Castro Ferreira¹

RESUMO

A pesca artesanal, caracterizada pela exploração de recursos pesqueiros com a utilização de tecnologia simples para a captura e com a produção em baixa escala. Emprega, principalmente, a mão de obra familiar, utilizando-se de embarcações de porte pequeno, como canoas ou jangadas, ou ainda sem embarcações, tal como ocorre na captura de moluscos perto da costa ou na captura do caranguejo. Mais precisamente no município de São Caetano de Odívelas, onde esta pesquisa se destina, a pesca assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio rural, esta atividade ou é voltada apenas para consumo próprio ou para vendas de pequeno porte, como ocorrem nas feiras de bairro. A produção do município de São Caetano de Odívelas é basicamente gerenciada pelas famílias de pescadores artesanais que são aquelas cujo sustento depende total ou parcialmente da pesca artesanal. Esse jeito de produzir vai além de um simples esquema de produção pesqueira: ele caracteriza um estilo de vida que organiza as famílias em torno dos saberes tradicionais que conduzem ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais. Mesmo que o trabalho seja realizado em grupo, as habilidades individuais são valorizadas entre os pescadores: aqueles que dominam as diferentes técnicas da pesca e conhecem os “segredos” dos rios ou dos mares se destacam no grupo. Esse conhecimento estrutura as relações entre as pessoas da comunidade. A noção de solidariedade é forte entre os pescadores artesanais, a amizade “está associada à ajuda da família extensa, à colaboração dos compadres”. Vale observar que a pesca artesanal no município de São Caetano de Odívelas desenvolvida tanto no mar quanto nos rios, podendo o pescador trabalhar com espécies diversas e utilizar várias técnicas e petrechos. Para o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) essa atividade pode ser realizada com uso de embarcação de pequeno porte, motorizada ou não, ou sem embarcação (quando há coleta manual nas praias ou mangues). Nesse sentido, este trabalho analisa através de estudo de caso a dinâmica sócio espacial dos pescadores artesanais e a cadeia produtiva da pesca artesanal no Nordeste Paraense, enfatizando as dinâmicas territoriais do referido município.

Palavras – Chaves: Território, territorialidades, Pescadores, Conflitos,

INTRODUÇÃO

A hidrologia da bacia amazônica configura-se como um imenso complexo de rios, igarapés, lagos, canais e furos nos quais abriga cerca de 20,0% de toda água doce da terra. A pesca é uma das atividades mais importantes nessa região, constituindo-se em fonte de

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia PPGEO-UFGPA, Bolsista CNPq, Graduada em Geografia – UFGPA, Graduada em Pedagogia-UEPA, Professora da Educação Básica-SEMED. E-mail: gracilenekastro@gmail.com.

alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte (SANTOS, 2005).

Quanto à pesca artesanal, a mesma se caracteriza pela exploração de recursos pesqueiros com a utilização de tecnologia simples para a captura e com a produção em baixa escala. Emprega, principalmente, a mão de obra familiar, utilizando-se de embarcações de porte pequeno, como canoas ou jangadas, ou ainda sem embarcações, tal como ocorre na captura de moluscos perto da costa ou na captura do caranguejo. Por ser uma atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias, são utilizadas pequenas quantias de capital e o meio de produção é simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos (DIEGUES, 1983).

Segundo a Secretaria de Pesca do Estado do Pará (SEPAq), a pesca artesanal do referido Estado compreende dois grandes setores: Pesca em águas continentais (rio Amazonas, tributários e áreas de inundação) e Pesca marinha (estuários, canais, costa, plataforma continental e zona econômica exclusiva).

Segundo Santos (2009), a região nordeste paraense apresenta características naturais e geográficas favoráveis a essa atividade, apresentando peculiaridades concernentes à região amazônica, tais como os tipos e formas de pesca; à organicidade e comercialização da produção, assim como as relações sociais envolvidas nessa atividade socioeconômica.

Neste cenário, destaca-se a microrregião do Salgado, uma das microrregiões do estado brasileiro do Pará pertencente à mesorregião Nordeste Paraense. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 238.830 habitantes e está dividida em onze municípios: Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia. Possui uma área total de 5.784,561km².

Mais precisamente no município de São Caetano de Odivelas, onde esta pesquisa se destina, a pesca assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio rural, esta atividade ou é voltada apenas para consumo próprio ou para vendas de pequenos portes, como ocorrem nas feiras de bairro. Já a pesca industrial, implica em maior quantidade de pescado visando a atender um mercado competitivo e exigente, destinando-se na maioria das vezes para exportação.

Nesse sentido, este trabalho compreende um estudo de caso. Tendo principal fonte de pesquisa dados obtidos através dos relatórios da colônia dos pescadores (artesanais) de São Caetano de Odivelas, conversa informal através de visitas realizadas a famílias de pescadores artesanais no município, e análise de publicações bibliográficas na área sobre a cadeia produtiva da pesca artesanal, suas características e sua dinâmica na vida dos pescadores artesanais do município de São Caetano de Odivelas. A proposta metodológica deste trabalho compreende um estudo bibliográfico. Tendo principal fonte de pesquisa dados obtidos através dos relatórios da colônia dos pescadores (artesanais) de São Caetano de Odivelas, conversa informal através de visitas realizadas a famílias de pescadores artesanais no município, e análise de publicações bibliográficas na área sobre a cadeia

produtiva da pesca artesanal, suas características e sua dinâmica na vida dos pescadores artesanais do município de São Caetano de Odivelas.

A PESCA ARTESANAL EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS

A pesca artesanal se destaca como uma das principais fontes de renda das comunidades ribeirinhas e é caracterizado pela utilização de aparelhos pesqueiros com relativo baixo desenvolvimento tecnológico; pela baixa capacidade de acumulação mercantil; por depender de um longo sistema de intermediação do pescado; por apresentar baixa divisão social do trabalho; e por proporcionar, em muitos casos, um relativo pequeno impacto ambiental (Rebouças, 2006).

A pesca é então considerada uma das primeiras atividades na história da humanidade e, conseqüentemente, um dos ofícios mais antigos. Ainda, nos dias atuais, prevalece a transmissão de culturas entre os membros das famílias dos pescadores. "entre os pescadores é comum que seus avôs, bem como seus pais também os fossem, e como de *práxis*, desde cedo ensinavam o ofício aos filhos que ainda adolescentes já os acompanhavam nas pescarias" (Moraes, 2002).

Para Montenegro et al. (2001), os pescadores fazem parte de uma rede ecossistêmica e suas interações não devem ser observadas apenas do ponto de vista do uso e apropriação dos recursos, mas no contexto das relações sociais.

Cavalcante (1989, p. 48) salienta que:

Além do importante papel na produção de alimentos, a pesca artesanal é um forte indicador social, gerando empregos diretos e indiretos além de contribuir para a fixação de famílias nas suas regiões litorâneas de origem, evitando o êxodo para os centros urbanos e a conseqüente condição "degradante" encontrada nas grandes cidades.

Segundo Borghetti (2000) no Brasil a pesca artesanal é de grande relevância, já que o país tem um vasto litoral e importantes bacias hidrográficas, fazendo com que aproximadamente quatro milhões de pessoas dependem direta ou indiretamente, da atividade pesqueira.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de São Caetano de Odivelas fica localizado na Costa Atlântica do Estado do Pará, na Mesorregião do Nordeste Paraense, Microrregião do salgado, distante da capital do estado 93 km em linha reta e 120 km pela rodovia (IBGE 2010).

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 00° 44'33" de latitude Sul e 48° 01'03" de longitude a Oeste de Greenwich. Possui ainda os seguintes limites: ao Norte - Oceano Atlântico; a Leste - Municípios de Curuçá, São João da Ponta e Terra Alta; ao Sul e a Oeste. Possui uma área territorial de 743,466 km², com população estimada em 17.344, além de uma densidade demográfica de 22,72 hab./km².

Os fundamentos históricos de São Caetano de Odivelas estão vinculados à presença de padres jesuítas no período colonial, em região do Rio Mojuim, na zona do Salgado. No ano de 1957, os padres da Companhia de Jesus se instalaram no lugar conhecido por São Caetano, sendo que, em 1760, fundaram uma fazenda à qual denominaram Fazenda São

Caetano, ponto de evangelização de povos indígenas. Em 1833, foi criada a Freguesia de São Caetano de Odivelas. Em 1872, a sede da então freguesia recebeu predicado de Vila. Nessa ocasião, foi criado também o município, que se instalou em 1874. Entretanto com a extinção sofrida em 1930, o seu território fora anexado aos dos municípios de Curuçá e de Vigia, de onde se desmembrou, três anos depois. A emancipação político-administrativa do município de São Caetano de Odivelas deu-se definitivamente, em 1935. Em divisão territorial datada de 15-VII-1997, o município é constituído de dois distritos: São Caetano e Perseverança, assim permanecendo desde 2005 (IBGE 2010).

De acordo com os estudos de Almeida (2012), Os recursos hídricos pertencentes ao município de São Caetano de Odivelas encontram-se no sentido sul-norte, desaguardo no Atlântico. O rio Mojuim que banha a sede Odivelense, é o mais importante, porque forma toda a bacia hidrográfica do município; após entrar em território de São Caetano, a sudeste, segue em direção norte e deságua no Atlântico, banhando a vila Perseverança e o povoado do Porto Guarajuba, que hoje, pertence ao município de São João da Ponta, mas antes fazia parte do território do município Odivelense.

(ALMEIDA 2012) destaca também a presença do rio Mocajuba, que banha além do município de São João da Ponta, a vila de Boa Vista do Camapú, próximo à Vila Sorriso, localizada no município de São Caetano de Odivelas e serve de limite natural, a leste, com o município de Curuçá; e o rio Barreta, a noroeste, que verte para o Atlântico e serve de limite natural com o município de Vigia de Nazaré.

O clima no município é caracterizado como equatorial amazônico do tipo AM, da classificação de Köppen, com temperatura elevada e amenizada por sua localização, perfazendo uma média anual de 26° C, com amplitude térmica mínima, precipitações abundantes de janeiro a junho e escassez de julho a dezembro, todavia a disponibilidade hídrica é também acentuada nos primeiros seis meses do ano e escassa nos demais (PARÁ, 2007).

Por ser conhecido como a terra do caranguejo, tendo grande parte de sua cultura voltada para o simbolismo que este representa, tendo a realização do festival do caranguejo promovido através de feira cultural onde são apresentados danças folclóricas, além de uma variedade de pratos típicos feitos à base do caranguejo, além de vendas de artesanatos, entre outras atividades.

Outro fator que o caracteriza como polo turístico, é a realização da pesca esportiva, pois o município tem se tornado destino certo para os que praticam essa modalidade de pesca, com a realização de torneios ou mesmo com atividades de grupos de amigos que passam verdadeiras temporadas no município.

Dada a sua situação geográfica que lhe favorece ser um município litorâneo, a pesca no município assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio rural, esta atividade ou é voltada apenas para consumo próprio ou para vendas pra fora do município. É assim que a captura do pescado no município representa uma das principais atividades econômicas na região. Dela depende para viver a maioria das famílias, por isso o peixe é bastante valorizado pelos trabalhadores da pesca.

O tipo de pescaria em São Caetano de Odivelas é realizado dentro dos rios e em mar aberto e está apoiada no conhecimento tradicional, o qual utiliza várias técnicas

rudimentares para a execução desta atividade, porém com o decorrer do tempo o contexto econômico regional começou a sofrer transformações devido o surgimento da tecnologia, refletindo o processo de modernização.

Os principais petrechos utilizados na pescaria em São Caetano de Odivelas são as redes de emalhar e o espinhel, mais usados na pesca em alto mar, já a linha, a tarrafa, o puçá e a pesca de rural ou com muzuá são os instrumentos daqueles que pescam nos rios e igarapés.

Segundo a Colônia dos Pescadores, as embarcações usadas no município de São Caetano de Odivelas que, de acordo com a classificação utilizada pelo CEPNOR/IBAMA, são as seguintes:



Imagem 04- Embarcações pesqueiras utilizadas no município de São Caetano de Odivelas. Fonte: Trabalho de Campo 2015.

Montaria – MON embarcação de pequeno porte, com capacidade para até 0,5 toneladas, casco de madeira, movida a remo, tripulação de 1 a 4 pescadores, sem conservação do pescado a bordo ou conservado em pequenas caixas isotérmicas com gelo.



Imagem 05 - Embarcações pesqueiras utilizadas no município de São Caetano de Odivelas. Fonte: Trabalho de Campo 2015.

Canoa motorizada – CAM embarcação com capacidade para até 5 toneladas, casco de madeira, com ou sem convés, com ou sem casaria, comprimento menor que 8,0m, movida a motor, com potência de 11 Hp a 22 Hp, ou a motor e a vela, tripulação de 2 a 6 pescadores, conservação do pescado em caixas ou em urnas isotérmicas com gelo, autonomia de até 5 dias de mar.



Imagem 06- Embarcações pesqueiras utilizadas no município de São Caetano de Odivelas. Fonte: Trabalho de Campo 2015.

Barco de pequeno porte – BPP embarcação com capacidade para até 8 toneladas, casco de madeira, convés fechado ou semi fechado, com ou sem casaria, comprimento entre 8,0m e 11,9m, movida a motor, com potência de 11 Hp a 69 Hp, ou a motor e a vela, tripulação de 3 a 8 pescadores, conservação do pescado em urnas isotérmicas com gelo, autonomia de até 10 dias de mar.

Quanto ao tipo de pescado, dados da Colônia mostram que pelo menos 20 espécies são desembarcados nos portos da cidade, sendo estes: Bagre (*Arius couma*), Bandeirado (*Felichtys Marinus*), Cação (*Carcharrhinus spp*), Camurim (*Centropomus undecimalis*), Corvina (*Cynoscion virescens*), Dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), Enxova (*Pomatomus saltador*), Filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), Gurijuba (*Arius parkeri*), Peixe Pedra (*Genyatremus luteus*), Pescada Amarela (*Cynoscion acoupa*), Pescada Branca (*Plagioscion squamosissimus*), Pratiqueira (*Mugil spp.*) Pratiurí (*Micropterus salmoides*), Pirapema (*Megalops atlanticus*), Sarda (*Pellona spp.*), Serra (*Scomberomorus brasiliensis*)Tainha (*Mugil cephalus*), Uritinga (*Arius proops*) e Xaréu (*Caranx spp, Alectis ciliares*).

A produção do município de São Caetano de Odivelas é basicamente gerenciada pelas famílias de pescadores artesanais que são aquelas cujo sustento depende total ou parcialmente da pesca artesanal. Esse jeito de produzir vai além de um simples esquema de produção pesqueira: ele caracteriza um estilo de vida que organiza as famílias em torno dos saberes tradicionais que conduzem ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais. Mesmo que o trabalho seja realizado em grupo, as habilidades individuais são valorizadas entre os pescadores: aqueles que dominam as diferentes técnicas da pesca e conhecem os “segredos” dos rios ou dos mares se destacam no grupo. Esse conhecimento estrutura as relações entre as pessoas da comunidade. A noção de solidariedade é forte entre os pescadores artesanais, a amizade “está associada à ajuda da família extensa, à colaboração dos compadres”. Vale observar que a pesca artesanal no município de São Caetano de Odivelas desenvolvida tanto no mar quanto nos rios, podendo o pescador trabalhar com espécies diversas e utilizar várias técnicas e petrechos. Para o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) essa atividade pode ser realizada com uso de embarcação de pequeno porte, motorizada ou não, ou sem embarcação (quando há coleta manual nas praias ou mangues).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre todos os resultados obtidos através desta pesquisa, destaca-se o fato de que no caso do município de São Caetano de Odivelas, a frota pesqueira é basicamente de pequeno porte e com pouca autonomia para capturar os recursos pesqueiros distantes da costa e, portanto a pesca nesse município se restringe a pesca de rio, lago e pesca costeira onde esta última é a mais significativa e, sendo que nesse município os principais pesqueiros estão relacionados conforme apresentado. Destaca-se aqui o fato de que a luta cotidiana dos pescadores artesanais busca garantir, sobretudo a sua sobrevivência e não só os aspectos relacionados a pescarias, como também as formas de garantir emprego e renda, pois em virtude das incertezas da pesca, muitos pescadores estão em busca de alternativas para garantir o sustento de suas famílias.

E por predominar a pesca artesanal, os principais instrumentos de captura utilizados são basicamente as redes de emalhar e o espinhel, com meios de locomoção que vão de canoa tipo indígena com popa reta para utilização de motor de popa, Montaria, Canoa motorizada e Barco de pequeno porte, além de que a conservação do pescado é feita em urnas isotérmicas com gelo. Configurando desta forma o que prevê a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, que indica que o pescador artesanal é aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pequeno porte.

Outro fator relevante na pesquisa refere-se ao fato de que mesmo os pescadores familiares sendo caracterizados como pescadores artesanais, estes precisam ter registros na Colônia dos Pescadores que data de sua fundação em 05 de fevereiro de 1920, localizada na sede do município. Esta foi criada com intuito de agrupar e organizar os pescadores em busca de melhorias para esta classe de profissionais que tem como meio de vida as atividades pesqueiras de modo artesanal e também propiciar melhores condições de vida para esses e seus familiares é também a principal responsável pelos programas sociais a que os pescadores associados pertencem.

Ainda assim, ficou evidente que grande parte dos recursos utilizados pelos pescadores é adquirida com seus próprios recursos, construídos na maioria das vezes de forma coletiva por determinados grupos de pescadores familiares. Desta forma, pode-se afirmar que a atividade pesqueira nas configurações territoriais do município de São Caetano de Odivelas está voltada basicamente para a pesca artesanal com a captura não só de peixes, mas também de crustáceos como caranguejo, siri entre outros. Consolidando assim, a pesca como a principal atividade responsável pela economia do município.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, N. B. **Saberes e Práticas Tradicionais: População Pesqueira Extrativista São Caetano de Odivelas**. 110 p. Dissertação de Mestrado - Núcleo de Meio Ambiente - Universidade Federal do Pará – NUMA/ UFPA, BELÉM, 2012.

BORGHETTI, J. R. **Estimativa da pesca e aquicultura de água doce e marinha**. Brasília, DF: Instituto de Pesca/APTA/SAA, 2000. (Série Relatório Técnico, n. 3).

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4 ed. São Paulo: Cortez: Recife – PE Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar**. São Paulo: Ed. Ática, Série Ensaio, nº 94, 1983.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Relatório Técnico do Projeto de Cadastramento das Embarcações Pesqueiras no Litoral das Regiões Norte e Nordeste do Brasil**, Brasília: PROZEE /SEAP/IBAMA, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos>. Acesso em: 30/05/2015

MONTENEGRO, S. C. S.; NORDI, N.; MARQUES, J. G. **Contexto cultural, ecológico e econômico da produção e ocupação dos espaços de pesca pelos pescadores de Pitu (*Macrobrachiu carcinus*) em um trecho do baixo São Francisco, Alagoas-Brasil**. Interciência, v. 26, n. 11, p.46, 2001.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **De homens e peixes: a metamorfose da vida na água**. 2002. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.·.

PARÁ. **Estatística Municipal**. São Caetano de Odivelas. Belém: SEPOF, 2007.

REBOUÇAS, G. N. et, al. **Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina**. Ambiente e Sociedade, v. IX n. 2, 2006.

Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura – SEPAq – PA. Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/>. Acesso em: 15/12/2014

SANTOS, G. M. dos SANTOS, A. C. M. dos. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia**. Estudos Avançados, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2009.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia**. São Paulo, v.19, n.54, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 12/06/2013.

AGROTÓXICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO MODO DE VIDA CAMPONÊS: O CASO DE VILA SOLEDADE (PA)

Genisson Paes Chaves¹

Sônia Maria Barbosa Magalhães²

RESUMO:

Apartir de um estudo de caso, analisa-se a relação de camponeses com o agrotóxico aplicado em plantações de dendezeiro (*Elaeis guineensis*, Jacq.) no Pará, considerando os sujeitos sociais envolvidos na aplicação do herbicida, os cuidados que estes e demais moradores têm com o produto químico antes e depois de sua aplicação; e os sentidos que os aplicadores e a população em geral têm sobre o uso do agrotóxico para o corpo e a saúde. Os resultados obtidos sugerem que muitas comunidades localizadas em áreas de monocultivo de dendezeiro, provavelmente estão passando por um processo de envenenamento que pode implicar na contaminação da rede hídrica, do solo e da vegetação, bem como problemas à saúde dos aplicadores do "veneno" e das famílias circunvizinhas às áreas de plantio. Os relatos mencionam dores de cabeça, mal-estar, calafrios, coceiras, desmaios, sono pesado e até caso de morte, compreendido no imaginário social local por causa da exposição ao "veneno".

Palavras-chave: dendezeiro; agrotóxico; saúde; sociedades camponesas; Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

O uso de agrotóxicos é controverso e comporta pelo menos duas grandes vertentes. De um lado, esses produtos químicos são vistos como necessários para a manutenção e o desenvolvimento de um tipo de agricultura, por outro, o uso de tais produtos é apontado como uma forma de assassinato no campo, um tipo de violência indireta e silenciosa, que ataca diferentes grupos sociais (BOMBARDI, 2014). De acordo com o Ministério da Agricultura (MAPA, 2014) os agrotóxicos "são produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, pastagens (...) e outros ecossistemas, bem como de ambientes urbanos, hídricos e industriais".

No Brasil, esses produtos são bastante utilizados nos sistemas de produção das chamadas *commodities*, como a soja e o dendê e desde 2009, o país tem sido apontado como um dos principais consumidores de agrotóxicos do mundo, chegando a consumir 84% de todo agrotóxico consumido na América Latina. Alguns desses agrotóxicos, por exemplo, são proibidos na União Europeia e nos Estados Unidos há mais de 20 anos e no Brasil são usados sem nenhuma restrição. Isso demonstra a "cara do agronegócio: intoxicações, concentração de renda, transferência de recursos para

¹ Mestrando em Agriculturas Amazônicas – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (NCADR/UFPA). Especialista em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento e graduado em Ciências Sociais. Email: genisson.chaves@yahoo.com.br.

² Doutora em Antropologia e Sociologia pela Universidade Federal do Pará e pela Université Paris 13. Docente da Universidade Federal do Pará: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas e Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável. Email: sm.mag@globo.com.

empresas transnacionais, empobrecimento dos camponeses, produção de alimentos contaminados” (BOMBARDI, 2014) o que, ademais, contribui para a ocorrência de grandes transformações socioambientais, com sérios agravos que atingem a saúde da população que trabalha diretamente com estes produtos e das pessoas que vivem próximas aos locais em que esses agrotóxicos são armazenados e aplicados.

A utilização de agrotóxicos nas quadras de dendezeiro pertencentes aos moradores da vila Soledade se inicia a partir do ano 2000, através do Programa Agricultura Familiar, estabelecido entre a Agropalma SA – produtora de óleo de dendê para a indústria alimentícia e cosmética – e agricultores locais. O Grupo Agropalma está localizado nos municípios de Tailândia e Moju e na década de 80, introduziu o camponês na agroindústria (VIEIRA e MAGALHÃES, 2013) na Amazônia. A Agropalma é a “empresa [...] responsável por 85% da produção nacional, a maior produtora de dendê da América Latina, domina todo o ciclo de produção, da muda da palmeira ao óleo refinado, gorduras vegetais e margarina” (BRITO, 2006, *apud* VIEIRA, 2014, p. 10). Portanto, neste trabalho busca-se descrever como o agrotóxico, utilizado no dendezeiro é compreendido pelos agricultores da vila Soledade – Moju (PA).

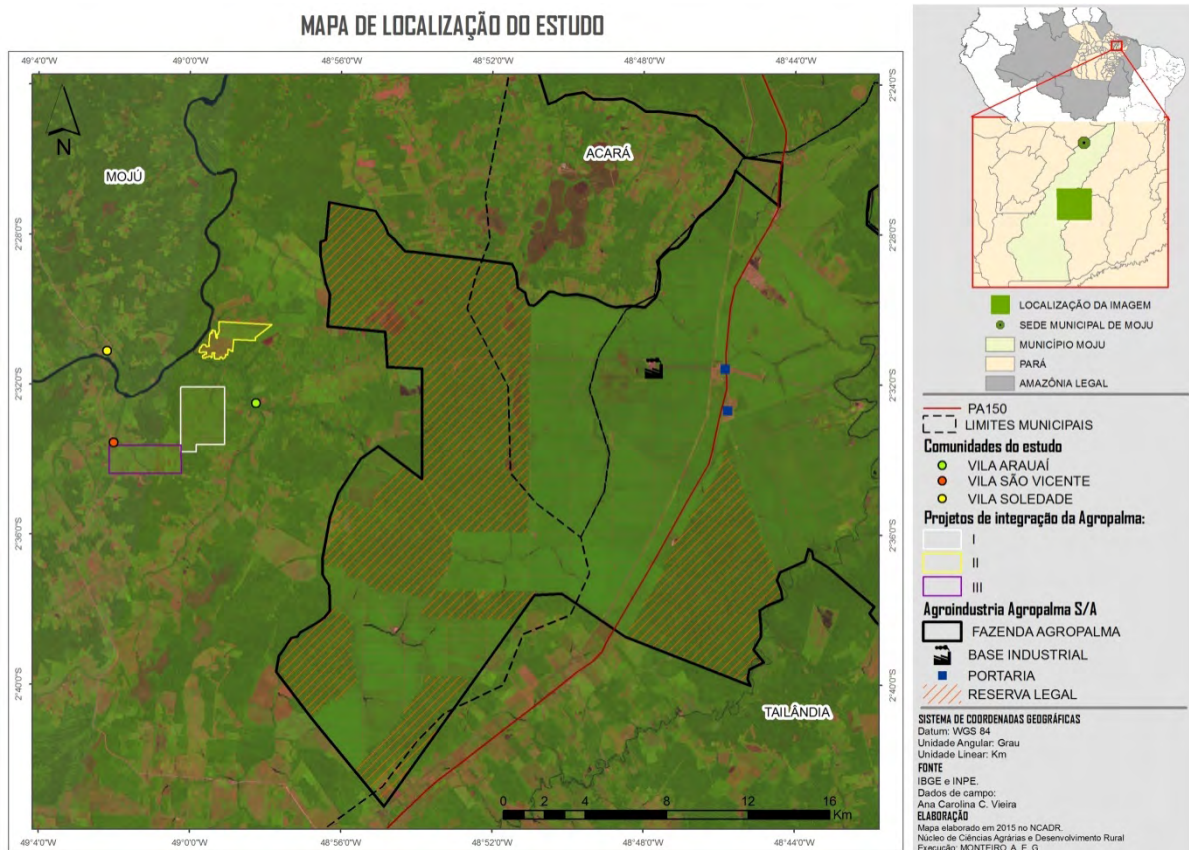
2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso, na vila Soledade (ver mapa abaixo), zona rural do município de Moju. Este município localiza-se na mesorregião nordeste paraense, precisamente na microrregião de Tomé – Açú, na Amazônia Oriental. Faz parte do Território do Baixo Tocantins, o qual é composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba Oeiras do Pará e Tailândia, abrangendo uma área equivalente a 36.024,20 Km² (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2013). Soledade é uma vila rural, em terra firme, pertencente ao município de Moju. Seu acesso ocorre através da PA – 150 e posteriormente por meio de um ramal não asfaltado que passa por dentro da Agropalma³. Em seguida é preciso atravessar o rio Moju através de pequenas balsas. Seu nome homenageia Nossa Senhora da Soledade, a padroeira local.

A população de Soledade é constituída por pessoas oriundas da cidade de Moju e de outros municípios paraenses, como Cametá, Tailândia, dentre outros. É formada por agricultores, donas de casa, donos de pequenos comércios, funcionários contratados que trabalham no posto de saúde local e na escola, como auxiliar administrativo, merendeira, professor etc. A economia local gira em torno do cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a fabricação da farinha, um item essencial na dieta alimentar da referida população; da pimenta do reino (*Piper nigrum*) e do dendê (*Elaeis guineensis*, Jacq).

³ Para maiores informações sobre a Agropaloma, ver VIEIRA (2015).

Mapa de localização da vila São Vicente.



Fonte: IBGE e INPE. Elaborado por NCADR/UFPA, 2015.

Em relação ao lazer, a vila Soledade dispõe de campos de futebol, alguns poucos bares, do rio Moju e de alguns igarapés, dos eventos organizados pelas igrejas locais, da Praça, localizada em frente à igreja de Nossa Senhora da Soledade e das festas e dos torneios de futebol organizados nas e pelas vilas circunvizinhas.

3. AGROTÓXICOS E SUAS IMPLICAÇÕES

A introdução da dendeicultura no estado do Pará teve início na década de 1980 e visava à produção para a indústria alimentícia. A partir de 2005 tem início a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que atualmente figura como uma das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar na região do Baixo Tocantins (CHAVES; MAGALHÃES, 2014). Em “parceira” com o grupo Agropalma, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), estão inseridos agricultores familiares de seis comunidades: Apeí, Aruaí, Curuperé, São Benedito, São Vicente e Soledade (ver imagem abaixo), situadas no município de Moju (VIEIRA; COSTA; FERNANDES, 2010).

Vila Soledade



Foto: Genisson Chaves, 2014.

As quadras de dendezeiros dos agricultores da Vila Soledade estão localizadas em uma área próxima à Vila São Vicente, uma modalidade de plantio do monocultivo que é bem diferente do observado em Nova Paz. Na comunidade Nova Paz, localizada no município de Tailândia, os plantios de dendezeiro via Belém Bioenergia Brasil (BBB) se situam no próprio lote dos agricultores familiares (CHAVES; MAGALHÃES, 2014). Já em Soledade, como também em Arauaí e em São Vicente, esses plantios se concentram em três grandes áreas, denominadas de Projeto I, II e III. Cada uma equivale a uma temporalidade diferente e engloba proprietários de diferentes comunidades. No projeto II, localizado às proximidades da vila São Vicente, existem donos de quadras que residem na própria vila São Vicente, bem como de Arauaí e da vila Soledade.

Segundo informações coletadas em trabalho de campo preliminar, o principal agrotóxico utilizado nos plantios de dendezeiro é o roundup. Esse agrotóxico, conforme Bombardi (2014) é um herdeiro do agente laranja, um desfolhante químico, que foi utilizado durante a guerra do Vietnã, local onde até hoje pessoas nascem com má formação devido à intensa exposição provocada na época. Soma-se a essas questões a facilidade com que o roundup pode ser absorvido pela pele, ficando instalado na gordura e podendo, inclusive, passar pela placenta e atingir fetos humanos.

Os resultados indicam que antes da entrada de dendezeiro na região em questão, a utilização de agrotóxico, localmente denominado por “veneno” ou “química”, não era uma realidade vivenciada, ao menos pela maioria da população local e que hoje, muita gente está doente devido a exposição ao “veneno” que na concepção local, afeta a pele, através do aparecimento de inchaços e coceiras, além de cansaço no corpo e falta de ar.

Os dados também ressaltam que hoje em dia, na referida vila, houve uma diminuição na utilização de “veneno” nos tratamentos culturais do dendezeiro e também demonstram a prática de aplicação de agrotóxico no plantio da pimenta do reino (*Piper nigrum*), no açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e na roça, indicando uma mudança significativa nos tratamentos culturais dessa população. Essa diminuição de agrotóxicos em parte é devida ao medo de uma possível contaminação, pois muitos são os exemplos dados por esses agricultores de indivíduos da própria vila e das circunvizinhas a

esta de pessoas contaminadas por tais produtos químicos e também pelo fato de que muitos preferem utilizar a roçadeira para realizar a limpeza dos dendezeiros do que continuar com o veneno. Ao mesmo tempo, outros indivíduos continuam a utilizar tais produtos químicos, tanto no dendezeiro, como também para inibir o crescimento do mato, tanto da roça como dos quintais.

Informam também que durante muito tempo, principalmente nos primeiros anos da chegada do dendezeiro, a aplicação de “veneno” quase sempre foi realizada por pessoas - da própria vila e de outras, circunvizinhas a esta - trajando calça, camisa, bota, bermudas e sandálias, sem, todavia, utilizar o Equipamento de Proteção Individual (EPI) necessário para a atividade. Alguns dos entrevistados, proprietários de uma das quadras ou mesmo membros do grupo familiar informaram que não conheciam o que era veneno, por isso, “aplicavam como aplicavam” o veneno, ou seja, da forma que julgavam correta, sem os cuidados necessários que deveriam tomar. Essa mudança no modo com que aplicavam veneno ocorreu com a chegada dos cursos de capacitação, oferecidos pela Agropalma, sobre manuseio e forma de aplicação de agrotóxicos.

Foi através desses cursos que esses agricultores, tanto da Vila Soledade, como das demais, perceberam que aplicavam “totalmente errado”, pois muitas vezes, chegaram a misturar o veneno na água com as próprias mãos, jogando veneno em horários não recomendados nos manuais técnicos e quando ventava muito, o que fazia com que o vento jogasse veneno no próprio aplicador. Depois desses cursos, muitos deixaram de aplicar veneno, preferindo pagar outras pessoas para a realização dessa tarefa, pois ficaram com medo de uma possível contaminação, já que “veneno é veneno e [portanto, algum] mal deve fazer”.

Um dos relatos, por exemplo, menciona o caso de um agricultor integrado a um dos Projetos de dendezeiro que morreu por causa de contaminação de “veneno” devido a não utilização de EPI na manipulação do agrotóxico. Os relatos informam que este agricultor misturava o “veneno” com as próprias mãos e muitas vezes, o mesmo foi visto por outros moradores aplicando veneno apenas com bermuda ou mesmo somente de cueca. De maneira geral, os relatos mencionam também casos de pessoas de vilas circunvizinhas que estão adoecendo, supostamente devido aos efeitos provocados por esses agrotóxicos.

4. CONCLUSÕES

Os projetos de dendezeiro na Amazônia são possibilidades que podem contribuir para a melhoria e qualidade de vida local. Todavia, a falta de informação dos camponeses e displicência das empresas quanto ao uso desenfreado de agrotóxicos podem acarretar impactos substanciais ao ambiente e as pessoas. Em vilas adjacentes à Soledade há relato de contaminação de igarapés, da aplicação de “veneno” sem os equipamentos adequados, de pessoas que fazem aplicação de “veneno” antes mesmo da realização de curso de capacitação para o trabalho, assim como de pessoas evitando a aplicação devido o perigo que podem correr, pois o “veneno” é visto por muitos como algo perigoso e prejudicial à saúde.

Finalmente, informa-se que, no momento, uma dissertação de mestrado está sendo realizada em uma vila localizada no município de Moju, focando, principalmente, como os moradores da referida vila constroem suas compreensões acerca dos agrotóxicos, utilizados nos dendezeiros, como em outras atividades.

REFERÊNCIAS

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxico é nova faceta da violência no campo. **Jornal Brasil de Fato**. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/content/agrot%C3%B3xico-%C3%A9-nova-faceta-da-viol%C3%Aancia-no-campo>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

BRASIL. Territórios da cidadania. Acesso em: <[Mhttp://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community)>. Disponível em: 19/11/2014.

CHAVES, Genisson Paes; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Trabalhadores do dendê: notas etnográficas sobre o uso de agrotóxico em uma comunidade amazônica – PA. In: ANAIS: VI Encontro da Rede de Estudos Rurais. Campinas, 2014.

MAPA. Agrotóxicos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos?tmpl=component&print=1>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

VIEIRA, Ana Carolina. A “**integração**” camponesa ao **monocultivo de dendê**: subordinação e transformação do campesinato amazônico. 139f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

VIEIRA, Ana Carolina C.; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Transformações no Espaço Rural Amazônico: O Plantio de Dendê em Comunidades Camponesas do Baixo Tocantins, Município de Moju/PA. In ANAIS: **IV Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em sociologia da UFSCAR**. São Carlos, 2013.

___; COSTA, Ana Carolina; FERNANDES, Thiara. Diagnóstico socioeconômico e ambiental de 150 famílias envolvidas no Programa de Agricultura Familiar em parceria com a Agropalma. **Programa Dendê Sustentável**. Belém: Instituto Peabiru, 2010.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA: EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA PARTICIPATIVA

Klycia de Souza Vilhena¹

RESUMO

O presente artigo apresenta aspectos históricos, etnogeográficos e socioculturais da Amazônia de forma a situar a discussão acerca dos aspectos gerais sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) e critérios para a consolidação das unidades de conservação por meio da gestão ambiental pública participativa, dessa forma, discute a construção de uma gestão socioambiental com vistas à efetivação das unidades de conservação por meio da inclusão das populações locais atingidas pela implementação das UC. As unidades de conservação (UC) tem demonstrado ser uma alternativa relativamente eficaz à conservação e preservação de áreas e recursos ambientalmente importantes, contudo, alinhar os objetivos de conservação com a manutenção das comunidades locais atingidas pela implementação das unidades de conservação tem se apresentado como o grande desafio para a gestão das UC. É possível constatar uma série de dificuldades na consolidação das UC, sendo estas de ordem política, administrativa, cultural, e mais objetivamente, socioambiental, pois as comunidades, apesar de algumas tentativas do Estado, não tem conseguido ter suas expectativas atendidas no processo de gestão socioambiental das unidades de conservação, o que tem resultado em um processo constante de conflito entre órgão gestor e comunidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Unidades de Conservação; gestão participativa.

AMAZÔNIA E POPULAÇÕES LOCAIS: O IMAGINÁRIO E A RELAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS

De acordo com Pizarro (2012, p. 18), os discursos escritos sobre a Amazônia apresentam, frente aos demais discursos da América Latina, a especificidade do fluvial. Na maioria das vezes, são discursos conduzidos pela navegação, tanto no caso dos descobridores, quanto no caso dos exploradores científicos. São textualidades que repousam sobre o decurso, que se desdobram em uma infinidade de furos, igarapés, lagoa, afluentes, numa geografia de águas. São os discursos de uma nação de águas. Tal área sustenta uma relação comum e intensa com a natureza e o meio ambiente, participando de uma comunidade imaginária que denomina de diferentes modos os mesmos fenômenos, como ilustrado por Pizarro (1941, p. 18-19):

¹ Pedagoga. Discente do Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA. Técnica em Gestão Pública no Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – Ideflor-Bio. E-mail: ksvilhena@yahoo.com.br.

pois o que num extremo do rio se chama *curupira*, no outro lado, aos pés da cordilheira andina, na sua região de nascimento, se chama *chullachaqui*. Com uma imagem as vezes protetora, as vezes hostil, ambos são temidos por defender a selva dos invasores, seja pela astúcia de seus gestos, ou por sua figura de pés defeituosos ou com os pés voltados para trás. Os dois são figurações do mesmo perfil: a milenar resistência da natureza à ingerência do homem.

Um intenso processo de deslocamento territorial, que teve lugar no final do século, gerou uma nova área de estudos, que foi reconhecida como localizada fora do continente, mantendo relações com o chamado campo “latino”. O espaço amazônico, no entanto, continuou praticamente desconsiderado nos estudos da cultura latino-americana. Trata-se de uma área que é vista como a mais distante do desenvolvimento, apesar de ter sido uma das primeiras da América Latina a ser modernizar, durante o período da borracha. Hoje, é um centro de pesquisa científica e tecnológica de ponta, com relação à diversidade, recursos hídricos, indústria farmacêutica, entre outros. Além disso, a região assume a feição de uma área fundamental para o futuro da própria humanidade, uma vez que guarda a maior biodiversidade do planeta e os recursos minerais essenciais para o desenvolvimento energético. Além de recursos hídricos, que passaram a representar a possibilidade de sobriedade no futuro. (Pizarro, *op. citatum*, p. 24)

A Amazônia revela formas de miscigenação cultural muito singulares em comparação ao continente, assim como uma infinita diversidade de formas da vida humana e relações com a natureza, que permite imaginar polos de referência na visualização de um mundo no qual se possa recolocar o homem em uma relação com ela.

Se a civilização, como tem sido concebida, foi construída em oposição à natureza (LAVILLE; LEENHARDT, 1996 *apud* PIZARRO, *op. citatum*) e chegou-se a um ponto em que as gerações futuras correm risco, o universo amazônico, pelas características especiais de sua formação, permite sonhar com uma civilização construída de outro modo, ou pelo menos, a partir de uma maior integração com a natureza. Essa área que se constrói em torno da concavidade hidrográfica do rio tornou-se um espaço que historicamente encarna o papel de uma fronteira cultural dinâmica, em uma relação intercultural que o continente tem ignorado, entre a América Hispânica e o Brasil. Como afirmado por Pizarro (*op. citatum*, p. 20), a visão sobre a América do Sul esteve marcada por um olhar “andinocêntrico”, que gerou como subproduto o “apagamento” das outras regiões culturais não menos importantes, entre elas a luso-americana.

As formas culturais da relação entre Brasil e a América Hispânica aparecem com mais evidência quando se aproxima desta área cultural praticamente desconhecida que é a Amazônia. Ali confluem oito estados soberanos: Brasil, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa – e as formas culturais comuns tem a ver com a vida de uma população de 23 milhões de pessoas, em um dos territórios mais vastos do continente, tendo como eixo central o mundo das águas, situado em torno do Rio Amazonas e seus afluentes. Estes afluentes descem dos territórios andinos com os nomes de Napo, Ucayali, Putumayo, Urubamba, Madre de Dios, que, ao confluir com o Mamoré ao sul e o Rio Negro, ao norte, desembocam no Solimões, tomando posteriormente o nome de Amazonas (PIZARRO, *op. citatum*, p. 30-31).

Trata-se de uma bacia hidrográfica enorme que produziu historicamente diferentes formas de relação do homem com a vida, o que significa também diferentes formas de produção de imaginários sociais. Múltiplas línguas indígenas e diferentes línguas metropolitanas assinalam, entretanto, a constituição de um imaginário com articulações comuns. Estas articulações tem a ver, tradicionalmente, com uma vida em permanente diálogo com o

meio ambiente. Naquela região, o curso da vida individual e social está regulado pelo tempo das águas, os ciclos do rio, os períodos da caça, a colheita, a pesca, a horticultura. Ali, a subida e a descida das águas regulam os hábitos alimentares, o deslocamento familiar, a organização do trabalho (ACEVEDO; CASTRO, 1998 *apud* PIZARRO, *op. citatum*, p. 24).

A Amazônia, como região, não se reduz ao vale do Rio Amazonas, dentro dela também se considera o vale e o transcurso do Rio Orinoco e seus afluentes, dentre outros rios, como o Casiquiare. A Oeste aparecem os contrafortes da Cordilheira dos Andes, razão pela qual é chamada de Amazônia Andina. Chega-se ao Sul, ao Acre boliviano, tendo a cidade de Trinidad como emblema de uma importante parte da história.

Diferentes critérios foram estabelecidos para definir esse território, pois falar de “Bacia Amazônica” é diferente de falar de “domínio amazônico”, pois este segundo se estende para além da bacia, especialmente na região da Orinoquia² e nas Guianas. Há diferentes considerações sobre sua área, que tem a ver com a sua altitude e, até mesmo, com as demarcações políticas de cada país. Ao contrário da imagem que se tem, a Amazônia está longe de ser uma unidade homogênea, como expresso no seguinte trecho:

Trata-se de um território de grande heterogeneidade ecológica, geomorfológica, de solos, clima, e certamente, de fauna e flora. No entanto, apesar destas variações, especialmente marcadas nas vertentes andinas, a maior parte da região se reconhece por seu clima quente e úmido. Além da variedade natural, existe uma grande, e às vezes pouco compreendida, heterogeneidade social, econômica e política (COMISIÓN AMAZÓNICA DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE, 1992 *apud* PIZARRO, *op. citatum*, p. 33).

A Amazônia possui o maior bosque tropical úmido do planeta e o rio Amazonas é o mais caudaloso da Terra. A experiência diária de sua riqueza como biodiversidade em flora, fauna e germoplasma³ nativo, tornou os povoados amazônicos em coletividades que constroem sua vida e sua cultura em torno da vida do rio, sua bacia e suas vertentes, seus períodos de subida e descida das águas, desenvolvendo tecnologias adaptadas a seus ritmos. Coletividades humanas cujo perfil, sociabilidade e cultura se constituíram na relação com a natureza.

As “culturas da selva tropical”, como são conhecidas, compartilham formas de relação com o mundo. É o caso, por exemplo, de personagens tão vivos como o Curupira, o Boto, a Boiúna, a Cobra Grande, o Lobisomem, que são encontrados em várias línguas e em versões diferentes, entre os diversos grupos, não apenas indígenas, mas também caboclos, afrodescendentes e outros.

Esse universo mítico foi incorporado à literatura ilustrada, entrando em um processo de modernização que lhes outorgou outra forma de vida e sobrevivência. Um imaginário que se incorpora com violência à modernidade em ambos os casos, a partir de uma perspectiva estética magnífica. Os modernistas “descobrem” a natureza brasileira ao vê-la com os novos olhos da modernidade tecnológica e de fora do continente. Nem sempre isso acontece com o fenômeno da modernização e o mundo das *encantarias*. Os “encantados” que povoam o imaginário das pessoas e governam suas vidas, têm diferentes representações no cotidiano e o processo de modernização é sempre um perigo (PIZARRO, *op. citatum*, p. 32).

² A Região Orinoquia é uma região geográfica da Colômbia e Venezuela, determinada pelas águas do rio Orinoco, também conhecida como Llanos Orientales. (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Orinoquia_da_Col%C3%B4mbia)

³ Entende-se como Germoplasma o material que constitui a base física da herança sendo transmitida de uma geração para outra. Significa a matéria onde se encontra um princípio que pode crescer e se desenvolver, sendo definido ainda, como a soma total dos materiais hereditários de uma espécie. (Fonte: <https://www.embrapa.br/recursos-geneticos-e-biotecnologia/pesquisa-e-desenvolvimento/intercambio-de-germoplasma>)

Nas últimas décadas, diferentes fatores impulsionaram uma renovação do olhar cultural que se tem desta região. Por um lado, surgiu uma concepção mais ampla de cultura, que a situa como um elemento estruturador da organização e desenvolvimento das comunidades. A noção de cultura tem origem no mundo vegetal do século 15, quando aparece pela primeira vez em documentos escritos. No século seguinte, a ideia de “cultivo” passou dos vegetais e animais para as questões mais abstratas, como ser humano.

No século 18, segundo Raymond Williams (*apud* PIZARRO, *op. citatum*, p. 27), “a cultura adquiriu significações diferenciadas de classe. Somente algumas classes poderiam aspirar a tal nível de refinamento. Desde então, a noção moderna de cultura passou a ser associada à ideia de artes”. Também desde esta época, e ao longo do século XX, o conceito passou a sofrer mudanças em seu regime de significação. Foram incluídas as ideias de cultura popular e cultura de massas. Posteriormente a esta noção, sob inspiração das ciências sociais, busca sua origem no Iluminismo e se amplia ao processo secular do desenvolvimento social. Finalmente, em nossos dias tem a ver com o impacto da antropologia social, e logo depois, com a antropologia simbólica, tem a amplitude de significação ampliada e compartilhada entre grupos e nações, concentrando-se na dimensão simbólica desta última (BOCOCK, 1997, p. 150-153 *apud* PIZARRO, *op. citatum*, p. 27).

Esta ampliação e aprofundamento da ideia de cultura permitiram abarcar uma maior gama de sujeitos culturais, colocando em evidência a região em sua diversidade social e cultural, dando conta dos problemas da modernização. Assim, as atuais pesquisas revelam que a Amazônia não é apenas indígena, que os sujeitos são múltiplos e que seu imaginário revela a turbulenta história da área. O segundo fator responsável por esta renovação nasce como resposta aos impactos ambientais e sociais dos processos de superexploração de seus recursos naturais. As contradições resultantes de uma modernização realizada de modo implacável na região, bem como a necessidade de aproveitar certos recursos e assegurar sua sobrevivência, favoreceram o aparecimento de um amplo questionamento das relações entre o homem e o meio ambiente amazônico. Dessa forma, o Estado está impelido do desafio de criar alternativas que deem conta de alinhar as necessidades das comunidades locais e regionais, a pressão da exploração econômica e a conservação dos recursos naturais. As unidades de conservação surgem como uma alternativa de conservação da natureza, uma política ambiental que objetiva o alinhamento da conservação dos recursos naturais, o ordenamento da exploração econômica e a manutenção de vida das comunidades locais.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O DILEMA ENTRE A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA E A SOBREVIVÊNCIA DAS COMUNIDADES LOCAIS

As UC são áreas instituídas e gestadas pelo poder público federal, estadual ou municipal. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985/2000) são definidas como

espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. As UC podem ser classificadas em dois grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Por sua vez, cada grupo é subclassificado em diversas categorias, de acordo com o grau e o tipo de restrição de uso (SNUC, 2000, p. 07).

As Unidades de Proteção Integral são aquelas destinadas à preservação da biodiversidade, sendo permitida somente a pesquisa científica e, em alguns casos, o turismo e atividades de educação ambiental, desde que haja prévia autorização do órgão responsável. Não envolve consumo, coleta, extração de produtos madeireiros ou minerais e não é permitida a permanência de populações – tradicionais ou não – em seu interior, com exceção dos Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre.

Na definição do SNUC, proteção integral é a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”. As categorias deste grupo são: Estação Ecológica (Esec), Reserva Biológica (Rebio), Parque Nacional/Estadual (Parna/PES), Monumento Natural (Monat) e Refúgio de Vida Silvestre (ReViS).

As UC de Uso Sustentável são aquelas destinadas tanto à conservação da biodiversidade como à extração sustentável dos recursos naturais. Nessas unidades são permitidos o turismo, a educação ambiental e a extração de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, com base no manejo sustentável e de acordo com o plano de manejo da unidade de conservação. As populações denominadas tradicionais podem permanecer em seu interior, desde que realizem atividades sob regime de manejo sustentável, “de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (SNUC, 2000, p. 23). As categorias deste grupo são: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional/Estadual (Flona/Flota), Reserva Extrativista (Resex), Reserva da Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

De acordo com Veríssimo et. all (2011, p. 09), áreas protegidas são instrumentos eficazes para resguardar a integridade dos ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais associados, tais como a conservação do solo e proteção das bacias hidrográficas, a polinização, a reciclagem de nutrientes e o equilíbrio climático. A criação e a implementação das áreas protegidas também contribui para assegurar o direito de permanência e a cultura das populações locais e povos indígenas previamente existentes.

As Unidades de Conservação podem ser classificadas quanto à gestão (federal, estadual ou municipal) e quanto ao grau de intervenção permitido (Proteção Integral ou Uso Sustentável). Até 2010, só as Unidades de Conservação federais na Amazônia Legal somavam 610.510 km², enquanto as estaduais ocupavam 563.748 km².

Com relação às Unidades de Conservação de Uso Sustentável – onde são permitidas atividades econômicas sob regime de manejo e comunidades residentes – até dezembro de 2010 correspondiam a 62,2% das áreas ocupadas por UC (federais somadas as estaduais), enquanto as de Proteção Integral totalizavam 37,8% .

De acordo com Veríssimo (2011, p. 09), a criação de Unidades de Conservação ocorreu de forma mais intensa entre 2003 e 2006, quando foram estabelecidos 487.118 km² dessas áreas. No caso das Terras Indígenas, houve dois períodos com maior número de homologações: 1990/1994, com 85 novas unidades somando 316.186 km², e 1995/1998, também com 85 novas unidades, que totalizavam 314.061 km². Apesar dos avanços notáveis na criação de áreas protegidas, ainda há muitos desafios para garantir sua consolidação e a proteção socioambiental efetiva. No caso das Unidades de Conservação, a metade (50%) não possui plano de manejo aprovado e grande parte

(45%) não conta com conselho gestor. Além disso, o número de funcionários alocados nessas unidades é muito reduzido, com a média de apenas 01 pessoa para cada 1.871,7 km².

Em dezembro de 2010, as áreas protegidas na Amazônia Legal somavam 2.197.485 quilômetros quadrados (km²), ou 43,9% da região, ou ainda 25,8% do território brasileiro. Desse total, as Unidades de Conservação (federais e estaduais) correspondiam a 22,2% do território amazônico enquanto as Terras Indígenas homologadas, declaradas e identificadas abrangiam 21,7% da mesma região. (VERÍSSIMO, 2011, p. 12)

As áreas protegidas não estão imunes aos impactos humanos. Em uma década – entre 1998 e 2009 – o desmatamento nessas áreas alcançou 12.204 km², o que corresponde a 47,4% do desmatamento acumulado até 2009 dentro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável (excluídas as Áreas de Proteção Ambiental - APAs), o percentual de território desmatado chegava a 3,7% (em igual período), enquanto nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, essa proporção era menor (2,1%).

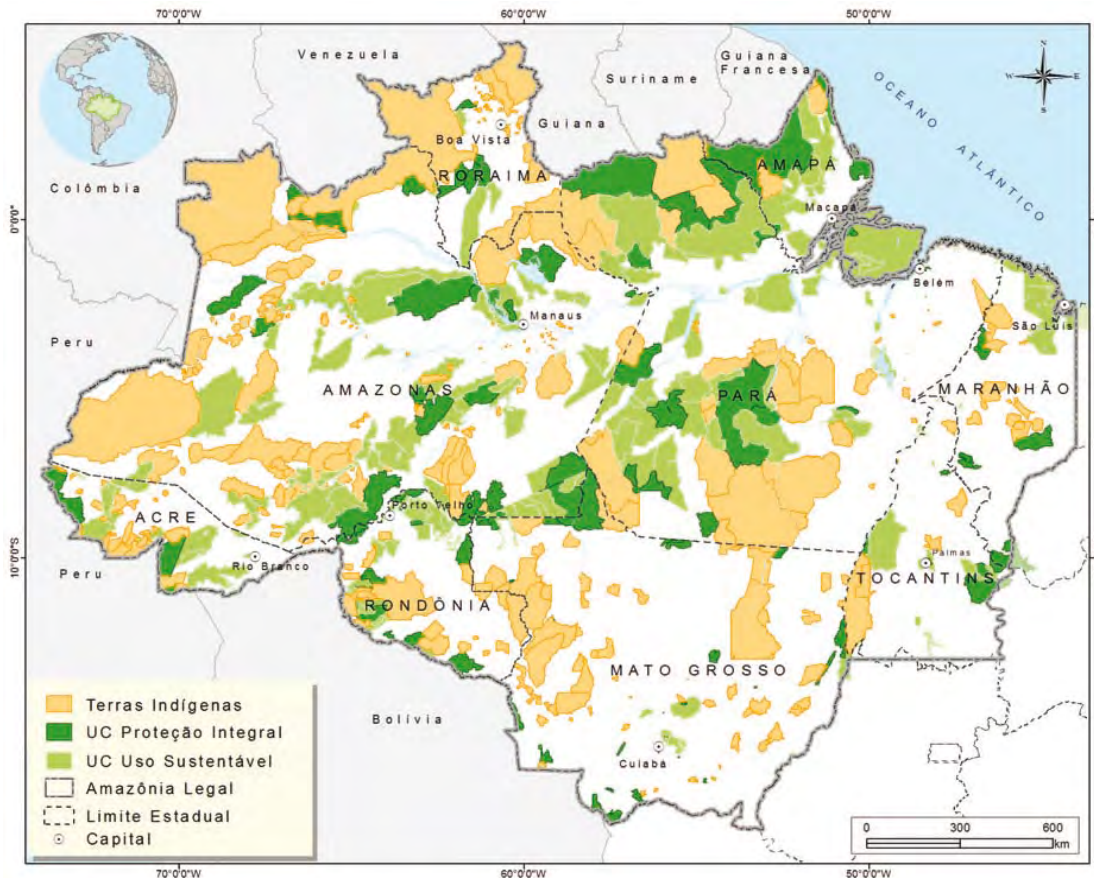
Já as Terras Indígenas apresentavam 1,5% do total de suas áreas desmatado. Além disso, uma vasta rede de estradas ilegais avança sobre as áreas protegidas, especialmente sobre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, onde há 17,7 km de estradas a cada 1.000 km² sob proteção. Boa parte dessas vias está associada à exploração madeireira ilegal, principalmente no Pará e Mato Grosso. (VERÍSSIMO, op. citatum, p. 15)

A criação e a manutenção de áreas protegidas – Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TIs) – é uma das estratégias mais eficazes para a conservação dos recursos naturais na Amazônia. Originalmente, somente as UC eram consideradas áreas protegidas, porém a partir de 2006, o Plano Nacional de áreas protegidas (PNAP) incluiu neste conceito as TI e os Territórios Quilombolas (Decreto n.º 5.758/2006), pois ambos também abrangem “áreas naturais definidas geograficamente, regulamentadas, administradas e/ou manejadas com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade” (BRASIL, 2006a). Além de serem essenciais para a sobrevivência e a manutenção da cultura das populações indígenas e quilombolas, essas áreas ainda contribuem para a conservação dos ecossistemas e de sua biodiversidade.

As Unidades de Conservação e os Territórios de Ocupação Tradicional (Terras Indígenas ou Territórios Remanescentes de Quilombo) são os grupos de áreas protegidas incluídos no PNAP (BRASIL, 2006), em decorrência dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CDB)⁴ e da Política Nacional da Biodiversidade (PNB) de 2002. O intuito do PNAP é orientar as ações para o estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, integrando áreas terrestres e marinhas, até 2015.

⁴ A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) estabelece normas e princípios que devem reger o uso e a proteção da diversidade biológica em cada país signatário. Em linhas gerais, a CDB propõe regras para assegurar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a justa repartição dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos. Fonte: CUNHA, M. C. Populações Tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a08.pdf>. Acessado em 20.10.2015.

Figura 1 - Áreas Protegidas na Amazônia Legal em dezembro de 2010.



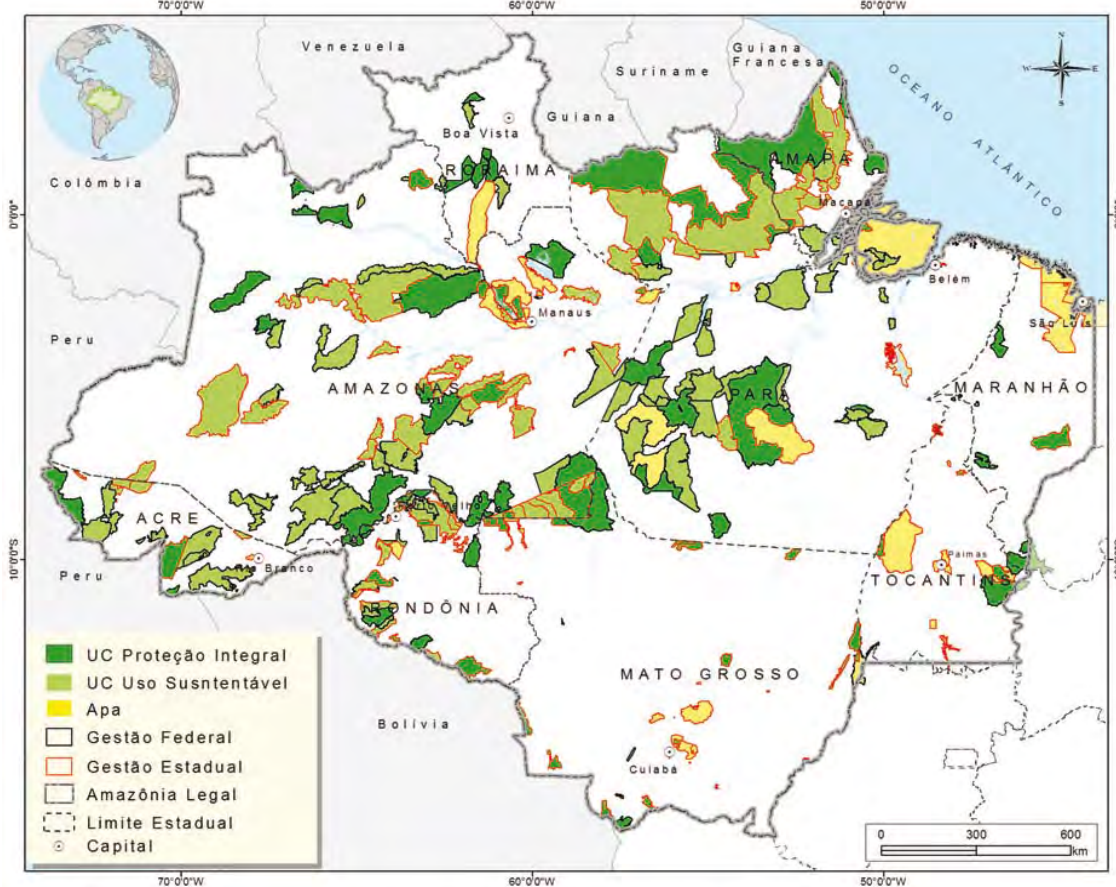
Fonte: VERÍSSIMO, 2011, p. 15.

Descontada a sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação (63.606 km²), verifica-se que 43,9% do território da Amazônia Legal, isto é, 2.197.485 km², estão inseridos em áreas protegidas. As Unidades de Conservação da Amazônia Legal, criadas até dezembro de 2010, somam 1.110.652 km², o que representa 22,2% do território da Amazônia Legal. As Terras Indígenas somam 1.086.950 km² ou 21,7% da mesma região (Figura 1).

Há vários casos de sobreposição de áreas de Unidades de Conservação com Terras Indígenas ou com outras Unidades de Conservação federais e/ou estaduais. A maior parte das sobreposições é anterior à regulamentação do SNUC e é resultado tanto da insuficiência de informações sobre as áreas previamente definidas quanto da demora no processo de reconhecimento das TIs. Em casos mais recentes, como no Parque Nacional (Parna) do Monte Roraima (RR), sobreposto à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a solução adotada pelo poder público foi dupla-afetação, ou seja, cabe ao ICMBio juntamente com a FUNAI a gestão da área sobreposta (CNUC, 2010).

Até dezembro de 2010, havia na Amazônia Legal 307 Unidades de Conservação, totalizando 1.174.258 km², o que corresponde a 23,5% desse território (Figura 2). Desse total, 196 eram de Uso Sustentável e 111 de Proteção Integral, administradas tanto pelo governo federal (132) como pelos governos estaduais (175). As Unidades Federais contabilizavam 610.510 km², sendo 314.036 km² de Proteção Integral e 296.474 km² de Uso Sustentável. As Unidades Estaduais somavam 563.748 km²: 129.952 km² de Proteção Integral e 433.796 km² de Uso Sustentável (CNUC, 2010).

Figura 2 - Unidades de Conservação na Amazônia Legal até dezembro de 2010.



Fonte: VERÍSSIMO, 2011, p. 19.

Ao comparar a porção do território estadual protegida, temos que, em dezembro de 2010, o Estado do Pará possuía a maior extensão de Unidades de Conservação da Amazônia, com 403.155 km², seguido pelo Amazonas, com 369.788 km². O Amapá possuía a maior proporção de Unidades de Conservação, 62,1% do seu território, quase o dobro da proporção do Acre, de 34,2%, e do Pará, com 32,3% do território protegido. Por outro lado, os Estados com a menor proporção de Unidades de Conservação eram Mato Grosso (4,6%), Roraima (11,9%) e Tocantins (12,3%) (CNUC, 2010).

A criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável foi estimulada por três diferentes motivos. Um deles é o fato da Unidade de Uso Sustentável permitir o uso econômico dos seus recursos, sendo sua criação e implementação politicamente mais aceitável por setores econômicos que uma Unidade de Proteção Integral, cujo uso e acesso são bastante restritos. O aumento da pressão de movimentos sociais organizados, com o apoio de organizações não governamentais, em defesa das populações locais também tem favorecido a criação de reservas extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) com o intuito de garantir a permanência dessas populações na área que ocupam. Outro motivo refere-se à criação de Florestas Nacionais e Estaduais, fomentada por iniciativa governamental para viabilizar a exploração madeireira ordenada em áreas regularizadas do ponto de vista fundiário.

Cabe ressaltar que a diversidade sociocultural da Amazônia é parte de seu rico patrimônio, assim como a diversidade biológica. O conhecimento tradicional acumulado pelas populações locais pode servir de base para o estabelecimento de regras eficazes de manejo e proteção dos recursos naturais. A Amazônia deve ser entendida como um todo muito mais complexo, contendo ampla diversidade étnica

associada a uma superlativa biodiversidade, com estimativa de milhões de espécies de animais e plantas, além de milhões de interações das espécies entre si e com o ambiente.

O processo de ocupação da Amazônia Legal tem sido marcado pelo desmatamento, pela degradação dos recursos naturais e por conflitos sociais. Em pouco mais de três décadas de ocupação, o desmatamento atingiu cerca de 18% do território. Além disso, extensas áreas de florestas sofreram degradação pela atividade madeireira predatória e incêndios florestais. Como qualquer ecossistema, a Amazônia tem um ponto limite (*threshold*) além do qual não será possível recuperá-la. Existe o temor de que a floresta amazônica inicie um processo irreversível em direção às savanas se o desmatamento atingir 40% do território. As implicações dessa transformação para o aquecimento global, ciclos hidrológicos e biodiversidade seriam catastróficas.

Parece cada vez mais evidente o fato de que a Amazônia precisa de um modelo de desenvolvimento regional que seja capaz de conciliar crescimento econômico, qualidade de vida e conservação dos recursos naturais, embora a adoção desse modelo seja um enorme desafio, dois fatores oferecem grande oportunidade para que isso ocorra ao longo dos próximos anos. O primeiro fator é a importância estratégica dos recursos naturais da região para o Brasil e para o mundo em termos de regulação do clima e diversidade biológica. Segundo, a região tem riquezas superlativas com valor crescente na economia, o que inclui desde os produtos da floresta e da biodiversidade até o vasto potencial hidrelétrico dos seus rios e os ricos depósitos minerais, dessa forma, as unidades de conservação se apresentam como uma estratégia de gestão dos recursos naturais capaz de promover a gestão sustentável dos recursos naturais, alinhada às necessidades das comunidades locais.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA: EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA PARTICIPATIVA

De acordo com Aragón (2013, p. 265), a prática de reservar espaços com a finalidade de conservar certas paisagens naturais remonta ao século XIX, com a criação de parques nacionais, sendo o de Yellowstone, nos Estados Unidos, criado em 1872, o primeiro. A partir da criação de parques nacionais, novas práticas de conservação foram criadas e difundidas pelo mundo. Contudo, a Amazônia permaneceu praticamente sem cobertura de áreas protegidas até a década de 70. Atualmente, todos os países amazônicos possuem legislações específicas sobre áreas protegidas. Várias áreas protegidas foram criadas na Amazônia, algumas, porém, criadas somente “no papel”, pois muitas são alvos de invasões ou simplesmente desrespeitadas, até mesmo pelo próprio Estado, órgão responsável pela gestão desses territórios.

No Brasil, em 2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela Lei nº 9.985, de 18 de julho, definindo e classificando as práticas de conservação e preservação no país, integrando em um único sistema iniciativas públicas e privadas. O SNUC compreende suas grandes categorias de unidades de conservação: 1) a categoria de Unidades de Proteção Integral, onde não é permitida a residência de pessoas e seu acesso é restrito e 2) as Unidades de Uso Sustentável, onde o manejo dos recursos naturais acontece por meio do manejo sustentável, é permitida a residência de pessoas no interior da unidade e seu acesso é menos restrito.

De acordo com o Plano Amazônia Sustentável (BRASIL, 2006, p. 19), pelo menos 1,71 milhão de km², aproximadamente, 35,5% da Amazônia Legal brasileira estão “protegidos” por unidades de conservação (de proteção integral ou uso sustentável) ou por áreas protegidas (terras indígenas, quilombolas ou áreas militares).

Tal proteção encontra-se pautada em estudos que demonstram que o desmatamento é significativamente menor nas áreas protegidas da Amazônia brasileira do que fora dela. Somente 2% da área coberta pelas áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas) na Amazônia Legal haviam sido desmatadas até 2003, em comparação a 23,6% da área fora delas, entretanto, o próprio Estado reconhece que “o modelo extensivo de exploração de recursos naturais em alguns lugares, como Rondônia, está levando a uma pressão de madeireiros ilegais, pecuaristas e grileiros sobre unidades de conservação e territórios indígenas” (BRASIL, 2006, p. 25).

Uma das grandes críticas às áreas protegidas, especialmente em países em vias de desenvolvimento socioambiental, é a sua tendência de supervalorizar as paisagens em termos ecológicos. Frequentemente, os critérios em que se fundamentam a elaboração dos limites das unidades de conservação não tem partido da população afetada nem consideram as suas necessidades mais urgentes, contudo, a mudança do enfoque conservacionista para um novo paradigma no qual a conservação e o desenvolvimento são vistos como processos interdependentes, tem levado à formulação de esquemas que buscam conciliar a demanda pela preservação dos ecossistemas com a necessidade de atender de forma sustentável as necessidades das populações atingidas.

As pressões sobre as áreas protegidas na Amazônia decorrem em grande parte do conflito de interesses entre diversos atores, daí a necessidade de integrar a população em iniciativas de conservação ambiental. Não haverá conservação se as necessidades de vida das pessoas que vivem em áreas protegidas e fora delas não forem atendidas. As pessoas devem tornar-se aliadas e não obstáculos à conservação, na verdade, as pessoas precisam ser o foco central de qualquer iniciativa.

Segundo Vedoveto *et. all* (*apud* VERÍSSIMO, 2011, p. 29), a gestão de uma Unidade de Conservação pressupõe recursos humanos e financeiros adequados, estrutura básica, como sede, vigilância, equipamento de emergência e comunicação, e locais delimitados para pesquisa, visitação, uso comunitário e produtivo, além disso, é essencial que a gestão esteja baseada num plano de manejo aprovado e pautada na existência de um conselho gestor formal e atuante.

O principal instrumento de gestão para todas as categorias de UC é o plano de manejo (SNUC, 2000, p. 16). Trata-se do documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, é estabelecido o seu zoneamento e as normas que devem orientar o manejo dos recursos naturais e o uso da área, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade.

Em 2002, com o intuito de dar diretrizes comuns aos planos de manejo das UC federais de Proteção Integral e servir de modelo às esferas estaduais e municipais, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – até então ainda responsável pela criação e gestão das Unidades de Conservação Federais – publicou o “Roteiro Metodológico de Planejamento”, voltado às categorias Parque Nacional, Estação Ecológica e Reserva Biológica. Em 2004, o Ibama publicou o “Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)” (Ibama, 2004), que visa estimular a participação dos proprietários de RPPNs desde a elaboração até o uso e monitoramento desse instrumento de gestão, ao facilitar a compreensão de sua estrutura e seu conteúdo.

Para as Unidades de Conservação estaduais, a elaboração de roteiros semelhantes é de responsabilidade dos órgãos ambientais de cada Estado. O “Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Pará”, por exemplo, divide o documento em três capítulos: *Aspectos gerais da Unidade de Conservação*, que aborda o histórico, localização, acesso e apresenta uma ficha técnica sobre a Unidade; *Diagnóstico da Unidade de Conservação*, que caracteriza a paisagem, os aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos da área; e *Planejamento da Unidade de*

Conservação, que apresenta a missão e visão de futuro da área, o zoneamento, os programas de manejo e o cronograma de ações para implementá-lo (SEMA, 2009, p. 12).

Para que os objetivos de conservação sejam alcançados com eficiência e eficácia, todos os planos de manejo devem considerar um enfoque ecossistêmico⁵, viabilizar a participação social e ser contínuos e adaptativos (SEMA, 2009). Para garantir a governança em Unidades de Conservação, O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase (2006) enumera alguns critérios, são eles: equidade; legitimidade; participação nas decisões de gestão; transparência; eficácia, eficiência e efetividade dos instrumentos de gestão.

O critério de *equidade* consiste na existência e execução de normas claras, acessíveis e aplicadas ao conjunto dos envolvidos; ao respeito aos direitos e às práticas de populações tradicionais ou de residentes do entorno das UC; no reconhecimento de injustiças e danos sociais resultantes da gestão da Unidade de Conservação, quando for o caso.

Os critérios de *legitimidade, participação em decisões e transparência* consistem na representatividade das comunidades locais no processo de gestão da UC, no direito de tomar decisões e atuação de todos os envolvidos (associações e/ou indivíduos) na gestão e em todas as ações de gestão promovidas e implementadas na UC.

Já os critérios de *eficácia, eficiência e efetividade dos instrumentos de gestão* pressupõem que o plano de manejo, o regimento interno do conselho sejam aprovados e estejam em constante implementação e aprimoramento. Os referidos critérios pressupõem que haja a atualização periódica dos instrumentos; a existência e emprego de um plano anual de gestão; a participação da população na elaboração dos instrumentos de gestão.

A *efetividade* do instrumento de gestão também pode ser avaliada pelos resultados alcançados, atividades planejadas e executadas. O plano de manejo deve contar com linhas de atuação objetivas e específicas, de maneira a possibilitar a avaliação e o aprimoramento contínuo da gestão.

Os processos participativos promovem um ambiente de confiança e legitimidade, sobretudo pela criação e atuação do conselho gestor da Unidade de Conservação. Os conselhos, consultivos ou deliberativos, além de uma exigência no SNUC, são uma das formas possíveis de participação e controle social legítimo e articulado. Eles possibilitam maior transparência na gestão da Unidade de Conservação; contribuição na elaboração e implantação do Plano de Manejo e integração da UC às comunidades, ao setor privado, às instituições de pesquisa, ONGs, poder público, bem como às outras áreas protegidas situadas no seu entorno (PALMIERI; VERÍSSIMO, 2009).

Grande parte dos problemas enfrentados pelas unidades de conservação está relacionada às pressões antrópicas. As comunidades do entorno são vistas, de maneira geral, como fonte de impactos negativos às áreas naturais, mas essas mesmas comunidades podem e devem ser compreendidas como potenciais parceiras do processo de gestão da unidade e da conservação dos recursos naturais se forem inseridas por meio do estímulo à sua participação em iniciativas e práticas pautadas na sustentabilidade. O processo é lento, pois exige respeito, confiança e sensibilidade.

Algumas unidades de conservação têm adotado estratégias de gestão que inserem e estimulam a participação das populações locais por meio de programas de educação ambiental. Tais posturas, no entanto, vão de encontro ao que tradicionalmente se espera de um gestor de áreas públicas – que normalmente parte da imposição de regras e da autoridade – distanciando as pessoas que vivem na unidade de conservação do processo de gestão. Os gestores que tem tentado inovar, paulatinamente, vêm testando diferentes meios de inserir programas educativos na gestão

⁵ O enfoque ecossistêmico preconiza que os limites da Unidade de Conservação ou sua zona de amortecimento não limitam os ecossistemas objeto de sua proteção, e que os processos ecológicos, assim como os *habitats* e a maioria das populações das espécies apresentam forte interação biológica com seu entorno (SEMA/PA, 2009).

de forma a valorizar as riquezas socioambientais locais e desmistificar as proibições que, comumente, estão associadas às UC. Esse novo olhar nada mais é do que a busca por maior apoio à conservação da própria unidade.

A gestão participativa é um dos maiores desafios da gestão pública em unidades de conservação, pois para que haja gestão compartilhada, é necessária a formação dos atores envolvidos (QUINTAS, 2004). A gestão participativa requer atenção às necessidades e anseios de quem reside na unidade de conservação e no seu entorno e a compreensão, por parte do gestor, de que não há como priorizar a conservação em um primeiro momento. A população local é um ponto fundamental no processo de gestão, pois a partir da implementação e efetivação da gestão participativa e compartilhada, as áreas protegidas tem caminhado para a gestão eficiente e eficaz de seus recursos naturais, contudo, para a inserção da população local na gestão das UC, é necessário que esses atores estejam empoderados e possam participar de maneira efetiva e cidadã. Nesse sentido, a gestão de UC se configura como um espaço potencial de participação popular na gestão ambiental, possibilitando a ação direta de população tradicionalmente excluída nos processos decisórios relativos ao uso e à apropriação dos recursos naturais, possibilitando a participação democrática nas políticas públicas e nos processos de gestão ambiental das UC.

REFERÊNCIAS

- ARAGÓN, Luis. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar**: Cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BRASIL. Decreto Federal nº 5.758 de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17.04.2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm. Acesso em: 10.10.2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (Ibase). **Gestão Participativa em Unidades de Conservação. Programa Petrobras Ambiental**. Disponível em:http://www.ibase.br/userimages/ap_ibase_gestao_01c.pdf. Acesso em 14.09.2013.
- PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A.. **Conselhos de Unidades de Conservação**: Guia sobre sua criação e seu funcionamento. Imaflores e Imazon, Piracicaba e Belém. 2009. Disponível em: http://www.imazon.org.br/novo2008/publicacoes_ler.php?idpub=3630 Acesso em 14.09.2013.
- PARÁ. Secretaria de Meio Ambiente. **Roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Pará**. Belém : Sema/PA, 2009.
- PIZARRO, Ana. **Amazônia: As vozes do rio**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p.113-140.
- VERÍSSIMO, Adalberto *et. al.* **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA PRODUÇÃO FLORESTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Claudia Azevedo-Ramos¹

Michelle Zweede²

Suelene Couto²

Leonardo Pacheco³

João da Mata³

RESUMO

As populações tradicionais habitantes de unidades de conservação fazem uso dos recursos florestais explorando sua diversidade e beneficiando-se de arranjos locais existentes para consumo e comercialização. O cenário social e cultural da Amazônia Brasileira, resultado da formação histórica e da ocupação da região, moldou um modelo sociocultural de adaptação ao espaço e de uso dos recursos naturais pelos povos da floresta que não raro conflita com os instrumentos e normativas para sua exploração. Este estudo tem como objetivo avaliar a percepção das populações tradicionais e de outros atores sobre as oportunidades e desafios nas cadeias de valor da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), do pirarucu (*Arapaima gigas*) e da madeira de produção comunitária com origem em áreas protegidas. Esta perspectiva contribui para medidas de fortalecimento dessas cadeias de forma a aumentar a qualidade de vida das populações residentes nessas áreas. As percepções foram colhidas em três seminários específicos a cada cadeia realizados em junho de 2015, com apoio do ICMBio, recebendo cerca de 200 participantes no total. Embora haja similaridades, as cadeias de valor possuem características bem específicas, com repercussão na escolha das propostas para seu fortalecimento. Os desafios principais que afetam a cadeia da castanha são a falta de padrão de qualidade e o distanciamento das indústrias compradoras. A cadeia do pirarucu tem baixo nível de industrialização e valor agregado, além de problemas na legislação sanitária e na infraestrutura de transporte e armazenamento. Na cadeia da madeira os entraves crônicos são a falta de crédito, a competição com a madeira ilegal e a complexidade das regulamentações. A solução para os entraves observados nessas cadeias, embora dependa em certo grau de uma constelação de órgãos públicos, tem em seus produtores e compradores um protagonismo ainda não percebido pelos atores envolvidos.

Palavras chaves: Amazônia; cadeia de valor; produção florestal; sustentabilidade; Unidade de Conservação.

¹ Doutora em Ecologia; professora associada do NAEA/UFPA. NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará; 66075-110, Belém, PA, Brasil. claudia.azevedoramos@gmail.com

² Especialistas em América Latina do Programa Internacional do USFS/USA. US Forest Service, 1 Thomas Circle, Suite 400 Washington DC, USA. mazweede@fs.fed.us; suelene.usfs@gmail.com

³ Analistas Ambientais da COPROD/CGPT/DISAT/ICMBio; Leonardo Pacheco está, atualmente, na SEDR/MMA. ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Coordenação Geral de Populações Tradicionais. EQSW 103/104, Bloco C, 70.670-350 – Brasília, DF. leonardo.pacheco@mma.gov.br; joao.rocha@icmbio.gov.br

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural associado a conservação de recursos florestais pode ser beneficiado por uma melhor compreensão sobre o comércio de produtos naturais e das dinâmicas que garantem o meio de vida de comunidades (Mahapatra e Shackleton, 2012). A análise da cadeia de valor é uma ferramenta que permite essa compreensão ao identificar atores, atividades, rotas de comércio e as características de oferta e demanda (Kaplinsky & Morris 2001; Marshall et al. 2006). Desta forma, a cadeia de valor compreende diferentes atividades desde a concepção do produto e de suas mudanças de valor no mercado até sua entrega ao consumidor final (Kaplinsky e Morris 2001). Ao longo desse caminho existem os que fazem investimentos e recebem θ pelo valor agregado, e há também muitos arranjos sociais, econômicos e de fomento que devem ser considerados. Para fortalecer a cadeia produtiva e de valor de determinado produto, especialmente os de origem da sociobiodiversidade, é fundamental entender as especificidades dos atores envolvidos e os arranjos existentes.

Como fortalecimento de uma cadeia entende-se maior estabilidade na produção e mercado, melhor qualidade de produto, e melhor renda ou valor para todos os atores envolvidos, seja o produtor ou o intermediário ou o consumidor final. Já que há uma dependência entre todos os elos da cadeia, o fortalecimento da cadeia é benéfico a todos os atores, uma vez que leva a estabilidade de relações comerciais em longo prazo (Pittan e Sowlat, 2014). No caso de produtos da sociobiodiversidade, qualquer esforço visando a consolidação dessas cadeias deve também considerar um processo de fortalecimento das organizações sociais presentes nos territórios.

As cadeias de valor com origem em áreas protegidas (APs) podem ter vantagens sobre aqueles mesmos produtos produzidos em outras áreas como, por exemplo, a garantia de certo nível de governança e controle sobre os território, e potencial de identificação de origem com razoável condição de rastreabilidade. Em contrapartida, além de metas de aumento de renda, dentro de áreas protegidas também há metas de conservação do ecossistema, da proteção da forma de vida dos povos e comunidades tradicionais, e de manutenção de atividades econômicas diversificadas nas comunidades (Humphries e Holmes, 2014).

Estas dinâmicas algumas vezes causam tensões entre os diferentes interesses associados a essas metas múltiplas. Acredita-se que atividades econômicas de base florestal podem contribuir para a manutenção da cobertura florestal ao substituir atividades econômicas que convertem florestas em outro tipo de uso da terra e ao aumentar o valor das áreas protegidas para populações locais, regionais e nacionais. Esta valorização pode contribuir para diminuir o risco de invasão das áreas, como também o custo de seu monitoramento e proteção, ao se considerar também a importância do controle social realizado por parte das próprias populações envolvidas na gestão dos territórios. Comunidades que atingem uma melhor qualidade de vida por meio da renda e outros benefícios gerados por cadeias de valor de base florestal sustentável teriam menos conflitos de uso de terra e maior efetividade na cogestão das áreas, contribuindo com a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável (Jensen & Meilby 2008; Schmidt &

Ticktin 2012; Virapongse et al., 2013). No entanto, os estudos socioeconômicos específicos para estas cadeias em UCs da Amazônia Brasileira ainda são, em sua maioria, incipientes.

Nesse sentido, o primeiro passo é compreender como os atores envolvidos em cadeias de valor florestais com origem em unidades de conservação (UCs) percebem as oportunidades e desafios envolvidos em uma cadeia específica. Com base nesta informação, é possível desenvolver estratégias para apoiar o fortalecimento das cadeias de valor.

Neste estudo, reunimos as percepções de produtores e compradores em três cadeias de valor com origem em UCs da Amazônia: madeira comunitária, castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), e pirarucu (*Arapaima gigas*). As cadeias de valor avaliadas foram escolhidas pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), órgão gestor das UCs federais, por entendê-las importantes no contexto da gestão territorial como estratégia de conservação ambiental em unidades de conservação de uso sustentável da Amazônia.

METODOLOGIA

Os atores envolvidos com as cadeias de valor, compreendidos entre produtores, beneficiadores, compradores e técnicos, foram reunidos em três oficinas específicas para cada cadeia de valor em junho de 2015 (Tab. 1).

Tabela 1: Resumo das características das três oficinas sobre cadeia de valor específicas de unidades de conservação da Amazônia.

Características/ cadeias de valor	Madeira	Castanha	Pirarucu
Data e local	15-16 Junho 2015; Alter do Chão, Pará	18-19 Junho 2015; Manaus, Amazonas	23-24 Junho 2015; Manaus, Amazonas
Áreas Protegidas Representadas (gestores e moradores)	RESEX: Tapajós Arapiúms, Mapuá, Alto Juruá, Chico Mendes, Verde para Sempre, Arioca-Pruaã, Ituxi FLONA: Tapajós, Purus RDS: Uatumã	RESEX: Ituxi; Cazumbá-Iracema; do Rio Cajari; Rio Iriri; Rio Xingu; Riozinho de Anfrizão; Rio Unini; Verde para Sempre; FLONA: Saracá –Taquera RDS: Piagaçu-Purus; TI: Zoró; Apurina;	RESEX: Médio Purus; Rio Unini; Médio Juruá; Resex Baixo Juruá; Auati-Parana RDS: Mamirauá; Amanã; Piagaçu-Purus TI: Paumari;
Grupos de Trabalho Regionais	Acre, Amazonas, Pará	Calha Norte+Amapá; Terra do Meio+Verde para Sempre; Acre; Mato Grosso+Sul de Amazonas+Rondônia; Norte do Amazonas	Médio Solimões; Juruá; Purus
Elos Considerados	Insumos, Produção, Beneficiamento, Comercialização, Consumidor Final	Produção; Beneficiamento, Comercialização, Industrialização; Consumidor Final	Manejo e Produção; Beneficiamento; Comercialização; Consumidor Final
Instituições Sociedade Civil	Instituto Floresta Tropical (IFT); Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Amazonas (IDESAM); Conselho Nacional de Seringueiros (CNS); Instituto do Homem na Amazônia (IMAZON); Tropical Forest Foundation (TFT);	IFT; IPAM; Conservação Estratégica (CSF); Fundação Vitória Amazônica (FVA); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Instituto de Manejo e Certificação Florestal (IMAFLOA); Instituto Piagaçu Purus (IPi); Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ); Operação	CSF; FVA; IEB; IFT; IPi; IPAM; CNS; OPAN Comissão Pastoral da Terra (CPT); Wildlife Conservation Society—Brasil (WCS).

Características/ cadeias de valor	Madeira	Castanha	Pirarucu
	Projeto Saúde e Alegria	Amazônia Nativa (OPAN); Pacto das Águas; Fundação Getúlio Vargas (FGV); IEB	
Agências de Governo	Serviço Florestal Brasileiro; ICMBio--Brasília; ICMBio—Santarém; Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade do Pará (IDEFLORBio); CONAB; Serviço Florestal dos Estados Unidos	ICMBio-Brasília; CONAB; SEMA--DEMUC; Serviço Florestal dos Estados Unidos	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério de Pesca e Agricultura (MPA); Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); SEMA-DEMUC; Secretaria Executiva da Pesca--SEPA/SEPROR; FUNAI; ICMBio; CONAB; Agência de Defesa Agropecuária e Florestal (ADAF)
Universidades / Institutos de Pesquisa	Universidade Federal do Pará; Virginia Tech	EMBRAPA; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade Federal do Pará; Universidade da Flórida; Virginia Tech.	Virginia Tech
Empresas	TROPICALMAD; Rancho da Cabocla; Camburi Representações; RONDOBEL; MAFLOPS; ALECRIM	Amazon Brasil Nuts; Exportadora Florenzano Ltda.; Exportadora Mutram; Nutrimental	Frigopesca
Cooperativas	COOMFLONA; COOPERFLORESTA;	COOMARU; COOPERACRE; COOPERALCA; COOPMAS;	COOPMAS
Associações	AMOPREX; APADRIT; ASAREAJ;	ACORQAT; AMAC; AMOBIO; FOCIMP; FETTAGRI	ASCOPEPT; FOCIMP
Outros	IP Consult	Projeto GATI/PNUD	
Número de participantes	55	72	58

Todas as oficinas seguiram uma agenda e atividades padrões, resumida em (1) estabelecimento de contexto através de 2-3 palestras sobre iniciativas produtivas envolvidas com o produto específico da oficina; (2) diálogo entre compradores / distribuidores / beneficiadores presentes nas oficinas e os demais participantes para compreensão das diferentes visões; (3) desenho livre, em grupos regionais, do “caminho” seguido pelo produto desde sua condição inicial na floresta até sua transformação nos produtos utilizados pelo consumidor; (4) identificação de entraves percebidos pelos atores ao nível da região e proposta de soluções. Três entraves e respectivas soluções por elo da cadeia foram priorizadas pelos participantes por voto em plenária. Os elos normalmente considerados foram Produção, Beneficiamento, Comercialização e Consumidor Final, mas na oficina da Madeira foi incluído o elo Insumos e na oficina da Castanha, o elo Industrialização. Com esse desenho, os detalhes das cadeias de valor, seus entraves, e as recomendações de soluções foram oferecidos de forma participativa pelos participantes das oficinas e espelham a percepção da maioria.

É preciso mencionar que apesar da inclusão de vários atores das cadeias nas oficinas, a preponderância de representantes comunitários levou a um foco nos entraves no nível da

produção, e as soluções e planos de ação liderados por sociedade civil e agências de governo com responsabilidade para com as comunidades. As propostas de soluções para a cadeia como um todo, com intervenções em outros elos, inclusive mercado, não foram frequentes, nem trabalhadas em detalhes.

RESULTADOS

Embora haja similaridades, de forma geral, as cadeias de valor possuem características bem específicas a cada uma (Tab. 2), com repercussão na escolha das propostas para seu fortalecimento.

Tabela 2: Comparação entre as cadeias de valor avaliadas, mostrando suas características particulares

Madeira	Castanha	Pirarucu
<ul style="list-style-type: none"> • Alta carga de insumos para o planejamento • Compras institucionais limitadas • Dependência de Plano de Manejo da UC completo • Dependência do plano de manejo do recurso atualizado • Licenciamento complexo • Concorrência com produto ilegal • Falta de crédito para o setor 	<ul style="list-style-type: none"> • Compras institucionais significativas • Concorrência entre cooperativas e intermediários tradicionais • Falta de capital de giro • Falta de controle da qualidade do produto 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de manejo de base científica / conservacionista • Regras sanitárias • Limitação no tempo de armazenamento do produto • Compras institucionais significativas • Concorrência com produto ilegal • Mercado nacional e internacional fraco

Das UCs federais representadas na oficina da Madeira, só três tem venda ativa e autorizada de madeira (Flona Tapajós, Resex Chico Mendes, Resex Verde Para Sempre). Entre as demais, existem aquelas que estão prontas para começar a extração (RESEX Ituxi, Flona Purus); e as que estão buscando a adequação aos ritos administrativos e técnicos exigidos por força de lei ou ainda amadurecendo as concepções de projetos (Resex Tapajós-Arapiuns; RESEX Mapuá, e RESEX Arioca-Pruanã). A UC estadual RDS Uatumã tem venda ativa e autorizada. Os entraves principais identificados que afetam a cadeia como um todo são a falta de crédito ou outras formas de investimento no setor, e o impacto negativo da madeira de origem ilegal, tanto no preço como na reputação dos produtores comunitários e das empresas madeireiras. A morosidade e complexidade do licenciamento dos planos de manejo florestal comunitário e os entraves na autorização de serrarias pertencentes a cooperativas também são entraves recorrentes.

Todas as áreas protegidas (UCs e terras indígenas) representadas na oficina da Castanha têm venda ativa de castanha, mas cada região e cada AP apresenta um modelo diferente de comercialização da castanha *in natura* e/ou com algum grau de beneficiamento. No extremo mais evoluído, temos o caso da COOPERACRE, cooperativa que compra

castanha não só dos cooperados, mas também de outras fontes, faz o beneficiamento, e negocia diretamente com indústrias que integram a castanha em outros produtos (p.e. barras de cereal da Nutrimental). No outro extremo, temos o caso de algumas comunidades na Calha Norte, onde o produtor ou uma associação entrega a castanha *in natura* a um atravessador capitalizado por uma beneficiadora que compra as castanhas nos limites da área protegida. Casos de certificação da castanha com selos FSC ou orgânico ainda são raros no Brasil comparado com a situação na Bolívia; a experiência do Pacto das Águas nas Terras Indígenas do Mato Grosso foi única na oficina neste sentido.

Diferente da situação com a madeira e o pirarucu, a castanha não enfrenta problemas com ilegalidade nem tem uma sobrecarga de requisitos de manejo e licenciamento. Uma característica generalizada da cadeia é a falta de padrão de qualidade e preço diferenciado para produto de alta qualidade, que deveria ser oferecido seja pelo atravessador ou diretamente pela empresa beneficiadora/exportadora. Uma importante dinâmica observada foi a concorrência entre cooperativas e beneficiadoras da castanha *in natura* colhida pelos castanheiros. Esta concorrência tem sido positiva no sentido de aumentar o valor da castanha para o produtor, mas por outro lado existe o temor de um impacto negativo nas cooperativas que precisam se fortalecer rapidamente. O diferencial entre o comprador tradicional e a cooperativa é a capacidade do primeiro de pagar a castanha de imediato, enquanto que a cooperativa precisa vender a castanha antes de pagar ao produtor. Sistemas de capital de giro ou crédito são soluções claras nesta situação.

Diferente das outras duas cadeias, a produção originada de manejo de pirarucu em UCs está restringida ao estado de Amazonas e, por ter sido desenvolvida inicialmente nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) estaduais, o sistema de manejo e venda tem grande influência de processos e agências estaduais.

Como resultado do declínio das populações de pirarucu no passado, a consequente proibição da pesca, e a atual liberação de quotas limitadas em lagos de manejo, o manejo deste recurso tem maior respaldo de pesquisas científicas do que as outras cadeias. Em contrapartida, apesar do manejo complexo e sofisticado, a cadeia do pirarucu tem baixo nível de industrialização e valor agregado em comparação com as outras duas. A necessidade de trabalhar o mercado final é clara, particularmente devido ao aumento na produção de pirarucu em tanques no Brasil e no Peru. Esta situação pode ser uma ameaça ou uma oportunidade para o pirarucu manejado, dependendo de como seja trabalhado o mercado.

A disponibilidade de pirarucu de criação pode incentivar demanda para um peixe ainda pouco conhecido fora da Amazônia brasileira, abrindo espaço para o pirarucu manejado, desde que resolvidas as questões sanitárias. Outra questão levantada pelos participantes foi a necessidade de adequação do beneficiamento do peixe nas comunidades às normas sanitárias federais.

Assim como na cadeia da castanha, as compras institucionais são um mercado importante para os produtores de pirarucu, porém não existe a mesma diversidade de subsídios (p.e. preço mínimo) para o pirarucu como para a castanha. O papel das compras institucionais, importantes na produção de madeira na região de Lábrea, e da castanha e do pirarucu em toda a Amazônia, deve ser melhor analisado e integrado com o mercado

privado, já que apresenta uma importante oportunidade para a estabilidade destas cadeias, enquanto ocorre o fortalecimento do mercado privado.

A tabela 3 ilustra as diferenças entre os principais entraves presentes nas três cadeias, ressaltado a baixa similaridade entre as cadeias e a necessidade de soluções diferenciadas. Os problemas que foram comuns às três cadeias dizem respeito a um mercado ainda inseguro para os produtos florestais, falta de assistência técnica específica e um consumidor ainda não consciente sobre produtos com melhores práticas socioambientais.

Tabela 3: Principais categorias de entraves identificados nos workshops, priorizados aqueles que se solucionados fortaleceriam a cadeia como um todo.

	Categoria de Entrave	Madeira	Castanha	Pirarucu
1	Falta de protocolo para venda direta (em vez de leilão)	X		
2	Sistema de licenciamento e rastreio complexo, desatualizado	X		
3	Variação na qualidade do produto		X	
4	Falta de recurso para vigilância comunitária			X
5	Falta de infraestrutura (transporte, armazenamento, beneficiamento)			X
6	Legislação inadequada (ambiental, sanitária)			X
7	Baixa disponibilidade de capital financeiro em forma de capital de giro ou crédito	X	X	
8	Competição com produto ilegal	X		X
9	Fiscalização insuficiente	X		X
10	Mercado inseguro	X	X	X
11	Assistência Técnica e Extensão incipientes / limitadas	X	X	X
12	Falta de conhecimento/interesse pelo consumidor na origem do produto e nos produtores	X	X	X

A figura 1 apresenta um resumo das estruturas e os atores das três cadeias de valor, gerados com base nos múltiplos mapas das cadeias de cada área protegida desenhadas durante as oficinas. A figura ilustra, ainda, os vários produtos gerados ao longo das cadeias. Dependendo da UC e do grau de beneficiamento experimentado em uma cadeia, os elos podem ser abreviados ou subtraídos. Por exemplo, a castanha pode ser vendida *in natura* ao consumidor final ou passar previamente por diferentes tipos de beneficiamento.

A forma como se organizam as cadeias refletem os principais entraves identificados em cada elo da cadeia e as perspectiva dos participantes para suas possíveis soluções (Tab. 4 a 6).

Figura 1: Etapas, transformação do produto e atores na cadeia de valor da madeira, castanha e pirarucu segundo atores participantes das oficinas de cadeia de valor.

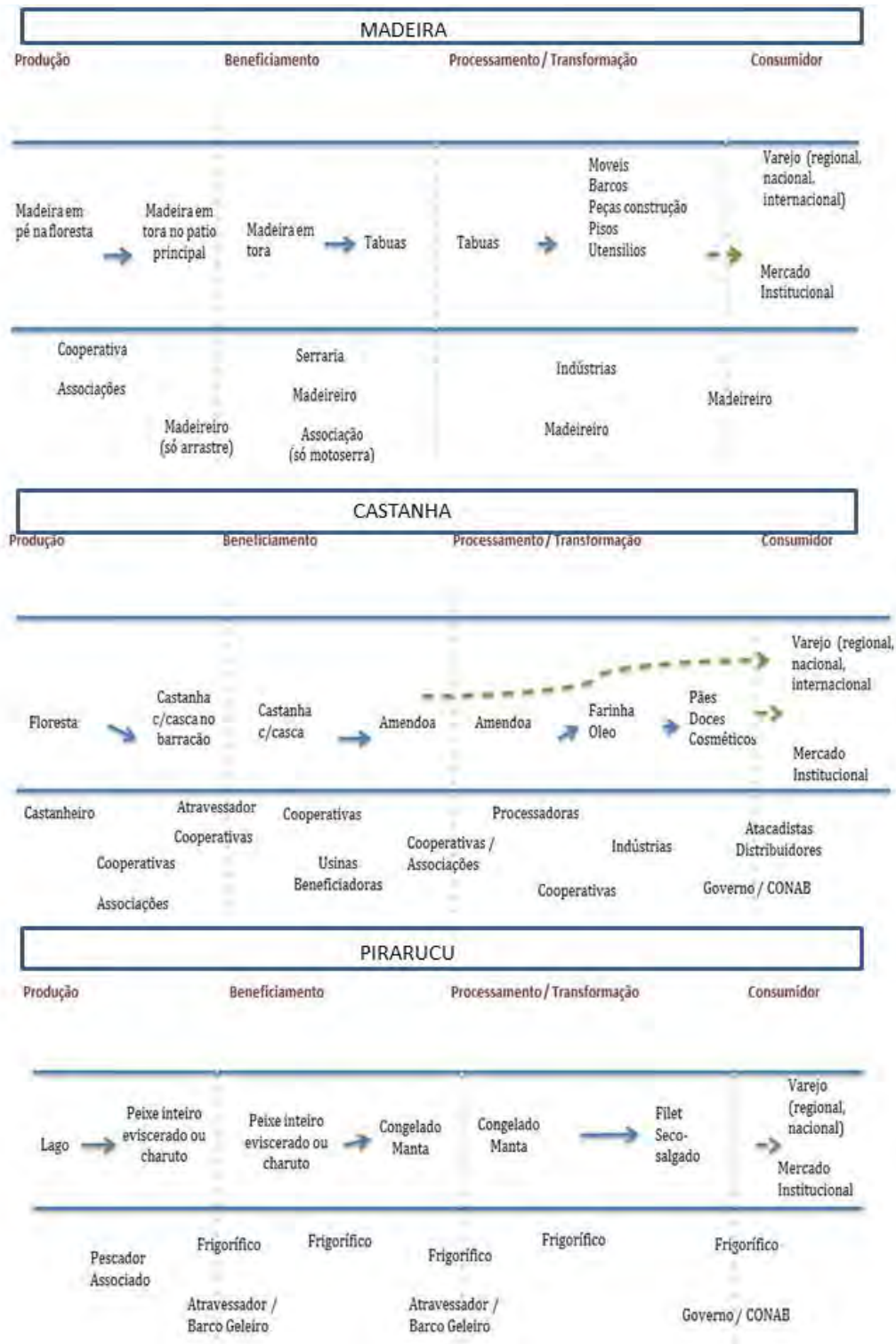


Tabela 4: Potenciais soluções aos entraves principais da CADEIA DA MADEIRA COMUNITÁRIA com base na percepção dos participantes da oficina.

Resultado Esperado	Estratégia	Atividade
Aumentar a disponibilidade de capital financeiro para planejamento e implementação do manejo pelas comunidades	Uma política institucional (ICMBio) para articular convênios para financiar linhas de crédito com financiadores e articulação para política de fomento a atividade de manejo	Elaborar proposta de política pública para o manejo florestal (governo federal)
Reduzir a morosidade no licenciamento dos empreendimentos	Fortalecer o corpo técnico do ICMBio para tocar a agenda do MF pelo Órgão	Articular com as coordenações Regionais e Unidades de conservação reunião com o novo presidente do ICMBio para pleitear fortalecimento do corpo técnico
	Elaborar proposta de política pública para o manejo florestal (governo federal)	Reunião ou Oficina para resgatar o programa de apoio ao Manejo florestal comunitário e Familiar - MFCF Articulação para que propostas baseadas nos resultados da Oficina da Cadeia da Madeira sejam apresentadas no 3º Chamado da Floresta (out/2015)
Simplificar e atualizar o sistema DOF	Criação do GT de reavaliação do DOF	Encaminhar para MMA, ICMBio, IBAMA e SFB os resultados da Oficina e cobrar posicionamento das instituições Planejar e testar modelos alternativos de DOF Propor um GT com diferentes representantes dos diversos setores da cadeia (usuários do sistema) para participar e acompanhar testes e aprimoramentos do SINAFLOR
Aumentar a disponibilidade de capital financeiro inicial	Estabelecer e simplificar os procedimentos de acesso a crédito; divulgar	Demandar uma linha de crédito para o manejo florestal comunitário Articulação com MDA para reformulação do PRONAF para atividades produtivas de média e alta escala de produção em UC de uso sustentável Propor a criação de um GT no CONAMA para as cadeias produtivas em unidades de conservação
Agilizar o licenciamento de serrarias (das comunidades / cooperativas) e dos portos com IBAMA	Aumentar interações entre IBAMA e ICMBio e esclarecer de competências Estruturar o ICMBio para o licenciamento de todas a cadeias do MFC	Viabilizar acordos de cooperação técnica ICMBio/IBAMA Reforçar a Proposta do CNS para a criação do Centro Nacional de Manejo Florestal comunitário – CEFLO/ICMBio
Estabelecer um protocolo para venda direta por comunidades, para substituir o sistema leilão	Buscar mecanismos transparentes para a venda direta	Pacificar o entendimento sobre a comercialização da madeira em UC Elaborar protocolos para venda direta
Reduzir a competição com a madeira ilegal	Intensificar e apoiar a fiscalização	Fortalecer ações de fiscalização conjuntas dos órgãos públicos; Utilizar técnicas aplicadas de sensoriamento remoto; Demandar a estruturação dos órgãos fiscalizadores; Demandar o aumento do número de fiscais; Implementar Programa de Agente Ambiental Comunitário
Reduzir a indiferença	Criar rede de campanha	GT Campanha da madeira composto por ICMBio, SFB, IBAMA, ONGs,

Resultado Esperado	Estratégia	Atividade
do consumidor final sobre o valor e significância da madeira de origem legal	de madeira legal	empresas e associações produtoras da cadeia de valor da madeira Potenciais ações a serem desenvolvidas: Criação e veiculação de spots de rádio; revistas do setor florestal, Mídias digitais; Inserir a campanha na agenda das instituições; Campanha nacional com recursos públicos

Tabela 5: Potenciais soluções aos entraves principais da CADEIA DA CASTANHA com base na percepção dos participantes da oficina

Resultado Esperado	Estratégia	Atividade
Aumentar o acesso dos produtores e associações à capacitação, ATER para organização social, gestão financeira, e diversificação	Capacitação em organização social para a produção	Criar um GT hoje para formular um plano pedagógico para um curso modular para capacitação continuada por zonas de produção. Vincular à “rede da cadeia” para capitalizar recursos financeiros para capacitação. O GT vai elaborar um manifesto com as demandas da cadeia para o III chamado da floresta
Estabelecer incentivos para qualidade— atualmente não há diferenciação de preço para o produtor para produto com melhor qualidade	Elaboração de um programa de monitoramento com a participação dos produtores Estabelecer um padrão de qualidade da castanha (níveis municipal, estadual e federal)	Usar o protocolo já existente do ICMBio adequando-o a realidade local. Base: protocolos da Resex Cazumba-Iracema do ProBuc Reunião com os elos da cadeia para definição do padrão da qualidade por zona de produção
Assegurar a valorização das boas práticas do beneficiamento, poderiam levar a um produto de melhor qualidade	Dialogar com atravessadores para estabelecer uma nova relação comercial e social Fortalecer as cooperativas locais para financiamento que não gera endividamento	Ter um diálogo direto com a indústria para mudar as práticas dos atravessadores. Estabelecer rodadas de negociação iniciadas na comunidade para mudar a relação produtor - atravessador Não foi trabalhado
Estabelecer sistema(s) de certificação do produto	Articulação para adequação das exigências da certificação para a realidade local.	Identificação de cooperativas/associações já estruturadas para dar suporte, mostrar caminhos
Aumentar a garantia de mercado para os produtores	Criação de uma rede de produtores/ comunidades (online) para troca de informação para comercialização	Buscar parcerias com OEMAs, CDS, organizações locais; fazer levantamento das comunidades, criar plataforma web
Aumentar a disponibilidade de capital de giro para as associações/ cooperativas	Divulgação das linhas de crédito disponível	Cursos, palestras, divulgação com panfletos, divulgação online, visita a campo para capacitar / divulgar
Aumentar o intercâmbio de informação entre produtores e indústria	Criar uma rede da cadeia da castanha	Realizar uma oficina/encontro para criação e definição da rede (papeis, objetivos, ações) [2do semestre 2015]. Buscar suporte financeiro: governos (MDA, MDS, MMA, gov. estaduais), Doadores internacionais, patrocínios.
	Promover rodadas de	Criar uma plataforma de informações e contatos para servir

negociações entre produtores e indústria (seguindo o exemplo do Pacto das Aguas)	de base para a rede (ex. Facebook). Buscar incentivo das indústrias/governos para apoiar organizações de apoio regionais para promover intercâmbio entre indústria e produtores.
----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 6: Potenciais soluções aos entraves principais da CADEIA DO PIRARUCU com base na percepção dos participantes da oficina

Resultado Esperado	Estratégia	Atividade
Fortalecer a organização comunitária para a gestão (manejo e produção)	Criar uma rede de experiências de manejo do pirarucu	Realizar reunião para concepção da rede de manejadores de Amazonas
	Criar grupo de manejadores para replicar o curso de contagem e certificação em outras áreas	Reunir instituições e organizações de base para debater soluções para institucionalizar cursos de contagem
	Capacitação dos comunitários e gestores para gestão de manejo	Oficinas, cursos, intercâmbios
Aumentar e melhorar a fiscalização nas áreas de manejo (atendimento de denúncias, número e duração de operações)	Ações coordenadas para a fiscalização	Criar um fórum (aos moldes do Dialogo Amazonas) para discutir fiscalização
	Criar câmara técnica no Conselho Deliberativo / Consultivo da UC (CT da Fiscalização)	Na reunião de conselho
Aumentar os recursos para pagar o alto custo da vigilância nas áreas de manejo (infraestrutura, combustível, alimentação, diária)	UC com ARPA planejar no POA apoio para vigilância	Reunião de planejamento do POA Bianual (2016-2017) (segundo semestre)
	Valorizar / valorar o serviço ambiental do manejo	Apoiando com combustível e estrutura para vigilância às Tis
	Levantamento dos custos por área de manejo	Oficina nas comunidades
Adequar a legislação ambiental para o manejo do pirarucu, inclusive a legislação do defeso que hoje é inadequada aos regimes locais de cheia e vazante	Regulamentar o processo de contagem de pirarucu e a determinação das cotas de pesca, e revisar as normas de defeso.	Integrar o documento técnico que já existe na legislação
	Recuperar a discussão da regulamentação da pesca do pirarucu (como um tudo) e a minuta existente.	Elaborar um ofício para MPA e MMA cobrar a retomada desse processo na base
Aumentar os investimentos em infraestrutura e em capacitação para transporte, armazenamento, e beneficiamento nas comunidades	Elaborar plano de negócio para planejar investimento em infraestrutura e custos associados	Considerar calendário anual de atividades pra infraestrutura
	Plano de negócios e de produção para as UC / TI pensando em todas as atividades produtivas	Calcular custos de manutenção / gestão da infraestrutura
	Elaborar proposta de infraestrutura considerando diversas atividades de pesca / produtivas	
Implementar infraestrutura adequada para evisceração na comunidade	Buscar financiamento para implementar infraestrutura nas comunidades	Organização comunitária para acesso ao financiamento
	Buscar capacitação em gestão / planejamento financeiro	
	Buscar capacitação em boas práticas de beneficiamento	

Resultado Esperado	Estratégia	Atividade
Melhorar a infraestrutura para transporte nas comunidades	Identificar alternativas de transporte até pre-beneficiamento	Compra jirico: buscar financiamento (banco do povo, BASA); reservar recursos da pesca para a compra)
Implementar infraestrutura para beneficiamento (frigorífico) e armazenamento nas comunidades (proposta 1)	Solicitar investimento governamental para estruturar beneficiamento	Governo constrói e passa a gestão para organizações que fazem manejo
Implementar infraestrutura para beneficiamento (frigorífico) e armazenamento (proposta 2)	Obter informação sobre normas sanitárias (ADARF)	Fazer requerimentos junto a ADARF e ADS para visita as comunidades
	Ter perfis / projetos básicos adaptados e aprovados	Elaborar projeto com padrão mínimo para atendimento as norma sanitárias (ADS, MDA)
	Ter recursos \$ para construções e adaptações	Buscar financiamento para construção de novas estruturas ou adequação das existentes Emissão de DAP (documentos necessários para acesso a financiamento e compra institucional. Quem gera o DAP: IDAM, MPA, CNS, INCRA.
Adequar a legislação sanitária ao contexto da produção do pirarucu, para permitir o pre-beneficiamento do peixe eviscerado que vem da UC	Pressionar estado e municípios para adequar a legislação	1: elaborar moção/documento de posicionamento a ser encaminhado; 2. Criar GT (ou GTs por rio) da pesca manejada; 3. Acompanhar processo de adequação da legislação Inserir participantes no GT da pesca do CONEPA
Reduzir / eliminar comercio ilegal	Melhorar vigilância / intensificar a vigilância comunitária	Planejamento das ações de vigilância comunitária
		Levantar os custos da vigilância
	Melhoria da fiscalização	Solicitar ação conjunta com órgãos competentes
		Capacitar agentes ambientais voluntários (SEMA-DEMUC)
Fortalecimento das secretarias municipais de meio ambiente	Fortalecimento das secretarias municipais de meio ambiente	Elaborar plano de proteção das UCs (fiscalização e vigilância)
		Formalizar cobrança dos órgãos competentes
		Fiscalização dos comércios no estado / barcos
Aumentar o conhecimento do	Campanha para explicar peixe manejado e não	Aumentar o quadro dos servidores do ICMBio / IPAAM/ SEMA / IBAMA / FUNAI
		Instalar postos do Batalhão Ambiental da Polícia Militar do AM em regiões estratégicas
Aumentar o conhecimento do	Campanha para explicar peixe manejado e não	Divulgação via radio para comunitário; Sensibilizar professores de educação

ações que em muitos casos extrapolam a competência da instituição. Por exemplo, podemos citar a demanda de inclusão do pirarucu em políticas públicas, como a Política de Garantia de Preços Mínimos dos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) ou ainda a adequação de linhas de crédito à realidade desses negócios, ambos fora da responsabilidade do ICMBio. Por outro lado, os participantes das oficinas identificaram várias ações com interface direta ou indireta na atuação do ICMBio, como a desburocratização de processos autorizativos ou licenciatórios, o estabelecimento de articulações junto às outras instâncias de governo e, por fim, a qualificação de processos de gestão das unidades de conservação considerando seus aspectos de uso e ocupação territorial e da conservação ou preservação ambiental. Facilitar o fluxo de informação e simplificar regulamentações - hoje ainda muito complexas para serem atendidas por comunidades - são exemplos de ações que também podem ser transformadoras da realidade atual.

Normalmente, populações carentes e, em especial, aquelas residentes em UCs sofrem desvantagens competitivas para colocar seus produtos nos mercados devido a vários fatores: custos e riscos altos, dificuldade no acesso a insumos e serviços, dificuldade no acesso de mercado financeiro, escolaridade, escala e qualidade da produção, distância do mercado, entre outros (Gomes et al., 2012). No entanto, as oportunidades podem estar associadas a produtos que são exclusivos dessas áreas, que os produtores tenham autonomia ou que sua produção tenha valor agregado devido a valorização das condições socioambientais em que são produzidos. Desenvolver ou fortalecer mercados para produtos de áreas protegidas pode ensejar estratégias que possuam sinergia com modelos de desenvolvimento local.

Neste sentido, a criação de selo de identificação de origem pelo ICMBio poderia ~~conquistar~~ determinados nichos de mercado ao se ofertar produtos diferenciados, divulgando tecnologias sociais e práticas sustentáveis de produção com valorização de componentes socioambientais. Um exemplo recente é o Selo "Indígenas do Brasil" da FUNAI, em parceria com Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e com o Ministério da Justiça, lançado em 2015 como um mecanismo de identificação de origem da produção da agricultura familiar oriunda de terras indígenas. Esses selos de origem podem, paulatinamente, se desenvolver para um selo de sustentabilidade à medida que as comunidades vão amadurecendo em suas boas práticas de manejo.

As compras públicas também têm sido debatidas como um mecanismo eficaz na valorização de produtos sustentáveis (Betiol *et al.*, 2012) e podem ter papel relevante no fomento a essas cadeias. No âmbito federal, entre os produtos da sociobiodiversidade cobertos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) executada pela Conab, estão incluídos a castanha-do-brasil com casca, açaí (fruto), babaçu (amêndoa), borracha natural, pequi (fruto), piaçava (fibra), umbu (fruto), mangaba (fruto), baru (fruto), cera de carnaúba e pó cerífero. Por sua vez, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003, compra produtos alimentícios diretamente dos agricultores familiares, ou suas organizações, com dispensa de licitação. No entanto, PAA ainda não têm uma cobertura satisfatória no Norte do país, especialmente considerando produtos do extrativismo orgânicos (Galindo, 2014). Outro programa do governo federal que se relaciona com os dois

primeiros é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Juntos eles podem ter impacto positivo na cadeia de produtos florestais, mas ainda há possibilidade de ampliação. Essa foi, de fato, uma demanda considerada importante na oficina do pirarucu ao solicitar a inclusão desse produto no PGPM-Bio. Por outro lado, na região de Lábrea (AM), as compras municipais de móveis escolares por meio do Programa de Regionalização de Móveis Escolares (PROMOVE) gerou receita de R\$ 215,5 mil em 2013 (ou 35% do volume comercializado), consumindo quase que a totalidade das vendas dos produtores de manejo comunitário (IEB e IDESAM, 2014).

As comunidades residentes de UCs participantes das oficinas demonstraram compreender bem onde estão as maiores dificuldades na sua atividade produtiva, refletindo o tempo de envolvimento com a atividade e seu amadurecimento frente as reais necessidades da cadeia. Muitas das conquistas também estão associadas ao seu próprio esforço e organização social. No entanto, também é claro que a distancia entre local de produção e o mercado pode levar a um isolamento que prejudica o fluxo de informações importantes para o negócio, como preço, qualidade, oportunidades e acesso a compradores (Marshall *et al.*, 2006). No outro extremo da cadeia de valor, os compradores, por sua vez, mostraram-se distantes dos produtores, sem compreender suas dificuldades e sem participarem como agentes ativos na solução. O intermediário continua sendo aquele que concentra o maior volume de informações entre os dois extremos da cadeia e, portanto, com vantagens comerciais. Uma resposta percebida nas oficinas tem sido a opção das cooperativas de se fortalecer e ocupar os espaços tanto do intermediário como do comprador/beneficiador (e.g. o caso da COOPERACRE, no Acre). Outras ações, no sentido de aproximar produtores e compradores ou profissionalizar o papel de intermediário, poderiam ensejar benefícios no manejo, na qualidade do produto, no transporte e na comercialização para todos os atores. Atrair empresas de maior porte pode também contribuir para a estruturação de cadeias produtivas (Alvarenga e Reid, 2014). As oficinas propiciaram vários desses acordos futuros de forma espontânea. Continuar fomentando essas oportunidades de encontro é um passo importante para o aumento do diálogo.

É preciso também considerar o papel das ONGs e outras instituições da sociedade civil no fortalecimento das cadeias. As ONGs não só proveem capacitação em boas práticas e organização social, informação técnica, e gestão de negócios, elas levantam fundos para projetos comunitários, facilitam a comunicação entre culturas tão diferentes como a do extrativista e a do empresário, e trazem análises ecológicas e socioeconômicas essenciais para assegurar a sustentabilidade da produção nas APs. Dessa forma, em uma estratégia de fomento às cadeias de valor, as ONGs e OSCIPS constituem-se em parceiros essenciais.

Há ainda alguns riscos hipotéticos a serem considerados na abordagem de fortalecimento de cadeias de valor em UCs (GTZ, 2007). A promoção de mercados competitivos, normalmente, pode impactar negativamente produtores de pequena escala e beneficiar aqueles maiores e mais eficientes. Ainda, a abordagem de mercado pode afetar a segurança alimentar dessas populações se sua produção for estimulada apenas para a venda externa ou no foco em monoculturas. É preciso também considerar que a melhoria em produtividade pode acarretar baixa dos preços e seu efeito precisa ser previsto. Ainda, é preciso embasar as propostas de negócios com análises econômicas para identificar aquelas

mais viáveis (Humphries e Holmes, 2014). Estudo anterior - com cadeias da castanha, pescado, madeira e turismo na Amazônia - demonstrou que mesmo atividades com investimentos economicamente viáveis, não geram renda capaz de impactar a qualidade de vida de povos e populações tradicionais, já que essa se manteve abaixo de um salário mínimo quando considerado os atuais mercados (Alvarenga e Reid, 2014).

É preciso, considerar, no entanto, que as comunidades têm economia mista e, portanto, não dependem do ganho com apenas uma atividade; a moeda em papel é escassa dentro de UCs e sua fonte é, assim, necessária; e as atividades também contribuem para melhor proteção e gestão ambiental das unidades. Nesse sentido, os benefícios de fomentar essas cadeias de valor de produtos florestais para as populações residentes ainda cobrem os riscos. O maior custo em subestimar essas atividades florestais é vê-las substituídas por pecuária e agricultura tradicionais dentro de UCs ou assistir ao êxodo das populações em direção as cidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos participantes das oficinas sobre cadeias de valor desse estudo pela sua colaboração para o melhor entendimento sobre as cadeias aqui estudadas. As tabelas de entraves e soluções, assim como o detalhamento das cadeias de valor, são insumos diretos dos participantes. O resumo executivo sobre as oficinas, assim como as listas de participantes estão disponíveis em www.icmbio.gov.br. As opiniões aqui expressas são, no entanto, de responsabilidade dos autores. Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto Parceria para a Conservação da Biodiversidade e teve apoio da USAID.

LITERATURA CITADA

Alvarenga, F. R.P.; Reid, J. 2014. Viabilidade econômica de negócios sustentáveis da biodiversidade em áreas protegidas. Conservation Strategy Fund. Série Técnica. Edição 30. Rio de Janeiro, RJ.

Betiol, L.S.; Uehara, T.H.K.; Laloë, F.K.; Appugliese, G. A.; Adeodato, S.; Ramos, L.; Monzoni Neto, M.P. 2012. Compra Sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde inclusiva (1ª ed). Programa Gestão Pública e Cidadania. FGV-EASP. São Paulo, SP

Galindo, E.P., 2014. Compra de produtos agroecológicos pelo PAA. Revista Desafios do Desenvolvimento - IPEA, Ano 10, Edição 80. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3060&catid=29&Itemid=34

GTZ. 2007. Manual Valuelinks: a metodologia da promoção da cadeia de valor. Manual técnico. GTZ.

Gomes, C.V., Ehringhaus, C., Dutra, C. M., Pantoja, E., Toni, F., Schielein, J., Hargrave, J., Carvalheiro, K., Rocha, L., Amaral Neto, M., Röper, M., Zipper, V., Wirsiget, W. 2012. Oportunidades de apoio a atividades produtivas sustentáveis na Amazônia. GIZ. Brasília, DF.

- Humphries, S; Holmes, T.P. 2014. Green Value: uma ferramenta para a análise financeira simplificada de iniciativas florestais: guia do usuário, ed. 2.0. Relatório técnico. Disponível em www.earthinnovation.org
- ICMBio e USFS. 2015. Parceria para Conservação da Biodiversidade: Resumo executivo oficina cadeias de valor. Relatório não publicado. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e US Forest Service. Brasília, DF. Disponível em www.icmbio.gov.br
- IEB e IDESAM. 2014. Diagnóstico da cadeia produtiva de madeira no município de Lábrea – AM. Relatório técnico. IEB. Brasília, DF.
- Kaplinsky R, Morris M. 2001. A handbook for value chain research. Sussex (UK): IDRC.
- Mahapatra, A.K., Shackleton, C.M. 2012. Exploring the Relationships between Trade in Natural Products, Cash Income and Livelihoods in Tropical Forest Regions of Eastern India. *International Forestry Review* 14(1):62-73.
- Marshall E., Schreckenberg K., Newton A. 2006. Commercialization of non-timber forest products: factors influencing success: lessons learned from Mexico and Bolivia and policy implications for decision-makers. Cambridge (UK): UNEP World Conservation Monitoring Centre.
- Piltan, M.; Sowlati, T. 2014. A review of partnership studies in the forest products value chain: with a focus on developed countries (United States, Canada, and Western Europe). *Forest Products Journal*: 2014, Vol. 64, No. 1-2, pp. 4-10.
- Virapongse, A., Schmink. M., Larkin, S. 2013. Value chain dynamics of an emerging palm fiber handicraft market in Maranhão, Brazil. *Forests, Trees and Livelihoods*, DOI: 10.1080/14728028.2013.868707

ECOFEMINISMO, SUSTENTABILIDADE E EMPODERAMENTO DE MULHERES CAMPESINAS: A LUTA PELA RACIONALIDADE DO USO DOS RECURSOS NATURAIS

Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos¹

Manoel Rufino David de Oliveira²

RESUMO

O propósito deste estudo é analisar como o ecofeminismo, enquanto discurso de sustentabilidade, pode empoderar a atuação de mulheres camponesas em prol da racionalidade do uso dos recursos naturais no meio rural, sendo este o *lócus* de vivência de tais mulheres, marcado por disputas de poder envolvendo questões agrícolas, agrárias e ambientais. Atualmente, a agricultura praticada no meio rural, predatória à natureza e excludente de diversos grupos sociais, faz emergir a necessidade de uma nova racionalidade agroecológica, pautada na construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, intimamente ligado ao ecofeminismo, contestador da exploração feminina e da natureza pelo capitalismo patriarcal, superando estas formas de opressão, viabilizando o desenvolvimento sustentável. Metodologicamente, recorreu-se a fontes bibliográficas secundárias, documentais e outras que se fizeram necessárias, enfocando na América Latina e, especificamente, na Amazônia. Assim, concluiu-se que a lógica de exploração dos recursos naturais é androcêntrica e insustentável, despontando o ecofeminismo como uma opção política de subversão a tal lógica. Considerando a luta pela racionalidade do uso dos recursos naturais enquanto tema central da agenda dos movimentos de mulheres camponesas, concluiu-se que o ecofeminismo constitui uma ferramenta teórico-política legítima para empoderamento de tais movimentos e promoção do desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Ecofeminismo. Sustentabilidade. Mulheres Camponesas.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze how the ecofeminism, as a discourse of sustainability, can empower the role of rural women in favor of rational use of natural resources in rural areas, which is the locus of such women experience, marked by power struggles involving agricultural issues, agriculture and environment. Currently, agriculture practiced in rural areas, are predatory for the nature and exclusionary of various social groups, brings out the need for a new agroecological rationality, based on building a more sustainable development model, closely linked to ecofeminism, contesting the female exploitation and nature by the patriarchal capitalism, to overcome these forms of oppression, enabling sustainable development. Methodologically, it turned to secondary literature sources, documentary and others that were necessary, focusing in Latin America and specifically in the Brazilian Amazonia. Thus, it was concluded that the exploitation logic of natural resources is androcentric and unsustainable, emerging ecofeminism as

¹ Advogada. Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD-UFPA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: isa-vasconcelos@live.com.

² Advogado. Mestrando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD-UFPA). Email: manoel-david@hotmail.com.

a subversive political choice to such logic. Considering the struggle for rational use of natural resources as a central item on the agenda of the peasant women's movement, it was concluded that eco-feminism is a legitimate theoretical and political tool for empowerment of such movements and promoting sustainable development.

KEYWORDS: Ecofeminism. Sustainability. Peasant women.

INTRODUÇÃO

A dominação da mulher pelo homem vem sido reforçada ao longo dos séculos, segundo a lógica de uma sociedade patriarcal, fundada numa visão dualista de que o homem é mais humano que ela e, por esta ser menos humana, ela estaria sujeita a tal dominação. Da mesma forma, animais e florestas seriam passivos de dominação e exploração devido à sua condição não humana e, portanto, “inferior”. Esse “antropocentrismo”, aliado ao “androcentrismo”, justificaria a hierarquia social e ecológica segundo a qual: o que é mais humano pode dominar o que é menos humano. Dessa maneira, além dos problemas sistemáticos relacionados ao machismo e dominação da mulher, vemos que a lógica androcêntrica e antropocêntrica de nossa sociedade também vem alimentando uma desenfreada exploração dos recursos naturais, o que vem suscitando inarredáveis implicações socioambientais.

Tendo sido secularmente definida uma correlação entre a mulher e a Natureza, ao passo que o homem foi ligado à cultura, construiu-se uma lógica ocidental de exploração na qual se justifica essa dominação apenas pelo fato da cultura ser superior à natureza, na sociedade ocidental. Nesse contexto específico, em muitas comunidades rurais, vemos que ainda são poucas as organizações ou movimentos sociais camponeses que se preocupam em levar em conta essa relação, seja na teoria, seja na prática, uma vez que entre aqueles e aquelas que desenvolvem trabalhos na área da preservação ambiental e da agroecologia, é bastante comum verificarmos um enfoque mais “produtivo” ou voltado para “a natureza” do que focado nas questões sociais, que incluiria preocupação com o papel específico que as mulheres desempenham nos sistemas produtivos em questão e com sua situação de subalternidade no meio rural.

Na maioria das comunidades rurais, as mulheres ainda são preteridas nas decisões, tanto no que diz respeito a processos internos de organização de suas comunidades, quanto ao que diz respeito aos projetos e planos de desenvolvimento implementados pelos governos e organizações não governamentais (ONG’s). Vê-se, portanto, que é necessário valorizar a relação das mulheres com a natureza no sentido de dar certa legitimidade à participação delas nos processos de desenvolvimento de suas comunidades camponesas, principalmente nos que envolvam sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, o presente artigo objetivou uma análise de como o ecofeminismo, enquanto corrente de pensamento e discurso teórico de sustentabilidade e empoderamento feminino, pode empoderar a atuação de mulheres camponesas em prol da racionalidade do uso dos recursos naturais no meio rural, sendo este o *lócus* de vivência de tais mulheres, marcado por disputas de poder envolvendo questões agrícolas, agrárias e ambientais.

Para tanto, detivemo-nos especificamente aos seguintes pontos:

Compreender a maneira pela qual se tem desenvolvido um processo paulatino de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental através da

luta dos movimentos de mulheres e feministas, em busca da subversão do sistema patriarcal que reforça a dominação da mulher.

Demonstrar como a mulher vem sendo historicamente ligada à natureza, ao passo que o homem vem sendo ligado à produção de cultura, condição essa que subsume uma lógica de exploração na qual o homem pode dominar a mulher e a natureza pelo fato de, nas sociedades ocidentais, a cultura prevalecer sobre a natureza.

Explicitar a base teórica e principiológica do ecofeminismo, enquanto corrente de pensamento que procura evidenciar a ligação, nas culturas patriarcais, entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza, dando um enfoque especial nas lições da teórica ecofeminista Vandana Shiva.

E, por fim, verificar de que maneira os movimentos de mulheres camponesas despontam como fundamentais para quebrar antigos paradigmas e ajudarem na (re)construção de novos parâmetros de cidadania, verificando como o ecofeminismo pode se mostrar um aporte teórico e filosófico útil para o empoderamento das desses grupos em sua luta pela racionalidade do uso dos recursos naturais do meio rural.

1 A QUESTÃO DE GÊNERO: UM BREVE HISTÓRICO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E DA LUTA FEMINISTA

No decorrer do tempo, tem ocorrido um processo paulatino de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental através da luta dos movimentos de mulheres e feministas. A pauta de tais movimentos incide principalmente sob a questão da redução das desigualdades de gênero e, mais especificamente, entre mulheres e homens. Isso se remonta ao fenômeno histórico em que a mulher “[...] se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades, no decorrer dos tempos” (TELES, 1993, p. 9). Vale ressaltar que isso se remonta à cultura grega, havendo duas entidades com essências distintas e poderosas. A primeira é a masculina, representada por Caos (instável, obscuro), sendo oriundo deste Gaia, mais nítida, estável e equilibrada, mas subjugada ao domínio masculino.

Esse tipo de ideia teve influências no decorrer da história, sendo que tudo que envolve o feminino foi relegado e encarcerado ao âmbito do lar e muito disso se deve ao patriarcado, ao machismo e à misoginia. Contudo, para analisar tais termos, é necessário entender que estudar a mulher abrange diversos aspectos, tais quais os biológicos, sociais, econômicos, culturais, religiosos e políticos. O primeiro ponto importante a ser destacado é a questão do gênero e o sexo. A respeito disso, Simone de Beauvoir (1975, p. 9) pontuou que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. A partir desta afirmação, que é extremamente significativa para os movimentos pró-mulher, apreendem-se duas construções: a biológica e a social. E é justamente nisso que incide, *a priori*, a distinção entre sexo e gênero.

Vemos, portanto, que o sexo é uma construção biológica e o gênero é uma construção social. Todavia, quando se fala especificamente de gênero, há de se ir além destas construções, acreditando-se em um hibridismo entre as duas. Logo, o gênero não deve ser tão somente ligado ao aspecto construtivo social e sim também ao biológico. Entretanto, foi a partir do prisma biológico que a mulher foi definida na sociedade como naturalmente inferior ao homem. E em termos de construção social, mais uma vez a mulher foi marginalizada, ou seja, aquela que é vista como débil e

inferior, não tendo capacidade para gerir a sua própria vida. E historicamente isto remonta-se à noção de patriarcado.

Roque de Barros Laraia (2012, p. 57) citando Johann Jakob Bachofenn, em *O Direito Materno*, abordou que as primeiras sociedades humanas eram matriarcais, porém, que tais tipos de sociedades foram, equivocadamente, transitórios para um tipo de grupo supostamente “mais avançado”, ou seja, aquela se baseia no patriarcado, que é uma organização social primitiva onde a autoridade é exercida por um homem, sendo que tal poder estende-se aos parentes de uma mesma linhagem. Nesta lógica, as mulheres são submetidas aos homens, como aponta Rosa Cobo Bedia (1995, p. 3):

El ginebrino es uno de los más firmes pilares teóricos en la construcción de lo <<femenino>>, al signar a las mujeres una tarea <<natural>>, la esposa y madre, y un espacio <<natural>> adecuado, el doméstico. Así como Rousseau cree firmemente que la especie humana está dividida en dos sexos, así también cree que la sociedad debe estar dividida en dos espacios. Por ello asigna el espacio público a los varones y el privado y doméstico a las mujeres.

A supracitada autora demonstra um fator importante: a separação da sociedade em espaços público e privado. Às mulheres era mais adequado o âmbito privado ou doméstico e aos homens estava destinado o espaço público. E este tipo de pensamento é relacionado à formação do estereótipo e também à perpetração da representação romântica da mulher. Segundo Eduardo Meier Garcia (2011, p.123), de acordo com a concepção da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o estereótipo de gênero é “[...] uma pré-concepção de atributos ou características possuídas ou papéis que são ou deveriam ser executados por homens e mulheres respectivamente”.

Desta forma, na sociedade se vê que homens e mulheres exercem papéis pré-determinados. Aos homens se deram funções de comando, do trabalho fora da casa, na convivência do âmbito público. Já as mulheres ficaram adstritas ao âmbito privado, bem como todo e qualquer assunto que as envolva ficou relegado a um segundo plano, como se fossem inferiores.

Aqui é importante ressaltar sobre a perpetração do estereótipo feminino idealizado verificado tanto na filosofia e em outras ciências. Como fora afirmado acima, Rosa Cobo Bedia critica Jean-Jacques Rousseau no que se refere à disseminação de uma espécie de “misoginia romântica” (1995, p. 4), isto é, de um ódio plasmado ao feminino. Contudo, segundo a autora, isto não se verifica tão somente no pensamento rousseauiano, mas também, por exemplo, em vários outros como Hegel, Nietzsche e Schopenhauer (*apud* BEDIA, 1995, p. 4):

As mulheres são o *sexus sequior*, o sexo que sob *qualquer* ponto de vista é o inferior, o segundo sexo, e em relação cuja fraqueza deve-se, por conseguinte, ter consideração. Contudo, demonstra-lhes veneração é extremamente ridículo e nos diminui aos olhos delas.

Todavia, existem também outros autores como Mary Wollstonecraft, Johann Jakob Bachofenn, Stuart Mill, que contribuíram significativamente para desmontar ideologicamente a imagem equivocada que se criou sobre a mulher.

Vale frisar também que as questões femininas estão ligadas ao corpo, à subjetividade, ao sentimento, que sempre foram tidas como inferiores às grandes questões masculinas do âmbito público e isso interferiu na própria construção da cidadania, como bem afirma Iris Marion Young (2013, p. 306):

O tradicional domínio público da cidadania universal tem operado para excluir pessoas associadas ao corpo e ao sentimento - principalmente mulheres, negros, indígenas (por nota de rodapé) e judeus. Muitos teóricos contemporâneos da democracia participativa mantêm o ideal de um público cívico no qual os cidadãos deixam para trás sua particularidade e suas diferenças. Isso constitui um ideal de imparcialidade e igualdade que reconstrói a moral e cria uma dicotomia entre razão e sentimento. Devido a sua particularidade, o sentimento, a inclinação, as necessidades e o desejo são expulsos da universalidade da razão moral. Assim, sentimentos e desejos são desvalorizados, tornando-os igualmente irracionais e irrelevantes para o julgamento moral.

Entretanto, a pluralidade de sujeitos não é de fato eliminada, sendo apenas afastada do domínio da moral, desmentindo a afirmação da existência de uma razão universalista, que trata todos como iguais, quando isso na verdade não existe. Neste contexto, fundamental é a afirmação de Maria Amélia de Almeida Teles (1993, p. 9) que "[...] ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer". Quem é excluído permanece como uma sombra não enunciada, porém, ainda existe e deve persistir.

Mais especificamente, as mulheres são uma espécie de minoria política, mas uma maioria populacional. São seres criativos, sociais e inovadores que precisam ter suas dinâmicas e peculiaridades observadas e respeitadas. Portanto, essencial torna-se a afirmação de Santiago Massolo (2011, p. 84), com base em Hannah Arendt, que na verdade a distinção entre a esfera pública e privada nada mais é do que uma ficção.

A atual forma de diferenciação entre público e privado plasmada na sociedade é equivocada, preconceituosa e machista, ou seja, privilegiadora do gênero masculino. Neste íterim, a cidadania, segundo Iris Marion Young (2013, p. 140), "(...) não é neutra, ou alheia ao sexo de seus titulares, ela é sexuada e privilegia os homens".

Contudo, a cidadania não é um fim em si mesma e sim um processo passível de reconstrução, ou seja, é um projeto inacabado contínuo de mudanças tendenciando a completar a sua significação, abrindo caminho para a incorporação das noções de gênero, o que perfeitamente se relaciona ao Feminismo e ao Ecofeminismo. Neste contexto, Yanira Zúniga Añazco (2011, p. 142) afirma que a questão da cidadania e gênero estão interligadas ao *empowerment* (empoderamento em português), sendo esta uma bandeira-conceito para os movimentos feministas, que surgiu na década de 70. E em termos conceituais, empoderar significa fazer surgir poder em um grupo. Seu objetivo incide na correção de falências da democracia liberal em um marco de revitalização da cidadania, de modo que as pessoas consigam controlar seus próprios destinos.

Neste sentido, empoderar mulheres intimamente relaciona-se com ampliação da participação, da autonomia e ao bem-estar, todas estas pertencentes ao ideário moderno, porém, que afastam o individualismo, reconhecendo um lugar protagonista aos grupos e coletivos nas dinâmicas de poder e enlaçando a autonomia com o ideal normativo de uma cidadania democrática capaz de reconciliar-se com o reconhecimento da existência de pluralidades. Conforme Yanira Zúniga Añazco (2011, p. 144), o empoderamento tem duas facetas, a empírica e a normativa:

Puede decirse, entonces, que el *empoderamiento*, tiene una faceta empírica y otra normativa. La primera supone admitir que las cuestiones distributivas y de construcción de subjetividades, están condicionadas por los contextos sociales e institucionales, de suerte que la opresión o la exclusión de los sujetos no puede comprenderse sino a partir de la noción de grupos sociales. La segunda, que es corolario de la anterior, postula que la articulación de la justicia implica la

participación colectiva de los agentes en la toma de decisiones a través de voz y voto eficaces, es decir, supone una concepción de la democracia que descansa sobre la heterogeneidad y se asienta sobre el reconocimiento mutuo y la aceptación de diferencia.

Percebe-se então a atuação fundamental dos movimentos de mulheres e feministas utilizando como bandeira-conceito o *empowerment*, lutando pela incorporação da existência de assimetrias entre grupos, a necessidade do reconhecimento das diferenças e, principalmente, na redefinição da cidadania e igualdade.

2 ECOFEMINISMO: UMA NOVA VIA FACE A LÓGICA ANDROCÊNTRICA DE EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Como demonstrado, verifica-se que as mulheres não somente são desvalorizadas nas sociedades ocidentais, mas existe no Ocidente a reprodução – e reforço- de uma relação intrínseca e binária entre homem-cultura e mulher-natureza. Nesse sentido, conforme o entendimento de Vieira (1994), a realidade é distorcida e assim torna-se um dispositivo de manutenção do status dominante do masculino sobre o sexo feminino numa sociedade patriarcal. Conforme Cristine Delphy (2009, p.173) dispõe “o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres”.

De acordo com Emma Siliprandi (2000), se defende que a dominação das mulheres está baseada nos mesmos fundamentos e impulsos que levaram à exploração da Natureza, uma vez que tanto o meio ambiente como as mulheres são vistos pelo capitalismo patriarcal como “coisa útil” a ser explorada, ou seja, que devem ser submetidas às supostas necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção ou exploração.

Sabendo que em muitas culturas as mulheres têm historicamente o papel primário de indivíduos coletores de alimentos, combustíveis e água para suas famílias e comunidades, as mulheres acabam por criar vínculos com a agricultura e com o lar, passando ser identificadas do ponto de vista político, com a Natureza, ao passo que os homens são identificados com a cultura, sendo a cultura, no pensamento ocidental, superior à Natureza. Assim, enquanto reproduz-se e reforça-se a dominação da cultura sobre a Natureza, também se reproduz a dominação dos homens sobre as mulheres.

Desse modo, vemos que a mulher é entendida de forma hierarquizada em relação ao homem, como se fosse mais uma parte ou extensão deste, do que propriamente um ser autônomo – como nos termos do relato teológico da criação, na qual a mulher veio da costela do homem. Além disso, a mulher também acaba por ser mais valorizada pelo seu papel de reprodutora social, do que por ser um agente de transformação em potencial que pode contribuir e participar no cenário político da sociedade. Ao ser constituído esse panorama de dominação patriarcal, configura-se a situação na qual a mulher é impulsionada a lutar pela abertura de novos espaços, uma vez que é relegada ao segundo plano e acaba sendo preterida em razão à deficiência e esquecimento de políticas públicas em relação a seus problemas, uma vez que essas políticas são feitas pelos e para os homens.

Nesse sentido, segundo a relação entre desigualdade de gênero e meio ambiente, surge o ecofeminismo, enquanto uma corrente de pensamento que procura evidenciar a ligação, nas

culturas patriarcais, entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza. Segundo conceitua Emma Siliprandi (2000), o ecofeminismo é um movimento social de resistência contra a degradação do meio ambiente, lutando pela superação da dominação patriarcal nas relações entre os gêneros enquanto procura por tecnologias suaves que não agridam o meio ambiente, levando em conta ideais de democracia direta, descentralização e o fim das hierarquias e apoiando economias de subsistência rural como modelo de desenvolvimento.

A teórica ecofeminista Vandana Shiva (1995, p. 23) resume bem o conceito da corrente de pensamento ecofeminista ao dispor que “o movimento ecofeminista traz a relação estreita existente entre a exploração e a submissão da natureza, das mulheres e dos povos estrangeiros pelo poder patriarcal”.

Enquanto princípios gerais do ecofeminismo, Emma Siliprandi (2000, p. 63) define como a primeira característica do pensamento ecofeminista aquela que parte do ponto de vista econômico, na qual:

“existe uma convergência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e a Natureza, ou seja, a dominação das mulheres e a exploração da natureza são dois lados da mesma moeda da utilização de "recursos naturais" sem custos, a serviço da acumulação de capital” (SILIPRANDI, 2000, p. 63)

Em segundo lugar, ainda segundo Emma Siliprandi (2000, p. 63) do ponto de vista político, vemos que o pensamento ocidental identifica a mulher com a natureza e o homem com a cultura, sendo a cultura superior a natureza na lógica de pensamento ocidental, determinando assim que a cultura é uma forma de dominação da natureza. O ecofeminismo, em oposição a essa noção, adota uma visão de que “[...] as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da natureza, pois a sociedade sem exploração da natureza seria uma condição para libertação da mulher” (SILIPRANDI, 2000, p. 63).

Por fim, a autora define como terceiro princípio do ecofeminismo aquele entendido a partir do ponto das políticas científicas e tecnológicas que tem orientado o desenvolvimento econômico moderno, uma vez que não deixam de ser “políticas que reforçam essa visão binária e hierarquizada, não sendo "neutras" do ponto de vista de gênero ou ambientais” (SILIPRANDI, 2000, p. 63). A própria forma de pesquisa histórica seria orientada pela visão de desigualdade de gênero, causando diversos problemas como a exclusão das mulheres do mundo científico e subjugação da visão feminina de mundo de integração com a Natureza através da ideia de dominação.

Cabe ressaltar, ainda, que os princípios do Ecofeminismo foram aplicados em diversos movimentos que buscaram o empoderamento feminino no contexto do manejo da Natureza e seus recursos naturais, sendo aplicado ao Movimento *Chipko* na Índia, no *Women's Pentagon Action* nos EUA, no movimento *Green Belt* no Quênia, *Love Canal* no norte do Estado de Nova Iorque entre outros. Nesse sentido, o papel da mulher na conservação dos ecossistemas começou a ser trazido à tona, sendo inclusive uma questão abordada nos documentos e tratados sobre o meio ambiente no mundo, como a Carta da Terra e a Agenda 21, nos quais a mulher logrou reconhecimento de sua importância para a conservação da natureza. A própria Convenção da Diversidade Biológica, tratado da Organização Das Nações Unidas – ONU, ressalta a necessidade de reconhecer:

O papel fundamental da mulher na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica e afirmando a necessidade da plena participação da mulher em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica (ONU, 1992).

Nesse contexto de reconhecimento da mulher enquanto um indivíduo de extrema importância na questão ambiental, por estar extremamente ligada ao manejo de recursos vitais para o grupo doméstico da qual faz parte (SHIVA, 1993), vemos que o movimento Ecofeminista que mais logrou reconhecimento a nível internacional foi o movimento *Chipko* (palavra hindu para agarrar), ocorrido na década de 70, no qual um grupo de trinta mulheres abraçou as árvores dos Bosques *Garhwal* no Norte da Índia, com o intuito de salvar abacia hidrográfica da referida floresta. Esta importante e simbólica prática ficou conhecida mundialmente como “abraço na árvore”, sendo popularizada também através do Green Belt no Quênia.

Esses movimentos insurgiram contra a forma excludente pela qual a sociedade patriarcal retira das mulheres seu papel protagonista na agricultura, já que paulatinamente a mulher deixou de ser vista como administradora de recursos hídricos, agricultora e silvicultora nas sociedades, tendo seu conhecimento ecológico e plural sido sistematicamente inferiorizado e perdido e substituído pelo protagonismo masculino, com sua lógica de destruição e uso explorativo e insustentável de recursos naturais. Com a quebra das relações tradicionais, as mulheres perderam acesso aos recursos naturais e passaram a ter menos renda, emprego e menos acesso ao poder, ao passo que o meio ambiente passou a ser explorada cada vez mais de maneira insustentável, pela lógica capitalista e patriarcal de exploração dos recursos naturais.

Nesse contexto de enfrentamento, o movimento do Ecofeminismo ganhou tamanha força e importância que chegou a ser chamado pela ativista Ynestra King de “a terceira onda do Ecofeminismo” (*apud* CIOMMO, 1999 p.138). Posto isto, cabe ressaltar as contribuições feitas por Vandana Shiva ao ecofeminismo, ao inserir seu olhar feminista, ecológico e terceiro-mundista na análise de como a violência contra as mulheres e a natureza, na Índia e em outros países do terceiro mundo, tinha origem em bases materiais.

Uma das principais precursoras do Ecofeminismo e liderança do Movimento *Chipko* na Índia, Vandana devotou sua vida na luta contra a exploração Industrial da Ásia, América do Sul e África, defendendo que ecologia e feminismo são campos inseparáveis, relacionando as formas de dominação sobre os povos e sobre as mulheres desses países através dos programas de "desenvolvimento" com a destruição da natureza, cuja consequência principal foi a destruição das condições para a própria sobrevivência das mulheres, pela extinção progressiva dos recursos naturais.

Para a autora, a origem de problemas como violência contra as mulheres e natureza está relacionada ao paradigma desenvolvimentista que orienta essas ações, que vê o meio ambiente como um recurso separado e à disposição da humanidade, algo "inerte, passivo, uniforme, separável, fragmentado e inferior, a ser explorado" (SHIVA, 1991, p. 65). Em seu livro “Ecofeminismo”, lançado em 1997 juntamente com a economista alemã Maria Meis, Vandana Shiva defende que, como as mulheres foram expropriadas de seus corpos pela sociedade masculina, as mulheres rurais, responsáveis para manter as sementes, foram despojadas de suas sementes, ou seja, do poder. Vandana Shiva busca, portanto, empoderar a mulher indiana no contexto rural enquanto uma verdadeira guardiã da agricultura tradicional, tendo o gênero feminino o mesmo valor da reprodução das sementes.

De fato, segundo Emma Siliprandi (2000), podemos analisar a visão da autora enquanto veículo de três visões consonantes: a visão feminista, a visão ecológica e a visão terceiro-mundista. Quanto à visão feminista da autora, a mesma dá ênfase na importância de um movimento ativo

feminino, que participe das instâncias de decisão com o intuito de contraporem-se a essa visão de desenvolvimento, considerada violenta, não sustentável e opressiva sobre as próprias mulheres.

Do ponto de vista ecológico, por sua vez, Vandana Shiva traz uma visão de defesa da biodiversidade e de questionamento do paradigma produtivista do desenvolvimento, conforme já explicitado. E ainda, suas posições trazem também uma forte vertente terceiro mundista, à medida que questionam as relações entre os países que dominam a ciência contemporânea e aqueles que sofrem mais de perto suas consequências.

Deste modo, verifica-se que a opção teórica de se utilizar Vandana Shiva como aporte filosófico deste trabalho se deu em razão, não somente, mas principalmente, pela originalidade do pensamento da autora quando da enunciação de um “princípio feminino”, que seria o princípio ecológico, da conservação e formulação da “ética ecofeminista”, na qual “a existência do princípio feminino está vinculada à diversidade e ao compartilhar” (SHIVA, 1998). Segundo Regina Ciómimo (1999), o ecofeminismo proposto por Vandana Shiva sofre influências da cosmologia hindu ao resgatar o “princípio feminino da natureza”, como o princípio ecológico e de conservação enquanto ligação íntima entre os princípios masculino e feminino, com seus distintos atributos, presentes em todos os seres vivos e que formam a natureza em sua completude. Sendo assim, é a partir deste prisma que acreditamos que a teoria ecofeminista pode ser um importante aporte para a luta dos movimentos de mulheres camponesas em torno da sustentabilidade dos recursos naturais.

3 OS MOVIMENTOS DE MULHERES CAMPESINAS: A LUTA EM PROL DA SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS

Conforme foi exposto, os movimentos de mulheres e feministas despontam como fundamentais para quebrar antigos paradigmas e ajudarem na (re)construção de novos parâmetros de cidadania. E em relação ao meio ambiente, um destaque pode ser dado ao que ficou conhecido como Ecofeminismo, que buscou aliar a preocupação com a questão ambiental no âmbito mundial, regional e local, objetivando o alcance de um meio ambiente mais equilibrado e sustentável face à atual lógica androcêntrica extremamente prejudicial à natureza.

Tal lógica teve como base o pensamento racional, sendo concentrado, linear e bem analítico, sendo possível através dele medir, classificar e discriminar. Todavia, ele é fragmentado, pois não consegue ter uma visão mais holística. Fritjof Capra considera o conhecimento racional “[...] suscetível de gerar atividade egocêntrica, ou *yang*, ao passo que a sabedoria intuitiva constitui a base da atividade ecológica, ou *yin*” (CAPRA, 2006, p. 35).

O *yin*, tal como Gaia, está ligado ao feminino, mais equilibrado, nítido, cooperativo e receptivo, ao contrário do *yang*, tal qual Caos, é masculino, obscuro, egocêntrico, agressivo, competitivo e expansivo. Fazendo uma analogia, a racionalidade *yin* pôde ser observado na Revolução Industrial, ocorrida no século XXVIII é considerada o marco desencadeador de uma sociedade fundada no consumo.

Houve uma busca insaciável pelos recursos naturais, aliada ao crescimento demográfico em proporções geométricas sem parâmetros, sendo incompatível com a preservação da natureza. Este fato que chamou ainda mais a atenção da comunidade internacional quando países em desenvolvimento começaram a presenciar com frequência assustadora desastres ambientais em seus territórios.

Ademais, através de estudos científicos começaram a se fazer prospecções desoladoras sobre o futuro ambiental do planeta. Assim, o consumismo social aliado ao crescimento demográfico implicaram em uma pressão cada vez mais crescente sobre os recursos naturais, fazendo surgir preocupações com o meio ambiente e, conseqüentemente, com a sobrevivência da vida no planeta Terra. Neste sentido, afirma Leite (2003, p. 21) que:

[...] a tomada de consciência ambiental é deflagrada, principalmente a partir da constatação de que as condições tecnológicas, industriais e formas de organização e gestões econômicas da sociedade estão em conflito com a qualidade de vida” (LEITE, 2003, p. 21)

Em tempos marcados pela crise ambiental há necessidade de se refletir sobre uma nova postura, repensando os conceitos clássicos de desenvolvimento, tendo em vista o esgotamento dos modelos de desenvolvimento econômico e industrial até então experimentados.

Observa-se que tanto os modelos utilizados na ideologia liberal quanto na socialista não souberam lidar com a crise ambiental, impondo um sistema industrial agressivo aos valores ambientais comunitários, apesar dos avanços tecnológicos, pois trouxe uma devastação ambiental planetária irresponsável e indiscriminada.

Desta forma, essencial se tornou a união de diversas áreas do conhecimento e da Sociedade em prol de uma nova política de desenvolvimento duradouro e sustentável que busca um paradigma diverso da racionalidade econômica tradicionalista embasada em duas preocupações básicas: “[...] na não exclusão da geração futura no seu contexto e, em segundo lugar, na consideração do valor intrínseco da natureza, desvinculando-se de uma visão antropocêntrica” (LEITE, 2003, p. 22).

Neste contexto, fica evidente a necessidade do retorno ao yin, que implica necessariamente em uma nova compreensão da natureza, que afaste a lógica racional e linear, já que se demonstraram profundamente antiecológicas. Os ecossistemas têm lógicas não lineares, que incidem em um “[...] equilíbrio dinâmico baseado em ciclos e flutuações” (CAPRA, 2006, p. 38), diferentemente dos empreendimentos lineares. Assim, a consciência ecológica exige aliar ao conhecimento racional à intuição da natureza não linear presente no meio ambiente, para que se possa fazer frente ao caos ambiental atual. Nesta linha, emergiram vários movimentos pela sustentabilidade no planeta que tem crescido gradativamente ao longo das últimas décadas, como já foi supracitado, dentre os quais o Ecofeminismo, a partir do qual elegemos enquanto referencial teórico principal para desenvolver o presente estudo a filosofia ecofeminista de Vandana Shiva.

A teoria de Vandana Shiva, ao longo das décadas, conquistou grande número de adeptos, tendo diversos movimentos e instituições da sociedade civil construído seus alicerces sob a luz da filosofia ecofeminista da autora, tais como a ONG Rede Mulher de Educação. Criada em 1980, a Rede Mulher de Educação é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que promove e facilita a interconexão entre grupos de mulheres em todo o Brasil, constituindo uma rede de serviços em educação popular feminista, desenvolvendo ações junto a mulheres e homens, de grupos e instituições mistas, comprometidos com relações humanas sem nenhum tipo de subordinação/dominação. Tais ações visam a fortalecer a capacidade de enfrentamento das desigualdades de gênero, a superação do sexismo nas organizações e a valorização das diferentes contribuições femininas à sociedade.

Assim como a filosofia ecofeminista de Vandana Shiva, a Rede Mulher de Educação prioriza e ressalta a importância de um “olhar feminino sobre o mundo”, defendendo assim a preservação do

saber local e as ações locais para a recuperação do ambiente, para a relação entre saúde e ambiente e para a solução das problemáticas das mulheres que, excluídas das discussões políticas e decisórias de sua comunidade rural, acabam por sofrer as consequências do processo patriarcal de dominação e subjugação da mulher.

Essas proposições apresentadas pela referida ONG acabaram por ser absorvidas por grupos de mulheres, movimentos sociais e agricultores em todo o país, representando assim exemplos concretos da aplicação da teoria ecofeminista de empoderamento da mulher e da viabilização da sustentabilidade no uso da natureza, exemplificados por Emma Siliprandi (2000, p. 68) como as

[...] lutas das quebradeiras de coco babaçu no norte do país, as experiências de introdução de multimisturas como complementação alimentar na merenda escolar de vários municípios, projetos de plantas medicinais levados adiante por grupos de mulheres e trabalhos de reciclagem de lixo em parcerias com prefeituras.

Desse modo, a história demonstra que sem luta, nada pode ser mudado. Assim, com os movimentos sociais femininos foi possível quebrar com o paradigma androcêntrico, ainda que muitos desafios precisem ser vencidos para que se alcance de fato uma igualdade de gênero. Da mesma forma como os direitos femininos foram conquistados a base de mobilização social, compreender a questão de gênero também inclui analisar as trajetórias de sujeitos políticos à luz das teorias feministas.

Conforme já foi afirmado, tendo como base o *empowerment* feminino, na emergência de vários movimentos sociais, este estudo dá destaque à luta das mulheres camponesas que montam estratégias de mobilização contra a misoginia, fome, a pobreza, a destruição dos recursos naturais, dentre outras pautas.

A necessidade da criação de unidades de mobilização veio da agricultura praticada no meio rural, predatória à natureza e excludente de diversos grupos sociais. E especificamente sobre a realidade no Brasil, pontua Berenice Gomes da Silva (2008, p. 18) que na sociedade

[...] prevalece uma visão dicotômica sobre o meio rural. Por um lado, o rural é associado ao “atraso”, ao passado, a um lugar não atingido pela modernização da agricultura, uma expressão da pobreza e do não desenvolvido. De outro lado, é apresentado como expressão do moderno - representado pelo agronegócio - com uso intensivo de tecnologia e mecanização, em geral, ocupando médias e grandes propriedades rurais e que responderia pela produção de riquezas para o País e demandante de políticas agrícolas.

Deste modo, o espaço rural brasileiro é fortemente marcado por relações conflituosas que envolvem a agricultura, abarcando questões sócio-políticas, conflitos agrários e ambientais, questões geográficas, de moradia.

Neste ínterim, despontam dois projetos políticos: o dos grandes empresários/latifundiários (setor patronal) e o da agricultura familiar. Infelizmente, historicamente o primeiro projeto tem sido fortemente apoiado, beneficiando o agronegócio, voltado a um velado projeto desenvolvimentista brasileiro.

Já o segundo sofre com o descaso estatal, sendo alijado de políticas públicas sérias, sendo que milhares de famílias de agricultoras e agricultores permanecem sem acesso a uma série de direitos como saúde, educação, moradia, dentre outros que deveriam ser garantidos pelo Estado para que se tenha acesso à dignidade humana.

Para fazer face a essa realidade, faz emergir a necessidade de uma nova racionalidade que consiga se insurgir contra o modelo altamente predatório do agronegócio que se desenvolveu no campo.

Dentro dessa lógica insurgente, este estudo dá ênfase em movimentos femininos do campesinato brasileiro, dentre os quais se destacam o Movimento de Mulheres Camponesas (nacional), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (alia grupos dos estados do Norte e Nordeste do Brasil), a Marcha das Margaridas, dentre outros movimentos. A título exemplificativo, o último movimento citado é um dos sujeitos políticos e sociais mais conhecidos no Brasil e que une uma gama de movimentos femininos de todas as partes do país. A Marcha das Margaridas (CONTAG, FETAG, STTR, 2014, p. 04) é

Uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena. Promovida pela Contag, Federações e Sindicatos, a Marcha se firmou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR – e das organizações parceiras – movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais. Realizada a partir do ano 2000, a Marcha das Margaridas se consolidou na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista.

Uma das principais pautas da Marcha centra-se na luta contra a fome, a pobreza, a violência sexista, bem como a defesa da biodiversidade e democratização dos recursos naturais, priorizando o seu manejo sustentável e uma vida mais saudável. Além disso, há prioridade também da luta pela terra, a água e a agroecologia, a agricultura familiar e a reforma agrária. Neste contexto, a agroecologia aparece como suporte fundamental ao campesinato, pois prima pelo manejo ecológico sustentável dos recursos naturais, valorizando as ações sociais coletivas e o desenvolvimento participativo, respeitando os saberes locais, capazes de encarar a crise ecológica e social visível no campo.

Assim, se observa na Marcha e em outros movimentos femininos do campesinato uma racionalidade agroecológica, pautada na construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável. Isto pode ser perfeitamente relacionado ao Ecofeminismo, pois ambos têm como base a contestação da exploração feminina e da natureza pelo capitalismo patriarcal, superando estas formas de opressão e viabilizando o desenvolvimento sustentável. Portanto, a teoria ecofeminista é um fantástico instrumento para os movimentos sociais de mulheres camponesas supracitados na luta por uma racionalidade menos linear, predatória e violenta no campo.

Diante do exposto, verifica-se o quanto o Ecofeminismo, enquanto corrente de pensamento e movimento social, baseado na filosofia de Vandana Shiva, podem contribuir para que ações efetivas sejam tomadas no âmbito do empoderamento de mulheres num contexto rural, visando o resgate da sua importância e, sobretudo, protagonismo neste meio e retomando um modelo de desenvolvimento sustentável e de exploração racional dos recursos naturais.

O ecofeminismo, seja pela visão teórica que lhe dá suporte, seja pela prática das suas integrantes, pode trazer contribuições para serem pensadas propostas de mudanças nas relações de gênero que estejam articuladas com a passagem para um outro paradigma produtivo, mais sustentável e mais equilibrado. É preciso a reflexão sobre ações que sejam capazes de, ao mesmo tempo, incluir as mulheres rurais nas decisões importantes da sociedade e da família, assim como fazem avançar a luta ambiental pela racionalidade da terra.

CONCLUSÃO

Sendo assim, de posse da argumentação que fora desenvolvida acima, observou-se que a lógica atual de exploração de recursos naturais é pautada no *yang*, que é masculino, agressivo, explorador e se demonstrou insustentável face aos conflitos agroambientais existentes atualmente, principalmente no campo brasileiro, marcado por fortes assimetrias de poder, despontando o setor patronal do agronegócio (grande beneficiado pelo Estado) *versus* a agricultura familiar, carente de políticas públicas sérias.

Para fazer face a essa realidade, faz necessário emergir uma nova racionalidade que consiga se insurgir contra o modelo altamente predatório do agronegócio que se desenvolveu no campo. Este estudo deu ênfase aos movimentos femininos do campesinato brasileiro, dentre os quais se destaca a Marcha das Margaridas, que possui uma nova racionalidade agroecológica, pautada na construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

Assim, a ação da Marcha e de outros movimentos femininos do campesinato são perfeitamente relacionáveis ao Ecofeminismo, emergindo como uma opção política/estratégia encontrada para subverter a lógica masculina e insustentável dos recursos naturais. Portanto, o Ecofeminismo, como discurso de sustentabilidade, tem um aporte teórico-político apto a empoderar esses movimentos femininos camponeses em sua luta em prol do uso racional da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1975.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CIOMMO, Regina. *Ecofeminismo e Educação Ambiental*. São Paulo: UNIUBE/Cone Sul, 1999.
- CONTAG, FETAG, STTR. *Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade*. 2014.
- COBO BEDIA, Rosa. "Gênero" In AMORÓS, Celia. *10 palabras clave sobre Mujer*. Navarra, Verbo Divina, 1995, p. 55-83.
- DELPHY, Christine. "Patriarcado" In: HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise. LA DOARÉ, Helene. SENOTIER, Danièle (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP. 2009.
- GARCIA, Eduardo Meier. Medidas contra la impunidad en el contexto de la violencia de género. In: *Revista IIDH*, n. 53, XX aniversario del Programa Derechos Humanos de las Mujeres, ene/jun. 2011.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura. In SOUZA LIMA, Antonio Carlos (Coord.). *Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Brasília/Rio de Janeiro: Contra Capa/ LACED/ABA, 2012, p. 55-67.
- LEITE, José Rubens Morato. *Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- MASSOLO, Santiago. La violencia contra la mujer. Entre lo público y lo privado. In: *Revista IIDH*, n. 53, XX aniversario del Programa Derechos Humanos de las Mujeres, ene./jun. 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre a Diversidade Biológica. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/destaques/item/7513-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica-cdb> >. Acesso em: 10 out. 2015.

- PISCITELLI, Adriana. Sexo e Gênero. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos (Coord.). *Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Brasília/Rio de Janeiro: Contra Capa/ LACED/ABA, 2012, p. 439-447.
- SHIVA, Vandana. *Abraçar La Vida: Mujer, ecologia y supervivência* (trad. Ana Guyer e Beatriz Sosa Martinez). Montevideo: Instituto Del Tercer Mundo, 1991.
- _____. As mulheres e a natureza: A natureza como o princípio feminino. In: AGRA ROMERO, Maria José. *Ecologia e feminismo*. Granada: Ecorama, 1998.
- _____. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.
- _____. Women's indigenous knowledge and biodiversity. In: MIES, M. & SHIVA. (Orgs.) *Eco-feminism*. Halifax: Fernwood Publications, 1993.
- SILIPRANDI, Emma, *Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais*. In *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre*, V.1, n. 1, jan/mar., 2000.
- SILVA, Berenice Gomes. *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*, Brasília. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2008.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- VIEIRA, E. M. M. *O Mainstream: a mulher e o meio ambiente*. In: LIMA, N. (Org.) *Mulher e meio ambiente*, Col. Gênero e Cidadania. Maceió: Edufal/UFAagoas, 1994.
- YOUNG, Iris Marion. "O ideal da Imparcialidade e o Público Cívico". In: MIGUEL, L.F. & BIROLI, F. (orgs). *Teoria Política Feminista*. Editora da UFF, Editora UFMG, 2013, pp. 305- 337.
- ZÚÑIGA AÑAZCO, Yanira. "Ciudadanía y género. Representaciones y conceptualizaciones en el pensamiento moderno y contemporáneo" In CULLETON, Alfredo; MAUÉS, Antonio; TOSI, Giuseppe; ALENCAR, Maria Luiza; WEYL, Paulo (Orgs.). *Direitos humanos e integração latino-americana*. Porto Alegre: Entrementes, 2011, p. 277- 296.

A VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DO AÇAÍ E OS RISCOS DECORRENTES DOS NOVOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO PARA A POPULAÇÃO RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA.

Márcia de Pádua Bastos Tagore¹

Otávio do Canto²

RESUMO

O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), fruto típico da Amazônia, ganhou notoriedade nacional e internacional, aumentando consideravelmente seu valor de mercado. A valorização mercadológica do açaí gerou em torno da cadeia produtiva uma economia pujante, sendo possível identificar um crescimento exponencial, nos últimos 15 anos, de mais de 500%, com variações nesse período, onde o menor preço médio pago foi de R\$7,5 e o maior R\$ 39,15 por cada lata de 14 kg.

Para atender a crescente procura pelo produto tem-se buscado superar suas limitações, como produtividade e sazonalidade, gerando mudanças no processo de produção e beneficiamento. O aumento de preço do fruto do açaí possibilitou a preservação de suas palmeiras pautado no discurso da sustentabilidade. Mas, se por um lado, o valor de mercado do açaí teve reflexos positivos na conservação dos açazais nativos, por outro, também resultou em alterações danosas ao meio ambiente.

Nas áreas de várzea, os agricultores extrativistas passaram a ter novo foco de mercado e a prática de manejo do açazal ganha nova conformidade, no sentido de buscar o aumento da produtividade, colocando em risco a sustentabilidade do processo extrativista.

O manejo intensivo dos açazais acaba por resultar em alteração da configuração do ecossistema da várzea através do corte das árvores do entorno das touceiras dos açazais, para obter maior competitividade com outras espécies, além de incluir plantios de açaí nas áreas de ocorrência espontânea, resultando em áreas homogêneas. Há registros de que ocorre a construção de canais para drenagem da água inundada pelas marés para permitir o fluxo dos barcos para o transporte de frutos, provocando erosão nas margens e impactando a flora e a fauna.

O açaí representa para as populações ribeirinhas, além da segurança alimentar, uma oportunidade para o desenvolvimento endógeno, que pode ser comprometida a longo prazo, caso não se busque alternativas para reverter o procedimento produtivo atualmente empregado.

Palavras chave: açaí; Amazônia; extrativismo; sustentabilidade

¹ Engenheira Agrônoma, Mestranda PPGEDAM/NUMA/UFPA mpbtagore@gmail.com

² Prof. Dr. PPGEDAM/NUMA/UFPA docanto@ufpa.br

DA VÁRZEA DA AMAZÔNIA PARA O MUNDO

A palmeira do açaí (*Euterpe oleracea Mart.*) é genuinamente amazônica (NOGUEIRA et al., 1998) encontrada, de forma abundante, nas várzeas³ altas próximas dos rios, igarapés e furos. É típica de regiões de clima tropical (pluviosidade acima de 2.000 mm; umidade relativa acima de 80% e temperatura média de 28°C), mas pode se desenvolver em regiões com temperatura média acima de 18°C, e em solos de terra firme, profundos, desde que apresentem boa drenagem e contenham elevado teor de matéria orgânica e umidade (CALZAVARA, 1987).

O açaizeiro é uma espécie regional das matas de várzea que se destaca pela importância alimentar e econômica para populações ribeirinhas e urbanas (JARDIM, 1996). É alimento essencial no Estado do Pará como um todo, sendo a base alimentar da dieta de muitos ribeirinhos⁴, tornando inquestionável sua relevância socioeconômica.

O açaí, como uma cultura tradicional de várzea, faz parte da dieta alimentar diária das famílias, sendo consumido na forma de suco e mingau, juntamente com o peixe e a farinha de mandioca. Além disso, ocupa papel importante na renda familiar. Portanto, o aumento da produção de açaí não só ampliou a renda, mas também veio contribuir para a segurança alimentar, uma vez que 46% dessa produção é destinada ao consumo familiar (MOURÃO, 2004:24)

A importância do açaí está para muito além do valor econômico que seu fruto possa alcançar no mercado. É patrimônio imaterial com aspectos socioculturais fortíssimos de cada lugar, que traduzem a cultura do Paraense. É uma planta completa pois dele se aproveita tudo: raiz (remédios), caule (palmito – alimentação- e construção, isolante, lenha, celulose e adubo), folhas (palha – cobertura- alimentação animal, artesanato e utensílios, celulose, adubo e remédio), cacho sem frutos (artesanato e utensílios, adubo e cobertura), frutos (alimento – vinho ou suco, sorvetes, bombons, artesanato, corantes naturais, uso na indústria de cosméticos, de fármacos e de celulose, adubo, lenha e mudas) e planta inteira (paisagismo). A importância socioeconômica do açaizeiro evidencia-se pelo seu enorme potencial de aproveitamento integral de matéria-prima.

Cada parte utilizada do açaizeiro pode originar diversos produtos e subprodutos, para isso elas passam por diferentes tipos de beneficiamentos e/ou processamentos. O conjunto desses “tratamentos” que transformam uma matéria-prima em um produto final (PINTO, 2010: 15)

Para facilitar a compreensão da análise realizada e as alterações ocorridas, utilizamos a abordagem histórica relacionando as fases do açaí com o tipo de técnica produtiva predominante; tipo de técnica extrativa ou de coleta e ferramentas; tipo de beneficiamento adotado; destinação do produto (consumo e mercado); e características gerais, agrupadas em três fases para efeito de análise (Tabela 1).

³ Segundo Canto (2007) é a denominação usual para designar as grandes faixas marginais aos rios. É um sistema complexo devido a diversidade das várzeas amazônicas.

⁴ Termo aqui referenciado como população tradicional amazônica que mora nas proximidades dos rios e conforme Canto (2007) aquele que vê na diversificação da produção, em que ocorre a combinação da agricultura, criação de gado, extrativismo, pesca e a cultura de autoconsumo e auto sobrevivência.

Tabela 1: Quadro resumo do histórico do açaí no Pará

Fases	Técnica Produtiva	Técnica Extrativa	Tipo de Beneficiamento	Técnica	Destinação do produto	Características
Até década 1970	Extrativista	Coleta com uso da “peconha” ⁵	Local de produção	Manual com peneira	Segurança alimentar	Valor cultural e alimentar
1970 a 1999	Extrativista	Coleta com uso da “peconha”	Periferias dos centros urbanos	Máquina batedora artesanal	Segurança alimentar e comércio local	Demanda por palmito; Diminuição oferta de açaí
A partir de 1999	Extrativista Plantio em várzea; Plantio em terra firme.	Artifícios de coleta; Manejo da várzea; Variedades e tecnologias p/terra firme com uso de irrigação.	Periferias dos centros urbanos; Bairros centrais das cidades; Distritos industriais	Máquina batedora artesanal; Máquinas industriais; Câmaras frigoríficas.	Segurança alimentar; Comércio local, Nacional e Exportação	“Boom” da demanda pelo açaí; Profundas alterações na cadeia de produção e beneficiamento; Resgate cultural.

Fonte: Elaboração da autora, 2015

Há registros do uso secular do açaí pelos indígenas enquanto fonte de alimentos, onde a produção era oriunda da atividade extrativista e o beneficiamento se realizava no local da colheita, de forma artesanal, onde o consumo era eminentemente familiar.

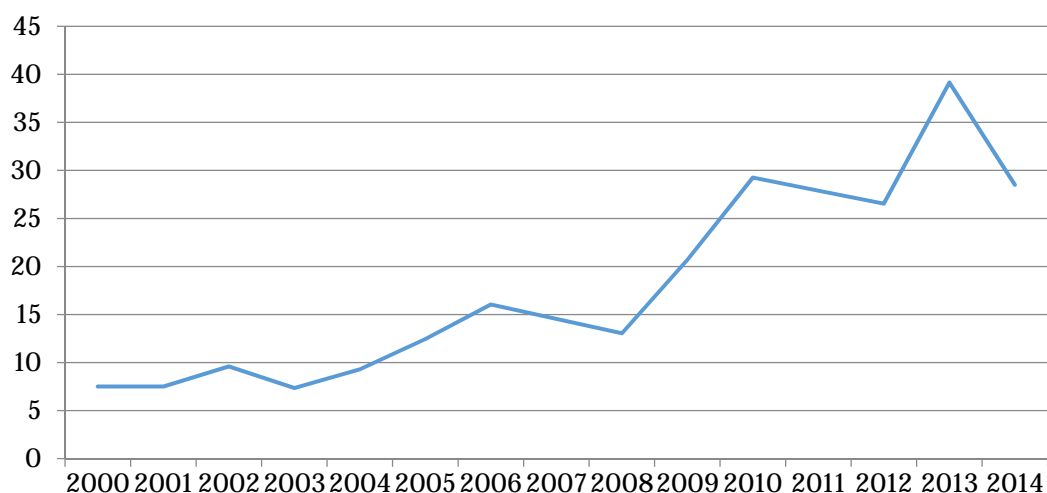
Com o aumento do processo de urbanização nos anos 70, a produção do açaí apresenta um acréscimo no consumo registrado nos centros urbanos, saindo desta forma, das áreas rurais, para ocupar as periferias das cidades. Passa a ter lugar importante na dieta das famílias das áreas urbanas, em especial a população da periferia, advindas de processos migratórios das áreas rurais.

Nos anos 80, com a diminuição das palmeiras da Mata Atlântica no sudeste do país, fruto da sua extração predatória, o palmito do açaí se tornou produto de grande relevância, levando o Pará, a se tornar a principal unidade da federação na extração e produção de palmito em conserva, responsável por 95% da produção nacional. (MOURÃO, 2010).

A valorização mercadológica do açaí se deu fortemente a partir do ano de 1999 quando ganhou notoriedade mundial gerando em torno da cadeia produtiva uma economia pujante (Figura1). Na análise dos dados do gráfico abaixo, observa-se o crescimento exponencial de mais de 500%, com variações no período (2000 a 2014), onde o menor preço médio pago foi de R\$7, 5 e o maior R\$ 39,15 em uma lata de 15 kg.

⁵ Espécie de laço feito de corda, cipós, pano ou da própria palha dos açazeiros, que é colocada nos pés para facilitar a escalada dos estipes durante a coleta do fruto.

Figura 1 - Preço médio anual da lata (15 kg) de Açaí em fruto no Pará



Fonte: CONAB e pesquisa própria de campo no Ver-o-Peso.

O açaí tem tido aumento de demanda pelo mercado local, assim como por outras regiões do país. As indústrias informam que tem exportado para os Estados do Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e para Países como Estados Unidos, Itália e França, entre outros.

[...] foi a partir dos últimos anos da década de 1990 (noventa) que esse manejo começa a ganhar impulso, com o interesse do mercado nacional pela polpa de açaí, configurada pela expansão do produto para outras regiões e até mesmo no mercado exterior. Associado a imagem, como sendo um “alimento completo” por suas propriedades funcionais, foi que possibilitou a geração de uma nova oportunidade de obtenção de renda para os agricultores (COSTA et al, 2014: 2)

AUMENTO DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

Resultante deste aumento de preço e procura pelo produto, os agricultores familiares, os técnicos, e os tomadores de decisão política, entre eles, gestores de programas e projetos, veem aqui a oportunidade de crescimento financeiro, e para buscar superar as limitações de produção e produtividade, bem como, a oferta do produto em maior espaço de tempo, em função da sazonalidade da safra, tem-se experimentado e fomentado outras formas de produção, principalmente a partir de mudanças de formas de manejo, gerando grandes alterações no processo de extrativismo e beneficiamento. Existem diferentes formas de manejo, que vão desde uma atividade de desbaste até a eliminação total das plantas do entorno. Portanto, as propostas para aumentarem a produtividade do açaí, merecem mais investigação.

É fato, que em outro momento, o aumento de preço do fruto do açaí possibilitou a preservação de suas palmeiras, quando da exploração do palmito.

A valorização do fruto teve efeito positivo sobre a conservação de açazeiros. Os açazeiros, nas áreas próximas aos grandes mercados consumidores de açaí da Amazônia, deixaram de ser derrubados para a extração de palmito e passaram a ser mantidos na área para produção de frutos (NOGUEIRA, 1998).

Mas, se por um lado, o valor de mercado do açaí teve reflexos positivos na conservação dos açazais nativos, por outro, também resultou em alterações danosas ao meio ambiente visto que nas áreas de várzea, os agricultores extrativistas passaram a ter como foco o mercado consumidor, e a prática de manejo do açazal ganhou nova conformidade, no sentido de buscar o aumento da produtividade.

Ocorre, então, em decorrência desse novo modelo, uma mudança na espacialidade da área de coleta, onde a exploração deixa de ser extensiva e acaba por resultar no processo de “cercamento”, delimitando os espaços geográficos de coleta intensiva de cada família.

As alterações se dão, inclusive, na forma da relação do homem com a natureza, na área de produção, na apropriação do espaço, e nos mecanismos das relações sociais e culturais.

A prática desse manejo intensivo dos açazais acaba por resultar em alteração da configuração do ecossistema da várzea através do corte das árvores do entorno das touceiras dos açazais, a fim de permitir maior luminosidade para obter maior competitividade com outras espécies, além de incluir plantios de açaí nas áreas de ocorrência espontânea, resultando em áreas homogêneas de açaí.

A adoção da prática do manejo de açazais em várzeas consiste na remoção da cobertura vegetal original em áreas em que se verifica a presença de açazeiros e em competição com outras espécies. Alguns produtores efetuam a substituição integral da cobertura vegetal, deixando apenas os açazeiros. (HOMMA, 2014:159)

O registro de que ocorre a construção de canais para facilitar a drenagem da água inundada pelas marés e facilitar o fluxo dos barcos para o transporte de frutos provocando erosão nas margens das áreas de várzeas, é fato extremamente relevante no que concerne aos impactos negativos nesse ecossistema considerado frágil.

Nas várzeas, o manejo de açazais nativos vem promovendo a derrubada “verde” (sem queima) de áreas ribeirinhas sujeitas às inundações por marés. Com a construção de canais para facilitar a drenagem da água inundada, há grande movimentação de canoas e barcos para o transporte de frutos, causando sérias consequências para a flora e a fauna. (HOMMA, 2014:135)

Ainda na busca pelo aumento da produção, é lançada em 2004, uma cultivar propícia para área de terra firme⁶. A recomendação da instituição de pesquisa previu o uso de sistema de irrigação, mas não dimensionou a quantidade de água necessária por planta, resultando na crescente implantação de projetos em terra firme, sem irrigação, e mesmo os que as estão adotando, vem fazendo de modo empírico. De qualquer forma, a pesquisa já reconhece que a demanda pelo fator água pode inviabilizar os plantios em terra firme, e estima que será necessário de 100 a 120 litros de água por dia, por touceira, portanto há necessidade de intensificar os estudos (EMBRAPA, 2014). Ressalvando-se que não têm sido pautados nos trabalhos de irrigação, os impactos do uso de recurso hídricos do ponto de vista ambiental⁷.

⁶ A Embrapa Amazônia Oriental lançou em 2004, a cultivar BRS-Pará, selecionada para as condições de terra firme. Ver em EMBRAPA, 2015

⁷ Pelos estudos indicados, um hectare de açaí com espaçamento de 5x5m com 400 touceiras, demandaria entre 40 mil a 48 mil litros dia, o que significa que em um plantio de 100 hectares resultaria em captura hídrica de quatro milhões e oitocentos mil litros de água dia na utilização de irrigação.

O processo de homogeneização da paisagem e uso o intenso de aglomerados humanos na produção do açaí estariam relacionados ao consumo de alimentos contaminados e à veiculação do *Trypanosoma cruzi* transmitidos pela polpa de açaí.⁸ Os esforços das políticas públicas foram direcionados para solucionar o problema do aumento da doença de chagas, objetivando a melhoria do processo de beneficiamento do produto, deixando de considerar suas causas. Não obstante a importância destes aspectos sanitários, as influências das mudanças ambientais decorrentes da invasão humana não podem ser desconsideradas (PASSOS, 2012).

O sistema produtivo do açaí vem se configurando como produção de monocultura, tanto nas áreas de extrativismos em várzeas, quanto nas áreas plantadas em terra firme, o que em muito já se constata problemas que derivam desta opção de cultivo. Desta forma, é necessário avaliar o possível empobrecimento dessas áreas de várzea decorrentes do manejo intensivo e, entre outras coisas, sua correlação com o alto índice de doença de chagas.

PROBLEMAS EMERGENTES

No atual estágio da sociedade capitalista, o desenvolvimento da ciência e da técnica não pode mais dar conta da predição e controle dos riscos ecológicos, químicos, nucleares, genéticos e etc. (BECK, 2010). Trata-se da dinâmica de reprodução da vida social que gera consequências de alta gravidade para a saúde humana e para o meio ambiente, desconhecidas a longo prazo e que, quando descobertas, tendem a ser irreversíveis (GUIVANT, 2001).

Para Beck (2010), na sociedade moderna há tentativas discursivas visando demonstrar que existe domínio sobre riscos. Estas tentativas visam dar bases para ação dos agentes e à regulação institucional. Essas questões envolvem a legitimidade, a capacidade das instituições de criar certezas, e sua habilidade para lidar com o futuro imprevisível e contingenciado pela ação do presente.

A modernidade, então, revela-se na sua dinamização específica, nas suas decisões constitutivas e nas possibilidades de superação dos padrões reprodutivos. Contexto no qual o desenvolvimento tecnológico e o saber do conhecimento do perito ganham relevância. A invisibilidade imediata dos riscos da modernização coloca os cientistas numa posição-chave, como intérpretes do perigo. Por meio deles um risco pode sofrer minimização ou dramatização.

Enfatiza-se, dentre o conjunto de qualidades diferenciadas dos problemas emergentes das sociedades de risco, a necessidade de consideração dos interesses e direitos das futuras gerações e o *elevado grau de indeterminação dos riscos* aos quais está exposta a sociedade, que começam a evidenciar a incapacidade funcional dos padrões normativos de regulação jurídica do ambiente, fundados em processos de gestão racional e científica (LEITE; AYALA, 2004, p.101)

Na sociedade de risco, a intenção que precede a ação se orienta por um cálculo prévio entre os efeitos desejados versus os efeitos não desejados previstos, desconsidera ou tende

⁸ Só em 2006 foram registrados 430 casos. Em 2011, o governo do Estado lançou o Programa Estadual de Qualidade do açaí, com objetivo de introduzir boas práticas para a cadeia produtiva do beneficiamento.

racionalmente a desconsiderar a possibilidade da existência de efeitos imprevisíveis, que podem anular os benefícios preteridos, ou seja, os sucessos da modernização passam a gerar efeitos colaterais imprevisíveis, efeitos estes que tendem a escapar dos mecanismos de controle institucional da sociedade.

Quando os controles de risco falham provenientes dos efeitos não imaginados, a partir da dinâmica da autoconfrontação, revela-se a descontinuidade da base da modernidade. Esta descontinuidade é traduzida em forma de tensão e conflitos, colocando em cheque os fundamentos da própria modernidade (desenvolvimento científico, progresso, controle das forças da natureza, etc.). As instituições buscam que os efeitos inicialmente não imaginados, sejam passíveis de fazerem-se previsíveis, mediante o aperfeiçoamento técnico, o que significa: mais tecnologia, mais crescimento, mais produtividade e, conseqüentemente, a fabricação de mais riscos.

Brüseke (2007) aponta a distinção entre risco e perigo⁹. Assim, só devemos falar de riscos quando possíveis danos são conseqüências da própria decisão. Não obstante, seria mais adequado falar de perigos quando os danos ou as perdas estão relacionados com causas fora do próprio controle, na medida em que a trajetória histórica se abre e se torna uma função de decisões individuais, ou seja, a responsabilidade sobre possíveis fracassos e perdas. O risco de uma decisão pressupõe a consciência desses danos possíveis. Assim, a mesma ação é um risco para um e um perigo para os outros. A operação de distinção entre risco e perigo não pode evitar o fato de que os dois estão interligados (BRÜSEKE, 2007).

A agricultura intensiva de caráter industrial, fomentada com bilhões em subsídios, não somente faz aumentar dramaticamente em cidades distantes a concentração do chumbo no leite materno e nas crianças. Ela também solapa de múltiplas formas a base natural da própria produção agrícola: cai a fertilidade das lavouras, desaparecem espécies indispensáveis de animais e plantas, aumenta o perigo de erosão do solo (BECK 2010, p.45).

A noção de sociedade de risco, em Beck (2010), indica que os riscos são democráticos, pois afetam nações e classes sociais sem respeitar fronteiras de nenhum tipo. Mas o próprio autor reconhece que a globalização dos riscos não significaria a igualdade global frente a eles, porque, segundo o que define como a primeira lei dos riscos ambientais, a poluição segue os mais pobres, ou seja, as populações carentes, por terem menos meios, tendem a ser as mais afetadas.

A sociedade precisa ter segurança na efetividade da prevenção dos riscos, e busca essa confiança nas instituições, pois há uma crescente desconfiança das relações sociais, em especial as geradas pelos riscos. A sociedade moderna eleva o grau de disputas sociais, o que gera uma ação civilizatória implicando na necessidade tutelar da arbitragem.

A complexidade das relações acaba por problematizar a melhor forma de gestão, se autogestão ou deslocando as decisões para níveis hierárquicos superiores, ambos devendo ser validados socialmente. Essa decisão de gestão sobre os riscos remete a questão sobre a efetividade e capacidade de gerir os recursos naturais e a forma como ela se dá.

⁹ Brüseke utiliza a referência de risco e perigo baseadas nas teorias do pensamento sistêmico de Niklas Luhmann.

DESAFIOS DA GESTÃO

Garrett Hardin¹⁰, em sua obra “The Tragedy of the Commons”, enfatiza que a degradação dos recursos naturais, é uma consequência inevitável para aqueles que se utilizam de um bem comum, visto que sempre existirá a tentação de usar os recursos exaustivamente objetivando maximizar o lucro, resultando num elevado consumo dos recursos em reduzidos períodos de tempo. Hardin sugere então, mecanismos de gestão que se baseiam na privatização ou nacionalização dos bens, mas que acabam por não assegurar a sustentabilidade, e sim, contribuem para a manutenção de comportamentos individualistas, levando o usuário a agir exclusivamente de acordo com os seus interesses. “the commons, if justifiable at all, is justifiable only under conditions of low-population density. As the human population has increased, the commons has had to be abandoned in one aspect after another”. (HARDIM, 1968, p. 1248)

Em contraponto a teoria de Hardin, Elinor Ostrom¹¹ em sua obra “Common Pool Resource” apresenta resultados exitosos de processos de campo eficientes, mediados por normas e mecanismos de acordos que disciplinam a exploração conjunta de recursos naturais comuns. Nestes exemplos, algumas comunidades locais conseguem gerir de forma eficiente esses recursos, a partir de suas próprias regras.

Ostrom expõe outras realidades onde o usufruto e a manutenção dos recursos a longo-prazo é possível, e acontecem através de mecanismos cooperativos elaborados pela própria comunidade. Esses mecanismos de cooperação subsidiam o conceito “macro” de sustentabilidade.

Em termos de regulação, Ostrom reforça que o sucesso das ações perpassa por um conjunto de condições essenciais ao grupo, onde a diversidade de formações e experiências são capazes de gerar mais eficiência para a solução de problemas. As regras devem ser feitas envolvendo os atores do processo e levando-os a reflexão, de modo que se compreendam enquanto parte da solução dos problemas, e que sem o empenho deles, o problema não será resolvido. As regras impostas pelos governos ou entidades nacionais externas aos processos, podem não ter efetividade para estes grupos. “In contemporary conceptions of social order, ‘the government’ often is seen as an external agent whose behavior is exogenous to the situation being modeled.” (OSTROM, 1990, p.215)

Mais do que fatores como organização, liderança, respeito, comunicação, conhecimento dos riscos, entre outros, a comunidade deve ter claro, os limites da possibilidade de gestão, do tamanho do recurso a ser utilizado, pois são preponderantes para o sucesso da gestão, principalmente no que concerne à recursos comuns de grande escala, que ultrapassam os limites locais como por exemplo, uma bacia hidrográfica.

O aparente antagonismo das duas teorias, podem na prática resultar na coexistência de ambas, pois não existe modelo único de gestão. As certezas

¹⁰ Garrett James Hardin (1915 – 2003), professor de Ecologia Humana da Universidade da Califórnia. Destacou-se no estudo dos impactos da população humana e recursos naturais. Autor de “A Tragédia dos comuns”, 1968.

¹¹ Elinor Ostrom (1933 – 2012), Prêmio de Nobel de Economia de 2009, juntamente com Oliver Williamson, pela análise da governança econômica dos bens comuns.

encontram-se pautadas no campo das possibilidades, havendo limitações e soluções em diferentes situações que nos fazem trilhar caminhos distintos. Ambas as teorias, não podem ser tratadas como regras gerais a serem seguidas para analisar a problemática da gestão dos recursos naturais. Ambas são assertivas quando tratadas na especificidade da realidade de cada caso. Pela complexidade, cada vez maior das relações sociais, em uma mesma situação, a gestão dos recursos naturais podem combinar a ação do poder do Estado através dos instrumentos normativos, como indicado por Hardim, com a governança pelos agentes locais, como atribuiu Ostrom.

Vale o aprendizado do processo e principalmente a possibilidade de se encontrar soluções, pois nem todos os casos serão possíveis via a teoria de Hardim ou de Ostrom, em alguns casos, podem ser mediadas pelas duas. Mas diante dos desafios é mister que para eficiência da gestão serão necessários subsídios que levem à reflexão e a tomada de decisão com maior segurança, e menor risco.

CONCLUSÃO

A valorização econômica do açaí tem sido fator preponderante na implantação de modelos de manejo e plantios que colocam em risco o equilíbrio ambiental onde se instalam?

Acreditamos que a prática de manejo intensivo para aumentar a produção e produtividade do açaí são decorrentes do aumento da demanda de mercado. Portanto, é premente a necessidade de elaboração de sistemas de gestão de recursos que visem não só o crescimento econômico, mas também que incentivem a redução da degradação ambiental e a melhoria do bem-estar social. Os impactos gerados com a mudança do procedimento produtivo, carecem de avaliação das reais implicações de algumas práticas atualmente empregadas.

Embora a legislação Brasileira tenha avançado bastante na tentativa de assegurar a proteção pretendida, as pressões sobre os ecossistemas têm aumentado nas últimas décadas, as evidências científicas apontam a necessidade de revermos o caminho que estamos trilhando na direção da valoração econômica. Para que a produtividade do açaí se amplie com sustentabilidade em longo prazo, os atuais modelos de produção precisam ser redimensionados.

Estudos sobre as alterações decorrentes dos processos de mudança na base tecnológica de produção do açaí pode subsidiar a tomada de decisão e propor alternativas de forma a minimizar os impactos negativos e/ou estimular os positivos.

Os fatores que determinam a intensificação da mão-de-obra, usada pelos ribeirinhos no açaizal, por exemplo, tendo em vista o aumento da produção de açaí fruto precisam ser melhor observados sobre a ótica da mudança de configuração da base produtiva, passando de extrativista, com uso de mão-de-obra familiar em suas atividades ligadas ao açaí, para possível contratação de força de trabalho, visto que há adensamento de produção e atividades, sem levantar juízo de valor, mas como registro de alteração da lógica de trabalho desse segmento.

Considerando que o tipo intensivo de manejo adotado, em princípio pode levar ao incremento de renda a partir do aumento de produção e produtividade, por outro lado, pode à longo prazo ocasionar alterações irreversíveis nos agroecossistemas naturais, resultando em danos ambientais e conseqüentemente sociais. Veiga (2010) ressalva, que o desempenho econômico não poderá continuar a ser avaliado com o velho viés produtivista.

O desafio está em envolver os diferentes segmentos da sociedade possibilitando a geração de políticas para o fomento do desenvolvimento sustentável, com: aprimoramento de novas cultivares; zoneamento agrícola para indicação de áreas mais propícias, com a recomendação de uso de solos não arenosos e níveis satisfatórios de pluviosidade para melhor racionalização hídrica para irrigação; valorização de práticas de manejo que preservem o uso da várzea; e principalmente, programa de valorização dessa cultura, destinando recursos para pesquisa, monitoramento e acompanhamento de toda a cadeia do produto.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010. 384p.

BRÜSEKE, F. J. (2007). **Risco e Contingência**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 22 Nº. 63

CALZAVARA, B.B.G. **Açaizeiro**. Recomendações Básicas, 3. EMBRAPA-CPATU, Belém, PA, 1987.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, **Produtos da sociobiodiversidade, safra 2013/2014**- Volume I. Brasília, DF, 2013.

CANTO, O. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. MPEG, Belém, PA, 2007

COSTA, A. P. D; ALVES, L.F. N.; MARTINS, P. F. S. **Efeito do manejo intensivo do açaí (Euterpe oleracea, Mart.) na diversidade de atividades produtivas na comunidade de Santo Antônio, município de Igarapé Miri-Pa**. Rede de Estudos Rurais, 2014. Disponível em: http://www.redesrurais.org.br/6encontro/trabalhos/Trabalho_82.pdf Acesso em 07/10/2015.

EMBRAPA. **Técnicas de irrigação possibilitam a produção de açaí na entressafra – 2014** Disponível em <https://www.embrapa.br/web/portal/busca-de-noticias/-/noticia/1913146/tecnicas-de-irrigacao-possibilitam-a-producao-de-acai-na-entressafra> Acesso em 01/10/2015.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - AMAZÔNIA ORIENTAL, **Sistemas de Produção, 04**, Dez/2005 – Disponível em www.cpatu.embrapa.br Acesso em 01/06/2015.

GUIVANT, J. S. (2001). **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Bech: entre o diagnóstico e profecia**. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: v.16, p.95 – 112.

HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons**. Science 1968 p. 1243-8. Disponível em <http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf> Acesso em 14/09/2015.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. EMBRAPA, Brasília, DF, 2014.

HOMMA, Alfredo K. et al **Açaí: novos desafios e tendências**. EMBRAPA. Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006. Disponível em http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/AcaiDesafiosTendencias_000gbxy53ay02wx5ok01dx9lc1r2obpn.pdf Acesso em 15/09/2015.

- JARDIM, M.A.G. **Aspectos da produção extrativista do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário Amazônico**. Série Botânica, 12(1). Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, 1996
- LEITE, José Rubens, M.; AYALA, Patryck, A. **Transdisciplinariedade e a Proteção Jurídico-ambiental em Sociedade de Risco: Direito, Ciência Participação** In: LEITE, José Rubens, M BELLO FILHO, Ney de Barros (org.). *Direito ambiental contemporâneo*. Barueri, SP: Manole, 2004. Pág. 99-127.
- MOURÃO, L. **História e natureza: do açaí ao palmito**. Revista Territórios e Fronteiras. V.3 N.2.Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, MT, 2010.
- MOURÃO, P.L. **Sistemas Alternativos de Produção Familiar Manejo de açazal em área de várzea – Abaetetuba, Pará**. Agriculturas - v. 1 - no 0 – setembro, 2004.
- NOGUEIRA, O.L.; CALZAVARA, B.B.G.; MÜLLER, C.H.; MOREIRA, D.A. **Manejo de açaizeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) cultivados em Latossolo Amarelo na Amazônia**. Revista Brasileira de Fruticultura, v.20 (1), p.53-59. Cruz das Almas, BA, 1998.
- OSTROM, E. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press, [1990] 2006.280 p.
- PASSOS, L. A. C.; GUARALD, A. M. A.; BARBOSA, R. L.; DIAS, V. L.; PEREIRA, K. S.; SCHMIDT, F.L.; Franco, R.M.B.; Alves, D. P. **Sobrevivência e infectividade do *Trypanosoma cruzi* na polpa de açaí: estudo in vitro e in vivo**. Epidemiologia Serviço de Saúde v.21 n.2 Brasília, DF, 2012.
- PINTO, Andréia et al. **Boas práticas para manejo florestal e agroindustrial de produtos florestais não madeireiros: açaí, andiroba, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba e unha-de-gato**. Imazon; Manaus, AM: Sebrae-AM, 2010.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2010. 226 p.

A DISCIPLINA 'ESTUDOS AMAZÔNICOS': MEIO AMBIENTE E O DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA.

Davison Alves¹

RESUMO

Esta comunicação é resultado parcial de estudo desenvolvido no mestrado, tendo como objetivo analisar os debates ocorridos na Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará, durante os anos 1990, quando foi criada a disciplina 'Estudos Amazônicos'. Diante dos problemas ambientais e sociais, fruto do modelo de desenvolvimento econômico proposto para esta região desde os governos militares, o governo do Estado cria uma disciplina regional que debatesse na escola questões regionais, tendo como foco pensar a História da região amazônica a partir do meio ambiente, sustentabilidade e dos problemas regionais. Procuramos compreender a contribuição na construção desta disciplina escolar da coleção 'Estudos Amazônicos' proposta pela professora/autora Violeta Refkalefsky Loureiro. Analisaremos a concepção de História regional a ser ensinada/veiculada nesses livros escolares, os seus conteúdos e intencionalidades, intimamente associados às construções sociais mais amplas da década de 1990. Fazendo uso da pesquisa histórico-documental e da realização de entrevistas com os professores que participaram da elaboração destas coleções, queremos compreender os sentidos e potencialidades que estes evidenciam para elaborar um livro didático regional. Entre o aporte teórico utilizado destacamos os estudos empreendidos por Chervel (1990) no campo das disciplinas escolares, o de história regional analisado por Itamar Freitas (2009) e professores/autores e livros didáticos as reflexões da professora Alerte Gasparello (2013). Violeta Loureiro pautada em um compromisso social via a criação da disciplina 'Estudos Amazônicos', como meio de compreender as recentes transformações pelo qual passou esta região, apresentando uma concepção de estudo que se distanciava de uma História política e administrativa do Estado e privilegia uma abordagem socioambiental o espaço escolar.

Palavra-chave: Estudos Amazônicos – Educação Ambiental – História das Disciplinas Escolares – Meio Ambiente - Sustentabilidade.

1 – SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE E ESCOLA E O DISCURSO EDUCACIONAL DOS ANOS 90.

As dimensões constitutivas do ensino de História durante os anos 1990 foram redimensionadas, diante do contexto liberal-conservador, com disputas e lutas entorno de uma nova política educacional, percebemos que a LDB assume esse papel de redimensionar as políticas educacionais deste período, que adentra o século XXI sendo feitas reformulações em determinadas questões acabando reforçando uma educação multiculturalista.

No aspecto ambiental, os anos 1990 foram marcados por discussões que levem o aluno e a professor a repensarem a relação história e meio ambiente, os usos no passado-presente que os sujeitos no seu tempo se apropriam do meio em que vive. A região amazônica torna-se neste aspecto em questão uma região singular e propícia aos debates sobre desenvolvimento sustentável, ecossistemas e relações sócio humanas, biodiversidade e processos de ocupação recente. Havia uma preocupação em nível de governo federal em trazer novos debates que estavam sendo veiculados

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), graduado em História (Licenciatura/Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: davison.hugo@gmail.com

na mídia e na esfera política, não podemos esquecer que após o evento Rio-92 houve uma intensa agenda ambiental a nível internacional que teve seus impactos no Brasil em todas as esferas.

As relações homem e natureza se acentuaram no último quartel do século XX, o homem se torna um fator geomorfológico, geológico e climático diante das mudanças naturais pelo qual a humanidade vem passando, isto é fruto do modelo de vida que foi adotado pela humanidade. Um modelo tecnocientífico único, que gira em torno da economia se sobrepondo à multiplicidade de recursos naturais e humanos, que transformou a relação homem e natureza. Milton Santos (1992) considera que o ano de 1992 foi um “divisor de águas” em relação a uma nova redescoberta da natureza, onde as mudanças de ordem econômica, social e política ocasionaram outra relação com o meio ambiente por meio da tecnologia, que colocou em questão as bases de uma natureza artificializada.

A legislação educacional do período reafirma esta necessidade de problematizar no espaço escolar questões referentes ao meio ambiente, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCN/H), por exemplo, ao apresentarem uma concepção de história por eixos temáticos ou temas geradores² possibilitam ao professor na 5ª série (atual 6º ano), dentro do eixo temático “a história das relações sociais, da cultura e do trabalho”, nos apresenta o seguinte item “as relações sociais, a natureza e a terra”, quando o professor pode a partir de subtemas listados neste documento legal, trabalhar a realidade brasileira em articulação com a história da América, da Europa, da África e de outras partes do mundo, partindo de questões atuais que levem o aluno a se sensibilizar pelo estudo do passado.

Relações entre a sociedade, a cultura e a natureza, em diferentes momentos da História brasileira; relações entre a sociedade, a cultura e a natureza na História dos povos americanos na Antiguidade e entre seus descendentes hoje; relações entre a sociedade, a cultura e a natureza, na História de povos do mundo em diferentes tempos; diferenças, semelhanças, transformações e permanências nas relações entre a sociedade, a cultura e a natureza, construídas no presente e no passado. (BRASIL, 1998, p. 56-59)

Os tópicos apresentados por este documento legal lançado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em 1998, demonstram que havia uma preocupação em âmbito nacional de debater no espaço escolar fazendo das relações entre passado e o presente o seu objetivo central, dos usos ao longo do tempo em diversas sociedades da natureza e do meio ambiente. O meio ambiente é repensado no contexto dos anos 1990, a partir de sua interação com a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, em uma perspectiva que ultrapassa a concepção naturalista da natureza, neste momento estamos discutindo o debate de uma educação crítica socioambiental.

Dialogando com a concepção de André Chervel (1990), sobre o estudo da história das disciplinas escolares percebe-se que há certo grau de autonomia epistemológica atualmente no campo de pesquisa sobre as disciplinas escolares, quando estas se propõem a pensar “questões relativas à produção e à transmissão de conteúdos específicos de uma disciplina” (GABRIEL, 2007, p. 239). Este aspecto pode ser analisado no currículo para ser ministrado na disciplina Estudos Amazônicos, quando esta elege como centro de discussão uma análise dos problemas amazônicos, desde o período da borracha até os dias atuais como uma das propostas de ensino no Estado do

² Segundo Circe Bittencourt (2009, p.127) a *história por eixos temáticos ou temas geradores* é entendido como a proposta de concepção do ensino de História fruto de recortes dependentes das problemáticas do presente, a proposta de ensino questionava uma periodização europeia quatrípartite, em que os recortes históricos apresentados por “idades” conseguiriam abordar a “história da humanidade”.

Pará. Segundo Yves Chevallard (1991), a noção de disciplina escolar está ligado a um processo de transformação e recriação de saberes no qual estão envolvidos diversos agentes e dispositivos, que atuando em diferentes instâncias transformam saberes sociais de referência em saberes escolares, sempre considerando a sua historicidade, essas construções e processos possuem dimensões epistemológicas, sociais e históricas que possui no decorrer do tempo à participação efetiva dos professores e dos autores de livros didáticos. Percebemos que a disciplina escolar criada no Pará, durante os anos 1990 não se encontrava consolidada nos saberes de referência, ela precisava se transformar em uma saber escolar possível de ser ensinado aos alunos, percebemos que isto é uma problemática central que está permeada no centro de discussão da formulação desta disciplina. Segundo Arlete Gasparello (2013, p.152) os professores/autores deixaram em sua produção escrita as marcas do seu contexto educacional específico – o ensino de História – com seus princípios, conceitos e categorias emergentes ou recriadas na prática cotidiana de suas aulas. Compreender quais foram às marcas registradas sobre a Amazônia, por estes professores/autores de livros didáticos regionais, nos anos 1990, é o segundo objetivo que este projeto de mestrado pretende fazer quando for analisar essas produções didáticas.

O estudo da história regional como abordagem que o historiador faz do seu objeto de estudo, recortando determinado espaço a ser analisado pode ser definido por questões antropológicas ou culturais, por exemplo, como define José Barros.

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. (BARROS, 2005, p.152)

Consideramos as reflexões de Durval Muniz de Albuquerque Junior sobre o conceito de região como “espaço de luta fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo ou dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, físicas e militares” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 57), onde ela é a constituição “em grande medida, frutos dos saberes, dos discursos que a constituíram e que a sustentam” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 59). A região amazônica durante os anos 1960 era um “espaço vazio” que precisava ser “ocupado” segundo a concepção dos governos militares, portanto, a fronteira aberta desde os anos 1970 acabou construindo no espaço amazônico um novo modelo de povoamento e urbanização que foi centrado nos fluxos econômicos – sejam eles de aspecto público ou privado (CASTRO, 2008, p. 13). Construiu-se nesta região uma nova cultura política que tinha na agricultura, pecuária, atividade madeireira e no latifúndio as bases de uma nova sociedade regional.

O Estado brasileiro passa a implantar inúmeros projetos políticos e sociais que tentam observar os graves problemas históricos referentes às desigualdades econômicas e sociais da região, bem como o problema do isolamento em relação ao restante do país, a partir dos anos 50 do século XX, mas que se intensifica nos anos 1960 com as políticas de incentivos fiscais e os grandes projetos. A lógica de ocupação da região começou com a construção das rodovias Belém/Brasília, Transamazônica, Santarém/Cuiabá dentre outras, que passam a receber elevados investimentos estatais. A partir deste momento a Amazônia passa a se tornar uma fronteira econômica, havendo intensos fluxos migratórios e tendo altamente valorizadas as terras as margens das estradas federais.

A política de colonização que ficou conhecida como “integrar para não entregar” partia do pressuposto que para fazer o desenvolvimento da região amazônica era necessário investir na exploração de seus recursos naturais (minérios) e de criar condições de atrair esses investimentos (capital internacional) para a Amazônia, o cartaz produzido afirmando ter “terras no Pará”, incentivando a vinda de migrantes para a cidade de Paragominas, percebemos que há um esforço governamental de atração destes novos empresários e empreendimentos regionais para esta região. Os produtos industrializados que vinham da região sul e sudeste do Brasil pela estrada, ocasionaram a falência de empresas locais de pequeno e médio porte, pois, elas não conseguiam superar a concorrência com grandes empresas vindas de fora. O mercado regional acaba ficando enfraquecido e desestruturado por muitos anos.

O contexto histórico dos anos 1960 refletia as suas consequências na região amazônica, a partir dos anos 1990, quando o debate sobre as questões ambientais e suas ações sobre o espaço amazônico começaram a ganhar destaque na imprensa, na política e na educação. Por uma educação socioambiental, essa era a ordem do dia que estava presente nos discursos educacionais. Este artigo ao compreender as perspectivas epistemológicas para o espaço escolar no Estado do Pará, pretende-se diante dos problemas ambientais e sociais que afetam a sociedade amazônica e em especial a sociedade paraense entender o modelo de desenvolvimento econômico proposto para esta região desde os governos militares, e perceber que a partir desta perspectiva o governo do Estado do Pará cria uma disciplina regional que debatesse na escola questões regionais, tendo como foco pensar a História da região amazônica a partir do meio ambiente, sustentabilidade e dos problemas regionais.

2 – OS DEBATES NA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E A DISCIPLINA ‘ESTUDOS AMAZÔNICOS’.

Em 1987, a Secretaria de Educação do Estado do Pará organizou um evento em Belém voltado para os professores da rede estadual, neste encontro os professores ressentiam-se da falta de um material didático, que dialogasse com temas amazônicos para a escola. Neste sentido a SEDUC em parceria com o IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico-social do Pará), organizou uma coletânea de textos voltados para os professores da rede estadual, que discutisse alguns acontecimentos recentes na região amazônica, processos sociais que até então eram silenciados no espaço escolar, na apresentação deste livro-texto argumenta-se

É certo, no entanto, que a profusão de informações sobre o “resto do Brasil” resulta no obscurecimento dos problemas sim, mas, igualmente, dos costumes e dos valores que constituem aquilo que, integradamente, vem a configurar-se como a questão regional amazônica, porquanto nos distingue e no singulariza. (PARÁ, 1989, p.6).

Os professores universitários ou pesquisadores (estudiosos estrangeiros) do tema de cada capítulo, que resultou neste livro-texto ressaltam as recentes questões sociais-econômicas, mas também debatem questões que envolvem as cidades amazônicas, a terra, a cultura, a questão regional e a questão ambiental dentro do espaço amazônico, procurando compreender a Amazônia a partir de sua nova configuração social e territorial construindo assim uma História Social e Econômica. Este livro-texto tornou-se uma referência para o Segundo Grau em nossa região, haja

vista, que os temas amazônicos eram dispersos em inúmeros livros, textos de revistas e jornais. O livro surge fruto da demanda dos professores da Educação Básica, com a finalidade de compreender as recentes transformações pelo qual passou a região amazônica desde os anos 1960.

A professora Violeta Loureiro³ nos afirma que

Em 1987 os professores da SEDUC em evento grande que houve aqui em Belém, me falaram da necessidade de material, porque os alunos faziam perguntas sobre o desmatamento, sobre os grandes projetos, e eles não tinham material nenhum para responder a isso, então, nessa ocasião eu reuni alguns professores que estudavam a Amazônia à época, e perguntei se cada um se incumbia de escrever um capítulo, era evidente que ninguém iria receber nada por isso, mas eu mostrei a importância da coisa, eles concordaram cada um escreveu um capítulo, consegui que o IDESP e depois a SEDUC publicassem, no entanto, que foram publicados várias edições para os professores, para a rede pública, por que eles não tinham nenhum material para atender a resposta, quando os alunos perguntavam alguma coisa, por exemplo, é importante o Projeto Carajás? Eles não sabiam, traz vantagens ou não para o Pará? O projeto, como o projeto da Vale do Rio Doce, eles não sabiam o que responder? Então, em 1987 eu já tinha coordenado a elaboração de um livro que era destinado a professores para suprir um conhecimento mínimo, sobre a Amazônia⁴.

O que mobiliza os professores acadêmicos e não acadêmicos que participaram da construção destes manuais didáticos e da disciplina regional a pensar esta disciplina criada no Pará, são as recentes transformações pelo qual passou a região amazônica, portanto, era necessário debater essa nova configuração sócio espacial da Amazônia nas escolas. Havia uma preocupação em construir uma nova relação no espaço escolar, que dialogasse com as questões regionais sobre a relação passado-presente com ênfase nas questões recentes pelo qual passou a Amazônia, portanto, percebemos que há uma escolha dentro do tempo-espaço para esta disciplina, que acabou privilegiando a região amazônica a partir de suas transformações sociais, que ocorreram logo após a abertura da Belém-Brasília e a ocupação de determinados espaços com a construção de rodovias.

A importância de construir novos caminhos para a História do regional no estado do Pará criando para isto este livro-texto, e posteriormente uma disciplina regional parte da perspectiva de compreender a realidade atual da região amazônica, tentando fazer uma aproximação entre a experiência dos novos sujeitos sociais que surgem na região amazônica e qual a sua interação neste espaço na segunda metade do século XX. Resgatar o papel da história no currículo regional passou a ser uma tarefa primordial deste movimento de professores no Pará. Com a intenção de que a Amazônia, não seja só mais um capítulo dentro dos livros didáticos que estude as regiões brasileiras, mas que evidenciam os problemas sociais percebemos que esta era uma crítica presente nos discursos dos professores.

A bibliografia disponível e de fácil acesso às escolas na verdade restringe-se a um capítulo sobre a Amazônia vista como um conjunto das demais regiões brasileiras, constante dos livros de Geografia e Estudos Regionais. Por sua vez, as disciplinas História e Sociologia, ressentem-se ainda de material de leitura específico sobre esta região. (PARÁ, 1989, p.6).

³Violeta Loureiro foi entrevistada por ser a época Diretora de Ensino da Secretaria de Estado de Educação e também de fazer parte do Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará. A professora Violeta Loureiro além de ter criado a disciplina Estudos Amazônicos, também elaborou um livro didático regional.

⁴LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015

O professor Ribamar Oliveira⁵ que à época ministrava cursos de formação no interior do Estado do Pará para professores da rede estadual, afirma que havia carência de materiais didáticos para ser utilizado tanto pelos professores como pelos alunos, um dos desafios dos professores segundo ele, era construir seu próprio material para uso na época quando ministravam a disciplina Estudos Paraenses. Percebemos que a própria formação dos professores que ministravam a disciplina possuía problemas, o primeiro deles era a heterogeneidade de professores de História vindos de outros Estados brasileiros para o sul e o sudeste do Pará, por exemplo, para aqui ministrarem a disciplina Estudos Paraenses. Uma História do Pará que tinha os eventos políticos e as transformações do Estado como o centro de sua narrativa. O que quero destacar neste aspecto é a seguinte questão: não é a carência de materiais didáticos para serem usados pela disciplina Estudos Paraenses o seu maior problema, pois, os materiais didáticos ao seu tempo foram elaborados por professores, mas a sua efetiva distribuição para uso nas escolas do Estado ser o problema central, haja vista, que o professor Dionísio Hage desde os anos 1960, por exemplo, investe em uma produção didática para este público escolar. Considero que existe um problema mercadológico em relação aos livros didáticos regionais, algo que não é exclusividade no Estado do Pará, como nos argumenta Itamar Freitas (2009). O problema mercadológico dificulta os professores principalmente no interior do Estado a possuir os livros didáticos regionais que foram lançados para uso desta disciplina. Existe a tentativa do Governo do Estado, durante os anos 1990 em tentar solucionar este problema como veremos a seguir com a criação da disciplina Estudos Amazônicos e a sua produção de livros didáticos.

Diante desta realidade estadual uma comissão de professores de História juntamente com a professora Violeta Loureiro, em 1995, assim participou de um projeto com a finalidade de escrever um livro de História do Pará para uso nas escolas públicas por alunos e professores, este livro seria o primeiro de um projeto que ficou conhecido como Estante da Amazônia. Este projeto começou a ser desenvolvido pela SEDUC, em 1996, diante de duas constatações na rede estadual: a quase inexistência de livros didáticos sobre a Amazônia e o Pará, que fosse para uso de alunos e professores e a dificuldade do professor trabalhar em sala de aula ou com um grupo de alunos determinado tema sobre a Amazônia, quando ele dispõe de apenas 1 livro (que seja seu ou da escola) para aquela determinada disciplina. Podemos perceber que havia uma bibliografia consolidada sobre os recentes acontecimentos sociais que ocorreram na região amazônica, pesquisadores do NAEA, NUMA, MPEG desde os anos 1980, estavam dedicando-se em compreender as novas configurações do espaço amazônico, mas faltava uma sistematização didática de uso para a escola. Os professores perceberam essa ausência de temas que dialogassem com essa perspectiva e junto com a Secretaria de Educação consolidaram dois caminhos para se estudar o espaço regional na escola: a criação de uma disciplina escolar e a elaboração de livros didáticos regionais. Neste sentido, os anos 1990 configuram-se como a consolidação da história regional no espaço escolar, os professores estavam em busca de sua legitimidade.

A SEDUC comprometeu-se com o projeto Estante da Amazônia a produzir materiais didáticos que versassem sobre a realidade regional. A meta era colocar em cada escola da rede estadual, que a época girava em torno de 200 escolas um total de 30 exemplares de cada obra e não apenas um

⁵Formado em História pela Universidade Federal do Pará, o professor Ribamar Oliveira foi entrevistado por participar da elaboração do livro didático História do Para, que foi coordenado pela professora Violeta e organizado por Gerard Prost.

título. O projeto tinha a seguinte dinâmica: o professor utilizasse o livro em sala de aula, de forma prática, onde o livro didático poderia ser lido simultaneamente por mais de 50 alunos, dois a dois, haja vista, que toda a biblioteca da escola receberia, cada uma, 30 exemplares. O livro didático regional possui uma especificidade era produzido pensando no aluno, em seu uso no espaço escolar e não especificadamente para o professor da disciplina Estudos Amazônicos, podemos encontrar uma dificuldade em relação ao seu ensino, que gira entorno da seguinte perspectiva, não foi pensado um currículo mínimo para a disciplina e não existe manual para o professor, isto se torna complexo quando analisarmos as produções didáticas regionais, haja vista, que os manuais didáticos nos apresentam várias leituras do passado amazônico, que são apropriados para uso nas aulas desta disciplina.

Em entrevista ao projeto de pesquisa deste mestrado a professora Violeta Loureiro, quando questionada sobre o porquê de criar uma disciplina regional no Pará, durante os anos 90, nos respondeu que diante do atual momento de destruição pelo qual passava a região amazônica e o alto grau de desconhecimento sobre a mesma entre os estudantes e universitários, que a não serem os especialistas da área conheciam a Amazônia. Durante sua gestão como diretora de ensino na Secretaria de Ensino do Estado do Pará na administração do ex-governador Almir Gabriel (1995-2002) e atuando como conselheira Estadual de Educação conseguiu viabilizar, em 1997, a criação de uma disciplina regional que atendesse as demandas sociais e escolares da época. A professora Violeta Loureiro possui uma rede de interlocutores no Estado do Pará, para que pudesse ser viabilizada a criação da disciplina Estudos Amazônicos e posteriormente a produção de dois livros didáticos regionais, haja vista, que o seu marido, o professor João de Jesus Paes Loureiro, foi à época secretário de Estado de Educação durante a gestão de Almir Gabriel (1995 – 2002).

A criação da disciplina regional 'Estudos Amazônicos', durante os anos 1990, a partir da resolução nº 630/97 aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, dentro da chamada parte diversificada do currículo da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará elegendo a região amazônica, o meio ambiente como sujeitos históricos e evidenciando os problemas sociais no espaço escolar que podem ser problematizados diante da realidade amazônica. A disciplina 'Estudos Amazônicos' pensada para os professores da área das Humanidades (História, Sociologia e Geografia), a partir de uma proposta interdisciplinar introduzisse na escola uma proposta regional possível para ser ensinado.

A resolução nº 630 de 26 de novembro de 1997 em seu artigo 5º define que a parte diversificada do currículo será disciplinada pelo respectivo Conselho de Educação do Estado do Pará, mediante um elenco de disciplinas que foi sugerido às entidades mantenedoras dos Estabelecimentos de ensino a escolha de pelo menos duas destas. A resolução nº 231 de 05 de Maio de 1998 estabelece as normas que disciplinam a parte diversificada do Currículo do Ensino Fundamental do Sistema de Ensino do Estado do Pará, onde normatiza que em todas as escolas deste Estado deverá ser mantida a igualdade de acesso para os alunos a Base Nacional Comum de maneira a legitimar a unidade e qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional a Base Nacional Comum e sua parte diversificada, onde deverão integrar em torno de paradigma curricular que vise estabelecer a relação entre a educação fundamental e o médio.

Em Ofício endereçado as escolas públicas do Estado do Pará a diretora de Ensino deste estado Violeta Refkalefsky Loureiro encaminha as novas matrizes curriculares para o Ensino Fundamental e Médio para o ano de 1999⁶, no qual faz uma alteração na parte diversificada do currículo com a inclusão da disciplina Estudos Amazônicos em substituição a disciplina Estudos Paraenses, com duas aulas semanais na 5ª e 6ª séries e três aulas semanais na 7ª e 8ª séries, tendo a seguinte justificativa “pela imperiosa necessidade da escola contribuir para a formação de uma consciência nos cidadãos sobre a Amazônia como uma questão nacional e ser a Amazônia o maior e mais rico sistema natural do planeta Terra”. Esta disciplina pode ser ministrada por professores licenciados em História, Sociologia e Geografia sendo pertencentes ao quadro de servidores da SEDUC, portanto, esta é uma disciplina interdisciplinar. A preocupação era com os conteúdos a serem ministrados na disciplina Estudos Amazônicos quando esta surge no currículo do Estado

A preocupação em relação aos conteúdos a serem ensinados nesta disciplina em questão, nos remete a ideia de que nunca se produziu materiais didáticos para serem usados no espaço escolar, no entanto, a primeira dificuldade encontrada pelos professores da educação básica foi a falta de acesso a produção didática, haja vista, que desde a produção do livro-texto, em 1986, havia uma preocupação com a formação por meio da Secretaria Estadual de Educação de uma material que sistematizasse algumas questões recentes sobre a História da região amazônica, que se configurou nos cursos de atualização dos professores em debater as questões recentes da História da Amazônia nos cursos e seminários organizados na cidade de Belém.

Os professores que ministravam essa disciplina ressentiam-se de um material didático organizado que orientasse o professor desta disciplina, o professor Ribamar de Oliveira nos lembra que havia duas necessidades básicas nos anos 90: uma seria criar uma disciplina regional que atendesse a demanda dos professores e a outra de criar um livro didático regional que sistematizasse as pesquisas dos professores da Universidade Federal do Pará, haja vista que muitos professores não tinham tempo para pesquisa devido à carga horária de trabalho ser extensa, muito com 280 horas/mês.

Em outro momento da entrevista o professor ressalta

A gente sentiu essa necessidade porque não tinha essa carga horária, e nos cursos que nós ministrávamos sentíamos essa necessidade, estava fluindo nesse momento algumas pesquisas de próprios colegas professores do interior mesmo que fossem pesquisas com material primário, que só através da oralidade, da História Oral como recursos metodológico estava escrito alguma coisa, então através disso a gente sentiu a necessidade de ser incluído na nossa grade curricular estadual, esse seria um ponto. Seja para você mostrar a Amazônia ou o Pará no primeiro momento foi os Estudos Paraenses, depois mudou para Estudos Amazônicos⁷.

Os professores de História que participaram da experiência de elaborar um livro didático regional, eles estavam ao mesmo tempo em sala de aula e fazendo as pesquisas no Arquivo Público do Estado do Pará, na Universidade Federal do Pará e na biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi, às vezes tendo levado falta nas escolas por conta das pesquisas que seriam desenvolvidas, pois, não houve acordo com a Secretaria de Educação do Estado para que fossem liberados exclusivamente para a pesquisa e elaboração deste livro didático.

⁶ Ofício Circular nº 018/98-DEN, Belém, 10 de dezembro de 1998.

⁷ OLIVEIRA, Ribamar. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 08. Abr. 2015.

A proposta da disciplina 'Estudos Amazônicos' veio atender a demanda dos professores, pois, sentiam falta dessa História regionalizada na escola. Neste sentido, "lutaram" para ter a disciplina Estudos Amazônicos, até para ter carga horária na rede estadual, pois, não podiam trabalhar temas referente a Amazônia na disciplina História devido ter uma carga horária ínfima, eles viram sua demanda ser atendida com a criação desta disciplina. Portanto, a criação da disciplina Estudos Amazônicos seria uma afirmação da História regional na escola, uma forma de demarcar o seu lugar. O professor José Ribamar nos lembra do aumento da carga horária com a mudança na grade curricular do Estado do Pará da disciplina Estudos Paraenses para a disciplina 'Estudos Amazônicos', em sua entrevista quando nos argumenta

Nós não tínhamos essa disciplina dentro da grade curricular no Estado, só tinha a disciplina História, dentro da disciplina História deixávamos alguns pontos para falar sobre a Amazônia, mas você sabe que a carga horária de História é pequena, que é de duas horas, impossível você trabalhar em dez horas incluindo a História da Amazônia, a História do Pará, muito difícil, claro que é possível mas você sabe coisa fica por cima, sentíamos a necessidade porque não tinha essa carga horária, e nos cursos que nós ministrávamos era muito cobrado isso pelos professores da rede estadual. Neste momento estava fluindo algumas pesquisas de próprios colegas professores do interior mesmo que fossem pesquisas com material primário, através da oralidade como recursos metodológico estavam pesquisando alguma coisa, então através disso a gente sentiu a necessidade de ser incluídas na nossa grade curricular estadual uma disciplina regional. (...) para mostrar a Amazônia, o que seria na verdade a Amazônia. Outro ponto seria aumentar a carga horária nossa de História, porque só tínhamos uma carga horária de 10 horas e você com uma carga de mais 10 horas para ministrar uma disciplina regional, você poderia ter 20 horas, por exemplo, da matemática você tem 60 horas no caso do fundamental, 60 horas são 6 aulas por semanas e a gente só tinha duas, então é difícil você fazer um bom trabalho, então o aumento da carga horária foi um ponto fundamental nesse momento⁸.

A proposta da disciplina 'Estudos Amazônicos' possui um recorte temporal e cronológico que privilegia os aspectos geográficos, sociais e econômicos da História recente da região amazônica, por exemplo, o livro "Amazônia: história e análise de problemas", a autora elege como debate central o período da borracha e a intervenção federal com a construção das rodovias nos anos 1960 para construir sua narrativa didática, pois, neste período há a mudança de lógica de desenvolvimento do Estado do Pará, estes foram dois momentos significativos que na concepção de Violeta Loureiro, o professor que ministra esta disciplina possui um olhar mais atento a determinadas questões regionais da região, por este sentido, ao fazer a seleção dos conteúdos no livro didático à autora privilegiou determinados temas que são na sua concepção os conteúdos significativos⁹ para serem utilizados nas aulas desta disciplina.

O segundo livro desta coleção "História: análises e problemas amazônicos" apresenta, para o aluno, quatro capítulos, que estão assim distribuídos: A vida da Amazônia no início do século XX até os anos 1960; A economia da 1ª metade do século XX: os principais produtos extrativos (borracha e a castanha-do-pará); desenvolvimento econômico e crescimento populacional recente na Amazônia – pós 1960 e críticas aos erros do modelo econômico e busca de novos caminhos para o

⁸OLIVEIRA, Ribamar. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 08. Abr. 2015.

⁹Segundo Circe Bittencourt (2009, p. 137) os conteúdos significativos vinculam-se a um critério de seleção baseados, direta ou indiretamente, nos problemas do aluno e da sua vida, em sua condição social e cultural.

desenvolvimento da Amazônia. A professora Violeta Loureiro quando questionada sobre o privilégio de abordar o século XX na disciplina ‘Estudos Amazônicos’ nos argumenta

Porque é uma disciplina que você não tem como estudar a Amazônia desde o período colonial e ainda mesclar temas de meio ambiente, temas de História dentro de um único programa. Tinha que selecionar itens importantes, então os itens que foram considerados importantes pegava basicamente o século XX. Então, a ênfase foi no século XX e alguns temas ligados ao meio ambiente, mas a questão ambiental amazônica foi se agravando e a repercussão do que vinha acontecendo e do que vem acontecendo com a Amazônia e tão grande, no mundo e no Brasil que acabou exigindo a elaboração de dois livros¹⁰.

Os problemas amazônicos ressaltados pela autora e que são considerados importantes a ser discutidos na disciplina, decorrem de dois argumentos que foram ocasionados pelas transformações no espaço amazônicos desde os anos 60, eles são de duas naturezas: o econômico e o social, como argumenta Violeta Loureiro,

Do ponto de vista econômico é fundamental estudar essa posição, esse novo colonialismo que a Amazônia está vivendo. Uma região com uma economia baseada em enclaves econômicos, tipos a produção de alumínio, de ferro, de soja, etc., e como exportadora de energia elétrica. Do ponto de vista ambiental, como é que estas situações todas impactam o meio ambiente da região, por exemplo, a produção de soja tem produzido um desmatamento enorme, as usinas hidrelétricas, que estão provocando danos ambientais graves. Do ponto de vista social você vê o agravamento das condições sociais da população da Amazônia, hoje as maiores partes dos nossos indicadores sociais estão tão ruins quanto os do Nordeste, e muito deles muito piores do que os do Nordeste, por exemplo, a educação está muito pior que a do Nordeste, e assim por diante, então o ideal é começar a tratar pela economia, porque pela economia você vai ver os impactos ao meio ambiente e os impactos na esfera social¹¹.

A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ quando criada foi considerada interdisciplinar, ou seja, podem ministrar esta disciplina os professores de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, desde que tenham uma leitura histórica sobre a região amazônica, conforme nos afirma em sua fala a professora Edilena Barbosa, ou como nos argumenta Violeta Loureiro, de que para esta disciplina não faltam professores na rede estadual, desde que este esteja interessado em discutir a Amazônia em sala de aula.

O professor tem a leitura histórica, seja na disciplina de Geografia, seja na disciplina de História, seja na Sociologia, seja na Filosofia ele tem, então ele transporta esse saber que ele tem para a formação do aluno com o livro pedagógico em mãos, pela primeira vez estava-se pensando no aluno e não em se fazer um livro especificamente para o professor, eu acho que foi aí a nossa inovação¹².

A questão da interdisciplinaridade era algo presente no debate educacional dos anos 90, quando foram propostos os Parâmetros Curriculares Nacionais e os temas transversais, onde encontraremos a temática do meio ambiente. O foco em construir uma educação que se pautasse na interdisciplinaridade foi algo muito presente nas propostas curriculares lançadas a partir da LDB/96, quando esta se tornou elemento indispensável para se fazer e pensar a educação básica no Brasil

¹⁰LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015.

¹¹LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015.

¹²BARBOSA, Edilena. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 30. Abr. 2015.

(GARCIA, 2008, p.367), pois, os estudos da área não apresentam um consenso em relação ao termo “interdisciplinaridade” dentro dos Pcns, e sim diversos sentidos para fazer uso no espaço escolar, esta proposta curricular veio ao encontro da criação desta disciplina regional, pois, na medida em que o professor desta disciplina consegue articular o conteúdo sobre a Amazônia com outras áreas de conhecimento, permite com que o aluno consiga “construir pontes” entre os conteúdos que foram trabalhados em diferentes disciplinas. A interdisciplinaridade seria um facilitador na construção do conhecimento escolar, como argumenta Violeta Loureiro

A interdisciplinaridade abre um leque de raciocínio para as pessoas que é verdadeiramente fantástico, entende nada como um estudo interdisciplinar. Hoje em dia as ciências estão mais do que claro, que você não pode estudar a sociedade sem estudar a natureza, você não pode estudar a natureza sem estudar a ação do homem sobre a natureza, há sempre uma interdisciplinaridade, uma coisa preciosa¹³.

Os professores de História¹⁴ da Secretaria de Estado de Educação do Pará em parceria com o professor Gerard Prost¹⁵ elaboraram um livro didático de História do Pará, haja vista a necessidade dos professores que lecionavam a disciplina Estudos Amazônicos na rede estadual não possuírem um livro que subsidiasse o ensino dessa disciplina. A professora Edilena Barbosa nos comenta como foi à elaboração deste livro

Nós íamos para a casa de Ribamar no final de semana, sábado e no domingo até almoçávamos para lá, comprava e almoçava e ele estava lá, lendo os recortes, lendo o material de pesquisa que a gente fazia principalmente a gente ia para o arquivo público e nós já deixávamos lá o que nós queríamos trabalhar e o material primário de outras pesquisas feitas já estava se diluindo e ele achava um jeito para a gente fazer uma leitura de lá¹⁶.

A construção de um livro didático regional a partir de pesquisas realizadas pelos professores de vários departamentos da Universidade Federal do Pará tornou-se uma questão central, pois, existe uma preocupação em escrever uma escrita da História escolar no Pará que fosse subsidiado por um respaldo acadêmico, seja dos professores da Universidade Federal do Pará (UFPA) ou de pesquisadores da área das ciências humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), percebemos isto quando nos agradecimentos do livro existe a citação de alguns professores-colaboradores concedendo a pesquisa para a escrita de determinado capítulo. A arqueóloga Ana Machado por ter escolhido as iconografias sobre o passado pré-colonial que subsidiou o capítulo 1. A arqueóloga Vera Guapindaia por ter cedido um texto de sua autoria, que serviu de base para a construção dos capítulos 1, 2 e 3, sendo publicado na revista “Ciência Hoje” em 1996. A Rosa Acevedo Marin, professora do NAEA/UFPA, que permitiu os produtores do livro didático ter uma melhor compreensão sobre o período 1616-1750 (período colonial amazônico). O professor do departamento de História da Universidade Federal do Pará José Alves Júnior, que dispôs do seu tempo para fazer a estruturação do período “crise do sistema colonial” são os pesquisadores que

¹³LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015.

¹⁴Os professores que participaram da elaboração deste livro regional foram: William Junior, Edilena Lourdes Barbosa, Maria de Fátima Oliveira, André Alvarez e Ribamar de Oliveira.

¹⁵O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq) concedeu uma bolsa de pesquisa a Gerard Prost para a elaboração do livro didático regional História do Pará, sendo a primeira publicação no de 1998 do projeto Estante Amazônia.

¹⁶BARBOSA, Edilena. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 30. Abr. 2015.

foram citados no livro. O professor Gerárd Prost queria ter legitimidade acadêmica tantos dos professores de História quanto dos pesquisadores sobre determinado tema, por isso que nos agradecimentos deste livro regional o professor menciona alguns pesquisadores da região argumentando a sua contribuição para determinado capítulo do livro didático, o professor William Junior nos lembra este aspecto

Justamente, ele queria essa legitimidade, desse grupo acabou ficando só eu, ele gostou muito de mim, foi assim uma empatia muito grande que acabou virando uma amizade, não foi só algo profissional, foi de amizade mesmo, o restante do grupo sumiu, eles não tiveram interesse, não ficaram nessa área e para mim era ótimo porque eu não precisava ir até a SEDUC, eu iria para o Museu Goeldi e ficava discutindo com um homem inteligentíssimo. Como ele tinha uma experiência fantástica, uma cabeça e uma generosidade enorme, era um prazer conversar com o Gerard¹⁷.

Sobre o processo de construção do corpus documental que o professor Gerard Prost queria utilizar no livro regional o professor William nos afirma

A ideia que eu tenho é assim, ele vai, por exemplo, com o Alves. O Alves diz para ele o que está pesquisando sobre o século XVIII, então ele pega um trecho, a partir daí ele considera aquilo como o correto, então o que ele vai fazer é que o aluno a partir da leitura e da confrontação com outros documentos chegue às teses principais do texto, o debate seria se tivesse o contraditório, que tivesse posições divergentes, haveria o debate e o aluno poderia se posicionar isso não existe cada tema ele traz um ou dois historiadores, que comungam do mesmo tema, o que ele considera na época como algo atual e mais bem fundamentado a época, aliás, na academia não havia espaço para outro tipo de discurso que não fosse aquele, então eu não vejo. Eu vejo a construção do conhecimento, levar o aluno a construir o conhecimento¹⁸.

A construção do conhecimento histórico era baseada a partir da seleção de fontes que o professor possui para construir uma aula de Estudos Amazônicos. O livro História do Pará possibilitava esse olhar, pois, tinha pouca interpretação dos professores e muita seleção de documentos. Os alunos em parceria com o professor construam uma autonomia em sala de aula, quando interpretavam os fatos sobre a região amazônica. Existe uma preocupação dos professores que constroem este livro didático de “dar voz” ao documento na escrita do livro didático regional, mas os documentos tinham que ser essencialmente escrito, fundamentalmente do Arquivo Público do Estado do Pará. O uso de memória no referido manual didático não é explorado pelos seus elaboradores. Durante a narrativa desta escrita escolar que há um império do documento escrito em todos os capítulos. O uso de diversos documentos para contar a História do Pará, como nos ressalta a professora Maria de Fátima Oliveira¹⁹,

A gente pensava muita coisa que tinha vontade fazer, isso foi legal porque consegui trazer com esse livro para a sala de aula, coisas bem diferentes mais dinâmicas, olha a música do Nilson Chaves, que nem era muito conhecido, vamos colocar a música do Nilson Chaves, tem a letra da música no último capítulo da Cabanagem, que ele fala todos os municípios, não tem uma música? Está até errada à letra ali, tem questões erradas, acho que todo o livro tem um pouco

¹⁷JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

¹⁸JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

¹⁹Formada em História pela Universidade Federal do Pará e a época era técnica pedagógica da SEDUC. Maria de Fátima Oliveira foi entrevistada, pois participou da produção do livro didático História do Pará organizado por Gerard Prost.

disso, precisava urgentemente de uma revisão, mas a gente não teve apoio, teve todos esses problemas²⁰.

A narrativa regional construída pelos autores deste livro didático ressalta a História do Pará por “períodos”, uma história que ainda traz os vestígios de uma tradição escolar com vertente cronológica, com a função de perceber as transformações do Estado ao longo da História do Pará. A região amazônica em determinados momentos nesta obra submerge, ou seja, esta história fica silenciada quando o autor privilegia uma história política e administrativa do Pará. Percebemos que os professores de História e o pesquisador Gerard Prost reforçam o império do tempo cronológico, para compreender os processos históricos que ocorreram na História do Pará. Neste manual acontece algo interessante, os professores de História participaram somente da construção da narrativa do volume 1, que tem como eixo central fazer uma leitura do passado referente ao recorte espaço e temporal que estende-se “das primeiras populações à Cabanagem”, o professor Gerard Prost em parceria com a professora Violeta Loureiro construíram a elaboração do volume 2 que tem o recorte temporal que estende-se “da borracha aos dias atuais”, um recorte de estudo próximo com o livro escrito por esta autora, que analisa a História da região amazônica a partir de “seus problemas”. O que se evidencia neste manual é o uso excessivo de documentos para provar que a História daquela região aconteceu a partir das narrativas escritas, das cartas, dos mapas, das fotografias, dos escritos historiográficos, das iconografias, etc., ou seja, eles querem evidenciar que o documento é a História daquele espaço como nos argumenta Edilena Barbosa²¹

O trabalho dele era fazer com que no livro tivesse muito pouca a nossa interpretação, mas que colocasse no livro os documentos, então como trazer esses documentos para dentro do livro? Você vê lá, fulano de tal. A carta não sei de quem, tá lá foi de acordo com o fulano de tal, isso se tornou mais difícil porque não era as nossas palavras.²²

Havia uma tensão neste livro didático regional, pois, o professor Gerárd Prost não era simpatizante de uma História por eixos temáticos²³ voltada para a escola, ainda considerava que a cronologia era algo importante, que não poderia ser utilizada na construção de sua narrativa, percebemos isto em dois momentos no livro: primeiro, quando o autor enfatiza a História do Pará em seis grandes períodos; segundo, quando ele ao final de cada volume apresenta uma linha do tempo sobre determinado momento da História do Pará. O professor William Junior ressalta isto, quando nos diz

Ali houve uma tensão pelo seguinte, o Gerard conversa com o pessoal da universidade federal do Pará, com os professores responsáveis por cada área, e a federal estava trazendo para cá a questão de uma história temática, quebrar essa linearidade, um acontecimento ao outro, uma linearidade. Uma história temática ligada a uma história social, enfim! E eu era um desses refratários, porque eu achava e ele também até porque não sendo um homem daquela época, a gente tinha um pé atrás com essa coisa do tema, quebrar uma linha a gente achava que o

²⁰OLIVEIRA, Maria de Fátima. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 08. Abr. 2015.

²¹Formada em História pela Universidade Federal do Pará e a época era técnica pedagógica da SEDUC. Maria de Fátima Oliveira foi entrevistada, pois participou da produção do livro didático História do Pará organizado por Gerard Prost.

²²BARBOSA, Edilena. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 30. Abr. 2015.

²³Segundo Circe Bittencourt (2009, p.127) a história por eixos temáticos caracteriza-se por constatar que não é possível ensinar “toda a história da humanidade”, e que toda a história ensinada é fruto de recortes dependentes das problemáticas feitas no presente.

aluno perderia muito, talvez senão fosse por mim e por essa identidade dele, o Gerard era um pouco opinioso, tinha uma teimosia não era fácil convencer o Gerard. O livro poderia ser mais temático, e deve ser período e deveria ser por temas²⁴.

O livro didático regional criado pelo professor Gerárd Prost ainda insistia em uma concepção de história que privilegiasse os períodos e cronologia, mas distanciava-se de uma valorização dos personagens políticos, por exemplo, escolhendo introduzir outros aspectos em sua narrativa, como: a Amazônia antes dos europeus (capítulo 1); o choque cultural (capítulo 2, item 6); uma colônia de muitos pobre (capítulo 2, item 2.2) são alguns exemplos de como o autor elege outros sujeitos históricos para construir sua narrativa.

O papel dos professores que construíram um livro de História do Pará era de destacar a importância de se pensar uma história do imaginário em sala de aula, uma forma de não limitar o conhecimento histórico a um resumo pronto e acabado, fazer com que o aluno crie o seu próprio conceito a partir dos documentos apresentados a ele, como afirma a professora Edilena Barbosa

Porque a universidade sempre foi muito acadêmica ela sempre foi e acredito que ainda é, ela traça a questão do academicismo muito pertinente, aos grandes autores, aos grandes livros, a teoria ultrapassa aquilo que é verdadeiro, aquilo que é o chão da escola, provavelmente os grandes autores da História e de outras disciplinas como os sociólogos que nos dão essa oportunidade, os grandes filósofos, que nos dá essa oportunidade de traçar o imaginário da nossa própria história, de poder fazer os nossos próprios conceitos, trabalhar esses conceitos em outros conceitos, assim poder trabalhar com aluno outros conceitos e é longe demais e é muito rebuscado a leitura deles, então precisávamos de algo mais concreto dentro da sala de aula, o que seria na sua História a História do Pará?²⁵

A disciplina 'Estudos Amazônicos' durante os anos 90 apresenta um dilema que precisa ser resolvido, o de consolidar o campo disciplinar Amazônia no espaço escolar. A criação da disciplina e a produção de dois manuais didáticos neste período reforçam a ideia de que era necessário repensar o ensino de história regional, invertendo as escalas de prioridades, onde o foco central de análise que seria o Estado Pará muda-se para algo de âmbito global, ou seja, pensar agora nas Amazônia enquanto um espaço regional de disputas de poder.

A criação dos chamados 'Estudos Amazônicos' como campo disciplinar reforça a ideia da necessidade de pensar as relações entre tempo, espaço, sociedade, cultura e meio ambiente na Amazônia, como categorias centrais para se pensar as transformações recentes. A proposta desta disciplina encara as questões do presente como um elemento central nas discussões em sala de aula, problematizando e criando outros sentidos de historicidades sobre o ensinar História.

²⁴JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

²⁵BARBOSA, Edilena. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 30. Abr. 2015

REFERÊNCIAS

LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: História e análise de problemas (do período da borracha aos dias atuais)*. Editora Distrobel, 2000.

LOUREIRO Violeta. *Amazônia: meio ambiente*. Editora Distrobel, 2000.

PROST, Gerard. *História do Pará: das primeiras populações à Cabanagem*. Belém, 1998.

PROST, Gerard. *História do Pará: do período da borracha aos dias atuais* Belém, 1998.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n.17, p.55-67, jan./jun.2008.

BARROS, José D´Assunção. *História, Região e Espacialidade*. *Revista de História Regional* 10(1): 95-129. UEPG, Verão, 2005.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História (5ª a 8ª série)*. Brasília: MEC, 1998.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 9ª ed. São Paulo: editora Cortez, 2009.

CASTRO, Edna. *Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas*. In: _____. *Cidades na Floresta*. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, Panônica, n. 2, 177-229, 1990.

CHEVALLARD, Y. *La transposition didactique*. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991.

FREITAS, Itamar. *História regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009)*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

GABRIEL, Carmem. *O conceito de história-ensinada: entre a razão pedagógica e a razão histórica (reflexões sobre a natureza epistemológica do saber escolar)*. In: Candau, Vera (org.). *Reinventar a escola*. Petrópolis, RJ, editora Vozes, 2007.

GASPARELLO, Arlette. *A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e seus livros didáticos*. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 147-177, set./dez. 2013.

GARCIA, Joe. *A interdisciplinaridade segundo os Pcn's*. *Rev. de Edu. Pública Cuiabá* v. 17 n. 35 p. 363-378 set./dez. 2008

SANTOS, Milton. *1992: a redescoberta da natureza*. *Estudos Avançados*. 6 (14), 1992.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. *Estudos e Problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. Belém: Instituto Econômico e Social do Pará, 1989.



GRUPO DE TRABALHO V

A Mídia e a natureza da produção de imagens, informações e confrontos

Coordenadores:

Prof. Dr. Manuel Dutra

Profa. Dra Rosane Steinbrenner

Profa. Dra Elaide Martins.

Ementa – O GT 5 tem o propósito de debater trabalhos que tragam uma contribuição de pesquisa sobre a mídia e a construção de imagens, informações e confrontos no sentido de desvelar processos e discursos sobre as relações entre comunicação e política. Campo de conhecimento marcado pelos jogos e disputas de poder. O GT acolhe trabalhos com base em pesquisas empíricas, teóricas e reflexões que tenham como objetivos entender a dimensão discursiva e simbólica da mídia na relação com a política. E saber de que forma esses discursos transitam no campo político da Pan-Amazônia e da América Latina. Pensamos nos temas: política e discursos; mídia e representação; jornalismo político; discursos de mídia empresarial e de grandes projetos; agenda pública e esfera pública; redes sociais; ação coletiva; cidadania e mídia; desigualdade social e mídia.

AS NARRATIVAS INSTITUCIONAIS DE SUSTENTABILIDADE E AS 'REVISTAS VERDES': ANÁLISE DA REVISTA AMAZÔNIA VIVA

Lídia Karolina de Sousa RODARTE¹

Resumo

Busca-se compreender neste artigo de que forma as chamadas revistas verdes, identificadas como periódicos regionais de cunho institucional e político, que buscam estabelecer uma aproximação entre empresa e sociedade, constroem as narrativas de sustentabilidade na Amazônia. Parte-se da análise dos mecanismos de construção da imagem da Amazônia a partir da perspectiva proposta pela revista *Amazônia Viva*, publicação mensal, produzida e encartada no jornal paraense *O Liberal*, das Organizações Rômulo Maiorana, com patrocínio da mineradora *Vale S/A*. Como procedimentos metodológicos recorre-se a análise narrativa e semiótica de quatro edições da revista, escolhidas pela temática da capa e matéria principal, presentes na coluna intitulada “assunto do mês”. As edições selecionadas têm como foco a sustentabilidade aliada à preservação do patrimônio da região amazônica, sendo duas do ano de 2014 (maio e agosto) e duas do ano de 2015 (março e maio). Parte-se da argumentação que texto e imagens na revista *Amazônia Viva* suavizam ou invisibilizam aspectos sociais e ambientais provenientes da relação entre grandes empresas e Amazônia, identificando-se nas narrativas estratégias comunicativas que conformam texto publicitário em jornalístico e vice-versa, com o objetivo de construir uma imagem positiva perante público-alvo e sociedade. Constatamos assim, que “novas” estratégias discursivas sobre a sustentabilidade na Amazônia são articuladas, e que a comunicação institucional converte-se em recurso utilizado para agregar legitimidade e credibilidade à publicidade e aos atos retóricos realizados pelas organizações.

Palavras-chave: sustentabilidade, revista Amazônia Viva, Amazônia, comunicação institucional.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade, atualmente, faz parte da agenda da maioria das grandes organizações globais, tanto políticas quanto empresariais. Segundo Kunsch e Oliveira (2009) isto ocorre em razão das recentes exigências sociais em vista dos graves problemas causados pelos impactos ambientais gerados por atividades empresariais desordenadas somado aos entraves das desigualdades sociais que vêm assolando populações inteiras.

Devido a este cenário, que se imprime fortemente em diferentes regiões e países do globo, e principalmente em regiões onde os recursos naturais são mais evidentes e as condições sociais mais desfavoráveis. A exemplo da Amazônia Legal, que, de acordo com dados da Comissão de Integração

¹ Mestranda do Programa de pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA, Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela UFPA, membro do Grupo de Pesquisa “Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense - Narramazônia”. E-mail: lidiakarolina@gmail.com.

Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), da Câmara dos Deputados, ainda possui um dos piores indicadores sociais do Brasil.

Os indicadores sociais na Amazônia Brasileira, em geral, são ruins, situando-se quase sempre abaixo da média nacional. Em relação ao mercado de trabalho, por exemplo, segundo o IBGE, enquanto a média nacional de trabalhadores com carteira de trabalho assinada em 2006 era de 31,73%, a média na Amazônia Legal foi de apenas 18,35%, sendo que todos os Estados da Região apresentavam patamares inferiores à média nacional, revelando o amplo predomínio do emprego informal.²

Como consequência desses dados a necessidade de uma maior participação social e ambiental por parte das instituições se faz mais evidente.

A configuração histórica da Amazônia enquanto território de pluralidades, de conflitos, de produção de sentidos e de narrativas múltiplas, constitui-se como objetivo principal desta pesquisa, com análise da construção das narrativas de sustentabilidade na Amazônia, considerando como elas são utilizadas pela comunicação institucional para estabelecer vínculos e conexões entre organizações e sociedade.

Como procedimentos metodológicos recorre-se à análise narrativa e semiótica. Ou seja, com a primeira busca-se refletir, conforme escreve Motta (2013, p. 27), “sobre o significado da experiência humana”, ou então, para compreensão de quem somos e como representamos o mundo a partir do narrado. Com a segunda identificar as percepções, significações e sentidos estabelecidos na construção narrativa semiótica. A partir da perspectiva de Peruzzolo (2004), contemplando as formas visuais textuais e imagéticas, de forma a englobar os discursos e sentidos de forma ampla. Entendendo-se, de acordo com Souza (2010, p.23), que “texto e imagem em consonância mantêm a previsibilidade que garante a decodificação imediata pelos leitores. A subordinação é marca do diálogo, não deixando espaços para rupturas”. Para a autora, os dois, palavra e forma visual, se convertem em um veículo híbrido, por vezes se aproximando, outras se recortando “ampliando e acrescentando elementos que enriquecem a rede de sentidos” (SOUZA, 2010, p. 43).

Para o presente artigo foram tomadas como *corpus* de análise 4 edições da revista *Amazônia Viva*, as quatro capas e as quatro matérias de capa, presentes na coluna “Assunto do mês”, enquadrada neste trabalho no perfil das “revistas verdes”, por ser uma mídia institucional de grande circulação, com foco na sustentabilidade. O periódico é produzido e encartado no jornal *O Liberal* com patrocínio da mineradora *Vale S/A*.

Por revista verde entende-se o periódico institucional, produzido por organizações com o objetivo de informar ações da empresa para a sociedade. Esse tipo de revista se configura com apelo aos ‘feitos’ da organização em prol do meio ambiente. A comunicação institucional, segundo Kunsch (2003, p. 164), “está intrinsecamente ligada aos aspectos corporativos institucionais que explicitam o lado público das organizações, constrói uma personalidade creditiva organizacional”. Ou seja, procura estabelecer uma relação de corresponsabilidade da organização com a sociedade. Ao mesmo tempo, que busca a construção de uma imagem positiva de suas atividades junto ao público.

Configura-se como hipótese da pesquisa a existência, nas edições analisadas, de um discurso midiático atenuante, construído pela narrativa institucional, que invisibiliza os aspectos negativos e evidencia os aspectos positivos abordados pela matéria. Favorecendo os estereótipo coloniais, do

² Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/caindr/amazonia-legal/mais-informacoes-sobre-a-amazonia-legal>>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

exótico, da grandeza e suntuosidade do ambiente natural, o qual, segundo Dutra (2009, p.67), boa parte das reportagens e programas midiáticos, que trazem a Amazônia como tema, se encarregam de reeditar e reforçar.

2. A AMAZÔNIA E OS DISCURSOS

A região amazônica esteve, segundo Costa (2011), por muitos anos apartada do restante do Brasil, atendendo às necessidades produtivas dos demais Estados, porém sem ser incluída de fato nas matrizes de desenvolvimento.

Com uma composição social étnica marcada pela diversidade, a Amazônia continua sendo representada de acordo com os estereótipos produzidos no período colonial e reproduzidos ao longo de toda a história do Brasil.

Poderes institucionais e conhecimentos guardados na memória vêm agenciando um cenário ideal sobre os sujeitos amazônicos. E por que isso acontece? Por que o distanciamento, o desconhecimento sobre uma região que também é Brasil? As narrativas históricas nos apontam caminhos, vestígios povoados de lembranças e esquecimentos. (COSTA. 2011, p. 32).

Essas narrativas vêm sendo tecidas ao longo de quinhentos anos da história do Brasil, com relatos de viajantes que remontam ao período de conquista das Américas.

Segundo Costa (2011) desde esses relatos o índio já era representado como um indivíduo passivo diante de sua própria história, incapaz de gerir a própria vida e conferir racionalidade a esta, esse “discurso fundador”, conforme nomeia a autora, “se fortifica produzindo novos sentidos legitimados pela história oficial, que povoa hoje o imaginário nacional sobre a Amazônia, vista historicamente como inferior e exótica.” (COSTA. 2011, p.36).

Os meios estéticos utilizados para reproduzir os estereótipos sobre a Amazônia se atualizam, porém o conteúdo semântico continua permanecendo o mesmo, remetendo a visão ambígua da floresta como “lugar paradisíaco e, contraditoriamente, ao mesmo tempo inóspito, no qual coexistiria a exuberância física da natureza e a insignificância humana” (DUTRA. 2009, p. 67).

A natureza amazônica sempre foi fator de interesse por parte dos cronistas mais antigos do período da colonização, até a construção das narrativas midiáticas da atualidade, porém, conforme Costa (2005), somente após o fim do governo militar os movimentos ecológicos passaram a adquirir influência de fato no cenário político nacional.

A partir desse período a noção de progresso, dominante no Brasil, principalmente durante esses governos, já não poderia mais ser considerada como padrão dominante do comportamento empresarial e político. De acordo com BOFF (2004, p.95), “há quatro séculos todas as sociedades mundiais são reféns de um mito: o mito do progresso e do crescimento ininterrupto e ilimitado (...)”. O progresso, durante muitos anos justificou momentos históricos de grande degradação ambiental na região amazônica, e de exploração não apenas natural, como também humana.

Com o advento da sociedade de consumo, “as empresas se destacam como as instituições mais poderosas do planeta” (HART. 2005, p.222-223 apud KUNSCH e OLIVEIRA. 2009, p.63), as demais instituições compostas pelo Estado, igrejas e pela sociedade em si ainda refletem grande importância no mundo em que vivemos, porém é inegável que o comércio converteu-se na instituição que mais exerce poder e domínio.

Porém, mesmo para o capital econômico, a noção de progresso e de lucro a qualquer custo foi sendo alterada por um novo paradigma, denominado por Sachs (2009) de “caminho do meio”.

De acordo com o autor, este paradigma teve início com dois eventos importantes: o encontro Founex, de 1971, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, que ocorreu em 1972, alterando toda uma lógica de pensamento que se desenvolvia até então.

Para Sachs (2009), com a bomba atômica de Hiroshima a opinião pública entendeu que o homem já possuía então capacidade técnica de destruição capaz de acabar com a vida no planeta, enquanto, com a ida do homem à lua, também pôde-se perceber claramente os limites do nosso planeta.

O jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, em seu blog *Cartas da Amazônia*, ilustra, por meio de narrativa, esse conflito nacionalmente, quando relata a primeira visita do então presidente do Brasil, José Sarney, à Amazônia, e os impactos dessa visita na opinião pública na época.

Em 1985, o recém-empossado presidente José Sarney foi à mina, na época controlada pela estatal Companhia Vale do Rio Doce (em parceria com cinco multinacionais e o grupo Ermírio de Moraes). A TV Globo documentou a visita. Entre as imagens festivas, exibiu cenas chocantes do lago assoreado e da paisagem coberta de pó vermelho. Foi um impacto, de repercussão internacional. Parecia uma estampa de Marte na Terra. Como uma mineradora que reunia tantos sócios importantes no mundo se comportava daquela maneira? Por que, ao invés de transportar lixo mineral de trem para descarregá-lo depois num esplêndido lago natural, não fazia a lavagem e a deposição na própria mina? Por que não colocava filtros nas chaminés da usina de secagem de bauxita para evitar a poluição? Eram tantos e tão graves os questionamentos que a Mineração Rio do Norte precisou fazer novos investimentos e ir atrás de tecnologia para corrigir erros flagrantes.³

Os eventos que se seguiram nas esferas nacional e internacional, suscitaram ostensivos debates em torno do tema ambiental, a partir deles, dois paradigmas se configuraram, de um lado os que previam abundância de recursos, e não vislumbravam a curto prazo uma necessidade de preservação dos recursos naturais, e de outro lado os catastróficos, que previam o desgaste ambiental de nosso planeta, assim como o esgotamento de recursos e aniquilação da humanidade na forma como a conhecemos.

O paradigma predominante, e que visualizamos até hoje, é justamente um caminho intermediário, que visa o progresso econômico, porém aliado ao uso sustentável e racional dos recursos naturais. A exemplo das opiniões emitidas na ECO 92, Conferência da ONU, realizada no Rio de Janeiro, na qual se “marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza.”⁴

Diante desse cenário, é possível perceber a mudança no olhar da opinião pública, e da configuração de uma nova geração de pensamento, que não mais permite “o isolamento do mundo corporativo em relação às questões socioambientais, bem como tudo o que diz respeito ao interesse público e à sociedade” (KUNSCH e OLIVEIRA. 2009, p.64).

3. "NOVAS" NARRATIVAS DE CONVENCIMENTO

³ Disponível em: < <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/cartas-amazonia/realidade-e-fantasia-215228933.html>>. Acesso em 28 de outubro de 2015.

⁴ Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acesso em 24 de outubro de 2015.

Nas últimas três décadas, muito se discutiu sobre meio ambiente, o que culminou no surgimento de muitas mídias institucionais voltadas para o tema, a exemplo da revista Nossaterra, produzida no município de Paragominas, sudeste paraense, a revista Municípios Verdes, publicação do Programa Municípios Verdes do Governo do Pará⁵, e inclusive a revista *Amazônia Viva*, objeto empírico deste artigo, patrocinada pela *Vale S/A*.

Estas foram publicadas com a finalidade de ‘defesa’ ambiental, quase sempre com um discurso de mascaramento do problema social. A defesa do verde se constituía mais numa propaganda mercadológica, de venda da empresa, do que de conscientização para a questão da sustentabilidade. No caso da revista *AV* constata-se uma ‘nova’ narrativa, em que publicidade e jornalismo se confundem, dificultando a delimitação de fronteiras entre um campo e o outro. As narrativas apelam à informação com a publicidade atravessada pelas construções entre textos e imagens.

A essa escolha midiática, Marshall (2003) denomina informação-publicidade. Trata-se de uma forma de comunicação que já não se satisfaz apenas em ocupar os espaços próprios da linguagem publicitária, ela vai além e “pula o muro”, de forma a invadir o próprio território destinado à informação, tornando-se uma forma mestiça de comunicação.

Para Marshall (2003), isso se deve a um processo da era pós-moderna, que provoca uma mutação no conceito de informação. Ele explica que há uma erosão de paradigmas, onde a informação “deixa de significar a representação simbólica dos fatos para se apresentar como um produto híbrido que associa ora publicidade ora entretenimento, ora persuasão, ora consumo” tornando-se dessa maneira, “um veículo de transporte para várias e subjetivas intenções” (MARSHALL. 2003, p.36).

3.1. Tesouros do Pará guardados nos museus

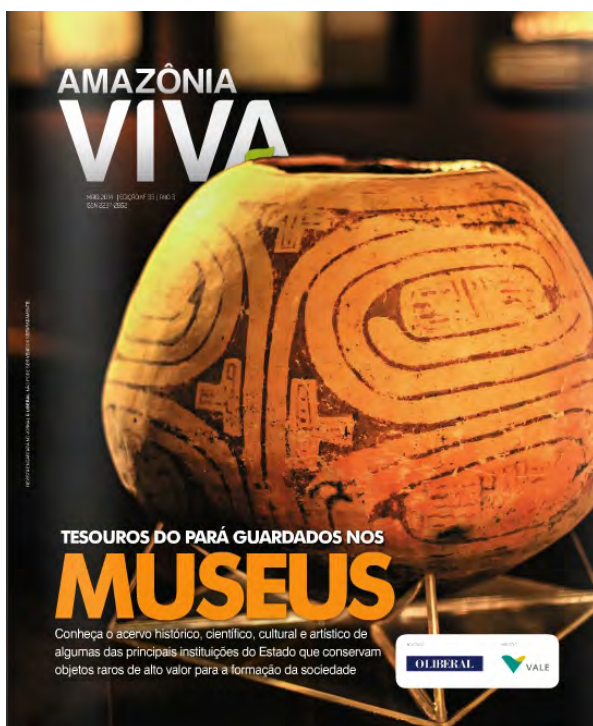
A capa da edição de maio de 2014⁶ da revista *AV* apresenta em primeiro plano um artefato histórico, uma obra de artesanato, em destaque, e no plano de expressão, colorida em relação ao fundo escuro, com alguma clareza em segundo plano, porém desfocada, de modo que não é possível identificar o local onde o artefato se encontra. O sentido se complementa no texto verbal, e depende deste, de modo que a palavra em destaque “Museus” indica ao leitor o lugar ao qual a imagem se reporta.

A palavra “Museus” remete à imagem, pois, percebemos entre essas uma categoria cromática próxima, ambas tendem ao alaranjado, cor de argila.

Logo acima da peça de artesanato, no canto superior esquerdo, percebe-se a logomarca da revista, e no canto inferior direito, encontra-se, em fundo branco, a logomarca das empresas responsáveis pela produção e editorial desta. Um converge para o outro, e ambos se comunicam pela disposição no espaço do enquadramento.

⁵ Disponível em: http://municipiosverdes.com.br/pages/quem_somos>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

⁶ Imagem disponível em: <http://issuu.com/amazoniaviva/docs/amaz_nia_viva_33_maio_2014>. Acesso em 30 de outubro de 2015



No texto verbal a palavra “Museus” está em destaque, por estar em primeiro plano, pela diferença na cor e no tamanho da fonte. Ela se comunica no plano dos sentidos com a palavra “tesouros”, que nos remete, por meio da figurativização, a elementos raros, de alto valor, que precisam ser “guardados” (conforme explícito no próprio texto) ou protegidos.

Para que o sentido da imagem seja completo ela necessita do texto verbal, eles se comunicam de forma a tornar claro para o leitor de qual tipo de tesouro a capa está falando: “tesouros do Pará”, elementos de grande riqueza, pertencentes e importantes para o Estado.

Sem esse esclarecimento, a mensagem ficaria polissêmica, e poderia remeter a outros

tipos de tesouros, principalmente devido à presença da logomarca da mineradora *Vale S/A*, que, dada a natureza de suas atividades, esclarecidas por Pinto (2012), em jazidas de minério, trabalha especificamente com elementos que se relacionam no plano dos sentidos com o signo “tesouros”.

O equilíbrio da imagem marca-se pelo enquadramento do objeto principal deslocado mais para a direita e dos textos, tanto a logomarca da revista, quanto o texto verbal, posicionados próximos à margem esquerda.

A narrativa presente na coluna “assunto do mês” à qual a capa faz referência, se situa no ambiente dos museus do Estado do Pará e os personagens são indivíduos que se relacionam com esse ambiente.

A história começa pelo clímax, sendo essa uma estratégia comunicativa usual no jornalismo, como forma de captar a atenção do leitor. O furto de um livro histórico que aparece em Nova York 5 anos depois, representa o início de uma narrativa que possui como funcionalidade destacar a importância dos museus na preservação da memória histórica, cultural e artística de uma comunidade. Porém, na relação comunicativa entre leitor e narrador, “o contrato cognitivo” deixa muitas lacunas a serem preenchidas pela imaginação do leitor. Segundo Motta (2007), o contrato cognitivo é marcado pelo preenchimento dessas lacunas por parte do receptor da mensagem, visto que uma história nunca é contada na íntegra, porém neste caso não fica claro como o livro foi furtado nem como foi encontrado, ficando a história, portanto, inacabada.

A narrativa estabelece-se principalmente no tempo presente, porém com referências ao passado em vários momentos. Os personagens vão surgindo a medida que o narrador expõe seus discursos, outros são citados de forma distante ao longo do texto. Os principais personagens são os diretores e coordenadores dos museus, e os autores das obras que ficam em exposição, estando entre eles botânicos, cientistas do século XVI, e indígenas das missões jesuítas que se estabeleceram no Brasil Colonial.

Percebe-se a partir da escolha dos personagens que os de destaque no texto são representados pelos cientistas e diretores dos museus, os visitantes e a comunidade local aparecem apenas nas imagens icônicas, porém não dentro da tessitura da narrativa verbal.

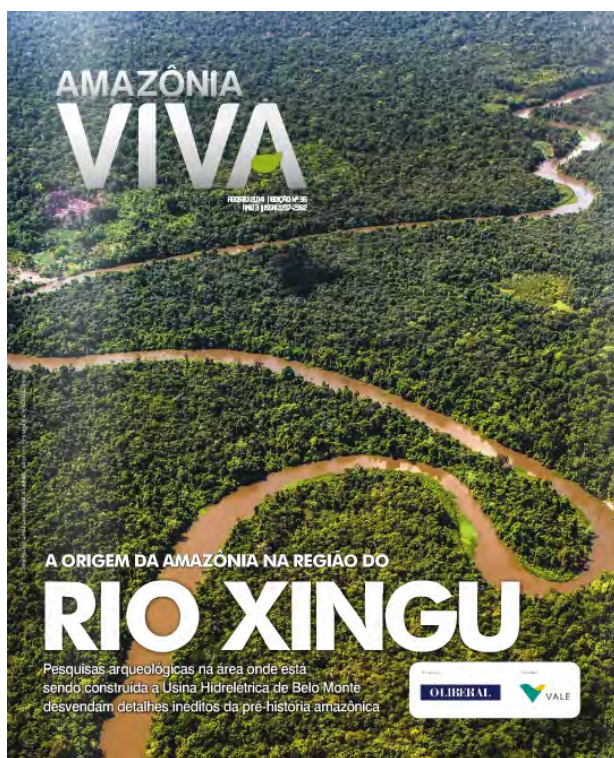
Constatamos a construção de pré-designação convencional da figura do cientista explorador, e a qualificação diferencial dos diretores de museus, pessoas cultas, que valorizam a arte, os artefatos históricos e a preservação da memória. Os personagens não se relacionam dentro da história de forma direta, seus discursos aparecem de forma autônoma dentro do texto. Sendo apenas o ladrão, responsável pelo furto do livro histórico do início do texto, referenciado de forma superficial pela primeira personagem, a coordenadora da biblioteca do museu. Não é possível qualificar a personagem do ladrão, visto que o narrador não atribui nenhum tipo de qualidade física ou psicológica a ele, ficando essa lacuna para preenchimento da imaginação e da vivência do próprio leitor, que atribui, por meio de valores socialmente constituídos, uma valoração ao ato de furtar algo que não lhe pertence.

O narrador utiliza como estratégia de objetivação o discurso direto e o afastamento de julgamentos explícitos em relação à narrativa, estratégia comum ao jornalismo, que, de acordo com Motta (2007), procura um distanciamento em relação à narrativa, e a negação da narração até o limite, para o autor, o jornalista costuma fingir que não narra e busca formas de apagar a sua presença no texto.

3.2.A origem da Amazônia da região do Rio Xingu

Na capa⁷ desta edição está presente uma imagem impactante, porém usual, do ponto de vista da construção cultural e social do discurso midiático que circula em torno da representação da Amazônia.

É possível identificar que a cor verde, permeada pelo elemento água, predominam na imagem, o que é significativo no sentido de reforçar os elementos já culturalmente aceitos como



indissociáveis da Amazônia enquanto signo, posto que para Amaral Filho (2010, p.30) “a imagem conceitual que a marca Amazônia tem é definida também por padrões intrínsecos, como cor verde, floresta, água, rio, pássaros, bichos, índios e caboclos. Imagine um cartaz sobre a Amazônia sem um desses elementos?”. A capa escolhida para análise traz três desses elementos: a cor verde, a floresta e o rio serpenteando no interior da floresta, representando as águas.

Constata-se que a imagem não possui moldura, uma característica de todas as capas da revista AV. Para Joly (1996), a moldura impõe limites físicos à imagem, e

cs/36_av_agosto_2014_web>. Acesso em 30 de outubro de

consequentemente à ideia a qual a imagem faz referência.

Este procedimento de fazer confundir o quadro (ou os limites) da imagem e a borda do suporte tem consequências particulares sobre o imaginário do espectador. Na verdade, esse corte, atribuído mais à dimensão do suporte do que a uma escolha de enquadramento, leva o espectador a construir imaginariamente aquilo que não vê no campo visual da representação, mas que no entanto o completa: o fora-de-campo. A ausência de moldura instaura (...) uma imagem centrífuga, que estimula uma construção imaginária complementar. (JOLY. 1996, p.94)

Deste modo, é possível interpretar, que a revista procura deixar a imaginação do leitor livre, para que o assunto tratado na capa dialogue com a polissemia inerente ao tema, e com o imaginário e o “povoamento mitológico” (LOUREIRO. 2001, p. 46) do mundo amazônico já pré-concebido pelo leitor.

As palavras “RIO XINGU” escritas de forma salientada, em letras maiúsculas, direciona a atenção para um tema ostensivamente discutido na mídia, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte⁸, tema causador de grandes conflitos entre ambientalistas, sociedade e governo, responsável pela proposta e construção do projeto. Com a capa se pretende um novo discurso para o rio Xingu, valorizando sua importância na construção histórica da Amazônia e diminuindo o impacto que a Hidrelétrica de Belo Monte tem causado à região.

A escolha da cor branca para a fonte do título é um indício significativo, tendo em vista que o branco nos remete a sensações de tranquilidade e paz, símbolo que, usualmente, quando escolhido, denota a sugestão da ideia do apaziguamento de conflitos. Além de contrariar com o fundo verde da imagem aérea, que apresenta muitos elementos, o que poderia causar uma dificuldade de interpretação visual da imagem por parte do leitor.

Na matéria de capa, da coluna assunto do mês, a narrativa reconstrói a Amazônia do período Siluriano, há cerca de 430 milhões de anos, e conta a história de como era a região nesse período e as transformações que aconteceram para ela se transformar no que é hoje, tudo isso feito por meio de infográficos, ícones, e textos verbais fora do texto principal, de modo a situar o leitor.

O narrador inicia a narrativa com um resumo, uma síntese do que irá contar, apresentando os personagens que animavam o cenário Amazônico pré-histórico e situando a história em lugar, a região do Xingu no Estado do Pará, e tempo, que se divide em Amazônia pré-histórica e Amazônia atual.

A história não apresenta grandes conflitos, a não ser os afirmados por um dos personagens, que se vê diante da dificuldade e desafios inerentes à qualidade da pesquisa, que envolve escavações, maquinários pesados e equipe especializada. A funcionalidade da matéria está em ressaltar a dificuldade e a importância da pesquisa para o resgate da história da Amazônia, cadeia significativa reforçada pelo menos três vezes ao longo do texto, por meio de estratégias comunicativas específicas, como a utilização de hipérboles e metáforas que expressam grandeza de

⁸ A construção da hidrelétrica suscita vários conflitos em decorrência de questionamentos a respeito da coerência da obra e do impacto ambiental e social que ela causa. Segundo Pinto (2012), ela gasta muito dinheiro público para estar dentro dos padrões estabelecidos pelos ambientalistas, para um resultado economicamente pouco satisfatório, em vista do rio Xingu não ser um rio adequado para a construção da barragem, por possuir uma “acentuada sazonalidade do regime hídrico” (PINTO. 2012, p.39). Além da questão ambiental, amplamente criticada na mídia, a construção impacta diretamente as tribos indígenas que vivem na área que será alagada pela usina. Todas essas questões originaram um movimento denominado “Movimento Xingu Vivo Para Sempre” (www.xinguvivo.org.br), que se opõe veementemente à obra e às empresas que a representam.

volume e quantidade ou ineditismo, a exemplo do termo “tesouros fósseis nunca antes vistos”, “os resultados saltam aos olhos” e “experiência inigualável”.

Os personagens de discurso direto na narrativa são dois cientistas, o paleontólogo chefe da expedição, e a pesquisadora que representa a instituição que irá abrigar as peças, o Museu Emílio Goeldi, os demais personagens são citados pelo narrador como público leigo, comunidade local e moradores da região, além, é claro, das criaturas, do período anterior à presença humana, que habitavam a região e aparecem na narrativa como forma de ilustrar o cenário pré-histórico e transportar o leitor para o período ao qual o narrador se refere. Os moradores não são sujeitos da história, sujeitos ativos em discurso direto são apenas os estudiosos que realizam a pesquisa.

Na distribuição diferencial feita pelo narrador, o paleontologista, chefe da missão, aparece com maior frequência em relação aos demais, a qualificação diferencial atribuída a ele é a de representante da ciência e ele possui autonomia diferencial, pois não se relaciona com nenhuma personagem dentro do texto, apenas nas imagens, onde aparece em campo, acompanhado dos demais membros de sua equipe, de modo que ele representa a pré-designação convencional do cientista aventureiro, que se lança a lugares inóspitos para fazer descobertas em prol da ciência.

O narrador utiliza em abundância recursos visuais, signos e ícones distribuídos ao longo de toda a narrativa, a presença e relevância dada a estes elementos constituem-se, para Marshall (2003), em um fenômeno recente pelo qual as mídias impressas, e mais especificamente o jornalismo vêm passando, causado pela concorrência entre o mundo impresso e o audiovisual.

Em uma tentativa de conferir maior sedução às notícias, as mídias impressas adotam aspectos típicos da linguagem audiovisual, de modo a tornar a venda do produto mais eficaz. Segundo o autor as notícias se tornam fragmentos, permeados por fotos, infográficos, tabelas, olhos, linha de apoio, ilustrações, retrancas etc.

Além desses elementos, percebe-se a priorização do discurso do cientista, como estratégia de objetivação do próprio discurso do narrador, de modo a conferir status de verdade ao fato narrado. Estratégia que facilita o contrato cognitivo entre narrador e leitor, posto que o leitor atribui importância e cientificidade à história, a partir da sua vivência, e do que se convencionou socialmente como patrimônio histórico, algo que precisa ser conhecido, preservado e protegido pela sociedade.

3.3. Parque Zoobotânico Vale - 30 anos

A capa da 43ª edição da revista *AV*⁹ possui uma quantidade maior de elementos em relação às outras duas, pois a imagem nos apresenta ícones tanto em primeiro quanto em segundo plano.

O ícone da arara está em primeiro plano, centralizada e em evidência. Única capa que apresenta elemento vivo, não o homem, mas o animal. Ao fundo é possível, ainda que desfocada, perceber a presença de uma outra arara, também, assim como a primeira, olhando para o leitor. O verde constitui-se como tonalidade dominante do fundo da imagem, o que, de acordo com Amaral Filho (2010), é um elemento característico das representações de Amazônia, sendo praticamente impossível encontrar uma representação icônica da Amazônia sem esta cor.

As logomarcas da revista e do realizador e patrocinador encontram-se, assim como nas demais, em pontos opostos, produzindo um equilíbrio na imagem, onde aponta para a outra. Ou

⁹ Imagem disponível em: < http://issuu.com/amazoniaviva/docs/43_av_mar_2015_web_ok>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

seja, a imagem da empresa é tão importante quanto a história narrada e essa ganha importância porque a empresa possibilita e patrocina o seu contar.

No plano da imagem verbal, o texto “30 anos” está em destaque, em fonte maior que o restante do texto, assim o enunciador coloca em evidência o tempo de existência do Parque Zoológico Vale.



Muitas palavras, distribuídas no texto centralizado abaixo da expressão “30 anos”, estão no mesmo plano semântico do ícone da capa, orientando a interpretação do enunciatário da mensagem, a exemplo de “floresta”, “parque”, “sustentabilidade”, “educação ambiental” e “Amazônia”. A partir da relação entre esses termos o enunciatário figurativa, com os conhecimentos acumulados pela vivência, a ideia de natureza, de ambiente natural e de preservação, evocando, o que Motta (2007) chama, ao analisar a narrativa jornalística, de dimensão pré-jornalística da mensagem, que está no “nível da cultura, das significações profundas, do plano moral, ético e simbólico”, para o autor toda narrativa “remete às questões culturais anteriores à reportagem” (MOTTA. 2007, p.15).

É nessa perspectiva que o narrador se embasa para dar conta do conteúdo presente na mensagem narrativa da matéria de capa da coluna *Assunto do mês*. O título “bem natural” e a ausência de pessoas na primeira imagem nos remete a um ambiente intocado, sugestão que contrasta com as grades da jaula presente ao fundo da imagem.

O subtítulo da notícia demarca, de início, a relação entre os personagens da narrativa: os pesquisadores, a comunidade local e os visitantes. Eles não se relacionam diretamente dentro da trama, porém suas falas, opiniões, lembranças e expectativas vão aparecendo no decorrer da narrativa.

Ao contrário das demais, nesta reportagem, o narrador não busca apagar suas marcas na narrativa, ele se faz presente com comentários e impressões sobre o ambiente. Ele descreve o ambiente e as sensações que esse evoca em si, de forma a transportar o enunciatário para dentro do espaço da narrativa, ajudado pela complementariedade da imagem, que direciona a imaginação do leitor.

O tempo seu andamento é marcado pelas expressões de temporalidade, como “é começo de tarde”, “na chegada ao parque”, “hoje” e “recentemente”, e a referencialidade geográfica é descrita e ilustrada por mapas e infográficos.

O narrador confere status de verdade às suas afirmações por meio das falas das personagens e por meio de expressões que isentam a sua própria opinião, colocando a veracidade do que está sendo narrado como fato comprovado, a exemplo de “O parque é referência mundial em

sustentabilidade” (p.39), “(...) faz com que o Parque seja referência internacional e sirva como parâmetro para os outros zoológicos e espaços botânicos no Brasil e no mundo” (p.45).

Os personagens principais são os funcionários do parque, porém dois visitantes também aparecem em discurso direto. Um dos personagens que mais se destaca representa a pré-designação convencional do herói. Um funcionário que veio de longe sem a intenção de permanecer na região por muito tempo, porém acabou se integrando ao ambiente de tal forma, que afirma dentro da narrativa que, depois de sua família, o parque é a coisa mais importante de sua vida.

A narrativa é de certa forma homogênea, sem clímax explícito, os personagens possuem autonomia nas suas aparições e interagem apenas nas imagens icônicas. A metanarrativa indica o fundo moral de incentivo à preservação e ao cuidado e atenção ao patrimônio natural da região, o que converge com a funcionalidade da narrativa, que se direciona para o sentido de preservação, de modo que não está explícito um conflito claro na história, porém o leitor, por meio de sua vivência pré-textual, e pelas sugestões do narrador, consegue construir um conflito no antagonico da preservação ambiental: a degradação do meio ambiente e o risco de extinção das espécies animais.

Esse conflito se materializa no contraste que se apresenta em um bloco isolado, colocado em página separada (p.44), porém dentro da matéria jornalística, por meio de uma reportagem cujo tema é a Mina de Carajás e a extração de minério de ferro.

As imagens desse bloco se opõem às da matéria principal, por seu caráter de intervenção humana, pela cor terracota do minério, em contraponto ao verde da natureza predominante na reportagem principal. A narrativa conta a história da descoberta de uma das reservas de minério mais ricas do planeta “bem ali embaixo da floresta” (p. 44) pelo geólogo Breno dos Santos, na década de 60, e apresenta a quantidade de minério que é retirado e beneficiado pela mineradora *Vale S/A* anualmente, mais de 120 milhões de toneladas, número responsável por conferir a ela o status de maior mina a céu aberto do mundo atual, com planos de expansão a partir de 2016.

Segundo Pinto (2012) esses são os números assustadores que tornaram a *Vale S/A* a segunda maior mineradora do mundo em volume de atividade e valor de mercado. “As jazidas de Carajás, com 18 bilhões de toneladas, podiam durar 800 anos se o máximo de produção que era previsto inicialmente se mantivesse. (...) No ritmo que a mina terá a partir de 2010, esse prazo baixará para 180 anos.” (PINTO. 2012, p.131).

O autor evidencia a passividade do Estado do Pará diante da falta de compensação minimamente proporcional aos recursos naturais que são exportados, em volume cada vez, maior para o exterior. No Estado, não há repercussão de nenhum tipo, nem política e nem popular, segundo Pinto (2012, p. 134) o Pará “se mantém de costas para a história. A dos outros e a sua.”

O narrador produz, por meio desses números, uma narrativa factual, com texto objetivo, que dá ao enunciatório, ciência dos sucessos das metas alcançadas pela empresa. Dessa forma, é possível observar um ponto de convergência entre as duas narrativas, ambos os espaços onde elas ocorrem, o parque e a mina, possuem 30 anos de existência, como uma forma de “compensação” desarrazoada.

3.4.Carmo – Patrimônio Renovado

A capa da revista apresenta, em sua 45ª edição¹⁰, conteúdo icônico que remete ao campo semântico do religioso e do sagrado para a Igreja Católica, que encontra grande representatividade na cidade de Belém, por possuir uma forte tradição católica herdada da colonização portuguesa. O sagrado se materializa pelo signo que representa a imagem de Nossa Senhora do Carmo, identificável, para o enunciatário católico, pela mulher coroadada, coberta por um manto, com uma mão estendida e outra segurando uma criança. Para completar o sentido e orientar o entendimento daqueles que não possuem familiaridade com esse ícone, a mensagem verbal complementa o entendimento.

Assim como as demais, esta capa também não possui moldura, porém ela se diferencia pelo fato de o arco da imagem formar uma espécie de moldura em torno da imagem central.

Ao contrário das outras edições, nessa, toda a imagem está em primeiro plano, com todos os detalhes em destaque, tanto o ícone da santa, como os detalhes artísticos das paredes da igreja, em policromia e sob efeito de iluminação dourada.

O dourado, por sua vez, nos remete ao ouro, à riqueza, assim como à ideia de algo precioso, de alta estima e valor.

As logomarcas da revista e do realizador e patrocinador, assim como nas outras edições, estão em extremidades opostas, em destaque pela cor branca.

A mensagem verbal está centralizada dentro da “moldura”, com o nome da igreja e da Santa em destaque, grafados numa fonte bem maior que as demais, logo acima da mensagem “patrimônio renovado”.

Esta mensagem, por sua vez, remete ao mesmo campo semântico que os outros símbolos presentes no texto verbal, como “restauração”, “antigas”, “artísticos” e “arquitetônicos”. Todas evocam a polissemia do enunciatário e seu pré-texto, no sentido de atribuição de valor e reconhecimento ao que se convencionou como patrimônio histórico e cultural em nossa sociedade.

Na matéria principal (p.38 - 45), a ambientação da narrativa se dá no espaço urbano de Belém em torno da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e, diferentemente das demais, ela já se inicia pelo conflito. O narrador apresenta ao enunciatário um cenário caótico, de um patrimônio praticamente destruído pelo tempo e pelo desgaste. Como estratégia de subjetivação o narrador utiliza uma linguagem de tom dramático para compor o texto narrativo e a descrição do cenário, o qual, por meio do contrato cognitivo pode-se entender como sendo caótico.



¹⁰ Imagem disponível em: < http://issuu.com/amazoniaviva/docs/45_av_mai_2015_web>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

As imagens icônicas da igreja suntuosa e restaurada permeia todo o texto, bem como das equipes de especialistas em restauração trabalhando e dos patrocinadores e eventos artísticos na festa de inauguração.

Os personagens surgem por meio principalmente do discurso direto, na figura da pré-designação convencional dos especialistas. Sendo o primeiro personagem de fora do Estado do Pará, tendo sido convocado especialmente para desempenhar este trabalho.

As personagens recorrem com frequência a construções hiperbólicas, típicas da publicidade, para captar a atenção do enunciatário da mensagem, com ênfase na magnitude, importância e rapidez na execução do projeto, percebe-se a utilização de elementos narrativos que conferem dramaticidade ao texto.

Os personagens são autônomos entre si, e suas falas individualizadas, ressaltando que público e visitantes são personagens citados, que não se apresentam em discurso direto.

O tempo da narrativa, assim como na edição anterior, que também trabalha a temática de preservação do patrimônio, oscila entre passado e presente, fazendo referência ao período em que as obras foram construídas e o presente, em que elas estão sendo restauradas.

A funcionalidade do texto está alicerçada na conclusão da narrativa, onde o narrador faz uso da metanarrativa, tecendo significados de efeito moral em relação à importância das ações empresariais na preservação do patrimônio cultural, religioso e histórico da cidade de Belém e da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista *AV* pode ser considerada, pelas condições de produção e pelo editorial, um material de alta qualidade gráfica e textual. As análises semiótica e narrativa, das capas e matérias principais das quatro edições, permitem que se obtenha um entendimento de como se constroem as narrativas jornalísticas, permeadas por elementos típicos da publicidade. É possível a identificação de elementos estéticos que evidenciam a importância, a riqueza e a grandiosidade dos recursos naturais presentes na região, com a presença da retórica típica da publicidade, onde se prioriza a abordagem dos aspectos positivos da notícia.

A revista se define por pautar uma Amazônia que não estava sendo pautada, paradoxalmente, representa justamente a mesma Amazônia construída pelo imaginário coletivo desde a colonização portuguesa, reforçada pelos signos tipicamente utilizados quando se trabalha a imagem da Amazônia, porém com uma nova roupagem, científica e capaz de racionalizar os diversos recursos que a floresta tem para oferecer. Por meio da utilização da ciência dentro do discurso, dificulta-se a contestação por juízo de valor ou empirismo e a propaganda torna-se uma entidade difícil de ser questionada.

A análise semiótica permitiu a identificação dos signos que aparecem frequentemente nas representações imagéticas da Amazônia, em diversos tipos de mídias, artes, e até mesmo nas narrativas históricas acerca da região.

Foi possível perceber que até mesmo na logomarca da revista há mais destaque para a palavra “viva”, e a palavra Amazônia, em menor tamanho, muitas vezes se integra à imagem de fundo. O “viva” também pode orientar o leitor para o sentido de aclamação, além do sentido da vitalidade,

ficando a mensagem ambígua, possivelmente de forma proposital, sendo este recurso comumente utilizado pela publicidade.

Consolidam-se como ideias cristalizadas: o estranhamento, a permanente redescoberta, a possibilidade do novo, de uma realidade por ser desvendada; elementos estes que o texto midiático atual (re)produz e reforça por meio de novas roupagens e novos elementos estetizantes.

O que se constata nas quatro edições analisadas é a construção de uma narrativa que apela a elementos da proteção dispensada pela *Vale S/A* ao patrimônio da Amazônia. O discurso de defesa do patrimônio remete a questões referenciadas e discutida por pesquisadores e estudiosos (PINTO, 2012; DUTRA, 2009; COSTA, 2005), ou seja, da incapacidade dos amazônidas de gerir seu próprio território.

Outro discurso que permeia todas as matérias analisadas é a narrativa de compensação. Trabalha-se, a partir de elementos da publicidade, a evidenciação e exposição das ações empresariais oferecida à sociedade e, em contrapartida, invisibiliza-se uma série de aspectos políticos, ambientais e sociais envolvidos em suas atividades.

Nas quatro capas e matérias analisadas, constata-se de imediato o fenômeno da estetização do jornalismo e a utilização da informação-publicidade como forma de reforçar o estereótipo do amazônida invisível diante da exuberância da natureza. O discurso direto que se faz presente na narrativa ainda é o discurso da ciência ou do especialista. O nome da revista *Amazônia Viva* apresenta um sentido semântico de dinâmica que contrasta com a ausência ou escassez da figura humana em suas capas.

As temáticas das quatro revistas escolhidas como *cospus* de análise buscam valorizar a metanarrativa com significados de fundo moral que evidenciam a temática da preservação do patrimônio, elemento argumentativo que contrasta com as atividades empresarias desenvolvidas pela sua patrocinadora, *Vale S/A*. Percebe-se então a tentativa de consolidação do discurso da compensação e a definição dos agendamentos baseados nas pautas empresariais.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Otacílio; CASTRO, Fabio Fonseca de; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos (organizadores). *Pesquisa em Comunicação na Amazônia*. Belém: FADESP, 2010.

AMAZÔNIA VIVA. *O mar que virou floresta*. Belém, PA, ano 3, nº 36, p. 36-43, ago. 2014.

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA. Amazônia Legal*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/caindr/amazonia-legal/mais-informacoes-sobre-a-amazonia-legal>>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

COSTA, L. M.; *A formação do campo ambiental: um resgate histórico do contexto nacional e amazônico*. Tempo da Ciência (UNIOESTE), v. 12, p. 147-176, 2005.

COSTA, Vânia Maria Torres. *‘À sombra da floresta’: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo*. Niterói: UFF, 2011.

295 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da mídia: Os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta.** São Paulo, SP: Annablume, 2009.

ISSUU. **Amazônia Viva Ed. 33 / Maio 2014. Encartada mensalmente em O Liberal, a Amazônia Viva é uma produção da RM Graph patrocinada pela Vale.** Disponível em: <http://issuu.com/amazoniaviva/docs/amaz_nia_viva_33_maio_2014>. Acesso em 30 de outubro de 2015

ISSU. **Revista Amazônia Viva ed. 36 / agosto de 2014. Encartada mensalmente em O Liberal, a Amazônia Viva é uma produção da RM Graph patrocinada pela Vale.** Disponível em: <http://issuu.com/amazoniaviva/docs/36_av_agosto_2014_web>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

ISSUU. **Revista Amazônia Viva ed. 43 / março de 2015. Encartada mensalmente em O Liberal, a Amazônia Viva é uma produção da RM Graph patrocinada pela Vale.** Disponível em <http://issuu.com/amazoniaviva/docs/43_av_mar_2015_web_ok>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

ISSUU. **Revista Amazônia Viva ed. 45 / maio de 2015. Encartada mensalmente em O Liberal, a Amazônia Viva é uma produção da RM Graph patrocinada pela Vale.** Disponível em: <http://issuu.com/amazoniaviva/docs/45_av_maio_2015_web>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

JOLY, Martine; tradução: Marina Appenseller. **Introdução à análise da imagem.** Campinas, SP: Papyrus, 1996.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). OLIVEIRA, Ivone de Lourdes (Org.). **A Comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações.** São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** São Paulo: Summus, 2003.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário.** 1. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

MARSHALL, Leandro. **O Jornalismo na era da publicidade.** São Paulo: Summus, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa.** Brasília: Editora UnB, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística.** In: Cláudia Lago; Marcia Benetti. (Org.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2007, p. 144-167.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. Disponível em: <www.xinguvivo.org.br>. Acesso em 24 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, Sávio. História recuperada. **Amazônia Viva.** Belém, PA, ano 4, nº 45, p. 38-45, mai. 2015.

PERUZZOLO, Adair C. **Elementos da semiótica da Comunicação.** São Paulo: Edusc, 2004.

PINTO, Lúcio Flávio. **A Amazônia em questão: Belo Monte, Vale e outros temas.** São Paulo: B4 Editores, 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. CARTAS DA AMAZÔNIA. **A realidade e a fantasia**. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/blogs/cartas-amazonia/realidade-e-fantasia-215228933.html>>. Acesso em 28 de outubro de 2015.

QUEIROZ, Fabrício. Tesouros Culturais. **Amazônia Viva**. Belém, PA, ano 3, nº 33, p. 36-42, mai. 2014.

ROCHA, Bruno. Bem Natural. **Amazônia Viva**. Belém, PA, ano 4, nº 43, p. 38-45, mar. 2015.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SENADO FEDERAL. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acesso em 24 de outubro de 2015. Disponível em: <http://municipiosverdes.com.br/pages/quem_somos>. Acessado em 30 de outubro de 2015.

SOUZA, Luciana C. P. **A trama do texto e da imagem: um jogo de espelhos**. São Paulo: Annablume, 2010.

MUDAR PARA PERSISTIR: UMA EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA E A EXPANSÃO DO DENDÊ NA AMAZÔNIA

Marcílio de Abreu Monteiro¹

RESUMO

O avanço do plantio de dendê (*Elaeis guineensis*) e a produção do óleo de palma na Amazônia oriental brasileira causam impactos na agricultura tradicional. O plantio do dendê introduz um novo processo agrícola por meio de cultivo permanente, que necessita de um gerenciamento intensivo, o que altera os hábitos laborais dos agricultores, afastando-os da prática da lavoura de subsistência. O avanço do plantio do dendê tem levado não só a um processo de concentração fundiária, mas também a uma grande redistribuição da mão de obra local, principalmente na faixa etária entre 18 e 39 anos. As grandes empresas contrataram mais de 5.500 empregados para suas áreas agrícolas, transformando em assalariados os filhos dos agricultores, que deixaram de trabalhar com suas famílias, o que representa uma perda em sua trajetória de agricultores tradicionais.

Neste contexto de disputa pela captura da mão de obra, surgem experiências inovadoras de preservação da atividade camponesa. Trabalhadores assalariados de uma empresa de dendê firmaram acordo coletivo reduzindo horas assalariadas de trabalho. A redução da carga horária de 44 para 27,5 horas semanais teve como motivação central a garantia de tempo para a manutenção das atividades agrícolas nos seus lotes.

A diversidade econômica, social e cultural apresenta-se como elemento chave para compreensão da Amazônia. Com base em estudo de caso realizado no Vale do Acará, Pará, Brasil, o presente texto busca indicar que por meio do plantio do dendê está em curso um processo de alteração da dinâmica de reprodução social dos camponeses em virtude da implantação de grandes projetos capitalistas agrícolas, e também busca demonstrar que existem formas inovadoras de resistências, que pela capacidade de mudança, na busca de manutenção de sua forma produtiva, a agricultura familiar preservar-se, social e culturalmente. De onde se conclui que o avanço do capitalismo na Amazônia não é algo linear e nem é inexorável a perda da referência camponesa.

Palavras-Chave: Amazônia, dendê, mão de obra, camponeses, resistência.

DENDÊ NO PARÁ: CINCO DÉCADAS DE HISTÓRIA

A história da expansão do dendê no Pará, de modo geral, pode ser sistematizada em três fases. Uma primeira etapa da expansão do dendê, no Pará, ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, tendo como principal referência as iniciativas de investimento em dendezeiro ocorridos em 1965, através do plantio da própria Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), na estrada do distrito de Mosqueiro, hoje pertencente ao atual Município de Santa Bárbara, com a colaboração do Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux (IRHO). Esse plantio, em 1974, saiu da alçada da Sudam para a empresa Dendê do Pará S.A (DENPASA).

A partir do empreendimento pioneiro da DENPASA, pode-se destacar uma segunda fase de expansão, ocorrida na década de 1980 até anos 2000. Os plantios foram alavancados pelo uso de incentivos fiscais, via a SUDAM, destacando-se o grupo AGROPALMA, construído por um processo de aquisição e fusão de empresas, capitaneado inicialmente pelo então Banco Real S/A, que em 1982,

¹ Sociólogo, doutorando PDTU/NAEA-UFPA, marcilio.amonteiro@gmail.com

constitui a primeira empresa denominada Companhia Real Agroindustrial S.A (CRAI), localizada no município de Tailândia (PA). Nos anos seguintes foram incorporadas outras empresas como a antiga AGROPALMA; AGROPAR; AMAPALMA e a COACARÁ.

No início dos anos 2000, com a disseminação da doença do amarelecimento fatal (AF)², houve um arrefecimento na expansão das grandes empresas, e uma significativa redução de médios e pequenos empreendimentos agrícolas. Esta segunda fase termina com fechamento de pequenas indústrias e abandonos de várias áreas de plantios.

Ao final desta segunda fase, a produção do dendê no Pará consolidou-se em torno de uma grande empresa, a AGROPALMA, além da participação de alguns médios empreendedores que permaneceram ligados a grupos familiares, dentre os quais alguns de origem ou descendência nipônica, como os instalados no município de Santo Antônio do Tauá, Dendê do Tauá S.A. (DENTUÁ), no município de Igarapé-açu, Agroindustrial Palmasa S.A., além de outros grupos familiares, como em Moju, Marborges Agroindústria S.A. e no município de Bonito, Mejer Agroflorestal Ltda.

Um terceiro e atual momento, surge no final dos anos 2000, impulsionado pelo incentivo do Programa de Biodiesel, o que faz ressurgir um novo ciclo de ampliação do dendê. Esta nova etapa é caracterizada pela forte expansão de áreas de plantio, em um curto espaço, que teve como principal característica a participação de grandes empresas multinacionais, como a Archer Daniels Midland do Brasil (ADM), Belém Bioenergia Brasil (Petrobras/Galp Energia) e Biopalma da Amazônia S.A (Companhia Vale). Nesta terceira fase também correu uma reorganização da indústria e área agrícola, favorecendo a expansão de grupos industriais regionais, a exemplo da empresa DENTAUÁ que buscou a incorporação da área agrícola da empresa Roso Teixeira, através da formação de condomínio de um conjunto médios produtores, nos municípios de Acará e Concordia do Pará.

Ao traçar uma linha temporal ampla, tendo como referência estes três momentos da expansão do dendê no Pará, não se pode deixar de analisar as diferentes minúcias que se efetivaram dentro destes processos, que vão para além do enfoque da dinâmica empresarial. As transformações impactadas pelo avanço do dendê ocorrem em vários aspectos dentro dos espaços em que se implantam. São alterações ambientais, econômicas, sociais e culturais que se afetam mutuamente.

A expansão das áreas de plantio apresenta-se como um fenômeno complexo de múltiplas facetas, tendo rebatimentos nos aspectos ecológicos, com a homogeneização da paisagem; no territorial, com a concentração da malha fundiária; na organização da produção, com alterações nas trajetórias das estruturas produtivas; nas configurações sociais, com reordenamento das relações entre os atores; e também no cultural, com transformações dos valores e costumes, em especial nas populações tradicionais.

² O AF é uma doença relativamente recente, ocorreu nos últimos 30 anos, e que dizimou milhares de plantas, levando a grandes perdas econômicas nas empresas vinculadas ao agronegócio do dendê e a centenas de demissões no Pará. Apesar de todos os esforços de pesquisa já efetuados, o AF ainda tem sua etiologia desconhecida, o que impossibilita a elaboração de medidas de controle mais precisas. O que tem buscado como alternativa são plantas híbridas de dendê resistente à doença. (BOARI, 2008).

O ESTÁGIO ATUAL DE EXPANSÃO E A AMAZÔNIA COMO NOVA FRONTEIRA

Pode-se observar que a partir de 2008, um conjunto de fatores³ agrônômicos, econômicos e institucionais favoreceram à expansão da plantação dos dendezais na Amazônia, houve uma aceleração nas taxas de crescimento das áreas plantadas. O Pará passou a ser o foco da expansão do dendê na Amazônia oriental.

Esta terceira fase não se diferencia das demais em relação aos impactos gerados na dinâmica espacial onde se implantou. A característica desta atual fase está na amplitude e na rapidez em que se está se efetivando. Só em um intervalo de quatro anos, houve um incremento de 235% na área plantada, em 2008 eram 65 mil hectares, em 2012, já existiam 153 mil hectares plantados para a produção de óleo de palma no Pará. Estima-se que, em 2016, haverá quase 170 mil hectares de monocultura de dendê no Pará.

É bem verdade que, quando do lançamento do programa no início de 2010 (LULA, 2010)⁴, previam-se aproximadamente 750 mil de hectares no final da década, previsão que não se efetivará (Figura 1). A principal justificativa para que a estimativa de crescimento exponencial do plantio não se concretizasse está associada à recente crise financeira mundial, iniciada no final da década de 2000 que se estende nos anos de 2010. Com efeito, empresas, como a espanhola Repsol, as americanas Bunge e Cargill, tiveram os seus projetos de implantação do plantio na região reavaliados e suspensos.

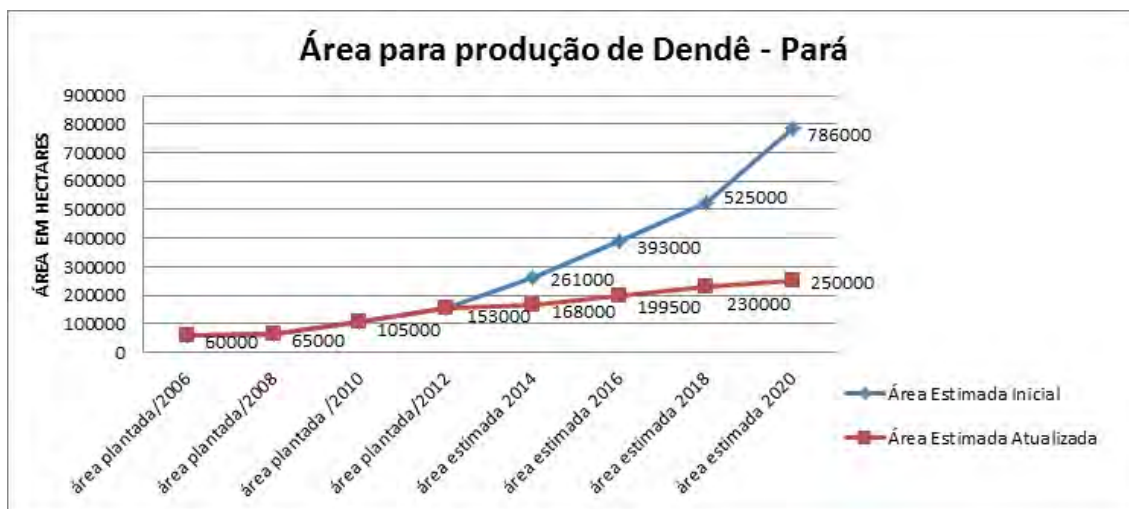
Até mesmo a empresa Petrobras Biocombustível (PBIO), subsidiária da Petrobras Petróleo Brasileiro S/A, que tinha como meta produzir 370 mil toneladas anuais de óleo de palma – 120 mil toneladas pela própria Empresa Petrobras Biocombustível, alegando problemas operacionais, desistiu de levar em frente um projeto específico que previa o plantio de 24 mil hectares na micro região de Cametá, nos municípios de Baião, Mocajuba e Igarapé-Miri, exclusivamente com a parceria da agricultura familiar e pequenos agricultores. A PBIO teve suas metas alteradas, e a sua atuação na expansão do dendê limitou-se à participação na Belém Brasil Bioenergia (BBB), uma *joint venture* com a portuguesa GALP. Já a empresa mineradora Vale do Rio Doce S/A, através da Biopalma da Amazônia esta revendo suas metas de produzir 450 mil toneladas anuais de óleo de palma em 2020, permanecendo ainda incerto o prazo para que a fábrica de biodiesel atenda a seu projeto de abastecer suas máquinas e locomotivas⁵.

³ Além da alta produtividade por hectare – 9 vezes mais que a soja –, o Estado do Pará reúne condições altamente favoráveis à produção do dendê: a) solos ácidos (ph 4.0), como são os da Amazônia; b) altas temperaturas, características do clima na região; c) bom nível de chuvas, que tornam quase 230 milhões de hectares apropriados para o cultivo do dendê; d) topografia plana, o que facilita a implantação da infraestrutura para a produção; e) avanço tecnológico, com o desenvolvimento de mudas híbridas resistentes a doenças patogênicas como a mangra (doença do amarelão); f) alta rentabilidade do investimento; g) adoção da política de incentivo do governo brasileiro. (BUTLER; LAURANCE, 2009).

⁴ o projeto de óleo de palma brasileiro queria fazer do Pará um dos maiores polos de biodiesel do mundo.

⁵ Grande parte da produção será utilizada sob a forma de B20 – mistura de 20% de biodiesel e de 80% de diesel fóssil – em locomotivas, máquinas e equipamentos de grande porte da mineradora Vale (VALE, 2012).

Figura 1 – Área para a produção de dendê no Estado do Pará.



Fonte: Elaboração própria, com base dados das empresas e no Brasil (2012) MDA.

Mesmo com uma redução nas projeções de plantio, o dendê já se destaca como sendo a cultura que detém o maior plantio de monocultura no estado do Pará. Outra particularidade, desta redefinição na quantidade de área para produção de óleo de palma, é que o plantio ficou ainda mais centralizado em uma micro região, a grande maioria da produção desta nova fase concentrou-se no Vale do Rio Acará, delimitado pelo IBGE como a micro região de Tomé-Açu.

Estes aspectos, rapidez da ampliação do plantio e a sua concentração espacial, fizeram com que a expansão do dendê apresenta-se como fenômeno de grande relevância para entender o atual processo capitalista, em especial no agrário, tanto pelos impactos, como pelas resistências, que estão correndo no Vale do Acará.

A CARACTERIZAÇÃO DO VALE DO ACARÁ ATRAVÉS DAS TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS

Pela grande dimensão dos plantios de dendê ganha relevância a análise, sob o aspecto das alterações sócio produtivas das áreas agrárias. O recorte espacial aqui utilizado é composto por cinco municípios (Acará, Concordia, Moju, Tailândia e Tome-Açu) localizados no nordeste paraense, inseridos no vale do rio Acará, uma região localizada entre a margem esquerda do rio Capim e o rio Moju.

A realidade agrária do Vale do Acará é caracterizada pela sua heterogeneidade, refletida nas diferentes relações a partir de diversas combinações entre a configuração do trabalho, o uso do capital físico e do capital natural. Essas diversas conexões e exclusões de todos esses fatores são mediadas por relações institucionais desiguais. Toda essa realidade extremamente diversa ganha capacidade interpretativa pela possibilidade de ser representada em distintas trajetórias tecnológicas. Desta forma, o presente texto optou pela noção de paradigma e trajetórias tecnológicas como categorias explicativas para a decodificação da dinâmica agrária da própria Amazônia, no caso específico da micro região do Vale do Acará. (COSTA 2009a, 2009b, 2012)⁶

⁶ O prof. Francisco Costa tem dedicado as últimas duas décadas pesquisas sobre as dinâmicas da Amazônia, através do conceito de trajetórias tecnológicas busca analisar as diversidades das suas relações sócio produtivas. Indicações de obras com seu arcabouço teórico podem ser encontras na Coleção Economia Política da Amazônia (<<http://www.dadesalivros.com.br/>>).

Seguindo a mesma orientação teórica da trajetória tecnológica de Dosi (1982), Costa busca interpretar a diversidade estrutural, uma vez que, dentro de uma trajetória tecnológica, existe um padrão usual de atividades, segundo o qual os agentes resolvem seus problemas produtivos e reprodutivos. Para aplicar a noção de paradigma tecnológico à produção rural da Amazônia, Costa vai analisar as diferentes combinações entre o uso do capital físico e o uso do capital natural nas formas de produção camponesas e patronais.

No campo epistemológico, o conceito das trajetórias tecnológicas diferencia-se da teoria neoclássica - de que os indivíduos buscam maximizar as oportunidades e que a economia tenderia ao equilíbrio dos agentes e dos mercados - em que a produção agrícola teria como base de desenvolvimento exclusivamente a tecnologia, fruto da indução pelo próprio mercado.

Mesmo sendo um conceito abstrato, as trajetórias tecnológicas desenvolvem-se em espaços concretos, assumindo configurações próprias. Por meio da delimitação territorial dos sistemas agrários, verificam-se interações cooperativas, ou competitivas, tendo em vista recursos naturais ou recursos institucionais. Costa (2009a, 2012) ressalta que esse processo de negação ocorre também dentro de cada paradigma, confrontam-se trajetórias que se embatem nas estruturas dos processos produtivos e em suas instituições de suporte, pela disputa de recursos intangíveis (conhecimento e inovação) ou de recursos tangíveis (terra e trabalho).

O uso das trajetórias tecnológicas possibilita evidenciar a relação na cadeia de produtos, na medida em que a trajetória tem um fundamento organizador que demonstra como se produz, identificando a estrutura interna do processo produtivo e as diferenças fundamentais de produtividade entre agentes da mesma região ou entre regiões, que seguem distintas trajetórias.

Dessa forma, é possível obter um detalhamento do resultado final do produto comercializado, indo além de uma análise vertical da produção: é possível especificar mais do que o produto, mas a origem da sua trajetória e qualificá-la dentro dos diferentes processos produtivos.

Tabela 1 – Trajetórias tecnológicas e as dimensões do rural na Amazônia.

Trajetória	Descrição
T1 – Trajetória camponesa	Resultou da formação de estruturas camponesas baseadas predominantemente na atividade intensiva agrícola e na pecuária leiteira.
T2 – Trajetória camponesa	Trata-se da mais antiga formação camponesa da Amazônia, baseada em sistemas que convergem para a agloflorestania por dois caminhos: a passagem da (quase) exclusiva valorização de bens e serviços do bioma para uma economia mista, com a incorporação crescente do manejo florestal, da agricultura e da aquicultura; uma atividade agrícola que incorpora elementos florestais e reconstitutivos de funções do bioma.
T3 – Trajetória camponesa	Reúne o conjunto de estabelecimentos camponeses que convergem para sistemas com dominância da pecuária de corte.
T4 – Trajetória patronal	Reúne um conjunto de sistemas de produção em operação em estabelecimentos patronais, que convergem para a pecuária de corte; esses sistemas são marcados pelo uso extensivo do solo, com homogeneização da paisagem.
T5 – Trajetória patronal	Reúne o conjunto de sistemas patronais que convergem para plantações de culturas permanentes em forma de <i>plantation</i> ; esses sistemas são marcados pelo uso intensivo do solo, com homogeneização da paisagem.
T6 – Trajetória patronal	Agrupa o conjunto de sistemas patronais de silvicultura, que são marcados pelo uso extensivo do solo, com homogeneização da paisagem.
T7 – Trajetória patronal	Reúne o conjunto de sistemas patronais que convergem para plantações de culturas de ciclo curto em forma de <i>plantation</i> , em especial soja e milho; esses sistemas são marcados pelo uso extensivo do solo, com homogeneização da paisagem.

Fonte: Elaboração própria com base em Costa (2012).

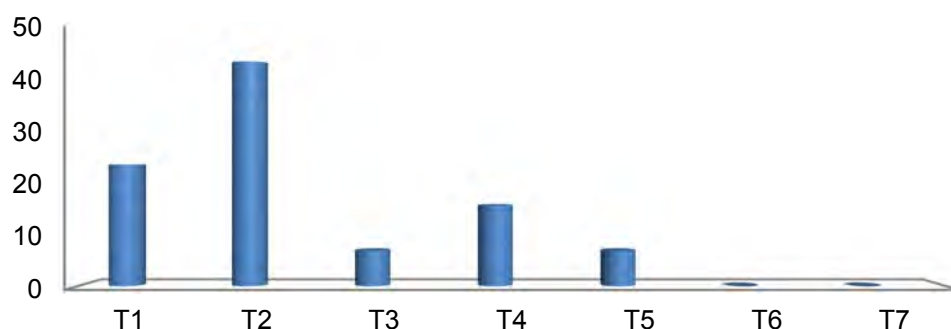
As trajetórias tecnológicas partem do entendimento de que toda produção faz parte de alguma trajetória, portanto, os produtos são considerados como fenômenos de trajetórias. Daí a necessidade de qualificar as trajetórias, que são mediadas pelas formas de produção (patronal ou camponesa), que passam a ser o caminho para chegar à compreensão das tecnologias que lhes são subjacentes.

Para Costa (2009a, 2009b), a realidade agrária da Amazônia pode ser explicada à luz da dinâmica de sete trajetórias baseadas nos paradigmas agropecuário e extrativista, com diferentes relações si, que organizam a economia rural como um todo. Assim, o campesinato, identificado pela produção agrária de origem familiar, assume várias formas tecnológicas de produção na Amazônia. Costa (2012) aponta três trajetórias camponesas – T1, T2 e T3 – e quatro de base empresarial – as trajetórias patronais T4, T5, T6 e T7 (Tabela 1).

Para uma análise da região pesquisada, adotou-se a descrição, realizada por Costa (2012), da composição do valor bruto da produção rural (VBPR) da mesorregião Nordeste Paraense, na qual a referida área do Vale do Acará está inserida. Dessa forma, é possível verificar que, antes da expansão do dendê, o Vale do Acará tinha qualidades bem específicas, na forma de uma ampla base produtiva local.

Segundo levantamento feito Costa (2012) abrangendo o período de 2004 a 2006, o sistema agrário da mesorregião Nordeste Paraense era o quinto mais importante sistema agrário da Região Norte, produzindo 6,6% do seu VBPR, e as trajetórias camponesas dominavam a produção rural. A liderança era dos camponeses vinculados à trajetória camponesa T2, com 44% do VBPR, que atuavam em especial nas áreas de várzea – uma formação de camponeses de origem bastante antiga – e em terra firme – uma formação mais recente. Os agricultores da trajetória camponesa T1 representavam 24% do VBPR, e os da T3 eram responsáveis por 9%. No que se refere às trajetórias patronais, a T4 respondia por 16% e a T5, por 7% da produção rural. O vale do Acará esta dentro de uma mesorregião com características de produção familiar; as três trajetórias camponesas familiares juntas eram responsáveis por 77% do valor bruto da produção rural (Figura 2).

Figura 2 – Composição média do valor bruto da produção rural no Nordeste Paraense (de 2004 a 2006).



Fonte: Costa (2012, p. 277).

As trajetórias camponesas têm uma ampla participação no valor bruto da produção rural, que é condizente com o grande número de propriedades do Vale do Acará: aproximadamente 92% são de agricultura familiar, mas ocupam apenas 42% da área agrícola daquela região, na qual o tamanho

médio da unidade de produção é inferior a 23 hectares por família. Por outro lado, ocorre uma distribuição concentrada na estrutura agrária – os 9% restantes das propriedades totalizam 58% das áreas agrícolas (Censo Agropecuário, IBGE 2006).

O AVANÇO DO ÓLEO DE PALMA E A PRODUÇÃO CAMPONESA

A expansão do processo de produção do óleo de palma exige uma grande quantidade de áreas para o plantio do dendê. O crescimento de áreas plantadas ocorre, com mais intensidade, no Vale do Acará, região Nordeste do Pará, como exposto acima, com a matéria-prima para a produção estando concentrada em plantio próprio. No Vale do Acará, para a produção de óleo de palma destaca-se um polo já consolidado que foi ampliado na metade dos anos 2000⁷. Quanto à proporção de área plantada do plantio empresarial e da agricultura familiar, é mínima a participação das propriedades dos camponeses na expansão do dendê. Em 2014, no Vale do Acará, o plantio em áreas de agricultura familiar representava aproximadamente 7.000 hectares, o que equivale a menos de 5,7% do total da área plantada; em contrapartida, mais de 94%, ou seja, 115 mil hectares estão localizados em áreas empresariais (Tabela 2).

Tabela 2– Área estimada plantada de dendê no Vale do Acará, 2014, em hectares.

Empresa	Agricultura familiar	Agricultura empresarial	Total
AGROPALMA	1300	46700	48000
BIOPALMA (VALE RIO DOCE)	4000	43500	47500
BBB (GALP/PETROBRAS)	1300	14700	16000
MARBORGES	450	5550	6000
DENTAUÁ	0	5000	5000
TOTAL	7050	115450	122500

Fonte: Pesquisa realizada junto às empresas

Nas trajetórias camponesas, a base da atividade produtiva é a agricultura, destacando-se, no Pará, o plantio da mandioca. A mandioca dá origem à farinha, um dos principais alimentos da dieta na Amazônia, que contribui para minimizar a fome e constitui um forte hábito cultural alimentar da população.

No Pará, está a maior produção brasileira de farinha e o maior consumo *per capita* desse produto, chegando a 33 kg/ano (GROXKO, 2011). No Brasil, o município de Acará chegou a ter a maior produção de mandioca, mas, nos últimos cinco anos, houve uma redução na área de plantio em toda a região (Tabela 3).

⁷ A partir de 2006, implantaram-se na região as empresas Belém Bioenergia Brasil S/A e a Biopalma S/A.

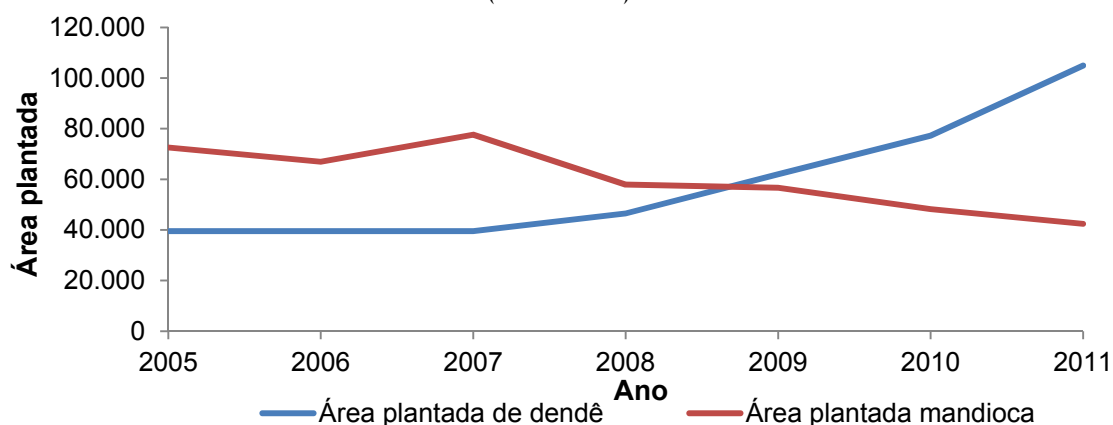
Tabela 3 – Área plantada na agricultura familiar no Vale do Acaraú.

Ano	Área plantada com mandioca, em hectares
2005	72.567,89
2006	66.961,44
2007	77.648,89
2008	57.900,00
2009	56.661,11
2010	48.255,56
2011	42.388,89

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2012). Produtividade média de 18 t/ha, de acordo com dados da Emater (PA).

O declínio da produção da mandioca tem sido atribuído principalmente à substituição da cultura nas áreas agrícolas – o que antes era destinado à mandioca passou a ser plantio de dendê. À primeira vista, pode-se pensar que esse seja o fator determinante para explicar o fenômeno da diminuição do plantio da mandioca, sobretudo quando se observa a inflexão na quantidade de hectares destinados à produção agrícola a partir de 2008, com a curva de crescimento do plantio do dendê sobrepondo-se à de redução da mandioca (Figura 3).

Figura 3 – Evolução da área plantada com mandioca e dendê, no Vale do Acaraú (2005-2011).



Fonte: Elaboração própria, com base no IBGE (2012) e em dados das empresas.

Essa hipótese de substituição da área de plantio leva em conta a existência de um processo de adensamento fundiário: o dendê é cultivado em megapropriedades, obtidas por meio de arrendamentos ou da compra de médias e grandes propriedades rurais, que, por sua vez, já tinham incorporado as pequenas propriedades existentes em seu entorno.

O processo de concentração fundiária, para atender ao avanço do dendê, foi bastante expressivo. Mas, embora muitas propriedades de agricultores familiares tenham sido apropriadas por empresas, é preciso considerar outros fatores, que podem ter contribuído para a substituição de áreas de mandioca pelo plantio do dendê e, conseqüentemente, podem ter influído na redução da produção de mandioca no Vale do Acaraú. Recorrer somente à ótica da concentração fundiária

para elucidar a drástica alteração na área plantada, em especial o declínio da produção de mandioca, é, em nosso entendimento, insuficiente.

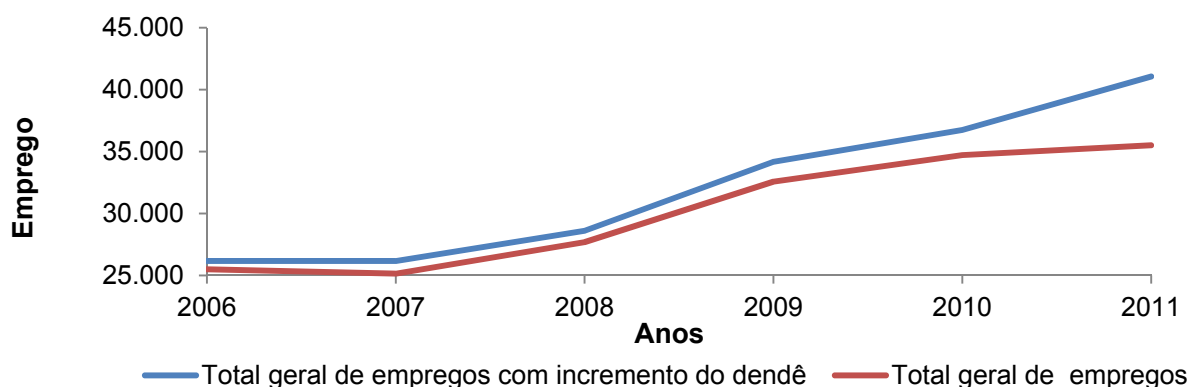
Na verdade, a área da agricultura familiar destinada ao plantio do dendê é mínima, não ultrapassando 6% do total ocupado pela plantação do dendê. Além disso, não houve, de fato, uma substituição da produção agrícola tradicional, que é a mandioca, pelo dendê. A principal explicação para a curva ascendente relativa à área de plantio com dendê estaria na apropriação da mão de obra dos estabelecimentos camponeses pelas empresas, que foram responsáveis pela expansão da plantação de palma de óleo.

Além da incorporação de áreas camponesas pelo setor empresarial, a expansão do plantio do dendê pode ser atribuída também à captura da mão de obra agrícola. Esse fator talvez seja indireto, mas de grande relevância para entender a redução da produção da mandioca na região do Vale do Acará.

O presente estudo passa a demonstrar que existem evidências de que o plantio do dendê causou um forte impacto na produção familiar na região, e um dos fatores está ligado a uma grande redistribuição da mão de obra local. Uma ampla parte dos empregados nas áreas agrícolas das empresas do dendê teria origem na agricultura familiar da região; os filhos dos agricultores foram transformados em assalariados, deixaram de trabalhar com suas famílias, abandonando a sua trajetória de agricultores tradicionais e reduzindo a mão de obra na unidade camponesa, o que teve impacto na sua capacidade produtiva.

A primeira evidência está na curva do crescimento do emprego formal na região, que foi elevada com a absorção, nas áreas de plantio do dendê, da mão de obra agrícola destinada à zona rural, oriunda das famílias camponesas da região (Figura 4). Tal situação é ainda reforçada pelo fato de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não ter registrado nenhum grande fluxo migratório na região.

Figura 4 – Curva de crescimento do total geral de empregos e curva de crescimento dos empregos resultantes do incremento do dendê no Vale do Acará (PA) (2006-2011).

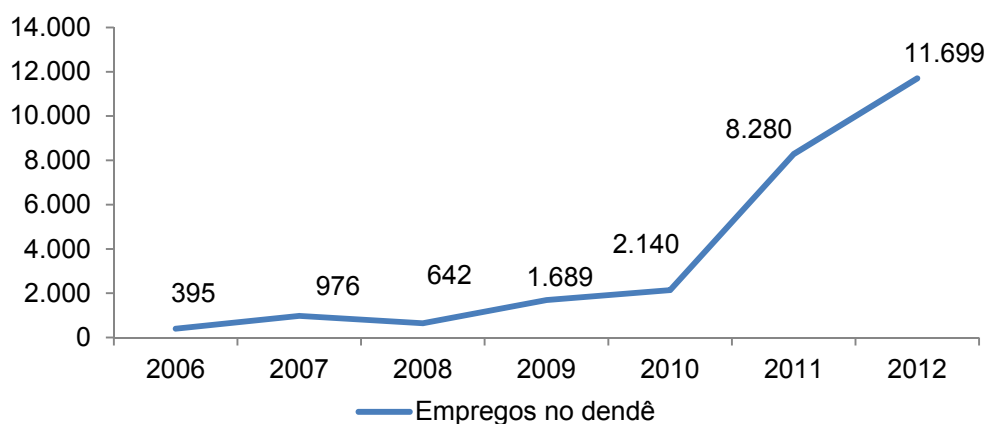


Fonte: BRASIL (2012b) MTE/RAIS; IBGE (2013) SIDRA.

Convém ressaltar que, a partir de 2009, houve um crescimento dos empregos agrícolas acima da média dos demais setores da economia. Com efeito, em 2011, dos 41.053 empregados dos setores do comércio, da indústria e da agricultura com registro no Ministério do trabalho, 8.280 trabalhavam na agricultura do dendê.

A curva representativa da tendência do crescimento do trabalho formal teve uma significativa participação dos empregos agrícolas do dendê. A dinâmica de empregos relacionados ao dendê na área agrícola no Vale do Acará apresenta um crescimento a partir de 2008, com um forte incremento em 2010 (Figura 5).

Figura 5 – Empregos criados pelo cultivo do dendê no Vale do Acará (PA) (2006-2012).

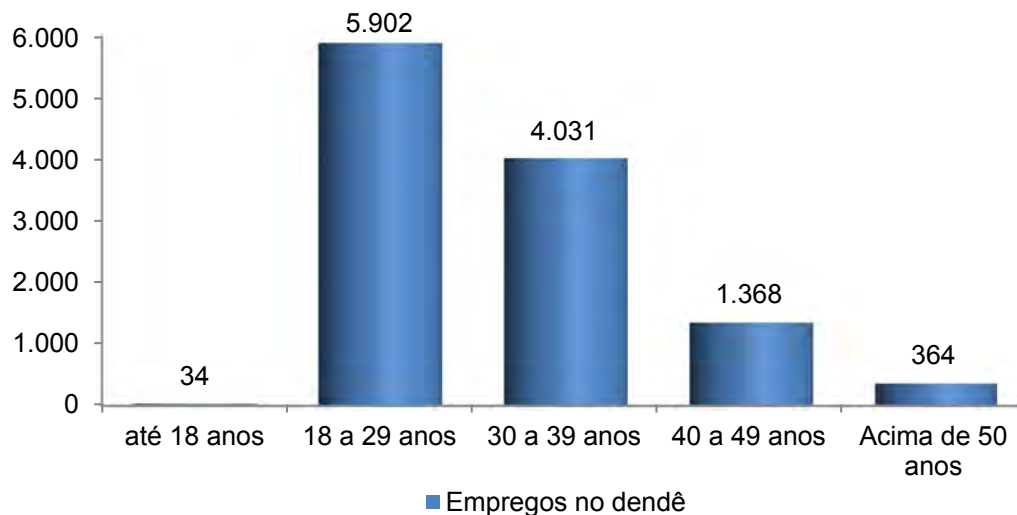


Fonte: Brasil (2012b) – MTE/RAIS.

Os empregos formais, que eram praticamente residuais antes de 2005, tiveram um crescimento significativo entre 2006 e 2010. Além disso, houve um incremento exponencial de postos de trabalho em 2011.

Outro dado relevante diz respeito à distribuição de gêneros na atividade formal no cultivo de dendê no Vale do Acará. Em 2012, o perfil da mão de obra contratada foi predominantemente masculino: homens ocupavam 4.914 postos de trabalho, o que representa 88% dos 11.699 empregos formais apurados, com base nos dados ponderados a partir da referência da RAIS, logo, apenas 12% dos postos de trabalho eram ocupados por mulheres. A essa predominância do gênero masculino na mão de obra contratada, soma-se a faixa etária: a quase totalidade dos trabalhadores tem entre 18 e 39 anos de idade. Isso significa que 85% dos empregos criados são preenchidos por trabalhadores que estão na faixa etária com maior potencial físico, fato de extrema relevância, dado o caráter intensivo da atividade agrícola (Figura 6).

Figura 6 – Empregos por faixa etária no cultivo do dendê no Vale do Acará -PA (2012).

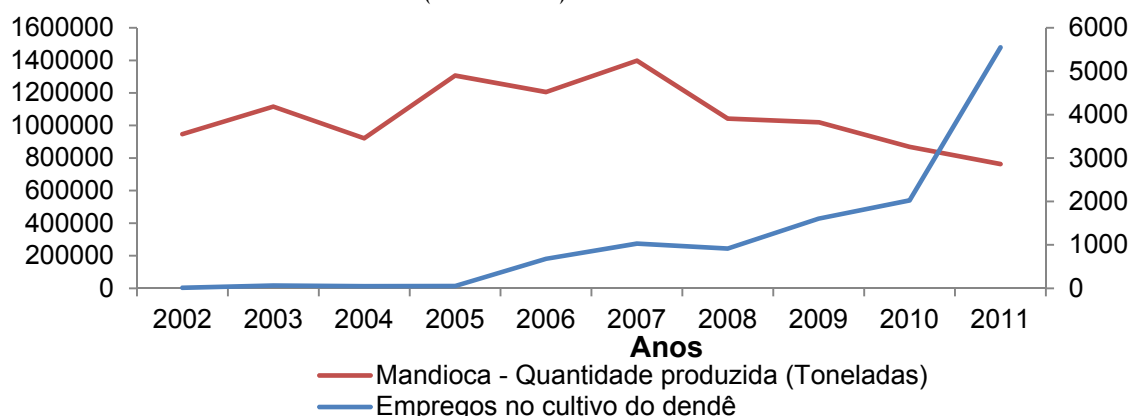


Fonte: Brasil (2012b) MTE/RAIS.

O estabelecimento de uma relação entre os empregos formais do dendê e a produção da mandioca sugere que é possível confirmar que a absorção da mão de obra pelas empresas de dendê na região afetou a produção da mandioca. A indicação da parábola ascendente (emprego) e da parábola descendente (produção de mandioca) pode ser uma referência a partir de 2006 (Figura 7).

Nessa correlação entre emprego e produção de mandioca, deve ser levada em conta a diferença temporal existente entre a contratação da mão de obra e o plantio. Tal fato está relacionado com o processo agrícola da cultura. O dendê passa cerca de 10 a 15 meses em viveiros antes de ser levado para o campo; no cultivo da mandioca, entre a limpeza da área e a colheita, também decorre um período mínimo de um ano.

Figura 7 – Produção de mandioca e emprego do dendê no Vale do Acará (PA) (2002-2011).



Fonte: Elaboração própria, dados de pesquisa. e base em Brasil MTE (2012)

Em 2011, houve um grande incremento no emprego. Esse número maior, segundo dados das empresas, deve-se ao crescimento do próprio segmento, que incorporou a produção de viveiros

para novos plantios, e ao início da produção no campo – que ocorre a partir do terceiro ano, demandando maior contratação de mão de obra.

IMPACTOS NAS TRAJETÓRIAS CAMPONESAS

Dadas as tensões entre as trajetórias que atuam na região, em especial entre as trajetórias camponesas e a trajetória empresarial do dendê, em expansão, há evidências de que o boom do dendê na Amazônia afeta as estruturas produtivas camponesas. Além de provocar o embate pela terra e pelo crédito, estimula a disputa pela mão de obra.

Em relação à agricultura tradicional, os dados iniciais indicam que houve um declínio da produção da mandioca; em contrapartida, registrou-se um grande aumento do número de pequenos produtores que passaram a trabalhar nas empresas do dendê. O plantio do dendê introduz um novo processo agrícola na região, por meio de cultivo permanente, que necessita de um gerenciamento intensivo. Isso altera consideravelmente os hábitos de muitas comunidades, retirando das famílias a mão de obra jovem que servia de apoio à prática tradicional da lavoura de subsistência.

As relações sociais de produção e seus respectivos processos agrícolas são ameaçados pela dinâmica da economia da implantação dos biocombustíveis. No caso da monocultura do dendê, além de ser danosa à biodiversidade, pode estar provocando a perda da identidade cultural dos agricultores. A identidade das populações tradicionais está diretamente ligada a uma referência espacial organizada em função de um modo de produção específico. Em virtude da pobreza dos solos das florestas tropicais, a agricultura tradicional é praticada por meio do sistema de rotação de áreas, plantando-se culturas de ciclo curto, o que exige um uso intensivo da mão de obra familiar.

Outro fator que também contribui para essa mudança é a dependência das trajetórias camponesas de sua produtividade, que está sendo afetada pela diminuição da área para o cultivo da agricultura de subsistência e para a produção do excedente, que garantia a sua sobrevivência.

Pelos dados preliminares, há indícios de que a produção da monocultura do dendê em larga escala tende a retirar os filhos dos pequenos proprietários das atividades camponesas, transformando-os em assalariados agrícolas, reduzindo a produção da agricultura familiar, que é a base da segurança alimentar das comunidades locais.

Portanto, a monocultura do dendê acarreta, além da perda cultural, uma insegurança alimentar, provocada pela mudança nos hábitos da população. Essa transformação tira a soberania da comunidade, que deixa de plantar a sua própria produção alimentar e passa a depender totalmente da venda da sua mão de obra, para obter recursos financeiros para garantir sua subsistência. Dessa forma, a comercialização do dendê regula e aumenta o custo de vida nas comunidades. Os demais produtos são indexados pelos preços do óleo cru de palma (CPO) e pela renda salarial.

Permanecendo essa tendência, a médio e a longo prazos, as áreas ligadas às trajetórias camponesas deverão diminuir, não só em decorrência da ocupação fundiária provocada pela expansão do dendê, mas também pela retirada da sua mão de obra, o que tornará inviável a sua manutenção. Em consequência de tudo isso e em razão da sua baixa capacidade de reprodução social, as trajetórias camponesas tenderão a ser incorporadas por outras trajetórias empresariais da região. Embora seja uma tendência, não se pode trata-la como uma profecia.

MUDAR PARA PERSISTIR

O avanço do dendê tende a ser explicado pela abordagem clássica da consolidação capitalista diante das relações camponesas. Desta feita, as mudanças no agrário no Vale do Acaraú teriam facilmente uma aderência à interpretação dominante de que pela predominância da universalização da racionalidade capitalista na sociedade moderna, os modos de produção não capitalista, seriam gradativamente desagregados, seja pelas mudanças estruturais (teoria marxista), seja pela mudança dos agentes (teoria neoclássica), como consequência evolutiva do capitalismo no campo.

Independente da corrente interpretativa, seja pela ação racional do agente (neoclássica), seja pela estrutura econômica (marxista), as principais vertentes teóricas indicam o fim histórico do campesinato como uma força representativa na sociedade moderna.

Esta polarização entre posições do determinismo econômico, como um processo externo e estrutural e do determinismo biológico, interno ao agente através do ciclo de desenvolvimento das famílias, tem em comum o foco analítico centrado no antagonismo da dominância capitalista na fronteira agrícola, levando com que as duas correntes tenham as mesmas conclusões: o avanço do capitalismo levará de forma inexorável o fim das produções não capitalistas.

Mas se avanço do capitalismo levaria o fim das relações não capitalistas, mas como explicar que os camponeses permanecem quase um século e meio após a segunda revolução industrial? Como esclarecer essa aparente contradição?

O problema é que estas abordagens excludentes levam a construção de uma análise reduzida da realidade. Perdendo assim a capacidade interpretativa das diferenças e das mudanças sociais e econômicas existentes nas relações capitalistas e não capitalistas que se entremeiam dentro das dinâmicas agrárias.

“A capacidade de mudança é a capacidade de permanência” (Costa 2012:47); é uma marca ao longo da história da estrutura camponesa, que por dezenas de décadas tem demonstrado uma grande capacidade de adaptação e manutenção enquanto unidade de produção e reprodução, mesmo enfrentando dinâmicas contrárias e contextos adversos, ao contrário das previsões de sua incapacidade de existência no longo prazo dentro do sistema capitalista, seja por incompatibilidade estrutural, apregoada pela corrente marxista, seja pela incapacidade cognitiva de agir a partir de decisões que não estejam em conformidade com a lógica racional de maximização financeira.

Ao distinguir que a essência da economia camponesa tem racionalidade e características distintas⁸ de outros segmentos sociais, e que esse entendimento não é suficiente para compreender a totalidade da estrutura camponesa indica que tornar-se-á necessário identificar como se relacionam com as permanentes tensões emanadas por fatores externos da dinâmica capitalista, e da própria composição interna, pois todos estes eventos afetam a produção camponesa e ameaçam a sua reprodução; e principalmente, entender como esse conjunto de fatores internos e externos levam a unidade produtiva familiar a se modificar para manter-se como estrutura camponesa.

⁸ Costa vai citar que a capacidade de decisão e ação do camponês estaria relacionada a uma outra lógica que não a da acumulação capitalista, a racionalidade camponesa estaria na razão de buscar maximizar a sua eficiência reprodutiva. A eficiência reprodutiva entendida como racionalidade camponesa se expressaria no melhor aproveitamento da transformação do trabalho em meios, para atender as necessidades reprodutivas da família, englobando todas as variáveis representadas na interação das condições reprodutivas e produtivas com as dimensões interna e externa. (COSTA 2012a: pp 116-138)

UMA EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

No começo dos anos 2000 o grupo empresarial Roso Teixeira começou em suas áreas o plantio de dendê, em áreas no município do Acará, com destaque na fazenda Colatina. Dentre os aspectos para implantação do projeto estava a contratação de mão de obra, que inicialmente era composto de agricultores familiares do redor da propriedade, um dos pontos absolvidos pela empresa foi a contratação de trabalhadores pelo período da manhã, de segunda a sexta. A redução da carga horária de 44 para 27,5 horas semanais teve como motivação central a garantia de tempo para a manutenção das atividades agrícolas nos seus lotes.

Capitaneados pela empresa Dentauá, que buscou a sua incorporação como área agrícola para a sua produção industrial, atualmente a empresa Roso Teixeira detém seis unidades de produção de dendê através da formação de condomínio de um conjunto médios produtores, no município de Acará e Concordia.

Estes polos agrícolas da empresa hoje, na sua maioria estão em espaços periurbanos, os plantios se localizam de dois a quatro quilômetros da cidade de Concorórdia do Pará, os trabalhadores agrícolas, diferente da fazenda Colatina, nestas áreas são moradores urbanos.

O interessante deste fato, que pelo avanço da utilização dos recursos da mão de obra nas áreas agrícolas tem refletido diretamente no aumento do numero de assalariados rurais, o que fez surgir mudanças significativas na formação das organizações das representações sindicais. Consolida-se um desmembramento nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR, que permanecem com a representação do agricultor familiar, e surgem os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Assalariados SINDTER, bem como, a Federação dos Empregados Rurais – FETERPA, para representar os trabalhadores rurais assalariados, sendo que os camponeses ficando pela tradicional Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI. No ano de 2014, a empresa Roso Teixeira firmou o seu primeiro acordo coletivo de trabalho, onde consta na

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO - A Empresa deverá manter controle de ponto para seus empregados, do tipo móvel, através de coletor de dados, ou relógio eletrônico ou qualquer outra forma legalmente admitida.

Parágrafo 1º - As Partes ajustam que o horário de trabalho dos Trabalhadores Rurais será cumprido em princípio da seguinte forma:

Entrada: 6:00 h as 9:00 h e das 9:30 h as 12:00 h, de segunda-feira à sexta. (ACT 2014 - trabalhadores agrícolas e empresa Roso Teixeira)

Mesmo tendo atualmente mais de 70% de seus funcionários de origem urbana, devido a localização dos seus novos plantios, por força de processos originados anteriormente, os polos de produção agrícola que atuam com trabalhadores urbanos, mantiveram-se com a mesma a carga horária de 27,5 horas semanais.

Aqui cabe outra reflexão sobre a diversidade de como se efetivam as relações do processo capitalista na área agrícola, outras empresas que atuam no Vale do Acará mantem a jornada máxima estipulada na Consolidação das Leis trabalhistas - CLT, de 44 horas semanais para os seus assalariados agrícolas. Mas existe uma posição diferenciada por parte da empresa Roso Teixeira,

a particularidade atividade agrícola que é marcada pela exaustão laboral, agravado pelo nosso clima tropical, pela característica do ganho de produtividade em jornadas com períodos mais curtos, além da desobrigação com gastos de ajuda alimentação e por ser uma pratica adotada pela empresa anteriormente, fizeram

com que a experiência surgida pela resistência camponesa fosse estendida para os demais funcionários sem grandes oposições por parte da patronal (MARCELO FERREIRA – dirigente do Sindicato dos assalariados rurais -SINDTER de Concordia do Pará⁹)

A jornada de trabalho de cinco horas e meia por dia, cinco dias por semana é para todos, aproximadamente 400 trabalhadores agrícolas, conforme ACT de 2014, que teve a cláusula de horário de trabalho reeditada no acordo de 2015.

CONCLUSÃO

Dentre tantos aspectos gerados pela expansão do dendê, a sua consolidação enquanto uma nova trajetória tecnológica que ocorre em uma clara disputa pelos recursos financeiros, fundiários, tecnológicos, institucionais e também da mão de obra. O presente trabalho buscou destacar as profundas mudanças advindas da utilização da mão de obra, e como esta pode afetar as demais dinâmicas produtivas regionais.

Por meio do plantio do dendê está em curso um processo de alteração da dinâmica de reprodução social dos camponeses em virtude da implantação de grandes projetos capitalistas agrícolas, e que também existem formas inovadoras de resistências, que pela capacidade de mudança, na busca de manutenção de sua forma produtiva, a agricultura familiar consegue preservar-se, social e culturalmente.

A história tem demonstrado a existência de exemplos da persistência da produção camponesa em face ao desenvolvimento capitalista, o que possibilita que sejam feitas duas reflexões: a primeira refere à característica peculiar dos agentes e sua capacidade decisória e adaptativa; e a segunda, que é consequência da primeira, as expressões concretas de sua forma de existência e a sua racionalidade econômica, acabam por influenciar o contexto dos agricultores, mas também as relações sociais de demais assalariados, como ocorridos no ACT de uma empresa de dendê. De onde se conclui que o avanço do capitalismo na Amazônia não é algo linear e nem é inexorável a perca da referência camponesa.

Referências

BIODIESELBR. **Vale, Petrobras e ADM fortalecem aportes na palma.** *Valor Econômico*(online).(Disponível <<http://www.biodieselbr.com/noticias/usinas/info/vale-petrobras-adm-fortalecem-aportes-setor.htm>> acessado em: 15-04-2013). (2012)

BOARI Alessandra de Jesus - **Estudos Realizados Sobre o Amarelecimento Fatal do Dendzeiro (Elaeis guineensis Jacq.)** - Documento 348 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa - Amazônia Oriental - Belém, PA -, 2008. Acesso outubro/2015 <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/27984/1/Doc348.pdf>

BRASIL MDA. **Biodiesel: selo combustível social.** Brasília: MDA, 2012. (online document <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286313>, acessado em 15-04-2013). (2012)

BRASIL MTE. **Relação Anual de Informações Sociais/RAIS.** Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). (Disponível <http://portal.mte.gov.br/rais/>, acessado em 23-06-2013). (2012).

⁹ Informação verbal relatada ao autor.

_____. Sistema Mediador - Acordo Coletivo de Trabalho ACT 2014 – Federação de Trabalhadores na Agricultura e Empresa Roso Teixeira. 2014 acesso outubro/2015 disponível em <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>

BUTLER, R. A. e LAURANCE, W. F. Is oil palm the next threat to the Amazon? *Tropical Conservation Science*, 2 (1), 1-10. (2009).

CASTRO JUNIOR, A. **Biodiesel do dendê: um estudo de viabilidade econômico-financeira no estado do Pará**. Dissertação de Mestrado em Agroenergia, São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. (2012).

COSTA, F. de A. **Trajatórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento**. *Revista Brasileira de Inovação*, 8, 35-86, jan./jun. (2009a).

_____. **“Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade”**, In Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. CGEE, Brasília, DF, 215-299. (2009b).

_____. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira**,: NAEA Belém (2012 a)

_____. **Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade**. NAEA, Belém. (2012b).

DOSI, G. . **Technological paradigms and technological trajectories**. *Research Policy*, 11(3), 147-162. (1982)

EMBRAPA. **O biodiesel e sua contribuição para o desenvolvimento brasileiro**. FGV, Rio de Janeiro. (disponível <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/872451>, acessado em 15-04-2013). (2010a).

_____. **Zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo (dendzeiro)**. Embrapa Solos, Rio de Janeiro. (disponível http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento_dende/, acessado em 20-03-2013). (2010b)

FAO. **Sustainable bioenergy and food security – towards an international framework**. FAO, Roma. (2008).

GROXKO, M. **Análise da conjuntura agropecuária: safra 2011/12-Mandiocultura**. Departamento de Economia Rural-Secretária da Agricultura. Estado do Paraná. (disponível http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/mandiocultura_2011_12.pdf, acessado em 20-06-2013). (2011).

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. (disponível http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm, acessado em 20-06-2013). (2006)

_____. **Quantidade produzida por produtos das lavouras temporárias**. (disponível www.sidra.ibge.gov.br. acessado em 20-06-2013). (2012).

LULA **lança polo de biodiesel em Tomé-Açu**. *Diário do Pará.com.br*. Belém, 6 maio 2010. Disponível em: <<http://www.diariodopara.com.br/impresao.php?idnot=89057>>. Acesso em 15 de julho de 2014. (2010).

MARZULLO, R. C. M. **Análise da ecoeficiência dos óleos vegetais oriundos da soja e da palma, visando a produção de biodiesel**. Dissertação de Mestrado em Engenharia, São Paulo, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. (2007).

PETROBRAS. **Petrobras investe em produção de biodiesel no Pará e em Portugal**. (disponível <http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/petrobras-investe-em-producao-de-biodiesel-no-para-e-em-portugal/>, acessado em 20-06-2012). (2010).

USDA. **Oil seeds: world markets and trade**. (disponível www.fas.usda.gov/oilseeds/Current/, acessado em 20-03-2013). (2008).

QUESTÃO AMBIENTAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

Alexandre Gibson Junior

RESUMO

A discussão sobre a utilização da internet como arena pública para debate sobre questões ambientais e ferramenta capaz de influenciar o debate político sobre o novo Código Florestal Brasileiro. Objetiva-se entender, pelo estudo da campanha “Veta Dilma” no Facebook, quais foram os diferentes discursos presentes nesta arena e compreender como foi esse embate.

Palavras-chave: Redes sociais; Internet; Código Florestal; Arena.

O CÓDIGO FLORESTAL

Em 1999, o Deputado Sérgio Carvalho apresentou o Projeto de Lei nº 1.876/99 ao Congresso Nacional. O projeto inicial, Lei nº 1.876, tramitou durante 12 anos na Câmara dos Deputados¹ e era uma proposta de reforma da Lei nº 4.771 (Código Florestal Brasileiro) promulgado em 1965. Em 2009, foi instalada uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados para proferir o parecer ao Projeto de Lei do deputado Sérgio Carvalho, formada pelos seguintes membros:

a) Presidente: Moacir Micheletto (PMDB/PR) - Profissão: Engenheiro Agrônomo, Administrador Rural e Extensionista Agrícola. Na época, um dos membros da bancada ruralista.

b) 1º Vice-Presidente: Anselmo de Jesus (PT/RO) – Profissão: Agricultor Familiar.

c) 2º Vice-Presidente: Homero Pereira (PR/MT) – Profissão: Produtor Rural e Técnico em Agropecuária. Presidiu a Frente Parlamentar do Agronegócio, que representa a bancada ruralista no Congresso.

d) Relator: Aldo Rebelo (PCdoB/SP) – Jornalista membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e deputado federal eleito diversas vezes pelo mesmo partido, representante da população do estado de São Paulo na Câmara dos Deputados.

Após sua formação, a Comissão Especial realizou, dentre outras ações, 14 (quatorze) audiências públicas, onde foram ouvidos diversos atores da sociedade brasileira e que articulam no campo da questão florestal. Em 08 de junho de 2010, o deputado Aldo Rebelo emitiu um relatório favorável ao PL 1.876/99. No documento, o Deputado afirma que a finalidade de alterar radicalmente as normas da lei florestal é beneficiar os “pequenos agricultores” (BRASIL, 2015) e os “povos da floresta”, que “lutam diariamente contra o meio ambiente”, e precisam de um instrumento legítimo que os ajude a “vencer a batalha contra as florestas”, e alcançar meios mais dignos de sobrevivência.

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto pela primeira vez no dia 25 de maio de 2011, encaminhando-o ao Senado Federal. No dia 6 de dezembro de 2011, o Senado Federal aprovou por 59 votos contra 7 o projeto de Aldo Rebelo (no Senado, o projeto adquiriu o nome de "Lei da

¹O projeto inicial da Lei de nº 1.867 foi elaborado pelo deputado Sérgio Carvalho (PSDB de Rondônia) em 1999. Em 2009, o deputado Aldo Rebelo do PC do B foi designado relator do projeto, e no ano seguinte, emitiu um relatório favorável à lei. O projeto de Rebelo foi aprovado no Congresso e seguiu para o Senado Federal. Em dezembro de 2011, o plenário da Casa aprovou um texto substitutivo, de autoria dos senadores Luiz Henrique e Jorge Viana - considerado pelo Planalto a melhor alternativa -, que foi encaminhado para análise da Câmara.

Câmara nº 30 de 2011"). No dia 25 de abril de 2012, a Câmara aprovou uma versão alterada da lei (nº 12.651), do relator Paulo Piau, - mais próximo da bancada ruralista no Congresso Nacional -, e o projeto seguiu para a sanção presidencial.

É importante ressaltar que o debate sobre o Novo Código Florestal envolveu alguns pontos polêmicos tensionados por interesses divergentes entre parlamentares ruralistas e ambientalistas. Importa registrar que, em um primeiro momento, as principais questões levantadas pelos dois grupos giram em torno de quatro pontos polêmicos: 1) recomposição de áreas desmatadas; 2) redução de áreas protegidas; 3) anistia a desmatadores de imóveis rurais de até 4 módulos fiscais²; e, 4) concessão de crédito agrícola para proprietários de terra que descumprirem o prazo de regulamentação ambiental de cinco anos.

Em primeiro lugar, os ambientalistas questionaram a anistia para desmatadores que deixariam de receber penalidades em relação a desmatamentos realizados antes da promulgação da Lei de Crimes Ambientais de 22 de julho de 2008. Os parlamentares ruralistas, hegemônicos no Congresso, atuaram em prol da manutenção da definição de "área rural consolidada" expressa na nova legislação no artigo 3º, inciso IV, que se refere: "área de imóvel rural como ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio". O conceito é utilizado como base para todas as anistias e estipula uma data mais recente como parâmetro, mesmo observando que a última alteração no que diz respeito a Áreas de Preservação Permanente (APPs) foi prevista na Lei nº 7803 de 1989.

Desse modo, para os ambientalistas, o novo arcabouço legal prevê uma redução das faixas mínimas de preservação previstas pelas APPs e a anistia de recomposição de matas ciliares em até 80% em relação ao patamar até então vigente. Na Lei revogada nº 4.771 de 1965, a recomposição de APPs variava de 30 a 500 metros. Pelo novo texto, a recomposição prevista é de 5 a 100 metros. Além disso, está previsto no artigo 61-A do Novo Código Florestal³ a manutenção de atividades em áreas rurais consolidadas em locais com nascentes, olhos d'água, lagos e lagoas naturais.

Outra questão em debate estava relacionada ao desejo da bancada ruralista em obter permissão para realizar determinadas culturas em morros, o que era vedado nas APPs. O artigo 63⁴ da nova lei permite a manutenção de algumas atividades, inclusive pecuária.

²Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária instituída pela Lei nº 6.746, de dezembro de 1979. A medida varia entre 20 a 440 hectares, dependendo da região.

³Art. 61-A. Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

§ 5º Nos casos de áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de 15 (quinze) metros.

§ 6º Para os imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de lagos e lagoas naturais, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição de faixa marginal com largura mínima de:

I - 5 (cinco) metros, para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal;

II - 8 (oito) metros, para imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais;

III - 15 (quinze) metros, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais; e

IV - 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais."

⁴Art. 63. Nas áreas rurais consolidadas nos locais de que tratam os incisos V, VIII, IX e X do art. 4º, será admitida a manutenção de atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, bem como da infraestrutura física associada ao desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris, vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo.

§ 1º O pastoreio extensivo nos locais referidos no caput deverá ficar restrito às áreas de vegetação campestre natural ou já convertidas para vegetação campestre, admitindo-se o consórcio com vegetação lenhosa perene ou de ciclo longo.

Ademais, as zonas de Reserva Legal (RL) também foram foco de debate, uma vez que os ruralistas pretendiam favorecer uma redução das áreas de reserva. O tópico está previsto no artigo 12 da nova Lei Ambiental⁵.

Vale ressaltar que, segundo institutos ambientalistas, como o Greenpeace, o texto reduz a área de RL na Amazônia e abre brechas para novos desmatamentos nos Estados com mais de 65% de sua área destinada a Unidades de Conservação/Territórios Indígenas ou em Municípios com mais de 50% do mapa destinado a Unidades de Conservação/Territórios Indígenas. Ainda de acordo com a ONG, esse dispositivo afeta imediatamente 80 municípios no Estado do Amazonas, todos os municípios do Amapá e o Estado do Pará, que está prestes a atingir a taxa de 65% de seu território destinado a Unidades de Conservação/Territórios Indígenas.

Na sequência, o artigo 61-A, parágrafo 13, inciso IV⁶, também é alvo de controvérsia. Destarte, se de um lado, o movimento ambientalista alega que, embora existam argumentos técnicos mostrando que, em algumas situações, o uso de espécies exóticas nas fases iniciais da recuperação ajuda a induzir a sucessão (a substituição da vegetação da área degradada pela vegetação nativa), os riscos de acabar com as espécies nativas superam qualquer benefício potencial. Além disso, a adoção dessas técnicas de indução pode servir como desculpa para a conversão de áreas degradadas em áreas de exploração de eucaliptos para produção de celulose, carvão etc. Do outro lado, os ruralistas alegam que com o novo texto de lei, a perda de produção agrícola no país pode chegar a 3 milhões de hectares.

Uma projeção feita pelo Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, realizada em 2011, considerou que, ao todo, seria necessário recuperar cerca de 31,5 milhões de hectares, sendo 18 milhões de Reserva Legal e entre 12,5 e 15 milhões de Área de Preservação Permanente.

Importa realizar que, em APPs, pesquisas apontam que maior parte de sua ocupação não se destina a produção de arroz e feijão. Cerca de 80% do uso irregular é de pecuária de baixa

§ 2º *A manutenção das culturas e da infraestrutura de que trata o caput é condicionada à adoção de práticas conservacionistas do solo e da água indicadas pelos órgãos de assistência técnica rural.*

§ 3º *Admite-se, nas Áreas de Preservação Permanente, previstas no inciso VIII do art. 4º, dos imóveis rurais de até 4 (quatro) módulos fiscais, no âmbito do PRA, a partir de boas práticas agrônômicas e de conservação do solo e da água, mediante deliberação dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente ou órgãos colegiados estaduais equivalentes, a consolidação de outras atividades agrossilvipastoris, ressalvadas as situações de risco de vida.*

⁵Art. 12. *Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:*

I - localizado na Amazônia Legal:

a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;

b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;

c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

§ 4º *Nos casos da alínea a do inciso I, o poder público poderá reduzir a Reserva Legal para até 50% (cinquenta por cento), para fins de recomposição, quando o Município tiver mais de 50% (cinquenta por cento) da área ocupada por unidades de conservação da natureza de domínio público e por terras indígenas homologadas.*

§ 5º *Nos casos da alínea a do inciso I, o poder público estadual, ouvido o Conselho Estadual de Meio Ambiente, poderá reduzir a Reserva Legal para até 50% (cinquenta por cento), quando o Estado tiver Zoneamento Ecológico-Econômico aprovado e mais de 65% (sessenta e cinco por cento) do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, devidamente regularizadas, e por terras indígenas homologadas."*

⁶Art. 61-A. *Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.*

§ 13. *A recomposição de que trata este artigo poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, pelos seguintes métodos:*

IV - plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas de ocorrência regional, em até 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recomposta, no caso dos imóveis a que se refere o inciso V do caput do art. 3º;"

produtividade — somente os 20% restantes seriam de fato ocupados por agricultura. Daí o cálculo de que a perda de área para produção agrícola seria de no máximo 3 milhões de hectares.

Por fim, os ambientalistas defendem que o único ponto de avanço em relação à lei ambiental de 1965 foi à previsão do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A proposta é registrar todos os imóveis rurais do País que serão monitorados por satélite para acompanhar a recuperação de áreas desmatadas e evitar novos desmatamentos.

CAMPANHA FLORESTA FAZ A DIFERENÇA

Diante deste cenário, o Comitê Brasil em Defesa as Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, ao vislumbrar que o Novo Código Florestal apresentava uma aproximação com os desejos dos membros da bancada ruralista, busca provocar um debate na sociedade brasileira acerca das questões acima apresentadas e discutir novas propostas para elaboração, no Senado, de um código que atendesse ao interesse dos ambientalistas. O Comitê, formado por diversos agentes da sociedade brasileira, criou então a campanha “Floresta faz a diferença”, cujo principal slogan era “Veta Dilma”, em abril de 2011. A campanha foi divulgada nas Redes Sociais *Online* e ganhou força e a participação de segmentos da sociedade civil.

Durante o período da campanha, a principal página sobre o assunto no *Facebook* chegou a ter mais de 13 mil pessoas “curtindo”. Este foi o primeiro passo para popularizar a discussão sobre o Novo Código Florestal, até então o debate estava restrito a segmentos da mídia tradicional, políticos, ambientalistas e acadêmicos da área. O movimento com o *slogan* “Veta, Dilma!” ganhou força e o Instituto Democracia e Sustentabilidade⁷ (IDS) foi à organização que ficou responsável pelo trabalho nas redes sociais.

A repercussão da campanha “Veta, Dilma”⁸, ganhou as ruas e duas grandes manifestações foram organizadas através de divulgações nas redes sociais. A discussão entrou para o rol de assuntos mais abordados do *Twitter* no mundo e o “Veta Dilma” assumiu durante alguns dias o lugar de tópico mais comentado na rede social.

Entretanto, o movimento na internet não foi exclusividade do setor de grupos ambientalistas, outras campanhas também foram feitas por aqueles que não queriam nenhuma modificação no texto da Câmara. Um perfil no *Twitter* com o *slogan* “Não veta, Dilma” foi criado e contou com a participação de pouco mais de 100 seguidores. Além disso, no *Facebook* também foi criada a página “Aprova Dilma” que defendia a manutenção da forma do Código Florestal aprovado pelo Congresso Nacional. A campanha anônima tinha como uma de suas principais diretrizes o seguinte argumento: “Não veta, Dilma, ou o preço da comida vai subir.”.

METODOLOGIA

No passado o estudo de redes sociais era um domínio de sociólogo se antropólogos, que utilizavam, como ferramentas típicas para obter dados, entrevistas e pesquisas com usuários

⁷O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) é uma organização da sociedade civil, plural e apartidária, formada por ONGs, empresários, acadêmicos e políticos, cujo objetivo é buscar alternativas de desenvolvimento para o Brasil com base em novos valores e premissas, fundamentados na valorização do potencial econômico, patrimônio ambiental e diversidade sociocultural do País.

⁸Resultado da pressão de vários artistas como Camila Pitanga.

voluntários. Como consequência, muitos desses estudos foram realizados com base em amostras de dados pequenas (BENEVENUTO; ALMEIDA, 2015). Com a popularização das redes sociais online, surgiu a oportunidade de estudos com o uso de uma enorme base de dados. Sistemas como Facebook e Twitter possuem milhões de usuários registrados e bilhões de elos que os conectam. As redes sociais online permitem o registro em larga escala de diversos aspectos da natureza humana relacionados à comunicação, à interação entre as pessoas e ao comportamento humano.

O capital social de cada usuário ganha um espaço onde pode ser analisado e compartilhado, fica à disposição e ao alcance da sociedade civil⁹, que ao comentar sobre determinados debates suas opiniões se transformam em dados de análises que passam a orientar os interesses e a atuação no campo. A internet surge como fonte de estudo e propagação do conhecimento científico, uma revolução paradigmática¹⁰ na forma de fazer ciência. As ciências sociais estariam, cada vez mais, submetidas à análise de dados gerados pela rede mundial de computadores.

Dito isto, ao definir os usuários das Redes Sociais como importantes atores no debate político de formulação do Código Florestal, podemos restringir ainda mais o campo de estudo para observar como os discursos, apropriados de maneiras específicas, são utilizados nas trincheiras de batalhas comunicacionais nas novas mídias. As redes sócias passam a funcionar como uma arena pública de discussão e de transmissão de informação para outras arenas.

Segundo Bourdieu (1997), na elaboração da noção de campo, os fatos sociais são produto de um meio social, onde a hierarquia e o poder estão sempre presentes, negociados dentro de um campo específico¹¹. O campo serve de instrumento ao método relacional de análise das dominações e práticas específicas de um determinado espaço social. Cada espaço corresponde, assim, a um campo específico – cultural, econômico, educacional, científico, jornalístico etc -, no qual é determinada a posição social dos agentes e onde se revelam, por exemplo, as figuras de “autoridade”, detentoras de maior volume de capital.

A questão do novo Código Florestal está circunscrita a um campo político pré-definido. Os deputados e senadores responsáveis pela elaboração das leis fazem parte desse campo, bem como, a Presidente Dilma Roussef, Organizações Não Governamentais, latifundiários, pecuaristas, empresários do agronegócio, pequenos e médios agricultores, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, participantes de outros movimentos do meio rural, etnias indígenas, dentre outros. Acontece que, tradicionalmente, as decisões no campo político são tomadas pelos membros do congresso nacional e o posicionamento é definido por meio de um jogo de interesses internos. Os congressistas estão no topo da pirâmide do campo político e, em muitos casos, não buscam analisar a opinião de atores externos ao jogo do congresso, onde para participar é preciso ter representatividade política e econômica.

⁹Gramsci faz a divisão de Estado em sociedade política e a sociedade civil. Segundo Gramsci, a sociedade política é referente às instituições políticas e o controle legal e constitucional que exercem. Já a sociedade civil é vista como um organismo não-estatal ou privado, que pode incluir a economia, por exemplo. A sociedade política é conotada com a força e a sociedade civil com o consentimento. Gramsci contribuiu grandemente para a análise do conceito de sociedade civil e também da dicotomia Sociedade Civil / Estado.

¹⁰ Termo utilizado por Kuhn que consiste no abandono da ideia de que o progresso científico se dá por acumulação de descobertas, mas sim, através de “revoluções paradigmáticas”. “Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2005, p. 13)

¹¹ Vide nota de rodapé 26.

Porém, as redes sociais na Internet surgem como uma ferramenta capaz de influenciar nesse campo. Mas, para controlar essa ferramenta é preciso vencer o debate nas redes sociais e, para isso, é preciso criar estratégias para influenciar o maior número de usuários possíveis. Dentro desse contexto, diferentes discursos entram em confronto, com intuito de controlar, mesmo que momentaneamente, essa arena pública.

A arena pública remete à perspectiva dos herdeiros da escola de Chicago, e, principalmente, de Anselm Strauss, quando este trata da ordem negociada, e de Erving Goffman, a partir de sua contribuição metodológica da *frame analysis* e da sua abordagem dramática. Desta forma, acreditamos que a arena pública nos permite entender e apreender as práticas nas redes sociais levando em conta a pluralidade de “regimes de engajamento” nas situações. Cefai (2002) mostra que a adoção do termo “arena”, possui uma dupla conotação: como um lugar de combate e como lugar de encenação de performances diante de um público. O autor também assinala a distinção entre arena pública e espaço público: este último apresenta uma característica mais estática, não leva necessariamente em conta a dimensão dramática e é fortemente marcado pelo entendimento Habermasiano. É com esse sentido performático que ocorrem nas redes sociais online as intervenções dos atores/usuários.

Strauss (1992) considera a arena social como um teatro onde se praticam ações conjuntas, coordenadas ou em conciliação, gerando competição, controvérsias e conflitos. A arena seria o local onde os atores se encontram para resolver situações problemáticas, elaborar programas de ação, e também para se enfrentarem em estratégias de interesse, isto é, seria um local onde se estabelecem trocas de várias naturezas. Segundo essa definição, as arenas seriam o lugar da prática da negociação, uma das formas possíveis de se alcançarem determinados objetivos, sendo que tal prática não é fortuita e, nem, tampouco, separada das condições sociais em que ocorre. O autor considera a negociação fundamental para a geração de uma ordem social, que ele veio a chamar de ordem negociada, onde opera uma série de compromissos e transações diversas, contratos e promessas, acordos formais ou não, etc. As arenas sociais abrem transversalmente mundos sociais diversos, que são postos em comunicação e em enfrentamento, contribuindo para processos de transformação, de desintegração, de denegação, de segmentação, de interseção e de legitimação.

Segundo Cefai (2002, a arena pública seria um palco onde se enfrentam pretendentes a uma propriedade de problemas públicos diante de espectadores. Por conseguinte, seria também um lugar no qual os indivíduos estão desenvolvendo performances, que se tornam públicas, em um processo de dialética de legitimação – visto que os atores precisam prestar contas, expor motivos de suas falas e ações a fim de se alcançar um consenso, impor sua autoridade e contornar a crítica. Os indivíduos elaboram estratégias de cooperação e de competição, de aliança e de conflito que se configuram aos poucos, em função de suas perspectivas. Nesse contexto, criam-se laços em torno de objetivos comuns, que surgem e se estabelecem no decorrer da interação. Nota-se que essas relações não podem ser reduzidas a relações de forças ou de interesses, nem tampouco a relações de mera reciprocidade, visto que há uma encenação diante de um auditório, no caso os usuários das redes sociais online. Ora, o *Facebook* e o *Twitter* apresentam essas mesmas características de arena pública, os usuários/atores desenvolvem suas performances por meio de publicações, *posts*. As páginas, *hashtag*, vídeos e comunidades são algumas das estratégias utilizadas para criação de laços e de objetivos comuns e, por fim, os próprios sites onde estão localizadas as redes sociais online configuram o auditório onde acontece a encenação e a disputa.

A proposta desse trabalho é entender quais são esses discursos presentes na arena das redes sociais, compreender como é feito o embate e observar se houve um discurso vencedor.

Considerando que uma rede social é um conjunto de atores sociais e conexões (Recuero, 2010) entendemos que a página “Veta Dilma” é uma rede social dentro do *site* de redes sociais *Facebook*. O administrador da página exerce seu papel de ator social, publicando conteúdos e provocando interações, e cada um que curte a página é um ator social que também apresenta suas conexões. As pessoas se relacionam com a página de forma mais próxima ou mais distante, mais agressiva ou mais tolerante, de acordo com o grau de proximidade com o discurso publicado na página.

Tomamos a página “Veta Dilma” no *Facebook* como um local que podemos obter uma amostra de como se deu o debate do Novo Código Florestal na *Internet*. A página permite a coleta de falas espontâneas, não induzidas pelo pesquisador. Sabemos que esta análise não permite conclusões generalizadas sobre o pensamento de todos os leitores, mais permite tirar conclusões sobre que discursos são produzidos pelo usuário que decide se expressar.

Sendo assim, primeiramente, analisamos os 75 posts (textos) publicados na página “Veta Dilma” no *Facebook*, no período de um mês, entre 26 de abril de 2012, primeiro dia após a aprovação do Código Florestal na Câmara do Deputados, até o dia 26 de maio de 2012, um dia após a Presidente Dilma Roussef vetar 12 artigos do Código Florestal. O objetivo inicial dessa análise é entender qual o discurso proposto pela campanha. É importante salientar essas peças publicitárias foram difundidas por toda a *Internet* e expressam a opinião dos órgãos envolvidos no projeto de veto do novo Código Florestal.

O método utilizado para a classificação e sistematização da pesquisa foi o da Análise de Conteúdo, com objetivo de delinear o perfil quantitativo e as principais tendências gerais da campanha. A Análise de Conteúdo é uma das mais importantes técnicas de pesquisa empírica na área de Ciência Social, usado principalmente em pesquisas de jornalismo e comunicação. Segundo Fonseca Júnior (2006), a Análise de Conteúdo, em concepção ampla, refere-se a um método das ciências humanas e sociais destinadas à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa. No contexto dos métodos de pesquisa em comunicação em massa, a análise de conteúdo ocupa-se basicamente com a análise de mensagens. Para Bardin (1977), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A página, fundada em 26 de abril de 2012, segundo a própria descrição do responsável, é uma “campanha para convencer nossa presidente Dilma a vetar o novo Código Florestal”.

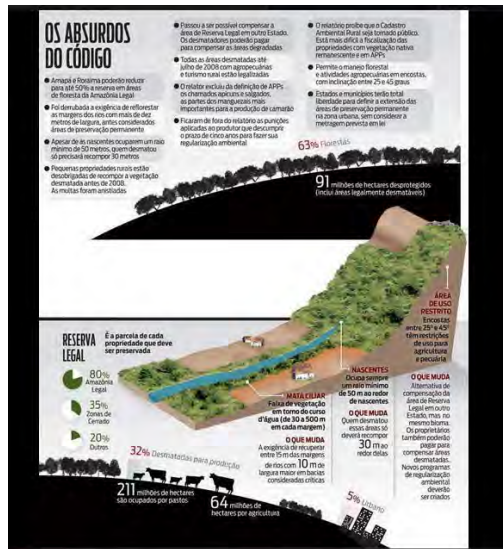
Dividimos as publicação em 5 categorias, são elas:

Quadro 1: Universo da pesquisa e amostra

Tipo de publicação	Características	Quantidade
Informativa	São aquelas que abordam um ponto polêmico do novo código. A divulgação, ao mesmo tempo em que informa, opina sobre a importância do veto ao novo código.	8 posts publicados, que correspondem a 10,6% das publicações.
Acusativo	Nestes posts o usuário admite uma postura belicosa e coloca os madeireiros e o agronegócio como principais adversários na luta contra o desmatamento das florestas.	19 posts publicados, que correspondem a 25,3% das publicações.
Participativa	São posts que chamam a população para a ação, convocação para manifestações nas ruas, assinatura de petições <i>online</i> , chamadas para <i>twittaços</i> , entre outras.	5 posts publicados, que correspondem a 6,6% das publicações.
Divulgação	Neles o emissor publica imagens de ações da campanha realizadas fora da rede, como passeatas, comícios, eventos, dentre outras.	20 posts publicados, que correspondem a 26,6% das publicações.
Viral	Nesse contexto, utilizo a nomenclatura viral para definir aquela publicação criada com intuito de massificar a campanha, é um conjunto de peças objetivando atingir a maior quantidade possível de gente e, com isso, propagar o slogan “Veta Dilma”.	22 posts publicados, que correspondem a 29,3% das publicações.

Para uma melhor análise dos modelos acima, vamos analisar algumas publicações:

Figura 1 – Publicada em 04/05/2012, na página “Veta Dilma”, no Facebook. Link: <https://www.facebook.com/DilmaMudaMais/?fref=ts>



Neste post intitulado “os absurdos do código”, de tipo informativo, são enumerados pontos controversos do ordenamento jurídico em questão, dentre eles: fim da exigência de reflorestar as margens dos rios com mais de dez metros de largura, antes considerados áreas de preservação permanente; pequenas propriedades rurais não são mais obrigadas a recompor a vegetação desmatada antes de 2008. As multas foram anistiadas; permissão para praticar o manejo florestal e atividades agropecuárias em encostas, com inclinação entre 25 e 45 graus.

Ainda segundo a publicação, serão 91 milhões de hectares desprotegidos (inclui áreas legalmente desmatáveis).

Figura 2 – Publicada em 26/04/2012, na página “Veta Dilma”, no Facebook. Link: <https://www.facebook.com/DilmaMudaMais/?fref=ts>



Nesta publicação com característica acusativa, o emissor transmite a ideia de que o controle de áreas protegidas será atenuado e, além disso, o novo código florestal brasileiro irá facilitar a extração ilegal de madeira. Em outros posts, com a mesma característica, o principal alvo é o agronegócio. A publicação demarca claramente uma oposição que tenciona para a bipolaridade de

discursos, de um lado o agronegócio representado pelo ruralista e de outro os defensores da natureza representados pelos ambientalistas. A opção pelo embate direto fica claro na publicação de peças como estas:

Figura 3 – Publicada em 26/04/2012, na página “Veta Dilma”, no *Facebook*. Link:

<https://www.facebook.com/DilmaMudaMais/?fref=ts>



Figura 4 – Publicada em 30/04/2012, na página “Veta Dilma”, no *Facebook*. Link:

<https://www.facebook.com/DilmaMudaMais/?fref=ts>



Na publicação acima, de natureza participativa, os usuários são convidados a assinarem uma petição *online* a favor do veto: Tem também aquelas publicações que convidam para participar de outras campanhas *online*, como os posts onde eram realizadas convocações para *Twitaços*, ou seja, convites para que os usuários, em determinados dias e horários, publicassem a *hashttag* “VetaDilma” no *Twitter*.

Figura 6 – Publicada em 08/05/2012, na página “Veta Dilma”, no *Facebook*. Link:

<https://www.facebook.com/DilmaMudaMais/?fref=ts>



Neste post de divulgação, a foto mostra a manifestação da ONG Greenpeace que fez uma projeção a lazer no Congresso Nacional com os dizeres: “Veta Tudo Dilma” e “Desmatamento zero já”.

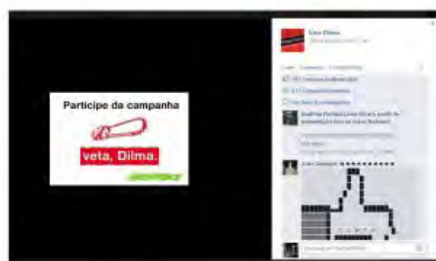
Além disso, nesses tipos de posts também é comum divulgar a participação de personalidades do mundo midiático na campanha. Como por exemplo, a publicação a baixo:

Figura 7 - *Link* para o vídeo Camila Pitanga Veta Dilma. Publicada em 04/05/2012, na página “Veta Dilma”, no *Facebook*. Link: <https://www.facebook.com/DilmaMudaMais/?fref=ts>



O post intitulado o “Camila Pitanga Veta Dilma” publicado no *Youtube* e compartilhados na página do *Facebook*, mostra a atriz durante uma cerimonia oficial com a presença da presidente Dilma Roussef, ela quebra o protocolo e faz um pedido para a Presidente vetar o Código Florestal:

Figura 8 – Publicada em 29/04/2012, na página “Veta Dilma”, no *Facebook*. Link: <https://www.facebook.com/DilmaMudaMais/?fref=ts>



Este post acima foi o primeiro publicado na página “Veta Dilma” no *Facebook*, com característica de publicação viral, difunde o slogan da campanha e, como é assinado pelo Greenpeace, demonstra quem está envolvido no movimento.

Ademais, em um segundo momento, realizamos a coleta de 2.257 comentários deixados pelos usuários nos 75 *posts* (textos), publicados na página “Veta Dilma” no *Facebook*, durante o período especificado. Após a coleta foram excluídos todos os comentários cujo conteúdo não se relacionava a nossa pergunta de pesquisa: por exemplo, propagandas de produtos e outros sites, simples inserção de perfil de outro sujeito para que ele seja notificado da existência daquele *post*, simples inserção de *link* remetendo a um texto ou vídeo, comentários sem relação com o *post* e comentários ininteligíveis. Sendo assim, restou um corpus consolidado de 898 comentários, que corresponde 39,8% do corpus inicial, e cada comentário passou a ser considerado como um texto de análise. Desses comentários, 532 (59,5%) são claramente a favor do veto ao Código Florestal pela presidente, 248 (27,4%) são claramente contra o veto, e 111 (12,4%) são ambivalentes, contém elogios e críticas e, por isso, não dá para concluir qual posição eles defendem.

Os comentários que seguem são ilustrativos e são literais, ou seja, eventuais erros de digitação ou gramática foram mantidos.

O principal discurso dos defensores do novo código é: “se não aprovar vai faltar comida na mesa dos brasileiros”, a maioria dos comentários contra o veto tem um cunho alarmista, com objetivo é criar uma sensação de medo: “veta Dilma, que todo mundo tb vai parar de comer carne, os agricultores de bera de rio vão se mudar para as favelas do rio e sampa, e que se foda isso de superavit, podemos viver com a pobreza”, além disso, segundo os comentários publicados na página, o veto irá prejudicar a economia do país, “vão lá comer toco e galho povo. Sem fundamento criticar o agronegócio, a agricultura é responsável por 1/4 do PIB brasileiro com 21% de área explorada. sabendo que temos que aumentar em 4 vezes a demanda de alimentos em 10 anos, parece fácil,não? agora vai lá besta, faz isso! Tem muito ambientalista aqui né? 90% adere qualquer movimento em rede social.”.

É possível constatar que o embate se polariza entre defensores do agronegócio e os defensores da natureza, que passam a criticar o modelo de produção agrícola nacional: “o agronegócio no nosso país é a maior parte de commodities , nós não comemos a soja e nem o trigo que é plantado...”, “Pra que devastar mais terras? Por que não usar e fazer um bom manejo das áreas já utilizadas para a agricultura? O Brasil não precisa de mais terras agricultáveis e sim de uma boa gestão, de um manejo correto das terras já existentes.”.

Por sua vez, os defensores do agronegócio procuram desqualificar as ONG's, os principais atores da campanha pelo veto do código florestal, argumentando que as mesmas protegem interesses externos e não o povo brasileiro: “quanta ignorancia, e como esse povo é influenciado por um bando de ambientalista, que só querem manter o Brasil, como uma floresta ambulante para os países ricos, acordem povo ignorante, esse codigo florestal foi feito pra ajuda os brasileiros que trabalham aqui e que com muito suor retiram o alimento que vai para as mesas de voces, intao antes de falarem vetem, olhe pro prato de comida que vcs comem, e se perguntam de onde eles vieram”.

Além disso, é possível observar em muitos comentários um discurso desenvolvimentista, que coloca o “progresso nacional” como meta e a preservação da natureza como entrave: “arvores só prestam pra atrasar o desenvolvimento.”, “Corta tudo, corta tudo e construa o que tiver que construir em cima desse verde ridículo.”, “cimento e asfalto é a solução”, “viver de mato não dá dinheiro”.

Com relação aos comentários a favor do veto, também é possível observar um discurso alarmista. Os comentários associam a aprovação do código florestal com a devastação total das florestas: “as novas leis abrirão portas para uma maior degradação dos solos, e especialmente da Amazônia, assim como favorecerão a extensão das plantações agrícolas em áreas até agora protegidas. Além disso, contemplam uma ampla "anistia" para os fazendeiros que, durante as últimas décadas e contra as leis atuais, desmataram áreas proibidas e mantêm nessas regiões uma intensa atividade agropecuária.”.

Porém, em alguns poucos comentários é possível observar um discurso diferente dos publicados pelas duas correntes majoritárias, os ambientalistas e os ruralistas. Apesar de pedir o veto, os argumentos utilizados nos comentários não são semelhantes aos utilizados pelos defensores da campanha “Veta Dilma”, eles buscam expor a posição do pequeno agricultor nesse embate e defende o veto por outros motivos: “Não é justo punir os maquenos agricultores, quando os mesmos tem um pequeno riachinho que corta sua propriedade...., as vezes a área do agricultor onde passa o ribeirão é tão pequena em termos de largura e expansão que se tiver que cumprir os

15 metros da margem, não sobrar quase nada em terra disponível para o plantio, sendo sua única fonte de renda...”, as críticas são contra o aumento da área de proteção das margens de rios e das reservas legais: “Código no vou velho, a única coisa que vai mudar, se aprovar, é que vai sacanear com um monte de pequeno produtor que dificilmente vai conseguir se adequar e vai aumentar a área de reserva legal na propriedade, que é privada”, “acredito que com o novo código florestal acabará com grande parte da produtividade dos pequenos agricultores, que necessitariam de muita tecnologia pra manter a produção em pequenas áreas remanescentes”.

CONCLUSÃO

Ao analisar os posts e comentários, é possível observar dois discursos hegemônicos: um em defesa da floresta e contra o agronegócio, outro a favor do desenvolvimento, em defesa do agronegócio e contra os ambientalistas. Este embate dualístico entre ambientalistas e ruralistas foi o que norteou o debate na Internet, e pelo volume de mobilização, o discurso ambientalista ganhou nas redes sociais um maior alcance, o que possibilitou a utilização dessa ferramenta para influenciar a decisão da Presidente Dilma Roussef.

Apesar do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável não ter conquistado uma vitória plena, após a campanha, a presidenta vetou 12 pontos e fez 32 modificações. Entre elas, destacam-se a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Segundo o comitê organizador da campanha, o "Veta, Dilma!" ganhou essa proporção por conta da pluralidade de forças que apoiaram a iniciativa. O movimento na internet virou um fenômeno social e um abaixo assinado virtual com mais de 2 milhões de assinatura foi encaminhado ao gabinete da Presidenta Dilma.

Contudo, a decisão não agradou o Comitê responsável pela campanha em defesa da floresta que criou o movimento “Veta Dilma”. Em nota a imprensa divulgada logo após a aprovação do Código Florestal, o Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável avaliou que o veto parcial da Presidenta Dilma Roussef “foi insuficiente para o cumprimento de sua promessa, apesar de contrariar interesses dos setores mais arcaicos do latifúndio, e ainda mantém a anistia e a redução de áreas de proteção (APPs e RLs).”

Porém, é interessante observar a ausência de atores importantes nesse debate online, como por exemplo, o Movimento dos Sem Terra, o movimento indígena e, mesmo representados em alguns poucos comentários, os pequenos agricultores rurais.

O observado na Internet, em relação ao Código Florestal Brasileiro, é que houve um embate de ideias e não um debate. Houve um choque de discursos, a rede social funcionou como uma arena, mas as trocas informacionais ficaram em segundo plano.

O que se percebe que a história está sendo escrita, mais uma vez, pelas lentes de uma ótica capitalista de apropriação dos meios de comunicação. Quando os tipos móveis se desenvolveram, permitindo o surgimento da imprensa escrita e da comunicação de massa, estava aberta a possibilidade para o fim das restrições à liberdade de imprensa e a consequente garantia do direito à informação. A técnica permitia que, pela primeira vez, se comunicasse com uma grande quantidade de pessoas ao mesmo tempo. Mas o que realmente aconteceu foi que os empresários descobriram o potencial comercial desse veículo de comunicação e surgiu o jornal como negócio cujo objetivo final era gerar ganhos financeiros aos seus proprietários e acionistas.

Com a televisão a história seguiu o mesmo curso. Embora na Europa Ocidental e em outros países do mundo tenha imperado o monopólio da comunicação pública – o que pode ter sido um dos motivos da elevação do nível civilizatório desses países – a radiodifusão de som e imagens foi progressivamente dominada pelo viés comercial. E, os detentores dessa mídia comercial tornaram-se parceiros de forças políticas conservadoras ao redor do mundo.

Eis então que surge a internet e, mais uma vez, bate a porta da civilização mais um veículo de comunicação para criar um diálogo universal. Mas a história e o cenário atual ordenam cautela. Podemos hoje buscar informações em fontes antes inacessíveis. Fontes antes silenciadas puderam passar a produzir e distribuir conteúdos. Podemos saber o que se passa ao redor do mundo de forma instantânea. Mentiras contadas pela classe política não se sustentam mais por grande período de tempo. É possível se conectar a partir de interesses específicos e intervir diretamente na elaboração de políticas públicas que irão impactar diretamente a sociedade.

Mas ao mesmo tempo a concentração das empresas de comunicação atinge níveis nunca antes vistos, em uma escala global, criando um ambiente onde um punhado de transnacionais controla os acessos e quase a totalidade dos conteúdos consumidos em todo o mundo. O caráter “livre” da internet é colocado em xeque por estratégias empresariais e modelos de negócios. As redes sociais tornam-se uma única rede social, voltada para o acúmulo de capital tornando-se palco de disputa de correntes extremistas opostas que disputam o papel de influenciadores no pensamento dos usuários.

REFERÊNCIAS

ASSANGE, J. *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEVENUTO, F; ALMEIDA, J e Silva, A. Como consequência, muitos desses estudos foram realizados com base em amostras de dados pequenas. Disponível em:
<<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/jai/2012/002.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*, São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *Sobre a televisão: a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*, Rio de Janeiro, J. Zahar, 1996.

BRASIL. PL 1.876/99. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichaDetramitacao?idProposicao=17338>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BUSTAMANTE, J. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital. In: _____. *Cidadania e redes digitais*. Maracá: Educação e Tecnologias, 2010.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique. Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: *L'héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*, La Tour d'Aigues: l'Aube, 2002.

- COSTA, L. M. Meio ambiente é pauta! Análise discursiva da cobertura da imprensa sobre desmatamentos e queimadas na Amazônia no período 2002-2006. In: **Mídia e Ambiente**. [S.l.]: Hucitec, 2009.
- FEARNSIDE, P. Desmatamento da Amazônia: dinâmica, impactos e controle. *Acta Amazônica*, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 25 ago. 2014. Informação sobre a participação da Agricultura Familiar no mercado interno .Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/agricultura-familiar-ja-produz-70-dos-alimentos-consumidos-no-mercado-interno-do-pais-informa-pepe-vargas>>. Acesso em: 10 fev. 2015.
- LEVY, P. **O que é o virtual?**, São Paulo. Coleção Trans, 34, 1997.
- MORAES, D. **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- PEREIRA, Osny Duarte. **Direito florestal brasileiro (Ensaio)**. Rio de Janeiro: Benfica, 1950. p. 89-132.
- RECUERO, Raquel. Webrings: as redes de sociabilidade e os Weblogs. *Sessões do Imaginário*, Porto Alegre, v. 11, p. 19-27, 2004.
- _____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- SILVEIRA, Sergio Amadeu. Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada. *Revista Sociologia Política*, v. 17, n. 34, p. 103-113, out 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a08v17n34.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2015.
- SIMIONATTO, I; COSTA, C. M. Como os dominantes dominam: o caso da Bancada Ruralista. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Temporalis, 2012.
- STRAUSS, A. **La trame de la négociation**. Paris: L'Harmattan, 1992.
- TREJO DELARBRE, R. Internet como expressão e extensão do espaço público, *MATRIZES*, ano 2, n. 2, primeiro semestre, 2009.
- WOLF, M. Teorias da Comunicação. Lisboa: Ed. Presença, p.144, 2001.

A MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O TRABALHO AMBULANTE NAS RUAS DO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM

Alexandre Sócrates Araujo de Almeida Lins¹

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é mostrar ao longo da história os discursos veiculados desde a segunda metade do século XIX aos dias atuais nos jornais O Diário do Gram-Pará, A Província do Pará, Folha do Norte, O Liberal e Diário do Pará sobre o trabalho ambulante nas ruas do centro comercial de Belém. A seleção dos jornais toma como base a repercussão na imprensa do anúncio e da aplicação de legislações como o Código de Postura de Belém, além de prisões, multas e retiradas desses trabalhadores da via pública, bem como o anúncio de projetos de revitalização do centro comercial de Belém que impliquem no remanejamento destes trabalhadores para espaços indicados pelo poder municipal. Na esteira de Foucault (1996 e 2008) a ideia é mostrar como os discursos ajudam a construir o objeto a que se referem, ou seja, há uma tentativa de controlar, organizar e esconder a materialidade desse discurso sobre esses trabalhadores. Assim, o que se busca é encontrar esses enunciados que nos ajudem a entender a dispersão formada por essas múltiplas formas de definir os trabalhadores que atuam nessa região da cidade. A ideia é compreender os enunciados na estreiteza e singularidade de sua situação e correlacioná-los uns com os outros, não para revelar um sentido oculto, ou um sujeito unificante, mas sim as lutas por sentido entre essas formações discursivas, rompendo assim com a ideia de continuidade histórica. Assim, a tarefa deste artigo é tratar os discursos não como conjuntos de signos, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam, e que geram um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade que se expressam na especificidade de uma prática discursiva.

Palavras-chave: trabalho de rua; discurso; mídia.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte integrante de tese de Doutorado em estágio inicial realizada pelo autor no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da Ufpa. O problema que norteia a pesquisa é saber de que maneira os trabalhadores de rua do centro comercial de Belém afirmam estar produzindo a cidade e como encaram os discursos da mídia e do poder público sobre eles?

Assim, interessa saber quais discursos foram elaborados ao longo da história sobre os trabalhadores de rua do centro comercial de Belém e de que maneira esses discursos ajudaram a construir a interpretação que se tem desses trabalhadores na atualidade? Na esteira de Foucault (2008), parte-se da compreensão de que os discursos sobre os trabalhadores de rua e os elaborados por eles mesmos sobre si ajudaram a determinar o que pensamos desse grupo hoje. O discurso assim constrói o objeto a que se refere. Neste sentido, pretende-se buscar, através da materialidade histórica, elementos que nos ajudem a entender a dispersão formada por essas múltiplas formas de

¹ Graduado em Comunicação Social- Jornalismo (UFPA), Especialista em Imagem e Sociedade – Estudos sobre o Cinema (UFPA), Mestre em Cultura e Sociedade (UFBA) e Doutorando NAEA/UFPA. E-mal: asaalins@yahoo.com.br

definir os trabalhadores que atuam nessa região da cidade. A ideia é compreender os enunciados veiculados pela mídia ao longo da história na estreiteza e singularidade de sua situação e correlacioná-los uns com os outros.

A importância de estudar os trabalhadores de rua do centro comercial de Belém se dá pelo menos por duas razões: a primeira é que eles fazem parte de um conjunto maior, a saber, o chamado mercado informal, que há décadas consegue dar ocupação a um número expressivo de trabalhadores. Isso por si só já garantiria um estudo de extrema relevância visto que o mundo vive há décadas um período de desafios na área do emprego tradicional, sensivelmente no contexto da reorganização produtiva e flexibilização dos postos de trabalho². O segundo aspecto em relação aos trabalhadores de rua e que os tornam objeto de estudo peculiar é o fato de que para exercerem suas atividades eles acabam infringindo normas de convivência na cidade de tipo burguesa, ou seja, eles interrompem o passeio público, e, mais do que isso, geram uma desarmonia estética, fato agravado por estarem em uma região da cidade que é considerada um patrimônio arquitetônico representativo de uma época consagrada pela historiografia como áurea: o ciclo da borracha. Ainda hoje, portanto, parcela significativa da população sente saudade desse período, ainda que muitos só tenham tido contato com ele através dos livros de história e de relatos dos moradores mais antigos. Nesse sentido, o incômodo está na presença desses vendedores nesse espaço que evoca esse passado de opulência econômica em uma época onde haveria um comportamento pretensamente mais adequado ao modo de vida urbano do que o que se vê hoje.

Apesar da riqueza deste tema, há ainda uma ausência de estudos que possam demonstrar o que os trabalhadores de rua pensam sobre si próprios e como entendem estar construindo espaços dentro da cidade, a partir de suas redes de sociabilidade. Este trabalho pretende, assim, contribuir para um repensar da política tradicional, mirando-a a partir da comunicação. Isto significa pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários nos processos de formação do poder. Assim, torna-se fundamental saber como as mensagens da mídia e do poder público são recebidas por esses sujeitos e de que maneira isso impacta nas práticas deles. Este trabalho pretende ainda trazer como novidade uma discussão recente sobre a real capacidade daqueles que estão em uma posição subalterna poderem falar e serem, de fato, ouvidos, em uma perspectiva dialógica, sem agenciamentos. Como consequência disso, a pesquisa terá que tratar dos dilemas do intelectual nesse processo de estudo dos grupos subalternos em busca de diálogo com os poderes hegemônicos.

Para responder às questões da pesquisa, algumas hipóteses norteiam este trabalho. A primeira, como já foi indicada, é que há atualmente uma percepção coletiva que os camelôs provocam uma desarmonia estética e sanitária na paisagem urbana. Essa noção que chegou ao senso comum hoje tem origem nas reformas urbanas, de caráter higienista, produtivista e controladora, promovidas na Europa e, posteriormente, em Belém no fim do século XIX. A outra hipótese se dá em uma perspectiva de fundo “cultural”. É que a desvalorização do trabalho do camelô também se dá por conta do *status* de sua atividade. Esta não é considerada legítima porque não conteria valor cultural/artístico, como outras que também se desenvolvem na rua como a de feirantes e artesãos. Como nos indica Arantes (2000), quando o sistema capitalista passa por uma de suas maiores crises morais a partir de 1968, uma política de consensos inventou um novo sentido

² Sobre esta discussão uma importante fonte de conceitos e dados pode ser obtida em: SENA, Ana Laura. O trabalho informal nas ruas e praças de Belém: estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios. Belém: NAEA, 2002.

para o cultural, tendo, aparentemente, um teor anti-produtivista, quando na verdade incutiu valores do que seria digno de preservação e engajamento cívico, merecendo assim o selo de patrimônio ou justificando mudanças na paisagem urbana. Dessa forma, as atividades que conseguem ser reconhecidas como culturalmente identificadas com a história de um povo tendem a ser mais respeitadas pelos interesses das classes hegemônicas. Ocorre que apesar de diversos enunciados ao longo da história desqualificarem a figura do trabalhador de rua, inquieta saber que eles conseguem, há décadas, se manter no espaço público, sustentar famílias, passando assim esse tipo de trabalho para outras gerações e, naturalmente, mantendo uma clientela. Assim, mais do que uma explicação centrada em condições puramente econômicas, a permanência desses trabalhadores no espaço público ao longo da história reflete disposições culturais mais amplas da sociedade local.

Suspeita-se que o trabalho desenvolvido sob as calçadas reflete um traço da cultura local, a saber, uma disposição para um comportamento à margem daquilo que é institucionalizado, formalizado, controlado. Esse comportamento revela uma atitude de revolta contra condições de trabalho historicamente desumanas. Desde o período colonial isso pôde ser constatado com a escravização do indígena pelo colono português nos séculos XVII e XVIII, além dos trabalhos desenvolvidos por estes às missões religiosas. No Diretório Pombalino, a exploração se manteve, com a crença de que se criaria uma economia baseada na agricultura. O trabalhador negro também foi intensamente explorado ao ponto dessa situação culminar na Cabanagem. No ciclo da borracha o sistema de aviação elevou isso a patamares mais amplos, recrutando mão de obra da região nordeste. É bem verdade que a exploração do trabalho das classes populares se deu em todo o Brasil ao longo de toda a história, mas no período colonial a revolta popular mais dramática foi esta que se deu em solo amazônico, com morte de 1/3 dos habitantes. Assim, é provável que nenhuma região do Brasil tenha tido maior resistência ao projeto moderno que a amazônica. Se em todo o Brasil, este teve singularidades, a ponto das ideias de modernização terem chegado antes da universalização do ensino, da industrialização e da urbanização propriamente ditas, na Amazônia, o isolamento, os baixos níveis de escolaridade, de urbanização e de industrialização ainda se mostram, atualmente, como um obstáculo à integração aos ideais colonialistas de uma modernidade de feições europeias e ultimamente norte-americana. Mesmo com políticas de integração regional ao longo das últimas décadas³, a Amazônia ainda é fortemente marcada pelo isolamento dos grandes centros de poder nacional, sendo dotada de limitada infraestrutura e marcada por atividades extrativistas, que sequer são consideradas como economia por parte do *establishment* econômico.

Ao lado dessa revolta com as condições de trabalho, outro motivo que poderia explicar a força do trabalho informal no presente são as disposições culturais. Como nos lembra Costa (2012), fração considerável da população belenense atual tem origem no que se convencionou chamar de camponeses-caboclos⁴, fruto, predominantemente, da união entre o colono português e os indígenas desde o período do Diretório Pombalino. Assim, os índios legaram ao presente uma outra relação com o tempo e o espaço, apresentando grande conhecimento sobre os ciclos naturais, aplicando isso no extrativismo de coleta. Além disso, dominavam técnicas de cultivo em solo

³ Sobre este tema ler: SILVA, Fábio Carlos da e RAVENA, Nírvia. Formação Institucional da Amazônia. Belém, Editora do NAEA, 2015.

⁴ Sobre este tema ver: COSTA, Francisco de Assis. Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970), Belém: NAEA, 2012.

amazônico, respeitando a predisposição para a policultura. Do colono português veio a habilidade para o comércio e a identificação com as exigências do estilo de vida moderno. Esse novo tipo, o caboclo, já não é mais índio, tampouco europeu. Seu comportamento, portanto, foge ao ideal racionalista/producionista de uma modernidade ortodoxa, sendo aos olhos desta, inadequado para atingir índices satisfatórios de eficiência e autonomia. Segundo Costa (2012), eles formaram o princípio de um campesinato-caboclo, que garantiu bons níveis de produtividade ao longo do período colonial, sem estar necessariamente ligados aos valores da competitividade, acumulação e reprodução do capital para ampliação de mercados. Esse mesmo comportamento pode ser associado aos migrantes nordestinos do fim do século XIX que vieram para a região Amazônica trabalhar nos seringais e que posteriormente se tornaram agricultores. Assim, suspeita-se que quando estes caponenses-caboclos migraram para a capital, ao longo do século XX, eles trouxeram consigo esse imaginário para o trabalho de rua. Esse grupo apresenta um *habitus* que se opõe ao ideal capitalista centrado na competitividade, acumulação e reprodução do capital para ampliação de mercados. Eles estariam predispostos a serem proprietários do próprio negócio, ter controle do próprio tempo e trabalhar apenas para reproduzir a família, sem que para isso precisem se adequar às normas do tempo do trabalho formal ou às regras da legislação constituída.

No presente, diante de uma situação de precariedade em relação ao seu status de trabalhadores, eles se utilizam de estratégias performáticas, artimanhas, que negociam com as normas instituídas historicamente pelo poder municipal e pela sociedade para se manterem nas calçadas. Essas estratégias tem demonstrado uma espécie de poder não jurídico, forçando um alargamento dos limites daquilo que é permitido no espaço público porque as práticas dos camelôs dialogam com aspectos da cultura popular local.

O TRABALHO DE RUA NOS JORNAIS

O chamado ciclo da Borracha na Amazônia, entre o fim do século XIX e início do século XX, foi célebre por ter propagado na região um otimismo do discurso moderno que vinha ganhando força pelo mundo desde o Iluminismo do século XVIII. Pelo projeto iluminista, a razão e a tecnologia controlariam a natureza, tirando os homens do estado de escassez, levando-os para um patamar superior de sociedade, o da civilização, pautada agora em valores racionalistas/humanistas. A Amazônia, até então periferia do capitalismo, passou a estar no centro das atenções com a descoberta dos potenciais da borracha para produtos industrializados. Em Belém, a riqueza obtida com a exportação foi utilizada na urbanização da capital. Desde então, preocupações com questões estéticas, sanitárias e de saúde pública passaram a ser cada vez mais severas. Desse período, o que interessa a este estudo são as mudanças de comportamento social que vieram com esse novo contexto.

Em busca de se aproximar do estilo de vida europeu, a elite da capital paraense passou a pressionar por mudanças nos hábitos em lugares públicos. Como nos explica Habermas (2003), o modo de vida burguês foi montado sobre as bases de uma esfera pública que criou o público e pressupôs a possibilidade de julgamento. Assim, a esfera pública deixou de ser a esfera do poder público para ser um fórum para onde se dirigem as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública. Na definição proposta por Habermas (2003), a esfera pública:

(...) pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas, reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais de troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. (HABERMAS, 2003, p.42)

Na teorização apresentada por Habermas (2003), o status do homem privado burguês combina o papel de dono de mercadorias, com o de indivíduo que cultiva para si e para os membros de sua família, hábitos intelectuais. Daí a importância da escola como espaço privilegiado de preparação da criança para inserção produtiva futura e do consumo de produtos culturais para debate público. O autor alemão nos explica ainda que antes de assumir papel político de tensão entre Estado e sociedade, a opinião pública burguesa desenvolveu uma autocompreensão de sua nova privacidade através da esfera pública literária (clubes, imprensa). Nesta, os espaços culturais tornaram-se públicos e a cultura se transformou em mercadoria, tendo a cidade como centro da vida social burguesa.

Nesse sentido, ler jornais na Amazônia do século XIX passou a ser um hábito que identificava o cidadão que era alinhado aos valores liberais. Como muitos pesquisadores da mídia já traçaram⁵, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa se deram paralelamente e em contribuição à propagação do modo de vida burguês. Aliás, foi através da imprensa que noções como “nação” e “língua” como vetores de identidade de um Estado ganharam a configuração que conhecemos hoje. Bem entendido isso, pode-se dizer que os regimes de verdade da classe burguesa na Belém do final do século XIX eram facilmente encontrados nas páginas dos jornais. Naquela época, uma das questões centrais daquela sociedade era a necessidade do abandono dos hábitos típicos do ambiente rural, em favor da adoção de uma conduta mais refinada diante das transformações na sociabilidade impostas pelo ambiente urbano.

Nesse sentido, um instrumento poderoso, passou a ser o Código de Posturas Municipais, legislação produzida periodicamente pela Câmara Municipal, mas posta em vigor pelo governo da província. Segundo Cruz (1973), o mais antigo que se tem notícia, data de 1830, tendo disposições acrescentadas ou excluídas nos anos seguintes. Em 1831, o documento incluía preocupações com os doentes de lepra e com cadastro e pagamento de impostos por parte de comerciantes. Em 1832, o Código acrescenta alguns artigos dentre os quais: “Imposição de multa de 20\$000 réis ou 8 dias de prisão aos comerciantes que permitissem, em seus estabelecimentos – ajuntamento de escravos de quatro para cima. Estes sofreriam o castigo de 50 açoites, com as formalidades estabelecidas em Lei”. (Cruz, 1973, p. 280). Na década de 1860, as práticas discursivas em defesa de reformas dos logradouros públicos e dos costumes da população de Belém ganharam força, como nos conta Bezerra Neto (2009)

O Diário do Gram-Pará, por exemplo, na condição de mais importante periódico da segunda metade do século XIX na província e ligado aos interesses dessa elite extrativista enriquecida com a borracha, criticava as condições do calçamento das ruas, ou muitas vezes a sua própria falta: O pó suffoca-nos! – Maldito pó! Estamos condenados a morrer asfíxiados em pó. Quem transita pelas ruas da cidade é testemunha da quantidade de pó que traz os ares como que turvados, e cheio de fumaça: Tudo é pó, que se aspira por toda a parte. Valhanos o governo provincial

⁵ Sobre este tema ler: MELO, José Marques de. Dinâmica do Jornalismo: a questão da ideologia. In MELO, José Marques de. Teorias do Jornalismo: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

decretando providências, que minorem um tão grande mal! (Bezerra Neto, 2009, p. 286 e 287).

Na esteira dos códigos anteriores, as posturas de 1882 deram continuidade à política de reforma dos usos e costumes da cultura popular por parte dos poderes públicos, visando disciplinar o comportamento das classes trabalhadoras na cidade, como nos conta Bezerra Neto (2009). Assim:

“fazer bulhas, vozerias e dar altos gritos sem necessidade”; fazer “batuques ou sambas” ou “tocar carimbó ou qualquer outro instrumento, que perturbe o sossego durante a noite”⁶ acabavam constituindo práticas ilegais, uma vez que contrariavam os paradigmas da cultura dita civilizada. (BEZERRA NETO, 2009, p. 288)

Ainda marcado pelo contexto da sociedade escravista, o código de 1880, visava controlar as classes trabalhadoras nos espaços públicos e privados. O artigo 110 proibia “os ajuntamentos de escravos, filhos de família, famulos ou creados, nas lojas, tabernas, açougues, ruas e praças, sob pena de dez mil réis de multa cada um”⁷. Bezerra Neto (2009) conta que nos jornais, com certa regularidade, apareciam solicitações à polícia contra os diversos folguedos de escravos, tais como batuques e pagodes, praticados em área próxima da residência dos queixosos. No Diário do Gram-Pará, em 04 de fevereiro de 1869, publicava-se a seguinte reclamação:

Valha-nos a polícia Travessa do Passinho, entre as Rua das Flores e do Rosário, n’uma casa de sobrado, quasi todos os sábados e domingos até alta noite, os visinhos e circunvizinhos de semelhante casa são atordoados por uma senzala, onde se reúnem muitos pretos a dansarem o batuque! Valha-nos a polícia, a fim de acabar com aquele interessante divertimento, que tanto incommoda, e que há muito tempo não se via no centro desta cidade. Valha-nos a polícia. Um Circumvisinho Incommodado⁸. (BEZERRA NETO, 2009, p. 289)

O que fica claro a partir desses exemplos é que na segunda metade do século XIX, o maior jornal da época, O Diário do Gram-Pará, defendia abertamente a repressão à cultura de origem cabocla. Na época parecia óbvio às classes dominantes que tais manifestações estariam em desacordo com os valores da modernidade perseguidos pela elite de Belém. Naquela compreensão, afastar-se dos batuques era afastar-se da barbárie, do mundo das trevas, do irracionalismo e do pecado, já que não eram manifestações ligadas ao cristianismo. Além disso, o período foi marcado pelas ideias de superioridade racial vindas da Europa, o que conferia um status de cientificidade a esse combate. Combater as manifestações culturais populares, tornava-se, então um caso de polícia. Bezerra Neto, (2009) chama a atenção ainda para o fato de que a repressão ao batuque que acontecia no centro da cidade, somente ocorreu após a sua delação pública no Diário do Gram-Pará, o que nos leva a pensar que os mesmos existiam com a tolerância das autoridades policiais, principalmente na periferia, apesar das proibições legais.

Vale dizer que naquela época, os escravos domésticos que vivam em Belém gozavam de relativa autonomia para circular na cidade, fato que não era bem visto aos olhos da administração municipal. Assim, o Código de Posturas de 1880 passou a prever artigos com vistas controlar a movimentação destes. Nesse sentido, quem quisesse alugar cômodos precisaria checar se os

⁶ Coleção de Leis da Província. Lei nº 1028 de 5 de maio de 1880, que trata do código de posturas para a Câmara Municipal de Belém. Quanto à citação, ver capítulo XI, Das Bulhas e Vozerias, art. 107, do referido código de posturas.

⁷ Conf. capítulo XVI do código de posturas, que trata dos jogos, rifas e ajuntamentos ilícitos, art. 110. Lei nº 1028 de 5 de maio de 1880, Coleção de Leis da Província.

⁸ 35 DGP, Belém, 4 de fevereiro de 1869, p. 2. (grifo nosso)

escravos possuíam licença por escrito dos senhores. Quem não observasse essa determinação seria multado em trinta mil réis. Bezerra Neto (2009) conta que também se proibia aos escravos vagar pelas ruas após as dez horas da noite “sem bilhetes de seus senhores”, senão seriam presos⁹ tal qual a escrava Marcellina, de Antônio Ignácio Vasques, presa por ordem do subdelegado do 2º distrito, “por andar vagando fora de horas”¹⁰

Pouco tempo depois, o Brasil aboliu legalmente a escravidão e passou a ter como horizonte a criação de um mercado de trabalho assalariado. É bem verdade que na Amazônia isso nunca foi plenamente consolidado em todo o território da região, já que mesmo no século XXI, inúmeros casos de trabalhos análogos à escravidão são flagrados pelas fiscalizações do Ministério do Trabalho¹¹. De qualquer forma, o ideário hegemônico do fim do século XIX era o de uma burguesia que se percebia como classe revolucionária e entendia a cidadania como algo que se realizava através do seu modo de vida.

Como nos conta Daou (2000), o cenário político brasileiro à época era o do final do Segundo Reinado e as décadas iniciais do regime republicano. Este ajudou que o lucro obtido com o comércio da borracha pudesse ficar na região. É que a descentralização administrativa instalada pelo novo regime permitia que as receitas advindas da exportação ficassem com os governos estaduais. Se levarmos em conta que “entre 1898 e 1900, a borracha foi responsável por 25,7% dos valores das exportações brasileiras, sendo superada apenas pelo café (52,7%)”, poderemos entender como alguns aspectos de melhoramentos urbanos em Belém chegaram a ser anteriores aos que aconteceriam no Rio de Janeiro. Tudo isso fez com que o projeto republicano e as ideias liberais tivessem rápida aceitação e fossem tomadas como uma espécie de redenção da situação colonial na Amazônia.

Foi esse contexto que levou o então intendente Antonio Lemos, a recomendar reformas no Código de Posturas da capital, em relatório ao Conselho Municipal de Belém, em 1898. Assim, em 3 de julho de 1900, foi aprovada a Lei n. 276, instituindo o Código de Polícia Municipal, tendo este entrado em vigor no dia 1º de janeiro de 1901. De imediato, chama a atenção o fato do código de Lemos ter mudado o nome tradicional desse tipo de documento. O termo posturas foi substituído por polícia. Como já dito anteriormente, a virada do século XIX para o XX foi o ápice dessa ideologia do progresso levado a cabo por um liberalismo que estaria colocando Belém no rol das cidades mais desenvolvidas do mundo. Nesse sentido, Lemos criou a polícia municipal, através da lei nº 158, de 17 de dezembro de 1897, como parte de seu plano de imprimir uma disciplinarização do uso dos espaços públicos. Nas palavras do intendente:

A criação da policia municipal representou a adopção, entre nós, de uma instituição altamente civilisadora, mas inteiramente nova para o nosso paiz. A tendência nacional, em virtude de causas que a mesologia, a liberdade e as deficiências de educação facilmente explicariam, é para um constante desrespeito ao princípio da auctoridade. Menos por malícia raciocinada, do que por um jovial instinto irreflectido, o nosso compatriota se recreia de bom grado na pratica de actos que, por algum modo, possam importar em infracção de princípios estatuídos. Verá por estes conceitos o illustrado Conselho a prudência com que tenho estudado a questão da policia municipal, encaminhando-a de forma não

⁹ Conf. Código de Posturas: Título VII, Disposições Gerais, artigos 153 e 154. Lei nº 1028 de 5 maio de 1880, Coleção de Leis da Província.

¹⁰ DGP, Belém, 21 de setembro de 1869, p. 1.

¹¹ Segundo dados do Ministério do Trabalho, de 1999 a 2003, 1.808 trabalhadores foram libertados em situação análoga à de escravidão no Pará.

somente a garantir por completo a acção dos agentes aos quaes ficará confiado o policiamento do município em todos os seus districtos, ruas, praças, jardins, parques e bosques,—mas também a harmonisar os interesses municipaes com os hábitos da população. (Belém, 1902, p. 33 e 34)

Seguindo uma linha de raciocínio que remonta à República, de Platão, Lemos considerava que se o homem tivesse acesso à educação, à moral e aos benefícios da racionalidade, ele jamais incorreria em hábitos egoístas ou criminosos. A preocupação de Lemos com a perda de coesão da sociedade belenense era semelhante ao chamado estado de anomia descrito por Durheim¹².

Em janeiro de 1901 o Código de Polícia Municipal entrou em vigor e os jornais da época passaram a registrar o impacto do documento no cotidiano da cidade. A Província do Pará, de propriedade de Lemos, ficou fechada no início daquele ano, mas logo que voltou a circular, em maio, deu ampla publicidade às fiscalizações e multas empreendidas tendo o documento como norteador. Já a Folha do Norte criticava alguns aspectos da nova legislação e acusava a polícia municipal de cometer excessos. As críticas, é bem verdade, eram feitas sem fugir da lógica de combate aos hábitos de origem popular. Se dirigiam muito mais ao que o periódico interpretava como equívocos no documento, no sentido de que deixaria de promover os ideais liberais em Belém. Assim, nos dias 02, 03, 06 e 16 de janeiro de 1901, a Folha do Norte fez duras críticas ao fechamento do comércio aos domingos e feriados previstos pelo Código. Os textos apontavam o inconveniente da medida, que atrapalhava a venda e circulação de mercadorias e a prestação de serviços.

Em Belém, os jornais do início do século estavam XX com os olhos voltados para o exterior, refletindo uma percepção de que a cidade amazônica era uma das protagonistas mundiais no processo de urbanização, consequência do desenvolvimento econômico. Exemplo disso é que naquela época era muito comum ver na primeira página tanto da Folha do Norte como de A Província do Pará notícias de acontecimentos em Lisboa, Paris, Londres, etc. Por outro lado, os jornais locais não retratavam com maior detalhamento a situação das classes populares em Belém, a não ser em situações que envolviam conflitos com a lei. Ocorre que muito além dessa estigmatização de desordeiros dada pela mídia, os mestiços e ex-escravos daquela época recorriam à venda nas ruas para poderem tirar o próprio sustento. Como nos mostra Pantoja (2009), fotografias da virada do século XIX para o XX já indicam a presença de trabalhadores ambulantes no centro comercial de Belém, sensivelmente no então chamado Largo da Pólvora, posteriormente chamado Praça da República, coração do terceiro distrito.

De uma forma geral, pode-se dizer que o projeto moderno na Amazônia nasceu a partir de interesses estrangeiros – elevação da demanda mundial por borracha - nunca totalmente dominados pela elite paraense que descendia de proprietários de terras, pecuaristas, grandes comerciantes e altos funcionários públicos. Assim, se os burgueses europeus lutaram para superar o modo de vida aristocrático/absolutista em seu continente, os que chegavam à Amazônia tinham que superar um passado marcado pelo modo de vida camponês-caboclo, centrado na escravidão, no aviamento, e na baixa presença de instituições educacionais. Além disso, os obstáculos naturais impostos pela floresta e os rios tornavam a região um espaço desafiador para o acolhimento dos ideais liberais que se pautam sempre em termos de integração de mercados aos interesses do capital internacional.

¹² Sobre o conceito de anomia ler: DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: *Martin Claret*, 2004.

A EMERGÊNCIA DA CULTURA POPULAR

Com o declínio do preço da borracha provocado pelo cultivo das seringueiras na Ásia, os gestores do município de Belém passaram a se encontrar em uma situação de extrema dificuldade, já que haviam contraído empréstimos vultosos no exterior para a urbanização da cidade, com parcelas a serem pagas nos anos seguintes. Com a crise econômica veio à tona também um sentimento de descrença no projeto emancipador da modernidade. Assim, todo aquele esforço de inculcar um modo de vida burguês nos moradores de Belém começaria a perder grande parte de seu apelo. A partir daquele período percebe-se, lentamente, que a Amazônia deixaria de se beneficiar das conquistas do capitalismo internacional, passando a ser uma região periférica.

Como nos lembra Horacio Castro (2005), no plano intelectual, começa a ganhar força, a partir dos anos de 1930, uma nova interpretação da identidade amazônica, a partir de escritores/jornalistas que engendram um modernismo regionalista que provocou um repensar sobre a presença das práticas ligadas às classes populares na cidade de Belém. São exemplos desse processo as obras de autores como Dalcídio Jurandir (1909-1979), Bruno de Menezes (1893-1963) e Eneida de Moraes (1903-1971). Juntos “eles procuraram encontrar as fontes populares dessa identidade, estivesse ela nas referências caboclas, indígenas ou africanas da cultura local”. Como nos diz Horacio-Castro (2005), a geração de Bruno de Menezes instituiu e ocupou novos espaços culturais:

o botequim das proximidades das redações de jornal ou do subúrbio, o arraial de boi-bumbá, o terreiro de umbanda e candomblé, a festa de rua. Ficaram conhecidos por a geração do « Peixe-frito », termo com o qual se evoca sua simplicidade. Desprezam solenemente os hábitos europeus e os excessos ridículos do ciclo do látex, são marcados pelos discursos socialista e comunista e desejam, antes de tudo o mais, *dizer a verdade*, revelar a verdade, encontrar as referências do mundo despindo-as em sua verdade semântica, cultural, ideológica, social. Dessa maneira, confrontando a roupagem européia a um realismo anti-determinista, começa a se delinear a « identidade » amazônica tematizada por gerações seguintes. (Horacio-Castro, 2005, p. 6)

O que se assiste a partir daí é um duplo movimento: consolidação de uma elite local sem vínculos fortes com o capital internacional e emergência e um modo de vida das classes populares. Esses fatos foram determinantes para um contexto de maior tolerância à presença dos trabalhadores de rua. Desde então, as características da economia da capital paraense se modificam, passando a ter um ritmo de urbanização mais lento, já que o poder público não possuía mais os excedentes do ciclo da borracha.

Essa nova realidade seria sentida pelas disposições do Código de Posturas de Belém de 1950, instituído pela Lei 1.136, de 14 de agosto, na administração do prefeito Waldir Bouhid. Neste documento se percebe claramente que se o poder público continuava tentando ordenar o uso do espaço público, isso não se fez mais à custa de uma repressão contundente. Exemplo disso é que ao contrário das posturas da virada do século XIX para o XX, o Código de 1950 não previa prisão, mas multas e obrigação de desfazer o mal causado. Vale destacar que já aqui surge a possibilidade do autuado poder se defender e até ser inocentado.

Na prática, as infrações ao documento passam a ser cada vez mais toleradas e este deixou de ser um elemento central na gestão da cidade, como fora na era Lemos, por exemplo. Em resumo, se

diria que a questão do comportamento em lugares públicos não era mais tratada como caso de polícia na década de 1950.

A partir de 1964 a Amazônia passou a viver um momento de grande intervenção por parte do governo federal. Uma política centrada em incentivos fiscais (Sudam, Banco da Amazônia, etc); federalização das terras; e abertura de estradas, resultaram na atração do grande capital internacional à Amazônia bem como o aumento dos conflitos no campo. Tudo isso gerou um movimento de resistência entre os intelectuais locais. Maior símbolo disso é a obra do poeta e professor João de Jesus Paes Loureiro¹³. Para ele, os interesses do grande capital resultariam na morte da floresta e, conseqüentemente, da cultura amazônica, que possui íntima relação com esta e com os rios. O autor defende que esta é uma cultura produtora de conhecimento, mas não se pauta por um racionalismo instrumental, mas por um maravilhamento que nasce da contemplação da paisagem, de um olhar que recria esta através um imaginário poético-estetizante. De perseguido pelo regime militar, Loureiro se tornou respeitado e chegou a ocupar cargos políticos relevantes na cidade, como o de secretário municipal de Educação e Cultura, nos anos de 1980, e criador do Instituto de Artes do Pará, nos anos de 1990. Ele representa bem a virada na interpretação da cultura local, que passou a valorizar as expressões da cultura popular como os mitos e lendas, o carnaval, os pássaros juninos e o carimbó.

Nesse cenário de mudança social, foi publicado mais um Código de Posturas da capital, ou a lei 7.055, de 30 de dezembro de 1977, que ainda está em vigor até 2015, ano de redação deste artigo. Como novidade, essa legislação apresentou uma flexibilização bem maior para o uso do espaço público, desde que a atividade obtivesse um Alvará de Licença. Para conceder o documento, a prefeitura verifica “a oportunidade e a conveniência da localização do estabelecimento e do exercício da atividade a ele atinentes, bem como as implicações relativas ao trânsito, estética e tráfego urbanos”. O interessado também precisa pagar taxa nos termos da legislação tributária e afixar o documento em lugar visível. O artigo 18 inclusive já prevê entre as atividades em logradouros públicos o comércio e a prestação de serviços ambulantes.

Para emissão do alvará, o código de 1977 leva ainda em consideração o que chama de proteção estética, paisagística e histórica da cidade. Nesse sentido os artigos buscam regulamentar o uso de anúncios que possam prejudicar a paisagem e o livre trânsito, bem como proteger os conjuntos arquitetônicos tombados. O documento também proíbe que se dificulte ou impeça a passagem de pedestres nas calçadas com diversos elementos, inclusive, tabuleiros.

Refletindo essas mudanças na interpretação da sociabilidade popular nos espaços da cidade, o final dos anos de 1980 retratam uma mudança de abordagem do poder público para com os trabalhadores de rua. Em reportagem publicada em 1989, o então secretário municipal de economia José do Egypto Vieira Soares (da gestão do prefeito Sahid Xerfan), afirmava:

Nas atividades informais está o embrião de toda a atividade econômica empresarial. É a grande meta da minha administração é fortalecer essas atividades informais para que se tornem economia formal e, conseqüentemente, gerem mais empregos e melhores condições financeiras, e sociais para as pessoas envolvidas. (O Liberal, 08/01/1989, p. 11)

¹³ O ápice dessa teoria foi a publicação da obra LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

Em outro trecho desta mesma reportagem, o secretário fala da preocupação com a imagem negativa da Secon perante os trabalhadores.

A função repressora que a marcou profundamente e que ficou conhecida como 'rapa', imprimiu-lhe uma imagem difícil de ser retirada. Espero que o pensamento a esse respeito mude e ela passe a ser considerada uma instituição aberta ao diálogo e à negociação (O Liberal, 08/01/1989, p. 11)

Mas o maior reconhecimento por parte do poder público diante dessa atividade viria com uma regulamentação específica, através da lei 7.862, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o comércio ambulante em Belém. Desde então, eles podem obter um Termo de Permissão, junto à Secretaria Municipal de Economia (Secon), mediante cadastro e pagamento de taxas. A permissão tem validade de um ano, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública Municipal. Os equipamentos são padronizados e fornecidos pela própria Secon.

Com o aumento do desemprego no Brasil no fim dos anos 1990, a atividade informal cresceu no Brasil, chegando a ocupar mais de 206 mil pessoas na Grande Belém em outubro de 1997, segundo dados do Dieese/PA. Desde então, os jornais da cidade passaram a tratar de algo que se tornaria comum: as ações de remanejamento de camelôs do centro da capital promovidas pela Prefeitura de Belém. Entre os anos de 1997 e 1998 várias reportagens foram publicadas sobre uma negociação da prefeitura de Belém, na gestão de Edmilson Rodrigues para a retirada dos trabalhadores da avenida Padre Eutíquio para a área da Praça da Bandeira. No dia 16 de maio de 1998, O Liberal publicou a notícia "PT acusa camelôs de radicais". Na oportunidade a prefeitura alegou precisar fazer o reordenamento da via tendo em vista que precisava cumprir determinações do Código Nacional de Trânsito. O texto cita a irritação dos vereadores petistas com uma postura que estes consideraram como intransigente e radical dos trabalhadores para com o prefeito que teria sido o mais aberto às negociações da história da cidade. Tratando da mesma disputa, o jornal Diário do Pará, de 20 de maio de 1998, entrevistou fontes como presidente do sindicato dos trabalhadores no mercado informal de Belém, Raimundo Ramalho Pinto, bem como o presidente da Associação dos Lavadores e Guardadores de Carro, Ronivaldo de Souza de Andrade. Ambos faziam críticas à ação da Secon, acusando-a de truculência. Aqui chama a atenção o fato desses trabalhadores ganharem voz na imprensa. A edição dos jornais também explorou muito à época o mal estar daquela prefeitura, com discurso de esquerda, ao propor o remanejamento dos trabalhadores. Uma das reportagens do Diário do Pará, de 15.05.1998 trouxe a seguinte manchete: "Camelôs tocam fogo na bandeira de campanha do PT". O texto contava a história de camelôs que chegaram a fazer campanha para o prefeito e se sentiam decepcionados com a ação da Secon.

Nos anos 2000, as notícias que mais chamaram a atenção em relação aos camelôs foram as que deram conta do longo processo que culminou com a retirada deles da Avenida Presidente Vargas, em janeiro de 2008. Tudo começou com uma decisão judicial, que obrigava a gestão Duciomar Costa a retirar os trabalhadores da frente aos Correios. Depois de muita negociação sem sucesso, o desfecho foi violento. No dia 28 de janeiro de 2008, quando os camelôs foram retirados, houve confronto entre os trabalhadores, polícia federal e os fiscais da Secretaria Municipal de Economia. A situação ficou tão tensa que o trânsito na área chegou a ficar fechado e alguns trabalhadores foram presos. A cobertura da imprensa à época foi bem ampliada, ouvindo setores do comércio formal, do poder público e do turismo, estes a favor da saída dos camelôs. Em alguns casos, as fontes entrevistadas enunciavam discursos de criminalização desses trabalhadores. Em contrapartida, fontes como pesquisadores, os próprios trabalhadores e a população defendiam a situação dos

camelôs como uma questão social e de possível convivência com o mercado formal no centro. De outubro de 2007 a fevereiro de 2008 foram veiculadas 27 notícias em O Liberal e 30 no Diário do Pará sobre a desocupação da Presidente Vargas, evidenciando a importância do tema para a cidade. Neste último jornal, além das notícias redigidas pelos jornalistas, foram publicadas 10 cartas entre janeiro e fevereiro de 2008. A maioria era favorável à retirada e criminalizava a atividade de camelô.

Mais recentemente, desde a eleição de Zenaldo Coutinho, em 2013, o que vem gerando notícias na imprensa é o projeto de remanejamento de trabalhadores da João Alfredo para um Shopping Popular na mesma rua. A ação faz parte das obras de revitalização da via, tendo em vista as comemorações do aniversário de 400 anos da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base o que nos diz Foucault (2008), uma das variáveis do discurso é a inscrição radicalmente histórica das coisas ditas. Dessa maneira, percebe-se que os enunciados veiculados pelo poder público, pela mídia e pelos intelectuais refletem o projeto hegemônico de cada época. Assim, era natural que defendessem os valores liberais no final do século XIX. Por uma análise genealógica, diria-se que naqueles anos emergiu um discurso higienista, produtivista e disciplinador nascido nas reformas urbanas europeias. Tratava-se então de expulsar tudo aquilo que parecia remeter ao rural e ao atraso, do ambiente urbano. Isso legou para aquele tempo e ao presente uma percepção coletiva de que os camelôs provocam uma desarmonia estética e sanitária no centro de Belém. É bem verdade que essa interpretação vem sendo corroída, nas últimas décadas desde que ganhou força entre os intelectuais locais, uma reinterpretação, positiva, da contribuição da cultura popular para a cidade. Por isso, não parece tão evidente hoje que o poder público promova um combate e uma negação do status de trabalhadores a esse público.

Ainda segundo Foucault (2008), os discursos devem ser entendidos como práticas. As mais explícitas delas foram as punições previstas pelos sucessivos Códigos de Postura e aplicadas pela polícia municipal de Lemos ou por fiscais da Secon. Dessa forma, muitos trabalhadores foram presos, tiveram suas mercadorias apreendidas ou tiveram que pagar multas, sem direito à defesa por décadas. Desde o fim dos anos de 1970, no entanto, o poder público passou a prever a presença desses trabalhadores nas ruas, concedendo licença a eles, mediante apresentação de documentos, pagamento de taxas e repetidas as implicações quanto a localização, estética e trânsito. É bem verdade que o combate a eles não deixou de existir. Prova disso é que os que trabalhavam na avenida Presidente Vargas foram retirados e remanejados para ruas transversais do centro. Outros foram ainda realocados para o Espaço Palmeira.

O fato é que só é possível tentar reconstituir a história através da materialidade que a constitui. Esta materialidade dos enunciados pôde ser constatada ao longo da consulta dessas reportagens de jornais e desses códigos de postura. Ao ler estes enunciados o que se assiste é uma luta travada na e pela constituição de sujeitos (de determinadas verdades ou discursos). Assim, se houve a criação de entidades de repressão aos trabalhadores, o mesmo pode ser dito no sentido contrário, ou seja, houve a criação de entidades de defesa desses trabalhadores como a Associação dos Trabalhadores do Comércio Informal do Centro Histórico de Belém, o Sindicato dos Trabalhadores do Mercado Informal Belém e a Associação dos Ambulantes do Centro Comercial.

Nessa disputa pelo direito ao trabalho e ao espaço da cidade, um campo de saberes articulados entre si, constituídos historicamente e em meio a disputas de poder age intensamente. Pode-se dizer que na virada do século XIX para o XX prevaleceu uma articulação entre saberes como a medicina, a engenharia sanitária, uma sociologia de inspiração positivista e um urbanismo higienista. Atualmente, uma sociologia crítica, aliada à perspectiva dos Estudos Culturais, discutem em outros termos a presença desses trabalhadores nas vias das cidades.

Ciente de que estudar o fenômeno da comunicação implica muito mais do que estudar o polo da emissão e o discurso do dominador, este trabalho pretende empreender novos desafios. Se levarmos em consideração que nem todos os grupos conseguem se representar na grande mídia por um lado, mas que nem por isso deixam de opor uma forte resistência ou desafio de integração à uma lógica, dominante, vamos chegar à conclusão de que em termos de comunicação, a ênfase da interpretação do investigador não pode estar nem no polo da emissão, tampouco na recepção, mas na dialógica constitutiva do processo. Assim, é importante não pensar a comunicação exclusivamente em termos de meios, mas sim pensar nas mediações, ou seja, na cultura. Como nos diz Barbero (2006), é necessário pensar a mediação mais como questão de cultura do que de meios, partindo da compreensão de que esta não é uma questão somente de conhecimento, mas de reconhecimento.

Assim, os próximos passos deste trabalho consistem em ouvir o que os camelôs pensam de sua presença nas ruas do centro comercial da cidade e como eles produzem a cidade. Pretende-se revelar a rede, a sociabilidade que produz o espaço do camelô e o que eles pensam das narrativas da mídia sobre eles. O que se quer com isso é estabelecer quais os usos sociais que os camelôs fazem das mensagens dos meios de comunicação sobre eles, identificando as múltiplas trajetórias de leitura daquilo que é veiculado pela mídia e em que medida esta mediação feita pelos meios ativam formas de reconhecimento da sociabilidade desses trabalhadores de rua. O trabalho pretende ainda revelar o que os camelôs pensam da legislação que regulamenta o uso do espaço público e que estratégias utilizam para se relacionar com ela.

Para responder às questões da tese, a pesquisa utilizará da ferramenta do Grupo Focal. Segundo Costa (2009), trata-se de um tipo de pesquisa qualitativa que “tem como objetivo perceber os aspectos valorativos e normativos que são referência de um grupo em particular. São na verdade uma entrevista coletiva que busca identificar tendências. A maior busca é a de compreender e não inferir nem generalizar”.

Na abordagem dos trabalhadores de rua pretende-se levar até eles reportagens que tratem de situações como a retirada destes das vias, projetos da prefeitura de remanejamento de camelôs, etc. Depois será aplicado um roteiro flexível com perguntas abertas a todos os participantes. O Grupo Focal também vai servir para levar trechos da legislação municipal sobre o trabalho ambulante nas ruas de Belém. A ideia é saber o que eles pensam de cada texto e como se relacionam com essas determinações. Nas duas situações, além de analisar as respostas, pretende-se descrever a interação entre os membros, evidenciando consensos e conflitos dentro do grupo. Espera-se que com esta abordagem o trabalho possa compreender melhor a realidade desses trabalhadores em situação de precariedade, demonstrando suas estratégias de resistência ao poder hegemônico e suas relações com a cultura local.

REFERÊNCIAS:

Códigos de posturas:

BELÉM. Código de Polícia Municipal (Lei n. 276, de 03 de julho de 1900). In: BELÉM, Conselho Municipal. Leis e Resoluções Municipais (1900) - Codificadas na Administração Municipal do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Ca., 1901.

BELÉM, Código de Posturas Municipais (Lei n. 1.136, de 14 de agosto de 1950). Imprensa Oficial. Belém, 1951.

BELÉM, Código de Posturas do Município de Belém (Lei Ordinária n 7.055, de 30.12.1977). Diário Oficial do Município nº 3732, de 30.12.1977.

Jornais:

Camelôs tocam fogo na bandeira de campanha do PT. Diário do Pará, Belém, 15.05.1998, Cidades, p. 6.

Produção vai ser prioridade na Secon. O Liberal, Belém, 08.01.1989, Cidades, p. 11

PT acusa camelôs de radicais. O Liberal, Belém, 16.05.1998, Cidades, p. 5

Ação da Secon não é pacífica. Diário do Pará, Belém, de 20,05.1998, Cidades, p. 4.

Relatórios da Intendência:

BELÉM. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902, referente aos anos de 1897-1902, pelo Intendente Municipal Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902.

Referências bibliográficas:

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BEZERRA NETO, José Maia, Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana e, Belém (1860-1888). Revista História & Perspectivas, Uberlândia (41): 267-298, jul.dez.2009.

COSTA, Francisco de Assis. Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970), Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Maria Eugênia Belczak Costa. Grupo Focal. In DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (orgs). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2009.

CRUZ, Ernesto. História de Belém. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

DAOU, Ana Maria. A belle époque amazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HORÁCIO-CASTRO, Fábio. A transição moderna: a cena cultural belemense entre 1950 e 1970. Paper do Laboratório de Sociomorfologia, série identificações amazônicas, nº 3, Belém, 2005.

PANTOJA, Letícia Souto. Ilusão de Ótica: Fotografia e Cidade na Amazônia (1890 – 1910). História e-história, v. único, p-1-2. 2009.



O SILENCIAMENTO DO DEBATE DA SEGURANÇA PÚBLICA NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Kristopher-Jon Peter SAMUEL¹

Sergio do Espirito Santo FERREIRA JUNIOR²

Alda Cristina COSTA³

RESUMO:

Este trabalho objetiva refletir sobre como as narrativas produzidas pelos programas televisivos de caráter policial na Amazônia paraense contribuem para a negação de um debate sobre violência urbana e segurança pública. As narrativas midiáticas passam a se concentrar no crime, na criminalidade e nos fatos violentos, estabelecendo um silenciamento sobre segurança pública como forma de compreender o problema social violência, apontando para a consolidação de um industrialismo da violência, em que os meios de comunicação ignoram e institucionalizam a negação do debate. As narrativas são construídas por meio da reticência sobre as práticas de políticas públicas, da visibilidade e seletividade das instituições, da adesão irrestrita aos dados e informações institucionais, dentre outras práticas midiáticas que privilegiam a violência como ocorrência, mais do que como problemática social complexo. O corpus a ser analisado consiste num recorte dos programas televisivos de duas emissoras paraenses: Rede Brasil Amazônia de Televisão – RBATV e Record Belém.

Palavras-Chave: Silenciamento; Segurança pública; Violência; Programas policiais; Amazônia Paraense.

INTRODUÇÃO

As narrativas midiáticas televisivas sobre a temática violência evidenciam tendências de esvaziamento e negação de um debate sobre segurança pública na Amazônia paraense. Existe uma onipresença da violência em todos os programas, mesmo os de caráter não policial, como é o caso de telejornais matinais e revistas de variedade. É, no entanto, nos primeiros que a violência aparece de maneira mais escancarada, agressiva, brutal, em que a imagem da TV se pretende o registro objetivo e incontestado da realidade, em espetáculos televisivos.

Mais do que serem uma readaptação televisiva daqueles impressos do tipo “espreme que sai sangue”, esses espetáculos são um novo modelo que assume um caráter de suposta utilidade pública, que é antes de denunciamento, em que as falas dos apresentadores, os textos e as imagens fazem parte de uma narrativa descontínua, com poucas informações, que são organizadas e

¹ Graduando em Comunicação Social Jornalismo pela Universidade Federal do Pará e Bolsista no projeto de pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense”. E-mail: kristopher.samuel@hotmail.com

² Graduando em Comunicação Social Jornalismo pela Universidade Federal do Pará e Bolsista PIBIC do projeto “Mídia e violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense”. E-mail: esferreira.sergio@gmail.com

³ Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, professora da Faculdade de Comunicação, coordenadora do projeto “Mídia e violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense”. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com

reorganizadas pela ação performativa do apresentador, e nas quais o cotidiano e a violência são dramatizados, de modo que a televisão é palco de uma forte “teatralização” da violência.

Olhar para essas narrativas requer um esforço analítico de pensá-las como construção com repercussões simbólicas, ou seja, não somente em um circuito de emissão e recepção, mas compreendendo as nuances complexas que se nos interpõem esse tipo de ação simbólica.

Olhares, como o de Motta (2013) contribuem para compreender o entendimento do leitor depreende sobre um tema ou um tópico através da análise das notícias produzidas sobre tal coisa ou evento. A compreensão da análise da narrativa jornalística é a peça chave para entender como o debate se estrutura na sociedade e quais noções são presentes nela. Ou seja, pela capacidade de recompor este enredo do debate a partir da análise das notícias produzidas sobre o fenômeno.

Partindo do entendimento da notícia como um produtor cultural, de caráter ritualístico e antropológico, propomos a recomposição de enredos em torno de temas que se mantem no noticiário durante dias, semanas ou meses seguidos. Sobre estas historias recompostas sugerimos a utilização de categorias ou funções (ordenamento temporal das ações) da Análise de Narrativa que permitam visualizar uma sintaxe narrativa e ligar os fios de um enredo subentendido pela redundância ou repetição de conteúdos antes dissipados em notícias dispersas. (MOTTA, LIMA, BORGES, 2004, p. 32).

O tema da Segurança Pública e suas compreensões são apresentados de modo diário na Amazônia paraense, seja nas páginas dos jornais impressos ou nas telas da televisão. Na ordem política, o conceito de Segurança Pública foi estabelecido oficialmente na Constituição de 1988 depois da queda da Ditadura Militar. A partir do ano de 1988 com a redemocratização do Brasil, o paradigma da segurança nacional foi substituído pelo conceito da segurança pública que visa um plano de políticas públicas necessário para conduzir uma agenda que assegure e proteja os direitos de cada indivíduo.

Como questão pública, o problema da criminalidade deve então ser resolvido por meio de políticas de segurança pública pautadas “por metas claras e definidas a serem alcançadas, por instrumentos de medidas confiáveis para avaliação desses objetivos e pelos meios disponíveis para sua realização de forma democrática” (SILVA, 1997, apud OLIVEIRA NETO, 2005, p.92)

Observamos que houve a necessidade de uma transição do entendimento da segurança do ponto de vista da soberania nacional para o ponto de vista dos direitos humanos, o que foi um conceito inovador e mais ou menos disseminado no contexto da América Latina democrática. A razão disso seria o fato de que, com o fim da Guerra Fria, dos regimes autoritários e a estabilização do cenário político internacional, o mundo não vivencia mais uma época de guerras entre estados, mas em uma época de insegurança causada por conflitos internos de cada estado nacional.

Com esta mudança conceitual, esperava-se que a sociedade e as instituições democráticas se unissem para construir um debate contínuo para sanar problemas eventuais e discutir estratégias para o funcionamento do sistema. Portanto, este debate com discussões complexas e contribuições válidas pode e deve ser construído na esfera midiática, cuja influência e alcance na sociedade moderna é a plataforma de relevo para conduzir este esforço. Porém, mesmo que o tema esteja presente na vida dos cidadãos paraenses, diariamente, um debate efetivamente construído e difundido é negligenciado e silenciado pelo campo midiático, causando mais danos a interações entre as instituições democráticas e a sociedade civil como um todo. Neste artigo, abordamos o silenciamento do debate da segurança

pública e por consequência sua negação nos programas televisivos de caráter policial. Atitude, que nas nossas análises, pode provocar a ‘instituição’ uma cultura do medo na sociedade.

Nossa perspectiva de análise é de que há uma desconstrução do debate sobre a segurança pública, quer no campo organizacional, nas políticas públicas ou como gestão pública. E que a questão da violência deva ser pensada e analisada além do policiamento, pois observamos uma difusão de mensagens simbólicas nas narrativas midiáticas que apelam ao crime, à criminalidade e aos fatos violentos. Ou seja, uma construção vazia de sentido, com uma concentração em um não debate e um silenciamento sobre a segurança pública, apontando para a consolidação de um industrialismo da violência e a cultura do medo.

Para análise, selecionamos dois programas televisivos que foram mapeados no projeto de pesquisa *Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense*⁴: *Balanço Geral-PA*, edição meio dia, exibido no Record Belém⁵, e o *Metendo Bronca*, exibido na Rede Brasil Amazônia de Televisão⁶. Os dois programas que ignoram e institucionalizam a negação da política de segurança pública. O Programa *Balanço Geral-PA* edição meio dia, se classifica como um programa de duração de duas horas e meia que oferece “prestação de serviços, entretenimento, jornalismo policial e comunitário”⁷. O programa apresenta matérias sobre crimes, com centralidade na violência, e ‘recheado’ com comentários superficiais do apresentador, que se institui com uma presença autoritária. Além disso apresenta aspectos de entretenimento nos quadros de piadas e vídeos mais acessados da internet, brincadeiras entre os funcionários e o apresentador, notícias de esporte, notícias das celebridades, notícias da capital paraense Belém e dos municípios do Estado. O programa mistura entretenimento e informação.

Por sua vez, o *Metendo Bronca* é um programa cujas matérias todas são sobre crimes e criminalidade, apresentando ocorrências violentas como homicídios, prisões devido a assaltos e a tráfico de drogas, bem como apreensão de entorpecentes, em que mescla elementos de humor, informações superficiais e imagens violentas em um modelo que reitera que a violência como um problema público, cujo combate cabe unicamente à polícia, que é exaltada, e em que as ideias da segurança e do papel do Estado aparecem de maneira difusa, por vezes deturpada.

UM CONTEXTO PROBLEMÁTICO ENTRE FENÔMENO E REPRESENTAÇÃO

As narrativas televisivas de violência são confusas e superficiais, o que leva a indagação de qual papel da mídia TV e seus usos sociais? A violência apresentada não é estritamente da ordem da representação midiática, trata-se de um fenômeno estruturado social e historicamente. Ao analisar um conjunto de formas simbólicas cosntruídas implica entrar em contato com o que

⁴ :

⁵ A Rede Record fundada em 27 de setembro de 1953 é a mais antiga emissora de televisão aberta no Brasil em atividade. Fundada por Paulo Machado de Carvalho com o seu sócio Silvio Santos, que por sinal é proprietário do Sistema Brasileira de Televisão uma outra emissora pública, venderam as operações da Rede Record para o empresário e líder espiritual Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus. A partir do ano de 2007 a emissora conquistou o segundo lugar em termos de audiência e faturamento no país, e com uma visão clara está se organizando para ultrapassar seu competidor a emissora Rede Globo que lidera o ranking.

⁶ O grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação é o segundo maior grupo de comunicação no Estado do Pará, pertencente à família do senador Jader Barbalho. Possui três emissoras de rádio (Diário FM, 99FM e Rádio Clube AM), um jornal de circulação diária (Diário do Pará) e uma emissora de televisão (TV RBA).

⁷ Descrição disponível em: <http://www.recordbelem.com.br/index.php?pg=programas/balanco_geral/balanco_geral> Acesso em: 2 nov. 2015.

Thompson (1995) chama de “campo sujeito-objeto”, com a finalidade de realizar um esforço analítico de compreender e interpretar as formas simbólicas e as condições sociais e históricas específicas de sua produção, definidas no termo de situações espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais, estrutura social, meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão, capazes de expor as tensões e os conflitos nesse campo.

No tocante ao fenômeno no Brasil, a violência urbana é parte da vida social do contexto democrático, que assistiu ao crescimento da violência e de criminalidade, algo como um processo paradoxal. Não tão simples de compreender. Antes é difuso nas suas causas e explicações. Portanto, acionando vários campos de conhecimento como sociologia, antropologia, psicologia, comunicação, filosofia, entre outros, para entender o que é a violência. De acordo com Adorno (2002) e Peralva (2000), as contradições no desenvolvimento dos centros urbanos e as desigualdades sociais consolidadas no país perpassam um processo de precarização dos modos de vida, dos espaços urbanos e a emergência de situações conflituosas, acompanhado pelo crescimento da violência urbana, sobretudo a partir da década de 1980.

Essa violência, entretanto, não é uma causalidade excludente e única da violência. Em seu estudo sobre a estruturação do quadro da violência durante a Democratização do país, Peralva (2000) define esse contexto como marcado por uma continuidade autoritária, em que, ainda havia governantes do regime num período em que, em nível estadual, já havia governadores escolhidos pelo voto popular, contradição que gerou entraves no avanço de uma política eficaz de segurança interna; há um processo também de desorganização das instituições responsáveis pela ordem pública, marcadamente as polícias, que mantiveram a prevalência do caráter fortemente repressivo, sem haver pressões significativas por reformas. Outros aspectos são a pobreza, como potencial geradora de relações conflituosas, como revolta ou engajamento de alguns indivíduos na experiência do crime, além do impacto da mudança social, a partir da inserção dos indivíduos jovens na sociedade de consumo, do individualismo de massa, das relações de poder e risco ambivalentes entre jovens e crime.

Adorno (2002) aponta que os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade permaneceram os mesmos por cerca de quatro décadas, e que isso aumentou e intensificou os conflitos sociais. Com isso, a violência urbana espraia-se pelo tecido social difusamente, pois “vem conhecendo crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas” (ADORNO, 2002, p. 87-88).

Ao estudar a relação entre mídia e violência, buscamos refletir sobre a cobertura e as narrativas midiáticas construídas, não com a finalidade de ignorar o fenômeno e descontextualizar o processo analítico, antes é o de focar sobre as relações simbólicas que essas narrativas estabelecem com a realidade social. Nesse sentido, ao falar da violência, levamos em consideração uma série de concepções partilhadas pelos sujeitos, sobre as quais o conceito de representações sociais contribui para entender o quadro de relações simbólicas. Representações sociais, de acordo com Jodelet (2011), são definidas justamente nos termos de uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com fins práticos, que orientam e organizam condutas face a um objeto social, que circulam. Essas representações circulam em discursos, imagens e narrativas midiáticas. Assim, como a narrativa, as representações são construídas com fins de organizar a realidade, de explicá-la de fazer com que os indivíduos se situem no mundo e nos seus fenômenos.

De acordo com Michaud (1989), a ação da mídia na difusão de imagens e mensagens simbólicas sobre violência altera profundamente as relações que os indivíduos em sociedade estabelecem com o fenômeno. A repetição à exaustão e a exposição espetacular de violências sangrentas causariam, segundo o autor, além da banalização da violência, uma espécie de “experiência anestesiada” relativamente a ela. Um processo em que a experiência imediata com a violência já é tanto menos importante quanto mais a experiência mediada, “Não são tanto as violências efetivas que contam, mas sim o que delas ficamos sabendo e imaginamos. [...] O que conta não é a realidade vivida, mas o que ficamos sabendo o que a mídia deixa ver.” (MICHAUD, 1989, p. 49-50).

Um processo em que as representações sociais inscritas nas narrativas midiáticas e na conformação dos acontecimentos fazem circular uma experiência social específica, porém difusa, em que a interpretação generalizada e mais ou menos inexata dos fenômenos instaura-se como modo de compreensão da realidade social. Um processo em que essas representações sociais aderem a uma rotina narrativa de produção de mensagens simbólicas sobre a violência, que tem um potencial de interferir na realidade de práticas, de crenças e mesmo ideologias, como pontua Porto (2014), em que as relações entre subjetividade e objetividade, compreendendo a relevância social desse caráter subjetivo, se torna categoria analítica para pensarmos o fenômeno da violência, aquém e além das narrativas.

SILÊNCIO, SILENCIAMENTO E NEGAÇÃO NAS NARRATIVAS POLICIAIS

É importante separar teoricamente o conceito do silêncio e o silenciamento de algo. O silêncio é o oposto da expressão. Na relação como a linguagem, considera-se o silêncio como algo fundador na troca de enunciados no processo comunicacional. No entanto se faz importante compreender que o silêncio é imprescindível neste processo, mas principalmente na necessidade do homem de se expressar e comunicar com o outro. Esta necessidade de comunicar faz do homem um animal do expressar-se, individualmente ou coletivamente, com a esperança de que ele seja compreendido e receba uma outra expressão em contrapartida. Neste processo comunicacional, não podemos esquecer de que o silêncio não se perde, mas perpassa as palavras, esperando por sua vez de surgir com seu próprio sentido e significação. Este poder do silêncio pode consumir ou fazer calar a nós mesmo ou o outro. (ORLANDI, 2007, p. 14).

[...] o fato de que a relação silêncio/linguagem é complexa, sem deixar de sublinhar ainda uma vez que, no entanto, em nossa reflexão o silêncio não é mero complemento da linguagem. Ele tem significância própria. E quando dizemos fundador estamos afirmando esse seu caráter necessário e próprio. Fundador não significa aqui ‘originário’, nem o lugar do sentido absoluto.... Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos. (ORLANDI, p. 23, 2007).

O silenciamento, ao contrário do silêncio, é um ato consciente e, o mais importante, político do interlocutor que escolhe ocultar e silenciar, com o propósito de influenciar o processo comunicacional. Para entender o conceito do silenciamento, é preciso entender a sua dimensão política. Esta dimensão está presente na escolha de incluir, tirar, parafrasear, ou manipular a linguagem (ORLANDI, 2007, p. 29).

Nessa construção entre silêncio e silenciamento é que observamos os programas televisivos de caráter policial, que silenciam o debate sobre segurança pública mostrando o quanto esta

violência permeia e se espalha no cotidiano da cidade e na vida do cidadão. A concentração de certos elementos faz com que o debate seja, por vezes, ignorado, repetindo discursos vazios de conteúdos, mas fortes de intencionalidade, privilegiando alguns elementos nas narrativas.

Acreditamos que o discurso jornalístico se mostra permeado de sentidos que podem ser observados e interpretados tanto pela evidência quanto pelo que insinua, sugere ou oculta. As notícias produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação trazem à audiência apenas informação, mas atualizam a realidade social. Renovam e experimentam diária e cotidianamente a percepção do mundo, do espaço de convívio e de ação, o canônico e as transgressões (MOTTA; LIMA; BORGES, 2004, p. 33).

Na construção do imaginário da cidade violenta, em que a violência urbana é onnipresente e representa, em nossa opinião, um *continuum* infinito de violência, de mortes violentas, percebemos o silenciamento do debate sobre segurança pública a partir da concentração de elementos específicos na narrativa midiática como: o acusado do crime algemado, o uso do policial como fonte primária na narrativa, o lugar do crime, predominante a periferia, e a morte violenta. A narrativa policial exibida na mídia televisiva passa a gravitar o “mundo do espetáculo”, ou a “espetacularização do mundo”, atenuando ou até eliminando as fronteiras entre os gêneros “jornalismo”, “entretenimento” e “publicidade”, e por consequência consolida o debate silenciado. (COSTA, 2011, p. 180).

Nesse processo, é importante ressaltar que a mídia não pode ser vista apenas como veículos de comunicação, mas sim, como expressão de uma instância pública que indaga, e também reconhece, os espaços de construção de valores, ainda que sejam valores grupais. Tais espaços são, ao mesmo tempo de negociação e de debates, já que os valores, longe de serem expressão de sentido, dada apenas pelo produtor ou pelo receptor, são os que exprimem o processo mesmo no qual eles ocorrem. Por isso, qualquer que seja a forma através da qual se manifeste, “a violência quase sempre recorre ao simbólico para se expressar (e, por sua vez, pode ser por ele engendrada)” (MENDONÇA, 2013, p. 187). Para a pesquisadora, as formas através das quais a violência se manifesta vão desde a dimensão simbólica embalada pela espetacularização dos acontecimentos políticos e sociais, até a violência física; vão da humilhação e imputação de sofrimento psíquico até a morte, da requintada indiferença em relação ao Outro até a mortificação do eu promovida pelas instituições.

A mídia funcionando como instituição responsável pela criação de símbolos, que alimentam o imaginário social, representa verdadeiras comunidades de imaginação ou comunidades de sentido (BACZKO, 1984), no interior das quais os indivíduos internalizam referências simbólicas que lhes dão os meios inteligíveis para seus intercâmbios com as instituições e estas, por sua vez, são legítimas por significações que encarnam sentidos reconhecidos pelas comunidades (CASTORIADIS, 1982).

O imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para exprimir-se, o que é óbvio, mas para "existir", para passar do virtual a qualquer coisa mais. O simbólico comporta, quase sempre um componente “racional-real”: o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou para agir. É no imaginário que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, que se materializam em símbolos, alegoria, rituais e mitos. Com essas

textualizações, constroem-se visões de mundo, modelam-se condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças.

Essa construção do imaginário está incorporada na narrativa policial, cujo foco principal é a veiculação de matérias jornalísticas, em que os repórteres fazem uma ‘ronda’ nas principais Seccionais Urbanas de policiamento na cidade de Belém. Essas matérias relatam os fatos no âmbito da violência diária, que depois são reconstruídos e reconfigurados pelo apresentador. Nesta reconfiguração e reconstrução, é evidente o silenciamento do debate da segurança pública, porque o elemento mais importante na narrativa midiática televisiva é a evidenciação das ações da polícia como ‘salvadoras’, decisivas e únicas no combate da violência urbana, e a opressão ou criminalização do acusado, quem é aquele que quebra a regra da sociedade do bem e vira um elemento a ser afastado dos outros cidadãos. O mais importante é que esse ‘indivíduo’, denominado pelos apresentadores dos programas, deve ser castigado brutalmente por suas transgressões. Estas matérias têm pouco aprofundamento de conteúdo e são cheias de repetições superficiais e do senso comum, com interpretações pejorativas e preconceituosas. Essa lógica, oriunda da cobertura da mídia impressa, mas que vai além dela, possui interface com a televisiva na medida em que apresenta uma

[...] abordagem ‘banalizadora’ dos crimes ocorridos em Belém e no resto do estado. Incentiva a ação da polícia como meio de resolver o problema da violência, ridiculariza os acusados, usa de linguagem supostamente popular para atrair atenção e, o mais explícito de todos os aspectos, não se furta de utilizar a morte para vender e para evidenciar a violência, tendo como recurso principal narrativas de crime ou narrativas policiais, acompanhadas de fotografias de cadáveres. (FERREIRA JUNIOR; MENEZES, 2014, p. 56-57).

Nesse sentido, as narrativas dos apresentadores são falas de silenciamento voluntário contra o debate, obedecendo a linha editorial do veículo que eles representam, ora como uma arma política para ser lançado no adversário político, no caso do Metendo Bronca e da RBA, ou como uma prática alienatória que busca audiência por razões mercadológicas e econômicas, quando se classifica como um programa popular que se vincula às pessoas de baixa renda, que predominantemente moram na periferia, como o programa Balanço Geral da Record. Constatamos assim, que essas pessoas projetadas como público dos programas, denominadas como sendo de baixa renda pelo caráter socioeconômico, também se ressentem de sua inserção e participação na vida midiática do país. No entanto, de forma perversa, a violência é usada para inserir estas pessoas, mostrando uma realidade pertinente, mas de forma extravagante e surreal.

O que se constata é que, de norte a sul, as emissoras brasileiras têm adotado um modelo de programa que privilegia a violência como estratégia de sedução do público, assim como a reprodução de imagens que reforçam a exposição do crime e do sangue. As matérias quase sempre são embaladas por contextos de espetáculo e de sensacionalismo, descaracterizando a seriedade do problema ou desprezando o respeito à dignidade humana dos envolvidos ou daqueles que assistem diariamente a esses programas em busca de informação, que, supostamente, eles veiculam (COSTA, 2011, p. 179).

Nas análises realizadas dos dois programas televisivos paraenses, aplicamos como teoria e método as teorias do jornalismo, para investigar como o modo de construir o imaginário violento na cidade enfatiza o silenciamento do debate da segurança pública. Percebemos que os filtros de

seleção e as construções dos fatos nos programas televisivos, são baseados numa percepção particular sobre a representação dos acontecimentos. Com a teoria do *gatekeeping*, que regulamenta a veiculação de notícias para o público, constatamos que o silenciamento do debate da segurança pública passa a ser um dos filtros de seleção, ou seja, as notícias veiculadas, a maneira como elas são problematizadas e também os enfoques dados na sua edição.

O *gatekeeping* na concepção de Shoemaker e Vos (2011), constitui-se como um processo de “seleção e transformação de vários pequenos pedaços de informação na qualidade limitada de mensagens que chegam às pessoas diariamente, além de ser o papel central da mídia na vida pública moderna” (2011, p. 13). A seleção dos acontecimentos de violência reflete uma posição política do veículo e de a sua linha editorial.

As decisões do *gatekeeper* são realizadas menos numa base de avaliação individual de noticiabilidade do que em relação a um conjunto de valores que incluem critérios tanto profissionais quanto organizacionais, como a eficiência, a produção de notícias, a velocidade” (ROBINSON apud WOLF, 2008, p.186).

No programa *Balanço Geral*, o debate da segurança pública não é efetivamente problematizado devido ao seu delineamento a partir das narrativas midiáticas na face de suas matérias. Ou seja, quando ao lado das narrativas de violência são associadas piadas e notícias sobre celebridades, e também um bombardeio de venda de produtos. Observamos que as matérias de violência são efetivamente relegadas a categoria da banalidade quando ela passa a ser algo corriqueiro e comum na vida do cidadão paraense.

No caso do *Metendo Bronca*, ocorrências similares. Esse programa se estrutura em apresentação e comentários, feita por Joaquim Campos, intercalados por matérias jornalísticas curtas. As matérias compreendem imagens das ocorrências violentas ou a ela relacionadas, como do local do crime, de delegacias, dos acusados, das vítimas, entre outras, e também textos sobre o ocorrido, narrando as imagens e a elas conferindo o sentido. Ao apresentador cabe o fornecimento da interpretação àquelas imagens e àqueles acontecimentos. Esse ponto, em específico, merece atenção à medida que é o apresentador que faz parte da formação da identidade do programa e que estabelece ‘laços’ com o público. Um programa cujas narrativas oscilam entre o chulo e irônico.

NARRATIVAS ORGANIZADORAS DA EXPERIÊNCIA SOCIAL

Essas narrativas se introduzem no cotidiano e não tem repercussões desprezíveis. Sentidos sobre a realidade cotidiana advém daí, à medida que as narrativas estão impregnadas de subjetividade e conteúdos simbólicos. Berger e Luckmann (2011), falam-nos de uma realidade que se forja a partir de múltiplas realidades, sobre a qual a realidade da vida cotidiana é dominante, e em que a linguagem tem um papel de objetivar a nossa realidade, em estabelecer experiência em relação a ela. Para Goffman (2012), a experiência social e a realidade cotidiana se organizam pela maneira como os indivíduos se relacionam com e definem os acontecimentos e como agem diante deles, sendo um fenômeno marcadamente sociocultural.

Compreender como essas narrativas sobre violência apresentam interpretações do fenômeno da violência urbana na Amazônia Paraense, pensamos essa organização da experiência pelo narrador, que o faz pelas suas narrativas. Consideramos assim, o apresentador como narrador e sua ação performativa como narração. Nessa conjuntura, tal ação produz um “grito silenciador”, que silencia de fato o debate

da segurança pública, e o reduz ao mero relato de ocorrências da cidade de Belém e sua região metropolitana, deslocando-a de uma visibilização como uma problemática social complexa.

Na tentativa de resumir as formas possíveis de construção das personagens, nos defrontamos com o papel desempenhado pelo narrador no contexto do universo textual, pois cabe a essa categoria a função de conduzir o leitor através de uma realidade que se vai construindo à sua frente. [...] a outra questão importante para a análise da narrativa jornalística, o ponto de vista do narrador, que ao longo da sequência narrativa se mantém a uma certa distância, mas em outros momentos da narrativa constrói laços de afetividade que o aproximam ao leitor. (MOTTA; LIMA; BORGES, 2004, p. 44).

Os apresentadores dos programas televisivos de caráter policial ou de “caráter popular” se proclamam como defensores da “sociedade de bem” e do “cidadão de bem”, portanto, contra a violência urbana, inserindo-se e se configurando como elemento central, uma vez que constitui e reconstitui os fatos narrados em um espetáculo-melodramatizado (SAMUEL; COSTA, 2015). Porém, contrário ao análise de Motta, Lima e Borges (2004), o narrador, que em nosso caso é o apresentador do programa, não “se mantém a uma certa distância”, mas o tempo todo se infiltra na narrativa, disseminando seus pensamentos e os do veículo de comunicação que representa. Essa mudança de paradigma constrói um cenário em que esses programas televisivos mostram que são próximos do cidadão comum, mantendo o veículo e o apresentador “presente” na vida do telespectador e relevante para a sua audiência (SAMUEL; COSTA, 2015).

Portanto, este apresentador assume outras funções na interpretação da realidade, ativamente age em sua reconfiguração e reconstituição narrativa e efetivamente silencia o debate em vez de mediar a narrativa, pois que

O narrador ao fazer uso da comunicação narrativa, utiliza estratégica e astuciosamente os recursos da linguagem, para construir um discurso argumentativo na relação com seu interlocutor. Ou seja, parto do pressuposto de que a narrativa é utilizada para atrair, seduzir, persuadir, convencer, obter resultados, efeitos de sentido, satisfazer a um desejo e a um projeto discursivo do narrador. (MOTTA, 2013, p. 147).

Os apresentadores ao realizar determinados movimentos de foco e recorte na narrativa policial, silenciam as problemáticas relativas à segurança pública, por meio da reticência sobre as práticas de políticas públicas, dá visibilidade seletividade aos órgãos de segurança pública (Secretaria de Estado de Segurança Pública, Superintendência do Sistema Prisional, as próprias Polícia Civil e Polícia Militar), oscila entre a adesão irrestrita e à completa negação dos dados e informações institucionais desses órgãos, dentre outras práticas midiáticas questionáveis.

O programa do Balanço Geral-PA, apresentado pelo jornalista René Marcelo, trata a violência como popularesca e espetacular, com ênfase na onipresença do crime e do ato violento (SAMUEL; COSTA, 2015). Ele usa jargões e expressões próprias que são repercutidas nos bairros periféricos virando expressões populares entre seus habitantes. Ele também emana pensamentos ao longo do programa como “o Brasil hoje valoriza muito mais a criminalidade com essas leis do que a cidadão de bem”, além de incentivar o ódio contra os ‘criminosos’ denominando-os como “burros” e que eles “tocam terror geral”.

No caso do Metendo Bronca, a postura do apresentador-narrador Joaquim Campos é a de um indivíduo cujas opiniões apresenta-se como credíveis, pois ele próprio se apresenta como defensor

ou denunciante da violência, que atingiria esse público a quem o programa é direcionado. A natureza do comentário é de agressividade e intolerância, em relação aos acusados, que são identificados como agentes da violência e sua origem bem definida, havendo assim um movimento de personalização da violência, que passa a ser ligada a determinados indivíduos. A agressividade desses comentários manifesta-se também na maneira chula como o apresentador se refere aos envolvidos, além do uso de humor e ironia, tais como “Remeleixo”? Só pelo nome dele... Vida louca, 28 anos, natural do estado do Tocantins. Que é que tava fazendo pra cá?” ou mesmo “A PM tinha que pelo menos dar uma peia nesses canalhas, que atrapalham a vida de quem quer fazer alguma coisa. Esses merdas não prestam para nada”. Comenta, então, a violência, seus agentes e pacientes, distanciando o olhar sobre essas ocorrências violentas de qualquer seriedade, com seu grito silenciador.

AS REPERCUSSÕES SIMBÓLICAS E ALÉM

Ao potencializar e organizar a percepção dos indivíduos por meio das narrativas construídas sobre violência, os programas e por consequência, os apresentadores, constroem sentidos e posturas sobre a violência que circulam na vida social, silenciando o debate sobre a segurança pública, uma vez que a violência passa a ser entendida no campo policial. Isso se dá principalmente pela consolidação de um industrialismo da violência, em que os meios de comunicação ignoram e institucionalizam a negação da política de segurança pública como debate. Mas também pelo próprio caráter contemporâneo de interferência e influência da mídia no Brasil.

Falamos, assim, da inserção da mídia em um ambiente social e cultural fortemente midiático, em que a midiaticização, de acordo com Hjarvard (2013), tem como preocupação “a mudança estrutural de longo prazo do papel da mídia na cultura e na sociedade, em que a mídia adquire uma maior autoridade para definir a realidade social e os padrões da condição de interação social (2013, p. 3, tradução nossa)⁸. As alterações que aí se operam, dizem respeito a uma mudança na própria relação das instituições, em que a mídia não pode ser concebida como descolada de uma série de processos, como a política e a economia, que não estão diretamente no processo de mediação, mas no da midiaticização, capaz de abarcar essa complexidade.

Sobre esse tipo de relação, no âmbito político, podemos destacar hoje a existência da chamada “Bancada da Bala”, no Congresso Nacional, cujos membros são policiais e ex-servidores nos aparatos de segurança, que se hoje ocupam cargos eletivos, fazem-no devido à projeção midiática da sua ação como policiais, como repressores da violência urbana.

Já no âmbito econômico, podemos perceber o constante investimento nos aparatos de segurança diante dos índices crescente de violência, com vistas a proteger o cidadão e sua família. Esta repercussão se faz determinante na consolidação da economia do medo, que visa ao consumo de produtos e serviços relacionados ao âmbito de segurança, já que

A economia do medo vai estimular o consumo de materiais ou serviços que possam proteger o cidadão contra a violência, como: carros blindados, cercas elétricas, alarmes, armas, grades entre outros. [...] Neste sentido, percebemos através das matérias produzidas nas narrativas policiais ou de violência, a presença de uma ‘economia do medo’, em que os impressos paraenses realizam através da violência estetizada nos cadernos polícia, com mensagens que em certa

⁸ “the long-term structural change in the role of the media in culture and society, in which the media acquire greater authority to define social reality and condition patterns of social interaction”. (HJARVARD, 2013, p. 3).

medida, moldam o comportamento do leitor, por exemplo, em relação a frequentar certos locais na capital paraense ou ao consumo de certos produtos mercantis. (NGUANGU et al., 2015, p. 5)

Percebemos, assim, que o silenciamento do debate da segurança pública contribui para o crescimento dessa lógica e que a narrativa policial que domina as telas das emissoras televisivas paraenses, enfatiza não somente a necessidade de consumir estes produtos e serviços, mas também influencia no seu comportamento, determinando padrões de frequência dos espaços físicos e geográficos da cidade, horas de movimento além de restrições e vários cuidados a serem tomadas antes de sair do seu lar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um silenciamento que se exprime no vociferar das narrativas televisivas, um silenciamento que oculta pelo mostrar, vazio que subjaz ao excesso. É nesses termos que compreendemos esse modo de narrar midiático relativo à violência e à segurança pública, no contexto da Amazônia Paraense. Algo que se perfaz nesses modelos midiáticos do espetáculo, mas que vai bastante além dele. A negação de debates, a negação da alteridade, a reprodução de violações aos direitos humanos, a superficialização da violência dada a ver. São marcas evidentes cobertura das narrativas policiais.

Falamos de um ambiente em que a violência é um fenômeno inegável e complexo, com raízes históricas, sociais e institucionais. E em que a segurança pública, como âmbito de gestão pública, como campo organizacional e reflexo de políticas bem articuladas, é ainda incipiente. Ao mesmo tempo em que as compreensões e percepções sociais não abarcam e não são condicionadas a abarcar essas complexidades no contexto brasileiro e no contexto local.

Desse modo, a ação midiática ignora por completo um potencial de agendamento e de difusão de informação qualificada, redundando nos modelos que já eram sólidos mesmo na década de 1990. No Brasil de 2015, ainda segue-se apresentando e discutindo-se a violência e a segurança pública, como casos de polícia. O silenciamento ocupa de tal modo essa rotina narrativa que já não há espaço para o debate, para falar sobre a realidade social além dos clichês dos mocinhos e dos bandidos, da desordem e da ordem, bem como, em um nível extremo desse maniqueísmo midiático, do bem e do mal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, ano 4, n.8, jul./dez. 2002. p. 84-135.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux; mémoire et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- COSTA, Alda Cristina Silva. A violência e os modelos midiáticos de espetáculo. In: MALCHER, Maria Ataíde et al. (Org.). *Comunicação Mídiatizada na e da Amazônia*. Belém: FADESP, 2011.
- FERREIRA JUNIOR, Sergio; MENEZES, Alana. Individualização do acontecimento e mortes violentas: as narrativas policiais da mídia impressa paraense. *Temática*, João Pessoa, ano 10, n.11, nov. 2014. p. 55-70.

- GOFFMAN, Erving. **Quadros de experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HJARVARD, Stig. **The mediatization of culture and society**. London: Routledge, 2013.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.
- MENDONÇA, Kátia. Televisão: da profusão de imagens à cegueira ética. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, jan./abr. 2013. p. 179-192.
- MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MOTTA, Luiz Gonzaga, COSTA, Gustavo Borges; LIMA, Jorge Augusto. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, n. 2, 2004.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt de. Quando mais é menos: Crítica aos indicadores de desempenho policial da política de integração da segurança pública no estado do Pará. In: BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson (Org.). **Violência e controle social: reflexões sobre políticas públicas**. Belém: NUMA/UFPa, 2005. p. 91-124.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PORTO, Maria Stela. Violência e representações sociais. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 60-70.
- SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim. **Teoria do gatekeeping: construção e seleção da notícia**; Porto Alegre: Penso, 2011.
- SAMUEL, Kristopher-Jon; COSTA, Alda Cristina. O popular como construção narrativa nos programas da televisão paraense: Uma análise do programa Balanço Geral-PA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37, 2015. Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2015. Edição Digital.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de Massa**; 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A VOZ QUE ECOA DAS BORDAS DA CIDADE: REPRESENTAÇÕES DE GRUPOS PERIFÉRICOS, MÍDIA E DISPUTA DE SENTIDOS EM BELÉM¹

Rosaly de Seixas Brito²

Rosane Steinbrenner³

Elaide Martins⁴

RESUMO

As cidades são um ambiente altamente diversificado e complexo por definição. Já no início do século passado, Georg Simmel (2005) afirmara que a vida das metrópoles se situa na interseção de vários mundos, em que reinam a impessoalidade e múltiplas formas de coação, típicas da economia de mercado e da divisão social do trabalho. O presente artigo tem por base uma ação que integra a pesquisa e a extensão, reunindo um conjunto de projetos da Faculdade de Comunicação da UFPA, sob o título #Ocupa Belém, desenvolvida a partir de 2015, com o objetivo de estimular e facilitar o desenvolvimento de ações comunicativas contra-hegemônicas por parte das comunidades de bairros periféricos de Belém, a segunda maior cidade da Amazônia brasileira. O projeto veio ao encontro do movimento #Belém 400 anos sob o olhar do gueto: a periferia atenta, articulado por bairros periféricos da cidade, destinado a produzir, por ocasião da comemoração dos 400 anos da cidade, em 2016, imagens afirmativas da comunidade desses bairros, na contramão do fluxo hegemônico de imagens disseminadas pela mídia, que criminalizam a pobreza e estigmatizam os sujeitos sociais que vivem nas bordas da cidade. Como principal operadora dos sentidos que circulam na sociedade contemporânea, a mídia se estrutura em uma rede que, além de impor ao mundo uma interpretação hegemônica dos acontecimentos, modela a própria forma do acontecimento (MOUILLAUD, 2012). Nesse sentido, em um jogo de pertencimento e exclusão, estabelece uma linha imaginária que separa os estabelecidos e os outsiders da ordem urbana, nos termos de Elias (2000). Os resultados preliminares da pesquisa aqui apresentados apontam uma permanente disputa entre as formas de autorrepresentação de sujeitos excluídos dessa ordem e as representações midiáticas. A pesquisa apoia-se em material colhido na observação empírica durante as ações de extensão e em entrevistas semiestruturadas com atores sociais dos bairros periféricos de Belém.

Palavras-chave: Grupos periféricos. Belém do Pará. Representações midiáticas. Disputa de sentidos

¹ Artigo submetido ao GT 5 – A Mídia e a natureza da produção de imagens, informações e confrontos do Seminário Internacional da América Latina – Sialat/2015. Belém/Pará, 09 a 11/11/2015.

² Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Doutora em Ciências Sociais (PPGSA/UFPA). Coordenadora do Projeto Facom 4.0: ação coletiva por uma nova cultura de comunicação e membro do Grupo de Pesquisa Interações e Tecnologias na Amazônia (CNPq-UFPA). Email: rosalysbrito@gmail.com

³ Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental(Naea/UFPA). Coordenadora do projeto Memória Facom: 40 anos de comunicação na Amazônia e membro do Grupo de Pesquisa Interações e Tecnologias na Amazônia (CNPq-UFPA). Email: nani.steinbrenner@gmail.com .

⁴ Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (Naea/UFPA).Coordenadora do projeto Puxirum:Produção Coletiva em Multiplataforma e do Grupo de Pesquisa Interações e Tecnologias na Amazônia (CNPq-UFPA). E-mail: elaidemartins@gmail.com.

ABSTRACT

THE VOICE THAT ECHOES FROM THE CITY'S EDGE: REPRESENTATIONS OF PERIPHERAL GROUPS, MEDIA AND DISPUTE OF SENSES IN BELÉM

The cities are a highly diverse and complex environment by definition. In the beginning of the last century, Georg Simmel (2005) stated that the life in metropolis is located at the intersection of several worlds, where coexist impersonality and multiple forms of coercion, typical of a market economy and social division of labor. This article is based on an action that integrates research and extension, bringing together a set of projects of the Communication Faculty of the UFPA, entitled #Ocupa Belém, developed since 2015, aiming to encourage and facilitate the development of counter-hegemonic communicative actions by the communities in peripheral neighborhoods of Belém, the second largest city in the Brazilian Amazon. The project came to meet the movement #Belém 400 years under the gaze of the ghetto: the close periphery, articulated by outskirts of the city, designed to produce, on the occasion of the commemoration of the 400th anniversary of the city in 2016, community affirmative images of these neighborhoods, against the hegemonic stream of images disseminated by the media, criminalizing poverty and stigmatize social actors who live in the city edges. As the main operator of senses that circulate in contemporary society, the media is structured as a network that, in addition to impose to the world a hegemonic interpretation of events, it models the very form of the event (MOUILLAUD, 2012). Accordingly, in a belonging and exclusion game, the media establishes an imaginary line between the included and the outsiders actors of urban order, according to Elias (2000). Preliminary results of the research presented here point to an ongoing dispute between the forms of self-representation of subjects excluded from this order and the media representations. The research relies on material collected on empirical observation during the extension actions and semi-structured interviews with stakeholders the outskirts of Belém.

Keywords: Peripheral groups. Belém do Pará. Media representations. Dispute of senses

[...] A cidade é a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo do seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo. Robert Park

INTRODUÇÃO

A ordem urbana brasileira e sua respectiva paisagem humana mudaram intensamente nas últimas décadas. Uma vez que a cidade deva ser tomada como “produto das relações sociais que se espacializam como modo de ser de uma dada sociedade em espaços-tempos específicos” (OLIVEIRA, 2010, p. 35), as profundas desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira e a amazônica, em particular, se veem espelhadas nessa ordem.

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará, é o segundo maior centro urbano da Amazônia brasileira⁵ e, tal como ocorre com as demais metrópoles do país, é marcada por intensa

⁵ Tem uma população de cerca de 1,4 milhão de habitantes, sendo superada, na região, somente por Manaus, capital do Estado do Amazonas, com 1,8 milhão de habitantes, conforme os dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, realizado em 2010. Dados disponíveis em www.ibge.gov.br.

fragmentação e segregação social e espacial, em que coexistem, em circuitos entrecruzados, mas muitas vezes apartados entre si, realidades díspares, na interseção de vários mundos, para usar a feliz imagem formulada por Simmel [1903 (2005)] no início do século passado, ao referir-se à vida metropolitana. Nas cidades, esses *mundos* são atravessados por tensões e embates constantes e, em meio a eles, o indivíduo busca alcançar algum reconhecimento social para fazer frente à anonimidade e às múltiplas formas de coação reinantes. Nessa vida metropolitana de circulação ampliada, como a define Simmel, prevalece uma organização hierarquizada, em que os lugares sociais e simbólicos estão bem demarcados.

Contemporaneamente, essa fragmentação é compensada, apenas parcialmente, pela presença de redes de comunicação, que recobrem o espaço urbano, criam relativa conexão entre os seus habitantes e certa ilusão de totalidade. Não resta dúvida de que houve um intenso reordenamento, nas últimas décadas, dos usos da cidade. E num duplo movimento, de acordo com Néstor Canclini (2002), ao mesmo tempo que a cidade se fragmenta e que a sua unidade se debilita, a narrativa dos meios de comunicação cumpre o papel de recompô-la, dando conta do que acontece dentro e fora de um espaço urbano específico, onde não é possível estar fisicamente presente, de maneira a inserir a todos os cidadãos em um mesmo fluxo de informações e quadro de referências. Em síntese, pode-se dizer que as narrativas midiáticas instituíram novas formas de se imaginar as cidades e o mundo, e de cada indivíduo imaginar-se a si mesmo como parte deles.

Essas narrativas, contudo, estão longe de ser desinteressadas ou neutras. Ao contrário, ao mesmo tempo que informam, também modelam o imaginário urbano, reorientando as próprias formas de pertencer à cidade. É por isso que, como assinala Milton Santos (2010, p. 585), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. Mas, a despeito de estar “irrecusavelmente imerso” nessa comunhão com o mundo, assinala o autor, cada lugar torna-se “exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade” (idem).

O interesse deste artigo é justamente investigar singularidades relativas aos bairros periféricos de Belém, *lugares* carregados de significados e múltiplas formas de interação, no sentido atribuído por Santos (2010), obscurecidos em sua individualidade pelas imagens homogeneizantes sobre eles produzidas pelos aparatos midiáticos. Interessa-nos indagar, em diálogo estreito com atores sociais do bairro da Terra Firme, aqui focalizado especialmente, como estes representam a si próprios e como veem as representações hegemônicas que circulam em torno deles, tecidas especialmente na enunciação midiática.

O trabalho tem por base uma ação que integra a pesquisa e a extensão, reunindo um conjunto de projetos da Faculdade de Comunicação da UFPA, sob o título #Ocupa Belém: Comunicação Coletiva, desenvolvida a partir de 2015, com o objetivo de estimular e facilitar o desenvolvimento de ações comunicativas contra-hegemônicas por parte das comunidades de bairros periféricos de Belém⁶. Nas reuniões que ocorreram entre a Faculdade e representantes de movimentos sociais do bairro da Terra Firme, onde se realizou a primeira ação do projeto, revelou-se uma convergência de interesses, pois estava em curso a articulação do movimento #Belém 400

⁶ Com a oferta de oficinas (como Repórter Cidadão, Fotografia, Selfilme, entre outras) e rodas de diálogo, a realização de mostras e exposições, o projeto visa estimular a comunidade desses bairros a protagonizar práticas comunicativas para a cidadania, capazes de gerar outros fluxos narrativos que afirmem sua identidade social, em contraposição à imagem desvalorizada que circula amplamente sobre a periferia da cidade. Em 2015, a ação já se desenvolveu em dois bairros - Terra Firme e Cabanagem -, tendo como público preferencial, embora não exclusivo, jovens e estudantes de escolas públicas. As ações envolveram vários professores, estudantes e bolsistas do curso de Comunicação e técnicos da faculdade, ligados a quatro projetos de extensão diferentes, que atuam de forma integrada. As autoras desse artigo coordenam três desses projetos. Aqui, focaliza-se a experiência desenvolvida no bairro da Terra Firme.

anos sob o olhar do gueto: a periferia atenta⁷, por parte de bairros do assim por eles chamado “arco periférico” da cidade, destinado a produzir, por ocasião da comemoração dos 400 anos da cidade, em 2016, imagens afirmativas da comunidade desses bairros, em contraponto ao fluxo hegemônico de imagens disseminadas pela mídia, que criminalizam a pobreza e estigmatizam os sujeitos sociais que vivem nas bordas da cidade⁸.

Os resultados preliminares da pesquisa aqui apresentados referem-se à experiência no bairro da Terra Firme e revelam haver uma permanente disputa entre as formas de autorrepresentação de sujeitos postos à margem da ordem urbana de Belém e as representações midiáticas que a eles se referem e a seu lugar de moradia. A pesquisa apoia-se em material colhido na observação empírica durante as ações de extensão e em entrevistas semiestruturadas com atores sociais dos bairros periféricos de Belém. O artigo divide-se em quatro tópicos. Em primeiro lugar, discute-se o significado da experiência urbana contemporânea, em que se entrelaçam e se opõem territorialidades e temporalidades diversas. No segundo tópico, busca-se situar o cenário urbano de Belém nesse contexto mais amplo e o bairro da Terra Firme em particular. O tópico seguinte destina-se a elucidar a maneira como atores sociais da Terra Firme constroem a sua autoimagem, confrontando-a com aquelas produzidas de fora para dentro do bairro, notadamente pelo discurso midiático. Ao final, são apontados alguns eixos conclusivos principais que resultam da análise feita ao longo do texto.

1 A CIDADE COMO CAMPO DE FORÇAS E DISPUTAS

“A gente não quer bolo, a gente quer proposta, a gente quer [...] que se mostre a realidade e não traga gente de fora para mostrar cultura, porque nós temos cultura”. O tom contundente da fala de uma das integrantes do movimento #Gueto 400⁹, de recusa à comemoração oficial do aniversário de 400 anos de Belém, de que os moradores das áreas periféricas da cidade já se sabem a priori excluídos, é muito significativo para traduzir os embates de todas as ordens, inclusive simbólicos, que marcam a vida nas grandes cidades brasileiras atualmente, tendo como pano de fundo um jogo de pertencimento e exclusão, a partir do estabelecimento de uma linha imaginária que separa os estabelecidos e os outsiders da ordem urbana, nos termos de Norbert Elias (2000), em que os indivíduos pertencentes às duas categorias, universais em todas as sociedades humanas, estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência, a traduzir uma das principais formas de exercício do poder no mundo social.

Esse desequilíbrio estrutural de posições no par estabelecidos-outsideers aplica-se a diversos níveis de desigualdade: entre classes, grupos étnicos, colonizadores e colonizados, homens e mulheres, pais e filhos, homossexuais e heterossexuais, dentre outros. A estigmatização aparece como um aspecto central dessa relação, associada, conforme Elias, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido.

O estigma social que seus membros atribuem ao grupo dos outsiders transforma-se, em sua imaginação, num estigma material – é coisificado. Surge como uma coisa objetiva, implantada nos outsiders pela natureza ou pelos deuses. Dessa maneira, o grupo estigmatizador é eximido de qualquer responsabilidade: não

⁷ Ou, simplesmente, #Gueto 400, na forma mais reduzida, como é mais comumente referido pelos integrantes do movimento.

⁸ Em vista disso, não só as ações propostas foram muito bem acolhidas, como também a faculdade passou a contribuir com o movimento, extrapolando a programação prevista inicialmente.

⁹ Ingrid Louzeiro, moradora do bairro da Terra Firme, em entrevista concedida em 08/10/2015.

fomos *nós*, implica essa fantasia, que estigmatizamos essas pessoas e sim as forças que criaram o mundo (ELIAS, 2000, p. 35).

Por outras palavras, a fantasia coletiva opera por um mecanismo de naturalização da dominação, perpetuando a desigualdade. Isso não quer dizer, no entanto, que essas relações sejam imutáveis, pois sua configuração pode mudar ao longo da história, como ressalta o autor, na dinâmica própria da vida social. Enquanto permanecem intimidados, e por isso mesmo sob permanente tensão, os grupos outsiders “exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais” (idem, p. 37).

A relação entre estabelecidos e outsiders, muitas vezes tensionadas ao extremo, como refere Elias, é um dos aspectos, entre vários outros, que fazem com que a vida nas cidades contemporâneas se apresente como um campo de forças complexo, uma arena de disputas permanentes, em um intenso dinamismo que refaz constantemente os arranjos e cenários sociais, embora com uma tendência a persistir, sobretudo nas metrópoles da periferia do capitalismo, como Belém, a desigualdade estrutural de fundo.

É por isso que, na visão do geógrafo David Harvey, o direito à cidade a ser reivindicado não pode ser concebido unicamente como um direito individual. “Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais” (HARVEY, 2013, p. 32). A conquista desse direito tornou-se, porém, mais desafiadora em face das novas regras do jogo político instituídas pelo neoliberalismo. Nelas, a governança substituiu o governo, a lei e as parcerias público-privadas, criadas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as formas deliberativas baseadas em solidariedades sociais (2013, p. 32).

Em vista disso, as forças de oposição estão sendo ainda mais desafiadas e tiveram que reinventar métodos para fazer frente à nova hegemonia da ordem, o que levou ao surgimento de um elenco variado de experimentações com formas coletivas de governança democrática e de decisão coletiva, algumas delas com bastante êxito, como o modelo de orçamento participativo praticado em Porto Alegre e em vários outros municípios brasileiros, os comitês de vizinhos e associações voluntárias que atuam em espaços públicos e comunitários, entre um vasto número de iniciativas locais em várias partes do mundo.

Ainda assim, a calma e a civilidade são exceções, segundo Harvey, na história das cidades, uma vez que elas têm sido, por muito tempo, conforme o autor, “um epicentro da criatividade destrutiva” (2013, p. 30). No cenário urbano sobressaem, contemporaneamente, fluxos migratórios, diásporas que tecem redes através de fronteiras, despossuídos que dormem e mendigam nas ruas, ilegais e clandestinos, elites empresariais em movimento. Tudo isso, diz Harvey, “é parte integral do turbilhão da cena urbana, tornando a questão da cidadania e dos direitos daí derivados cada vez mais difíceis de definir, no exato momento em que eles se tornam mais vitais de estabelecer frente às forças hostis de mercado e a progressiva vigilância estatal” (HARVEY, 2013, p. 30).

Em face desse “turbilhão”, é que Michel Agier considera que “as cidades deveriam ser os lugares estratégicos para pensar a cultura em termos de uma organização da diversidade” (2011, p. 33-34), pois que na investigação urbana o antropólogo se depara como uma “fonte inesgotável de problemáticas híbridas e complexas” (p. 35). E o primeiro passo a ser dado pelo pesquisador ao se

lançar nessa tarefa deveria ser, a seu ver, “se emancipar de qualquer definição normativa e *a priori* de cidade para poder procurar a sua possibilidade por toda a parte, trabalhando para descrever o processo” (idem, p. 35). A cidade a ser observada pelo pesquisador, então, não pode ser uma abstração inatingível e normativa, mas a cidade vivida, sentida e em processo, deslocando-se o olhar dela como estrutura abstrata para os cidadãos. É uma cidade situacional e relacional.

Tal é a postura que norteia este trabalho. A cidade que nos interessa observar, a partir de seus atores, é a cidade em movimento, a cidade dos tempos vividos que, na maior parte das vezes, estão em descompasso com o tempo veloz das múltiplas redes e conexões urbanas. A cidade vivida a partir do *lugar*, no sentido atribuído por Milton Santos (2010, p. 592), que é o quadro de referência da vida cotidiana, em que as interações se dão em uma situação de copresença, numa contiguidade espacial que favorece a comunhão entre as pessoas e em que a política se territorializa. O lugar é, na formulação de Santos, “o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 2010, p. 592).

Como argumenta o autor, “é no lugar que o mundo se torna veraz e propiciador de esperança”, em oposição a um espaço globalizado, desterritorializado, que a própria globalização imprime e o *não lugar* mediatizado expande. É pelo lugar, ainda segundo Santos, que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois nele, “o recôndito, o permanente, o real, triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora” (1993, p. 20). Esse local seguro trazido por Santos é o lugar físico que se revaloriza por aquilo que possa ser identificado como típico, específico da cultura e do cotidiano de certo grupo em dada localidade. Referência de existência e também de experiência de mobilização e resistência social. Segundo o estudioso das relações da família e do trabalho no meio urbano, Richard Senett, o sentido do lugar se baseia na necessidade de pertencer não a uma “sociedade em abstrato, mas a algum lugar em particular; satisfazendo essa necessidade, as pessoas desenvolvem o compromisso e a lealdade” (SENETT apud BAUMANN, 2003, p. 100).

As relações de proximidade possibilitadas pelo lugar favorecem um processo incessante de interação, uma experiência comunicacional que se processa de forma oposta à lógica das redes informacionais, fazendo com que se fortaleçam os laços sociais entre indivíduos que têm em comum os mesmos quadros de experiência. A densidade dessas interações pode levar a uma percepção mais holista da cidade pois, a despeito de as cidades atuais estarem, como assinala Milton Santos, “abertas a todos os ventos do mundo” (2010, p. 589), nem por isso são menos individualizadas. De sua diversidade, a partir de interações mais intensas e localizadas, podem surgir novas formas de vivê-la e de construí-la. Uma compreensão de como se desenha o cenário urbano de Belém e do bairro da Terra Firme em particular, focalizados no próximo tópico, permite visualizar as singularidades da experiência urbana na segunda maior metrópole da Amazônia.

2 BELÉM, QUE CIDADE É ESSA? TERRA FIRME, QUE LUGAR É ESSE?

As grandes cidades existem, na afirmação de Canclini (2002), “como espaço social e físico, ordem e desordem demográfica, mas também nas formas imaginadas todos os dias pela imprensa, o rádio e a televisão” (2002, p.40). O espaço social em questão, o bairro da Terra Firme em Belém do Pará - e os modos de dizer e viver que emanam do enfrentamento discursivo que atores locais

buscam fazer, a partir da construção de uma própria narrativa para marcar os 400 anos da cidade, em reação à moldura que do bairro tecem as representações midiáticas - melhor se define pelo conceito de *território* de Milton Santos (2006), entendido como uma porção do espaço definido por uma relação de poder, que determina os tipos de relação entre as classes sociais e as formas de sua ocupação. Ou como *lugar*, outro conceito caro à geografia cidadã erigida pela obra de Santos (2007) acima mencionado. *O lugar*, como o local, geograficamente delimitado, entendido como bairro, vila, comunidade ou município, no qual a organização de atores sociais se articula em torno de interesses mais claramente identificáveis.

O bairro da Terra Firme, ou Montese - seu nome oficial sabido por poucos - integra a chamada periferia direta da cidade de Belém, território que margeia como talvez nenhum outro as fronteiras, visíveis e invisíveis, da inclusão/exclusão de direitos que delimitam os espaços da geografia urbana da capital paraense. Belém, como toda cidade, mais fortemente em países em desenvolvimento, deve ser vista como um “mosaico social” marcadamente segregador (TIMMS, 1971 apud SANTANA, 2014), ou seja, a cidade se constitui por áreas distintas nas quais convivem diversos segmentos sociais que disputam o território, e quem possui maior poder, econômico e/ou político, ocupa os melhores espaços.

Pode-se dizer, que Belém é em si uma cidade-mosaico em grande parte invisível e isolada. De sua área de 505 km², 34,6% são formados pela região continental e 65,4% correspondem ao conjunto de 39 ilhas, algumas sabidas, outras nem lembradas, inclusive pelo poder público. Segundo dados do Censo de 2010 (IBGE), o município apresenta um contingente populacional de 1.393.399¹⁰ habitantes, 99,08% concentrado na área urbana, distribuídos em 71 bairros. Trata-se de uma população jovem (23% têm até 15 anos), e ao mesmo tempo com uma expressiva longevidade (74,3 anos), acima da expectativa nacional (73,86 anos) (IBGE, 2010). Os indicadores de mortalidade infantil revelam uma sensível melhora, com redução de seus números (de 38,4 para mil nascidos vivos em 1991 para 16,1¹¹ em 2010). De ambos os lados, naqueles que nascem e que vivem mais, sinaliza-se claramente ao município o aumento das pressões e demandas por direitos sociais básicos, já precários e insuficientes.

No que diz respeito à sua economia, as dinâmicas na capital do Pará são determinadas predominantemente pelo setor de serviço e comércio, que representa 85% do Produto Interno Bruto (PIB) do município (IBGE, 2010). E os indicadores de renda e emprego preocupam. A taxa média de desemprego (ATLAS IDHM, 2010)¹², ainda que decrescente, é uma das mais altas do país (15,18%), enquanto que, entre a população ocupada, 68,23% têm rendimento de até 2 salários mínimos (ATLAS IDHM, 2010). Conforme indicam dados da sua região metropolitana, Belém também sofre do mal da alta concentração de renda. Segundo relatório da Caixa Econômica Federal (2003), elaborado pelo Centro Sócio Econômico da UFPA, 96,28% da população da região metropolitana de Belém

¹⁰ A população estimada em 2015, segundo contagem do IBGE, é de 1.439.561.

¹¹ Com esse índice o município cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil para o país, que deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

¹² O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil engloba o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas e traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/belem_pa#demografia

absorvem 24,80% da renda, enquanto uma minoria, 3,72% da população absorvem 75,20% da renda gerada¹³.

A capital paraense, conseqüentemente, está entre as capitais com maior incidência de pobreza (IBGE, 2003). Dados do Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (SAGI, 2015)¹⁴ indicam que 42,7% da população de Belém, o equivalente a 149 mil famílias, são pobres ou extremamente pobres. Neste último grupo, abaixo da linha da extrema pobreza, em que cada membro da família possui renda mensal de até R\$ 77 reais, vivem 114 mil famílias ou 32,7% do total da população de Belém. A maior parte delas, ainda que não tenha sido possível acessar dados de sua distribuição espacial, é moradora dos bairros periféricos da cidade, lugares onde, como diz Milton Santos (2007) se é “condenado duplamente à pobreza”.

De maneira geral, em lugares onde os bens sociais públicos, como saúde, educação, transporte e meios de comunicação são mais escassos e existem apenas na forma mercantil as desigualdades aumentam, conforme o autor, já que se reduz o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar pelo que, em condições democráticas normais, teria de lhes ser entregue gratuitamente pelo poder público. Prevalece, na sociedade contemporânea, na visão de Santos, uma verdadeira oposição entre a natureza das atividades *just-in-time*, comandadas pelo “relógio universal movido pela mais-valia universal” (2009, p. 126), cuja racionalidade tem a pretensão de ser única e homogeneizadora, e a racionalidade da vida cotidiana, que é a razão de viver, em que se produzem ilimitadamente outras racionalidades.

Os espaços periféricos, onde moram os pobres das cidades, é onde se vive a experiência da escassez, temperada por um sentimento de urgência, por um lado, mas é também o lugar da heterogeneidade criadora. “[...]Os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de luta [...] Nessa condição de alerta permanente, não têm repouso intelectual” (idem, p. 132). É na convivência com a necessidade e o *outro* que se elabora a política dos pobres, em que os atores são obrigados a lutar todos os dias. É uma forma de política que nada tem a ver com a política institucional, por meio da qual florescem atitudes de inconformidade que podem se transformar em rebeldia (SANTOS, 2009, p. 133).

2.1 Terra Firme

Entre os bairros periféricos estão também os mais populosos, localizados nas baixadas do Igarapé do Tucunduba, na porção sul da cidade, próximos ao Rio Guamá, região que ficou à margem da expansão da malha urbana de Belém até o início da década de 60 (FERREIRA, 1995, apud SANTANA, 2014, p.2582). Durante muito tempo, a morfologia dos terrenos situados nas baixadas da cidade, em função de sua baixa altimetria (4º abaixo do nível do mar), funcionou como um agente socialmente excluído como modelador do espaço urbano (SANTANA, 2014). Somente a partir dos anos de 1970 esta tendência se alterou. Na ocasião houve uma forte migração para as áreas de

¹³ Dados da reportagem de Daniel Leite Junior e Rogério Almeida, “Terra Firme, um quilombo urbano em Belém”, publicada na sessão Direitos Humanos do site da Revista Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Terra-Firme-um-quilombo-urbano-em-Belem/5/25093>

¹⁴ Fonte: Relatório de Indicadores Sociais do Cadastro única e Programa Bolsa Família. Secretaria de Gestão de Informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI), julho de 2015 (<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>). Segundo os dados, trabalhados pelas autoras, Belém foi, proporcionalmente à sua população, a terceira capital onde mais famílias receberam o Programa Bolsa Família (PBF) em julho de 2015 - 31,6% de sua população, ou 110.324 famílias; atrás apenas de Fortaleza (32,8%) e Maceió (33,9%)

planícies inundáveis, por parte da população mais pobre, já marcada pela lógica da exclusão - famílias expulsas de outras áreas da cidade pela valorização e expansão imobiliária; de outros municípios do Estado, em busca de melhores condições de vida, maiores oportunidades de emprego e renda; ou de outros Estados, inicialmente atraídas pelas promessas das políticas de incentivo à colonização da Amazônia que se iniciaram em 1960 e se intensificaram nos governos militares. É nessa época que se consolida a ocupação e favelização dos bairros da bacia do Tucunduba, em especial Guamá e Terra Firme.

Já de início, destacam-se as condições de precariedade que até hoje marcam esses bairros: os terrenos eram aterrados com caroços de açaí pela população, que muitas vezes não tinha poder aquisitivo para comprar outros materiais para este fim, e as habitações eram construídas sob a forma de palafitas, cercadas pelo acúmulo de lixo e pelo esgoto a céu aberto (SANTANA, 2014, p.2582). Para Corrêa, é importante entender que

A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e ao mesmo tempo, uma sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (...) Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças. (CORREA, 1993, p.30, apud SANTANA, 2014, p. 2582):

Quase cinco décadas depois do início da ocupação da baixada batizada de Terra Firme (seja pela consistência de alguns terrenos às margens de igarapés ou pela organização social e luta política pela ocupação da área), o bairro abriga 61.439 mil habitantes (Anuário Estatístico do Município de Belém 2011/IBGE, 2010), a maioria de mulheres - 52% são mulheres e 48% homens – notadamente formado por uma população jovem – mais da metade de seus moradores são crianças (25,8% - 0 a 15 anos) ou jovens (30% entre 15 e 29 anos).

Um bairro pleno de dinâmicas culturais – basta andar pelas ruas da Terra Firme para sentir a efervescência das interações sociais no bairro (um estudo recente teria mapeado cerca de 100 núcleos de atividades culturais no bairro) – mas também de marcas da violência, seja ela real ou forjada pelas leituras e interpretações do discurso midiático.

Belém é uma cidade violenta. Segundo o Mapa da Juventude 2013, está entre as dez capitais mais violentas do país, especialmente para sua juventude. A taxa de homicídio da população geral de Belém em 2011 é de 40,9/100 mil habitantes, um aumento de 50,1% em relação a 2001. Já entre jovens de 15 a 24 anos a taxa de homicídios em Belém, assim como em outras capitais, mais que dobra em relação à taxa da população total, chegando a 103 homicídios por 100 mil habitantes. No que diz respeito à espacialização desses homicídios por bairros da cidade, os dados disponíveis da Polícia Civil, acessíveis no Anuário Estatístico do Município de Belém (2010), confirmam o que aponta o estudo nacional: os bairros periféricos são o palco principal da violência em Belém (GUSMÃO, 2014). Segundo os dados de 2008 e 2009, os bairros da Terra Firme, Guamá e Cabanagem se revezaram entre os três com maior incidência de vítimas de homicídio. Outros bairros periféricos, como Jurunas, Sacramento, Benguí e Tapanã, também do chamado arco da periferia, aparecem entre os de maior incidência de mortes violentas.

Ainda que os dados desmembrados por bairros, no Anuário Estatístico do Município, não indiquem a distribuição da incidência de homicídios por faixa etária e raça, os fatos e relatos confirmam, também em Belém – como já anunciava o primeiro Mapa da Violência em 1998 - o extermínio de jovens, especialmente negros ou pardos, moradores de bairros da periferia. Já no

primeiro Mapa da longa série de estudos feitos com apoio da Unesco sobre a violência no país (são 21 mapas desde 1998), com dados que cobriam 1979/1996, destacava-se que:

A realidade dos dados expostos coloca em evidência mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição. (WASELFIS, 1998, apud WASELIS, 2013, p.11).

A chacina ocorrida no dia 4 de novembro de 2014, que espalhou o terror em seis bairros da cidade e interrompeu onze vidas não deixa dúvidas: nove das vítimas tinham entre 16 e 27 anos, todos eram negros e moradores da periferia da capital paraense, cinco deles no bairro da Terra Firme. Não tinham passagem pela polícia¹⁵.

3 REPRESENTAÇÕES E REALIDADES CRUZADAS

Como já mencionado, a dinâmica das cidades é vista por Canclini (2002) em um duplo movimento, composto por fragmentação e recomposição, cujo processo conta com o papel fundamental das narrativas midiáticas. Ao assumir esse papel de recompor a unidade da cidade, a mídia também constrói realidades sociais e imagens dos espaços urbanos, nem sempre condizentes com as realidades vividas. Quando se trata de um espaço periférico, por exemplo, o discurso midiático acaba resultando em estigmas. Durante a realização da ação #OcupaTerraFirme, a percepção sobre essa dinâmica ficou muito nítida. Uma das lideranças do bairro e coordenador do coletivo Tela Firme (um dos movimentos que atuaramvivamenteem parceria com a Faculdade de Comunicação nessa ação), Francisco Batista¹⁶ diz que os estigmas alimentados pela mídia acabam demarcando os espaços periféricos das cidades e tipificando sua identidade: “esse estigma que se tem das várias periferias [...] é comum a todas, porque a periferia estabelece uma relação de identidade, mesmo com a particularidade de cada lugar, ela tem uma identidade, uma dinâmica de viver” (informação verbal).

Ao observarmos esse depoimento, percebemos nele uma riqueza de sentidos que nos ajudam a compreender melhor as representações sobre a periferia construídas pela perspectiva de dentro para fora. Além disso, esses sentidos contribuem para a percepção sobre a identidade e a autoimagem dos moradores dessas áreas urbanas, no caso, construções permeadas pelo sentimento de pertença enquanto identificação do lugar que ocupam, como também da presença de modos de ser e de estar no tempo (HARRIS, 2008). Esses modos são compreendidos por Francisco como uma dinâmica própria de vida, em que se dá a tradução da identidade do lugar em que vive. Essa concepção é compartilhada pela professora Lília Melo¹⁷, outra liderança do bairro, integrante do Grupo de Ouro Nacional (GON): “Então a Terra Firme [...] é plural, ela é uma mistura de muitas coisas, de muitas vozes, de muitos sentimentos, de muitas vivências, experiências” (informação verbal).

¹⁵ Informações da ouvidora do Sistema de Segurança Pública do Pará, Eliana Fonseca, disponível na matéria do Portal ORM News, com o título “Vítimas de chacina em Belém não tinham passagem pela polícia”, e subtítulo: “Entidades de defesa dos Direitos Humanos cobram instalação de CPI das Milícias. Caso completa 1 mês hoje”. 04.12.2014. Disponível em: <http://www.ormnews.com.br/noticia/vitimas-de-chacina-em-belem-nao-tinham-passagem-pela-policia>

¹⁶ Em entrevista concedida ao Projeto #OcupaBelém no dia 07 de outubro de 2015, gravada em vídeo.

¹⁷ Em entrevista concedida ao Projeto #OcupaBelém no dia 06 de outubro de 2015, gravada em vídeo.

A representação de identidade percebida por essas lideranças nos remete ao duplo movimento de fragmentação e recomposição apontado por Canclini (2002), no caso de uma área mais geral, a periferia como um todo, com as suas áreas mais específicas, como os bairros da Terra Firme e Cabanagem, locais onde foram realizadas ações do #OcupaBelém e que podem ser observados como os fragmentos desse movimento. Em se tratando da Terra Firme, que é o foco deste trabalho, Batista aponta como elemento de identidade com as demais áreas periféricas a falta de atuação do poder público:

O que é que liga, por exemplo, a Terra Firme às outras periferias é a ausência dos serviços públicos, é a falta mesmo de políticas para que as pessoas possam viver com dignidade, mas ao mesmo tempo estabelece uma relação de vida, de intensidade, de muita gente que ocupa esses lugares e que faz desses lugares o seu lugar, a melhor forma de viver. (Francisco Batista, informação verbal).

Essa percepção nos leva a retomar a concepção de Santos (2010) sobre o lugar ser o seu (do indivíduo) mundo, tendo as suas próprias especificidades. Ou seja, por mais que alguns bairros periféricos se identifiquem entre si por meio de algumas características (no caso, a falta de serviços públicos), cada um tem uma individualidade que se sobrepõe à globalidade. Dessa forma, sobre a Terra Firme, um elemento de identidade presente na percepção dos moradores refere-se ao sentimento de pertencer ao bairro enquanto seu lugar/mundo, estreitando os laços sociais entre eles. Esses laços identitários são reconhecidos pela professora Lília Melo (2015), que chama atenção para o comportamento dos jovens do bairro, cujo sentimento de pertencimento é oscilante, manifestando-se de acordo com a companhia e com o lugar em que os jovens se encontram:

E é interessante que, quando a gente está dentro e junto com os nossos, pelo menos é o que eu tenho percebido acerca dos adolescentes em si, é que eles gostam de ser da Terra Firme, eles se identificam como Terra Firme, mas quando eles estão sozinhos ou eles vão para o centro, ou quando eles se envolvem com outras pessoas que não são da periferia, eles se sentem retraídos, sem força. Eu acredito que isso perpassa por todos os bairros, por todas as pessoas de periferia, essa questão de não ter força quando está sozinho (Lília Melo, informação verbal).

Retomando a ideia do duplo movimento, o depoimento da professora sugere a recomposição de uma identidade reforçada pela construção de uma imagem advinda da necessidade de reconhecimento. Pela sua perspectiva, podemos dizer que, sozinhos, os moradores seriam uma parte, um fragmento nesse processo, um fragmento debilitado pelo sentimento de contrariedade. Juntos, somam forças para se recomporem e lutarem para obter visibilidade, serem reconhecidos como atores sociais. Essa é uma forma de resistência, aliás, apontada por Ingrid Louzeiro¹⁸, outra integrante do coletivo Tela Firme, como a característica principal de identidade desse bairro, constituindo-se como um forte instrumento para desconstruir “a imagem que os outros têm, que é uma imagem de senso comum, que é que só tem ladrão, só tem gente que não presta mesmo” (informação verbal)

Essa imagem pejorativa, que não é exclusiva da Terra Firme, mas extensiva às demais bairros que estão nas bordas da cidade, é justamente o que sustenta os estigmas sociais contra as periferias, produzidos e/ou sustentados pelas narrativas midiáticas, cujos discursos alimentam preconceitos e restringem o olhar da sociedade, ou seja, o olhar do outro, sobre esses espaços. Em um trabalho enfocando como os *media* mobilizam e articulam discursos sobre adolescentes que cometem atos infracionais em momentos de latência, Cal e Santos (2015) debruçam-se sobre 426 textos, entre reportagens, notícias, notas, cartas do leitor e opinião, publicados durante o ano de

¹⁸ Em entrevista concedida em 08 de outubro de 2015, já citada.

2012 pelos dois principais jornais paraenses, *O Liberal* e *O Diário do Pará*. A operacionalização metodológica ocorreu a partir das análises de conteúdo e de discurso e indicou que 92,5% desses textos que envolvem adolescentes e atos infracionais foram publicados na editoria de polícia e menos de 1% (cerca de 0,9%) no caderno de política. Os autores ressaltam, ainda, que em apenas “1,8% das matérias falou-se de maneira geral sobre a necessidade de se garantir políticas públicas de saúde, lazer e educação para os jovens” (CAL e SANTOS, 2015, p. 147).

Para Cal e Santos (2015, p.143), o fenômeno da violência como “categoria empírica de manifestação social [...] foi transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação, e em objeto de consumo, fazendo com que a ‘realidade’ da violência passe a fazer parte do dia a dia, mesmo daqueles que nunca a confrontaram enquanto experiência de um processo vivido” (PORTO, 2000, 193 apud CAL e SANTOS, 2015, p. 143). Essa dupla transformação da violência (em produto ou em objeto de consumo) é constantemente reforçada pela mídia, recompondo as áreas periféricas enquanto espaços, exclusivamente, de violência e insegurança e construindo uma imagem negativa que se produz de fora para dentro, como percebe claramente a moradora da Terra Firme durante entrevista para essa pesquisa.

O olhar do outro, o olhar de fora, sobre a Terra Firme é de ameaça. [...] E eu acredito, assim, que essa imagem tem se propagado muito por conta de interesse de alguns poucos - e as pessoas acabam rotulando, estigmatizando, atribuindo piadinhas, chacotas que não são legais de se ouvir quando a gente está fora (do bairro). E aí acaba criando uma cultura das pessoas que estão crescendo e formando um juízo de valor de ter vergonha do lugar onde mora, ter vergonha de se reconhecer da Terra Firme (Lília Melo, informação verbal).

A crítica à imagem produzida de fora para dentro e recomposta negativamente pelas narrativas midiáticas, é fortalecida por jovens que se ressentem por não poder assumir sua própria identidade como moradores do bairro e o sentimento de pertencimento que daí deriva. Oscilando entre o pertencimento e a exclusão, sentem-se obrigados a negar o seu próprio lugar como forma de evitar problemas e restrições impostos pela sociedade, expostos a um tipo de violência simbólica que se tornou recorrente. Vinícius é um deles. Entrevistado por Brito (2014), ele conta que, durante uma entrevista de emprego, por exemplo, passou a ser examinado dos pés à cabeça pelos avaliadores ao informar que morava na Terra Firme, tendo deixado de conseguir “emprego pelo simples fato de ser morador do bairro” (BRITO, 2014). Em uma crítica contundente, o jovem desabafa: “a mídia não consegue mostrar o lado bom [...]. Então, o jovem que mora no bairro não presta, é ladrão” [...]. (Vinícius, informação verbal, entrevistado por BRITO, 2015, p. 8-9).

Como bem resalta Brito (2014, p. 1), a mídia é “responsável por articular e colocar em cena de modo hegemônico os sentidos que circulam na sociedade”, produzindo e reproduzindo “as diferenças sociais, raciais, étnicas, de gênero, geracionais” [...], de maneira a construir estereótipos e amplificar estigmas. Trata-se, portanto, de um poderoso instrumento de visibilidade na esfera pública. Os moradores da Terra Firme entrevistados para esse trabalho demonstram ter inconfundível clareza sobre o papel central da mídia na construção dessas representações sociais, daí sua tendência a reagir em uma perspectiva contra-hegemônica. Ao buscar construir imagens e representações das bordas da cidade, desenvolvem atividades alternativas de comunicação, apoiadas em movimentos sociais, culturais e artísticos locais, na intenção de gerar, pela ação comunicativa, reconhecimento identitário e possíveis reposicionamentos para além das fronteiras de exclusão da cidade. “No bairro tem arte, no bairro tem música, no bairro tem cultura”, resalta Ingrid referindo-se à possibilidade de divulgar essas atividades por meio de mídias alternativas, sobretudo mídias móveis e redes sociais, para construir uma imagem endógena do bairro.

[...] é só através dos movimentos sociais, através dessas mídias alternativas que a gente pode estar desconstruindo e através do uso das redes sociais [...], porque a gente sabe que essa mídia que está posta hoje, ela não beneficia, ela não mostra o que a periferia está passando e está desconstruindo (informação verbal).

Ao atuarem nesse sentido, os atores sociais da Terra Firme são hoje, concomitantemente, outsiders e conectados. Outsiders sociais da ordem vigente de uma cidade-mosaico segregadora, emblema do capitalismo tardio, mas conectados também pelas tecnologias, acessíveis nas periferias do mundo pela mesma lógica capitalista a partir do consumo em larga escala. Ao apropriarem-se dessas tecnologias para produzir e difundir seus próprios conteúdos e discursos, utilizando-se, como já dito, principalmente de mídias móveis e redes sociais, esses atores acabam ampliando as possibilidades de inverter a lógica da mídia hegemônica.

Desse modo, eles buscam ocupar o espaço midiático com pautas que ajudem a desconstruir o estigma de violência recorrentemente atribuído à Terra Firme, cooperando, significativamente, para a construção de uma nova imagem. “[...] Por uma série de iniciativas de uma organização, de movimentos, acho que isso passa a mudar um pouco, a gente passa a ocupar os espaços também, tanto numa mídia comercial, quanto numa mídia alternativa, inclusive da própria academia também”, acrescenta Lília Melo em sua entrevista. Para ela, a partir da resistência dos movimentos sociais, o bairro pode passar a ser visto como um polo de cultura, arte e esporte e não somente como um lugar de violência: “Ainda tem isso, mas isso a gente está trabalhando e vamos superar com a nossa própria iniciativa - e mesmo com a ausência do poder público”. Mais do que um discurso de esperança de quem está inserido nas lutas sociais, essa iniciativa pode reverter a lógica da mídia dominante e busca renovar as formas de comunicar o seu lugar no mundo, como bem indicou Francisco: “A gente precisa gritar para manifestar a nossa existência, porque nós não temos os recursos materiais, mas nós temos força, temos a vontade e a necessidade de acreditar que outro mundo é possível”.

4 A VOZ QUE ECOA DAS BORDAS DA CIDADE: NOTAS (IN)CONCLUSIVAS

Se é fato que os meios de comunicação, as mídias de massa, “imaginam” as cidades e criam quadros de referência para seus moradores pensarem a cidade em que vivem, estabelecem linhas imaginárias que separam os estabelecidos dos outsiders, como se discutiu ao longo do artigo, também é verdade que esse imaginário urbano não se impõe sem fraturas, pois não é capaz de substituir a cidade vivida e em processo, rememorando a feliz expressão de Michel Agier (2011) antes citada aqui. Dessa *outra* cidade posta à margem, ecoam vozes do inconformismo, movidas pelo desejo de expansão de um espaço de liberdade, de alargamento de uma esfera pública comunicativa, com a criação de novos espaços urbanos comuns. Uma cidade tecida de acordo com o desejo do coração daqueles que a habitam, em que homens e mulheres se refazem a si mesmo permanentemente, nos termos de Robert Park, desafiando os fluxos hegemônicos da ordem dominante.

Por isso mesmo é importante lembrar o que diz David Harvey a propósito do direito à cidade. A seu ver, reivindicar esse direito não quer dizer ater-se, exclusivamente, ao que já está estabelecido. “O direito à cidade [...] não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas [...] definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano” (HARVEY, 2013, p. 33).

O trabalho de extensão/pesquisa que desenvolvemos no bairro da Terra Firme e em outros bairros do chamado “arco periférico” da cidade de Belém, permite visualizar uma *outra* cidade se fazendo. Não a cidade das lógicas dominantes de ocupação e controle do seu solo e de seus fluxos, mas aquela que os desafia e que os enfrenta a partir de outra temporalidade. Uma cidade que se pensa e que se comunica a partir do *lugar*, conceito tão caro de Milton Santos à reflexão proposta por este artigo, o que transparece nas falas abaixo.

Eu acho bacana é que aqui a gente está voltando para a oralidade, isso é legal [...] que no meio do boom da internet, tecnológico [...], por exemplo, esse fim de semana teve o mutirão para limpar a praça dos moradores aqui do Flora¹⁹, tinha o whatsapp, mas parece que faz mais efeito quando a gente bate lá na porta e diz “bora vizinho, bora vizinha”, funciona, mobiliza mais, então a gente está fazendo o caminho de volta (Lília Melo, informação verbal).

A juventude se comunica muito através das redes sociais, através do *Facebook* [...], mas também comunica no dia a dia, comunica falando, se reunindo na praça, mais especificamente na Terra Firme que é um espaço que polariza, digamos assim, tem um magnetismo, a juventude vai toda para praça, então ali também é um local de comunicação que muita coisa que acontece no bairro se sabe na praça [...] Eu acho que para mobilizar e para comunicar, ainda funciona o boca a boca (Francisco Batista, informação verbal).

A oralidade, o encontro e a conversa na praça, embora cruzando-se com a comunicação das mídias móveis e das redes sociais, parecem assinalar um mecanismo de resistência, uma maior densidade das interações, das afinidades, da solidariedade social. Redes interpessoais que operam no *lugar* e não se rendem ao tempo veloz das redes tecnológicas ou, no mínimo, tiram proveito do uso combinado entre as duas formas de interação. A potência do lugar reside, também, concordando com Santos, na possibilidade de imprimir novos usos e finalidades para objetos e técnicas, rearticulando-os na vida social e afetiva (2010, p. 595). As falas a seguir são muito eloquentes a esse respeito.

Nós não vamos esperar tanto da mídia, né? Porque a mídia que está aí hoje não vai mostrar o lado que a periferia tem hoje em dia, mas se tu entrares na periferia tu vais ver como o processo do “Gueto” também está acontecendo. Tu vais ver várias ocupações. Tu vais ver capoeira, tu vais ver hip hop, tu vais ver música, tu vais ver esses processos que, sim, já somam na desconstrução²⁰ do bairro. E é só através dos movimentos sociais, através dessas mídias alternativas que a gente pode estar desconstruindo (Ingrid Louzeiro, informação verbal).

Nós temos que estabelecer essa relação de pertença porque nós fazemos parte dessa cidade, construímos a história dessa cidade, então não é o poder oficial, até mesmo a mídia comercial que vai mostrar a periferia. Nós é que vamos mostrar a nossa cara e dizer: Belém 400 anos sob o nosso olhar, sob o olhar do gueto, nós estamos aqui, vivemos e queremos também celebrar essa data tão importante para a cidade (Francisco Batista, informação verbal).

Se pensarmos, com Milton Santos (2010, p. 593), a cidade como um grande sistema, em que há uma especialização das atividades de cima e uma especialização das atividades de baixo, e em que se superpõem subsistemas diversos de cooperação que criam subcírculos diversos de solidariedade, poder-se-ia dizer que do *gueto* emerge uma forma peculiar - embora diversa nas suas manifestações, em diferentes lugares periféricos - e muito rica em significados de formas de cooperação e de solidariedade, que lhe confere competência para afrontar a ordem.

¹⁹ Conjunto de casa Flora Amazônica, na Terra Firme.

²⁰ “Desconstrução”, aqui, em relação à imagem do bairro que circula amplamente, por meio da grande mídia local, estigmatizando-o e reduzindo-o a um bairro “violento”.

Nesse sentido, subvertendo uma forma de pensar que vigorou durante séculos, de que os homens velozes detinham a inteligência do mundo, o autor assinala que “agora estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos” (2010, p. 595). A seu ver, os pobres estão provocando, no ambiente urbano, um debate novo, que às vezes é silencioso e, por vezes, é ruidoso, já que a sua própria condição de viver à margem das benesses da ordem urbana os coloca em condição de escapar do totalitarismo da racionalidade que rege essa ordem e das imagens que a ela correspondem. “Os `homens lentos´, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações” (idem, p. 595). O movimento #Gueto 400, por tudo o que aqui foi exposto, parece indicar que os “homens lentos” do arco periférico de Belém, ainda que lentamente, em vista das muitas pressões a que têm que fazer frente, começam a inverter as regras do jogo e a desmontar as fabulações do imaginário dominante.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM 2011. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/2_01_Demografia.pdf Acesso em 24 Out. 2015.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2010. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/belem_pa#demografia. Acesso em 31 Out. 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BRASIL. **Relatório de Indicadores Sociais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família**. Secretaria de Gestão de Informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI), julho de 2015. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagiRlv3/geral/index.php> . Acesso em 30 Out. 2015.
- BRASIL. IBGE 2010. Cidades@. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150140>. Acesso em 25 Out. 2015.
- BRITO, Rosaly de S. Jovens na enunciação midiática: dissimetrias, violência simbólica e leituras a contrapelo. **Anais do I Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica**. Belém: UFPA, 4 a 6 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.eavaam2014.com.br>.
- BRITO, Rosaly de S. **Diferentes, desiguais e conectados (?)**: vivências juvenis, representações midiáticas e negociação de sentidos na cena metropolitana. 251 p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia. Belém: UFPA, 2014.
- CAL, Danila e SANTOS, Breno. Adolescentes Infratores na cena pública: como os *media* alimentam o debate sobre a redução da maioridade penal. **Revista Contemporânea Comunicação e Cultura**, v. 13, n.1, jan-abr 2015, p.140-158. ISSN: 18099386.
- CANCLINI, Néstor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**. Campinas (SP), vol. VIII, n.1, 2002, p. 40-53.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GUSMÃO, Luiz Henrique A. Mapeamento dos homicídios por bairros de Belém em 2008-2009. Janeiro de 2014. Disponível em <http://www.geocartografiadigital.blogspot.com.br/2014/01/mapeamento-dos-homicidios-nos-bairros.html> . Acesso em 21 Out. 2015.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: Adams, C.; Murrieta, R.; Neves, W. (eds.). **Sociedades caboclas amazônicas**. 2a ed. São Paulo: Annablume Editora, 2008, p. 81-108.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 27-40.

LEITE JUNIOR e ALMEIDA, Rogério. Terra Firme, um quilombo urbano em Belém, reportagem publicada na sessão Diretos Humanos do site da Revista Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Terra-Firme-um-quilombo-urbano-em-Belem/5/25093> Acesso em 22 Out. 2015.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Org.) O jornal, da forma ao sentido. 3.ed.rev.ampl. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012, p. 47-53.

OLIVEIRA, José Aldemir. A margem e o centro na produção do urbano na Amazônia. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). **Belém do Pará: história, cultura e sociedade**. Belém: Editora do NAEA, 2010, p. 33-46.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 584-602.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. 2.reimpr. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A natureza do espaço urbano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo**. In: SANTOS, Milton et al. (orgs.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**, São Paulo:HUCITEC, 1993, p.15-22.

SANTANA, Lorena de Lima Sanches. Geografia e violência na periferia de Belém: uso do território, produção do espaço e índices de homicídios nos bairros do Guamá, Terra-firme e Jurunas. **Anais do VI Congresso Ibero-americano de Estudos Territoriales Ambientales**. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2014. ISBN: 978-85-7506-232-6.

STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. **Rádios Comunitárias na Transamazônica: Desafios da comunicação comunitária em regiões periféricas**. 386 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). Belém: 2011, UFPA.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa de Violência 2013**. Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em: www.juventude.gov.br Acesso em 12/10/2015.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMMEL, Georg. [1903] As grandes cidades e a vida do espírito. Tradução feita diretamente do alemão. In: **Mana** [on line]. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 11 (2), 2005, p. 577-591.

SIMONIAN, Ligia T. L.; Xavier, Mário Brasil. A violência das gangues e os guetos sociais em Belém do Pará: sociabilidades conflituosas. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). **Belém do Pará**: história, cultura e sociedade. Belém: Editora do NAEA, 2010, p.571-590.

Entrevistas

LOUZEIRO, Ingrid. Entrevista 1. [out.2015]. Belém: UFPA, 2015. Cartão digital. Entrevista concedida ao Projeto #OcupaBelém

BATISTA, Francisco. Entrevista 2. [out.2015]. Belém: UFPA, 2015. Cartão digital. Entrevista concedida ao Projeto #OcupaBelém

MELO, Lília. Entrevista 3. [out.2015].Belém: UFPA, 2015. Cartão digital. Entrevista concedida ao Projeto #OcupaBelém.

ENQUADRAMENTOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA URBANA NA MÍDIA IMPRESSA DA AMAZÔNIA PARAENSE

Sergio do Espírito Santo FERREIRA JUNIOR¹

Alda Cristina COSTA²

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender como a cobertura sobre violência urbana na Amazônia Paraense realiza dois movimentos de organização simbólica da experiência e realidade sociais, ou seja, o enquadramento e a produção de representações sociais sobre a violência. Pelas narrativas jornalísticas são realizados esses movimentos, assumindo uma forma específica: a de narrativa policial. Essas narrativas não têm o objetivo só de apresentar relatos sobre fenômenos e acontecimentos, antes, participam de uma relação mediada, em que os sentidos subjetivos e as formas reconhecidas como violência são projetadas e aderem aos conhecimentos já difundidos em sociedade.

Palavras-chave: Enquadramentos. Representações sociais. Violência. Mídia impressa. Amazônia Paraense.

INTRODUÇÃO

A atual profusão de narrativas e modelos midiáticos de violência reproduz e potencializa representações segundo as quais a realidade da cidade é palco de violência cotidiana, onipresente, periférica, destrutiva, ameaçadora, incontrolável, dentre outras características. Um fenômeno midiático que emerge juntamente com outros fenômenos sociais, como o crescimento da violência urbana e o seu condicionamento social, histórico e institucional na sociedade brasileira, tais quais contradições no processo de desenvolvimento dos centros urbanos, manutenção e agravamento das desigualdades sociais, localização do Brasil nas rotas de tráfico internacional, ineficácia de efetiva implantação de políticas de segurança nos diversos contextos do país e gestão deficitária da segurança pública.

Redunda daí a necessidade de uma reflexão apropriada, pois é de uma complexidade muito grande e mesmo no âmbito político passa por um processo de exploração arbitrária, sendo muitas das vezes apenas uma bandeira de candidatura (COSTA, 2010). Por isso a importância de uma cobertura responsável sobre segurança pública, que é justamente o contrário das rotinas narrativas que se veem nos meios de comunicação da Amazônia paraense e na profusão de suas narrativas midiáticas, que corroboram o medo e a ideia da cidade violenta.

Tanto na mídia impressa quanto na televisiva, a violência é sempre tratada como criminalidade, como sinal do descontrole do Estado (sobretudo, no tocante ao Governo Estadual).

¹Graduando em Comunicação Social Jornalismo pela Universidade Federal do Pará e Bolsista PIBIC do projeto “Mídia e violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense”. E-mail: esferreira.sergio@gmail.com

²Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, professora da Faculdade de Comunicação, coordenadora do projeto “Mídia e violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense”. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com

As narrativas desses meios priorizam a exposição pontual de ocorrências criminosas ou violentas, afastando-se de qualquer debate sobre o tema e ignorando completamente outras formas de violência, como por exemplo, as violações aos direitos humanos, violência dos conflitos agrários ou mesmo violência de gênero. Além disso, a própria ação da mídia, por meio da exposição de cadáveres, a desumanização de mortos e de pessoas envolvidas em crimes, acaba engendrando e reiterando violências simbólicas em relação, principalmente, às populações periféricas e às vítimas, alimentando a ideia de uma cultura do medo.

O gosto pela notícia 'cor de sangue', construída em forma e conteúdo em ritmo de folhetim, soma-se à exploração imagética e às narrativas de personagens e casos emblemáticos que envolvem o problema social violência. Desde o início dos anos 2000, a população paraense acompanhou a criação, crescimento e consolidação dos cadernos de polícia na mídia impressa local, que passaram a explorar casos violentos. Não seria ruim se esse crescimento levasse a sociedade a refletir sobre o problema social. Essas narrativas, no entanto, quase sempre, ficam no campo da encenação do real e o fenômeno dá lugar às representações.

Desse modo, falamos de realidade e experiência sociais organizadas em torno de um pano de fundo social e cultural, num mundo social permeado de contrastes e de valores em oposição: riqueza e pobreza; coletivo e individual; inclusão e exclusão; bem e mal; modernidade e atraso; ter e ser. Violência nas ruas, nas escolas, nos estádios, nos lares, no trânsito, na mídia, entre outros lugares, criando assim um clima de instabilidade e de insegurança constantes. Violência que passa a povoar o imaginário das pessoas, mudando hábitos e transformando os espaços de convivência (COSTA, 2010).

A intensidade e os vícios dessa cobertura pouco qualificada, resultam em poucas contribuições sociais que levem a reflexões críticas, as quais se sobrepõem a exploração e dramatização da violência, por meio de uma ambiência trágica, de uma comicidade perversa, da valorização do espetacular e do sensacional; e que requerem um olhar crítico sobre o reflexo que tem na sociedade.

As narrativas midiáticas a que dispensamos nosso olhar evidenciam que a violência tem recebido um tratamento que coisifica a discussão e as pessoas que fazem parte das ocorrências e de seus contextos. É um tipo de abordagem que não possui qualquer compromisso ético ou social de ampliar o debate e alimenta um mercado em que a violência é um produto, mercadoria, barganha política e apelo ao consumo.

Diante desse quadro, perguntamo-nos sobre os sentidos da violência que advêm dessa organização realizada pelas narrativas, sobretudo, os sentidos subjetivos. Na construção desse percurso narrativo, partimos dos tipos de crimes apresentados como a violência que povoa o cotidiano do estado do Pará. A violência é reificada, mas também observamos uma série de representações sociais, em que as narrativas se alimentam e que são por elas difundidas no tecido social, na cotidianidade dos indivíduos dos espaços urbanos. Narrativas como forma simbólica não subsistem no vácuo. São formas culturais significantes social e historicamente estruturadas, fazendo parte de um campo-sujeito-objeto a ser interpretado, pois dão suportes a ideologias, elucidam aspectos de estrutura social e relações de poder, e fazem circular significações para além de um contexto de produção dessas formas culturais. (THOMPSON, 1995).

Face a essa complexidade, nosso questionamento se volta para a violência como fenômeno subjetivo, em que pensamos essa organização da realidade no nível do enquadramento,

compreendido como esquema interpretativo, que estabelece definições de situação e dos acontecimentos, inscrevendo-as nas narrativas midiáticas (GOFFMAN, 2012; TUCHMAN, 2002; MOUILLAUD, 2002), e no nível das representações sociais, como formas de conhecimento socialmente partilhada, organizadora de condutas, principal forjadora da subjetividade social, que condicionam as nossas percepções dos fenômenos e dos acontecimentos, em que o pensamento se constitui como uma atmosfera social e cultural (MOSCOVICI, 2011; JODELET, 2001).

Assim, nesta escrita, pensamos a narrativa dentro de um circuito simbólico e de subjetividade social, que abrange elementos percebidos nela e a partir dela, em um debate em que pretendemos compreender algumas das repercussões simbólicas oriundas desse ‘industrialismo da violência’, desse *modus operandi* midiático que se consolida no Brasil, em contextos local e nacional.

Para os fins deste estudo, tomamos como análise os resultados da primeira etapa de investigações do Projeto de Pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense”³ (UFPA/CNPq), em que foram mapeados 730 edições dos jornais Diário do Pará e O Liberal, do ano de 2012; e mais 360 edições do jornal Amazônia, ano 2013. Dessas descrições, analisamos os elementos sobre violência construídos nas narrativas policiais.

EXPERIÊNCIA, ENQUADRAMENTOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Em sua reflexão sobre a violência, Michaud (1989) alerta-nos sobre as profundas alterações que a ação da mídia insere nas relações dos indivíduos com a violência enquanto fenômeno. Em sua perspectiva, a partir da difusão midiática de imagens de violências espetaculares, sangrentas e atroz, os sentidos subjetivos da violência, justamente as suas representações, frequentemente fazem como que nos deparemos com uma nova experiência, em que a realidade narrada pela mídia passa a integrar a experiência dos sujeitos.

Para Michaud, por causa das representações “não são tanto as violências efetivas que contam, mas sim o que delas ficamos sabendo e imaginamos. [...] O que conta não é a realidade vivida, mas o que ficamos sabendo o que a mídia deixa ver.” (MICHAUD, 1989, p. 49). Esse processo, na sua perspectiva, redundando em distorções e deslocamentos em relação à violência, bem como em banalização, à medida que as “imagens de violência contribuem de modo não desprezível para mostrá-la como mais normal, menos terrível do que ela é, em suma: banal. Cria-se assim um hiato entre experiência anestesiada e as provas da realidade”. (MICHAUD, 1989, p. 49).

Essas identificações nos fornecem algumas pistas para pensar o uso midiático da violência, mas também a sua inserção em um ambiente que social e histórico, em que essa subjetividade se nos apresenta como modo de conceber o tipo de processo que se opera entre mídia, narrativas, representações e os indivíduos. Voltando à discussão sobre formas simbólicas, cumpre destacar que, como são formas culturalmente significantes, possuem significações para os indivíduos, que as produzem e as recebem a partir dos códigos e das convenções da cultura em que se situam e não estão dissociadas da realidade social, pois que se originam e circulam em contextos sociais específicos, o que significa que cumpre ter-se

³ O projeto de pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense” está sendo desenvolvido desde 2012, na Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Pará, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto foi dividido em três etapas: a primeira, análise dos jornais impressos paraenses; segunda, os programas televisivos de linha editorial policial e, terceiro, as mídias sociais *Facebook* e *Twitter*.

em conta as formas simbólicas e as modalidades de comunicação em que elas se inserem, como um fenômeno social contextualizado (THOMPSON, 1998, p. 19).

Nesse sentido, compreendemos as narrativas midiáticas sobre violência dentro de um processo de mediação, calcado na captação e na circulação de valores, símbolos e representações já existentes na realidade social, realimentando-os e atualizando-os.

Processo esse muito mais complexo, portanto, do que um circuito de emissão e recepção. Falamos de experiência, da própria realidade e da vida cotidiana, que passam a ser percebidas por meio da ação da mídia. A noção de desencaixe da teoria de Giddens, ajuda-nos a pensar esse processo, definido nos termos de um “‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (GIDDENS, 1991, p. 24). Há um necessário processo de cisão de contextos de co-presença na relação mídia-indivíduo, o que não significa que haja uma sublimação das subjetividades, ainda que a comunicação midiática de massa se estruture a partir de uma interação assimétrica.

Cumpre, portanto, observarmos, como Berger e Luckmann (2011), que os sentidos sobre a realidade da vida cotidiana forjam-se a partir desses processos de objetivação e subjetivação da realidade, que podem estar condicionados a contextos de co-presença, mas que podem transcender o “aqui e agora”, por meio da linguagem, capaz de ordenar a experiência social e a realidade percebida, além de abarcar propósitos pragmáticos dos indivíduos engajados nas interações cotidianas, sendo marcados por intersubjetividade. Por mais que se distingam múltiplas realidades, para as quais possamos ser transportados, pelas quais possamos transitar, assinalam também que essa realidade da vida cotidiana “conserva sua situação mesmo quando estes ‘trases’ ocorrem [...] a linguagem comum de que disponho para a objetivação das minhas experiências funda-se na vida cotidiana e conserva-se sempre apontando para ela” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 43).

Essa discussão sobre a realidade, não consiste em uma tentativa de denunciar um falseamento ou uma dissimulação midiática face à violência, mas de verificar de que modo se constituem as distorções e deslocamentos que as narrativas instauram, bem como de que maneira elas potencialmente se integram às experiências sociais, principalmente as partilhadas.

Assim, essas distorções constituem algo como uma “cultura do espetáculo”, que não deixa de dialogar com a sociedade e de lhe fornecer experiência. O olhar aqui adotado consiste justamente em problematizar esse processo de reconstrução simbólica, decorrente dessa mediação, trabalho de interpretação da realidade social, postas em circulação pela mídia. No diálogo com Thompson (1998), concordamos quando afirma que a mídia se constitui como instituição de poder simbólico, com a possibilidade de intervir, de modo mais sutil ou menos, nas ações e relações entre sujeitos e o seu contexto. No entanto, essa ação não pode ser vista em termos totalizantes, pelo contrário, ela não impede a elaboração das próprias experiências e rearranjos simbólicos na percepção da realidade.

Essas considerações sobre mídia e experiência, nos levam ao percurso simbólico que as narrativas compreendem. Falamos, assim, de dois movimentos de organização simbólica da experiência e realidade sociais, ou seja, o enquadramento e a produção de representações sociais sobre a violência. O primeiro realiza-se na construção das narrativas e o segundo se faz difundir a partir delas. A própria narrativa, enquanto atividade de organização simbólica de uma experiência social e cultural, conforme aponta Motta (2004, 2013). Portanto, a narrativa da violência se dá na confluência dos elementos contextuais e da experiência.

Do ponto de vista do enquadramento, algumas pistas são nos fornecidas em perspectivas sobre mídia e sociedade. Tuchman (2002) define o enquadramento midiático como elemento que molda e define os acontecimentos e que faz com que a realidade se constitua como um fenômeno social compartilhado. Mouillaud (2002) o define nos termos de um captador de fragmentos-acontecimentos, funcionando como uma “moldura”, de corte e focalização, em que “um corte porque separa um campo e aquilo que o envolve; uma focalização porque, interditando a hemorragia do sentido para além da moldura” (MOUILLAUD, 2002, p. 61).

A perspectiva de Goffman (2012) nos é particularmente cara, pois parte dessa perspectiva da intersubjetividade e da organização da experiência, em que os enquadramentos são vistos por um interacionismo da experiência social (em que a vida cotidiana adquire relevância central), que consistiria em olhar para e analisar aquilo a que os indivíduos se atentam nesse cotidiano, bem como interpretam e constroem os sentidos, e que é determinante para a compreensão dos acontecimentos. O autor se afasta de uma preocupação fenomenológica, deslocando-a para o social. É um tipo de análise que deve começar pela resposta à pergunta com que os indivíduos se deparam, em suas interações (que não são entendidas apenas como “encontro face a face”, mas que envolvem outros indivíduos e os contextos de desencaixe também): O que está acontecendo aqui? Pergunta essa que é respondida a partir da consideração de aspectos, como as referências acionadas, os papéis dos indivíduos envolvidos e os seus perfis cognitivos, por exemplo.

Deste modo, como princípios organizadores da experiência social, Goffman define os quadros ou enquadramentos como os elementos que organizam e governam os acontecimentos (sobretudo, os sociais) e que são utilizados na definição das situações. Nesse sentido, compreendemos a ação da mídia, que ao elaborar as narrativas sobre os acontecimentos, acionam um quadro de sentidos sobre a violência, enquanto fenômeno social que se difunde no tecido social, isola seus elementos, fazendo ver a realidade a partir e com os fatos enquadrados, definindo assim os acontecimentos, respondendo às perguntas, realizando o corte e focalização, por meio dessa janela, desse quadro, potencialmente invisibilizador e que mascara a realidade.

O que chega ao segundo movimento, na medida em que a ação da mídia dá a ver e constrói simbolicamente uma realidade enviesada, projetando mais sentidos subjetivos da violência, justamente as representações. Representações sociais, que na perspectiva de Moscovici (2011), forjam-se entre aparência e realidade, entre imagens (algo como imagens mentais) e os fenômenos. Destaca esse caráter compartilhado e subjetivo das representações sociais, que não são pensadas por um indivíduo unicamente, antes estão em circulação pelo pensamento dos indivíduos, na “sociedade pensante”. Essas representações ordenam as nossas perspectivas sobre a vida cotidiana, no jogo de visibilidade e invisibilidade social, estabelecidas pela fragmentação e classificação da realidade, das coisas e dos eventos, bem como na passagem da aparência das imagens à realidade e no compartilhamento de definições comuns aos membros de uma comunidade ou sociedade.

Portanto, escreve Moscovici, as “representações que tanto nos orientam em direção ao que é visível, como àquilo a que nós temos que responder; ou que relacionam a aparência à realidade; ou de novo àquilo que define essa realidade” (MOSCOVICI, 2011, p. 31-32).

Essa realidade compreendida como objeto social diante do qual se elaboram as representações, que servem como base de ação, definição e interpretação dele e nele. Ou, então, no envolvimento dos sujeitos, conforme aponta Jodelet.

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo e enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva. (JODELET, 2011, p. 13).

Ou seja, como fenômeno social partilhado, erige-se sobre uma complexidade entre o subjetivo e o objetivo (ou objetivado). Desse modo, a violência do ponto de vista das representações sociais, trata-se de conceitos e ideias já circulantes no tecido social e que conformam as nossas relações, os modos de estar nos espaços, os conhecimentos que acionamos para perceber e reconhecer os elementos factivos da vida cotidiana. Instaura e organiza interpretações e ações sociais. Com essa perspectiva, a ação da mídia será instaurada, como um circuito simbólico.

A ROTINIZAÇÃO DOS DESLOCAMENTOS

É importante destacarmos que nas pesquisas sobre mídia e violência, as imagens de violência e as narrativas midiáticas não são espelhos do fenômeno social, assim como não podemos inferir que são falseamento da realidade. São construções e representações acionadas no repertório dos sujeitos sobre a violência. Ou seja, um fenômeno construído ou representado que aciona os aspectos do fenômeno e que enviesa a realidade. Algo como uma distorção, um deslocamento, que por meio desse procedimento, instaura maneiras específicas de se compreender a realidade. Ou, narrativamente pela mídia.

Os discursos sobre o mundo, inclusive as narrativas, são práticas discursivas de *construção do mundo*. O mundo físico e o mundo das relações sociais são o referente imprescindível para a criação de significados, mas a referencialidade é uma atribuição da linguagem, não do referente. Os indivíduos não experimentam suas condições sociais de existência, mas as constituem significativamente. A experiência não é fruto do impacto da realidade sobre a subjetividade, mas resultado da apreensão discursiva da realidade. As experiências por si mesmas, não prescrevem condutas, só o fazem ao ser consideradas, dotadas ou privadas de relevância (MOTTA, 2004, p. 15, grifo do autor).

Nessa teia significativa, os sentidos e representações fornecidos pela mídia não passam despercebidos. Pelo contrário, são os principais forjadores contemporâneos de conhecimento dos objetos sociais e das subjetividades em torno da realidade. Por isso, estudar mídia e violência constitui-se como desafio e necessidade, face a um complexo contexto de emergência do fenômeno social da violência urbana, mas também da difusão das imagens cada vez mais despersonalizadas e banalizadas de uma violência cotidiana, iminente, brutal, que grassa em todos os contextos, que mina o tecido social e os espaços da cidade.

Por isso mesmo, as narrativas, ao mesmo tempo em que se constituem como estrutura de expressão, em que os acontecimentos são encadeados, que apresenta temporalidade, ações simbólicas de personagens, um pano de fundo social e cultural, orientações pragmáticas, também “traduz[em] o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento da natureza física, das relações humanas, das identidades, das personalidades, das crenças, dos valores, dos mitos, etc.) em relatos (*telling*)” (MOTTA, 2004, p. 18-19).

A rotinização dos deslocamentos a que nos referimos, opera por meio desses procedimentos simbólicos do enquadramento e da representação social, percebido, com nuances, gradações e especificidades, em todos os impressos pesquisados pelo projeto de pesquisa.

Toda essa rotinização possui um pano de fundo, da estruturação midiática na região, bem como de como a violência urbana se tem delineado enquanto fenômeno. Os principais impressos da região, analisados pelo projeto, Diário do Pará, da Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), pertencente à família Barbalho, e O Liberal e o Amazônia Jornal, pertencentes à família Maiorana⁴. O recorte toma o caderno de polícia como espaço privilegiado dessas narrativas diárias sobre a violência cotidiana, que, segundo as construções desses impressos, espraia-se a partir de lugares muito bem definidos, as regiões periféricas da cidade.

No decorrer da pesquisa, constatamos que os deslocamentos se operam pela repetição exhaustiva das ocorrências enquadradas como similares, com construções narrativas similares, nos termos de uma homogeneização dos fenômenos sociais, consiste justamente em uma prática de

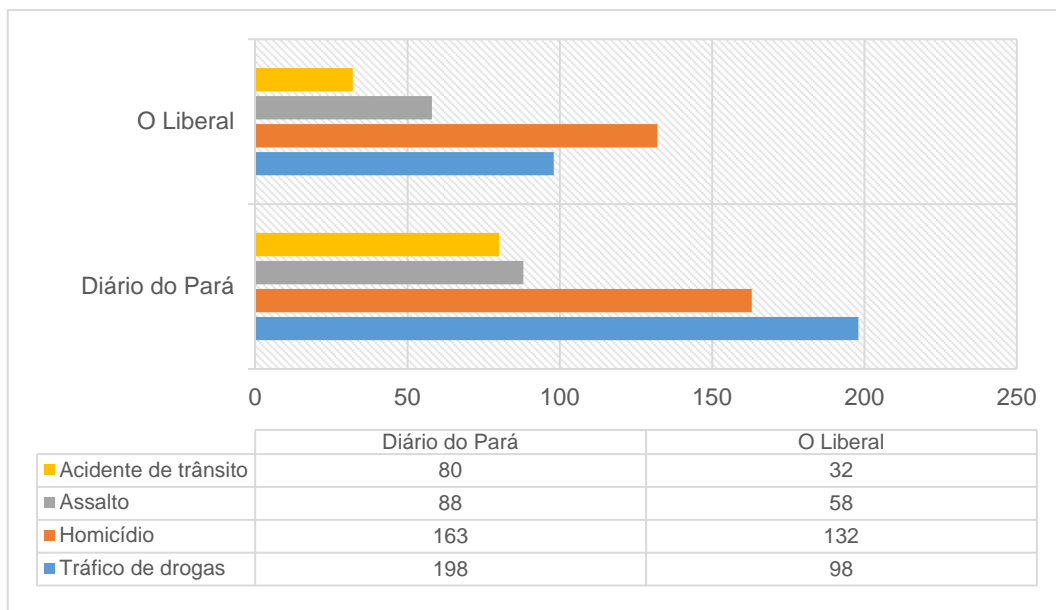
afirmar que há um crescimento violência e a busca por atestá-lo com uma grande quantidade de registros e reiterar que a morte na periferia passa a fazer parte do cotidiano, do comum, porque os indivíduos dessas regiões estejam envolvidos direta ou indiretamente com as ordens do crime e do tráfico (FERREIRA JUNIOR; MENEZES, 2014, p. 68).

Há algumas nuances, como dito, nessas rotinas narrativas. Podemos descrevê-las como a presença de pouco texto, o uso mais frequente e evidente de manchetes agressivas, chulas e desrespeitosas, bem como de imagens fotográficas com marcas de violência (como sangue, cadáveres, ferimentos, destroços) pelo impresso Diário do Pará. A presença de bastante texto e o uso mais ameno da fotografia, com marcas de violência mais atenuadas, por O Liberal. E a presença também de pouco texto e fotografias mais dramatizadas no Amazônia Jornal. No entanto, trata-se mesmo de uma rotina narrativa, logo, não se furtam a falar da violência dos termos do deslocamento.

Os dados analisados, referem-se justamente a alguns elementos bastante pontuais e presentes no cotidiano que a página do jornal contém e recorta. São os dados sobre os tipos de crime noticiados. Esses tipos de crime são importantes, porque a sua evidência não está somente inscrita nos textos, salta aos olhos nas fotos de capa e junto aos textos, completadas pelas manchetes chamativas. Os tipos de crimes são, nesse caso de cobertura, o principal elemento, que vai definir as construções narrativas e o tipo de conhecimento sobre a violência projetado pelas páginas dos jornais, conforme é possível verificar a partir dos gráficos abaixo.

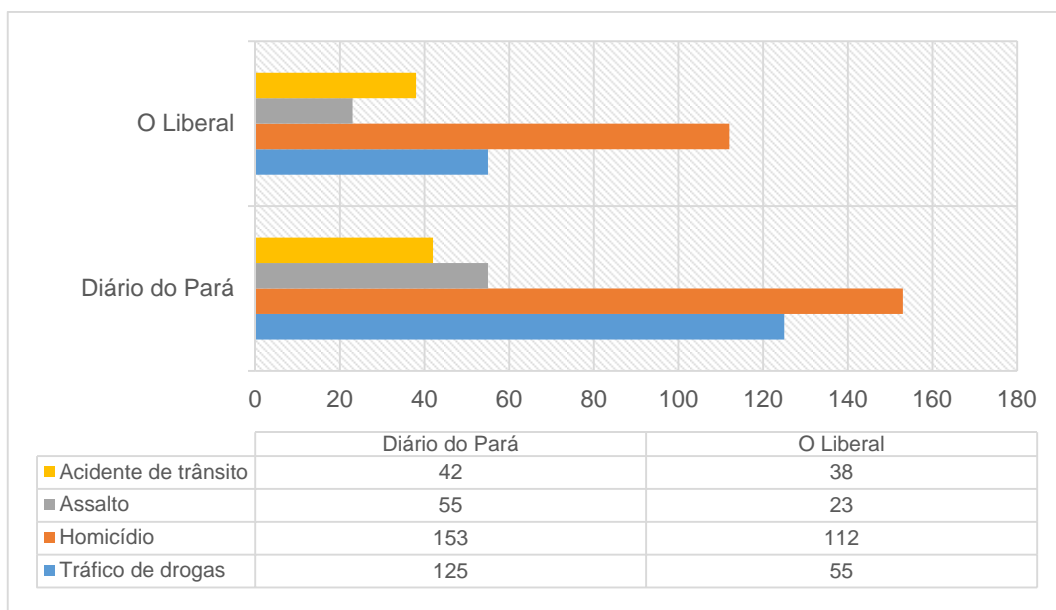
⁴ Cada um deles possui um percurso, atrelado, no entanto, a questões de ordem político-econômica. O Diário do Pará foi fundado em 1982, pelo jornalista Laércio Barbalho, como meio de suporte da candidatura do sobrinho, Jader Barbalho, ao governo do estado do Pará, apresentando-o como combativo ao ideário da ditadura. Em 2000, o seu caráter de panfletário é redelineado, passando a ser um jornal menos declaradamente político do que então. A partir de 2003, passa a publicar um caderno de polícia, com notícias sobre homicídios, prisões por tráfico, ação da polícia, com manchetes agressivas e irônicas, e um caráter de popularesco, tal como a imprensa sensacionalista que se proliferou no Brasil, nas décadas de 80 e 90. Os outros dois jornais, surgem, respectivamente, em 1966, com o apoio da ditadura militar, e em 2000, alcançar o público do Diário, com a linguagem do popularesco e editoriais de polícia, violência e televisão. Os três jornais usam da violência como meio de construção da imagem dos governos estaduais, mormente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no poder desde a década de 1990. O Diário apresenta a violência com o apelo para consumo, mas também como meio de assinalar o descontrole e a ineficácia da gestão pública de segurança. O Amazônia e o Liberal também usam a violência como atração de consumo, mas também trazem um tom ameno sobre o governo, divulgando ações e políticas de segurança dos governos do PSDB. Um panorama necessariamente mais completo dessa estruturação pode ser encontrado em Veloso (2008).

Gráfico 1: Tipo de crime registrados no Diário do Pará e O Liberal, mar./mai. 2012.



Fonte: Diário do Pará/O Liberal

Gráfico 2: Tipo de crime registrados no Diário do Pará e O Liberal, ago./out. 2012.



Fonte: Diário do Pará/O Liberal

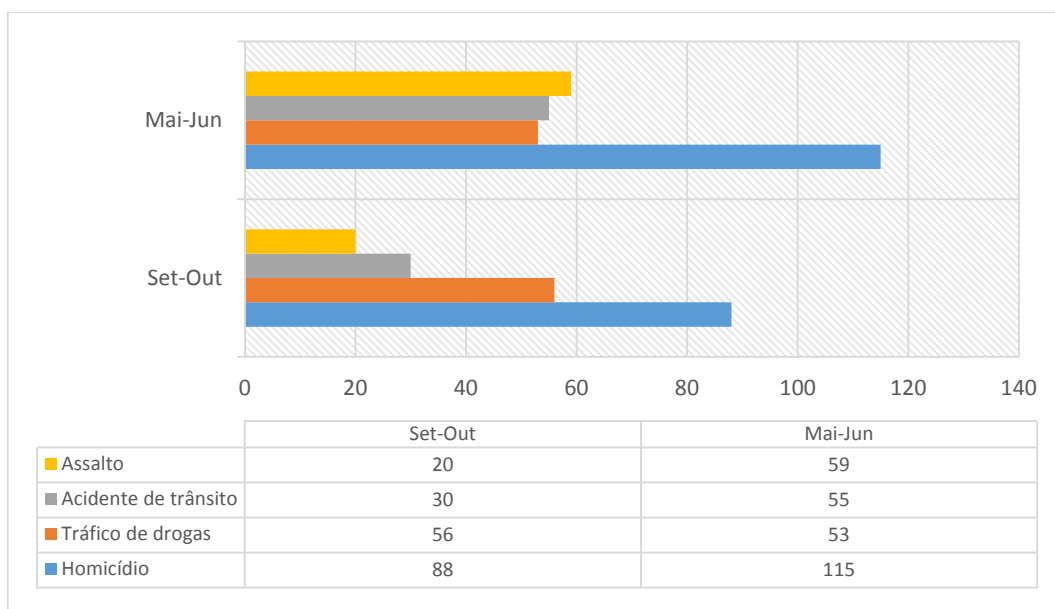
No Diário e em O Liberal, no período analisado pelo projeto, os tipos de crime mais noticiados são os listados acima, com um grande registro para homicídios, prisões por tráfico de drogas e casos de assalto, tanto prisões quando denúncias. Exceto pelos acidentes, todos os outros, constituem-se e são enquadrados do ponto de vista do crime e da criminalidade. A diferença quantitativa entre os impressos nos registros dos casos, exprime-se no espaço destinado a cada um na cobertura de violência. O Diário do Pará possui um caderno, com 8 a 12 páginas, em que se misturam um número expressivo de fatos. Observamos que além do grotesco construído e os crimes com requintes violentos, o periódico valoriza nas suas páginas a quantidade de crimes. O

número tem um significado importante, pois reforça o crescimento da violência e a incompetência do Estado em gerir a política de segurança pública.

O Liberal, em sua editoria de Polícia, do mesmo tamanho do resto do jornal, apresenta entre 4 a 6 páginas, que dividem espaço com notícias de outro caráter, como internacional e outros assuntos atrelados à segurança, que não somente eventos violentos.

Desses registros, os casos de homicídio, de tráfico e assalto são os que mais se projetam e dão a ver o caráter e configuração da violência urbana apresentada nos jornais, em ambos os casos. O homicídio abarca categorias narrativas do jornal como o próprio homicídio, assassinato e execução, que descreveremos melhor a seguir. No caso das prisões por tráfico, a maior parte dos casos é da prisão de pequenos traficantes, havendo também uma parcela de grandes apreensões. Nos casos de assaltos, o principal elemento é o acusado, que é apresentado como alguém advindo de ou agindo em regiões de periferia. A presença dos acusados, como origem da violência e encarnação de tipos estereotípicos, é dos principais elementos narrativos.

Gráfico 3: Tipos de crimes registrados no Amazônia Jornal, mai./jun. e set./out. 2013.



Fonte: Amazônia Jornal/Elaborado pelos pesquisadores

No caso do jornal Amazônia, analisado em outro período, já em 2013, apresenta semelhanças com o Diário do Pará, especificamente na questão da construção da narrativa grotesca. O jornal não possui editorias independentes, apresenta-se em formato revista. Tem em média 48 páginas e passa de um assunto ao outro sem separações. O Amazônia utiliza a contracapa como capa principal de assuntos de violência.

A cobertura jornalística fica entre homicídios e tráfico de drogas. Mesmo sendo um número menor de meses, os dados se aproximam muito dos indicados em outros impressos. Os mesmos modos de narrar se operam também neste impresso. A rotina narrativa desses impressos, de 2012 e 2013, mesmo hoje, segue inalterada, repete-se, recusa-se a ir além dos lugares comuns do crime e da criminalidade, da evidência dos desviantes e dos perigosos indivíduos, da apresentação do combate à violência como o policiamento somente. Dá-nos a ver enviesadamente o fenômeno, mas

nos fala muito sobre os sentidos da violência projetados ali e além. O que nos leva, então, aos movimentos simbólicos.

OS ENQUADRAMENTOS

A coincidência com a categoria jurídica do crime ou com a categoria dos acontecimentos não é uma coincidência à toa ou um dado gratuito. É imprescindível ao *modus operandi* dessas narrativas de violência. Funciona como a porta de entrada, a janela pela qual se vê o desenrolar dos eventos da narrativa. Motta (2004) afirma que na construção do mundo, realizada por meio de narrativas, a realidade se introduz nas práticas humanas por meio de categorias e descrições, em que “o mundo passa a existir na medida em que as pessoas falam, descrevem, relatam e discutem sobre ele, na medida que organização representações mentais sobre ele” (2004, p. 15).

Essa categorização opera-se pelo enquadramento, pelo acionamento dos quadros de sentido subjacentes às narrativas de violência. Conforme Goffman, esses enquadramentos são o meio que nos habilita a perceber e reconhecer os acontecimentos da vida cotidiana. São a articulação de vários esquemas interpretativos que, juntos, concorrem para definir o quadro. Do ponto de vista, do que chama de esquemas primários, considerados pelos que o aplicam, como inteligível em si mesmo, cuja interpretação na situação é feita de modo imediato, parecendo não depender de interpretações anteriores ou originais. Segundo o autor o esquema primário é aquele que “permite ao seu usuário localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas”, de modo que confere significado a eventos ocorridos em determinados momento. Utilizar-se desses esquemas, de acordo com Goffman, é uma competência dos indivíduos em sociedade, que o fazem, sem grandes dificuldades, uma vez já são condicionados social e historicamente a entender os acontecimentos a partir de determinados elementos que o constituem, a partir da experiência organizada.

Nesse modo de narrar da violência, portanto, o enquadramento é dado pelo tipo de crime, principalmente, que vai condicionar mesmo as valorações, a apresentação dos acontecimentos e das interpretações dos personagens sobre os acontecimentos. E a estruturação da narrativa se dará na similaridade, obedecendo à lógica de organização que o enquadramento requer e que é adotada na rotina da narração da violência.

Para cada tipo de crime, quadros específicos e narrativas específicas. De modo que podemos descrever, a sucessão e transformação dos acontecimentos e desenrolar lógico e cronológico (MOTTA, 2004, p. 19) a partir desse movimento de enquadrar. Para os casos de tráfico de drogas, a narrativa apresenta a ação da polícia, quer de ronda, fiscalização ou incursão às periferias, em que a polícia é o principal agente combativo dos crimes que ocorrem nos recônditos das periferias. A ação policial é definida em termos de prisão e apreensão de entorpecentes. À prisão dos acusados, segue-se obtenção de informações sobre a ação dos traficantes, apresentadas em depoimentos do próprio acusado ou em relato da polícia. Os personagens centrais são o acusado, inimigos da ordem, e os policiais, restauradores da ordem.

No caso dos homicídios, um quadro necessariamente mais complexo se delineia. Não só pela pluralidade dos acontecimentos, mas também pelos modos de narrar que vão assumir diferentes nuances, recorrentes em todos os impressos. Constatamos assim, pelo menos duas tendências identificadas no decorrer da pesquisa, que também se utiliza de um maniqueísmo, como assinalado

acima. Nos casos de homicídio, o fato de ocorrer um homicídio e o elemento ensejador do quadro, mas a ele mais um esquema interpretativo adere. O da natureza do morto, identificado em termos de bem ou mal, de bom ou mal, especificado nas narrativas. Os personagens são os mortos, os assassinos, as testemunhas, os parentes das vítimas, os policiais. A morte, sempre violenta, sempre brutal, é apresentada por dois vieses: o da morte inesperada do bom e o morte normalizada do mau.

Cada uma possui uma estrutura e um pano de fundo narrativos. No primeiro caso, o indivíduo é alvo da violência onipresente e inevitável, que já dominou os espaços urbanos e se abate sobre trabalhadores, donas de casa, policiais, empresários, cuja inserção é da ordem do “cidadão de bem”, que não está “metido em vida errada”. As ações são a morte, decorrente da violência dos indivíduos que encarnam os contrários a esses mortos, bem como o lamento de testemunhas e parentes. Do ponto de vista da morte normalizada do mau, é algo de caráter familiar aos contextos periféricos, fruto das sociabilidades violentas desses espaços, que se abate, aos indivíduos desviantes, moral e legalmente, definida como “acerto de contas”, indicador somente do desalinhamento dos indivíduos e de que a morte é esperada para esses indivíduos. É um homicídio, mas a culpabilização oscila em torno da própria vítima, que por escolhas próprias se pôs no caminho cujo fim é a morte, indicadora nas páginas dos jornais, da completa barbárie que se tornou a periferia.

Ainda que a leitura realizada pareça demasiado generalista, cremos ser suficiente ao objetivo empreendido e adequada ao procedimento homogeneizador realizado pelas narrativas midiáticas de violência, que inscreve nas narrativas sentidos subjetivos da violência muito específicos e restritos aos elementos narrativos acionados, como local, os personagens e a sucessão dos acontecimentos.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Se no enquadramento, observamos o que está inscrito nas narrativas, com as representações destacamos os movimentos que se operam a partir narrativas abarcadas pelos termos acima. Necessariamente interpretativo, esse processo, no entanto, ajuda-nos a responder mais claramente o que percebemos ocorrer difusamente na sociedade, não só relativamente à sensação de insegurança e do caos urbano, mas ao que já está na sociedade, ao que volta para ela por meio das narrativas. Ou seja, ao circuito simbólico.

Em Moscovici (2011), as representações sociais são definidas enquanto fenômeno, a que subjazem alguns processos e potencialidades. Essas potencialidades em nossas análises são produzidas e difundidas pelas narrativas midiáticas de violência, assinalando sua repercussão no ambiente social e histórico em que estão inseridas. Essas características são, a partir da teoria do autor: convencionalização, ancoragem e objetivação.

Convencionalização e ancoragem atuam juntas. O primeiro processo refere-se à produção de convenções relativamente a objetos, pessoas e acontecimentos, em que as representações “lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de um determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas” (MOSCOVICI, 2011, p. 34). Fala em termos dos aspectos convencionais da realidade. De onde vem as ideias da cidade perigosa, de onde vem as sensações de insegurança em espaços periféricos, com marcas de pobreza e de precária urbanização? A mídia as difunde, em âmbito local e nacional. Mas essas representações também têm a ver com o pano de fundo da urbanização no país, que sempre foi marcada por oposições evidentes, entre centro urbanizado/civilizado/organizado e periferia

precarizada/incivilizada/desorganizada, em que os espaços são pensados como mundos à parte um do outro, em que o segundo representa ameaça ao primeiro, ao seu conforto, à sua segurança.

Observamos assim, uma série de práticas que confirmam isso, como as investidas policiais marcadamente violentas nas periferias e as próprias narrativas midiáticas, que fazem circular esses aspectos convencionais da violência. Ao que se soma a ancoragem, processo que “transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com o paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2011, p. 62). É um processo de classificação, de nomeação. O perturbador e ameaçador da violência visibilizado pelas categorias, como as descritas, acima, do acerto de contas ou da morte dos “cidadãos de bem”, são representações ancoradas, algo próximas de uma rotulação dos indivíduos e dos acontecimentos. Novamente, falamos de um processo em que a narrativa midiática está inserida, mas não está circunscrito a ela. O conhecimento corrente na sociedade sobre as condutas e os ideais produtivos, faz com que a narrativa midiática se legitime e seja reconhecida.

Desse processo, redundam a objetivação, a integração à experiência, pois que essas representações se fossilizam, como afirma Moscovici. Elas se materializam, ou então:

A objetivação une a ideia da não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. [...] Em outras palavras, tal autoridade está fundamentada na arte de transformar a representação em na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (2011, p. 71).

Portanto, retornamos ao início desta escrita, às representações da violência, sobrepõem-se à vivência da violência. Um fenômeno subjetivo que é potencializado sobremaneira pela mídia, uma repercussão simbólica, que organiza práticas cotidianas, faz-nos mobilizar conhecimentos, em forma de incertezas, medos, inseguranças, ou certezas sobre a origem da violência, a sua iminência. Assim, percebemos um diálogo complexo, entre a representação social e a experiência social, de que as narrativas midiáticas participam na construção do pensamento dos sujeitos. A mídia forja uma experiência social que opera e organiza as representações de modo totalizante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Violências dramatizadas, violências invisíveis, violências enviesadas. Nesse modo de narrar o fenômeno da violência urbana no contexto da Amazônia Paraense, inscrevem-se processos sociais que definem os acontecimentos, definem os seus personagens, definem os sentidos subjetivos sobre essa violência. E passamos a ver a violência do crime e da criminalidade algo da ordem do comum, do cotidiano, agregando elementos dessas representações projetadas pelos enquadramentos e narrativas midiáticos, às nossas representações sociais.

O que se apresenta nesse circuito simbólico de representações da violência, é uma constante alimentação e realimentação em que a mídia paraense é, se não o principal, pelo menos um dos mais importantes agentes de dinamização, difusão, atualização. O enviesado produzido pelas narrativas demonstra um uso dramatizado da violência, um uso social perverso, mas que não parte de um vácuo social, de sentido inventados pela violência, mas de percepções existentes nos sujeitos. Falamos de uma determinada experiência cultural e social, já sedimentada, de que a mídia se usa, com a qual ela dialoga.

O que não nos impede, no entanto, de questionar o caráter das narrativas e imagens midiáticas da violência, de pensar e repensar essas repercussões simbólicas e o tipo de contribuição que acarreta ou o tipo de negações que realiza. Falamos de uma rotina narrativa que urge por alterações. Mas também falamos de uma experiência a que essas narrativas aderem, cujos elementos são reconhecidos nas narrativas.

É um ambiente de representações suficientemente complexo, para nos fazer pensar nas complexidades do fenômeno, do contexto político, social, histórico e cultural da sociedade brasileira. Um ambiente suficientemente complexo, em que tendências de invisibilização, de negações dos “outros” sociais, de esvaziamento dos direitos humanos, oferecem-se a nós como modo de conhecer e abarcar o mundo social, aquém e além das narrativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado da sociologia do conhecimento. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COSTA, Alda Cristina da Silva. **O embate entre o visível e o invisível**: a construção social da violência no jornalismo e na política, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

FERREIRA JUNIOR, Sergio; MENEZES, Alana. Individualização do acontecimento e mortes violentas: as narrativas policiais da mídia impressa paraense. **Temática**, João Pessoa, ano 10, n.11, nov. 2014. p. 55-70

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Quadros de experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: . (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia**: análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das Musas, 2004.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrrel (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 48-83.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, João Pissarra. (Org.). **Comunicação e sociedade**: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 91-104.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)**, 2008. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ESPECTRO LIVRE, TRANSPARÊNCIA E VIGILÂNCIA *por uma apropriação dos meios digitais na Amazônia*

Thiago Novaes ¹

Jader Gama²

RESUMO:

O presente artigo se insere no atual contexto mundial de migração dos serviços analógicos de comunicação de rádio e televisão para novos serviços digitais. Face à emergência de plataformas digitais de mídia, que impulsionam uma circulação veloz de informação entre grandes territórios, e a demanda por uma gestão otimizada do espectro eletromagnético, apresentaremos o conceito de gestão dinâmica do espectro, que modifica o paradigma de escassez vigente na gestão analógica deste bem público. A garantia de espaços livres no espectro para comunicação sem fins lucrativos se soma à possibilidade de apropriação governamental dos meios digitais, de forma a incrementar a participação social e a educação à distância como mecanismos de promoção de transparência ativa utilizando os meios de transmissão digital. Por fim, problematizam-se projetos como Internet.org, que pretende levar um tipo de conectividade à rede internacional de computadores que viola o princípio de neutralidade, aprovado no Marco Civil da Internet brasileiro, a partir do que daremos destaque para a alternativas técnicas de comunicação combinando rádio e televisão digital a projetos de acesso à Internet livres.

Palavras-chave: digitalização dos meios, espectro livre, transparência ativa, vigilância, Amazônia.

1. A Gestão Dinâmica do Espectro

A maioria dos governos do mundo impede que as pessoas transmitam livremente suas mensagens usando as ondas de rádio, também conhecidas por ondas eletromagnéticas. Argumentam que o espaço por onde estas ondas passam é escasso³. Afirmam que este espaço é como uma rua estreita onde só é possível transitar um carro por vez. Historicamente, este espaço, também conhecido como espectro radioelétrico, foi dividido em faixas de frequências de transmissão, e essa divisão reflete um modelo específico de gestão deste bem público, especialmente no Brasil:

1 Doutorando em Antropologia (UnB) – novaes@riseup.net.

2 Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA) – gama.puraque@gmail.com.

3 De acordo com David Reed: “O espectro está mais para as cores do arco-íris, inclusive aquelas que nossos olhos não podem discernir. Reed diz: Não há nenhuma escassez de espectro mais que há uma escassez da cor verde. Nós poderíamos ligar imediatamente na Internet todo o mundo que recebe um sinal de rádio, e eles poderiam bombear tantos bites quantos jamais desejassem. Sairíamos de uma economia de escassez digital para uma economia de abundância digital”, afirmando ainda que: “o verdadeiro valor de uma rede não é determinado pelo número de pontos individuais conectados, segundo a “Lei de Metcalfe”, mas pelo maior número de grupos que habilita” (Weinberg, 2003).

No plano regulatório, o modelo brasileiro de regulação do espectro pode ser enquadrado, de acordo com a literatura estrangeira, como um modelo chamado de *command and control*. Este modelo significa que o poder público fraciona o espectro em partes de frequência e aloca determinados serviços a essas frações do espectro. Se houver necessidade, por escassez, há uma licitação para a destinação de determinada faixa a determinada empresa (Pinheiro, 2013, p. 193).

Assim definido, esse modelo que divide e aloca o espectro acaba por confundir-se com a ideia mesma de propriedade sobre o espectro, em prejuízo da função gestora que possui o Estado para evitar a interferência mútua de sinais:

Ocorre que o potencial de energia hidráulica é um bem que existe concretamente na natureza, como um rio, uma cachoeira, uma corrente de água. Nesse caso o potencial, que é uma coisa material, concreta, pertence ao Estado. Já o “espectro” que pertence ao Estado é o direito de emitir a onda eletromagnética, não o espaço físico em que as ondas transitam nem o espectro abstratamente considerado. Até porque o espectro é uma construção teórica, uma abstração matemática e suas bandas e canais constituem uma convenção cifrada para os entendermos. O bem do Estado é o direito de emitir sinais (Pinheiro, 2013, p. 189).

Concluindo-se que:

É preciso admitir que não existe um conceito jurídico fechado de espectro e que este conceito tem mais a ver com o uso jurídico do espectro do que com aquilo que, concreta e materialmente, constitui esse espectro. Diante disso podemos assegurar que mais do que um bem, no sentido jurídico, o espectro radioelétrico revela-se um conjunto de direitos relacionados às atividades que utilizam o espectro (Pinheiro, 2013, p. 190).

Ao relacionarmos o uso do espectro com os interesses econômicos, há dois grandes grupos de atores diretamente engajados na apropriação privada do espectro eletromagnético (Belisário, 2015). No primeiro, podemos reunir as empresas que detêm as concessões de rádio e televisão, e que, durante a metade do século passado, foram responsáveis pela exploração mercantil do espectro eletromagnético. No segundo grupo, destacaríamos hoje as empresas de telecomunicação, de surgimento mais recente, e que não operam de um ponto emissor para um parque passivo de receptores, como se caracteriza o regime de *broadcasting*, onde se monopolizam os dados que trafegam na rede. Como descreve o pesquisador:

O mercado do segundo grupo é controlado principalmente por empresas de telefonia móvel. Na prática, as ‘teles’ alugam o espectro para seus usuários receberem e enviarem informações. Seu modelo de negócio é totalmente baseado na subconcessão do espectro. Porém, em geral, o loteamento do espectro ocorre por meio de leilões. O critério deixa de ser principalmente político para tornar-se econômico. Como se alugam terrenos, neste modelo, o Estado aluga o espectro para grupos econômicos privados oferecerem serviços aos consumidores. Em comum a ambos os grupos econômicos, temos a grande concentração econômica em poucos grupos privados. Porém, se nas transmissões de rádio e televisão temos as experiências de diversas rádios e TVs livres e comunitárias, nas telecomunicações via celular não temos registro de nenhuma experiência com protagonismo da sociedade civil no Brasil (Belisário, 2015).

De acordo com o *White Paper* publicado pela empresa Cisco⁴, o tráfego de dados por dispositivos móveis cresceu 69% em 2014, atingindo 2.5 exabites por mês no fim do mesmo ano. No mesmo ano, o tráfego de dados era cerca de 30 vezes o total circulado globalmente no ano de 2000, e que, em 2014, as redes móveis transportaram algo próximo a 30 exabites de dados. O tráfego de vídeo excedeu 50% do total de dados móveis primeiramente em 2012, e concluiu um crescimento de 55% no final de 2014. Quase meio bilhão de dispositivos móveis (497 milhões) e conexões foram adicionadas em 2014. Os chamados smartphones contabilizaram 88% de crescimento, com 439 milhões de adições à rede em 2014. E, finalmente, a quarta geração de aparelhos móveis, com a conexão chamada de 4G, geraram uma taxa de tráfego dez vezes maior que os dispositivos sem conexão 4G. Embora as conexões 4G representem apenas 6% das conexões móveis de hoje, elas já respondem por 40% do total de tráfego de dados móveis.

Esses números sugerem uma mudança radical em curso, onde a comunicação de todos com todos realiza uma importante passagem, denominada por alguns pesquisadores como um avanço das forças produtivas da comunicação entrando em contradição com as relações de sua produção social no século XX, que configuraram um conjunto de intermediários da esfera pública:

Assentados em regimes de troca direta, em que a generosidade intelectual se mostra mais eficiente que a competição, esses novos agenciamentos sociais visam assegurar o pleno direito das sociedades à comunicação, de todas as formas, por todos os meios, possibilitando a construção de novos conteúdos, permitindo também a restauração de regimes públicos de debate, em que a comunicação não é instrumento de esfera pública, sendo ela própria a esfera pública (Novaes, Caminati & Prado, 2005, p. 27-28).

Paralelo ao modelo de exploração econômica, há possibilidades emergentes para um efetivo interesse público que se utilize de faixas não licenciadas de compartilhamento de conexão:

As faixas denominadas “não licenciadas” na verdade têm uma autorização de operação sem licença dentro de limitações rigorosas quanto ao uso (comercial ou não), ao alcance e à potência de transmissão – é o caso das estreitas faixas onde operam os dispositivos conhecidos como wi-fi, em torno de 2,4 GHz e 5,8 GHz. Para operação nessas faixas com alcance e/ou potências maiores (por exemplo, redes comunitárias, redes municipais, provedores locais de serviços Internet), é preciso obter uma licença da Anatel. No outro extremo estão faixas licenciadas e rigorosamente controladas exclusivamente para uso primário (ou seja, de uso exclusivo permanente de uma concessionária – as frequências não podem ser compartilhadas na região de autorização, ao contrário, por exemplo, das faixas wi-fi), cedidas a operadoras para prestação de serviços específicos através de leilões ou autorizações de vários tipos. (Afonso, 2013, p. 31).

Essas faixas eram utilizadas, em um passado não muito distante, em quase todo o mundo, pelas forças armadas. Como o uso militar do espectro caminhou para frequências mais altas, e com a disseminação da comunicação por satélite, essa faixa foi destinada para a comunicação médica. No final, a faixa acabou sem ocupação regulamentada, ou seja, tornou-se aberta ou livre. Em 1996, a IEEE (Institute of Electrical and Electronic Engineers), que possui aproximadamente 380 mil associados em 150 países, aprovou o protocolo de comunicação 802.11b, também conhecido como protocolo do Wi-Fi (Wireless Fidelity).

4 Cisco Visual Networking Index: Global Mobile Data Traffic Forecast Update, 2014 – 2019. White Paper. Disponível em http://www.cisco.com/c/en/us/solutions/collateral/service-provider/visual-networking-index-vni/white_paper_c11-520862.pdf Acesso em: 20 de maio de 2015.

O protocolo 802.11b é um documento que especifica como devem ser transmitidas as informações usando as ondas radioelétricas. Uma das definições do protocolo é que os transmissores de Wi-Fi deveriam utilizar a frequência 2,4 GHz que estava aberta. Isto permitiu que explodisse o uso da conexão ou sem-fio. Aeroportos, cafés, supermercados, livrarias e bares passaram a fornecer acesso à internet a partir dos *hotspots*, zona de cobertura ou espaço onde o sinal de rádio era capaz de conectar os computadores e dispositivos móveis. No *hotspot*, é instalada uma antena ligada a um roteador que, em geral, está conectado com uma rede de banda larga. Essa antena é o centro do *access point* ou ponto de acesso. O alcance do Wi-Fi é pequeno, cerca de 50 metros, a depender da antena, mas permite conectar diversos computadores simultaneamente. Vários dispositivos são compatíveis com o Wi-Fi, tais como os PDAs e os telefones celulares. Muitas pessoas em casa possuem roteadores de *wireless*, permitindo que elas acessem à Internet de qualquer lugar da casa. Esse avanço da comunicação sem-fio, principalmente usando as faixas não-regulamentadas do espectro entre 2.4 GHz e 5 GHz, permitiu a formação de comunidades de compartilhamento de conexão. Utilizando seus próprios roteadores para irradiar os sinais de rádio, é possível formar uma grande nuvem de conexão. Comunidades de conectividade aberta e outras mais restritas estão surgindo e proliferando-se por todo o planeta⁵.

Um dos países onde a implantação de redes compartilhadas e abertas de *wireless* avança rapidamente é a Espanha. Iniciativas de referência como a rede Guada, instalada na cidade de Guadalajara, praticam o conceito de rede dinâmica de conexão: se você está andando com o seu *laptop* e subitamente muda de ponto de acesso, o seu sinal não se perde. Inspirada nos valores solidários e não-comerciais que permeiam também a produção de software livre, a comunidade de Guadalajara, composta de membros da comunidade Debian de *software livre*, é um exemplo de eficiência técnica onde não reina a competitividade.

Além do uso de faixas não licenciadas, com o surgimento de transmissores e receptores digitais, não existe mais a necessidade de uma única transmissão ocupar com exclusividade uma única frequência. A tecnologia digital permite evitar a interferência de um transmissor em todos os outros. O ruído deixa de existir em um cenário digital, tal como nos prova o funcionamento dos celulares digitais. Quantas vezes não podemos notar dezenas de pessoas atendendo a celulares, ao mesmo tempo, sem nenhuma interferência de uns nos outros? Muitos deles estão usando a mesma faixa de frequência. Outro exemplo se situa nos aeroportos. Mesmo nos horários de maior demanda de uso, quando várias pessoas estão conectadas à Internet com seus laptops, com uma pequena antena se consegue conectar entre 30 e 50 computadores usando a tecnologia *wireless*, ou seja, de conexão sem fio. Todos essas pessoas estão recebendo e enviando sinais usando as mesmas faixas de frequências. O *download* de um arquivo não interfere nem no *download* nem no *upload* dos outros: a rede pode ficar mais lenta com muitos *laptops* conectados em uma mesma rede, mas não devido às ondas de rádio, mas exatamente porque o sinal que é enviado pela fibra ótica das empresas de telefonia até a antena é baixo.

Em seu artigo sobre rádio digital, Carlos Afonso especula sobre o futuro uso que esse novo meio de comunicação poderá oferecer, sugerindo “*pensar em um projeto integrado de Internet para a comunidade como alternativa às ofertas dos conglomerados de telecomunicações e de mídia*” (2013, p. 29).

⁵ Uma dessas comunidades é a dos foneros. Criada na Espanha em 2005, pelo empresário Martín Varsavsky, a empresa FON quer formar uma comunidade Wi-Fi em todo o mundo. Os foneros compartilham seu sinal de wireless com os demais membros da comunidade. Quanto mais pessoas de uma cidade integrarem a comunidade fonera, mais o sinal de Wi-Fi vai se expandido até cobrir toda a região. Assim, um fonero poderá acessar a rede de qualquer área.

Rádios digitais são operados por *software* e são chamados de “inteligentes”. São capazes de distinguir o sinal do ruído e podem encontrar precisamente seus receptores ou transmissores. Quando uma frequência está muito carregada, os transmissores digitais mudam automaticamente de faixa e os receptores os podem acompanhar sem problemas. Esta tecnologia já está em funcionamento em vários locais do planeta e vem sendo desenvolvida também no Brasil. Assim o definimos:

O rádio cognitivo é um rádio inteligente que pode ser programado e configurado dinamicamente. Seu transceptor foi projetado para usar os melhores canais sem fio em sua vizinhança. Tal rádio detecta automaticamente os canais disponíveis no espectro sem fio, e em seguida, pode mudar seus parâmetros de transmissão ou recepção para permitir que mais comunicações sem fio simultâneas ocorram em uma determinada banda do espectro em um único local. Este processo é uma forma de gestão dinâmica do espectro⁶.

Ao viabilizar o uso dinâmico do espectro, sugerimos que passemos a garantir a liberdade de expressão de quaisquer pessoas, independentemente de fronteiras ou prévia autorização utilizando o meio rádio, tal como proclama a Constituição Brasileira em seu Art 5º, inciso IX, inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que proclama em seu Art. XIX:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

Sob um novo paradigma, digital, a regulamentação do uso das faixas de frequência no espectro radioelétrico podem ser retomadas pelo público, para uso comum, tal como as avenidas e ruas onde todas as pessoas podem passar. O avanço das tecnologias digitais permite superar a situação em que somente alguns poucos concessionários têm o direito de transmitir seus sinais e seus conteúdos pelas ondas do rádio e da TV, aumentando tanto a livre concorrência entre as empresas, mas, mais importante, garantido aos produtores culturais das milhares de comunidades que compõem nossa diversidade cultural, a todas as pessoas, o direito à livre expressão.

A livre expressão, assim como outros artigos constitucionais, precisam ainda ser regulamentados. A presente abordagem pode ser dividida em duas vertentes: uma que aponta para uma contexto muito recente, que deve responder ao legado e concepção de comando e controle militar, estratégico, sobre a gestão do espectro, de um lado; mas que deve também estar atenta para o futuro da gestão do espectro sob regime digital, onde a convergência e a inovação sejam impulsionados por tecnologias mais inteligentes e colaborativas de produção e distribuição de conteúdo.

No campo da comunicação, esta necessidade impõe grande ênfase para o papel dos usuários, dos consumidores desses conteúdos, que hoje são também os produtores, os prosumers, que não estão participando da definição das tecnologias e desconhecem as possibilidades que oferece a migração dos sistemas analógicos para os digitais.

Desde 2006, após a explosão do acesso à Internet, o meio analógico consagrado como a televisão passou a ser transmitido para receptores digitais, e se apresenta até o momento como um excelente veículo de transmissão de conteúdo gratuito em alta-definição. Em 2010, começou-se a falar em rádio digital, mas não se sabe muito como estão ocorrendo as discussões e o que está

6 Ver http://en.wikipedia.org/wiki/Cognitive_radio Acesso em: 20 de maio de 2015.

sendo considerado para definir o próximo modelo de rádio que irá vigorar no Brasil, e possivelmente em nossos vizinhos.

A Constituição Brasileira dedica o Cap. III ao Desporto e à Cultura (Art. 215 e 216) e o Capítulo V (Art. 220 ao Art. 224) à Comunicação Social. Ambos os capítulos seriam suficientes para apresentarmos os principais marcos jurídicos de que necessitaríamos para tornar nossos meios de comunicação mais democráticos.

Atualmente, a única lei que se diz aplicar os fundamentos do Art. 223 é a lei de Rádios Comunitárias, a 9.612/98, que limita a 1km de raio de alcance, 30 metros de antena de altura e no máximo 25W de potência, tendo sido eleita entre especialistas em Comunicação como a pior lei de Rádios Comunitárias da América Latina.

Justificando nosso investimento, portanto, sobre um vazio regulamentar, deteremo-nos a comparar as interpretações dadas por nossos vizinhos da América Latina em suas novas leis constitucionais que versam sobre as telecomunicações, preocupados igualmente em fazer cumprir o dispositivo da “complementaridade dos serviços”. A comparação regional nos parece oportuna pois a história recente desses países também registra a presença de elites ditatoriais que governaram com o auxílio do poder de influência oligárquica que os meios de comunicação analógicos, como rádio e televisão, adquiriram a partir dos anos de 1960. Assim, traremos para análise as propostas de Equador, Argentina, Bolívia e Uruguai para a gestão do espectro radioelétrico e a comunicação social nesses países.

No Equador, os meios de comunicação social são de três tipos: 1. Públicos; 2. Privados; e, 3. Comunitários (Art. 70). Quanto ao entendimento da gestão analógica, o Art. 105 define que o espectro radioelétrico é um bem de domínio público do Estado, e que a administração para o uso e aproveitamento técnico deste recurso estratégico se dará por meio das autoridades de telecomunicações. Contudo, em nenhum caso, a administração do espectro significará o controle sobre os conteúdos dos meios de comunicação.

Considerando a complementaridade, podemos estabelecer o paralelo Equador-Brasil no seguinte texto de lei, do Terceiro Suplemento - Registro Oficial Nº 22, de 25 de junho de 2013, que trata da distribuição equitativa de frequências, em seu Artigo 106:

O espectro de rádio destinado à operação de estações de rádio e televisão de transmissão serão distribuídos igualmente em três partes , reservando 33% dessas frequências para a exploração do transporte público, 33% operação para de meios de comunicação privados, e 34% para a operação dos meios de comunicação comunitários⁷.

Na Argentina, a Lei 26.522 de serviços de comunicação audiovisual, de 2009, assim dispõe, em seu Artigo 89: 33% dos espaços radioelétricos disponíveis, em todas as bandas de radiodifusão sonora e de televisão terrestres, em todas as áreas de cobertura, para pessoa jurídicas sem fins de lucro.

Na Bolívia, país de grande importância para uma inspiração étnica na elaboração de leis, firmou-se nova Constituição e assim foi definida a complementaridade dos serviços de comunicação social, no Artigo 10, inciso I, da Lei Nº 164, de 8 de agosto de 2011:

⁷Disponível em: <http://www.cordicom.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/11/Ley-OrgC3%A1nica-Comunicaci%C3%B3n.pdf> Acesso em 20/05/2015.

Lei Geral de Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação, a Lei Nº 164, de 8 de agosto de 2011. c) Distribuição do espectro: a distribuição do total de canais da banda de frequências para o serviço de radiodifusão em frequência modulada e televisão analógica em nível nacional onde exista disponibilidade, se sujeitará ao seguinte: Estado, com até 33%, Comercial, até 33% e Social comunitário, até 17%, Povos indígenas originários, camponeses, e as comunidades interculturais e afro-bolivianas até 17% .

Diante de tão claras iniciativas, que em nada se aproximam de qualquer interferência sobre a gestão e transmissão de conteúdos, por que o Brasil ainda limita seu reconhecimento sobre o art 223 à lei de Rádios Comunitárias, que não reserva espaços livres no espectro, antes deixa de ser cumprida onde esse bem público é mais disputado pelo comércio, como no caso da capital São Paulo?

Comenta ainda Guilherme Pinheiro:

... [U]ma política pública efetiva de administração do espectro radioelétrico deveria ser regada pelo princípio emancipatório da democratização das comunicações. Tal emancipação se exprime não apenas pela possibilidade de se ter acesso à informação, mas também pela realização do direito concreto à liberdade de expressão e participação. Uma democracia madura não pode prescindir dessa abertura de canais de informação. Para que haja plenamente a objetivação desses fins, a efetividade de direitos fundamentais ligados ao espectro não pode ficar de fora. (...) A racionalização da atividade judiciária nesse tema passa também pelo entendimento da natureza jurídica do espectro, de sua função social e dos pressupostos democráticos para seu uso e regulação (Pinheiro, 2013, p. 207).

Uma vez compreendido o fundamento para divisão do espectro entre suas funções complementares, visando corrigir uma apropriação comercial e uma gestão estatal pouco virtuosa ao longo das últimas décadas, esperamos ter destacado ainda algumas possibilidades técnicas que não só viabilizam a entrada de mais atores no espectro, bem como transformam o paradigma da escassez e do uso exclusivo em um uso abundante e compartilhado do espectro. Mas se do ponto de vista do interesse das pessoas um novo campo de disputa se instaura, em defesa de espaços livres para comunicação, que novas oportunidades surgem para que governos se legitimem e ofereçam mais ferramentas de participação e fiscalização da representação política, já tão desgastada e desacreditada em nosso país.

2. TRANSPARÊNCIA ATIVA NA AMAZÔNIA

As leis brasileiras referentes à transparência pública e acesso à informação não são recentes: diversas leis de âmbito nacional abordam este tema de diferentes maneiras. No país, a primeira lei que aproximou o cidadão ao controle das ações governamentais foi sancionada em 29 de junho de 1965⁸, permitindo que qualquer indivíduo pudesse solicitar a anulação e/ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União e de qualquer Estado. A constituição cidadã de 1988, logo após o fim da ditadura militar, já colocava como um direito fundamental dos cidadãos o acesso às informações públicas:

8 Lei 4.717 estipulava que qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm. Acesso em 15 de abril de 2014.

Mais atual, no entanto, é a Lei da Transparência, a Lei nº 101/2000⁹:

Em vigor desde 5 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é uma lei complementar que regulamenta o artigo 163 da Constituição Federal e estabelece as normas que orientam as finanças públicas no País. Ela objetiva aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, por meio de ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas (CGU, 2013, p. 10).

O objetivo dessas leis pode ser atribuído ao desejo de fortalecimento das democracias em todo mundo. De maneira especial, na América Latina, essas leis são fundamentais para realizar uma transição, após muitos anos sob o jugo de governo ditatoriais, tendo sido discutidas desde os anos de 1990, que inauguram um novo período de retomada democrática no continente. Esta abertura tem proporcionado a busca do exercício da cidadania nestes países, trazendo à tona a vontade da sociedade civil de participar da vida pública, exigindo acesso à informação e prestação de contas por parte dos governos eleitos democraticamente. Acredita-se que por meio da transparência pública os cidadãos podem avaliar a atuação dos seus governantes e decidir com base em suas ações passadas se votam para que continuem no poder ou elegerão outros representantes.

Do ponto de vista da administração pública, é possível dizer que quanto mais transparência tanto mais é possível se limitar os abusos de poder e a corrupção. Haja visto que a simples publicação dos gastos com funcionalismo público já é um fator inibidor para auto-concessão de privilégios, como viagens desnecessárias, diárias, uso indevido de cartões de crédito governamentais e o aumento abusivo de salários. Inclusive a transparência nas compras do governo através dos sites de licitação promovem uma ampla exposição das necessidades de aquisição por parte do poder público, possibilitando a participação de fornecedores das mais diversas localizações geográficas.

Considerando os princípios de impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência enquanto os cinco princípios constitucionais da administração pública, aos quais todas as entidades, sejam elas federais, estaduais e municipais devem se submeter, assim definimos a noção de transparência que nos orienta neste artigo:

Transparência é característica de governos, empresas, organizações e indivíduos a serem abertos à clara divulgação de informações, normas, planos, processos e ações. Em princípio, funcionários públicos, empregados, gerentes e diretores de empresas ou organizações e administradores de conselhos têm o dever de agir de modo visível, previsível e compreensível para promover a participação e *accountability* (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2009, p. 44)

No contexto atual, o cumprimento das chamadas Leis de Transparência depende também do grau de avanço da gestão pública no que diz respeito à sociedade da informação, tanto na parte de infraestrutura tecnológica, quanto no quesito referente à capacidade de seus gestores e dos funcionários públicos em geral.

A Lei nº 131/2009, chamada Lei da Transparência ou Lei Capiberibe, de autoria do Senador do estado do Amapá, João Capiberibe, é uma lei complementar que acrescentou novos dispositivos à

9 Na região Amazônica é onde se concentra o maior número de estados que ainda não regulamentaram a Lei de Acesso à Informação, entre eles estão: Amazonas, Pará, Roraima e Amapá. Dos municípios com mais de 100 mil habitantes do Pará, segundo a CGU, apenas Belém (Lei 8.912/2012) e Abaetetuba (Lei 363/2013) regulamentaram a Lei de Acesso à Informação. No entanto, esta pesquisa constatou que a cidade de Ananindeua (Lei N° 2.593/2012) também regulamentou a LAI.

Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Além de fortalecer ainda mais a participação da sociedade no processo orçamentário, a Lei afirma que todos os gestores públicos do país são obrigados a disponibilizar na internet informações pormenorizadas e atualizadas em *tempo real* sobre a execução orçamentária (receitas e despesas) de todos os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados, municípios e do Distrito Federal.

A LC nº 131/2009 definiu prazos diferentes para o cumprimento de tais dispositivos, a União, Estados, Distrito Federal e municípios com mais de cem mil habitantes: tiveram até maio de 2010 para atender à lei, os municípios que possuem entre cinquenta e cem mil pessoas, até maio de 2011 e municípios com até cinquenta mil habitantes até 28 de maio de 2013.

Apesar de todo esse aparato normativo existente no país, faltava uma lei que regulamentasse os direitos constitucionais dos cidadãos de acesso às informações públicas sob a guarda do Estado brasileiro. A Lei de Acesso à Informação (LAI) entrou em vigor em 16 de maio de 2012 com esse propósito. A Controladoria Geral da União em seu Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios destaca que “a garantia do direito de acesso a informações traz vantagens para a sociedade e para a Administração Pública. De modo geral, o acesso às informações públicas é um requisito importante para a luta contra a corrupção, o aperfeiçoamento da gestão pública, o controle social e a participação popular”. (CGU, 2013. p. 6)

A Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito à informação pública previsto na Constituição Federal de 1988. A LAI estabelece que toda informação produzida ou custodiada por órgãos e entidades públicas é passível de ser ofertada ao cidadão, a não ser que esteja sujeita a restrições de acesso legalmente estabelecidas, sejam elas:

- (i) informações classificadas nos graus de sigilo reservado, secreto ou ultrassecreto, nos termos da própria LAI; (ii) informações pessoais, afetas à intimidade e à vida privada das pessoas naturais; ou (iii) informações protegidas por outras legislações vigentes no País, como é o caso do sigilo fiscal e do sigilo bancário. (CGU, 2013. p. 7)

Para operacionalizar o direito à informação, a LAI garante à sociedade o acesso a informações públicas de duas formas, através da Transparência Ativa e da Transparência Passiva.

A primeira ocorre quando o Estado concede proativamente amplo acesso a informações de interesse coletivo e geral, divulgando-as, em seus sítios eletrônicos na Internet. Diferentemente da disponibilização da informação, a preocupação da transparência ativa é fazer chegar de fato os dados ao seu destino, implicando na ampliação do escopo do tipo de informação que se deve disponibilizar:

Pode-se definir transparência da gestão como a atuação do órgão público no sentido de tornar sua conduta cotidiana, e os dados dela decorrentes, acessíveis ao público em geral. Suplanta o conceito de publicidade previsto na Constituição Federal de 1988, pois a publicidade é uma questão passiva, de se publicar determinadas informações como requisito de eficácia. A transparência vai mais além, pois se detém na garantia do acesso as informações de forma global, não somente aquelas que se deseja apresentar (BRAGA, 2011, p.4).

Os artigos da LAI que fazem referência expressa a iniciativas de Transparência Ativa são:

Art. 3º. “Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: (...)

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

(...)

Art. 8º. “É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”. (LAI, 2011)

O artigo 8º da LAI, estabelece ainda uma lista mínima de informações que devem ser disponibilizadas por todos os entes da administração pública (§ 1º do art. 8º):

I – registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III – registros das despesas;

IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades e;

VI – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Porém, como efetivar medidas de Transparência Ativa na Internet quando a população não está conectada?

Apesar dos avanços, o acesso à banda larga fixa é ainda muito reduzido. Para entender os contrastes presentes no cenário nacional, é importante tratar as estimativas relativas aos domicílios com acesso à Internet de maneira regional. A região norte, em 2013, por exemplo, apresentou a menor proporção de domicílios com acesso à internet: 26% (porcentagem relativa ao número total de domicílios), que, estimativamente, representa 1,2 milhões de domicílios conectados (CGI, 2014, p. 172). Consideramos um número muito negativo, destacando-se o fato de que os municípios com menores índices de desenvolvimento humano encontram-se nesta região (PNUD, 2013). Já na região sudeste, que apresenta os melhores números em relação ao IDHM (PNUD, 2013), apesar de 51% das residências (porcentagem relativa ao número total de domicílios) estarem conectadas à rede mundial de computadores, em números absolutos, esta região é a que possui o maior número de domicílios desconectados, perfazendo um total de 13,3 milhões (CGI, 2014, p. 172).

Segue uma tabela contendo a quantidade de computadores conectados na região Amazônica:



Considerando a realidade de conectividade da região Amazônica, e a atual migração dos sistemas analógicos de rádio e televisão para sistemas digitais, o presente artigo se interessa em apresentar as possibilidades de realização de acesso à informação de interesse público, partindo de governos, utilizando-se de uma infraestrutura local de comunicação. Ou seja, tratando-se de emissão de dados, tanto televisão quanto rádio digital podem se transformar em poderosos meios de circulação de informação, especialmente se forem explorados de maneira inovadora, como novas plataformas de comunicação, de baixo custo a altíssima capilaridade. Ampliando o acesso a conteúdos, garantindo espaços para apropriação coletiva e local do espectro, e promovendo a transparência de governos - garantindo que informações de interesse do cidadão estejam disponíveis nos receptores presentes na casa das pessoas para navegação local e doméstica – a digitalização dos meios representa uma oportunidade ainda a ser compreendida em seu potencial de liberdade de expressão e fortalecimento democrático, com grande possibilidade de ser exportada para países em situação próxima ao Brasil: grandes territórios, população dispersa, leis voltadas para transparência de governos, e governos sem perspectivas de promover transparência.

3. CAPITALISMO VIGILANTE E INTERNET.ORG

Capitalismo Vigilante é o conceito cunhado por Shoshana Zuboff (2015) para designar uma nova lógica de acumulação de informação, capaz de “prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir dinheiro e controle de mercado” (2015: 75). Partindo do entendimento de que as atividades não mercadológicas de uso das novas tecnologias associadas à Internet vêm se tornando a principal fonte de informação para composição dos assim chamados Big Data, uma espécie de totalitarismo silencioso paira sobre as relações mediadas por computador e assume cada vez mais seu aspecto de onipresença nas sociedades informatizadas. Tomando como objeto um processo de

extração e análise de dados, que culmina em um monitoramento e na emergência de uma nova forma de contrato, a autora denuncia uma exploração que viabiliza “*uma nova arquitetura universal existente entre a natureza e Deus*” (op. cit. p. 81), ao que ela batizou de *Big Other*.

Por extração de dados entenda-se um processo de “*indiferença formal*” (op. cit. p. 79) frente à coleta de informação que se realiza em uma única via, não em uma relação bidirecional. Algo como “tomando de”, ao invés de “dar a”, como na reciprocidade entre dar e receber tão valorizada entre as redes conectadas na Internet. O segundo passo, a análise, é feita com a conivência desta indiferença formal, e demanda novos métodos de associação com capacidade de previsão, onde os dados viajam entre as muitas fases de produção para retornarem a sua fonte para uma segunda fase de extração, onde o objetivo não é mais o dado, mas o dinheiro. E, conforme argumenta Zuboff, esse ciclo se reinicia novamente na forma de “*novas transações mediadas por computador*” (op. cit. p.80).

Assim, o monitoramento ocorre independentemente da vontade ou consciência do cidadão, uma vez que o aspecto total das transações mediadas por computador oferece a possibilidade de observação do comportamento onde antes isso era impossível, cabendo, do ponto de vista da cidadania, uma geração de novos contratos sobre essa mediação. Porém, se esses contratos forem estipulados entre empresas cujo negócio é o Big Data, em países onde os governos não dispõem de políticas de promoção de acesso à Internet, seja por falta de recursos ou outras prioridades, a vulnerabilidade das comunidades atendidas é enorme, e um novo fenômeno vem ganhando evidência: o oferecimento da gratuidade no acesso à Internet, conhecido como *zero-rating*.

Uma das empresas que vem investindo fortemente no modelo *zero-rating* é o Facebook. Conforme descreve Arzak Khan (2015), a implementação deste tipo de iniciativa no Paquistão, por exemplo, significa “arriscar o futuro da Web” no país: liberando apenas 17 sites para acesso gratuito, aqueles que acessarem a Internet pela primeira vez utilizando o aplicativo do internet.org correm o risco de ficarem sem saber o que é a Internet de verdade! E pior, sendo este o público que talvez mais tivesse a ganhar com o pleno acesso à rede mundial de computadores.

4. CONCLUSÃO

Face à emergência do Capitalismo Vigilante, propomos uma emenda à divisão do espectro que regulamenta a complementaridade dos serviços de comunicação social, reservando-se espaços em todas as faixas de frequência para transmissões experimentais, sem prévia autorização ou licença: operadas com rádio cognitivo, trata-se de evitar a interferência e otimizar o uso do espectro com tecnologias digitais. Ademais, consideramos que uma gestão dinâmica do espectro torna obsoleta a atribuição de janelas de emissão e proporciona, ao mesmo tempo, a emergência de espaços não vigiados de comunicação, bem como o acesso de muito mais pessoas aos meios de comunicação com fins de liberdade de expressão. A compreensão por parte de governos sobre as potencialidades que a digitalização dos meios oferece deve incluir, especialmente no contexto amazônico, o uso de rádio e televisão, capazes de promover transparência ativa, emitindo dados para a casa das pessoas, formando público e voltando-se para o efetivo acesso às informações de interesse público. Diante do avanço do capitalismo vigilante, que trabalha atualmente em busca do mercado amazônico, a junção do espectro livre à transparência ativa de governos parece apontar para uma apropriação tecnológica do digital alternativa ao modelo hegemônico que privilegia a geração de Big Data, em prejuízo da autonomia das pessoas. É frente a esse conjunto de iniciativas

que nos posicionamos a favor de tecnologias abertas, de baixo custo e que evitam o avanço do modelo exploratório vigente na Internet: trata-se da reinvenção da televisão digital, e da definição de um modelo de rádio digital que atenda à população que mais necessita deste meio.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Carlos. “Espectro e Novas Tecnologias de Rádio Digital – oportunidades e desafios”. *Rev. PoliTICS*. 2013, p. 28-34.

BELISÁRIO, Adriano. “Espectro Livre como alternativa tecnopolítica à vigilância”. Disponível em: <http://espectrolivre.org/?p=261>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

NOVAES, Thiago; CAMINATI, Francisco & PRADO, Cláudio. “Sinapse XXI: novos paradigmas em comunicação”. In: *Mídias Digitais*. BARBOSA, André; TOME, Takashi & CASTRO, Cosette (ed.). São Paulo: Paulinas, 2005.

PINHEIRO, Guilherme Nunes. “Uma Perspectiva Neoconstitucional da Regulação do Espectro Radioelétrico”. *REVISTA Direitos Humanos e Democracia*, Editora Unijuí, ano 1, n. 2, jul./dez. 2013, p. 182-210.

WEINBERGER, David. “O Mito da Interferência no Espectro de Rádio”. Tradução livre de Guilherme Barcellos, 2003. Disponível em: <http://www.culturadigital.br/josemurilo/2014/11/10/o-mito-da-interferencia-no-espectro-de-radio/> Acesso em: 20 de maio de 2015.

WERBACH, Kevin. *The Coming Age of Unlicensed Wireless*. New America Foundation, Public Knowledge: Washington DC, 2009.

WILMORE, Mihayo & FERGUSON, Ian. “Unlocking Dynamic Spectrum Access”. *Rev. InterMEDIA*, vol. 41, issue 4, Autumn, 2013, p. 16-19.

ZUBOFF, Shoshana. “Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization”. *Journal of Information Technology*, 30. 2015, p. 76-89.



GRUPO DE TRABALHO VI

Cidades e a transformação da vida urbana na Pan-Amazônia e na América Latina

Coordenadores

Profa. Dra. Sandra Helena Ribeiro Cruz

Profa. Dra. Maria Elvira Rocha de As

Profa. Dra. Carmem Izabel Rodrigues

Doutoranda Iraneide Silva

Ementa – O campo de estudos sobre o urbano tem sido central nas análises das ciências sociais, abrangendo várias abordagens quantitativas e/ou qualitativas, visando produzir conhecimento sobre as cidades, as relações sociais, o trabalho, a mobilidade, a diversidade e as trocas culturais. Pretende-se com este GT discutir trabalhos resultantes de pesquisa teórica ou empíricas sobre a vida urbana considerando categorias chave como trabalho, tempo, espaço, identidade, singularidade, diferença, cotidiano, cultura, economia urbana e global, política e planejamento urbano e regional. Contempla, ainda, trabalhos que abordem as manifestações políticas nas cidades visando fomentar o debate crítico sobre o urbano e os limites da ação política e da democracia.

SOBRE A QUESTÃO DA MORADIA E DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. VELHO PROBLEMA, NOVAS SOLUÇÕES?

Edivania Santos Alves¹

RESUMO

O problema habitacional apresentou-se historicamente como fenômeno social a partir da Revolução Industrial. Ao indagar-se a esse respeito, Engels produziu entre 1872 e 1873 três artigos que pretendiam elucidar as motivações que impediam os trabalhadores de lograr sua moradia. Esclareceu que no sistema capitalista, a moradia assim como tudo o mais se torna mercadoria; assim as possibilidades de um assalariado converter-se em proprietário de seu imóvel são quase nulas, decorrentes da desigual distribuição de serviços e bens na cidade, da exclusão e espoliação urbanas, do preço superavitário dos alugueis e ainda pelos custos resultantes da valorização imobiliária de certos bairros e áreas. Conclui que a escassez de moradias não passa de uma farsa, um discurso, uma retórica do Estado e das elites dominantes que não desejam e não resolverão esta questão, pois na equação trabalho e moradia, os assalariados é que não dispõem de renda suficiente para adquirir os imóveis. Assim como os agentes urbanos - mercado imobiliário, cartórios, grandes proprietários fundiários urbanos agem sobre o território visando defini-lo conforme seus interesses e lucros, também o Estado desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Contudo, a ação do Estado “tende, usualmente, a reforçar a diferenciação intraurbana no que diz respeito à segregação residencial” (CORRÊA, 2011, p.46). Desenha-se então a ilegalidade urbana que divide a cidade entre os que podem usufruí-la e os que não podem; entre os que se sentem parte dela e a esmagadora maioria que a acessa pelo mundo do trabalho. O processo de urbanização nacional herdou um forte conservadorismo, patrimonialismo e apropriação desigual do território desde o período colonial combinado à instituição da escravidão. A inoperância do Estado brasileiro somado à fragilidade na constituição de uma legislação urbanística corroboram para a perpetuação da ilegalidade urbana. Respondendo as pressões populares e obrigada a adequar-se às legislações específicas, sobretudo a Lei nº 11.977/2009, a Prefeitura Municipal de Belém criou o Programa de Regularização Fundiária Chão Legal. Objetiva-se analisar e discutir os desdobramentos socioterritoriais do Programa Chão Legal executado pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (Codem) na Subbacia 1 da Estrada Nova na cidade de Belém. Propõe-se também identificar e investigar as contradições inerentes à ação do Estado, sobretudo quando verifica-se que o “Chão Legal” atinge somente os trabalhadores que vivem na área em questão ao mesmo tempo que desconhece os proprietários de grandes áreas como a da falida Companhia Amazônia Têxtil de Aniam e alega não ter nenhuma proposição para conferir função social à referida propriedade urbana conforme o estabelecido no parágrafo segundo do Artigo 182 da Constituição Federal.

Palavras-chave: Programa Chão Legal. Regularização Fundiária. Programa de Macrodrenagem da Estrada Nova.

¹ Professora de História (SEDUC/PA); Docente (ESMAC); Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA); Pesquisadora no Programa de Apoio à Reforma Urbana (FASS/ICSA/UFPA). Email: edivania1972@yahoo.com.br

1. A FALTA DE HABITAÇÕES CONSTITUÍ-SE PROBLEMA SOCIAL?

O problema habitacional apresentou-se historicamente como fenômeno social a partir da Revolução Industrial e desde então é objeto de discussões e formulações tanto por parte das classes dominantes quanto dos trabalhadores. Ao indagar-se a respeito de tão relevante temática, Engels produziu entre 1872 e 1873 três artigos que pretendiam elucidar as motivações que impediam os trabalhadores de lograr sua moradia. Com lucidez argumentativa constatou que no sistema capitalista, a moradia assim como tudo o mais se torna mercadoria; assim as possibilidades de um assalariado converter-se em proprietário de seu imóvel são quase nulas, decorrentes da desigual distribuição de serviços e bens na cidade, da exclusão e espoliação urbanas, do preço superavitário dos aluguéis e ainda pelos custos resultantes da valorização imobiliária de certos bairros e áreas. Engels destaca também a necessidade da superação dicotômica campo e cidade. Conclui que a escassez de moradias não passa de uma farsa, um discurso, uma retórica do Estado e das elites dominantes que não desejam e não resolverão esta questão, pois na equação trabalho e moradia, os assalariados é que não dispõem de renda suficiente para adquirir os imóveis.

Sua retórica mostrasse atualíssima quando conectada às proposições e ações de ocupação de prédios ociosos pelo MTST² para a resolução do problema habitacional nos grandes centros urbanos: “Já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real ‘escassez da moradia’”. Tal medida só é possível “... mediante a expropriação dos atuais possuidores, ou então mediante a acomodação, nessas casas, de trabalhadores sem teto ou trabalhadores aglomerados nas moradias atuais ...”³

Anteriormente, a Comuna de Paris, em seu manifesto de 1871, nos brindou com a seguinte formulação em seu Artigo IV

Sobre o problema da habitação, tomam-se as seguintes medidas: expropriação geral dos solos e sua colocação à disposição comum; requisição das residências secundárias e dos apartamentos ocupados parcialmente; são proibidas as profissões de promotores, agentes de imóveis e outros exploradores da miséria geral; os serviços populares de habitação trabalharão com a finalidade de restituir verdadeiramente à população parisiense o caráter trabalhador e popular.⁴

Tais apontamentos históricos remetem à atualidade do problema do déficit habitacional brasileiro e também da estruturação das cidades. Assim como os agentes urbanos - mercado imobiliário, cartórios, grandes proprietários fundiários urbanos agem sobre o território visando defini-lo conforme seus interesses e lucros, também o Estado desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade

² Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Segundo seu site, o MTST objetiva “combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos, formar militantes e acumular forças no sentido de construir uma nova sociedade. A ocupação de terra, trabalho de organização popular, é a principal forma de ação do movimento. Quando ocupamos um latifúndio urbano ocioso, provamos que não é natural nascer, viver e morrer pobre e oprimido. Disponível em <http://www.mtst.org/index.php/o-mtst/quem-somo>, acesso em 27/10/2015.

³ ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. Tradução: Nélio Schneider. 1ª.ed. – São Paulo: Boitempo, 2015, p. 56.

⁴ O primeiro governo operário da história, fundado em 1871 na capital francesa por ocasião da resistência popular ante a invasão por parte do Reino da Prússia. Dentre as medidas adotadas pela Comuna, destacamos: Instituiu-se a igualdade entre os sexos; O Estado e a Igreja foram separados; a Igreja deixou de ser subvencionada pelo Estado e os espólios sem herdeiros passaram a ser confiscados pelo Estado; A educação se tornou gratuita, laica e compulsória. Escolas noturnas foram criadas e todas as escolas passaram a ser de sexo misto. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Comuna_de_Paris, acesso em 27/10/2015

decorre do fato de o Estado constituir uma arena em que diferentes conflitos se enfrentam conforme assinala Roberto Corrêa.⁵ Contudo, a ação do Estado “tende, usualmente, a reforçar a diferenciação intraurbana no que diz respeito à segregação residencial”.⁶ Nesse quadro de segregação socioterritorial desenha-se a ilegalidade urbana que divide a cidade entre os que podem usufruí-la e os que não podem; entre os que se sentem parte dela e a esmagadora maioria que a acessa pelo mundo do trabalho. As dicotomias centro-periferia, bairros bons-bairros perigosos, áreas nobres-áreas precárias, cidade legal-cidade ilegal afirmam-se como o corolário da realidade citadina em países de economia periférica. No entanto, no Brasil, ganham relevância considerando seu processo de urbanização, herdeiro de forte conservadorismo, centralização política, patrimonialismo e apropriação desigual do território desde o período colonial combinado à instituição da escravidão e a difícil situação socioeconômica dos trabalhadores livres.

2. APONTAMENTOS A RESPEITO DA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE BELÉM

Santa Maria de Belém do Grão Pará foi fundada em 12 de janeiro de 1616, por ocasião do esforço da Coroa portuguesa objetivando consolidar sua ocupação e assegurar o domínio e expansão no território amazônico. Hoje, próxima de completar quatrocentos anos, vivencia desafios e dilemas tal qual outras cidades brasileiras. Contudo, expressa peculiaridades geofísicas por possuir “uma extensa rede de igarapés que drena a cidade e também permite a livre penetração das águas do rio Guamá⁷ e do estuário Guajará, devido ao efeito das marés, causando o alagamento das áreas que se situam abaixo da cota de 3 metros – as denominadas baixadas.”⁸. Agregada “a condição de alta pluviosidade local, que apresenta uma média de 2.831 mm/ano (BRASIL, 1993) contribui para o agravamento do problema de drenagem.”⁹. Com uma superfície de 1.828 km² e marcada pelo fluxo das águas, Belém é uma cidade de rios urbanos, composta por treze bacias hidrográficas.

Entre os trabalhos escritos para informar sobre o processo de urbanização, destaco primeiramente o do geógrafo Eidorfe Moreira assinalando que

situado no vértice de um estuário, no ponto de junção das influências marítimas e fluviais, Belém nasceu e cresceu ao influxo das atrações do interior e do mar. O rio prendia-a ao continente; o estuário ao oceano. Por força disso, duas tendências regiam inicialmente o crescimento da cidade, com vetores orientados para o rio e para o mar. O primeiro acompanhava o Guamá, no sentido remontante ao rio, razão por que a primeira rua da cidade, rua do Norte, hoje Siqueira Mendes, surgiu desse lado e se orientava no mesmo sentido. Isto mostra que Belém foi originalmente mais “guamaense” do que “guajarina” embora o ancoradouro estivesse do lado da Baía do Guajará e não daquele rio.¹⁰

⁵ CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. Rio de Janeiro: Ática, 2011.

⁶ *Idem*, p.46

⁷ O nome Guamá tem “origem indígena tupi-guarani e faz referência a um tipo de peixe (peixe-coelho), provavelmente abundante, há tempos passados, nos rios aqui da região” (RAMOS, 2002, p. 16).

⁸ Áreas alagadas ou alagáveis que sofrem influência da maré ao longo do ano. Representam um paralelo aos subúrbios e favelas de outras regiões do país.

⁹ BRAZ, Vera Nobre. *Belém: o estuário, o saneamento e a balneabilidade*. In: Castro, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006, p. 48.

¹⁰ MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966, p.48.

Antônio Rocha Penteado nos *Estudos de Geografia Urbana* indica “ao findar o século XVII, [...] seria possível reconhecer o embrião dos dois núcleos, separados pelo Piri, e que constituíam o que se chamava ‘Cidade’, junto ao Forte do Presépio e ‘Campina’, em torno da rua dos Mercadores”¹¹. Complementa “em fins do séc. XVII Belém era composta por 500 moradores.”¹². É nesse “momento em que Belém vira as costas ao berço em que nascera desenvolvendo-se a partir da “Campina”.¹³ Em 1788, Belém contava com 10.620 almas.¹⁴

Do ponto de vista comercial, Belém se tornara uma grande praça exportadora de café, de açúcar, de baunilha, de cacau. A procura de habitações gerou um aumento de preços das casas, devido o crescimento demográfico do aglomerado urbano; tudo subiu de preço, inclusive gêneros alimentícios.¹⁵

Penteado destaca então a formação e o papel das rocinhas, moradia dos mais abastados, como elemento contribuinte para a expansão e urbanização, ao direcionarem-se à estrada de Nazaré rompendo o isolamento das habitações dentro da mata e empurrando seus moradores para áreas mais distantes “quando o arruamento ali se processou” e utiliza-se das observações de Antônio Baena que fazem referência aos caminhos na mata, citando a existência da Pedreira, Tucunduba, Una e rio Maguari.¹⁶

Outro vetor de expansão urbana e interiorização de Belém segundo Moreira foi a Estrada do Utinga, através dela nasceram os bairros de Nazaré, São Brás, Canudos, Marco e Souza. Essa estrada “foi a linha mestra do traçado da cidade” e “não era um caminho qualquer, aberto por particulares ou por figuras anônimas do povo, mas uma ‘estrada real’, construída portanto pelo poder público, embora muitas vezes relegada ao abandono.”¹⁷

Esse percurso orientou-se por um sentido de retilinidade com “o predomínio das linhas retas no traçado da cidade” em “uma clara e surpreendente demonstração de quanto esse traçado se sobrepôs e corrigiu as condições topográficas originais. Poucas cidades do Brasil contrariaram tanto a sua topografia como a capital paraense.”. Tal atitude marca uma excepcionalidade apontada em discussões historiográficas como a realizada por Sérgio Buarque de Holanda em seu capítulo “ladrihadores e semeadores” na obra *Raízes do Brasil*. “Sempre que encontrava o pântano ou o igapó, o morador ou administrador se detinha. Preferia secá-lo e aterrjá-lo a contorná-lo, só depois é que prosseguia, como que dominado por uma volúpia de retitude.”¹⁸ Porém, Moreira não se exime em criticar a falta de planejamento destacando os problemas de circulação, a “deficiência de linhas axiais” e ainda as “reformas isoladas ou circunstanciais na solução de problemas urbanos”. Tudo isso compunha um olhar esfacelado, fragmentado, partido da cidade levando a uma desvalorização de seu passado e sua história. Isso permitiria intervenções disfuncionais, “daí não serem desejáveis para a cidade os planejamentos com base em especulações

¹¹ PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém do Pará: estudos de geografia urbana*. Belém: Imprensa Universitária, 1968, V. I, p.107.

¹² *Idem*, p.107-108.

¹³ PENTEADO, 1968, p.109.

¹⁴ *Idem*, p. 107-108.

¹⁵ *Idem*, p. 111.

¹⁶ BAENA *apud* PENTEADO (1968), *op. cit.*, p.118-119.

¹⁷ MOREIRA, 1966, p. 51 52.

¹⁸ *Idem*, p. 139-140.

imobiliárias nem tão pouco os suscitados por mero espírito de imitação, visando como visam transplantações de novidades e não de soluções objetivas dos problemas locais.”.¹⁹

No início do século XIX a principal intervenção urbanística ocorreu com o aterramento do alagadiço do Piri²⁰ enquanto na segunda metade do século XIX e o início do XX, motivada pela economia do látex com sua produção e comércio voltadas ao mercado industrial internacional e canalizada administrativamente pela gestão do intendente Antônio Lemos no período de 1897 a 1910, que empreendeu um desenvolvimento citadino orientado pelo discurso da modernização com o equivalente em um paradigma urbanístico batizado *Belle-Époque* representado “na construção de ferrovias, na intensificação das transações comerciais e internacionalização de mercados”²¹ que exigiram consequentemente a estruturação portuária, instalação de sistemas de transporte de cargas e pessoas com vistas a agilizar o processo de deslocamento de mercadorias, além de obras como hospitais, necrotério, cemitério, teatro, cinema, e ainda serviços como bondes elétricos, água encanada, iluminação e limpeza públicas.

A mão de obra empregada na realização de todo esse trabalho urbano advinha de outros estados, principalmente do Nordeste, e de interiores próximos. A suposta prosperidade e sobretudo a promessa de benefício indiscriminado contagiou milhares de homens e mulheres que devido a motivações espontâneas ou forçadas deslocaram-se em direção à capital Belém como verificado no quadro abaixo:

POPULAÇÃO		
ANOS	PARÁ	BELÉM
1872	275.237	61.997
1900	445.356	96.560
1920	983.507	236.402

Fonte: IBGE – Sinopse do Recenseamento de 1920, Rio de Janeiro, 1926²²

Decorrente das preocupações com o crescimento demográfico e os conflitos sociais gerados a partir dele, se estabeleceu uma retórica do poder público em relação às camadas populares centrada na política saneadora preventiva que estabeleceu um rígido controle assentado em normas, códigos e condutas que deveriam ser implementados e obedecidos rigorosamente, a exemplo da criação do Departamento Sanitário Municipal, da Polícia Municipal e também de Leis e Códigos de Postura Municipais que atuavam no controle tanto da vida pública quanto privada. A questão da moradia também se fez presente nesse período manifestando-se em protestos pelo aumento do preço dos aluguéis e ainda da falta de provisão habitacional.

O declínio da economia gomífera deu-se em virtude da entrada da produção asiática no mercado internacional que fez baixar o preço da borracha e retirou da Amazônia a

¹⁹ Idem, p. 143.

²⁰ O Piri constituía-se em “um importante elemento da geografia urbana belemense que ainda servia para dividir a cidade”. O projeto do Piri foi idealizado pelo engenheiro Gaspar João Gronfelts segundo Penteadó (1968, p.113-114).

²¹ SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000, p. 92.

²² Idem, p.90.

posição de maior produtor e quase único fornecedor da matéria prima necessária à indústria automobilística. Essa situação iniciada em 1913 agravou o quadro da falta de provisão habitacional na cidade de Belém somada à inexistência de uma política habitacional que provocava constantes conflitos em torno da posse da terra urbana, como evidenciado nas narrativas do jornalista Carlos Rocque na série *1930. A Revolução no Pará*, publicada no jornal *O liberal* nos domingos de novembro de 1984.

A edição do dia 18, subintitulada *Os latifúndios urbanos*, anunciou que “três grandes latifúndios haviam em Belém, popularmente conhecidos como terrenos dos Lobos e dos Guimarães” e “localizavam-se nos bairros do Telégrafo, Pedreira, Marco, Matinha e Canudos. E neles moravam centenas de famílias que pagavam alugueis dos pedaços de terras ocupados, aos procuradores herdeiros daquelas duas famílias.”²³ Essa situação perdurava desde o início do século XX, sem que a intendência de Belém tomasse providências definitivas para equacioná-la. Diversos administradores como Martins Pinheiro (1916-17), Rodrigues dos Santos (1925-27), Crespo de Castro e Antônio Faciola, realizaram investidas sem sucesso.

Como as tensões persistiam, o capitão-interventor Magalhães Barata²⁴ a fim de “chamar a si o velho problema” do conflito entre proprietários e os moradores dos latifúndios monta uma comissão para estudar o problema da legalização (com os representantes dos proprietários e dos arrendatários). E depois de ouvir as partes, toma a decisão inesperada de desapropriar as terras, sem qualquer indenização, “para isso, extinguiu pelo Comisso, todos os contratos de enfiteuse²⁵ relativo, não só os três já citados (dos Lobos e dos Guimarães), como também um outro latifúndio tão grande quanto os antecessores.”

Apesar de ações de caráter populistas e pontuais, a questão da ocupação e da posse da terra urbana assim como da moradia para os despossuídos não se alterou significativamente. Posteriormente, no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) houve um segundo surto gomífero, de menores proporções, onde novamente houve o estímulo institucional objetivando carrear para a Amazônia levas de sertanejos para trabalharem nos seringais. Essa espécie de migração dirigida resultou em adensamentos demográficos em áreas já ocupadas e também em novas áreas na cidade de Belém. O quadro abaixo²⁶ apresenta sucintamente os números populacionais destacando o processo de continentalização da urbanização:

²³ O LIBERAL. *As medidas de choque do Governo Revolucionário (2)*. 1º Caderno artigo, p. 20, 18/11/1984.

²⁴ Joaquim de Magalhães Cardoso Barata foi um dos maiores líderes políticos do Pará no século XX. Isto pode ser compreendido pelo seu governo nitidamente populista, que desenvolveu desde sua primeira interventoria, de novembro de 1930 a abril de 1934. O seu governo foi bem peculiar, pois até então todos os governantes do Pará eram claramente elitistas. Barata tomou uma decisão radical: abriu os portões do Palácio do Governo à população nas pioneiras “audiências públicas”, onde exercia múltiplos papéis: era governador, prefeito, juiz, promotor, advogado, etc. Dentre outras medidas é apontado a criação da Assistência Judiciária, que permitia; a desapropriação de grande área nos subúrbios de Belém para distribuição gratuita; o decreto congelando os alugueis residenciais; a desapropriação de imensos castanhais na Zona do Tocantins, com títulos de terra dados para os antigos posseiros; o aumento de 50% no imposto estadual para as empresas que não tivessem, pelo menos, dois terços de brasileiros entre os seus empregados. Para saber mais, ver <http://parahistorico.blogspot.com/2009/02/governo-de-magalhaes-barata-no-para.html>, acessado em 12/06/2010.

²⁵ Expressão que vem do romano/latino. Quer dizer cedido para uso. Relação contratual entre partes, que implica relações mútuas entre elas, sendo que o ocupante detêm apenas o uso conforme MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 187-188.

²⁶ Moreira, 1966, *op. Cit.*, p.155

DADOS DO RECENSEAMENTO		
ANO	CIDADE	MUNICIPIO
1940	169.351	206.331
1950	225.218	254.949
1960	359.988	402.170

A abertura da Belém-Brasília em 1960 pelo governo Juscelino Kubitschek para possibilitar a ligação terrestre da capital paraense ao centro do país e a partir de 1964 com a instalação da ditadura cívico-militar, um regime de exceção caracterizado na gestão pelo autoritarismo, centralização, tecnicismo e a negativa da participação das camadas populares em qualquer decisão que lhes dissesse respeito, a região amazônica e em especial a cidade de Belém torna-se objeto de discursos, planos e decisões tomadas à revelia da população regional e local.

3. ÁREAS INSALUBRES E SUA (POSSÍVEL) RESOLUÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DO TRABALHO DA SUB-COMISSÃO DE RECUPERAÇÃO DAS BAIXADAS DE BELÉM NA DÉCADA DE 1970

Surtos migratórios relacionados à economia da borracha ocorridos no final do século XIX e na primeira metade do XX; “as frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas oriundas do Nordeste, intensificadas nas décadas de 1950 e 1960”²⁷; o êxodo rural e os deslocamentos intra regionais provocados pela implantação dos Grandes Projetos na Amazônia resultantes do novo padrão onde “o Estado se associa a corporações transnacionais, num processo de nacionalização/transnacionalização com consequências aparentemente contraditórias que rebatem na fronteira”²⁸ empurraram levas de trabalhadores em direção aos centros político-administrativos na Amazônia. No Estado do Pará, as cidades de Belém, Marabá, Altamira e Santarém tiveram sua realidade socioterritorial fortemente impactada. No caso da capital, a valorização imobiliária acarretou a ocupação das baixadas por populações de baixo poder aquisitivo, produzindo uma associação dessas áreas à pobreza social.

Essa associação instalou uma nova realidade que compôs e caracterizou definitivamente a paisagem urbana de Belém e pela influência sobre a infraestrutura econômica e social de Belém tornou-se objeto de debates, reflexões, estudos técnicos, elaboração de diagnósticos e proposições urbanísticas realizados por órgãos federais, estaduais e municipais que desde a década de 1970 prolongando-se até a década seguinte afirmavam pretender em primeiro lugar diagnosticar e depois sanear a cidade tornando-a lócus imperativo do desenvolvimento técnico e tecnológico existente à época.

Detenho-me nesse artigo em analisar alguns pontos do documento Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação produzido nos anos de 1975-1976 sob a responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

²⁷ BECKER, Berta. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 2001, pp. 11-12.

²⁸ *Idem, ibidem*.

(SUDAM), do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e do Governo do Estado do Pará e realizado por meio do Convênio nº09/73 tendo como objetivo “regular a participação financeira e técnica de cada conveniente, numa conjugação de esforços visando a execução de um programa integrado para o prosseguimento dos trabalhos de saneamento da cidade de Belém-Pa ...” que também explicita as atribuições de cada conveniente, a saber:

ao DNOS cabe a responsabilidade da execução de todos os serviços e obras do Projeto, diretamente ou mediante empreitada com terceiros; ao governo do Estado caberia os encargos com as desapropriações e os desimpedimentos de áreas a sanear, aí incluída a remoção de moradores e sua localização em outras áreas pré-determinadas, bem como os encargos relativos ao projeto de urbanização das áreas recuperadas.²⁹

Quanto ao orçamento desse Projeto de Recuperação, o documento informa um valor “estimado em CR\$40.000.000,00 (quarenta milhões de Cruzeiros) e a participação percentual estabelecida para cada entidade conveniente foi a seguinte: SUDAM: 7,50%; DNOS – 42,50% e Estado – 50,00%.”³⁰

Não há por ora interesse em reproduzir dados e informações constantes da Monografia, minha pretensão finca-se na discussão sobre os propósitos e as diretrizes orientadores desse trabalho para lançar luz sobre as possíveis soluções pensadas para elucidar a contradição subjacente ao capitalismo conforme esclarece Engels “...é a ordem social capitalista que gera reiteradamente as más condições que pretende sanar ...”³¹.

No prefácio da Monografia, são pontuadas situações interessantes que merecem atenção, a começar pelo reconhecimento da equipe técnico-administrativa das dificuldades em conhecer melhor seu objeto e por isso haviam pensado em realizar uma “ambiciosa pesquisa direta...capaz de revelar em extensão e profundidade, a verdadeira realidade das baixadas, fugindo assim do conhecimento superficial predominante”, no entanto tal intenção frustrou-se devido aos “obstáculos de natureza estrutural” mensurados pela baixa disponibilidade financeira e operacional por parte dos órgãos públicos encarregados do projeto. Fica evidente no escrito assinado pelo economista João Tertuliano de A. Lins Neto na condição de coordenador da equipe, uma crítica explícita aos órgãos responsáveis na medida em que projetaram um hercúleo trabalho sem contudo criar as condições necessárias à sua realização. A informação em tom de queixa que “do pequeno número de técnicos que elaborou esta monografia, apenas o Coordenador dispunha de tempo integral” é apontada como um dos causadores na demora para finalização do projeto, que teve a duração de “agosto de 74 a fevereiro de 1975”, mas não há informações sobre qual era o prazo original. Para dar agilidade ao Projeto ficou definida a opção pela “pesquisa indireta” e a criação da Sub-Comissão de Recuperação das baixadas de Belém em agosto de 1974 formada por funcionários em sua maioria arquitetos, sociólogos e economistas da

²⁹ CONVÊNIO SUDAM/DNOS/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação*. 2ª Ed. Ver. Belém, IDESP/SUDAM, 1975, p.1.

³⁰ *Idem, Ibidem*.

³¹ ENGELS, 2015, op. Cit, p. 66.

Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) e do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP).³²

Um conjunto significativo de instituições é citado como colaborador na elaboração da Monografia, mas somente a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Grupo Espírita Vinha de Luz constam na relação em um total de vinte e sete; sendo as demais parte na estrutura do Estado. A quase inexistência de entidades representativas das organizações sociais deve-se muito provavelmente à Ditadura, ainda que curiosamente no prefácio (única vez) haja menção à necessidade do “envolvimento da estrutura administrativa em todos os seus níveis aliada a um **amplo programa de participação comunitária**” e prossegue “é preciso que um sinergismo urgente seja implantado para evitar a dispersão de recursos”.³³

Além disso outro ponto relevante diz respeito às “inúmeras dificuldades que a equipe teve de enfrentar, ficando muitas vezes, tolhidas por elas, para render o máximo que podia e pretendia”, ocasionando fragilidades e lacunas na coleta e tabulação de dados, na análise e produção de informações precípuas à composição do quadro desejado, a exemplo “da abordagem jurídica sobre o uso do solo em Belém...que acabou não sendo feita porque não foi possível conseguir em tempo hábil, todos os estudos que os especialistas procurados informalmente, se prontificaram a fazer.”. Verifica-se então que áreas do saber ficaram descobertas na composição da equipe e conseqüentemente seus instrumentais e formulações foram ignorados e/ou desprezados no processo do estudo e da preparação do relatório (Monografia) que aspirava pretensiosamente:

Identificar, caracterizar e medir as áreas de baixadas que constituem as bacias de drenagem do DNOS; 2 – Avaliar, desde os primórdios coloniais até os nossos dias, os condicionamentos que as baixadas vêm impondo à vida urbana de Belém; 3- Proceder um levantamento da maioria dos equipamentos urbanos (infraestrutura econômica e social) a fim de conhecer a influência das baixadas sobre a distribuição espacial dos mesmos; 4 – Estimar a população residente nas baixadas, procurando conhecer aspectos gerais das suas condições socioeconômicas e conseqüentemente do seu comportamento diante das futuras obras de recuperação; 5- Com base nas informações conseguidas, recomendar sempre que possível, procedimentos que possam propiciar uma antevisão de soluções cabíveis ao problema das baixadas; 6 – Fornecer subsídios para o Projeto de Recuperação das Baixadas e indicar a área mais apropriada para o início da recuperação.

Desse conjunto de promissores objetivos, destaca-se a intencionalidade em prever, programar, delinear, planificar se possível adiantando-se aos acontecimentos por meio da diagnose e do planejamento técnico. Na acepção de Henri Lefebvre, “ao mesmo tempo, o urbanismo torna-se ideologia e prática. E no entanto, as questões relativas à cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas”³⁴

O documento registra sem nenhum esclarecimento a “ausência da Prefeitura Municipal de Belém no convênio e conseqüentemente na Comissão de Coordenação de Projeto”. Pode-se imaginar que esta falta tenha ocorrido por questões pessoais e não políticas considerando que o controle da gestão encontrava-se sob os auspícios dos

³² *Monografia*, 1975, prefácio, s. p.

³³ *Idem*, grifo meu.

³⁴ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001, pp.9-10.

“marechais” À época, os prefeitos Nélio Dacier Lobato (1974) e Octávio Bandeira Cascaes (1975), ambos filiados à Arena e nomeados pelo então governador Fernando José Leão Guilhon³⁵ ao que parece não interessaram-se pelo Projeto de recuperação das baixadas da cidade, o que sem dúvida merece uma investigação, a qual este texto não se propõe.

Por fim, na introdução da Monografia são citados dois documentos sobre a urbanização de Belém produzidos pela COHAB que serviram de base à reflexão do Projeto, são eles: Pesquisa socioeconômica sobre a Marechal Hermes (1965) onde adverte “a urbanização não poderá se restringir a unidades estanque de operação, e sim atingir um processo mais vasto, as forças de expansão entre o município e a região”. Nele acha-se o capítulo “que trata do aproveitamento das áreas de baixadas mediante a filosofia do Projeto Cura e do PLANHAP.” E o segundo intitula-se “baixadas de Belém – subsídios para uma ação programada” constituindo-se “em longo estudo sobre o Convênio nº 09/73.”³⁶ Consta-se assim uma intrigante denominação para um projeto de urbanização voltado às áreas populares: cura. Nota-se aí a força da concepção meramente tecnicista próxima àquela empregada por Antônio Lemos na virada do XIX para XX. Ideias e ações dessa natureza não desaparecem, em muitos casos são retomadas e revigoradas à luz de um aparato discursivo, semântico, simbólico e objetivo concomitante à matriz ideopolítica do grupo que está no poder. Velhos paradigmas retomados em nova roupagem.

4.UM NOVO (VELHO) PARADIGMA URBANÍSTICO DO SÉCULO XXI EM BELÉM: O PROMABEN E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA SUBBACIA 1 DA ESTRADA NOVA

A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova possui uma área de drenagem de 9,54 km², ocupando 16% de área da malha urbana do município de Belém, abrangendo integralmente os bairros da Cremação, Condor, Jurunas e Guamá e parcialmente os bairros de São Brás, Nazaré e Cidade Velha e compreende os canais da Caripunas, Timbiras, Quintino, Dr. Moraes, 14 de Março, Três de Maio, João de Deus, Radional I e II, Bom Jardim, Euclides da Cunha e Bernardo Sayão. Essa área, hoje, corresponde à porção de maior densidade populacional de todo o município e uma das maiores aglomerações da sua pobreza urbana, sendo contígua às bacias do Una e Tucunduba conforme o Relatório de Impacto Ambiental.³⁷ O termo “Estrada Nova” é um antigo nome da atual Avenida Bernardo Sayão, via de tráfego pesado onde foi construído um dique de contenção sanitária nos anos 1940, para combater a proliferação de doenças de veiculação hídrica (TRINDADE JÚNIOR, AMARAL, SANTOS, 2006).

Dado o quadro de inchaço populacional e precariedade das condições socioambientais marcadas pelo processo de informalidade característico do desenvolvimento urbano em nosso país, os moradores constituíram formas de organização e mobilização popular a exemplo do combativo Centro Comunitário do bairro do Jurunas

³⁵ Lista de prefeitos de Belém. Disponível em

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Bel%C3%A9m, acesso em 28/10/2015.

³⁶ Monografia, 1975, op. Cit., p. 2.

³⁷ BELÉM. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – Promaben. *Relatório de Impacto Ambiental*. 2007. Tomo 01/03. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 4 jan 2013; BELÉM. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – Promaben. *Relatório de Impacto Ambiental*. 2007. Tomo 02/03. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 4 jan 2013.

(COBAJUR), sempre fazendo pressão junto aos poderes públicos para solução dos problemas. Assim, em resposta aos reclamos de moradores da Estrada Nova, a PMB lançou o Projeto “Portal da Amazônia” sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo (Seurb). Em sua acepção mais ampla, consiste na construção de uma avenida beira-rio com quatro pistas e área de lazer e circulação, composta por passeio público, ciclovias, estacionamento, quadras poliesportivas e parques infantis, com um perímetro de construção de 6.600 metros, com início às proximidades do Mangal das Garças e término na Universidade Federal do Pará.

Aduz que o referido projeto foi apresentado pela PMB em três fases, a saber: 1ª) Orla da Estrada Nova (localizada entre as ruas Veiga Cabral e Fernando Guilhon, construída sobre um aterro hidráulico de 70 metros de largura e 2.200 metros de comprimento); 2ª) Macrodrenagem na Bacia da Estrada Nova; e 3ª) Duplicação da Avenida Bernardo Sayão.³⁸ Para efeito desse ensaio, interessa a orla, definida como Portal da Amazônia, que se tornou objeto de regularização fundiária ainda que nas palavras de Maria do Carmo “a complicação ela é muito grande de dominialidade no Promaben, envolve questão de propriedade municipal, estadual e federal da questão da área de marinha.”. Ocorre que o programa municipal de regularização fundiária “Chão Legal” iniciou em 2010, quatro anos depois que o projeto estava concluído e dois anos após as obras estarem em execução pela Construtora Andrade Gutierrez.³⁹ Outros equívocos foram cometidos, a PMB somente providenciou o estudo de impacto ambiental seis meses após a realização da licitação, tendo obtido a licença prévia com algumas condicionantes.⁴⁰

A regularização fundiária ganha relevância, principalmente para os que são afetados pela ausência ou precariedade no atendimento das políticas de saneamento, transporte e mobilidade urbana e ordenamento socioterritorial, quando considerado o processo de ocupação urbana da cidade de Belém, notadamente hegemônico por interesses patrimoniais e especulativos. Exemplo disso é o fato que a municipalidade de Belém não adotou a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo no tempo. Tal medida estabelece a cobrança sobre os terrenos urbanos que não cumprem com a função social da propriedade, “mediante a majoração da alíquota em até 3% anualmente, pelo prazo de cinco anos consecutivos, respeitado o limite máximo de 15%.”⁴¹. Se aplicado corretamente poderia inibir e dificultar o avanço da especulação imobiliária e da cobiça dos setores imobiliário e cartorial em áreas que se tornam objeto de valorização fundiária decorrente da execução de grandes projetos e obras de reordenamento urbanístico como é o caso do Projeto de Urbanização e Saneamento Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) na cidade de Belém do Pará.

³⁸ Poder Judiciário. Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Pará, Processo Nº: 2006.39.00.010052-7 - Ação Civil Pública, p. 1-2.

³⁹ O projeto inicia a partir de 2005 com a elaboração da Carta Consulta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no ano seguinte o Ministério do Planejamento analisa e recomenda ao BID a execução do projeto gerando sua aprovação pelo diretório desse Banco em 2008 com a assinatura do CE1998/OC-BR US\$ 137 milhões.

⁴⁰ Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal contra a Prefeitura Municipal, obtendo os seguintes resultados “procedente a demanda para declarar a nulidade da Concorrência Pública N. 001/2006 e como consequência a nulidade do Contrato N. 002/2006-SEURB, firmado entre o Município de Belém e a Construtora Andrade Gutierrez S/A, bem como declarar nulas as licenças outorgadas pela SECTAM de forma fragmentada.” (AÇÃO CIVIL, 2006: 26).

⁴¹ BAZZOLI, João Aparecido. Os dez anos da vigência do estatuto da cidade no processo dialético da práxis da regularização fundiária urbana. In: *Revista Prisma Jurídico* (on line), São Paulo, v. 10, n.2, PP.293-320, jul/dez, 2011, p. 301.

De acordo com o Censo IBGE, 2010, a capital paraense tem aproximadamente 370 mil imóveis, sendo que 53% destes são considerados irregulares. São 101 áreas demarcadas ao longo dos 508 quilômetros quadrados de extensão territorial da cidade, que formam um conjunto de ocupações irregulares que inicia na área central e se expande em direção ao chamado “eixo de expansão” constituído pela rodovia Augusto Montenegro e a BR316 localizado na Segunda Léguas Patrimonial. Respondendo as pressões populares e estando obrigada a adequar-se às legislações específicas, sobretudo a Lei nº 11.977/2009, a Prefeitura Municipal de Belém criou o Programa de Regularização Fundiária Chão Legal através da Lei Municipal nº 8.739/2010 objetivando prover a segurança jurídica da propriedade aos moradores de ocupações irregulares existentes no município por meio de um conjunto de ações necessárias para fornecer o documento de legalização ao cidadão, reconhecendo seu direito social à moradia previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade.

Por outro lado, a inoperância do Estado brasileiro somado à fragilidade na constituição de uma legislação urbanística corroboram para a perpetuação da ilegalidade urbana. A década de 1960 é significativa para compreensão de alguns dos fenômenos sociais no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao crescimento populacional com a superação do número de habitantes das cidades em relação ao rural. Esta realidade implicou na aprovação em 1979 da Lei Federal nº 6.766 de Parcelamento do Solo. Saltamos para 1988 quando movimentos sociais de abrangência nacional, organizações de classe, igrejas, setores das universidades públicas, partidos políticos além de juristas e parlamentares travaram uma batalha pela incorporação do Capítulo da Política Urbana na Constituição Brasileira, aprimorando o conceito de função social da propriedade. Depois, uma alteração na Lei de Parcelamento do Solo incluiu tratamento especial aos assentamentos populares regularizados no âmbito de ações públicas locais no ano de 1999.⁴² Mais pressões sociais se sucederam. No século XXI, medidas foram adotadas com vistas a aprimorar e consolidar os instrumentos já existentes e emplacar novos, a exemplo em 2000, da definição da moradia como um direito social pela emenda constitucional nº 26; da Lei federal nº 10.257 de aprovação do Estatuto da Cidade pelo Congresso Nacional, além de Medida Provisória nº 2.220, que disciplinou a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) de imóveis públicos ocupados em 2001. Já no ano de 2003, foi criado o Ministério das Cidades. A Lei federal nº 10.931/2004 estabeleceu a gratuidade do primeiro registro decorrente da regularização fundiária seguida da definição de mecanismos para a regularização fundiária em terras da União pela Lei federal nº 11.481 em 2007 e por fim em 2009, a aprovação das Leis federais nº 11.952, que definem mecanismos para a regularização fundiária em terras da União na Amazônia Legal e a nº 11.977, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e dedica um capítulo à regularização fundiária de assentamentos informais urbanos.⁴³ Estes avanços jurídicos/legais não dirimem a “queda de braço” entre as forças do mercado e os setores populares mediado pelo discurso técnico e racional do Estado orientado “pelo novo dinamismo do mercado, que se impõe

⁴² BAZZOLI, 2011.

⁴³ BRASIL, Regularização Fundiária Urbana, 2010.

direcionando o processo de reprodução do espaço” conforme “as necessidades de acumulação que se esclarecem no processo de alienação.”⁴⁴.

5. (IN)CONCLUSÕES SOBRE A QUESTÃO DA MORADIA E DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. VELHO PROBLEMA, NOVAS SOLUÇÕES?

A execução da urbanização, do saneamento e da regularização fundiária da Estrada Nova de Belém nos moldes do poder cidadão figura “um produto de consumo de alta qualidade...um lugar de consumo e consumo do lugar”⁴⁵. Moradores e trabalhadores que passaram anos com água na canela e cheirando o fedor da vala querem ficar agora que a Estrada Nova vai ser saneada. Esse é um dos desejos coletivos compartilhado por moradores e lideranças como dona Onete Socorro da Silva, membro da Comissão de Acompanhamento das Obras (CAO) “tem esse problema, que muita gente que nasceu e se criou ali, não vai permanecer, entendeu, não vai permanecer. Vai ser colocado pra outro lugar. É uma das coisas que realmente vai acontecer.”⁴⁶

No olhar do seu Mário Lopes, presidente da CAO, a questão principal refere-se à relação entre moradia e trabalho. Em entrevista lembra que “antes do Promaben haviam seis grandes empresas atuando na beirada da Estrada Nova, a São Bernardo, uma madeireira; a Cata; outra de castanha; uma de palmito; Copala, todas faliram, e empregavam muita gente” e se pergunta: “porque a Cata não pode voltar a ser uma fábrica, uma indústria, algo que possa gerar ocupação para os moradores que querem e precisam ficar nesse lugar?”⁴⁷

Aos moradores, resta constituir redes de reivindicações e lutas pelo direito à cidade capaz de visibilizar a vida social dos lugares. Na lógica do estado empresa, a ocupação e a posse do território e suas existências se configuram em ato de resistência, ainda que essa dimensão não se cristalice para os moradores. A reforma urbana é uma questão central ainda, assim como a inversão de prioridades. Na realidade injusta da Estrada Nova de Belém, é preciso lutar para que direitos sejam considerados no processo de regularização fundiária.

Uma iniciativa específica protagonizada pela Associação de Moradores de Terrenos de Marinha do Estado do Pará (AMTEMEPA) fundada em 20 abril de 2007 e que prevê em seu estatuto a luta em defesa da regularização fundiária. Nas palavras da presidente da associação, Wanja Lobato “não é justo vir o desenvolvimento pra uma área quando o povo zelou e ser o pobre expulso”.⁴⁸ A direção da AMTEMEPA defende a permanência com dignidade de pessoas que passaram “uma vida” aterrando, organizando o arruamento, colocando estacas de madeira para servir de postes de iluminação, carregando água, enfim, vivenciando uma série de dificuldades pelo fato de serem negadas pelo Estado. Defendem também uma concepção de regularização fundiária com caráter coletivo, ou seja, os títulos

⁴⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, Ester, CASTRO, Edna Ramos. (Orgs.). Um novo planejamento para um novo Brasil? – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p.30-31.

⁴⁵ LEFEBVRE, 2001, op.cit., p20.

⁴⁶ Registro oral (capturado por celular) no Seminário Promaben realizado pelo PARU na UFPA no dia 29 de Julho de 2014.

⁴⁷ Entrevista no dia 23 de Outubro de 2015 após visita ao escritório do Promaben.

⁴⁸ Entrevista concedida pelo telefone no dia 28 de Maio de 2015.

de propriedade devem ser dados às áreas e não aos indivíduos. Essa ação no ponto de vista da direção comunitária além de impedir a ação especulativa que geralmente ocorre em regiões que passaram por reordenamento socioambiental fortalece os laços associativos e promove na comunidade o senso de solidariedade, engajamento e coletividade.

Avalio que o “Chão Legal” atinge somente os trabalhadores que vivem na área em questão e desconhece os proprietários de grandes áreas como a da falida Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem alegando não ter proposição para conferir função social à referida propriedade urbana conforme o estabelecido no parágrafo segundo do Artigo 182 da Constituição Federal.

“Tem muita coisa pra acontecer. A coisa tá boa pro nosso lado, o povo começou a enxergar os seus direitos e se organizar.”, é no que acredita Wanja Lobato ao explicar a decisão da associação em lançar-se em 2010 à tarefa da provisão habitacional de interesse social por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) entidades onde tiveram aprovado pela União e publicado no DOU de 26 de dezembro de 2014, a Portaria nº 326 – que trata da destinação de imóveis verticalizados para 1000 famílias. A área requerida para construção dos prédios localiza-se onde estava antes a Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem (CATA), que teve sua inscrição de ocupação cancelada pela União.

No dizer de Wanja Lobato⁴⁹, “a comunidade Santa Fé está fortalecendo a luta das regiões vizinhas, como a poligonal da Veiga Cabral até a Oswaldo de Caldas Brito” por “estar percebendo seu potencial”. Urbanização e saneamento não podem justificar a remoção de moradores, porque a administração municipal prioriza o mercado imobiliário dentro de uma lógica de financeirização do Estado.⁵⁰

REFERÊNCIAS

BELÉM. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – Promaben. *Relatório de Impacto Ambiental*. 2007. Tomo 01/03. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 4 jan 2013.

_____. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – Promaben. *Relatório de Impacto Ambiental*. 2007. Tomo 02/03. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 4 jan 2013.

BAZZOLI, João Aparecido. Os dez anos da vigência do estatuto da cidade no processo dialético da práxis da regularização fundiária urbana. In: *Revista Prisma Jurídico* (on line), São Paulo, v. 10, n.2, PP.293-320, jul/dez, 2011.

BECKER, Berta. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a lei federal nº 11.977/2009. Brasília, 2010. (Cartilha)

⁴⁹ Entrevista concedida em sua residência situada na Passagem Santa Fé, nº 68 no dia 22 de Outubro de 2015.

⁵⁰ VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: O. Arantes, C. Vainer & E. Maricato. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. (6. Ed.). Petrópolis: Vozes, 2011, p.75-103.

- BRAZ, Vera Nobre. *Belém: o estuário, o saneamento e a balneabilidade*. In: Castro, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006, pp. 45-58.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, Ester, CASTRO, Edna Ramos. (Orgs.). *Um novo planejamento para um novo Brasil? – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, pp.25-39.*
- CONVÊNIO SUDAM/DNOS/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação*. 2ª Ed. Ver. Belém, IDESP/SUDAM, 1975.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. Tradução: Nélio Schneider. 1ª.ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966.
- MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém do Pará: estudos de geografia urbana*. Belém: Imprensa Universitária, 1968, V. I.
- RAMOS, José Messiano Trindade. *Entre dois tempos*. Um estudo sobre o bairro do Guamá, a Escola “Frei Daniel” e seu Patrono. Belém, 2002.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000
- TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair, AMARAL, Márcio Douglas Brito & SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Estado, políticas urbanas e gestão do espaço na orla fluvial de Belém. In: Castro, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006, p. 59-84.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: O. Arantes, C. Vainer & E. Maricato. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. (6. Ed.). Petrópolis: Vozes, 2011, p.75-103.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E MUSEUS: O CONTEXTO DE UM BAIRRO PERIFÉRICO DE BELÉM

Ana Claudia dos S. da Silva¹

Silvio Lima Figueiredo²

RESUMO

Este apresenta considerações sobre as políticas públicas de Museus e de Memória no Brasil com foco no Bairro da Terra Firme localizado em área periférica de Belém do Pará na Amazônia Brasileira. O objetivo do texto é analisar a política Nacional de museus e memória do Brasil destacando o Programa Pontos de Memória, que proporciona aos moradores de bairros tidos a margem nas grandes cidades, o protagonismo social no sentido de construção de sua própria história/memória e identidade local. Esta política está baseada nos princípios da museologia social que propõem os Museus como espaço de desenvolvimento e construção de cidadania e na Política de Museus destaca pontos de memória se constituem em espaços de sociabilidade, onde se percebe a disputa pelo poder da memória. A memória aqui é tratada como um dispositivo de coesão e articulação dos grupos sociais em busca de sua identidade e de conquistas em prol do desenvolvimento local. Nesse sentido trazemos para discussão a política de memória e museus instituída a partir de 2003 durante o Governo Lula, no bojo da Política Nacional de Cultura. A constituição dessa política, em primeiro lugar, foi participativa, com presença de diversos segmentos da sociedade civil organizada e serviu de base para as políticas do campo cultural do País, como o Programa Cultura Viva, Pontos de Cultura, Política Nacional de Museus, Pontos de Memória, etc. Apresentamos considerações sobre a política pública de Museus e sua gênese, sob a ótica da museologia social, destacando o surgimento dos Pontos de Memória. Caracterizando seu espaço social e o processo de seu surgimento.

PALAVRAS CHAVES: Memória Social, Políticas Públicas, desenvolvimento, Terra Firme, Amazônia.

MUSEOLOGIA SOCIAL A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE MUSEU E O DIREITO À MEMÓRIA

Um aspecto importante acerca da memória social é a sua relação com os lugares e a construção da identidade do grupo referente ao seu espaço social. As memórias individuais e coletivas têm nos lugares uma referência importante para a sua construção, ainda que não seja condição para a sua preservação, do contrário, povos nômades não teriam memória.

As memórias dos grupos se referenciam, também, nas relações que constroem com estes espaços. Os lugares são importante referência na memória dos indivíduos, onde se segue que as mudanças ali empreendidas acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos.

¹ Mestre em Memória Social (PPGMS/UNIRIO), Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA), Técnica do Museu Paraense Emílio Goeldi. anacsilv3@hotmail.com

² Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PPGDSTU/NAEA/UFPA). Doutor em Comunicação (ECA/USP) e Pós-Doutor em Sociologia na Université René Descartes-Paris V. Sorbonne. Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). slima@ufpa.br

Uma das alternativas de agregar a memória, a cidadania e o pertencimento aos valores dos grupos sociais é a museologia social³ que propõem a preservação patrimonial em prol do desenvolvimento local, esse direcionamento se efetivou principalmente na Declaração de Santiago em 1972, quando houve uma análise da situação social da América Latina, em que a maior parte da população era analfabeta e com grandes desigualdades sociais e econômicas.

Somando a esse discurso, têm-se as declarações de Quebec (1984) e Caracas (1992). A primeira lançou os fundamentos da nova museologia onde se apresenta pela primeira vez a mudança de perspectivas do campo museal, que se voltou à qualificação cultural em prol do desenvolvimento humano, a segunda define o museu como um canal de comunicação e de educação para todos os indivíduos. A partir de então o museu passa a ser visto como agente social no qual o patrimônio passa a ser contextualizado no sentido mais antropológico, em que a comunidade esteja envolvida nos processos de memória e preservação patrimonial (FRANCO, 2009, p.17).

A América Latina foi o palco da discussão que emergiu de forma inovadora na redefinição do conceito de museologia, tendo perspectivas fundamentadas na necessidade real de atender a uma população diversificada, tanto do ponto de vista étnico como socioeconômico e cultural. Desta discussão surge o conceito de museologia social. Frederic Mayor (*apud* MOUTINHO, 1993, p 9) sintetiza a concepção de museologia social baseada na evolução das instituições museais a partir da tomada de consciência cultural e das acelerações das transformações sociais que vem atingindo os museus no mundo.

Para Chagas (2014, p.17), a museologia social está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com melhoria da qualidade de vida coletiva, o fortalecimento da dignidade e coesão social.

Toda esta mudança no campo museal a partir da segunda metade do século XX foi resultado de manifestações populares que ocorreram durante a década de 1960 e início de 1970, que expressavam o desejo de um novo museu. Desta forma começa-se a propagar uma nova proposta de museologia em que deixam-se de lado os museus com ênfase nos objetos, dando lugar ao museu aberto e consciente de sua relação orgânica com o contexto social. Sendo assim,

A revolução museológica do nosso tempo que se manifesta pela apropriação de museus comunitários, museus *sans murs*, ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinita da comunicação moderna – tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica (MAYOR *apud* MOUTINHO, 1993, p.9).

A ampliação da concepção de patrimônio contribui para a redefinição de “objeto museológico” com a inserção da participação comunitária na gestão das práticas museológicas e da museologia como fator de desenvolvimento local. A *Declaração de Oaxtepec*, de 1984, considera indissolúvel a relação território- patrimônio-comunidade, além de propor que a museologia leve o homem a confrontar-se com a sua realidade por meio de elementos tridimensionais, representativos e simbólicos. Para isto é necessário o diálogo e participação comunitária, evitando o monólogo do técnico especialista.

³ A museologia social é uma abordagem da museologia que destaca o Museu como espaço de interação e ação das comunidades residentes nos lugares de memória. Na fala de Chagas (2014), o que dá sentido à museologia social não é o fato dela existir em sociedade, mas sim, compromissos sociais que assume e com os quais se vincula.

Na perspectiva de uma coesão ou da ideia de compartilhamento do passado, o Estado atua como um agente que propõe, por meio de vários instrumentos, a ideia de compartilhamento memorial.

A memória coletiva tem a importante função de contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico. Desta forma se modifica e se rearticula conforme a posição ocupada pelo indivíduo e as relações e interações estabelecidas nos diferentes grupos do qual este indivíduo participa.

As lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que Halbwachs (1990) denomina 'comunidade afetiva'. Dificilmente o indivíduo constrói sua lembrança fora deste quadro de referências. Tanto nos processos de produção da memória como na rememoração, o outro tem um papel fundamental na construção da memória social.

Sendo assim entende-se a memória coletiva como uma corrente de pensamento contínuo e em constante renovação, visto que ela é construída através da experiência adquirida pelo indivíduo em seu grupo social. Essas experiências configuram a forma como este grupo habita seu meio, conferindo um sentido ao seu passado através dos mitos criados por esta coletividade.

É importante destacar o poder a serviço do desenvolvimento social, o exercício prático da apropriação da memória e do seu uso como ferramenta de intervenção social (CHAGAS, 2014). Neste sentido o patrimônio se insere como parte da memória social mesmo que individualmente não apareça tão presente nas lembranças dos sujeitos.

O discurso apresentado pelo poder público é o de direito à memória que possibilita o empoderamento dos agentes que participam das ações de preservação de memória. Direcionado para os grupos considerados “à margem da sociedade”, os menos favorecidos, residentes em bairros periféricos das grandes metrópoles, buscando atender a inserção dos museus como estimuladores do desenvolvimento local e de transformação social.

Esse empoderamento é fruto também da mudança dos cientistas sociais na articulação da pesquisa e das lutas sociais em prol desse engajamento político e social para a garantia dos direitos humanos e exercício da cidadania. Entender como a memória coletiva se articula nos grupos é importante para se compreender como o indivíduo constrói sua memória e conseqüentemente sente-se parte do grupo a que pertence.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE MUSEUS, PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTEGRAL E DA MEMÓRIA SOCIAL

Com a ampliação da noção de patrimônio e da concepção de museus, as políticas públicas para estas áreas se multiplicaram. Mesmo os museus sendo parte do patrimônio e ambos serem parte da memória social e coletiva, começaram a ser definidas diversas políticas direcionadas para cada uma dessas áreas a partir do Governo Lula (2003-2007). Neste Governo foi dada grande ênfase as áreas da memória, do patrimônio e dos museus, sendo para isto criados mecanismos de gestão voltados para a sua valorização como agente de desenvolvimento local.

Há então uma reformulação na estrutura do Ministério da Cultura (MINC), com a criação do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, responsável pela proposição das políticas de museus e

memória no país, além de propor ações direcionadas para a memória de comunidades e grupos diversos da sociedade civil.

Também neste período é lançada pelo Ministério da Cultura, a Política Nacional de Museus, em 2003, que teve como princípios norteadores:

a) estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural e dos museus; b) valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus; c) desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas pela diversidade cultural do povo brasileiro; d) reconhecimento e garantia dos direitos de participação das comunidades, nos processos de registro e de definição do patrimônio a ser musealizado; e) estímulo e apoio à participação de museus de várias tipologias, f) incentivo a programas e ações que deem sustentabilidade à preservação do patrimônio cultural submetido a processo de musealização e g) respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígena e afro descendente, de acordo com as suas especificidades (AMAZONAS, s/d, p. 4).

A construção da Política Nacional de Museus foi dividida em quatro etapas: i) a primeira constou da elaboração do documento básico para a discussão com representantes de entidades e organização museológica, que se fundamentou na Carta de Rio Grande⁴ e no Texto “Imaginação museal a serviço da cultura”⁵; ii) a segunda etapa apresenta o documento básico para debate público, com participação de diretores de museus, representantes de secretarias estaduais e municipais de cultura, professores de universidades, representantes de organizações museológicas nacionais e internacionais; iii) na terceira etapa, o documento foi divulgado amplamente por meio digital e reuniões presenciais e participaram das reuniões diversos atores (professores, estudantes, pesquisadores, aposentados, jornalistas, técnicos e gestores culturais, líderes comunitários, educadores, artistas) que contribuíram para o aprimoramento da proposta inicial; e iv) a quarta e última etapa a consolidação do documento por uma equipe formada por representantes do poder público e da sociedade civil (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2007).

A Política Nacional de Cultura com ênfases no Patrimônio Material e Imaterial e na Política Nacional de Museus contempla a memória social e coletiva a partir do novo sentido que dá ao lugar dos museus na sociedade. Para Moutinho (2004) isto ocorre com a Criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Este sistema tem como principal função articular os museus brasileiros, sejam eles federais, estaduais, municipais ou privados; de qualquer porte e tipologia.

Esse papel de articulação exige que o SBM desenvolva um trabalho em rede de intensa capilaridade e de valorização de intercâmbios e parcerias horizontais entre o poder público e a sociedade civil. Pode ser considerado um marco das políticas públicas para o setor museológico (AMAZONAS, s/d; p.07).

A instituição da Política Nacional de Museus(PNM) e do Sistema Brasileiro de Museus(SBM) propiciou a elaboração de uma legislação direcionada para o setor de museus, e regulamentou várias das diretrizes propostas pela política nacional como: a obrigatoriedade de Plano Museológico do IPHAN como ferramenta para o planejamento estratégico dos museus; regulamentação entre as unidades especiais museus regionais e centro culturais vinculados ao IPHAN, suas associações de amigos que aparecem como sistema e representantes da comunidade local. Também a instituição

⁴ Documento resultante do 8º Fórum Estadual de Museus, realizado em Porto Alegre em maio de 2002, em comemoração aos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, sob o tema Museus e Globalização.

⁵ Documento elaborado pelo Conselho Federal de Museologia em 2002, que também serviu de base para a Política de Museus.

do Estatuto de Museus, que definiu o conceito de museu para efeito desta lei⁶, além de estabelecer como princípios fundamentais dos museus: a promoção da cidadania; o cumprimento da função social; a universalidade de acesso; o respeito e a valorização da diversidade cultural, entre outras definições.

A VONTADE DE MUSEUS E A CRIAÇÃO DOS PONTOS DE MEMÓRIA

A Política de Museus proposta pelo Ministério da Cultura estabeleceu um debate sobre a questão dos museus brasileiros com diversos segmentos culturais relacionados com o tema. A construção da política seguiu uma linha participativa. As reuniões envolveram pessoas de diversos segmentos dentre as quais responsáveis e profissionais de entidades museológicas de diferentes tutelas, representantes de meios acadêmicos, entre outros.

O mesmo documento ressalta ainda que essa política teve como premissa a democratização do acesso aos bens culturais produzidos, bem como a democratização dos dispositivos de estímulo e incentivo à dinâmica de produção de bens culturais representativos de diferentes grupos sociais e étnicos, de diferentes regiões e localidades existentes no País.

Nesta perspectiva surgem em todo o território nacional espaços museais voltados para a valorização e preservação do patrimônio das comunidades e incentivo a inclusão social e cidadania por meio do desenvolvimento de ações voltadas para novos processos de institucionalização da memória. Desta forma, o “*dever da memória*” que se apresenta como imperativo do não esquecimento e se manifesta, sobretudo no plano discursivo, no cenário contemporâneo (LEDOUX, 2009 *apud* FERREIRA, 2011) é evidenciado nas políticas de museus que ressaltam o dever do Estado de proporcionar ao cidadão a valorização da memória social do grupo ao qual ele pertence.

Já a *vontade de memória* se manifesta a partir das iniciativas involuntárias das comunidades, que se preocupam em expor e narrar suas próprias histórias e memórias e identificar seus patrimônios (CHAGAS, 2010). Percebe-se aqui um movimento de valorização da memória social, ou seja, a articulação dos grupos para que a mesma seja transmitida, mantendo viva as práticas culturais destas comunidades.

Os museus comunitários e os Pontos de Memória se inserem neste processo, para Chagas (2008 *apud* MORAES, 2011). Estas experiências museais são baseadas na musealização do território e na ênfase dada às relações sociais, valorizando os processos naturais e culturais e não os objetos enquanto produtos da cultura. Os museus comunitários, ecomuseus ou museus de territórios e os museus de bairro evidenciam a relação do museu com a sociedade civil e a valorização do patrimônio e da memória local. Neste sentido CHAGAS (2009 *apud* MORAES, 2011) afirma que estas experiências valorizam as pessoas e comunidades e o desenvolvimento local.

Neste contexto os indivíduos pretendem ser protagonistas e recontar sua própria história, começam a surgir iniciativas de grupos de bairros ou associações comunitárias com ações voltadas para a memória e o patrimônio de suas comunidades. Estas experiências materializam “a vontade

⁶ Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

de memória e do patrimônio” que culminam com a “vontade de museus” (CHAGAS, 2010). A Política Nacional de Museus contribui para o “empoderamento” destas comunidades em relação ao seu “direito de memória” e a “vontade de museus”. Para Chagas:

Ainda que as vontades de memória, de patrimônio e de museu não sejam exclusividades da contemporaneidade, na atualidade elas ganham uma dimensão especial, em virtude de seu vínculo com o campo da comunicação e da política. Memória, patrimônio e museu acionam possibilidades comunicativas e estéticas, e também possibilidades políticas. De outro modo: projetos poéticos e políticos distintos e muitas vezes conflitantes são acionados por diferentes vontades de memória, de patrimônio e de museu. Por esse caminho, pode-se compreender o quanto há de tensão e de disputa no exercício do direito à memória, ao patrimônio e ao museu (CHAGAS, 2010).

Com base nestes pressupostos, o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, lança o Programa Pontos de Memória, que foi apresentado em 2010, no IV Seminário Internacional de Museus, realizado em Brasília.

A ideia dos Pontos de Memória surgiu como iniciativa do Ministério da Cultura/Minc que criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva), com o objetivo de contribuir para que a sociedade conquiste espaços, troque experiências e desenvolva ações de incentivo à cultura e à cidadania, de forma pró-ativa. Da parceria entre sociedade civil e poder público nasceram os Pontos de Cultura inspirados no conceito de “doin” antropológico, idealizado pelo então ministro Gilberto Gil. Em outras palavras, Gil propunha massagear pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Nessa perspectiva, os Pontos de Memória são os projetos e ações do Programa Pontos de Cultura voltados para a preservação da memória das comunidades e dos diversos grupos da sociedade civil (CHAGAS, 2010, p. 261).

Em dezembro de 2009, o Programa é lançado em Salvador durante a I Teia da Memória, onde são apresentados os 12 pontos de memória pioneiros escolhidos com base em dados do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), como locais de alta vulnerabilidade e que já vinham manifestando sua *vontade de memória*, por meio de ações como registros, por fotos ou vídeos, exposições sobre história do lugar contada por seus moradores, entre outras iniciativas.

Este programa tem como objetivo apoiar a criação de museus em municípios que possuem comunidades caracterizadas pelo alto índice de violência, além de trabalhar na reconstrução e proteção da memória social e coletiva das comunidades a partir de moradores, origens, histórias e valores destas comunidades. Este é o caso do bairro da Terra Firme, em Belém, que foi incluído no programa pelo seu “histórico de violência”, mas também pelas formações com a comunidade local em oficinas de memória social, festivais, exposições, desenvolvidas em parceria com o Museu Paraense Emilio Goeldi desde a década de 1980.

Na perspectiva do programa pontos de memória, as comunidades dos bairros periféricos se empoderam no sentido de buscarem afirmação de seu capital social e simbólico⁷, a partir do protagonismo dos sujeitos nas ações voltadas para a memória social e patrimônio, interessados na construção de uma memória coletiva que organize um discurso de identidade.

⁷O capital social consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos (BOURDIEU, 1987. p.4).

Neste contexto político se destacam as disputas simbólicas e tensões entre essas redes de memória dos sujeitos e lutas por revisão da memória que acabam se tornando um recurso em busca de mudanças e melhorias para as comunidades envolvidas no programa.

A VONTADE DE MEMÓRIA E O DIREITO A MUSEUS: AS AÇÕES AFIRMATIVAS DE MEMÓRIA SOCIAL E A CRIAÇÃO DOS PONTOS DE MEMÓRIA

As ações de afirmação de memória social começam a ser estimulada em várias cidades do Brasil, a princípio na região Sudeste, mas especificamente no Rio de Janeiro, onde se destacaram tanto no campo acadêmico com desenvolvimento de monografias e teses sobre memória de bairros periféricos e criação de museus comunitários em favelas, quanto nas ações desenvolvidas por moradores, como vídeos sobre a história local, programas de economia criativa e turismo de base comunitária, evidenciando as experiências vividas por seus moradores, cortejos culturais, rodas de memória exposições sobre o bairro, seus problemas e os seus moradores.

A criação dos Museus de Favela (MUF)⁸ e o Museu da Maré⁹ traz a oportunidade de mostrar a realidade destes bairros/favelas e os modos de vida dos moradores com suas estratégias e práticas de sobrevivência. Estas experiências de participação social na criação de museus comunitários, na qual os indivíduos tornam-se protagonistas da construção do seu espaço museal, que são responsáveis pela seleção do patrimônio e da memória que querem preservar, foram reforçadas pela Política Nacional de Museus. Para Moura (2011), as políticas públicas de cultura e memória mostram alguns processos de descentralização em sua formulação a nível nacional e regional. No entanto, o autor ressalta que, esta descentralização não vem ocorrendo de forma homogênea ou hegemônica ou mesmo continuada durante as trocas de governos, mas este é um processo instigante que estimula e privilegia o direito a memória e descentralização pela interação entre a esfera pública¹⁰ e a sociedade civil.

Estas experiências inspiraram o programa Ponto de Memória, iniciativa da Política do IBRAM que se aproxima das proposições da museologia social, como já mencionado anteriormente. Este programa foi idealizado como parte de um projeto de consolidação de políticas públicas para o patrimônio cultural, memória social e dos Museus, e estar associado à ideia de transformação social que viria pelo fortalecimento de identidades associadas a uma comunidade.

Na primeira etapa do programa iniciada em 2010 foram contempladas 12 comunidades como pontos piloto espalhados pelo País nas seguintes regiões: Museu de Favela, no Rio de Janeiro (RJ); Museu do Taquaril, em Belo Horizonte (MG); Brasilândia em São Paulo (SP); São Pedro, Vitória (ES); Lomba do Pinheiro, Porto Alegre(RS); Museu de Periferia/Sítio Cercado, Curitiba (PR); Estrutural em Brasília (DF); Museu do Mangue do Coque, em Recife (PE); Grande Bom Jardim, em Fortaleza (CE); Jacintinho em Maceió (AL); Beiru, em Salvador (BA) e Terra Firme, Belém (PA).

⁸ Museu de Favela (MUF) abrange as favelas de Pavão, Cantagalo e Pavãozinho são três favelas localizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, entre os bairros de Copacabana, Ipanema e Lagoa.

⁹ O Museu da Maré está localizado na favela da Maré, no Rio de Janeiro, situada entre importantes vias da cidade - a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela. O bairro é formado por quinze comunidades, onde vive uma população de cerca de 130 mil pessoas. Ocupa uma área de cerca de 800 Km² na região da cidade conhecida como Zona da Leopoldina.

¹⁰Esfera Pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (HABERMAS, 1997 *apud* MOURA, 2011, p. 03).

Atualmente, o Ibram tem mapeado 170 Pontos de Memória no Brasil, dentre iniciativas apoiadas pelo instituto, por meio de editais públicos (IBRAM, 2014).

O programa tem uma dinâmica semelhante para todos os pontos, e em uma primeira etapa realiza-se seminários para a apresentação da comunidade e constituição de um Conselho Gestor do Ponto. Este pode ser constituído em número de pessoas e estrutura de acordo com o que for estabelecido por cada grupo. Alguns possuem apenas conselho, outros tem o conselho e uma diretoria executiva.

Para o desenvolvimento dos 12 pontos de memória iniciais foram realizadas as seguintes etapas: *Visitas de identificação e sensibilização* nas comunidades indicadas pelo PRONASCI/MJ; *Seminários ampliados de mobilização nas comunidades*, para apresentação do programa e eleição de instâncias deliberativas; *Oficinas de qualificação*; *Visitas técnicas para acompanhamento do desenvolvimento do projeto*; *Fortalecimento da Rede* – Encontros nacionais de integração dos pontos; *Plano de ação* – Cada ponto de memória desenvolve um planejamento para execução do projeto na comunidade, delineando o perfil de museu que pretende constituir; *Ações museais* - Eventos e atividades que visam ampliar para toda a comunidade a discussão a respeito da memória local; *Inventário Participativo* – Desenvolvimento processual do inventário participativo, relacionando os bens que deverão compor o acervo do Ponto de Memória; *Ato Inaugural* – Lançamento de um produto de difusão, que marcará a abertura dos Museus Comunitários.

A TERRA FIRME NO CONTEXTO DO PONTO DE MEMÓRIA

O bairro da Terra Firme faz parte da bacia do rio Tucunduba, e teve sua ocupação a partir da expansão urbana em direção às áreas de baixadas, que se intensificaram em Belém principalmente a partir da década de 1940. Segundo Sanches e Couto (*apud* ALVES, 2010):

[...] até a década de 40 a ocupação urbana estava mais concentrada no centro da cidade. A partir das décadas de 60/70 e 80, que a periferia passa a sofrer um intenso processo de ocupação espontânea, impulsionada pelo êxodo rural, pela crise econômica e pela valorização do centro com expulsão da população de baixa renda para outras áreas, justamente aquelas sem ou com precária infraestrutura (ALVES, 2010 p. 3).

A Terra Firme ganhou este nome por ser formado por terras firmes e altas, próximas às áreas alagadas pelo rio Tucunduba, no limite dos bairros de Canudos e Guamá, como descreve Alves (2010, p. 83). Possui quase 84% de sua área alagada, perdendo apenas para os bairros do Jurunas e Condor. Essa configuração é expressa na fala de seus moradores:

A rua era feita de estivas depois veio ponte de madeira, depois ponte de concreto, depois veio um lixão com muita mosca. Agora a Rua Lauro Sodré onde estou me referindo é aterro com muita lama (Leandro Costa, Inventário participativo, p.40).

O bairro da Terra Firme tem aparecido nos noticiários e nas diversas falas dos habitantes de Belém (evidenciadas em pesquisas acadêmicas) como um lugar violento, com pobreza, exclusão social, falta de infraestrutura e saneamento básico, resultado da expansão urbana que ocorre nas grandes metrópoles, inclusive com casos de mortes e chacinas ocorridas no início de novembro de 2014.

Ao conversar com seus moradores mais antigos, eles ressaltam que a violência presente hoje no bairro não existia há uns 30 anos atrás. “Todos se conheciam e tinha um objetivo que era a casa, todos eram amigos (Dona Zuleica)¹¹”.

A memória do bairro por seus moradores converge ainda para um ponto em comum que é o igarapé do Tucunduba, pois, no início, aproximadamente 90% de sua área era alagada e o igarapé circulava toda aquela região que foi aterrada com lixo para que fossem construídas as moradias hoje existentes, tanto que pode-se ver ainda no período de grandes chuvas o alagamento de muitas vias existentes no bairro.

Neste bairro, como os demais de periferia, se percebe as dificuldades e problemas como o crescimento populacional, a falta de serviços e infraestrutura, violência, falta de emprego, que podem afetar a sociabilidade entre seus moradores. Raramente este bairro é referido pelos seus fazeres e saberes culturais, e as suas histórias de conquistas raramente são detalhadas, a não ser em relação às lutas dos movimentos sociais que ali se estabeleceram, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Por conta do processo de ocupação de vários bairros de Belém às proximidades dos rios e pela distância do núcleo urbano inicial da cidade, sua ocupação se deu com a vinda de migrantes do interior do estado, áreas ribeirinhas próximas de Belém e de outros estados vizinhos, como Maranhão, Ceará e outros (RODRIGUES, 2008; PENTEADO, 1968; CASTRO, 2006).

O Programa Ponto de Memória que desde 2010, que vem atuando neste bairro e propõem valorizar/resgatar as vozes dos sujeitos que não são ouvidos em sua história social, como os feirantes das diversas categorias e os moradores do bairro que em sua quase totalidade se caracterizam como de baixa renda e muitos oriundos do interior do Estado.

A criação de um ponto de memória no bairro vem reforçar a luta pela identidade e auto reconhecimento destes cidadãos que constroem sua história de luta e conquistas e que guardam memórias dos vários momentos vividos. Desta forma, tem-se a valorização de práticas comunitárias que buscam o desenvolvimento e a coesão social, em prol de melhorias das condições de vida e o reconhecimento da identidade dos diversos atores participantes deste processo. A fala da vice-presidente do conselho do Ponto de Memória da Terra Firme demonstra o sentimento de pertencimento ao Bairro quando afirma: *“O morador do Bairro da Terra Firme tem orgulho de morar no Bairro e se identificam eu sou da Terra Firme”*¹²

A Terra Firme foi um dos 12 bairros selecionados pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM para fazer parte do programa piloto dos Pontos de Memória. Entre os critérios de seleção, estava o grau de vulnerabilidade social¹³ do Bairro. Esta característica estar associada não apenas ao alto índice de violência do Bairro, mas também a pobreza, as condições precárias de moradia e saneamento visto que a ideia do programa também é articular a geração de renda a partir da valorização da memória social destes grupos.

Em outubro de 2009, o Bairro recebeu a visita dos consultores do IBRAM para o reconhecimento das práticas sociais da comunidade. Houve um encontro na Praça do Bairro onde se apresentaram vários grupos culturais e associações de Bairro que mostram para os consultores o seu vasto capital cultural e o poder de articulação e organização.

¹¹ Líder comunitária em Roda de memória Museu, Mulheres e cidadania, durante a Primavera de Museus em 21 de Setembro de 2011 realizada na Escola Brigadeiro Fontenelle.

¹² Eliete Santana conhecida como NECI (Vice Presidente do Conselho Gestor).

Apesar do estigma (GOFFMAN,1988) de bairro violento, Terra Firme, guarda em sua memória a história de luta dos movimentos sociais muito fortes na década de 1980 e a expressiva participação dos moradores nas mobilizações pela luta por moradia e melhorias no Bairro.

Pode comprovar isto pela referência presente na memória da maioria dos moradores antigos do bairro que é o 1º Grito da Terra que ocorreu em 1993, na Praça Olavo Bilac na Terra Firme e que permanece marcante na suas memórias pois este movimento teve uma grande importância em termos de conquista e participação, como descreve Alves (2010, p.102).

Em Dezembro de 2009 aconteceu a 1ª teia da memória, em Salvador, com o encontro dos 12 pontos selecionados. Neste momento foi apresentada a proposta do programa e as experiências de cada localidade. Em 2010 inicia-se a implementação dos 12 Pontos de Memória, na Terra Firme foi realizado um seminário no auditório do campus de pesquisa do Museu Emilio Goeldi, localizado no Bairro. Neste evento foi constituído o conselho gestor do Ponto composto de 12 membros que foram indicados durante a plenária. Também foram apresentados vários grupos culturais. Estavam presentes para o Lançamento do Ponto aproximadamente 100 pessoas entre moradores, lideranças comunitárias, convidados e os representantes do IBRAM.

A culminância do Programa em sua primeira etapa resultou em uma cartilha e na exposição sobre o título “Na Terra Firme tem de tudo um pouco”, inaugurada em 2012. Esta exposição itinerante foi elaborada em parceria com o Museu Emílio Goeldi, a partir de oficinas realizadas com moradores do Bairro. O recurso aplicado nesta exposição foi do próprio programa que neste primeiro momento subsidiou as ações realizadas pelos 12 pontos pilotos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário das políticas pública de cultura e, por conseguinte da memória e do patrimônio, onde os sujeitos sociais tornam-se protagonistas no processo de construção e implementação destas políticas, se voltam para grupos sociais que não tiveram suas histórias narradas. O direito à memória ou a mencionada “*vontade política de memória*”, a que se refere a política de museus, focaliza o vínculo aos direitos culturais e humanos, que concerne ao direito à participação dos indivíduos na vida cultural.

O direito à memória vai além da importância de referenciais coletivos para a construção identitária dos cidadãos, mas destaca o dever do Estado em cooperar e executar políticas que fomentem processos de construção de memórias de grupos, garantindo o respeito, a valorização e o convívio entre diferentes e a referência ao valor simbólico desta construção para a conquista política. No Brasil vemos que esta política ainda está se estabelecendo com muitas dúvidas que começam a ser levantadas em relação a organização, gestão e sustentação dos pontos de memória.

A Política Nacional de Museus foi resultado de uma ação democrática participativa. A sua implementação segue os mesmos princípios, pois por meio de fórum de discussões, seminários, programas de capacitação, criação de cursos de museologia por todo o Brasil e surgimento de museus das mais variadas formas, proporcionam uma ampla participação da sociedade civil. Um exemplo disto são os Fórum Nacionais de Museus realizados a cada 2 anos em diferentes cidades do Brasil abrangendo diversas temáticas relacionadas aos museus e ao patrimônio.

Os pontos de memória continuam realizando suas ações, porém cada um de forma bem diversificada. Alguns mais bem organizados conseguem articular ações que englobam interesses gerais da comunidade, com foco no saber fazer e na memória do morador. Outros continuam

promovendo ações pontuais e sem grande repercussão na comunidade, com grupos reduzidos, e há ainda os que fazem ações gerais mesmo com pouca repercussão local. Mas quem foca em questões locais, e que tem grande impacto para a comunidade? Quanto aos recursos financeiros para as ações, cada grupo articula suas estratégias de acordo com as redes de parcerias que estruturam.

O ponto de memória da Terra Firme continua realizando suas ações sem recursos financeiros, mas com articulações com parceiros, e ainda agrega um reduzido número de integrantes, mas todos são atuantes. Importa destacar que o ponto de memória atua como agente de transformação quando busca melhoria de qualidade de vida articulando ações sobre lixo no bairro, tentando mudar a paisagem local; quando aparecem nos noticiários dando visibilidade a outras questões que não a violência do bairro. E quando articulam com escolas do bairro, a participação das crianças, jovens e professores em ações realizadas pelo ponto, mostrando a eles outras perspectivas de vida, estimulam a construção de novas representações e memória social sobre o bairro da Terra Firme.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, E. S. *Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2010.

AMAZONAS, A. R. Políticas de Museus do Governo Lula da Silva In: Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e práxis, 2010. Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: FCRB. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=9&ID_M=1840, Acesso em 20/01/2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus*. Brasília: MINC, 2007.

BRASIL. Lei nº. 11.904 de 14 de Janeiro de 2009. Estatuto de Museus.

BRASIL. Lei 8.313 de 23 de dezembro de 1991. Lei de Incentivo à Cultura

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das Cidades Amazônicas. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2006.

CHAGAS, M. *Direito à Memória*. Rede de Museus e Movimentos sociais. 2010. Disponível em <http://rededememoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/09/direito-memoria-mario-chagas.html>. Acesso em 08 de janeiro de 2014.

CHAGAS, M. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: *Cadernos do CEOM*, Chapecó/SC. N.41; Dez, 2014.

COUTO, A. C. Redes criminosas e organização local do tráfico de drogas na periferia de Belém. *REBESP*, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 2-13, jan./jul. 2013.

FERREIRA, M. L. M. Políticas de memória e política de esquecimento. *Revista Aurora*, São Paulo, 10: 2011.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro. 1990.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Minc). *Inventário Participativo do Bairro da Terra Firme*. Projeto Desenvolvimento Institucional e Técnico - Operacional para Ampliação e Consolidação de projetos relacionados à Memória Social no Brasil. Consultoria: Camila Moura Simões. 220p. 2012

MOURA, C. F. S. *Relatório do Microprojeto Território de Paz “As Diversas Linguagens da Cultura no Bairro da Terra Firme”*. Ponto de Memória da Terra Firme. 200 p. 2012 (mimeo).

MOURA, G. G. A. *A Construção da Memória Social como Política Pública: O caso do Centro Cultural Bom Jardim, em Fortaleza, Ceará*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) PPGMS/UNIRIO. Rio de Janeiro, 2012.

MOUTINHO, M. Sobre o conceito de museologia social. *Cadernos de Sociomuseologia*, América do Norte, 1, May. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467/370>>. Acesso em: 26 de fev. 2015.

MOUTINHO, M. *Políticas Públicas e construção da memória social: Um estudo a partir do centro cultural Bom Jardim em Fortaleza, Ceará*. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 11. 2011, Salvador. Anais eletrônicos. Salvador, UFBA, 2011 Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308363192_ARQUIVO_Artigo.CONLAB.pdf. Acesso em 08 de Janeiro de 2015.

SILVA, A. C. dos S. da; FIGUEIREDO, S. L. Memória, sociabilidade e espaço público: relações sociais e políticas de museologia social. In: CASTRO, E. M. R.; FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Sociedade, Campo Social e Espaço Público*. Belém: NAEA, 2014

SILVA, M. S. R.; Sá, M. R. Medo na cidade: estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém (PA) *Argumentum*. Vitória (ES), v. 4, n. 2, jul./dez.2012.p.174-188.

DO DIREITO À CIDADE AO DIREITO URBANÍSTICO: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR

Bruno Soeiro Vieira¹

RESUMO

Este artigo visa analisar a temática do direito à cidade como fundamento do direito urbanístico. Inicialmente, cabe dizer que foi o sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre (2001), ainda na década de 60 do século passado, que tratou inicialmente do denominado direito à cidade em obra com o mesmo título, cujas reflexões nos levam a pensar sobre a cidade e o urbano, mas que acima de tudo nos direcionam a pensar criticamente sobre o modelo de produção do espaço urbano; este que não é equitativo, é antidemocrático, é excludente e amplificador das desigualdades sociais. Apesar do texto seminal de Lefebvre (2001) já estar próximo da comemoração de meio século, as reflexões construídas pelo autor são extremamente atuais, viabilizando que outros pensadores aprofundem a análise, contribuindo para a ampliação e contínua atualização da temática acerca das questões urbanas, em especial do direito à cidade. Como pode ser notado, foi na academia que se deu a construção filosófica do nominado direito à cidade. Entretanto, foi no V Fórum Urbano Mundial (promovido pela Organização Nações Unidas no Rio de Janeiro entre os dias 22 a 26 de março de 2001), intitulado “O direito à cidade: unindo o urbano dividido”, que ficou registrada a conquista de um alcance global desse conceito. Também alheio ao ambiente acadêmico, setores do movimento social mundial entenderam que haveria a necessidade de aprofundamento da discussão a respeito do direito à cidade e, em 2002, no segundo Fórum Social Mundial, os movimentos sociais e organizações não-governamentais de todo o mundo, notadamente da América Latina, começaram a traçar o texto que hoje se apresenta como Carta Mundial do Direito à Cidade. Evidencia-se, portanto, que desde a gênese conceitual do direito à cidade até a atualidade (apesar de restar mantida a linha mestra da concepção matriz), há um avanço, uma ampliação significativa no entendimento acerca do direito à cidade, pois devido ao brutal aumento da urbanização mundial e do agravamento dos problemas urbano-ambientais, podemos asseverar que o direito à cidade admite uma interpretação bem mais ampla e plural do que aquela inaugurada por Lefebvre (2001), inclusive, tornando-se o fundamento da atual ordem jurídico-urbanística nacional, justificando a existência de princípios, instrumentos e normas jurídicas que visam tutelar o meio ambiente sustentável nas cidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITO À CIDADE, SUSTENTABILIDADE URBANO-AMBIENTAL, DIREITO URBANÍSTICO.

¹ Mestre em Direito do Estado pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Especialista em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), Auditor Fiscal Municipal, Professor das disciplinas Direito Urbanístico, Tributário e Financeiro na Universidade da Amazônia (UNAMA), Bacharel em Ciências Contábeis e Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA- UFPA). Email: bruno_vieiraa@yahoo.com.br

1 A GÊNESE DE UM DIREITO À CIDADE

Por vezes, algumas pessoas podem ser levadas a equívocos devido a não terem realizado uma análise cuidadosa e com a profundidade necessária que busque a essência de determinadas categorias, bem como, das diferentes definições, tal como ocorre no debate acerca do direito à cidade e, por consequência, do direito urbanístico.

Inicialmente cabe dizer que foi o sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre (2001), ainda na década de 60 do século passado, que tratou inicialmente do denominado direito à cidade em obra com o mesmo título (*O direito à cidade*), cujas reflexões nos levam a pensar sobre a cidade e o urbano, mas que acima de tudo nos direcionam a pensar criticamente sobre o modelo de produção do espaço urbano; este que não é equitativo, é antidemocrático, é excludente amplificador das desigualdades sociais.

Também foi naquele ano, 1967, que Henri Lefebvre escreveu seu ensaio seminal, *Le droit à la ville* [O direito à cidade]. Esse direito, afirmava ele, era ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tantos temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível. (HARVEY, 2014, p. 11).

Apesar do texto seminal de Lefebvre (2001) já estar próximo da comemoração de meio século, o cerne das reflexões construídas pelo autor são extremamente atuais possibilitando que outros contemporâneos pensadores aprofundem a análise, contribuindo para a ampliação e atualização da temática acerca das questões urbanas, em especial do direito à cidade. Tanto é que Harvey (2014, p. 13) aduz que “a ideia do direito à cidade passou por certo ressurgimento [...]”.

Como pode ser notado, foi na academia que se deu a construção filosófica, a cargo inicialmente de Lefebvre (2001), do nominado direito à cidade. Entretanto, foi apenas no V Fórum Urbano Mundial (promovido pela Organização Nações Unidas no Rio de Janeiro entre os dias 22 a 26 de março de 2001), intitulado “O direito à cidade: unindo o urbano dividido”, que ficou registrada a “conquista de um alcance global por esse conceito” (TRINDADE, 2012, p. 139).

Todavia, também alheio ao ambiente acadêmico, setores do movimento social mundial entenderam que haveria a necessidade de aprofundamento da discussão a respeito do direito à cidade e, em razão disso, no ano de 2002, no segundo Fórum Social Mundial, “os movimentos sociais e organizações não-governamentais de todo o mundo, especialmente da América Latina, começaram a delinear o texto que hoje se apresenta como Carta Mundial do Direito à Cidade”. (OSÓRIO, 2006, p. 194).

Sobre a Carta Mundial do Direito à Cidade, transcrevemos a seguir:

A Carta Mundial do Direito à Cidade ressalta que a alta taxa de urbanização atinge a qualidade de vida e as relações entre os habitantes das áreas urbanas. Alerta para o fato de que os modelos de desenvolvimento implementados nos países do Terceiro Mundo se caracterizam por padrões de concentração de renda e de poder, que muito contribuem para a degradação do meio ambiente, para o empobrecimento, para a exclusão e segregação socioespacial”. (DIAS, 2012, p. 58).

Evidencia-se, portanto, que desde a gênese conceitual do direito à cidade por meio da dicção de Lefebvre (2001) até a atualidade (apesar de restar mantida a linha mestra da concepção matriz), há um avanço, uma ampliação significativa no entendimento acerca do direito à cidade, pois devido ao brutal aumento da urbanização mundial e do agravamento dos problemas urbano-ambientais, podemos asseverar que o direito à cidade admite uma interpretação bem mais ampla do que aquela inaugurada por Lefebvre (2001).

2 UM DIREITO FUNDAMENTAL QUE É O FUNDAMENTO DO DIREITO URBANÍSTICO

Pensamos que está ultrapassada qualquer polêmica acerca da autonomia científica do direito urbanístico, isto porque com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) restou evidenciada a existência de princípios norteadores da política urbana, quais sejam: os *princípios da função social da propriedade* e das *funções sociais da cidade*. Ademais, o texto constitucional em vigor ao repartir as competências constitucionais, outorgou-as concorrentemente à determinadas pessoas políticas (União, Estados-membros e Distrito Federal), atribuindo o poder normativo para produção de leis sobre direito urbanístico, conforme se depreende do art. 24, I da CF/88. Todavia, em relação aos municípios, podemos aduzir que, por intermédio de uma interpretação sistemática (que considera o disposto nos artigos: 5º, XXIII, 30, 170, 182, 183 e 225 da Constituição Federal), as municipalidades devem exercer a função preponderante (um típico poder-dever) de planejar o desenvolvimento urbano-ambiental das *urbes*, bem como, estabelecer os critérios que possibilitem aferir se o exercício do direito de propriedade está em consonância com os ditames constitucionais, através da instituição de um democrático e exequível Plano Diretor, conforme previsto no § 1º do art. 182 da CF (BRASIL, 1988).

Na mesma trilha, ratificamos a entendimento supra mencionado, trazendo à colação a dicção seguinte:

Com base nas normas constitucionais específicas da política urbana (artigos 182 e 183 da C.F.), foi feita a defesa da necessidade do direito urbanístico se tornar um ramo próprio do direito público. Por ter finalidade e objetivo próprio de disciplinar as diretrizes, os objetivos, os instrumentos e os sistemas de gestão da política urbana, o regime jurídico da propriedade urbana, com base no princípio da função social da propriedade e nas funções sociais da cidade, exige a formação de um conjunto de normas no sistema federativo nas esferas estadual e municipal, que configure uma disciplina própria do direito. (SAULE JR, 2007, p. 60-61).

Assim, o texto constitucional ao dar concretude ao princípio da função social da propriedade evidenciou um novo paradigma do direito à propriedade que ultrapassa aquele ortodoxo e conservador entendimento que defendia a existência de um absoluto poder, quase divino, do proprietário sobre a propriedade. Hoje, tal lógica não pode mais ser admitida, pois o ordenamento jurídico brasileiro consagrou categoricamente o princípio da função social da propriedade que, por sua vez, forjou uma nova significação, um novo sentido, uma nova valoração do direito de propriedade (que privilegia o bem-estar de todos em detrimento do interesse particular) e para ressaltar a relevância dessa questão, transcrevemos abaixo:

A produção do espaço urbano funda-se, assim, na contradição entre a produção social da cidade e sua apropriação privada. A existência da propriedade privada de riqueza apoiada numa sociedade de classes e a constituição do espaço como valor de troca geram a luta pelo “direito à cidade”. (CARLOS, 2013, p. 95).

Necessário reforçar que o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) em seu artigo 1º, parágrafo único dispõe que a mencionada lei foi instituída visando estabelecer normas de ordem pública e interesse social que tem como função precípua regular o uso da propriedade urbana em favor do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Destarte, está comprovado que tanto o legislador constituinte quanto o infraconstitucional seguiram a mesma linha ao dedicarem atenção ao direito de propriedade, consagrando-o. Todavia, tais legisladores também deixaram forjado na Carta Magna que o exercício desse direito deve estar acompanhado do cumprimento de sua função social.

Ainda a respeito da autonomia do direito urbanístico, Fernandes (2001, p. 61-62) adverte que após a aprovação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) não é mais possível considerar que o direito urbanístico seja um apêndice (um sub-ramo) do direito administrativo ou, ainda, do direito ambiental, porque a urbanização intensiva que ocorreu no mundo no século XX, enquanto fenômeno socioeconômico que gera profundo impacto nas cidades, não pode ser olvidado pela ordem jurídica nacional.

Desse modo, se o ordenamento jurídico nacional está materializado através de um conjunto de normas de direito que visam, em última análise, garantir o direito à cidade, será este último o fundamento da existência do direito urbanístico. Em outros termos, se o conjunto de normas, princípios e institutos utilizados pelo direito urbanístico tem por objetivo principal a promoção do ordenamento do uso e da ocupação do solo urbano de modo a viabilizar o desenvolvimento sustentável das funções sociais da cidade para que seus habitantes e usuários disponham de bem-estar urbano, podemos concluir que o direito à cidade constitui-se na razão primeira da existência de um ramo próprio do direito público (urbanístico) que dê concretude aos valores e anseios socioambientais relacionados à sustentabilidade cidadina no Brasil.

Na mesma trilha segue a transcrição:

O posicionamento do direito urbanístico brasileiro ter se constituído como um ramo do direito autônomo (sic) tem como fundamento a necessidade da existência de um conjunto de normas jurídicas voltadas a proteção e promoção do direito à cidade reconhecido no Estatuto da Cidade como um direito fundamental emergente nos termos acima expostos.

Da mesma forma que o direito ao meio ambiente é a base fundamental do direito ambiental, *o direito à cidade passou a ser a pedra fundamental do direito urbanístico brasileiro* [. . .]. (SAULE JR., 2007, p. 63, grifamos).

Registramos oportunamente a importância do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) para a consolidação do direito urbanístico nacional, pois tal diploma legal ratificou a necessidade da promoção das cidades sustentáveis objetivando garantir o direito à cidade. Assim, com o advento da referida norma geral, o utópico e efêmero direito à cidade ganha corpo, matéria, torna-se visível, podendo, por isso, ser viabilizado (efetivado) por meio de prestações positivas e negativas estatais constantes da política urbana. Tal raciocínio encontra guarida no artigo 2º, I daquela diploma urbano-ambiental ao dispor que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, através de diversas diretrizes gerais, dentre as quais está a garantia do *direito a cidades sustentáveis*, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Sendo assim, se cabe ao poder público, notadamente o municipal, pôr em prática uma política urbana que esteja em consonância com os princípios e diretrizes expressos no corpo da Constituição Federal (BRASIL, 1988), bem como, no texto do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) devemos compreender que se trata de um poder-dever e não de um ato em que esteja presente a discricionariedade administrativa. Em razão disso, quando tal postura da administração pública não for observada estará evidenciada a omissão administrativa e a respeito desta questão transcrevemos abaixo:

Configura também *violação ao direito à cidade*, o omissão dos agentes públicos, que implique na não aplicação e adoção dos princípios constitucionais na implementação da política urbana em qualquer das esferas governamentais: *no campo administrativo*, envolvendo a elaboração e execução de projetos, programas e planos; *na esfera legislativa*, por meio da edição de leis, controle dos recursos públicos e ações de governo e *na esfera judicial*, nos julgamentos e decisões sobre conflitos coletivos e difusos referentes a assuntos de interesse urbano. O Estatuto da cidade introduziu a ordem urbanística como interesse difuso dos habitantes da cidade. A ordem urbanística é respeitada quando os princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos da política urbana forem aplicados nos termos do texto constitucional e do Estatuto da Cidade. (SAULE JR., 2007, p. 57, grifamos).

E contra atos de omissão do poder público que redundem na inefetividade da política urbana sustentável, tal como preconizada na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), por estar caracterizado a agressão a um direito difuso coletivo (dano à ordem urbanística) poderá ensejar ao cidadão o manejo da ação civil pública ou da ação cautelar visando garantir, em última análise, o direito à cidade sustentável a todos os seus habitantes e usuários.

Assim sendo, após termos estabelecido um raciocínio jurídico que demonstra uma alteração no paradigma do direito de propriedade que se origina com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e desemboca no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) - norma geral do direito urbano-ambiental brasileiro - chegamos a constatar que a mencionada lei federal regulamentadora dos artigos 182 e 183 do texto constitucional consolidou o direito urbanístico no Brasil. Consolidação que se nota em decorrência dos princípios, diretrizes e instrumentos contidos e ratificados em seu texto que podem (no sentido de dever) ser utilizados em busca da promoção do direito à cidade por intermédio de uma ordem urbano-ambiental sustentável. Portanto, podemos asseverar que o direito à cidade, cuja concepção original foi estabelecida por Lefebvre (2001) há algumas décadas, constitui-se no mais sólido fundamento de um direito urbanístico no Brasil.

3 EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DO DIREITO À CIDADE

A partir do estudo seminal de Lefebvre (2001) acerca do denominado direito à cidade, muitos cientistas sociais debruçaram-se sobre a temática desenvolvendo-a de acordo com suas trajetórias acadêmicas e influências, mas sobretudo, em consonância com o ritmo da urbanização no mundo contemporâneo e o caos nas cidades decorrente da mesma, em especial, nos países do terceiro mundo.

Assim, para Lefebvre (2001), o direito à cidade é uma utopia, ou seja, uma plataforma política que deve ser forjada e conquistada através das lutas populares contra a lógica capitalista de produção do espaço urbano que o transforma em mercadoria apta a ser usada por aqueles poucos privilegiados detentores do capital.

Souza (2010, p. 318), lembra que para Henri Lefebvre (2001) o direito à cidade não se vincula a ideia de uma vida melhor e com mais dignidade, mas sobretudo a uma vida social distinta e que esteja inserida em um modelo alternativo onde a lógica de produção do espaço urbano esteja subordinada exclusivamente ao *valor de uso* e não ao *valor de troca*. Desse modo, o denominado direito à cidade, conforme proposta original de Lefebvre (2001) não dizia respeito a um direito subjetivo consagrado no ordenamento jurídico de um determinado país. Tratava-se sim de um ideário, de uma utopia, de um projeto político que contestava a ordem capitalista de produção do espaço das cidades.

Por sua vez, Harvey (2014) ressalta a importância do legado deixado por Lefebvre em sua bibliografia, mas adverte que o direito à cidade não nasceu no plano da academia e sim do anseio popular nas ruas das cidades, conforme esclarece na citação seguinte:

[...], quando todos os tipos de movimentos sociais reuniram-se no Fórum Social dos Estados Unidos, em junho de 2007, em Atlanta, e decidiram criar uma Aliança pelo Direito à Cidade nacional com conexões ativas em cidades como Nova York e Los Angeles, em parte inspirada pelas conquistas dos movimentos sociais urbanos no Brasil, eles o fizeram com desconhecimento quase total do nome de Lefebvre. Depois de anos de lutas por suas pautas específicas (pessoas sem-teto, gentrificação e desalojamento, criminalização dos pobres e dos diferentes etc.), concluíram separadamente que a luta pela cidade como um todo envolvia suas próprias lutas. [...]

Portanto, convenhamos: a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero. (HARVEY, 2014, p. 14-15).

Nota-se, portanto, uma visão crítica e podemos até afirmar revolucionária acerca do sentido do direito à cidade que, mesmo sem desconhecer a importância do legado intelectual de Lefebvre, advoga uma tese que reforça a participação daqueles cidadãos que sofrem com a implantação de ordens urbanísticas que privilegiam os interesses do capital privado em prejuízo do interesse urbano-ambiental de toda uma sociedade. Destarte, na ótica de HARVEY (2014) o direito à cidade tem sua origem na precária situação das cidades, surge da organização do movimento social urbano, enfim, surge do meio do povo mais necessitado.

Em reforço ao acima expendido salutar trazer à colação a visão de uma cientista que atua em outra ciência social, como segue:

Os movimentos sociais que vão surgindo em vários pontos da metrópole apontam as necessidades urgentes de superação desta situação, mas também a *necessidade de transformação radical da sociedade*, como aposta de uma mudança mais profunda numa metrópole vivida como privação, estranhamento e caos. *As lutas pela apropriação do espaço urbano que surgem no cotidiano questionam o sentido da metrópole produzida sob a égide do processo de valorização que aprofunda e encobre os mecanismos de segregação*. Essas lutas sinalizam a consciência da extrema privação, mas sua leitura não se fecha na esfera dos bens necessários a sua vida, pois refere-se, também, à escala da realização dos desejos de um projeto muito mais complexo capaz de mudar a vida. Sua existência ilumina a contradição valor de uso – valor de troca adquirindo potência negativa. *Ao se definirem pela recusa a esta situação, muitos colocam o “direito à cidade” no centro da luta, orientando-a*. (CARLOS, 2013, p. 108, grifamos).

No mesmo tom, juntamos outra contribuição de David Harvey, como segue:

The question of what kind of city we want cannot be divorced from that of what kind of social ties, relationship to nature, lifestyles, technologies and aesthetic values we desire. The right to the city is far more than the individual liberty to access urban resources: it is a right to change ourselves by changing the city. It is, moreover, a common rather than an individual right since this transformation inevitably depends upon the exercise of a collective power to reshape the processes of urbanization. The freedom to make and remake our cities and ourselves is, I want to argue, one of the most precious yet most neglected of our human rights. (HARVEY, 2008, p. 23).

Dessa maneira, segundo o geógrafo britânico, o direito à cidade é muito mais do que um simples direito individual, trata-se de um direito que depende do poder coletivo que seja capaz de formatar e reformatar o processo de urbanização, fazendo e refazendo nossas cidades e a nós mesmos.

No entanto, na seara jurídica existem vozes que também valorizam a lição seminal de Lefebvre (2001), mas que fazem considerações importantes que findam por vincular o direito à cidade à ciência jurídica, notadamente, o direito urbanístico, como segue:

[...] o fato é que o conceito de “direito à cidade” de Henri Lefebvre foi muito mais uma plataforma político-filosófica e não explorava diretamente como, ou em que medida, a ordem legal determinava o padrão excludente dedesenvolvimento urbano. Aos argumentos sociopolíticos de Lefebvre, deve ser acrescentada uma outra linha, ou seja, argumentos jurídicos que nos permitam construir uma crítica à ordem legal não apenas na perspectiva de valores sociopolíticos ou humanitários, mas desde dentro da própria ordem legal. (FERNANDES, 2007, p. 208).

Sendo assim, entendemos que por meio de enfoque interdisciplinar que valorize a contribuições de outras ciências, v.g. o legado científico deixado por Lefebvre (2001), o cientista social deve atuar utilizá-las, aperfeiçoá-las, atualizá-las de modo que determinado fato social possa sofrer uma análise mais completa e fiel à realidade (plural no ponto de vista do aporte de diversas ciências, porém una na fusão de visões acerca de uma mesma realidade).

Dessa maneira, a ciência jurídica e o direito urbanístico, devem sim “beber” em fontes distintas (geografia, filosofia, sociologia, economia etc...), principalmente, aquelas que já foram testadas e consolidadas e, por isso, consagradas no âmbito científico, objetivando fortalecer os argumentos jurídicos que se refiram a dado fato social existente no meio urbano. Destarte, o direito à cidade é de fundamental importância para justificar o acervo jurídico positivado existente no ordenamento jurídico brasileiro.

Pela mesma trilha caminha a dicção seguinte:

O direito urbanístico tem o papel de regular e disciplinar as normas de ordem pública referentes a proteção e promoção do direito à cidade, estabelecendo as legislações, os instrumentos jurídicos, os organismos públicos, as obrigações e responsabilidade dos agentes públicos para assegurar que os componentes do direito à cidades sustentáveis das atuais e futuras gerações sejam plenamente respeitados.

[...]

O direito urbanístico para cumprir seu papel ordenador de uma ordem legal urbana voltada a proteção e promoção do direito à cidade deverá conter normas que contenham medidas efetivas para a realização de reforma urbana nas cidades brasileiras. Neste sentido, o direito urbanístico deve ser composto por normas voltadas em especial para fins: do direito de propriedade urbana cumprir sua função social, de combater a especulação imobiliária, de democratizar o acesso à terra urbana, de redistribuir a riqueza decorrente das intervenções imobiliárias, de

potencializar o uso das áreas centrais para habitação de interesse social, de ampliar espaços públicos para lazer e cultura nas periferias, de ampliar as áreas verdes, de recuperar as áreas de preservação ambiental e de regularizar e urbanizar as favelas. (SAULE JR, 2007, p. 64).

Portanto, o excerto trazido à colação tem a função de ratificar o raciocínio aqui desenvolvido de que o direito à cidade materializa o eixo fundamental do direito urbanístico e, que em razão disso, necessita desse para efetivá-lo por meio das normas de direito público que regulam as muitas questões relativas ao uso e à ocupação do solo das cidades brasileiras de modo que as mesmas sejam espaços aonde seus habitantes e usuários possam gozar de uma satisfatória qualidade de vida, tal como dispõe o caput do art. 182 da CF (BRASIL, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à cidade, cuja gênese de sua concepção ocorreu há quase cinquenta anos, hoje goza de *status* de direito fundamental que diz respeito à dignidade daquelas vivem e se utilizam as cidades. Desta feita, não é equivalente apenas ao direito à moradia, ao direito ao saneamento básico, à mobilidade urbana, aos espaços de lazer, constitui-se em direito muito mais amplo, de cunho holístico que carece também da contribuição científica de diversas ciências, inclusive da ciência jurídica, por meio do direito urbanístico no sentido de que seja efetivado em suas diferentes dimensões.

Entretanto, será impossível garantir o direito à cidade para os mais carentes sob o ponto de vista socioeconômico e ambiental se não existir uma política urbana a cargo do Estado em sua acepção ampla que priorize fundamentalmente a defesa dos interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais relacionados à propriedade. Assim, para que isso possa ocorrer deve haver uma maior assimilação dos princípios da função social da propriedade e da função social da cidade (enquanto princípios de envergadura constitucional), no intuito de viabilizar a regulação do uso da propriedade e do solo urbano.

Neste ponto, relevante é o papel a ser exercido pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), enquanto norma geral de direito urbanístico que estabelece princípios, diretrizes, instrumentos e planos que podem (devem) ser manejados pelo Estado e, em especial, pelas municipalidades visando atingir o desiderato constitucional que é de promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, implicando na possibilidade de efetivação do direito à cidade a todos, independentemente da condição socioeconômico dos habitantes e usuários das *urbes* brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 30 out. 2015

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 30 out. 2015

CARLOS, Ana Fani. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (Orgs.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

- DIAS, Daniella M. dos Santos. **Planejamento e desenvolvimento urbano no sistema jurídico brasileiro: óbices e desafios**. Curitiba: Juruá, 2012.
- FERNANDES, Edésio. **Direito urbanístico e política urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001.
- FERNANDES, Edésio. Constructing the “right to the city” in Brazil. **Social & Legal Studies**. v.16, n.2, 2007, p.201-19.
- HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review**. 53, 2008. p. 23-40.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.
- OSÓRIO, Letícia Marques. Direito à cidade como direito humano coletivo. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). **Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- SAULE JÚNIOR, Nelson (Org.). **Direito urbanístico: vias jurídicas das políticas urbanas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2007.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Which right to which city? In defense of political-strategic clarity. **Interface**, v.2, 2010. p. 315-333.
- TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, 87: 139-165, 2012.

ILHA DE CARATATEUA: POPULAÇÃO, PAISAGEM, PRODUÇÃO E SEUS SIGNIFICADOS

Heliana Rodrigues de Bitencourt¹

Maurilo da Silva Estumano²

RESUMO:

O presente trabalho discute a atual situação social, econômica e ambiental da Ilha de Caratateua, popularmente conhecida como Ilha de Outeiro, localizada a aproximadamente 35 Km do centro da capital paraense Belém, tal estudo se deu a partir de nossas observações e leituras acerca das fases oficiais de povoamento e dos processos de ocupação desordenada que a Ilha atravessa ao longo de sua existência. Desde a década de 80, com a construção da ponte Governador Enéas Pinheiro em 1986, durante o governo do atual senador Jader Barbalho, a paisagem da Ilha sofre alteração em decorrência do aumento desordenado da população e por aqueles que procuram lazer e diversão próximos a Belém, principalmente no período de segunda-feira a domingo, aos feriados e durante as férias escolares no mês de julho. Para tanto, analisamos documentos oficiais e produções acadêmicas acerca da Ilha, os quais abordam seu aspecto histórico. Efetuamos um percurso no cenário construído dentro da Ilha em decorrência das ocupações desordenadas para abordarmos as consequências significativas destes fenômenos, tomando como referencial a ocupação: “Portelinha”, localizada às proximidades da Praia Grande de Outeiro (Caratateua), para abordarmos os impactos ambientais, sociais e econômicos para a Ilha e para sua comunidade. É de fundamental importância para a discussão da pesquisa em tela, a contribuição da comunidade que vive em Caratateua. Efetuamos, assim, entrevistas semi estruturadas com a comunidade da Ilha e com moradores da ocupação acima mencionada.

Palavras-chave: Caratateua, comunidade, ocupação desordenada.

INTRODUÇÃO

A ilha de Caratateua completou oficialmente 122 no dia 11 de abril de 2015. Marcada pelo contraste de suas paisagens dividido entre praias exuberantes e lugares abandonados pelo por público, sentimos a sensação de estarmos em mais um bairro da periferia de Belém, capital do Pará do que de fato em uma ilha.

Nós, autores deste artigo, atuamos na Ilha de Caratateua como professores em instituições públicas de ensino: Fundamental e Médio, assim sentimos a necessidade de participar do referido evento para discorrermos acerca do histórico de Ilha, sua atual situação social, econômica e

¹ Graduada em Letras e Artes pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Inglesa pela Universidade da Amazônia. Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia. Atualmente atua como professora de Língua Inglesa na Escola Estadual do Outeiro e no Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira, ambas localizadas na Ilha de Caratateua. E-mail: helianabittencourt@yahoo.com.br

² Graduado em Ciências Econômicas, pelo CESEP, Bacharel e Licenciado em História, pela UFPA, graduado em Direito, pela UNAMA e Advogado atuante, Especialista em Educação Especial e Inclusiva, pela FACIBRA, professor de História, concursado da SEDUC.PA e SEMEC, Município de Belém, atualmente é coordenador Jurídico do SINTEPP- Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará, para a gestão 2015 a 2018. E-mail: mauriloadv@bol.com.br

ambiental. Para tanto, dividimos nosso trabalho nos seguintes tópicos: 1. Conhecendo a Ilha de Caratateua onde discorreremos acerca dos espaços lá existentes; 2. A Ponte do Outeiro como Entre-lugar para analisarmos sua contribuição no desenvolvimento da Ilha; 3. A história de Caratateua – entre o oficial e a narração dos seus moradores; 4. A Portelinha: ocupação e permanência do espaço da Ilha e seus impactos para a Ilha e por fim a conclusão onde apresentamos as consequências de suas formas de povoamento e as perspectivas de seus moradores na busca por um lugar bom de se viver.

Para elaboração da pesquisa entrevistamos antigos moradores dos bairros da Ilha para através da técnica da História Oral narrarmos a História de Caratateua presente na memória de seus moradores e adentramos no universo da Portelinha através do exercício etnográfico e compreendermos o cotidiano, o social, o econômico e o espaço onde tais sujeitos vivem e sobrevivem. Utilizamos, também, leituras oficiais acerca da historicidade de Caratateua e autores que abordam os tópicos sugeridos para ampara nossas afirmações.

1. CONHECENDO A ILHA DE CARATATEUA

A Ilha de Caratateua, popularmente conhecida como Ilha de Outeiro, está localizada a aproximadamente 35 km do centro de Belém, sendo a Ilha mais próxima da capital paraense, ligada ao continente pela Ponte Governador Enéas Martins Pinheiro. Possui um pouco mais de 63.353 habitantes e 14.266 domicílios, segundo relatório de Gestão de 2009 da Administração Regional de Outeiro. Pessoas que, em sua maioria, moram ali, mas, no entanto, trabalham em Belém ou no distrito vizinho, chamado Icoaraci.

Caratateua é conhecida e referendada como Ilha de Outeiro, pois é o nome preferido da população que ali reside. No entanto, se faz necessário referendarmos as demais denominações que a Ilha carrega. Segundo Medeiros (1971), oficialmente, dois nomes são atribuídos à Ilha: Ilha de Caratateua e Ilha das Barreiras. As fontes consultadas consideram esta última denominação como a mais antiga e em desuso. E a associação da Ilha como “das Barreiras” ocorre em virtude das falésias que formam o “front” da Ilha.

Já Caratateua é de origem Tupi Guarani, que significa “Terra das Grandes Batatas” ou “Lugar das Muitas Batatas”, pois ali havia plantações de batata-doce em grandes quantidades. Atualmente, este nome segue nos documentos oficiais da Ilha e de mapas do Município de Belém. Outeiro, por sua vez, quer dizer “Pequenos Morros”, este, na verdade, compõe o nome do seu bairro central: bairro de São João do Outeiro.

De acordo com a Lei: 7806 de 30 de julho de 1996, a Ilha possui quatro bairros, que são: Itaiteua, São João do Outeiro, Brasília e Água Boa. As demais regiões: Fama, Fidelis e Tucumaeira são zonas rurais, embora consideradas pela população como bairros. Já a Administração Regional do Outeiro/ AROUT, que representa o Poder Executivo Municipal no que tange a Administração Pública de caráter local e, assim, administra as 26 ilhas situadas na área insular do Município de Belém, considera a existência de mais um bairro: Água Cristalina. Mas para sua população todas as regiões mencionadas acima se constituem em bairros.

A paisagem da Ilha é marcada por suas praias: do Redentor, dos Artistas, da Escadinha, Grande, do Amor, Ponta do Barro Branco e do Queral. Além dos balneários: Paraíso dos Reis e

Curuperé. De acordo com os relatos de Rui Guilherme dos Santos³, em entrevista no dia 25 de fevereiro de 2012, a Praia Grande possui 650m só de praia. Esta é a maior praia e a mais frequentada da Ilha pelos banhistas por ser o local onde se concentram as barracas com comidas, bebidas alcoólicas, show e festas de aparelhagens.

Figura1 - Imagem da Praia Grande – Outeiro/Pa



Fonte: www.g1.globo.com

A Praia Grande, a exemplo de todas as praias da região das ilhas, pertencentes à Região Metropolitana de Belém – RMB, é praia de água doce. A beira-mar da Praia Grande é circundada por uma variedade de bares e restaurantes cujo cardápio tradicional é o “peixe frito”.

O mercado formal da Ilha se concentra nos bairros da Brasília e Água Boa. As principais ruas desses bairros comportam uma zona de comércio bem movimentada, com lojas variadas, restaurantes e pequenas feiras. Já no bairro de São João do Outeiro é onde se concentra a parte administrativa da Ilha. É também neste bairro que se localiza o posto de saúde, delegacia, correios, e escolas de ensino fundamental e médio. A paisagem deste bairro comporta ruas asfaltadas, saneamento básico e iluminação pública. Por sua paisagem urbana, o bairro de São João do Outeiro é considerado área nobre da Ilha.

O cotidiano de Caratateua é atravessado pelas influências socioeconômicas inerentes aos processos de urbanização tardios que se espalham nas cidades amazônicas, sobretudo à partir da década de 70 do século XX, a exemplo das lojas de equipamentos eletrônicos, moda, lazer e outros aspectos. Todavia, embora Outeiro apresente ares modernos, os saberes e fazeres da cultura local são considerados por muitos moradores como o “trabalho”, a identidade laborativa de uma parcela significativa da população da Ilha. Este imbricamento observado na economia da Ilha, misturando elementos do fazer tradicional do lugar com elementos do mercado urbano é resultado da “multiplicação e da intensificação das relações que se estabelecem entre os agentes econômicos situados nos mais diferentes pontos do espaço mundial” (MARTINS,1996, p. 3). Esta mistura de elementos locais com outros advindos de espaços urbanos permite aos moradores de Caratateua afirmar que ali “existe quase um pouco de tudo”.

Embora os moradores entrevistados sejam quase que unânimes em considerar a Ilha como “bom lugar de se morar” não isenta o lugar de problemas de infraestrutura, como asfalto, saneamento básico e segurança. Na fala desses sujeitos, fica explícita a afirmativa de que, embora

³ Nascido em Outeiro, 45 anos de idade dos quais são 40 de vivência na Ilha, sub oficial do Corpo de Bombeiros do estado do Pará, residente no bairro: São João do Outeiro.

esses serviços públicos existam, são considerados insuficientes para atender a demanda de todos os bairros e seus moradores. Todavia, também é inegável nesses depoimentos, a percepção de melhorias e de que, em épocas passadas era bem pior de se viver, conforme relata Marineide⁴:

[...] logo no começo eu tinha muita vontade de me mudar daqui e dizia: 'umbora' se mudar daqui. 'Umbora' vender todo esse terreno. 'Umbora' pra Icoaraci que é mais perto pra estudar. Mas agora já tá bem movimentado, já tem transporte. O transporte passa na porta. Já tem mais facilidade (Entrevista concedida em 15 de fevereiro de 2012)

A mobilidade dos moradores ainda é difícil, pois boa parte da população de Caratateua trabalha ou estuda em Belém ou em outros distritos vizinhos como o de Icoaraci. E o transporte público não é suficiente, pois pessoas desperdiçam muito tempo nas paradas a espera dos coletivos. Porém, antes da construção da ponte Governador Enéas Pinheiro em 1986, o trajeto dos moradores até Belém demorava muito porque estes tinham que andar de bicicletas ou a pé até chegar ao porto localizado no bairro da Brasília, pegar um barco e chegar aos seus destinos. A Ponte é, também, uma das principais responsáveis pela a paisagem atual da Ilha.

2. A PONTE DO OUTEIRO COMO ENTRE-LUGAR

Martin Heidegger, em sua obra “Marcos do Caminho” afirma que “sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens. A ponte reúne enquanto passagem que atravessa” (1998,p.34). Esta frase de Heidegger foi extremamente significativa no árduo percurso de compreender os sentidos e significados da Ponte Governador Enéas Martins Pinheiro, ou simplesmente, a Ponte do Outeiro como é conhecida para os moradores da Ilha de Caratateua.

A ponte Enéas Martins Pinheiro na Ilha - a exemplo de outras pontes existentes em outras paisagens sociais – tem a função simbólica de unir e, ao mesmo tempo separar categorias como: espaço e tempo, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Ou seja, o que Bhabha (2007) define como:

[o] momento de trânsito em que o espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isto porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção, no 'além': um movimento exploratório incessante, que o termo francês *au-delà* capta tão bem – aqui e lá, de todos os lados, *fort/da*, para lá e para cá, para frente e para trás. (BHABHA, 2007,p.19)

A ponte Enéas Martins Pinheiro serviu e ainda serve para os moradores da Ilha estabelecer marcos de referência no processo de elaboração de estratégias de subjetividades que passam a dar sentido a novas e velhas relações sociais, assim como de novas e velhas paisagens culturais.

A construção da Ponte Enéas Martins Pinheiro ou Ponte do Outeiro como é conhecida pela população ocorreu no período de governança do atual Senador do Estado do Pará, Sr. Jader Fontenelle Barbalho. Sua inauguração se deu em 26 de Outubro de 1986. É interessante, perceber, na fala dos antigos moradores, através de entrevistas, que tudo que ocorreu na Ilha após a sua

⁴ Nascida em Outeiro, 48 anos, solteira, voluntária na Igreja Nossa senhora da Conceição das Ilhas, residente no bairro: são João do Outeiro.

construção é tido como um passado que concorre com presente. Até os moradores que se mudaram após a Ponte não são considerados antigos moradores.

De acordo com as narrativas dos moradores, o grande momento de transformações na Ilha começou ocorrer no ano de 1986 quando a Ponte foi inaugurada. Ela liga a Ilha à região continental do estado do Pará, foi inaugurada, no domingo de 26 de Outubro de 1986, às 10h. A obra deveria ser entregue no dia 8 de novembro do mesmo ano. Logo, foi entregue à população 13 dias antes do prazo. Em notícias veiculadas em periódicos da época, o governador Jader Barbalho afirmou que não houve nenhum financiamento por parte do Governo Federal na construção da obra, ou seja, todo o recurso usado foi do governo do Estado.

De acordo com a matéria publicada no jornal “O Liberal” de 26 de outubro de 1986, (p.29, caderno 02), as instituições responsáveis pela construção da Ponte foram a BETER (construtora principal responsável pela obra), a FEM (fabricante e montadora da estrutura metálica) e a Engenheiros Associados (autora do projeto e supervisora de sua execução).

O governo teve um custo de 83 milhões de cruzados com a obra (dinheiro da época). O projeto inicial era de um custo de pouco mais de 50 milhões. No entanto, o governo teve que fazer um processo de reurbanização nas vias de acesso no continente e na Ilha. Foi necessária a construção de outra ponte, bem menor. Esta ponte foi edificada sobre o rio Taboquinha, localizado nas proximidades do “CURTUME IDEAL” já na região industrial de Icoaraci na estrada da Maracacuera. Esta ponte possui 30m de vão, em concreto e vigas metálicas.

Já a Ponte do Outeiro possui 360m por 11 de largura construída sobre o Furo do Maguary. Uma pista com 7,20m, uma ciclovia de 1,90m e um passeio para pedestres. Segundo fontes pesquisadas, na sua construção foram usados 2.000 metros cúbicos de concreto, 170 toneladas de aço e 730 toneladas de vigas metálicas. Essa obra inovadora só podia atrair muita gente em sua inauguração: 15 mil pessoas aproximadamente, entre nomes importantes da política paraense e a população de modo geral.

A construção da Ponte durou sete meses, exatamente 257 dias. A obra começou em 12 de fevereiro e foi entregue à população em 26 de outubro do ano de 1986. Coincidência ou não, sua inauguração ocorreu às vésperas do aniversário de Jader Barbalho, nascido em 27 de outubro de 1944. No dia seguinte à inauguração, através da mídia impressa local, pode-se perceber que três grupos foram presenteados pelo evento: a população de baixa renda de Belém, Jader Barbalho que aumentou sua popularidade no dia em que completou 42 anos e a população da Ilha de Caratateua.

É interessante perceber através do discurso do então governador, Jader Barbalho que sua intenção com a construção da Ponte era de, sobretudo, beneficiar a população carente de Belém e não diretamente a população de Outeiro. Eis trecho de seu discurso:

Outeiro, antes da ponte, era a principal praia frequentada pela população mais pobre. O trabalhador e sua família, para usufruir lazer, saíam de madrugada de sua casa, enfrentavam longas filas de espera por ônibus e balsas para passar poucas horas na praia. Sem falar nos acidentes semanais, alguns com perdas de vidas na difícil travessia do Rio Maguari. Era um drama, tanto a ida como a volta de Outeiro. Eu cansei de ver tanto sofrimento por tão pouco tempo de lazer e muitas vezes pensava que tudo poderia ser resolvido com uma ponte: que o trabalhador um dia iria tomar apenas um ônibus e num curto espaço de tempo poderia chegar a um dos mais belos balneários do Pará e do Brasil. Então, eu confesso que, quando construí a Ponte do Outeiro, não pensei em progresso ou desenvolvimento, pensei nas famílias mais pobres, no quanto faz bem à saúde um pouco de lazer (BARBALHO, 2011, p.21)

A Ponte foi, principalmente, uma conquista da população de Belém, e não da população de Caratateua. É algo que é histórico na Ilha: há poucas benfeitorias por lá que se leva em consideração a sua população. A população de Caratateua aparece em segundo plano e com um destaque bem menor na fala de Jader Barbalho. Não devemos esquecer que a Ilha, naquela época, possuía uma população bem inferior da atual: aproximadamente 4.000 habitantes. Logo se constituía em uma região escassa de votos.

Ao final de suas considerações sobre a construção da Ponte, o então governador Jader Barbalho proferiu:

[e] pensei na população da Ilha, isolada do continente por menos de 500 metros, sem poder escoar sua produção ou receber gêneros com rapidez. Os jovens tinham que morar em Belém para estudar ou trabalhar. Pensei no quanto isso poderia ser barato e muito fácil. A ponte era uma reivindicação do povo e eu meditava sobre isso toda noite (BARBALHO, 2011, p.21 – 22- 23).

Embora deixados em segundo plano, a ponte melhorou indiscutivelmente a vida daqueles que precisavam trabalhar ou estudar em Belém. A locomoção de Caratateua melhorou bastante com descreve Raimundo Vasconcelos⁵

[no] início, eu acordava às 04h00min da manhã. Pegava a bicicleta e ia até a balsa. Atravessava de barquinho porque a balsa começava às 06h00min e eu tinha que pegar serviço às 06h00minh[...]. Eu saía 06h00min da tarde e a última viagem era 06h00min da tarde. (entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2012)

O nome da Ponte, escolhido por Jader Barbalho, é em homenagem ao governador Enéas Martins Pinheiro, que em sua biografia consta ter nascido em Cameté em 1872. Formou-se em Direito no Estado de Pernambuco, fundou o jornal “Folha do Norte”, governou o Pará no período de 1º de fevereiro de 1913 a 1º de fevereiro de 1917 e também exerceu um mandato de Deputado Federal pelo partido Republicano.

Em 30 de dezembro de 1993, a Ponte foi reinaugurada e entregue à população também no governo de Jader Barbalho, que passou a responsabilidade da conservação da mesma para a prefeitura de Belém. Com um custo R\$ 40 mil, a reforma da obra incluiu novo sistema de iluminação, pintura, sinalização e pavimentação.

O acesso à Ilha se faz ainda pela balsa ou pela Ponte. Atualmente, há duas linhas de ônibus que trafegam dentro da Ilha: Outeiro São Brás, que dentro da Ilha faz dois percursos diferentes: Itaiteua e Brasília; e Outeiro Presidente Vargas. Há também um número considerável de transportes alternativos que fazem o trajeto Outeiro/Icoaraci e Outeiro/São Brás (bairro no centro de Belém).

Outro meio de transporte muito comum na Ilha é composto por moto taxi. Os motos taxistas pouco trafegam fora da Ilha, pois são, na sua maioria, menores de idade, que não possuem habilitação para pilotarem os veículos. Pouco se observa o uso de capacetes por parte deles. Há um total de 20 pontos de moto taxi espalhados ao longo do Outeiro.

A Ponte do Outeiro, com seus 360 m de extensão, se mostra como um dos mais importantes elementos presentes na memória dos antigos moradores. Antes de começarmos a entrevista, a maioria dos entrevistados perguntava: “tenho que falar antes ou depois da Ponte?” Para os

⁵ Morador antigo da Ilha, ex membro do CONSILHA (Conselho de Segurança da Ilha, formado por um grupo de moradores sobre a coordenação do já falecido sociólogo Mariano Klautau) e ex administrador do Distrito de Outeiro):

moradores, a Ponte trouxe o progresso, a facilidade de locomoção, a proximidade com a capital e as demais localidades.

Todavia, na mesma proporção que a Ponte é lembrada como o símbolo de ligação com outras paisagens e com a ideia de progresso é considerada a responsável pelas ocupações desordenadas que marcam a geografia da Ilha após a década de 80 do século XX, além de trazer uma considerável população flutuante que durante os fins de semana, feriados e no período de férias escolares, tira o sossego dos moradores locais. Tal fato encontra amparo na narrativa de Marineide do Socorro que diz:

[...] eu gostava mais de Outeiro antes da ponte. Não é por nada não, nem dizer que sou contra o progresso, essas coisas. É que antes a vida era mais tranquila, mais pacata, né? Todo mundo se conhecia. Hoje eu não conheço meu vizinho, não sei quem ele é, não sei de onde ele veio [...] todo final de semana é uma bagunça. A gente não pode ficar tranquilo. (entrevista concedida em 15 de fevereiro de 2012)

Faz-se necessário discorrer sobre Caratateua antes da Ponte para entendermos o sentimento saudosista que muitos moradores como Marineide do Socorro exaltam como o período melhor de se viver na Ilha.

3. A HISTÓRIA DE CARATATEUA – ENTRE O OFICIAL E A NARRAÇÃO DOS SEUS MORADORES

De acordo com fontes consultadas, a primeira fase oficial de colonização de Outeiro se deu no governo do capitão Geral Alexandre de Souza Freire, em abril de 1731, quando houve a concessão de terras a terceiros, através da Carta de Sesmarias, oficializando a doação de terras a particulares com objetivo de ocupação.

Segundo CRUZ (1958), em 1895 o governo da época criou a Colônia de Outeiro ou Núcleo Modelo de Colonização como parte de sua política de desenvolvimento a qual tinha como finalidade receber imigrantes que iriam desenvolver atividades voltadas para a agricultura que iria abastecer a capital. Logo, estabeleceram-se os primeiros imigrantes nacionais e estrangeiros na Ilha, sendo: 7 famílias de espanhóis com 25 pessoas; 1 família portuguesa com 5 pessoas; 1 família italiana com 7 pessoas e 2 famílias brasileiras com 10 pessoas.

Ainda segundo o referido autor, em um recenseamento realizado em 1902, havia no Núcleo, então dividido em 14 lotes, os seguintes colonos: 38 brasileiros; 17 espanhóis; 8 italianos e 5 portugueses.

A Lei nº 583 de 21/06/1898 garantiu assentamento a 12 famílias compostas de 67 pessoas para plantar, colher e comercializar seus produtos agrícolas. É a partir desse momento que a Ilha efetivamente começa seu processo de povoamento. Todo esse movimento de colonização se deu onde atualmente está localizado o prédio do CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças) que pertence a Polícia Militar do Pará, hoje abandonado.

O complexo de hospedaria do Núcleo Modelo de Colonização é criado para os fins a que se destinava: hospedar imigrantes para trabalhar nas colônias, e também, higienizá-los, isto é, os colonos imigrantes antes de se dirigirem para as colônias a que se destinavam passavam por um período de quarentena: era uma maneira de higienizá-los contra as possíveis doenças trazidas de seus países. Com esse objetivo os imigrantes eram levados até o Núcleo Modelo de Colonização, na Ilha de Caratateua (SILVA,1995, p.124).

Em 31 de junho de 1906, no governo de Antônio Lemos, é criado o Instituto Orfanológico do Pará, destinado a recolher crianças órfãs de pais. Tal colégio funcionava em forma de internato e ficou conhecido como “Aprendizado”, onde funcionava o antigo prédio da Hospedaria do Outeiro.

Em 1º de dezembro de 1921, foi criado o Patronato Agrícola Manoel Barata pelo Decreto Nº 15.149, popularmente conhecido como Colégio Agrícola, que se instalou e permaneceu na Ilha até junho de 1972, quando o Decreto Nº 70.688 de 08 de junho de 1972 o transferiu definitivamente para o município de Castanhal.

A Instituição teve várias denominações como: Aprendizado Agrícola do Pará, Escola de Iniciação Agrícola Manoel Barata, Escola de Mestria Agrícola Manoel Barata, Ginásio Agrícola Manoel Barata e Colégio Agrícola Manoel Barata. Esta última denominação permaneceu ainda em Castanhal até a promulgação do Decreto Nº 83.935 de 04/09/1979 quando seu nome mudou para Escola Agrotécnica Federal de Castanhal.

Essa história faz parte da memória dos moradores que encontramos em suas falas, as quais são narradas e (re) significadas por eles que se identificam e se orgulham da Ilha.

Neste sentido, os significados e formas de percepção da história da Ilha são expressos com riquezas de detalhes pelas narrativas de seus moradores que retratam este lugar por meio de suas memórias.

Assim, tornou-se necessário o recurso metodológico da História Oral para, através de relatos de antigos moradores, revelar o passado vivido na Ilha acionado pela memória coletiva e individual. Neste aspecto,

O trabalho da história oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão produzida pelos meios oficiais. À medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm das suas vidas e do mundo ao redor (MONTENEGRO, 2001, p.16).

O uso da História Oral como recurso metodológico teve o caráter de acionar memórias afetivas e coletivas, posto que “o tempo histórico encontra, num nível mais sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta” (GOFF, 2005,p.13). Todavia, não se pode esquecer que o uso da categoria “memória coletiva” requer cuidados. Para Pierre Nora⁶,

A memória coletiva, definida como ‘o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado’, pode, à primeira vista, opor-se quase termo a termo à memória histórica, como se opunham antes a memória afetiva e memória intelectual. Até os nossos dias ‘ história e memória’ confundiram-se praticamente, e a história parece ter-se desenvolvido ‘sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização. (In:GOFF, 2005, 467-468)

Neste sentido, ao acionar a memória de nossos informantes para (re) significar a história da Ilha de Caratateua, procuramos instigá-los na busca de lugares simbólicos, cuja função, segundo GOFF (2005), centra-se nos domínios da memória coletiva, ou seja,

[...] os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória (GOFF, 2005,p.467)

⁶ In: História e Memória. Jacques Le Goff (2005,p.467)

Os “lugares simbólicos” que emergiram das narrativas/memórias dos sujeitos entrevistados estão intimamente relacionados com a história da Ilha de Caratateua como o antigo Colégio Agrícola, a Igreja Nossa senhora da Conceição das Ilhas, os meios de transporte coletivos, a chegada da energia, os momentos ordinários e extraordinários, marcados por festas e lazer e a Ponte Governador Enéas Martins Pinheiro.

Nessas memórias coletivas, a Ilha é descrita, pelos antigos moradores que lá residem há mais de 30 anos, como um lugar, que no passado era muito bom de viver. Lá havia a tranquilidade de se andar por toda a parte e não ser alvo de violência. As pessoas dormiam de portas e janelas abertas porque não havia perigo contra suas vidas ou seus bens materiais. Neste caso, ocorre uma espécie de sublimação do tempo passado em detrimento do tempo presente por parte de tais moradores, posto que:

A memória coletiva ou individual, ao reelaborar o real, adquire uma dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente. Nesse sentido, o tempo da memória se distingue da temporalidade histórica, haja visto que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda uma dimensão do inconsciente (MONTENEGRO, 2001, p.20)

Na memória dos entrevistados, o processo de povoamento da Ilha inicia na légua patrimonial do atual bairro de Itaiteua, mais especificamente na Rua Manoel Barata. Nesta légua patrimonial o governo distribuiu, no final de 1890 para 1900, 12 lotes de terras, que eram numerados de 1 a 12, medindo aproximadamente de 240 a 250m de frente por 800 a 1.000m de fundo para exatamente 12 famílias. Assim distribuídas nos seguintes lotes: 01-família Cortinhas; 02-família Paiva; 03-família Monteiro; 04-família Eliseu Raimundez; 05-família Rodrigues; 06-família Marques; 07- família Gadelha; 08-família Pacheco; 09-família Nóbrega; 10-família Raimundez; 11- família Simões; 12- família Moy.

A contagem dos lotes começava ao lado do terreno do CFAP e terminava onde atualmente está construída o Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira. Os números pares ficavam à esquerda e os ímpares à direita do CFAP. Logo, o atual terreno da Escola Bosque pertencia ao lote de nº 12. Muitos colonos dessa época deixaram seus lotes para os filhos como herança.

Na memória dos entrevistados, no passado, estudar na Ilha, não era tarefa tão dificultosa. Havia dois segmentos da Educação Infantil: jardim e alfabetização para as crianças e cursos profissionalizantes de costura e de bordado para suas mães, os quais eram ofertados pela escola das Freiras: Nossa Senhora Imaculada Conceição, localizada na Rua Manoel Barata, onde atualmente é a casa paroquial da Ilha.

Nesta época, a escola possuía um caminhão – grande e verde- chamado de pau-de-arara. Rui Guilherme lembra muito bem dos passeios feitos nesse transporte para os locais, conhecidos por ele como Fama e Tucumaeira.

Nessa época a garotada se divertia muito. Nossas brincadeiras eram sadias. Na escola tinha um caminhão que levava a gente para passear. Era muito divertido. A gente ia amontoado na carroceria. Todo mundo alegre pro passeio (Entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2012).

A atual escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Outeiro também é citada na memória dos entrevistados, só que com outras denominações, a saber: Escola Mista do Outeiro,

Escola República do Chile e Escola Reunida de Outeiro. Sua primeira edificação ocorre no lote de nº 8, em 13 de maio de 1952. Após sua inauguração, a escola passou a funcionar somente com duas salas de aula e uma secretaria. As aulas eram divididas nos turnos: manhã e tarde. O ensino funcionava até a 4ª série do Ensino Fundamental I, ou seja, havia: 1º, 2º, 3º e 4º anos. A partir da 6º ano, o aluno tinha que se dirigir até o distrito de Icoaraci ou a capital do Estado. Tal instituição de ensino está presente na história da Ilha, pois quase todos os seus habitantes passaram e ainda passam por lá. Segundo narrativas de moradores, o então governador, Zacarias de Assunção que governou o estado do Pará no período de 1951 até 1956 estava presente no dia da inauguração da Escola.

A primeira religião a ser propagada na Ilha foi o Cristianismo através da Igreja Católica que instalou a Igreja Nossa Senhora da Conceição das Ilhas, antes chamada apenas de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1932 no Lote de nº 06.

Embora tenha sido alvo de reformas em seus traços arquitetônicos, a igreja lembrada e perpetuada na memória coletiva local é a primeira construção, datada de 1932. Os moradores preferem o antigo prédio da Igreja, pois todos aqueles que foram entrevistados dizem, em seus relatos, não entenderem o porquê de sua reforma na época. Está na memória deles o antigo prédio, com todos os seus detalhes. A fala de Rui Guilherme é ilustrativa acerca do processo de construção do atual prédio:

Era aquela igreja antiga tipo capela. De vidro, aqueles vidros bonitos com pedras portuguesas. Era de alvenaria. Ela foi destruída boa. Não sei porquê foi destruída. Uns dizem que era porque ela era pequena, devia dá uns sete ou dez metros de comprimento. Outros dizem que ela tava muito antiga. Derrubaram antes da ponte. Essa que tá ai foi construída por um pessoal que veio de Brasília. Eu lembro que eles jogavam um monte de papel em cima da mesa e o pessoal ficava olhando. Todo mundo encantado com aquilo. E parou nisso ai. Era igreja, atualmente é paróquia. Agora o arcebispo já vem ai. Antes não, nem pensar. (entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2012)

O lazer na Ilha era, e ainda é associado às praias, as casas de show como o Areião e seus lugares paradisíacos. Estes elementos revelam a dimensão simbólica que povoam imaginários acerca de regiões insulares. De acordo com Diegues (1998),

No mundo moderno, as ilhas invadiram os meios de comunicação sendo vistas como últimos redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos para novas descobertas, aventuras e lazer tranquilo, configurando-se como um dos símbolos mais claros do exotismo. Turistas, fotógrafos, jornalistas, artistas e escritores, cada vez mais numerosos, respondem aos apelos da magia insular, viajando para pequenos pedaços de terra no oceano, à procura de fragmentos de um paraíso que se teria mantido intacto ante os avanços da história e da sociedade moderna. (DIEGUES, 1998, p. 13)

O fato da Ilha de Caratateua não ser oceânica não a isenta de despertar o mesmo imaginário que as cercadas por águas oceânicas. Para alguns moradores e frequentadores assíduos, o local ainda é propício para o descanso e o lazer. Esta tese encontra amparo na fala de Joana Gomes⁷ quando diz que:

⁷ Belemense, de 56 anos, moradora do bairro do Marco. Possui uma casa de veraneio na ilha do Outeiro, na Av. Beira Mar, próximo a Escola Bosque.

[...] nas férias da família, todo mundo vem pra cá. Compramos essa casa uns 10 anos. Era um sonho de meu marido. Então, em julho, quando os filhos e netos estão de férias, vem todo mundo. Já é certo. Aqui é maravilhoso. A gente descansa e se diverte. O ar daqui é diferente da cidade. É mais puro. As crianças gostam muito daqui. (entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2012).

Este aspecto bucólico e a sensação de paraíso que a Ilha apresenta para alguns moradores aos poucos perde seu cenário para o crescimento da população, violência urbana, tráfico de drogas ilícitas que influenciam diretamente no contexto sócio-econômico e ambiental da Ilha. Tais elementos são oriundos de vários fatores dentre os quais podemos mencionar as ocupações desordenadas que crescem de forma descontrolada ao longo da Ilha sem o apoio do poder público.

4. A PORTELINHA: OCUPAÇÃO E PERMANÊNCIA DO ESPAÇO DA ILHA E SEUS IMPACTOS

A necessidade de moradias, somada ao déficit habitacional são gerenciados ao longo dos tempos por governos recentes e históricos. Comprometendo as famílias e as novas gerações em qualquer espaço materialmente e politicamente possível de se viver. A falta de produção de políticas públicas para atender as necessidades básicas das famílias, já sofridas e enganadas pelas promessas eleitorais de “dias melhores” que sempre são propagadas pelos candidatos a todos os cargos políticos, atrai as pessoas, na ilusão de garantir suas necessidades e de seus familiares, a ocupar as áreas verdes ou alagadas dentro de Capital paraense. No sentido da moradia, principalmente, onde a presença do Estado não é notada pela comunidade, mencionamos a ocupação “Portelinha”, localizada as proximidades da Praia Grande na Ilha de Caratateua, mostrada na figura 02.

Figura 02



Em visitas realizadas *in locus*, constatamos que grupos de moradores da Ilha, juntamente com seus parentes que viviam agregados em bairros periféricos de Belém, sem moradias próprias, se organizaram e constituíram uma associação com objetivo de criar a “Portelinha”. Assim, iniciaram uma ocupação precária a partir do “Calçadão” (acesso a Praia Grande, construído em alvenaria). O calçadão é um espaço pensado para viabilizar o acesso dos sujeitos que não podem caminhar diretamente pela areia da Praia por conta das barracas de venda de comidas e das cadeiras espalhadas por todo espaço de forma desordenada.

A “Portelinha”, implantada na Ilha em 24 de agosto de 2007, abriga cerca de 340 famílias e altera a paisagem da Praia Grande, com suas casas construídas de forma improvisadas, às vezes, com somente um compartimento e edificadas com madeiras usadas e recuperadas de outras construções. A maior parte do terreno compreendido pela “Portelinha” é alagado, pelas águas da Praia Grande que escoam para aquele espaço. Diferente das demais ocupações, a maioria dos moradores continua morando na ocupação. São pessoas, que na sua maioria sobrevivem do mercado informal promovido pela dinâmica da própria Praia. Conforme afirma D. Maria Luiza Santos⁸.

Eu tenho dois filhos sempre morei aqui, desde invasão, dentro da invasão apenas quatro moradores são servidores públicos, que trabalham fora da praia. São aproximadamente trezentas famílias, noventa por cento sobrevive das atividades de pequenas vendas na Praia, como: camarão frito, cosméticos de proteção solar, todos os tipos de frituras como pastéis, couxinhas... (entrevista concedida em 30 de outubro de 2015).

Conforme se verifica na figura abaixo e mencionado anteriormente, a área ocupada é inteiramente alagada, e precisa de grande apoio dos órgãos governamentais, principalmente da Agência Administrativa de Outeiro, que representa a Prefeitura de Belém naquela localidade.

Figura 03

⁸ D. Maria Luiza Santos, 58 anos. Dona de casa, moradora da Portelinha desde sua implantação.



Fonte: Maurilo Estumano em outubro/2015

Entretanto, em contato com os moradores da “Portelinha”, o que se percebe são relatos de abandono pelos aparelhamentos públicos, em todos os sentidos. Por serem frutos de um processo de ocupação, esses moradores são discriminados pelos demais segmentos da comunidade da Ilha. São sujeitos que vivem literalmente às margens da Ilha. Ao observarmos o espaço ocupado pelos moradores percebemos que estão em total abandono e com o mínimo de seus direitos constitucionais como: habitação, saneamento, educação, saúde e esporte garantidos. Como menciona o morador Maurício, que há cinco anos reside na “Portelilha”:

“Sou morador há cinco anos aqui na Portelinha, durante esse tempo não vi nenhum tipo de trabalho dos órgãos públicos aqui, o que eu ouvi foi promessas mentirosas das autoridades em resolver o problema da água e saneamento com aterro, coisa que ficou só na promessa, e o que se vê hoje é uma verdadeira imundice dentro da Portelinha. Nas próximas eleições não deixar nenhum candidato político pregar papel na parede da minha casa, se pregar quando em chegar vou arrancar e jogar fora, porque é só quando eles procuram a gente, quando o prefeito veio visitar aqui junto com a Agente Distrital, perceberam nossa dificuldade e mandaram jogar um pouco de aterro, mas não resolveu os problemas, porque não chegou até aqui” (entrevista concedida em 30 de outubro de 2015).

Diante das visitas realizadas para garantir a lisura do nosso trabalho, e ainda, conhecer a realidade dos moradores da Portelinha, constatamos que são famílias necessitadas de apoio governamental, que gostariam de ser vistas com bons olhos por outros sujeitos, esperando a oportunidade para mostrar o seu valor como moradores e colaboradores do desenvolvimento social e econômico da Ilha de Caratateua.

CONCLUSÃO

No decorrer de seus 122 anos, a Ilha perdeu seu aspecto paradisíaco e incorporou na sua paisagem elementos de lugares periféricos. Em muitos espaços, Caratateua carrega a sensação do

inacabado. São casas, comércios que, mesmo sem condições de moradia, são transformados em residências ou deixados como parte de um passado de alguém que foi embora.

A população atual da Ilha, ao contrário dos antigos moradores que escolheram aquele espaço para constituir casa e criar seus filhos, procuram a Ilha para morar, na maioria das vezes, porque não possuem condições financeiras de morarem na capital ou em outros bairros de Belém e quando melhoram financeiramente deixam tudo para trás.

Como parte da paisagem, encontramos, também, muitos terrenos com árvores frutíferas cercados com arrames ou cercas feitas com pedaços de paus. Muitos desses espaços têm sido modificados por ocupações desordenadas. São pessoas que, na maioria das vezes, não tem onde morar e encontram nesse movimento de ocupação a possibilidade de moradia.

Uma das ocupações desordenadas que mais nos chamou atenção foi a Portelinha, localizada nas proximidades da Praia Grande. Hoje com 8 anos de implantação, seus moradores sofrem com o descaso do poder público e com a discriminação por parte dos que moram na Ilha.

A falta de políticas públicas complexas que possam promover ações de proteção aos sujeitos como: os idosos, as adolescentes grávidas, as mulheres, as crianças e outros tantos sujeitos que vivem na Ilha contribui para o aumento da violência naquele espaço que precisa recuperar sua paisagem, revitalizar seu espaço geográfico e fornecer qualidade de vida para seus moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CRUZ, Ernesto. História do Pará: Editora da UFPA.1958.
- BARBALHO, Jader Fontenelle. Tempo do Trabalho: Gráfica Santa Maria.2011.
- BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- DIÁRIO DO PARÁ, Belém, 09 de agosto de 1992. Nº 3.232.
- DIÁRIO DO PARÁ, Belém, 03 de dezembro de 2007. Nº 8.557.
- DIÁRIO DO PARÁ, Belém, 18 de novembro de 2009. Nº 9.268.
- DIEGUES, Antonio Carlos. Ilhas e Mares; simbolismo e imaginário. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- GOFF, Jacques Le. História e Memória. São Paulo: Editora Unicamp, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. Marcos do Caminho. Rio de Janeiro: Vozes,1998
- MARTINS, Carlos Estevam; “Da Globalização da Economia à Falência da Democracia”, in Economia & Sociedade, Vol.6: Unicamp, Campinas,1996.
- MEDEIROS, Ana Maria de Souza. Aspectos da Ilha de Caratateua Belém – Pará: IDESP,1971.
- MONTENEGRO, A. T. História oral e memória; a cultura popular revisada. São Paulo: Contexto, 2011.
- O LIBERAL, Belém, 19 de julho de 1991. Nº 23.100.
- O LIBERAL, Belém, 15 de novembro de 1992. Nº 25.993.
- O LIBERAL, Belém, 15 de fevereiro de 1993. Nº 25.677.
- O LIBERAL, Belém, 15 de outubro de 1993. Nº 25.919.
- O LIBERAL, Belém, 31 de dezembro de 1993. Nº 25.993.
- O LIBERAL, Belém, 18 de dezembro de 1994. Nº 27.558.
- O LIBERAL, Belém, 30 de julho de 1995. Nº 27.480.

- O LIBERAL, Belém, 26 de setembro de 1995. Nº 27.538.
- O LIBERAL, Belém, 04 de dezembro de 1995. Nº 27.597.
- O LIBERAL, Belém, 20 de novembro de 1997. Nº 28.304.
- O LIBERAL, Belém, 15 de junho de 2003. Nº 30.328.
- O LIBERAL, Belém, 08 de dezembro de 2003. Nº 30.504.
- O LIBERAL, Belém, 13 de novembro de 2005. Nº 31.205.
- O LIBERAL, Belém, 20 de abril de 2008. Nº 32.090.
- O LIBERAL, Belém, 11 de dezembro de 2010. Nº 9.654.
- O LIBERAL, Belém, 16 de fevereiro de 2011. Nº 9.719.
- O LIBERAL, Belém, 03 de junho de 2011. Nº 9.826.
- O LIBERAL, Belém, 20 de janeiro de 2012. Nº 33.452.
- O LIBERAL, Belém, 10 de outubro de 2012. Nº 9.955.
- SILVA, M. J. Caratateua: a Ilha e o Subúrbio de Belém. São Paulo: 1995 (Dissertação de mestrado).
- Silva, J.M., Silva, C.N., CHAGAS, C.A.e BARBOSA.E.J.S. Percursos Geográficos: pesquisa e extensão no Distrito de Outeiro, Belém - Pará (2008-2001)

MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA (PARU)

Taynáh de Nazaré Argolo Marinho¹

Milcilene Magalhães da Silva²

Roselene de Souza Portela³

RESUMO: Em Belém, a luta pelo direito à cidade surge nas áreas de baixadas, marcadas, sobretudo, pelas carências do poder público municipal no que concerne aos serviços públicos e infraestrutura urbana. É nessa conjuntura de desigualdades pelo acesso à melhoria das condições de vida na cidade que as diversas bandeiras de luta têm gritado nas ruas por políticas públicas eficazes e participação social. Como elemento fortalecedor no enfrentamento às diversidades na Região Metropolitana de Belém, o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). O PARU busca resgatar junto à sociedade o seu papel político, a fim de conscientizar para participação e aproximar das discussões de âmbito político, prevenir e combater a prática de cooptação e letargia, decorrente da situação de vulnerabilidade, bem como conseguir disseminar uma cultura política mais abrangente à população e aos movimentos sociais na Região Metropolitana de Belém.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Participação; PARU.

1. INTRODUÇÃO

Nas Universidades Federais de Ensino Superior, a definição de Extensão é adotada com variações, estando intimamente ligada à Pesquisa e Ensino. O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem, dentre tantas, a competência de definir a política de extensão, priorizando programas e ações que tenham como objetivos a promoção humana, a difusão dos direitos humanos, da ética e da democracia.

Nesse sentido, o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), vinculado a Faculdade de Serviço Social (FASS), do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), vem desenvolvendo um contínuo e progressivo trabalho de capacitação profissional, tanto para docentes quanto discentes, assim como possibilita a vivência fora da sala de aula, que é essencial para a pesquisa, além de aglutinar o ensino, fomentando uma formação acadêmica mais qualificada.

Segundo Santana e Sá (2011), o Programa de Apoio à Reforma Urbana atua na Universidade desde 1981 e chega ao ano de 2011 completando trinta anos de luta em busca da garantia dos direitos sociais em Belém, desenvolvendo na academia a discussão/debate sobre cidade na ótica capitalista, e das políticas públicas estabelecidas na cidade, direito à cidade, da questão urbana e

¹Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e bolsista do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Contato: taynah.a.marinho@gmail.com

²Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e bolsista do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Contato: milci13@gmail.com

³ Professora Doutora do Curso de Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará e coordenadora do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Contato: roselene@ufpa.br

fundiária, grandes projetos urbanos, bem como forma de resistência. Para isso, suas ações são estabelecidas a partir dos eixos ensino, pesquisa e extensão que ocorrem de forma simultânea.

O PARU articulando o ensino, a pesquisa e a extensão, fortalece a capacitação tanto dos estudantes e como dos movimentos sociais, para a construção de políticas públicas voltadas ao direto à cidade, de forma a garantir a democratização da participação da sociedade civil no exercício da cidadania. Por meio da interação entre Universidade e sociedade, o Programa tem como objetivo propiciar o desenvolvimento de soluções, que impulsionem a reforma urbana, buscando efetivar os direitos humanos à moradia adequada e à cidade sustentável, proporcionar às lideranças de movimentos sociais capacitação política para o pensamento crítico da realidade social na qual estão inseridos, para galgar além da militância política, também a transformação social no âmbito das lutas sociais por direitos garantidos e respeitados.

Além disso, o PARU visa contribuir para apreensão da temática referente à questão urbana e à Reforma Urbana por lideranças dos movimentos sociais, discentes, docentes e técnicos, dando centralidade à complexidade das contradições expressas na cidade capitalista, especialmente as políticas de habitação, do saneamento, do acesso/mobilidade e de regularização fundiária e os processos políticos que resultaram na atual legislação urbanística e nas lutas sociais pelo direito à cidade.

O PARU tem se tornado uma referência com relação à abordagem das políticas urbanas e da Reforma Urbana, junto aos órgãos públicos e também com entidades organizadas da sociedade civil, potencializando a discussão do direito à cidade. O Programa tem se articulado junto aos movimentos sociais de Belém com o intuito de capacitá-los para a luta ao direito à cidade e a construção da cidade justa e igual para todos. Desse modo, a Universidade voltada para a capacitação crítica dos discentes deve ultrapassar a preocupação de responder às demandas do mercado de trabalho, e criar novas demandas, e isso acaba sendo um desafio. Nesse sentido, a extensão, assim como a pesquisa, é essencial para aprofundar o conhecimento e tornar dinâmica a produção do saber, já que o ensino não se limita a sala de aula.

A partir disso, o papel que a Universidade Federal do Pará vem desenvolvendo, por meio do PARU, em fomentar debates acerca da questão urbana por meio da assessoria e da capacitação às lideranças dos movimentos sociais, tem sido importante e é, nesse sentido, que o presente trabalho buscar refletir sobre as ações realizadas pelo Programa em questão, ao longo desses trinta anos de existência, pois se entende que a extensão universitária resgata junto à sociedade, o seu papel político e o processo educativo de engajamento de diferentes profissionais a serviço dos setores populares, permitindo a condensação de forças sociais na articulação de práticas coletivas concretas.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A cidade capitalista é um espaço repleto de contradições, na qual a produção é elitizada, ou seja, é um meio produzido e construído para os capitalistas, que são os detentores dos meios de produção. Contudo, os sujeitos que vêm para área urbana em busca de melhores condições de vida, deparam-se com a falta de políticas públicas que atendam suas reais necessidades. Por isso, uma grande parcela desses sujeitos acaba por se abrigar em áreas de ocupações irregulares e ou inadequadas para habitação.

O desenvolvimento capitalista, ao provocar uma imensa e completa expansão do tecido urbano no país, gerou aumento de concentração de riqueza, de poder e de propriedade e, conseqüentemente, aprofundou a miséria.

Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia, (...) uma separação crescentes entre as zonas e moradias reservadas as camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular, (...) um esfacelamento generalizado das funções urbanas, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona moradia, etc. [...] (LOJKINE, 1997, p. 189).

Essas relações tomam uma proporção ainda maior quando analisada dentro da ótica do capital, pois as categorias como ideologia, poder, mais-valia, passam a reproduzir uma realidade desigual do ponto de vista socioeconômico. É neste sentido que se recorre a Corrêa (1995, p. 7), quando afirma que:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo futuro de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

No sistema capitalista entende-se o Estado como burguês, por exercer ações contraditórias, pois, apesar da força e do poder que possui, atende prioritariamente os interesses da classe dominante, enquanto que a classe trabalhadora permanece sem o acesso aos bens e serviços produzidos, necessários para uma vida digna, por este sistema desigual.

O Estado assume o papel de articulador e organizador da sociedade independentemente de sua condição de suporte de certas relações de dominação, adotando o papel de fiador de relações sociais. Trata-se de um Estado que tem de exercer funções contraditórias, de acumulação e de legitimação, para criar as bases de um consenso através da ação das suas instituições (PORTELA, 2005, p. 27).

Assim, o Estado surge como principal agente social no sentido de dar conta dos interesses da classe burguesa, e direciona suas ações para a mediação de conflitos e derivados da relação sociedade-espaço. Uma das formas de intervenção do Estado é por meio de implementação de políticas públicas, que é de fundamental importância para a concretização e efetivação dos direitos constitucionais dos cidadãos.

Diante de uma sociedade altamente elitizada têm-se diversos atores sociais, como os que fazem parte da classe trabalhadora, no qual a eles é “negado” o acesso aos direitos fundamentais e/ou vitais para a sua sobrevivência, o Estado com o dever de manter a ordem social e os capitalistas, por meio dos empresários, cujo principal objetivo é a acumulação de capital.

Com o passar das décadas, esta classe trabalhadora percebe a importância e a força que tem em mudar a sociedade e, conseqüentemente, a história, por meio da organização de movimentos sociais. A luta pela garantia de direitos é constante, saindo da esfera individual para a esfera coletiva, pois as reivindicações são pela elaboração e efetivação de políticas públicas.

Nesse sentido, a participação popular é de suma importância para a concretização dos direitos fundamentais e sociais dos sujeitos. Segundo Gohn (1991), os movimentos sociais no Brasil surgiram a partir dos anos 1970, ainda no governo militar, com características bastante peculiares.

Tinham o intuito de reivindicarem os direitos fundamentais, ou seja, o acesso “por água, luz, transporte e creches”. Com o passar do tempo, os Movimentos Sociais foram sofrendo transformações, mas somente na década de 1980 que se percebia a organização e a articulação entre movimentos, como por exemplo, os Movimentos de Luta pela Moradia, de diversidade sexual, os Sem Terra entre outros.

Um dos conceitos mais importantes para a compreensão da definição da categoria Movimentos Sociais é dado por Santos (2004, p. 8): “um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e política existente e que os persegue por vias não institucionalizadas”.

Os movimentos sociais têm em sua essência a participação popular como instrumento, pois é por meio dela que os sujeitos se sentem parte do processo histórico. Segundo Bornenave (1994), a participação parte de alguns princípios, nos quais se deve entendê-los de forma ampla para a melhor compreensão do processo histórico, para que os atores sociais sejam autores de sua própria história. A seguir, Bornenave (1994, p. 76-80) expõe de forma objetiva o que seria participação:

[...] A participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas (...) justifica-se por si mesma, não por seus resultados (...) é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder (...) leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo (...) é algo que se aprende e aperfeiçoa (...) pode ser provocada e organizada, sem que isto signifique necessariamente manipulação (...) é facilitada com a organização, e a criação de fluxos de comunicação (...). Devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar (...) pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los (...). Não se deve socializar a participação: ela não é panacéia nem é indispensável em todas as ocasiões [...].

Assim, com as transformações dos movimentos sociais, o Estado passou a estabelecer relações com os mesmo, pois segundo Portela (2005), a nova forma de relação entre Estado e Movimentos Sociais no Brasil pós-1964 levanta um conjunto de questões vinculadas à formulação intencional de políticas, à questão da crise de governabilidade, ao processo de tomada de decisões, à dinâmica dos movimentos sociais, suas articulações e ações, bem como seu papel na transformação da sociedade.

A participação popular está expressa nas mais diversas formas como, por exemplo, na luta pela moradia, na educação, na saúde, entre outros. Contudo, esta prática vem sendo bastante acentuada nos projetos de urbanização das áreas de assentamentos precários, pois a maioria da população não possui conhecimento e, nem clareza a respeito dos projetos habitacionais e o que eles trarão para suas vidas futuramente, pois os projetos urbanísticos objetivam a valorização das áreas, principalmente as mais centrais.

Sabe-se, que essa urbanização faz com que haja uma elevação dos custos das moradias (energia, água, IPTU e etc.), e, conseqüentemente, obriga a população a vender suas casas, ocasionando, assim, a volta dessa classe subalterna, a habitar locais inadequados por não ter como sustentar um padrão de vida mais elevado.

Nesse contexto, os Bancos Multilaterais que atuam como financiadores de políticas públicas têm como premissa o desenvolvimento da participação comunitária e ou popular em projetos urbanísticos, fazendo com que a população aceite a implantação do projeto, por meio de uma ideologia, que acaba por muitas vezes excluindo ainda mais os sujeitos, devido a lógica das classes dominantes que visam a infraestrutura da cidade para o investimento capitalista na área urbana.

As políticas públicas que foram propostas com a constituição de 1988 são, em sua maioria, ineficientes para enfrentar de fato a questão fundiária e pautam-se, quase sempre, na ideologia neoliberal que é excludente, onde o que interessa é atender o interesse do mercado, o que favorece para o surgimento de diversos problemas sociais, como o desemprego, o aumento da criminalidade, o trabalho informal, habitações precárias, escolas e hospitais públicos de má qualidade entre outros.

Gohn (1991), ao discorrer sobre a práxis dos movimentos urbanos, chama a atenção para a identidade dos movimentos sociais, pois é de suma importância que se conheça os elementos construtivos dessa identidade. Ao longo da história dos movimentos, os quais são construídos de acordo com suas características, cujas estas são um ponto fundamental para a formação de sua própria identidade.

Segundo Santos (2004), os movimentos populares ao desenrolarem suas lutas, também passam pelo processo da participação popular e acabam por descobrir seus reais direitos sociais e, conseqüentemente, há uma conscientização desses movimentos, fazendo com que os sujeitos inseridos nesse processo, visualizem a segregação socioespacial existente nas cidades urbanas capitalistas.

3. A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: O PAPEL UNIVERSITÁRIO DESENVOLVIDO NO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA

Em Belém, particularmente, a luta pelo direito a cidade também enfrenta resistências no combate ao Estado e ao modo predatório de expansão do capital, essa trajetória de conflitos em prol da reforma urbana se revela com mais força a partir dos anos de 1970-80, quando na ausência da urbanização nas áreas de baixadas⁴ da cidade, os movimentos sociais começavam a se organizar e reivindicavam nas ruas por melhores condições de vida na cidade.

A sociedade civil organizada, por meio dos movimentos sociais urbanos, tem travado uma árdua luta em defesa da moradia digna, da participação popular e da reforma urbana como elementos essenciais para a garantia e a efetivação do direito à cidade de forma homogênea, e não somente a uma parcela social – a burguesia, entretanto vemos como o Estado tem respondido as demandas sociais, como nos esclarece Segatto (2015, p. 107):

Em quase todas as tentativas de organização, mobilização, reivindicações, contestação da ordem, por parte das classes dominadas, o Estado agiu prontamente para impedi-las, seja pela repressão pura e simples ou por outras formas, como a manipulação e a cooptação ou ainda por meio da criação de instrumentos jurídico-políticos de controle e exclusão.

É diante deste contexto de conflitos pelo uso do solo em Belém, que o Estado, sendo o principal aparato de poder, é usado quase exclusivamente pela burguesia em favor da manutenção das suas regalias. Na contramão desse processo, acredita-se que a formação sociopolítica é indispensável para contribuir aos movimentos sociais urbanos como instrumento de enfrentamento e para o fortalecimento e qualificação da sua participação política nos debates em torno do planejamento das políticas públicas elaboradas para a cidade.

⁴ Em Belém, as áreas de baixadas são assim denominadas em função da condição fisiográfica por se localizarem 4m abaixo da linha do mar, apresentam condições insalubres, com constantes alagamentos, baixa infraestrutura urbana sendo assim, são consideradas, inadequadas para moradia.

Uma das principais ideias defendidas por Harvey (2011), é a luta pelo direito à cidade, não simplesmente como direito das pessoas terem acesso ao que existe na cidade (como serviços de transporte, saúde, educação, lazer, etc.), mas o direito na perspectiva da participação na construção e transformação do tecido urbano de forma coletiva contrapondo-se à dinâmica da urbanização que segue somente a lógica da acumulação capitalista.

É nesse sentido que no PARU efetiva-se a relação entre a universidade e a sociedade, essa relação permite que ambas possam trocar saberes, fazer resistências e organizar suas pautas de luta por uma sociedade justa. Isto tem sido repercutido no atual cenário, em que várias bandeiras de lutas, movimentos sociais urbanos apresentam suas reivindicações como forma de denunciar advertências do poder público. Sendo assim, estes atores sociais protagonizam suas demandas numa realidade social de descaso e miséria.

Essa conjuntura de desmonte dos direitos sociais tem sido um desafio a tais sujeitos históricos, conseqüentemente compromete as suas formas de mobilização. Nesse sentido, na atual experiência universitária do programa, percebe-se que a participação na arena política local encontra-se limitada, e se dá pela via institucionalizada. Tal análise, demanda ao PARU, criar junto com esses atores, estratégias que possam fortalecer as lutas através da participação popular.

O PARU se propõe a ressaltar a importância de tais atores, como sujeitos ativos e protagonistas na produção do urbano, no sentido de desenvolverem o poder local, para um ideal de cidades mais democráticas e justas, fugindo a lógica de se buscar soluções a problemas pontuais à vida urbana, e bem como da sua aglutinação de forças políticas. Para tanto, o programa buscar apoiar, capacitar, assessorar esses sujeitos, objetivando realizar via extensão, uma força que alimentar e se retroalimenta, pela vivência de tais experiências sociais, políticas e culturais, bem como dar visibilidade às lutas pela garantia de direitos ao mesmo tempo, intensificar a relação da extensão universitária e da pesquisa, importantíssimas na troca de experiência entre o saber erudito produzido no âmbito da UFPA e o saber popular.

PORTELA et all (2015) afirma que o atendimento das vozes que pulsam por direitos, por evidenciar os projetos e demandas ao poder público, fazem resistência, e manifestam lutas que se perdem frente a intimidação do Estado, que age de forma violenta, ou não, mas se orienta pela ordem pública. No contrassenso disso, essas vozes que clamam por direitos, são despossuídos dos benefícios de uma cidadania efetiva, visto que são retirados, da oportunidade de reivindicar e questionar quando se faz pertinente seus direitos.

Silva (2014) evidencia-se a relevância da caracterização das forças políticas emergentes na cidade, pois demonstra como estão sendo construídos os espaços de validez da garantia dos direitos, concernentes à participação popular, problematizando os principais questionamentos de interesses coletivos.

Cruz (2011) explica que a produção do espaço urbano é construído por intermédio dos movimentos sociais urbanos, ressaltando-os como agentes que promovem não só a construção do espaço urbano, mas estes segmentos excluídos têm condições de atuarem enquanto sujeitos sociais, na esfera política e cultural realizando a concretização das suas práticas e conseqüentemente passando a valorizá-las.

Ainda, conforme Silva (2014), o cenário dos movimentos urbanos de Belém encontra-se atualmente com uma heterogeneidade de forças políticas, e a identificação dessa heterogeneidade, possuem reivindicações construídas a partir de ações imediatistas, concernentes às intervenções do

poder público em projetos e programas de requalificação urbana. Neste caso, evidencia-se a visão de direito à cidade e participação de maneira contraditória.

Nesse contexto amplo e diversificado da luta social em Belém, o PARU tem sido um parceiro fundamental para o processo de ampliação de direitos, uma vez que ao produzir conhecimento por meio da extensão universitária que tem subsidiado a plataforma de reivindicações específicas em para a região metropolitana, destacando as especificidades dessas cidades no contexto particular amazônico, acompanhando, formando, capacitando e buscando fortalece a organização social e política dos segmentos excluídos na luta pelo direito à cidade.

O PARU pelo âmbito extensionista no ano de 2014 pôde desenvolver como trabalho acadêmico um plano de trabalho intitulado “Atualização da Leitura Acadêmica acerca de Movimentos Sociais Urbanos em Áreas de Grandes Projetos Urbanos em Belém”. Através desse trabalho, pode-se identificar um conjunto de forças sociais Movimentos Sociais Urbanos (MSU's) em Belém, que além de identifica-los, puderam-se perceber diferentes formatos organizativos de movimentos, atuantes na contestação de políticas públicas que concernem com o direito à cidade e, havendo também formatos organizados a partir das proposições e ações advindas do Estado. Diante do estudo, elaborou-se um quadro que evidencia as formas de organização, mobilização e reivindicação nas áreas urbanas que circunscrevem as 3 bacias hidrográficas:

Atores	Reivindicação/ Mobilização
Movimento de Luta Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	A luta pela reforma urbana e o acesso à moradia digna, emprego, alimentação, saúde, educação, transporte e cultura.
União Nacional de Moradia Popular (UNMP)	A luta da Política habitacional, o fim das remoções, e a implementação de um programa de regularização fundiária nas áreas de assentamentos populares, e o fim das privatizações no setor de saneamento ambiental.
Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN)	Lutam por moradia para todos, pelo direito à cidade, articulando as reivindicações no campo da regularização fundiária, moradia, saneamento.
Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU)	Lutam também por melhores condições de participação social na esfera pública, defendendo a garantia dos direitos sociais e humanos, partindo da reforma urbana, como pauta maior.
Central dos Movimentos Populares (CMP)	Lutam pela reforma urbana e o direito cidade
Comitê Popular Urbano (CPU)	Luta pela reforma urbana em Belém, compreendendo a mobilidade urbana, transporte, saúde, saneamento, direitos humanos.
Comissão de Acompanhamento de Obra – PERIMETRAL	Luta pelos impactos sofridos do processo de remanejamento/reassentamento e também pela não remoção das famílias nas áreas atingidas pela duplicação da Av. Perimetral Norte.
Comissão de Acompanhamento de Obra – PROMABEN	Organizam para tomar frente ao poder público na forma de luta da situação vivenciada pela não condição de trabalho e moradia no âmbito do projeto Portal da Amazônia. Recusam a compra de novos imóveis, sem encaminhamento do projeto de capacitação o imóveis comerciais. Encontram limites diante

	do diálogo com a prefeitura municipal de Belém, gestora do projeto.
Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una	Lutam contra o abano do macrodrenagem da Bacia do Una, onde sofrem com frequentes alagamentos. E por melhorias urbanas que respondam as necessidades da população atingida. Visam uma articulação maior quanto à mobilização desta luta.
Comunidade Riacho Doce e Pantanal	Luta pelo acesso a moradia, diante do remanejamento não concluído, sendo estendido num prazo de 10 anos de atraso da entrega das obras dos apartamentos, com as famílias permanecendo no auxílio-aluguel desde o ano 2000. População remanejada espera do poder as entregas dos imóveis, ainda sem previsão efetiva dessas entregas, apenas no âmbito da promessa.

A caracterização desses atores e de suas mobilizações foram verificadas em quatro bairros das bacias hidrográficas, à saber: Souza, Marco, Pedreira, Fátima, Canudos, Guamá, Terra Firme, São Brás, Cidade Velha, Batista Campos, Jurunas e Rio Guamá – composição dos bairros presentes nas bacias hidrográficas: Una, Tucunduba, Estrada Nova.

Vale ressaltar a importância do programa, que busca trazer as demandas, referentes ao direito à cidade, num processo de discussões e reflexões potencializando seu plano político no engajamento na educação dos setores populares, e a interação com os representantes de movimentos sociais e também no enfrentamento dos problemas existentes nas cidades.

Destaca-se ainda a desarticulação dos movimentos sociais em Belém, como um elemento de entrave percebido entre as diversas bandeiras de luta populares da região metropolitana, mesmo em face das reivindicações e demandas locais, não pode esquecer-se de vista que esses problemas são estruturais e estão enraizados nos processos gerados pelo próprio modo de organização do capital fragmentador de classes que impede a compreensão de pertencer à mesma realidade social.

4. O PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA: LIMITES E PERSPECTIVAS DA AÇÃO EXTENSIONISTA

A configuração da Questão Urbana na atualidade tem implicado na necessidade de qualificação dos sujeitos que lutam pela efetivação da política urbana em diferentes espaços, seja pela representação em espaços de controle social como os Conselhos de Gestão das Políticas Sociais (no caso da Política Urbana, por exemplo, os Conselhos de Habitação, Saneamento Básico, Meio Ambiente) ou mesmo pela participação direta nos processos decisórios, como ocorre nos movimentos sociais urbanos. A melhor qualificação da participação social é sem dúvida uma demanda para o Serviço Social e para a Universidade, demanda esta que pode ser suprida pela capacitação, formação sociopolítica e assessoria aos movimentos sociais.

A Universidade Federal do Pará, por meio da socialização do conhecimento que vem sendo elaborado ao longo da sua existência e da efetivação do compromisso com o desenvolvimento social, busca dar conta do desafio de ampliar sua interação com a sociedade na qual está inserida.

Para tanto, o incentivo a programas e projetos de extensão sinaliza uma troca de saberes, acadêmicos e populares tanto ao desenvolvimento da formação crítica docente e discente quanto ao fortalecimento de políticas públicas que podem contribuir para o exercício da cidadania. Assim, fomentar o estreitamento dos vínculos entre universidade e sociedade é um caminho que deve ser percorrido.

Vasconcelos (1998) afirma que, dentre os diversos objetivos da extensão universitária, destacam-se dois que são emblemáticos ao ressaltar o compromisso social da Universidade: primeiro, reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; e, segundo, criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas.

No âmbito do Curso de Serviço Social/Faculdade de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal do Pará, há uma experiência significativa no que se refere à prática de assessoria aos movimentos populares que defendem o direito à cidade, procurando fortalecê-los em suas reivindicações e interlocução com o Estado.

Essa experiência vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), centrado em atividades de Ensino (Graduação e Pós-Graduação), Pesquisa e Extensão, tendo como antecedentes a formalização, em 1981, de um campo próprio de estágio profissional no Curso de Serviço Social vinculado à Assessoria técnica e política às Associações de Moradores e Centros Comunitários existentes na Região Metropolitana da Belém.

Desde sua origem, o PARU tem sido espaço de formação sociopolítica e profissional, oportunizando a inserção de bolsistas e a realização de estágios. O foco central das atividades desenvolvidas volta-se para a extensão universitária, principalmente na realização de cursos de capacitação sociopolítica para lideranças comunitárias e na assessoria para entidades comunitárias, movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais.

O PARU compreende a Extensão como indissociável do Ensino e da Pesquisa, esta indissociabilidade se realiza pela democratização do saber acadêmico, pela visão integrada do social, pela relação transformadora universidade-sociedade e por meio da produção de novos saberes por meio de relação dialética teoria-prática e consolidação da práxis.

Nas atividades desenvolvidas pelo PARU, ao longo de trinta anos de trajetória, pode-se identificar que assessoria, capacitação e extensão universitária são factíveis e necessárias. A assessoria e capacitação aos movimentos sociais diretamente envolvidos na disputa pela política urbana implicam também na reflexão constante acerca da necessária clareza que se há de ter sobre o papel dos assessores e dos militantes dos movimentos sociais.

Covre (2002) defende que o movimento social é uma estratégia indispensável à sociedade civil que confere poder de articular forças em prol de melhorias sociais. A cidadania está intrinsecamente relacionada com a participação social, uma pressupõe a existência da outra, isso por que o exercício da cidadania implica participação. A autora Considera a importância da sociedade em se apropriar dos poucos espaços públicos, ainda existentes dentro do aparelho do Estado, para que o exercício da cidadania seja efetivado.

Os movimentos sociais, enquanto parte da sociedade civil, sempre exerceram papel fundamental como agente de resistência contra a forma excludente do modelo econômico e do

sistema de produção de riqueza implementado pelo capitalismo ao longo de sua história. O sistema capitalista, ao redefinir o seu modo de produção na contemporaneidade, acentua ainda mais as consequências próprias de sua estrutura como macro sistema e o processo organizativo das cidades serve como estratégia de localização e manutenção de uma realidade social marcada pela desigualdade necessária aos fins a que se propõe esse sistema.

O espaço urbano como parte dessa estrutura econômica representa o meio onde se materializa a imperante segregação social. Ao observarmos as cidades, sejam elas de grande ou pequeno porte, veremos que as pessoas residem nos espaços urbanos de acordo com seu poder aquisitivo. Famílias de baixa renda moram em grandes periferias, em casas em condições precárias, insalubres destituídos de serviços básicos (esgoto, água, energia elétrica, etc.).

A esse respeito, é oportuna a análise de Portela (2005, p. 26):

[...] pode-se afirmar que o espaço da sociedade capitalista é fortemente dividido em áreas segregadas, o que demonstra a existência de áreas “nobres” destinadas às classes mais abastadas economicamente. Estas áreas são urbanizadas e equipadas com serviços coletivos. Assim, o constante processo de elevação dos custos de uso do solo urbano impede o acesso do cidadão mais pobre. Em contrapartida, para as classes de baixo poder aquisitivo, restam as periferias urbanas e as áreas localizadas próximas ao núcleo central, porém deterioradas ou inadequadas à urbanização, tais como: morros de difíceis acesso em margens inundáveis de riachos ou córregos. Essas populações caracterizam-se por possuírem insuficientes condições de habitação e uma enorme carência de serviços urbanos, predominando assim, a ausência de políticas públicas que garantam a essas áreas formas de habitabilidade adequada.

Os movimentos sociais, enquanto espaço de contra-poder nesse processo de aprofundamento das contradições urbanas, buscam em suas lutas coletivas melhorias da situação habitacional, ampliação da cidadania e superação do isolamento, da segregação socioespacial.

A própria história dos movimentos sociais urbanos revela em suas lutas, sua força diante da falta de políticas públicas e da negação dos seus direitos. Dessa forma, focalizando em Belém, estes sujeitos de direitos, também tiveram suas respostas diante das ações do Estado. Mas, ainda, tais vitórias têm uma linha tênue do que se pode ser alcançado no âmbito dos direitos sociais, controle social e participação política na elaboração e implementação das políticas sociais. Por isso, estas conquistas alcançadas são sinônimas de enfretamento do povo ao poder público por direitos, e de oportunidade do exercício da democracia, pautada na efetividade de melhores condições de vida, e menos descaso com a população pobre que dificilmente se reconhece enquanto sujeitos.

Para Telles (1988), deve-se entender o surgimento dos movimentos como sendo ‘sujeitos’ na produção do espaço urbano, então, tanto suas formas de organização quanto suas práticas associativas, a natureza dos direitos reivindicados e seus mecanismos de mobilização surgiram como características dotadas de sentido político. Gradativamente os movimentos sociais construíam novos sujeitos políticos e novos espaços para fazer política, o que evidenciava a constituição de novos atores sociais e políticos.

Para Correia (2001), a sociedade civil se serve dos movimentos sociais para conquistar os direitos negados ou que não são disponibilizados pelo Estado. É neste contexto de exclusão social que se situam as práticas cotidianas de movimentos sociais, que ainda com certas limitações, são meios potencializadores de novas formas de se fazer política, de participação social, de construção do processo democrático e de transformação social. Desse modo, as universidades cumprem uma atividade importante nos seus projetos de extensão, dando suporte necessário, que possa somar em situações concretas junto aos movimentos na reivindicação ao direito à moradia digna numa perspectiva politizada.

Para os autores José Paulo Netto, Marilda Iamamoto e Yasbeck, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição, esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente e expressa de diversas formas, como: o desemprego, o analfabetismo, a fome, a falta de moradias, a violência, exclusão social, criminalização dos movimentos sociais e etc. Expressões que sintetizam as determinações prioritárias do capital sobre o trabalho, no qual o objetivo é acumular capital e não garantir condições de vida para toda a população, gerando as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, próprios do sistema de acumulação capitalista, no qual tem o mercado como centro norteador das estruturas políticas, sociais, econômicas, culturais e espaciais.

Carlos (2007, p. 82) ressalta que “a produção espacial é expressão das contradições da sociedade que aparece na paisagem pela justaposição de riqueza e pobreza, beleza e fealdade”. Tais contradições derivam do privilégio que é conferido a uma pequena parte da sociedade e da consequente exclusão dos demais, que é refletida tanto no planejamento urbano quanto na falta dele.

A mudança na sociedade se dá pela mudança tanto do espaço social quanto das relações sociais. Nesse sentido, o processo de qualificação da participação social é sem dúvida uma demanda para o Serviço Social e para a Universidade, e essa demanda pode ser suprida pela capacitação, formação sociopolítica e assessoria aos movimentos sociais.

A experiência de extensão, além de ser um laboratório para os graduandos, é um dos pilares da Universidade representando um dos saberes produzidos, tanto no âmbito acadêmico quanto na sociedade que estão inseridos. Os assistentes sociais atuam nas políticas sociais tendo por objetivo viabilizar os direitos da população em diversas áreas como saúde, educação, habitação etc. e, para isso, consideram imprescindível a capacitação competente e crítica. No entanto, a conjuntura brasileira coloca para a formação desses profissionais muitos desafios que precisam ser enfrentados, como nos explica Iamamoto (1998, p.56):

Acompanhar os processos que produzem e reproduzem a questão social, ou seja, apreender a dinâmica da vida social sob a ótica da totalidade, identificando suas várias dimensões. Para tal, é preciso pesquisar a realidade, pois a profissão atua nesta e não sobre a realidade; ser um profissional propositado e não só executivo; prevenir-se das armadilhas do tecnicismo, militância e tecnicismo, ou seja, não visualizar os três elementos necessários à formação e a prática profissional de forma isolada e sim articulada. Para o alcance desses propósitos é fundamental, na formação, a articulação Ensino, Pesquisa e Extensão.

Dessa forma, é importante elucidar os elementos constitutivos da relação existente entre a questão urbana e política, com ênfase nos movimentos sociais, visando dar subsídios para pensarmos, de maneira mais ampla, alguns problemas presentes no cotidiano da sociedade urbana contemporânea. É nesse universo de complexidade que o PARU envolve a relação da questão urbana com a política que se insere a cidade, a moradia digna e seu cotidiano.

O PARU tem contribuído na abordagem da política urbana buscando resgatar a conscientização do papel político e a viabilidade de discussões mais ampliadas e divulgação do direito a cidade junto à sociedade através dos movimentos sociais. Assim, o PARU tem demonstrado durante esses mais de 30 anos que o exercício da cidadania deve ser apropriado pela sociedade civil organizada para o embate frente ao Estado reivindicando a ampliação da participação na elaboração de políticas públicas. Além disso, busca principalmente criar junto aos movimentos populares, forma de organização, e fortalecimento dos sujeitos políticos. Possibilitando por meio de cursos de extensão, palestras, reuniões com os movimentos sociais de Belém, parcerias com ONG's a exemplo

da FASE, e IAGUA, e instituições públicas, bem como exerce formas de assessoria política e jurídica aos movimentos populares.

As ações de assessoria junto ao movimento social devem se voltar principalmente à contribuição da leitura crítica da realidade, numa dinâmica de contínua análise de conjuntura e estrutura, para propor e construir coletivamente com os movimentos sociais, caminhos de transformação da realidade. Dessa forma, o PARU compreende Movimentos Sociais Urbanos (MSU's) conforme a concepção de Castro (2011, p. 18), que entende estes por constituírem um tipo de fórum formando, assim, "(...) articulação de entidades populares identificadas como associações de moradores, centros comunitários, grupo de mulheres representações de categorias de trabalhadores e atuam sobre a problemática urbana relacionada ao uso do solo, com apropriação e a distribuição da terra urbana (...)".

Para o exercício da assessoria é, portanto, necessário que se tenha uma capacitação continuada para este fim, que se desenvolva uma leitura continuada da conjuntura e que se tenha a capacidade de apresentar claramente as suas proposições, objeto da assessoria. Cabe ainda, ao assessor, uma produção sobre a experiência de assessoria que pode ocorrer por meio de sistematização da prática de assessoria ou construção de textos e que essa produção do conhecimento seja socializada com os sujeitos envolvidos no processo (MATOS, 2006).

Para Bravo e Matos (2010, p. 148), é imprescindível ao Serviço Social "a assessoria qualificada e politicamente progressista aos movimentos sociais [...] bem como a sistematização dessas experiências". Identifica-se a necessidade de politizar o debate junto aos movimentos sociais como parte constitutiva do exercício profissional do Serviço Social, sem deixar de considerar uma cuidadosa análise da realidade e quais as condições objetivas que se tem para tais ações.

O PARU tem participado dos debates e construção de uma agenda pública sobre a política institucionalizada sobre as cidades, como membro do Conselho Estadual das Cidades do Pará (CONCIDADES), contribuindo para uma reflexão sobre os desafios das cidades frente aos imperativos das forças de mercado que as torna cada vez mais injustas. Ressalta-se a participação do PARU na preparação da 5ª Conferência Estadual das Cidades e a representação da UFPA como delegado na 5ª Conferência Nacional das Cidades, ocorrida no ano de 2013, em Brasília. Estas experiências, por um lado, reafirmam o compromisso da Universidade com o processo de organização da sociedade civil e, por outro, contribuem para a consolidação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social ao viabilizar o ensino da prática investigativa e interventiva, ancorado na relação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixo temático as lutas sociais como parte das expressões da questão social na Amazônia.

A partir das ações de extensão, a equipe do programa, no ano de 2013, durante os debates realizados no planejamento anual, definiu por uma estratégia que possibilitasse, de forma mais sistemática, a interação com a pesquisa e, nesse sentido, foi criado o Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM), constituindo-se em laboratório que pretende aglutinar e articular as atividades de pesquisa, extensão e ensino, na graduação e na pós-graduação, buscando maior visibilidade para as atividades desenvolvidas. No ano de 2014, como campos de estágio aos alunos de Serviço Social, o PARU ofertou uma turma de Estágio Supervisionado I para 15 discentes e deu continuidade ao Estágio Supervisionado III para 14 discentes que desenvolveram suas atividades de ensino prático nas 4 (quatro) instituições, a saber: Secretaria Municipal de Habitação do Município de Belém (SEHAB), Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN), Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA) e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

O Programa tem como parceiros a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE,) o Fórum Metropolitano de Reforma Urbana, o Instituto Amazônico de Planejamento e Gestão Urbana Ambiental (IAGUA) e movimentos sociais urbanos pelo direito à cidade. Dentre as atividades de extensão, o PARU desenvolve o Projeto “Quintas Urbanas”, no qual são apresentadas mesas de debates com produções acadêmicas, provenientes de teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso e pesquisas temáticas de caráter metropolitano e regional referentes à temática urbana e desenvolvimento regional, tendo como público-alvo, especialmente, os alunos de graduação do Curso de Serviço Social a áreas afins. Portanto, sob a perspectiva da autonomia, organização, participação social e exercício da democracia participativa junto aos movimentos sociais urbanos da Região Metropolitana de Belém, o PARU visa realizar assessoria, capacitação e formação sociopolítica aos movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade. Sendo assim, o direito à cidade refere-se à acessibilidade dos direitos numa perspectiva ampla, de participação e usufruto de padrões de civilidade dignificadores da vida em sociedade.

Ermínia Maricato (2007) destaca como a realidade social urbana é “ignorada” pelos responsáveis pelo urbanismo oficial e pela sociedade de uma forma geral, realidade de um contingente enorme de pessoas que habitam precariamente nas grandes cidades brasileiras.

Dessa maneira, a importância desse programa é reafirmada pelo direcionamento acima, no qual, por meio da assessoria, capacitação e formação sociopolítica aos movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade, objetiva-se a maior participação dos indivíduos. Essa ação deverá ser permeada pela efetivação da transformação social, voltada numa perspectiva de consolidação da democracia, além de contribuir na articulação ensino, pesquisa e extensão, fomentando o diálogo entre academia, movimentos e ativismos sociais, e sociedade em geral, buscando articular de forma crítica e propositiva ideias, orientações e estratégias para a construção coletiva de uma cidade múltipla, justa e livre.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PARU tem se mostrado uma peça chave para o processo de ampliação de direitos uma vez que ao produzir conhecimento, por meio da extensão universitária, tem subsidiado o desenvolvimento da plataforma de reivindicações específicas para Região Metropolitana de Belém, destacando as particularidades desta região no contexto amazônico, acompanhando, capacitando, formando e buscando fortalecer a organização social e política dos segmentos excluídos na luta pelo direito à cidade.

As atividades desenvolvidas pelo PARU objetivam fomentar a participação dos sujeitos sociais, os debates acadêmicos e os seminários no âmbito institucional e da sociedade. Diante desse processo, este programa vem estabelecer ações e análises com base num referencial teórico específico dos movimentos sociais e lutas sociais. Conseguir uma transformação social/mobilização social que se configure por meio principalmente da assessoria e capacitação política dos movimentos sociais urbanos da Região Metropolitana de Belém, voltada para um direcionamento democrático, que subsidiarão enfretamento das expressões da questão social, tanto institucionalmente como para os movimentos sociais também realizem principais formas de organizações e consigam acessar os recursos e garantir direitos.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão visa democratizar o saber acadêmico e de penetrar na realidade social fornecendo suporte na área da pesquisa num contexto articular, com análises voltada para uma visão da totalidade social, transformadora por meio universidade-

sociedade e na produção de novos saberes ancorado na dialética teoria-prática e consolidação da práxis.

REFERENCIAS

BORNENAVE, Juan E. Diaz. **O que é Participação**. São Paulo, 1994.

CARDOSO, Welton de Sousa; MARINHO, Taynáh de N. Argolo. **VIDA URBANA: o direito à cidade em luta. (anais) VII Jornada Internacional de Políticas Públicas 2015**, UFMA, São Luiz (MA). Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/crise-global-e-o-direito-a-cidade_-conflitos-e-lutas-sociais-na-amazonia.pdf> acesso em: 19 de out. 2015.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2007

CASTRO, Edna M. Ramos de. Prefácio. In: CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Lutas sociais e a cidade: os movimentos sociais urbanos em Belém (1970-1990)**. Belém: ICSA/UFPA, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo. Ed. Ática, 1995.

CORREIA, F. João Carlos. **Comunicação e cidadania: os media e as identidades nas sociedades pluralistas**. Portugal: Universidade da Beira Interior. Tese de Doutorado, 2001.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2002. (coleção primeiros passos).

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Cortez, 1991.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, Otília et al. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MATOS, Maurílio. **Assessoria e consultoria: reflexões para o serviço social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio C.(orgs). **Assessoria, consultoria e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2006.

PORTELA, Roselene de Souza. **Planejamento, participação popular e gestão de políticas urbanas: a experiência do projeto de macrodrenagem da bacia do una (Belém-pa)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2005.

PORTELA, Roselene de Souza; SILVA, Milcilene Magalhães da; MARINHO, Taynáh de N. Argolo. **Estado e Movimentos Sociais no contexto dos grandes projetos urbanos em Belém-Pa. (anais) II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas 2015**, UNICAMP, Campinas (SP).

PORTELA, Roselene de Sousa. **Estado versus Movimentos sociais: a luta pela reforma urbana em Belém-PA**. 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/estado-versus-movimentos-sociais-a-luta-pela-reforma-urbana-em-belem-pa.pdf> acesso em 15 de dez. 2014.

SANTANA, Joana Valente; Maria Elvira Rocha de Sá. (Org.). **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia: enfoque sobre Planejamento, Gestão e Territorialidade**. In: CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Lutas Sociais e a Cidade: Os Movimentos Sociais Urbanos em Belém (1970-1990)**. Belém, 2011. P 187-243.

SANTOS, Regina Bega. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo, 2004.

SEGATTO, José Antonio. **Políticas, Relações Sociais e Cidadania**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SILVA, Milcilene Magalhães da. **Movimentos Sociais e os conflitos em áreas de Grandes Projetos Urbanos em Belém**. (Resumo Expandido). XVII Jornada de Extensão da UFPA. Belém: PROEX/UFPA, 2014.

TELLES, Vera da Silva. **Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos**. In: KOWARICK, Lucio (org.). **As lutas sociais e a cidade de São Paulo: passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VASCONCELOS, A. M. **Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social**. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1998.

METROPOLIZAÇÃO: SEGREGAÇÃO E MOVIMENTOS PENDULARES EM BARCARENA/PA

Marcel Hazeu¹

RESUMO

Neste artigo se discute como movimentos pendulares e de periferização se configuram em Barcarena e como estes se inserem nas transformações sociais que vêm ocorrendo no município, caracterizado pela presença de um complexo portuário-industrial e a proximidade com a capital Belém.

Muitos dos trabalhadores que atuam nas fábricas, portos e serviços públicos de Barcarena residem em Belém, enquanto outras pessoas que moram em Belém, geralmente na periferia, tem se mudado para Barcarena. Esta dinâmica é abordada como um sistema migratório particular de metropolização, caracterizado por movimentos pendulares e segregação espacial. Analise-se a ausência ou cancelamento de investimentos na urbanização do município de Barcarena e uma periferização aparentemente “propositiva” visto que o próprio projeto urbanístico, elaborado dentro dos planos de transformação de Barcarena em um complexo industrial-portuário-urbanístico foi abandonado. Por outro lado, os movimentos pendulares e a presença dominante de moradias populares nos espaços de habitação observados no município de Barcarena indicam a sua inserção num processo de “metropolização”.

Palavras chaves: Migração, Metropolização, Transformações sociais; Barcarena

INTRODUÇÃO

Neste artigo discuto a inserção de um município amazônico chamado Barcarena (PA), de origem ribeirinha e ocupado por um polo portuário-industrial em permanente expansão, através de uma dinâmica particular de metropolização, que contribui com o processo de periferização deste município no sistema capitalista mundial.

Argumento que as dinâmicas de mobilidade pendular de trabalhadores entre Barcarena e a capital Belém e a migração para moradias precárias de Belém para Barcarena reforçam a transformação do lugar (“experiência de uma localidade específica, com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” - ESCOBAR, 2005, p. 123) num “não-lugar” (“vazio de qualquer referência histórica, cultural, vivencial” - ALVARES, 2009, p. 9), destinado exclusivamente para uma função nas cadeias de produção e circulação de commodities, cumprindo o papel de entreposto entre a exploração de minérios, gado e grãos no interior da Amazônia e a seus destinos no mundo.

Este debate faz parte da minha tese de doutorado, o Não-lugar do outro: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena (HAZEU, 2015), defendida em abril de 2015, na

¹ Mestre em Ciências Ambientais/Univseridade de Wageningen (Holanda), Mestre e Doutor em Desenvolvimento/PPDSTU/NAEA/UFPA; Professor Visitante PPGSS/ICSA/UFPA e-mail: celzeu@gmail.com

qual discuto quatro sistemas migratórios estruturantes das dinâmicas de ocupação e resistência no município, entre eles o da metropolização periférica.

Na pesquisa busquei atender a um desafio formulado pelo sociólogo australiano Stephen Castles (2010, p.14), que indicou a necessidade de “relacionar pesquisa migratória à análise de como as sociedades contemporâneas estão sendo transformadas pela globalização neoliberal”, considerando:

[...] os processos de transformação social contemporâneo como o ponto de partida para compreender as mudanças nos padrões da mobilidade humana. Este marco conceitual consistiria de um mapeamento detalhado dos fatores que influenciam os processos migratórios e das conexões entre estes fatores (CASTLES, 2010, p. 38).

1 O MUNICÍPIO DE BARCARENA

O município de Barcarena localiza-se na Mesorregião Nordeste do estado do Pará, e faz parte da Microrregião do Baixo-Tocantins e da área metropolitana de Belém (Mapa 1). Segundo o censo de 2010 (IBGE), sua população é de pouco menos de 100 mil habitantes, dos quais 50,42% são homens e 49,58% mulheres, na sua grande maioria, 63,65%, morando em áreas consideradas rurais, e 36,35% em áreas urbanas.

É um município rico em ilhas, e com dezenas de igarapés que deságuam em rios como o Icaraú, Tauaporanga e Barcarena. Localiza-se a 30 quilômetros de distância da metrópole, Belém, com a qual é ligado por via fluvial, com acesso através de balsas, barcos, lanchas e navios e por estradas e pontes da rodovia Alça Viária, com acesso por meio de ônibus e carros particulares. Na região do noroeste paraense, Barcarena dista somente alguns quilômetros do município de Ponta de Pedras na ilha do Marajó (separados pelo rio Pará), enquanto ao sul, o seu território limita-se com o município de Abaetetuba, e no sudeste, com Acará e Moju.

Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura de Barcarena, há 116 comunidades no município e, destas, 53 localizam-se nas ilhas e 63 no continente. A sua gestão e território são divididos (muitas vezes separados e isolados) entre o governo municipal, estadual e federal, pois foram criados territórios delimitados para cada esfera de poder.

Barcarena conta com vários portos e estradas - que possibilitam a sua função estratégica na distribuição e transporte de produtos -, núcleos urbanos (administração, ensino, comércio, serviços), praias e balneários (lazer e turismo), e no sudeste do seu território há um grande complexo industrial e portuário. Este complexo ocupa menos que 15% da área municipal (desconsiderando as estradas), porém, tem um impacto totalizante sobre as atividades econômicas e sociais do município, considerando a poluição da água, da terra e do ar, a dinâmica populacional (migrações), as relações de poder, e a distribuição de recursos, investimentos e benefícios. São vários portos e empresas multinacionais instaladas, dentre elas o complexo Albras e Alunorte, da empresa norueguesa Hydro, de produção do alumínio; a Imerys Rio Capim Caulim e a Pará Pigmentos, da empresa francesa Imerys, de beneficiamento do caulim; a Votorantim, com a fabricação de cimento; a Usipar, na produção do ferro gusa; a Alubar, fabricando cabos de alumínio; a Bunge, na fabricação de adubos; e a Burutirama, fabricando lingotes de manganês. As fábricas e portos se ligam, por um lado, às áreas de exploração de minérios, criação de gado e agricultura no estado do Pará e, por outro, aos portos em Barcarena.

2 A METODOLOGIA DE PESQUISA

Partindo do pressuposto de que as transformações sociais e dinâmicas migratórias se revelam a partir da vivência dos agentes no território pesquisado, tive as seguintes escolhas metodológicas: observação participativa, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários, consulta à documentação oficial e produção de novos dados estatísticos.

Foquei a abordagem e análise em quatro agentes coletivos que disputam o território de Barcarena, reconhecendo as diversidades, contradições e divergências internas existentes dentro de cada categoria. São 1) os moradores tradicionais e migrantes de Barcarena - as comunidades; 2) Os trabalhadores vinculados à dinâmica das empresas, mas que não são necessariamente moradores do município; 3) As empresas e 4) o estado (entendido como poder executivo, legislativo e judiciário).²

Parti de uma abordagem inicial com os moradores de Barcarena, pois eles são os agentes “permanentes” e “históricos” no território que vivenciam as transformações sociais na sua vida e no seu entorno, representando as forças não-hegemônicas de resistência. São eles que não aparecem nos discursos oficiais sobre os processos de mudança, nos quais são tratados somente em termos estatísticos e como objetos de intervenção.

Defini como lócus da pesquisa de campo a área oficialmente delimitada pelos planos e investimentos do complexo industrial-portuário-urbanístico, a qual dividi em quatro subáreas com relações politico-administrativas, destinações funcionais e histórias de ocupação diferenciadas: 1) Distrito Industrial; 2) Área portuária de Vila do Conde; 3) Área do plano urbanístico; 4) Área de reassentamento de pessoas deslocadas.

Em cada área trabalhei em duas ou mais comunidades (dependendo da relevância em termos de diversidade observada em campo), por meio de observação participativa e entrevistas com seus moradores.

Realizei 20 visitas ao campo, de um até três dias cada, durante o período de dezembro de 2012 a agosto de 2014, todas registradas no diário de campo.

O conjunto de informações coletadas apontou para sistemas migratórios existentes, mas não captou suas dimensões quantitativas. Para este dimensionamento, analisei os dados do Censo 2010 com relação aos sistemas migratórios identificados; fiz um levantamento nos registros existentes nos centros comunitários de duas localidades; apliquei questionários junto aos caminhoneiros estacionados nos locais de espera; analisei os cadastros das pessoas que estão no processo contra a Hydro por indenização e acessei sites que acompanham as mobilidades de navios e identificam a origem dos caminhões a partir das suas placas. A lei de acesso à informação possibilitou ainda o acesso a informações muitas vezes inéditas ou produzidas a partir da minha solicitação, em relação aos marinheiros e os caminhões que passaram por Barcarena, os recursos do BNDES aplicados no município e os encaminhamentos para emprego pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE). Também solicitei às empresas e ao governo municipal informações referentes às dinâmicas migratórias, mas somente a empresa Hydro retornou, recebendo respostas negativas por parte das secretarias municipais e pela empresa Imerys, mesmo depois de muita insistência.

Uma vez identificados os sistemas migratórios, revisei as informações coletadas e registradas para uma leitura que permitisse identificar as dinâmicas estruturantes das mesmas, expressas a partir dos conflitos, da inserção dos agentes das suas estratégias e posições.

² No Mapa 1 estão identificadas as comunidades e as empresas pesquisadas.

Este olhar específico, sistemático e baseado em teorias migratórias revelou novos aspectos das transformações sociais, suas tendências, contradições, dinâmicas e até pautas de políticas públicas. Neste trabalho, encontra-se, portanto, mais informações sobre a realidade conflituosa, contraditória e dialética que se instalou no município de Barcarena desde a colonização e, especificamente, depois da sua inserção recente na globalização capitalista.

Deste debate teórico nasceu ou emergiu a abordagem teórico-metodológica, que busca informações quantitativas que representem a dimensão e a macroestrutura dos sistemas em jogo, ao mesmo tempo em que prioriza a história de vida das pessoas, enquanto agentes impactados e ativos na dinâmica dos sistemas, e os diversos discursos sobre a realidade abordada. A abordagem foi aplicada no contexto da Amazônia e da globalização, para chegar à realidade barcarenense.

3 OS SISTEMAS MIGRATÓRIOS EM BARCARENA

O primeiro sistema identificado está relacionado ao papel estratégico de Barcarena na economia global, como centro logístico de transporte e transformação primária de minério. Esta realidade estruturou fluxos permanentes e numerosos de transportadores que se organizam a partir de lógicas exógenas, e transformam Barcarena numa comunidade cortada e cercada por intensas mobilidades, pela presença de milhares de trabalhadores que estão ou não inseridos na realidade local, e que vivem uma multiterritorialidade no âmbito das relações precárias de trabalho.

O segundo sistema migratório trata da mobilidade do trabalho, inaugurado com a implantação do complexo industrial portuário urbanístico, que mobilizou milhares de trabalhadores de outros municípios e estados para Barcarena, e transformou parte da população de Barcarena sem emprego fixo em trabalhadores da construção civil e de fábricas, marcados por subcontratações temporárias e circulando entre os canteiros de obras, portos e indústrias em todo o país.

O terceiro sistema migratório se refere às (des)apropriações e dos deslocamentos forçados, que estruturam e desestruturam a vida de todas as famílias em Barcarena: realidade que transforma o espaço, as pessoas, a relação de produção e de vida. Esse sistema migratório tornou-se fundamental para entender as dinâmicas em Barcarena, pela abrangência e divergência dos processos que evidenciam a sua importância, o seu impacto e a sua inerência ao avanço da ocupação capitalista no município.

O quarto sistema migratório, e objeto deste artigo, é identificado como metropolização e se estrutura a partir da relação com a cidade de Belém, capital do estado do Pará. Sendo Barcarena o lugar de trabalho para muitos trabalhadores que moram em Belém e pendulam entre os dois municípios, como também o lugar de moradia para pessoas de Belém que constroem suas casas em novas ocupações, inserindo-se precariamente no mercado de trabalho local, o projeto urbano pensado inicialmente para Barcarena tornou-se, nesta experiência metropolitana, um projeto inacabado e repleto de contradições. Por um lado há falta ou cancelamento de investimentos e periferização proposital visto que o próprio projeto urbanístico, elaborado dentro dos planos de transformação de Barcarena em um complexo industrial-portuário-urbanístico foi abandonado. Por outro lado, os movimentos pendulares e a presença dominante de moradias populares nos espaços de habitação observados no município de Barcarena indicam a sua inserção num processo de “metropolização”.

4 METROPOLIZAÇÃO, MOVIMENTOS PENDULARES E PERIFERIZAÇÃO

Os movimentos pendulares de pessoas entre dois ou mais municípios se organizam principalmente em razão da separação espacial entre o local de trabalho, estudo, moradia e serviços públicos, no qual a referência de moradia se localiza num município diferente daquele das outras atividades regulares, tendo a necessidade e possibilidade de pendular entre os diversos espaços. Os movimentos pendulares entre municípios, dentro dos próprios municípios e entre bairros diferentes, no seu conjunto, fazem parte do processo de formação de uma região metropolitana, como argumenta Firkowski (2011, p. 8).

Quando se observa os critérios para a definição de regiões metropolitanas em distintos países do mundo, há que se destacar o pressuposto de contiguidade espacial entre parte dos municípios envolvidos no processo e de integração socioeconômica, além de um conjunto de critérios funcionais ou morfológicos que se repetem em praticamente todos os casos, sendo os mais relevantes: patamar mínimo de população, densidade e movimentos pendulares.

Formalmente, as regiões metropolitanas no Brasil foram e podem ser instituídas por leis estaduais “para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”, conforme define a Constituição Federal Brasileira de 1988 (CFB, Título III, art. 25, § 3º). Legalmente, a intenção de definir regiões metropolitanas, está associada a uma questão de gestão:

A região metropolitana é a constituída por mandamento legal que, reconhecendo a existência de uma comunidade socioeconômica com funções urbanas altamente diversificadas, especializadas e integradas, estabelece o grupamento de municípios por ela abrangidos, com vistas à realização integrada da organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum exigidos em razão daquela mesma integração urbano-regional (ALVES, 1981, p. 155).

As leis nem sempre definem os critérios ou as diretrizes para determinar a abrangência e a composição das regiões metropolitanas, nem criam instâncias de gestão em que as regiões metropolitanas institucionalizem um processo de planejamento ou um programa de políticas públicas para o conjunto dos seus municípios. Uma região metropolitana também pode ser caracterizada a partir da sua dinâmica:

[...] por sua dimensão de processo socioespacial, ou seja, um processo que está para além das vontades dos atores políticos e de seus interesses, mas que surge de uma dinâmica construída historicamente e por meio da interrelação de distintos atores sociais, inclusive, mas não exclusivamente, os de natureza política (FIRKOWSKI, 2011, p.10).

Metrópoles são produzidas no contexto do mundo capitalista moderno, globalizado, que tem nas metrópoles a materialização de lugares de comando da economia e política, de consumo, de inovação e de industrialização. Além de sua relação com o entorno próximo, as metrópoles modernas são:

[...] nós que articulam uma rede urbana regional ou nacional com as redes mundiais, não apenas por uma de suas atividades, contrariamente às cidades especializadas, mais por toda uma variedade de funções urbanas (PUMAIN et al., 2006 apud FIRKOWSKI, 2011 p. 11).

Neste sentido, Belém pode ser considerada:

[...] uma metrópole periférica ou de segunda linhagem, conformando processos distintos de metropolização que não se configuram pautados na relação capital e indústria, mas se assentam na produção do espaço pelas relações capital e serviços como matriz do seu desenvolvimento (PESSOA, 2012, p. 244).

Belém também é uma metrópole incompleta que só pode exercer a totalidade das funções metropolitanas a partir de contribuições externas, vindas, na maioria dos casos, das metrópoles completas (SANTOS, 2004). O próprio IBGE (2008) classifica Belém como terceira categoria na hierarquia de metrópoles, de acordo com a extensão territorial e a intensidade destas relações.

Entendo a “metropolização” como um conjunto de processos que produzem a região metropolitana e que envolvem e articulam os municípios e territórios que dela fazem parte e sua área de influencia direta numa dinâmica de interdependência econômica, social, política e cultural, de formação territorial, de gestão e de identidade. É, também, um sistema migratório, segundo afirma Pessoa, referindo-se a Lencioni (2006): “A metropolização dos espaços é um processo que resulta na construção de território(s) marcado (s) pelos fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações que são múltiplos, intensos e permanentes” (PESSOA, 2012, p. 56).

Mais do que somente fluxos, a metropolização é uma forma específica de urbanização, que envolve processos de periferização e segregação espacial, tanto em termos de habitação por classe social quanto pela concentração e distribuição dos instrumentos urbanos e a localização das diferentes expressões da produção econômica. Melchior (2011, p. 2) considera que:

[...] o processo de urbanização metropolitana complexifica ainda mais as relações e os arranjos espaciais, deixando ainda mais evidente o processo de segregação/exclusão, com dinâmicas que passaram a delimitar territorialmente o convívio, fruto de um processo de urbanização espoliativo, em que grande parte da população encontra-se destituída dos benefícios urbanos, tendo que residir em lugares com pouca ou nenhuma infraestrutura, para garantirem sua sobrevivência, ainda que as relações de trabalho permaneçam centralizadas no núcleo da metrópole .

A partir de que se reconhece a complexidade da urbanização metropolitana, podemos também complexificar a segregação entre o núcleo urbano onde o trabalho se concentra e os bairros periféricos distantes do mesmo.

O município de Barcarena mostra uma organização e segregação na qual no meio de lugares de moradias precárias existem grandes empresas e no meio do núcleo urbano planejado existem lugares de moradia precária. Há espaços em que predominam a imobilidade e a exclusão social, cercados por empresas, recortados por estradas onde trafegam milhares de caminhões e próximos de portos aonde chegam e saem navios diariamente.

Os movimentos pendulares relacionam-se também com a expansão do território metropolitano, o que possibilita, em termos social e geográfico, a criação de novas territorialidades e espaços sociais no lugar de origem e de destino (lugar do domicílio e do trabalho ou estudo, lazer, atividades culturais, entre outras); a mudança de lugar associa-se aos movimentos sociais, que influenciam as políticas urbano-metropolitanas referentes à infraestrutura urbana e social, e à política de transportes. Portanto, vinculam-se à mobilidade residencial da população nas grandes aglomerações urbanas-metropolitanas (JARDIM, 2011, p. 66).

Movimentos pendulares, como parte integrante da metropolização, são consequências e estruturantes das desigualdades sociais, culturais e econômicas dentro de um território, que podem

ser pesquisados e analisados nas suas dimensões de tempo e espaço em relação aos deslocamentos, volume de pessoas, direção dos fluxos, frequências, distâncias percorridas, os meios de transporte, a localização e tipo de lugares de moradia, trabalho, estudo, lazer e serviços públicos envolvidos, em busca das forças e fatores que estruturam estes movimentos. É uma mobilidade que se “mostra como consequência da expansão da metrópole, ligada ao processo de uso e ocupação do solo, da periferização da população e da desconcentração da atividade econômica” (MELCHIOR, 2011, p. 4).

Devido aos movimentos pendulares, as pessoas que se deslocam nesta dinâmica precisam reorganizar e reestruturar sua vida familiar e comunitária a partir de um ritmo de vida diferenciado, pois passam uma grande parte viajando, em diferentes horários de saída e chegada, tendo seu tempo de reprodução social. Neste sentido, a sua relação com os diferentes territórios ganha novas dimensões.

Não resta dúvida de que esses movimentos fazem parte da organização espacial da cidade, especialmente das regiões metropolitanas, caracterizadas pela permanente reorganização da produção capitalista e divisão do trabalho, que segregam e distribuem de forma desproporcional serviços públicos, investimentos, oportunidades de trabalho. Distribuem desigualmente áreas de moradia de acordo com a renda, envolvendo, de um lado, a especulação imobiliária e a construção de condomínios fechados e, de outro, ocupações precárias e bairros distantes, chamados de moradia popular, sem planejamento urbanístico, onde muitas vezes as atividades econômicas são proibidas e as áreas de comércio, serviços e lazer são inexistentes.

É necessário, ainda, fazer uma distinção entre as migrações temporárias e a mobilidade pendular, pois há uma lógica distinta de tempo e espaço, de frequência, mas principalmente de vivência e estruturação. José de Souza Martins (1986), no seu texto clássico “O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil”, realça o fator “ausência” e “o tempo do serviço” (na agricultura, nas grandes obras) como elementos característicos, ou seja, há uma vivência concreta nos dois espaços, alterando-se periodicamente.

A mobilidade pendular apresenta outra dimensão e dinâmica temporal e espacial nas quais o deslocamento e a vivência de múltiplos espaços se realizam diariamente e as pessoas vivem, de fato, duas realidades concomitantemente, tendo boa parte do seu tempo diário ocupado com o deslocamento, criando um território em movimento.

PERIFERIZAÇÃO E PENDULARIDADE EM BARCARENA

Apesar de Barcarena formalmente não fazer parte da Região Metropolitana de Belém (RMB), a relação atual entre o município e a região metropolitana permite considerá-lo parte dela, como mostrarei a seguir. Sigo a argumentação da geógrafa Rosa Moura (2010, p. 44) em relação a um novo conceito de área metropolitana, como uma “[...] ‘área ampliada de vida local’ ou ‘área econômica regional’, caracterizada por alta densidade de movimento pendular e pelo desacoplamento dos espaços funcionais e físicos”. A autora ainda alerta que os municípios com:

[...] as maiores proporções de fluxos pendulares são aqueles localizados em regiões industrializadas e de serviços, nas quais a divisão territorial do trabalho é mais nítida e a valorização do solo urbano expande as periferias [...] (MOURA, 2010, p. 49).

Na cidade de Barcarena há uma predominância de moradias populares e uma quase ausência de áreas exclusivas de moradias da classe média (apesar das tentativas e dos investimentos para criá-las) – aspecto observado durante o trabalho de campo, e reforçado pela análise do Censo de 2010 com relação ao rendimento médio da população urbana, que não chega a 57 % do valor do rendimento médio da população urbana de Belém (Tabela 1).

Tabela 1 - Valor do rendimento nominal médio mensal em 2010 das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

População	Barcarena (R\$)	Belém (R\$)	Diferença / Rendimento Barcarena/Belém (%)
Urbana	770,05	1343,73	57%
Rural	833,94	576,74	145%
Total	810,77	1338,1	61%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Há uma forte presença de moradores oriundos de Belém. Das 25.204 pessoas que moram a menos que 10 anos no município, 26% da população, 84% (21183) são oriundas de municípios do Pará (61% de municípios próximos a Barcarena) e somente 16% de outros estados. Belém (31%) é o principal município de residência anterior, seguido por outro município vizinho, Abaetetuba. Os A origem dos moradores e o seu destino na área urbana mostram que Barcarena se tornou uma periferia num contexto metropolitano, com referência à moradia de classes populares. Os novos moradores geralmente vivem em casas simples, com infraestrutura urbana precária, em terras não ocupadas (mas às vezes cobiçadas) pelo capital imobiliário. Esta nova realidade como um fragmento de moradia periférica “impede a convivência entre pessoas de diferentes camadas sociais, criando e recriando processos de diferenciação e de segregação socioespaciais” (MELCHIOR, 2011, p. 5).

Concomitantemente, mesmo aparentemente contraditório, Barcarena tornou-se um lugar de trabalho para uma parcela da população de Belém e municípios vizinhos, envolvendo trabalhadores no serviço público, nas indústrias e nos portos.

Recorrendo novamente ao Censo de 2010, tem-se uma ideia da dimensão e do tipo de mobilidade pendular entre Barcarena e a RMB, com algumas ressalvas. Segundo o IBGE (2010), 564 pessoas de Barcarena trabalhavam fora do município e voltavam regularmente para a cidade. Porém, desse total, 85 pessoas trabalhavam fora do estado do Pará, mais precisamente no Rio de Janeiro (43), em São Paulo (20) e em Goiânia (22), sendo impossível, neste caso, configurar um movimento pendular diário, o que também parece ser o caso dos que trabalhavam em outros municípios paraenses, como Parauapebas (mineração) e Viseu (pesca marítima). As informações parecem confundir o movimento pendular com migrações temporárias, contemplando também as categorias de “trabalhadores temporários”, chamados de “peões de trecho”.

Em relação aos três municípios onde o movimento pendular com Barcarena é mais intenso observa-se a realidade das pessoas que moram em Barcarena e trabalham em Abaetetuba, Ananindeua ou Belém (Tabela 2), e daquelas que residem nesses municípios e trabalham em Barcarena (Tabela 3).

Tabela 2 - Trabalhadores pendulares de Barcarena para municípios vizinhos.

Município de destino	Total
Abaetetuba	56
Ananindeua	0
Belém	302
Total	358

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010). Elaboração do autor.

Tabela 3 - Trabalhadores pendulares de municípios vizinhos para Barcarena.

Município de origem	Total
Abaetetuba	2.009
Ananindeua	258
Belém	584
Total	2.851

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010). Elaboração do autor.

Fica evidente que Barcarena é um lugar de trabalho para pessoas de Belém e da cidade vizinha, Abaetetuba, que era o centro regional até a implementação do complexo industrial-portuário-urbanístico. Ao mesmo tempo, parece não haver um fluxo intenso de moradores de Barcarena que trabalham em Belém, o que seria de se esperar na relação entre a periferia e o centro da região metropolitana.

Em atenção ao meu pedido, a empresa Hydro (2013) – maior empregadora privada do município – realizou um levantamento sobre a origem e atual local de residência dos seus funcionários em Barcarena (Tabela 4).

Tabela 4 - Residência dos funcionários da empresa Hydro em Barcarena, por função, em 2013.

Cargo	Local de residência (atual)						
	Barcarena (Nº)	Barcarena (%)	Abaetetuba	Belém	Ananindeua	Marituba	Total
Direção/Gerência	86	61	4	39	12	-	141
Administrativo	31	50	10	15	6	-	62
Técnico	32	28,6	1	67	12	-	112
Operacional	746	57,5	205	255	87	4	1.297
Total	895	55,5	220	376	117	4	1.612

Fonte: Levantamento Hydro, 2013. Elaboração do autor.

Dos 1.612 funcionários da Hydro, 717 (44,5%) não residem em Barcarena, 376 (23%) moram em Belém e 220 (13,65%) em Abaetetuba. A maioria dos funcionários do nível técnico reside fora do município (71%). Atuando há mais de 30 anos em Barcarena, pouco mais de 50% dos seus funcionários residem no município, estimulando e organizando a migração pendular. O fato de que outra parte dos funcionários residirem em Barcarena não significa que são nativos. Ao contrário, somente 9% nasceram no município (Tabela 5).

Tabela 5 - Origem dos funcionários da empresa Hydro em Barcarena, segundo registro de nascimento.³

Cargo	Local de Nascimento							Total
	Barcarena (Nº)	Barcarena (%)	Abaetetuba	Belém	Outras cidades (Pará)	Outros Estados	Outros Países	
Direção	9	6,4	4	43	23	62		141
Administrativo	3	4,8	10	25	12	11	1	62
Técnico	1	0,9	2	59	22	27	1	112
Operacional	125	9,6	193	435	332	210	2	1.297
Total	138	8,6	209	562	389	310	4	1.612

Fonte: Levantamento Hydro, 2013. Elaboração do autor.

Entre os funcionários da Hydro, apenas um técnico é morador original, 6% que ocupam cargos de direção e gerenciamento, menos que 5% da área administrativa e menos que 10% dos funcionários operacionais são moradores nativos de Barcarena.

Para assegurar o movimento pendular de funcionários entre Barcarena e municípios vizinhos, a Hydro tem seu próprio sistema de transporte: o Catamarã Lady Olga, que faz a travessia entre Belém e Barcarena; mais de 30 ônibus (locados pela empresa Translider, de Barcarena) para transportar funcionários do porto do Arapari e de Abaetetuba para as fábricas, além de contar com o transporte regular de barcos, ônibus, vans e lanchas entre os vários municípios e as fábricas de Barcarena.

A empresa Translider recebeu mais que 18 milhões de reais do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) entre 2004 e 2013 (BNDES, 2013), ou seja, um transporte pendular financiado pelo governo federal beneficiando as empresas de transporte e as fábricas.

No serviço público observa-se o mesmo quadro. Entrevistei funcionários públicos que trabalham em Barcarena e moram em Belém (uma promotora, uma enfermeira do Hospital Municipal e duas professoras da rede estadual de ensino) e a diretora de uma escola pública municipal e moradora de Barcarena, que ilustram a mobilidade pendular no serviço público, que inclui outros profissionais como juízes, promotores, defensores públicos e médicos que moram em Belém, segundo os servidores entrevistados.

Na área da educação esta situação se repete principalmente nas escolas estaduais, pela intenção de muitos professores concursados de pedir transferência para Belém após os três anos de estágio probatório: “De mais de 20 professores que entraram por este concurso, apenas eu e mais uma amiga não temos a intenção de sair de lá” (Professora da Secretaria Estadual de Educação-SEDUC). Na escola onde trabalhava, dos 30 professores, 13 eram de Belém e, como ela, iam e voltavam de Belém quase que diariamente. Quando havia dois dias de aulas da manhã até a noite, eles pernoitavam num quitinete. Uma das consequências desta realidade é a distinção entre os professores de Barcarena e de Belém:

Eles são muito melindrosos porque já sabiam o que ia acontecer (deve ser o que acontece sempre), que todos iam embora depois do probatório. Tinham razão. Não todos, mas a maioria sempre fazia questão de deixar claro que não éramos de lá, expressado, sobretudo nesta frase, ‘ahh porque os professores de Belém’ [...]. Na verdade, a relação mais amistosa que tínhamos era justamente com os professores de lá que entraram junto com a gente, que ainda não haviam passado por esse processo de ver todo mundo indo embora (Entrevistada 8).

³ O Registro de Nascimento indica o local de nascimento, mas não a trajetória até chegar a Barcarena.

Muitas pessoas fizeram concurso para Barcarena devido a possibilidade de ir e voltar no mesmo dia, pois consideram que a cidade é um espaço de trabalho, e não oferece boas condições para morar, além de preferirem ficar perto da família em Belém. Para elas, Barcarena é o seu lugar do trabalho, onde são “os outros” “de Belém”.

Outros grupos de trabalhadores pendulares são os estivadores e arrumadores, os operários portuários. O porto de Vila do Conde está sob a mesma administração que o porto de Belém. A gestão dos operários desses portos é realizada em Belém, pelo órgão de gestão de mão de obra dos portos de Belém e Vila do Conde (OGMO), articulado com os sindicatos das duas categorias através de chamada escalção e rodízios das diversas categorias. Isto significava que os estivadores e arrumadores residem em Belém e ora trabalham em Vila do Conde ora em Belém, dependendo da sua escalção. Para esta dinâmica, em Vila do Conde há prédios de apoio para o descanso dos operários portuários entre os turnos de trabalho.

Um grande contingente de trabalhadores portuários vive num movimento de ida e volta entre Belém e Barcarena, que representa o seu local de trabalho, mas não de moradia. A população local interage com essas pessoas somente no fornecimento de alimentação e companhia. Ao final do ano de 2000⁴, o quadro de trabalhadores por categoria totalizava 740 pessoas (Tabela 6).

Tabela 6 - Categorias de trabalhadores portuários de Belém e Vila do Conde.

Categoria	Total
Arrumadores e Capatazias	346
Estivadores	280
Conferentes	44
Consertadores	6
Trabalhadores de Bloco	44
Vigias Portuários	20
Total	740

Fonte: CDP (2000).

O movimento pendular de muitas pessoas de Barcarena para Belém e vice-versa também está associado à possibilidade de estudo. Segundo o Censo de 2010, 1.792 moradores de Barcarena frequentavam escolas ou creches em outras localidades. Relatos de estudantes universitários que se deslocam das suas cidades até Belém referem-se ao tempo gasto na viagem e o impacto nas suas rotinas.

A rotina de uma universitária moradora de São Lourenço ilustra esta realidade pendular. Ela sai da comunidade São Lourenço às 15 horas, caminha a pé por 20 minutos até a estrada, espera em média 20 minutos para entrar no ônibus lotado que a leva até o porto de São Francisco para pegar o barco até o Ver-o-Peso, em Belém, numa viagem de uma hora. Dali ela pega outro ônibus que leva 30 minutos para chegar a UFPA. Na volta, já à noite, ela apanha um ônibus e vai até o porto no bairro da Cidade Velha (30 minutos em média), onde pega barco superlotado que a leva até o porto de Barcarena (uma hora). De lá, pega um micro-ônibus que vai até a Vila dos Cabanos e desce na entrada da Vila (20 minutos) para pegar um moto-táxi para São Lourenço, pois os ônibus não circulam a esta hora. Ela gasta diariamente mais de 4 horas e R\$ 22,40 neste trajeto, conforme pode ser observado no Quadro 1.

⁴ Não consegui dados mais recentes

Quadro 1 - Movimento pendular de universitária de Barcarena que estuda em Belém.

Local	Meio de transporte	Duração (horas/minutos)	Valor (R\$)
Vila São Lourenço	A pé	20	-
Porto São Francisco	Ônibus	30	2,00
Ver-o-Peso	Barco	60	6,00
Universidade	Ônibus	25	1,20
Porto cidade velha	Ônibus	25	1,20
Porto Barcarena	Barco	60	5,00
Vila dos Cabanos	Ônibus	20	2,00
São Lourenço	Mototáxi	15	5,00
Total		4h15	22,40

Fonte: Entrevistada 35. Elaboração do autor.

Esta realidade significa que ela não pode investir tempo na família e comunidade no lugar onde reside, além do desgaste físico e psicológico.

PRODUZINDO A PERIFERIZAÇÃO DE BARCARENA: UMA CIDADE EMPRESA INACABADA

Com a implantação, nos anos de 1989 , do complexo industrial-portuário-urbanístico em Barcarena havia a intenção de criar um núcleo urbano moderno, pois o município apresentava baixo desenvolvimento urbano e um modo de vida predominantemente ribeirinho e rural. Juntamente com o complexo foi planejado, portanto, um núcleo urbano denominado Vila dos Cabanos, fazendo referência à memória da revolução cabana, sugerindo que o projeto seria associado à luta por um desenvolvimento independente. Na realidade, tratava-se de uma imposição por forças políticas e econômicas exógenas à região.

O novo núcleo urbano foi projetado numa área entre as instalações da indústria e o porto de São Francisco. Segundo Trindade Júnior e Chagas (2002, p. 202), o plano contava com três etapas de implantação: 1) a instalação de um acampamento provisório, de um bairro Pioneiro para alojamento dos funcionários das empreiteiras responsáveis pelas obras de infraestrutura do Complexo ALBRAS/ALUNORTE; 2) a construção de uma cidade nova, com infraestrutura urbana moderna e extensão da área de comércio e serviços; 3) a construção de novas casas, serviços e comércio ao sul e ao norte do eixo central. A partir de então, os alojamentos para solteiros do bairro Pioneiro seriam convertidos em moradias para famílias e as edificações seriam melhoradas. Em 2015 pode-se dizer que os moradores tradicionais foram desapropriados e deslocados para nenhum lugar e o plano urbanístico só foi executado parcialmente.

O novo núcleo urbano deveria dinamizar a economia da microrregião, tornando-se uma área residencial exclusiva dos funcionários (e famílias) da Albras e Alunorte e também dos funcionários das novas empresas que seriam instaladas no município, atraindo serviços públicos e comércio. Devido ao deslocamento de uma grande quantidade de mão de obra para a implantação do projeto e um contingente menor, mas considerável, para a operacionalização das indústrias e portos, foi necessário ampliar a infraestrutura para abrigar os novos moradores.

Os grandes empreendimentos implantados em áreas pouco urbanizados geram novas demandas em urbanização, ou seja, para produção de um novo espaço urbano. A concepção de company towns (cidades-empresa) representa uma contradição no planejamento urbano, uma vez que não se pauta na complexidade da cidade original, mas se enquadra na lógica de funcionamento da empresa capitalista. As “formações de company towns tentam buscar formas urbanas que

alcancem o melhor desempenho possível [...]”, pois “a garantia do sucesso dos grandes empreendimentos de certa forma também se faz pela forma de gestão do controle sobre seus funcionários” (RODRIGUES; COELHO, 2007, p.145-146). Na ótica do planejamento de *company towns* e da dinâmica das empresas a proposta é segregacionista por natureza, onde a empresa pretende organizar e controlar não somente a função de habitar, mas também o lazer, a cultura e a promoção social (RODRIGUES; COELHO, 2007). A forma de organização de cidade-empresa encaixa-se perfeitamente na ideologia do mercado capitalista de gestão empresarial de qualidade, que:

[...] transita sem grandes desvios da usina à gestão do cotidiano, incorporada nas práticas de ensino, nos serviços prestados às famílias de trabalhadores, tais como as escolas primárias e secundárias, hospital, o clube, etc., irremediavelmente amarrada a outras noções, tais como racionalidade, limpeza, arrumação, sistematização, surgindo o modelo de gestão da empresa e, portanto, de uma vida cotidiana em que a noção de “qualidade total” pode constituir a ponte entre o sucesso profissional e o social (CASTRO, 1999, p. 45).

No caso de Barcarena, a Vila dos Cabanos seria uma *Company Town* em uma modalidade diferenciada das outras até então criadas (como em Carajás e Porto Trombetas), pois foi definida como uma cidade aberta. O termo “aberta” se referia à ausência de cercas ou muros que normalmente separam as vilas das demais áreas de moradia, permitindo, assim, uma “suposta” liberdade de circulação entre as comunidades. Na prática, as barreiras socioeconômicas e fundiárias segregavam a Vila dos Cabanos do seu entorno, formado por novos bairros populares e comunidades preexistentes.

A administração da Vila dos Cabanos ficou a cargo da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), órgão federal criado para viabilizar e gerenciar o projeto urbanístico, especificamente a construção da Vila dos Cabanos. A proposta fazia parte de uma aliança estratégica entre a empresa estatal (Vale do Rio Doce) e a Codebar durante o governo autoritário, quando controle, eficácia e planejamento eram palavras de ordem. Porém, as contradições e conflitos sociais do modelo de desenvolvimento capitalista que pautou a implantação do complexo industrial-portuário também faziam parte da produção da cidade empresa, que nem se estivesse cercas e muros não podia se isolar do seu contexto. Nem se podia deixar de reconhecer que os próprios moradores da Vila dos Cabanos são pessoas complexas e diferentes entre si, agentes dentro de novos espaços criados, mudando estes enquanto moradores e se mudando neste contexto.

A Vila dos Cabanos foi concebida com moradias separadas por classes sociais, em princípio, todas vinculadas à dinâmica das empresas. Os antigos moradores da área estavam fora do perfil da nova concepção urbanística e foram desapropriados e deslocados, sem nenhuma possibilidade de reintegrá-los posteriormente ao novo núcleo urbano. A intenção era a substituição de uma população por outra.

A democratização do Brasil, a privatização da estatal Vale do Rio Doce (atual Vale) e a confusa e ineficiente administração da Codebar (extinta formalmente em 2010, após vários processos de liquidação) abalaram a lógica da implementação do plano urbanístico da Vila dos Cabanos, que vivia as suas contradições internas desde a sua concepção. Segundo Rodrigues e Coelho (2007, p. 141), em 1995, a Vila dos Cabanos abrigava uma população de 6.029 habitantes e, segundo Trindade Júnior e Chagas (2002, p. 203), em 2002 esta estava em torno de 8.000 habitantes. Este número é bastante inferior ao planejado inicialmente, cuja previsão era de 20 mil a 70 mil moradores (RODRIGUES; COELHO, 2007, p. 141; COELHO; MONTEIRO; SANTOS, 2004, p. 168; TRINDADE

JUNIOR; CHAGAS, 2002, p. 201). Em 2000, a população residente no bairro Vila dos Cabanos é de 13.614 habitantes (MOREIRA, 2014, p. 6).

O núcleo urbano não se concretizou da forma que foi apresentado nos mapas que ilustram os planos e funcionaram como instrumentos de convencimento e sedução em relação à implantação do projeto portuário-industrial, da chegada do progresso e da modernidade. Uma das consequências (e causas) pode ser encontrada na integração de Barcarena na região Metropolitana de Belém.

A precariedade de funcionamento de determinadas atividades, ocasionada principalmente pela falta de equipamentos urbanos diversificados e por uma demanda pequena pelos moradores alocados no núcleo principal, faz com que haja constantemente uma migração de moradores em busca de outras cidades que se encontram próximas (TRINDADE JUNIOR; CHAGAS, 2002, p. 227).

Além das questões estruturais do projeto urbanístico, de concepção idealizada, planejada e controlada, há outras reflexões em relação à realização parcial, incompleta ou até sem êxito do núcleo urbano, em termos de concepção, habitantes, diversidade, serviços e dinamismo. Há uma clara relação entre a dinâmica do mercado internacional e as empresas instaladas em Barcarena, como, por exemplo, as flutuações no mercado de alumínio e alumina, adaptações de gestão dessas empresas, adequações na cadeia produtiva e novas dinâmicas menos territorializadas em Barcarena.

Nem as indústrias, nem as empresas de suporte e nem os portos instalados no município geraram uma demanda por moradia e comércio no núcleo urbano, pois a quantidade de técnicos de nível e superior ficou abaixo da prevista e a Vila dos Cabanos não correspondia às suas expectativas.

Muitas pessoas optaram por morar em Belém, utilizando os meios de transporte disponibilizadas pelas empresas para os seus funcionários e usufruindo dos investimentos governamentais em transportes e vias de ligação entre os municípios, como navios, balsas e lanchas que saem de vários portos de Belém para os portos Arapari, Cafezal, Barcarena sede e São Francisco, além da rodovia Alça Viária.

A separação intramunicipal entre o núcleo político do município e a Vila dos Cabanos, distante 30 quilômetros, também não possibilitou um maior dinamismo na Vila, que não incorporou a dinâmica dos três poderes (Legislativo, executivo, judiciário), ficando um núcleo urbano incompleto.

A própria organização do trabalho nas empresas e nos portos se pautou numa dinâmica que garantiu certa autonomia e isolamento em relação aos moradores do entorno, em termos de reserva de trabalho e de serviços para o seu funcionamento. As empresas adotaram uma política de isolamento e segregação na qual Barcarena só servia como espaço físico para funcionamento do complexo industrial-portuário que deveria ficar separado do seu entorno, considerado primitivo, atrasado e foco de resistência.

Os escritórios das empresas instaladas em Barcarena também ficam em Belém o que fez os trabalhadores destes espaços residir em Belém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oficialmente, o intenso movimento pendular não fazia parte dos planos para Barcarena, mas o projeto, o planejamento, a criação da base legal e as instituições não conseguiram garantir a realização de um novo e dinâmico núcleo urbano, que mesmo assim deixou marcas profundas e significativas para o município.

Criou-se uma imagem de que a organização urbana e as moradias existentes no município antes e fora da Vila dos Cabanos eram e são primitivas e arcaicas em comparação com o ambiente

urbano planejado e moderno da Vila. Esta ideia foi reforçada pela vinculação direta às novas empresas, pelos discursos de desenvolvimento, progresso e modernidade, além dos seus funcionários serem vistos como uma elite da classe trabalhadora e suas formas de gestão como modelos de administração muito além da administração pública municipal.

Naquele contexto, todas as contradições, conflitos e problemas foram projetados como se fossem uma consequência do atraso nas áreas do entorno e da falta de políticas públicas eficientes. Tratava-se de um processo de “periferização” ideológica funcional, pois a Vila dos Cabanos manteve uma posição de dominância e hegemonia, mesmo com o fracasso do projeto em termos ambientais, sociais e econômicos.

Mesmo em uma área pouco populosa nos anos 1980, a realidade social e econômica local não permitiu o planejamento e adequação ao novo contexto. A liberação de bilhões de reais para investimentos, planos e um projeto totalizante serviu para financiar somente os empreendimentos das multinacionais, extremamente predatórios em termos sociais e ambientais. Há muito tempo os planos de desenvolvimento local e urbanístico foram abandonados. A lógica das empresas que atuam nas cadeias produtivas mundiais não estimula a criação de um mercado e uma economia local dinâmica e inovadora. Neste contexto, essas empresas buscam se desvincular das comunidades locais, alegando que pagam impostos e royalties para o Estado para garantir políticas públicas e apresentam programas de responsabilidade social.

A Vila dos Cabanos perdeu o seu status de referência do projeto, que a partir dos anos 2000 visou somente o desenvolvimento industrial e o controle dos trabalhadores, adotando um novo modelo de gerenciamento baseado em medidas de gestão internas. Conta-se com uma grande rotatividade de funcionários, para os quais não há interesse em investir num complexo urbanístico (serve ter alojamentos ou transporte entre o domicílio e lugar de trabalho). A mudança do papel estratégico de Barcarena na última década, de um polo minero-industrial para portuário, também tem contribuído para a mudança da função do seu entorno – ao invés de lugar de moradia, tornou-se um lugar de passagem.

No conjunto dos investimentos, os moradores de Barcarena não foram contemplados com os serviços e instituições que poderiam ter garantido o acesso aos direitos básicos, como educação, saúde e lazer, que são acessados, a duras penas, em Belém.

Os espaços vazios deixados pela não concretização do plano urbanístico e as contradições produzidas desde a implantação do projeto industrial-portuário-urbanístico que deixaram e criaram grandes demandas sociais, provocaram um movimento de novas ocupações das áreas originalmente desapropriadas para a implantação do projeto. Elas ressignificam a proposta urbanística inicial, num contexto em que nenhuma instância do poder público assume o compromisso com a nova estruturação. Este processo de periferização metropolitana envolve muitas disputas e a construção de novas identidades que valorizem o tradicional e o popular, contrariando a ideologia original do projeto, porém, sem ameaçar o núcleo duro da ocupação hegemônica: as empresas e portos da economia global localizada.

REFERÊNCIAS

ALVARES, R.L.B. *A Bilhardice: projecto de intervenção estético-artística para a cidade do Funchal*. 2009. 44 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Património: no Contemporâneo e Actua) – Universidade de Madeira, Portugal, 2009.

ALVES, A.C. Planejamento metropolitano e autonomia municipal no direito brasileiro. São Paulo: Bushatsky, 1981. 155 p.

- BNDES. Operações automáticas e não automáticas de financiamento contratadas com o sistema BNDES - Valores em R\$ (2000 – 2013), referente ao município de Barcarena, 2014. Pedido de informação nº 99903000589201362, Resposta obtida por solicitação via site <http://www.acesoainformacao.gov.br/>
- Castles S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. Revista Internacional de mobilidade humana, Brasília, DF, ano 18, n. 35, p. 11- 43, 2010.
- CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia, Novos Cadernos Naea, v. 2, n 1, p. 31-50, 1999.
- COELHO, M; MONTEIRO, M; SANTOS, I. Políticas públicas, corredores de exportação, modernização portuária, industrialização e impactos territoriais e ambientais no município de Barcarena, Pará. Novos Cadernos Naea, v. 11, n. 1, p. 141-178, 2004.
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133 -168. (Colección Sur Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina).
- FIRKOWSKI, O.L.C.F. Região metropolitana no Brasil: assim é se lhe parece. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS, 1., 2011, Anais... 2011. 13 p.
- HAZEU, M. O Não-lugar do outro: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2015.
- IBGE. Censo demográfico: dados gerais; migrações, instituições, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro, 1970. v. 1.
- IBGE. Região de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- JARDIM, A.P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, L.A.; OLIVEIRA, A.T. Reflexões sobre deslocamentos populacionais no Brasil: estudos e análises. informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro: IBGE, 2011, n. 1, p. 58-70, 2011.
- MELCHIOR, I. Migrações pendulares e reestruturação metropolitana do Rio de Janeiro. In: SIMPURB, 12., 2011. Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/23e9220e50d1013991c26aec10a6d6d4.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2014.
- PESSOA, Z.S. A Metrópole periférica: identidade e vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Natal, RN, Brasil. 2012. 306 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- RODRIGUES, R.; COELHO, M. Vila dos Cabanos e suas transformações recentes. In: MATHIS, A. et al. (Org.). Poder local e mudanças socioambientais em Barcarena. Belém: NAEA; UFPA, 2007. p. 135-155.
- MOURA, R. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. Caderno Metrôpoles. São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 43-64, jan/jun 2010
- SANTOS, M. O espaço dividido. São Paulo: EDUSP, 2004. 433 p.
- BARCARENA. Secretaria Municipal de Agricultura. Relação das comunidades do município de Barcarena. Barcarena, 2013. 3 p. Mimeografado
- TRINDADE JUNIOR, S.C.; CHAGAS, C.A.N. A company town do alumínio: concepção e práticas espaciais. In: TRINDADE JUNIOR, S.C.; ROCHA, G. M. Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p.195-236.

INTERAÇÃO PORTO-CIDADE NO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS EM BELÉM

David Souza Góes¹

Júlio Cezar dos Santos Patrício²

RESUMO

O presente texto tem por objetivo abordar o processo de planejamento urbano no contexto das reconfigurações da gestão contemporânea no Brasil – em especial na Amazônia. Nesse sentido eleger-se como objeto a interação Cidade-Porto que se manifesta, no caso em estudo, nas propostas: transformar o Porto de Belém em um empreendimento turístico, cultural e comercial; e a reestruturação do Porto de Belém, em conformidade com as orientações do Ministério dos Transportes. O estudo preocupou-se em verificar as relações entre planejamento e gestão urbanos relativos à questão da presença do Porto no centro da Cidade de Belém. A argumentação está construída com base na perspectiva histórica de Villaça (1999) para planejamento; nos conceitos de planejamento e gestão conforme Souza (2002); também se considera pertinente a reflexão de Borja (1997) sobre cidades e planejamento estratégico na Europa e na América Latina ao adentrar o século XXI, que para esse autor será um século urbano; e também a análise de Vainer (2009) sobre a estratégia discursiva no planejamento urbano. Entende-se que o estudo pode vir a contribuir com a construção social de um de planejamento urbano, o qual contemple distintas temporalidades (passado, presente e futuro) e diversos interesses relativos aos atores sociais envolvidos, bem como respeite as múltiplas identidades culturais. Concluiu-se. E que o crescimento das cidades, a prevalência da urbanidade na disposição das regras para as vivências coletivas, a hegemonia da mercadoria a moldar indivíduos, espaços, tempos são questões que podem e devem ser colocadas em pauta para planejadores e gestores na formulação de concepções que orientaram a elaboração de políticas públicas.

Palavras-chave: Porto de Belém. Cidade de Belém. Planejamento. Gestão.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo abordar o processo de planejamento urbano no contexto das reconfigurações da gestão contemporânea no Brasil – em especial na Amazônia. Nesse sentido eleger-se como objeto a interação Cidade-Porto que se manifesta, no caso em estudo, nas propostas: transformar o Porto de Belém em um empreendimento turístico, cultural e comercial; e a reestruturação do Porto de Belém, em conformidade com as orientações do Ministério dos Transportes.

Frente a essas propostas questiona-se: Quais modelos de planejamentos se apresentam nas propostas: transformar o Porto de Belém em um empreendimento turístico, cultural e comercial; e a

¹ Mestre: Direito Ambiental e Políticas Públicas - UFPA

Doutorando do Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável Do Trópico Úmido- NAEA-UFPA. E-mail: davigos@bol.com.br

² Mestre em Economia – Desenvolvimento – UNAMA

Doutorando do Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável Do Trópico Úmido- NAEA-UFPA. E-mail: julio.patricio@uol.com.br

reestruturação do Porto de Belém, em conformidade com as orientações do Ministério dos Transportes?

Neste sentido buscou-se em primeiro lugar identificar os agentes formuladores das propostas, e suas respectivas propostas, em segundo lugar um resgate histórico da relação entre o Porto e a cidade de Belém e com o planejamento e gestão pública. Bem como, o papel que o Porto vem desempenhando na realidade urbana e sua circunvizinhança, em especial o trecho percorrido pelas cargas entre Belém e Ananindeua. Em terceiro lugar, uma revisão da literatura voltada para o planejamento urbano, que viesse a contribuir para uma análise dos modelos de planejamentos contidos nas propostas.

A argumentação está construída com base na perspectiva histórica de Villaça (1999) para planejamento; nos conceitos de planejamento e gestão conforme Souza (2002); também se considera pertinente a reflexão de Borja (1997) sobre cidades e planejamento estratégico na Europa e na América Latina ao adentrar o século XXI, que para esse autor será um século urbano; e também a análise de Vainer (2009) sobre a estratégia discursiva no planejamento urbano.

1 CARACTERIZAÇÃO DO PORTO DE BELÉM

De acordo com a Companhia Docas do Pará–CDP³, O Porto de Belém no estado do Pará localiza-se à margem direita da baía de Guajará a jusante do mercado do Ver-o-Peso e a montante da Base Naval de Val-de-Cães a uma distância de 120 km do oceano Atlântico.

1.1 O Porto de Belém e suas atividades se apresentam da seguinte forma:

Acessos rodoviários: pela BR-316 e através da PA-150 e PA-151, e fluvio-marítimo: da foz do rio Pará, que deságua no Atlântico, e deste através da baía de Guajará até o porto.

Armazenagens:

Área primária

Armazéns 4 ao 8: composto por 9 (nove) armazéns cobertos medindo 20mx100m cada um, ocupa área total de 18.000 m².

Pátio de Armazenagem: abrangendo um total de 53.517 m².

Armazéns 11 ao 12: composto por 2 (dois) armazéns cobertos medindo 20mx100m cada um, ocupa área total de 4.000 m².

Pátio de Contêineres: abrangendo um total de 25.300 m² com capacidade estática para 1.956 TEUs.

Área secundária

Lotes V e W: composto 2 (dois) galpões germinados medindo 15mx50m cada um, ocupa área total de 1.500 m².

Pátio de Armazenagem: abrangendo um total de 13.688 m².

Área arrendada:- OCRIM: ocupa uma área de 9.073,90 m² e opera na movimentação de granel sólido (trigo a granel).

³ Companhia Docas do Pará. Disponível em: www.cdp.com.br/porto-de-belem. Acesso em 01 de jun de 2015.

2 PROPOSTAS APRESENTADAS PARA O PORTO DE BELÉM

2.1. Proposta de transformar o Porto de Belém em um empreendimento turístico, cultural e comercial.

A proposta do governo Estadual do Pará, de transformar o Porto de Belém em um empreendimento turístico, cultural e comercial, é contemplada na dissertação Porto de Belém: origens, concessão e contemporaneidade, realizada pelo arquiteto Euler Santos Arruda, professor do Departamento de Arquitetura da UFPA, que fez uma análise referente a manutenção das atividades portuárias e a transformação em espaço multiuso, voltado ao comércio, serviços, lazer e turismo, segundo o autor:

As novas funções para o Porto de Belém seriam predominantemente turísticas, comerciais e serviços, com o propósito de uso como espaço público e provavelmente, com apropriação privada, a exemplo da utilização existente nos armazéns 01, 02 e 03 e espaços contíguos. As duas propostas da Prefeitura de Belém, também têm a mesma linha de uso. (ARRUDA 2003, p.202).

Arruda (2003) diz que proposta não exclui a atividade portuária, desde que seja voltada ao atendimento de navios de calado médio. São esses navios de até 20 mil toneladas, que usualmente utilizam o porto, levando cargas ao Caribe, de onde partem para outros portos do mundo. Segundo o arquiteto, além do porto desempenhar importante papel na história e na economia da cidade, gera um considerável número de empregos diretos e indiretos.

Destaca Arruda (2003), que pelos dados levantados a atividade portuária pode ser mantida, voltada ao atendimento de navios de calado médio. São esses navios de até 20 mil toneladas, que usualmente utilizam o porto, levando cargas ao Caribe, de onde partem para outros portos do mundo, por considerar que uma transferência da atividade do porto de Belém e do terminal de Miramar para o terminal de Vila do Conde, em Barcarena, levaria Belém a perder muitos tributo e postos de trabalho (de 600 empregos diretos e 1800 indiretos) e cerca de 9 a mil postos de trabalhos diretos e indiretos.

Além dos benefícios em forma de emprego o autor diz que em função da localização o porto de Belém, atrai para si um grande volume de carga, registrando significativa movimentação de carretas em seu entorno, o que se agrava pela demora nos procedimentos administrativos é outra causa da concentração de carretas. E sugere como forma de mitigar os problemas de congestionamento no entorno do porto seria a abertura de uma via alternativa paralela à avenida Marechal Hermes. A Avenida Pedro Álvares Cabral seria ligada à Rua de Belém por uma ponte sobre o canal da Doca de Souza Franco.

2.2. Proposta de reestruturação do Porto de Belém em conformidade com as orientações do Ministério dos Transportes

A proposta do Ministério dos Transportes prevê a modernização do Porto de Belém com ampliação do pátio de contêineres e de um novo terminal de passageiros, bem como o estabelecimento de alternativa de acesso ao centro da cidade, através da ampliação da projeção da antiga Rua de Belém, interligada a Av. Pedro Álvares Cabral por uma pequena ponte sobre o canal

da Av. Visconde de Souza Franco⁴, contidas no seu Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Belém que seguem as seguintes diretrizes⁵:

1. Os berços 1 a 3, ao longo dos armazéns 4 a 8 serão destinados ao atendimento à movimentação de carga geral solta, especialmente madeira em amarrados, inclusive compensados e estufados;
2. Serão preservados os armazéns 4 a 8, 4 A, 6 A e 8 A, os quais permanecem destinados à estocagem de trânsito de mercadorias destinadas ou provenientes do transporte marítimo aquaviário;
3. Serão serem removidas as demais construções, atualmente destinadas a atividades administrativas e de manutenção, passando as respectivas áreas a integrar os pátios de estocagem de madeira e outras cargas;
4. O atendimento das embarcações fluviais de carga e passageiros nos berços da Doca Marechal Hermes será mantido até nova deliberação do Conselho de Autoridade Portuária - CAP;
5. Os armazéns 9 e 10 deverão ter seu patrimônio arquitetônico respeitado, adequando-se ao atendimento da movimentação de passageiros do transporte fluvial e destinando os espaços remanescentes a instalações administrativas, de forma a garantir-se não criar quaisquer transtornos aos usuários do Terminal Fluvial de Passageiros;
6. Os berços 4 e 5 dos atuais armazéns 11 e 12 serão destinados para o atendimento preferencial aos navios de linha regular de contêineres, buscando-se o reposicionamento dos armazéns 11 e 12 para novo local, mais distante da faixa do cais, garantindo-se a preservação de suas características arquitetônicas originais e a remoção dos guindastes de pórtico existentes, uma vez atendido o disposto nos itens 9 e 14 adiantes;
7. Todo o espaço terrestre dos berços 4 e 5 passará a destinar-se à estocagem de contêineres, tal como atualmente ocorre, abrangendo, inclusive, os espaços onde estão localizados os armazéns 11 e 12;
8. A expansão da área de estocagem dos berços preferenciais de navios de contêineres poderá ser obtida com a integração de parte da Rua Rui Barata ao espaço operacional já existente, inclusive a área à retaguarda da referida travessa, a qual deverá abrigar o novo prédio a ser construído pelo reposicionamento dos antigos armazéns 11 e 12, respeitados os conceitos e estilos arquitetônicos e históricos a serem preservados, uma vez atendido o disposto no item 10, adiante;
9. A remoção dos guindastes existentes nos berços 4 e 5 e o reposicionamento dos armazéns 11 e 12 ficará condicionada à obtenção das licenças a serem conseguidas nas instituições responsáveis pelo patrimônio histórico; CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO.
10. A incorporação do trecho da Rua Rui Barata às áreas operacionais dos berços 4 e 5, destinando-se à estocagem e movimentação de contêineres ficará condicionada ao resultado de negociações com a Prefeitura Municipal de Belém, assegurando-se a permuta por áreas de propriedade da CDP para a abertura da nova Rua de Belém, em continuação à Avenida Pedro Álvares Cabral, como indicada no desenho;
11. A destinação de área específica para a localização do Centro de Atendimento Integrado, a ser construído em espaço à frente dos armazéns 9 e 10, no lado oposto da Avenida Marechal Hermes;
12. As atividades administrativas, inclusive a administração do porto, o PROHAGE, escritórios do OGMO, sindicatos e outras atividades de apoio serão abrigadas tanto em espaços remanescentes dos armazéns 9 e 10, devidamente revitalizados,

⁴ Jornal da Universidade Federal do Pará, ano XXIX, número 124, abril e maio de 2015. Disponível em www.jornalbeiradorio.ufpa.br. Acesso em 01 de jun de 2015.

⁵ Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Belém,. Disponível em https://www.cdp.com.br/documents/10180/19594/PDZ_do_porto_de_Belem_e_Miramar_CAP.pdf/f33bc246-1576-4e2c-. Acesso em 01 de jun de 2015.

nos terrenos da CDP adjacentes à área alfandegada e no Centro de Atendimento Integrado;

13. Serão destinadas duas áreas à margem da Avenida Marechal Hermes para estocagem de contêineres vazios.

14. Será elaborado estudo do impacto de aumento de tráfego rodoviário, nas avenidas e ruas que demandam o Porto de Belém, e seus entornos – consequente da esperada ampliação de movimento de contêineres – e adotadas as medidas necessárias para redução de tais impactos.

15. O berço número 6 será preferencial para trigo a granel, compartilhado com contêineres, e deverá assim ser designado nas Plantas e Desenhos Anexos.

O PDZ do Porto de Belém também contempla um Centro de Atendimento Integrado do Porto de Belém deverão ser concentrados:

- A Administração do Porto;
- Os escritórios das diversas autoridades intervenientes: Alfândega, Ministério da Agricultura, IBAMA, Ministério do Trabalho, Vigilância Sanitária (ANVISA), Secretaria Estadual de Agricultura, Polícia Federal, Secretaria da Fazenda Estadual;
- salas para atendimento de despachantes e transportadores;
- Estação de práticos
- Escritórios de sindicatos de trabalhadores;
- A sede da guarda portuária; o almoxarifado da CDP; auditórios, praças de alimentação e outras atividades de atendimento aos usuários.

3 RELAÇÃO DO PORTO-CIDADE DE BELÉM-GESTÃO PÚBLICA

3.1 Cidade de Belém e Porto

A organização do que mais tarde se tornou o complexo portuário das Docas do Pará teve início com a fundação da cidade de Belém por Francisco Caldeira Castelo Branco em 1616. O fundador de Belém escolheu para o sítio do forte a ser erguido uma ponta de terra inacessível pela parte do mar e defendida pela parte da terra por extenso igarapé, que nascendo no alagadiço do Piri ia desembocar onde hoje é a Doca do Ver-o-Peso (VIANNA apud PENTEADO, 1973).

A relação da cidade de Belém com o seu porto fluvial é estabelecida desde sua origem e caracterizada devido ao predomínio das atividades comerciais colônia-metropole, conforme relatos de Charles Marie de La Condamine (datados de 1743) já havia naquele período um comércio de troca, no qual as mercadorias chegadas da Europa eram trocadas pelos gêneros nativos, podendo ser ouro em pó, casca de pau cravo, baunilha, açúcar, café e, sobretudo, o cacau (PENTEADO, 1973).

Havia, portanto, uma movimentação de produtos que confirmava a existência de uma hinterlândia⁶, que fornecia a Belém sua produção para ser trocada pelas importações européias, condição que garantiria o futuro da cidade, a partir do desenvolvimento de sua função comercial, de posto de troca e se transformaria no grande empório da Amazônia, com características de praça exportadora (PENTEADO, 1973).

⁶ Hinterlândia, deve ser entendido como um espaço de terra organizado e desenvolvido, que é ligado a um porto por meio de linhas de transporte e que recebe ou exporta mercadorias através daquele porto, segundo Weigend (*apud* Penteado, 1973).

Mesmo com a existência de flutuações no ritmo das exportações da ‘praça’ de Belém, as saídas de cacau, café e cravo, especialmente as de cacau, caracterizavam o movimento da época e Lisboa era o único porto de destino dessa mercadoria. As 138 embarcações que partiram de Belém entre 1756 e 1777 atestam certa vivacidade náutica de seu porto e o valor dos carregamentos justificava a pretensão do Major Eng.º Gronfelts de dotar Belém de um lagamar⁷ de cais de pedra com três entradas, o que tornaria a cidade mais bela que a celebrada Veneza (BAENA *apud* PENTEADO, 1973).

A essa época se reclamava a construção de um porto na cidade de Belém que contava somente em 1839 com um pequeno cais de pedra situado na baía de Guajará, artesanalmente construído do Convento de Santo Antônio até a boca da travessa das Gaivotas (travessa 1º de Março); e uma rampa, denominada de ponta de pedra, acanhada e incompleta, quase no centro, entre a travessa das Gaivotas e a doca do Ver-o-Peso, rampa essa de grande importância, pois que tinha “sempre maior frequência popular” (BAENA *apud* PENTEADO, 1973).

A ausência de um porto organizado demandava ao final do século XIX a contratação de serviços de construção de trapiches, que visavam atender ao crescente comércio endógeno e, por conseguinte, a necessidade de espaço para armazenagem da borracha, principal produto de exportação daquela época. Para atender aos desejos dos comerciantes da região, de exportar cada vez mais a borracha para a Europa e Estados Unidos, bem como acompanhar o desenvolvimento tecnológico das embarcações que evoluíam em suas dimensões (em especial o calado), a construção do porto de Belém passou a ser prioridade. Em 1897, o Eng.º Domingos Sérgio de Sabóia e Silva por solicitação do governo da recém-instaurada República do Brasil apresentou um projeto para melhoramento das instalações portuárias de Belém o que evoluiu para a realização de concorrência pública. A primeira concorrência foi vencida em 15/11/1902 por João Augusto Cavallero e Frederico Bender. Após uma série de fatos nebulosos e pouco explicáveis o poder central contratou com o Eng.º Percival Farquhar a concessão para executar as obras do porto de Belém que se estenderia até 1914.

A edificação desse equipamento de infraestrutura pautado na perspectivas de aumento de riqueza e busca de melhor qualidade de vida, fizeram e fazem parte dos discursos dos gestores urbanos e isso ocorreu em Belém do Pará no último quartel do século XIX, momento em que propagandeava uma Belém moderna cuja urbanidade remetesse a cidade de Paris. Sonhos forjados a partir da exploração, comercialização e circulação dos produtos regionais, produtos da floresta e de seu solo: borracha, café, castanha, pimenta, cacau, madeira, ferro, ouro, diamante, cobre, bauxita, óleos, essências e fármacos (SARGES, 2002).

Após a primeira metade do século XX surgiram novos ideais referentes à adoção dos planejamentos como instrumentos para implantar políticas de desenvolvimento na Amazônia, em meio ao estabelecimento de diretrizes destaca-se o setor infraestrutural, em especial de transporte, que passa a ter eixos rodoviários para integrar a região amazônica ao restante do Brasil. Isso veio a implicar na perda de importância da infraestrutura existente de ferrovia-porto – que atendia as demandas de importação e exportação – e acabou por provocar certa decadência nos locais cuja dinâmica estava atrelada ao complexo portuário Docas do Pará. Tal formulação conduz ao argumento de Weigend (*apud* PENTEADO, 1973) de que o tráfego significa vida e prosperidade, não somente para o porto, mas também para a cidade e para a região que a circunda.

⁷ Lagamar: golfo, porção de mar que entra profundamente pela terra, abrigado (Bueno, 1996).

Essa nova ordem na circulação dos produtos – que deixa de ter o rio e o mar como vias principais – resultou no enfraquecimento das receitas portuárias, na falência visível das empresas que operavam no entorno das Docas de Belém e no crescimento populacional desordenado em locais sob a influência da rodovia Belém-Brasília.

Apesar de uma aceitação generalizada quanto aos aspectos positivos na modernização da Amazônia (inclusive na crença do sucesso das rodovias como eixos de integração) as contradições presentes nesse processo começaram a se manifestar na emergência de diversos problemas fundiários e posteriormente ambientais e no que tange as cidades os antagonismos nasciam da falta de reconhecimento de suas especificidades, presentes na relação entre história local-regional-nacional (SANTOS *apud* VIDAL, 2002).

3.2 Aspectos urbanos a serem considerados.

A cidade de Belém atravessou, nas últimas décadas, um processo de metropolização⁸ e atualmente pode ser classificada como principal espaço da região metropolitana, pois apresenta características especiais face aos condicionantes ambientais da área que por definição devem orientar as principais atividades econômicas da região, a saber: industrial, portuária e turística; bem como novos assentamentos humanos. Na contemporaneidade o crescimento das metrópoles está relacionado a parâmetros globais, independentemente do país no qual se localizam.

A formalização da Região Metropolitana de Belém (RMB), institucionalmente criada pela Lei Complementar nº 14 (08/06/1973) do Governo Federal, a qual discriminou sua composição inicial em Belém e Ananindeua. A ampliação veio com a Lei Complementar nº 27 de 19 de outubro de 1995 que incluiu os municípios de Marituba e Benevides e em 1996 o município de Santa Bárbara. O aglomerado metropolitano é constituído espacialmente por dois conjuntos fisiográficos: um composto por área continental e outro envolvendo um conjunto insular que segundo a Lei Municipal Nº 7.682, publicada no Diário Oficial do Município em 05/01/1994, delimita que o município de Belém possui 39 ilhas, das quais treze ilhas vinculadas ao Distrito Administrativo de Mosqueiro, e vinte e seis ilhas sob a responsabilidade do Distrito Administrativo de Outeiro. Essas ilhas estão situadas, principalmente, na Baía do Guajará e no Rio Guamá.

Nessa ordem de ideias, a região metropolitana apresenta um considerável processo de conurbação, a partir de Belém no sentido oeste-leste, isto é, no sentido de Ananindeua, sob a forte influência da Rodovia Belém-Brasília (consolidada da antiga estrada e ferrovia Belém–Bragança) que aproximou o Pará da economia do resto do país, mas em contrapartida, ampliou as diferenças regionais, desagregou as frágeis indústrias de Belém, pela facilidade da entrada na Amazônia de manufaturados de outras regiões e possibilitou o surgimento de novos núcleos urbanos e um acelerado crescimento demográfico face ao intenso fluxo migratório.

O desenvolvimento de uma metrópole regional como Belém confirma o entendimento de Trindade Júnior (2000) ao relatar que a urbanização amazônica é uma decorrência do processo de industrialização verificado no país, no qual a fronteira econômica se coloca como uma necessidade de busca de recursos que atendam não só a dinâmica econômica mundial, como também a industrialização interna, ainda que a industrialização não seja, como no caso de Belém, o elemento propulsor direto da metropolização. A ausência de um setor secundário moderno e dinâmico faz

⁸ Fenômeno em que vários centros ou aglomerações populacionais crescem e se integram em torno de uma ou mais áreas urbanas. Disponível em: <www.alunosonline.com.br/geografia/metropolizacao.html>. Acesso em 29 de maio de 2015.

com que em Belém as condições de empobrecimento sejam bem mais agravadas, dada à situação da ocupação profissional, o que se reflete automaticamente no espaço de reprodução da força de trabalho urbano.

Por sua vez, das regiões metropolitanas brasileiras, a de Belém, ao se comparar o valor da transformação industrial relacionando setores tradicionais e modernos, apresenta os mais baixos índices de modernização. Quanto à diversificação das atividades industriais controladas pela metrópole belenense, indústrias como madeireiras, extrativo-minerais, perfumarias, sabões e velas são as mais expressivas, apresentando, por isso, uma diversificação limitada e de pouca modernização tecnológica (CORRÊA *apud* TRINDADE JÚNIOR, 2000).

Em consequência, a metrópole preserva certas peculiaridades em relação às condições de desenvolvimento impostas à Amazônia e ao seu processo interno de regionalização. Diferentemente de outras regiões em que a desconcentração metropolitana acompanha mais de perto o movimento do dinamismo econômico, a expansão aqui considerada reflete, acima de tudo, as condições de pobreza que caracterizam a mão-de-obra disponível no espaço amazônico (TRINDADE JÚNIOR, 2000).

4 REVISÃO DA LITERATURA VOLTADA PARA O PLANEJAMENTO URBANO.

Nos anos 50 nos Estados Unidos da América e nos anos 60/70 nos países da Europa Ocidental, o debate girou em torno dos processos de desorganização e de desfuncionalidade progressiva envolvendo as cidades e seus portos. Por conseguinte, a temática de organização do espaço é relativamente nova e se originou obviamente da necessidade de ganhos de produtividade na movimentação das mercadorias, resultando em um maior volume de mercadorias transportadas em cada viagem, no aumento considerável da capacidade dos navios, influenciando no dimensionamento dos portos para atenderem as novas demandas.

Nessa direção Rocha Neto (2013) adverte de que a tensão Porto-Cidade se deve ao interesse dos agentes econômicos em apropriar-se das grandes áreas que os portos ocupam nos centros das cidades. A interação Cidade-Porto, até meados de 1950 nos EUA e 1970 na Europa, ainda que pudessem ser consideradas urbanisticamente conflituosas, constituía um sistema baseado na imbricação e complementaridade de suas diferentes funções. No entanto, um novo paradigma dessa relação levaria a uma nova e radical etapa do processo de separação Cidade-Porto (SALES *apud* VIDAL, 2002).

Com relação ao Planejamento Urbano no Brasil, Villaça (1999) destaca que a história do planejamento no Brasil, vem despertando a atenção de pesquisadores de áreas distintas, visto que, esse objeto de estudo requer uma produção de forma interdisciplinar. E que seu trabalho pauta-se em uma investigação histórica, por ter como objetivo compreender o presente, no caso o planejamento urbano no Brasil das décadas recentes, para entender sua natureza, seu verdadeiro papel, sua sobrevivência e suas transformações, e conclui no primeiro momento que:

O Estado brasileiro tem atuado sobre as cidades, enquanto organismos físicos, de várias maneiras: tem instalado redes de abastecimento de água e de coleta de esgotos; tem construído avenidas, parques e casas populares; tem regulamentado a delimitação de zonas urbanas; a abertura de loteamentos a construção de edifícios pela iniciativa privada; tem oferecido ou regulado a oferta de transporte urbano etc. (VILLAÇA 1999, pp.171-172).

O que contradiz o conceito dominante de planejamento urbano entre nós tem como especificidade a organização do espaço urbano (embora não possa se limitar a isso) e aplica-se ao plano de uma cidade individualmente, sendo uma atividade do governo local (VILLAÇA 1999, p.172).

Essas intervenções do Estado Brasileiro de forma autoritária nos espaços urbanos e não resultando de uma execução dos planejamentos contribuiu para o que o termo planejamento fosse substituído pelos teóricos pelo termo de gestão urbana. O conceito de gestão urbana se evidencia desde 1980. Segundo Souza (2002) o termo se apresentou como sucedâneo do termo de planejamento, frequentemente associado a práticas intervencionistas e na esteira da “crise do planejamento” (urbano e regional) o conceito de gestão ganhou força; tudo isso, cabe ressaltar, no contexto do neoliberalismo que nos anos 1990 buscou enfraquecer o sistema de planejamento e até mesmo o próprio ato de planejar.

Nessa perspectiva a gestão teria um viés mais democrático devido estar fundamentada em acordos e consensos, enquanto o planejamento seria mais tecnocrático. Contudo, como adverte Souza (2002) planejamento e gestão não são termos intercambiáveis por possuírem referenciais de tempo distintos e, por conseguinte estarem referidos a atividades diferentes, visto que: planejar é “tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios”; enquanto que gestão significa “administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas”. (SOUZA, 2002, p. 46). Afirma-se a partir das ideias de Souza (2002) de que a gestão deve sempre operar por meio de planejamento caso contrário será sempre escrava das circunstâncias.

Souza (2002) salienta ainda que o contexto atual é sempre o quadro de referência para o planejamento, ou seja, a experiência social presente é o lugar de onde se elaboram as expectativas quanto ao futuro. Que pode ter a contribuição das técnicas de elaboração de cenários. É pertinente observar que a construção de cenários não tem a pretensão de ‘prever o futuro’ mas de simular desdobramentos de um contexto sócio-histórico no tempo presente.

Para entender a finalidade dos cenários no ato de planejar Souza (2002) afirma que mesmo no cotidiano as pessoas simulam situações futuras, fica-se, portanto com o entendimento de que para simular se constroem realidades virtuais, em outros termos são produzidas realidades alternativas que favorecem ao planejador desenvolver estratégias diversas de ação aquelas passíveis de realizar-se.

Souza observa ainda que o termo predição não deve ser utilizado em analogia com planejamento, pois argumenta que o termo correto é prognóstico e nessa direção afirma:

Tanto previsões (ou predições) quanto cenários são tipos de prognóstico; o primeiro, segundo terminologia aqui adotada, correspondendo a um tipo muito formal de prognóstico, inadequado para lidar com fenômenos sociais, e o segundo correspondendo a um prognóstico flexível, adequado para as necessidades dos cientistas sociais. (SOUZA, 2002, p. 50).

As lacunas deixadas pelos modelos de planejamentos urbanos elaborados pelos tecnocratas abriram espaço para o chamado planejamento estratégico, que inspirado nos conceitos e técnicas do planejamento empresarial, vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multinacionais (BIRD. Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo marketing aciona de maneira sistemática sucesso de Barcelona (VAINER, 2009).

Os idealizadores do planejamento estratégico urbano defendem que sua adoção seria o único meio eficaz para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais, caso essa promessa não se concretize, em curto espaço de tempo, ela terá que também disputar com outros modelos de planejamento que contemplem as necessidades atuais e futuras das cidades (VAINER, 2009).

Esse modelo de planejamento defende a ideia de Cidade-mercadoria, ou seja, a cidade é uma mercadoria que pode ser negociada num mercado em as cidades competente pelo capital internacional, para tanto utiliza o marketing urbano de forma intensa. A questão é o que se vende quando uma cidade se põe a venda? Visto que essa proposta de planejamento propõe que a cidade deixe sua forma passiva de objeto e ganhe nova identidade, a de Cidade-empresa assumindo a forma ativa de sujeito. A instauração da Cidade-empresa, que pode levar a uma negação radical da cidade enquanto espaço público (VAINER 2009).

Para fins de planejamento as reflexões de Souza (2002) conduzem a pensar que a cidade deve ser percebida em sua história, pois nessa encontram-se tanto as múltiplas configurações que a cidade construiu no devir, como da história retiram-se os atributos com os quais se delineiam as configurações de seu porvir, dimensão sem a qual não há planejamento.

5 UMA ANÁLISE DOS MODELOS DE PLANEJAMENTOS CONTIDOS NAS PROPOSTAS.

As propostas de transformar o Porto de Belém em um empreendimento turístico, cultural e comercial ou sua reestruturação em conformidade com as orientações do Ministério dos Transportes tornam-se compreensíveis ao se considerar à formulação de Harvey (1982) de que a sociedade capitalista precisa, por necessidade, criar uma paisagem física, uma massa de recursos físicos construídos pelo homem à sua própria imagem, apropriada, em linhas gerais, às finalidades da produção e do consumo.

Com relação à proposta a reestruturação do Porto de Belém, em conformidade com as orientações do Ministério dos Transportes, alguns aspectos necessitam ser analisados, entre eles: as tensões entre as atividades cotidianas da cidade de Belém e a operações portuárias na Companhia das Docas do Pará. Entre esses se destaca a referência feita por Rocha Neto (2013, p. 9) quando relaciona os grandes problemas entre cidades e portos no Brasil pontuando que o acesso rodoviário às instalações das Docas do Pará se dá pelas rodovias BR-010 e BR-316, que apresentam trânsito intenso e ficam os caminhões estacionados ao longo do meio-fio provocando um caos no tráfego urbano da cidade de Belém.

As soluções adaptativas que registra o processo histórico urbano de Belém, como por exemplo, a desativação da estrada de Ferro de Bragança que destinava um ramal (via férrea que originou a Avenida Pedro Álvares Cabral – “Rua do Trilho”) para atendimento da área portuária interligando-a a Zona Bragantina, o que levou a fechamento de casas comerciais, fábricas de calçados (Boa Fama), usinas de beneficiamento de arroz, borracha e castanha do Pará, redução do número de empregos e outros. Sem identificar novas potencialidades e possíveis parcerias, e a discussão em torno do complexo portuário se constitui em um espaço privilegiado (VIDAL, 2002).

A proposta de transformar o Porto de Belém em um empreendimento turístico, cultural e comercial, como forma de superação de aparente ineficiência operacional e financeira e sua interferência perturbadora e perigosa à circulação urbana, posicionamento adotado pelos agentes

do governo estadual também merece algumas reflexões: nesse processo pode ser aberto espaço para disputas entre facções de capitais que de acordo com Harvey (1982).

uma facção do capital que procura apropriar-se da renda quer diretamente (como os proprietários de terra, as empresas imobiliárias, etc.) ou indiretamente (como os intermediários financeiros ou outros que investem em propriedades simplesmente visando uma taxa de retorno); (2) uma facção do capital procurando juros e lucro através da construção de novos elementos no meio construído (os interesses da construção); (3) o capital “em geral” que encara o ambiente construído como um dreno para o capital excedente e como pacote de valores de uso e com vistas ao estímulo da produção e acumulação de capital; (4) a força de trabalho, que se utiliza do ambiente construído como um O mesmo autor afirma que a força de trabalho se utiliza do ambiente construído como um meio de consumo e como um meio de sua própria reprodução. (HARVEY, 1982, p.7)

Portanto a partir dessa conceituação entende-se que a questão do embate entre as duas formulações sobre a modernização do Porto de Belém expressa na realidade o confronto entre agentes econômicos que representam os grupos de capitais citados por Harvey (1982) e descritos acima, ou seja, aqueles que desejam transformar a cidade de Belém em produto comercializável e propõem a separação entre a Cidade e o Porto, caso do primeiro e segundo grupo de capitais; e outros que defendem a manutenção da infraestrutura portuária no centro da cidade segundo modernos padrões tecnológicos o que significaria a possibilidade de gerar canais de drenagem para capitais excedentes sob o gerenciamento do Ministério dos Transportes.

Mas ao analisar a proposta apresentada pelos atores ligados ao governo do estado do Pará há que se ter em consideração as discussões de Borja (1997) sobre o planejamento estratégico como instrumento para um projeto de cidade tendo como lócus de suas reflexões cidades na América Latina e na Europa. De acordo com a autora foi a partir da Conferência da ONU (Cairo, 1994) que se estabeleceu como paradigma para pensar o crescimento da população urbana a busca de soluções em escala local; isso, portanto, expressa a valorização dos agentes locais e principalmente de suas experiências como elementos fundamentais para a estruturação de uma arquitetura institucional para enfrentamento dos problemas observados em aglomerações urbanas.

Essa arquitetura refere-se a ações políticas integradas, mais consoantes ao capitalismo globalizado que põe em evidência o papel econômico das cidades. Para Borja “As grandes cidades devem enfrentar cinco tipos de desafio: nova base econômica, infraestrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade (1997, p.82)”. Por exemplo, a localização do Porto de Belém no centro da cidade provoca um congestionamento de trânsito e expõe uma das mazelas da falta de um planejamento que considerasse a técnica dos cenários.

Em algumas cidades o enfrentamento da crise provocou nos gestores e agentes econômicos locais a adoção da estratégia de transformar a infraestrutura urbana, passando daquela que atendia ao modelo industrial tradicional para outra comprometida com o ideal de cidade como centro terciário qualificado, tal modelo de planejamento ilumina a proposta de requalificação funcional do Porto de Belém da perspectiva dos atores locais. Nessa direção é pertinente o exemplo citado por Borja (1997) sobre as mudanças infraestruturais e seus benefícios para dinamizar as cidades:

Glasgow também valeu-se do fato ter sido escolhida capital cultural para modernizar sua infraestrutura urbana e criar condições de atrair congressos, encontros internacionais, turistas e visitantes (especialmente para seu festival de verão). Mais recentemente, a mesma via vem sendo trilhada por Manchester (candidata aos Jogos Olímpicos, ao Fórum Global, etc.) (BORJA, 1997, p. 83).

Retomando o assunto do uso da técnica dos cenários se mostra pertinente o argumento de Souza (2002) de que a produção de cenários não pretende fazer previsões do 'futuro' mas sim simular desdobramentos de um contexto sócio-histórico no tempo presente. Dito em outros termos: são construídas realidades alternativas que favorecem ao planejador desenvolver estratégias diversas de ação passíveis de realizar-se. A partir das formulações do autor fica-se com a compreensão de que na história e da história a cidade retira os elementos para se produzir e se atualizar constantemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi destacado na introdução o presente texto partiu da identificação dos agentes formuladores e suas respectivas propostas; em segundo lugar um resgate histórico da relação do Porto-Cidade de Belém-Gestão Pública; também se aborda o papel que o Porto vem desempenhando na realidade urbana e sua circunvizinhança, em especial o trecho percorrido pelas cargas entre Belém e Ananindeua. Por último, uma revisão da literatura voltada para o planejamento urbano, com vistas a contribuir para uma análise dos modelos de planejamentos contidos nas propostas.

Dessa forma, se pretendeu introduzir uma discussão na atividade acadêmica e reafirmar a importância das relações entre as unidades federadas e o poder central, colocando a temática regional como preocupação e possibilidade de subsídio para enfrentamento das questões relativas ao planejamento e gestão urbanos nas cidades da Amazônia. O estudo e debate sobre a interação Cidade-Porto em seus nexos com o planejamento e gestão urbanos pretendeu demonstrar como questões relativas à gestão dos processos de apropriação dos elementos presentes no espaço, caso do Porto construído as margens da baía do Guajará e localizado no centro da cidade de Belém deve ser acompanhado por um planejamento urbano que tenha em conta que o processo de ocupação não se desenvolveu em um vazio histórico. Por outro lado observa-se que contemporaneamente as cidades que se metropolizaram atravessaram estágios impulsionados pela dialética do capitalismo globalizado, quando os capitais transformam as cidades em mercadorias, não somente no sentido comercial, mas também produtivo e financeiro.

Finaliza-se o texto concluindo-se que em resposta ao questionamento: Quais modelos de planejamentos se apresentam nas propostas, sendo a primeira de transformar o Porto de Belém em um empreendimento turístico, cultural e comercial; e sua concorrente promover sua reestruturação em conformidade com as orientações do Ministério dos Transportes. Afirma-se que a proposta de transformar o Porto de Belém em um empreendimento turístico, cultural e comercial, enquadra-se nos princípios do Planejamento Estratégico Urbano, que objetiva tornar a cidade de Belém competitiva no mundo globalizado, correndo o risco de se tornar: Cidade-mercadoria, Cidade-empresa, podendo vir a negar o espaço público quanto cidade (VAINER, 2009). Por outro lado as ideias de Borja (1997) apresentam outros matizes desta proposta, pois o projeto dos agentes vinculados ao governo estadual parece estar comprometido com um planejamento estratégico elaborado para

Um momento histórico caracterizado pela globalização da economia e das políticas de abertura dos mercados, pela descentralização política, pela revalorização das esferas e identidades locais ou regionais e pela multiplicação de demandas sociais heterogêneas que não são satisfeitas por respostas estatais, o

projeto de cidade (ou de região), baseado num plano estratégico de ampla concordância social, representa uma grande oportunidade democrática. (BORJA, 1997, p. 98).

A proposta de reestruturação do Porto de Belém em conformidade com as orientações do Ministério dos Transportes, mesmo contemplando no seu PDZ algumas preocupações com impacto de vizinhança e possíveis negociações com a prefeitura municipal de Belém, irá fazer movimentações e redirecionamentos em espaços públicos municipais. Essa forma de intervenção pelo governo federal de forma autoritária se caracteriza como uma contradição ao conceito de planejamento urbano, por não ser uma atividade do governo local, ou seja, um planejamento feito por tecnocratas (VILLAÇA, 1999) e bem longe de uma gestão urbana pautada no consenso como defende Souza (2002) ou do projeto de cidade segundo Borja (1997) para quem um projeto de cidade deve unificar diagnósticos, concretizar atuações públicas e privadas, estabelecer um quadro coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos.

O crescimento das cidades, a prevalência da urbanidade na disposição das regras para as vivências coletivas, a hegemonia da mercadoria a moldar indivíduos, espaços, tempos são questões que podem ser colocadas em pauta para planejadores e gestores na formulação de concepções que orientaram a elaboração de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Euler Santos. **Porto de Belém do Pará : origens, concessão e contemporaneidade.** Disponível em: <www.ippur.ufjf.br/download/pub/EulerSantosArruda.pdf> . Acesso em 04 mar. 2005
- BORJA, Jardi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In FISCHER, T. (org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e poder local.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- BRASIL. Lei Complementar Nº 14, de 8 de junho de 1973. Presidência da República – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estabelece as regiões metropolitana de São Paulo...e Belém. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>> . Acesso em: 04 mar. 2005.
- CORRÊA, R. L. Região e organização espacial. **Série Princípios**, Rio de Janeiro, Segunda Edição, Editora Ativa, 1998.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço & Debates**, n. 6, jun./set., 1982.
- OLIVEIRA, C. T. **Modernização dos Portos.** São Paulo: Aduaneiras, 2000.
- PENTEADO, A. R. **O sistema portuário de Belém.** Belém: Editora da UFPA, 1973.
- ROCHA NETO, João Mendes da. Perspectivas da (tensa) relação entre portos e cidades no Brasil: um olhar para a dimensão institucional do problema. In **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 2013. ANAIS. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, novembro, 2013. Disponível em: www.simpurb2013.com.br. Acesso em 01 de jun de 2015.
- RODRIGUES, E. B. **Os Desafios da Metrópole: reflexões sobre desenvolvimento para Belém**, Belém: NAEA/UFPA, 2000.

- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. – Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SILVA, G. **Cidades e portos: os espaços da globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida – uma interpretação da Amazônia**. 9.^a Edição, Manaus: Editora Valer / Edições Governo do Estado, 2000.
- TRINDADE JR., S.C. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Geografares**, Vitória, volume 1, fascículo 1, junho 2000.
- VAINER, C. **Pátria e mercadoria**. Notas sobre estratégias discursivas do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- VIDAL, Soraia M. S. C. Santos: Porto, Cidade e Região. In: JUNQUEIRA L. A. P. (Org.). **Desafios da modernização portuária**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

O CRESCIMENTO DA CIDADE E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA REFLEXÃO ACERCA DO LIXÃO DE BENEVIDES-PA

Alyne Lima da Silva¹

Roselene de Souza Portela²

Samaria da Silva Pereira³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os processos de (re)produção do espaço urbano, a partir da lógica capitalista, e as dinâmicas socioambientais que constituem a vida na cidade de Benevides. As condições de vida da população nas periferias são deficitárias de qualquer infraestrutura, determinando onde cada classe social está situada nesse espaço, que é definida e valorizada de maneira diferenciada. Essa população segregada, na sua maioria, sobrevive do trabalho informal, expostos à vulnerabilidade social e suas consequências. No município de Benevides-Pa, o poder público não consegue garantir a implementação de políticas públicas que atendam aos interesses da população e entre os maiores desafios está o destino correto do lixo. A referida cidade destinou uma área de seu centro urbano para despejar os resíduos sólidos, onde foi avaliado o manejo do lixo, as condições ambientais e sociais neste local, visto que não é possível avaliar a questão socioespacial sem levar em consideração a questão ambiental e de resíduos sólidos, pois estão diretamente ligadas. Nossas observações partem da premissa de que o contexto urbano é o lugar onde se expressa as contradições das relações sociais, e seus impactos no cotidiano da sociedade e no meio ambiente, fatores estes, que estão intrinsecamente correlacionados e, portanto, deve ser analisado sob a ótica do contexto capitalista responsável por essas transformações social, econômica e ambiental.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Segregação; Meio Ambiente; Resíduos Sólidos; Benevides.

1. INTRODUÇÃO

Ao tratarmos da problemática ambiental no que tange aos resíduos sólidos urbanos, que muito tem se discutido atualmente a nível mundial, nacional, estadual e recentemente municipal, procuramos, ao longo desse debate, apresentar uma análise da produção do espaço urbano, fazendo reflexão acerca da segregação socioespacial reproduzida no sistema capitalista, o qual traz em sua dinâmica consequências para o meio ambiente e problemas próprios de sua estrutura como macro sistema, e o processo organizativo das cidades serve como estratégia de localização e manutenção de uma realidade social marcada pela desigualdade necessária aos fins a que se propõe.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e bolsista do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Contato: alyneufpa@gmail.com

² Professora Doutora do Curso de Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará e coordenadora do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Contato: roselene@ufpa.br

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e bolsista do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Contato: samaria.silva.pereira@gmail.com

Nesse contexto, inclui-se o debate da questão ambiental, mais especificamente a questão dos resíduos sólidos urbanos (lixo), derivados dessa relação de consumo e seus rebatimentos para a população.

É importante frisar que uma boa parcela da população de menor poder aquisitivo é expulsa para longe dos centros urbanos, ficando expostas a sérios problemas ambientais, acarretando-lhe prejuízos não só de ordem social, pois o segracionismo é apenas uma faceta da realidade que afeta essa população, que na sua maioria sobrevive do trabalho informal precarizado, expostos a vulnerabilidade social e suas consequências, mas também no que diz respeito questão da saúde dos que vivem entorno dos lixões, por estarem exposto aos perigos eminentes de contaminação de qualquer natureza.

Tomando como referência a análise do município de Benevides, que refugia uma população segregada, advindas de outras localidades, e é onde se encontra o Lixão que é utilizado como meio de sobrevivência de uma parcela dessa população.

O Lixão possui um alto poder poluidor, o que atinge direta e indiretamente a vida dessa população, que devido à segregação sócioespacial, teve que aprender a sobreviver com a transformação da crise habitacional em problema individual. O solo do Lixão está impregnado com os metais Cádmiio, Mercúrio e Chumbo, pondo em risco ainda mais a saúde das famílias. Realidade que deriva do processo abastatório e também desigualdade entre desenvolvimento econômico e social.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Refletir sobre a produção do espaço urbano, e nele a segregação socioespacial, no contexto da sociedade capitalista, requer a necessidade de compreendê-lo como uma construção histórica, caracterizando-se em uma condição necessária para reprodução do capital e dos diversos grupos sociais.

Sendo assim, é fundamental uma apreensão de autores que se preocuparam em investigar o urbano, articulando-o ao modo de produção capitalista e à dinâmica dos agentes que lutam na cidade pela produção de sua existência.

O espaço urbano pode ser entendido aqui como um processo construído historicamente por agentes que produzem e consomem esse espaço, como um produto social, fragmentado e articulado, permeado de símbolos e, também, como um campo de lutas, tendo a cidade como sua forma, que expressa não só a localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida. Esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seus efeitos, mas está ligado a todas as esferas da vida social, cultural, simbólica, psicológica, ambiental, religiosa e educacional.

O urbano pode ser entendido como um modo de vida, ligado a certa divisão do trabalho, uma forma social, enquanto a cidade seria a materialização dessa forma (HARVEY, 1980).

Trindade Junior (1998) ressalta que o espaço é socialmente produzido e esta produção ocorre paralelamente com a produção de bens materiais necessários à sobrevivência do homem. Portanto, a produção do espaço urbano pode ser interpretada como uma dimensão real e concreta onde se realiza a vida humana e como uma dimensão abstrata, que ocorre de modo diferenciado no tempo e no lugar, ganhando materialidade por meio do território.

A cidade pode ser vista, então, como um conjunto de apropriações e usos que a valoram diferentemente, na qual as combinações dinâmicas produzidas assumem tanto valores de uso quanto de troca, que irão se relacionar dialeticamente entre si. A cidade é, também, por excelência, lugar ou espaço do estar junto.

Para Harvey (1993), as modificações implícitas das relações sociais e as diferentes apreensões cognoscitivas do espaço geográfico, bem como a ideia de supressão ou ampliação dos espaços de lazer podem levar a inúmeras modificações do imaginário coletivo e das relações culturais no espaço urbano.

Na visão desse autor, a produção do espaço significa coexistência e sobreposição de relações sociais. Significa, também, “materialidade de processos sociais, aparentemente naturais, que são estruturados com base em interesses e práticas individuais e coletivas, sendo guiados por um ‘conjunto de disposições duradouras’ subjacente a tais práticas e processos”. Para entender estes processos é preciso compreender “os mecanismos que consubstanciam as práticas sociais que, materializadas, balizam o espaço urbano”. Este espaço é formado por uma “práxis social que tem como pano de fundo um sistema econômico (e político) complexo e criativo, que se renova constantemente, se reinventando, inclusive, em suas próprias crises, naquilo que ficou conhecido como ‘destruição criativa’” (HARVEY, 2005, p. 58).

Além disso, o autor argumenta que a produção do espaço urbano com fins para o desenvolvimento, baseado na acumulação do capital, expressa a característica peculiar de permanente mudança de suas práticas e processos materiais de reprodução social, assim como os significados de tempo e espaço que também se modificam, e essas transformações podem ter consequências para a organização da vida diária.

O capital se representa sob a forma de uma paisagem física criada à sua própria imagem, criada como valores de uso favorecedores da acumulação progressiva do capital. A paisagem geográfica daí resultante é a glória que coroa o desenvolvimento capitalista precedente. Mas, ao mesmo tempo, ela expressa o poder da mão-de-obra morta sobre a mão-de-obra viva e, como tal, aprisiona e inibe o processo de acumulação dentro de um conjunto de restrições físicas específicas. [...] O desenvolvimento capitalista, portanto, tem que negociar um caminho muito estreito entre a preservação dos valores de troca dos investimentos de capital passado, no meio ambiente construído, e a destruição do valor desses investimentos, a fim de abrir um novo espaço para acumulação. No capitalismo, portanto, há uma luta perpétua em que o capital constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, em determinado momento do tempo, simplesmente para ter que destruí-la, geralmente durante situações de crise, num momento posterior do tempo. O fluxo e refluxo temporal e geográfico do investimento no meio ambiente construído só podem ser entendidos em termos desse processo (HARVEY, 1993, p. 127).

Uma contribuição teórica e conceitual importante para a análise do espaço urbano é a obra de Pierre Bourdieu, o qual propõe uma abordagem sociológica sobre habitus, posições sociais e estratégias, que visam superar a dicotomia entre objetividade e subjetividade para análise das relações entre indivíduos e os grupos e estruturas nos quais estão implicados.

Partindo da premissa de que as regularidades da sociedade se processam mediante a interiorização das estruturas objetivas na subjetividade dos indivíduos, Bourdieu (2001, p. 115) argumenta que:

A relação entre estruturas e ações individuais não ocorre de modo mecânico como afirmam os objetivistas, nem de modo consciente conforme apontam os subjetivistas, mas de um modo dialético, por meio de um sistema de disposições duráveis que, uma vez constituídos no processo de socialização passam a orientar as práticas dos indivíduos que, por sua vez, tendem a refletir as características das estruturas em que foram forjadas as disposições.

Para tanto, Bourdieu (2001, p. 65) utiliza o conceito de habitus para explicar a mediação entre as estruturas objetivas e as subjetivas, o qual pode ser compreendido como uma capacidade infinita de engendrar produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – cujos limites são fixados pelas condições histórica e socialmente situadas de sua produção, permitindo “tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir”, como também “[...] engenderar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas, porém, nos limites das construções estruturais de que são o produto e que as definem”.

As condições associadas numa classe particular de condições de existência produzem habitus, um sistema de disposições duráveis e transferíveis, estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, como princípios que geram e organizam práticas e representações que podem ser adaptadas objetivamente aos seus resultados sem pressupor um fim objetivo consciente ou um domínio exposto das operações necessário para o atingir. Objetivamente ‘regulador’ e ‘regulado’ sem ser de qualquer forma o produto de obediência a regras, o habitus pode ser orquestrado coletivamente sem ser o produto da ação organizatória de um condutor (BOURDIEU, 2001, p. 53).

Nesse sentido, o habitus seria um conhecimento adquirido e um capital, pelo qual se indica a disposição incorporada de um agente, os princípios geradores e organizadores de suas práticas, captadas quando da sua ação, traduzindo-se na forma com que um determinado grupo interioriza seu comportamento dentro de determinado espaço social. Neste caso, o espaço social e o espaço físico passam a ser um só.

O espaço social é definido como um “conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre” (BOURDIEU, 1996, p. 18).

Bourdieu também desenvolveu o conceito de capital simbólico, o qual não se baseia unicamente no econômico, mas, fundamentalmente, se expressa por outros tipos de capitais⁴: o cultural, o social, o político, o religioso e o estético; reconhecendo a dimensão simbólica enquanto produtora e reprodutora da dominação que está por trás dos processos de diferenciação social.

Sendo assim, a hierarquia das posições sociais se constitui de acordo com o volume e com a estrutura do capital possuído pelos indivíduos e grupos que se distribuem nas diversas posições do espaço social.

São essas ações humanas que atuam diretamente na construção, transformação e reconstrução do espaço. Desse modo, um conjunto de ações sociais que compreendem produção, distribuição e consumo de bens materiais representam práticas econômicas, em determinado momento histórico, assim como o estabelecimento de relações entre os homens na sociedade, corroboram decisivamente para a construção do arranjo econômico, social, cultural e político do espaço.

⁴ Bonnewitz (2005, p. 53-54) sintetiza quatro tipos de capital apresentados por Bourdieu, que são: 1) capital econômico, que são diferentes fatores de produção e conjunto dos bens econômicos; 2) capital cultural são as qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família podendo se apresentar objetivados, tais como nos bens culturais incorporados, por exemplo, no vocabulário e institucionalizados, a exemplo dos títulos acadêmicos; 3) capital social se constitui pelas relações sociais e pelas redes de sociabilidade; 4) capital simbólico, composto pelo reconhecimento social, honra e prestígio.

Segundo Spósito (2004), as práticas econômicas modificam o espaço em sua ampla condição de valor de troca, ou seja, as formações sociais, em sua evolução, passam de uma situação de simples ocupação e aproveitamento do espaço (adaptação passiva) para uma situação de transformação cada vez mais ampla e profunda desse espaço (adaptação ativa). Essa transformação compreende não apenas a produção de bens materiais como também a adequação do meio ambiente circundante às necessidades individuais, familiares, comunitárias e das formações sociais em seu conjunto.

Para Castells (1983, p. 181), “o espaço é um produto material de uma dada formação social. É determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas”. Analisando o espaço urbano enquanto expressão da estrutura social, o referido autor argumenta que a organização do espaço pode ser então compreendida a partir da determinação das formas espaciais e diz que todo espaço urbano é o espaço aonde vai se configurar o processo relativo à força de trabalho e sua reprodução.

Entretanto, Lojkine (1981) afirma que tal análise baseia-se em equívocos e que reduz o urbano à força de trabalho. Dentre os equívocos estão: a confusão entre processo – técnica de trabalho e processo social – de produção; confusão entre a unidade imediata de produção e a divisão “societal” do trabalho, no conjunto de uma formação social; confusão entre forças produtivas e forças produtivas materiais.

Este autor entende o espaço urbano a partir do contexto das lutas de classes, considerando o urbano como um dos lugares decisivos dessa luta, enfatizando a principal contradição entre a exigência de desenvolvimento do trabalho vivo e a lógica de acumulação do trabalho cristalizado que tende a restringir ao máximo esse desenvolvimento em função de suas necessidades imediatas.

Conforme Lojkine (1981), a cidade é o reflexo de uma nova modalidade de conflito de classes, uma vez que o espaço urbano é organizado de maneira desigual. O acesso aos serviços de infraestrutura urbana, transportes coletivos e equipamentos de lazer varia de acordo com os diferentes grupos sociais, evidenciando um processo de segregação sócioespacial.

Para ele, existem três tipos de segregação:

1. Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia, onde o preço do solo é mais baixo⁵;
2. Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais de maior poder aquisitivo e as zonas de moradia popular;
3. Um esfacelamento generalizado das funções urbanas disseminadas em zonas geograficamente distintas especializadas: zona de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc.

⁵ O conceito de centro utilizado nesse trabalho pode ser definido como ponto central da gestão do território, centro de decisão e poder. Cabe destacar que a apropriação e uso do solo estão atrelados às diferenciações de renda, sendo que determinará a acessibilidade ao espaço, por ser diretamente vinculada à lei do mercado. Nesse sentido, a discussão sobre centro e periferia não deve desprezar elementos necessários a compreensão de que uma área periférica não é apenas aquela distante da área central de uma determinada cidade. Devem ser levados em consideração vários aspectos, como físicos, econômicos, sociais e culturais, que são determinantes para que se compreenda as condições sociais e modo de vida dos moradores, seja da região central ou da periférica. Para Spósito (2004, p. 116), o conceito de periferia urbana deve ter em vista as transformações que esses espaços vêm passando no seu “conteúdo sócioespacial, tais como, os conjuntos habitacionais implantados pelo poder público para grupos de menor poder aquisitivo, loteamentos clandestinos produzidos pelas práticas de autoconstrução, e condomínios fechados para grupos de maior renda e a implantação de *shopping centers*”. Assim sendo, “esta pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana revela novas práticas sócioespaciais, novas formas de diferenciação e segregação urbana e, por fim, aponta para uma fragmentação territorial e social da cidade”.

Caldeira (2000) identifica três formas de segregação, enquanto padrão de diferenciação e separação espacial: na primeira forma de expressão, os diferentes grupos sociais se comprimem no espaço da cidade e se diferenciam pelo tipo de moradia; a segunda apresenta a distância como variável de separação espacial de ricos e pobres, materializando a relação centro-periferia. Por fim, os espaços segregados fortificados por muros e sistemas diversos de segurança, concentrando em geotipos de padrão médio e alto as expectativas de lazer, consumo, trabalho e residência, justificado pelo medo da violência urbana. Isto é o que a autora chama de “enclaves fortificados”, tendo como exemplo os modernos condomínios.

A segregação espacial, para Castells (1983), é compreendida pela agregação do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna, no qual predominam as disparidades entre elas, as quais se processam tanto em termo de diferença como em hierarquia. Dentro desta forte homogeneidade social, a segregação é entendida como sendo a divisão espacial de uma determinada população em áreas específicas que permitem entendê-las e destituí-las, da sua composição social, das demais áreas de seu entorno.

Villaça (2001) compreende a segregação como sendo o processo pelo qual as camadas de renda elevada se concentram em determinadas regiões, buscando com isto privilégios em atrair os equipamentos urbanos para a região segregada.

Trazendo as considerações sobre as regiões metropolitanas de Villaça (2001) para as cidades, nas quais a condominização está cada vez mais presente, pode-se afirmar que essa concentração se dá numa nova escala, que não é nem a região geral e nem um bairro, mas sim o condomínio fechado.

O que ocorre com os condomínios fechados é que se localizam nas periferias urbanas e convivem muitas vezes com uma vizinhança mais pobre economicamente. Neste sentido, Villaça (2001) coloca que não existe presença exclusiva de camadas de alta renda em uma determinada região. A segregação não impede a presença e o crescimento de outras camadas no mesmo espaço.

Dessa maneira, as abordagens sobre segregação sócioespacial aqui definidas são oriundas de um processo dialético, ou seja, é uma só, independente do contexto a que ela se refere, derivando da luta de classes, na qual ao “vencedor” cabem as melhores parcelas do espaço urbano.

Cabe, então, destacar o estratégico papel das cidades para a consolidação do capital enquanto modelo de sociedade. Nesta dinâmica, não só o acesso ao solo é disputado, como também o seu valor é definido. Assim sendo, a cidade é também um complexo mecanismo de exploração e exclusão social, na qual todos os aspectos da vida social são afetados pelo desenvolvimento do capitalismo e manifestam seu caráter desigual no processo de urbanização.

A respeito disso, Harvey (2005) argumenta que nesse novo contexto as grandes cidades tornaram-se áreas estratégicas para investimento privados, especialmente quando concentradoras de função última geração associados ao capital financeiro, à comunicação e a tomada de decisões, bem como à cultura, ao entretenimento e ao turismo.

Sendo assim, a ocupação do espaço vai se diferenciando e considerando as alterações intra-urbanas e a correlação de forças estabelecida entre os agentes produtores, pois, conforme ressalta Costa (2002), as relações constituídas entre os principais agentes envolvidos e que formam um mercado próprio de negociação e distribuição de lotes nas ocupações, no qual aparece a figura de um líder que comanda, organiza e planeja a ação dos agentes sociais. Evidencia-se também uma estreita relação entre políticos, especuladores e agentes sociais estabelecendo uma rede complexa

de procedimentos legais/ilegais que acabam por constituir-se em um conjunto de normas que regulamentam as transações quanto às negociações dos lotes e edificações (habitação), estabelecendo assim, estratégias de ação que são capitalizadas tanto do lado do Estado quanto do lado dos agentes sociais.

Mediante a reflexão sobre tais conceitos, pode-se afirmar que o urbano é historicamente construído enquanto espaço de reprodução da força de trabalho, do capital e das próprias classes sociais.

A cidade torna-se, assim, espaço destinado à industrialização, aos serviços especializados e ao crescimento do capital, acarretando na concentração demográfica e no desenvolvimento “desordenado” da cidade, gerado pela necessidade de reprodução do capital, uma vez que o modo de vida capitalista é determinado pela dinâmica das forças produtivas, articuladas com a produção e reprodução da força de trabalho. Dessa maneira, pode-se dizer que o urbano se constitui em espaço de reprodução do capital e também em espaço de reprodução de classes sociais, por meio de confrontos sócio-políticos decorrentes da divergência de seus interesses.

Portanto, o urbano é representado por uma infraestrutura que propicia a produção, circulação, troca e consumo de mercadorias e serviços, além de ser produto da ação e interação de diversas forças sociais que possuem perspectivas antagônicas, as quais são modeladas pela luta de classes, causando conflitos e interesses para além do local de trabalho, passando para o local de moradia e áreas de consumo coletivo.

3. MEIO AMBIENTE E A QUESTÃO DO LIXO URBANO

Os impactos ambientais sofridos são provenientes de um sistema que preza uma relação de consumo sem preservar o meio de onde decorrem as matérias primas, trazendo consequências para o agravamento da degradação do meio ambiente e da pauperização social no espaço urbano.

Ao analisar o meio ambiente, não podemos descolar do contexto social da sociedade capitalista, pois estão relacionados.

Revolução Industrial foi um fenômeno internacional, que ocorreu de maneira gradativa, a partir de meados do século XVIII e provocou mudanças profundas nos meios de produção humanos até então conhecidos, afetando diretamente nos modelos econômicos e sociais de sobrevivência humana. [...] No entanto, essa revolução desencadeou dois processos que muito afetam o meio ambiente: o consumo dos recursos naturais, que servem de matéria-prima para a fabricação dos mais diversos produtos, e o lançamento de poluentes na natureza (FERREIRA, 2012, p. 03).

As transformações sofridas nos espaços socioambientais e sua degradação advinda dessa lógica que em nome do desenvolvimento econômico tenta conciliar a qualquer custo essa conflitante realidade.

De acordo com André Gorz (*apud* LEMKOV, 2002), a associação entre acumulação capitalista e crise ecológica. Ao problematizar a capacidade do sistema capitalista em superar os efeitos nocivos por ele mesmo gerado sobre o ambiente, acrescenta a conhecida noção marxista de crise de acumulação capitalista uma crise ecológica dela decorrente.

[...] existe uma contradição no sistema capitalista em que os custos ambientais crescem mais rapidamente que os recursos econômicos disponíveis para sanar os problemas ecológicos gerados pela atividade econômica e pelo aumento constante e acelerado do consumo (GARVAD, 2009 p.29-30).

Esse modelo econômico que apenas visa a lucratividade colabora para um processo poluidor do lugar onde os lixões das cidades brasileiras são despejados, pois os resíduos sólidos de toda a natureza são depositados a céu aberto, e essa cultura de destinação desses resíduos é uma construção histórica e que se tornou caótica a o longo do processo do “desenvolvimento econômico”, o lixo sempre foi jogado longe dos grandes dos centros urbanos, conforme autor:

O lixo é um dos principais causadores de impacto ambiental na atualidade e surgiu desde o momento em que os homens começaram a se agrupar e viver em cidades. A quantidade de pessoas em um mesmo local levou a uma produção demasiada de resíduos sólidos. Como não se sabia como lidar com o lixo, foi ocorrendo naturalmente uma disposição desordenada e sem controle do mesmo, o que levou ao desenvolvimento de grandes epidemias no período da Idade Média, na Europa. A ocorrência dessas doenças levou a origem do hábito de se depositar o lixo fora das áreas urbanas e assim surgiram os lixões (FERREIRA, 2005 *apud* MARIANO *et al*, 2008, p. 2).

O panorama que se tem sobre o agravamento da poluição ambiental, vem sendo discutido pelos movimentos ambientalista contrário a essa lógica a nível mundial, pois a preocupação das autoridades mundiais só aumentou diante dos dados alarmantes.

Neste contexto, os movimentos ambientais surgidos nos anos sessenta podem ser interpretados como sintomas de um processo, indicado por Giddens (1995), amplo de destradicionalização e perda de valores decorrentes de um estágio tardio alcançado pela modernidade e a crise ecológica, para a qual estes reivindicam a atenção da sociedade e do Estado, constitui a expressão material dos limites da modernidade (GAVARD, 2009, p. 30)

Para Ferreira (2012), “o modelo de produção industrial capitalista originado em fins do século XIX, impulsionado por uma demanda produtivo-consumista”, trouxe uma série de problemas, ainda segundo a autora, o sistema capitalista em vigor destrói o ambiente natural comprometendo o equilíbrio do planeta e por consequência, a qualidade de vida de todos os seres vivos.

E o agravamento da problemática do lixo está entre esses problemas, pois o destino dado a esses resíduos sempre foi executada de maneira irresponsável para com meio ambiente de acordo com a compreensão deste autor:

[...] O lixão representa o que há de mais primitivo em questão de disposição final de resíduos. O lixo é transportado para uma localidade afastada e descarregado no solo sem tipo algum de tratamento, onde alimentará urubus, ratos, poluirá as águas subterrâneas, o solo, além de ocasionar problemas de saúde pública em consequência a proliferação de diversos parasitos e surgimento de doenças (MARIANO *et al*, 2008, p.03).

Sobre o prisma social, as famílias segregadas passam a residir longe desses centros e próximos as grandes áreas dos lixões, que desprovido de qualquer meio para sua subsistência, passam vê-lo como alternativa e única fonte de renda para sua sobrevivência, vejamos:

Nas duas últimas décadas ocorreu duplicação da quantidade de resíduos sólidos gerados pelo homem no mundo, ocasionando diversas preocupações tais como seu destino e as conseqüências desse para a população que vive e sobrevive dos objetos extraídos dos lixões. Este quadro evidencia duas preocupações: a primeira, voltada aos aspectos quantitativos do lixo e seus efeitos para o meio ambiente e a segunda, envolve os problemas sociais gerados pelo alto grau de pauperização de grande parte da população brasileira: a existência de pessoas que trabalham, residem e sobrevivem destes locais (MARIANO *et al*, 2008, p. 03).

A ausência de medidas políticas, de caráter universal, isto é, que alcancem todo o território nacional com responsabilidades definidas claras e objetivas para todos os entes políticos (União,

Estados, Distrito Federal e Municípios) caracteriza não só omissão do poder público, mais iminente perigo a viabilidade da própria atividade econômica, social e ambiental.

É imperativo e urgente a adoção de nova mentalidade, de um lado do poder público e de outro da iniciativa privada, todos aliados a fomentar o desenvolvimento de práticas e atitudes para tornar a produção e a destinação do lixo urbano de modo a garantir a existência digna das pessoas que formam os grandes aglomerados representados pelas pequenas, média e grandes cidades do Brasil, mas todas as ações voltadas a essa temática nada contribui para melhorar este quadro, cujo o único objetivo é apenas ratificar o sistema econômico vigente.

Sobre esse assunto, é oportuna a análise de Ferreira (2012, p. 06):

Ante a problemática ambiental vivenciada atualmente, o discurso da responsabilidade social empresarial se configura como uma forma de compensar ou minimizar os impactos oriundos do processo de desenvolvimento capitalista, e por meio dessas ações busca-se conquistar novos mercados, assegurando assim a manutenção e desenvolvimento do sistema capitalista em curso.

No Brasil, segundo Mariano *et al* (2008), cerca de 88% do lixo não passa por nenhum tipo de tratamento e isso trará consequências graves para populações futuras, esses resíduos sólidos ao se decompor produzem chorumes que contaminam os lenções freáticos e rios e lagos próximos, inviabilizando para o consumo humano, isso é reflexo de um modelo que pouco preza em preservar e manter os recursos naturais tanto mundial, nacional e local.

Embora pareça que apenas os países da América Latina, incluindo o Brasil tenha a responsabilidade de dar destinação correta desses resíduos, o que elencamos aqui é apenas uma parte minúscula do agravamento da poluição do meio ambiente, sabemos que o problema é macro e a natureza é bombardeada diariamente com poluentes a nível mundial, derivado desse tipo de modelo econômico que para se manter é incapaz de conciliar o inconciliável, que é o parâmetro consumista sem a poluição e devastação dos recursos naturais.

4. BENEVIDES: VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

4.1. Breve contextualização histórica

Ainda não existe uma história que se refira diretamente ao município de Benevides, sua origem é encontrada na política administrativa, ainda no Império, de colonizar a Zona Bragantina. Segundo dados do IBGE (2014), essa colonização se deu por meio da criação de núcleos agrícolas que pudessem atender as demandas de Belém, que sofria com o problema de abastecimento. A colônia agrícola de Benevides foi a primeira patrocinada pela Província do Grão-Pará pautada na imigração estrangeira, suprimida posteriormente pela mão-de-obra nordestina.

O historiador Teodoro Braga relata que no dia 30 de março de 1884, na presença do general Visconde de Maracaju, presidente da Província do Grão-Pará, houve uma sessão solene em Benevides, na sede da Sociedade Libertadora de Benevides, onde foi concedida a liberdade a todos os escravos residentes nesse território, o que teve bastante repercussão, atraindo para o lugar muitos escravos fugitivos de outras localidades. Esse ato político proporcionou a concentração de mão-de-obra, que foi acrescentada nas atividades agrícolas, fato que ajudou no progresso daquela época.

Pela Lei nº 646, em junho de 1899, o então povoado foi elevado à categoria de vila, vinculado ao município de Belém. Há referência histórica onde se relata que, com a construção da Estrada de

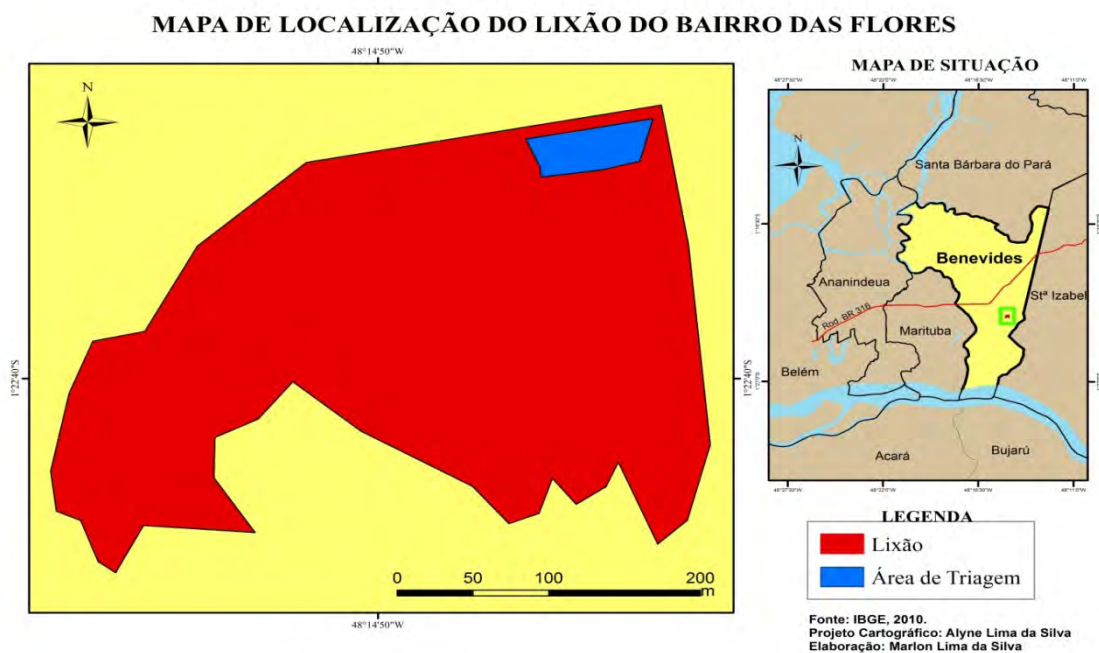
Ferro de Bragança, Benevides foi contemplada com uma das estações ou paradas localizada no km 33 daquela via. O nome do lugar se constitui numa homenagem prestada ao Governador Francisco de Sá e Benevides. Após a criação de Ananindeua, em 30 de dezembro de 1943, Benevides foi considerado parte integrante de seu patrimônio territorial na condição de Distrito. Em 29 de dezembro de 1961, Benevides foi reconhecido como Município, mediante promulgação da Lei nº 2.460. (Dados do IBGE).

4.2. Caracterização da área

Segundo dados do IBGE, o município de Benevides abrange uma área de 187,826 km² e uma densidade demográfica de 274,99 hab/km², com população estimada para 2015 de 58.637. (IBGE, Censo Demográfico 2014). Benevides apresenta-se com os limites geográficos: ao norte com Santa Bárbara; ao leste com Santa Isabel; ao sul com Rio Guamá; ao oeste com os municípios de Marituba e Ananindeua. O lixão corresponde a uma área aproximada de 10.000m², e está localizado no bairro das flores no centro urbano da cidade (figura 1).

Analisando a trajetória de expansão urbana na Região Metropolitana de Belém, os primeiros vetores de ocupação se deram nas baixadas, onde se localiza a 1^o Léguas Patrimonial, na primeira metade da década de 1970, posteriormente essa ocupação expandiu para a 2^a Léguas Patrimonial, o território da Av. Augusto Montenegro. Após o inchaço na Região Metropolitana, a camada mais desfavorecida foi sendo afastada para municípios vizinhos. Partindo disso, o espaço geográfico de Benevides, inserido no contexto metropolitano e de movimento migratório, recebe influência dos municípios de Marituba, Ananindeua e Belém e seu maior crescimento se deu entre os anos de 2000 e 2010 (SOUZA, 2007).

Figura 1: Mapa de localização do lixão e do Município.



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A produção do espaço das ocupações e o modo de vida urbano são influenciados pelo próprio movimento migratório existente. O modo de vida da população explicita muito dos seus hábitos e costumes e são constantemente construídos por ela. Muitas das relações sociais expressas no conteúdo rural na Amazônia estão organizadas em função da atividade de cunho agrícola e extrativista, pois são artefatos essenciais do processo de organização em caráter espacial (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). Áreas de comercialização desses produtos ou espaços como feiras são definidos como *locus* de trocas de mercadorias materiais e trocas simbólicas, visto que são lugares que proporcionam a circulação de produtos e a conexão entre seus produtores, comerciantes e compradores. As feiras livres, como são denominadas na Amazônia, são como

Locais institucionalizados de intercâmbio e de trocas, com seus postos de trabalho e respectivos agentes, suas atribuições e práticas cotidianas. Além [de serem reconhecidas] [...] como espaços onde se realizam e são estabelecidas essas trocas, [...] as identificamos como expressão dos padrões das relações sociais que engendram a realidade na qual estão inseridas (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006, p.114).

De acordo com Veiga (2002, p. 37), temos que tomar cuidado com as definições de aglomeração e de microrregião, porque, por mais que as mesmas estejam imbricadas nas regiões metropolitanas, em outras áreas territoriais, elas podem ter um significado diferente, para ele “as microrregiões que envolvem uma aglomeração não metropolitana também tendem a ser essencialmente urbanas. Mas as microrregiões que só abrigam centros urbanos e/ou vilas ‘rurbanas’ podem ser relativamente rurais, ou mesmo essencialmente rurais, quando predominam ecossistemas dos menos sofisticados”.

É notável a presença de uma interconexão entre o urbano e o rural nessa localidade, e isso vai definindo o modo de vida dessa população. Não é possível apontar separadamente características de cada um. Existem residências na região que apresentam plantações, igarapés, criações de bichos nos dois tipos de ocupação, bem como mercearias, atividades industriais etc.

Na década de 1980, foi implantado o Lixão⁶ de Benevides com o objetivo de resolver os problemas com manipulação e armazenamento dos lixos domiciliares produzidos na cidade. Assim, a gestão municipal lançava os resíduos sólidos em um terreno relativamente distante de seu centro urbano, mas ainda dentro de seus domínios. Com a expansão habitacional ocorrida na década de 1990 e mais perceptível na região entre 2000 e 2010 (SOUZA, 2007), as áreas desocupadas foram sendo habitadas, uma parcela considerável de floresta foi desmatada para esse destino, sem infraestrutura adequada.

Segundo Gonçalves (1997), esse cenário confirma algumas preocupações, relacionadas ao aspecto quantitativo do lixo e seus efeitos para a população do entorno e bairros próximos e para o meio ambiente. Além do contexto de marginalização e pauperização de grande parcela da população, que foi sendo inserida, por exclusão, para essas localidades mais distantes e muitas vezes com baixo nível de instrução, e com isso, sem oportunidades de concorrer a uma vaga de emprego e sem uma política eficaz de inclusão social, essas pessoas como modo de sobrevivência se voltaram ao trabalho com o reaproveitamento do lixo, mesmo em situação irregular. Sendo privados de educação, lazeres, moradia digna, assistência à saúde, e convivendo com marginalidade, prostituição e pouca perspectiva de uma vida minimamente digna.

⁶O Lixão é uma área definida para o destino final do lixo, onde não a mínima preparação do solo, e recebe todo e qualquer tipo de resíduos, sólidos ou não, como restos de alimentos, materiais descartáveis e até lixo tecnológico (CARVALHO, 2011).

Segundo o Art. 23 da Constituição Federal de 1988: “É competência comum da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: IX- promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; Lei nº 11.445, de 05-01-2007, estabeleceu diretrizes nacionais para saneamento básico, regulamentada pelo Dec. nº 7.217, de 21-06-2010. X- combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos” da Constituição Federal.

Apesar das leis na Constituição Federal Brasileira, menos de 10% da população de toda a região Amazônica possui rede de esgoto. O IBGE aponta que mais de 50% das interações nessa região estão relacionadas à falta de saneamento básico. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada pelo IBGE em 2010, são coletados Brasil 189 mil toneladas de resíduos domiciliares por dia e 52,8% dos municípios Brasileiros dispõe seus resíduos em lixões.

Benevides não possui um tratamento de água satisfatório e de esgoto, o que é um agravante para os moradores do bairro das flores onde se encontra o lixão, e bairros vizinhos, pois possui pequenos cursos de água que acabam sendo transformados em depósito de lixo e esgoto a céu aberto. Já que o lixão faz fronteira com uma pequena floresta, com árvores diversas e igarapé, que estão sofrendo os impactos ambientais provenientes do problema de gestão do lixo produzido, o que se agrava constantemente, visto que, o crescimento na produção de lixo é diretamente proporcional ao crescimento demográfico da população.

A falta de políticas públicas e o despreparo no processo de lidar com o problema do lixo, refletem direta e indiretamente na vida dos catadores, moradores do entorno e proximidades do lixão, que ficam a mercê de diversas perturbações sociais, principalmente as voltadas à ingestão de alimentos contaminados. Podendo citar também que a área é um caminho alternativo para delitos, como prostituição, estupro e tráfico de drogas. Visto que, a área do lixão é relativamente grande e é protegida por apenas dois vigilantes que fazem a segurança do local apenas no portão de entrada, ficando o restante da área descoberta, sem muros de proteção, o que torna a área vulnerável.

O aterro em questão não atende aos requisitos de distância mínima ao superar a margem de 3 km do núcleo habitacional mais próximo, neste caso o bairro das Flores, o que compromete direta e indiretamente a qualidade de vida dos habitantes. O modo de vida em Benevides se evidencia o entrelaçamento entre rural e urbano, que ocorrem dependente e simultaneamente. No cotidiano das pessoas que habitam no entorno do Lixão e em outros bairros da cidade, podemos perceber claramente aspectos desses dois conteúdos socioespaciais.

Não há como apontar nesse município elementos que diferenciam e caracterizam ocupações urbanas e rurais, estão inseridas numa dinâmica de movimento constante. É possível notar a dinâmica entre os dois (SOUZA, 2007).

Podemos definir Resíduos Sólidos conforme o Art. 1º da Resolução nº5 de 1993 do CONAMA:

I-Resíduos sólidos: conforme a NBR nº. 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – Resíduos nos estados sólidos e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis, em face da melhor tecnologia disponível.

O lixo gera a produção de substâncias nocivas para o meio ambiente e para a população, por exemplo, o *chorume*, produzido a partir de resíduos orgânicos, carcaças de animais, lixo domiciliar e restos de alimentos. Tem um alto potencial poluidor e é responsável pela poluição das águas superficiais e subterrâneas, pela proliferação de roedores e insetos, mau cheiro.

A maior parte do lixo urbano produzido é de origem orgânica, que entra em processo de composição mais rápido, o que se torna uma ponte para a proliferação de roedores, insetos, aumentando a probabilidade de transmissão de doenças, pois uma parcela da população, que depende do lixão para sobreviver, também se alimenta de produtos encontrados no local, tornando-os ainda mais vulneráveis a doenças. A contaminação também se dá através do lençol freático. O solo poluído atinge plantações e criação de animais da população do entorno do Lixão, sendo um risco frequente, pois muitas vezes, esses moradores fazem a comercialização desses animais, legumes e verduras provenientes de seus terrenos, o que faz aumentar a área de riscos produzidos pelo manuseio inadequado do lixo.

O bairro das flores, onde está localizado o Lixão, exala mal odor ao mesmo tempo que evidencia a poluição visual do local. A insalubridade existente é marca registrada do Lixão e a população que habita na ocupação do entorno, advindas de outros municípios, em busca de novas formas de sobreviver e melhores condições, e como não encontram essa possibilidade de inserção, vêm no Lixão uma possibilidade de reconstruir suas vidas, resistindo a esse modo de produção que segrega a classe trabalhadora em virtude da lucratividade do mercado imobiliário, e persistindo de maneira à pôr em risco suas vidas e as de suas famílias, transformando o dever do Estado em lutas individuais de vida.

Nesse sentido, baseado na lógica capitalista, concentrador e excludente, podemos inferir que o desenvolvimento urbano adotado nessa cidade influenciou na estruturação do espaço urbano, expressando-se em uma forma de apropriação desigual do mesmo, o que acarretou em um processo de segregação espacial.

A necessidade de acumulação de capital juntamente com a formação de reprodução das classes sociais no sistema capitalista implica, significativamente, nas transformações do uso do solo na cidade estabelecendo a relação entre áreas centrais e as áreas em expansão, pois através da infraestrutura, tecnologia, meios de transporte, induz o aumento populacional determinando a localização das atividades econômicas e na localização das habitações, causando a segregação sócioespacial fazendo com que as melhores áreas fiquem distribuídas somente para quem pode pagar por elas.

Dessa forma, o espaço urbano passou a se configurar sob a lógica da especulação. Quando áreas já estão dispostas de infraestrutura, esgotadas as possibilidades de expansão, preparem-se outras para dar continuidade aos empreendimentos rentáveis, demonstrando a forma geral do avanço do capitalismo.

Essa configuração, indicada não por um marco legal no território, mas pela apreensão do espaço urbano ante aqueles que nele interagem representa a produção de uma apropriação do real pelo homem, enquanto sujeito situado.

Segundo Bourdieu (2001), existe, com efeito, uma correlação entre as posições ocupadas pelos agentes sociais no espaço social e a posição que ocupam no espaço físico. Este é, inclusivamente, um fator simbólico importante na determinação e configuração do próprio

posicionamento social dos atores. Estes têm uma posição mais ou menos prestigiada consoante ocupem espaços mais ou menos valorizados e pela distância que os separa uns dos outros.

A existência destes espaços sociais, como espaços de exclusão de certas camadas da população, acaba por contribuir como um dos elementos definidores do modo de vida, das apreciações e representação social e da forma como os atores sociais das cidades estudadas encaminham as suas vivências biográficas e estratégias de vida.

Vale destacar, também, que a ineficácia na execução de políticas públicas para as demandas relacionadas ao crescimento urbano fez evidenciar as diferenças sociais na paisagem urbana, na constante disputa pelos melhores espaços, que aumentando a demanda diminuiu a oferta, ocasionando no encarecimento do uso do solo nas cidades, promovendo, assim, elevadas especulações pelas construtoras e empresas imobiliárias.

Sendo assim, o processo de ocupação nas áreas periféricas pela população de baixo poder aquisitivo acentuou as contradições do sistema capitalista, inseridas no contexto das desigualdades sociais, construídas dentro de uma realidade social mais ampla, não fugindo das análises do processo acelerado da urbanização brasileira, a qual está embasada na lógica da globalização, configurada uma revolução tecnológica e informacional, determinando não somente as relações políticas, mas, principalmente, as relações econômicas, perpassando pelas relações sociais e culturais.

Os efeitos dessa mundialização do capital acentuam as diferenças sociais afetando diretamente as expressões da questão social, as quais podem ser definidas no âmbito do modo capitalista de produção, na contradição capital x trabalho, como as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

Destarte, essas transformações repercutiram em Benevides, assim como em outras cidades brasileira, que, permeadas das contradições e de desigualdades sociais, são frutos dos déficits sociais acumulados, por décadas de governos descomprometidos com os interesses da maioria da população.

Nessa cidade se produz e reproduz as desigualdades sociais, por meio de um intenso processo de precarização das condições de vida, com o crescimento do desemprego e do trabalho informal (sem seguridade social), que somados à maneira como as cidades foram constituídas, expõem as famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidades sociais e ambientais, como é o caso do lixão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Metropolitana de Belém é a única Região Metropolitana na Região Norte do Brasil. Com mais de 2 milhões de habitantes, concentra 1/3 da população do Pará. Cinquenta por cento dessa população mora em favela (submoralidade habitacional). Por estar em um istmo, e, portanto, cercada de água, a expansão urbana avança sobre as áreas rurais de alguns municípios, entre eles, Benevides.

A cidade de Benevides tem características bastante peculiares, apreendendo características, tanto rurais quanto urbanas, sendo inviável trabalhá-las separadamente. Designou uma área de seu centro urbano para despejar os resíduos sólidos (lixo domiciliar), que hoje se localiza no bairro das

flores, Segundo o IBGE (2010) são geradas diariamente no Brasil 189 mil toneladas de lixo domiciliar que em 90% dos casos são armazenados de forma irregular, em aterros sanitários sem o mínimo de estrutura para o seu acondicionamento, a esses, são dados o nome de lixões a céu aberto.

O crescimento desordenado da população de uma determinada cidade aliado a cultura do consumo desenfreado é um dos fatores principais para o aumento da quantidade de resíduos sólidos gerados, trazendo assim um grande problema em relação a sua destinação. Portanto, é essencial políticas públicas focadas na questão dos resíduos sólidos, visando uma cidade sustentável onde o crescimento econômico sem prejudicar o meio ambiente e onde a população tenha qualidade de vida.

Em suma, não haverá cidades com ambiente saudável para a vida humana sem uma eficiente política pública de produção e destinação adequada do lixo produzido no ambiente urbano. E também não se pode esperar pesquisadores terem números exatos quanto a esse problema para que os o Poder Público tome providências, tendo em vista que não se tem o mínimo de qualidade de vida diante desse quadro caótico que é o abismo social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução n. 005/93**: Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Brasília, DF: CONAMA, 1993. Disponível em: <http://mma.gov.br/conama>.

FERREIRA, Fabiana Mendonça, **MEIO AMBIENTE X DESENVOLVIMENTO: a questão ambiental na sociedade capitalista**.2012. disponível. www.joinpp.ufma.br **./meio-ambiente-x-desenvolvimento-a-questao-a**. Acesso em.28/10/2015.

GAVARD, François M. P., **Meio ambiente, capitalismo e desenvolvimento sustentável: arquitetura de um matrimônio duvidoso**. *Tese*, Vol. 6, n. 3, janeiro/julho 2009 disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/.../1806-5023.2009v6n3p25>. acesso em. 28/10/2015.

GONÇALVES, C. L. **Definindo a questão do lixo urbano**. In: São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Consumo, Lixo e Meio Ambiente. Ed. Especial. São Paulo, 1997. p 3.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A condição pós-moderna**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

Histórico de Benevides. Acesso em 28/10/2015. Disponível em: <http://www.guiadopara.com.br/benevides/historico.htm>

LIMA, J. D. **Sistemas Integrados de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos**. João Pessoa – PB: ABES, 2001.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARIANO, Ana Paula Melo, Dias, João Carlos Teixeira, Trevizan, Salvador D. P. Tavares, Filipe Pessa. Abreu, Marcos Ramos. **Análise das condições de vida dos badameiros e familiares residentes no lixão do município de itabuna-bahia. 2008.** disponível em www.cultura.ufpa.br/rcientifica/artigos_cientificos/ed Acesso em 28/10/2015.

SÁ, M. E. R.; COSTA, S. M. G.; TAVARES, L. P. O. O rural e o urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006. 114-157.

SOUZA, L. A. de. **Paisagem urbana e qualidade de vida no município de Benevides-Pa. 2007.** 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e reestruturação metropolitana.** 1998. 395f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo.** 2004. 504f. Tese (Livre Docência em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores associados, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 2001.

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS PLANOS DIRETORES DE CINCO MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.

Gabriel Moraes de Outeiro¹
Wladimir Colman de Azevedo Junior²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar a existência de elementos que possibilitam a democratização do acesso ao solo urbano, no conceito da Função Social da Propriedade presente nos Planos Diretores dos municípios paraenses de Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal e Santa Bárbara do Pará. Constata-se que houve, em especial a partir da década de 1970, um crescimento urbano eivado de mazelas sociais e redução da qualidade de vida, a exigir a adoção de medidas que rompam com a exclusão socioespacial, o que foi chancelado no texto constitucional de 1988, ao consagrar a Função Social da Propriedade. Parte-se da hipótese de que definições detalhadas sobre o coeficiente de aproveitamento mínimo e dos instrumentos urbanísticos constitucionais, conferem maior aplicabilidade do conceito de Função Social da Propriedade, possibilitando maior capacidade do Plano Diretor em permitir o controle e a fiscalização do uso do solo. Os municípios selecionados concentram aproximadamente 28% da população e 31% da economia do Estado do Pará em 2.745 Km², resultando em densidade populacional de 767 hab/km², o que justifica a sua escolha. Trata-se de pesquisa qualitativa, que utilizou como fonte primária os Planos Diretores dos municípios supracitados. Como resultado tem-se os casos opostos de Castanhal e de Belém, em que o Plano do primeiro não define a Função Social da Propriedade e também não apresenta os coeficientes mínimos, enquanto o Plano de Belém pode ser considerado de maior viabilidade por dispor dos dois elementos. Os demais municípios apresentam definição genérica ou ausência dos coeficientes.

Palavras-chave: Função social da propriedade; Planejamento urbano; Plano Diretor Municipal; Coeficiente de Aproveitamento Mínimo.

1 INTRODUÇÃO

O modelo de produção capitalista, em especial no período após a Segunda Guerra Mundial, impulsionou a urbanização e com isso, o surgimento de grandes centros urbanos em diversas partes do globo. Em parte, como adverte Davis (2006), este movimento migratório das zonas rurais para as zonas urbanas se deve tanto às políticas de desregulamentação agrícola e de disciplina financeira, impostas aos Estados por atores internacionais, quanto à transformação do espaço urbano em mercadoria ou item de consumo. Não se considera que a reprodução deste modelo, no qual o

¹ Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, Advogado. E-mail: gmouteiro@gmail.com. Endereço: Tv. Dom Romualdo Coelho, nº139, Bairro: Umarizal, Belém-PA. CEP: 66.055-190.

² Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, Professor Assistente-A da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso. Área de atuação: Economia. E-mail: wladimircolman@ufmt.br. Endereço: Av. Marquês de Herval, nº 2359, Ed. Francisco Barbosa Apto 803. Bairro: Pedreira, Belém-PA. 66.-087-320.

crescimento urbano é desordenado e o espaço urbano é reduzido a item de consumo, imprime no espaço, a mesma lógica de exclusão social do capitalismo.

No século passado, o Brasil também viu sua população urbana crescer, em especial, a partir da década de 1970 (SANTOS E MOTTA, 2001; FERNANDES, 2006), a exigir a adoção de medidas que rompessem com a exclusão socioespacial imposta por um sistema, usualmente, alicerçado na liberdade de competição, no consumo de bens e na concepção de que a propriedade privada é um direito absoluto.

Por outro lado, a Constituição Federal de 88 fornece os elementos necessários para democratizar o acesso ao espaço urbano, quando determina que os municípios executem política de desenvolvimento urbano com vistas à ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da garantia do bem-estar de seus habitantes (art. 182, *caput*, CF), e que a propriedade, constitucionalmente protegida, deve atender à sua função social (art. 5º, inciso XXIII, CF), não se constituindo, portanto, em um direito absoluto.

Em outras palavras, a propriedade (privada ou pública) deve atender à sua função social, consoante as exigências de ordenação das cidades expressas no plano diretor municipal (PDM), que é o instrumento municipal básico do planejamento urbano (art. 182, §2º, CF). Nesse passo, há uma sinergia entre planejamento urbano e ordenação da cidade com a definição função social da propriedade (FSP) constante no PDM.

Cientes da importância da definição da função social, indaga-se: é possível identificar elementos na conceituação da FSP, aptos a corroborar a necessária democratização do acesso ao solo urbano nos municípios Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal e Santa Bárbara do Pará?

Este grupo de municípios concentra aproximadamente 28% da população e 31% da economia do Estado do Pará em 2.745 Km² resultando em densidade populacional de 767 hab/km² (IBGE, 2015). Esta concentração espacial tende a intensificar os conflitos pelo uso do solo tornando a FSP ainda mais importante, justificando seu estudo.

Considerando a sinergia entre a FSP e os mecanismos de democratização do acesso ao solo urbano hipótese é que quanto mais detalhada for a FSP, mais próximo de uma definição concreta de função social estará o PDM, e melhor será o controle e fiscalização do uso do solo. Para testar a hipótese, verificar-se-á existência do conceito detalhado de FSP inseridos nos PDMs dos 5 municípios, bem como, a existência de parâmetros passíveis de garantia da função social estabelecida.

Assim, o trabalho está dividido 4 em partes, além desta introdução e das referências. A seção seguinte apresenta a importância do planejamento e da sua conexão com a FSP para o crescimento da população urbana. Na terceira seção são apresentados os materiais e métodos utilizados para avaliar os planos diretores dos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Santa Bárbara do Pará. A quarta seção dispõe a discussão dos resultados e é seguida pelas considerações finais da pesquisa.

2 CRESCIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO: A Consagração da Função Social da Propriedade Urbana.

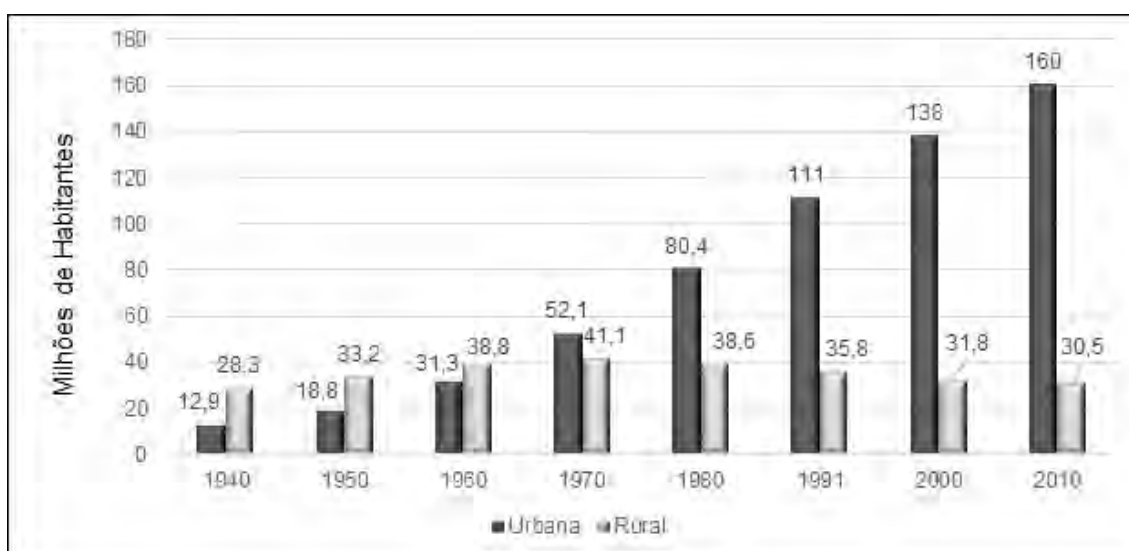
O processo desordenado de ocupação das cidades resultou na dificuldade em assegurar a todos os moradores de uma cidade o gozo de habitações dignas, servidas de infraestrutura básica e

de serviços públicos de qualidade. De acordo com a agência especializada da Organização das Nações Unidas dedicada à promoção de cidades sustentáveis – UN-Habitat (2003), a falta de habitabilidade atinge toda a população residente em centros urbanos, pois enquanto as pessoas com poucas condições financeiras são forçadas a viver em situações insalubres, os indivíduos com melhores condições econômicas tendem a se segregar em locais fechados para fugir dos problemas gerados pela ausência de infraestrutura.

A responsabilidade pelo aumento da população urbana no século passado pode ser atribuída a vários fatores, alguns dos quais, merecem destaque, como o período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando há o início de uma nova fase do capitalismo, com a transnacionalização de pessoas, de serviços e de capital, minando as barreiras estatais contra interferências externas (ROCHA, 2008). Assim, o Estado tem dificuldade em executar um planejamento adequado do solo, na medida em que o modelo econômico determina, no espaço internacional, a localização de empresas, com a conseqüente oferta de empregos ou com a diminuição de oportunidades de trabalho, sem considerar as particularidades locais ou a possibilidade de causar danos sociais (BAUMAN, 1999).

Os centros urbanos, então, acabaram atraindo massas populacionais de áreas rurais, sob a égide, em particular, de políticas de desregulamentação agrícola e de disciplina financeira, determinadas aos Estados por entidades estrangeiras ou internacionais, que fizeram com que as regiões urbanas (supostamente) oferecessem melhores condições de vida do que zonas rurais. Como resultado, tem-se processo de ocupação desordenado, sem que houvesse um planejamento adequado, direcionado pelo Estado, para que fosse possível suprir as necessidades de todos os habitantes da cidade. Esse movimento migratório é percebido no mundo todo em diferentes graus incluindo o Brasil que, como demonstra o gráfico presente na Figura 1, é atualmente um país predominantemente urbano (DAVIS, 2006).

Figura 1: População residente, por situação do domicílio - Brasil 1940/2000



Fonte: IBGE, 2010.

Segundo Santos e Motta (2001), por volta da década de 1970, quando a população urbana supera a rural, é consolidada uma cultura de planejamento, que deu origem a uma série de planos de desenvolvimento com grande impacto sobre a qualidade de vida da população urbana. Para estes

autores, um dos principais problemas gerados pela execução desses planos foi a segregação espacial dentro das cidades, em que pessoas com menos recursos econômicos acabam ocupando áreas distantes das regiões centrais, que geralmente tem melhor infraestrutura urbana e provisão de equipamentos públicos. Em decorrência desse processo, o crescimento populacional das cidades é acompanhado de um crescente processo de exclusão social e segregação territorial, que resulta na ocupação desordenada do solo urbano (FERNANDES, 2001).

Obviamente, que ao falarmos sobre ausência de planejamento urbano adequado, não queremos afirmar que não houve a execução de planos. Ao revés, um grande problema tem sido a forma como o planejamento tem sido implementado. Neste sentido, o autor Flávio Villaça divide a história do planejamento urbano nacional em três períodos: de 1875 até 1930; de 1930 até 1990; e o que se inicia na década de 1990. O primeiro é o período dos planos de “embelezamento urbano”, baseados nas intervenções urbanas do final do século XIX nas grandes metrópoles europeias, com o plano de extensão de Barcelona e o Plano de Haussmann, em Paris (VILLAÇA, 1999). Nesta época a classe dominante brasileira tinha uma proposta urbana, apresentada com antecedência e debatida abertamente, em face de suas condições de hegemonia.

A partir da década de 1930, há um aumento na organização e na consciência das classes operárias e a consequente fragilidade das classes dominantes, que procura se legitimar por meio de políticas habitacionais e do uso ideológico do planejamento urbano. Há uma progressiva perda da capacidade da classe dominante brasileira de anunciar seus planos e suas obras. No final do século XXI, em especial a partir da década de 1970, os planos passam da complexidade e do rebuscamento técnico para o plano simples, feito quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos. O novo tipo de plano apresenta apenas objetivos, políticas e diretrizes, pois seus dispositivos são um conjunto de generalidades bem-intencionadas, eliminando discórdias e ocultando os conflitos (VILLAÇA, 1999).

Já na década de 1990 se observa o início de um processo de politização do planejamento urbano, em que se nota que os problemas urbanos não são falta de planejamento ou de técnica, mas sim de política. Desta forma, os problemas urbanos são questões que estão na pauta de movimentos populares. Consequentemente, sai o plano “todo-poderoso” que buscava resolver as intempéries geradas pela globalização e entra um plano com reais condições de interferir no espaço urbano, com condições de atuar na redistribuição da riqueza gerada no setor imobiliário, ao utilizar instrumentos jurídicos, tributários e urbanísticos (VILLAÇA, 1999).

Faz-se necessário ter consciência de que o espaço urbano é objeto de disputa de diversos interesses conflitantes e que os interesses hegemônicos de classes dominantes são protegidos pelo Estado, ente competente para efetuar o planejamento urbano. Porém, como adverte Ermínia Maricato (2011), este fato não deve impedir uma agenda propositiva para o planejamento urbano, pois deve-se reconhecer que as cidades refletem as relações sociais, sendo objeto e agente da manutenção e das mudanças sociais. Para tornar o PDM, que tem cumprido um papel ideológico, em um plano de ação, ele deve estar comprometido com ações e investimentos definidos e com fiscalização.

Dito de outra forma, não se pode abrir mão do planejamento, pois ele é um cálculo (político, sem prescindir da técnica) que preside a ação, segundo diferentes horizontes de tempo e conforme variáveis mutáveis e imprevisíveis (MATUS, 1989). Sem planejar, não se pode escolher o futuro que se deseja.

Por oportuno, traz-se à baila os ensinamentos de Marcelo Lopes de Souza, para quem:

Um desafio que se coloca de imediato, ao se debruçar sobre a tarefa de planejar, é o de realizar um esforço de imaginação do futuro. Não deve haver sombra de dúvida quanto ao fato de que o planejamento necessita ser referenciado por uma reflexão prévia sobre os desdobramentos do quadro atual – ou seja, por um esforço de prognóstico. Não há ação, muito menos ação coletiva coordenada que possa prescindir disso (SOUZA, 2008, p. 47).

Nesse passo, reconhecer a imprescindibilidade do planejamento exige que certos cuidados sejam tomados, para evitar que interesses hegemônicos de classes dominantes frustrem a sua execução.

A Constituição Federal trouxe um conjunto de disposições que ensejam possibilidades de mudança, ao trazer disposições gerais sobre Política Urbana, complementadas pela Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e exige a instituição do PDM em algumas circunstâncias, como quando os municípios contam com de 20.0000 habitantes.

O PDM estabelece objetivos a serem atingidos na ordenação do território municipal e as atividades a serem executadas, fixando diretrizes para o desenvolvimento urbano e garantir o bem-estar de seus habitantes. A elaboração do PDM é condição *sine qua non* para o município dispor sobre a política de desenvolvimento e de expansão urbana e utilizar instrumentos legais previstos na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

O plano é um instrumento, por intermédio do qual, o Poder Público municipal estabelece as regras para o adequado controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano (art. 30, inciso VIII c/c art. 182, § 1º, CF), considerando o território do município como um todo (art. 40, § 2º, da Lei Federal 10.257/2001).

Nesse diapasão, a Lei Maior também vincula a propriedade com o cumprimento de sua função social (art. 5º, inciso XII e XIII) e o art. 182, § 2º, CF dispõe que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no PDM.

O ordenamento jurídico brasileiro, ao traçar suas diretrizes constitucionais para a Política Urbana, define como ponto essencial garantir o cumprimento da FSP, e aponta como meio para atingir esta meta o PDM, cuja exigência irá indicar como será exercido o direito individual de propriedade e, em caso de descumprimento, possibilitará a aplicação do parcelamento ou da edificação compulsórios e, caso estas medidas sejam infrutíferas, a aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial (IPTU) progressivo no tempo e a desapropriação para fins de reforma urbana.

Por isso, a FSP guarda intrínseca relação com o planejamento urbano e a sua utilização possui condições de modificar as cidades, ao romper com visão da propriedade como direito absoluto, desprovido de responsabilidades para com a coletividade.

2.1 FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

A Carta Magna positivou a união indissociável entre a propriedade e a sua função social (art. 5º, incisos XXII e XXIII, CF), enquanto direito e dever fundamental, como dispõe o seu Título II c/c seu Capítulo I. Segue no mesmo sentido, ao reconhecer, a FSP como princípio da ordem econômica (art. 170, inciso III, CF).

Nesse mesmo contexto, a FSP deve ser levada em consideração quando os municípios, mediante lei específica para área incluída no PDM, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios; IPTU progressivo no tempo; e de desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública (art. 182, §4º, incisos I, II e III, CF).

Portanto, na atual ordem jurídico-constitucional, a FSP é parte integrante do conteúdo da propriedade privada (e pública). O arcabouço jurídico consolida a noção de que a propriedade não é reduzida apenas aos interesses individuais, devendo atentar para o interesse público, definido legalmente (FERNANDES, 2006).

De uma maneira geral, pode-se dizer que a FSP, estabelecida no PDM e permeada pelo ideário de democratização do acesso ao solo, traz consigo a vedação ao proprietário de exercer determinadas condutas e o dever do proprietário de cumprir com certas obrigações.

No primeiro caso, cita-se a título de ilustração o caso da proibição de construir em determinado percentual da área, respeitando a taxa de permeabilização. Quanto ao segundo caso, a função social reclama regras impositivas, como o dever de construir ou aproveitar adequadamente a propriedade urbana, sob pena de parcelamento compulsório, IPTU progressivo no tempo ou desapropriação.

Não há, seguindo este raciocínio, confusão entre a FSP com restrições legais. Na verdade, ocorre uma qualificação da propriedade em um poder-dever. Ao partir desta premissa, não faz sentido proteger uma propriedade usada especificamente para fins de especulação imobiliária, sem respeitar interesses coletivos.

Tendo por fio condutor que a FSP deve ser fixada no PDM (art. 182, §2º, CF), é cediço que a sua definição, com parâmetros específicos, deverá guardar consonância com o município ao qual se destina, na medida em que expressará as exigências fundamentais de ordenação do solo da cidade.

A Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) corrobora este entendimento ao afirmar, em seu art. 39, que:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei (BRASIL, 2001).

Logo, existem 3 conceitos abertos presentes no art. 39 da Lei Federal 10.257/2001, a saber o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida; à justiça social; e ao desenvolvimento das atividades econômicas, além da referência às diretrizes gerais do art. 2º do mesmo diploma legal.

Acontece que disposições gerais, por vezes, dificultam o controle e a fiscalização do cumprimento da FSP, tendo em vistas a ordenação do espaço urbano. Por conseguinte, o PDM deve prever parâmetros próprios que ensejem a verificação do respeito à FSP.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A principal fonte de informação utilizada nesta pesquisa, são os PDM dos municípios selecionados, estes planos foram estabelecidos por leis específicas e atendendo às demandas socioeconômicas e legais apresentadas nas seções anteriores. Acredita-se que a densidade elevada estimule a competição por espaços urbanos, como resultado, o Plano Diretor e a FSP teriam papel ainda mais determinante. Considerando esta afirmativa é que os cinco municípios foram selecionados. Estes se localizam no estado do Pará e fazem parte da Região Metropolitana de Belém, concentrando próximo de um terço da população estadual e densidade média de 700 hab/km².

A Tabela 1 dispõe os dados municipais indicando Ananindeua e Belém com a maior densidade populacional, assim como os mais altos IDHm entre os espaços estudados. O PDM Ananindeua foi instituído pela Lei nº 2.237/06 de 06 de outubro de 2008, objetivando estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento e expansão urbana, compatíveis com as peculiaridades e necessidades da região, visando a moradia adequada, infraestrutura e equipamentos urbanos suficientes para a promoção da qualidade de vida. Os mecanismos de garantia de acesso democrático ao solo urbano são estabelecidos pela Lei nº 8.655/08 de 30 de julho de 2008 que institucionaliza o PDM, com objetivo de desenvolver a cidade respeitando a justiça social, as melhorias das condições de vida de seus habitantes e o desenvolvimento das atividades econômicas.

Benevides e Santa Barbara do Pará possuem a menor extensão territorial, o primeiro é formado por 187,83 km² e o segundo se conforma em 278,15 km², ambos tem IDHm de médio desenvolvimento³. O PDM de Benevides, foi instituído pela Lei nº 1.036/06 de 11 de outubro de 2006, com objetivo a integrar atividades urbanas e rurais, elevação da qualidade de vida, justiça social, da eficiência econômica do município, incentivo as organizações associativas e respeito ao meio ambiente.

Tabela 1: Informações Socioeconômicas dos Municípios Selecionados, 2010.

Município	Plano Diretor	Pop.	Área (Km)	Densidade ¹	PIB ² (Mil reais)	PIB <i>per capita</i>	IDH m ³
Ananindeua	2.237/06	471.980	190,45	2.478,22	3.672.049,75	7.780,10	0,72
Belém	8.655/08	1.393.399	1.059,46	1.315,20	17.998.495,05	12.916,97	0,75
Benevides	1.031/06	51.651	187,83	274,99	599.682,46	11.610,28	0,67
Castanhal	015/06	173.149	1.028,89	168,29	1.450.441,46	8.376,84	0,67
Santa Barbara do Pará	1.436/07	17.141	278,15	61,62	67.085,45	3.913,74	0,63
Total		2.107.320	2.745	767,76	23.787.754,00	11.288,15	-

¹Em Hab/km²; ² PIB a Preços Correntes; ³ Índice de Desenvolvimento Humano municipal
Fonte: IBGE,2015

O município de Castanhal é formado pela segunda maior área de extensão em estudo, são 1.028,89 km² com densidade populacional de 168,29 hab/km². O PDM foi publicado em 04 de

³ Considera-se de baixo desenvolvimento IDH entre 0 e 0,49, de médio desenvolvimento IDH entre 0,5 e 0,79 e de alto desenvolvimento IDH de 0,8 à 1. (PNUD, 2015)

outubro de 2006 com objetivo de nortear a política urbana com os princípios de Inclusão Social, Participação Democrática e Cidade Moderna.

Os Planos Diretores são estabelecidos por lei e devem considerar as características locais e regionais, neste sentido, podem utilizar conceitos e mecanismos de execução e controle distintos. Desta feita, os elementos que permitam a definição da FSP, ainda que respeitem as leis federais, se apresentariam de forma distinta. A partir da identificação destes elementos, seria possível constatar a efetividade do Plano Diretor em corroborar a necessária democratização do acesso ao solo urbano nos municípios, a partir dos seguintes indicadores, como parâmetros específicos para a salvaguarda da FSP:

1. A presença de um zoneamento com parâmetros diferentes por região, a demonstrar que o plano definiu a FSP consoante as necessidades e os interesses de cada região, de forma individualizada, com demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social ou de Interesse Ambiental, definindo o uso do solo, dentre outros elementos;
2. A presença de coeficiente de aproveitamento mínimo⁴, pelo menos, podendo prever também o coeficiente máximo, pois serve de critério para utilizar os instrumentos urbanísticos de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, do IPTU progressivo no tempo e da desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
3. A presença de critérios como taxa de permeabilização⁵, de gabarito de altura⁶, de afastamento⁷ e de taxa de ocupação⁸, pois envolvem, dentre outras, questões urbanísticas relacionadas ao conforto ambiental, adensamento populacional, segurança.

O coeficiente de aproveitamento mínimo é o que se destaca entre as três proposições, pois está ligado a utilização dos instrumentos constitucionais, que podem chegar até a desapropriação por descumprimento da FSP, traduzindo assim, o combate à especulação imobiliária, ao exigir que o imóvel seja utilizado adequadamente. Por outro lado, a presença de um zoneamento com diferentes parâmetros urbanísticos de ocupação do solo urbano pode estar ausente em municípios pequenos, sem que implique na ausência da noção da FSP.

Ou seja, para os fins da presente pesquisa, o critério norteador da presença de parâmetros específicos na concepção da FSP é a existência de coeficiente de aproveitamento mínimo no PDM, seja no corpo da lei em si, seja em quadros ou anexos do diploma legal. Não se trata, portanto, de pesquisa empírica para analisar se está ocorrendo efetivo controle do uso do solo, mas de constatar se houve avanço em conceituar qual a FSP no PDM, por meio de sua definição subjetiva e objetiva.

Portanto, todas as conclusões da pesquisa serão restritas a estes pontos, sem pretensões de generalizações ou de confirmação empírica. Os PDMs serão avaliados por esse viés, de identificar se há o conceito de FSP e se os coeficientes de aproveitamento estão presentes.

⁴ O coeficiente de aproveitamento diz respeito à relação entre área construída e área do terreno. Logo, o coeficiente de aproveitamento mínimo estabelece a área mínima a ser construída no lote para que não seja considerado subutilizado, enquanto o coeficiente de aproveitamento máximo estabelece a área máxima a ser construída no lote.

⁵ Taxa de permeabilização é a proporção de áreas livres privadas, sem nenhum tipo de pavimentação, em relação à área do terreno.

⁶ Gabarito de altura é o número máximo de pavimentos permitido para a edificação.

⁷ Afastamentos são as dimensões e relações de distância entre a edificação e as divisas de terreno.

⁸ Taxa de ocupação é um percentual expresso pela relação entre a área de projeção da edificação sobre o plano horizontal e a área do lote

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme descrito até aqui, a definição conceitual e o estabelecimento de parâmetros relativos a FSP são essenciais para garantia do acesso ao solo urbano, o que não garante a execução ou fiscalização da função social. Os parâmetros sem uma formulação ou enunciado como base se tornam imprecisos e passíveis de manipulação por interesses distintos. Somente a presença de uma concepção forte e de parâmetros concisos é que o solo urbano pode ser utilizado de forma justa.

Neste sentido, procurou-se identificar a existência e a profundidade do conceito presente nos PDMs em estudo e a existência de parâmetros que permitam definir se o uso do solo está cumprindo sua função social. Dentre os municípios estudados somente o PDM de Castanhal não apresenta a caracterização para a FSP. A Lei 015/06 que institui o PDM define a função social da cidade em seu art. 6º:

Art. 6 A execução da política urbana deverá garantir as funções sociais da cidade, objetivando o bem-estar de seus habitantes, o acesso aos bens e serviços urbanos, assegurando as condições de vida e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do município, em conformidade com a Constituição Federal, o Código Civil Brasileiro, o Estatuto da Cidade, e a Lei Orgânica Municipal (CASTANHAL, 2006).

Embora seja claro quanto a promover o bem-estar e o acesso aos bens e serviços públicos de seus cidadãos, o PDM não define como deve ser realizado o uso do solo urbano, deixando possíveis parâmetros e instrumentos de punição dependente das opiniões dos agentes envolvidos, ao menos até que lei específica seja publicada.

O PDM de Ananindeua, instituído pela Lei nº 2.237/06, sendo contemplado com uma definição em seu art. 5º em que afirma que a FSP está condicionada à função social da cidade e às diretrizes do desenvolvimento municipal. O artigo imediatamente anterior define a função social da cidade da seguinte forma:

Art. 4 - As funções sociais da cidade são compreendidas como direito de todo cidadão do acesso à moradia, ao transporte público, mobilidade, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creche, lazer, segurança, acesso aos espaços e equipamentos públicos, preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural (ANANINDEUA, 2006).

A redação continua (art. 6º) estabelecendo que as diretrizes da política urbana devem ser pautadas na ordenação do crescimento da cidade, contenção de excessiva concentração urbana, adensamento condicionado e adequado à disponibilidade de infraestrutura e equipamentos urbanos e comunitários, promoção da urbanização, regularização e titulação das áreas irregulares, além da garantia do acesso adequado da pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida aos bens e serviços coletivos, logradouros e edifícios públicos, bem como às edificações destinadas ao uso industrial, comercial, de serviço e residencial.

A definição, portanto, se baseia no planejamento da expansão urbana, evitando a excessiva concentração e direcionando o adensamento populacional conforme a disponibilidade de infraestrutura e equipamentos urbanos e comunitários.

Em Benevides, a FSP é apresentada no art. 2º da Lei nº 1.031/06, que institui o PDM, em que a propriedade urbana deve atender as necessidades dos cidadãos. Embora estabeleça algumas diretrizes sobre o que deve ser entendido como “necessidade dos cidadãos”, a FSP neste PDM pode

ser rotulada como genérica, por não apresentar as diretrizes diretamente relacionada com o acesso ao solo urbano e com o ordenamento do crescimento da cidade evitando a concentração imobiliária excessiva.

O art. 2 do PDM de Benevides está assim redigido:

Art. 2 A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende simultaneamente as necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, a justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e desenvolvimento econômico, a compatibilidade no uso da propriedade com a infraestrutura existente, com os equipamentos e serviços públicos disponíveis, com a preservação da qualidade do ambiente urbano e rural e compatibilizando o uso da propriedade com a segurança, o bem-estar e a saúde de seus usuários e vizinhos de forma a contribuir para a sustentabilidade socioambiental (BENEVIDES, 2006).

A Lei Complementar nº 1.436/07 que institui o PDM de Santa Bárbara do Pará inclui a FSP como um dos 5 princípios básicos da política de desenvolvimento urbano e ordenamento urbano. Em síntese, vincula a definição de FSP ao cumprimento das diretrizes estabelecidas nos eixos estratégicos e no ordenamento territorial estabelecidos no próprio plano. A redação do segundo parágrafo do art. 2º dispõe o seguinte:

Art. 2, § 2º A propriedade cumpre sua função social, conforme diretrizes estabelecidas nos eixos estratégicos e no ordenamento territorial, quando for utilizada para habitação, para atividades econômicas geradoras de emprego e renda, para proteção do meio ambiente e para preservação do patrimônio cultural (SANTA BÁRBARA DO PARÁ, 2007).

O art. 6º desta mesma Lei, estabelece 5 eixos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico municipal, a saber, a integração regional, a potencialização do lazer e da cultura, a salubridade ambiental e a melhoria da malha viária e da mobilidade urbana, a quantificação da moradia da população de baixa renda e do atendimento de serviços públicos. O ordenamento territorial, por sua vez, deve ser realizado baseando-se em 4 diretrizes, conforme art. 53. O primeiro se refere a equalização dos usos existentes e potenciais do município com a preservação ambiental e o estímulo das atividades econômicas visando o desenvolvimento sustentável.

Na capital do Estado o PDM foi instituído pela Lei nº 8.655/08, em que a FSP é apresentada como um dos princípios fundamentais para a execução da política urbana. Este princípio é definido pelo art. 3º, segundo a forma de uso do solo, se para habitação, e neste quesito, habitação de interesse social, se para atividades econômicas que contribuam para o desenvolvimento da cidade, se para preservação ambiental ou do patrimônio histórico e cultural e ainda para preservação da seguridade.

Em seu Parágrafo Único, do art. 3º da referida Lei dispõe:

Art.3, Parágrafo único. Para garantir a função social da propriedade urbana, o uso e a ocupação do solo deverão ser compatíveis com a oferta de infraestrutura, saneamento e serviços públicos e comunitários, e levar em conta o respeito ao direito de vizinhança, a segurança do patrimônio público e privado, a preservação e recuperação do ambiente natural e construído (BELÉM, 2008).

Em síntese, dos 5 municípios em estudo somente Castanhal não apresenta algum tipo de elemento para a FSP, enquanto o PDM de Benevides o define de forma genérica e Ananindeua remete ao conceito de função social da cidade. Somente os Planos de Belém e Santa Bárbara do

Pará conceituam a função social que deve ser seguida pela propriedade urbana, de forma satisfatória. Esta inferência significa apenas a existência de diretrizes, resta agora a identificação da existência de parâmetros de execução e controle destas diretrizes.

Conforme explicitado nas seções anteriores, para identificação de definição mais concreta da FSP nos Planos analisados, além da presença de um conceito, observou-se a existência de coeficientes de aproveitamento do solo urbano estabelecidos pelas diversas áreas contidas na zona urbana. Levantamento referente aos cinco municípios pode ser observado na Tabela 2, em que o “sim” significa que o PDM cita e regulamenta o objeto em questão, o “não” significa que o PDM somente cita e prevê lei específica para regulamentar o objeto.

Tabela 2: Parâmetros de Execução e Controle da Função Social da Propriedade nos Planos Diretores Analisados.

Municípios	Conceito de FSP	Coeficiente de Aproveitamento		
		Mínimo	Máximo	Por Zona
Ananindeua	Sim	Não	Não	Não
Belém	Sim	Sim	Sim	Sim
Benevides	Sim	Sim	Sim	Sim
Castanhal	Não	Não	Não	Não
Santa Barbara do Pará	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos PDM analisados.

A maior parte dos PDM analisados não apresentam todos os coeficientes de aproveitamento do solo, somente Belém e Benevides estabeleceram coeficientes mínimos em seus planos. Observa-se que somente nas leis de Belém e Benevides o aproveitamento do solo é diferenciado de acordo com a zona em que este se encontra no perímetro urbano.

Em Castanhal não se observa o estabelecimento dos coeficientes mínimos e máximos, gerais e nem por zona, o que está disposto no documento trata-se do Índice de Aproveitamento Referencial (IAR), a ser disciplinado por lei específica (art. 176, PDM). O índice de aproveitamento é utilizado para fins de aplicação da outorga onerosa do direito de construir (art. 175, PDM) e da caracterização do imóvel como não utilizado (quando o índice for igual a zero nos imóveis com área média acima de 2.500 m², segundo art. 166, §2º do PDM).

O PDM de Belém estabelece em seu art.136, §4º os coeficientes de cada uma das sete Zonas de Ambiente Urbano (ZAU) e no parágrafo seguinte, prevê a publicação de lei específica para instituir o coeficiente de aproveitamento básico. Em seu art. 163 separa o setor I da ZAU 3, a ZAU 6 e o setor II da ZAU 7 para construção acima do coeficiente básico, mas sem limitá-lo. No anexo XI do PDM de Belém há o estabelecimento do coeficiente máximo, dividido por categoria de uso e região.

Em Benevides o PDM, por meio de art. 17, divide a Macrozona Urbana em Zona Central, Zona Intermediária e Zona de Expansão, deixando claro os indicadores de aproveitamento mínimo e máximo em cada zona. O PDM de Ananindeua prevê a publicação de Lei municipal específica e o Plano de Santa Bárbara do Pará não prevê nenhuma lei posterior, embora cite o coeficiente como uma das exigências para que a propriedade cumpra sua função social.

Com fulcro nestes dados é possível responder a problemática apresentada na parte introdutória, sobre a viabilidade de identificar elementos na definição da FSP, aptos a corroborar a necessária democratização do acesso ao solo urbano nos municípios de Belém, Ananindeua, Castanhal, Benevides e Santa Bárbara do Pará.

A exceção do PDM de Castanhal, todos os outros possuem alguma definição conceitual relativa a FSP, ainda que de forma genérica como feito em Benevides. No entanto, nem todos estabeleceram, claramente, os coeficientes mínimos considerando as especificidades presentes em cada área da zona urbana. Estes coeficientes mínimos de aproveitamento servem para estabelecer um padrão mínimo de ocupação do solo urbano, conferindo densidade à FSP e ao ideário de reforma urbana e de combate à especulação imobiliária.

No mesmo sentido, a hipótese, enquanto uma resposta provisória, de que quanto mais detalhada for a FSP, mais concreta esta será, a possibilitar o melhor controle e fiscalização do uso do solo, bem como da utilização dos instrumentos urbanísticos constitucionais, visto que a ausência da formulação de um enunciado, como aconteceu com Castanhal, ou a formulação genérica de Benevides tendem a confirmar a crítica de Villaça (1999, p. 221) de que os planos apresentam um conjunto de generalidades e de boas intenções, sem a pretensão de ser operacionalizado, ocultando os conflitos pelo espaço urbano.

De forma semelhante, Fernandes (2006) aponta o fato de que não basta ter um conjunto de leis, pois é necessário romper com interpretação legal fundamentada na propriedade enquanto um direito absoluto, dissociado de deveres. A explicitação dos índices de aproveitamento mínimo (Belém, Ananindeua e Santa Bárbara) caminha nesta direção, ao impor o aproveitamento do imóvel, qualificando a propriedade em um poder-dever no âmbito municipal.

Com a pesquisa, espera-se ter sido possível demonstrar a relação entre o estabelecimento da FSP, utilizando o coeficiente mínimo de aproveitamento como critério norteador, com a ordenação do solo e democratização do acesso ao espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PDM deve ser operacional, como um plano de ação, com condições de ser efetivado. Partiu-se da premissa de que quanto mais definido fosse a FSP, com a presença de critérios, de índices ou de parâmetros, mais viável seria exercer o controle do uso do solo, combatendo a especulação imobiliária e endossando a possibilidade de utilizar alguns instrumentos urbanísticos, que permitam a realização de uma reforma urbana.

Porém, o resultado encontrado é que permanece certa distância entre o disposto na Constituição e na Lei Federal 10.257/2001 e os PDMs estudados. A exceção do Plano Diretor de Castanhal, todos os demais trazem alguma definição de Função Social da Propriedade, ainda que generalizada. São designações que precisam de maiores especificações para guiarem a atuação do Poder Público e dos atores da sociedade. Declarações gerais, por vezes, escodem as lutas travadas no espaço urbano e em busca de espaços dignos. Planos gerais correm o risco de serem pouco operacionais, transformando-se em um plano para a confecção de outros planos, esvaziado do sentido original de implementar mudanças nas cidades, com a participação qualificada da população.

A presença de coeficiente de aproveitamento mínimo expressaria maior densidade à FSP, de modo que expusesse que a propriedade é um poder-dever, ao impor ao proprietário que atue, no sentido de dar uma destinação ao imóvel, consoante o interesse coletivo. Desse modo, infere-se que o município de Belém se destaca por ter o Plano mais próximo de uma FSP detalhada, pois possui uma concepção de função social e por apresentar os coeficientes de aproveitamento mínimos por zona, indicando não só o que se entende por função social, mas também estabelecendo a sua operacionalização. Em seguida, tem-se o PDM de Benevides, que embora tenha uma conceituação genérica de FSP, possui coeficiente de aproveitamento mínimo, indicando, assim, certo grau de detalhamento. Estes dois Planos podem ser considerados de maior viabilidade para exercer o controle e a fiscalização do uso do solo, bem como da utilização dos instrumentos urbanísticos constitucionais.

Os demais municípios possuem menor viabilidade para tal finalidade. O Plano de Santa Bárbara do Pará dispõe sobre a FSP de forma mais detalhada, no entanto, não apresenta o coeficiente de aproveitamento mínimo, indicando a intenção de democratizar o acesso ao solo urbano, mas não definido o meio de controle e fiscalização. Este Problema também evidenciado em Ananindeua, em que o PDM não apresenta os coeficientes mínimos por zona e o conceito de FSP se baseia diretamente na definição de Função Social da Cidade. Por fim, o PDM de Castanhal não traz nem a caracterização de FSP, nem coeficiente de aproveitamento mínimo, sendo assim, o Plano de menor viabilidade para exercer o controle e a fiscalização do uso do solo.

É preciso tirar o Poder Público municipal de sua zona de leniência, nos casos em que não adota uma definição da FSP ou que o faz de forma geral, sem especificidades. Estes municípios não se utilizaram de todo o potencial normativo, latente em seu PDM, na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) ou na Carta de 88, para a efetivação de espaços urbanos dignos.

O alcance destas inferências está delimitado por dois motivos. Primeiro, porque não se investigou se nos casos em que há coeficiente mínimo de aproveitamento do solo definido no PDM está ocorrendo a devida fiscalização e controle. Segundo, porque o universo pesquisado foi restrito, de apenas 5 municípios, sem pretensões de extrapolar para conclusões generalizantes. E, por fim, não há óbice para o estabelecimento de coeficientes de aproveitamento em leis específicas, em particular, Lei de Uso e Ocupação do Solo. Tais marcações, reafirmam os objetivos desta pesquisa. O que se pretende é apurar, não a execução da Função Social da Propriedade, mas sim se ela está sendo levada em consideração quando do planejamento urbano, estabelecido principalmente pelo PDM.

REFERÊNCIAS

ANANINDEUA, Lei municipal nº 2.237 de 06 de outubro de 2006. Plano Diretor Municipal. 2006

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BELÉM. Lei municipal nº 8.655 de 30 de julho de 2008. Diário Oficial do Município de Belém, Poder Executivo, Belém, PA, 31 jul. 2008. Pg. 60-200.

BENEVIDES. Lei municipal nº 1.031 de 11 de outubro de 2006.

- BRASIL. Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Pg. 1-5.
- CASTANHAL. Lei municipal nº 15 de 04 de outubro de 2006. Diário Oficial do Município de Castanhal, Poder Executivo, Castanhal, PA, DAVIS, Mike. *Planeta favela*. Trad. de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FERNANDES, Edésio. Direito Urbanístico e política urbana no Brasil: uma introdução. In: _____. (Org.). *Direito Urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 11- 51.
- _____. Anova ordem jurídico-urbanística no Brasil. In: ALFONSIN, Betânia e FERNANDES, Edésio (Orgs.). *Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 3-23.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 de junho de 2015.
- MATUS, Carlos. *Adeus Senhor Presidente: planejamento, antiplanejamento e governo*. Recife: Litteris, 1989.
- MARICATO, Ermínia. Planejamento para a crise urbana no Brasil. In: _____. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ROCHA, Luiz Alberto G. S. *Estado, democracia e globalização*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- SANTA BARBARA DO PARÁ, Lei Complementar municipal nº 1.436 de 27 de julho de 2007. Plano Direto Municipal. 2007
- SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- UN-HABITAT, *The challenge of slums: Global Report on Human Settlements*. Nairobi: UNCHS (Habitat), 2003.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP; FUPAM, 1999.



“A VIAGEM DA FARINHA”: DE BRAGANÇA A BELÉM, DA VIDA RURAL À VIDA URBANA PAPA-CHIBÉ.

Flavio Henrique Souza Lobato¹

RESUMO:

Este objetivou descrever o sistema de circulação da farinha, narrando como é realizada a produção na Região bragantina, o transporte, a comercialização na Feira da Farinha e o consumo desse gênero no bairro do Guamá, Belém (PA). E, nesse contexto, compreender as possíveis relações identitárias dos agentes desse sistema com o produto por eles produzido, transportado, comercializado e apreciado. Mediante uma abordagem qualitativa, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, empregando como instrumentos de coleta de dados: observações *in lócus*, fotografias, conversas informais e aplicação de entrevistas. Os resultados permitiram compreender que o sistema da cadeia produtiva da farinha se estabelece entre os locais de produção, os caminhões de farinha que fazem o transporte até Belém, os locais de comercialização da farinha (feiras, mercados, supermercados, tabernas, etc.) e a casa do consumidor. Os agentes que garantem a fluidez do sistema são os produtores, os atravessadores, os vendedores e os consumidores – cada um possui um papel sine qua non na eficiência dos fluxos e refluxos dessa rede. Observou-se que a circulação da farinha, mesmo que permeada por uma lógica econômica, ajuda a produzir, reproduzir, desenhar, marcar e demarcar códigos sociais, linguagens, valores e relações de identidades, de parentesco, etc. Concernente à questão identitária, foi possível evidenciar que a farinha e as práticas que ela envolve desenharam e (re)construíram relações de identidade diferenciadas dependendo do contexto sociocultural ao qual pertence o agente social envolvido nesse sistema. Há, portanto, uma coexistência de identidades nesse processo, em que as relações de identificação e/ou pertença com a farinha dos interioranos (no contexto rural) possuem diferenças das apresentadas pelos citadinos (no contexto urbano).

Palavras-chave: Farinha; Bragança-Belém; Sistema de Circulação; Agentes; Identidades.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa Mercados interculturais: linguagens, práticas e identidades em contextos amazônicos² (Edital Universal-CNPq 2013), em que estudantes e pesquisadores, em portos, feiras e mercados, vêm analisando aspectos socioeconômicos enquanto, também, culturais. Nesses espaços, produtos e práticas – que fazem parte do cotidiano amazônico – (re)criam, manifestam e difundem códigos sociais, linguagens, valores, bem como, constroem relações de identidade, parentesco, interétnicas e interculturais. Assim, no projeto, são realizadas aproximações etnográficas e conceituais sobre os fluxos, e os refluxos, que se originam – a partir da produção, transporte, comercialização e consumo de gêneros alimentícios – de comunidades

¹ Técnico em Eventos (IFPA), Graduando em Turismo (UFPA), com período sanduíche em Universidade de Coimbra (UC - Portugal) e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPA). E-mail: flaviolobato@hotmail.com

² Coordenado pela Professora Dr^a Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/IFCH/UFPA)

ribeirinhas, populações tradicionais ou povos indígenas até portos, feiras e mercados do estado do Pará.

Nesse sentido, dentre os tantos elementos que fazem parte do mundo caboclo-ribeirinho e citadino amazônico, a farinha de mandioca é um produto de destaque. Em conformidade com Lobato e Ravena-Cañete (2015), é um alimento importante não apenas na subsistência das populações amazônicas, mas um produto de grande valor econômico e cultural, visto que as práticas ligadas à produção, ao transporte, à venda e ao consumo da farinha e de outros produtos derivados da mandioca, contribuem na renda de muitas famílias e ajudam a compor e perpetuar o valioso etnoconhecimento amazônico: saberes, fazeres, memórias, bem como contribui na (re)construção de relações de identidade. Portanto, a farinha, enquanto elemento inerente ao cotidiano paraense, que, também, cria e perfila relações socioeconômicas e culturais em diferentes espacialidades, foi escolhida como objeto de estudo.

Tradicionalmente acompanhada do açaí, a farinha do prato do paraense chega, normalmente, por meio de uma viagem. O trajeto dessa viagem se dá entre as comunidades do interior e as feiras, mercados e supermercados dos conglomerados urbanos do estado do Pará, sobretudo da capital paraense: Belém. Nessa direção, Lobato (2014) identificou que o transporte deste gênero até a capital para a comercialização e posterior consumo, forma um sistema econômico-cultural, que pode se estabelecer por via rodoviária ou fluvial, e dependendo da via a farinha pode percorrer diferentes espaços até chegar à mesa do consumidor – viajando nas/pelas diversificadas ruralidades e urbanidades do estado.

Estudos anteriores que versam sobre a farinha de mandioca no estado, ao tratarem da cadeia produtiva, já indicaram a existência desse sistema (ALCÂNTARA; et al, 2010; MOREIRA; SANTANA, 2011; JUNIOR; ALVES, 2013). Contudo, limitam-se apenas a esquematizar ou representar seu funcionamento, e, ainda, sob uma perspectiva econômica. Não o descrevendo e levando em consideração as sociabilidades, as relações identitárias, de parentesco, interétnicas e interculturais que se manifestam entre os diferentes espaços ora rurais, ora urbanos. Do mesmo modo, os agentes que compõem e dão funcionalidade a esse sistema, são ocultados em algumas pesquisas, deixando-se de lado, assim, um importante contexto simbólico-cultural que, também, perfila e conduz esse processo.

É diante desse cenário que emergiu o presente trabalho, que visou descrever o sistema de circulação da farinha, a produção na Região bragantina, o transporte, a comercialização na Feira da Farinha e o consumo desse gênero no bairro do Guamá, Belém (PA). E, nesse contexto, buscou compreender as possíveis relações identitárias dos agentes desse sistema com o produto por eles produzido, transportado, comercializado e apreciado. O caminho metodológico construído para o alcance desse objetivo, iniciou por uma abordagem qualitativa, com pesquisas bibliográficas, documentais e em campo. Empregando-se como instrumentos de coleta de dados, observações *in lócus*, registros fotográficos, conversas informais e aplicação de entrevistas com os agentes que compõem a principal rota de circulação da farinha, entre os interiores do estado e a mesa do consumidor belenense: Bragança-Belém.

Os resultados obtidos permitem compreender que a farinha, na funcionalidade de sua cadeia produtiva, viaja por diferentes espaços, lida com diferentes agentes e produz e reproduz, ainda que condicionada por uma lógica econômica, variados e coexistentes códigos sociais, linguagens, valores e relações de identidade, de parentesco, etc., em diferentes contextos sociais. Seu percurso

depreende os locais de produção, os caminhões de farinha que fazem o transporte até Belém, os locais de comercialização da farinha (feiras, mercados, supermercados, tabernas, etc.) e a casa do consumidor. Os agentes que garantem a fluidez do sistema são os produtores, os atravessadores, os vendedores e os consumidores – cada um desempenha seu papel para a eficiência dos fluxos e refluxos desse sistema, entre o mundo rural, o mundo urbano e as suas liminaridades.

FARINHA DE MANDIOCA E A IDENTIDADE CULTURAL³ PAPA-CHIBÉ

(...) o alimento é como uma grande moldura; mas a comida é o quadro, aquilo que foi valorizado e escolhido dentre os alimentos; aquilo que deve ser visto e saboreado com os olhos e depois com a boca, o nariz, a boa companhia e, finalmente, a barriga (...) O alimento é algo universal e geral. Algo que diz respeito a todos os seres humanos: amigos ou inimigos, gente de perto ou de longe, da rua ou da casa (...). Por outro lado, comida se refere a algo costumeiro e sadio, alguma coisa que **ajuda a estabelecer uma identidade**, definindo, por isso mesmo, um grupo, classe ou pessoa (...). Temos então o alimento e temos comida. Comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se (...). A comida vale tanto para indicar uma operação universal – ato de alimentar-se – quanto para **definir e marcar identidades pessoais e grupais, estilos regionais e nacionais de ser, fazer, estar e viver** (DAMATTA, 1984, p. 55- 56 – Grifo nosso).

Apesar do ato de comer ser visto apenas como uma necessidade eminentemente biológica, uma condicionante sine qua non para a perpetuação de seres animais e, de certa forma, vegetais. Os hábitos e práticas que estão, intrínseca e extrinsecamente, atrelados à alimentação humana compreendem, segundo Maciel (2005, p. 49), “um sistema simbólico em que códigos sociais estão presentes atuando no estabelecimento de relações dos homens entre si e com a natureza”. São, os hábitos alimentares, portanto, “fenômenos socioculturais historicamente construídos pela humanidade e, que variam conforme a cultura, condições geográficas, convenções sociais e acúmulos de experiências” (BARBOSA, 2012, p. 1) – que ajudam, como ressalta DaMatta (1984, p. 56), “a estabelecer”, “definir e marcar identidades”. Em outras palavras, “a alimentação está enraizada na cultura, carregada de significações históricas que são construídas ao longo do tempo”. “As práticas alimentares cada vez mais definem identidades que estabelecem recortes [parâmetros] sociais entre o mesmo e o outro” (LIFSCHITZ, 1995 apud BARBOSA, 2012, p. 10).

De acordo com Mintz (2001, p. 31), nossas atitudes, ações, percepções e aceções concernentes à comida e/ou à alimentação, “são normalmente aprendidas cedo e bem”. Aprende-se a “comer [como e de que forma deve-se comer] todos os dias, durante toda nossa vida; crescemos em lugares específicos, cercados também de pessoas com hábitos e crenças [alimentares] particulares”. Logo, aquilo que é empreendido ao longo da formação sobre comida nada mais é do que práticas culturais pertencentes ao grupo social ao qual se faz parte, que historicamente foram ensinadas, apreendidas e transformadas.

Nesse contexto, a farinha, produto de grande riqueza nutricional, constituída por fibras, carboidratos, potássio, fósforo, sódio, cálcio e proteína, – derivada da Mandioca, raiz de um arbusto do gênero *Manihot* e espécie *Manihot esculenta* Crantz (AGOSTINI, 2006), é um gênero alimentício muito apreciado no universo cultural amazônico, e sobretudo paraense. Sendo um produto que

³ Maalouf (2003 apud RODRIGUES, 2012) esclarece que “cada indivíduo possui uma identidade composta de muitas afiliações e pertencas. (...) existe em todas as sociedades uma enorme variedade de identidades. Por isso alguns autores diferenciam identidades individuais de identidades culturais/sociais/coletivas”.

ajuda "na subsistência e também é geração de renda dessas populações" e "a compor, junto a outros tantos elementos de diferentes ordens, os saberes, os fazeres, a memória e a(s) identidade(s) das populações caboclo-ribeirinhas [e cidadinas] paraenses" (LOBATO; RAVENA-CAÑETE, 2015, p. 249), tendo em vista que as suas relações comerciais, percebidas também como culturais, marcam a sua circulação por vários espaços e abarcam diferentes agentes sociais: que se estabelecem desde a produção, passam pelo transporte e comercialização, até o consumo.

Da transformação da raiz da mandioca à farinha, a produção não é simples, sendo esta norteadada pela natureza que cria lógicas de produção. Isto é, as alterações climáticas são quem determinam quais serão as técnicas de preparação do solo e a escolha da roça/área para o plantio, e inclusive a hora da colheita (RAVENA-CAÑETE, 2011). Uma vez o solo pronto, o plantio é realizado a partir da fixação de caules da planta na terra, com medições entre um e outro, determinadas, pelo tamanho da "passada" do roceiro (LOBATO, 2014). Até a colheita são necessários de 6 meses de espera para que a plantação chegue ao um estado aceitável de amadurecimento. Por esse motivo Ravena-Cañete (2011, p. 166), ressalta que "de modo geral, são mantidas várias roças, entre maduras e verdes, de forma a garantir que permanentemente haja mandioca", afinal muitas famílias sobrevivem quase que exclusivamente do consumo e venda dos derivados da mandioca: farinha, tucupi, beiju, mingau, goma, farinha de tapioca e farofa.

Herdadas dos povos indígenas, as diferentes técnicas de produção da farinha se apresentam desde as mais rudimentares, realizadas por meio do trabalho braçal, às dotadas de tecnologias, com utilização de maquinários que potencializam em larga escala a produção. No entanto, no estado do Pará, a produção da farinha se acentua, notadamente, de forma artesanal, nas chamadas "Casas de farinha", pelas populações residentes nos interiores do estado ou em Ilhas próximas à cidade de Belém (LOBATO, 2014). Mas de acordo Pinto (2002), Bezerra (2006) e Ravena-Cañete (2011), da produção ao consumo da farinha há muito trabalho: cansativo, que demanda esforço físico e certo tempo.

Existem diferentes tipos de farinha: seca, mista e d'água; sendo esta última a mais consumida pelos paraenses (NOGUEIRA; MENDONÇA, 2004; CORRÊA, 2008). Seu processo de produção passa pelas etapas de: colheita, lavagem, amolecimento, ralamento, prensagem, peneiramento e torração. Após a produção, a farinha é embalada. O empacotamento é feito em "sacas de farinha", com 30 ou 60 quilos (PINTO, 2002; LOBATO, 2014). Posteriormente, a farinha é transportada a municípios próximos e até capital, e então é comercializada nas feiras, mercados, supermercados, tabernas, ou pequenos comércios para o consumo. Lefebvre (1991), nesse sentido, assinala que o trabalho coloca o morador rural em contato com o mercado, o consumo, a dinâmica que permeia o mundo urbano.

De conformidade com dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE (2014), em 2014, foram produzidas 23.087.828 toneladas de mandioca no país, sendo o Pará o estado com maior produção de mandioca no país, com 4.874.331 toneladas produzidas, mais da metade da produção registrada na região norte, 8.045.156 toneladas. Nessa perspectiva, Junior e Alves (2013, p. 47) pontuam que "Há 21 anos [22 anos agora], o Pará vem se destacando como o maior produtor de mandioca do Brasil. O cultivo gera 200 mil empregos no meio rural, talvez a cadeia agrícola de maior oferta de emprego no Estado". Evidenciando que a farinha desponta como um gênero importante na economia do paraense, conferido por muitos caboclos dos interiores e feirantes da cidade grande como uma importante fonte de renda.

Lobato e Ravena-Cañete (2015), no entanto, apontam que a farinha para além de ser um produto com aproveitamento integral, com utilidade múltipla em diferentes refeições; acompanhada ou misturada de/com outros gêneros alimentícios, e um alimento de grande importância econômica, é um símbolo representativo na construção da identidade paraense. Visto que as práticas atreladas a produzir, transportar, comercializar e consumir farinha, são atividades de grande valor cultural do cotidiano amazônida-paraense, que ajudam a caracterizar e a identificar o “ser paraense”.

Do mesmo modo como Roberto DaMatta fala do tradicional feijão com arroz brasileiro. Na região Amazônia, sobretudo no estado do Pará, o açaí com farinha de mandioca, “exprime a sociedade” amazônida, a sociedade caboclo-ribeirinha, a sociedade papa chibé. “Combinando o sólido com o líquido, o negro com o branco e resultando numa combinação que gera um prato de síntese, representativo de um estilo” ribeirinho-citadino de ser e “de comer: uma culinária relacional que, por sua vez, expressa uma sociedade relacional”. “Comida do cotidiano, a combinação” açaí com farinha “transforma-se em um prato que possui um sentido unificador, sendo assim alçado a símbolo” regional: o pirão do papa chibé (DAMATTA, 1987 apud MACIEL, 2005, p. 51).

Ao produzir, comercializar ou apreciar a farinha acompanhada do açaí, o paraense não está apenas desempenhando uma função social (trabalhando) ou sanando uma necessidade fisiológica (alimentando-se), mas sim, ratificando uma prática cultural, presente e pertencente ao seu cotidiano, que o caracteriza e o identifica, por vezes, como o “papa-chibé”. Em outro ângulo, o paraense que comumente trabalha ou se alimenta com/de farinha, acaba por “reforçar e demarcar um traço identitário que lhe é tão forte, que representa um pertencimento à cultura do estado em que nasceu e vive, reforçando fronteiras identitárias e o pertencimento ou exclusão de determinado grupo” (BARTH, 1998 apud SILVA; COSTA, 2013, p. 6).

Lévi-Strauss (2004) observa o consumo como um ritual – do mesmo modo a produção e a comercialização podem ser compreendidas. Segundo o autor, os rituais, nesse contexto, caracterizam-se como maneiras de efetuar e cultivar relações socioculturais entre indivíduos, sendo também, formas de distanciamento. Noutros termos, as formas de consumo são agentes de aproximação, de identificação e ao mesmo tempo de exclusão para com determinado grupo social. No contexto paraense, aquele que tem o consumo de farinha, e outros elementos de destaque do universo culinário do estado do Pará, como uma prática social cotidiana, se aproxima mais do que é ser paraense em essência, do que é ser papa chibé “por natureza” Parafraseando Descartes (1596-1650 apud TRAVANCAS, 200-?, s. p.), é como se: “consumo, logo existo”, “como farinha todo dia, logo sou papa chibé”. Ou ainda, “dize-me o que comes e te direi quem és” (BRILLAT-SAVARIN apud MACIEL, 2005, p. 50), “diz-me que comes farinha todo dia e te direi tu és papa chibé”.

Segundo Silva (2000, p. 106), o processo de identificação é construído “a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”. Cruz (1993), citado por Rodrigues (2012, p. 3), pontua, ainda, que as identidades são construídas continuamente, por meio de “identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo”. Portanto, o processo de identificação⁴

⁴ No cerne da discussão sobre identidade, é importante destacar, ainda, que esta “não é estável e unificada”, muito pelo contrário, é contínua, instável, dinâmica, mutável, transitória, em fluxo, transforma-se, reconstrói-se, muda ao caminhar da história de determinado grupo social (MAALOUF, 1998 apud RODRIGUES, 2012; RODRIGUES, 2008). Para além disso, Stuart Hall (1992, p. 7) discorre que, na pós-modernidade, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto

compreende um sentimento de pertencimento, em conformidade, com os parâmetros de diferença e semelhança em relação ao contexto e ao grupo social que o indivíduo pertence.

Lobato e Ravena-Cañete (2015), sob essa perspectiva, pontuam que as relações identitárias do cidadão são tão íntimas e subjetivas com a farinha que, ela e as práticas que ela permeia “trazem a muitos dos atuais habitantes da cidade grande, lembranças de suas histórias vivenciadas ou narradas por seus parentes tempos atrás, nas margens dos rios da milenar Amazônia”. Sobre isto, Mintz (2001, p. 32) assinala que “Os hábitos alimentares podem mudar inteiramente quando crescemos, mas a memória e o peso do primeiro aprendizado alimentar e algumas das formas sociais aprendidas através dele permanecem, talvez para sempre, em nossa consciência”. Tal fenômeno não acontece, do mesmo modo, com caboclo-ribeirinho, tendo em vista que, muitas vezes, ele vive às margens de rios, furos e igarapés, além de ser aquele que tem a produção de farinha, como uma prática comum em seu dia a dia.

No Ver-o-peso e em outras feiras da cidade de Belém, “a farinha de mandioca ocupa lugar de destaque. Longas filas de barracas expõem, em sacos abertos, os mais variados tipos de farinha” (NOGUEIRA; MENDONÇA, 2004, p. 39). Mas, de certa forma, também, expõem e rememoram costumes, crenças, hábitos, valores e histórias de muitos consumidores paraenses representados/simbolizados/cristalizados através da farinha e das práticas a ela ligadas. Santos e Leitão (2013, p. 3) mostram que no cotidiano sociocultural paraense é possível “encontramos a influência da farinha ou da própria mandioca em canções populares como o curimbó, ou mesmo em brincadeiras com autodefinições do paraense como ‘papa chibé’, o alimento está sempre muito relacionado à cultura paraense”, estando atrelada à sua imagem outros elementos de expressiva representatividade e simbolismo cultural.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa se estabeleceu por meio de uma abordagem qualitativa, com pesquisas bibliográficas, documentais e em campo. Foram empregados como instrumentos de pesquisa e coleta de dados: observações diretas *in loco*, registros fotográficos, conversas informais e aplicação de entrevistas com os agentes que compõem o sistema de circulação da principal rota da farinha no estado do Pará, a rota Belém-Bragança.

No que concerne à pesquisa de campo foi dividida em quatro momentos, no primeiro, foram realizadas entrevistas com dez (10), dos dezoitos (18) vendedores existentes na Feira da Farinha, no bairro do Guamá, em 2014. Num segundo momento, foram entrevistados um grupo de quatro (4) atravessadores, no dia 13 de Janeiro de 2015, que trabalham com o transporte de Farinha – de comunidades dos arredores de Bragança até as feiras e mercados do Bairro do Guamá e da cidade de Belém e de outros municípios. A partir disso, chegou-se à Comunidade do Peri, município de Tracuateua da Região Bragantina, no dia 21 de janeiro de 2015, onde se acompanhou o processo produtivo da farinha e houve uma conversa e entrevista com o “Seu Bené” e sua família, produtores e vendedores da farinha e de outros derivados da mandioca que são transportados até Belém.

como um sujeito unificado”. “A identidade cultural [na atualidade] se apresenta de forma tão fragmentada que o ser humano passa a apresentar inúmeras identidades, e não mais uma. As identidades/identificações são tantas que o ser humano se vê em uma crise identitária” (HALL, 1992; LOBATO; RAVENA-CANETE, 2015, p. 246).

Por fim, foram realizadas, na Feira da Farinha, no bairro do Guamá, entrevistas com todos os consumidores de farinha que, entre os dias 02 e 15 de fevereiro de 2015, ali passaram e aceitaram participar da pesquisa, sendo quinze (15) consumidores de farinha – pais e mães de família, que se diziam compradores assíduos de farinha na feira do Guamá. Os vendedores e consumidores, sobretudo, foram “escolhidos” com base na aceitação, predisposição e entusiasmo em participar da pesquisa. Estes procedimentos metodológicos buscaram capturar, identificar, analisar e descrever como se estabelece o sistema de circulação da farinha em sua principal rota, quais os agentes responsáveis e suas possíveis relações identitárias com a farinha, com a identidade Papa Chibé.

Os conhecimentos construídos, conteúdos trabalhados, dados e interpretações iniciais da pesquisa, foram expostos, debatidos e discutidos com pesquisadores do Projeto de Pesquisa Mercados Interculturais, discentes do Curso de Mestrado e Doutorado em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), durante o II Seminário Mercados Populares em Belém, e com alguns dos agentes que compõem a cadeia da farinha que participaram das pesquisas, a fim de – a partir de opiniões, contribuições, sugestões, direcionamentos, críticas e considerações – desenvolver e amadurecer o trabalho. Levando-se em consideração que “todo conhecimento se desenvolve socialmente” (TOMAZI, 2007, p. 6).

O SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DA FARINHA: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO PAPA-CHIBÉ.

Cunha (2003, p. 110) define um sistema como um:

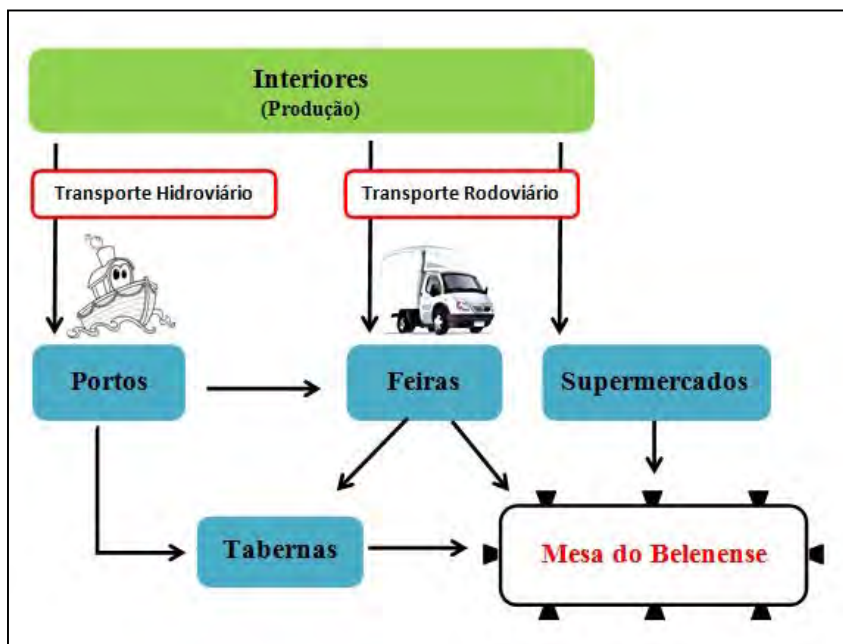
“conjunto de elementos inter-relacionados, coordenados de forma unificada e organizada, para alcançar determinados objectivos. Neste sentido, os elementos que compõem o sistema estabelecem relações entre si de tal modo que a modificação de um elemento provocará modificação no outro ou outros, e o sistema actuará de forma eficaz, no sentido de alcançar objectivos, quando todos os elementos que o compõem forem, ou estiverem, organizados coordenadamente [sic]”.

Logo, um conjunto composto por elementos que não apresentam objetivos comuns nem apresentam interligações e inter-relações, não constitui um sistema⁵. Não há, pois, mutualismo: uma relação de interdependência entre os elementos, isto é, a mudança de um não implica a alteração dos demais.

Sob esta concepção, em consonância com Lobato (2014), a produção e o deslocamento da farinha dos interiores do estado do Pará até Belém para comercialização e consumo, forma um sistema (como mostra o fluxograma 1). Este, embora perfilado notadamente por aspectos econômicos, é envolvido por aspectos culturais.

⁵ Exemplificando, “uma estante de livros não é um sistema porque os elementos que a constituem (os livros) não estão interligados e se um livro for retirado da estante não tem consequências para os restantes. Pelo contrário o corpo humano é um sistema porque o todo condiciona as partes e estas condicionam o todo: o sistema nervoso, o sistema circulatório ou respiratório estão interligados entre si e se um deles se modifica altera o corpo (o sistema) de tal forma que condiciona os objectivos [sic]” (CUNHA, 2003, p. 110).

Fluxograma 1 – Sistema de Circulação Econômico-Cultural da Farinha



Fonte: LOBATO, F. H. (2014. Adaptado, LOBATO, F. H, 2015)

Como é possível observar, dependendo do meio de transporte utilizado, Lobato (2014) esclarece a farinha pode percorrer diferentes espaços até chegar à mesa do consumidor. No caso do transporte hidroviário, a farinha chega primeiramente aos portos, passando pelas feiras e tabernas até chegar ao consumidor. Nos portos, normalmente, a farinha é negociada entre os atravessadores e feirantes, sendo levada para as feiras, onde é novamente comercializada junto a novos revendedores, os donos das tabernas, mercearias e mercadinhos, ou aos próprios consumidores. No transporte rodoviário, a farinha tem como destino as feiras, passando pelas tabernas (mercearias ou mercadinhos) até chegar à mesa do paraense. Nas feiras, a lógica é mais simples, a farinha é vendida aos donos de tabernas ou consumidores. Tendo também como destino, os supermercados que revendem aos consumidores.

Concernente a este sistema, faz-se necessário pontuar algumas observações sobre o seu funcionamento: 1) as relações de funcionamento da distribuição da farinha, como já retrocitado, podem se dá de forma diferente, pois podem acontecer “furos” no sistema, por exemplo, o consumidor final pode, se desejar, comprar a farinha direto dos produtores ou ainda no porto; 2) alguns locais de produção (interiores) não têm escolha quanto ao tipo de meio de transporte a ser utilizado no deslocamento do produto; 3) alguns portos são também feiras, portanto, no caso do transporte hidroviário a farinha pode chegar diretamente na feira. Desse modo, tal sistema representa de que forma, habitualmente, acontece a distribuição e comercialização da farinha no estado do Pará, não sendo, portanto, a única e exclusiva forma de funcionamento existente.

Os espaços do estabelecimento das relações de produção, distribuição e comercialização do produto e funcionalidade do sistema de circulação da farinha, são compostos, como se pode observar no fluxograma 1, por: interiores, meios de transportes, Portos, Feiras e tabernas e a casa/mesa do belenense, sendo especificadas a seguir as funções que cada um desempenha no sistema:

- **Interiores:** são os locais de produção e o ponto de partida do transporte da farinha, e, conseqüentemente, do sistema;
- **Meios transportes:** estabelecem a fluidez e ligação entre os demais elementos do sistema ao garantirem a logística de distribuição do produto. Essa distribuição pode ser realizada por meio do *modal* hidroviário ou do *modal* rodoviário. Os veículos utilizados, em geral, são alugados, de propriedade dos produtores ou pertencem a terceiros (atravessadores) que compram o produto e o transportam até a cidade;
- **Portos, Feiras, Mercados e tabernas:** são espaços que ajudam na maior oferta, disseminação, comercialização, venda e revenda da farinha pela cidade e região metropolitana; Desempenhando um papel importante na geração de renda de muitas pessoas;
- **Supermercados:** são espaços onde, geralmente, a farinha é revendida em um preço acima do vendido na feira, a um público que detém um maior valor aquisitivo. Há casos em que a farinha ofertada em supermercados não é de origem dos interiores, mas sim de produções industriais;
- **Mesa do paraense:** espaço de consumo, local onde a farinha, acompanhada ou misturada a outros alimentos é apreciada.

Mas para que o sistema tenha funcionalidade, isto é, que as relações de produção, distribuição e comercialização se materializem, estão envolvidos diferentes agentes – produtor, atravessador, feirante, dona da taberna e consumidor –, cada um desempenha um papel para a fluidez do sistema.

- **Produtor:** Agente que inicia do sistema, é ele quem planta, colhe e transforma a mandioca em farinha e em outros produtos;
- **Atravessador:** Responsável pela fluidez do sistema. Realiza o deslocamento da farinha, seja por via hidroviária ou rodoviária, até outros municípios e a capital;
- **Feirante:** Receptor do produto na capital. Presente nas feiras e mercados, é o responsável pela comercialização da farinha;
- **Empresário:** Donos de supermercados que compram, também, a farinha nos locais de produção.
- **Dono da taberna:** Compra a farinha nas feiras, portos ou mercados. Presente, na rua, na esquina, ao lado, mais perto do consumidor para revenda da farinha e
- **Consumidor.** Componente mais que essencial. Todo o sistema gira em torno do dele, afinal é ele quem financia e estimula a produção, transporte e comercialização.

Esses deslocamentos realizados para comercialização da farinha formam rotas de circulação. Nas pesquisas de Lobato (2014), na Feira da Farinha e na Feira do Porto da Palha, além de Ilhas localizadas na Região Metropolitana de Belém, foram mapeadas 8 (oito) rotas que se estabelecem por meio dos municípios de Mojú, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São Domingos do Capim, Bujarú, Concórdia do Pará, Bragança e Castanhal. Essas redes trazem uma noção geográfica/espacial da trajetória que o transporte da farinha percorre.

Mesmo Belém sendo o ponto principal e final das entregas, estas também ocorrem durante o trajeto que compõe as distâncias entre as cidades e a capital. Essas rotas que se formam, mesmo

que a partir de uma lógica econômica, trazem consigo e difundem uma infinidade de saberes, fazeres, memórias do mundo rural para o urbano. Por esse motivo, os portos/feiras, sobretudo do bairro do Guamá, são espaços intersticiais, liminares entre esses dois mundos, um provido de tradições e outro tomado por transformações, que já não lhe conferem as mesmas dinâmicas, sobretudo, as socioculturais de antes.

Com base nos procedimentos metodológicos empregados em campo, aliado às literaturas consultadas, identificou-se que a Farinha de Bragança possui uma simbologia, uma representatividade marcante em todo o Pará, visto que, por muitos, é considerada a melhor farinha de toda a região. Desse modo, evidenciou-se, junto aos feirantes/vendedores de farinha, que a principal rota da Farinha no estado se estabelece entre Belém e Bragança. Logo, a farinha do prato do Belenense, por vezes, advém de pequenas comunidades produtoras localizadas no município de Bragança e arredores: Região Bragantina.

Nesse sentido, a seguir procurou-se descrever como é realizada a produção na Região bragantina, na Comunidade do Peri, o transporte em um caminhão de farinha, a comercialização na feira e o consumo desse gênero no bairro do Guamá, Belém (PA). Buscando pontuar, ainda, a importância da farinha e as possíveis relações identitárias que se desenham com a sua circulação e contato com os diferentes agentes – produtor, atravessador, vendedor e consumidor – o funcionamento de sua cadeia.

PRODUÇÃO: “A CASA DE FARINHA”

“Levanto na madrugada, tomo um banho e um café, e já me preparo pra mais um dia de roça” (Seu Bené. Pesquisa de Campo 2015)

Nascido no interior do estado, filho de camponeses, Seu Bené conta que “o saber de fazer farinha foi-me passado, né?!, desde pequeno por meus pais”. Praticamente um analfabeto, como ele mesmo diz, suas experiências acumuladas – em cerca de 8 horas de trabalho diário, ao longo de mais de 50 anos como produtor de farinha –, fizeram com que Seu Bené se tornasse mais do que um produtor, ficou até mundialmente conhecido como “O Professor Farinha”. Para várias cidades do mundo, Bené relatou que, viajou com sua gastronomia, mostrou a uma parte do mundo o seu saber, os seus conhecimentos sobre a farinha.

Seu Bené mora na Comunidade do Peri, localizada no município de Tracuateua (PA)⁶, mas afirma que a sua farinha é de Bragança, pois, segundo ele “Eu nasci e cresci como um Bragantino... Eu morava em Bragança mesmo, só uns tempos depois que vim morar aqui”. Ele contou que a produção da farinha em sua propriedade é realizada por ele e sua família: “Aqui todo mundo ajuda um pouco. Todo mundo sabe fazer farinha. O meu filho sabe fazer uma farinha muito boa, também”.

Sobre o processo de produção da farinha (Figuras 1, 2 e 3), Seu Bené, conta que a Farinha d’água, a mais consumida, “a que o pessoal mais gosta”, é feita da seguinte maneira:

“Eu pego essa mandioca daqui, eu arranco essa mandioca aqui do curral, eu trago, arreo ela aqui. Boto esses, nesses camburão, coloco aqui. Eu coloco numa bacia de borracha. Aí eu ligo aquela mangueira ali, com uma borracha da pia branca. Aí eu lavo essa mandioca

⁶ Situado na Região Bragantina, o município de Tracuateua pertencia a Bragança, contudo, os moradores, do até então distrito, insatisfeitos com as condições de vida ofertadas pelo Poder Público de Bragança, se organizaram em um movimento em direção à emancipação da Vila em Município, que, após muitas lutas, aconteceu no dia 01 de janeiro de 1997.

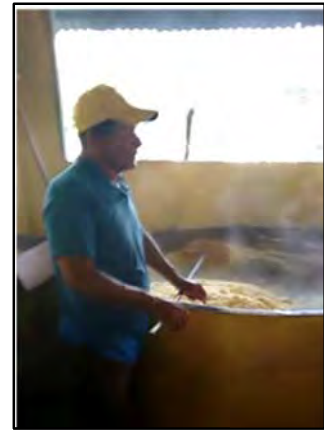
todinha, com a casca. Assim que é feita essa farinha que vocês tão levando pra refeição de vocês.

Ela passa cinco dias aqui, secando aqui no sol. Aí, eu tampo ela aqui, por causa de não caia inseto em cima, da noite, né. Bisouro, essas coisas. Aí é só esperar o tempo dela pra descascar”

Aí, é só depois que a gente coloca ela no tipipi, que é quando a gente prensa ela, e sai o tucupi e a massa da tapioca. Depois disso, a gente começa a ralar a mandioca, vai peneirando ela, e ela vai ficando miúda. Aí, é só depois que a farinha vai ali pro forno, que é quando a gente torra ela aqui. Mas tem que ter cuidado, tem que saber fazer, não pode deixar ela torrar muito, também não pode deixar ela pouco tempo... Tem um ponto, só quem faz mesmo pra saber”.

(Relato do *Seu Bené*. Pesquisa de Campo, 2015).

Figuras 1, 2 e 3 – Cultivo e Produção de Farinha na Comunidade do Peri



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

A produção da farinha acima relata por “Seu Bené”, é realizada em um espaço que fica no fundo de sua propriedade, que é chamado de “Casa de Farinha” ou “Casa de Forno”. Logo após esse processo, nesse espaço mesmo, “Seu Bené” e os outros produtores, iniciam o processo de embalagem do produto. Geralmente o produto é condicionado em sacos plásticos grandes, conhecidos como “Sacas de Farinha”, que tem capacidade para 30 e 60 quilos de farinha. Após isso, é iniciada as negociações entre o “Seu Bené” e os atravessadores, que transportam a farinha, e outros produtos derivados da mandioca, para diversos municípios do estado, sobretudo para a capital para serem revendido em Feiras, mercados, supermercados e pequenos comércios.

TRANSPORTE: “VIAJANDO COM A FARINHA, DE BRAGANÇA A BELÉM”

“Meu filho, não tem muito mistério. É só chegar lá na casa do Bené, do Malaquias ou da Maria. Pegar a farinha e trazer pra Belém. (Pedro, Pesquisa de Campo, 2015).

Pedro, 53 anos, trabalha com o transporte de farinha a algum tempo. Segundo ele, “são aproximadamente 25 anos nesse vai e vem [de Bragança até Belém]”. Ele comenta que o ofício de atravessador de farinha entrou em sua vida por acaso, “Eu estava desempregado na época, e não arranjava nenhum trabalho. Até que um conhecido meu perguntou se eu não queria tirar uns bicos no caminhão. De lá pra cá, eu fui me arrumando, conseguindo minhas coisas e hoje to aqui com esse meu negócio”.

Pedro é o dono do caminhão (Figura 4), Julio, Tonhão e João são seus funcionários, basicamente eles têm como função o carregamento e o descarregamento de produtos. Apesar do

caminhão ser denominado de “Caminhão de Farinha”, ele não faz somente o transportes de farinha, transporta outros produtos, além dos derivados da mandioca. “O trabalho não é muito pesado”, conta Tonhão, “a gente carrega, vai, pára, desce e faz as entregas”. João assinala que, “A coisa mais pesada, é ter que carregar no caminhão e descarregar... Querendo ou não, 60 quilos de farinha pesa, mas a gente já tem o costume, nem sente mais”.

Figura 4 – Caminhão de Farinha



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Sobre o trajeto até Belém, Julio – que também dirige o caminhão – conta que é tranquilo. Mesmo Belém sendo o destino final, e onde se mais entrega e vende farinha, ao longo do caminho, em vários municípios que ligam Bragança e Belém são feitas entregas. “A gente sai de lá, aí pega as BR’s, primeiro a 308 e depois a 316, e segue, até chegar aqui”. Ao ser questionado sobre o que é mais dificultoso, Pedro fala que: “é quando chega aqui, porque tem uns lugar que o caminhão não pode passar em certas horários. E também a gente não faz entrega só aqui [no Guamá], tem entrega em outras feira antes, e depois também”.

A chegada geralmente é ainda na madrugada, somente horas mais tarde é que terá início a feira, mas os “caboquinhos do interior”, produtores e atravessadores da farinha, já começam a chegar nos caminhões, na Feira, trazendo em suas “bagagens”, os inúmeros gêneros alimentícios encomendados e que serão revendidos aos feirantes para abastecer o bairro do Guamá.

COMERCIALIZAÇÃO: “OLHA A FARINHA! ESSA É DE BRAGANÇA”.

“Olha a farinha, Provar, meu amor. Pode provar”.
(Dona Isabel – Pesquisa de Campo 2014)

Enquanto as horas vão se passando e os primeiros raios solares começam a rasgar o céu da cidade, as mercadorias são, pouco a pouco, descarregadas. Os feirantes, dali mesmo da Feira da Farinha ou de outras feiras, começam a chegar e procurar pelos caminhões dos atravessadores de quem se encomendou ou pretende-se comprar os produtos que serão revendidos à sua clientela.

O corre e corre começa, as negociações vão rolando. Os carregadores, atentos às vendas já feitas, começam a se oferecer para levar os produtos adquiridos pelos feirantes até as feiras onde ficam as suas barracas – serviço feito por alguns trocados. Alguns feirantes de locais de venda distantes se organizam e transportam as mercadorias ali adquiridas em “Kombi’s” fretadas. Saem dali com muita correria, afinal a feira tem que estar pronta até o amanhecer. As frutas, legumes,

peixe e a farinha precisam ser pesados, embalados e arrumados antes que os primeiros clientes comecem a chegar.

Antes mesmo do sol “tomar” o céu, depois de receber o que foi encomendado ou conseguir comprar bons produtos, os(as) feirantes, alguns com a ajuda das(os) filhas(os), esposas ou maridos, começam a arrumar suas barracas e o que será vendido, para então esperar os primeiros clientes. Na Feira da Farinha, há continuamente uma circulação muito grande de trabalhadores, feirantes, produtores, carregadores de mercadorias, atravessadores e clientes, que diariamente estabelecem e (re)constroem sociabilidades permeadas por uma dinâmica marcada pela ruralidade dos interiores da Amazônia e a urbanização da cidade grande. Entre as saudações de “bom dia”, gestos, sons e cumprimentos, a feira começa a se formar.

A Feira da Farinha (Figuras 5 e 6), funciona todos os dias com horários de 09:00 às 18:00. No período da tarde, costuma funcionar com poucos feirantes trabalhando. Há dias que os feirantes chegam mais cedo, por volta das 05:00, para comprar e fazer o descarregamento da farinha, que é comprada ou encomendada junto aos atravessadores. Na Feira da Farinha, a farinha é comercializada nos chamados “pontos”, demarcados pela disposição das sacas de farinha, em formato de retângulo com medições de 2m x 1m, sobre estruturas pequenas feitas de madeira. Sendo vendida em “sacas” de plástico padronizadas de 30 e 60 quilos ou sacos plásticos comuns de 1/2, 1 e 3 quilos.

Figura 5 – Feira da Farinha, Bairro do Guamá **Figura 6 – Sacos de Farinha**



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Além da farinha, os fregueses, como são chamados os consumidores, também podem encontrar outros produtos derivados da mandioca, como: a goma de tapioca, a farinha de tapioca e a farofa. A farinha d’água dentre as três opções de farinha existentes – seca (pura), mista e d’água - é a mais vendida, de acordo com as respostas dos feirantes, é a que “o pessoal mais gosta”, “é a melhor”, “mais gostosa”, por isso é a preferida dos consumidores.

Cada feirante usa e tem uma tática ou um jeito de chamar a atenção e convencer o cliente a adquirir o produto. Do bate palma ao grito anunciando de que lugar é a farinha ali vendida, “É de Bragança. Essa é da boa”, puderam ser observados. Mas, de acordo com os vendedores, só isso não basta para convencer o cliente, entre os relatos, um feirante precisa demonstrar “carisma”, “atenção”, “boa educação”, “receptividade”, “alegria” etc. Jorge, 35 anos diz que para convencer o cliente a comprar a farinha, “tem que fazer o comercial. Oferecer um produto de qualidade. Não enganar o cliente, pois você sempre precisa do cliente”. “Tem que falar que é um produto de qualidade, é a melhor [farinha] que tem”, comenta Janilson. Já Elias, procura “[...] comprar a mercadoria à gosto do cliente. Tratamento e educação são fundamentais na hora [da venda]

CONSUMO: “CAFÉ, ALMOÇO, ‘MERENDA’ E JANTA PAPA CHIBÉ”.

*“Farinha ontem, farinha hoje, farinha amanhã, farinha sempre”
(Pesquisa de campo, 2015)*

Os consumidores que ali chegam, na Feira da Farinha, não têm como não se encantarem e terem os sentidos apurados com tamanha variedade, riqueza e junção de tantos sons, aromas, sabores e cores em um mesmo espaço. Mas dentre os tantos artigos e gêneros alimentícios que ali são comercializados, a farinha desponta como um dos principais produtos, tendo em vista que ela faz parte da alimentação tradicional do belenense. A farinha é importante por ser “um complemento barato às refeições. A comida pode ser pouca, mas a farinha sempre ajuda a multiplicar”, conta a dona de casa, Maria Joana Abreu.

As 15 entrevistas realizadas com consumidores de farinha moradores do bairro do Guamá, na Feira da Farinha, revelaram que a farinha é um produto que se encontra presente em seu prato em todas as suas refeições diárias. Em média, de acordo com as respostas, o consumidor que frequenta a Feira da Farinha costuma consumir quatro (4) quilos de farinha semanalmente. Ela é armazenada em potes, vasilhas e outros recipientes como “baldes de margarina”, que conseguem armazenar/comportar uma grande quantidade do produto.

Presentes nas diferentes refeições, no café da manhã, a farinha é mistura ao “café preto”, acompanhada de “ovo” ou ainda faz-se o mingau de farinha, o Caribé. No almoço, todos os entrevistados afirmaram que a farinha é consumida com açaí, mas também é misturada ao “Arroz, feijão e carne ou frango ou peixe ou caranguejo ou camarão”, ressalta Ana Melo. Na merenda, como é conhecido o lanche do belenense, a farinha também está presente. Maria de Fátima pontuou que: “Eu costumo colocar, no meu café da tarde. Como também a farinha com banana amassada, leite e açúcar. E, às vezes, faço assim mesmo com o abacate. Fica uma delícia [risos]”. No jantar, também se consome a farinha com os mesmos produtos relatados no almoço, porém a doméstica, de 42 anos, Irailce discorre que “Eu quando tô muito cansada, chego do trabalho, gosto de parar lá na vizinha do canto de casa, comprar um churrasquinho de gato, e dá-lhe com açaí e farinha”.

E quando falta farinha? “Olha, a gente sempre dá um jeito! Quando é pouca, a gente come pouco. Quando não tem a gente empresta um pouco dos vizinhos, né”, conta Maria Abreu. Salete, por sua vez conta “Mano, lá em casa, pelo o que eu me lembre, nunca faltou farinha, graças a Deus. A gente sempre deu um jeito. Acho que é por isso que eu sou gorda, eu como pirão de açaí com farinha todo santo dia”.

Ao aborda-se no que concerne o motivo pelo qual o paraense consome farinha, Ailton Carlos, acredita que trata-se de “Costume. O paraense convive com a cultura da farinha desde o ventre. Se estabeleceu culturalmente na vida assim como se fala “égua”. Já José Maria, Mestre de obras, 51 anos, “Porque é indispensável na mesa do paraense. É a sua energia, junto com o açaí”. Sob esta perspectiva, ao serem questionados sobre a importância da farinha em suas vidas, 12 dos entrevistados dizem não viver sem, para eles a farinha é fundamental. Ailton Carlos, funcionário público, 47 anos, salienta que “Faz parte da cultura do meu povo comer farinha, e apesar de nem sempre ter farinha na mesa quando não tem faz uma falta grandiosa. Um produto produzido no Pará, que gera emprego e renda para a população”.

AS IDENTIDADES PAPA CHIBÉ

No que se refere à questão identitária, ao indagar os agentes que compõe o sistema de circulação da farinha – produtores, atravessadores, vendedores e consumidores – sobre o que significa ser papa-chibé, não houve uma diferenciação nas respostas. Para eles, ser Papa chibé significa: “Alguém que não vive sem farinha”, “Comer farinha misturado com água ou até mesmo uma gíria pra dizer: paraense”, “O paraense que come açaí com farinha todo dia”, “Amar açaí com farinha”, “Tomar chibé”, “Comer farinha com tudo”. Mas quando perguntado se eles consideravam-se papa chibé, e o porquê de sua resposta, houve algumas questões interessantes de serem debatidas.

Seu Bené e sua família se consideram papa-chibé. Para o Professor da Farinha, ser papa chibé, vai muito além de consumir farinha, “é muito mais do que comer farinha. Produzir, trabalhar e viver no meio da farinha faz eu ser um papa-chibé, também” Os atravessadores, Pedro, Tonhão, Julio e João, não veem o seu trabalho, a atividade de atravessadores, como um “critério” que os fazem papa-chibé. Eles são papa-chibé, por se considerarem pertencentes à cultura paraense e por serem, e sobretudo por serem consumidores de farinha.

Quanto aos vendedores de farinha, todos os dez entrevistados consideram-se papa chibé. “Eu sou papa chibé porque desde que eu me entendo por gente eu como farinha”, “Porque eu não vejo não comendo farinha”. “Porque eu além de comer, trabalho com a venda da farinha, né?!”, “Porque eu como farinha com tudo, além de adorar um chibé”. “Porque sem açaí com farinha o meu almoço e a minha janta não prestam”.

No que tange os consumidores, estes acabam por representar todos os outros agentes, afinal, produtor, atravessador e vendedor também se alimentam de farinha. No entanto, pelo menos cinco, dos quinze entrevistados, relataram que apesar de serem paraenses não se consideram papa-chibé. Quando questionados o motivo, algumas respostas foram: “Porque eu acho que antigamente as pessoas prezavam mais pela cultura, A gente era mais agarrado, hoje em dia num tem muito disso. Isso de ser papa-chibé tá se perdendo”, “Eu não me considero, assim, totalmente papa-chibé, porque eu sei viver sem farinha, eu compro, eu como, mas num é uma coisa assim que eu vá morrer se não comer, entendeu?!”.

Destarte, os dados encontrados em campo, indicam que a farinha e as práticas à ela envoltas (re)constroem relações identitárias diferenciadas dependendo do contexto onde o individuo se encontra. Quer-se dizer que, as relações de identificação e/ou pertença com a farinha dos moradores do interior (contexto rural) – que têm a produção e o consumo como práticas culturais presentes em seus cotidianos – são em demasia diferenciadas das que os moradores da cidade (contexto urbano) possuem com a farinha – que têm a comercialização e o consumo como práticas culturais diárias. São, portanto, contextos sociais e culturais distintos, onde as relações sociais, objetos, sujeitos, bens e identidades são construídos, paralelamente, com diferentes intensidades, “possuem significados diversos em culturas diversas” (TRAVANCAS, 200-?, s. p.).

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos permitem compreender que, a farinha mais do que um elemento que sana uma necessidade, eminentemente, biológica, um gênero permeado por uma lógica econômica, nos mais diferentes espaços em que “viaja” e no seu contato com diversos agentes ajuda a produzir,

reproduzir, desenhar, marcar e demarcar códigos sociais, linguagens, valores e relações de identidades, de parentesco, etc. É ela quem ajuda compor a identidade papa chibé, visto que está presente no cotidiano alimentar do belenense e do paraense: acompanhada do açaí, não pode faltar na hora do almoço.

Além disso, a farinha e as práticas que a envolvem, trazem para muitos dos atuais habitantes da cidade grande, lembranças de suas histórias vivenciadas ou narradas por seus parentes há algum tempo atrás, nas margens dos rios da milenar Amazônia. Assim, os agentes que constituem o sistema que a sua circulação forma, produtores, atravessadores, vendedores e consumidores assumem um caráter essencial na composição da alimentação e manutenção da identidade cultural do paraense papa-chibé.

Ao procura-se analisar o funcionamento do sistema de circulação da farinha, descrever como é realizada a produção, o transporte, a comercialização na feira e o consumo desse gênero no bairro do Guamá, Belém (PA) e compreender qual a sua importância e suas possíveis relações identitárias com aqueles que a produzem, transportam, comercializam e apreciam, observou-se que a cadeia produtiva da farinha percorre: os locais de produção, os caminhões de farinha que fazem o transporte até Belém, os locais de comercialização da farinha (feiras, mercados, supermercados, mercearias, tabernas, etc) e a casa/mesa do consumidor. Viu-se também que a farinha do prato do Belenense, por vezes, advém de pequenas comunidades produtoras localizadas no município de Bragança e arredores. Os agentes que garantem a fluidez do sistema são: os produtores, os atravessadores, os vendedores e os consumidores, cada um dele possui um papel *sine qua non* na eficiência do sistema.

No que concerne à questão identitária dos diferentes agentes que estão envolvidos no funcionamento da cadeia produtiva da farinha, com os procedimentos metodológicos empregados foi possível visualizar que, estes possuem relações identitárias diferenciadas dependendo do contexto onde se encontram. Isto é, produtores, atravessadores, vendedores e consumidores apresentam relações de identidade e importância semelhantes e ao mesmo tempo diferenciadas. Deste modo, estudos que busquem investigar os pormenores dessas e de outras relações existentes, poderão mostrar de forma mais clara as especificidades, as complexidades e as subjetividades que se manifestam nesse universo.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, M. R. **Produção e utilização de farinha de mandioca comum enriquecida com adição das próprias folhas desidratadas para consumo alimentar**. Botucatu, 2006. 96f. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2006. Disponível em: <http://www.pg.fca.unesp.br/Teses/PDFs/Arq0146.pdf>. Acessado em: 05 set. 2014.

ALCÂNTARA, R. D. S; et al, Análise espacial do circuito da produção e comercialização de farinha de mandioca na feira da farinha no bairro do Guamá-Belém do Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 26., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010. p. 1-7. Disponível em: < www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1535>. Acessado em: 17 set. 2014.

BARBOSA, T. P. Antropologia e gastronomia: a identidade de ser brasileiro a partir da alimentação. In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFSCAR – GT 1 – Culturas, Identidades e Diferenças, 3., 2012, São Carlos. **Anais...** São Carlos: PPGS/UFSCAR, 2012. p. 1-14. Disponível em:

<https://iiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/barbosa_talita-prado.pdf>. Acessado em: 15 set. 2014.

BEZERRA, V. S. **Farinhas de mandioca seca e mista**. Coleção Agroindústria Familiar. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

CORRÊA, S. R. M. Comunidades rurais-ribeirinhas: demarcando traços, tecendo identidades. In: OLIVEIRA, I. A. D. (Org.). **Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizados Amazônidas**. Belém: Editora da Universidade do Estado do Pará, 2008. p. 34-61.

CUNHA, P. **Introdução ao turismo**. 2ª Ed. Lisboa: Verbo, 2003

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: ROCCO, 1984.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

INSTITUTO, Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA, área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção de lavoura temporária**, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp?z=t&o=26&i=P>> Acessado em: 03 jan. 2015.

JUNIOR, M. D. S. M.; ALVES, R. N. B. Canais de comercialização de farinha de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) utilizados por agricultores familiares de Moju, PA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MANDIOCA, 15., 2013, Salvador. **Anais...** Bahia: SBM - Sociedade Brasileira de Mandioca: Embrapa, 2013. p. 1-5. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92784/1/003-aspectos-20729.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2014.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. Trad. Rubens Eduardo de Farias. São Paulo: Moraes Ltda, 1991

LÉVI-STRAUSS, C. **O cru e o cozido**. Mitológicas. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LOBATO, F. H. S. **Farinha de feira: memórias, trajetórias e saberes de vendedores e produtores de farinha em feiras de Belém (PA)**. Belém, 2014. 23f. Relatório de pesquisa (Iniciação Científica) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

_____.; RAVENA-CANETE, V. Farinha de feira: memórias e identidades de vendedores em feiras do bairro do Guamá, Belém (PA). **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 16, p. 242-271, jan-jun, 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/illuminuras/article/view/53150>> Acesso em 30 jan. 2015.

MACIEL, M. E. Olhares antropológicos sobre a alimentação Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ (SciELO Books), 2005, p. 48-55. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-03.pdf>> .Acessado em: 14 dez. 2014.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia. Uma breve revisão. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 16 n°. 47. p. 31-41, out, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7718.pdf>. Acessado em: 25 set. 2014.

MOREIRA, S. D.; SANTANA, A. C. D. Estudo de mercado da farinha de mandioca na região metropolitana de Belém-PA, envolvendo as principais feiras e supermercados. In: SEMINÁRIO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 9., Belém: UFRA, 2011. **Anais...** Belém: UFRA, 2011.

NOGUEIRA, M.; MENDONÇA, E. C. Feiras e comidas: espaço e tempo em movimento. In: LONDRES, C.; et al (Org.). **Celebrações e saberes da cultura popular**: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

PINTO, M. D. N. Mandioca e farinha: subsistência e tradição cultural. In: **Seminário Alimentação e Cultura**. 2001. **Anais...** Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, p. 17-26, 2002. Disponível em: <http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/pinto_01.pdf> Acesso em: 12 out. 2013.

RAVENA-CAÑETE, V. Nova Redenção: uma ruralidade amazônica. **Novos Cadernos NAEA**. V. 14. Nº 1. Belém, p. 147-178, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/603/855>> Acessado em: 20 jan. 2014

RODRIGUES, C. I. **Vem do bairro do Jurunas**. Belém: NAEA-UFPA, 2008.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. **UBI museum n. 01** - Revista Online do Museu de Lanifícios. Universidade da Beira Interior. 2012. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/artigos.html>>. Acessado em: 04 out. 2014

SANTOS, S. N. D; LEITAO, W. M. Barracas e saberes Transmissão de patrimônio no Mercado do Ver-o-Peso. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (GT 52 Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade), 28., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUC-SP/ABA, 2012. p. 1-16.

SILVA, M. R.; COSTA, L. T. T. D. “Como ser paraense desse jeito?: farinha de mandioca e a representação da identidade cultural paraense através das mídias sociais”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2013. p. 1-9. Disponível em: <www.2coninter.com.br/artigos/pdf/1218.pdf> Acessado em: 04 out. 2014.

SILVA, T. T. D. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Atual, 2007.

TRAVANCAS, I. **Antropologia do consumo**. [S. l.]: Symballein. Livros e artigos, 200-?. Disponível em: <<http://www.symballein.com.br/pt/livros-e-artigos/artigos/110-antropologia-do-consumo-isabel-travancas>>. Acessado em: 16 set. 2014.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA TÉCNICA DA POLÍCIA OSTENSIVA NO ESTADO DO PARÁ

Arthur Cezar Anaissi de Moraes¹

RESUMO

O embasamento teórico econômico do crime de Gary Becker (1968) representou o principal instrumento para análise dos resultados deste trabalho. Por sua vez, o objetivo desta dissertação fora de calcular um índice técnico de eficiência do efetivo policial para os municípios paraenses, que resultou em quatro estratos de eficiência distintos, delimitados desta forma: 0,01 e 0,25 (baixa eficiência), 0,25 e 0,50 (regular eficiência), 0,50 e 0,75 (eficiência média) e 0,75 e 1,00 (eficiência alta). A etapa seguinte consistiu em delimitar as camadas de Isoeficiência, que possibilitou a compreensão real de prioridades em investimentos em efetivo policial para que se possa combater com mais eficiência a criminalidade dentre os municípios paraenses. Posteriormente, após elencados os municípios mais eficientes, fez a necessidade de especificar a realidade que tais municípios apresentam, e assim fora a feito a associação do crime de Roubo na Região Metropolitana de Belém (RMB). E por fim, foi sugerido prioridades de investimentos públicos em efetivo policial nos municípios que se encontram em camadas de Isoeficiência menos desfavorecidas.

Palavras-chaves: Economia do Crime, Eficiência Técnica, Análise de Correspondência, Camadas de Isoeficiência, Estado do Pará.

ABSTRACT

The theoretical foundation fractionaleconomiccrimeandGaryBecker(1968)represented themain toolforanalyzing the resultsof this work. In turn, the aim of this thesiswasto calculatean indexoftechnicalefficiencyof the policeto municipalitiesin Pará, which resultedin fourdistinctstrataefficiency, definedas follows:0.01 and0.25 (low efficiency), 0.25 and0.50 (regular efficiency), 0.50 and0.75 (average efficiency) and 0.75and 1.00 (high efficiency). Thenext step was todefinethe layers oflso-efficiency, which enabled thereal understandingof prioritiesforinvestments ineffectivepoliceso that we canmore effectivelyfightcrimeamong themunicipalitiesin Pará. Later, afterthelistedcitiesmore efficient, didthe need tospecify thefactthat thesemunicipalities have, and somadeouttothe associationof the crime ofTheftin the Metropolitan RegionofBelém(RMB). Finally, it was suggested priorities forpublic investment ineffectivepolicein municipalitieswhich arelayers oflso-efficiency less disadvantaged.

Keywords: Economics of Crime, Technical Efficiency, Correspondence Analysis, Layers oflso-efficiency, state of Pará.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) NAEA/UFPA.

1. INTRODUÇÃO

A criminalidade representa um dos fenômenos que mais tem chamado atenção de autores econômicos e sociais, governo e sociedade civil organizada tanto no Brasil quanto no mundo. Atualmente, o fenômeno criminal não está restrito a países subdesenvolvidos ou àqueles em processo de desenvolvimento, no qual se insere o Brasil. Países tidos como desenvolvidos, por sua vez, deparam-se com este problema social, que a cada ano ceifa a vida de muitos cidadãos, no entanto o panorama criminal destes países se apresenta diversificado, pois cada país possui sua peculiaridade: social, cultural, econômica, antropológica, etc.

Tal panorama criminal, considerando o crime de roubo a uma taxa de 100 mil por habitantes, por exemplo, teve o seguinte comportamento nos países europeus: França apresentou uma taxa de 224,35; Portugal com uma taxa de 179,84; Rússia com 148,88; Polônia com taxa de 123,75; Áustria 111,12; Alemanha com 71,41 e Dinamarca com 60,32. Ressalta-se que estes países possuem especificidades que se diferenciam pela formação histórica, grau de urbanização, índice de escolaridade, quantitativo populacional e aspectos culturais (Senasp, 2002).

No arcabouço de investigação econômica do crime, a obra clássica de Becker (1968) intitulada *Crime and Punishment: an economic approach* deu os primeiros passos iniciando um novo contexto investigativo que procurava encontrar resultados empíricos satisfatórios que explicassem a criminalidade inserida no plano econômico. O modelo de Becker estabelece uma relação existente entre os números de crimes ocorridos pelo custo de probabilidade na possível condenação, assim como na probabilidade da apreensão e na detenção.

Desde o modelo econômico de Becker (1968), foram evidenciadas algumas evidências empíricas no Brasil, vários autores se dedicaram a estudar o fenômeno da criminalidade através dos aspectos econômicos e sociais do crime. Araújo e Fajnzylber (2000) apresentaram um estudo realizado nas microrregiões mineiras, no qual demonstrava que os maiores níveis educacionais levam a menores índices de criminalidade contra a pessoa e maiores taxas de crimes contra a propriedade.

Especificamente, as contribuições existentes para o Estado do Pará identificam alguns autores que analisam a criminalidade conforme modelos de técnica de análise de correspondência. Ramos et al. (2008) ao estudarem os crimes contra a pessoa ocorridos na RMB desmembraram os seguintes delitos: atentado violento ao pudor, ato obsceno e estupro e, posteriormente, analisou os resultados utilizando técnicas de estatísticas de análise descritiva, análise exploratória de dados espaciais e análise de correspondência.

Carvalho et al. (2008) estudaram o comportamento de homicídios mensais ocorridos na RMB no período de janeiro de 1999 a dezembro de 2006. Constatou-se com os resultados das análises que o modelo SARIMA, com um parâmetro de média móvel no *lag 1*, é o melhor modelo para estudar e fazer previsões da quantidade de homicídios, pois apresenta todos os parâmetros significativos e também o menor erro percentual médio de previsão.

Araújo et al. (2008, p. 93) se propuseram a elaborarem um estudo a respeito dos crimes noticiados nos principais veículos de comunicação (jornais) na cidade de Belém no ano de 2007, ocorridos no Estado do Pará. As técnicas estatísticas instrumentalizadas

compreenderam em Análise Descritiva, Análise Exploratória de Dados Espaciais e Análise de Correspondência. Essencialmente, com os resultados obtidos, pode-se destacar que os crimes contra o patrimônio é o mais noticiado nos jornais.

Todo este quadro teórico clássico e empírico do Brasil, essencialmente no Estado do Pará, por sua vez, representa a justificativa estrutural para a elaboração de políticas públicas adequadas e que podem se tornar eficientes para análise e combate do fenômeno da criminalidade. Sendo assim, Os índices de eficiência técnica calculados representam medidas relativas e são determinadas pela comparação da “produção” ou alcance de determinado objetivo, levando em conta um conjunto de “insumos”, com a produção ou objetivo “ideal”, com os mesmos níveis de insumos. Em decorrência disto, a utilização de medidas de eficiência técnica pode representar uma ferramenta ideal que ajude a explicar o estado de sensação de insegurança no seio da população, neste caso a eficiência dos agentes públicos, envolvida no combate a criminalidade, representa uma frente de pesquisa que pode ser explorada.

Para o ambiente macro espacial, representando o Estado do Pará foram calculados os escores de eficiência técnica foram para os 143 municípios paraenses, tendo como base a técnica de *Data Envelopment Analysis (DEA)*. De forma didática, foram delimitados quatro estratos de eficiência de análise², sendo 0,01 e 0,25 (baixa eficiência), 0,25 e 0,50 (regular eficiência), 0,50 e 0,75 (eficiência média) e 0,75 e 1,00 (eficiência alta).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Modelo DEA

No decorrer das últimas décadas, o debate referente à segurança pública vem sendo cada vez mais discutido, tanto no Brasil quanto no mundo. O aumento das taxas de criminalidade associada à violência com que alguns crimes são cometidos contra a pessoa e, por sua vez, contra o patrimônio desta. A consequência disto, em ultimo caso, acaba se tornando justificativa para este debate preocupante, cada vez mais presente na sociedade.

Dessa forma, muito se discuti sobre políticas de segurança pública que almejem reduzir ou amenizar este quadro que já está se tornando caótico, o fator crítico deste quadro é que pouco se avança objetivamente em termos de políticas eficientes, sendo que em grande parte as políticas existentes são formatadas sob a égide aleatória do senso comum, sem qualquer fundamentação ou praticas de monitoramento e avaliação.

A literatura vigente identifica Carrington et al. (1997) como o autor pioneiro que calculou *score* de eficiência técnica no combate a criminalidade da polícia para o Estado de *New South Wales* na Austrália e investigou a possibilidade de variáveis sócio econômicas em influenciar esses escores. A análise da eficiência técnica é baseada na teoria da produção, na qual se define o conjunto de produção, cujos elementos são todas as combinações de insumos e produtos que compreende as formas tecnologicamente viáveis de produzir (VARIAN, 2000). Outra frente de pesquisa a respeito de eficiência técnica foi desenvolvida por Sun (2002) nos distritos de Taipei, em Taiwan. Foi verificado se fatores sociais, tais

² Ver Scalco et al. (2012).

como população entre 15-29 anos e tamanhos dos distritos, exerciam influência significativa nos escores de eficiência calculados no combate a criminalidade.

Belloni (2000) afirma que o critério de eficiência na produção está associado aos conceitos de racionalidade econômica e de produtividade material e internaliza a capacidade de organização de produzir um máximo de resultados com o mínimo de recursos. Dessa forma, para analisar a eficiência faz-se necessário entender melhor o conceito das curvas de produção que visam definir a relação entre insumos e produtos. As curvas de produção são à base da análise de eficiência, pois as considerações em torno das mesmas visam definir relações entre insumos e produtos (KASSAI, 2002).

Neste contexto, as medidas de eficiência podem ser obtidas, por exemplo, de problemas simples, que internalizam poucos insumos e produtos. No entanto, em situações em que se constatam várias unidades utilizam múltiplos insumos e produzem vários produtos, o cálculo da eficiência técnica relativa de cada unidade torna-se difícil e complexo, conforme Gomes et al (2004), para solucionar essas dificuldades podem-se obter, a partir de uma amostra de dados, fronteiras de eficiência, as quais servirão como referencial para as comparações entre as unidades.

A DEA é aplicada sobre os dados de forma a construir uma fronteira eficiente, que seria formada por firmas mais eficientes, isto é, identificando uma melhor relação entre insumo e produto, definindo então a posição das demais firmas em relação a essa fronteira, a teoria identifica de análise de envoltório porque nenhuma DMU pode ficar além da fronteira.

Sobre o método DEA, Silva (2006) informa que o método apresenta como vantagem a maior facilidade em seu cálculo e também na representação por meio gráficos, que se trata de um método não-paramétrico que utiliza programação linear para construir uma fronteira de eficiência a partir de uma amostra de firmas ou unidades tomadores de decisão (DMU – Decision Making Unit), calculando índices individuais de ineficiência em relação a essa fronteira.

As medidas de eficiência podem ser facilmente obtidas de problemas simples, que abrangem poucos insumos e produtos. Entretanto, em situações em que várias unidades utilizam múltiplos insumos e produzem vários produtos, o cálculo da eficiência relativa de cada unidade torna-se mais complexo. Para solucionar essas dificuldades podem-se obter, a partir de uma amostra de dados, fronteiras eficientes, as quais servirão como referencial para as comparações entre as unidades (GOMES et al., 2004).

Estas fronteiras podem ser estimadas por diferentes métodos, paramétricos ou não-paramétricos. As fronteiras estocásticas consistem em abordagens paramétricas, sendo estimadas por métodos econométricos, enquanto a análise envoltória de dados (DEA) é uma abordagem não-paramétrica, que envolve programação matemática em sua estimação. Nesse sentido, Charnes et. al. (1978) propuseram o primeiro modelo que ficou conhecido como *Data Envelopment Analysis* (DEA).

A idéia central dessa técnica é encontrar a melhor DMU virtual para cada DMU real. Se a DMU virtual, que pode ser obtida através uma combinação convexa de outras DMUs reais, conseguir produzir maiores quantidades de produtos utilizando a mesma ou menor quantidade de insumos, então a DMU real será ineficiente. As unidades eficientes que,

quando combinadas, fornecem a DMU virtual para a unidade ineficiente são conhecidas como pares ou *benchmarks* daquela DMU.

Na literatura, as duas principais formas de calcular a eficiência técnica das DMUs são os modelos orientados a insumos e os modelos orientados a produto. Os modelos orientados a insumos buscam identificar a ineficiência técnica das DMUs mediante redução proporcional na utilização dos insumos. Entretanto, podem-se também obter medidas de eficiência com o aumento proporcional na produção, mantendo-se as quantidades de insumos fixas, as quais são conhecidas como medidas de eficiência com orientação produto.

Nos modelos com orientação ao insumo a medida de eficiência (θ) é menor ou igual à unidade, indicando a máxima redução na utilização dos insumos, mantendo-se fixas as quantidades dos produtos. De maneira análoga, em um modelo com orientação ao produto, a medida de eficiência (ϕ) é maior ou igual à unidade, indicando a máxima expansão da produção, mantendo-se fixas as quantidades dos insumos.

Como será demonstrado na próxima seção, no modelo DEA calculado existe apenas um insumo, cujo qual é o número de policiais militares em cada município (ou DMU), é coerente pensar que este insumo é fixo para cada unidade e a variável que poderia ser objeto de análise seria a “produção” realizada por este insumo, portanto, a seguir, é apresentado o modelo utilizado na DEA, o qual incorpora a pressuposição de retornos variáveis à escala e orientação ao produto.

Nos modelos com orientação produto ϕ assume um valor unitário apenas quando a DMU é eficiente, indicando que nesse caso não há possibilidade de expansão dos produtos, mantendo-se fixas as quantidades de insumos. O problema com orientação produto, pressupondo-se retornos constantes à escala, pode ser escrito da seguinte forma:

$$\begin{aligned} & \text{MAX}_{\phi, \lambda} \phi, \\ \text{sujeito a:} & \\ & -\phi y_i + Y\lambda \geq 0, \\ & x_i - X\lambda \geq 0, \\ & \lambda \geq 0. \end{aligned} \tag{1}$$

em que $1 \leq \phi < \infty$ e $\phi - 1$ é o aumento proporcional nos produtos que poderiam ser obtidos pela i -ésima DMU, mantendo-se constante a utilização de insumos. A medida de eficiência técnica seria dada por $1/\phi$, que varia de zero a um.

O modelo de retornos constantes à escala pode ser reformulado, com o objetivo de possibilitar retornos variáveis às DMUs analisadas. Essa proposta foi inicialmente feita por Banker et al (1984), cujo modelo ficou conhecido como BCC, devido às iniciais dos nomes dos autores. A idéia é introduzir uma restrição de convexidade ao modelo CCR (retornos constantes) apresentado em (1). O modelo BCC, que pressupõe retornos variáveis à escala, pode ser representado pela seguinte notação algébrica:

$$\begin{aligned} & \text{MAX}_{\phi, \lambda} \phi, \\ \text{sujeito a:} & \end{aligned} \tag{2}$$

$$\begin{aligned}
-\phi y_i + Y\lambda &\geq 0, \\
x_i - X\lambda &\geq 0, \\
N_1\lambda &= 1 \\
\lambda &\geq 0.
\end{aligned}$$

em que N_1 é um vetor ($n \times 1$) de algarismos unitários (1,...,1). Essa abordagem forma uma superfície convexa de planos em interseção, a qual envolve os dados de forma mais compacta do que a superfície formada pelo modelo com retornos constantes.

3. METODOLOGIA APLICADA

A estrutura metodológica desta dissertação se prendeu a delimitar como área de estudo os 143 municípios do Estado do Pará. Nesta etapa o objetivo consistiu em estimar um escore de eficiência técnica calculado por município e com isso estratificar por camadas de iso-eficiência, conforme modelo de Análise de Envoltórios de Dados (DEA). Os resultados possibilitaram identificar e classificar tais municípios como sendo: baixa, regular, média ou alta eficiência.

3.1. Divisão da amostra

Um dos principais pressupostos do modelo DEA é a de que as DMUs devem ser homogêneas, ou seja, só posso trabalhar com um conjunto de variáveis cuja amostra seja semelhante. No caso dos 143 municípios paraenses é sabido que entre os mesmos pode existir forte heterogeneidade no que tange a descolamento de policiamento, pois, municípios com maior número de habitantes devem ter mais recursos econômicos bem como maior efetivo policial, nesse caso a amostra foi dividida em três grupos caracterizados pelo número de habitantes no município.

As faixas de classificação foram: Grupo 1 (municípios com até 20 mil habitantes); Grupo 2 (municípios com mais de 20 mil habitantes até 50 mil habitantes); Grupo 3 (municípios com mais de 50 mil habitantes).

Para verificar a diferença entre os grupos de municípios foram realizados dois testes o teste de Mann-Whitney que objetiva verificar se duas amostras distintas pertencem a mesma população, supondo, evidentemente, um grau de independência entre as DMUs (municípios). O outro teste é o de Wilcoxon W, recomendado para amostras dependentes. Seguindo o método empregado por Marinho e Façanha (2000), os três grupos de municípios foram testados e geraram os seguintes resultados:

Tabela 1: Testes de Igualdade de fronteira de Mann-Whitney e Wilcoxon

Grupos	U de Mann-Whitney	W de Wilcoxon	p-valor
G1 e G2	13.234,6	123.214,9	0,00
G1 e G3	2.956,4	4.231,6	0,00
G2 e G3	2.054,6	3.546,1	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados da Tabela 1 indicam que, em todos os pares de grupos comparados pelos dois testes a hipótese nula da igualdade entre as fronteiras de eficiência são rejeitadas. Nesse caso, a relação entre nível de eficiência e tamanho do município não é rejeitada pelos testes. Tais resultados confirmam a hipótese de que a heterogeneidade está presente entre os grupos de municípios, ou seja, é pertinente separar os grupos de municípios antes de rodar o DEA.

Para investigar os fatores que possivelmente contribuem para explicar os escores de eficiência associados ao combate da criminalidade, foi utilizado o modelo econométrico de análise por estimação de MQO. Análises que utilizam da técnica DEA e Regressão MQO são frequentes em artigos acadêmicos. Alguns exemplos são os trabalhos de Kirjavainen e Loikkanen (1998) na avaliação da eficiência de 291 escolas secundárias da Finlândia, Shao e Lin (2002) que investigaram os efeitos da Tecnologia de Informação (TI) na eficiência de 370 empresas; Sun (2002) que realizou um trabalho semelhante a este para a cidade de Taipei em Taiwan, Marinho (2003) que avaliou a eficiência dos serviços ambulatoriais e hospitalares nos municípios do estado do rio de Janeiro, entre outros.

Os dados sobre criminalidade foram obtidos junto ao banco de dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará - IDESP, montado para o ano de 2011. As variáveis utilizadas no cálculo das taxas de criminalidade foram delimitadas em dois eixos temáticos de análise. O primeiro é tido como crimes de natureza não lucrativa contra pessoa: homicídio, rixa, estupro, dano e lesão corporal. O segundo eixo temático corresponde aos dos crimes de natureza lucrativa: roubo, extorsão mediante seqüestro e furto.

Para superar problemas associados com utilização de tais variáveis em pesquisa criminológica, como a comparação da ocorrência de eventos entre diferentes populações ou na mesma população em momentos diferenciados no tempo, por exemplo, o número de ocorrências é ponderado pela população e agrupado em grupos de 1.000 mil habitantes (taxa bruta). Contudo, ainda assim, existem problemas relacionados à alta instabilidade gerada por localidades de tamanhos diferentes.

Desta forma, foram estimadas as taxas de crimes de natureza não lucrativa contra pessoa (CNL^{*}) e crimes de natureza lucrativa contra o patrimônio (CL^{*}), utilizando um método estatístico bayesiano proposto por Marshall (1991). A idéia central desse método é usar o risco contido nos dados das outras áreas para estimar o risco de certa área específica. Dessa forma, este método diminui de maneira considerável o efeito das flutuações aleatórias não associadas ao risco.

A idéia básica é corrigir as taxas usuais (taxas brutas) para obter uma nova taxa, que seja estimada com menos variabilidade quando a população é pequena. Num município

qualquer, a estimativa θ da taxa corrigida é calculada como uma média ponderada da taxa bruta (t) e uma taxa média (m) de todo o estado:

$$\theta_i = c_i t_i + (1 - c_i) m \quad (3)$$

em que $c_i = \frac{s^2 - m/\bar{n}}{s^2 - m/\bar{n} - m/\bar{n}_i}$, m é a taxa média do estado, \bar{n} é a população média, n_i é a

população observada no município i , $s^2 = \frac{n_i (r_i - m)^2}{n}$, n é a população total do estado e t_i é

a taxa bruta observada no município i . O valor de c_i varia de município para município num intervalo dado $[0, 1]$ e é o peso associado à taxa bruta em comparação com o peso associado à taxa média. Quando c_i for um valor próximo de 1, o valor de θ será próximo do valor da taxa bruta t_i . Quando c_i for próximo de 0, o valor θ será aproximadamente igual a m .

Para o cálculo dos escores de eficiência técnica, as DMUs foram definidas como os municípios paraenses, no total são 143. Utilizaram-se dados fornecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará - IDESP para o ano de 2010.

As seguintes variáveis foram usadas no modelo:

Insumo (*input*): x_1 - número de policiais militares por grupo de 1.000 habitantes;

Produto (*output*): y_1 - inverso da taxa de crimes de natureza não lucrativa contra a pessoa (CNL*); y_2 - inverso da taxa de crimes de natureza lucrativa contra o patrimônio (CL*); y_3 - inverso da população dos municípios (POP*).

Destaca-se que o modelo utiliza apenas o número de policiais por grupo de mil habitantes como insumo. Tem-se conhecimento de que estes não seriam os únicos insumos utilizados no sistema de segurança pública, aqui, ter-se-ia um conjunto mais amplo de insumos, como por exemplo, veículos, sistemas de monitoramento de imagens, armamentos, recursos financeiros, etc., entretanto, infelizmente estas variáveis não estão e nem foram disponibilizadas para a realização do trabalho.

Na análise dos fatores que poderiam ter impacto sobre índice de eficiência calculado. Trabalhos como de Becker (1968), Wilson et al. (1982), Glaeser et al. (1996), Beato F. (1998), Araújo et al. (2000), Messner et al. (2004), Pueeh (2004), Mello et al. (2005), Levitt et al. (2005), por exemplo, foram utilizados para identificar um conjunto de variáveis socioeconômicas que são normalmente utilizadas na determinação das taxas de criminalidade. Neste sentido, dentro de um conjunto de 19 variáveis, puderam-se utilizar conjuntamente nove delas.

As variáveis utilizadas para representar o ambiente socioeconômico dos municípios foram coletadas junto ao IDESP: Consumo de energia elétrica (*cel*); Número de domicílios urbanos (*domurb*); Fundo de participação dos municípios (*fpm*); Número de Hospitais (*hosp*); FUNDEF (*fundef*); IDH - Município (*idhmun*); População feminina (*popfem*); População masculina (*popmasc*); Theil (*theil*); Densidade demográfica (*den*).

3.2. Modelo Analítico

O modelo analítico para o cálculo de escore de eficiência técnica pode ser calculado pelo seguinte modelo estocástico:

$$ef = \beta_0 + \beta_1 cel + \beta_2 domurb + \beta_3 fpm + \beta_4 hosp + \beta_5 fundef + \beta_6 idhmun + \beta_7 popfem + \beta_8 popmasc + \beta_9 theil + \beta_{10} den + \mu_i \quad (4)$$

ef representa a variável escore de eficiência técnica dos municípios paraenses. As demais variáveis serão especificadas logo abaixo, os β s são os parâmetros do modelo e μ_i é o termo de erro aleatório. Conforme Tabela 2 abaixo, os escores de eficiência técnica serão estimados de acordo com os sinais esperados para cada variável do modelo analítico.

Tabela 2: Sinais esperados das variáveis

Variáveis do Modelo Analítico	Sinais Esperados	Referências e Autores
Consumo de Energia Elétrica (<i>cel</i>)	(+)	Loureiro (2008); Santos (2009).
Número de Domicílios Urbanos (<i>domurb</i>)	(-)	Glaeser et al (1992); Glaeser et al (1996); Cano e Santos (2000); Moura (2004); Hugues (2004); Gomes (2005); Loureiro (2008).
Fundo de Participação dos Municípios (<i>fpm</i>)	(+)	Myrdal (1965); Martins (1998).
FUNDEF (<i>fundef</i>)	(+)	Fajnzylber e Araújo Jr. (2001); Kume (2004); Resende (2007); Santos (2009);
IDH – Municipal (<i>idhmun</i>)	(+)	Beato (1998).
População Feminina (<i>popfem</i>)	(+)	Simon (2005).
População Masculina (<i>popmasc</i>)	(-)	Andrade e Lisboa (2000).
THEIL (<i>theil</i>)	(-)	Cano e Santos (2001); Cerqueira e Lobão (2003).
Densidade Demográfica (<i>den</i>)	(-)	Santos (1999, p.9); Fujita et al (2002); Oliveira (2004 e 2005); Oliveira et al (2006); Silva e Resende (2006); Barreto (2007).

Fonte: Elaboração própria.

3.3. Camadas de Iso-eficiência

As camadas de Iso-eficiência sinalizam para o estabelecimento de metas de curto prazo, obtidas como indicado por Gomes (2003). Formaliza-se que as DMUs com 100% de eficiência técnica formaram a camada 1. Tais DMUs foram então subtraídas do conjunto de análise técnica e, posteriormente, procedeu-se novamente à análise com um novo rol de municípios. As DMUs eficientes neste novo subconjunto formaram a camada 2.

Tavares (1998) utilizou uma técnica chamada “ranking com base na eficiência por níveis” com a finalidade de obter uma classificação das DMUs por faixa de eficiência. Além

desta classificação por camadas de eficiência, esta técnica pode ser utilizada para definição de metas parciais, ou por camadas, de forma a tornar viável o cumprimento de metas em curto prazo. Constantemente, o processo repetiu-se até que todas as DMUs tivessem sido retiradas do conjunto inicial. De acordo com a literatura, as camadas de Iso-eficiência são utilizadas para obter uma forma alternativa de ordenação e divisão de classe em DEA (Barr et al, 2000, Tavares, 1998).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Resultados da Análise de Eficiência (DEA).

O resultado dos escores de eficiência calculado para os municípios do Estado do Pará no combate à criminalidade foram obtidos por meio de análise envoltória de dados, *Data Envelopment Analysis* (DEA). De forma didática, foram delimitados quatro estratos de eficiência de análise³, sendo 0,01 e 0,25 (baixa eficiência), 0,25 e 0,50 (regular eficiência), 0,50 e 0,75 (eficiência média) e 0,75 e 1,00 (eficiência alta).

O intervalo de eficiência calculado entre os limites 0,01 e 0,25 possuem uma frequência de 33 municípios com percentual de amostra de 23,08%. O limite 0,25 e 0,50 possui uma frequência de 49 municípios com percentual de amostra de 34,27%. Por sua vez o limite 0,50 e 0,75 possui uma frequência de 39 municípios com percentual de amostra de 27,27%.

Por fim o intervalo de 0,75 e 1,00 possui uma frequência de 22 municípios com percentual de amostra equivalendo a 15,38% do total dos 143 municípios do Estado do Pará. Dentre estes os municípios de Ananindeua, Augusto Correa, Belém, Óbidos e Vitoria do Xingu mostraram-se 100% eficientes (escore de eficiência igual a 1,00).

Tabela 3: Intervalo de Eficiência Calculado para os Municípios do Estado do Pará.

Intervalo de Eficiência Calculado	Frequência de Municípios	Percentual da Amostra (%)
0,01 - 0,25	33	23,08
0,25 - 0,50	49	34,27
0,50 - 0,75	39	27,27
0,75 - 1,00	22	15,38
Total	143	100

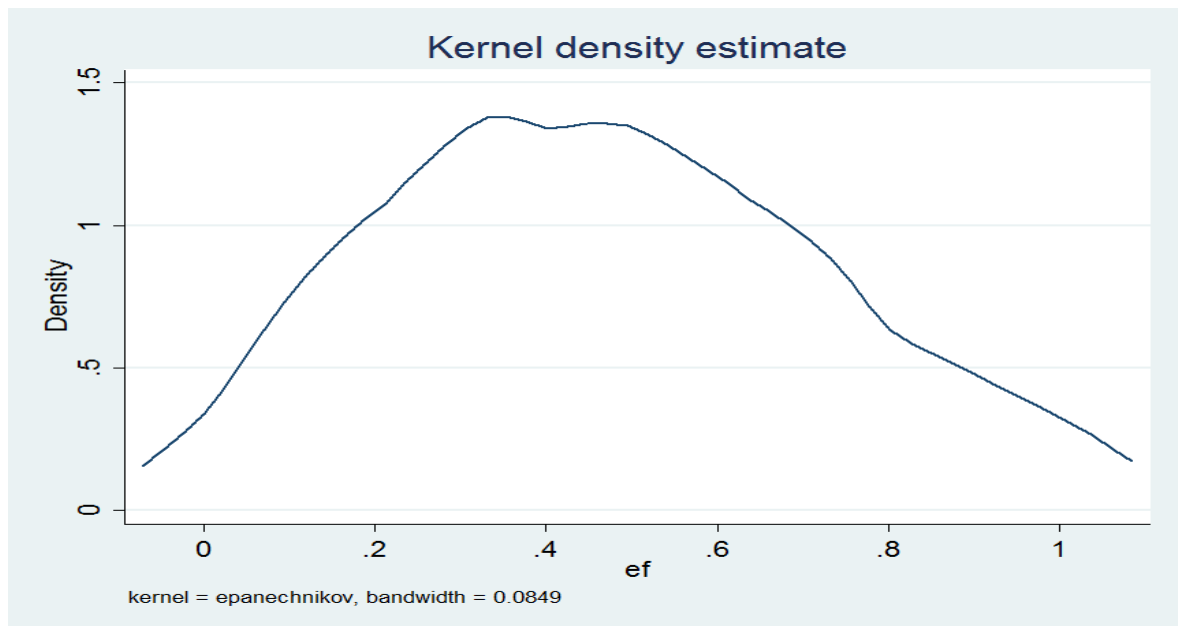
Fonte: Elaboração do Autor.

Figura 2 abaixo ilustra a distribuição de estimativa de densidade de Kernel dos municípios paraenses distribuídos, assimetricamente à direita, em torno da média (0,47). A principal concentração de municípios (143) localiza-se entre as faixas de eficiência de 0,25 a 0,50, 49 municípios.

Do total, apenas 05 municípios mostraram-se 100% eficientes (escore de eficiência igual a 1). Entretanto, 22 municípios têm o escore de eficiência calculado superior a 0,75.

³Ver Scalco et al (2012).

Figura 1: Kernel – Estimativa de Densidade.



Fonte: Elaboração do Autor.

Tabela 4 abaixo demonstra a distribuição dos municípios paraenses por quatro estratos descritivos, conforme índice de eficiência técnica. Em tais estratos foram identificados os valores estatísticos da média, máximo e mínimo das seguintes variáveis: a) efetivo policial por 1.000 habitantes, que representa a variável padrão, pois sinaliza para a relação de combate a criminalidade e eficiência da polícia ostensiva; b) crimes de natureza lucrativa contra o patrimônio (CL*), tais crimes podem ser especificados como o roubo, furto, etc; c) crimes de natureza não lucrativa contra a pessoa (CNL*), tais crimes podem ser especificados como homicídio, lesão corporal, etc.; d) população (POP*) sinaliza para o montante populacional dos municípios paraenses analisados. Verificou-se que a distribuição dos municípios entre os estratos ocorre de acordo com a lógica do modelo de eficiência, a saber, em média, os municípios mais eficientes foram os que apresentaram maior número de policiais por grupo de 1.000 habitantes.

Por sua vez, observa-se que a média dos crimes de natureza lucrativa (CL*) nos municípios é menor assim como dos crimes de natureza não lucrativa (CNL*) destes municípios considerados mais eficientes. Sendo que o montante populacional (POP*) se manteve com uma média maior quando comparado com os demais estratos de eficiência dos municípios paraenses.

Tabela 4: Resultados da Análise Envoltória de Dados - DEA.

Variáveis do Modelo		Estratos de Eficiência				Média Geral
		0 – 0,25	0,25 – 0,50	0,50 – 0,75	0,75 – 1,00	
Efetivo Policial por 1.000 Habitantes	Média	0,94	1,37	1,26	1,26	1,21
	Máximo	2,97	4,16	5,68	4,49	-
	Mínimo	0,23	0,32	0,38	0,24	-
Crimes Lucrativos (CL*)	Média	2,51	0,44	1,29	0,87	1,27
	Máximo	26,47	2,23	25,25	0,43	-
	Mínimo	0,03	0	0,05	0,03	-
Crimes não Lucrativos (CNL*)	Média	2,52	0,51	0,35	0,32	0,93
	Máximo	19,32	4,38	0,91	0,60	-
	Mínimo	0,21	0,15	0	0,09	-
População (POP*)	Média	30751,5	35314,9	44684,4	70819,5	45392,6
	Máximo	110145	133261	196468	1393399	-
	Mínimo	3431	4710	6660	6053,0	-

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 5 abaixo identifica os municípios do Estado do Pará com seus respectivos escores de eficiência técnica da polícia no combate a criminalidade no Estado do Pará, assim como a eficiência média calculada.

O extrato de eficiência técnica (0,01-0,25) sinaliza para os municípios considerados de eficiência baixa e que no escopo global se apresentaram com eficiência média calculada de 0,15. Tal extrato delimitou como município de maior eficiência técnica Brasil Novo (0,24), sendo que o de menor eficiência foi o município de Porto de Moz (0,01).

Para o extrato de eficiência técnica (0,25-0,50) foram identificados os municípios considerados com eficiência regular em seus escores e que no escopo global se apresentaram com eficiência média calculada de 0,38. Neste extrato, os municípios de maior eficiência técnica foram Cachoeira do Piriá (0,49) e Placas (0,49) e os municípios de menor eficiência foram Belterra e Floresta do Araguaia com (0,26), respectivamente.

O extrato de eficiência técnica (0,50-0,75) identificou os municípios considerados com eficiência média em seus escores e que no escopo global se apresentaram com eficiência média calculada de 0,62. Este extrato, o município de maior eficiência é Marapanim (0,74) enquanto que os municípios de menor eficiência foram: Ponta de Pedras, Irituia e Altamira com (0,51), respectivamente.

Por fim, o extrato de eficiência técnica (0,75-1,00) identificou os municípios considerados com eficiência alta em seus escores e que no escopo global se apresentaram com eficiência média calculada de 0,89. Neste extrato, os municípios considerados mais eficientes foram: Ananindeua, Augusto Corrêa, Belém, Óbidos e Vitória do Xingu com (1,00), respectivamente. Sendo que os municípios menos eficientes foram Maracanã e Curuçá com 0,75, respectivamente.

Tabela 5: Extratos de eficiência técnica por municípios.

Extratos de Eficiência	Municípios e Escore de Eficiência	Eficiência Média Calculada
]0,01 - 0,25]	Brasil Novo (0,24); Oriximiná (0,23); Santa Maria das Barreiras (0,23); Tailândia (0,23); Cachoeira do Arari (0,22); Cametá (0,22); Capitão Poço (0,21); Santa Cruz do Arari (0,21); São João do Araguaia (0,21); Viseu (0,21); Curralinho (0,20); Salinópolis (0,20); Alenquer (0,19); Quatipuru (0,19); Bonito (0,18); Aveiro (0,18); Novo Repartimento (0,17); Sapucaia (0,16); Nova Ipixuna (0,15); Bannach (0,14); Jacundá (0,13); Nova Esperança do Piriá (0,13); Água Azul do Norte (0,10); Bagre (0,10); Faro (0,10); São Félix do Xingu (0,09); Cumaru do Norte (0,08); Afuá (0,05); Jacareacanga (0,03); Piçarra (0,03); Curuá (0,02); Chaves (0,02) e Porto de Moz (0,01).	0,15
]0,25 - 0,50]	Cachoeira do Piriá (0,49); Placas (0,49); Redenção (0,48); Senador José Porfírio (0,47); Santa Luzia do Pará (0,47); Vigia (0,46); Curionópolis (0,45); Aurora do Pará (0,45); Abel Figueiredo (0,45); Santana do Araguaia (0,45); São Francisco do Pará (0,45); Itaituba (0,44); Muaná (0,44); Terra Santa (0,44); São Domingos do Araguaia (0,44); Parauapebas (0,43); Breves (0,42); Capanema (0,41); Baião (0,41); Ourém (0,41); Primavera (0,41); São Geraldo do Araguaia (0,41); Tucuruí (0,40); Benevides (0,39); Eldorado dos Carajás (0,39); Ipixuna do Pará (0,39); Paragominas (0,38); Gurupá (0,37); Oeiras do Pará (0,37); Garrafão do Norte (0,37); Igarapé-Miri (0,36); Santa Izabel do Pará (0,36); Palestina do Pará (0,35); Rurópolis (0,35); Bom Jesus do Tocantins (0,35); Pacajá (0,34); Melgaço (0,34); Ulianópolis (0,33); Anapu (0,32); Rio Maria (0,32); Nova Timboteua (0,31); Canaã dos Carajás (0,31); São João da Ponta (0,30); São Sebastião da Boa Vista (0,30); Limoeiro do Ajuru (0,28); Moju (0,28); Monte Alegre (0,27); Belterra (0,26) e Floresta do Araguaia (0,26).	0,38
]0,50 - 0,75]	Marapanim (0,74); Novo Progresso (0,72); Itupiranga (0,72); Tucumá (0,72); Trairão (0,72); Santa Bárbara do Pará (0,70); São Domingos do Capim (0,69); Pau D' Arco (0,68); Inhangapi (0,67); Mãe do Rio (0,67); Anajás (0,67); Xinguara (0,66); Dom Eliseu (0,65); Medicilândia (0,65); Castanhal (0,64); Marabá (0,64); Rondon do Pará (0,63); São Miguel do Guamá (0,63); Abaetetuba (0,62); Prainha (0,62); Concórdia do Pará (0,62); Ourilândia do Norte (0,61); Colares (0,60); Tracuateua (0,60); Conceição do Araguaia (0,60); Bujaru (0,60); Marituba (0,59); Acará (0,59); Goianésia do Pará (0,59); Brejo Grande do Araguaia (0,57); Portel (0,57); São Caetano de Odíelas (0,57); Almerim (0,56); Bragança (0,55); Barcarena (0,54); Santa Maria do Pará (0,51); Ponta de Pedras (0,51); Irituia (0,51) e Altamira (0,51).	0,62
]0,75 - 1,00]	Ananindeua (1,00); Augusto Corrêa (1,00); Belém (1,00); Óbidos (1,00); Vitória do Xingu (1,00); Peixe-Boi (0,99); Santo Antônio do Tauá (0,98); Uruará (0,93); Soure (0,92); Terra Alta (0,91); São João de Pirabas (0,90); Santarém Novo (0,88); Igarapé-Açu (0,86); Tomé-Açu (0,86); Breu Branco (0,82); Santarém (0,82); Salvaterra (0,80); Mocajuba (0,78); Juruti (0,77); Magalhães Barata (0,76); Maracanã (0,75); Curuçá (0,75).	0,89

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6 abaixo identifica os fatores associados à eficiência técnica da polícia ostensiva no combate à criminalidade para os municípios do Estado do Pará e estima os coeficientes padrões de análise com intervalo de confiança de 5%.

Tabela 6: Fatores associados à eficiência técnica da Polícia Ostensiva no combate à criminalidade para os municípios do Estado do Pará.

Variáveis do Modelo	Coeficientes	Robust Std. Err.	T	P > t	[95% Coeficiente Intervalo]	
Consumo Energia Elétrica (<i>cel</i>)	4.51e-06	5.74e-06	0.78	0.434	-6.85e-06	.0000159
Domicílio Urbano (<i>domurb</i>)	-0.0000161	6.83e-06	-2.36	0.019	-0.0000296	-2.64e-06
Fundo Participação Município (<i>fpm</i>)	5.62e-06	2.16e-06	24.-16	0.033	-3.08e-06	.0000143
Número Hospitais (<i>hosp</i>)	0.0117359	0.0139125	0.84	0.400	-.0157844	.0392562
FUNDEF (<i>fundef</i>)	4.67e-06	3.24e-06	1.44	0.152	-1.74e-06	.0000111
IDH Município (<i>idhmun</i>)	0.2918027	0.2777918	1.05	0.295	-.257697	.8413024
População Feminina (<i>popfem</i>)	0.0000388	0.000015	2.59	0.011	9.16e-06	.0000684
População Masculina (<i>popmasc</i>)	-0.0000412	0.000017	-2.42	0.017	-0.0000749	-7.54e-06
Theil Densidade Demográfica (<i>den</i>)	0.0389458	0.0881974	0.44	0.660	-.1355174	.213409
<i>cons</i>	0.0003527	0.0001473	2.39	0.018	.0000614	.000644
	0.6700105	0.1790774	3.74	0.000	.3157777	1.024243

Número de Observações = 143

F(10, 132) = 6.23

Prob> F = 0.0000

R-squared = 0.1341

Root MSE = .13312

Fonte: Elaboração própria.

A variável consumo de energia *cel* foi utilizada como *proxy* para que se pudesse estimar a renda da população nos municípios. Estatisticamente, o modelo empírico não considerou significativa tal variável (0.434). No plano teórico é pouco aceitável tal hipótese tendo em vista que a relação de renda com aumento da criminalidade é tida como uma relação inversa de lógica de crescimento ou decréscimo.

A idéia basilar é que em municípios com renda mais elevada, o número de crimes lucrativos contra o patrimônio (CL*) seja mais elevado, isso infere para uma diminuição da eficiência policial no bojo espacial destes municípios no combate a criminalidade. A baixa

renda própria e a alta renda alheia reforçariam o aumento de crimes lucrativos contra o patrimônio (CL*), no entanto em virtude do fator violência nos quais estes crimes são cometidos, isso ocasionaria um aumento direto dos crimes não lucrativos contra a pessoa (CNL*), como no caso o homicídio, conforme Cano e Santos (2001).

Tabela 6, a variável Domicílio Urbano *domurb* foi utilizada como *proxy* para que se pudesse estimar os níveis de urbanização de cada município. Estatisticamente, o modelo DEA considerou significativa tal variável (0.019) dentre as variáveis explicativas utilizadas. Este quadro, por sua vez, sinaliza para o custo de aprendizado ou entrada a criminalidade relacionada entre ao grau de interação social entre os indivíduos, isto pode ser obtido dentro de uma função de utilidade do indivíduo, no qual são verdadeiras algumas hipóteses de que o comportamento do agente sofreria influência do grupo ao qual ele pertence, [Durlauf (2001)]. Tal proposição, teoricamente, é aceitável tendo em vista que em áreas consideradas mais urbanizadas e com infraestrutura mais adequada o efeito positivo no combate a criminalidade tende a ser menos significativo e real. Infere-se dos resultados que, hipoteticamente, o crescimento quantitativo estimado de 1.000 domicílios urbanos atribui a uma diminuição da eficiência técnica da policia ostensiva no combate a criminalidade em (0.00161).

A variável Fundo de Participação dos Municípios *fpm* foi utilizada como *proxy* para estimar a relação de transferência de renda municipal com o efeito positivo esperado relacionado a eficiência no combate a criminalidade. Neste caso tal variável foi considerada significativa (0.033) dentre as variáveis explicativas utilizadas no modelo DEA. Os pressupostos teóricos atribuem aos níveis de transferência de renda para os municípios um fundamento econômico que impactam de forma negativa na escalada crescente da criminalidade tendo que em vista que seus efeitos contribuem por aumentar os custos de oportunidade para cometimento do crime em determinado município. Tal proposição, teoricamente, é aceitável tendo em vista que políticas de redistribuição de renda representam instrumentos de convergência de receita para esses municípios, dessa forma realocam recursos financeiros em seus orçamentos que podem ser utilizados em programas sociais de combate a criminalidade (Myrdal, 1965). Infere-se dos resultados que, hipoteticamente, a inclusão monetária estimada de R\$1.000,00 atribui um aumento de eficiência técnica da policia ostensiva no combate a criminalidade em (5.62e-06).

A variável Números de Hospitais *hosp* foi utilizada como *proxy* para estimar os níveis de saúde pública e desenvolvimento social dos municípios. Neste caso tal variável não foi considerada significativa (0.400) dentre as variáveis explicativas utilizadas no modelo empírico. A possibilidade de resposta para tal variável sinalizaria para um aumento do custo de oportunidade em se cometer o crime. Indicando possivelmente uma população mais saudável e com níveis de condições de saúde mais desenvolvidas, que por sua vez sinalizaria com uma relação inversa quando relacionada com as taxas de criminalidades no município estudado, essencialmente, a crimes de natureza lucrativa contra o patrimônio (CL*).

A variável FUNDEF *fundef* foi utilizada como *proxy* para estimar a relação de investimento em educação com o efeito negativo esperado sobre a criminalidade. Neste caso tal variável não foi considerada significativa (0.152) dentre as variáveis explicativas

utilizadas no modelo *DEA*. A possibilidade de resposta para tal situação possa estar relacionada ao custo moral da participação em atividades ilegais, essencialmente nos crimes não lucrativos praticados contra a pessoa, pelo fato do custo em realizar este tipo de crime ser maior do que o benefício advindo da prática do mesmo. A relação existente entre educação e criminalidade se apresenta de forma inversa, maiores níveis educacionais impõem maiores custos de oportunidade para a o cometimento do ilícito criminal, conforme Araujo Júnior e Fajnzylber (2000).

A variável IDH Município *idhmun* não foi considerada significativa (0.2950) dentre as variáveis explicativas utilizadas no modelo empírico. A especificidade desta variável delimita a condição de desenvolvimento social e econômico do município. Importante ressaltar a teoria econômica refuta que o nível de desenvolvimento interfere com uma relação inversa sobre as taxas de criminalidade de crimes de natureza lucrativa contra o patrimônio, tendo em vista uma melhor distribuição de renda, oportunidade diversificada de postos de trabalho, condição de saúde individual, níveis de urbanização dentre outros. Infere-se que a desigualdade de renda entre os cidadãos do município se correlaciona fortemente com maiores taxas de crimes não lucrativos contra a pessoa (homicídio) e de forma menor com os crimes de natureza lucrativa contra o patrimônio, essencialmente, (roubo). Fatores que combinados aumentam o custo de oportunidade para o cometimento do crime.

A variável População Feminina *popfem* foi considerada significativa (0.011) dentre as variáveis explicativas utilizadas no modelo *DEA*. Devido à especificidade da variável, pode-se argumentar que o custo de oportunidade para o cometimento de um crime lucrativo contra o patrimônio (CL*) praticado pela população feminina aumenta, tendo em vista que as estatísticas destes crimes são mais frequentes e praticadas pela população masculina. Outro fator importante ressalta a relação com os crimes não lucrativos contra a pessoa (CNL*), isto inclui lesões corporais, homicídio, ameaça, sendo que em grande parte destes crimes a população mais afetada é a feminina. Tal proposição, teoricamente, é aceitável tendo em vista que o efeito populacional feminino contribui para o aumento da eficiência técnica da polícia ostensiva no combate a criminalidade, pois na essência o montante quantitativo dos crimes de natureza lucrativa contra o patrimônio (CL*) quanto dos crimes de natureza não lucrativa contra a pessoa (CNL*) são cometidos pelo efetivo populacional masculino. Infere-se dos resultados que, hipoteticamente, o crescimento quantitativo estimado de 1.000 na população feminina atribui a um aumento da eficiência técnica da polícia ostensiva no combate a criminalidade em (0.04).

A variável População Masculina *popmasc* também foi considerada significativa (0.017) para explicar a relação existente com a criminalidade e o estrato de eficiência técnica da polícia ostensiva nos municípios paraenses. Devido à especificidade da variável, pode-se argumentar que o custo de oportunidade para o cometimento de um crime lucrativo contra o patrimônio (CL*) praticado pela população masculina diminui, tendo em vista que as estatísticas destes crimes são mais frequentes e praticadas por esta população masculina. Outro fator importante ressalta a relação com os crimes não lucrativos contra a pessoa (CNL*), isto inclui lesões corporais, homicídio, ameaça, sendo que em grande parte destes crimes a população mais afetada é a feminina, logo o custo de oportunidade em cometer tal

crime diminui para a população masculina. Tal proposição, teoricamente, é aceitável tendo em vista que o efeito populacional masculino contribui para a diminuição da eficiência técnica da polícia ostensiva no combate a criminalidade, pois na essência o montante quantitativo dos crimes de natureza lucrativa contra o patrimônio (CL*) quanto dos crimes de natureza não lucrativa contra a pessoa (CNL*) são cometidos pelo efetivo populacional masculino. Infere-se dos resultados que, hipoteticamente, o crescimento quantitativo estimado de 1.000 na população masculina atribui a uma diminuição da eficiência técnica da polícia ostensiva no combate a criminalidade em (0.0412).

A variável Theil não foi considerada significativa (0.660) dentre as variáveis explicativas utilizadas no modelo empírico.

A variável Densidade Demográfica *den* foi considerada significativa (0.018) dentre as variáveis explicativas utilizadas no modelo *DEA*. O objetivo foi de captar os efeitos do tamanho dos municípios relacionado com a criminalidade, pois o entendimento teórico refuta que o tamanho do município tem um papel significativo na probabilidade de punição no sentido de reduzi - lá. Municípios com um contingente populacional elevado não se evidência uma ligação entre polícia e os residentes, os policiais ficam com dificuldade de identificar potenciais criminosos, o que diminui em cidades pequenas nas quais a polícia conhece relativamente toda a população. Tal proposição, teoricamente, é adequada tendo em vista que o efeito da combinação da população com a área urbana é um fator que contribui para o aumento gradativo da criminalidade no espaço urbano. Infere-se dos resultados que, hipoteticamente, o crescimento quantitativo estimado de 1.000 na densidade demográfica masculina atribui a uma diminuição da eficiência técnica da polícia ostensiva no combate a criminalidade em (0.3527).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfoque econômico do crime, desenvolvido nesta dissertação, foi embasado conforme preceitos teóricos elaborados por Gary Becker (1968), que demonstrou a racionalidade econômica de cometimento do crime através da demonstração empírica do benefício da oportunidade em praticar a atividade criminosa, sendo maior que o custo de planejamento e execução do crime, custo moral, punibilidade e a probabilidade de prisão e condenação. Inserem-se na discussão os fundamentos da abordagem ecológica do crime, que considera que o ambiente no qual o indivíduo está inserido muda afetando assim seu julgamento moral de praticar ou não um ato ilícito.

Diante deste quadro teórico, desenvolveu-se um modelo analítico de Análise de Dados Envoltórios (DEA), que procurou calcular o índice de eficiência técnica da polícia ostensiva para cada município paraense. Os resultados demonstraram que um estrato pouco significativo de municípios apresenta índice igual a 1,00. Outra parcela mais robusta de municípios está se encaixando entre os intervalos de 0,50 a 0,75 e 0,75 a 1,00.

Disto pode-se inferir, conforme as variáveis tratados no modelo, que algumas não se apresentaram de forma significativa em seus resultados, tais como: Consumo de energia elétrica, Numero hospitais, FUNDEF, IDH - Município, THEIL. As demais variáveis do modelo se apresentaram significativas em seus coeficientes: Domicílio Urbano, Fundo Participação

dos Municípios (FPM), População Feminina, População Masculina e Densidade Demográfica, sendo que esta última foi negada a hipótese nula na qual o aumento da densidade demográfica influencia negativamente na eficiência técnica da polícia ostensiva e para as demais variáveis foi aceita a hipótese nula e condizente com que a teoria econômica do crime.

REFERÊNCIAS

AGNEW, R. **A longitudinal Test of Social Control Theory and Delinquency.**Journal of Research in Crime and Delinquency, v. 28, p. 126-156, 1991.

ARROW, K. J. **Social choice and individual values.** N. York: John Willey and Sons, 1963.1ª edição: 1951.

ARNEKLEV, B. J., GRASMICK, H. G., TITTLE, C. R. e BURSIK, R.J. **Low Self-control and Imprudent Behavior.**Journal of Quantitative Criminology, v. 9, p. 225-247, 1993.

AVELLAR, A. P. **Rompimento familiar e delinquência juvenil: Quais as possíveis conexões?** Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Ano I, Edição 01, fev. 2007.

BALTAGI, B. **Econometric Analysis of Panel Data.** London: John Wiley & Sons, 2005.

BARR, R. S.; DURCHHOLZ, M. L.; SEIFORD, L. **Peeling the DEA onion: Layering and rank-ordering DMUs using tiered DEA.**Technical Report, 2000.

BATELLA, W. B; DINIZ, A. M. A e TEIXEIRA, A. P. **Explorando os determinantes da geografia do crime nas cidades médias mineiras.** Revista de Biologia e Ciências da Terra, v.8, nº 1, 2008.

BEATO, F. C; PEIXOTO, B. T. e ANDRADE, M. V. **Crime, oportunidade e vitimização.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 19 (55): 73-89, 2004.

BEATO FILHO, C. C. **Determinantes da criminalidade em Minas Gerais.** In: XXI Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1997, Caxambu. Anais do XXI Congresso da Anpocs - Mesa redonda. São Paulo: ANPOCS, 1997.

BECCARIA, C. **On crimes an punishments, and other writings.** Ed. Cambridge. U. Press New York, 1995.

BECKER, G. **Crime and punishment: an economic approach.** The Journal of Political Economy, v.76, n.2, mar/apr., p. 169-217, 1968.

BELLONI, J. A. **Uma Metodologia de avaliação da eficiência produtiva de Universidades Federais Brasileiras.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, do Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2000.

BENTHAM, J. **An introduction to the principles of morals and legislation.**In the utilitarians.Ed. Anchor Books.Garden City, 1973.

- BURDETT, K., LAGOS, R. e WRIGHT, R. **Crime, Inequality and Unemployment**. London School of Economics, University of Essex, and University of Pennsylvania, 1999.Mimeo.
- BURSIK, R. **Delinquency Rates as Source of Ecological Change**.The Social Ecology.New York, Berlin / Heidelberg, p. 63-72, 1986.
- BURTON, JR., V.S e CULLEN, F.T.**The Empirical Status of Strain Theory**.Crime and Justice, v. 15, pp. 1-30, 1992.
- CAMPOS, M. S. **Escolha racional e criminalidade: uma avaliação crítica do modelo**. Revista: SJRJ, Rio de Janeiro, nº 22, p. 93-110, 2008.
- CANO, I. e SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- CANO, I. e SOARES, G. D. **As teorias sobre as Causas da Criminalidade**. Rio de Janeiro, IPEA, Manuscrito, 2002.
- homicides and spatial dependence in Brazil**.Rio de Janeiro, jul. 2005. (Texto para discussão, n. 1.105). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. e CARVALHO, A. X. **O jogo dos setes mitos e a miséria da segurança pública no Brasil**. Texto de discussão, IPEA, Rio de Janeiro, 2005.
- CORMAN, H. e MOCAN, H. N.**A time-series analysis of crime, deterrence and drug abuse in New York**.The American Economic Review, 90(3), p. 584-604, 2000.
- DOWS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- DUPRET, C. **Manual de direito penal: parte geral e parte especial**.Niterói: Impetus, 2008.
- EHRlich, I. **Participation in illegitimate activities: A theoretical and empirical investigation**. Journal of Political Economy, 81(3): 526-536, 1973.
- _____. **On the usefulness of controlling individuals: an economic analysis of rehabilitation, incapacitation, and deterrence**. American Economic Review, v.71, n. 3, p.307-322, June, 1971.
- _____. **The deterrent effect of capital punishment: a question of life and death**.American Economic Review, v. 65, p. 397-417, 1975.
- _____. **Crime, punishment, and the market for offenses**.Journal of Economic Perspectives, v.10, n.1, p.43-67, 1996.
- FAJNZYLBER, P., LEDERMAN, D., LOAYZA, N. **Determinants of crime rates in Latin America and the world: an empirical assessment**. Washington, DC: The World Bank, 1998.
- FEREJOHN, J. e PASQUINE, P. **A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.16, n.45, fev.2001, p.5-24.

- FERRI, E. **Princípios de direito criminal. O criminoso e o crime.** 2ª edição. Campinas: Bookseller, p.359, 1999.
- FILHO, C.C.B.; ASSUNÇÃO, R.M.; B.F.A.SILVA; F.C. MARINHO; REIS, I.A.; ALMEIDA, M.C.M. **Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro 17(5): 1163-1171, set-out, 2001.
- FINKLER, K. **Gender, domestic violence and sickness in México.** Social Science & Medicine, 1997.
- FLEISHER, B. M. **The effect of unemployment on juvenile delinquency.** The Journal of Political Economy, 71(6): 543-555, 1963.
- FURLONG, W. J. **A general equilibrium model of crime commission and prevention.** Journal of Public Economics, v.34, p.87-103, North-Holland, 1987.
- FREEMAN, R. B. **Crime and the job market.** National Bureau of Economic Research Working Paper 4910. Cambridge, Massachusetts, 1994.
- FREEMAN, R. B., HOLZER, H. J. **The black youth employment crisis.** Chicago, IL: University of Chicago Press, 1986.
- GIBBONS, T. **The utility of economic analysis of crime.** International Review of Law and Economics 2 (2): 173-192, 1982.
- GOMES, A. P. e BAPTISTA, A. J. M. S. **Análise envoltória de dados: conceitos e modelos básicos.** In: SANTOS, M. L., VIEIRA, W. C. (Eds) Métodos Quantitativos em Economia. Viçosa: UFV, p. 121-160, 2004.
- GOMES, F. A. R. e PAZ, L. S. **The determinants of criminal victimization in São Paulo State.** Disponível em <http://econpapers.repec.org/paper/anpen2004/147.htm> Acesso em 29 de outubro de 2009.
- HAKHEEM, M.A **Critique of Psychiatric Approach to Crime and Correction.** Law and Contemporary Problems, v. 23, pp. 650-682, 1958.
- HAUSMAN, J. A. **Specification test in econometrics.** Econometrica, v. 46, n.6, p. 1.251-1.271, 1978.
- HAUSMAN, J. A., TAYLOR, W. **Panel data and unobservable individual effects.** Econometrica, v.49, n.6, p. 1.377-1.395, 1988.
- LEE, M. R. **Community Cohesion and Violent Predatory Victimization: A Theoretical Extension and Cross-National Test of Opportunity Theory.** Social Forces, v. 79, n.2, p. 683-706, December/2000.
- LEVINE, D.M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. **Basic Business Statistics: Concepts and Applications.** Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 6th. ed., 1996.

MARTINS, N. M. A. **A Lei Robin Hood como instrumento para a redução das heterogeneidades das regiões mineiras: análise de seus objetivos e resultados através de um exercício de convergência.** Monografia do curso de Economia da UFJF, setembro de 1998.

MATHIESON, D. e PASSELL, P. **Homicide and Robbery in New York City: An Economic Model.** *Journal of Legal Studies*, v. 6, p. 83-98, 1976.

MAURO, P. **Corruption and Growth.** *Quarterly Journal of Economics*, p. 681-712, 1995.

OLIVEIRA, C. A.; e JÚNIOR, L. S. M. **Uma análise da criminalidade na Região do Corede Produção a partir da teoria econômica do crime (1997-2005).** *Análise*, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 65-83, jul./dez., 2009.

OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt de. **Quando mais é menos: Crítica aos indicadores de desempenho policial da política de integração da segurança pública do Estado do Pará.** Editora Universitária: UFPA, Belém: NUMA/UFPA, 2005. (Papers).

PATERNOSTER, R. e MAZEROLLE, P. **General Strain Theory and Delinquency: A Replication and Extension.** *Journal of Research in Crime and Delinquency*. V.31, pp. 235-263, 1994.

PEIXOTO, B. T.; MORO S. e ANDRADE, M. V. **Criminalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte: uma análise espacial.** Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2009. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A016.pdf>>. Acesso: 10 de março de 2010.

PEREIRA, R. **A criminalidade na Região Policial da Grande São Paulo.** Curso de Mestrado em Economia - Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado, 2000.

PEREIRA, R; CARRERA-FERNANDEZ, J. **A criminalidade na Região Policial da Grande São Paulo sob a ótica da economia do crime.** *Revista Econômica do Nordeste*, v.31, n. Especial, p. 898-918, nov. 2000.

PEZZIN, L. **Criminalidade urbana e crise econômica.** São Paulo: IPE/USP, 1986.

RAMOS, E. M. L. S.; PAMPLONA, V. M. S.; REIS, C. P.; ALMEIDA, S. S. e ARAÚJO, A. R. **Perfil das vítimas de crimes contra a mulher na Região Metropolitana de Belém.** *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 5, Edição 8, fev-mar, 2011.

RESENDE, J. P. **Crime social, castigo social: O efeito da desigualdade de renda sobre as taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros.** UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2007. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, S. **Homicídios em Porto Alegre, 1996: análise ecológica de sua distribuição e contexto socioespacial.** Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

SAMPSON, R. J. **The Community**, in J. Q. Wilson e J. Petersilia (eds.).Crime.San Francisco, ICS Press, pp. 193-216, 1995.

_____ e GROVES, W. B. **Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory**. American Journal of Sociology, v. 94, pp.774-802, 1989.

_____ e WOOLDREDGE, J. D. Evidence that High Crime Rates Encourage Migration Away from Central Cities. Sociology and Social Research, v. 70, pp. 310-314, 1986.

SCALCO, P. R.; AMORIM, A. L. e GOMES, A. P. **Eficiência técnica da Polícia Militar em Minas Gerais**. Nova Economia, Belo Horizonte, 22(1), pag.165-190, jan.-abr., 2012. Acesso: 11 de agosto de 2012.

SMITH, D. A.; JARJOURA, G. R. **Household Characteristics, Neighborhood Composition and Victimization Risk**.Social Forces, v.68, n.2, p. 621-640, December/1989.

_____. **Social structure and criminal victimization**.Journal of Research in crime and Delinquency, v.25, p. 27-52, 1988.

SOARES, R. R. **Development, crime and punishment: Accounting for the international differences in crimes rates**.Mimeo, University of Chicago, 1999.

SOARES, S. S. D. **Educação: um escudo contra o homicídio?** Texto para discussão n° 1298 (IPEA). Brasília, 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/site_s/000/2/publicacoes/tds/td_1298.pdf.

STIGLER, G. **The citizen and the state: Essays on Regulation**. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

TRUMBULL, W. N. **Estimations of economic model of crime using aggregate and individual level data**.Southern Economic Journal, v. 56, n.2, p.423-439, out, 1989.

TULLOCK, G. e BUCHANAN, J. M.**The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy**.University of Michigan Press/Ann Arbor Paperbacks, 1962.

UPTON, G.J. e FINGLETON, B. **Spatial Data Analysis by Example I**. John Wiley and Sons, New York-NY, 1985.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: princípios básicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VIAPIANNA, L. T. **Economia do Crime**. Ed. AGE. Porto Alegre. 2006.



IMPACTO E INADIMPLÊNCIA DO CRÉDITO PARA A PESCA ARTESANAL NA AMAZÔNIA

Lucilene Amaral¹

Oriana Almeida²

David McGrath³

Sérgio Rivero⁴

Brenda Cirilo⁵

Suellen Ramos⁶

Vivian Zeidemann⁷

Marta Coutinho⁸

RESUMO

A pesca é uma importante atividade regional na Amazônia e no Baixo Amazonas. Para promover o desenvolvimento do setor pesqueiro na Amazônia, entre outras medidas, o governo federal criou diversas linhas de crédito a partir da instituição do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) em 1988. No entanto, os projetos financiados pelo FNO resultaram em altos índices de inadimplência. Atualmente, apesar das diversas linhas direcionadas ao pescador artesanal, com juros baixos e longos períodos de carência e pagamento, os projetos para a pesca artesanal não são tão acessíveis ao pescador. Muitas dessas linhas de crédito não foram projetadas de acordo com a realidade econômica do usuário de forma que atingisse o objetivo do Programa. Os sistemas de financiamento são vários e complexos enquanto os estudos de acompanhamento de investimentos são raros. A inadimplência dos projetos do FNO na região do Baixo Amazonas é um reflexo de que o sistema de crédito para a pesca artesanal necessita de ajuste. O objetivo deste estudo é identificar os principais motivos que provocaram a inadimplência dos projetos do FNO e identificar as dificuldades do pescador artesanal em adquirir o crédito.

INTRODUÇÃO

A pesca comercial e artesanal na Amazônia tem aumentado ao longo do tempo, devido o declínio da agricultura, especificamente a juta, e a introdução de novas técnicas de captura e comercialização do pescado (De Castro 2001, Almeida et al. 2001). Uma das políticas voltadas para o desenvolvimento do setor tem sido a criação de linhas de crédito para a pesca artesanal.

¹ Lucilene Amaral, Pesquisadora do IPAM na época

² Oriana Trindade de Almeida, orianaalmeida@yahoo.com

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido UFPA/NAEA

³ David McGrath - Professor Doutor da UFOPA

⁴ Sérgio Rivero - Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Economia UFPA/PPGE

⁵ Brenda Batista Cirilo - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido UFPA/NAEA

⁶ Suellen Souza Ramos, suellenramos83@gmail.com - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido UFPA/NAEA

⁷ Vivian Zeidemann, vivianz@ufpa.br

Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia UFPA/PPGE - Marta Coutinho Caetano

⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido UFPA/NAEA

A análise histórica das políticas públicas voltadas para a atividade pesqueira no Brasil mostrou uma atuação em dois sentidos: estabelecimento de regulamentações e concessão de incentivos à produção. Na década de 60, com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, a atividade pesqueira tornou-se maior e sofreu sua primeira grande expansão. A SUDEPE possuía linhas de crédito de financiamento e incentivos fiscais instituídos com a finalidade de atrair investidores e empresários para o setor. Assim, durante a década de 70, foi concedida uma grande quantidade de isenções e subsídios para o setor pesqueiro, com o intuito de promover o desenvolvimento do setor e, paralelamente, diminuir as disparidades regionais, ou para grandes projetos agropecuários.

Em 1988 através do FNO foram criadas linhas de financiamentos para pescadores com taxas de juros mais baixas e prazo de pagamento maior. Com a criação do FNO o governo buscou incentivar através de financiamentos o desenvolvimento da pequena produção em contraposição ao modelo latifundiário-monocultural para agropecuária ou industrial desenvolvido anteriormente (Costa 2006; Costa 2005).

Estudando o FNO, Costa (2005) dividiu as aplicações desse crédito em três fases. De 1990 a 1995 quando foram predominantemente para a pecuária; de 1995 a 1998 quando as culturas perenes tiveram o maior investimento passando de 10-20% dos cinco anos anteriores para 60%; e a última fase, de 1998 a 2000 quando cai a participação das culturas permanentes para em torno de 30%. Num estudo sobre a várzea Costa (2006) verificou que em geral a participação da população de várzea está muito abaixo da importância relativa dessa atividade na economia regional. Em 1995 Costa (2006) mostra que do total de crédito recebido na várzea corresponde a 8% do total de crédito da região norte, enquanto o Valor Bruto da Produção corresponde a 18% do VBP da Região Norte. Também há discrepância entre o que recebe o setor agropecuário como um todo para a região norte (6%) e o crédito recebido na região de várzea (2%).

Dentro desse contexto, os recursos do FNO foram liberados inicialmente para região da Ilhas, do Salgado e Sul do Pará. Em 1999 as colônias de pescadores dos municípios de Santarém, Z-20, Alenquer, Z-28, Óbidos, Z-19, e Monte Alegre, Z-11, reivindicaram a liberação dos recursos do FNO para os pescadores artesanais e produtores rurais da região do Baixo Amazonas. O movimento social chamado de “Grito da Terra Brasil”, reuniu representantes dos pescadores que reivindicaram ao Banco da Amazônia a liberação dos recursos do FNO para a região do Baixo Amazonas. Contudo, para ter acesso ao crédito era necessário que o pescador estivesse ligado a uma associação de pescadores e que esta associação possuísse sua sede no raio de 20 quilômetros do domicílio do pescador.

A liberação dos recursos do FNO para o Baixo Amazonas provocou a criação acelerada de associações de pescadores que os representasse junto ao Banco da Amazônia para a aquisição dos equipamentos de pesca. A inexperiência dos pescadores e dos representantes das associações levou muitos pescadores a fazer o empréstimo sem conhecimento suficiente das condições e dos critérios básicos do financiamento. Adicionalmente, durante o processo de aquisição do crédito o pescador esbarrou na falta de assistência técnica adequada para a elaboração de um projeto que atendesse suas expectativas e correspondesse a sua renda familiar.

Tendo por base essa problemática, este trabalho tem por objetivo: a) Caracterizar o pescador artesanal que recorre ao sistema de crédito; b) Identificar os principais motivos que provocaram a inadimplência dos projetos do FNO; c) Identificar os pontos de estrangulamento do sistema de crédito para a pesca artesanal; e, d) Avaliar o impacto do projeto na renda do pescador.

METODOLOGIA

O estudo é baseado em entrevistas abertas e estruturadas. As entrevistas abertas foram feitas com os representantes das organizações diretamente envolvidas no processo de aquisição ao crédito, associações e colônias de pescadores, técnicos da EMATER e do Banco da Amazônia.

Também foram entrevistados 92 pescadores selecionados a partir da lista de beneficiários do FNO, fornecida pelo BASA e EMATER, nos municípios de Santarém e Óbidos envolvendo uma área total de 398.447 hectares. O objetivo é estudar o sistema de crédito do FNO e identificar os pontos de estrangulamento do processo que provocaram os altos índices de inadimplência e suspensão da linha de crédito para região do Baixo Amazonas. As entrevistas foram realizadas no período de junho a setembro de 2002.

Do total da amostra metade são pescadores de Santarém e metade são pescadores de Óbidos. Do total de entrevistados (92), 66 pescadores residem na zona rural e 26 na cidade. As perguntas estão relacionadas à composição e renda familiar e outras atividades econômicas do entrevistado (agricultura, pecuária, comércio), além de perguntas-chaves referentes ao financiamento como condições e prazos de pagamento, juros, carência, valor e equipamentos financiados e causas da inadimplência.

A CRIAÇÃO DO FNO E A INSERÇÃO DA PESCA ARTESANAL DO BAIXO AMAZONAS NO SISTEMA DE CRÉDITO.

A Constituição Federal de 1988 instituiu os Fundos Constitucionais destinados à aplicação de programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, administrados pelas instituições financeiras de caráter regional. A Lei nº7.827, de 27 de setembro de 1989, alterada pela lei nº 9.126 de 10 de novembro de 1995, criou para a região Norte, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, que abrange todos os Estados da região, compreendendo uma área total de 3.869.637,90 km².

Os recursos do FNO são constituídos de 3% da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR) e 3% da arrecadação do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI). O FNO é administrado pelo Banco da Amazônia S/A– BASA e tem seus princípios e diretrizes definidas pelo Plano Plurianual para a Amazônia Legal (PPA) 1996/1999. O Fundo beneficia os produtores rurais, as empresas de direito privado e de capital nacional e estrangeiro e as associações e cooperativas de direito privado e capital nacional, legalmente constituídas.

No Baixo Amazonas o maior número de beneficiários do FNO corresponde a pescadores da região de Santarém e Óbidos. Em Óbidos, 89 dos 120 sócios da Acopar fizeram o empréstimo, enquanto que em Santarém cerca de 100 pescadores do total de 114 associados distribuídos em cinco associações receberam financiamento do FNO.

PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO DO CRÉDITO

A concessão do crédito ocorre por intermédio da associação de pescadores que deve atender algumas condições. As associações devem ser registradas em cartório, há pelo menos 6 meses e ter no mínimo 20 sócios. Por outro lado, o pescador deve residir num raio de 20 quilômetros da sede

da associação e viver exclusivamente da atividade de pesca. Associação e sócios devem estar cadastrados junto ao BASA. A documentação para o pescador corresponde ao preenchimento de uma ficha com os documentos pessoais, do cônjuge e dos dependentes se for o caso. Não havendo restrição junto ao sistema de proteção ao crédito, o pescador associado é encaminhado à assistência técnica para elaboração do projeto. A assistência técnica deve prestar assessoria durante o processo de liberação do recurso, implantação do projeto e término do pagamento das parcelas. Elaborado o projeto e aprovado pelo banco o pescador dirige-se à gerência regional do BASA para tomar ciência da taxa de juros, prazo de pagamento, valor e vencimento das parcelas.

A liberação do crédito pode ocorrer de diferentes formas dependendo do objeto financiado. Para a compra do material dos arreios e o motor da embarcação o pescador procura uma loja especializada, efetua a compra e leva a nota fiscal para o Banco que efetuará o pagamento diretamente à loja. Em caso de custeio, para confecção de arreios ou viagens de pesca, o dinheiro é depositado na conta do pescador junto ao BASA mediante apresentação de um orçamento.

AS ATUAIS LINHAS DE CRÉDITO PARA PESCA ARTESANAL

Atualmente os recursos do FNO são aplicados através de 11 programas diferentes voltados as atividades econômicas dos setores rural, industrial, turismo, comércio e serviços. Dois programas são direcionados a pesca artesanal: FNO-PRONAF e FNO-Pesca e Aqüicultura.

O pescador artesanal pode utilizar as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF com base nos critérios dos grupos B (pescador artesanal renda bruta anual de até R\$2.000) C (renda bruta anual acima de R\$2.000 e até R\$14.000) e D (para aqueles com renda acima de R\$14.000 e até R\$40.000). Para ser beneficiado pelo PRONAF o associado precisa ter a Declaração de Aptidão (DAP) que constitui instrumento obrigatório à formalização da operação de crédito, independente dos demais documentos necessários e exigidos pela instituição financeira. No PRONAF cada beneficiado é responsável pelo seu financiamento não necessitando ter a associação como avalista.

O FNO-Pesca e Aqüicultura lançou em 2004 duas novas linhas de crédito: o PES CART-Norte, voltado para a pesca artesanal, e o PROAQUA-Norte, voltado para a aqüicultura. O PES CART-Norte beneficia o pescador artesanal, afiliado a colônia de pescadores, associações e cooperativas de pesca além de financiar grupos solidários. Por esta linha o pescador artesanal pode emprestar até R\$32.000 para investimento e mais R\$8.000 para custeio. O programa também pode financiar as colônias, associações e cooperativas de pescadores para construção e ampliação de instalações frigorífica, aquisição de máquinas, equipamentos e itens de custeio, sendo que estas organizações podem emprestar até R\$800.000 para investimento e mais R\$240.000 para custeio.

As novidades trazidas por essas linhas de crédito além dos valores destinados ao financiamento que pode chegar a R\$40.000 reais para o pescador artesanal e até R\$1.200.000 reais para as organizações de pescadores legalmente constituídas são: a) os prazos de pagamento do empréstimo de dez anos contados da entrega da embarcação e não da liberação do recurso como foi o FNO em 2000; b) o financiamento para os itens de custeio tem prazo de pagamento em até 3 meses; c) no caso, da pesca artesanal, os grupos solidários de no mínimo cinco membros onde um é avalista do outro garantindo o pagamento do grupo; e d) o financiamento direto para as colônias, associações e cooperativas de pescadores para a construção de instalações frigoríficas.

CARACTERIZAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DO FNO

Os beneficiários do FNO são principalmente homens (97%) com idade média de 49 anos. A maioria dos entrevistados tem mais de 20 anos de casados e a unidade familiar é formada por 7 pessoas, média de 5 filhos, sendo que destes 3 ainda moram com os pais e tem idade média de 16 anos. O nível de escolaridade é baixo variando entre 1 e 4 anos de estudo (71%).

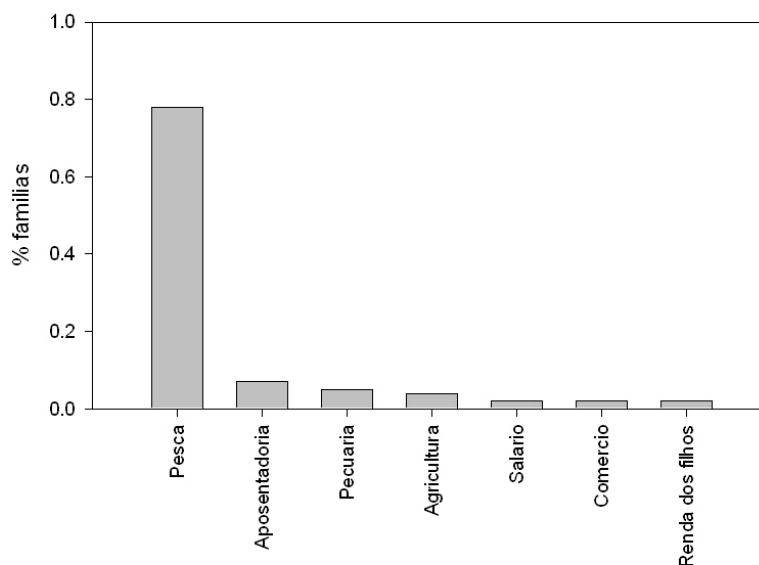
A maioria dos entrevistados tem casa própria (75%) sendo que um pequeno número de beneficiários mora em casa alugada ou com os pais. Em média a família possui 1 propriedade. Dos entrevistados 27% mora na cidade, e 73% na área rural. As propriedades na várzea têm tamanho médio de 18 hectare¹ enquanto que as propriedades da terra firme são em torno de 8 hectares. Além da moradia, 50% dos entrevistados também utilizam as propriedades para a agricultura (32%) e pecuária (18%).

A forma de aquisição da terra deu-se principalmente através do sistema de compra (74%) e herança (16%). Alguns, no entanto, adquiriram a terra por ocupação (10%). A posse da terra é bastante antiga, 60% dos entrevistados detêm o uso da terra a mais de 20 anos.

OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO PESCADOR ARTESANAL

Do total de entrevistados 78% afirmam que a pesca é a principal atividade econômica da família. Destes, 47% não pratica nenhuma outra atividade econômica, 32% trabalham com agricultura e 11% com a pecuária. Em menor escala algumas famílias tem a pesca como atividade econômica secundária e vivem principalmente ou da aposentadoria (7%), ou da pecuária (5%), ou da agricultura (4%), ou de salários (2%) ou de outras rendas como comércio e renda recebida dos filhos (figura 2).

Figura 1. Principais atividades dos beneficiários do FNO, Baixo Amazonas.



Outros tipos de renda também fazem parte da renda familiar. Dos entrevistados 53% recebem o seguro desemprego, 26% dos entrevistados recebem bolsa família, 16% recebem aposentadorias e 5% recebem algum outro benefício do governo. A renda proveniente de salários é recebida por 10% do total de entrevistados.

Mesmo não sendo a principal atividade econômica 40% dos entrevistados pratica a agricultura e 28% criam gado. Na agricultura a produção é destinada principalmente para o consumo da família. Em média uma família planta duas lavouras diferentes, sendo mandioca e o milho as culturas mais utilizadas para o consumo. A maior renda na agricultura vem do plantio de melancia, no entanto apenas 19% dos entrevistados que plantam cultivam a melancia. Na pecuária o rebanho é constituído em média por 28 cabeças de gado. A pecuária constitui uma forma de poupança para as famílias para suprir uma necessidade financeira em casos mais urgente. A principal forma de aquisição das primeiras cabeças de gado se deu através da compra (42%), sistema de criação em sociedade (27%) e herança (23%).

MODELO DOS PROJETOS FINANCIADOS

A maioria dos projetos foi elaborada por técnicos do governo designados para prestar assistência técnica (72%). Do total da amostra 11% afirmam que elaboraram seu próprio projeto e 11% afirmam que o projeto elaborado ou pela Colônia de pescadores ou pela associação. Em menor escala pescadores afirmaram que o projeto foi elaborado por outras pessoas (banco, parentes, etc) e que o mesmo não contemplava seus interesses. Contudo, 82% da amostra responderam os objetos financiados corresponde a suas necessidades.

Do total da amostra 86% dos projetos corresponde a compra de embarcação de pesca, material para confecção de arreios e custeio. Entre os que financiaram embarcação de pesca 70% comprou ou construiu bajaranas e 16% comprou ou construiu barcos. As bajaranas tem tamanho médio de 9 metros e motor de 15HP enquanto que os barcos medem em média 11 metros e possuem motor de 18HP. A vida útil da embarcação de pesca é de 10 anos. Outro item bastante utilizado pelo pescador foi o *custeio*. O custeio corresponde ao recurso repassado direto ao pescador para o pagamento da mão-de-obra usada na confecção dos arreios e para pagar as despesas da primeira viagem de pesca. O valor destinado ao custeio é pago em uma única parcela, geralmente na data de vencimento da primeira parcela do valor principal do empréstimo. Dos entrevistados, 97% utilizaram o recurso destinado a custeio, com um valor médio de R\$1.040 por projeto. Em menor escala, outros projetos envolveram somente a compra de material para confecção de arreios e motor para embarcação.

Os projetos que incluem a compra de embarcação de pesca variam de R\$12.000, para bajaranas, a R\$17.500, para barcos. O valor médio das parcelas para esses projetos é em torno de R\$250 reais mensais. Apenas 14% dos entrevistados não financiaram embarcações de pesca, sendo que 7% financiaram somente a compra do motor e 7% financiaram somente a compra dos arreios de pesca. Para estes, o valor médio do projeto é entre R\$5.600 a R\$5.900 e o valor mensal da parcela é em torno de R\$160 reais.

Em relação aos arreios, o financiamento foi direcionado para a compra de malhadeiras (80%) e bubuias (13%). Em média, o entrevistado financiou 16 malhadeiras com tamanho médio de 150 metros de comprimento e 3 bubuias com tamanho médio de 400 metros de comprimento. O valor médio das malhadeiras é de R\$259 reais e as bubuia R\$1.065 reais cada.

As razões para fazer o empréstimo, apontadas pelos entrevistados, foram principalmente o desejo de adquirir o material de pesca (39%), melhorar as condições de vida e aumentar a renda familiar (25%) e diminuir o esforço físico da pescaria substituindo as embarcações a remo ou vela

por embarcações motorizadas (15%). Entretanto 10% dos entrevistados afirmaram que só fizeram o empréstimo porque foram influenciados por outras pessoas.

A ATIVIDADE DE PESCA DOS BENEFICIÁRIOS

A pesca praticada pelos beneficiários do FNO apresenta um forte perfil comercial. O grupo estudado apresenta um padrão de pesca considerado normal da região e dos pescadores. A pesca ocorre principalmente no rio Amazonas durante seca e no Lago Grande do Curuai durante a cheia. O Lago Grande do Curuai é um sistema de lagos situado ao sul da calha principal do Rio Amazonas que abrange os municípios de Santarém, Óbidos e Juruti e sofre forte pressão de exploração do recurso natural e com vários conflitos para estabelecimento de regras de exploração do lago (Issac *et al*). Dos entrevistados 91% afirmaram ter experiência no tipo de pesca praticada na região e 73% afirmaram que já haviam utilizado equipamentos semelhantes ao financiado. Mesmo antes do empréstimo, quando apenas 30% dos entrevistados possuíam embarcação de pesca, 51% dos beneficiários já praticava a pesca nos lagos da região e no rio Amazonas e vendia pescado (98%) principalmente para frigoríficos e atravessadores (68%).

Quanto às espécies, as mais pescadas são as espécies de couro, como mapará (*Hypophthalmus* spp.), dourada (*Brachyplatystoma flavicans*) e filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) que são vendidas para os frigoríficos. Na seca a pesca ocorre principalmente no rio Amazonas e há uma grande variação das espécies capturadas, mas as espécies de couro ainda representam 57% da captura total.

A comercialização do pescado ocorre, principalmente, direto com o frigorífico e gera uma renda mensal de R\$658 reais na seca e R\$422 reais na cheia. Depois do frigorífico a maior venda ocorre nos mercados locais, porém a renda do pescador é mais baixa, em torno de R\$380 reais por mês. Parte desses pescadores que vendem para o frigorífico vendem através de um atravessador - pessoa que serve de elo entre o pescador e o frigorífico - mas nesse caso a renda do pescador é menor em relação à venda direta para o frigorífico, e maior em relação à venda no mercado. A presença dos atravessadores na cadeia de comercialização é maior durante o período de seca.

O FNO E AS CAUSAS DA INADIMPLÊNCIA

O Pará é o estado que mais recebeu recursos do FNO para a pesca artesanal. De novembro de 1989 a dezembro de 2004 foram mais de 1200 projetos financiados somando o valor de R\$120,5 milhões aplicados na pesca e aqüicultura pelo programa FNO-Especial Pesca e Aquicultura. O recurso destinado para financiamento da pesca e aqüicultura no Pará corresponde a 83% do total aplicado na região norte. No estado Amazonas foram financiados 23 projetos no mesmo período o que correspondeu a 16% do montante aplicado na pesca artesanal (BASA 2004). No Baixo Amazonas mais de 60% dos beneficiários estão inadimplentes com o FNO. Em média o entrevistado está com 10 parcelas em atraso. Várias justificativas foram dadas e podem ser classificadas em três categorias: problemas relacionados a atividade pesqueira (72%), problemas familiares que geraram outras dívidas (16%) e problemas relacionados ao financiamento.

Dos entrevistados 33% alegam que a inadimplência foi causada principalmente devido uma redução do estoque pesqueiro, 12% relata que os acordos comunitários e o defeso dificultaram a atividade de pesca na região, 9% alegam que a constante perda de arreios durante a pesca leva o

pescador a investir em novos equipamentos e isto ocasionou o atraso das parcelas, 7% alegam dificuldades para comercializar o pescado, 5% dos entrevistados relataram o aumento no número de pescadores, 4% relatam o aumento nos custos da viagem de pesca e 2% relatam que se tornaram inadimplentes porque tinham pouca experiência com a atividade de pesca e por isso não teriam alcançado a renda esperada. Entre os que alegaram razões familiares, 12% alegaram que casos de doenças na família teriam provocado o atraso no pagamento das parcelas e 4% alegaram que tiveram outras despesas inesperadas. Apenas 12% dos motivos apresentados pelos entrevistados referem-se diretamente ao financiamento, entre eles está a baixa qualidade do material financiado, a falta de informação, juros altos e a falta de assistência técnica.

DISCUSSÃO

A pesca é a principal atividade econômica para 78% dos entrevistados. Entre os entrevistados 43% não praticavam a agricultura e 69% não criavam gado antes do financiamento, vivendo exclusivamente da pesca. Depois do empréstimo somente 4% começaram a plantar e 2% a criar gado o que mostra que o pescador que busca o financiamento é aquele que vive da pesca. No perfil da várzea traçado por Almeida (2004) no Baixo Amazonas em torno de 30% dos pescadores pratica pesca, agricultura e pecuária e outros 27% pesca, agricultura (sem pecuária) um percentual pequeno de residentes da várzea praticam somente a pesca (8%). Nesse sentido o pescador que procura o FNO se caracteriza por ser um grupo dos 8% que tende principalmente a se dedicar à pesca.

O poder de pagamento pode ser analisado através da estimativa de renda do pescador. Almeida *et al.* (2004) estimou que barcos menores que 1 t gera uma renda de US\$257 por mês, US\$406/mês para barcos de 1 a 4 toneladas e US\$831/mês para barcos entre 4 e 8 toneladas. Os casos estudados aqui são de proprietários que se encontram prioritariamente na faixa de 1 a 4 toneladas e portanto possuem renda de US\$406 ou R\$1.000 reais por mês. Considerando a parcela de R\$253 pode se ver que o empréstimo tem o impacto de 25% do lucro da atividade. É possível para o pescador pagar esse valor durante 60 meses, ainda que pesado, no entanto vários fatores podem ter contribuído para a situação de inadimplência do pescador no Baixo Amazonas.

Um fator que foi considerado grave para o pagamento dos empréstimos é a falta de informação e entendimento completo do empréstimo. Alguns não sabiam o valor total a ser pago por parcela que só estaria disponível para o pescador após sair o financiamento. O vencimento das parcelas é outro ponto pouco claro para o pescador dado que alguns alegam que não sabiam quando poderiam pagar, ou de que forma poderiam pagar. Muitos pescadores também não entenderam as conseqüências do não pagamento em dia das suas parcelas. Muitos entenderam que poderiam pescar e quando tivessem somado um montante poderiam ir ao banco e efetuar pagamentos para abater a dívida. Vários pescadores, não entenderam que cada parcela não paga na data de vencimento sofreria reajuste com juros acima de juros do contrato. Assim os valores das parcelas foram subindo sem que os mesmo tivessem ciência do fato.

Muitos pescadores fizeram financiamento sem uma programação do período de pesca. É necessário um planejamento para o período de construção de barco e confecção de arreios de forma que estejam disponíveis no período adequado para a pescaria. Ao contrário disso, principalmente as embarcações, só ficaram prontas para a pesca no período em que as pescarias são menos intensas e, por conseguinte a renda do pescador é mais baixa.

Muitos pescadores também não entenderam como funcionava o período de carência do empréstimo. Muitos acreditavam que o período de carência começava a contar a partir do dia em que eles recebiam o barco do estaleiro enquanto que, de fato, o período de carência começa a contar a partir da primeira parcela liberada pelo banco para a construção do barco. O atraso na construção dos barcos (mais de 6 meses) e documentação dos mesmos fez com que os pescadores só pudessem pescar efetivamente quando já havia acabado o prazo de carência.

Isso ainda foi agravado pelo fato do pagamento dos financiamentos de custeio não ser parcelados, sendo que o mesmo deveria ser pago no vencimento da primeira parcela. Assim o primeiro pagamento correspondia a um montante alto para a renda do pescador na primeira viagem de pesca (=valor do custeio+primeira parcela). Esse procedimento foi entendido por poucos.

Um outro fator responsável pela inadimplência refere-se a sanção. Nos casos estudados, a maior parte dos pescadores ficou até 4 anos sem pagar nenhuma parcela. Nesse período os pescadores não sofreram nenhuma sanção por parte do banco. O bem por está alienado não pode ser vendido e pode ser apreendido pelo banco em caso de inadimplência. No entanto, do ponto de vista do banco, é mais interessante renegociar a dívida do pescador do que confiscar o barco. Do ponto de vista do pescador também é mais interessante renegociar a dívida que permite um atraso nas parcelas e o pagamento com juros iguais ou, até mesmo, juros reduzidos mediante renegociação, prazos longos e sem penalidades judiciais.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

O sucesso sistema de crédito para o pescador depende de mudanças no processo de aplicação da própria política de crédito e na comercialização do pescado .

Os pescadores não têm informações claras e precisas sobre as regras dos empréstimos, seus pagamentos e conseqüências. O sistema adotado pelo FNO impede que o beneficiário avalista de outro pescador adquira novo crédito ainda que ele esteja com as parcelas em dia ou mesmo tenha liquidado sua dívida. O atual sistema também impede que o pescador inadimplente negocie individualmente com o banco o pagamento da sua dívida. O processo de renegociação atual é feito via associação e abrange todos os pescadores que obtiveram empréstimo por aquele programa. Isso tem trazido impasses na elaboração de uma proposta única para quitação do débito.

As novas linhas de crédito desenvolvidas para a pesca artesanal não trouxeram grandes novidades. As condições de pagamento, taxa de juros, carência basicamente se repetem. A diferença basicamente está no montante destinado às associações e colônias de pescadores, com até 100% de financiamento para investimento e custeio, no entanto, é urgente um trabalho de assessoria junto a estas entidades referente elaboração de projetos adequados a renda do pescador e administração de recursos. Medidas de assessoria para o pescador artesanal, como reuniões trimestrais e seminários, podem ser desenvolvidas pelas colônias e associações em conjunto com os representantes do BASA e/ou EMATER para orientar e esclarecer o pescador do pagamento das parcelas, dos juros incidentes decorrente do atraso, da forma de pagamento durante o defeso e das possibilidades de negociação em caso de atraso das parcelas e até mesmo sobre gerenciamento de recursos.

Os programas de financiamentos de curto prazo e com valores baixos existentes são mais viáveis para o pescador artesanal que irá trabalhar com parcelas mensais de valor mais baixo e adequado a sua renda e será voltado para renovação de arreios de pesca e custeio de viagens

A criação de instalações frigoríficas administradas pelas colônias ou associações de pescadores é primordial para impulsionar comercialização e aumentar a renda do pescador através de novas estratégias de venda. A política da compra de óleo diesel subsidiado, se aplicada, poderá contribuir para redução dos custos da viagem de pesca.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Almeida O. (2004) *Fisheries management in the Brazilian Amazon*. Londres: Imperial College. Tese de Doutorado. 188p.

Almeida O. & Amaral L. (2004) *Acordos de pesca: impactos sobre a pesca de subsistência e sobre a pesca comercial*. II Encontro Anual da ANPPAS, Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade. 26 a 29 de Maio de 2004, Campinas/SP.

Almeida, O. T.; Lorenzen, K. & McGrath, D. (2003) *Commercial Fishing Sector in the Regional Economy of the Brazilian Amazon*. IN The second International Symposium on the Management of Large Rivers for Fisheries: Sustaining Livelihoods and Biodiversity in the New Millennium. Phnom Penh.

Almeida O.; McGrath D. G.; Ruffino M. L. (2001) *A pesca comercial do Baixo Amazonas: uma análise econômica*. Manejo de pesca e ecologia, 8, 253-269.

Amaral, L. (2000) Relatório Interno do IPAM – *Levantamento Jurídico sobre Legislação Pesqueira*, (pp 12-13).

Azevedo C. R, Apel M. (2004) *Co-gestão: Um processo em construção na várzea amazônica – Estudo do Pará – Estudo Estratégico Analítico* - Manaus: IBAMA/Provárzea. 64p.

Banco da Amazônia (2005) *FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte*. Relatórios das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos no exercício 2004.

Banco da Amazônia (2004) *FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte*. Plano de aplicação dos recursos 2004 a 2006.

Carvalho G, Nepstad D, McGrath D, del Carmen Vera Diaz M, Santilli M, Barros A. C. (2002) *Frontier Expansion in the Amazon: Balancing Development and Sustainability*. *Environment* 44(3):34-45.

Costa , F & Inhetvin, T. (2006) *A Agropecuária na Economia de Várzea do Rio Solimões/Amazonas: diagnóstico e perspectivas* ProVárzea.

Costa, F. A. (2005). *Polaridade e desenvolvimento endógeno no Sudeste Paraense*. In: Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Vol. 6, No. 10, jan.-mar. 2004, p. 29-54. Campo Grande, UCDB Ed.

De Castro, F. e McGrath, D. (2001) *O manejo comunitário de lagos na Amazônia*.

EMATER (2004) Relatórios Internos.

Issac V.; Oliveira C. (2001) *Estudo das Atividades Pesqueiras no Lago Grande do Curuai – Região Médio Amazonas*.

McGrath, D., Silva, U. & Crossa M. N. (1998) *A traditional floodplain fishery of the lower Amazon river, Brazil*. NAGA, (Jan-Mar), pp 4-11.

Peixoto, L. e Sablayrolles, P. *Crédito Rural para a Agricultura Familiar: O Caso do FNO Especial – PRORURAL na Transamazônica*.

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca/PR (2004) Cartilhas PESCART-Norte e PROAQUA-Norte.

Schmink M, Wood C. 1992. *Contested Frontiers*. New York: Columbia University Press.

Tura L. R. e Costa F.A. (2000) *Campesinato e Estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará*. Brasília: Brasília Jurídica. FASE 382p.

http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port0/pronaf.asp?idpai=faqcidadeo1 Consulta em 30.09.2004

¹ O tamanho das propriedades de várzea foi calculado com base no nº de metros da frente do lote multiplicado pelo nº de metros de comprimento do lote até lago, em período de seca, ou outro limite fornecido pelo entrevistado. O mesmo cálculo foi utilizado para as propriedades de terra firme.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BAIRRO DO JURUNAS: FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS¹

Nádia Alessandra Rodrigues da Silva

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma análise sobre os movimentos sociais e urbanos do bairro do Jurunas e das formas como os agentes sociais compreendem a política. Para emprendermos este estudo, faremos uma discussão entre os agentes sociais envolvidos e participantes no movimento social urbano. Em termos de recorte temporal examinamos um intervalo dos anos 90 quando a cidade de Belém passou por um processo de Orçamento Participativo até o Congresso da Cidade. Nos eventos organizados pela administração municipal parte da população decidia e expunha suas demandas em assembleias, com eleição de delegados. Nos dias atuais está em curso a execução da obra de Macro drenagem da bacia da Estrada Nova, em que a população tem participado de forma reduzida nos processos decisórios desse projeto. O que teria acontecido com os movimentos sociais nos anos 90 e no período mais recente? Tentaremos elucidar essa questão, alavancando o que no senso comum e a academia define como “*enfraquecimento da participação política das novas gerações e o pensamento político*”, voltado apenas para o campo das políticas públicas, no caso em questão é o Orçamento Participativo. E por último responder a uma questão muito importante: Até que ponto hoje a participação política pode realmente definir os rumos de um governo que hoje está atrelado a uma política neoliberal onde os grandes grupos econômicos como o BID, define boa parte das ações a serem desenvolvidas pelos Estados?

Palavras Chave: Política; orçamento participativo; movimento sociais. Jurunas.

ABSTRACT

This research aims to make an analysis of the social movements and urban Jurunas of the neighborhood and of the ways in which social agents understand politics.

To undertake this study, we will discuss among social stakeholders and participants in the urban social movement. In terms of time frame we examine a range of 90 years when the city of Bethlehem went through a process of participatory budget to the City Congress. The events organized by the municipal administration of the population decided in meetings with delegates election of their demands. Today the execution of work Macro drainage basin of New Road, where the population has participated in reduced form in decision making of this project.

What would have happened with the social movements in the 90s and the most recent period? We will try to clarify this issue by leveraging what common sense and academia defines as “weakening the political participation of new generations and political thought”, directed only to the field of public policy, in this case is the Participatory Budget. And finally answer a very important question:

¹Movimentos Sociais no bairro do Jurunas: formas de participação política nas últimas décadas. Autor(a): Nádia Alessandra Rodrigues da Silva, Mestranda do curso de Pós graduação PLADES-NAEA/UFPA, Especialista em Cidades da Amazônia pelo FIPAM-2008. Graduada em História pela UFPA. Professora da Prefeitura Municipal do Acará. Email: maedocravo@gmail.com

To what extent today's political participation can actually shape the direction of a government that today is linked to a neoliberal policy where the major economic groups such as the IDB, defines much of the action to be taken by States.

Keywords: Politics; participatory budgeting; ments of social Jurunas.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscará compreender como agentes sociais inseridos nos movimentos sociais do bairro do Jurunas compreendem a política e qual é sua real importância na sua área de atuação. Para isto será feito uma análise dos movimentos sociais do bairro em meados dos anos 90 quando se iniciou o processo denominado de Orçamento Participativo em Belém, na época sob a administração municipal do prefeito Edimilson Brito Rodrigues quem implantou essa forma de gestão pública que já havia sido colocada em prática na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sendo a primeira cidade brasileira a desenvolver essa experiência.

O OP como já fora dito teve seu início na cidade de Porto Alegre e depois se expandiu para outras cidades do Brasil e até do mundo como é o caso, de Belém (PA), Recife (PE), Santo André (SP), São Paulo (SP), Saint-Denis (França), Montevideu (Uruguai) além de muitos outros. Mas é importante reconhecer que ao se importar este modelo que perdurou por doze anos em Porto Alegre, não garante que o resultado seja satisfatório. Deve-se levar em consideração as particularidades de cada lugar, se a sociedade local estava realmente preparada para se lançar a esse intento.

A iniciativa de implantar um modelo de gestão democrática em Belém significou uma tentativa de transformação na forma de definir as políticas públicas do governo. Segundo Novaes (2012) houve uma maciça participação popular, pois em torno de 800 mil pessoas entre 1997 a 2004 participaram do OP e do Congresso da Cidade. Assim, representa um marco na história, haja vista que anteriormente o processo decisório de gestão não incorporava a participação popular.

Desde os anos 80, Belém experimentava uma trajetória de mobilização popular com a Campanha “Escola para todos” e a “Luta pelo Direito de Morar”, as quais tiveram ampla participação popular, principalmente em bairros da periferia que careciam de serviços educacionais e moradias. Na cidade, o bairro do Jurunas, locus de nossa análise, teve papel destacado no processo de lutas por melhores condições de vida e estas lutas romperam as fronteiras do bairro e alavancaram as lutas populares de Belém.

Na monografia intitulada “A Organização Comunitária por Melhores Condições de Vida” apontamos como se deu a origem do movimento popular no bairro, a fundação, em 1969 do Centro Comunitário Limoeiro o primeiro centro comunitário de Belém. O surgimento dessa forma de organização popular representou a transformação do bairro do Jurunas, pois possibilitou que os moradores organizados conseguissem diminuir as desigualdades sociais no bairro, que eram gritantes.²

²Na pesquisa realizada em 1972 pela Cobajur identificou que em 1.306 casas visitadas, 1.701 crianças na faixa de 07 a 12 anos foram encontradas, destas 22,6% encontravam-se matriculadas nas escolas públicas e “particulares” e 76,6% não freqüentavam nenhuma escola. No caso das particulares o levantamento esclareceu tratar-se de atendimento domiciliar precário e sem nenhuma legitimidade. Esse levantamento unido a um cenário político menos repressor fez com que convênios fossem feitos entre a Secretaria de Educação do Município inicialmente no Jurunas e depois esse modelo foi expandido para outros bairros que reivindicaram a ampliação dos convênios. Foi a partir dessa mobilização que surgiram as entidades Comunitárias pois não tinham condições de arcarem sozinhas com as despesas das escolinhas comunitárias. (SILVA, Nádia A. 2007. p.35).

Parte das lideranças do movimento comunitário do bairro do Jurunas tinha uma forte aproximação com os partidos classificados de esquerda e isso teve uma influência direta na forma de organização e atuação. Inclusive, foram realizados mini cursos de formação política ministrados para os associados da COBAJUR a maior entidade comunitária de Belém na época. Também algumas lideranças do movimento foram fundadoras do Partido dos Trabalhadores em Belém (fundado em São Paulo em fevereiro de 1980)³, fato que ajuda a compreender como nos anos 90 a implantação do OP no Jurunas teve expressiva participação da população.

O fato de o Jurunas ter uma trajetória de luta e organização na busca por direitos nos leva a concluir que o bairro tem um histórico de participação política sendo de forma mais direta pelos dirigentes dos movimentos sociais ou indireta por parte dos moradores do bairro, em geral, que participavam das assembleias nos centros comunitários, das passeatas e outras manifestações na primeira fase da organização comunitária, e posteriormente nas assembleias do OP ou nas parcerias desenvolvidas no bairro.

Mas, a pergunta é se esta participação seria unicamente por conta das demandas mais imediatas e isso explicaria o retrocesso do movimento nos últimos anos, ou ainda se esses agentes tem plena consciência cidadã e política?

A categoria política que orienta este trabalho encontra-se impregnada de sentidos não unívocos. A ideia de fazer política é produzida pelo sociólogo Francisco de Oliveira associada a atos e ações que se posicionam contra o caráter fortemente privatista e assimétrico do sistema capitalista.

A política em si viria tentar reparar, ou pelo menos, reduzir os níveis que distanciam as classes, a contradição de uma maioria com pouco e a minoria com muito. Francisco de Oliveira mostra isso de forma brilhante no trecho acima, quando observa a dicotomia da política e a divisão de interesses.

O bairro do Jurunas teve que buscar, de forma recorrente, por meio de mobilização popular a diminuição dos níveis de desigualdade e desenvolver ações políticas para buscar o direito a uma vida digna. O bairro surgiu na “periferia”⁴ da cidade de Belém como opção dos que vinham para a capital em busca de melhores condições de vida e esbarravam na dificuldade de morar no centro por conta dos altos preços dos imóveis. A opção foi ocupar a área onde hoje fica o bairro mesmo com os alagamentos frequentes.

A política deveria ser uma aliada da coletividade para fazer a justiça social, mas como isso pode se efetivar e sair do campo utópico? Se a participação política da comunidade nos últimos anos só diminuiu. Vale ressaltar que a política em si vem se enfraquecendo já há algumas décadas com a intensificação de políticas neoliberais primeiramente no velho mundo, e posteriormente nos países da América Latina. No Brasil os efeitos dessa forma de se fazer política foram sentidos nos anos 90.

³Vermos detalhes em KECK, Margaret. PTA lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 366 p.

⁴Centro e periferia têm seu significado literal: lugares centrais e lugares periféricos, geralmente se referindo à proximidade ou distância de um local onde predomina a oferta de emprego em uma área urbana. No Brasil o termo periferia carrega um significado pejorativo, uma vez que representa um território de pobreza. Ao contrário dos Estados Unidos, as áreas periféricas das cidades não são habitadas pela classe média afluente, mas predominantemente por pessoas pobres, uma vez que o padrão de distribuição espacial da população de diferentes grupos de renda no Brasil e na América Latina é invertido, com os grupos mais ricos ocupando o núcleo. [COTELO, F. C. ; RODRIGUES, J, 2012. p. 03]

Nos últimos anos, a categoria política, e a própria palavra, tem tido sua imagem desgastada diante da sociedade. Apesar de que este não é um fenômeno isolado, pois em países em que trazem um apelo forte a democracia como o Estados Unidos existe um elevado índice de abstenção nas eleições para eleger seus governantes. Mas será que o descaso pelo processo democrático é um fenômeno que se dá de forma igual, ou diferenciada entre os países?

O Brasil tem vivido já a algum tempo uma crise do denominado modelo democrático, que se aguça com os fatos de corrupção, impunidade, clientelismo, o que em geral demarca a falta de uma consciência política, falha na educação; todos esses fatores podem ter ocasionado esse descaso com a participação política.

Voltando para o nosso objeto principal de análise – o viver e o fazer da política no Jurunas, bairro, como mencionamos, com tradição forte de luta popular e participação política e que hoje visivelmente sofre pela apatia, indiferença intervenções, cooptação de lideranças. Isso é evidente quando se observa que muitos moradores estão sendo retirados de sua moradia por conta da obra de macro drenagem da Bacia da Estrada Nova tendo a participação reduzida no processo decisório da obra, o que mostra uma mudança no que se refere a participação popular do início dos anos 2000 quando funcionava o Orçamento Participativo e o Congresso da Cidade em Belém.

O estudo da bibliografia atualizada sobre os processos políticos e a participação recente no Brasil permitiu avançarmos na compreensão desses processos. Concomitante, com entrevistas semiestruturadas com pessoas que participaram do processo do OP, lideranças que atuaram nesse modelo de gestão democrática, ajudam a compreender como realmente se efetivou o OP no bairro, se houve uma ampla participação popular, quais estratégias as lideranças utilizaram? Se as pessoas que participaram das assembleias tinham um entendimento do que é política? E a importância de suas participações. Nos movimentos sociais agora, poderemos esclarecer, ou melhor dizendo, confirmar ou negar a hipótese de que os movimentos sociais estão passando por um processo de afastamento da cena política do Brasil.

PENSAR E FAZER A POLÍTICA E SUA RELEVÂNCIA.

O debate sobre o que significa pensar e fazer política na sociedade orienta inicialmente para as origens dos termos política, democracia, comunidade, categoriais recorrentes nessa pesquisa. De início recorreremos um pouco da explicação de Hanna Arendt e Rancière, para essa categoria.

Hannah Arendt, que desenvolveu trabalhos dois trabalhos que estão inicialmente examinados. O primeiro “O Que é Política?” e o segundo “A condição Humana” no qual a filósofa política apresenta o seu entendimento sobre a política partindo da Grécia. O segundo autor é Ranciere quem discute a questão da importância da política em sociedade.

Arendt, defende que a política existe entre os iguais, sendo um espaço que só pode ser produzido por muitos, e que a política está presente em toda a extensão da vida humana.

[...] A coisa política entendida nesse sentido grego está, portanto, centrada em torno da liberdade, sendo liberdade entendida negativamente como o não-ser-dominado e não dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais. Sem esses outros que são meus iguais não existe liberdade alguma. [...] A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o homem vive na terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da vida humana têm relação com a política; mas esta pluralidade é

especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política. [ARENDR, 1991.p.15].

Se para Hanna Arendt, a política é fruto de uma ação humana e, se nos últimos tempos tem havido um desapego a essa esfera, se o caráter individual tem se sobreposto a uma ação, uma organização, isso seria um dos fatores de enfraquecimento da política. Mas o homem segundo a autora tem como surpreender, mudar, fazer o impossível.

Em nosso entendimento esse propósito de “mudar, fazer o impossível” é o que moveu as grandes transformações na sociedade, no mundo em que vivemos, as transformações aconteceram porque houve a reunião de pessoas dispostas e empenhadas a mudar sua realidade. Se existem pessoas engessadas pelo sistema, com medo da mudança, também existem pessoas, que não temem em arriscar, mesmo indo de encontro ao sistema ao qual estão inseridas.

Quando tentamos fazer uma discussão sobre a categoria teórica política alguns pontos são interessantes. Existem várias interpretações para responder o que é política; os gregos deram sua definição, na antiguidade, mas sabemos que ela difere muito da forma como é praticada hoje. Na sociedade grega havia a escravidão, então conceito de igualdade que tanto apregoamos não se enquadra e se indaga, igualdade para quem? Para os cidadãos que não precisavam se preocupar com a labuta diária para prover o seu sustento, poderiam se ocupar das coisas da Polis e da política. O sentido de liberdade também é muito diferente do que compreendemos na atualidade, ele está pautada na questão da justiça, que a mesma deve atingir a todos igualmente, o que difere da antiguidade que estava mais voltada a liberdade de se fazer o que se tem vontade.

Mesmo diante de tantas mudanças na compreensão da política o fato inegável é que ela continua a existir e seria complicado hoje imaginarmos uma sociedade apolítica. Então, o que se deve buscar de fato e compreender os pontos falhos do processo em que a política deixou de ter a devida importância. Será que este desprendimento pelo interesse em se fazer política interessaria a alguém?

Em resposta a essa pergunta podemos buscar uma explicação do sentido da política de Rancière, quando ele aponta que liberdade na antiguidade estava atrelada aos que não tem nada, riqueza ou mérito, o sentido dado a Igualdade é bem diverso do que apontamos anteriormente. Logo, tentando responder a pergunta, temos que inicialmente recorrer aos que o autor chama de “os que nada tem” que são os discriminados na sociedade, como os escravos, os sem voz, e as mulheres na sociedade por ele citada, pois a política interessa a todos na sociedade.

Jacques Rancière aponta que no desprezo pela democracia, por parte de Platão se tem uma definição lúcida do que realmente a mesma significa. A contradição da democracia “dos sem parte” como ele chama, os que conhecemos por ‘terceiro Estado’, ou proletariado, não podem adquirir o equilíbrio. Essa equação não fecha segundo ele, mas será que a sociedade capitalista moderna conseguiu fechar essa equação?

Para Francisco de Oliveira a contradição está posta, o que se tem feito ao longo dos anos por parte do Estado em detrimento à organização da maioria dos “sem parte” como Platão define forçou por muito tempo o Estado a diminuir essa contradição. Porém as últimas décadas o que se tem visto é uma retomada da perda de voz e vez por parte dos que são a prova da contradição capitalista a população. O Estado principalmente dos países latinos os quais fazemos parte mostra-se impotente diante de uma democracia inoperante.

Para Oliveira (2004) é evidente que a atuação política nos regimes democráticos vem gradativamente perdendo espaço. Há grandes Incorporações financeiras que ditam as regras de mercado e as diretrizes de países como o próprio Brasil, e ainda, afirma que foi por meio da política que as contradições impostas pelo capitalismo ficaram em níveis aceitáveis por um tempo, então se hoje como o próprio autor aponta a política vive um momento de enfraquecimento é fácil deduzir que as contradições tendem a aumentar. E o nível de participação política da sociedade vai diminuindo.

“Na mesma linha de raciocínio está Norberto Bobbio que defende:” [...] Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada as classes possuidoras”. (BOBBIO, 2000. p. 07) se a participação no governo é limitada às classes possuidoras, então a participação popular é muito pequena.

É notório que a participação da sociedade brasileira tem diminuído se tomarmos como ponto de partida o voto o tão propagado sufrágio, já notamos como há um desinteresse pela política e descrença na eficácia da democracia. No artigo publicado por João Bernardo numa revista eletrônica é apontado como existe o desinteresse por parte da população no maior modelo de regime democrático o EUA. O índice de abstenção nas eleições americanas vem aumentando gradativamente ao longo dos anos. Em 1960 65% da população apta a votar compareceu às urnas, já em 2002 apenas 39% dos eleitores votou! Ou seja, é notório que os cidadãos americanos não tem demonstrado interesse pela política no que se refere a eleições.

No Brasil, a participação nas urnas também tem caído, o índice de abstenções chegou quase há 20%, um número significativo de eleitores não compareceram as urnas, lembrando que no Brasil o voto é obrigatório, diferente do que ocorre na democracia Americana, onde o voto é facultado. Pesquisas realizadas um pouco antes da ultima eleição em 2014, apontam a falta de interesse nas eleições por parte dos eleitores brasileiros⁵. Mas pareceria óbvio que o voto é apenas uma das muitas formas de se fazer política e de se fazer democracia. Os Movimentos Sociais, que são objeto de nossa análisesão um exemplo de participação política.

MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE

Tomandocomo material de exame a manchete a seguir: “CUT, MST e UNE fazem atos contra terceirização em 17 estados e no DF” Manifestantes também defendem a Petrobras e a reforma política. Atos criticam ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff.”.(G1.Política, 2015). Essa manchete mostra o descontentamento e a recente mobilização de movimentos sociais com um tema polêmico que tem sacudido o cenário político brasileiro. A Terceirização, e a campanha incessante da mídia contra a Presidente Dilma. Esse fato aponta que a todo momento como (ARENDR, 1950), afirma que a qualquer momento algo extraordinário pode levar a uma mudança no que se refere a política.

⁵Às vésperas das eleições, os brasileiros têm se mostrado bastante descrentes com a política nacional, a ponto de esboçarem pouco ou mesmo nenhum interesse pelo assunto. E quanto mais jovens, menor o interesse. Entre os meses de agosto e setembro, a agência de pesquisa de mercado e inteligência HelloResearch foi às ruas em 70 cidades das cinco regiões do Brasil para entrevistar 1000 pessoas, entre homens e mulheres, com idades entre 16 e 70 anos. Deste universo de entrevistados, 62% disseram não ter nenhuma vontade ou apenas um pequeno interesse em saber dos rumos que tomarão a política nacional. [Fonte:<http://www.investmentosenoticias.com.br/noticias/negocios/62-dos-brasileiros-tem-pouco-interesse-pelas-eleicoes-aponta-pesquisa>.]

Apesar de termos apontado que o cenário político brasileiro tem se mostrado quase inerte, vemos que isso pode mudar a qualquer momento, há poucos dias temos presenciado várias manifestações, por vezes favoráveis, e outras contrárias à presidente Dilma recém eleita para o seu segundo mandato, após a exposição na mídia de muitos escândalos envolvendo pessoas ligadas ao governo, onde a polícia Federal desencadeou a chamada “Operação Lava Jato” onde vários políticos já foram indiciados e alguns presos. A relevância em se abordar esse tema neste trabalho está em tentar mostrar que os recentes escândalos relacionados a pessoas públicas, podem ocasionar dois processos antagônicos: o primeiro seria o descaso com a política o que demonstramos quando expusemos a pesquisa e o resultado das eleições; o outro está na ida as ruas os protestos, a exposição das pessoas saindo do marasmo, nas redes sociais, nas ruas em todo lugar.

Outros movimentos têm lutado de forma organizada para fazer valer seus direitos, em se tratando de um âmbito mais local, podemos citar as comunidades que se organizam em torno de Movimentos Sociais, Identidades Coletivas e Territórios, do qual os movimentos de quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, po vos de terreiro e outros.

SÍNTESE SOBRE A ORGANIZAÇÃO POPULAR NO BAIRRO DO JURUNAS.

O bairro do Jurunas tem um passado construído dentro de uma trajetória de luta nesse sentido compreende-se que praticamente toda infraestrutura urbana presente nele está associada a mobilização popular. A primeira obra de grande vulto do bairro foi a construção do chamado Dique de Belém que veio a atender na verdade uma demanda da cidade⁶

Em meados da década de 40 o Jurunas sofria com varias doenças relacionadas às extensas áreas alagadas do bairro. Outros aglomerados eram atingidos por doenças transmitidas por mosquitos. Foi quando o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) em parceria com uma fundação Norte americana firmou um acordo de cooperação no período da 2ª Guerra Mundial e empreendeu uma obra de GRANDE vulto que mudou o espaço não só do bairro do Jurunas como Condor, Cremação e Guamá. Foi construído um Dique que tinha como objetivo principal impedir que as águas do rio Guamá alagassem os bairros. [SILVA, 2008. p. 24]

Para garantir direitos básicos como a educação era necessário uma ampla mobilização popular para que esses direitos fossem garantidos. O segundo momento da mobilização popular foi relacionado a várias questões principalmente a moradia “A Luta Pelo Direito de Morar” levou milhares de pessoas as ruas de Belém de forma organizada pelos centros comunitários como Cobajur, Paulo Roberto e outros, possibilitou que várias áreas devolutas não só do bairro do Jurunas como também do bairro da Sacramenta, por exemplo, fossem ocupados.

Após a liberação da área da Radional que posteriormente passou a se chamar Projetão, ainda teve outra luta pela liberação da Radional II que aconteceu em 1984. Após essa segunda luta que foi árdua até o final dos anos 80, os centros comunitários organizados no Conselho Comunitário atuaram na luta pelo chamado Projetão do Jurunas que era um amplo documento que previa uma

⁶No documento LPM (Linha Preamar Média) disponível no SPU, fala que a obra Dique de Belém foi uma necessidade por conta dos altos índices de casos registrados de Impaludismo que assolavam inclusive as áreas centrais da cidade. Então era uma necessidade sanear os bairro de periferia para diminuir a proliferação de mosquitos.

reforma urbana em todos os campos saúde, habitação, saneamento, educação e transporte. Muitas demandas da comunidade foram atendidas através dessa organização⁷.

Após esse momento de efervescência os centros comunitários começaram a ficar obsoletos. Em 1997 iniciava-se um novo momento no bairro com a introdução do Orçamento Participativo na gestão do prefeito na época Edimilson Rodrigues que venceu as eleições municipais com o discurso de inverter as prioridades. Tudo isso seria feito com o povo definindo suas demandas.

O exame dessas lutas leva a pensar a valorização do espaço comum – escolas, ruas pavimentadas, saneamento, transporte e a priorização para as ações dos cidadãos de Jurunas, que mobilizaram-se por direitos e desenvolviam a política.

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Antes de falarmos da experiência do OP em Belém e no Jurunas falaremos um pouco da origem desse processo. E a primeira experiência em uma grande capital se deu em 1989 na cidade de Porto Alegre na gestão do então prefeito na época Olívio Dutra, que rendeu ao partido dos trabalhadores uma sucessão de quatro mandatos o que leva a constatação que a população aderiu ao processo que foi as urnas eleger o Partido dos Trabalhadores por várias vezes. Plenárias de bairro, assembleias, escolha dos delegados (representantes da comunidade), escolha das demandas, debates. Tudo muito inovador.

Antônio Adrioli (2004), afirma que em 1988 havia um cenário muito propício para a instauração do OP em Porto Alegre, por haver ali uma trajetória de resistência e o povo nas urnas demonstrava que acreditava nessa nova proposta de democratizar a aplicação dos recursos. Nisso vemos semelhança com a Cidade de Belém, pois, a população apostou em uma mudança de direção e no caso em particular do bairro do Jurunas onde já havia toda uma trajetória de luta e resistência por parte de muitos moradores.

Muitos críticos do OP diziam, ou dizem que a população não está preparada para definir a aplicabilidade dos recursos, que apenas técnicos ligados ao governo teriam condições de fazê-lo⁸. Mas os dezesseis anos da experiência porto alegreense provaram o contrário, as melhoras significativas em qualidade de vida, o crescimento da cidade que passou a atrair muitos investimentos em vários ramos são prova de que a população pode sim decidir seu destino de forma direta.

7 O Projeto do Jurunas começava a sair do papel, várias demandas foram atendidas o destaque para a ampliação da escola Marluce Pacheco Ferreira, construção da praça do Projeto na Radial, a praça da Monte Alegre, prolongamento da travessa Bom Jardim até a travessa Quintino Bocaiúva, colocação de esgoto e aterramento de várias ruas. Também a construção do Complexo do Jurunas, escolas profissionalizantes. E os transportes urbanos, com introdução de mais linhas de ônibus.

⁸AntonioAdrioli combate as críticas ao OP demonstrando em números a sua eficácia primeiro ele aponta que o poder de endividamento do município no primeiro ano de implantação do OP ficava em torno de 2% e deu um salto em 15 anos para 20%. Além disso, ele também responde as críticas quanto a legalidade do OP que estaria tirando do poder legislativo suas atribuições, mas na verdade ele demonstra que a Constituição Federal reconhece o direito do povo em decidir ou de forma indireta ou direta, como é feito no OP, “Todo poder emana do Povo”. Por ultimo ele aponta que a cidade de Porto Alegre tornou-se referencia de um modelo de oposição ao modelo neoliberal presente em quase todo o mundo democrático, a cidade é a primeira em qualidade de vida no país e a segunda em investimentos. Em números utilizaremos um exemplo do autor Esgoto sanitário, um dos maiores problemas do país. Em 1989 apenas 46% da população tinha acesso a esgoto sanitário, saltando para 85% no ano de 1996.

Rosa Farias dá detalhes de como foi a fase inicial da implantação do OP em Belém do Pará. O Governo do prefeito Edmilson Brito Rodrigues, inaugurou em Belém em 1997 uma iniciativa que rompeu com o processo de planejamento e execução de como seriam aplicados os recursos.

[...] Edmilson Rodrigues (2000. P. 83) considera que o OP constitui-se em uma esfera pública não- estatal como um exercício de cidadania e de formação potencializado pela informação. Também o associa à possibilidade de aprofundamento das reformas urbanas como conquista do próprio povo, o que se torna positivo. Contudo, ao seu ver, este pode assumir uma dimensão negativa, se utilizado como manipulado político ideológico, pois o OP deve estimular a participação, tendo como princípio a autonomia do povo, e assim não se deve assumir a participação como uma verdade absoluta, mas um processo permanente de formação, de educação popular e de construção da liberdade.[NOVAES, 2012. p. 177]

Nesse trecho em destaque extraído da tese de NOVAES (2012), o ex- prefeito de Belém Edmilson ressalta que o OP não é fruto de uma ação estatal, ou seja, do governo, mas sim da ação popular. A manipulação que a autora se refere de fato em alguns momentos aconteceu, quando, por exemplo, parlamentares da base governista municipal, patrocinavam o transporte de moradores de suas bases políticas. Nesse ponto como fica a espontaneidade do povo, visivelmente sob esse ângulo ocorreu manipulação. .

O bairro do Jurunas também conseguiu através do sistema de parceria que era previsto dentro do OP pavimentar muitas ruas e passagens, era feito da seguinte maneira segundo a entrevista com o senhor Antonio Silva do Jurunas Ex presidente da Cobajur:

[...] Falávamos com as lideranças das ruas, moradores que tinham certa influencia com o demais, isso quando os mesmos não nos procuravam. Depois iniciava-se com uma reunião entre os moradores. E assessores parlamentares, um dos mandatos que mais incentivou as parcerias foi o mandato do ex vereador Alfredo Costa, que depois de fechada a parceria com a comunidade partia-se para fazer Emendas Parlamentares, para garantir parte do recurso. A outra parte vinha de atividades desenvolvidas com a comunidade como: rifas, festas, posteriormente após o recurso financeiro está garantido iniciava-se a obra a prefeitura entrava com o maquinário e executava a obra.[Entrevista realizada em 15/04/15.Sr. Silva].

As parcerias eram uma forma de garantir que demandas que muitas vezes não eram garantidas nas assembléias do OP fossem executadas. Elas foram muito importantes poisantes das parcerias ou o próprio Orçamento participativo a maioria das ruas e passagens do bairro não eram pavimentadas e muitas eram alagadas com qualquer chuva.

3.2. CONGRESSO DA CIDADE

O Congresso da Cidade foi a segunda fase do OP e foi instituído no segundo mandato do então prefeito re-eleito na época Edmilson Rodrigues. O Congresso da Cidade correspondia a uma fase mais madura de participação popular, teve a duração de dois anos e a participação de milhares de pessoas.

Na fase do Congresso da cidade o povo podia ir as urnas para escolher os dirigentes dos distritos, em 2003 na eleição distrital o distrito DAGUA, foi o que mais teve candidato inscritos 106 e a eleição contou com a participação de 47.219 votantes dos 872.718 aptos a votar. Isso mostra

que um número significativo de pessoas participaram do processo, mesmo sendo o voto facultativo⁹.

Durante o Congresso da cidade, muitas demandas foram definidas e não foram executadas pela gestão municipal. Como foi o caso da restauração da Praça do Projetao que entrou como demanda do orçamento da Juventude, que fazia parte do processo. A juventude tinha um orçamento específico e votava suas demandas. Também há um outro exemplo de demanda definida e não executada, foi a drenagem e pavimentação da Ruas dos Caripunas, que está sendo feita agora mas como parte do projeto de Macro drenagem da Bacia da estrada Nova.

E importante ressaltar que em 2004, o mandato do então prefeito Edmilson Rodrigues chegou ao fim e não conseguiu eleger sua sucessora no caso a Candidata Ana Julia Carepa. Assim o vencedor das eleições municipais naquele ano não deu prosseguimento ao Congresso da Cidade e nem a execução das demandas definidas pela gestão anterior. Assim encerrava-se um ciclo de participação popular no controle decisório das diretrizes dos recursos municipais.

Mas, algumas indagações persistem. Depois de uma ampla participação popular a população nas urnas disse não, ao modelo de gestão democrática. Talvez ao final da pesquisa possamos vir a constatar que apesar de os moradores estarem fazendo política isso se dava de forma mais individualista, ou seja depois de suas demandas pessoais como o asfaltamento de sua rua, o individuo perdia o interesse em participar, não levando adiante a dimensão política de coletividade, ou seja, promover o bem comum.

MACRO DRENAGEM E A ORLA E AS NOVAS DEMANDAS DOS MORADORES DO BAIRRO DO JURUNAS

A Macro Drenagem da Bacia da Estrada Nova era um sonho antigo dos moradores do bairro, e começou em 2006, na gestão do prefeito Dulciomar Costa. Na época houve uma campanha na mídia local em favor da obra. A principal justificativa da prefeitura em executar essa obra está na melhora das condições de vida da população, isso se daria principalmente nas condições sanitárias. Na verdade esse projeto de drenagem e esgoto além da construção de ruas e calçadas, na Orla Sul da cidade, sendo que essa parte da cidade é constantemente sujeita a alagamentos, teve uma intervenção na década de 40 com a construção do Dique de Belém, mas nas últimas décadas já não resolvia mais o problema de alagamentos, além da poluição dos canais.

Mas apesar de encontrarmos pontos benéficos na obra, o que motiva a nossa pesquisa e a forma como a mesma vem sendo conduzida pela gestão municipal, com a reduzida participação dos moradores no processo decisório, gerando problemas. Primeiramente em relação a execução da obra que previa um número alto de desapropriações e no primeiro momento as indenizações foram muito baixas e nem todas as pessoas que moravam na área em questão estavam previstas de receber as unidades habitacionais.

Outro fator conflitante estava na relação como a prefeitura tratou as particularidades que os moradores do bairro do Jurunas tinham com seu local de moradia, como o seu meio de sobrevivência em muitos casos vinha do local de moradia com a venda de algum produto ou prestação de algum serviço¹⁰. Apesar da prefeitura reinterar em seu discurso que a cidade estava de

⁹Na Tese de NOVAES, 2012, apresenta tabelas que mostram os números de participantes por distrito.

¹⁰ No trabalho apresentado em um GT no Chile, Sandra Helena Cruz, discute vários pontos sobre o Projeto Portal da Amazônia e Macro Drenagem da Bacia da Estrada Nova, como, a forma em que a prefeitura conduz o projeto, onde desenvolve uma forma de planejamento que atende a interesses empresariais no campo do turismo; outro ponto e a

costas para o rio, isso não corresponde a verdade, já que a maioria dos moradores tem uma relação muito forte com o rio indo e vindo todos os dias. Sem falar o deslocamento diário dos ribeirinhos que veem das ilhas próximas vender seus produtos do extrativismo vegetal, estudar, ir ao médico, cortar cabelo e outros.

Então afirmar que a cidade está de costa para o rio é incoerente. No boletim realizado na Estrada Nova em 2009 pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) ao entrevistar moradores do bairro, muitos se definiram como “Ribeirinhos Urbanos”, isso mostrou o quanto eles se identificavam com o rio. O trabalho desenvolvido que era intitulado: “Nossas Vidas Nossos direitos: Portal da Amazônia” denunciava um problema grave: Como ficaria a economia do bairro, os meios de trabalho que estava diretamente ligada a vida portuária, as feiras, os pequenos comércio, as lojas de serviço, etc.? Também apontava a vida cultura -o ciclo de festas religiosas - e as formas sociais de organização que seriam desestruturadas

Até aquele momento em 2009, não estava previsto a manutenção de nem um porto no bairro. Nem se quer o Porto do Açaí o segundo maior de Belém em volumes de frutas da região, sendo o açaí o carro chefe, estava previsto permanecer. Isso seria desastroso para o bairro que já sentia os efeitos da primeira etapa da obra, onde vários portos privados já haviam fechado, e com eles toda uma cadeia de serviços, que empregavam várias pessoas, de maneira formal ou informal.¹¹

O outro problema apresentado era a remoção dos moradores para locais distantes do bairro, também gerou muitos conflitos.¹² O quadro estava se apresentando da seguinte forma. Com o retorno do modelo de gestão que nada tem de democrático, a população só tomava consciência do que estava sendo decidido em relação a obra ou pela imprensa, ou quando já estava em execução. Apesar da obra ter um comitê de fiscalização composto por moradores dos bairros que fazem parte da obra, o que se via era um total alheamento por parte dos moradores.

Além da questão social, há o fator econômico que precisa ser levado em consideração para o remanejamento dos moradores. Algumas famílias estão organizadas de tal modo que extraem do rio a sua sobrevivência. É o caso do mecânico Wilson Maciel, 53, que conserta motores de barcos. Ele mora às margens do rio, e recebe seus clientes ali mesmo, no trapiche de casa. Com o que ganha consertando e dando manutenção aos motores, ele tira o sustento da esposa, Rosinete Fernandes, 46, e de mais dois filhos e um neto. Quando for remanejado, Wilson vai precisar estabelecer um meio para continuar seu ofício ou se adaptar a uma nova realidade de sobrevivência. “Vai ser muito difícil. É a única coisa que ele sabe fazer. Aqui os barcos vêm em casa e deixam o serviço. Agora com a construção desta parede (parede de pedra para construção da primeira pista do Portal), os barcos nem podem mais entrar aqui”, diz Rosinete. (Fonte: Portal Nazaré.).

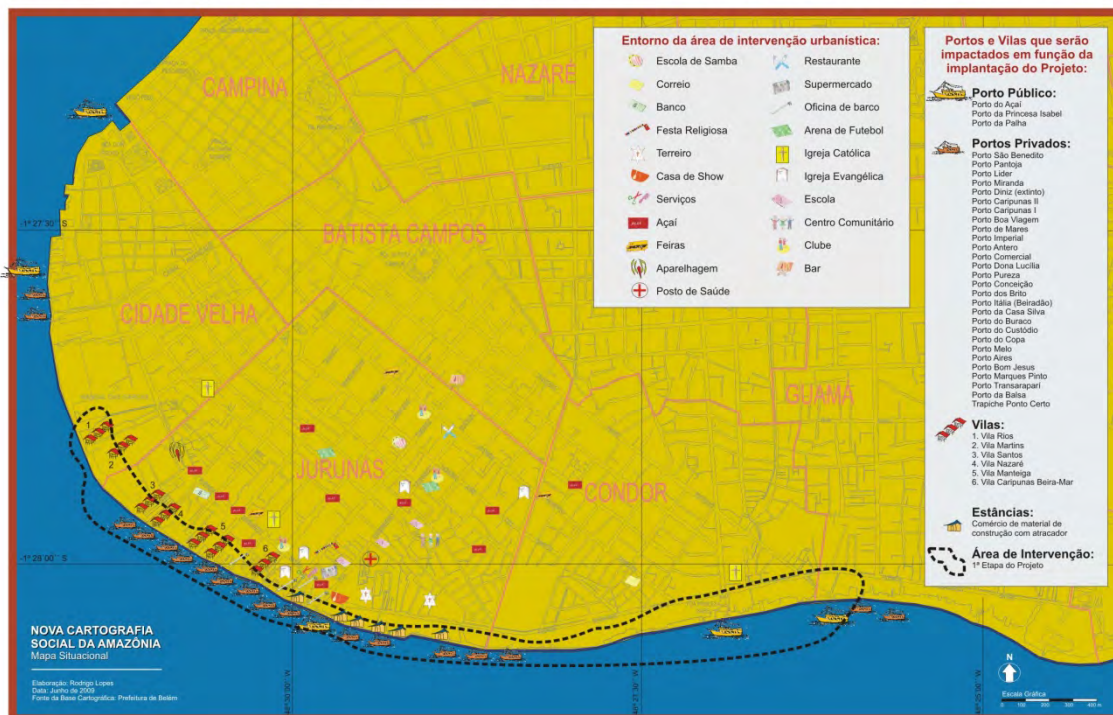
forma como comunidades tradicionais estão sendo removidas de suas residências, para locais afastados sem levar-se em consideração sua interação com o lugar, onde ela trabalha com conceito de Desterritorialização, além desses espaços em particular no bairro do Jurunas em que o local de moradia também é o local de trabalho. A autora ainda ressalta a particularidade dos moradores dessa área que vivem num espaço rural e urbano bem característico da Amazônia.

¹¹ Figura publicada no Boletim Informativo Nº 3 mostra as atividades e os portos presentes na Estrada Nova.

¹² Em outubro de 2011, segundo o relatório de monitoramento de ações sociais da PROMABEM, começaram a ser assentadas famílias que aguardavam as unidades habitacionais no Residencial Cabano Comandante Antônio Vinagre no bairro do Marco nº 2730. Esta foi a solução apresentada pela prefeitura para a não conclusão do residencial no bairro do Jurunas. Esse fato gerou muito descontentamento por parte dos moradores que sonhavam continuar morando no bairro. Ao todo segundo a PROMABEM nesse conjunto foram disponibilizados 115 unidades habitacionais, a prefeitura em seu relatório justifica que as pessoas encontram-se em melhores condições de moradia do que anterior a mudança, mas não leva em consideração a identidade e apego desses moradores ao seu bairro de origem, que conforme o que foi constatado no Boletim Informativo do PNCSA, os moradores aprovam a obra, desde que possam usufruir da mesma continuando a habitar o bairro após a conclusão da obra.

Nesse breve trecho de uma reportagem feita com moradores atingidos pelas obras do Portal da Amazônia, já demonstravam a preocupação dos moradores com suas atividades econômicas que foram diretamente atingidas pela obra.

Figura 1: Impactos socioterritoriais causados pelo Portal da Amazônia
IMPACTOS SÓCIO-TERRITORIAIS CAUSADOS PELO PROJETO PORTAL DA AMAZÔNIA



Fonte: Boletim Informativo Nº 3 que mostra as atividades e os portos presentes na Estrada Nova.

Em outubro de 2011, segundo o relatório de monitoramento de ações sociais da PROMABEM, começaram a ser assentadas famílias que aguardavam as unidades habitacionais no Residencial Cabano Comandante Antônio Vinagre no bairro do Marco. Esta foi a solução apresentada pela prefeitura para a não conclusão do residencial no bairro do Jurunas. Esse fato gerou muito descontentamento por parte dos moradores que sonhavam continuar morando no bairro.

Ao todo segundo a PROMABEM nesse conjunto foram disponibilizados 115 unidades habitacionais, a prefeitura em seu relatório justifica que as pessoas encontram-se em melhores condições de moradia do que anterior a mudança, mas não leva em consideração a identidade e apego desses moradores ao seu bairro de origem

No Boletim Informativo “Nossa Vida, nosso Direito no Portal da Amazônia” (PNCSA, 2009) encontram-se as falas dos moradores que aprovavam a obra, desde que possam usufruir da mesma continuando a habitar o bairro após a conclusão da obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste quadro inicial de como fora conduzida a primeira parte da Obra de Macro Drenagem da Bacia da Estrada Nova e a Orla. Fica evidente que os movimentos sociais perderam muito no que se refere a participação popular. Os centros comunitários ainda existem mas, praticamente não atuam, algumas associações ainda resistem como a Associação dos Moradores de

Terrenos de Marinha do Estado do Pará que tem como presidente a senhora Vanja Corrêa, tem conseguido algumas conquistas, como a garantia de construção de um conjunto habitacional para os moradores da área que serão atingidos pelo projeto.

Mas voltando a questão central dessa pesquisa como fica a política em meio a tudo isso?

Será através de entrevistas com lideranças e moradores para compreender as dimensões desse fazer a política.

Entretanto, já nas análises iniciais, pode-se deduzir que a participação política dos movimentos sociais no Jurunas se reduziu em comparação aos momentos áureos dos anos 80 e 90. Todavia, eles não desapareceram, muitos mudaram suas formas de organização, tem se recorrido mais a ações do poder Legislativo, e Jurídico, também trabalhos como o da Cartografia Social da Amazônia tem mostrado que existem outras estratégias de luta. Contudo, a compreensão da importância da política para moradores e lideranças ainda não está esclarecida e somente com o avanço das entrevistas e bibliografia poderemos ter respostas circunstanciadas e situacionais.

Cidadania seria um dos motivos para a mobilização, a busca por um equilíbrio, o bem comum. Isso está desaparecendo quando vemos moradores que já foram indenizados não se importarem com as demandas dos demais. Este individualismo enfraquece a organização dos moradores afetados pela obra.

REFERENCIAS

ARENDRT, Hannah. **O que é Política?** 3ª Ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

ARENDRT, Hannah – **A Condição Humana**. São Paulo. Universitária. 1987.

BAZZANELLA, BIRKNER, MAXIMO, **O Conceito De Política Em Hannah Arendt E Sua Acepção Biopolítica Em Foucault: Manifestações No Poder Legislativo Do Município De Canoinhas/SC** 2011.p. 69-70.Revista Húmus 2011.

BARRETO, *Maria das Graças de Carvalho*. **Os Comunitários e as lutas por Escola Pública nos Movimentos Populares (Belém-Pa 1967-1985)**. *Manaus- AM, 1996*.

BAZZANELLA, BIRKNER, MAXIM, 2011. (Nadia está faltando está referencia. Cuidado com as referencias)

BERNARDO, João. **Entre a desconfiança e o desinteresse: a abstenção eleitoral nas democracias, 2009**. Disponível em: < <http://passapalavra.info/?p=1579> >. Acessado em: 30 set. 2011

BOLETIM INFORMATIVO, “**Nossas Vidas Nossos direitos Portal da Amazônia**”. PNCSA, 2009.

BOBBIO, Noberto. “**Liberalismo e democracia**”. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, 2000. Bazzanella, Birkner, Maxim, 2011

BRASIL, SYANE CRISTINA. “**Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una e Índice de Qualidade de Vida de seus Moradores**” Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará, 2004.

COTELO, F. C. ; RODRIGUES, J M . **Estudo Exploratório Sobre A Configuração Urbana De Metrôpoles Brasileiras 2000/2010: Favela E Não Favela Em Questão**. In: XVIII Encontro Nacional de

Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindóia. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012.

CRUZ, Ernesto. **“Ruas de Belém”**. 1ª Edição 1970, CEJUP.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém; Orientadora, Edna Maria Ramos de Castro 2012

CRUZ ; SILVA, IRANEIDE ; SÁ, M. E. R. **.Projeto Portal da amazônia e a (Des) territorialização do Trabalho e da Moradia numa Metrópole da Amazônia Brasileira, Belém/Pa**. In: XXIX CONGRESSO ALAS CHILE, 2013, Santiago. Crisis Y Emergencias Sociales en América Latina. Santiago: FACSO/SOCIOREDE/ALAS, 2013.

FARIAS, Rosa Sulaine Silva. **“Do Orçamento Participativo ao Congresso da Cidade: A trajetória de democratização do poder na cidade de Belém - Pa.”**. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, UNICAMP, Campinas / SP, 2003.

JESUS, Raimundo. **“A campanha escola para todos: movimentos sociais, estado e partidos políticos na transição democrática no Pará”**, 1998. No prelo.

KECK, Margaret. **PTA lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 366 p.

MARTINS, Lucia Refinetti Martins. **“Os desafios da gestão municipal democrática Belém 1997-2000”**. Desenhando a cidade do terceiro milênio. São Paulo: Polis, 2000.

NOVAES, Jurandir Santos de. **“Território e Lugar: A Contrução Democrática da Metrópole- Congresso da Cidade Belém do Pará”**. Tese de Doutorado do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. 2012.

OLIVEIRA, Francisco. **“Por quê Política?”**. Fórum da Sociedade Civil na Unctad, em São Paulo, 14, 15 e 16 de junho de 2004.

OLIVEIRA, Tássia dos Santos. **Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova. Sub-Bacia 01. Vantagens do uso de Metacaulim e Aditivos quimicos neste tipo de obra**. Belém, Unama, 2012 (TCC) 71 páginas.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2008). Feirantes e Ribeirinhos dos Portos Públicos de Belém. Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, v.7. Manaus: UFAM; Belém: UNAMAZ; UFPA; IAGUA.

RANCIÈRE, Jacques. **“O desentendimento - política e filosofia”**; tradução de Ângela Leite Lopes. — São Paulo : Ed. 34, 1996.

RODRIGUES, Carmem Izabel, **“Vem do Bairro do Jurunas”** Sociabilidade e Construção de Identidades entre os Ribeirinhos em Belém-Pa, UFPe.

SILVA, Ângelo José Santana. **“Ocupação e Organização Comunitária na Baixada do Jurunas (1964-1982)”**. Belém Departamento de História / UFPA, 2004.

SILVA, Nádía A. R. da Silva. **“A Organização Comunitária na Luta pela Moradia no Bairro do Jurunas na Década de 80”**. Monografia de Especialização. NAEA-UFPA, 2008.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; SILVA, M. A.; AMARAL, M. D. B. *Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia*. Belém, 2008.

<http://www.belem.pa.gov.br/promaben/site/wpcontent/uploads/2015/03/2Monitoramento-A%C3%A7%C3%B5es-Sociais.pdf>

<http://www.investmentosenoticias.com.br/noticias/negocios/62-dos-brasileiros-tem-pouco-interesse-pelas-eleicoes-aponta-pesquisa>.

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/cut-mst-e-une-fazem-protestos-contraterceirizacao-em-11-estados.html>

<http://www.fundacaonazare.com.br/voz/ler.php?id=749&edicao=28>

TRANSFORMAÇÕES NA BACIA DO UNA EM BELÉM (PA): UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA AMBIENTAL E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares¹

José Alexandre de Jesus Costa²

Resumo

A cidade se transforma imprimindo impactos significativos nos espaços de pertencimento de seus habitantes. Paralelamente, os habitantes urbanos também reconfiguram seus papéis enquanto atores políticos na medida em que seus estilos de vida e a dinâmica de seu cotidiano são modificados com as transformações da cidade. A etnografia em Belém (PA) revelou que moradores descobriram a si próprios como cidadãos e sujeitos de direitos após irregularidades e omissões relacionadas ao Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una que levaram a violações dos direitos humanos através de constantes e desnecessárias inundações. Este artigo mostra como transformações na Bacia do Una engendraram engajamentos políticos e mobilizaram a memória na construção de narrativas que expressam injustiças e desigualdades urbanas.

Palavras-chave: Bacia do Una; inundações urbanas; violações de direitos humanos; memória.

INTRODUÇÃO

Durante vários meses eu costumava visitar esse distrito dois ou três dias por semana, e nunca deixei de obter alguma espécie de ave, réptil ou inseto novo para mim. Parecia ser um epítome de tudo o que as porções úmidas das matas do Pará podiam produzir. Esta infinita diversidade, a frescura do ar, as formas estranhas e variadas de vegetação, a ausência completa de mosquitos e outros sevidijas, e mesmo o silêncio e semiobscuridade solenes se combinavam para tornar meus passeios por aí sempre agradáveis e proveitosos. Tais sítios são paraísos para um naturalista, e se é um contemplativo, não há situação mais favorável para abandonar-se a esse pendor. (Bates, 1944, p. 83-84)

[...]

Tive de pagar a um rapazinho negro para me guiar até o meu lugar predileto, perto de Una, que já descrevi no segundo capítulo desta narrativa, pois os recentes desmatamentos haviam obliterado os antigos caminhos da mata. Apenas uns poucos hectares dessa soberba floresta nos arredores de Una ainda conservavam o seu estado primitivo. [...] Os naturalistas, a partir de agora, terão que ir muito mais longe da cidade para encontrar o soberbo cenário da selva virgem que ficava tão perto em 1848. (Bates, 1944, p. 297-298)

Os dois trechos destacados acima pertencem ao célebre naturalista Henry Walter Bates, que visitou a Amazônia em duas ocasiões durante a segunda metade do século XIX. As passagens mostram o contraste entre as percepções de Bates sobre as matas dos arredores do Igarapé do Una em suas duas visitas à cidade de Belém. Em um intervalo de apenas sete anos, o cientista percebeu uma grande transformação na paisagem daquele que era seu "lugar predileto". Aquela área da Bacia do Una já se encontrava em um processo de transformação que implicava na reconsideração do seu

¹ Antropólogo e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: pedropaulo.soares@yahoo.com.br

² Membro da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU). E-mail: jalexandrejcosta@gmail.com / Website: frentebaciadouna.blogspot.com

papel na cidade de Belém. Antes o "paraíso dos naturalistas", a Bacia do Una então se tornava uma área de expansão do território urbano. Os caminhos verdes e sinuosos da floresta alagadiça davam lugar a estradas retificadas e lamacentas por onde se erguiam casas e engenhos.

Hoje a Bacia do Una continua em constante transformação. Seu território que abrange 36,64 km², 60% do sítio urbano de Belém e 20 bairros³ acompanha as dinâmicas e os fluxos de Belém e sua região metropolitana. A região já foi alvo de políticas públicas e continua sendo objeto de discussão para gestores, órgãos do Poder Judiciário, Movimentos Sociais e, é claro, para seus habitantes. Estes processos de transformação – que em certos períodos se dão de forma mais acelerada – são fundamentais para a construção de conhecimento sobre a cidade por parte daqueles que a vivenciam em seu cotidiano. As mudanças na paisagem urbana também geram conflitos e complexificam a negociação do direito à cidade, na medida em que novos arranjos sociais fazem com que novos atores tomem consciência dos seus direitos.

Nesse contexto, a memória emerge como um fator decisivo no fortalecimento de identidades coletivas e do sentimento de pertencer a um lugar. As narrativas sobre a relação com a comunidade e com o ambiente se revelam como expressões de processos mais amplos como a urbanização e a ocupação do solo na periferia de Belém, especialmente na Bacia do Una. Muitas vezes essa relação com o ambiente é mediada por políticas públicas e instituições, como foi o caso da Bacia do Una através da realização de um projeto de macrodrenagem, vias e saneamento. Quando omissões e irregularidades nas políticas públicas provocam violações nos direitos humanos de grande parte da população, então a busca por esses direitos se torna o motor dos discursos, narrativas e questionamentos dos sujeitos acerca de sua relação com o ambiente, com a cidade e com as instituições que servem como mediadoras dessa relação.

Assim, chegamos ao conceito de memória com o qual trabalhamos neste artigo. Nesse caso, a memória não aparece meramente como recordação de algo que ficou no passado, mas como esforço criativo de reordenamento de experiências no tempo com vistas a uma ação no mundo (Eckert e Rocha, 2005). Esta ação no mundo pode ser uma ação política que diz respeito a conflitos não apenas no ponto de vista material, mas ao nível de idéias e de representações simbólicas sobre a cidade que orientam políticas públicas e a busca por direitos. Nesse sentido, a história contada neste artigo corresponde a este esforço de apropriação simbólica da cidade e da necessidade política de tratar da memória coletiva (Halbwachs, 2006) da Bacia do Una através de um ponto de vista regularmente negligenciado pelo Estado e suas instituições, pela mídia de massas e pelos habitantes das áreas mais altas.

1. O DIREITO UNIVERSAL AO SANEAMENTO BÁSICO

Este artigo parte da premissa de que cidadãos em vários pontos da Bacia do Una tem sofrido violações em seus direitos humanos após a conclusão do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una em dezembro de 2004. Os constantes alagamentos e o sucateamento do sistema de esgotamento sanitário apontam especialmente para a supressão do direito do direito ao saneamento básico.

³ A Bacia do Una é constituída por 20 bairros, 4 de forma parcial – a Marco, Nazaré, São Brás e Umarizal – e 16 de forma integral – Barreiro, Benguí, Cabanagem, Castanheira, Fátima, Mangueirão, Maracangalha, Marambaia, Miramar, Parque Verde, Pedreira, Sacramento, Souza, Telégrafo, Una e Val-de-Cans.

O direito ao saneamento básico significa, por um lado, a garantia do “mínimo existencial social” (Carvalho e Adolfo, 2012), isto é, moradia adequada, saúde e melhoria de todos os aspectos de higiene para os cidadãos. Por outro lado, o saneamento também assegura a proteção ambiental na medida em que confere dignidade à relação dos seres humanos com seu meio, sobretudo em grandes metrópoles como Belém, capital do estado do Pará. O direito universal ao saneamento básico se baseia na necessidade humana à universalização do acesso à água tratada, coleta e tratamento de resíduos líquidos e sólidos. No Brasil, a universalização do saneamento básico é assegurada pela lei 11.445/2007, segundo a qual o acesso a estes serviços é direito de todos os cidadãos brasileiros e devem ser realizados com segurança, qualidade e regularidade.

Vale ressaltar que o direito ao saneamento aparece como uma extensão do direito à moradia digna, conforme está presente na Agenda Habitat (Fernandes, 2003), um documento que leva em conta os interesses dos municípios no Brasil com base nas discussões realizadas na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos de Istambul em 1996.

O já citado Projeto Una representou para a cidade de Belém uma tentativa do poder público de ampliar o direito ao saneamento para uma grande parcela da população. Vejamos no que consistiu o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una em termos de saneamento e esgotamento sanitário, conforme consta no documento “Governo do Estado do Pará / Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA / Projeto de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém – Projeto Una, Informações Gerais”, emitido pela COSANPA no ano de 2006:

Item 3.1.2. Saneamento

No Projeto Una o componente saneamento envolve: esgoto sanitário e água potável, assim como a proteção dos reservatórios de água bruta.

Item 3.1.2.1. Esgoto Sanitário

Menos visível que a maioria dos outros componentes ou aspectos do Projeto, o sistema de esgoto sanitário é de grande importância. Esse sistema envolve basicamente: 1) a implantação de 25.731 fossas sépticas individuais e 91 fossas coletivas (cada uma destas, aliás, com capacidade variável para atender de 10 a 30 domicílios, ou de 50 a 150 pessoas); 2) implantação de 307,0 Km de rede coletora (inclusive ramais da rede principal); 3) 2.164 poços de inspeção; 4) 3.867 dispositivos complementares (terminais de inspeção e limpeza); e, 5) um leito de secagem do lodo das fossas sépticas, composto de 24 células. Este equipamento, dimensionado para o atendimento da Bacia do Una, foi construído no terreno do Aterro Sanitário do Aurá (no Município de Ananindeua) e já se encontra sob a administração da Prefeitura Municipal de Belém – PMB. (Governo do Estado do Pará, 2006, p.11)

O referido projeto realizou grande parte das obras previstas. Porém, houve falhas na manutenção dessas obras, assim como no prosseguimento da execução de obras pendentes. Essas negligências foram responsáveis pelo comprometimento dos sistemas implantados e pela diminuição dos níveis de saneamento almejados para a Bacia do Una.

Figura 1. "A obra que está mudando Belém". Expectativas sobre o Projeto Una.



Fonte: Informativo do Governo do Estado do Pará 1995-1998. Dezembro de 1998.

2. O PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA

Durante a década de 80 do século passado até o ano de 2004 do século atual, a Bacia do Una sofreu a intervenção física do Projeto de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém ou, simplesmente, Projeto Una. Este projeto custou US\$ 312.437.727 milhões aos cofres públicos, sendo que deste total, US\$ 169.495.067 milhões ou 54,2%, financiados pelo Estado do Pará (mutuário final) e US\$ 142.942.660 milhões ou 45,8% foram financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (órgão financiador).

O Projeto Una foi concebido com o objetivo de implantar os sistemas drenantes adequados para permitir a retirada das águas de inundações, evitar erosões e assoreamentos, permitir a construção de interceptores de esgoto e avenidas sanitárias correspondentes, conduzir as águas de modo que elas não causem danos e retirar os excessos de águas dos solos, marcando o início de uma grande transformação a ser procedida na baixada do Una, com reflexo na cidade de Belém como um todo.

Durante e após a execução do Projeto de Macro drenagem, por uma questão técnica e administrativa, a Bacia do Una foi subdividida em 7 Sub-bacias, além do Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros (CRPP) em Val-de-Cans, onde estão assentadas as famílias que foram remanejadas das áreas alagadas ou alagáveis da baixadas da Bacia do Una. Existem ainda outras 18 áreas de assentamento, localizadas em outros bairros da referida região geográfica.

O Projeto Una teve como principais parceiros o Estado do Pará, como gerenciador, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDURB) e da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), a Prefeitura Municipal de Belém como parceira sub-gerenciadora, por intermédio da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) e da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como parceiro financiador e a população habitante na referida bacia, como parceira fiscal, por meio de seus 7 representantes comunitários por Sub-bacia, junto ao Comitê Assessor do Projeto Una e da Comissão de Fiscalização dos Moradores da Bacia do Una (COFIS/Una).

O Projeto Una foi considerado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a maior reforma urbana da América Latina, por não ter sido apenas uma complexa obra de engenharia realizada para atender somente as questões de ordem sanitária, mas também um empreendimento fundamentado sobre três vertentes: o saneamento básico, a renovação urbana e a promoção socioeconômica, visando a melhoria da qualidade de vida de 600 mil pessoas ou aproximadamente 120 mil famílias, distribuídas em 20 bairros que abrangem 60% do sítio urbano de Belém.

É fundamental, portanto, que mesmo após a conclusão de um projeto de reforma urbana tão ambicioso fiquemos atentos para os fatores que estão contribuindo diretamente para a violação dos direitos humanos quanto ao saneamento básico e ambiental, ao ir e vir, à moradia com dignidade, à saúde pública, à melhoria da qualidade de vida e, no mínimo, à dignidade humana de significativa parcela da população de Belém. Estes sujeitos têm experimentado os efeitos do agravamento da situação calamitosa causadora de sofrimento, transtornos, prejuízos materiais e danos de ordem moral em virtude de contraditórios alagamentos na Bacia do Una.

3. OMISSÃO E FALTA DE ÉTICA ADMINISTRATIVA DO PODER PÚBLICO

Em primeiro lugar, um dos fatores preponderantes que incidem na violação de direitos na Bacia do Una é a omissão e a falta de ética administrativa por parte do Poder Público Executivo nos âmbitos municipal e estadual. Ao longo de aproximadamente 10 anos após a conclusão do Projeto Una, não houve a conservação e a manutenção periódica do conjunto de obras executado pelo Projeto Una, agrupado em três grandes sistemas: Saneamento, Viário e Macrodrenagem (17 canais, 6 galerias e 2 comportas), previstas nos Manuais de “Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto Sanitário e Água Potável da Bacia do Una”, agosto de 2001; “Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una” – Volumes I e II, maio de 2002 e de “Operação e Manutenção das Comportas do Una e Jacaré”, o que hoje tem como consequência o sucateamento do sistema de esgotamento sanitário, o transbordamento de canais e a sobrecarga da rede de drenagem da Bacia do Una.

Quando ocorrem os alagamentos – resultantes do transbordamento dos canais integrantes do sistema macrodrenante – significativa parcela da população habitante na Bacia do Una, além de sujeita aos transtornos, prejuízos materiais e danos de ordem moral, também fica exposta ao risco de contaminações e doenças decorrentes das impurezas e dejetos contidos nessas águas.

A falta de manutenção nos canais a céu aberto, assim como nas galerias e redes de drenagem subterrâneas é o resultado da inobservância por parte da Prefeitura Municipal de Belém, aos Manuais de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una – Volumes I e II, maio de 2002 e de Operação e Manutenção das Comportas do Una e Jacaré. Soma-

se a isto, o uso inadequado e o desvio dos equipamentos, maquinários e veículos avaliados em R\$ 21.977.619,75 (Figura 2), que foram adquiridos pelo Estado do Pará (mutuário final) com os recursos do contrato de financiamento firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (órgão financiador), repassados no dia 02 de janeiro de 2005 ao Acervo Físico Patrimonial do Município de Belém.

É preciso destacar que o uso inadequado, o desvio e o paradeiro dado por parte da Prefeitura Municipal de Belém na gestão do então prefeito Duciomar Gomes da Costa de tais equipamentos, maquinários e veículos, foram objeto de investigação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), instalada na Câmara Municipal de Belém no ano de 2013 sem apresentar resultados satisfatórios.

A Inspeção e monitoramento da Bacia do Una não vêm ocorrendo desde o ano de 2005, conforme constatado *in loco* durante as diligências a vários logradouros nos dias 07, 14 e 21 de março de 2012 por uma Comissão Temporária Externa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), instituída no ano de 2011 para investigar as denúncias de alagamentos, as irregularidades e as omissões na Bacia do Una após a conclusão do Projeto de Macrodrenagem (Comissão de Representação da Bacia do Una, 2013).

Soma-se ao abandono dos sistemas drenantes, a inobservância por parte da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) no tocante às normas técnicas estabelecidas no Manual de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto Sanitário e Água Potável da Bacia do Una, de agosto de 2001. Esta negligência em relação à manutenção do sistema de esgoto e ao abastecimento de água, aliada à falta de políticas públicas por parte do Governo do Estado do Pará para a multiplicação do número de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETEs) contribuiu de forma significativa para o decréscimo do nível de saneamento aduzido pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, resultando no abandono e sucateamento do sistema de esgotamento sanitário.

Desse modo, o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário em 20 bairros de Belém – conforme foi constatado nas diligências realizadas pela Comissão Temporária Externa da ALEPA em 2012 (Comissão de Representação da Bacia do Una, 2013) – tem se configurado no despejo dos dejetos das residências, sem nenhum tratamento, nos 17 canais e nas 6 galerias e, consecutivamente, lançados na Baía do Guajará, contaminando os rios e comprometendo a qualidade das águas do Rio Guamá que são bombeadas para os dois mananciais do Parque Ambiental do Utinga, isto é, os lagos Bolonha e Água Preta, de onde é retirada a água que sai das torneiras e chuveiros dos lares belemenses.

Figura 2: Parte dos Maquinários, veículos e equipamentos destinados à manutenção e conservação das obras implementadas pelo Projeto Una.



Fonte: Informe “Compromissos Assumidos. Compromissos Resgatados” do Governo do Estado do Pará 2003-2006, dezembro de 2006.

4. MOROSIDADE E INOPERÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

Esgotadas as vias de diálogo com o Poder Público responsável pela manutenção e conservação dos canais e galerias da Bacia do Una, alguns cidadãos resolveram recorrer ao Poder Judiciário. Em 2008 o acúmulo de denúncias relacionadas a alagamentos e irregularidades no Projeto Una deu origem a uma Ação Civil Pública Ambiental ajuizada pela 3ª Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém.

No Processo de nº 0014371-32.2008.814.0301, relativo à Ação Civil Pública Ambiental ajuizada pelo Ministério Público Estadual, a Prefeitura Municipal de Belém, a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e o próprio Estado do Pará respondem desde ao MM. Sr. Juiz de Direito, Dr. Marco Antônio Lobo Castelo Branco, (Titular da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital), pela “Obrigação de Fazer” a execução das várias obras complementares de microdrenagem que ficaram pendentes espalhadas pelas 7 Sub-bacias e a manutenção periódica do conjunto de obras executadas pelo Projeto de Macro drenagem da Bacia do Una.

No processo também consta que manutenção e conservação do conjunto de obras do Projeto Una deve ser executada nos termos especificados pelos Manuais de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto Sanitário e Água Potável da Bacia do Una, agosto de 2001; Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una – Volumes I e II, maio de 2002 e de Operação e Manutenção das Comportas do Una e Jacaré.

Aproximadamente 8 anos transcorridos desde que a Ação Civil Pública foi ajuizada, o que se observa é a injustificável demora entre o Poder Judiciário do Estado do Pará e o Ministério Público Estadual no trâmite do processo. Enquanto os problemas de inundações e insalubridade ambiental persistem na Bacia do Una, a morosidade dos órgãos do Poder Judiciário se constitui como mais um fator que incide na violação dos direitos humanos dos cidadãos da Bacia do Una.

Soma-se a isto o silêncio e a falta de posicionamento desde o ano de 2007 por parte do Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa, a respeito das inúmeras denúncias que apontam indícios característicos de improbidade administrativa por parte da Prefeitura Municipal de Belém, acerca dos equipamentos, maquinários e veículos, avaliados em R\$ 21.977.619,75, que foram adquiridos pelo Estado do Pará com os recursos do contrato de financiamento firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), repassados no dia 02 de janeiro de 2005 ao Acervo Físico Patrimonial do Município de Belém, estando destinados à manutenção do conjunto de obras implementadas pelo Projeto Una.

5. O SILÊNCIO DO CONSELHO GESTOR DA NOVA BACIA DO UNA (CONGEB/UNA)

Além da omissão, irresponsabilidade e falta de ética da gestão pública e da morosidade e inoperância do Poder Judiciário em relação às denúncias realizadas por cidadãos da Bacia do Una sobre as irregularidades na manutenção e conservação do Projeto Una, também contribui para violações de direitos a falta de posicionamento dos 24 membros do Conselho Gestor da Nova Bacia do Una – CONGEB/Una. Esta entidade permaneceu em silêncio enquanto significativa parcela da população de Belém passava a sofrer, desde o ano de 2005, prejuízos materiais e danos de ordem moral, em consequência das constantes inundações que passavam a ocorrer após a conclusão do Projeto Una.

O Conselho Gestor da Nova Bacia do Una (CONGEB/Una) foi legitimado na I Conferência da Bacia do Una, nos dias 12 e 13 de dezembro de 2003, no Centro de Cultura e Formação Cristã de Ananindeua. Realizada pelo então Comitê Assessor do Projeto de Macrodrenagem e pelo Fórum de Entidades Democráticas e Populares da Bacia do Una, que visando um Controle Social Democrático, através de 503 delegados oriundos da Comissão de Fiscalização dos Moradores da Bacia do Una – COFIS/Una, elegeu seus 24 membros, sendo 16 titulares e 8 suplentes, eleitos três membros por Sub-bacia, incluindo o Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros (CRPP) em Val-de-Cans, onde estão assentadas as famílias que foram remanejadas das áreas alagadas ou alagáveis da Bacia do Una. Nesta mesma ocasião, o Sr. Salvador Viana da Silva, foi eleito Coordenador Geral do Conselho Gestor da Nova Bacia do Una (CONGEB/Una).

Nesta I Conferência, também foram discutidas e aprovadas as propostas dos Artigos do Regimento do Plano Diretor de Gestão Urbana Participativo da Nova Bacia do Una - PDGU/Una (Governo do Estado do Pará, 2005, p.20) que foram elaboradas por uma comissão científica formada por Técnicos da Sub-Gerência de Ação Comunitária do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Sendo assim, o CONGEB/Una se estabeleceu como a entidade maior do Plano Diretor de Gestão Urbana Participativo da Nova Bacia do Una (PDGU/Una), com o papel de exercer o controle social nas áreas beneficiadas pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, imbuído dos poderes de cobrança, denúncia e fiscalização para fomentar os laços entre a sociedade civil e o poder público com vistas à garantia da sustentabilidade do Projeto Una.

DECRETO Nº 47.304/2005-PMB DE 14 DE JANEIRO DE 2005.

O Prefeito Municipal de Belém, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 94, inc. XX, da Lei Orgânica do Município de Belém, e

Considerando a competência do art. 13, inc. II, da Lei nº 7.502, de 20 de dezembro de 1990, quanto à nomeação de funcionários,

D E C R E T A:

Art. 1º A nomeação de SALVADOR VIANA DA SILVA (2038153-013), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR-DAS-202.6, na Secretaria Municipal de Saneamento, a contar de 01 de fevereiro de 2005.

Palácio Antônio Lemos, 14 de Janeiro de 2005.

DUCIOMAR GOMES DA COSTA

Prefeito Municipal de Belém

OSÉAS BATISTA DA SILVA JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração

LUIZ OTÁVIO MOTA PEREIRA

Secretário Municipal de Saneamento
em exercício

No entanto, o que se observou foi a omissão dos 24 membros do Conselho Gestor da Nova Bacia do Una (CONGEB/Una), quanto aos alagamentos que se repetiam a cada ano causados pelo transbordamento de canais assoreados e cheios de vegetação. Os membros do CONGEB/Una também permaneceram apáticos diante das denúncias realizadas por cidadãos da Bacia do Una ao Ministério Público e em relação ao já citado sumiço e uso inadequado dos equipamentos, maquinários e veículos que realizariam a manutenção das obras do Projeto Una. Logo, concluímos que o CONGEB/Una não exerceu seu poder de fiscalização e cobrança diante da inobservância do Poder Público em relação às normas estabelecidas nos manuais de operação, manutenção e conservação das obras físicas implantadas pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, o que coloca em risco todo um investimento da ordem de US\$ 312.437.727 milhões de dólares.

As páginas de um Diário Oficial da União confirmaram os boatos de que Salvador Viana da Silva - aquele eleito como coordenador geral do CONGEB/Una - havia sido nomeado para um cargo público temporário na Secretaria Municipal de Saneamento:

Hoje sabemos, através de autoridades administrativas do Projeto Una, que não apenas Salvador Viana da Silva recebeu cargo de assessor DAS em órgãos da Prefeitura, mas também grande parte dos membros do CONGEB/Una. Se isto não é ilegal, configurar-se-ia no mínimo como antiético. A presença de membros do CONGEB/Una em secretarias e órgãos que estes deveriam fiscalizar é algo que pode comprometer os poderes de cobrança e denúncia do Conselho Gestor. A distribuição de cargos públicos temporários aos membros do CONGEB/Una, bem como suas implicações, é algo que merece ser investigado de forma mais cuidadosa. Para tanto, esta pauta foi encaminhada para a Assembléia Legislativa do Pará e para a relatoria da CPI instaurada na Câmara Municipal dos Vereadores a respeito do sumiço dos equipamentos para a manutenção da Macrodrenagem do Una. O mesmo problema também foi levado ao conhecimento Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa.

Figura 3. Falta de manutenção, irregularidades e omissões na Bacia do Una.

Macro drenagem da Bacia do Una não passa por manutenção desde 2005

RELATÓRIO

Deputados visitaram áreas atendidas e querem saber onde foi parar maquinário

De 2005 para cá, quando foram entregues as obras da macro drenagem da Bacia do Una, pouca ou nenhuma manutenção foi dada às áreas envolvidas no projeto. Essa foi a conclusão dos deputados Carlos Bordalo (PT), Edmilson Rodrigues (PSOL) e do vereador Otávio Pinheiro (PT), que ontem visitaram parte dos 16 pontos atingidos pelas obras em Belém. A ida aos locais deve ajudar a Comissão de Representação dos Moradores Atingidos pela Macro drenagem - composta por Bordalo, Edmilson e ainda por Ozório Juvenil (PMDB) e Cilene Couto (PSDB) - a fazer um relatório sobre a situação a ser entregue ao Ministério Público para providências.



Os parlamentares conversaram com moradores da área para saber dos problemas

Os três políticos passaram a tarde andando por várias áreas de Belém e ou-

vindo os moradores. "A água 'não volta' pelo vaso sanitário porque eu mando desen-

tupir sempre", explicou a moradora da rua Cajui, Sueli Soares, que tem sua casa em

frente ao canal conhecido como Água Cristal, no bairro da Marambaia. Segundo os deputados, a situação é crítica em locais onde os rios desembocam, com registro de grandes alagamentos. A prefeitura de Belém, prosseguem, teria recebido mais de 200 máquinas para a manutenção dos canais.

TUBULAÇÃO

"Nenhuma rua aqui recebeu a manutenção adequada. E o que não falta é morador dizendo que esticou uma tubulação aqui e um cano ali porque o trabalho da Prefeitura foi incompleto. Quando a macro drenagem foi concluída, a PMB recebeu um manual que ensinava como a manutenção deveria ser feita, e ela nunca aconteceu", denunciou Bordalo.

"Nunca houve as drenagens, as limpezas de fossas sépticas. De 2005 para cá, ninguém veio fiscalizar a situação das

áreas atingidas. Vamos atrás, inclusive, de relatórios que, teoricamente, foram entregues aos financiadores das obras, que custaram R\$ 300 milhões ao bolso da população, como o (Banco Internacional do Desenvolvimento) BID. Se o BID recebeu esses relatórios, queremos saber porque não se manifestou", adiantou o parlamentar.

Otávio Pinheiro foi o único vereador a participar das visitas e avisou que o "sumiço" do maquinário de manutenção pode virar inclusive instrumento para abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dentro da Câmara Municipal de Belém (CMB). "Ainda é cedo para garantir isso, mas com certeza eu vou investigar o paradeiro dessas máquinas, assim como também vou investigar o motivo de muitas das obras estarem incompletas a ponto de a população precisar criar soluções improvisadas para evitar prejuízos em suas casas", informou.

Fonte:

Jornal O Liberal do dia 15 de março de 2012.

6. INDIFERENÇA DO BID QUANTO AOS RESULTADOS DE SEU INVESTIMENTO

O BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, é uma instituição financeira multilateral criada em 1959 por meio de uma articulação entre o Brasil e os Estados Unidos. Inicialmente, o objetivo da criação do BID teria sido mitigar os efeitos das desigualdades sociais e promover o desenvolvimento em países do Terceiro Mundo que, no contexto da Guerra Fria, estariam mais propensos à incorporação de idéias do socialismo (Valente, 2012). Desde então o BID tem financiado projetos no Caribe e na América Latina amparado no discurso de diminuição da pobreza urbana.

Conforme mencionado anteriormente, o Projeto de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém – o Projeto Una – recebeu financiamento do BID através de dois contratos de empréstimo Nº 649/OC-BR e 869/SF-BR firmados com o Estado do Pará. O primeiro contrato – assinado pelo então governador Jader Barbalho em 1989 – diz respeito à série de financiamentos no decorrer da execução das obras do Projeto Una. O segundo corresponde à aquisição de um número de equipamentos, maquinários e veículos para manutenção e conservação das obras de macro drenagem (17 canais, 6 galerias e 2 comportas) após a conclusão do Projeto Una em dezembro de 2004.

A menção a estes contratos aparece no Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una, Volume I (Companhia de Saneamento do Pará, 2002) em um parágrafo onde os objetivos e a relevância do referido documento são destacados:

A Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA, apresenta o Plano de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Arte Especiais da Bacia do Una, elaborado com o objetivo de definir as estratégias a serem adotadas por este Órgão no âmbito da operação, manutenção e administração das obras do Programa de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém em cumprimento à Cláusula 6.06 (i) - Conservação de Obras e Equipamentos, bem como subsidiar a elaboração do Relatório Anual de Manutenção que deverá ser encaminhado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID dentro do

primeiro trimestre de cada exercício financeiro, durante 10 anos, com vistas ao cumprimento da Cláusula 6.06 (ii) constantes dos Contratos de Empréstimo (Companhia de Saneamento do Estado do Pará, 2002, p.06).

Nota-se pelo trecho acima que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) incluiu cláusulas em seus contratos de empréstimo de forma a garantir a manutenção e o acompanhamento das obras financiadas, de modo a salvaguardar os resultados dos vultosos investimentos que a instituição financeira havia aplicado na cidade de Belém. Em outras palavras, o BID exigia, através dessas cláusulas, a manutenção sistemática das obras da Bacia do Una, assim como o envio de relatórios anuais sobre os efeitos de tais obras na cidade de Belém.

Em 2006, após a conclusão do Projeto Una, o relatório intitulado "Projeto de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém - Projeto Una: Informações Gerais" (Companhia de Saneamento do Pará, 2006) também faz referência às cláusulas "Conservação de Obras e Equipamentos", como fica evidente no trecho destacado abaixo:

A eficácia e a durabilidade do complexo de obras construído através do Projeto Una para a solução dos problemas de drenagem e saneamento de sua área de abrangência, dependem da correta operação e da adequada manutenção da maioria dessas obras, o que, por sua vez requer, como condição *sine qua non*, uma administração eficiente.

Em função disso, uma parte substancial dos custos do projeto (algo equivalente a 19,3 milhões de reais) diz respeito à aquisição, de diversos equipamentos, destinados a assegurar a operação e a manutenção necessárias daquelas obras.

Esses equipamentos, já repassados à Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e à Prefeitura Municipal de Belém (PMB), foram dimensionados tendo em vista a manutenção eficiente e a conservação apropriada das obras, segundo as normas técnicas geralmente aceitas.

A conservação e a manutenção dos sistemas de drenagem pluvial de vias, de água potável, de esgoto sanitário (inclusive os equipamentos correspondentes) não podem ser efetuadas em níveis mais baixos do que os acordados entre o Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os quais, **pelo prazo de 10 anos após a conclusão do Projeto**, deverão inspecionar/monitorar a Bacia do Una. (Companhia de Saneamento do Pará, 2006, p. 47-48, grifo nosso).

Este documento oficial afirma que o material necessário para a manutenção e conservação da Bacia do Una já está sob os cuidados da Prefeitura Municipal e da COSANPA, sendo que o acordo de empréstimo entre o Estado do Pará e o BID abrange inclusive o *modus operandi* da sustentabilidade do Projeto Una. A novidade no relatório de 2006 é a exigência de que a inspeção e monitoramento da Bacia do Una ocorra por 10 anos após a conclusão do Projeto, a qual se deu em dezembro de 2004. Presume-se que o órgão responsável pelo envio desses relatórios seja a COSANPA, visto que o Governo do Estado (mutuário final do empréstimo) é citado no trecho acima como aquele que deverá inspecionar e monitorar a Bacia do Una juntamente com o BID.

Entretanto, o que se observou após 2004 foi a quebra das cláusulas contratuais estabelecidas no empréstimo com o BID. Em primeiro lugar, como já foi mencionado anteriormente neste documento, houve a flagrante omissão do poder público no tocante à manutenção do conjunto de obras implementados pela Macrodrenagem da Bacia do Una, o que acarretou inundações urbanas mesmo após um investimento da ordem de 312 milhões de dólares. Em segundo lugar, há indícios de que o envio dos Relatórios Anuais de Manutenção foi realizado pela COSANPA de forma irregular e com informações imprecisas, o que implicaria em mais uma quebra de cláusula contratual.

A Comissão Temporária Externa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) foi instituída no ano de 2011 para investigar as denúncias de alagamentos, as irregularidades e as

omissões na Bacia do Una após a conclusão do Projeto de Macrodrenagem. Esta Comissão possuía uma agenda institucional que incluiu uma reunião com representantes do BID para que estes elucidassem alguns aspectos dos contratos de empréstimo entre a referida instituição financeira e o Estado do Pará, tendo em vista que a Comissão Temporária Externa havia constatado que o investimento do BID na Bacia do Una estava comprometido pela falta de ética administrativa do poder público nos níveis municipal e estadual.

No dia 06 de novembro de 2012, a especialista setorial do BID Cláudia Nery e o consultor financeiro do BID Eduardo César foram informados sobre a situação calamitosa da Bacia do Una em relação a alagamentos e no que diz respeito ao sucateamento das obras financiadas, conforme registrado na ata da reunião (Assembléia Legislativa do Estado do Pará, 2012). O Deputado Estadual Carlos Bordalo, presidente da Comissão Temporária Externa, pontuou que nos contratos com o BID constava a obrigatoriedade do envio de Relatórios Anuais de Manutenção pela COSANPA, os quais não haviam sido localizados em nenhum dos órgãos que participaram da execução das obras do Projeto Una. Desta feita, o presidente da comissão questiona sobre a existência de tais relatórios e seu recebimento pelo BID.

A resposta da especialista setorial a esta questão foi contraditória, afirmando primeiro que os relatórios eram de responsabilidade da SESAN (Secretaria Municipal de Saneamento). Em seguida, afirmou que os relatórios haviam sido entregues, mas que sua localização seria muito difícil, considerando que o BID não digitaliza esses documentos e os destrói depois de determinado tempo. Contudo, comprometeu-se a procurá-los e garantiu que a SESAN estava de posse dos relatórios.

Posteriormente, estes relatórios sobre a manutenção e conservação das obras realizadas pelo Projeto Una foram obtidos pela Comissão Temporária Externa da ALEPA junto à COSANPA. Porém, constatou-se que nos documentos relativos aos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 não constavam referências ao sumiço de maquinários, equipamentos e veículos, ao abandono das obras, à ocorrência de alagamentos e ao recuo dos níveis de saneamento pretendidos pelo Projeto Una (Comissão de Representação da Bacia do Una, 2013 p. 58). Portanto, conclui-se que tais relatórios foram redigidos a partir de informações incompletas ou imprecisas.

Outra inconsistência percebida nos discursos dos representantes do BID diz respeito ao período de envios dos Relatórios Manuais de Manutenção. Documentos oficiais (Companhia de Saneamento do Pará, 2006), a Comissão Temporária Externa e cidadãos da Bacia do Una sustentavam que o período de envio de relatórios seria de 10 anos após a conclusão do Projeto. Sendo assim, o projeto terminado em 2004, seriam enviados relatórios anuais entre 2005 e 2015. A este respeito, os representantes do BID insistiram que o envio de relatórios deveria ser feito durante dez anos a contar da conclusão da primeira obra do Projeto Una. Questionados sobre quando teria sido o término da primeira obra, a especialista setorial e o consultor financeiro não souberam responder. Recomendaram que a Comissão Temporária Externa e os cidadãos da Bacia do Una presentes estudassem os contratos de empréstimo. Entretanto, o acesso a estes contratos é negado pela COSANPA, sendo necessária a sua solicitação por meios judiciais.

Durante a reunião, Cláudia Nery e Eduardo César demonstraram que estavam cientes dos problemas apresentados, reconhecendo que a SESAN (Secretaria Municipal de Saneamento) não teve condições de manter e conservar o Projeto Una nos termos acordados no contrato entre o Estado do Pará e o BID. Porém, declarou que o BID não tinha nenhuma responsabilidade pela situação, uma vez que sua participação no Projeto Una como financiador já estava encerrada.

Conclui-se que os direitos humanos dos cidadãos da Bacia também foram desrespeitados pelo BID. Em um primeiro nível, pela falta de transparência e pela dificuldade de prover informações inequívocas para a Comissão Temporária Externa da ALEPA e cidadãos da Bacia do Una. A

dificuldade de acesso a informações confiáveis e ao próprio contrato de empréstimo entre o BID e o Estado do Pará desarticula os questionamentos da sociedade civil organizada e serve como justificativa para o atraso do andamento dos processos encaminhados pelo Poder Judiciário sobre o Projeto Una. Enquanto isso, prolonga-se o estado de abandono da Bacia do Una e a vulnerabilidade a inundações na área.

A violação mais grave, no entanto, se dá pela ausência de cláusulas punitivas no contrato firmado a respeito do não cumprimento da inspeção e manutenção previstas. A inexistência de tais cláusulas punitivas permitiram que os direitos dos cidadãos da Bacia do Una continuassem sendo violados pelas omissões e falta de ética administrativa Prefeitura Municipal e do Governo do Estado, ao mesmo tempo em que exime o BID da responsabilidade de exigir dos contratantes as medidas necessárias.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento assume o financiamento de grandes obras como a Macrodrenagem da Bacia do Una, mas parece não se interessar pelos impactos negativos desse projeto e pela perda da funcionalidade de seu investimento. Em vez disso, continua financiando projetos similares na Região Metropolitana de Belém, tal como o PROMABEN – Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova. Este quadro confirma a pertinência do trabalho da pesquisadora Joana Valente Santana (2012), segundo a qual os discursos do BID em relação à diminuição da pobreza e à questão ambiental servem como fachada para a realização de obras de infraestrutura urbana que facilitem investimentos empresariais (Santana, 2012, p.23).

Figura 4. Inundação causada pelo transbordamento do Canal do Galo na casa de nº 402 da Trav. Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval no bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Ano de 2013.

Figura 4. Inundação causada pelo transbordamento do Canal do Galo na casa de nº 402 da Trav. Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval no bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Ano de 2013.



Fonte: Acervo fotográfico da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa apresentada neste artigo mostra que as mudanças ocorridas na Bacia do Una entre o final do século XX e o início do século XXI geraram efeitos inesperados, incidindo sobre violações nos direitos ao saneamento e à moradia digna. O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una transformou os já bastante modificados cursos d'água de Belém em uma grande e complexa rede técnica de acúmulo e escoamento de água. O fracasso das estruturas políticas responsáveis por manter a funcionalidade dessa rede de drenagem resultou na permanência e, em alguns casos, no agravamento do problema das inundações urbanas na Bacia do Una.

As reações dos habitantes da Bacia do Una engajados na busca por seus direitos não alcançaram os resultados desejados, em grande parte por conta do excesso de burocracia e pelo engessamento do papel político daquelas instituições que seriam as responsáveis pela defesa dos direitos ao saneamento básico, à saúde pública e ao bem-estar ambiental.

Como toda a tessitura narrativa (Ricoeur, 1992) o que apresentamos neste artigo possui lacunas e abstrações, de modo que um conjunto complexo e descontínuo de acontecimentos possa se tornar um todo coerente. No entanto, fica evidente que as situações de abusos e de lutas por direitos, quando narradas, também se constituem como formas de ordenar e dar sentido às experiências vividas na cidade. As transformações na Bacia do Una mostram que não apenas a cidade sofre mudanças, mas seus habitantes também reconfiguram seu papel enquanto atores políticos na cidade. Nesse processo, habitantes da Bacia do Una descobriram a si próprios enquanto cidadãos e sujeitos de direitos. Nesse sentido, seu engajamento político também é feito contando histórias e tecendo narrativas que apresentem pontos de vista diferenciados sobre o problema das inundações e alagamentos em Belém. No caso em questão, a mídia de massas e o senso comum costumam difundir a idéia de que os canais de Belém e da Bacia do Una transbordam porque estão cheios de lixo e entulho arremessado pela própria população. Logo, os principais afetados pelas inundações seriam também os responsáveis por elas. Nosso posicionamento – sustentado pelos dados de pesquisa contidos neste artigo – é o de que este argumento é superficial e desonera aqueles que são responsáveis pela falta de manutenção dos canais e galerias da Bacia do Una há mais de 10 anos: o Poder Público Executivo, o Poder Judiciário, o CONGEB/Una e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. *Sede do PROMABEN - Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova. Ata da 5ª Reunião da Comissão Temporária Externa para Investigar Denúncia Formulada pelos Moradores das Áreas da Bacia do Una da Assembleia Legislativa realizada em 06 de novembro de 2012.* p. 01-05.

BATES, Henry Walter. *O naturalista no Rio Amazonas.* São Paulo: Brasiliense, 1944.

CARVALHO, S. A. e ADOLFO, L. G. *O direito fundamental ao saneamento básico como garantia do mínimo existencial social e ambiental.* Revista Brasileira de Direito, IMED, Vol. 8, nº 2, jul-dez 2012

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA. Assembleia Legislativa do Pará. *Relatório Final.* Belém, 2013.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ. Governo do Estado do Pará. *Informações gerais sobre o Projeto Una*. Belém, 2006.

ECKERT E ROCHA. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

FERNANDES, M. *Agenda Habitat para Municípios*. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una – Volume I*. Belém, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Projeto Una: Projeto de Drenagem, Vias, Águas e Esgoto das Zonas Baixas de Belém. Programa de Inclusão Sócio-ambiental - PISA*. Belém, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa. Tomo I*. Campinas: Papirus, 1992.

SANTANA, Joana Valente. *Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará*. Revista Katálysis, vol. 15, núm. 1, janeiro-junho, 2012, pp. 21-31.

POPULAÇÃO RIBEIRINHA DA ILHA DO COMBU EM BELÉM-PARÁ: CONDICIONANTES DA PRODUÇÃO EXTRATIVA

*Flávia Ferreira Gomes¹
Sônia Socorro Miranda Batista²*

RESUMO:

Na vida cotidiana das populações tradicionais na Ilha do Combu os ribeirinhos belemenses produzem um *modus vivendis*, caracterizado por sociabilidade e permanências singulares que embora afetado pelo modelo urbano-industrial adotado na região, agrega elementos tradicionais. Nessa configuração espacial três elementos constituintes definem sua gênese: a cidade, o rio e a floresta que formam um amálgama complexo. Coexistindo a interconexão entre o rural, com a preponderância das atividades extrativistas, instrumentado por temporalidades, caracterizando a trajetória de vida, os sistemas e subsistemas de produção, profundamente, vinculados a terra e aos bens da natureza. Estruturado com base na produção familiar e permanência de ocupações tradicionais sob a regência de representações simbólicas. Manifesta a dimensão histórica originária da formação colonial, própria do processo organizativo da produção e de reprodução social. E finalmente, o urbano marcado por múltiplas determinações produzidas no cotidiano, afetadas e determinadas pela metrópole, por intercâmbios comerciais estabelecidos na orla cidade. Estas trocas são produzidas pelas vias de acesso fluvial, garantindo a circulação dos produtos. Os objetivos foram atingidos envolvendo a etnografia como abordagem metodológica evidenciando as contribuições da pesquisa qualitativa. Neste sentido, foram realizadas entrevistas estruturadas, em quatro localidades amostrais (São Benedito, Furo do combu, Piraquitaquara e Beira do Rio).

PALAVRAS-CHAVES: cidade, Combu, extrativismo, ribeirinhos.

1 - NOTAS INTRODUTÓRIAS

Belém é uma cidade das águas, isto é, sua gênese permanece profundamente vinculada à rede hidrográfica, portadora de uma insularidade única. Esta insularidade está circunscrita de especialidades que submergem aspectos históricos, socioculturais e ambientais presentes no desenho territorial amazônico que ainda revelam a complexidade que ora molda os intercâmbios entre os vários grupos humanos, seja nas cidades, seja às margens dos rios, ora expressa formas e modos de ser. Sem ainda exercer grandes expectativas econômicas ou atrativos sua fundação atendeu aos interesses dos portugueses em defesa do território, razão precípua de sua existência (BAENA, 2004). Atendendo assim, o mote militar regente da ocupação e defesa do território.

¹ Turismóloga, Pedagoga da Secretaria de Educação do Estado do Pará, Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, Mestre em Serviço Social-UFPA (2010). Desenvolve projetos de: Políticas Públicas, Planejamento Urbano, Educação, Turismo e Geração de emprego e renda. flaviaferreira31@yahoo.com.br

² Graduada em Pedagogia e Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Pará, servidora efetiva da Secretaria de Educação do Estado do Pará. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2010). Projetos: Formação, Educação e Gestão Escolar sonia_batista63@hotmail.com

Podemos falar, portanto de uma trajetória de ocupação e formação da cidade de Belém ditada pelas águas. A expansão/divisão territorial da cidade em bairros se dá por meio do ensecamento dos igarapés, ou seja, a configuração hidrográfica ditou os primeiros movimentos em direção à dinâmica da configuração urbana, rendeu rebatimentos sobre a produção e o modo de vida. Historicamente, como via de acesso e transporte, os rios e igarapés serviam e ainda servem de intercâmbios dos produtos.

Dito em outros termos: a questão urbana, principalmente, em si tratando de Belém, é consubstanciada por um amálgama complexo, formado pela configuração espacial de três elementos constituintes a cidade, o rio e a floresta onde impera e é igualmente determinante a relação dependente, complementar e intrínseca entre homem e natureza, reproduzida pela organização socioprodutiva dos grupos humanos, suas mediações e subjetividade, evidenciando o etnoconhecimento das populações tradicionais. Podemos identificar uma ordem urbana determinante na configuração dos sistemas produtivos, pela coexistência de populações de base tradicionais nas ilhas que circundam Belém capital do estado do Pará. (CASTRO, 2004; ARENZ, 2000).

Partindo deste contexto este artigo chama a atenção para a interconexão complexa entre a cidade, o urbano e o rural, entre a cidade centro nodal do poder, das decisões, da produção material, um tecido urbano que se impõe, conseqüentemente, superpõe-se e o rural caracterizado por um padrão espacial preponderantemente ribeirinho e dendrítico, onde o rio prepondera como via de circulação, tanto quanto influencia na localização das cidades e nas relações materiais e imateriais que as constituíram. É no meio dessas relações que se processam sociabilidades e permanências singulares que embora contingenciadas pelo modelo urbano-industrial adotado na metrópole, agrega elementos da lógica natural de organização produtiva das populações ribeirinhas sua subjetividade, seus ritos e temporalidades.

Junto a esta interconexão em Belém, há um desafio posto às ciências sociais, pois no encontro dessas duas expressões se detecta extensões da urbanidade no espaço rural e insular da ilha do Combu, ao mesmo tempo em que, estas realidades são mutuamente confrontadas, conforme nos alerta Carneiro (1998) pelas

“novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade”.

Como já defendido em trabalhos anteriores é indiscutível reconhecer a importância das populações tradicionais, ensejadas nas ilhas, posto que, cumprem sua função social, econômica, cultural, simbólica e ambiental, intrinsecamente, vinculada aos recursos naturais.

Neste artigo, procuramos descrever a **População ribeirinha da ilha do Combu em Belém-Pará: condicionantes da produção extrativa**, caracterizando o extrativismo instrumentado por temporalidades, sentidos e saberes, evidenciando a trajetória de vida e as demais atividades de produção. Considerando, em particular, o território de vivências dessa população ribeirinha, com a preponderância das atividades extrativistas, profundamente, vinculadas a terra e aos bens da natureza. A realidade onde se manifestam fortes relações de permanência, interações de natureza multidimensional com os rios, em cujas margens foram sendo balizadas, cotidianamente, mediações entre terra e água, configurando-se como um sistema de objetos, significados e valores articulados

por contextos históricos, culturais, cuja dinâmica está, em grande parte, relacionada a um certo grau de dependência onde a morfologia material e morfologia social se entrecruzam.

Na ilha se estabelece, em geral, contatos e dependências, material e /ou simbólico, na feitura de arranjos organizativos da produção sob o signo representativo de temporalidades subjetivas inerentes ao trabalho, em parte, regulado por uma dimensão histórica originária da formação colonial.

Assim, o objetivo desse trabalho é abordar uma discussão acerca da população ribeirinha da ilha do Combu em Belém enfatizando principalmente a preponderância das atividades extrativas. E evidenciando a dinâmica interconexão entre o urbano e o rural na produção e desenvolvimento de atividades.

A abordagem qualitativa rege esta pesquisa, tendo a etnografia como base para a elaboração das questões. Os pressupostos fenomenológicos conduzem a compreensão das categorias de análise, sejam elas: população ribeirinha, extrativismo e cidade.

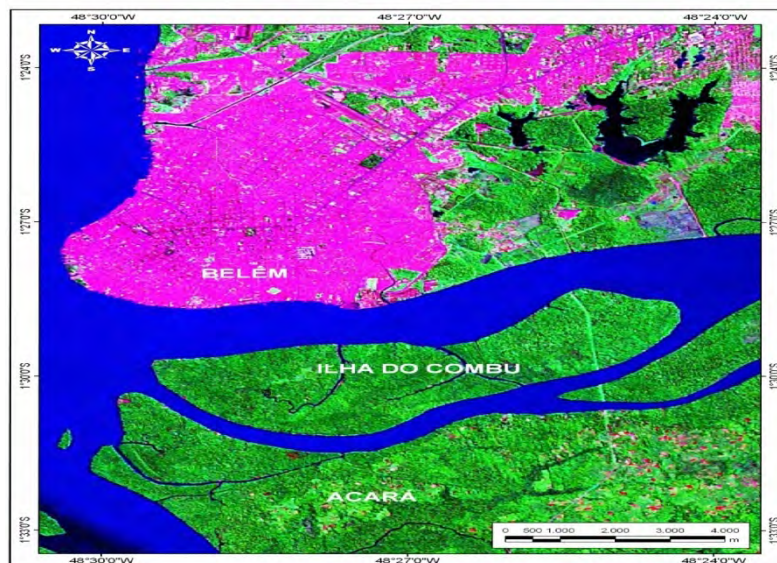
Em cumprimento ao objetivo estabelecido foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, em quatro localidades amostrais, com a participação de dez famílias produtoras da ilha, os dados obtidos foram interpretados combinando o uso de tabelas e a análise do discurso com a identificação das falas significativas.

2. ALGUNS ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DA ILHA DO COMBU

A cidade de Belém circundada pela Baía do Guajará e pelo rio Guamá apresenta uma dinâmica de relações comerciais, que se materializam não somente nos intercâmbios estabelecidos no porto, localizado na área central, mas também ao longo da orla, principalmente nos bairros do Guamá e Jurunas, aéreas periféricas da capital.

A cidade de Belém, localizada à margem direita do rio Amazonas, na foz do tipo estuário, compõe-se de um grande número de ilhas, de diversos tamanhos e formas, que formam um arquipélago disposto ao longo das grandes águas que lhe banham e dão-lhe uma característica peculiar. Atualmente, esta metrópole pode ser caracterizada por uma reconfiguração urbana, produzida sob a égide predominante do capital, inúmeros equipamentos urbanos são erguidos, a revelia das demandas sociais. E por eles as ilhas são vislumbradas como o verde da natureza viva em meio às águas dos rios que a ligam e comunicam-na (Figura 01).

Figura 1: Ilustração da Ilha do Combú



Fonte: LAIT, 2008.

O lócus desta pesquisa menciona-se uma área continental de 173,17 km² (33,58%) e insular de 342,52 km² (66,42%). Localizada ao sul da cidade de Belém, a aproximadamente a 1,5 km, e tem como espaço territorial cerca de 15 km, pertencente ao Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT). Esta ilha é considerada uma Área de Proteção Ambiental (APA) através da lei nº 6.083, de 13 de novembro de 1997. A incipiência de estatísticas oficiais, ou mesmo a ausência de dados, sobre a região das ilhas, em geral, tende a dificultar sua caracterização precisa. Essa ilha compreende o território de 1.493 hectares. O seu relevo é plano, possuindo áreas de terra firme e de várzea com típicos solos em ambas. Sua vegetação predominante é a floresta secundária, com alguns esparsos testemunhos de florestas primitivas. A vegetação é marcada por árvores lenhosas e sub-bosque (Tabela 01).

Tabela 01: Distribuição do território no município de Belém

Região	Área (km ²)	% do Território
Continental	173,17	33,58%
Insular	342,52	66,42%
Total (m ²)	515,69	100,0

Fonte: SEGEP(2000)

Estes dados ao caracterizam a distribuição do espaço insular e do espaço continental, permitem inferir que não é possível negar a importância da representatividade física/territorial das ilhas que circundam Belém. As representações deste cenário de matas e rios, historicamente, vêm apresentando diversos significados, ora sendo utilizados e explorados para progresso econômico, já serviram, no passado, como rotas de fugas de índios e negros, ora organizam estratégias de exploração e produção agrícola de base familiar estabelecendo relações com outras regiões, em especial com a capital Belém. É notadamente a principal referência às populações ribeirinhas. Porém, como já observado em trabalhos anteriores esta dinâmica de relações não foi acompanhada

pelas políticas públicas, em especial, do âmbito municipal, de fato, se reproduziu nas ilhas políticas materializadas por ações fragmentadas e setorializadas.

As populações ribeirinhas enquanto categoria designativa (CORRÊA *apud* SILVA, 2005) extrapola a dimensão demográfica, pois incorpora no seu modo de vida a identificação de elementos como: rios e igarapés, recursos naturais, território, concepção de tempo, concepção de espaço, representações culturais e simbólicas, crenças, signos, valores e ritos, que se encerram em estratégias de sobrevivência e de identidade. Incorporando igualmente como valor representativo seus atos correspondentes.

Pode ser detectado um certo grau de invisibilidade, nestas populações ribeirinhas, por parte do poder público, parecem escapar do alcance das políticas públicas e sociais, principalmente a nível municipal, porém, não cabe dizer que persiste um paralelismo com a metrópole, não é isso, pois embora vivam às margens dos rios, com ele, e através dele ocorrem as permutas, as interações e conseguem se movimentar no tecido urbano.

Tanto Lefebvre (2001) quanto Lojkine (1997) ao analisarem o tecido urbano defendem-no como um fenômeno que extrapola a dimensão geográfica, pois incorpora os constituintes sociais, econômicos, culturais determinantes da vida e das relações produzidas pelo homem. De forma substancial mudanças societárias foram responsáveis por lançar às bases de reconfiguração de um acelerado processo de urbanização ambivalente e contraditório, subserviente as imposições necessárias ao acúmulo de capital (CHESNAIS, 1996; HAREVEY, 1993), sem dúvida a difusão dessa reconfiguração alcançou em diferentes níveis a cidade de Belém, expressão do urbano e a região das ilhas, em especial a Ilha do Combu, principalmente pela complexificação dos problemas sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos vivenciados por seus moradores.

3 - CONTEXTO DE MUDANÇAS SOCIETARIAS

Nas palavras de Haesbaert (2012) Marx e Engels já haviam preconizado o gradativo alargamento das fronteiras para dar vazão ao processo de expansão, concentração e acumulação de capital,

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.(...) As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo (...) No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. (MARX e ENGELS, 1998:43 *apud* HAESBAERT, 2012)

Portanto, um prelúdio de mudanças foi sendo, historicamente, desenhado e seus impactos assumem repercussões perversas em diferentes continentes. Um exemplo foi a adoção de políticas restritivas de gastos impostas aos países em desenvolvimento pelos organismos multilaterais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), principalmente, na América Latina, resultado da conferência de Bretton Woods, na década de 1940. Com a implantação do

Plano Marshall este banco garantiu a liberação de financiamentos para os países em desenvolvimento, concentrando os investimentos, no âmbito da infra-estrutura (energia, transportes e comunicações).

Por volta de 1970, com o intuito político de conter e controlar tensões no continente o BIRD direciona mudanças no percurso dos investimentos, o foco agora são os projetos na área social, de combate à fome (cerca de 10% para a América Latina). Na década de 1980, a doutrina neoliberal lança suas bases, de forma ditatorial estabelece que o Estado deveria interferir o mínimo possível, apenas regulando a economia, preconizava o individualismo exacerbado em detrimento do enfrentamento das questões sociais (HARVEY,1993; CHENAIS, 1996).

Baseado na visão urbano-cêntrica os chamados grandes projetos foram implantados na Amazônia, especialmente no Pará, no final dos anos de 1970 e início da década de 1980. O ideário desenvolvimentista dava a tônica a estes projetos que incidiram diretamente na constituição de agendas de desenvolvimento dissociadas da relação com a natureza, das formas de produção e organização praticadas pelas populações tradicionais distribuídas às margens dos rios, consubstanciadas por saberes e fazeres componentes da sua identidade enquanto população ribeirinha. Há ainda que se considerar que,

Os movimentos socioambientais que ocorreram na Amazônia a partir da década de 1980 colocaram em evidência o etnoconhecimento das populações tradicionais e a reprodução social de sistemas de propriedade comum dos recursos naturais, que acontece mesmo com a intensificação das formas de ocupação capitalista dos espaços amazônicos. Houve o reconhecimento político de que as populações tradicionais amazônicas, protagonistas de projetos próprios, se tornaram importantes agentes aliadas à causa da conservação ambiental. Pela forma como fazem uso dos recursos da natureza, respeitando os ciclos da vida e valorizando os processos reprodutivos (GEERTZ, 1986; CASTRO, 1997), essas populações, no contexto de novas situações (BOURDIEU, 2004), foram promovidas à condição de importantes agentes de uma nova forma de desenvolvimento social que confronta a sociedade moderna em diferentes dimensões. É um desenvolvimento estruturante (BOURDIEU, 2004) e complexo, por redefinir lugares, identidades, relações e processos. (CASTRO & MOURA, p.23, 2012)

Ao mesmo tempo em que se confrontaram com outras racionalidades as populações tradicionais no espaço rural, aqui entendido como o espaço das ilhas. Tendo este sido desde o início identificado como possibilidade de expansão para o capital foi responsável pela expulsão de várias categorias humanas (nativos, seringueiros, castanheiros, dentre outros agentes) muitas vezes sob a égide processual do Estado que ambicionava a modernização de seus parques e o crescimento econômico de seus territórios. Também enfrentaram intensas injunções sobre seu território. Território percebido segundo Haesbaert (2012) como simbólico, um espaço de referências para a construção da identidade ribeirinha, logo pressupõe

Que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como primeira ou a segunda natureza para utilizar os termos de Marx. (HAESBAERT, p.82, 2012)

Se nos ativermos às incidências provocadas por estas transformações societárias deflagradas, principalmente, a partir da década de 1990, poderemos presumir nas palavras de Castro (2004) a ocorrência de uma exacerbação do discurso oficial relatando ineficiência econômica dos segmentos

tradicionais, também agravado pela tentativa de desativação de espaço econômico tradicional característico das pequenas unidades de produção familiar. Podemos concluir, então que o referido projeto de desenvolvimento acima citado parece revestir de invisibilidade os ribeirinhos, como sujeitos dos povoados situados às margens dos rios, igarapés e furos do interior desse estado.

3.1 A interconexão entre a cidade, o urbano e o rural

Sem a pretensão de esgotar a definição de cidade e a interconexão entre o urbano e o rural, experimentado na Ilha do Combu, neste artigo, vamos partir das contribuições de Milton Santos, David Harvey, Jean Lojkin e Henri Lefebvre para amparar a abordagem teórico-metodológica necessária à discussão pretendida.

A partir das contribuições de Harvey (1980) sobre cidade podemos defini-la como uma forma de organização do espaço pela ação histórica do homem, um espaço complexo que enseja processos sociais, sob um ambiente físico construído e sobre o espaço geográfico. Lefebvre (1980) pauta seus estudos afirmando que a cidade existe desde a Antiguidade. Ao ter início à separação campo-cidade provocada pela divisão social do trabalho, ocorre o surgimento da cidade.

Para Santos (2005) as cidades contemporâneas comportam cada vez mais a expressão da urbanização, entendida enquanto fenômeno decorrente de profundas mudanças societárias em curso desde o século XIX. E no pensamento de Harvey,

Desde seus primórdios, as cidades surgiram nos lugares onde existe produção excedente, aquela que vai além das necessidades de subsistência de uma população. A urbanização, portanto, sempre foi um fenômeno de classe, uma vez que o controle sobre o uso dessa sobreprodução sempre ficou tipicamente na mão de poucos [pense, por exemplo, num senhor feudal]. Sob o capitalismo, emergiu uma conexão íntima entre o desenvolvimento do sistema e a urbanização (HARVEY, p.03, 1980).

Lefebvre (2001) por sua vez movido pelos eventos ocorridos em Paris entre 1853 e 1870, de autoria do Barão Georges Haussmann, assume a proposta de analisar suas incidências sobre o espaço urbano, a princípio aponta a expulsão dos trabalhadores para os subúrbios como um movimento de natureza segregadora, pois contribuiu para alijá-los ainda mais da vida urbana.

Este autor afirma que em razão das lutas populares incitarem os trabalhadores sua contenção era uma prerrogativa fundamental na lógica da burguesia de Paris. Ora se de um lado havia a ameaça, de outro havia os interesses políticos e econômicos das classes dominantes, logo as relações estabelecidas entre os grupos e a cidade afetam-se mutuamente. Trata-se de entender que a especificidade da

Cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatice, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações etc); ela não se reduz mais à organização dessa relações imediatas e diretas, nem suas metamorfoses se reduzem às mudanças nessa relações (LEFEVBRE p.51, 2001).

Para o autor existe uma ordem próxima empreendida por grupos mais ou menos estruturados e uma ordem distante a ordem da sociedade regida por poderosas instituições, por um código

jurídico a serviço da ideologia que lhe sustenta e institui enquanto poder superior, abstrato, supra-sensível, que se materializa e se realiza na realidade prático-sensível. O que significa isto? Que a cidade é, portanto, a história da contradição entre valor de uso e valor de troca, pois estamos falando da cidade moderna, marcada pelo processo de industrialização. É um lócus privilegiado de criação e poder, portanto de centralidades, forjando relações sociais verticalizadas. É a totalidade da morfologia material (cidade) e da morfologia social (urbano). Em detrimento, da lógica estruturante da cidade o rural é a expressão de outro tempo, de outra realidade, de práticas subjetivas e de representação, condicionadas pelas imagens da natureza, do ser. Porém, longe de uma simples dicotomia, a relação entre urbano e rural está engendrada num mesmo tecido, são entrelaçadas e não se suprimem na exatidão de seus sentidos.

Em se tratando de Amazônia, em especial Belém, como dito anteriormente, estas mudanças incidiram sobremaneira na morfologia que a urbanização determinou. Existindo um Brasil urbano, com a cidade concentrando o poder, as decisões, com a efervescente propagação das forças produtivas, e um Brasil rural das atividades primárias. Em ambos não se pode descartar a prevalência de nexos essenciais, não é uma separação meramente espacial, como a classificação adotada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), pois o tecido urbano é invasivo, ele tanto atinge, quanto não está imune, sobretudo, aos efeitos das atividades produtivas de natureza complexa envolvendo, em especial, os rios.

No relato descritivo de Baena (2004) a cidade de Belém tem sua história vinculada ao aproveitamento e abordagem da água. Da segunda metade do século XVIII até o final do século XIX não seria um exagero afirmar que ela era tida como uma cidade comercial, um entreposto a serviço da comercialização de grãos, ervas aromáticas e comestíveis, óleos, castanhas, têxteis e fibras, alimentos, madeiras, couros, pescado, frutas, artefatos em geral e ainda das especiarias. O então sistema portuário apresentava a interseção entre a dinâmica da navegação dos rios e igarapés com o comércio, as trocas, as expectativas impressas nesse encontro. Desta confluência surgiam às pequenas comunidades ribeirinhas.

Para CASTRO (2004) as cidades que se formaram ditadas pelo curso dos rios na Amazônia compõem de forma única um sistema de redes sociais, culturais e econômicas, simbólicas e subjetivas, sustentadas por trocas de natureza material, com produtos agrícolas, extrativistas e comerciais, e também de natureza imaterial, lucro, projeções, sentidos, valores e pertencimento.

Podemos inferir que a cidade de Belém tem na sua fisiografia a marca da hidrografia, sendo entrecortada por pequenos rios e igarapés, o que conforma ainda hoje as divisões internas de seus bairros de terra firme e baixadas. Esta divisão suscitou processos de ocupação e segregação de áreas. Isto significa dizer que as populações indígenas, ribeirinhas ou urbanas, foram e ainda são atingidas pelos matizes de uma economia baseada na exploração dos recursos naturais. Na atualidade, a persistência do extrativismo ribeirinho indica complexidade.

O padrão capitalista imprimiu à cidade de Belém e a ilha do Combu, cujas terras são, na quase totalidade, não tituladas - uma lógica mercantil baseada no valor de troca e não de uso, assim, a segregação sócio espacial vivenciada em ambos os espaços, recai seus efeitos nocivos e ainda mais perversos nos dias atuais sobre os ribeirinhos. Principalmente, em se tratando da sua base extrativa, ou seja, seus sistemas de produção.

Portanto, não obstante, a pesquisa demonstrou que a partir do processo histórico de ocupação e povoamento da ilha do Combu foram sendo constituídas formas próprias de exploração

dos recursos naturais, trata-se de perceber como as condições do território, das práticas sociais e culturais exprimem uma imbricada relação entre metrópole urbanizada e a Ilha como expressão do rural (CARNEIRO,1998). A penetração dos reflexos, fluxos e injunções impostas pelo capitalismo expõe o ribeirinho a uma condição não somente de submissão consensual ou mesmo categoria dominada, mas traz a tona à ambivalência dos sistemas de produção, a persistência dos vínculos familiares, a dialética dos contrários, a densidade do extrativismo por eles praticado, o sentido dado ao intercâmbio das trocas na orla e na subsistência. Isto requer a compreensão para além dos determinismos de análise da urbanização, como aponta a necessidade dar maior visibilidade a esta categoria fomentando o debate político e social. (ACSELRAD,2001)

4 - CONDICIONANTES DA PRODUÇÃO

A extração de produtos florestais, como fonte de renda e emprego, não somente determina a região, como lança o enraizamento da condição de economia de subsistência de algumas populações tradicionais localizadas as margens dos rios da Amazônia, e também responsável pela ocupação no interior das florestas. Portanto,

O extrativismo vegetal na região Norte do Brasil, segundo dados do Censo Demográfico de 1980, apesar de sua tendência decrescente, envolve mais de 100 mil pessoas, representando 13,80%da população economicamente ativa do setor primário. Dentre os principais produtos extrativos que foram ou são, ainda, de importância para a economia regional, estão o cacau, a borracha (seringueira), a castanha-do-brasil e a madeira. Outros produtos extrativos, como as gomas não elásticas, fibras, sementes oleaginosas, tanantes, medicinais e tóxicos têm também destaque na economia regional. Historicamente, a Amazônia brasileira teve a sua presença garantida no cenário nacional, graças aos recursos que podiam ser extraídos de sua floresta. A seringueira, que tem origem na Amazônia, já participou como segundo produto na pauta das exportações brasileiras, por cerca de 30 anos (1887-1917) (HOMMA, p.6,1990).

Este autor reconhece a importância histórica do extrativismo, porém chama atenção no sentido para observância de seus limites quanto ao atendimento da demanda, pois a própria natureza dos recursos extrativos estabelece alguns limites. Ele também critica a atual política de investimentos para a Amazônia, pela incipiência em investidos em ciência e tecnologia, em obras de infraestrutura social e educação com o intuito de capacitar de fato os pequenos produtores rompendo com a tradição de políticas inócuas.

O extrativismo praticado pelos ribeirinhos não é somente a extração do fruto, essa extração responde a certos ritos temporais, oriundos da experiência acumulada e repassada em caráter geracional no núcleo familiar, principalmente pela oralidade nas práticas do cotidiano através de signos, símbolos, crenças e cultura. O enorme potencial em biodiversidade e cultura é justamente uma das possíveis causas do conseqüente, protagonismo da atividade extrativa entre os ribeirinhos.

A organização produtiva, o modo de vida, os sistemas de produção e, finalmente os condicionantes da produção remetem a uma unidade dialética centro urbano-tecido urbano (Monte-Mór,1994) que pode ser a expressão da urbanização extensiva de que trata Lefebvre (1999) segundo a qual a antiga cidade industrial, multa-se para recriar o "core urbano" – núcleo do poder, ultrapassa os limites da metrópole e alcança outros espaços componentes do tecido urbano. Chegamos assim à conclusão de que nessa dialética a natureza e a ocupação do território amazônico foram definindo interfaces de conexão entre o homem e seu subsistema útil Santos (1994), ou seja, formas de exploração, apropriação, sistema pré-capitalista de produção, atividades de subsistência e modos de

vida tradicional. Esta urbanização não deve ser considerada linear e unívoca, é na verdade incompleta, contraditória e impositiva. É possível aproximar esta assertiva se tomarmos como exemplo as ilhas que circundam a cidade de Belém, por conseguinte, com especial destaque para os ribeirinhos revestidos com as particularidades amazônicas e suas trocas mercantis, no estabelecimento do valor de troca, nas interações sociais e nas antecipações inerentes ao comércio portuário.

Os ribeirinhos podem ser caracterizados por um *modus vivendis*, cuja percepção da realidade cotidiana, abriga segundo Bourdieu (2009) a existência das propriedades objetivas (espaço, território, língua, crenças, religião, etc) e das propriedades subjetivas (sentimento de pertença, legitimidade, etc) que ao serem combinadas formam um sistema complexo (VIDAL, 2006) ensejado pela fisiografia da natureza.

Este modo particular não homogêneo em relação à metrópole “remonta à fase pré-histórica de ocupação da Amazônia, cuja cultura dos povos perpassou séculos, deixando um legado sociocultural para as populações contemporâneas em termos de manejo ambiental, hábitos alimentares, relação entre mundo terrestre e mundo aquático” (CASTRO, p.30, 2004). Novas problemáticas nos são colocadas, portanto, na direção de uma tentativa de entender acerca dos ribeirinhos que cobram uma tributária relação de subordinação econômica e política com a cidade de Belém.

Os elementos tradicionais por eles cultuados expressam um modo de viver instrumentado pela ocorrência valorativa do saber tradicional conservado e legitimado por seus habitantes. São ainda atravessados pela relação com a modernidade da metrópole. Estes agentes podem reconhecer a sua ação histórica e de classe, através do conceito de “habitus”, incidindo diretamente sobre as formas de produção, em especial sobre as práticas extrativas. Esta produção pode ser caracterizada pela coexistência simultânea de diversas práticas, por sistemas e subsistemas de produção, os quais serão apenas apresentados de forma introdutória.

Podemos entender sistema de produção como um conjunto de atividades interligadas, que se complementam gerando o que podemos chamar de subsistemas produtivos. Apoiada pelo uso de instrumentos simples¹ a produção extrativa está baseada na pequena propriedade familiar que respeita a capacidade de trabalho da unidade familiar, considerando o conjunto de elementos sócio-culturais e subjetividade que privilegia vínculos identitários e de pertencimento. Confirmando a presença de vestígios de relações antagônicas frente à racionalidade capitalista imposta pela metrópole. Este tipo de organização produtiva apresenta o predomínio do cultivo de várias culturas, principalmente frutas nativas. Neste sentido, o sistema de produção destes ribeirinhos é composto dos seguintes sistemas. Quadro 1 - Sistemas de Produção e sub-sistemas.

Quadro 01 – Sistemas de Produção e sub-sistemas

Sistemas de Produção	Sub-sistemas	Comercialização
Pesca Artesanal	Peixe, Camarão	Orla de Belém Feira e mercados
Extrativismo	Açaí, Frutíferas, Extração do palmito.	Orla de Belém Feira e mercados
Plantio de Subsistência	O excedente: alimento e venda	Abastecimento familiar e comércio local
Agricultura familiar	Tradicional	Orla de Belém Feira e mercados
Criação de pequenos animais (galinha, pato, porco)	Comercialização de ovos, venda de animais de pequeno porte.	Orla de Belém Feira e mercados
Turismo	Restaurantes, Passeio de Barco, Banhos nos Furos e Igarapés.	Ainda pouco organizado com divulgação fraca e dependente da propaganda informal.

Fonte: Elaboração própria

O rico potencial hídrico da região do arquipélago que forma a cidade de Belém, aliado a riqueza de nutrientes e microrganismos, garante a reprodução de várias espécies. Tal situação favorece e estimula a comercialização do pescado, fundamental para permanência dos ribeirinhos no interior da ilha.

A composição do sistema de produção pode ser caracterizada inicialmente através da pesca artesanal de camarões e peixes. Quanto à atividade de pesca, seu caráter artesanal advém do uso de saberes não científicos, instrumentos de confecção simples, otimizado com embarcações de pequeno porte, tais como canoas ou rabetas, ou ainda, barcos a motor, pode ocorrer sem embarcações, como na captura de camarões nas proximidades dos igarapés. As técnicas de pesca artesanal usadas na Amazônia, tem suas origens ainda no período Colonial, baseadas em conhecimentos usados pelos índios, tais como: a tapagem de rios, a palheta, que consistia no lançamento de flechas sobre os peixes (BAENA,2004). O trabalho do ribeirinho se processa com técnicas rudimentares por dispêndio de esforços muitas vezes em condições precárias. Constitui uma atividade econômica, organizada, principalmente, pela mão-de-obra familiar. Ou seja, é realizada de acordo com as condições estruturais do pescador. Figura 02 – Pesca com tarrafa

Figura 02: Pesca artesanal com “tarrafa”



Fonte: Batista- trabalho de campo/2010.

Como demonstrado no registro acima as tarrafas e as redes de malha são usadas no cotidiano para a pesca. Além do peixe outro produto muito apreciado para o consumo das famílias é o camarão, principal marisco, que contribui para a renda familiar, o tipo de material utilizado para a captura é o matapi. Em uma cidade atravessada pelas águas a experiência acumulada aliada a observação cotidiana permitem aos ribeirinhos identificar o exato momento para melhor capturar os camarões, respeitando a vazante ou maré seca.

De forma bastante específica e particularizada o tempo para as comunidades ribeirinhas decorre do fato de haver um tempo social para a realização da produção extrativa, resultado de significados, sentidos e valores culturais e históricos da população local, então espaço e tempo se correlacionam. O tempo subjetivado dos ribeirinhos pode até se diferenciar do tempo regido pela razão econômica da metrópole. Através do espaço, o que se produz e reproduz é um tempo social. (LEFEBVRE, 2001)

O extrativismo é praticado com base na composição familiar, em geral, um dos principais produtos é o açaí. O açaizeiro é uma das espécies frutíferas com maior incidência na ilha, certamente, representa um de seus maiores expoentes, ousamos afirmar a economia mais importante para a maioria dos ribeirinhos. O aumento no interesse e consumo de açaí em diversas

regiões, também tem provocado mudanças na extração do fruto e gerado a preocupação em aumentar a renda familiar, pois já é possível detectar sinais de sua dependência às oscilações do mercado externo e as dificuldades de armazenamento.

O período da coleta acontece em duas safras: a de inverno e a de verão. A estação menos chuvosa (safra de verão) ocorre entre agosto e dezembro. Na safra de inverno, particularmente de março a junho, o fruto diminui em relação a outras estações, e ocasiona assim um aumento dos preços de venda nos pontos estratégicos da orla da capital, nos principais portos, as rasas expostas servem para avaliação da qualidade do produto e são compradas à vista por agentes da cadeia de compra do açaí: os compradores e os atravessadores, estes revendem o produto para outros compradores. O palmito é um subproduto para a comercialização. A seguir um exemplo de agricultura familiar.

Figura 03: Secagem de semente de cacau



Fonte: Batista- trabalho de campo/2010.

Como outras expressões do sistema de produção realizada na ilha podem ser citadas a coleta de frutos e a agricultura de subsistência, sobretudo a plantação de espécies tropicais dispostas nos quintais das casas, ou em pequenas propriedades familiares, que são comercializados nos portos localizados ao longo da Estrada Nova, como o Porto da Palha, no bairro da Condor, periferia onde há intenso fluxo portuário.

A criação de animais de pequeno porte como aves (galinha, patos) e porcos ocorre tanto para garantir a subsistência, quanto o excedente também irá compor a cadeia de produtos oferecidos nas feiras e mercados.

A comunhão da oferta da biodiversidade, a paisagem e as espécies nativas tem despertado interesse cada vez maior de visitantes interessados em conhecer o patrimônio natural existente na ilha, porém, até a presente data, não foram identificados projetos institucionais, ou da iniciativa privada para organização da atividade turística de base comunitária e ou atividade correlatas.

Segundo algumas falas significativas obtidas com a pesquisa algumas mudanças estão sendo presenciadas pelas famílias, cujas causas podem estar atreladas a fragilidade ocupacional dos jovens, a qual tende a estimular ainda mais o abandono das práticas extrativas tradicionais, atingindo os arranjos e os vínculos de pertencimento presentes ao trabalho extrativista, pois saindo em busca por melhores oportunidades de emprego esses jovens, até pela pouca qualificação são cooptados pelo mercado informal em Belém. Em detrimento da permanência no trabalho com a família.

Esta fragilidade pode ser explicada se considerarmos a incidência das transformações societárias ocorridas nas últimas décadas sobre as expectativas dos moradores mais jovens em relação a novas oportunidades, a precariedade do trabalho, materializada pelo uso contínuo de instrumentos rudimentares, como também pela ausência de infraestrutura mínima necessária, como: água potável, saneamento básico, postos de saúde, escolas e opções de lazer. Condenando-os a contingências de acesso aos serviços básicos na capital, repercutindo na vida e no modo de ser, pois trabalho e vida são indissociáveis. As formas de trabalho e os sistemas de produção vêm sofrendo transformações ao longo do tempo e a área rural não está indiferente a este contexto.

Os condicionantes da produção citados tem o sentido de garantir meios de sobrevivência para os ribeirinhos e suas famílias, pois muitos espaços na região não dispõem de alternativas que possibilitem uma dinâmica econômica voltada para o amadurecimento da comercialização dos produtos tradicionais oriundos das trajetórias constituintes locais.

Á GUIA DE CONCLUSÃO

Ao examinar os sistemas de produção praticados na Ilha do Combu, partimos da ideia de que os ribeirinhos percebem a história social da Amazônia caracterizada pelas formas de produção tradicionais praticadas no cotidiano com configuração dialética, assim como constroem um desenvolvimento estruturante, que persiste em se reatualizar e cuja complexidade enseja em si a redefinição dos sistemas de produção, do seu território, de identidades, de relações e dinâmicas organizativas e sociais mediatizadas pela natureza. Pressupõe, uma importante reflexão sobre a questão urbana e ambiental, das contingências imbricadas nas formas tradicionais dessa produção, do acesso aos recursos disponíveis, sua exploração e aproveitamento. Consequentemente, o trabalho extrativista no contexto paraense evidencia que o esforço do trabalho é organizado em função da acessibilidade dos recursos, do acesso ao mercado, das relações sociais, políticas e econômicas (CASTRO, 1998). Os ribeirinhos como a pesquisa demonstrou legitimam seus processos de produção, associados ao caráter geracional, aos vínculos de pertencimento familiar e as representações que fazem de si no território. Assumem esta assertiva ao preservar seus modos de vida, diante da imposição de diferentes matizes econômicas sob as formas tradicionais de viver regidas por tempos próprios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: (org.) A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A. p. 27-55. 2001.
- ARENZ, Karl Heinz. **Filhos e Filhas do Beiradão: A formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia.** Santarém: Ed.Tiago, FIT, 2000.
- BAENA, A. L. M. (2004). Ensaio corográfico sobre a Província do Pará. Brasília, Senado Federal. (Edições do Senado Federal, 30)
- BOURIDIEU, Pierre. O poder simbólico: 1ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 11, 1998.

- CASTRO, Edna. O trabalho nas comunidades ribeirinhas da Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2004.
- CHENAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTDA, 1989.
- HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo. Ed. Loyola, 1993.
- _____. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HAESBAERT, Rogério. O Mito da desterritorialização. do fim dos territórios à multiterritorialidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2012.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica EMBRAPA-CPATU, 1990. 38p. il. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 53).
- LEFEBVRE, Henri. A Cidade do Capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental em Santos, Milton et. al. (orgs.) território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181).
- MOURA, Edila Arnaud Ferreira; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Mudanças sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de Mamirauá. Ambient. soc. [online]. 2012, vol.15, n.2, pp. 23-50. ISSN 1809-4422. Acesso em: 10/10/2015.
- VIDAL, J. PONT. A realidade social é externa ao indivíduo? Uma aproximação à pesquisa qualitativa. Belém: NAEA/UFPA, nov. 2006. (Paper do NAEA, 203)
- Relatório do projeto MEGAM – Estudo das mudanças Sócioambientais no estuário amazônico. Belém: NAEA, 2004.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil, Território e Sociedade no início do século XXI. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- _____. Por uma Economia Política da Cidade. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História Econômica da Amazônia: 1800-1920, São Paulo: Ed. Quatroz, 1980.
- SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da et al. Faces ribeirinhas da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre) vivência na diferença. In: **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**: EDUFPA, 2005.

ⁱ Instrumentos simples como a peçonha, o terçado, o paneiro, o matapi, etc..

ⁱⁱ Em geral os compradores possuem as máquinas de “bater” açaí.

UM OLHAR DENTRO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA REABILITAÇÃO URBANA NO PORTO DE BELÉM: VER-O-PESO E ESTAÇÃO DAS DOCAS

Valéria Maria Pereira Alves Picanço¹

Márcia Eloisa Lasmar Bieri²

Gabriel Moraes de Outeiro³

Simaia do Socorro Sales das Mercês⁴

RESUMO

Neste artigo, propõe-se lançar um olhar diferenciado nas alterações ocorridas nas estruturas urbanas, que trazem imbricados vários aspectos incontornáveis na dinâmica cidades contemporâneas, especificamente, as reabilitações ocorridas na orla de Belém. Com isso, pretende-se contribuir com a análise do planejamento urbano estratégico. Abordar-se-á a evolução desta temática em processos recentes em Belém com a construção do complexo da Estação das Docas e as obras de revitalização do complexo do Ver-o-Peso. Trata-se de uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e na execução de um *survey*, para ajudar a testar a hipótese e o referencial teórico. Assim, observa-se que vários fatores influenciaram as mudanças dentre eles, uma reestruturação econômica global e a compreensão espacial e temporal. As cidades tiveram alterações profundas em vários domínios fundamentais da vida urbana especificamente na base econômica, sociocultural e estrutura urbana e gestão. Constatou-se que as formas de planejamentos tiveram resultados diferentes para os projetos, negando a hipótese, ou seja, a reforma do complexo do Ver-o-Peso e o projeto de reabilitação para o Porto, conhecido como Estação das Docas, de fato não são consolidados como um projeto de planejamento estratégico para a cidade de Belém, pois não atendem às teorias expostas no referencial teórico trazido para este trabalho.

Palavras-chave: Planejamento Estratégico Urbano, Desenvolvimento, Ver-o-Peso, Estação da Docas, Belém-Pará.

INTRODUÇÃO

Neste artigo propõe-se lançar um olhar diferenciado às alterações ocorridas na estrutura urbana, que trazem imbricados aspectos da dinâmica cidades contemporâneas, neste caso especificamente, as reabilitações ocorridas na orla de Belém. As modificações que aconteceram são frequentemente conceituadas apenas como sintomas passageiros em meio a dinâmica de mudanças continua na modernidade das urbes, e não como vestígios da emergência de uma forma de vida social potencialmente nova.

¹ Arquiteta e Urbanista. Doutoranda em ciências: desenvolvimento socioambiental pela UFPA - NAEA - PPGDSTU (PA). Professora assistente do curso de Engenharia Civil - UFT (TO)

² Pedagoga. Doutoranda em ciências: desenvolvimento socioambiental pela UFPA - NAEA - PPGDSTU (PA). Assessora de planejamento da associação Suiço-Brasileira de apoio da Amazônia.

³ Bacharel em Direito, Doutorando em ciências: desenvolvimento socioambiental pela UFPA - NAEA - PPGDSTU (PA). Advogado

⁴ Arquiteta e Urbanista, (PA). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/USP (SP). Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da UFPA (PA)

Sendo assim, a partir da metade do século XX surgem reflexões sobre as mudanças que estavam ocorrendo nas grandes cidades. As metrópoles passaram por transformações de tal alcance que não podem ter mais aceites pelas velhas designações, nem estudadas no contexto das teorias urbanas consagradas. De modo geral, observa-se que vários fatores influenciaram essas mudanças dentre eles, uma reestruturação econômica global e a compreensão espacial e temporal relacionadas às melhorias significativas nos transportes e comunicação. Assim, as cidades tiveram alterações profundas em vários domínios fundamentais da vida urbana: especificamente na base econômica, na composição sociocultural, na estrutura urbana, na política e gestão, entre outros.

Neste sentido, conforme Mendes (2011) é incontestável que as últimas décadas assistiram à formação de um novo tipo de urbe. Portanto, a cidade transfigura a sua feição em algumas áreas, que acabam sendo esquecidas em detrimento de outras, pois o Poder Público acaba tendo que selecionar áreas para a sua atuação. Logo, as reabilitações urbanas podem ser encaradas como necessárias nessa ampla dinâmica socioeconômica, como materialização de políticas públicas no espaço urbano.

De todo modo, o objetivo geral é iniciar uma discussão de modo amplo, juntamente com um olhar diferenciado desses espaços a partir da dicotomia dos locais Estação das Docas e Complexo Ver-o-Peso, sem esgotar a análise do tema. A principal discussão deste artigo diz respeito à reforma do complexo do Ver-o-Peso e o projeto de reabilitação para o porto, conhecido como Estação das Docas.

A indagação feita é se de fato as intervenções em tais empreendimentos, o Ver-o-Peso e a Estação das Docas, são consolidados como um projeto de planejamento estratégico para a cidade de Belém?

Para responder a esta pergunta, foram trazidas as teorias de planejamento estratégico e reabilitação urbana dentro da abordagem de alguns autores que consolidam essa discussão.

O planejamento estratégico promete melhorar a qualidade de vida para a população local, contudo, para averiguar se houve melhora e quais foram as melhoras é necessário ouvir os trabalhadores. Por isso, se questiona também: Qual o ponto de vista dos trabalhadores que estão diariamente no local que recebeu os projetos Ver-o-Peso e Estação das Docas?

Para tentar responder ao segundo questionamento foram feitas entrevistas com os trabalhadores locais. O *survey* foi realizado, apenas com o intuito de averiguar o que foi encontrado na literatura. Foram feitas 45 entrevistas (30 no Ver-o-Peso e 15 na Estação das Docas) com pessoas que estão trabalhando a pelo menos 10 anos em cada localidade estudada. Justifica-se a seleção de cada pessoa, pois elas, exercem alguma atividade econômica na região, uma vez que são pessoas que mantêm uma relação com o local há algum tempo. A entrevistas *in loco* foi importante para conseguir informações acerca dessa situação e descobrir novos elementos, e suas relações nesse universo pesquisado.

Trata-se de pesquisa qualitativa, com fulcro em pesquisa bibliográfica e na realização de um *survey*. Sendo assim, para a construção deste presente trabalho, optou-se por um ensaio teórico e exploratório, seguindo uma metodologia hipotético-dedutiva. A elaboração de uma hipótese configurou-se numa possível perspectiva de interpretação do fenômeno em estudo e o confronto dos dados.

A hipótese, enquanto uma resposta inicial, para o questionamento feito, é que houve uma intervenção pontual em áreas antigas buscando a dinamização e o crescimento econômico. Houve

ainda, um marketing urbano atraente com o imaginário das janelas abertas para o rio baseado na concepção de *marketing city*. Acreditava-se que com a implementação da reabilitação dos três galpões do antigo Porto houvesse um atrativo turístico para os dois complexos. Ainda desta forma, haveria uma atração e o aumento do consumo da classe média para alta no local. Neste sentido, pretende perceber qual foi o papel da parceria público-privada na implantação dos projetos.

Desta forma, esse artigo está dividido em sete seções. O primeiro item trata de um olhar moderno do planejamento urbano estratégico a atuação sempre pragmática do governo através das intervenções e iniciativas de planejamento e esta relação com as instituições da sociedade civil. O segundo capítulo trata a respeito da utilização do conceito reabilitação voltada ao planejamento urbano. A terceira seção trata da caracterização da cidade de Belém e de seu Porto trazendo alguns aspectos históricos e contemporâneos. O quarto item apresenta uma breve abordagem etnográfica do processo de reconfiguração do mercado do Ver- o- Peso, o que possibilitou um olhar mais amplo sobre as dinâmicas do uso e a ocupação deste espaço público.

Em seguida, o quinto tópico apresenta uma abordagem moderna da construção da Estação das Docas baseada no conceito de *waterfront* inspirada principalmente na visão para o rio, que já fazia parte da identidade amazônica, especificamente o contato com o rio tanto para a contemplação, quanto como meio de transporte, lazer e pesca. Assim como do ponto de vista imagético da formação *das city marketing*. O sexto item trata do planejamento estratégico com a reabilitação da orla de Belém e do contraponto entre a Estação das Docas e o Ver-o-Peso. Posteriormente são apresentadas as conclusões do resultado e referências usadas no trabalho.

Espera-se com este trabalho não esgotar por completo a análise do tema, mas iniciar novas discussões sobre o tema planejamento urbano e reabilitação de prédios urbanos, principalmente em Belém-Pará.

1 PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO

Nas últimas décadas, algumas cidades brasileiras foram caracterizadas pela modificação de suas áreas urbanas, por meio de distintas ações do Poder Público voltadas para rever e/ou reverter os motivos das alterações ocorridas. Em épocas de crise ou instabilidade em que o mercado e suas forças sociais não conseguem dar conta de uma determinada situação social, a Administração é chamada a intervir ou assumir a direção de atividades que se haviam preservado no nível do mercado. O Estado ganha novas tarefas, e se impõe em outras esferas da vida econômica e social, sendo assim, necessita pensar de que forma irá trabalhar com planejamento, para tentar controlar e reorientar as alterações urbanas que acontecem na dinâmica da cidade real.

O planejamento urbano trabalha com os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano. Sob este ponto de vista, os planejadores podem antever os possíveis impactos, positivos e negativos, causados por um plano de desenvolvimento urbano.

O planejamento urbano no Brasil não tem seu início na década de 1950, como é pensado muitas vezes, mas sim, anteriormente, entretanto, não havia uma definição formal de planejamento urbano. De modo geral, Villaça (1999) divide em três períodos a história do planejamento urbano no Brasil, o primeiro tem o início, por volta de 1875, e vai até os anos de 1930. O segundo vai de 1930 até 1992, mesmo ano que se inicia o terceiro período que vai até o final do século XX.

As décadas de 1970 e 1980 marcaram a época de crise da ideia de plano ou de planejamento no Brasil. Fora do Brasil, as práticas pós-modernistas passaram a se pautar por projetos urbanos, abandonando a visão do espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais. Sendo assim, a prática era subordinada a um projeto abrangente e macroestrutural que passou a ver as intervenções nos espaços urbanos mais parciais ou pontuais, de acordo com Harvey (1992, p.69) “independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente”.

Analisando essa fase mais recente e as políticas urbanas em crescimento, Sánchez (1999, 2003) destaca o planejamento estratégico como prática recorrente do planejamento e da gestão urbana no mundo contemporâneo. Nascido nos Estados Unidos na década de 1980, disseminou-se depois para a Espanha, com o “modelo de Barcelona”, e, nos anos de 1990, para a América Latina, através das consultorias espanholas. Neste último continente, o planejamento estratégico e o marketing de cidades vêm se apresentado como estrutura recorrente em face do processo de globalização da economia, obtendo crescentes índices de adesão. As propostas básicas desse modelo estão pautadas no redesenho espacial das urbes com o intuito de romper com a falta de infraestrutura e implantar novas formas de produção.

Considera-se que esse período foi o reflexo de um novo modelo de produção. Nesta perspectiva, para Harvey (1996) e Smith (2006; 2007) foi o intervalo de tempo em que ocorreu a transição do regime de acumulação de capital fordista-keynesiano para um regime de acumulação flexível. Em certos projetos de renovação urbana, as intervenções significaram uma perspectiva de atuação que passou a atender demandas de grupos de maior poder aquisitivo, ou o poder do mercado, contribuindo, muitas vezes, para uma elitização do contexto urbano da área central. Desse processo decorreu que, sobretudo em certas cidades, áreas foram revitalizadas e passaram a ser utilizadas por grupos sociais de maior renda, com tendência à criação de conflitos e à expulsão dos usuários originais de baixa renda ou de origem étnica distinta daquela dos novos consumidores.

No Brasil, o modelo de *city marketing* ou venda da cidade tem exigido dos gestores novas estratégias, no sentido de incorporar as cidades à lógica do mercado capitalista. O *city marketing* consiste no emprego de políticas públicas, planejamento, ações, estratégias de análise, execução e controle dos processos que ocorrem na cidade, tendo como meta atender às expectativas e as necessidades do mercado e contribuir para melhorar a competitividade da localidade no seu ambiente concorrencial.

Desse modo, Arantes (2000, p.226) esclarece que o espaço público e a fisionomia das cidades têm sido reformulados com base nas estratégias vindas do mundo empresarial. Ao adquirir o caráter empresarial, Arantes, Vainer e Maricato (2000) falam que a cidade segue axiomas formulados pelo mercado, perdendo a dimensão de território de exercício da democracia local.

Nesta perspectiva, não se observa a construção de uma política das cidades visando melhorar a qualidade da gestão da administração e dos serviços públicos. Esta tendência é evidenciada nos trabalhos de Harvey (2002). Mesmo os trabalhos de Harvey não sendo voltado para o Brasil, pode-se se apropriar de suas teorias, principalmente quando se retrata o conflito entre o planejamento do governo do Estado e a gestão urbana, relacionado especialmente na intervenção do capital sobre o meio construído.

Com relação ao planejamento estratégico situacional, Souza (2002) faz referências aos trabalhos de Carlos Matus referente à construção de cenários alternativos nas “trincheiras”, que

para Matus são as novas conotações de planejamento. Dessa forma a previsão aparece como uma condicionante relacionada ao envolvimento dos diversos atores com diversos interesses no processo de planejamento urbano. Efetivamente estes atores são o Estado, as empresas e a sociedade civil. Para Marx (1985) estão imbricados nas lutas de classe, onde o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo leva a própria superação do sistema.

O desenvolvimento prático, para Villaça (1999), tem seu início em 2001 com a aprovação do Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade é a denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição brasileira de 1988. Os princípios básicos da lei 10.257 são o planejamento participativo e a propriedade. O Estatuto criou regulamentações para que a cidade pudesse buscar seu desenvolvimento urbano, sendo o principal instrumento o plano diretor. Assim, atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Planejamento Estratégico, para Harvey (2002) está baseado nos mecanismos de intervenções pensadas como forma de marketing para as cidades. E pode estar inserido na imagética para a divulgação das cidades no circuito regional, nacional e mundial. Nesta perspectiva é necessário ter a intervenção "independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente. Para Harvey (1992) e Smith (2006; 2007), tais intervenções estão relacionadas ao atendimento das demandas de grupos de maior poder aquisitivo, ou o poder do mercado, contribuindo, muitas vezes, para uma elitização do contexto urbano da área central.

Por outro lado, o pensamento de Borja e Forn (1996) trata da abordagem e o reconhecimento de uma outra forma política de planejamento adotada nas cento e vinte grandes cidades da Europa. Segundo estes autores o modelo de núcleos urbanos não são somente centros de concentração humana, mas também como principais centros de difusão de desenvolvimento, capazes de garantir, mas também de impulsionar o desenvolvimento econômico tanto de suas regiões como do conjunto da União Européia.

No Brasil, alguns centros comerciais das grandes cidades, são ou poderiam ser núcleos de desenvolvimento econômico tanto de suas regiões como para todo Brasil. No âmbito do planejamento estratégico de Belém, especificamente o Complexo Estação das Docas é de fato um modelo da lógica de superação entre a realidade antiga e a necessidade de se impor ao mundo.

Diante desta visão, tanto Souza (2002) esclarece que a lógica gerencial do espaço privado para o espaço urbano passa a ser do "imediatismo mercadofilo", onde o Estado abre mão de seu papel regulatório. Quanto Borja e Forn (1996, p.33) reafirmam a mercadotecnia da cidade onde a função básica dos governos é intermediação das negociações de parcerias públicas privadas, estando muito longe das formas tradicionais e ideológicas de promover por exemplo o turismo ou feiras, nestes espaços optar-se-á pelas feiras mais especializadas que as gerais e atrações turísticas mais culturais e lúdicas como por exemplo a alta gastronomia.

2 REABILITAÇÃO URBANA

Com o desenvolvimento da cidade de Belém, principalmente com o surgimento dos shopping centers, o núcleo antigo perdeu gradativamente seu atrativo, houve um distanciamento de alguns

segmentos sociais de ir ao centro. Neste aspecto, o discurso para a revitalização de áreas centrais está relacionado a atrair pessoas das diversas classes sociais para a utilização dos seus equipamentos urbanos para o lazer, consumo ou contemplação. Isso pode ser visto com o modelo de reabilitação urbana de espaços, especialmente a Estação das Docas, onde houve a instalação de um equipamento urbano sofisticados para atrair atores das classes mais altas de Belém.

Na atualidade as cidades têm sido pensadas cada vez mais de forma contundente no sentido da valorização do capital. Surgem novas práticas de planejamento urbano enfatizando o desenvolvimento vinculado as parcerias público-privadas, as privatizações dos espaços públicos como uma necessidade da inserção destas cidades na lógica dos mercados mundiais.

Optou-se pelo termo reabilitação urbana, pois é o conceito que mais se ajusta aos objetivos preconizados por este estudo, já que há também que se avaliar esses processos de reabilitação urbana como uma produção cultural das cidades visando lucro, retorno financeiro, como Arantes, Maricato e Vainer (2000, p.47). Os autores criticam esse processo de evolução urbana, que é impulsionada pela necessidade do mercado de grandes investimentos em equipamentos e restaurações de áreas que compõe o patrimônio cultural, feitos para atrair pessoas tornando assim a cultura como o principal negócio dessas cidades.

Assim, a reabilitação urbana desenvolve estratégias e promove um processo que tenta ser inclusivo e integrador, capaz de provocar iniciativas, projetos e atuações de forma transversal e setorial, sendo um instrumento de gestão coletiva do território com capacidade para utilizar como recursos próprios, programas urbanos muito diferenciados, de raiz mais social, econômico ou cultural.

Neste sentido, Bourdin (2005) admite que os espaços renovados se tornam atrativos e caros, pois supõem habitualmente grandes e pesados investimentos. Tais repercussões, ganham várias dimensões, tendo em vista a necessidade de que haja fluxos, tanto econômicos quanto simbólicos, capazes de dinamizá-los. Isso acontece porque não se pode atribuir um novo valor econômico ao território sem lhe atribuir um novo sentido ou uma nova imagem.

De acordo com Sánchez (1999), as novas políticas urbanas têm em comum o fato de buscarem recuperar sua legitimidade no que se refere às intervenções públicas. Bem como produzir uma imagem urbana como estratégia de internacionalização da cidade e obter efeitos internos, principalmente quanto à construção de uma ampla adesão social ao seu modelo de planejamento e gestão urbana. Consequentemente, apagando a imagem de que o planejamento urbano é apenas um discurso ideológico que não se concretiza em práticas reais.

Sendo assim, é importante destacar algumas considerações no que diz respeito a conceituação e diferenciação de reabilitação.do complexo Ver-o-Peso e o antigo cais do porto, atual Estação das Docas.

3 CARACTERIZAÇÃO DO PORTO DE BELÉM

Hoje conhecida como Belém, a cidade já foi chamada de Feliz Lusitânia, Nossa Senhora do Grão Pará e Santa Maria de Belém do Grão Pará. A cidade foi fundada em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco. Era um posto avançado de defesa, representado pelo Forte de São José, conhecido, atualmente, como Forte do Castelo. Em meados do século XVIII, a cidade tinha por volta de 30 mil habitantes, chegando ao ciclo da Borracha com 120 mil habitantes.

Belém possuía uma economia baseada na exportação de produtos locais, e esta saída de produtos, fortaleceu as atividades comerciais conjuntamente com as atividades portuária. Mas foi no século XIX que a economia regional mais se desenvolveu, pois a borracha assumiu um grande papel de mercado que permitiu o crescimento de Belém. Nesta época, a riqueza da borracha passou a marcar definitivamente a arquitetura e o urbanismo de Belém. Não somente em produtos pessoais e móveis que eram comprados diretamente da Europa, mas também, materiais de construção, como louças, azulejos, estátuas, gradis, e até mesmo construções inteiras eram importadas, valendo-se da tecnologia industrial e da produção do aço, como é o caso do Mercado de Peixe do Ver-o-Peso.

Com o declínio comercial da borracha no início do século XX, e conseqüentemente a estagnação urbana e econômica que se seguiu, as transformações passadas pela Amazônia Oriental com os grandes projetos energético-minero-metalúrgicos, e ainda recessão das duas últimas décadas ocasionaram a migração rural para a área metropolitana de Belém. Neste sentido, surge um cenário marcado pelo desemprego e a formação de bolsões de pobreza, mediante a um processo de urbanização precário, incompleto e seletivo.

No contexto atual, com relação ao planejamento urbano observamos que os aparatos da gestão pública influenciaram na alteração dos traços urbanos. Nesta abordagem, as dinâmicas socioeconômicas e culturais se deterioram, e se volta para a ideologia internacional de mercado, a proposta deste trabalho será justamente a análise do contraponto da dinâmica socioeconômica do Ver-o-Peso com a Estação das Docas. Apresenta-se, a seguir, uma breve caracterização relacionadas as essas áreas, que se localizam no antigo cais do porto de Belém.

A orla de Belém na época da fundação da cidade no século XVII, nos relatos de Arruda (2003) era formada por praias de água doce, igarapés, rios e florestas onde viviam os índios Tupinambás. E, desaguavam em alguns pontos destas praias, as águas dos igarapés como Piri, o Murtucu, o Oriboca, o Reduto, o Das Almas, o da Comédia dos Peixes bois entre outros.

Com o aumento da população de Belém, surgiu na margem direita do Igarapé do Piri, um caminho chamado Rua dos Mercadores (hoje João Alfredo), dirigindo-se ao largo dos Mercedários, onde esses missionários construíram sua igreja em 1640. Esta rua transformou-se num lugar determinante para a expansão e o surgimento do bairro da Campina. Essa concentração de mercadores e moradores fez com que o desembarque da praia do Forte se deslocasse para a margem direita do igarapé do Piri, transformando-se no principal ancoradouro de Belém do século XVII, no perímetro entre a rua dos Mercadores e a desembocadura do Piri com a baía do Guajará.

O primeiro plano para dotar Belém de um Porto de pedra foi do Major Engenheiro Gaspar João Gonçalves Gronfelts em 1771. Neste sentido, Baena (1969) esclarece que para efetivar o projeto era necessário que as despesas fossem custeadas pelo poder público. Deste modo, Baena (1969) fala, ... “obrigando os moradores a pagar um tanto para cada remo de suas canoas” ..., neste caso as velas, remos e lemes seriam recolhidos na casa de Registro. A construção deste Porto de pedra era justificável pelo volume de mercadorias que partiam para Europa carregadas com os produtos da colônia como cacau, café, cravo dentre outros produtos que movimentavam a economia no período de 1756- 1777 quando saíam mais de 100 embarcações com estes produtos. Entretanto, de acordo com Arruda (2003) não fora construído o Porto para cidade como planejara o Gaspar João Gonçalves Gronfelts.

Os investimentos em infraestrutura financiados no governo de Bernardo de Souza Franco no século XIX foram importantes principalmente pela abertura de novas vias públicas e a necessidade

da construção Cais para Belém na desembocadura do igarapé do Piri com a Igreja das Mercês. De acordo com Arruda (2003) *apud* Penteado (1973, p.62) esclarece que, o *Porto of Pará* foi iniciado em 1897 quando o Engenheiro Domingos Sérgio de Sabóia e Silva apresentou o projeto de um porto que prolongaria do Cais existente em 4.300 metros. A necessidade do Porto era impulsionada pelo crescimento do comércio e da economia principalmente no período áureo do ciclo da borracha.

Neste sentido, a participação do Governo na construção do Porto de Belém, se deu em abril de 1906 com a permissão para que o Engenheiro Persival Farquhar tivesse a garantia do governo brasileiro de uma renda líquida de 6% do capital aplicado nas obras do porto.

Diante de tudo isso, surge uma outra situação que do ponto de vista de Santos (1979) caracteriza os anos de 1900 – 1902 como intrincados para toda a economia na Amazônia devido reflexos da grande crise mundial com efeitos nos bancos brasileiros. Ocorre que no Estado do Pará e no Amazonas ocorre uma verdadeira desordem nas contas públicas. Esta crise que se instalou na Amazônia, para Santos (1979) trata-se do reflexo da frágil organização capitalista predominantemente extrativista voltada para a exportação, com deficiências nos diversos setores considerados essenciais para um mercado competitivo. Da parte deste autor um desses requisitos indispensáveis é a infraestrutura para escoar a produção, a mão de obra adequada e capital para a exploração da borracha. A necessidade destes fatores foi determinante para o colapso deste tipo de economia que prolongou-se até pelo menos 1920.

Esta dimensão da crise, de caráter econômico, se agrava, e Penteado (1973, p.93) esclarece que ocasionou a retomada da administração do *Porto of Pará* em 1940 através do Decreto Lei nº 2142, encerrando assim a exploração do porto por capital estrangeiro.

O Porto é um ponto focal da cidade de Belém que ao longo de sua história foi constituído a feira do Ver-o-Peso para a mercantilização dos produtos ao seu lado.

4 O COMPLEXO DO VER-O-PESO

A história do Ver-o-Peso está diretamente ligada à narrativa da evolução urbana da cidade de Belém do Grão-Pará. Vale ressaltar que, nas margens do Piri, se estabeleceu o ponto de chegada e saída dos barcos e navios. Em 1687, o governador Francisco Coelho de Carvalho teve a iniciativa de endereçar ao rei de Portugal uma representação, pedindo-lhe a concessão do tributo de Ver-o-Peso. Em 1688, uma Provisão-Régia criava o Ver-o-Peso.

"por ser conveniente ao serviço de V. Magte. para que se não embarquem sem despacho as drogas que saem daquella Conquista, e se concedeu aos Officiaes da Câmara da ditta Capitania o rendimento do dito Ver-o-Peso para os usos necessarios della e bem público da Cidade".

Criado com objetivos fiscais, foi a partir de então que o porto do Piri entrou para a "economia formal", passando a se chamar o "lugar de ver o peso", nome que a tradição oral há mais de 300 anos soube preservar.

Ao longo de todo o século XVIII, o Ver-o-Peso assistiu aos principais eventos e acompanhou as mudanças urbanísticas que a cidade sofria, em seu crescimento para a outra margem do igarapé do Piri. A conformação cultural do Mercado foi sendo impregnada pelas gentes que chegavam: escravos indígenas dos sertões amazônicos dos rios Negro, Japurá, Solimões e Madeira, negros de

Angola e Benguela, colonos portugueses vindos de África e da Metrópole, comerciantes de escravos e drogas do sertão, missionários, cientistas e militares.

Em 1803, no governo do Conde dos Arcos Dom Marcos de Noronha e Brito, o igarapé do Piri foi aterrado para atender aos avanços urbanísticos da Belém que crescia. Todavia, sua antiga foz foi transformada numa doca, tal como existe até hoje, mantendo-se ali as atividades do Ver-o-Peso. Mais tarde, já no final do século XIX, a margem da Baía do Guajará foi aterrada, transformando a paisagem do Ver-o-Peso: saíram os velhos trapiches de madeira, acabou-se a praia e o espaço foi ocupado pelas docas de pedra de lioz vindas como lastro dos navios europeus.

No espaço aterrado do igarapé, foram construídas a Praça do Relógio e a Avenida Portugal. Na outra margem, ainda resistem muitos sobrados do século XIX margeando o Mercado e a feira, seguindo até a Igreja e Convento das Mercês, monumento do século XVIII, de autoria do arquiteto italiano Antônio Landi. Os dois monumentos setecentistas, dos Jesuítas e Mercedários, integram os limites do que atualmente os urbanistas de Belém chamam de "Complexo do Ver-o-Peso", espaço significativo para a identidade econômica e cultural da cidade de Belém e de toda a região Norte.

Nos últimos anos foram realizadas duas grandes reformas no Mercado Ver-o-Peso. A primeira aconteceu em 1985, na administração municipal de Almir Gabriel, quando o Mercado de Ferro, com suas torres, colunas e escadas todas em ferro, forjadas em Londres e Nova York e montadas no local, foi restaurado. Também o Solar da Beira, construção em estilo neoclássico, passou por reformas e foi transformado em restaurante e espaço cultural da cidade. Em 1998, foi iniciada uma segunda grande reforma no Ver-o-Peso, sob responsabilidade da Prefeitura de Belém, na gestão de Edmilson Rodrigues, com o objetivo de intervir na feira em âmbito geral, contemplando, assim, aspectos que vão do paisagístico ao que diz respeito à qualificação dos feirantes no atendimento ao público. Essa reforma continuou até o ano de 2002, sendo realizada por etapas.

O complexo do Ver-o-Peso, portanto, constitui-se de um importante patrimônio edificado, situado no centro histórico de Belém, datado dos séculos XVII, XVIII e XIX, uma síntese da conformação arquitetônica da cidade em vários estágios e estilos: edificação militar, barroco jesuítico, arquitetura civil colonial e pós-colonial, estilo neoclássico, estilo eclético e arquitetura industrial. Mas o que faz do Ver-o-Peso um lugar muito especial não é apenas o patrimônio material expresso em sua arquitetura, mas sim, o modo de "viver" o trabalho local.

Anteriormente à segunda intervenção a feira teve um período de descaso do Poder Público, sendo assim foi necessário, a intervenção da Prefeitura de Belém para dar condições de funcionamento digno ao local. Neste sentido, em 1998 foi realizado um concurso nacional de projeto de revitalização para o Ver-o-Peso, em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB. O concurso, teve como primeiro lugar o projeto assinado pelo escritório de Flávio Ferreira Arquitetura e Urbanismo, do Rio de Janeiro.

A meta primordial do projeto de acordo com o arquiteto Flávio Ferreira, foi "conjuguar o erudito com o popular e o contemporâneo com o passado". O arquiteto ressalta que, além do restauro das edificações, o projeto sugeriu um novo mobiliário funcional. O *highlight* desse trabalho de revitalização em comparação a outros, é o fato dele ter tido a participação dos feirantes, que relataram suas realidades e necessidade do cotidiano da feira que influenciaram diretamente na resolução do projeto proposto.

O conjunto arquitetônico e paisagístico do Ver-o-Peso e áreas adjacentes são bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN, com inscrição em três dos quatro livros

criados pelo decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, a saber: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (inscrição de número 69, fls 16); Livro de Tombo Histórico (inscrição número 460, fls 77) e Livro de Tombo das Belas Artes, sob a inscrição de número 525 (fls 96).

Segundo o site do deputado Edmilson Rodrigues (2015), o Ver-o-Peso foi incluído pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na lista de bens culturais brasileiros que poderão futuramente ser avaliados pelo Comitê do Patrimônio Mundial para ser reconhecido como Patrimônio Mundial.

Devido suas características formais e de uso, como contraponto ao Ver-o-Peso, bem ao seu lado, encontra-se outro grande equipamento de importância dentro do planejamento estratégico, a Estação da Docas.

5 O COMPLEXO ESTAÇÃO DAS DOCAS

O complexo da Estação das Docas, que é um símbolo arquitetônico e turístico de Belém, foi idealizado por grupos hegemônicos da política local. O complexo foi criado a partir da restauração e revitalização de galpões da área portuária da cidade de Belém. Conforme Lima e Teixeira (2006), a Estação das Docas é considerada a primeira janela para a baía do Guajará, pois a cidade foi toda construída de "costa" para a baía do Guajará.

O complexo começou a ser elaborado em 1992 através de concurso de projetos para a reutilização de armazéns na área portuária, projeto esse cancelado. Esse projeto passou a ser obra de uma série de projeto de valorização do patrimônio histórico edificado. Lima e Teixeira (2006) apresentam que: "A intenção era alavancar a atividade turística em toda a região, tendo a antiga área portuária como ícone da retomada do crescimento econômico do estado". Desta forma seguindo o exemplo de grandes centros como Nova York e Buenos Aires (Fernandes apud Governo do Pará, 2003).

O projeto de revitalização foi retomado em 1997 com o objetivo de recuperar uma área de aproximadamente 32 mil metros quadrados e 500 metros de orla, o espaço foi arrendado ao Governo Estadual pela Companhia Docas do Pará - CDP, o convênio foi feito por um período de 25 anos. A revista Ver-o-Pará nº 25 (2003, p.48) apresenta que o custo inicial da obra foi estimado em 18 milhões de reais, diferentemente do valor final que chegou a 25 milhões onde 19 milhões foram financiados pelo governo estadual e o restante, cerca de 6 milhões de reais, foi desembolsado pelos empresários na exploração comercial, basicamente com despesas para instalações complementares ao funcionamento dos restaurantes e lojas.

Inaugurado em maio de 2000 o complexo fica localizado na Av. Boulevard Castilho França, no centro histórico da cidade. A Estação das Docas é sem dúvida um dos maiores atrativos da cidade de Belém, o projeto que teve como objetivo revitalização de três galpões de ferro construídos no início século XX, além disso, possui uma estação fluvial e uma extensa área de passeio e contemplação com vista para a baía do Guajará. De acordo com Campos e Rodrigues (2010) o projeto tinha como uma das premissas "janelas abertas" para a baía, tem como autores os arquitetos Paulo Chaves e Rosário Lima, os autores defenderam a adaptação histórica com redução nas intervenções.

Além dos três galpões de ferro, havia o antigo terminal Mosqueiro-Soure, que servia de embarque e desembarque para o transporte regional, transformou-se em um terminal hidroviário

para fins de lazer e turismo, recebendo um flutuante para atracação de barcos de passeios turísticos.

Desta forma, Trindade Jr. e Amaral (2006) esclarecem que a concepção desses projetos de renovação urbana enquadra-se perfeitamente nas ideias de *waterfront*, à semelhança de outras práticas já realizadas em outras cidades do mundo, em que as intervenções buscam normalmente a revitalização de áreas degradadas, com a incorporação de elementos naturais presentes no espaço, neste caso a baía, reafirmando a relação cidade-água. Assim, as intervenções urbanas realizadas pelo Governo do Estado fazem parte de uma nova concepção de cidade e que se associa à imagem do rio, às tradições culturais e às heranças históricas da cidade, desenhando uma nova imagem para a cidade.

Após o processo de revitalização a gestão foi entregue a uma entidade sem fins lucrativos: “Organização Social Pará 2000”, constituída com base na lei 5.690/96 e regulamentada pelo decreto 3.876/00, composta pela Secretaria Executiva de Cultura e por diversos segmentos da sociedade.

A forma de política de planejamento adotada pelo Governo do Estado do Pará, a revitalização do núcleo de fundação da cidade de Belém significou o resgate de símbolos do processo de formação da cidade, referências históricas e arquitetônicas luso-brasileiras. Na verdade, trata-se de retomar dimensões urbanísticas, paisagísticas, arquitetônicas e históricas da cidade de Belém, do período colonial, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento urbano direcionado ao social e ao turismo cultural (Pará, 2002, p.08).

6 VER-O-PESO E ESTAÇÃO DA DOCAS: OBJETOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO?

Dentro desse processo de planejamento é possível caracterizar se as estratégias de planejamento urbanos na área de Porto contribuíram para o desenvolvimento local de Belém. Para compreender a dinâmica dos dois locais, foi feito um *survey* em duas visitas, uma no dia 29 de maio de 2015 no Ver-o-Peso e outra na Estação da Docas no dia 30 de maio de 2015, para que por meio de entrevistas e conversas pudesse ser compreendido a real vivência de funcionamento da região pela visão dos trabalhadores locais.

Neste sentido, Oliveira (1996) esclarece que a pesquisa *in locu* exige algumas habilidades, principalmente o emprego do olhar, ouvir e do escrever. Simonian (2000) acrescenta o perguntar e o sentir, além das pesquisas contidas nas fontes documentais e bibliográficas onde os dados foram confrontados. As relações evidenciadas e a análise feita a partir de uma pesquisa empírica onde a narrativa dos entrevistados foi primordial para o entendimento da identidade cultural das pessoas que ali trabalham ou frequentam este espaço, mediante ao exercício etnográfico do cotidiano destas pessoas.

Deste modo, conforme proposto por Lévi-Strauss (1989), o método da *bricolagem* que se baseia na produção do conhecimento científico a partir de fragmentos da realidade, por certo contribuiu como excelente norteador teórico para este trabalho. Por outro lado, o uso do caderno de campo, como afirma Oliveira (1996), foi importante como um exercício para compreender a *bricolagem*, uma vez que foram registradas as impressões de todas as situações observadas. No complexo Ver-o-Peso, as entrevistas constituíram-se num roteiro de tópicos conforme Lakatos e Marconi (1991), menos formal que a entrevista estruturada.

Com o intuito de tentar analisar as bases para um planejamento estratégico criou-se perguntas que pudessem coletar dados para os seguintes itens: se houve intervenção pontual; se houve crescimento econômico; se teve um *waterfront*, se houve a melhoria da qualidade de vida, se alavancou o turismo, *city marketing* para atrair investidores e como foi a relação público-privado de investimentos.

Sendo assim, nas entrevistas com os feirantes foram abordados os seguintes temas: saneamento, infraestrutura, segurança, organização física e social, para apoio da prefeitura ou estado, limpeza e coleta de resíduos, e o comparativo antes e depois da implementação da Estação das Docas em 2000 e também o antes e depois da última grande reforma executada no Ver-o-Peso que se concluiu em 2002.

Baseado nas entrevistas com as feirantes ficou claro, a partir dos tópicos escolhidos que; sobre o saneamento, infraestrutura, limpeza e coleta de resíduos, não houve nenhuma reclamação nestes quesitos, somente elogios de todos os entrevistados. Foi relatado que a feira é limpa, pelo menos, três vezes ao dia e que a coleta de resíduos é feita, sistematicamente, de três a quatro vezes ao dia. Entretanto, destacou-se a ausência da coleta seletiva, segundo os feirantes por se tratar de um espaço em evidencia a nível regional. Constatou-se a existência de banheiros públicos, administrado por particulares que são relativamente higienizados. De acordo com os entrevistados há esgotamento, energia e água para todos os feirantes que precisam, e que não é cobrado nada a mais para as barracas que as utilizam, entretanto eles pagam uma taxa "simbólica" referente a utilização do espaço, e muitos feirantes devido à idade e o tempo de serviço no local já estão isentos destas taxas.

A questão da segurança, foi destacado como o maior problema enfrentado tanto por feirantes quanto pelos consumidores e frequentadores do Ver-o-Peso. Segundo os feirantes, existem códigos simbólicos voltados para a segurança entre os trabalhadores locais para que não sejam assaltados (que diretamente não nos foi relatado, mas, nos deram a entender que tais códigos existem, e são respeitados no espaço da feira). Por outro lado, o mesmo não é prometido para os usuários.

Sobre a organização física das barracas na feira, a maioria informou está satisfeita, mas colocou como ressalva que há necessidade de uma reforma para melhorar alguns pontos principalmente a limpeza e manutenção da cobertura. Foi destacado pelos entrevistados que a última lavagem completa foi feita na gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, nesta gestão ainda houveram muitas capacitações de etiqueta de vendas, aulas de línguas e outras para os feirantes.

No decorrer das entrevistas, questionou-se sobre a dinâmica da feira antes e depois da implementação da Estação da Docas em 2000. De modo geral, a resposta foi unânime a Estação das Docas não ajudou em nada a aumentar as vendas da feira! Foi relatado que "lá (a Estação da Docas) é outro mundo que não faz parte da nossa realidade".

Nesta mesma abordagem, outro feirante disse "a Estação é para pessoas com dinheiro, gente da elite, não para nós que trabalhamos muito só para pagar as contas". Outro relato foi " a Estação estando aí ou não, não muda em nada aqui na feira, pois o público que usa lá não vem comprar aqui, aqui somos todos conhecidos, até os bandidos, lá somos desconhecidos mal vindos, pois não temos grana para gastar."

Quando se questionou sobre o aumento do turismo devido o atrativo da Estação, também foi geral a resposta de que os turistas continuam indo da mesma forma, não aumentou nem diminuiu,

pois o "Ver-o-Peso sempre foi, e sempre será a identidade cultural maior de Belém" segundo um dos entrevistados.

De todo modo, na fala de muitos entrevistados ficou evidente a relação do turismo no Ver-o-Peso, os feirantes esclarecem que a Estação chega até a atrapalhar as vendas pois "o turista vem aqui, tira foto das nossas coisas, da gente, mas gasta seu dinheiro mesmo e lá na Estação por que lá é chique e aqui somos povão". Ainda, segundo os feirantes quem frequenta o Ver-o-Peso é o povo de Belém das classes mais populares, ou pessoas que são trazidas por pessoas que conhecem a feira, mas o turista estrangeiro é somente para tirar fotos do exótico.

Em contraponto a todos esses dados, no outro dia realizou-se uma vista na Estação da Docas, para vivenciar o outro lado relato pelos feirantes. Na oportunidade, foram entrevistados 15 funcionários que trabalham no local há pelo menos 10 anos. Dentre estes, pessoas dos serviços gerais, garçons, metres e cozinheiros. Os tópicos abordados foram: o turismo como ferramenta de alavancar a dinâmica econômica da feira e a relação Estação das Docas e Ver-o-Peso antes e depois da reforma do Ver-o-Peso em 2002.

Esses tópicos foram tratados com o intuito de coletar dados para averiguar se houve um planejamento estratégico a partir dos seguintes itens: se há crescimento econômico para a região; se houve um *waterfront*, se alavancou-se o turismo local, se teve um city marketing para atrair investidores e se houve investimento público-privado.

Em linhas gerais, foi um consenso no exposto, que os entrevistados acreditavam que a Estação das Docas ajudou sim a aumentar o turismo na feira, principalmente na área das ervas. Em uma das entrevistas, um dos entrevistados conseguiu resumir bem o pensamento da maioria quando expunham sobre a relação entre os dois locais. Segundo ele, a "Estação atrai muitos turistas, sim, e que estes acabam indo conhecer o Ver-o-Peso, ou mesmo os que já conhecem, acabam indo passear por lá, pois a feira é um ponto turístico mais antigo que a Estação e todos os turistas querem ir lá tirar fotos, entretanto esclarece "mas é certeza que os turistas acabam indo passear lá, fazem algumas compras de produtos locais, mas na hora de escolher o local para se alimentar correm para cá, devido ao conforto, limpeza e segurança, tudo isso é muito precário lá".

Ao ser abordado, outro entrevistado afirmou "a Estação é um lugar segregador, toda gradeada, é muito caro você vir aqui, são pouquíssimas as pessoas que vem somente para trazer o filho para andar de bicicleta por exemplo, sem ter gasto altos". E acrescentou, "o estacionamento é caro, a maioria dos clientes vem procurando um bom local para se alimentar, nem que seja um simples sorvete, essa visão para a Baía ficou só para quem pode e não para quem quer".

De forma geral, o que se propôs foi uma análise socioambiental e cultural ocasionados na feira do Ver-o-Peso a partir da construção da Estação da Docas. Não somente visibilizar, a presença desta fronteira física definida pelas grades da Estação das Docas, delimitando o território do Ver-o-Peso, mas destacar o quanto é essencial o estudo da implicação deste impacto dentro da área do complexo Ver-o-Peso. Lançar neste sentido, um olhar atento nas consequências reais relacionadas a indagação que foi proposta: Se de fato as intervenções em tais empreendimentos, o Ver-o-Peso e a Estação das Docas, são consolidados como um projeto de planejamento estratégico para a cidade de Belém?

De modo geral, a feira do Ver-o-Peso tentou-se discutir a dinâmica social e a delimitação de fronteira. O Ver-o-Peso do ponto de vista da identidade amazônica é o lugar onde as pessoas "desconhecidas" se conhecem e se relacionam de forma bastante peculiar. Nesta perspectiva, Park

(1967, p. 29) esclarece que a cidade é algo mais que um amontoado de homens, ruas e edifícios, antes a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes, tradições e sentimentos.

De fato, descrever as transformações que ocorreram no Ver-o-Peso a partir da delimitação da fronteira gradeada da Estação das Docas é mostrar toda a diversidade do uso do espaço, e confirmar que há distinções evidentes das classes sociais que frequentam a Estação das Docas e a Feira do Ver-o-Peso.

CONCLUSÃO DO RESULTADO

Voltando para o questionamento que moveu este trabalho: Se de fato as intervenções em tais empreendimentos, o Ver-o-Peso e a Estação das Docas, são consolidados como um projeto de planejamento estratégico para a cidade de Belém?

Tinha-se como hipótese que sim, pois houve intervenção pontual, em áreas obsoletas, buscando a dinamização e o crescimento econômico para a antiga área do Porto. Que havia tido um marketing urbano atraente com o imaginário das janelas abertas para o rio (*waterfront*). Com a implementação da reabilitação dos três galpões do antigo porto haveria um atrativo turístico para os dois complexos. Ainda se esperava uma atração e o aumento do consumo da classe média para alta local. Que havia tido parceria público-privado na implantação dos projetos.

Percebe-se que primeiro, houve uma intervenção pontual em ambos os casos, porém não a tentativa de trazer mais vida nos dois projetos, pois o que foi visto não houve um acréscimo de clientes no Ver-o-Peso. De todo modo, a dinamização e o crescimento econômico para as áreas não ocorreu de forma satisfatória para os dois espaços.

De forma geral, dentro do que foi exposto, entende-se que na Estação das Docas este processo ocorreu, porém na feira do Ver-o-Peso não. Evidenciou-se que não houve um aumento considerável das vendas, a reforma não impulsionou a dinâmica e o crescimento econômico da feira.

A perspectiva do marketing urbano atraente com o imaginário das janelas abertas para o rio, também não ocorreu nos dois casos. Na Estação da Docas isso é bem claro, pois as pessoas vão ao local e contemplam a paisagem da baía e suas margens. Porém no Ver-o-Peso, percebeu-se que isso não acontece, que os indivíduos estão de "costa" para a baía, que entram e saem da feira e não se dão conta que há um espaço natural a ser contemplado. Na tentativa de entendimento desta situação supõe-se que é devido a localização de algumas "barracas" e ainda por questões da falta de segurança, pois a área com vista para a baía é o espaço que mais tem assalto, devido ao pouco tráfego de pessoas.

As visões contemporâneas de planejamento e a concepção do desenvolvimento baseada no *city marketing* com a reabilitação dos três galpões do porto e a reforma na própria feira deveriam impulsionariam outros segmentos sociais. Contudo, este processo não aconteceu. Ao confrontar estas duas situações, observou-se ainda que devido aos altos custos de ambos os projetos, o custeio poderia ter sido fomentadas através de parceria público-privado na implantação de ambos. Entretanto, a implantação dos projetos ambos tiveram seu custeio feito diferentemente, o Ver-o-Peso teve as despesas de reabilitação custeadas com verba pública municipal, em contraponto a Estação da Docas teve uma parceria público-privado.

Conforme todo o exposto a hipótese não foi confirmada, ou seja, a reforma do complexo do Ver-o-Peso e o projeto de reabilitação para o Porto, conhecido como Estação das Docas, de fato não são consolidados como um projeto de planejamento estratégico para a cidade de Belém, pois não atendem, em sua totalidade, as teorias expostas no referencial teórico trazido para este trabalho como planejamento estratégico.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: _____. VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARANTES, Otilia. O Lugar da arquitetura depois dos modernos. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2000. In: _____. VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, E. S.. *Porto de Belém do Pará: origens, concessão e contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BAENA, A. L. M. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, 1969, 385 p. Col. Amazônica José Veríssimo.

BORJA, J.; FORN, M.de. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. *Espaço e Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, NER, Ano XVI, n. 39, 1996.

BOURDIN, A. La métropole des individus. La Tour d' Aigues: Éditions de l'Aube, 2005. (Collection monde en cours). Apud TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; AMARAL, Márcio D.B. Reabilitação urbana a área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.111, p.73-103, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/62>. Acesso em: 01/06/2015.

BRASIL. *Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição.

CAMPOS, B. F., RODRIGUES, Í. M. *Revitalização de Centros Urbanos e Sustentabilidade : Os Exemplos da Estação das Docas e da Cidade de Barcelona*. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir-narrar. Universidade Federal do Piauí-Teresina, 2010

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1996

IPHAN. *Tombamento: Ver-o-Peso: conjunto arquitetônico e paisagístico (Belém, PA)*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1484. Acesso em: 01/06/2015.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989

LIMA, J.; TEIXEIRA, L. *Janelas para o rio: Projeto de intervenção na orla urbana de Belém*, Barueri: Manole, 2006

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

- MARX, K. *O Capital*. (Livro I, vol. 2, 10ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- MENDES, L. Revitalização Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social ed. espaço fragmentado. *Cadernos Metrópole/Observatório das Metrópoles* - n.26 Volume 13 - pp. 473-495. São Paulo: EDUC, jul/dez 2011
- OLIVEIRA, R. C de. O trabalho da Antropologia: olhar, ouvir e escrever. *Revista São Paulo*, São Paulo, v.39, n. 1, p.13-37, 1996.
- PARK, R. E. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. Trad. Sergio M. Santeiro. In VELHO, Otávio G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- PENTEADO, A. R. *Belém do Pará: Estudo da geografia urbana*. Belém: UFPA. 1968, volumes 1 e 2.
- _____. *O sistema portuário de Belém*. Belém: UFPA, 1873 (Coleção Amazônica, série José Veríssimo).
- REVISTA VER-O-PARÁ, 2003, nº 25.
- SANCHEZ, F. *Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes*. Porto Alegre: ANPUR, 1999.
- _____. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.
- SANTOS, R.A.O. *História econômica da Amazônia: 1800- 1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- SIMONIAN, L.T.L. Políticas públicas: desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas da Amazônia brasileira. In: COELHO, M.C.N.; SIMONIAN, L.T.L; FENZL, N. (org) *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP. P.2000. 9-53.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à 'regeneração' urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo, AnnaBlume, 2006.
- _____. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 21, 2007
- SOUZA, M. J. L. *Mudar a cidade: uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C.; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana a área central de belém-pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.111, p.73-103, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/62>. Acesso em: 01/06/2015.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP;FUPAM, 1999

NO MUNICÍPIO DE BELEM (1997 a 2004)

Liliane Ferreira do Rosário Rosário¹

RESUMO

Este artigo reconstitui a experiência de participação popular ocorrida em Belém do Pará, durante os anos 1997-2004, através de mecanismos de gestão pública, a saber, o Orçamento Participativo (1997-2004), dedicado prioritariamente à discussão do orçamento municipal. Argumenta-se aqui que essa experiência de gestão pública belenense apresenta singularidades em relação à história recente das experiências participativas brasileiras, tanto no que diz respeito à proposta política que a embasou quanto ao desenho e ao mecanismo político que ela introduziu na cidade. Procurara-se demonstrar como, as formas de organização de grupos e povos que durante a constituição de Belém (e do Brasil) estiveram à margem de seu processo de decisão política podem exercer a participação democrática no âmbito da gestão da coisa pública. Esta análise se dá a partir da revisão bibliográfica da experiência do Orçamento Participativo no Município em questão, a revisão bibliográfica desse instrumento, nos mostra a sua importância e seu grau de eficiência como instrumento fomentador da Política Urbana e, especialmente, a maneira como a contribuição popular e seu papel político são lidos na formação social brasileira.

PALAVRAS CHAVE: Gestão democrática; Orçamento participativo; Participação popular.

INTRODUÇÃO

Experiências de gestão participativa iniciam-se na última década da ditadura política no Brasil, com a adição de novas práticas no interior de prefeituras municipais e ações de setores organizados da sociedade civil, buscando superar obstáculos e avançar na relação do estado com a sociedade. Celso Daniel (1994, p. 23) afirma que “ desde a segunda metade da década de 1970 já se podia observar experiências inovadoras trazendo propostas de participação popular em administrações municipais. É importante ressaltar que a questão da eficiência das ações governamentais, que envolve a participação da sociedade no processo decisório local, aos poucos deixa de ser vista como problemática política passando a uma problemática técnica administrativa.

Nesse cenário ganham ênfase as propostas de uma nova administração, planejamento estratégico, avaliação das ações governamentais e o desenvolvimento local.

Neste cenário, na busca da eficiência das ações governamentais, intensificam-se a municipalização e descentralização das políticas públicas. No Brasil, tais processos estruturam-se desde o início da década de 90, com a criação das leis orgânicas municipais, resultado da autonomia auto organizatória dos Municípios, e também com um conjunto de leis e políticas federais e estaduais de incentivo e de transferência de competências para o âmbito municipal.

Neste entendimento o Estatuto da Cidade admite o plano diretor e a gestão orçamentária participativa, como instrumentos da política urbana. A gestão orçamentária participativa consiste na realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do Plano Plurianual, da Lei

¹ Discente de Pós-graduação no Programa de pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó úmido-PPGDSTU/ Naea-UFPA

de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal (Art. 44 do Estatuto da Cidade) devendo o PPA, a LDO e a LOA incorporar as diretrizes e as prioridades contidas no plano diretor (art. 40, §1º do EC), portanto, as Lei Orçamentárias municipais (PPA, LDO e LOA) que preveem as receitas e as despesas a serem executadas pelo poder público municipal deverão estar integradas, obrigatoriamente, ao instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, que é o plano diretor.

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise teórica da participação política da sociedade civil ou popular no período de 1997 a 2004, especificamente no que tange à participação do cidadão nas ações e decisões governamentais em nome da coletividade referente a Lei orçamentaria municipal tendo como base um estudo de caso da experiência da cidade de Belém/Pará, e verificar se a mesma alcançou objetivo de ser um instrumento eficaz da Política Urbana neste Município.

Diante do exposto parte-se da hipótese de que a participação cidadã nos governos locais, envolve a institucionalização de mecanismos que combinam os princípios da democracia representativa com a democracia direta, mecanismos Jurídico-administrativos que possibilitam a gestão democrática no âmbito municipal na busca de maior eficiência, transparência e responsabilidade pública dos governos locais.

1 PARTICIPAÇÃO POPULAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESFERA MUNICIPAL

A participação popular expressa no conceito de gestão democrática da cidade não é só um instrumento que condiciona o gestor municipal a fazer dela, uma forma de garantir a validade jurídica das leis orçamentárias, aplica-se também na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (art. 2º, II do EC).

A Gestão democrática da cidade como instrumento da política urbana é um instrumento eficaz de formação política da sociedade, de criação de consciências cidadãs para a construção de cidades, mais justas, democráticas e sustentáveis. A participação popular preconizada pelo Estatuto da Cidade deixa de ser vista como uma forma de governar típica deste ou daquele governo, mas sim, como uma política inerente à gestão das cidades.

Gestão não necessariamente implica em democracia, Dahl (2009) conceitua democracia como tudo o que se delibera, se discute e depois se toma a racionalidade aparentemente limitada do espaço é, na verdade, coagida pelo exercício de uma mentalidade política muito desenvolvida, capaz de dissimular as estratégias de classes (SOUZA, 2006, p.15).

A decisão política em grupo assegura o direito a todos de participar das tomadas de decisão de todos os grupos sociais e proporciona oportunidades para participação efetiva, igualdade de voto, aquisição de entendimento esclarecido, controle definitivo do planejamento.

Para que ocorra um processo com esta característica é necessários grupos de participantes que representem todas as pessoas que sejam de diferentes classes social local, compondo um determinado grupo, os quais mobilizam toda a sociedade dentro de uma área geográfica definida como município, microrregião, conjunto de bairros de uma metrópole (ZAPATA, 2007).

Esses grupos de participantes proferidos por Rua (2009) são os atores que possuem preferências, ou seja, buscam alternativas para solução de problemas que mais beneficie um determinado grupo de atores. Os benefícios que tornam os meios democráticos desejáveis e viáveis é que a democracia garante aos cidadãos uma série de direitos fundamentais que os sistemas não

democráticos não proporcionam e nem podem proporcionar, podendo a gestão ser mais próspera (DAHL, 2009).

Os planejadores democráticos alegam que a participação garante o controle das autoridades por parte do povo e que quando a população participa da fiscalização dos serviços públicos, estes tendem a melhorar em qualidade e oportunidade. A participação popular e a descentralização das decisões mostram-se como caminhos mais adequados para a solução dos problemas mais graves dos países em desenvolvimento (BORDENAVE, 1994).

Daí a importância da inserção de uma gestão democrática no município, que implica na participação efetiva da sociedade, criando um pacto entre o poder público municipal e os demais atores sociais que interferem na produção, no uso e na ocupação do espaço urbano. Então, a forma de planejar, conduzir, operar e produzir a cidade estaria submetida à participação popular, sendo prioritário um planejamento que assegure uma maior justiça social e uma melhoria na qualidade devida da população (SOUZA, 2006).

Nesta concepção de gestão, o planejamento não é visto como sendo neutro, mas sim como um instrumento que pode ser apropriado de formas diversas, tanto por gestões centralizadas e tecnocráticas, quanto por gestões democráticas e participativas. Neste sentido, a gestão democrática dele se apropria como uma forma de tornar possível sua concepção de sociedade e de cidade, uma concepção pautada na utilização de técnicas modernas de planejamento (“planejamento estratégico situacional”) e na politização das decisões através da participação da comunidade na gestão (DANIEL 1997, p. 303-304).

Borja (1997, p.98) cita que o “processo participativo é prioritário no que diz respeito a definição de conteúdo, posto que desse processo dependerá a viabilidade dos objetivos e atuações que se proponham”.

Ressalte-se que a participação da sociedade civil nas políticas públicas é pressuposto para que a reforma se operacionalize devidamente, para que passemos efetivamente a um modelo de administração gerencial, voltado para a eficiência, transparência e responsabilidade do Estado, construindo assim uma nova administração voltada para o cidadão (BORJA, 1997).

Para que isso ocorra, essa participação tem necessariamente que se verificar no plano fático, e se essa efetividade não se der como produto de reivindicações populares, deverá ser, então, ao menos promovida pelos governos, especialmente os municipais, mais suscetíveis às demandas da sociedade.

No entanto conforme ressalta Villaça (1999) as camadas populares não têm demonstrado grande interesse em participar dos debates em torno dos planos diretores, ainda segundo este autor os destinos do planejamento no Brasil estariam ligados avanços na consciência de classe e na organização do poder político das classes populares o que de acordo com o mesmo é um processo demorado.

Maricato (2011, 68) cita que e na esfera local que “estão dadas as condições históricas favoráveis para uma ação transformadora”. Porém esta possibilidade ainda segundo a mesma depende da construção de uma rede de solidariedade entre os entes da federação que na esfera municipal remeteria a noção de rede de cidades com objetivo de dar continuidade a construção da federação e da nação.

2 A IMPORTANCIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA

Para construção do plano diretor, a administração pública municipal necessita, de acordo com estatuto da cidade da promoção do debate, através de audiências públicas na forma descentralizada, com vistas a agregar o maior número possível de representação e participação social no processo.

Embora a gestão participativa esteja prevista no Estatuto da Cidade, disciplinada em seu Capítulo IV, muitas cidades brasileiras elaboraram e aprovaram os seus planos diretores, nas câmaras Municipais, sem a participação legítima de grupos menos favorecidos na política pública local.

Esta afirmativa, segundo Rodrigues(2011) requer uma análise crítica em três perspectivas: desconhecimento de participação, referindo - se à ignorância total destas discussões, algumas vezes devido a não divulgação do processo; participação acomodada, quando o cidadão é chamado a compartilhar, a se comprometer pela gestão democrática, porém não entende o que está de fato ocorrendo, servindo apenas para legitimar os interesses de grupos dominantes ;e, finalmente, a participação ativa, caracterizada por um movimento vivo das forças sociais, no qual todos os segmentos estão atentos para fazer valer os seus interesses sociais.

No Brasil, para que realmente ocorresse a concretização de uma gestão democrática participativa, foi necessária uma proposta de inovação nas políticas públicas, que apresentou um esforço de extrema importância, onde se obteve parâmetros para um desenvolvimento de modelos que aprimorassem a gestão pública local, partindo do interesse por uma nova forma de governar, de maneira que interligasse as demandas populares com os órgãos municipais, denominado “Orçamento Participativo” (OP), considerada uma das inovações mais eficiente surgidas no poder local (PIRES, 2001).

Rua (2009) explicita que a implementação de uma política pública compreende diversas decisões para execução de uma decisão básica, previamente definida em um conjunto de instrumentos legais. Entende-se então que o OP é dado pelo conjunto de decisões e ações realizadas por grupos ou indivíduos, de natureza pública ou privada para fazer uma política sair do papel e funcionar efetivamente.

Com uma tendência cultural de resistência à implementação de um modelo de gestão administrativa participativa, muitos gestores públicos municipais enfrentam dificuldades na gestão dos seus territórios, que necessariamente deve ser orientada na busca de soluções articuladas e de integração regional, como estratégia de desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentado.

A perspectiva da gestão participativa é propiciar que ocorra um processo catalizador de propostas, promovendo - se um amplo debate sobre a cidade, capaz de garantir a mais ampla participação da população na elaboração, fiscalização e avaliação da política urbana.

Ribeiro (1994) mostra que o termo gestão vem sendo preferido ao termo planejamento, dentro das políticas públicas, revelando uma predisposição diretamente vinculada à atual percepção das noções de estratégias. Neste contexto, a gestão democrática passa a ser o grande objetivo das administrações municipais.

O direito à cidade é visto por Souza (2006) como um direito inalienável à vida, em que formulações supostamente democráticas muito difundidas como o “interesse geral” ou “bem-estar

de todos” são, na verdade, sínteses criadas pela racionalidade abstrata. Logo, ao se orientar o desenvolvimento urbano na direção de uma sociedade mais humana e justa, torna-se necessária uma gestão que administre o espaço urbano, de modo que suas ações sejam executadas de acordo com o interesse e indigências de todas as classes sociais.

Souza (2006) indica que planejamento e gestão não são termos intercambiáveis ou rivais, primeiro por adotarem referências temporais diferentes e, ainda, porque cada um tem atividades bem delineadas e diferenciadas entre si. Planejar é um ato que se refere exclusivamente ao futuro, ainda segundo o mesmo autor é uma maneira que o homem tem de tentar antecipar o desdobramento de um acontecimento ou de um processo e, a partir disso, procura se precaver contra possíveis barreiras e dificuldades ou, inversamente, aproveitar melhor os prováveis ganhos.

Gestão, por sua vez, é uma atividade que remete ao presente, que significa administrar uma situação dentro de uma conjuntura imediata, com os recursos disponíveis também imediatos (SOUZA, 2006). Neste sentido, o ato de gerir se traduz na condução diária de atividades que, na maioria das vezes, foram planejadas previamente. Logo, Souza (2006) conceitua que gestão não é o contrário de planejamento e, nem tão pouco, remete a um contexto mais democrático. Depreende-se que planejamento e gestão estão entrelaçados, de forma que o primeiro é necessário ao segundo e os dois devem, necessariamente, ser compreendidos como uma totalidade, já que um pressupõe o outro.

Souza (2011) cita que a finalidade última do planejamento e da gestão é a superação de problemas, para que haja uma melhoria da qualidade de vida e de injustiça social. O planejamento e gestão nada mais são que estratégias de desenvolvimento urbano, alimentadas por pesquisa social básica, tanto teórica, quanto empírica, seus principais objetivos derivam principalmente: a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social.

3 A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA ORÇAMENTARIA NO MUNICÍPIO DE BELÉM/PARÁ

Belém é um município brasileiro, capital do estado do Pará. É considerada a maior cidade na linha do Equador, a segunda cidade mais populosa da região Norte e a maior Região Metropolitana do Norte, é conhecida como "Metrópole da Amazônia". A cidade possui o maior IDH entre as capitais nortistas e concentra a maior população metropolitana da região. A capital paraense, excluindo-se da população metropolitana, conta com cerca de 1.424.124 habitantes (IBGE,2015).

Belém tem-se caracterizado como espaço privilegiado de concentração econômica e populacional e, por conseguinte, enfrentando as consequências previsíveis no âmbito do espaço urbano construído e da qualidade de vida de sua população (RODRIGUES, 2000).

Os governos que passaram por Belém – PA, na sua grande maioria, sempre foram muito indiferentes aos problemas do cidadão comum. Durante muito tempo, os políticos que faziam parte dos círculos tradicionais da política local se mantiveram no poder, com consequente exclusão popular, como na maioria das cidades brasileiras, nunca houve democracia de fato.

A primeira tentativa de participação popular na discussão da cidade de Belém (PA) ocorreu a partir da elaboração do Plano Diretor, em 1991, desencadeando uma forte mobilização popular que reivindicava participação na elaboração do processo, a fim de garantir a inclusão de suas propostas no mesmo. Contudo, o anteprojeto do PD, foi repassado diretamente aos parlamentares, deixando a população a margem do processo. Este fato deu origem, em fevereiro de 1992, a criação do

Fórum Metropolitano da Reforma Urbana –FMRU – que tinha como objetivos imediatos: “Lutar pela aprovação do anteprojeto de lei do Plano Diretor de Belém, nos aspectos que favorecem a população sobre a cidade; lutar pelo acesso às informações contidas nos projetos de macro e micro drenagem do poder público, conforme o que determina as Constituições – Federal e estadual – e a Lei Orgânica do Município; lutar pela gestão democrática do espaço urbano; propor alternativas ao processo de ocupação urbana, que atenda aos interesses da população; lutar por uma ampla e real participação popular em todos os projetos e ações atinentes à reestruturação urbana” (FMRU apud SOUZA, 1997, p. 1837).

Em Belém, a divisão regional para fins do OP teve como ponto de partida o Plano Diretor, de 1993, que dividiu a cidade em oito distritos. Essa divisão foi feita a partir de critérios técnicos, não levando em consideração a organização política e comunitária dos bairros. Para a realização do OP, fizeram-se ajustes na divisão distrital, de acordo com a tradição associativa da comunidade. Cada distrito foi subdividido em microrregiões, compostas por um ou mais bairros. Ao todo, são 28 microrregiões. A estrutura do OP de Belém funcionou, a partir da divisão distrital e das subdivisões em microrregiões (RODRIGUES et al.,2001).

Mazmaniam e Sabatier apud Rua (2009) classifica a implementação do Orçamento Participativo, dentre as categorias dos objetivos legais de uma política pública, como forma de tratar do problema, pois consiste no grau de facilidade para se lidar com um problema, devido às questões técnicas ou outras – diversidades do serviço prescrito –, e tamanho do público alvo.

MARTINS (2000) esclarece que em Belém, o orçamento participativo teve o seguinte percurso: iniciou-se com a realização de assembleias temáticas (saúde para todos, dar um futuro às crianças e infraestrutura/desenvolvimento econômico), assembleias distritais e assembleias da juventude.

A participação universal de todos os cidadãos, inclusive dos jovens com menos de 16 anos (Belém inovou o processo do OP com a criação da assembleia da juventude), nas assembleias foi estimulada e qualificada por reuniões prévias à Assembleia Municipal onde, os delegados municipais, os conselhos, sindicatos, associações, entidades de classe, imprensa local, igrejas e ONG's debateram com os agentes locais do governo as suas necessidades diante de um levantamento de dados e informações daquela comunidade ou distrito(RODRIGUES et al., 2001).

A implantação do Orçamento Participativo foi o primeiro passo para que a cidade pudesse responder à quantidade de carências acumuladas. Representava uma forma de democratizar o governo e ao mesmo tempo uma forma de planejamento (RODRIGUES et al.,2001). Mas abrangia apenas aqueles aspectos sobre o qual a municipalidade atuava. Na perspectiva de ir além e de propor à sociedade um projeto mais amplo do que o mero dia-a-dia que é tradicionalmente dado às prefeituras equacionar, o governo lançou-se a articular outras instancias que interferem no desenvolvimento urbano, desde outras esferas do governo, à iniciativa privada local, organizações sociais e, até mesmo, os meios internacionais de formação de opinião (MARTINS ,2000).

Na segunda gestão Edimilson Rodrigues (2001-2004) a experiência do Orçamento Participativo é ampliada e chega-se a uma nova proposta de gestão e planejamento participativo que se configura através do Congresso da Cidade por ser a experiência de participação democrática mais consolidada e por ter no seu funcionamento a virtude de trazer para a vida política milhares de cidadãos não alcançados pelas formas tradicionais de organização social.

Martins (2000) cita que a perspectiva desse processo foi contribuir para devolver à cidade de Belém o lugar de centralidade política, cultural e econômica que sempre ocupou no contexto regional, afirmando-a enquanto espaço e síntese de aspectos culturais específicos na Amazônia.

Este processo é apresentado como uma forma de governar com participação popular e controle social; em um processo de mobilização permanente, onde a vida da cidade passa a ser decidida pelo povo, "...o que envolveria o conjunto de fóruns de participação que são: Orçamento participativo e suas Plenárias Populares, Audiências Públicas, Conferências Municipais, Conselhos de Gestores e Conselhos Setoriais, Comitês de Fiscalização e Comitês Ambientais, Comissões de Cogestão" (MARTINS, 2000, p.59).

As experiências de participação popular, da primeira gestão Edimilson Rodrigues, foram organizadas, basicamente, em três vertentes: i) O Orçamento Participativo, que teve a capacidade de trazer para política moradores da periferia que nunca tinham decidido os destinos da utilização dos recursos.

Públicos. Experimentou formas de participação direta dos cidadãos, exercitando um controle direto sobre os delegados eleitos. Inovou a experiência da esquerda ao criar as plenárias temáticas, a eleição direta para conselheiros, o OP da juventude e a COFIS. A tentativa de elevar o horizonte do cidadão para além de sua rua, de suas necessidades prementes, buscando debater a dívida social, mas também um sonho de cidade, introduzindo o debate de obras estruturais se inscreve entre as virtudes desta vertente de participação; ii) O debate sobre políticas públicas realizado por inúmeras conferências e fóruns, os quais conseguiram reunir principalmente a chamada sociedade civil, ou seja, o conjunto de organizações sindicais, populares ou acadêmicas. Esta vertente se materializou num conjunto de resoluções políticas e na constituição de conselhos e outros espaços setoriais e/ou temático; iii) As experiências de controle social e de cogestão constituem a terceira vertente de participação. Podemos citar a criação das Comissões de Fiscalização e Controle Social (COFIS) vinculadas ao OP, mas também a revitalização dos Conselhos escolares, os Conselhos Gestores nas Unidades de Saúde, os Comitês Ambientais, dentre outras formas de controle da prestação do serviço público; inscrevam-se ainda iniciativas como condomínio participativo, associações e as obras de parcerias como estratégias de relação direta de parcelas da cidade com o governo (RODRIGUES et al.,2001)

Contudo, estas três vertentes não se desenvolveram com a necessária relação entre si e caminharam por vezes separado, também, não se travou um debate mais profundo sobre as políticas públicas e o desenvolvimento da cidade de forma integral. Ao mesmo tempo as conferências deliberavam sobre políticas sem debater o Orçamento, embora apontassem diretrizes e por vezes ações com implicações diretas sobre o orçamento municipal (RODRIGUES et al.,2001).

A proposta do Congresso da Cidade, ideia já lançada publicamente no final de 1998, se consolidou como proposta de fusão das três vertentes apresentadas acima, tendo como principal sustentáculo o Orçamento participativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Orçamento Participativo em Belém – PA, implantado na primeira gestão Edimilson Rodrigues (1997-2000), mostrou que é possível termos um governo popular que seja fruto da participação, do poder de decisão e da vontade popular. A participação popular foi

ampliada através do Congresso da Cidade, lançado publicamente no ano de 1998, que visava superar os limites do OP no que se refere ao debate apenas do orçamento municipal, alargando os horizontes dos debates para uma discussão de um plano de desenvolvimento para a cidade.

A criação de mecanismos de participação direta como o Orçamento Participativo, os Congressos da Cidade, entre outros, têm contribuído para corrigir as mazelas políticas e as injustiças sociais que permeiam a história da formação social e política no Brasil, além de alargar os horizontes de democratização no país, fortalecendo, assim, os laços de cidadania entre as pessoas.

Como percebe Fedozzi (1996), é importante no Orçamento Participativo o fato de que o sujeito por excelência da participação é o indivíduo enquanto cidadão. Ou seja, a interação Governo/sociedade se dá através de instâncias que têm na participação dos indivíduos os interlocutores privilegiados. A dinâmica da participação individual segundo o mesmo, não parece significar um incentivo ao isolamento do indivíduo em si mesmo, guardando uma semelhança com a noção liberal extremada da cidadania o que conforme Fedozzi o resultado e oposto, essa dinâmica, alicerçada na participação individual, parece estar fortalecendo as Associações de moradores, uma vez que a legitimidade das demandas e da representação comunitária é mediada por sua vinculação social e política com as instâncias coletivas de base – as Associações de Moradores e outras entidades -, e/ou com as instâncias coletivas intermediárias – os chamados Conselhos Populares e as articulações Regionais.

Neste sentido pode-se dizer no período analisado foi detectado vários instrumentos previstos na constituição de 1988 capítulo IV DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE que cita em seu art. 43 os instrumentos que “garantiriam” a gestão democrática da cidade, dentre os quais: Colegiados de Política urbana nos três níveis de governo (no caso em tese Municipal); Debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano, também nos três níveis de governo; iniciativas populares de planos, programas, leis e projetos de desenvolvimento urbano, todos esses fizeram parte do instituto analisado no período de sua vigência a saber 1997 a 2004.

Aceita-se portanto a hipótese de trabalho de que a participação cidadã nos governos locais, envolve a institucionalização de mecanismos que combinam os princípios da democracia representativa com a democracia direta, mecanismos jurídico-administrativos que possibilitam a gestão democrática no âmbito municipal na busca de maior eficiência, transparência e responsabilidade pública dos governos locais, tal fato faz do Orçamento Participativo uma importante ferramenta para alcançar a gestão democrática da cidade.

REFERENCIAS

ARANTES, Otilia. MARICATO, Ermínia. VAINER, Carlos. A Cidade do pensamento único: desmanchando consenso/ cap. As ideias foram do lugar e o lugar fora das ideias. Editora Vozes, 3ª edição. Petrópolis, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001: Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade) e das outras providências.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é participação. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros passos; 95).

BORJA, J. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino americano. In: FISCHER, T.(Org.).2ª ed. Gestão Contemporânea: estratégias e poder local. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas,1997,79-99

DANIEL, C. *Reforma urbana e os desafios da gestão democrática da cidade*. In:

DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. 229 p.

FEDOZZI, Luciano Joel. Do Patrimonialismo à Cidadania: Participação Popular na Gestão Municipal: O caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre, Porto Alegre, UFRGS/IFCH, 1996, 314 p.

GRAZIA, G. Experiências de orçamento participativo no Brasil período de 1997 a 2000. Petrópolis: Vozes, 2003.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2015/municipios_estimados_2015.pdf>. Acesso em: 17/06/2015.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para crise urbana. 5ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MAIA, A. Desafios da representação popular no Orçamento participativo. In: Balanços das experiências de Orçamento Participativo nos governos locais, Brasília, Instituto Pólis, 1998,83 p.

MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. Os desafios da gestão municipal democrática

– Belém 1997-2000: desenhando a cidade do terceiro milênio, São Paulo, Pólis, 2000, 112p

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC;(Brasília): CAPES: UAB, 2009.

RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JÚNIOR, O.A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira ,1997.

RODRIGUES, Edimilson; NOVAES, Jurandir e ARAÚJO, Raimundo. O futuro de Belém é povo que decide (Contribuição à Rede de Planejadores pela Justiça Social e ao debate “Experiências sobre Funcionamento do Orçamento Participativo em Belém e Porto Alegre” – Fórum Mundial Social). Belém, 2001.

SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002. TORRES, A.C.R.;

_____. Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanas. 3a ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

_____; NOVAES, Jurandir; ARAUJO, Raimundo Luiz. Congresso da Cidade: construir o poder popular reinventando futuro. Belém: Labor Editorial, 2002

SOUZA, Norma Maria Bentes de: Os anos 90 apontam novas articulações para os setores populares: a experiência do fórum metropolitano de reforma urbana – FMRU. Rio de Janeiro. In: Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR, 1997, vol. 1, 12 p.

_____: Gestão Urbana X Participação Popular: Reflexões sobre o Projeto da Macrodrenagem na Bacia do Una. Rio de Janeiro. In: Anais do 9º Encontro Nacional da ANPUR, 2001, vol. 1, 12 p.

SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002. TORRES, A.C.R.; GRAZIA, G. Experiências de orçamento participativo no Brasil período de 1997 a 2000. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____.1963- A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanas. 3ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. Orçamento Participativo e planejamento municipal: uma análise neoinstitucional a partir do caso da prefeitura de Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://www.democraciaparticipativa.org/files/RobertoPires.pdf>>. Acesso em: 16 Junho. 2015.

ZAPATA, Tânia. Gestão participativa para o desenvolvimento local: Concepção e Metodologia. Recife: IADH, 2007.

CONSTRUÇÃO CIVIL NO PARÁ E MERCADO IMOBILIÁRIO EM BELÉM

Welson de Sousa Cardoso¹

RESUMO

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre o mercado imobiliário e a verticalização como expressão da segregação socioespacial em Belém, que consubstanciará minha tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido ofertado pelo Núcleo de altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Preconizo que este artigo já enseja adiantamentos e descobertas próprias da metodologia e da empiria acumulada sobre o processo de expansão do mercado imobiliário na capital do estado do Pará com centralidade inicialmente no setor da construção civil, que a partir da década de 2000 ocorre uma intensificação na trajetória de fluxos imobiliários, de avanços e recuos, na constituição de estoques de unidades e na mobilização de mão-de-obra. A literatura utilizada foi amparada sob a orientação de autores marxistas, Marcuse (1979), HARVEY (1993, 2011), Antunes (2008) e Pochmann (2008) acompanhados do próprio Marx (1994). Trata-se de uma análise sobre as implicações da desaceleração econômica sobre o setor da construção civil em Belém, prescrita pelos movimentos do governo, quanto da iniciativa privada, tanto quanto pelo comportamento da economia. O caminho analítico traçado em busca das respostas iniciais levou a formulação de perguntas ainda mais complexas, isto ocorreu em razão das não tão claras conexões entre a tríade Estado, Capital e Trabalho. Na atualidade, estas conexões, encontram no lócus das cidades, aqui, em especial, o estado do Pará, precisamente, sua capital, Belém um revestimento demarcado pela atuação arbitrária do capital imobiliário, responsável por atingir sobremaneira o segmento da construção civil, tido como um dos termômetros da economia. Considerando a conjuntura especulativa em favor de uma anunciada desaceleração da economia, a pesquisa demonstrou como este componente da indústria brasileira vive um momento de inflexão dentro dos ciclos da economia que se inicia em 2013 com reflexos na dinâmica imobiliária com difícil previsibilidade concreta de determinação de mudanças no curto prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Construção civil; Mercado imobiliário; Desaceleração da economia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre o mercado imobiliário e a verticalização como expressão da segregação socioespacial em Belém, que consubstanciará minha tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido ofertado pelo Núcleo de altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Preconizo que este artigo já enseja adiantamentos e descobertas próprias da metodologia e da empiria acumulada sobre o processo de expansão do mercado imobiliário na capital do estado do Pará com centralidade inicialmente no setor da construção civil, que a partir da década de 2000 ocorre uma intensificação na trajetória de fluxos

¹ Estatístico, Mestre em Serviço Social pelo ICSA/UFPA, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPGDSTU/NAEA/UFPA, Professor na Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA. Tem experiência na área de Indicadores Sociais, email: cardoso@ufpa.br; cardosow5@gmail.com.

imobiliários, de avanços e recuos, na constituição de estoques de unidades e na mobilização de mão-de-obra.

Como veremos, a discussão pretendida neste estudo partirá desta conjuntura, a fim de compreender a dinâmica do setor imobiliário, a partir do setor da construção civil. Considerando para isso, o contexto de mudanças societárias processadas, em curso em Belém, e a constituição das peculiaridades da especulação promovida pelo capital volátil, tanto quanto pela desaceleração da economia sobre a constituição do trabalho na construção civil.

Este artigo está organizado em três seções, a primeira trata da Construção Civil no Pará, com a formação dos estoques de imóveis até o período em que o país vivenciou um “boom” imobiliário reflexo do aquecimento da indústria da construção civil em decorrência do estímulo do governo por meio do incremento no financiamento da política habitacional. O instrumental elaborado partir dos dados coletados será apresentado na forma de gráficos e tabelas subsidiando a conclusão. Na segunda seção é abordado o emprego formal e os efeitos da crise no setor da construção civil com o detalhamento a partir de uma digressão sobre o conceito de trabalho. A literatura utilizada foi amparada sob a orientação de autores marxistas, Marcuse (1979), HARVEY (1993, 2011), Antunes (2008) e Pochmann (2008) acompanhados do próprio Marx (1994). Na terceira e última seção, ocorre à análise sobre as implicações da desaceleração econômica sobre o setor da construção civil em Belém, vale adiantar prescrita tanto pelos movimentos do governo quanto da iniciativa privada, tanto quanto pelo comportamento da economia.

O caminho analítico traçado em busca das respostas iniciais levou a formulação de perguntas ainda mais complexas, isto ocorreu em razão das não tão claras conexões entre a tríade Estado, Capital e Trabalho. Na atualidade, estas conexões, encontram no lócus das cidades, aqui, em especial, o estado do Pará, precisamente, sua capital, Belém um revestimento demarcado pela atuação arbitrária do capital imobiliário, responsável por atingir sobremaneira o segmento da construção civil, tido como um dos termômetros da economia. Considerando a conjuntura especulativa em favor de uma anunciada desaceleração da economia, a pesquisa demonstrou como este componente da indústria brasileira vive um momento de inflexão dentro dos ciclos da economia que se inicia em 2013 com reflexos na dinâmica imobiliária com difícil previsibilidade concreta de determinação de mudanças no curto prazo.

1 - CONSTRUÇÃO CIVIL NO PARÁ

No Brasil, com a estabilidade da economia experimentada na última década, onde o crescimento econômico variou entre 1,3% em 2001 e 7,6% em 2010, a área da construção civil deu um grande salto, mesmo com a crise econômica mundial entre 2008 e 2009. Embora se observe um período de oscilação (de crescimento alternando com quedas) no setor da construção civil no período de 2000 a 2006, o país experimentou um ciclo de crescimento consecutivo fomentado pelos programas do governo federal denominado “Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)” lançado em 2007 e Minha Casa, Minha Vida (MCMV) lançado em 2009, que iniciou em 2007 se sustentando até 2012.

Na série histórica da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro a preços de mercado entre 2000 e 2014, em milhões de reais, no período de 15 anos, em valores correntes, o PIB saiu de 1,2 trilhão para 5,5 trilhões de reais, em valores constantes tendo 2011 como referência, ele teve

um crescimento médio no período de 3,24%. É possível também acompanhar a variação percentual anual ressaltando-se o recuo de 0,2% no ano de 2009 em relação à 2008 devido à crise econômica mundial de 2008/2009, compensado com um crescimento de 7,6% em 2010, porém com tendência de queda nos anos subsequentes, chegando à apresentar em 2014 um crescimento de apenas 0,1% como é ilustrado na tabela 1 e no gráfico 1 abaixo.

Tabela 1: PRODUTO INTERNO BRUTO (a preços de mercado) - TOTAL BRASIL

<i>Ano</i>	<i>PIBpm - valores correntes em R\$ 1.000.000</i>	<i>PIB- valores constantes - R\$1.000.000 de 2011</i>	<i>Varição real anual (%)</i>
2000	1.202.377	2.942.046	...
2001	1.316.318	2.979.586	1,3
2002	1.491.183	3.071.245	3,1
2003	1.720.069	3.108.822	1,2
2004	1.958.705	3.284.774	5,7
2005	2.171.736	3.388.217	3,1
2006	2.409.803	3.523.755	4,0
2007	2.718.032	3.735.391	6,0
2008	3.107.531	3.922.832	5,0
2009	3.328.174	3.913.639	(0,2)
2010	3.886.835	4.209.926	7,6
2011	4.374.765	4.374.765	3,9
2012*	4.713.096	...	1,8
2013*	5.157.569	...	2,7
2014*	5.521.256	...	0,1

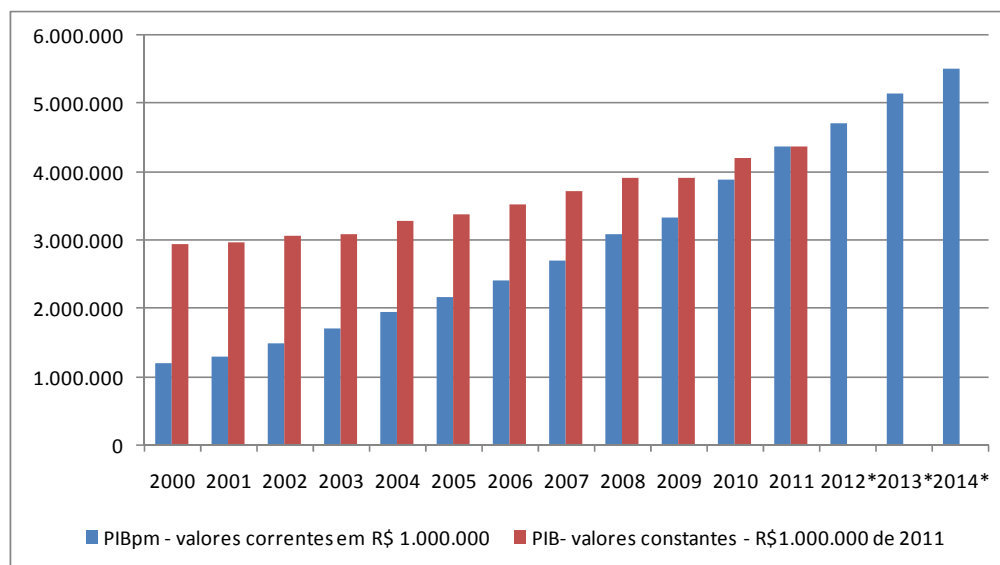
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Banco de Dados-CBIC.

(...) Dado não disponível.

(*) Os dados de 2012, 2013 e 2014 referem-se as Contas Nacionais Trimestrais (Série Revisada - 2010).

Gráfico 1: Produto Interno Bruto (a preços de mercado) - total Brasil (em milhões de reais)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
Elaboração do autor

Neste período o país vivenciou um “boom” imobiliário reflexo do aquecimento da indústria da construção civil em decorrência do estímulo do governo por meio do incremento no financiamento da política habitacional por meio dos programas citados, o que se reproduz nas grandes metrópoles em praticamente em todos os estados brasileiros, o que não é diferente no estado do Pará.

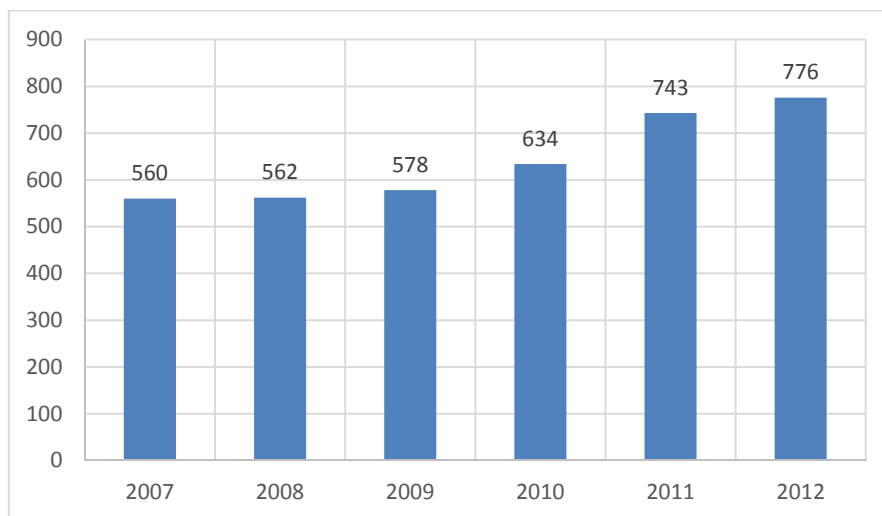
Na série histórica do número de empresas e pessoal ocupado da construção civil no estado do Pará no período de 2007 a 2012, observa-se um acréscimo 38,6% no número de empresas saindo de 560 em 2007 para 776 empresas em 2012. No mesmo período o crescimento no número de pessoal ocupado no setor foi de 62,4%. Como é ilustrado na tabela 2 e no gráfico 2 e 3 abaixo.

Tabela 2: Número de empresas de construção e Pessoal ocupado – Pará - 2007/2012

ANO	Número de empresas	Pessoal ocupado em 31/12
2007	560	30.364
2008	562	30.931
2009	578	32.676
2010	634	39.398
2011	743	48.981
2012	776	49.299

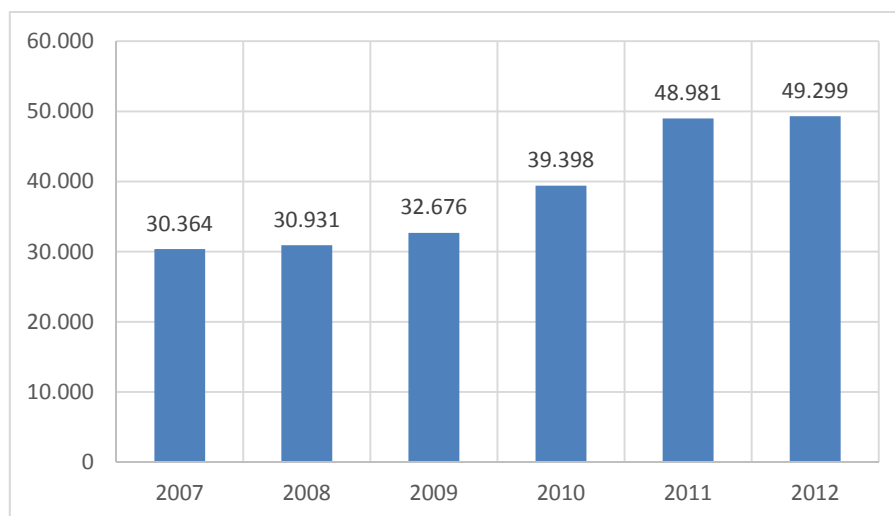
Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção;
FAPESPA – Anuário Estatístico do Pará – 2015 – Elaboração do autor

Gráfico 2: Número de empresas de construção– Pará - 2007/2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção;
FAPESPA – Anuário Estatístico do Pará – 2015 – Elaboração do autor

Gráfico 3: Evolução do Pessoal ocupado na Construção Civil – Pará - 2007/2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção;
FAPESPA – Anuário Estatístico do Pará – 2015 – Elaboração do autor

Na Evolução do pessoal ocupado no período, observa-se crescimento significativo em 2010 em relação à 2009, 20,6% e 2011 em relação à 2010 de 24,3%, bem acima do percentual de 2009/2008 de 5,6% e 2008/2007 de 1,9%. No entanto, em 2012 a ocupação cresceu somente 0,6% mostrando sinais claros de desaceleração do setor que se confirmaria nos anos de 2013 e 2014 como veremos na seção seguinte com os dados do emprego formal no segmento da construção civil em Belém.

Na série histórica da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) paraense entre 2008 e 2012, em mil de reais, no período de 5 anos, o PIB saiu de 58,5 bilhões para 91 bilhões de reais, um crescimento da ordem de 55,5%, entretanto ao aproximarmos a lente de análise, é possível verificar

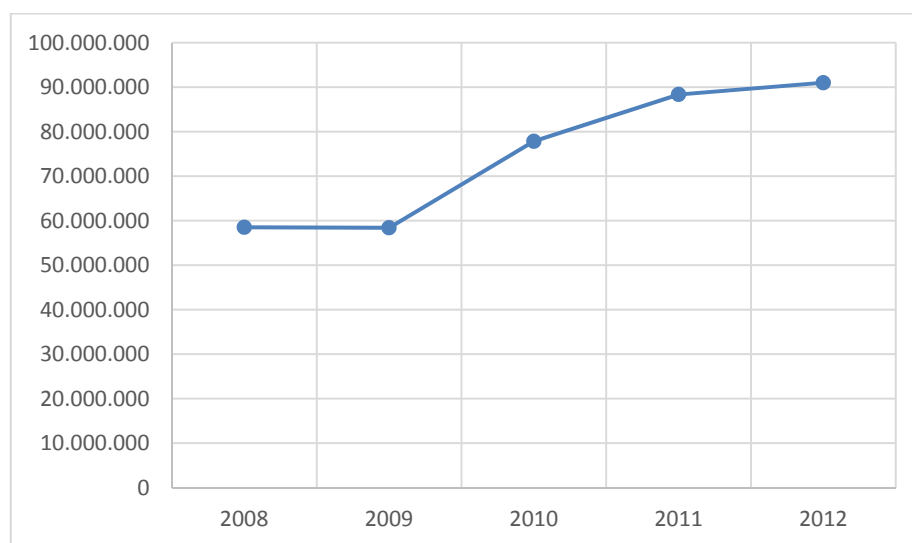
um decréscimo do PIB estadual em 2009 em relação à 2008 de -0,2% como reflexo da crise econômica mundial de 2008/2009, que logo se recupera em 2010 crescendo 33,3%, como consequência do aquecimento da economia nacional em decorrência do movimento realizado pelo governo federal com objetivo de combater os efeitos da crise no país com a implementação dos programas de infraestrutura urbana e habitacional acima citados. Em 2011 o PIB cresce 13,5% em relação ao ano anterior o que sinaliza para uma desaceleração da economia no estado confirmada com o PIB de 2012 que cresce somente 3% em relação à 2011, como é ilustrado na tabela 3 e no gráfico 4 abaixo.

Tabela 3: Produto Interno Bruto (PIB) do Pará, Valor Adicionado da Indústria, Valor Adicionado da Construção Civil, Participação % do Valor adicionado da Indústria e da Construção no PIB- 2007/2012

ANO	PIB (mil)	Valor Adicionado da Indústria (mil)	Valor Adicionado da Construção (mil)	% Valor adicionado da Indústria no PIB	% Valor adicionado da construção na Indústria
2007	728.180
2008	58.518.557	19.154.643	1.003.720	32,7	5,2
2009	58.401.830	15.312.866	1.068.677	26,2	7,0
2010	77.847.597	29.408.404	1.234.849	37,8	4,2
2011	88.370.610	34.342.998	1.581.687	38,9	4,6
2012	91.009.014	30.698.374	2.130.852	33,7	6,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção; FAPESPA – Anuário Estatístico do Pará – 2015 –
Elaboração do autor

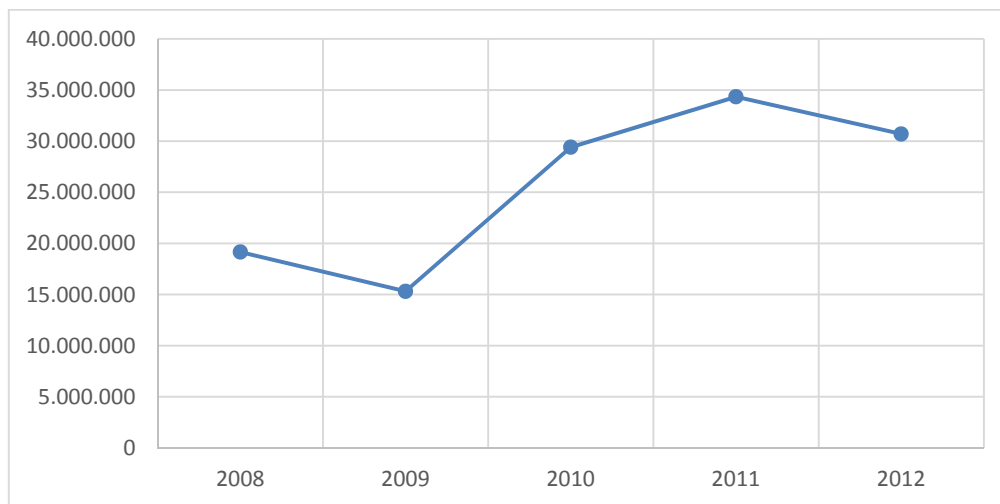
Gráfico 4: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Pará (mil reais), 2008/2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção; FAPESPA – Anuário Estatístico do Pará – 2015 –
Elaboração do autor

O Valor Adicionado da Indústria ao PIB estadual (gráfico 5) revela o mesmo desenho oscilatório, porém com percentuais bem diferentes principalmente na queda no ano de 2009 em relação à 2008 na ordem de -20,1% de modo que a crise econômica de 2008/2009 atingiu especialmente o segmento da indústria do estado do Pará, porém não atingindo tão contundentemente o setor da construção civil paraense que cresceu neste ano 6,5%.

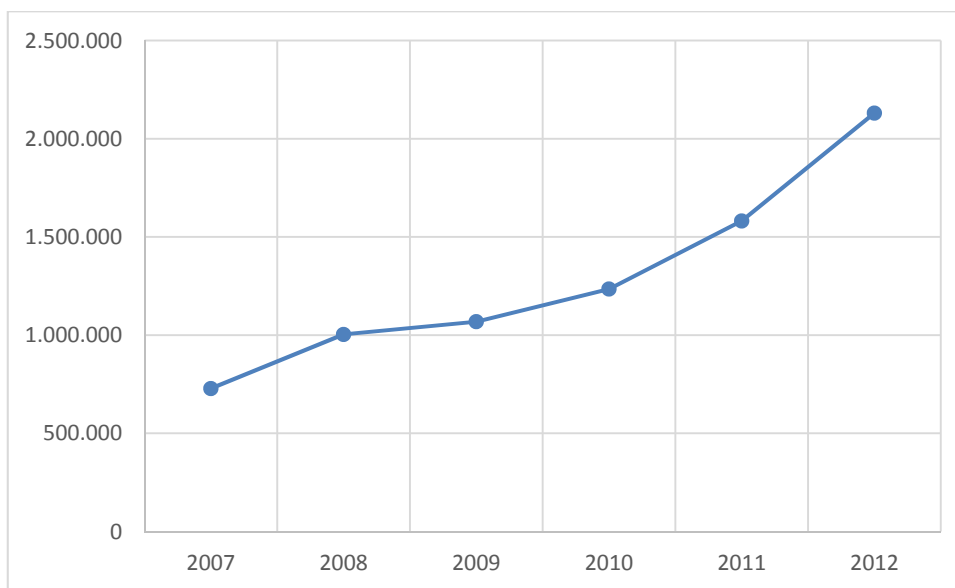
Gráfico 5: Valor Adicionado da Indústria, no PIB do Pará – 2007/2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção; FAPESPA – Anuário Estatístico do Pará – 2015 –
Elaboração do autor

Em 2010, a indústria no estado apresentou um crescimento extraordinário de 92,1% em decorrência do desempenho positivo da economia nacional que se refletiu no Pará. O crescimento na construção civil do estado neste ano aferiu um índice de 15,6%. No período seguinte, 2011/2010, a indústria cresceu 16,8% e apresentou uma queda de -10,6% em 2012 em relação à 2011 o que em termos absolutos significa uma grande recessão no segmento industrial.

Gráfico 6: Valor Adicionado da Construção civil - PIB do Pará – 2007/2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção; FAPESPA – Anuário Estatístico do Pará – 2015 –
Elaboração do autor

O setor da construção civil, neste mesmo período, acusou crescimento posto que, em 2011 em relação à 2010 teve variação positiva de 28,1% e em 2012 em relação à 2011, cresceu 34,7%, reflexo ainda do “boom” imobiliário que resistiu até final de 2012, conforme ilustrado no gráfico 6.

2 - EMPREGO FORMAL E OS EFEITOS DA CRISE NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

2.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Após entrar em contato com o movimento operário na Inglaterra e com as ideias de Engels Marx inicia seu amadurecimento intelectual e demonstra autonomia em relação ao idealismo hegeliano. Em 1845, juntos escrevem “A Ideologia Alemã”, obra que expõe a concepção materialista da história, expondo o surgimento da cidade capitalista, além de apresentar o conceito de alienação. Um dos conceitos fundamentais da filosofia de Marx. Eis que surgiu o chamado materialismo histórico. (KONDER,1968).

O materialismo de Marx é histórico e dialético (CASTEL, 2001; HARVEY, 1993; POCHMANN, 2008). A materialidade de que Marx (1994) parte é a materialidade social: as condições de produção e reprodução da vida social. O trabalho é a atividade que faz a mediação entre os homens e a natureza na produção das condições materiais, necessárias à existência da vida em sociedade.

Marx (1994) chamou de alienação do trabalho o fenômeno pelo qual o produtor não tem domínio sobre o produto de seu trabalho, ao invés disso fica subordinado às exigências do produto e do mercado capitalista. (KONDER,1968). Ainda com base em Konder (1968) pode-se dizer que todo o construto teórico-metodológico de Marx (1994), portanto, suas obras correspondem a um percurso, através do qual, alicerça a fundação de uma teoria social ensejada na pesquisa, na análise crítica do desenvolvimento da classe burguesa com seu eixo de sustentação o capitalismo.

Uma quebra epistemológica real é o que acontece a partir de Marx e Engels, se dá quando eles propõem que a reflexão teórica significa a re-produção ideal do movimento real do próprio ser social, entendido como o modo de ser do ser social, apreendido como um ser concreto, numa sociedade de antagonismos e contradições, oriundas de estruturas. Esta teoria articula-se sobre uma perspectiva de totalidade. Para então alicerçar esta reflexão sobre a sociedade assumem uma postura crítica sobre a economia política, e seu percussor Adam Smith.

Com o “desenvolvimento das chamadas forças produtivas”(SANTOS, 2011) e dos meios de produção as relações de trabalho sofreram grandes transformações. Estas transformações foram capitaneadas pelo surgimento do sistema capitalista, este por sua vez acarretou a separação entre o homem e os meios de produção, o homem que produz, para concentra-se nas mãos dos detentores do capital. No início do capitalismo ainda era possível encontrar modelos de utilização dos recursos em multiplicidade. Este cenário se modifica com o fim da segunda Guerra Mundial e o advento do capitalismo tecnológico, onde a sociedade

Assiste neste último quartel de século, a uma aceleração das mutações. Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou, para produzir para outros aquilo de que não necessita ou que não tem os meios de utilizar.(SANTOS, p. 138, 2011).

É portanto, no mundo contemporâneo, segundo vem nos alertando Antunes (2008), a desenfadada eclosão de novas configurações como a desconcentração do espaço físico produtivo, modalidades de flexibilização, heterogeneização, complexificação e fragmentação no mundo do trabalho, com rebatimento direto sobre a classe trabalhadora, trazendo à tona a centralidade da categoria trabalho, em significativa dissonância com aqueles que previam o fim do trabalho. Não pretendemos esgotar a discussão sobre estes conceitos, tão somente apreender suas principais determinações.

2.2 CONCEITO DE TRABALHO

Para subsidiar esta discussão serão utilizadas várias referências como Marcuse (1979), Marx (1994), Antunes (2008) e Pochmann (2008). Na concepção marxiana o homem se autoproduz através do trabalho, ao mesmo tempo produz sua história, sua cultura. Torna-se fácil compreender como a produção do conhecimento tem como base a apreensão da produção e reprodução da vida humana. Fica evidente que o sentido do trabalho independente de todas as formas de sociedade é uma condição de existência do homem. Contudo, se Marx (1994) toma pra si esta verdade, é porque acredita que o trabalho tem como princípio ser formador de valor-de-uso, enseja à utilidade do trabalho para satisfazer as necessidades humanas, portanto o trabalho regula e controla o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza. Através do trabalho deveria ocorrer a satisfação das necessidades da vida material e das necessidades subjetivas. A elevação do espírito e o sentido da existência humana se concretiza.

Antunes (2008) fala de um processo metabólico gerado pelo trabalho, confirma ainda mais sua afinidade com o pensamento marxista, pois afirma que o trabalho esta presente em todas as fases do processo criativo do homem, já em Marx (1989) o trabalho é o tornar-se-para-si do homem, numa proposição parte em direção da análise do mundo real, concreto objetivado. Se o trabalho pode ser concebido como o vir a ser do sujeito que se faz como ser social. Igualmente, o trabalho é hierarquizado, subjetivo, envolto no capitalismo por uma funcionalidade exterior, por subordinação e estranhamento.

A tríade Estado, Capital e trabalho se reproduz e ao mesmo tempo produz a dialética das condições econômicas e sócio-históricas, na medida em que é transversalmente, desencadeadora de mudanças no contexto produtivo. Consequentemente, observa-se a resignificação das relações, formas e condições de trabalho.

Assim, para iniciar a discussão acerca dos trabalhadores da construção civil se faz fundamental, apresentar alguns aspectos conceituais como ponto de partida. Em outra seção será apresentados os trabalhadores da construção civil, como exemplo da precarização do trabalho em Belém, considerando o circuito monetário urbano, as relações entre os agentes econômicos, o Estado e a dimensão sequencial dos atos mercantis, no espaço urbano da cidade.

Em termos iniciais, historicamente, o conceito de trabalho, esteve atrelado ao campo da teoria econômica, segundo Marcuse (1979). Para o autor,

[...] o conceito de trabalho reduzido não parece prejudicar decisões acerca da localização, do sentido e da função do trabalho no conjunto da existência humana, as diferenciações econômicas relevantes do trabalho (por exemplo, entre trabalho de direção e trabalho dirigido, entre trabalho livre e trabalho forçado, bem como, os diversos tipos de trabalho nos diferentes ramos da produção etc.) são todas contempladas pela amplitude desse conceito econômico de trabalho (MARCUSE, p.7, 1979).

A doutrina da economia política logo adotou este conceito geral de trabalho, por seu caráter estritamente condicionado pela lógica da teoria econômica (a doutrina do valor e do preço, a doutrina presente dos fatores de produção e a doutrina dos custos) atendia tão somente aos teóricos da economia clássica. Distante, da concepção marxista, esta perspectiva estritamente econômica produziu a marca da indeterminação aos conteúdos dos fundamentos filosóficos do conceito de trabalho. O autor contraria os clássicos da economia e dispara contra o jugo do capital:

[...] mas a redução do conceito trabalho avançou ainda mais, justamente no âmbito da própria teoria econômica. Pois precisamente aqui o conceito de trabalho se restringe progressivamente à atividade dirigida, não-livre, cujo modelo é o trabalho assalariado [...] (MARCUSE, p.8, 1979).

Seguindo em suas críticas Marcuse (1978) sugere a adoção de outra linha de análise. Sugere com base na filosofia um outro caminho para direcionar a identificação dos nexos existentes entre trabalho e seus condicionantes históricos, sociais e culturais. Nesse sentido tem em Marx (1994) o registro necessário, pois em seus estudos filosóficos elabora embasamentos do conceito de trabalho do ser social. Para ele a sociedade é o conjunto de relações que os homens estabelecem entre si, onde ocorre a exploração de um lado, e de outro, o acúmulo de riqueza. Pela Lei Geral da Acumulação Capitalista, ela aliena, coisifica o homem. Como dito anteriormente, sua teoria se debruça sobre o estudo das relações entre os homens, onde a sociedade capitalista preceitua a exploração do homem, do trabalhador.

Por alienação, podemos inferir a partir de dois aspectos: *i)* Primeiro durante o processo produtivo, todo o esforço, o objeto, a comunhão das forças depreendidas, não consegue assegurar que o resultado do trabalho pertença ao homem, ao invés disso, o objeto é a ele exterior, *ii)* Segundo o trabalho produzido pelo homem, na verdade pertence ao outro, ou seja, durante o processo produtivo ocorre a exteriorização do próprio trabalho, é um processo arbitrário, compulsório, ele não se satisfaz pelo trabalho. Em última instância, esvaziado de sentido. Por quem o realiza, mas dele depende a ele, e por ele é submetido.

Atualmente, a

A alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho part-time, temporário, e precarizado. Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência. E é o que estamos presenciando hoje, intensamente, em tantas partes do mundo e em particular na América Latina. (ANTUNES & ALVES, p. 348, 2004)

Para Pochmman (2008) sob os ditames do paradigma técnico-produtivo caracterizado pela transição do método taylorista fordista imbricado num complexo contexto de reconfiguração produtiva a centralidade da categoria trabalho revigora-se. Emerge e impõe aos organismos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a necessidade de pautar as discussões a fim de fomentar um novo conceito para analisar o trabalho nas condições estruturantes contemporâneas.

No âmbito normativo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaboraram um relatório, em 2008, a partir da análise do comportamento do mercado de trabalho do Brasil entre 1990 e 2006, após a sistematização dessa base de dados produziu o conceito de

trabalho decente caracterizado pela compreensão das relações entre emprego, desenvolvimento humano. Por trabalho decente a OIT (2008) entende:

[...] é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e suas famílias. Permite satisfazer às necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança. Também pode ser entendido como emprego de qualidade, seguro e saudável, que respeite os direitos fundamentais do trabalho, garanta proteção social quando não for exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros) e assegure uma renda para a aposentadoria. Por seu caráter multidimensional, também, engloba o direito à representação e a participação no diálogo social. Em todos os lugares e para todas as pessoas o trabalho decente diz respeito à dignidade humana. (RELATÓRIO OIT, CEPAL; PNUD, p. 13, 2008).

Contudo este intervencionismo estatal, sem adentrar em seu mérito, enquanto marco regulatório, ainda está distante e fora do alcance dos trabalhadores. As condições de trabalho, bem como a realidade socioeconômica dos trabalhadores da construção civil, expostas em todo o Brasil estariam a princípio deserdadas deste mecanismo normativo. Dessa maneira, o que é específico que o Estado através da implementação de políticas públicas deve assumir seu papel de indutor do desenvolvimento com ações efetivas de enfrentamento das consequências nefastas produzidas no interior da racionalidade capitalista sobre os trabalhadores.

Embora as ideias dominantes insistam em obscurecer o conjunto de transformações societárias deflagradas de forma contundente a partir do século XX, o processo produtivo por elas sustentado segue uma lógica excludente. Principalmente, se toma o âmbito do agravamento da questão social, das implicações no mundo do trabalho, mas a análise a luz das questões sociais implícitas na esfera da reprodução societal conduz na verdade, ao entendimento que,

(...) nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho “subordinar-se” ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista. (ANTUNES & ALVES, p. 344, 2004).

O corolário resultante destas relações é a vigência da mundialização do capital, caracterizada, dentre outras, pelo desemprego estrutural pela redução e precarização das condições de trabalho, consequência da constituição de perversas formas de exclusão dos trabalhadores. Simultaneamente, se tem a geração de mais postos de trabalho precário, adicionada pela desaceleração produtiva, que afeta da China ao Chile, da Grécia ao Brasil, em diferentes economias desenvolvidas ou tidas emergentes a dicotomia centro-periferia parece não mais ser suficiente para sustentar algumas explicações. Há ainda o aumento das taxas de desemprego e de informalidade no mundo.

Crescentemente, na realidade brasileira, em especial na Região Metropolitana de Belém (RMB), como apontam dados do CAGED e DIESSE (PA), expostos na próxima seção. Essa digressão longa é necessária para subsidiar a análise adotada nessa investigação. Estaríamos vivenciando conforme Pochmman (2008) uma profunda mudança na base técnica. Nesse sentido, Harvey (2011) nos diz que:

Os sistemas de produção e processos de trabalho estão também profundamente implicados no modo como a vida diária é reproduzida pelo consumo. Nenhum deles é independente das relações sociais dominantes, da relação com a natureza e das tecnologias e formas de organização devidamente constituídas. (HARVEY, p.103, 2011).

Não pretendemos exaurir as incontáveis abordagens e conceituais teóricas sobre trabalho, mas apenas iniciar a discussão, atentando para os “efeitos perversos da escassez do emprego, sobre o trabalhador. TAVARES (2004).

A posição de Antunes (2008) é clara a classe trabalhadora não tende a desaparecer, ao contrário, ontologicamente o trabalho continua estruturante na organização da vida em sociedade. Portanto, revestido de elementos de continuidade, de centralidade, e fundamentalmente emancipatório, inspirando o exercício reflexivo. Entre estes elementos que são observáveis, outros emergem sob a égide predatória da desaceleração da economia atingindo os trabalhadores da construção civil.

3 AS IMPLICAÇÕES DA DESACELERAÇÃO ECONÔMICA SOBRE O MERCADO IMOBILIÁRIO EM BELÉM

Possivelmente, a desaceleração econômica ou retração segundo alguns economistas, iniciada em 2013, pode segundo alguns especialistas atingir diversos setores da economia em diferentes escalas. O setor imobiliário formado pelo capital, pelo Estado, pelas construtoras e incorporadoras, construção civil, corretoras, e agências de financiamento público e privado, compõe, portanto, um imbricado de agentes e apêndices, tais peculiaridades tornam sua situação particularmente complexa.

Foi sendo gerada uma crise de desproporcionalidade entre a oferta de imóveis, resultado do boom imobiliário, ou seja, dos anos de euforia que levaram a um excesso de ofertas em algumas grandes e médias cidades brasileiras, e a demanda por imóveis, em todo o país, inclusive no lócus desta pesquisa, a região metropolitana de Belém. Consequentemente, o mercado, registra inclinação negativa no número de lançamentos de unidades residenciais e operações de compra. A rentabilidade do setor caiu de 11,2% em 2013 para 2,3% em 2014, pois há no segmento de imóveis comerciais e residenciais o excesso de estoque das construtoras. Mas, não é só a desproporcionalidade entre oferta e demanda que pode explicar o movimento ora dinâmico, ora letárgico do setor imobiliário. Existem outras instâncias de poder e decisão envolvida nesse amálgama a ser investigada em outras sessões desta pesquisa.

Como exemplo da incidência da crise, nos chama atenção a afirmação do DIEESE (PA), em maio,

Apesar de continuar em destaque na geração de empregos na região Norte, o número de empregos formais no estado do Pará apresentou queda no mês de fevereiro, segundo um balanço do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgado nesta quarta-feira (18). De acordo com pesquisa, foram realizadas em todo o estado 29.409 admissões contra 30.260 desligamentos no mês passado, o que gerou um saldo negativo de 851 postos de trabalhos no setor formal da economia em relação ao mês de janeiro. Ainda de acordo com pesquisa, a maioria dos setores econômicos do estado apresentaram queda na geração de emprego formal, com destaque para o setor da construção civil, que apresentou queda de 1.066 postos de trabalho, seguido do setor da indústria de transformação, com saldo negativo de 921 postos de trabalho; e setor da agropecuária, com saldo negativo de 230 postos de trabalho. Em todo o Pará foram realizadas 57.881 admissões contra 63.135 desligamentos durante os primeiros dois meses de 2015. Os setores econômicos do estado que apresentaram os maiores recuos na geração de empregos formais foram o da construção civil, com decréscimo de 2,5%; indústria de transformação, com decréscimo de 1,21% ; e setor extrativa mineral, com decréscimo de 0,93%. (G1-PARÁ 18/03/2015 Acesso em 30/09/15).

Ao enunciar a retração da economia aliado e por ela impactado os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED), demonstram que em maio deste ano o mercado da construção fechou 115.599 postos de trabalho em todo o país, confirmando os dados acima citados pelo DIEESE (PA). Outro aspecto determinante é o que Castel (2001) chamou de seleção permanente, na qual os trabalhadores são atingidos pelas transformações tecnológicas adotadas pelas empresas a fim de racionalizar a produção, um punhal está sobre a cabeça dos trabalhadores diante da iminente possibilidade de perder o emprego. Essa lógica estabelece nas palavras de Antunes (2008) requisitos de inserção e manutenção no emprego preconizada, preteritamente pelo processo de reestruturação produtiva. Desencadeada pela crise do modelo fordista ainda na década de 1970. O Toyotismo, como ficou conhecido imprimiu mudanças nas relações de trabalho, na organização produtiva e alterou as bases dos sindicatos. Concretamente, deve-se ter que o trabalho não é uma variável indeterminada, pressupõe inter-relações e dependências. (POCHMMAN,2008).

Tomando por base estes índices parece oportuno a reflexão sobre como o setor imobiliário de forma quase imediata, considerando um curto intervalo de tempo, como dito anteriormente, tem sido impactado acionando um efeito multiplicador atroz, como incidência direta da crise imobiliária e do agravamento do desemprego, em função da importância do fluxo de capital movimentado pelo setor para a economia do país. Portanto, não é casual a abrangência e pertinência desta análise, afinal seus efeitos podem ser percebidos como um fenômeno presente nas grandes e médias metrópoles brasileiras, tal qual está ocorrendo em Belém. Segue-se então que,

As diásporas de todos os tipos (de empresários e trabalhadores) formam redes que criam tramas intrincadas na dinâmica espacial da acumulação do capital. E é exatamente por meio dessas redes que agora assistimos aos efeitos do *crash* financeiro se espalhando em cada canto.(HARVEY,2011,pag.123).

Grande parte dos estudos alusivos à problemática se ocupa da perspectiva econômica, porém, poder-se-ia com isso correr o risco de perder de vista outras interfaces essenciais ao estudo do problema (SINGER, 1973). Desta maneira, a discussão pretendida neste estudo partirá desta conjuntura, a fim de compreender a dinâmica do setor imobiliário, em especial, o expoente da verticalização. Considerando para isso, o contexto de mudanças societárias processadas, em curso em Belém, e a constituição das peculiaridades da especulação promovida pelo capital volátil, tanto quanto pela desaceleração da economia sobre a constituição do trabalho na construção civil.

O setor da construção civil constitui-se um dos termômetros da economia, quando o desempenho do setor resulta em indicadores positivos é sinal de que a economia do país está em ascensão ou em situação de equilíbrio. No país, mesmo com a estabilidade vivenciada na década passada como mencionado na primeira parte deste trabalho, o setor vem sofrendo perdas a partir de 2013, em função dos efeitos da crise econômica mundial que se reverbera no Brasil em decorrência de alguns fatores como o alta da inflação, queda dos investimentos, aumento do desemprego, sobretudo no setor da construção civil, desequilíbrio na flutuação do câmbio, desencadeando uma queda na produção industrial em especial na indústria da construção.

O ano de 2015 começou com queda da atividade do setor da construção. Segundo a CNI (Confederação Nacional das Indústrias), as quedas no nível de atividade e no número de empregados foram as mais intensas desde o início da série histórica em janeiro de 2010. O último

mês de fevereiro foi o pior no ritmo de geração de empregos formais no país em 16 anos, segundo dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados no dia 18/03/2015 pelo Ministério do Trabalho. (Boletim Econômico SINDUSCON/PA, Fev/2015).

No estado do Pará, fevereiro foi o quarto mês consecutivo em que o nível de desligamentos supera o de ocupações criadas. O resultado decorre da diferença entre as 16.901 demissões e as 14.309 admissões registradas no mês. Em janeiro já haviam sido fechados 7.970 postos com carteira assinada. (Boletim Econômico SINDUSCON/PA, Fev/2015).

(...) Cerca de 600 000 demissões em 12 meses. Recuo de 5,6% nas vendas em 2014. Queda de 98% do lucro para as empresas abertas no primeiro trimestre. Perda de 12 bilhões de reais de valor de mercado na bolsa nos últimos 12 meses. Apenas três das 23 empresas de construção classificadas entre as 500 maiores do país conseguiram crescer no último ano. A Odebrecht, a maior delas, teve queda de 32% nas vendas.

O mercado de construção civil, não sofre isoladamente os efeitos da retração econômica do país. Os demais setores, como a auto-indústria, tiveram em 2014, desempenho semelhante, com retração de 15 % nas vendas. Os fabricantes de eletroeletrônicos acusaram queda de 9%. Esta situação é resultante de uma combinação de fatores como a alta da inflação, desemprego crescente, aumento dos juros, restrição no crédito e falta de confiança no governo. (EXAME.COM, 2015).

Mas o mercado de construção tem peculiaridades que tornam sua situação particularmente complexa. O próprio setor contribuiu para sua derrocada, tanto no caso das construtoras de imóveis quanto no caso das empreiteiras. No primeiro grupo, anos de euforia levaram a um excesso de ofertas em algumas grandes cidades — e, em consequência disso, uma paradeira geral nos lançamentos.

O lado mais particular e perverso da crise da construção é o potencial que ela tem de piorar ainda mais a economia brasileira. A começar pelo seu tamanho o setor é responsável por cerca de 6,5% do produto interno bruto do país e emprega, diretamente, mais de 3 milhões de pessoas.

No segmento de imóveis comerciais e residenciais, o maior problema é o excesso de estoque das companhias. Até 2016, pelo menos, a principal missão dessas empresas será se livrar de todos esses apartamentos. Para isso, elas estão dando descontos de até 50% no preço dos imóveis. A ordem é colocar dinheiro em caixa o mais rápido possível para pagar as dívidas e parar de perder dinheiro. (EXAME.COM, 2015).

Nestes termos, trazendo a questão para o caso do município de Belém, o retrato é grande semelhança, pois Belém perdeu 15.605 postos de trabalho em 2014 em relação à 2013, número de empregos formais ativos no município de Belém sofreu uma queda de -3,55%. O setor de atividade que mais sofreu perda foi Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca com -80,69%, seguido da extrativa mineral com -41,38% e o setor da construção civil com -17,42%, que possuía 31.102 postos de trabalho em 2013 reduzindo para 25.685 postos em 2014.

Os únicos segmentos que obtiveram crescimento foram Serviços industriais de utilidade pública com 8,93% e a Indústria de transformação com 3,86%, conforme a tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Número de empregos ativos em Belém por setor de atividade 2013-2014

Setor de Atividade	Ano			
	2014	2013	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
1 - Extrativa mineral	170	290	-120	-41,38
2 - Indústria de transformação	17.317	16.674	643	3,86
3 - Serviços industriais de utilidade pública	5.097	4.679	418	8,93
4 - Construção Civil	25.685	31.102	-5.417	-17,42
5 - Comércio	77.037	78.262	-1.225	-1,57
6 - Serviços	159.983	157.916	2.067	1,31
7 - Administração Pública	137.376	144.204	-6.828	-4,73
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.231	6.374	-5.143	-80,69
Total	423.896	439.501	-15.605	-3,55

Fonte: MTE/Rais, 2015 – Elaboração do autor

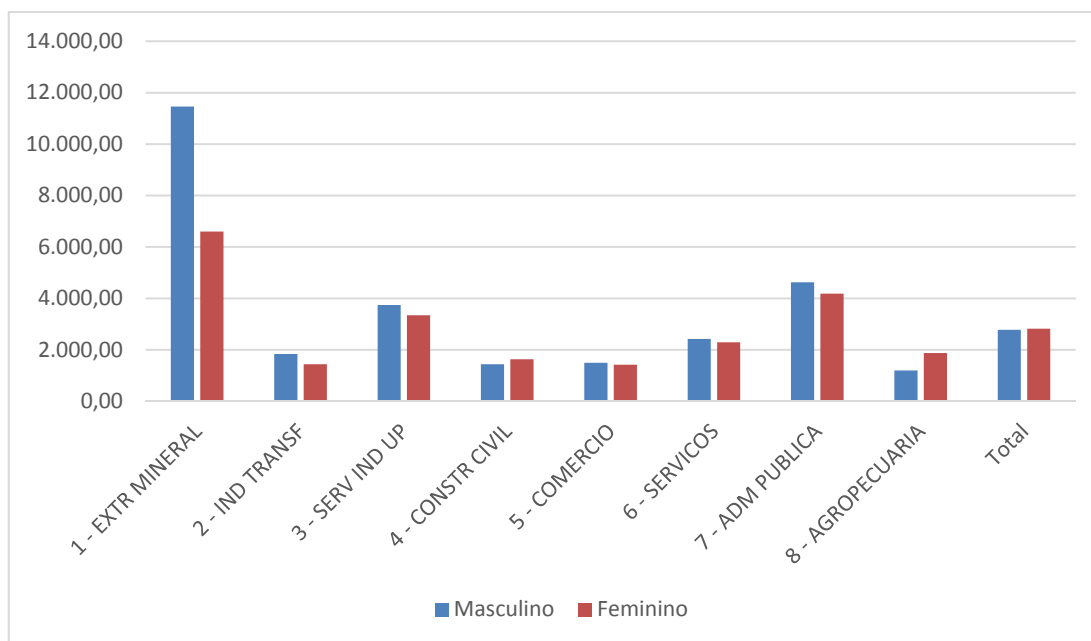
As mulheres ocupam posição de destaque em relação à remuneração média em Belém, estas possuem remuneração média de R\$ 2.821,10 enquanto que os homens auferem remuneração média de R\$ 2.776,06. Esta média é influenciada pelo setor de agropecuária onde a remuneração média feminina é 56,5% superior à remuneração média masculina e no setor da construção civil em que esta variação alcança 13,3%, pois a remuneração média das mulheres é de R\$ 1.633,31 contra R\$ 1.441,49 de remuneração média dos trabalhadores homens, ressalta-se que a média de remuneração no setor é de R\$ 1.458,57 reais, conforme apresenta a tabela 5 e gráfico 7 abaixo.

Tabela 5: Remuneração média de empregos formais em Belém - 2014

Setor de Atividade	Masculino	Feminino	Total
1 - EXTR MINERAL	11.462,66	6.601,96	9.750,72
2 - IND TRANSF	1.835,10	1.437,85	1.735,19
3 - SERV IND UP	3.742,74	3.343,67	3.669,26
4 - CONSTR CIVIL	1.441,49	1.633,31	1.458,57
5 - COMERCIO	1.493,98	1.422,63	1.462,82
6 - SERVICOS	2.421,52	2.291,10	2.364,30
7 - ADM PUBLICA	4.627,36	4.182,43	4.406,30
8 - AGROPECUARIA	1.196,34	1.872,00	1.308,28
Total	2.776,06	2.821,10	2.795,19

Fonte: MTE/Rais, 2015 – Elaboração do autor

Gráfico 7: Remuneração média de empregos formais em Belém – 2014



Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção; FAPESPA – Anuário Estatístico do Pará – 2015 – Elaboração do autor

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao abordar a dinâmica da construção civil e o mercado formal de emprego neste segmento no contexto da sociedade capitalista e na conjuntura de crise e dos seus efeitos, exige não só uma concepção teórica que dê conta das metamorfoses do capital e do trabalho vivo, mas também é necessário que se apontem formas de resistência capazes de anunciar e construir coletivamente um novo projeto de sociedade. Não é suficiente constatar o que está ocorrendo, pois é necessário, ao mesmo tempo, projetar um futuro para além do capital e do capitalismo, e vislumbrar o que pode significar um “modo de produção dos produtores associados”, centrado, de um lado, na potencialização do “trabalho vivo”, entendido como “trabalho humano” em toda sua plenitude em termos de capacidade inesgotável e infinita de (re) criação e, de outro, na emancipação hegemônica da(s) classe(s) trabalhadora(s), como propuseram Marx e Engels (1998).

Cabe, então, destacar o estratégico papel das cidades para a consolidação do capital enquanto modelo de sociedade. Nesta dinâmica, não só o acesso ao solo é disputado, como também o seu valor é definido. Assim sendo, a cidade é também um complexo mecanismo de exploração e exclusão social, na qual todos os aspectos da vida social são afetados pelo desenvolvimento do capitalismo e manifestam seu caráter desigual no processo de urbanização.

Partindo do estudo analítico efetivado, ficou evidente que o segmento da construção civil como componente da indústria brasileira vive um momento de inflexão dentro dos ciclos da economia que se inicia em 2013 com reflexos na dinâmica imobiliária com difícil previsibilidade concreta de determinação de mudanças no curto prazo, isto é, nos próximos dois anos. Faz-se necessário acompanhar atentamente os movimentos do governo e o comportamento da economia nos próximos meses para que possibilite novas prospecções analíticas sobre o setor.

No caminho das empreiteiras, existe uma certeza a oportunidade de negócios está em queda. Apesar das novas medidas anunciadas pelo governo federal em junho de 2015, um pacote de obras de infraestrutura urbana, os investimentos globais em obras públicas não deverão acontecer no mesmo ritmo dos anos anteriores. Para o mercado imobiliário, a opção adotada seria facilitar o crédito, liberando uma parcela maior do depósito compulsório dos bancos. Contudo, são medidas essencialmente paliativas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ e ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Trad. de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CEPAL/PNUD/OIT **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiênciabrasileira recente.** Brasília: CEPAL/PNUD/OIT,2008 (Projeto CEPAL/PNUD/OIT). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/publicações/emprego>. Acesso em 02.10.2015.

EXAME.COM, **Construção civil vive crise sem precedentes no Brasil.** <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/109202/noticias/a-crise-e-a-crise-da-construcao>. Acesso em 15.10.2015.

GORENDER, Jacob. Introdução. In. MARX, Karl e ENGELS, Frederic. **A Ideologia Alemã.** Trad. Luís Cláudio de Castro Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

G1.globo.com/pa. **Número de empregos formais cai no Pará.** Atualizado em 18/03/2015. Acesso em:30/09/201.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O Enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo, Boitempo, 2011.

KONDER, Leandro. **Marx: vida e obra.** Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1968.

MARCUSE, Herbet. **Ideologia da Sociedade Industrial.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Volume I, 14ª edição. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

POCHMANN, Márcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: YAZBEK, Maria C. e, SILVA e SILVA, Maria Ozanira (Orgs.). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas.** São Paulo, Ed.edusp, 2011.

SINUSCON/PA, **Boletim Econômico** edição 26, fevereiro, 2015.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**, 12^aed. Ed. Brasiliense, 1973.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

A QUALIDADE DE VIDA DOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE FLUVIAL NA AMAZÔNIA: ACESSIBILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Mayra Hermínia Simões Hamad-Couto¹

Nírvia Ravena²

RESUMO

O transporte fluvial é a principal forma de deslocamento das comunidades tradicionais na Amazônia, responsável pela qualidade de vida e sobrevivência dos ribeirinhos. O presente trabalho teve como objetivo descrever as políticas públicas e a acessibilidade do transporte fluvial na Amazônia. A acessibilidade foi avaliada nos terminais fluviais de passageiros das cidades de Santarém e Oriximiná e a escolha foi feita pela representatividade da amostra com uso exclusivo do transporte pela população e por serem centros de escoamento de carga. As políticas públicas foram avaliadas através do posicionamento de políticos na criação da nova lei dos portos utilizando as notas taquigráficas. Foi observado que os terminais na Amazônia não possuem a acessibilidade prevista pelas normas nacionais definidas pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) e Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As notas taquigráficas tiveram maiores posicionamentos na discussão na forma de licitar as áreas portuárias e o tempo de manutenção de contratos com enfoque maior nas áreas de transporte de cargas e a emenda responsável pela avaliação local na Amazônia com o intuito de gerar as futuras políticas públicas não teve posicionamento de parlamentar amazônico. Ao analisar a qualidade de vida abordando a infraestrutura e as políticas geradas ao usuário do transporte fluvial na Amazônia foram observadas que há pouca acessibilidade e as políticas públicas no setor visam o transporte de cargas em detrimento dos usuários com pouca representatividade regional no embate político nacional, impactando negativamente a qualidade de vida do usuário do transporte fluvial na Amazônia, porém há escassez de estudos do transporte fluvial, sendo necessário aumentar as pesquisas no setor para futuros planejamentos de políticas públicas que incentivem a acessibilidade na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; transporte fluvial; políticas públicas; acessibilidade.

INTRODUÇÃO

No Brasil e regionalmente, como o caso da Amazônia, a preocupação com as hidrovias e portos tem sido mais fortemente relacionada a exportação/importação de cargas (PENTEADO, 1973, IDESP, 1974, NAZARÉ, 1989, NAZARÉ, 2001). Os incentivos orçamentários e ações em busca de melhorias de infraestrutura para o transporte hidroviário tem maior enfoque no crescimento da participação na movimentação de cargas. Porém, o transporte fluvial é a principal forma de deslocamento das comunidades tradicionais na Amazônia, responsável pela qualidade de vida e sobrevivência dos ribeirinhos.

¹ Universidade Federal do Pará. Email: Mayrahamad@gmail.com

² Universidade Federal do Pará. Email: niravena@gmail.com

A população amazônica ainda têm muitas restrições quanto à acessibilidade já que possuem necessidades específicas e utilizam principalmente os meios de transporte fluviais para as mais diversas necessidades (trabalho, lazer, tratamento de saúde e outros) (SILVA, 2008). E como para se ter acesso, você tem que ter mobilidade, e para o mesmo é necessário transporte, as políticas desse setor influenciam diretamente a acessibilidade e qualidade de vida amazônica.

Na lei dos portos sancionada em 2013 que tem como objetivos aumentar a competitividade e o desenvolvimento do país, e tem vários enfoques relacionados a modernização e expansão portuária, mas a especificação e a forma que essa medida será regulamentada não fica clara, principalmente quando considerada a Amazônia e a utilização dos terminais fluviais por populações tradicionais.

As crenças e os valores através das quais as populações tradicionais da Amazônia interagem com os rios não foram completamente contempladas nas regulamentações exigidas nas edificações portuárias, pois ignoram as peculiaridades dos ribeirinhos.

A qualidade no uso dos serviços dos terminais de passageiros na Amazônia, incluindo a acessibilidade como uma forma facilitadora de transpor obstáculos, tem impacto direto na qualidade de vida das populações tradicionais, demonstrado, inclusive, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que relaciona qualidade de vida e a manutenção da saúde considerando a variabilidade cultural dentro de diferentes populações e países. A qualidade de vida, de acordo com a definição da OMS é a “percepção individual no contexto do sistema cultural e de valores em que vive e se relaciona dentro de seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”, e é delimitado através da saúde física do indivíduo, do estado psicológico, do nível de independência, nas relações sociais, crenças e seu relacionamento com o aspecto ambiental (WHOQOL, 1997).

O bem estar ou qualidade de vida da população amazônica, avaliado a partir da qualidade de acesso ao transporte hidroviário, pode ser feito dentro de vários enfoques, mas avaliando a qualidade dos terminais de transporte hidroviários que os ribeirinhos usufruem pode se apontar uma das formas de estabelecer a mobilidade necessária para as trocas econômicas, políticas, sociais e culturais. E como na Amazônia a interação ambiental, as relações sociais e o nível de independência surgem mediante a utilização dos rios, fica notória a relação direta e indispensável para a saúde e qualidade de vida das populações tradicionais com os terminais de passageiros que são organizados através de políticas públicas destinadas ao setor. Assim, diante deste contexto, a pergunta que orientou esta tese foi: Como a qualidade de vida de comunidades tradicionais que utilizam o transporte fluvial na Amazônia são tratadas na acessibilidade de terminais hidroviários de passageiros e pelas políticas públicas? E o presente trabalho teve como objetivo descrever as políticas públicas e a acessibilidade do transporte fluvial na Amazônia.

METODOLOGIA

A metodologia para realização da pesquisa foi feita pela análise de dados secundários e pela pesquisa de campo. Os dados secundários foram utilizados para descrever e conhecer o objeto de estudo e mensurar a atuação de políticas públicas direcionadas a ele. A pesquisa de campo foi feita para avaliar como o principal envolvido no objeto de pesquisa está inserido no contexto geográfico, econômico, cultural e político, já que Barros e Lehfeld (2013) relatam que “o investigador na pesquisa de campo assume o papel de observador e explorador, coletando e diretamente os dados no local (campo) em que se deram ou surgiram os fenômenos”. Esses dados foram posteriormente examinados e analisados.

A acessibilidade foi avaliada nos terminais fluviais de passageiros das cidades de Santarém e Oriximiná e a escolha foi feita pela representatividade da amostra com uso exclusivo do transporte pela população e por serem centros de escoamento de carga. Em Oriximiná foi avaliado o terminal hidroviário de Oriximiná que é o terminal de acesso para todos os tipos de embarcações de passageiros e foi construído e é administrado pelo poder público; em Santarém foi avaliado o terminal de Tapajós, um terminal privado, de uso exclusivo para o acesso de lanchas e o porto de Santarém, que se localiza na orla da cidade e não contempla infraestrutura.

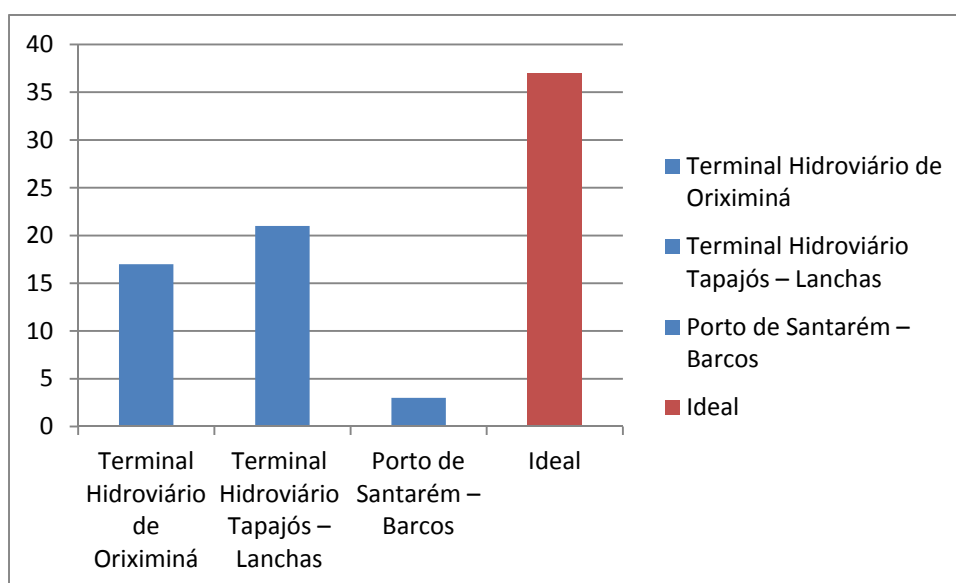
Essa metodologia incluiu a observação do examinador dos terminais com questionários avaliativos proposto pela Antaq (2013) e pela ABNT (2012). Os questionários de observação avaliaram a acessibilidade de espera e de transferência do solo ao meio de circulação, no caso, o barco ou a lancha.

As políticas públicas foram avaliadas através do posicionamento de políticos na criação da nova lei dos portos utilizando as notas taquigráficas. As emendas descritas em notas taquigráficas foram agrupadas em categorias para a melhor análise, sendo divididas em portuárias, trabalhistas, atuação da ANTAQ e relacionadas a Qualidade de vida do usuário.

ACESSIBILIDADE NOS TERMINAIS HIDROVIÁRIOS DE PASSAGEIROS NA AMAZÔNIA

Na comparação de acessibilidade entre os terminais hidroviários de Oriximiná, Tapajós e porto de Santarém pela observação a partir do questionário avaliativo proposto pela Antaq foram utilizados trinta e sete características importantes na avaliação de acessibilidade, mas quando foi realizada a observação nos terminais, foi encontrado um resultado de acessibilidade caracterizado pela presença desses pontos de forma mais próximo do ideal, em que o terminal hidroviário de Oriximiná contempla dezessete presentes, no terminal hidroviário do Tapajós foram vinte e um; e na orla de Santarém apenas três, como visto no gráfico 1.

Gráfico 1 - Avaliação de acessibilidade pelo questionário proposto pela ANTAQ nos terminais hidroviários de Santarém e Oriximiná

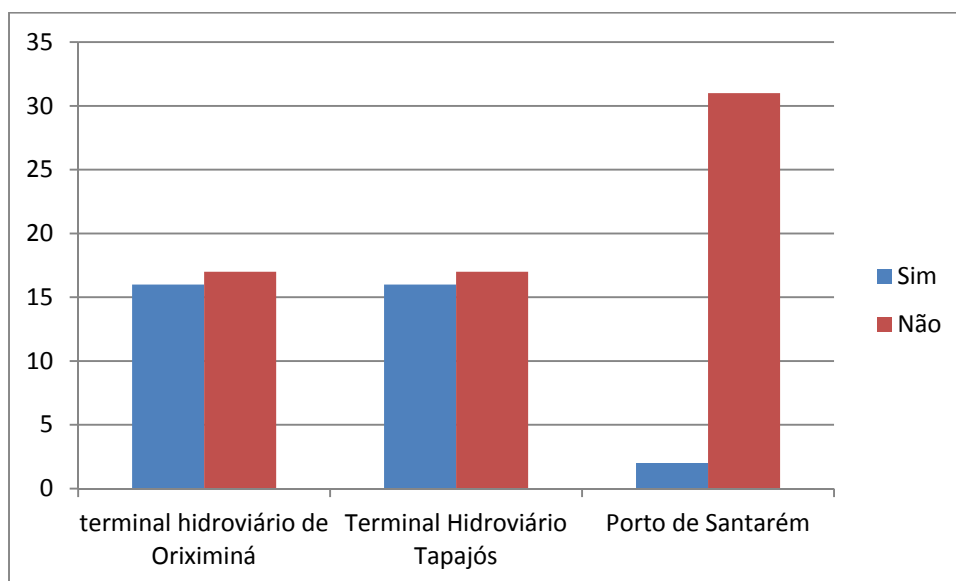


Fonte: Autor, 2015

Foi observado que os terminais investigados na Amazônia não possuem a acessibilidade prevista pelas normas nacionais definidas pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) que avalia trinta e sete características ideais e o terminal privativo de Tapajós foi o que possuiu maior pontuação, mas ainda assim não atinge as necessidades das populações tradicionais com apenas 56,75% do ideal proposto e o terminal que obteve menor acessibilidade nesse critério avaliativo foi a orla de Santarém com apenas 8% do ideal.

A outra a avaliação foi feita por um questionário que contempla as especificações definidas pela ABNT como indispensáveis para a acessibilidade, com trinta e três perguntas sobre acessibilidade para terminais de passageiros, com a opção sim para quem possui o dispositivo de acessibilidade e não para a inexistência do dispositivo. Avaliando os dados mostrados no gráfico 2, os terminais hidroviários de Oriximiná e Tapajós são semelhantes quantitativamente nos termos de acessibilidade descritos pela ABNT, mas encontram-se com menos de 50% da acessibilidade necessária ao transporte em terminais de passageiros, mas o que realmente assusta é o “terminal” de embarque de passageiros de Santarém que possui apenas dois critérios de acessibilidade que foi a presença de píer e de plataforma flutuante, mas sem infraestrutura capaz de promover a acessibilidade dentre dos critérios mais abrangentes como qualidade e eficiência de serviço, segurança, conforto, custo e tempo de viagem.

Gráfico 2 - Comparação dos dispositivos necessários de acessibilidade preconizados pela ABNT entre os terminais hidroviários de Oriximiná, Tapajós e porto de Santarém



Fonte: Autor, 2015

Concluindo que somada que soma-se as informações colhidas pela ficha avaliativa da Antaq, a acessibilidade nos terminais hidroviários na Amazônia ainda precisa de grandes melhorias, o que impacta na qualidade de vida das populações tradicionais da Amazônia que utilizam o sistema de transporte hidroviário como principal meio de deslocamento.

O acesso às embarcações na Amazônia de uma forma geral impõe várias barreiras, na pesquisa de campo onde foi feita observação de acesso às embarcações e aos terminais de passageiros na região de Santarém e Oriximiná foi constatado que o acesso em Santarém, mesmo sendo uma região central ao deslocamento da população e com maior disponibilidade de linhas,

encontra-se menos organizada que a área portuária de Oriximiná quando abordado apenas os “terminais” organizados pelo estado, mas quando comparado o terminal privativo de Tapajós, o serviço de acessibilidade se equipara ao de Oriximiná, mas ainda assim não é o ideal, sendo necessária políticas capazes de melhorar o acesso e assim a qualidade de vida da população residente nesses locais.

Pode se notar ainda, que a organização portuária na região amazônica sempre tem sido feita com investimentos privados com intuito de atrair cliente, porém de acordo com as regras de comércio, o aumento da competitividade aumenta a qualidade de serviço ao usuário, mas no caso da Amazônia não se deve esquecer que o perfil sócio econômico do usuário é de baixo poder aquisitivo levando ao pouco investimento no setor. Nesse caso o ideal é a intervenção do governo por se tratar de um serviço essencial com intuito de prover as necessidades básicas da população. E na região amazônica os incentivos na melhoria da qualidade de serviço ao usuário é muito pequeno, mantendo um grau de qualidade ainda insatisfatório para quem os utiliza como apontado na avaliação nos terminais hidroviários de Oriximiná e Santarém.

Todas as avaliações de acessibilidade e as abordagens supra citadas norteiam o pensamento de que deve-se pensar num sistema de transporte capaz de melhorar a situação dos usuários que dele se utilizam, impactando na melhoria da acessibilidade e assim maior qualidade de vida, pois quanto menor o desgaste e tempo para realizar o deslocamento menor o impacto social ao usuário, mas incluindo as medidas políticas, econômica, culturais e ambientais para o melhor resultado. Com isso, torna-se necessário a avaliação das políticas de transporte na Amazônia.

TRANSPORTE FLUVIAL NA AMAZÔNIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A lei dos portos foi responsável pela maior participação do setor privado na exploração e gestão dos portos e pela flexibilização das normas sobre relações de trabalho nos espaços portuários, porém a medida provisória 595, criada em dezembro de 2012 reescreve a Lei 8.630 e cria a Lei nº 12.815, trazendo ao país um marco regulatório que fortalece o papel da Antaq como agência reguladora, mantém a possibilidade de Administração dos Portos diretamente pela União ou por concessionário privado e exige das Companhias Docas maior eficiência através de medidas como a profissionalização de seus gestores, além disso remove as restrições à expansão dos terminais de uso privados (GUIMARÃES, 2012).

A evolução no uso, concessão ou outorga dos portos se deu de formas diferentes, assim como a qualidade na prestação de serviços e infraestrutura prestadas pelos terminais fluviais na Amazônia. Porém é observado empiricamente que suas tomadas de decisões vem sendo pensadas e articuladas por grupos de interesse que por lobby conseguem o objetivo almejado.

Porém, os grupos de interesses que buscam a qualidade de vida das populações tradicionais da Amazônia ainda tem pouca representatividade, como exemplo observamos a tramitação da nova lei dos portos que contou com grandes discussões, mas pouco enfoque para os usuários do terminais fluviais. A discussão no Congresso Nacional sobre a forma de organização dos portos girou em torno de oito emendas (4, 5, 8, 30, 58, 508, 509 e 576) relacionadas a forma de organização dos portos, sendo que dos trinta e nove deputados que se posicionaram nenhum era da região Norte e apenas cinco tem profissões relacionadas a saúde que poderiam interagir buscando ferramentas voltadas a acessibilidade e qualidade de vida aos usuários.

Como descrito por McGrath (2008) a arena da política pública é muito complexa e competitiva e os resultados obtidos através dos lobbies são feitos através de processos e táticas que não necessariamente protegem os interesses públicos.

Com isso é importante compreender como a qualidade de vida de comunidades tradicionais, usuárias do transporte fluvial na Amazônia é tratada nas tomadas de decisão que os impactam diretamente. A análise quantitativa e qualitativa durante as discussões dos “acertos” políticos no transporte e acesso portuário através da recente regulamentação portuária brasileira, geradora da nova lei dos portos, lei nº 12.815 de 2013, é um exemplo de como os grupos que exercem pressão nos legisladores podem obter melhores vantagens econômicas e políticas quando uma lei é aprovada. A inclusão na agenda política das necessidades das populações tradicionais em suas cidades e como as políticas de transporte na Amazônia são pensadas para seus usuários deveria ser um dos principais enfoques, principalmente por na constituição está definido a necessidade do acesso universal.

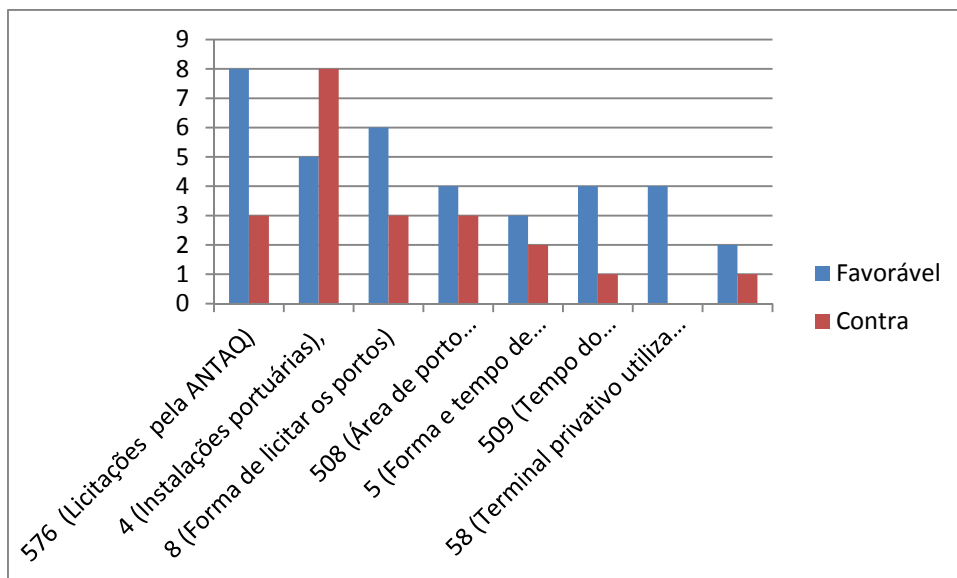
Suscitando a necessidade de avaliar como os tomadores de decisão atuam no campo político e como está representada a região Norte no embate nas discussões da arena política, foi transcrito as notas taquigráficas realizadas na Câmara dos deputados que foram responsáveis pela aprovação da medida provisória nº 595 de 2012, que foi transformada na lei nº 12.815 de 2013, conhecida como a nova lei dos Portos. Os dados foram organizados de acordo com o aparecimento da manifestação dos deputados, mediante a discussão da medida, divididos pela data, partido, estado, autor, profissão e como discutiu a medida no dia. A medida provisória foi inicialmente colocada para aprovação em oito de maio de dois mil e treze (08/05/2013), mas devido as muitas dúvidas quanto as emendas, foi retirada da agenda e retornou no dia quatorze de maio de dois mil e treze (14/05/2013), onde teve o embate político sobre as emendas que a compunham, mantendo as discussões no dia quinze de maio de dois mil e treze (15/05/2013) e apenas no dia dezesseis de maio de dois mil e treze foi aprovada para seguir ao Senado devido a urgência do Governo em aprova-la, pois nessa mesma data ela perderia a validade.

A medida provisória que tramitava na câmara constava de seiscentas e setenta e oito emendas ao seu projeto, o que demonstra a preocupação com a aprovação dessa lei, mas apenas dezesseis foram mencionadas nas notas taquigráficas. Dentre os sessenta e dois deputados que se manifestaram discursando em relação ao texto da medida provisória, somando ou subtraindo algum valor, apenas cinco representantes eram dos estados nortistas, com a representatividade dos deputados Ângelo Agnolin do Tocantins que se posicionou contrário a sua aprovação; Josué Bengtson do Pará se posicionou contrário a sua aprovação; o deputado Sibá Machado do Acre se posicionou favorável a emenda 3 que organiza a segurança feita pela guarda portuária e contrário a emenda cinco que regulamenta a forma e tempo de instalação portuária; o deputado Nilmar Ruiz de Tocantins também favorável a emenda 3 e o deputado Claudio Puty do Pará que foi favorável a emenda 59 em que contratação de trabalhadores deve ser pelo órgão gestor. Pouca discussão a cerca das emendas foram conduzidas pelos representantes amazônicos e a maioria com enfoque trabalhista. Abaixo segue a tabela 3 que contempla o posicionamento parlamentar proposto especificamente por emendas, nas quais foram agrupadas em categorias para a melhor análise, sendo divididas em portuárias, trabalhistas, atuação da ANTAQ e relacionadas a Qualidade de vida do usuário.

As emendas agrupadas como portuária são descritas no projeto como: 576 (licitações de portos feito pela ANTAQ), 4 (Instalações portuárias), 8 (forma de licitar os portos), 508 (área de porto organizado), 5 (forma e tempo de instalação portuária), 509 (tempo do concessionário de 25 anos + 25 anos), 58 (terminal privativo utiliza carga própria) e 30 (prorrogação por 25 anos ao arrendatário a partir da nova lei). As agrupadas como trabalhistas contemplam as emendas 11 (fiscalização trabalhista feita por inspeção do trabalho), 3 (Segurança feita pela Guarda Portuária), 59 (contratação de trabalhadores deve ser pelo órgão gestor), 252 (trabalhadores devem ser inscritos no órgão gestor) e 256 (administração da mão de obra do trabalhador portuário). A relacionada ao papel da ANTAQ consta das emendas 14 que visa a autorização de uso de portos pela ANTAQ devendo ser publicada imediatamente e a 12 que implementa a fiscalização pela ANTAQ e como última emenda classificada como a única que visa a qualidade de vida dos usuários do serviço, foi descrita a emenda 10 que em seu texto aponta a necessidade de "promover estudos especiais de demanda de transporte aquaviário e de atividades portuárias, por região, no sentido de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades regionais", a proposta sobre a importância regional foi feita pelo deputado nordestino André Figueiredo do PDT/CE.

O posicionamento parlamentar sobre as emendas votadas na categoria portuária segue no gráfico 2, no qual a emenda 576 que trata sobre as licitações de portos tendo que ser feitas pela ANTAQ tiveram oito posicionamentos favoráveis e três contrários; a emenda 4 sobre as instalações portuárias teve cinco favoráveis e oito contrários, por se tratar de uma emenda que obriga a caracterização das instalações portuárias para poder disponibilizar a licitação; a emenda 8 que regulamenta a forma de licitar os portos teve seis posicionamentos favoráveis e três contra; a emenda 508 que aborda a área de porto organizado teve quatro votos favoráveis e três contra, a emenda 5 que descreve a forma e tempo de instalação portuária teve três favoráveis e dois contra; a emenda 509 sobre o tempo de manutenção do concessionário de 25 anos + 25 anos manteve quatro aprovações contra uma posição contrária; a 58 que trata o terminal privativo utilizando apenas carga própria teve quatro posições favoráveis; e a emenda e 30 sobre a prorrogação por 25 anos ao arrendatário a partir da nova lei teve duas aprovações e uma posição contrária. Avaliando os posicionamentos parlamentares nota-se a grande disponibilidade dos tomadores de decisão em manter o controle portuário na mão de quem deles já usufrui, sem grandes mudanças nas solicitações de mudanças nas instalações portuárias que beneficiaria a acessibilidade e a diferenciação regional amazônica, visto que o texto original não descreve as necessidades básicas da instalação portuária, mas enfatiza as questões trabalhistas e a forma de arrendamento e controle portuário.

Gráfico 3 - Posicionamento parlamentar sobre emendas portuárias



Fonte: Câmara dos deputados, 2013

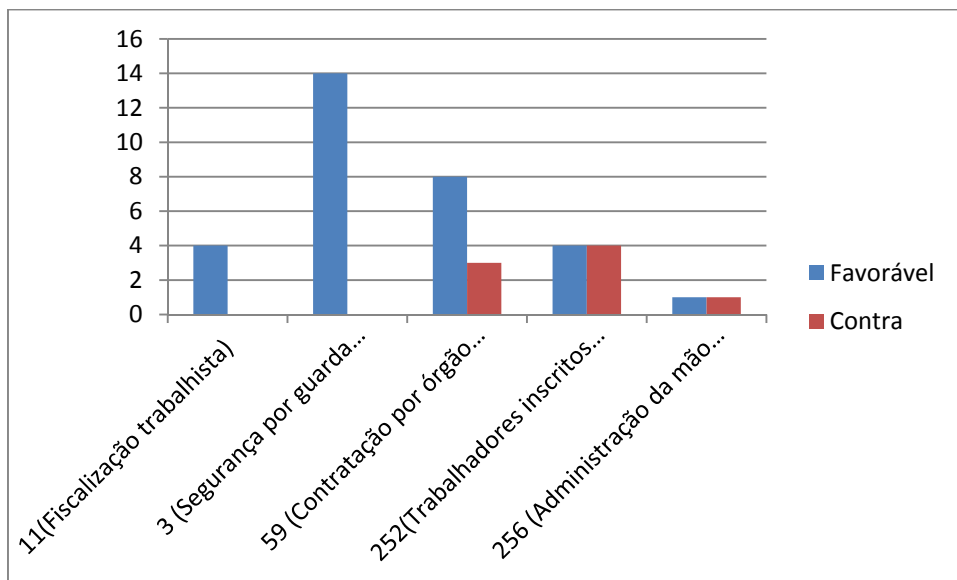
Assim como na organização portuária no Brasil, os grupos de interesse que são capazes de fazer rearranjos políticos, os *lobbies*, incluem principalmente os empresários do setor que tem interesse de investimentos a longo prazo, por isso as grandes discussões no congresso sobre o tempo de exploração da zona portuária. Como exemplo, apontamos a descrição de Brommelstroet e Nowak (2008) sobre os *lobbies* na política de transporte europeu, onde a participação do setor privado no financiamento de projetos de infraestrutura é fortemente discutida e o representante do maior grupo de lobby dos potenciais investidores nos projetos de infraestrutura enfatiza que as empresas privadas só estão dispostas a investir se houver concessões de longo prazo nos projetos, caso contrário, os riscos seriam muito grandes e inviáveis, assim a discussão política se adequa a necessidade de grupos investidores na Europa que fortalecem seus *lobbies* junto ao poder, através da pressão econômica. No Brasil, somando as pressões econômicas, encontramos maiores pressões devido a grandes financiamentos de campanhas eleitorais e assim, o atrelamento deles aos interesses específicos, notoriamente defendidos onde desempenham o poder.

Quando analisada a categoria trabalhista, nota-se que foi mantido os arranjos trabalhistas que surgiram após a Lei nº 8.630 de 1993, essa lei caracterizava-se na “modernização” dos portos com um dos objetivos da diminuição dos custos com a mão-de-obra, mas de acordo com Fernandez-Salorenzo (2007) a relação capital-trabalho ficou a cargo dos operadores privados que ocuparam o espaço e foi criado em cada porto o órgão gestor de mão-de-obra para organizar as equipes de trabalho, fazendo os sindicatos de trabalhadores perder força.

No gráfico 4 foi demonstrado o posicionamento parlamentar frente as emendas trabalhistas, na qual foram agrupadas nas emendas 11 sobre fiscalização trabalhista feita por inspeção do trabalho nos portos que tiveram quatro posicionamentos favoráveis; a emenda 3 que define a segurança feita pela guarda portuária com todos os quatorze posicionamentos favoráveis e dentre os políticos que se manifestaram em discurso, dois eram nortistas, o deputado Nilmar Ruiz do TO e Sibá Machado do AC ; na emenda 59 que trata sobre a contratação de trabalhadores portuários pelo órgão gestor também teve um representante nortista, o deputado Claudio Puty do PA que se

posicionou favorável a emenda, juntamente com outros oito deputados e três contrários; na emenda 252 em que os aponta que os trabalhadores devem obrigatoriamente ser inscritos no órgão gestor teve um empate nos posicionamentos, com quatro opiniões favoráveis e quatro opiniões contrárias e; na 256 sobre a administração do fornecimento da mão de obra do trabalhador portuário avulso e cedido em caráter permanente ao operador portuário teve também empate com um posicionamento favorável e outro contrário.

Gráfico 4 - Posicionamento parlamentar sobre emendas trabalhistas

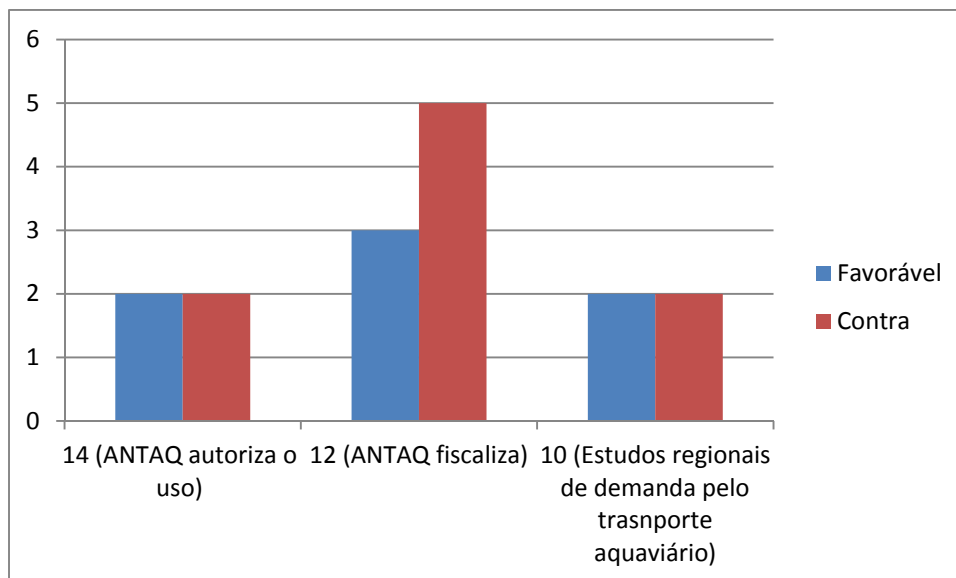


Fonte: Câmara dos deputados, 2013

Já as emendas discutidas o Congresso Nacional relacionada ao papel da ANTAQ constam das emendas 14 que visa a autorização de uso de portos pela ANTAQ devendo ser publicada imediatamente e a 12 que implementa a fiscalização pela ANTAQ e como última emenda classificada como a única que visa a qualidade de vida dos usuários do serviço, foi descrita a emenda 10 que em seu texto aponta a necessidade de "promover estudos especiais de demanda de transporte aquaviário e de atividades portuárias, por região, no sentido de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades regionais". O gráfico 5 mostra as notas taquigráficas dos posicionamentos a respeito das emendas 14, 12 e 10.

A emenda mais importante para os usuários do transporte local foi a emenda 10 que propõe os estudos regionais de demanda pelo transporte em que houveram dois posicionamentos favoráveis e dois contrários.

Gráfico 5 - Posicionamento parlamentar sobre emendas da ANTAQ e Qualidade de vida



Fonte: Câmara dos deputados, 2013

A articulação política dos grupos de interesse na acessibilidade de terminais hidroviários de passageiros não tem força política junto aos tomadores de decisão, mesmo quando estudos já relatados apontam para os benefícios econômicos e sociais da região amazônica, no entanto, as medidas que poderiam modificar e melhorar os usuários ficam em segundo plano, com enfoque maior aos interesses trabalhistas e empresariais que ao longo dos anos conseguem desempenhar fortes lobbies junto ao poder para a decisão favorece-los, e os grupos de interesse social encontram principalmente através do caminho acadêmico, suportes que possam apontar tecnicamente a necessidade de melhorias nas decisões políticas que possam impactá-los. Por isso, se faz necessário a compreensão de como os representantes regionais, que deveriam ter maior conhecimento sobre as necessidades regionais, se manifestaram em relação a modificação da lei que regulamenta o modo de vida da população.

Deve-se ter muito bom senso ao avaliar os lobbies existentes dentro de cada posicionamento político e infelizmente a preocupação real com a população amazônica ainda não encontra voz na agenda política, visto que os posicionamentos são contrários a políticas regionais.

Foi observado que o usuário do transporte que necessita de maior acessibilidade, não teve o enfoque necessário, confirmando a hipótese de que a população tradicional amazônica ainda não possui grande representatividade junto a bancada que poderia ser capaz de modificar e inserir um enfoque maior a acessibilidade.

A criação da lei expõe que a preocupação com o usuário ainda não é amplamente discutida por não haver grandes pressões regionais dos grupos de interesses, visto que a mercantilização da atividade tem principal enfoque pela possibilidade de arrecadação de doações a futuras campanhas políticas e perpetuação do poder dos mesmo que legislam pela e para a população amazônica. Esse é um dos exemplos, dentro da política de como a qualidade de vida e a acessibilidade de comunidades tradicionais que utilizam o transporte fluvial na Amazônia são tratadas nas áreas portuárias sem a devida preocupação política capaz de impactar na melhoria regional, geradores de grandes discussões a cerca das medidas trabalhistas e as concessões de mercado, mas sem

aprofundar na inclusão da maneira como o investimento no transporte hidroviário e seu acesso poderia melhorar a qualidade de vida regional.

O que é caracterizado pelo pouco investimento no setor que gerou um atraso no desenvolvimento regional, já que as características individuais econômicas, sociais, culturais e ambientais deveriam ser consideradas para o planejamento de políticas de transporte, sendo o transporte hidroviário o grande responsável pela mobilidade, qualidade de vida e sobrevivência dos ribeirinhos na Amazônia, o que por si só já justifica sua relevância.

CONCLUSÕES

Com a melhoria no sistema de transporte, aumentaria a mobilidade e acessibilidade, agindo diretamente na qualidade de vida de uma população que usufrui do transporte. Na pesquisa de campo e de dados secundários foi visto que os terminais hidroviários de passageiros começaram a existir na Amazônia, o que já aponta uma melhoria no setor, mas ainda está muito distante do ideal. Nos casos descritos na pesquisa, o terminal em Oriximiná já foi construído e melhora diretamente as condições aos usuários, podendo comprar a passagem e aguardar sua viagem, com o uso de banheiro, alimentação, conforto e melhor acessibilidade, enquanto na área portuária de Santarém não possui um local de informação e o passageiro pode aguardar direto na embarcação até o horário da viagem, sem um apoio de infraestrutura. No percurso para Oriximiná também pode ser feito por lancha e esse novo modal teve o investimento privado na criação de um terminal exclusivo que conta com mais conforto, tempo menor de viagem e mais opções de horários, mas por um preço maior que muitas vezes inviabiliza seu uso pela fonte de renda da população que utiliza o serviço não ser alta. Os resultados encontrados também demonstram que as normas brasileiras feitas pela ABNT não são completamente seguidas pelo poder público, como na construção do terminal em Oriximiná que não contempla todas as normas exigidas e no caso de Santarém o poder público não disponibiliza o mínimo para cumprir o papel de acessibilidade definido em lei.

O Estado tem um papel importante na atuação da regulação do setor pela necessidade básica do serviço, mas as providências de melhorias ainda são pequenas pelas grandes necessidades de seu uso. As decisões para o setor têm embates políticos articulados com órgãos de financiamento de campanhas eleitorais e não pelo uso das atribuições legitimadoras de quem os colocou no poder como seus representantes, o povo. No caso da Amazônia a representatividade no congresso na aprovação da lei nº 12.815 que influencia muito a vida da população amazônica teve pequena representatividade local, mesmo sabendo das articulações de representantes serem escolhidos pelos partidos, ainda assim, o conhecimento e o interesse no assunto deveria manifestar e aproximar os representantes da região Norte que contempla grande parte da Amazônia brasileira, mas não foi o que ocorreu como apontado pelos resultados na descrição das notas taquigráficas da aprovação da medida provisória que deu origem a nova lei dos portos. As diferenças regionais e a geografia local, por si só, já poderia ser a responsável por colocar os políticos locais como responsáveis pela atuação a frente das discussões.

A Amazônia não é pensada de forma individualizada, dentro de seus anseios e necessidades, encontram-se grandes disparidades no que tange ao planejamento de desenvolvimento nacional e da qualidade de vida de seus atores, sendo necessária discutir os indicadores da qualidade de vida e acessibilidade do usuário dos transportes fluviais na Amazônia. A nova lei dos portos foi responsável por gerar novos modelos de regulação e regulamentação de terminais portuários e um

deles é proveniente da criação da agência reguladora (ANTAQ) que é responsável pela fiscalização do setor.

Essa pesquisa apontou a importância do transporte hidroviário para a população na Amazônia e teve a comprovação de sua necessidade para o desenvolvimento Nacional com as discussões e foco no setor pela aprovação da nova lei dos portos, que gerou uma nova necessidade de se adequar as mudanças ao longo do tempo para as empresas exportadoras, mas que não aponta com fidedignidade as necessidades das populações locais que fazem desse meio sua única forma de mobilidade.

Por isso, ainda é necessário muito mais investimento na apropriação dos conhecimentos dos usuários do serviço como fonte de planejamento de infraestrutura para o setor, pois a região Amazônica tem suas particularidades, como a sua sazonalidade de mudanças de nível de água que diferentemente de outras regiões deve investir em tecnologias capazes de mudar os níveis de profundidade do acesso a embarcação para facilitar o acesso de mercadorias e usuários, diminuindo custos e aumentando a qualidade.

Outro fator apontado é a necessidade de estimular a relação de diferentes modais de transporte capazes de melhorar o deslocamento até a área portuária, como um dos pontos de acessibilidade avaliados, mas como essas novas tecnologias e os diferentes modais ainda não são planejados e investidos na Amazônia, o mínimo a ser concedido é a possibilidade de usufruir de infraestrutura capaz de acomodar o passageiro com requisitos básicos de acessibilidade através de terminais hidroviários de passageiros em toda a região.

As políticas públicas que são geradas por agendas feitas por lobbies ainda não são estimuladas a interagir com os atores envolvidos com o serviço e assim as tomadas de decisão são mediadas e estimuladas a favorecer o dono de capital econômico e descaracterizar os donos de capital social na Amazônia, sendo de extrema importância apontar essas falhas através de estudos técnico-científicos para disseminar conhecimento e assim, talvez, estimular investimentos para as necessidades reais da população amazônica.

Ainda há muito a ser investigado e pouca coisa descrita na literatura com pouco enfoque para o assunto, mas com a criação da agência reguladora dos transportes aquaviários é lançada a esperança de mudanças, pois um dos papéis da Antaq é desenvolver estudos em parceria com as universidades locais para o planejamento de novos investimentos para o setor.

A infraestrutura no setor iniciou com as mudanças, mas ainda há um grande distanciamento do ideal e a pesquisa feita contribui ao apontar como o transporte hidroviário é de extrema necessidade a população local e caracteriza a qualidade de vida de seus usuários através da acessibilidade e políticas públicas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário**. *Accessibility of passengers on maritime and waterway system*. Rio de Janeiro: ABNT NBR 15450:2006.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO – ANTAQ. Plano Nacional de Integração hidroviária - PNIH. **Estudo de macrolocalização dos terminais hidroviários no Brasil**. ANTAQ: Brasília, 2013. Disponível em:< <http://www.antaq.gov.br/Portal/PNIH/PropostaMacrolocalizacaoTerminais2.pdf>> Acesso em 10 de março de 2013

BROMMELSTROET, Marco te e NOWAK, Tobias. **How a court, a commissioner and a lobby group brought European transport policy to life in 1985**. *GeoJournal*, nº 72. 2008. Pp. 33–44.

FERNANDEZ-SALLORENZO, Mário Sérgio. **A força dos sindicatos trabalhistas nos portos do Brasil e da Argentina**. 115 f. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **A Nova lei dos portos**. *Revista portos e navios*. Nº 623, 2012.

MCGRATH, Conor. **The ideal lobbyist: Personal characteristics of effective lobbyists**. *Journal of Communication Management*. v. 10 n. 1, 2006. p. 67-79.

NAZARÉ, Ramiro Fernandes. **Economia e política do transporte fluvial**. Belém: Grafisa, 1989.

NAZARÉ, Ramiro Fernandes. **Globalização, o transporte e a Amazônia brasileira**. Belém: Cejup, 2001.

PENTEADO, Antônio Rocha. **O sistema portuário de Belém**. Belém: UFPA, 1973.

SILVA, Fábio Romero de Oliveira e. **Transportes turísticos na Amazônia: problemas e soluções dos principais pontos de acesso para a região**. 2008. 324 f. (Dissertação pelo Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial). Universidade de Aveiro. Portugal. 2008.

WHOQOL. **Programa on mental Health: Whoqol. Measuring quality of life**. Who, 1997.

AS TRANSFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO EM BELÉM DO PARÁ: O CASO DO BAIRRO DO REDUTO¹

Charles Paes Silva²

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as transformações do patrimônio ambiental urbano de Belém do Pará, especificamente no bairro do Reduto, destacando as mudanças e permanências no espaço urbano do bairro através da dimensão cultural representada nos diversos usos e apropriações desse patrimônio a partir das práticas socioespaciais, sendo assim, optou-se utilizar como categoria de análise a relação dialética entre forma, função, estrutura e processo, pois, as implicações dessa relação dialética estão expressas na paisagem e vida urbana do bairro do Reduto.

Palavras-chave: Reduto, Patrimônio Cultural, Produção do espaço.

RESUMEN

Este trabajo trata de analizar las transformaciones del patrimonio ambiental urbano de Belém do Pará, concretamente en el barrio del Reducto, destacando los cambios y continuidades en espacio urbano del barrio a través de la dimensión cultural representado en los diversos usos y apropiaciones de este patrimonio por las prácticas socio-espaciales, por lo tanto, se decidió utilizar como categoría analítica la relación dialéctica entre forma, función, estructura y proceso, porque, las implicaciones de esta relación dialéctica se muestran en el paisaje y la vida urbana del barrio Reducto.

Palabras clave: Reducto, Patrimonio Cultural, producción del espacio.

INTRODUÇÃO

Ao tratar da questão do patrimônio cultural em Belém, é possível identificar principalmente no sítio³ da cidade, algumas ações de preservação e restauração de bens culturais edificados voltados ao fomento da atividade turística, viabilizando com isso a prática do turismo histórico-cultural⁴. Essas práticas estão concentradas nos bairros da Cidade velha e da Campina tombados⁵ em 2011 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, porém, no sítio da cidade estão presentes também bairros não tombados, dentre eles temos o bairro do Reduto que possui um valor histórico significativo que, no entanto, ainda requer ações mais efetivas em prol da preservação de seus marcos simbólicos⁶ que demonstram potencialidades para o exercício do turismo histórico-cultural.

¹O presente trabalho é resultado da pesquisa de iniciação científica desenvolvida pelo o autor no período de 2014-2015 no grupo de pesquisa em Geografia do Turismo – GGEOTUR coordenado pela Prof^aDr. Maria Goretti da Costa Tavares.

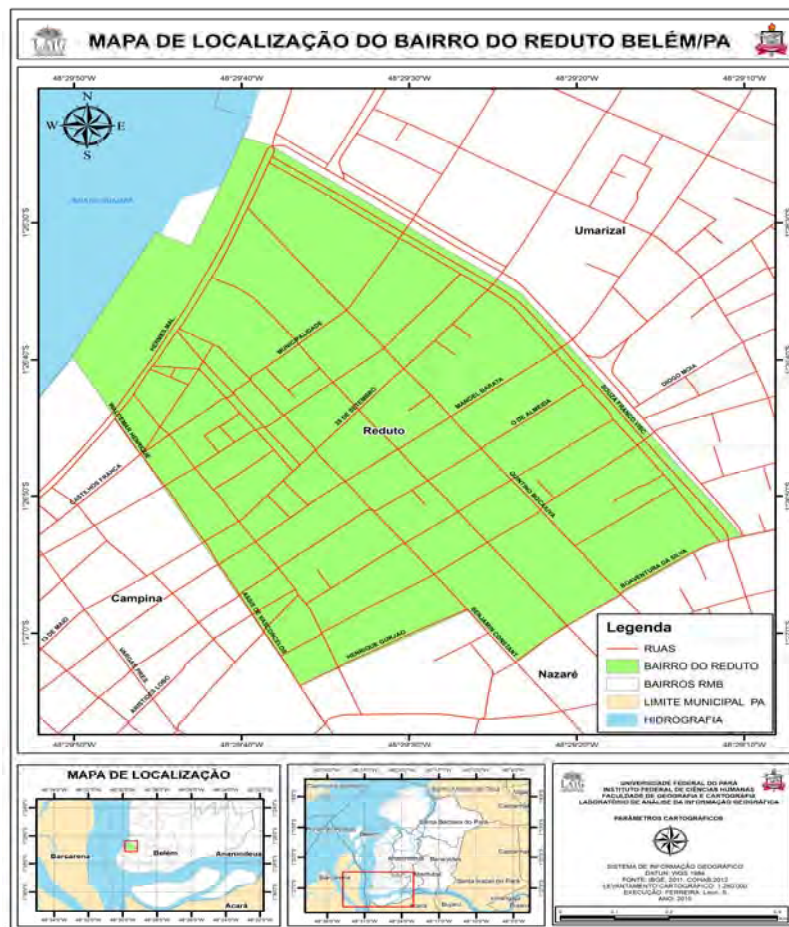
² Graduando em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: charlespaesufpa@gmail.com

³ Segundo Oliveira (2005, p.30) *Sítio* é um conceito locacional na medida em que estabelece a posição de um dado objeto em relação à outros. O conceito de sítio é muito utilizado para fazer referência ao lugar onde a cidade se desenvolve ou onde ela foi implantada inicialmente, trata-se do chamando sítio urbano.

⁴ Modalidade de turismo onde é valorizada nos roteiros a história do local visitado, revelando seu patrimônio artístico e arquitetônico, manifestações culturais, gastronomia e etc.

⁵ O tombamento é o mais tradicional dos instrumentos de reconhecimento e proteção do patrimônio nacional e foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Sendo hoje aplicado a bens materiais e imateriais.

⁶ Formas espaciais que simbolizam a história do bairro.



Mapa 1

Sendo assim, procurou-se no presente trabalho analisar o bairro do Reduto enquanto patrimônio ambiental urbano da cidade, levando em consideração a dimensão cultural urbana, identificando os marcos simbólicos inseridos no espaço urbano do bairro como formas espaciais que expressam a memória e identidade do referido bairro, além disso, procurou-se identificar os usos e apropriações do bairro e de seus elementos representativos advindos das práticas socioespaciais.

METODOLOGIA

Ao estudo que aqui se propôs desenvolver, optou-se utilizar como categoria de análise a relação dialética entre forma, função, estrutura e processo, as implicações dessa relação estão expressas na paisagem urbana do bairro do Reduto resultado da produção do seu espaço. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento e análise bibliográfica sobre o sítio de Belém, especificamente o bairro do Reduto, patrimônio ambiental urbano e produção do espaço. Para a realização do levantamento bibliográfico foram consultadas obras como dissertações, livros e artigos que serviram para dar embasamento teórico à análise, assim, foi possível reconstituir o processo de produção do espaço do bairro do Reduto e como podemos entendê-lo como patrimônio ambiental urbano.

O trabalho de campo e registro fotográfico *in loco* foi feito através da participação do autor deste trabalho e de colaboradores no projeto de extensão "Roteiros Geo-turísticos" da Faculdade de

Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, coordenado pela Prof^aDr. Maria Goretti da Costa Tavares, esse projeto realizou em Setembro de 2013 o primeiro roteiro geo-turístico no bairro do Reduto, onde foi possível identificar os usos e apropriações do bairro e de suas formas espaciais que podem ser também interpretadas como marcos simbólicos, haja vista que, possuem relevante valor histórico, além disso, foram feitos levantamentos de fotografias antigas e produção cartográfica da área de estudo.

PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO: BREVE ANÁLISE

As análises acerca do patrimônio que são produzidas pelas diferentes áreas do conhecimento têm como objetos de estudo, o patrimônio natural, o patrimônio histórico-arquitetônico, o patrimônio arqueológico e dentre outros, percebe-se com isso que o conceito de patrimônio é associado a diversos adjetivos, no entanto, na maioria desses trabalhos a ênfase é dada ao patrimônio cultural caracterizado como uma categoria que transita entre o material e o imaterial.

O patrimônio material se refere a bens tangíveis, ou seja, a bens que podemos tocar, sejam móveis e imóveis como monumentos arquitetônicos, objetos de arte, livros, documentos, núcleos urbanos e seus edifícios. O patrimônio imaterial se refere a bens intangíveis, ou seja, se refere a bens que não podemos tocar como as idéias, costumes, crenças, danças, rituais e saberes, reunindo em si essas duas dimensões. No entanto, além do material e imaterial, está incluído também o elemento natural como as áreas naturais legalmente protegidas, ou seja, patrimônio material, imaterial e natural compõe o patrimônio cultural.

Em termos de políticas voltadas a preservação do patrimônio, a França é o país pioneiro, pois, desde a revolução francesa no século XVIII surgiu uma preocupação do estado em proteger seus bens materiais de valor histórico. No Brasil essa preocupação tem seus primórdios no início do século XX sob a influência do movimento modernista, no entanto, essas políticas patrimoniais na maioria dos casos, buscam privilegiar os monumentos isolados, negligenciando o ambiente urbano. Segundo Yazigi (2006, p.69):

No século XX a noção de monumento para fins de preservação da memória logo se revelou insuficiente, levando os estudiosos da área a formularem a Carta de Veneza fundamentada na preservação de zonas de ambiência com as quais os bens têm relações tradicionais. Percebeu-se que outras áreas deveriam ser preservadas, mesmo sem monumentos e o recurso do tombamento.

A carta de Veneza trouxe algo novo referente à proteção do patrimônio ao incluir as zonas de ambiência, pois, através de suas diretrizes foi possível pensar no patrimônio ambiental urbano. Nesse sentido, as análises sobre o patrimônio cultural não devem se concentrar apenas no monumento, mas também, no ambiente onde estão localizados, haja vista que, esse ambiente é o meio onde se efetivam relações socioespaciais. Segundo Oliveira (2005, p.33):

O patrimônio ambiental urbano, como parte integrante do espaço, é o presente em constante mutação, sendo constituído por formas pretéritas e atuais mais a dimensão social que o compõe. Ou seja, é o resultado da intrusão da sociedade em formas que não mudam de lugar, mas sofrem alteração de função e significação.

A partir dessa definição devemos ter a compreensão que a noção de patrimônio ambiental urbano não trata das características da categoria patrimônio enquanto conjunto de formas/objetos

que funcionam de forma isolada, na verdade, são recortes do espaço geográfico dispostos enquanto formas-conteúdo associadas ao conjunto de ações que produzem a criação e transformação dessas formas, além de características específicas que as diferenciam de outros recortes espaciais. Através desse viés, é possível pensar o bairro do Reduto enquanto patrimônio ambiental urbano da cidade, pois, estamos nos referindo a um bairro que não é apenas um espaço portador de formas herdadas do passado, mas, um ambiente onde se efetivam relações sociais que se materializam no processo de produção do espaço.

O termo ambiente pode parecer confuso quando associado ao termo urbano, no entanto, o ambiente que queremos tratar nesse trabalho vai na mesma linha de outras abordagens como a de Yazigi (2006) que buscam tratar de um ambiente que tem o sentido de relação, ou seja, compreender o patrimônio não apenas pelo seu significado tradicional de monumento isolado, mas, de um espaço como meio onde se efetivam relações socioespaciais.

Essas relações socioespaciais estão materializadas através das formas que além de conter frações do todo social, possuem função e significação, mas, como a sociedade é dinâmica, a cada momento é atribuída a essas formas funções, significações e frações diferentes do todo social, pois, elas estão constantemente em processo de mudança, assim, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo (SANTOS 1988).

O patrimônio ambiental urbano, destacando aqui a nossa área de estudo que é o bairro do Reduto, é uma forma-conteúdo que expressa como os homens organizam sua sociedade e usam seu espaço, forma que é o aspecto visível de um objeto, como um bairro, dependendo da escala adotada. Essas formas podem também estar dispostas no espaço como rugosidades espaciais, pois, inúmeras dessas formas foram construídas no passado e estão no presente como heranças exercendo a mesma ou diferente função. A função é a atividade, tarefa ou papel ao qual a forma foi produzida para desempenhar, ou seja, toda forma é criada para realizar uma ou várias funções. Essa relação entre forma e função não está dissociada da estrutura que é o contexto socioeconômico em um dado momento do tempo da sociedade no qual a forma foi criada. A forma, função e estrutura estão sobre a ação de um processo que é o movimento contínuo que implica mudanças ao longo do tempo.

As evidências do processo de produção do espaço do bairro do Reduto advindas da relação entre forma, função, estrutura e processo estão circunscritas na sua paisagem, desse modo, partindo da perspectiva sobre a dimensão cultural urbana, podemos compreender que a paisagem representa o resultado dos vários momentos que a sociedade vem usando e se apropriando culturalmente do bairro do Reduto. No decorrer do tempo, o patrimônio ambiental urbano sofre diferentes usos e apropriações que implicam diretamente na produção do espaço. Dessa maneira, faz-se necessário para a nossa análise compreender como vem se efetivando a produção do espaço do bairro do Reduto para que seja possível identificar os usos e apropriações desse patrimônio.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO DO REDUTO

Para tratar brevemente acerca da formação socioespacial do bairro do Reduto, optou-se em dividir esse processo em três períodos distintos. O primeiro tem seu princípio no ano de 1751 e vai até 1890, esse período corresponde ao início da formação territorial do bairro e da atividade comercial que o Reduto passou a exercer, o segundo inicia-se em 1890 e vai até 1950, período de grandes repercussões trazidas pelo desenvolvimento da atividade gomífera na Amazônia, nesse contexto Belém e conseqüentemente o bairro do Reduto, sofreu transformações urbanísticas e um grande impulso industrial, e o terceiro tem seu início em 1950 e ainda caracteriza o momento atual do bairro, marcado pelo declínio industrial e o surgimento de outros usos e apropriações do seu espaço.

Formação territorial e a atividade comercial do bairro do Reduto (1751-1890)

A formação territorial do bairro do Reduto seguiu a estratégia portuguesa no território amazônico que segundo Gonçalves (2012) foi ocupado no período colonial entre a cruz e a espada, ou seja, a penetração e conquista do território deu-se por meio da fundação de fortificações militares e igrejas. Essa estratégia já havia sido efetivada nos dois primeiros núcleos urbanos da cidade, os bairros Cidade (atual Cidade Velha) e da Campina. Segundo Cruz (1973) até o fim do século XVIII, Belém contava com uma população que estava distribuída nos dois núcleos urbanos mencionados anteriormente, no entanto, ainda na segunda metade do século XVIII o governador da província Fernando da Costa de Athaide Teive, ordenou em 1751 a construção de um Reduto que consistia em uma pequena praça de guerra próximo ao antigo convento de Santo Antônio.

A construção do Reduto expressava a preocupação do governo da província com a proteção da colônia, sendo assim, Belém passou a ter uma linha de defesa formada: pelo forte do Castelo, forte da Barra, forte de São Pedro Nolasco e o Reduto de São José. Segundo Meira filho (1976, p.639):

Para garantir a segurança da sede da colônia e a conselho e experiência dos locais estratégicos do litoral à entrada da cidade, o governador determina a construção de um Reduto, próximo ao Convento de Santo Antônio para funcionar de comum alcance com as bases dos fortes do Castelo e da Barra, apoiados pelo forte de São Pedro Nolasco, em frente aos Mercedários. Obra simples informa Baena: 'Reduto de fachina a borda d'agua perto ao lado oriental da Cerca do Convento de Santo Antônio com a barma circuitada de uma pallissada. A este Reducto deu-se o nome de São José.'(a)

Esse autor ainda afirma que o Reduto quando erguido, não representou apenas a formação militar e de proteção da cidade, mas também um passo ao crescimento e expansão de Belém. Segundo Sousa (2009) no início do século XIX o governo construiu um semi baluarte e uma muralha unindo a fortificação de Santo Antônio com a de São José, no entanto, após essa muralha ser demolida em 1832 foi construída uma praça e as primeiras ruas foram sendo abertas, porém, essa expansão teve obstáculos, pois, devido à existência de duas bacias, a do Igarapé da Fábrica e a do Igarapé das Almas, o terreno do bairro era alagadiço dificultando sua ocupação. Com isso, o governo realizou obras de terraplenagem e urbanização, assim, ruas e caminhos foram abertos ligando o bairro ao núcleo já existente (bairros Cidade e Campina) passando a ser inserido no espaço urbano de Belém.

As atividades comerciais foram responsáveis pela organização espacial no bairro, o comércio estava concentrado na Rua 28 de Setembro e na Docca do Reduto (Docca do Imperador) construída no século XIX no Igarapé do Reduto⁷ (Igarapé da Fábrica) demonstrando a importância que essa docca tinha ao contexto econômico da cidade. Essas atividades comerciais fizeram do bairro do Reduto um espaço de grande circulação de pessoas, segundo Sousa (2009, p.36) através das fotografias da época é possível observar que apesar dos elementos naturais, o bairro não era um espaço de lazer, mas de trabalho algo compatível com o movimento urbano de modernização da cidade.

⁷ Esse igarapé já foi denominado de Igarapé da Fábrica devido à existência de uma fábrica de sola perto de sua margem, no entanto, em diversas obras encontramos a denominação de Igarapé do Reduto, após obras de melhoramento portuário foi construída uma docca nesse igarapé, a Docca do Imperador também conhecida como Docca do Reduto.

Figura 1: Antiga Doca do Reduto onde era exercida uma intensa atividade comercial.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=660528>

Figura 2: Drenagem da Bacia do Reduto



Fonte: Sousa, 2009.

Figura 3: Canal do Reduto ou como também é conhecido canal da 28, onde se encontra hoje o canal, existia a famosa Doca do Reduto ou Doca do Imperador.



Fonte: Costa, Marcos. Maio/2015

O boom da borracha, a (re) estruturação do espaço urbano e o impulso industrial (1890-1950)

A década de 1890 é considerada o início de um novo momento econômico para a cidade de Belém do Pará, devido ao boom da produção da borracha que expressa o desenvolvimento da atividade gomífera na Amazônia naquele período. O capital advindo dessa atividade possibilitou realizar em Belém uma verdadeira (re) estruturação do espaço urbano inspiradas nas políticas urbanísticas de Paris na França, período conhecido como a Belle-époque. De acordo com Trindade Jr. (1997, p.39):

Esse novo momento da economia regional se traduz em Belém não só em termos de seu crescimento populacional, como também numa série de medidas diretamente voltadas para a (re) estruturação do espaço urbano, dadas as dimensões e a relevância que este passa a ter, enquanto locus de acumulação e sustentação da riqueza gerada pela produção gomífera.

A (re) estruturação do espaço urbano teve repercussões no bairro do Reduto, podemos mencionar o aterramento do Igarapé do Reduto sob autorização do governo, visando construir um grande porto em Belém para facilitar o escoamento da produção da borracha e de outros produtos, com isso, optou-se por eliminar as pequenas docas e portos rudimentares que existiam naquela área como a Doca do Reduto, diante disso, houve um declínio do comércio existente no bairro.

Além da atividade comercial, o bairro do Reduto concentrava as instalações industriais, as modernizações advindas com a atividade gomífera criaram condições para que novas fábricas fossem instaladas, com isso, o bairro tornou-se um verdadeiro parque industrial com a presença de várias fábricas localizadas principalmente na Rua da Indústria e Rua da Municipalidade, isso possibilitou a construção de vilas a serem alugadas por funcionários que devido aos preços elevados dos aluguéis, somente funcionários de cargos superiores tinham condições financeiras para morar nessas vilas. Mesmo depois com a crise da produção da borracha, os investimentos eram concentrados no setor industrial do bairro, o que se observa nesse momento é que o bairro do Reduto exercia a função de um bairro industrial atraindo um contingente de operário bastante significativo.

Figura 4: Rua da Indústria (atual Rua Gaspar Viana) podemos observar as instalações de algumas indústrias em um dos principais eixos do bairro.



Fonte: Sousa, 2009.

Declínio industrial e os novos usos e apropriações (1950- até o momento atual do bairro do Reduto)

A partir da década de 1950 há um declínio industrial no bairro do Reduto, que de acordo com Sousa (2009, p.79) muitas fábricas fecharam as portas após a abertura da Rodovia Belém-Brasília, que possibilitou que vários produtos do sudeste brasileiro entrassem na cidade, criando uma competição entre os produtos locais e os produtos do sudeste, porém, as fábricas do Reduto não resistiram à competição e encerraram suas atividades, somente algumas fábricas continuaram por algum tempo abertas devido à ajuda do governo estadual.

Com o fechamento da maioria das fábricas houve também um declínio populacional, haja vista que, os moradores residentes no bairro que tinham ligações com as fábricas ou com o comércio optaram por sair do bairro. Atualmente nas ruas do bairro do Reduto não existe mais aquele fluxo grande de pessoas que circulavam no período áureo das indústrias e os prédios das antigas fábricas desempenham outras funções como a de depósito, instituições públicas, casas de eventos, estacionamento de carros. Parte das vilas que era residência de funcionários das fábricas, possuem hoje outros moradores e algumas vilas foram abandonadas e outras exercem funções de comércio, bares e restaurantes. Outras edificações infelizmente desapareceram e hoje para serem visualizadas recorremos à fotografias antigas ou a existência delas é informada através de relatos de antigos moradores do bairro.

Figura 5: Travesso Rui Barbosa, hoje o bairro já não possui aquele intenso movimento dos operários.



Fonte: Costa, Marcos. Maio/2015

USOS E APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO NO BAIRRO DO REDUTO

O patrimônio ambiental urbano do bairro do Reduto é constituído por formas espaciais que representam as mudanças e permanências das relações socioespaciais que ali ocorrem, ou seja, as transformações na maneira como os indivíduos se relacionam no espaço urbano do bairro, seja na sua produção, nas formas de usar e se apropriar daquele espaço expressando a dimensão cultural urbana.

a) Uso militar

Como mencionado aqui anteriormente, o nome do bairro surgiu a partir da pequena praça de

guerra chamada Reduto de São José, utilizado para defender a cidade. Esse uso militar perdurou por muitos anos no bairro, pois, na área onde estava localizado o referido reduto, construiu-se no final do século XIX, a sede do 1º regimento militar, posteriormente essa forma espacial serviu como sede do batalhão de infantaria da polícia militar, batalhão de guardas da polícia militar e depois sede do 2º batalhão da polícia militar do Estado. Essa antiga sede ainda permanece no bairro do Reduto como uma rugosidade espacial, sendo um exemplo de edificação tombada pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará - SECULT, ou seja, essa edificação possui um mecanismo para sua preservação, além do mais, representa o uso militar que caracterizou o surgimento do bairro no período colonial, porém, além do uso militar essa edificação já foi sede do evento casa cor⁸, atualmente essa forma espacial não possui outra função.

Figura 6: Antiga sede do 2º batalhão da polícia militar, nesse local encontrava-se o Reduto de São José.



Fonte: Costa, Marcos. Maio/2015

b) As antigas fábricas

A paisagem atual do bairro do Reduto ainda é marcada por formas espaciais que remetem ao período de intensa atividade industrial que caracterizava o bairro como o setor fabril da cidade, a grande concentração de fábricas de diversos ramos na área em questão, proporcionou ao Reduto a imagem de bairro industrial de Belém. No entanto, o que se observa é que a maioria dessas formas espaciais perdeu suas funções originais e adquiriram funções novas, além disso, para atender as novas funções a edificação das antigas fábricas foi modificada parcialmente ou integralmente, resultado da falta de ações efetivas para a preservação dessas edificações.

⁸ A CASA COR é referência em mostra de arquitetura, decoração e paisagismo das Américas. O evento reúne, anualmente, renomados arquitetos, decoradores e paisagistas. Em 2008 o antigo prédio do batalhão da polícia militar foi utilizado nesse evento, foram feitas reformas no prédio que representaram uma nova perspectiva de uso no bairro do Reduto.

Figura 7: Fábrica Perseverança, hoje funciona um estabelecimento de ensino.



Fonte: Costa, Marcos. Maio/2015.

Há também formas espaciais que mesmo exercendo outra função mantêm a edificação praticamente intacta como o prédio da antiga fábrica Perseverança que segundo Souza (2009, p.70):

Esse grupo de fábricas fora inicialmente um pequeno núcleo fabril de cabos e aniagem de Ferreira Cruz e Cia, fundada em 1895 e que por sete anos lutou contra as dificuldades financeiras, fechou suas portas em 1902. Quatro anos depois a pequena fábrica foi comprada pela firma Martins Jorge e Cia. passando a constituir-se então como fábrica Perseverança. O grupo que assumiu a organização industrial da empresa investiu enormes capitais em aparelhagem e no maquinismo, passando a produzir com eficiência cabos, aniagem, sacaria, barbantes, linhas para pesca e algodão hidrófilo, concorrendo com várias empresas do sul do país.

Outras formas espaciais exercem a função de depósitos ou casas de shows e estacionamento de carros onde mantêm apenas a fachada ou pequena parte da edificação original preservada. Porém, em meio a tantas modificações existem antigas fábricas que estão preservadas e exercendo a mesma função como a perfumaria Phebo que segundo Souza (2009, p.73)

Fundada em 1924 por dois portugueses, João da Silva Santiago e Maximiano Rodrigues da Costa nas proximidades do igarapé das almas, como uma pequena perfumaria de nome "Lusitane", que contando com dez operários queriam somente fabricar colônias, loções, talcos e sabonetes para vender na própria região. Em 1931, desenvolvendo pesquisas utilizando as essências regionais, Mario Santiago e Antônio Santiago filho e sobrinho de João da Silva Santiago, descobriram uma fórmula de produção de um sabonete glicerinado, transparente de cor preta. Surgia assim uma das marcas paraense de maior representatividade no mercado externo: o sabonete Phebo.

Figura 8: Fábrica Phebo uma das mais tradicionais do bairro. (casa granado do Brasil)



Fonte: Costa, Marcos. Maio/2015.

Deve-se reconhecer que as antigas fábricas como testemunhos tangíveis e intangíveis da atividade industrial sempre presente no bairro, são marcos simbólicos que carregam um valor cultural tanto para a memória da indústria paraense quanto para a identidade do bairro, sendo assim, é inegável a necessidade de valorizá-las como um lugar de importância cultural.

c) As antigas vilas dos operários

Segundo Souza (2009) no processo de industrialização brasileira, muitos proprietários de fábricas costumavam construir vilas destinadas aos funcionários, essa iniciativa ocorria concomitantemente com as recomendações do poder público acerca da habitação do operariado urbano brasileiro. Em Belém, especificamente, no bairro do Reduto o mesmo padrão foi seguido, pois, foram criadas inúmeras vilas que tinham o objetivo de servir de moradia aos trabalhadores das fábricas localizadas no bairro, no entanto, Souza (2009) chama ainda atenção ao fato que a maior parte dos funcionários das fábricas moravam em bairros periféricos da cidade e não no bairro do Reduto.

Figura 9: Vila Rafael Ferreira Gomes



Fonte: Costa, Marcos. Maio/2015.

Atualmente podemos observar que essas formas espaciais ainda são utilizadas como moradias, no entanto, foram também adaptadas para exercerem a função de bares, boates e lojas.

Figura 10: Exemplo de Vila sendo utilizados em outras funções.



Fonte: Costa, Marcos. Maio/2015.

d) Os usos e apropriações recentes

As transformações no espaço urbano são contínuas e as formas espaciais que o compõem estão sempre em um processo de mudança, com isso a cada estrutura socioeconômica da sociedade é possível observar usos e apropriações diferentes de uma determinada área. Nos últimos anos, surgiram no bairro do Reduto usos e apropriações de conteúdo diferente ao que era observado anteriormente. Quando adentramos no bairro e olhamos sua paisagem urbana, podemos perceber que há um alto e baixo reduto, essa denominação é pensada para além das cotas altimétricas, o que destacamos aqui é o conteúdo das formas.

No baixo Reduto estão concentradas as formas espaciais mais antigas e no alto Reduto as formas espaciais mais recentes que possuem funções completamente diferentes em relação ao papel que a área em foco desempenhou em estruturas socioeconômicas anteriores da cidade, um exemplo é o shopping Boulevard construído no lugar onde se encontrava a antiga Usina Brasil que atuava no beneficiamento de alimentos. Podemos destacar também o novo terminal hidroviário construído em um dos galpões do antigo Porto de Belém, que representa uma nova iniciativa pública no bairro.

Figura 11 – Shopping Boulevard e o novo Terminal Hidroviário de Belém respectivamente. Formas espaciais que representam novos usos e apropriações do bairro.



Fonte: Fonte: Agência Pará. <http://www.agenciapara.com.br/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos o patrimônio ambiental urbano do bairro do Reduto, procuramos chamar atenção às transformações urbanas que estão ocorrendo nesse recorte do sítio urbano da cidade, mudanças que não estão restritas ao espaço físico, pois, abrangem aspectos subjetivos, ou seja, o ambiente do bairro. No entanto, observamos que as transformações que ocorrem no Reduto, não estão sendo acompanhadas por ações políticas efetivas que busquem a preservação dos seus marcos simbólicos, representados pelas formas espaciais que expressam a memória e identidade do bairro do Reduto.

Atualmente, em termos de preservação do patrimônio cultural no bairro, temos o tombamento de duas edificações, o antigo prédio do 2º batalhão da polícia militar e o prédio do centro de memória da Amazônia, ambos tombados pela SECULT/PA. Há também o projeto de revitalização da sua zona portuária conforme mencionado anteriormente, além disso, Souza (2009, p.16) afirma que:

Em 1994 a Câmara Municipal de Belém através da Lei 7.709 regulamentou a preservação do patrimônio histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do município de Belém protegendo principalmente a parte mais antiga da cidade. O bairro do Reduto classificado por esta lei como Zona de uso mista é considerada uma zona especial do Patrimônio Histórico por está situado na área de entorno do Centro Histórico da cidade de Belém.

Essa lei representa um obstáculo para as mudanças que possam descaracterizar o conjunto arquitetônico do bairro, porém, antes dessa lei ser decretada, alguns edifícios de mais de 7 metros já haviam sido construídos, além disso, essa lei demonstra não ser eficaz, devido ao fato que o conjunto arquitetônico do bairro vem sofrendo modificações significativas nos últimos anos, a presença de um grande shopping na área em foco é um exemplo a ser considerado.

Entretanto, há iniciativas que buscam conscientizar a população da cidade da importância do bairro do Reduto como um patrimônio cultural e revelam sua história tão peculiar, podemos citar entre as iniciativas o projeto de extensão roteiros geo-turísticos da Universidade Federal do Pará -

UFPA e o projeto circular Cidade Velha-Campina-Reduto, há também projetos como o "Reduto Walls" idealizado pelo artista Sebastião Tapajós Júnior, esse projeto busca transformar o bairro em um museu a céu aberto utilizando os muros das edificações para trabalhos com grafite. Nos roteiros geo-turísticos realizados no Reduto, os moradores do bairro e de outras áreas da cidade demonstram compreender a importância de ações que busquem a valorização e preservação do patrimônio no bairro do Reduto. Além disso, o bairro do Reduto demonstra potencialidades para o turismo histórico-cultural, as antigas edificações de fábricas e vilas poderiam ser utilizadas em projetos voltados para a atividade turística, inúmeras cidades já utilizam o chamado patrimônio industrial como recurso para o desenvolvimento do turismo.

Em Belém, iniciativas semelhantes já foram realizadas desde 2001 em diversos pontos da cidade, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará-PDT já previa ações para a recuperação de edificações históricas e o Plano Estratégico de Turismo VER-O-PARÁ que demonstra mudanças em relação ao patrimônio cultural tendo a cultura como um dos seus principais segmentos, prever projetos de revitalização do patrimônio histórico-cultural, conforme já apresentamos em Silva (2014). Em outras cidades a relação entre patrimônio ambiental urbano e turismo demonstrou ser uma maneira eficaz de valorização e preservação do patrimônio cultural, dentre elas, é possível haver exemplos que a cidade de Belém pode seguir.

REFERÊNCIAS

- CANCLINI, Néstor García. **O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan; n° 23, p. 94-115, 1994.
- CORRÊA, R.C. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CRUZ, E. **História de Belém**. Universidade Federal do Pará, 1973.
- CRUZ, R. de C. A. **Introdução à Geografias do turismo**. São Paulo: Roca, 2003.
- _____. **Patrimonialização do patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço**. Revista GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, n° 31, pp. 95 – 114, 2012.
- FILHO, A.M. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará**. Fundação e História. I e II volume. 1ªed. Belém, 1976.
- FONSECA, M.C.L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1996.
- NIGRO, C. **Da Defesa do Patrimônio ao Turismo Cultural**. X ENGA. São Paulo, 2005.
- _____. **As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia**. In: PAES, M.T.D.; OLIVEIRA M.R.S. (org.) **Geografia, Turismo e Patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010, p.55-60.
- Oliveira, M.R.S. **Gestão patrimonial em Ouro Preto: alcances e limites das políticas públicas preservacionistas**. Dissertação de mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de

Campinas, São Paulo, 2005.

PARÁ, Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento turístico do Estado do Pará**. Belém: PARATUR, 2001.

PARÁ. Governo do Estado. **Plano estratégico de Turismo VER-O-PARÁ**. Belém: Companhia Paraense de Turismo –PARATUR, 2011.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará: estudo de geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968.

SOUSA, R.F.P. **Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)**. Dissertação de mestrado (História Social da Amazônia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Pará, 2009.

SAUER, C.O. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TRINDADE Jr., S.C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA – UFPA. 1997.

YAZIGI, E. **A conceituação do patrimônio ambiental urbano em países emergentes**. GeoNova, Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, n. 12, 2015.

_____. **O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada**. Revista Hospitalidade. São Paulo, v. IX, n.1, p. 22-51, 2012.

SILVA, C.P. Turismo e patrimônio cultural em Belém do Pará: Mudanças e permanências das políticas públicas. In: **SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 25., 2014, Belém. Anais... Belém:UFPA, 2014. 1 CD-ROM.



NARCOTRÁFICO, MILÍCIAS E ESTADO: TERRITÓRIOS E CONFLITOS NA PERIFERIA DE BELÉM - PA

Aiala Colares Couto¹

RESUMO

A urbanização brasileira configurou espacialmente as metrópoles como lócus de reprodução de conflitos sociais de várias ordens, sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais ou institucionais. Este processo se tornou quase uma regra geral para muitos países latino-americanos que a partir dos pós-Segunda Guerra Mundial tiveram na macrocefalia urbana um dos grandes problemas de ocupação humana. Assim, o objetivo deste trabalho é abordar os conflitos territoriais na cidade de Belém na Amazônia Oriental, sobretudo, envolvendo o narcotráfico, as milícias e o estado, ambos apresentando formas distintas de territorialidades, o que se manifesta na forma de reprodução dos processos fragmentadores associadas à expansão da violência urbana. A metodologia utilizada nesta pesquisa está fundamentada em trabalho de campo com relatórios, entrevistas semi-estruturadas e observações sistemáticas, além de revisão da literatura e análise documental, o que de certa forma contribui para uma relação empírica e teórica a partir do objeto estudado. Destaca-se que a estrutura complexa do espaço intra-urbano da metrópole, associadas a precariedade das políticas urbanas, promovem as mais diversas formas de manifestação da criminalidade violenta nas cidades. Sendo assim, Belém assiste a uma fragilidade das políticas de segurança pública que motivam formas alternativas de autoproteção legitimando a ação de grupos criminosos que se apropriam do espaço a partir de relações de poder que configuram múltiplos territórios.

Palavras-Chave: Metrópole. Narcotráfico, Milícias. Estado. Violência

1 AS REDES NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO NARCOTRÁFICO A PARTIR DA ZONA SUL DE BELÉM

A crise urbana anunciada por alguns vem nos demonstrando outras variáveis para a sua compreensão. Muito se atentou para o fato de associar a crise urbana no Brasil aos processos de produção capitalista do espaço no qual a cidade transforma-se em mercadoria para se fazer negócios associados ao mercado imobiliário especulativo. Nestes termos, cada vez mais as grandes metrópoles se veem em meio a uma crescente fragmentação de seu tecido social que se reflete nas formas de uso e ocupação do solo.

Em países subdesenvolvidos o que nos chama atenção é o fato de ainda encontramos uma organização espacial do tipo centro-periferia em que prevalece tipos de habitações precárias em áreas de risco ou desvalorizadas do mercado imobiliário, mas além disso, permanece um déficit habitacional que força a população a procurar as mais diversas formas de sobrevivência e de moradia na cidade, Milton Santos (1979) chamava a atenção para o fato que no Brasil existe uma

¹ - Geógrafo, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES/NAEA/UFPA), professor e pesquisador da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Doutorando em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). E-mail: aialacolares@hotmail.com

concentração espacial da pobreza urbana, resultado de forte mobilidade rural-urbana pós anos de 1950.

Mas, nas últimas décadas presenciamos uma série de conflitos sociais urbanos que vem anunciando outros desdobramentos da crise urbana, sobretudo, aquela anunciada a partir das regiões metropolitanas. Estes desdobramentos tratam das ações de sujeitos ou agentes que se apropriam de porções do espaço e estabelecem códigos de conduta, normas e comportamentos “estranhos” as normalidades da sociedade. Com isso, “territórios alternativos” são configurados dentro de um contexto de limitações da política de planejamento urbano e da presença do Estado, cito como exemplo os territórios do narcotráfico e das milícias que se mostram extremamente presentes no espaço urbano.

Delimitaremos como recorte espacial deste trabalho os bairros do Guamá e da Terra Firme, ambos localizadas na zona sul da cidade de Belém, considerados periféricos contam com uma população de 104.000 (Guamá) e 63.000 (Terra Firme) segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

Os dois bairros apresentam algumas características a partir de suas paisagens que são bastante significativas e isso os definem enquanto áreas geográficas ou espaços construídos a partir da luta pela garantia do direito à moradia ou como definiu Lefebvre (1971) direito à cidade. Com o perfil típico de áreas faveladas, onde em Belém, ganhou-se a denominação de áreas de baixadas, a prefeitura de Belém as classifica como áreas de habitação subnormal, pois apresentam uma série de problemas em termos infraestruturais, dado o seu acelerado processo de ocupação espontânea a partir dos anos de 1950.

Por isso, ambos enfrentam problemas com a carência de abastecimento de água potável, saneamento básico, alagamentos constantes durante as chuvas de inverno, presença de palafitas e predomínio de habitações precárias. Por outro lado, a ocupação do bairro em terras que pertenciam a União, destinadas para a criação da Cidade Universitária da UFPA, representa uma forma de “territorialidade precária” como define Haesbaert (2004) que marca o processo inicial de expansão urbana de Belém.

Problemas estruturais que foram essenciais para que a economia do narcotráfico se estabelecesse de forma organizada e territorializada, aproveitando-se da ineficiência do poder público em termos de políticas públicas, o narcotráfico impõe modelos alternativos de inserção econômica, caracterizando o que Castells define como “integração perversa”, ou seja, formas de inserção na economia do crime.

No caso do narcotráfico na metrópole, aqui definimos como “narcoeconomia urbana” em função de compreender que o circuito econômico do narcotráfico estabelece a criação de outras atividades econômicas conectadas a uma estrutura de lavagem de dinheiro que se torna parte da organização econômica dos bairros movimentando recursos através de atividades como; depósitos de bebidas, mercadinhos, bares, casa de shows, salão de beleza, academias, dentre outros pequenos circuitos econômicos que fazem parte do cotidiano desses bairros.

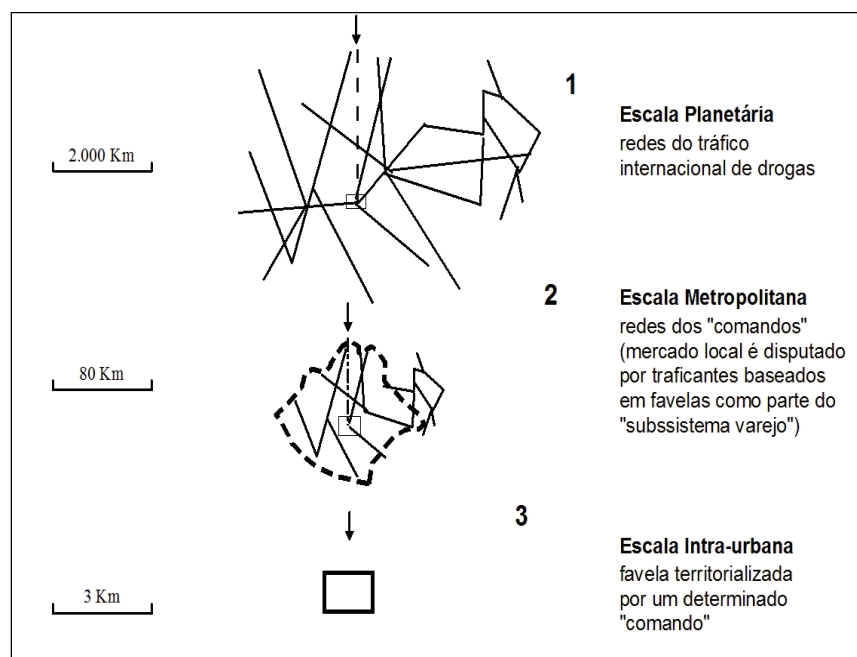
Ressaltamos também que os dois bairros desempenham um papel fundamental para a organização espacial do narcotráfico, tanto em termos de organização em redes regionais/globais, quanto em redes internas a metrópole e aos próprios bairros. De certa forma, existe uma peculiaridade que envolve esses bairros e por isso eles se tornaram tão estratégicos para o tráfico de drogas. Trata-se da localização geográfica dos mesmos junto ao Rio Guamá, cujo Igarapé

Tucunduba é do ponto de vista empírico um divisor ou o limite entre os dois bairros, porém, uma rota importante para a distribuição/abastecimento de cocaína em pasta de base e em pó tanto para esses bairros, quanto para o interior da metrópole e região metropolitana.

Por isso, os bairros não estão isolados de todo um contexto do narcotráfico que perpassa pelas redes de produção, distribuição e consumo, onde o Guamá e a Terra Firme apresentam seus nós ou nexos conectados a estrutura hierárquica organizada da economia do tráfico de drogas. Também há de se considerar a forte “estigmatização do espaço” que cria uma forte fragmentação dos laços de composição social dentro desses dois bairros e fora deles certo preconceito e estigma em relação aos moradores o que contribui ainda mais para os agentes inseridos ao narcotráfico ampliarem suas áreas geográficas de atuação.

Apesar de tudo isso, os moradores ainda convivem com a tensão interna que engloba traficantes rivais, milicianos e Polícia Militar, além de furtos e roubos em áreas fora do controle dos grupos que se territorializaram nesses dois bairros. Em meio a um clima de forte instabilidade e vulnerabilidade social, assistimos a difusão do fenômeno da violência urbana e cada vez mais um medo disperso, acompanhado por uma crescente sensação de insegurança. Ressalta-se que Belém na região amazônica é um dos nós ou nexos de ligação dos circuitos e fluxos da economia do narcotráfico o que significa dizer que a Amazônia tem localização estratégica para o tráfico de cocaína onde a droga que sai de países da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia e Peru) passa pela região chegando até a metrópole regional, daí segue para outros mercados globais e nacionais. O esquema a seguir demonstra como seria essa estrutura organizada em redes, nosso trabalho se inspirou na contribuição de Souza (1995) que fez um estudo sobre o comércio/varejo da droga na cidade do Rio de Janeiro.

Esquema 1 – Organização espacial das redes do narcotráfico



Fonte: Souza (1995) Adaptado Couto (2010)

O esquema apresenta uma composição de três quadros distintos, sobrepostos de cima para baixo, com escalas diferentes que vão do local, perpassando pelo regional, até o global. Nelas pode-

se observar a atuação do narcotráfico na escala local, exemplificada com a atuação dos narcotraficantes na escala intraurbana – principalmente em favelas e pequenas comunidades; em seguida, verifica-se o quadro com a escala regional – chamada na figura de metropolitana, que apresenta a organização dos narcotraficantes em “comandos” que gerenciam pontos de venda de drogas em diversas favelas diferentes na região metropolitana de uma grande cidade e, por último, observa-se o quadro que mostra a atuação dos narcotraficantes internacionais, que agem na escala mundial, com ramificações em diversos países, organizados em redes do tráfico, com pontos de produção, distribuição e venda internacional de drogas.

Se fizermos uma referência aos bairros da Zona Sul de Belém, e neste caso, o bairro do Guamá e o bairro da Terra Firme, tem-se uma dimensão clara a partir do papel que Belém exerce para as redes do tráfico de drogas e de como esses bairros da Zona Sul estão inseridos a essa atividade, sobretudo, em termos de organização espacial das redes considerando também que essa inserção leva a construção de territorialidades.

Legítimas ou não, as redes têm, de fato, o poder de reestruturar o espaço e reorganizar os territórios a partir da atuação de agentes que manifestam a ordem intencional de suas ações e por isso constrói formas de uso do espaço urbano que se diferenciam pelas particularidades que lhe são conferidas a partir da economia do crime ou como define Castells (1999) da “integração perversa”. Portanto, o comércio de drogas nos bairros só pode ser analisado a partir do entendimento da relação global/local ou local/global que envolve essa atividade.

2 ENTRE O NARCOTRÁFICO E A MILÍCIA: A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO CRIME NA PERIFERIA DE BELÉM

Esta seção irá tratar das questões que envolvem a territorialidade de grupos ligados ao narcotráfico e à milícia, mas é importante destacar que em alguns momentos narcotraficantes e milicianos compactuam do mesmo interesse econômico sobre o controle do território. Isto também significa dizer que milicianos do bairro Guamá principalmente associam-se aos serviços de agentes do tráfico ou executando rivais ou praticando a política de acerto de contas, ou através da extorsão de pequenos traficantes. Essa aqui é definida como narcomilícia, ou seja, quando milicianos se associam ao tráfico de drogas para obterem vantagens econômicas.

Como já destacamos, as zonas de influência do tráfico de drogas no bairro do Guamá e da Terra Firme fazem parte de uma lógica organizada em rede, controlada de fora do território, mas articulada a partir do território. Essa organização verticalizada do crime diz respeito ao território-rede do crime organizado o que insere definitivamente a metrópole na trama do circuito organizado do narcotráfico, onde o tráfico para se estabelecer na periferia, foi obrigado primeiro a se territorializar e a partir daí criar as suas conexões locais/globais da economia do crime.

Para Raffestin (1993), o território seria um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema semântico. Ele destaca que do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território, e que toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamento, se traduz por uma “produção territorial” que em sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente, permite assegurar

o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, permitindo, dessa maneira, realizar a integração e a coesão dos territórios.

Souza (1996) nos chama atenção para ressaltar, por exemplo, que o território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Mesmo privilegiando as transformações provenientes do poder no território, aponta ainda para a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes.

Podemos dizer que os territórios associados ao tráfico de drogas nos bairros do Guamá e da Terra Firme, surgiram a partir da atuação precária do Estado em termos de políticas públicas e planejamento urbano, e este fato, permitiu aos poucos a infiltração de agentes inseridos nessas redes ilegais que foram criando estratégias e se organizando a partir de “dentro”, mas estabelecendo conexões a partir de “fora”. Já a milícia se territorializa a partir da ineficiência das políticas de segurança pública, onde milicianos fazem a segurança privada de postos de gasolinas, farmácias, mercadinhos, dentre outros.

São em ambientes que apresentam complexidade na ocupação do espaço que as atividades criminosas encontram um terreno bastante fértil para as suas atividades, sobretudo, encontrando nesses espaços uma estrutura que é utilizada para a configuração de territórios. O tráfico de drogas potencializa-se a partir de características específicas da periferia e desses bairros.

O geógrafo Rogério Haesbaert (2004 p. 58) destaca que territorializar-se “significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais, poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo”.

Nestes termos, o tráfico de drogas em Belém ao territorializar-se, reproduz relações de grupos que se autoafirmam enquanto pertencentes do território, relações estas, muitas vezes simbólicas, identificadas pelos membros dos grupos, ou pelas pessoas pertencentes ao “negócio” do tráfico.

Os dois bairros encontram-se divididos em territórios ou áreas de influência do tráfico de drogas e da milícia, espécie de territórios em zonas que controlados por grupos de criminosos ou por ex-policiais militares.

Essas zonas territoriais nestes bairros, também se tornam expressões materializadas das redes territorializadoras do tráfico de drogas, e da ação de grupos de extermínio associados à milícia, por isso, o controle do território através das manifestações de violência que se estabelecem a partir de “assassinatos por encomenda” ou “lei do silêncio” ou até mesmo códigos de postura, normas e regras para os moradores são as mais puras representações de poder.

De certa forma, um poder simbólico que é reproduzido no cotidiano de quem mora na periferia da metrópole, principalmente os moradores que tem que se adaptar a essa dinâmica da economia do crime, uma atividade que movimenta parte da economia destes bairros e consegue envolver os próprios agentes de segurança pública. Por isso, o controle de espaço se torna essencial.

Raffestin (1993) define o espaço como um conjunto de possibilidades para as ações de determinados atores, a partir do qual se forma o território: resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Esse ator, por conseguinte, define um campo para sua ação que não corresponde necessariamente ao “espaço”, mas a um

espaço especificamente construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema carregado de significados.

Compreendendo essas configurações territoriais na Zona Sul de Belém e que envolve traficantes e milicianos, concorda-se com a análise de Raffestin (1993), no qual o território seria um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema semântico. O autor ainda destaca que do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território. E que toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamento, se traduz por uma “produção territorial” que em sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente, permite assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, permitindo, dessa maneira, realizar a integração e a coesão dos territórios.

O tráfico de drogas cria várias estratégias de controle onde além dos códigos de conduta e comportamento imposto aos indivíduos, impedindo assaltos às localidades e aos moradores que estão sobre sua área de influência; prestam solidariedades como, doações em funerais de moradores das áreas através da compra de caixões ou aluguel de ônibus para o enterro, ou até mesmo, compra de remédios e em alguns casos, distribuição de sextas básicas e brinquedos durante o natal. Estas relações foram chamadas por Dowdney (2003) de “reciprocidade forçada”.

Realidades como estas nos permitem afirmar que o tráfico de drogas em bairros de Belém como o Guamá e a Terra Firme, vem se autoafirmar enquanto atividade econômica, mas carregada de relações políticas e simbólicas que são reproduzidas no espaço e pelo espaço, pois enquanto relação simbólica, o crime também deixa suas “marcas” que se manifestam pelo cotidiano destes bairros, com gírias, formas de se vestir, comportamentos, corte de cabelos e tatuagens. Marcas essas que representam em alguns casos o grau de envolvimento do indivíduo com a criminalidade; essa prática cotidiana atinge principalmente os mais jovens da periferia. Como exemplo dessa representação tem-se a tatuagem de palhaço no braço ou no peito, significando que o indivíduo já assassinou algum policial militar, ou seja, toda vez que algum criminoso comete esse ato, ele ganha mais respeito perante o grupo, necessitando assim, diferenciar-se.i

A configuração territorial possui “uma existência material própria, mas a sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelas relações sociais”, e esse conjunto de relações expressa uma “configuração geográfica” (SANTOS, 1996, p. 51).

E por isso, para o narcotráfico a “configuração geográfica” é essencial para a implementação de atividades que sustentem a economia do crime, pois sem o território, enquanto substrato dessas relações seria menos rentável o comércio de entorpecentes. Ao tratarmos dessas relações, buscamos compreender também as territorialidades dos grupos, pois, territorialidade para Souza (1995), refere-se a certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço.

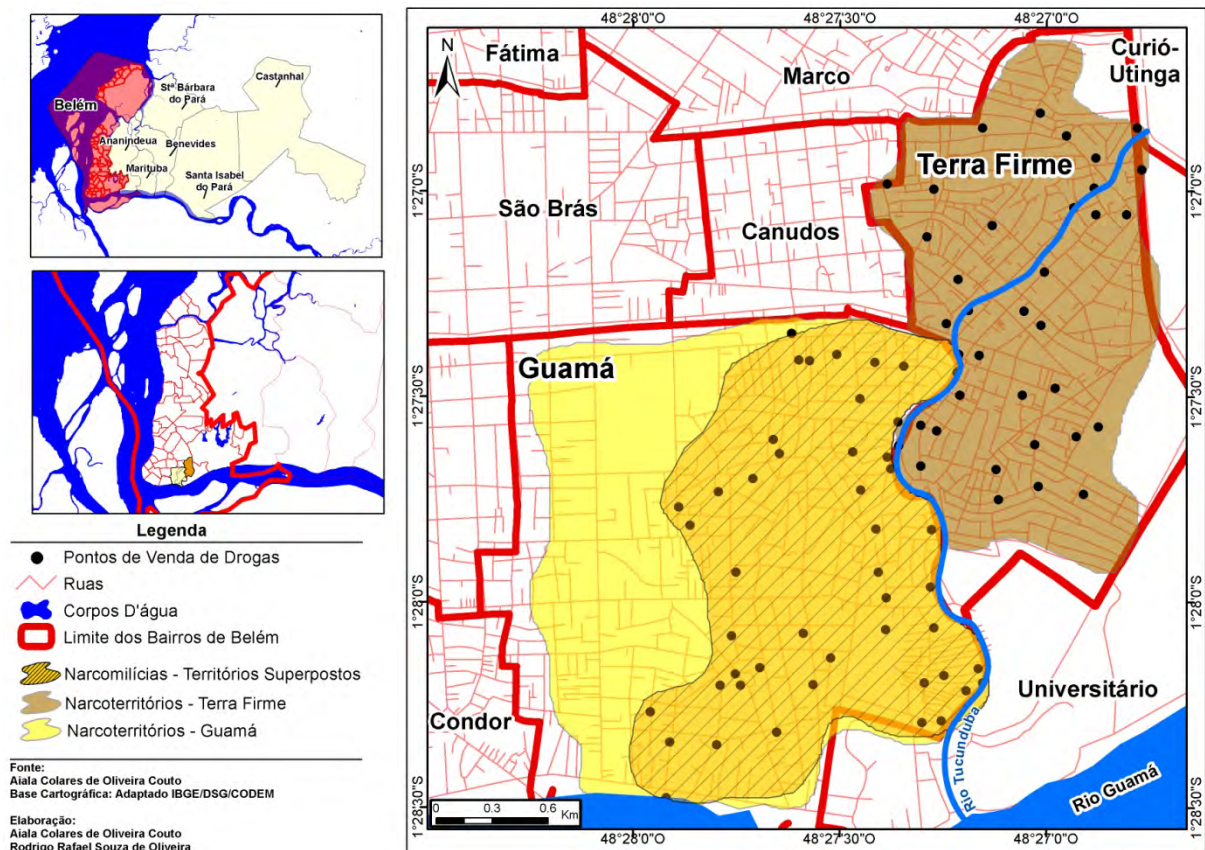
Nesse caos, percebe-se o quanto a apropriação/dominação do espaço geográfico torna-se algo simbólico do ponto de vista das relações de poder, e algo “cultural” do ponto de vista das relações sociais cotidianas que são manifestadas no espaço e que pela presença das relações de poder de um determinado grupo, transformam-se em território.

Do ponto de vista econômico, são construídos pequenos e médios empreendimentos econômicos que funcionam com lavagem de dinheiro para o tráfico de drogas. Ressalta-se que esses

empreendimentos geralmente são criados fora das áreas territoriais o que se torna evidente a estratégia de lavar o dinheiro e se camuflar de ante da ação repressiva dos órgãos de segurança pública. Assim, o tráfico de drogas se torna parte integrante da economia urbana da metrópole, movimentando milhões e tornando-se gerador de emprego e renda.

O mapa 1 a seguir representa a organização territorial do narcotráfico e da milícia nos bairros do Guamá e da Terra Firme. Percebe-se que existe superposição de territórios e cooperação entre traficantes e milicianos, sobretudo, no bairro do Guamá, como já dito aqui, essa associação/cooperação eu chamo de narcomilícia e para os territórios controlados pelo tráfico de drogas chamamos aqui de narcoterritórios. Os dois bairros destacados pela presença do narcotráfico, grupos de extermínio e milícias, estão justamente em uma área geográfica favorável para a expansão periférica da economia do crime, pois são receptores de uma parte da cocaína que atravessa as fronteiras da Amazônia e chega até a metrópole sendo distribuída e comercializada em uma parte da cidade a partir da Zona Sul onde os bairros se encontram com outros bairros com características bem singulares.

MAPA 01 – Territórios do narcotráfico de das milícias na Zona Sul de Belém



Fonte: Couto (2015)

Esses bairros apresentam grandes contradições no que se refere à apropriação/produção do espaço e o processo que contribui para uma dinâmica contraditória que se reproduz na forma de desigualdades socioespaciais. Desigualdades essas são grandiosamente consumidas pela lógica da “integração perversa” da “economia do crime”.

São em ambientes que apresentam complexidade na ocupação do espaço que as atividades criminosas encontram um terreno bastante fértil para as suas atividades, sobretudo, encontrando nesses espaços uma estrutura que é utilizada para a configuração de territórios. O tráfico de drogas potencializa-se a partir de características específicas da periferia e desses bairros.

Realidades como estas nos permitem afirmar que o tráfico de drogas em bairros de Belém como o Guamá e a Terra Firme, vem se autoafirmar enquanto atividade econômica, mas carregada de relações políticas e simbólicas que são reproduzidas no espaço e pelo espaço, pois enquanto relação simbólica, o crime também deixa suas “marcas” que se manifestam pelo cotidiano destes bairros, com gírias, formas de se vestir, comportamentos, corte de cabelos e tatuagens. Marcas essas que representam em alguns casos o grau de envolvimento do indivíduo com a criminalidade; essa prática cotidiana atinge principalmente os mais jovens da periferia. Como exemplo dessa representação tem-se a tatuagem de palhaço no braço ou no peito, significando que o indivíduo já assassinou algum policial militar, ou seja, toda vez que algum criminoso comete esse ato, ele ganha mais respeito perante o grupo, necessitando assim, diferenciar-se.

Também é importante destacar o papel das redes sociais do tráfico de drogas nestes bairros para movimentar os “negócios”. Ou seja, os agentes participantes da “integração perversa” da “economia do crime” que dão sentido para os territórios, quais sejam como destacado na relação esquemática abaixo.

3 A CRISE DA IN-SEGURANÇA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA MILÍCIA

Outra questão que deve ser pesquisada a fundo é o surgimento de milícias organizadas no interior da metrópole, sobretudo, na periferia de Belém, o que tem relação direta com a ineficiência do Sistema de Segurança Pública do estado do Pará, pois as políticas falhas e decididas de “cima” para “baixo” que não contam com nenhum tipo de participação popular e que reproduzem uma visão estereotipada e até mesmo em alguns casos, estigmatizadas em relação aos moradores dos bairros populares, acaba resultando em um crescente processo de fragmentação do tecido urbano, e em uma crescente reprodução da marginalidade/criminalidade violenta.

Considerando-se que “a cidade é uma fábrica social da violência, onde os jovens dos bairros pobres são os proletários sem descanso. Mas essa luta pela sobrevivência os arrasta à exclusão” (PEDRAZZINI, 2006, p. 97). A questão envolve um olhar a partir de “dentro” da realidade que hoje assola o cotidiano de quem mora na periferia. O descaso do Estado, a corrupção policial, o tráfico de drogas, dentre outros, são fatores que alimentam a violência urbana.

As milícias hoje em Belém se apresentam enquanto uma forma de “segurança privada”. Em função da falha nas políticas de segurança pública, “os fenômenos de violência das grandes cidades e o sentimento de insegurança dos seus habitantes são indicadores e fatores de uma transformação radical do espaço urbano” (PEDRAZZINI, 2006, p. 99).

Essa transformação radical pela qual o espaço urbano de Belém passa na atualidade, leva à necessidade de se compreender a divisão geográfica dos territórios entre o narcotráfico e as milícias ou até mesmo a cooperação entre essas duas formas ilegais de apropriação do espaço urbano e a transformação desses espaços em territórios controlados por grupos ora ligados ao narcotráfico, ora ligados às ações de milicianos. Em alguns casos, parcerias são realizadas entre essas duas atividades ilegais, o que podemos denominar como “narcoterritórios”.

O termo milícia se apresenta enquanto a designação genérica de organizações militares ou paramilitares que são formadas por grupos armados com poder de polícia que pelo menos em termos teóricos não pertencem às forças armadas do Estado. No estado do Rio de Janeiro, o termo milícia foi associado aos grupos armados sobre o domínio do território, sobretudo, em favelas ou conjuntos habitacionais populares, que praticam atividades ilegais, pois combatem o narcotráfico e ao mesmo tempo se mantêm em função da cobrança de taxas aos moradores e comerciantes da região, passando uma ilusória sensação de proteção. Além disso, as milícias no Rio de Janeiro comandam serviços relacionados à distribuição de gás, acesso a internet, TV a cabo e serviços dos transportes de vans.

Nesse sentido, a prática de controle do território se torna bastante lucrativa do ponto de vista de seu valor econômico que é atribuído em função dos serviços prestados por esse tipo de organização criminosa que arrecada recursos em torno das necessidades básicas das comunidades de baixa renda e sob a alegação de combate ao crime, se fortalecem e se apropriam de espaços que tornam-se estratégicos. Já para a população, as milícias se apresentam enquanto forma de “segurança alternativa”. Também há de se destacar que ela impõe seu ritmo de controle, promovem toque de recolher e muitas vezes reprimem de forma violenta, moradores que não cumprem suas recomendações.

“A ‘milícia’ conhecida em sua origem como “mineira”, organiza-se territorialmente a partir das áreas de influência, não tendo limites espaciais bem definidos, atuando, sobretudo, a partir da ideia de fronteira, o que significa estar em franca expansão de seus domínios territoriais. Sua área de expansão privilegiada são os loteamentos ilegais e irregulares da periferia urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro” (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2009, p. 18).

Destacamos que no caso de Belém, contamos com a presença apenas de uma milícia que apresenta características bem peculiares, diferente das milícias do Rio de Janeiro. Na periferia de Belém elas representam algo bem recente, surgem com a proposta de uma “segurança privada”, combatem pequenos assaltantes que praticam roubos na área e protegem comerciantes. É justamente nessa relação que envolve os comerciantes dos bairros populares e policiais militares que a milícia em Belém se forma.

A princípio, buscava-se a segurança dos estabelecimentos comerciais, posteriormente, a relação se ampliou através da “morte por encomenda”. Soldados da milícia passaram a perseguir assaltantes que cometiam furtos à “clientes” dessas milícias, pois existe um preço que se paga para os “soldados” desenvolverem ações que envolvam a execução de ladrões que “tiram a paz” de donos de mercadinhos, açougues, padarias, restaurantes, pizzarias, dentre outros estabelecimentos comerciais.

Ressalta-se que a origem da milícia de Belém inicia sua configuração a partir da primeira década do século XXI, portanto é um fenômeno urbano bem recente e sua formação tem como base territorial o bairro do Guamá. Suas primeiras atuações ocorreram primeiramente na região do Riacho Doce na fronteira entre os bairros do Guamá e da Terra Firme, uma área crítica em termos de contrastes sociais, “cercada” pela criminalidade e pela atuação precária do Estado.

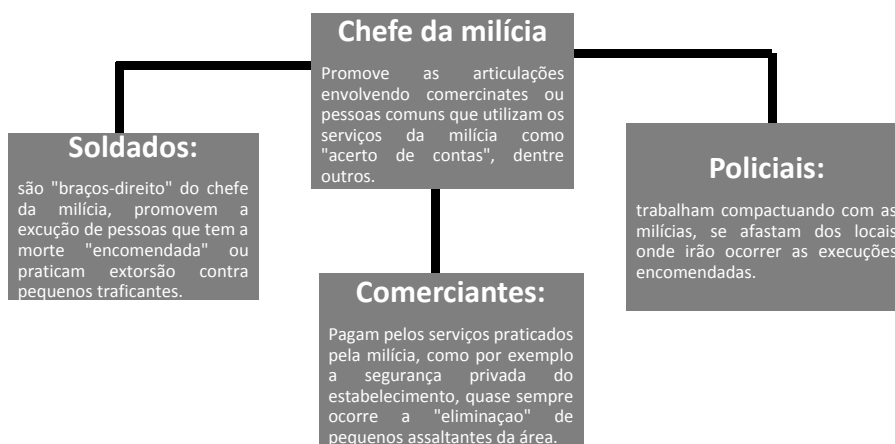
Também existe no Riacho Doce, uma quantidade significativa de pequenos traficantes que mantém suas bocas de fumo e seus aviões espalhados praticando o comércio de entorpecentes, porém, existem muitos espaços onde ocorrem assaltos aos moradores e donos de estabelecimentos comerciais e é justamente essa falha no controle do território que os milicianos irão enxergar uma

forma privilegiada para promoverem estratégias de organização que possam extrair vantagens em prol da precariedade da atuação do Estado.

Trata-se de grupos compostos principalmente por homens ligados às forças de segurança do Estado, reformados e na ativa, provenientes das polícias civil, militar, do corpo de bombeiros e, em casos mais esporádicos, das forças armadas. Apoiadas em um discurso fortemente moralista centrado na promessa de ordem e paz, estes grupos dominam e exploram áreas antes controladas pelo tráfico de drogas. Ao ocupar uma comunidade, as milícias “eliminam” o tráfico de drogas no varejo, mas passam a explorar as demais atividades ilegais existentes no território (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2009, p. 19).

Entretanto, nossa pesquisa empírica aponta para o fato de que inicialmente não existia esse conflito direto entre milicianos e traficantes, pois existiram casos em que traficantes pagaram por serviços de milicianos como, por exemplo, a morte por encomenda de outros traficantes ou de pessoas que contraíram dívidas com o tráfico de drogas. Como já analisado na primeira parte deste ensaio, os traficantes também possuem seus soldados, o que não significa que a milícia não possa exercer em alguns casos esse papel, daí entender uma diferença bastante significativa da milícia de Belém em relação a milícia do Rio de Janeiro.

Organograma 02 – Organização esquemática da Milícia



Fonte: Pesquisa de Campo (2013/2014)

O organograma acima faz uma demonstração esquemática da rede social da milícia em Belém, tentando demonstrar como ela está organizada em função de uma rede de relações complexas que envolvem desde o comerciante, até policiais militares em serviço, o que significa dizer que existe a conivência da Polícia Militar, ou seja, a própria instituição, contaminada pela corrupção e até mesmo pela falta de perspectiva se deixa fragilizar ainda mais, compactuando com essas ações ilegais.

Quando ocorrem execuções, as viaturas da polícia estão sempre deslocadas do lugar onde o crime ocorreu, muitas vezes os assassinatos praticados por homens que chegam em carros escuros peliculados ou em motocicletas são em áreas onde deveria haver uma guarnição militar. No entanto, esses policiais nunca estão no local, de modo que quando as viaturas chegam, os moradores

preferem se calar; a chamada “lei do silêncio”, quando a violência toma conta de impor o medo e a sensação de impunidade e insegurança assolam a população de bem, instaurando o “caos social urbano”.

4 INSTITUCIONALISMO, NARCOMILÍCIAS E O PAPEL DA MÍDIA NO RE-ENCATEMENTO DO MAL

Nesta seção procuraremos realizar uma análise exploratória baseada na pesquisa investigativa em que o campo empírico foi fundamental para chegarmos até as informações mais precisas e importantes para podermos compreender como o tráfico de drogas está infiltrado nas instituições do Estado. Assim, busca-se descrever de forma precisa essa relação que impacta de forma negativa na Segurança Pública e, por conseguinte, alimenta as organizações criminosas, criando um “círculo vicioso perverso”.

Théret (2003) destaca que as instituições não seriam entendidas, portanto, à maneira da teoria da ação racional, como o resultado intencional da ação de indivíduos otimizadores, apesar de não deixar de ser admitido que elas poderiam ser suscetíveis de sofrerem a influência dos interesses e dos cálculos dos atores. Na verdade, as instituições – particularmente o Direito e a Constituição – desempenhariam um duplo papel. Constrangeriam e desviariam o comportamento humano, mas também forneceria os meios para a libertação das cadeias sociais.

Essa libertação social pode ser entendida como formas de inserção de determinados grupos sociais em várias atividades que em alguns casos fogem do modelo de comportamento no qual o Estado tentar moldar como padrão aceito por toda a sociedade. Como exemplo, temos um conjunto de atividades consideradas ilegais pelo fato de fugirem da conduta determinada pelo Estado como; o comércio de produtos contrabandeados e camelôs em geral, o tráfico de drogas e a “segurança privada” imposta pelas milícias, dentre outras.

O institucionalismo aqui se apresenta enquanto uma forma coerente de se tratar da questão sobre os narcoterritórios e a milícia a partir de um individualismo metodológico, compreendendo as ações dos diversos sujeitos da pesquisa. Assim,

a instituição é nessa perspectiva o que permite manter, estabelecendo limites, a tensão dinâmica entre os princípios do conflito e da cooperação, que são constitutivos das transações: as regras comuns aceitas pelos agentes nas transações introduzem princípios de ordem que permitem que elas sejam operadas e reproduzidas no tempo (THÉRET, p. 249, 2003).

Buscamos a partir desse entendimento, frisar nossa pesquisa na compreensão dessas relações que envolvem agentes da segurança pública, representantes do Estado e narcotraficantes. Em primeiro lugar, a relação envolve a cooptação desses agentes pelo esquema de corrupção policial na periferia de Belém, popularmente conhecido como “acerto”, quando homens da polícia dirigem-se até as bocas de fumo ou casas de traficantes da periferia para receberem dinheiro da venda de entorpecentes, Essa relação cria um “círculo vicioso perverso”, gerando em alguns casos, conflitos entre os próprios policiais. Em segundo lugar, existem policiais que não acreditam mais na eficiência do sistema e por isso facilmente se deixam influenciar pelo dinheiro “sujo” do tráfico de drogas; além disso, questionam o fato de serem mal remunerados, tornando esse “discurso” uma justificativa para a corrupção.

A decisão dos indivíduos em participarem do esquema de corrupção está de acordo com a teoria da escolha racional para a compreensão das questões mais específicas da problemática que envolve esse tipo de território e de redes, pois essa teoria “por sua vez, afirma que indivíduos iguais têm preferências dadas, cujos problemas referem-se simplesmente à coordenação de ação, até porque a otimização racional do comportamento exige que se encontre uma solução para ela” (THÉRET, 2003 p. 229).

Para Green e Shapiro (2000) os teóricos da escolha racional convergem, ademais, na direção de uma concepção instrumental de racionalidade na qual os indivíduos são julgados como maximizadores de sua própria utilidade, considerada de modo formalmente previsível. No entanto, esses teóricos não estão de acordo sobre o vigor das preferências concernentes aos fins humanos.

Ainda segundo os autores, alguns adotam uma aceção débil da racionalidade, limitando-se assim, a assumir que os indivíduos usam, eficientemente, os meios disponíveis para conseguir seus próprios fins. Outros, ao contrário, empregam uma aceção forte a qual agrega-se ao princípio racional "a descrição das preferências e das crenças do ator" (FEREJONH; PASQUALE, 2001 p. 282), como a maximização da riqueza, do prazer ou do poder.

É dessa forma que a estrutura institucional do Estado em relação à segurança pública se deixa “contaminar” pelas redes do narcotráfico. O “dinheiro fácil” promovido pela extorsão ou até mesmo pela apreensão de drogas e repasse a outros pequenos traficantes a fim de que sejam realizados o comércio/varejo da droga, também geram receita para o esquema de corrupção.

Nos bairros do Guamá e da Terra Firme, existe uma forte relação entre o tráfico de drogas e a milícia. Existem casos em que a milícia já prestou serviços para narcotraficantes como a exemplo dos “acertos de contas”; cobranças de dívidas a pequenos traficantes ou até mesmo narcotraficantes, que pagam para eliminarem concorrentes em potencial. O dinheiro “sujo” dessa relação serve para a ostentação do poder, compra de armas, munição, cordões de ouro e toda e qualquer forma de representação simbólica do poder do dinheiro. Este episódio atrai mais pessoas para o esquema de corrupção e o ciclo só tende a aumentar o número de envolvidos.

Há outro elemento a se considerar, em Belém, existe um fascínio pela narrativa midiática da violência, uma espécie de mal estar comunitário. O incidente ocorrido no dia 2 de Novembro de 2014, no qual um policial militar foi assassinado com mais de 20 tiros e em pouco mais de 3 horas, fazendo com que a cidade de Belém presenciasse uma noite de terror em que foram registrados mais 9 assassinatos com características de execução. Esses assassinatos continuaram nos dias que se sucederam apresentando as mesmas características, ou seja, homens armados e encapuzados em motocicletas ou em carros peliculados que chegavam e realizavam disparos nas vítimas.

Na verdade, existe uma atuação bem dividida de grupos ligados ao tráfico de drogas e de milicianos na periferia, onde a Terra Firme mantém bases bem solidas do tráfico de drogas, territorializadas em redes organizadas a partir de locais estratégicos que são incorporados pelas facções criminosas. Já o Guamá como já ressaltado, é o bairro de gênese da milícia e por isso tem suas bases mais consolidadas através de acordos com comerciantes, traficantes do bairro, dentre outros. Denomino de “narcomilícias” para essa relação mais estreita entre tráfico de drogas e milicianos.

De certa forma, há de se considerar também a “sensação de insegurança” que cresce em Belém onde a mídia desenvolve um papel importante nesse contexto, visto que transmite as informações muitas vezes de forma exagerada; pois se vende a informação sensacionalista sobre a

violência urbana e por isso se deve questionar o papel que a mesma desempenha, inclusive em palavras e textos de incentivo aos assassinatos de pequenos criminosos, quando então surge a figura dos “justiceiros”. Algumas vezes a mídia os apresenta enquanto “heróis” da comunidade, alimentando esse tipo de violência e ao mesmo tempo fragilizando a imagem do poder público diante da sociedade. Tem-se assim, um novo “re-encantamento do mal”, conforme apontou Zaluar (1999) quanto à visão construída pela sociedade em torno das drogas e dos traficantes, e por que não dos “justiceiros” ou “milicianos”.

Para Misse (2006 p. 20), “violência será tudo aquilo que não é legítimo, segundo esse mesmo poder vitorioso. A condição de possibilidade de toda separação bem-sucedida do poder em relação à violência é a legitimidade desse Poder”. Segundo Arendt (1985 p. 49) “quando o indivíduo, ou o grupo de pessoas, ou a entidade, sente que seu poder está ameaçado, e que pode perdê-lo, inicia-se então o domínio pela violência”; para a autora “o poder e a violência são distintos, porque sempre haverá um dominante e um dominado” (ARENDDT, 1985 p. 49).

Entendendo que existe um interesse dos grupos pelo controle efetivo do espaço para que as relações a partir dele estabelecidas possam manifestar uma ordem simbólica de dominação, pois “o território se fundamenta no poder, no governar, no domínio: esse governar é do próprio homem. Todo o conflito que se estabelece a partir de relações de poder, de domínio, de violência, são invenções da própria sociedade, ou seja, quem governa quem?” (ARENDDT, 1985).

A discussão que envolve o jogo complexo da relação entre o narcotráfico, as instituições e as milícias trata dessa superposição de poder, ou seja, “o poder, a competência e a habilidade de domínio não é propriedade de um indivíduo, e sim de um grupo de pessoas que continua dominando enquanto o grupo existir; ao ser desmantelado, esse ‘poder’ deixará de existir” (ARENDDT, 1985).

Com o tratamento que a mídia dá ao tema da violência urbana, constatamos uma construção imaginária sobre a violência enquanto um “ato”, desconsiderando-se uma série de variáveis que estão por trás desse “ato”. É preferível apreendê-la enquanto um processo, resultado da soma de vários fatores contextualizados em um movimento urbano dinâmico que envolve os três agentes: narcotráfico, instituições e milícias; relações superpostas e transversais, em que um se mistura ao outro, mantendo forte relação de dependência.

Voltando a teoria da escolha racional Ferejohn e Pasquale (2001 p. 07) “empregam uma definição mínima da ação racional, onde para estes autores um ato racional é um ato que foi escolhido porque está entre os melhores atos disponíveis para o agente, dadas as suas crenças e os seus desejos”. Essas crenças e valores racionalmente escolhidas pelos agentes tornam-se ações que podem ou não fugir da moralidade do Estado, quando foge da regra o crime deixa de ser exceção e assim.

[...] Quando o crime deixa de ser exceção e passa a ser parte do comportamento “normalizado”, a polícia, ela própria, vai passar a participar do crime é um contrasenso semântico, chamo a esse processo através do qual a transgressão e o crime passam a ser incorporados como opções racionais de muitos e deixam de ser exceções, chamo a esse processo social de “desnormalização do individualismo” (MISSE, 2006 p. 23).

No atual contexto do capitalismo avançado vivemos a emergência de novas formas de organizações econômicas nas quais as relações tornam-se acima de tudo, políticas, ou transformam-se em “mercadorias políticas”.

Isso, a meu ver, explica grande parte da emergência do chamado mercado das drogas e de outros mercados de bens ilícitos, bem como da generalização da corrupção, da extorsão e das organizações criminosas que oferecem proteção. Tudo isso a meu ver, participa de um processo através do qual o capitalismo moderno, economicamente racional, vem dando espaço vem dando lugar, à re-emergência do capitalismo político, que existia antes do capitalismo moderno, e que é baseado na violência e na dominação pela força como mecanismo de acumulação do capital (MISSE, 2006 p.23).

Este fato caracteriza-se enquanto um jogo de “ordem” e “desordem” que alimenta os conflitos sociais da periferia de Belém. O imaginário da violência enquanto um “ato” e os “justiceiros” enquanto os heróis diante dessa “guerrilha urbana” vêm sendo reproduzidos cotidianamente pela mídia jornalística e televisiva de Belém, como uma espécie de apelo comercial que alimenta a insegurança e cria um medo difuso por toda a metrópole. A violência urbana e suas metáforas de guerra funcionam numa interação perversa, diante de uma “territorialização perversa” do crime em que “a mídia não descreve apenas o que chama de violência, ela também participa da sua construção, é também um dos atores desse drama social” (MISSE, 2006 p. 26). Então, “a violência social ocorre em todos os planos: no plano econômico, no plano político, no plano psicológico. Não há plano da existência que não seja estruturado pela violência social. Só que as narrativas de jornal, na mídia, no que a mídia diz, a violência é só o ato, a violência nunca é o estado da violência” (SODRÉ, 2006 p. 35).

Misse (2006) afirma que não podemos imaginar que a polícia vá resolver sozinha um problema dessa magnitude, quer dizer, que o problema da chamada violência urbana seja um problema, exclusivamente policial, pois não é; não é também um problema só de segurança pública, é um problema que inclui inúmeros fatores. Poderíamos citar alguns como; educação de qualidade, incentivo à educação formal, acompanhamento social às famílias desestruturadas das periferias das cidades, projetos sociais de lazer, esporte e teatro, projetos de construção de cidadania, oportunidades de qualificação profissional, infraestrutura urbana adequada, dentre outros.

Por outro lado, conter o esquema de corrupção de nossos policiais é algo também muito complexo diante de um entrelaçado de relações estabelecidas e cristalizadas diante das instituições, nas quais o próprio Estado está mergulhado. Talvez a racionalidade da escolha dos agentes não seja a única forma de se compreender o envolvimento de agentes do Estado com as redes ilegais. Mais também, o próprio Estado precisa ser melhor avaliado em suas “políticas públicas” que se misturam com as políticas de governo e quase sempre se tornam falhas no sentido de buscar resultados positivos para a sociedade.

Os constantes homicídios que vêm ocorrendo na região metropolitana de Belém e que estão fortemente concentrados em suas periferias, são sinais de movimentos urbanos que vêm se consolidando nas últimas décadas, podendo-se atribuir ao narcotráfico um papel preponderante na configuração dessas novas estruturas de poder e de conflitos sociais. A grande questão é como enxergar um inimigo que está dentro da própria estrutura institucional? Esse talvez seja o maior desafio do estado moderno no século XXI, de modo que enquanto esta questão ainda não respondida perseverar teremos que continuar convivendo com esta triste realidade da violência urbana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios das políticas de segurança pública no Brasil e no estado do Pará são de grande complexidade. Os estudos sobre a violência enquanto fenômeno associado à questão urbana chamam a atenção para o fato da dificuldade de se compreender tal problemática inter-relacionada com outras variáveis que ajudam a entender melhor o que vem ocorrendo nas grandes metrópoles brasileiras.

Não podemos deixar de levar em consideração nesses estudos, a infiltração do narcotráfico nos “gargalos” deixados pelo Estado, pois isto aparece enquanto um elemento importante para a territorialização de agentes do tráfico de drogas ou facções criminosas em espaços urbanos periféricos que tornam-se reduto da criminalidade, uma espécie de fábrica de criminosos onde jovens são cooptados pelas redes ilegais.

Por outro lado, a ineficiência do Estado e o descrédito nas instituições de segurança pública, deixam outro “gargalo”, agora aproveitado por agentes do próprio Estado que passam a compor as redes de proteção armadas que prestam serviços aos comerciantes ou empresários, ou até mesmo, realizando serviços aos traficantes, ou então promovendo políticas de extorsão sobre os mesmos, tirando proveito da “triste” realidade entranhada na periferia de Belém.

Assim, buscamos nesse ensaio apresentar de forma breve, porém carregada de conteúdo explicativo, a realidade socioespacial dos moradores dos bairros populares de Belém, em especial os dois bairros destacados aqui; o bairro do Guamá e o bairro da Terra Firme, ambos localizados na Zona Sul de Belém em uma área de baixada, com estruturas sociais comprometidas em função do narcotráfico, uma atividade econômica ilegal que se manifesta pelo espaço geográfico de ambos.

A manifestação da criminalidade, marginalidade, violência urbana, dentre outras, são reflexos dessa estreita relação destes dois bairros com grupos ou facções criminosas associadas ao tráfico de entorpecentes; porém o problema fica ainda mais complexo quando as instituições de segurança pública também são cooptadas pelo tráfico. Esquemas de corrupção, extorsão ou segurança privada são resultados da fragilidade institucional do Estado na questão que envolve a segurança pública.

As milícias são exemplos de estratégias políticas que fracassaram e mergulharam a cidade no caos e na sensação de insegurança promovida por um medo difuso, no qual a mídia possui um papel significativo de apresentar a violência como um ato. Nesse contexto, justiceiros são apresentados como “heróis” urbanos que a população “apoia” com incentivo dos jornais, camuflando assim, as verdadeiras variáveis da criminalidade. Pensar a cidade ou pensar o planejamento urbano sem considerar essa dinâmica conflituosa manifestada no interior da metrópole é descartar o verdadeiro papel da Geografia Urbana enquanto uma ferramenta capaz de se fazer compreender a cidade em sua totalidade. Eis então o papel do geógrafo, fazer ciência a partir do entendimento da realidade social complexa, fazer ciência que seja capaz de propor justiça social e cidadania, intervindo na transformação da sociedade.

6 REFERENCIAS

ARENDRT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1985.

BARNES, John. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDEMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-192.

COUTO, Aiala. **A geografia do crime na metrópole: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém.** Belém. NAEA/UFGA, 2008.

COLONOMOS, Ariel. Emergence d'un objet et perspectives internationalistes. In.: CHARILLON, Frederic. et al. **Sociologie des réseaux transnationaux.** Paris: Editions L'Harmattan, 1995. p. 21- 30.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do Tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

FEREJOHN, John; PASQUALE, Pasquino. **A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 19, n. 45. Ano 2001.

_____. **Nem guerra nem paz: Comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

GREEN, Donald; SAHAPIRO, Ian. "Teoria da Escolha Racional e Ciência Política: Um Encontro com Poucos Frutos?" *Perspectiva*. 23, 69-206. 2000.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná. et al. (Org.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, n. 21, v. 61, 2007. p. 139-157.

_____, **A violência como sujeito difuso.** In: (Orgs). FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita. **Reflexões sobre a violência urbana: (in) seguranças e (des) esperanças.** Rio de Janeiro. Editora: Mauad, 2006. p. 19-31.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Jailson; FERNANDES, Fernando Lannes; BRAGA, Raquel Willadino. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2009. p. 18-26.

THÉRET, Bruno. "As instituições Entre as Estruturas e as Ações". *Lua Nova*. 58, 225-255. 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SODRÉ, Muniz. **Violência, mídia e política.** In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Orgs). **Reflexões sobre a violência urbana: (in) seguranças e (des) esperanças.** Rio de Janeiro. Editora: Mauad, 2006. p. 33-41.

SOUZA, Marcelo. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto. **Geografia: conceito e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 77-116.

ZALUAR, Alba. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.) **Fórum Nacional: a construção da modernidade econômico-social: governabilidade, sistema político e violência Urbana.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 83-121.

_____. A criminalização das drogas e o reencantamento do mal. In: _____ (Org.). **Drogas e cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

Texto revisado por Leila Melo Coroa.

OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS E ESTRUTURAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL: A EXPERIÊNCIA DE MARABÁ (SUDESTE PARAENSE)

Luiz Marcelo da Silva Barbosa¹

RESUMO

A história de Marabá é a história de suas ocupações espontâneas na medida em que a estruturação dessa cidade média tem como expressão e condição (SPOSITO, 2004) essa forma de assentamento que reproduz relações sócio-espaciais desiguais e contraditórias da sociedade. Assim, o urbano, a cidade e a urbanização (re)produzem essas relações que são, também, conflituosas na estruturação de Marabá enquanto espaço que sua centralidade é reforçada historicamente, seja nas economias da borracha (caucho), castanha, pecuária, mineiro e citadinas, os quais convergem fluxos e alteram os papéis e funções da cidade na região, assim como na constituição de seus núcleos urbanos, expansão territorial urbana, imigração e preço da terra. Ora, são processos que expandiram as ocupações espontâneas recentes (2005 à 2015), mas não foram acompanhadas suficientemente de equipamentos urbanos de consumo e serviço público, locais de trabalho, lazer e discussão pública; e infraestrutura para a reprodução de um espaço urbano do encontro (LEFEBVRE, 2006). Isso foi identificado e analisado a partir de levantamento bibliográfico e documental sobre a(s) problemática(s), entrevistas, dados estatísticos de formulários aplicados nas ocupações e mapas, nos quais indicam a estruturação de uma cidade média no sudeste paraense com relações espaciais de desigualdade na produção da cidade e acessibilidade às suas localizações.

Palavras-chave: Ocupações espontâneas; Cidade média; Amazônia

INTRODUÇÃO

A cidade de Marabá (Mapa 01 e 02) possui centralidade regional como característica intrínseca em que seu reforçamento e o caráter dos contextos históricos nos permitem conceber as diferenças dos papéis ou funções dessa cidade na região, de tal importância que pesquisas (TRINDADE Jr et al, 2011) já classificam como cidade média. Como nos indica Sposito (2004), as alterações das necessidades urbano-regionais, advindas principalmente de reorganizações da divisão regional do trabalho, acabam imprimindo mudanças espaciais no intraurbano, sobretudo, de cidades médias que são mais sensíveis. Partindo deste raciocínio, nos detemos a investigar o espaço urbano da cidade média de Marabá através da perspectiva da moradia, ou mais especificamente dos assentamentos ou ocupações já que houveram significativos empreendimentos no início deste milênio no sudeste paraense; expansão do comércio, serviços e indústria da cidade; e expansão territorial desta.

Este trabalho é resultado de investigações sobre as ocupações espontâneas cuja problemática central é: como e por que as ocupações espontâneas são condição e expressão (SPOSITO, 2004) da

¹ Graduando em geografia pela Faculdade de Geografia e Cartografia e foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA) com o projeto "Transformações Econômicas Regionais e Reestruturação da Cidade de Marabá: um estudo da morfologia urbana, da estrutura físico-territorial e das relações sócio-espaciais" orientado pelo Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral entre agosto de 2014 e julho de 2015. E-mail: luizmarcelo_sb@hotmail.com

estruturação de Marabá? Portanto, os objetivos iniciais se deterão na formação territorial da sub-região com foco na cidade para entender a constituição e característica de sua centralidade, e a importância histórico-geográfica deste tipo de assentamento urbano; outro objetivo enfoca nas relações espaciais, principalmente dos moradores do Bairro Araguaia (Invasão da Fanta), com os espaços da cidade para compreender as acessibilidades e localizações (VILLAÇA, 2001). Ainda como investigação destes dois últimos aspectos, nós tomamos como indicadores a existência de equipamentos urbanos (serviços públicos e de consumo), áreas de lazer, áreas de trabalho e discussão pública, assim como as maneiras de acesso a esses espaços.

Consideramos como suporte de análise e reflexão os levantamentos bibliográficos sobre a temática das ocupações espontâneas (assentamentos urbanos informais, “invasão”, periferia, favela, “comunidade”, etc.), cidade média, espaço urbano e Amazônia; documentos levantados sobre as ocupações em que os dados e informações foram obtidos em instituições municipais, associação de moradores ou qualquer organização social dos moradores e nos movimentos sociais; foram sistematizados dados de formulários com 43 perguntas aplicados nas habitações das ocupações (planejadas, dirigidas e espontâneas) nos aproximando da realidade do bairro e de seus moradores; entrevistas gravadas com pessoas de variadas instituições sociais já citadas acima e moradores para analisar a formação territorial desses bairros e suas relações sócio-espaciais com outros pontos da cidade e da sub-região; análise de mapas e mapeamento das ocupações espontâneas como indicadores físico-territoriais da cidade e as relações espaciais de suas localizações.

Esta redação primeiramente se preocupa com uma busca do entendimento sobre cidade, urbano e urbanização que nos sejam bases férteis para refletir as relações “espaço e sociedade”, como esforço teórico-metodológico. Em seguida o foco é na formação territorial do sudeste paraense e em especial a cidade de Marabá no qual a estruturação de seus núcleos urbanos se relaciona às suas importâncias geopolíticas e das atividades econômicas da borracha (caucho), castanha, agrícola, pecuária, mineral, madeireira e urbana, e, deste modo, influenciando nos seus assentamentos, com destaque nos empreendimentos do início deste milênio. Num terceiro momento, destacamos as ocupações espontâneas urbanas dando ênfase nas recentes (2005 à julho de 2015), caracterizando-as no conjunto dessa cidade descontínua. E finalmente, é exposto dados e informações sobre o bairro Araguaia (Invasão da Fanta) como maneira de nos aproximar das características desses espaços e suas relações com as demais áreas de Marabá.

Apesar de ser um estudo localizado, as pretensões são de análises mais sistemáticas ou gerais da produção da cidade, no qual esse tipo de assentamento tem sido característico da urbanização da América-Latina e, portanto, as implicações deste processo influem decisivamente na vida urbana. As hipóteses iniciais indicam que as ocupações espontâneas são elementos constitutivos da cidade pela sua presença e importância histórica já que reproduzem as condições de relacionamento entre os agentes da sociedade. Deste modo, precisam ser considerados nos debates e políticas públicas (não somente administrativas) de maneira que esclareçam as relações sócio-espaciais dessas ocupações urbanas, principalmente em cidades cujas histórias contêm o Estado como agente ímpar de estruturação e expansão da fronteira. Mas esclarecimentos não bastam e necessitam serem acompanhados por esforços de criação de alternativas que não reproduzam essa expressão e condição de reprodução da sociedade.

1 PERSPECTIVAS SOBRE A CIDADE, URBANO E URBANIZAÇÃO.

Propor pensar a cidade, o urbano e a urbanização é propor pensar a sociedade na medida em que aparentemente há uma concentração na cidade de um conjunto de fatores para a própria reprodução dessa sociedade. Mas afinal, o que é a cidade, o urbano e a urbanização? Quais concentrações e fatores? Que reprodução(ões)?

A princípio nos detemos a refletir “a cidade” segundo as ideias de expressão e condição da Sposito(2004). Ora, a conjuntura nos permite perceber uma sociedade contraditória, conflitiva e desigual no qual o espaço acaba expressando e condicionando esses aspectos, sendo que a cidade como recorte de análise e particularidade do espaço é produto e também reproduz a conjuntura inserida. Expressa, portanto, a ordem distante (LEFEVBRE, 2006) que tenta se impor com objetos, relações, signos de maneira que utilizam as instituições para suas legitimações e expansões territoriais. Mas a cidade também contém a ordem próxima com os relacionamentos, comportamentos, práticas, ideias mais intrínsecas a historicidade e contato de cada cidade, o que tornam esses espaços particulares e/ou singulares. Essas duas ordens não são necessariamente dicotômicas, são visões para atentarmos que a cidade está inserida e é influenciada por contextos mais amplos que sua área edificada, mas ela não é somente passiva e, assim, também é ativa nos níveis de realidade (conjunto social, plano específico e ecológico) como propõe Lefebvre (2006), ainda mais na contemporaneidade em que os agentes interferidores da cidade crescem em número e complexidade nas relações sócio-espaciais, os quais nem necessitam estarem nesses locais ou nem mesmo em seus respectivos países ou continentes. Como condição, a cidade contém aspectos que reproduzem e/ou produzem a sociedade, ou seja, não é resumida a dimensão econômica que concentra mão de obra, capital fixo, gestão empresarial e financeira, enfim, como condição geral de produção (CARLOS, 2013); mas, sobretudo, de condição da vida social que condizem também com as necessidades sociais de política, lúdico, simbólica...

Importante insistir é o caráter de a cidade expressar e condicionar as relações sociais que apresentam diferenças nas intenções de uso, apropriação e controle ao lutarem por espaços e suas possibilidades de uso, funções, barganhas, ou como expõe Villaça (2001), por localizações. A questão é que em meio as lutas são criadas socialmente mediações que sejam possíveis as relações entre os agentes, com racionalidade e ordem. No entanto, essas mediações (mercado, leis, instituições, ideologias) não impedem as contradições, desigualdades e conflitos. Se raciocinarmos como Lefebvre (2006) que a própria cidade é mediação, nos possibilita conceber a coexistência e conflitividade de ações dos agentes que pretendem seus espaços homogêneos e as contraposições segundo a diversidade de intenções e estratégias.

Se a cidade tem a dimensão de materialidade, o urbano

não pode ser definido nem como apegado a uma morfologia material (na prática, no prático sensível) nem como algo que pode se separar dela. Não é uma essência a-temporal, nem um sistema entre os sistemas ou acima de outros sistemas. É uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro (ou antes, dos encontros) (LEFEVBRE, p. 81, 2006)

Mesmo que “o urbano” seja também o desencontro, desunião, divergência, solidão...a qualidade que esse autor confere ao encontro é entendida principalmente a um padrão ou modo de vida que se pretende urbano. Vida individual ou coletiva que se vê dependente da coletividade ou da divisão social do trabalho em que se aprofunda suas especializações na cidade. Somado a isso, existe a proliferação do imaginário de progresso, moderno, consumo que a referência espacial

acaba sendo a cidade, mas que não se resume a esta. Ou seja, o urbano não está apenas na cidade, mas a uma sociedade que confere à cidade a centralidade política, econômica, social e cultural capaz de ser responsável pelas difusões e convergências de ações e ideias que abrangem variadas populações e seus territórios.

A urbanização é um processo que não basta analisa-la por um contexto específico, pelo contrário, é necessário entender a constituição das cidades e suas importâncias nos variados contextos histórico-geográficos. Também não nos limitamos a entendê-la só pela quantidade da população urbana ou da descrição dos distintos espaços da cidade e entre as cidades. O que inicialmente nos detemos é a investigação da possível constituição da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2006) e como e por quê da produção coletiva do espaço urbano e apropriação e/ou dominação desigual desses espaços (SANTOS, 2009).

2 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL: A CONSTITUIÇÃO DE UMA CIDADE MÉDIA NO SUDESTE PARAENSE.

No final do século XIX e início do XX a Amazônia estava inserida no surto econômico da borracha, onde o extrativismo da borracha para exportação constituía em relações sócio-espaciais que se articulavam com outros países, ou seja, foi uma atividade econômica que avolumou à região na divisão regional do trabalho, lhe conferindo (seletivamente) grandes importâncias econômicas, políticas, sociais e culturais; e expandindo territorialmente os assentamentos ou atividades produtivas nas áreas de extravio do látex que estavam distantes de ocupações já consolidadas do nordeste paraense. Velho (2013) expõe que depois de algumas expedições em busca da sonhada terra para pasto, “acharam” no sudeste paraense a extração do látex através do caucho, o que vai conferir a esta sub-região uma imigração sazonal no qual algumas pessoas (caucheiros, comerciantes, pecuaristas, etc.) vão produzir habitações na confluência do rio Tocantins com o Itacaiúnas (ver Mapa 01). Localização estratégica, haja vista que na região a circulação acontecia sobretudo pelos rios e estar nesse local conferia a interligação das áreas de extração com Belém onde estavam as casas aviadoras e exportadoras, além de possibilitar trocas comerciais com localidades do nordeste e centro-oeste brasileiro. As casas aviadoras controlavam o processo de extração com o aviamento (sistema de crédito) e, principalmente, controlando os meios de circulação (rio), como aponta Emmi(1999).

Aproximadamente em 1912 se acentua a crise da borracha e muitos núcleos de assentamentos criados ou mantidos com o surto irão diminuir ou desaparecer, o que ameaçou o núcleo de Marabá até a alternativa do extrativismo da castanha que é consolidado a partir do final dessa década. A extração e comércio da castanha irá herdar a organização do extrativismo da borracha (capital comercial – aviamento - cadeia de exploração produtiva - “controle” da circulação), porém com a crescente importância política (em 1913 Marabá é elevada à categoria de município e em 1923 de cidade) e econômica que Marabá está se constituindo, alguns agentes sociais (principalmente comerciantes e/ou aviadores) se articulam principalmente com a estrutura político-partidária estadual para arrendar e, depois, aforar castanhais em terras devolutas, o que na prática significava a apropriação de um ativo público (a terra) por uma oligarquia da castanha (EMMI, 1999). Se até o início da década de 1920 a extração tenha sido “livre” (no sentido da organização do trabalho familiar e acesso à terra), na década de 1930 (com o arrendamento) e a partir de 1954 (aforamento) se prolifera as apropriações de terras devolutas devido a estrutura político-econômica

dos oligarcas, sobretudo, ligados ao Deodoro de Mendonça e, posteriormente, a família Mutran (a partir do final da década de 1940), segundo Emmi(1999). Esta apropriação de terras por famílias tradicionais ainda é um aspecto importante para entender a localização e as lutas das ocupações espontâneas na cidade.

Mesmo com importância política e econômica, capaz de ser o centro regional desde a época da borracha (VELHO, 2013), Marabá não apresenta feições ou características de tal importância, sendo a “morfologia da cidade” ainda incipiente. Esse autor expõe que isso é devido ao caráter sazonal do extrativismo, no qual não há ocupações constantes e expressivas, sendo a maior fixação da população a partir de 1940 com a expansão e/ ou intensificação de outras atividades produtivas (agropecuária e extração mineral) que conferiram maior fixação por mais tempo da população. Com o crescente assentamento na Velha Marabá ou Marabá Pioneira (Mapa 02) que é o primeiro núcleo na foz do rio Itacaiúnas, são procuradas cotas mais elevadas para as instituições e moradias com intuito de minimizar os problemas das enchentes dos rios. Essas instituições (casas comerciais, igreja, político-administrativas, bancos) executavam serviços que eram responsáveis por longínquas localidades da sub-região já que geralmente não existiam nelas.

A partir do final da década de 1950 e, sobretudo, de 1960, a Amazônia Oriental será objeto de estratégia geopolítica e econômica do governo federal, com claras iniciativas de planejamento regional desenvolvimentista para o usufruto principalmente de seus recursos naturais e energéticos. Será imposto na região um modelo de ocupação e circulação que não privilegia o existente (associado ao rio), mas sim com a referência das estradas. Emmi(1999) demonstra as transformações: na economia que se diversificara, impulsionando outras atividades produtivas além do extrativismo da castanha, com novas relações de produção, avanço do mercado regional capitalista da força de trabalho, monetarização da economia, novas vias de mobilidade (rodoviária), ocupação e colonização; na função e uso da terra, esta que deixará de ser controlada predominantemente pela oligarquia para ser disputada também pelo capital industrial-financeiro e pelos imigrantes; no centro de decisão sobre as questões locais que se deslocam para fora da região com a centralização do poder na ditadura militar (1964-1985) e que interferiram em políticas como a federalização de terras, articulações a nível federal com corporações (Vale do Rio Doce, Alcoa, U.S. Steel) na obtenção de recursos locais/regionais, criação de programas e instituições para a região (Plano nacional de Integração, Projeto Integrado de Colonização de Marabá, grupo executivo de terras do Araguaia-Tocantins-GETAT), Marabá torna-se Área de Segurança Nacional.

A partir de 1985 dois processos são notórios: esgota o modelo nacional-desenvolvimentista e há fortalecimentos dos movimentos de resistência das populações locais à exploração da terra (BECKER, 2009, p. 27) que somados as pressões ambientalistas internacionais e nacionais, geraram no que ela concebe como vetor tecno-ecológico (predominando de 1985 até 1996), como uma fronteira socioambiental, diferente de outrora que predominava o vetor termoindustrial. Essas estratégias territoriais coexistem e são, segundo a autora, até contraditórias. São vetores que expressão as diversas maneiras de relação, visão, perspectiva dos variados agentes com os espaços de fronteira que se constituí o sudeste paraense e, assim, as potencialidades de situações contraditórios e conflitivos.

Esses processos moleculares de acumulação do capital (HARVEY, 2004) que incidem sobre a Amazônia Oriental irão reestruturar o sudeste paraense, sendo a urbanização (seja em termos de quantidade de cidades, aumento da população urbana, alterações na rede urbana) uma das principais mudanças, já que mudam as relações espaciais entre as cidades e também destas com os

espaços circunvizinhos. Sposito (2004) nos indica que quando isso ocorre, há uma reestruturação das cidades envolvidas devido aos novos papéis ou funções que precisam desempenhar nessa reorganização do espaço regional.

A partir do início da década de 1970 Marabá é objeto de um projeto urbanístico que poderia assentar os moradores da Velha Marabá que sofriam com as enchentes e receber o crescente número de imigrantes, sendo de responsabilidade da SUDAM, no então novo núcleo urbano da cidade que é a Nova Marabá (Mapa 02). Se inicialmente o núcleo foi sendo implantado como “planejado” (sistema de folhas), com o abandono do projeto pela SUDAM e repasse para a prefeitura, logo ocorreram apropriações de terras para usos que não estavam planejados e que são ainda condições para a segregação já que as folhas foram desigualmente produzidas em termos de saneamento e infraestrutura (CARDOSO; LIMA, 2009). É o núcleo urbano onde se entrecruzam as rodovias BR-222 (interliga o norte ao sul da Amazônia Oriental) e BR-230 (conecta o leste ao oeste, do nordeste brasileiro ao Pará), marcas do novo modelo de circulação, e também a ferrovia do Projeto Ferro Carajás (PFC) que interliga o sudeste paraense ao porto de Itaquí (MA), sendo a via pela qual mobiliza diariamente toneladas de minério para exportação. É o núcleo que segundo Trindade Jr. et al (2011) se destaca pelo uso institucional e a concentração da população com melhor perfil de renda.

A Cidade Nova (Mapa 02) “desenvolveu-se a partir da ocupação rural existente na área, da presença da agrópole do INCRA, onde se localiza a sede da superintendência regional desse órgão federal, da instalação do aeroporto e da construção do conjunto Cidade Nova pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB)” (CARDOSO; LIMA, p. 187, 2009). É o núcleo mais recente, com traçados retangulares das ruas (diferente da Nova Marabá) e onde há, segundo esses mesmos autores, especulação imobiliária coexistente com espaços de “periferização”. Juntamente com os núcleos São Félix e Nova Marabá, são os espaços de expansão territorial urbana.

O núcleo tradicional Velha Marabá ou Marabá Pioneira ainda resiste mesmo com os anuais problemas das enchentes e das carências de infraestrutura. Apesar disso, é um núcleo consolidado onde há concentração de comércio e serviços e recentemente foi produzido uma orla do lado do rio Tocantins que fomenta o turismo, especulação imobiliária e a prostituição.

Marabá constitui-se, então, numa estrutura tripartite (Mapa 02) e polinucleada composta de três núcleos principais (Marabá Pioneira ou Velha Marabá, Nova Marabá e Cidade Nova) e dois secundários (São Félix e Morada Nova), estes que estão do outro lado do rio Tocantins a margem da BR-222 (TRINDADE JR et al., 2010) e que são produtos de ocupações espontâneas, dirigidas e planejadas. Basicamente a área urbana de Marabá é formada por esses cinco núcleos, nos quais concentram fixos que são condições da reprodução ampliada do capital como as indústrias, principalmente as siderúrgicas, que se relacionam a dinâmicas nacionais/internacionais na comercialização do ferro-gusa (especialização e alta dependência do mercado internacional), mas que também interagem com atividades produtivas como o carvoejamento que impacta socioambientalmente as áreas rurais próximas. Relação desigual também notória com as indústrias de médio e pequeno porte (geralmente de capitais regionais) como as de laticínios e frigoríficos que impõem novas práticas espaciais na cidade e, sobretudo, nas produções rurais (TRINDADE JR et al., 2010). Com essas novas técnicas advêm novas necessidades de qualificação profissional, o que vem expandindo instituições de ensino superior (público e privada) e técnico na cidade.

Marabá ainda concentra os serviços e comércios da região, o que também mostra a força de sua centralidade na medida em que atende às necessidades de localidades muito distantes e, por

vezes, relacionados a serviços especializados que só existem nessa cidade média, a exemplo dos relacionados à saúde como o hospital regional e os centros especializados de saúde. Também é notório, segundo Trindade Jr. et al. (2010), várias sedes de movimentos sociais de luta por questões urbanas e rurais, tais como, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, bem como sedes regionais do Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) e da Federação dos trabalhadores da Agricultura (FETAGRI). O comércio se caracteriza pela formalidade com as redes de eletrodomésticos e eletrônicos, varejistas e supermercados que são controlados por capitais locais/regionais que detém controle político e econômico, sendo geralmente estes setores com relações mais extra regionais do que locais, ao contrário do circuito das feiras e camelôs (tidos como informais, mas que são importantes meios de troca) que possuem relações intrínsecas com as produções regionais. O que é interessante na cidade é sua capacidade de suporte em serviços voltados para a agropecuária, caracterizando suas funções para uma região de forte vetor dessa atividade produtiva.

2 OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS URBANAS EM MARABÁ

Nos cinco núcleos existem as ocupações espontâneas². Ora, a urbanização latino-americana que ocorre intensa e velozmente (SPOSITO, 2004) não produz suficientemente no espaço citadino infraestruturas básicas de mobilidade, saúde, educação, lazer e participação em pautas públicas. Além disso, ocorre que o acesso aos elementos do espaço urbano é desigual, segundo distinção de renda e mobilidade ou, como propõe Villaça (2001), a partir da localização. As ocupações espontâneas (invasões, “ocupações”, favela, palafitas, “periferia”, “comunidade”, etc.) como assentamentos cuja iniciativa de ocupação advém principalmente dos próprios moradores, são espaços constitutivos das cidades não só pelas suas persistências histórico-geográficas, mas também por fazerem parte da estruturação do espaço urbano como condição da reprodução social desigual já que compõe um dos elementos da segregação sócio-espacial.

No Brasil, por exemplo, segundo Russi (2014), um estudo do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) aponta a existência de 12, 4 milhões de brasileiros em áreas de carências sociais e infraestrutura precária nas áreas metropolitanas e maiores cidades. Na Amazônia esse processo também ocorre como esclarece Becker apud Trindade Jr. et al (2011, p.94) sobre padrões de urbanização expressos na estrutura intraurbana da região cuja urbanização espontânea ela caracteriza como “muito presente na Amazônia Oriental; ação indireta do Estado; surgem ou expandem cidades que acompanham as frentes econômicas, mobilizando grande quantidade de mão de obra móvel e polivalente”.

A história de Marabá é a história de suas ocupações espontâneas, pois desde a constituição de seu primeiro núcleo urbano (Velha Marabá) a cidade apresenta este tipo de assentamento que acaba sendo a alternativa de espaço em uma sub-região onde as estratégias geopolíticas e econômicas de integração, colonização e exploração dos recursos implicaram em fronteiras econômicas que (des)envolviam (GONÇALVES, 2015) e criaram resistências devido à forte

² A equipe de pesquisa está analisando o espaço urbano de Marabá através das ocupações espontâneas, dirigidas (iniciativa de assentamento pelo capital privado) e planejadas (iniciativa de assentamento pelo Estado) e, assim, foram aplicados formulários de 43 perguntas nas habitações dessas ocupações, sendo obtidos 120 na ocupação espontânea (Bairro Araguaia), 60 no dirigido (loteamento Cidade Jardim) e aproximadamente 240 nos planejados (112 no residencial Tiradentes e 128 no residencial Tocantins que fazem parte do Programa Minha Casa Minha Vida de faixa 01). Os resultados desse artigo são, em parte, a partir da análise dos dados obtidos na ocupação espontânea bairro Araguaia (Invasão da Fanta).

concentração e expropriação de terras, intensa imigração cuja mão de obra apresenta dificuldades na incorporação dos grandes projetos (minerais, agropecuários, industriais, madeireiros, coloniais, urbanos e logísticos) e “ineficiência” do Estado na promoção de infraestrutura nos assentamentos ou de condições para tal que proporcionasse a cidadania legalmente instituída, pelo contrário, este agente privilegiou principalmente o capital nacional/internacional com incentivos fiscais, repressão, energia, mobilidade, territórios. Marabá como núcleo urbano na fronteira amazônica

passa a ser condição-chave de integração do espaço social e territorial. A urbanização, nesse contexto, não está relacionada apenas ao crescimento das cidades e de sua população. Como alguns autores chamam atenção, a urbanização refere-se à multiplicação dos pontos de concentração e de sua população na cidade; à (re)socialização da população migrante (consumo de novas informações e busca de satisfação de necessidades básicas como educação, saúde e novas oportunidades de trabalho); ao desenvolvimento de uma nova racionalidade propiciada pela vida na cidade, que tanto interfere na sua visão de mundo, quanto orienta sua tomada de decisão; ao desenvolvimento de uma economia urbana e de um mercado de trabalho em bases assalariadas. Define-se, portanto, pela instauração do modo de vida urbano. Assim, duas dimensões ganham centralidade nesse processo. A primeira refere-se à interação econômica, ideológica e cultural, capaz de produzir excedente e difundir valores e comportamentos da vida urbana. A segunda está relacionada à circulação do excedente, ao planejamento estatal e à articulação deste com a sociedade local (PEREIRA, p.34, 2006).

Essa mesma urbanização que promoveu mais infraestruturas e tentou implantar um planejamento urbano (com pequena participação da população local), não conseguiu produzir ou condicionar os componentes do direito à moradia³ às populações que se fixavam na cidade ou que se assentavam transitória e nela. Pela dificuldade na apropriação de imóveis ou melhor, de pontos por compra ou aluguel não só pelas valorizações (aumento de preços) mas também pela instabilidade nos empregos, salários e até de perspectivas, a possibilidade nas ocupações espontâneas sempre esteve presente, ainda mais numa sub-região onde a luta pela terra é intensa. Como já exposto, as famílias tradicionais se apropriaram de várias terras devolutas na sub-região, sendo interessante a contribuição de Russi(2014) sobre os assentamentos informais na Cidade Nova quando nos aponta que

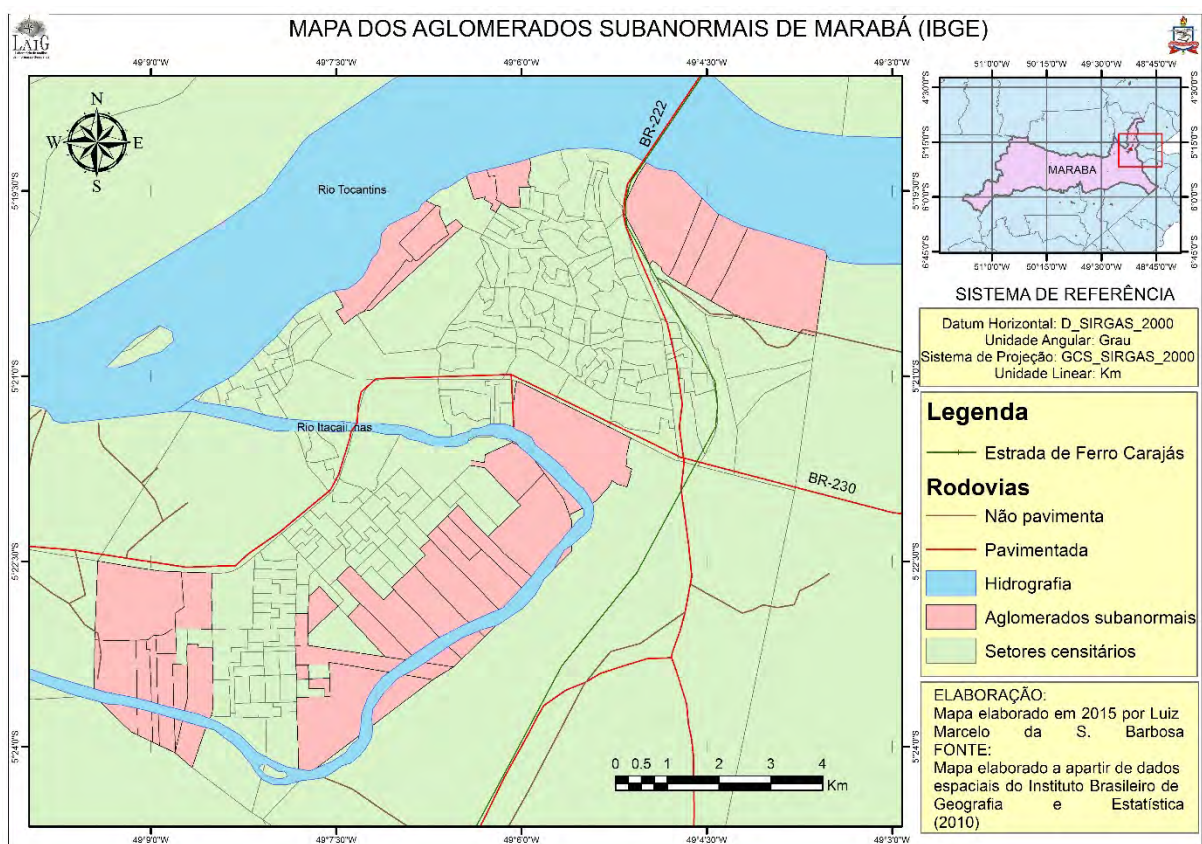
(...) a lembrança de que eram as áreas griladas na Colônia Agrícola Municipal Quindangues, permaneceu sempre viva na memória social de Marabá. A ideia de retomada dos lotes para seus primitivos ocupantes sempre foi um dos principais objetivos das lutas populares em Marabá (...).E o mesmo processo se desenvolveu em relação a outras áreas do Complexo Cidade Nova (Novo Planalto, Independência, Filadélfia, entre outros) e permanece em curso até hoje (RUSSI, p.85, 2014)

Ainda que as lutas não sejam só nessas “propriedades duvidosas” das famílias tradicionais, essa memória social que guarda os processos de grilagem, a falta de função social da propriedade que determinada área pode aparentar pela sua “não utilização” e a necessidade de moradia (localização) indicam serem os elementos da formação territorial dessas ocupações espontâneas em Marabá, mesmo que o primeiro não se aplique a toda história e geografia dessas ocupações, como nos primeiros assentamentos do início do século XX.

³ Segundo Sauler Jr. apud Russi (2015) esses componentes são: segurança jurídica da posse; disponibilidade dos serviços, materiais, benefícios e infraestruturas; gastos suportáveis; habitabilidade; acessibilidade; localização; e adequação cultural.

Deste modo a cidade marabaense, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contém onze aglomerados subnormais (MAPA 01), porém outra pesquisa (TRINDADE Jr. et al, 2011) nos demonstra a existência de vinte e quatro ocupações espontâneas nos núcleos Velha Marabá, Nova Marabá, Cidade Nova e São Félix, destas quatorze (58%) estão em áreas particulares, considerando que esse estudo foi até 2008. Ainda que questionáveis os dados do IBGE, eles indicam que são ocupações que estão, sobretudo, nas áreas de expansão da cidade como ocorrem em Nova Marabá e Cidade Nova, Isto acaba implicando nas particularidades desses assentamentos como é no bairro Araguaia (MAPA 02) que não é considerado nos setores censitários do IBGE.

Mapa 01-Aglomerados subnormais em Marabá.



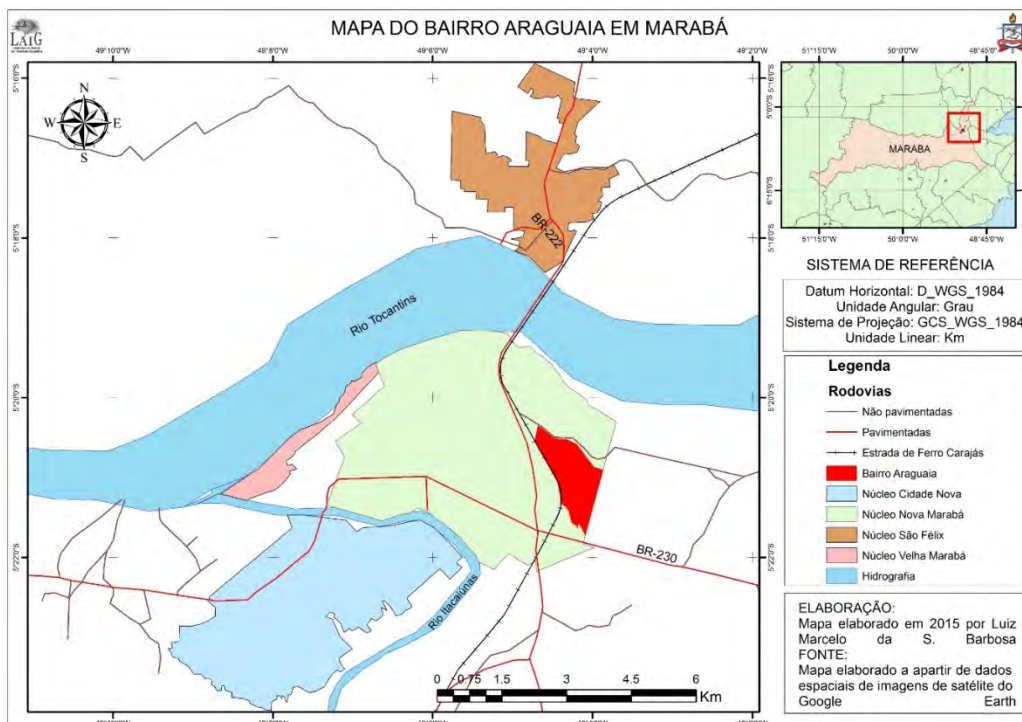
Fonte: IBGE (2010)

2.1 AS RECENTES (2005 À JULHO DE 2015).

No final da década de 2000 e início de 2010, período de anúncio e/ou implantação de alguns projetos (Aços Laminados do Pará, duplicação da Transamazônica na cidade e da ferrovia, Minha Casa Minha Vida, expansão do comércio e serviços, etc.) coincide com a expansão territorial urbana e a imigração que, provavelmente, responde ao aumento da população urbana de Marabá de 134.373 habitantes em 2000 para 175.020 habitantes em 2007 e 186.270 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). Além desse aumento populacional, a partir de 2006 houve crescimento de investimentos (destaque para os empreendimentos imobiliários) na cidade e o aumento nos preços dos aluguéis e imóveis residenciais e/ou comerciais (RUSSI, 2014), sendo o mesmo período de intensa formação de

novas ocupações espontâneas na área urbana e rural, de acordo com Cláudia Vieira⁴. Das vinte e quatro ocupações urbanas espontâneas que a pesquisa de Trindade Jr. et al (2011) aponta, dez delas foram iniciadas entre 2005 e 2008, ou seja, aproximadamente 42% desses assentamentos se constituem neste período nos núcleos Nova Marabá e Cidade Nova. Porém, considerando a exposição de Gilson Cardoso⁵ sobre a existência de trinta dessas ocupações na cidade, é possível inferir que aproximadamente 53% das ocupações espontâneas se constituíram no período de 2005 à julho de 2015⁶.

Mapa 02: Localização do Bairro Araguaia (Invasão da Fanta).



Fonte: trabalho de campo, 2015.

2.1.1 DO OUTRO LADO DA FERROVIA: O BAIRRO ARAGUAIA (INVASÃO DA FANTA)

Uma dessas ocupações urbanas recentes é o bairro Araguaia (Invasão da Fanta) (Mapa 02) cuja invasão (em 2008) acontece na área do INCRA e da família Mutran, esta que também era detentora das terras a oeste do Araguaia, conhecida como bairro Alzira Mutran (Km-7) que é um assentamento espontâneo iniciado nas margens da BR-222 e termina no limite que faz com a “Fanta”, limite que é a Estrada de Ferro Carajás no qual rotineiramente é transportado minério e pessoas até São Luís (MA), ou seja, é bastante utilizado e possui muita influência no cotidiano dos que estão “depois da ferrovia”; o limite norte é o “Linhão” de energia elétrica que separa de outro assentamento espontâneo mais antigo, o Bairro Nossa Senhora Aparecida (invasão da Coca-Cola) que também acompanha a Estrada de Ferro; o limite leste ainda possuem áreas sem habitação e são próximas à

⁴ Advogada. Informação obtida na apresentação do seminário “Direito à moradia”, organizada pela Comissão Pastoral da Terra, no dia 13/05/2015 em Marabá.

⁵ Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá. Informação obtida na apresentação do seminário “Direito à moradia”, organizada pela Comissão Pastoral da Terra, no dia 13/05/2015 em Marabá.

⁶ Essas informações ainda são um indicativo, pois continuamos investigando a quantidade e localização das ocupações espontâneas recentes.

área militar; e ao sul não tem um limite definido. É uma configuração que expressa bem o interesse regional seletivo e contraditório das políticas desenvolvimentistas, e a segregação sócio-espacial, pois a ferrovia é emblemática na separação dessas duas ocupações espontâneas do centro da Nova Marabá.

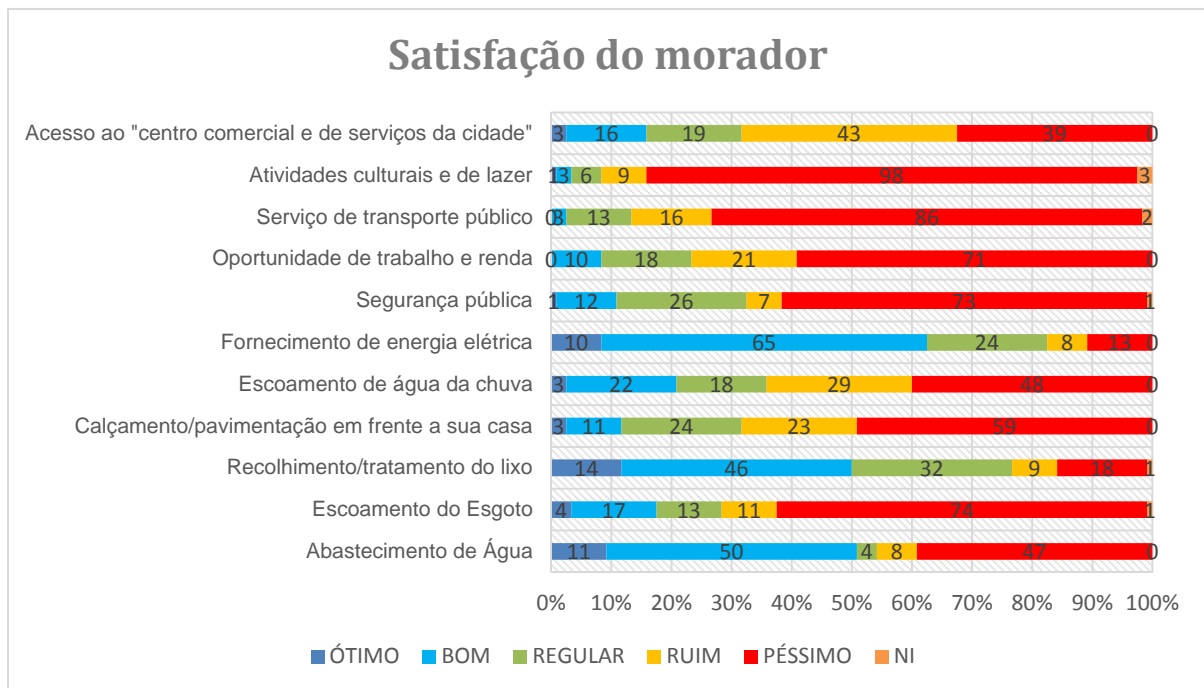
A história da “invasão da Fanta” é marcada pelo conflito por terras urbanas, em muitos casos violentos, e assim como em outros assentamentos espontâneos houveram mortes dos presidentes de associações. O caso mais recente foi o assassinato da presidente da associação dos moradores do bairro Araguaia no início deste ano. Isso causa instabilidade na organização política dos habitantes, o que dificulta bastante as lutas pela regularização fundiária que é principal pauta das associações. No Araguaia, por exemplo, a sede da associação encontra-se abandonada, mesmo já existindo novo presidente.

A “Fanta” não contém posto de saúde, posto policial ou delegacia, quadra de esporte e praça, sendo só posto de saúde existente no seu entorno (Km-7). Foi construída recentemente uma escola (segundo os moradores, financiada pela VALE) e o bairro ainda possui comércio de pequeno porte (geralmente na mesma habitação de moradia) e igrejas. São equipamentos urbanos de consumo e serviços públicos que se localizam em sua maioria fora da ocupação (mesmo o comércio, em que a maior parte das compras é feita em supermercados na BR-222 por ser mais barato e diversificado de produtos) e, portanto, é necessário o deslocamento para outros pontos da cidade, seja para fins de consumo, serviço público, trabalho e lazer.

Apesar de 78% dos entrevistados declararem usar algum transporte coletivo (ônibus, mototaxi, a pé e taxi-lotação), não há circulação de ônibus no bairro e existem resistências dos mototaxistas de entrarem no assentamento por conta da violência. Ocorre que quem depende deste tipo de transporte precisa caminhar até a BR-222 (ver Mapa 02) em meio a muita poeira (verão) ou lama (inverno), circulação constante de automóveis (como não tem calçadas, vai “beirando” a rua), sujeição a roubos e, ainda, tem a grande possibilidade de esperar o trem passar na ferrovia (com no mínimo 15 minutos de traslado) com seu barulho forte ou ainda o transtorno do trem parar, obstruindo a principal entrada do bairro. Isso torna a circulação mais demorada (aproximadamente 57% declararam que seu tempo de deslocamento está entre 30 minutos e 2 horas) e, sobretudo, penosa.

Reflete, portanto, na avaliação dos moradores (Gráfico 01) sobre o acesso ao “centro comercial e de serviços da cidade” em que 36% e 32% declaram como ruim e péssimo, respectivamente. Este gráfico mostra o nível de insatisfação dos habitantes com a realidade do bairro Araguaia, condizente com a falta ou ineficiência de áreas de lazer (alguns comentários remetem a existência do “pedral”, parecendo ser um balneário bastante frequentado por pessoas deste bairro, do Nossa Senhora Aparecida e Km-7), serviço de transporte público, oportunidade de trabalho e renda no bairro (apesar desta insatisfação, a construção civil das habitações é expressiva e destoa da imagem de casas de madeira que geralmente é associada a essas ocupações), segurança pública, escoamento da água da chuva e esgoto (não há sistema de coleta do esgoto) e calçamento/pavimentação das ruas.

Gráfico 01-Satisfação dos moradores.

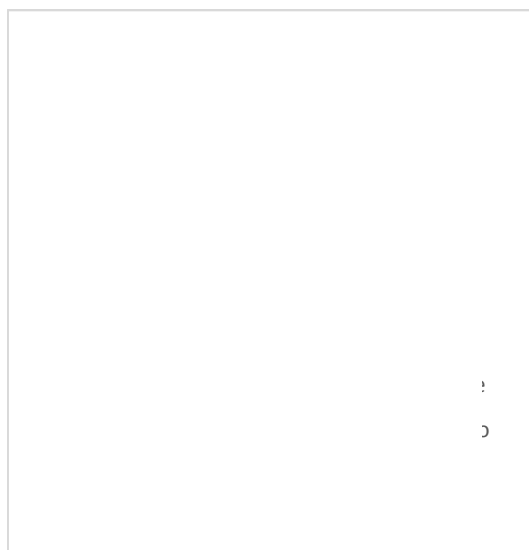


Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Chama atenção três quesitos: fornecimento de energia elétrica, recolhimento/tratamento do lixo e abastecimento de água. Este foi avaliado com 41 % como bom, mas isto decorre porque os moradores possuem seu próprio sistema de abastecimento em que não há muitos problemas, porém todos informaram a utilização de poços, ou seja, assim como em outras ocupações espontâneas, não existe sistema de água tratada (contaminada, sobretudo, pela falta de sistema do esgoto). Os gráficos 02 e 03 expõe os quesitos mais bem avaliados do gráfico 01, pois são os principais serviços públicos existentes. Mas também expressão a desigualdade de acessibilidade no próprio bairro haja vista que esses serviços de coleta de lixo e medição da energia elétrica não ocorrem nos espaços que fazem limite com a área militar (Figura 01), onde a dificuldade de locomoção é superior (relevo mais acidentado e vias mais precárias), as habitações estão mais dispersas e a distância é maior do início da ocupação. Contrastando com a rua Pará (Figura 02) que é uma das primeiras ruas do bairro (próximo à ferrovia), recentemente foi pavimentada⁷, onde está mais perto da concentração do pequeno comércio.

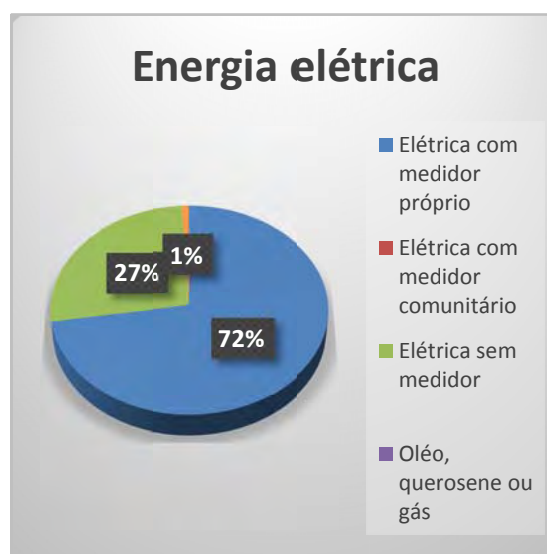
⁷ Segundo alguns moradores, isto ocorre (juntamente com a escola) devido a parceria da VALE e prefeitura de Marabá em resposta aos protestos dos moradores que interrompem a circulação na ferrovia.

Gráfico 02 – Destinação do lixo.



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Gráfico 03 – Forma de abastecimento de energia elétrica.



Fonte: Trabalho de campo, 2015

A desigualdade, portanto, na estruturação do espaço urbano de Marabá acontece em três perspectivas (separadas só para análise): na **existência de um local coletivo** (equipamentos urbanos de consumo, serviço público, local de trabalho, lazer e discussão pública) e **sua qualidade**, ou seja, há concentrações em determinados pontos da cidade que possibilitam mais práticas de consumo, trabalho, lazer e serviço público em detrimento, por exemplo, das áreas de expansão territorial urbana, seja nas ocupações espontâneas, dirigidas (loteamento Cidade Jardim) ou planejadas (residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida) e, assim, os moradores necessitam buscar fora do seu bairro essas atividades e serviços. Mesmo que hajam alguns locais coletivos como os já citados, geralmente, são procurados os de fora dos assentamentos; **maneira de deslocar** (meio e tempo de deslocamento, custo e barreiras ou “fricções”) que é diferenciada de acordo com a acessibilidade do ponto à cidade, o que não significa necessariamente a existência de infraestruturas, pois pode existir deslocamento diário de pessoas mesmo sem as vias apropriadas (Villaça, 2001). Ora, para o uso dessas vias são necessários meios de transporte adequados que permitam maior mobilidade e qualidade no deslocar, porque, do contrário, essa via pode contraditoriamente melhorar a mobilidade de alguns agentes com seus meios e ser barreira ou proporcionar fricções no contato com outros agentes (fricciona não apenas a partir dos meios de transporte, mas também níveis de renda, escolaridade), implicando em desvantagens no uso de outros espaços que não sejam só “os de passagem”, pois no traslado há desnecessários gastos de energia, “tempo-espaço”, saúde. Ocorre que muitos espaços da cidade não possuem condições (renda e política) para apropriação de todos os meios que deem qualidade no deslocamento e, portanto, das vias de transporte. Pretende-se expor que a preocupação da acessibilidade de um ponto não deve estar somente na infraestrutura, mas também em criar condições para que esse determinado ponto possa se apropriar dos meios de circulação (mais do que se adequar aos padrões de vias e mobilidade) com qualidade, de forma que tenha acesso aos outros locais da cidade, usufruindo do tempo necessário para as práticas sócio-espaciais. Isto requer pensar a cidade

como um todo. Deste modo, é imprescindível entender quais os transportes mais utilizados ou necessitados desses pontos e as maneiras e condições de apropriação dos meios de transporte e infraestruturas, assim como seus relacionamentos com o restante da cidade; e os **espaços (ponto) da moradia** que além de possuírem equipamentos urbanos e acessibilidades desiguais em relação à cidade, as localizações contêm desigualmente a posse jurídica da terra, infraestruturas de saneamento, abastecimento de água e energia, educação, segurança pública, lazer, trabalho e discussão pública, conferindo diferenças nos relacionamentos dos seus moradores com seus espaços de moradia e com outros agentes (policiais, políticos, financeiros, comerciais, etc.).

Figura 01: Habitações perto do limite com a área militar.



Figura 02: Rua Pará (Bairro Araguaia) em seu lado esquerdo da rua 14 (via principal).



Fonte: Trabalho de campo (Josenilson Melo, jul.2015)

Fonte: Trabalho de campo (Josenilson Melo, jul. 2015)

Essas desigualdades nas relações sócio-espaciais de acordo com a acessibilidade (acesso a um local, uma infraestrutura, condições de poder e renda) ou a localização, partindo das ideias de Villaça (2001), são condições na manutenção das relações sociais desiguais, já que os moradores das ocupações espontâneas estão vulneráveis:

- Socioeconômica: por não possuírem atributos valorativos, segundo um padrão socialmente produzido, de escolaridade (41% com ensino fundamental incompleto, 20% com ensino médio completo e 19% com ensino médio incompleto), renda (69% com renda familiar até 2 salários mínimos) e localização, não possuem força social suficiente frente aos grupos sociais melhores localizados e que possuem maiores acessos e força do aparato político-jurídico-econômico.
- Ambiental: como não há ou é ineficiente as infraestruturas básicas de saúde (escoamento/tratamento do esgoto, abastecimento de água tratada, coleta/tratamento do lixo e escoamento da água da chuva) e está sendo uma ocupação sem considerar o relevo, sua composição e estrutura, e vegetação, acontecem danos a biota (incluindo os humanos) e alterações na abiota. Isso prejudica o aproveitamento e segurança da drenagem, do lençol freático, do relevo pouco acidentado, etc., podendo oferecer riscos à saúde e integridade dos habitantes.

- Territorialmente: sem posse jurídica da terra e morando num local que prejudica sua reprodução do trabalho, lazer, obtenção de serviços públicos, consumo, e discussão pública, pois necessitam buscar em outros locais na/da cidade sendo que o custo e tempo de deslocamento são onerosos e, assim, não permitindo o melhor aproveitamento de tempo/espaço de forma que acabam conferindo desvantagens na competição por determinado uso de um local e seu tempo de usufruto. Além disso, não possuem força no aparato político-jurídico-econômico, podendo ser obrigados ou coagidos a mudarem a localização de sua moradia, consumo, trabalho e lazer.

Assim, estão sujeitos as condições ou barganhas de grupos que tem podem e/ou tiram proveito, seja para diminuir custos de produção, aumentar força nas relações de poder, apropriação ou espoliação de terras, etc., ou seja, são condições de reprodução das relações sociais desiguais no qual a estruturação desses espaços também é sua expressão. A própria constituição dessas ocupações expressão a busca por alternativas de habitações já que não conseguem a manutenção do aluguel ou da compra de imóveis, o que, talvez, explique a desaceleração da formação de novas ocupações espontâneas com o advento do Programa Minha Casa Minha Vida no início desta década, assim como da resistência de alguns habitantes que poderiam obter essa moradia, mas se recusam a perder a localização de sua moradia. Portanto, mais do que acompanhar o aumento populacional, elas expressão as dificuldades na obtenção e manutenção de imóveis que no caso de Marabá de certa forma há correspondência com a imigração (41% dos moradores são maranhenses) juntamente com a população de baixa renda ou escolaridade. São ocupações recentes que estão, sobretudo, nas áreas de expansão contígua da cidade em busca de acessibilidades ao centro, mesmo que sejam locais com deficiências de equipamentos urbanos e infraestruturas, contrastando com outros pontos da cidade que, por vezes, estão próximos. Deste modo, expressão segregações sócio-espaciais nessa cidade média que por não apresentar uma malha urbana extensa, não há grandes distâncias entre os assentamentos e os centros, mas apresentam desvantagens na apropriação da cidade pelas localizações que apresentam dificuldades de acessibilidades, pois são barradas ou friccionadas, como geralmente são nas ocupações espontâneas. Estas além de apresentarem vulnerabilidades como condições na reprodução das relações sociais desiguais, pois podem manter relações sociais de dependência e sujeição a outros agentes (de outras localidades), também mostram contradições e formas de resistência pelas novas identidades com o bairro e a cidade já que percebem-se produtores desta e, assim, reivindicadores de direitos de uma vida urbana. E a luta desses moradores são apoiadas por instituições ou organizações sociais (associações de moradores, comissão pastoral da terra, sociedade paraense de defesa dos direitos humanos, federação das comunidades, etc.) que dão suportes para “justiça social” ou cidadania, mesmo que seja seletiva ou locacional.

Na luta pela localização não há uma polarização “dos que tem e não tem força social”, pelo contrário, mesmo que o interesse de certo grupo possa convergir por um determinado período e/ou espaço, acontece que essa dinâmica de interesses e práticas espaciais é conflitiva por possuir vários agentes, mediações e contextos, onde a perspectiva de “quem é” hegemônico, “poderoso, alternativo”, vantajoso, etc. pode mudar e redefinir as relações sócio-espaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A formação territorial da cidade de Marabá contém como elemento histórico/geográfico a ocupação espontânea na estrutura/estruturação do seu espaço urbano, porém isso não é acompanhado complementarmente por condições de convergência, do encontro pelas quais prescinde para o que Lefebvre (2006) propõe sobre a sociedade urbana. Mas revelam o que o mesmo autor expõe sobre uma urbanização desurbanizada e desurbanizante na medida em que há um planejamento de desenvolvimento regional que atenda as necessidades políticas e econômicas, sobretudo, de corporações, do Estado (não só brasileiro) e de instituições que não privilegiam ou fomentam basicamente a justiça social para as questões sociais, ambientais e territoriais, sendo uma das expressões a urbanização na Amazônia Oriental em que os espaços urbanos são segregados e seletivos, seja no intra-urbano ou interurbanos, em nome do “progresso” ou “modernização” que se mostram altamente seletivos em sua economia política que objetiva o mercado externo e está sujeita a ela. Assim, além da cidade ser segregada (desurbanizada) e não propiciar o encontro (no máximo convergências seletivas ou “forçadas”), essa característica de segregação acaba sendo um processo (desurbanizante).

Por possuir sua importância regional, a cidade média de Marabá contém essas expressões e condições no seu espaço, mas coexistem também uma complexidade de práticas espaciais que expõem diferentes ritmos, historicidades (nos objetos, nas relações sociais e suas mediações) e espacialidades que ora reforçam esses processos que “organizam” uma tal sociedade, ora contrapõem, possibilitando as contradições e conflitos. As ocupações espontâneas permitem a percepção dessa coexistência conflitiva na cidade, pois sua estruturação está envolvida com as relações espaciais de outros pontos do território (citadino ou regional) de caráter sócio-espaciais distintas, seja dos “modernos ou atrasados, dos urbanos ou dos rurais, civilizados ou bárbaros, legais ou ilegais, etc.”.

Esse tipo de assentamento permite maior investigação da fragilidade da cidadania brasileira ou como aponta Holston(2013) uma cidadania diferenciada que incorpora os habitantes do país as suas organizações sócias (políticas, jurídicas, econômicas, etc.), mas possibilita condições distintas/desiguais de acesso aos direitos. Iguais porque tem direitos, mas desiguais pois possuem acessos desiguais a esses direitos. Há criação de alternativas nessas ocupações espontâneas para tais organizações sociais e cidadania diferenciada? Há lutas? Quais as lutas a partir desses espaços?

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- CARLOS, Ana F. A. **A cidade**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CARDOSO, Ana Cláudia D.; LIMA, José Júlio F. A influência do governo federal sobre as cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v.12, n.1, p.161-192, jun.2009. ISSN 1516-6481. Disponível pelo site: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/285>> Acesso em 03.ago.2015.
- EMMI, Marília F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. 2.ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

HARVEY, David. A opressão via capital. In: _____. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. Pg. 77-114.

_____. Acumulação via espoliação. In: _____. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. Pg. 115-148.

HOLSTON, James. Cidadania estranhada. In: _____. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Estatística Municipal: Marabá**. Dados do IBGE. Belém: Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças/SEPOF, 2014.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Amazônia, amazônias**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LEFEBVRE, Henry. **Direito à cidade**. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2006.

PEREIRA, José C. M. A urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional. In: CARDOSO, Ana C. D (org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006. Pg. 23-52.

SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. In: _____. **Por uma economia política da cidade**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Pg. 111-139.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Perspectivas analíticas. In: _____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 503f. Tese (Livre Docência) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

_____. Reestruturação das cidades. In: _____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 503f. Tese (Livre Docência) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

_____. Cidades médias, reestruturação urbana e das cidades. In: _____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 503f. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

RUSSI, Anilson. **Entre o legal e o real: a regularização fundiária nos assentamentos urbanos informais no município de Marabá**. 2014. 118f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2014.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C.; MALHEIRO, Bruno Cezar P.; RODRIGUES, Jovenildo C.; AMARAL, Márcio D. B.; RIBEIRO, Rovaine. **Uma cidade média na Amazônia oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no sudeste paraense**. Mimeo 135 p. (relatório de pesquisa), Belém, 2011.

VILLAÇA, Flávio. Direções de expansão urbana. In: _____. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001. Pg. 69-112.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**. 3.ed. Manaus: UEA Edições, 2013.



DINÂMICA URBANA E IMOBILIÁRIA NAS CIDADES MÉDIAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL, A EXPERIÊNCIA DE MARABÁ (PA).

Josenilson da Silva Melo¹

Resumo

Recentemente a cidade de Marabá tem sido destino de um grande fluxo populacional, atraído por investimentos na região. Dessa forma a cidade passa por transformações no seu espaço intraurbano com grande ênfase dada aos assentamentos urbanos na produção do seu espaço. A pesquisa tem por objetivo compreender a (re) estruturação urbana nas cidades médias da Amazônia Oriental a partir da experiência de Marabá, nesse sentido questionar: i) até que ponto as transformações no espaço urbano de Marabá influenciaram os fluxos de pessoas, para trabalho e consumo, na cidade e que nos permita falar em reestruturação do seu espaço?; ii) De que forma a produção e comercialização da cidade se manifesta espacialmente e como isso implica em estratégias subversivas no sentido de luta por parte de grupos excluídos ou precariamente inseridos na apropriação da cidade?. A análise a partir da produção do espaço permite compreender a cidade enquanto processo que carrega em si as contradições de uma reprodução pautada na acumulação, e isso se torna flagrante em uma cidade média da Amazônia, intimamente vinculada aos processos regionais, mas com fundamentação em um projeto de desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Produção do espaço; Cidade média; Reestruturação urbana.

1. INTRODUÇÃO

A estruturação do espaço urbano de Marabá (PA) sempre esteve atrelada aos diversos contextos regionais nos quais a cidade esteve inserida, mesmo antes do processo de modernização do território amazônico, quando num contexto de predominância do padrão espacial dendrítico – aquele que tem o rio como elemento predominante das relações – e do contexto extrativista, sendo a coleta do caucho e da castanha representativos desse período. Com o advento do processo de integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional muda também o padrão espacial, agora com primazia dada aos eixos rodoviários, isso modifica de forma profunda a rede urbana amazônica causando a estagnação de algumas cidades que estavam atreladas às relações que se davam pela rede hidrográfica e fazendo emergir novos municípios, algumas cidades, entretanto, tiveram sua centralidade reforçada, foi o caso de Marabá (TAVARES, 1999).

Diversos trabalhos já foram realizados abordando a reestruturação do espaço amazônico (COELHO; MONTEIRO, 2004; BECKER, 1982; CORRÊA, 1987; TAVARES, 1999; MONTEIRO, 2005) principalmente a partir da década de 70, num contexto de integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e de que forma isso contribuiu para que algumas cidades atingissem condições de cidades médias e passassem a exercer uma centralidade mais acentuada, não apenas do ponto de

¹ Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará e bolsista PIBIC do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Desenvolvimento Urbano e Reestruturação Espacial.

vista econômico, mas também político na região, como no caso de Marabá (TRINDADE JR. S.C et al., 2010; TRINDADE JR. S. C, 2011). Dessa maneira a pesquisa procurou investigar de que forma a centralidade desempenhada por Marabá na região, no fim da última década e início desta, está ligada à (re)produção do seu espaço urbano e sua (re)estruturação. Nesse sentido, a configuração territorial da cidade, como reveladora de contextos regionais, evidencia o movimento dialético de estruturação do espaço regional por uma cidade média com rebatimentos no seu próprio espaço urbano (SPOSITO, 2004).

A habitação tem se caracterizado como aspecto fundamental na produção do espaço urbano marabaense, a paisagem urbana da conta de uma diversidade de empreendimentos imobiliários, de naturezas diferentes, que a partir do final da década passada se fizeram muito presentes e contribuíram para a densificação, expansão e complexificação do tecido urbano. Destacamos em nossa pesquisa os assentamentos urbanos de caráter privado-comercial, como representativo de uma lógica que faz prevalecer o valor de troca nas relações de uso do solo urbano e que o fragmenta e torna o mesmo equivalente, cambiável.

A pesquisa tem por objetivo compreender a (re)estruturação urbana nas cidades médias da Amazônia Oriental a partir da experiência de Marabá. Orientamos nosso trabalho a fim de entender algumas questões: as modificações recentes no espaço regional do Sul e Sudeste paraense (entre os anos de 2008 e 2015) e suas implicações na cidade foram suficientes para ocasionar a reestruturação da do seu espaço urbano? As modificações de caráter qualitativo nas relações capitalistas, que trazem como novidade a produção da própria cidade como condição da reprodução da sociedade, pautada na acumulação, se faz presente em Marabá por meio da produção de loteamentos de caráter privado-comercial, assim se faz necessário compreender de que forma isso implica em uma fragmentação sócio-territorial? Uma vez que a mercantilização da cidade nega a mesma à grande parte de sua população, tanto em serviços quanto em acesso a terra.

A pesquisa consistiu de levantamento bibliográfico e documental com vistas à reconstituição histórico-territorial de Marabá; de trabalhos de campo ao longo do ano de 2015 com o objetivo de coletar dados por meio de formulários, entrevistas com funcionários do empreendimento, onde foi realizado o estudo de caso, e com corretoras imobiliárias da cidade a respeito dos empreendimentos imobiliários recentes (2008-2015). A partir do estudo de caso realizado no loteamento Cidade Jardim, localizado no núcleo urbano Nova Marabá, foi possível verificar as condições de vida nos assentamentos de caráter privado-comercial, bem como a infraestrutura e os equipamentos urbanos existentes. Além disso, foi possível realizar comparações entre os assentamentos de natureza diferentes, uma vez que o trabalho é fruto de uma pesquisa maior que envolve a (re)estruturação do espaço marabaense a partir do vetor habitacional, o que inclui além dos assentamentos de caráter privado-comercial, também as chamadas “invasões” de caráter espontâneo e os empreendimentos realizados pelo Estado, nesse caso o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O trabalho está dividido em três momentos que compreendem uma reconstituição histórico-territorial dos núcleos urbanos a fim de compreender a atual configuração territorial e de que forma o espaço não é apenas produto de relações pretéritas, mas também condição e meio das atuais dinâmicas, pautadas na acumulação; em um segundo momento a preocupação ficou por conta de uma análise à cerca de alguns aspectos da produção espaço urbano e a noção de cidade média, com vistas ao ajuste teórico metodológico; e o terceiro momento consiste da apresentação dos

resultados da pesquisa: análises sobre as modificações no espaço urbano e uma discussão sobre a (re)estruturação ou não sofrida na cidade, além da caracterização sócio-econômica do loteamento Cidade Jardim, como representante da lógica privada-comercial.

Compreender as dinâmicas no espaço urbano, a partir da expansão das relações capitalistas na região, em uma cidade média da Amazônia é fundamental, uma vez que tais cidades não são apenas produto dessas relações, mas também condição para as mesmas.

2. DO CONTEXTO EXTRATIVISTA AO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO OFICIAL E DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS

2.1. A estruturação no contexto extrativista.

A configuração territorial de Marabá é caracterizada pela conformação de três núcleos principais: Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova; e dois secundários: São Félix e Morada Nova (Mapa 01). A constituição de cada um dos núcleos está intimamente relacionada à função regional que Marabá desempenhou ao longo do tempo. Assim, mesmo antes da elevação de Marabá de vila à categoria de cidade em 1913 (VELHO, 2009) - quando na região havia a busca e coleta do caucho, árvore da qual se retira um látex de qualidade inferior ao da seringueira, em pleno auge do extrativismo da borracha – os acampamentos erguidos na confluência dos rios Tocantins e Itacaiunas eram fundamentais para a dinâmica econômica regional fundamentada no extrativismo do caucho e posteriormente da castanha.

O contexto extrativista dominou a sociedade Marabaense em todos os níveis da vida e reproduziu relações e práticas sócio-espaciais atreladas a esse domínio, com traços de violência na memória social, presentes até os dias de hoje (EMMI, 1999). Nesse período o padrão espacial predominante era o rio, por onde corria e fluía (e ainda flui) a vida. Entende-se, portanto a importância da localização do núcleo urbano de então, onde atualmente se encontra a Marabá Pioneira, cuja gênese se dá ligada à dinâmica do rio.

Com o fim do ciclo gomífero na Amazônia a coleta do caucho perdeu força, abrindo caminho para a coleta de outro produto que passou a ganhar espaço no mercado internacional no início da década de 1920, a castanha. O médio Tocantins era local privilegiado para a coleta e comercialização de tal produto, tanto pela presença de extensos castanhais quanto pela rede de comércio estruturada desde a época do caucho, também pelo capital ocioso e mão de obra oriunda de outros estados.

A maneira como se dava o tipo da atividade se manifestou na própria forma da cidade, uma vez que a coleta da castanha se dava em apenas alguns períodos do ano fazendo com que a cidade perdesse boa parte de sua população durante a entressafra. Entretanto algumas atividades intersticiais, como a coleta do diamante e do cristal de rocha, desempenhadas no período de menor dinâmica da coleta da castanha, passaram a contribuir para uma maior fixação da população na cidade.

O período compreendido pela predominância da atividade da coleta, comercialização e distribuição da castanha foi marcado pela dominação política por parte de uma oligarquia comercial em que seu poder residia na posse da terra e monopólio do comércio e transporte, essa dominação invadia os diversos aspectos da vida social da população.

2.2. A modernização do território amazônico e a reestruturação do espaço urbano

No fim dos anos 60 os contextos nacional e internacional contribuíram para sensíveis modificações no território amazônico que implicaram também em mudanças no contexto político, econômico e social da sociedade marabaense. Nesse período, em pleno regime ditatorial, o país vivia uma fase de articulação entre o capital nacional e estrangeiro, um reforço no processo de concentração/centralização do poder e uma expansão setorial e espacial do mercado (EMMI, 1999). Assim, com o projeto de integração nacional, o capital industrial tende a se expandir, em rota de colisão inclusive com a estrutura de concentração fundiária, marca do poder local. Esse é o momento em que a Oligarquia local perde a hegemonia quando do compartilhamento de suas terras com outros empreendimentos e por conta de decisões legais desfavoráveis.

Marabá passa por transformações profundas dentro de um contexto de modernização do território amazônico com a abertura de estradas, construção de hidrelétricas, chegada de empresas de extração mineral, construção da estrada de ferro, além das políticas de incentivo à colonização, empreendidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), isso ira acarretar, dentre outras consequências, na diversificação das atividades econômicas, monetarização da economia, assalariamento, boom migratório e consequente formação de um mercado de trabalho regional (EMMI, 1999). Tudo isso foge do controle do poder local, a castanha não era mais o único produto e nem o único destino dos trabalhadores, a terra não era mais sinônimo de poder como outrora foi.

Marabá era o destino de muitos lavradores e posseiros que não estavam inseridos na antiga lógica de dominação-subordinação da sociedade da castanha e que por isso não tomavam conhecimento e entravam em conflito com os grandes proprietários fundiários. Outro fator que contribuiu para a desagregação da hegemonia do poder local foi a decisão de fazer de Marabá uma zona de segurança nacional, já que era uma área estratégica para o desenvolvimento nacional, ao passo que importantes atividades minerais e pecuárias eram implantadas na região. Assim chegava ao fim a Marabá dominada, nos vários aspectos da vida social, pela oligarquia da castanha, aquela apoiada no monopólio da terra e do comércio.

Com o objetivo de integrar a Amazônia à dinâmica econômica nacional e viabilizá-la como fronteira econômica, se fez necessário a “criação de instituições, o estabelecimento de políticas públicas, implantação de mecanismos de financiamento, edificação de obras de infraestrutura” (COELHO; MONTEIRO, 2004, p.92) com forte determinação do governo federal. É importante atentar em que contexto de ação estatal as diversas políticas estão inseridas, pois a atuação do estado, na esfera federal não se deu de maneira uniforme. Coelho (2004) argumenta que durante o regime militar o Estado assumiu um caráter centralizador e desenvolvimentista, provedor das redes tecno-políticas (BECKER, 1982; 1991, apud TRINDADE JR. S.C et al., 2010) para atrair investimentos.

Com o advento da redemocratização e a promulgação da constituição de 1988 o Estado perde o caráter centralizador-administrativo e é dada maior autonomia aos membros da federação, aliado a isso ganha força as ideias neoliberais no Brasil, que pregam a diminuição da intervenção estatal e credita ao mercado as possibilidades de desenvolvimento e fluidez da economia.

A não uniformidade da atuação do governo federal também se refletiu nas concepções do ordenamento do território, destacamos dois modelos de desenvolvimento concebidos para a

Amazônia, desde o regime militar e que nos ajuda a entender a centralidade exercida por Marabá na região.

Baseado na teoria dos polos de crescimento (PERROUX, 1967, apud MONTEIRO, 2005) foi concebido um primeiro modelo de desenvolvimento para a região em que consiste, principalmente, da concentração de capitais em pontos pulverizados e estratégicos. A maior expressão desse modelo foi o POLAMAZÔNIA que consistiu de investimentos em polos agropecuários e minerais, desde já incentivando potencialidades comparativas em detrimento das competitivas (MONTEIRO, 2015). As políticas de valorização mineral na região resultaram de uma empreitada - por parte dos militares - institucional a fim de atrair investimentos para a região e fomentar seu desenvolvimento. Foi criado o BASA; SUDAM; empreendido o projeto RADAM; e tiveram início também, e se perpetuaram, diga-se de passagem, as políticas de incentivos fiscais.

O segundo modelo de desenvolvimento regional que visava impulsionar a região foi o modelo pautado em eixos estruturadores que dão importância fundamental na mobilidade:

Esses eixos assumem a forma concreta de vias de transporte de longa distância que possibilitariam, segundo o Governo Federal, o "acesso a mercados e a melhorar a capacidade competitiva dos sistemas econômicos regionais" (BRASIL, 1997b, p. 17), sendo a Amazônia oriental brasileira cortada por dois desses eixos. Em relação a minero-metalurgia, o discurso dos planejadores do Governo Federal passa a indicar que ela poderia contribuir para o desenvolvimento regional, a partir da "geração de cadeias de integração produtiva" das atividades já existentes (BRASIL, 1997a, p. 106). (MONTEIRO, 2005, p. 165)

Pode-se dizer que as rodovias foram os principais elementos na estruturação do espaço regional, pois ao longo delas muitas cidades foram formadas e outras que estavam atreladas à lógica do rio perderam sua centralidade na região, além disso, as estradas foram um forte fator de atração populacional para trabalharem em suas construções. Foi também ao longo da Transamazônica que o INCRA determinou que a partir das suas duas margens as terras até 100 km eram de responsabilidade federal, isso incluía a cidade de Marabá (EMMI, 1999) esta que por sua vez se fragmentou e deu origem a outros municípios, o que foi muito comum a partir do final da década de 80.

Com isso a centralidade exercida por Marabá se acentuou devido à importância estratégica que adquiriu concentrando serviços públicos e particulares diversos, retendo mão de obra e abrigando um relativo mercado de trabalho regional, bem como sede regional de instituições do governo e de movimentos sociais. Além disso, sua localização é estratégica, pois se caracteriza enquanto um complexo multimodal abrigando em seu território formas espaciais fundamentais para a mobilidade tais como as rodovias BR-222 e BR-230; aeroporto; além de passar pela cidade a estrada de ferro Carajás; bem como por sua situação, localizada na confluência dos rios Tocantins e Itacaiunas, próxima aos estados do Maranhão e Tocantins. Tudo isso confere à cidade um posicionamento estratégico de gestão e estruturação regional.

Por conta do processo descrito de modernização do território amazônico e sua inserção à dinâmica econômica nacional e à Marabá sendo delegado importante papel na reestruturação da rede urbana, a cidade passou a receber, doravante, número significativo de migrantes (tabela 01) sendo atraídos não apenas pelos grandes empreendimentos na região, mas também pela própria política de colonização do INCRA, ou seja, ocorre não apenas a migração espontânea, mas também a migração dirigida.

Tabela 01: Adaptado das informações de TRINDADE JR. S. C et al., 2010.

População de Marabá (1970-2000)				
Ano	1970	1980	1991	2000
População	24.474	59.881	123.668	168.020

Esse incremento populacional, bem como a necessidade de abrigar os antigos habitantes da cidade que buscavam fugir das cheias anuais tanto do Tocantins quanto do Itacaiúnas fez com que a superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – a quem o INCRA delegou a responsabilidade - criasse um núcleo de equilíbrio chamado Nova Marabá (TRINDADE JR. S.C et al., 2010), um núcleo diretamente relacionado às novas dinâmicas pelas quais a região passa a fim de servir de desafogo para o até então único núcleo urbano, a Velha Marabá.

Com o fracasso da colonização oficial empreendida pelo INCRA - tendo Marabá inclusive como rurópolis, a mais alta posição na hierarquia urbana, como núcleo administrativo principal – boa parte da população das agrovilas e das agrópolis, estabelecidas principalmente ao longo da Transamazônica, migraram para Marabá e isso ocasionou diversas ocupações espontâneas que deram origem ao núcleo Cidade Nova e que mais tarde veio a ser inserido no perímetro urbano da cidade (TRINDADE JR. S.C et al., 2010).

Os núcleos surgidos a partir da década de 70 estão atrelados, principalmente à dinâmica das rodovias, tanto em suas localizações, em um sentido geral – o núcleo Nova Marabá é cortado pela BR- 230 e pela BR- 222, enquanto que o núcleo Cidade Nova cortado pela BR – 230 – quanto a própria localização de suas principais atividades, as margens das rodovias, em íntima relação com a mobilidade, tanto local quanto regional, ou seja, por onde trafegam veículos com destinos diversos, tanto com mobilidade interna quanto regional conferindo uma dinâmica diferente daquela do contexto extrativista e aumentando a influência da cidade na região, seja econômica ou politicamente.

3. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

A divisão territorial do trabalho é um fator importante, senão determinante, da organização do espaço, não apenas em uma escala regional, mas na escala da própria cidade. Analisar a reestruturação do espaço amazônico, com vistas à inserção de seu território à dinâmica econômica nacional, entendida não apenas por modificações em nível da rede urbana, sejam modificações no que tangem o padrão espacial, mobilidade territorial e urbanização do território ou mesmo o próprio processo de surgimentos de cidades, é insuficiente, pois as cidades reproduzem em seu espaço urbano as condições de expansão e legitimação das relações capitalistas, sendo assim necessário compreender os novos papéis assumidos pela cidade no processo de reprodução ampliada e também como elemento catalizador das relações sociais carregadas de ideologias, ideias, desejos e sonhos, ou seja, elementos disseminadores da lógica do capital, mas também carregados de possibilidades, saídas e estratégias subversivas.

A produção do espaço, entendida aqui como processo indissociável da produção da própria sociedade, carrega em si uma lógica orientada econômica e ideologicamente com vistas, no caso do

modo de produção capitalista, a reprodução das próprias condições de acumulação. A cidade torna-se assim elemento fundamental nesse processo por concentrar as condições gerais de produção. Lefebvre (2006) argumenta que a primazia dada ao valor de troca sobre o valor uso, na cidade, culminou no assaltado do urbano e da própria cidade pela indústria, num movimento descrito por ele como implosão-explosão da cidade.

A função social do espaço não é apenas o de abrigar os elementos em sua superfície e suas análises devem ir além da organização e produção de coisas no espaço. A importância da cidade para a reprodução social, pautada no modo de produção capitalista, se dá na medida em que se entende como elemento que potencializa as relações sociais, ou seja, como elemento “civilizador” e disseminador de ordens, comandos, normas, lógicas que legitimam o projeto da hegemonia. A reprodução dessa lógica garante a reprodução do próprio modo de produção, em certo sentido é claro. Além disso, é fundamental compreender a cidade não apenas do ponto de vista da produção restrita de mercadorias, mas também da produção da própria sociedade, ou seja, a cidade é expressão da sociedade, da produção geral dessa sociedade que viabiliza a produção restrita, abrindo as condições gerais de produção (SPOSITO, 2000).

A opção metodológica a partir do processo de produção do espaço decorre da necessidade de investigar as contradições e dinâmicas como elementos intrínsecos da reprodução social manifestas nas relações sociais, por meio das práticas sócio-espaciais, nas formas da cidade e na reestruturação do seu espaço. O que há de novo quanto ao papel da cidade na reprodução econômica está ligado ao fato de que a produção (restrita) não se limita mais à produção de mercadorias no espaço, mas a produção da própria cidade (LEFEBVRE, 2008) implicando na fragmentação e equivalência de pontos na cidade. O valor de troca domina as relações no espaço urbano, ligadas ao próprio uso desse espaço. As determinações à cerca da produção da cidade (expansão do perímetro urbano, comercialização de lotes, etc.) pautada na acumulação decorre no que Carlos (2013) chama de cidade-mercadoria.

Orientado também pela necessidade de compreender a divisão territorial do trabalho na escala da própria cidade, como acima mencionado, é fundamental compreender que a dialética região-espaço urbano, a partir da estruturação do espaço urbano marabaense, reflete o próprio grau de inserção da cidade na dinâmica regional por meio dos elementos da modernidade que se fazem presentes no seu território, o seu ordenamento espacial, suas regulamentações e os agentes da produção, apoiando-nos em Santos (2009) que defende uma economia política da cidade:

Uma coisa é a economia política da urbanização, que levaria em conta uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um país. A economia política da cidade seria (...) a forma como a cidade, ela própria se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade. (SANTOS, 2009, P.114).

Com as novas dinâmicas de cunho estatal e privado, fundamentadas não apenas no capital industrial e financeiro, mas com forte incentivo do INCRA para a pecuária próxima à Transamazônica, diversos serviços também acompanharam esse movimento contribuindo tanto para a expansão quanto para a complexificação do tecido urbano. Assim Marabá reforça sua centralidade na região e contribui essencialmente para o seu ordenamento, enquanto cidade média e não apenas cidade de porte médio.

Cabe aqui fazer uma rápida diferenciação entre cidade média e cidade de porte médio. Enquanto a cidade de porte médio se caracteriza essencialmente por possuir população entre 50 mil e 500 mil habitantes, estando ou não desempenhando um conjunto de papéis que cabe à área metropolitana; as cidades médias atuam como intermediárias entre cidades de portes diferentes, ordenando uma região ou sub-região, ou seja, exercendo centralidade na mesma e modificando seu espaço intraurbano (SPOSITO, 2000).

Enquanto cidade média da Amazônia Oriental Marabá está inserida em sua rede urbana desempenhando papel de mediadora entre cidades de diferentes portes oferecendo serviços diversos e especializados, retendo e mobilizando mão de obra, abrigando órgãos institucionais e concentrando um enorme número de fixos. Mas nesse sentido, importa muito mais os fluxos que Marabá redireciona no ordenamento sub-regional, que os próprios fixos, essa é a sua particularidade (TRINDADE JR. S.C et al., 2010). Vale ressaltar também não apenas a centralidade econômica – viabilizando fluxos e os redirecionando na região – mas também política, uma vez que com a reestruturação da rede urbana amazônica essa cidade assume um papel de centro urbano sub-regional (TRINDADE JR. S. C, 2011). Além disso, Marabá consegue polarizar e influenciar certo número de cidades e assim ordenar o território regional e tendo o seu território intraurbano também modificado (SPOSITO, 2000).

Por conta da ausência de uma densidade técnica na região, essa cidade consegue exercer centralidade regional relativamente extensa, influenciando cidades de menor porte, por mais distante que elas estejam, servindo de suporte regional por serviços especializados, gestão, etc. Agindo em um plano diferente do papel assumido pelas metrópoles, mas os complementado, servindo de mediação.

4. A COMERCIALIZAÇÃO DA CIDADE: A LÓGICA PRIVADO-COMERCIAL COMO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO DE UMA CIDADE MÉDIA.

Algumas transformações recentes (2008-2015) no município de Marabá e região têm contribuído para mais um período de incremento populacional (tabela 02), destacamos como os principais empreendimentos: a duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que corta a cidade; a duplicação da Transamazônica; a construção da hidrelétrica de Marabá; além da especulação sobre a criação da empresa: Aços Laminados do Pará (ALPA) e da possibilidade da criação do estado de Carajás o que daria a Marabá grandes chances de se tornar capital do estado pela grande centralidade econômica e política que desempenha no Sul e Sudeste do Pará.

Tabela 02.

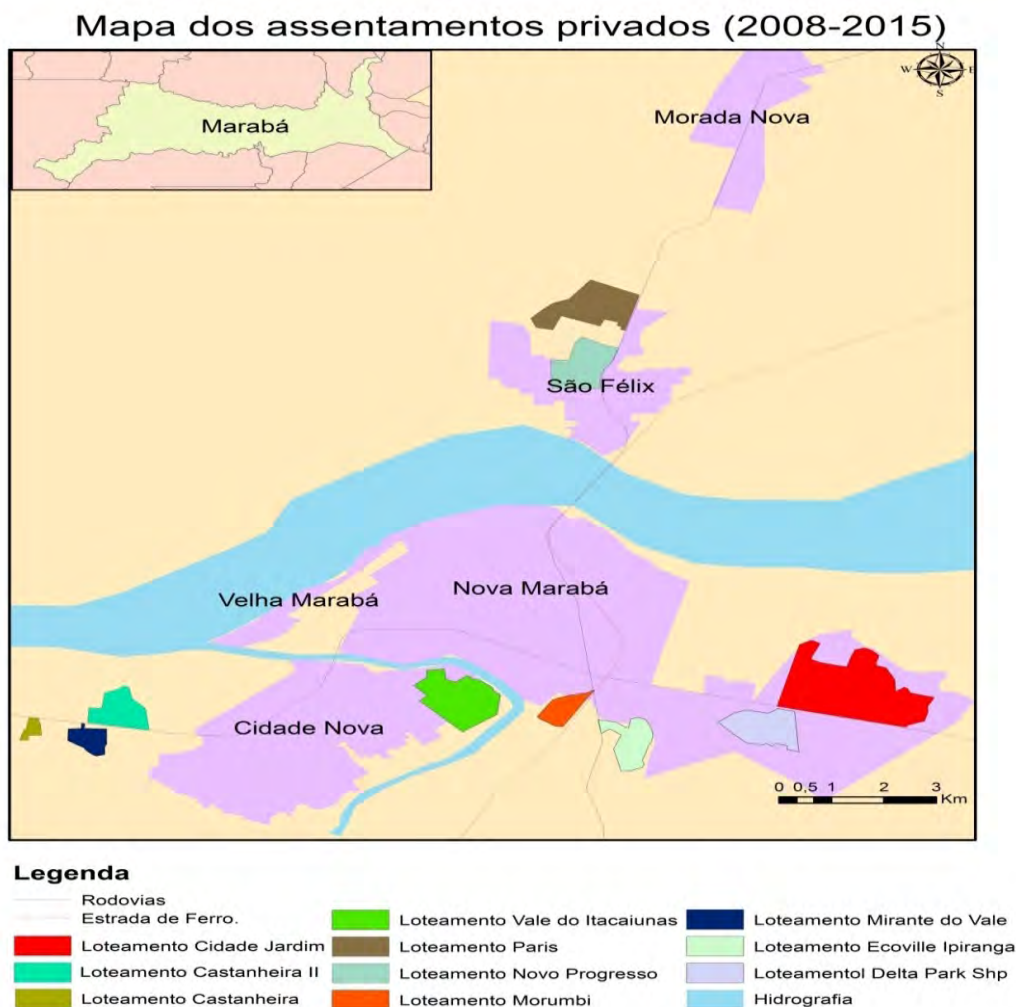
População de Marabá (2008-2014)			
Ano	2008	2010	2014
População	199.946	223.669	257.062

Fonte: IBGE.

Nesse período (2008-2015) Marabá foi destino de um fluxo populacional de aproximadamente 60 mil pessoas o que corresponde a 30% da sua população em 2008. Assim, a vertente habitacional

assume papel importante na produção do espaço urbano de Marabá e isso se dá por meio de loteamentos de diversas modalidades, destacamos os de caráter privado-comercial.

Mapa 01: Elaboração: Melo, J.



Fontes: IBGE; Corretora “Top imobiliária Marabá”.

Souza (2015) argumenta a existência de três lógicas de produção do espaço, a partir do fator habitação: a lógica de mercado; a lógica da necessidade; e a lógica do Estado. A primeira é representativa de um tipo de produção do espaço que tem a cidade enquanto mercadoria e que age de forma a articular os proprietários fundiários, capitalistas e o Estado. Essa lógica se manifesta por meio de condomínios fechados, edifícios e lotes e se caracteriza pela representatividade do capital privado no empreendimento e na sua comercialização; a segunda está ligada principalmente às chamadas “invasões” e manifesta o argumento de Souza (2015) para quem essas três lógicas refletem e condicionam uma produção do espaço urbano baseado na ampliação das desigualdades socioespaciais, uma vez que as melhores localizações da cidade são propriedades privadas destinadas à comercialização (ou especulação), o que seleciona a partir da renda, quem pode ou não apropriar esses espaços; a terceira lógica é alvo de vários questionamentos por conta de seu duplo aspecto: ao mesmo tempo como política que visa diminuir o déficit habitacional do Brasil, mas ao

mesmo tempo ela surge em resposta à crise imobiliária de 2008 a fim de garantir mercado às grandes empresas do setor no país. Estamos falando do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que em Marabá tem todos os residenciais desse tipo localizados a partir da margem esquerda do rio Tocantins, distantes dos núcleos principais e, portanto da maioria dos serviços ofertados. A terceira lógica se caracteriza por empreendimentos de responsabilidade do Estado. Analisando a produção do espaço urbano de Marabá a partir dos assentamentos de caráter privado-comercial nos aproximamos da lógica de mercado.

As transformações na configuração territorial da cidade são sensíveis, analisando apenas os empreendimentos imobiliários de caráter privado (Mapa 01). Entretanto, mais importante que analisar as modificações nas formas do espaço urbano é compreender quais as mudanças nas relações entre as diversas localizações da cidade, uma vez que meras modificações nas formas não implicam necessariamente na reestruturação do espaço urbano, que seriam modificações a partir da relação entre os diversos elementos da cidade a partir de alterações nos fluxos de pessoas, enquanto força de trabalho e consumidores, que se constitui como o principal movimento (re)estruturador do espaço intraurbano (1998). Dessa forma cabe questionar se as recentes modificações na cidade foram suficientes para alterar a sua dinâmica interna, ou seja, influenciar o fluxo de pessoas nesse espaço e conseqüentemente nos permitir falar em reestruturação do espaço urbano.

É inegável que a produção dos diversos assentamentos urbanos implicou em modificações nos fluxos de pessoas (para consumo ou trabalho) no espaço intraurbano marabaense uma vez que a localização desses empreendimentos se dá, predominantemente em sentidos de expansão, acompanhando sempre a direção das rodovias (ver mapa 01). Assim, tais loteamentos abrigam e valorizam novas localizações no espaço urbano, e isso se traduz na expansão de serviços, empresas, comércio e no próprio preço da terra, refletindo o seu próprio valor, uma vez que a terra urbana é entendida aqui como mercadoria, dotada de valor de uso e valor de troca, o seu principal atributo é a localização, essa localização tem o preço refletido a partir do próprio valor, ou seja, o tempo socialmente gasto de trabalho, nesse caso na produção da própria cidade (VILLAGA, 1998).

A emergência de tais assentamentos privado-comerciais na cidade trouxe modificações qualitativas - observadas em trabalhos de campo realizados ao longo do ano de 2015 - no espaço urbano, que se traduzem pela criação de novas linhas de ônibus; expansão de atividades comerciais para esses assentamentos; expansão de serviços públicos, ou destinação de áreas dentro dos loteamentos, para a implantação de tais serviços. Sem dúvida esse movimento influencia as demais localizações da cidade, abriga novos movimentos de residência-trabalho e/ou residência-consumo e altera a disponibilidade e o preço da terra, associado à sua localização, mas ainda não são suficientes para ocasionar profundas modificações entre os elementos da estrutura da cidade, uma vez que os principais destinos de consumo e trabalho, na cidade de Marabá, ainda são os mesmos, os centros comerciais tradicionais de cada núcleo urbano, verificados a partir do relatório das atividades e uso do solo em Marabá realizado pela empresa de consultoria “diagonal urbana”:

O diagnóstico trabalha com quatro graus de estruturação das atividades comerciais e de serviços dentro da cidade: 1) serviços especializados e comércio intenso de caráter regional, localizados nos eixos das rodovias PA-150 e BR-230 (...), principalmente no núcleo denominado de Nova Marabá; 2) serviços especializados e comércio de caráter regional, encontrado nas vias principais da Velha Marabá, com destaque para a Avenida Antônio Maia; na Nova Marabá,

especialmente na VP-8; e na Cidade Nova, no eixo da Transamazônica e nas duas primeiras ruas paralelas (...); (...) 4) serviços e comércio de médio porte (...) ao longo de todos os núcleos: na Velha Marabá, está localizado no eixo da orla fluvial do Tocantins; na Nova Marabá, pode-se encontrar esse porte de atividades na VE-2, VP-3 e na VE-1; na Cidade Nova, essa atividade está diluída ao longo das avenidas Tiradentes, Antônio Vilhena, Boa Esperança, Manaus e Tocantins. (TRINDADE JR. S.C et al., 2010, P.77).

Ainda que as recentes transformações no espaço urbano não tenham modificado a estruturação urbana de Marabá, elas têm afetado decisivamente para o aumento do desnível social, seja por meio de acesso aos serviços ou do acesso à própria terra. A reprodução do espaço, orientado política e economicamente, com vistas à acumulação tem negado os direitos básicos da população que reside nos núcleos São Félix e Morada Nova, subequipados de serviços e com dificuldades de mobilidade, dependendo dos ônibus que levam horas para apanhá-los. Em entrevista a alguns moradores dos dois núcleos a fala era sempre a mesma “Nas entrevistas de emprego precisamos mentir e dizer que não somos daqui (Morada Nova), senão não somos empregados”, “Quando eles (empregadores) descobrem que somos daqui (São Félix) eles falam logo que vão ligar no outro dia e nunca ligam”, “Aqui (Morada Nova) é muito longe de onde trabalho, tenho que acordar muito cedo senão me atraso, o pior é quando da algum problema no trem (os núcleos urbanos de São Félix e Morada Nova ficam na margem esquerda do rio Tocantins, sendo ligados pela mesma ponte por onde passa o trem da VALE) e precisam reparar, ficamos presos na ponte”. Podemos encontrar na fala dos moradores desses núcleos as estratégias pelas quais tentam se inserir e conviver com os diversos problemas oriundos da implantação seletiva dos serviços na cidade.

Além da implantação desigual de serviços públicos e investimentos produtivos nos núcleos urbanos a produção de loteamentos privados, como lógica de reprodução ampliada do capital, impede o acesso a terra aqueles que não podem pagar por um lote, aluguel ou mesmo não foram contemplados pelo PMCMV. A produção do espaço, mesmo moldado por determinações hegemônicas, apresenta um aspecto subversivo, uma vez que as relações sociais são prenes de possibilidades e isso se manifesta espacialmente, na cidade de Marabá, nas chamadas invasões, entendidas como estratégias que buscam um caminho diferente daquele proposto (imposto!) pela cidade mercadoria e seus agentes.

Dessa forma se verifica que o período recente de produção da cidade (ela própria) tem acentuado as diferenças sociais, não apenas em relação aos que estão “longe”, do outro do lado do rio, mas inclusive dos que se encontram “próximos” dos núcleos principais, como são o caso das invasões. O espaço em sua dimensão social relativiza as distancias e distorce as ideias de “próximo” e “distante”, Marabá não se encontra fragmentada apenas fisicamente, com limites naturais entre seus núcleos, mas também sócio-espacialmente, implicando em uma fragmentação sócio-territorial.

4.1. A lógica privado-comercial: as condições de vida, equipamentos urbanos e serviços no loteamento Cidade Jardim – Marabá- PA.

Durante o ano de 2015 realizamos trabalhos de campo na cidade de Marabá, dentro do grupo de trabalho, com a intenção de observar um pouco da dinâmica da cidade, visitar os empreendimentos, aplicar formulários e registrar imagens em alguns desses empreendimentos. A fim de representar a lógica privado-comercial foi escolhido o loteamento Cidade Jardim para

realização de estudo de caso com o intuito de compreender o universo do qual faz parte tal empreendimento. O levantamento socioeconômico dos moradores do loteamento ficou por conta da aplicação de 60 formulários, o que correspondeu à aproximadamente 11% do total de famílias residentes.

O loteamento Cidade Jardim fica localizado às margens da Transamazônica no núcleo Nova Marabá (ver mapa 01). Esse empreendimento foi idealizado e colocado em prática pelo grupo Buriti e grupo Leolar, a inauguração se deu no ano de 2010. Segundo a gerente do empreendimento foram lançadas a 1ª, 2ª, 3ª e 5ª etapas com 7.845 lotes dos quais 6.200 já foram comercializados, com previsão de lançamento da 6ª etapa até o fim do ano de 2015 com mais 1.852 lotes. É interessante analisar que apesar de já haver 6.200 lotes comercializados o número de famílias residentes é de apenas 527 e de construções em andamento são 492, ou seja, de imediato apenas 1.019 famílias estarão morando no loteamento, aliado ao fato do loteamento funcionar há 5 anos nos leva a crer que boa parte dos lotes são instrumento de especulação.

Segundo informações dos vendedores de plantão, os valores dos lotes variam entre 42 mil e 230 mil reais de acordo com o tamanho e localização dos mesmos, já as dimensões deles variam de 10x20m, 10x25m e 10x30m, já a sua localização toma como referência a Transamazônica, quanto mais próximo dela o lote estiver melhor sua localização. Existem também os lotes comerciais de dimensões maiores e que ficam na primeira faixa de lotes, essa faixa é exclusiva para lotes desse tipo e suas dimensões são maiores variando de 10x40m a 10x48m e chegando a custar em torno de 300 mil reais, observamos já a existência de alguns empreendimentos comerciais nesses lotes: Uma concessionária de veículos grandes; um motel; e uma fábrica de peças de vidro.

Quanto à Buriti, empresa responsável pela construção do empreendimento, é oriunda de Redenção/PA, mas atua em vários outros estados brasileiros, quase sempre pela modalidade de loteamentos e seguindo a estratégia que implantou em Marabá que é se aliar a um proprietário fundiário local para construção dos empreendimentos, no caso de Marabá o grupo Buriti se aliou ao grupo Leolar que era o detentor da propriedade fundiária e que é um agente forte no mercado marabaense em diversos setores. Além do estado do Pará o grupo Buriti atua nos estados: do Tocantins, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Alagoas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e São Paulo. No total a empresa já comercializou mais de 116 mil lotes no país (PORTFÓLIO BURITI, 2014).

Apesar de estar localizado em uma área na extremidade da zona leste do perímetro urbano da cidade, ou seja, nos limites da mesma, as possibilidades de acesso aos principais destinos de consumo e trabalho mostram-se eficazes, levando em conta o tempo de deslocamento:

Tabela 03

Média de deslocamento para as principais atividades			
Menos de 30 minutos	Entre ½ e 1 hora	Entre 1 hora e 2 horas	Mais de 2 horas
86%	9%	2%	3%

Fonte: trabalho de campo (2015).

É importante compreender as possibilidades de acesso considerando não apenas a distância física, mas as possibilidades de locomoção. E isso fica claro quando analisamos os transportes utilizados pelas famílias (tabela 04) do loteamento, implicando em melhores possibilidades de deslocamento:

Tabela 04

Meio de transporte utilizado pela família	
Transporte coletivo	Transporte próprio (Carro, moto, bicicleta)
20%	80%

Fonte: trabalho de campo (2015).

A caracterização socioeconômica das famílias residentes pode ser analisada a partir da renda familiar mensal (tabela 05), a faixa etária dos entrevistados (tabela 06) o grau de escolaridade (tabela 07) e o tipo de atividade desempenhada pelos residentes (tabela 08). O objetivo dessa caracterização é investigar a diversidade de famílias residentes e relacioná-las ao tipo de empreendimento realizado.

Tabela 05

Renda familiar mensal				
Até 1 salário mínimo	Entre 1 e 2 salários mínimos	Entre 2 e 3 salários mínimos	Acima de 3 salários mínimos	Não informado
7%	28%	5%	38%	22%

Fonte: trabalho de campo (2015).

Tabela 06

Faixa etária dos entrevistados			
Menos de 18 anos	18 a 40 anos	41 a 60 anos	Mais de 60 anos
8%	73%	17%	2%

Fonte: trabalho de campo (2015).

Tabela 07

Grau de escolaridade dos entrevistados						
Sabe ler e escrever	Fundamental completo	Fundamental incompleto	Ensino médio completo	Ensino médio incompleto	Superior completo	Superior incompleto
2%	5%	30%	37%	13%	8%	5%

Fonte: trabalho de campo (2015).

Tabela 08

Tipo de atividade desempenhada pelo(s) residente(s)	
Trabalhador por conta própria	26,66%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	5%
Empregado com carteira de trabalho assinada	51,66%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	1,6%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	0%
Militar ou servidor público	5%
Desempregado	8,3%
Não informado	1,6%

Fonte: trabalho de campo (2015).

A respeito da oferta de serviços no loteamento Cidade Jardim, através de observações e consultas no empreendimento, podemos constatar a ausência de boa parte dos serviços básicos como saúde, educação – existe apenas o campus 3 da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), para quem foi doado o terreno para a sua implantação no local, como estratégia de valorização do empreendimento -, segurança e lazer de responsabilidade do Estado, uma vez que o empreendimento se caracteriza por ser um loteamento aberto, com áreas destinadas para os serviços básicos a serem implantados, o que talvez justifique a ausência de tais serviços seja a não consolidação de boa parte das habitações, uma vez que o número de moradores ainda se manifesta pouco expressivo em relação aos lotes já comercializados. Por outro lado, a infraestrutura (tabela 09), de responsabilidade dos empreendedores do projeto, apresenta boas condições, manifestadas pela pavimentação, escoamento do esgoto e da água da chuva, iluminação e fornecimento de água.

Tabela 08:

Avaliação dos residentes a respeito da infraestrutura					
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Pavimentação	10%	60%	20%	1,66%	8,33%
Escoamento do esgoto	26,66%	55%	6,66%	3,33%	5%
Escoamento da água da chuva	10%	68,33%	5%	8,33%	6,66%
Energia elétrica	15%	65%	11,66%	6,66%	1,66%
Fornecimento de água	38,33%	61,66%	0%	0%	0%

Fonte: trabalho de campo (2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto cidade média da Amazônia oriental, Marabá não escapou ao movimento pelo qual a região foi capturada, principalmente a partir da década de 70 do qual resultou em modificações profundas da sua rede urbana (TAVARES, 1999). Assim a reestruturação do espaço urbano marabaense não se explica em si mesmo, mas apresenta íntima relação com a região na qual influencia, estrutura e polariza, prova disso é o surgimento dos núcleos urbanos: Nova Marabá e Cidade Nova a partir da década de 70, como resultado de modificações que se desenrolaram na região. Tal qual o advento de novas dinâmicas no fim da última década e início desta influenciaram decisivamente para a atual configuração territorial da cidade, como expressão da produção do espaço pautado na acumulação, mas que revela estratégias subversivas em seu âmago.

Vem se desenhando novos fluxos na cidade de Marabá em direção aos novos assentamentos, seja como local de trabalho, residência, mas com tímido movimento no que se refere ao consumo, apesar da existência de alguns empreendimentos comerciais nesses assentamentos de caráter privado-comercial. Dessa forma talvez seja cedo para argumentar a favor da reestruturação do espaço urbano de Marabá a partir de tais empreendimentos, até porque houve um arrefecimento no mercado imobiliário e nem todos os projetos foram concluídos. A opção pelo estudo de caso no loteamento Cidade Jardim se dá a partir desse contexto de retração no mercado imobiliário da cidade, pois foi o empreendimento que melhor se consolidou na cidade. O loteamento Cidade Jardim é representante de uma lógica que se afirmou em um contexto da produção do espaço urbano de Marabá, que para Souza (2015) se dá de maneira perversa, pois aprofunda a desigualdade social com manifestação espacial na segregação, resultando na fragmentação sócio-territorial.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982, 233p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____. *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A. Políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v. 7, p. 91-122, 2004.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.39-68, jul./set. 1987.
- EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. 2.ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n.1, p.141-187, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. In: _____. *Por uma economia política da cidade*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

- SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. *O Projeto Alpa e a produção do espaço urbano em Marabá (PA): a cidade mercadoria e as desigualdades socioespaciais*. 2015. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- SPOSITO, M.E.B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. Presidente Prudente, 2004. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista/Campos de Presidente Prudente.
- TAVARES, M. G. C. *A dinâmica espacial da rede de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará (1960-1996)*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; MALHEIRO; RODRIGUES; AMARAL, M.D. B; RIBEIRO. *Uma Cidade Média na Amazônia Oriental: A Centralidade Urbano-Regional de Marabá no Sudeste paraense*. In: VII Workshop da ReCiMe- Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, 2010, Rio de Janeiro.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v.13, p. 42-49, 2010.
- VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VILLAÇA, F. *O espaço intra-urbano*. São Paulo: Nobel, 1998.

CRESCIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE EM CIDADES DA AMAZÔNIA – A OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE RESSACA NA CIDADE DE MACAPÁ

Kelvin de Almeida Sacramento¹

Jodival Mauricio da Costa²

RESUMO

O fluxo migratório para os centros urbanos contribuiu para o crescimento desordenado de diversas cidades brasileiras. Aliado a este processo, a produção do espaço desigual fez com que pessoas excluídas do direito de morar adequadamente procurassem alternativas para habitar. Isso fez com que muitos passassem a viver em lugares impróprios, resultando no surgimento de aglomerados com altos índices de insalubridade. As cidades amazônicas, a considerar sua estreita relação com o ambiente natural, tiveram diversas áreas impróprias ocupadas, como margens de rios, lagos e igarapés. Na cidade de Macapá, capital do Amapá, existem diversos reservatórios naturais, regionalmente conhecidos como “ressacas”, ligados por canais e igarapés, que desempenham importante papel no microclima e na biodiversidade local as quais foram intensamente ocupadas durante o processo de crescimento urbano da cidade. Hoje estas áreas constituem-se como um dos grandes entraves sociais, ambientais e urbano. Neste sentido, esta pesquisa apresenta uma discussão a respeito da urbanização da Amazônia, sobretudo no que tange a cidade de Macapá, e como este processo e a produção espacial desigual contribuíram para a degradação ambiental e problemas sociais, visualizados a partir da realidade da área de ressaca do Araxá. Foram adotados como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica e pesquisa de campo com aplicação de questionários. Os resultados apontam para uma área ambientalmente degradada, moradias precárias e falta de infraestrutura, bem como, ausência de políticas públicas capazes de contribuir para reversão dos atuais problemas.

PALAVRAS-CHAVE: crescimento urbano, meio ambiente, ressacas, Araxá.

URBAN GROWTH AND THE ENVIRONMENT IN CITIES OF THE AMAZON – THE OCCUPATION OF THE AREAS OF FLOODED IN THE CITY OF MACAPÁ

ABSTRACT: The migratory flow to the urban centers contributed to the disorderly growth of several Brazilian cities. Allied to this, the production process of unequal space made people excluded from right to live properly seek alternatives to inhabit. This caused many to live in inappropriate places, resulting in the emergence of clusters with high rates of unhealthiness. The Amazonian cities, considering his close relationship with the natural environment, had several areas unsuitable, as banks of rivers, lakes and creeks. In the city of Macapá, the capital of Amapá, there are several natural reservoirs, known regionally as

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Amapá. Pesquisador do NEEU (Núcleo de Estudos em Estética do Úmido) – UNIFAP. Email: almeida.kelvin@hotmail.com

² Doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo. Professor efetivo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá. Líder do Grupo de Pesquisa NEEU (Núcleo de Estudos em Estética do Úmido). Email: jodival.costa@gmail.com

"hangovers", linked by canals and creeks, which play an important role in the microclimate and on local biodiversity which were intensively occupied during the process of urban growth of the city. Today these areas constitute one of the major social, environmental and urban barriers. In this sense, this research presents a discussion about the urbanization of the Amazon, especially in the city of Macapá, and as this process and the uneven spatial production contributed to the environmental degradation and social problems, viewed from the reality of the area of flooded Araxá. Methodological procedures have been adopted as the literature review and field research with questionnaires. The results point to an environmentally degraded area, poor housing and lack of infrastructure, as well as the absence of public policies able to contribute to the reversal of the current problems.

KEYWORDS: urban growth, environment, flooded, Araxá.

INTRODUÇÃO

O crescimento populacional dos centros urbanos, advindos da busca por melhores condições de vida, acesso aos serviços públicos e oportunidade de emprego, resultou no crescimento demográfico desenfreado das cidades, além de ter gerado o aumento da malha urbana sem perspectiva de planejamento. Tais problemas foram acompanhados pela produção do espaço desigual, mazelas sociais e continua degradação do meio ambiente.

No Brasil este processo se fez presente na maioria das cidades, resultando os problemas acima citados, constantemente visualizados no aumento da pobreza urbana, das habitações insalubres em bairros sem quaisquer serviços de saneamento e nas ocupações irregulares do solo. Desta forma, estes problemas trazem para este trabalho uma discussão que não diz respeito somente ao cenário urbano das cidades, mas uma análise de como as ações dos agentes que produzem o espaço urbano são determinantes para consolidação da atual situação urbana brasileira.

Junto às questões urbanas e sociais, uma problemática recorrente nas cidades brasileiras nas últimas décadas diz respeito a degradação ambiental enfrentada em razão do vertiginoso surgimento das ocupações ilegais e das habitações irregulares, que aumentaram preocupações no que diz respeito aos problemas ambientais no espaço urbano.

A Amazônia, por ser uma região de estreita relação com o meio ambiente natural, sofreu intensamente o processo de crescimento urbano e degradação do seu ambiente natural. Neste sentido, neste trabalho apresenta-se um breve histórico do processo de urbanização no Brasil e em seguida como se deu este fenômeno em cidades da região amazônica brasileira.

A cidade de Macapá, capital do Amapá, também inserida na região acima suscitada, caracteriza-se por esta conjuntura de crescimento urbano sem um planejamento adequado, o que resultou na ocupação de áreas impróprias como as ressacas e as margens do rio Amazonas, sem que as mesmas tivessem infraestrutura adequada para receber habitações. Desta forma, estas áreas são um dos principais problemas urbano, social e ambiental, caracterizados por moradias precárias e inexistência de infraestrutura adequada.

Considerando os contextos explanados, o presente artigo tem como objetivo abordar as questões ambientais e os problemas urbanos a partir da perspectiva de que ambos tem sido frutos

da produção social do homem no espaço, abordando tais problemas na cidade de Macapá. Assim sendo, a pesquisa tem como estudo de caso a área de ressaca do Araxá.

Para atender o objetivo acima exposto, trabalho foi desenvolvido conforme revisão bibliográfica que versam sobre o crescimento das cidades e degradação do ambiente, o desenvolvimento urbano da cidade de Macapá e ocupação da área do Aturiá. E ainda, visita *in loco* para pesquisa de campo com aplicação de questionário junto aos moradores locais.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO – BREVE HISTÓRICO

O processo de urbanização no Brasil se intensificou a partir da segunda metade do século XX. Segundo Maricato (2001, p. 16) o Brasil aumentou de 26,3%, em 1940, para mais de 80%, no ano 2000, o percentual de pessoas vivendo em áreas urbanas. Atualmente, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população urbana do país é de 84%. Tal aumento pode ser justificado pela concentração de atividades econômicas e de serviços públicos que as cidades detêm. Desta forma, as pessoas buscam os centros urbanos como forma de ter acesso facilitado a estes serviços.

Além do que, as cidades se tornaram atrativas para a maioria da população por diversos fatores. A industrialização brasileira ocorrida na década de 1930 é atribuída por Maricato (2008) como um destes motivos. Para a autora, a criação do parque industrial para implantação de indústria automotora, impulsionou não somente a economia do país, como também a busca populacional pelo sudeste brasileiro. Contudo, como discorre Santos (2008), é relevante dizer que este processo de industrialização não pode ser entendido apenas em seu sentido estrito, enquanto inserção de atividades industriais no espaço, mas em seu significado mais abrangente, como:

processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2008, p. 30).

É a partir deste complexo processo que inclui industrialização e consequente implantação de equipamentos no território que as cidades passam a ser mais atrativas aos que nela ainda não viviam. É ainda neste cenário que surgem oportunidades de emprego, o que segundo Paulo (2010), foi outro motivo determinante para o aumento populacional urbano, pois em razão da baixa de perspectiva de trabalho no campo “trabalhadores rurais começaram a migrar em busca de empregos e melhores condições de vida, fato conhecido como êxodo rural, que no Brasil teve grandes proporções em meados dos séculos XIX e XX.” (Paulo, 2010, p. 174).

Ainda que neste período o Brasil tenha registrado expressivo crescimento econômico, tendo o seu PIB elevado em 7% ao ano, entre as décadas de 1940 a 1980 (Maricato, 2001, p 33), as cidades não conseguiram acompanhar o crescimento populacional com o incremento dos serviços públicos para atender a todos, assim como os empregos recém-gerados pela industrial não eram suficientes para a grande demanda que os procurou, desta forma, o crescimento urbano das cidades brasileiras traduziu-se em um cenário que foi além de mudanças econômicas, mas também na consolidação de problemas sociais e urbanos, expressos, sobretudo pelo aumento da pobreza urbana.

São Paulo cresceu quase 500.000 habitantes ao ano entre 1970 e 1985 [...] Poucas administrações urbanas no mundo, por mais comprometidas, ricas e eficientes que fossem, poderiam construir estradas, assentar canos, esgotos, e fio para enfrentar o crescimento nesse ritmo. (Harrison, 1993 apud HOGAN, 2005, p. 376)

De fato é complexo gerenciar as cidades com índices de crescimento urbano tão rápido em poucos anos, no entanto é preciso salientar que as soluções se tornam menos viáveis quando as cidades caracterizam-se, sobretudo, como espaço de manifestação do interesse do capital, refletindo assim nas instituições político-administrativas que na maioria das vezes preocupam-se somente com desenvolvimento econômicos das cidades.

O rápido crescimento populacional, a falta de interesse político em resolver os problemas decorrentes deste e a infraestrutura insuficiente nos centros urbanos fez das cidades um espaço caracterizado por problemas sociais, econômicos e ambientais. Mota (2005) elenca as principais consequências advindas deste cenário, sendo elas: (i) a falta de condições sanitárias mínimas em muitas áreas; (ii) ausência de serviços indispensáveis à vida das pessoas nas cidades; (iii) ocupação de áreas inadequadas; (iv) destruição de recursos de valor ecológico; (v) poluição do meio ambiente; e (vi) habitações em condições precárias de vida.

O problema da moradia urbana foi um dos mais agravados neste período, segundo Maricato (2001), os baixos salários oferecidos pela indústria contribuíram em larga escala para a criação de ambientes com moradias ilegais, haja vista que as famílias não tinham condições de incluírem em seus baixos orçamentos a aquisição de moradias legais. Para Ferreira, Uemura (2011, p 14), o problema foi atenuado pela falta de ação do Estado que passou adotar como melhor política habitacional e urbana a “não ação”, deixando as cidades brasileiras conformarem suas enormes periferias sob o signo da informalidade urbanística e da autoconstrução como única solução habitacional”

Para Afonso (2006), a consolidação das moradias informais se deu pela supervalorização das terras nos centros urbanos, o que fez a população procurar locais desprovidos de serviços públicos, mas ainda assim próximo ao centro das cidades. Este quadro transformou a urbanização brasileira, em “uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente” (MARICATO, 2008. p. 48). Isto porque muitas favelas estão localizadas em áreas ambientalmente frágeis, tais como: margens de córregos, áreas de mangue, encostas íngremes, áreas de alagadas e, inclusive, de proteção ambiental, dentre outras. Neste sentido, é relevante atentar para uma discussão acerca de uma problemática recorrente nas cidades brasileiras nas últimas décadas: a degradação ambiental, enfrentada em razão do vertiginoso surgimento das ocupações ilegais e das habitações irregulares.

URBANIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

As cidades se desenvolvem em um ambiente tipicamente natural, neste sentido, a urbanização e o meio ambiente possuem uma relação direta. Como, entre as diversas características da urbanização, está a concentração de pessoas em determinado espaço, diversas cidades,

sobretudo em países em desenvolvimento, passaram a apresentar graves problemas de cunho ambiental ao não planejar o desenvolvimento urbano.

Contudo, as discussões acerca de meio ambiente e meio urbano têm sido tratadas de maneira separada, não atentando para o fato de que os problemas que envolvem meio ambiente e cidade estão inseridos numa mesma questão, a produção social do espaço. Segundo Penna (2010) esses problemas são:

produto histórico, espacial e socialmente diferenciado, definido por relações sociais e práticas espaciais que implicam diretamente nas formas de como o território é produzido e consumido, como fenômenos associados num mesmo processo, que corresponde a etapas históricas da produção do espaço (PENNA, 2010).

Esta construção espacial desigual produz formas urbanas também assimétricas, e isso ocorre, dentre outros fatores, porque o ambiente construído busca atender interesses de agentes político-econômicos historicamente privilegiados para agir na transformação da natureza e no controle sobre a ação das pessoas. O que pesa, nesse sentido, é a produção econômica do e no espaço.

As tramas de interesses condizentes ao processo de produção da cidade passaram a refletir na urbanização, sendo cada vez maior o surgimento de áreas comumente designadas de favelas, onde a pobreza e falta serviços públicos eram marcantes. Para Davis (2006 p. 33), as favelas são caracterizadas “pelo excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado de água potável, condições sanitárias e insegurança da posse da moradia”. Para o autor as favelas são locais propícios para o surgimento de doenças e favorecem o aparecimento de problemas sociais advindos do processo de segregação social.

O surgimento destes ambientes não pode ser compreendido de maneira una, visto que cada favela tem sua origem segundo as peculiaridades de cada localidade, mas é fato que, em qualquer que seja o local, o surgimento destes espaços é fruto da produção espacial da cidade e está geralmente interligada ao processo de ocupação de áreas frágeis por pessoas desfavorecidas econômica e socialmente. Ao se instalarem em espaços sem infraestrutura, como esgotamento sanitário, fornecimento de água e energia, coleta de lixo, permanecem nestes ambientes improvisando e conseguindo tais serviços de maneira informal. Estes ambientes acabam atraindo um contingente populacional cada vez maior, adensando a área e tornando os problemas urbanos e ambientais mais agravantes.

Foi a partir da década de 1990 que, segundo Ferreira, Uemura (2011), a escassez de terras para onde a parcela da população mais pobre estava recorrendo ficou dramática. De acordo com os autores, restou para esta população:

instalarem-se — não sem o apoio muitas vezes irresponsável dos próprios políticos — nas únicas áreas onde, por lei, nem o Estado nem o mercado imobiliário podem atuar: as áreas de proteção ambiental, beiras de córregos, mananciais, encostas de florestas protegidas foram pouco a pouco sendo ocupadas, sob a benevolência do Estado e de toda a sociedade. (Ferreira; Uemura 2011, p. 16).

O que na visão dos autores fez com que a questão ambiental se tornasse um dos maiores problemas das cidades atualmente, pois as áreas ambientalmente protegidas tornaram-se verdadeiras cidades, ilegais perante a lei, altamente consolidadas e que envolve complexas soluções.

Contudo o agravamento destas questões decorre da falta de assistência pública, uma vez que o Estado não desenvolve ações que impeçam a ocupação ou a retirada de famílias quando as áreas começam a ser tomadas pelas mesmas. O que na maioria das vezes acontece são práticas eleitoreiras com o único objetivo de criar currais eleitorais para conquista de cargos públicos. Desta forma, os problemas enfrentados pela população destas áreas acabam transformando-se em ferramenta político-eleitoreira para muitos candidatos que pretendem ingressar ou permanecer em cargos públicos.

Os moradores de áreas socialmente excluídas, tendo estes como únicos espaços para viver, e sendo muitas vezes influenciados a permanecer nos mesmos, procuram meios de acessar serviços básicos e tentam por conta própria melhorar as condições destes lugares, onde acabam transformando e algumas vezes agredindo ainda mais o ambiente natural. Este cenário de urbanização e degradação ambiental fez-se marcante na Amazônia pela sua estreita relação com ambiente natural.

URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

No período de 1755 a 1759, houve na Amazônia a fundação de cerca de 60 vilas, mais especificamente no Estado do Grão-Pará, nas capitanias do Pará e Rio Negro (ARAUJO, 1998, p. 17). Muitas destas vilas receberam o que pode ser interpretado como as primeiras impressões de um urbanismo na Amazônia, visto que para muitas foram propostos desenhos e plantas que deram origem as ordenações e transformações urbanas que futuramente norteariam a configuração da malha de muitas cidades.

Na cidade de Belém, segundo Araújo (1998, p. 80), a configuração urbana se deu a partir da ideia de “cidade-fortaleza” uma vez que o desenho da direção do arruamento compreendia ao conjunto deste ideal de cidade. Esta característica de cidade-fortaleza fez parte da configuração urbana de muitas cidades da região Amazônica, tendo em vista que áreas estratégicas, como as fronteiras, detinham especial atenção da Coroa Portuguesa em razão da possibilidade de invasão. Desta forma, diversas fortificações foram erguidas na Amazônia (Figura 01), como forma de proteger e povoar o território, o que contribuiu para a gênese do urbano em muitas cidades na região.

na criação dos Territórios Federais em 1943 onde foram criados planos a fim de desenvolver a região e fizeram-se investimentos em infraestrutura. A construção das primeiras estradas de ligação do centro-sul à Amazônia também se constituiu como uma intervenção do governo que visava a ocupação político-econômica na região. Por fim, as intervenções dos militares, que sob o discurso de defesa nacional “favoreceu a implantação de projetos de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão-de-obra, sob forma de controle social” (SANTOS, 2010 p 27). Contudo, ainda que as intervenções feitas na região tenham sido uma iniciativa estatal, as mesmas estavam pautadas em interesses econômicos para o desenvolvimento da região, daí justifica-se a implantação dos projetos de mineração e agropecuários implantados na Amazônia.

As iniciativas acima suscitadas de fato foram responsáveis por gerar crescimento populacional na região, como aponta Becker (1998, p. 55), em um período de dez anos a população aumentou de 37,7% em 1970 para 50,8% em 1980. Ainda que a população tenha crescido, este crescimento não foi acompanhado pela implementação de infraestrutura necessária para atender as necessidades dos que passavam a viver na região. De acordo com Becker (2004) como consequência surgiu na região um cenário de baixa qualidade de vida à uma parcela considerável da população, expresso nos baixos índices de saúde e educação e na falta de equipamentos urbanos, bem como na constante degradação do meio ambiente natural que os aglomerados urbanos que surgiram causaram.

Na cidade de Manaus este cenário de crescente urbanização e degradação ambiental na Amazônia, influenciada pelo ciclo da borracha e mais tarde pela criação da Zona Franca de Manaus, atraiu um grande contingente populacional, mas a falta de opção fez com que esse contingente ocupasse as margens dos igarapés e estimulou o processo de ocupações irregulares (ALMEIDA, 2005). Resultando em lugares sem serviços públicos, habitações precárias e elevadas taxas de degradação ambiental, cenário este visualizado na figura abaixo.

Figura 02: Habitações no igarapé do educando, Manaus – AM



Fonte: <<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/meio-ambiente/igarapes-de-manaus>>

Em Belém, áreas úmidas, como as margens do igarapés, também começaram a ser ocupadas quando as áreas de terra firme ficaram escassas, à medida que a população ia crescendo. Pelo fato desses espaços estarem próximos do centro e de serviços públicos, além do acesso a infraestrutura e emprego na cidade, estes lugares foram se tornando a melhor alternativa dos que não detinham poder de compra em outros locais.

O igarapé do Tucunduba é exemplo de área ocupada intensamente, o qual se tornou um lugar com moradias precárias. O acesso a residência é feito por estivas (passarelas em madeira), em razão da característica alagável dos terrenos (Figura 03).

Figura 03: Habitações no igarapé do educando, Manaus – AM



Fonte: < <http://www.panoramio.com/photo/9678252> >

Esta conjuntura de crescimento urbano, em decorrência dos projetos que foram visados para a região amazônica, falta de infraestrutura e de oportunidade para acesso à moradia adequada, trouxe para a região vários casos como os acima demonstrados. Macapá é uma das cidades que também se inseriram neste contexto, onde as mudanças institucionais, políticas e econômicas foram responsáveis pelo crescimento urbano, mas também para o início das ocupações irregulares.

ÁREAS DE RESSACA DA CIDADE DE MACAPÁ

Além de ser caracterizada hidrograficamente pela extensa orla fluvial, Macapá possui peculiares áreas úmidas, regionalmente conhecidas como ressaca. NERI (2004) define esta como um:

ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio de uma intrincada rede de canais e igarapés, e do ciclo sazonal das chuvas, apresentando por isso, uma estação de cheia e outra de seca. (NERI, 2004, p.96).

De acordo com a Secretaria de Estado e Meio Ambiente, 90% das áreas de ressacas de Macapá são ocupadas. Milhares de famílias vivendo em palafitas, com escasso ou inexistente acesso aos serviços públicos. Situação similar a das pessoas que vivem às margens do Rio Amazonas que são

constantemente ameaçadas pelo fenômeno das marés. A ocupação dessas áreas, que tem aumentado vertiginosamente nas últimas décadas, não é bom do ponto de vista ambiental, pois, segundo Silva et. al (2005) “a ocupação dessas áreas pela população pode causar uma perda na qualidade dos recursos hídricos, desmatamento de matas ciliares e conseqüentemente perda de biodiversidade.”

Contudo a ocupação destas áreas não pode ser vista somente do prisma da questão ambiental, no sentido que envolve muito fatores e atores que fizeram parte de tal processo. É neste sentido que os problemas ambientais e urbano ocorridos na maioria das cidades não pode ser interpretados somente de um destes pontos e nem analisados como se ocorressem de maneiras distintas, isso porque, a ocupação das áreas de ressaca devem ser entendidas não apenas na sua estrutura física, “que por si não consegue dar conta da complexidade de realidades ali existentes, mas como espaços sociais, como fruto da dinâmica das relações desiguais estabelecidas na sociedade capitalista” (PORTILHO, 2010).

A busca das áreas alagadiças para fins habitacionais é reflexo do aumento populacional ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, população esta atraída sobretudo pela transformação de Território do Amapá para Unidade Federativa (Estado), e a Criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, corroborando não somente para o crescimento demográfico como também para expansão da malha urbana de Macapá. Contudo, esse elevado crescimento demográfico, principalmente na área urbana da cidade, ocorreu de forma desordenada e fez com que, no espaço amapaense, surgissem pontos com grandes aglomerados, reunindo um contingente populacional em um local sem infraestrutura mínima para sobrevivência digna dos que ali habitavam.

Aumento da população aliado a falta de planejamento, podem ser responsáveis por gerar problemas nas cidades, do ponto de vista que as mesmas crescem desordenadamente ausente de políticas que possam ordenar e organizá-las. Contudo, a definição do desenho urbano de uma cidade não se dá somente por aumento populacional e ocupação de áreas indevidas sem qualquer planejamento, intrínseco a estes processos está uma série de interesses dos diversos agentes sociais capazes de fazer e refazer a cidade. De acordo com Correa (1995) o espaço urbano é produto social resultado de ações acumuladas através do tempo, tais ações, efetivadas por estes agentes que produzem e consomem o espaço.

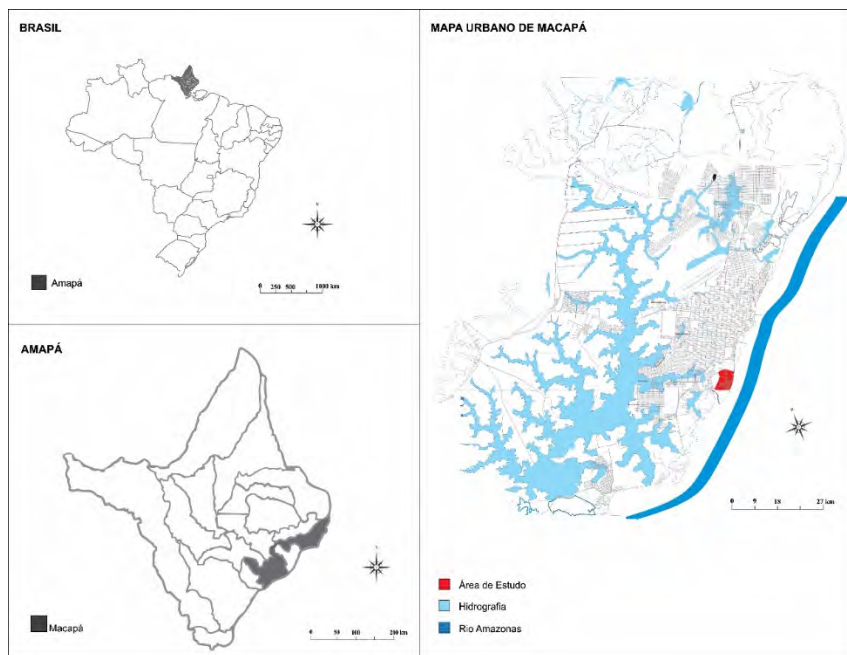
Ainda de acordo com o mesmo autor, esse jogo de interesses presente nas ações dos agentes sociais é tão complexo e determinante que são responsáveis por: um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana e relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORREA, 1995, p. 11).

Desta forma, cada vez mais pertinente estudar e analisar as ocupações das áreas de ressaca não somente como problema ambiental que as famílias causaram ou causam ao ocupar tais áreas (como midiaticamente é considerado), mas levar em consideração que o espaço urbano é produzido a partir de interesses que determinam espaços específicos para classes sociais diferenciadas. Da mesma forma que é preciso considerar que os problemas urbanos e ambientais não têm sua gênese na efetivação da ocupação de áreas irregulares, mas nas mais diversas ações dos agentes responsáveis por definir o espaço urbano.

RESSACA DO ARAXÁ – REALIDADE SOCIOAMBIENTAL

A área da qual esta pesquisa estuda está localizada no município de Macapá, capital do Estado do Amapá, região norte do Brasil (Figura 04). Macapá tem aproximadamente 456.171 habitantes (BRASIL, INSTITUTO, 2015).

Figura 04: Habitações no igarapé do educando, Manaus – AM



Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Segundo o último levantamento realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o bairro do Araxá tem 8.713 habitantes. Ainda de acordo com o Instituto existem 709 domicílios particulares em aglomerados urbanos, abrangendo uma população de 3.453 moradores vivendo em condições precárias.

Na década de 1990, esta área foi constantemente utilizada para fins de lazer, uma vez que toda extensão do bairro é banhada pelo rio Amazonas. Sendo assim as pessoas com frequência iam se banhar, sendo esta a razão de durante muito tempo a área ser conhecida como “praia do Aturiá”. Contudo, nesta década o espaço não era dotado de quaisquer infraestruturas, somente pequenos bares, sendo utilizado somente para fins de lazer. Com o passar dos anos o local foi aos poucos deixando de ser frequentado para esta finalidade e as edificações de uso habitacional passaram então a fazer parte do cenário da orla fluvial urbana.

Ocupando inicialmente as margens do rio Amazonas, os moradores adensaram bastante a faixa de orla do bairro, sendo assim, a conseqüente expansão da malha urbana do mesmo chegou às áreas de ressacas que passaram por um intenso processo de construção de moradias. Hoje ambos, margem do rio e área de ressaca constituem-se como um dos principais problemas urbano e socioambiental do bairro e da cidade de Macapá.

Os moradores que vivem nas áreas de ressaca circulam sobre passarelas do mesmo material que estão (Figuras), em sua maioria, quebradas e sem receberem serviços de manutenção por parte

do poder público por muito tempo, dificultando assim a mobilidade dos moradores e de idosos e portadores de necessidades que residem no local.

Figura 05: Casas em madeira sob palafitas



Fonte: Os autores, 2014.

As moradias das áreas de ressaca são predominantemente em madeira, com poucos ou nenhum elemento em alvenaria, e quando existente diz respeito ao banheiro. Notou-se ainda que as habitações geralmente são compostas de poucos cômodos, em sua maioria sobrados com uma divisão para um quarto e o restante grandes vãos divididos por móveis que mesclam entre sala, cozinha e outros dormitórios.

É comum uma área de serviço onde se encontra também o jirau utilizado pelas donas de casa para o preparo de alimentos e lavagem de louças, feito em madeira que se encontra aos fundos da casa.

Os moradores destas áreas não são assistidos por serviços de saneamento básico, este na verdade um problema existente em toda a cidade, visto que somente 3% das residências tem acesso a coleta de esgoto, o restante das casas trata o esgoto implantando fossas sanitárias. No que tange a área apresentada (e a maioria das áreas periféricas da cidade) os resíduos geralmente são eliminados nos próprios corpos d'água, contribuindo para a contaminação dos mesmos.

Porém este não é o único problema com relação aos serviços públicos, o abastecimento de água é problemático, de acordo com a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA) mais de 60% das residências de Macapá não são atendidas por água encanada. Com relação a área do Araxá a maioria das casas possui água encanada, porem segundo a Companhia a maioria foi adquirida de maneira clandestina, desta forma com o passar do tempo iniciou-se o processo de regularização deste sistema, mas ainda é ínfima perto a quantidade de casas que tiveram o acesso de forma irregular.

A iluminação pública é fornecida de maneira precária, através de postes em madeira que muitas vezes ameaçam cair. Tais postes são constantemente utilizados para obtenção de energia clandestina, isso porque de acordo com a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) mais de 70% dos moradores da área tem energia fornecida em suas casas, porem a mesma não é fiscalizada pelo órgão. A figura 06 mostra a precariedade no fornecimento de energia no local.

Figura 06: Má condições do fornecimento de energia

Figura 06: Má condições do fornecimento de energia



Fonte: Os autores (2014)

Estas instalações, feitas pelos próprios moradores, não seguem parâmetros técnicos que possam prevenir as mesmas de curtos circuitos ou incêndios. Um agravante disto é o fato das casas serem construídas muito próximas umas das outras e em madeira, material este facilmente inflamável.

A elevada quantidade de lixo encontrada na área é facilmente visível. Nas áreas alagadiças, em razão do difícil acesso entre as passarelas, o sistema adotado foi a implantação de ligeiras nas entradas das pontes, onde os moradores precisam levar o lixo doméstico até as mesmas para posterior coleta da empresa que presta o serviço. Ainda assim, é possível encontrar lixo em grande quantidade despejado diretamente nas ressacas, visualizados na Figura 07, comprometendo seriamente a preservação da mesma.

Figura 07: Lixo encontrado nas ressacas



Fonte: O autor (2013)

O cenário apresentado denota que a política adotada pelo Estado se configura pela ausência de ações que visem solucionar os problemas urbanos, sociais e ambientais enfrentados pelos moradores da ressaca do Araxá. Ou seja, uma política caracterizada pela escolha de não planejar,

visto que o Estado detém decisões importantes do que, onde e para quem executar determinadas ações. Tal conjuntura, reflexo da produção do espaço desigual das cidades que exclui uma grande parcela da sociedade e que é obrigada a viver em comunidades sem serviços básicos e assistência por parte do poder público, onde a própria população, muitas vezes taxada como agressora do meio ambiente, torna-se vítima de uma sociedade desigual que não oferece a todos igual oportunidade de morar bem e acessar aos serviços básicos para uma sobrevivência digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As configurações urbanas que caracterizam as cidades, como enfatizado neste trabalho, são frutos das ações de uma série de agentes responsáveis por práticas sociais determinantes para a construção do espaço urbano. A proliferação das favelas, a urbanização seletiva e degradação de certos meios, são consequências de ações bem pensadas dos que detêm poder de decisão na cidade capitalista. Os espaços desiguais onde os menos privilegiados moram em áreas desprovidas de serviços públicos mínimos, apontando para um alto grau de deterioração do meio ambiente e caracterizado por casas que se assemelham a barracos, são os nítidos exemplos do quão grande é poder dos agentes que definem tais espaços.

A omissão do Estado, também um agente determinante para o surgimento e agravante dos problemas urbanos e ambientais, contribui para a construção de uma cidade caracterizada pela desigualdade, facilmente visualizado no contexto macapaense aqui discutido. A falta de políticas públicas de assistência às pessoas que vivem nessas áreas apenas agravou a situação das mesmas e dos locais onde vivem. O próprio surgimento das favelas denota a ausência do Estado no planejamento do espaço urbano.

No caso das moradias da ressaca do Araxá a ausência de planejamento e efetivação de políticas para estas áreas contribuiu para efetivação de um espaço sem infraestrutura urbana, caracterizado pela pobreza, violência e degradação ambiental.

Neste sentido, é preciso vislumbrar cada vez mais a presença de políticas que assistam os moradores de áreas como estas, realmente interessadas em mudanças sociais. Contudo, este é um problema que além de envolver políticas públicas tange o sistema vigente que além de ser desigual e proporcionar o surgimento dos espaços desiguais trabalha junto às políticas na obtenção de seus interesses, proporcionando assim a efetivação de áreas periféricas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Cintia Maria. **Sustentabilidade: caminho ou utopia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- AMARAL, Silvana. CÂMARA Gilberto. MONTEIRO, Antônio Miguel Monteiro. **Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia**. Relatório Técnico, 2001.
- ARAUJO, Renata Malcher. **Cidades da Amazônia no século XVIII**. Belém, Macapá e Mazagão. Ed. Faculdade Arquitectura Porto, 1998.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. 6º ed. Rio de Janeiro: Ática, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Ed. Ática, Série Princípios, 3ª edição.

- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução Beatriz Medina –São Paulo: Boitempo, 2006.
- HOGAN, Daniel Joseph. **Mudança ambiental e o novo regime demográfico**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE **Aglomerados subnormais, primeiros resultados**; Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>
- PENNA, Nelba Azevedo. **A questão urbano ambiental: política urbana e gestão da cidade**. Anais do X encontro nacional da Anpur.
- MARICATO, Erminia. **Brasil, cidade alternativas para crise urbana** – Petrópolis, 2001.
- MOTA, Francisco Suetônio Bastos. **Conhecimentos para Promoção do Saneamento, Saúde e Ambiente**. In: PHILIPPI JR., Arlindo. (Ed.). Saneamento, saúde e ambiente. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 809-832.
- NERI, Sara Heloiza Alberto (2004). **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para a identificação de comunidades expostas a hepatite nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP**. Dissertação de Mestrado em ciências em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. RJ: Vozes, 2001.
- PAULO, Rodolfo Fares. **O desenvolvimento industrial e o crescimento populacional como fatores geradores do impacto ambiental**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.7 n.13/14 p.173-189 Janeiro/Dezembro de 2010.
- PENNA, Nelba Azevedo. “**A questão urbano ambiental: política urbana e gestão da cidade**”. Anais do X encontro nacional da Anpur.
- PORTILHO, Ivone dos Santos. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP**. Maio, 2010. Disponível em <www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/ivone.>
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Milton Santos. – 5 ed., 1 reimpre. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. In: Marília Steinberger (org.). território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: Paralelo 15 e LGE, 2006.



OS ASSENTAMENTOS INFORMAIS URBANOS EM MARABÁ – PARÁ: A FORMAÇÃO DAS CIDADES E A SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA.

Me. Anilson Russi¹

Dr. William Santos de Assis²

RESUMO:

Em Marabá, como na região sudeste do Pará, o crescimento urbano é intenso e a ausência de políticas públicas impede que as pessoas de baixa renda obtenham suas moradias pelos mecanismos legais. Este sistema promove o padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento, legislação e gestão das áreas urbanas. Predomina na cidade de Marabá uma cultura de apropriação de imóveis urbanos localizados em espaços centrais, que promovem vazios urbanos, segregação e espoliação, e impede a implementação do direito à cidade sustentável. Para enfrentar esta cultura é necessário criar estrutura de governança para implantar os mecanismos dispostos no Estatuto das Cidades, de responsabilidade do poder público e com ampla participação popular. O artigo se inscreve no campo de estudos sobre a formação das cidades na Amazônia e busca compreender a influência da segregação sócio espacial no contexto dos assentamentos informais urbanos na cidade de Marabá.

Palavras chaves: Amazônia. Cidades. Assentamentos informais. Segregação urbana.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil até a década de 1940 era praticamente rural. Com o fenômeno da industrialização um grande número de cidades nasceram, cresceram e se desenvolveram. No início do século XXI, o Brasil abriga 202.033 milhões de habitantes. Deste total 85,43% da população brasileira moram em área urbana, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). Para Rolnik (2011, p. 02) este processo foi estimulado pela migração de um vasto contingente de pobres e foi um dos mais rápidos e intensos de que se tem notícia, que privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva às cidades.

A consequência deste processo é o surgimento de assentamentos urbanos informais, conhecidos também como favelas, mocambos, invasões, palafitas, ocupações de terras públicas e particulares, entre outras denominações.

A política desenvolvimentista executada pelo governo federal a partir de 1960 promoveu mudanças no território amazônico que influenciou diretamente o tecido urbano das pequenas e médias cidades da região. Antes dessa data as cidades se formavam as margens dos rios (grandes e pequenos) que exerciam influência nas características sociais, ambientais e econômicas. Atualmente, o que se verifica é um forte dinamismo das cidades às margens das rodovias, em detrimento às cidades ribeirinhas (TRINDADE JR., 2010).

¹ Me. Anilson Russi, advogado e Mestre pelo PDTSA/UNIFESSPA. E-mail: russi.consultoria@hotmail.com

² Dr. William Santos de Assis, Docente-Pesquisador do PPGAA/UFPA e Docente-Pesquisador do PDTSA/UNIFESSPA. E-mail: williamassis@ufpa.br

Em Marabá, como na região sudeste do Pará, o crescimento urbano é intenso e a ausência de políticas públicas impede que as pessoas de baixa renda obtenham suas moradias pelos mecanismos legais. Este sistema promove o padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento, legislação e gestão das áreas urbanas.

Como decorrência, a falta de regularização fundiária nos bairros aflige seus moradores gerando falta de segurança da posse, vulnerabilidade política e baixa qualidade de vida. Na cidade de Marabá, aproximadamente 60% do território urbano é composto por assentamentos informais (RUSSI, 2014, p. 60).

As principais características do processo de urbanização em Marabá tem sido a propagação de processos informais de expansão urbana. A população urbana e rural é atingida de forma diferenciada por este processo de expansão. Enquanto a população mais rica tem acesso a áreas nobres regulamentadas e com infraestrutura adequada, a pobre só têm tido acesso ao solo urbano e à moradia através de mecanismos ilegais e informais.

Este processo foi acelerado nos últimos anos em função de uma grande expectativa gerada em torno da implantação de grandes projetos econômicos a exemplo da ALPA acentuando o que Maricato (1996) e Rolnik (2000) denomina de segregação urbana. Além da ALPA outras iniciativas como a construção de Hidrelétricas, hidrovias e a duplicação da estrada de ferro Carajás gerou uma grande especulação imobiliária supervalorizando as áreas nobres da cidade e estimulando a ocupação de áreas periféricas.

A segregação urbana na cidade de Marabá se materializa como o resultado deste processo complexo que envolve a falta de instrumentos legais para a promoção da regularização fundiária, a especulação imobiliária concentrada na elite econômica e um contingente populacional vindo de outras regiões do país.

A exemplo de outras regiões do país a população de mais baixa renda vão se instalando nas áreas com maior nível de precariedade e sem interesse para o mercado imobiliário. Para efeito deste estudo, denominamos estas áreas de assentamentos informais. Apoiado em autores que estudaram o tema, as principais características destas áreas são: situação totalmente ilegal de ocupação do solo, baixa qualidade da moradia, falta de urbanização e a ausência de regularização fundiária. Para Cardoso (2007, p. 22), os assentamentos informais são qualquer assentamento irregular com uma forma não convencional de produção de habitação e/ou propriedade e condições físicas irregulares.

A condição de informalidade perpetua a situação de segregação e impede o provimento de serviços e equipamentos públicos que poderiam melhorar a condição de vida dessa população como determina a legislação constitucional e infraconstitucional.

2. A FORMAÇÃO DAS CIDADES NA AMAZÔNIA

Nos estudos clássicos sobre a formação econômica e social brasileira tem sido destacado o papel da agricultura na formação das cidades no Brasil e da industrialização no processo de urbanização. Outro aspecto a considerar, no caso da Amazônia, é a importância da economia extrativa da borracha no povoamento, no fortalecimento de redes de cidades e no processo de urbanização (CASTRO, 2009).

As mudanças ocorridas na organização urbana da Amazônia, segundo nos mostra Trindade Jr. (2010, p. 118), indicam que até 1960 verificou-se na região um “padrão espacial definido a partir

dos rios, da rede urbana, com a capital – Belém – em primeiro plano como metrópole regional e uma expressão relativamente pequena da grande maioria dos centros urbanos regionais”.

Na década de 1970 e seguintes do século XX, a região norte teve a fronteira aberta e permitiu construir um segundo modelo de povoamento e urbanização centrado nos fluxos econômicos – públicos e privados – e migratórios na região. Sobre este aspecto Becker (2009), Castro (2009) e Trindade Jr. (2010) trazem contribuições atuais sobre urbanização e fronteira na Amazônia. Neste sentido Becker (2009, p. 40) afirma que a região amazônica registrou as maiores taxas de crescimento urbano do país nas três últimas décadas do século 20 e início do século 21. No entanto, o tema urbano é negligenciado na pesquisa e na política regional, submerso na onda verde que recobriu a preocupação sobre a Região.

Para Castro (2009), nesse contexto, as cidades expressam os processos de acumulação e de concentração de capital e a precarização crescente das relações de trabalho que aprofundam e atualizam as contradições entre capital e trabalho na sociedade moderna, como podemos ver em trecho de sua obra.

A cidade é o espaço mais visível e concentrado das diferenças de classes e contradições sociais, como nos mostra Lefebvre (1974). Essa percepção das contradições sociais ilumina certamente o entendimento das relações mais amplas entre sociedade e mercado, na perspectiva macro e inter escalar, mas exige um esforço teórico de tradução, no sentido da construção de mediações teóricas aplicáveis à análise de cidades integradas ao mercado e às relações de trabalho assalariadas. [...] Muitas pequenas cidades amazônicas são indígenas na composição demográfica, na cultura e línguas. Tem questões urbanas que emanam desse universo cultural. [...] Essa realidade brasileira, multi étnica e multi linguística é ainda pouco reconhecida na sociedade, mas também no campo da pesquisa e da ação política (CASTRO, 2009, p. 16).

Atualmente, o que se verifica é uma ruptura do padrão predominante anterior aos anos 1960 – com um forte dinamismo das cidades localizadas ou que passam a surgir às margens das rodovias, em detrimento às cidades ribeirinhas – e uma urbanização concentrada nas cidades de maior porte e nas capitais estaduais.

Castro (2009) e Trindade Jr. (2010) trazem uma contribuição importante para o entendimento da complexidade dos processos em curso. Na tentativa de interpretação interdisciplinar e multiescalar, esses autores discutiram dois processos de formação das cidades na Amazônia assim denominados: as “cidades da floresta” e as “cidades na floresta”³. Fazer distinção entre os dois modelos de cidade é importante para estudar a forma de urbanização que ocorreu (e continua ocorrendo), de segregação social presente nas comunidades, a construção do direito à cidade sustentável e a relação entre os atores sociais que fazem a cidade.

As “cidades da floresta” eram as mais comuns na região até a década de 1960. Estas cidades possuíam características marcantes como o pequeno porte e o meio de transporte usado por seus habitantes eram associados ao rio. “Estas características dava a estas aglomerações fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada” (TRINDADE JR., 2010, p. 118). A vida dos habitantes da “cidade da floresta” corria na velocidade dos rios que o banhavam. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação

³Sobre a realidade da Amazônia oriental, Becker (2009, p. 44) denomina a região como “Amazônia sem mata”. Para nosso estudo adotaremos o posicionamento de Castro e Trindade Jr., porque o município de Marabá podemos ainda encontrar “frações” da floresta decorrente de reservas indígenas, militar, agroextrativista, dentre outras reservas.

com os seus respectivos entornos e com as vilas, povoados e comunidades ribeirinhas. Ainda que muitas cidades tenham perdido tais características “rurais”, elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas regiões da Amazônia.

As “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, “fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica” (TRINDADE Jr., 2010, p. 118). Tratam-se, em sua maioria, de cidades que se tornaram bases logísticas para relações econômicas voltadas para uma racionalidade extra regional, a exemplo das *companytowns* (cidades-empresa), definição dada por Trindade Jr. (2010) para núcleos urbanos como Tucuruí, Carajás e Porto Trombetas, que servem de apoio aos grandes projetos econômicos, instalados na região para atender às demandas de recursos do mercado externo.

As rodovias proporcionaram uma nova dinâmica aos municípios as suas margens, redesenhando o processo de territorialidade nestas cidades. Houve um revigoramento de centros urbanos tradicionais, a exemplo do que aconteceu com Marabá, Altamira e Itaituba, cortadas pela rodovia Transamazônica, como bem descreveu Trindade Jr. (2004).

Por esse motivo, os centros urbanos regionais de porte médio passam a acolher, a exemplo do que acontece em outras regiões brasileiras, um contingente maior de pessoas diretamente ligadas a organismos e instituições responsáveis pela implementação da nova malha técnica, política, econômica e cultural da região. O que há de diferente nesse processo, entretanto, é que juntamente com essa fração populacional, chega a força de trabalho móvel e polivalente que tem caracterizado o perfil demográfico amazônico nos últimos anos. A consequência disso é a reprodução, à semelhança das grandes cidades, de espaços que acolhem populações pobres e, muitas vezes, sem qualificação profissional (TRINDADE JR., 2004, P. 03).

As rodovias e a melhoria de outros serviços públicos e privados são a base para outros processos que influenciam fortemente a dinâmica regional. A expansão dos grandes projetos, afeta de diferentes formas as comunidades locais. Os centros urbanos tornam-se mais articulados ao espaço regional e nacional. No entanto, não podemos afirmar que as cidades médias amazônicas acompanham a qualidade de vida observada em centros urbanos de porte médio do Centro-Sul do País.

A necessidade de abrigar a força de trabalho rural, em decorrência da valorização fundiária e pastoril, fez surgir núcleos diversos. Como parte da dinâmica imprimida à Amazônia, muitas cidades surgidas bem antes do processo recente de valorização econômica da região têm visto redefinir seus papéis ao longo desse processo, tendo em vista as novas necessidades que se impõem ao espaço regional.

Autores como Trindade Jr. (2004), Castro (2009) e outros nos mostram a necessidade de pensar sobre os impactos dos diferentes modelos econômicos e de desenvolvimento impostos a região. Como assinala Castro (2009, p. 21), o modelo econômico imposto pelo Estado desenvolvimentista, a partir de uma concepção keynesiana, fez com que os núcleos populacionais se multiplicassem ou foram estimulados a crescer ao longo de rodovias e ferrovias em algumas regiões. Segundo Becker (2009, p. 44), as cidades mais antigas como Marabá e Itaituba, assumem novas funções. Diferentes fluxos de materiais e serviços têm essas cidades como suporte.

Apesar do mito de paraíso ecológico, constata-se que as carências habitacionais na Amazônia são muitas e diversas. A integração da Amazônia ao mercado globalizado revela sua intensa urbanização em moldes excludentes, refletidos nas condições de habitabilidade que situam os indicadores da Região Norte como os mais precários quando comparados com outras regiões do país.

3. O INCREMENTO DA POPULAÇÃO NA CIDADE DE MARABÁ

A cidade de Marabá está estrategicamente localizada não apenas no encontro dos rios Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas, mas também no entroncamento de estradas federais e estaduais, e na margem da estrada de ferro PA/MA. Além da questão geográfica, a cidade de Marabá possui um aeroporto que embora opere somente voos domésticos, é um dos aeroportos mais movimentados da região Norte do Brasil e também um dos que mais crescem em número de passageiros.

A posição geográfica da cidade de Marabá serve como elo entre as regiões sul e sudeste e a capital e liga o Estado do Pará à região Nordeste, principalmente ao Maranhão. Este fator geográfico transformou a cidade em um espaço com fronteiras muito amplas o que motivou – e ainda motiva – a vinda de migrantes das mais diversas regiões do Brasil. A cidade de Marabá, portanto, desempenhou e desempenha diferentes funções no processo de evolução da região.

O município de Marabá foi criado em 27 de fevereiro de 1913, através da Lei Estadual nº 1.278, com território desmembrado do município de Baião. A instalação oficial deu-se a 05 de abril de 1913, sendo primeiro Intendente municipal o coronel Antonio de Rocha Maia (FERREIRA, 2003, p. 68).

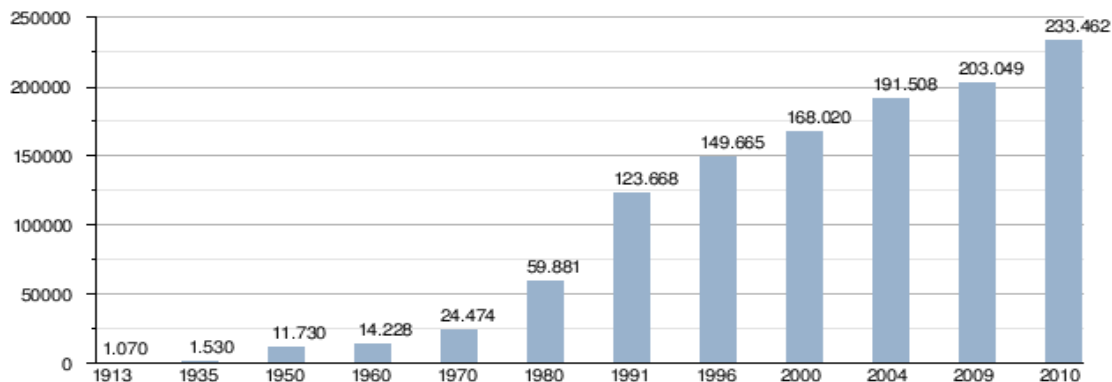
Atualmente o município é formado por dezenove distritos, sendo nove urbanos e dez rurais⁴ (artigo 6º, da Lei municipal nº 17.213/2006) interligados por rodovias e estradas vicinais.

O município de Marabá é o quarto mais populoso do Pará, contando com aproximadamente 262.085 mil habitantes segundo estimativas do IBGE/2015, e com o 3º maior PIB do estado, com R\$ 4.423.290,222 mil, o seu IDH é 0,668, sendo considerado médio pelo PNUD/2010 e sua renda *per capita* em 2012 era de R\$18.159,27. É o principal centro socioeconômico do sudeste paraense e uma das cidades mais dinâmicas da região norte.

O gráfico 1 representa o crescimento populacional no decorrer do século XX e início do século XXI. No gráfico podemos notar que entre os anos de 1913 até 1935 o crescimento populacional é muito pequeno; de 1935 a 1950 há um crescimento bastante significativo; entre os anos de 1950 a 1970 a população dobrou em um intervalo temporal de 20 anos, o mesmo acontecendo entre 1970 e 1980. Neste período a duplicação do número de habitante se deu em apenas uma década, ou seja, na metade do tempo do período anterior. E, finalmente, observa-se um crescimento vertiginoso a partir de 1980. Os números mostram que o incremento da população começa a partir dos 1960, que coincide com a transformação da Amazônia no foco de um conjunto de políticas de desenvolvimento. A região sudeste do Pará, em especial, se transforma numa fronteira de ocupação.

⁴Os distritos definidos pelo artigo 6º da Lei 17.213/2006 (Plano Diretor Participativo do Município de Marabá - PDPMM) são: Urbanos – Industrial 1 e 2; industrial 3; Nova Marabá; Expansão Urbana Nova Marabá; Cidade Nova; Velha Marabá; São Félix; Morada Nova; Expansão Urbana Cidade Nova; ii) Rurais – Alto Bonito; Brejo do Meio; Capistrano de Abreu; Carimã; Itainópolis; Santa Fé; Três Poderes; Sororó; Vila União; Josinópolis.

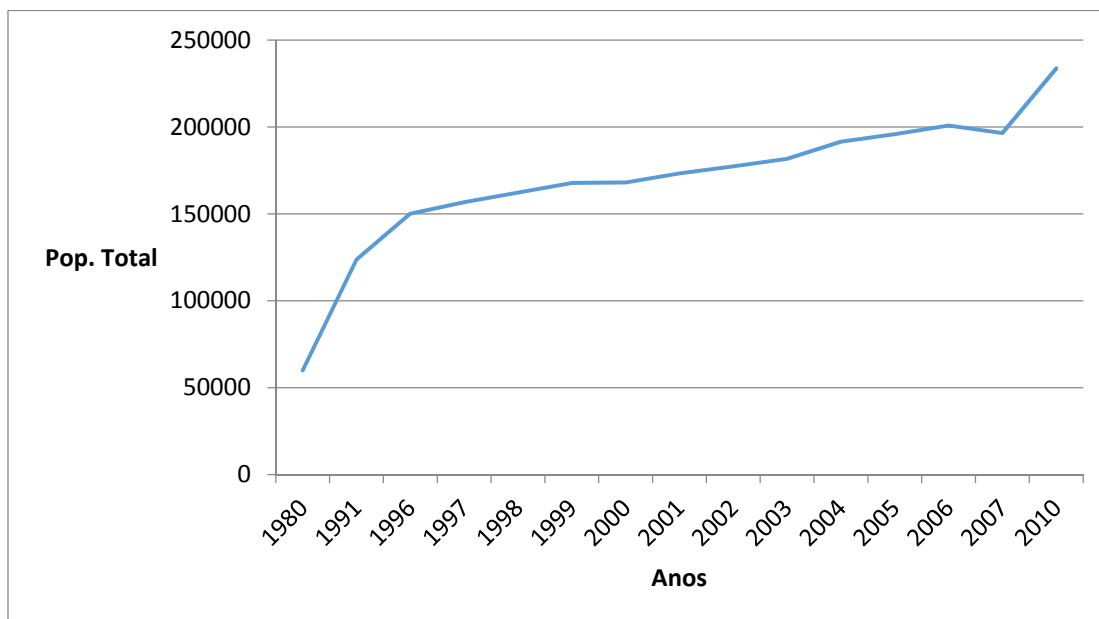
Gráfico nº 1: Evolução demográfica de Marabá.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)

Uma característica marcante do município de Marabá a partir dos anos 1980 é a predominância da população urbana em relação a rural. Os dois gráficos abaixo mostram como se deu essa dinâmica. No gráfico 2, podemos observar o crescimento absoluto da população total entre os anos de 1980 (59.915 habitantes) e 2010 (233.669 habitantes).

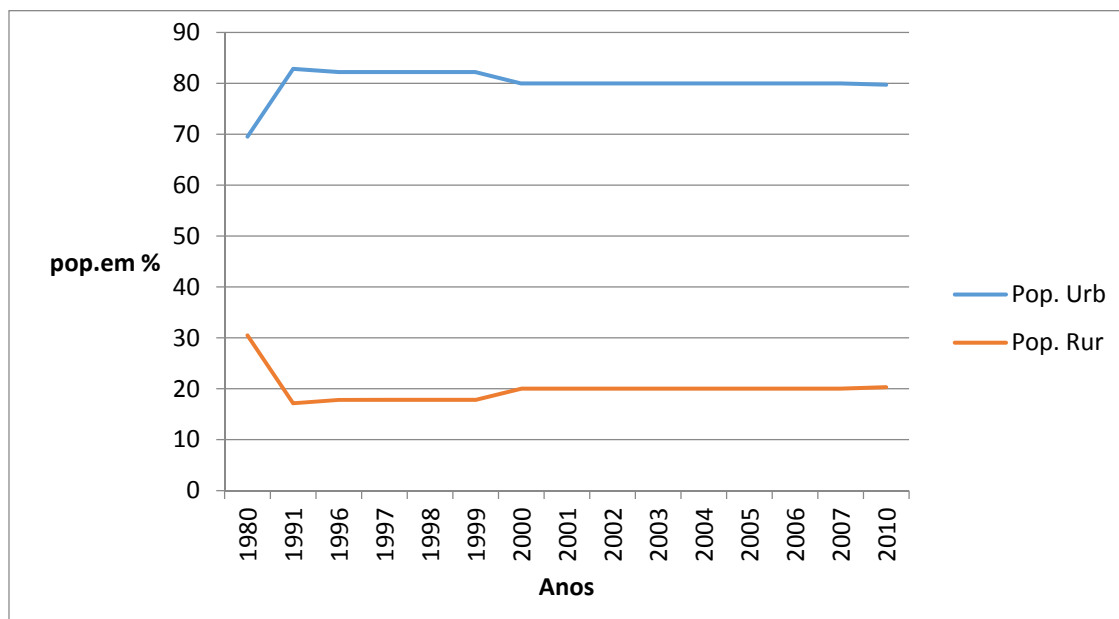
Gráfico 2: Evolução da população total do município de Marabá 1980-2010.



Fonte: SEPOF (2007); IBGE (2010). Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, observamos a distribuição da população nos espaços urbanos e rurais em termos percentuais. Em 1980, a população urbana era de aproximadamente 30% do total e em 2010 chegou a aproximadamente 20%.

Gráfico 3: Distribuição da população urbana e rural no município de Marabá 1980-2010.



Fonte: SEPOF (2007); IBGE (2010). Elaborado pelos autores.

Esse expressivo crescimento causou consequências fortes no processo de configuração do espaço urbano na cidade de Marabá. As políticas públicas não são suficientes para atender as demandas da população em constante crescimento. Essa dinâmica coloca em risco também a efetiva execução do que está previsto no Estatuto da Cidade (artigo 2º, inciso I), no que se refere ao provimento de terra urbana, habitação, transporte, lazer, saneamento e trabalho.

4. OS ASSENTAMENTOS INFORMAIS URBANOS NO PARÁ E EM MARABÁ

Existem atualmente diferentes denominações para assentamentos informais urbanos. Segundo o IBGE os assentamentos informais urbanos estão na categoria de “aglomerados subnormais”. Este conceito foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico de 1991. O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 (IBGE) classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais que atenda aos seguintes critérios: a) ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica (IBGE, 2010, p. 19).

Na prática, o que o IBGE classifica como “aglomerados subnormais” são assentamentos humanos popularmente conhecidos como favelas, ocupações, grotas, baixadas, comunidades, vilas, rressacas, mocambos, palafitas, dentre outros. Muitas dessas denominações utilizadas pelo IBGE são excludentes e remete os moradores a uma situação de marginalidade, aumentando a distância entre os órgãos governamentais e as populações excluídas das parcelas urbanizadas da cidade.

O Ministério das Cidades encomendou ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM) uma pesquisa sobre o número de habitantes em assentamentos precários e aglomerados subnormais nas metrópoles e em cidades com população acima de 150 mil habitantes com o objetivo de quantificar e conhecer o universo da informalidade de nossas cidades. O estudo revelou que nas regiões metropolitanas e maiores cidades do país, mais de 12,4 milhões de brasileiros vivem em áreas com carências sociais e infraestrutura precária. Segundo esse estudo, a população de setores carentes nas regiões metropolitanas e maiores cidades do país é praticamente o dobro da apontada pelo IBGE, segundo pesquisa feita pelo Centro de Estudos da Metrópole para a Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades (BRASIL, 2011). Segundo Maricato (SD-1) tanto os dados apresentados pelo IBGE quanto de outros órgãos oficiais possuem distorções e não são fidedignos.

Apesar da ressalva de Maricato (2005) vamos utilizar para efeito desse trabalho os dados oficiais, pois mesmo que não representem a realidade em sua totalidade se prestam a reflexão a que nos propomos. O quadro 1 a seguir, apresenta a porcentagem de domicílios e pessoas nos assentamentos informais na região Norte. Os estados com maior percentual de domicílios e pessoas morando em assentamentos informais na região norte são, respectivamente, Pará, Amazonas e Amapá, sendo que a quantidade de habitações e pessoas que residem em assentamentos informais no Pará é praticamente o dobro do estado do Amazonas e Amapá. Esse elevado percentual do Pará deve-se ao fluxo migratório intenso causado pelos grandes projetos, obras de infraestrutura, agronegócio, entre outras causas.

Quadro 1: Domicílios e pessoas em assentamentos informais urbanos na região Norte.

Estados	% de Domicílios	% de Pessoas
Rondônia	12.2%	12.4%
Acre	4.2%	4.3%
Amazonas	26.0%	25.9%
Roraima	3.3%	3.4%
Pará	41.5%	42.2%
Amapá	21.4%	20.6%
Tocantins	7.0%	7.4%

Fonte: Ministério das Cidades (2011) (quadro elaborado pelos autores)

Quando verificamos a situação interna ao estado do Pará os dados não são menos desanimadores. O quadro 2 mostra as porcentagens de domicílios e pessoas em cidades com população acima de 150.000 habitantes vivendo em assentamentos informais urbanos. É um dado alarmante. Cidade como Marituba na região metropolitana tem mais de 70% de seus habitantes em situação de precariedade se consideramos as próprias definições dos órgãos oficiais. Na própria capital quase 50% dos habitantes estão nessa condição. Marabá, cidade onde realizamos nossa pesquisa, mais de 11% dos habitantes vivem nessas condições⁵.

⁵ Estamos aqui considerando os dados oficiais. Mais adiante veremos que esses dados podem não representar necessariamente a realidade.

Quadro 2: Domicílios e pessoas em setores subnormais e assentamentos precários nas cidades com população acima de 150 mil no Estado do Pará.

municípios	% de Domicílios em setores subnormais + assentamentos informais	% de pessoas em setores subnormais + assentamentos informais
Ananindeua	44.3%	44,3%
Benevides	73.3%	73,72%
Marituba	77.0%	76,30%
Belém	49.7%	49%
Marabá	11.4%	11,57%
Santarém	3,4%	3,49%
Castanhal	4,2%	4,04

Fonte: Ministério das Cidades (2011) (quadro elaborado pelos autores)

Essa situação se repete também em outras cidades do estado do Pará. Dados do IBGE mostram que mesmo em cidades de porte médio e pequeno existem muitos domicílios em áreas consideradas assentamentos informais urbanos. O quadro 3 retrata a situação de outras cidades a partir de um conjunto diferentes de dados, mas que tem a intenção de mostrar a existências de assentamentos informais em cidades de diferentes portes.

Quadro 3 - Domicílios particulares ocupados e População residente em domicílios particulares ocupados em assentamentos informais urbanos

Municípios	Número de assentamentos informais	População residente nos assentamentos informais	Média de moradores em domicílios particulares
Altamira - PA	3	8.253	4,07
Ananindeua - PA	62	288.611	3,76
Barcarena - PA	2	2.573	3,87
Belém - PA	101	758.524	3,92
Benevides - PA	2	765	3,42
Cametá - PA	3	5.253	4,79
Marabá - PA	11	28.821	3,94
Marituba - PA	22	83.368	3,93
Parauapebas - PA	8	13.687	3,63
Santarém - PA	18	43.197	4,28
Tucuruí - PA	14	28.190	4,24

Fonte: IBGE (2010) (tabela elaborada pelos autores).

Os dados apresentados nos dois quadros acima indicam uma necessidade premente de uma ampla discussão sobre a regularização fundiária em cidades de diferentes portes no estado do Pará. A existência dessas áreas é a prova da ineficiência da aplicação do conjunto de normas e leis que deveriam garantir direitos aos habitantes das cidades.

Quando focamos a cidade de Marabá nos deparamos com situação similar a diversas cidades do estado, com o agravante que nesta cidade o fluxo migratório é quase constante. Essa particularidade confere ainda uma característica peculiar aos assentamentos informais na cidade de Marabá, a violência. É comum o confronto entre os ocupantes e aqueles que são – ou se dizem ser – proprietários, bem como com outros ocupantes que disputam o mesmo lote, dentre outros fatores.

A proliferação do tráfico e consumo de drogas também contribuem de forma expressiva para a ocorrência de eventos violentos.

Os dados oficiais do IBGE (2010) indicam a existência de 11 assentamentos informais urbanos na cidade de Marabá, onde residem 28 mil pessoas, como mostra o quadro abaixo. Os dados informados pelo IBGE divergem completamente da realidade do município, segundo dados coletados em pesquisa liderada por Trindade Jr. (2011).

Quadro 4 – Domicílios particulares ocupados e população residente em assentamentos informais, por sexo, e média de moradores em domicílios – 2010

Cidade de Marabá e os assentamentos informais informados pelo IBGE	População residente em domicílios particulares ocupados		
	Domicílios ocupados	Total	Média de moradores
Marabá	7 313	28 821	3,9
Bairro Bela Vista	1 038	4 306	4,2
Bairro da Paz	1 586	6 206	3,9
Bairro Filadélfia	367	1 311	3,6
Bairro Jardim União	639	2 626	4,1
Folha 06	556	2 280	4,1
Folha 25	600	2 420	4,0
Folha 35	263	1 039	4,0
Invasão da Infraero	216	945	4,4
Nossa Senhora Aparecida	786	2 892	3,7
Ocupação Infraero	229	891	3,9
São Miguel da Conquista	1 033	3 905	3,8

Fonte: IBGE – Estimativa - Censo 2010.

Como já falamos anteriormente, apoiado no trabalho de Maricato (SD-1), os dados oficiais muitas vezes não representam a realidade dos assentamentos informais. Gostaríamos de trazer, a título de problematização, dados de uma pesquisa liderada por Trindade Jr. (2011)⁶, com apoio do CNPq e Fundação Ford e FASE Amazônia, cujo resultado foi publicado com o título “Uma cidade média na Amazônia Oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no sudeste paraense”. Nessa pesquisa, foram identificados 24 (vinte e quatro) assentamentos urbanos, ou seja, treze a mais que os dados apresentados pelo IBGE (2010).

Independente de qual a base de dados utilizada o que não se pode negar é a existência dessas áreas em situação precária na cidade de Marabá. Os assentamentos informais avançam em áreas rurais e urbanas proibidas pela legislação ambiental e urbanística e em algumas que estão fora do mercado imobiliário.

Os assentamentos informais na cidade de Marabá fazem parte de uma realidade que não pode ser negada. À medida que o discurso do desenvolvimento avança nos setores do poder público, aumentam as áreas de ocupações urbanas. A vontade de construção de um espaço para

⁶ Os bairros citados na pesquisa e que não aparecem nos dados fornecidos pelo IBGE são: Belo Horizonte, Ocupação do Km 8, São Félix I, São Félix II, São Félix III, São Félix IV, Aeroporto, Vila Socó, Santa Rita, Bom Planalto, Folha 35, Jardim União, Ocupação da estrada da Mangueira, Invasão da Renomar (Folha 31), Folha 25, Bairro Tancredo Neves (Jd. Jerusalém), Jardim Bela Vista, Jardim Filadélfia, N. Sa. Aparecida (Invasão da Coca-Cola), Bairro da Paz, Folha 14 (Vila 4 de novembro), São Miguel da Conquista I, Nova Aliança, São Miguel da Conquista II (Nova Vida), Bairro Araguaia (Invasão da Fanta), Bairro Novo Paraíso (Km Seis e Meio), Cidade de Deus (Sororó).

viver em condições humanamente aceitáveis, se estampam nos nomes dados as ocupações: Jardim Bela Vista, Bom Planalto, Bairro da Paz; outros nomes designam processos organizativos e crenças: Jardim União, Nova Aliança, São Miguel da Conquista, Santa Rita, Cidade de Deus; outros identificam integrantes dos processos de transformação: Invasão da Coca-Cola, Invasão da Renomar, Ocupação da Estrada da Mangueira.

5. ASSENTAMENTOS INFORMAIS E AUMENTO DA SEGREGAÇÃO URBANA

A população brasileira era majoritariamente rural na década de 40. Em menos de 70 anos, entre as décadas de 1940 e 2010, este quadro sofreu uma inversão dramática. Para Rolnik (2008-1, p. 02) este fato foi estimulado pela migração de um vasto contingente de pobres. Esse movimento sócio territorial, um dos mais rápidos e intensos de que se tem notícia, ocorreu sob a égide de um modelo de desenvolvimento urbano que privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. O referido modelo demonstrou ser segregador e perversamente concentrador. Dados do IBGE (quadro 5) demonstram que 57% da população urbana vivem hoje em 289 municípios – ou 5,2% do total de municípios – com mais de 100 mil habitantes e concentra cerca de 61% da receita orçamentária do país, dos quais 94% pertencem a aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes.

Quadro 5: Participação das grandes cidades brasileiras na concentração da população.

	Quantidade de municípios e (%)	População e (%)	Receita orçamentária e (%) em reais
Todos os municípios	5.565 (100%)	194 milhões (100%)	R\$ 340 bilhões (100%)
Municípios com mais de 100 mil habitantes	289 (5,2%)	110,6 milhões (57%)	R\$ 207,4 bilhões (61%)

Fonte: IBGE – estimativa populacional 2011 e STN/Ministério da Fazenda, 2011.

Muitas foram às consequências deste veloz processo. O fenômeno de urbanização provocou o agravamento do histórico quadro de segregação urbana (ROLNIK, 1997, p. 19) tornando mais evidente a marginalização e a violência urbana que, atualmente, são motivos de grande apreensão, tanto para moradores quanto para os governos das cidades.

O que estamos chamando aqui de segregação urbana corresponde a processos que concentram benefícios e infraestruturas urbanas em algumas regiões centrais do território esvaziando as demais. Para Rolnik (2000, p. 176) este processo pode ser “traduzido social e espacialmente como uma gigantesca ferramenta em favor das elites”. Esse movimento é ainda mais concentrador no nível intraurbano: em cada município com características de dinâmica urbana e crescimento, as qualidades urbanísticas se acumulam em determinados setores, locais de moradia, negócios e consumo de uma minoria da população moradora mais abastada. No caso específico de Marabá, vários processos ao longo dos anos foram responsáveis para gerar e/ou aumentar a segregação urbana. Cardoso e Lima (2009) discorrem sobre esses processos da seguinte maneira:

Marabá constituiu-se em uma cidade partida tanto socialmente quanto espacialmente, em consequência das experiências urbanísticas que resultaram em núcleos com configurações diferenciadas, em razão da origem do arreamento – espontânea ou planejada – e da utilização do solo como componente de negociação entre os diferentes grupos sociais ali localizados. É possível encontrar na cidade variadas manifestações de separação sócio espacial, com diferentes

gradientes definidos em função da participação de agentes na produção do espaço urbano: a) resultado da iniciativa estatal ou da formação espontânea (Velha Marabá); b) confronto entre as ideias urbanísticas introduzidas pelo governo federal e as necessidades da população (como a cidade-castanheira com células que lembram o urbanismo modernista, mais pela fragmentação do tecido urbano que pela formação de unidades de vizinhança) (Nova Marabá); c) confronto entre a malha retangular e o traçado xadrez de escala com potencial mais humano e a desarticulação dos loteamentos de origem privada que se aglutinaram para formá-la (Cidade Nova). Outra característica da segregação é a maior ou menor permanência de migrantes no território. Eles podem estar concentrados dentro de uma folha da Nova Marabá, no entorno do bairro de condomínios e de propriedades muradas da Cidade Nova ou em meio à inundação na Velha Marabá, manifestação mais conspícua nas áreas de mistura de perfil populacional ou mais oculta nas periferias formadas ao redor dos bairros dotados de infraestrutura e com maior valorização imobiliária. (CARDOSO e LIMA, 2009, p. 178)

A retenção de lotes de terras para especulação imobiliária pela população de melhor renda gera, nas palavras de Cardoso e Lima (2009) os vazios urbanos e assim, permitem a exploração econômica da localização em questão. Os vazios urbanos estão centralizados em áreas nobres, bem localizadas e na maioria das vezes localizados em áreas onde se concentra as melhores infraestruturas urbanas. A retenção especulativa dos imóveis urbanos resulta na subutilização ou não utilização pelo agente e, consoante aos objetivos gerais do Plano Diretor Participativo de Marabá (artigo 9º da Lei municipal nº 17.213/2006) o município deve combater esta prática, o que não ocorre. Este fato pode ser verificado ao andar pela cidade.

[...] a atitude especulativa com relação à utilização do solo por parte da população de melhor poder aquisitivo, o que resulta na ocorrência de vazios urbanos e na substituição da edificação existente por outras que reproduzem mais intensamente o solo e, dessa forma, permitem uma exploração econômica da localização em questão (CARDOSO e LIMA, 2009, p. 190).

Sobre o mesmo tema, mas em outro contexto, Rolnik descreve:

Além disso, a pequena parte melhor infra estruturada e qualificada da cidade acaba sendo um objeto de disputa, de cobiças imobiliárias, o que acaba também gerando uma deterioração dessas partes da cidade. A escassez de áreas de maior qualidade leva às alturas os preços de terra dessas áreas, mas os preços de terras periféricas sobem também, pois coloca-se em curso um motor de especulação imobiliária que não existiria com essa força se a qualidade urbana fosse mais distribuída pela cidade. E, logicamente, quanto maior o preço da terra, menor a capacidade de o poder público intervir como agente no mercado. (ROLNIK, 2000, p. 03)

Se de um lado, parte da cidade se beneficia com equipamentos e serviços coletivos que permitem uma qualidade de vida compatível com padrões nacionais e internacionais, por outro a parte esquecida se organiza com seus próprios recursos. Os assentamentos precários e informais são produzidos por seus próprios moradores com os meios que estão ao seu alcance: salários baixos e insuficientes para cobrir o custo da moradia; inexistência e/ou precariedade de recursos técnicos e profissionais; e espaços urbanos vetados pela legislação ambiental e urbanística e imprestável para o mercado imobiliário formal (MARICATO, 1996).

Assim, em terrenos frágeis ou áreas não passíveis de urbanização, como as encostas íngremes e as várzeas inundáveis, além das vastas áreas de expansão periférica (zonas rurais) próxima aos limites urbanos, vão sendo produzida a “cidade fora da cidade” (ROLNIK, 2002, p. 3), o *apartheid*

urbano – o perverso processo da espoliação urbana – desprovida das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade e estão determinados na Carta Constitucional de 1988 e na legislação infraconstitucional como o Estatuto das Cidades e o Plano Diretor Participativo dos Municípios, principalmente.

Estes assentamentos informais estão ausentes dos mapas e cadastros de prefeituras e concessionárias de serviços públicos e, conseqüentemente, inexistentes nos registros de propriedade dos cartórios. Quando aparecem em algum registro, têm uma localização incerta e irregular. Esses aspectos caracterizam um modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras, sua consolidação é progressiva, “mas sempre incompleta e dependente da ação discricionária (vontade) do poder público” (MARICATO, 1996, p. 03).

Ao delimitar as fronteiras que separam os regulares/formais dos irregulares/informais, o modelo de exclusão territorial que define as cidades brasileiras é muito mais do que a expressão das desigualdades sociais e de renda, funcionando como uma espécie de engrenagem da “máquina do desenvolvimentismo” que, ao produzir cidades, cria exclusão. Em uma “cidade partida” (CARDOSO; LIMA, 2007, p. 178) entre o fragmento opulento, legalizado e infra estruturado e o fragmento pobre, ilegal e precário, a população em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso às oportunidades econômicas e culturais que o ambiente urbano oferece. O acesso aos territórios que concentram as melhores condições urbanas é exclusivo para quem já é parte dele. Nas palavras de Maricato a ocupação de terras urbanas é um processo que ganhou novos contornos a partir da década de 80:

A invasão de terras urbanas é parte integrante do processo de urbanização no país [...] A novidade recente, que vem dos anos 80, é que as invasões começam a se transformar: de ocupações gradativas, resultado de ações individuais familiares, para ganhar um sentido massivo e organizado, a partir da crise econômica que se inicia em 1979. Várias cidades brasileiras apresentam, a partir dessa data a ocorrência de ocupações coletivas e organizadas de terra, mais raras nas décadas anteriores. Isto não significa que as ocupações gradativas e espontâneas deixaram de existir. Ao contrário, continuaram a se fazer e a constituir a maior causa da origem da formação de favelas, mas o fato é que passaram, a partir dessa data, a conviver com a nova prática citada. (MARICATO, SD-2, p. 01)

A cidade de Marabá reproduz esta realidade. Com a expansão do capital e a instalação de vários projetos pelo governo federal, um grande contingente populacional foi atraído para Marabá em busca de melhores condições de vida. A estratégia usada pela população pobre é a ocupação de áreas públicas e particulares, bem como áreas de marinha, formando os assentamentos informais. As ocupações coletivas ficaram mais intensas a partir de 1980, atingindo seu ápice nas décadas de 1990 e 2000, com o anúncio da instalação da ALPA.

O processo de ocupação do espaço urbano pela classe trabalhadora excluída – ou de baixa renda como descrevem os órgãos oficiais – não é produto da ação de grupos subversivos que querem contrariar a lei. Ela é resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui. Apesar deste processo se dar, praticamente, no século XX, ele mantém muitas das características da “casa-grande & senzala” descrita por Freyre (1992), raízes fortemente calcadas no patrimonialismo e clientelismo, próprias do Brasil pré-republicano.

O modelo urbanístico concentrador, excludente e predatório, que estruturou esta lógica perversa e a desordem de nossas cidades na passagem para uma economia e sociedade modernas, tem origens profundas na formação histórica e política brasileira. A desigualdade sócio espacial nos

territórios urbanos, como afirma Maricato (SD-3), é pouco conhecida pela universidade, pelo Estado (principalmente pelo judiciário) e pela mídia. Esta desigualdade sócio espacial está correlacionada com a pobreza urbana e compõe os aspectos da desigualdade social, econômico jurídico e cultural. Este arcabouço segregatório é percebido por alguns teóricos e pelo poder público de forma separada. A esta percepção Maricato denominou de analfabetismo urbanístico que é evidenciada pela segregação territorial (MARICATO, SD-3, p. 01).

Esta lógica perversa foi estudada também por Rolnik (2002, p. 3) e foi denominado de “urbanismo de risco”, que pode ser entendido como áreas com concentração de infraestrutura intensiva em um fragmento central da cidade, e estender a ocupação a periferias precárias e cada vez mais distantes. Ainda sobre esta lógica Rolnik acrescenta:

Os municípios que apresentam as piores condições de exclusão territorial – e não são os mais pobres – são aqueles onde há maior violência [...] a violência está muito mais associada à exclusão do que à pobreza propriamente dita. (ROLNIK, 2002, p. 03)

O processo de segregação, segundo Maricato (1996) e Ronik (1997), está presente na estrutura e é o Estado desenvolvimentista e neoliberal quem fomenta a máquina de produção da exclusão sócio espacial. As carências habitacionais na Amazônia são muitas e diversas como podemos constatar. A integração da Amazônia ao mercado globalizado é um elemento que intensifica a urbanização em moldes excludentes, refletidos nas condições de habitabilidade que situam os indicadores da Região Norte como os mais precários quando comparados com outras regiões do país, como expõem Castro (2009), Cardoso (2007) e Trindade Jr.(2010).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste trabalho chamar atenção para os diversos elementos do fenômeno da informalidade e do processo de regularização de assentamentos informais urbanos que revelam a importância de discutir e refletir sobre os instrumentais adequados à diversidade de situações, em seus aspectos sociais, jurídicos e político-institucionais.

Para subsidiar a reflexão sobre os limites na execução da regularização fundiária em assentamentos informais urbanos no município de Marabá, foi analisado o processo de segregação sócio espacial e sua influencia no universo dos assentamentos informais urbanos no estado do Pará e no município de Marabá.

Dentre os entraves existentes na regularização dos assentamentos informais urbanos podemos citar a correlação de força desigual, como a mais importante. As políticas públicas no município não valorizam a regularização fundiária como política prioritária de inclusão social que gera segurança, valorização e divisas para o município através de impostos. Neste sentido Russi (2014) analisa:

O entrave na regularização fundiária está centrado na distância entre o que determina o aparato legal e o resultado prático, concatenado a correlação de forças no âmbito do Conselho Gestor e da administração técnico-político-administrativa da municipalidade. A conformação social desses espaços determina em última instância o que pode e o que não pode ser feito no âmbito da política de habitação e regularização fundiária no município. (RUSSI, 2014, p. 105)

Outro entrave pernicioso existente no processo de regularização é o problema relacionado à falta de efetividade do plano diretor, no tocante ao fato de que eles não expressam a verdadeira realidade social. Muitos planos diretores são verdadeiras "cópias" de outros planos, que servem tão-somente como conteúdo "formal" para a justificativa da existência de uma política urbana, quando, na verdade, essa falta de correlação com a realidade é um problema político de grande monta.

Para enfrentar a cultura perniciosa e excludente de apropriação de imóveis urbanos citada no texto é necessário criar uma estrutura de governança para implantar os mecanismos dispostos no Estatuto das Cidades e no Plano Diretor Participativo, de responsabilidade do poder público e com ampla participação popular. Aliado a esta estratégia de enfrentamento da informalidade para corrigir as deficiências dos assentamentos existentes, o poder público deve criar programas que:

a) proporcionem a legalização do território informal usado por comunidades para sua moradia, bem como formas de propriedade e posse legal individuais ou outras formas de propriedade;

b) atenuem as falhas nos serviços públicos; e

c) promovam o crescimento e as oportunidades econômicas direcionadas a população carente.

A política de regularização dos assentamentos informais possui papel fundamental para promover a segurança da posse e dar proteção contra o despejo forçado e facilitar aos moradores a oportunidades econômicas diversas, como por exemplo o acesso ao microcrédito. Esta política tende a fortalecer as comunidades, reconhecendo os direitos básicos de cidadania e promovendo a estabilidade sociopolítica.

BIBLIOGRAFIA:

BECKER, Bertha K. **Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia.** in: **Um projeto para Amazônia no século 21: desafios e contribuições.** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2009. Disponível pelo site <http://www.cgEE.org.br/publicacoes/amazonia_2009.php> Acesso em 20.jul.2012.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 de set. de 2014.

_____. Ministério das Cidades, Centro de Estudos da Metrópole Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. **Estudo revela mais 6 milhões de brasileiros vivendo em áreas precárias: população de setores carentes nas regiões metropolitanas e maiores cidades do país é praticamente o dobro da apontada pelo IBGE, segundo pesquisa feita pelo Centro de Estudos da Metrópole para a Secretaria Nacional de Habitação.** 2011. Disponível em <http://www.sp.unmp.org.br/index.php?option=comdocman&task=doc_download&gid=10&Itemid=95> acesso em 02.11.2014.

CASTRO, Edna (org.). **Cidades na floresta.** São Paulo: Annablume, 2009.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém.** Belém: EDUFPA, 2007.

_____; e LIMA, José Júlio Ferreira. **A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia.** Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 1, p. 161-192, jun.

2009, ISSN 1516-6481. Disponível pelo site: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/285>> Acesso em 22.mai.2013.

FERNANDES, Edésio. **Regularização da Terra e da moradia: o que é e como implementar**. Instituto Pólis, 2002. Disponível pelo site: < <http://www.polis.org.br/uploads/949/949.pdf> > Acesso em 25.out.2012.

FERREIRA, João C. V.. **Cidades do Pará: origem e significado de seus nomes**. 1º Ed. Belém – Pará: Editora Buriti, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 28ª ed, Rio de Janeiro: Record, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2014**. World Urbanization Prospects: The 2014 Revision. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York, 2014. Disponível pelo site: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150420&idtema=16&search=|s%E Dntese-das-informa%E7%F5>> Acesso em 22.out.2015.

_____. **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro, p. 1 – 259, 2011. Disponível pelo site: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf> Acesso em 10.out.2014.

MARABÁ - PARÁ. **Lei nº 17.213**, de 09.10.2006, que institui o Plano Diretor Participativo do Município de Marabá, cria o conselho gestor do Plano e dá outras providências. Arquivo da Câmara Legislativa do Município de Marabá.

MARICATO, Erminia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf> Acesso em: 10.set.2013

_____. **Favelas – um universo gigantesco e desconhecido**. SD-1. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_favelas.pdf> Acesso em: 10.set.2013

_____. **Habitação e desenvolvimento urbano: o desafio da próxima década**. SD-2 Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_habitacaodesafiodecada.pdf> Acesso em: 12.set.2013.

_____. **Erradicar o analfabetismo urbanístico**. SD-3 Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_analfabetismourbano.pdf> Acesso em: 10.set.2013.

_____. **Questão fundiária urbana no Brasil e o Ministério das Cidades**. 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_questaofundiariaurbana.pdf>. Acesso em: 12.ago.2013.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

_____. **Legislação urbana e mercados informais de terra em São Paulo, Brasil: o vínculo perverso.** p. 06. Disponível no site: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/1996/06/15/legislacao-urbana-e-mercados-informais-de-terra-em-sao-paulo-o-vinculo-perverso>> Acesso em 08.ago.2013

_____. **Exclusão territorial o caso do Estado do São Paulo.** Cadernos de Textos, Belo Horizonte, v. 2, p. 173 – 196, 30/ago/2000. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2008/06/29/exclusao-territorial/>> Acesso em: 20.nov.2013.

_____. **Pactuar o território: desafio para a gestão de nossas cidades.** disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2008/06/29/pactuar-territotios/>> Acesso em: 01.nov.2013.

_____. **É possível uma política urbana contra a exclusão?** Serviço social e sociedade, São Paulo: Editora Cortez, v. 72, p. 53 – 61, 2002. Disponível no site: <<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/politicaurbanacontraexclusao.pdf>> Acesso em 12.ago.2013.

_____. **A lógica do caos.** disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2008/06/29/a-logica-do-caos/>> Acesso em: 20.nov.2013.

_____, e KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano.** Novos Estudos, CEBRAP, nº 89, p. 89-109, março de 2011. Disponível no site: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006> Acesso em 10.jun.2013.

RUSSI, Anilson. **Entre o legal e o real: a regularização fundiária nos assentamentos urbanos informais do município de Marabá.** Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Linha de pesquisa: Estado, Território e Dinâmicas socioambientais na Amazônia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pelo discente Anilson Russi, como requisito para a obtenção do título de mestre tendo como orientador o Prof. Dr. William Santos de Assis. Disponível no site: <<https://pdtsa.unifesspa.edu.br/images/Anilsonfinal.pdf>>. Acesso em 10.out.2015.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C.. **Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico.** Revista IEB n. 50, 2010 set./mar., p. 13-138. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/rieb51_1349289647.pdf> Acesso em: 02.mar.2013.

_____. **A questão urbana, o estatuto da cidade e o desafio da sustentabilidade na Amazônia.** in: Políticas Públicas e Gestão local – Programa de capacitação em políticas de desenvolvimento urbano sustentável e gestão democrática. Federação do Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE. Caderno de Textos. p. 55 – 66. Belém, 2004. Disponível em <www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_Saint%20Clair_20.doc> acesso em 11.nov.2013

_____; MALHEIRO, Bruno Cezar P.; RODRIGUES, Jovenildo C.; AMARAL, Márcio D. B.; RIBEIRO, Rovaine. **Uma cidade média na Amazônia oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no sudeste paraense.** Mimeo 135 p. (relatório de pesquisa), Belém, 2011.

CONFLITO E RESISTÊNCIA EM UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA

*Suely Rodrigues Alves
Edna Maria Ramos de Castro*

RESUMO:

Neste trabalho faz-se um breve relato da história de resistência de comunidades negras rurais frente a pressões sobre seus territórios. É uma realidade marcada por conflitos de terra que exigem gestão territorial mais equânime, mas a orientação político-econômica estatal continua valorizando grandes empreendimentos, por melhor responderem à lógica desenvolvimentista. Conclui-se que os conflitos entre o modo de vida tradicional e a lógica privada de apropriação da natureza tendem a se reproduzir na medida em que uma ou outra perspectiva encontra meios de se fortalecer.

Palavras-chaves: Comunidades negras rurais; Grandes empreendimentos; Estado.

INTRODUÇÃO

Hoje percebemos no Brasil um acentuado processo de etnogênese, protagonizado por grupos étnicos diversos. Mais recentemente este mesmo termo tem sido empregado nas análises daqueles processos “de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação” (HILL, 1996, p. 1 *apud* BARTOLOMÉ, 2006, p. 39). Ao contrário do que os opositores deste processo argumentam, “um dos objetivos pode ser a obtenção de recursos, mas o outro é a própria recuperação ou reconstrução da coletividade étnica de pertencimento” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 56).

Aqui destacamos a chamada etnogênese quilombola, que se refere a crescente emergência de grupos, tanto rurais quanto urbanos, que se auto definem enquanto remanescentes de quilombos.

Os grupos étnico-raciais são pensados “segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas” (MARQUES e MALCHER, 2009), havendo também quem os defina sem a necessidade desta trajetória histórica “e mesmo sem presunção de ‘ancestralidade negra’ ou de ‘resistência à opressão sofrida’” (DUPRAT, 2007, p. 64), “pois, ainda que à expressão quilombo se possa atribuir esse conteúdo limitativo derivado da compreensão histórica tradicional, há espaço constitucional e legal para construção jurídica mais abrangente sem perder a referência a quilombos (DUPRAT, 2007, p. 64).

Este rico processo de etnogênese (seja indígena, seja quilombola) tem sido fortemente confrontado por interesses privados e até mesmo públicos, de forma direta e indireta, na tentativa de refrear a expansão do processo de autoafirmação desses sujeitos, uma vez que está na base desse processo a busca por garantir o direito a permanecer nos territórios efetivamente ocupados. É diante deste cenário que este trabalho se coloca com o objetivo de analisar o processo de resistência de comunidades negras rurais, que têm

como particularidade a auto definição¹ enquanto remanescentes de quilombos, frente à intervenção de empreendimentos privados em seus territórios.

No que tange à presença do Estado neste contexto, os impasses se originam na orientação política de valorização da grande propriedade por parte deste, o que não é recente. A *Lei de Terras* de 1850 marcou o início de uma fase de grande injustiça social no meio rural ao determinar que o acesso à terra só seria possível a quem pudesse pagar por ela, submetendo o camponês pobre à situação de exclusão, desapossamento e conflitos por terra. Neste seguimento de excluídos há a inserção maciça do negro liberto e sem direitos – realidade que só mais tarde começa a ser mudada.

Dado longos anos de busca por direitos, diante de forte articulação dos movimentos sociais que defendem os direitos da população negra no país, foi possível alguma influência durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, resultando em conquistas como a instituição do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que defende: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (ADCT). Esse fato animou o espírito de luta após 100 anos da formalização do fim da escravidão no Brasil, iniciando outro processo de busca, qual seja o de concretização da norma.

Sobre os primeiros momentos de interpretação do texto da Constituição há críticas quanto a uma demasiada confusão que vincula o direito estabelecido ao “passado e para o que idealmente teria ‘sobrevivido’” (ALMEIDA, 2002, p. 46). Este fato comprometeu inclusive os procedimentos operacionais para a identificação dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Hoje há o reconhecimento de que as comunidades negras rurais guardam diversidades e complexidades irredutíveis a achados arqueológicos que confirmem ancestralidades (ARRUTI, 1997). Essa revisão de direitos passa também pela observância da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ratificada em 2002 pelo Brasil. Em seu artigo 14, esta convenção determina que “Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos ao título de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

O Artigo 68 teria sido usado pela primeira vez em 1992, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Ministério Público Federal (MPF), como recurso em uma situação de conflito fundiário que envolveu a comunidade de Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa/BA). No entanto, há outro registro mais antigo, de 1989, um ano após a promulgação da constituição de 1988, informando que naquele momento a comunidade de Boa Vista (umas das 31 comunidades da região de Oriximiná, no Estado do Pará), lançava mão deste mesmo artigo para defesa de seu território frente à atuação da empresa Mineração Rio do Norte (1970) e diante da implantação, em 1979, da Reserva Biológica do Trombetas².

Segundo Arruti (1992) o termo “remanescente de quilombo”, nas leituras que se seguiram (tornadas nacionais a partir de 1995), foi deslocado de seu sentido histórico,

¹É a própria comunidade que se autoreconhece “remanescente de quilombo”. O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004”, cabendo à “Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa auto definição (INCRA, 2015).

²Caso que ficou conhecido a partir do referido estudo realizado por Acevedo e Castro (1998).

contemplando assim “não só as comunidades que conseguissem documentar a sua vinculação direta com antigos quilombos” (ARRUTI, 2005, p. 7):

(...) aquelas que, sendo compostas por descendentes de escravos, e estando ameaçadas na posse das terras de uso comum centenário, não possuem outro recurso legal para o reconhecimento de suas particularidades e de seu direito, historicamente construído (ARRUTI, 2005, p. 7).

Essa “complexidade de elementos identitários, próprios de autodenominações afirmativas de culturas e símbolos, que fazem da etnia um tipo organizacional” (ALMEIDA, 2004, p. 24), quando foram trazidos para o campo das relações políticas provocou uma ruptura profunda com o caráter colonialista homogeneizante que, historicamente, fez das diferenças étnicas e diversidade cultural aspectos diluídos “em classificações que enfatizavam a subordinação dos ‘nativos’, ‘selvagens’ e ágrafos ao conhecimento erudito do colonizador” (CARVALHO, 2005, p. 69).

Essas novas práticas movem processos etnopolíticos “que propõem a configuração ou a reconfiguração de *sujeitos coletivos* definidos em termos étnicos” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 54) que não tiveram, ou perderam, a experiência de mobilizações coletivas na busca daqueles objetivos comuns. É diante deste contexto que novos coletivos passam a ler de forma diferenciada sua relação com a sociedade envolvente e sua relação com o Estado, no que tange a luta por um direito historicamente negado que é o direito de legalização da posse do território onde vivem.

As lutas sociais, as leis formalizadas, resultaram em conquistas políticas importantes, uma vez que se abriram as portas a considerar como sujeitos de direitos populações negligenciadas a mais de um século. Desde então podem reivindicar o título das terras que ocupam e ainda outros direitos fundamentais. No entanto, com o passar dos anos, o processo foi sendo refreado, resultando na falta de resposta do Estado às demandas surgidas.

Há correntes iniciativas promovidas pelos grandes latifundiários e seus representantes pressionando de formas diversas à liberação de terras públicas para o mercado, ignorando de forma sistemática que muitos destes territórios estejam ocupados por populações tradicionais. Seus discursos são, portanto, de invisibilidade expropriadora (ACEVEDO e CASTRO, 1998).

Além disso, os representantes dos grandes proprietários de terras no Congresso Nacional insistem em projetos para reformar os dispositivos legais que hoje garantem esses direitos às populações tradicionais, a exemplo do que fez o Partido Democrata (DEM), então Partido da Frente Liberal (PFL), que, em 2004, impetrou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 3239) contra o Decreto Presidencial n. 4.887³, de 20 de novembro de 2003, ou do Projeto de Lei nº 3.654/2008⁴ apresentado pelo então deputado agropecuarista Valdir Colatto (PMDB), defendendo modificação no artigo nº 68 do ADCT.

³Que dispõe a competência administrativa de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras de remanescentes quilombolas ao INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Decreto foi declarado constitucional no ano de 2013.

⁴Já arquivado.

OS CONFLITOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU

Dentre os casos em que podemos confirmar muitas das afirmações feitas acima, citamos o que se deu dentro do nosso recorte espacial, localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense. Trata-se de uma região resultante de complexa história de formação iniciada ainda no século XVIII, quando “recebeu os núcleos de colonização nos quais espanhóis e franceses foram instalados para se dedicarem à agricultura comercial” (ACEVEDO e CASTRO, 2005, s/p) e “o crescimento de sua população resultou da migração provocada pela construção da Estrada de Ferro de Bragança (1883-1908)” e valorização da economia da borracha (1879-1912) (REBELO *et al.*, 2011, p. 213). Desse processo decorreu a formação de cidades, abertura de estradas, surgindo “diversos tipos de produção agrícola que levaram à sua intensa antropização”, fazendo-a importante “dentro do contexto econômico e histórico da dinâmica produtiva da Amazônia” (REBELO *et al.*, 2011, p. 213).

Dentre os municípios de antiga ocupação que compõe o Nordeste Paraense está Moju⁵, cujos fundamentos históricos datam do ano de 1754 (IBGE, 2014).

Foi a Lei nº 279, de 23 de agosto de 1856, que criou o município de Moju. O maior crescimento populacional data do século XVIII, o que possibilitou a formação de um núcleo municipal sob a influência do ciclo das drogas do sertão: cravo, canela, cacau, baunilha, salsa, raízes aromáticas, sementes oleaginosas etc. Posteriormente há uma transição, onde se verifica mudanças de concepções sobre os investimentos na economia extrativista potencializando e valorizando uma agricultura mais comercial, com incentivos da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão - criada em 1755, sob a tutela do Marquês de Pombal. A mão-de-obra utilizada ao longo dessa “evolução” foi a indígena, a escrava e a cabocla. Moju também sofreu as consequências positivas e negativas da economia da borracha em fins do século XIX e início do século XX. Outra importante fase da história da Amazônia em que o município se destaca é a Cabanagem, cujos vestígios ainda podem ser encontrados na localidade, como ruínas de construções que serviram de prisões ou esconderijos para alguns atores dessa insurreição.

O dinamismo da ocupação territorial da região possibilitou a formação de distintos ajuntamentos humanos, como o que hoje compõe o Território Quilombola de Jambuaçu⁶, agrupando quinze comunidades negras rurais⁷ (com população estimada em 2.724 habitantes), das quais quatorze tiveram acesso a titulação definitiva, e coletiva, da terra ocupada historicamente.

OS AGENTES NO CAMPO DE CONFLITOS

Na construção da história das comunidades que compõe o Território Quilombola de Jambuaçu, assim como na narrativa dos conflitos que se deram neste espaço, diversos agentes se articularam às redes de relações tecidas pelas comunidades. Cada um desses

⁵Está situado à margem direita do rio Moju e possui área correspondente a 9.094km², com população de 63.821 (IBGE, 2014).

⁶ O Território Quilombola de Jambuaçu está localizado na mesorregião do nordeste do Estado do Pará e na microrregião de Tomé Açu, situado a 15 Km da sede do município do Moju (01° 53' 10" de latitude Sul e 48° 46'00" de longitude Oeste).

⁷ Santa Maria do Mirindeua, Santo Cristo, Conceição do Mirindeua, São Manoel, Santa Maria do Traquateua, São Bernardino, Vila Nova, Nossa Senhora das Graças, Bom Jesus do Centro Ouro, Jacundaí, Ribeira do Jambuaçu, Santa Luzia do Traquateua, São Sebastião, Santana do Baixo e Santa Luzia do Poacê (ainda em processo de titulação).

agentes entra no jogo com capital distinto, acionado na disputa para defesa de interesses particulares e/ou coletivos (BOURDIEU, 1989).

A intervenção desses agentes sobre o território quilombola influencia nas dinâmicas que regem a organização das comunidades que o compõe, no que diz respeito à forma de relacionarem-se entre si e com os demais agentes - originando aspectos novos que passam a fazer parte do processo de etnogênese presente no Território Quilombola de Jambuaçu.

Redes contra-hegemônicas ou regulatórias, compostas por ONGs, movimentos sociais, sindicatos, igrejas etc., têm tido papéis fundamentais na proteção dos interesses de populações locais contra a grande quantidade de poder acumulado por instituições de desenvolvimento (RIBEIRO, 2008, p. 114).

No norte da rede de relações tecida pelos remanescentes, a participação de alguns agentes é destacada pelos próprios quilombolas: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), representada por pessoas que colaboraram de forma decisiva para o processo de autoafirmação da identidade étnica e mesmo de resistência das comunidades diante dos enfrentamentos na defesa do território; outro agente, pertencente ao campo intelectual, é a Academia (UNAMAZ, UFPA, UEPA, USP, UFRA)⁸, representada por pesquisadores e estudantes, que vem contribuindo na problematização dos processos em curso no território. Há ainda os representantes legitimados pelos próprios remanescentes, como a Malungu (Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará), que possui forte articulação nacional com órgãos e entidades voltadas à questão quilombola, e no interior do território há a Bambae (Coordenação das Associações Quilombolas localizadas no Território de Jambuaçu), formada por representantes eleitos pelos próprios quilombolas.

Aqui, no entanto, destacamos o papel das empresas privadas quanto a intervenção que promovem neste território quilombola e que vêm na esteira da ação de outro agente fundamental neste processo que é o Estado, este percebido segundo três requisitos: dada a necessidade burocrática da formalização da identidade étnica, nas ocasiões de mediação dos conflitos entre comunidades e empresas privadas e, por fim, pela promoção de políticas que beneficiam a intervenção das empresas privadas em Jambuaçu.

A relação dos antigos ocupantes deste território com as empresas aí instaladas é marcada por três tempos distintos: 1º) enquanto posseiros, na década de 70/80, em conflito com a Reasa e Marborges - conflito hoje em estado latente; 2º) década de 2000, em conflito com a Empresa Vale - momento de auto identificação enquanto remanescentes de quilombos e; 3º) Desde 2010, em conflito latente com a Empresa Hydro.

Segundo Martins (1991), pelo caráter diferenciado que possui o homem do campo, enquanto ser social e político, só uma força de fora de seu mundo, “uma força que atinja por igual a todos (...) é que pode levá-los a se unirem (...)” (MARTINS, 1991, p. 17)⁹, e essa força exógena está presente no território quilombola desde a década de 70, fazendo da

⁸ Respectivamente, Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Universidade Estadual do Pará, Universidade de São Paulo, Universidade Rural da Amazônia.

⁹ “Tanto o lavrador do campo quanto o operário da fábrica são antagonizados e violentados pelo capital, mas de formas diferentes” (MARTINS, 1991, p. 17).

mobilização do homem do campo, em resistir na sua terra, mais um aspecto que une essas comunidades, além dos laços de parentesco e vizinhança.

Até as décadas de 60 e 70 a economia do município de Moju estava assentada em sistema agroflorestais com base na produção de mandioca, seringa, malva etc assim como na exploração dos recursos da floresta – atividades possibilitadas pelo trabalho familiar. Esta realidade começa a mudar com a abertura da PA 150 na década de 70, ligando Moju ao município de Tailândia, que favoreceu a chegada de novos agentes a região (famílias, empresas) e mais o aparato para dar suporte às novas demandas (serviços públicos, mercados de alimentos, pequenas lojas, postos de gasolina, etc).

A estrada inaugura momentos de tensão e conflito, seja entre antigos e novos moradores da região, sejam entre os novos migrantes na disputa por lugares mais privilegiados de acomodação uma vez que

Além de servir para escoar a produção – o que interessa ao pecuarista e ao pequeno produtor -, a estrada assume um papel estratégico na medida em que é decisiva para o avanço da fronteira e para a incorporação de novas áreas ao mercado de terras (CASTRO, 2005, p. 28).

Não tardou a iniciar o processo de expropriação causado não somente pelos conhecidos latifundiários, mas também por “grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais, com amplos incentivos financeiros do próprio Estado” (MARTINS, 1991, p. 50). Em se tratando de Moju, foi a partir deste período que a violência no campo se intensificou, “especialmente nas regiões do Alto Moju, PA 150 e PA 252, inclusive com mortes de lideranças de agricultores e de um vereador local” (STEINBRENNER, 2006, p. 106; SACRAMENTO, 2007; PEREIRA, 2007).

No que tange à localidade onde hoje está o território de Jambuaçu, a Empresa Reasa (Reflorestadora S/A da Amazônia) foi a primeira a se instalar na região (fins da década de 70). A proposta da empresa era, sobretudo, o monocultivo de palma dendê e, recorrendo aos incentivos fiscais dados pelo Estado, recebeu recursos tanto do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) quanto da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (MULLER e FURLAN JUNIOR, J., 2001). Este período foi mais crítico para as populações locais, pela forma ostensiva de atuação da empresa, protagonizando graves conflitos de terra:

Logo abaixo da vila, na localidade Itero, existe um terreno de 1.400 metros de frente e 2.500 de fundo (...) Manoel Edvige, José Sarmento, Vicente (...) e a dona Rosa são os legítimos herdeiros. Acontece que a REASA, nunca satisfeita com aquilo que já tirou dos lavradores do Jambu-açu, colocou a pata nesta dita área, alegando que tinha sido vendida (...) os herdeiros e mais dez famílias, que ali encontraram amparo, com o pessoal da comunidade, foram lá exigir respeito para o que é deles (Jornal Lavrador é hora de levantar-se, arquivo CPT, 2007).

Os trabalhadores rurais não acompanharam de forma passiva este processo. Apesar de, naquele momento, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju não ter tomado posicionamento nos conflitos em favor dos trabalhadores (SACRAMENTO, 2007), a organização dos “ameaçados do campo” foi intensa e profícua¹⁰, inclusive com a

¹⁰ A movimentação entre os trabalhadores rurais na busca por organizar-se e criar melhores condições de enfrentar as situações de conflito tomavam a região do Baixo Tocantins, a exemplo do que ficou conhecido como *A Lei Anilzinho*.

proximidade com trabalhadores rurais de outros municípios que passavam por problemas da mesma ordem, como os expropriados das terras para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

Quem leu o Jornal *A província do Pará*, de 23 de junho de 1982 (CPT, 2007), recebeu notícias dos conflitos fundiários em Moju. O jornal informava que agricultores deste município haviam denunciado ao ITERPA (Instituto de Terras do Pará), em Belém, as tensões na relação com o Grupo Serruya (de atuação no Alto Moju) e REASA. Foram dezenas de incursões à capital do estado, buscando auxílio na defesa de suas terras e até proteção contra as ameaças de pistoleiros (que seriam mantidos por estas empresas). Foi esta mobilização que garantiu a permanência de muitas famílias na localidade, mas segundo relatório da CPT (2007), mesmo diante da resistência dos moradores das comunidades, a REASA conseguiu se apropriar de quase 50% das terras reivindicadas pelos moradores do atual Território Quilombola de Jambuaçu. O mais grave foi a perda de vidas durante estes conflitos, dada a “mortes de lideranças de agricultores e de um vereador local” (STEINBRENNER, 2006, p. 106; PEREIRA, 2007).

Muitos projetos que receberam financiamento público na década de 80 para se instalarem na região amazônica acabaram falindo total ou parcialmente (MULLER e FURLAN JUNIOR, J., 2001), como foi o caso da Reasa, cujo projeto foi assumido pelo Grupo Marborges (composto pelas empresas Marborges Agroindústria S.A e a Reflorestadora Moju Acará Ltda) que está presente na localidade até hoje. Com o advento do processo de valorização do biodiesel, “a Marborges, em abril de 2008, retirou os marcos que limitam o território quilombola e sua propriedade, tendo iniciado nova fase de conflito manifesto” (ZIGONI, 2008, p. 9).

Na memória dos moradores mais antigos que vivenciaram os conflitos com a Reasa, os sentimentos de tristeza pela perda do território permeiam o imaginário que possuem sobre a Empresa Marborges, entendendo-a como herdeira dos conflitos da Reasa com as comunidades, como afirma uma moradora do território: “A gente quando... esse pessoal aí da Reasa que primeiro quando eles entraram aí era chamada Reasa, hoje em dia é que ela já é Marborge”, e continua, “isso tudo foi botado embaixo (...) o meu pai morreu porque eu acho que ele se impressionou quando essa Marborge... essa Reasa entrou aí (...) e eles arrancaram tudo as nossas roças” (F.C.S., 76 anos, em depoimento colhido no ano de 2014).

Os anos se passaram sem intercorrências mais graves até a década de 2000 quando chegou à região uma extensão do Projeto Bauxita-Paragominas (Platô Miltônia 3)¹¹, em 2004. O beneficiamento da bauxita, retirada de uma planta de exploração no município de Paragominas, tem como uma das etapas o transporte do minério (em forma de polpa) através de três minerodutos (com 244km de extensão) que passa por sete municípios paraenses: Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açú, Acará, Mojú, Abaetetuba e Barcarena. Neste último, está localizada a Alunorte Alumina Norte do Brazil (refinaria vendida pela Vale à Empresa Hydro).

Dentre as várias comunidades que este projeto atinge, ao longo do percurso de Paragominas à Barcarena, em Moju ele encontrou resistência por parte dos moradores do Território Quilombola de Jambuaçu. Segundo EIA-RIMA do projeto, sete comunidades em

Reunidos no I Encontro Anilzinho, realizado em Baião, no ano de 1980, cujo tema era *Terra para quem trabalha nela*, trabalhadores de diversos municípios da região compuseram 12 leis que orientaram, por mais de uma década o processo de resistência (SOUSA, 2000; SACRAMENTO, 2007).

¹¹Compõe um Projeto maior chamado Alumina Brasil China-ABC.

Jambuaçu estavam na Área Diretamente Afetada (ADA) (São Sebastião do 40, Santa Luzia do Traquateua, Santa Maria do Traquateua, Nossa Senhora das Graças, Santa Ana do Baixo, Santa Luzia do Poacê e São Bernardino),mas o que se viu foi a mobilização das quinze comunidades que compõe o território quilombola hoje. Durante os conflitos com a Vale um dos eventos de maior repercussão (nacional e internacional) foi quando, em dezembro de 2006, um grupo reunindo pessoas de todas as comunidades do Território Quilombola, derrubaram uma torre de energia implantada pelo projeto da Vale para forçar mesas de negociação.

Ressalta-se que a maioria dos processos de titulação das comunidades de Jambuaçu foi consolidada durante as relações de conflitos com a Empresa Vale, então Vale do Rio Doce (que iniciou com a passagem dos minerodutos pelo território desde o ano de 2004).

Uma das comunidades mais afetadas tanto pelos conflitos com a Reasa quanto pelo projeto Bauxita Paragominas da Vale foi Santa Maria do Traquateua, formada hoje por cerca de 32 famílias. Segundo relato de moradores desta comunidade, e informações da CPT (2007), até o início dos anos 80 dispunha de uma área com cerca de 2.000ha, mas uma vez finalizado o processo de titulação passou a contar com apenas 833ha do total reivindicado, um vez que a diferença teria sido expropriada pela Reasa na década de 70. Após os conflitos mais recentes, com a passagem dos minerodutos e linha de transmissão de energia do projeto Bauxita Paragominas da CVRD/Hydro, os moradores de Santa Maria do Traquateua passam a dispor de apenas 633ha (sobretudo, áreas de várzea e igapós), o que vem comprometendo seriamente o modo de reprodução da vida de algumas famílias desta comunidade, uma vez que não possuem mais terras agricultáveis o suficiente. Talvez um dos maiores problemas enfrentados hoje pela Comunidade de Santa Maria seja a situação da insegurança alimentar, dada esta perda de extensões do território nos conflitos com a Reasa, Marborges e Vale. Sem contar os demais problemas, comuns a todas as comunidades do território, tais como saúde, educação, transporte, etc. Hoje parte das famílias moradoras da comunidade depende de recurso financeiro repassado pela Vale, como uma das condicionantes remanescentes do empreendimento, enquanto esperam por projeto de geração de renda que deveria ser implementado por esta empresa.

Depois de operação financeira o projeto Bauxita Paragominas passou a pertencer à NorskHydro ASA (terceira maior fornecedora mundial de alumínio), presente na comunidade através do projeto e por meio também de funcionários que buscam estratégia amistosa de relação com os moradores do território, na tentativa de mostrar-se diferente da Vale – é o que afirmam alguns moradores. Aqueles mais jovens que não compartilham do sentimento dos mais velhos quando à presença da Marborges em substituição à Reasa, tiveram a oportunidade de fazê-lo em relação à Vale quando esta foi substituída pela Hydro. Um morador de Jambuaçu resume essas transições utilizando um ditado popular: “mudam-se as coleiras, mas os cães são os mesmos”.

Os conflitos que marcam a região poderiam servir de exemplo às novas medidas no que tange ao beneficiamento de projetos de desenvolvimento e reconhecimento de direitos das populações tradicionais, no entanto mais uma vez o Estado orienta suas políticas de gestão do território e desenvolvimento a partir da valorização de grandes projetos econômicos, como mais recentemente o fez através do incentivo ao monocultivo do dendê. Essa afirmação pode ser confirmada a partir da análise das consequências do lançamento do marco legal que instituiu o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, pelo então presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva. O fato vai influenciar a política de incentivos à

pesquisa de novas fontes oleaginosas e marcar as condições legais para o uso do biocombustível na matriz energética do Brasil, regulamentada oficialmente pela Lei 11.097 (ALVES, 2007; PRATES *et al.*, 2007, *apud* ALVES, 2011). Outras políticas, planos e programas vão sendo criados para fortalecer a cadeia produtiva da agroenergia, a exemplo de linhas de crédito específicas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento e Agricultura Familiar (Pronaf); podendo recorrer a linhas de crédito bancários do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia (BASA) para “produtores rurais (familiares e empresariais), até cooperativas agropecuárias e agroindústrias” (ALVES, 2011, p. 55).

A pouca regulamentação sobre a implantação de projetos agroindustriais de dendê e a não observância das legislações vigentes tem provocado novos conflitos na região, como o caso da comunidade Dezenove de Maçaranduba, em processo de titulação como remanescente de quilombo, localizada no Alto Acará, quando um atentado “resultou na morte de 02 (dois) quilombolas e na tentativa de homicídio de outros 04 (quatro) integrantes da comunidade” (MPPA, 2013, s/p).

Segundo os quilombolas as ameaças não partem da Empresa BIOVALE [monocultora de dendê], mas sim de pessoas que querem vender suas terras para esta empresa que desenvolve no local atividades de plantação e extração de dendê por intermédio da BIOPALMA e que a área é objeto de litígio que está sendo apreciado na Vara Agrária de Castanhal por intermédio do Processo conhecido como Fazenda São Jorge (MPPA, 2013, s/p).

No que tange à relação entre o Território Quilombola de Jambuaçu e a dendeicultora Marborges, o campo do desenvolvimento, moldado pela lógica capitalista de reprodução, possui redes de influência que favorecem a empresa, dado seu principal capital posto no jogo, que é o capital econômico. As vantagens dadas pelo Estado ao favorecer as condições para reprodução da *commodity* de dendê em comparação às políticas públicas de incentivo à produção do pequeno agricultor (como aqueles que vivem no território quilombola) faz recrudescer velhos conflitos e antigas disparidades, uma vez que as políticas públicas governamentais terminam por tornar-se instrumento auxiliar de expansão econômica do grande produtor (ALMEIDA e ACEVEDO MARIN, 2010).

Há então, neste novo cenário de expansão da economia do dendê, a continuidade de velhos processos, insistindo em fazer com que a Amazônia continue sendo vista como uma fronteira agrícola (NAHUM e MALCHER, 2012).

Quanto aos remanescentes de quilombo, um dos caminhos de resistência trilhados está na defesa da identidade quilombola:

[...] que para muitas comunidades tem se mostrado uma via importante (algumas vezes a única via) de garantir suas terras e sua voz política, antes de ser um ato natural de identificação do que é dado, ao contrário, as obriga a compreender as transformações operadas na ideologia dominante para que possam aceitar e se adaptar a esses novos papéis (ARRUTI, 1997, p. 29).

Ser quilombola, para além do imaginário social que faz buscar pequenas áfricas nestas comunidades, é nomear o que já existia na prática, o modo de vida tradicional, a apropriação coletiva da terra – “o *habitus* é essa presença do passado no presente que torna possível a presença do porvir no presente” (BOURDIEU, 2007, p. 257): “Ser quilombola ajudou muito as comunidade, sobretudo por causa da terra, do título coletivo, porque você

tem sua terra, o fulano tem, mas a área toda, você tem sua terra, mas o título tá coletivo” (morador do território Quilombola de Jambuaçu, em entrevista concedida em 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil continua “sendo o proverbial país em busca do seu futuro, preso num emaranhado de paradoxos cruéis”, como afirma Sachs (2004, p. 365). As consequências desde quadro se dão de múltiplas formas. Uma delas está no modo de gerir os processos econômicos nos quais a constante é o fortalecimento do poder privado para a promoção do desenvolvimento econômico. Este posicionamento do Estado brasileiro é quase sempre sinônimo de conflitos, uma vez que a reprodução do modo de produção capitalista exige grandes intervenções, que não se dão sem prejuízos sociais e ambientais, como bem exemplifica a história da Amazônia.

Os segmentos que sofrem as consequências da intervenção do poder privado e do Estado, ao contrário deste último, aprenderam com a história e buscaram dar outras respostas às dinâmicas nas quais são inseridos. Assim como se deu o aniquilamento de povos, identidades e territorialidades, também se processou o acúmulo de experiências de resistência, que paulatinamente são convertidas em estratégias para enfrentar a ação destes agentes.

Se de um lado observamos a articulação das estratégias empresariais com as políticas das agências governamentais trabalhando na “composição de uma poderosa coalizão de interesses” com objetivo de “limitar os direitos territoriais reconhecidos a povos e comunidades tradicionais” (ALMEIDA e ACEVEDO MARIN, 2010, p. 149). De outro, já podemos relatar casos de resistência em cada um desses processos de intervenção privada/pública sobre esses mesmos ajuntamentos humanos, diante de novos elementos que são agregados aos princípios elementares que caracterizam esses grupos.

A história da composição do Território Quilombola de Jambuaçu, que têm mais de um século, é a expressão desse processo de resistência e construção de novos sujeitos sociais, que passam a intervir de forma mais ativa nas decisões sobre o futuro que terão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, R. E. Estratégias dos Quilombolas de Jambuaçu e Projetos da Vale S.A. no Moju, Pará. In: ALMEIDA, A. W. B. (Org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; Edições UEA, 2010.

ACEVEDO MARIN, R. E. ; CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios**. Belém: CEJUP; NAEA; UFPA, 1998.

_____. Abacatal no caminho de pedras. In: CASTRO, E. (Org.). **Quilombolas do Pará**. Belém: NAEA; UFPA, 2005. CD Rom.

ALMEIDA, A. W. B. Os Quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. Os Quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, maio. 2004.

ALVES, S. A. O. **Sustentabilidade da agroindústria de palma no Estado do Pará**. 2011. Tese(Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura, “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

ARRUTI, J. M. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, nº2, p. 7-38, 1997.

_____. A. Quilombos do Sapê do Norte- As comunidades negras rurais dos municípios de Conceição da Barra e São Matheus ES. **Relatório de Pesquisa**. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2005. 75p.

BARTOLOMÉ, M. A. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. *Mana*, Apr. 2006, vol.12, nº 1, p. 39-68.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa; Difel, 1989.

CARVALHO, H. M (Org.). **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do Naea**, Belém, n. 92, 1998.

_____. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez., 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. **Quilombolas do Jambuaçu: Moju/PA x Companhia Vale do Rio Doce. Dossiê**. Belém: CPT Guajarina, 2007.

DUPRAT, D (Org.). **Pareceres Jurídicos – Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais**. Manaus: UEA, 2007.

HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. v. 2. Belém: UFPA, 2004.

_____. O campesinato paraense. In: CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOMMA, A. K. O; VIEIRA, I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, PA, v. 8, n. 15, p. 79-90, jul./dez. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Quilombolas**. 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombolas>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Cidades**. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150470>>. Acesso em: 8 fev. 2013.

MARQUES, J. A.; MALCHER, M. A. **Territórios Quilombolas. Instituto de Terras do Pará**. Belém: ITERPA, 2009.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 145-157.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1991.

NAHUM, J. S; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins**, v. 16, p. 1-20, 2012. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7947?lang=pt>>. Acesso em: 13 out. 2013.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categoriais, v. I. Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP; Brasília/DF: NEAD, 2009. p.187-207.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ-MPPA. Pará: MP apura conflito agrário envolvendo quilombolas no Alto Acará. Disponível em: <<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=1723&class=N>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

MULLER, A. A.; FURLAN JUNIOR, J. **Agronegócio do dendê**: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

PEREIRA, C. M. Z. **Conflitos e identidades do passado e do presente**: política e tradição em um quilombo na Amazônia. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

REBELLO, F. K; SANTOS, M. A. S; HOMMA, A. K. O. Modernização da Agricultura nos municípios do nordeste paraense: determinantes e hierarquização no ano de 2006. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/121296/2/Artigo%203.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo fazer desenvolvimento. **Novos estudos CEBRAP**, n. 80, p. 109-125, 2008.

SACRAMENTO, E. D. **As almas da Terra**: a violência no campo paraense. 187 f. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SOUSA, R. V. **Modalidades de crédito, organizações coletivas e reprodução camponesa na história de Cametá**. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

STEINBRENNER, R. M. A. **Para além da informação**: dilemas e desafios da participação. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2006.

ZIGONI, C. **A perenidade do conflito**: estratégias de uma comunidade quilombola da Amazônia. 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/carmela%20zigoni.pdf>. Acesso em: 21 out. 2013.



GRUPO DE TRABALHO VII

Migração na América Latina: deslocamentos forçados, integração incompleta e conflitos de fronteira

Coordenadores:

Profa. Dra. Edila Moura

Prof. Dr. Hisakana Corbin

Prof. Dr. Marcel Hazeu

Ementa – Este GT *Migração na América Latina: deslocamentos forçados, integração incompleta e conflitos de fronteira* procura criar um espaço de discussão sobre os processos recentes de mobilidade de população – desde as migrações regionais e nacionais até as migrações internacionais. A América Latina, e a Pan-Amazônia, vivem processos de mobilidade bastante complexos entre suas fronteiras e nos territórios mais amplos. Este GT espera agregar estudos sobre diversas abordagens, interrogativo e crítico, sobre os temas: migrações, contexto migratório, mobilidade e grandes projetos de infraestrutura, lutas territoriais, estigmas, trajetórias, fluxos, preconceitos, organizações e associações de migrantes, movimentos sociais, redes de apoio, diferenças sociais e étnicas.

REASSENTAMENTO E PROJETOS URBANOS E OS DESAFIOS DO REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO NO MUNICÍPIO DE BELÉM.

Cristiany Borges Santos¹

Um dos pontos mais impactantes quando se trata de obras de desenvolvimento urbano sem dúvida nenhuma é a necessidade de remanejar famílias, que se traduz em um dos principais desafios na consecução dessas intervenções públicas. A ausência de um marco legal nacional com políticas operacionais que oriente o processo de reassentamento involuntário nas obras de desenvolvimento urbano financiadas por organismos internacionais levou os executores a utilizarem políticas operacionais externas voltadas para o reassentamento involuntário. Desse modo há que se discutir estratégias abordando os aspectos relacionados aos impactos que serão causados as famílias a serem remanejadas/reassentadas de maneira involuntária, sobretudo as vulneráveis ou de baixa renda, essas questões serão objeto de reflexão possibilitando a contextualização do problema em si com suas consequências e lições apreendidas, através de estudo de caso do processo de reassentamento involuntário realizado pelo PROMABEN (Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova) o qual faz testemunho de que o deslocamento de famílias residentes em áreas degradadas é causa de grandes conflitos, e com razão, pois estamos trabalhando com a vida de pessoas ali estabelecidas há décadas o que permitiu a formação de redes socioculturais e o estabelecimento das atividades econômicas e até de socialização, mesmo em áreas consideradas de alto risco em termos socioambientais. Os aspectos positivos desse processo serão discutidos para se ter noção quanto aos benefícios para milhões de habitantes em função da promoção da acessibilidade e melhorias sanitárias e ambientais, assim como, é necessária atenção à inclusão social das famílias reassentadas através da garantia dos direitos sociais, moradia digna, regularização fundiária, recuperação do espaço público e a proteção do meio ambiente.

Palavras-chave: Belém; desafios; projetos de desenvolvimento urbano e reassentamento involuntário.

INTRODUÇÃO

O Reassentamento Involuntário, conseqüente da implantação de obras de infraestrutura urbana tem sido mote de inúmeras discursões principalmente quando afetam populações vulneráveis ou de baixa-renda, considerando que este processo pode causar mudanças repentinas nos processos produtivos, culturais, econômicos e sociais desses afetados. O reassentamento impacta não apenas aqueles que são fisicamente deslocados de uma área, mas também, a população adjacente, que pode vir a perder vizinhos e acesso a recursos.

No Brasil, a concepção e execução de obras de desenvolvimento urbano voltadas para o reordenamento urbano, que tenham como um de seus componentes o reassentamento

¹ Graduada em Gestão de Órgãos Públicos pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Subcoordenadora de Remanejamento da Prefeitura Municipal de Belém (PROMABEN). Cristianyb2@gmail.com.

involuntário, têm sido amplamente estudado e os questionamentos mais arraigados em torno desses temas estão relacionados ao fato de que esses empreendimentos não promovem de forma eficaz aos moradores da área urbanizada pelas obras, a acessibilidade e melhorias sanitárias e ambientais proposta na concepção do Projeto.

Diante desse contexto, este trabalho tem por objetivo principal apresentar a partir de um estudo de caso os entraves e lições apreendidas no reassentamento involuntário executado pela Prefeitura Municipal de Belém, através do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN localizado no município de Belém no Bairro do Jurunas no perímetro Av. Bernardo Sayão entre a Rua Veiga Cabral e Avenida Fernando Guilhon.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização do estudo de caso, além da pesquisa bibliográfica, foi realizado levantamento na legislação brasileira que trata dos dispositivos legais e da regulamentação do processo de reassentamento involuntário no Brasil. No rol de normas operacionais internacionais, foi contextualizada em especial a Política Operacional 710 do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que norteia o reassentamento involuntário de população do PROMABEN.

O artigo divide-se em três partes. Inicia abordando o conceito de remanejamento involuntário sua aplicabilidade e as normas operativas nacionais e internacionais. A segunda parte descreve a execução do processo de reassentamento involuntário do PROMABEN, objeto do estudo de caso, descrevendo a proposta inicial e relatando a implementação do Plano Diretor de Realocação de Famílias e Negócios – PDR². Na terceira parte é contextualizado o problema e apresentadas às consequências, bem como reflexões advindas das lições aprendidas.

REMANEJAMENTO INVOLUNTÁRIO NO BRASIL: DEFINIÇÕES, APLICABILIDADE E NORMAS OPERATIVAS.

Definições e aplicabilidade

A Portaria 317 do MC, 17 de junho de 2013 define o Deslocamento involuntário como “alteração compulsória do local de moradia ou de exercício de atividades econômicas, provocado pela execução de obras e serviços de engenharia e arquitetura, inclusive quando o deslocamento for motivado pela eliminação de situações de risco ou insalubridade, ou desocupação de áreas impróprias para a ocupação humana, melhorando a qualidade de vida e assegurando o direito à moradia das famílias afetadas”.

Conforme o (Relatório de Reassentamento Involuntário- Política Operacional e Antecedentes, 1998), o BID com base nas experiências em projetos que impliquem em reassentamento involuntário o definiu como o resultado de uma causa externa, caracterizado pelo maior risco de empobrecimento causado por desastres naturais, distúrbios sociais, e projetos de desenvolvimento.

Isto posto, o reassentamento involuntário ocorre quando um agente externo decide impor a uma população o deslocamento de sua residência ou trabalho não lhes dando a alternativa de

² Instrumento estratégico de gestão contínua do processo de remanejamento de população o PDR- PROMABEN estabelece objetivos, metas, diretrizes, normas e soluções que poderão ser aplicadas em todo ciclo de implantação do PROMABEN.

permanência no local, mas também deverá estar associado a um processo de mitigação dos impactos adversos e assistência às pessoas afetadas a fim de repor habitação e outros bens, e restaurar sua subsistência e acesso aos recursos e serviços a um padrão semelhante ou melhor do que as condições predominantes antes do projeto.

Legislação e Normas Brasileiras

A Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) erigiu em cláusula pétrea expressa no inciso XXIII do art. 5º e nos artigos 182 e 183 o direito a garantia da função social da propriedade urbana.

O Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) Lei 10.257 regulamenta os artigos 182 e 183 da CF e estabelece diretrizes gerais da política urbana brasileira. O Capítulo I art. 2º define que o objetivo da política urbana é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante a garantia do direito a cidades sustentáveis, à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Estes objetivos serão alcançados mediante a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas e do planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Nas obras de infraestrutura urbana, financiadas pelo Ministério das Cidades no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC o remanejamento involuntário é normatizado pela Portaria 317 (Ministério das Cidades, 2013) que determina as diretrizes a serem adotadas caso seja necessário deslocar população. Essa Portaria estabelece que, no caso iminente de remanejamento involuntário deva-se elaborar com a participação da população afetada um Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias que garanta a essas famílias: a reposição da moradia, o acesso aos mecanismos de participação, mediação e resolução de conflitos e a mitigação dos impactos negativos decorrentes da necessidade do deslocamento involuntário.

Igualmente, outros órgãos do Governo Federal como Ministério dos Transportes, que através do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT executa obras de implantação de ferrovias e rodovias que em sua maioria envolvem deslocamento de população, possuem política própria para tratar os assuntos relacionados ao reassentamento involuntário. Citamos ainda, outros agentes financiadores brasileiros, como é o caso do Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO, que estabelece normas operacionais para que setores da administração pública e ou privada possam acessar recursos para fins de financiamento na área de conservação da biodiversidade.

Nesse contexto, e considerando que o Brasil não possui uma política una que estabeleça normas e critérios para o reassentamento involuntário para as obras de desenvolvimento urbano, as normas operativas aplicadas são àquelas ditadas pelo agente financiador.

A POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO DO BID - ANTECEDENTES

O processo histórico de reassentamento involuntário em projetos financiados pelas agências multilaterais de financiamento se divide em três períodos: (i) até 1980 – predominância de uma

visão tecno-burocrática que posicionava a realidade do projeto com a soberana frente à realidade social. O reconhecimento para fins de indenização somente se dava quando da existência de direitos formais garantidos pelas leis vigentes; (ii) até 1990 – surgimento das políticas de atenção a grupos vulneráveis sem direitos legais, realizada de acordo com os critérios do empreendedor (inicia-se a formulação das políticas operacionais das agências multilaterais de financiamento); (iii) a partir de 1990 – as leis ambientais ganham corpo, e com elas a exigência de estudos de impacto ambiental, o estabelecimento de condicionantes ambientais nos contratos de financiamento das agências multilaterais e de planos de reassentamento.

As experiências do BID e do Banco Mundial obtida na execução de projetos nas décadas de 1970, 1980, 1990, resultaram no entendimento de que quando ocorrer o reassentamento involuntário em projetos de desenvolvimento urbano, este deverá ser complementado com medidas atenuantes, evitando graves riscos econômicos, sociais e ambientais; desagregação dos sistemas de produção; empobrecimento da população e perda do patrimônio ou de fontes de renda.

A Política Operacional de Remanejamento Involuntário - OP-710 (BID, 1988) visa minimizar os impactos adversos na vida da população que vive na área de influencia do projeto, evitando ou minimizando a necessidade de reassentamento, e garantindo que, se o remanejamento for necessário, as pessoas sejam tratadas de forma equitativa e isonômica e que sempre que possível, possam compartilhar os benefícios do projeto que requer o seu reassentamento.

O escopo da OP 710 abrange qualquer deslocamento físico involuntário de pessoas e exclui esquemas de colonização e o reassentamento de refugiados ou vítimas de desastres naturais.

O REMANEJAMENTO INVOLUNTÁRIO NO PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA: CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E DESAFIOS

Contextualização

O PROMABEN é um programa de saneamento ambiental desenhado pelo Município de Belém e financiado parcialmente pelo BID, com objetivo principal de: “Contribuir para resolver os problemas socioambientais que afetam os habitantes da bacia da Estrada Nova de Belém, no Estado do Pará” (BID, 2009)

Com investimentos alocados em quatro componentes: melhoria ambiental e habitacional, infraestrutura sanitária, infraestrutura viária e sustentabilidade social e institucional o Programa prevê a execução de obras de infraestrutura urbana nos principais canais da sub-bacia 1 da Bacia da Estrada Nova e o reassentamento involuntário de famílias e negócios.

Na fase de preparação do Programa, foi aplicada contagem qualificada realizada por empresa terceirizada, contratada pela Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, para traçar o perfil da população residente na área de intervenção das obras Essa contagem compreendeu o perímetro da Avenida Bernardo Sayão entre Rua Veiga Cabral e Avenida Augusto Corrêa, abrangendo assim, a poligonal das sub-bacias 1, 2, 3 e 4 apontando a afetação de 1.335 imóveis, ao longo de toda a Bacia da Estrada Nova. (BELÉM, EIA-RIMA, 2007)

Em 2007, foi definido o cenário de afetação do Programa, apresentado na versão final do (BELÉM, PDR, 2009) e aplicado o cadastro físico e socioeconômico resultando no cadastramento de 347 imóveis, tabela 1.

Tabela 1- Número de Imóveis Afetados pelo PROMABEN Trecho Veiga Cabral/Fernando Guilhon, com Base no Cadastro Socioeconômico 2007.

<i>Tipologia de Afetação</i>	<i>Quantidade de Imóveis</i>	<i>Quantidade de famílias</i>
Unidades Residenciais	247	0
Unidades Comerciais	37	0
Unidades Mistas	63	0
Total	347	449

Fonte: PDR/2007

O cenário escolhido para implementação das ações contempla a amostra de investimentos na sub-bacia 1 da Bacia da Estrada Nova, localizada à margem esquerda da Av. Bernardo Sayão (continente) entre Rua Veiga Cabral e Avenida Fernando Guilhon, Rua dos Caripunas e Rua dos Timbiras, figura 1.



Fonte: UCP/PROMABEN

Na implementação das ações do Programa foram utilizados instrumentos operacionais como Regulamento Operacional – ROP³; Plano Diretor de Relocalização de Famílias e Negócios – PDR e Programa Específico de Reassentamento de Famílias e Negócios – PER⁴. Esses documentos definem as diretrizes e normas de aplicação do reassentamento involuntário do PROMABEN.

O reassentamento involuntário do Programa teve início em junho de 2010, deslocando as famílias para a liberação das frentes de obras de engenharia. Dessa forma, as ações de reassentamento foram executadas por trechos e dadas às soluções aplicáveis conforme tabela 2.

³ Instrumento de definição e sistematização dos Aspectos Operacionais do Programa.

⁴ Instrumento metodológico de orientação do processo de reassentamento involuntário do Programa.

Tabela 2 - Número de soluções de compensação de posse aplicadas reassentamento involuntário PROMABEN conforme PER/2011.

Trechos	Opção 1 ⁵	Opção 2 ⁶	Opção 3 ⁷	Opção 4 ⁸	Opção 5 ⁹	Total de soluções aplicadas
Av. B. Sayão entre Veiga Cabral/ Cesário Alvin	9	38	01	05	3	56
Av. B. Sayão entre Cesário /Osvaldo	12	85	0	03	31	131
Av. B. Sayão entre Osvaldo/Tamoios	03	11	16	04	0	34
Av. B. Sayão entre Tamoios/Mundurucus	08	24	13	03	0	48
Av. B. Sayão entre Mundurucus/Pariquis	04	21	25	01	0	51
Av. B. Sayão entre Pariquis/Caripunas	03	26	40	03	0	72
Av. B. Sayão entre Caripunas/Timbiras	0	27	23	05	0	55
Av. B. Sayão entre Timbiras/Fernando Guilhon.	02	27	28	03	0	60
Rua Timbiras	0	39	0	01	01	41
Rua Caripunas	08	16	26	04	01	55
Totais	49	314	172	32	36	603

Fonte: Relatório de Monitoramento 2012/PROMABEN

Em 2011 foi realizada consistência cadastral, com o objetivo de atualizar o cadastro socioeconômico da população afetada, conforme recomendava o PDR. As informações sistematizadas a partir dessa consistência cadastral, já demonstram alterações no número de afetação conforme tabela 3.

⁵ Compensação de posse - Permuta do imóvel afetado por unidade habitacional no residencial Comandante C. Antonio Vinagre;

⁶ Compensação de posse – Indenização;

⁷ Auxílio aluguel por seis meses aos inquilinos dos imóveis afetados;

⁸ Compensação de posse - Permuta do imóvel afetado por unidade comercial a ser construída pelo Município de Belém;

⁹ Cedidos reassentados no habitacional no residencial Comandante C. Antonio Vinagre;

Tabela 3 - Número de Imóveis Afetados Pelo PROMABEN Trecho Veiga Cabral/Fernando Guilhon, com base na Consistência Cadastral de 2011.

<i>Destinação quanto ao uso</i>	<i>Quantidade de Imóveis</i>	<i>Quantidade de famílias</i>
Unidades Residenciais	208	0
Unidades Comerciais	93	0
Unidades Mistas	57	0
Unidades Institucionais	05	0
Total	363	355

Fonte: PER/2011

Entraves e lições aprendidas

Antecedentes históricos registram a ocupação da área do estudo de caso em grande parte pela população migrante do interior do Estado do Pará, de baixo poder aquisitivo, aliado ao fato da utilização do Rio Guamá como via de entrada e meio de subsistência.

Nesse sentido, ao analisar o perfil da população afetada pelas obras de desenvolvimento urbano do PROMABEN, reafirmar-se que estes afetados possuem um forte elo com a área requerida e dependência econômica em relação ao Rio Guamá.

Em razão disso, há o risco de empobrecimento de parte da população reassentada involuntariamente, em especial aquelas que desenvolviam suas atividades econômicas na área de intervenção, desde que, não sejam aplicadas as medidas mitigadoras previstas no PD/2009.

Adicionalmente, o reassentamento da população afetada deveria ter ocorrido conforme prevê a OP 710 e determina o PDR/2009, ou seja, disponibilizar as famílias vulneráveis as unidades habitacionais antes do deslocamento evitando a permanência dessa população em soluções transitórias¹⁰, o que não ocorreu, uma vez, que a solução permanente foi implementada em 2012. Esse aspecto foi causa de grande insatisfação, gerando conflitos não apenas com os afetados, mas também com a comunidade local e o agente financiador.

Ainda nesse aspecto, e apesar do Programa ter realizado o trabalho social de pré-reassentamento, é notória a dificuldade das famílias de permanecerem no Conjunto Habitacional, em função da mudança na tipologia da moradia que conseqüentemente resulta na necessidade de mudança de cultura, além, da necessidade de contribuir com taxas e despesas antes inexistentes.

Além dessas observações, ressalta-se inicialmente a resistência de inquilinos e cedidos em aderir ao Programa, em função da ausência de medidas compensatórias para esse público, gerando a insatisfação dos mesmos e promovendo atraso na realização do deslocamento. A solução encontrada pelo Município foi estabelecer no PER/2011 o pagamento de um “auxílio” correspondente a 06 (seis) meses de aluguel a inquilinos e cedidos.

Quanto à sustentabilidade do Projeto, há evidências nos documentos do Programa da participação da população afetada nas audiências públicas realizadas para apresentação e aprovação do projeto, bem como, nas reuniões de início de obras realizadas durante a execução do Programa. Bem como, na instituição de um Comitê de famílias vulneráveis e de uma Comissão de Acompanhamento de Obras – CAO. No entanto, essas ações por si não caracterizam o envolvimento da população no acompanhamento e avaliação do Programa.

¹⁰ Auxílio moradia – Solução aplicável a proprietário ou possuidor de moradia identificada e cadastrada na área de atuação do Programa.

Considerando que o objetivo deste artigo apenas relatar os desafios do reassentamento involuntário do PROMABEN, dar-se por atingido o seu propósito, de relacioná-los e disponibilizá-los, num formato acessível e de fácil entendimento, contribuindo assim para o aperfeiçoamento das políticas públicas de reassentamento involuntário no Município de Belém. Uma vez que, essas políticas são as principais indutoras do desenvolvimento urbano sustentável, a consequência de seu aprimoramento é a melhoria de vida da população. Verificamos assim, a importância de estudos como este.

Bibliografia

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. (2010). *Relatório do Seminário " A EXPERIENCIA DO BID EM AÇÕES DE REASSEMENTO INVOLUNTÁRIO NO BRASIL"*. São Paulo: IDB - Inter-American Development Bank.

BELÉM. (2007). *EIA-RIMA*. Acesso em 29 de 10 de 2015, disponível em Prefeitura Municipal de Belém: <http://www.belem.pa.gov.br>

BELÉM. (2009). *PDR*. Acesso em 02 de 10 de 2015, disponível em Prefeitura Municipal de Belém: <http://www.belém.pa.gov.br>

BID. (1988). *Política Operacional de Remanejamento Involuntário*. Washington: IDB Inter-American Development Bank.

BID. (2009). *Banco Interamericano de Desenvolvimento*. Acesso em 01 de 11 de 2015, disponível em Inter-American Development Bank: <http://www.iadb.org>

BRASIL. (1988). Constituição Federal. In: S. Federal. Brasília: Editora Saraiva.

BRASIL. (2001). Estatuto das Cidades. In: S. Federal, *Estatuto das Cidades* (pp. 17-18). Brasília: Saraiva.

Ministério das Cidades. (2013). *Ministério das Cidades*. Acesso em 01 de 11 de 2015, disponível em Sobre Reassentamento Involuntário: <http://www.cidades.gov.br>

Relatório de Reassentamento Involuntário- Política Operacional e Antecedentes. (1998). *Relatório de Reassentamento Involuntário- Política Operacional e Antecedentes*. Wahasngton, D.C: Inter-American Development Bank.

RESISTÊNCIA INDÍGENA FRENTE AOS AGENTES DOS MERCADOS NEOCOLONIAIS NO BAIXO RIO TAPAJÓS

Marcos Vinícius da Costa Lima¹

RESUMO:

O movimento indígena na região do baixo rio Tapajós teve início no final da década de 1990 que se organizando-se e se institucionalizando-se no ano de 2000 com a criação do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA). O CITA mobiliza e luta pelo reconhecimento étnico e por seus direitos territoriais. Paralelo a esse movimento surge também na década de 1990, uma mobilização social em prol da criação da Reserva Extrativista Tapajós e Arapiuns (RESEX), que objetivou impedir o avanço do desmatamento causado por madeireiras em suas terras tradicionalmente ocupadas. As famílias moradoras, indígenas e não indígenas, paulatinamente, receberam incentivos para implantarem pequenos projetos econômicas em troca de mudanças na forma de apropriação e uso dos recursos naturais da RESEX. No entanto, essas ações de controle da territorialidade dos moradores pelos gestores da Resex, causou insatisfação por parte dos indígenas, vindo a se agravar com as várias tentativas de implantação de projetos econômicos neoliberais inclusive pelo viés do discurso de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) que comprometeria a territorialidade indígena. Pretende-se, aqui interpretar e analisar as práticas territoriais dos agentes econômicos que vêm tentando implantar projetos econômicos em parceria com ONG's e instituições públicas sem as oitivas, bem como sem anuência dos povos indígenas que moram e resistem aos ataques neocoloniais em seus territórios. Como referencial teórico, foram trabalhadas as categorias: território e territorialidade com base em Sack (1986), Bonnemaision (2002), Raffestin (2011) Haesbaert (1999, 2007, 2015). Foram feitas, também análises críticas sobre bibliografias correlatas e sobre realidade observada em campo. Além da realização de entrevistas informais (relatos dos moradores da Resex). Constatou-se que os povos indígenas, organizados em movimento sociais, têm conseguido frear as práticas territoriais impositivas como forma de resistência às intervenções dos mercados neocoloniais.

Palavras Chave: Territorialidade, Resistência, Movimento Indígena, Economia Verde

PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO" COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

Na região do baixo rio Tapajós, compreendida pela composição de três municípios Santarém, Belterra e Aveiro (ver Figura.1), podemos identificar dois movimentos dinâmicos de territorialização que se contrapõem ao mesmo tempo e, em certa medida, complementam-se como parte de um jogo de forças, no qual Onde uma força é representada pelos agentes hegemônicos e seus mandatários, e do outro lado, encontram-se os grupos sociais resistentes subalternizados que lutam contra os processos homogeneizantes da racionalidade epistêmica que foram traçados na arena

¹ Geógrafo(B/L), mestre em Geografia (UFGA), Doutorando em Geografia pelo PPGEO/UFF, membro do NETAJ/UFF - Coord. Prof. Dr. Valter Cruz. Pesquisador no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - Coord. Prof. Dr. Alfredo W. B. de Almeida (UEA/PPGAS) - Email: mvclima@hotmail.com

política do mundo ocidental. Nessa perspectiva, Mignolo (2008) denomina de "opção descolonial", ao tentar expressar a ideia de que a desobediência civil sem desobediência epistêmica permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntrica. Essas formas de imposição, a partir das sociedades dos países do Norte e das elites dos países do Sul, de um padrão desenvolvimentista, industrializante, tecnicista, extremamente consumista, ambiental e socialmente insustentável para a humanidade, em particular para as sociedades dos países do Sul.

Figura.1



A categoria território, enquanto instrumento de análise, pelas linhas de abordagem do "campo de forças" de Bourdieu (2007) e pelas relações sociais de poder, como bem trabalhou Raffestin (1980:2011) ao definir o "território" a partir de uma concepção dialética e marxista, concebendo uma estrutura de território numa analogia de tessitura/redes/nós e destacando os elementos que compõem as escalas de poder, além de apontar como atributo central as relações sociais de poder. A partir dessa perspectiva, o autor afirma que "toda representação com a intenção dele se apropriar e controlar é um território" (p.126). Portanto, podemos considerar a construção social e política da região do baixo rio Tapajós como sendo um espaço de múltiplos territórios, ou seja, de múltiplos "projetos" efetivos ou planejados, que, dialeticamente, se sobrepõem/justapõem/contrapõem como veremos mais a diante.

Todo território, no entanto, pressupõe uma ou mais territorialidades em perspectivas distintas. Nesse sentido Robert Sack (1986, p. 63) afirma que a ideia de território indica um espaço em que determinado agente constrói práticas (territorializantes) que tentam influencia ou mesmo controlar coisas, pessoas e/ou relações sociais com o intuito de apropriar-se delas e de dominar.

No baixo rio Tapajós, é possível identificar um campo de forças entre vários agentes ou territorialidades, em processos dialéticos de Re-Des-Territorialização contínua. A territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É um meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados, pois segundo Sack, (1986) a territorialidade deve envolver uma forma de classificação por área e uma deve conter uma forma de comunicação simbólica ou material estabelecida por limites e fronteiras visando por meio de uma estratégia uma "tentativa de impor o controle sobre o acesso à área e as coisas dentro dela, ou à coisas fora dela através da restrição das

coisas de dentro” (p. 80-81). A lógica de área, aqui funciona como ponto de partida para perceber a tessitura da região do baixo rio Tapajós, que na qual podem ser identificados: Unidades de conservação (Resex, Flona e APA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAEx), Territórios de quilombolas e Terras Indígenas, onde as territorialidades se coadunam em diferentes jogos de interesses e formas de ocupação, apropriação e uso da terra e do território.

Para Sack (1986), a territorialidade pode constituir uma grande estratégia de resistência, ou em outras palavras, de afirmação indenitária e territorial no seu sentido estrito. Outra característica é a que Rogério Haesbaert (2014) alerta para a dimensão do espaço-tempo-vivido dos sujeitos ou dos grupos, afirmando que o território é sempre múltiplo, diverso e complexo (onde se apresentam vários agentes territorializantes convergentes, antagônicas, divergentes e complementares), ao contrário do território “unifuncional” (homogeneizador) proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica especialmente através da figura do Estado neoliberal que não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou territorialidade nas suas áreas de atuação.

Do ponto de vista metodológico, o entendimento para/com/no processo de territorialização (dominação e/ou apropriação), Haesbaert (2014) assevera que deve ser trabalhada nas suas multiplicidades que é também, e sobre tudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados a partir dos múltiplos sujeitos envolvidos, tanto no sentido de quem sujeita, quanto de quem é sujeitado, e, tanto no sentido das lutas hegemônicas, quanto das lutas subalternas de resistências.

Assim devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o estado, empresas, instituições como a igreja, etc. Os objetivos que implicam o “controle” social através de uma determinada territorialização variam conforme espaço/tempo/vivido do grupo ou do próprio indivíduo, que de algum modo, criam o território visando atingir/afetar, influenciar ou controlar coisas, pessoas, fenômenos e/ou relacionamentos.

Haesbaert (2014) chama a atenção para a necessidade de distinguirmos a multiplicidade de territórios da multiterritorialidade, pois *cada território pode apresentar multiplicidade de territórios sendo que a multiterritorialidade “experimenta vários territórios” [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo e de a partir daí formular uma territorialização efetivamente múltipla (...) um entrecruzamento de diferentes territórios* (p.76).

A partir dessa perspectiva Haesbaert apresenta a importância da multiterritorialidade em diferentes dimensões ou escalas (multiescalaridade das práticas territoriais) como elementos importantes na análise da multiterritorialização que parafraseando Yves Lacoste (1988) com a ideia resultante de uma sobreposição lógica de território, hierarquicamente, articulada, “encaixadas” na lógica da espacialidade diferencial de Yves Lacoste (1988) por se tratar de uma multiterritorialidade.

Outro elemento que Haesbaert (2014. p.78) chama atenção é a importância do(s) território(s)-rede(s) para que possamos “apreender globalmente” nossa experiência espacial contemporânea, que tem a ver com a descontinuidade dos territórios, organizados muito mais em rede do que em termos de área, pois trata de uma multiterritorialidade não apenas por deslocamento físico, mas também por conectividade virtual, a capacidade de interagirmos à distância, influenciando e, de alguma forma, interagindo e integrando com outros territórios (dimensões simbólica e materiais) em escalas múltiplas contínuas, descontínuas e simultâneas.

Por tanto, para trabalhar as práticas territorializantes dos agentes hegemônicos do mercado verde no baixo rio Tapajós é necessário pensarmos nas suas práticas territoriais de forma

multiescalar, podendo iniciar da trama dos mercados que se conjectura em territórios-redes. A análise da territorialização dos agentes da "proteção" perpassa, também, pela materialidade dada nas formas projetadas de mercados econômicos, que a partir dos quais se propõe compreender como pensam e agem esses agentes dominantes nos distintos territórios criados no baixo rio Tapajós, e em particular na unidade de conservação da Resex Tapajós-Arapiuns, para contrapor a perspectiva dos sujeitos indígenas que resistem ao mesmo tempo que se territorializam frente às investidas dos defensores do capitalismo climático na região.

Indianização como resistência a implantação de mercados neocoloniais²

Os povos indígenas no Brasil, nos últimos trinta anos, contabilizaram um aumento demográfico bastante expressivo, visto que em 1991, o IBGE havia divulgado um número de 294 mil índios e no ano de 2000, 734 mil, aumentando em 2010 para 896 mil. A explicação do IBGE para o tal crescimento foi motivado mais pela autodeclaração indígena, e menos pelo crescimento natural. Esse processo de *indianidade* (CUNHA. 2012. p.101) ou mesmo de *reindianização* (CASTRO. 2008. p.137) do país gerado pelo processo da autodeclaração indígena, remete-nos a interpelar: o que realmente provocou essa *retomada demográfica* indígena? Algumas das respostas podem ser construídas a partir das experiências de embates políticos e econômicas, encontradas na região do baixo rio Tapajós, cuja dinâmica da mobilização indígena nesse espaço de múltiplas territorialidades sociais e étnicas foi, imperativamente, motivada pelas iniciativas da economia de mercado em suas diferentes facetas neocoloniais.

Para entendermos o processo de *indianidade*, trabalhado por Manuela Carneiro da Cunha (2012), perpassa, inicialmente, pelo sentimento de pertencimento e pelo ação autodeclaratória, sem necessariamente o sujeito apresentar elementos diacríticos, além deste pertencer a *um grupo étnico que compartilharia valores, formas e expressões culturais*. Para entendê-lo na região do baixo rio Tapajós, devemos lançar mãos sobre a contextualização temporal política e econômica multiescalar (global-local) ditada pela resignificação desse espaço como uma fronteira do capitalismo neoliberal, que se remodela conforme os interesses globais da atual economia de mercado, que pode ser denominada na sua versão "mais recente" de capitalismo verde ou de capitalismo climático, por transfigurar os elementos da natureza e seus serviços ambientais num bem comercializável. No entanto seus tentáculos encontraram nos múltiplos territórios do baixo rio Tapajós resistências das multiterritorialidades (Haesbaert. 2014) indígenas.

Para Cunha (2012. p.123) *cada avanço da fronteira econômica no país dá origem a uma recuperação demográfica indígena*, em outras palavras, a cada avanço de empreendimentos públicos e/ou privados sobre as *terras tradicionalmente ocupadas* (Almeida. 2008), os povos invisibilizados pela cultura homogenizadora dominante, invocam os espíritos da resistência indígena, forçando os a buscarem na Constituição nacional os seus direitos consuetudinários para defender as suas territorialidades específicas (ALMEIDA. 2004). Esse processo da *etnicidade* (BARTH. 2000) é constatada na região do baixo rio Tapajós, rio Arapiuns e no planalto santareno através das mobilizações de 13 povos

² A ideia de mercados neocoloniais, aqui é aplicado no sentido de David Harvey, trabalhado no texto *O "novo imperialismo": acumulação por desapossamento (parte II)*, no qual ele explica, criticamente, as formas contemporâneas da reprodução ampliada do capital, baseando-se na teoria de Marx e nos conceitos de Rosa de Luxemburg sobre o caráter dual da acumulação de capital (I. mercado de mercadorias e ao Lugar de produção de Excedentes / II. relações entre capitalismo e formas de produção não capitalista).

indígenas. Edwirges Ioris (2012a. 2012b) e Vaz Filho (2010a. 2010b) nos relatam que o movimento indígena na região do rio Tapajós teve suas primeiras formas organizadas de resistência, ainda no início do século XIX, durante o período da cabanagem, no entanto sua maior expressão de resistência registrada por ambos, ocorre em 1974 com a implantação pelo Estado a unidade administrativa de proteção ambiental denominada de Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, que por definição na época, não admitia a presença de moradores, o que gerou indignação dos povos que ali habitam.

Esse modelo de "área protegida" seguia as premissas econômicas estabelecidas pelas políticas de desenvolvimento dos governos dos militares (1964-1985), período marcado pela grande repressão e de violência na Amazônia contra os povos indígenas. A criação da Flona do Tapajós tinha como objetivo atender as demandas do mercado madeireiro (inter) nacional, como continuidade de um processo que resultou das redefinições econômicas e políticas nacionais e internacionais do início do século XX, ainda durante os governos de Getúlio Vargas com o apoio de empresas nacionais, em particular do setor industrial da mineração e celulose, protagonizadas pelas famílias Matarazzo e Klabin (TELLES. 1946). Tal projeto de desenvolvimento contribuiu para fortalecimento do atual padrão de acumulação de capital seguido das suas significativas alterações estruturais nas escalas das relações jurídicas e econômicas, sob a batuta do poder internacional (Porto Gonçalves. 2006), que no espectro do visível se materializam nas decisões tomadas pelas agências multilaterais de amplitude multiescalar.

As sucessivas manifestações contrárias aos modelos de implantação de empreendimentos econômicos no baixo Tapajós tiveram como instrumento de luta a organização do movimento indígena, que a partir dos contextos de lutas sociais, políticos e econômicos no interior da Flona, as lideranças comunitárias que se opuseram às imposições dos gestores da Flona, adotaram formas de luta, como bem fez o intelectual ativista Aymara Fausto Reinaga: *Danem-se, eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me fez um índio e como índio lutarei pela libertação* (Mignolo. 2008), essa auto-atribuição Aymara pode ser comparada ao processo de autodeclaração dos indígenas munduruku existente na Flona Tapajós, que com o apoio dos dirigentes das Pastorais Sociais Diocesanas de Santarém, de Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Grupo de reflexão de religiosos negros e indígenas (GRENI), de ambientalistas e intelectuais da academia local apresentaram e constituíram, em meio as reflexões situacionais de suas realidades, os primeiros traços do *pensamento liminar*³ frente a *diferença colonial*⁴ (Mignolo. 2003), ou seja, os munduruku tomaram consciência das estratégias de dominação hegemônicas e eurocêtricas sobre suas multiterritorialidades (Haesbaert. 2014), passando a contestar as formas de intervenções políticas e econômicas dos agentes neocoloniais.

Na segunda metade da década de 1990, enquanto as lideranças indígena da aldeia Takuara, Bragança e Marituba se articulavam em defesa dos seus territórios, promovendo as iniciativas para

³ Mignolo (2003) define o *Pensamento Liminar* como sendo os momentos de fissuras no imaginário do sistema mundial colonial/moderno e a esse imaginário ele se refere também ao discurso sobrepujante do ocidentalismo, com a sua transformação geoistórica, gerada na tensão e no conflito com as forças da subalternidade. No discurso hegemônico, homogeneizante e dominante, o *Pensamento Liminar* se encontra reprimido pelos domínios da hermenêutica e da epistemologia enquanto palavras chave que controlam a conceitualização do saber. (p.49-50)

⁴ Para Mignolo (2003) a *Diferença Colonial* é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. É o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se, ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. Finalmente, é o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (p.10)

os seus estudos técnicos e antropológicos via Fundação Nacional do Índio (Funai), do outro lado do rio Tapajós (na margem esquerda), outra mobilização de moradores emergiu contra as indústrias madeireiras que avançavam sobre suas *terras tradicionalmente ocupadas* (Almeida, 2008). Contudo as estratégias escolhidas por suas lideranças foram a opção pela modalidade territorial de Reserva Extrativista (RESEX), decretada em 1998, que por sua vez reforçava a invisibilidade indígena pela identidade de extrativista, no entanto entendiam que o modelo de RESEX traria segurança para as suas terras e território. Em parte, eles conseguiram expulsar as empresas madeireiras, e ainda estabeleceram novas formas de uso e apropriação dos recursos naturais da Resex realizando, na época um reordenamento orientado pelo IBAMA⁵, constituído num plano de manejo. Esse tipo de gestão desagradou muitos de seus moradores, por impedi-los de continuarem realizando as suas formas tradicionais de reprodução sócio, cultural e econômica.

Em 1998, a aldeia Takuara autoafirmou-se como indígenas munduruku, o que motivou ainda mais os povos da outra margem do Tapajós a lutarem por seus territórios. A luta dos moradores da Resex logo se tornou na luta dos povos indígenas, pois vivenciando exclusivamente as práticas dos grupos extrativistas de unidade de conservação, logo o sentimento de estranhamento se contrapôs ao de pertencimento. Sobre essa resistência do fazer indígena, Alfredo Wagner de Almeida (2015) reforça a ideia de que para que o reconhecimento dos direitos consuetudinários possa realmente existir no domínio da vida social, para que possa ser também um objeto de discussão, reflexão e até de transformação, é necessário passar pela politização das *terras tradicionalmente ocupadas*. E isso tudo só será possível, se se organizarem em movimentos⁶ e manter-se na resistência política.

Na área da Resex, a partir da primeira década do século XXI, a resistência e a insatisfação de grupos indígenas aumentavam, conforme as políticas conservacionistas eram introduzidas ou testadas na Resex, e a reboque alavancava o número de aldeias que se autoidentificavam. Atualmente, o CITA contabiliza, em franco crescimento, um contingente de quase 8 mil indígenas entre 13 povos, distribuídos em 18 territórios. A essa dinâmica de indianização, também, pode se atribuir o processo de institucionalização do movimento indígena e o trabalho de valorização dos grupos étnicos e a politização das *terras tradicionalmente ocupadas*, sob a direção do GCI e do CITA, criados respectivamente nos anos de 1997 e 2000, e que contaram como apoio de seguimentos da igreja católica e de entidades não-governamentais.

Os agentes do capitalismo verde e o Movimento indígena

Na Conferência internacional sobre meio ambiente realizada em 1972 em Estocolmo (Suécia), iniciavam os primeiros acordos que estabeleciam uma agenda política global para este setor, no entanto, esse evento teve como influências as políticas projetadas pelo clube de Roma, que pretendia impor um controle sobre a exploração dos recursos naturais usando a palavra de ordem "desenvolvimento zero". Passados vinte anos, no Rio de Janeiro, na conferência de 1992, adotou-se

⁵ Instituto brasileiro de recurso renováveis (IBMA) que a partir do ano de 2007 passou a responsabilidade da gestão das unidades de conservação para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

⁶ A estas formas associativas expressas pelos novos movimentos sociais que objetivam os sujeitos em existência coletiva (Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento dos Fundos de Pasto etc.) correspondem territorialidades específicas onde realizam sua maneira de ser e sua reprodução física e social. Tal realização implica uma relação diferenciada com os recursos naturais que, de certa maneira, reflete nos textos constitucionais, nas leis e nos decretos.

um novo lema, o "desmatamento zero", promovendo a partir de então a Agenda XXI e a panacéia do "desenvolvimento sustentável", uma espécie de receituário propagado pelo relatório de Brundtland, intitulado de "Nosso futuro comum". Dez anos mais tarde, na Rio+10, ou seja em 2002, o indicativo de controle dos recursos naturais se pautou no mecanismo de mercado climático, que defendia uma nova diretriz chamada "emissão zero de GEE" (gases de efeito estufa).

O movimento indígena na região do baixo rio Tapajós, do ponto de vista da economia verde, foi atravessado pelos efeitos daquelas grandes conferências ambientalistas internacionais, a exemplo das agendas geradas nas Rio+10, Rio+20, Conferências do Clima (COP na sua versão 21ª em 2015), e pelas celebrações de acordos, tratados e convenções multilaterais, reordenando as novas formas de reprodução e acumulação do capital sobre a retórica do "desenvolvimento sustentável". Sobre essas diretrizes ambientalistas, Almeida (2012) aponta duas frentes de ações do Estado que de alguma forma se complementam, a de *Proteção* e a do *Proteccionismo* que configuram esse período que ele denominou de *implementação de políticas de reorganização de espaços e territórios* e para o qual ele alerta que:

não são um produto mecânico da expansão gradual das trocas, mas sim o efeito de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltada para a reestruturação de mercados, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos florestais e do subsolo. A distinção entre "proteção", que deriva de mecanismos de uma ação ambiental conservacionista perpetrada por agências multilaterais, e "proteccionismo", que consiste (...) numa ação de Estado inspirada principalmente no potencial de crescimento econômico (2012. p.63)

Nos processos de territorialização, engendrado pelos agentes multilaterais sobre os recursos naturais, em particular no Brasil, e ainda do ponto de vista da conjectura econômica, política e jurídica, o que se percebe é um expansionismo do "capitalismo climático", que cria e/ou modifica dispositivos legais, ou seja, leis, decretos, programas e portarias intrassetoriais para garantir a implementação de políticas ambientalistas com viés economicista, favorecendo a criação ou o fortalecimento de mercados com ativos ambientais, para serem usados na bolsa de valores (verde), a exemplo do mercado de carbono e em suas ramificações setoriais atuação como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), dentro das estratégias do programa de Redução de Emissão por Redução e Degradação (REDD+)⁷. Nessa perspectiva, as ações da economia verde tem sido conduzido por grandes Organizações Não-Governamentais como a WWF, TNC, Greenpeace, International Conservation, como as principais parceiras na implantação do "capital natural".

O capitalismo climático conseguiu articular uma força tarefa, para expandir as teias que arquitetam as premissas das agendas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que continua construindo um entendimento sobre a economia verde, em parceria com várias entidades de setores distintos numa Coalizão de Organizações (Green Economy Coalition). As organizações conservacionistas, seguindo uma tendência crescente e mundial, estão incorporando uma nova função em suas relações, ou seja, estão assumindo o papel de empresas no mercado verde, como bem preconiza Mark Tercek, Coordenador executivo da TNC:

"Há necessidade de um grande pacto entre a conservação e a agricultura, como diz meu colega Glenn Prickett: o setor privado precisa pôr a natureza na frente e no

⁷ REDD é o mecanismo adotado para a redução do desmatamento e da degradação das florestas e REDD+ é o mecanismo adotado com a mesma função do REDD, com adicionalidade de gestão, conservação florestal e aumento do estoque de carbono.

centro dos seus pensamentos, e as organizações ambientalistas precisam fazer o mesmo no que se refere à produtividades e aos lucros" (2014. p.127)

A The Nature Conservation tem se destacado no cenário nacional e em particular na Amazônia, realizando parcerias com movimentos sociais, com grandes empresas transnacionais como a CARGIL e com autarquias do alto escalão do governo federal, em outras palavras, sua estratégia de atuação é construída na parceria público, privado e comunitário (PPP). Um exemplo da participação da TNC, em programas governamentais, foi a firmação de compromissos de cooperação técnica para a promoção de estudos em diferentes instrumentos (entre eles, o Termo de Cooperação Nº 01/2007 FUNAI/TNC) a Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e The Nature Conservancy (TNC). Esses acordos fazem parte do processo de construção e implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI)⁸ e do Programa Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

A maior dificuldade para a implantação do PNGATI, do ponto de vista financeiro, pois os recursos do orçamento público atualmente destinados para a gestão ambiental e territorial em TIs são insuficientes. Em 2013, A TNC elaborou o seu Plano de Sustentabilidade Financeira de Médios e Longos Prazos para a PNGATI, deixando claro que uma das principais fontes⁹ financeiras deverá vir de mecanismos da economia verde, como afirma o documento da TNC:

Somente na Amazônia, as TIs preservam um estoque de 7 bilhões de toneladas de carbono, relativos a aproximadamente 27% do estoque da região amazônica²⁴. Com o início das discussões de REDD+, estes territórios, que em sua grande maioria apresentavam grandes estoques e pouca ameaça de desmatamento, não seriam os principais beneficiários. Porém, atualmente com a evolução apresentada do REDD+, os territórios indígenas se tornaram áreas com grande potencial para um futuro mecanismo de REDD+, e os povos indígenas atores primordiais nessas discussões. (TNC. 2013. p.85)

A TNC vem atuando no estado do Pará através de projetos ligados a economia verde, em parcerias com outras Ong's, grandes empresas e com secretarias do Estado do Pará. No entanto outras iniciativas de mercantilização e/ou financeirização da natureza tem chegado ao baixo rio Tapajós sem grandes alardes, constituindo verdadeiros mosaicos sobrepostos e/ou justapostos aos territórios indígenas. Pois essa formas de políticas verdes podem pegar carona em outras formas imbricadas de mercados econômicos, cujas fontes de recursos podem vir em multifaces, seja por meios de fundo, programas, projetos e ou pequenas iniciativas econômicas.

Algumas formas de mercados puderam ser mapeadas na região, a partir da observação das ações contrárias pela resistência indígena, pois entendem que tais empreendimentos ou projetos de iniciativas econômicas podem impactar o seu modo de vida cotidiana em seus territórios. Essas diferentes formas de mercados, no entanto têm-se integrado de alguma forma nas comunidade e aldeias enquanto que em outras foram refutadas, seguidas de várias mobilizações sociais de protestos e de denúncias juntos a órgãos públicos e da justiça, por acreditarem que são uma

⁸ Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Em 2013, a Portaria Interministerial nº 1.701, dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, regulamentou o art. 8º do Decreto nº 7.747, definindo a estrutura, a composição e o funcionamento do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.

⁹ Do ponto de vista financeiro, os recursos do orçamento público atualmente destinados para a gestão ambiental e territorial em TIs são insuficientes. A implementação da PNGATI depende de uma estratégia de financiamento efetiva, que demonstre as necessidades, as linhas de base e as metas e estratégias de captação e aplicação de recursos. Essa estratégia de financiamento é parte da criação e implementação dessa PNGATI, e deve cobrir os custos com infraestrutura das TIs e atividades a serem desenvolvidas, e incluir as fontes de financiamento e os sistemas de gestão administrativo-financeira.

ameaça a sua autonomia política e de impedir a sua reprodução social, cultural e econômicas além de desrespeitarem o art. 231 da Constituição Federal e a convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) cujo Brasil é signatário.

A análise dos mercados econômicos também revela que se trata de uma nova forma de tornar os povos indígenas dependentes de projetos econômicos, causando a imobilidade do trabalho tradicional como a abertura de novas colônias (roçados) ou do uso de madeiras. Outras formas como as assistências como créditos moradia, bolsa floresta e bolsa família podem estar funcionando como uma forma de aviamento neocolonial, visto que no passado o produtor agrícola recebia adiantado para produzir, hoje ele recebe adiantado e não pode produzir de forma autônoma na Resex, comprometendo as suas formas de ocupação, apropriação e uso dos recursos naturais nos seus próprios territórios indígenas.

O quadro abaixo reflete algumas impressões da realidade que se conjectura na região do baixo rio Tapajós, servindo como referência dos efeitos dos novos mercados que se estão projetando na região. Tais fenômenos revelam como a conversão e supressão de direitos ao uso de bens comuns por meio de modificações nos marcos regulatórios da constituição (a exemplo do Código florestal, implantando os créditos de reservas ambientais, as ameaças da PEC 215, fragilizando as garantias dos direitos originários...) vêm provocando violências simbólicas e conflitos sócio ambientais que hora mobiliza os movimentos indígenas e outras entidades parceiras contra os processos neocoloniais de apropriação de bens (i)materiais e de serviços ambientais, numa lógica de *acumulação por desapossamento* (Harvey. 2015), em que se mercantiliza/financeiriza serviços ambientais de uso comuns, passando de bens comuns a propriedade privada inscrita nas bolsa de valores.

Quadro: Mercados neocoloniais e formas de resistência indígena no baixo rio Tapajós

Tipos de mercado	Agentes envolvidos diretamente	Formas de apropriação e dominação	Formas de resistência indígena
Mercado do crédito de carbono	Biofílica e parceiros	Pagamento por Serviços Ambientais / Crédito de Reservas Ambientais / Cota de compensação / MDL / projetos de REDD+ / monitoramento por satélite/certificação ambiental	Rechaçam as oficinas e exigem a suspensão das oficinas junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio
Mercado de madeira florestal	TAPAJOARA/ CONFLONA / IMAFLORA e consorciados	Concessão Florestal/Exclusividade na Exploração / Servidão florestal preestabelecido pela empresa / APP / monitoramento por satélite / certificação ambiental	Rechaçam o inventário florestal e exigem a suspensão imediata junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio
Mercado de terras	Pessoas de fora, Turistas, empresas de turismo e imobiliárias	Ocupação irregular /concessão real de uso / venda de terras nos territórios indígenas não demarcados / Certificação Ambiental Rural - CAR	Autodemarkação / com placas de aviso e denúncias junto ao CITA/MPF/FUNAI
Mercado de Bens materiais (produtos artesanais)	ONGs, Comerciantes e atravessadores	Dependência da estrutura e do comércio externo / projetos de "agroecologia" /certificação ambiental	Boicote e/ou Criação de associações e cooperativas com parcerias
Mercado de minérios	Empresas de Mineração	Pesquisa sem a oitiva das comunidades com Aberturas de picos e trilhas na mata	Impedimento de pesquisadores com denúncias junto ao

			CITA/MPF/FUNAI
Mercado de paisagens e de turismo de base comunitária	Controlado por ONGs e agências de turismo	Exploração da imagem e dependência econômica e impactos ambientais	Criação de associações Denúncia junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio..
Mercado do agronegócio	Cargil (portos) e fazendeiros	Impactos sociais e ambientais/ monitoramento por satélite/certificação ambiental	Denúncia junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio..
Mercado da Pecuária (sustentável)	Criadores e fornecedores de insumos	Dependência do mercado, mudanças culturais/monitoramento por satélite/certificação ambiental	Criação de associações de criadores...
Mercado de Bens imateriais e Saberes Tradicionais	ONGs e agentes comerciais	Direitos autorais / Patentes / Evasão de tecnologias / Etnodesenvolvimento	Criação de associações Farmácia artesanal

Fonte: Atividade de campo. 2014.

O processo de territorialização dos agentes econômicos na constituição dos mercados é gerado fora das comunidades/aldeia, o que evidencia é o caráter exógeno desses projetos, que chegam carregados de significados semantizados, deixando claro que a financeirização da natureza vem acontecendo a partir de uma negação dos direitos dos povos de decidirem sobre as formas de uso dos recursos naturais nos seus territórios.

CONSIDERAÇÕES

As análises desenvolvidas neste artigo são partes de percepções primárias das observações obtidas em campo, que constituem uma base de análise crítica sobre a importância social, política, econômica e ambiental que o movimento indígena tem ressaltado na/para a região do baixo rio Tapajós.

O movimento indígena do baixo rios Tapajós, tem, por sua vez, protagonizado vários atos de resistência política, social e econômica frente aos agentes públicos, privados e da sociedade civil, num processo de territorialização que constitui, na atualidade, como a maior força política contra-hegemônica da região. As suas estratégias de luta tem se concentrado na tentativa de barrar todas as formas de controle, apropriação e de uso dos recursos naturais, que possam vir a violar, simbólica e/ou materialmente, os direitos consuetudinários dos 13 povos indígenas da região.

Quanto ao caráter acadêmico deste trabalho, constata-se que a categoria território e territorialidade, operacionalizam bem no entendimento dos processos de territorialização, tanto no que tange as diversas tentativas de controle das pessoas e dos recursos naturais, quanto da autoafirmação identitária e territorial dos povos indígenas. Nesse sentido, as formas indígenas de ocupar, apropriar e usar a terra e o território devem ser levados, primordialmente, em consideração, pois se tem observado que as formas de gestão do território são construído, imperativamente, de cima para baixo sem a participação direta em suas fases constituintes: elaboração, planejamento, implementação e execução, transfigurando o papel dos projetos/planos de gestão como mais um mecanismo de controle do território. Portanto, o território não deve ser visto como algo estanque ou pelo aspecto do geografismo, dado pelas formas euclidianas, mas como algo que possui formas, conteúdo, escala, temporalidade e interação com seus pares. A questão da gestão do território, seja por via dos mercados econômicos ou por políticas sociais, deve ser politizada na e junto a comunidade para que ela a subverta a lógica do poder hegemônico.

Do ponto de vista da indianidade, os povos indígenas do baixo rios Tapajós que historicamente foram sujeitados as diferentes formas de dominação (cultural, epistêmica, religiosa, política e econômica), hoje se têm fortalecido nos levantes em defesa do território e de suas terras tradicionalmente ocupadas. O Cita numa articulação multiescalar (política e espacial) tem possibilitado aos povos indígenas refletirem sobre suas formas de existência, tanto no campo do espaço/tempo/vivido e do pertencimento quanto no campo do jurídico, provocando um repensar de valores étnicos e territoriais como condição básica do seu "bem viver".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. et al (Orgs.). Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144
- ALMEIDA, A.W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 6, nº 1. ANPUR, maio de 2004. p. 9-32.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. CONCEITO DE TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS (PALESTRA – SEMINÁRIO SOBRE QUESTÕES INDÍGENAS). Disponível em: file:///C:/Users/STORE/Downloads/conceitodeterrastradicionalmente_alfredowagner%20(1).pdf. Acessado em: 13/05/2015.
- BARTH, F.. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org). Geografia cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 11ª ed. Rio de Janeiro. editora Bertrand Brasil, 2007.
- CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. Antropologia e a Imaginação da Interdisciplinaridade. Conferência em 18 maio de 2005. Orgs.: Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (IEAT) e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) -UFMG- Campus Pampulha.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios do Brasil: história, direitos e cidadania. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma. 2012.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>
- FATHEUER, Thomas. Nova economia da natureza: uma introdução crítica. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Bol. Stiftung. Série Ecologia. Vol.35. 2014.
- FUNAI. www.funai.gov.br. Acesso em 31/10/2015
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade em questão. In: Haesbaert, R. Viver no limite: Território e multi/transteritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

- HARVEY, David. O "novo imperialismo": acumulação por desapossamento (parte II). Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_david_harvey.pdf. Acesso em 25/06/2015.
- ICMBIO. Plano de Manejo: Reserva Extrativista Tapajós e Arapiuns. Vol. 1. Brasília: 2014.
- ICMBIO. Plano de Manejo: Reserva Extrativista Tapajós e Arapiuns. Vol. 2. Brasília: 2014.
- IORIS, E. M. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. In Revista ILHA volume 11 - número 2, p. 219-264, 2010. Disponível em «<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/19411/17796>». Acesso em 20/11/2012.
- LOVINS, L.H. COHEN B. Capitalismo Climático: liderança inovadora e lucrativa para um crescimento econômico sustentável. 1ª ed. São Paulo. Cutrix ed. 2013.
- MARGALHO, M.G. Klabin: os empresários, as empresas e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, 2008.
- MIGNOLO, Walter Histórias Locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther y SADER, Emir (Coordenadores) "La guerra infinita. Hegemonia y terror mundial". Colección Grupos de Trabajo de CLACSO/Grupo de Trabajo Economía Internacional - 1ª edição. Buenos Aires: CLACSO, fevereiro de 2002.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. En: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- SACK, R. O Significado de Territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERARI, M. (orgs). Territorialidades Humanas: Florianópolis: Ed. Insular, 2011.
- SZTUTMAN, R. (Org.). Eduardo Viveiro de Castro. (entrevistas) Rio de Janeiro. Beco do Azougue. 2008..
- TELLES, Carlos. História secreta da Fundação Brasil Central: retrato de João Alberto e de uma época. Rio de Janeiro - RJ. Editora Chavante. 1946.
- TERCEK, M. R. JONATHAN S. A. Capital Natural: como as empresa e a sociedade podem prosperar ao investir no meio ambiente. São Paulo. Alaúde Editorial. 2014.
- THE NATURE CONSERVANCY - TNC. Estudo sobre Sustentabilidade Financeira da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas: Documento do Plano de Sustentabilidade Financeira de Médio e Longo Prazos para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Produto 3. Brasília-DF.TNC. 2013. disponível em: <http://www.tnc.org.br/nossas-historias/publicacoes/estudo-sutentabilidade-financeira-da-pngati.pdf>. Acesso em 10/10/2015.
- VAZ FILHO, F. A. A emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia. 2010. 478f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – área de concentração Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010a.
- VAZ FILHO, F. Povos indígenas e etnogêneses na Amazônia. In LUCIANO, G.J.S.; OLIVEIRA, J.C. de.; HOFFMANN, M. B. (Org.). Olhares indígenas contemporâneos. Brasília, DF: CIEP, 2010b.

A INTEGRAÇÃO INCOMPLETA DOS TRABALHADORES HAITIANOS NO BRASIL

Jean René PATRICE¹

RESUMO:

Em geral, os deslocamentos forçados nacionais e internacionais de trabalhadores figuram como a face visível de fenômenos estruturais. O processo de mundialização do capital é entendido numa nova forma de reestruturação produtiva. Um dos efeitos da mundialização é a ampliação dos fluxos internacionais dos trabalhadores desde a década 1980. Como números outros países, Haiti se vê inscrito desse contexto histórico de deslocamentos forçados dos trabalhadores. Além da pobreza do país, a presença da Minustah desde 2004 sobre o comando do Brasil e o terremoto de janeiro 2010, incentivavam os deslocamentos forçados em massa dos haitianos para Brasil. O projeto liberal da mundialização caracterizado em matéria de circulação de capitais e mercadorias, sustentado na maioria parte pelos países centrais, entra em contradição com os rígidos controles impostos à livre mobilidade de trabalhadores e à radicação das pessoas nos territórios nacionais desses estados dados. De um lado, Esse fato explica o deslocamento dos haitianos rumo a fronteira brasileira como uma alternativa em resposta à barreira imposta para conseguir um visto brasileira. Na sua rota, os haitianos estavam percorrendo algumas fronteiras cheias de conflitos políticos e sociais. A chegada dos haitianos na fronteira brasileira alimentou também esses conflitos políticos e sociais no sentido de que eles sejam considerados como uma ameaçã para a segurança nacional e o emprego dos brasileiros. De outro lado, a postura adotada pelo governo brasileiro diante esses deslocamentos deixou descobrir sua fraqueza e sua negação para garantir a integração dos imigrantes haitianos ingressando o Brasil pela fronteira. Os condições precários de trabalho dos imigrantes haitianos no Brasil e a negação de seu acesso aos serviços sociais mostram que eles são tratados como indesejáveis, até mesmo como exploráveis. Então, podemos falar de uma integração incompleta dos haitianos na sociedade brasileira.

Palavras chaves: Deslocamentos forçados, trabalhadores haitianos, mundialização, conflitos de fronteira, integração incompleta.

INTRODUÇÃO

Todas as estatísticas sociais e economicas descrevem o Haiti como um país muito pobre e levam a situação de pobreza absoluta na qual ficam a maioria da população haitiana especialmente aqueles dos meios rurais e das favelas(MPCE, 2005).Essa pobreza é a razão fundamental da mobilidade internacional haitiana desde mais de um século para os países como Estados-Unidos, Cánada, França, certos antilhas. No início desse século 20, o Brasil se tornou um novo destino para os haitianos.

¹- Guaduação em Serviço social a Université d'Etat d'Haiti (UEH). Formação em Jornalismo ao Centre de formation technique de journalisme Haïtien (CEFOTEJH). Mestrando em Serviço Social a Universidade federal do Pará (UFPA). Email: jr.patrice82@gmail.com

A vinda dos haitianos para o Brasil tem sido considerada a maior onda imigratória ao país em cem anos, comparada historicamente àquela de italianos e japoneses que aportaram no país ainda no período imperial e nos primeiros anos da República (FOLHA, 2012). O qual fenômeno não é isolado, mas ele pode ser considerado como um efeito da mundialização e da dependência político e econômico do Haiti ao capital. Franck Seguy tentou mostrar como o racismo e a desumanização estão na base de todo o histórico das relações internacionais do Haiti, desde a sua independência em 1804, e como ainda hoje, o País continua padecendo do mesmo regime (Seguy, 2015).

Então, a migração internacional, que é a contrapartida populacional desse contexto globalizado, representa hoje a transformação da herança alvissareira do século 20 e um grande desafio para o século 21 (Patarra e Baeninger, 2004). Sobretudo no caso dos deslocamentos forçados dos haitianos para trabalhar no Brasil.

Por meio dessa reflexão, pretendo apreender as raízes mundiais dos deslocamentos forçados dos haitianos para o Brasil em busca de trabalho e indagar também sobre a integração incompleta dos trabalhadores haitianos naquele país.

Deslocamentos de trabalhadores e mundialização

A migração se torna um fenômeno sendo crescido muito que chama a atenção dos países do mundo e com que eles têm que lidar. Os correntes dos movimentos migratórios é inevitável quando refere-se, de um lado, à nova fase do modo de produção capitalista e, de outro lado, aos problemas político, econômico, social, ambiental de números países tais como miséria, catastrofes naturais, conflitos sociais e políticos, guerras armadas enfrentando pelos muitos países. ONU dão conta de 175 milhões de migrantes ao redor do mundo (Patarra, 2005). deixamos indagar sobre os mecanismos do novo modo de produção capitalista e seus efeitos à migração.

O fenômeno dos deslocamentos forçados é inseparável com a mundialização. No olhar de Sassen, a crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização tem sido, na verdade, objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico, que atestam sua diversidade, significados e implicações. Parte significativa desse arsenal de contribuições importantes volta-se à reflexão sobre as enormes transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais que se processam em âmbito internacional, principalmente a partir dos anos 80. Como eixo de reflexão, situam-se as mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva - o que implica novas modalidades de mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo (Sassen, 1998).

A nova fase do modo de produção capitalista promove a política ou filosofiada mundialização² ou globalização se caracterizando, de um lado, para uma extensão da circulação e das trocas de dinheiro e de mercadorias ao redor do mundo e, de outro lado, para os deslocamentos de empresas transnacionais. Desse último mudança é vinculado, em

²-O termo mundialização pode ser entendido no sentido da globalização também vice versa. Portanto, no texto, adotamos mais o uso do termo mundialização.

terceiro lugar, ao aumento em massa dos deslocamentos forçados de trabalhadores nacionais e internacionais ao redor do mundo. Em suma, Cada um desses aspectos reflete de um jeito ou de outro uma ação de migração. Dessa última, podemos destacar o fenômeno dos deslocamentos forçados dos trabalhadores que é complexo e merece mais atenção para nossa reflexão.

Os fluxos migratórios se tornam aumentado com os novos valores veiculados e o novo mecanismo postos em evidência pela mundialização que afeta consideravelmente as migrações nacionais e internacionais. O migrante vive num mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor (George, 2005).

Nesse cenário mundial de desigualdade e desumanização criado e agravado pela mundialização nos países pobres onde o cidadão é obrigado a deixar sua família e amigos sem sua própria vontade para buscar trabalho no outro território nacional. as sociólogas Eurenice Oliveira de Lima e Letícia Mamed, do grupo de pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia, da Universidade Federal do Acre, estudam o movimento dos imigrantes haitianos pela Amazônia Ocidental, pelas características históricas e estruturais que apresenta e pela maneira como se realiza. Elas apontam que a imigração haitiana não parece ter suas raízes em uma decisão voluntária e individual e daqueles que decidem sair de seu país e recomeçar a vida no Brasil. o fluxo de haitianos sugere uma conexão direta com a conjuntura do sistema capitalista de produção e distribuição de riquezas (Blog da Amazonia).

Os pesquisadores adicionam que no Haiti, país de capitalismo dependente, criou-se um imenso excedente, que, por não encontrar possibilidade de reprodução social digna de sua existência, é impelido a emigrar, sob o espectro da miséria e da fome (Blog da Amazonia). Esse fato expressa o sentido de deslocamentos forçados que adotamos no texto.

Nesse sentido, Alves afirmou que *os deslocamentos nacionais e internacionais de trabalhadores em geral figuram como a face visível de fenômenos estruturais nem sempre aparentes. As grandes movimentações humanas tendem preceder e seguir mudanças profundas, seja de ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Elas sempre integraram a história da humanidade, mais é possível considerar que, a partir da década 1980, houve uma ampliação dos fluxos internacionais de trabalhadores, em razão do processo de mundialização do capital associado ao de reestruturação produtiva (Alves, 2000).*

Em outras palavras, George Martine descreve um quadro geral mostrando as discrepâncias da mundialização e suas implicações sobre a migração internacional em esses termos seguintes:

Entretanto, a globalização é parcial e inacabada, e isso afeta as migrações de várias maneiras. O dinamismo e a força principal da globalização residem na integração econômica, forjada, imposta e gerenciada pelas regras do liberalismo. Essas regras, porém, são seguidas seletivamente pelos próprios países que as promovem. O resultado é que a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas. Muitos países crescem pouco ou nada e, enquanto isso, as disparidades entre ricos e pobres aumentam. Tais desigualdades

contribuem para aumentar o desejo, e até mesmo a necessidade, de migrar para outros países. Entretanto, as regras do jogo da globalização não se aplicam à migração internacional: enquanto o capital financeiro e o comércio fluem livremente, a mão-de-obra se move a conta-gotas (George, 2005).

Essa realidade é o próprio do Brasil que se tornou um novo país industrializado. Esse último tem uma grande história migratória como vários outros países do mundo. A questão da migração é um assunto institucional por dever a intervenção dos tomadores de decisão para sua regulamentação. A política migratória seguiu uma lógica direcionada à satisfação do projeto de desenvolvimento econômico e social do Brasil, sobretudo, à vinda dos trabalhadores qualificados. Mas o governo do Brasil não tomou medidas de proteção e de integração aos migrantes não qualificados.

O Haiti fica um dos países do mundo vítimas do processo de marginalização provocado pela mundialização entendida como uma nova fase do modo de produção do sistema capitalista. A marginalização pode ser entendida como um processo de desumanização e de desvalorização que tornam as pessoas disfuncionais numa sociedade (Anupkumar, 1999). Então, a exclusão das pessoas do sistema de proteção e de integração diminuem sua oportunidade e sua chance de ter uma vida digna e mesmo sobreviver.

Um dos efeitos dessa exclusão é a migração internacional, onde grandes números de pessoas costumam deixar seu país por causa da pobreza para mudar no outro na busca do bem-estar social e econômico. Esse fato reflete o caso do Haiti onde aconteceram vários fluxos migratórios nas últimas décadas, seja para os Estados Unidos, o Canadá, a França, certas Antilhas e, nos dias a hoje, o Brasil. Deixamos dar um olhar sobre os deslocamentos forçados dos trabalhadores haitianos para esse último país.

Deslocamentos forçados dos haitianos para o Brasil

A mobilidade internacional faz parte da vida das pessoas no Haiti. Desde mais um século esse fenômeno estava acontecendo numa grande escala. Quase todo mundo tem um parente vivendo fora do Haiti. Segundo os dados oficiais do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE, a sigla em francês), aproximadamente entre 4 a 5 milhões de haitianos estão espalhados pelo mundo, a maior parte dos países são Estados Unidos, Canadá, França, Santo Domingo e certos países da Caribe³.

Nos dias atuais, eles adotam o Brasil como um novo destino. Assim, há mais ou menos 11 anos, os haitianos têm como costume viajar para Brasil esperando satisfazer suas necessidades. Na mente deles nasceu um sonho de que o Brasil tem muitas oportunidades (trabalho, saúde, educação, infraestrutura, etc.) onde eles podem gozar de bem-estar social e econômico.

As principais razões deste fato são diversos: a instabilidade política, a pobreza de um lado; a dominação do Haiti pelos países capitalistas vinculado ao papel desempenhado dele na mundialização como fornecedor de mão-de-obra baratas, de outro lado.

³-Concordo os dados do Congresso Mundial Haitiano (CMH) do ano de 2005, em Nova York (incluindo Nova Jersey (Cahier n° 1, p. 16. janeiro 2005, Montreal).

Mas, além disso, a missão da minustah e o terremoto de 2010 ocorrido em Haiti incentivavam os deslocamentos forçados do povo haitiano para o Brasil. Aquele fato foi levado para Ana Maria e Tuila Botega mostrando a complexidade do governo brasileiro na escolha dos haitianos para viajar naquele país :

Com efeito, a presença do Brasil no Haiti, desde 2004, como força militar que lidera a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) gerou em parte dos haitianos a expectativa de que em terras brasileiras poderiam melhorar suas vidas, o que os levou a redirecionar sua rota de imigração, antes voltada para os EUA. Reprimir esses fluxos migratórios talvez não seja diplomático para o governo brasileiro, que tem como meta conquistar um assento no Conselho de Segurança da ONU, motivo primeiro que o levou a aceitar o convite para chefiar a referida missão de estabilização política do Haiti. Nesse caso, o critério, ou melhor, o valor de maior peso para a entrada desses imigrantes tem sido o político (Ana Maria e Tuila,).

Outra vez ainda, os mecanismos incentivando os deslocamentos forçados dos haitianos são amplamente descritos por Handerson Joseph em alguns vertentes seguintes:

1) inicialmente, o Brasil representava (e continua representando para alguns) uma porta de entrada para chegar à Guiana Francesa, e também, um “corredor” ou uma etapa para conseguir vistos para outros países como Estados Unidos, Canadá ou França; 50

2) o fato de o Brasil possuir um papel político e econômico importante no cenário mundial atual e, ao mesmo tempo, comandar as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH);

3) a posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos;

4) a difusão entre os haitianos (no Haiti e a letrante) de o Governo brasileiro estar incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse na mão de obra haitiana nas construções das obras da Copa do Mundo (mesmo não sendo verídico);

5) a propaganda de a imagem do Brasil ser um “paraíso racial”, sem discriminações, particularmente no imaginário daqueles que sofriram tal discriminação na República Dominicana e no Equador;

6) circular a informação de, no Brasil, o migrante ganhar moradia e alimentação gratuita (o que não é fato), além da remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre US\$ 2. 000 a US\$ 3. 000 mensais. Somando a tudo isso o acontecimento de 12 de janeiro de 2010, o terremoto foi mais um motivo, dentre outros, a impulsionar a mobilidade haitiana (Joseph, 2015).

Em suma, os deslocamentos forçados dos haitianos para o Brasil devem ser compreendidos no quadro dos movimentos migratórios internacionais de e para o Brasil inseridos na reestruturação produtiva em nível internacional. Assim, a crise financeira, o estancamento do processo de desenvolvimento, o excedente de mão-de-obra crescente, a pobreza, a ausência de perspectiva de mobilidade social, entre outras causas, estariam na raiz da nova questão social (Patarra, 2005,)

É difícil decifrar o número dos migrantes haitianos já estabelecidos no Brasil, incluído legalmente ou ilegalmente, devido, sobretudo aos fluxos de chegada ilegal. Dos estimados de 21 mil que chegaram ao país após o terremoto do 2010, cerca de 18 mil teriam percorrido a rota da região da Amazônia Ocidental (Estado do Acre) chamada também Triplice Fronteira (Mamed, 2014).

Recentemente, no mês de outubro, o novo embaixador do Brasil em Haiti, Fernando Vidal, afirmou que todos os haitianos são bem-vindos no seu país, aqueles chegando com vistos enquanto aqueles ilegalmente. Então, os vistos acordados aos haitianos passaram de 200 para 2000 por mês e um centro de acolhimento foi aberto para facilitar o processo das demandas de vistos. (Le Nouvelliste, 2015)

Dessa atitude dos tomadores de decisão do governo em frente ao povo haitiano levou uma contradição de forma de perguntas formuladas assim: porque o Brasil favorece a entrada dos migrantes haitianos como trabalhadores não qualificados no seus territórios a pesar que sua política migratória seja restritiva e encorajou apenas a vinda de trabalhadores qualificados? Será que no âmbito de aproveitar ou explorar a força de trabalho dos imigrantes haitianos como mão-de-obra barato? Podemos falar da integração dos imigrantes haitianos na sociedade brasileira?

Integração inabalada dos trabalhadores haitianos no Brasil

Vamos jogar um olho sobre a gestão da questão de migração para o governo brasileiro e, em particular no caso dos haitianos. O Brasil é um país com a tradição de imigração a onde chegaram africanos, japoneses, italianos, latinos americanos, etc. No caso geral, para tratar a questão desses estrangeiros ao país, a Norma do Estatuto de Estrangeiro tem sido tomada em 1980. Essa política migratória seletiva deixou claro que só são bem-vindos ao país os que venham ao propósito de fazer investimentos e os que atendam às demandas de mão de obra qualificada de alguns setores do mercado de trabalho brasileiro (Silva, 2012).

A política imigratória atual é orientada pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que desde o início de sua vigência vem sendo alvo de críticas no país. A lei criou ainda o Conselho Nacional de Imigração - CNI, órgão presidido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com representantes de vários outros ministérios, órgão de classe e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. O CNI, por meio de 49 resoluções, orienta a política imigratória que, neste momento, privilegia a imigração sob o ponto de vista da assimilação da tecnologia, investimento de capital estrangeiro, reunião familiar, atividades de assistência, trabalho especializado e desenvolvimento científico, acadêmico e cultural (Barreto, 2001).

Nessa lei é evidenciado o caráter restritivo da política migratória do Brasil onde os imigrantes não qualificados não são bem-vindos ou não gozam de seus direitos humanos. A atitude do governo brasileiro à vinda dos migrantes haitianos, as condições de trabalho e de vida dos haitianos no territórios brasileiros expressam essa realidade.

Em fato, o governo brasileiro teve muita dificuldade para lidar com a chegada dos fluxos de haitianos desde o início de 2010 depois o terremoto. No Tabatinga, o acampamento dos haitianos vivendo sobre condições desumanas deixou claro a falha da responsabilidade do governo brasileiro na gestão da presença dos migrantes haitianos. No início de 2012, como uma medida paliativa, o Governo Estadual do Amazonas se pronunciou, anunciando que iria disponibilizado 300 mil reais para atender as demandas dos migrantes (Joseph, 2015). Mas, até agora, nenhuma medida estrutural e

institucional direcionada à garantia da integração e os direitos humanos dos trabalhadores haitianos é prevista.

Além dos desafios da inserção no mercado de trabalho, um outro que ocorre a longo prazo é a forma como eles serão integrados socialmente, culturalmente e etnicamente na sociedade brasileira. Neste sentido, não são previstas medidas legais a través de uma política social migratória, a qual os migrantes haitianos podem ter acesso aos certos serviços de saúde para facilitar a integração deles.

Então, invés de estabelecer dos dispositivos legais ao respeito dos direitos sociais, económicos, políticos e culturais dos imigrantes haitianos, o governo brasileiro tem tomado pelo o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) a Resolução Normativa 97/2012 como medida paliativa. Conforme essa norma, os vistos deferidos aos haitianos têm o "caráter especial", sendo válido por cinco anos, podendo ser renovado se o imigrante provar sua condição trabalhista regular no Brasil (Mamed, 2014). É óbvio que essa política migratória tem como interesse de encaminhar os trabalhadores haitianos para o mercado do trabalho, mas não pretendeu garantir a proteção social e o acesso deles aos serviços sociais como moradia, saúde, alimentação, educação, etc.

Entre os haitianos que tinham conseguido o carteira de trabalho, certos encontraram espaço para assumir trabalhos secundários. As empresas que mais recrutaram haitianos foram as da construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e, principalmente, da agroindústria da carne, estabelecidas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Blog da Amazônia.). Geralmente, esses trabalhos são rejeitados pelos brasileiros. A quantidade de trabalhadores haitianos registrados no RAIS é de 14.579 cuja 12.518 homens e 2.061 mulheres (Cavalcanti, 2014). Essas últimas trabalham sobretudo como trabalhadoras domésticas.

A *Revista da Folha* também se ocupou com uma ampla cobertura a respeito dos imigrantes pobres que vieram recentemente ou que estão há mais tempo no Brasil. Relata suas vicissitudes, sua desproteção, suas condições absolutamente precárias de habitação e remuneração, a situação de seus filhos, entre outras dimensões (FOLHA, 2012).

Concordo Letícia Mamed, no Acre se configurou um campo de refugiados próprio ao Brasil, que concretamente assume a face de um verdadeiro mercado de força de trabalho, pobre, negra e barata, com limitadas possibilidades de resistência às formas de exploração, opressão e violência que o trabalho precário estabelece. Se esses imigrantes fugiram do Haiti sob o espectro da fome, no Brasil passam a conviver sob o espectro do trabalho escravo contemporâneo, demarcado por jornadas exaustivas, condições laborais e de moradia degradantes, incluindo em muitos casos a retenção por dívida (Blog da Amazônia).

Contudo, essas constatações feitas ao respeito dos deslocamentos de trabalhadores haitianos para o Brasil indicam a urgência de tratamento de uma problemática emergente e complexo que demanda análise, entendimento e monitoramento. Isso significa reformulação e ampliação das políticas e ações frente à nova situação, para alterar seus pressupostos, tomar em conta as especificidades dos fluxos e dos grupos sociais envolvidos, defender os indivíduos de atravessadores, ampliar seu escopo para dar conta dos direitos humanos dos migrantes e suas famílias (Neide Lopes, 2005).

A pesar de que certos migrantes haitianos conseguiram um trabalho no Brasil, mas eles não têm acesso às serviços sociais para garantir sua integração naquele país. Somente, com seu trabalho secundário, certos migrantes haitianos estão sobrevivendo numa condição de vida precária desumana. Vale salientar também a existência no territórios brasileiros de haitianos sem trabalho que merece uma atenção nas pesquisas e reflexões.

BIBLIOGRAFIA

Barreto, L.P.T.F. *Considerações sobre a imigração no Brasil Contemporâneo*. In: CNPD. *Migrações internacionais - Contribuições para políticas*. Brasília, DF: 2001. p. 63-72.

CAVALCANTI, L. ; OLIVEIRA, A. T. ; TONHATI, T. (Orgs.) *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014, p. 51.

FOLHA. *Vinda de haitianos é maior onda imigratória ao país em cem anos*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1033447-vinda-de-haitianos-e-maior-onda-imigratoria-ao-pais-em-cem-anos.shtml>> Acesso em: 6 de Novembro de 2015.

Lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/150801/Le-Bresil-bras-ouverts-attend-tous-les-Haitiens-
Acesso: 6 de Novembro de 2015

Mamed L. H. Trabalho e Migração: *O recrutamento de haitianos na Amazônia pela agroindústria da carne do Centro-Sul brasileiro*. Pesquisa prodoutoral apresentada na programa CAPES, p. 6.

Ministère de la Planification et de la coopération Externe(MPCE), Faculté des Sciences Humaines, *Etat des lieux des savoir sur la pauvreté en Haïti des années 70 à nos jours*, PNUD, P-au-P, 2005, p. 100.

Patarra, N. L. *Migração internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas*. São Paulo Perspectivas, Vol. 19 # 3, São Paulo, July-Sept 2005.

Patarra, N.; Baeninger, R. *Mobilidade espacial da população no Mercosul: Metrôpoles e Fronteiras*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Anpocs, 2004b.

Sassen, S. *The Mobility of Labor and Capital*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

Seguy, F. *Racismo e desumanização no Haiti*, Educere e Educare: Revista da Educação, Vol.10 Número 20, jul./dez .2015, p. 521 -536.

Silva, S. A. *Migrações na Pan-Amazônica: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*, HUCITEC EDITION, FAPEAM, São Paulo, 2012, p. 316.

(Ana Maria e Tuila, p. 44)

Anupkumar, A. *Introduction to sociology-The concept of marginalization*, Editions l'Harmattan, Lyon, 1999, p. 13.

AS DINÂMICAS POPULACIONAIS DA AMAZÔNIA: O CABOCLO, AS MIGRAÇÕES E FORMAÇÃO DA SOCIEDADE AMAZÔNICA

Reiko Muto¹

RESUMO

Este artigo apresenta algumas discussões teóricas sobre o processo de ocupação da Pan-Amazônia desde o período pré-colonial e as condições que contribuíram para a formação da dinâmica populacional na Amazônia brasileira no período colonial e pós-colonial, em seus aspectos históricos, socioculturais, econômicos e geopolíticos dos antigos habitantes da região, que resultaram na formação das populações tradicionais, representadas pelo caboclo. As abordagens do período colonial referem-se ao papel dos jesuítas na proteção dos índios e a política pombalina com a vinda de imigrantes estrangeiros para assentamento de colônias agrícolas e o processo de miscigenação como política populacional para a Amazônia. No tocante à questão demográfica, os dados quantitativos são de fontes secundárias, da época colonial e pós-colonial, inclusive dados de migrações internacionais. Os dados censitários de 1872 até 2010 são do IBGE/2010. Quanto à formação econômica e social desta região são debatidas algumas ideologias de ocupação que se reproduziu nessa dimensão territorial, a partir de políticas públicas de integração e de desenvolvimento regional e as consequências sociais e ambientais, decorrente dos impactos de grandes projetos que dinamizaram os fluxos populacionais, traduzidos em conflitos e violências para a sustentação de modelos desenvolvimentistas dos últimos 40 anos.

Palavras-chaves:

Amazônia. Dinâmica Populacional. Migrações. Miscigenações. População.

ABSTRACT

This paper presents some theoretical review about the Pan - Amazon occupation process since pre-colonial period and the conditions that contributed to the formation of the population dynamics in the Brazilian Amazon in colonial and post-colonial period in its historical, socio-cultural, economical and geopolitical aspects of the ancient inhabitants of the region, which resulted in the formation of traditional peoples, represented by the mestizo caboclo. The colonial period approaches refer to the Jesuit role of protecting the Indians and the Pombal policy with the arrival of the foreigner immigrants for settlement of agricultural colonies and the miscegenation process as population increase policy for the Amazon. Regarding the demographic question, the quantitative data are from secondary sources from the colonial and post-colonial time, including international migration data. Census data from 1872 until the contemporary situation are from IBGE/2010. Some ideological occupation regarding the economic and social formation in this region, that have played this territorial dimension, from the public policies of integration and regional development and social and environmental consequences, due to the impacts of large projects that have streamlined the population flows, translated into conflict and violence to support the developmental models in the last 40 years are discussed.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido- PPSDTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/ UFPA). reikomuto@gmail.com

Keywords Amazon. Population dynamic. Miscegenation. Population.

As discussões debatidas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, sobre os fundamentos econômicos, socioculturais e políticos da grande Amazônia, tem trazido à comunidade acadêmica relevantes conhecimentos para compreensão dessa realidade, na sua dimensão fenomenológica, como natureza e como sociedade. O que nos leva a reflexão mais crítica sobre as imagens e ideologias construídas para Amazônia, que vem desde o período colonial até os dias atuais. Percebe-se que as transformações desse território decorreram dessas ideologias e de interpretações parciais de um mundo diferente e até das idiosincrasias consideradas bizarras, que foram relatadas pelos conquistadores, aventureiros, jesuítas, viajantes e cronistas coloniais dos séculos XVIII e XIX, espelhados num modelo de civilização europeia de cada época.

Fantasia e especulações sobre a Amazônia é que não faltam. A partir da fabulosa aventura do espanhol Francisco de Orellana, que fora atrás do mito do El Dorado, em 1535, até os dias atuais o “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989) desse espaço verde é fascinante. Orellana ao percorrer o rio Marañon (nome primitivo do rio Amazonas) desde os Andes até o oceano Atlântico, em 1541-1542, acabou recriando a lenda das mulheres guerreiras da mitologia grega. Assim, outrora denominada de terras das amazonas, terra dos tapuias, inferno verde, hileia amazônica, entre outros adjetivos, essa região tem sido uma arena de lutas sangrentas de longa data. São conflitos intercorrentes entre os moradores tradicionais e os colonizadores na disputa territorial, atravessando humanidades e culturas milenares para estabelecer a lógica capitalista no novo território.

Certamente, as interpretações sobre a realidade amazônica tem variado muito pelos agentes que lhes emprestam, posto que os objetos sociais já se apresentam ao investigador interpretados ao nível da significação intersubjetiva e das significações coletivamente elaboradas. Como ensina Bourdieu (2003), contar ou escrever uma história pressupõe uma experiência de vida individual e também coletiva, interpretada por alguém, muitas vezes, de fora do ambiente de seu tempo e dos valores dessa sociedade. Além do mais, “já se disse que toda história é história contemporânea com uma fantasia” (HOBBSAWM 1995, p.103).

Por conta do imaginário, a Amazônia tem sido objeto de ampla literatura popular, mas também de estudos científicos importantes realizados por cientistas renomados e instituições nacionais e estrangeiras nos últimos 200 anos. No Pará cabe destacar o Museu Paraense Emílio Goeldi, a mais antiga instituição científica da Amazônia, que desde o sec. XIX desenvolve uma intensa atividade científica reconhecida internacionalmente, atinentes ao inventário da biodiversidade, dinâmicas dos ecossistemas amazônicos, populações indígenas e os sítios arqueológicos da região Amazônica.

Também cabe destacar as investigações realizadas, sob a tutela das universidades federais do Pará e do Amazonas e nos diversos institutos de pesquisa e ONGs. O NAEA, tem se destacado na área de capacitação de pesquisadores, através de programas de pós-graduação, com atuação nas áreas temáticas de políticas públicas e de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, cuja competência inclui a compreensão e o debate sobre as intervenções políticas em defesa da questão ambiental e o paradoxo do avanço de suas fronteiras em nome do progresso, da integração nacional, da modernização e do desenvolvimento, cujas ideologias trouxeram intensos conflitos sociais pelas disputas territoriais nas últimas décadas. Nesse sentido, muito se discute a questão dos direitos sociais da população tradicional, porque diferentemente dos movimentos sociais da

área urbana, a população rural, na maioria das vezes, está isolada e fragilizada por conta de pouco acesso aos recursos da comunicação. Então, esses conflitos geram confronto físico, que resultam em perdas de vidas humanas, desestruturação familiar, deslocamentos forçados, a exemplo do que já ocorreu em Rondônia, Acre e no sul do Pará, e que continua ocorrendo nas áreas de expansão da agropecuária, mineração e das hidrelétricas.

São percepções e movimentos reais já debatidos por muitos cientistas e jornalistas desta e de outras regiões, que merecem discussões mais profundas pela academia, em razão das grandes transformações ambientais e sociais que advirão com a instalação de novas usinas hidroelétricas, como a de Belo Monte, São Luiz do Tapajós, São Simão Alto e Jatobá previstas nos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), somado a outros megaprojetos previstos na Integração de Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) na Pan-Amazônia, que vão além da fronteira política brasileira (CASTRO, 2012). Justamente para alertar cada vez mais os protagonistas das políticas públicas que visam à integração e/ou “desenvolvimento” desta região a qualquer custo. Nesse contexto seria oportuno questionar a quem serve, ou quem são os beneficiários dessa integração e/ou desenvolvimento da Amazônia? Quais são os discursos ideológicos e os modelos de desenvolvimento para os verdadeiros cidadãos amazônidas? A quem cabe defender os direitos dessa população rural vulnerável, como as comunidades indígenas, quilombolas, pescadores e pequenos agricultores? Quais as consequências sociais, culturais e ambientais decorrente do avanço de suas fronteiras?

Certamente, é difícil responder tais questionamentos. Primeiro, porque é necessário conhecer um pouco sobre a dimensão da Amazônia, a história do seu povo, do processo de ocupação territorial, colonização e exploração de suas riquezas. Segundo, para entender os conflitos e as contradições das políticas de intervenção pelo poder público é necessário conhecer os planos e programas de governos e a força da mão invisível que permeiam o sistema capitalista; e terceiro, para ir além dessa compreensão, na busca de soluções dos problemas ambientais e sociais é preciso muito mais que mera reflexão. Portanto, é um longo percurso, onde o primeiro passo é conhecer. Como diz o professor Aragón (2013) “é preciso conhecer para desenvolver e conservar a Amazônia”. Ademais, para conhecer a realidade presente, faz-se necessário resgatar o passado para que haja compreensão do processo das transformações desse espaço, já que há uma certa amnésia sobre o passado no meio acadêmico. A perda da ligação com o passado é ainda maior entre os jovens, como observa Hobsbawm (2015 [1995], p.13) “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”. Pode-se acrescentar que, estamos colhendo hoje o foi “plantado” no passado, e o que “plantamos” hoje serão colhidos pelas futuras gerações.

Assim, considerando as discussões teóricas acerca da história colonial e neocolonial tratados por Silva (1833), Moraes e Silva (1854), Varnhagen (1854), Costa (1993; 2012), Barp (1998), Castro (2001; 2012; 2014), Acevedo Marin (2005), Santos (2006), Cardoso e Negrão (2006), Schmink e Wood (2012), Aragón (2013), Emmi (2013), Oliveira (2014), entre outros autores, o presente trabalho tem como objetivo analisar sob uma perspectiva histórica as interpretações de diferentes concepções que discutem a problemática da ocupação da Amazônia, como natureza e como sociedade, e seus fundamentos geopolíticos, econômicos e demográficos, para avançar na compreensão interdisciplinar (JAPIASSU, 1976; SANTOS, 2004) o atual estágio de desenvolvimento da Amazônia.

1 A DIMENSÃO DA AMAZÔNIA E SUA POPULAÇÃO

No mundo contemporâneo, a Amazônia ganhou evidência em razão do seu significado no superlativo, de maior floresta tropical, maior bacia hidrográfica, maior biodiversidade, maior rio de água doce, maior reserva de recursos minerais e outros predicados que conferem a sua importância econômica e ambiental. Reconhecidamente possui um dos mais ricos patrimônios naturais do Planeta, que é estratégico a preservação desse patrimônio para a sociedade futura. Razão porque desde a Conferência Eco 92 o mundo tem acompanhando de perto as questões do desmatamento da Amazônia, tornando-se um ícone ambiental, uma das palavras mais usada na mídia, na ciência, na política, na literatura, na arte, como marca e até na moda. Passou a ter um conceito polissêmico, de diferentes significados ou da imagem que cada um faz dessa realidade, ou conforme o interesse de quem o usa (ARAGÓN, 2013).

Entretanto, quanto mais nos aproximamos para conhecer essa realidade, percebemos que ainda é pouca conhecida, tem muito mais diversidade biológica, cultural e social do que imaginamos. E ao contrário do nosso imaginário, a Amazônia está longe de ser uma unidade homogênea. Trata-se de um território de grande heterogeneidade ecológica, geomorfológica, de solos, clima, fauna, flora e dos diferentes etnias que habitam ou habitaram esta região. Para começar, conhece-se muito pouco sobre a sua bacia hidrográfica², que abrange uma área na ordem de sete milhões de km², dos quais 65%, ou seja, cerca de 4,55 milhões de km² encontram-se no Brasil, que comporta os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Amapá. No entanto, há diferentes considerações sobre o tamanho da Pan-Amazônia, que tem a ver com a altitude e até com as demarcações política de cada país, como afirma Pizarro (2012, p.25).

Contrariando a imagem do “inferno verde”, a Pan-Amazônia é um dos territórios mais habitáveis do mundo, onde diferentes formas de vidas estão em permanente diálogo com a natureza, inclusive as relações humanas, o que significa diferentes formas de produção material e do imaginário social, desde as culturas ameríndias, os mitos, as lendas e os conhecimentos tradicionais acumulados ao longo do tempo. São inúmeras aglomerações humanas que vivem as margens dos rios, onde o curso da vida individual e social é regulado pelo tempo das águas. Onde a caça, a pesca, a plantação, a colheita são comandados pelos ciclos dos rios e pelas fases da lua, que por sua vez são comandados pelas correntes de ventos, das nuvens e chuvas em permanente ligação com as florestas tropicais. Essa corrente da vida aquática, terrestre e aérea representa a incomensurável diversidade biológica, cujo equilíbrio está ameaçado pelo discurso do “vazio demográfico”.

As disputas internacionais na conquista da “terra incógnita” resultaram na atual divisão política da Pan-Amazônia em nove estados soberanos (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) com uma população de cerca de 38 milhões em 2005 pela estimativa de Pnuma³/OCTA⁴/2008 (ARAGÓN, 2013, p.57), com sua diversidade étnica,

² A partir da Lei nº 9.433/97, definiu-se a bacia hidrográfica como a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Segundo o Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, Região Hidrográfica Amazônica, ocupa uma área total de 7.008.370 km², desde as nascentes nos Andes Peruanos até sua foz no oceano Atlântico, sendo 64,88% inserida no território brasileiro. Compõem também a Região a Colômbia (16,14%), Bolívia (15,61%), Equador (2,31%), Guiana (1,35%), Peru (0,60%) e Venezuela (0,11%). Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama>. Acesso em 22 set 2015.

³ PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

⁴ OCTA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

linguística, cultural e religiosa. Em termo linguístico, além dos idiomas dos povos autóctones, isto é, das línguas indígenas desconhecidas e/ou alijadas pelo homem branco, em razão das conquistas e ocupação das terras dos ameríndios ao longo dos últimos 500 anos, nesta região falam regulamente o espanhol, português, inglês, francês, holandês e as línguas crioulas. Além disso, afora as línguas oficiais, têm-se vários grupos de imigrantes estrangeiros em cujas comunidades locais falam também o italiano, japonês, chinês, árabe e até o javanês e hindu no Suriname.

Além do mais, essa área revela formas de miscigenação humana e cultural tão diversificada que podemos caracterizar como uma sociedade multirracial. A miscigenação das raças decorreu das diferentes relações sociais que ocorreram no passado de forma espontânea, forçada e induzida. Temos o mameluco (branco com índio), o mulato (branco com negro) e o cafuzo (índio com negro) muito presente nas três guianas. Acrescentando-se ainda que os brancos são de várias nacionalidades. Além dos portugueses e espanhóis, tem-se holandeses, franceses, ingleses e irlandeses, que investiram na conquista da região no séc. XVII e XVIII, acrescidas das imigrações estrangeiras do século XIX e XX pelos portugueses, espanhóis, italianos, sírios, libaneses, israelitas, turcos, chineses, japoneses, indianos entre outras minorias (ARAGÓN, 2013; EMMI, 2013).

Na Amazônia brasileira é predominante o mestiço de índio com o português ou com espanhol, mas é frequente a miscigenação com o negro, dependendo da região onde foi introduzido o escravo africano (predominante no Amapá e certas regiões do Pará). No cento da Amazônia, o tipo predominante é o mameluco de pele acobreada com cabelos negros e lisos, muitos são descendentes da mistura do índio com o mestiço cearense da época da borracha. Esses mestiços são conhecidos na região como “caboclos”. Segundo Varnhagen (1854, p.101), na linguagem indígena caboclo quer dizer pelado, aludindo-se ao costume dos índios que arrancavam o pelo do corpo e da cara. Caboclo é a expressão que os colonos adotaram por antítese à de Emboaba ou Perni-vestido dado pelos índios aos europeus por vestirem calças. No dicionário do Aurélio, caboclo é o mestiço do índio com o branco, ou o índio. Já na linguagem coloquial o termo é usado tanto para os ribeirinhos que vivem da pesca e do extrativismo, como para os camponeses ou colonos da terra firme que vivem do extrativismo e da pequena roça (agricultura de subsistência). Na área urbana o termo é mais usado para as pessoas da zona rural, sem levar em consideração a cor da pele ou o biótipo da pessoa, ou ainda, como expressão de identidade: caboclo amazonense, caboclo paraense, caboclo marajoara, caboclo bragantino, etc. Ora, se o caboclo é o índio, ou o índio miscigenado, de onde veio o índio amazônico?

2 AS MIGRAÇÕES PRÉ-HISTÓRICA DO ÍNDIO AMERICANO

A discussão sobre a ocupação pré-histórica do continente americano apresenta várias vertentes quanta à antiguidade da presença humana e suas civilizações autóctones. As pinturas rupestres de Monte Alegre (PA) são conhecidas e visitadas desde o século XIX. Existem algumas teorias que tentam reconstruir a origem do índio sul-americano, discutidas por paleontólogos, antropólogos, arqueólogos, etnólogos e linguistas. A teoria mais aceita é que os índios são descendentes de asiáticos que migraram para o continente americano através do Estreito de Bering. Alguns afirmam ter ocorrido há 12 mil anos, outros 30 ou mais anos, mas ultimamente, muitos historiadores estimam que os primeiros habitantes chegaram ao continente americano há cerca de 14 a 12 mil anos passados. Os estudos de Anna Roosevelt no sítio arqueológico de Monte Alegre,

realizados na década de 90, revelam que o homem habita a região Amazônica pelo menos há 11 mil anos. Suas hipóteses são apoiadas indiretamente pelas pesquisas conduzidas por Neide Guidon em Pedra Furada (Piauí), que acredita que o homem estivesse presente no Brasil há cerca de 30 mil anos (FORLINE, 2000; FORLINE, MURRIETA e VIEIRA, 2006).

Oliveira (2014) também cita o trabalho de Roosevelt (1992) que esboçou um novo panorama pré-histórico da Amazônia, no qual reconhece que os assentamentos humanos eram contínuos e permanentes, comportando milhares a dezenas de milhares de indivíduos, em que as economias dos cacicados nas várzeas ao longo do rio Amazonas e seus principais afluentes eram complexos e de larga escala, englobando a produção intensiva de plantas de raiz, caça e pesca. Para Anna Roosevelt há fortes indícios de que os moradores dessa região sejam de origem local, próprias da Amazônia e não das áreas montanhosas, apesar das sociedades similares nos Andes tenham precedido cerca de um milênio a esses cacicados da Amazônia. Essa tese tem a ver com o famoso *Handbook of South American Indians* (1946 e 1949), estudado por Julian Steward, que fala do povoamento das “terras altas” (Andes) onde floresceram sociedades centralizadas e complexas e os “cacicados” das sociedades de “terras baixas”, que se localizaram nas ilhas do Caribe, no norte da costa do Pacífico (Peru e Chile) e da “floresta tropical”, que se espalharam pela região amazônica e ao longo de toda a costa atlântica até o Uruguai e Argentina (OLIVEIRA, 2014, p.170).

Para Oliveira (2014), o grande mérito da classificação de Steward para a pesquisa histórica foi evidenciar a diferenciação existente entre a “literatura de testemunho” sobre as populações autóctones no tempo das descobertas e as interpretações posteriores, generalistas, que fornece um único paradigma para as populações autóctones. Ao estabelecer uma classificação com base na menor complexidade social, os antropólogos apenas traduziram com seus próprios termos os registros ideológicos dos cronistas e viajantes dos sec. XVI e XVII, que viam as instituições nativas pelo prisma da colonização e no modelo de civilização da Europa dessa época (OLIVEIRA, 2014, p.170-72). Completa o autor que há necessidade de uma revisão do padrão etnográfico que não se limite à várzea, visto que o arqueólogo Michael Heckenberger encontrou na região do Alto Xingu, muito distante das várzeas, estruturas defensivas e grandes aldeias de 20 a 50 hectares datadas do sec. XIV d.C. Significa que, em termos populacionais, algumas aldeias xinguanas do sec. XV deveriam abrigar algumas dezenas de milhares de pessoas, e que possivelmente a região do alto Xingu não constitui um caso único (OLIVEIRA, 2014, p.173-74).

O que se pode inferir é que a história do período pré-colonial repassada ao longo do tempo está praticamente perdida, e o que restou desse processo de evolução nos últimos 500 anos são interpretações de fenômenos parciais, que comporta maiores investigações para entender a dimensão dessas civilizações que povoaram a Pan-Amazônia e das ligações de seus antepassados com os maias, incas, e outras etnias indígenas que povoaram as Américas. Quanto à população indígena do Brasil, pela estimativa do IBGE havia mais de dois milhões de índios no século XVI. Em 1998 chegou-se a um total de 302.888 índios, assim considerados as pessoas que vivem nas Terras Indígenas (IBGE, 1998)⁵. Então, pode-se perguntar: como aconteceu esse genocídio da população indígena?

⁵ Devido as políticas públicas voltadas à proteção dos índios, entre 1991 e 2010, população indígena se expandiu de 34,5% para 80,5% dos municípios do país. Pelo Censo 2010 a população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. (IBGE, 2010).

3. A AMAZÔNIA NO PERÍODO COLONIAL

A motivação inicial da colonização portuguesa no século XVI não era exatamente a conquista do território, mas o império sobre o comércio marítimo. Como explica Holanda (1995), o interesse do português pelas suas conquistas foi, sobretudo, apego a um meio de fazer fortuna rápida, dispensando o trabalho regular. Logo, as primeiras expedições foram para identificar as riquezas da nova terra, em busca das especiarias da região, cuja colheita contou com a mão de obra dos índios do litoral brasileiro. Entretanto, a presença dos franceses no novo território, forçou a política de ocupação pela Coroa Portuguesa com a criação de capitanias hereditárias e a conversão do gentio através da catequese e da mestiçagem. A materialização dessa nova forma de economia foi o estabelecimento de lavouras de cana de açúcar (OLIVEIRA, 2014).

Entretanto, até o século XVII, a extensa área da bacia Amazônica era praticamente desconhecida pelos europeus. A vinda dos portugueses a essa região deve-se à presença dos franceses, ingleses e holandeses. A expulsão dos franceses de São Luís do Maranhão aconteceu em fins de 1615. Logo em seguida, a Coroa Portuguesa determinou o envio de uma expedição de três embarcações sob o comando de Francisco Caldeira Castelo Branco à foz do rio Amazonas, com vistas a consolidar a posse portuguesa sobre as terras do norte. Na expedição veio o alferes Pedro Teixeira, herói nacional reconhecido no Pará. Eles ancoraram na baía de Guajará e fundaram o Forte do Presépio no dia 12 de janeiro de 1616, núcleo da atual cidade de Belém, que a princípio denominou de *Nossa Senhora de Belém Cabeça da Feliz Lusitania* (SILVA, 1833; PRADO JR, 1972; OLIVEIRA, 2014).

Acevedo Marin (2005) relata que os índios das aldeias do Caju e Mortiguara, estabelecidos na baía do Marajó, foram ferozmente combatidos por Francisco Caldeira em 1617. Depois foi a vez dos Tucujus da costa de Macapá, acusados de aliança com os holandeses. Após vinte anos de lutas entre índios e colonizadores na região do Marajó, a paisagem humana mudara por completo. As ilhas da foz do Amazonas e de Gurupá transformaram-se no palco de batalhas entre portugueses, holandeses, ingleses e irlandeses. Depois, uma parte do território do Amapá voltou a ser ameaçada em 1633, quando os franceses fundaram Caiena⁶, o que levou o rei da Espanha, Felipe IV, a colonizar a região criando a Capitania do Cabo Norte em 1637, designando-a ao donatário Bento Maciel, que nunca chegou a ocupar. Para assegurar a conquista portuguesa, Pedro Teixeira chefou uma expedição partindo do Maranhão, em 1637, subiu o curso do rio Amazonas em busca do Peru, seguindo a rota percorrida por Orellana no século anterior. Seu destino final foi Quito, no Equador, lá fundou a vila Franciscana, para delimitar as terras de Portugal, isto é, bem distante da referência geográfica do Tratado de Tordesilhas (de 1494). Depois os portugueses infiltraram-se gradualmente no rio Amazonas e seus principais afluentes, em busca das “drogas do sertão” (cravo, salsaparrilha, cacau, canela, raízes aromáticas, óleo de palmáceas), e produtos da caça e pesca, cujas expedições dependiam dos ameríndios como canoeiros, coletores e guias.

Em 1645, os jesuítas, sob a liderança do Padre Antonio Vieira, estabeleceram missões ao longo dos principais tributários do rio Amazona. Há relatos que os jesuítas tinham uma considerável presença na região, controlando cerca de 12 mil ameríndios em 63 missões amazônicas. Essa população de ameríndios trabalhava para a subsistência (coletas de produtos florestais, da caça e

⁶ O primeiro Tratado de Utrecht entre Portugal e França (1713) estabeleceu as fronteiras portuguesas do norte do Brasil: o rio Oiapoque foi reconhecido como limite natural entre a Guiana e a Capitania do Cabo do Norte.

pesca, e pequenas plantações) e trocas ocasionais com tribos vizinhas, e outros bens para as trocas comerciais com os regatões (PRADO Jr, 1972, p.70-75; SCHMINK e WOOD, 2012, p. 78; COSTA, 2012, p.38-42).

Por algum tempo as missões proporcionavam proteção aos índios contra os captores de escravos e promoviam expedições anuais ao interior. Entretanto, essas missões eram obrigadas a prover mão de obra indígena às autoridades reais e aos colonizadores, uma prática que frequentemente se desvirtuava em trabalhos forçados de pura escravidão. Por causas dessas desavenças muitos jesuítas foram presos e expulsos para Lisboa com o Padre Antonio Vieira, a quem não foi permitido voltar ao Pará, segundo a Provisão de 12/09/1663. Nessa época, em 1667, 243 açorianos de ambos os sexos vindos da ilha de Faial, foram enviados para o Pará. Parte desses açorianos haviam chegado primeiro em Maranhão em 1620, em número de 240 casais de conduzidos por Jorge de Lemos e Antonio de Bittencourt (SILVA, 1833, p.73).

De acordo com dados do IBGE⁷, em 1686 a decretação do "Regimento das Missões" estabeleceu a base de regulamentação do trabalho missionário e do fornecimento de mão-de-obra indígena no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Significa que a Lei de 1609, que reafirmava a liberdade dos índios do Brasil passou novamente a ser ameaçada pelos interesses dos colonos. Além disso, as aldeias facilitavam a difusão de doenças contra as quais os nativos não tinham imunidade. Assim, em fins do século XVII, as sucessivas epidemias tinham dizimado dezenas de milhares de ameríndios (SILVA, 1833, p. 74; SCHMINK e WOOD, 2012, p. 78).

A capital da colônia do Norte, então chamada de Grão-Pará e Maranhão, foi transferida para Belém em 1751, sob o comando do novo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio irmão do estadista Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), que veio para expulsar os jesuítas e assumir o comando das aldeias. Tavares, Considera e Silva (1972) informam que a colonização dirigida na Amazônia iniciou-se por volta de 1750, com a vinda de vários casais de açorianos com o objetivo de ocupar o litoral brasileiro. Homma (2003, p. 39) também registra a chegada de 430 colonos da Ilha de Açores a Belém, em 1752, incentivada por Mendonça Furtado que doava a cada família de colono, lotes de terra, ferramentas, duas vacas e um boi. Acevedo Marin (2005, p.79) diz que, entre 1752 e 1754, muitos imigrantes de Açores foram encaminhados para Macapá, Mazagão, São Miguel do Guamá, Ourém, Tentugal, Bragança e região do rio Xingu.

O novo comando controlado por diretores laicos, conhecido como Diretório Pombalino, veio para “modernizar” a Amazônia sob novos regulamentos e com grandes assentamentos de colônias agrícolas com imigrantes açorianos e escravos para plantação de cana-de-açúcar, algodão, tabaco, cacau, arroz, feijão e criação de gado. Esses eventos teriam marcado o fim do “ciclo das drogas do sertão”, dando início ao “ciclo agrícola” sob a direção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (COSTA, 2012, p.45).

Esse sistema de assentamentos de colônias agrícolas requeria incessante demanda por mão de obra indígena que acabou deturpando a política humanitária da Coroa. Alguns colonizadores, sem recursos ou sem influencia para assegurar a mão de obra, passaram a comerciantes do rio, conhecidos mais tarde como “regatões”. Quando os Regimentos das Missões e os jesuítas foram substituídos pelo sistema de Diretório, assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em maio de 1757, as medidas geopolíticas diziam respeito à decisão de povoar a colônia com os povos de

⁷ Disponível em <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/politica-indigenista-do-seculo-xvi-ao-seculo-xx>. Acesso em 02 out. 2015.

origem, o que significava a emancipação formal dos índios aldeados e da utilização sistemática da miscigenação como instrumento de política populacional (COSTA 2012, p.49). Assim, durante 40 anos de dominação do Diretório, as autoridades, os proprietários de terras e comerciantes substituíram as missões de resgate dos índios para levá-los a povoações de “mestiços”. Nesse processo as doenças do Velho Mundo fizeram cair a população das aldeias de 30 mil pessoas em 1757, para 19 mil em 1798, isto é, um decréscimo de um terço da população de tapuios (HEMMING, *apud* SCHMINK e WOOD, 2012, p. 79).

A mudança colocou os ameríndios em contato direto com os regatões, que forneciam mercadorias até nos mais remotos assentamentos que pontuavam as beiras dos rios. Esses comerciantes do rio faziam a conexão entre os dispersos povoados com o mercado externo, construindo um sistema de crédito e intermediação e de dependência, através de uma complexa rede de pequenos comerciantes de quem eles dependiam formando padrões de organizações sociocultural e econômica (SCHMINK e WOOD, 2012, p.81). Interessante citar que a rizicultura na região do Maranhão, Macapá e Mazagão era tão intensa que depois do cacau, o arroz ocupava o segundo lugar na pauta de exportações da Colônia do Pará nos anos de 1770 a 1784 (ACEVEDO MARIN, 2005, p. 83). Nessa época a agricultura familiar contava também com os índios destribalizados na lavoura de roças de arroz, algodão, milho e fabricavam panos de algodão. Há registro que em Mazagão havia 310 cabeças de família (248 homens e 62 mulheres) e 396 escravos (248 homens e 141 mulheres), enquanto que em Macapá, com menos cabeça de famílias, havia o dobro de escravos adultos em comparação a Mazagão (ACEVEDO MARIN, 2005, p. 89).

Por outro lado, havia a preocupação dos portugueses ocuparem as novas terras porque o Tratado de Madri (1750), não dava a Portugal garantias de pleno domínio das terras no extremo norte da Amazônia. Por esse motivo o Marquês de Pombal mandou erigir diversas fortes e fortalezas nas margens de rios para assegurar o domínio da Coroa Portuguesa na Amazônia (SILVA, 1833; SANTOS, 2006). Assim, no governo Pombal, em 1764, iniciou-se a construção da Fortaleza de São José em Macapá⁸, concluída a parte externa em 1773. Entretanto por questão orçamentária a fortaleza só foi inaugurada em 1782 (BARRETO, 1958). Nessa mesma época, fruto da política pombalina, iniciou-se em 1776 a construção da Fortaleza do Príncipe da Beira (atual Costa Marques) em Rondônia, na fronteira com a Bolívia, na margem direita do rio Guaporé. Esta fortaleza foi considerada uma das maiores edificações da engenharia militar portuguesa no Brasil Colonial.

Com a saída de Pombal do poder central, em 1777, ficou evidente o fracasso de seu Diretório de “domesticar” os índios destribalizados das missões em força de trabalho dócil. Com a sucessão de revoltas, especialmente, depois que a Coroa portuguesa foi transferida para Rio de Janeiro (em 1808), os povoados remanescentes das missões foram destruídos, seus recursos confiscados e os habitantes obrigados a trabalhos forçados. A nova política de integração levou a fortes tensões e rebeliões em várias regiões da Amazônia. O mais relevante foi a da Cabanagem no Pará que ocorreu nos anos de 1835 e 1836. A revolta dos cabanos estendeu-se dos centros urbanos para o interior. Estima-se que morreram cerca de 30 mil pessoas nessa revolta, isto é, um quarto da população do Pará. A destruição provocada pela Cabanagem deixou um vácuo no poder econômico e político, que foi ocupado pelos mercadores e exportadores que surgiram com o auge da borracha. Durante o

⁸ Vide ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia da Fortaleza de São José. Disponível em http://www.funceb.org.br/images/revista/5_6u4y.pdf.

Império (1822-1889) as fronteiras amazônicas não ficaram desatendidas, tendo sido criadas várias colônias militares (SANTOS, 2006, p. 103; SCHMINK e WOOD, 2012, p.81).

Um relato interessante sobre a Província do Pará da época do Império consta no livro “Corografia Paraense, ou descrição física, história e política da Província do Gram-Pará”, de 1833, escrito por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. Nele o autor faz uma crônica geral da Província descrevendo em detalhes a produção extrativista e fitologia da Amazônia e a incrível quantidade de tribos indígenas existente na Amazônia daquela época. É também digno de nota o trabalho do médico Alexandre Moraes e do cronista Ignacio Accioli, de 1854, que descreve em detalhes as datas da fundação das vilas e formação das províncias do Brasil do século XVIII, os costumes, o comércio e a vida da época. Por exemplo, referindo-se ao comércio da Comarca do Rio Negro, Moraes e Silva (1854, p.22) relatam que “importa todos os gêneros, que chegam à capital do Pará, e exporta peixe secco, manteiga de tartaruga, mexira, anil, café, tabaco, salsa parrilha, puxiri, casca preciosa, óleo de cupahiba, estopa, cordão de piassaba, maqueiras singelas, e enfeitadas”.

No que diz respeito à Província do Pará os autores detalham as quantidades da população, branca, índia, mamelucos e escravos das três comarcas, divididas em 25 vilas, 8 lugares e 54 freguesias, inclusive de produção e renda de algumas vilas.

COMARCA DE BELEM DO PARÁ.

Habitantes da classe livre. . . 91,307

Escravos. 26,975

COMARCA DE MARAJÓ, HOJÉ EXTINGTA.

Pessoas livres. 10,689

Escravos. 2,040

COMARCA DO RIO NEGRO, ORA PROVINCIA.

Pessoas livres. 17,881

Escravos. 962

Total dos habitantes da classe livre 119,877, entrando neste numero 32,751 indios de ambos os sexos: escravos 29,977.

O ultimo arrolamento porém, feito durante a presidencia do conselheiro Jeronimo Francisco Coelho dá a esta provincia 166,950 habitantes livres, 200,000 indigenas, e 37,670 escravos. A população da cidade, capital da provincia do Pará, chega a 12,467 habitantes divididos em 1,749 fogos, tendo até desaparecido todos os moradores de muitos lugares que outr’ora eram assás populosos. (MORAES e SILVA, 1854, p.31).

Pela descrição percebe-se que a população da Província do Pará (Amazônia Ocidental e o Amapá) nos idos de 1850 chegava a 170 mil habitantes. Enquanto a população da cidade de Belém era de apenas 12.467 habitantes. Já os números da população indígena representada cerca de 200 mil habitantes.

Oportuno mencionar que os primeiros esforços de sistematização da história do Brasil feito por Varnhagen (1854) traz a descrição detalhada do processo de ocupação do Brasil desde o seu descobrimento até a época do império, da conformação política, dos fatos relevantes que marcaram a história do Brasil, inclusive dos costumes, línguas, mitos e crenças dos índios e negros. Nele já despontavam as diferenças entre as instituições políticas e sociais dos povos das terras da América do Sul, criticando o primitivismo dos índios brasileiros, cuja contribuição à nação seria de pequena relevância. Contrapondo a essa visão que serviu de base para a construção da história do Brasil por longos anos, a tese de Renilson (ALVES FILHO, 2009) critica a historiografia brasileira ‘inventada’ por Varnhagen, considerando-a estereotipada e etnocêntrica. Oliveira (2014) por sua vez, deduz que

esse “discurso científico” - ao colocar as diferenças culturais em termos de estágios evolutivos, veio dar respaldo ao exercício das políticas coloniais de dominação e espoliação da população amazônica do século XX.

4. O CICLO DA BORRACHA (1850-1920)

Em alusão às contribuições de Simonsen, de 1927, sobre os ciclos econômicos, Costa (2012) explica que a história colonial brasileira foi periodizada geralmente como uma sucessão de ciclos baseada na exportação de *commodities*, a começar pelo ciclo do pau brasil, do açúcar, do ouro e do café, cuja economia representa a descontinuidade num quadro de diversidade estrutural que se formava por alternativas de superação de obstáculos à acumulação de capital. Na Amazônia tem-se o ciclo do extrativismo das “drogas do sertão”, o “ciclo agrícola” do período Pombalino e o “ciclo da borracha” que viveu seu auge entre 1879 e 1912 e depois uma sobrevida entre 1942 e 1945.

Ignacio Silva (1854, p.18) ao falar sobre a fitologia da Amazônia afirma que os índios já conheciam a goma elástica, vulgarmente chamada de “seringa”, extraídas do caucho encontrado com facilidade nas paragens alagadiças. Diz que foi dos índios Cambébas ou Omaguas, que se aprendeu a fabrico de sapatos, botas e as mais coberturas com o látex destas árvores impenetráveis à água. De 1825 a 1850, a produção estava concentrada em Belém e nos distritos adjacentes. Nesse período os seringueiros extraíam o caucho em terras devolutas, enquanto as mulheres e crianças produziam culturas de subsistências nas várzeas. Com a descoberta da vulcanização da borracha em 1839 pela Goodyear, estimulou a demanda pelo látex da *Hevea brasiliensis* no mercado mundial, cujo comércio se expandiu ainda mais no interior da Amazônia com a introdução dos barcos a vapor em 1853. Logo, a partir dessa facilidade no transporte a região amazônica transformou-se na maior área de extração e exportação de látex do mundo.

No curto período de tempo, a produção do látex na Amazônia, destinada inteiramente à exportação, passaram de 156 toneladas (t) em 1830 para 755 t em 1848; 1.506 t em 1858; 6.309 t em 1867; e 15.724 t em 1891, atingindo seu nível máximo em 1912, quando foram produzidos 37.178 t. Paralelamente ao incremento da produção, o crescimento da imigração nordestina foi responsável por 54.697 indivíduos no período de 1848 a 1854, isto é, a uma taxa de crescimento de 3,3% a.a. (COSTA, 2012, p. 62, 65).

Emmi (2013, p.164) também relata que muitos sírios e libaneses foram para Marabá nas últimas décadas do sec. XIX, quando Marabá era um grande acampamento de caucheiros. Nessa época, a presença de imigrantes estrangeiros na Amazônia era pequena, visto que o censo de 1872 registrava a presença de 6.259 estrangeiros residentes no Pará e 2.199 no Amazonas, enquanto que o Sudeste detinha a maior parte dos dois milhões de imigrantes que ingressaram no País nas duas últimas décadas do século XIX (1877 e 1903), considerado o ponto culminante da imigração europeia no Brasil (PACHECO, PATARRA, 1997). No Pará mais de 70% eram portugueses, predominantemente masculino, jovens, que se declaravam comerciantes ou caixeiro em sua maioria (EMMI, 2013, p. 31, 45).

Quando a demanda do látex aumentou (entre 1850 a 1870), a rede preexistente de regatões transformou-se em uma hierarquia de intermediários dominados pelo empório monopsônio, donos dos barracões e/ou donos das terras e pelos “aviadores”, que eram os fornecedores locais que vendiam os mantimentos e compravam as bolas de látex para as casas de exportação, geralmente

comandadas por judeus e árabes estabelecidos em Belém e Manaus. Esses regatões expandiram suas redes de seringueiros adentrando os rios Madeira e Purus na região do Acre (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 83; COSTA, 2012, p. 68).

As elevadas taxas de crescimento da produção no período de 1879 e 1888 (de 8% a.a) deve-se ao crescente preço da borracha e ao movimento migratório dos retirantes nordestinos, decorrente da devastadora seca que abateu o Nordeste entre os anos de 1877-79 (COSTA, 2012, p. 69). No final do século XIX centenas de milhares de nordestinos tinham se aventurado em remotas regiões da bacia amazônica. Geralmente, eles migravam sem suas famílias e eram proibidos de exercer qualquer atividade de subsistência que os distraísse da extração da borracha. As relações econômicas eram dominadas pelo escambo, muitas vezes de exploração e coerção pelo sistema de aviamento, mesmo porque até meados do século XVIII, não usavam moeda em metal na Colônia do Pará, mesmo depois da república em 1889 (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 85).

A vida dos imigrantes era difícil, como conta o poeta Euclides da Cunha, que ficou muito impressionado com a saga dos milhares de nordestinos, chamado de “soldado da borracha”, cujas vidas de muitos foram ceifadas pela malária, além de serem vítimas da peonagem (escravidão por dívidas), já que as relações comerciais não eram dadas pela quantidade de ganhos, mas pela continuidade, baseada em débitos e obrigações, que asseguravam a sobrevivência e o contato indireto com a economia mundial monetizada. Aqueles cearenses que permaneceram na Amazônia, sob o ponto de vista cultural, deram um tempero nordestino à cultura amazônica e formou a população tapuia ou cabocla (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 87).

O apogeu da economia gomífera proporcionou expansão da colonização, transformações culturais, sociais e artísticas com um grande impulso ao crescimento das cidades de Manaus, Porto Velho e Belém, a ponto de ser chamada de período da Belle Époque, devido à construção de diversas edificações requintadas como teatros, museus, praças públicas, além de portos, armazéns, estrada de ferro, mercados públicos, etc. O ciclo da borracha justificou também a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, requerida pelos bolivianos desde 1846. E só foi possível porque o extrativismo descontrolado da borracha estava em vias de provocar um conflito internacional, já que os trabalhadores brasileiros adentravam cada vez mais nas florestas do território boliviano, gerando conflitos e lutas por questões fronteiriças no final do século XIX.

Foi então a providencial a intervenção do diplomata Barão do Rio Branco, que culminou na assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, pondo fim à contenda com a Bolívia, garantindo a região do Acre⁹ ao Brasil, mediante o pagamento de dois milhões de libras esterlinas, concessão de terras do Mato Grosso e o compromisso de construir uma ferrovia, que possibilitasse exportar a borracha boliviana através do Oceano Atlântico (BENCHIMOL, 1992). A construção da “Ferrovia do Diabo” iniciou-se em 1907, durante o governo de Affonso Penna, e estendeu-se de 1907 a 1912. Nessa época a imigração de estrangeiros era significativa na região. Segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1912, entre 1908 e 1910 entraram pelo porto de Belém 13.500 estrangeiros, de várias nacionalidades, sendo 48,67% de português, 15,98% de espanhóis, 7,18% de ingleses, 4,69% de turco-árabes e 4,15% de italianos (EMMI, 2013, p.32). Quando a obra foi concluída arrolaram 1.552 vítimas fatais entre os 21.717 trabalhadores de vários lugares (COSTA, 2012, p.88). Foi uma das obras mais dramática da história da Amazônia.

⁹ O Acre foi transformado em Território Federal pela Lei nº 1.181, de 24 de fevereiro de 1904.

O déficit de borracha no mercado externo elevou o preço desse produto que atingiu seu ápice em 1910, seguido de queda após o início da produção de seringueiras dos países asiático em 1912 com capital inglês. O sistema de *plantation* com inovação agrônômica permitiu o aumento da produção e a queda dos preços, de modo que em 1934 a produção mundial era 26 vezes superior ao volume máximo de exportação brasileira de 1912 e os preços internacionais de 1934 representavam apenas 13% do nível de 1910 (COSTA, 2012, p.73). Na década de 20 o americano Henry Ford tentou recuperar o controle do mercado das mãos dos ingleses. Obteve uma área de um milhão de hectares na região de Santarém, em 1927, destinado à monocultura (com sistema de *plantation*) de 1,6 milhão de pés de seringueiras, que resultou em grande prejuízo devido ao “mal-das-folhas” (COSTA, 1993).

Após o declínio do comércio de borracha, a população cabocla passou a responder à demanda de outros produtos extrativistas, pequenas agricultura, caça e pesca para o mercado interno e para exportação, como peles de animais silvestres, cacau, castanha-do-pará, que passou a ter uma expressão econômica regional a partir da década de 1920. O sistema de aviação foi adaptado para sustentar as atividades extrativas mais monetizadas e os barões da borracha perderam o poder absoluto o que permitiu certo grau de autonomia dos caboclos ribeirinhos (COSTA, 2012). Homma (2003) comenta também que a manutenção da população rural da Amazônia nesse período deve-se à expansão da agricultura de subsistência e parte à produção da juta e pimenta do reino trazido pelos japoneses, cujo ciclo estendeu-se da década de 40 até a década de 80. Nesse processo o censo demográfico da Amazônia de 1910, de 1.217.024 habitantes, com uma taxa de crescimento geométrico de 5,76% a.a, baixou para 1.090.545 na década de 1920 com uma taxa negativa de -1,09% a.a. Na década de 40 voltou a crescer para 1.462.420 habitantes, com um taxa de 1,48% a.a. Já na década de 1950 a população estava em 1.844.655 com uma taxa de crescimento de 2,35% a.a. (COSTA, 2012, p. 79). Enquanto que a população do território do Acre perfazia 92.379 em 1920, diminuiu para 79.768 em 1940, tornando a crescer em 1950 para 114.755 habitantes, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

Quadro 1. População da Amazonia, 1872 – 1950

Estados	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Rondônia	36.935
Acre	92.379	79.768	114.755
Amazonas	57.610	147.915	249.756	363.166	438.008	514.099
Roraima	18.116
Pará	275.237	328.455	445.356	983.507	944.644	1.123.273
Amapá	37.477
	332.847	476.370	695.112	1.439.052	1.462.420	1.844.655

Fonte: IBGE, <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>

Segundo Costa (2012, p.88), em 1920, Rondônia contava com 36.044 habitantes; em 1940 apenas 32.591 habitantes. Na década de 1950 o território de Rondônia recebeu 23.658 imigrantes, sendo 12.873 vindos do Amazonas e 4.439 do Ceará, logo em 1950, sob a administração do Governo Federal já havia 49.725 habitantes. O motivo de tal fluxo migratório devia-se à descoberta de jazidas de cassiterita nas imediações de Porto Velho.

AS POLÍTICAS DE OCUPAÇÕES DA AMAZÔNIA

Considerando que o Território do Acre já existia desde 1904, na primeira gestão de Getúlio Vargas (1937-1945) foi proposta a criação de novos territórios federais, com objetivo de proteger as regiões fronteiriças de vazio demográfico; garantir a atuação do governo em regiões longínquas e criar condições jurídicas e econômicas para reorganizar o espaço brasileiro, com programa de desenvolvimento que preconizava sanear, educar e povoar. A partir dessa estratégia, pretendia-se a valorização econômica da Amazônia com maiores recursos, ação planejada, redivisão territorial, imigração e colonização (PORTO, 2000). Com base nessa política o Decreto-Lei nº 5.812/1943, criou os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã (centro-oeste) e Iguassú (sul), cujos mecanismos visavam estimular a ocupação de áreas de reduzida densidade demográfica, administrar as potencialidades naturais e garantir o domínio da região fronteiriça. Entretanto, a atuação do Governo Federal nessas Unidades Administrativas trouxe como consequência a indefinição da natureza jurídica, por se tratar de entidade constitutiva do Estado Federal, sem competência definida e nem capacidade de autodeterminação, o que levou a transformação dos territórios federais em estados, como ocorreram com o Acre (1962), Rondônia (1981), Amapá e Roraima (1988).

No segundo mandato de Vargas (1951-1954) iniciou-se um período de expansão econômica com a industrialização no Sudeste e colonização na Amazônia, reforçando os novos territórios federais com assentamento de colonos nacionais e imigrantes japoneses que chegaram a partir de 1953, no total de 6.375 no período de 1953-1976 (MUTO, 2013 p.232). Vargas estava empenhado em transformar a Amazônia, tanto que em 1953 criou a SPVEA¹⁰. Já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com seu Plano de Metas, iniciou-se a construção da rodovia Belém-Brasília (1959), da cidade de Brasília (1960), intensificando o êxodo rural no País¹¹ para os centros urbanos do Sudeste, o que deixou a Amazônia num marasmo econômico. Como medida para reverter essa situação, autorizou-se a instalação de armazéns gerais em regime aduaneiro de entrepostamento (Lei nº 3.173/1957), para promover as atividades portuárias e industriais em Manaus.

A partir de 1964, no Governo Militar, a questão regional foi rebaixada a planos administrativos levando à perspectiva de reformas estruturais com a criação da SUDAM¹², BASA¹³, SUFRAMA¹⁴ e da Zona Franca de Manaus (DL nº 288/1967), de forma a adotar mecanismos de atração de investimentos para a região, via incentivos fiscais. Foram vários incentivos para estimular a economia da Amazônia, numa época em que se falava em internacionalização da Amazônia e emigração de brasileiros das áreas fronteiriças para os países vizinhos. Depois, para reforçar a desconcentração das atividades produtivas do Sudeste, foram traçados vários planos de desenvolvimento regionais. Para a Amazônia a resposta militar veio com o slogan “integrar para não entregar” através do PIN – Programa de Integração Nacional e do I PND – Plano de Desenvolvimento

¹⁰ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, criada pela Lei nº 1.806/1953, foi transformada em SUDAM em 1966. Faziam parte da SPVEA 5 estados (Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás) e 4 territórios federais (Acre, Amapá, Rio Branco e Guaporé).

¹¹ Esse fenômeno da urbanização tornou-se irreversível. De acordo com os dados do IBGE na década de 1950 a população rural representava 64%, na década de 80 passou para 34% e de 16% na década de 2010.

¹² Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

¹³ Banco da Amazônia S/A, antigo Banco de Crédito da Borracha S/A.

¹⁴ Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Nacional (1968-1972). Logo em seguida veio a Transamazônica, Cuiabá-Santarém (BR-163), Cuiabá-Porto Velho (BR-36), Perimetral Norte (BR-210), Porto Velho-Boa Vista (BR-174).

A crise do petróleo e do fim do período de guerra fria nos anos 1970 veio marcar uma nova fase mundial e a vontade do País se inserir no mercado internacional. Entra em ação o II PND (1975 – 1979) com objetivo de explorar os recursos naturais, através de grandes projetos. Assim, para agilizar os projetos exportadores, o Governo Federal criou em 1975 o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), incentivando a instalação de grandes projetos de mineração industrial na região, com destaque o Projeto Grande Carajás, Projeto Albras-Alunorte, Caulim da Amazônia (CADAM), Mineração Santa Lucrecia Minerai S.A. (MSL Minerai), Mineração Rio do Norte (MRN). Entretanto, a despeito de pesados investimentos voltados à exportação, esses projetos tem gerado pouco empregos e muitos questionamentos socioambientais (MONTEIRO, 2005; SILVA, 2002).

Na corrida por terras, a grilagem e o caos fundiário virou regra. As empresas madeiras, de mineração e de agropecuária em toda extensão da Amazônia Legal, obtinha recursos para financiar a expansão capitalista. O projeto Jari no Pará, do americano Daniel Ludwig, que adquiriu um milhão e 200 mil hectares é um caso emblemático quando se fala em tamanho dos projetos de iniciada privada na década de 60 (PINTO, 1986). Nessa corrida desenfreada para ocupar o “vazio demográfico” a população da região dobrou no período de 1950 a 1970, passando de 1.844.655 (Quadro 1) para 4.188.313 habitantes (Quadro 2). Crescendo sucessivamente nos anos seguintes até chegar a 15,8 milhões em 2010.

Quadro 2. População da Amazônia, 1960 – 2010.

Estados	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Rondônia	70.783	116.620	503.125	1.130.874	1.377.792	1.562.409
Acre	160.208	218.006	306.893	417.165	557.226	733.559
Amazonas	721.215	960.934	1.449.135	2.102.901	2.813.085	3.483.985
Roraima	29.489	41.638	82.018	215.950	324.152	450.479
Pará	1.550.935	2.197.072	3.507.312	5.181.570	6.189.550	7.581.051
Amapá	68.889	116.480	180.078	288.690	475.843	669.526
Tocantins	328.486	537.563	738.688	920.116	1.155.913	1.383.445
Totais	2.930.005	4.188.313	6.767.249	10.257.266	12.893.561	15.864.454

Fonte: IBGE, 2010: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>

No âmbito externo as relações se intensificaram, em vista a importância dos recursos minerais e energéticos para impulsionar o desenvolvimento dos países da Pan-Amazônia, motivo pelo qual os representantes dos oito países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo que as ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, visando a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios. Acontece que na prática as partes contratantes investiram muito pouco na preservação ambiental. Vinte anos depois, foi criada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), para velar pelo cumprimento dos objetivos do tratado, regido pelo princípio de desenvolvimento sustentável. Significa que pouco se tem feito para preservar a Amazônia e que há muito a fazer para estancar o processo de depredação do patrimônio natural.

Ainda nos anos 80, por pressão internacional, o governo Sarney lançou o Projeto Calha Norte, um programa de desenvolvimento e defesa da Região Norte com ocupação militar, frente à ameaça da guerrilha colombiana e do tráfico de drogas na região. As Forças Armadas/Aeronáutica, juntamente com pesquisadores civis da região propuseram a construção de uma ampla infraestrutura de apoio à vigilância aérea e de comunicação na região amazônica, chamada de Projeto Sivam - Sistema de Vigilância da Amazônia.

CONCLUSÃO

Após as diversas leituras sobre o processo de ocupação da Amazônia, nos levar a concordar com o pensamento de Cardoso e Negrão (2006), que diz que o Brasil colonial deixou experiências históricas marcadas por um sistema militar autoritário, destacando a escravidão, patrimonialismo e um sistema descendente na hierarquização das relações sociais. A população local foi submetida a uma exploração feroz, a ponto de se poder falar em genocídio de índios. Quando os braços dos índios eram insuficientes, a carência era resolvida com a importação de escravos africanos. Na nossa leitura, a colonização da Amazônia também ocorreu de acordo com esse paradigma da exploração feroz dos índios, dos negros e depois dos nordestinos e dos caboclos, para atender a uma economia de *commodities* voltada à exportação. A relação de exploração deixou raízes profundas na população local, a exemplo do coronelismo que manteve o trabalhador pouco qualificado na situação de incultura e de abandono, dependente de uma intensa exploração, atraído pelas frentes de trabalho e pela promessa de terras nos assentamentos rurais feita pelo governo e por grupos externos, economicamente privilegiados (regatões, fazendeiros, madeireiras, mineradoras), que perpetuaram a relação de dominação já existentes na região.

No Estado Novo as políticas econômicas derivadas do planejamento tecnocrata, tinham como respaldo teórico a ideia de que o desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas seria possível com a implantação de empreendimentos de grande porte, que ancorassem o desenvolvimento posterior de uma cadeia produtiva mais ampla e adensada. Na implementação dessa teoria, ou ideologia, através de diversos planos, ainda que tenha tido resultados concretos em termos de ampliação da estrutura produtiva e do volume de exportação, tem sido alvo de muitas críticas, em razão dos altos custos e dos benefícios insuficientes e desiguais, e principalmente, no que diz respeito à sustentabilidade ambiental.

Numa visão sociológica, cabe destacar a evidência de Castro (2014) que diz que por trás dos grandes programas de integração da Amazônia, incentivados pelo Estado Moderno há ideologias de dominação calcadas no pensamento evolucionista de modernização. Mas, o que se percebe é que há uma grande contradição na condução das políticas públicas. Na década de 1970 e 1980, o Estado veio estimular a migração e a ocupação, mas no final de 1989 deixa de investir nos projetos de colonização, e opostamente, o próprio Estado passa a dificultar os assentamentos priorizando os grandes projetos. Dai as tensões que levaram à eclosão de conflitos armados e massacres. Significa dizer, que o Estado, em vez de mitigar as injustiças que sofrem a população vulnerável da região, fez opção pelo capital estrangeiro e pelo capitalismo vigente, que tem como corolário as disputas das grandes potências por territórios, matérias-primas, energia e mercados consumidores.

Depois, é evidente que há uma relação clara entre desmatamento e violência na Amazônia como um todo, o que permite associar ocupação da fronteira com a violência, a partir de

indicadores de assassinatos e violências em suas diversas formas: trabalho escravo, perda de terra e de patrimônio, analisados por Barp (1998). Nesse sentido, pode-se acrescentar as discussões de Alves (2007), que trata a questão da desigualdade ambiental gerada pelo mercado de terras e os mecanismos institucionais, que geram essa desigualdade em áreas já previamente habitadas por minorias e comunidades indígenas, quilombolas e os caboclos, que são os grupos sociais em situação de risco.

Outra questão relevante sobre a ocupação do “vazio demográfico” da Amazônia diz respeito ao meio ambiente porque a explosão demográfica dos países do Terceiro Mundo é a mais séria preocupação internacional do século XXI. Hogan (2000) analisa a desafiadora questão da relação entre população e meio ambiente, avocando a evolução de perspectiva histórica e política do Brasil atrelada aos modelos de desenvolvimento econômico e suas relações com o meio ambiente. Mostra que, independentemente de políticas públicas houve o declínio da fecundidade na América Latina e que os movimentos ambientalistas serviram de esteio para colocar a questão demográfica no foco da atenção internacional sob uma nova perspectiva, dentro do contexto da saúde pública, migração, conflitos decorrentes da escassez de alimento e água na Terra. Certamente, essa preocupação é ainda maior com os últimos acontecimentos das migrações internacionais que está ocorrendo na Europa.

A par dessas leituras, podemos concluir que nos últimos 40 anos, em consequência das diferentes formas de integração e avanço das políticas de ocupação, está havendo uma nova miscigenação da população amazônica com a população de sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. Igualmente com os povos das fronteiras terrestres da Pan-Amazônia, formando um caldeirão (*melting pot*) em constante ebulição. Essa dinâmica populacional é também um processo de dominação neocolonialista que hoje se discute nos centros acadêmicos, diante das desigualdades sociais que se estabeleceu no País e na América Latina, especialmente de capacidades na apropriação de terras e do poder aquisitivo da população local, que tem gerado tensões e conflitos. São mudanças profundas, ainda que silenciosas, na perspectiva histórica de empobrecimento e de desigualdades que se instalou também na Amazônia. Nesse ponto é relevante lembrar alguns cientistas contemporâneos, como Japiassu (1976) e Boaventura Santos (2006) que questionam o paradigma do pensamento desenvolvimentista da ciência clássica, cuja mudança de paradigma é um verdadeiro desafio que se impõe aos atuais pesquisadores. Portanto, há necessidade de se avançar nas propostas de soluções aos problemas criados por políticas públicas voltadas ao mercado capitalista, dentro do enfoque da interdisciplinaridade e de inclusão social, com o fortalecimento do capital social da comunidade de base.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial**. Belém, Novos Cadernos NAEA, vol. 8.nº 1, 2005.
- ALVES FILHO, Manuel. **Jornal da Unicamp: O Brasil ‘inventado’ por Varnhagen**. Campinas 2009.
- ALVES, Humberto Prates da Fonseca. **Desigualdade ambiental no município de São Paulo: análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situação de risco ambiental através de uso de metodologias de geoprocessamento**. Rev. Bras. Estud.popul (online), 2007, vol.23, n2, pp.301-316.

- ARAGÓN, Luis E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate.** São Paulo: Hucitec, 2013.
- BARRETO, Aníbal. **Fortificações no Brasil (Resumo Histórico).** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368p.
- BARP, Wilson José. **Violência: conceito e operacionalização.** Novos Cadernos NAEA vol. 1 nº2. Belém, 1998.
- BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha.** Manaus: Imprensa Oficial, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.
- _____. **El oficio de científico: Ciencia de la ciencia y reflexividad.** Curso del College de France 2000-2001. Barcelona, Anagrama, 2003.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. **Considerações sobre a pobreza no Brasil e suas manifestações nas cidades da Amazônia.** Novos Cadernos NAEA, v.9 nº1. p. 95-118. Belém, 2006.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. Estado e suas margens: limites de interpretação teórica e movimentos sociais. In: LIMONAD, Ester & CASTRO, Edna. – **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro, Ed. Letra Capital, 2014.
- _____. **Expansão da fronteira, Megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana.** Revista: Caderno CRH, Salvador, Vol.25, p.45-61. Jan/abril 2012.
- _____. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados. In: Maria Célia Nunes Coelho; Armin Mathis; Edna Castro; Thomas Hurtienne (Org). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional.** p.7-32. Belém, UFPA/NAEA, 2001.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 - 1970).** Belém: NAEA, 2012, v.1. p.154.
- _____. **Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós.** Belém, 1993.
- EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações Internacionais na Amazônia Brasileira (1850-1950).** NAEA, 2013, 251 f.
- FORLINE, Louis Carlos; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org). **Amazônia: Além dos 500 Anos.** Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 2006, 566 p.
- FORLINE, Louis. **As Várias Faces da Amazônia: Migrações, Deslocamentos e Mobilidade Social na Região Norte.** Atualizado em 10/11/2000.
- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.** Companhia das Letras, 1995. 53ª reimpressão em 2015.
- _____. **O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo.** Novos Estudos. CEBRAP Nº 43, novembro 1995. p. 103-112.
- HOGAN, Daniel Joseph. A relação entre população e ambiente. Desafios para a demografia. In: TORRES, Haroldo e Costa, Heloisa (Orgs). **População e Meio Ambiente: Debate e Desafios.** São Paulo, SENAC, 2000, P. 21-52.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. Embrapa Amazônia Oriental: Belém, 2003. 274 p.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. Rio de Janeiro, 1999. v.58, p.1-143-1-152.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. RJ, 1976: Imago. p.39-113
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Novos Cadernos NAEA v. 8, n. 1, p. 141-187. 2005.
- MORAES, Alexandre José Mello; SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Ensaio Corográfico do império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1854.
- MUTO, Reiko. Mobilidade interna dos imigrantes japoneses do Pará e do Amapá. In **Migração interna na Pan-Amazônia**. Org.Luis E.Aragon. Belem, NAEA, 2013. p.223-248.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima (Org). **O Brasil Colonial**, vol.I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.167-228.
- PACHECO, C.A; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N.L. **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana**. SP, 1980-1993. Campinas, UNICAMP, 1997.
- PINTO, Lúcio Flavio. **Jari: Toda a Verdade sobre o Projeto de Ludwig**. Editora Marco Zero. São Paulo, 1986. 219 p.
- PIZARRO, Ana. **Amazônia: As vozes do rio, imaginário e modernização**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2012. 271 p.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo. Os territórios federais e a evolução no Brasil. **Revista Presença**, 2000.
- PRADO Junior, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1972.
- SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2ª ed. 2004.
- SANTOS, Nelvio P.D. Fronteiras, poder e conflito na Amazônia: o caso de Bomfim e Pacaraima. In: ROCHA, Leandro M. (org.) **Etnicidade e nação**. Goiânia: Cênone Editorial, 2006 p. 99-125.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém, Ed.UFPA, 2012.
- SILVA, Fábio Carlos da. Raízes Amazônicas, universidade e desenvolvimento regional. In: MELLO, A. F. de (Org.). **O futuro da Amazônia: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI**. Belém: UFPA, 2002. p. 55-70.
- SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira. **Corografia Paraense, ou descrição física, história e política da Província do Gram-Pará**. Bahia na Typografia do Diário. 1833.
- TAVARES, Vania Porto; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza I.I. **Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica**. IPEA. n.8. Rio de Janeiro, 1972. 202p.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil**. Imprensada V.de Dominguez. Madrid, 1854.



IMIGRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO-A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SENEGALESES NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

*Claussia Neumann da Cunha¹
Ângela Cristina Trevisan Felippi²*

RESUMO

Os aspectos culturais são capazes de motivar opiniões e influenciar indivíduos, como também possibilitam a alteração de seus paradigmas políticos e comportamentais. Diante deste paradigma, as empresas públicas e privadas, precisam analisar o choque cultural existente entre suas regiões, ou seja, examinar não somente a sua realidade, assim como a realidade dos colaboradores imigrantes. Neste contexto, objetivo deste artigo é apresentar uma visão geral da construção da identidade de imigrantes no Brasil no mercado de trabalho, especificamente de senegaleses na região norte do Rio Grande do Sul. A escolha do tema se justifica pela importância de estar crescendo o fenômeno de imigração no Brasil, como também pelo fato de as migrações internacionais terem ganhado espaço acadêmico, repercutindo no meio social, cultural e sendo central na esfera política de vários países que as têm em seu interior. Quanto ao objeto, esta pesquisa classifica-se como bibliográfica e quanto ao objetivo a pesquisa caracteriza-se como exploratória-descritiva de natureza qualitativa. Constatou-se que os imigrantes não estão integrados à sociedade regional, mas encontra-se inseridos no mercado de trabalho. Mantendo laços religiosos culturais, buscam por uma habitação adequado e barata, como também de uma remuneração mais satisfatória. Mesmo aceitando as adversidades inerentes a imigração os senegaleses não desejam voltar ao seu local de origem, e acabam criando uma nova identidade para a região norte do Estado.

Palavras-chave: Imigração; Identidade; cultura.

INTRODUÇÃO

Com o aprofundamento do processo globalizado a Cooperação Internacional torna-se um dos maiores difusores de intercâmbio intercultural, permitindo assim, a promoção de trocas culturais entre sociedades originalmente bastante diferentes em termos culturais umas das outras. Analisando estes aspectos; tanto a informação e ideia possuem, no elemento cultural, a sua fonte de criação e raiz de poder. Isto quer dizer que os aspectos culturais são capazes de motivar opiniões e influenciar indivíduos, como também possibilitam a alteração de seus paradigmas políticos e comportamentais.

Diante deste paradigma, as empresas públicas e privadas, precisam analisar o choque cultural existente entre suas regiões, ou seja, examinar não somente a sua realidade, assim como a realidade dos colaboradores imigrantes. Buscar uma reciprocidade de emoções, prevendo a conduta alheia e entendendo os diferentes valores existentes nas pessoas envolvidas.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional (UNISC), Especialista em Direito Internacional (UFRGS), Especialista em Negócios Internacionais (Unisinos) e Bacharel em Relações Internacionais (Unilasalle). E-mail: cachuchahontas@hotmail.com

² Doutora em Comunicação Social (PUCRS), Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS), Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo (UFSM), Bacharel em História (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Imaculada Conceição). E-mail: angelafe@unisc.br

Cada país possui características peculiares em relação à estrutura territorial, serviços e produtos oferecidos, cuja diversificação está relacionada à qualificação de tais atividades. Milton Santos (1979, p.14) articula que o arranjo espacial de determinado local está diretamente ligado ao modo de produção, sendo que, para a análise deste espaço, serão considerados fatores sociais, políticos e econômicos, os quais evoluem de acordo com o modo de produção executado e de seus momentos sucessivos. Se considerarmos o fluxo comercial capitalista e o sistema de produção enxuta de um determinado local que estiver especializando sua produção, a evolução social condicionada pela organização do espaço irá possibilitar um fluxo imigratório intenso, principalmente de culturas africanas no qual a mão de obra é barata e operacionalmente falando, eficaz.

O objetivo deste artigo é apresentar uma visão geral da construção da identidade de imigrantes no Brasil no mercado de trabalho, especificamente de senegaleses na região norte do Rio Grande do Sul. A escolha do tema se justifica pela importância de estar crescendo o fenômeno de imigração no Brasil, como também pelo fato de as migrações internacionais terem ganhado espaço acadêmico, repercutindo no meio social, cultural e sendo central na esfera política de vários países que as têm em seu interior.

1 MÉTODOS DE PESQUISA

Quanto ao objeto, esta pesquisa classifica-se como bibliográfica e quanto ao objetivo a pesquisa caracteriza-se como exploratória-descritiva de natureza qualitativa. Esta pesquisa, como forma de registro e sistematização de dados, permitirá a identificação, levantamento e exploração de documentos (dados secundários) os quais se tornarão fontes de estudos analíticos a serem examinados.

A coleta de dados envolveu a técnica de documentação indireta, particularmente dados de fontes secundárias, em razão da opção pela pesquisa bibliográfica. Foram analisadas as informações disponibilizadas na web site de órgãos reguladores e de associações ligadas à imigração africana.

Para a análise de dados Gil, Minayo et. al. (1994) esclarece que a combinação dos dados coletados exige organização e análise quando objetiva os conteúdos subjetivos da pesquisa qualitativa. Dentro desse enfoque, o estudo recorreu às aspirações, crenças, valores e atitudes das pessoas, bem como aos significados dos processos, fenômenos e dinâmicas sociais, que, por sua vez, não permitem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste artigo apresenta-se os conceitos e características da logística reversa; a legislação ambiental que prevê a adequada destinação final dos pneus inservíveis e os impactos da logística reversa de pneumáticos para o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental na produção de pavimentos nas rodovias do território brasileiro.

2.2 Conceitos de cultura e identidade

“Cultura é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (EDWARD TYLOR apud LARAYA, 2005, p. 25).

A cultura é considerada legado de um povo, evidenciada por crenças e atitudes comportamentais de seu grupo, cujos valores são reflexionados como sendo as características mais profundas do ser humano capazes de influenciar o seu comportamento. As negociações comerciais internacionais, por sua vez, traduzem-se em estratégias de busca por informações privilegiadas. Esse processo gera uma demanda por qualificação informacional e cria nos negociadores a necessidade do entendimento das relações internacionais e pessoais.

“Cultura é ordinária: este é o primeiro fato. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seu próprio propósito, seus próprios significados. Toda sociedade humana os expressa nas instituições, nas artes e na educação. O fazer da sociedade é a busca dos significados e direções comuns, e eles surgem no ativo debate e no aperfeiçoamento pressionado pela experiência, contato e descoberta, escritos eles mesmos na terra.”
(WILLIAMS; 2000)

Ortiz (2008, p.5) comenta que as culturas como patrimônio da humanidade possui uma extensa diversidade nos valores de seus indivíduos, sendo universais ou não, devemos respeitá-las e mantê-las. De acordo com Sheth, et al. *apud* BORNHOFEN; KISTENMACHER, (2007, p. 2) descreve dessa forma:

[...] A cultura é aprendida. Ninguém nasce com ela. Assim, o comportamento instintivo, que possuímos desde o nascimento, não faz parte da cultura. Dessa forma, o ato de chorar ou rir não é cultural; entretanto, saber quando é adequado chorar ou rir em público é uma característica cultural já que é algo que precisamos aprender. As culturas diferem, por exemplo, no grau em que permitem a expressão pública de emoções, como chorar ou rir.

A partir da revolução da informação, os meios de produção, circulação e troca cultural, expandiram-se, propiciando a troca em ascensão de recursos humanos, materiais e tecnológicos, ao mesmo tempo, o indivíduo tornou-se o executor de tais processos. Tratando-se de se negociar com pessoas com culturas diferentes, com seres humanos interpretativos e instituidores de sentido.

Hall (p.8) comenta que:

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

O autor nos indica que pensar identidade, é pensar sua construção e interpretação através da cultura, como resultante de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais fornecedores ou que nos subjetivemos. Os senegaleses interpretam a sua imagem a partir de seu passado histórico, ou seja, pela cultura herdada e não transmutada pela globalização ou mundialização da cultura.

A cultura local de uma comunidade está relacionada ao espaço físico de vivência e manutenção tradicional de sua identidade. Ou seja, a importância da cultura ao nível dos grupos étnicos ou regionais, capazes de gerar conflitos, competições e rivalidades, devido às

especificidades ligadas pelo passado, como a pronúncia, língua ou o dialeto, os comportamentos coletivos e individuais, etc.

2.2 Globalização e a imigração de trabalhadores

Dentre os fenômenos emergentes na globalização contemporânea deve ser destacada a questão da migração internacional, que assume contornos diferentes e apresenta novos desafios no que se refere à sua análise e interpretação (BÓGUS, 1999, p. 165).

A globalização dos mercados acarretou profundas mudanças no campo econômico, e uma de suas consequências é a própria migração de empresas e grupos econômicos, em busca de melhores condições fiscais e mão-de-obra mais barata. Com isso, muitas oportunidades são fechadas o que implica na necessidade de mudança do trabalhador, que seguem para o local onde se encontram as oportunidades de emprego. Como também, estimula parte de seus cidadãos a buscarem melhores oportunidades de trabalho em outras localidades, ainda que fora de seus países de origem onde possa obter melhores condições de vida e necessidade de sobrevivência.

São diversos os motivos que levam o trabalhador à migração, ele pode ser compelido por situações extremas como a guerra, perseguições étnicas ou simplesmente a fuga da pobreza e da fome. A pobreza e a esperança de uma vida melhor levam à imigração legal ou ilegal, permanente ou temporária. Por livre e espontânea vontade, por obrigação ou por ambos os motivos, o homem estende a sua vida sobre mundos separados (BECK, 1999, p. 137).

Para Ianni (1996, p. 7-8) Toda essa movimentação envolve problemas culturais, religiosos, linguísticos e raciais, simultaneamente sociais, econômicos e políticos. Emergem xenofobias, etnocentrismos, racismos, fundamentalismos, radicalismos, violências. Eles acabam por serem vítimas da exploração por empresas inidôneas, grande parte dirigidas por outros imigrantes, que muitas vezes perpetuam um ciclo de exclusão a que foram inicialmente submetidos.

O que se pode concluir, portanto, é que a atual migração de trabalhadores tem como causa direta, embora não única, os efeitos da globalização da economia. Os trabalhadores pobres que migram, acabam por fazê-lo de modo marginal, e são submetidos a exploração.

2.3 Identidade do imigrante senegaleses

Cada povo tem seus traços característicos – língua, costumes, culinária, religião, superstições, traços fenotípicos. A soma dessas características transmite às pessoas que não integram aquele povo uma ideia coletiva preconcebida.

Os imigrantes, quando saem de seu local de origem e dirigem-se a uma nova terra, levam com eles esses traços característicos, e a simples presença desses caracteres, que os torna “diferentes” dos nativos, leva à criação de um estereótipo, de uma ideia preconcebida, e muitas vezes preconceituosa, porque não submetida à crítica, pelo povo receptor. Conforme Cunha (1998, p. 499), os trabalhadores imigrantes são estrangeiros e, apenas por este motivo, podem despertar suspeitas ou hostilidades nas comunidades onde vivem e trabalham e ser objeto de discriminação – mesmo porque, na maioria dos casos, são economicamente pobres e compartilham os problemas dos grupos menos favorecidos da sociedade do Estado que os acolhe.

Quando o imigrante é identificado apenas por suas características étnicas e pelo nicho do mercado de trabalho em que consegue se inserir, existe uma identificação negativa, uma identificação que faz com que lhe seja negado o reconhecimento como ser humano completo. E a sua identificação como trabalhador imigrante diante da sociedade acaba servindo de empecilho

para que possa conseguir melhor colocação de trabalho, ainda que se trate de trabalhador qualificado, frustrando suas esperanças de, ao atravessar fronteiras, obter acesso a um mundo melhor. Isso pode ser observado quando as sociedades industrializadas importam força de trabalho necessária, sem preocupação com as pessoas que desempenham essa força de trabalho, que acabam sendo vistas meramente como mão-de-obra temporária e descartável.

O trabalhador imigrante tem sido utilizado, como mão-de-obra barata e descartável, sem que se respeitem seus direitos fundamentais, em razão da situação precária de permanência que muitos deles encontram, principalmente aqueles que adentram ou permanecem no país de maneira ilegal, ao qual se subordinam em razão do medo da deportação e da esperança de, com o trabalho, conseguirem obter dinheiro e condições futuras de legalização.

O imigrante chega ao país de destino como estrangeiro, desprovido do acesso aos direitos de cidadania; apenas com a efetiva inserção dentro do sistema jurídico, do reconhecimento do Estado receptor de sua condição civil, é que passa a ter potencial acesso aos direitos mínimos. Um trabalhador que não consegue sua inserção dentro do sistema jurídico do país que o recebe é lançado na situação de abandono e miséria; sem documentos, não consegue remeter dinheiro para casa, nem abrir conta em banco, e fica mesmo impossibilitado de sair do país, porque, caso saia, não consegue mais retornar. Assim, foge da miséria em seu país para viver em condições ainda piores em um país estranho.

De acordo com Tedesco e Grzybovski (2013) os motivos de estes imigrantes estarem na região norte do Estado do Rio Grande do Sul são variados, mas a maioria deslocou-se de São Paulo, e no qual receberam informação de que no norte do Estado do Rio Grande do Sul seria possível agilizar a documentação para a estada provisória no país. A partir daí, iniciou-se intenso fluxo (i)migratório de senegaleses, fato que se somou à possibilidade imediata de empregos em frigoríficos e empresas. A maioria dos imigrantes tem experiência em seu país em atividades agrícolas e de comércio, mas muitos também possuem habilidades técnicas, como pedreiro, carpinteiro, soldador, motorista, mecânico, padeiro, etc.

Quanto ao mercado de trabalho, segundo os autores Tedesco e Grzybovski (2013) os imigrantes buscam as melhores oportunidades e, quando as encontram, simplesmente migram pela região. Juntos, eles exploram os benefícios econômicos e financeiros (salário, moradia, alimentação, transporte, outros) de uma proposta de trabalho e migram de uma para outra empresa com facilidade. Em relação aos aspectos culturais, os senegaleses conservam os hábitos religiosos, alimentares e de convivência em grupos. Entre eles, além da cordialidade e espontaneidade, é conservada a hierarquia familiar: permanece em pé quem é mais novo, seja nos espaços de convivência ou na calçada em frente às pousadas/moradias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetivou apresentar uma visão geral da construção da identidade de imigrantes no Brasil no mercado de trabalho, especificamente de senegaleses na região norte do Rio Grande do Sul.

Verificou-se que as relações de trabalho constituem uma dimensão central da vida do imigrante, pois fazem parte dos motivos da decisão de emigrar. A passagem de uma situação para outra com a intenção de melhorar de vida, instrumentalizada pelas questões de moradia, profissão, segurança econômica e aquisição de posses, passa a legitimar subjetivamente decisões migratórias dos senegaleses.

O recurso à mão de obra imigrante reflete interesses e estratégias de atores econômicos e da sociedade brasileira. Assim, os senegaleses são sujeitos com tendência de maior exploração e precarização de relações, tempos, espaços, atividades e remunerações.

Nessa apresentação sobre a presença de senegaleses na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, constatou-se que os imigrantes não estão integrados à sociedade regional, mas encontra-se inseridos no mercado de trabalho. Mantendo laços religiosos culturais, buscam por uma habitação adequado e barata, como também de uma remuneração mais satisfatória. Mesmo aceitando as adversidades inerentes a imigração os senegaleses não desejam voltar ao seu local de origem, e acabam criando uma nova identidade para a região norte do Estado.

5. REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BÓGUS, Lucia Maria Machado. **Globalização e migração internacional:** o que há de novo nesses processos. In DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio, e RESENDE, Paulo-Edgar A. (org.). *Desafios da globalização*, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORNHOFEN, Denean; KISTENMACHER, Georgia Mueller Peres. **A Cultura Norte-americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos:** o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bri/33004110044P0/2008/galdioli_as_me_mar.pdf>. Acesso em: 10.02.2015.

CUNHA, Guilherme da. Migrantes e refugiados: marco jurídico e estratégia no limiar do século XXI. In PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (organização). **Direitos Humanos no Século XXI.** Rio de Janeiro: IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo.** Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf>. Acesso em: 10.02.2015.

IANNI, Octávio. Globalização e diversidade. In PATARRA, Neide Lopes (coordenação). **Migrações internacionais:** Herança XX, Agenda XXI. Campinas: FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial, 1996.

LARAYA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 18ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MINAYO; Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis. Editora Vozes. 1994

ORTIZ, Renato. **Cultura e desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3194/2304>>. Acesso em: 15.02.2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

TEDESCO, João Carlos Tedesco; GRZYBOVSKI Denize. **Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000100015>. Acesso em: 15.02.2015.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.



DO CADASTRAMENTO FÍSICO DE LOTES À TITULAÇÃO DA POSSE DA MORADIA: REFLEXÕES SOBRE O EFEITO DE AFUNILAMENTO NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA AMAZÔNIA

*Myrian Silvana da Silva Cardoso*¹

*Durbens Martins Nascimento*²

*André Montenegro Duarte*³

*Shirley Coelho Muller*⁴

*Daniel Alvino Mesquita*⁵

*Fernanda de Miranda Amorim*⁶

RESUMO: O *paper* traz reflexões sobre o “efeito de afunilamento” no processo de regularização fundiária urbana, observado a partir da experiência da pesquisa e extensão na Universidade Federal do Pará em parceria com o Ministério das Cidades, no âmbito do Projeto Moradia Cidadã. Este projeto é desenvolvido em seis municípios paraenses, em continuidade ao Projeto Terra Legal, que visa agilizar o processo de regularização fundiária urbana na Amazônia a partir da doação de áreas urbanas ocupadas em terras da União para que os municípios procedam ao reconhecimento do direito à moradia, em benefício das famílias ocupantes. A expressão “efeito de afunilamento” descreve em termos quantitativos, o percentual de sucesso das ações desenvolvidas para a emissão de títulos. A conclusão dos procedimentos e consequente aproveitamento na forma de títulos emitidos e processos montados no universo de cadastros físicos realizados para fins de regularização fundiária é menor considerando o universo de imóveis existentes nos assentamentos. O estudo identifica os distintos “filtros” de análises adotados no processo em função do cumprimento de requisitos legais incidentes sobre parâmetros socioeconômicos, urbanísticos e ambientais estabelecidos principalmente na Lei 11.977/2007, bem como dos procedimentos administrativos e cartorários vigentes. Como resultado compara-se no *paper*, os processos realizados na vila Cristo Ressuscitado, Vila Perpétuo Socorro, Vila Galho e Vila Galho Grande localizadas no município de Concórdia do Pará. As experiências demonstram um significativo efeito de afunilamento, exigindo do poder público municipal a (re)definição de procedimentos específicos para que o reconhecimento do direito a terra e a moradia se efetive de fato nessas localidades, para tal articulando aspectos urbanísticos e ambientais aos procedimentos da regularização.

Palavras chaves: Efeito afunilamento, Legislação fundiária, moradia, Amazônia.

¹ Doutoranda em Ciências do Desenvolvimento Socioterritorial/NAEA, professora da Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal do Pará (UFGA), Belém, PA - Brasil, e-mail: myriansilvana@yahoo.com.br

² Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, professor do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFGA), Belém, PA - Brasil, e-mail: durbens.naea@gmail.com.

³ Doutor em Geociências, professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará (UFGA), Belém, PA - Brasil, e-mail: amonte@ufpa.br

⁴ Mestre em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFGA), Belém, PA - Brasil, e-mail: shirleymuller04@gmail.com

⁵ Engenheiro Sanitarista e Ambiental, Professor substituto do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará - Belém, PA - Brasil, e-mail:

⁶ Técnica em Agrimensura do Instituto Federal do Pará (IFPA), Graduanda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFGA), - Belém, PA - Brasil, e-mail:fma.agri@gmail.com

INTRODUÇÃO

A temática regularização fundiária urbana assumiu novos contornos no âmbito dos direitos coletivos ao planejamento urbano, meio ambiente equilibrado e gestão democrática das cidades, com o reconhecimento do direito social a moradia, introduzido pela Constituição de 1988. Este avanço é resultado do esforço jurídico-político internacional, e do Brasil, para construção de base para ampla garantia do direito à cidade, com intuito de garantir a integração socioespacial dos assentamentos informais, o que de maneira alguma se restringe ao reconhecimento individual da posse. Este autor ressalta que é preciso “uma discussão ampla e crítica da questão Afinal não há necessidade de estarmos constantemente inventando a roda de novo...” (FERNANDES, 2007).

No Brasil, o reconhecimento deste direito se intensifica com a edição do Estatuto da Cidade e da medida provisória 2220 em 2001 e, com a criação do Ministério das Cidades (MCidades) em 2003, que institui a Política Nacional de Regularização Fundiária Urbana em grande escala, fomentando a inserção deste tema nas agendas de governos estaduais e municipais, bem como das instituições sociais e de ensino e pesquisa. Muitas experiências de regularização voltaram-se para a legalização da posse, por meio da aplicação da Concessão Especial para Fins de Moradia (CUEM) ou Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), baseada num amplo material didático produzido, divulgado e disponibilizado pelo Governo Federal, dentre eles as cartilhas: “Regularização da Terra e da Moradia: O que é e como implementar”, publicada em 2002, e o “Manual de Regularização Fundiária Plena”, lançado em 2007.

Com efeito, verificou-se a intensificação de ações de regularização fundiária culminando com a legalização da posse, em meio a um elevado número de processos inconclusos ante aos requisitos legais estabelecidos para aplicação da CUEM. Fernandes (2007) afirma que as experiências baseadas na transferência do título pleno de propriedade individual aos moradores não foram exitosas, frente aos inúmeros obstáculos financeiros, técnicos e legais existentes (grifo dos autores).

Ao estudar os efeitos da aplicação dos requisitos legais e documentais ora praticados nos casos de aplicação de Concessão de Direito Especial para fins de Moradia (CUEM), Cardoso et al (2014) adota a expressão “efeito de afunilamento”, para descrever em termos quantitativos o percentual de sucesso entre os cadastros realizados e títulos emitidos, em experiências realizadas na Amazônia. Nesta análise, verificou-se que somente 40% dos cadastros realizados foram considerados passíveis de regularização perante os requisitos legais da CUEM no processo de legalização da posse nas terras da União sob o domínio da UFPA no Campus Universitário de Belém, que foram sendo ocupadas gradativamente pela população desde o início da década de 1970. Este efeito foi justificado principalmente pelo não enquadramento nos parâmetros dos requisitos legais de tamanho de lote em 250m², tempo de ocupação (que deve ser comprovadamente anterior ao ano de 1996), e renda familiar inferior a 5 salários mínimos. Os dados cadastrais desta experiência apontam para um grande número de imóveis não enquadrados nestes requisitos, embora a área seja considerada predominantemente como assentamento subnormal (CARDOSO, 2012).

Este percentual de afunilamento também foi verificado de forma mais intensa na etapa de análise documental dos moradores para fins de titulação, reduzindo a menos de 10% o total de processos com documentação completa, entre os cadastros realizados. Neste caso, a redução foi justificada, em grande parte, pelo desinteresse dos moradores em regularizar seus imóveis, ao observarem a documentação exigida e a modalidade do instrumento utilizado, no caso a CUEM,

pois julgam que tal instrumento não traz os mesmos benefícios que a doação (propriedade). Por outro lado, muitos moradores relatam não possuírem parte da documentação exigida, como RG, CPF ou certidão nascimento ou casamento, ou quando as tem encontram-se ilegíveis ou danificadas. Além disso, alguns moradores alegam impossibilidade de apresentar tais documentações por problemas conjugais ou judiciais (UFPA, 2011). Os requisitos legais e documentais ora mencionados podem ser considerados como “filtros” de análise recorrente na regularização, também verificados nas experiências da UFPA nos municípios de Marabá e Barcarena, com vistas à emissão de CUEM nas terras da União em processo de regularização.

É necessário que este efeito seja estudado em outras experiências com aplicação de CUEM e de outros instrumentos para verificar se a situação da informalidade está sendo reduzida, se perpetuando, ou se tornando um ciclo vicioso, pois para se regularizar são exigidos requisitos legais e documentais formais, e distantes da realidade social e territorial urbana, nas distintas escalas regional e local. Neste sentido, Alfonsin (2006, p.35), ao considerar que o direito social a moradia estará em permanente ameaça enquanto a regularização jurídica da posse não for concretizada, destaca que:

A segurança da posse, por se tratar de elemento central do direito humano à moradia, deve ser assegurada a todos, com igualdade e sem discriminação, individual ou coletiva, independente de idade, status econômico, grupo ou outra afiliação e status (grifo dos autores).

A igualdade de tratamento se aproxima daquilo que ensinou o filósofo grego Aristóteles ao ressaltar que “devemos tratar igualmente os iguais, e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades”. Fernandes (2006) defende que não deve ser considerando inócuo o fato de existirem leis que “não pegam” pelo contrário, deve-se procurar entender por que isso ocorre com a máxima urgência, visto as implicações jurídicas, culturais e ideológicas, sobretudo na área urbanística e ambiental. Ele considera que a sociologia e a antropologia têm significativa contribuição nesta análise, bem como a geografia, arquitetura e urbanismo que buscam interpretar este fenômeno. Este mesmo autor ressalta que “o processo de produção da lei é o mesmo processo de produção da ilegalidade”, pois exclui boa parte dos moradores do mundo jus-urbanístico:

Se há 80% das pessoas vivendo ilegalmente, o que está em xeque é a própria ordem jurídica, que exclui toda essa enorme parcela da população do reconhecimento de muitos direitos básicos e universais. (FERNANDES, 2006, p.130)

Neste sentido, Silva (2003) destaca que quando houver dúvidas quanto à legitimidade da própria lei, esta deve afastar-se. A legitimidade pressupõe consenso social e ético para sociedade, somente nestes termos a lei pode ser considerada legítima, logo que “a lei, elaborada pelos homens, deve existir para preservar o consenso social, e não para destruí-los, nem o homem, nem o consenso”, conclui Cardoso et al (2012, p. 117). Este é o espírito observado no Estatuto da Cidade em seu parágrafo XIV do art. 2º, que determina a regularização e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, com a definição de normas especiais (grifo próprio) de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerando a situação socioeconômica da população e das normas ambientais.

O presente *paper* busca contribuir para esta discussão, verificando se este “efeito de afunilamento” é percebido nos casos de regularização fundiária em meio aos requisitos para

Doação, estabelecido no âmbito do Programa Terra Legal. Para tanto, estuda-se o caso dos requisitos de regularização fundiária aplicados em quatro vilas dispersas localizadas no município de Concórdia do Pará, no âmbito do Projeto Moradia Cidadã, indicando se estes requisitos serviram como fatores de inclusão ou exclusão das famílias do processo de regularização, que culmina com a entrega de títulos aos moradores.

DA POLÍTICA NACIONAL ÀS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA AMAZÔNIA

Nas últimas duas décadas, inúmeros programas de regularização de assentamentos informais, foram concebidos no Brasil e em outros países da América Latina com o fim de reconhecer o direito social a moradia, em atendimento as demandas sociais expressas nas diversas declarações, tratados e convenções internacionais, bem como buscar o resgate de uma dívida secular destas sociedades nacionais consigo próprias. No Brasil, no período de 2003 a 2006, a difusão da regularização fundiária como instrumento de garantia do direito a posse ganhou destaque nos debates ocorridos no processo de elaboração dos planos diretores e, sequencialmente, nas conferências das cidades realizadas nas três esferas de governos.

No entanto, os planos diretores municipais, aprovados em 2006, não incorporaram de forma efetiva esta temática enquanto política pública municipal. Tal afirmativa está pautada nas avaliações sobre os planos diretores municipais realizadas pelo Governo Federal (BRASIL, 2009) e pelo Governo no Estado do Pará (PARÁ, 2007). Nestas análises, podem-se verificar algumas lacunas quanto à regulamentação dos instrumentos de planejamento municipal, dentre eles os institutos jurídicos e políticos estabelecidos no inciso V do art.4^a do EC, como: zonas especiais de interesse social, concessões de uso, usucapião especial, regularização fundiária e outros. Estes instrumentos ainda permanecem sem regulamentação específica na maioria dos municípios, fato que reduz enormemente o grau de aplicabilidade dos planos diretores e da política de regularização fundiária, que necessita da regulamentação dos institutos jurídicos e políticos para aplicação em áreas urbanas.

Como suporte a aplicação dos instrumentos de regularização fundiária, o Governo Federal edita a Lei 11.481/2007, com intuito de agilizar o processo de regularização fundiária em terras da União e viabiliza a destinação de imóveis federais para os programas e habitação de interesse social, com a possibilidade de aplicação do instrumento de alienação onerosa ou gratuita aos ocupantes de terras federais ocupadas (JUCÁ, 2009).

Em 2009, o Governo Federal edita as Leis 11.977/2009 que institui o Programa Minha Casa Minha Vida e trata da regularização fundiária urbana e 11.952/2009 que normatiza a regularização fundiária em ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal e permite a doação de áreas federais inseridas em áreas urbanizadas e em áreas de expansão urbana. A instituição desta base normativa possibilitou que diversas municipalidades solicitassem ao governo federal o repasse das áreas urbanas ocupadas para fins de regularização em favor dos moradores. Em decorrência, em 2011 haviam 131 pedidos de doação junto à coordenação do Programa Terra Legal, dos quais 54 (41%) já haviam sido concluídos. Entre as áreas repassadas, observam-se perímetros urbanos consolidados ou em consolidação, sendo 32 no Estado do Pará, de um total de 50 pedidos (Brito, 2011). O repasse destes perímetros urbanos foi realizado com

encargos aos municípios, visando à efetivação de alienação gratuita ou onerosa, para imóveis existentes nas mesmas, seguindo a requisitos específicos.

Nesse sentido, e com intuito de garantir o apoio técnico e financeiro aos municípios, o Governo Federal, através do Ministério das Cidades, firmou parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) nessa empreitada. O Projeto Moradia Cidadã surge neste contexto, como uma ação piloto, visando à construção de uma metodologia de trabalho, que inclui o desenvolvimento de software para dar celeridade ao processo de regularização em seis municípios⁷ do Estado do Pará, cujo método de trabalho poderá ser posteriormente, difundido para demais municipalidades. Atualmente o “Moradia Cidadã” encontra-se na fase de licenciamento e aprovação do Projeto de Regularização Fundiária para fins de registro cartorário da Planta de Parcelamento, que ensejará a abertura das matrículas individuais dos lotes indicados como passíveis de regularização imediata e imóveis com restrições à regularização.

Os imóveis que apresentaram algum tipo de restrição à regularização estarão sujeitos a estudos técnicos específicos, para determinar a viabilidade da regularização com encargos ao morador ou, em última análise, a sujeição ao remanejamento. No caso de regularização com encargos, poderão ser utilizados outros instrumentos, como concessões, por tempo determinado ou não. Na Amazônia, o Governo Federal tem reunido esforços em continuidade às ações do Programa Terra Legal, no sentido de consolidar uma metodologia de trabalho voltada a regularização fundiária urbana no contexto da Região Amazônica. Dentre estes esforços, o Projeto Moradia Cidadã, que constitui uma iniciativa do Ministério das Cidades, em parceria com a Universidade Federal do Pará e conta com o apoio da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento de Pesquisa e prefeituras municipais.

O Projeto se desenvolve considerando as determinações da Lei Federal 11.977/2007, que estabelece a regularização fundiária como um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização do assentamento e da posse, com o fim de garantir o direito social à moradia, a função social da propriedade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, o Projeto prevê inicialmente a regularização do assentamento, do ponto de vista dominial, urbanístico, ambiental e cartorário para reconhecimento do parcelamento existente, ensejando assim a abertura das matrículas individuais dos lotes passíveis de regularização e a definição de medidas complementares ao equacionamento dos casos com restrições a regularização. Com base neste pressuposto, o projeto foi subdividido em duas fases: planejamento e execução (da regularização propriamente dita).

A fase de planejamento envolveu os serviços de definição de metodologia de trabalho, simultaneamente ao desenvolvimento de software, estudos técnicos e levantamento topográfico cadastral das áreas a serem regularizadas. A fase de execução reuniu as atividades voltadas ao cadastramento físico-social e de atividades econômicas, elaboração de projeto de sistema viário e urbanização, regularização fundiária e parcelamento do solo, culminando com o registro dos projetos, para viabilizar a instrução processual individualizada dos lotes para fins de titulação e escrituração dos imóveis.

⁷ O Projeto os municípios de Capitão Poço, Concórdia do Pará, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá e Tomé Açu, envolvendo um total de 22 áreas, entre vilas urbanas dispersas e sedes municipais. Um conjunto de áreas que abrigam em torno de 23 mil imóveis.

O desenvolvimento destes trabalhos iniciou-se com um processo de mobilização dos gestores e técnicos municipais, representantes do poder legislativo e da comunidade local, bem como dos cartórios e organizações como associações de bairro, entidade de classe, instituições religiosas etc, em três momentos distintos: adesão, sensibilização e capacitação para participação no projeto, culminando na formação do Grupo de Trabalho Municipal (GTM).

ESTUDO DE CASO: AS VILAS URBANAS DISPERSAS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ

No município de Concórdia do Pará, localizado na mesorregião Nordeste do Estado, o Projeto Moradia Cidadã volta-se a regularização de quatro vilas urbanas dispersas, denominadas de Vila Cristo Ressuscitado, Vila Perpétuo Socorro, Vila Galho e Vila Galho Grande (figura 01).

Figura 01: Localização Das Vilas No Município de Concórdia Do Pará



Fonte: Plano de Ação Municipal / UPPA, 2013. Desenho: Walter Jardim, 2013.

O processo de ocupação das quatro vilas foi iniciado há mais de 10 anos e atualmente, as vilas reúnem 360 moradores, apresentando-se com densidade demográfica que variam entre 15 a 53 hab/ha. Com base no conceito de área urbana, estabelecido no Plano Diretor do município de Concórdia do Pará, estas quatro vilas podem ser consideradas como urbanas, embora em estágio

inicial de consolidação, visto seu traçado marcado por vias públicas que delimitam quadras e lotes em formação, com infraestrutura de redes de energia elétrica pelo menos e soluções individuais de abastecimento de água, esgotamento sanitário e descarte de resíduos, pouco adequadas, não sendo verificados riscos ambientais graves e ocupações em área de riscos de deslizamento ou inundações.

As condições de moradia e habitabilidade podem ser caracterizadas por construções térreas (em madeira ou alvenaria), implantadas de forma isolada nos lotes, permitindo a iluminação e ventilação natural nas unidades. Em sua maioria contém sala, quarto, cozinha e instalações sanitárias externas ao domicílio. As famílias apresentam-se com renda familiar abaixo de cinco salários mínimos predominantemente, e complementam esta renda com práticas de subsistência, como plantações, criações e comércios de pequeno porte.

Considerando o padrão construtivo, nível de renda e precariedade nos serviços e soluções de saneamento básico, os Projetos de Regularização Fundiária das quatro vilas foram desenvolvidos na modalidade Interesse Social, nos termos da Lei 11.977/2007. Nas quatro vilas analisadas no município de Concórdia do Pará verificou-se um total de 126 lotes, sendo 17 imóveis não construídos e sem uso e 108 imóveis construídos, com 134 unidades prediais com diferentes usos, conforme demonstra o quadro 1.

Quadro 1: Quantitativo de imóveis por tipo e total de lote e unidades construídas

VILAS	Nº de lotes	Nº de lotes sem uso	Nº de unidades residenciais	Nº de unidades Atividade de subsistência	Nº de unidades de uso público	Nº de demais unidades construídas	Total de unidades construídas
Cristo Ressuscitado	25	1	22	0	1	1	25
Perpétuo Socorro	26	4	22	1	0	0	27
Galho	53	9	39	3	3	2	56
Galho Grande	22	3	17	1	5	1	26
TOTAIS	126	17	100	3	9	3	134

Fonte: Cadastro imobiliário, social e de atividades, UFPA, 2013.

Neste *paper* os 126 lotes apresentados no quadro 1 foram analisados quanto ao enquadramento em requisitos técnicos, legais e documentais, constituindo-se em três filtros de análise do processo de regularização, que no caso dos usos residenciais, de subsistência e públicos podem ser regularizados de forma gratuita no requisito uso do imóveis, no entanto é preciso verificar os outros requisitos que podem causar o “efeito de afunilamento”.

O **primeiro filtro, o técnico**, tem caráter de limitação provisória, até que as situações de irregularidades sejam sanadas ou estudo técnico específico declare impedimento à regularização, indicando os moradores para remanejamento ou para inserção em programas sociais de reposição ou melhoria habitacional, ou aponte a viabilidade de regularização com ou sem encargos ao morador.

Os **requisitos técnicos** são constituídos por elementos que indicam impedimentos à regularização nas dimensões: ambiental, urbanística, jurídica e social, a saber:

- Ambiental:
 - Imóvel potencialmente com risco de poluição/degradação: correspondem aos imóveis situados em locais com indícios de desmatamento em áreas de preservação, represamento irregular, extração de material mineral, queimadas ou outros danos significativos ao ar, solo, água, fauna e flora;
 - Risco: imóvel inserido em área com risco de deslizamento iminente, alagamento dentre outros riscos à integridade física e de saúde do morador;
 - Área de Proteção: imóvel inserido em área de proteção de morros, encostas ou margens de rios, igarapés, córregos ou nascentes.
- Urbanística:
 - Imóvel construído sem acesso direto ou indireto (vila) a via pública, ou seja, imóvel popularmente conhecido como “lote encravado”;
 - Imóvel construído em faixas não edificantes, como margens de rios, linhão de rede de energia, proteção de rodovias;
 - Imóvel construído fora do limite de quadra / alinhamento, consolidado ou pactuado no Projeto de Regularização Fundiária, configurando obstrução de vias públicas ou calçadas;
- Jurídica:
 - Condições da posse: posse em conflito de morador ou em processo judicial;
 - Imóvel fracionado pela matrícula – corresponde aos lotes localizados nas extremidades da poligonal doada pelo Programa Terra Legal, e que corta a área do lote e benfeitoria.
- Social:
 - Imóvel não utilizado ou subutilizado, ou seja, lote vazio sem uso;
 - Imóvel com benfeitoria em estado de ruína ou desocupado;
 - Imóvel com benfeitoria e com indícios de desmoração ou em condições de habitabilidade/insalubridade inadequada a integridade física e da saúde do morador, necessitando de reposição ou melhoria habitacional.

A tabela 1 a seguir apresenta estes requisitos com os resultados da aplicação no caso das vilas em estudo. Os valores das colunas indicam a quantidade de lotes em cada situação, podendo ocorrer o acúmulo de situações no mesmo lote. A última coluna da planilha contém o total de imóveis por parâmetro/requisito para o conjunto das quatro vilas. Nas últimas duas linhas do quadro são descritos os totais de lotes retidos provisoriamente neste filtro, com os respectivos percentuais de afunilamento por vila e total.

Ainda nesta tabela o filtro técnico representou um maior “efeito de afunilamento” na Vila Galho Grande (45%), seguindo pela Vila Perpetuo Socorro (19%), Vila Galho e Cristo Ressuscitado (4%). Este efeito deve-se à incidência de 18 imóveis não construídos (sem uso) e 7 imóveis abandonados ou desocupados, configurando-se como imóveis que não desempenham função social, devendo-se notificar o morador nos termos do Estatuto da Cidade, além dos 9 imóveis localizados em APPs, dos quais 7 apontam risco de degradação, ficando sujeitos a estudo técnico específico. Ressalta-se ainda a existência de dois lotes, cuja poligonal da matrícula doada cortam as

benfeitorias (moradia) existentes nos mesmos, condição que exige o ajuste tabular da matrícula junto ao cartório ou “desmembramento” do lote em duas parcelas para fins de regularização.

Tabela 01: Filtro Técnico com caráter de limitação provisória

Requisitos	Parâmetros	Incidência de lotes das 4 vilas				
		V1 (25 lotes)	V2 (26 lotes)	V3 (22 lotes)	V4 (57 lotes)	TOTAL (130 lotes)
Ambiental	Imóvel potencialmente com risco de poluição/degradação ou para qualidade de vida do morador	-	-	6	1	7
	Imóvel localizado em área de risco	-	-	-	-	-
	Imóvel localizado em Área de Preservação Permanente	-	-	6	3	9
Urbanístico	Imóvel sem acesso a via pública	-	-	-	-	-
	Imóvel em área não edificante	-	-	1	-	1
	Imóvel fora do limite de quadra	-	-	-	-	-
Jurídico	Posse em conflito	-	-	-	-	-
	Benfeitoria fracionada pela matrícula	-	-	1	1	2
Social	Imóvel subutilizado (vazio ou ruína)	-	4	5	9	18
	Imóvel não utilizado (abandonado/desocupado)	1	1	5	-	7
	Benfeitoria com risco a integridade/salubridade	-	-	-	-	-
TOTAL DE LOTES RETIDOS NO FILTRO 1		1	5	10	9	25
PERCENTUAL DE AFUNILAMENTO NO FILTRO 1		4%	19%	45%	15%	19%

OBS: (V1-Vila Cristo Ressuscitado; V2-Vila Perpetuo Socorro; V3-Vila Galho Grande; V4-Vila Galho)

Elaboração dos autores

Fonte: cadastro físico, social e de atividades do Projeto Moradia Cidadã - UFPA , 2013.

A tabela 1 ainda demonstra o “efeito de afunilamento” no total das vilas em 19% ou 25 imóveis dos 130 existentes nas quatro vilas. Com efeito, apenas 105 ou 81% de imóveis, seguem para o Filtro 2, onde ocorre a análise documental, também em caráter de limitação provisória, pois a condição de indeferimento por documentação incompleta pode ser alterada em qualquer tempo, por iniciativa do morador e fomento do poder público com ações de incentivo a emissão de RG, CPF e Certidões/Declarações necessários a instrução processual. No filtro documental, verifica-se a disponibilização e as condições de legibilidade da documentação exigida ao morador, como:

- RG do titular e cônjuge quando houver;
- CPF do titular e cônjuge se houver;
- Certidão de casamento ou divórcio, ou declaração de união estável;
- Atestado de Óbito do cônjuge quando for o caso;

Não são consideradas nesta análise a comprovação de renda, endereço e posse, uma vez que, a ausência destes é suprida pela emissão de declaração emitida pelo morador ou associação de moradores, no caso do endereço e posse, mediante a confirmação de testemunhas.

A tabela 2 apresenta o resultado da análise documental. Nas colunas encontram-se os quantitativos de imóveis por tipo de documentação não disponibilizada pelo morador, podendo ser acumulativo. Na última coluna a somatória desta situação no conjunto das quatro vilas.

Tabela 2: Filtro Documental com caráter de limitação provisória

Requisitos	Parâmetros	Incidência de lotes das 4 vilas				
		V1 (25 lotes)	V2 (26 lotes)	V3 (22 lotes)	V4 (57 lotes)	TOTAL (130 lotes)
RG	Ausência de RG do Titular e/ou Cônjuge	4	2	2	10	18
CPF	Ausência de RG do Titular e/ou Cônjuge	4	2	2	10	18
Certidão de casamento, óbito	Ausência de certidão do titular	4	1	-	-	5
TOTAL DE LOTES RETIDOS NO FILTRO 2		7	2	2	10	21
PERCENTUAL DE AFUNILAMENTO NO FILTRO 2		28%	7%	9%	17%	16%

OBS: (V1-Vila Cristo Ressuscitado; V2-Vila Perpétuo Socorro; V3-Vila Galho Grande; V4-Vila Galho)

Elaboração dos autores

Fonte: cadastro físico, social e de atividades do Projeto Moradia Cidadã - UFPA, 2013.

Os dados da Tabela 2, também demonstram que o “efeito de afunilamento” na análise documental é significativo, em especial da Vila Cristo Ressuscitado com 28% de afunilamento, seguindo de 17% na Vila Galho, 9% na Vila Galho Grande e 7% na Vila Perpétuo Socorro. Este efeito é mais expressivo quanto à ausência de RG e CPF, em geral por extravio ou falta de registro. Esse fato impõe ao processo de regularização fundiária, a necessidade de integração com as políticas públicas social de fomento a emissão de registro e certidões, por conseguinte ampliado o acesso à cidadania. A mesma tabela demonstrou também que mais de 16%, ou 21 imóveis do total de 130 lotes foram retidos no Filtro 2, por não disponibilizarem toda a documentação exigida no processo.

A partir dos dados demonstrados nas tabelas 1 e 2 verifica-se a retenção de **46 lotes**, 25 imóveis no filtro 1 e 21 imóveis no filtro 2, o que demonstra um afunilamento provisório de **35%** entre os 130 lotes existentes nas vilas, sendo 19 (15%) na Vila Galho, 12 (9%) na Vila Galho Grande, 8 (6%) na Vila Cristo Ressuscitado, 7(5%) na Vila Perpétuo Socorro. Isto implica dizer que há um universo de **84 imóveis**, ou seja, **65% a ser regularizado de forma imediata**. No projeto Moradia Cidadã esta regularização deve ser realizada por meio de Alienação, gratuita ou onerosa nos termos do Contrato de Doação do Programa Terra Legal. Assim, foi estabelecido um **terceiro filtro de análise, em caráter classificatório**, considerando os requisitos legais estabelecidos neste Contrato, constituindo-se no **Filtro Legal**. Nele é possível verificar o percentual de imóveis por tipo de instrumento, segundo aspectos físicos e socioeconômicos de ocupação como: área de lote; uso, regime de utilização e quantidade de imóveis por morador; tempo de moradia e renda familiar.

A tabela 3 a seguir apresenta os requisitos legais com os resultados da aplicação no caso das vilas em estudo, considerando o universo dos 84 imóveis não retidos nos Filtros 1 e 2, sendo 38 (29%) imóveis na Vila Galho, 19 (14%) na Vila Perpétuo Socorro, 17 (13%) na Vila Cristo Ressuscitado e 10 (7%) na Vila Galho Grande. Ressaltando-se que os 46 imóveis retidos não constam nesta tabela, na qual os valores apresentados nas colunas indicam a quantidade de lotes em cada situação. Não ocorrendo acúmulo de situação no mesmo lote em cada requisito, o acúmulo pode ocorrer somente entre parâmetros de requisitos diferentes. A última coluna da planilha contém o total de imóveis por parâmetro/requisito para o conjunto das quatro vilas. Nas últimas duas linhas do quadro são descritos o total de lotes por tipo de alienação.

Tabela 03: Filtro Legal com caráter classificatório por tipo de alienação

Requisitos	Parâmetros	Incidência de lotes das 4 vilas				
		V1 (25 lotes)	V2 (26 lotes)	V3 (22 lotes)	V4 (57 lotes)	TOTAL (130 lotes)
		17 lotes validos	19 lotes validos	10 lotes validos	38 lotes validos	84 lotes validos
Área de lote	< 1.000 m ² (gratuita)	16	18	1	30	65
	> 1.000 m ² (onerosa)	1	1	9	8	19
	> 5.000 m ² (licitação)	-	-	-	-	-
Tipo de uso do imóvel	Moradia (gratuita)	16	19	8	34	78
	Meio de subsistência (gratuita)	-	-	-	2	2
	Atividade pública (gratuita)	1	-	-	2	3
	Demais usos (onerosa)	-	-	1	-	1
Regime de utilização	Próprio (gratuita)	17	19	10	37	83
	Alugado, cedido, outros (onerosa)	-	-	-	1	1
Quantidade de imóveis	Somente um imóvel (gratuita)	15	17	9	34	75
	Mais de um imóvel (onerosa)	2	2	1	4	9
Tempo de moradia	Anterior a 11 de fevereiro de 2009 (gratuita)	12	12	8	27	59
	Posterior a 11 de fevereiro de 2009 (oneroso)	5	7	2	11	25
Renda familiar	< 5 salários mínimos (gratuita)	17	19	10	37	83
	> 5 salários mínimos (onerosa)	-	-	-	1	1
TOTAL DE LOTES REGULARIZAVEIS POR ALIENAÇÃO GRATUITA		11 (65%)	8 (42%)	- (0%)	20 (53%)	38 (45%)
TOTAL DE LOTES REGULARIZAVEIS POR ALIENAÇÃO ONEROSA		6 (35%)	11 (58%)	10 (100%)	18 (47%)	45 (55%)

OBS: (V1-Vila Cristo Ressuscitado; V2-Vila Perpetuo Socorro; V3-Vila Galho Grande; V4-Vila Galho)

Elaboração dos autores

Fonte: cadastro físico, social e de atividades do Projeto Moradia Cidadã - UFPA, 2013.

Os dados demonstram que 38 (45%) dos imóveis poderão ser regularizados por alienação gratuita e 45 (55%) por alienação onerosa no total dos 84 lotes (65%) que foram considerados aptos à regularização fundiária sem restrições ou impedimentos. No universo dos 130 lotes existentes nas vilas, isto representa um percentual de 29% de imóveis regularizáveis de forma imediata por alienação gratuita, contra 34% de imóveis regularizáveis de forma imediata por alienação onerosa. No entanto, urge que a administração municipal estabeleça os valores e procedimentos para efetivar a regularização de forma onerosa considerando o perfil econômico dos moradores, uma vez que 98% das famílias ou atividades são consideradas de baixa renda, entre os 84 imóveis passíveis de regularização imediata.

Traçando um paralelo entre os requisitos legais aplicados na Alienação, estabelecidos pelo Programa Terra Legal, e os requisitos para CUEM, verificou-se uma redução de 5% no “efeito de afunilamento” no primeiro caso. Este fato pode ser justificado pela flexibilização dos parâmetros área de lote de 250m² para 1.000m², e redução do tempo mínimo de ocupação cujo ano de referência passa de 1996 (CUEM) para 2009 (Alienação). Esta flexibilização, embora represente um grande avanço, ainda não se mostrou satisfatória nas vilas estudadas, uma vez que 77% de lotes regularizáveis de forma imediata, tem área acima de 1.000m², embora 98% das famílias enquadrem-se como de baixa renda. Se for considerado que dentre os imóveis retidos provisoriamente nos filtros 1 e 2, 41% deles também têm área superior a 1.000m² e que 50% são ocupados por população de baixa renda, este parâmetro torna-se ainda mais inadequado para a realidade em estudo.

Por outro lado, o requisito tempo de moradia estabelecido para alienação mostrou-se mais adequado que na CUEM, uma vez que, 70% dos imóveis regularizáveis e 34% dos imóveis retidos nos filtros 1 e 2 apresentam tempo de ocupação passível de regularização por alienação gratuita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados observados acredita-se que a política nacional, estadual e municipal de regularização fundiária exige a flexibilização dos referenciais vigentes, aproximando este processo da noção da função social e do direito à cidade sustentável, princípios estabelecidos no Estatuto da Cidade. Os requisitos legais quando aplicados de forma homogênea, em diferentes realidades e tipos de assentamentos urbanos, sejam em cidades sedes municipais, de distritos ou demais aglomerações urbanas, como vilas, agrovilas ou comunidades dispersas, gera o “efeito de afunilamento”. O estudo deste efeito contribui para o entendimento daquilo que Fernandes considera como obstáculos financeiros, técnicos e legais existentes no processo de regularização fundiária, e possibilita o enfrentamento destes obstáculos de forma mais eficaz.

Neste sentido, é importante ressaltar que o processo de regularização não se encerra na titulação e registro dos imóveis passíveis de regularização imediata. A superação dos impedimentos e restrições inicialmente diagnosticadas ocorrem, quando a regularização é implementada de forma a garantir que, as desigualdades sejam tratadas com desigualdades de soluções, visando o alcance da igualdade no tratamento das distintas realidades sem discriminação, como assim sugerem pensadores e autores de épocas remota e atual, como o filósofo grego Aristóteles e a pesquisadora brasileira Betânia Alfonsin.

O fim maior da regularização nos termos da lei federal 11.97/2009 é a integração do assentamento à cidade cada vez mais sustentável, e não somente a titulação em meio ao processo de exclusão resultante da aplicação dos requisitos técnicos, documentais e legais. É preciso que a avaliação e revisão destes referenciais sejam constantes e adequadas a cada realidade. Os requisitos de regularização pensados para grandes e médias cidades, não podem ser os mesmos que tratam pequenas cidades e vilarejos urbanos.

Por fim, recomenda-se neste *paper* que a superação dos impedimentos e restrições ora discutida seja viabilizada por meio de negociação com os ocupantes, visando à definição de encargos ambientais, urbanísticos e sociais, pactuados entre poder público e sociedade, para fins de titulação por estágios, até que sejam mitigados os danos socioambientais e urbanísticos, de forma gradual e integrada, considerando o caráter interdisciplinar que esta ação requer.

Referências

ALFONSIN, Betânia de Moraes. Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão / Betânia de Moraes Alfonsin, Edésio Fernandes. 2 tiragem. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979: dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em: 15 out. 2009.

_____. Lei nº 11.952, de 25 de julho de 2009: Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11952.htm> Acesso 14 abr.2012.

_____. Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2009. Acesso: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 5 de setembro de 2014.

_____. Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001: dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1o do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm>. Acesso em: 14 abr. 2012.

_____. Relatório Estadual: Rede de avaliação e capacitação para implementação dos planos diretores participativos. MERCES, Simaia; CARDOSO, Myrian (orgs.), 2009.

BRITO, Brenda. A regularização fundiária avançou na Amazônia? Os dois anos do Programa Terra Legal / Brenda Brito; Paulo Barreto. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, 2011.

CARDOSO, Myrian Silvana da Silva. MÜLLER, Shirley Coelho. DUARTE, André Augusto Azevedo Montenegro. LIMA, José Júlio Ferreira. Desconformidades urbanas no contexto do direito à cidade sustentável na Amazônia: olhares, parâmetros e desafios. In: Mídia, ciência e sustentabilidade. SANTOS, Protásio César dos; SANTOS, Saulo Ribeiro dos; REIS, Jovelina Maria Oliveira dos (orgs.). São Luiz: EDUEMA, 2012, p. 186.

CARDOSO, Myrian Silvana da Silva; MULLER, Shirley Coelho; DUARTE, André Augusto Azevedo Montenegro and LIMA, José Júlio Ferreira. Ações de regularização fundiária e de mensuração das desconformidades urbanas: o caso das terras da União sob a tutela da Universidade Federal do Pará na cidade de Belém (PA). *Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana* [online], v. 6, n. 3, p. 307-322, set./dez. 2014.

FERNANDES, Edésio. In: BRASIL, Ministério das Cidades. Regularização Fundiária no Brasil / Coordenação: CARVALHO, Celso Santos; GOUVEA, Denise de Campos. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

_____. Direito e Gestão na construção da cidade democrática no Brasil. In: Brandão, Carlos Antônio Leite (org), *As Cidades das Cidades*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

UFPA, Universidade Federal do Pará. Projeto Regularização Fundiária: Uma Questão de Cidadania. Relatório Parcial /Coord. Prof. Dr. André Montenegro Duarte. Org. Myrian Silvana da Silva Cardoso – Pará - UFPA, 2011.

JUCÁ, Maria Teresa Saenz. Regularização Fundiária: Barcarena. Relatório do projeto. CRF, 2012. In: BRASIL, Ministério das Cidades. Regularização Fundiária no Brasil / Coordenação: CARVALHO, Celso Santos; GOUVEA, Denise de Campos. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

PARÁ. Secretaria Executiva de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional. Planilha contendo critérios para elaboração de planos diretores em municípios do estado e outras informações. Org. CARDOSO, Myrian Silvana da Silva. Belém, [s. n.], mai. 2007.

SILVA, Alexandre Rezende da. Legalidade e legitimidade. *Jus Navegandi*, Teresina, ano 8, n. 63, mar.2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/3814>>. Acesso em: 25 abr.2012.

UFPA, Universidade Federal do Pará. Regularização Fundiária Barcarena. Relatório do projeto. CRF, 2012.

_____.Regularização Fundiária: Bairro Francisco Coelho – Marabá. Relatório do projeto. CRF, 2011.

FRONTEIRAS E INSTITUIÇÕES NO CAPITALISMO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-TEÓRICA PARA O CASO BRASILEIRO

André Cutrim Carvalho¹
Cleyton Alves Candeira Pimentel²

RESUMO

O presente artigo tem como propósito fundamental discutir o significado de fronteira e o papel das instituições no processo de desenvolvimento de uma economia de mercado sob a ótica neo-institucionalista. No Brasil, o movimento de ocupação territorial da fronteira brasileira não ocorre(u) exclusivamente por meio de contingentes de famílias de pequenos lavradores – enquanto unidades de produção familiar – mas sim através de um *mix* que envolve diversos segmentos sociais: pequenos produtores de base familiar, migrantes, empresários, fazendeiros e homens “sem terra”, todos em busca de terras para ocupar, produzir ou especular. A fronteira agrícola é vista como um elo institucional entre o desenvolvimento capitalista em curso e os espaços vazios – com uma grande quantidade de terras disponíveis – que logo se transformam em regiões ocupadas economicamente com baixo grau de ordenamento institucional-legal e domínio da acumulação do capital. O procedimento utilizado para o melhor desenvolvimento desta pesquisa envolve o método dedutivo porque parte do geral, ou seja, a discussão envolvendo os fundamentos teóricos para a compreensão da dinâmica de expansão do capitalismo na fronteira e, também, o método indutivo porque considera o particular: o papel das instituições e organizações em uma economia capitalista. De fato, o governo militar lançou a “Operação Amazônia” que criou a Amazônia Legal e todo o aparato institucional que contribuiu para transformar a Amazônia Legal – enquanto uma mera instituição – em uma verdadeira fronteira real e por isso o lócus dos conflitos da luta pela terra no Brasil. A principal conclusão é que a fronteira não é necessariamente uma região distante ou um território vazio em termos de densidade demográfica, já que na verdade ela é fronteira do ponto de vista do capital, portanto, a fronteira econômica é uma relação social de produção porque a estrutura da sociedade em construção no território da fronteira é dominada (in)diretamente pelo capital.

Palavras-chave: fronteira; instituições; neo-institucionalista; Amazônia Legal; capital.

1. INTRODUÇÃO

Primeiramente, se faz necessário entender alguns aspectos importantes relacionados ao debate sobre a fronteira. Hennessy (1978, p. 03) afirma que “as sociedades latino-americanas estão ainda no estágio histórico de fronteira”. Nessa etapa da história, as relações econômicas, sociais e

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Docente da FACECON/ICSA/UFPA. E-mail: andrecc83@gmail.com

² Graduando em Ciências Econômicas. Discente da FACECON/ICSA/UFPA. E-mail: cleyton_underline@hotmail.com

políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento da expansão demográfica e econômica sobre terras não-ocupadas ou ainda não completamente ocupadas.

Na América Latina, como já assinalou Foweraker (1982), a última grande fronteira é a Amazônia (brasileira). As áreas de fronteiras no Brasil têm traços e processos de ocupação que as caracterizam e as diferenciam das outras áreas fora do território nacional. Na fronteira, embora na prática a terra não esteja inteiramente disponível para o acesso a todos os imigrantes, a ideologia da “fronteira aberta” representa, no imaginário coletivo dos grupos sociais, daqueles indivíduos despossuídos de meios de produção, uma oportunidade para melhorar as suas condições de vida.

Velho (1972, p. 93) observa que “o lócus por excelência da terra “ilimitada” é, obviamente, a fronteira”. Em outras palavras, a fronteira é um lócus privilegiado para uma ideologia clássica de *laissez-faire* em condições tais que de fato existe uma possibilidade ampla para pelo menos um certo grau de avanço pessoal comparado com situações anteriores.

É de extrema importância situar a discussão sobre a Teoria da Fronteira e das Instituições como marco referencial teórico para uma melhor compreensão do fenômeno do avanço da frente agropecuária capitalista. Nota-se que é a combinação das ações político-econômicas – operadas pelas instituições – que permite a formulação de políticas públicas direcionadas para solucionar os problemas sociais, econômicos e ambientais da agenda governamental.

Nesse contexto, a fronteira não pode ser compreendida como sendo uma zona de ocupação de um território relativamente vazio em termos demográficos, onde as instituições públicas responsáveis pela manutenção da ordem jurídica, com vistas ao estabelecimento das “regras do jogo” para a funcionalidade das instituições privadas, têm uma atuação precária quanto ao exercício do cumprimento das Leis em uma democracia.

O presente artigo tem como objetivo fundamental discutir o significado de fronteira e o papel das instituições no processo de desenvolvimento de uma economia de mercado sob a ótica neo-institucionalista. Para isso, o trabalho foi organizado em seis seções, além desta seção introdutória, a saber: na segunda seção são apresentados os aspectos metodológicos; na terceira seção é discutido o significado de fronteira em uma perspectiva histórico-teórica; na quarta seção é apresentado o marco referencial teórico, tendo como base o debate proveniente da corrente de pensamento neo-institucionalista e, principalmente, o debate sobre fronteira como uma Instituição; e, por fim, têm-se as considerações finais apresentadas na última seção.

2. METODOLOGIA: MÉTODO DE PESQUISA

A especificação metodológica constitui parte obrigatória da pesquisa acadêmica que adote o método científico, contudo, é preciso distinguir o método de abordagem dos ditos métodos de investigação. O método de abordagem diz respeito à filiação filosófica e ao grau de abstração do fenômeno estudado, já os métodos de investigação ou procedimentos de uma pesquisa consistem nas etapas concretas da investigação e do uso das técnicas de pesquisas adequadas.

Nas ciências sociais em geral, impõe-se uma restrição metodológica: que é a necessidade de confrontação da realidade pensada, abstraída do concreto, com a realidade empírica, isto é, aquela que é percebida pelos nossos sentidos. De acordo com Lakatos e Marconi (1991), por sua vez, os conhecimentos práticos estão submetidos à necessidade de conexão imediata com a realidade a que se referem, logo na investigação teórica, diferentemente da investigação empírica – enquanto o

método de pesquisa baseado em levantamentos de campo de dados primários ou mesmo em levantamento de dados secundários – o método de pesquisa tem a ver mais com o método de exposição das ideias: se dedutivo ou indutivo.

Nestas condições, o método utilizado neste artigo envolve o método dedutivo porque parte do geral, ou seja, a discussão envolvendo os fundamentos teóricos para a compreensão da dinâmica de expansão do capitalismo na fronteira e, também, o método indutivo porque considera o particular: o papel das Instituições em uma economia capitalista.

3. O SIGNIFICADO DE FRONTEIRA: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICO-TEÓRICA

Um dos autores mais importante sobre a discussão de fronteira é Frederick Jackson Turner. Embora o objeto da investigação de Turner (1961) tenha sido a fronteira norte-americana, ele também se referia a fronteira como uma fase do processo geral de evolução, cujo significado na formação de outras sociedades deveria ser investigado.

De fato, há várias passagens em seu ensaio intitulado: *The Significance of the Sections in American History*, em que Turner (1961) sugere a necessidade de investigação da fronteira na Rússia, Alemanha, Canadá, Austrália, África e, também, no Brasil. Para Turner (1961, p. 38, tradução nossa):

A fronteira econômica deve ser vista como o limite exterior do território já ocupado por instituições sociais, econômicas e políticas; um espaço geográfico vazio em termos de densidade demográfica, o qual se encontra em processo de ocupação e que é ponto de encontro entre a barbárie e a civilização.

Turner (1961) pode ser considerado o pioneiro e o mais importante teórico-historiador da fronteira norte-americana. De acordo com o referido autor, a democracia norte-americana está fundamentada, justamente, na experiência da fronteira do oeste norte-americano, ou seja, o efeito mais importante da fronteira tem sido na promoção da democracia nos Estados Unidos da América (EUA).

Desta forma, o individualismo da fronteira tem promovido desde o início a democracia norte-americana, que chama a atenção para a importância das “terras livres” no EUA, já que a existência de uma área de “terra livre” e o avanço do povoamento americano rumo ao oeste explica o seu desenvolvimento. No caso da Amazônia brasileira, o avanço da fronteira agropecuária vem se dando dentro da lógica da acumulação capitalista.

Porém, não se pode prescindir dos elementos institucionais que estão presentes em função dos interesses e conflitos que permeiam o processo de ocupação econômica em uma região de fronteira. Turner (1961, p. 28-29, tradução nossa) afirma que:

O papel da fronteira na formação das instituições e do sentimento nacionalista dos EUA é apresentado de forma diferente da percepção dominante dos historiadores tradicionais do leste (sul e norte) que deixaram em segundo plano o processo de ocupação e pesquisa sobre a fronteira do oeste.

Ainda em seu ensaio, Turner (1961) não nega a importância que teve a luta contra a escravidão que acabou provocando a guerra da secessão (1861-1865) entre o norte industrial e o sul agrário. Hofstadter e Lipset (1968) observam que Turner tinha consciência da importância do avanço da fronteira não só do ponto de vista da conquista de territórios vazios do ponto de vista

demográfico, através da ocupação humana e econômica à formação da nação-continente norte-americana, mas também pelo papel que teve na formação das Instituições norte-americanas.

Para Turner (1961), as grandes extensões de “terras livres” para ocupação, provavelmente, tenham sido a principal força motivadora dos primeiros pioneiros agricultores (*farmers*) para adentrar na fronteira norte-americana. Nestas condições, o avanço das frentes econômicas de expansão nas regiões de fronteira permitiu a formação de instituições adequadas ao processo do desenvolvimento social, político e econômico dos EUA.

É possível constatar que a fronteira não é um espaço fechado, pois apresenta uma determinada dinâmica caracterizada pelo que Turner chamou de avanço da fronteira. Os sucessivos avanços da fronteira nos EUA ocorreram durante várias décadas, sendo que as características de cada fronteira ocupada mudavam no tempo e no espaço, de acordo com a disponibilidade dos recursos naturais e do uso produtivo dado a terra pela população migrante.

Nessa perspectiva, fica evidente que a fronteira econômica exerce influência marcante na história da evolução das instituições sociais, políticas e econômicas de uma nação. Turner (1961, p. 39-40, tradução nossa) afirma:

A fronteira da Costa Atlântica avançou graças aos homens de negócios ligados a indústria de pesca, a mineração, a pecuária e a agricultura familiar; a frente de expansão da fronteira do oeste avançou graças às famílias dos pequenos agricultores e depois com a agroindústria e a indústria manufatureira; e a fronteira do sul dos EUA com as grandes plantações de algodão e depois com a indústria têxtil e a pecuária. Essas fronteiras, apesar das distâncias, realizavam um comércio de mercadorias entre elas, o que contribuiu para a redução das importações de mercadorias da Inglaterra.

Deste modo, o crescimento do sentimento nacionalista do povo norte-americano e a evolução das suas instituições tiveram a participação direta da fronteira. A legislação constitucional que definiu a independência dos três poderes e a liberdade para a criação das instituições empresariais teve o reforço das sociedades da fronteira do oeste. Logo, o avanço da fronteira deu origem à criação de novos estados e municípios que hoje fazem parte dos Estados Unidos da América.

Carvalho (2012, p. 14) demonstra que “o poder de aglutinação do povo norte-americano cresceu com a criação de novos estados à medida que a fronteira avançava pelo interior do território norte-americano”. Quando Turner (1961) discute as questões da venda e da alienação das terras públicas da União, as instituições públicas responsáveis são vistas como um produto da pressão das sociedades locais que pertenciam à fronteira. Nota-se, por conseguinte, que o debate sobre o direito a “terra livre” foi importante para a promoção da democracia norte-americana.

3.1. O SIGNIFICADO DE FRONTEIRA: O CASO BRASILEIRO

Furtado (1976), quando discute os fundamentos econômicos da ocupação do Brasil, procura distinguir a colonização de povoamento do território norte-americano, feita pelos ingleses, da colonização de exploração feita pelos portugueses no território brasileiro. No Brasil, as colônias de *plantations* da cana-de-açúcar ou do café tiveram um papel importante como empresa agromercantil exportadora de produtos para os países europeus, sobretudo, para Portugal e Inglaterra, no encerramento da etapa colonial.

Entretanto, outras modalidades de estruturas mercantis foram responsáveis pela extensão da fronteira brasileira para além dos limites das *plantations* como caso das organizações econômicas das missões religiosas na Amazônia durante o ciclo das “drogas do sertão”. O significado de fronteira como um processo sistemático de ocupação geográfica levou alguns estudiosos da fronteira brasileira, tais como: Morse (1965), Velho (1976), Hébette e Marin (2004), a substituir a noção de fronteira pela de frente pioneira, em que a noção de “pioneira” explicita a ideia daquelas famílias que chegaram primeiro.

Essa noção tem uma forte conotação com a teoria geral de Turner (1961) sobre o pioneiro da fronteira do oeste norte-americano vista como uma válvula de segurança importante à formação da nacionalidade das pessoas desse país. No Brasil, muito mais do que uma válvula de segurança, a fronteira é vista como uma espécie de válvula de escape às tensões sociais no agrário brasileiro impedindo o aumento de mais conflitos sangrentos na luta pela terra entre latifundiários e grileiros contra os camponeses e índios.

Na história da ocupação da Amazônia, pode-se presenciar a “via brasileira”, onde esses tipos de desenvolvimento agrário aparecem com toda a clareza, dando origem a um padrão misto de ocupação dado de um lado pela ocupação burguesa da terra – em que o capitalista se transforma também em proprietário de terra – como é o caso das grandes empresas agropecuárias incentivadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

De outro, a forma de ocupação fundada na colonização dirigida que vem sendo efetuada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com base em pequenos colonos produtores, com intuito de formar uma classe média rural. Em contra partida, temos ainda as formas de propriedades tradicionais – como é o caso dos grandes latifundiários de seringais, castanhais – convivendo ao lado de camponeses – proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros – ambos com perspectivas de serem mantidos ou transformados em empresas de grande e pequeno porte.

Morse (1965, p. 30-31) observa a fronteira e a ação dos bandeirantes no Brasil de forma distinta da visão histórica de Turner:

A fronteira não é uma linha ou um limite, ou um avanço da civilização, ou um processo unilateral ou unilinear. (...) Compreender o processo brasileiro de ocupação significa perceber a fronteira mais como interpenetração do que como avanço; mais como uma relação com o meio do que como uma projeção sobre ele; mais como uma busca intermitente por um jardim das delícias; mais do que como uma construção sistemática de um. Essas considerações por sua vez se ligam a proposições que são fundamentais para a sociologia de uma civilização católica.

Na visão de Turner (1961), a fronteira do oeste norte-americano era uma “fronteira aberta”, no sentido da sua ocupação ter se dada de forma democrática, apoiada no *Homestead Act* de 1862, em terras livres para os *farmers*, ou seja, para famílias de pequenos produtores rurais. Sandroni (1999, p. 285) a descreve com detalhes:

A Lei do *Homestead* foi aprovada em 1862, durante o governo Abraham Lincoln, nos Estados Unidos, estabelecendo a distribuição de terras no Oeste de forma quase gratuita, na proporção de 160 acres (cerca de 65 hectares). O *Homestead* estabelecia, em resumo, que a propriedade da terra era de quem conseguisse demarcá-la durante um dia, legitimando dessa forma as posses que os agricultores iam obtendo ao desbravar o Oeste. A Lei representou um poderoso estímulo para a colonização do Oeste dos Estados Unidos e atraiu um enorme fluxo migratório

para aquele país. Além disso, o *Homestead* eliminava um poderoso empecilho ao desenvolvimento da agricultura, na medida em que, pela nova Lei, a propriedade da terra não pressupunha a propriedade de escravos, nem essa última, a propriedade de terras.

A história do desenvolvimento agrário tem variado de nação para nação, de acordo com a estratégia que o capital estabelece como forma de impor a sua dominação na agricultura. Com penetração do capital na fronteira amazônica brasileira, tudo mudou e todos mudaram em relação com a terra como uma mercadoria fictícia ou como um ativo.

Além disso, a ocupação, a posse, a moradia, a roça, a criação de animais, os vizinhos e todo o conhecimento do lugar – onde os trabalhadores rurais moram – deixou de ser relevante para assegurar o direito de propriedade capitalista, já que os ocupantes, posseiros e donos de terras teriam que possuir um documento jurídico, registrado em cartório, para que as diferentes formas de “propriedade reais” ocupadas fossem consideradas propriedades legais pelo Estado.

De repente, com a expansão da fronteira, não era mais possível saber a quem a terra pertencia, afinal, o capital separou o homem da terra e, portanto, da natureza com toda a sua fonte de recursos naturais. Esse processo de apropriação de terras por métodos violentos, que termina com a expulsão dos produtores autônomos de suas terras, representa o que Marx (1984) chamou de acumulação primitiva do capital (também chamada de acumulação prévia ou originária), caracterizada por ser um processo histórico precedente a acumulação capitalista, “uma acumulação que não é o resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”, como dito por Marx (1984, Cap. XXIV, p. 261).

Carvalho (2012, p. 10) observa que “no Brasil os movimentos sociais de ocupação da fronteira se dão de forma muito diferente das descritas por Turner, que analisou os EUA. Isto é assim porque nem os homens eram tradicionalmente livres e nem as terras eram também livres”. Nesse contexto, é muito importante mencionar a contribuição de Martins (1975) que, partindo das noções de fronteira da geografia e da economia, conseguiu formular um modelo teórico com vistas a melhorar o entendimento da dinâmica do processo progressivo de absorção das regiões de fronteira pela economia de mercado, com base nos movimentos sociais chamados por ele de frente de expansão e frente pioneira.

A noção de pioneiro, representando homens livres que ocupavam terras livres na marcha para o oeste norte-americano, chegou mesmo, como vimos pela explicação de Turner, a constituir o fundamento ideológico de uma teoria da história e da identidade nacionalista dos EUA, entretanto, no caso brasileiro os movimentos sociais de ocupação da fronteira se dão de forma muito diferente. Isto é assim porque nem os homens eram tradicionalmente livres e nem as terras eram livres, também. Para Martins (1979, p. 59):

Em 1850, a Lei de Terras instituiu um novo regime de propriedade em nosso país, que é o que tem vigência até hoje, embora as condições sociais e históricas tenham mudado muito desde então. Ao contrário do que se deu nas zonas pioneiras americanas, a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativo da Terra – aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas no sentido da Lei 601 que estabeleceu em termos absolutos que a terra não seria obtida por meio que não fosse o da compra. O homem que quisesse torna-se proprietário de uma gleba teria que comprá-la do dono da terra – o latifundiário. Sendo imigrante pobre, como foi o caso da maioria dos “moradores” das grandes fazendas, teria que trabalhar previamente para pagar o grande fazendeiro.

Nas áreas que não estavam instituídas essas características, como no caso do Nordeste açucareiro e do Sudeste cafeeiro ou não havia programas de colonização oficial, como ocorreu no Sul do país, essa instituição teve pouca eficácia. Foi justamente nessas áreas relativamente livres, como é o caso do centro-oeste e do norte do Brasil, que o regime de posse e a economia dos posseiros se expandiram para além dos limites dos territórios já ocupados pelas grandes fazendas de cana-de-açúcar, de café e de pecuária. Nas palavras de Martins (1980, p. 73-74):

Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, com amansador da terra. A verdade é que, pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi frequentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre as terras deles, desalojando o índio porque este foi desalojado pelo capital.

Esse processo se fez presente, recentemente, no caso da ocupação da fronteira amazônica, quando as empresas capitalistas com o suporte financeiro do Estado começaram a avançar sobre as terras de posseiros e índios. Por tudo isso, a rigor, não é correto reduzir o movimento de ocupação da fronteira amazônica a um único movimento – o movimento dos pioneiros. Na Amazônia brasileira, estamos diante de dois movimentos distintos e combinados que envolvem complexas formas de conflitos no processo de ocupação territorial.

Foi por intermédio do movimento dos posseiros que a sociedade nacional se expandiu nessa parte do território brasileiro ocupada pelos índios. Essa frente de ocupação territorial, liderada pelos posseiros é chamada por Martins (1979) de frente de expansão. A economia da frente de expansão é uma economia do excedente, cujas famílias que fazem parte dessa frente produzem, principalmente, para a própria subsistência e secundariamente à troca dos seus produtos excedentes de acordo com as suas necessidades que desejam obter no mercado.

Já a frente pioneira exprime um movimento econômico, cujo resultado imediato é à incorporação de novas terras das regiões de fronteira à economia de mercado em bases capitalistas. A frente pioneira deve ser vista como uma fronteira econômica, sendo, na verdade, precursora do ponto de vista do capital, já que é uma frente capitalista de ocupação territorial representada pela grande latifúndio, pelas empresas agrícolas, bancos, casas de comércio, estradas e todo o aparato institucional do Estado que se põe para mitigar os conflitos.

Segundo Martins (1980, p. 71):

É nessa frente que surge o que em nosso país se chama hoje, indevidamente, de pioneiro. São na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Essa frente pioneira é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho.

O que caracteriza a penetração do capital no campo não é tanto a instauração das relações sociais de produção baseadas no trabalho alheio, mas sim a instauração da propriedade privada, isto é, a mediação da renda da terra capitalizada entre o produtor agrícola e a sociedade em geral. Neste particular, outra característica das frentes de expansão é o regime de apropriação da terra.

No Brasil, há diversas formas de apropriação de terras: a propriedade privada familiar dos pequenos lavradores; a propriedade privada capitalista; a propriedade comunal dos povos indígenas; e o da posse dos posseiros da Amazônia. A propriedade privada familiar não é uma

propriedade usada para explorar o trabalho de outrem, na verdade, este tipo de propriedade ou de posse familiar transforma a terra em terra de trabalho própria das frentes de expansão.

A propriedade privada capitalista, ao contrário, é um tipo de propriedade usada para explorar o trabalho alheio. Quando o capital se apropria da terra, como um meio de produção, esta se transforma em terra de negócio, isto é, terra destinada à exploração do trabalho alheio, e no momento que o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o objetivo de obtenção de lucro e/ou da renda da terra.

Martins (1980, p. 61) observa que “esse tipo de propriedade privada capitalista é próprio das frentes pioneiras”. Nesse contexto, quando as frentes de expansão confrontam as frentes pioneiras, surge uma luta pela terra, isto é, uma luta contra a propriedade capitalista da terra e, também, uma luta da terra de trabalho contra a terra de negócio.

A tendência deste debate, que culmina na luta pela terra, é a expropriação dos produtores autônomos que não dispõem de nenhuma proteção econômica, política e jurídica sobre suas terras ocupadas de que dispõem a grande empresa que decide ocupar e expandir suas atividades agropecuárias na região. Além disso, o acesso institucional aos problemas agrários – ligados a terra e as relações sociais de produção que dela deriva – possui a vantagem de invadir a realidade, sem o compromisso necessário com a prática de isolar a essência econômica abstrata do fenômeno analisado.

Os fatos econômicos são examinados no contexto de uma urdidura maior, envolvidos com (ou por) condicionantes técnicos, políticos e sociais, compondo assim um quadro socioeconômico geral que ora age como fator condicionado, ora como fator determinante, dependendo do grau da dominação ou subordinação do trabalho ao capital assumido em momentos históricos distintos.

3.2. O MOVIMENTO FRONTEIRIÇO NO BRASIL

No Brasil, o movimento de ocupação territorial da fronteira brasileira não ocorreu (e não ocorre) exclusivamente por meio de contingentes de famílias de pequenos lavradores – enquanto unidades de produção familiar – mas sim através de um *mix* que envolve diversos segmentos sociais: pequenos produtores de base familiar, empresários, fazendeiros e homens “sem terra”, todos em busca de terras para ocupar, produzir ou especular.

Na verdade, o movimento histórico de integração nacional da continental nação brasileira ocorreu e, ainda, ocorre por intermédio do avanço da fronteira agrícola. A fronteira agrícola é vista como o elo institucional entre o desenvolvimento capitalista em curso e os espaços vazios (com uma grande quantidade das terras disponíveis) que logo se transformam em regiões ocupadas economicamente com baixo grau de ordenamento institucional-legal e domínio da acumulação do capital mercantil.

Já o movimento da fronteira agrícola com base nas grandes *plantations* deixava pouco espaço para a formação de um campesinato livre fora das terras das *plantations* porque monopolizava o controle da terra. No caso da frente da expansão pecuária, os resultados lembram os da frente de expansão bandeirante, no que tange a busca de terras no *hinterland* brasileiro, pois a criação de gado no nordeste brasileiro, a princípio, era feita nas áreas das *plantations*. Contudo, a expansão da agricultura, dentro das terras das *plantations*, levou a separação da pecuária da lavoura. Com isso, a

frente pastoril teve que buscar terras menos férteis no interior e acabou sendo responsável por boa parte da “conquista” das terras do interior paraense.

A ocupação das terras da fronteira no Brasil, com exceção do Estado do Acre, vem se dando dentro dos limites da fronteira do território brasileiro com os países vizinhos. A fronteira econômica, neste caso, é o lócus territorial de uma economia em processo de formação e integração nacional da sua estrutura produtiva de bens e serviços dentro dos limites internos de um Estado nacional. Dentro do conceito de fronteira econômica, destaca-se a fronteira agrícola, onde estão as atividades de cultivos agrícolas homogêneos na forma de grandes plantações, a exemplo das grandes plantações de café no norte do Paraná e mais recentemente das plantações de soja e trigo na região do centro-oeste.

Percebe-se que o avanço da fronteira agrícola traz consigo não apenas investidores pioneiros, mas também mão-de-obra através da migração de pessoas das regiões de alta densidade demográfica. O progresso da fronteira direcionada para a ocupação de territórios vazios teve a orientação do Estado, sobretudo a partir do Estado Novo da ditadura Vargas.

De fato, Velho (1976, p.145) observa que “o avanço da fronteira agrícola na direção do centro-oeste do Brasil, durante governo Vargas, tinha como principal objetivo a integração demográfica e econômica de parte do território da região do centro-oeste brasileiro”. O Brasil, na época de Vargas, era visto como uma unidade política do ponto de vista federativo, mas não uma unidade econômica integrada. Apesar dessa retórica ideológica de Vargas sobre a “Marcha para o Oeste”, em 1938, não existem indicações concretas de que Vargas acreditava no sucesso da produção agrícola da fronteira aberta do centro-oeste no que diz respeito ao abastecimento de alimentos para os grandes centros urbanos do país, como pontua Buarque de Holanda (1957).

Mesmo assim, ele acreditava no papel da fronteira econômica como Instituição importante para levar adiante a formação de um mercado nacional, já que houve um massivo movimento de migrantes, sobretudo de pequenos produtores, que acabou ocupando e integrando nacionalmente o centro-oeste ao restante da economia brasileira. O clima político da década de 30 era de promessa para a solução dos problemas do homem do campo, já que o próprio Vargas enfatizou em vários momentos sua preocupação em fazer justiça àqueles que trabalhavam no campo e não colhiam o fruto do seu trabalho.

A primeira impressão que se tem do projeto de colonização de Vargas de ocupação da fronteira, nos estados de Mato Grosso e Goiás, é de que sua política de terras era democrática por facilitar o direito à propriedade e uso das terras pelos novos colonos migrantes. Uma investigação mais atenta, entretanto, não confirma essa primeira impressão. Segundo Lenharo (1986, p. 47), “as ações do governo Vargas renderam mais dividendos políticos, já que as reais necessidades dos trabalhadores por terras para produção agrícola autônoma ficaram aquém das promessas políticas governamentais”.

De qualquer maneira, Ricardo (1942), que escreveu o livro “Marcha para o Oeste”, afirma que o avanço da fronteira agrícola no centro-oeste, durante o período da ditadura de Vargas, teve um papel, semelhante ao sugerido por Turner no caso da fronteira do oeste norte-americano, quando criou vários mitos em torno do avanço da fronteira econômica na época, sobretudo os que dizem respeito ao estabelecimento da ideologia da identidade nacional. É claro que, apesar disso, a tese de Turner não é suficiente para explicar a dinâmica da fronteira no Brasil.

É inegável o fato de que, mais recentemente, o avanço da fronteira da soja e da pecuária, nos estados de Mato Grosso e Goiás, promoveram um rápido desenvolvimento do agronegócio no centro-oeste, dentre outras razões, devido à proximidade com a região mais industrializada e urbanizada do país, o Sudeste. Atualmente, o agronegócio está inserido na economia global como um dos grandes exportadores de soja para o resto do mundo.

3.3. A OPERAÇÃO AMAZÔNIA E O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL

A institucionalização da Operação Amazônia ocorreu em três estágios: no primeiro, em dezembro de 1965, foram estendidos à Amazônia Legal todos os incentivos fiscais e creditícios; de setembro a outubro de 1966 foram votadas as Leis básicas; e, por fim, em fevereiro de 1967 foi criada, por meio do decreto-lei nº 288, a Zona Franca de Manaus. De acordo com Campos (1994), a federalização institucional da região – visto como um aparato de Leis, decretos-leis e de criação de órgãos federais para a atuarem na Amazônia Legal – foi anunciado no discurso proferido pelo presidente Humberto Castelo Branco, em primeiro de dezembro de 1966, no território do Amapá.

A Lei nº 5.173, de 27/10/1966, definiu os objetivos da federalização institucional que deu origem a Amazônia Legal, que inclui os estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Tocantins. Para marcar definitivamente a presença da ação federal na Amazônia Legal foi criada – pela Lei nº 5173 – a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

O Governo Federal resolveu transformar, também, através da Lei nº 5.122, de 29/09/1966, o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A, também conhecido como BASA. Para viabilizar a política de ocupação e desenvolvimento da Amazônia Legal, o governo militar instituiu – através da Lei nº 5174, de 27/10/1966 – a política de incentivos fiscais que iria se constituir no principal instrumento sancionador dos recursos de suporte aos investidores na Amazônia. Para Carvalho (2005), a intenção da “Operação Amazônia” foi nitidamente a militarização do planejamento do desenvolvimento regional na região, produto da geopolítica da segurança nacional engendrada pelo General, Golbery do Couto e Silva.

Não é à toa que a estratégia militar de intervenção na Amazônia era fundada no binômio: segurança e desenvolvimento. Com o intuito de viabilizar as ações da União, por cima dos interesses dos estados subnacionais, o Governo Federal instituiu uma federação de regiões: Nordeste, Amazônia Legal, Centro-Oeste e Sul, com suas respectivas agências regionais de desenvolvimento, tais como a SUDAM; a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); e, por fim, a Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL).

Desta forma, a invenção institucional da Amazônia Legal permite que a União, como agente principal, planejasse e executasse sua política de ocupação e desenvolvimento passando por cima dos interesses dos atores da região amazônica. Para submeter os governos estaduais e locais aos interesses do Governo Federal foram criadas novas instituições regionais, e redefinidos os papéis que o Governo Federal e o setor privado deveriam assumir em suas dimensões geoeconômicas e geopolíticas.

A nova estrutura institucional montada pelo Governo Federal para que esses organismos federais atuassem na Amazônia Clássica – que se confundia geograficamente com a região Norte – exigiu a invenção de uma nova Amazônia: a Amazônia Legal. Para Carvalho (2012), a criação da Amazônia Legal serviu aos interesses do governo militar que, dispondo de recursos orçamentários e dos incentivos fiscais, manobrava de acordo com os seus interesses à política nacional de integração da Amazônia ao centro capitalista do Brasil – a região Sudeste.

O próprio Carvalho (2012, p. 78-79) adverte que “o planejamento nacional do desenvolvimento regional foi institucionalizado como instrumento político-ideológico, onde o governo militar impôs aos governos estaduais e a sociedade uma nova estratégia de ocupação e desenvolvimento”. As estratégias de ocupação e desenvolvimento da Amazônia brasileira foram constantemente adaptadas às mudanças da conjuntura econômica e a preservação do poder militar representativo de uma determinada aliança entre uma burguesia industrial e financeira do centro e uma oligarquia da periferia regional representante dos capitais mercantis locais.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA NEO-INSTITUCIONALISTA

A escola institucionalista tem sua origem nos EUA³. Por instituições, os institucionalistas entendem como qualquer tipo de padrão de comportamento coletivo, constitutivo do universo cultural de uma sociedade. Essa noção de instituição inclui, portanto, não apenas as organizações criadas pelos governos (agências administrativas) ou pela iniciativa privada para fins específicos – escolas, bancos, famílias, porém o conjunto de usos e costumes, Leis e códigos de conduta - religião, modos de pensar, hábitos e convenções sacramentadas.

Os neo-institucionalistas criticam os economistas neoclássicos que defendem Leis imutáveis na economia e a ideia de equilíbrio do sistema econômico. Williamson (1985), por exemplo, é um institucionalista que rejeita a velha ideia de uma ordem social harmônica e reconhece a existência dos conflitos de interesses entre grupos e desajustes inerentes à vida econômica. Nesse universo de conflitos, os economistas institucionalistas admitem a possibilidade de intervenção do Estado para reconciliar os competidores, por meio de políticas econômicas capazes de assegurar o bom funcionamento do sistema econômico.

Outro aspecto importante defendido por Carvalho (2012, p. 41), “é a rejeição da racionalidade econômica como elemento único da tomada de decisões quando se trata de um mundo de incerteza em relação ao futuro desconhecido”. O neo-institucionalismo, liderada por Douglass North (1990) e Williamson (1985), portanto, tem como objetivo desenvolver uma teoria econômica das instituições e prover um conjunto de evidências históricas sobre como as instituições afetam o desenvolvimento econômico dos países mundo a fora, sendo assim, uma instituição pode ser caracterizada pela capacidade de delimitar escolhas e possuir mecanismos de tomada de decisões.

Tendo como base os pressupostos teóricos de North (1990), as instituições podem ser formais (Leis, decretos-lei e regulamentos do Estado que balizam o comportamento dos membros de uma dada sociedade) e informais (convenções e códigos criados historicamente pela sociedade).

³ Dentre os pensadores que contribuíram para a formação da (antiga) escola institucionalista e serviram de alicerce teórico para o desenvolvimento de trabalhos contemporâneos destacam-se: Thorstein B. Veblen (1857-1929), John R. Commons (1862-1945) e Wesley C. Mitchell (1874-1948).

As instituições formais interagem com as informais e essa ação pode complementar ou melhorar a eficácia das últimas ou mesmo modificá-las ou substituí-las com o tempo, já que essas mudanças consistem de ajustamentos marginais ao complexo de regras, normas e imposições regulamentares que compõem a estrutura institucional de um país.

Desta forma, as mudanças institucionais disruptivas e descontínuas, tais como as revoluções e invasões são casos singulares que, mesmo elas, não estão isentas dos efeitos das instituições informais. Para Carvalho (2012, p. 68):

Outra questão importante relacionada ao movimento teórico do novo institucionalismo, liderado por Douglass Cecil North, engloba as seguintes características: 1º) reconhece que o mundo real não se aproxima da concorrência perfeita, que é introduzida no cenário uma sociologia institucional; 2º) nesta é construído um modelo de instituição idealizada e funcional que no limite recria as condições favoráveis à livre concorrência; 3º) o modelo anglo-saxão de economia de mercado é descrito como o mais próximo desse modelo e a evidência da importância dessas instituições para o desenvolvimento; 4º) o subdesenvolvimento decorre da existência de instituições que inibem as relações econômicas; estas instituições persistem porque obedecem a uma racionalidade política de grupos não competitivos encastelados no Estado.

Além disso, o institucionalismo de North (1990) não é propriamente um determinismo institucional, mas a suposição de que o caminho do desenvolvimento econômico é moldado por instituições impregnadas (*embedded*) na economia. Ao contrário das abordagens anteriores – onde as instituições do capitalismo são explicadas pela referência à luta de classes, tecnologia ou pelo poder de monopólio – a abordagem do custo de transação do mercado sustenta que estas instituições têm a principal finalidade e efeito de economizar custos de transação em uma linguagem que combina ao mesmo tempo interpretações econômicas e jurídicas.

4.1. A IMPORTÂNCIA DA FRONTEIRA COMO INSTITUIÇÃO

A interpretação teórica da fronteira e da expansão da fronteira econômica no Brasil e dentro dela da colonização, como uma das suas formas institucionais, não pode dispensar uma referência à nova organização do mundo globalizado em termos geopolíticos e geoeconômicos. Quando a ocupação sistemática de terras livres em uma fronteira de recursos naturais e abundância de terras, como no caso da Amazônia brasileira, passa a despertar o interesse econômico de uma elite burguesa, a institucionalização que resulta na expansão da fronteira vem acompanhada por Leis específicas e concomitantemente com a criação de organismos públicos que suporte a dinâmica da ocupação da fronteira econômica em bases capitalistas. Becker (2001, p. 09) procura expressar o “Tratamento Institucional da fronteira amazônica” da seguinte maneira:

Na contemporaneidade, o uso do território de um Estado, de modo geral, e de sua fronteira política, de modo específico, parece, em grande parte, o resultado de fluxos e pressões gerados não só de dentro como, cada vez mais, fora dele e que escapam, de certo modo, ao controle de suas instituições e regulações territoriais tradicionalmente elaboradas. Nesse contexto, a organização do espaço econômico e de seu extenso limite fronteiriço parece, em grande parte, ditada tanto a partir da esfera central – ponto de referência da soberania nacional e foco da análise a seguir – como das relações vindas do exterior. Não é demais enfatizar, desse modo, que o tratamento da questão fronteiriça na Amazônia vincula-se ao processo mais amplo de desenvolvimento e ocupação da região.

Carvalho (2012, p. 35) afirma que “a organização do espaço amazônico e de seu extenso limite fronteiro com os países da Pan-Amazônia remete, em grande parte, a influência geopolítica do Estado brasileiro, associada com a política de soberania nacional, mas também a influência da geoeconomia interna e externa associada à influência das relações internacionais”, mas a expansão da fronteira econômica no Brasil é mais um reflexo do dinamismo da economia brasileira a partir do polo concentrador e centralizador do capital industrial e do capital financeiro: o Estado de São Paulo.

Portanto, são os imperativos do processo de acumulação de capital no território nacional que acabam determinando a transição das frentes de expansão às frentes pioneiras na fronteira. “Igualmente são os imperativos da necessidade incessante de acumulação de capital que acabam determinando as formas de ocupação – dentre as quais se destacam as práticas da colonização espontânea, empresarial e governamental – na fronteira amazônica”, como destacada por Hébette e Marin (2004, p. 75-76).

Diante deste cenário, é possível constatar que a velocidade de ocupação das terras livres na fronteira pode interessar tanto a uma elite capitalista que uma disputa por terras livres (ou não) pode conduzir a expropriação de terras de terceiros por meio de processos violentos ou fraudulentos de acumulativa primitiva e, por conseguinte, a elevação dos conflitos em torno da luta pela terra, logo, se a luta pela posse da terra for vencida pela frente de expansão capitalista agropecuária, então haverá a possibilidade de ocorrência de uma fronteira fechada e, quando isso acontece, diminuem as alternativas do desenvolvimento da agricultura com base na pequena unidade de produção familiar.

Velho (1976) admite a existência de um terceiro tipo de fronteira, que ele chama de fronteira aberta controlada. A fronteira quando aberta, com ou sem restrição do Estado, abre a possibilidade para penetração de uma gama de atores sociais, tais como camponeses, fazendeiros e empresas. Todos veem à fronteira como o lugar da terra ilimitada disponível, mesmo sabendo que a terra é limitada em termos físicos, jurídicos e econômicos e econômicos do ponto de vista do seu aproveitamento para a agricultura.

Nas palavras de Velho (1976, p. 100), “o lócus por excelência da terra “ilimitada” é, obviamente, a fronteira”. Embora na prática, mesmo na fronteira, a terra não esteja aberta a todos sem limite, ela representa no imaginário coletivo das famílias dos “sem terra” essa imagem ideológica quando contrastada com situações sociais em que realmente vivem pequenos produtores agrícolas ou mesmo dos despossuídos de meios de produção os quais vivem em péssimas condições sociais nas cidades mais próximas da fronteira.

Para essas famílias, a fronteira é vista como uma possibilidade de uma mobilidade social ascendente e uma saída para sair da subordinação formal do trabalho ao capital, admite Velho (1976). Por conta disso, a elite capitalista das frentes pioneiras de ocupação, nas áreas de fronteiras, tem no imaginário coletivo deles uma imediata acumulação de capital e, portanto, o aumento do poder de comando sobre a forma de dinheiro.

Por tudo isso, a fronteira econômica é um lugar muito importante para os dois modelos de desenvolvimento – o modelo composto pelas frentes de expansão e os das frentes pioneiras capitalistas – daí o interesse do Estado em controlar o movimento fronteiro na região, o que coloca o avanço da fronteira agropecuária como uma instituição que merece ser estudado como um ponto de referência. Para Martins (2009, p. 135-136):

A concepção de frente pioneira compreende, implicitamente, a ideia de que na fronteira se cria o novo, uma nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, conseqüentemente, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre o território no Brasil, pois acaba sendo uma situação espacial e social que convida/induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social.

Foweraker (1982) toma o conceito de fronteira pioneira em um sentido diferente daqueles associados ao caráter cíclico do crescimento econômico e da ocupação da terra no Brasil. Na visão de Foweraker (1982, p. 31):

A fronteira pioneira, ao contrário, tem-se expandido em resposta às demandas do mercado nacional e em função da acumulação econômica dentro da economia nacional desde 1930. A fronteira pioneira, nestes termos, é um processo histórico específico de ocupação de novas terras.

O período de ocupação de novas terras na fronteira corresponde à fase de ocorrência das mais altas taxas de industrialização e urbanização no Brasil, e começa no momento em que a economia brasileira experimenta um grande excedente de mão-de-obra que, com poucas possibilidades de emprego nos grandes centros urbanos, dirige-se no sentido da ocupação de novas terras, ou seja, da mesma forma que a economia brasileira cresce “em profundidade”, em termos estruturais, nos centros industriais e financeiros, também aumenta “em largura” pela expansão das suas fronteiras agrícolas e pecuárias.

Quando a história econômica é vista ciclicamente, os ciclos históricos – ciclo da cana-de-açúcar, da mineração, do café e da borracha – representam a ascensão e queda da atividade econômica em uma ou outra região do Brasil em diferentes épocas, mas não demonstram o que existe de comum entre eles. Logo, no caso dos ciclos da fronteira pioneira é importante que a economia nacional seja claramente uma economia capitalista.

Na concepção de Carvalho (2012, p. 37), “o avanço da fronteira decorre dos movimentos das pessoas e atividades econômicas que acabam transformando, integrando e ampliando novas relações sociais em bases capitalistas do espaço ocupado ou em processo de ocupação territorial”. É claro que o processo de avanço da fronteira pioneira deve ser visto dentro da dinâmica cíclica capitalista, mas com a diferença crucial de que o ciclo de acumulação e apropriação do excedente pode ocorrer simultaneamente em diversas fronteiras do país.

Cabe destacar que a fronteira não exprime toda e qualquer atividade econômica, cuja produção é voltada para o mercado exterior, mas sim uma atividade particular que integra as regiões inexploradas à economia nacional, sendo esse processo impulsionado pelas forças e contradições próprias de uma economia em desenvolvimento. Isso é importante porque muito embora os mecanismos usuais de acumulação de capital na fronteira de uma nação possam, em determinadas situações, não serem especificamente capitalistas em termos dos métodos de subsunção formal ou subsunção real do trabalho alheio, como estudados por Marx (1982), o fato é que o capital pode se assim for necessário à acumulação do capital industrial, recorrer a métodos de acumulação primitiva.

Na perspectiva de discussão de Carvalho (2015, p. 146), “o processo de trabalho é subsumido (subordinado) ao capital, e nesse processo que é também um processo de produção de mercadorias, o capitalista se enquadra nele como dirigente e proprietário do capital”. Trata-se, na verdade, de um processo de produção baseado na exploração do trabalho alheio em forma de trabalho

assalariado, o que Marx denomina de subsunção formal ou de subordinação formal do trabalho ao capital. Segundo Marx (1978, p. 66):

É, justamente, no modo de produção especificamente capitalista que a subsunção real do trabalho ao capital – que consiste não só na subordinação formal da força de trabalho, mas também na subordinação real dos meios de produção que passam a pertencer e serem produzidos e reproduzidos em escala ampliada pelo capital industrial. (...) É com a subsunção real do trabalho ao capital que se desenvolve na grande indústria moderna todas as formas sociais e tecnológicas que produzem mais-valia relativa. Com a subsunção real do trabalho ao capital ocorre uma revolução tecnológica total que se manifesta em todos os setores e atividades, inclusive com o aumento da produtividade do trabalho e mudanças sociais na relação entre o capitalista e o trabalhador.

O capital industrial e financeiro em uma formação econômico-espacial, já dominada por relações sociais de produção especificamente capitalistas, tem como intento fixar o seu domínio territorial na fronteira econômica por meio da intermediação do capital mercantil que faz uso, como lhe é peculiar, das formas violentas de expropriação de terras e de exploração do trabalho alheio por métodos de acumulação primitiva. É nesse ambiente de violência e de insegurança institucional que as instituições governamentais não funcionam de maneira adequada no sentido do cumprimento das normas estabelecidas por Lei.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É hoje reconhecido que o neo institucionalismo tem se constituído na escola de pensamento que trouxe os aportes mais fecundos para a análise das instituições em geral e da burocracia em particular. O neo institucionalismo econômico desenvolveu instrumentos analíticos para a análise das transações sociais dentro das estruturas de mercado e fora dessas estruturas como é o caso das relações entre as organizações públicas e privadas.

A visão institucionalista ajuda a entender como os membros de uma comunidade constroem soluções cooperativas ao focalizar as regras formais e informais que dificultam ou facilitam a ação coletiva, tais como: conselhos locais, associações, órgãos governamentais, legislação, acordos, contratos, entre outros. Cabe destacar que as instituições reduzem certos custos de transação, isto é, os de fazer e manter um contrato, mas ao mesmo tempo engendram outros custos, além do que, elas diminuem o grau de incerteza proveniente de comportamentos imprevisíveis e, conseqüentemente, facilitam a identificação de parceiros adequados para as transações e a elaboração de contratos, levando em conta o maior número possível de eventualidades.

O ponto de partida para levar adiante uma discussão teórico-histórica sobre fronteira foi trabalho de Turner. Não obstante, dadas as diferenças da herança histórica e institucional entre o Brasil e os EUA, mostrou-se que os significados de fronteira na formação sócio-econômica brasileira ganha contornos singulares que os diferenciam de outros países. Isso permitiu discutir os vários significados de fronteira até chegar aos conceitos de “frente de expansão” e “frente pioneira” como modelos econômicos de ocupação da fronteira.

No Brasil, a incorporação de áreas antes inacessíveis ou relativamente despovoadas, por atividades agropecuárias, resulta do avanço da fronteira econômica. No caso específico da fronteira econômica da Amazônia brasileira, a expansão da atividade agropecuária contou com o apoio das instituições e organizações regionais criadas pelo governo militar, com destaque para o aparato

legislativo contido na chamada Operação Amazônia que deu origem a Amazônia Legal, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e ao Banco da Amazônia S.A. (BASA).

O fato do Governo Federal, através dessas duas organizações regionais, dirigir e concentrar seus gastos em infraestrutura econômica de suporte ao grande capital revela sua postura, frente ao grande capital nacional e transnacional, como principal agente desenvolvedor das forças produtivas sociais no processo de ocupação da fronteira ana Amazônia brasileira, Contudo, os efeitos dessa estratégia, proporcionada pelas organizações do Estado, acabou por criar várias zonas de conflitos sociais na luta pela terra entre as frentes de expansão e as frentes pioneiras de expansão capitalista agropecuária.

Fica claro que a fronteira é, também, uma instituição produto da criação do Estado, desde o momento que o governo militar lançou a “Operação Amazônia” – ao criar a Amazônia Legal e todo o aparato institucional – que contribuiu para transformar a Amazônia Legal, enquanto uma mera instituição, em uma verdadeira fronteira real, e por isso o lócus dos conflitos da luta pela terra.

Em linhas gerais, a fronteira não é necessariamente uma região distante ou um território vazio em termos de densidade demográfica. Conforme Graziano Da Silva (1981, p. 114), “é fronteira do ponto de vista do capital, isto é, como uma relação social de produção capitalista”, ou seja, a fronteira econômica é uma relação social de produção porque a estrutura da sociedade em construção no território da fronteira é dominada pelo capital.

Portanto, a fronteira é o lócus do descumprimento das Leis no âmbito de uma sociedade democrática, isto é, é o lugar onde o aparato normativo e coercitivo do Estado encontra-se ausente e quando existe estar a serviço do poder da oligarquia agrária. Em contra partida, um sistema institucional evoluído e complexo pode ajudar na promoção do desenvolvimento ao estruturar o entorno, estimulando a cooperação, inovação e aprendizagem em uma região, principalmente, para o caso brasileiro.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha Koiffmann. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafio do presente. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (Org.). **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília, MMA, 2001.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro, Olympio, 1957.

CARVALHO, David Ferreira. Globalização, Federalismo Regional e o Desempenho Macroeconômico da Amazônia nos Anos 90. In: **Ensaios Selecionados sobre a Economia da Amazônia nos Anos 90**, vol. I, Belém: UNAMA, p. 11-48, 2005.

CARVALHO, David Ferreira. **Economia política do desenvolvimento econômico, formação do Estado, padrões de industrialização e crises e ciclos econômicos do capitalismo contemporâneo**. Belém: ICSA/UFPA, 796p., 2015.

CARVALHO, André Cutrim. **Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense**. Campinas, SP. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2012.

POWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 315p., 1982.

FURTADO, C. M. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.

- GRAZIANO DA SILVA, José. A porteira já está fechando? In: **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, p. 115-125, 1981.
- HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. A. Colonização e Fronteira: articulação no nível econômico e no nível ideológico. In: **Cruzando Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**, Vol. I. Belém, EDUFPA, 2004.
- HENNESSY, A.. **The Frontier in Latin American History**. London, Edward Arnold, 1978.
- HOFSTADER, Richard.; LIPSET, Seymour Martin (org.). **Turner and the Sociology of the Frontier**. New York: Basic Books, 1968.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.
- LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, nº 12, mar./ago, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre as contrações da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: A questão política no campo**. São Paulo, Hucitec, 1980
- MARX, Karl Heinrich. **O Capital**. São Paulo, Ciências Humanas, Livro 1, Capítulo VI, 1978.
- MARX, Karl Heinrich. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Livro 1, Vol. 2, 1984.
- MORSE, Richard McGee. **The Bandeirantes: the historical role of the brazilian pathfinders**. New York: Alfred A. Knopf Books, 1965.
- NORTH, Douglass Cecil. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1990.
- RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste**. São Paulo, José Olympio, 1942.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- VELHO, Otávio Guilherme Cardoso Alves. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: um estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- VELHO, Otávio Guilherme Cardoso Alves. **Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo, Difel, 1976.
- TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Section in American History. In: **Frontier and Section: Selected Essays of Frederick Jackson Turner**. New Jersey, Prentice-Hall, p.217-233, 1961.
- WILLIAMSON, Oliver Eaton. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York, The Free Press, 1985.

DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E O SOFRIMENTO SOCIAL COMO CONSEQUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO: CASO DA BARRAGEM DE BELO MONTE EM ALTAMIRA NO PARÁ.

Glauco Learte da Silva¹

Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos²

RESUMO:

A Amazônia exerce o papel de fornecedora de recursos naturais para os grandes empreendimentos econômicos sejam nos setores energéticos, agrícolas, de mineração, entre outros. O discurso desenvolvimentista aliado às riquezas naturais tem feito com que principalmente os povos tradicionais sofram os grandes efeitos (negativos) ocasionados pela implantação dos grandes projetos em solo Amazônico, que vão desde a inundação de rios até o deslocamento compulsório de índios, ribeirinhos e da população mais vulnerável socialmente. Buscamos analisar, de que forma as discussões sobre Desenvolvimento são observadas neste processo, haja vista que a população a ser “beneficiada” é, às vezes, “chamada para o diálogo”, porém, os acordos firmados nem sempre são cumpridos. Com a implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, o município de Altamira, localizado no Estado do Pará, tem sofrido os reflexos desta construção, com o aumento populacional, precariedade nos serviços básicos prestados, expropriação de milhares de famílias, aumento da violência e da sensação de insegurança. Nossas inquietações buscam compreender os processos de deslocamentos compulsórios que vêm ocorrendo em Altamira, relacionado ao discurso do Desenvolvimento, que tem servido de justificativa para a implantação de grandes projetos na Amazônia, em área urbana e tem como consequência direta o sofrimento social, que estas populações atingidas estão submetidas.

Palavras Chave: Desenvolvimento, deslocamentos compulsórios, sofrimento social.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta resultados de pesquisas que vem sendo realizadas sobre deslocamentos compulsórios e os reassentamentos urbanos coletivos – RUC, no município de Altamira no Estado do Pará, frutos da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A política de implantação de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, nos últimos 40 anos, tem sido marcada pelo discurso do desenvolvimento - uma palavra que encerra um corpus ideológico marcado pela invisibilidade das sociedades tradicionais, pela desqualificação de suas práticas, pelo não reconhecimento da diversidade cultural, enfim, pela negação de seus modos de viver. Este discurso é associado a uma concepção evolucionista de progresso que consiste em semear e incentivar a transformação das sociedades em direção ao modelo urbano industrial capitalista prevalecente na sociedade hegemônica.

¹Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia PPGSA-UFPA. E-mail: glaucylearte@yahoo.com.br

² Doutora em Antropologia e professora da Universidade Federal do Pará. E-mail: smag@ufpa.br

No caso da hidrelétrica de Belo Monte, que prevê a inundação de mais de 1/3 da cidade de Altamira, este discurso, as práticas que por ele são orientadas e suas consequências são especialmente claras no desenrolar do processo de deslocamento compulsório e na concepção das áreas de abrigo para as populações deslocadas, chamadas RUC - reassentamento urbano coletivo.

Temos acompanhado reuniões, passeatas organizadas pelos movimentos sociais engajados na luta pelo direito do atingidos, como o Movimento do Atingidos por Barragem – MAB e o Movimento Xingu Vivo, além das ações realizadas pelo Ministério Público Federal e identificamos que inúmeras famílias ainda tem se mobilizado para conseguir uma casa nos RUC ou mesmo a indenização em dinheiro, porém, há pessoas que nem foram cadastradas pela Norte Energia.

Neste artigo, pretendemos mostrar como o sentido de cidade ribeirinha da Amazônia é violentamente desfigurado e a população deslocada submetida a formas de morar divorciadas de seus modos de produzir e de se reproduzir. Essas formas têm sido observadas a partir das pesquisas que vem sendo realizadas desde o ano de 2014, nos RUC, que já abrigam mais de 03 mil famílias, segundo divulgação do consórcio de empresas construtor da barragem, Norte Energia.

A idéia de desenvolvimento norteia essas ações que tem ocorrido com frequência no Brasil, sendo que as populações locais não tem tido seus direitos garantidos, seus modos de vida e trabalho não tem sido levados em consideração.

2 O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO AMAZÔNICA E DE ALTAMIRA NO PARÁ.

A Amazônia, a partir da década de 60 foi atingida pela ideia de progresso, motivada pelo discurso de crescimento econômico, promovidos primordialmente pelo período ditatorial no Brasil, marcado pelo processo de integração da Amazônia, com a construção de estradas e ferrovias.

No período que compreende os anos de 1964 a 1985 da história da República Brasileira, o país foi governado por presidentes militares, período este que ficou conhecido por Ditadura Militar. Estes governantes tinham entre seus propósitos o de desenvolver a Amazônia. Iniciaram o processo de implantação de obras de infraestrutura, conhecidos como Grandes Projetos e tiveram como principais consequências a entrada de empresas multinacionais na região amazônica. A abertura da Rodovia Transamazônica- BR 230 foi construída através do Programa de Integração Nacional – PIN³ e teve como frutos a expansão das atividades produtivas e o povoamento da região da Transamazônica. Para Brito (2006), a partir dos anos 1970, a urbanização foi marcada pelo inchamento populacional de grandes cidades e com o surgimento das regiões metropolitanas.

Na região amazônica, o processo de desenvolvimento destaca-se pelo forte processo de industrialização que é imposto por meio de empresas multinacionais que aqui se instalam. Nesse sentido, as usinas hidrelétricas são instaladas a partir de um discurso de sua contribuição para o “progresso” da região onde são projetadas e do país em geral.

Mercado de trabalho, infraestrutura, saneamento básico, entre outros são alguns dos benefícios prometidos à população local, porém, o que se tem de imediato são os impactos sofridos pelas populações que estão instaladas nas localidades, pois milhares de pessoas têm que ser deslocadas de suas moradias, sendo que, nem todos os atingidos por barragens são considerados como tal; milhares de pessoas se quer farão parte dos cadastros para serem indenizados.

³ Este programa aconteceu no início dos anos 1970 e visava promover a colonização da região por agricultores das várias regiões do Brasil.

Todas essas perdas geram conflitos por parte das pessoas inconformadas com a situação ao qual foram submetidas pelo Estado, que ou não previu as consequências ou simplesmente foi omissa, sendo esta última opção a mais provável na concepção de Loureiro (2009), visão esta endossada por nós. Fatores estes geradores de uma série de conflitos entre os atores envolvidos, conflitos estes que foram se tornando cada vez mais corriqueiros, já que as pessoas mais antigas da região, como os índios, caboclos, coletores, colonos, migrantes entre outros, foram excluídos do projeto de modernidade e apesar da reação da população, o modelo de ocupação continuou prevalecendo na região passando a ser intensificado, sendo que a elite continuou a ser beneficiada.

Apesar dos grandes projetos serem empreendimentos considerados de relevante importância para o desenvolvimento econômico e social de um país ou região, acabam por ocupar amplas áreas, afetando de diferentes maneiras o meio em que se inserem. Segundo Vainer (1992), são empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

Piquet (2007) reforça nossas análises afirmando que os grandes projetos apresentam traços comuns acerca dos impactos regionais territoriais, sendo estes: a mudanças na estrutura populacional, no emprego, na organização do território, no quadro político, na cultura e, podemos acrescentar ainda, na fauna e na flora.

As teorias sociológica e antropológica apresentam reflexões que nos permitem compreender como o desenvolvimento do sistema capitalista desencadeia fenômenos sociais que atingem parte da população, de modo a privilegiar outras. Daí nossa intenção de realizar um estudo de modo a verificar como a implantação de um projeto hidrelétrico modifica a vida de milhares de pessoas e, portanto, escolhemos a cidade de Altamira no Estado do Pará, que vem passando por transformações tanto estruturais, como de cunho econômico, social, cultural, político, a partir do processo de construção da usina de Belo Monte.

Segundo Magalhães (2008) Altamira foi fundada a 06 de novembro de 1911, através da Lei Estadual nº 1.234, tendo sido desmembrada do então denominado município de Souzel, atual Senador José Porfírio. Dista cerca de 750 km por rodovia e uma hora de vôo da capital do estado, Belém. Possui uma área de 159.695,938 km², e embora tenha perdido cerca de 2 mil km² com a criação de novos municípios nos anos 1990, pode-se dizer que ainda hoje é o maior município do mundo em extensão territorial.

Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012) retratam a história do município de Altamira, afirmam ainda que Altamira se transformou numa das principais cidades do Pará, nasceu quando o Pará ainda era Província e o Brasil um Império, quando a borracha era a moeda, riqueza, o eldorado, a chama que alimentava os sonhos dos primeiros migrantes nordestinos.

Os referidos autores dividem a história de Altamira em cinco grades ciclos: 1º ciclo (1636-1883), que corresponde a pré-história de Altamira e começa com a chegada dos jesuítas no baixo Xingu e termina com fundação de Altamira. O 2º ciclo (1883-1942) corresponde ao do Ciclo da Borracha na Amazônia, que marca a exploração de vastas regiões desconhecidas pelo homem branco em busca de seringueiras, para a exploração do látex e produção da borracha. O 3º ciclo inicia-se durante a 2ª Guerra Mundial em 1942, por ocasião do 2º ciclo da borracha. O 4º ciclo (1970-2011) inicia com a construção da Rodovia Transamazônica, instalação de agrovilas e a chegada de milhares

de pessoas das mais diversas regiões do país, fator este que contribuiu para a transformação cultural, política e econômica de todo o Vale do Xingu, marcando também o surgimento de diversas cidades, entre elas Brasil Novo, Medicilândia e Uruará. O 5º ciclo (2011) é o atual, inicia-se com a Construção do Complexo Hidroelétrico de Belo Monte na Volta Grande do Xingu, marcado ainda por incertezas, na visão dos autores.

Para Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012) o processo de ocupação e a consequente urbanização da cidade de Altamira se deram sob o contexto da colonização da Amazônia em períodos distintos da história. A área onde se localiza atualmente o centro histórico da cidade, nas proximidades do Igarapé Ambé, foi ocupado a partir da penetração das primeiras missões jesuíticas no médio rio Xingu, onde foram erguidos templos religiosos, colégios e habitações necessárias ao trabalho da igreja, cuja missão era a de propagar a fé em Cristo e evangelizar os índios.

Segundo Oliveira (2008) a vida nas e das cidades amazônicas está ligada ao rio e à floresta. Transpondo-os, surgem os aglomerados de casas simples que, vistas uma vez, nunca mais serão esquecidas:

A improvisação do local onde param os barcos dá a quem chega a impressão de que, nas pequenas cidades da Amazônia, nada é perene, tudo é temporário, inacabado e precocemente deteriorado. O porto é por onde se chega e se vai; ele contém a possibilidade do entendimento da cidade, pois a vida começa no porto, menos pelo movimento, mais pelo fato de ele encerrar quase tudo que a cidade possui e que nela falta. O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade, lugar privilegiado dos enigmas amazônicos, transfigurados em enigmas do mundo, a nos interrogar sobre o nosso passado, presente e futuro. O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre a realidade e a ficção, possibilitando-nos leituras múltiplas de espaços-tempos diversos (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

Para Oliveira (2008) as pequenas cidades formadas às margens dos rios, quase sempre, são pequenos núcleos que se emancipam com fraca ou nenhuma infraestrutura, tendo como base econômica o repasse de recursos públicos e, embora apresentem a estrutura de cidade, carecem de atividades econômicas caracterizadas como urbanas, o que faz com que a população urbana se dedique a atividades rurais tradicionais, como pesca e extrativismo.

O Brasil, portanto, contém um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo e o desenvolvimento desse potencial ocasiona sérios impactos ambientais e sociais, principalmente nas regiões escolhidas para a implantação dos grandes projetos hidrelétricos, que implantam as barragens, utilizadas para o armazenamento de água, prática esta tida como essencial para a geração de energia pelas unidades hidrelétricas.

As populações que são atingidas pelas barragens são levadas a deslocarem-se compulsoriamente, deixando para trás suas terras, suas práticas de subsistência, sua cultura. As populações que são atingidas pelas barragens são levadas a deslocarem-se compulsoriamente, deixando para trás suas terras, suas práticas de subsistência, sua cultura.

3 DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS EM ALTAMIRA E O SOFRIMENTO SOCIAL.

No Brasil temos acompanhado o processo de Desenvolvimento ligado a inúmeras transformações que interferem tanto no espaço físico, quanto na vida das pessoas. A remoção de pessoas tem ocorrido com frequência, seja por projetos de macrodrenagem, construções de imóveis, orlas, projetos hidrelétricos, entre outros. Por exemplo, com a realização da Copa do

Mundo em 2014, milhares de pessoas tiveram que ser removidas de suas moradias, em sua maioria pessoas de baixa renda, de modo a cederem espaços a projetos para beneficiamento tanto do setor imobiliário quanto do setor turístico.

Diante de tantos impactos, temos refletido sobre o processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que tem ocasionado os chamados Deslocamentos Compulsórios, que no entendimento de Almeida (1996) são um conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos.

Compreendemos que a análise dos deslocamentos compulsórios em todo o mundo não é recente, sendo importante destacar que sempre no caminho dos grandes projetos de desenvolvimento haverá pessoas e, portanto, estas sofrerão os impactos, sendo que o primeiro deles perpassa o processo de deslocamentos compulsórios, reassentamentos, indenizações, etc. Sem deixarmos de mencionar que muitos dos deslocados não chegarão a receber suas indenizações.

As análises voltadas aos Deslocamentos Compulsórios durante muito tempo concentrou seu foco de observação, tomando por base as transformações que ocorriam no meio rural, porém, em nossas análises dialogaremos com a literatura que se debruça aos estudos dos deslocamentos que tem ocorrido em meio urbano principalmente na região amazônica, provocados por grandes projetos e como a população urbana de Altamira no Pará, vem passando por estas transformações, a partir da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, foi escolhida para ser objeto de nossas análises.

É importante mencionar que as cidades na Amazônia revelam, segundo Castro (2009), diferenças que nos permitem entendê-las como um espaço socioeconômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações sociais estabelecidas em sua trajetória. A autora chama a atenção para os trabalhos que falam sobre o urbano na Amazônia, que refletem sobre os fluxos migratórios das áreas rurais para as áreas urbanas. Porém, nossas análises darão enfoque aos deslocamentos populacionais que tem ocorrido na cidade de Altamira, mas precisamente às margens do Rio Xingu, que estão deixando suas casas de forma forçada, indo ou para as casas que a Norte Energia tem construído para abrigá-las, muitos optaram pelas indenizações para comprarem novos lares, outros milhares ficarão à mercê de sua própria sorte.

Para Magalhães (2007) deslocamento compulsório é a saída involuntária de famílias, comunidades, povos indígenas e todos os outros que se encontrem no caminho dos grandes projetos, sendo esta a categoria de análise que servirá como fio condutor desta pesquisa. A autora defende a tese de que os processos de deslocamentos compulsórios causam sofrimento em quem passa por esse processo, porém, grande parte dos estudiosos que se dedicam a esta temática faz referência a este problema, mas não o submetem à análise, a autora então debruça-se sobre o sofrimento social, a partir da experiência da implantação da usina hidrelétrica de Tucurí, também no Estado do Pará. Sendo que a “dor” é definida pela autora como um sentimento coletivo,

manifestado em indivíduos pertencentes a grupos sociais atingidos por barragens e que provocou perdas.

Magalhães (2007) baseando-se nos relatos de expropriados alojados em um acampamento, afirmou que eles “não tinham qualquer informação quer sobre a área inundada, quer sobre os prazos em que receberiam casa, lote, etc., quer sobre o andamento dos chamados ‘processos’ instaurados pela empresa” (2007, p.31).

Soares *et. al.*(2007) assinalam que os projetos de reassentamento advindos do deslocamento compulsório a que são submetidos os atingidos por barragens costuma-se subestimar o impacto das mudanças no principal componente do sistema organizacional, as pessoas. Estas não podem ser simplesmente transferidas de um local para outro, religadas, reconfiguradas e sair produzindo, reestruturarem-se de um dia para o outro. Estas pessoas devem ser preparadas para o processo de mudança, uma vez que toda a rotina de trabalho, produção e relações interpessoais, com as quais estão acostumadas, pode ser radicalmente mudada. As pessoas tendem a se apegar às suas rotinas, onde a mudança pode trazer conflito e resistência, uma vez que se está mexendo com estruturas subjetivas e de poder preexistentes. Os impactos a que os autores se referem não se limitam apenas ao econômico, mas também ao sócio cultural, que pode afetar além das famílias deslocadas, a população da localidade que os recebe, podendo haver uma reação de resistência também por parte desta população, tendo efeitos multiplicadores sobre um território mais amplo.

Para os autores, o deslocamento compulsório em função da construção de grandes barragens hidrelétricas atinge a vida sócio cultural das famílias envolvidas. São pessoas que moraram em um lugar toda a sua vida, onde construíram laços de amizade, modos de produzir e viver próprios, formados a partir das vivências passadas de geração em geração, e que se vêem deslocadas do seu lugar sem a certeza de continuar com os vínculos sociais tão fortes e presentes até então em suas vidas.

A dimensão social-cultural da população atingida é inevitavelmente afetada, pois após o deslocamento muitas famílias não conseguem se identificar com o novo local de moradia, mesmo que tenham a infraestrutura básica para sua reestruturação. Pois não envolve somente a questão física, mas também a questão social e de raízes culturais. A identidade social, parte integrante da cultura destas pessoas é afetada diretamente. Muitas destas famílias acabam deixando o local de moradia que foi destinado a elas no reassentamento, para voltarem a residir em local próximo onde moravam anteriormente ao deslocamento. (SOARES *et. al.*, 2007, p.6).

Temos observado, a partir dos relatos, que embora o discurso inicial seja de que a nova vida seja boa, por conta da casa ser de alvenaria, em local seco, já que grande parte dos deslocados saiu de áreas alagadas, percebe-se um descontentamento, a partir do momento em que foram afastados da convivência com os vizinhos, pessoas de uma mesma localidade/ rua foram distribuídas entre os cinco RUCs e devido à distância, quase não tem mais contatos, ficando apenas a saudade.

Nobrega (2011) afirma que em todo o mundo, os chamados “projetos de desenvolvimento”, como estradas, ferrovias e barragens, são responsáveis pelo deslocamento compulsório e pelo empobrecimento de milhões de pessoas, a despeito das promessas de “progresso” que justificam a execução de tais obras. As vítimas desta “guerra desconhecida” têm sido chamadas de “refugiados do desenvolvimento”, numa elaboração política e teórica que busca visibilizar o sofrimento vivido por estas pessoas, bem como buscar os devidos meios de reparação dos danos causados. Dentre os

“refugiados do desenvolvimento”, destacam-se os “atingidos por barragem”, situação vivenciada por cerca de quarenta a oitenta milhões de pessoas, sendo que estes deslocamentos se pautam na violência como dimensão central para a compreensão dos deslocamentos compulsórios provocados pelas barragens.

No Brasil, a opção por um modelo centralizado de geração de energia, concentrador de renda, de alto custo econômico, social e ambiental, é reveladora da natureza da nossa democracia, ainda marcada pelo autoritarismo. As pessoas que efetivamente sentirão, com “lamento e dor”, os efeitos dos grandes projetos de infraestrutura são relegadas às margens das decisões (NOBREGA, 2011, p. 17).

Nos autores analisados, podemos verificar que a categoria sofrimento social encontra-se ora de forma explícita, ora de forma implícita, mas encontra-se imbricada nos estudos sobre deslocamentos compulsórios, nas situações de deslocamentos compulsórios ocorridos em Altamira.

Nosso ponto de partida para a compreensão da categoria sofrimento é a concepção de Magalhães (2007) que é uma construção coletiva que, por um lado, se exprime na constituição de atores, na construção de uma memória e de uma narrativa sobre um acontecimento. E que, por outro lado, produz efeitos sobre os interesses e as práticas políticas.

Na concepção Pussetti e Brazzabeni (2011) o sofrimento social, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. Segundo os autores, ao mesmo tempo, há uma série de problemas individuais cuja origem e consequência têm as suas raízes nas fraturas devastantes que as forças sociais podem exercitar sobre a experiência humana. O mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais. O sofrimento social é o resultado, em outras palavras, da limitação da capacidade de ação dos sujeitos e é através da análise das biografias dos sujeitos que podemos compreender o impacto da violência estrutural no âmbito da experiência - cotidiana.

Para Werlang e Mendes (2013) o sofrimento estaria presente nos sentimentos de isolamento social, de perda, de sentimentos aliados à depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse. As pessoas sofrem quando há estados de privação material, com a perpetuação da injustiça social e com a perda da liberdade em todas as suas formas e expressões. Conquanto o sofrimento tenha sido estabelecido em contradição à dor, esta seria uma sensação fisiológica e o sofrimento, por sua vez, seria espécie de resposta psicológica, subjetiva à dor.

Temos observado nos site da Norte Energia, que ela propaga o discurso da “tranquilidade” e “dignidade” garantidas as famílias que passaram a morar nos bairros construídos pela empresa. Porém, nossa intenção é de demonstrar o sofrimento social que há por trás de todas essas mudanças, principalmente através dos relatos, carregados de dor e angústia, ocasionadas ora pela falta de perspectivas de que terão um lar para se abrigarem junto com seus familiares, de modo a recomeçarem uma nova vida, ora pela situação a que foram submetidos, além da insuficiência

quanto ao número de atingidos, pudemos verificar alguns processos que tem dificultado a vida dos novos moradores dos RUCs:

a) Inadequação do tamanho da casa ao tamanho das famílias:

Segundo o MPF de Altamira, em documento emitido junto ao IBAMA (2013), em agosto de 2012, mediante compromisso público veiculado mediante panfleto informativo distribuído nas comunidades que serão realojadas, a Norte Energia S.A. divulgou que o reassentamento urbano ocorreria em três modelos de casas de alvenaria, cujo número de quartos e tamanhos seriam definidos de acordo com a composição da família transferida. Assim, a concessionária comprometeu-se a fornecer casas que possuiriam dois dormitórios e 60m², três dormitórios e 69m² ou quatro dormitórios e 78m², adequando-se à estrutura familiar ocupante. Outrossim, de acordo com a oferta pública, os terrenos seriam cercados e distantes em, no máximo, 2 km do local de onde as famílias originalmente foram transferidas.

Não se levou em consideração que muitos filhos voltariam a morar com seus pais devido ao fato de terem perdido suas casas. Muitas famílias têm lutado pelo direito de que cada família receba sua casa, alguns já conseguiram e alguns estão aguardando, voltando a se tornar agregados nas casas de pais e ou parentes próximos.

b) Não cumprimento do que foi estabelecido no PBA:

No bairro Casa Nova, por exemplo, não há Unidade Básica de Saúde, como nos outros reassentamentos, portanto, os moradores devem se deslocar até o bairro vizinho, fato bastante questionado por eles, além da Norte Energia ter prometido, o PBA fala que obrigatoriamente os RUCs terão postos médicos, etc.

c) Inobservância de relações de vizinhança e de regras residenciais pautadas no parentesco:

Os laços afetivos foram rompidos com os deslocamentos, as narrativas mostram que vizinhos que conviviam há muito tempo foram separados. A Norte Energia reassentou os atingidos sem que estes pudessem ficar às proximidades de seus vizinhos. Em depoimento, uma moradora do bairro São Joaquim disse sentir muita falta de uma vizinha sua e sempre que pode vai visitá-la, devido a distância que as separam agora.

d) Serviços Urbanos Insuficientes:

Não há escolas nos novos bairros, as crianças utilizam-se de transporte escolar fornecido pela Norte Energia para se deslocarem até os estabelecimentos de ensino. Fator este que causa alguns desconfortos, pois os ônibus atendem as necessidades dos estudantes cujas escolas estão a mais de 200 metros dos bairros. Distâncias menores não são cobertas pelo transporte escolar (Relatos de moradores do Bairro Jatobá).

O aumento considerado nas contas de energia elétrica também foi relatado pelos entrevistados, que estão tendo que mudar suas estratégias de vida, de conseguir melhorar a renda para comprar seu alimento e suprir suas necessidades básicas. Fator este que desagrade muitos os moradores dos RUC. Além disso, há ruas sem iluminação pública, o que facilita a ação de bandidos.

A insegurança também é um fator que atinge os moradores dos novos bairros construídos em Altamira. Segundo relatos, gangues rivais foram colocadas às proximidades umas das outras, o que gera rivalidade, rixas e episódios de violência. O tráfico de drogas também é intenso na região e a falta de policiamento nos bairros são narradas pelos entrevistados. O tráfico de pessoas também se manifesta na região.

e) Indenizações insatisfatórias:

Um fator bastante questionado também pelos deslocados é o valor das indenizações. O Caderno de Preços utilizado pela Norte Energia desagradou inúmeras famílias. Segundo relato de moradores, muitas pessoas se beneficiaram logo no início do pagamento das indenizações, mais tarde, a avaliação do preço dos imóveis foi baixando e desagradando os proprietários, que acabavam sendo coagidos a aceitar, pelo fato de não quererem entrar na justiça e se indispor ainda mais. Ocorria também o medo de não conseguir nada. A maioria dos entrevistados não achou justo o valor oferecido pelo antigo imóvel que possuíam ou no valor das indenizações de seus pontos comerciais.

Outro ponto peculiar entre os entrevistados (em sua maioria comerciantes) foi o de afirmarem que a questão financeira que vivem hoje está diretamente ligada ao local em que se encontram e ao valor das indenizações que receberam para continuarem suas atividades comerciais. Alguns dos entrevistados informaram que tiveram que mudar de ramo, para poder sobreviverem. Muitos são obrigados a continuar até porque não seriam indenizados pela Norte Energia. Os reassentados proprietários de comércios têm reclamado do faturamento alegando que em seu local de origem, a arrecadação mensal era muito melhor do que a dos novos bairros.

f) Conflitos familiares:

A partir do momento em que o chefe de família (pai ou mãe) recebem a indenização, inicia-se o processo de divisão de herança, independentemente se os filhos foram ou não contemplados com as casas. Se o valor da indenização já é considerado insatisfatório, aumenta o problema quando se tem que dividir com os herdeiros.

Um morador do bairro Jatobá nos informou que o dinheiro que recebeu de indenização já havia acabado, pois teve que dividir com os filhos. Aos setenta e seis anos vive de uma aposentadoria e do comércio que não vende quase nada. Outros casos de divisão de herança foram relatados.

Outro conflito é o fato de que se em uma casa moram mais de uma família, por exemplo, ocorrem as discussões sobre quem será o contemplado, ou mesmo os demais membros não aceitam a venda da casa caso não sejam contemplados.

g) Separação do ribeirão de “seu rio”:

Em Altamira, as áreas localizadas às margens dos Igarapés Ambé, Altamira e Panelas são denominadas baixões. As habitações construídas sob palafitas são construções sobre estacas de madeira, muito utilizadas nas margens dos rios. Esses modelos de edificações localizados em áreas

alagadiças, tem por função evitar que as casas sejam arrastadas pela correnteza dos rios, principalmente nos períodos de inverno, grande cheia dos rios, além do que, são de fundamental importância para os pescadores, que ancoravam seus barcos, outro fator não levado em consideração, durante a elaboração dos projetos de deslocamentos dos moradores das áreas alagadiças de Altamira.

Magalhães (2015) assinala que estas comunidades que historicamente ocupam as margens do rio Xingu ou de seus igarapés, como muitas das comunidades tradicionais da Amazônia, mantêm com o rio uma relação que não se esgota na relação econômica.

Para a referida autora desenvolveram um modo de vida específico adaptado ao comportamento do rio e a este ambiente. Uma destas especificidades está fartamente registrada na literatura sob a forma de oposições complementares, como por exemplo, centro-beira; rio-rua; cheia - vazante, e outras. Assim como, a literatura chama atenção para: a) a pluriatividade econômica: uma combinação de agricultura, pesca e extrativismo. b) a mobilidade no território: as casas e as pessoas se deslocam ao longo de uma larga extensão territorial; c) a organização de redes de parentesco dispostas ao longo do território; e d) para a articulação de redes sociais, inclusive de parentesco, entre o rio e a rua. Ou seja, na concepção da autora o rio é o lugar mais próximo da natureza, mais silencioso, de mais trabalho e também mais dadivoso; a rua é o lugar do comércio, da escola, da saúde, do ruído e de mais dificuldades. E, neste ir e vir podem ser encontradas casas, tanto na beira do rio quanto na rua, fechadas, aparentemente desabitadas, ou aparentemente abandonadas.

Essa relação com o Rio tem sido mencionada mesmo que de forma não intencional pelos entrevistados. Pescadores, marisqueiros, ribeirinhos estão sendo levados para longe de seu local de trabalho. Ficando sem alternativas, pois o empreendedor só indeniza com dinheiro, pessoas que tinham pontos comerciais ditos regulares. Quem vivia do rio, somente se tiver o cadastro de pescador ou se conseguir comprovar à prática, porém, muitas pessoas têm ficado de fora desse ressarcimento.

h) Identificando o Sofrimento Social:

Ao perguntarmos sobre o que entrevistado sente ao ver sua casa derrubada, pudemos observar a emoção no olhar, a dor da saudade, a angústia da mudança, as lembranças da antiga moradia. De 14 entrevistados, 13 já retornaram ao local em que moravam para rever sua antiga casa, ou mesmo o que sobrou dela. Uma das entrevistadas alegou não passar nem perto do local por sentir muita raiva, emocionou-se bastante ao recordar a vida que levava e como vive agora.

Temos verificado, a partir dos relatos que o sofrimento social, mencionado neste estudo, apresenta-se de forma recorrente na vida dos reassentados, pois apesar de terem saído das áreas alagadas na beira do Rio Xingu e ido para “terra firme”, como eles mesmo se referem aos novos reassentamentos, criticam inúmeras dificuldades que tem enfrentado em suas novas moradias: Falta de água (à beira dos rios esse problema não existia); distância do centro comercial de Altamira; precariedade no transporte público; violência; mudança de atividade de trabalho; saudade de seus antigos vizinhos (muitos foram separados, tentativa de desmobilização dos atingidos); dificuldade de adaptação com o novo lugar; sendo esses alguns dos problemas relatados pelos moradores dos novos reassentamentos:

“Na minha casa lá eu trabalhava, eu tinha dinheiro, aqui eu me sinto só, sinto aquela solidão e mais nada, não tenho como fazer dinheiro, “não tenho meus vizinhos, não tenho minha família. O sentimento que sinto aqui é solidão. Lá eu tinha liberdade, tudo o que eu queria tinha lá, aqui só tenho a casa, mas em compensação nada que eu tinha lá me realiza aqui”. (...) Pra falar a verdade eu nem consigo falar muito sobre essa mudança, é uma coisa que meche muito comigo”.

Ao perguntarmos qual a visão dos moradores com relação a casa nova, obtivemos a seguinte resposta de dois moradores:

“(…) tem vários problemas, ela é frágil, ela não é uma casa segura, ela tem rachaduras na parede e quando chove a água penetra e sai dentro de casa, ela é mal feita, os pisos dela, os banheiros é tudo mal feitos, a caída da água é toda contrária não é uma casa boa, o sistema elétrico também é péssimo (...). Na verdade essas casas todas foram construídas com material de terceira, não foi material de primeira não. A qualidade do material que foi construída essas casas é muito frágil” Entrevistados 1 e 2.⁴

“A vida que nós tava acostumada lá, aqui é horrível”. Eu morei lá foi 27 anos, uma estrada toda. Já tem um ano que derrubaram minha casa, estão construindo uma estrada lá, hoje está fazendo um ano. Péssimas recordações. Se pudesse voltaria voando para minha casa, não era nem correndo era voando”. Entrevistado 1⁵

Observamos que apesar das pessoas viverem às margens do rio na cidade, apresentam hábitos de moradores de áreas consideradas rurais, como contato direto com a natureza, utilização do rio para garantir sua alimentação, água em abundância, etc. Ocorreram então mudanças significativas na forma de viver dessas pessoas. Mudanças essas que não foram levadas em consideração durante a elaboração do projeto de implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Para Magalhães (2015) do ponto de vista de quem vive o processo, esta situação se agrava pela ausência de parâmetros que lhe permitam antever a situação vivida, a natureza, o sentido e a direção da transformação. Este fato introduz uma das questões fundamentais inerentes ao momento do deslocamento: o ato designado "opção". De fato, não se trata de uma opção. Trata-se de uma situação de coação (às vezes até de coerção) na qual as pessoas não têm nem conhecimento e nem controle sobre os parâmetros de decisão. São assim, também, situações que provocam muita indignação, revolta e sofrimento social⁶.

Embora casas ainda estejam sendo construídas, o número de casas disponíveis nos reassentamentos não será suficientes para atender toda a demanda de atingidos em Altamira. Muitas famílias possivelmente ficarão sem casa e sem indenização e cada dia que passa é primordial, principalmente pelo fato de que a Hidrelétrica está prestes a iniciar seu funcionamento, sem que todas as condicionantes tenham sido cumpridas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por o intuito apresentar de maneira prévia e ainda em construção, como se encontra a situação de pessoas que passaram pelo processo de Deslocamento Compulsório em

⁴⁴ Optamos por não identificar os entrevistados pelo nome. Estes depoimentos foram obtidos em uma mesma família, mãe Entrevistado 1 e seu filho Entrevistado2, no bairro São Joaquim (comerciantes).

⁵ Entrevista realizada no Bairro São Joaquim em Altamira, Entrevistado 1.

⁶ Apresentação realizada no dia 01 de junho de 2015 na Reunião de INSPEÇÃO INTERINSTITUCIONAL NAS ÁREAS RIBEIRINHAS ATINGIDAS PELA UHE BELO MONTE, por solicitação do Ministério Público Federal/Altamira. Apresentação similar foi realizada em 11 de março de 2015, também por solicitação do MPF em reunião restrita.

Altamira no Pará, por conta da construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Os efeitos deste grande empreendimento afeta direta e indiretamente vários municípios e milhares de pessoas.

As visitas ao município de Altamira têm revelado uma situação no mínimo angustiante. Na área do centro comercial de Altamira, muitas casas já foram demolidas, as ruas antes muito movimentadas tornaram-se palco para o acúmulo de entulhos, desperdício de água, abandono de muitos animais, que no momento das mudanças são deixados por seus donos ou mesmo, voltam aos seus locais de origem e acabam ficando perdidos, abandonados a própria sorte.

Compreender a natureza dos processos sociais que são desencadeados por empreendimentos voltados para o desenvolvimento em nossa concepção é essencial. Analisar o processo a partir de suas vertentes, econômica, política, social, cultural e ambiental, sendo também um elemento desencadeador de novas dinâmicas sócio-econômicas, que proporciona a formação de novos grupos sociais, interesses e fenômenos sociais, nos instiga a buscar bases teóricas que nos ajudem a compreender o fenômeno dos deslocamentos compulsórios, a partir da lógica do desenvolvimento e da necessidade de geração de energia, a “Amazônia” como salvadora do resto do Brasil, sem que as realidades das populações locais sejam levadas em consideração. Sem que estes participem e usufruam diretamente das benesses do Progresso.

As pesquisas de campo em conjunto com as entrevistas que vem sendo realizadas com os moradores dos bairros construídos pela empresa Norte Energia, tem nos permitido compreender o processo de deslocamentos compulsórios e das estratégias de reconstrução do lugar e da identidade desses sujeitos sociais.

Temos verificado o total desamparo que grande parte dos atingidos por barragem em Altamira vem enfrentando. A maioria das reivindicações dos atingidos tem como pauta os critérios utilizados para indenizações e reassentamentos, que não contam com assistência do governo nas negociações com o empreendedor. Em grande parte das narrativas, os discursos são de sofrimento, lamento, revolta, uma mistura de sentimentos. A falta de humanidade no tratamento dado por parte da Norte Energia tem que se levado em consideração, pois não é só a indenização das casas que está em jogo, mas sim muitas histórias de vida, relações de trabalho, laços sociais, dignidade, etc.

A implantação dos grandes projetos que afeta a vida e a história das populações tradicionais apresenta também, como consequência, a exploração inadequada dos recursos da natureza, fato que reflete diretamente nas questões ambientais e sociais, aumentando principalmente a exclusão social e o agravamento do empobrecimento da comunidade local, o desenvolvimento tão almejado, não contempla muitas das vezes, as pessoas que fazem parte deste processo, mesmo que de forma não desejada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*. v. 20, n.57, p. 221-236, ago. 2006.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane. Expansão Urbana nas Grandes Metrópoles. O significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. In: *Social em Questão* - Ano XVI - nº 29 – 2013.

FVPP – A história do movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu/SDS/ PDA/PPG7 – Brasília: MMA, 2006.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. Identidade e Reconhecimento Étnico: Índios citadinos em Altamira. Belém: Humanitas, 2008.

MAGALHÃES, Fernanda. DI VILLAROSA, Francesco. Urbanização de favelas: Lições aprendidas no Brasil. Editores. 2012.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Lamento e Dor: Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França, 2007.

MARICATO, E. Metrôpole na periferia do capitalismo. 1996. Hucitec. São Paulo.

_____. Metrôpole de São Paulo, entre o arcaico e a pós modernidade. In:

SOUZA, M. A A de, e outros. Metrôpole e globalização. 1999. Cedesp, São Paulo.

Ministério Público Federal. Relatório de Inspeção Interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte Altamira/PA. 2015.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. Reassentamento da População Urbana Diretamente Afetada Pelo Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-Pa. In: Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 02, n. 13, 2014, pp. 43-57.

MESOMO, Juliana Feronatto. A “precariedade” e a “irregularidade” como categorias de interpelação: análise etnográfica da obra de duplicação da Av. Tronco em Porto Alegre-Brasil. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. (PPGAS/UFRGS – Rio Grande do Sul).

NOBREGA, Renata da Silva. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. Rev. Inter. Mob. Hum. Brasília, Ano XIX, Nº 36, p. 125-143, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA. José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia In: Cienc. Cult. vol.58 nº 3 São Paulo July/Sept. 2006.

PENIDO, Marina de Oliveira. MAIA, Laís Jabace. Os deslocamentos compulsórios e os reassentamentos como deflagradores de conflitos ambientais: um estudo de caso das hidrelétricas de candonga e itapebí In: Fórum Especial “Populações Atingidas, Populações Atraídas: Impactos Sociais de Projetos e Polos de Desenvolvimento”, durante a 28ª RBA. São Paulo, julho de 2012.

ROLNIK, Raquel; KLINTOVITZ, Danieli. (I) Mobilidade na cidade de São Paulo. In: Estudos Avançados. v.25, n.71. São Paulo, 2011.

SOUZA, César Martins. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica: In. Revista Contemporânea – Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão ano 4, nº 5 | 2014, vol.1.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boguea. UMBUZEIRO, Ubirajara Maques. Altamira e sua história. 4ª Edição Revista e Ampliada. Ponto Press Ltda. Belém Pará, 2012.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. de. Implantação de grandes hidrelétricas. Travessia, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 18-24, jan./abr, 1990.

VAINER, C. B. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992, 86 p.

_____. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.



INVASÃO ORGANIZADA DE TERRA INDÍGENA NO NORTE DE MATO GROSSO

Armando Wilson Tafner Junior¹

Fábio Carlos da Silva²

RESUMO

A ocupação da Amazônia no século XX, foi institucionalizada pelas políticas estabelecidas por meio do governo federal. A expansão da fronteira agropecuária em direção à Amazônia, durante o governo militar, intensificou-se, prejudicando camponeses e silvícolas que já habitavam o território amazônico. O governo federal criou diversos órgãos públicos e, por meio destes, elaboraram mecanismos para atrair os grandes capitalistas do Brasil, levando-os a direcionarem a sua reprodução de capital à Amazônia. Diferentes interesses surgiram entre aqueles que já viviam na região amazônica, e os capitalistas, que passaram a ser os proprietários das terras, e assim, os conflitos socioambientais foram acontecendo na região. Tensões ocorreram, prolongando-se por décadas e o discurso do progresso capitalista utilizado para povoar a região, promoveu a insustentabilidade, fazendo acontecer impactos sociais, culturais e ambientais difíceis de serem reparados. Uma dos locais que sofreu essa intervenção capitalista foi a Terra Indígena Marãiwatsédé, local onde os Xavante, etnia seminômade, reproduzia a sua vivência. As relações entre os silvícolas e os capitalistas não foram amistosas e se arrastaram de forma perversa durante décadas, excluindo a população tradicional de suas terras, condenando-a a uma situação perversa de sobrevivência e ameaçando de extinção a sua cultura.

Palavras-chave: São Félix do Araguaia; Xavante; Desmatamento; Insustentabilidade; Conflito socioambiental.

1 INTRODUÇÃO

O processo de expansão da fronteira agropecuária em direção ao Oeste tinha por objetivo apoiar a iniciativa privada a ampliar os seus negócios na nova região amazônica. No período da ditadura militar, em que o governo estava sob o comando do Marechal Castelo Branco, ocorreu a implementação de políticas públicas para promover a ocupação da Amazônia pelo capital privado. A transformação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) em SUDAM fez parte deste processo denominado Operação Amazônia. A política de incentivos fiscais, chamada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990) de “pílula dourada”, atraiu grandes grupos econômicos, sobretudo do Centro-Sul.

Também a SPVEA ganhará nova e mais ampla dimensão. Transformada na SUDAM tornar-se-á, a exemplo do que ocorre na SUDENE em relação ao Nordeste, num órgão capaz de planejamento, coordenação e controle do desenvolvimento da área amazônica [...]. Será delineado uma série de deduções e isenções que irá

¹ Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestre e Doutor pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos na Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA) e Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). armandojr@ufmt.br

² Graduado em Administração pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos na Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) fcsilva.ufpa@gmail.com

alcançar, principalmente os impostos de renda, de exportação e importação, e graças à qual terá esta região possibilidades idênticas às do Nordeste quanto à atração de recursos do setor privado, certamente sensível à incentivos tão pragmáticos (discurso de Marechal Castelo Branco no Amapá no dia 2 de setembro de 1966 citado por CARDOSO; MÜLLER, 1978 p. 153-154).

A conduta foi a mesma nos governos que sucederam o de Castelo Branco. O Ministro do Interior, General Costa Cavalcanti, ao qual a SUDAM respondia, foi o mesmo durante os governos de Costa e Silva e de Garrastazu Médici, sendo que, em várias oportunidades afirmou que a participação dos grupos econômicos do Centro-Sul era fundamental para o progresso amazônico.

A conduta do governo militar perante o processo de ocupação econômica da Amazônia pode ser entendida como um patrocínio do poder público aos grandes grupos econômicos. O acesso às terras amazônicas por parte dos capitalistas foi emoldurado por grilagens, falsificações, compras, e, nos projetos aprovados pela SUDAM destinados ao Pará e ao Mato Grosso, pode-se constatar a afirmação de que não havia índios e posseiros nas regiões de execução do projeto.

1 A CHEGADA DO CAPITAL EM MARÃIATSÉDÉ

A família Ometto adquiriu as terras ao Norte de Mato Grosso comprando-as de Ariosto da Riva que conseguiu a posse da terra comprando-a junto à CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso). De fato, na década de 1950, a CODEMAT passou a vender terras devolutas no Mato Grosso para a iniciativa privada. Foi a privatização da floresta. Essa foi a maior fonte de renda do Estado de Mato Grosso na década de 1950. Esse processo de venda se estendeu até 1986.

Efetivada a aquisição das terras, por Ariosto da Riva, no então distrito de São Félix do Araguaia, que pertencia ao município de Barra do Garças, este não conseguiu explorá-las diretamente, mas por algumas ações, a qual julgava ser o beneficiamento da terra, tentou iniciar a sua ocupação. Umbelino de Oliveira (1990) menciona uma parte da entrevista que Ariosto da Riva lhe concedeu.

Para podermos fazer a abertura da estrada de São Félix do Araguaia, nas margens do rio Araguaia, numa extensão de 80 Km, nós sobrevoávamos a aldeia todo dia, ao meio-dia, jogando presentes de modo a fazer com que eles não saíssem de lá. Enquanto isto abria-se a estrada até a sede da Suiá (Ariosto da Riva citado por OLIVEIRA, 1990 p.71).

Em 1962, após não conseguir ocupar a área adquirida, Ariosto da Riva vendeu 80% das terras para o Grupo Ometto, que registrou a fundação da empresa Agropecuária Suiá-Missu como Sociedade Limitada, registrada na Inspeção Comercial do Estado de Mato Grosso, atual Junta Comercial sob o nº5.420, em 21 de novembro de 1962, sendo transformada em Sociedade Anônima em 16 de julho de 1966, em Assembleia Geral, sendo arquivada na mesma Inspeção Comercial no dia 21 de julho de 1966 sob o nº42. Vale salientar que a SUDAM só concedia incentivos fiscais para Sociedades Anônimas. A SUDAM foi fundada em 27 de outubro de 1966, 3 meses após a Agropecuária Suiá-Missu se tornar Sociedade Anônima, o que pode ser um indício de que o Grupo Ometto, devido a sua condição financeira e o *status* de empresários agroindustriais, mas principalmente por meio da atuação política, obteve informações privilegiadas de como funcionariam as leis e de como seriam os trâmites financeiros intermediados pela SUDAM.

O processo foi submetido à SUDAM no dia 12 de novembro de 1966, sendo o incentivo fiscal total de CR\$7.878.000.000,00³. O empreendimento contava, conforme consta no processo nº08749/66, com uma área de 646.824 hectares dos 800.000 hectares que a área da família Ometto possuía⁴. Este chegou a ter o status de maior latifúndio do mundo⁵.

O Jornal da Tarde de São Paulo, em 21 de julho de 1971 publicou uma reportagem acerca da fazenda Suiá-Missú com a seguinte manchete: “Quatro vezes maior que o Estado da Guanabara. Um país? Não uma fazenda” (OLIVEIRA, 1990).

O incentivo fiscal fornecido ao Grupo Ometto seria aplicado em construções e novas aquisições. A quantia monetária significativa iria gerar 80 empregos permanentes e um desmatamento de 108 mil hectares já no ano de 1967 para o estabelecimento do núcleo sede. Foi por meio da necessidade desse intenso desmatamento que iniciou-se a indisposição com os índios Xavante.

Hermínio Ometto em entrevista concedida a Oliveira (1990), faz alguns relatos:

Perto da Suiá-Missú, entre o rio da Morte e o rio Tapirapés, havia duas tribos de Xavantes, índios caçadores que jamais haviam tido qualquer contato com o homem branco. O primeiro encontro com os indígenas partiu da iniciativa deles próprios. Os nativos foram até a sede da fazenda e, lá chegando, ficaram rodando o avião e rindo. Eles já haviam visto diversas vezes o aparelho em vôo a baixa altitude. Provavelmente seguiam a direção do vôo, até encontrarem a sede da fazenda. O primeiro contato envolveu cerca de 80 funcionários, tudo na base de risadas e mímicas. Com o passar do tempo, os indígenas começaram a frequentar a Suiá-Missú constantemente. Mais tarde, toda a tribo, mais ou menos 150 índios, mudaram para perto da sede, e lá ficaram por quase três anos. Destinamos então uma área de 100 alqueires para que os nativos plantassem milho, arroz, abóbora e mandioca. Mesmo com as lavouras a disposição os Xavantes não abandonavam a caça. Só que a caça não se destinava à subsistência, era simplesmente a manutenção de um costume de um povo. Para evitar eventuais desentendimentos com os índios, determinamos aos colonos não frequentarem o local onde os Xavantes haviam se instalado. Três anos depois a empresa sugeriu ao governo que os indígenas fossem transferidos para uma área ao Norte da fazenda, com uma extensão de 10 mil hectares. Mas o então SPI, hoje FUNAI, e a missão salesiana que trabalhava junto à aldeia, preferiram levá-los para a Missão de São Marcos, em Barra do Garças (OLIVEIRA, 1990 p.71).

Por esses dizeres de Hermínio Ometto, é evidente e de fácil compreensão que havia de fato índios nas terras da Suiá-Missú, o que contraria a afirmação da FUNAI que consta no processo aprovado pela SUDAM, confirmando a ilegalidade da posse da terra, pois a Constituição de 1934 definiu como indígena toda a terra de posse dos índios neste ano.

O artigo 129 afirma que “será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes no entanto, vedado aliená-las” (CONSTITUIÇÃO...,1934). A Constituição de 24 de janeiro de 1967 (pouco mais de um mês após a aprovação do projeto Agropecuária Suiá-Missú na SUDAM), a primeira promulgada pelo governo militar, acrescenta aos

³ No processo de aprovação este é o valor que consta no repasse total dos incentivos fiscais. No processo de enquadramento após a compra das terras pela Liquifarm S/A, o valor mencionado era de CR\$7.878.000,00.

⁴ Segundo a matéria da rede Brasileira de Justiça Ambiental “ Suiá-Missú, Mato Grosso: sob ameaças, os Xavantes retornam ao seu território”, a propriedade tinha cerca de 1,5 milhões de hectares conforme demarcação feita por moradores da região em 1971.

⁵ Otávio Ianni em sua obra Ditadura e Agricultura (1979) afirma que o maior latifúndio das Américas era onde estava instalada a Jari Florestal Agropecuária, pertencente ao estadunidense Daniel Ludwig, proprietário da National Bulk Carriers. Este latifúndio estava localizado nos Estados do Amapá e Pará, e tinha uma área de cerca de 5 milhões de hectares.

direitos dos indígenas, o usufruto, indo para além do direito da posse da terra. O artigo responsável pelo aumento dos direitos dos índios é o 186: “É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes” (CONSTITUIÇÃO..., 1967).

A Constituição de 1967 foi substituída totalmente pela Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969. Com essa emenda os indígenas tiveram seus direitos, relativos a posse da terra, significativamente ampliados:

Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§1. Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§2. A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio (EMENDA CONSTITUCIONAL, 1969).

Ainda que pela burocracia obscura, Ariosto da Riva tenha adquirido as terras de forma legal, o trâmite teria que ser impedido de acordo com a Constituição.

Hermínio Ometto termina sua fala com uma referência ao deslocamento dos índios que habitavam a Suiá-Missú para outras terras, localizadas próximas a sede do município de Barra do Garças. Os motivos que acabaram por fazer esse transporte acontecer surgiram por meio da estratégia de ocupação de Ariosto da Riva, iniciada em 1962, ano em que obteve associação com o Grupo Ometto: manter os índios sob seu controle por meio da doação de alimentos jogados por aviões diariamente no mesmo local. Essa ação fazia com que soubessem onde os índios estariam em uma certa hora do dia, e dessa forma poderiam abrir as estradas sem qualquer possibilidade de conflito. Conforme as relações foram se estreitando, Ariosto da Riva convenceu os índios a transferirem sua aldeia para próximo da sede da Fazenda Suiá-Missú, e “os próprios índios “aceitaram” trabalhar gratuitamente na abertura de picadas, de pastos e de uma pista de pouso, durante cerca de dois anos” (BUENO, 2006 p.13).

Nesses dois anos de trabalho passaram a surgir alguns conflitos entre empregados e índios. A tentativa de transformar o índio em mão de obra escrava deu certo enquanto os índios recebiam os “presentes”. Dom Pedro Casaldáliga afirmou que “depois que terminaram as obras os índios passaram a ser um fardo para os donos da fazenda. Não havia mais o interesse em sustentar os índios que começaram a matar os bois da criação da fazenda” (CASALDÁLIGA, 2013).

Devido ao fracasso da continuação do trabalho escravo indígena, os índios foram outra vez deslocados para uma área alagadiça, na qual os empresários não tinham interesse, pois não era apropriada para a criação de gado, não sendo possível a formação de pasto. A área que não era apropriada para a bovinocultura extensiva, também não servia para a prática das atividades indígenas. “Lá morreram doze índios adultos. Oito homens e quatro mulheres. Sem contar as crianças...” (CASALDÁLIGA, 2013). As doenças que atingiam os indígenas eram provenientes dos mosquitos presentes nas áreas pantanosas, provavelmente malária, que se aliava com a má nutrição, consequência da impraticabilidade de trabalhos de subsistência nas áreas de várzea.

Era necessário encontrar uma solução, mas os índios não poderiam continuar nas terras do latifúndio. Os proprietários da Fazenda Suiá-Missú, família Ometto e Ariosto da Riva, procuraram a

missão Salesiana de São Marcos e “persuadiram os seus superiores a aceitarem nela os Xavante⁶ da Suiá” (OLIVEIRA, 1990 p.72).

Os índios estavam acuados e como não tinham opção perante a sobrevivência da tribo, e não entendendo realmente o que estava acontecendo por não dominarem a língua portuguesa, aceitaram serem transferidos para São Marcos.

Segundo o velho Tibúrcio, cacique na época, os índios, “concordaram” em serem transportados para São Marcos, onde os salesianos mantinham uma missão para atender a outro grupo, também Xavante e onde afirmavam existir muita caça e não haver mosquitos da malária. Muitos deles acreditaram que estariam voltando para a aldeia antiga (BUENO, 2006 p. 13).

Os índios foram levados por aviões da FAB (Força Aérea Brasileira), o que remete a força política do Grupo Ometto e até mesmo de Ariosto da Riva junto ao poderio militar que comandava o país.

Padre Ottorino Panziera, diretor da Missão Salesiana de São Marcos na época, afirmou no dia 29 de janeiro de 2004, em depoimento testemunhal à 5ª vara judicial federal de Mato Grosso referente à ação civil pública de número 950000679-0, no que concerne a devolução das terras do latifúndio aos povos indígenas, que embarcou com os índios no primeiro vôo onde foram transportados cerca de 90 silvícolas que viviam na Suiá-Missú. Relatou que viajaram todos em pé por duas horas e meia presos apenas por um cinto de segurança. Outro padre, Bartolomeu Giaccaria, membro da mesma missão na época, testemunhou na mesma audiência que os Xavante não sabiam ao certo onde estavam indo e que acreditavam que seria uma estadia temporária.

Baseado em documentações e reportagens da época, Dom Pedro Casaldáliga escreveu uma Carta Pastoral intitulada: *Uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*, na qual continha as seguintes afirmações a respeito da deportação dos índios Xavantes que viviam na fazenda Suiá-Missú.

Isso acontecia em 1966. Os Xavantes foram transportados em avião da FAB, em número de 263, tendo morrido boa parte deles aos poucos dias depois de chegados a São Marcos, vitimados por uma epidemia de sarampo. Essa porém não é a versão publicada na imprensa, conforme se pode ver na reportagem publicada por O ESTADO DE SÃO PAULO – em 25/04/69. Essa deportação foi presenciada por outros Xavantes da região e quando o Sr. Ministro do Interior Cel. Costa Cavalcanti, em abril de 1969 visitou aldeias dos Xavantes, estes lhe pediam que providenciasse a devolução da terra que lhes pertencia. Anualmente os Xavante voltam caminhando para a sua terra, roubada pela cobiça latifundiária, para apanhar o Pati, árvore por eles usada na confecção de seus arcos e flechas. Mas os proprietários da Suiá-Missú gostam dos índios... (Jornal da Tarde de 21/07/71). Após a deportação, doaram à missão um trator e a importância de Cr\$500,00 mensais, durante um ano, para auxiliar na manutenção dos mesmos!!! (CASALDALIGA, 1971 p.21-22).

Casaldáliga menciona uma epidemia de sarampo nas terras em que os índios Xavante foram deportados. Essa epidemia não consta nos testemunhos dos padres Mário Ottorino Panziera e Bartolomeu Giaccario, porém foi mencionada no Jornal Diário da Noite em 14 de setembro de 1966,

⁶ As tribos Xavantes são derivadas de um convívio milenar, que foram se separando umas das outras formando etnias particulares. Por ser Xavantes, duas tribos não tem necessariamente os mesmos costumes, podendo até mesmo não ter um bom convívio. Sabendo disto, os responsáveis pela missão salesiana ofereceram alguma resistência de imediato, que foi inútil diante da pressão dos empresários e dos militares, e o grupo foi transferido sem que nenhuma questão cultural fosse levada em consideração.

em reportagem que tinha a seguinte manchete: “Morte é Recepcionista na Aldeia Xavante”, que havia um surto de sarampo nas terras em que os índios seriam instalados. A epidemia já havia feito vítimas entre os Xavante que lá já estavam alojados, e ainda assim, a transferência dos Xavante da Suiá-Missú para São Marcos ocorreu. Nas primeiras duas semanas morreram cerca de 1/3 dos índios deportados.

Bueno (2006) define a transferência como um ato genocida. As mortes provocaram divergências entre as duas etnias Xavante, pois passaram a promover acusações mútuas de feitiçaria, causando certa instabilidade no convívio.

Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller na obra *Amazônia: expansão do capitalismo*, fazem referência a tal reportagem publicada no dia 25 de abril de 1969, por Allen Augusto.

Mas o que foi percebido nessa primeira viagem é que a fazenda abrigava duas tribos de Xavantes que, anteriormente, nunca tiveram contato com a civilização. E embora não sendo declaradamente hostis, não permitiam a passagem de ninguém além dos limites de seu território. Mas, a medida que a fazenda ia sendo habitada, os índios foram se aproximando. De início, saqueavam as plantações de milho e de arroz. Depois, entrando em contato com os brancos, passaram a viver as expensas destes. Já não sonhavam, mas pediam. Recebiam todos os dias um boi – que exigiam que fosse entregue morto, pois não matavam mais. Com o passar do tempo e com a abertura da estrada, esses índios foram deixando suas aldeias. Desciam o rio Araguaia ou iam para a Ilha do Bananal, do outro lado do rio. Os que restam foram enviados à Missão Salesiana de São Marcos. Hoje, Suiá-Missú já não tem índios para mostrar ou temer (CARDOSO; MÜLLER, 1978 p.154-155).

Essa reportagem demonstra a influência que o Grupo Ometto exercia nos veículos de comunicação. Nesse caso por meio da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, que contava com a colaboração das famílias Do Val e Lunardelli, viabilizou a reportagem no jornal O Estado de São Paulo, um dos mais importantes do Brasil, ainda hoje, que publicou a versão dos capitalistas não relatando as relações ocorridas de fato como foi dissertado por Casaldàliga.

A expansão dos negócios da família Ometto, provocou como mostra a reportagem do Estado de São Paulo reações dos indígenas de hostilidade seguido de ações de furto até chegarem ao contato que gerou uma dependência e até mesmo pedidos de esmola e por fim a deportação. Os empresários alegavam que era muita terra para pouco índio.

A visita do Ministro do Interior Cel. Costa Cavalcanti, citada por Pedro e que foi o motivo do repórter acompanhar a viagem à São Félix do Araguaia, teve um pedido por parte dos índios para voltar à sua terra. Este pedido não teve sucesso. Quem fez o pedido foi o cacique Apoena. Em um discurso, em Xavante e em português, direcionado ao ministro que estava presente:

Disse o orador que esperava do ministro providências para que fossem devolvidas suas terras “vendidas por vários governos” e, manifestou a convicção de que o ministro atenderia porque tem a “força dos canhões”. A certa altura, disse o orador: “Somos todos brasileiros. Nós Xavantes, chegamos primeiro”. E protestou contra a invasão de suas terras por estrangeiros e fazendeiros, que “têm uma família só e põem fogo nas matas e nas terras que são nossas; e nós somos muitos” (CASALDÀLIGA, 1971 p.100).

Enquanto os empresários afirmavam que era muita terra para pouco índio, estes tinham a consciência de que a mata que se tornara um latifúndio era muito terra para uma família só, a Ometto. Na visita à fazenda Suiá-Missú, o ministro Costa Cavalcanti foi “pressionado” pelos empresários quanto ao excesso de burocracia devido à centralização das decisões em Belém, e na

falta de infraestrutura na região, que condiz com a questão dos transportes e no tamanho das reservas indígenas que eram consideradas desproporcionais, além do que estava projetada uma estrada que cortaria a reserva indígena. Em resposta aos empresários o ministro Costa Cavalcanti fez a seguinte afirmação: “o índio tem que ficar no mínimo necessário” (CARDOSO; MÜLLER, 1978 p.156).

Os índios que viviam na Suiá-Missú e foram deportados para São Marcos, voltavam para suas terras, distante 457 Km, para coletar matéria-prima, para fazer seus arcos e flechas, que era extraído do Pati (*Syagros Pseudococos*), palmeira encontrada em margens de rios e nascentes de água, localizadas nas áreas de transição entre o Cerrado e a Amazônia.

Com a deportação, a implementação da pecuária extensiva na Agropecuária Suiá-Missú poderia ocorrer sem conflitos.

Conforme o rebanho ia aumentando, crescia a necessidade de maiores investimentos que Ariosto da Riva já não poderia acompanhar financeiramente. Ariosto então, vendeu os 20% das terras que lhe cabia dentro da Suiá-Missú ao Grupo Bordon, que instalou a Bordon Agropecuária da Amazônia.

Mesmo tendo recebido quantia significativa para executar o projeto, o Grupo Ometto não conseguiu cumprir o combinado e vendeu suas terras para a empresa então denominada Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A que pertencia ao capital estrangeiro. A Liquifarm Brasil S/A, que detinha 99,99% das ações da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A, tinha como principal acionista a Liquipar S/A, que detinha 99,99% das ações da companhia. Esta última tinha como principais acionistas a Liquigás Holding Jersey Ltda. (51%) e a Capitalsin International Ltda. (49%), localizadas em Nassau, Bahamas, um paraíso fiscal. Francisco Matarazzo Sobrinho foi o primeiro presidente da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A.

O Grupo Ometto, com o capital, levantado na venda de suas terras, adquiriu uma nova propriedade ao Norte do Mato Grosso, no então distrito de Matupá, pertencente ao município de Chapada dos Guimarães que possuía 27 mil hectares.

2 A ATUAÇÃO DA AGIP NAS TERRAS XAVANTES

A mudança da razão social e do quadro acionário, assim como a distribuição do capital social da nova empresa, a Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu, foi publicada em 3 de janeiro de 1974 no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. A Liquifarm também recorreu a SUDAM para receber ainda mais incentivos fiscais para serem investidos no mesmo empreendimento pecuarista, que antes servia ao Grupo Ometto. O incentivo de Cr\$18.513.113,00 foi aprovado no dia 4 de outubro de 1974, ainda que o custo total apresentado no projeto fosse de ordem de Cr\$14.373.212,00 divididos em custo de estrutura (Cr\$8.056.159,00) e custos operacionais (Cr\$6.317.053,00). Dentro da rubrica custo de estrutura está o que é denominado no projeto de edificações e obras complementares. Nesse novo processo, a área correspondente ao empreendimento é de 217.600 hectares, um terço da extensão territorial referente á primeira aprovação em 1966.

Assim como fez a família Ometto, a Liquifarm pediu uma nova colaboração financeira em 30 de julho de 1976. Novamente foi aceita e os incentivos fiscais repassados foram na ordem de CR\$10.704.033,00, ainda que, no mesmo processo, conste o demonstrativo financeiro da rentabilidade e de coeficientes de avaliação do ano de 1975 da empresa, que apresentou um lucro

líquido de CR\$46.444.414,00. No mesmo processo, assim como mencionado no ano de 1974, há uma tabela de custos que chegariam a CR\$28.702.151,00.

Em 10 de agosto de 1981, em um relatório de atualização financeira e desenvolvimento do projeto, a Liquipar S/A já aparece diretamente como acionista majoritária com 99,99% das ações. Neste processo consta que havia na propriedade 71.385 cabeças de gado. A Liquigás Holding Jersey Ltda., proprietária da Liquipar S/A, em setembro de 1981 foi adquirida pela Agip Petrolli, multinacional italiana e a razão social no Brasil passou a ser Agip Liquigás. O Vaticano, por meio da IOR (Instituto para Obras de Religião), mais conhecido como Banco do Vaticano, possuía ações da Agip Petrolli, o que não foi negado por Casaldáliga.

A Igreja como qualquer outra instituição pode e deve investir para aumentar o seu patrimônio. [...] Escrevi uma carta para o Vaticano pedindo para que eles deixassem de ser acionistas da Agip. Fui saber que o Vaticano não tinha mais ações da Agip na CPI da terra [em 2003] no Congresso Nacional. Aos inimigos isso era bom né, enchiam a nossa paciência porque diziam: se a Suiá-Missú é do Papa por que o bispo não vai protestar contra ele? (CASALDÁLIGA, 2013).

O processo de atualização financeira foi o último movimento da empresa documentado pela SUDAM e que consta em seu arquivo físico.

Todas essas sucessões de posse, desde a aquisição de Ariosto da Riva perante a CODEMAT, até a compra da Agip Petrolli, ocorreu sem que em nenhum momento, a tradição Xavante fosse respeitada, consultada ou até mesmo um empecilho para a realização de todos os negócios.

Os Xavante que ocupavam Marãiwatsédé, se dispersaram, mesmo que ainda voltassem para lá, para apanhar matéria-prima que haviam cultivado em sua terra de origem. Em 1984, alguns índios do grupo original foram para aldeia de Água Boa, na Reserva Indígena Pimentel Barbosa e começaram a articular com a FUNAI, à recuperação de suas terras. A FUNAI constituiu um grupo de técnicos para identificar a Terra Indígena Marãiwatsédé. Esse grupo delimitou uma superfície de 200 mil hectares, sendo que 168 mil hectares eram incidentes na Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú e 32 mil hectares fora de seus limites.

Esse resultado saiu 8 anos depois do início das conversas do Xavante com a FUNAI, no início de 1992. Nesse mesmo ano, ocorreu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92, realizada entre os dias 3 e 14 de junho. Esse encontro serviu para dar visibilidade para a busca de uma mudança na situação Xavante.

Antes porém, o cacique Damião Paridzané foi a Itália denunciar o que seu povo vivia, não sendo recebido no Vaticano, um dos principais acionistas da Agip Petrolli, na época. Ainda assim, o seu ato conseguiu atrair a atenção de muitos, e constrangeu a empresa por seus atos contrários aos direitos indígenas no Brasil. Tendo que enfrentar a opinião pública do país em que está instalada a sua matriz, a Agip Petrolli, durante a Eco-92, decidiu devolver as terras aos índios.

A antropóloga Iara Ferraz, em seu Dossiê, *Brasil: Responsabilidades Italianas na Amazônia*, elaborado em 1990, relata que a Agip Petrolli estava atuando em 232 mil hectares, sendo 108 mil hectares desmatados, empregando apenas 70 pessoas, tendo um rebanho de 32 mil cabeças de gado, número inferior a 100 mil cabeças, que segundo o dossiê, estavam sendo criadas pela empresa em 1985. Ferraz (1990) conclui que a diminuição do poder de criação seguido pela venda do rebanho bovino, está inserida em um contexto maior de falência do modelo de desenvolvimento baseado nos incentivos fiscais que buscavam a integração do mercado nacional mas eram utilizados

em uma produção destinada à exportação. A queda de produção não se restringiu a Suiá-Missu, mas também por todas as propriedades que utilizaram o recurso público. Este foi o modelo responsável pela maior parte dos desmatamentos e da degradação ambiental verificados nesta porção de expansão da fronteira agropecuária em direção à Amazônia, promovendo uma concentração fundiária ainda mais acentuada e que se contrapôs, portanto, à reforma agrária e à produção de alimentos voltada para o abastecimento interno no Brasil.

3 O PROCESSO DE REPATRIAÇÃO XAVANTE

Após o anúncio da devolução das terras aos Xavante, deu-se início a um movimento político, contra essa devolução, de Marãiwatsédé aos indígenas. Iara Ferraz relata em sua carta denúncia, escrita em junho de 1992, endereçada ao então Ministro da Justiça Carlos Borja, que quando recebeu um comunicado, no dia 17 de junho, feito à FUNAI, de que haveria uma invasão em Marãiwatsédé, deslocaram um grupo técnico à região, com o objetivo de verificar *in locus* o que estava ocorrendo.

A equipe foi comandada pela própria Iara Ferraz e pelo agrônomo Mariano Mampieri. Chegando ao local, no entroncamento das rodovias BR-158 e BR-242, em um estabelecimento conhecido como Posto da Mata, o grupo técnico, se deparou com um cartaz fixado em um posto de gasolina, convocando os “posseiros da Suiá” para uma reunião que aconteceria no dia seguinte, dia 20 de junho às 14 horas, e que teria a presença do então prefeito de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida “Baú”.

O cartaz era assinado pelo então candidato a prefeito de Alto Boa Vista, Osmar Kalil Botelho Filho (Mazim) – que perdeu a eleição para prefeito no mesmo ano para Aldecides Milhomem de Cerqueira. Nesta reunião, no dia 20 de junho, no Posto da Mata, além de Osmar e José Antônio, tiveram a palavra o então funcionário do Fórum Filemon Costa Limoeiro, que seria eleito prefeito de São Félix do Araguaia no ano de 2008, e Ivair Matias, advogado em São Félix do Araguaia.

Muitas famílias advindas de lugares próximos, como os municípios de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Porto Alegre do Norte, e de lugares distantes como Goiânia, estavam sendo deslocadas para dentro da área da reserva da Suiá-Missú, mediante ao estímulo de invasão por parte dos políticos locais. As famílias estavam cercando lotes de 100 hectares, como fora mencionado no discurso, mas comerciantes locais obtinham lotes acima de 2.000 hectares. Policiais de São Félix do Araguaia, também estariam recebendo grandes lotes.

Essa foi a base formada para a invasão dos que foram chamados de “posseiros” pelos incentivadores que organizavam lideranças para representarem os invasores, dividindo a terra a ser invadida em regiões, sendo que cada líder representaria uma região. Deu-se início a uma discussão processual para identificar quem eram os verdadeiros donos dessas terras, que tramitou na 5ª Vara Judicial Federal de Mato Grosso, originado uma ação civil pública de nº 950000679-0 ainda que essas terras tenham sido devolvidas aos Xavante em um documento assinado publicamente em um evento de ordem mundial.

As terras eram sim, legalmente, dos Xavante, mas estes não conseguiriam entrar, pois os invasores ofereceram resistência. Os posseiros obedeceram às ordens dos políticos da região e se organizaram. Conseguiram judicialmente fazer com que a demarcação da terra fosse anulada e que o trabalho fosse feito novamente, e não somente por técnicos da FUNAI. Em 1996, os Ministérios

da Justiça e o Extraordinário de Políticas Fundiárias decidiram criar um grupo de trabalho composto por membros dos dois ministérios, da FUNAI, Incra, Prodeagro, Comissão Pastoral da Terra, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região e representantes da Prefeitura de São Félix do Araguaia e de Alto Boa Vista.

Estabeleceu-se uma guerra de liminares. A Associação de Produtores Rurais da Suiá-Missú (Aprosum), conseguiu impedir a demarcação das terras até o dia 11 de setembro de 1998, onde por meio de um decreto presidencial, pôs-se fim nas determinações judiciais que, ora suspendiam a demarcação, ora sentenciavam que a demarcação poderia ser feita, por meio da homologação das terras indígenas de Marãiwatsédé (DIÁRIO..., 1998).

Em meio às atividades de demarcação, quando eram permitidas, um grupo de técnicos compostos por integrantes do INCRA, da FUNAI e da INTERMAT, verificaram a situação ocupacional das terras e contaram cerca de trezentas pequenas propriedades concentradas no Posto da Mata, local onde ocorreu a incitação à invasão das terras indígenas, localizado no entroncamento das BR-158 e BR-242 como já fora mencionado, e onde, segundo o testemunho de alguns regionais, havia grande quantidade de bares, tráfico de drogas e prostituição. Em um sobrevoo, feito na mesma averiguação, viu-se grandes pastos e madeiras, que eram encobertos pelas relações estabelecidas na fachada do Posto da Mata. Uma grande devastação ambiental, tomou conta de Marãiwatsédé (BUENO, 2006)

Após a homologação da demarcação das terras, nova guerra de liminares foi estabelecida para decidir sobre a reocupação, ou não, dos invasores. Em 10 de novembro de 2000, o juiz federal da 5ª Vara Federal de Mato Grosso, determinou e autorizou o retorno dos Xavante a Marãiwatsédé, mas sem a desocupação dos “posseiros”. A FUNAI teria que comandar fazer acontecer a volta dos Xavante à sua terra. Os índios voltaram mas não conseguiram entrar no seio de Marãiwatsédé, ocupado apenas 5% de suas terras, como afirma o cacique Damião em carta entregue à Presidenta Dilma Rousseff, a qual veremos mais adiante.

A Aprosum recorreu da decisão junto ao Tribunal Regional Federal (TRF). A decisão então passaria para o Superior Tribunal Federal (STF) que por meio da relatora, a Ministra Ellen Gracie, retificou a decisão judicial vigente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA TERRAS INDÍGENAS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DEU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA REFORMAR DECISÃO QUE HAVIA AUTORIZADO A FUNAI A INTRODUIZIR OS SILVÍCOLAS EM RESERVA INDÍGENA DEMARCADA, SEM PREJUÍZO DA PERMANÊNCIA DE POSSEIROS NO LOCAL. 1. Estando a permanência dos posseiros no local garantida por anterior decisão do Tribunal Regional Federal que não é objeto do presente recurso, a questão devolvida a esta Corte cinge-se à possibilidade da convivência provisória destes com os índios a serem introduzidos na área em litígio. 2. A alusão a iminente conflito não se presta a suspender a decisão que autoriza a entrada dos silvícolas nas terras indígenas cuja posse lhes é assegurada pelo texto constitucional, sob pena de inversão da presunção da legitimidade do processo de demarcação. Ofensa ao art. 231 § 2º e 6º da CF. 3. Recurso provido para restabelecer a decisão proferida pelo juízo de origem, autorizando o retorno da Comunidade Xavante à Terra Indígena de Marãiwatsédé, sem prejuízo, por enquanto, da permanência dos posseiros no local onde estão (STF: RECURSO EXTRAORDINÁRIO 416144 MT, 1/10/2004).

Após resolvida a questão da “divisão” das terras entre posseiros e índios e ainda a espera da definição de quem as ocuparia, argumentos eram utilizados pelas partes para atraírem a opinião

pública, sendo divulgados por veículos de comunicação regional. Os índios sempre afirmavam o direito a terra, pois como são uma tribo seminômade, sempre viveram em sua porção de terra, cultivando a sua matéria-prima e realizando rituais que não podem ser feitos em outros lugares⁷. A Aprosum afirmava que havia três mil famílias instaladas e produzindo na antiga fazenda Suiá-Missú – neste caso o contingente populacional, segundo a Aprosum, seria de no mínimo 10.000 pessoas nas terras indígenas de Marãiwatsédé - e que 166 mil hectares seria muita terra para pouco índio. Bueno, em seu laudo antropológico, afirma que havia, 798 habitantes na área em 2005, e contou 345 edificações residenciais e comerciais. Eram então, mais de 160 mil hectares para no máximo 800 “posseiros” e havia 700 índios vivendo em uma pequena porção de terra e mais 400 esperando a decisão judicial, pois na faixa estreita em que viviam os primeiros, os últimos mencionados, não cabiam.

A decisão judicial veio em 5 de fevereiro de 2007, determinando que os réus, incertos, desconhecidos e terceiros, que se retirassem da Terra Indígena de Marãiwatsédé. O Ministério Público Federal ordenou o cumprimento da sentença em 23 de agosto de 2007. Porém, já no dia 17 de dezembro de 2007, o Desembargador Fagundes de Deus, suspendeu o cumprimento da sentença por meio da concessão de um efeito suspensivo, propondo uma permuta de terras, o que gerou um novo processo. Segundo Fagundes de Deus, os índios deveriam abrir mãos de Marãiwatsédé e mudarem-se para o Parque Nacional do Araguaia.

Em meio ao trâmite deste processo, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, ocorreu no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ficou conhecida como Rio + 20. A pressão popular estava novamente ao lado dos silvícolas. Entre a ECO-92, quando foi devolvida as terras aos Xavantes e a Rio + 20 passaram-se 20 anos, e os indígenas ainda não estavam vivendo em suas terras. Cacique Damião estava novamente participando pessoalmente da Rio + 20, reivindicando o direito de entrar em suas terras. Damião entregou em mãos a carta para a Presidenta Dilma Rousseff que segue na íntegra:

Exma. Sra. Presidenta Dilma Rousseff

Eu, cacique Damião Paridzané, vim à Rio+20 com representantes do povo Xavante exigir que o governo brasileiro garanta a implementação imediata do plano de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé (MT), permitindo a ocupação integral do nosso território, que foi prometido 20 anos atrás na Eco 92.

Nesses 20 anos que se passaram, Marãiwatsédé se transformou na Terra Indígena mais desmatada da Amazônia brasileira, envergonhando todo o nosso país com a devastação criminosa que produtores de soja e de gado estão ainda fazendo na nossa terra sagrada. Vinte anos também não foram suficientes para que a Justiça brasileira tivesse a força necessária para fazer valer a decisão que respeita a Constituição Federal e os povos indígenas, tomada por unanimidade e determinando a retirada dos invasores, pois todos entraram em nossa terra ilegalmente, de má fé.

Apesar de termos nosso território reconhecido, demarcado e homologado desde 1998, ocupamos 5% da área que é de nosso direito porque fazendeiros e políticos nos ameaçam, destroem a nossa mata em Marãiwatsédé deixando nossa comunidade sem caça, sem frutos e sem os remédios tradicionais de que

⁷ Há diversos rituais culturais dos Xavantes. Um deles se remete aos seus mortos e o lugar que seria uma espécie de cemitério Xavante, que está nas Terras Indígenas Marãiwatsédé (MAYBURY-LEWIS, 1984).

precisamos. Eles também despejam agrotóxicos nos rios que abastecem a nossa aldeia, por isso muitas crianças estão doentes, com diarreia, vômito e pneumonia. Enquanto estamos aqui no Rio de Janeiro, recebemos a notícia de que mais uma criança faleceu na aldeia por desnutrição.

Nós lutamos e sofremos muito para estar aqui hoje. Não queremos perder a viagem. Viemos a Rio+20 pedir que o governo federal finalmente cumpra a decisão da Justiça, que no mês passado derrubou a liminar que suspendia a retirada dos fazendeiros. Agora, a desintrusão está novamente autorizada. Queremos que o governo permita uma transição rápida da terra invadida ao povo Xavante, garantindo assistência para a nossa integridade física, cultural e a recuperação das áreas devastadas nesses 20 anos.

Vinte anos de espera é muito tempo.

Eu fui criado em Marãiwatsédé antes do contato com o homem branco. Estou lutando há 46 anos. Eu era criança quando o governo retirou minha comunidade nos aviões da FAB em 1966. Desde aquela época estamos lutando para voltar à nossa terra. Estou cansado. Mas não vou desistir. Nunca.

Cacique Damião Paridzané

A justiça brasileira demorou cinco anos para perceber que a proposta do Desembargador Fagundes de Deus era inconstitucional. No dia 29 de junho de 2012, o Desembargador Souza Prudente, declarou sem efeito a proposta do Desembargador Fagundes de Deus.

Assim sendo, o Ministério Público Federal, determinou que:

(i) A expedição do ofício à Presidência da FUNAI para que, no prazo improrrogável de 10 dias, apresente, em juízo, o plano de desintrusão das terras Indígenas de Marãiwatsédé; (ii) apresentado o plano de desintrusão, determina-se a expedição, *incontinenti*, do mandado de desocupação da área em litígio, com prazo de trinta dias, devendo serem mantidos apenas os indígenas, estando autorizados, de antemão, o desforço policial por parte da Polícia Federal, bem como o auxílio da Força Nacional de Segurança (DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO, 22/10/2012).

A desocupação de Marãiwatsédé começou em 10 de dezembro de 2012. Representantes do INCRA, da FUNAI, do IBAMA, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Exército, participaram dessa desocupação que não foi pacífica⁸. Com a desocupação, verificou-se, *in locus*, 242 empreendimentos (casas, fazendas e comércio) pertencentes a não-índios e 455 pessoas.

O baixo número de posseiros não é de se espantar, pois o veículo de comunicação impresso Diário de Cuiabá de 06 de dezembro de 2012, mostra que 2/3 da Terra Indígena Marãiwatsédé estava nas mãos de 22 grandes “posseiros”. Este grupo era proprietário de 32 fazendas, que somavam 166,4 mil hectares. Entre esses proprietários é citado o nome do Desembargador Manoel Ornellas, o vereador de Rondonópolis Mohamed Zaher, o ex prefeito de Alto Boa Vista, Aldeides Cirqueira e seu irmão Antônio Cirqueira, o também ex prefeito de Alto Boa Vista Antônio Manoel Jordão e o ex prefeito de São Félix do Araguaia, Filemon Limoeiro, que na incitação à invasão à Marãiwatsédé, afirmou que não queria nenhum lote da área invadida. É citado ainda, entre o grupo de latifundiários, o grileiro Gilberto Luiz de Resende, preso em 7 de agosto de 2014, em uma

⁸ No sítio de vídeos Youtube, o qual se acessa por meio da rede mundial de computadores, há diversos documentos audiovisuais desta desocupação. Segue o link de busca feita dentro do sítio, utilizando a as palavras “desocupação Suiá-Missú”: http://www.youtube.com/results?search_query=desocupa%C3%A7%C3%A3o+Sui%C3%A1-Miss%C3%BA

operação da Polícia Federal que expediu 17 mandatos de prisão contra a organização que movimentou dezenas de milhões de reais em esquema de grilagem de terra e desmatamento ilegal em Marãiwatsédé.

4 AS CONSEQUÊNCIAS DA INVASÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA PARA A SOCIEDADE XAVANTE

O principal impacto, não só da invasão a Marãiwatsédé, mas também da demora do trâmite processual da devolução da terra indígena à sociedade Xavante, foi o desmatamento. A relação dos silvícolas com a natureza é o que move uma sociedade indígena, qualquer que seja a etnia. A devastação ambiental interfere diretamente na cultura Xavante. Junto com o desmatamento, vem a contaminação dos solos e das águas, o que prejudica o crescimento vegetativo da tribo.

A piora da saúde dos índios é potencializada pela falta de acesso aos remédios tradicionais, feitos com raízes que não se vê mais em Marãiwatsédé.

Além de não conseguirem fazer a coleta, o conhecimento que deveria ser passado, dos mais velhos para os mais novos, se esvai junto com as árvores que foram derrubadas. Há uma quebra na transmissão da cadeia de conhecimento do ethos Xavante, levando a perda da dignidade humana, pois estes passam a depender da ajuda externa para ter acesso a comida, medicamento, e outros bens iminentes à vida. O índio passa a mendigar, pedir, esmolar para suprir a sua necessidade, não tendo mais autonomia alguma, se afastando completamente de seus costumes. Uma geração vem sendo criada dessa forma, e por isso há a necessidade de não parar a prática dos rituais Xavante, com o intuito de garantir a (sobre)vivência da cultura Xavante, para não esquecerem que sua compreensão do mundo é diferente dos não-índios, e fazendo com que aqueles que os criticam sem ter a compreensão do que é ter uma cultura indígena, não tenham mais como julgá-los.

Para que isso ocorra é urgente a recuperação da floresta. Esse reflorestamento requer uma quantia monetária significativa, o custo não será baixo, e que certamente seria evitado se os índios tivessem obtido acesso fácil a Marãiwatsédé após a ECO-92, conforme mostram os mapas de desmatamento desta seção. Mas, ainda assim, como a terra entregue aos Xavantes está praticamente desmatada, o reflorestamento tem que ser feito. Há que ser elaborado um projeto interdisciplinar e com a participação dos Xavante. Várias ciências, como a Biologia, a Geologia, a Antropologia, a Engenharia Florestal, entre outras, devem estar presentes neste projeto. O reflorestamento não pode se restringir a apenas plantio de árvores. A fauna também tem que ser introduzida em Marãiwatsédé, para que esta não se torne uma floresta morta. Além do que, as atividades de caça fazem parte da sociedade Xavante, inclusive de partes de seus rituais.

No casamento, por exemplo, o futuro marido tem que levar uma anta para os pais da futura esposa para oficializar o casamento, entregando-lhe um colar que tem como adorno as unhas da anta, o que simboliza uma espécie de aliança para os não-índios. Como haverá casamento Xavante se não há mais anta em Marãiwatsédé? (MAYBURY-LEWIS, 1984; BUENO, 2006).

A explanada preocupação, remete-se à reprodução do acervo cultural dos Xavantes por falta de recursos naturais. O gênero masculino, nesta situação, são os que mais sofrem. As mulheres mantêm as suas atividades, como lavar roupas e louças, plantação de hortas, além de manter suas atividades de mãe e esposa, mas os homens tiveram suas tarefas impossíveis de serem elaboradas, pois não há como caçar, não há como abrir uma clareira para que as mulheres façam suas roças em

meio a floresta, conforme prezam os costumes Xavante. Isto implica na perda do *status* dentro de seu próprio grupo, e também perante as comunidades externas à tribo, que passam a colocar adjetivos nos índios homens como “preguiçosos”, “mendigos”, “machistas” (pois só as mulheres trabalham) e “vagabundo”, que não tem conhecimento da importância da divisão das tarefas na sociedade Xavante, e que levam em consideração somente as suas próprias categorias de entendimento para avaliar outras sociedades, e que de forma precipitada marginalizam a história que há por trás desta situação (MAYBURY-LEWIS, 1984; BUENO, 2006).

O alento que existe, é o de que os Xavante de Marãiwatsédé são organizados. Ainda mantêm os rituais de canto e dança, que ainda podem ser feitos, pois não necessitam de recursos naturais. Espera-se que haja um planejamento e uma execução rápida do que for pensado, para que Marãiwatsédé se recupere em breve, e que não demore mais 20 anos, para que não haja o risco de desaparecimento da cultura Xavante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marãiwatsédé tem o título de Terra Indígena mais desmatada do país. O repasse da cultura indígena está relacionado diretamente com a natureza. A maioria das etnias silvícolas, assim como a Xavante, estão sempre (sobre)vivendo em harmonia com a natureza, combatendo o desmatamento com a sua cultura própria. Sem a floresta em pé, os Xavante passam a estar ameaçados de uma extinção cultural, ocasionada pela opressão estritamente econômica, promovida pelo sistema capitalista que é movido pelo lucro, e que se alicerça em duas bases: exploração de mão-de-obra e degradação ambiental. Essa lógica perversa, aflora preconceitos como visto na gravação que está no corpo do texto, fazendo com que seres humanos ajam de forma soberba, colocando-se em uma posição superior, e sem escrúpulos, usando o poder político – que deveria atender o interesse público – em favor próprio.

A justiça demorou anos para devolver as terras aos Xavante e essa morosidade afetou ainda mais as questões ambientais, atingindo a sociedade Xavante. As áreas de preservação ambiental, como a T.I. Marãiwatsédé, têm que ser criadas, mantidas e recuperadas, não só para alcançar a preservação por si, mas para dar condições humanas a quem vive da floresta, fazendo com que conhecimentos milenares, não acabem e sejam repassadas às gerações futuras. Essa necessidade aumenta quando, grandes porções de terras, que deveriam ser destinadas a preservação, foram utilizadas para produzir de forma ambientalmente incorreta, atendendo ao capital. Quando o desenvolvimento ocorre de forma estritamente econômica, a humanidade não é levada em consideração.

Espera-se que as próximas ações que incidirão sobre a área de fronteira agropecuária, prezem pela equidade social e pelo equilíbrio ambiental, fazendo ser possível a coexistência entre diferentes categorias em territorialidades distintas, não promovendo a exclusão que a lógica de acumulação insiste em ratificar.

REFERÊNCIAS

BUENO, I. R. Laudo Antropológico. Terra Indígena Marãiwatsédé. Ação Civil Pública nº 950000679-0. Quinta Vara Judicial de Mato Grosso. 17 de abril de 2006.

CARDOSO F. H.; MULLER G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CASALDÀLIGA, P. **Escravidão e Feudalismo no Norte do Mato Grosso**. S/E. São Félix do Araguaia, 1971.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL de 16 de julho de 1934.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL de 24 de janeiro de 1967.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto Presidencial. Brasília, 11 dezembro de 1998.

EMENDA CONSTITUCIONAL DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 17 de outubro de 1969.

FERRAZ, I. **Dossiê Brasil: Responsabilidades Italianas na Amazônia**. Brasília, 199
MAYBURY-LEWIS, D. **A Sociedade Xavante**. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves, 1984.

IANNI, O. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos**. Ed. Papirus. Campinas, 1990.

PEDRO CASALDÀLIGA. Entrevistas concedidas ao autor nos dias 3,4,5,e 6 de dezembro de 2013.

SUDAM. PROCESSO Nº 08749/66. Parecer de aprovação nº295/66-AT-STO. 22 de dezembro de 1966. Belém:SUDAM, 1966.

SUDAM. PROCESSO Nº 03374/74. Colaboração Financeira de Recursos oriundos do artigo 1º alínea “b” do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969. Belém: SUDAM, 1974.



DECRETO Nº 7957 DE 2013 E OS ASPECTOS AMBIENTAIS E DE DEFESA FRONTEIRIÇOS: UMA NOVA DINÂMICA?

*Simone Shizue da Costa Hoshi**

RESUMO

O presente artigo aborda o Decreto nº 7957, de 13 de março de 2013, que cria o Gabinete de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente – GGI-MA e sua relação com os discursos emanados dos documentos oficiais das instituições de defesa nacional e de meio ambiente brasileiros. Tenta mostrar os percalços de posicionamento sobre a conservação da biodiversidade e de defesa nacional, donde os atores não convergem em diálogo e sim em disputas de poder. Assim sendo, como a criação de um gabinete de gestão poderá ser eficaz na proteção ambiental, sem comprometer a relação de poder existente nas esferas institucionais de defesa? O método comparativo, que não se vale apenas do ato de comparar, mostrou-se de melhor ensejo, uma vez que expõe os elos institucionais, bem como suas fissuras na tentativa de dar respostas.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Proteção ambiental; 2. Fronteira; 3. Decreto n 7957/2013; 4. GGI-MA.

INTRODUÇÃO

As fronteiras naturais serviam de modo redundante como meio natural de defesa e segurança territorial dos países, daí a necessidade urgente da fixação dos limites entre os países; com assombro essas fronteiras naturais vieram também se transformando em áreas protegidas fronteiriças, como mais um passo para a defesa do território, porém com a conotação de conservação da biodiversidade existente¹.

De modo mais marcante a presença da defesa sobre a faixa de fronteira prepondera. O discurso que parte do Ministério da Defesa e de modo mais contundente, por meio das Forças Armadas é de que unidade de conservação obstaculariza todo e qualquer formato de defesa territorial no Brasil, recaindo o discurso sobremaneira sobre as unidades de conservação de proteção integral, justamente por isolar grandes espaços para a proteção da natureza.

Assim que Barbosa enfatiza que o Ministério da Defesa não é contra a proteção de áreas indígenas e nem das unidades de conservação, mas é bem claro em dizer que áreas indígenas com grandes extensões e a criação de unidades de conservação com grandes áreas – prejudicam o fortalecimento da faixa de fronteira, e como exemplo o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque (três milhões e oitocentos mil hectares) e da Serra do Divisor que tem tido problemas com peruanos, e inclusive com denúncias de destruição das florestas, por ser um parque em grande extensão e pouquíssima fiscalização.²

¹ BOURLIÈRE, François. *Los parques nacionales de la frontera*. Disponível em <www.fao.org/docrep/24755s/24755s06.htm> Acesso em 20 jul. 2014.

² BARBOSA, Murilo de Moraes Rego. A faixa de fronteira e a segurança nacional: perspectiva estratégica e questões de inteligência. 4º painel. *Seminário - Faixa de fronteira: novos paradigmas* (Brasília: 2004). Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004, p. 65. Disponível em <<http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/faixa%20de%20fronteira.pdf>> Acesso em 10 jan. 2014.

Apesar do Ministério da Defesa, do Conselho de Defesa e das Forças Armadas externarem que não são contra a criação de unidade de conservação para a proteção da biodiversidade – ainda assim é contundente em muitas afirmações que as mesmas inviabilizam a defesa do território e que isso cria uma situação desconfortável para os mesmos, além de que a unidade de conservação na faixa de fronteira se opõe e reduz o espaço vital de atuação do Estado, além de impedir que se projete a vivificação da faixa fronteira.³

Da exposição de Barbosa pode-se retirar o fundamento da geopolítica - a vivificação das fronteiras, e quando prediz sobre a redução do espaço vital do Estado, parece remontar a ideia de fronteira como espaço vital de Karl Haushofer.⁴

Barbosa prediz que: “a Unidade de Conservação do tipo integral é muito pior, porque ela praticamente isola uma área”.⁵

1 VISÃO DA DEFESA NACIONAL E SUA ATUAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL

O Ministério da Defesa e seus comandados têm muita resistência à ideia de criação de unidade de conservação, pois de certo modo impede a presença de militares e conforme já se disse a vivificação torna-se inócua, pois não se coaduna a presença de pessoas em unidades de conservação de proteção integral, por exemplo.

A concordância do discurso da defesa é ratificada pelo Ministério da Integração Nacional para o fim de atingir os propósitos no tocante à teoria de vivificação da faixa fronteira, donde esse Ministério crê que por meio da ocupação e da vivificação, que segundo Cobuccio: “cabe ao Estado, portanto, assumir a função de planejador e colocar em prática políticas com estratégias capazes de ocupar, vivificar esse imenso Território.”⁶

Os ministérios da defesa, da integração nacional e das relações exteriores têm o mesmo ponto de entendimento sobre a faixa de fronteira, pois se assentam no mesmo discurso, justamente em decorrência de que os interesses correm para o mesmo rumo: a vivificação da faixa fronteira – pois desse modo se alia a segurança e o desenvolvimento na concepção desses ministérios.

A Política de Defesa Nacional – PDN em uma de suas diretrizes apóia a expansão desse ideário em projetos como o Calha Norte e o Rondon, além das empreitadas de colonização realizada pelos pelotões especiais de fronteira do Exército da Amazônia, dentre outros.⁷

O discurso da defesa com base na vivificação ainda perdura e tem sido reiterado pelos programas de desenvolvimento da faixa de fronteira, como aponta Furtado, que para a defesa da

³ BARBOSA. Ibid., p. 65.

⁴ O espaço vital na concepção de Haushofer implica na ideia de poder central do Estado pesando sobre a parte terrestre, assentado na fronteira viva, como era e é o caso dos países europeus, e de modo particular a França, Alemanha e leste da Europa; a vivificação das fronteiras assenta-se na ideia de fronteira sensibilizada politicamente, sendo materializada de forma vigilante, previdente e construtiva, para que as mesmas sejam estáveis e protegidas, sendo também sensibilizadas economicamente e demograficamente. In MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990, p. 23-25.

⁵ Id., p. 65.

⁶ COBUCCIO, Bruno. A faixa de fronteira, os crimes transnacionais e as ações de integração. 5º painel. *Seminário - Faixa de fronteira: novos paradigmas* (Brasília: 2004). Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004, p. 91-92. Disponível em <<http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/faixa%20de%20fronteira.pdf>> Acesso em 10 jan. 2014.

⁷ BRASIL. Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira. *Grupo de trabalho interfederativo de integração fronteira*. Brasília-DF, 2010. p. 9. Disponível em <www.mi.gov.br/programasregionais/publicacoes/faixadefronteira.asp> Acesso em 10 jan. 2014.

faixa fronteira é preciso que a presença humana se faça, porém para que a mesma se faça presente é preciso também atrair o aparato humano, pois sem incentivos a vivificação não é possível e não se tem a defesa.⁸

Em verdade a preocupação sobre o adensamento fronteiro recai de modo contumaz sobre a região norte do país, em decorrência de extensas reservas indígenas e unidades de conservação, gerando os vazios demográficos e que muitas vezes são sobrepostas. Nesse certame, há o outro lado da questão sobre atrair pessoas para que se promova a ocupação da região fronteira, como bem ressalta Becker a tarefa da ocupação de tão vasto território, acaba por configurar uma escassez relativa de mão-de-obra, pois é preciso um contingente populacional considerável para a região, sendo assim recai a questão: “como atrair a força de trabalho necessária e mantê-la na região, sem lhe dar o domínio efetivo e duradouro da terra?”.⁹

A faixa de fronteira é área indispensável à defesa do território e é bem da União; falar sobre domínio efetivo da terra torna a questão mais complexa, pois conforme o mandamento constitucional, todo o uso e concessão que se fizer nesse espaço deverão obedecer à lei. E a lei n. 6634 de 1979 e seu regulamento mandam que todas as atividades a serem desempenhadas na faixa de fronteira devem ter o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, conforme o rol de atividades expostas tanto na lei, quanto no regulamento.

As unidades de conservação não são acolhidas de modo agradável, não somente pelo discurso da defesa, como também pelo lado político que acaba por reiterar o de defesa. O presidente da subcomissão permanente da Amazônia e da faixa de fronteira do Senado, que integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o senhor Mozarildo Cavalcanti expõe a reticência e o discurso de defesa sobre a criação das unidades na faixa fronteira¹⁰:

Acho que é chegado o momento em que o Brasil deve, sim, ocupar-se de cuidar dessa faixa com mais atenção, com mais respeito aos interesses da Nação. E digo que não há esse cuidado porque, por exemplo, criam-se inúmeras reservas indígenas e unidades de conservação nessa faixa sem a audiência do Conselho de Defesa Nacional, como manda a Constituição. Então, é o próprio governo federal que descumpra o que há na Constituição Federal. Não há necessidade de se criar áreas desse tipo na fronteira [...]. O desenvolvimento e a integração das regiões de fronteiras ao restante do Brasil, que tanto interessam à soberania territorial, enfrentam alguns obstáculos aparentemente inamovíveis. Refiro-me principalmente às terras indígenas e às unidades de conservação, nas quais, evidentemente, estão vedadas a presença e os negócios dos cidadãos brasileiros, sejam eles de onde forem. A mesma dificuldade criada pela demarcação das terras indígenas e pela instituição de unidades de conservação na faixa de fronteira se impõe à integração comercial com os países vizinhos em um tempo de globalização, de integração regional e de construção de blocos econômicos.

Na opinião de Cavalcanti a melhor disposição foi o Decreto n. 4411 de 2002 que autoriza a instalação das unidades das Forças Armadas, tendo apoio da Polícia federal nas unidades de

⁸ FURTADO, Renata de Souza. A faixa de fronteira: estudos realizados no âmbito do Conselho de Defesa Nacional.. In EVELIN, Eloísa Solino, COSTA, Giovana Dias da. (Orgs.). *Seminário Perspectivas para a faixa de fronteira*. Brasília/DF: Presidência da República, Secretaria de Acompanhamentos e Estudos Institucionais, 2011. p. 49-50. Disponível em <http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/seminario_faixa_de_frenteira.pdf> Acesso em 10 jan. 2014.

⁹ BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982, p. 213.

¹⁰ CAVALCANTI, Mozarildo. Visão política: Senado. In EVELIN, Eloísa Solino, COSTA, Giovana Dias da. (Orgs.). *Seminário Perspectivas para a faixa de fronteira*. Brasília/DF: Presidência da República, Secretaria de Acompanhamentos e Estudos Institucionais, 2011. p. 81. Disponível em <http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/seminario_faixa_de_frenteira.pdf> Acesso em 10 jan. 2014.

conservação, embora o papel das Forças Armadas não tenha a ver com o objetivo de proteção da natureza ou da biodiversidade, e, sim com a defesa do território, lotada dentro de uma unidade de conservação.¹¹

Quando da votação para os embargos de declaração, apresentados no caso das condicionantes, sobre a terra indígena, Raposa Serra do Sol, expostas no acórdão do STF, uma vez mais o Senador Cavalcanti deixou clarividente sua profunda manifestação de protesto sobre a área em questão, com a seguinte alegação¹²:

O que importa é que as pessoas, os seres humanos que estão lá, estão por uma privação enorme. E o pior é que os índios que queriam proteger ficaram na reserva passando necessidades. E a maioria saiu da reserva e está na cidade também subempregada, passando necessidade. Não se protegeu nenhum dos seres humanos, nem os índios nem não-índios.

Mas discute-se no âmbito da própria defesa sobre a presença das Forças Armadas e até que ponto essa presença é eficaz e representativa da defesa, assim que Viegas Filho expõe a preocupação¹³:

A questão que se coloca é: até que ponto essa estratégia de "presença" convive bem com uma estratégia mais bem de "dissuasão", que pressupõe um Exército mais enxuto, mais ágil e com instrumentos de combate mais precisos e sofisticados? E mais: como alocar, entre as duas estratégias, as prioridades de investimento do Estado brasileiro?

Isto porque a defesa que o Brasil externaliza na defesa do território é a de dissuasão, ou seja: defensiva.¹⁴

A ocupação da fronteira e o rechaço sobre as unidades de conservação não pesam sobre as animosidades clássicas que a defesa ensinava antigamente, por exemplo: as guerras entre os países, como a primeira e segunda guerra mundial; padece atualmente a defesa contra ameaças fronteiriças tidas como irregulares, como as guerrilhas e outras práticas de violência, como o que a Colômbia possui.¹⁵

O discurso da defesa sobre as unidades de conservação quer, de certo modo, ampliar o rol de atuação das forças armadas, ultrapassando a esfera de defesa e espraiando-se para a de segurança nacional, ao que se percebe.¹⁶ Isto porque o contexto de defesa só pode conter determinadas

¹¹ CAVALCANTI. *Ibid.*, p. 85.

¹² Raposa Serra do Sol: Mozarildo lamenta demora do STF em julgar recursos. Portal de Notícias. *Agência Senado*. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/10/31/raposa-serra-do-sol-mozarildo-lamenta-demora-do-stf-em-julgar-recursos>> Acesso 22 dez. 2014.

¹³ VIEGAS FILHO, José. Palavras por ocasião da abertura do ciclo de debates sobre o pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (Orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 22.

¹⁴ SOARES, Luíz Felipe de Macedo. O Brasil no cenário regional de defesa e segurança. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (orgs.). *O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. II, p. 161.

¹⁵ FLORES, Mário César. Uma estratégia para o Brasil. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 29.

¹⁶ Segurança é o dever do Estado de criar condições para que o indivíduo possa viver em comunidade livre de ameaças, em liberdade e bem-estar, é um estado que a satisfação da necessidade e desejo está garantido pelo caráter daquilo que é firme ou daquele com quem se pode contar ou a quem se pode confiar inteiramente; a tranquilidade que dela resulta é a situação de que não há nada a temer. Defesa é o meio ou método de proteção; capacidade de resistir a ataque; equipamento ou estrutura de proteção; complexo industrial que autoriza e supervisiona a produção e aquisição de

ações, e o contexto fronteiriço tem ensejado o que se denominou de *novas ameaças* em que a defesa não tem alcance, por disposição de lei e de mandamento constitucional.

São *novas ameaças*: o tráfico de drogas; o crime organizado; a guerrilha e o terrorismo, e nesses quesitos, segundo o apontado por Miyamoto¹⁷ as Forças Armadas não estão preparadas para tal, isto porque:

Em primeiro lugar, porque as Forças Armadas não se encontram aparelhadas e treinadas adequadamente para fazer frente a esse tipo de problema, principalmente quando se trata de centros urbanos; em segundo lugar, porque não faz parte de suas atribuições constitucionais combater tais delitos transnacionais; em terceiro lugar, porque as preocupações não são as mesmas para todos os países, seja no sul do continente, seja na Bacia Amazônica.

A posição de Miyamoto expõe de modo sintético a situação que envolve o cenário de defesa pelas Forças Armadas e os objetos de preocupação nem sempre são os mesmos para todos os países, do contrário ter-se-iam leis hegemônicas no mundo todo; além de que cada país tem o direito de exercer sua defesa contra toda e qualquer ameaça externa aos princípios fundamentais de sua organização política, econômica e social.¹⁸

E a posição não é solitária já que Flores esboça a preocupação pelo aprimoramento das ações militares, como também a preocupação, sobre o orçamento a que as Forças Armadas estão jungidas e de modo restrito. Flores classifica os países de acordo com a compatibilidade do preparo militar e a realidade orçamentária nacional dos países.¹⁹

A participação militar no orçamento é extremamente módica, de acordo com Flores e vem num constante agravamento, pois os atrasos compulsórios crescem de forma desproporcional à compensação orçamentária total, incidindo no aumento do ostracismo a que a defesa vem se caracterizando nos últimos anos; fazendo com que o preparo deixe de ser coerente com o país, com sua inserção internacional, e, inclusive no cenário regional.²⁰

Pela Política de Defesa Nacional - Decreto nº 5484 de 30, de junho de 2005 percebe-se a grandeza da missão a ser realizada pelo Estado e das Forças Armadas; é concebido como documento de alto nível do planejamento de defesa, com finalidade de estabelecer os objetivos e

armamentos e demais recursos militares afins. DELGADO, Paulo. Conceitos de segurança e defesa: implicações para a ação externa e interna do governo. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 160-161.

¹⁷ MIYAMOTO, Shiguenoli. A política brasileira de defesa e segurança: algumas considerações. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (orgs.). *O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. II, p. 194.

¹⁸ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Uma estratégia militar para o Brasil. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 46.

¹⁹ A questão da constrição orçamentária merece um complemento. Sob a perspectiva da compatibilização entre o preparo militar e a realidade nacional os países podem ser assim classificados: muito ricos e com baixa carga de *welfare state*, capazes de aplicar recursos imensamente vultosos no preparo militar; é o caso singular dos EEUU. Ricos mas com pesada carga de *welfare state*, que podem aplicar recursos no preparo militar, mas em nível bem menor do que os EEUU; é o caso da Europa. Não ricos, mas também não muito pobres, sob elevada carga social, que são bastante contidos no preparo militar, só lhes sendo possível um grande empenho nesse preparo sob a pressão de ameaça grave, ou sob autoritarismo forte; são os casos respectivamente do Brasil (não rico nem dramaticamente pobre, pesada carga social e democracia) e da China (idem, ressalva a orientação totalitária no uso dos recursos nacionais). FLORES. *Ibid.*, p. 35. Ver também: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Uma estratégia militar para o Brasil. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 46-48.

²⁰ FLORES. *Ibid.*, p. 36.

diretrizes, para o envolvimento dos setores militar e civil devidamente capacitados, em todas as esferas do poder nacional, tendo o Ministério da Defesa a coordenação das ações que se fizerem necessárias à defesa nacional.²¹

O Decreto tem cunho altamente explicativo no que poderia ser chamado de *intróito do Decreto*, traz conceitos, os objetivos, as diretrizes – porém o que chama a atenção é que o texto parece ter a missão de convencer sobre o papel e a importância de uma política de defesa nacional para o país; apesar de no próprio texto esclarecer que o Brasil vive e convive durante longos anos sem atritos externos com os países limítrofes ou qualquer outro.²²

O discurso da defesa pela vivificação é novamente exposto e voltado para a Amazônia, essa defesa por meio da vivificação fronteiriça implica em gastos orçamentários, a preocupação com grandes espaços destinados para as unidades de conservação, imprime também, por outro lado, a vertente sobre os gastos em matéria de defesa e segurança nacional. Não se estima possibilitar a defesa dentro das unidades de conservação sem orçamento para a realização e materialização da defesa que se quer proporcionar.

Não se compreende como se possa exercer defesa dentro de uma unidade de conservação sem as devidas expectativas orçamentárias, que vão desde o pagamento de pessoal, até as próprias instalações necessárias para que o discurso de defesa seja materializado de tão imperiosa é a sua necessidade na faixa de fronteira para combater uma possível necessidade de defesa clássica (como a guerra) ou para combater as novas ameaças, que conforme já se disse, por Miyamoto - as Forças Armadas não estão preparadas.

Segue-se nessa afirmação Leal, que de modo contundente expõe a fragilidade de se dispor de algo imediato, sem o devido preparo das Forças Armadas, além de que estas não têm nem o material de uso corrente, há falta de equipamentos modernos e a insuficiência do preparo pode promover um custo muito mais caro se tiver que sofrer remediação com emergência.²³

2 PROTEÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA: DISCURSOS

A proteção da ilha do Bananal e de Sete Quedas, evidenciada por André Rebouças veio logo após, juntamente com a ideia de Luís Felipe Gonzaga de Campos em 1912 publicando o primeiro mapa florestal brasileiro; ainda assim, a primeira área a ser considerada realmente protegida no Brasil foi a reserva florestal do território do Acre em 1911, a administração dessas áreas ficou transitando ora para o departamento agrícola ora florestal, mas em 1989 passou para o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e mais o Ministério do

²¹ BRASIL. Decreto n. 5484, de 30 de junho de 2005. *Aprova a política de defesa nacional, e dá outras providências*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm> Acesso 20 jul 2014.

²² Após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política de Defesa Nacional é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros. BRASIL. Decreto n. 5484, de 30 de junho de 2005. *Aprova a política de defesa nacional, e dá outras providências*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm> Acesso 20 jul 2014.

²³ LEAL, Carlos Ivan Simonsen. Por uma estratégia de defesa e segurança de longo prazo para o Brasil. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 54.

Interior; em 2007 o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade – ICMBio passou a gestar as unidades de conservação federais, que eram da incumbência do IBAMA.²⁴

A ArPA é um programa do governo brasileiro juntamente com entidades não governamentais e a cooperação internacional. Assume um compromisso de proteção para a Amazônia. Sua primeira fase foi de 2003-2009, a segunda fase iniciou-se em 2010-2013, para a terceira fase tem como meta conseguir a sustentabilidade financeira para a gestão das áreas protegidas na Amazônia.²⁵

Em 2008 foi firmada uma cooperação técnica entre o Funbio e o Ministério do Meio Ambiente para dar seguimento ao programa, tem como parceiros o WWF-Brasil, Banco Mundial, KfW – Banco Alemão de Desenvolvimento e o *Global Environment Facility* – GEF. Seus objetivos principais estão relacionados com a emissão de carbono em decorrência do desmatamento, além da conservação da biodiversidade.²⁶

Vale rememorar o conceito sobre área protegida exposto pela IUCN: “uma área de terra e ou mar especialmente *dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados*, e gerida por meios legais ou outros meios eficazes”.²⁷ (grifo nosso).

A implantação das unidades de conservação de proteção integral no Brasil, entre o período dos anos 70 e início dos 80 foi ligada a questões políticas, discursos dos planejadores conservacionistas e da tecnocracia do governo federal no regime militar; mas à medida que os arranjos políticos da época iam arrefecendo, falta de aliados e de poder político, a criação de unidades de conservação de proteção integral foi diminuindo; na década de 90 houve a paralisia na criação de unidades de conservação.²⁸

O discurso conservacionista, de proteção, de preservação ou tantos outros nomes que se dêem a um único ponto: tutela da biodiversidade - passa, também, por turbulências no cenário brasileiro. O modelo transplantado para os países em desenvolvimento, no formato norte-americano de parques, numa perspectiva totalmente diferenciada, onde não se atentou para os pontos econômicos e culturais, acabou por gerir um fosso, entre benevolência e complacência com a proteção da natureza e o sufocamento e em muitos casos – empobrecimento e perda da identidade cultural dos povos tradicionais.

O objetivo dessas áreas delimitadas para a proteção e manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e culturais associados, segundo Diegues é em verdade preservar espaços com atributos ecológicos importantes, e no caso de parques, não se permitindo a moradia de pessoas em seu interior.²⁹

A legislação brasileira prevê a desapropriação de áreas para a criação de certas categorias de unidades de conservação; disso resulta uma série de complicações que giram ao redor da ética, do econômico, do jurídico, do social, político e cultural.³⁰

²⁴ GUERRERO, Eduardo. Brasil: el país de la Amazonía verde y de la Amazonía azul. In ELBERS, Jörg. *Las áreas protegidas de América Latina: situación actual y perspectivas para el futuro*. Quito/ECU: UICN, 2011, p. 116.

²⁵ GUERRERO. *Ibid.*, p. 120.

²⁶ PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ArPA). Disponível em <http://amazonianewscerrado.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html> Acesso 20 jul 2012.

²⁷ HAMILTON, Laurence; SANDWICH, Trevor; SHEPARD, David *et. al.* *Transboundary protected areas for peace and co-operation: based on the proceedings of workshops held in Bormio (1998) and Gland (2000)*. Gland-Switzerland; Cambridge-UK: IUCN, 2001, p. 03.

²⁸ BARRETO FILHO, Henyo Trindade; CESAR, Alexandre Luís; FALEIRO, Rodrigo Paranhos *et. al.* Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação. In LITTLE, Paul E. *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003, p. 151.

²⁹ DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 9.

³⁰ DIEGUES. *Ibid.*, p. 10.

A falta de planejamento mais amplo do uso do solo, para a devida consideração de usos alternativos dos recursos naturais da área, que de alguma forma se demonstrem ser sustentáveis; os critérios que direcionam a escolha das áreas e o enquadramento das mesmas, nem sempre são transparentes; os estudos que devem ser consistentes e aprofundados para a criação da unidade pouco têm assim considerado, tanto para os atributos bióticos, quanto abióticos, além da questão social, econômica – seja regional ou local – e no ponto mais alto: as comunidades locais encontram-se excluídas do processo de criação, mesmo sendo e tendo disposição normativa para tal.³¹

De acordo com Barreto Filho, Cesar e Faleiro *et. al.* são os seguintes motivos que engendram a criação de unidades de conservação³²:

A perda da diversidade biológica; a vulnerabilidade para a extinção, principalmente de espécies com distribuição restrita; degradação e fragmentação de habitats; argumentos éticos relacionados à manutenção das espécies; e, por fim, o valor econômico direto e indireto relacionado à manutenção da biodiversidade.

Como já se disse, as disposições normativas para a criação e implantação das unidades de conservação darão preferência para as de proteção integral. Contudo, a criação de unidades de proteção integral carrega consigo um impacto de ordem fundiária e político-territorial latente. A retirada dos moradores para a implantação de unidades de proteção integral, em sua maioria gera problemas, segundo Diegues³³:

As populações tradicionais são transferidas das regiões onde viveram seus antepassados, para regiões ecológica e culturalmente diferentes. O estabelecimento de parques nacionais significou para essas populações aumento de restrições no uso de recursos naturais que inviabilizaram sua sobrevivência. Os grupos de caçadores, pescadores, extrativistas que tinham desenvolvido uma simbiose com as áreas de florestas, rios e regiões litorâneas e que foram transferidos para outras áreas — como o caso dos Tharus, do Nepal, de tradição agropastoril —, têm grande dificuldade de sobreviver com a proibição de suas atividades tradicionais pela criação de parques.

Não se pense que o contexto é agravado somente para e nas unidades de proteção integral; as de uso sustentável também apresentam gravames, no entorno - o zoneamento e o uso do solo não têm favorecido esse tipo de unidade³⁴.

O discurso conservacionista apregou pelo mundo uma concepção de intocabilidade e mesmo dispondo que as comunidades tradicionais devem ser ouvidas e ter acesso participativo, o fato é que mesmo os administradores dos parques, por exemplo, vêem nessas populações potenciais destruidores do meio, e, então, em verdade não se cumpre os ditames normativos ou no máximo que se faz é *fingir* a participação, *fingir* a audição dessas comunidades.

O discurso de proteção da natureza no Brasil é tendencioso e segue por isso: tendências. Tendências essas muito guiadas por arranjos políticos, e, em boa parte, advindos do âmbito

³¹ BARRETO FILHO; CESAR; FALEIRO *et. al.* *Ibid.*, p. 138-139.

³² BARRETO FILHO; CESAR; FALEIRO *et. al.* *Ibid.*, p. 140.

³³ DIEGUES. *Ibid.*, p. 13.

³⁴ BRASIL. ICMBio. *Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil 2007: implementação do método Rappam – avaliação rápida e priorização da gestão de unidades de conservação.* p. 65-71. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/documentos/2%20-%20o%20que%20fazemos%20-%20efetividade%20da%20gest%20de%20ucs%20-%20doc_efetividade%20de%20gest%20das%20ucs> 96 p. Acesso 20 jun 2014.

externo, para cumprir convênios, compromissos e engajamentos em campanhas – ou seja: dar uma resposta ao mundo de como o Brasil trata ou lida com a matéria protetiva ambiental sobre seus recursos naturais, principalmente sobre a Amazônia.

Como exemplo - os incêndios em Roraima e o engajamento na campanha do WWF e da IUCN – *Forests for life*, no período do governo Fernando Henrique Cardoso, acabou por promover a decretação de unidades de conservação de proteção integral em pelo menos 10% da área florestada de seu território.³⁵

O Brasil vem adotando uma política de preservação ou conservação da natureza e de sua biodiversidade de maneira ambígua e estranha. É signatário da Convenção de Diversidade Biológica - CDB, criou um sistema de unidades de conservação da natureza – SNUC, tem parcerias que injetam investimento e recursos financeiros para projetos ambientais, e na contramão das questões, vem assumindo mesmo que lentamente, como Pádua denominou de *campeonato de reduções de unidades de conservação*.³⁶

Pádua assevera que vários projetos de leis e medidas provisórias estão ressaltando essa crise ambiental, a maioria desses instrumentos tem como base a redução das UCs, principalmente das que já eram restritas para menos restritas e mudanças de categoria de manejo; principalmente a mudança de parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas para áreas de proteção ambiental³⁷.

Em crítica severa Pádua³⁸ expõe que:

Erra o Executivo Federal, que tem o dever de ser o maior defensor das áreas protegidas decretadas, em propor sua alteração, diminuição, mudança de objetivos, através de medidas provisórias. Erra ao facultar assim que membros do Legislativo se aproveitem da situação para atender problemas supostos ou reais de seus estados natais ou tocas eleitorais. Se o próprio Executivo parece não se importar com o futuro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação porque os Executivos e Legislativos Estaduais ou Municipais deveriam fazê-lo? Porque os interesses privados não aproveitariam para lançar seus cantos de sereia sobre o crescimento econômico? É um mau exemplo e um péssimo precedente. Tomara que não se cometa mais este enorme erro. Tomara que as autoridades responsáveis, ao contrário de atentarem contra o sistema nacional de áreas protegidas, pensem seriamente em medidas de sua urgente implantação no campo.

Há que se ponderar o pensamento, pois de nada adianta criar e implantar áreas protegidas, se ao redor as comunidades ficam desprovidas de recursos que antes lhes eram substanciais tanto quanto uma unidade de conservação também é. É caminho e orientação da maioria das instituições financeiras e inclusive da IUCN que haja a aliança, a participação e a gestão compartilhada das áreas protegidas.

Segundo Ayubi Júnior, Freitas e Irachande: “o instrumento mais eficaz de conservação da biodiversidade é o estabelecimento de espaços especialmente protegidos, destinados a conservar ecossistemas e áreas de relevância ecológica.”³⁹

³⁵ BARRETO FILHO; CESAR; FALEIRO et. al. *Ibid.*, p. 152.

³⁶ PÁDUA, Maria Tereza Jorge. *Campeonato de reduções das unidades de conservação. Oeco*. Disponível em <<http://www.oeco.com.br/maria-tereza-jorge-padua/25324-campeonato-de-reducao-das-unidades-de-conservacao>> Acesso 20 jul 2012.

³⁷ PÁDUA. *Ibid.* Não paginado.

³⁸ PÁDUA. *Ibid.* Não paginado.

³⁹ AYUBI JÚNIOR, Gabriel; FREITAS, Analuce Rojas; IRACHANDE, Aninho Mucundramo et. al. Mecanismos de proteção ambiental em áreas particulares. In LITTLE, Paul E. *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003, p. 169.

Contudo, pela própria informação dos autores acima: “não se pode assegurar que a unidade de conservação esteja, de fato, exercendo papel de conservação de biodiversidade.”⁴⁰

Em 1995 a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN estabeleceu um grupo de trabalho para verificar a gestão das unidades de conservação, e com isso criou parâmetros para se analisar o andamento da gestão das áreas protegidas; conseqüentemente houve o mapeamento efetuado pelo IBAMA 2007 com o título de: Efetividade de gestão de unidades de conservação federais do Brasil, em parceria com o WWF Brasil.⁴¹

Essa análise da gestão segue alguns pontos a serem verificados durante o processo, tais como: insumos, planejamento, processos e resultados organizados em diferentes módulos ou temas. Para a análise do contexto são principiados alguns elementos para a apreciação do mesmo, como: pressões, ameaças, vulnerabilidades e o cenário da importância biológica e socioeconômica das unidades de conservação.⁴²

Na observação desse *relatório* fica patente o quanto as áreas protegidas do Brasil, ao menos as federais, em verdade são desprotegidas. Foram 246 unidades, sendo 113 de proteção integral e 130 de uso sustentável.⁴³

Há que se notar que desde o I Congresso Latinoamericano de Parques e outras áreas protegidas, realizado em Santa Marta, Colômbia – foi firmada uma meta a ser atingida de proteção de 10% no território dos Estados participantes, por meio das áreas protegidas e isso foi em 1997, mas que no caso brasileiro era insuficiente; ao passo que em 2003, no quinto Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban – África do Sul, foi exposto de modo latente a falácia das políticas públicas implementadas nos países, sob a égide de áreas protegidas, que conservava de um lado e pelo outro alijava as populações locais.⁴⁴

As ideias acabaram por se convergir em um ponto: as áreas protegidas deveriam também assumir sua responsabilidade sobre o mote do desenvolvimento sustentável; ou seja: as políticas públicas dos países deveriam perceber as áreas protegidas em seus programas, além de promover essas áreas para o desenvolvimento sustentável, como também seu papel maior: proteção da biodiversidade.⁴⁵

De maior relevo vem assentado na meta-chave 3 (Plano de ação de Durban), sagrada em Durban, em 2003, pois houve a necessidade da conjugação de áreas protegidas e diminuição da pobreza; houve o reconhecimento que a execução das políticas de conservação não se preocuparam com as comunidades afetadas pela criação de tais áreas.⁴⁶

⁴⁰ AYUBI JÚNIOR; FREITAS; IRACHANDE. et. al. *Ibid.*, p. 174.

⁴¹ BRASIL. ICMBio. *Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil 2007: implementação do método Rappam – avaliação rápida e priorização da gestão de unidades de conservação.* p. 17. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/documentos/2%20-%20o%20que%20fazemos%20-%20efetividade%20da%20gesto%20de%20ucs%20-%20doc_efetividade%20de%20gesto%20das%20ucs> 96 p. Acesso 20 jun 2012.

⁴² BRASIL. ICMBio 2007. *Ibid.*, p. 18.

⁴³ ICMBio. *Ibid.*, p. 23.

⁴⁴ BRASIL. *Informe Nacional sobre as áreas protegidas no Brasil.* Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de áreas protegidas. Brasília: MMA, 2007, p. 17.

⁴⁵ BRASIL. *Informe Nacional sobre as áreas protegidas no Brasil.* Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de áreas protegidas. Brasília: MMA, 2007, p. 17.

⁴⁶ Em 2004, diante da adoção do Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da CDB (Decisão VII/28), aprovado na COP-7 com o apoio do governo brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente e organizações da sociedade civil brasileira assinaram um protocolo de intenções objetivando construir e implementar uma política abrangente para as áreas protegidas no Brasil, dando origem ao Fórum Nacional de Áreas Protegidas, espaço de participação, colaboração e controle social sobre essa política. Em janeiro de 2005, foi criado o Grupo de Trabalho Ministerial para a elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas composto por especialistas, gestores de unidades de conservação e lideranças de

A criação de unidades de conservação – integral e de uso sustentável requerem muito mais do que a criação e sua implantação. Exige de modo forçoso que a concepção sobre a proteção da diversidade biológica ou a concepção sobre a conservação da natureza perpassasse meandros que parecem fugir de seu raio de ação, contudo acabam por interferir na consecução da gestão das unidades, como são as populações tradicionais, antes localizadas nas unidades de proteção integral, e que posteriormente são realocadas ou reassentadas, quando da averiguação da preexistência das mesmas no local destinado para a proteção integral.

Embora a IUCN exponha que a função de uma área protegida não é erradicar a pobreza, pois não é objetivo da área protegida, e, no caso brasileiro, da unidade de conservação – ainda assim é impossível não observar que do ato da criação e da implantação não surjam efeitos decorrentes da nova unidade, assim que a IUCN prediz: “A principal meta da maioria das áreas protegidas não é reduzir a pobreza, mas sim conservar a diversidade biológica e fornecer serviços de ecossistemas.”⁴⁷

Essa afirmação parece destoar do que fora traçado, pela meta-chave 3, do Plano de Ação de Durban, 2003 - África do Sul, já mencionado alhures.

Se antes a criação de mega espaços para a conservação era viável, em nome da proteção do meio natural, esses mesmos mega espaços tornaram-se cenários de entraves políticos, sociais, jurídicos, econômicos, culturais e de defesa do território.

Se para o contexto da defesa nacional há recursos orçamentários que não condizem com a realidade e necessidade emergencial, o contexto da conservação não destoa muito ao que também seria necessário para a efetiva proteção da biodiversidade, isto porque, como expõe Medeiros e Young⁴⁸:

No ano de 2009, o orçamento aprovado pelo congresso e sancionado pela Presidência da República previu uma dotação inicial para o MMA de R\$3,532 bilhões, praticamente o mesmo valor designado para a Câmara dos Deputados e quase metade daquele aprovado para as despesas da Presidência da República. Com uma diferença importante: enquanto a Câmara dos Deputados conseguiu executar praticamente todo esse orçamento e a Presidência da República teve uma suplementação de recursos de cerca de 20%, o MMA executou menos da metade dos recursos destinados em função de contingenciamento. [...] Porém, para que esses recursos efetivamente sejam disponibilizados, uma mudança profunda na atuação dos dirigentes políticos será necessária tendo em vista a disparidade na execução orçamentária dos últimos anos, onde o MMA aparece atrás de dezessete outros ministérios, não dispondo de recursos condizentes com a importância estratégica obtida pelo setor em nível mundial.

3 DECRETO Nº 7957 DE 2013: UMA NOVA DINÂMICA?

organizações da sociedade civil e de movimentos sociais, envolvendo aproximadamente 400 pessoas. Em abril de 2006, o PNAP foi oficialmente instituído por meio do Decreto nº 5.758, assinado pelo presidente da República. Coerentemente com a Decisão VII/28, o PNAP reconhece a importância das terras indígenas e das terras de comunidades remanescentes de quilombos como parte da política de conservação da biodiversidade brasileira. Ao integrá-las ao esforço de planejamento da paisagem, ao lado das unidades de conservação estabelecidas pela Lei nº 9.985/2000, o PNAP amplia de forma inovadora a abordagem ecossistêmica dada à política nacional, contemplando ainda as áreas de preservação permanente e as reservas legais como elementos de conectividade entre fragmentos naturais e as próprias áreas protegidas. BRASIL. *Informe Nacional sobre as áreas protegidas no Brasil*. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de áreas protegidas. Brasília: MMA, 2007, p. 18-26.

⁴⁷ BLOCKHUS, Jill; FRANKS, Phil; MCNEELY, Jeffrey A. et. al. *As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?: oportunidades e limitações*. IUCN. União mundial para a natureza, 2006, p. 2. Disponível em <<http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/2004-047-Pt.pdf>> Acesso 25 nov. 2014.

⁴⁸ MEDEIROS, Rodrigo; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: relatório final*. Brasília: UNEP/WCMC, 2011, p. 17.

Do que se pode parcialmente aludir dos discursos institucionais de meio ambiente e de defesa nacional, que não circulam apenas nos ministérios, mas há também uma preocupação *política legislativa* é que se volta à pergunta realizada no início deste ensaio: como a criação de um gabinete de gestão poderá ser eficaz na proteção ambiental, sem comprometer a relação de poder existente nas esferas institucionais de defesa?

Em que medida as ações institucionais convergirão sem invadir as áreas de poder de um ministério em relação ao outro? Isto, porque as ideias eram ou ainda estão estanques, entre ministério da defesa e do meio ambiente, e os poderes de bancada legislativa pro defesa, pro ambiente têm visões divergentes. A bancada pro defesa em faixa de fronteira alega a importância, presença e defesa na faixa de fronteira e a presença de unidades de conservação nesse espaço é prejudicial; por outro lado a banca pro ambiente, alega que conservação do meio ambiente em espaços fronteiriços são de boa acolhida, e de que até mesmo propiciam espaços de integração e de paz entre os países, e que quanto mais áreas destinadas à conservação – melhor; e nisso as organizações não governamentais têm tido um poder decisório considerável e de atuação frente ao ministério do meio ambiente, pois também acaba por reverter investimentos e financiamentos internacionais ao Brasil e ao ministério, tendo como exemplo o programa Arpa.

O que se veio observando ao longo do tempo é que muitos documentos do ministério da defesa – em todos os seus setores de atuação, tendo como ápice o Livro Branco de Defesa, em 2012 – vieram inserindo o meio ambiente como um foco de atuação, sobretudo a Amazônia como ponto estratégico. Contudo, as ações sempre se pautam em apoio logístico, dentre os já destacados. Até aqui parece ser óbvia a atuação e dentro dos parâmetros que encerram a finalidade de atuação; contudo o que também veio sendo observado é de que o ministério da defesa para não se ver fora do contexto político – legislativo, que a temática do meio ambiente angariou e que acabou por tomar conta em escala muito maior do que a própria defesa veio incorrendo em discursos de integração, e, *in casu*, com o Ministério do Meio Ambiente.

O cume dessa *integração*, que, aliás, já vinha ocorrendo por meio de ações e operações conjuntas na fronteira brasileira, materializou-se institucionalmente e politicamente com a criação do Decreto nº 7957 originando o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente, no período presidencial – ainda vigente – da Presidente Dilma Rousseff. A pergunta é feita uma vez que os ministérios lutam pelos orçamentos do governo; na primeira parte deste ensaio várias afirmações foram feitas no intuito de que a defesa brasileira necessitaria de maior estímulo financeiro para poder brindar a contento a defesa em si brasileira, e mais ainda porque os conflitos existentes na fronteira, não são conflitos da esfera do que se entende por defesa, e, sim, mais apropriados ao conceito de segurança, pois os delitos existentes são concebidos como novas ameaças.

Por outro lado a esfera de proteção ambiental oriunda dos ministérios, bem como a atuação do Instituto Chico Mendes – ICMBio, não logra todo o êxito na sua atividade fim, uma vez que também o orçamento do Ministério do Meio Ambiente e para o ICMBio não se coadunam com a realidade de fiscalização, prevenção e atuação mais incisiva na faixa fronteira (repressão), donde as práticas delituosas têm tido crescimento considerável, valendo-se das unidades de conservação localizadas na faixa de fronteira, que por lei e mandamento legal – é um espaço de defesa territorial.

Na fronteira com a Venezuela próxima ao Pico da Neblina, que é uma unidade de conservação de proteção integral e um Parque Nacional Federal, os militares do Exército brasileiro, do pelotão na fronteira de Maturacá, vêm mantendo negócios com garimpeiros, o que é uma prática não permitida dentro das regras militares – mas o garimpo consiste numa *prática legal* ao redor do Parque Nacional Federal. (RANGEL, s.d)

Destaque-se que a criação desse gabinete está focada para a Amazônia Legal. Tanto práticas delituosas ambientais quanto de defesa nacional são praticados nesse espaço – guerrilheiros como os da Farc ficam lotados em espaço fronteiriço para a borda interna de seu país, contudo, na outra franja está território fronteiriço brasileiro. Como também uma unidade de conservação – como é o caso das Montanhas do Tumucumaque, além de território indígena.

Como dar apoio logístico para a proteção ambiental na Amazônia Legal se as próprias Forças Armadas necessitam de apoio logístico e serviços de inteligência, para si próprios e não os tem, pois a tecnologia é defasada? Como garantir a lei e a ordem em área fronteiriça, por exemplo, donde bandos guerrilheiros possuem armamentos mais avançados? Como a proteção ambiental na Amazônia Legal de fronteira pode efetivamente ser eloquente, se a prática delituosa ambiental vem do outro lado da fronteira, e cujas leis são diferentes e o modo de agir também?

Tudo isso demanda orçamento e investimento. O Ministério da Defesa tem tido a cada ano - decréscimos orçamentários para a sua pasta, o mesmo vale dizer para o Ministério do Meio Ambiente e os repasses para o ICMBio, além de suas altas baixas na matéria de recursos humanos (basta observar os relatórios anuais do ICMBio). O ponto máximo recaiu no relatório de auditoria promovida pelo TCU em 2014 – Tribunal de Contas da União/TC 006.762/2014-0, sendo o ICMBio o objeto do relatório, fechado em maio de 2015. E de modo claro o relatório de auditoria pedia, via de documento à Casa Civil da Presidência da República e ao Congresso Nacional considerar a viabilidade de manutenção de dita autarquia, uma vez que não apresentou capacidade financeira, de estrutura, administrativa e de recursos humanos, de acordo com o relatório.

A criação de um gabinete permanente integrado, cuja composição é: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Defesa; e Ministério da Justiça – respectivamente (art. 2º do Decreto 7957/2013) – geram lutas de poder e pelo poder.

Um gabinete que se propõe integrado – pode desintegrar, uma vez que repasses de verbas podem ser maiores para um em detrimento do outro; e como integrar os trabalhos a ser desempenhados pelos órgãos componentes? Um fator interessante de atuação desse Gabinete parece recair sobre o fato de que o Ministério da Defesa tem acertado *dois coelhos com um só golpe*, veja-se o caso – na última reunião, em 20/07/2015, desse gabinete - foi firmada a compra de imagens de radares acoplados a satélites, sendo financiados pelo Fundo Amazônia, BNDES, Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia) e Ministério da Defesa fazendo parte do projeto denominado SAR, oriundo do GGMI. (DINIZ, 2015)

A compra dessas imagens tem como finalidade monitorar o desmatamento na Amazônia, quando da impossibilidade de monitoramento em clima adverso, ou seja: o tempo encoberto por nuvens. As coletas das informações serão diárias, num rastreamento de 950 mil km². O interessante é que a compra de dito material tem o apelo ambiental (desmatamento), contudo, o radar orbital é capaz também de monitorar o garimpo ilegal e narcotráfico, e foi firmado pelo Ministério da Defesa, na gestão do anterior ministro Jacques Wagner. (DINIZ, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece haver uma nova dinâmica nas tratativas entre meio ambiente e defesa territorial fronteiriça. Ao que se observa é que se antes o tratamento era estanque e até mesmo de rechaço de ideias e posicionamentos, atualmente a conduta é de integração ministerial, entre campos de poder, aparentemente, distintos. A dinâmica do governo, desde a era Fernando Henrique Cardoso, vem sendo aliar: proteger o meio ambiente é também fazer a defesa do território fronteiriço. Embora concepções ambientais sejam diversas das de defesa, fato é que as instituições vem rumando para um engajamento integrado, mesmo que forçado. Ainda, assim, pesam dúvidas se esse trabalho integrado terá sobrevida, uma vez que até mesmo o orçamento das Forças Armadas Brasileiras tiveram contingenciamento neste ano de 2015, bem como do Ministério do Meio Ambiente e ICMBio. O Exército brasileiro, como força terrestre que é, tem sofrido largos contingenciamentos, repercutindo inclusive no tocante à moradia dos militares destacados para outras regiões, Estados e Municípios brasileiros.

Em operações na faixa de fronteira, como Ágata 10 e o Sisfron, com os contingenciamentos neste ano de 2015 arrisca-se essa vigilância, que não somente pende para a defesa em si, como também para a esfera ambiental, no item repressão aos crimes ambientais; daí infere-se de como o orçamento é tema pontual e que a criação de um Gabinete, mesmo que permanente, que se alcunha integrado, pode não apresentar o *enforcement* necessário ao seu fim, perdendo efetividade e eficácia. (REIS, 2015).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYUBI JÚNIOR, Gabriel; FREITAS, Analuce Rojas; IRACHANDE, Aninho Mucundramo et. al. Mecanismos de proteção ambiental em áreas particulares. In LITTLE, Paul E. *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003, p. 169.

BARBOSA, Murilo de Moraes Rego. A faixa de fronteira e a segurança nacional: perspectiva estratégica e questões de inteligência. 4º painel. *Seminário - Faixa de fronteira: novos paradigmas* (Brasília: 2004). Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004, p. 65. Disponível em <<http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/faixa%20de%20fronteira.pdf>> Acesso em 10 jan. 2015.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade; CESAR, Alexandre Luís; FALEIRO, Rodrigo Paranhos et. al. Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação. In LITTLE, Paul E. *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003, p. 151.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982, p. 213.

BOURLIÈRE, François. *Los parques nacionales de la frontera*. Disponível em <www.fao.org/docrep/24755s/24755s06.htm> Acesso em 20 jul. 2015.

BLOCKHUS, Jill; FRANKS, Phil; MCNEELY, Jeffrey A. et. al. *As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?: oportunidades e limitações*. IUCN. União mundial para a natureza, 2006, p. 2. Disponível em <<http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/2004-047-Pt.pdf>> Acesso 25 nov. 2015.

BRASIL. Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira. *Grupo de trabalho interfederativo de integração fronteiriça*. Brasília-DF, 2010. p. 9. Disponível em <www.mi.gov.br/programasregionais/publicacoes/faixadefronteira.asp> Acesso em 10 jan. 2015.

BRASIL. ICMBio. *Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil 2007: implementação do método Rappam – avaliação rápida e priorização da gestão de unidades de conservação*. p. 65-71. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/documentos/2%20-%20o%20que%20fazemos%20-%20efetividade%20da%20gesto%20de%20ucs%20-%20doc_efetividade%20de%20gesto%20das%20ucs> 96 p. Acesso 20 jun 2015.

BRASIL. *Informe Nacional sobre as áreas protegidas no Brasil*. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de áreas protegidas. Brasília: MMA, 2007, p. 17.

BRASIL. Decreto n. 5484, de 30 de junho de 2005. *Aprova a política de defesa nacional, e dá outras providências*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm> Acesso 20 jul. 2015.

CAVALCANTI, Mozarildo. Visão política: Senado. In EVELIN, Eloísa Solino, COSTA, Giovana Dias da. (Orgs.). *Seminário Perspectivas para a faixa de fronteira*. Brasília/DF: Presidência da República, Secretaria de Acompanhamentos e Estudos Institucionais, 2011. p. 81. Disponível em <http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/seminario_faixa_de_frenteira.pdf> Acesso em 10 jan. 2015.

COBUCCIO, Bruno. A faixa de fronteira, os crimes transnacionais e as ações de integração. 5º painel. *Seminário - Faixa de fronteira: novos paradigmas* (Brasília: 2004). Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004, p. 91-92. Disponível em <<http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/faixa%20de%20frenteira.pdf>> Acesso em 10 jan. 2015.

DELGADO, Paulo. Conceitos de segurança e defesa: implicações para a ação externa e interna do governo. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (Orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 160-161.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 9.

DINIZ, Maiana. Novo radar orbital vai melhorar e fiscalização do desmatamento da Amazônia. In EBC Notícias. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/tecnologia/2015/07/novo-radar-orbital-vai-melhorar-fiscalizacao-do-desmatamento-na-amazonia> Acesso em: 25 jul. 2015.

FLORES, Mário César. Uma estratégia para o Brasil. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (Orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 29.

FURTADO, Renata de Souza. A faixa de fronteira: estudos realizados no âmbito do Conselho de Defesa Nacional.. In EVELIN, Eloísa Solino, COSTA, Giovana Dias da. (Orgs.). *Seminário Perspectivas para a faixa de fronteira*. Brasília/DF: Presidência da República, Secretaria de Acompanhamentos e Estudos Institucionais, 2011. p. 49-50. Disponível em <http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/seminario_faixa_de_frenteira.pdf> Acesso em 10 jan. 2015.

GUERRERO, Eduardo. Brasil: el país de la Amazonía verde y de la Amazonía azul. In ELBERS, Jörg. *Las áreas protegidas de América Latina: situación actual y perspectivas para el futuro*. Quito/ECU: UICN, 2011, p. 116.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Uma estratégia militar para o Brasil. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (Orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 46.

HAMILTON, Laurence; SANDWICH, Trevor; SHEPARD, David *et. al.* *Transboundary protected areas for peace and co-operation: based on the proceedings of workshops held in Bormio (1998) and Gland (2000)*. Gland-Switzerland; Cambridge-UK: IUCN, 2001, p. 03.

LEAL, Carlos Ivan Simonsen. Por uma estratégia de defesa e segurança de longo prazo para o Brasil. *In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (orgs.). Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 54.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990, p. 23-25.

MEDEIROS, Rodrigo; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: relatório final*. Brasília: UNEP/WCMC, 2011, p. 17.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A política brasileira de defesa e segurança: algumas considerações. *In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (Orgs.). O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. II, p. 194.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Campeonato de reduções das unidades de conservação. *Oeco*. Disponível em <<http://www.oeco.com.br/maria-tereza-jorge-padua/25324-campeonato-de-reducao-das-unidades-de-conservacao>> Acesso 20 jul. 2015.

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ArPA). Disponível em <http://amazonianewscerrado.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html> Acesso 20 jul. 2015.

RANGEL, R. Na fronteira com as Farc. Como é a vida dos militares brasileiros no pedaço da Amazônia dominado pelos guerrilheiros colombianos. *Revista Época EDG*. Disponível em: <<http://www.revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR80777-6009,00.html>> Acesso em: 14 jan. 2015.

RAPOSA SERRA DO SOL: Mozarildo lamenta demora do STF em julgar recursos. Portal de Notícias. *Agência Senado*. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/10/31/raposa-serra-do-sol-mozarildo-lamenta-demora-do-stf-em-julgar-recursos>> Acesso 22 dez. 2015.

REIS, Lucas. Cortes no orçamento comprometerão vigilância de fronteiras, alerta Exército. *In Folha de S. Paulo* – 16/10/2015. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1694725-cortes-no-orcamento-comprometerao-vigilancia-de-fronteiras-alerta-exercito.shtml?mobile> Acesso em: 02 out. 2015.

SOARES, Luíz Felipe de Macedo. O Brasil no cenário regional de defesa e segurança. *In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (Orgs.). O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. II, p. 161.

VIEGAS FILHO, José. Palavras por ocasião da abertura do ciclo de debates sobre o pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança. *In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (Orgs.). Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília/DF: Ministério da Defesa – Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, vol. I, p. 22.

TCU. Tribunal de Contas da União. TC 006.762/2014-0. Disponível em: http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/006.762-2014-0%20Auditoria%20ICMBio%20-%20%20C3%81reas%20Protegidas.pdf Acesso em jul. 2015.



MIGRAÇÕES, POPULAÇÕES INDÍGENAS E CARTOGRAFIA ETNO-HISTÓRICA NA AMÉRICA LUSITANA. (A CAPITANIA DO PARÁ SETECENTISTA)

Alanna Souto Cardoso¹

RESUMO

Desde o período colonial as populações indígenas do Estado do Grão-Pará (atual Amazônia) tem sido submetidas a um processo de deslocamentos forçados de suas povoações durante a formação do espaço colonial. No séculos XVI e XVII a mão-de-obra indígena foi a principal força de trabalho na região amazônica juntamente com os escravos africanos, sendo arregimentadas por colonos e missionários. Desse período das “conquistas” até meados do século XVIII essa região é marcada profundamente pelo processo de consolidação da ocupação lusitana, o que permite a reflexão sobre as diversas ações portuguesas focadas no incentivo ao povoamento e à produção agrícola a fim de atender às exigências do mercado mercantil, eixo principal da política de Pombal. Esta foi direcionada para uma espécie de transição do extrativismo para agricultura, seja pela afirmação de uma economia de *plantation* baseada em escravos negros, seja pela afirmação de um campesinato agrícola assentado nos escravos africanos e a força de trabalho livre. O extrativismo - baseado na coleta e dependente do sistema de repartição da força de trabalho indígena - foi menosprezado. Essa política culminou por organizar redes e relações de poder sobre os grupos familiares dedicados à agricultura.

Sintetiza-se assim a experiência do domínio colonial sobre o espaço, a organização e a vida dos habitantes da Amazônia lusitana. Integrada a essas mudanças deu-se a criação do Diretório dos Índios (1757-1797) intensificando a exploração do trabalho e com interferências na vida das populações indígenas arregimentadas em aldeamentos para construções de vilas e lugares definidas no processo etnocêntrico civilizatório idealizado pelo Marquês de Pombal. Os indígenas foram transformados em vassallos. Este paper busca, ainda, alicerçar-se nas perspectivas teóricas que ajudem a investigar a questão das identidades étnicas indígenas no âmbito do processo de formação do espaço social da Capitania do Pará em meados do século XVIII, possibilitando testar metodologias da pesquisa empírica nos arquivos coloniais e da cartografia etno-histórica. Seria o caso de investigar as populações indígenas a partir do debate étnico da configuração das chefaturas de famílias indígenas no espaço colonial, problematizando a formação de comunidades de fugitivos indígenas, dos aldeamentos, fazendas, missões e migrações milenaristas, como parte de um processo – escamoteado e ainda pouco conhecido – de formação étnica histórica de várias populações indígenas. Levando em consideração a etnologia, relatos de missionários, viajantes e narrativas da documentação colonial seria possível avançar na análise etno-histórica das mudanças e dos conflitos contextuais – colapso demográfico, escravização, migração, genocídio, os conflitos nas regiões de fronteiras, etc – envolvendo povos e culturas indígenas diversas.

¹ Professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutoranda do PPGDSTU-NAEA/UFPA. Esse paper é fruto da minha pesquisa de doutoramento sob orientação da profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. E-mail: alannasouto@yahoo.com.br

Palavras-chave: migração; populações indígenas, cartografia etno-histórica.

ABSTRACT

Since the colonial times indigenous people of the Grand Pará (presently Amazon) have undergone a process of forced displacement from their villages during the early colonialism. In the sixteenth and seventeenth centuries manual labor in Amazon region was mostly performed by the indigenous workforce together with African slaves, regimented by settlers and missionaries. This "conquests" period until mid-eighteenth century in the region is associated with consolidation of the Lusitanian occupation, allowing reflection on the various Portuguese actions focused on encouraging settlements and agricultural production in order to meet the requirements of the commodity market, the foundation of Pombal policy. This period led to transition to agriculture, both in the form of a *plantation* economy based on African slaves and in peasant agriculture with a mix of African slaves and the free workforce. The implications of the distribution system based on of the indigenous labor force are often overlooked. This policy culminated in the presently known groups organizing networks and power relations dedicated to agriculture. As colonial rulers solidified structural changes in the life of the inhabitants of the Portuguese Amazon the Directory of Indians (1757-1797) was created. The colonialists intensified labor exploitation and interference into the lives of indigenous people regimented in villages to construct buildings and places defined in the ethnocentric civilizing process designed by the Marquis de Pombal. The natives were turned into vassals. This paper, equipped with the theoretical perspectives, looks to investigate the issue of indigenous ethnic identities within the process of forming the social space of Capitania do Pará in the mid-eighteenth century, enabling test methodologies of empirical research in the colonial archives and ethno-historical cartography. Indigenous people will be investigated from the point of ethnic debate of the configuration of the chiefdoms of indigenous families in the colonial space, questioning the formation of indigenous fugitives communities, villages, farms, missions and millenarian migrations as part of the process – touched upon and yet little known - historical ethnic formation of several indigenous peoples. Considering the ethnology, missionary reports, travelers and narratives of colonial documentation, the paper will proceed to ethno-historical analysis of the changes and contextual conflicts - demographic collapse, enslavement, migration, genocide, conflicts in border areas, etc. - involving various nations and indigenous cultures.

Keywords: migration; indigenous peoples, ethno-historical cartography.

INTRODUÇÃO

Durante o período das “conquistas” das Américas, a coroa Portuguesa tratou demarcar o território luso-brasileiro de diversas formas, sem dúvida alguma a cartografia foi o meio mais explícito para essa dominação, mapeamento físico-político-etnográfico e defesa do espaço colonial. Certamente as populações nativas foram alvos de diversas interpretações e representações, muitas vezes míticas e pictóricas, nos mapas coloniais, sendo, geralmente, “eles serão tidos por bárbaros, preguiçosos, vadios, cruéis, rudes, glutões, infiéis e demais caracterizações depreciadoras encontráveis nas crônicas coloniais”. E sob esse viés “conceitual”, estratégias jurídicas, religiosas e

militares buscarão efetivar a posse daquelas almas. Na ótica do colonizador, para o bem delas (QUADROS, 2008, p.7).

A ocupação lusitana, segundo Júnia Furtado, para além do Tordesilhas, as diversas negociações sobre a questão dos seus limites na América, os grandes avanços e transformações pela qual passou a arte da cartografia e o pouco conhecimento da real conformação do território americano provocou na coroa portuguesa, especialmente, a partir do primeiro quartel do século XVIII, a intensificação da produção cartográfica sobre o Brasil, sobretudo, em três grandes regiões limítrofes em disputa (bacia amazônica, região mineradora e foz do Rio da Prata) a fim de municiar seus representantes diplomáticos (FURTADO, 2012, p.15).

Nesse âmbito da configuração do espaço colonial buscar-se entender nesse paper sob a perspectiva de Lefebvre (2006) o espaço (social) oriundo do produto (social) e vice-versa, sendo assim dialeticamente inseparáveis num materialismo histórico-geográfico no qual a produção do espaço – ainda que não “dominante” no modo de produção – gera a partir deste, ao mesmo tempo, relações sociais e espaciais, sem que haja correspondência exata entre elas. Se o espaço social intervém no modo de produção, ele também se modificará conforme mudam os modos de produção e as sociedades. Nesse sentido entendero espaço e as relações sociais (de produção e reprodução) a partir de uma triplicidade de momentos e representações processuais e contínuas inerentes ao espaço significaria compreender:

a) **A prática espacial**, que engloba produção e reprodução, e que assegura a continuidade numa relativa coesão. Ela secreta o espaço de uma sociedade, ela o produz, dominando-o e dele se apropriando. Corresponde ao espaço percebido, e no neocapitalismo ela associa a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares separados do trabalho, da vida “privada” e dos lazeres). b) **As representações do espaço**, ligadas à “ordem” das relações de produção, aos conhecimentos, aos signos e aos códigos. Correspondem ao espaço concebido dos cientistas, tecnocratas e urbanista, no qual as concepções espaciais tendem para um sistema de signos verbais elaborados intelectualmente. Trata-se do espaço dominante numa sociedade (num modo de produção). Elas são penetradas de saber (conhecimento e ideologia) sempre relativo e em transformação. Abstratas, elas entram na prática social e política.

c) **Os espaços de representação**, que apresentam simbolismos complexos são ligados ao lado subterrâneos da vida social e à arte. Correspondem ao espaço vivido através de imagens e símbolos, espaço dos habitantes e usuários. Trata-se de espaço dominado, mas que a imaginação tenta modificar e apropriar, e que tendem também para sistemas mais ou menos coerentes de signos não verbais. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história de um povo e de cada indivíduo. Eles têm um núcleo afetivo: o Ego, a cama, o quarto, a casa, a praça, a igreja, o cemitério. Eles contêm os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas. Refere-se assim a um espaço qualitativo, fluido e dinamizado, que por isso recebe as múltiplas denominações de direcional, situacional ou relacional. (LEFEBVRE, 2006, p.58-59).

Esta triplicidade do “percebido-concebido-vivido” – espacialmente traduzido em prática do espaço-representações do espaço-espaços de representação – para Lefebvre é de imprescindível reunião de modo que o “sujeito”, membro de um determinado grupo social, possa transitar entre eles sabendo distingui-los e sem se perder.

Na interpretação de Tonnuci Filho (2013, p.43) pode-se aventar que a prática social, as representações do espaço e os espaços da representação intervêm diferentemente na produção do

espaço, segundo suas qualidades e propriedades em conformidade com suas épocas e sociedades. Sendo assim as relações nesses três momentos da triplicidade do espaço nunca são simples ou estáveis.

Neste paper são problematizadas as migrações forçadas das populações indígenas na formação do espaço colonial a partir do contexto da dominação dos espaços concebidos pelo colonizador e a prática do espaço dessas populações nativas em meados do século XVIII por meio dos mapas populacionais da Capitania do Pará desse período. Busca-se entender os processos étnicos em que essas populações indígenas ou de origem indígena (miscigenados com brancos ou negros), a exemplo dos classificados como mamelucos ou cafuzos destacados no recenseamento de 1778, foram arregimentados e distribuídos na parte amazônica da América Lusitana. Nesse sentido, como bem foi observado por João Oliveira em relação a narrativa etnográfica, alicerçar-se em dados históricos e estatísticos para construção de uma etnogênese espacial dessas populações não pode ser feita de maneira acrítica e descontextualizada ou de forma reducionista aos registros descritivos resultantes da observação direta (OLIVEIRA, 2012, p.1057).

POR UMA CARTOGRAFIA ETNO-HISTÓRICA

Na Amazônia dos séculos XVII e XVIII, aponta Flávio Gomes (2011), a formação e reconfiguração do espaço colonial ocorre pelo imprevisto de vilas, fortalezas provisórias, entrepostos e aldeamentos, próximos dos grandes rios; também as intituladas unidades produtivas foram montadas nas margens dos rios e afluentes em áreas de várzea. Tais rearranjos marcariam as relações de contatos e trocas entre as primeiras gerações de colonos e as populações indígenas do território luso-americano as quais desempenhavam diversas funções e atividades, com destaque, os guias, carregadores e fundamentalmente osremadores e asfarinheiras.

Nesse sentido é importante problematizar o arcabouço de idéias e as práticas disciplinares do trabalho e de “rompimentos” que se assentaram sobre concepções do social que marcam os avanços desta racionalidade, a citar os estudos de Queiroz e Coelho (2001), Gomes (1999) e Sampaio (2010) que debatem as populações vinculadas as questões de trabalho, suas hierarquias e classificação de trabalhadores, desde trabalho livre ao regime de escravidão, seja ela indígena ou escrava africana.

Rosa Acevedo (2009) chama atenção para a importância de se construir um atlas que permeie a formação histórica e territorial da Amazônia focando nas experiências sociais dos trabalhadores, pois os poucos estudos que se tem articulado de forma mais consistente sobre a dimensão dos trabalhos nas Américas desde a Idade Pré-colombiana até a idade moderna, somente podem ser possível interrogando-se, como se deu o processo de transformação os efeitos e consequências de suas mudanças, os rumos tomados por essa massa de trabalhadores que em grande parte foi imobilizados pela escravidão. “Eram indígenas retirados de suas aldeias e negros da África introduzidos violentamente, portanto, duas experiências de escravidão. Com isto, a possibilidade dessa história é a de examinar em todos os seus ângulos de existência e de vida, não apenas examinar organizações, os movimentos” (P. 26).

Nesse sentido significa examinar todo o modo de vida no âmbito das transformações e mudanças que cotidianamente experimentam os trabalhadores em todos os aspectos: padrões de existência material nos engenhos, nas feitorias, nas expedições, nas senzalas,

mas, também, no campo dos sentimentos e dos valores, das noções de saber e liberdade, assim poderá ser mensurado o quão intensas foram muitas dessas ações as quais muitas vezes são expropriadas do campo da dominação.

Adianta-se que ao analisar o mundo do trabalho em todos os âmbitos dessa Amazônia Colonial, iremos esbarrar num debate que deve ser examinado com maior profundidade que são os estudos da população e, conseqüentemente, o perfil de regimes demográficos², os quais irão nos fornecer para além de indicadores demográficos dessa população produtiva, o perfil sociocultural e identitários da população em geral.

Nessa direção busca-se problematizar essa população inserida do mundo do trabalho, em especial, a população indígena e africana de que forma atuam por meio de suas representações nos mapas, sejam eles cartográficos ou mapas populacionais no que diz respeito a suas relações e produção do espaço social

Trata-se, portanto, de representar por meio dos indicadores demográficos essa população na cartografia em formação da Capitania do Pará em meados do século XVIII, buscando observar peculiaridades dos possíveis regimes demográficos³ que se constituíram na Capitania do Pará em meados do século XVIII. Quais culturas sobrepunham-se nessas regiões? Buscando dar ênfase, obviamente, a categorias como *etnia, gênero, pacto, camadas sociais, forças de trabalho, administração, negociação*⁴, dentre outras, no que pese as relações entredominantes e dominados, centro e periferia, colônia e metrópole, colonizadores e colonizados, fruto de um povoamento que expulsou e aniquilou os indígenas que primitivamente habitavam a região.

A periodização, a priori, dessa pesquisa⁵ demarca meados do século XVIII pelo fato de que o período Pós-Pombal irá ter, de forma mais concreta, “uma expressão conspícua, e que enfim, forma-

²“O conceito de regime demográfico (...) propõe modelar os processos ou o modo como as pessoas organizam seus eventos vitais e suas relações no interior de uma sociedade. A proposta mais está em entender as restrições e oportunidades demográficas, mais do que entender o papel do comportamento de uma variável demográfica, como por exemplo, o da queda da fecundidade sobre a população. Nossa referência maior ao trabalhar este conceito é Philip Kreager (1986), para quem o regime demográfico se contrapõe a idéia da transição demográfica, modelo que se restringe à descrição ampla das tendências de passagem de altos para baixo níveis de mortalidade e fecundidade, conforme estágios estereotipados. Assim, ao utilizarmos o conceito de regime demográfico, assumimos que os estudos de população devem ser vistos como um aspecto das estruturas sociais, onde tanto os princípios de organização social como individual são importantes (...) (GOLDANI, 1999, p. 25; ver também KREAGER, 1986).

³Nos anos 1980, Maria Luiza Marcílio apresenta uma tipologia do que chama de principais sistemas demográficos do Brasil no século XIX: 1. *sistema demográfico das economias de subsistência*, 2. *das economias das plantations*, 3. *das populações escravas* e 4. *das áreas urbanas*. (MARCILIO, 1980.p.39-48); Somente no início da década de 2000 essa temática foi retomada com maior ênfase por Nadalin (2003; 2004). Tributário da proposta de Marcílio (1984), do aporte teórico desenvolvido por Kreager (1986) e inspirando-se em Rowland (1997) e Goldani (1999), Nadalin amplia a proposta original de Marcílio ao levar em conta uma maior variedade de realidades regionais (aponta nove *regimes demográficos versus* os quatro *sistemas demográficos* apresentados por Marcílio, o que ele sinomina regime= sistema). Seu trabalho, como ele próprio define, é uma tentativa de se chegar ao mapeamento de um e outro regime demográfico restrito que vigorou no Brasil colônia – alguns, certamente, até a metade do século XIX, quais sejam: 1. *regime demográfico paulista*, 2. *das plantations*, 3. *da escravidão*, 4. *da “elite”*, 5. *das sociedades campeiras*, 6. *das economias de subsistência*, 7. *das drogas do sertão*, 8. *das secas do sertão*, 9. *das economias urbanas*. (Para maior detalhamento destas categorias ver NADALIN, 2004, p.133-142.)

⁴ Questões que envolvem a formação da sociedade ‘caboclas’ ou mestiças problematizadas a partir de seus hábitos culturais que envolvem sua sexualidade, homens e mulheres, subjugados a uma realidade específica e vinda de forma exógena, administração metropolitana, seja de forma interna, pactos, negociações e confrontos da população local conflitando entre si. VER: GÚZMAN, Décio de Alencar. “Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 67-81. ; HARRIS, Mark. *Presente ambivalente: Uma maneira amazônica de estar no tempo*. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. pp.81-82.

⁵Como se trata de uma pesquisa em desenvolvimento (Doutorado vinculado PPGDSTU-NAEA/UFGA) os dados que serão aqui disponibilizados são passíveis de modificações, bem como o recorte final da pesquisa pode ser estendido, bem como fazendo o link para além do entendimento do período das conquistas, mas fazendo conexões com os períodos que

se na diretriz de uma política econômica integrada e que, no campo político equaciona o estabelecimento da corte no Brasil”(CORRÊA DA SILVA,1992, p. 49). Assim, a política portuguesa no século XVIII vincula-se, externa e internamente, aos desdobramentos da crise político-econômica na relação Colônia-Metrópole, Estado Colonial e Sociedade Regional, caráter dominante e identidade emergente, no século XIX. O Programa de Reformas na Amazônia iniciadas por Pombal, que circunscreve esse período, foi fora também uma opção política diante de uma determinação histórica, ou seja, um esforço para contornar as crises e as consequências das transformações em curso, na Europa e na América. Arthur Ferreira Reis registra a continuidade e fortalecimento dessas reformas encabeçadas pelo novo governador desse período, D. Francisco Maurício de Souza Coutinho:

D. Francisco em treze anos produzira de olhos fitos nas alturas da nova situação política a que deveria ascender o vale. Deste modo, aumentara a vigilância contra franceses e espanhóis. Pelo mesmo motivo deu continuidade ao incentivo agrícola e manufatureiro. Idênticas razões levaram-no a pleitear a igualdade entre índios e brancos (...) Sacudindo no seu modernismo intelectual, Portugal tinha assim, de olhar mais vivamente a paisagem amazônica, como nenhuma de seu ultramar possuindo particularidades que a enriqueciam e a faziam superior às demais do Império (...) (REIS,1966, p.239)

Tal contexto é marcado profundamente pelo processo de consolidação da ocupação Lusitana, o que permite a reflexão sobre as diversas ações portuguesas na Amazônia dos séculos XVIII e também do século XIX, por meio do intenso incentivo ao povoamento e à produção agrícola – que ensaia a industrialização investiga a potencialidade dos recursos da área e sintetiza a experiência do domínio colonial sobre o espaço, a organização e a vida das populações amazônicas (CORRÊA DA SILVA,1992).

No que se refere à composição étnica da população, a qual é fator de grande destaque da diversidade dessa população, a fonte censitária em processo de análise faz uma clara distinção entre povoações de brancos e povoações de índios, as quais eram agrupadas pelas freguesias que as compoem, aonde quase que, hegemonicamente, predominava um maior número de freguesias com dominações de povos indígenas.

Dessa forma, os indivíduos, ainda, eram distinguidos na contabilidade realizada pelas categorias sociais que faziam parte, a exemplo: “Pessoas em geral com exceção de índios aldeados”, “Índios Aldeados ou estabelecido em Povoações” e “Escravos”. Logo, podemos aqui relacionar com a organização de trabalho da época e buscar responder como se configurava aquela economia, seus avanços e recuos, já que todos os mapas populacionais descritos acima contabilizaram sua população pelas suas estruturas sociais, sendo que, o Mapa de 1790 irá trazer informações por freguesia sobre *terras, gêneros do sertão, agriculturas e plantações*.

Nessa perspectiva o debate da questão étnica⁶ é fundamental para Amazônia, pois enquanto uma sociedade colonial multicultural em que cada um dos grupos constituintes mantém sua crença,

nortearam a trajetória do processo de ocupação demográfica e econômica da Amazônia Brasileira, segundo a divisão proposta por Aragón, abrange ainda os períodos dos domínios nacionais e a expansão de fronteiras (2013, p. 107).

⁶Trata-se da análise étnico-racial na perspectiva “*barthiana*” em que se desloca o interesse analítico dos próprios grupos étnicos para a criação e a persistência de suas interfaces, suas fronteiras, suas relações, e é suficientemente explícito ao qualificar a empreitada como “uma investigação empírica do caráter dos limites étnicos” (BARTH, 1976, P. 09). Barth leva em consideração os fatores ecológicos e demográficos, respectivamente a noção de um meio no qual prima o contato ou a franca competição entre grupos étnicos e o segundo, a idéia de que existe um “trânsito” ou uma “osmose” através de seus limites. No entanto, o ponto novo deve deixar claro, é o fato de não haver unidades sociais preexistentes a se vincular

sua língua e sua cultura, mas na qual todos se relacionam na situação comum do mercado ou processo de produção mercantil, no caso das sociedades pré-industriais (FURNIVALL, 1991; BARTH 1986; 1990). Uma vez mais, pressupõe-se um cenário onde diferentes grupos étnicos interagem, definindo por meio desse mesmo contato, a natureza e o alcance de suas relações recíprocas, independente de rastrear “unidades étnicas correspondentes a cada cultura” (BARTH, 1976, P.9).

O reflexo desse quadro étnico é muito bem retratado por Flávio Gomes (2011) ao analisar o processo de etno-gênese em variadas regiões, as cosmologias indígenas e africanas, as expectativas dos contatos, as primeiras gerações de colonos e trabalhadores, assim como as línguas e cultura material são muitas vezes facetas históricas, arqueológicas e antropológicas ocultas em análises que não apreensíveis nas dinâmicas coloniais de ocupação e economia cristalizada.

Sabe-se muito pouco sobre como inúmeras micro-sociedades indígenas, bem como setores coloniais, incluindo africanos escravizados recém-chegados perceberam as políticas de colonização a partir das suas próprias lógicas e culturas, adaptando e [re] significando padrões de assentamento, migração, parentesco, deslocamento geográficos, práticas fúnebres, dentre outros. Podem ser localizados em diferentes partes da extensa Amazônia, em especial, onde se instalaram os aldeamentos e organização do trabalho compulsório, além de vinculações econômicas, há registros sobre aumento de fugas e o estabelecimento de fugitivos em novas comunidades num processo de etno-gênese, ainda, pouco estudado. Logo, nessa pesquisa serão conectadas perspectivas teóricas para se pensar fenômeno do ressurgimento de identidades étnicas indígenas com a possibilidade de testar metodologias da pesquisa empírica nos arquivos coloniais.

Para a Amazônia Colonial seria o caso de analisar a formação de comunidades de fugitivos indígenas, dos aldeamentos, fazendas, missões e migrações milenaristas, como parte de um processo – encoberto e ainda pouco conhecido – de formação étnica histórica de várias populações indígenas. Considerando a etnologia, relatos coevos de missionários e viajantes e narrativas da documentação colonial tornaria possível avançar na reflexão etno-histórica das mudanças e dos conflitos contextuais – colapso demográfico, escravização, migração, genocídio etc – envolvendo povos e culturas indígenas diversas, além das conexões com os povos de matriz africana (Gomes, 2011).

A documentação pertinente nos auxilia a galgar aos poucos para configuração de regimes demográficos na Capitania do Pará, ajudando, inclusive, a mapeá-lo conforme suas regiões, dando destaque às delimitações tão típicas da Amazônia, seus rios. Nesse sentido a elaboração de uma cartografia sociocultural e étnica da população paraense, contribuirá de modo a verificar as especificidades, semelhanças e diferenças das diversas subculturas regionais, comparando-as e georeferenciando-as com base no que é considerado relevante pelas próprias regiões estudadas.

Para tanto será necessário privilegiar a diversidade das expressões culturais combinadas com distintas identidades coletivas objetivadas no âmbito social a fim de apontar os possíveis regimes demográficos e verificar quais prevalecem na maioria das regiões da Capitania do Pará. Dessa forma

posteriormente umas às outras. *A própria relação às constitui como tal*: "Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação e reconhecimento social; pelo contrário, geralmente estas são o próprio fundamento sobre o qual estão construídos os sistemas sociais que tais distinções contêm" (Idem, 1976, P.10). A análise deve ser "gerativa" e não pode limitar-se a explorar a conservação ou a persistência dos grupos étnicos, mas tem de procurar esclarecer a dinâmica incessante de conformação e reestruturação dos mesmos (Ibidem, 1976, P.11).

será observado até onde ocorre essa heterogeneidade sociocultural e espacial, mas também até que ponto caminha ou força uma uniformização.

As fontes nos alicerçarão ainda a responder sobre o fluxo migratório co-relacionado com essa expansão agrícola do período a partir de sua faixa etária. Além da reprodução própria da população, sobretudo, para os anos 1774 á 1797 (ver tipologia de fontes), pois os mapas populacionais desse período nos trazem informações a respeito de nascimentos e mortes. Muito mais do que revelar indicadores, a pesquisa busca entender a dinâmica social e cultural do comportamento de grupos étnicos dessa população, incluindo os efeitos distintos decorrentes da maior influência da componente demográfica da população indígena, em áreas vinculadas apenas de forma indireta à economia mercantil escravista, mas em presença do trabalho compulsório indígena.

POVOAÇÕES DE BRANCOS E POVOAÇÕES DE INDIOS NA CARTOGRAFIA ETNO-HISTÓRICA DA CAPITANIA DO PARÁ (1773-1777).

Em meados do século XVIII muito dos povos indígenas ainda vivem segundo os modos tradicionais desenvolvidos ao longo de séculos de adaptação ao meio tropical. Contudo a maioria desses povos já havia sofrido o impacto da invasão colonial e catástrofe demográfica indígena. A legislação pombalina de 1755 tinha por objeto as poucas dezenas de milhares de índios que viviam a lei portuguesa nas aldeias missionárias, nos vilarejos coloniais ou nas fazendas dos colonizadores (HEMMING. P.38).

Mendonça Furtado embora tenha ajudado a inspirar a nova legislação, ele somente a efetivou após sua expedição nos rios Negro e Amazonas, implementando a libertação dos índios, publicando assim o decreto de 1757 que concedia liberdade as aldeias indígenas do controle missionário. O que na prática nunca se consumou. A ousada experiência de tratar os índios como cidadãos e de conceder-lhes o controle de sua própria aldeia foi anulada. Em maio de 1757, Mendonça Furtado promulgou um longo decreto mediante o qual os “diretores” brancos passavam e encarregar-se das aldeias indígenas. Esse novo sistema ficou conhecido como diretório e vigorou em 66 aldeias indígenas do Maranhão e do Amazonas durante quarenta anos. Logo em seguida se estenderia ao resto do Brasil (HEMMING. P.38).

O mapeamento populacional para o século XVIII referente aos dados populacionais da Capitania do Pará são escassos e sem garantia de serem completos. Contudo, dispõe-se de alguns censos em processo de sistematização e análise. Nesta pesquisa de doutoramento. De todo modo, pode-se compartilhar os seguintes dados:

Tabela 1: População da Capitania do Pará nos anos de 1765, de 1773 a 1778, 1782, 1801 e 1816 e a taxa de crescimento

Ano	População	Taxa de crescimento (%)
1765	33.565	
1773	42.132	25,52
1774	42.129	
1775	42.967	1,99
1776	43.457	
1777	43.529	0,17
1778	39.952	38,45

1782	55.315	
1801	80.000	
1816	94.120	17,65

Fonte: CARDOSO, 2014.

A partir desses indicadores percebe-se um crescimento da população no período de Pombal em diante, pois quase duplicou em 51 anos, isso apesar dos anos mortíferos de epidemias que padeceu a Capitania do Pará, conforme o relato de vários cronistas da época e de estudiosos da temática⁷ (CARDOSO, 2014).

Pode ser observado ainda as taxas de crescimento entre os anos pombalinos, em especial, entre 1765 e 1773 um aumento populacional de 25%, outro aumento considerável dessa taxa populacional como pode ser visto entre os anos de 1778 e 1782 cerca de 38,45%, já no período pós pombalino. E no início do século XIX a população paraense continuou mantendo um certo ritmo de crescimento, cerca de 17 % entre 1801 e 1816 (CARDOSO, 2014).

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, as fases iniciais do século XVIII sinalizadas na tabela acima parecem indicar uma imigração considerável, acima da tendência do crescimento vegetativo, além do computo da população indígena nos mapas (1984, p.139-140).

Nesse período, o povoamento do Pará configura-se numa nova fase marcada por uma série de mudanças, a citar as medidas sucessivas que destruíram a tutela dos religiosos sobre aldeias indígenas; os casamentos mistos e assimilação dos índios foram encorajados; endurecimento da lei de garantia de liberdade indígena; intensificação de entrada de escravos africanos por meio da Companhia de Comércio criada por Pombal, além do progresso da agricultura e das exportações agrícolas (CARDOSO, 1986, p. 103).

Todo esse processo de transformações simbólicas, rituais e demográficas que passaram as populações indígenas em seus padrões de assentamentos das inúmeras micro-sociedades as quais se reproduziam. As “levas” migratórias se associaram a formação de aldeamentos que se deslocavam. Tais embates foram operados em diferentes ritmos demográficos, culturais e religiosos. Vilas e aldeamentos ora populosos ora esvaziados se refaziam constantemente.

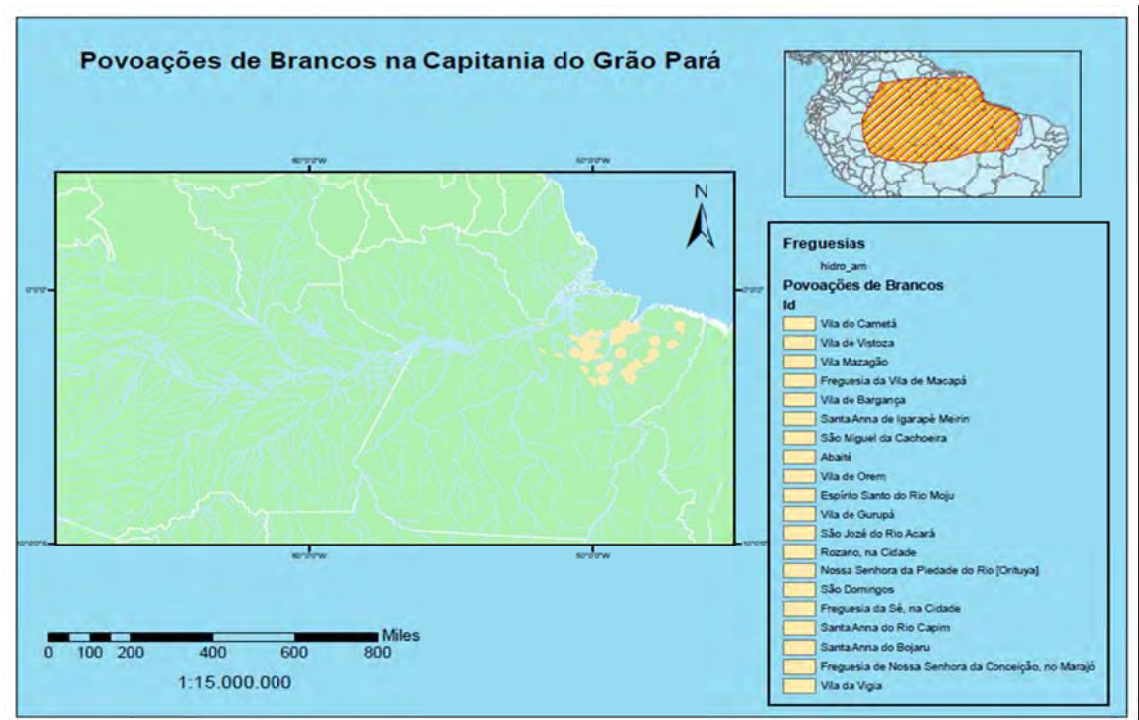
Durante as décadas do Diretório que perdurou de 1757 até o final do século XVIII foram realizados cinco mapeamentos gerais de habitantes no Estado do Grão-Pará (Capitania do Pará e Capitania do Rio Negro) de 1773 a 1777 o qual buscou levantar informações quantitativamente dos habitantes das freguesias dessas Capitanias, compartimentando as freguesias a partir de uma configuração etno-geográfica em povoações de brancos e povoações de índios por meio das seguintes categorias dispostas nos mapas: “Pessoas [lares ou lures] em geral a exceção dos Índios Aldeados”; “Índios Aldeados, ou estabelecidos em povoações”; “Escravos” e ainda informações a respeito de nascimentos e mortalidade.

As povoações de branco (ver mapa 1) eram aquelas compostas por freguesias que não haviam índios aldeados ou estabelecidos em povoações, conforme destaca o mapa abaixo, eram as seguintes: vila de Cameté, vila de Vistosa, vila de Mazagão, freguesia da vila de Macapá, vila de Bragança, Santa Anna de Igarapé Merim, São Miguel da Cachoeira, Abaeté, Vila de Ourém, Espírito Santo do Rio Moju, Vila de Gurupá, São José do Rio Acará, Rosário da Cidade, Nossa Senhora da Piedade do Rio (Irituia), São Domingos, freguesia da Sé da cidade, Santa Anna do Rio Capim, Santa Anna do Rio Bujaru, freguesia Nossa Senhora da Conceição no Marajó e vila da Vigia.

⁷VER: CHAMBOULEYRON, Rafael; BARBOSA, Benedito; BOMBARDI, Fernanda & SOUZA, Claudia Rocha. “Formidável contágio”: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). História, Ciência, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, p. 987-1004, 2011. VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. 2ed. Belém: UFPA, 1975.

Confere-se, ainda, por meio do recenseamento de 1778, que nos apontará a maioria do chefes de família ricos existentes na Capitania do Pará estão praticamente concentrados nas povoações de branco. A freguesia de Cameté encabeça a freguesia de maior concentração de ricos 30, 65% (57) dos Cabeças de Famílias recenseados na Capitania do Pará, seguido de Santana 6,99% (13), Cachoeira do Arary, 5, 91%(11), Moju 5, 91% (11) e Sé com 4, 84% (9). As demais ficaram com índice de concentração abaixo de 4%. Vale ressaltar que, no caso de Cachoeira do Arary e de Moju, quase a metade desses Cabeças de Famílias ricos pertenciam à Belém (Sé e Santana), mas que possuíam domicílio e aplicações nessas freguesias. Nessas localidades, muitos desses Cabeças de Famílias são identificados como ricos (senhores de engenhos ou aplicados em fazendas de gado) quando na freguesia da Sé aparecem como Possibilidade Inteira (Cardoso 2008). Daí podemos constatar uma terrível exclusão étnica-socioeconômica que padecia na pobreza toda etnia que não fosse a branca na sociedade paraense setecentista. Nesse recenseamento não foi encontrado nenhum chefe de família indígena livre, rico, por exemplo.

MAPA 1



Fonte: Mapa cartográfico projetado baseado nos Mapas de habitantes da Capitania do Pará de 1773-1777(AHU-Projeto resgate). Geoprocessamento Anízio Guimarães.

MAPA 2



Fonte: Mapas de habitantes da Capitania do Pará de 1773-1777(AHU-Projeto resgate). Geoprocessamento Anízio Guimarães.

Povoações de índio: Vila de Sintra, Vila Nova de El Rey, Colares, Vila de Conde, Vila de Beja, Freguesia da Vila de [Soure], Vila de Salva Terra, Vila de Monforte, Vila de Monçarás, Vila de Chaves, Vila de Oeyras, Vila de Melgaço, Vila de Portel, Vila de Porto de Móz, Vila de Pombal, Vila de Veiroz, Vila de Souzel, Vila de Arraioloz, Vila de Espozende, Vila de Almeirim, Vila de Monte Alegre, Vila de Santarem, Vila de Bohim, Vila Franca, Vila de Alter do Chão, Vila de Pinhel, Vila de Alemquer, Vila de Obidoz, Vila de Faro, Lugar de Serzedelo, Lugar do Piriá, Freguesia do Lugar do Porto Grande, S. Bento do Rio Capim, Santarem Novo, Porto Salvo, Bemfica, Barcarena, Villa, Ponte de Pedra, Mondim, Condeixa, Bebordelo, Azevedo, Bayam, Vilarinho do Monte, Penha Longa. Índios Anexos da V.^a de [Bragança] que hé de Brancos. Anexos a V.^a de Ourem que hé de Brancos.

Todas essas freguesias configuradas no mapa cartográfico acima são tidas como povoações de índios, pois nelas estão localizados os índios aldeados ou estabelecidos em povoações.

Quem eram esses índios aldeados? Tratava-se dos povos indígenas integrados a administração portuguesa na colônia como aldeados, e como súditos cristãos do Rei, passaram a desempenhar diferentes funções na nova sociedade em constituição. Para Maria Celestino (2001), tais sujeitos são poucos valorizados na historiografia muito em parte por alimentar uma perspectiva assimilacionista, apresentando sua trajetória como um processo de perdas culturais contínuas, que os conduzia à descaracterização étnica e cultural, contudo sobreviveram e chegaram no século XIX, afirmando sua identidade e lutando por seus direitos na justiça pela manutenção de terras e das aldeias que lhes haviam concedidas séculos antes, como patrimônio. A autora então aventa sobre as possibilidades de recriação de identidades, culturas e histórias destes índios aldeados a partir de sua prática espacial do cotidiano com diversos outros grupos étnicos e sociais no mundo colonial, levando-nos em direção de pensar-los dentro do âmbito de um processo de etnogênese (2001. P.51).

Os indicadores demográficos também ajudam a reconstituir essa etnogênese a partir da formação do espaço colonial compartimentado etnicamente em povoações de branco e povoações

de índios revelando algumas diferenças no comportamento populacional dessas povoações no âmbito de seu regime demográfico⁸.

Tabela 1 - Taxa de natalidade por povoações (1773-1777)

Período	Povoações	Taxa de Natalidade		
		Pessoas livres em geral a exceçãam dos Índios Aldeados	Índios Aldeados ou estabelecidos em povoaçoens	Escravos
1774	Branços	28,16	0,00	43,53
	Índios	21,23	27,46	48,50
Total		27,01	27,45	43,97
1775	Branços	37,58	0,00	30,60
	Índios	29,26	46,83	38,79
Total		36,20	46,80	31,37
1776	Branços	39,59	0,00	37,39
	Índios	33,89	39,19	27,03
Total		38,67	39,19	36,46
1777	Branços	40,79	0,00	33,56
	Índios	38,69	49,33	41,06
Total		40,40	49,33	34,36

Fonte: Mapas de habitantes da Capitania do Pará de 1773-1777(AHU-Projeto resgate).

Tabela 2 – Taxa de mortalidade por povoações (1773-1777)

Período	Povoações	Taxa de Mortalidade		
		Pessoas livres em geral a exceçãam dos Índios Aldeados	Índios Aldeados ou estabelecidos em povoaçoens	Escravos
1774	Branços	28,78	0,00	35,99
	Índios	6,81	19,65	29,96
Total		25,14	19,64	35,46
1775	Branços	19,39	0,00	22,26
	Índios	9,08	22,16	21,76
Total		17,68	22,14	22,22
1776	Branços	20,49	0,00	21,54
	Índios	15,40	24,90	20,50
Total		19,67	24,90	21,44
1777	Branços	75,72	0,00	73,53
	Índios	23,11	42,19	14,49
Total		65,97	42,19	67,26

Fonte: Mapas de habitantes da Capitania do Pará de 1773-1777(AHU-Projeto resgate).

⁸Considera assim o conceito de regime demográfico uma forma de modelar os processos ou modos como as pessoas organizam seus eventos virtuais e suas relações ao interior de uma sociedade. A proposta maior localiza-se no entendimento referente às restrições e oportunidades demográficas, mais do que entender o papel do comportamento de uma variável demográfico, a exemplo, o da queda de fecundidade sobre a população. Ou seja, o conceito de regime demográfico deve está associado às estruturas sociais nas quais tanto os princípios de organização social como individual são importantes. E sinaliza ainda, “poderiam ser pensados e classificados não em termos ideais ou normativos, mas tomando em consideração os cursos alternativos de ações que os processos vitais abrem ou fecham para grupos em particular” (Goldani 1999, p.25-26)

No que diz respeito a natalidade e a mortalidade os indicadores da tabela 1 e 2 respectivamente nos revelam taxas altas de natalidade e mortalidade para os anos 1773 à 1777 em que a natalidade (Tabela 1) cada vez mais se eleva para ambas as povoações e categorias étnico-sociais (pessoas livres, índios aldeados e escravos negros) e a mortalidade (Tabela 2) cresce avassaladoramente nas povoações de brancos dentre categoria “pessoas livres, exceção dos índios aldeados”⁹ e já nas povoações de índios essa categoria mantém as taxas de mortalidade bem menores que as taxas de natalidade. Interessante notar ainda que as taxas de natalidade dentre os índios aldeados nesses anos é mais instável nesse período no que diz respeito a relação as taxas de mortalidade dessa população específica. Os escravos também apresentam taxas altas de natalidade e mortalidade. O que irá refletir numa taxa de crescimento absoluto populacional (Tabela 3) instável para as população de índios aldeados e para as populações de escravos. E uma visível queda nas taxas de crescimento absoluto para a categoria “pessoas livres em geral a exceção de índios aldeados”.

Tabela 3- Taxa de crescimento absoluto

Período	Povoações	Taxa de Crescimento Absoluto		
		Pessoas livres em geral a exceçãom dos Índios Aldeados	Índios Aldeados ou estabelecidos em povoaçoens	Escravos
1773 a	Branços	-2134	-3	-2599
1774	Índios	392	-115	-436
Total		-1742	-118	-3035
1774 a	Branços	747	5	3028
1775	Índios	149	306	356
Total		896	311	3384
1776 a	Branços	-2241	0	-453
1777	Índios	215	-57	169
Total		-2026	-57	-284

Fonte: Mapas de habitantes da Capitania do Pará de 1773-1777(AHU-Projeto resgate).

A partir desses indicadores podemos, portanto, tirar algumas constatações gerais e sinalizar algumas pistas específicas importantes no processo de investigação desta pesquisa no que diz respeito a construção de uma cartografiaetnohistórica para as populações indígenas do passado problematizando seus contextos de deslocamentos forçados, relações sócio-culturais e regime demográfico no âmbito da formação do espaço colonial implementada pelos colonizadores.

Nesse sentido os resultados parciais nos mostra claramente como a Amazônia estava inserida e refletia em sua dinâmica populacional o contexto demográfico do Brasil colonial, a generalização da alta natalidade e alta mortalidade. De fato, não há como negar o destaque da morbidade e da mortalidade constituindo as evidências que diferenciam de modo mais contundente das condições de vida dessas populações das sociedades pré-industriais. Também porque, variadas vezes, era a morte que exercia os efeitos determinantes para se entender os regimes demográficos do passado.

⁹ Pode-se dizer a partir da análise documental que essa categoria “pessoas livres com exceção de índios aldeados” seriam os grupos étnicos, classificados no censo de 1778 referindo-se a cor/etnia como qualidade: brancos, índios livres, mamelucos, cafuzos e mulatos.

E de forma mais específica podemos levantar algumas questões que somente com o fechamento da pesquisa poderão serão respondidas no que diz respeito aos mecanismos de sobrevivência, reprodução sócio populacional, identidades e misturas étnicas dentre esses grupos nessas povoações e a relação com os índios aldeados. Levando em consideração um contexto de mortandade populacional na perspectiva de um regime demográfico restrito¹⁰, o que explica, por exemplo, as taxas de crescimento de absoluto positivo para o grupo de “pessoas livres...” nas povoações de índios e as taxas de crescimento absoluto visivelmente negativas para as povoações de branco? Ou ainda de que forma nas aldeias, as formações de grupos que agregando vários outros se organizavam para a vida cotidiana, a prática espacial de Lefebvre (2006) a partir de um território comum e ao mesmo tempo um espaço de misturas? Seria o caso ainda de pensar a baixa populacional das populações indígenas e escravas em função das situações fugas de índios aldeados e escravos que muitas vezes se refugiavam nos chamados mocambos/quilombos os quais também se configurava espaços de misturas étnicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobra as questões levantadas acima Flávio Gomes (2011) nos ajuda pensar o espaço amazônico a partir dos processos migratórios e fugas pelos quais vivenciaram as populações indígenas nunca de forma isolada de outros grupos culturais, dando-nos assim algumas pistas para entender a formação dessas fronteiras étnicas a partir dos mecanismos lógicos das próprias populações indígenas e seus movimentos e constituição demográficas, culturais, simbólicas e políticas. Podia estar escamoteado nestes contextos – em termos de história e etnologia – processos de etno-gênese. O próprio encontro, aponta o pesquisador, nos mundos do trabalho e da cultura de populações indígenas e aquelas africanas (escravos recém chegados no tráfico atlântico), nas suas várias gerações ainda precisa ser mais investigado. Grupos e lógicas indígenas das mais diversas migravam, se movimentavam e eram deslocados.

Nesse sentido elaborar uma cartografia etno-histórica para as populações indígenas do passado repensando sobre estes espaços de misturas, territórios e identidades étnicas, obviamente, sem projetar os sentidos do passado indígena em seu presente, mas sim buscando construir mais uma ferramenta que ajude a esclarecer, imiscuir e preencher lacunas dos diversos contextos históricos pelos quais passaram essas sociedades indígenas a partir da prática espacial e das representações do espaço, quiçá se chegar ao entendimento do espaços das representações que seria o passo mais desafiante, investigar o espaço vivido destes povos indígenas a partir dos seus relatos próprios descritos, especialmente, por muitos missionários e viajantes em crônicas de viagem nesse período. Esse espaço simbólico desses povos configurados a partir suas relações míticas com a natureza e sua prática espacial sendo subordinados e dominadas pelas forças das representações do espaço gestada pelas ideologias e saberes da época das estruturas dominantes.

¹⁰Regimes restritos dão importante relevância à forma como grupos fazem uso seletivo dos processos vitais para enfrentar circunstâncias limitadas; e de sua capacidade para continuar tomando decisões em face do que aparece, pelo menos para os seus propósitos práticos imediatos (...) (KREAGER, 1986, p. 153, tradução livre).

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth . *A importância da história, da geografia e da cartografia na análise da formação social e territorial da Amazônia*. In.: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; Coelho, Maria Célia Nunes & BARBOSA, Estevão José (Org). Atlas sociambiental- Municípios de Tomé-Açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis. Belém, NAEA, 2009. PP. 464.

_____, Rosa Elizabeth. A visão histórica da Região do Rio Xingu: Economia e Diversidade étnica. Paper do NAEA 276, Dezembro de 2010 ISSN 15169111

BARTH, Frederik (comp.) *Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. Introducción. FEC, México D.F., 1976. . pp. 9-49.

_____. 1986 [1961]. *Nomads of South Persia: the Basseri tribe of the Khamseh confederacy*. Illinois: Waveland Press.

_____. 1990 [1959]. *Political leadership among the Swat Pathans*. London: The Athlone Press.

CARDOSO, Alanna Souto; MARIN, Rosa Acevedo. *Capitania do Pará: emergência da questão da população e debate sobre regimes democráticos restritos*. Papers do NAEA, Belém, n. 344, p. 1-20, dez. 2014.

_____, Alanna Souto. Apontamentos para história da família e demografia histórica da capitania do Grão-Pará (1750-1790). 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em : <http://www3.ufpa.br/pphist/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=65> Acesso realizado em 13 jan 2015 .

CELESTINO DE ALMEIDA, Maria Regina Os Índios Aldeados: histórias e identidades em construção Tempo, núm. 12, diciembre, 2001, pp. 51-71 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.

CORRÊA DA SILVA, Marilene. A Amazônia Colonial. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 112, Rio de Janeiro, 1992. P.35-61. Disponível: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_112_1992.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira.

FURNIVALL, J. S. 1991. "Pluraleconomies". In: P. Worsley (ed.), *The new modern sociology readings*. Middlesex: Penguin Books. pp. 387-391.

GOLDANI, A. M. O regime demográfico brasileiro nos anos 90: desigualdades, restrições e oportunidades demográficas. In: GALVÃO, L.; DÍAZ, J. (Org.). Saúde sexual e reprodutiva no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1999.

GOMES, F. dos S. *Migrações, populações indígenas e etno-gênese na América Portuguesa (Amazônia Colonial, s. XVIII)*, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 31 enero 2011, consultado el 23 octubre 2013. URL: <http://nuevomundo.revues.org/60721>; DOI: 10.4000/nuevomundo.60721.

_____. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: _____. Nas Terras do Cabo Norte. Belém: EDUFPA, 1999, p. 129-93.

GÚZMAN, Décio de Alencar. "Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 67-81.

HARRIS, Mark. *Presente ambivalente: Uma maneira amazônica de estar no tempo*. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. pp.81-82.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

KREAGER, P. Demographic regimes as cultural systems. In: COLEMAN, D.; SCHOFIELD, R. (Ed.). *The state of population theory*. Nova York: Basil Blackwell Ltd, 1986.

MARCÍLIO, M. L. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: _____ (Org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984. Ver também publicado em *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, Vozes, v.74, n.1, p. 39-48, jan./fev. 1980.

NADALIN, S. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.

_____. *A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade*. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, v.4, n.7, p.222-275, jul./dez.2003.

QUADROS, Eduardo G. A. *A letra e a linha: a cartografia como fonte histórica*. *Revista Mosaico*, v. 1, n.1. Programa de pós-graduação em história, política e bens culturais. FGV. 2008.

QUEIROZ, Jonas Marçal & COELHO, Mauro César. *Amazônia: Modernização e conflito*. (Séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP. 2001. PP.200

OLIVEIRA, João Pacheco. *Mensurando Alteridades, Estabelecendo Direitos: Práticas e Saberes Governamentais na Criação de Fronteiras Étnicas*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, n o 4, 2012, pp. 1055 a 1088.

RAMINELLI, R. **População na Amazônia Colonial**. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. 1998. P. 1359-1376.

SAMPAIO, Patricia Melo. *Índios e Brancos na Amazônia Portuguesa: Políticas e identidades no século XVIII*. In. *T(r) ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia*.

TONNUCI FILHO, João B. M. *Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica*. *Revista Espinhaço*. v.2, p.41-51, 2013.

OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS NA AMAZÔNIA PERUANA

Raphael da Silva Pinto

RESUMO

O trabalho tem como objetivo estudar/analisar o contexto histórico e contemporâneo dos processos migratórios internos no Peru, dando maior visibilidade as relações migratórias para região da Selva peruana. A Amazônia peruana, enfrentou diversos problemas no decorrer da sua história, pois sempre foi vista como um vazio demográfico e capaz de resolver os problemas do país. Em consequência de todos os problemas e mudanças na estrutura político, social e econômica, o Peru de hoje se encontra frente a uma realidade distorcida. Reflete-se muito desde a conquista europeia, que deixou marcas e heranças na conformação da sociedade peruana. Na década de 1990, a zona rural não teve a tranquilidade e os investimentos necessários para se desenvolver adequadamente, e transformar-se em uma região alternativa para a migração, faltaram políticas públicas de grande impacto nessa região, tornando-se historicamente zonas de expulsão. A importância de um estudo mais aprofundado do tema, que é pouco abordado entre os estudiosos das migrações nesse país, nos permitirá explicar novos fenômenos que perpassam a dinâmica contemporânea migratória, não só no Peru, como também a países que possuem características semelhantes na nossa região. Tendo em vista que o processo migratório é tão recorrente e está ligado diretamente com o Estado, e as relações econômicas e políticas desse com a sociedade, alguns questionamentos são pertinentes: O que tem contribuído/atraído os fluxos migratórios contemporâneos para a região da Selva peruana? Qual a importância dessas migrações para a região da selva peruana?

Palavras-chave : Migrações, Desenvolvimento, Amazônia, Peru.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo estudar/analisar o contexto histórico e contemporâneo dos processos migratórios internos no Peru, dando maior visibilidade as relações migratórias para região da Selva peruana. La Selva es la región más extensa del país, ocupa el 60,3% del territorio peruano, está conformada por dos zonas definidas: la Selva Alta o Ceja de Montaña y el Llano Amazónico o Selva Baja y está ocupada por el 9,4% de la población. (Compendio Estadístico, INEI - 2014)

Os principais processos de migrações no Peru se deram em âmbito interno, deslocamento de um contingente populacional de uma região para outra. Foram dadas por migrações espontâneas, impulsionadas pelo processo de industrialização e da forte urbanização das cidades costeiras, ocasionou deslocamento populacional em busca de condições melhores de vida nessas regiões mais desenvolvidas, lideradas pelos movimentos camponeses e movimentos sociais que buscavam diante ao Estado a resolução dos conflitos ocasionados pelas usurpações de terras. Em um segundo momento, percebe-se a interiorização desses fluxos migratórios, direcionado as regiões menos desenvolvidas, influenciadas por planos de colonização principalmente na região da selva. Em

alguns momentos os fluxos migratórios passaram do âmbito rural-urbano, para o urbano-rural, e mais recente percebe-se uma forte relação rural-rural.

A importância de um estudo mais aprofundado do tema, que é pouco abordado entre os estudiosos das migrações nesse país, nos permitirá explicar novos fenômenos que perpassam a dinâmica contemporânea migratória, não só no Peru, como também a países que possuem características semelhantes na nossa região.

Tendo em vista que o processo migratório é tão recorrente e está ligado diretamente com o Estado, e as relações econômicas e políticas desse com a sociedade, alguns questionamentos são pertinentes: O que tem contribuído/atraído os fluxos migratórios contemporâneos para a região da Selva peruana? Segue um modelo sustentável, onde as relações sociais e econômicas, conversam entre si? Qual a importância dessas migrações para a região da selva peruana? Como o planejamento urbano acompanha esses processos?

2. OBJETIVOS

- Analisar os impactos demográficos, econômicos e sociais das migrações na região amazônica da selva peruana
- Analisar o papel do Estado peruano na promoção de políticas migratórias nos fluxos contemporâneo da América Latina
 - Identificar os problemas enfrentados nos programas de reforma agrária e quais impactos tiveram na Amazônia peruana.
 - O papel das políticas públicas e o planejamento urbano das cidades receptoras de migrantes.
 - O impacto dos projetos do IIRSA, e da construção da rodovia Interocênica na região da Selva peruana.

4. DESENVOLVIMENTO

O Peru é o 3º maior país da América do Sul, em proporções territoriais, com uma população de 30.814,175 milhões de habitantes (INEI/2014), dividido em três regiões geográficas: Costa, Serra e Selva. Possui uma extensão territorial de 1 milhão 285 mil 216 Km² (INEI/2014), que está limitado ao Sul por Bolívia e Chile, ao norte por Colômbia e Equador, a Oeste pelo oceano pacífico, e a leste por Brasil.

Na região da Selva, no decorrer da sua história recente, como consequência do abandono e do centralismo estatal na região da Costa, e por outros fatores (conflitos armados, por exemplo), o Peru perdeu grandes extensões territoriais para seus vizinhos limítrofes com a região amazônica.

A Amazônia peruana, enfrentou diversos problemas no decorrer da sua história, pois sempre foi vista como um vazio demográfico e capaz de resolver os problemas do país.

Os primeiros fluxos migratórios orientados a região da Selva, se intensificam na década de 1940, como consequência de uma ação do Estado peruano em resolver os problemas a curto prazo da população andina, que sofria com os solos inférteis da região da Serra e a falta de estrutura para agricultura na região, falta de campos irrigados e o problema cada vez mais grave de usurpação de terras das populações rurais.

“A presença de colonos andinos na Selva é consequência da ação do Estado, tanto indiretamente por não determinar a devolução das terras que haviam sido, e seguiam sendo usurpadas [dos indígenas] na serra; como diretamente, ao apresentar a Amazônia como região vazia, apta para o cultivo e a pecuária, fácil de trabalhar, e tão fértil que os produtos cresciam quase sem intervenção do homem, e também ao organizar projetos concretos de colonização com os excedentes populacionais das comunidades indígenas do Andes” (Aragon apud Chirif, 2013, p.53).

A gênese desses processos de colonização da Amazônia, se intensifica com maiores proporções nos primeiros anos do governo de Fernando Belaunde Terry (1963-1968), que voltou a conceber a Amazônia como a solução para os problemas sociais, políticos e econômicos do Peru. Em seu governo, o país experimenta grandes avanços de infra-estrutura vial, diversificação de setores econômicos, uma tímida descentralização do governo que se mantinha todo concentrado na região da Costa, principalmente na capital Lima.

Através de seu plano de governo, Fernando Belaunde, traçou um plano de desenvolvimento da região da Selva, através da ligação desta com a região da Costa e da Serra, abrindo uma rodovia que seria capaz de propiciar uma ligação terrestre entre as três regiões; que seria "responsável" por levar o excedente populacional da região da serra - que a vez não possuíam terras - para a da Selva, um “grande vazio demográfico”.

“Como resultado dessas ideias, foram implementados na região ambiciosos programas de colonização e expansão da rede rodoviária nacional, mas a história mostrou que o presidente estava enganado em sua percepção da Amazônia como celeiro agrícola e válvula de escape dos conflitos fundiários que explodiam na região da Serra. Não percebeu o presidente que essas terras eram já ocupadas por comunidades nativas desde milênios e que os projetos eram, portanto, realmente invasões de seus territórios e as titulações representavam a usurpação de suas terras, trazendo, portanto, os conflitos da serra para a selva (Aragon apud Chirif, 2013, p.63).”

Os principais processos de migrações no Peru se deram em âmbito interno, deslocamento de um contingente populacional de uma região para outra. Foram dadas por migrações espontâneas, impulsionadas pelo processo de industrialização e da forte urbanização das cidades costeiras, ocasionou deslocamento populacional em busca de condições melhores de vida nessas regiões mais desenvolvidas. Em um segundo momento, percebe-se a interiorização desses fluxos migratórios, direcionado as regiões menos desenvolvidas, influenciadas por planos de colonização principalmente na região da selva. Em alguns momentos os fluxos migratórios passaram do âmbito rural-urbano, para o urbano-rural, e mais recentemente percebe-se uma forte relação rural-rural.

“La población india quedó confinada en la sierra, mientras que la blanca se instaló en Lima y en las ciudades costeñas. El mar le dio la espalda al ande” (Méndez, María, “Migración, identidad y desarrollo. Hacia una visión del país”. IDL, 1997. Pag. 13)

O centralismo marcado desde a época colonial, foi responsável pela configuração da sociedade peruana, onde a Serra de predominância indígena, camponeses, com diversos problemas marcados pelas empresas de mineração que se empenhavam em usurpar suas terras, e a selva com populações originárias e uma zona de difícil acesso por seus obstáculos naturais, sendo essas duas últimas regiões pobres, com uma baixa ou quase nula presença estatal, se tornaram zonas naturais expulsoras de populações.

As consequências disso foram as fortes migrações direcionadas a Lima e as demais cidades da costa que representaram grandes crescimentos populacionais em um curto período de tempo. A

massiva migração para estas cidades, se tornaram insustentáveis;“la creciente poblacion expulsada de sus comunidades de origen, pasó em los ultimos cicuenta años a formar parte del conglomerado urbano. Carentes de recursos los migrantes invadiaron areas libres en la ciudad y dando paso a bairros populares o barriadas, como forma de resolver sus problemas de vivienda(MAR, Jose Matos p.3).

A pressão popular por uma reforma agraria, da qual não havia ocorrido no primeiro governo de Belaunde, ganhou força no governo militar de Juan Velasco Alvarado, que impulsionou a distribuição de terras na região da Selva para solucionar os problemas dos assentamentos urbanos e a falta de estrutura que as grandes cidades passaram a apresentar. Nesse processo, o governo direcionou os fluxos migratório das cidades para o campo, novamente vendo a região da selva como solução para esse problema.

Após a redemocratização do país, com o fim da ditadura militar, pela década de 1980, o Peru passa por fortes mudanças políticas e sociais, a presença do terrorismo na região andina e da selva, regiões que historicamente foram abandonadas pelo Estado, provoca uma mudança drástica nos fluxos migratórios internos, e aumento em números consideráveis das migrações internacionais. Nesse momento um fator curioso chama atenção para a região da Selva, enquanto em outras regiões se tornaram expulsoras de migrantes,a selva passou a receber um grande numero de pessoas que entraram atraídas para os campos de produção de coca, que aumentaram consideravelmente na época do terrorismo.

“Outro problema relacionado a expansão da fronteira amazônica é a ampliação dos cultivos de coca, em grande parte devido a própria expansão do tráfico internacional de estupefacientes, mas também ao fracasso de projetos de colonização; problema que mesmo atenuado, persiste até hoje, apesar dos esforços realizados para sua erradicação. [...] Nos anos seguintes os cultivos de coca se expandiram de forma espetacular, especialmente entre 1985 e 1990, considerado o período do 'boom' da coca. (ARAGON, Luiz E. p. 138)

A forte militarização do país nos inícios da década de 1990, com as ações do Estado para por fim nos grupos armados guerrilheiros, e por ordem no país; reduziu significativamente a violência em áreas de conflito. Com a pacificação dessas áreas, os fluxos migratórios de retornos de desplazados se intensificaram.

Em consequência de todos os problemas e mudanças na estrutura político, social e econômica, o Peru de hoje se encontra frente a uma realidade distorcida. Reflete-se muito desde a conquista europeia, que deixou marcas e heranças na conformação da sociedade peruana. Na década de 1990, a zona rural não teve a tranquilidade e os investimentos necessários para se desenvolver adequadamente, e transformar-se em uma região alternativa para a migração, faltaram políticas publicas de grande impacto nessa região, tornando-se historicamente zonas de expulsão.

5. POTENCIAL ECONOMICO DA REGIAO.

A construção e ampliação da malha viária no Peru, desde o primeiro governo de Manuel Prado Ugarteche (1939-1945), principalmente no que condiz da conexão da região amazônica com as outras duas regiões do país, demarcou o inicio de complexos processos políticos, economicos e sociais na regio da Selva, assim como grandes impactos ambientais, pelas enormes areas de degradacao ocasionadas pelo deflorestamento de grandes hectares de terra para construcao de

novos corredores rodoviários. Deflorestação também ocasionada pela agricultura migratória e expansão da fronteira agrícola, que está diretamente ligada a acessibilidade aos bosques amazônicos.

A expansão da rede viária sempre esteve diretamente relacionada com o aumento do número dos fluxos migratórios para as cidades da região da selva, em partes por que facilitava o acesso e reduzia em horas as viagens que antes eram feitas somente pelos rios que serviam como porta de entrada para essas cidades. Após a construção da “Carretera Marginal” na década de 1960, foi possível a conexão da Serra com a Selva, que proporcionou um elevado crescimento econômico anual, nas regiões dos departamentos do Amazonas (18,41%) e San Martín (37,22%) por exemplo, assim como o crescimento da população dessas cidades. A região amazônica já representava um papel importante no PIB nacional, principalmente a partir da metade da década de 1970, com o aumento da produção de hidrocarbonos na região de Loreto, ultrapassando a produção dos campos petrolíferos da região da Costa. Com esse maior papel na produção nacional, a importância de conectá-la ao restante do país, fez com que desenvolvesse grandes projetos de interligação viária e complementação da rede de transportes fluviais já existentes na região, o principal projeto foi a conexão da “Carretera Marginal” com a rodovia Federico Besadre, que se estenderia até a cidade de Pucallpa por estar próxima aos campos petrolíferos de Aguas Calientes-Ganso Azul.

“Durante el primer gobierno de Belaunde (1963-1968), se proyectaron y ejecutaron multiples iniciativas para el desarrollo de la selva alta y baja. Para Belaunde, el rol de la selva alta era el de proveer tierras al campesinado de la sierra, mientras que la selva baja tenia como objetivo principal el desarrollo industrial-manufacturero”.(Barrantes e Hopkins apud Santos e Barclay,2002).

Os principais projetos executados visando o desenvolvimento de cada sub-região pode ser classificado em dois eixos: Na Selva Alta, a construção de 2400 quilômetros de estradas e rodovias, interligando as principais cidades na qual receberiam os projetos de colonização da população vinda da Serra. O departamento de San Martín, por estar na região central da selva, na qual funcionou como ponte entre a capital Lima, e o departamento de Loreto, recebeu grandes contingentes de migrantes, que se estabeleceram na região. Assim como o departamento de Ucayali, que graças a conexão da Carretera Marginal com Carretera Fernando Besadre, apresentou um crescimento populacional nos últimos anos. Também pela sua importância, pela fronteira com o Estado brasileiro do Acre.

E para a Selva Baja seria destinada ao desenvolvimento industrial, especialmente na região do departamento de Loreto, através do Decreto Supremo 04, Lei 15.600, que declarava a região da selva localizada a menos de 2 mil metros de altitude, como zona livre de impostos por um prazo de 15 anos a partir de 1965, o que atraiu muitas indústrias e empresas para essa região.

Já no departamento Madre de Dios, teve uma tradição ligada a mineração, que desde 1970 recebeu um elevado número de migrantes em busca do “El Dorado”, que eram atraídos pela alta cotação paga pela libra de ouro no mercado internacional.

O departamento é líder na produção mineira, o que atrai muitos migrantes a mineração artesanal e ilegal, o que prejudica em outros setores, como a agricultura.

Mas recente, após a conclusão dos projetos do IIRSA Eixo Sul, com a construção da Interoceânica, que liga o Estado brasileiro do Acre com a cidade de Iñapari, que tem como objetivo o acesso ao oceano pacífico através do porto peruano de “El Callao”, ao comércio brasileiro, atribuiu

uma maior importância para o departamento de Madre de Deus, na qual tem se desenvolvido projetos para o incentivo do turismo na região.

6.FUNDAMENTOS TEÓRICOS

São várias as correntes teóricas que buscam explicar/analisar os processos migratórios desde pelo menos a segunda metade do século XIX.

Neste trabalho, que se propõe ser de um estudo interdisciplinar, usaremos as principais teorias apresentadas por estudiosos da área de migrações, como Salim e Peixoto.

Para Salim (1992), inexistem unanimidade entre os autores que buscam classificar as principais correntes teóricas sobre os estudos de migração. No intuito de contribuir ao esforço classificatório das distintas correntes, Salim propõe dois troncos teóricos no estudo das migrações: os modelos neoclássicos contemporâneos; e a perspectiva histórico-estrutural.

Os modelos neoclássicos contemporâneos surgem da inspiração econômica neoclássica do comportamento racional dos agentes econômicos e partem de três pressupostos básicos: diferenciais de salários e oportunidades; cálculo racional do indivíduo face aos custos e utilidades entre ficar e migrar e; correntes migratórias entendidas como somatório das decisões individuais. A assimetria na distribuição dos fatores é que vai determinar a direção e a magnitude dos fluxos migratórios. Os indivíduos vão se deslocar de regiões onde sobra mão de obra para onde falta mão de obra. A migração, portanto, permite a transferência de excedentes populacionais de uma região para outra.

Na chamada análise histórico-estrutural, Salim (1992) aponta que a migração é resultado das desigualdades regionais. Enfatiza a estrutura como um todo na determinação do fenômeno migratório, isto é, considera as condições estruturais de nível social, econômico e político na determinação dos fluxos migratórios. O que mais relaciona-se às desigualdades regionais nos países retardatários ao processo de industrialização, característico dos países latino-americanos.

Já Peixoto (2004) resume as diferentes abordagens teóricas sobre as migrações entre as teorias micro e macrosociológicas. As teorias macrosociológicas demonstram que são os fatores coletivos ou estruturantes que condicionam as migrações, isto é, as forças estruturais e coletivas que condicionam a ação individual.

A primeira teoria macrosociológica é descrita por Peixoto (2004) como a do mercado de trabalho segmentado. Em decorrência das transformações estruturais ocorridas nas economias fordistas desenvolvidas a partir dos anos 1970 e das novas formas de regulação daí originadas, surgem nestes países setores precários da economia, demandantes de uma mão de obra flexível e informal.

Neste chamado mercado secundário, impera o baixo salário, a baixa qualificação, a insegurança laboral e social, no qual os não migrantes não querem atuar. Assim, “abre-se caminho” para os trabalhadores dos países subdesenvolvidos, que aceitam atuar neste mercado.

A Teoria do Sistema Mundo de Wallestrein é adaptada para os estudos migratórios e parte da premissa da existência de um mercado de trabalho global, alimentado por fluxos de trabalho (ou força de trabalho) a partir da migração internacional. A principal razão da migração é a existência de zonas salariais diferenciadas, originadas de estruturas socioeconômicas distintas.

REFERÊNCIAS

SALIM, Celso Amorim. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Brasília, 1992

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. Socius Working Papers n.11. Centro de Investigação em Sociologia Económica das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2004.

ARAGON, Luis E. **Amazonia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate**. Sao Paulo: Hucitec, 2013.

BARRANTES, GLAVE, Roxana e Manuel. **Amazonia peruana y desarrollo economico**. Lima: GRADE, 2014.

YAMADA, Gustavo. **Patrones de migración interna em el Peru reciente**. Disponível em: <<http://files.pucp.edu.pe/departamento/economia/LDE-2012-01-04.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

CICRED. **La Poblacion del Peru**, 1974.

OLARTE, Efrain Gonzales. **Una economia bajo violencia: Peru, 1980-1990**. IEP, Documento de trabajo n 40, serie economica n 14. Disponível em <<http://www.iep.org.pe>>.

VERDERA, Francisco V. **La migracion a Lima entre 1972-1981: Anotaciones desde una perspectiva economica**. Documento de trabajo n 14, IEP, Serie: Economia n 5, 1986. Disponível em: <<http://www.iep.org.pe>>.

MAR, Jose Matos. **Las migraciones campesinas y el proceso de urbanizacion em el Peru**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000881/088100sb.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

INEI, **Estadística de la emigracion de peruanos y la enmigracion de extranjeros**, Peru, 1992- 2014.

Disponível em: :<http://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1102/libro.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2014

INEI, **Censo poblacional y vivienda**, 2014. Disponível em: <http://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1157/libro.pdf>. Acesso em: 22 de nov. 2014

MULHERES E MERCADO DE TRABALHO EM BARCARENA E PARAUAPEBAS/PA

Maria Antonia Cardoso Nascimento¹

RESUMO

A comunicação aborda os resultados de pesquisa empírica desenvolvida em dois municípios paraenses Barcarena e Parauapebas afetados por projetos econômicos minero-metalúrgicos tendo como eixo norteador o mercado de trabalho e a precarização do trabalho feminino. A perspectiva teórico-metodológica adotada remete as desigualdades de classe, gênero e raça em virtude das injunções que particularizam os trabalhadores migrantes e empobrecidos dos mencionados municípios. As tendências de análise sobre o lugar da mulher no mercado de trabalho nos anos 1990 a 2000, no Brasil e no Pará, inferem que apesar da desigualdade entre os sexos observa-se no período, significativo aumento da participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA). Os dados socializados nesta comunicação salientam que em Barcarena e Parauapebas evidencia-se uma “feminização” do desemprego, justificada pelo discurso empresarial como “incapacidade cultural” para o trabalho moderno.

Palavras Chave: Mulher, Mercado de Trabalho, Feminização do desemprego

INTRODUÇÃO

Dados oficiais e resultados de estudos e pesquisas sobre trabalho feminino no mundo e no Brasil têm apontado para o significativo aumento da participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA). No Brasil essa tendência ganha visibilidade nas três últimas décadas do século XX, e permanece na primeira década do século XXI. Embora ainda desigual frente à dos homens, a taxa de participação das mulheres nesta última década alcança 58,8% (PNAD/IBGE, 2009 apud IPEA, 2010). De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP, 2012) o estado acompanha a tendência nacional, uma vez que a PEA feminina aumentou no mesmo período em 51,7%.

O aumento sistemático da força de trabalho feminina no Brasil tem sido analisado pelos intelectuais da sociologia crítica do trabalho, particularmente as feministas, como decorrente de mudanças demográficas, sociais, culturais políticas e econômicas. Essas mudanças são explicadas pela diminuição das taxas de fecundidade, pelo envelhecimento de parcela significativa da população, pelo crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres², pelo aumento da escolaridade e a emergência de valores concernentes ao lugar das mulheres na sociedade brasileira, esta última resultante da consolidação da agenda elaborada pelos movimentos feministas e de mulheres desde a década de 1970.

Ademais, os pesquisadores têm chamado a atenção para a relevância da injunção econômica, em que, diante das crises estruturais e conjunturais, o capitalismo se alimenta da heterogeneidade

¹Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: Mariaant@ufpa.com

² Esse tipo de arranjo familiar também é identificado pelos especialistas como monoparentais femininas.

humana, produzindo e reproduzindo no mundo do trabalho e, na sociedade em geral, desigualdades e contradições pautadas nas diferenças de sexo, raça, geração, regionalidade, entre outras.

O Brasil nas últimas décadas aprofunda a perspectiva financeira ampliada do neoliberalismo, combinada à política de desenvolvimento econômico na qual o Estado assume papel de protagonismo na geração de infraestrutura para o crescimento por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), articulado ao enfrentamento da pobreza extrema por meio do Programa Brasil sem Miséria. Essa agenda que visa expandir o consumismo de massa tem sido denominada de neodesenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo³, em que mulheres e negros têm sido alvos significativos das políticas sociais.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o lugar da mulher no mercado de trabalho de dois municípios paraenses, considerados como âncoras do discurso neodesenvolvimentista local: Barcarena e Parauapebas. Sem a pretensão de desenvolver uma discussão sobre o novo desenvolvimento, o texto baseia-se em estudos bibliográficos, documentais e anotações de trabalho de campo⁴ realizado, durante os últimos dois anos, nos mencionados municípios.

O texto está organizado em três partes. A primeira procura realizar uma síntese das tendências de pesquisa que pautam a análise do trabalho feminino no mundo do trabalho contemporâneo, com destaque para a realidade brasileira. A segunda parte apresenta um perfil da mulher no estado do Pará. A terceira parte expõe a singularidade do mercado de trabalho para as mulheres residentes nos municípios de Barcarena e Parauapebas. Ao final, são evidenciadas, conclusões obtidas com as reflexões efetuadas.

O QUE AS PESQUISAS DIZEM SOBRE A FORÇA DE TRABALHO DA MULHER

O paradigma ocidental europeu que orientou as ciências sociais e humanas na América Latina até a década de 1970 desconsiderou o sexo e a raça/etnia como estruturantes da divisão social do trabalho. A reflexão orientada por intelectuais e ativistas do movimento feminista e do movimento negro chamou a atenção para a divisão sexual e racial, que resultou na proposta metodológica da interdependência das relações sociais de classe, gênero, raça/etnia, identificada pelas brasileiras Saffioti (1992,1993), como articulação e nó, e por Castro (1993), como alquimia; pela francesa Kergoat (2010), como consubstancialidade, e pela norte-americana Crenshaw (1994), como interseccionalidade⁵.

³ As ideias neodesenvolvimentistas que vêm sendo adotadas, no Brasil, desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, através do projeto de Emenda Constitucional n. 173, para Castelo (2010, p. 23), reverbera o social-liberalismo, definido como “uma proposta de revitalização do neoliberalismo por meio da adoção de uma agenda política de alívio às expressões mais agudas da ‘questão social’”. Sobre o tema, ver também: CARCANHOLO, M. Neoconservadorismo como roupagem alternativa: a nova Cepal dentro do consenso de Washington. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas na América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010; MOTA, A. E. (Org.) **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010; SALUDJIAN, A. Estratégias de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial, os estruturalistas e neoestruturalistas da CEPAL: uma abordagem crítica. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**, Rio de Janeiro: Pão e rosas, 2010;

⁴ Trata-se de pesquisa desenvolvida no âmbito dos projetos “Política de Trabalho, Emprego e Renda no contexto desenvolvimentista: a experiência do estado do Pará” e “Desenvolvimento, Trabalho e Autonomia Econômica na Perspectiva das Mulheres Brasileiras”, este sob a coordenação do SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia de Recife.

⁵ O debate conceitual que tem orientado a Teoria Feminista nos últimos 40 anos tem sido muito denso, porém não se constitui escopo deste artigo. A produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro tem incorporado a referida

A referida abordagem parte da premissa de que existem múltiplas dominações e opressões que não se explicam isoladas. Tanto o racismo como o patriarcado tem uma dimensão econômica e a classe burguesa se alimenta dessas estruturas para melhor garantir a acumulação capitalista. A consolidação das categorias imbricadas classe social, gênero, raça/etnia tem-se colocado como uma tendência metodológica relevante na interpretação das sociedades contemporâneas, que mantêm o legado da dominação colonial patriarcal, racista e de classe. Falquet (2013, p. 9), ao discorrer acerca das relações de gênero na particularidade do capitalismo atual assevera: “o capitalismo financeiro não liberta as mulheres”.

A maioria da bibliografia que discorre sobre a relação trabalho-mulher destaca como imprescindível para a análise a categoria divisão sexual do trabalho, elaborada na década de 1970 pelas feministas marxistas francesas em analogia à categoria divisão social do trabalho. Segundo HIRATA e KERGOAT,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Observa-se que a divisão sexual do trabalho não é natural. Ela se organiza sob dois princípios: o princípio da separação entre trabalho de homens e trabalho de mulheres, e o princípio hierárquico: o trabalho do homem tem mais valor que o trabalho da mulher. Embora sendo uma construção social, portanto mutável, a despeito dos avanços alcançados pela maioria das sociedades no âmbito dos direitos das mulheres, essa definição permanece fundamental para entender o lugar da força de trabalho feminina na ordem do capital. Nesta direção Harvey salienta que

Houve uma virada importante para a mobilização das mulheres na força de trabalho, juntamente com a proletarianização dos elementos da população que conseguiram viver fora da economia do trabalho assalariado. No decorrer do tempo, os capitalistas têm procurado controlar o trabalho, colocando trabalhadores individuais em concorrência uns com os outros para os postos de trabalho em oferta. A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho. Tornam-se ferramentas por meio das quais os capitalistas administram a oferta de trabalho em conjunto com os setores privilegiados da força de trabalho que usam o racismo e o machismo para minimizar a competição. (HARVEY, 2011, p.57)

Na literatura produzida no Brasil sobre as questões concernentes ao trabalho feminino tem-se reiterado a relevância do uso da categoria divisão sexual do trabalho na interpretação das alterações e permanências do uso da força de trabalho da mulher. Bruschini (2000), uma das principais estudiosas das estatísticas relacionadas às desigualdades de sexo na PEA brasileira, reconhecendo o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, enfatiza a ampliação

orientação, conforme pode ser notado na criação do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração /Sexualidades” pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. É preciso enfatizar ainda que, no último Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado em 2014, 146 dos 1098 trabalhos aprovados abordavam as seguintes temáticas: 75 trabalhos, relações sociais de gênero e sexo; 24, relações de raça/etnia; 34, geração, e 12, sexualidades, conforme consta nos Anais do evento.

do conceito de trabalho adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, para a autora, embora o instituto não tenha reconhecido a atividade doméstica, desde 1992 passou a incluir atividades para o autoconsumo, a produção familiar e outras até então não consideradas como trabalho. Como essas atividades sempre foram realizadas por mulheres, os efeitos da nova metodologia incidiram preferencialmente sobre elas, enquanto as taxas masculinas continuaram inalteradas.

Outra tendência de análise que norteia os estudos sobre o trabalho da mulher no Brasil diz respeito ao exame de um conjunto de alterações no modelo de representação do feminino, tais como: a queda na taxa de natalidade, a redução do tamanho das famílias, o envelhecimento da população, o aumento do número de domicílios com chefia feminina, e principalmente, a alteração no perfil demográfico das trabalhadoras. Lombardi (2010) anota, com base em dados do IBGE, que a taxa de natalidade, em 2007 era de 1,95 filhos por mulher, taxa em decréscimo desde 1970. No mesmo ano, a proporção de famílias compostas por casais com filhos foi declinando (48,9%, em contraposição aos 56,6% de 1997). Quanto às chefes de família, a proporção de domicílios por elas chefiados chegou a 33% em 2007.

Sorf e Fontes (2008), ao analisarem algumas diferenças entre o nível socioeconômico e o perfil demográfico das famílias chefiadas por mulheres, aí se distinguindo entre chefias com filhos e sem filhos, com e sem presença de cônjuge, concluíram que os domicílios caracterizados como monoparentais femininos eram os mais precários, refletindo a remuneração mais baixa recebida pela maioria das mulheres. Em relação ao perfil demográfico das brasileiras inseridas no mercado de trabalho formal, as autoras afirmam que elas tendem a ser mais velhas, casadas e mães, distinguindo-se do perfil das décadas de 1970 e 1980, período em que passam a ser consideradas pelas estatísticas oficiais.

O aumento da escolaridade das trabalhadoras brasileiras também tem sido apontado como uma questão importante nessa reconfiguração que se processa, tornando insustentáveis discursos que justificavam a incapacidade da mulher para o trabalho produtivo e, principalmente, o fato de perceberem remunerações mais baixas. Lombardi assinala que, em 2007, a média de anos de estudo dos brasileiros foi de 6,9 para homens e 7,1, para as mulheres.

Outra questão que merece destaque é a identificação da bipolaridade ou dualidade do trabalho feminino. Afirmam os estudos que, ao lado das trabalhadoras mais desprotegidas, vive um pequeno número, mas crescente, de mulheres altamente qualificadas e escolarizadas, vinculadas a carreiras profissionais de prestígio, ascendendo nas hierarquias empresariais e chegando a postos de chefia e direção, beneficiadas, portanto, pelo aprimoramento da legislação trabalhista, que eliminou preceitos discriminatórios em relação às mulheres (JINKINGS, 1995; SEGNINI, 1998; HIRATA, 2009; BRUSCHINI, 2000; LOMBARDI, 2010; MATOS, 2013). Todavia, o número de pesquisas de campo sobre esse segmento ainda é inexpressivo.

O trabalho no setor do *care* ou dos cuidados concernentes a outrem, principalmente as pessoas que cuidam de crianças, idosos, deficientes físicos e dependentes em geral, segundo Hirata (2009), emerge nos últimos anos como uma tendência de pesquisa relevante no contexto do capitalismo bancário e financeiro para o mercado de trabalho feminino, haja vista a predominância de mulheres nessa ocupação que, no Brasil, tem como especificidade a não formalização legal.

A desigualdade racial incide fortemente na inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro e também tem sido alvo de problematização no bojo da heterogeneidade que caracteriza

o segmento feminino (SAFFIOTI, 1993; CASTRO, 2000; CAPPELLIN, 2000; BENTO, 2000; NOGUEIRA; JACINO, 2013). Os dados do IBGE (2010) reiteram as hipóteses das autoras ao informarem que apenas 6,1% dos brancos/as, 1,7% dos pretos/as e 2,8% dos pardos/as estão na categoria de empregadores/as, mas, em “contrapartida”, pretos/as e pardos/as são a maioria dos trabalhadores/as sem registro, sendo que para as mulheres esses dados são bem mais acentuados.

As pardas representam 60,0% das trabalhadoras informais, as pretas, 54,1%, e as brancas, 44,0%, agravando-se tal situação já que a informalidade tanto produz condições de trabalho precárias, sem direitos e sem proteção social, como amplia as desigualdades entre homens e mulheres, e entre essas últimas. Destaque-se que é nas regiões Nordeste (67,4%), Norte (64,9%) e Centro-oeste (51,3%) que predomina o trabalho informal (IBGE/PNAD, 2009).

As desigualdades vividas no mercado de trabalho são reproduzidas no acesso à proteção social. Segundo a referida fonte, apenas 52,7% das mulheres brasileiras ocupadas contribuem para a Previdência Social. Nas regiões Norte e Nordeste esses percentuais caem vertiginosamente para 40,7% e 36,8%. As desigualdades de gênero e raça fazem das mulheres e, sobretudo, das mulheres negras, a grande maioria da população em situação de indigência e pobreza: as mulheres negras correspondem a 35,7% e 33,7% das pessoas em situação de indigência e pobreza, respectivamente; entre as mulheres não negras, esse percentual cai, na mesma ordem, para 23% e 20%.

Em que pese o crescimento econômico sistemático do número de mulheres no Brasil, a condição de força de trabalho secundária parece imutável para a maioria das trabalhadoras, uma vez que elas se inserem de maneira desigual no trabalho, em geral nos postos informais e precários. Dos empregos com carteira assinada, 58,6% são ocupados por homens e 42,4%, por mulheres (PNAD/IBGE, 2009, apud SPM, 2011). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/2010), as mulheres estão mais presentes nas ocupações consideradas precárias: 41,1% delas estão nessa situação; entre as mulheres negras, a situação é mais grave e o percentual alcança 48,4%, ou seja, quase metade do contingente empregado⁶.

O reconhecimento da vigência do trabalho doméstico como uma atribuição das mulheres sobrecarregando suas vidas é recorrente em todos os estudos e pesquisas (ÁVILA; FERREIRA, 2014). As mulheres continuam majoritariamente responsáveis pelo trabalho doméstico, em um contexto de ausência de equipamentos públicos de apoio à reprodução, como creches e pré-escolas em tempo integral, e de falta de compartilhamento das tarefas de cuidado no interior das famílias. As jornadas médias semanais de mulheres ocupadas com os afazeres domésticos duram 21 horas, enquanto entre os homens não ultrapassa 9 horas (IBGE/PNAD, 2009). A situação agrava-se no contexto de ausência de políticas voltadas para o cuidado. No Brasil, apenas 18% das crianças de 0 a 3 anos de idade têm acesso a creches (IBGE/PNAD, 2009)⁷.

Embora os estudos consultados não se tenham detido em analisar os desencontros entre os compromissos assumidos pela candidata e, posteriormente, pela presidente do Brasil, Dilma

⁶ Pochaman (2012) e Braga (2012) chamam a atenção para a inserção majoritária de mulheres negras no trabalho formal, com faixa salarial em torno de um salário e meio a partir da década 2000. Braga tendo como foco de análise os trabalhadores do setor de *telemarketing*, os *call centers*, identifica esse segmento como “precarizado”, entendido como “fração de classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica” (BRAGA, 2012, p. 16).

⁷ A presidente Dilma Rousseff anunciou, no início de seu primeiro mandato, a construção de seis mil creches em todo o país até 2014, ou 1.500 unidades por ano através do PAC 2. O Ministério da Educação apresentou uma relação dos 223 municípios onde se previa construir as primeiras 520 creches; todavia, a crise econômica e a decisão de reserva para o superávit primário resultou num corte de 50 bilhões no orçamento da União, dos quais um bilhão estava previsto para o Ministério da Educação.

Roussef, em relação ao enfrentamento da persistência das desigualdades entre trabalho feminino e trabalho masculino, o Governo Dilma assume a promoção da autonomia econômica e o enfrentamento da pobreza extrema das mulheres como uma de suas prioridades dentre as previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), compromisso firmado desde seu discurso de candidata vitoriosa em diversos fóruns nacionais e internacionais.

Segundo o Governo Federal, “a prioridade adotada pela nova gestão é o combate à feminização da pobreza e a promoção da autonomia das mulheres, alinhando-se à meta estabelecida pela nova presidente, de erradicar a pobreza extrema no Brasil” (REM/MERCOSUL, 2011, p. 6). O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, no Capítulo I, que trata da “Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social”, estabelece como um de seus objetivos gerais a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência no contexto do discurso do desenvolvimento nacional.

A respeito da relação entre trabalho feminino, autonomia e desenvolvimento, Ávila (2013), apoiada em Boserup (1970) assinala que a postura da presidente em relação ao desenvolvimento econômico e à promoção da autonomia econômica das mulheres recoloca a questão central, instaurada pelos estudos tributários dos movimentos de mulheres e feministas, acerca da relação entre mulheres e desenvolvimento, ou sobre em que medida o processo de crescimento econômico inserido em um modelo de desenvolvimento hegemônico enfrenta ou reproduz a desigual situação das mulheres nas sociedades. Nessa direção, Lautier (2009, p. 58) destaca:

A conscientização do papel das mulheres no processo de desenvolvimento, ou melhor, na resistência à crise que ele gera, permite fundar uma crítica da teoria e das modalidades do fenômeno. Mas ela não permitiu, até hoje, propor um modo alternativo de desenvolvimento. A exclusão das mulheres do campo político e dos mecanismos de poder permanece quase geral. A ‘valorização’ do trabalho feminino deve consistir no seu entendimento estritamente econômico e limitado ao trabalho sub-qualificado e mal remunerado. A heterogeneidade crescente entre os pólos de modernidade e o resto das sociedades desses países acentua o banimento das mulheres para uma ‘economia de sobrevivência’ para a qual ninguém possui nenhum projeto, a não ser uma navegação sem radar entre a anomia e a exclusão social.

Já para Rodriguez (2010), justamente por sua condição desigual nas sociedades, as mulheres, em particular as pobres, enfrentaram com maiores dificuldades os processos de globalização e de liberalização econômica e, por isso, em muitos países elas estão entre os principais “perdedores”. Ou seja, as análises sobre a promoção das mulheres no contexto das estratégias neoliberal “desenvolvimentista” não são animadoras. Xavier e Wernek (2013) ratificam que, em que pese o fato de as mulheres negras serem avaliadas como as mais beneficiadas pela agenda governamental em curso, essa condição não se traduz pelo acesso ao trabalho qualificado, mas pelo fato de que elas são as principais beneficiárias das políticas sociais assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, notadamente o programa Bolsa Família.

A MULHER PARAENSE NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIOCULTURAIS CONTEMPORÂNEAS

O estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, é a segunda maior unidade federativa do país em termos territoriais. Em 2013, segundo o IBGE, sua população era de 7.969.654 habitantes (388.603 pessoas a mais que os dados recolhidos pelo Censo Demográfico de 2010). O Pará tem 144 municípios distribuídos em um território de 1.247.954.666 km². Sua capital, Belém, situada no nordeste do estado, apresentava no mesmo ano uma população estimada em 1.425.922 habitantes e um território de 1.059.406 km².

Dados publicados pelo IDESP (2014), que disponibiliza uma síntese sobre o perfil da mulher paraense⁸, com base nas informações do Censo Demográfico de 2010, indicam que, em 2010, de uma população estimada em 7,6 milhões de habitantes, 46,6% eram do sexo feminino, ou seja, cerca de 3,7 milhões de mulheres, concentradas principalmente em áreas urbanas, ou seja, 71%, enquanto 29% delas moravam em áreas rurais dos municípios. Isso corrobora os dados nacionais sobre a urbanização dos brasileiros, em decorrência da recorrente falta de investimento nas áreas rurais, particularmente na Amazônia brasileira.

Em relação à taxa de fecundidade, do total de mulheres com idade de 10 a 29 anos, 61,3% são mães, totalizando 1,8 milhões mulheres. Na área urbana, encontravam-se 28%, enquanto 33,7% residiam no interior do estado. A maternidade precoce ainda é uma particularidade da Amazônia em geral e do Pará em especial, fato que não significa aumento da taxa de fecundação.

Em 2000, a população de mulheres e homens na faixa etária de 0 a 4 anos de idade era de 778.000, tendo-se reduzindo, em 2010, para 737.000. A média de filhos das mulheres paraenses era de 3,5. A redução da taxa de natalidade confirma os resultados das pesquisas referidas anteriormente e está diretamente ligada às sucessivas quedas na taxa de fecundidade total, na qual o número médio de filhos que uma mulher entre 15 a 49 anos poderá ter ao fim do período reprodutivo vem se reduzindo a cada década, sendo de 3,2 filhos em 2000, e 2,5 filhos em 2010, conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013.

No tocante ao estado civil, em 2010, 53% das mulheres paraenses declaravam-se solteiras, e 36%, casadas. Examinando o nível de escolaridade, a fonte informa que 48% das mulheres foram identificadas como sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, 18% com o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto, e 33% com ensino médio ou superior. Em que pese o alto percentual de baixa escolaridade, o nível de instrução da mulher-mãe é, em média, considerado melhor que o nível de escolaridade para a média total de mulheres. Entre as viúvas e divorciadas está o maior percentual com ensino médio e superior completo. Esse dado permite inferir que a vida conjugal tende a reduzir as possibilidades de investimento pessoal das mulheres paraenses, que acompanham as tendências nacionais de maior escolaridade na faixa de 25 a 40 anos.

Quanto às mulheres chefes de domicílio, a fonte indica que o percentual evoluiu 129% na última década. De acordo com o Censo Demográfico, em 2010 dos 1,9 milhões de paraenses que chefiavam domicílios 687mil eram mulheres, o equivalente a 37%, um percentual elevado quando comparado ao registrado pelo Censo Demográfico de 2000: 300.240 mulheres, perfazendo 29,3%, taxa que coloca o Pará na condição de terceiro estado da federação com mulheres responsáveis por domicílio.

⁸Publicação realizada pelo IDESP oportunamente, às vésperas da comemoração do dia das mães em 2014, com o título: "Mães, chefes de domicílios, mulheres do Pará, quem são elas?"

As mulheres pardas são apontadas como a maioria à frente dos domicílios, 68,1%, seguidas das brancas, 21,8%, as pretas, 8,3%, as amarelas, 3%, e as indígenas, 0,4%. Vale destacar que o Estatuto da Igualdade Racial⁹ aprovado em 2010 define pardos e pretos como população negra. Essa definição associada à complexa autodeclaração de raça no Brasil permite inferir que, no Pará como no Brasil, conforme evidenciado alhures, as negras têm prescindido de apoio marital na condução da família. A faixa etária dessas mulheres indica que 20% tinham entre 10 a 29 anos, 60% tinham entre 30 a 60 anos e 20% encontravam-se na faixa acima de 60 anos.

Em relação à participação da mulher no mercado de trabalho paraense, a fonte informa que ela acompanha a tendência nacional, apresentando ao longo dos últimos anos um crescimento maior do que o observado entre os homens, sobretudo a partir da década de 1980. A PEA feminina paraense evoluiu na última década em 51,7%, sendo a população ocupada assim representada: 93,3% dos homens e 87,1% das mulheres. Não obstante, quando se analisam as condições dessa ocupação, observa-se que apenas 22,31% das trabalhadoras eram empregadas com carteira assinada; 9,17% eram empregadas pelo regime jurídico dos funcionários públicos; 29,48% eram empregadas sem carteira de trabalho assinada e 24,6% trabalhavam por conta própria, o que inclui um conjunto de atividades heterogêneas.

Também é possível constatar que o percentual de homens e mulheres que ocupam cargos de gerência em empresas, principalmente as sediadas na capital do estado, é o mesmo. Todavia a remuneração é desigual, os homens recebiam em média, no período examinado, R\$ 3.171,70, e as mulheres, R\$ 2.253,38. O setor com maior predominância do trabalho feminino são os serviços domésticos, com 90,62%. O Pará está entre os dez estados brasileiros onde 90% das empregadas domésticas ainda não auferem um salário mínimo, apesar das alterações na legislação trabalhista aprovadas em 2013¹⁰.

MERCADO DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO FEMININA EM BARCARENA E PARAUPEBAS

As discussões sobre mercado de trabalho, principalmente no bojo do discurso governista diluem os condicionamentos que influenciam na dinâmica do funcionamento deste, ou seja, as relações sociais de classe, sexo, raça/etnia. A suposta autonomia do mercado de trabalho se evidencia na relação entre oferta, entendida como a disponibilidade de empregos e a procura como a necessidade de se empregar. A exposição a seguir, sobre mercado de trabalho em Barcarena e Parauapebas, se contrapõe a esse pressuposto ratificando que, a injunção de classe, tal qual a de sexo, raça/etnia é necessária para compreender o mundo do trabalho capitalista em suas singularidades.

Barcarena está localizado a 40 quilômetros da capital. O município pertence à microrregião de Belém, tem uma área de 1.310.033 km², e aproximadamente 99.859 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 49.513 são mulheres. Informações recentes divulgados pelo Mapa da Exclusão Social do Pará, em 2014, alteraram os dados: a população total é de 109.975 habitantes, sendo 50.346 homens e 49.513 mulheres. Em 2000, 30% da população ocupada era composta de trabalhadores por conta própria; em 2010, este percentual foi alterado para 50%.

⁹ Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.

¹⁰ A Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013, conhecida como PEC das domésticas, prevê a extensão, aos empregados domésticos, da maioria dos direitos já previstos atualmente aos demais trabalhadores registrados com carteira assinada em regime de CLT.

O polo industrial que vem se desenvolvendo desde os anos 1980 tem como carros-chefe sete megaindústrias do setor minerometalúrgico. Trata-se do maior complexo da América Latina no beneficiamento de alumina e produção de alumínio, expresso pelas empresas Alunorte e Albrás/Hydro¹¹. A instalação gradativa modificou completamente a paisagem regional, transformando o município no segundo PIB e na segunda arrecadação do estado na década de 2000. As sucessivas expansões receberam financiamento público e estão conectadas com o processo de reestruturação produtiva global que deslocou a produção de diversos setores para países “semi-industrializados”.

O município de Parauapebas está localizado no sudoeste do estado, a 645km de Belém; foi criado em 1988, em decorrência de seu desmembramento do município de Marabá. Cresceu em virtude do intenso fluxo migratório, provocado pela instalação de grandes projetos para a extração de recursos naturais, tais como o Projeto Grande Carajás, conduzido pela então Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale S.A.) e da enorme quantidade de ouro extraído de Serra Pelada. Em 2010, o município, de 6.957 km² e 22,12 hab/km² contava com uma população de 153.908 habitantes (IBGE, 2010).

Dados do Mapa da Exclusão Social do Pará, em 2014, informa uma população total de 176.582, dividida em 77.893 homens e 76.015 mulheres, o que indica que o município, como Barcarena, tem sido comprimido por um forte crescimento demográfico. Parauapebas e mais três municípios da região têm estrutura econômica, social e ambiental diretamente relacionada às atividades da Vale S.A, o principal polo de desenvolvimento econômico na região por ser uma das maiores empresas multinacionais de extração mineral do mundo.

Segundo dados da Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará (FAPESPA), em 2015, Barcarena (3,81%) e, principalmente Parauapebas (18,39%), são considerados, depois de Belém (22,59%) como os principais municípios com maior contribuição na geração do Valor Adicionado no PIB do estado. A condição de polo de desenvolvimento parece ser fundamental para refletir sobre a presença das mulheres no mercado de trabalho, mesmo tendo como referência o fato de que o setor minerometalúrgico tem sido historicamente espaço privilegiado do trabalho masculino¹² o que corrobora a ideia de que, a exemplo dos outros mercados de trabalho, nesses municípios prevalecem desigualdades entre homens e mulheres.

O resgate da trajetória de vida dos trabalhadores de Barcarena e Parauapebas mostra que eles reproduzem a experiência dos “homens sem terra” (HÉBETTE, 2004) desalojados nos anos 1960 e 1970. A particularidade está no fato de que os migrantes que procuram Barcarena e Parauapebas, em sua maioria oriundos do nordeste brasileiro, especialmente do estado do Maranhão, geograficamente vizinho ao Pará, continuam acreditando no discurso de que o desenvolvimento econômico proporcionado pelos grandes empreendimentos contempla o social e, por conseguinte, possibilitará melhoria das condições de vida.

Estudo pioneiro de Moura e Sá (1983) sobre o processo de reorganização do espaço de trabalho com a implantação do grande projeto Albrás-Alunorte, afirma que um dos grandes impactos foi a reorganização da reprodução social pelas famílias. Assim, as informações disponíveis

¹¹ A empresa Hydro é de origem Noruega e encontra-se em 30 países.

¹² Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014) existiam em 2012 aproximadamente 8 mil homens formalmente empregados no setor mineral para 1.475 mulheres.

apontam para a baixa incorporação das mulheres nos postos de trabalho formais gerados pelo Polo Industrial.

Ao analisar os dados sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho formal, particularmente nas empresas multinacionais, observa-se que uma parcela minoritária das trabalhadoras contratadas está vinculada às atividades do setor de recursos humanos em funções administrativas, notadamente como secretárias. Em Barcarena, a maioria das trabalhadoras das empresas mencionadas são vinculadas a cooperativas de serviços, terceirizadas pelas empresas, e desempenham funções na limpeza de ambientes e higienização dos uniformes e também de equipamentos de proteção individual (EPIs), como botas, capacetes e óculos de proteção, de funcionários das empresas Albrás e Alunorte.

No perfil dessas trabalhadoras, destaca-se o elevado número de mulheres na faixa de 18 a 40 anos, descendentes de negros e índios, cujo nível de escolaridade concentra-se no ensino médio incompleto. A migração para cidade está inequivocamente ligada à instalação do polo industrial, tomando parte dos movimentos migratórios intrarregionais que caracterizam o processo de desenvolvimento na região Amazônica alavancado pelos projetos estatais especialmente a partir da década de 1970.

São majoritariamente solteiras, com um número inexpressivo vivendo em situação de conjugalidade, embora algumas refiram relações maritais no passado. São, em sua maioria, mães de, no máximo, três filhos. A trajetória de trabalho destaca o trabalho doméstico. No caso de Barcarena, a maioria dos trabalhadores do comércio e das feiras livres é mulher, além das cobradoras das cooperativas de vans¹³, todas auferindo remuneração inferior a um salário mínimo.

O ingresso nas cooperativas deu-se por duas vias: 1) entre aquelas que eram trabalhadoras nas empresas do polo industrial, o ingresso se dá pela indicação feita pelas próprias empresas, o que, como vimos, significa um remanejamento de força de trabalho das relações assalariadas para a condição de cooperadas que prestam serviço para as empresas; 2) aquelas que se inserem quando as cooperativas já estão consolidadas o ingresso se dá pela indicação de parentes que já estão inseridas como cooperadas.

O espaço das cooperativas onde elas desenvolvem suas atividades é caracterizado por condições de trabalho prejudiciais à saúde, pois os locais em geral são pequenos, com estrutura deficiente. A mobilidade entre os compartimentos é condicionada pelo acúmulo dos instrumentos de trabalho, principalmente máquinas industriais de lavagem de roupa e detergentes. A pressão das empresas pela entrega do produto encomendado em curto espaço de tempo, faz com que elas não obedeçam a um horário fixo de trabalho, fato que influencia na definição de horários para almoço e descanso, o que acarreta sérios problemas de saúde¹⁴ como as doenças alérgicas e reumáticas.

Essas mulheres, portanto, enquadram-se na categoria de trabalhadoras altamente precarizadas, uma vez que, como cooperativadas, se definem como proprietárias da organização e, por conseguinte, têm que assumir os limites relativos aos direitos trabalhistas. Dessa forma, vivenciam a super-exploração do trabalho, já que não são diretamente contratadas pelas empresas. Assim, a perversidade da terceirização já norteava o trabalho dessa categoria antes da recente aprovação da lei 4330/2004, que regulamenta contratos de terceirização no mercado de trabalho.

¹³ As vans constituem um dos principais meios de transporte do município.

¹⁴ Cabe ressaltar que a cooperativa de costura que foi contratada por vários anos para costurar os artefatos necessários ao trabalho dos operários no interior das indústrias continha uma reação cortante. Muitas cooperadas relataram as reações dermatológicas ocasionadas pelo uso do tecido.

Os documentos consultados sobre as empresas Alunorte, Albrás/Hydro em Barcarena não oferecem dados sobre o uso da força de trabalho discriminada por sexo. No caso da Vale, em Parauapebas, Sales(2015) ao referir-se ao exame dos relatórios da empresa, afirma que

Quanto ao quadro profissional, a transnacional afirma a não discriminação do trabalho feminino. Entretanto, encontra-se nos relatórios que, entre seus funcionários próprios, a concentração masculina é maior que em relação à feminina: em 2011, 87,7% eram homens e somente 12,3% eram mulheres. Em 2012, o percentual feminino aumentou para 13% do qual a maior parte das mulheres se encontra em cargos técnicos(operacionais e administrativos), com 49,6% e somente 3,5 estão em cargos de nível gerencial (SALES, 2015, p. 23).

A pesquisa tem procurado relacionar as mulheres trabalhadoras de Barcarena e Parauapebas com as políticas de emprego, sobretudo os programas de qualificação,¹⁵ em que se destaca o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)¹⁶, um dos principais programas para o enfrentamento das condições de inserção produtiva dos trabalhadores brasileiros, principalmente as relacionadas à inserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho.

Os dados levantados deixam inferir que a qualificação gratuita oferecida pelo PRONATEC ocorre sob o paradigma da precarização, ou seja, trata-se de cursos que aperfeiçoam habilidades que o trabalhador possui e com pouco valor agregado para as empresas. Os cursos reconhecidos pelas empresas e disponibilizados pelo Sistema Nacional de Emprego Industrial (SENAI) são pagos, como, por exemplo, os de “Condutores de veículos de transporte e produtos perigosos”, “Condutores de veículos de transporte coletivo de passageiro”, “Noções de mecânica industrial”, “Segurança na operação de guindaste veicular”, “Técnicas em comandos elétricos”, “Técnicas em gestão de almoxarifado”, “Atualização”, “Qualidade no atendimento” (SALES, 2015).

Comparando as demandas em Barcarena e Parauapebas por cursos de qualificação nos postos do Sistema Nacional de Emprego, constata-se um número expressivo de mulheres, dado indicativo de que, apesar da discriminação, elas continuam acreditando que podem ser inseridas no mercado formal, particularmente nas empresas multinacionais. Ademais, segundo Sales (2015), em Parauapebas, além do SINE, é expressivo o número de mulheres entre os que demandam os cursos do PRONATEC, mas sem sucesso devido a “masculinização” da oferta.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A reflexão desenvolvida neste texto por meio do levantamento das tendências de análise sobre o trabalho das mulheres, em geral, e das brasileiras, em particular, no contexto das mutações do capitalismo nas três últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, principalmente no tocante à redução do desemprego para mulheres, mostra que o período caracterizado pelo auge da modernização inclusiva – os dois mandatos do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro governo da presidente Dilma Roussef (2010-2014) –, tende possivelmente a se modificar com a atual conjuntura brasileira de desmonte de direitos trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho e do salário.

¹⁵ A qualificação no novo contexto passa a ser definida como competência isenta da ideia de relação social (HIRATA, 1994).

¹⁶ Esse programa, coordenado pelo Plano Brasil Sem Miséria, foi criado em 2011 com o objetivo de ampliar espaços gratuitos para a qualificação profissional e tecnológica e prevê a ampliação das instituições federais de ensino no âmbito tecnológico, profissional e científico, através dos programas Brasil Profissionalizado, Rede e-TecBrasil, Acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem que integram o Sistema S, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) Técnico e de Empresa e o Bolsa Formação.

A inserção das mulheres brasileiras no trabalho remunerado foi analisada como uma realidade complexa e diversificada, com avanços, recuos e não isenta de contradições inerentes ao capitalismo. Algumas intelectuais feministas ligadas à Sociologia do Trabalho na fase contemporânea, marcada pelo discurso do desenvolvimento e do neo ou novo desenvolvimentismo, advertem para os limites das experiências anteriores no que diz respeito aos ganhos alcançados pelas mulheres sob tal retórica.

Com essas premissas, o estudo destacou a singularidade das mulheres paraenses, particularmente as tendências de participação na PEA que se aproximam do quadro nacional. No exame dos dados sobre os municípios de Barcarena e Parauapebas, considerados como polos de desenvolvimento regional e estadual, confirma-se a hipótese de indiferença para com a força de trabalho feminina, uma vez que, nos municípios mencionados, o mercado de trabalho representado pelas empresas multinacionais continua imune às conquistas das mulheres. Neste sentido, conclui-se que, para além de uma “feminização do trabalho”, observa-se antes a “feminização do desemprego.”

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Desenvolvimento, Trabalho e Autonomia Econômica na Perspectiva das Mulheres Brasileiras. **SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia**, Recife: SOS Corpo, 2013. Projeto de pesquisa.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia de Melo; FERREIRA, Verônica (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Realização: SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia; Instituto Patrícia Galvão. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 13-49.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Raça e gênero no mercado de trabalho. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Ed. 34, 2000, p. 295-308.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda – Dados por Município**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. 2014. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/cagedisper/index.php>. Acesso em: 01 de jul de 2015.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social. **Pronatec Brasil Sem Miséria – Vagas pactuadas para 2013**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social. 2013. Disponível em: www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/marco/22032013pronatecBSM-vagaspor municipios.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2015.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Ed. 34, 2000, p. 13- 58.

BOSERUP, Ester. **Woman's role in economic development**. Londres: George Allen and Unwin Ltd., 1970.

CAPPELIN, Paola. Ações afirmativas, gênero e mercado de trabalho: a responsabilidade dos europeus na União Europeia. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.) **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Ed. 34, 2000, p. 265-294.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: Castelo, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 23 -35

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIFC, v. 0, n. 3, p. 57-73, dez./jan. 1992.

_____. Trabalho, gênero, raça: quais os desafios políticos? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Ed. 34, 2000, p.367-378.

FALQUET, Jules. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 36, p 9-26, 2013.

FUNDAÇÃO DE PESQUISA DO PARÁ. **Mapa da Exclusão Social do Pará 2014**. Belém: FAPESPA. 2015. Disponível em: www.FAPESPA.pa.gov.br/?q=content/mapa-da-exclus%C3%o-social-no-pa%C3%A1 FAPESPA. Acesso em: 07 de jul de 2015.

HARVEY, David. O Enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HÉBETTE, Jean. Migração, colonização e ilusões do desenvolvimento. In: HÉBETTE, J. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. v. I. Belém: Edufpa, 2004, p. 10- 20.

HIRATA, Helena; KERGOATt, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 93-99, 1994.

_____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v.37, n. 132, p. 595-604, 2007.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano III, n. 2, p. 80-107, dez. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br/noticias. Acesso em: 03 mai 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD), 2009**. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/pnad-aponta-aumento-na-renda-media-das-trabalhadoras-domesticas-em-2009>. Acesso em: 16 nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 mai 2015.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Mapa da exclusão social do Estado do Pará 2012**. Disponível em: www.idesp.pa.gov.br. Acesso em: 05 abr. 2015.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará 2014**. Disponível em: www.idesp.pa.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2015.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Mães, chefes de domicílios, mulheres do Pará, quem são elas?** 2014. Disponível em: www.idesp.pa.gov.br. Acesso em: 20 mai 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. **Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil: impactos do crescimento econômico pós-crise**. Comunicado IPEA. N. 41. 2010. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/comunicado/100310_comunicadoipea41.pdf. Acesso em: 02 de jul de 2015.

JINKINGS, Nise. **O mister do fazer dinheiro**. São Paulo: Boitempo, 1995.

- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.
- LAUTIER, Bruno. Desenvolvimento. In: HIRATA, Helena ; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo : Editora UNESP, 2009,
- LOMBARDI, Maria Rosa. A persistência da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. In: COSTA, A.; ÁVILA, Maria Betânia de Melo; SILVA, Rosa (Org.) **Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS CORPO-Instituto Feminista para a Democracia, 2010, p. 33-66.
- MATOS, Marlise. Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 315-333.
- NOGUEIRA, Maria Julia Reis; JACINTO, Hakon. A mulher negra e as desigualdades no mercado de trabalho. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 279-290.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas de Desenvolvimento Humano: **Taxa de Fecundidade no Brasil**: Brasília, 2013. Disponível em: www.atlasbrasil.gov.br. Acesso em: 20 de julho de 2015.
- POCHAMANN, Márcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER DO MERCOSUL, 25, 2011, Assunção, Paraguai. **Informe do Brasil**. Disponível em: http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem2011%201/2011_Acta_01_anexo_IV_informes_nacionales_brasil.pdf. Acesso em: 20 de jul de 2015.
- RODRIGUEZ, Graciela. A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília, Secretaria de Políticas para Mulheres, jul. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/SONIA/Downloads/Revista%20-%20Portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 01 de jul de 2015.
- SAFFIOTI, Heleieth. Articulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUCHINI, M. C.(Org.).**Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215.
- SAFFIOTI, Heleieth. Diferença ou indiferença: gênero, raça, etnia, classe social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: PPGS/UFRS, v. 4, p.159-165, 1993. Número especial.
- SALES, CARLA RAFAELA LEMOS. **Desemprego e qualificação profissional em Parauapebas no Estado do Pará**. 2015. 164.fl. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- SEGNINI, Liliane. **As mulheres no trabalho bancário**. São Paulo. Edusp, 1998.
- SORF, Bila; FONTES, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, Albertina Oliveira; SORF, Bila; HIRATA, Helena; BRUCHINI, Cristina (Org.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.187-206.
- XAVIER, Lúcia; WERNEK, Jurema. Mulheres e trabalho: o que mudou para as mulheres negras no mercado de trabalho? In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 257-278.



GRUPO DE TRABALHO VIII

Pensamento social na Pan-Amazônia, imaginário latino-americano e movimentos sociais

Coordenadores:

Profa. Dra. Sirlei Silveira,

Profa. Dra Ana Maria Araujo

Profa. Dra Edna Castro

Ementa – Este GT pretende reunir trabalhos que busquem entender dimensões do pensamento brasileiro e latino-americano voltado a grandes temas contemporâneos. E também colocar em debate categorias, teorizações e interpretações sobre o pensamento social. São bem-vindos estudos críticos sobre narrativas históricas e desenvolvimento na América Latina; interpretações sobre novos processos de ocupação dos territórios; modelos de integração na América Latina; discursos e contra-discursos sobre integração no Brasil; democracia, desigualdade, povos originários e etnias; neocolonialismo e movimentos sociais; plurinacionalismo e refundação do Estado. O GT pretende formular uma agenda de pesquisa visando compreender as tensões recentes entre movimentos sociais e Estado, e as mobilizações políticas observadas em diversos países latino-americanos.

GOVERNANÇA DE USO COMUM DOS RECURSOS NO MANEJO FLORESTAL: O CASO EMBLEMÁTICO DA RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE

César Augusto Tenório de Lima¹

Oriana Trindade de Almeida²

Maria Creusa da Gama Ribeiro³

Resumo

As iniciativas de governança comunitária no manejo florestal ainda estão longe de se tornarem efetivamente arranjos institucionais descentralizados do poder público, ainda há uma forte dependência do Estado no apoio à organização, planejamento e meios de uso dos recursos naturais. Essa dependência também é evidenciada em parceria com organizações não governamentais, o que tem demonstrado pouca efetividade nas ações e no empoderamento comunitário a longo prazo. Na Amazônia Paraense são poucos os exemplos de casos que resultaram no protagonismo de povos e comunidades tradicionais, no tocante ao uso comum dos recursos florestais. Esta pesquisa tem por objetivo descrever a experiência de cinco comunidades ribeirinhas da Reserva Extrativista Verde para Sempre, localizada no município de Porto de Moz, no Oeste do Estado do Pará, onde tiveram a iniciativa de implementar um modelo de gestão dos recursos de base comunitária, com exploração florestal na lógica de um manejo adaptativo, de acordo com suas condições e necessidades. Aqui é apresentado como foi construído de forma participativa esse modelo denominado de “governança local”, que possibilitou o processo de condução direta da gestão pelas comunidades, onde as mesmas articularam com os atores envolvidos por meio de uma parceria formal, sem descaracterizar os interesses dos usuários. Os resultados revelaram que as comunidades estudadas têm avançado satisfatoriamente no alcance de suas metas, sendo consideradas iniciativas promissoras que podem ser multiplicadas. Constatou-se que a partir desse caso considerado emblemático, o órgão gestor da RESEX tem adotado uma postura de cogestão colaborativa, ao ponto de poder reconhecer esse modelo de governança e possibilitar a resignificação do manejo florestal comunitário, hoje considerado tecnicista. O artigo compartilha percepções socioambientais e lições aprendidas de cinco anos de observação empírica (2010-2015), a fim de contribuir para esse debate ainda em seu início.

Palavras-Chave: governança local; manejo florestal comunitário; uso comum dos recursos; RESEX verde para sempre.

¹Professor e Pesquisador pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Doutorando em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: cesar.tenorio@ufra.edu.br

²Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Pará pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA/NAEA), Doutora em Ciências Socioambientais pela University of London e Pós-Doutorado pela Columbia University. E-mail: oriana@ufpa.br

³Coordenadora do Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS) e Liderança da Comunidade Por Ti Meu Deus da RESEX Verde Para Sempre. E-mail: creusa-ribeiro@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As populações agroextrativistas situadas na Amazônia Brasileira vivem em florestas comunitárias com área de aproximadamente 156 milhões de hectares, que representa cerca de 50% das florestas públicas passíveis de uso dos recursos naturais (BRASIL, 2013). Os povos da floresta têm um papel fundamental na destinação desses espaços, contudo, o que tem sido observado na Amazônia e em escala global é um contrassenso na relação Estado-Sociedade, bem como na estratégia de potencializar uma economia verde associada à participação dos usuários locais para uma gestão de base comunitária (DYER et al., 2014; CHEN et al., 2013; FLEEGER e BECKER, 2008). Este cenário tem indicado um caminho contrário ao proposto pelas políticas públicas de desenvolvimento sustentável, o que permite a inclusão de instituições comunitárias para uma gestão participativa e democrática de áreas florestais (PRASAD e KANT, 2003).

A partir dessa conjectura, o incentivo à governança de propriedades comuns para a conservação da floresta em áreas protegidas, torna-se uma estratégia política interessante, que surge como possibilidade para minimizar experiências negativas ou transformá-las em estudos de caso de sucesso (JELL e MACHADO, 2002; KITAMURA e CLAPP, 2013; MEASHAM e LUMBASI, 2013). Na Amazônia, essa estratégia é pouco difundida, não sendo prioridade do Estado. Grande parte dos usuários de florestas parece ser invisível aos olhos do governo (MORAN e OSTROM, 2009) ou são considerados meros *outliers* no processo colaborativo para planejamento e gestão florestal (JELL e MACHADO, 2002; BIESBROUCK, 2002; CHENG e STURTEVANT, 2012). Experiências na Índia revelam que é possível criar um sistema de manejo florestal, a partir de um mecanismo de planejamento e gestão com base na partilha de direitos-deveres e controle-autoridade, realizados entre departamentos florestais e grupos de usuários locais para tomada de decisão (PRASAD e KANT, 2003).

Estudos sobre ação coletiva para desenvolver arranjos adequados de cogestão em projetos de natureza comunitária, são considerados sistemas sócio-ecológicos complexos e disseminados em várias partes do mundo (MAY, 2008; SIRY, 2011; CHEN et al., 2013; LEVINE e RICHMOND, 2014; PORRO et al., 2015). No Brasil, os órgãos governamentais geralmente priorizam ações em escala e de longo prazo, com foco, sobretudo, no fator econômico, enquanto que para organizações comunitárias, a lógica é pontual, imediatista e voltada para questões sociais. Segundo Ostrom (1990), as instituições criadas pelo governo para fomentar a governança dos recursos comuns são pouco efetivas, em comparação a atuação das próprias comunidades que exploram os recursos.

Parcerias formais entre organizações comunitárias e instituições de cunho florestal têm evoluído lentamente nos 20 anos de existência do manejo comunitário na Amazônia. Essas iniciativas executam uma forma organizativa de ação coletiva para a cogestão de planos operativos florestais, cuja governança de uso comum corrobora frente aos interesses de *stakeholders*⁴ (AMARAL, 2005; PORRO et al., 2015; GARCIA e LESCUYER, 2008). Um estudo que avaliou a aceitabilidade social dos regimes de gestão florestal na Tanzânia recomendou a maior participação de múltiplas partes interessadas na forma colaborativa de gestão e identificou que são necessárias mudanças políticas significativas para aumentar a participação das organizações que coordenam as atividades do manejo

⁴Esse termo refere-se a organizações como partes ou atores interessados que devem estar de acordo com as práticas de governança colaborativas executadas por uma organização que desempenha um papel de liderança, sendo elementos essenciais para o planejamento estratégico de negócios florestais, cujos processos podem ser de caráter temporário ou duradouro.

florestal (KIJAZI e KANT, 2011). Resultado semelhante foi alcançado para a gestão colaborativa de partes interessadas na cogestão de área protegida em Camarões (JELL e MACHADO, 2002).

A relevância da pesquisa está associada à tendência mundial de descentralização da gestão florestal (GARCIA e LESCUYER, 2008) e a inclusão participativa de comunidades locais (MAY, 2008; KIJAZI e KANT, 2011; LEVINE e RICHMOND, 2014), formando um arranjo de cogovernança de propriedades comunais em áreas protegidas (AGRAWAL, 2007; FLEEGER e BECKER, 2008; KITAMURA e CLAPP, 2013). Diante do manejo desenvolvido por comunidades locais, esta pesquisa ainda é considerada de caráter experimental, onde tem por objetivo descrever um estudo de caso em área de Reserva Extrativista do Pará, que visa à construção de um arranjo de governança de uso dos recursos por comunidades tradicionais para a produção florestal madeireira.

Como base metodológica, adotou-se a observação participante para um conjunto de eventos e situações de campo no período de cinco anos (2010-2015), que resultaram em informações qualitativas complementadas por entrevistas semiestruturadas com grau diferente de formalidade. A pesquisa ainda foi baseada em atributos de um framework que analisa o conjunto de variáveis independentes para medir os resultados de cooperação através de esforços colaborativos e articulados de um grande número de usuários de recursos florestais (CHENG; STURTEVANT, 2012).

USOCOMUM DOS RECURSOS FLORESTAIS POR COMUNIDADES LOCAIS

A interação homem-ambiente é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas florestais (MORAN e OSTROM, 2009), em função das expertises ligadas ao uso tradicional dessas áreas, de modo a conservá-las em regime de propriedade comum⁵, com base nos mecanismos de governança de uso dos recursos comuns (OSTROM, 1990; WILLIAMSON, 1994; AGRAWAL, 2007) e contribuição para o desenvolvimento endógeno (BARQUERO, 2002).

A teoria da “tragédia dos comuns” elaborada por Hardin (1968), onde ele referiu-se à situação que o recurso comum é explorado de forma excessiva e, conseqüentemente, é destruído, leva a uma análise pessimista do uso comum dos recursos. Por sua vez, Ostrom (2002) diante da hipótese que o fator humano depende da máxima exploração sustentável oferecida por um sistema de recursos naturais, tornando essencial um mútuo, cuidadoso e bem ajustado uso dos mesmos, negou, teórica e empiricamente, que os problemas ligados à falta de sustentabilidade ambiental fossem oriundos das formas de uso comum praticados por populações tradicionais.

Na verdade, o uso comum entendido por Hardin como acesso livre, não leva a super exploração dos recursos naturais, pois não existem usos com base em regimes articulados a direitos e deveres comuns de determinados grupos, bem como regras formais ou informais de apropriação do meio ambiente, a partir de instituições também com essas características. O problema então mostrou-se não ser sua existência comunal, e sim, a ausência de formas de como utilizar os recursos (OSTROM, 2002).

Uma experiência empírica realizada em parques florestais nos EUA, onde o direito das pessoas para uso produtivo foi negado, indicadores de densidade de vegetação não foram melhores

⁵A definição de “regime de propriedade comum” refere-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos (OSTROM; MCKEAN, 2001) ou também pode ser considerado como recursos de acesso comum que são geridos por um grupo de forma coletiva com regras de manejo, atingindo diversas áreas do meio ambiente (OSTROM e TUCKER, 2009).

do que as florestas reguladas por regimes de propriedade comum. Ou seja, em áreas florestais onde os usuários dos recursos tinham direitos em formular suas regras, foram constatadas melhores condições de uso. O resultado desta pesquisa revelou que são as organizações comunitárias que determinam o sucesso da utilização dos recursos, assim como, regras bem elaboradas e discutidas de forma participativa, induzem a uma melhoria nas condições de uso da floresta (OSTROM; TUCKER, 2009).

Além das teorias consagradas como *the logic of collective action* (OLSON, 1965); *the tragedy of commons* (HARDIN, 1968); *governing the commons* (OSTROM, 1990), outros referenciais de análise como o novo institucionalismo, a escolha racional e a ecologia política, surgem para entender como as comunidades locais podem se organizar coletivamente para regular o acesso e uso dos recursos comuns (CUNHA, 2004). Não obstante, têm-se atualmente o surgimento dos novos *commons*, como fatores chave para o desenvolvimento equilibrado dos diferentes níveis de gestão, baseados fortemente na percepção comunitária, trazendo à cena novos recursos estratégicos para o fortalecimento dos comuns (RUIZ-BALLESTEROS; GUAL, 2012). Essas novas teorias lançam desafios para esforços empíricos e estudos de caso em profundidade sobre “*Commons*”.

O CASO EMBLEMÁTICO DA RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE

Diante dos principais referenciais teóricos abordados aqui sobre os comuns, o caso da Reserva Extrativista (RESEX) Verde Para Sempre aparece como iniciativa promissora na Amazônia paraense, capaz de fazer o uso racional de produtos florestais e promover o desenvolvimento local a partir de bases sustentáveis (PINTO et al, 2011). Este exemplo vem mostrar a capacidade de cogovernança comunitária para a gestão de florestas, assumindo papéis de planejamento, implantação e monitoramento de projetos, antes considerados estritamente técnicos.

As famílias residentes na RESEX Verde para Sempre, localizadas no município de Porto de Moz/PA (Figura 1), são consideradas genuinamente comunidades tradicionais, conforme preconiza o art. 3º, inciso I do decreto presidencial nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, onde as definem como grupos “culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Diante do potencial madeireiro que era explorado ilegalmente sem que tivesse qualquer tipo de fiscalização do governo (WATRIN, 2010), lideranças comunitárias e o movimento social, conduzido pelo comitê de desenvolvimento sustentável (CDS) e sindicato dos trabalhadores rurais (STR), tomaram iniciativa a partir da criação da RESEX, de realizar um trabalho de base para reflexão coletiva e fortalecimento da capacidade organizacional, visando discutir um modelo de desenvolvimento, baseado no extrativismo da madeira e outros proeminentes recursos (pesca, búfalo, agricultura), que fosse governado pelas famílias por meio de um arranjo integrado entre as instituições envolvidas (POKORNY et al, 2010; TAYLOR et al., 2013; MEDINA e BARBOSA, 2015).

O processo de fortalecimento comunitário iniciou com a contribuição de instituições externas de âmbito governamental (IBAMA e secretarias) e ONGs (LAET/UFPA, CIFOR, IFT), além dos movimentos sociais de Porto de Moz, por meio do apoio técnico em dois projetos experimentais de manejo florestal nas comunidades de Arimum (Rio Acaraí) e Juçara (Rio Jaurucú), financiados pelo ProManejo/PPG7 do MMA. Em 2010 novas frentes comunitárias para o manejo avançaram com a articulação de 05 comunidades: Por ti meu Deus, Paraíso, Itapéua, Inumbí e Espírito Santo, caracterizadas na Tabela 1, e o apoio local do CDS para elaborar planos de manejo florestal sustentável. A iniciativa foi potencializada com a aprovação do projeto “governança de recursos naturais por pequenos produtores rurais da Amazônia” coordenada pela Universidade de Freiburg da Alemanha, em parceria com duas organizações regionais: Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e Serviço de Apoio à Produção Familiar da Amazônia (Serviço Cerne), ambas de Altamira. O financiamento do projeto foi proveniente da União Européia (UE).

Tabela 1. Caracterização das cinco comunidades que articularam o manejo florestal na RESEX verde Para Sempre/PA.

COMUNIDADES	RIO PRINCIPAL	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	FAMÍLIAS	ÁREA PARA MANEJO FLORESTAL (ha)	UNIDADE DE PRODUÇÃO ANUAL	TIPO DE MANEJO FLORESTAL
Por Ti Meu Deus	Acaraí	Associação do Baixo Acaraí	51	2.421 ha	50 ha	Pleno s/ maquinário
Paraíso	Acaraí	Associação Deus Proverá	73	6.921 ha	145 ha	Pleno c/ maquinário
Itapéua	Jaurucú	Associação Itapéua	30	21.304 ha	100 ha	Pleno c/ maquinário
Inumbí	Jaurucú	Associação São Benedito do Inumbí	33	5.814 ha	60 ha	Pleno s/ maquinário
Espirito Santo	Guajará	Associação dos rios Aruru, Aruruzinho e Curuminim	10	3.000 ha	50 ha	Pleno s/ maquinário

Fonte: Propostas dos cinco planos de manejo comunitário, CDS/Comunidades, 2012.

GOVERNANÇA LOCAL COMO FORMA DE GESTÃO COMUNITÁRIA

No âmbito do projeto da UE conhecido popularmente como “Governança Local”, da Universidade de Freiburg, executado em Porto de Moz no Xingu e Medicilândia na Transamazônica, que fortaleceu as ações comunitárias dando voz às famílias, foi previsto a formação de instâncias de governança local em diferentes segmentos produtivos, que foram chamados “Grupo de Ação e Reflexão - GAR”, dentre os quais tínhamos o GAR-florestal, GAR-búfalo, GAR-pesca, GAR-agricultura familiar, GAR-criação de pequenos animais e GAR-sistemas agroflorestais, este envolvendo a produção de cacau orgânico. Na presente pesquisa, vamos fazer um recorte para a questão florestal

madeira, que de todos os arranjos de governança, foi o que mais avançou em termos de diálogo com o Estado e parcerias institucionais para consolidar propostas factíveis, que se materializaram em planos de manejo florestal comunitário (Figura 2.a).

Inicialmente, a governança para o manejo florestal foi formado apenas pelas cinco comunidades e o CDS. Notadamente, com a necessidade de ações estratégicas para obter melhores resultados técnicos e políticos, foi preciso inserir ao arranjo organizações-chave que ampliou a discussão para além do âmbito local, configurando uma cogestão ou cogovernança. AGRAWAL (2007) define o termo “cogovernança” como uma alternativa para arranjos de governança local, em razão da pressão sobre os gestores públicos para ampliar as tomadas de decisão sobre o manejo dos recursos naturais para um maior número de partes interessadas. Contudo, formou-se o GAR-florestal ampliado, com a inserção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (órgão gestor da RESEX), Serviço Florestal Brasileiro - SFB (órgão gestor de florestas públicas) e Instituto Floresta Tropical - IFT (ONG especialista em manejo florestal sustentável).

O seminário da floresta, evento realizado em novembro de 2011 na cidade de Porto de Moz e articulado pelo ainda GAR-florestal, reuniu todas as cinco comunidades, juntamente com instituições que depois vieram ampliar o grupo, a fim de apresentar as propostas de plano de manejo florestal elaboradas pelas próprias comunidades (Figura 2.b). As propostas já incluíam as diretrizes da recém-instituída IN nº 16, de 04 de agosto de 2011, que regula no âmbito do ICMBio, diretrizes e procedimentos administrativos para a aprovação de PMFS comunitário para exploração de recursos madeiros no interior de RESEX, RDS e FLONA. Análogo à situação, comunidades florestais na Bolívia indicaram que novos regimes regulamentares devem criar condições adaptadas às condições dos usuários dos recursos, para definir instituições adequadas, ou pelo menos convenientes, que assegurem um nível aceitável de convivência coletiva de acordo com cada história comunal particular (CARDONA et al., 2014).



Figura 2.a - Reunião do GAR-Florestal Ampliado na sede do escritório do CDS para discussão do manejo florestal comunitário.

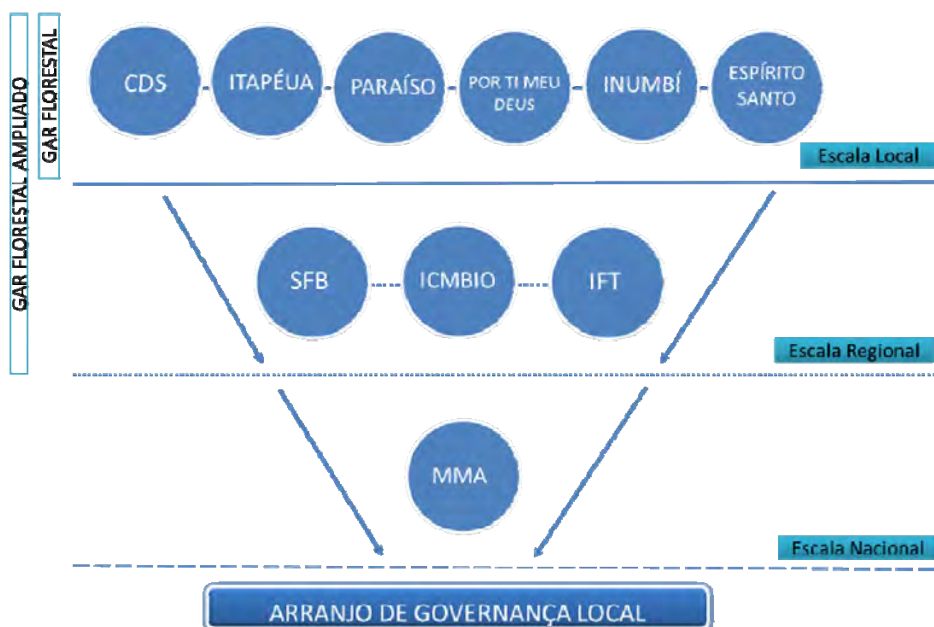


Figura 2.b – Apresentação das propostas de plano de manejo florestal comunitário no seminário da floresta em Porto de Moz/PA.

Ao final do seminário da floresta foi pactuado compromissos por meio de um plano de ação, onde o ICMBio ficou de apoiar o manejo florestal comunitário com auxílio na logística, combustível e agilidade no processo de análise do plano; o SFB, através da sua unidade regional em Santarém no

Pará, se colocou à disposição para elaborar estudos de viabilidade econômica para subsidiar projetos, requisito importante exigido na legislação vigente; o IFT, por sua vez, concede três anos de serviços de assistência técnica florestal, colocando um engenheiro florestal como responsável técnico dos planos de manejo, além de promover capacitações em exploração de impacto reduzido para possibilitar a execução de planos operacionais em campo. O CDS em contrapartida continuou sendo o articulador técnico-político e auxiliando as comunidades com apoio logístico e administrativo, enquanto as associações evoluíram suas capacidades de gerenciamento, desenvolvendo expertises de governança para assumir papéis de lideranças, sendo capazes de orquestrar o GAR e desenvolver um arranjo de governança local (Figura 3).

Figura 3– Arranjo de governança local para o manejo florestal das cinco comunidades na RESEX Verde Para Sempre/PA.



Os fatores que avançaram em relação à governança com protagonismo comunitário, desencadeou uma maior autonomia junto ao poder público, no qual fortaleceu as tomadas de decisão em instâncias decisórias como nas reuniões do GAR e conselho deliberativo da RESEX. Cada associação tinha a função de planejar suas ações e atividades, mediar os conflitos internos e apresentar propostas consensuadas e alinhadas às estratégias das demais associações. Agrawal et al. (2013) estudando as interações entre as organizações e redes de governança de acesso comum dos recursos, alertou que diferentes tipos de instituições moldam os incentivos dos usuários, que contam com um sistema de recurso de acesso comum para uma variedade de suas necessidades. Diante disso concluiu que as organizações de base comunitária e seus planos de uso, podem ser projetados para melhorar a governança local.

Esses exemplos de governança com liderança comunitária nada mais é do que uma maneira de institucionalizar e gerenciar o uso dos recursos, quando estes são pressionados em direção a seus limites (OSTROM; McKEAN, 2001). Por outro lado, esse modelo de governança local estaria ameaçado caso os *stakeholders* viessem impor ou propor idéias tendenciosas, que não fossem na concepção definida pelas famílias (AGRAWAL et al., 2013). Outro perigo está na dependência ao

governo, no sentido de se submeterem ao paternalismo ou ao status de poder, atropelando as ações comunitárias (de baixo para cima) em função das decisões políticas governamentais (de cima para baixo).

Medina (2012) no seu estudo sobre governança local para o manejo florestal na Amazônia é enfático em afirmar que as relações autônomas (não dependentes) com agentes externos são fundamentais para permitir que as comunidades desenvolvessem seus próprios sistemas no intuito de regular o acesso e o uso de recursos naturais de acordo com a perspectiva do local. Portanto, conclui que as comunidades não dependentes são capazes de liderar seu próprio desenvolvimento, fortalecer os papéis da sociedade como um todo, e em especial das populações locais.

Em contrapartida, Porro et al. (2015) estudando a ação coletiva e gestão florestal em assentamento rural na Amazônia, chegam à conclusão que mudanças na gestão são vistos como positivos se combinados com o apoio do setor público para capacitação local, mas isso é improvável no curto prazo. Ter limites no uso da terra para agricultura e ser eficaz no manejo florestal é fundamental para esses grupos sociais, a fim de consolidar a ocupação alternativa do solo e gerenciar adequadamente os recursos naturais em reservas legais.

LIÇÕES APRENDIDAS A PARTIR DO ARRANJO DE GOVERNANÇA LOCAL

A presente experiência empírica nos remete ao conhecimento sobre governança de uso comum dos recursos no manejo florestal, onde as lições aprendidas a partir desse estudo, ainda são elementos para uma discussão ainda em seu início, mas que pode servir como fonte de reflexão para mudanças de concepção e intervenções do governo, uma melhoria no aporte técnico de organizações não governamentais por meio de projetos para empoderamento a longo prazo, servir de inspiração para novas comunidades que buscam o manejo florestal como ideal.

Para a gestão de unidade de conservação com grandes dimensões, como é o caso da RESEX Verde Para Sempre, onde não há um número satisfatório de servidores públicos e recursos financeiros suficientes alocados para o manejo, a estratégia mais adequada seria a constituição de alianças na forma de cogovernança e, baseado nesse modelo, obter dos gestores a sensibilidade de ouvir as demandas comunitárias, bem como considerar seus costumes, já que se trata de populações genuinamente tradicionais.

O arranjo de governança local executado de forma integrada, participativa e democrática, parece ser o modelo mais adequado à realidade dos extrativistas. O exemplo de protagonismo das cinco comunidades estudadas, que buscaram no manejo florestal uma atividade produtiva formal e legalizada, pode ser considerado uma vitrine para comunidades iniciantes, sendo possível a sua multiplicação com base na adaptação às condições locais.

Entende-se aqui “*governança local*” como o processo de condução direta da gestão pelas comunidades, conforme suas condições e necessidades, onde as mesmas articulam os atores envolvidos por meio de parcerias formais (cogovernança) em nível multiescalar.

Contudo, as comunidades têm avançado de maneira satisfatória para o alcance de suas metas, fazendo com que o órgão gestor passe a adotar uma postura de cogestão colaborativa, ao ponto de reconhecer a governança local e possibilitar a resignificação do manejo florestal comunitário, hoje ainda considerado tecnicista.

A demora pela consolidação desse processo poderia ser encurtada se desde o início tivesse um aporte robusto de apoio governamental e não governamental em consonância com a percepção das comunidades, que nesse caso suscita apoio paracapacitação sobre gestão do empreendimento, governança de base comunitária, organização social, resolução de conflitos e meios de agregação de valor para comercialização da produção madeireira.

É urgente na Amazônia o fortalecimento da governança local, com liderança absoluta das comunidades na condução das discussões e encaminhamentos. Um fórum técnico local, tal qual o GAR-Florestal ampliado, pode tornar-se um espaço interessante de debate técnico de caráter consultivo reconhecido pelo governo, que junto com o conselho da RESEX que é deliberativo, serem as instâncias de maior influência para tomadas de decisão, relacionados aos assuntos de caráter socioambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRAWAL, A. Forests, Governance, and Sustainability: common property theory and its contributions. *International Journal of the Commons*, v. 1, n. 1, outubro, 2007. p. 111-136.

AGRAWAL, A; BROWN, D. G; RAO, G; RIOLO, R; ROBINSON, D. T; BOMMARITO, M. *Interactions between organizations and networks in common-pool resource governance*. Environmental Science & Policy, Volume 25, January 2013, Pages 138–146.

AMARAL, P. *Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina* / Paulo Amaral & Manuel Amaral Neto – Belém: IEB: IMAZON, 2005. 86p: il.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. *Relatório Técnico da Gerência de Florestas Comunitárias* do Serviço Florestal Brasileiro (GEFLOC/SFB), Brasília/DF - 2013.

BIESBROUCK, K. New Perspectives on Forest Dynamics and the Myth of 'Communities': Reconsidering Co-Management of Tropical Rainforests in Cameroon. *IDS Bulletin*, January 2002, Volume 33, Issue 1, pages 55–64.

CARDONA, W. C; JONG, W; ZUIDEMA, P. A. BOOT, R. *Diverse local regulatory responses to a new forestry regime in forest communities in the Bolivian Amazon*. Land Use Policy, Volume 39, July 2014, Pages 224–232.

CHEN, H; ZHU, T; KROTT, M; MADDOX, D. *Community forestry management and livelihood development in northwest China: integration of governance, project design, and community participation*. Regional Environmental Change, Vol. 13, Issue 1, February 2013, pp 67-75.

CHENG, A. S; STURTEVANT, V. E. *A Framework for Assessing Collaborative Capacity in Community-Based Public Forest Management*. Environmental Management, March 2012, Volume 49, Issue 3, pp 675-689.

CUNHA, L. H. Da “Tragédia dos Comuns” à Ecologia Política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. *Raízes*, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, jan/dez, 2004. p. 10-26.

BARQUERO, Antônio Vásquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 278 p.

- DYER, J; STRINGER, L. C; DOUGILL, A. J; LEVENTON, J; NSHIMBI, M; CHAMA, F; KAFWIFWI, A; MULEDI, J. I; KAUMBU, J. M. K; FALCAO, M; MUHORRO, S; MUNYEMBA, F; KALABA, G. M; SYAMPUNGANI, S. *Assessing participatory practices in community-based natural resource management: Experiences in community engagement from southern Africa*. Journal of Environmental Management, Volume 137, 1 May 2014, Pages 137–145.
- FLEEGER, W. E; BECKER, M. L. *Creating and sustaining community capacity for ecosystem-based management: Is local government the key?* Journal of Environmental Management, Volume 88, Issue 4, September 2008, Pages 1396–1405
- GARCIA, C. A; LESCUYER, G. *Monitoring, indicators and community based forest management in the tropics: pretexts or red herrings?* Biodiversity and Conservation, June 2008, Volume 17, Issue 6, pp 1303-1317.
- HARDIN, G. 1968. *The tragedy of the commons*. Science, 162: 1243-8.
- JELL, B; MACHADO, J. S. *Collaborative Management in the Region of Lobeke, Cameroon: The Potentials and Constraints in Involving the Local Population in Protected Area*. New Series, Vol. 6, No. 1 (2002), pp. 180-203.
- KIJAZI, M. H.; KANT, S. *Social acceptability of alternative forest regimes in Mount Kilimanjaro, Tanzania, using stakeholder attitudes as metrics of uncertainty*. Forest Policy and Economics, Volume 13, Issue 4, April 2011, Pages 242–257.
- KITAMURA, K; CLAPP, R. A. *Common property protected areas: Community control in forest conservation*. Land Use Policy, Volume 34, September 2013, Pages 204–212.
- LEVINE, A. S; RICHMOND, L. S. *Examining Enabling Conditions for Community-Based Fisheries Co-management: Comparing Efforts in Hawai'i and American Samoa*. Ecology and Society, 2014, 19(1): 24.
- MAY, C. K. *Achieving sustainability in US fisheries: community engagement in co-management*. Sustainable Development, November/December 2008, Vol. 16, Issue 6, pages 390–400.
- MEASHAM, T; LUMBASI, J. *Success Factors for Community-Based Natural Resource Management (CBNRM): Lessons from Kenya and Australia*. Environmental Management, September 2013, Volume 52, Issue 3, pp 649-659.
- MEDINA, G. 2012. *Governança local para o manejo florestal na Amazônia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 27 nº 78. p. 79.
- MEDINA, G; BARBOSA, C. W. B. *Experiências produtivas de agricultores familiares da Amazônia*. Gabriel Medina e Cláudio Wilson Soares Barbosa (Editores). – Goiânia: Kelps, 2015. 198 p. II. Segunda Edição.
- MENEZES, M. C; BARBOSA, C. W. S; MEDINA, G; LIMA, C. A. T; TRINDADE, N. G. P; CAVALCANTE, T. V. *Uso tradicional da floresta para a extração de madeira*. In: MEDINA, G. *Experiências Produtivas de Agricultores familiares na Amazônia*. Goiânia: Kelps, 2013. p. 208 il.
- MORAN, E. F; OSTROM, E. *Ecossistemas Florestais*. Emílio F. Moran; Elinor Ostrom (orgs). Edição 1, Editora SENAC/SP, 2009. 544 p.
- OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action: public goods and the theory of groups*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

- OSTROM, E. 1990. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. New York: Cambridge University Press.
- OSTROM, E. & MCKEAN, M. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: USP, 2001. p. 79-95.
- OSTROM, E. *The Drama of the Commons*. National Research Council. 2002. Committee on the Human Dimensions of Global Change. E. Ostrom [et al.]. Division of Behavioral and Social Sciences and Education. Washington, DC: National Academy Press. p. 534.
- OSTROM, E. & TUCKER, C. Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, E; OSTROM, E. (Org.). *Ecosistemas florestais: interações homem-ambiente*. São Paulo: Editora Senac; Edusp, 2009. p. 109-138.
- PACHECO, P.; NUNES, W.; ROCHA, C. et al. *Acesso à terra e meios de vida: examinado as suas interações em três locais do Estado do Pará*. Centro Internacional de Pesquisa Florestal – LAET/NEAF/UFGA; Assessoria Comunitária e Ambiental – ARCA; Direitos e Recursos – RRI. Belém, Pará, CIFOR. 2009, 74p.
- PINTO, A. *Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010*. Andréia Pinto; Paulo Amaral; Manuel Amaral – Belém, PA: AMAZON; IEB / Brasília, DF: GIZ; SFB, 2011. 84p.: II
- POKORNY, B. [et al.]. *A produção familiar como alternativa de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia: Lições aprendidas de iniciativas de uso florestal por produtores familiares na Amazônia boliviana, brasileira, equatoriana e peruana*. CIFOR, Bogor, Indonésia. 2010.
- PORRO, R.; PORRO, N. S. M.; MENEZES, M. C.; BARTHOLDSON, O. Collective action and forest management: institutional challenges for the environmental agrarian reform in Anapu, Brazilian Amazon. *International Forestry Review*, v. 17, p. 20-37, Mar. 2015. Suppl. 1.
- PRASAD, R.; KANT, S. *Institutions, Forest Management, and Sustainable Human Development - Experiences from India*. Environment, Development and Sustainability, September 2003, Volume 5, Issue 3, pp 353-367.
- RUIZ-BALLESTEROS, E; GUAL, M. A. *The Emergence of New Commons*. Human Ecology, December 2012, Volume 40, Issue 6, pp 847-862.
- SIRY, H. Y. *In search of appropriate approaches to coastal zone management in Indonesia*. Ocean & Coastal Management, Volume 54, Issue 6, June 2011, Pages 469–477.
- TAYLOR, P. L; CRONKLETON, P; BARRY, D. *Learning in the Field: Using Community Self Studies to Strengthen Forest-Based Social Movements*. Sustainable Development, Vol. 21, Issue 4, July/August 2013, pages 209–223.
- WATRIN, O. S; *Levantamento do uso e cobertura da terra em área da reserva extrativista Verde para Sempre, Porto de Moz, PA / Orlando dos Santos Watrin, Pedro Mourão de Oliveira – Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2009. 36p.: 21 cm – (Embrapa Amazônia Oriental. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 69).*
- WILLIAMSON, O. E. *The mechanisms of governance*. Berkley: University of California, 1994. p. 411.



O PENSAMENTO SÓCIO-EDUCACIONAL DE CLORINDA MATTOS DE TURNER: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTÓRIA CULTURAL E DO PENSAMENTO DESCOLONIAL NA AMÉRICA LATINA.

Maria do Socorro da Silva Guimarães²

Prof^a. Dr^a. Sônia Maria da Silva Araújo³

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo analisar do ponto de vista da concepção Descolonial e História Cultural, as influências socioculturais e educacionais presente na obra de Clorinda Mattos de Turne, uma intelectual Peruana do século XIX, suas principais causas de luta foram a educação de mulheres, a abolição da corrupção na Igreja Católica, e principalmente a melhoria da situação dos povos indígenas dos Andes frente às consequências do colonialismo tema, que destaco com mais ênfase no trabalho. Como aportes teóricos para o diálogo com Clorinda foram consultadas obras de autores como Peter Burke, François Dosse e Roger Chartier que discutem sobre História Cultural; apresenta uma nova forma de pensar e agir na análise dos fatos históricos, bem como os autores: Anibal Quijano e Walter Dignolo estudiosos da colonialidade e do pensamento Descolonial na América Latina, que refletem sobre o aprender a desaprender; aprender que na América Latina possuía uma dinâmica própria antes das chegadas dos europeus e sobre a necessidade da descolonização do saber e do ser. Foi possível constatar que uma das preocupações de Clorinda Mattos de Turne se centrava em integrar de fato a raça indígena na sociedade como legítimos sujeitos de cultura e não mais de forma marginalizada e essa integração se daria através da educação.

Palavras Chaves: Colonialismo, Descolonialismo, História Cultural, Mudança Social.

HISTÓRIA CULTURAL: NOVA FORMA DE PENSAR O SOCIAL

Em meados do século XX, iniciou o movimento denominado de Nova História que teve grandes contribuições do movimento dos Annales, que iniciou em 1929 na França com a publicação da revista dos Annales fundada por e LucienFebvre e Marc Bloch, iniciaram uma nova forma de pensar e escrever a história, uma história problematizada e não mais a história tradicional política, documental e serial. “LucienFebvre convida o historiador a inspira-se nos problemas colocados pelo tempo presente, no qual ele vive, pensa e escreve”. (FEBVRE, apud DOSSE, 1992, p. 67).

O Movimento dos Annales, dividido em três gerações contribuíram significativamente para pensar e repensar as relações sociais na história e segundo Dosse (1992)os Annales é um discurso de ruptura com a história tradicional, inovando e constituindo, uma revolução historiográfica. Com o novo movimento historiográfico, historiadores começaram a evidenciar novos assuntos que viviam de forma marginal como exemplo temos a questão feminista.

² Mestranda em Educação do Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará. ICED/UFPA. E-mail- socorroufpa@yahoo.com.br .

³ Doutora em educação pela Universidade de São Carlos, com estágio Pós-doutoral no centro de Ciências Sociais na Universidade de Coimbra, Docente e coordenadora do programa de pós-graduação em Educação da UFPA. Coordenado do grupo de pesquisa “José Veríssimo e pensamento Educacional latino Americano da UFPA.E-mail- ecosufpa@hotmail.com.

E segundo Burker (2011) a expressão “a nova História” (La nouvelle histoire) é um título de uma coleção de ensaios editados pelo francês Jacques Le Goff da terceira geração do *Annales* a partir de 1968, que escreveu sobre ensaios acerca de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”. Provavelmente o século XX clamasse para que “novos problemas” como os sociais e econômicos, tomasse vida, viesse a tona, fato que provavelmente a história tradicional não se interessaria, como enfatiza (BURKE, 2011, p. 20).

O movimento de mudança surgiu a partir de uma percepção difundida da inadequação do paradigma tradicional. Essa percepção da inadequação só pode ser compreendida se olharmos além do âmbito do historiador, para ser as mudanças o mundo mais amplo. A descolonização e o feminismo, por exemplo são dois movimentos que obviamente tiveram grandes impactos sobre a escrita recente.

Esse movimento de mudança envolveu novas formas de trabalhar com a História, ocorrendo à aproximação com outras áreas de conhecimentos como a Psicologia e Sociologia que Marc Bloch e Lucien Febvre chamaram de estudo das mentalidades, a nova forma de relacionar os fatos históricos e segundo Dosse (1992) Marc Bloch se aproximava mais da sociologia durkheimiana que da psicologia para ter acesso ao mental. Seu percurso assemelha mais ao o estruturalismo e anuncia os métodos da antropologia histórica. Já para Febvre (apud Dosse, 1992, p. 86) sua maior inspiração é a psicologia e sua defesa é por,

Uma história dos sentimentos, do amor, da morte, da piedade, da crueldade, da alegria, do medo..., mas logo exprime com precisão que essa história deve se integrar no estudo global de uma civilização e não se isolar de suas raízes, enquanto objetivo desvinculado de seu contexto nas grandes generalizações diacrônicas ou sobre a natureza humana.

A partir da terceira geração do *Annales* houve uma nova geração de historiadores que abandonam os horizontes da história econômica em proveito de uma história mais voltada para o estudo da mentalidade e Antropologia histórica (DOSSE, 2012)

A história cultural utiliza as representações, as práticas e apropriações com elemento de análise, que segundo Chartier (1990) essa história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, intrínseco, absoluto, único. Uma história que realmente discusse às práticas e representações em relação a significação do mundo. Sendo que a história cultural envolve o repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio. (CHARTIER, 1990).

Para Chartier, (1990, p. 17) a história cultural “tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler” Ele nos apresenta uma nova forma de pensar e agir na análise dos fatos históricos; relata a importância de ser trabalhar com novos objetos de estudo: As atividades perante a vida e morte, as crenças e os componentes religiosos, os sistemas de parentesco, as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidades, as modalidades de funcionamento escolar (CHARTIER, 1990, p. 14).

Através da concepção da história cultural é possível analisar a realidade socioeconômica e cultural que Clorinda Mattos de Turner apresenta em suas obras, principalmente o Peru do século XIX; a exemplo de um dos primeiros livros a autora *Tradiciones cuzqueñas completas*, que está

organizado a primeira etapa de sua produção e que traz acontecimentos e histórias do início da colonização na América Latina, mais precisamente no Peru.

Juntamente com a história Cultural a Concepção Descolonial nos apresenta contribuir importantíssimas de ver e ler a sociedade de Clorinda Mattos.

CONCEPÇÃO DESCOLONIAL: REPENSAR A COLONIZAÇÃO.

É possível compreender a concepção Descolonial a partir da análise da colonização da América Latina nos finais do século XV, onde os Europeus desconsideraram qualquer relação sociocultural existente no território “colonizado”; reconfiguraram as relações culturais principalmente a de exploração dos povos já existente no território, como os Maias, os astecas no México e na América do Sul os Incas nas áreas andinas (Peru, Equador, Bolívia e Chile), os Tupi, Guaranis e Caraíbas no Brasil. Aos Europeus, a América Latina, se tornou terras de exploração dos recursos naturais através da mão de obra escrava cujo seus interesses eram meramente econômicos.

A exploração europeia perante os colonizados estabeleceu uma relação de poder: colonial, moderno, capitalista; relação que se denominou de eurocentrismo, que tratava os colonizados como produto do capitalismo, através da servidão e escravidão da mão de obra.

Para Quijano(2005) a América se constitui como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade originária com o circuito comercial do Atlântico no século XVI, acontecimento que segundo Mignolo (2008) foi fundamental na história do capitalismo e da modernidade/colonialidade. Mas, no entanto a concepção descolonial vem propondo um diálogo com intelectuais para o repensar as questões sociais, econômicas e culturais, propondo a desconstrução do saber e do ser e o desprendimento do eurocentrismo que difundiu a partir do século XVI a cultura europeia no continente Latino Americano com verdades únicas, desconsiderando a cultura local.

Daí da análise da relação histórica que o conhecimento da História Cultural nos ajuda a analisar e a valorizar os marginalizados da história perante o processo de colonização.

Com a colonização foi se difundindo entre os dois continentes, Europeu e Americano a teoria do sistema –mundo moderno, teoria de Wallerstein (apud Quijano, 2005), que enfatizam que o sistema-mundo, teve sua origem no século XVI, em apenas uma parte do globo, principalmente em parte da Europa e América e com o passar do tempo se expandiu pelo mundo; suas origens são geográficas e suas relações são econômicas capitalista; convocando assim, reflexões históricas e relacionais que escapam à ideologia nacional a qual foi forjado o imaginário continental e subcontinental, tanto na Europa quanto nas Américas.

Imaginário vivido e escrito pelo olhos dos colonizadores em detrimento da história dos colonizados em prol da expansão do capitalismo na Europa, deixando suas marcas na história mundial. Com a expansão do circuito comercial acreditavam que não era impossível ter a modernidade sem a colonialidade, que se caracterizou com transformações socioculturais, que desvaloriza e desconstrói a cultura dos povos indígena e dos da África escravizados, a colonialidade deixou para a história as tristes marcas da divisão de classe e da exploração originando a etno-racionalidade como afirma Mignolo (2005, p.40) que:

Transforma-se na engrenagem da diferença colonial configurada a partir da expulsão dos mouros e dos judeus, dos debates sobre o lugar dos ameríndios na economia da cristandade e, por último, pela exploração e silenciamento dos escravos africanos. Foi com e a partir do circuito comercial do Atlântico que a escravidão se tornou sinônimo de negritude.

E assim a colonialidade foi se configurando na América Latina, novas relações de identidade sociais que Quijano (2005) afirma ser o surgimento da ideia de raça: índios, negros, mestiços; que converteria no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder na nova sociedade. Sociedade que escravizava os índios, os negros trazidos da África, vistos como povos de raças inferiores, onde:

Desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. (QUIJANO, 2005, p.4)

Essa concepção de sociedade determinou frente ao capitalismo as relações do controle do trabalho, onde os colonizados não tinham nenhum direito a salários, ficando restritos apenas aos brancos.

E com o eurocentrismo, houve influência negativa na identidade dos povos que foram se modificados, uma vez que, culturas eram negadas e vistas como inferiores. Povos que antes se denominavam: Asteca, Maias, Incas, Chimus, Aiamrás, Chibchas, foram reduzidos a uma única identidade: **índios**. Quijano (2005) afirma que igualmente aconteceu com os povos trazidos da África que se tornaram simplesmente, negros.

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores (QUIJANO, 2005, p.13)

O eurocentrismo deixou marcado nas almas dos povos nativos da América Latina e traficados da África, marcas da exploração e da injustiça. E neste sentido é preciso repensar sobre o que foi o eurocentrismo, e quais heranças socioculturais foram deixadas e suas consequências! Um contraponto importante para essa análise seria o diálogo com o pensamento Descolonial defendido por Mignolo (2009), pensamento que surge com as diversidades do mundo e as histórias locais que ao longo de cinco séculos se depararam com uma única maneira de ler a realidade monopolizada pela diversidade (cristã, liberal e marxista) do pensamento único ocidental. A opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender; aprender que na América Latina possuía uma dinâmica própria antes das chegadas dos europeus que é necessário a descolonização do saber e do ser com afirma Mignolo(2008, p. 291):

Na América do Sul, na América Central e no Caribe, o pensamento descolonial vive nas mentes e corpos de indígenas bem como nas de afrodescendentes. As memórias gravadas em seus corpos por gerações e sua marginalização sócio-política a qual foram sujeitos por instituições imperiais diretas, bem como por instituições republicanas controladas pela população crioula dos descendentes europeus, alimentaram uma mudança na geo- e na política de estado de conhecimento.

Também afirma que após quinhentos anos de formação, transformação, produção e exploração do trabalho nas minas, nas plantações, nas fábricas, nos colégios, nos mosteiros, nas universidades e outros centro de investigação e que a opção descolonial afeta tanto o colonizado quanto o colonizadores, pois propõe o desprendimento da lógica da colonialidade, de um horizonte de vida em que se vive para trabalhar em lugar de trabalhar para viver, (MIGNOLO, 2009).

E quais seriam então os reais caminhos para se viver na lógica do pensamento Descolonial, estudiosos como Mignolo citam a importância do diálogo entre os movimentos sociais, intelectuais e ativistas para se pensar projetos descoloniais. Talvez seja preciso não só aprender a desaprender ou descolonizar o saber e o ser que historicamente foi incutido como verdades, mas sim analisar criticamente os fatos e os sujeitos envolvidos e esquecidos na história oficial, dando-lhes vez e voz.

Clorinda Mattos de Turner, apresenta em suas obras muitas questões emblemáticas que a História Cultural passa a valorizar, como o processo de repensar a história a partir da história dos explorados a exemplo dos Povos Incas, os quais conviveu no século XIX e que herdaram muitas marcas do processo do eurocentrismo.

CLORINDA MATTOS DE TURNER

Clorinda Mattos de Turner, nasceu em 1852 na cidade de Cuzco no Peru e morreu em Buenos Aires, Argentina em 1909. Suas principais causas de luta foram a educação de mulheres, a melhoria da situação dos povos indígenas dos Andes, a abolição da corrupção na Igreja Católica.

Intelectual do século XIX, Clorinda era alto de data, pois não teve oportunidade de frequentar por muito tempo a escola; somente aos 11 anos inicia seus estudos em uma escola de meninas, mas após três anos sua mãe faleceu, motivo que levou a deixar a escola para cuidar de seus dois irmãos e dos afazeres de casa. Continuou seus estudos em sua própria residência, com os livros da biblioteca de seu pai.

Aos 19 anos, casou-se com o Inglês Joseph Turner, médico. Aos 24 anos dirigiu em Cuzco, uma cidade do Peru, a revista o Recreio, onde também publicava seus primeiros poemas. Ao longo de sua vida dirigiu outras revista e jornais, no Peru e na Argentina onde lecionou em uma escola de meninas e morou nos seus últimos anos de vida.

Suas obras se tornaram importantíssimas para o Peru, pois relata fatos relevantes da história do país; tornando-se obras singulares para a América Latina, pois descreve acontecimento ocorrido na época colonial, assim como nos possibilita ler através de suas obras exemplos do pensamento Descolonial, a “descolonização do saber e do ser”, MIGNOLO (2009).

Escreveu 16 livros, que reuniram suas primeiras poesias, histórias, novelas e palestras. Em suas primeiras obras como o livro Tradições, lendas e Biografias, descreveu histórias e contos e memórias que ouvia em sua cidade, Cuzco; histórias principalmente da submissão dos Incas aos Espanhois. Outras obras relevantes foram as novelas que relatam temas indígenas: Aves sinnido,

Índole, Herança, as novelas eram um instrumento de alerta sobre os acontecimentos vividos em cuzco e em Lima capital do Peru, abordavam temas sociais, a falta de ética de membros da igreja e principalmente a questão social dos indígenas. Refletia o pensamento geral da época, e não descrevia os povos indígenas como biologicamente inferiores, mas sim como povo social. Outra questão de grande preocupação era com a educação de mulheres.

Clorinda é uma intelectual de relevância para a compreensão da colonização da América Latina. Ao ler suas obras é possível se reportar aos séculos passados, compreender a dinâmica de vida dos primeiros povos que viviam na América Latina, a exemplo dos povos incas da área dos andes principalmente no Peru.

E como demonstra ser muito preocupada com questões sociais, podemos considerá-la como uma Intelectual do tipo rural, pois segundo Gramsci (1982, p. 13), “Os Intelectuais do tipo rural são em maior parte tradicionais, isto é ligados à massa social camponesa e pequena burguesia da sociedade (notadamente dos centro menores)”. No entanto sua origem era realmente camponesa, seu pai era proprietário de uma pequena fazenda chamada Paullo Chico, onde ela e seus dois irmãos David e Daniel, passaram a maior parte de sua infância, em meio aos incas, fatos que influenciaram em sua luta contra a exploração dos incas. Clorinda era um intelectual que descrevia a verdade através de suas obras principalmente as novelas, dizia a verdade àqueles que não queriam ver e em nomes da aqueles que não poderia expressar. E seu papel em quanto intelectual,

Não é mais o de se colocar “um pouco a frente ou um pouco ao lado” para dizer a muda verdade a todos, é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ela é, ao mesmo tempo, o objetivo e o instrumento: na ordem do saber, da verdade, da consciência, do discurso. (FOUCAULT, 1979, p. 71)

Sua verdade caminhava com os acontecimentos históricos da época do começo do século XIX, a América Latina vivia um clima revolucionário: expandiam seus anseios libertários, dando início às Guerras de independência Aquino (2010). Senário que influencia a maneira de pensar de Clorinda, apoiando e escrevendo ativamente às causas sociais e políticas, realizava críticas à corrupção política, e exploração dos índios. Muito presente também em suas obras foram as lembranças da vida camponesa, a beleza da vida no campo, memórias de eventos e pessoas.

As lutas da independência influenciaram algumas obras de Clorinda trazendo relatos das consequências da colonização na América do Sul, precisamente no Peru. No livro Tradicionescuzqueñas encontraremos os primeiros textos da autora onde relata fatos, memórias que ouvia de pessoas de cuzco, os primeiros relatos com história do século XVI, período em que os Europeus, teriam “descoberto o Novo Mundo” (Aquino (2010), América Latina, e os Espanhóis, os responsáveis pela exploração da população Peruana. Onde afirma que,

Buena parte de la literatura hipornamericana e finalesdelsiglo XIX puedeleerse como una reflexión sobre la modernidade. No importa que a veces se le alabe y se suscite la urgência inaplazable de realizarla socialmente o que a veces, a la inversa, se le tema por su capacidade de desestabilizar elorden tradicional: em uno y outro caso es el assunto que emerge como eje decisivo de esse tempo. Su contexto tiene que ver com laextendidafrustración que vivenlos países hispano-americanos salvo uma

ébiles excepciones, luego de varias décadas de independencia. (TURNER, 2000, p.9)⁴.

Clorinda traz várias reflexões sobre a realidade histórica que viveu refletida em suas obras. abordava temas pré-hispânicos e provincianos, precisamente aqueles que eram traçados de maneira marginal, e certamente valorizava as histórias vista de baixo pois segundo Sharpe (2011) a historia vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma função da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática mais tradicional da história. Conseguia assim apresentar e valorizar em seus primeiros livros a realidade do Peru através de relatos realmente tradicionais de pessoas simples.

O livro Tradicionescuzqueñas relata as transformações e acontecimentos ocorrida com a chegada dos Espanhóis em cuzco. Traz uma série de textos como o de a Mozarcas de trigo, que nos apresenta a história como a de Pedro Castilho de Nocedo, que foi um dos primeiros camponeses a cultivar o trigo na cidade de cuzco; contam que sempre na colheita do trigo eram realizadas festas e parte do grão era doado para Igreja para a fabricação da eucaristia, morador de cuzco da época de 1562, era defensor da justiça e da honra, testemunhou a ganancia dos espanhóis e dos assassinatos praticados por eles, em consequência da exploração do ouro.

Outra história se reporta a setembro de 1601, onde Gasco Nuno Guzmán envia da Espanha uma embarcação com 132 tripulantes em direção a terra do Peru, conta que foi uma penosa travessia com ventos contrários. A embarcação, Petate, trazia encomendas para Dom Luis de Velasco, para serem vendidas em colônias espanholas. Toda transação econômica era fruto da exploração dos indígenas que trabalhavam nas minas. Em outros casos os índios das próprias colônias eram obrigados a comprar produtos trazidos da Espanha por um preço três, quatro vezes maiores que o normal e muitas vezes iludidos a acharem que eram produtos muito necessários a eles.

Os índios foram considerados uma mão de obra importantíssima, pois eles seriam explorados nas minas de ouro, de prata e pedrarias, cujos produtos eram enviados a Espanha e as mais valiosas pedras destinadas à templos religiosos que em 1669 estavam em construção em Cuzco. No Peru, ao contrário do que aconteceu com outros índios na América Latina, que eram considerados selvagens, e que foram em grande números exterminados pelos europeus; os índios Andinos viviam de maneira servil para com os espanhóis, pois os Incas, assim como os Astecas e os Maios eram originários de sociedades organizada em classe, eles conseguiam ser de certa forma mais “úteis” pois a dominação se dava de forma menos violenta, como enfatiza Quijano, (2005, p. 3)

Na área hispânica, a Coroa de Castela logo decidiu pelo fim da escravidão dos índios, para impedir seu total extermínio. Assim, foram confinados na estrutura da servidão. Aos que viviam em suas comunidades, foi-lhes permitida a prática de sua antiga reciprocidade –isto é, o intercâmbio de força de trabalho e de trabalho sem mercado– como uma forma de reproduzir sua força de trabalho como servos. Em alguns casos, a nobreza indígena, uma reduzida minoria, foi eximida da servidão e recebeu um tratamento especial, devido a seus papéis como intermediária com a raça

⁴ Boa parte da literatura hispanoamericana no final do século XIX pode se lida como uma reflexão sobre a modernidade. Não importa que às vezes se eleve a inevitável realização social ou às vezes surge, inversamente ou por outro lado, teme por sua capacidade de desestabilizar a ordem tradicional: em um e outro caso es o assunto que emerge como eixo fundamnetal desse tempo. Seu contexto apresenta frustração generalizada de que os hispano-americanos salvo uma ébiles exceto exceções, após várias décadas de independência.

dominante, e lhe foi também permitido participar de alguns dos ofícios nos quais eram empregados os espanhóis que não pertenciam à nobreza.

Pode perceber que os índios eram tratados de maneira bem inferior e Clorinda, consciente do problema social que envolvia os indígenas, pensou que era preciso envolvê-los em um plano de modernização do país.

CLORINDA E O A CONTRIBUIÇÃO PARA MUDANÇA SOCIAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO.

Clorinda utilizava as suas obras como um instrumento de conscientização e de denúncia. Escrevia suas obras frente a acontecimento que presenciava, tinha espírito reformador, pautava em questões de reconstrução social, utilizando principalmente as novelas como instrumento de denúncia. A novela *Aves sinnido*, permite uma leitura de como o índio poderiam se salvar da exploração e sofrimento da classe dominante.

A questão social da novela *Aves sinnido* era a situação dos indígenas e a questão ética da igreja. Clorinda utilizava as novelas para refletir sobre fatos reais da sociedade, uma forma de utilidade social para discutir questões morais e questões socioculturais. Representado principalmente o povo sofrido e a realidade andina de forma mais ampla. Ela escreve e descreve a sociedade real, onde,

Pode pensar-se uma história do social que toma por objetivo a compreensão das formas e dos motivos ou, por outras palavras das representações do mundo social que, à revalia dos actores sociais traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990 p.19).

Clorinda na obra *aves si nido* traz a discursão da realidade da época através de um processo de conscientização, permitindo situar o leitor sobre a análise social, a falta de ética de membros da igreja, exploração dos indígenas, retratando assim as preocupações nacionais do século XIX. Ela afirma que tais assuntos ao longo do século XVIII realmente nunca esteve presente às literaturas, uma vez que as novelas segundo Mattos (2000), tiene como función primeira precisamente desagreditar el proyecto arcaizante y retardatário de aquellos grupos malvados e ignorantes y alabar sin medida las potencialidades de la burguesia en ascenso⁵.

Só a partir da segunda metade do século XIX que essa consciência de se questionar a realidade se fortalecer e se cruzam opções múltiplas e contraditórias, sempre preferindo o caráter mais humano, defendia a heterogeneidade da sociedade peruana.

Se questionava como integrar de fato a raça indígena? Que com o eurocentrismo eram vistos de forma marginalizada. Ela tinha a certeza que a república não poderia surgir socialmente com tão grave questão social e a solução para reverter essa situação para ela só havia um caminho possível, a **educação**, e todas as suas obras são de alguma forma um clamor a favor da educação para o povo que ela chama de raça deserdada, os índios. Defendendo uma educação cultural, onde os sujeitos da nação possam ser visto de forma homogênea e não mais em divididos em classes superiores e inferiores, como enfatiza Tuner (2000, p. 29)

⁵Primeira função é desagreditar precisamente o projeto arcaico e retardamento dos ímpios e ignorantes que louvam sem medida as potencialidades da burguesia em ascensão.

Como se há dicho antes, se trataba em el caso del Pueblo indígena, de una educacionaculturadora, explicitamente destinada a borrar los rasgos de suotredad y de hacer posible um nível suficiente de homogeneidade em elcuerpo de lanación. Hoy esta puesta parece gravemente insatisfactoria, hasta retrograda, pero em eldesintegración del país. En todas lasnaciones de hispanoamérica esta idea termina siendo, enel fundo, lamisma: lo que impede el progreso es la falta de cohesión social⁶.

De certa forma podemos perceber o pensamento Descolonial na sua reflexãopoisMignolo (2008) afirma que a opção descolonial é epistêmica (uma das bases de sua teoria) ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento, onde repensar a cultura seria fundamental para corrigir injustiças do passado valorizando assim os que ficaram às margens da história, e o que podemos perceber é que a forma que Clorinda nos apresenta para corrigir a desigualdade social é a educação. Mignolo (2008 p. 292) Também afirma que,

As opções descoloniais e o pensamento descoloniais têm uma genealogia de pensamento que não é fundamentada no grego e no latim, mas no quéchua e no aymara, nos nahuatl e tojolabal, nas línguas dos povos africanos escravizados que foram agrupados na língua imperial da região (cfr. Espanhol, português, francês, inglês, holandês). E que reemergiram no pensamento e no fazer descolonial verdadeiro: Candomblés, Santería, Vudú, Rastafarianismo, Capoeira, etc.

Mignolo (2008) argumente a importância de outra base de sua teoria, opção descolonial - a identidade em política, que prioriza a conscientização de ser um sujeito de uma história, pois só o processo de conscientização da sua identidade pode fazer diferenças nas formulações de novas políticas. Exemplifica com a fala de um aymara intelectual e ativista “danem-se, eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me faz um índio e como índio lutarei pela libertação”. Podemos perceber que o aymara era consciente de sua identidade que o levava a lutar contra a situação de opressão e o autor defende a identidade em política como forma de pensar.

A identidade em política em suma, é a única maneira de pensar descolonialmente (o que significa pensar politicamente em maneira em termos e projetos de descolonização). Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidade. (MIGNOLO, 2008 p.290)

Provavelmente a identidade em política perpassa em muitos casos por um processo de conscientização, reflexão, para que assim possa haver a libertação e anseio pela busca e luta pela identidade. Clorinda de certa forma se propôs através de suas novelas, ser a voz de povo inca, fazer que a identidade em política prevalecesse trazendo a tona suas realidades, sua identidade.

⁶Como mencionado antes, foi em o caso dos povos indígenas, Uma educação cultural, destinada a apagar os vestígios de sua alteridade e para permitir que suficiente grau de homogeneidadecorpo, vida da nação. Hoje, essa produção não parece satisfatória e sério, mesmo retrógrada, mas a desintegração do país. Em todas as nações da América Latina essa ideia acaba sendo no fundo a mesmo: o que impede que o progresso é a falta de coesão social.

CONCLUSÃO

Certamente o eurocentrismo deixou marcar profundas na história, ideologias foram criadas, paradigmas surgiram, processos culturais foram moldados, culturas foram esfaceladas, processos econômicos fortalecidos mundialmente. O processo histórico foi escrito por “canetas” pensamento europeu e atualmente compreender a concepção descolonial e a lógica da história cultural, nos possibilita analisar a sociedade de forma crítica, com nossos próprios olhos, nossas próprias “canetas”.

Seguramente Glorinda Mattos de Turner, é um bom exemplo de uma intelectual que em favor da verdade usou sua própria caneta para contar uma história que provavelmente muitos não quisessem enxergar no século XIX. Sua coragem lhe fez pagar um preço alto com a excomunicação pela igreja, mais lhe fez uma grande defensora de causas sociais.

Analisar suas obras com base na concepção descolonial de certo nos faz compreender a descolonização do saber e do ser, principalmente em relação as questões dos indígenas, onde apresentava-os com seres sociais e não com seres marginalizados em um contexto da história eurocêntrica.

E através da história cultural realmente nós possibilita ler a sociedade em um contexto determinado e olhar as histórias de diversos sujeitos.

Clorinda sempre em favor da verdade e contra as injustiças acreditava que a educação pudesse permitir aos sujeitos serem vistos de forma igualitária, não havendo sobreposição de cultura, uma vez que a educação tem o poder de transformação, e emancipar de um povo, permitindo a libertação das heranças negativas e destrutivas que deixaram marcas na alma e na história dos povos indígenas dos Andes.

REFERÊNCIAS

AQUINO, R. S. L. D. **História das Sociedades Americanas**. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BURKE, P. A Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. A **Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: UNESP, 2011.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre prática e representações**. Lisboa: DILFEL, 1990.

DOSSE, F. **A História em Migalhas: dos Annales à nova história**. Tradução de Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DOSSE, F. **A História**. 1ª. ed. São Paulo: Unesp, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/2010062409657/6_Mignolo.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2015.

_____, W. D. Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernode Letras da UFF - Dossiê: Literatura e identidade*, n. 34, 2008. p. 287 - 324. Disponível em: <www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo18 >. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____, W. D. La idea de America Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial), 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/CyE/CyE2/09idea.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, setembro 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (. *A Escrita da História: novas perspectiva*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 2011.

TURNER, C. M. D. *Aves Sin Nido*. [S.l.]: Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2000. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/clorinda_matto_de_turner/su_obra_catalogo/>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. Clorinda Mattos. *Tradiciones cuzqueñas completas* . 1976 (Publicação. Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2011). Disponível em http://www.cervantesvirtual.com/portales/clorinda_matto_de_turner/su_obra_catalogo/ Acessado em 25 de maio de 2015.

WALLERSTEIN, I. Análisis de Sistemas - Mundo: uma introdução. Disponível em: <http://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/geopolitica.iiec.unam.mx/files/analisis_de_sistemas_wallerstein_0.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

O IMPACTO DO USO DESORDENADO DO SOLO E QUALIDADE AMBIENTAL DA PRAIA DO ATALAIA, PARÁ, BRASIL

Ketellyn Suellen Teixeira Pinto¹

Silvio José de Lima Figueiredo²

RESUMO:

A Praia do Atalaia pertence ao município de Salinópolis, situado no nordeste paraense e apresenta grande potencial paisagístico que motiva investimentos em veraneio e turismo no local. A paisagem é composta por praias, falésias, lagos e por um vasto campo de dunas vegetadas ou livres que se movimentam pela ação dos ventos alísios. Comparações de imagens de satélite mostram mudanças na paisagem da Praia do Atalaia devido ao processo de ocupação desordenada com instalações de importantes infraestruturas que provocam impactos ambientais adversos. Este trabalho visa analisar as transformações que vem ocorrendo neste espaço costeiro em função do aumento da atividade turística desordenada e o avanço de grandes implantações imobiliárias sobre o território ocupado e seus espaços ainda preservados, evidenciando o aumento de conflitos socioambientais. Atalaia apresenta ocupações irregulares na zona de intermaré, falésias ativas e no campo de dunas, tais como, habitações horizontais e verticais. Essas estruturas estão sendo erguidas sobre um ambiente considerado ambientalmente instável e de alta vulnerabilidade. O Programa de Gerenciamento Costeiro do estado do Pará não teve muito sucesso devido à falta de interesse por parte da administração pública no que tange aos ambientes costeiros, combinado com a relativa deficiência dos recursos financeiros e humanos, falta de participação dos atores sociais, além do tamanho da área, implicando em uma gestão costeira ineficiente. Como consequência, a praia do Atalaia apresenta sérios problemas ambientais como o aumento da erosão costeira, contaminação do solo e águas marinhas e subterrâneas, comprometendo a qualidade ambiental, afetando a paisagem cênica, e colocando em risco a saúde dos moradores e dos usuários da praia do Atalaia. Sendo assim, ações ambientais que incentivem o uso sustentável da praia e políticas públicas eficientes são imprescindíveis para a conservação dos recursos naturais deste ambiente costeiro.

Palavras chave: Praia do Atalaia, ocupação desordenada, problemas ambientais.

INTRODUÇÃO

As praias oceânicas apresentam características que atraem grandemente os turistas e se constituem em importantes fontes de renda para a economia costeira (KLEIN e OSLEEB, 2010). Essas praias são grandemente valorizadas pela sociedade, sendo as praias arenosas as mais procuradas em relação as demais praias da costa (SCHLACHER *et al.*, 2007), concentrando grande parte das atividades recreacionais (DEFEO *et al.* 2009). Neste contexto, a ocupação da zona costeira no Brasil

¹ Mestre em Biologia Ambiental, doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/ UFPA). Email: ket_ufpa@yahoo.com.br

² Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Doutor em Ciências da comunicação e Professor/Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/ UFPA). Email:slima@ufpa.br

vem se intensificando nas últimas décadas, decorrente de três vetores prioritários de desenvolvimento: a urbanização, a industrialização e a exploração turística (MORAES, 2007). Além desses vetores destacam-se, também, as migrações inter-regionais, a reestruturação produtiva e as emancipações municipais com a inserção de novos contingentes populacionais, de usos e atividades nos municípios litorâneos.

Com isso, as zonas costeiras têm sido submetidas à intensa pressão exercida pelas diversificadas formas de ocupação e uso do solo que, junto com os condicionantes naturais, destacam-se como fatores que ocasionam ou aceleram mudanças ambientais, comprometendo áreas de grande valor ecológico, como restingas, manguezais, dunas e praias.

Neste sentido, o principal fator da atual preocupação com as zonas costeiras é, indubitavelmente, o ordenamento do território. Embora a zona costeira tenha sido, tendencialmente, uma zona de conflitos de interesses, na grande maioria dos casos foi o turismo (fenômeno muito recente, o qual apenas adquiriu grande expressão no século XX), que veio contribuir significativamente para o aumento da conflitualidade, gerando gravíssimos problemas de ordenamento do território e de ocupação de zonas de risco.

Por esta razão, o aumento desordenado do turismo tem demonstrado ser a principal causa dos problemas existentes na zona costeira do litoral Amazônico Brasileiro, tais como, águas balneares contaminadas, aumento dos processos erosivos, degradação de valores estéticos, danificação de patrimônio histórico, entre outros. Nesta linha de costa, encontra-se a praia do Atalaia, que apresenta alta demanda para o turismo de praia e sol durante todo o ano, mas, principalmente, no período de férias escolares, o que vem agravando a conservação dos recursos naturais uma vez que a mesma não apresenta infraestrutura adequada para atender as necessidades das atividades turísticas.

No estado do Pará, em particular nas cidades litorâneas, as políticas públicas direcionadas para o turismo vêm sendo realizadas por meio de projetos urbanos voltados para o embelezamento das cidades no intuito de inserir o Pará nas principais rotas do turismo brasileiro. E desse modo, esta atividade vem se tornando protagonista na configuração espacial dos lugares, sendo responsável pela implantação dos principais equipamentos urbanos.

Os recursos naturais e paisagísticos, presentes no município de Salinópolis como, por exemplo, dunas, manguezais e praias são responsáveis por sua importância econômica estratégica (principalmente ligadas às atividades de turismo e veraneio), impulsionando diversas formas de uso e ocupação, o que repercute na intensificação de contradições socioespaciais, demonstrando que o município acompanha a realidade inerente ao litoral amazônico.

A Ilha do Atalaia revela, então, o aprofundamento de relações socioespaciais, decorrentes da difusão das formas de uso e apropriação do solo, as quais se baseiam na conversão do espaço em mercadoria, entendendo-o como valor de troca, a partir da reprodução da lógica imposta por atividades como o veraneio marítimo e o turismo.

Desta forma, o processo de apropriação sem os devidos cuidados legais na Ilha do Atalaia repercute em consequências que estão materializadas no avanço das ocupações em Áreas de Preservação Permanente, na ocupação indevida em áreas de falésias ativas e em área de praia, disseminando perdas significativas de seu potencial ambiental, culminando no baixo aproveitamento de seus recursos naturais paisagístico. Ressalta-se que a Ilha do Atalaia passa por transformações em sua fisiografia em decorrência de processos marinhos e atmosféricos que interagem, mostrando

que, de acordo com El-Robrini (2010), as zonas costeiras são altamente dinâmicas e não são fixas no tempo, muito menos no espaço geográfico. No entanto, tais modificações vêm sendo intensificadas pelas atividades antrópicas e intensas agressões ambientais (MENDES e SILVA, 1997, p. 358), o que mostra a forma de ordenamento pelo qual passa a Ilha, desde o início de seu processo de ocupação, o que tem resultado em impactos negativos neste ambiente e contribuído para acelerar a dinâmica costeira local.

Este trabalho tem como objetivo identificar preliminarmente os tipos de ocupação do solo e os consequentes impactos ambientais decorrentes da falta de planejamento territorial e turístico na ilha do Atalaia e, em especial, a praia de mesmo nome.

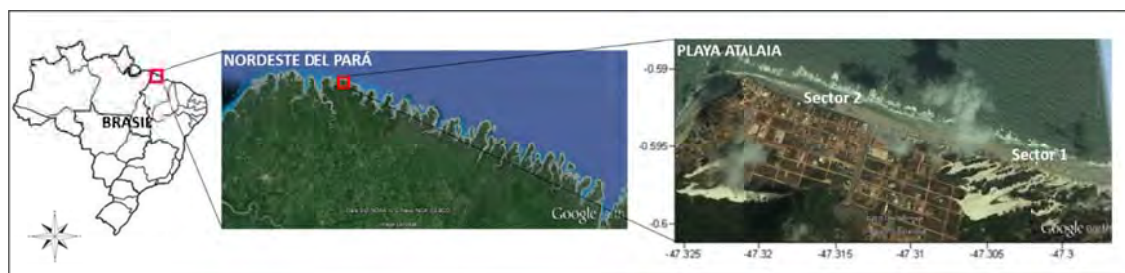
METODOLOGIA

Área de Estudo

A praia do Atalaia (Figura 1) está localizada no município de Salinópolis, no nordeste do estado do Pará, a 220 km da capital do estado, Belém, e a 13 km do centro de Salinópolis. A economia local é essencialmente baseada no turismo. A praia apresenta 12 km de extensão 200-400 m de largura (da linha da baixa mar à preamar de sizígia). Apresenta orientação Leste-Oeste, rodeada por dunas, lagoas e manguezais. É banhada por macromaréssemidiurnas, com ondas de moderada a alta energia (PEREIRA *et al.*, 2014). O clima local é classificado como Amw' no sistema de Köppen, apresentando apenas a estação chuvosa (normalmente entre janeiro e junho) e a estação seca (de julho a dezembro) (INMET, 2015).

Em termos de ocupação do solo, a praia tem dois setores distintos: setor 1, ocupado principalmente por construções simples sobre as dunas e zona intermaré, e o setor 2 que apresenta casas de segundas residências de alto padrão instaladas sobre falésias ativas.

Figura 1: Localização da área de estudo.



Na figura 1, apresenta-se a área onde foi realizado o levantamento dos tipos de ocupação e dos impactos ambientais decorrentes das atividades antrópicas.

MATERIAL E MÉTODOS

O levantamento foi realizado por meio de observações e visitas *in loco* em diferentes locais da área estudada, registrando-se os problemas ambientais por meio de anotações e registros fotográficos.

Para a confecção do mapa de ocupação da Ilha do Atalaia, imagens de satélite de alta resolução foram obtidas a partir da base de dados do terraclass (), onde foram georreferenciadas no

software ArcMap 10.1. No mesmo *soft*, *Shapes* da ilha do Atalaia foram adicionados para a confecção de mapas temáticos e ocupação do território.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Condições Ambientais

Durante o mês de março de 2015, Atalaia apresentou uma precipitação total de 807,8 mm, bem acima do identificado por Pereira *et al.* (2012) em março de 2009 (412,8 mm). Os ventos registraram direção predominante de NE com velocidades máxima de 4,8 m/s e mínima igual à zero. Neste período, a maré equinocial de sizígia atingiu altura máxima de 5,6 m às 19:56 h e a altura mínima de - 0,2 m às 14:02h (DHN, 2015). Pereira *et al.* (2014) classificou Atalaia como uma praia dissipativa de moderada a alta energia.

De acordo com Mendes e Pereira (2005), Atalaia está submetida à ação intensa dos processos hidrodinâmicos e atmosféricos, sofrendo influência da ação das marés, ondas, ventos e descargas estuarinas, agentes modeladores do espaço costeiro, que influenciam no deslocamento e deposição de sedimentos ao longo da faixa de praia.

Fatores de Pressão Antrópica

O aumento das atividades turísticas na praia do Atalaia vem resultando em processos de ocupação desordenada corroborando para sérios riscos ambientais. O setor 1, apresenta construções irregulares de hotéis, pousadas, e barracas de madeira com infraestrutura precária tanto na zona de intermaré quanto no campo de dunas (Figura 2), onde estes estão sendo loteados para a construção de residenciais, além de calçamento e pavimentação inadequados que intersectam os campos de dunas (Figura 2G). Já o setor 2, apresenta segundas residências de alto padrão instaladas sobre falésias ativas com emissários de esgoto doméstico na face de praia (Figura 2). Este setor é o mais afetado pela energia hidrodinâmica, onde, embora as construções apresentem fortes barreiras de contenção, os proprietários são obrigados a reforçarem essas estruturas todos os anos para evitar o comprometimento de suas residências. Estes fatores aliados as condições climáticas e oceanográficas, vem aumentando o escarpamento das dunas frontais, acelerando assim a erosão costeira e os riscos socioambientais em Atalaia.

Estudos mostram que a hidrodinâmica, a hidrografia e as características geomorfológicas associadas as construções desordenadas na zona costeira são os principais fatores responsáveis pelos processos erosivos observados (SOUZA-FILHO *et al.*, 2003; ALVES, EL-ROBRINI, 2006; PEREIRA *et al.*, 2007b; MONTEIRO *et al.*, 2009, PEREIRA *et al.*, 2009; SZLAFSZTEIN e STERR, 2007).

Figura 2: Setor 1 - Tipos de ocupação (A, B), coleta de lixo (C), depósito irregular de resíduo sólido (D), fossas sépticas na zona de intermaré(E, F) e abertura de estradas no campo de dunas.



Embora ocorra coleta de lixo periodicamente (Figura 2C), depósitos inadequados de lixo orgânico e resíduos sólidos tanto na região de dunas quanto na zona de intermaré são frequentes, colocando em risco a saúde do ambiente e dos usuários (figura 2D) uma vez que eles são banhados diariamente pela maré.

A ausência de saneamento básico, a presença de fossas sépticas irregulares na zona de intermaré (Figuras 2EF) e sistema de esgoto sem tratamento, na maioria das vezes lançados *in natura* (Figura 3D), contribuem para a contaminação das águas subterrâneas e costeiras, principalmente, durante as marés equinociais de sizígia, onde as mesmas alcançam o nível das fossas sépticas e aumentam o índice de contaminação por coliformes termotolerantes, como já comprovado por Pinto *et al.* (2011) e Pereira *et al.* (2012) em estudo realizado na mesma praia. De acordo com Pereira *et al.* (2012), contaminação bacteriológica, principalmente na alta estação, indicam os efeitos da pressão antropogênica e a falta de um sistema de saneamento público em Atalaia. Guimarães *et al.* (2009) e Silva *et al.* (2009) mostram que a descarga de esgoto em áreas urbanas do Litoral Amazônico tem contribuído para a contaminação de águas estuarinas e marinhas costeiras.

Um outro agravante ocorre durante as marés equinociais de sizígia, segundo relato de um proprietário de bar local:

“Durante as marés vivas de março e setembro, nós abrimos as fossas para a maré limpar tudo”.

Com isso, é possível concluir que a crescente demanda por serviços e infraestrutura e o aumento da produção de resíduos, não só pode afetar a qualidade da água da praia, mas pode até mesmo alterar os recursos naturais que atraem os usuários (BRETONet *al.*, 1996; CRAWFORD, 2007; PEREIRAet *al.*, 2007a; MOHANTYet *al.*, 2008; TEN VOORDE, 2009). Por outro lado, uma série de fatores, como o regime de macromarés, fortes correntes de marés, ventos alísios de nordeste, altas taxas de precipitação, substancial descarga fluvial, a morfologia irregular do litoral (com incontáveis

estuários e baías), e a presença de ecossistemas manguezais (MEADE *et al.*, 1985; MARENGO, 1995; KINEKE *et al.*, 1996; SANTO *et al.*, 2008), são os principais responsáveis pelo controle da qualidade da água, não apenas da praia do Atalaia, mas de todo o litoral amazônico.

Figura 3: Setor 2 - Tipos de ocupação de alto padrão (A, B, C) com emissários domésticos para a zona de intermaré (D) na Praia do Atalaia.



Um outro fator é o aporte de sedimentos que está sendo menor que a quantidade retirada, tanto por processos naturais quanto antrópicos, o que está favorecendo o afloramento de rochas na zona de intermaré (Figura 4 A.B), comprometendo assim, a beleza natural e colocando em risco os usuários da praia. Segundo Pereira *et al.* (2014), Atalaia apresenta, predominantemente, características de praia dissipativa influenciada por macromarés e ondas de elevada energia hidrodinâmica que, quando associados a ocupação inadequada em campos de dunas e zona de intermaré, contribuem significativamente para a intensificação da erosão local.

Figura 4: Afloramento de rochas na zona de intermaré (Setor 1 e 2).



Outro problema é a livre circulação de veículos automotivos na zona de intermaré (Figura 5), principalmente nos meses de julho e dezembro. Este fluxo elevado ocupa grande parte da face de praia, onde muitas vezes veículos são levados pelas marés (Figura 5A), causando congestionamentos que dificultam o acesso e limitam o espaço para os usuários, além de oferecerem riscos de acidentes, muitas vezes fatais. Além disso, os impactos ambientais gerados por estes veículos são preocupantes, pois causam a compactação da camada superficial de sedimentos comprometendo a sobrevivência da fauna que habita o meio intersticial desta camada sedimentar. Por hora, o risco de contaminação ambiental, devido aos vazamentos de líquidos e emissões inerentes ao atual estágio tecnológico dos veículos são inevitáveis.

Figura 5: Carros ocupando a zona de intermaré.



De acordo com Gomes (2007), é imprescindível reconhecer que situações naturais altamente dinâmicas em zonas vulneráveis às ações do mar, são atualmente aceleradas pelo tipo de ocupação do solo e pelos usos que atualmente se verificam nessas zonas. Para o mesmo autor, as alterações climáticas, a uma escala global, previsivelmente conduzirão a um agravamento da ocorrência de fenômenos extremos e dos fenômenos de recuo da linha de costa em curso, com consequências ao nível do ordenamento, das intervenções de defesa (quando presentes) e da contingência.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA ILHA DO ATALAIA

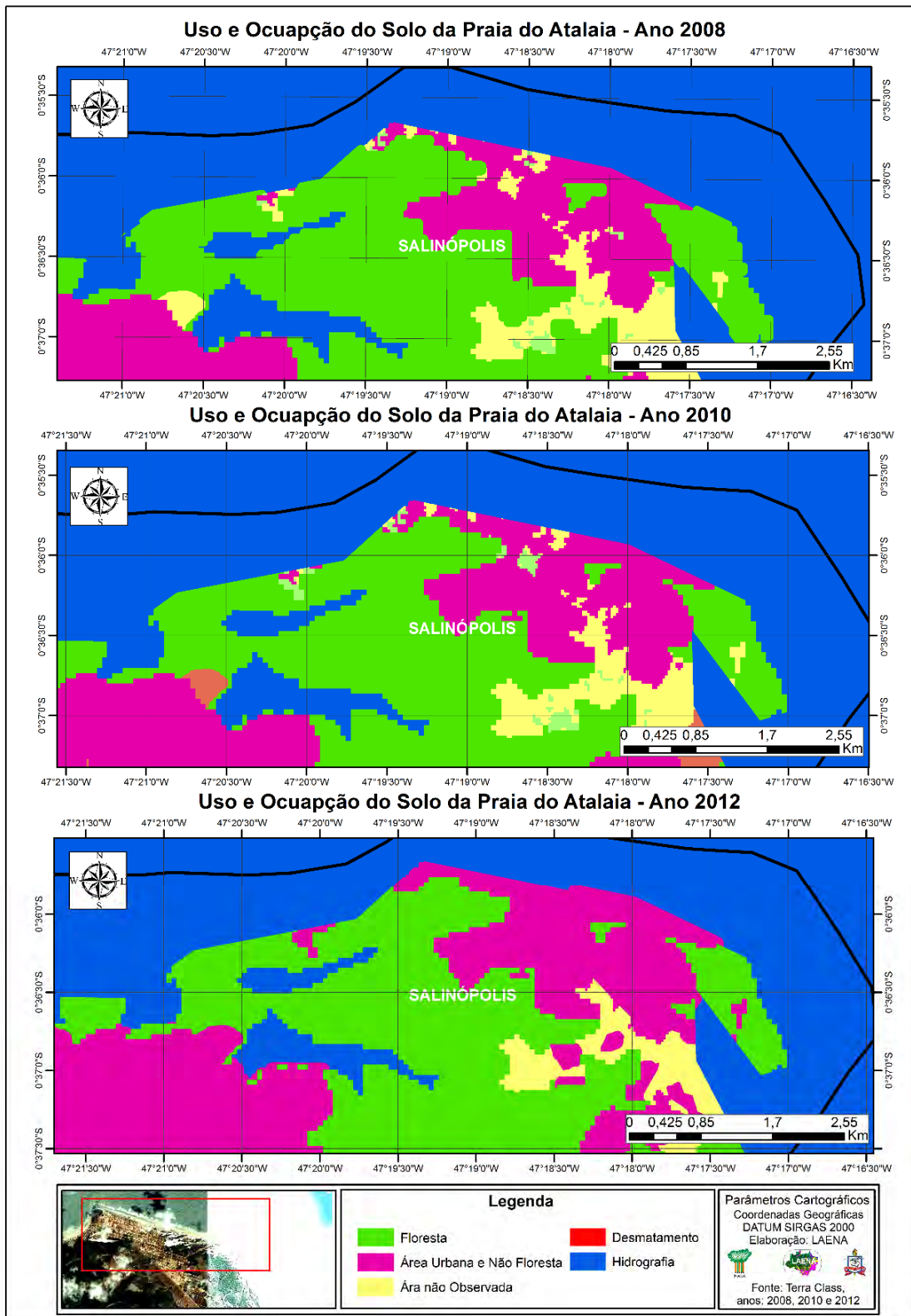
A comparação de imagens de satélite e de fotografias aéreas de 2008, 2010 e 2012 representada na figura 6, mostra a magnitude do processo de mudança ocorrido na área. É possível identificar que infraestruturas turísticas estão sendo instaladas em Área de Proteção Ambiental, sem respeitar a legislação vigente quando ocupa uma área superior ao permitido legalmente. Construções de estruturas fixas pertencentes a condomínios de luxo, são frequentes em Atalaia, e alteram a dinâmica da paisagem por desmatamento da vegetação, impermeabilização do solo e barramento do fluxo de sedimentos que alimentam as dunas móveis.

A urbanização acelerada também ocorre pelo crescimento da população e pela busca por lazer e recreação através da construção de segundas residências. Salienta-se que a Ilha do Atalaia vem sofrendo pressões em APPs, devido ao processo de ocupação e uso sem planejamento, contrariando as leis ambientais. Manguezais, restingas e dunas são exemplos de ecossistemas que não podem suportar uma intensa ocupação por estruturas urbanas convencionais, sendo que o parcelamento pode levar a destruição desses ecossistemas, uma vez que “os ecossistemas costeiros não podem ser reduzidos a partes dissociadas entre si, sem que ocorra uma perda significativa de suas características” (PROJETO ORLA, 2007, p. 61).

Destaca-se ainda que o espaço da Ilha do Atalaia, do ponto de vista legal, apresenta ocupação em áreas de restingas e manguezais, desestabilizando o ambiente, lembrando que, na Ilha, as APPs estão propícias a riscos geológicos ocasionado por processos naturais como atividade eólica, erosão, migração de dunas, entre outras (MENDES e SILVA, 1997). Assim, os ecossistemas de restingas e manguezais vêm sofrendo forte pressão ocasionada pela indevida ocupação como a expansão urbana e especulação imobiliária, o que promoveu a retirada da vegetação e da areia para loteamentos e construções.

É possível observar a expansão da ocupação em Áreas de Preservação Permanente decorrente do tipo de apropriação existente no espaço da ilha do Atalaia, em que ecossistemas de alta relevância ecológica estão sendo substituídos por loteamentos, ruas, edificações, agricultura e outros empreendimentos, eliminando suas funções ambientais. Na Ilha do Atalaia, são cada vez mais comuns áreas destinadas a empreendimentos imobiliários (loteamentos e edificações), que em grande parte estão inseridos em áreas protegidas por lei como está sendo mostrado na figura 6, impedindo ou limitando o uso adequado desses recursos paisagísticos.

Figura 6: Ocupação antrópica na Ilha do Atalaia.



A Gestão Costeira Brasileira

A gestão costeira no Brasil é regulada pela lei federal 7661, que instituiu o Plano Nacional de Gestão Costeira (PNGC). A legislação determina que o limite mínimo para a ocupação deve ser de 50 m contados a partir da preamar da maré de sizígia para a região, ou das dunas, quando existirem (SOUZA, 2004). Para Muehe (2001), a definição desse limite, porém, é bastante variável uma vez que Colômbia, Costa Rica, Indonésia e Venezuela adotam 50 m, enquanto França, Noruega, Suécia adotam 100 m, Espanha de 100 a 200 m e Uruguai adota 250m. Deste modo, comparado aos outros países, o Brasil estaria aderindo a uma tendência que é a fixação de faixas de restrição para edificações.

No Pará, o programa estadual GERCO-PA não teve muito sucesso. Para Szlafsztein (2009) a falta de interesse por parte da administração pública no que tange aos ambientes costeiros, combinado com a relativa deficiência dos recursos financeiros e humanos, além do tamanho da área, implicam em uma gestão costeira ineficiente.

Os resultados do presente estudo indicam uma clara e urgente necessidade de implementação de um programa de gestão costeira para o município de Salinópolis, envolvendo os habitantes locais, a comunidade científica, agências governamentais e ONGs, como já sugerido por Pinto *et al.* (2011).

CONCLUSÃO

O crescimento ocupacional desordenado na Ilha do Atalaia e, especialmente na faixa de praia desta, e a ineficiência do poder público municipal e estadual no que se refere aos serviços de infraestrutura urbana (saneamento e rede de esgotos, rede elétrica, abastecimento de água e coleta de lixo), tornaram-se condições críticas à manutenção da qualidade ambiental e conservação dos recursos naturais ainda existentes neste espaço costeiro.

Atalaia precisa urgentemente de um programa de recuperação ambiental que contemple limpeza pública, instalação e expansão da rede de abastecimento de água, construção de rede de esgoto e reconstituição dos sistemas ecológicos e dos rios. A aplicação de programas dessa natureza será uma forma de resgatar a dignidade social, além de constituir excelente investimento para a manutenção de uma atividade turística voltada à qualidade ambiental. O que se verifica, no entanto, é geralmente a articulação de políticas voltadas apenas para a resolução de problemas urgentes e que não solucionam, em definitivo, as questões socioambientais.

Tal fato, está contribuindo para o aumento da erosão costeira e contaminação do solo, águas marinhas e subterrâneas, colocando em risco não só a qualidade ambiental, como a saúde dos moradores e dos usuários que utilizam esta praia para recreação. Estes fatores resultam em consequências socioeconômicas negativas decorrentes da falta de planejamento e ordenamento da ocupação urbana na zona costeira devido, principalmente, aos elevados prejuízos financeiros e a desvalorização imobiliária da orla em função da percepção do risco.

Aliado a esses fatores está a ineficiência da gestão pública. Por isso, medidas preventivas emergenciais, por meio de políticas públicas adequadas e gestão eficiente, são necessárias para o ordenamento do território e desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, M.A.M.S. & EL-ROBRINI, M., 2006. Morphodynamics of the macrotidal beach: Ajuruteua, Bragança North Brazil. *Journal of Coastal Research*, 39, 949-951.
- BRETON, F.; CLAPÉS, J.; MARQUÉS, A. & PRIESTLEY, G.K., 1996. The recreational use of beaches and consequences for the development of new trends in management: the case of the beaches of the Metropolitan Region of Barcelona (Catalonia, Spain). *Ocean and Coastal Management*, 32(3), 153-180.
- CRAWFORD, T.W., 2007. Where does the coast sprawl the most? Trajectories of residential development and sprawl in coastal North Carolina, 1971-2000. *Landscape and Urban Planning*, 83, 294-307.
- DEFEO, O.; MCLACHLAN, A.; SCHOEMAN, D.S.; SCHLACHER, T.A.; DUGAN, J.; JONES, A.; LASTRA, M. & SCAPINI, F., 2009. Threats to sandy beach ecosystems: a review. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 81(1), 1-12.
- DHN. Diretoria Hidrográfica de Navegação. Available in: <http://www.mar.mil.br/dhn/chm/box-previsao-mare/tabuas/20520Mar2015.htm>. Accessed on end march 2015.
- EL-ROBRINI, M., 2010. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente. Uso do Solo em Orlas Estuarinas e Fluviais da Amazônia Brasileira. WORKSHOP de Readaptação metodológica do Projeto Orla: Orlas fluviais, estuarinas e marítimas da Amazônia Brasileira, Mosqueiro – PA.
- GOMES, F.V. 2007. A Gestão da Zona Costeira Portuguesa. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 7(2), 83-95.
- GUIMARÃES, D.O., PEREIRA, L.C.C., MONTEIRO, M., GORAYEB, A. & COSTA, R.M. da, 2009. Effects of urban development on the Cereja River and Caeté Estuary (Amazon Coast, Brazil). *Journal of Coastal Research*, 56, 1219-1223.
- INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. Monitoramento de estações automáticas. Available in: <http://www.inmet.gov.br/sonabra/maps/automaticas.php>. Accessed on 2nd march 2015.
- KINEKE, G.C.; STERNBERG, R.W.; TROWBRIDGE, J.H. & GEYER, W.R., 1996. Fluid-mud processes on the Amazon continental shelf. *Continental Shelf Research*, 16, 667-696.
- KLEIN, Y.L. & OSLEEB, J., 2010. Determinants of coastal tourism: a case study of Florida beach counties. *Journal of Coastal Research*, 26(6), 1149-1156.
- MARENGO, J., 1995. Interannual variability of deep convection in the tropical South American sector as deduced from ISCCP C2 data. *International Journal of Climatology*, 15(9), 995-1010.
- MEADE, R.H.; DUNE, T.; RICHEY, J.E.; SANTOS, U.M. & SALATI, E., 1985. Storage and remobilization of suspended sediment in the lower Amazon River of Brazil. *Science*, 228(4698), 488-490.
- MENDES, A.C. & PEREIRA, M.J., 2005. Uso e ocupação da faixa praial da Ilha do Atalaia-Salinópoles (PA). Uso e apropriação de recursos costeiros (RECOs). Instituto do milênio. Belém, 45p.
- MENDES, A.C. & SILVA, M.S., 1997. Diagnóstico Geoambiental da Ilha do Atalaia-Salinópolis/PA. IV Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário e Reunião sobre o Quaternário da América do Sul. Resumos expandidos. p. 357-361.
- MOHANTY, P.K.; PANDA, U.S.; PAL, S.R. & MISHRA, P., 2008. Monitoring and management of environmental changes along the Orissa Coast. *Journal of Coastal Research*, 24 (2B), 13-27.

- MONTEIRO, M.C.; PEREIRA, C.C.L. & OLIVEIRA, S.M.O., 2009. Morphodynamic changes of a macrotidal sand beach in the Brazilian Amazon coast (Ajuruteua-Pará). *Journal of Coastal Research*, 56, 103-107.
- MORAES, A.C.R., 2007. Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 232 p.
- MUEHE, D., 2001. Critérios Morfodinâmicos para o Estabelecimento de Limites da Orla Costeira para fins de Gerenciamento. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, 2(1), 35-44.
- PEREIRA, L.C.C., PINTO, K.S.T., COSTA, K.G., VILA-CONCEJO, A. & COSTA, R. M. da, 2012. Oceanographic conditions and human factors on the water quality at an Amazon macrotidal beach. *Journal of Coastal Research*, 285, 1627-1637.
- PEREIRA, L.C.C., PINTO, K.S.T. & VILA-CONCEJO, A., 2014. Morphodynamic variations of a macrotidal beach (Atalaia) on the Brazilian Amazon Coast. *Journal of Coastal Research*, 70, 681-686.
- PEREIRA, L.C.C.; GUIMARÃES, D.O.; COSTA, R.M. & SOUZA FILHO, P.W.M., 2007a. Use and Occupation in Bragança Littoral, Brazilian Amazon. *Journal of Coastal Research*, 50, 1116-1120.
- PEREIRA, L.C.C.; JIMÉNEZ, J.A.; MEDEIROS, C. & COSTA, R.M., 2007b. Use and Occupation of Olinda Littoral (NE, Brazil): Guidelines for an Integrated Coastal Management. *Environmental Management*, 40, 210-218.
- PEREIRA, L.C.C.; MENDES, C.M.; MONTEIRO, M. DA C. & ASP, N.E., 2009. Morphological and sedimentological changes in a macrotidal sand beach in the Amazon littoral (Vila dos Pescadores, Pará, Brazil). *Journal of Coastal Research*, 56, 113-117.
- PINTO, K.S.T., PEREIRA, L.C.C., VILA-CONCEJO, A., GORAYEB, A., SOUSA, R.C. de & COSTA, R.M. da, 2011. Effects of the lack of coastal planning on water quality and land use on a macrotidal beach (Atalaia, Pará) in the Amazon Region. *Journal of Coastal Research*, 64, 1401-1405.
- SANTOS, M.L.S.; MEDEIROS, C.; MUNIZ, K.; FEITOSA, F.A.N.; SCHWAMBORN, R. & MACADO, S.J., 2008. Influence of the Amazon and Pard Rivers on water composition and phytoplankton biomass on the adjacent shelf. *Journal of Coastal Research*, 24(3), 585-593.
- SCHLACHER, T.A.; DUGAN, J.; SCHOEMAN, D.S.; LASTRA, M.; JONES, A.; SCAPINI, F.; MCLACHLAN, A. & DEFEO, O., 2007. Sandy beaches at the brink. *Diversity and Distributions*, 13, 556-560.
- SILVA, I.; PEREIRA, L.C.C.; GUIMARÃES, D.O.; TRINDADE, W.; ASP, N.E. & COSTA, R.M., 2009. Environmental Status of Urban Beaches in São Luís (Amazon Coast, Brazil). *Journal of Coastal Research*, 56, 1301-1305.
- SOUZA, S. T. DE, 2004. A saúde das praias da Boa Viagem e do Pina, Recife (PE), Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 99p.
- SOUZA-FILHO, P.W.M.; TOZZI, H.A.M. & EL-ROBRINI, M., 2003. Geomorphology, land use and environmental hazards in Ajuruteua macrotidal sandy beach, northern Brazil. *Journal of Coastal Research*, 35, 580-589.
- SZLAFSZTEIN, C.F. & STERR, H., 2007. A GIS-based vulnerability assessment of coastal natural hazard, state of Pará, Brazil. *Journal of Coastal Conservation*, 11, 53-66.
- SZLAFSZTEIN, C.F., 2009. Non-Definition and Obstacles in the Coastal Zone Management of the State of Pará, Brazil. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 9(2), 47-58.
- TEN VOORDE, M.; ANTUNES DO CARMO, J.S.; NEVES, M.G. & MENDONÇA, A., 2009. Physical and numerical study of "break types" over an artificial reef. *Journal of Coastal Research*, 56, 569-573.

GASTRONOMIA, BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO -ELEMENTOS DISCURSIVOS ENTRE A IDENTIDADE DENEGADA E UM CAMPESINATO INVISÍVEL

Brenda Taketa¹

Fábio Fonseca de Castro²

RESUMO

O presente artigo parte de uma análise das primeiras notícias repercutidas midiaticamente sobre o recém-criado Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia para propor uma discussão a partir de dois eixos principais. No primeiro, buscamos relacionar alguns elementos reincidentes nos textos jornalísticos e institucionais sobre o mais novo projeto de desenvolvimento anunciado pelo governo do Pará com a violência simbólica de um processo histórico de denegação da identidade “cabocla”, conforme proposto por Castro (2013), e a uma tentativa histórica de negação de uma economia de base extrativista (nada desprezível, vale ressaltar), identificada por Costa (2008, 2012c) como presente na região desde os tempos coloniais e sob o protagonismo (invisibilizado) de um então “novo” campesinato, persistente por aqui a partir de meados do século XVIII. Situados esses dois movimentos, iniciamos algumas discussões para estabelecer possíveis conexões entre esses “caboclos” amazônicos de identidade denegada e a Trajetória Camponesa Agroflorestal, intitulada por Costa como T2. Por último, procuramos estabelecer uma breve reflexão sobre o tipo de contexto em que a “narrativa” poderia se apresentar como alternativa ao silenciamento e à invisibilidade desses grupos nos universos simbólicos e midiáticos da (sobre a) região.

Palavras-chave: caboclos, identidade denegada, campesinato, invisibilidade, narrativas.

APRESENTAÇÃO

Pouco antes deste artigo começar a ser redigido, a repórter Ilze Scamparini, correspondente da TV Globo na Europa, anuncia no Jornal Nacional a culinária da Amazônia como destaque na Exposição Universal em Milão, conhecida como Expo Milão:

A Amazônia brasileira, famosa pelas suas matas, e pelos seus desmatamentos, em breve poderá se tornar uma sede importante da gastronomia mundial. As suas ervas, raízes, frutas, nozes, óleos e peixes já são considerados excepcionais. Mas a sua imensa biodiversidade ainda é uma ilustre desconhecida. Porque ainda há muito o que se descobrir naquele imenso território, novos sabores, mas também novos remédios, porque afinal as ervas sempre foram usadas com essas duas finalidades, foi lançado hoje aqui na Expo Milão o Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia. O gosto exótico do Extremo Norte brasileiro chegou

¹Graduada em Comunicação Social pela UFPA, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), onde atualmente cursa o doutorado, pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA-UFPA). Email para contato: bvtaketa@gmail.com.

²Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V (Sorbonne-Descartes), pós-doutor em Comunicação, com ênfase em etnométodos e estudos sobre interação social pela Universidade de Montréal. Professor associado da UFPA, onde atua na Faculdade de Comunicação e no Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, do qual é o atual coordenador. Email para contato: fabio.fonseca-de-castro@gmail.com.

ao nosso pavilhão na Exposição Universal em Milão, que já recebeu a visita de 22 milhões de pessoas (JORNAL NACIONAL, edição do dia 30.10.2015, grifos meus).

Segundo a reportagem, o pavilhão do Brasil no evento mundial, administrado pela empresa Expo 2015 S.p.A³, teria sido o lugar de lançamento do projeto, anunciado um tanto mais timidamente em Belém do que em Milão, na medida em que a repercussão midiática nacional não foi precedida por consultas ou debates com os trabalhadores e cidadãos locais, nem pelo governo do estado, tão pouco pela prefeitura.

A capital paraense é o local em que o novo Centro será implantado nos próximos dois anos, dentro das instalações de um complexo arquitetônico de origem colonial, conhecido como “Feliz Lusitânia”, localizado às margens da Baía de Guajará⁴, e em outras instalações no bairro da Cidade Velha.

“A proposta foi formulada ao Governo do Pará e à Prefeitura de Belém por um conjunto de organizações da sociedade civil, lideradas pelo Instituto Paulo Martins, o Instituto Até e o Centro de Empreendedorismo da Amazônia”, diz o texto de divulgação da Secretaria de Estado de Comunicação, que informa sobre o lançamento do projeto em Belém, a partir da abertura da exposição “O Feliz Lusitânia cresce: o encontro entre a memória, a gastronomia e a biodiversidade”, como partidas atividades de comemoração ao aniversário dos 400 anos de Belém (grifos nossos)⁵.

No entanto, tanto nas duas notícias da agência governamental quanto nas reportagens veiculadas sobre o projeto nos dias 30 e 31 de outubro pela Rede Globo por meio do Jornal Nacional e do Jornal Hoje, respectivamente, a “sociedade civil”⁶, a mesma que teria agendado o governo com a proposta, é representada apenas por integrantes do empresariado local e nacional, a exemplo de Joana Martins, herdeira de um restaurante em Belém cuja “visão contemporânea”⁷ é

³ Exposição Universal de 2015, também conhecida por Expo 2015 (oficialmente: World Expo 2015 Milão), é a atual feira mundial que está sendo realizada na cidade italiana de Milão, sendo administrada pela empresa Expo 2015 S.p.A, sob os cuidados do Bureau Internacional de Exposições. É a segunda vez que Milão hospeda uma exposição internacional, quando a primeira foi realizada em 1906: Exposição Universal de 1906. Com o tema ‘Feedingtheplanet, energy for life’ (Alimentar o planeta, energia para a vida), a sua abertura ocorreu no dia 1º de maio de 2015 e a previsão do término é para o dia 31 de outubro de 2015. Com mais de 140 países expondo na feira, o custo final para a implantação do projeto foi da ordem de US\$ 15 bilhões”, informa página do evento na Wikipedia (Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Exposi%C3%A7%C3%A3o_Universal_de_2015. Última visita: 31.10.2015).

⁴ Belém, capital do Pará, passa atualmente por um conjunto de mudanças em sua geografia urbana, com o aparente surgimento de uma nova centralidade numa região antes reconhecida como periférica, mas que gradativamente reúne condomínios de luxo, shoppings e empreendimentos urbanísticos que apontam para o aumento de sua competitividade quanto ao conjunto de investimentos e negócios relacionados à região metropolitana. Outro *paper* sobre o assunto encontra-se em fase de elaboração, partindo da hipótese de que o papel desse projeto no antigo bairro da Cidade Velha, sob o discurso da valorização cultural e histórica do centro mais antigo, pretende arregimentar um conjunto de esforços para alavancar um novo projeto de renovação urbana gentrificadora que, com base em novos negócios liderados pela classe média, evite a depreciação e a desvalorização dos bairros nobres do entorno, mantendo a sua competitividade no contexto mais geral de disputa por capitais circulantes na cidade, assim como a sua suposta integração a um mercado internacional.

⁵ Disponível em http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=118018. Última consulta em 31.10.2015.

⁶ Não é recente a presença de ONGs como produtoras de enunciados ligados a projetos político-econômicos e ambientais para a Amazônia, assim como na formação de coalizões interssetoriais voltadas ao convencimento sobre esses projetos. Em seu *modus operandi* discursivo, já foi possível notar inclusive como elas se colocam como “porta-vozes” de demandas amplas camadas sociais em espaços formais de discussões políticas, interagindo com ministérios, governos estaduais e municipais, além de se fazerem presentes em painéis internacionais, como os de clima e biodiversidade, por exemplo. Mais em TAKETA, Brenda. *FÓRUNS VIRTUAIS DE REDD: análise da função comunicativa na construção de políticas orientadas por organizações da sociedade civil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 146 f. Belém, 2012.

⁷ “Transformar a culinária paraense em sucesso internacional, criar uma griffe gastronômica no norte do Brasil, reconhecida no país e no exterior, é trabalho de gente de talento, gente competente, gente empreendedora”, frisa o texto de apresentação do Instituto Paulo Martins, criado com o nome do antigo *chef* do Lá em Casa, já falecido, mas responsável por dar aos antigos quitutes regionais da matriarca e primeira dona do restaurante uma “nova arquitetura”, incorporando

representada por um *menu*, por meio do qual e pratos e ingredientes populares da região foram transformados em componentes “da alta gastronomia internacional”; do produtor de chocolate *gourmet* Cesar Mendes, que também é especializado em química de produtos naturais, já tendo sido consultor de grandes empresas no Brasil como a Del Valle, a Bauduco, a Parmalat, entre outras⁸; e do ambientalista Roberto Smeraldi, ex-presidente da organização Amigos da Terra, hoje identificado como “gastrônomo” e vice-presidente do instituto Atá⁹, que por sua vez é presidido pelo *chef* Alex Atala, proprietário dos restaurantes “D.O.M” e “Dalva e Dito”, também especializados em alta gastronomia com “ingredientes de todo o Brasil”, mas localizados em São Paulo.

Ainda que em uma fase inicial de implantação do projeto, esses materiais de divulgação também apresentam outros pontos em comum de interesse para a análise desde esses primeiros momentos:

- um evidente interesse de integrar a economia amazônica a um mercado internacional que reconheça os “produtos da floresta”, a serem ofertados agora de uma forma agora diferenciada, na medida em que a região careceria de um “auxílio” nacional e internacional para se apropriar deles e beneficiá-los;

- e a ausência de falas ou de informações sobre a realização de discussões prévias do projeto com um conjunto amplo de feirantes, agricultores, extrativistas, atravessadores de produtos, tacacazeiras, donos de pequenos estabelecimentos comerciais voltados à alimentação, entre os públicos que poderiam ser considerados prioritários para esse tipo de iniciativa, que, desde a sua gestação, parece desconectada de toda uma economia em que os ditos “produtos da floresta” (frutos, sementes, óleos, ervas, por exemplo) circulam a partir das ilhas do entorno de Belém e de muitas outras áreas, para garantir parte do abastecimento da cidade, de outras regiões do estado e do país.

Além disso, a despeito de toda a produção científica acumulada por universidades e instituições de pesquisa locais e do acúmulo de saberes intergeracionais “não-científicos” por certos grupos quanto ao manejo e uso de produtos florestais não-madeireiros durante séculos, de acordo com a reportagem de IlzeScamparini veiculada no Jornal Hoje no dia 31 de outubro, no que se refere aos conhecimentos sobre biodiversidade, “um grande barco equipado de alta tecnologia (ligado ao projeto), vai navegar pelos rios para levar pesquisa às populações distantes”:

A ideia do barco é, ao invés de eu pegar ingrediente no meio da Amazônia e levá-lo para um laboratório em Copenhague ou nos Estados Unidos para gerar conhecimento sobre ele, é eu levar os especialistas do mundo inteiro para trabalhar nas comunidades diretamente e com toda a tecnologia à disposição num barco (Roberto Smeraldi, JORNAL HOJE, reportagem de IlzeScamparini, edição do dia 31.10.2015, grifos meus).

ao seu menu uma visão contemporânea da alta gastronomia internacional”. Grifos nossos. Disponível em <http://www.laemcasa.com/historia.php>. Última consulta em 01.11.2015.

⁸ Informações encontradas no site do Festival Ver-o-Peso da Cozinha Paraense, idealizado por Paulo Martins ainda no começo da década de 2000, a partir da inauguração da Estação das Docas. Segundo a página do evento, em 2015 “o festival chega à sua décima terceira edição maior, mais extenso e mais inovador”. Grifos nossos. Disponível em <http://www.veropesodacozinhaparaense.com.br>. Última consulta em 01.11.2015.

⁹ “O fogo, com arte e ciência, é instrumento de civilização” é a frase de abertura do site do instituto. Grifos nossos. Disponível em <http://www.institutoata.org.br/pt-br/pessoas.php#alex-atala>. Última consulta em 01.11.2015.

É a partir desse caso, o da repercussão midiática e institucional do recém-criado Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia que propomos uma discussão a partir de dois eixos principais.

O primeiro busca correlacionar o silenciamento e a invisibilidade dos “caboclos” de identidade denegada, conforme proposto por Castro (2013), com a negação e a invisibilidade de toda uma economia camponesa extrativista, identificada por Costa (2008, 2012c) como presente na região desde meados do século XVIII.

Segundo Castro (2013), as populações “caboclas”, das quais os “ribeirinhos” e “extrativistas” seriam uma espécie de subgrupos ou variações, tiveram uma identidade historicamente imposta a partir de um processo de denegação, característico da violência simbólica presente na formação da sociedade amazônica contemporânea. Costa (2008, 2012c), por sua vez, lembra da negação por parte das elites dominantes e dos fracassos políticos na tentativa de eliminar, a partir de um projeto agrícola, essa economia de base extrativa desde os tempos coloniais.

Como fio condutor da narrativa, usaremos como base analítica as duas reportagens veiculadas no Jornal Nacional e dois textos governamentais divulgados por meio da Agência Pará, cujas referências estão disponíveis no final desse artigo, por considerar que nesse pequeno corpus de análise há amostras representativas de tudo o que se pretende discutir minimamente:

- 1) o processo discursivo que converte toda a diversidade social amazônica numa massa amorfa e diluída entre aspectos ecológicos (o “exotismo da biodiversidade”) da região e vagas referências ao “caboclo”, cujo espectro de representação atravessa, de modo utilitarista, do indígena ao ribeirinho, por serem “detentores de conhecimentos tradicionais”, tal como apontado por Castro (2013) na análise de outros textos oriundos de pesquisas antropológicas, registros históricos, literatura, discursos religiosos, documentação da administração pública, entre outras fontes. Esse processo de construção discursiva demonstra que, conforme observado no decorrer dessas leituras, as elites locais seguem inclusive lançando mão dessas representações para reafirmar seus projetos políticos, obtendo assim (ao falar por “eles” sem de fato serem “nós”) o reconhecimento e a legitimidade no protagonismo do que entende por “desenvolvimento” da região;
- 2) ao invés do reconhecimento dos arranjos produtivos potenciais ou existentes, parece que há em curso uma nova forma de negar discursivamente ou ao menos uma nova recusa da importância da atividade extrativista florestal não-madeireira como central ao desenvolvimento (agrário) da região, a partir da tentativa de criar um novo “ciclo” econômico baseado numa rede aparentemente nova de serviços baseados nas antigas “drogas do sertão”, como se verifica na fala de uma das lideranças do Centro de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia: “É hora de acabar com o extrativismo do ingrediente: a Amazônia tem de liderar no conhecimento e mostrar ao mundo que a diversidade pode ser transformada de obstáculo em oportunidade” (AGÊNCIA PARÁ/SECOM, 2015, grifos nossos).

Na segunda e última parte deste artigo, procuramos levantar algumas questões sobre a importância de pesquisar uma metodologia ou uma forma de trabalho outra, que favoreça o

“encontro” com os grupos “invisibilizados”, para que, a partir daí, sejam “negociadas” as formas de apropriação de tecnologias de informação e comunicação e os usos possíveis das mesmas, assim como a possibilidade de constituir narrativas audiovisuais a partir desses processos.

1.1. A identidade denegada e a violência simbólica presentes nas reflexões de Fábio Castro (e reafirmadas no corpus de análise)

“O centro tem que ter cinco componentes para juntar gastronomia e biodiversidade. Portanto, uma escola superior para receber pessoas, estudantes, pesquisadores do mundo inteiro; um laboratório para atender as comunidades; um restaurante; e também um museu do alimento; e um barco-cozinha com tecnologia que irá pelos rios da Bacia Amazônica inteira com tecnologia em cada comunidade”, destaca Roberto Smeraldi, coordenador do Centro Global de Gastronomia (JORNAL NACIONAL, 30.10.2015).

A responsável pelo Instituto Paulo Martins, criado depois da morte do famoso chef paraense, tem muita esperança de ver a sua cultura local tornar-se conhecida no resto do Brasil e no mundo. “É uma possibilidade de desenvolvimento muito grande, de pesquisa dos nossos produtos, que a gente pouco conhece e precisa conhecer mais e de formar pessoas, preparadas para trabalhar com esse material”, comenta Joana Martins, diretora do Instituto (JORNAL NACIONAL, 30.10.2015).

“Que as pessoas enxerguem a Amazônia não só para extrair ingredientes, mas um lugar de referência para pesquisar, avançar, para inovar”, diz Roberto Smeraldi (JORNAL NACIONAL, 30.10.2015).

“Na verdade, é uma busca de identidade amazônica para esse chocolate, né, para o cacau, haja vista que ele é endêmico da Amazônia e no entanto os amazônicos nunca se apropriaram disso como uma coisa deles, né”, César Mendes, produtor de chocolate natural (JORNAL HOJE, 31.10.2015).

A vice-prefeita de Belém, Karla Martins, esteve em Milão representando o Pará. “A gastronomia é modelo de desenvolvimento para a região, dos ribeirinhos aos grandes restaurantes. O turismo gastronômico fortalece toda uma cadeia produtiva que coloca o Estado do Pará em destaque internacional”, disse (AGÊNCIA PARÁ, 31.10.2015).

“Belém tem um elemento determinante e fundamental para isso, que é a gastronomia que melhor representa o Brasil, com características bem peculiares e uma variedade ímpar de ingredientes. Esse conjunto de coisas colabora para o sucesso dessa iniciativa, que faz uma articulação entre gastronomia, sustentabilidade e meio ambiente. Foi a coragem para ousar que nos levou, mesmo sob críticas, a transformar isso em algo muito maior”, disse o governador Simão Jatene no lançamento do projeto, no dia 15 de outubro deste ano, na capital paraense (AGÊNCIA PARÁ, 31.10.2015).

No *corpus* do material analisado, uma sequência de textos e imagens remetem a considerações feitas por Fábio Fonseca de Castro (2013), em “A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia”, como a recorrência histórica de um discurso de valorização de uma “identidade cabocla” pelas elites intelectuais e econômicas belemenses, ansiosas, a depender do momento, por encontrar no homem regional e em seus atributos correspondentes a grande possibilidade de reorganização ou retomada do crescimento econômico regional.

Segundo Castro (2013), no contexto de análises de uma ampla quantidade de referências antropológicas, históricas, literárias, religiosas, administrativas, entre outras fontes, a variedade semântica sobre o tipo humano do caboclo era no entanto bastante aberta, orientando diferentes formas de discursos regionalistas sobre esse “tipo ideal”¹⁰, a respeito de quem se fala para legitimar (não sem violência¹¹), de acordo com as diferentes conjunturas históricas, projetos de Amazônia ou de desenvolvimento regional com base numa “identidade” forjada, que imposta “à revelia” de suas próprias formas de autorrepresentação também contribuiu para gerar um silêncio dos caboclos a respeito de si mesmos ou como forma de autorreferenciação eventual que, para além de uma reciprocidade correspondente, via nessa apropriação discursiva a única forma de assegurar direitos sociais ou mesmo de comunicação e negociação com os (e a partir dos) enunciados dominantes.

O caboclo amazônico, na sua complexidade, habita um mundo que ele sabe não lhe ser reconhecido como seu. Habita por concessão, por favor de uma outra categoria social, o grupo não menos difuso, hoje em dia, que é dominante colonizador. Da mesma forma, habita uma identidade que somente não é difusa enquanto relação de poder. Nesse cenário, se ocorre o fenômeno da denegação é porque ele se tornou, sempre por sedimentação na intersubjetividade amazônica, o espaço de comunicação possível. Em conclusão, podemos dizer que o tipo ideal dos caboclos da Amazônia constitui uma margem imprecisa e invisível, marcada por uma inexorável tendência à denegação. Não sendo ele, portanto, um sujeito sem identidade, mas sim um sujeito de contra identidade aceita, sobre o qual pesa uma permanente característica simbólica de negatividade (CASTRO, 2013, p. 462).

Nas reportagens televisivas analisadas, por exemplo, a operação discursiva que dilui a diversidade social numa massa cabocla amorfa, representada por termos como “populações distantes, comunidades, amazônicas, ribeirinhos”, fica ainda mais evidente no momento em que a repórter anuncia que “um grande barco equipado de alta tecnologia, vai navegar pelos rios para levar pesquisa às populações distantes” e, neste momento do vídeo, a edição que se refere a essas mesmas “populações distantes” apresenta como imagem correspondente o detalhe de uma penca de bananas pendurada numa banca de frutas cujo fundo é encoberto por um pé-de-laranja (JORNAL HOJE, 31.10.2015).

O final da primeira reportagem, veiculada pela Globo no Jornal Nacional, também utiliza do mesmo recurso ao intercalar a fala do entrevistado Roberto Smeraldi sobre a região - “Que as pessoas enxerguem a Amazônia não só para extrair ingredientes, mas um lugar de referência para pesquisar, avançar, para inovar” - com uma sequência de imagens: a primeira do entrevistado, logo substituída por outras cinco, 1) de uma paisagem florestal com cachoeira, 2) de um rio, 3) de um

¹⁰ Sobre a percepção do caboclo como *tipo social* e não como *grupo* ou *categoria social*, Castro explica: “Parto também desse teorema, não o considerando como um grupo social. Porém, prefiro também não o tratar como categoria social, tal como proposto por Lima, mas enquanto tipo ideal: uma categoria sim, mas uma categoria discursiva, classificatória, cujo sentido está numa intersubjetividade em produção mais que numa subjetividade constituída. Não considero o caboclo como uma categoria biótica, ou como um cidadão com status social ‘mestiço’. Observo-o em sua condição antrópica, social e subjetivamente conformada por representações culturais de negativas. Observo-o como tipo ideal para analisá-lo com as próprias categorias de subjetividade social que conformam sua exclusão e sua inclusão no cenário social amazônico” (CASTRO, 2013, p. 436).

¹¹ “Nomear essa identidade étnica, ao mesmo tempo compósita, dispersa e massiva, e contra sua própria compreensão, desejo de significação ou processo de representação, constitui uma violência simbólica das mais importantes para a formação da sociedade amazônica contemporânea. Violência porque foi uma identidade imposta. Imposta pela hesitação da lógica colonial, eternamente perdida entre um pragmatismo mercantilista que via as populações amazônicas como um recurso econômico e uma moral religiosa que as via como um desafio de redenção. Porém, também, hesitação da prática científica, que apenas muito tardiamente começou a nomeá-los”, aponta o autor (CASTRO, 2013, p. 433)

pássaro, 4) de um macaco e 5) de outra paisagem, dessa vez com uma árvore no primeiro plano e o sol em destaque ao fundo.

Além disso, por todo o texto há referências sobre o desconhecimento dessa “população” local acerca da biodiversidade inerente aos seus ambientes naturais, seja pela necessidade de formação e preparo para “trabalhar com esse material”, pela previsão de “receberem” a pesquisa a ser levada pelos barcos ou por “nunca terem se apropriado de produtos, como cacau, como uma coisa deles”.

Há, no entanto, um segundo nível de “pessoas” identificadas por essas falas como públicos consumidores ou usuários do novo projeto lançado pelo governo em Milão. Discursivamente, são pessoas tratadas como os agentes efetivamente habilitados a “levar conhecimento” a quem não tem ou de produzir um conhecimento para (ou no lugar de) quem não é capaz de fazê-lo, seja quando se fala da “escola para receber pessoas, estudantes, pesquisadores do mundo inteiro” ou quando se ressalta a importância de “que as pessoas enxerguem a Amazônia não só para extrair ingredientes”.

Por sua vez, a presença de fontes ligadas ao empresariado local e nacional e aos representantes governamentais, são as que se autorizam (ou são socialmente autorizadas) a falar em nome de um modelo de “desenvolvimento” para a região, para o qual a alta culinária, a sustentabilidade e o meio ambiente seriam agora os elementos centrais.

Essa discussão remete à outra, identificada por Castro como uma variação no “debate público a respeito dos caboclos”, a partir de um “discurso desenvolvimentista”, que operaria a partir de um tratamento quase paternalista e demagógico sobre a sua presença e importância para a região.

Sustentado tanto pelo “objetivismo racionalista desde a experiência positivista paraense, de grande importância no jogo político da era laurista, entre 1889 e 1930 e, mais tarde, também pelo paradigma ecologista, tal corpus discursivo buscou compreender os caboclos por meio de um viés acentuadamente utilitarista”. “Não sendo etnográfico, ainda que eventualmente utilize elementos etnográficos para se estabelecer”, ele estaria presente na “fala institucional de órgãos públicos de planejamento e na fala política da região amazônica, sobretudo a partir da década de 1980”, reconhecendo “os caboclos como depositários essenciais e úteis dos diversos conhecimentos autóctones da Amazônia”, por isso mesmo com o “status de elementos úteis e mesmo privilegiados para o desenvolvimento da sociedade ocidental”. “De onde se deduz que, dessa maneira úteis, merecem eles a possível ‘proteção’ e o ‘reconhecimento’ de sua identidade”, completa o autor (CASTRO, 2013, p. 451-452).

No caso dos “caboclos” (ou melhor, das “populações distantes” e “comunidades”) desses textos aqui analisado, essa possível “proteção” e “reconhecimento” estão associados também ao “exotismo” e serão assegurados pelo auxílio de cientistas nacionais e estrangeiros, levados junto com laboratórios navegantes aos mais diversos rincões da região. Por sua vez, a “identidade” caboclaas socia a presença humana à existência de uma biodiversidade desconhecida (representada por imagens de bananas, paisagens e animais exóticos, entre outras), necessitando de apoio para aprender mais sobre si e sobre os potenciais econômicos capaz de inseri-los num circuito econômico internacional.

Esse discurso é carregado por matrizes icônicas, ou seja, por referenciais de fácil e superficial identificação, normalmente associados a uma fetichização do espaço amazônico. As ideias-força desse discurso fetichizam os caboclos de maneira romântica, colocando-os num plano etéreo e, o que é pior, dissolvendo toda a sua variedade e contradição, como se fosse um ‘povo’, e, por vezes, uma espécie de

povo 'escolhido' da amazônica. Essas ideias-força se associam a percepção da Amazônia como 'pulmão da terra', 'banco genético do planeta', 'futuro do mundo', 'almoxarifado de medicamentos futuros', 'esperança verde' ou 'ar-condicionado do planeta [...]'. Duas matrizes a caracterizam como representação social: a função economicista, que projeta os caboclos como fiéis depositários do conhecimento da floresta e a função utopista, que os projeta como o centro nevrálgico da razão humana amazônica. Esse discurso economicista e utopista acaba por construir, na busca pela delimitação de seu objeto, a mais elaborada e sólida mistificação da identidade cabocla. Elaborada porque utiliza, e estigmatiza, com maestria, falas do saber etnográfico, do saber econômico e do saber artístico, revestindo-as com uma função política e midiática que tem grande poder de massificação e legitimação na sociedade. Esse tecido diversificado de falas e espaços de enunciação acaba conformando um campo social e, mais que isso, um conjunto estruturado de impressões. Essas impressões estão distribuídas na vivência cotidianadas sociedades amazônicas. Estão sedimentadas. E podem ser compreendidas como um tipo ideal a respeito dos caboclos. Porém, há algo de errado com elas: elas representam alguém e algo que, contrariamente, não possuem com elas uma relação de correciprocidade. Alguém e algo que não se veem encaixados nisso e para que e quem o tipo ideal não vem a ser propriamente ideal (CASTRO, 2013, 451-452).

1.2. As tentativas históricas de eliminação e a permanência de uma economia de base extrativista na região amazônica, segundo Francisco de Assis Costa

Conforme apresentado antes, ao invés do reconhecimento dos arranjos produtivos potenciais ou existentes, que poderia ser acentuado por discussões e planejamento conjunto entre o governo, as entidades da "sociedade civil" envolvidas e os protagonistas de trajetórias econômicas nada desprezíveis, parece que há em curso uma nova forma de negar discursivamente a (ou ao menos uma nova recusa da importância da) atividade extrativista como propulsora do desenvolvimento da região, a partir da tentativa de criar um novo "ciclo" econômico baseado numa rede aparentemente nova de serviços para as antigas "drogas do sertão", como se verifica na fala de Roberto Smeraldi, uma das lideranças do Centro de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia: "É hora de acabar com o extrativismo do ingrediente: a Amazônia tem de liderar no conhecimento e mostrar ao mundo que a diversidade pode ser transformada de obstáculo em oportunidade" (AGÊNCIA PARÁ/SECOM, 2015, grifos meus).

Não é de hoje que as dificuldades no trato teórico da questão rural amazônica o fuscamos reconhecimento de uma economia camponesa, historicamente constituída e com significativa importância para as dinâmicas de desenvolvimento regional, mas continuamente banida do conjunto de políticas e ações de Estado, dada a incapacidade dos agentes e instituições em reconhecer a sua distinção quanto aos processos verificados em outras regiões do país.

Compartilhada tanto pela matriz marxiana quanto pela neoclássica, o pressuposto de que os camponeses seriam incapazes de conviver com o universo capitalista corrobora o argumento de que a dinâmica industrial de modernização eliminaria de vez do setor rural a economia alimentada por esse grupo. Os equívocos incluem desde a indiferença à heterogeneidade social do mundo rural quanto a equivocada previsão de que a categoria estaria fadada à extinção, pois, inevitavelmente, a história transformaria os camponeses ou em membros da burguesia, por seu caráter de proprietários de terras, ou, em função das expropriações e da falta de condições de manter a competitividade junto a um sistema capitalista de produção, em novos operários.

Como resultado desse tipo de orientação, os camponeses teriam sido historicamente relegados a um plano inferior no que tange ao acesso a financiamento, infraestrutura e planos de governo destinados ao espaço rural.

Essa ideia (de que a extinção dos camponeses seria uma questão de tempo para a consolidação das fronteiras capitalistas no campo) foi refutada por Chayanov ainda no começo do século XX, ao apontar a existência de estruturas camponesas, baseadas no trabalho familiar orientado por uma razão que visaria ao suprimento das necessidades reprodutivas, com capacidade de transformar as tensões geradas (pelo ambiente socioeconômico ou por necessidades relacionadas à própria família) em investimentos e inovações tecnológicas, o que lhes dá capacidade de permanência histórica no mundo capitalista. Diferentemente da empresa capitalista, a natureza e a lógica de produção camponesa articula a capacidade de produção às necessidades de consumo (reprodutivas) da família, definindo a extensão do trabalho a ser aplicado por um cálculo que equilibre, de modo a garantir o máximo de estabilidade relativa, “a insatisfação da família com o seu nível de consumo” e “o grau de fadiga e incômodo para cada nova unidade de trabalho alocado” (COSTA, 2010).

Prova disso (de que os camponeses seriam sim capazes de resiliência diante dos avanços da sociedade industrial) estaria na existência de um campesinato na Amazônia, cuja formação resultaria de relações complexas de violência e tentativa de controle da mão-de-obra indígena por religiosos e colonos, datando o seu surgimento da segunda metade do século XVIII em diante e a sua consolidação no período entre 1790 e 1822, período em que Portugal põe fim às políticas regionais que ficaram conhecidas como a “Reforma Pombalina” (COSTA, 2012c, p. 42).

A formação desse campesinato amazônico (que, no decorrer dos séculos, tenderá a se diversificar cada vez mais em relação à presença territorial e às atividades produtivas) não teria se dado sem duas formas de desmontamento principais em relação à Coroa Portuguesa desde os primórdios dos tempos coloniais. A primeira diz respeito ao objetivo inicial da metrópole de domesticar a natureza “selvagem” a partir de um projeto agrícola com base no modelo de *plantation* para a região, que, diante do fracasso das monoculturas de grandes extensões por questões ecossistêmicas/ambientais, precisou ser reajustado logo no primeiro período colonial (1616-1686), para garantir basicamente o suprimento das necessidades internas à colônia.

Já a outra se refere à necessidade de uso intensivo do trabalho indígena no contexto de um extrativismo de “equivalentes ou substitutos de especiarias”, que, diante do fracasso do projeto agrícola, mostrou-se como única possibilidade de produção de mercadorias em escala suficiente para o mercado mundial. O extrativismo de coleta tornou-se assim central ao projeto português para a Amazônia, requalificando a mão-de-obra indígena como única capaz de manejar o meio ambiente regional, o que culminou em severas disputas pelo controle do trabalho indígena entre colonos e missionários e em violentas estratégias de compulsão dessa força de trabalho por um sistema de constrangimentos de seus sujeitos, a partir dos aldeamentos e das missões (COSTA, 2012c, p. 40), revistos posteriormente pelas políticas de Pombal na Amazônia (1756-1777).

Os primeiros cinco anos da gestão pombalina, nos quais se forjaram as reformas que marcaram os tempos seguintes, foram anos de crise de um sistema que já tinha história, que já seguia um trajeto no qual mostrara seu potencial na perspectiva do império colonial. As reformas pombalinas não ocorrem para, enfim, montar uma economia agrícola (como sugere Almeida, 1997: 227-235). Fizeram-se para superar o que se conseguia ver dos gargalos expostos por um momento

crítico daquela economia que, não obstante estranha, posto que baseada em extrativismo, já tinha um passado do qual o presente era apenas dependente. Na busca da superação do que se entendia como fundamentos da crise, aí sim, um projeto institucional, de estado, de “criação” de uma agricultura eficaz – uma retomada do projeto agrícola civilizatório dos primórdios da Colônia, com nuances que abrigavam um campesinato (COSTA, 2012c, p. 56)

De modo que, quando as políticas pombalinas forem encerradas na região amazônica, estará em evidência o desempenho econômico de um campesinato (extrativista e agrícola), já sob o arranjo de novas famílias, que desenvolverá paralelamente um capital mercantil endógeno à Colônia, formado por regatões, marreteiros e aviadores, fundamentais à incorporação de seus produtos no mercado regional, para além dos empreendimentos da produção agropecuária por colonos escravistas e pelos diretórios.

Ainda que sob a invisibilidade produtiva tornada visível apenas por essa face mercantil, o novo campesinato identificado por Costa passará a responder com uma significativa participação no quadro da produção econômica rural da região desse período em diante.

No início do século XIX, a economia da região amazônica baseava-se nas unidades de produção caboclas, famílias nucleadas que praticavam a agricultura e o extrativismo, sendo parte deste último destinada ao comércio. A reprodução dessas unidades pressupunha relações com o capital comercial, nas formas mediadas por regatões, esses pequenos comerciantes que adentravam de barco a floresta por rios, paranás e igarapés com o fito de trocar produtos industrializados por regionais, geralmente sem se utilizar meio circulante, dinheiro, e por marreteiros, comerciantes com posições fixas estabelecidos nas povoações ribeirinhas; ambos conectados aos grandes comerciantes de Belém que, em última instância, dominavam o comércio regional e colocavam a produção local no mercado mundial (COSTA, 2012c, p.61).

A esse campesinato se juntam novos integrantes, tanto orientados pelo extrativismo quanto pela agricultura no decorrer dos séculos seguintes, como nos momentos de formação dos seringais no período conhecido como *Belle Époque*, ou durante a abertura de ferrovias ou de rodovias no final do século XIX e no decorrer do século XX, entre outros marcos históricos.

A despeito do surgimento, em meados do século XX, de um novo paradigma de produção (intitulado por Costa como agropecuário), que concebe a natureza a partir de uma lógica industrialista, baseada em esforços de padronização e homogeneização como constantes tentativas de subordinar, controlar e reduzir a influência da natureza sobre o tempo e a disposição do processo produtivo, é, segundo aponta o autor a permanência desse campesinato (extrativista e agrícola) que também explicará a dificuldade de formação de um mercado de trabalho com as dimensões exigidas por grandes projetos capitalistas intensivos em mão-de-obra, como o empreendimento instalado pela Ford na região na segunda metade da década de 1920.

Na medida em que os camponeses dispõem dos meios de produção necessários à sua existência e atuam por uma lógica própria de eficiência reprodutiva, tendem a resistir ou mesmo recusar a adesão ao trabalho assalariado, organizado a partir de critérios capitalistas de produção. A depreciação da natureza por técnicas homogeneizadoras de ambientes e de processos produtivos, adotados por empreendimentos agropecuários, tende a exigir também, de forma crescente, a contratação de mão-de-obra para o aumento de escala que garanta taxa de lucro suficiente para

justificar a produção, recaindo no mesmo problema, o da ausência de um mercado de trabalho nas proporções necessárias a tais empreendimentos (COSTA, 2000).

É aí, entre outros pontos, que as discussões levantadas por Castro (2013) a partir dos discursos antropológicos, religiosos, políticos e literários sobre a representação dos “caboclos” no decorrer do século XX como indolentes e preguiçosos, como força de trabalho inadequada para os processos de desenvolvimento regionais fariam algum sentido do ponto de vista produtivo, na medida em que a razão instrumental e mesmo filosófica das formações intelectuais urbanas em diferentes momentos da história pouco poderia reconhecer as especificidades, tão pouco as vantagens de um modo de produção em bases diferentes das capitalistas.

1.3. Possíveis conexões entre os “caboclos” e a Trajetória Camponesa Agroflorestal (T2)

Reconhecer como “campesinato” as diversas formações “caboclas” da Amazônia só faria sentido, segundo Castro (2013), ao se considerar “a história violenta da ocupação fundiária amazônica, com suas peculiaridades ou com as generalidades do processo fundiário brasileiro”, e “os sucessivos processos de encontro havidos na formação econômica e social da Amazônia” – o que provavelmente fará com que” todos os itens clássicos de seu aspecto sociocultural, que hoje compõem a representação social que se faz dos caboclos, percam grande parte de seu sentido” (CASTRO, 2013, p. 456-457).

Segundo ele, esse reconhecimento das populações caboclas como um campesinato rural amazônico só seria adequado, do ponto de vista identitário, se, entre outros fatores, fosse levado em consideração “o fato histórico de que a sua territorialidade e sua prática de uso econômico e social do espaço possuem, também elas, uma natureza disruptiva [...]”. “Ou seja, que o que há, na realidade, é um processo fragmentário e multifacetado, e não uma contiguidade, talvez necessária para se compreender a população cabocla como, propriamente, um campesinato”, completa (CASTRO, 2013, p.458).

Nesse ponto, ele corrobora a leitura de Costa, ao propor a noção de trajetórias tecnológicas como possibilidade de incorporar à pesquisa da realidade agrária amazônica o seu principal atributo: a heterogeneidade de lógicas, estruturas e agentes que regem as dinâmicas econômicas, sociais e ambientais nela atuantes.

Resultante de uma convergência teórica que combina elementos das tradições schumpeterianas, keynesianas, marxistas e da Escola da Regulação Francesa, essa noção possibilita empreender análises de modo complexo ao resguardar a pluralidade de razões e estruturas que orientam as diversas dinâmicas e atividades, compreendendo ainda as formas distintas de percepção e apropriação da natureza, da terra, dos fundamentos técnicos, da gestão do trabalho, da produção e partilha de conhecimento, da organização social, da capacidade de inovação e resiliência diante de crises e tensões, assim como dos vínculos históricos e das próprias especificidades dos territórios em que essas dinâmicas se dão.

Ela parte da crítica ao entendimento do processo decisório do indivíduo por uma racionalidade estritamente maximizadora, orientada por uma racionalidade padrão e objetiva, então substituídas por razões distintas e limitadas, ao mesmo tempo em que incorpora graus de liberdade que dotam os sujeitos de certa autonomia na construção do mundo, ainda que facilitados ou constrangidos (portanto, mediados) por uma série de instituições.

A partir dessa abordagem complexa, que combina aspectos econômicos a elementos institucionais e ao papel social, que implica no reconhecimento da importância social das estruturas, a partir da forma como atendem às próprias necessidades de divisão social do trabalho e da forma de apropriação dos recursos naturais disponíveis numa região como a Amazônia, a noção de Trajetórias Tecnológicas requer também a suposição da existência de paradigmas tecnológicos distintos que concorrem sob a forma de modelos de desenvolvimento agrário para a região¹². Seus fundamentos produtivos e resultados da produção, apoiados por um conjunto de suportes institucionais distintos, diferenciam-se pela vinculação a universos simbólicos próprios e pelas formas de incorporação do bioma amazônico/capital natural e da mobilização/organização e aplicação do capital físico e de trabalho.

As Trajetórias Tecnológicas são, portanto, “as formas particulares e concretas da realização de um paradigma tecnológico”. Elas se realizam a partir de interações dinâmicas entre necessidades sociais e privadas, assim como de procedimentos técnicos e institucionais. De forma concreta, manifestam-se pela oferta de produtos, gerados por tipos de empresas (ou agrupamentos) que obedecem a processos decisórios, relações sociais e técnicas próprios (COSTA, 2012).

De um lado a empresa patronal, movida pelo trabalho assalariado e norteadas pela pretensão de eficiência marginal do capital, nas quais as decisões são ponderadas por alternativas de processos de apropriação da terra e recursos naturais que obedecem a critérios de cotejamento orientado pela expectativa de lucro. Do outro, as empresas camponesas, baseadas no trabalho familiar orientado por uma razão de eficiência reprodutiva que subordina a eficiência marginal do capital. Elas se autogerem pelo atendimento das necessidades reprodutivas das famílias, alocando recursos produtivos e decisões de mudança a partir de um balanço entre necessidades e tensões, com capacidade de transformar as tensões reprodutivas em investimentos e inovações tecnológicas, o que lhes dotam de um tipo de consistência intertemporal em que as decisões atuais (do presente) tentam prever e resguardar as necessidades do futuro (COSTA, 2012).

Em síntese, a proposta de leitura da realidade agrária por meio de Trajetórias Tecnológicas¹³ ajuda a compreender, no plano macro, a presença de dois projetos de desenvolvimento de base rural distintos e concorrentes, assim como num plano mais próximo da realidade a significativa diversidade de agentes e de situações presentes na realidade agrária amazônica.

Por sua vez, a permanência de um campesinato cuja base produtiva de extração de produtos florestais não-madeireiros pressupõe a manutenção e o uso de áreas de floresta conformará a estruturação de uma trajetória tecnológica específica, conhecida como Trajetória Camponesa Agroflorestal (T2), ligada tanto ao paradigma extrativista quanto ao

¹² Na Amazônia, três paradigmas conformariam modelos de desenvolvimento agrário distintos para a região: um agropecuário, um extrativista e o último intermediário, intitulado de agroflorestal. Para saber mais e se aprofundar nas discussões, ver COSTA, Francisco de Assis. *Elementos para uma economia política da Amazônia: Historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade*. Belém, NAEA, 2012.

¹³ Por meio de modelagens e análises que combinam aspectos como relevância social e privada da produção, influência dos grupos de produtos nos investimentos por fontes endógenas e exógenas, a qualificação dos grupos de produtos e a interação entre eles (a diversidade de formas com que esses produtos são combinados), seguida da forma como a atuação institucional se dá e influencia a combinação de grupos de produtos, assim como a maneira com que sua produção física evolui no decorrer do período analisado (1995-2004¹³), seis trajetórias tecnológicas¹³ foram identificadas como predominantes na configuração do agrário na Região Norte – sendo 03 de base camponesa e outras 03 patronais. Mais adiante nas análises, quando comparado o período de 1995 a 2006, verifica-se que a T4, trajetória patronal especializada em pecuária de corte, seguiu por uma tendência inesperada de aumento contínuo do grau da diversidade, redistribuindo parte do valor bruto da produção para as culturas temporárias, tendo a importância das últimas superado à atividade principal em alguns casos, o que indicaria o surgimento de uma nova trajetória, a T7, compatível com o crescimento da produção de grãos, em especial a soja, assim como o milho, em diferentes áreas da Região Norte (COSTA, 2012, p.162).

agroflorestal, que implica na combinação das práticas extrativistas com atividades agrícolas diversas - o que, nesse último caso, também pressupõe em algum nível a preservação da natureza originária.

Sua presença se estende até hoje nas mesorregiões Norte, Sul e Sudoeste Amazonense, assim como no Médio Amazonas, na região Tocantina do Nordeste Paraense e na Região das Ilhas do Pará, lugares em que a intensa vida colonial culminou, conforme antes mencionado, na geração de um campesinato caboclo especializado no extrativismo de coleta.

Logo após a primeira década do século XX, quando a crise nos preços internacionais por conta da concorrência asiática altera os volumes de exportação da borracha amazônica, parte do corpo de migrantes nordestinos arregimentados para as atividades de extração, então formatadas sob o arranjo de seringais, também se dispersa entre famílias camponesas extrativas da própria borracha ou de novos produtos, como a castanha-do-pará, em áreas como o Vale do Acre e o Sudeste Paraense.

Cabe ressaltar que, segundo Castro (2013), a importação dessa mão-de-obra do Nordeste para a Amazônia, assim como a sua presença ou valorização (assim como a de estrangeiros) em detrimento do “caboclo” regional, não se deu sem tensões discursivas e políticas nos ambientes intelectuais de distintos momentos do século XX.

Sudeste e Sudoeste Paraense também foram destino de grupos ligados a essa trajetória camponesa a partir de frentes mais recentes, como as orientadas pela expansão das fronteiras na Amazônia com a imposição de projetos de infraestrutura, desenvolvimento e colonização nas décadas de 1960 e 1970 pelo governo federal, e, nos períodos mais recentes, por práticas que estimularam a regeneração de áreas agrícolas degradadas (COSTA, 2012, p. 160)¹⁴.

No entanto, a despeito da idealização de uma identidade “cabocla” forjada pelas *forças românticas do folclore* e de *toda elaboração cultural patrimonialista* apontada por Castro (2013, p.456), economicamente o desempenho dessas famílias camponesas que compoariam a T2 não seria nada desprezível, como querem fazer crer os enunciados jornalísticos e governamentais a respeito dessa trajetória tecnológica, que no imaginário e nos ambientes midiáticos tende a ressurgir como *tipo ideal*.

Entre as seis trajetórias reconhecidas por Costa, a Trajetória Camponesa T2 destaca-se pelo seu potencial de protagonismo quanto a um desenvolvimento de bases socialmente mais justas e igualitárias, economicamente criativo, dinâmico e eficiente, com baixa entropia, na medida em que:

- no Censo de 1995-96 apresentava-se como capaz de ocupar 502 mil pessoas, distribuídas entre 130,5 mil estabelecimentos camponeses numa área de 03 milhões de hectares;
- ao mesmo tempo em que respondia por 21% do valor bruto da produção, com elevada taxa média de crescimento entre 1990 e 2006 de 6,1% a.a. e a despeito de sua taxa de investimento em 1995 ter sido de 3%;

¹⁴Parte da localização das empresas camponesas ligadas a essa trajetória coincide com o que Castro aponta ao refazer os caboclos como tipo ideal, dispersos em “alguns milhões de indivíduos, principalmente na várzea que se estende de Belém, no estuário do Amazonas- -Tocantins, até Iquitos, no Peru, mas também por diversas áreas de terra firme, nos grandes interflúvios amazônicos e em meios amazônicos mais diversos, como na zona agrícola costeira do litoral atlântico paraense, nos campos da Ilha de Marajó ou mesmo nas periferias das grandes cidades, Belém e Manaus” (CASTRO, 2013, 453).

- apresentava no mesmo período a maior produtividade por área de todas, alcançando 5,99 hectares por trabalhador quando analisada a relação entre terra e trabalho, crescente a uma taxa de 11,4% a.a., enquanto a área em operação aumentava a meros 1,1% a.a.;
- sua menor rentabilidade líquida por trabalhador em 1995 é recuperada nos anos seguintes, em função de condições externas (industrialização de produtos orientada por ações de governo ou empresas líderes), demonstrando capacidade de crescimento a uma taxa de 12,7% a.a. e relevância ímpar num quadro de análise que tenha a pobreza como fator a ser superado a partir das bases estruturais de produção tanto inclusiva do ponto de vista da geração da renda familiar quanto ambientalmente sustentável;
- do ponto de vista ambiental, é a trajetória mais afeita a um ideário conservacionista do bioma amazônico, apresentando baixo percentual de degradação de terras, correspondente a apenas 3% do total, junto com o mais elevado custo de oportunidade da Entropia do setor, crescente a 9,9% a.a., e o mais baixo balanço líquido de dióxido de carbono (Entropia inerente a partir do CO₂), cujo valor responde por apenas 2,6% de todo o conjunto analisado e aumento em ínfimos 0,9% a.a.(COSTA, 2012, p. 156, 179 e 303).

Dessa forma, nenhum programa ou política de desenvolvimento territorial e endógeno, que leve em conta a necessidade de assegurar estruturas sociais mais equânimes e consistentes, assim como critérios econômicos e ambientalmente virtuosos, pode prescindir de reconhecer e considerar o direito à permanência e o incentivo dessa trajetória, com a criação de institucionalidades capazes de compreender e se adequar a seus modos de vida distintos e de observação do mundo próprias. Reconhecidamente extraordinária na forma de produzir e negociar a sua participação no mundo ocidental e no mercado, ela detém um enorme potencial de liderança de composição de arranjos produtivos que sejam efetivamente mais favoráveis à região.

2. Reconstituindo o silêncio e a invisibilidade sob novas formas de narrativas

A revisão historiográfica proposta por Costa do surgimento, consolidação e expansão de uma formação rural extrativista na Amazônia do século XVIII aos dias atuais (COSTA, 2010, 2012, 2012a), associada à identificação de um campesinato regido por lógicas produtivas e reprodutivas próprias com significativa importância econômica, aponta o papel exercido por historiadores nacionais para a construção narrativa de enunciados que, não apenas obscurecem e enviesam a complexidade da economia e da sociedade regionais, como operam discursivamente para o “silenciamento” e “invisibilidade” de estruturas, de atividades e agentes de grande relevância para a região no decorrer de todo o período abordado – a exemplo do que também foi apontado a partir das notícias repercutidas sobre o Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia.

Dessa releitura apresentada anteriormente, tornam-se visíveis os pressupostos que induziram à interpretação reducionista da história (e da economia) regional por autores nacionais e regionais proeminentes desde os tempos coloniais (e que hoje continuam a ser reproduzidas nas falas anteriormente destacadas): o pressuposto que desqualifica a produção extrativa florestal não-madeireira como resultado da (e geradora de) pobreza, fruto de mera improvisação ou acidente e típica de uma economia miserável, que viria a ser devidamente substituída por um projeto agrícola, baseado em eficiência e atrelado a um ideário “civilizatório” para a região.

Esses elementos discursivos continuam a impregnar simbolicamente até os dias de hoje não apenas outras abordagens técnicas e científicas (a exemplo de teses sobre a pobreza rural e a participação camponesa no desmatamento, conforme apontado por COSTA, 2012 e 2015) mas corroborar a elaboração de projetos políticos excludentes, sustentados por organizações governamentais e não-governamentais de diversas naturezas, assim como os enquadramentos midiáticos de fontes (pessoas a serem incluídas no discurso construído pelo jornalismo sobre a região) e notícias, que continuam a combater a suposta “precariedade” de um extrativismo “rústico” e a quem dos ideais de modernidade(s), progresso e de desenvolvimento para a região.

Para além das representações reificadas, também apontadas por Castro a respeito desse campesinato “caboclo” de identidade denegada, cuja (alta) performance (também invisível) em análises econômicas, sociais e ambientais foi destacada nas seções anteriores, torna-se urgente questionar sobre a possibilidade de encontrá-lo sob outras aparências, seja por meio da releitura de textos históricos ou da criação de formas independentes de expressão e representação, a partir do desenvolvimento de metodologias que *conciliem as novas tecnologias de captação de áudio e vídeo às narrativas orais e registros sobre as suas histórias, buscando assim dar visibilidade à sua presença e heterogeneidade no interior da Amazônia.*

Para dar conta desse cenário de *inter-relações*, tem sido pensado (a partir da pesquisa em fase inicial) se há métodos de coleta que, nesse caso, possa envolver, a partir de uma escuta mediada por dispositivos de captação de áudio e vídeo, manuseados pelos próprios participantes, a produção de narrativas (re)construídas por eles mesmos.

Por meio desses novos “*intertextos*”, o objetivo é refletir a respeito da história sobre como eles vêm produzido a vida material, como têm se organizado para isso, como registram suas vidas e histórias familiares no decorrer do tempo, como se auto identificam em relação a essa presença histórica na região, transpondo parte dessas experiências aos relatos produzidos a partir de uma metodologia experimentada em campo. Diante da oportunidade de reelaborar assim a própria trajetória por meio da narrativa, também questiona-se se o(s) narrador(es) teriam a chance de reintegrar ao ato da comunicação a experiência, atributo que, para Benjamin, é o que lhe confere uma forma quase artesanal, na medida em que “não está interessada em transmitir o ‘puro em-si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório” (Benjamin, 1985, p.205).

A narrativa é “uma forma artesanal de comunicação” porque a maior preocupação do narrador é a mesma do artesão, a saber, encaixar “a coisa” em seu ambiente, à maneira de um pedaço de madeira ou de uma pedra preciosa a serem inseridos em seu local definitivo. Não importa se o trabalho de encaixe se refere à inserção técnica de uma peça em um ambiente maior ou serve de metáfora para a integração das pessoas em seu ambiente social, o principal é que peças e pessoas nunca se isolem do seu contexto habitual, isto é, de sua “casa”. Além de recorrer ao tempo para evidenciar as diferenças entre o ritmo pré-moderno e o moderno, Benjamin se vale da dimensão do espaço quando diferencia o isolamento do “puro em si” da integração de pessoas e objetos em um determinado ambiente (OTTE, 2012, p.68).

Para Dutra (2002), nessa mesma direção, a da experiência, é “que a pesquisa fenomenológica e existencial se encaminha, uma vez que tal perspectiva enfatiza a dimensão existencial do viver humano e os significados vivenciados pelo indivíduo no seu estar-no-mundo”, que passa a ser também a de “estar-com-no-mundo”. Porque, ao transpor os “filtros” impostos a tratamentos técnicos ou jornalísticos, pressupostos à formatação do relatório e da informação, a narrativa

acrescenta aos fatos e acontecimentos as emoções que percorrem a trajetória vivencial de quem o faz, reconstituindo a partir disso uma relação de intersubjetividades, que se dá “num universo de valores, de afeto, num passado que se articula com o presente e apoiado numa situação que reflete, revela, conserva e transcende o mundo em que esses personagens estão inseridos”. E, na medida em que a experiência é desvelada pela sua construção e reconstrução através da linguagem, acaba também por sensibilizar e inserir o pesquisador como participante e sujeito dessa experiência (DUTRA, 2002, p. 374).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo, 1985, Obras escolhidas, v.1.

CASTRO, F. Fonseca de. **A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2013, v. 56 n° 2.

COSTA, F. de A. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém, NAEA, 2000.

_____. **Economia Camponesa: Eficiência Reprodutiva e Capacidade de Permanência**. Belém: NAEA, 2010.

_____. **Elementos para uma economia política da Amazônia: Historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade**. Belém, NAEA, 2012.

_____. **Formação Rural Extrativista na Amazônia: Os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém, NAEA, 2012a.

_____. **A Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo: Teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira**. Belém, NAEA, 2012 b.

_____. **Agrarian Dynamic, CO2 balance and deforestation in Amazon: na approach to sustainable development base on structural heterogeneity**. Submitted paper, 2015.

DUTRA, Elza. **A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica**. Estudos de Psicologia, 2002, 7(2), 371-378.

OTTE, George. **Vestígios da experiência e índices da modernidade**. In **Walter Benjamin: Rastro, aura e história**. Sabrina Sedlmayer, Jaime Ginzburg (Org.) – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TAKETA, Brenda. **FÓRUMS VIRTUAIS DE REDD: análise da função comunicativa na construção de políticas orientadas por organizações da sociedade civil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 146 f. Belém, 2012.

CORPUS DE ANÁLISE

AGÊNCIA PARÁ/SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO. **Belém vai abrigar Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade na Amazônia**. Reportagem de Lidiane Sousa. Disponível em http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=118018. Última consulta em 01.11.2015.

AGÊNCIA PARÁ/SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO. **Belém ganhará Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade**. Reportagem de Tatiane Dias. Disponível em http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=118484. Última consulta em 01.11.2015.

JORNAL HOJE/REDE GLOBO. **Crônica mostra que a comida da Amazônia faz sucesso na Expo Milão**. Reportagem de IlzeScamparini. Edição do dia 31.10.2015. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/10/cronica-mostra-que-comida-da-amazonia-faz-sucesso-na-expo-milao.html>. Última consulta em 01.11.2015.

JORNAL NACIONAL/REDE GLOBO. **Encantos e sabores da Amazônia chegam a Expo Milão**. Reportagem de IlzeScamparini. Edição do dia 30.10.2015. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/encantos-e-sabores-da-amazonia-chegam-expo-milao.html>. Última consulta em 01.11.2015.

CULTURA SURDA E INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

Ariana Boaventura Pereira¹

RESUMO

Uma abordagem sobre questão Surda entre os indígenas da Amazônia, fenômeno que, parece ter sofrido certo apagamento nas crônicas dos viajantes, e mesmo, de historiadores, devido ao fenômeno da surdez, geralmente atingir de modo bastante particular uma minoria da população, apresentando-se quase sempre como um problema de saúde e não inserida dentro de uma perspectiva étnico cultural específica, como o caso da etnia Ka'apor, com sua linguagem de sinais peculiar. Tal problemática apresenta-se relevante quanto à condição cultural em sua especificidade, frente às políticas públicas atuais em sua prática heterogênea, especialmente quando pouco se sabe quanto à ocorrência da surdez entre os indígenas como dado cultural etnográfico e linguístico significativo, e mesmo quanto ao ensino da LIBRAS/Português como segunda língua oficial em território nacional, oferecida aos demais indígenas surdos inseridos no sistema educacional brasileiro, quando o são, a exemplo das práticas inclusivas nas cidades de Dourados e Ipuacu, no Mato Grosso do Sul, de forma pioneira, cuja metodologia, tende a apresentar potenciais contribuições na construção de novas linguagens de sinais indígenas que atendam os anseios dessas comunidades em suas peculiaridades culturais e anseios históricos, posto que o fenômeno cultural seja dinâmico por sua própria essência. Dessa forma, a questão cultural surda quanto aos indígenas da Amazônia, necessita ser entendida dentro de sua especificidade étnica, no sentido do empoderamento dos sujeitos em construir sua própria história e trajetória de forma autônoma, ao invés de submeter-se à história do poder colonizador, vislumbrando novos horizontes possíveis a partir da riqueza dessas experiências ímpares de resistência, superação e acessibilidade.

Palavras chave: cultura surda, indígenas, amazônia, língua de sinais, acessibilidade

INTRODUÇÃO

A questão historiográfica referente aos indígenas da América portuguesa tem sido discutida por vários autores quanto à precedência desses aos europeus na ocupação territorial, bem como, nas fases colonial e pós-colonial. Tal temática farta em documentação, sendo utilizada para a reconstituição histórica da região amazônica durante o período colonial, possibilitando na atualidade, novas problemáticas em diferentes abordagens.

Uma delas, em especial, trata da questão da questão Surda entre os indígenas da Amazônia, fenômeno que, parece ter sofrido certo apagamento nas crônicas dos viajantes, e mesmo, de historiadores, por assim dizer, talvez, devido ao fenômeno da surdez, geralmente atingir de modo

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais pela Fundação Universidade Federal de Rondônia. E-mail: arianaboaventura@unir.br

bastante particular uma minoria da população, apresentando-se quase sempre como um problema de saúde, e não inserida dentro de uma perspectiva étnico cultural específica.

No entanto, tal problemática apresenta-se importante quanto à condição cultural em sua especificidade, frente às políticas públicas atuais em sua prática heterogênea, especialmente quando pouco se sabe quanto à ocorrência da surdez entre os indígenas como dado cultural etnográfico e linguístico significativo, e mesmo quanto ao ensino da LIBRAS/Português² como segunda língua oficial em território nacional, oferecida aos demais indígenas surdos inseridos no sistema educacional brasileiro, quando o são, a exemplo das práticas inclusivas nas cidades de Dourados e Ipuacu, no Mato Grosso do Sul, de forma pioneira³, que resultaram no mapeamento e constituição de uma língua de sinais indígenas própria, a SKA (GIROLETTI, 2008, p.71)

1.0 LÍNGUA E PODER

A língua permeia os signos linguísticos entre as diversas etnias indígenas e a população falante majoritária do idioma oficial nacional, o português, mas, enquanto “instrumento de poder” (PERINE, Mario, 2004), institui necessariamente um imaginário outrora e ainda dominante do idioma colonizador europeu, mantendo o jugo do dominado pelo acesso à palavra e imposição dessa cultura.

Durante a colonização portuguesa, a língua Tupi influenciou profundamente o português falado no Brasil, fazendo com que, o contato entre esses povos e suas línguas estivessem em constante modificação, influenciando-se mutuamente, e mesmo, integrando as famílias lingüísticas, como por exemplo, a Língua Geral ou Nheengatu (RIBEIRO, 1995, p.122), incorporada por colonos e missionários e ensinada aos índios nas missões religiosas.

Antes da chegada dos europeus, imagina-se que o número de línguas faladas chegava próximo de mil, com uma população autóctone variando entre 2 e 4 milhões de falantes. Segundo o Censo do IBGE no Brasil⁴, atualmente seriam faladas 274 línguas e dialetos indígenas por cerca de 220 povos indígenas, compondo um total de 896.917 pessoas, o que corresponderia aproximadamente a 0,47% da população total do país⁵, e, dentre essa, 433.363 de indígenas localizados na Amazônia Legal⁶, ocorrendo ainda entre os mesmos, o fenômeno do multilinguismo, ou seja: “povos e indivíduos indígenas que falam e/ou entendem mais de uma língua; e, não raro, dentro de uma mesma aldeia fala-se várias línguas”⁷.

² Lei 10.436, de 24/04/2002;

³ <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/fim-isolamento-indios-surdos-424770.shtml>

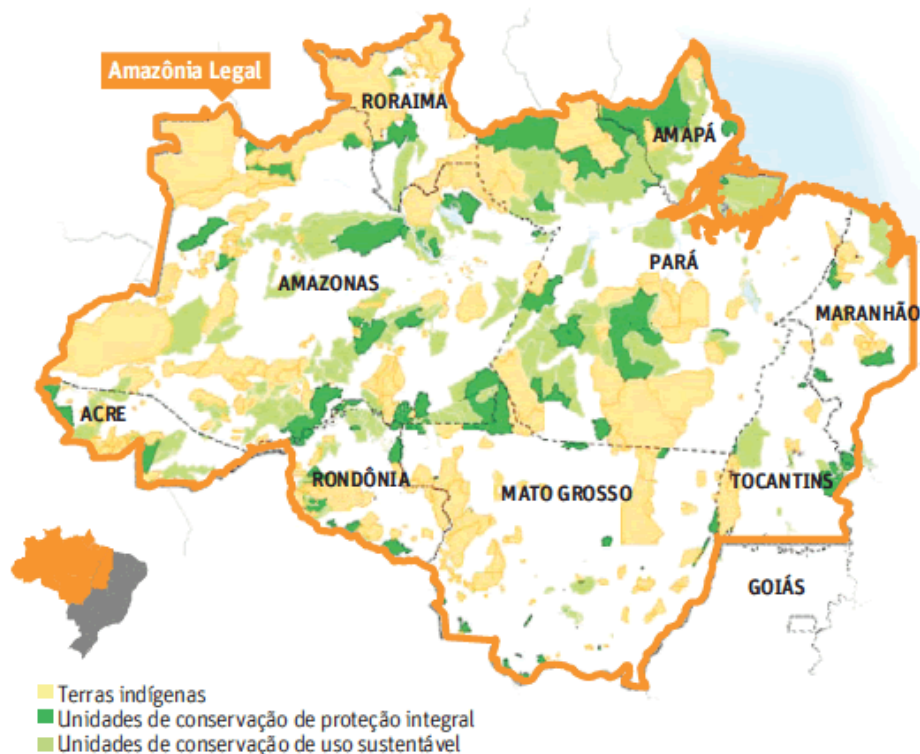
⁴ <http://migre.me/pa4bF>

⁵ <http://pib.socioambiental.org>

⁶ <http://migre.me/pabjh>

⁷ <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/introducao>

MAPEAMENTO DA AMAZÔNIA
Onde a floresta amazônica tem proteção legal



2.0 CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

Conhecidos como “negros da terra”(MONTEIRO,1994) nas primeiras crônicas, vistos como animais sem alma, mercadoria, e, portanto, sujeitos à escravidão, a população indígena ia sendo dizimada aos poucos, mas não sem resistência⁸, sofrendo sob o olhar estereotipado do colonizador europeu, sendo descrito pelos viajantes e autoridades coloniais dos séculos XVII e XVIII e mesmo por estudiosos do XIX e XX, das formas mais variadas possíveis como: bárbaros, gentios, indolentes, ingênuos, covardes, traiçoeiros, ignorante, incapazes (MENDONÇA,1963).

Nessa perspectiva, o decreto Pombalino de 1755 (MOREIRA NETO,1998), ao extinguir o trabalho missionário dos religiosos nos aldeamentos, pretendeu incorporar o indígena à sociedade colonizadora dos brancos, transformando aqueles em força de trabalho, integrando-os a um imaginário que iria assegurar a defesa e a expansão do território colonial, incorrendo gradualmente no apagamento de sua cultura e de sua memória ancestral, promovendo a mestiçagem como agente aglutinador do então civilizado império luso-brasileiro.

No entanto, a visão das sociedades indígenas que ainda conservam parte do seu modo tradicional de viver, continuam estigmatizadas (GOFFMAN,1998) como selvagens e potencialmente violentas, conhecendo as repercussões desse pensamento até a atualidade, numa uma sociedade

8

mediada pelo capital que objetiva a competição, a produtividade e o lucro, em detrimento do modo de vida harmonioso e sustentável, característico das sociedades autóctones.

3.0 SURDEZ E ESTIGMA

Historicamente, durante um longo período de tempo, os surdos sofreram toda sorte de preconceitos. Na Antiguidade, apesar de adorados como divindades pelos egípcios, eram lançados ao mar pelos chineses, sacrificados aos deuses pelos gauleses, lançados aos rios pelos romanos, condenados à morte pelos gregos e diversos outros povos civilizados, em função da incomunicabilidade com as culturas orais dominantes.⁹

Durante a Idade Média, o sentido dessa exclusão encontrava-se associado supersticiosamente à malignidade, enquanto erro ou defeito, estigma esse, válido também para os insanos, os deficientes físicos, os avaros, os que interpretavam mal as escrituras, os ociosos, os orgulhosos, incorporando nesses, os estereótipos antes destinados aos leprosos e excluídos por Deus, que deveriam ser punidos pela

exclusão, como párias da sociedade, posto que não possuíssem alma imortal¹⁰.

A partir do Renascimento, no entanto, tais procedimentos começaram a ser abandonados, em vista do avanço dos estudos científicos, modificando-se a percepção sobre sua condição gradualmente, com as primeiras iniciativas de inclusão dos mesmos à sociedade pela via religiosa, com a aceitação das expressões gestuais e conseqüente criação das primeiras línguas de sinais e sistemas educacionais que buscavam integrá-los à sociedade, inda que, de modo subalterno.¹¹

No entanto, entre as sociedades urbanas e mesmo rurais, os surdos de modo geral, carregam até hoje o estigma (GOFMAN,1988, p.7) da deficiência, da incapacidade, e da incomunicabilidade perante uma maioria linguística predominantemente ouvinte, situação essa, que tem se modificado substancialmente a partir da organização desses grupos pelo associativismo e pela luta por seus direitos, de modo amplo, através de movimentos sociais conectados a um Movimento Nacional em defesa do direito à educação bilíngue¹².

Entre as sociedades indígenas 'selvagens' na América portuguesa, em tempos passados, nascer com alguma deficiência física implicaria tradicionalmente na morte prematura da criança¹³, prática essa, que tem sido abandonada nos últimos anos, especialmente quanto à surdez, havendo relatos de encontros com indígenas surdos adultos, conforme Ribeiro(1996), em seu contato com os índios surdos da etnia Ka'apor, considerando ainda, que "o infanticídio era praticado no período colonial e desde o início da década de 1990 não se têm informações de casos de infanticídio em tribos indígenas"¹⁴

Como exemplo dessa afirmação, podemos citar a situação dos Tenharin, na rodovia Transamazônica (BR-364), os quais possuem, pelo menos dois surdos e um deficiente mental que

⁹ https://www.academia.edu/5388902/Historia_dos_surdos_no_mundo_e_no_Brasil_002 ;

¹⁰ Idem;

¹¹ Ibidem;

¹² <http://setembroazul.com.br/historia.html>

¹³ <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=5737> ;

¹⁴ idem;

convive cotidianamente nas suas respectivas aldeias, havendo inclusive uma demanda pelo ensino de LIBRAS, feita pessoalmente a mim, quando em contato pessoal com um professor indígena.¹⁵

Estigmatizados primeiramente na condição de indígenas, frente a uma sociedade progressista de cunho capitalista e que não os reconhece enquanto parte legítima dos direitos ancestrais e territoriais, constantemente violados pelo rolo compressor ruralista, que, nos últimos anos, tem se instalado de norte a sul do país estimulando a expulsão de suas terras, os indígenas surdos carregam um duplo fardo em função de sua condição diferenciada, enfrentando também o estigma da surdez dentro da própria etnia, mas de forma mais atenuada.

No entanto, nem mesmo entre os órgãos de proteção aos indígenas, como a FUNAI¹⁶, a SESAI¹⁷, encontram-se dados quantitativos atualizados dessa população em especial, no entanto, as estatísticas da população total com deficiência no Brasil, conforme o Censo de 2012¹⁸, especialmente na região amazônica, podem servir de alguma maneira para dar alguns indícios quanto a uma provável estatística relativo a esses, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 01



CULTURA SURDA

Cultura Surda, segundo Strobel (2008) são costumes, hábitos, e histórias que a comunidade surda compartilha e transmite às gerações seguintes. Esta, nas sociedades urbanas, é construída no contato do surdo com outros surdos, nas associações e clubes, pelo uso do intérprete de Língua de Sinais e pela tecnologia adaptada aos surdos, os quais intercambiam suas expressões culturais

¹⁵ Joselito Tenharin;

¹⁶ Fundação Nacional do Índio;

¹⁷ Secretaria de Saúde Indígena;

¹⁸ <http://www.revistareacao.com.br/website/Edicoes.php?e=94&c=944&d=0;>

através de símbolos basicamente visuais, e, cuja maior representação em território nacional é a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Dentro dessa perspectiva cultural, os sujeitos surdos não se diferenciam um do outro de acordo com o grau de surdez, sendo de suma importância para esses o pertencimento ao grupo através da utilização da língua de sinais como marca dessa cultura, fator preponderante na definição de suas identidades surdas:

“A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é a forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que esta é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.”(STROBEL, 2008, p.44)

Os surdos isolados e que não tem contato com a comunidade surda em geral, também compartilham da mesma peculiaridade, construindo sua formação de mundo através de artefato cultural visual, independentemente do grau linguístico, o qual pode inclusive ser apenas gestual.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua complexa, não é mímica nem apenas gesto, sendo captada pela visão e produzida pelos movimentos do corpo, especialmente as mãos e constituída por todos os componentes pertinentes às línguas orais, tais como: semântica, gramática, pragmática e outros elementos, preenchendo todos requisitos científicos para ser considerada instrumental linguístico de empoderamento social. O que a difere das demais línguas é sua modalidade espacial gesto visual, ao passo em que as demais línguas de modo geral, são orais e auditivas.

A mudança e o olhar sobre as representações que atribuem aos termos Surdos e Surdez, possibilita portanto, uma melhor visibilidade dos múltiplos e diversos processos de identificação das pessoas surdas, e, quiçá, pode contribuir para que o discurso sobre a surdez promova a ruptura do estereótipo da deficiência.

Dessa forma, a identidade surda deve ser compreendida e vivenciada como diferença política e cultural, pois “a construção das identidades não depende da maior ou menor limitação biológica, e sim de complexas relações linguísticas, históricas, sociais e culturais” (SKLIAR,1997,p.33).

A LÍNGUA DE SINAIS DOS KA´APOR

Os Ka´apor, remontam suas origens como um grupo étnico distinto “localizado entre o baixo Tocantins e o Xingu no final do século XVII e início do século XVIII, tendo migrado para o Maranhão por volta de 1878”¹⁹, fugindo da colonização portuguesa no sul do Pará, ocupando atualmente a Terra Indígena do Alto Turiaçu, demarcada em 1978. Ultimamente continuam a enfrentar conflitos com madeireiros na invasão do seu território “sofrendo agressões violentas e constantes ameaças às suas lideranças”.²⁰

No caso singular da etnia Ka´apor, além do dialeto tupi-guarani, esses possuem uma segunda língua, também conhecida como Língua Gestual Ka´apor Brasileira, ou Língua de Sinais Urubu Ka´apor, empregada na comunicação apenas com os surdos da própria etnia, apresentando estatísticas de surdez na relação de um surdo para cada grupo de 75 ouvintes²¹, fazendo com que,

¹⁹ <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor/653> ;

²⁰ <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7605>

²¹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caapores>

essa etnia caracterize-se particularmente como a única a ter criado e adaptado sua própria língua gestual de sinais em território nacional:

“O interessante de se observar, no caso dos Urubu-Kaapor, é que os ouvintes da aldeia “falam” a Língua de Sinais e a língua oral, evidentemente, enquanto que os surdos se restringem à Língua de Sinais. Assim, os ouvintes da aldeia se tornam bilíngües...”(RAMOS, 2005)

Vale notar, que grande parte da etnia Kaapor ouvinte, fala o idioma tupi-guarani, e, entre algumas parcelas da população ocorre o multilinguismo, com uma pequena porcentagem de falantes das línguas Tembé e Guajá, além do português brasileiro.²²

CONCLUSÃO

Considerando que a média de pessoas surdas na Região Norte, conforme o Gráfico 01 acima esteja na faixa de 5% do total da população de referência, seria válido estimar por amostragem, que o quantitativo de surdos indígenas poderia ser calculado em torno de 21.668 - ainda não atendidos pela educação escolar indígena, haja vista a inexistência de um programa similar na Região Amazônica ao praticado nas cidades do Mato Grosso do Sul, mencionadas anteriormente.

Assim, verifica-se a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a questão, quanto aos dados estatísticos relativos à população indígena surda, bem como, outros estudos que promovam o mapeamento da língua Kaapor no sentido de promover outras abordagens quanto à formação de novas línguas de sinais indígenas relativas ao Tronco Tupi²³, a exemplo do mapeamento feito com a proposta dos Sinais Kaingang na Aldeia - SKA (GIROLETTI, 2008), pertencente ao tronco Macro-Jê²⁴, e mesmo outras iniciativas de referência, como a Língua Gestual dos Índios das Planícies (PILS)²⁵, utilizadas pelos indígenas norte americanos.

O estudo de tais metodologias, tende a apresentar potenciais contribuições na construção de novas linguagens de sinais indígenas que atendam os anseios dessas comunidades em suas peculiaridades culturais e anseios históricos, posto que o fenômeno cultural seja dinâmico por sua própria essência.

Desse modo, a questão cultural surda quanto aos indígenas da Amazônia, deveria ser entendida dentro de sua especificidade étnica, no sentido do empoderamento dos sujeitos em construir sua própria história e trajetória de forma autônoma, ao invés de submeter-se à história do poder colonizador, vislumbrando novos horizontes possíveis a partir da riqueza dessas experiências ímpares de resistência, superação e acessibilidade.

²² <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor/652> ;

²³ <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias> ;

²⁴ Idem;

²⁵ <http://migre.me/pbi60> ;

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios. Um projeto de “civilização” no Brasil do Século XVIII.** Brasília, UNB, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS - A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros**, artigo, 2005. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>

GIROLETTI, Marisa Fátima Padilha, **Cultura Surda e Educação Escolar Kaingang**, Dissertação de Mestrado, UFSC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**, Rio de Janeiro, Editora LTC, 1988.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão general do Grão-Pará e Maranhão.** Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rio de Janeiro: IHGB, 1963 – Tomo I, II e III.

MONTEIRO, John Manuel. **NEGROS DA TERRA – Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo** 5ª reimpressão. São Paulo. Companhia das letras. 1994.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia. De maioria a minoria. 1750-1850.** Petrópolis, Vozes, 1988.

PERINE, Mario A. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios.** São Paulo: Parábola, 2004;

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno**, Companhia das Letras, 1996.

_____. **O Povo Brasileiro, A formação e o sentido do Brasil**, Companhia das Letras – 1995, São Paulo, Segunda Edição.

SKLIAR, Carlos. **La Educación de los Sordos. Una Reconstrucción Histórica, cognitiva y pedagógica.** Mendoza: Editora Universal de Cuyo, Serie Manuales, 1997.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.



UM ESTUDO SOBRE A ADOÇÃO DE SISTEMAS DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO COMO BASE PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM MODELO PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO ESTADO DO PARÁ.

Leila Márcia Elias¹

Jose Pont Vidal²

RESUMO

A problemática nacional de desvio de recursos públicos associada à ausência de transparência dos gastos e da ineficiência da gestão pública tem ocasionado uma grande revolta na sociedade nos últimos anos, levando às ruas das principais cidades do país aglomerações de manifestantes exigindo mudanças urgentes. Perguntas básicas ainda ficam sem resposta, entre elas, temos: Quanto custa uma aula? Quanto custa um determinado serviço de saúde? Quanto custa a gestão de compras? Quanto custa as auditorias governamentais? Quanto custa os serviços jurídicos? Quanto custa a gestão de políticas públicas? Quanto custa os processos de trabalho no governo? Tanto o governo quanto a sociedade, em regra geral, desconhecem quanto custam os serviços públicos. As despesas realizadas pela gestão pública municipal têm o objetivo de atender as demandas sociais nas diferentes áreas de atuação: saúde, educação, segurança e outras. O atendimento dessas necessidades é garantido através das políticas públicas desenvolvidas pelos governos, caracterizando uma relação sistêmica entre o gasto público e as políticas que serão implantadas. Esta pesquisa busca responder a seguinte pergunta: “Qual a estrutura sistêmica adequada para implantar um sistema de custos nos municípios paraenses?” Na busca de resposta para o problema deste estudo, o objetivo geral é apresentar um modelo teórico de Sistema de Custos para o Setor Público Municipal como forma de selecionar políticas públicas nos municípios paraenses. E como objetivos específicos: verificar se as prefeituras possuem estrutura sistêmica para implantar sistema de custos; determinar as principais dificuldades na gestão administrativas das prefeituras do Pará e verificar se os municípios possuem alguma iniciativa de mapeamento de custos nas rotinas administrativas desenvolvidas. Este estudo encontra-se em fase inicial de levantamentos não dispondo de resultados até o momento, por isso apresenta-se um estudo bibliográfico e documental do tema.

Palavras-chave: Custos no Setor Público; Teoria Sistêmica; Qualidade do Gasto Municipal; Estado do Pará; Amazônia.

INTRODUÇÃO

O cidadão brasileiro vem clamando por melhorias em todas as áreas, principalmente nos setores básicos como saúde, educação e segurança. Um descontentamento social de grande

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDTU, Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará - UFPA

² Professor de Sociologia Política, Administração Pública e Organizações no Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará - UFPA

proporção a ponto de formarem grandes aglomerações humanas e saírem às ruas para reivindicar por direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal.

Muitas das respostas que o cidadão espera só será possível de ser atendida mediante uma reestruturação do setor governamental, a qual contemple a implantação de ferramentas que permitam melhorar a gestão pública e proporcionar informações para o controle social e a tomada de decisão.

Trata-se de um processo que nos remete a temas usuais e comuns na gestão pública, por exemplo, a busca por resultados e eficiência no setor público. Sabe-se que a eficiência é a relação entre os resultados e os custos para obtê-los, logo sem um sistema de avaliação de resultados e de custos, a gestão pública torna-se ineficiente, pois perguntas básicas ficam sem respostas para a sociedade que clama por uma gestão baseada em resultados.

No entanto, dependendo do modelo gerencial que a gestão pública adota, não se pode tomar decisão sem conhecer as diferentes alternativas de ação, seus custos e seus benefícios. Ou ainda, a possibilidade de análises comparativas entre os custos de atividades ou serviços iguais produzidos por unidades organizacionais diferentes, objetivando conhecer e estimular a melhoria do desempenho de seus dirigentes.

Estes gastos precisam ser dimensionados economicamente de forma que satisfaça a sociedade dentro de suas necessidades básicas e realidades locais. E para que isto ocorra, torna-se necessário conhecer quanto custam os serviços públicos. Perguntas básicas ainda ficam sem resposta, entre elas, temos: Quanto custa uma aula? Quanto custa um determinado serviço de saúde? Quanto custa a gestão de pessoal? Quanto custa a gestão de compras? Quanto custa as auditorias governamentais? Quanto custa os serviços jurídicos? Quanto custa a gestão de políticas públicas? Quanto custa os processos de trabalho no governo? Quanto custa atender cada cliente de uma organização governamental? Quais atividades agregam valor aos processos de trabalho governamentais? Qual é o impacto em termos de custos nas mudanças organizacionais propostas ou implementadas? Qual é a eficiência de cada organização do governo?

Diante desta problemática, a **hipótese** que guia este estudo é a seguinte: As informações sobre os custos e os benefícios das políticas públicas deveriam ser a base para a formulação da proposta orçamentária e não o contrário, ou seja, a elaboração de novas políticas públicas a partir de uma disponibilidade de orçamento público, este refere-se apenas a um planejamento para a execução da receita e da despesa aplicados nos serviços públicos.

Este estudo encontra-se na fase de levantamento dos dados, por isto é apresentado um artigo com base bibliográfica e documental, com o referencial teórico e suas considerações em perspectiva sobre o tema estudado.

Neste contexto, este estudo visa propor um modelo teórico de sistema de custos municipal para os municípios do estado do Pará, com número de habitantes acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, tendo como objetivos específicos identificar se as prefeituras selecionadas possuem estrutura administrativa e sistêmica para implantar um sistema de custos, se os sistemas adotados pela gestão administrativa são integrados, e ainda, verificar se dispõem de condições para a implantação de um sistema de custos nos moldes do adotado pelo poder executivo federal.

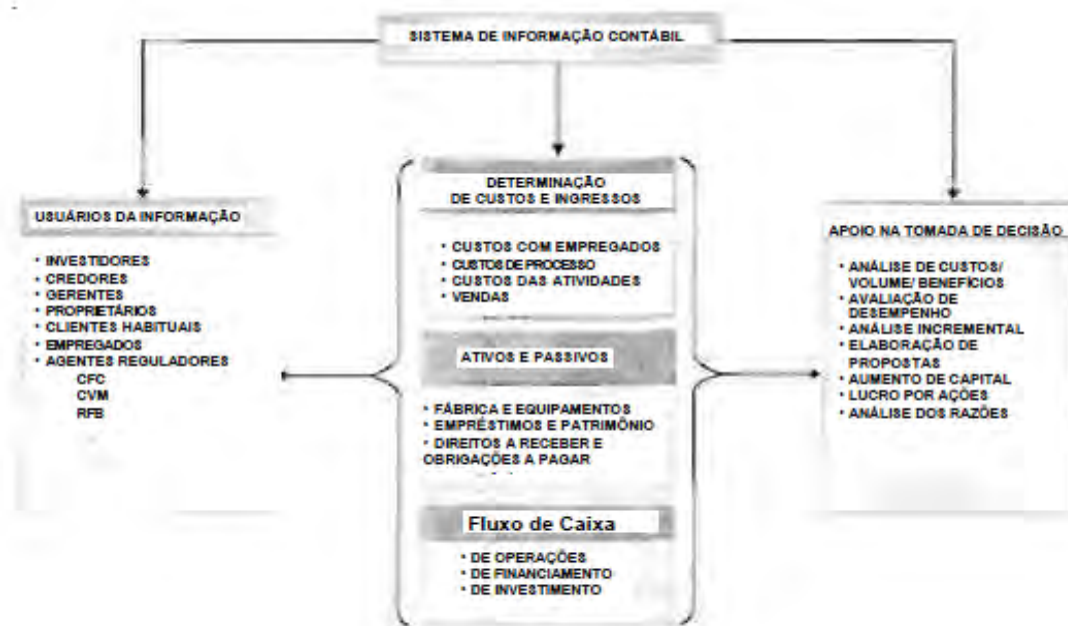
2. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

As organizações ainda são concebidas como sistemas fechados e uma série de tarefas a executar e monitorar, como o legado da imagem mecanicista da organização de Newton e Descartes (Morgan, 1996). Atualmente, o dilema das organizações está entre o mediatismo devido às necessidades e o pensamento criativo. Neste contexto, encontra-se a ciências contábeis e a contabilidade que não estão imunes à situação de mudanças e desafios das organizações públicas em geral e em particular. Esta crise manifesta-se nas dimensões internas e externas. A dimensão externa refere-se aos conceitos e modelos de interpretar o mundo real e as relações da contabilidade e os métodos utilizados, bem como o método sob investigação. Neste sentido, surge uma crítica aos modelos que usam a contabilidade e a capacidade de diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento. No aspecto interno, refere-se a aspectos que se referem a processamento de dados ou a tecnologia da informação. Este, por sua vez, afeta a relação da contabilidade com o ambiente.

Nas últimas décadas, nas democracias ocidentais se manifesta um interesse por temas relacionados à Contabilidade Pública, tais como a ausência de transparência no setor público e os desvios de recursos por gestores públicos nas entidades governamentais. Exigindo dos órgãos normatizadores e reguladores da Contabilidade, o fortalecimento da Contabilidade Pública no Brasil. Tal fato foi concretizado por meio da publicação do Conselho Federal de Contabilidade, em 2008, do conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação; NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis; NBC T 16.3 – Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil; NBC T 16.4 – Transações no Setor Público; NBC T 16.5 – Registro Contábil; NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis; NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis; NBC T 16.8 – Controle Interno; NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão; e NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Em 2011, por meio da Resolução nº 1366, instituiu mais uma norma denominada NBC T 16.11 - Regras para mensuração e evidenciação dos custos no setor público, definindo-as como o Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).

Com esta medida, várias entidades do setor público buscaram formas de se adequarem às exigências e aos procedimentos que se apresentaram, ou seja, o atendimento da transição de uma contabilidade focada em atos de gestão orçamentária para a adequação dos procedimentos contábeis voltados para o controle do patrimônio público de forma sistêmica. O padrão contábil atual é embasado na adoção de sistemas de informações integradas, Figura 1, para garantir a geração de informação tempestiva e útil para a tomada de decisão, e ainda, que os registros permitam evidenciar as transações de forma fidedigna e íntegra, atendendo a transparência exigida pela sociedade. Dentre os demais, destaca-se o Sistema de Informação de Custos do Setor Público como instrumento para mensurar e evidenciar os custos nas atividades desempenhadas pela gestão pública, considerado algo inovador no setor governamental.

Figura 1: A contabilidade como sistema de informação



FONTE: ROBERTS F. MEIGS; BETTNER MARK S.; HAKA SUSAN F.; WILLIAMS JAN R. Contabilidade: la base para las decisiones gerenciales. Mcgraw – Hill, 2001.

Padoveze (2004) define Sistema de Informação - SI como um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações, para com seu produto, permitir às organizações o cumprimento de seus objetivos principais. Além desses fatores, constata-se também que são essências para os gestores nas tomadas de decisão e no controle das ações como um todo dentro da empresa. Pode-se entender que o Sistema de Informação Contábil - SIC seja fundamental para projeção de receitas, custos e despesas, para selecionar as melhores fontes de recursos de curto e longo prazos adotadas dentro da empresa para análise de financiamentos e de investimentos, de forma que gere informações sobre custo e benefícios dos projetos e programas desenvolvidos na gestão.

Logo, todo procedimento contábil tem como suporte o uso e o bom funcionamento da Tecnologia da Informação (TI), como ferramenta facilitadora e tempestiva dos registros e evidenciação dos fatos e atos administrativos, proporcionando rapidez e qualidade nas informações contábeis, visando resultados satisfatórios e a continuidade das organizações, atribuindo grande importância aos Sistemas de Informações Gerenciais - SIGs, o Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010, dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação.

O referido Decreto estabelece que os sistemas de informação devem atentar-se a liberação em tempo real das informações sobre a execução orçamentária e financeira, bem como o registro tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade (BRASIL, 2010). Nota-se que, também para o atendimento do referido dispositivo legal, os sistemas de informações

devem seguir aos padrões e regulamentações estipuladas em legislações vigentes. Assim, com a adoção das NBCASP, os SIGs necessitam de constantes implementações, permitindo que a contabilidade pública possa representar, de forma eficaz, tempestiva, fidedigna e íntegra, a situação patrimonial de todas as esferas de Governo.

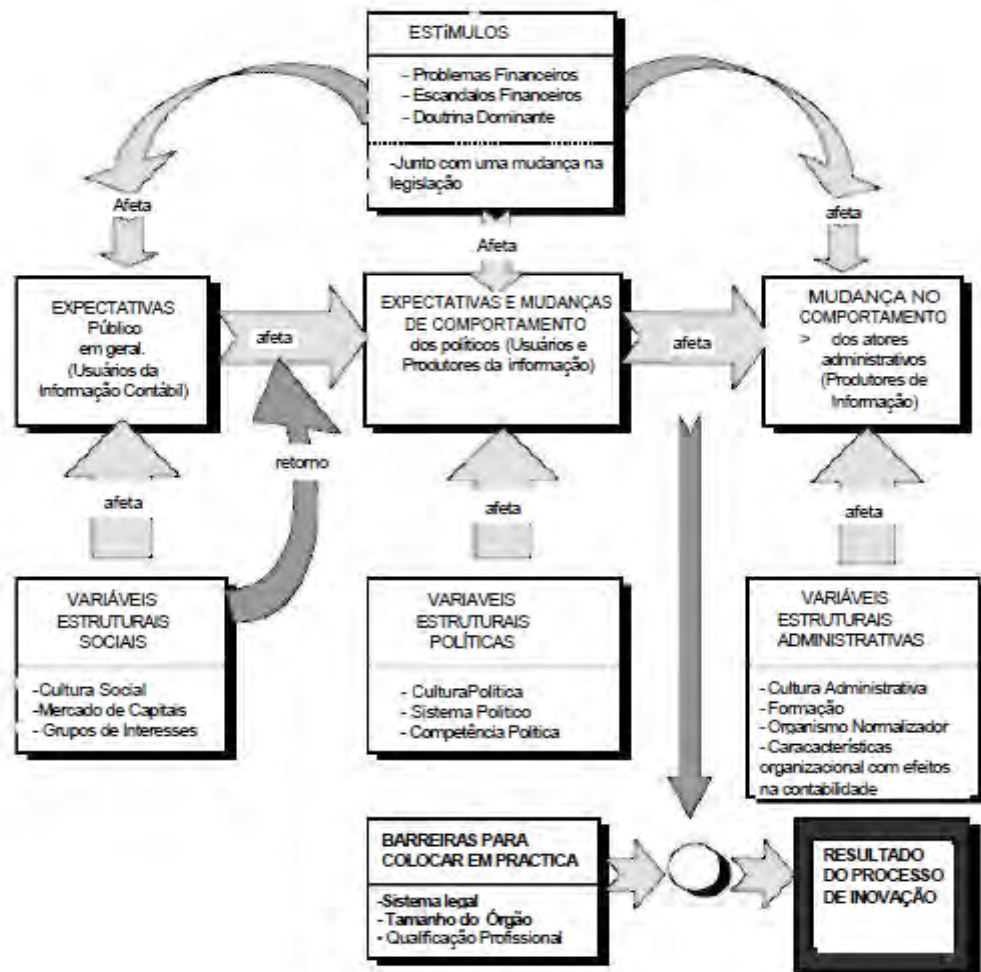
Neste contexto, o modelo do professor Klaus Lüder, com base em uma proposta de reforma do sistema de contabilidade é uma das bases conceituais da organização sistêmica de contabilidade aplicada ao setor público. O objetivo deste modelo é especificar e explicar as condições sociais, políticas e administrativas que forma o ambiente vigente no país ou a administração pública local e observar seu impacto sobre a inovação da contabilidade pública desse país ou município.

Lüder (1994) apresenta uma revisão crítica do modelo e sugestões para reestruturação pontuando seis aspectos propostos:

1. Contemplar três tipos de variáveis contextuais que atendem a estabilidade temporal e, assim, influenciam o processo de inovação:
 1. Através de um ambiente relativamente instável, por prazo indeterminado, que afetam indiretamente processo de inovação através das variáveis comportamentais (estímulos);
 2. Através de um ambiente relativamente estável, que também afetam indiretamente o processo de inovação através das variáveis comportamentais (variáveis estruturais);
 3. Através de ambiente relativamente estável, que influenciam diretamente no processo de inovação (barreiras de implementação).
1. Destacar a importância de atores políticos variáveis de diferença políticas estruturais e variáveis estruturais administrativos.
2. Considerar que as expectativas do público em relação à comunicação por parte do governo e de gestão da informação financeira precisam ser reforçadas por grupos de pressão que enfrentam mudanças que afetam nos atores políticos e administrativos.
3. Analisar de maneira mais explícita a aplicação de estímulos abordando-os individualmente.
4. Omitir do modelo as variáveis socioeconômicas na medida em que não existem evidências de sua influência sobre as expectativas do público e não considerada uma provável influência direta.
5. Reconhecer a existência de mudanças nas relações do modelo e as influências entre seus componentes. As variáveis são reclassificadas "Mercado de Capitais", "padronizar Organizações Externas", "interesses profissionais" e "características organizacionais".

Lüder (1992) propõe um modelo que explica a transição da contabilidade governamental tradicional para um sistema mais informativo, desenvolvendo um modelo de contingência, conforme Figura 2, seguindo seus pontos propostos.

Figura 2: As inovações no modelo de contingência em contabilidade pública



Fonte: adaptado segundo modelo de Lüder (1994).

Considerando a dimensão do modelo apresentado e o envolvimento das variáveis sociais, políticas e administrativas, verifica-se que a informação de natureza contábil torna-se útil e relevante para a seleção de políticas públicas que correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por arte da sociedade e/ou pelos poderes públicos, conforme prever a Carta Magna de 88.

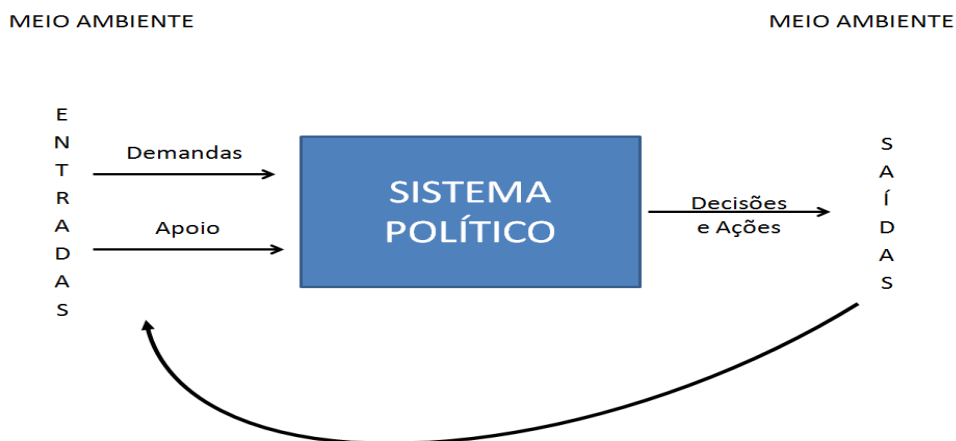
2.1. A Concepção das Políticas Públicas segundo o Raciocínio Sistemico

O processo de elaboração de políticas públicas é também denominado como um ciclo que dispõe de sete fases principais, das quais se destaca a etapa de identificação do problema, que é o ponto de partida para a formulação de políticas públicas (Sechi, 2010).

Segundo Heidmann (2006), uma maneira de conceber políticas públicas é encará-las como respostas de um sistema político às forças que o afetam a partir do meio ambiente. Neste sentido, o autor considera as forças geradas no meio ambiente e que afetam o sistema político como inputs,

ou entradas. Já os outputs, ou saídas, do sistema político são as alocações oficiais de valores do sistema que constituem as políticas públicas, conforme modelo sistêmico demonstrado a seguir:

Figura 3: Concepção das políticas públicas sistemicamente



Fonte: Heidemann (2006)

De acordo com Heidemann (2006), a partir dos anos 50 um novo entendimento para a gestão pública tem se dado, principalmente ao que tange a questão fiscal onde se busca a eficiência do governo. Segundo o autor, os governos estão muito caros ou estão prestando serviços em volume e qualidade inferiores aos seus custos. Para que possa ser viável e razoável, o governo deverá funcionar dentro da capacidade de financiamento dos cidadãos.

O uso responsável dos recursos públicos, não dispensando a observância dos princípios do direito administrativo, garantem a boa gestão pública e como consequência, a continuidade administrativa. Arelada a esta preocupação encontra-se o cumprimento legal das ações estabelecidos para o setor público, deste modo, apresenta-se a seguir a obrigatoriedade da adoção do sistema de custos no setor público.

Seguindo esta lógica, percebe-se que a gestão pública cada vez mais busca conhecer e analisar a qualidade do gasto público de forma que consiga responder aos anseios da sociedade por meio de implantação de políticas públicas que amenizem os problemas regionais. Nas regiões distantes e com especificidades regionais diversas, caso do estado do Pará, esta situação é muito mais presente e necessária.

2.2. Dimensão Legal, Cultural e Técnica da adoção do Sistema de Custos no Setor Público Municipal

Tanto o governo quanto a sociedade, em regra geral, desconhecem quanto custam os serviços públicos. Porém, a preocupação e a obrigatoriedade de implantação de um sistema de custos na administração pública remota a década de 60, quando a Lei 4.320/64, art. 85, e em seguida o art. 79 do Decreto-Lei nº 200/67, estabelecem legalmente a apuração de custos e a evidenciação dos resultados da gestão pública para a sociedade.

Não obstante, a Lei 101/2000, no §3 do artigo 50, estabelece que o setor governamental mantenha sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A Lei 10.180/01, que visa organizar e disciplinar os sistemas de

planejamento e de orçamento federal, de administração financeira federal, de contabilidade federal e de controle interno do poder Executivo Federal, entre outras determinações, encontra-se a evidenciação dos custos dos programas e das unidades da administração pública federal.

A partir de então, os órgãos de controle como os Tribunais de Contas da União por meio do Acórdão 1078/2004, determina a adoção de providências para que a administração pública federal possa dispor com a maior brevidade possível de sistemas de custos.

O Poder Executivo Federal por meio de Portaria Ministerial nº 945/2005, determina a adoção de providências para que a administração pública federal possa dispor com a maior brevidade possível de sistemas de custos.

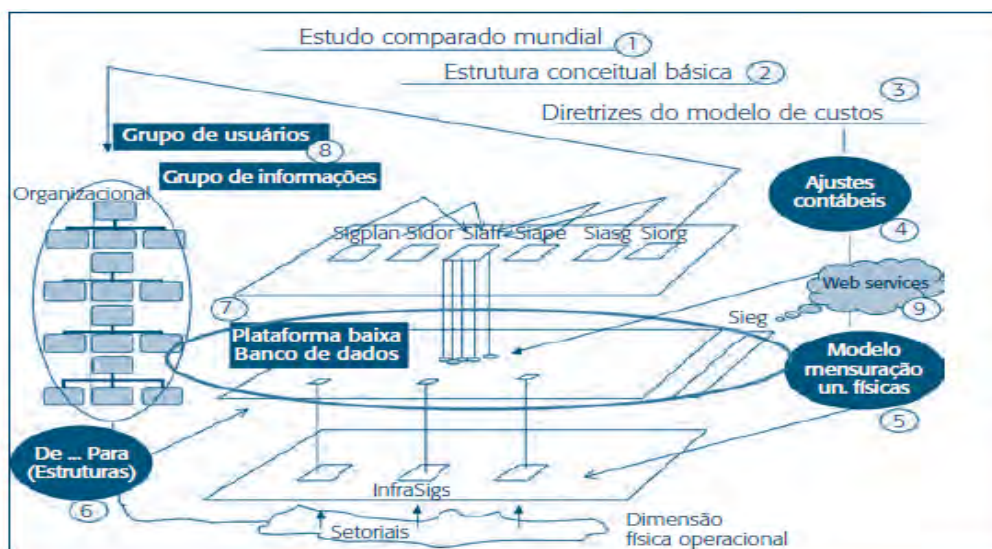
Em 2011, dois grandes passos foram dados para fortalecer a implantação do Sistema de Custos, a edição da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 16.11 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, disciplinando a adoção do sistema de custos pelas entidades do setor público. Em seguida, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, por meio da Portaria nº 828/2011, dispôs regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

Em especial, a própria STN em dezembro de 2013, novamente se manifestou sobre tal procedimento, emitiu a Portaria 643/2013, na qual dedica o art. 8º exclusivamente para o tema: “A informação de custos deve permitir a comparabilidade e ser estruturada em sistema que tenha por objetivo o acompanhamento e a avaliação dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública, bem como o apoio aos gestores públicos no processo decisório”.

Mediante o exposto, constata-se que a União já dispõe de um ferramental legal e estrutural para a efetiva implantação do sistema de custos no setor público. Fato que foi favorecido pela estrutura sistêmica que esta esfera de poder possui, desde 1986, com a implantação do Sistema de Informações de Administração Financeira – SIAFI, e outros sistemas de suporte como: o Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Sistema de Administração de Pessoal – SIAPE, todos integrados, possibilitando o mapeamento e a composição dos custos em cada processo.

Segundo Holanda (2010), o modelo conceitual do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal, apresenta-se como um modelo dedutivo, que busca a integração entre os órgãos centrais de planejamento, orçamento, gestão e contabilidade com os órgãos setoriais que executam as ações governamentais. Na figura 4, pode-se observar que o Sistema de Informação de Custos, construído em baixa plataforma no formato de um banco de dados, encontra-se no nível intermediário efetuando uma ligação entre os Sistemas Estruturantes (Sigplan, Sidor, Siafi, Siape, Siasg, entre outros) e os sistemas setoriais dos órgãos (Infra Sig"s).

Figura 4: Modelo conceitual do sistema de custos do governo federal



Fonte: HOLANDA, Victor Branco; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; GUIMARÃES, Fabrícia (2010).

Todavia, percebe-se que os municípios estão longe desta realidade legal e sistêmica, dificultando o atendimento da legislação e do novo processo de gestão no setor público. Segundo Maltez (2004), apesar de o Sistema de Custos proporcionar benefícios, existem restrições comportamentais e técnicas importantes que devem ser destacadas. Entre as comportamentais e culturais, compreendem: a ausência de cultura de custos no contexto organizacional, o nível elevado de burocracia, a resistência cultural pela existência de feudos; e o baixo interesse efetivo devido a aspectos de alternância do Poder Executivo.

E as limitações técnicas, que consistem em: a fragilidade nos sistemas de controles internos, o ativo permanente das entidades públicas, principalmente o imobilizado, o período de competência, seguido pela contabilização da despesa pública baseia-se no exercício civil que coincide com o financeiro, os registros mensais são meramente financeiros; a contabilidade pública, na sua grande maioria, não contempla as despesas por centros de responsabilidade (departamentos); a inadequação entre a entrega do bem ou material e o seu efetivo consumo.

O fato se agrava quando nos referimos àqueles municípios que se encontram distantes dos grandes centros urbanos como os localizados na Região Norte do País, mas precisamente os localizados no Estado do Pará, cujo estado possui dimensões geográficas extensas e de difícil acesso. A seguir traça-se uma realidade da estrutura administrativa e sistêmica dos municípios paraenses nos dias de hoje.

2.3. A Estrutura Sistêmica na Adoção de um Sistema de Custos na Gestão Pública Municipal no Estado do Pará

Segundo Vidal (2014), os sistemas organizacionais ou as organizações – e também os sistemas de interações – surgem da complexidade social das sociedades atuais, correspondendo à soma de sistemas de interação, e orientam sua comunicação a um específico, estes desenvolvem as atividades para satisfazer as metas específicas e muitas das necessidades humanas. Cumprem também determinadas funções na sociedade, os sistemas organizacionais (a partir de uma visão

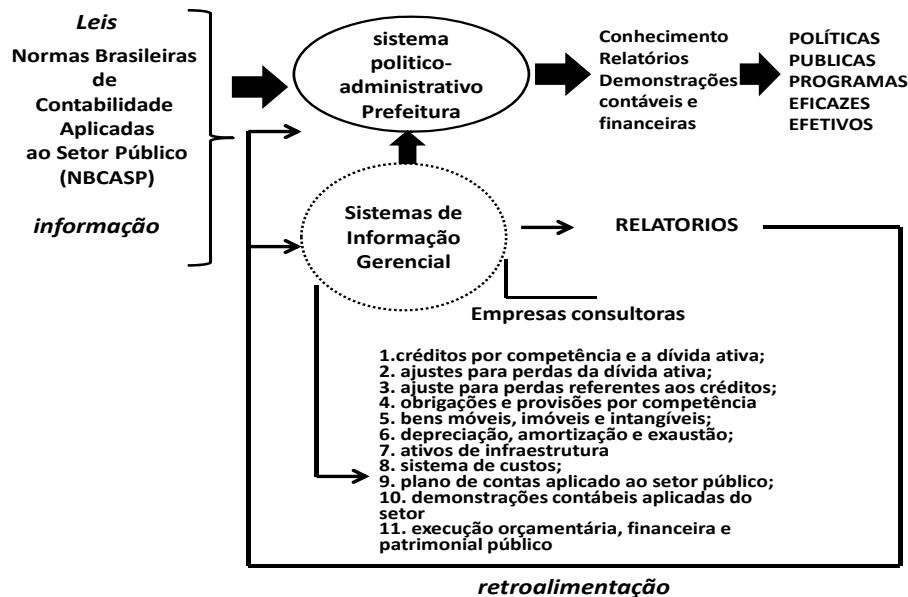
integrativa) assumem funções especiais (diferente alcance) e se manifestam principalmente nos dois sistemas parciais sociais com funções específicas, tais como os Tribunais de justiça, associações de pais de alunos, ou também as fundações ou agrupamentos específicos, como pode ser uma instituição de longa permanência para pessoas da terceira idade.

A teoria sistêmica retrata as políticas públicas como um produto do sistema político (Heidemann, 2006), no qual os inputs serão recebidos no sistema político tanto sob a forma de demandas como de apoio. Todo sistema absorve uma variedade de demandas, algumas das quais conflitantes entre si. As demandas ocorrem quando os indivíduos ou os grupos, em respostas às condições ambientais reais ou percebidas, agem pra influenciar a política.

Para transformar essas demandas em outputs (políticas públicas), o sistema deve promover acordos e fazê-los cumprir pelas partes interessadas, percebe-se que os outputs podem exercer um efeito modificador sobre o ambiente e suas demandas, podendo também ter influência sobre o caráter do sistema político.

O arcabouço legislativo brasileiro, assim como as normas e os procedimentos emanados para a gestão pública, considerados dentro da lógica sistêmica como os outputs, abastecem o sistema político administrativo das prefeituras, ocasionando a geração das informações e do conhecimento, os outputs, para a tomada de decisão dos gestores que originam as políticas públicas e os programas desenvolvidos, conforme demonstrado na figura a seguir:

Figura 5: lógica sistêmica da gestão pública municipal



Fonte: Elaborado por Leila Márcia (2014)

Considerando a estrutura administrativa de uma instituição pública e a lógica sistêmica apresentada, verifica-se como exemplo, a obrigação do cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade pelos órgãos de controle externo. Neste sentido, a gestão absorve tais demandas e dependendo de sua capacidade administrativa desenvolve a aplicação das normas, seja por meio de quadro de pessoal próprio ou por empresas terceirizadas, no intuito de gerar os relatórios ou demonstrações contábeis e financeiras úteis e relevantes, ou seja, com os respectivos custos que

levaram para serem realizadas, para subsidiar a seleção de políticas públicas efetivas para o município.

A adoção do sistema de custos por parte dos gestores municipais pode tornar-se importante ferramenta de controle nas atividades de governo, garantir o alcance dos objetivos orçados, selecionar melhores alternativas de políticas públicas e, por conseguinte, o cumprimento da missão institucional.

Outro fator relevante é a avaliação, por parte dos agentes municipais e da sociedade, da disponibilidade de recursos financeiros e estruturais para custear a implantação de novos projetos e programas, que pode ser elemento norteador à busca de recursos internos e/ou externos ao cumprimento da demanda.

Os sistemas sociais cumprem uma série de requisitos, emergem, se fundamentam e conformam em comunicações como elemento (Vidal, 2014). Segundo a Teoria Sistêmica, todo sistema está situado num entorno, ainda que se questione se o entorno é pré-existente ao sistema. Com isso, cada sistema se autoreproduz, com o qual se distingue de seu entorno. No entanto, o entorno permite a evolução do sistema, posto que sem entorno prévio, não existiriam as organizações e conseqüentemente a elaboração de políticas públicas capazes de mitigar as deficiências sociais.

As despesas realizadas pela gestão pública municipal têm o objetivo de atender as demandas sociais nas diferentes áreas de atuação: saúde, educação, segurança e outras (Borges, 2010). O atendimento dessas necessidades é garantido através das políticas públicas desenvolvidas pelos governos, caracterizando uma relação sistêmica entre o gasto público e as políticas que serão implantadas.

No estado do Pará é comum a procura pelos municípios por recursos para viabilizar as políticas públicas setoriais, a maioria depende diretamente dos repasses da arrecadação tributária do governo estadual e da União, sem apresentarem projetos que os tornem capazes de aumentar suas arrecadações e assim solucionar os seus problemas urbanos e rurais (Vidal & Duarte, 2011).

A gestão municipal adquire um papel determinante para o desenvolvimento do município, os modelos de gestão municipal que não adotam um planejamento racional, na gestão orientada a resultados e na eficiência, e na formação dos recursos humanos disponíveis, constitui um obstáculo para o desenvolvimento econômico (Vidal, 2011).

No caso das prefeituras, o fortalecimento institucional depende da capacidade de gestão dessas instituições, logo manter uma estrutura administrativa e sistêmica é primordial para garantir uma governança pautada na eficiência, eficácia e efetividade (CNM, 2008, p.8).

Assim o desenvolvimento dos municípios só é possível a partir da existência de instituições com capacidade estrutural, administrativa e financeira capazes de garantir aos cidadãos acesso às informações e aos seus direitos, com a prestação de serviços públicos de qualidade, bem como que possibilitem a efetiva participação social na concepção e gestão das políticas públicas, através de uma governança democrática e efetiva (Silva e Ravena, 2015).

Silva e Ravena (2015) comentam que:

“É preciso que a sociedade amazônica construa uma estratégia para transformar suas instituições de forma a garantir um ambiente político-institucional que favoreça a promoção do desenvolvimento regional sustentável, pois, o cenário que hoje prevalece é o de instituições ineficientes alicerçadas em normas e valores que não reduzem a incerteza dos indivíduos, que dissociam o trabalho do conhecimento, que dificultam o acesso à terra e que bloqueiam a inovação.”

Considerando o universo dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios instituídos no Estado do Pará, este estudo tem como amostra somente os 40 (quarenta) municípios paraense que possuem o número de habitantes acima de 50.000, conforme levantamento junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), uma vez que estes estão obrigados ao cumprimento da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece em seu art. 62, o prazo de 4(quatro) anos para o cumprimento das determinações dispostas no art. 48, incisos II e III para os municípios com o número de habitantes acima de 50.000, a saber:

“III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle que atende a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.”

Logo, os municípios paraenses com este número de habitantes, Figura 6, por força de lei, supõe-se que possuem o sistema de informação funcionando de forma integrada com todas as variáveis técnicas necessárias para a adoção do sistema de custos, restando verificar se as variáveis comportamentais e culturais assim como o fortalecimento institucional estão impactando na sua implantação e implementação do sistema.

Figura 6: municípios paraenses com mais de 50 mil habitantes

Posição	Município	População (IBGE, 2010) ¹	População Estimada (2014) ²	Orçamento (2014)		PIB Per Capita ³
1	Belém	1.393.399	1.432.844	R\$ 2.808.128.295,00	Sistn ³	14.027,06
2	Ananindeua	471.980	499.776	R\$ 598.264.536,00	Sistn	8.172,52
3	Santarém	294.580	290.521	R\$ 636.470.000,00	Sistn	7.404,94
4	Marabá	233.669	257.062	R\$ 882.791.931,01	Sistn	15.679,02
5	Castanhal	173.149	186.895	R\$ 301.213.612,00	PT ⁴	9.188,19
6	Parauapebas	153.908	183.352	R\$ 1.325.785.441,31	Sistn	124.161,23
7	Abetetuba	141.100	148.873	R\$ 229.731.783,00	PT	4.362,72
8	Cametá	120.896	129.161	R\$ -	-	3.364,08
9	Bragança	113.227	120.124	R\$ 142.027.750,00	Sistn	4.474,03
10	Marituba	108.246	120.305	R\$ 204.297.620,00	PT	6.589,01
11	Barcarena	99.859	112.921	R\$ -	-	35.839,66
12	Altamira	99.075	106.768	R\$ 195.757.402,00	PT	8.841,19
13	Paragominas	97.819	105.417	R\$ 272.998.868,60	Sistn	13.230,42
14	Itaituba	97.493	98.405	R\$ 240.936.130,00	PT	7.516,24
15	Tucuruí	97.128	105.431	R\$ -	-	26.005,74
16	Breves	92.860	97.351	R\$ -	-	3.822,02
17	São Félix do Xingu	91.340	111.633	R\$ 140.000.000,00	PT	6.890,25
18	Tailândia	79.297	93.906	R\$ 114.079.433,50	Sistn	5.187,10
19	Redenção	75.556	79.917	R\$ 146.586.000,00	Sistn	6.684,69
20	Moju	70.018	76.096	R\$ -	-	4.278,64
21	Capitania	63.639	65.932	R\$ 97.154.900,70	PT	8.009,54
22	Orximiná	62.794	67.939	R\$ 156.209.050,00	PT	20.853,21
23	Novo Repartimento	62.050	69.267	R\$ -	-	5.535,96
24	Santa Izabel do Pará	59.466	65.251	R\$ 79.038.901,28	PT	6.202,65
25	Igarapé-Miri	58.077	59.998	R\$ -	-	3.383,20
26	Viséu	56.716	58.694	R\$ -	-	3.749,01
27	Tomé-Açu	56.518	59.795	R\$ -	-	5.454,48
28	Santana do Araguaia	56.153	65.062	R\$ -	-	6.108,18
29	Monte Alegre	55.462	56.231	R\$ 102.638.627,15	PT	5.119,78
30	Acará	53.569	54.047	R\$ -	-	4.634,49
31	Alenquer	52.626	54.353	R\$ -	-	4.830,32
32	Breu Branco	52.493	59.651	R\$ -	-	10.913,32
33	Portel	52.172	57.205	R\$ -	-	3.573,81
34	Capitão Poço	51.893	52.616	R\$ -	-	4.013,21
35	Benevides	51.651	57.393	R\$ -	-	11.757,48
36	São Miguel do Guamá	51.567	55.191	R\$ 85.875.451,00	PT	4.079,10
37	Jacundá	51.360	55.204	R\$ -	-	4.842,87
38	Dom Eliseu	51.319	55.513	R\$ 102.627.985,00	-	6.085,55
39	IPIXUNA DO PARÁ	51.309	56.613	R\$ 87.536.386,00	Sistn	7.156,19
40	Itupiranga	51.220	51.743	R\$ 110.115.000,00	PT	4.698,44

¹ Fonte: IBGE. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>

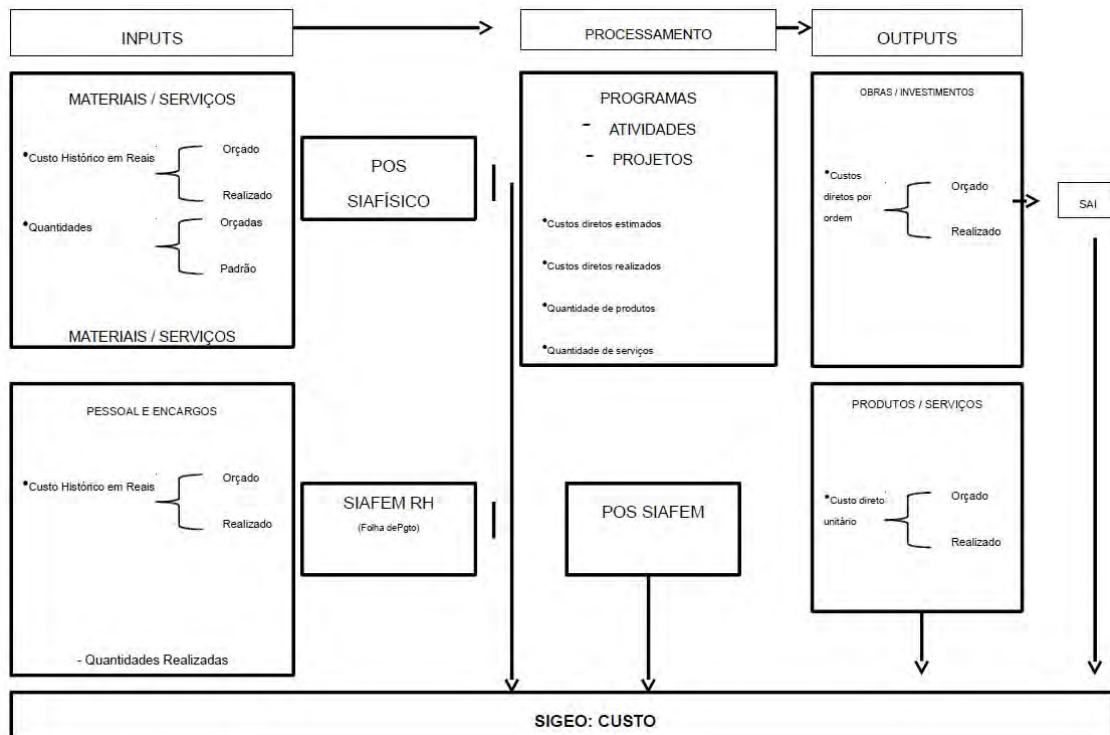
² Fonte: IBGE - SEPOF. Disponível em <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/painelInformacao/produtoInternoBruto.php>>

³ Fonte: Sistema de Coleta de Dados Contábeis - SISTN. Disponível em <<https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/s>>

⁴ Fonte: Portal de Transparência (Respectivo)

Partindo da proposta de um modelo de integração de custos no setor público oriunda da tese “Sistema de Informação de Custo: Diretrizes para a integração ao orçamento público e à contabilidade governamental” (Machado, 2002), conforme demonstrado a seguir, demonstra-se a estrutura simplificada para a implantação do sistema de custos para qualquer ente da federação e utilizando os instrumentos tecnológicos já existentes e em funcionamento.

Figura 7: Modelo de integração de custos no setor público



Fonte: Machado (2002).

A adoção do Sistema de Custos no Setor Público na gestão pública municipal deverá ser realizada de forma simplificada e gradual, devido a magnitude do desafio para os municípios paraenses e ao cenário que se apresenta atualmente as instituições locais, sendo necessário antes de tudo uma mudança cultural ao bom uso dos sistemas de informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo apresentou um estudo sobre um modelo teórico para a adoção do Sistema de Custos na gestão pública municipal. O modelo retrata um produto em construção, tendo uma estrutura flexível e possível de ser realizada, mas com muitas variáveis a serem superadas pela gestão, tais como técnicas, a exemplo da implantação de outros sistemas de informação para a gestão governamental, sem os quais a informação de custo não atingirá sua plenitude, e ainda, variáveis comportamentais e culturais.

Quanto aos aspectos conceituais, o desafio está no fortalecimento institucional das entidades do setor público municipal, assim como na retenção e qualificação do corpo administrativo das organizações públicas de forma a garantir o apoio necessário e a continuidade da adoção do Sistema de Custos. Em termos de atendimento aos requisitos legais, em especial a Lei Federal 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, o sistema atende a demanda por apurar os custos dos programas e das unidades administrativas.

A proposta de desenvolvimento gradual mostra-se coerente com a magnitude do desafio de implantar um sistema de custos na gestão pública municipal e permite que a mudança cultural

necessária ao bom uso da informação de custo desenvolve-se a contento de permitir a ampliação do desenvolvimento do sistema.

Sob o aspecto institucional, a informação sobre custos é importante para melhorar o planejamento das atividades; controlar e gerenciar as atividades, promover melhoria nos processos; reduzir os custos das atividades e serviços; reduzir os custos dos insumos utilizados, informar à sociedade os benefícios advindos da aplicação dos recursos públicos.

REFERÊNCIAS

BORGES, Matheus Fachim. Qualidade do Gasto Público Municipal: Uma abordagem microrregional para o estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, nº 191-A, de 05 de outubro de 1988.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, de 05 de maio de 2000.

_____. Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2001.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 23 de março de 1964.

_____. Decreto nº 7.185, de 27 de Maio de 2010. *Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.* Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm>. Acesso em 10.mar.2014.

BUDÄUS, Dietich; KÜPPER, Willi; STREITFERDT, Lothar. Neues öffentliches Rechnungswesen. Stand und Perspektiven. Wiesbaden: Springer/Gabler, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Plenário do CFC aprova primeiras NBCASPs.* Disponível em <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=67&codConteudo=3443>>. Acesso em 20.Mai.2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Nova Administração Pública: Gestão Municipal e Tendências Contemporâneas. Brasília, 2008.

HACKMANN, Berenice Gonçalves. *Tipos de Pesquisa.* Disponível em <http://www.faccat.br/download/pdf/posgraduacao/pic_2011/08_tipos_pesquisas_2011.pdf>. Acesso em 28. Jun. 2013.

HEIDMANN, John. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Brasília: UNB, 2006.

HOLANDA, Victor Branco; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; GUIMARÃES, Fabrícia. Sistema de informação de custos na administração pública federal: uma política de Estado. Guimarães (Orgs.). — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

- KOHAMA, Heilio. *Contabilidade Pública – Teoria e Prática*. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- LÜDER, Klaus. Tendencias y evolución de la Administración Pública en el mundo occidental: Búsqueda de una mayor eficacia. Una comparación internacional de las prácticas de contabilidad del sector público. Activos fijos, depreciación y mantenimiento. Escola d'Administració Pública de Catalunya, Barcelona, 1993.
- LÜDER, Klaus. (1994): The “Contingency Model” Reconsidered: Experiences from Italy, Japan and Spain. Perspectives on Performance Measurement & Public Sector Accounting. BUSCHOR, E; SCHEDLER, K., págs. 1-15. BUSCHOR, E. & SCHEDLER, K. (Eds). Paul Haupt Publisher. BERN. 1994.
- LÜDER, Klaus. (2001): “Research in Comparative Governmental Accounting over the Last Decade - Achievements and Problems-”. 8th Biennial CIGAR Conference: Innovations in Governmental Accounting. Comparative International Government Accounting Research (CIGAR) y Universitat de València. Valencia. Junio. 2001.
- MACHADO, Nelson. Sistema de Informação de Custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.
- MALTEZ, Emílio. Implantação de Sistemas de Custos no Setor Público: um caso real ANTES DA Lei de Responsabilidade Fiscal, 2004. Disponível em: [HTTP://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/sistema/CGM/Apresenta%E7%E3o/artigos](http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/sistema/CGM/Apresenta%E7%E3o/artigos) Acesso em 22 de Outubro de 2011.
- MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*: São Paulo: Atlas, 1996.
- MORTIGO, Diana; SARAY, Heidy “Lo contable desde la perspectiva de la administración de lo público en el marco de la globalización”. Ponencia presentada al XIX Congreso Nacional de Estudiantes de Contaduría Pública- FENECOP. Medellín, Universidad de Antioquia, 2007.
- NEU, Dean; GRAHAM, Cameron “Accounting Research and the Public Interest” en: Accounting, Auditing & Accountability Journal, vol. 18, n. 5. pp. 585 – 591, 2005.
- PADOVESE, Clóvis Luis. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- ROBERTS F. MEIGS; BETTNER MARK S.; HAKA SUSAN F.; WILLIAMS JAN R. Contabilidade: la base para las decisiones gerenciales. Mcgraw – Hill, 2001.
- SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SILVA, Fábio Carlos da e RAVENA, Nírvia. Formação Institucional e Desenvolvimento Regional na Amazônia Brasileira. In: SILVA, Fábio Carlos e RAVENA, Nírvia (organizadores). Formação Institucional da Amazônia. Belém, Editora do NAEA, 2015
- VIDAL, J. Continuidade e mudança na gestão pública do estado do Pará. São Paulo: Paco, 2011.
- VIDAL, J. Pesquisa em teoria organizacional e administrativa: possibilidades e limites do paradigma comunicativo (Habermas) e sistêmico (Luhmann). Juiz de Fora: Teoria e Cultura, v. 9, n. 1, p. 56 a 73, jan/jul.2014.
- VIDAL, J & Duarte, R. Desafios de uma nova gestão pública para o desenvolvimento dos municípios do Pará. Belém: UFPA/NAEA. Novos Cadernos NAEA, v. n.2, p.171-196, 2011.

A VIOLÊNCIA NO CAMPO E A COBERTURA NOS JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIO DO PARÁ E O LIBERAL: UMA ANÁLISE DOS CASOS DOROTHY STANG E JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO

Ana Lídia Azevedo de Campos¹

Nírvia Ravena

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise da cobertura da violência no campo feita pelos jornais impressos Diário do Pará e O Liberal, tendo como objeto de estudo o assassinato de Dorothy Stang, em 2005, e do casal José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, em 2011. Depois de um apanhado histórico da violência no campo no Pará, incluindo a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a descrição dos assassinatos, apresenta-se uma revisão de conceitos teóricos, além de uma descrição sucinta dos jornais pesquisados. O trabalho traz a análise quantitativa e qualitativa de matérias referentes ao tema violência no campo, bem como ao assassinato da missionária e à morte do casal de ambientalistas, seguindo uma mesma linha de pesquisa em ambos os casos. Por fim, são apresentadas as considerações do tema abordado levando em conta o encontro de teoria e prática.

Palavras-chave: Violência no campo. Agendamento. Opinião pública. Dorothy Stang. José Cláudio Ribeiro.

INTRODUÇÃO

O Pará passou por uma discussão em torno da divisão do mesmo em três Estados (Tapajós, Carajás e Pará remanescente). A decisão foi tomada por meio de um plebiscito entre os habitantes paraenses, no segundo semestre de 2011. Sendo negativa a maioria dos votos para a criação do Estado de Carajás (66,60% a 33,4%) e para a criação do Estado do Tapajós (66,08% a 33,92%), o Pará continua sendo o segundo maior Estado brasileiro, com 1.248.042,515 Km², divididos em 144 municípios – perde apenas para o Amazonas, com 1.577.820,2 Km² de área absoluta.

Com aproximadamente 7.321.500 habitantes, a maioria concentrada em zonas urbanas, há uma extensa área rural no Estado do Pará pouco povoada, explorada principalmente por latifundiários, madeireiros e grileiros e onde ocorrem conflitos entre estes e os que buscam pôr em prática a reforma agrária, a preservação ambiental, o trabalho na agricultura, entre outros. São mais de 100 municípios paraenses e milhares de fatos envolvendo ribeirinhos, comunidades, empresários, sem-terra, trabalhadores rurais, ambientalistas e grileiros, mas os desfechos não são muito diferentes: assassinatos, massacres, ameaça às famílias dos envolvidos e impunidade.

Violência, por sua vez, está entre os temas de notícias veiculadas na mídia impressa. Devido à sua importância e, principalmente, ao interesse dos leitores, criou-se um caderno que trata especificamente de assuntos relacionados a crimes (caderno Polícia). Os jornais impressos estampam fotos e informam sobre o fato, em matérias sucessivas, entrevistando pessoas envolvidas no caso, testemunhas, policiais, autoridades responsáveis pela administração dos municípios, do Estado, entre outras.

¹ Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade da Amazônia (Unama). E-mail: alidia.campos@gmail.com.

É importante, portanto, observar como é feito o agendamento, a escolha do que deve ser veiculado e que destaque os fatos terão nos jornais paraenses; se as direções de redação disponibilizam viagens para repórteres apurarem nos locais dos crimes, bem como se os fatos ocorridos no Pará têm mais importância para os jornais do Estado, ou seja, se ganham maior destaque do que os que ocorrem fora.

Unindo a relevância que assuntos ligados à violência no campo têm para a população – e para os jornais - à curiosidade de saber em que nível de abordagem e cobertura estes se enquadram, surgiram as perguntas: “Como os jornais impressos paraenses cobrem os casos relacionados à violência no campo e qual a importância dada pelos jornais para assuntos deste tema?”.

Para respondê-las, foram escolhidos dois casos que tiveram grande repercussão: o assassinato da missionária Dorothy Stang, em Anapu, e do casal de ambientalistas José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, no município de Nova Ipixuna. O meio de difusão das notícias selecionado para esta pesquisa foi o jornal impresso, sendo que os dois jornais paraenses de grande circulação são O Liberal e o Diário do Pará, produzidos em Belém.

Porém, é impossível tratar destes assuntos sem fazer um apanhado histórico da ocupação das terras paraenses, principalmente a partir da década de 1960, quando se intensificaram as migrações de povos de diversas cidades brasileiras para o sul do Pará, onde houve concessões de terras e não foram obedecidas as regras de limites para a demarcação das áreas e apropriação das mesmas.

Considera-se que o tema 'violência no campo' exige uma abordagem além da factual, por ser um assunto ligado à política, à economia, à cultura e à ideologia, e por este motivo não se costuma publicar os fatos no caderno policial. Mesmo assim, é necessário aliar a prática à teoria. Neste sentido, o estudo teórico do tema é baseado na teoria do jornalismo, incluindo opinião pública, valor notícia, agendamento (agenda-setting), além de fundamentos do jornalismo impresso. Há também um breve histórico dos jornais O Liberal e Diário do Pará.

Para dar andamento ao estudo, foi realizada uma análise de dados quantitativos e qualitativos das matérias veiculadas nos jornais impressos sobre as ameaças e os assassinatos. Depois dessas análises, pôde-se chegar a uma resposta sobre a questão levantada que impulsionou a elaboração deste trabalho e ter-se uma ideia de como são tratados os assuntos ligados à violência no campo. Nas considerações finais, também se pôde traçar um parâmetro sobre a cobertura ao longo dos seis anos que separam um assassinato do outro (2005-2011) e concluir, portanto, qual o papel que o jornalismo impresso paraense tem cumprido em relação à sociedade.

BREVE HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO NO PARÁ

Para entender melhor o surgimento dos principais fatores que levam à violência no campo – como a luta por reforma agrária, preservação do meio ambiente e melhoria das condições de vida e de trabalho a agricultores e demais trabalhadores rurais -, é importante mostrar por que e como se deu a intensificação da ocupação das terras do Estado do Pará a partir da década de 1960.

Várias áreas do Estado foram ocupadas ainda na década de 50, através de leis de incentivo e da criação de estradas, por empresários vindos do Sul e Sudeste do Brasil, que se tornaram grandes fazendeiros e obtiveram lucro com a agricultura, a exploração de riquezas minerais, entre outros benefícios, sem atentarem para os impactos ambientais que aquelas ocupações trariam para as

matas e os rios. Mas foi na década de 60, mais precisamente no período do Golpe de 64, que a lei de incentivos foi ampliada e os trabalhadores rurais foram reprimidos pelos militares, que atendiam interesses dos proprietários de terras.

Marcionila Fernandes (1999) detalha acontecimentos importantes e decisões tomadas pelo governo em relação às terras e seus efeitos ainda na década de 1960:

Em 1965, por meio da emenda constitucional de nº 18, artigo 17, o governo federal estendia todas as vantagens e benefícios da política de incentivo vigente no Nordeste à região amazônica, incluindo também como beneficiário o setor agropecuário (...). Em 1966, por meio do decreto-lei nº 5.137, de 27 de outubro, o governo amplia os benefícios da lei dos incentivos. Tal lei foi debatida numa histórica reunião denominada 'I Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia, realizada em dezembro de 1966 com a participação do então presidente da república, general Castelo Branco, governadores regionais, ministros, empresários paulistas, mais as representações de classe – a Confederação Nacional da Indústria – CNI, representada por Tomaz Pompeu de Souza Brasil Neto, e a Confederação Nacional da Agricultura – CNA, da qual era presidente Iris Meinberg. Objetivava-se com este evento mobilizar os empresários do Sul do País a participarem da 'Operação Amazônia (ou Amazônica)' com direito a opinarem sobre o projeto de lei 5.174, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a Amazônia. (FERNANDES, 1999, pp. 50-51)

Os empresários, além de participarem desta reunião e opinarem sobre tal projeto, receberam áreas de terras paraenses e se firmaram como empresas agropecuárias, trazendo outras pessoas para se apropriarem das terras. Esta migração causou grandes mudanças na estrutura política do Estado do Pará, pois, como os novos donos eram de outras regiões do país, tinham referências diferentes de política e economia. Sendo assim, eles foram criando seus próprios meios de gerenciar as áreas, e surgiram várias cidades, das quais estes grandes proprietários se tornaram prefeitos, onde agiam cada vez mais de acordo com seus interesses (FERNANDES, 1999, p. 55).

É importante ressaltar que, na época da concessão de terras, os empresários tinham preferência por ocupar áreas do sul do Pará, devido à concentração de riquezas naturais, inclusive minérios e solo fértil, além da proximidade aos outros Estados, facilitando o deslocamento e a exportação de produtos.

A década seguinte, 1970, é marcada pela grande quantidade de migração de trabalhadores rurais à Amazônia, mais precisamente para o Pará, seguindo programa de incentivo à ocupação do Estado, sob o slogan “terra sem homens para homens sem terra”. Segundo Lúcio Flávio Pinto (1978), “atraídos por notícias sobre programas de colonização governamentais, abertura de novas estradas ou simples 'cortes de terras', os posseiros chegaram obcecados pela ideia de um lote inteiramente seu e muitas vezes são conduzidos por interesses totalmente contrários” (PINTO, 1978, p. 10).

Segundo Fernandes (1999), “o confronto é expresso na prática de violência por parte dos donos de terras contra os camponeses que buscam garantir sua identidade por meio dos assentamentos”. (FERNANDES, 1999, pp.71-72). No entanto, ainda que os posseiros sejam os mais ameaçados, nem sempre os grandes fazendeiros seguem a política da pistolagem. Houve casos em que ocorreu o inverso: posseiros fizeram ameaças, destruíram cercas e mataram donos de fazendas e familiares dentro da propriedade. Alguns posseiros também foram responsáveis por invadir áreas indígenas e chegaram a acobertar erros de órgãos oficiais. E com o passar do tempo, a disputa por terra só aumentou.

Em determinados casos, alguns grupos já não estavam interessados em simplesmente ocupar a terra. Como disse Lúcio Flávio Pinto (1978):

Numa época particularmente inflacionada, a busca à terra deixou de ser (...) um instrumento do desenvolvimento rural, da produção de alimentos, da utilização racional dos recursos naturais, para se transformar, na maioria dos casos, num mero negócio imobiliário, numa alta jogada financeira, num procedimento especulativo (...). A especulação não tem lógica nem coerência interna. Ela visa apenas ao lucro fácil e imediato, nem que ele custe algumas vidas e a destruição da natureza. (PINTO, 1978, p. 53)

A destruição da natureza é mais uma causa de conflitos agrários. Os agricultores defendem a preservação da natureza e também por isso são ameaçados. Seus maiores algozes, neste caso, são os madeireiros. E, com relação à questão dos conflitos, da pistolagem e das mortes nas áreas rurais, Lúcio Flávio Pinto (1978) explica por que na zona rural da Amazônia há um 'capitalismo selvagem' e acrescenta que a falta de providências traz como consequência mais problemas a serem resolvidos pelo próprio Estado:

O governo abdicou de impor às frentes pioneiras constituídas sob favores oficiais a – digamos assim – ética do Estado. O Estado tem uma visão mais coletiva e social, com maior vocação à disseminação dos benefícios. Porém, na Amazônia, o Estado abdicou de exigir o cumprimento desses princípios e deixou que a busca do lucro fácil contaminasse tudo e inclusive se sobrepusesse às exigências da Nação. Não é por outro motivo que nas selvas da Amazônia se instala um capitalismo selvagem, refratário aos custos sociais do desenvolvimento, raciocinando apenas em termos puramente comerciais, quando não especulativos de capital. É, portanto, um capitalismo predatório, que se serve do Estado e cria terríveis problemas, que ao Estado cumpre resolver, com enorme ônus. (PINTO, 1978, pp. 52-53)

Devido a esta omissão por parte do Estado, os conflitos agrários, principalmente no sul do Pará, acabaram sendo resolvidos diretamente entre posseiros e proprietários de terras, “num campo de batalha onde domina o mais forte, mas não há rigorosamente vencedores” (PINTO, 1978, pp. 177-178).

Os trabalhadores rurais que chegavam às terras paraenses, portanto, já tinham ideia do que os esperava: a violência. E um dos grandes problemas que contribuíram para isso foi a não fiscalização das áreas demarcadas para cada proprietário, sendo que foi determinado que cada dono de terra podia ocupar, no máximo, 3.000 hectares, o que acabou se estendendo a milhões de hectares, sem que o poder público interferisse.

Ronaldo Barata (1995) ressalta que a desigualdade socioeconômica entre o dono da terra e o trabalhador, somada à falta de proteção por parte do poder público, resulta na escravidão e, por fim, no assassinato dos menos favorecidos.

O assassinato, como crime de encomenda, é a expressão final de toda uma prática de violência que permeia o conflito agrário: a ostensiva prática da escravidão por dívidas – a peonagem; a violenta destruição patrimonial dos bens do trabalhador rural: suas casas e suas plantações; isto tudo até chegar ao crime de tocaia em que o trabalhador, fraco e desprotegido, não tem condições de se defender, nem a proteção do Poder Público para sua vida. (BARATA, 1995, p. 10)

Com base nisso, em 1980, criou-se o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) para atuar em Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Redenção e Conceição do Araguaia. Na mesma ocasião, foi criado o Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (Gebam). Ambos tinham o objetivo de controlar os conflitos e garantir a política de terras, principalmente para não prejudicar o andamento do Projeto Grande Carajás e do Projeto Jari, respectivamente.

Entre os anos de 1894 e 1985, foram criados sindicatos patronais, dirigidos por pessoas vinculadas aos fazendeiros: o Sindicato Rural de Redenção, o Sindicato Rural de Xinguara e o Sindicato Rural de Rio Maria. A União Democrática Ruralista (UDR) foi formada em Altamira, em 1987, com o objetivo de garantir força e apoio aos proprietários de terras, tendo a adesão de profissionais como médicos, comerciantes, donos de hotéis, de postos de gasolina, entre outros.

Destacam-se também alguns órgãos e autarquias que foram fundados nos anos 1970 e 1980 em prol da reforma agrária, da proteção ao meio ambiente e a federalização de questões do Estado, como os conflitos gerados pelas ocupações no campo. São eles: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Instituto de Terras do Pará (Iterpa); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama); Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad); e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Apesar da tentativa de organizar a ocupação nas áreas rurais do Estado e combater a violência, a década de 1990 não foi muito diferente. Segundo Fernandes (1999), “nos primeiros seis meses de 1991, a Polícia Federal resgatou 800 homens, em regime de trabalho escravo, de seis propriedades” (FERNANDES, 1999, pp.119-120).

Marcionila Fernandes (1999) também ilustra diferentes pontos de vista em duas informações verbais. A primeira argumenta em favor do trabalhador rural:

‘O cara está ali para tirar o sustento da família. Para trabalhar, tratar dos filhos, criar a família, porque não tem outro meio. Então, é uma questão que ele está disposto a lutar pela terra, porque é uma questão de vida ou morte. Se não, vai ter que trabalhar na fazenda em troca de boia, em troca de comida (Informação Verbal, 1991e).’ (FERNANDES, 1999, p. 124)

E a segunda mostra o modo de pensar de um grande proprietário de terra:

‘É um dirigente da UDR que sentencia: ‘Serviço tem. Quem quiser trabalhar tem serviço, eu procuro gente para trabalhar e ninguém aparece, eles só querem é desordem, eles não querem trabalhar (Informação Verbal, 1991c).’ (FERNANDES, 1999, p.124)

Até hoje se pratica a violência no campo de diversas formas, pois não são poucas as notícias que vemos nos jornais, os registros em delegacias, as denúncias a diversos órgãos estaduais e federais, etc. E, como descreve Ronaldo Barata (1995):

Não apenas se pratica a violência direta, mas também a indireta, aquela que provoca uma alteração nas condições de sobrevivência da vítima. Não apenas a violência em ato, mas também a contínua ameaça como forma de intimidação, o que torna muitas vezes a situação caracterizada por uma atmosfera enganosa de paz aparente, mas na qual o trabalhador reconhece a sua face armada que coloca em xeque a sua sobrevivência e de sua família. (BARATA, 1995, pp. 10-11)

E é evidente que esta prática continua em vigor devido à falta de medidas tomadas pela Justiça. Porém, vê-se que os moradores e trabalhadores rurais não perdem as esperanças. Os

ameaçados continuam lutando por um espaço para garantir seu sustento e de sua família, unindo-se com outros trabalhadores que estão na mesma situação, denunciando e pedindo proteção ao governo, não se deixando intimidar. Estas pessoas também contam com o auxílio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

A CPT foi fundada em 1975 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tem como missão realizar trabalhos no Brasil espalhando exemplos de solidariedade, esperança, fraternidade e justiça, exatamente o que a Igreja Católica propõe aos cristãos, usando como exemplo Jesus, seus ensinamentos e práticas do bem e amor ao próximo. Este trabalho é de grande valor para os mais pobres e que estão em situações de desvantagem, sem apoio das autoridades.

A CPT segue um trabalho pastoral junto às comunidades, que busca proporcionar dignidade e justiça a posseiros, índios, trabalhadores rurais e lideranças populares. Poucos anos depois de fundada, a CPT se transformou em uma entidade ecumênica e recebeu apoio de ajudantes de outras igrejas cristãs. Uma delas é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

A primeira região onde a CPT atuou foi a Amazônia, se estendendo, posteriormente, para todo o Brasil, pois se percebeu que em todo o país havia conflitos no campo e a história se repetia: trabalhadores rurais lutando por uma pequena área de terra para viver e tirar seu sustento e proprietários de grandes fazendas protegidos pelo governo e impedindo os lavradores de ocupar um espaço.

Vale ressaltar que a CPT age de acordo com a realidade de cada região, mas sempre com foco nos direitos humanos. No ano de 1985, a comissão decidiu registrar e organizar dados de assassinatos, ameaças de morte, trabalho escravo, expulsões, prisões, entre outros atos violentos em áreas rurais. Estes dados são publicados anualmente no Livro de Conflitos no Campo no Brasil, usado para pesquisas pela imprensa, por órgãos do governo e por estudiosos.

Os agentes da CPT seguem várias diretrizes: teológicas; éticas; políticas; pedagógicas; históricas e científicas. Em 2002, a CPT incluiu em seu plano de apoio casos envolvendo conflitos por água, tomando, a partir daí, como principais eixos de ação a terra, a água e os direitos humanos. Implícito nos eixos está o desenvolvimento sustentável, o que garante às famílias sobrevivência em harmonia com o ambiente, com valores baseados na espiritualidade. Atualmente, a CPT é composta por 21 regionais. O coordenador da regional que abrange o Pará é o padre Paulo Joanil da Silva, que comentou sobre a lista de assassinatos da CPT:

Por razões óbvias, a CPT não possui uma listagem de todos os assassinatos ocorridos em todas as regiões do país – muitas vezes em lugares isolados, sem comunicação, sem entidades que possam fazer o caso vir a público. E mesmo aqueles que constam na listagem muitas vezes não trazem as informações básicas, como nome da vítima e data do crime – é assim que a informação chega a partir das CPTs locais. No entanto, a lista é bastante completa (...) e inclui diversas informações sobre os conflitos que levaram aos assassinatos. (VIANA, 2007, p. 19)

Ressalta-se a importância da lista de assassinatos para fins de documentação e acompanhamento dos casos, porém, mais importante é a divulgação da lista de ameaçados anualmente, pois com ela a CPT pode ajudar na questão da denúncia dos ameaçadores aos órgãos públicos e também na exigência de proteção por parte do governo aos trabalhadores. Segundo o

padre Paulo da Silva, em entrevista concedida à autora deste trabalho (2013), a imprensa também pode ajudar, no sentido de pressionar o governo a tomar medidas de proteção, e o jornal é mais uma prova a favor dos ameaçados:

Não digo que resolveria [publicar ameaças de morte na imprensa], mas é muito válido. Quer dizer, se a grande imprensa notificou que José Alves de Oliveira está ameaçado de morte por fulano de tal porque quer tomar a sua terrinha, são fatos e isso vira um documento, e deixa a autoridade e a sociedade informadas previamente. (...). Quem ameaça são os poderosos, que têm grande poder aquisitivo, e sabem que vale a pena continuar ameaçando e eliminando lideranças, porque estamos acostumados com a impunidade. (SILVA, 2013)

Neste trabalho, analisam-se dois casos de vítimas da violência no campo que tiveram seus nomes registrados nos livros de conflitos agrários da CPT: o da missionária Dorothy Stang e o do casal José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo.

DOROTHY STANG

Dorothy Mae Stang nasceu no dia 7 de junho de 1931, nos Estados Unidos, e pertencia a uma congregação da religião católica internacional chamada Irmãs de Nossa Senhora de Namur, que reúne mais de 2.000 mulheres em trabalho pastoral em todo o mundo e tem como missão principal ajudar os pobres e marginalizados.

Através desta congregação, Irmã Dorothy iniciou seu ministério no Brasil em 1966, no Maranhão, para acompanhar agricultores, que mais tarde perderam espaço para os latifundiários e acabaram migrando para Abel Figueiredo, no Pará, em 1974. “Dois anos depois, ela ajudou a fundar a CPT no Estado” (VIANA, 2007, p. 27).

Nos anos 1980, ela passou a lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais e das famílias pobres e isoladas da região do Xingu, mais precisamente em Anapu. Sua ajuda consistia também em apresentar projetos de reflorestamento em áreas degradadas, além de atividades extrativistas de subsistência. No ano de 1997, segundo Viana (2007), a missionária e alguns militantes de movimentos sociais reivindicaram ao Incra:

Um projeto de assentamento familiar para a área rural de Anapu. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) foi criado com a intenção de combinar o cultivo de produtos como cacau, café e pimenta-do-reino à comercialização da produção local – açáí, cupuaçu e castanha-do-pará. (VIANA, 2007, p. 27)

Porém, Anapu era uma cidade considerada esquecida pelo poder público desde a época da ditadura, quando os moradores eram retirados por pessoas que se diziam donas daquela terra. Mas irmã Dorothy não se deixou intimidar pelas ameaças de morte e denunciava a situação dos habitantes às autoridades do Pará e do Brasil. Argumentou, inclusive, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência no Campo, em 2004, que o fato de os grileiros não serem punidos agravava a violência sofrida pelos trabalhadores rurais. E, por não se calar diante de ameaças, ela nutriu nos fazendeiros, grileiros e madeireiros o sentimento de revolta. Em 2003, irmã Dorothy “foi declarada *persona non grata* pela Câmara de Anapu, 'como ato de repúdio da população às ações desagregadoras por ela praticadas’” (VIANA, 2007, p. 27).

A missionária foi assassinada com seis tiros no dia 12 de fevereiro de 2005, aos 73 anos, a 53Km de Anapu. Um dos acusados de envolvimento crime é o fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão.

Outro acusado de ser um dos mandantes do assassinato da freira é Vitalmiro Bastos Moura, o “Bida”.

Depois que irmã Dorothy morreu, Anapu recebeu mais atenção por parte do governo, como detalha Viana (2007):

Foi criada uma seção do Ministério Público Federal na cidade de Altamira, que abrange a área de Anapu, e criou-se um escritório do Incra no município. Segundo o instituto, até meados de 2006 mais de cinquenta grileiros haviam sido retirados da área do PDS, seis lotes tinham sido retomados judicialmente e todas as famílias do PDS Esperança haviam recebido crédito para a compra de insumos produtivos, além de assessoria técnica social e ambiental. (...) O governo federal criou sete novas áreas de conservação, abrangendo 6,4 milhões de hectares, no oeste do Pará, 15% delas destinadas à proteção integral e 85% ao uso sustentável. Também criou o primeiro distrito florestal sustentável do país, com uma área de 16 milhões de hectares – 5 milhões para manejo florestal. O decreto suspendeu a exploração de 8,2 milhões de hectares de terras públicas na margem da rodovia BR 163, para o estudo de unidades de conservação. (VIANA, 2007, pp.33-34)

Após o assassinato, também foi criado o Comitê Dorothy, coordenado pela irmã Margarida Pantoja e formado por pessoas de diversas religiões que se uniram para defender os direitos humanos, especialmente de trabalhadores do campo, tendo como fonte de inspiração Dorothy Stang. Uma forma de mostrar o quanto seus feitos foram importantes para o Pará e de dar continuidade ao trabalho dela.

Cerca de seis anos depois, foram assassinados José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, casal de ambientalistas, em Nova Ipixuna, no Pará.

JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO E MARIA DO ESPÍRITO SANTO

José Cláudio Ribeiro morava em Nova Ipixuna com sua companheira Maria do Espírito Santo. Ambos viviam da extração de castanhas e frutas. A reserva onde moravam é protegida por lei e o corte de árvores, ilegal. Desta forma, José Cláudio não negociava as árvores com madeireiros. Outros moradores já haviam abandonado o local devido à pressão dos empresários. Como José Cláudio denunciava os crimes, seu nome e o de Maria passaram a fazer parte da lista de ameaçados de morte divulgada pela CPT, em 2001. Em 24 de maio de 2011, a ameaça foi cumprida.

José Cláudio recebia as ameaças de morte, denunciava aos órgãos competentes, mas não tinha proteção policial. Em palestras e discursos, ele afirmava que sentia medo de morrer por proteger as florestas e denunciar o comércio ilegal de madeira. Mas, mesmo assim, não deixaria de fazer o que acreditava estar certo.

Um dia, foi armada uma emboscada próximo à casa deles. José Cláudio e Maria estavam juntos e se dirigiam de moto para o município quando foram baleados e mortos por dois pistoleiros. Os acusados foram identificados e presos dias depois, mas ainda aguardam julgamento, sem data marcada. Uma testemunha, que seria a única, foi assassinada a tiros menos de uma semana depois da morte do casal.

Os julgamentos também se arrastam, como no caso da Irmã Dorothy. Genivaldo Oliveira Santos, o “Gilsão”, e Gilvan, além de José Rodrigues e Lindonjonson Silva Rocha, têm participação no assassinato. E a família de Maria, principalmente a irmã dela, Laissa do Espírito Santo, que

passou a liderar a área que eles protegiam, recebe constantes ameaças e não tem até hoje nenhuma proteção por parte do governo.

À GUIA DA REVISÃO DE CONCEITOS

No Estado do Pará, os jornais impressos mais lidos são O Liberal e o Diário do Pará. E, principalmente em jornais de grande circulação, embora as pautas sejam de interesse da sociedade, a política está imersa nas matérias, definindo os tipos de abordagens. A partir de então, são feitos os agendamentos e a sociedade toma conhecimento dos fatos. O interessante a ser observado é o poder que a imprensa tem sobre os leitores no sentido de fazê-los pensar sobre determinado assunto. O autor Traquina (2000) cita Cohen (1963), que afirma que:

A imprensa 'pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas *como pensar*, mas tem uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores *sobre o que pensar*. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redatores, editores e diretores do jornal que leem. (COHEN apud TRAQUINA, 2000, p. 17)

No entanto, para analisar tais afirmações, primeiramente devem-se considerar duas coisas: o fato de que os jornais fazem a abordagem da maneira que é mais interessante para eles, nem por isso deixando de ser verdadeira a notícia; e o nível de conhecimento e cultura dos leitores, tendo como base o público-alvo dos jornais. Sobre a política imersa nos impressos, o mais comum é percebermos, por meio das matérias, sua relação com o governo. Então, é feita uma seleção para decidir quais notícias serão publicadas nos jornais. Nelson Traquina (2000) explica:

Ao selecionarem e divulgarem as notícias, os editores, os profissionais da redação e os meios de difusão desempenham um papel importante na configuração da realidade política. Os leitores não só conhecem um determinado assunto, como também ficam sabendo qual importância atribuir a esse mesmo assunto a partir da quantidade de informação veiculada da notícia e da posição por ela ocupada. (TRAQUINA, 2000, p. 47)

As notícias são organizadas por ordem de relevância em uma prática chamada agendamento (agenda-setting), que consiste em planejar o que vai ser publicado, o que merece maior destaque, de acordo com o valor notícia, e que tipo de abordagem será feito acerca dos assuntos para se atingir o objetivo. Nelson Traquina (2000) explica a importância do agendamento citando os autores McCombs e Shaw (1993):

'O *agenda-setting* é consideravelmente mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objectos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objectos são poderosos papéis no *agenda-setting*'. (McCOMBS e SHAW apud TRAQUINA, 2000, p. 31)

Não parece confortável a ideia de que há algo ou alguém fazendo as pessoas pensarem em determinados assuntos e que o jornalismo tem o poder de influenciar em nosso comportamento sem que percebamos. Mas Traquina (2007) traz citações de Moloth e Lester (1974-93) que explicam de maneira simples por que isso ocorre:

'Toda a gente precisa de notícias. Na vida quotidiana, as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos diretamente e dão como observáveis e significativos *happenings* que seriam remotos de outra forma'. Acrescentam: '[O] conteúdo das concepções de um indivíduo sobre a história e o futuro da sua comunidade vêm a depender dos processos pelos quais os acontecimentos públicos se transformam em tema de discurso nos assuntos públicos. (MOLOTCH e LESTER apud TRAQUINA, 2000, p. 20)

Pelo fato de o agendamento ser fundamental para uma edição de qualidade de um jornal e, no Pará, haver dois jornais de grande circulação concorrentes, é necessário que se tenha um cuidado especial na escolha da publicação de notícias. Molotch e Lester (1974-93), citados por Nelson Traquina (2000), dizem que:

A concorrência entre os promotores da notícia envolve: 1) a definição das ocorrências e/ou das questões que merecem ser constituídas em notícia, e ganham assim o direito de existir enquanto tema de discurso nos assuntos públicos e também o direito de figurar na *agenda jornalística*; 2) a definição das ocorrências e/ou das questões pelo seu enquadramento, isto é, pela forma como serão apresentadas e possivelmente interpretadas pela opinião pública. (MOLOTCH e LESTER apud TRAQUINA, 2000, p. 29)

É bastante frequente os jornais O Liberal e Diário do Pará noticiarem os mesmos fatos em alguns cadernos, às vezes simultaneamente, outras vezes um dos dois dá o “furo”. Algumas vezes há abordagens diferentes sobre um mesmo tema. A notícia considerada “escândalo” é a que tem grande destaque e normalmente rende matérias para outros dias, que servem de complemento. Segundo Nelson Traquina (2000):

As notícias do tipo 'escândalo' mobilizam igualmente uma narrativa já conhecida pelo público (...). O valor-notícia de consonância corresponde a esse esforço do jornalista em encaixar novas situações em velhas definições; assim, a utilização do sufixo *gate*, por exemplo, permite a fácil identificação de uma nova reconfiguração do mesmo corpo, do mesmo 'inventário do discurso'. (TRAQUINA, 2000, p.28)

Esta continuidade das notícias reflete o feedback dado pelos leitores, no sentido de falarem sobre os assuntos publicados nos jornais e até de questionarem e, de certo modo, exigirem mais explicações acerca dos temas, o que também é fundamental para os jornais. Este feedback serve como um termômetro para a decisão de apurar mais o assunto. Em caso positivo, é dada sequência ao tema, abordando-o de outras formas e, algumas vezes, transformando a matéria em reportagem. Em um artigo, Liliane Calado (2006) cita José Marques de Melo, dizendo que o autor:

Entende a reportagem como 'um relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social'. Por isso, a reportagem visa um maior detalhamento dos fatos, que muitas vezes já foram noticiados, mas mesmo assim merecem ser aprofundados e interpretados. (MELO apud CALADO, 2006)

Pode-se afirmar que o aprofundamento revela a importância do assunto para os jornais e para o público. Este, ao ver um assunto que talvez nem lhe interesse ser abordado várias vezes, acaba achando-o relevante. Foi a esta conclusão que Iyengar, Peters e Kinder chegaram: “Os expectadores expostos às notícias dedicadas a um problema em particular ficam mais convencidos da sua importância. Os programas das redes noticiosas parecem possuir uma poderosa capacidade de moldar a agenda pública” (IYENGAR, PETERS e KINDER apud TRAQUINA, 2000, p. 32). Há teorias que

explicam este “convencimento” a respeito da relevância dos assuntos. Habermas (2003), por exemplo, fala sobre o conceito de opinião pública:

É considerada ‘pública’ a opinião de um grupo quando ela subjetivamente se impõe como a opinião dominante: o membro individual do grupo tem uma (provavelmente errônea) concepção quanto à importância da sua opinião e do seu comportamento, ou seja, de quantos dos demais membros, e quais deles, partilham ou rejeitam o hábito ou a perspectiva por ele defendida. (HABERMAS, 2003, pp. 280-281)

No entanto, ressalta-se que determinado grupo da sociedade, apontado por estudiosos como a “massa”, simplesmente recebe informações sem buscar outras fontes. Habermas (2003) expõe a ideia de C.W. Mills, que afirma que, “numa massa, muito menos gente expressa opiniões do que as recebe, pois a comunidade do público torna-se uma coleção abstrata de indivíduos que recebem impressões dos meios de comunicação de massa” (C.W. MILLS apud HABERMAS, 2003, p. 289).

Existem também os que expressam opiniões sobre as informações que recebem e, a partir daí, levanta-se uma questão importante: qual grupo ilustraria o conceito de opinião pública? Habermas (2003) explica que:

Dois caminhos se apresentam fundamentalmente para se definir o conceito de opinião pública. Um conduz de volta a posições do liberalismo, que, em meio a uma esfera pública desintegrada, queria salvar a comunicação, bem no seio de um público meramente aclamativo, num círculo interno de representantes capazes de serem no âmbito público os formuladores de opinião, um público pensante bem no meio do público apenas aclamativo. (...) O outro caminho leva a um conceito de opinião pública que abstrai completamente de critérios materiais como racionalidade e representação, limitando-se a critérios institucionais. (HABERMAS, 2003, pp. 276-277)

Ainda sobre este assunto, Habermas (2003) cita o autor Landshut, que “registra, por um lado, o fato de que ‘no lugar da opinião pública surge a disposição subjetiva, em si indeterminada. Ela é, toda vez, orientada para esta ou aquela direção através de determinadas medidas e acontecimentos” (LANDSHUT apud HABERMAS, 2003, p. 275). E a maioria das pessoas, ao absorver informações sem o intuito de fazer uma reflexão mais aprofundada, demonstra que precisam desta orientação. Sobre isso, Nelson Traquina (2000) afirma que:

A 'necessidade de uma orientação' é definida como a junção de duas variáveis: alto interesse e um alto nível de incerteza. Assim, o efeito do agendamento ocorre com pessoas que têm uma grande necessidade de obter informação sobre um assunto; devido a esta 'necessidade de orientação', estas pessoas expõem-se mais aos *media* noticiosos, provocando maiores efeitos do agendamento. (TRAQUINA, 2000, p. 33-34)

Ainda assim, os profissionais da redação dos jornais procuram fornecer o máximo de informações possível, não só para manter as pessoas cientes do que ocorre no dia a dia, mas também para levantar discussões e cobrar respostas acerca de tais acontecimentos. O agendamento destas matérias é feito cuidadosamente para que elas sejam repassadas ao público da maneira pretendida.

Seguindo a linha do tema, foram analisados o Diário do Pará e O Liberal quanto à produção das matérias e a prioridade dada ao tema nas publicações das edições diárias, baseando-se na teoria do agendamento.

O jornal impresso O Liberal foi fundado em 1946, fruto de uma sociedade entre o então governador Magalhães Barata, do Partido Social Democrata (PSD), e correligionários de Alberto Engelhard, responsável pela administração de Belém. A missão do jornal era representar o governo e defendê-lo das críticas veiculadas pela Folha do Norte. Em 1966, passou a pertencer ao empresário Rômulo Maiorana. O Liberal hoje é presidido por Rômulo Maiorana Júnior. O principal concorrente deste jornal é o Diário do Pará.

O jornal Diário do Pará foi fundado em 22 de agosto de 1982 e pertence ao Grupo RBA de Comunicação. O fundador foi Laércio Wilson Barbalho, falecido em 2004, e hoje o diretor-presidente é seu neto, Jader Barbalho Filho.

O Diário do Pará foi criado em meio à ditadura, para fins políticos: além de uma campanha em favor das 'Diretas, já', servia para impulsionar a candidatura de Jader Barbalho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao governo do Estado. O candidato saiu vitorioso e o jornal continuou funcionando como meio de promover suas ações e proteger seu governo, apontando críticas à oposição, além, é claro, de noticiar outros fatos de interesse do público.

O CASO DOROTHY STANG: ANÁLISE DA COBERTURA DOS JORNAIS DIÁRIO DO PARÁ E O LIBERAL

De acordo com os objetivos do trabalho, decidiu-se analisar o total de 21 edições de cada um dos jornais, ou seja, o período de três semanas: a que antecedeu o crime, a semana em que o crime ocorreu e a seguinte. Posteriormente, foram colhidas as informações, sendo possível não só fazer a análise quantitativa e qualitativa como também cruzar os dados. A primeira a ser apresentada é a quantitativa do jornal O Liberal:

Tabela 1 – Dados quantitativos do jornal O Liberal: número de materiais publicados sobre o caso Dorothy Stang

Período	Matérias O Liberal
De 05 a 11 de fevereiro	0
De 12 a 18 de fevereiro	172
De 19 a 25 de fevereiro	132
Total	304

Fonte: O Liberal, edições do período de 05/02/05 a 25/02/05

Na semana anterior ao assassinato da Irmã Dorothy, nada foi publicado sobre ameaças de morte. Na semana do crime, devido à repercussão nacional e internacional, o jornal O Liberal divulgou 172 elementos informativos, uma grande quantidade para um jornal cujo caderno principal tem, em média, 10 páginas. Na semana posterior, o número continua elevado (132), porém nota-se já uma queda em relação à semana anterior.

A tabela seguinte mostra o total de materiais publicados pelo Diário do Pará sobre o caso, no mesmo período:

Tabela 2 – Dados quantitativos do Diário do Pará: número de materiais publicados sobre o caso Dorothy Stang

Período	Matérias Diário do Pará
De 05 a 11 de fevereiro	0
De 12 a 18 de fevereiro	164
De 19 a 25 de fevereiro	149
Total	313

Fonte: Diário do Pará, edições do período de 05/02/05 a 25/02/05

Nesta, percebe-se também que na primeira semana não teve registro sobre a situação da missionária, vindo este a ocorrer somente após o assassinato. Na semana em que a Irmã Dorothy morreu, foram contados 164 materiais. Na semana seguinte, o resultado, assim como no caso d'O Liberal, foi menor: 149, ou seja, 15 a menos.

As próximas duas tabelas mostram dados qualitativos de ambos os jornais. São os mesmos resultados anteriores, porém os elementos informativos estão discriminados.

Tabela 3 – Dados qualitativos do jornal O Liberal: tipos de materiais publicados sobre o caso Dorothy Stang

Material	De 12 a 18 de fevereiro de 2005	De 19 a 25 de fevereiro de 2005
Manchete de capa	5	4
Chamada de capa	5	2
Foto de capa	10	5
Entrevista	0	0
Fotolegenda	23	8
Nota	33	36
Coluna	5	6
Manchete de página	16	16
Submanchete	73	54
Charge	0	0
Infográfico	2	1
Total	172	132

Fonte: O Liberal, edições do período de 12/02/05 a 25/02/05

Ao se observar a tabela 3, nota-se que alguns elementos estiveram em menor quantidade no período de 19 a 25 de fevereiro com relação à anterior, a manchete de página permaneceu em mesmo número e notas e colunas aumentaram.

A seguir, a tabela 4 expõe os dados qualitativos do jornal Diário do Pará:

Tabela 4 – Dados qualitativos do jornal Diário do Pará: tipos de materiais publicados sobre o caso Dorothy Stang

Material	De 12 a 18 de fevereiro de 2005	De 19 a 25 de fevereiro de 2005
Manchete de capa	6	5
Chamada de capa	2	6
Foto de capa	11	7
Entrevista	0	1
Fotolegenda	46	45
Nota	25	10
Coluna	5	5
Manchete de página	13	11
Submanchete	52	58
Charge	2	0
Infográfico	2	1
Total	164	149

Fonte: Diário do Pará, edições do período de 12/02/05 a 25/02/05

Na tabela acima, os níveis também sofreram mudanças, porém menos que os dados da tabela anterior. Na semana seguinte ao crime, a maioria dos elementos sofreu queda, mas o número de chamadas de capa, de entrevista e de submanchetes subiu. O número de colunas permaneceu o mesmo.

AVALIAÇÃO DA COBERTURA

Levando em consideração a relevância do tema violência no campo e, além disso, o assunto, aliado especialmente aos conceitos de agendamento, valor notícia e opinião pública, pode-se dizer que o caso Dorothy foi bastante valorizado pelos jornais. O caso trouxe à tona diversas questões políticas que estavam “esquecidas” e, com a pressão de autoridades, principalmente, internacionais, que cobravam explicações do governo do Pará e do Brasil, e também da sociedade, os jornais tiveram bastantes informações para publicar nestes dias.

Não saiu nenhuma nota sobre o perigo que a missionária corria antes de sua morte. Mas, aproveitando a ocasião, os jornais citaram outras lideranças ameaçadas de morte, cobrando providências do governo em nome da população. As cobranças são válidas, o problema é ter que “esperar” uma tragédia acontecer para então prestarem atenção aos conflitos agrários e à carência de estrutura e fiscalização nos municípios, que acabam vitimando tantas pessoas.

O CASO JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO E MARIA DO ESPÍRITO SANTO: ANÁLISE DA COBERTURA DOS JORNAIS DIÁRIO DO PARÁ E O LIBERAL

Para traçar o panorama, foi usada a mesma metodologia do caso da Irmã Dorothy. O período a ser pesquisado foi também uma semana antes, a semana do assassinato e a semana seguinte, totalizando 21 edições dos jornais, com início no dia 17 de maio de 2011 e a última edição, do dia 06 de junho de 2011.

Tabela 5 – Dados quantitativos do jornal O Liberal: número de materiais sobre o caso José Cláudio Ribeiro

Período	Matérias O Liberal
De 17 a 23 de maio	0
De 24 a 30 de maio	38
De 31 de maio a 6 de junho	30
Total	68

Fonte: O Liberal, edições do período de 17/05/11 a 06/06/11

Percebe-se, na tabela 5, que na semana que antecede o crime não foi noticiada nenhuma ameaça de morte aos extrativistas no jornal O Liberal. No período em que o casal foi assassinado, foram publicados 38 elementos informativos; mais do que na semana seguinte (30). Nas duas semanas, 68 materiais - entre fotolegendas, entrevistas e manchetes de capa - foram publicados sobre o assassinato.

A tabela 6 traz os dados do jornal Diário do Pará referentes ao casal:

Tabela 6 – Dados quantitativos do jornal Diário do Pará: número de materiais sobre o caso José Cláudio Ribeiro

Período	Diário do Pará
De 17 a 23 de maio	0
De 24 a 30 de maio	33
De 31 de maio a 6 de junho	17
Total	50

Fonte: Diário do Pará, edições do período de 17/05/11 a 06/06/11

Segundo a tabela acima, o Diário do Pará também não divulgou nada sobre José Cláudio e Maria do Espírito Santo uma semana antes do crime. Na semana seguinte, foram publicados 33 materiais tratando do assassinato e, uma semana depois, este número caiu para 17, totalizando 50 em 14 dias.

As tabelas 7 e 8 trazem dados qualitativos dos jornais O Liberal e Diário do Pará.

Tabela 7 – Dados qualitativos do jornal O Liberal: tipos de materiais sobre o caso José Cláudio Ribeiro

Material	De 24 a 30 de maio de 2011	De 31 de maio a 06 de junho de 2011
Manchete de capa	2	0
Chamada de capa	2	3
Foto de capa	3	0
Entrevista	0	1
Fotolegenda	7	4
Nota	3	4
Coluna	3	2
Manchete de página	6	4
Submanchete	10	10
Charge	2	1
Infográfico	0	1
Total	38	30

Fonte: O Liberal, edições do período de 24/05/11 a 06/06/11

O período de 24 a 30 de maio de 2011, semana em que ocorreu o crime, tem quase todos os elementos em maior número do que na semana seguinte, de 31 de maio a 06 de junho, exceto a quantidade de infográfico, chamada de capa, nota e uma entrevista, que aumentou, e a de submanchetes, que permaneceu a mesma.

Sobre os dados qualitativos do Diário do Pará, segue a tabela indicativa:

Tabela 8 – Dados qualitativos do Diário do Pará: tipos de materiais sobre o caso José Cláudio Ribeiro

Material	De 24 a 30 de maio de 2011	De 31 de maio a 06 de junho de 2011
Manchete de capa	0	0
Chamada de capa	0	1
Foto de capa	2	0
Entrevista	0	0
Fotolegenda	1	0
Nota	11	7
Coluna	2	1
Manchete de página	5	2
Submanchete	9	4
Charge	2	1
Infográfico	1	1
Total	33	17

Fonte: Diário do Pará, edições do período de 24/05/11 a 06/06/11

Com relação à tabela 8, nota-se uma diferença maior entre as duas semanas de publicação de materiais referentes ao crime cometido contra o casal de ambientalistas. Concentrando-se em notas, submanchetes e manchetes de página na primeira semana, percebe-se que não houve aumento de quantidade em nenhum material, somente mantendo o mesmo número, no caso do infográfico (um em cada semana).

AVALIAÇÃO DA COBERTURA

Quanto à repercussão do caso e a importância de se discutir e aprofundar conhecimento sobre a violência no campo através dos jornais, para então entender o que deve ser feito para que haja uma diminuição gradativa de casos envolvendo trabalhadores rurais e demais habitantes do campo, nota-se que o caso dos ambientalistas José Cláudio Ribeiro não tiveram a repercussão, digamos, merecida para pressionar o governo a tomar medidas preventivas.

E, se os editores e diretores de jornais não deram a devida importância para o caso depois da tragédia, fica claro que as ameaças, àquela altura do campeonato, não teriam espaço no papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se comparam os dois casos através dos dados coletados, vê-se uma diferença espantosa entre as coberturas nos jornais. E, nos dois casos, comprova-se que o agendamento coincide entre O Liberal e o Diário do Pará, ratificando a teoria exposta por Traquina. É válido lembrar que o caso dos ambientalistas também está relacionado à violência no campo, e eles

lutavam pela preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, assim como a missionária.

Com relação à ideia de que as lideranças desempenhavam as mesmas ações e defendiam os direitos humanos, vale ressaltar aqui as circunstâncias em que ocorreram os crimes no cenário jornalístico.

O assassinato da Irmã Dorothy ocorreu semanas depois da morte de 16 sindicalistas, em janeiro daquele ano, e no dia 04/02/2005, pouco mais de uma semana antes da morte dela, houve uma reunião entre Ana Júlia Carepa, então governadora do Pará, e autoridades de órgãos públicos federais para tratar sobre assassinatos no campo. Na ocasião, ela pediu proteção aos ambientalistas e às lideranças que denunciavam irregularidades na zona rural do Estado. No jornal O Liberal, não foram citados nomes nem falas da governadora. No Diário, foi publicado depoimento de Ana Júlia a respeito de Dorothy, dizendo que ela é um exemplo de defensora dos direitos humanos no Pará. O jornalista paraense Ismael Machado, que na época era correspondente do jornal O Globo, chegou a emitir uma nota para o jornal carioca antes do assassinato expondo as ameaças à missionária por parte de fazendeiros e madeireiros. Não deu tempo de dar proteção a ela.

Já no período em que José Cláudio e Maria do Espírito Santo foram assassinados, faziam-se campanhas para o Plebiscito, que ocorreria no mesmo ano e decidiria se o Estado do Pará seria dividido em três, contando com o Tapajós e Carajás, além do Pará Remanescente. Além disso, estava em discussão a construção da Usina de Belo Monte. Mais um assunto que ocupava páginas dos jornais todos os dias.

Volta-se, portanto, às perguntas citadas na introdução: “Como os jornais impressos paraenses cobrem os casos relacionados à violência no campo e qual a importância dada pelos jornais para assuntos deste tema?”. Diante dos fatores notados anteriormente e do número decrescente de informações dos casos ao longo das semanas, pode-se concluir que os editores que fazem o agendamento sabem que o tema é relevante. No entanto, os casos são tratados como factuais, ou seja, como fatos que ocorrem no dia a dia, como acidentes. Ainda não dão a devida importância ao tema. Nem todos os casos são publicados, e alguns saem no caderno Polícia.

A lista de ameaçados continua extensa e, segundo o padre Paulo, ela é repassada constantemente para os jornais impressos e demais meios de difusão de notícias, mas somente quando ocorrem crimes é que o assunto vem à tona e são procuradas as autoridades para dar depoimentos sobre os casos. É preciso que os jornais deem a atenção merecida aos casos que envolvem trabalhadores rurais, lideranças de assentamentos e reservas, etc. para ajudar, por meio da divulgação de informações, autoridades a tomarem medidas de prevenção e outras providências em prol dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA, Ronaldo. Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense, 1980-1989. Belém: Cejup, 1995.

CALADO, Liliane de Andrade. A ciência no jornalismo impresso: Análise das reportagens do suplemento Milenium – Jornal Correio da Paraíba. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

FERNANDES, Marcionila. Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR. Belém: Naea/UFPA, 1999.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

PINTO, Lucio Flávio. Amazônia: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1978

TRAQUINA, Nelson. O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

VIANA, Natália. Plantados no chão: assassinatos políticos no Brasil hoje. Conrad, 2007.



UMA CRUZADA CONTRA O ÁLCOOL: A ANÁLISE DOS DISCURSOS DA IGREJA, EDUCAÇÃO E MEDICINA NO PARÁ-1930 A 1950

Amilcar de Souza Martins SOBRINHO¹

RESUMO

Este trabalho tem como escopo entender o universo do Álcool no Pará, entre os anos de 1930 a 1950, período caracterizado pela construção de uma ideologia trabalhista e, sobretudo, moralizadora, que pretendia controlar os hábitos e costumes de homens e mulheres. Abordamos o consumo das bebidas e de outros alucinógenos como uma prática que, segundo as ações do Estado, atentava contra o projeto disciplinador e civilizador ditados pela ordem burguesa. Nesse contexto o discurso médico, a Igreja e a Educação criraram um conjunto de enunciados que enquadrava o álcool e outras drogas como um dos empecilhos para o saneamento moral e do organismo dos indivíduos.

Palavras-Chave: Álcool; Medicina; Educação ;Igreja

1-OS ESCULÁPIOS CONTRA O ÁLCOOL

A medicina no Brasil a partir do século XIX começou a ganhar espaço, haja vista a criação de várias sociedades médicas e faculdades de medicina que produziram um corpus de saber que esteve a serviço do Estado, com a intenção de moldar os comportamentos da população, na tentativa de promover uma higienização social. O conhecimento médico vai organizar os mais variados discursos que de certa forma atingiam as diversas esferas da vida cotidiana de homens e mulheres, incidentes sobre questões como a sexualidade, habitação, lazer, espaço de trabalho, educação e loucura.

Dentro desse contexto, a bebida alcoólica e os entorpecentes foram os focos de atenção da sociedade capitalista, passando a ser um prazer regulado, pois o uso desregrado colocava em xeque a moral burguesa. Para isso, foi preciso a elaboração de um corpus teórico que colocasse as drogas no rol de substâncias que comprometiam o organismo do indivíduo.

A construção da ideia do álcool como doença ganhou força em países europeus, especialmente na França, na medida em que havia preocupação do controle das camadas populares e do espaço urbano francês. O movimento de concentração de pessoas, as rebeliões populares francesas como a comuna de Paris e o crescimento da pobreza em cidades como Paris e Londres fizeram com que a burguesia voltasse seus olhares sobre a multidão e seu lazer².

No *fin de siecle* um contingente significativo de homens e mulheres sentavam no banco dos réus por terem cometido crimes sob o efeito da bebida. Sendo assim:

¹Mestre em História em Linguagens e Saberes da Amazônia, Professor da Secretaria de Educação do Pará(Seduc-PA) e no Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira(FUNBOSQUE), e-mail :peixe_martins@yahoo.com.br

² Sobre multidões na Europa oitocentista,Cf. BRESCIANI, Maria Stella M.**Londres e Paris no século XVIII**.São Paulo: Brasiliense,1984.

Como álcool e violência estavam quase sempre associados, a bebida preocupava funcionários que investigavam os homens acusados de crimes, envolvendo juristas e alienistas na questão de como lidar com esses indivíduos manifestamente perigosos, porém muitas vezes aparentemente irresponsáveis. O comportamento do embriagado era a demonstração mais surpreendente de como os seres humanos podiam agir de forma automática e inconsciente, levando a questão, portanto, de como agir com homens que colocavam em risco a si mesmo e a sociedade com seus hábitos alcoólatras. (HARRIS, 1993, p. 266).

A cruzada contra o alcoolismo fez com que médicos e alienistas produzissem uma série de teses e conceitos que colocaram a bebida como um elemento causador da degeneração moral e física do trabalhador. Dentre essas teses estava a de Claude Bernard denominada *leçon sur effets des substances et medicamentoses*, que considerava o álcool uma ameaça ao funcionamento de órgãos do corpo como o fígado. Influenciado pelo pensamento do médico francês, o esculápio Dr. Silva Rozado alertava que o consumo contumaz de bebida alcoólica “Trará como resultado a irritação prolongada dos tecidos do fígado, produzirá, finalmente, alterações profundas, que, em seu tempo determinado poderão produzir degenerescência cirrótica” (ROZADO, *Apud* SANTOS, 2005, p. 99).

No Brasil vários estudiosos, como o médico J. F. S. Lima, se debruçaram sobre os malefícios produzidos pelas bebidas etílicas. Dentre as complicações alcoólicas estavam aquelas que interferiam no funcionamento do sistema nervoso, resultando num afinamento entre o conhecimento de clínicos e alienistas:

O uso das bebidas destiladas e fermentados não pode deixar de ser nocivo. Uma congestão ou apoplexia cerebral pode ser consequência do seu emprego, e isto pode ter lugar ou pouco depois de sua ingestão ou ao depois, se continua. O uso, debaixo da influência de outra qualquer causa, pois o álcool, pelas repetidas congestões que determina vai predispondo o encéfalo de sorte que debaixo da ação muitas vezes de uma causa ligeira repentinamente uma paralisia completa da vida sobrevém.

Também uma inflamação do cérebro e suas membranas, e todas as suas consequências pode ter nesses indivíduos, o resultado do uso de bebidas espirituosas, mesmo sem ser na mesma quantidade que se costuma beber nos países frios, porém em mesmo uma mais moderada. (LIMA, *Apud* SANTOS, p. 106).

Mas nem sempre a ingestão de álcool era tratada como causa para as enfermidades, pelo contrário, muitos médicos europeus e nacionais defendiam publicamente as qualidades terapêuticas de bebidas como o vinho, a cerveja e aguardente na cura de certas doenças.

Segundo Santos (1995), médicos como o Dr. Faisan defendiam as propriedades enérgicas do vinho “recomendava ao homem adulto que trabalhasse ao ar livre, um litro de vinho, para o homem sedentário, esta tolerância cai para meio litro”. A porção de Tood bastante popular na Europa e no Brasil, à base de álcool, era prescrita para curar males como pneumonia, febre, varíola, cólera, tétano, hemorragia e bronquites, enfermidades tratadas com substâncias alcoólicas (SANTOS, 1995, p. 35).

Isso nos revela que conviviam, durante um largo período, pensamentos dissonantes acerca das propriedades medicinais do álcool, revelando embates entre aqueles que defendiam ou negavam os malefícios da bebida.

Entretanto, nos parece que o pensamento antialcoólico ganhou corpo na medida em que o Estado se propôs a abraçar a tese do álcool como um problema social. Para isso,

foram elaborados mecanismos ético-legais para o enquadramento de bebedores como sujeitos anormais, desviantes, ou seja, sujeitos desalinhados em relação à boa sociedade.

Somados a isso, foram criados padrões de conduta que idealizavam as figuras do bom chefe de família, do trabalhador e da mulher. Práticas “degradantes” como a bebedeira, o jogo e o prazer exacerbado prejudicavam a saúde dos indivíduos.

A instituição médica, alinhada à ideia de controle social, resolveu então fomentar uma batalha contra o álcool, valendo-se em grande medida do discurso de uma ciência neutra, símbolo do progresso e da civilização, em função das quais os médicos adquiriam o direito de intervir na vida da população, purificá-las do cancro social que era a bebida. Dessa forma, a ordem médica foi constituída de saberes e poderes que a colocavam numa condição de interlocutora entre o Estado e a sociedade, cooperando para o desenvolvimento de uma lógica trabalhista, disciplinadora e moralizante.

Por conta disso, o proletariado passava a constituir objeto de uma atenção médica que visava regenerá-lo, fortalecê-lo, discipliná-lo, em suma, adestrá-lo segundo as normas de conduta e convivência burguesa. “A nova medicina desempenhava um importante papel no sentido de preservar a força dos corpos e das mentes para um mercado de trabalho, que estava em formação, e que exigia jornadas diárias extenuantes aos trabalhadores [...]” (SANTOS, 2005, p. 34-35).

Para que isso se confirmasse, o Estado firmou uma espécie de parceria com as instituições médicas, pois estas chancelariam sua proposta de intervenção das massas, o que demonstra que o “progresso da nação” passaria também pelas mentes e mãos dos médicos. Essa instituição de poder segundo o papel de curar a sociedade da nocividade do álcool teve em seus discursos o pensamento norteador de uma campanha antialcoólica na primeira metade do século XX, conforme indica Mattos:

Nesse processo os médicos assumiram vários papéis: como higienistas e sanitaristas combateram o alcoolismo com campanhas e ações diversificadas; como legistas, discutiram as responsabilidades dos alcoólatras e a relação álcool-violência-crime; também nos hospitais e manicômios procuraram aperfeiçoar tratamento para os alcoólatras, além de lutar por instituições especiais para abrigá-los [...]. Nesse quadro, o papel dos médicos e higienistas eram de importância vital, já que consideravam o país na sua vocação para o progresso e para a civilização. (MATTOS, 2001, p. 27).

A partir deste ponto, nos atemos à noção que Michel Foucault estabelece na questão voltada para o poder-saber. Embora Foucault, na obra *A Microfísica do Poder* (2012), renegue a ideia de que os poderes não advêm somente da figura centralizada do Estado, não podemos ocultar as ideias do filósofo francês acerca da relação poder-saber. O pensador francês não olha o poder a partir do centro (Estado), mas a partir das relações microscópicas de poderes que são construídas no interior de uma sociedade, relacionando-as com o poder mais geral que seria o Estado. Na realidade, os poderes são construídos por instituições que possuem ligação política entre si com base no Estado, tais como as sociedades médicas, escolas, prisões e fábricas, etc. Na *Ordem do Discurso* (2004), para Foucault existe uma relação íntima entre o conhecimento e o poder dentro da coletividade. Segundo o filósofo, o discurso que ordena a sociedade é sempre o discurso daquele que detém o saber. Além disso, ele identifica o sujeito como aquele que está sempre determinado pelas ideias

emanadas pelos superiores, ou seja, pela classe que domina ideologicamente determinada sociedade.

Em Belém, esse papel foi constituído por médicos, intelectuais e geneticistas, principalmente com a consolidação de instituições médicas como o hospício Juliano Moreira, a Santa Casa de Misericórdia e a Sociedade Médico-Cirúrgica. Aliás, muitas destas instituições tomavam conta do espaço urbano da capital paraense nas primeiras décadas do XX:

[...] Algumas passaram a existir apenas a partir do advento da República. Outras, que já existiam, sofreram reformas e adaptações em suas instalações durante o novo regime. Além dos hospitais Domingos Freire e São Sebastião, havia o Hospital da Caridade e o Asilo dos Alienados [...]. Existia o Lazareto de Tatuoca, cedido ao Governo Federal para os serviços quaternários aplicados às embarcações que chegavam ao porto da cidade. Contava-se também com o Hospital Militar Federal, Hospital da Marinha, Hospital Militar do Estado e a Escola de Farmácia. Entre as instituições particulares, destacavam-se o Hospital D. Luiz I, de propriedade da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, que acolhia seus associados e indigentes que o procuravam, e o Hospital de São Francisco, pertencente à venerável Ordem Terceira de São Francisco, quase privativo dos irmãos enfermos. (RODRIGUES, 2008, p. 39).

Dentre os edifícios de saúde, merece um olhar mais aguçado o Hospício dos Alienados, localizado no Marco da Légua, criado com a intenção de sanar o problema da “loucura” em Belém, sendo que anteriormente vários alienados eram tratados como criminosos e recolhidos a prisões da época.

Em artigo publicado na Revista Pará-Médico de 1922, há uma exaltação do papel social desta Casa Mental no trato com o problema da loucura. Eram evidenciadas as obras e instalações que otimizaram o serviço oferecido pelo hospício, principalmente a partir da construção de salas de hidroterapia dotadas de banheiras oriundas da França, facultando aos asilados a possibilidade da escolha de banhos mornos.

Segundo o médico-articulista Azevedo Ribeiro, o hospício era um ambiente preocupado com o trato dos doentes, práticas consideradas cruéis e desumanas, como a camisa de força, foram abolidas do cotidiano do asilo. Isso mostrava aos leitores a ideia do hospital como um local harmônico e propiciador de tratamento humanitário a seus pacientes.

A posição desse seu diretor geral, doutor Azevedo Ribeiro, enaltecia os feitos da instituição cuja função precípua era “cuidar zelosamente dos doentes não só do nosso Estado, como dos Estados do Norte do Brasil que ainda nos procuram”³. Para Azevedo, os principais elementos causadores das moléstias mentais na humanidade era o álcool e a sífilis. O primeiro era considerado um perigoso inimigo da saúde mental e física dos cidadãos, sendo responsável pela decadência moral dos povos e a degenerescência social, podendo acarretar no fim de uma raça, por isso, deveria ser veementemente combatido. O médico alienista alertou para a necessidade de que:

³Cf. PARÁ-MÉDICO:Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. v.8, n.10, p. 296.

Médicos e legisladores, em uma ação combinada, deverão tomar medidas enérgicas, estes procurando quando possível diminuir o número de botequins, aumentar os impostos sobre o Alcool, proibir a venda de bebidas alcoolicas aos meninos e aos bêbados; aquelas propaganda sérias e constantes no lar, pela tribuna, pela imprensa. (RIBEIRO, 1922).

Isso nos revela que os médicos paraenses estavam preocupados em estabelecer um controle sobre aquilo que historiadores como Maria Clementina Perreira da Cunha classificou como loucura moral⁴. Segundo a pesquisadora, estavam enquadrados nesse tipo de loucura práticas e manifestações “nocivas socialmente”, como a promiscuidade sexual, o adultério e o alcoolismo. Aliás, fora comum tratar o problema do álcool com o internamento em asilos ou hospícios, afinal estas instituições teriam as funções de isolar os ébrios da sociedade como medida repressora ao seu mau comportamento, também com a intenção de ensinar-lhes um ofício, uma vez que o trabalho seria um mecanismo para reintegração do doente à sociedade:

O hospício proposto nesse contexto preencherá igualmente as necessidades de abrigar resíduos improdutivos da força de trabalho urbana – como atesta a presença de contingentes consideráveis de pessoas senis, jovens “problemáticos”, débeis mentais, indivíduos com deformidades congênitas de várias espécies, que povoam suas dependências. (CUNHA, 1986, p. 47).

No universo do saber médico foram produzidos trabalhos acadêmicos que denunciam os malefícios e perigos ocasionados pelo álcool, como a tese de doutorado de Silva Magno, intitulada “Etio-Patifogenia das Cirrroses do Fígado”.

Ao descrever sua tese sobre as doenças do fígado, em nota introdutória, ressaltou trabalhos de pesquisa do cientista francês Lancereaux na construção de uma literatura médica sobre os problemas hepáticos, assim evidenciou como fatores causadores desses problemas a bebida, a sífilis e o impaludismo. O trabalho do médico paraense tinha uma série de inquietações que norteavam seu objeto de pesquisa:

Por onde ladear o thema desta dissertação sem ferir a boa norma da exposição, no relato ou na aprecciação exacta dos factores que se sucedem, numa ordem progressiva, como causa efficiente no determinismo das cirrroses no fígado? Por onde enfrentar esse estudo? Pelo álcool? Pela syphlis? Pelo paludimo? Pela tuberculose? Ou pela associação de causas mórbidas, que muitas vezes se entrelaçam num mesmo e estreito connubio pathogenico? Qual então o mais cruel, o mais temível, o mais perigoso para o indivíduo, para a família, para a sociedade e para a pátria? Qual deles o que arrasta, diariamente no vórtice macabro da morte, maior número de victimas à sepultura? (SILVA MAGNO, 1925, p. 29).

Nas palavras do cientista Silva Magno, as origens do “funesto” uso da bebida para o organismo tivera origem no mundo antigo graças à ação de dois personagens singulares do período: Baco e Noé. O que mostra a intenção do cientista em buscar no passado a explicação para o desenvolvimento de uma cultura de consumo de bebidas alcoólicas.

Para o helenista Marcel Detienne, no mundo antigo greco-romano encontramos diversas narrativas em que o vinho aparece como uma bebida importante e com diversas funcionalidades,

⁴ Sobre o ébrio como um louco moral Cf. CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

desde seu uso nos rituais de evocação dos deuses, tanto “[...] um remédio como um veneno, uma droga pelo qual o humano se supera e se transforma em animal⁵” (DETIENNE, 1988, p. 62).

Para o pesquisador paraense Silva Magno, ao longo da história da humanidade verificou-se as fatalidades causada pela intoxicação alcoólica, a bebida alcoólica seria uma das substâncias geradora de problemas como a tuberculose, dos distúrbios familiares e da putrefação das raças. Dessa forma, o álcool deixava um conjunto de sequelas no organismo do indivíduo, em vários órgãos:

Não há órgão nenhuma que lhe consiga fugir as propriedades tóxicas. Sobre todos eles deixa impresso o seu sinete próprio, no cunho característico das graves perturbações que engendram: estômago, intestino, fígado, rim, coração, vasos e nervos, todos são igualmente a sentir, na conturbância atroz de seus estragos. (SILVA MAGNO, 1925, p. 30).

Contudo era o fígado, o órgão mais abalado pelo uso e “poder destruidor” do álcool, produzindo uma das principais enfermidades do sistema digestivo, as “cirroses”. Aliás, o médico Lancereaux, em seus experimentos na Academia de Paris, mostrara que os bebedores de vinho eram os mais acometidos pela doença.

Para melhor entender os efeitos e causas das cirroses, Silva Magno as classifica como “infectuosas e tóxicas”. O primeiro tipo seria resultado da ação de outras doenças, como a sífilis, a tuberculose e o paludismo; já a segunda estaria vinculada ao “álcool com o cortejo quase phanstatico dos seus horrores impiedosamente exercitado sobre os nossos aparelhos e órgãos” (*ibidem*, p. 32).

Percebe-se que o discurso médico em discussão busca incutir o temor em relação à bebida, uma vez que o alcoolismo comprometia profundamente o organismo do indivíduo, contribuindo para a proliferação de diversas doenças, podendo levar à morte.

No final de sua tese, o médico chegou ao parecer conclusivo que mostrou ser a bebida um veículo de degradação do organismo, conforme rezava a teoria da degenerescência:

Pelo que vimos, pelo que lemos, pelo que escrevemos, concluímos que as causas produtoras das cirroses do fígado são de duas ordens: infecciosas e tóxicas. No meio destas, porém três sobrepujam as outras, o álcool, o paludismo e a syphilis. Na escala da frequência, entre nós o álcool continua a ocupar o primeiro lugar, o paulidismo segundo e syphilis, o terceiro. O álcool é esclerosante em pequenas doses, a syphilis no seu período terciário e o paludismo na sua fase chronica. Alcool, syphilis e paludismo – eis os três grandes factores que muitas vezes se unem dando as mãos intimamente, para produzirem em conjuncto no mesmo amplexo morbigeno, os typos de cirroses os mais diversos. (SILVA MAGNO, 1925, p. 42).

Outros trabalhos de cunho científico circulavam em Belém, contribuindo para o alinhamento do alcoolismo como uma ameaça social e orgânica, tal qual aqueles desenvolvidos por psiquiatras. Dentre eles, estava o desenvolvido pelo médico A. C. Pacheco e Silva, premiado professor da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Em seu trabalho, o médico paulista considerava o perigo de bebidas como o absinto, uma das mais venais e nocivas, por atacar o sistema nervoso, responsável pelo pior estágio do alcoolismo, o *delirius tremens*. No rol das bebidas mais populares, objetos de preocupação para os médicos, era a

⁵DETIENNE, M. *Dionísio a Céu Aberto*. Tradução de Carmem Cavalcanti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

aguardente de cana, aquela provocadora do que considerava uma espécie de embriaguez domingueira, pois eram nos momentos de festas e feriados que muitos trabalhadores se entregavam às libações alcoólicas (PACHECO E SILVA, 1940, p. 191).

Na visão do médico, o alcoolismo era resultado das condições de vida do bebedor, pois era o analfabetismo e a falta de educação das massas que provocava o consumo do álcool. Segundo Mattos (2001), os discursos eram unânimes ao afirmar que os sujeitos atingidos pelo álcool eram originários das camadas subalternas, pois as condições de trabalho, habitação e a miséria eram tratadas como fontes do problema. Contudo, esse pensamento caía por terra, na medida em que as fontes jornalísticas mostravam que o ato de beber não era uma prática exclusiva das camadas subalternas, haja vista que inúmeras propagandas eram veiculadas nos diários de notícias de Belém, convidando clientes a degustarem vinhos, uísques e chopes nos “melhores”, bares, cafés e casas de comércio⁶.

Para o psiquiatra Pacheco e Silva, a quantidade de bebida ingerida, dependendo obviamente do grau de tolerância do organismo do indivíduo, provocava uma intoxicação passageira, conhecida por embriaguez. Esta condição de embriaguez estaria dividida em três estágios alcoólicos: subaguda, aguda e superaguda, havendo dificuldades de se estabelecer uma fronteira entre as fases.

No conjunto de efeitos do álcool, o primeiro viria após a ingestão, o que geraria uma sensação de alegria e de exacerbada confiança, tornando o ébrio um sujeito loquaz, dando a falsa percepção do aumento de sua capacidade argumentativa e intelectual. Na segunda fase haveria o comprometimento do sistema nervoso, ocasionando no sujeito bêbado atos impulsivos e a perda de autocrítica, o que o levaria a divulgar impropérios, intimidades, segredos e até leviandades (PACHECO E SILVA, 1940, p. 194).

Contudo, nem sempre os bebedores passariam pelo estágio de felicidade, já que alguns seriam acometidos por uma profunda depressão, chegando a chorar e a procurar confidentes para despejar as lamúrias da vida. Após esse momento de felicidade ou tristeza, os bêbados passariam por um estado de instabilidade e irritabilidade, o que os deixariam propensos a cometer atos violentos.

Por fim, na experiência da derradeira fase do ciclo alcoólico denominada “comatoso”, o sujeito embriagado não conseguiria se manter de pé e se sustentar, muitas vezes a sofrer queda sem conseguir se levantar, ou sendo acometido por um sono profundo.

Além da sistematização das fases, o pesquisador chamou atenção também para a embriaguez patológica, uma forma mais grave da doença, que alcançaria os indivíduos com tal predisposição, como os tarados e heredo-alcoolistas, estes, ao ingerirem uma pequena dose, poderiam ser tomados por um grande furor, por ataques compulsivos e de extrema violência:

São conhecidos indivíduos turbulentos, de caráter epileptoide, nos quais a menor dose de álcool age como uma verdadeira pedra de toque, denunciando a grande vulnerabilidade do sistema nervoso à sua ação. Quando embriagados esses indivíduos são tomados por um verdadeiro furor e, libertos da ação frenadora, que no estado mental domina a seus instintos e as suas propensões para o mal, agem sem medir as consequências dos seus atos (PACHECO E SILVA, 1940, p. 194).

⁶Folha do Norte, 21 de março de 1932.

Além do alcoolismo, outros vícios foram objeto da preocupação do psiquiatra forense, como o uso de cocaína que se disseminara no Brasil no início do século XX, situação relatada pelos contos do escritor Coelho Neto, os que descreveram com maestria os vícios elegantes daquela sociedade⁷.

Apesar de promover uma alegria desmedida e injustificada, a “poeira divina” provocaria perfuração do septo nasal, insônia e depressão, ou seja, a decadência física e moral do indivíduo. Um estágio que preocupava o médico era o delírio cocaínico, estágio posterior à fase de embriaguez, quando o sujeito sofreria com alucinações, agitação psicomotora intensa e desregrada e desordens da cenestesia.

A fim de impedir os vícios, em especial o alcoolismo, o geneticista paraense Jose Maria Hesketh Conduru⁸ defendia a purificação da nação, tomando como referência as bases teóricas da eugenia para conceber seres “mais sadios, mais belos, mais perfeitos física, intelectual e moralmente⁹”.

Para fazer valer o projeto eugênico, defendia a seleção dos progenitores com a adoção dos exames pré-nupciais, deveriam se submeter aos exames os pretendentes a matrimônio. Nesse caso, o diagnóstico deveria atestar a qualificação dos sujeitos em condições de produzir uma prole sadia, segundo os interesses civilizatórios. Mas para o sucesso necessário dessa seleção genética, seria imprescindível um ordenamento jurídico que garantisse a obrigatoriedade dos exames. Estes atestariam problemas de ordem física e moral como as taras, a consanguinidade, a ação do álcool e de outros tóxicos, a tuberculose, a sífilis e outras enfermidades microbianas:

A eugenia seletiva tinha por finalidade a restrição do nascimento de indivíduos degenerados e, nesse sentido, pontuava o caráter hereditário e degenerativo do alcoolismo: os pais afeitos ao álcool produzem filhos enfermos, raquíticos, tuberculosos, idiotas ou com predisposição para o crime, quando não morrem de convulsão. (MATTOS, 2001, p. 49).

Segundo a tese do geneticista e botânico, a doença alcoólica era umas das razões para a proliferação do nascimento de crianças débeis, defeituosas, fracas, as que, por várias vezes, chegavam a óbito, caso conseguissem sobreviver acabavam se tornando indivíduos dementes, abobalhados e histéricos, ou seja, vítimas de uma série de anomalias que comprometiam o projeto de higienização social.

A explicação estava no fato de os testículos dos alcoólatras produzirem uma quantidade de espermatozoides inferior em comparação aos indivíduos saudáveis, afetando a capacidade de produção de fecundações normais. Outro problema advinha da ingestão de álcool pelas mulheres, pois estas teriam sua fecundidade abalada, com propensão ao aborto, o álcool seria transferido da placenta para o embrião prejudicando o desenvolvimento do feto. O pesquisador concluiu que:

⁷ No início do século XX, vários escritores e cronistas, a exemplo de João do Rio, Lima Barreto e Coelho Neto, escreveram sobre o consumo de alucinógenos como a cocaína, ópio e morfina. A propósito, Cf. RESENDE, Beatriz. **Cocaína, Literatura e outros companheiros de ilusão**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

⁸ Conduru nasceu no ano de 1900 em Belém. Membro da Academia Paraense de Letras, da Sociedade Brasileira de Genética e de outras entidades culturais. Coordenou o Núcleo de Física e Matemática da Universidade Federal do Pará. Foi chefe da seção de botânica do Museu Emilio Goeldi. Viajou à França, Suíça, entre outros países da Europa. Constituiu a primeira turma de agrônomos do Pará, em 1922.

⁹ Cf. CONDURU, Jose Maria Hesketh. **Eugenia e exames pré-nupciais**. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1937. p. 15.

O alcoolismo é uma das manifestações de debilidade mental que produz proles mais ou menos inviáveis, logo, elimina a descendência fraca do tarado e, portanto, é um agente da seleção natural.

Donde se conclui que a proibição do casamento de alcoólatras tem como justificativa cabal, a impiedade que todos inspiram, as cenas desgraçadas, a que servem de palco os lares vitimados por essa modalidade de tara (CONDURU, 1937, p. 66).

Intelectuais como Conduru funcionavam como “agentes da consciência”, e nesse sentido, de acordo com Michel Foucault, pelo saber médico se “tornar o grande conselheiro e o grande perito, senão na arte de governar, pelo menos na de observar. Corrigir, melhorar o corpo social e mantê-lo em permanente estado de saúde” (FOUCAULT, 2012, p. 310).

Os saberes médicos-eugenistas interferiram na edificação de um projeto disciplinador e civilizatório pautado na ideia de progresso, superioridade intelectual e moral dos cidadãos, buscaram criar sujeitos perfeitos, higienizados, para isso intervíram em campos como o da família, do trabalho, do sexo, etc.:

Os esforços dos eugenistas concentravam-se em organizar, facilitar, regenerar e acelerar os efeitos da seleção natural sobre a espécie humana, através dos princípios da hereditariedade, ou seja, incentivar a reprodução dos melhores dotados e proibi-la (seja por confinamento, eutanásia ou esterilização compulsória) aos socialmente inadaptados. (MATTOS, 2001, p.47).

Apesar de munidos do poder científico, muitos agentes da saúde viam suas teses e determinações serem desrespeitadas, na medida em que homens e mulheres ziguezagueavam ou cambaleavam embriagados em via pública, não levando em consideração os efeitos nocivos da bebida¹⁰. Não só em relação à bebida a medicina enfrentava dificuldades para fazer valer seu ponto de vista, a própria consolidação do médico no Pará foi difícil, uma vez que uma parcela significativa da população preferia se consultar com os pajés da época¹¹.

1.2 Igreja e Estado: Por uma Educação Moral

No intervalo de 1930 até o final da década de 40, o Estado Brasileiro e a Igreja procuraram andar de mãos dadas, uma vez que as duas instituições pretendiam com essa aliança a manutenção dos seus poderes na sociedade. Em especial na Era Vargas, houve um forte comprometimento, ou melhor, uma união oficiosa entre o Chefe da Nação e a instituição que congregava uma parte significativa da população brasileira.

Em Entrevista concedida à imprensa carioca e reproduzida pelo jornal do clero paraense, *A Palavra*, o cardeal D. Leme dava sinais de compromisso e confiança no governo provisório varguista:

Muito confio no espírito elevado do Sr. Dr. Getúlio Vargas e seus auxiliares. O digno chefe do governo provisório tem mostrado possuir as condições necessárias para encaminhar a solução brasileira para os problemas brasileiros. Pouco se nos

¹⁰A *Vanguarda*, 9 de março de 1938.

¹¹ Durante as primeiras décadas do século XX, os médicos encontraram dificuldades para a consolidação dos seus saberes perante à sociedade. Cf. RODRIGUES, Silvio. *Esculápios tropicais: A institucionalização da medicina no Pará—1889-1919*. Belém, 2008. Dissertação de Mestrado, UFPA. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Anfiteatro da Cura: Pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX*. In: CHALHOUB, Sidney et. al (Org.). *Artes e ofícios de Curar no Brasil: Capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 273-304.

dá alhures as revoluções se tenham processado em moldes .O Brasil é Brasil , ou as coisas se fazem com doçuras e bondades, sem prejuízo da justiça e da firmeza, ou não seremos o Brasil. ¹²

Esse alinhamento com o governo federal possibilitou a Igreja Católica pleitear junto ao Estado uma série de medidas religiosas, dentre as quais se destacava a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Por trás do pleito católico, havia um projeto do clero de comandar e fiscalizar a educação brasileira, mais ainda, promover a recatolização do Brasil, impedir o avanço das igrejas protestantes e do espiritismo, que causavam enorme preocupação para o corpo eclesiástico. Atendendo às reivindicações do seu importante aliado, Vargas publicou o decreto de 30 de abril de 1931, oficializou o ensino religioso nas escolas públicas.

O decreto havia causado insatisfação de outros setores religiosos, que consideravam uma medida que beneficiaria tão somente aos católicos, além de atentar contra a liberdade religiosa. Em defesa ao ensino religioso, o jornal *A Palavra* procurava justificar que o decreto estaria longe de representar um atentado à liberdade de consciência, tampouco feria o princípio jurídico da isonomia. Essas críticas atribuídas ao decreto seriam injustificadas, seriam advindas dos “grupelhos de maçons, positivistas, protestantes e espíritas”, impotentes contra a força do catolicismo:

Quanto mais cresce o ódio acatholico, duplica, triplica a avançada pelos ideias catholicos. Embora essas correntes de riacho contrapor-se aos nossos desejos, aos nossos anseios por um Brasil-Maior, serão, entretanto motivos para novos estímulos, para nova congregação de forças, que irão agigantar o bloco granítico do catolicismo.
Affirmam os acathólicos ser uma conquista do clero.
Muito bem! Não negamos.
Temos, entretanto, a assegurar que se foi uma conquista do clero, o decreto não aproveitou tão somente o catholicismo e sim todas as religiosas.¹³

Para dar maior fôlego a sua campanha contra aqueles que promoviam discursos contrários ao decreto-lei, o jornal do clero paraense publicava artigos e reproduzia entrevistas com os defensores da proposta, como a realizada com o deputado paraibano Irenêo Joffily. Na visão do deputado, o ensino religioso deveria ser obrigatório para todos os estabelecimentos, se assim o Brasil fizesse, haveria uma difusão dos preceitos da moralidade¹⁴.

Apesar de ser apenas um decreto-lei, posteriormente um projeto de lei, parte da Carta Constitucional de 1934, a implantação do ensino religioso nas escolas públicas significou uma vitória do catolicismo, já que desde a constituição de 1891 sofria com a perda de espaço político pela introdução do Estado laico. Essa derrota no final do XIX inquietava o seio do catolicismo, pois este reclamava da ausência dos princípios católicos e cristãos no governo brasileiro, considerado uma “República sem Deus”.

¹² *A Palavra*, 28 de dezembro de 1930.

¹³ *A Palavra*, 28 de junho de 1931.

¹⁴ *A Palavra*, 7 de janeiro de 1934.

Em 1889, a espada fez a República, mas uma República “sem Deus, nem Rei”. Sem Rei, passe! Mas, sem Deus?! Qual foi então o fundamento da nova criação? O grande sêr da humanidade! Estamos bem servidos, pois em só 40 annos, a obra atheísta foi reduzida a um Estado tão deplorável, que a mesma espada que deu cabo a sua querida criação. Não me digam que a “Carta Magna” da República ainda hoje é idealmente boa, que só os homens não prestam. Mas, não é a República que faz os republicanos? O homem mais recto, obrigado a governar uma nação crente, excluindo Deus e sua lei, há de, por força, desgovernar; sendo ele mesmo atheísta, sua consciência está à Mercê de seu ídolo, que não é a humanidade, mas “il sacro egoísmo”. [...] Que ninguém se deixe intimidar pelo grito: “Inimigos da Pátria Republicana”. Genuíno patriota é o quem quer ver a nação governada com Deus e seu decálogo, a República fundada sobre Deus, e não feita como Castello no ar. Construído sobre areia. Além disso sigamos o dictame de nossa consciência cathólica, si a Igreja condenna a sentença de que deve haver a separação entre Estado e Igreja, quanto mais condemnavel separar o Estado de Deus. Portanto, povo crente do Brasil! Manda riscar do frontespicio da tua republica o lemma do revoltoso infernal: “Sem Deus! e gravar nelle com letra indelével”: “Com Deus pela Pátria” ¹⁵.

Ao analisar a formação do projeto autoritário no Estado de Pernambuco, a historiadora Maria das Graças Ataíde (2001) mostrou como a educação era vista como um dos pilares tanto para Igreja como para o Estado, no sentido de porem em prática um projeto modelador da sociedade. A educação e religião funcionariam como instrumentos importantes na fomentação de um conjunto de ideias que procuravam promover o controle da conduta de homens e mulheres, para que estes se comportassem segundo os padrões morais vislumbrados pelo Estado.

Não por acaso, foi publicada em 1939 pelo Conselho Estadual de Educação do Pará uma Cartilha de Educação Sexual de autoria de Arthur Porto. A obra demonstrava a preocupação da época na formação de cidadãos prontos para o mundo do trabalho, pois, só assim, o Estado poderia promover “a varredura de pensamentos perturbadores”. Por isso, era preciso iniciar os jovens aos assuntos de sexualidade, “de modo que tenhais bom equilíbrio do sistema nervoso” (PORTO, 1939, p. 13).

Diante disso, a educação prepararia o público juvenil para uma vida virtuosa e honesta, em acordo aos ditames do projeto saneador. Para o êxito da proposta, seria necessário que os jovens estivessem entregues aos estudos, à cultura física, às distrações saneadoras como a boa leitura, os bons espetáculos, as excursões aos campos e às praias, enfim a toda uma vida promissora de boa saúde (PORTO, 1939, p. 13).

Porto voltava seus olhares para os meninos na fase da puberdade, já que entrariam “numa fase nova aguilhoados pelo instinto sexual”. Para libertá-los do vício e da devassidão sexual sugeria a prática de “derivativos calmantes e saudáveis, como principalmente os jogos esportivos e as preocupações científicas” (Ibiden, p. 15). A escola moderna deveria criar estimular o aluno para que este pudesse resolver os problemas da vida social, para estímulo da força civilizacional das indústrias, das artes, das ciências, das leis, do governo e da moral (Ibiden, p. 10).

Com isso, a Educação e a Igreja criavam as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de uma pátria moralizada, que começaria com a educação dos jovens para que estes não fossem atingidos por práticas indecorosas como o jogo, a bebida e a promiscuidade sexual. A fim de fazer

¹⁵A *Palavra*, 21 de dezembro de 1930.

valer essa proposta, o governo paraense através do serviço policial encampou diligências no intuito de impedir que a juventude não fosse alvo dos vícios, conforme notícia publicada no Jornal “A Vanguarda”:

O agente de polícia Mario de Souza Campos, de serviço de ronda no arraial do bumba “Pae do Campo”, apresentou preso a polícia às 1:10 da manhã de hoje o indivíduo Américo Gonçalves, paraense, pardo, solteiro, 30 anos, residente à Travessa dos Apinagés, 680, detido por aquele policial no momento em que embriagava o menor Raymundo Teixeira, paraense, pardo, de 18 anos e residente à rua dos Caripunas s/n.¹⁶

2.3 A Igreja, a família: Juntos pela moralização da Pátria

Para o clero, a união entre a igreja e a família era fundamental para o sucesso da nação, uma vez que a força nacional perpassava pela unidade da fé dos cidadãos. O sentimento da fé seria capaz de unir o Brasil para o progresso, não por acaso que as “nações cheias de experiências e ricas de bom senso têm como pilar a questão religiosa”¹⁷. Segundo Dutra (2012, p. 151), a década de 1930 foi um momento histórico de edificação de um discurso vinculado à ideia de pátria, nação-mãe e família, ou seja, assentada no “tripé família, pátria e religião”.

O jornal “A palavra” chamava atenção para a questão trabalhista, na visão do editorial as cidades estariam abarrotadas de desocupados, sob a ameaça da “vagabundagem”, assim o não-trabalho era considerado um dos problemas a ameaçar o projeto pátrio. Para o clero paraense havia a necessidade de corrigir e extirpar os maus costumes da nação brasileira, hábitos imorais e perniciosos que custariam caro ao progresso nacional. Dentre os comportamentos não condizentes ao bom cidadão e ao cristão estava o consumo de bebidas alcoólicas, compreendido como a principal causa dos crimes comuns e da degeneração da raça, “causando as mais funestas ruínas”¹⁸.

Para validar o pensamento eclesial antialcoólico, o noticiário católico se valia de quadros estatísticos que revelaram que das 2891 crianças atendidas pelo serviço psiquiátrico 1027 tinham pai alcoólatra, 86 a mãe, 34 ambos, outras 1310 o pai e mãe eram bebedores moderados e 544 não revelaram informações a esse respeito¹⁹. Valendo-se desse cenário, os católicos enquadravam o álcool como o principal causador das desgraças e infelicidades do lar familiar.

Nesse ínterim, a Igreja assumira o papel de protetora da família e da nação, abrindo os olhos da sociedade para a questão alcoólica, pois era sua missão e dever “para com a pátria e com a sociedade esforçar-se para tornar vencedora a campanha contra o alcoolismo”²⁰. Nesse embate cristão contra a doença, a família assumia um papel de protagonismo, pois era considerada a pedra angular do edifício da humanidade, ou melhor, uma espécie de molécula da organização social, pois garantia a formação moral e religiosa dos filhos. No seio familiar, a mãe ocuparia um papel fiscalizador e de salvaguarda da moralidade, uma figura santa e abnegada que contribuiria para a boa condução do ambiente familiar:

O homem é toda a vida o que foi sobre os joelhos da mãe. A mãe cristã é obrigada a tornar-se Santa para sacrificar os filhos resplandecendo no seio da família, como

¹⁶A *Vanguarda*, 18 de julho de 1938.

¹⁷A *Palavra*, 21 de dezembro de 1930.

¹⁸A *Palavra*, 28 de dezembro de 1930.

¹⁹A *Palavra*, 28 de dezembro de 1930.

²⁰A *Palavra*, 28 de dezembro de 1930.

brilham o arco-íris num céu aberto de nuvens. Para isso a mulher deveria fazer com que o homem praticasse os preceitos da moral cristã, caso contrário como terá essa esposa o amor do esposo e os filinhos as carícias paternas se o homem ignorava a Santa religião.²¹

No entanto, a Igreja defendia a superioridade do homem e a leal obediência não forçada da mulher, condição que Santo Agostinho²² chamou de ordem do amor: “As mulheres sejam sujeitas a seus maridos como ao Senhor, porque o marido é a cabeça da mulher como cristo é a cabeça da Igreja (Epístola aos Efésios, 3,22-23)”²³.

Segundo o discurso católico, essa superioridade não restringiria a liberdade das mulheres, nem lhes tiraria suas funções de esposa, mãe e companheira, pois a ordem do amor não submeteria a mulher aos caprichos dos homens, pois a sujeição da figura feminina não estaria despida de decoro.

No ínterim dos discursos, a família, e mais nomeadamente a figura das esposas, aparece ocupando um papel fundamental. Estas deveriam cumprir suas tarefas domésticas, tornando o lar um lugar aprazível, estimulador da permanência dos esposos em suas casas, distanciando-os do perigo de virem a se entregar ao vício do álcool. “As mulheres devem levar para o futuro lar as boas qualidades do coração e do cérebro e não somente um corpo virgem ou semi virgem”²⁴. Para isso, aconselhava-se que os moços e moças adquirissem, desde a infância, por uma aprendizagem especial, as atitudes dignas e morais.

Constata-se que havia uma enorme preocupação da igreja com a degradação moral da humanidade e da família, para que estas não fossem manchadas ou profanadas nos botequins. Uma das “verdades que deveriam ser lembradas”²⁵, segundo a redação do diário de notícias católico, era a condição do ébrio como um indivíduo infeliz, que envergonhava a si próprio e à família.

Ademais, na visão do clero, o sujeito que se lançava ao vício da bebida era um ser destruído, passível de cometer todos os crimes. Essa ameaça moral da bebida em relação ao lar e à família era ratificada quando encontramos alguns conflitos e desavenças familiares ocasionadas pela bebida, como a seguinte denúncia conforme os autos de declaração respondido pela doméstica Maria de Souza, que fora agredida por seu “amásio” embriagado:

[...] saiu em companhia do seu amante Argemiro Santos para assistir os festejos de Nossa Senhora de Nazaré, ao regressar para sua residência, e seu amante procurou lhe dar uma surra, estando embriagado, mandou que esta fosse buscar o cinturão que este lhe iria aplicar uma surra, que na ocasião tentou fugir sendo

²¹A *Palavra*, 11 de janeiro de 1931.

²²AGOSTINHO DE HIPONA, *A Cidade de Deus*. Tradução de Oscar Paes Leme. Petropolis/RJ: Vozes, 2009. A questão envolvendo o amor é interessante a leitura de uma das grandes teóricas do século XX, Hannah Arendt. ARENDT, H. *O Conceito de Amor em Santo Agostinho*. Ensaio e Interpretação Filosófica. Lisboa: Instituto Jean Piaget, 1997.

²³A *Palavra*, 19 de abril de 1931.

²⁴ PORTO, Arthur. *Conselhos Escolares sobre educação sexual*. [Belém]: Biblioteca do Colégio Progresso Paraense, 1938, p. 22.

²⁵A *Palavra*, 16 de setembro de 1934.

cercada pelo seu amante, que a agarrou e travou luta corporal. Que deu uma dentada em seu braço, e a jogou no chão rasgando-lhe as vestes [...].²⁶

Com o intuito de disseminar um conjunto de ideias e argumentos contrários ao consumo de bebidas alcoólicas, o jornal “A Palavra” noticiava a história de um dos criminosos mais famosos do início do século XX, Petier Kiertten, popularmente conhecido como Vampiro de Dussedolf, dada a sua repercussão mundial foi adaptada para o universo cinematográfico.

Segundo a matéria, o “facínora alemão” fora guilhotinado no dia 2 de julho em Colônia (Alemanha) por ter assassinado nove vítimas, dentre elas, 4 meninas, 4 mulheres e um homem, chocando a imprensa do mundo inteiro. Tomando como base o depoimento do assassino germânico, o diário de notícias do clero paraense buscava apontar as raízes do assassinato em série no alcoolismo e na propaganda ateia, consideradas as “escolas do monstro de Dussedolf”, uma vez que o pai do “Vampiro Alemão” era alcoólatra, condição que favoreceu para a predisposição criminosa do homicida:

Não se enganaram os peritos quando declararam que o envolvimento das minhas tendências para o crime. Lamento que este ambiente continue obra de destruição da família sem que ninguém tome providência para reprimir. Refiro-me especialmente ao alcoolismo e a propaganda dos atheus.²⁷

Enquanto que o jornal católico alertava os seus fiéis sobre as tragédias ocasionadas pela bebida alcoólica, não via nenhum problema em relação ao uso de drogas estimulantes como o tabaco, pelo contrário, o informativo religioso chegava a fazer apologia ao uso do tabaco ao anunciar as qualidades dos cigarros da marca a Nacional²⁸. A propósito, o arcebispo de Belém do Pará, Dom Antonio de Almeida Lustosa, foi homenageado pela mesma fábrica de cigarros – mecenas de “A Palavra” – com uma oleografia, conforme notícia publicada no dia 29 de julho de 1940:

Por ocasião do XVII aniversário desta Fábrica, “A nacional”, comandada pelo Sr. Carvalho – seu progressista proprietário, vem entregar, em um dos salões do edifício, uma oleografia de São J. Bosco, grande protetor dos operários, que para eles fundam numerosas oficinas-escolas.

Ao retirar-me levo a impressão de que o esforçado industrial é amigo sincero dos seus operários [...]. Formulo votos a Deus pela Prosperidade de “A Nacional” e pela felicidade de seu proprietário.²⁹

Considerações Finais

Como foi visto , desde o século XIX foi fabricado um discurso cujo intento era maior era atrelar o consumo da bebida alcoólica ao rol das enfermidades .Para legitimar essa cruzada contra as drogas , a ciência médica teve um papel fundamental , pois foram os escolápios munidos dos

²⁶ Processo crime de lesão corporal,réu Argemiro Paixão –presente no Centro de Memória da UFPA,5º Vara Penal, 1945.

²⁷A *Palavra*, 4 de outubro de 1931.

²⁸A *Palavra* , 7 de dezembro de 1930.

²⁹A *Palavra*, 29 de julho de 1940.

poderes científicos que elaborar um arsenal de saberes e técnicas que enquadravam *o drogadito* como um sujeito doente e degenerado.

Um arcabouço de manuais e teses médicas foram as armas utilizadas pelos esculápios contra esses alucinógenos, não foram poucas as doenças e debilidades mentais que estiveram associados ao consumo dessas substâncias, dentre elas a sífilis, a cirrose, a infertilidade e a alienação mental. Para a ordem burguesa, o ébrio, representavam uma ameaça ao projeto de civilizar e sanear a cidade.

Entretanto, percebemos que apesar de todo um conjunto de propagandas, notícias, estudos e sanções normativas não foram suficientes para extirpar essas práticas consideradas danosas e imorais para a sociedade. Além de um problema de saúde, o consumo de substâncias como o álcool era percebido como desencadeador de defeitos e imperfeições capazes de dissolver um dos pilares social: a família. Por isso, a igreja católica cumpriu seu papel de defensora da família e do lar, escolhendo o álcool como um inimigo que deveria ser expurgado dos lares católicos.

Além disso, a Educação também fora um outro veículo propagador dos males e efeitos do álcool, pois como vimos era preciso sanear a mente e o corpo dos jovens paraenses e para isso defendia-se a adoção de práticas eugenistas, como os exames pré-nupciais. Apesar do esforço engendrado por esculápios, clérigos e educadores, a cruzada contra encontrou dificuldades uma vez que a bebida alcoólica era a fonte de lazer de muitos homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO DE HIPONA, *A Cidade de Deus*. Tradução de Oscar Paes Leme. Petropolis/RJ: Vozes, 2009.

BRETAS, Marcos L. *Ordem na Cidade: o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

----- . *A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

----- . *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2010.

----- . *Filtros, Mezinhas e Triacas: as drogas no mundo moderno*. 1. ed. São Paulo: Xama VM Editora e Gráfica Ltda., 1994.

----- . *Pequena enciclopédia de história das drogas e bebidas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

CARVALHO, Jonatas C. de. *Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil: A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes – 1936 -1946*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

CHALOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

COIMBRA, Creso. **A Revolução de 30 no Pará – Análise, crítica e interpretação da história**. 1º ed. Coleção História do Pará, Série Arthur Vianna, Belém-PA: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: Um corte ideológico**. 4 Ed. Rev e Ampliada. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo-Juquery**, a história de um asilo. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

DE CERTEAU, M.A **invenção do cotidiano**. Petrópolis, Vozes, 2007.

DETIENNE, M. **Dionísio a Céu Aberto**. Tradução de Carmem Cavalcanti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DÓRIA, Rodrigues. Os Fumadores de Maconha: efeitos e males do vício. Memória apresentada ao Segundo Congresso Científico Pan-Americano (Washington D. C. Nossa História, 7/12/1915). In: **Maconha**. Coletânea de Trabalhos Brasileiros, 2ª Ed., Serviço Nacional de Educação Sanitária, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958.

DUTRA, E. R. F. **O Ardil Totalitário - Imaginário Político no Brasil dos Anos 30**. 1ª ed. Vol. 1. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG, 2012.

FAUSTO, Boris.**Crime e Cotidiano**.Rio de Janeiro:Editora Brasiliense,1984..

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 26ª edição. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GOMES, Ângela. **A invenção do trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

Harris, Ruth.**Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fin de siècle**. Rio de Janeiro, Rocco,1993.

Hannah Arendt. ARENDT, H. **O Conceito de Amor em Santo Agostinho. Ensaio e Interpretação Filosófica**. Lisboa: Instituto Jean Piaget, 1997.

JUNIOR, José Alves de Souza. *A Revolução de 30 no Pará: a 1ª Interventoria de Magalhães Barata*. In: Armando Alves Filho; José Alves de Souza Junior; José Maia Bezerra Neto. (Org.). **Pontos de História da Amazônia**. 2ed.Belém: Editora Paka-Tatu, 2000, v. 2.

RESENDE, Beatriz.**Acidade da vertigem**. Rio de Janeiro: Nossa História,2006.

RESENDE, Beatriz. **Cocaína, Literatura e outros companheiros de ilusão**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2006.

RODRIGUES, Silvio. **Esculápios tropicais: A institucionalização da medicina no Pará – 1889-1919**. Belém, 2008. (Dissertação de Mestrado, UFPA).

SANTOS, Fernando S. Dumas dos. **Alcoolismo: a invenção de uma doença**. São Paulo, 1995. (Dissertação de Mestrado, UNICAMP).

SANTOS, Fernando S. Dumas dos. *A construção do alcoolismo no conhecimento médico*. In: NASCIMENTO, D. R; MAUL D. **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 308-322.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Denise Bottmann. 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONTES DOCUMENTAIS-Jornais

A Vanguarda(1937 a 1950).

A PALAVRA(1930 A 1946)

Biblioteca Pública Arthur Vianna – Obras Raras:

Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vol. 1, n. 1. Belém, 1915.

Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vol. 2, n. 6. Belém, 1918.

Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vol. 8, n. 10. Belém, 1922.

Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vol. 3, n. 5. Belém, 1917.

PORTO, Arthur. **Conselhos Escolares: sobre educação sexual**. [Belém]: Biblioteca do colégio Progresso Paraense, 1938. 30 p.

CONDURU, Jose Maria Hesketh. **ABC da genética**. Belém: Liv. Pará, 1934, 69p.

CONDURU, Jose Maria Hesketh. **Eugenia e exames pré-nupciais**. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1937.96p.

Museu da Sociedade Médico-Cirúrgica:

SILVA E MAGNO. **Etio-Patifogenia das Cirrroses do Fígado**. Belém: Papelaria Americana, 1925.

SILVA, A. C. Pacheco. E. **Psiquiatria Forense e Clínica**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1940.

MANGUEZAIS E A CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS: DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E CONFLITOS DE INTERESSES NO PARÁ

Elysângela Sousa Pinheiro¹

Oriana Almeida²

Shaji Thomas³

RESUMO

A destruição dos manguezais ocorre em ritmo acelerado no mundo e impacta negativamente milhões de vidas. Uma superfície total de 7.591 Km² de faixa de manguezais situa-se na Amazônia brasileira, onde comunidades tradicionais se mantêm dos bens ambientais ali disponíveis. Nesse contexto, a política pública de criar e implementar Reservas Extrativistas Marinhas na Amazônia representou uma alternativa para dar efetividade às normas ambientais de proteção aos manguezais e propiciar oportunidades sociais para as comunidades tradicionais usuárias dessas áreas. Este estudo apresenta um cotejo entre os propósitos de criação das REMs e os conflitos identificados em duas áreas de REM paraenses – Mãe Grande de Curuçá e Mocapajuba, relacionando-os à (in) efetividade da legislação ambiental de proteção ao ecossistema manguezal. O método da pesquisa foi o estudo de caso múltiplo com análise interdisciplinar quantitativa e qualitativa. Para o estudo, foram realizadas visitas exploratórias, entrevistas semiestruturadas e grupos focais, com análise documental. Os resultados obtidos indicam que medidas asseguradas no plano normativo, tais como a elaboração do plano de manejo nas REM e o reconhecimento e fortalecimento das formas nativas de uso dos recursos naturais têm sido obstadas por grupos sociais cujos interesses se orientam pelas demandas do mercado, o que dificulta a concretização da sustentabilidade, nos termos apresentados nas propostas de criação e implementação das REMs. Apesar disso, na percepção das lideranças, a melhor interação entre atores sociais e instituições pode resultar na conservação do ecossistema manguezal em municípios paraenses mediante alocação de recursos humanos e financeiros objetivando o cumprimento das finalidades das REM.

Palavras-chave: Ecossistema Manguezal. Socioambientalismo. Conservação. Legislação Ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Passados quarenta e três anos da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo-Suíça (1972), a necessidade de proteção do meio ambiente e de seus bens tornou-se linguagem comum, na qual sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são conceitos formulados e reproduzidos como resultado do acirrado jogo de estratégias para apropriação da natureza, a partir da racionalidade econômica, que desconsidera as leis de

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – elysangelapinho@gmail.com.

² Professora e pesquisadora, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – oriana@ufpa.br.

³ Pesquisador e bolsista CAPES pós-doutorado, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – shaji@outlook.com.

conservação e reprodução social para dar continuidade a uma degradação sistemática do meio ambiente, transcendendo normas, referências e sentidos para o controle desse processo (LEFF, 2008). Os conflitos de interesses antagônicos relacionados ao meio ambiente estão sempre presentes tanto na formulação quanto na implementação das políticas públicas engendradas para conservação ambiental.

As consequências da manutenção de formas insustentáveis de lidar com o meio ambiente e seus ecossistemas têm sido abordadas com insistência por cientistas e instituições científicas. De 1980 a 2012, um quinto dos manguezais da terra foi destruído (LAVIEREN et al., 2012). O ecossistema manguezal está vulnerável às ações antrópicas, que destroem manguezais ao redor do mundo em ritmo de três a cinco vezes mais acelerado que em outras florestas. Milhões de vidas humanas sofrem o impacto negativo dessa destruição, que gera prejuízos de bilhões de dólares (UNEP, 2014).

O Brasil, signatário das Convenções de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar) e sobre Diversidade Biológica (CDB), é o segundo país do mundo (13.400 km²) em áreas de manguezais - fica atrás apenas da Indonésia (SPALDING et al., 1997).

Em consideração aos compromissos assumidos pelo Brasil nas Convenções Ramsar e CDB, o Ministério do Meio Ambiente expediu a Portaria nº 185, de 31 de maio de 2011, que instituiu uma Comissão Técnica sobre Manguezais. A finalidade dessa comissão é elaborar subsídios para um Programa Nacional para Conservação dos Manguezais. Tais subsídios consistem em estudos, propostas e acompanhamento de ações políticas, programas para o ecossistema manguezal, bem como para os demais ambientes associados.

A partir da articulação entre comunidades tradicionais, organizações não governamentais, instituições educacionais e o Ministério do Meio Ambiente, o Comitê Nacional sobre Zonas Úmidas - CNZU formulou a Recomendação da Comissão Técnica sobre Manguezais, a partir da reivindicação de pescadores artesanais que participaram de numerosas conferências que a antecederam. Referida recomendação propôs que o ecossistema manguezal permanecesse no Código Florestal (BRASIL, 2012) como área de preservação permanente – APP em toda a sua extensão, dada a reconhecida importância desse ecossistema. Consta da recomendação do CNZU que mais de 500 mil pescadores no Brasil necessitam direta ou indiretamente dos manguezais para obter alimentação, emprego e renda (BRASIL, MMA, 2011). Apesar disso, é cediço que a inserção do artigo 4º, inciso VII, do Código Florestal, que inseriu o ecossistema manguezal no rol das APP's, por pressão dos ambientalistas, gerou profunda insatisfação nos grupos representativos dos setores agropecuários.

Na Amazônia brasileira comunidades tradicionais se mantêm dos bens ambientais disponíveis em uma faixa de manguezais situada em uma superfície total de 7.591 Km² (SOUSA FILHO, 2005).

Este estudo correlaciona instituições e atores sociais que multiplicam esforços para dar efetividade às normas jurídicas voltadas à proteção do ecossistema manguezal buscando oportunidades sociais para as comunidades tradicionais nas Reservas Extrativistas Marinhas – REMs - Mãe Grande de Curuçá, em Curuçá/PA e Mocapajuba, em São Caetano de Odivelas/PA, à luz das percepções das lideranças dessas comunidades, quanto a identificação dos atores sociais e instituições e seus conflitos para dar efetividade ao quadro normativo formatado para instrumentalizar a conservação do ecossistema manguezal dentro de seus específicos processos sociais, a partir da comparação das diferentes fases de implementação de cada uma dessas REMs.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O campo socioambiental foi o selecionado para a pesquisa, realizada com aplicação da metodologia interdisciplinar qualitativa. O estudo foi desenvolvido entre os anos de 2002, ano de criação da REM de Curuçá, a março de 2015, última visita aos Municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas para entrevistar lideranças. As reservas extrativistas marinhas criadas nos municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas constituem o recorte espacial utilizado como amostragem.

As obras de Cleaver (2002), Bourdieu (2002), Santilli (2005), Jentoft (2005), Leff (2008), Ferreira (2012) e Milaré (2013) constituíram o referencial teórico das ciências sociais aplicadas para a resolução do problema proposto: quais conflitos mobilizam a atuação das instituições e atores sociais na busca da implementação das reservas extrativistas marinhas do Estado do Pará? A literatura disponível sobre o tema da pesquisa foi selecionada em bibliotecas públicas, páginas eletrônicas, organizações governamentais e não governamentais.

A partir da pesquisa bibliográfica, documental, trabalho de campo, observação (direta e participante) e 76 entrevistas com lideranças (direcionadas e perceptivas), foram realizados estudos de casos múltiplos.

Visitas exploratórias em Curuçá/PA e São Caetano de Odivelas/PA oportunizaram a identificação das lideranças e melhor conhecimento das áreas pesquisadas. As principais lideranças identificadas pelos comunitários nos dois municípios participaram das entrevistas semiestruturadas. Servidores públicos de entidades estatais com atribuições relacionadas ao estudo também foram entrevistados.

3. MANGUEZAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Durante o Congresso Mundial de Parques do Mundo, realizado em Sydney-Austrália, de 12 a 19 de novembro de 2014, o Brasil comprometeu-se a aprimorar a proteção da biodiversidade marinha em pelo menos 9.300 Km² das áreas marinhas e costeiras e a priorizar a conservação para ecossistemas costeiros e marinhos (IUCN, 2014). Em novembro de 2014, a faixa protegida de manguezais brasileiros tornou-se a maior do mundo. Três novas reservas extrativistas marinhas foram criadas no Estado do Pará: Cuinarana, Mestre Lucindo e Mocapajuba -, além da ampliação da Reserva Marinha de Araí-Peroba (ICMbio, 2015). Apesar disso, nenhum Sítio Ramsar ainda foi indicado pelo país em área de reserva extrativista, o que poderia significar mais investimentos financeiros e humanos para o alcance das metas de conservação em estudo, uma vez que a Reserva Extrativista - RESEX é uma unidade de conservação de uso sustentável criada para ser

utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, são espécies do gênero espaços territoriais especialmente protegidos - ETEPS, estes últimos também compreendem as áreas de preservação ambiental, reservas legais e reservas da biosfera (FERREIRA, 2012; MILARÉ, 2013).

Os manguezais onde vivem as comunidades tradicionais, e parte dos demais atores sociais estudados neste trabalho, localizam-se na microrregião do Salgado, mesorregião do nordeste paraense.

A noção de comunidade surgiu como grupo permanente de pessoas ocupantes de um espaço comum, interagindo dentro e fora de seus papéis institucionais e criando laços de identidade. Posteriormente, a comunidade se tornou um espaço de liberdade, capaz de criar, recriar e manter utopias, constituindo-se no fundamento de forças sociais organizadas. A comunidade é composta de diferentes atores sociais interagindo entre si e formando redes sociais (GOHN, 2004). As comunidades tradicionais e sua relação com as demais instituições e atores sociais cujas ações repercutem no ambiente das reservas extrativistas integram o campo deste estudo.

4. RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS: ATORES SOCIAIS E INSTITUIÇÕES

A criação das reservas extrativistas é marcada pela perspectiva do socioambientalismo. Santilli (2005) define o termo socioambientalismo pela percepção de que as comunidades locais, que detém conhecimentos e práticas de manejo ambiental, precisam ser inseridas e envolvidas nas políticas ambientais. Assim, o campo socioambiental é constituído pelo conjunto de relações orientadas pelo pressuposto de que a inclusão das comunidades locais e a promoção de uma repartição socialmente justa e equitativa dos recursos comuns é a condição de eficácia social das políticas públicas ambientais. Nesse campo, as relações nos espaços sociais são avaliadas a partir dos efeitos sofridos ou produzidos pelos agentes e instituições inseridos em seus contextos para aproximar-se ou afastar-se dos objetivos do socioambientalismo sejam alcançados.

As instituições são formadas por atores sociais e é importante a posição social de cada um para compreender como eles exercem pressões dentro das instituições. A aceitação social do ator social, seu relacionamento com a instituição e sua capacidade de interagir com os outros membros da sua organização são essenciais para que o ator social consiga apoio dentro da instituição (JENTOFT, 2005). Para Cleaver (2002), as instituições podem ser burocráticas ou socialmente integradas. As primeiras são aquelas que têm arranjos formais baseados em estruturas formais, contratos e normas introduzidas pelos governos ou outras agências organizadas. As segundas são baseadas na organização social, na cultura do povo ou nas práticas cotidianas. Essas diferenças são relevantes quando analisamos as instituições presentes dentro dos municípios de São Caetano de Odivelas e Curuçá, bem como a relação entre seus atores. Em São Caetano de Odivelas, podemos identificar a Colônia dos Pescadores, Associação dos Moradores (AFASAJOR), Associação dos Caraguejeiros e outras como instituições organizadas e formais. Ao mesmo tempo, podemos também identificar instituições não formais como grupos de vizinhos, Amigos de São João de Ramos, Clube de Mães, família entre outros. Também em Curuçá, há inúmeras instituições formais como, o Conselho Gestor da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá e, informais como, as pastorais das igrejas e grupos de pesca. Relacionam-se com esses municípios as instituições formais estatais, a exemplo do Judiciário, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Ministério Público.

O ICMBIO é a instituição governamental responsável pela execução das ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e, dentre outras atribuições, organiza, protege, monitora e fiscaliza as reservas extrativistas instituídas pela União (ICMBIO, 2015), a exemplo das que foram

escolhidas como amostra para este trabalho. Antes do ICMBIO ser instituído pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, era o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA a autarquia responsável pelas mencionadas atribuições.

O Ministério Público é órgão estatal essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos dos artigos 127 a 130 da Constituição Federal.

Bourdieu (2002) pressupõe que o objeto científico não está desvinculado de um conjunto de relações das quais é retirado o essencial das suas propriedades. É destacada por ele a importância de pensar relacionalmente e apreender os espaços sociais em dimensão diferenciada da distribuição de propriedade entre os indivíduos. Assim, os conflitos são abordados neste trabalho a partir dos conflitos que marcam as relações entre atores sociais e instituições nas duas reservas extrativistas marinhas estudadas.

4.1. Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá

Desde que a REM Mãe Grande de Curuçá foi instituída em 2002 (BRASIL, 2002), deveria ter sido elaborado o Plano de Manejo para aquela unidade. O SNUC determina que toda reserva extrativista tenha um plano de manejo, mas essa REM continua sem esse importante instrumento de gestão. Em nota técnica, o ICMBIO noticiou que a não disponibilidade de recursos limita a execução do plano de manejo, embora já exista termo de referência para contratação aprovado.

Entrevistada, uma liderança da AUREMAG informou que esse plano de manejo estaria sendo formulado em conjunto com técnicos da Vale, financiadora da elaboração desse plano.

Essa informação foi confirmada pelo teor da sentença proferida em 15/8/2015, nos autos do Processo nº 22691-94.2011.4.01.3900, que tramitou na Subseção Judiciária Federal de Castanhal/PA. A ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal inicialmente contra a União, IBAMA, Companhia Vale do Rio Doce e RDP Empreendimentos e Serviços Portuários, teve posteriormente incluído o ICMBIO no polo passivo da relação processual. Constam como pedidos formulados na peça inicial: a) anular inscrições de ocupação de área integrante da REM Mãe Grande de Curuçá - cedidas pela Secretaria do Patrimônio da União à RDP e transferidas desta para a Vale S/A após negociação realizada por esta perante o Conselho Deliberativo da REM de Curuçá, que autorizou os estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental do empreendimento em troca do compromisso assumido pela VALE S/A de patrocinar o plano de manejo para a aludida REM; b) anular procedimento administrativo de licenciamento do “Terminal Portuário Offshore do Espadarte”, previsto para ser construído na Ilha Guará e usar como vias de acesso outras duas ilhas: Ipemonga e Mutucal, todas situadas na unidade de conservação em comento; c) proibir o desenvolvimento de atividades na REM de Curuçá, sem prévia autorização do ICMBIO.

Resumidamente, o MPF tomou conhecimento das negociações para a implementação do Porto do Espadarte em Curuçá em 2006. A ação foi proposta em 2011. Os acusados confirmaram as práticas noticiadas na peça inicial dos autos, alegando a legalidade de seus procedimentos, assim como negando qualquer prejuízo socioambiental para a REM de Curuçá em decorrência do referido empreendimento que pretendiam instalar.

A União destacou que os registros imobiliários patrimoniais foram concedidos nos anos de 1926, 1954 e 1961 e transferidos legalmente à VALE pela RDP. Portanto, tais registros foram realizados antes da criação da reserva extrativista.

A RDP sustentou a legalidade dos estudos de impacto ambiental e afirmou que estes serviriam para a elaboração do plano de manejo.

Com fundamento no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, marco legal da Reserva Extrativista, o juiz julgou procedente o pedido formulado na ação civil pública e anulou a outorga das inscrições transferidas da RDP para a VALE, reconheceu a existência de um conjunto coordenado de medidas realizadas com objetivo de aprovar o licenciamento desse empreendimento portuário, assim como decidiu pela proibição de atividades portuárias dentro da REM Mãe Grande de Curuçá por considera-las incompatíveis com os objetivos da reserva. O pedido foi julgado procedente. Mas os autos tramitam no Tribunal Regional da 1ª Região para o julgamento do recurso de apelação interposto pelos acusados.

A inexistência do documento principal para orientar as ações da unidade não impediu que 87% das lideranças entrevistadas em Curuçá ressaltassem os benefícios obtidos com a criação da reserva extrativista. Contudo, a leitura da sentença apresenta um resumo histórico do grau de articulação de empreendedores com as lideranças que integram o Conselho da REM de Curuçá.

O levantamento dos conflitos alinhados acima, a observação em campo e a própria entrevista com lideranças possibilitaram concluir que as lideranças estão muito mais próximas dos centros de discussão e decisão sobre os rumos da reserva extrativista do que os demais usuários. Por dificuldades de comunicação entre lideranças e demais integrantes das comunidades tradicionais da RESEX de Curuçá, além da falta de representatividade de todas as comunidades dentro do conselho gestor, as perspectivas perante a criação daquela UC são divergentes entre comunitários e lideranças.

São raríssimas as pessoas da comunidade que tem consciência. Muitos, apesar de estarem morando dentro de uma área de RESEX, não tem o conceito do que é, de qual a importância [...] De, por exemplo, fazer parte de um conselho e porque isso é importante. São poucas as pessoas que sabem, por falta de informação. Para mim, mudou a educação voltada para a conservação da natureza e isso vai mudar muito mais. Porque se um dia vierem desmatar, como RESEX ainda tem muito mais poder de buscar para que as leis possam ser cumpridas. Mas na vida da comunidade, praticamente, muitos nem sabem [...]. Hoje, a RESEX não tem plano de manejo. O ICMBIO deveria informar a comunidade das deliberações. Muitas comunidades desconhecem o conselho. Plano de manejo é prioridade. (Liderança em Curuçá, 2013).

Além disso, muitos dos benefícios concedidos por programas governamentais, segundo os comunitários, não chegam a estes.

Criação da reserva influencia nas discussões, mas é preciso repassar conhecimentos nas comunidades [...] Tem muito debate que às vezes parece que não acabam em nada [...]. Da RESEX com a nossa comunidade, o que nós esperamos é a preservação do meio ambiente, dos nossos manguezais, dos nossos peixes, dos nossos mariscos. É daquilo que nós consumimos. Do nosso dia-a-dia [...] (Entrevistada 17 – Líder Comunitária da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, 2013).

Os conflitos percebidos no âmbito da REM Mãe Grande de Curuçá revelam o quanto os discursos de sustentabilidade não estão muitas vezes alinhados à dinâmica das relações que permeiam a implantação de uma reserva extrativista. De fato, passados mais de dez anos da criação da REM de Curuçá, seus usuários foram alcançados por programas governamentais que os comunitários em São Caetano de Odivelas nunca acessaram: projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, acesso a casas populares. O Projeto de Gestão de Manguezais é um deles. A área piloto de implementação desse projeto é o salgado paraense. Por isso, São Caetano de Odivelas só foi contemplado a partir da criação da REM Mocapajuba. O ecossistema é um só. Os manguezais de São Caetano de Odivelas pertencem ao mesmo ecossistema que os de Curuçá.

O reconhecimento dos benefícios da implantação da REM em Curuçá também foi destacado por Batista e Simonian (2013), ao pontuarem a execução de relevantes políticas públicas mediadas pela mencionada REM, tais como a construção da Casa do Pescador – espaço de encontro dos usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande; acesso a créditos para construção de moradias, intermediados pelo PRONAF; capacitações para atividades produtivas, oficinas e cursos de artesanato. A implementação da REM também facilitou a fiscalização e o monitoramento de atividades violadoras das normas ambientais, dentre outros benefícios.

O reconhecimento desses benefícios obtidos com a implantação da RESEX em Curuçá influenciou para que comunitários em São Caetano de Odivelas aspirassem à criação da RESEX em seu município.

4.2. Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Mocapajuba

A REM Mocapajuba foi criada em 2014 (BRASIL, 2014) e está em sua fase inicial de implementação e nisto se diferencia da REM em Curuçá, já consolidada.

Os desafios para os usuários da REM de Mocapajuba também estão relacionados à criação do conselho gestor e melhor articulação das instituições e atores sociais relacionados com a REM. É observável que instituições inseridas nas próprias comunidades digladiam-se pelo direito de estabelecer as regras de uso dos espaços dentro da REM Mocapajuba. Lideranças da Associação dos Filhos e Amigos de São João dos Ramos divergem da forma de gerenciamento da Ilha São João dos Ramos pelos integrantes da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba – AUREMOCA.

A criação de um conselho deliberativo para os usuários da REM Mãe Grande, com todos os problemas de cooptação de usuários por diferentes grupos de interesses que divergem da racionalidade ambiental, garante um espaço de discussão e decisão para os rumos da unidade. Segundo liderança entrevistada em São Caetano de Odivelas, “[...] a reserva deixa o pescador mais fortalecido, tem mais recursos”.

A concessão de direito real de uso para as populações usuárias da reserva extrativista é outro benefício importante, embora essa medida em si não seja suficiente para assegurar a moradia dessas comunidades tradicionais em seus locais de origem. A concessão de direito real de uso precisa estar associada a outras medidas de viabilidade econômica e social, como oportunidades de educação e renda, acesso à saúde e fornecimento de transporte.

De qualquer forma, o fato é que as comunidades em São Caetano de Odivelas ainda não dispõem da concessão de direito real de uso outorgada pelo Poder Público, como uma das medidas

para lhes assegurar o uso dos recursos comuns com manejo. As comunidades odivelenses já estão inseridas em área de reserva extrativista, que está em fase inicial de implementação.

No que concerne aos danos ambientais, os entrevistados relataram a construção de empreendimentos no meio dos manguezais, como hotéis e pousadas em São Caetano de Odivelas. Também referiram a construção de estradas em cima de manguezais daquele município feito pelo próprio governo municipal. Durante a pesquisa de campo constatou-se a realização dessas obras e, através de pesquisa documental no Ministério Público, foi possível constatar que o poder público municipal realiza obras em áreas de manguezal, sem a devida realização de estudos de impacto ambiental.

Tanto é assim que, em 2012, o Ministério Público do Estado do Pará (MPE-PA) propôs ação civil pública em desfavor da Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas, tendo em vista a existência de construções irregulares nas margens do Rio Mojuim, entre as quais, um hotel, um posto de combustíveis, um mercado e uma praia artificial, tudo em área de manguezal. A ação tramitou perante a 9ª Vara da Seção Judiciária de Belém sob o número 20970-39.2013.4.01.3900 e seguiu para o Tribunal Regional da 1ª Região com recurso de apelação interposto pelo Ministério Público.

Além disso, em entrevista com autoridade municipal de São Caetano de Odivelas, esta confirmou que as obras do município foram licenciadas sem a realização dos estudos de impacto ambiental por ausência de verba e recursos humanos.

5. CONCLUSÃO

A criação das diversas espécie de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEPs, do qual a reserva extrativista é uma espécie, foi motivada pelo discurso da sustentabilidade. Implementar os marcos legais elaborados para instrumentalizar as ações voltadas à conservação dos manguezais depende da articulação entre os diversos atores sociais e instituições. Os conflitos relacionados à ameaça de danos ou danos ao meio ambiente, quando judicializados, facilitam o levantamento dos interesses que inspiram a participação dos agentes na dinâmica das articulações nas REMs estudadas, especialmente pela facilidade na visualização dos registros.

A articulação entre instituições estatais, organizações não governamentais e comunidades tradicionais já produziu avanços significativos no sentido de mitigar as demandas pelos recursos naturais oriundo de manguezais ou outras demandas de mercado que pressionam para a destruição de áreas desse ecossistema. O desafio é compatibilizar os diversos interesses em pauta relacionados aos dilemas da conservação.

A observação dos registros dos conflitos judicializados propicia visualizar que as normas de proteção ao manguezal e de gerenciamento das reservas extrativistas ainda apresentam baixa efetividade. Apesar disso, as lideranças e comunitários entrevistados nas duas reservas extrativistas mostraram-se favoráveis e otimistas em relação à criação e implementação das unidades de conservação em seus municípios.

Em que pesem interesses econômicos verificados e a cooptação de lideranças nas próprias reservas para facilitar interesses incompatíveis com a criação dessas unidades de conservação, vê-se que a educação para a proteção dos manguezais ainda é o caminho imprescindível para fomentar a utilização e gestão sustentável dos recursos naturais desse ecossistema e assim aproximar a

realidade do ideal de sustentabilidade, para além do discurso. De qualquer forma, as demandas judiciais estudadas indicam que o Ministério Público tem se mostrado como instituição fundamental para veiculação das normas ambientais de proteção do ecossistema manguezal, bem como das reservas extrativistas marinhas paraenses que abrigam manguezais.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Iane Maria da Silva; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? *Novos Cadernos do NAEA*. v. 16, n.1, Suplemento, p. 203-220, jun. 2013, ISSN 1516-6481
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz; 5. ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CLEAVER, Frances. Reinventing institutions: bricolage and the social embeddedness of natural resource management. *European Journal of Development Research*, v. 14, n. 2, 2002. p. 11-30.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. *EcoS*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 36-65, 2004.
- JENTOFT, Svein. Institutions for Fisheries Governance: introduction part III. In: KOOIMAN, Jan; BAVINCK, Maarten; JENTOFT, Svein; PULLIN, Roger. **Fish for Life: interactive governance for Fisheries**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2005. p. 145-151.
- FERREIRA, Heline Sivini. Política Ambiental Constitucional. In: **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. Joaquim Gomes Canotilho e José Rubens Morato Leite (Org.). 5 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2012.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. **Unidade de conservação**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION NATURE - IUNC. **World Parks Congress**. Sydney, 2014. Disponível em: <http://worldparkscongress.org/about/promise_of_sydney_commitments.html>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2005.
- BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 5 jul. 2014.
- _____. Decreto s/nº, de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, Estado do Pará. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 13 dez. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/Dnn9774.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Recomendação Comissão Técnica sobre Manguezais – CNZU nº 4, de 19 de agosto de 2011.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_arquivos/rec_manguezais_cnzu_2011_205_3.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2013.

_____. Decreto s/nº, de 10 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Mocapajuba, no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 10 out. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14009.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015.

_____. **Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 27 fev. 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Recomendação Comissão Técnica sobre Manguezais – CNZU nº 4, de 19 de agosto de 2011.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_arquivos/rec_manguezais_cnzu_2011_205_3.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2013.

LAVIEREN et al. **Securing the Future of Mangroves.** A Policy Brief. Okinawa: UNU-INWEH, UNESCO-MAB, ITTO, FAO, UNEP-WCMC e TNC, 2012.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 6. ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente.** 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. **Unidade de conservação.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION NATURE - IUNC. **World Parks Congress.** Sydney, 2014. Disponível em: <http://worldparkscongress.org/about/promise_of_sydney_commitments.html>. Acesso em: 10 jul. 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, Antomar Viegas de Carvalho. O novo Código Florestal e as áreas úmidas do sistema costeiro brasileiro. In: MILARÉ, Édís; MACHADO, Paulo Affonso Leme (Coord.). **Novo código florestal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 103-108.

SPALDING, Mark; BLASCO, François, FIELD, Collin. **World Mangrove Atlas.** International Society for Mangrove Ecosystems, WCMC. Paris: National Council for Scientific Research, 1997. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/worldmangroveat197spalv>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

SOUZA FILHO, Pedro Martins. Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia: Cenários Morfológicos, Mapeamento e Quantificação de Áreas Usando Dados de Sensores Remotos. **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 23, n. 4, out./dez. São Paulo: 2005.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. **The Importance of Mangroves to People: A Call to Action.** VAN BOCHOVE, J., SULLIVAN, E., NAKAMURA, T. (Org.). Cambridge: World Conservation Monitoring Centre, 2014. Disponível em: <http://aple.unep.publications/index.php?option=com_pub&task>. Acesso em: 31 dez. 2014.

Apoio: CAPES; MPU, MP-PA



EIDORFE MOREIRA E SUAS PUBLICAÇÕES NO JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ

Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães¹

Brenda Vicente Taketa²

*Amando noites afora
Fazendo a cama sobre os jornais
Um pouco jogados fora
Um pouco sábios demais
[...]
Amando noites a fio
Tramando coisas sobre os jornais
[...]
Amando noites a fundo
Tendo os jornais como cobertor
[...]
No ardor de tantos abraços
Caíram palácios
Ruiu um império
(HOLLANDA, 2006, p. 284)*

Palavras-chave: Pensamento social / Amazônia / Eidorfe Moreira

INTRODUÇÃO

A presente apresentação está dividida em cinco blocos. Este primeiro, uma breve *Introdução*, procura inserir o artigo proposto na grande pauta do *Seminário Internacional América Latina (SIALAT)* e no contexto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Depois, situamos o intelectual Eidorfe Moreira para nossos leitores, visando a relacioná-lo ao campo de pesquisa do pensamento social. Em terceiro lugar, como uma espécie de pano de fundo, fornecemos dados gerais a respeito da ampla produção de Eidorfe em livros. Logo adiante, chegamos mais perto dos trabalhos no jornal *A Província do Pará* – os de maior interesse aqui – e também em revistas. Por fecho parcial, alguns desafios são lançados, com o espírito investigativo de *Não para concluir*, pois tentar enfrentá-los trará ganhos para a continuidade da pesquisa em curso.

Há certeza de que “muitos desafios [...] se apresentam para o Brasil em termos amazônicos, tanto nos planos domésticos, como nos planos regional e internacional” (PENNA FILHO, 2013, p. 94). Nesse sentido, são relevantes questões como a ocupação da Amazônia, a “integração ao restante do país, [...] a contenção do desmatamento e [...] da efetiva presença do Estado na região”. Prossegue assim o autor de *Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos*: “No plano regional, o maior desafio é a integração com os países vizinhos, numa perspectiva Pan-Amazônica [...] e, já no plano internacional, há tempos paira no ar o receio da relativização da soberania brasileira sobre a Amazônia” (PENNA FILHO, 2013, p. 94).

¹ Doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Bolsista do Programa de Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: stellapessoa@uol.com.br

² Doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: bvtaketa@gmail.com

Destarte, tanto a construção de conhecimento transdisciplinar sobre a Amazônia, como sua discussão atualizada, surge, como requisitos essenciais para enfrentar tantos desafios elencados. Então, se a palavra-chave é conhecimento, valem lembranças sobre o seminário internacional *Amazônia e fronteiras do conhecimento*, que marcou os 35 anos da instituição em 2008. Naquela ocasião, o jornal *Folha do NAEA* veiculou entrevista de Edna Castro:

A sociedade atual se ancora no conhecimento. É uma sociedade da informação, que lida com esse processo da produção do conhecimento e da velocidade da informação como um eixo importante em todos os setores. [...] E a Amazônia não pode ficar fora desse contexto. [...] Então a Amazônia tem um desafio grande de produzir conhecimento. [...] Conhecimento de si, enquanto sociedade repleta de valores e leis, conhecimento sobre o território, conhecimento sobre diferentes dimensões, como a saúde, a economia, a cultura, a religião... [...] Eu não vejo o conhecimento apenas como ciência e tecnologia para gerar riquezas, mas o conhecimento como uma forma de restabelecer direitos, dignidade e uma certa autonomia do pensamento, da interpretação, [...] uma autonomia de concepção do que é a Amazônia e do que se fala da Amazônia. Entre as universidades amazônicas, uma universidade que incorpore essa ideia de autodeterminação a partir desses saberes é fundamental – e eu vejo o NAEA dentro dessa perspectiva. Ou [então] [...] nós vamos continuar tributários de um pensamento que é produzido fora sobre a Amazônia (CASTRO, 2008, não paginada).

Assim, o propósito desta apresentação é expor e discutir alguns resultados de pesquisa em curso no NAEA, voltada aos artigos de Eidorfe Moreira no jornal *A Província do Pará*, em Belém, mormente aqueles editados entre as décadas de 50 a 80 do século XX.

A produção intelectual na imprensa, como veículo de repercussão social, ocupa posição proeminente na pauta das discussões do pensamento social brasileiro, no âmbito das ciências sociais, sobremaneira abrangendo estudos a respeito da circulação das ideias.

A expectativa é que a inclusão deste *paper* na programação do SIALAT, enquanto espaço de reflexão, traga contribuições em busca do entendimento de diferentes transformações na América Latina.

Eidorfe Moreira: um intelectual na Amazônia e o pensamento social

Eidorfe Moreira nasceu no ano de 1912 e faleceu em 1989. Construiu extensa obra, sobretudo dedicada a refletir e a interpretar a Amazônia. Quase sempre morou no Pará, em Belém. Foi professor de geografia, pesquisador da Universidade Federal do Pará e atuou na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) nos anos iniciais de sua implantação.

Ora, reflexões sobre a história, a sociedade e a cultura amazônicas, bem como os estudos dos processos sociais em que se produzem os conhecimentos – componentes do pensamento social e da sociologia da cultura – não devem estar ausentes dos programas que visem à análise da formação histórica e ao desenvolvimento da região, que liguem portanto passado, presente e futuro. Logo, o pensamento social pode ser um ponto importante nos debates e discussões sobre a Amazônia. Programas e pesquisas nessa área são faróis para iluminar processos de construção da Amazônia que se renovem continuamente de forma crítica e criativa (GUIMARÃES, 2011, 2012a, 2012b).

[...] a sociedade não se realiza desacompanhada das interpretações de que é objeto e, mais do que isso, as interpretações proporcionam significado à vida

social, pesadas inclusive suas veleidades, possibilidades e limites efetivos [...]. [As interpretações] também operam na orientação das condutas dos atores sociais, na organização da vida social, nos processos de mudança e nas relações de poder que isso sempre implica (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 914).

Destarte, pesquisas sobre pensamento social são voltadas para o entendimento da realidade brasileira – o que inclui a da Amazônia – e de suas modalidades de produção cultural. Os estudos de intelectuais – como Eidorfe Moreira – e de suas ideias são fundamentais para esse entendimento.

Criar referências sobre o pensamento social brasileiro na Amazônia é uma tarefa intelectual de muitos desafios. Preocupações com a cronologia, a tradição intelectual, as fronteiras disciplinares, as intersecções paradigmáticas, as atualizações, seja como prolongamentos, reforma, ou rupturas de perspectivas teórico-metodológicas, seja como construção epistemológica de espectro amplo, são de extrema importância para movimentar interesses e construir identidades nessa linha de pesquisa (FREITAS, 2007, p. 27).

Livros de Eidorfe Moreira³

Em 1989, quando Eidorfe faleceu, a professora Maria Annunciada Chaves – membro do Conselho Estadual de Cultura do Pará – já organizava os livros e ensaios esparsos de Eidorfe. Então, o Governo do Estado na gestão de Hélio Gueiros, por intermédio da Secretaria de Educação (SEDUC) – então dirigida por Therezinha Moraes Gueiros–, decidiu incentivar e patrocinar a edição das Obras reunidas de Eidorfe Moreira (1989), enfileiradas em oito volumes das Edições CEJUP, fruto do trabalho de sistematização de Annunciada, que ainda escreveu a Nota biográfica (CHAVES, 1989a) da coleção. Benedito Nunes elaborou a Nota crítica (NUNES, 1989) da produção intelectual de Eidorfe.

Os volumes das Obras reunidas têm os seguintes conteúdos (MOREIRA, 1989):

- a) volume 1: *Apresentação; Nota biográfica* (elaborada por Maria Annunciada Chaves); *Nota crítica* (elaborada por Benedito Nunes); *Conceito de Amazônia; Sertão: a palavra e a imagem; Amazônia: o conceito e a paisagem; Alfredo Ladislau; Belém e sua expressão geográfica;*
- b) volume 2: *Roteiro bibliográfico do Marajó; Estado e ideologia; Ideias para uma concepção geográfica da vida*⁴;
- c) volume 3: *Presença do mar na literatura brasileira; O fator social na consideração do solo;*
- d) volume 4: *Os sermões que Vieira pregou no Pará; Os igapós e seu aproveitamento; Visão geossocial do Círio; Presença hebraica no Pará; Kant como geógrafo; O nefelismo de El Greco; As letras jurídicas no Pará;*
- e) volume 5: *Os igapós e seu aproveitamento; Para a história da Universidade Federal do Pará; A educação moral, cívica e religiosa no Pará;*
- f) volume 6: *O livro didático paraense; Obras escolares paraenses de história; Influências amazônicas no Nordeste;*
- g) volume 7: *Geografias mágicas;*
- h) volume 8: *Publicações avulsas (Pequena história de uma biblioteca particular; Um motivo para a rosa; Um soldado anônimo de muitas lutas; Dom Quixote e o problema do conhecimento); Seara amazônica; Os fundamentos geográficos do planejamento; Uma filosofia em termos geográficos; Obras de Francisco Solerno Moreira (pai de Eidorfe); Sobre o autor; Cronologia biográfica.*

³ O texto contém partes do trabalho, no prelo, *A Amazônia de Eidorfe Moreira em livros e jornais* (GUIMARÃES, 2015).

⁴ Livro reeditado recentemente (MOREIRA, 2012a).

Em linhas gerais, passamos a resumir, como exemplos, as ideias principais contidas em três livros de Eidorfe, primordiais para estudos sobre a Amazônia, incluindo os trabalhos escritos enquanto ele foi pesquisador do NAEA.

– *Amazônia: o conceito e a paisagem*

Embora o livro tenha sido publicado no Rio de Janeiro pela SPVEA somente em 1960, houve publicação anterior pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 1958, mas na verdade o trabalho incorpora conteúdos anteriores sobre a questão, escritos inicialmente em 1955, quando Eidorfe trabalhava justamente na SPVEA (CHAVES, 1989a).

É preciso entender o momento brasileiro que deu origem ao livro de Eidorfe: a Constituição de 1946 estava em vigor. Nas suas Disposições Gerais, fazia referências ao Plano de Valorização da Amazônia (BRASIL, 1946):

Art. 199 – Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo Único – Os Estados e Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por meio do Governo Federal.

A questão no início dos anos 50 era: como conceituar a região amazônica para os efeitos do Plano de Valorização?

Definir, conceituar, delimitar, caracterizar uma região é uma das tarefas mais árduas da geografia. Pode-se utilizar desde os métodos mais tradicionais até os métodos de análise quantitativa, passando pelos métodos históricos, sociológicos, etc.; definir, conceituar, delimitar, caracterizar uma região com objetivos de nela atuar de modo a reduzir suas desigualdades internas, é tarefa mais árdua ainda. Mas, o que define a região de planejamento? [...] Quando falamos de Amazônia, a qual Amazônia estamos nos referindo? Ou a quais Amazônias? São estas Amazônias regiões tradicionalmente falando ou são regiões de planejamento? (OLIVEIRA JÚNIOR, 2009, p. 45).

A Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953, complementa o preceito constitucional: dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências (BRASIL, 1953):

Art. 1º – O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.

Art. 2º – A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e, ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, a parte do Estado de Goiás a norte do paralelo do 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

Machado Coelho emitiu sua opinião sobre os dispositivos legais daquele momento histórico: a Amazônia “hoje se acha dividida, para efeito de planejamento, em clássica e legal, uma nas coordenadas geográficas, outra nas coordenadas políticas” (COELHO, 1960, p. 4). Em seu livro *Amazônia: o conceito e a paisagem*, Eidorfe avaliou a legislação aqui relacionada, que acaba fazendo uma reinvenção da Amazônia brasileira:

O que se vê aí é um vasto plano de investimento para o qual a própria nação se fez financiadora. [...]

A execução desse plano, como é óbvio, impôs desde logo a necessidade da revisão do conceito de Amazônia, uma vez que as considerações econômicas passavam a primar sobre as demais como base dessa conceituação. E com o novo conceito surgiu o problema da sua delimitação (MOREIRA, 1960a, p. 40).

A nova concepção da Amazônia, com efeito, exprime antes uma consideração humana do que uma fórmula ou conceito geográfico [...]. É a condição humana e não a paisagem natural que prevalece como base dessa concepção. Ainda que criticável geograficamente falando, ela encerra um mérito que sobreleva todas as suas inconseqüências geográficas: o de ter definido a Amazônia em função das vicissitudes do homem e não dos aparatos da natureza (MOREIRA, 1960a, p. 47).

Todo o primeiro capítulo do livro *Amazônia: o conceito e a paisagem* é dedicado a avaliar formas de conceituar a Amazônia. Entre elas, desponta o conceito hidrográfico: “No sentido hidrográfico, que é o mais amplo e definido geograficamente falando, Amazônia designa uma bacia fluvial” (MOREIRA, 1960a, p. 15). Eidorfe prossegue seus comentários sobre a Amazônia como bacia:

Dessa bacia a parte geograficamente mais interessante é a planície [...]. Nela se distinguem um trecho mais recente [...], sujeito a inundações, e outro mais antigo [...], não inundável: o primeiro é a *várzea*, o segundo a *terra firme*, dominados pelos planaltos e serras dos sistemas orográficos que circunscrevem a bacia. Essa gradação de níveis, sem contrastes pronunciados, lembra um dilatado e irregular anfiteatro, com extensos e espaçados patamares (MOREIRA, 1960a, p. 18).

Essa imagem especial da Amazônia comparada a um anfiteatro foi retomada pelo autor quando falou sobre a paisagem da região:

A gradação de nível desse imenso anfiteatro imprime diferenças se não definidas pelo menos bem sensíveis no relevo da região, diferenças que podem ser tomadas como base não só para uma divisão física como econômica dos seus quadros naturais. Assim é que, de acordo com essa gradação, temos 3 zonas de diferenciação: a *várzea*, a *terra firme* e o *planalto* (MOREIRA, 1960a, p. 53).

A metáfora do anfiteatro aplicada à Amazônia é muitas vezes recuperada: por exemplo, meio século depois de *Amazônia: o conceito e a paisagem* (MOREIRA, 1960a), ela volta ao pensamento sobre a região no livro *Amazônia: região universal e teatro do mundo* (BOLLE; CASTRO; VEJMEKKA, 2010). O subtítulo dessa publicação mais recente, para se referir à Amazônia, também empresta de Johann Wolfgang von Goethe a ideia de literatura universal. Da mesma forma, traz à lembrança Calderón de la Barca – poeta e dramaturgo espanhol do século XVII – e sua metáfora do Grande Teatro do Mundo. No caso da Amazônia, o teatro de Calderón de la Barca é portanto o anfiteatro de Eidorfe Moreira.

– *Os igapós e seu aproveitamento*

Enquanto foi pesquisador do NAEA (COSTA, 2008), Eidorfe publicou *Os igapós e seu aproveitamento* (MOREIRA, 1976), *Para a história da Universidade Federal do Pará: panorama do primeiro decênio* (MOREIRA, 1977) e *Influências amazônicas no Nordeste: reflexos da fase áurea da borracha* (MOREIRA, 1982). Com relação ao NAEA, observamos também que, em 1983, Eidorfe escreveu *Sentido econômico da fundação de Belém* no jornal *A Província do Pará*:

A expedição chefiada por Francisco Caldeira de Castelo Branco, da qual resultou a fundação da capital paraense, e conseqüentemente a incorporação da Amazônia ao domínio português, foi sem dúvida uma expedição militar, visando como tal objetivos estratégicos, mas nem por isso deixou de ter motivações econômicas também. Com a ocupação da foz do Amazonas e das áreas adjacentes, não se visava apenas ao controle de uma posição geográfica, mas assegurar também a exclusividade de uma vantagem ou exploração econômica. Tendências ou móveis econômicos, quando não determinam, reforçam quase sempre operações militares dessa natureza (MOREIRA, 2010, p. 309).

[...] fortes razões econômicas atuaram, real ou pelo menos presumivelmente, na fundação de Belém. Pensamos que, em maior ou em menor grau, direta ou indiretamente, todas elas se fizeram sentir na fase pioneira da ocupação amazônica, embora nos pareça que a mais forte e decisiva tenha sido a que chamaremos de “auricídiosa”, isto é, a da busca do ouro e das riquezas minerais (MOREIRA, 2010, p. 313).

Quanto a livro *Os igapós e seu aproveitamento*, foi editado inicialmente em 1970 pela UFPA e, em 1976, com ampliações, pelo NAEA. Então é devotado à memória do cientista Jacques Huber (CHAVES, 1989a). O prefácio é de José Marcelino Monteiro da Costa (na ocasião, coordenador do Núcleo):

[Editado pelo NAEA], dentro dos propósitos de um conhecimento mais completo das realidades amazônicas e do aproveitamento das suas potencialidades, com vistas a lograr um maior desenvolvimento regional, integrado no contexto do crescimento brasileiro (COSTA, 1976, p. 11).

O trabalho de Eidorfe tem a seguinte justificativa, conforme palavras do próprio escritor:

De todas as regiões naturais do Brasil, a Amazônia é a que apresenta maior extensão e variedade de formas pantanosas ou assemelhadas a isso. Essas formas tanto ocorrem na orla marítima, por efeito da maré, como às margens dos rios, em consequência dos seus transbordamentos periódicos, ocupando em ambos os casos extensões consideráveis (MOREIRA, 1976, p. 17).

– *Influências amazônicas no Nordeste: reflexos da fase áurea da borracha*

Com essa publicação de 1982, “encerra o ilustre polígrafo suas atividades na Universidade” (CHAVES, 1989a, p. 23). De 1975 a 1982, Eidorfe integrou o quadro de professores do NAEA (COSTA, 2008).

Primeiro, Eidorfe publicou em 1974 um esboço em jornal – *A Província do Pará* – sobre esses reflexos da fase da borracha, depois transcrito na *Revista da Academia Cearense de Letras*, o que demonstra sua repercussão na região vizinha. Depois, a pesquisa foi desenvolvida no NAEA pelo professor de geografia:

[com] caráter inovador de inverter a análise do interrelacionamento econômico, social, demográfico e cultural entre o Nordeste e a Amazônia. Essa inversão consiste em detectar as principais influências desta região em relação àquela, em função das características da fase áurea do ciclo da borracha, que culminou no início deste século (COSTA, 1982, p. 7).

José Marcelino comentou a respeito da “capacidade impressionante de sistematização” de Eidorfe (COSTA, 1982, p. 7), mostrando cada trabalho em sua abrangência, nas divisões e subdivisões projetadas para cada tema exposto.

Em sua explicação inicial no livro, Eidorfe apontou a necessidade de estudos sobre o ciclo da borracha em função dos seus efeitos “extra-amazônicos” (MOREIRA, 1982, p. 9) ou além da região. É isso que o escritor começou a fazer, pois se propõe, em seu livro, a analisar a repercussão do ciclo no Nordeste. Nesse aspecto, Eidorfe pondera que há estudos sobre influências nordestinas na Amazônia, sobretudo quanto ao fluxo migratório decorrente das secas nordestinas. Com o livro *Influências amazônicas no Nordeste: reflexos da fase áurea da borracha*, é feita a inversão de análise.

Eidorfe principiou sua obra traçando linhas gerais sobre a chamada “civilização da borracha” (MOREIRA, 1982, p. 11), para depois analisar, com erudição, as influências do ciclo gomífero no Nordeste: influências demográficas, sociais, econômicas, folclóricas, linguísticas, literárias etc. É mister relevar como Eidorfe desenvolveu sua escrita: primeiro, ele mencionou uma lacuna – o que justificou a elaboração do trabalho–, agindo como se lançasse a si próprio um desafio; em seguida, aceitou a incitação e desenvolveu esse trabalho; ao final, concluiu modestamente alguma coisa como: “Apenas [o autor] reconhece que não chegou a desenvolvê-lo na escala desejável” (MOREIRA, 1982, p. 10). Assim, parece haver sempre em Eidorfe uma vontade de aperfeiçoamento contínuo.

Escritos de Eidorfe Moreira em jornais e revistas⁵

As *Obras reunidas* enfeixam a maioria da produção intelectual de Eidorfe, mas há outros trabalhos do autor, como a vasta publicação em jornais e revistas.

Os textos de Eidorfe incluídos nos jornais estão sobretudo em *A Província do Pará*, conforme levantamento realizado a partir das indicações de Annuciada nas *Obras reunidas* (CHAVES, 1989a, 1989b). Entre os 42 números apontados nesse jornal pela professora (relação a seguir, com ítuos, reproduzida em duas páginas da Figura 1), 39 já foram recuperados na Biblioteca Pública Arthur Vianna em Belém, em condições de leitura:

- Lobo de Almada: a figura e a obra
- O primeiro romance amazônico
- Visão geossocial do Círio
- O romance amazônico de Júlio Verne
- Uma página memorável da mocidade paraense
- Nossos gramáticos e a tradição gramatical paraense
- A nossa primeira “imortal”
- Influências amazônicas no Nordeste
- Mundividência em termos de delírio: a página por excelência de Machado de Assis

⁵ O texto contém partes do trabalho, no prelo, *A Amazônia de Eidorfe Moreira em livros e jornais* (GUIMARÃES, 2015).

- As geografias escolares do Pará
- A matemática no Pará
- A literatura escolar paraense
- A educação moral, cívica e religiosa no Pará: obras de autores locais sobre o assunto
- Livros de leitura de autores locais até o início do século
- Capistrano de Abreu e a Amazônia
- Um soldado anônimo de muitas lutas
- Obras escolares paraenses de história (até meados deste século)
- O artesanato artístico da borracha
- As ruínas na cinética do tempo
- Funções extramilitares do Forte do Castelo
- A rede bancária paraense durante o Império: breve contribuição à história bancária do Pará
- Colégio Estadual Paes de Carvalho: forja e centro nucleador da cultura paraense
- Belém do futuro e sua moldura insular
- Homenagem póstuma a um amigo bissexto
- Sentido econômico da fundação de Belém⁶
- Dom Macedo Costa como educador
- Belém em termos cartográficos (sobre as antigas plantas da cidade)
- O primeiro romance belenense
- Jesus visto como geógrafo
- Considerações sobre o adagiário amazônico
- Os fundamentos geográficos do planejamento
- As que se engrandecem no anonimato (homenagem às Irmãs de Caridade)
- Flagrantes de uma filosofia geográfica
- A descaracterização onomástica das nossas cidades
- O Museu Goeldi e a Amazônia
- Uma aventura feminina no estuário amazônico (a primeira mulher a explorar a foz do rio-mar)
- La Condamine e a Amazônia
- Augusto Meira Filho

Fontes documentais importantes para futuras pesquisas, alguns desses trabalhos de Eidorfe veiculados em jornal também fizeram parte de volumes de 1973 a 1976 da *Revista de Cultura do Pará* – periódico do Conselho Estadual de Cultura do Pará. Na ocasião, a comissão editorial da revista era composta dos membros Maria Annunciada Chaves, Inocência Machado Coelho e José da Silveira Neto.

Ainda em revista paraense, localizamos o artigo no periódico do Instituto Histórico e Geográfico do Pará denominado *Emílio Goeldi e a questão do Amapá*, a demandar análise aprofundada:

⁶ Artigo de Eidorfe de 1983 homenageia o NAEA no ano de seu centenário. O texto foi recuperado por Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães para editar na revista *Novos Cadernos NAEA* (MOREIRA, 2010).

A dedicação [de Goeldi] [...] não se fez sentir apenas no plano científico e administrativo, mas também no diplomático, pois não foi menor o serviço que ele nos prestou por ocasião do Contestado do Amapá, o secular litígio de fronteira que tivemos com a França, solucionando no início deste século por arbitragem do Conselho Federal suíço (MOREIRA, 1969/1970, p. 157).

Desde que chegara ao Pará, em 1894, a fim de dirigir o então Museu Paraense de História Natural e Etnografia, realizou Goeldi várias excursões e expedições científicas, entre as quais uma ao território contestado, em companhia de Jacques Huber e do tenente-coronel Aureliano Guedes. Jamais uma expedição científica foi tão propícia ao Brasil no plano diplomático como esta, pois os resultados dessa expedição, publicados na Europa e no Pará, favoreceram consideravelmente o nosso direito no caso (MOREIRA, 1969/1970, p. 158).

Não para concluir

Quanto aos desafios anunciados para este último tópico do *paper*, procuramos ir ao encontro de quatro itens.

Primeiro, se colocadas em foco, as características da reflexão de Eidorfe como pensador na Amazônia, um detalhe inescapável para qualquer observador é o interesse desse autor por variadas questões em diversas disciplinas que o intelectual aproxima em seus escritos. É preciso aprofundar um estudo dessa natureza, pois trará contribuições para afinar conceitos sobre pensamento multidisciplinar e/ou interdisciplinar e/ou transdisciplinar, o que faz parte do pensamento social na Amazônia, no NAEA, na Pan-Amazônia, na América Latina. Nessa linha, cabe encaminhar discussão de artigo do historiador Geraldo Coelho a respeito de Eidorfe:

A geografia de Eidorfe Moreira, para além do conceito estrito da problemática do espaço, sempre seria pensada em relação direta com os domínios contidos no campo significativo de *cultura*. História, filosofia, antropologia, sociologia e literatura, por exemplo, compõem o universo discursivo de Eidorfe Moreira, aproximando-o [...] dos modelos teórico-metodológicos que haviam revolucionado as ciências humanas na França [...] [no] começo do século XX (COELHO, 2012, p. 7).

Segundo, vemos que um cotejo entre livros de Eidorfe e artigos em jornais e revistas, com respectivas datas de veiculação, podem auxiliar no deslinde do processo de criação do autor. Jornal antes e livro depois? Ou ao contrário? Como os temas nascem, evoluem, prosseguem e amadurecem na forma final? São questões que ficam ainda sem respostas.

Terceiro, é premente conhecermos melhor *A Província do Pará* como jornal editado em Belém do Pará. O que caracteriza ou caracterizou tal periódico? Que trabalhos já existem sobre isso? Qual o seu perfil do jornal? Qual o seu lugar na história do Pará, da imprensa no Pará? Qual o perfil editorial? Por que o jornal publicou Eidorfe em boa escala? Qual o lugar do jornal *A Província do Pará* nos estudos sobre pensamento social e circulação das ideias?

Quarto e por fim, mas *Não para concluir*, é preciso registrar as dificuldades e as precariedades das condições de pesquisa em jornais de Belém. Há muito a fazer para facilitar os levantamentos futuros. A impressão que temos é que um trabalho dessa natureza parece longe dos planos da administração pública. Precisamos, como pesquisadores, encaminhar sugestões para melhorar isso. Eidorfe veiculou ensaios em *A Província do Pará*–, muitos disponíveis para pesquisa (em papel ou em microfiches gerados pela Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará (PRODEPA)) na Biblioteca Pública Arthur Vianna, localizada, assim como o Conselho Estadual de Cultura do Pará, no prédio da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (GUIMARÃES, 2012a). Entendemos que o

tratamento especializado desse acervo de jornais poderia ser desembaraçado, visando, pelo menos, a abranger em microfilmes todos os exemplares de *A Província do Pará* e a torná-los facilmente disponíveis aos estudiosos, tanto em microfilmes como em arquivos digitais com acesso pela *internet*, o que já é permitido pelas tecnologias atuais – exemplos bem-sucedidos nessa linha são as coleções do *Jornal do Brasil*, da *Folha de S.Paulo*, d' *O Estado de São Paulo* (LORENZOTTI, 2007; O ESTADO DE S. PAULO, 2014).

Figura 1 – Imagens ilustrativas das publicações de Eidorfe Moreira em *A Província do Pará*.

	09.01.1955		18.11.1973		08.06.1975		04.11.1979
	27.10.1963		24.02.1974		24.08.1975		13.01.1980
	11.10.1970		19.05.1974		02.05.1976		27.04.1980
	28.01.1973		11.08.1974		08.08.1976		
	08.07.1973		22.09.1974		23.01.1977		
	09.09.1973		27.10.1974 (?)		11.06.1978 (?)		
							

Figura 1 – Imagens ilustrativas das publicações de Eidorfe Moreira em *A Província do Pará*.



REFERÊNCIAS

- BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 889-919. 2010.
- BOLLE, Willi; CASTRO, Edna Maria Ramos de; VEJMEKKA, Marcel. Apresentação. In: _____ (Org.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010. p. 7-16.
- BRASIL. Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 jan. 1953. Seção 1, p. 276.
- _____. *Constituição (1946)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1946.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. Entrevista sobre o seminário internacional 'Amazônia e fronteiras do conhecimento'. Entrevistador: Felipe Cortez. *Folha do NAEA*. Disponível em: <<http://ufpa.br/naea/folhadonaea>>. Acesso em: 26 out. 2012. Belém: 2008.
- CHAVES, Maria Annunciada. Nota biográfica. Apresentação. In: MOREIRA, Eidorfe. *Obras reunidas*. Organização de Maria Annunciada Chaves. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará; SEDUC; CEJUP, 1989a, v. 1. p. 17-24.
- _____. Juízos sobre suas obras. In: MOREIRA, Eidorfe. *Obras reunidas*. Organização de Maria Annunciada Chaves. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará; SEDUC; CEJUP, 1989b, v. 8. p. 377-382.
- COELHO, Geraldo Mártires. Eidorfe Moreira e o conhecimento transdisciplinar. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 15, n. 2, p. 5-20. dez. 2012.
- COELHO, Inocêncio Machado. Prefácio. In: MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1960. p. 3-5.
- COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Desenvolvimento regional: NAEA, uma década de experiência amazônica*. Belém: UFPA; NAEA, 2008.
- _____. Apresentação. In: MOREIRA, Eidorfe. *Influências amazônicas no Nordeste (reflexos da fase áurea da borracha)*. Belém: UFPA; NAEA; Grafisa, 1982. p. 7-8.
- _____. Apresentação. In: MOREIRA, Eidorfe. *Os igapós e seu aproveitamento*. Belém: UFPA; NAEA, 1976. p. 11-12.
- FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Org.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Ed. da UFAM, 2007. p. 25-49.
- GUIMARÃES, Maria Stella Faciola Pessôa. A Amazônia de Eidorfe Moreira em livros e jornais. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima (Org.). *Sociedade, campo social e espaço público*. Belém: Editora do NAEA, 2015. p. 283-300. (no prelo)
- _____. Caminhos para ler Eidorfe Moreira. In: MOREIRA, Eidorfe. *Ideias para uma concepção geográfica da vida*. Organização de Maria Stella Faciola Pessôa Guimarães. Belém: SEMEC, 2012a. p. 213-269.
- _____. *Um olhar atrás da escrita: o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia*. 2012. 232 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012b.
- HOLLANDA, Chico Buarque de. Amando sobre os jornais. In: _____. *Tantas palavras*. Organização das letras e reportagem biográfica de Humberto Werneck. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 284.

LORENZOTTI, Elizabeth. *Suplemento Literário, que falta ele faz: 1956-1974 do artístico ao jornalístico: vida e morte de um caderno cultural*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

MOREIRA, Eidorfe. *Ideias para uma concepção geográfica da vida*. Organização de Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães. Belém: SEMEC, 2012a.

_____. Sentido econômico da fundação de Belém. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 13, n. 2, p. 309-313. dez. 2010.

_____. *Obras reunidas*. Organização de Maria Annunciada Chaves. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará; Secretaria de Educação do Estado do Pará; CEJUP, 1989. 8 v.

_____. *Influências amazônicas no Nordeste: reflexos da fase áurea da borracha*. Belém: UFPA; NAEA; Grafisa, 1982.

_____. *Para a história da Universidade Federal do Pará: panorama do primeiro decênio*. Belém: Grafisa, 1977.

_____. *Os igapós e seu aproveitamento*. Belém: UFPA; NAEA, 1976.

_____. Emílio Goeldi e a questão do Amapá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, v. XVI / XVII, p. 157-162. 1969/1970.

_____. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1960a.

_____. *Ideias para uma concepção geográfica da vida*. Belém: H. Barra, 1960b.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS. NAEA. Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/naea>>. Acesso em 30 out. 2015.

_____. Nota crítica. Apresentação. In: MOREIRA, Eidorfe. *Obras reunidas*. Organização de Maria Annunciada Chaves. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará; Secretaria de Educação do Estado do Pará; CEJUP, 1989, v. 1. p. 25-28.

O ESTADO DE S. PAULO. Acervo digital do jornal consultado pela internet. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 27 out. 2014.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio de. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. In: ARAGÓN, Luis Eduardo; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Ed. da UFAM, 2009. p. 41-77.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os Desafios Pan-Amazônicos. *Revista Brasileira de Política Internacional* [online], Brasília, v. 56, n. 2, p. 94-119. dez. 2013.

ESPAÇOS PÚBLICOS NA AMÉRICA LATINA: OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NOS JARDINS BOTÂNICOS URBANOS

Silvia Laura Costa Cardoso¹

Silvio Lima Figueiredo²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir como a questão ambiental vem sendo tratada nos instrumentos das políticas públicas, nos discursos e nas práticas de gestão implementadas em três jardins botânicos urbanos brasileiros que integram a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB): o Jardim Botânico de Brasília (JBB), em Brasília/DF, Jardim Botânico de Recife (JBR), em Recife/PE e o Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), em Belém/PA. Foram analisados os diferentes usos e funções dos jardins botânicos tendo como foco a requalificação e refuncionalização desses espaços públicos e as práticas de gestão que o envolvem. Os resultados obtidos evidenciam contradições entre discursos e práticas. A atuação em rede da RBJB ainda é incipiente, pois se utiliza das Resoluções CONAMA n^{os} 266/00 e 339/03 como instrumentos norteadores para a categorização de jardins botânicos, todavia, não oferece mecanismos consistentes que favoreçam a cooperação institucional para implementação do sistema de conservação de plantas *in situ* e *ex situ* entre jardins botânicos, bem como o fortalecimento institucional para a gestão ambiental compartilhada não é favorecido entre os espaços públicos em análise integrantes da RBJB. Mostram ainda que os regimentos internos dos jardins botânicos ainda apresentam lacunas e dificuldades para uma atuação mais ampliada. Nesses instrumentos, os aspectos ambientais apresentam-se como uma temática periférica e pouco articulada com as demais políticas ambientais e urbanas. As análises procuram demonstrar a complexa relação entre políticas, instrumentos, e instâncias de planejamento e gestão, explicitando os obstáculos que dificultam as práticas sustentáveis em uma arena de gestão ambiental compartilhada.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Planejamento Urbano. Espaço Público Verde. Práticas sociais. Gestão Ambiental.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a ampliação do debate em torno da questão ambiental e da sustentabilidade de espaços públicos verdes passa a inserir os jardins botânicos, em torno desta problemática e abriu uma nova perspectiva para que esses lugares cumpram seu papel sustentável na conservação ambiental. Em termos práticos, significou redefinir sua atuação e multiplicar seus

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido(NAEA/UFPA). Mestra em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (NUMA/UFPA). Turismóloga/Administradora (UFPA). Email silvialaura19@gmail.com

² Professor/Pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará Doutor em comunicação; realizou estágio pós-doutoral na Université René Descartes – Paris V Sorbonne. Email slima@ufpa.br

usos e funções, muitas delas historicamente estabelecidas; outras, acumuladas ao longo do tempo pela progressiva inserção de jardins botânicos nas cidades.

Em nível internacional, as Normas Internacionais para Conservação de Jardins Botânicos, elaboradas pela *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI) e adotadas pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB) são reconhecidas como principal fonte orientadora de critérios para definir a atuação dos jardins botânicos na conservação da diversidade da flora no mundo (BGCI, 2001).

Em nível nacional, as Resoluções CONAMA nºs 266, de 03 de agosto de 2000 e a 339, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Nacional de Meio Ambiente, dispõem sobre as Normas Brasileiras para Jardins Botânicos. Estas contêm os principais objetivos da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB), que são: promover a cooperação entre jardins botânicos e instituições congêneres; estimular o estudo da botânica e a conservação da biodiversidade; e apoiar a criação e desenvolvimento de novos jardins botânicos.

Este estudo tem como objetivo discutir como a questão ambiental vem sendo tratada nos instrumentos das políticas públicas e nas práticas de gestão ambiental implementadas em três jardins botânicos urbanos brasileiros que integram a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB): o Jardim Botânico de Brasília (JBB), em Brasília/DF, Jardim Botânico de Recife (JBR), em Recife/PE e o Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), em Belém/PA.

Foram analisados os diferentes usos e funções dos jardins botânicos tendo como centralidade a requalificação e refuncionalização desses espaços públicos e as práticas de gestão que o envolvem. Metodologicamente, o trabalho assume a abordagem qualitativa e se utiliza de pesquisa exploratória. Para a coleta dos dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica, análise documental, *survey*, no mês de maio/2015, em Brasília/DF e entrevistas não diretivas junto aos gestores desses espaços públicos verdes *in situ* no mês de maio/2015, no BRAJZBA e em agosto/2015, durante o III Encontro Região Norte de Jardins Botânicos, no Auditório do Museu Emilio Goeldi, em Belém/PA.

DISCURSOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NA AMÉRICA LATINA.

Na atualidade, as áreas verdes públicas urbanas (AVPU) são criadas com o princípio de assegurar a biodiversidade, por meio da preservação de fragmentos remanescentes de vegetação nativa e nascente que possibilitam uma garantia mínima para o futuro das gerações e o respeito à conservação da biodiversidade nas cidades, tendo em vista que são poucos os espaços públicos verdes em que o ser humano ainda pode usufruir de bens e serviços ambientais disponibilizados de forma gratuita pela natureza.

A presença da natureza é de suma importância para o planejamento urbano, pois é essencial à paisagem das cidades, tanto em aspectos estéticos quanto por oferecer um ambiente agradável nas metrópoles, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes. Na era industrial, a criação das áreas verdes públicas urbanas (AVPU) destinava-se especialmente à promoção da qualidade de vida nas cidades, tornando-se mecanismo de equilíbrio da interação do homem e natureza e das práticas sociais dos indivíduos, fortemente comprometidas pela excessiva jornada de trabalho.

Em consequência, as elites locais construíram espaços mais saudáveis onde podiam respirar ar puro, contemplar a natureza, praticar recreação e lazer (MOREIRA et al, 2011). Naquela época, a classe burguesa possuía recursos financeiros e tempo para o melhoramento das cidades. Os burgueses foram os precursores da ideia de criação de áreas verdes nas cidades reportando ao movimento de volta à natureza que fundamenta a ideia de criação dos espaços verdes urbanos. Pode-se considerar, então, que a primeira concepção de espaços públicos verdes esteve vinculada ao embelezamento das cidades e a contemplação da natureza (CARDOSO, 2012).

Os espaços públicos verdes desempenham diferentes funcionalidades e configurações na malha urbana, os quais estão diretamente relacionados às formas de gestão ambiental e padrões de crescimento das cidades. Enquanto algumas áreas protegidas recebem um número expressivo de visitantes, outros estão vinculados à preservação da biodiversidade. Há um consenso na literatura que configura esses espaços públicos verdes urbanos como estrategicamente importantes para a qualidade de vida das pessoas nas metrópoles, particularmente nas que estão em crescente processo de urbanização (CHIESURA, 2004; KAPLAN, 1983; ULRICH, 1984).

Isto porque espaços públicos verdes prestam serviços ambientais à população por meio da filtragem do ar, água, vento e poluição sonora; estabilização do microclima (TRATALOS et al, 2007); formação de um meio ambiente natural que influencia na saúde mental e no bem-estar das pessoas através da diminuição do stress e promoção de sensação de paz e tranquilidade (CHIESURA, 2004) e, ainda, de espaço para provisão da saúde física (McCORMACK et al, 2010). Todos esses benefícios proporcionados pelos espaços públicos verdes no ambiente urbano vinculam-se às perspectivas analíticas da concepção de cidade sustentável (LOURES, SANTOS, PANAGOPOULOS, 2007).

Para Amendola (2000), em sociedades marcadas e estratificadas sobre a base da exclusão é central e crucial a possibilidade de ter acesso a outros espaços – como os jardins botânicos – espaço relacional onde se criam os sonhos, as vivências e a experiência do imaginário urbano. Neste cenário, urge a necessidade de se proteger alguns espaços públicos urbanos, institucionalizá-los e requalificá-los como áreas verdes protegidas, parques ou jardins botânicos (CARDOSO; FIGUEIREDO, 2014).

INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A NATUREZA PROTEGIDA

Os jardins botânicos são considerados em todo o mundo como a principal estratégia para conservar a variedade de forma de vida, ou biodiversidade sobre a qual o conhecimento ainda é incipiente (BGCI, 2001). Estes são representativos das paisagens nas cidades, pois possibilitam a socialização e a contemplação de fragmentos da natureza favorecendo romper com o stress cotidiano dos cidadãos. Logo, esses espaços propiciam a reconfiguração das paisagens urbanas. Os espaços verdes são instrumentos legais no processo de conservação e recuperação de vários atributos inerentes aos recursos naturais, tais como a biodiversidade, as funções ecológicas, a qualidade ambiental e a paisagem natural (PAZ et al, 2006).

No século XIX, no Brasil, as pressões sobre os recursos naturais foram intensificadas devido ao crescimento da população urbana, particularmente no Rio de Janeiro. Diante deste cenário, para conter as degradações ambientais, especialmente nos mananciais ameaçados pelo uso inadequado dos recursos hídricos, foram publicados em 1817 e 1818, vários Decretos Reais com o objetivo de

proteger legalmente as áreas ameaçadas. Embora, nessa época, as medidas administrativas não tinham como foco principal a proteção e a gestão adequada dos recursos naturais, as iniciativas já demonstravam a preocupação com a conservação da natureza no país. Nesse período, não havia no Brasil, aporte legal e administrativo que possibilitasse a criação, gestão e manejo dessas áreas naturais (BRITO, 2010).

De acordo com Brito (2010), a partir da elaboração da Constituição de 1934 foi concedido à natureza o valor de 'patrimônio nacional', que proporcionou a entrada na agenda governamental da discussão das questões ambientais. Nesta vertente, o Código Florestal, criado em 1934 delineou os principais conceitos de Parques Nacionais (PARNA) e Florestas Nacionais (FLONA), consideradas as primeiras categorias de Unidades de Conservação (UC) instituídas no país. Com base no Código Florestal/34 foi publicado o Decreto nº 1.713/1937, instituindo a primeira UC brasileira, o PARNA de Itatiaia, no Rio de Janeiro, destinado a atividades de pesquisa científica e uso lúdico (BRITO, 2010).

Os anos 70 consolidam no Brasil a requalificação e refuncionalização dos espaços públicos verdes modernos, com sua diversidade de usos e funções. Contudo, somente em 1981, a proteção dos espaços naturais fixou o amparo legal com a criação da Lei nº 6.938/1981, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Esta lei conceituou meio ambiente como: "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (BRASIL, 1981).

Entretanto, a política nacional de proteção do meio ambiente foi impulsionada com a promulgação da CF/88, que dedica um capítulo específico sobre a gestão ambiental. Através do art. 225, o país consagra o meio ambiente como direito público e assegura a todas as pessoas o "direito ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 1988).

Posteriormente, foi criada no Brasil, a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esta lei reconhece unidade de conservação como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

No mesmo ano, em consonância às Normas Internacionais de Conservação em Jardins Botânicos (BGCI, 2001), foi instituída a Resolução CONAMA nº 266, de 03 de agosto de 2000, que conceitua jardim botânico como:

área protegida, constituída, no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do país, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente (BGCI, 2001).

Os jardins botânicos são espaços vivos de pesquisa, cultura, lazer e turismo, abertos ao público, e diferenciam-se dos parques e demais espaços verdes urbanos, por abrigarem uma coleção de plantas ordenada, devidamente classificada e registrada, o que contribui para aumentar seu potencial educativo e a interpretação ambiental. Existem diferentes tipos de jardins botânicos no mundo.

Quadro 1: Tipos de Jardins Botânicos

Tipos de Jardins Botânicos
Jardins "clássicos" de múltiplos propósitos
Jardins ornamentais
Jardins Históricos
Jardins de Conservação
Jardins Universitários
Jardins Botânicos combinados com Jardins Zoológicos
Jardins agrobotânicos e coleções de germoplasma
Jardins alpinos ou monteses
Jardins naturais ou silvestres
Jardins de horticultura
Jardins temáticos
Jardins comunitários

Fonte: Banco de Dados BGCI, 2000

Observa-se no quadro acima, que os usos e funções dos jardins botânicos são diversificados. Jardins botânicos são instituições que guardam coleções documentadas de plantas vivas, visando a pesquisa científica, a conservação, a exibição e a educação (WYSE-JACKSON, 1999 *apud* BGCI, 2001). Além desses usos e funções, os jardins botânicos são locais privilegiados e propícios para envolver os visitantes não só pela exuberância e estética das coleções de plantas vivas, mas por proporcionar bem-estar, harmonia e prazer aos seus visitantes (KUZEVANOV; SIZYKH, 2006).

A Resolução CONAMA nº 339, de 25 de setembro de 2003, classifica três categorias distintas para jardins botânicos "A", "B" e "C", observando-se critérios técnicos que consideram a infraestrutura, qualificação do corpo técnico e de pesquisadores, objetivos, localização e especialização operacional. Atualmente, integra a lista da RBJB e do Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos (SNRJB), 59 jardins botânicos brasileiros em diferentes categorias, conforme a figura abaixo.

Quadro 2: Quadro Geral de Jardins Botânicos Brasileiros - registro, enquadramento e associados

Categoria A	Categoria B	Categoria C	C Provisório	Sem Enquadramento	Sem Processo	Fora da Rede e do SNRJB	Total
4	6	10	5	12	22	23	82
5%	7%	12%	6%	15%	27%	28%	100%
30%				70%			

Fonte: RBJB (2015)

As Resoluções CONAMA nºs 266/00 e 339/03 fornecem diretrizes e estratégias para a criação, planejamento e gestão ambiental de jardins botânicos brasileiros, pois traz em seu bojo mecanismos norteadores de fundamental importância para o planejamento sustentável e a implantação de programas, projetos e ações que favorecem a gestão ambiental nesses lugares. A

necessidade de proteção justifica-se ao analisar o perfil de crescimento da população humana, em especial nos grandes centros urbanos, a falta de saneamento e de outros serviços necessários ao bem-estar dos cidadãos, que estimula o incremento da forte pressão já exercida sobre o ambiente urbano de um modo geral e, particularmente, sobre os recursos naturais (BRITO, 2009).

Assim, na concepção de Tachizawa (2002), gestão ambiental parte do princípio de que a natureza é a base necessária e indispensável da economia moderna. Neste contexto, para ter um desenvolvimento sustentável nas metrópoles, é preciso conciliar o crescimento econômico com a preservação do ambiente. É necessário despertar a consciência coletiva em relação ao direito de hoje e no futuro termos um ambiente natural e territorial, saudável e produtivo.

A criação e a gestão de espaços verdes protegidos podem ser consideradas importantes estratégias de controle do território, especialmente, nas metrópoles, tendo em vista que direciona os limites e as dinâmicas de uso e ocupação específicos. As normas de uso que se aplicam a essas áreas são rotineiramente atribuídas em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de preservação de biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção (MEDEIROS, 2005).

Essas estratégias dizem respeito à concepção da natureza, dos seres humanos, da sociedade e, portanto, também da percepção interdisciplinar para o gerenciamento, proteção e conservação da biodiversidade.

CONTRASTANDO PRÁTICAS DE GESTÃO E AS DINÂMICAS DE USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES NAS CIDADES BRASILEIRAS

Nesta seção serão apresentadas as estratégias que os gestores de jardins botânicos utilizam como instrumentos inerentes à gestão ambiental dos espaços verdes em análise. Assim, as entrevistas não diretivas foram gravadas nos mês de maio/2015, no Jardim Botânico de Brasília (*survey*), e *in situ* no BRAJZBA, e em agosto/2015, durante o III Encontro Região Norte de Jardins Botânicos, no Auditório do Museu Emilio Goeldi, com a gestora do Jardim Botânico de Recife e transcritas de modo que foram examinados à luz da análise de conteúdo algumas variáveis importantes: o papel do espaço público na cidade; ii) impactos positivos e negativos enfrentados na gestão do espaço público verde; os instrumentos utilizados para nortear o planejamento e a gestão e a importância desse espaço público verde ter *status* de jardim botânico, integrar a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) e seguir as orientações das Resoluções CONAMA nºs 266/00 e 339/03.

Quando perguntados sobre o papel do espaço público na cidade as respostas tiveram opiniões diversas, porém, direcionaram para a importância do espaço verde urbano. Espaço público como área livre, verde, de interação entre familiares e amigos, de contemplação da natureza, lugar de lazer e diversão foi percebido nas respostas. Na percepção dos gestores a cidade possui esses espaços como espaço de ambiência e sociabilidade entre os frequentadores.

Em seguida, os gestores responderam acerca dos impactos positivos e negativos enfrentados na gestão do espaço público verde, bem como sobre os instrumentos utilizados para nortear o planejamento e a gestão:

“O Bosque Rodrigues Alves é administrado pela Prefeitura de Belém, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA. Como impacto positivo da gestão destaca-se o fato de o Bosque, patrimônio secular de Belém/Pará, integrar desde julho de 2002, a Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Como impactos

negativos está o fato de não conseguirmos conquistar este ano, a Certificação na Categoria C definitiva, tendo em vista que necessitamos de investimentos financeiros e parcerias para atender as normas da RBJB”³.

O Bosque apresenta uma gestão fragilizada ocasionada pela fragmentação e descontinuidade nas ações de gestão ambiental devido às contínuas mudanças de gestores, incipientes avanços em ações inerentes à RBJB, tendo em vista que ainda permanece com o título provisório de Jardim Botânico categoria “C”, por não ter atendido até a presente data as exigências da Rede, no que concerne melhoria e modernização da infraestrutura física e laboratorial, implementação de uma biblioteca especializada, quadro funcional permanente e capacitado, dotação orçamentária adequada à condução das atividades previstas em sua missão institucional, dentre outras. Bem como ao seu regimento interno que ainda apresentam lacunas e dificuldades para uma atuação mais ampliada.

O gestor do Jardim Botânico de Brasília (JBB), ao ser entrevistado sobre a mesma questão respondeu:

“o jardim botânico é administrado pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), do Governo Federal. Está em processo de criação a APA Cabeça de Veado, faz limite com a área da Base Aérea do 6º COMAR. No planejamento estratégico do JBB executado todos os anos a gente já pensa as necessidades, a gente planeja as estratégias, onde agente já tem a participação com grupos parceiros – IBRAM, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar Ambiental e as parcerias com outras instituições”⁴.

Neste caso ficam claro, os diferentes usos e funções do espaço verde a partir da requalificação e refuncionalização do jardim botânico.

Posteriormente, ao serem arguidos a respeito das ações, programas e projetos desenvolvidos pelos gestores no espaço público, bem como os produtos e pesquisas resultantes destas ações, observou-se que as respostas foram bastante divergentes:

“a partir das definições de prioridades que são estabelecidas no ano anterior, né, então você ao iniciar o desenvolvimento das ações você deve saber o que realmente foi planejado, de que forma foram definidos esses diversos aspectos desse planejamento tanto sob a forma de orçamento como de pessoal pra que se possa a partir daí serem tomadas as decisões”⁵.

Para executar suas ações, programas e projetos, a gestão do BRAJZBA depende dos recursos financeiros oriundos do orçamento anual da SEMMA/PMB, que é o órgão responsável pela administração do espaço público. Ou seja, contraditoriamente, apesar de captar recursos financeiros com a venda de ingressos diariamente (bilheteria), estes recursos financeiros não ficam retidos na Diretoria de Gestão de Áreas Especiais – DGAE, estes recursos são repassados à Diretoria Administrativa-Financeira – DAF/SEMMA/PMB, caracterizando dessa maneira, um cenário de dificuldades e contradições para custeio das despesas inerentes às atividades de gestão do Jardim Zoobotânico.

O Bosque Rodrigues Alves, localizado secularmente no centro urbano de Belém do Pará, é considerado patrimônio natural, histórico e cultural da cidade. Neste contexto, o espaço verde pode

³ Roberto Pinheiro – Diretor DGAE/SEMMA

⁴ Jeanito Gentilini – Diretor Executivo JBB.

⁵ Roberto Pinheiro – Diretor DGAE/SEMMA.

ser considerado Jardim Botânico combinado com Jardim Zoológico, mas que também é Jardim Histórico, tendo em vista que seus monumentos históricos retratam o período da “*belle époque*” (1870/1912) - o auge do ciclo da borracha na Amazônia.

O gestor do Jardim Botânico de Brasília ao ser entrevistado sobre a mesma questão respondeu:

“sim, as pesquisas são variadas tanto de flora quanto de fauna, diversos institutos, universidades são pesquisadores que enviam seus projetos e a superintendência técnico-científica emite essa autorização, então o conteúdo dessas pesquisas são avaliados. Temos parceria com ong’s para recuperação de áreas degradadas daqui do jardim botânico, realizamos diversos plantios. Também existem projetos de flora, de fauna. Temos parceria com o IBAMA, no projeto de soltura de animais em reprodução. Existe uma a Revista Técnica, a Enterreriana, que é produção do JBB, Capes B4, onde esses artigos são publicados”⁶.

O Jardim Botânico de Brasília (JBB) foi inaugurado no dia 08 de março de 1985, com uma área de 526 hectares. Está localizado na Estação Ecológica Cabeça de Veado (EECV), no Setor de Mansões Dom Bosco do Lago Sul, Brasília/DF. O local era uma estação de experimentação florestal e hoje abriga o jardim botânico. O JBB possui vegetação característica, com várias fitofisionomias predominantemente do Cerrado com Pinus e Eucalyptus. O JBB integra a RBBJ desde 2012 na categoria C. Em 2015, conseguiu atender todas as exigências inerentes à Resolução 339 e conseguiu o registro na categoria A. Isto representou um grande ganho político para o jardim botânico.

O Jardim Botânico de Recife (JBR) é outro exemplo de requalificação e refuncionalização do espaço verde no núcleo urbano, conforme informações de sua gestora:

“em 2013, o jardim botânico de Recife sofreu uma grande reforma de infraestrutura e em 2014 uma reforma de gestão, a partir de então passou a trabalhar nos três eixos que regem a Resolução CONAMA 339: a conservação *in situ*, a pesquisa e a educação ambiental e esses três eixos se complementam. Pra gente atingir esse objetivo a gente tem que ter um corpo técnico diferenciado, então, por exemplo, no Jardim Botânico de Recife a gente tem um corpo técnico com 36 brigadistas que são da Prefeitura também. Não é um guarda-parque eles tem um complemento a mais, eles fazem a fiscalização da cidade inteira, fazem a fiscalização dentro do parque, monitoramento, e também protege um pouco a gente, né, dá um pouco de segurança, tem uma equipe de analistas ambientais, que é equipe multidisciplinar formada por biólogos, é, botânicos, engenheiros florestais, agrônomo, assistente social, pedagogo, então, a gente tem uma equipe bem diversa que trabalha todos esses projetos de conservação, de educação ambiental e de pesquisa”⁷.

O Jardim Botânico de Recife (JBR) faz parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. É uma unidade protegida, dentro do Sistema Municipal de Unidades Protegidas – SMUP. O JBR tem 36 anos, foi criado em 1979, em uma área de 10 hectares de Mata Atlântica. Está localizado no bairro do Curado, no limite de Recife com o Jaboatão, na BR-122 que liga a capital e o interior do estado.

“o jardim botânico de Recife sofreu uma reforma, como falei, recentemente, então é, a gente tem 36 anos, mas ele passou vários períodos, períodos muito bons e períodos muito ruins e o que foi que aconteceu, é, nessa gestão quando o Prefeito assumiu ele viu que o jardim não tava funcionando no final-de-semana, ele tava funcionando só durante a semana para o público escolar, mas que a cidade não

⁶ Jeanito Gentilini – Diretor Executivo JBB, há dois anos gerencia o espaço público verde.

⁷ Zenaide – Gerente do Jardim Botânico de Recife.

conhecia, então a gente fez essa reforma levou a brigada pra lá, começou a melhorar todo o trabalho pra funcionar no final-de-semana. A maior dificuldade do jardim é a questão financeira, porque como somos vinculados ao município, então, a gente não cobra ingresso, a gente não tem, como é que chama, um recurso próprio, a gente depende da Secretaria de Meio Ambiente pra tá comprando e temos as parcerias com escolas, com empresas, com indústrias O local que o jardim Botânico está hoje, ele é um complexo industrial, tem várias indústrias que ficam no entorno do jardim e elas sempre ajudam nos projetos, mas assim, eu acho que a parte financeira é uma das partes mais difíceis. A outra parte é a gestão mesmo dessas pessoas, de fazer esses grupos diferentes trabalharem juntos, né, rsrs, integrados, com o mesmo pensamento, mesma vontade”⁸.

Este jardim botânico também migrou da categoria C para a Categoria A em 2015, com a nova certificação o JBR é o primeiro jardim botânico da região Norte-Nordeste a conquistar a certificação na categoria A, e isso representa um grande ganho para a gestão ambiental compartilhada:

“veja a gente passou por esse processo de reforma, durante o ano de 2013 foi só reforma física o primeiro ano. No ano de 2014, eu procurei trabalhar com a equipe no sentido de fazer uma reforma de gestão. Então, melhorar nossos serviços, então melhorar a qualidade do que a gente já fazia, a gente já tinha quase tudo dentro de casa, mas assim, não da forma como tá na Resolução e aí a Rede Brasileira foi muito importante nisso, esse trabalho em rede, porque quando eu comecei a participar dos eventos eu comecei a entender o que é a atividade de jardim botânico, então comecei a trazer isso pra dentro da equipe, porque tem que todo mundo falar a mesma linguagem, ter o mesmo objetivo. Então, a gente reestruturou nosso viveiro. A mesma coisa com os programas de educação ambiental, a gente acresceu mais dois programas de educação ambiental que é o ciclo de palestras e a árvore do mês que a gente dá destaque a uma determinada espécie. Depois, a gente tinha que fazer uma revista científica, técnico-científica, porque a gente já produzia internamente vários projetos, nossos monitores já desenvolviam projetos junto com os analistas ambientais. Então com isso a gente conseguiu preparar a documentação em julho/agosto pra a reunião da Rede e a gente conseguiu ser classificado para a categoria A, este ano. Então a gente saiu de C para A, hoje a gente é um dos cinco jardins no Brasil na categoria A e inclusive, o primeiro do norte-nordeste, rsrsrs. Então assim foi um grande avanço do ponto de vista de gestão, né, de organização do nosso jardim, né. Nem tudo é perfeito, a gente ainda tem muito pra construir e mesmo assim tendo conseguido os dezesseis pontos, temos muito pra melhorar”⁹.

O processo de gestão ambiental compartilhada requer um conjunto de condições que assegurem a sua sustentabilidade: visão sistêmica, planejamento e descentralização de ações, integração e equidade nas relações de interesses institucionais, a fim de proporcionar a efetiva participação dos agentes envolvidos nos mecanismos de proteção sustentável do meio ambiente.

Os modelos de gestão ambiental compartilhada do JBB e do JBR demonstram claramente que é possível grandes avanços na implementação de jardins botânicos urbanos, aliados à vontade política de “fazer” e ao comprometimento dos gestores para a construção de uma aliança de gestão ambiental compartilhada na arena de disputa e negociação de interesses. O que não ocorre no BRAJZBA, por possuir uma gestão centralizadora.

Contudo, há muitas barreiras a serem vencidas para que efetivamente a gestão ambiental compartilhada em jardins botânicos se torne uma prática sustentável exitosa na proteção e

⁸ Zenaide – Gerente do Jardim Botânico de Recife.

⁹ Zenaide – Gestora do JBR.

conservação dos recursos naturais. A primeira barreira refere-se aos desconcertantes interesses institucionais, em que Amable & Palombarini (2005) reconheceram como uma característica intrínseca às instituições, mais do que lugares para se construir um alinhamento de interesses elas são a própria expressão de determinadas configurações de interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas constatações deste estudo observou-se que há o reconhecimento da importância dos jardins botânicos inseridos no núcleo urbano como mediador das ilhas de calor, como espaço público de sociabilidade, lazer e entretenimento, turismo e cultura. Infere-se que as estratégias de conservação *in situ* e *ex situ* a serem implementadas por gestores de jardins botânicos, em consonância às Normas Brasileiras de Conservação para Jardins Botânicos, somente irá surtir efeitos positivos se houver a interação entre a participação dos agentes e a cooperação intersetorial e interinstitucional entre órgãos gestores. Os resultados obtidos evidenciam contradições entre discursos e práticas de gestão ambiental. Particularmente, a atuação em rede dos jardins botânicos na RBJB ainda é incipiente, pois se utiliza das Resoluções CONAMA 266 e 339 como instrumentos norteadores para a categorização desses espaços verdes, todavia, não oferece mecanismos consistentes que favoreçam a cooperação institucional para implementação do sistema de conservação de plantas *in situ* e *ex situ* entre jardins botânicos, bem como o fortalecimento institucional para a gestão ambiental compartilhada não é favorecido entre esses espaços públicos.

Mostram ainda que, os regimentos internos dos jardins botânicos ainda apresentam lacunas e dificuldades para uma atuação mais ampliada. Nesses instrumentos, os aspectos ambientais apresentam-se como uma temática periférica e pouco articulada com as demais políticas ambientais e urbanas. As análises procuraram demonstrar a complexa relação entre políticas, instrumentos, e instâncias de planejamento e gestão, explicitando os obstáculos que dificultam as práticas sustentáveis em uma arena pública de disputa e negociação para a implementação de um modelo de gestão ambiental compartilhada.

Talvez, o receituário seja o fortalecimento de estruturas de participação dos agentes sociais frente às mudanças nas arenas públicas de disputa e negociação e a construção de mecanismos de mediação entre os interesses público-privado e sociedade civil para a construção de uma aliança de gestão ambiental compartilhada em jardins botânicos, especialmente os localizados no ambiente urbano.

REFERÊNCIAS

- AMABLE, B & PALOMBARINI, S. *L'Économie n'est pas une Science Morale*, Raisons d'Agir, Paris, 2005.
- AMENDOLA, Giandomenico. Los excluídos del sueño y la ciudad blindada. In: AMENDOLA, Giandomenico. *La Ciudad Postmoderna: magia y miedo de la metrópolis contemporánea*. Madrid: Celeste Ediciones, 2000. P.309-347.
- BELÉM. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Bosque Rodrigues Alves- Jardim Botânico da Amazônia. Solicitação de Registro e Enquadramento de Jardins Botânicos Brasileiros: *Relatório Técnico do BRAJBA*, 2011a.

Botanic Gardens Conservation International (BGCI). Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2001. 109 p. Il.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* – Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10/10/2015.

_____. *RBJB: Documento colaborativo oficial para a criação e implantação de jardins Botânicos*. Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Fevereiro, 2013. Disponível em <<http://www.rbjb.org>>. Acesso em: 10/10/2015.

_____. *Lei nº. 6.938, de 31 de Agosto de 1981*. Institui a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 10/10/2015.

_____. *Lei nº. 9.985, de 18 de Julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 17/10/2015.

BRITO, D. M. C. *Áreas legalmente protegidas no Brasil: instrumento de gestão ambiental*. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e políticas Públicas. Macapá, n. 2, p. 37-57, 2010.

BRITO, S. K. M. *Parque Estadual do Utinga (PA): uma gestão ambiental participativa*. 2009, 102 f. *Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia)* – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

CARDOSO, S.L. C. *Subsídios à Gestão Ambiental de Parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren (PEGV)*. 2012, 156 f. *Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia)* – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____; FIGUEIREDO, S. L. *Espaços públicos urbanos e práticas sociais: o Bosque Rodrigues Alves em Belém, Pa*. In: Edna Maria Ramos de Castro e Silvio Lima Figueiredo (Org.). *Sociedade, Campo Social e Espaço Público*. Belém: NAEA, 2014.

CHIESURA, A. *The role of urban parks for the sustainable city*. *Landscape and Urban Planning*. n.68, pp. 129-138, 2004.

CORRÊA, H. V. *A Representação Social de Áreas Verdes em Cidades: o caso Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia*, 2007. 141f. *Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)* – Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, Museu Emilio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Amazônia Oriental, Belém, 2007

KAPLAN, R., mar 1983. *The analysis of perception via preference: a strategy for studying how the environment is experienced*. *Landscape and Urban Planning*, n.12, p. 161–176.

LOURES, L.; SANTOS, R., PANAGOPOULOS, T. oct 2007. *Urban parks and sustainable city planning - The case of Portimão, Portugal*. *WSEAS Transactions on Environment and Development*, v.3, n.10, p. 171 – 180.

McCOMACK, G. R.; ROCK, M.; TOOHEY, A. M.; HIGNELL, D. mar 2010. *Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative research*, *Health & Place*, n.16, p. 712-726.

MEDEIROS, R. *A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003, 391p. Tese (Doutorado em Geografia).

MOREIRA, V.B; SILVA, J. L.; JUSTINO, A. S.; SANTOS, C. A.; POMPEU, D. S. da S.; DENER, F. *Os Parques Urbanos de Uberlândia-MG: Levantamento e caracterização destes espaços a partir da visão de seus usuários*. OBSERVATORIUM. Revista Eletrônica de Geografia, v. 3, n. 8, p. 02-26, dez. 2011. Disponível em <www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n8/0.pdf> Acesso em: 10.fev.2015

PAZ, Ronilson José da; Freitas, G.L. & Souza, E.A. *Unidades de Conservação no Brasil: História e legislação*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006. 243 p.

SEIFFERT, Mari Elizabete B. *Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. - 1. ed.- 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

TACHIZAWA, T. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa*. São Paulo: Atlas, 2002.

ARENAS PÚBLICAS & VIDA ASSOCIATIVA: PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM¹

Amarildo Ferreira Júnior²

RESUMO:

Neste artigo, traz-se a discussão da ideia de vida associativa, concebida em contraposição às determinações técnico-racionalistas que caracterizam o que se denomina como associativismo e, por conseguinte, a maior parte dos estudos a ele direcionados, a partir do acionamento da categoria analítica *arena pública* – espaço simbólico interatores e interorganizacional que se constitui como um lugar de combates e uma cena de realizações no qual se realizam atividades práticas, sobretudo de negociação e disputa, ao redor de problemas tornados públicos. Utilizando-se de uma aproximação pragmática, reelabora-se conceitualmente a ideia de associação e propõem-se algumas perspectivas pelas quais as associações podem ser observadas com melhor refinamento – são elas, as perspectivas situacional, ocasional, organizacional e institucional. Por fim, demonstram-se, com base em dados bibliográficos e empíricos, como estas perspectivas permitem observar o movimento de ampliação do repertório de resistência de atores sociais em mobilização que através da conjugação de diferentes integrações horizontais e verticais conseguem refratar e ressignificar as tentativas de determinações que recebem nas situações de negociação e disputa em que se inserem. E com tal constatação, pode-se caracterizar a vida associativa como uma via de expansão de processos políticos, simbólicos e econômicos que é constantemente atravessada por ambiguidades e contradições originárias do entrelaçamento das diversas ordens sociais nela coexistentes.

Palavras-chaves: Vida associativa. Arenas públicas. Abordagem teórico-metodológica. Resistência.

INTRODUÇÃO

Embora amplamente pesquisadas e debatidas, as questões em torno das associações ainda estão muito ligadas a abordagens eivadas por determinações técnico-racionalistas – gerencialistas, portanto –, que, apesar das diferenças que podem apresentar entre si, reúnem-se no conjunto definido pela expressão *associativismo*, termo que, *grasso modo*, refere-se tanto à prática social de

¹ Este trabalho apresenta uma parte das discussões desenvolvidas na dissertação de mestrado *Entalhadores do efêmero: a vida associativa na criação dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba*, defendida e aprovada no dia 09 jan. 2015, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), orientada pelo prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo e cuja banca examinadora foi composta pelos professores Dr.^a Edna Castro e Dr. João de Jesus Paes Loureiro, a quem expresse meus agradecimentos pelas considerações apresentadas na ocasião. Alguns pontos aqui expostos são revisões do que se apresentou outrora ou mesmo acréscimos feitos posteriormente após o contato com outras perspectivas e discussões. Este estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio de concessão de bolsa de estudo, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que disponibilizou recursos para sua realização no âmbito do projeto de pesquisa *Turismo cultural e patrimonialização: campo de relações, referências culturais e gestão para visitação*, coordenador pelo prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo.

² Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA); e bacharel em Administração pela Faculdade Ideal (FACI), com Certificação de Qualidade pela Fundação Getúlio Vargas. E-mail: amarildofjunior@gmail.com.

criação e gestão de associações resultantes da reunião legal entre duas ou mais pessoas para alcance de um ou mais objetivos comuns, e sem fins lucrativos; quanto à defesa da adoção de tal forma de organização como a mais adequada em determinados contextos.

Tal tipo de abordagem suscita questionamentos, pois ao mesmo tempo em que submete a plena liberdade de associação das pessoas para fins lícitos, prevista, no Brasil, na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a uma série de enquadramentos que exortam as associações a se organizarem conforme um tipo de racionalidade que nem sempre está de acordo ou considera as lógicas múltiplas de atuação de seus membros, o que pode gerar inconformidades do ponto de vista técnico-racionalista; também percebe as associações como instrumentos de intermediação com o Estado e o mercado que seriam concedidos ou impostos por estes, tornando-se mecanismos de tutela por meio dos quais estes atores institucionais comunicam suas diretivas e recebem filtradas as demandas dos grupos associados (LOBÃO, 2011), reduzindo ou desconhecendo, por esta perspectiva, a importância das ações em busca desse espaço de disputa e da publicização de discursos contestatórios por aqueles que se associam.

Foi a partir dessas reflexões que se percebeu a necessidade de contrapor à perspectiva associativista uma abordagem que restitua a complexidade dos contextos ambíguos e híbridos em que se constituem as associações (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011), adotando-se para tanto uma atitude parentética³ demarcada por uma aproximação pragmática que acionou a categoria analítica *arena pública*, e a partir de então reelaborou conceitualmente a ideia de associação, propondo-lhe algumas perspectivas pelas quais se possa observá-las com melhor refinamento. A esta abordagem denominou-se de *vida associativa*, e a contraposição que faz enfatiza a simplificação que a perspectiva associativista tende a realizar ao reduzir as associações ao mais próximo possível do que os manuais de Administração definem como organizações⁴, dando especial destaque aos métodos e técnicas de organização e ao alcance de seus objetivos imediatos, o que minimiza ou ignora as demais lógicas que se entrelaçam nos contextos associativos, assim como seus objetivos mediatos.

Logo, enquanto o associativismo é demarcado pela disseminação dos conceitos de participação (*empowerment*, *stakeholders*, gestão participativa, etc.) realizada por manuais de organizações multilaterais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.) e paraestatais (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – Sebrae, por exemplo), e por um escopo de discussão em que se vinculam ao estudo das associações temas como cultura empreendedora, formação de Arranjos Produtivos Locais – APL, e desenvolvimento local, endógeno ou regional⁵, a perspectiva da vida associativa não desconsidera essas discussões, embora as tome de forma crítica, mas, (1) enfatiza a necessidade de considerar que estes aspectos não estão

³ A atitude parentética consiste no movimento ético-cognitivo proposto por Ramos (1984), em que se utiliza de uma atitude crítica para “suspender” ou “colocar entre parênteses” a crença no mundo comum – mesmo aquela provinda da erudição, que Almeida (2008) define como *senso comum erudito* –, permitindo desse modo que o indivíduo alcance um nível de pensamento conceitual mais livre.

⁴ De acordo com o paradigma administrativo, as organizações seriam “[...] grupos estruturados de pessoas que se juntam para alcançar objetivos comuns” que, “[...] isoladamente, não conseguiriam atingir, em virtude da complexidade e da variedade das tarefas inerentes ao trabalho a se efetuar” (SOBRAL; PECI, 2008, p. 4-5). Sob este ângulo, as associações se caracterizariam por possuírem propósito ou finalidade; serem compostas por pessoas; terem ou buscarem recursos para tornar possível o alcance de seus objetivos; e por possuírem uma estrutura que definiria e delimitaria o comportamento e as responsabilidades de cada um dos associados.

⁵ Para exemplificar estes tipos de discussão, destacam-se Schmitt & Moretto Neto (2011), Schmidt & Dreher (2008), Amato Neto (2006) e Diettrich (2006).

destituídos de dimensões simbólicas, míticas, rituais e dramáticas (CEFAÍ; VEIGA, MOTA, 2011), e por isso não podem ser considerados sem a devida atenção aos elementos sócio-simbólicos que comportam ou tomando-os como secundários, laterais, acessórios e, portanto, prescindíveis no momento de realização da análise; e (2) reconhece que mesmo estudos que tenham sido considerados ou tenham adotado o termo associativismo, podem ser detentores de elementos que os aproxima mais da abordagem apresentada neste artigo do que desta outra⁶.

Considerando-se o exposto, na próxima seção apresenta-se como a aproximação pragmática proposta por Cefai (2002) nos permitiu reelaborar conceitualmente a ideia de associação, e enumeram-se as perspectivas propostas para a análise das associações, para em seguida apresentarem-se alguns dados bibliográficos e empíricos postos à luz dessa perspectiva teórico-metodológica, observando-se o movimento de ampliação do repertório de resistência de atores sociais em mobilização, e, por fim, apresentam-se algumas considerações finais.

2 ARENAS PÚBLICAS: APROXIMAÇÃO PRAGMÁTICA E PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM DA VIDA ASSOCIATIVA

No cerne do estudo da *vida associativa* está a necessidade de direcionar a análise mais ao conjunto de relações sociais em que estão inseridos os atores sociais do que às estruturas nas quais essas relações se desenvolvem, apesar de não ignorá-las. Falar em vida associativa expressa, portanto, o que é vivido tanto em *associações* relativamente mais fluídas e dispersas da vida ordinária de dado grupo de atores sociais, mas que se entrelaça com seus processos políticos, econômicos e identitários, quanto o que se vive naquelas formas de organização mais duradouras e formalizadas.

Assim, ao se falar em *associações* pensa-se em alternativas estruturantes fundamentais presentes em complexos contextos ambíguos e híbridos, em que há o entrelaçamento de diferentes ordens sociais (GOFFMAN, 2010) e de diferentes lógicas de ação e interação⁷, não sendo, portanto, homogêneas, pois variam em seus tamanhos, formas, objetivos, participação em conflitos e ocupação de lugares em relação ao Estado, ao mercado e ao próprio grupo social referenciado (CEFAÍ; VEIGA; MOTA, 2011).

Por esta perspectiva, as associações são vistas como arenas simbólicas, nas quais ocorre certo número de interações, de ações e de atividades, que podem ser de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de soluções e de problemas, dentre outras, apresentando-se como um palco de atuação de cada ator social. É dessa forma que se distingue a concepção de associação adotada neste trabalho daquela que esta no bojo dos estudos sobre associativismo. E, para efeitos dessa distinção, ao referir-nos à associação enquanto organização formal, tal qual o associativismo a percebe, estabelece-se o termo *associação civil* como o mais adequado, enquanto o termo *associação*

⁶ É o caso de Souza (2003), cujo estudo analisa as práticas associativas de três grupos indígenas no Nordeste Brasileiro (Kambiwá, Pipipã e Xukuru) e a reapropriação das ações e do discurso de “desenvolvimento” por elas, constando que a suas práticas associativas estão entrecortadas por outros elementos simbolicamente ativos de sua organização, o que o vincula à abordagem aqui exposta.

⁷ Alguns exemplos dessas lógicas que se entrelaçam no contexto associativo são a lógica empresarial, pautada na produtividade e na rentabilidade; a lógica da coesão social, voltada para a recriação dos laços sociais e para a renovação das relações contra a entropia do individualismo; a lógica da vida doméstica, que vê a associação como prolongamento do lar; e a lógica da realização pessoal, que define a associação como o horizonte de autonomia individual ou de narcisismo expressivo (CEFAÍ; VEIGA; MOTA, 2011).

trata dos ajuntamentos que podem ocorrer dentro ou fora do contexto das associações civis, mas sempre em pelo menos uma situação social⁸.

Desse modo, vida associativa e associação civil não são termos intercambiáveis, embora relacionados: enquanto esta seria a arena simbólica em que há enquadramentos contextuais e normativos que por serem organizadores de experiências orientam as ações dos atores sociais durante as situações e os ajuntamentos que ali ocorrem (GOFFMAN, 1986), aquela engloba tanto essas interações que ocorrem nesse espaço estruturado, como as interações infinitesimais que ocorrem ordinariamente e cuja integração faz a vida social (BOURDIEU, 1982), sem conceder tanta importância ao fator numérico de sua constituição, e sem, contudo, confundi-las com meros fragmentos prosaicos.

Joga importante papel nessa reelaboração da ideia de associação uma aproximação embasada no pragmatismo filosófico, que se orienta a retomar as arenas públicas em sua dinâmica de emergência e focaliza as atividades práticas em situação. O conceito de arena pública empregado possui a dupla conotação de um *lugar de combates (lieu de combats)* e de uma *cena de realizações (scène de performances)* dos atores sociais, com conflituosidade na definição da realidade e na imposição da legitimidade de soluções a problemas públicos (CEFAÏ, 2002). Através dessa abordagem, diz Cefaï (2002), o “público” é uma forma de vida coletiva que emerge ao redor de um problema ao mesmo tempo em que dele é parte, e por isso atores individuais, organizacionais e institucionais se comprometem em um esforço coletivo definição e de controle da situação percebida como problemática, e que, sendo pública, não é mais monopólio do Estado.

Considerando-se que é a ação social que está na origem e através da arena pública, assim como da vida associativa, a atuação associativa na arena pública sempre leva em consideração o outro como modelo, objeto, ajudante e adversário. Diante disto, a vida associativa é caracterizada como um fenômeno não narcísico, pois nela o indivíduo sempre experimenta a influência de pelo menos um ator social na busca da satisfação de seus impulsos (FREUD, 2013).

Assim, determinados impulsos ou a busca de certas finalidades fazem com que o ser humano entre em uma relação de convívio com os outros, e de atuação em referência ao outro, com o outro e contra o outro, exercendo-se efeitos mutuamente, e a essas formas pelas quais os indivíduos se agrupam em unidades que satisfaçam seus interesses e que podem ser realizadas de incontáveis maneiras diferentes, Simmel (2006) denominou de *sociação*. Aprofundando sua análise, esse mesmo autor afirmou que tais formas de estar com um outro, para um outro e contra um outro ganham vida própria, libertando-se de laços de conteúdo e existindo por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria libertação desses laços, fenômeno que o autor chama de *sociabilidade*, ou seja, a ênfase à forma de sociação que incita sentimentos de valor e de satisfação tão somente pelas pessoas estarem sociadas, sem considerar as verdadeiras motivações pelas quais isso ocorre.

Por intermédio de Simmel (2006), pode-se inferir que as associações são caracterizadas por conteúdos específicos – materiais e individuais –, que se originam por meio do veículo dos impulsos e dos propósitos daqueles que estão associados, mas, ao libertarem-se dos laços com esses conteúdos, também passarão a ser caracterizadas pelo compartilhamento pelos seus membros de um sentimento de estarem sociados.

⁸ Para Gluckman (1987), uma situação social é o comportamento em certas ocasiões dos membros de uma comunidade ou grupo social enquanto tais, e nela se revela o sistema de relações subjacente à estrutura social, às partes da estrutura social, ao ambiente físico e à vida de seus membros.

Considerando-se estes aportes teóricos, extrapola-se a busca do entendimento da vida associativa para além do estudo das associações civis, restituindo-se a importância dos contatos mais ordinários que também conformam a vida associativa de atores sociais em interação, cuja relevância vinha fenecendo sob determinadas abordagens. Com isso, percebem-se os conjuntos plurais e contingentes de formas associativas que também estão presentes no que aparentemente é disforme.

E como as associações não são homogêneas, não se pode abordá-las sempre da mesma maneira, devido principalmente ao entrelaçamento de lógicas que as caracteriza. Freud (2013, p. 60-61) afirmara que algumas associações são “[...] massas de tipo efêmero constituídas rapidamente por indivíduos heterogêneos devido a um interesse passageiro”, opondo-as a “[...] socializações estáveis em que os seres humanos passam suas vidas e que se corporificam nas instituições da sociedade”. Para esse autor, nos casos mais simples de associação, a organização dos atores sociais é insignificante, embora Goffman (2010) tenha-nos apresentando muito da significância que se pode inferir da interação face a face de dois atores sociais em um espaço público como a rua, por exemplo.

Assim, mesmo o menor e mais efêmero dos ajuntamentos encerra importantes características de organização, e por isso propõe-se quatro maneiras básicas de se ver as associações: situacional, ocasional, organizacional e institucional.

Seguindo-se essa classificação, que como qualquer outra é arbitrária e conjectural (BORGES, 1999), ver as associações de maneira situacional é vê-las pela observação direta dos ajuntamentos, presos à situação social que os originou e tornou possível. Desse modo, as propriedades da associação podem ser apreendidas de forma mais imediata pela identificação da situação social em que ocorre, a qual pode dizer muito ao identificar os atos que lhe são apropriados e inapropriados e, por extensão, os termos de encaixe que define, tendo contribuição na definição das associações que ocorrem no interior das associações civis, ao mesmo tempo em que por elas também podem ser determinadas.

A perspectiva ocasional, por sua vez, está relacionada às ocasiões sociais, conforme Goffman (2010) estabelece o sentido desse termo, em que ocorrem as associações. É, na verdade, o olhar para um agrupamento de associações situacionais que compartilhem a mesma ocasião social, ou ocasiões sociais, que lhes fornece o contexto estruturante em que se formam, se dissolvem e se reformam. É o caso em que o grupo de atores sociais foco de uma pesquisa desenvolve suas interações num período espaço-temporal de festa, por exemplo, ocasião social que irá delimitar algumas das principais características das associações que nela acontecerem.

As associações organizacionais ou vistas pela perspectiva organizacional, por sua vez, relacionam-se com o grau de continuidade da associação, que pode ser formal ou material (FREUD, 2013). Assim, diz-se que o grau de continuidade de uma associação é material quando as mesmas pessoas permanecem por longo tempo em sua constituição, sem a necessidade de existência de dispositivos legais para definir quem irá integrá-la e quais serão as atribuições de cada associado⁹. Por outro lado, quando se desenvolve dentro da associação a definição de posições em que

⁹ O que não significa que não exista essa definição de atribuições. Essa definição, quando existe, possui termos próprios e não formalizados, como, em alguns casos, a divisão do trabalho com base em questões de gênero e na faixa etária ou nas habilidades adquiridas (cf. FERREIRA JÚNIOR, 2015). Seus termos de encaixe são, portanto, tácitos, sendo dominados pelos atores situados sem, contudo, que estes possam descrevê-lo em todas suas nuances, apesar de serem próprios de seu senso prático.

formalmente se estabelecem parâmetros de ocupação de funções e que permitem a substituição das pessoas umas pelas outras, inclusive com dada periodicidade, a associação adquiriu caráter organizacional.

Portanto, as associações organizacionais são o tipo de associação cuja situação que as caracteriza é determinada pelas associações civis, isto é, pelas organizações que congregam formalmente os indivíduos em uma estrutura definida em estatuto ou regimento no qual estão inscritas as atribuições, os direitos e deveres de cada associado e as formas legais para ascender às posições que dispõe, embora essas formas legais pouco prevejam sobre o uso de outros recursos, como capital econômico, cultural e social, para a ocupação de tais posições. Assim, as associações organizacionais são associações situacionais (uma assembleia para definir o valor da contribuição dos associados, por exemplo) que estão mediadas por essa relação de formalidade, pois os papéis estão formalmente definidos, o que permite utilizar o estatuto e demais normas e regras formais para manter os atores no *ethos* organizacional.

Desenvolvem-se no ambiente das associações civis, arenas simbólicas, palco das relações ditas organizacionais, que se inserem em arenas simbólicas englobantes, interorganizacionais ou interatores, as arenas públicas. Nas arenas públicas, interagem com outros atores sociais, geralmente relacionados ao mercado ou ao planejamento estatal. São nessas relações na arena pública que se observam as associações pela perspectiva institucional, pois nela ocorrem contatos estabelecidos prioritariamente na ordem pública, no sentido com que Goffman (2010) a define, e no qual os atores, por mais que se apresentem como indivíduos, sempre estão se posicionando e apresentando fachadas vinculadas a sua condição de membro de associações civis. É na arena pública, portanto, que parte das associações organizacionais irá emergir para o exterior das associações civis.

Tem-se nesse percurso não uma classificação *stricto sensu* das associações, mas a apresentação de um método de observação da própria vida associativa em movimento no decurso de dado tempo, na qual o pesquisador “ajusta o *zoom* e as lentes” de sua abordagem teórico-metodológica para registrar suas diversas *mise-en-scènes*, alternando os planos entre o olhar para o menor tipo de associação e o enquadramento de sua atuação nas arenas públicas.

3 A AMPLIAÇÃO DE REPERTÓRIOS DE RESISTÊNCIA DE ATORES SOCIAIS EM MOBILIZAÇÃO

Ao destacar que a questão da formação de arenas públicas deve ser considerada no estudo da vida associativa, põe-se ênfase nas vias de expansão de processos políticos, econômicos e identitários dos atores sociais que nela desenvolvem atividades práticas socialmente situadas e que se desenrolam ao redor de um problema público, no qual atores individuais, organizacionais e institucionais se expressam; discutem e julgam opiniões; localizam problemas; entram em disputas, polêmicas e controvérsias; resolvem crises; e assumem compromissos (CEFAÏ, 2002).

Como Cefai (2002) apresenta, neste tipo de arena simbólica as formas de experiência, de opinião e de ação pública não cessam de instaurar-se, e o fato público é tomado no momento de sua gestação, num processo que ocorre de forma paralela a uma dinâmica de produção de atores individuais e coletivos e de suas identidades, “encenadas” em suas intervenções e suas interações, relançando-se os movimentos que os criam social e culturalmente.

Assim, para se observar o movimento de ampliação do repertório de resistência de atores sociais em mobilização através da abordagem até então apresentada, considerar-se-á brevemente dois casos: os movimentos etnopolíticos contemporâneos no Sistema de Interdependência Regional Horizontal do Orinoco¹⁰ (SIRO), na Venezuela, apresentados por Arvelo-Jiménez (2001); e o caso dos artesãos de miriti de Abaetetuba, no Pará, exposto em Ferreira Júnior (2015).

Em seu estudo, Arvelo-Jiménez (2001) traça as raízes organizacionais dos movimentos indígenas contemporâneos no SIRO a partir de uma releitura da sinergia de seus processos de dominação/resistência; da mudança e apropriação cultural; e da fragmentação e reconstituição étnicas. A autora retoma a discussão em torno desse sistema de integração, do qual relata o surgimento:

[En 1979] revisé con una perspectiva totalmente fresca mis resultados y los de otros investigadores descubriendo en ellos (sic) nuevas claves para ampliar mi propio abordaje metodológico. Los datos ya acumulados por etnohistoriadores, cronistas y etnógrafos en sus intentos por aprehender la historia cultural de los Pueblos indígenas de la Cuenca fueron releídos y me condujeron a un abordaje holístico para lograr una comprensión integral que iluminó con otra luz mi conclusión de que las sociedades indígenas de esta Cuenca no pueden entenderse aisladamente sino en conjunto; que intentar descripciones de la cultura Kariña o de la cultura Yekuana como si ambas fueran y siempre hubieran sido islas culturales sólo refuerzan los errores de comprensión del “otro” que han rodeado a los pueblos amerindios desde que los europeos reemplazaron la historia oral que era la historiografía autóctona, sustituyéndola por su historiografía (ARVELO-JIMÉNEZ, 2001, p. 6).

Assim, Arvelo-Jiménez (2001) apresenta como no SIRO articula-se uma integração horizontal, que privilegia a autonomia local exercida soberanamente pelas formações sociais conectadas pelo sistema de integração, e outra vertical, com implicações de subordinação política. A autora afirma que as formações sociais orinoquenses utilizam princípios de parentescos e são caracterizadas pelas prestações e contraprestações que emanam de sociedades regidas por estes princípios. Ora, a partir disto, pode-se inferir que nos grupos sociais analisados pela antropóloga venezuelana a reciprocidade ordena e demarca suas associações situacionais, a partir das quais se conformam grupos familiares maiores que a família nuclear, nos quais estão imbricadas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas (ARVELO-JIMÉNEZ, 2001).

Estas relações multiplex e generalizadas, conforme a autora as compreende, fazem com que a lógica dali resultante não seccione ou separe as relações dos campos de ação e reflexão, estabelecendo-as em suas interações intra e interétnicas. Prosseguindo em seu relato, Arvelo-Jiménez (2001) traça como estas etnias utilizam-se da conjugação de suas diferentes integrações horizontais e verticais para refratar e ressignificar as tentativas de determinações que recebem nas situações de negociação e disputa em que se inserem, e daí conceberem táticas de oposição e resistência destinadas à reivindicação de direitos territoriais e culturais.

Para demonstrar isso, a autora traz o caso do projeto *La Conquista del Sur*, desenvolvido pelo governo venezuelano a partir de fins da década de 1960 e cujo objetivo era povoar e colonizar as áreas de fronteira com a Colômbia, o Brasil e a Guiana, de modo a também assegurar a soberania venezuelana sobre sua Amazônia nacional. Nele, Arvelo-Jiménez (2001) apresenta o caso da

¹⁰ O Orinoco é o principal rio da República Bolivariana da Venezuela, dividindo o país nas porções Ocidental e Oriental, sendo nesta onde se localiza sua Amazônia nacional e onde vivem as etnias as quais Arvelo-Jiménez (2001) se refere e afirma que integram o SIRO.

mobilização etnopolítica dos indígenas yekuanas, que irrompeu em 1971, devido invasão de território ancestral da etnia. O protesto alcançara força, adquirindo ressonância e constituindo-se em estímulo para a mobilização de outras etnias, e fez surgir uma arena pública em torno do problema, na qual os yekuanas conseguiram forjar canais políticos de interlocução, que podem ser tomados pela perspectiva das associações institucionais que foi apresentada anteriormente.

Em seu artigo, Arvelo-Jiménez (2001) prossegue relatando os movimentos que se sucederam após o surgimento desta arena pública, que passa por momentos de arrefecimento da mobilização indígena, em especial devido à hipossuficiência jurídica dessas etnias, pela especificidade de alguns protestos e reivindicações, pelo surgimento de lideranças indígenas dispersas, e pela iniciativa do Estado venezuelano de organizar artificialmente um movimento indígena decretado, do qual surgem as federações indígenas estaduais, que então se convertem nos únicos interlocutores reconhecidos pela Administração Central, que com isso obtém alguns êxitos em questões em disputa, como a adesão dessas federações ao programa de dotação de terras concebido por tecnocratas do Instituto Agrário Nacional (IAN), sediado na capital Caracas.

No entanto, já na década de 1990, os yekuanas novamente protagonizam um fato significativo que expõe a constatação pela etnia do engodo das promessas governamentais feitas nos anos 1970, quando em 1993 decidem empreender um processo de autodemarcação de suas terras ancestrais como ato de soberania local e autonomia cultural, e como demonstração de que compreendiam que a resolução da ambiguidade legislativa de seus direitos territoriais requereria uma luta reivindicativa mais proativa e encabeçada pelos próprios indígenas (ARVELO-JIMÉNEZ, 2011).

Com isso, seguem colocando-se em cena e apresentando suas performances de atuação política, que não somente lograram a abertura e a manutenção, mesmo que dificultosa, de alguns canais de interlocução com o Estado e os próprios indígenas, apoiando-se no estabelecimento e ruptura de laços com outros atores sociais em atuação nesta arena pública, tanto da administração central, quanto de partidos políticos, ordens religiosas, Organizações Não governamentais (ONGs), etc., e mesmo que alguns destes propusessem, embora não francamente, experimentos de cooptação política. E nesse acidentado caminho pleno de adversidades e de embates, estes movimentos etnopolíticos conseguiram a obtenção de alguns êxitos, como eleger seis indígenas como constituintes e corretores da Constituição Bolivariana da Venezuela, proposta pelo ex-presidente Hugo Rafael Chávez Frias (1954-2013) e aprovada em dezembro de 1999, dos quais alguns foram posteriormente eleitos para a Assembleia Nacional, fato inédito na história republicana da Venezuela (ARVELO-JIMÉNEZ, 2001), embora as reivindicações e os movimentos de reviravolta nunca cessem.

No segundo caso escolhido para ser exposto, o estudo adotado aborda a vida associativa de artesãos da cidade de Abaetetuba, localizada no estado brasileiro do Pará, que criam a partir de material coletado da palmeira conhecida como miriti (ou buriti) um tipo singular de artesanato-artístico denominado como Brinquedos de Miriti de Abaetetuba (FERREIRA JÚNIOR, 2015). Nessa pesquisa, as arenas públicas foram observadas em situações sociais que decorrem de ocasiões sociais compósitas¹¹, nas quais os artesãos de miriti apresentam-se e representam-se através de um

¹¹ Termo originário da noção de ocasião social adotada por Goffman (2010). No caso posto em destaque, consideram-se como ocasiões sociais compósitas os eventos-ocasiões mais importantes na demarcação do ciclo de produção e comercialização dos Brinquedos de Miriti: o MiritiFestival, tipo de festival cultural que ocorre anualmente na cidade de Abaetetuba, e o Círio de Nazaré, festa que ocorre anualmente no mês de outubro em Belém, capital do Pará.

emaranhado de estruturas de proximidade, dentre as quais se destacam suas associações civis, a Associação dos Artesãos de Brinquedos e Artesanatos de Miriti de Abaetetuba (Asamab) e a Associação Arte Miriti de Abaetetuba (Miritong), fundadas, respectivamente, nos anos de 2003 e 2005, que ao nascerem para o “público”, propiciaram o surgimento de arenas públicas em torno do artesanato de miriti de Abaetetuba, nas quais passaram a estabelecer relações que ora se fortalecem, ora são desfeitas, com diversos atores sociais presentes na arena pública.

Estes artesãos colocam-se em ação em busca do atendimento de suas reivindicações e da minimização dos riscos que se ressentem em ocasiões sociais específicas e em situações e ajuntamentos em contextos ambíguos e híbridos, com suas associações civis não sendo homogêneas, pois são atravessadas por ambiguidades e por contradições que não lhes permite ter “[...] *um objetivo, uma estratégia e uma ideologia*” (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011, p. 35, cursivas no original).

Ferreira Júnior (2015) constatou que no princípio da vida associativa dos artesãos de miriti, encontra-se um tipo de associação situacional na qual o artesão de miriti cultiva e repassa os significantes próprios de sua produção cultural, a qual denominou de núcleo criativo familiar. No entanto, quando os artesãos de miriti passaram se organizar em associações civis, puderam adentrar de forma mais ativa às arenas públicas, onde buscaram ampliar o ciclo de comercialização de seus brinquedos, e representam-se politicamente, estabelecem, encerram ou reestabelecem parcerias, e engendram táticas de negociação a partir do senso de prática que possuem.

Na arena simbólica que lograram tornar pública, estes artesãos passaram a fazer parte de agrupamentos, blocos ou redes diante das quais se posicionam e se movimentam, não hesitando em se apoiar e se posicionar diante do mercado e do Estado, maneira pela qual retraduzem e refratam algumas das pressões que recebem, pois apresentam as fachadas necessárias diante da situação vivenciada para que possam obter apoios e parcerias que reduzam os riscos dos quais se ressentem.

Apresentando suas performances de atuação política, acionam as dimensões de sua vida associativa de modo a transitarem pelo espaço delimitado pela arena pública defendendo-se por si próprios, sem qualquer cinismo em acionar outros atores para contribuir com essa defesa.

Requerida pelos artesãos de miriti, o que os levou a acionar o Sebrae, importante parceiro e articulador de suas possibilidades empreendedoras, a ampliação do ciclo de comercialização dos Brinquedos de Miriti, processo no qual surgiram suas primeiras associações civis, colocou os artesãos de miriti em contato com novas linguagens e estéticas, que também passaram a acionar para retransfigurar as pressões que sofrem dos mais diversos atores sociais.

Em suas associações organizacionais, arenas simbólicas que se constituem em formas de representação coletiva incentivadas pelo Estado e pelo mercado como formas de tentar controlar e intermediar as relações que possuem com tais representações e as reivindicações delas originárias, o entrelaçamento de lógicas diversas e a construção de conhecimento das regras de funcionamento das estruturas burocráticas faz com que sejam movimentados discursos e fachadas nos momentos de suas associações institucionais, nas quais estabelecem posicionamentos frente ao Estado e ao mercado com rompimentos, aproximações, reaproximações, agenciamentos, etc.

Assim, apesar de ser pautada pelo núcleo criativo familiar, a vida associativa dos artesãos de miriti necessitou se desenvolver também em espaços da arena pública, dada a importância econômica, social e cultural da atividade que exercem. Na arena pública, suas associações civis se inserem em articulações para garantir seus anseios e a ocupação e a criação de cada vez mais

espaços pensados e vividos para a sua atividade sem reduzi-la a vitrines, respeitando sua sociabilidade e garantido a reprodução desse ofício, e dessa forma também conjugam suas integrações horizontais, que surgem em suas associações situações por excelência, os núcleos criativos familiares, e se espraiam até suas associações organizacionais, e daí para a arena pública, onde se encontram a maior parte de suas integrações verticais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Via de expansão de processos políticos, simbólicos e econômicos atravessada por ambiguidades e contradições, a vida associativa pressupõe o reconhecimento do entrelaçamento de diversas ordens sociais e lógicas de interação e ação, afastando-a da superficialidade que, nesse sentido, o associativismo supõe, porque destaca seu caráter complexo, híbrido e não narcísico. Constituinte daquilo que Scott (2000) definiu como a infrapolítica dos grupos sociais subalternizados, a vida associativa engendra discursos de contestação, dissidência e autoafirmação, e, ao adentrar no contexto das arenas públicas, os transpõe para os discursos públicos sem necessariamente elaborar formas elementares ou sofisticadas de disfarces político, mas apoiando-se nas próprias estruturas que encontra para reduzir suas sanções e alcançar suas demandas, mesmo que depois delas se distanciem.

Verificou-se neste trabalho, através da discussão teórica e dos exemplos expostos, que a aproximação pragmática que embasa o estudo das arenas públicas e, por conseguinte, contribui para o estudo da vida associativa, mostra como as formas de experiência, de opinião e de ação pública não cessam de instituir-se (CEFAÍ, 2002), e como podem ser localizadas em meio a sua própria realidade e situadas no tempo em que são produzidas. Percebe-se que a complexidade inerente à noção de vida associativa permite entender como atores sociais conseguem, ainda que sutilmente, minar programas prestigiosos e gerar diversos outros programas alternativos, ao mesmo tempo em que lhes possibilita apresentar fachadas de representação necessárias para a obtenção de determinados apoios e minimização de riscos.

A complexidade de constituição das associações, para a qual as perspectivas de abordagem aqui propostas – situacional, ocasional, organizacional e institucional – permitem uma melhor apreensão, permite-lhes adiantar-se às mudanças políticas e sociais justamente por considerarem como importantes os aspectos simbólicos, míticos e rituais, e as distintas lógicas de ação que integram o ritmo e o horizonte estabelecidos em seus cotidianos – daí a escolha pelo termo *vida associativa* –, somente tardiamente são reconhecidas pelas abordagens do *mainstream*, que sempre as reconhecem com um viés demasiadamente utilitarista.

Assim, conforme Arvelo-Jiménez (2001) também percebera, este trabalho destaca é importante ter o discernimento de que o maior obstáculo para apreender as racionalidades em jogo nas lutas e resistências contemporâneas, sobretudo naquelas resistências diárias para a permanência e reprodução de modos de viver e que nem sempre são consideradas, é a busca apriorística de modelos organizativos que se espera encontrar, isto é, a busca de estruturas verticais centralizadas sob *um* mandato, *uma* lógica, *uma* ideologia, *uma* razão de ser. Ter-se esse entendimento permite que também se decline de imaginar sentimentalmente as associações, pois se compreende que os indivíduos podem selecionar situacionalmente “[...] uma miscelânea de

valores contraditórios, crenças desencontradas, interesses e técnicas variadas assumir” e ainda assim assumir vidas coerentes (Gluckman, 1987, p. 261).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/livros/colecao-nova-cartografia-social/>>. Acesso em: 02 set. 2015.

AMATO NETO, J. Complexos cooperativos e desenvolvimento local: um estudo de casos brasileiros. *Sistemas & Gestão*, v. 1, n. 3, p. 210-228, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/view/SGV1N3A3/21>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

ARVELO-JIMÉNES, N. Movimientos etnopolíticos contemporaneos y sus raices organizacionales em el Sistema de Interdependencia Regional del Orinoco. *Série Antropologia*, n. 300, p. 1-25, 2001.

BORGES, J. L. O idioma analítico de John Wilkins. In: _____. *Outras inquisições*. Obras completas, vol. II. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Globo, 1999. p. 82-95.

BOURDIEU, P. Le découvreur de l'infiniment petit. *Le Monde*, Paris, 04 dez. 1982. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/archives/article/1982/12/04/le-decouvreur-de-l-infiniment-petit_2906217_1819218.html?xtmc=&xtcr=35>. Acesso em: 08 dez. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Palácio do Planalto*, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 nov. 2015.

CEFAÏ, D.; VEIGA, F. B.; MOTA, F. R. Introdução. Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. In: CEFAÏ, D. et al. (Org.). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 9-63.

DIETRICH, L. C. *Associação Três-Lagoense de Artesanato: a comunidade e suas potencialidades para o turismo e desenvolvimento local*. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

FERREIRA JÚNIOR, A. *Entalhadores do efêmero: a vida associativa na criação dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba*. 2015. 198 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *A Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 227-344.

GOFFMAN, E. *Comportamentos em espaços públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

LOBÃO, R. Quando as associações são voluntárias no Brasil? Uma discussão sobre as novas formas de colonização em Reservas Extrativistas. In: CEFAÏ, D. et al. (Org.). *Arenas públicas: por uma*

etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 199-237.

RAMOS, A. G. Modelos de homem e teoria administrativa. *Revista de Administração Pública*, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr.-jun. 1984. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/10559/9557>>. Acesso em: 16 out. 2015.

SCHMIDT, C. M.; DREHER, M. T. Cultura empreendedora: empreendedorismo coletivo e perfil empreendedor. *REGE*, v. 15, n. 1, p. 1-14, jan.-mar. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36626/39347>>. Acesso em: 26 jun. 2008.

SCHMITT, V. G. H.; MORETTO NETO, L. Associativismo, comércio justo e desenvolvimento territorial sustentável: a experiência da Toca Tapetes. *REGE*, v. 18, n. 3, p. 323-338, jul.-set. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36741/39462>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

SCOTT, J. C. *Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos*. Traducción Jorge Aguilar Mora. México, DF: Ediciones Era, 2000.

SIMMEL, G. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal). In: _____. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 59-82.

SOBRAL, F.; PECL, A. *Administração: teoria e prática no contexto brasileiro*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

SOUZA, V. R. F. P. *Desenvolvimento e associativismo indígena no nordeste brasileiro: mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural*. 2003. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.



A UMBANDA COMO RELIGIÃO AFRO-BRASILEIRA E A IDENTIDADE COM A RELIGIOSIDADE AMAZÔNICA

Ana Lúcia Cardoso do Nascimento¹

Ligia T. L. Simonian

RESUMO: As religiões afro-brasileiras sofreram e sofrem preconceitos por parte da sociedade, acusadas que são de se constituir em uma religião que divulga e incita o “mal”, de pobres e marginalizados, dentre outros. A Umbanda é vista como a religião que embranqueceu devido às influências de outras religiões: Catolicismo, Espiritismo, a pajelança indígena e dos Orixás africanos. O artigo apresentado tem o objetivo de revelar quais as sincronias sofridas por ela e quais as suas interferências na Amazônia, inclusive quanto à natureza. Nele, se busca indagar como as religiões e, principalmente a Umbanda, que adotam recursos naturais nos seus rituais, têm trabalhado para sensibilizar seus adeptos para a conservação ambiental. Em termos teórico-metodológicos, priorizaram-se a revisão teórica sobre a trajetória da Umbanda na Amazônia à luz de algumas visões de pesquisadores e dos sujeitos que praticam essa religiosidade. Ainda, trabalhou-se com a imagética associada aos fazeres da Umbanda e mesmo da pajelança. Ao final, destacam-se os avanços no trato dos umbandistas em relação à questão socioambiental e as limitações que têm que ser superadas.

PALAVRAS-CHAVE: Religiosidade amazônica; Umbanda; Identidade.

THE UMBANDA AS AN AFRO-BRAZILIAN RELIGION AND THE IDENTITY WITH THE AMAZONIC RELIGIOSITY

ABSTRACT: The Afro-Brazilian religions faced/face prejudices of the part of the society, as they are accused of being constituted in a religion that divulge and incite the evil, of the poor and the marginalized, among others. The Umbanda is seen as a religion that whitened due to influences of other religions: Catholicism, Spiritism, indigenous *pajelança* and that of the African Orixas. This paper has the purposes of revealing which are the synchronicities faced by the Umbanda and which are its interferences in the Amazon, including those referred to nature. Through it, it is looked for inquiring how the religions and, mainly the Umbanda, that adopt natural resources in their rituals, have worked to sensitize their followers to the environmental conservation. In theoretical and methodological terms, it was prioritized a theoretical revision about the trajectory of the Umbanda in the Amazon in the light of some visions of researchers and of subjects that practice this religiosity. Yet, the imagery was worked associated to the makings of Umbanda and even of the *pajelança*. In the end, it is emphasized the advances of the Umbandists towards the socio-environmental question and the limitations that have to be surmounted.

KEYWORDS: Amazonic religiosity; Umbanda; Identity.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento-PLADES-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA-UFPA. Professora efetiva da UFRA na área de Planejamento e Legislação. Ana.cardoso@ufra.edu.br.

INTRODUÇÃO

Objetiva-se com este artigo revelar quais as sincronias sofridas pela religião umbandista, e quais as suas interferências no contexto amazônico². Ele se apresenta como decorrência dos estudos que estão sendo realizados a partir do projeto “Religiosidade amazônica e sua relação com a natureza”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA. Nessa direção, busca-se investigar como as religiões que adotam recursos naturais nos seus rituais têm trabalhado para sensibilizar seus adeptos quanto à conservação ambiental. Precisamente, o objeto de preocupação deste artigo é a Umbanda e isso devido ser a mesma considerada a religião que congrega outras religiões.

Nesse sentido, o artigo terá como caminho teórico-metodológico a revisão sobre a trajetória da Umbanda na Amazônia. Analisar-se-ão, ainda, os resultados de algumas entrevistas realizadas junto aos pajés e pais e mães-de-santo, no momento do *survey*, bem como aspectos da produção fotográfica *in locus*. Nessa perspectiva dentre outros estudos, os trabalhos de Simonian (2007, 2005) foram importantes para a pesquisa, pois tratam respectivamente da imagética enquanto objeto de produção documental e da pesquisa entre populações e cultura tradicionais.

A UMBANDA E A RELIGIOSIDADE AMAZÔNICA: QUESTÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

A religião pode ser um instrumento significativo para a ampliação da instalação de uma consciência ambiental nova pela população amazônica e da identidade de seus povos. As religiões afro-brasileiras sofreram e sofrem preconceitos por parte da sociedade por se constituir em uma religião que apenas divulga e incita o “mal”, de pobres e marginalizados, dentre outros. Essas religiões possuem algumas matrizes que surgem devido a necessidade que adotam para continuarem expressando sua religiosidade e o sagrado em territórios distantes da África, permitindo a diversidade religiosa das mesmas. Desse modo, pode-se afirmar que tem o grupo que busca manter os princípios e rituais expressados na África, e aquela que se constituiu sustentada na construção de sincretismo religioso.

Prandi (2000) relaciona as matrizes que acredita aproximam-se do sagrado cultuado na África, destacando que embora tenham preservado muitos rituais, ainda assim esvaiu-se em alguns aspectos a originalidade da religiosidade.

As religiões afro-brasileiras constituídas até o início deste século e aqui denominadas candomblé, xangô, tambor-de-mina e batuque reproduzem em muitos aspectos as religiões originais dos orixás, voduns e inquices africanos. Delas herdaram o panteão, aqui reorganizado, as línguas rituais, de significado esquecido, o ritos, as concepções e valores míticos. A dimensão da religião mais ligada ao controle da moralidade, na África atendida pela celebração dos ancestrais, embora parcialmente reproduzido em cultos isolados e de certo modo independentes, perdeu no Brasil muito de sua importância original. Os valores que orientam o comportamento dos seguidores na vida cotidiana não pressupõem o bem-estar comum do grupo, da sociedade ou da humanidade como categoria genérica (PRANDI, 2000, p. 77-88).

² Uma primeira versão deste artigo foi apresentada em 29 de agosto de 2015 por Ana Lúcia Cardoso do Nascimento, no III Encontro de Religiosos de Tradição Africana, em Vigia, Pará, evento organizado pelo historiador e professor Paulo Cordeiro.

E há que se destacar que isso acontece porque é impossível a preservação de uma religiosidade na íntegra quando ela na sua reconstituição sofreu interferências. O Candomblé, Xangô, Tambor-de-mina e batuque no Brasil serão permeados das singularidades e especificidades deste país, incorporando sua cultura, os aspectos sociais, econômicos, políticos, enfim as idiosincrasias desse povo.

E a Umbanda flora com o sincretismo ou síntese religiosa. Para Malandrino (2003, p. 93-95)

[...] a Igreja e a elite escravagista usaram todos os artifícios possíveis para cristianizar o negro, mesmo que para isso, em alguns momentos, fosse necessário o uso da força. O negro, por sua vez, passou a cultuar os orixás através do catolicismo popular praticado pelos senhores de engenho e pelas massas populares portuguesas. Surge o sincretismo religioso, no qual os elementos da religião original africana são mesclados com aspectos do catolicismo, surgindo uma nova religião. Inicialmente os santos católicos adquirem nomes de orixás africanos, ou melhor, os orixás são venerados através de santos católicos. [...] cabe notar que a Umbanda mesmo sendo uma religião de formação sincrética, diferente da primitiva macumba, fez mais do que simplesmente aglutinar aspectos de diferentes religiões. Ela se forma a partir de elementos de diversas culturas e da síntese de todos eles, em certo sentido gerando um novo integrado, mesmo que em constante mutação e tensão entre seus componentes. Portanto, deve ser entendida como uma síntese, isto é, a superação qualitativa de contradições advindas de várias linhas religiosas através de um processo contínuo, que se faz de maneira lenta e gradual.

A religião Umbanda é uma das religiões afro-brasileiras e é vista como aquela que embranqueceu devido às influências de outras religiões, especialmente, o Catolicismo e o Kardecismo. Essas duas influências geram a antipatia desta religião frente às demais consideradas originalmente africanas. Ao ser criada em um país cuja população nativa é indígena recebe sua contribuição, e a pajelança dos indígenas compõe sua estrutura ritualística; bem como os Orixás africanos.

Outra contribuição no interior do Catolicismo foram as Irmandades. Vinculadas ao Catolicismo, elas buscavam inibir e cercear a expressão religiosa livre dos negros e os aliciavam para que se formassem padres. As mais conhecidas foram: a Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora (NS) das Portas do Carmo, formada pelos negros de Angola, fundada na Igreja NS do Rosário do Pelourinho; os Daomeanos ou Jejês reuniam-se na “Ordem de Nosso Senhor (NSR) Jesus das Necessidades e Redenção dos Homens Pretos”, na Capela do Corpo Santo; os Nagôs formavam duas irmandades: NSR dos Martírios e outra feminina, da NS da Boa Morte, na Igreja da Barroquinha.

E, dessa última, saíram mulheres, do Ketu, que fundaram um Terreiro de Candomblé chamado Ilá Omi Axé Aira Intilé, próximo à Igreja Católica (VERGER, 1997 *apud* BARROS, 2011, p. 14). Das Irmandades também se originaram os terreiros de referência para o Candomblé. Barros (2011, p. 14) afirma que

Da Barroquinha, a casa de candomblé transferiu-se para diversos outros locais, instalando-se, definitivamente, por volta de 1830, na atual Avenida Vasco da Gama, sob o nome de Ilé Já Nasso (Casa de Mãe Nasso), sendo também conhecida como Casa Branca do Engenho Velho. A senioridade dessa Casa Branca é apontada por muitos estudiosos e pelos integrantes do que se chama “povo de santo”, conjunto de iniciados pertencentes às mais diferentes religiões de matrizes africanas.

As implicações simbólicas dessa senioridade vêm passando de geração à geração e consolidado uma memória de origem e de identidade.

A Umbanda como as demais religiões afro-brasileiras é uma religião que os negros criaram, construíram para que pudessem manifestar sua religiosidade. Os Orixás são as divindades da África trazidas com os africanos escravizados que preservaram na memória sua cultura, seus costumes e suas crenças. Essas divindades eram reis cultuados como deuses por toda a sorte da população, sejam na colheita, no comércio, na guerra ou nos fenômenos das estações do ano, a quem eram atribuídas as suas influências sobre a natureza.

Os registros históricos sobre a prática de religião afro-brasileira na Amazônia data do século XX, na década de 1930, por meio de uma pesquisa sobre folclore no norte do Brasil coordenada por Mário de Andrade. A referida pesquisa identificou alguns terreiros onde se realizava o Batuque de Santa Bárbara. Cabe ressaltar que o olhar dessa pesquisa para a festa era eminentemente folclórico. As religiões afro-brasileiras foram e ainda são vistas com características e fundamento folclórico. E ganhou visibilidade na Amazônia na década de 1930, intermediada pela pesquisa citada.

De acordo com Agnolin (2013), no estudo sobre a história das religiões, busca explicar o porquê desta aproximação entre religião e cultura, sob a compreensão da história europeia, mas que pode auxiliar a compreensão dessa relação.

Trata-se, sinteticamente, do momento histórico no qual a Europa decidia, em Berlim, a divisão da África (1878); é a época na qual o Império Britânico tornava-se o maior império da história; conseqüentemente, é ainda o momento no qual a civilização europeia manifestava sua mais completa convicção de superioridade (em termos raciais, vale a pena repetir). E é justamente nessa conjuntura que alguns pensadores – ligados, de algum modo, à história de seu próprio país, à sua cultura, a incentivos acadêmicos que permitiam determinados percursos de pesquisa etc. – começam a se interessar pelas culturas dos outros povos da terra, sistematizando seus estudos sobre suas religiões. Aliás, é de observar, a esse respeito, como, muitas vezes, neste contexto, o termo “cultura” coincidirá com o termo “religião”, uma vez que ambos serão propostos, de fato, em termos solidamente objetivos, determinados e determinantes (AGNOLIN, 2013, p. 20).

Nesse sentido, dentro dessa percepção cultura e religião são compreendidas como dentro de um mesmo objeto, e não o são. Cada uma tem a sua matriz e corpo próprio.

E dentro desse campo folclórico é que a religião afro-brasileira ganhou visibilidade na Amazônia, que até então era vista como terra de pajelança apenas devido a maior presença de índios. Muito embora estes também tenham sido objeto de preconceito por estudiosos e pesquisadores. De acordo com Figueiredo (1996, p. 13),

[...] nas primeiras décadas do século XX, os historiadores passaram a incorporar a figura do índio em suas análises sobre a formação social do povo brasileiro, porém essa *inclusão* se dá com o objetivo de *exclusão*. Tomando emprestado o termo de Jean Copans, poder-se-ia afirmar que a leitura do índio pelos historiadores da época, apresenta um duplo aspecto de *inclusão científica* e da *exclusão ideológica*.

Essa assertiva provavelmente justifica os poucos trabalhos que existem sobre a cultura indígena, embora seja uma das mais ricas na produção e uso de conhecimentos tradicionais associada ao patrimônio genético, assim como na prática da pajelança.

E essa influência também se estendeu nos espaços-terreiro na Amazônia, onde se visualizou a prática da pajelança. E que esta se confundia com a ação dos pais ou mãe-de-santo. A aproximação

e similaridade dos rituais, o uso dos instrumentos de trabalhos, tal como o *tauari*, cigarro usado nas sessões de cura para defumar os pacientes³; utilizam-se, também, cachaça, ervas que limpam o ambiente, dentre outros, o que oportunizava a identificação de desinformados quanto ao ritual, como se fosse da mesma religião ou ritual. E conforme Figueiredo (1996), em algumas situações se transformava em “caso de polícia”, uma vez que pajés curavam as pessoas adotando mecanismo visto como inadequados ao processo de cura medicinal.

A pajelança indígena ou cabocla, originalmente amazônica, é incorporada na Umbanda em seus rituais por meio de práticas de cura, utilização dos recursos da natureza, folhas, raízes, plantas etc., e a incorporação dos encantados, caruanas do fundo, da mata e florestas. A pajelança em geral não é considerada como um sacerdócio de um culto novo. O pajé ou curandeiro se apresenta como um católico, muito embora possua os seus rituais próprios de cura, vinculados à religiosidade amazônica do povo ribeirinho. E o que se percebe, identificado em alguns pajés entrevistados, é que existe uma rejeição social para com estes atores, mas, no entanto, são procurados no momento de sofrimento seja espiritual, material, problemas de saúde, dentre outros.

Esse preconceito é ainda presente nos dias atuais com os pajés, bem como com pais e mães-de-santo. Leal (2011) o descreve no período de 1937-1951, no Estado Novo, na Amazônia. Para Galvão (1976) a pajelança na Amazônia é algo que se encontra enraizada na vivência cotidiana e na cultura do amazônida. Ainda segundo o seu entendimento, em muitos momentos não se consegue discernir a religião e o cultural, pois estão entrelaçados nessa relação.

Galvão (1976) preocupava-se com a possibilidade de supremacia dos cultos afro-brasileiros sobre esta religiosidade. Acreditava que as religiões de ancestralidade ameríndia tendiam a perder espaço para os chamados cultos afro-brasileiros, isso no contexto urbano das cidades amazônicas. O antropólogo já indicava, naquela época, a tendência nos estudos das religiões de possessão no Brasil, de que o desenvolvimento dos cultos afros é eminentemente urbano, e segundo ele, a pajelança de genealogia tupi, era essencialmente rural. Para Figueiredo (1996, p. 19),

O próprio Galvão, em certa medida, induz o leitor a fazer comparações entre o seu trabalho e alguns de outras linhagens. Por exemplo, quando o autor coloca em questão o processo aculturativo vivenciado pelos caboclos da Amazônia. Nesta parte, Galvão atribui ao ancestral ameríndio a maioria das crenças não católicas professadas na região, afirmando, porém, que elas foram “modificadas e influenciadas no processo de amalgamação com outra de origem ibérica e mesmo africana”. No entanto, o autor procura se resguardar de comparações que poderiam mostrar-se desastrosas, afirmando que “a integração dessas crenças no corpo da moderna religião do caboclo, não assumiu, porém, a forma de ‘sincretismo’ que se observa nos cultos afro-brasileiros.

A afirmação de Galvão nos dias atuais pode ser ressignificada, uma vez que os pajés ou curadores⁴ também adotam o sincretismo religioso.

E, se no meio rural e no passado foi forte a “morte” dos pajés e da pajelança, percebe-se mais recentemente, uma retomada dessa identidade e tradição, principalmente entre os indígenas jovens e politizados (SIMONIAN, 2002). De fato, no passado, tais realidades sucumbiram em larga medida à dominação missionária e às pressões preconceituosas dos pentecostais. Aliás, com Wallace (1956)

³ Este é feito da espécie florestal *tauari* (*Couratari* cf. *oblongifolia* Ducke & R. Knuth), cuja madeira é macia ao corte do qual se faz uma folha fina para a formação do cigarro.

⁴ Eles que se reconhecem enquanto tal.

pode-se afirmar que entre muitos jovens indígenas está a ocorrer um 'movimento de revitalização quanto à importância do pajé enquanto identidade cultural e espiritual.

AS COMPREENSÕES LOCAIS SOBRE RELIGIOSIDADE E NATUREZA NA AMAZÔNIA E ASPECTOS ANALÍTICOS

A pesquisa de campo é sempre produtora de abordagens novas e instigantes, o que permite avanços teóricos e sócio-culturais (SIMONIAN, 2005). Nessa secção, têm-se resultados parciais da pesquisa, mas que são importantes em termos analíticos e conclusivos. Assim, elementos dos discursos, da produção e pesquisa fotográfica e mesmo de observação são analisadas.

Em *survey* para a pesquisa no município de Juruti, parte baixa do rio Amazonas, teve-se a oportunidade de entrevistar um pajé. Ele se identificou como tal e, portanto, assume publicamente essa identidade. Também, no seu trabalho de cura ele adota instrumentos que são próprios de religião afro-brasileira, conforme Figura 1, onde aparece sua mesa de trabalho.

Figura 1 – Instrumentos adotados na cura do pajé no município de Juruti



Fonte: Ana Lídia Nascimento, jul. 2015.

Esse pajé ainda elaborou teoricamente sobre o seu *métier* e, abaixo, tem-se parte de seu depoimento:

Porque esse daqui foi preparado, porque me pediram pra eu usar, essa guia, essa guia de um orixá, que esse orixá aqui dessa guia, representa o povo de minas, entendeu? Essa outra guia seu Cobra Coral, essa aqui vem de lansã, essas outras aqui e da mesma, igual o terço, que é Rosário Santo, então todos eles venham dominando pra elas cair, porque preciso também puxar essas nações, que são nações que eu trabalho, assim, mas nunca vem assim, incorporado, trabalho na intuição, porque eles me falam o que fazer (M. ALVES, 2015, entrevista).

Ainda como se depreende de Marinaldo Alves, esse fragmento de texto revela aspectos da interculturalidade religiosa na Amazônia, sendo que o nome do guia – Cobra Coral – remete à natureza, ainda que simbolicamente. E a reconfiguração da Umbanda também incide sobre as outras religiões das quais sofreu influência, tal como a pajelança cabocla.

E ela também se adequa a realidade amazônica, pois, sabe-se que é originária do estado de Rio de Janeiro, sua criação formal foi em 1808, por conta da incorporação de um médium pelo Caboclo Sete Encruzilhada, o qual lhe repassou em mensagem o que é Umbanda e seus princípios

morais, éticos e filosóficos. Em território amazônico passa a inserir a força e os conhecimentos dos “encantados” da região.

A crença fundamental da pajelança cabocla reside na figura do encantado. Apesar de algumas variações nas crenças de região para região na Amazônia, entre aquelas já estudadas e descritas por antropólogos, folcloristas e outros escritores, a crença nos encantados se refere a seres que são considerados normalmente invisíveis às pessoas comuns e que habitam ‘no fundo’, isto é, numa região abaixo da superfície terrestre, subterrânea ou subaquática, conhecida como o “encante” (MAÚÉS e VILLACORTA, 2004, p. 17).

As forças da natureza próprias dos encantados, incorporados pelo pai e mãe-de-santo e médiuns trabalham nas linhas de cura na Umbanda.

Precisamente, a linha de cura é um dos trabalhos realizados na Umbanda e que atende as pessoas com problema de saúde física e espiritual. O trabalho ocorre por meio de cânticos, chamadas doutrinas, o uso do *tauari*, o passe dado pelas entidades incorporadas, a defumação com ervas de proteção e força. E essa é uma influência da pajelança cabocla ou indígena, onde também são adotados os mesmos procedimentos em trabalho de cura.

Os encantados são seres com poderes excepcionais, e que podem se manifestar sob a forma humana ou animal e se manifestar nas pessoas que possuem a mediunidade apta para o procedimento (MAUES, VILLACORTA, 2004). Nesse sentido, a força da natureza e o ser humano formam uma força energética enorme, e em simbiose pode curar uma doença, extrair uma energia ruim de alguém, dentre outros males. A interação que passa a existir entre as diferentes matrizes religiosas presentes na Umbanda provavelmente fará com que ela passe a ter uma especificidade amazônica. Mesmo originando-se do sudeste do país, na Amazônia ela ganha outra roupagem, devido à sociobiodiversidade peculiar na região.

Furuya (1994) pesquisou na década de 1970 e 1980 a expansão da Umbanda na Amazônia, que se justificou pela preocupação de que nesta região e neste período os estudos sobre cultos afro-brasileiros eram inexistentes na região.

As religiões brasileiras de origem africana, denominadas "cultos afro-brasileiros", foram um produto da escravatura africana que perdurou até o final do século XIX. Originadas principalmente na tradição religiosa dos grupos étnicos do centro e oeste africano, esses cultos estão centrados no ritual e crença na possessão por espíritos. Uma vez que esses cultos são um sincretismo produzido no Brasil, ao qual foram adicionados à diversidade da tradição africana, o catolicismo, o xamanismo dos vários povos indígenas e outros, surgiu uma variedade enorme de tipos de cultos que assimilam os diversos espíritos originados na tradição de cada região. Não há dúvida de que a Umbanda tem como matriz os cultos afro-brasileiros e tende a ser vista como um tipo desses cultos. Porém, não se pode negar que, ao mesmo tempo em que contém uma variação interna muito grande, a Umbanda apresenta características muito peculiares. Atualmente, a Umbanda tem mostrado uma enorme força de penetração, reformulando assim o mapa dos cultos afro-brasileiros em cada região do país, ao mesmo tempo em que, em vários sentidos, tem ocupado uma posição de "religião nacional" (FURUYA, 1994, p. 12).

Conseqüentemente, esse culto em território brasileiro passa a estabelecer uma conexão com os santos católicos, sabiamente conciliam qualidades que são visíveis nos Orixás para os santos da Igreja Católica.

A contribuição do Kardecismo no ritual umbandista é no sentido de adotar práticas de “mesa branca” muito usada para invocar espírito de luz para curar por meio do processo de “incorporação” de espíritos; também, do uso do Evangelho de Alan Kardec como referência; e a práticas de caridade e solidariedade assistencialista com os mais necessitados (doação de sopas, cestas básicas, agasalhos etc.). Muitos terreiros e searas de Umbanda têm adotado essa prática.

No decorrer do *survey*, a autora entrevistou um pai-de-santo que possui uma trabalho social na vila Santo Antônio do Prata, município de Igarapé-Açu, estado do Pará⁵. O seu terreiro possui uma Associação que tem fins filantrópicos e socioeducativo, a AUMD. A população da vila são pessoas portadoras de hanseníase. Hoje não se constitui em maioria, mas ainda tem o alojamento onde têm doentes que ali moram, quer por não terem familiares ou por terem sido abandonados.

A AUMD já desenvolve trabalho social na comunidade há 20 anos. O trabalho educativo é com reforço escolar atendendo 100 crianças com problemas de aprendizagem e repetência. O trabalho assistencialista é doação semanal de sopas, ovos de páscoa, brinquedos no natal para as crianças e doação de cestas básicas por ocasião do Círio de Nazaré, no mês de novembro. Além dessas atividades, promove a Caminhada de Meio Ambiente, pela passagem do dia Mundial de Meio Ambiente, onde se realiza plantação de mudas, coleta seletiva de resíduos e lixo na rua e oficinas educativas para os alunos.

Figura 2 – Caminhada de Meio Ambiente promovida pela AUMD 1



Fonte: AUMD, 2009.

⁵ É Elivaldo Oliveira Santos, pai-de-santo e líder espiritual do Terreiro Rei Sebastião e Toya Jarina, localizado na cidade de Belém, estado do Pará; também, é presidente da Associação Umbandista Mãe Dinair (AUMD).

Figura 3 – Plantio de mudas de árvores promovido pela AUMD⁶



Fonte: AUMD, 2010.

Figura 4: Entrega de cestas básicas⁷



Fonte: AUMD, 2013.

O pai-de-santo e líder espiritual do Terreiro Rei Sebastião e Toya Jarina falou da importância da espiritualidade estar vinculada aos princípios da religião e defesa do meio ambiente.

Nós os pais e mães de santo, nós temos uma obrigação né? Na educação espiritual na colocação da religiosidade de cada um, nós temos a obrigação de levar aos adeptos essa conscientização. [...] Eles precisam preservar a natureza, precisam para que eles possam respeitar os Orixás que pertencem a cada espaço da natureza, para que eles possam receber suas graças também. Porque do que adianta ele pedir pra lemanjá uma graça e na hora ele poluir a pra dela, jogar no mar um bocado de utensílios que não vai ser necessário pra ela. [...] ela é um orixá, é um ser divino uma divindade, então é dessa forma nós levamos aos nossos adeptos, a conscientização que não devemos ter práticas que agridam a natureza (E. O. SANTOS, 2015, entrevista).

⁶ No primeiro plano, aparecem o líder umbandista Edivaldo O. Santos e o frei Aquilino Apassite, este da Igreja Católica, em ação socioambiental de 2010.

⁷ À direita, encontra-se Ana Lídia C. do Nascimento, colaborando no processo de distribuição de cestas básicas para residentes da vila Santo Antônio do Prata.

A identificação de posicionamentos como esse permite compreender que a Umbanda tem construído uma ética ecológica também, que se relaciona com os princípios e dogmas da religião. Se não existe a conexão entre o que se professa e o que se pratica a prática religiosa fica esvaziada, sem propósito e conseqüentemente sem corpo teórico-litúrgico.

Outra influência na Umbanda foi a de outras religiões de matriz afro-brasileira, tal como o Tambor de Mina. E essa sincronia deu-se dentro de um contexto que foi socioeconômico na década de 1960, e com a política de Integração Nacional, de povoar a região amazônica. Essa religião é originalmente do Maranhão, resquício da história religiosa dos negros escravos das nações Nagô e Jeje, que foram alojadas nesse estado.

No Tambor de Mina são cultuados voduns e orixás (africanos), gentis (nobres associados a orixás ou entidades africanas com nomes brasileiros) e caboclos (entidades surgidas nos terreiros brasileiros). Essas entidades são organizadas em nações e em famílias, e possuem diferenças de idade bem marcadas. Mas, embora as mais velhas sejam mais prestigiadas, as mais novas (às vezes crianças) podem ser também “donas da cabeça” e podem ser recebidas em todos os toques, como: os gêmeos Tossá e Tossé e a princesa Sepazim, da família real do Dahomé (recebidos na Casa das Minas-Jeje); e Menino Da Lera (da família do Rei da Turquia) (FERRETTI, 1997, p. 3).

O Tambor de Mina se expandiu pelo Pará, Amazonas, outros estados do norte do país e para as capitais que receberam um número grande de migrantes do norte, como do Rio de Janeiro e São Paulo. A partir dos anos de 1960 e como se depreende de Ferretti (2004), a Mina e a Mata ou Terecô passaram a ser influenciadas pela Umbanda (com manifestações religiosas de origem indígena denominada Cura), tanto na capital como no interior do estado do Pará.

A influência do Tambor de Mina na Umbanda se dá pela forte presença de caboclos índios, que também “baixam” nos terreiros de Umbanda.

[...] na *Mina* do Maranhão, os caboclos nem sempre têm origem indígena e os que têm não se manifestam de modo selvagem nos toques de Mina. Há uma tendência nos terreiros maranhenses para distinguir índio (selvagem, que usa arco, flecha e vestimenta de pena), caboclo de pena (índio aculturado) e caboclo (não índio, às vezes turcos ou descendentes de nobres europeus). Em terreiros de Mina a exibição de características selvagens, o usos de arco, flecha e de vestimenta indígena por médium incorporado, geralmente, só aparece em rituais destinados exclusivamente a entidades indígenas (como o *Tambor de Índio*, *Borá* ou *Canjerê*, realizado com uma estrutura diversa do toque de Mina), no *Brinquedo de Cura* (Pajelança) ou na *Gira de Umbanda*, quando ha incorporação com entidade indígena (FERRETTI, 1997, p. 07).

Como se percebe, a Umbanda é uma religião que congrega outras filosofias e na realidade amazônica isso pode se apresentar como uma riqueza a depender das condições sociais, culturais, econômicas e religiosas que se insere.

CONCLUSÕES

Pode-se afirmar que a prática umbandista é encontrada no meio rural, bem como no urbano. Na área rural, devido à proximidade com a floresta, rios, igarapés, mar, dentre outros as influências dos seres “encantados” se manifestam de maneira mais “pura” do que na cidade, no sentido de estabelecerem uma sinergia maior com a natureza. Percebe-se certa “pureza” nos praticantes da

religião que residem em municípios interioranos, demonstrando amor a religião e a humildade no seu exercício.

Apresentam-se, ainda, alguns desafios de natureza religiosa e ritualística da Umbanda no contexto atual, o que se depreende das observações e dos depoimentos de entrevistados que podem contribuir para a consolidação deste corpo religioso no cenário amazônico:

- ✓ construção de uma organização plural (por congregar modalidades diversas de religiões afro-brasileiras), mais coesa na definição de um objetivo maior quanto às diretrizes e princípios gerais das religiões;
- ✓ assegurar políticas públicas para a conservação dos espaços sagrados para realização de oferendas e obrigações e recursos para manutenção das casas;
- ✓ registro de um corpo teórico, conhecimento litúrgico, das religiões para que ocorra a apropriação maior pelos adeptos e seguidores.

Outros desafios que se apresentam de natureza ideológica e social na sequência e que são necessários:

- ✓ união maior por parte de lideranças religiosas visando à integração e interação entre as religiões;
- ✓ superação de preconceitos internos, oriundos dos próprios adeptos e seguidores; estabelecimento de um diálogo inter-religioso;
- ✓ superação da visão de que as casas-de-santo raramente promovem atividades de desenvolvimento intelectual e moral de seus quadros buscando atrair não o fiel, mas o "cliente", se expandindo uma verdadeira indústria de artefatos sacros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. *Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. 1º. vol. Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

FERRETTI, M. *Tambor de Mina e Umbanda: o culto aos caboclos no Maranhão*. *Jornal do CEUCAB-RS: O Triângulo Sagrado*, Ano III, n. 39 (1996), 40 e 41 (1997).

FIGUEIREDO, A. M. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1996. Disponível em: <<http://www.reposip.unicamp.br>> Acesso em: 23 abr. 2013.

FURUYA, Y. Umbandização dos cultos populares na Amazônia: a integração ao Brasil? In: *Senri Ethnological Reports*, n. 1, 1994.

GALVÃO, E. *Santos e visagens*. São Paulo: Nacional, 1976.

LEAL, L. A. P. *Nossos intelectuais e os chefes de mandinga: repressão, engajamento e liberdade de culto na Amazônia (1937-1951)*. 2011. 231f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

MAUÉS, R. H.; VILLACORTA, G. M. Pajelança e encantaria amazônica. In: PRANDI, R. (Org.). *Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p. 11-58.

PRANDI, R. Hipertrofia ritual das religiões afro-brasileiras. *Novos Cadernos CEBRAP*, n. 56, p. 77-88, mar. 2000.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Editora do NAEA, 2007. p. 15-52, il.

_____. Pesquisas em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 1, p. 119-134, 2005.

_____. *Anotações de campo sobre pajés e pajelança na Amazônia*. 2002. [Arquivo pessoal].

VERGER, P. F. *Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Orixás – Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador: Corrupio. 1997.

WALLACE, A. F. C. Revitalization movements. *American Anthropologist*, n. 58, p. 264-281, 1956.

WHITAKER, C. O cotidiano das benzedeadas – entre rezas, poções e fé: as práticas sociais, a cultura e os sentimentos enquanto estudos da história. In: PEREIRA, L. C. S.; ROCHA, H. V.; RODRIGUES, E. S. *Trilhas do rio Tapajós. Perspectivas socioambientais para a sustentabilidade*. Belém: Supercores, 2015. p. 11-39.

Realização



Apoio

